MONUMENTA PORTUGALIAE VATICANA

III-1

A PENÍNSULA IBÉRICA E O CISMA DO OCIDENTE

REPERCUSSÃO DO CISMA NA NACIONALIDADE PORTUGUESA DO SÉCULO XIV E XV

(Introdução aos vol. III/2 e IV de Súplicas do pontificado de Martinho V)

por

ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM

Professor na Universidade «Antonianum» de Roma

Editorial Franciscana

1982

MONUMENTA PORTUGALIAE VATICANA

III/1

A PENÍNSULA IBÉRICA E O CISMA DO OCIDENTE.
REPERCUSSÃO DO CISMA NA NACIONALIDADE
PORTUGUESA DO SÉCULO XIV E XV

(Introdução aos vol. III/2 e IV de Súplicas do pontificado de Martinho V)

por

ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM

Professor na Universidade «Antonianum» de Roma

MONTARIOL — BRAGA Rua de Cedofeita, 350 — PORTO

Editorial Franciscana

1982

OUTROS ESTUDOS DO AUTOR

Doutrina penitencial do canonista João de Deus, Edi. Franciscana, Braga 1956.

Um mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus (Vida e obras), Edi. Franciscana, Braga 1957.

O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I — Doutor Lançarote, Conde Palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, Edi. Franciscana, Braga 1957.

Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, professor na Universidade de Paris, Edi. Franciscana, Braga 1957.

Doutoramento em leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Álvares, deão de Viseu, depois bispo de Silves, Edi. Franciscana, Braga 1958.

Animadversiones criticae in vitam et opera canonistae Ioannis de Deo, Ed. Pont. Ateneo Antoniano, Roma 1958.

O Infante D. Henrique e a expansão portuguesa, Edi. Franciscana, Braga 1960.

A expansão portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique, Ed. Brotéria, Lisboa 1960.

O factor religioso razão jurídica dos Descobrimentos portugueses, Lisboa 1961.

O abade D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV, Ed. Abadia de Montserrat, Barcelona 1963.

Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas das contendas entre D. Afonso II e suas irmãs, (n. 1 da colecção *Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento*). Edi. Franciscana, Braga 1963.

Canonistarum doctrina de Judaeis et Saracenis tempore Concilii Constantiensis, Ed. Pont. Ateneo Antoniano, Romae 1965.

Quem tratou do matrimónio da Infanta Dona Maria, Urbano V ou Gregório XI?, Edi. Franciscana, Braga 1965.

Padroado régio e elevação das raças no Brasil, segundo Monteiro da Vide, arcebispo da Baía, Ed. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra 1966.

Estudos sobre Álvaro Pais, Ed. Instituto de Alta Cultura, Faculdade de Letras, Lisboa 1966.

Concordatas portuguesas, Edi. Franciscana, Braga 1966.

Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV (n. 2 da colecção *Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento*), Edi. Franciscana, Braga 1967.

Mestre Frei André do Prado, desconhecido escotista português do século XV, professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana, Ed. Faculdade de Filosofia, Braga 1967.

Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV (Arquivos de História da Cultura Portuguesa, vol. III, n. 1), Lisboa 1969.

Theologia et Ius Canonicum iuxta canonistam Alvarum Pelagii (Acta Conventus Internationalis Canonistarum 1968), Vaticano 1970.

O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras clérigo conjugado e prior da colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães, em *Itinerarium* 77 (1972) 232-259.

João Martins e João Aranha professores de teologia em Bolonha e bispos de Safim na África, em *Antonianum* 48 (1973) 300-342.

Portugueses no Colégio de S. Clemente de Bolonha durante o século XV, em *Studia Albornotiana*, XIII, Publicaciones del Real Colegio de España, 1973.

Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV, em *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, 259-327.

Posizione di Giovanni di Dio, Andrea Dias de Escobar e altri canonisti sulla funzione sociale delle decime, em *Monumenta Iuris Canonici*, Series C: *Subsidia*, vol. 5, Città del Vaticano, 1976, 411-466.

Leis atentatórias das liberdades eclesiásticas e o papa Martinho V contrário aos concílios gerais, em *Studia Historico-Ecclesiastica*, Roma 1977, Pontificium Athenaeum Antonianum, 505-592.

La dottrina ecclesiale della vita religiosa e il suo influsso sulla «Forma vitae» di S. Francesco, em *Lettura Biblico-Teologica delle Fonti Francescane*, Ed. Antonianum, Roma, 1979, pp. 117-164.

Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (Revisão crítica dos autores), em *Itinerarium* 26 (1980) 54-105, 189-216, etc.

Le fonti francescane nei testi legislativi francescani del 1400, em *Lettura delle Fonti Francescane attraverso i secoli: il 1400*, Ed. Antonianum, Roma, 1980, pp. 139-213.

No 8.º centenário do nascimento
do Pai São Francisco de Assis,
750 anos da morte do «seu bispo»
António de Lisboa, Doutor Evangélico,
e 5.º centenário da morte
do Beato Amadeu da Silva.
À memória do insigne medievalista
Alfredo Pimenta, no primeiro centenário
do nascimento em Guimarães,
berço do Franciscanismo em Portugal.

SIGLAS E ABREVIATURAS

add. — *addit*, acrescenta
ADB — *Arquivo Distrital de Braga*
ADP — *Arquivo Distrital do Porto*
ADV — *Arquivo Distrital de Viseu*
Annat. — *Annatarum*
AFH — *Archivium Franciscanum Historicum*
AIA — *Archivo Ibero Americano*
ANTT — *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (Lisboa)
arceb. — arcebispo(s)
arced. — arcediago(s)
Arm. — *Armadium*
Arq. — Arquivo
ASB — *Archivio di Stato di Bologna*
ASF — *Archivio di Stato di Firenze*
ASV — *Archivio Segreto Vaticano*
AV — *Archivio Segreto Vaticano*
benef. — beneficiado(s), benefício(s)
b. — bispo(s)
Bibl. — Biblioteca
Bibl. Apost. — Biblioteca Apostólica (Vaticano)
cab. — cabido
cap. — capítulo
cf. — confronte
clér. — clérigo(s)
cod. — *codex*, códice
cón. — cónego(s)
col. — coluna
conc. — concelho
concí. — concílio(s)
conv. — convento(s)
docum. — documento(s)
ed. — edição, *editio*
ed. cit. — edição citada
Edi. — Editorial
fl. — folha
fls. — folhas
igr. — igreja(s)
liv. — livros(s)
loc. cit. — *locus citatus*, lugar citado
most. — mosteiro(s)
n. — número nn. — números
ob. cit. — obra citada
op. cit. — *opus citatum*, obra citada
Obl. — *Obligationes*
Obl. et Sol. — *Obligationes et Solutiones*
p., pág. — página(s)
pp. — páginas
publ. — publicado(a)
Reg. Aven. — *Regesta Avenionensia*
Reg. Lat. — *Regesta Lateranensia*
Reg. Suppl. — *Regesta Supplicationum*
Reg. Vat. — *Regesta Vaticana*
S. P. — *Sanctissime Pater*
S. V. — *Sanctitas Vestra, Sanctitati Vestrae*
tit. — título
t. — tomo
Univ., Univers. — Universidade
vol. — volume
Vat. lat. — Vaticano latino

AO LEITOR

Na Introdução ao 2.º volume de Monumenta Portugaliae Vaticana, *falei de assunto, a tratar nesta ao 3.º e 4.º volumes, ou seja, do cisma de Avinhão, nomeadamente no reinado de D. Fernando, até à eleição do papa Martinho V, durante o concílio de Constança, bem como da identificação dos bispos, formação intelectual dos estudantes e letrados portugueses, com influxo no governo dos monarcas de Portugal, dentro do respectivo período. Tinha intenção, na sequência destas ideias, de publicar as actas das reuniões dos colégios de professores das faculdades de direito canónico e de direito civil da Universidade de Bolonha, até 1450, referentes a estudantes portugueses e espanhóis, completadas ou esclarecidas por documentação pontifícia a propósito. A fim de ser mais completo na abordagem desses temas, recolhi elementos para a identificação dos bispos portugueses, neste período, visto haver não poucas confusões a respeito deles, em autores nossos, e até mesmo na* Hierarchia catholica *de Conrado Eubel. Limitar-me-ei, contudo, a fornecer esclarecimentos sobre ambos os temas, quando for necessário ou houver ligação com o assunto do cisma, dada a vastidão dos argumentos, aliás já parcialmente elaborados para as obras* Episcológio português dos séculos XII-XV *e* Portugueses e Espanhóis na Universidade de Bolonha durante os séculos XIV-XVI.

Sabe-se, ao certo, que D. Fernando, rei de Portugal, depois de ter declarado oficialmente, em Agosto de 1381, obediência ao papa de Roma e, em 1383, ter aceitado a autoridade de Clemente VII, por quem se decidira em Janeiro de 1380, não acedeu aos rogos dos partidários deste para se pronunciar publicamente pelo papa de Avinhão, nesse ano da sua morte, ocorrida a 22 de Outubro de 1383 (1). *Apesar de o cardeal Pedro de Luna, futuro papa de Avinhão, com o nome de Bento XIII, ter insistido com o monarca para voltar à obediência de Clemente VII e das cerimónias religiosas do matrimónio da Infanta Dona Beatriz, que, por força, tinham de dar mostras de adesão a ele, pelo facto de o rei de Castela obedecer ao papa de Avinhão e o agente das negociações, a favor deste, ser o cardeal Pedro de Luna, legado de Clemente VII na Península, o conselho de Santarém, de 23 de Fevereiro de 1383, e a actividade diplomática do monarca em Inglaterra* (2), *bem como as afirmações, quase oficiais, do partido de Clemente VII* (3), *são*

---

(1) Cf. JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra* 1 (1956) 160-164.

(2) Cf. FERNÃO LOPES, *Chronica do senhor rei D. Fernando, nono rei de Portugal*, ed. *Collecção de livros inéditos de História Portuguesa ... da Academia Real das Ciências de Lisboa*, IV, Lisboa, 1816, cap. 162, pp. 478-479.

(3) Para mim, de maior valor é a bula de Clemente VII, a absolver el-rei de Castela por ter mandado celebrar exéquias por alma de D. Fernando, considerado cismático, embora dos documentos citados por Júlio César Baptista não se possa inferir nenhuma declação oficial, nem a favor de Clemente VII nem de Urbano VI. Cf. JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *loc. cit.*, pp. 163-164. A bula sobre a absolvição transcrevo-a na nota 284.

disso prova indiscutível. Os interesses políticos tiveram, sem dúvida, influência nas atitudes de D. Fernando, tanto ao princípio, com a declaração de neutralidade do reino, e depois, em Janeiro de 1380, ao seguir abertamente o papa de Avinhão, devido sobretudo a interesses e relações políticas com a França, como na orientação dos argumentos daquela reunião, de 1383, para conclusões em favor de Urbano VI. Parece, contudo, perceber-se na assembleia de Santarém, ao menos a julgar pelas intervenções que nos ficaram, todas a favor de Urbano VI, orientação determinada ou sugerida pelo monarca a seus áulicos.

Como veremos, alguns dos que tomaram a defesa de Urbano VI, em atitude explicável pela formação intelectual recebida na Universidade de Bolonha, estiveram ao lado e ao serviço de D. Fernando, mesmo quando ele seguia Clemente VII, como o deão de Coimbra, Rui Lourenço, embaixador régio e conselheiro do monarca, o qual se licenciou em direito canónico na Universidade de Bolonha, e o Doutor Gil do Sem, que possivelmente também por ali andara ou, pelo menos, trouxe lá seu filho, Doutor Martim do Sem, a estudar. E eu penso que, nestas atitudes, se não deve ver só oportunismo. A questão era bem difícil e complexa. Ainda hoje, contam defensores ambas as correntes. Não é, portanto, de admirar a hesitação e até mudança de parecer e atitudes, provocadas também, em parte, por interesses políticos, à falta de uma certeza. Devo declarar, com toda a franqueza, que, perante tantas afirmações contrastantes e narrações juradas, descrição dos acontecimentos pelas pessoas, que a eles assistiram, e interpretações opostas dos factos, bem como em face das atitudes e declarações dos cardeais e papas, constantes do estudo que se fez, de ambas as partes, embora inclinado para os defensores da legitimidade do papa de Roma, mais que uma vez me impressionei, sobretudo ao ler as declarações feitas sob juramento, à hora da morte, por vários cardeais. Qual a atitude e justificação do monarca português e de seu reino, perante as pressões da parte de ambos os papas? É o que vamos ver. A posição dos outros monarcas da Península será também estudada em relação com a crise da nacionalidade portuguesa após a morte de D. Fernando, rei de Portugal. A repercussão que a obediência de D. João I ao papa de Roma e a sua política para com o clero e letrados tiveram nas lutas pela independência do reino também será analisada.

a) INCERTEZA E NEUTRALIDADE DOS REIS DA PENÍNSULA, EM FACE DO ESTUDO E VERSÃO DOS ACONTECIMENTOS, RELATIVOS ÀS ELEIÇÕES DE DOIS PAPAS ANTAGÓNICOS

A 8 de Abril de 1378, após a morte de Gregório XI e não poucas preocupações e diligências das autoridades e povo de Roma, a fim de os cardeais elegerem papa a um romano ou, ao menos, italiano, bem como certas atitudes, ainda hoje não esclarecidas, dos 16 cardeais eleitores: quatro italianos, onze franceses e um aragonês, o famoso Pedro de Luna, futuro Bento XIII, saiu eleito o arcebispo de Bari, Bartolomeu de Prignano, de Itália, cuja eleição foi renovada, na tarde do mesmo dia. A coroação e entronização solenes realizaram-se no dia 18 do dito mês, com a assistência de todos aqueles cardeais (4). *D. Agapito de Colona, romano e bispo de Lisboa, antes embaixador do papa Gregório XI junto de el-rei D. Fernando* (5), *certamente por ser curial de formação jurídica apreciável, adquirida na Universidade de Bolonha, onde se doutorou* (6), *posteriormente nomeado cardeal por Urbano VI* (7), *a dar crédito a algumas testemunhas sobre a eleição deste papa, teria hesitado aceitar o cardinalato, por se duvidar da validade da eleição* (8). *Mas, como defensor da legitimidade de Urbano VI, ter-se-ia apressado a comunicar a eleição a D. Fer-*

---

(4) Cf. narração da eleição e promoção de Urbano VI em *De Schismate*, vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 173-183v, publicada em RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, t. VII, Lucae, 1752, ano 1378, nn. 73-97, pp. 348-358. Tradução em castelhano no citado vol. I, *De Schismate*, fls. 185 (176, 169)-200v (191v, 183v).

(5) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Canonistarum doctrina de Judaeis et Sarracenis tempore concilii Constantiensis*, em *Antonianum* 40 (1965) 21 ss.

(6) «Dilecto filio Agapito de Columpna, archidiacono Bononiensi. Salutem, etc. Desiderantium imbui scientia litterarum eo benignius est desideriis annuendum, quo maior ex eorum meritis potest utilitas provenire, cum unius bonitas multis commodum pariat. Cum itaque, sicut oblata nobis tua petitio continebat, tu amore scientiarum allectus, iuris civilis studio ut equum ab iniquo et licitum ab illicito discernere valeas, cupias immorari, Nos tuis supplicationibus inclinati, tibi ut usque ad triennium iuris civilis studio insistere valeas, licet archidiaconatum ecclesie Bononiensis, que dignitas existit, obtineas ac felicis recordationis Honorii pape iii., predecessoris nostri, et qualibet alia constitutione contraria super hoc edita non obstantibus, auctoritate presentium indulgemus. Proviso quod archidiaconatus predictus debitis interim obsequiis non fraudetur et animarum cura, si qua illi immineat, nullatenus negligatur. Nulli, ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Datum apud Villam Novam, Avinionensis diocesis, v Idus Julii, anno primo» (AV, Reg. Aven. 125, fl. 532v).

(7) Cf. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, Monasterii, 1898, p. 23, n. 21, pp. 44, 535.

(8) O embaixador de el-rei de Castela, Álvaro Martins, presente em Roma por altura da criação dos cardeais por Urbano VI, falou com D. Agapito. No relatório sobre a embaixada, apresentado a el-rei de Castela, em 1380, declarava a propósito: «Et cum essemus in limine recessus, *deliberavimus videre dominum Agapitum de Columpna, qui erat ab Urbano cardinalis creatus et nondum acceptaverat, licet Romani quod acceptaret multum instarent.* Et ivimus Çagarolum, ubi ipse erat ... Et cum de materia ista loqueremur, dixit nobis qualiter Romani specialiter illi de Columpna instabant penes eum ut cardinalatum acceptaret et quod domini Gebennensis et cardinales antiqui ei oppositum suadebant et arguit ad utramque partem. In fine petebat a nobis quid nobis videretur, quid esset faciendum ...». Publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *Die Anfänge des Grossen Abendländischen Schismas*, Münster in Westfalen, 1940, em *Spanische Forshungen der Görresgesellschaft, Zweite Reihe*, 5 Band, pp. 270-271.

nando, rei de Portugal (9), *que devia ter recebido carta do bispo de Lisboa, com tal escopo, pelos fins de Abril de 1378. Em historiadores portugueses anda publicada e traduzida a bula da eleição ou participação desta, com data de 8 de Maio de 1378 e com a assinatura dos cardeais* (10). *A ser verdade o facto da chegada da notícia de D. Agapito a el-rei, naquela altura, a comunicação oficial dos cardeais não poderia ter causado alguma perplexidade no ânimo do monarca...*

Regista-se, no ano seguinte, a presença em Portugal dos embaixadores do duque de Anjou, recebidos por el-rei D. Fernando a 19 de Abril de 1379, os quais estipulavam acordo de mútua ajuda com Portugal, contra el-rei de Aragão (11). *Ora, mesmo que o bispo de Lisboa tivesse mandado notícias sobre agitações havidas no conclave, não deveriam ser de molde a causar apreensões no ânimo do monarca português, por virem de um fautor da legitimidade da eleição de Urbano VI, além de que os embaixadores franceses não deviam levar incumbências dos cardeais rebeldes, que, só mais tarde, haviam de se manifestar. Por isso mesmo, penso seja de pôr um tanto de reserva o que dirá no seu discurso ao monarca francês o bispo de Lisboa D. Martinho Anes, sucessor de D. Agapito, sobre as dúvidas e escrúpulos de D. Fernando, ao ser-lhe apresentada a notícia da eleição, enviada pelos portugueses que estavam em Roma, e depois, ao serem-lhe apresentadas pelos emissários de Urbano VI, o cavaleiro napolitano, de nome Roberto, e João de Roquefeuille, ao serviço do cardeal Pedro de Barreira, ofertas de escarlata e propostas de aliança com aquele e auxílio da parte de el-rei de Portugal contra os inimigos do papa* (12). *Era natural certa perplexidade em D. Fernando, perante notícias de mensageiros secretos dos cardeais, mas atenuada pela notícia oficial e assinatura dos mesmos... Também não deixam de ter explicação plausível exageros de interpretação dos acontecimentos da parte de D. Martinho, bispo de Lisboa, sequaz declarado de Clemente VII e representante ou embaixador de D. Fernando, já passado abertamente para as fileiras do papa de Avinhão...*

João de Roquefeuille era agente secreto dos cardeais, conforme consta do sobredito discurso do bispo de Lisboa e depoimento do inquisidor de Aragão, mestre Nicolau de Eymeric. Traía, portanto, o papa de Roma, Urbano VI. Está fora de dúvida a possibilidade de ele ter causado escrúpulos a el-rei de Portugal, com notícias de depoimentos dos cardeais, a declararem nula a eleição de Urbano VI (13). *Mas D. Fernando continuou a acatar as decisões do papa de Roma.*

---

(9) NOËL VALOIS, em *Bibliothèque de L'École de Châtres* 52 (1891) 486, nota 3:

«Il dut être avisé des premiers de l'election d'Urbain VI par un courrier que lui dépêcha de Rome, en toute hâte, Agapito Colonna, évêque de Lisbonne. Ce messager ayant débarqué a Aix, le sénéchal de Province lut les lettres dont il était porteur, en envoya copie au cardinal de Pampelune, qui ne soupçonait que depuis trois jours l'avénement de Barthélemy (déposition du cardinal de Sisteron, Bibl. nat., ms. lat. 11745, fl. 73v)». Em Fevereiro de 1380, passava pelo norte de Itália, no regresso de Portugal, o sobrinho do bispo de Lisboa, de nome Lélio de Palombário, *honorabilem hominem*, que o tio desejava mandar ao rei de Hungria, depois de passar pelo rei de Castela. Ele trazia incumbências do arcebispo de Toledo, D. Pedro Tenório, para D. Agapito, a propósito da eleição de Urbano VI. De el-rei de Castela trazia o seguinte recado: «Dicas domino Agapito quod si de secunda electione potest michi mittere instrumentum, prout in hac cedula continetur, volo stare instrumento predicto. Et hoc dicebat informatus ab archiepiscopo antedicto, qui dictis continue erat presens»: Carta de D. Agapito ao papa Urbano VI, em *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fl. 85-86. Publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *Die Anfänge des Gr. Abend. Schismas*, pp. 321-322.

(10) FR. MANUEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, t. VIII, Lisboa Occidental, 1727, p. 283. Cf. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, II, Coimbra, 1910, pp. 239-240.

(11) Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro elementar*, III, Paris, s. d., 31-34.

(12) *De Schismate*, vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 197-203v, cód. Vat. lat. 5608, fls. 69-76, publ. por NOËL VALOIS, em *Bibliothèque de Châtres* 52 (1891) 499-516.

(13) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 50v-57. Cf. JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *loc. cit.*, pp. 72-73. Segundo o bispo de Recanati, foi a pedido do cardeal de Vergne que João de Roquefeuille

Os cardeais, dispostos a eleger um papa não italiano e levados pelas circunstâncias a votar num candidato desta nacionalidade, o que, de per si, não seria suficiente para acusar de inválida a eleição, que, aliás, poderiam ter denunciado, em tempo e lugar oportunos, e não fizeram, dando até mostras externas e claras de acatamento e aceitação do papa eleito, contudo, em face do comportamento rigoroso e despótico do novo papa, iam maturando a ideia de pressão e medo. Se Urbano VI fosse menos ríspido com os cardeais, talvez tivesse evitado a ruptura, que levou à decisão gravíssima da eleição de novo papa. O certo é que as declarações juradas e tantas vezes contraditórias das testemunhas, chamadas a depor, não nos permitem conclusão absolutamente certa. As diligências dos embaixadores urbanistas e clementinos em Portugal e os depoimentos dos que foram testemunhas dos acontecimentos, não eram de molde a levar à união e a uma certeza da parte do monarca português. A modo de exemplo, recordo alguns depoimentos, a respeito das eleições.

Conforme declarações feitas em Medina del Campo pelo franciscano conventual, Frei Ferrário de Vergós, professor de teologia na Universidade de Lérida, os Romanos, depois de pedirem aos cardeais elegessem papa um romano e, a seguir, um romano ou italiano, já durante as exéquias de Gregório XI, quando o frade passava por Santa Maria Nova, onde estavam congregados os cardeais, ameaçavam-nos de morte, se não elegessem um papa romano. E ele vira muita gente armada. As ameaças continuaram durante o conclave, chegando os agitadores ao ponto de golpearem o tecto, sobre o qual estavam os cardeais. Estes, segundo a testemunha, corriam grande perigo. Logo a seguir à eleição, começaram a correr vozes entre os familiares dos cardeais de dúvidas sobre ela:

> *«Primus quaternus in causa secundi electi. Depositiones recepte in Metina. Depositio fratris Ferrarii in causa secundi electi. Frater Ferrarius de Vervos (!), ordinis fratrum Minorum conventualis, Illerdensis, magister in sacra pagina, lector Universitatis Illerdensis, provincie Aragonie, iuratus et interrogatus... Ad iiii. dixit quod sciebat quod, ipso existente infirmo Rome, quod venit ad visitandum eum unus doctor, vocatus dominus Petrus Cebon, Urgellensis diocesis, et dixit ei: Vos intenditis recedere, set credo quod non poteritis, quod hic eritis martir, quia Romani iam tractant et inferunt suas minas, dicentes quod, si cardinales non eligunt ad voluntatem eorum, omnes ipsi et omnes citramontani erimus occisi, et credit quod illud dicebat assertive et non iocosse, quia ipse petiit si trufabat, et ipse respondit, cum iuramento, quod non, set quod ita missum erat dici cardinalibus; et post ibidem dixit sibi dominus Michael, doctor, de famillia cardinalis de Luna ... Item super viii.° capitulo, dixit quod audiverat a multis Romanis et aliis Rome, quod iste Barensis se recomendabat bandarensibus et officialibus Romanis humiliter, quod haberent eum recomendatum ... Interrogatus super xii.°, xiii.°, xiiii.° capitulis, dixit quod audivit dici quod pluries requisierunt et supplicarunt officiales cardinalibus quod eligerent Romanum, et hoc a principio, tamen post addiderunt Romanum vel itallicum, et quod ipse semel*

---

levou a notícia a Castela, Portugal e Navarra. Cf. GAYET, *Le grand Schisme d'Occident*, I, p. 106. A notícia da eleição teria chegado a Castela, na segunda metade de 1378. Cf. MICHAEL SEIDLMAYER, *Die Anfänge des Gr. Abend. Schismas*, p. 29. A notícia oficial, portanto, deveria ter chegado a Portugal mais ou menos por essa altura. Depoimento do cardeal Pedro de Vergne, feito em Avinhão, a 11 de Maio de 1380: «Item dixit quod quando misit litteras et suos nuncios regibus Yspanie, noluit quod ipse scriberet regibus Ungarie et Navarre et Portugalie et noluit quod sigillaret iste litteras suas, ymo misit pro sigillo istius cardinalis et iste remisit sibi. Et quidam miles de lingua Occitana qui erat tunc Rome in familia istius cardinalis mittebatur cum quodam Neapolitano ... imo dixerat illi militi quod diceret regi Portugalie et regi Navarre quod non darent fidem illis litteris, quia ipse non sigillaverat nec reputabat verum papam istum Barensem, propter manifestam impressionem et quod tenerent secrete», publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *loc. cit.*, p. 243.

veniendo de Sancto Johanne de Letran et transeundo prope Sanctam Mariam Novam, ubi fiebant exequie pape Gregorii, vidit in hac ecclesia sancte Marie cardinales congregatos et cum ipsis bandarenses et officiales et ab extra erant cetus, et quod dixerat unus Romanus: Domine, ad Corpus Dei, si hac vice non habemus Romanum, omnes occidemini, et plures de ibi stantibus [fl. 14v] ab extra dicebant quod propter hoc ibi venerant officiales et bandarenses, ad petendum quod eligerent Romanum ... [fl. 15]... Interrogatus super xxii.° capitulo, dixit quod vidit plures armatos, ut supra dixit in proximo capitulo, set quod non vidit eos in platea Sancti Petri, tempore quo intrabant cardinales conclave, eo quod non erat ibi, set quando cardinales erant [intra] conclave, hora qua predixit, quando veniret ad Sanctum Petrum, videlicet quando dicebatur quod erat electus cardinalis Sancti Petri, quod vidit ibi plures ... [fl. 15v]... Interrogatus super xxxii.° capitulo, dixit quod credit quod, si ad custodiam conclavis fuerant deputati dominus Agapitus et comes Nollanus, quod cardinales fuissent in tuto et potuerant libere eligere papam. Interrogatus quare credit, dixit quod, pro eo quod scit, isti duo erant maximi et famosi et potentes Rome et quia comes Nollanus erat ex parte Ursinorum et dominus Agapitus ex parte illorum de Collumpna. Interrogatus super xxxiiii.° capitulo, dixit se audivisse quod tempore, quo cardinales intrabant conclave, erat magna pars populi et montaneorum armatorum in platea Sancti Petri, et hoc erat notorium per totam Romam. Interrogatus quid dicebant, si clamabant vel tacebant, dixit se audivisse quod emittebant voces, clamando: Romano lo volemo o almanco italliano, et audivit dici quod aliqui illorum accedebant privatim ad cardinales, quando intrabant conclave, et dicebant sibi ad aurem hec verba: Domine, date nobis papam Romanum vel itallicum ... [fl. 16]... Interrogatus super xli.° capitulo, dixit quod audivit dici a multis de familiis cardinalium Aragonensis, Glandatensis et Sancti Eustacii, antequam intrassent conclave, quod determinatum fuerat inter eos de eligendo papam de collegio cardinalium. Interrogatus si ista determinatio fuerat omnium cardinalium vel aliquorum ipsorum, dixit quod non audiverat dici, nisi cardinales determinarent ita. Interrogatus si dicebatur si essent ultramontanus vel itallicus, dixit se nescire, tamen audivit dici quod vox erat de tribus, de Vivariensi et de Pitavensi et Sancti Eustacii ... [fl. 16v] ... Interrogatus super xlvi.° capitulo, dixit quod audivit dici quod aliqui Romanorum illorum qui intraverunt palatium, stabant subtus conclave et pro maiori parte noctis percutiebant tectum, supra quod erant cardinales, cum lanceis, et vociferabant: Romanum volumus vel itallicum ... [fl. 17] ... Interrogatus super lii.° capitulo, dixit quod audivit dici quod cardinales sciverant quod dicebatur quod, nisi se expedirent in eligendo sine mora, eligendo Romanum vel itallicum, quod erant in periculo ... [fl. 17v] ... Interrogatus super lxxx.° capitulo, dixit quod, postquam cardinales exiverunt conclave, die sabbati et die Dominica Ramis Palmarum sequentibus, et pluribus aliis diebus sequentibus, audivit quod dubitabatur inter homines et feminas Romanos utrum ista electio valeret vel non, et quod confabulabantur super hoc. Item dicit quod audivit dici a pluribus familiaribus cardinalium et multis aliis diversarum nationum, inter ceteros fortius a natione Alemanorum ... [fl. 18] ... Interrogatus super lxxxv.° capitulo, dixit quod credit, cum propter voces et clamores, tum propter minas et motum populi, et per rupturas et per alia que vidit et audivit, quod debuerunt timere, et credidit quod timuerunt propter premissa. Interrogatus si credit quod potuissent eligere de alia natione, quam de ea que petebatur, sine periculo, respondit quod credit quod non, ymo credit quod si de alia eligerant, quod fuerant in magno periculo. Interrogatus si ipse s[t]etisset illo tempore intus in conclavi, si timuerat, dixit quod sic ... [fl. 18v] ... Interrogatus super C.° capitulo, dixit quod illa que dixit es[s]e notoria, quod illis erat communis vox et fama. Ego frater Ferrarius de Vervos, ordinis fratrum

Minorum provincie Aragonie et sacre theologie magister, as[s]ero me audivisse et vidisse que in suprascripta depositione continentur, secundum modum et formam declaratam, ac etiam scire et credere, prout superius in quolibet capitulo continetur» (14).

Também Pedro Afonso, cónego de Sevilha, baseado em informações do deão de Tarazona e do cardeal Pedro de Luna, afirma que, segundo quanto lhe fora dado ver e ouvir, durante o tempo da eleição e depois, os cardeais estiveram sempre sob pressão de grande medo. Ajunta ter padecido também ele medo, apesar de não ter participado no conclave. Os cardeais não poderiam pôr em dúvida ou declarar nula a eleição, sem grande perigo de suas pessoas. Não esconde, porém, influências do cardeal de Aragão, ao declarar não ter obtido qualquer graça, enquanto estivera em Roma, e que o cardeal o constituíra seu procurador quanto a prebenda possuída em Sevilha. Termina por não se pronunciar, em virtude do juramento prestado, por nenhum dos eleitos. De entre ambos os contendentes, desejava ver na cátedra de Pedro o autêntico papa:

«*Depositio Petri Alfonsi, canonici Ispalensis, in causa secundi electi... [fl. 19] ... Interrogatus super v.° capitulo, dixit de auditu quod fuerunt vocati ad ista consilia, aliquibus vicibus, dominus Agapitus et abbas Montis Cassini et etiam frater Alfonsus, olim episcopus Gienensis. Interrogatus super quibus fuerunt vocati, vel quod dixerunt sibi, dixit se nescire, preter quod audivit, quod iste frater Alfonsus monebat eos quod servarent honorem Rome et Ecclesie et permitterent cardinalibus libere eligere... Interrogatus super xiiii.°, xb.° capitulis, dixit de auditu quod illi qui mictebantur ad dicendum et rogandum cardinales quod eligerent papam Romanum vel itallicum, quod dicebant eis, set nescit si ex parte officialium Romanorum vel ex parte sua, quod bene facerent dare eis papam Romanum vel itallicum, alioquin dubita[ba]nt de magno periculo, taliter videbant populum dispositum, et hoc audivit dici a decano Tirasone quod fuerat dictum cardinali de Aragonia, ipso presente ... [fl. 19v] ... Interrogatus super xxxii.° capitulo, dixit quod credit quod dominus Agapitus nec comes Nollanus potuerant tenere securos cardinales, etiam si habuissent custodias pontium. [fl. 20] Interrogatus super xxxiii.° capitulo, dixit de auditu quod in platea Sancti Petri erant multi armati, set nescit si erant Romani vel foranenses vel qui... [fl. 20v] ... Interrogatus si cardinales dixissent quod non eligerent, si erant in periculo, [dixit] quod non credit quod fuerant in periculo, tamen quod fuerant reduti, prout credit, ad palacium et male tractati, prout non decebat cardinalibus. Interrogatus si dixerant quod iam elegerant aliquem alterius nationis, qui non fuisset Romanus vel itallicus, si erant in periculo, dixit quod credit quod sic, et ita credebatur et presumebatur per aliq[u]os curiales, cum quibus ipse loquebatur, et dicebatur quod in isto casu cardinales [erant] in periculo mortis vel lesionis. Interrogatus quare presumebant hoc, dixit quod ex eo quod videbat populum multum animatum ad volendum Romanum vel itallicum ... Interrogatus super lxxvii.° ... Interrogatus si vidit eos post in suis domibus an aliis locis tristes vel letos, dixit quod aliquos in suis domibus et aliquos equitantes et videbatur sibi quod post mortem pape Gregorii, donec ipse recessit de Roma, non vidit eos esse ita letos et boni gestus, ut prius. Interrogatus si videbatur sic aliis, sicut sibi, et si presumebatur quare fuissent tristes, dixit quod ita videbatur alliis curialibus, cum ipse conversabatur, et presumebant ita esse, eo quod ipsum elegerant in suum despectum et cum timore, et quia audivit una die, stando in hospitio Gundissalvi Lupi Cordubensis,*

(14) *De Schismate*, vol. VII (Arm. LIV, t. 20), fls. 13v-18v.

Rome, per tres vel quatuor dies post electionem istius primi electi, quod dixerat unus cardinalis, nescit quis, quod plus vellet centum floren. de beneficiis pape Gregorii quam mille istius primi electi, et per aliquos fuit sibi dictum, dabatur intelligi quod non poterat conferre beneficia iste primus electus... Interrogatus super lxxx.° capitulo, dixit quod, postquam electio istius primi electi fuit facta, donec ipse recessit de Roma, videlicet vi. die Madii, semper vidit curiales, cum quibus conversabatur, dubitare si ista electio valebat aut non. [fl. 21] Interrogatus quare dubitabant, dixit quod pro eo quod videbatur sibi quod eligerant eum propter timorem et hoc sibi videbatur per ea que viderant et audierant... Interrogatus super lxxxv.° capitulo, dixit quod per ea que vidit et audivit tempore electionis et post, cardinales semper fuerunt in magno timore et periculo mortis et quod etiam ipse et alii multum timuerunt, et credit quod iste metus fuit talis qui potuit cadere in constantem, et de hoc satis dixit in alio casu. Interrogatus quod, [si] ipse fuisset in conclavi, [dixit quod] valde timuisset, quia stando foris, cum ad se non pertineret, timuyt... Interrogatus super xcii.° capitulo, dixit quod credit quod, si cardinales in dubium revocassent electionem, utrum esset vera et canonica vel non, vel eam voluerant impugnare, quod fuerant in magno periculo personarum. Interrogatus quomodo credit, dixit quod per ea que vidit et audivit, prout superius dixit, tamen non audivit ab aliis ... [fl. 21v] ... Interrogatus si habuerat gratiam a primo vel secundo electo, ut inclinaretur potius ad unum quam ad reliq[u]um, dixit quod, dum ste[te]rat Rome, non habuerat aliquam gratiam, tamen, postquam venit ad partes istas, quod miserat sibi dici Gundisalvus Luppi Cordubensis, eius amicus, quod obtinuerat sibi unam spectationem ad dignitatem in ecclesia Ispalensi. Item quod, antequam recessisset a Roma, cardinalis Aragonensis constituerat eum suum procuratorem in prebenda, quam habebat in ecclesia Ispalensi, et nunc etiam erat procurator, set ob hoc, in casu isto, propter iuramentum quod prestiterat, quod nolebat nec inclinaretur ad unum potius quam ad alium, excepto pro illo qui haberet ius in papatu. Ego Petrus Alfonsi, canonicus Ispalensis, deposui prout supra in singulis capitulis supradictis continetur, et hic me subscripsi. Petrus Alfonsi» (15).

Álvaro Gonçalves, cónego de Córdova e participante no conclave, exclui tivessem os cardeais eleito o papa Urbano VI com medo de morte. Notara que estavam muito alegres. Só vira neles descontentamento, quando Urbano VI, depois da eleição, começou a repreendê-los, inclusive quanto a gastos na comida. O cardeal de Viviers, conforme a testemunha soubera por certo familiar deste, teria desabafado, em tom de ameaça, que o papa viria a sofrer danos por isso. Alguns penitenciários perguntaram ao cardeal de Limoges se o arcebispo de Bari era verdadeiro papa e teriam recebido resposta afirmativa. Álvaro Gonçalves vê indícios de que o consideravam verdadeiro papa nas atitudes do cardeal de Glandèves, nomeado bispo de Óstia, e nas do cardeal de Aragão, bem chegado ao papa, nesses dias, inclusive no proceder dos mesmos, aquando da entronização, à qual tinham assistido livremente. Mesmo que assim não tivesse acontecido, seus bens e familiares nada teriam sofrido por isso. Durante a coroação do papa, mostravam-se de semblante alegre. De todas as formas, os cardeais tiveram ocasião bem propícia, em Roma e em Anagni, e toda a liberdade para declararem nula a eleição, se porventura tivessem procedido com medo, mas não o fizeram. Nada teriam a recear dos Romanos, porque estes ficaram descontentes com a eleição do arcebispo de Bari, Urbano VI:

(15) *De Schismate*, vol. VII (Arm. LIV, t. 20), fls. 18v-21v.

«*Depositio Alvari Gundisalvi, canonici Cordubensis, in casu secundi electi... Interrogatus super v.° capitulo, dixit quod audivit quod dominus Agapitus et abbas Montis* [*fl. 22*] *Cassini iverant semel ad consilia senatorum et officialium Romanorum...* [*fl. 22v*] *... Interrogatus super xxxiii.°, xxxiiii.° capitulis, dixit quod ipse vidit cardinalem Sancti Eustacii intrare in conclave et intravit cum eo, et tempore ingressus vidit satis de gente in platea et ad palacium, sed nullum audivit dicere vel clamare Romanum volumus vel itallicum, nec similia verba, bene tamen audivit dici quod aliqui Romani inter se dicebant: erit papa Romanus, alii cardinalis* [*fl. 23*] *de Aragonia, alii cardinalis Sancti Eusthacii et nichil plus audivit ... Interrogatus super xli.° et xlii.°, dixit quod audivit quod cardinales ultramontani, antequam intrassent conclave, erant in proposito eligendi de seipsis, et tractando de electione, aliqui nominabant cardinalem Lemovicensem, alii Vivariensem, alii Sancti* [*fl. 23v*] *Eusthacii, ita quod non concordabant, et quod italici, quilibet, propter discordiam ultramontanorum, cogitabat esse papam ... Interrogatus super lviii.° capitulo, dixit quod audivit quod cardinalis de Ursinis dixerat: non do vocem meam nisi electo a maiori parte ... Interrogatus super lx.° capitulo, dixit quod audivit ab auditore cardinalis Vivariensis et a pluribus aliis quod omnes cardinales, excepto cardinali de Ursinis, qui dixit verba que supra, dixerunt quod ipsum eligebant cum intentione quod esset verus papa, set non audivit quod ipsi eum elegerunt timore mortis... Interrogatus super lxii.° capitulo, dixit quod audivit a quodam gallico, nomine Pessimet, familiari decani de Santes, quod quando archiepiscopus Barensis et alii, quibus supra dixit, fuerunt vocati per cardinales et volebant intrare conclave, quod episcopus Marsiliensis, qui erat ad custodiam, extenserat brachium archiepiscopo Barensi,* [*fl. 24*] *quando intrabat, et sibi dixerat: vos estis papa, habeatis me recomandatum. Interrogatus si hac vice exivit ad populum, dixit quod non. Interrogatus si fuit fama quod dominus Johannes de Baro fuysset electus, dixit se nunquam audivisse et nescit plus. Interrogatus si, quando Romani intrarunt conclave, archiepiscopus Barensis erat intus, dixit quod audivit quod sic, et quod iam presentata erat sibi electio, et quod fecerant collationem cum magna letitia, et post deliberaverant cardinales et ipse quod asconderetur, dubitando quod displiceret Romanis electio, et fuit asconditus in domibus camerarii ... Interrogatus super lxvi.° capitulo, dixit quod, quando ipse vidit intrare archiepiscopum Barensem et alios prelatos, verum est quod populus et qui erant ad custodiam, loquebantur de diversis rebus et tumultus loquendi erat magnus, set nunquam audivit quod peterent papam Romanum vel itallicum, imo vidit quod respiciebant et cogitabant quod venirent ad consilium. Interrogatus super lxvii.° capitulo, dixit quod audivit, die Veneris post factam electionem, ab aliquibus galicis, de quibus non recordatur, quod antequam cardinales intrassent conclave, quod cardinalis Glandatensis miserat unam cedullam archiepiscopo Barensi, in qua continebatur quod ante paucos dies eum haberet dominum et magistrum, et quod haberet eum recomandatum, et adhuc quod audivit quod archiepiscopus visitaverat cardinales et quod sibi dixerat: bibite, quia admodo in hoc statu non bibetis mecum, et postquam reces[s]it ab eo, quod dixerat ibi stantibus: non videtur vobis quod iste esset bonus papa? et nichil scit amplius de contentis in hoc capitulo ... Interrogatus super lxix.° capitulo, dixit quod nescit quod post prandium fecissent vel dixissent aliquod nec cur elegissent, salvo quod presentarunt archiepiscopo Barensi electionem, ut predixit, et induerunt eum capa et posuerunt super altare. Interrogatus super lxx.° capitulo, dixit quod non vidit populum in furore nec dicere verba contenta in capitulo, set, postquam audiebant cardinalem esse electum, intrabant ad impendendum ei reverentiam, dicendo: Sancto Petro, Sancto Petro. Interrogatus per quod (!) partem fuit* [*fl. 24v*] *ruptum conclave, dixit quod per duas. Interrogatus quis rupit, dixit quod nescit,*

set credit quod Romani ... Interrogatus super lxxi.° capitulo, dixit quod credit quod timuissent, set, postquam ipse intravit, vidit cardinalem Sancti Petri sedere in sella, cum capa et mitra, et cardinales in circuitu vestitos suis capis, nescit si omnes, eo quod duo ibant per vineam, prout audivit, et ipse vidit quod ipsi stabant bene leti, rubei, et non videbatur quod timuissent. Interrogatus quos cardinales vidit ibi stare, dixit quod plures et recordatur se ibi vidisse cardinales Vivariensem, de Geneva et de Luna. Interrogatus super lxxii.°, dixit quod porte capelle secrete non fuerunt fra[c]te, ymo vidit eas sanas, tempore quo fiebat reverentia cardinali Sancti Petri, et quando recessit. Interrogatus super lxxxiii.° (!) capitulo, dixit quod audivit ab aliis et quod ipse audiverat quod, quando intrabant conclave, dicebatur: Santo Petro, Santo Petro, et nichil aliud, set non audivit dici quod cardinales fuissent offensi nec iniuriati, nec aliquid sustinuissent, ymo plus dixit quod, quando Romani intrarunt, iam cardinales posuerant cardinalem Sancti Petri vestitum in sede. Interrogatus super lxxxiiii.° (!) capitulo, dixit, ut predixit, et quod nunquam vidit cardinales dicentes quod cardinalis Sancti Petri nolebat consentire. Interrogatus si non dixissent hoc vel dixissent quod elegerant aliquem alterius nationis seu ultramontanum, si fuerant in periculo, dixit quod, licet de hoc contristati fuissent, non credit quod periculum aliquem (!) incurrissent, et bene credit quod aliquis ribaldus dississet (!) sua verba, set non fuerat secutum periculum ... Interrogatus super lxxvii.°, lxxviii.° capitulis, dixit quod audivit quod fugerant duo cardinales [fl. 25] et postea reversi fuerant ad conclave, set non audivit quod alii latitassent. Interrogatus quando iverunt cardinales, post recessum conclavis, dixit quod aliqui statim iverunt ad castrum Sancti Angeli, ante quam ad hospitia sua, aliqui yverunt ad sua hospitia et aliqui in crepusculo iverunt extra villam, sicut Geebenensis et Montis Maioris et Sancti Eusthacii et de Ursinis, et qui iverunt ad castrum, fuerunt duo, et alii yverunt ad sua hospitia. Interrogatus si quando exierunt conclave, et quando sequenti die eum coronarunt, si erant leti, dixit quod pretendebant satis de letitia, et quod audivit dici a quodam familiari cardinalis Vivariensis quod audiverat a domino suo quod omnes cardinales erant multum leti... Interrogatus super lxxx.° et lxxxi.° capitulis, dixit quod non audivit quod dubitasset nec fuisset murmur super electione primi electi, usque ipse incepit monere et reprehendere cardinales de multo cibo et multis expensis; tunc audivit ab uno familiari cardinalis Vivariensis quod, si ita faciebat, dampnum sentiret, et audivit quod aliqui penitentiarii interrogaverant cardinalem Lemovicensem si Barensis erat verus papa, et quod ipse responderat eis quod ita erat verus, sicut sanctus Petrus, et hoc audivit ab uno monaco Sancte Marie Nove, set nescit alium dubitasse, nec istud dicere abinde durasset ... Interrogatus super lxxxiii.° capitulo, [dixit] quod non fuissent vocati nec eis mine illate ex parte electi, ymo audivit quod cardinales, qui erant cum electo, eis miserant dicere quod venirent aut mitterent suas cedulas, ut ipsi intronizarent eum, quia aliqui galici dixerant eis quod non exissent castrum, donec vidissent si populus elevabatur plus vel non ... Interrogatus super lxxxvii.° capitulo, dixit quod miserunt cedulam, in qua concedebant [fl. 25v] aliis vices suas, ut eum intronizarent. Interrogatus super lxxxviii.° capitulo, dixit se non audivisse quod electus misisset pro illis, set ipsi miserunt cedulam et statim venerunt ... Interrogatus super xc.° capitulo, dixit quod credit, etiam si non venissent tam illi de castro Sancti Angeli, sicut illi qui erant extra civitatem, quod propter hoc quod sui familiares nec sua bona non fuissent male tractata, et quod venerunt cum affectibus, letis et bonis faciebus, postquam eum coronarunt. Interrogatus super xci.° capitulo, dixit quod conversabantur ex tunc cum eo, in reverentiis et aliis, sicut cum papa, et ipse contullit episcopatum Hostiensem cardinali Glandatensi, ut (!) ea die erat ibi cardinalis de Luna, quasi acceptus. Interrogatus si hoc faciebant intentione et proposito con-

cedendi sibi aliquod ius de novo, vel ipsum confirmarent, primo dixit quod credit quod hoc faciebant quia habebant eum pro vero papa, propter primam et secundam electionem. Interrogatus quando fuit facta illa secunda electio, dixit [*quod*] *quando* (*!*) *tempore quo ipsum intronizarant. Interrogatus super xcii.º capitulo, dixit quod credit quod, si cardinales voluerant postmodum dubitare vel illam electionem impugnare, docendo de iure, quod non supervenerat eis propter hoc malum nec dampnum. Interrogatus super xciii.º capitulo, dixit quod credebat quod, dum cardinales steterunt Rome, quod potuerant loqui super electione in secreto seu aliter, et ratio que ipsum movet, est quia certum est quod Romani fuerunt male contenti de illo et placuisset eis ante Romanus quam italicus ... Interrogatus super c.º capitulo, dixit quod audivit quod Agnanie dominium civitatis regebatur per Urbanum de mense Maii et Junii, ultra nescit, et credit quod cardinales bene potuissent revelare intentum suum super hoc facto* [*fl. 26*]*, si voluissent, sine aliquo timore, antequam venisset gens armorum, eo quod camerarius* [*qui*] *tenebat fortalitium civitatis Agnanie, erat cum cardinalibus*» (16).

Frei João, abade do mosteiro de Santo Isidoro de Sevilha, fala de ameaças de morte contra os cardeais, bem como de gente armada e de povo furioso, a impedir a liberdade da eleição. Refere também as arrelias do povo, perante as declarações do cardeal de S. Pedro, a esclarecer que não era o papa eleito, mas sim o arcebispo de Bari. Com pouca coerência ou lógica, termina por manifestar a opinião de que os cardeais não poderiam eleger papa um cardeal francês, sem perigo de morte, embora pudessem eleger papa o cardeal de Aragão, Pedro de Luna, por ser amigo dos Romanos:

«*Depositio fratris Johannis, abbatis monasterii Sancti Ysidori ordinis Cisterciensis, Ispalensis diocesis,* [*testis*] *iurati ...* [*fl. 27*]*. Interrogatus super xx.º capitulo, dixit quod audivit, et de hoc erat publica vox et fama Rome, quod officiales Romani miserunt et fecerunt venire homines armatos de Tiberim et de aliis locis, territoriis Rome, et audivit dici quod tenuerunt multos asconssos in suis domibus, donec cardinales intrarunt conclave ...* [*fl. 27v*] *... Interrogatus super xxxii.º capitulo, dixit quod non credit quod comes Nollanus et dominus Agapitus potuissent tenere pontes in custodia, taliter quod populus non transisset, si voluisset, quantum plus, quia populus potuerat transire per fluvium, et habebant barcas aptatas ad hoc, ut audivit dici ...* [*fl. 28*] *... Interrogatus super xlbi.º capitulo, dixit quod nescit plus, set audivit quod cardinales non dormierant illa nocte propter magnas voces Romanorum. Interrogatus super xlvii.º capitulo, dixit quod audivit quod Romani minabantur cardinales quod eos interficerent fame vel apponerent ignem, si non dedissent eis papam Romanum vel saltem italicum, et nescit plus, preter ea que dixit in aliis capitulis de ista materia ... Interrogatus super l. capitulo, dixit quod, quando ipse audivit istam campanam, ut predixit, vertit se ad Sanctum Petrum, ad hospitium cardinalis Sancti Eusthacii, et invenit plateam multo plus plenam gente armata quam ante, et vociferabant: italicum volumus, et post, de mandato episcopi Sogorbicensis, accessit prope conclave et vidit palatium plenum gentibus et vociferabant, ut predixit, et tunc in introitu audivit quod cardinalis Sancti Petri erat papa et, postquam propius accessit prope scalam conclavis, audivit dici quod non erat ipse, et audivit a quodam Romano qui dicebat aliis: grida,*

(16) *De Schismate*, vol. VII (Arm. LIV, t. 20), fls. 21v-26. Outro depoimento ou *Depositio in speciali super casu primi electi*, em Medina del Campo, na primavera de 1381, sobre a validade da eleição de Urbano VI, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *loc. cit.*, pp. 271-272.

grida italliano lo volemo ... [fl. 28v] ... Interrogatus super liii.° capitulo, dixit quod videtur sibi audisse quod cardinalis de Ursinis se posuerat ad fenestram et dixerat populo quod se retraheret et taceret, quia cum adiutorio Dei ipsi eligerent talem, de quo Deo placeret et christianitas contentaretur, et audivit quod cardinales rogaverant eum quod ista diceret ... Interrogatus super lxx.° capitulo, dixit quod ipse post prandium vertit se ad palatium, quasi in meridie vel modicum plus, et vidit quomodo incipiebant percutere portam conclavis cum gladiis, et rumor erat magnus et dicebatur [fl. 29] per Romanos, qui ibi adherant: itallicum volumus. Interrogatus quare rumpebant conclave, dixit se nescire, set audivit quod ut haberent papam Romanum vel itallicum, et de hoc erat publica vox et fama quod hoc et omnia alia et rumorem movebat populus et faciebat ad habendum papam Romanum vel itallicum ... Interrogatus super lxiiii.° capitulo, dixit quod cardinales, dubitando furorem populi qui intrabat, rogarunt cardinalem Sancti Petri dicendo: frater, servetis nos a morte et consentiatis nos dicere quod estis papa, pro eo quod usque nunc a nobis petebant Romanum vel itallicum et modo petunt a nobis Romanum, et audivit quod cardinalis Montis Maioris imponebat ei mitram et dicebat omnibus, timore mortis: iste est noster papa. Interrogatus super lxxv.° capitulo, dixit quod nescit ipse si populus audiverat cardinalem Sancti Petri esse papam, quando incepit rumpere conclave, set audivit quod populus invenit cardinalem Sancti Petri, sedente[m] in cathedra, pro eo quod cardinales rogarunt eum quod sederet, quando videret populum intrare, et audivit quod populus eum receperat et situaverat super altare, et dixit quod audivit quod populares petebant ab eo dicentes: da nobis benedictionem, et dicebat ipse: non sum papa; adhuc dicebat plus: papa per vim non est papa, et quidam consobrinus suus dicebat sibi: pillalo que bon loco he, et dicit ultra quod petebant ab eo: qui est papa? et ipse dicebat: dominus Barensis est papa, et ipsi dicebant: ubi est, ubi est proditor, et interficiemus eum? Interrogatus quis posuit eum in cathedra, dixit quod audivit quod cardinales rogarant eum, ut predixit, quod se poneret in cathedra, ut ipse et ipsi evaderent periculo mortis, et etiam audivit [fl. 29v] quod Romani extraxerunt eum inde et posuerunt supra altare. Interrogatus super lxxvi.° capitulo, dixit quod audivit quod, ipso posito in cathedra, cardinales recesserunt de conclavi et quod iverant ad hospitia sua et plures eorum ad aliena, pedestres et in roquetis et sine capellis, excepto quod audivit dici quod cardinalis Geebenensis portabat unum baculum in manu et posuit ad terram unum Romanum desuper rocino et saltavit super eum, et vidit cardinalem de Luna ire ad domum suam cum capa et capello, et visum est sibi quod ibat associatus de Romanis et satis paucis de familia sua cum ipso ... Interrogatus super lxxviii.° capitulo, dixit ut supra dixit in supra proximo casu et plus quod vidit cardinalem Aragonensem ire ad hospitium suum multum tristem et hoc visum est sibi videre in faciebus Sancti Eusthacii et de Ursinis, quando exibant extra Romam, quod incedebant multum tristes... [fl. 30] ... Interrogatus si sine metu potuissent alium eligere, dixit quod credit quod non potuissent gallicum sine metu, tamen presumebat quod si elegerant cardinalem de Luna, quod factum (sic) *fuerat, quia erat multum amicus Romanorum... Interrogatus super xc.° capitulo, dixit quod audivit quod ita cardinales, qui erant ab extra, sicut illi qui erant in castro, redierunt et venerunt ad primum electum per metum, quem habebant, quod Romani occidissent suos familiares et deraubassent sua bona ... Interrogatus super xcii.° capitulo, dixit quod audivit a pluribus, et ipse ita credit verisimiliter, pro eo tempore, quo cardinales fuerunt Rome post mortem Gregorii, non fuerunt securi, et credit quod, si revocassent in dubium seu impugnassent electionem, quod fuerat alius tumultus et rumor peior, seu ita malus ut primus. Interrogatus si credit quod eos occidissent, dixit quod nescit, set credit quod fecissent eos eligere alium Romanum vel*

itallicum, et hoc dixit quod credit propter conditiones populi, qui est indomitus et sine ratione ... [fl. 30v] ... Interrogatus, dixit ut predixit in xi.ª additione alterius casus. Item interrogatus, dixit quod vidit et audivit die Mercurii, hora tarda, maximum rumorem et tumultum gentis armate et die Jovis de magne multum magis grande[m] et maximam commotionem populi et tumultus. Item quod nunquam tam grandem vidit et credit quod ultramontani multum timuerunt, specialiter galici, et scit quod episcopus Animiensis (!) recessit occulte, ante electionem per tres dies, et vidit alios galicos qui se ocultarunt in hospitio, ubi dormivit ipse illa nocte, eo ut dixit quod in suo hospitio, ubi consueverant hospitari, non fuerant ausi remanere illa nocte, et vidit alios qui se ocultabant in abditis et latibulis et aliis locis ocultis ... Interrogatus si habuit gratiam a primo vel a secundo electo vel aliquam familiaritatem, dixit quod non. Interrogatus quem illorum dilligit et quem vellet haberet papatum, dixit quod tantum est sibi de uno quantum de reliquo, set placeret sibi quod haberet ille qui habet ius. Ego frater Johannes, ordinis Cisterciensis, abbas monasterii Sancti Ysidori Ispalensis, assero me omnia et singula supradicta vidisse, audivisse, [s]civisse et credi[di]sse, prout superius in singulis capitulis hec narrantur, in testimonium quorum hec propria manu scripsi hiis tribus lineis» (17).

Rodrigo Fernandes, porcionário da sé de Sevilha, fala de relativa liberdade dos cardeais, embora diga não saber se sofreriam algo com a eleição dum francês e fale de ameaças de morte, as quais teriam cessado durante a noite. Acrescenta não estarem os cardeais seguros em Roma, onde ele, testemunha, estivera até ao mês de Julho, de forma a poderem pronunciar-se sobre a dúvida ou invalidade da eleição, com medo de morte. Ouvira dizer a alguns romanos que Urbano VI não era verdadeiro papa, opinião partilhada pelo camareiro do seu cardeal, mas que entre os curiais ou outros quaisquer não circulava rumor a tal respeito. Os cardeais teriam assistido à entronização de Urbano VI, com medo de perder os seus bens e dos familiares. Ele, testemunha, estava ao serviço do cardeal de Aigrefeuille, que, depois de o depoente ter regressado ao próprio país, apresentara a Clemente VII rol de súplicas, entre as quais se contava uma a favor dele, testemunha:

«Rodericus Fernandi, portionarius ecclesie Ispalensis, per iuramentum quod prestitit, deposuit ut sequitur ... [fl. 32] ... Interrogatus super xxxi.º capitulo, dixit quod credit quod non servarunt promissa, quia permiserunt transire plures gentes armatas per pontes et veniebant ad plateam clamando et magnas voces mittendo: Romanum volumus vel saltem itallicum, nec credit quod tenuissent cardinales securos, eo quod rumperunt conclave et ad (sic) *cellarium vini et esperserunt illud, et depredati fuerunt coquinam et conclave. Interrogatus super xxxii.º capitulo, dixit quod si[c], credit quod si comes Nollanus et dominus Agapitus habuissent ducentas lanceas, potuerant custodire pontes, ita quod aliquis non transisset per illos, tamen dicit quod potuerant transire per barcas, et alique corde fuerunt posite ad hoc, et audivit quod gallici cinceba[n]t eas de nocte, dixit etiam quod, si pontes fuissent custoditi, ut predixit, et gens armata non fuisset in burgo, credit quod cardinales potuerant eligere libere, sine metu et periculo. Interrogatus si electio fuisset facta de galico, debuerant post timere Romanos, dixit quod nescit ... Interrogatus super xxxb.º, xxxvi.º capitulis, dixit quod audivit quod Romani aperuerunt, ipsa nocte, portas palacii et vini*

(17) *De Schismate*, vol. VII (Arm. LIV, t. 20), fls. 26-30v. Depoimento do abade Frei João, no verão de 1386, em Avinhão, *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 60-62, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, p. 309.

et non sustinuerant claudi ipsa nocte et rumperunt cellarium et biverunt vinum botarum et sperserunt, et idem de agresta, et fregerant portas coquine et derraubati sunt ea que ibi invenerunt; dixit etiam quod audivit quod obsederant totum palacium, ita a parte palacii sicut a parte vinee, et ipse vidit eos qui erant a parte palacii, et erant tot quod vix recipieba[n]tur, et ipse [fl. 32v] ibi, ubi stabat, audiebat magnas voces, licet non perpenderet que dicebant, tamen dixit quod audivit quod clamabant: Romanum volumus, vel saltim itallicum. Interrogatus si aliquis potuisset intrare vel exire conclave sine scientia Romanorum, dixit quod non, pro eo quod totum erat circumdatum gente armata; etiam dicit quod audivit quod non sineba[n]t intrare palacium aliquem galicum, et sibi dicebant: vade foras flanchellon ... Interrogatus super xl.° capitulo, dixit quod audivit dici quod reportatum fuerat cardinalibus et ipse audivit ab aliquibus Romanis quod abbas Montis Cassini dederat quantitatem florenorum et ducatorum officialibus Romanis, ut facerent eum papam, et de hoc erat Rome publica vox et fama... Interrogatus super xlvii.° capitulo, dixit quod audivit ab aliquibus quod illi, qui stabant in palatio, mittebant voces quod, si non elegissent ad voluntatem eorum, quod eos occiderent, aliqui dicebant quod supponerent ignem, et continuarunt hos clamores tota nocte, et audivit ab aliquibus illorum qui erant ab intra, cum cardinalibus, quod non dormiverant tota illa nocte, tamen dixit quod quasi aurora, videtur sibi quod per mediam horam, cessarunt clamare ... [fl. 33] ... Interrogatus super l.° capitulo, dixit quod, cum pulsarentur campane, vidit venire plures armatos, clamando ut predixit, et continuarunt hos clamores, usque rupperunt conclave, et populus fuit multiplicatus ... [fl. 33v] Interrogatus super lx.° capitulo, dixit quod nescit de contentis in capitulo, set audivit a camerario domini sui, domino Johanne de Meiancio, loquendo de electione in camera sua, in presentia unius notarii sui apostolici, quod quidquid fecerant cardinales, erat nullum, quia fecerant timore, et preceperat sibi et notario quod ista tenerent sub silentio ... [fl. 34]... Interrogatus super lxxx.°, lxxxi.° capitulis, dixit quod aliqui Romani, cum quibus ipse loquebatur, sibi dixerant quod dicebatur illum non esse papam, et hoc audivit a camerario domini sui, ut predixit, set inter curiales nec alios, non erat istud murmur. Interrogatus si hoc dicere cessavit, dixit quod sic. Interrogatus quando, dixit quod antequam ipse recederet de Roma, quod fuit de mense Julii ... Interrogatus super lxxxiiii.° capitulo, dixit quod audivit quod cardinales, qui erant in castro, venerunt ad istum primum electum, timore ne perderent bona, que habebant in suis hospitiis, et familiarium suorum, et ne Romani male presumpmerent contra eos, et quod dixerunt cardinales: vadamus illuc et faciamus ad libitum eorum, nec tanta gens pereat propter nos, et non recordatur a quibus audivit, set dicit quod specialiter a pluribus familiaribus cardinalium. Interrogatus super lxxxv.° capitulo, dixit quod credit quod timuerunt et timuerunt causa quot curiales erant Rome. Interrogatus quare credit cardinales timuisse, dixit quod propter opera que vidit sibi fieri per Romanos, qui clamabant et vociferabant: Romanum volumus vel itallicum, et quia incendebant (!) armati et minabantur cardinalibus, et per alia que [fl. 34v] fecerunt, et dixit quod si[c] Deus eum iuvet, quod propter cardinalatum nolluisset tunc pati tantum timorem et tantum periculum in conclavi ... Interrogatus super xcii.° capitulo, dixit quod credit quod, postquam electio fuit celebrata, erant iam securi. Interrogatus si revocarunt in dubium vel impugnarunt electionem, existentes Rome, dixit quod credit quod non, ymo credit quod, si hoc fecissent, quod eos occidissent, quia viderant se esse deceptos, et hoc credit propter mallas conditiones, que inspunt Romanis, quia ipse vidit quemdam Romanum expellere patrem suum de sua domo et deicere eum per unam scalam inferius, dicendo: Villane, talis foris de domo mea ... [fl. 35] Interrogatus super c.° capitulo, dixit quod iste vidit et audivit de visu et de auditu propriis, in platea Sancti Petri

et in palatio, et de gente armata et de rumore et vocibus populi, quod erat communis oppinio et publica vox et fama Rome, de hiis que audivit et vidit privatim a singularibus personis nescit si erat publica vox et fama et oppinio vel non ... Interrogatus si habuerat gratiam ab aliquo eorum, dixit quod non, dum fuerat in illis partibus, tamen postquam venerat ad partes istas, dictum fuit sibi quod dominus suus cardinalis de Agrifolio presentaverat unum rotulum Clementi, secundo electo, et in eo fuerat sibi signata una gratia expectativa ad prebendam in ecclesia Ispalensi» (18).

João Garcia, deão de Calaorra, ao pronunciar-se sobre o medo dos cardeais, refere que até alguns familiares deles foram mal tratados. O do cardeal de Poitiers teria recebido ferimentos na cabeça. Os cardeais ultramontanos não teriam podido pronunciar-se contra a eleição, sem medo, enquanto estiveram em Roma, porque aí dominava o papa eleito, que tinha o povo às suas ordens. Ele próprio, testemunha, que não participara no conclave, tivera medo dos Romanos. Os cardeais deviam, portanto, ter sofrido ainda mais medo:

«Depositio Johannis Garsie, decani Callaguritani, testis iurati... [fl. 36] ... Interrogatus super xlix.° et l.° capitulis, dixit quod die Jovis, de magne, orto iam sole, audivit pulsari campanam Capitoli[i] ad rumorem, et pulsata campana, vidit quod homines dimittebant sua officia et ibant versus Sanctum Petrum, aliqui ex illis cum suis armis, et transierunt plures, quam consueverunt, et audivit dici quod multiplicata fuit gens, multum plus quam ante, in platea, in tantum quod non recipiebantur in platea, et dicedebant per alias partes ... Interrogatus si illi qui stabant in platea et in palatio vociferabant vel quid dicebant, dixit quod audivit quod mittebant magnas voces, et dicebant: [fl. 36v] Romanum, Romanum volumus, vel saltem itallicum, et hoc audivit a suis familiaribus, quos misit huc, et ipse remansit in suo hospitio ... Interrogatus si iste voces fuerunt continuate et usque ad quod tempus, dixit quod audivit quod continuate fuerant usque cardinalis de Ursinis dixerat eis quod tacerent, quia Romanum haberent, et tunc tacuerunt per modicum spacium, et erat tunc quasi hora tertia, et ista hora insonuit quod creatus erat papa Romanus, et multi Romani tunc conversi sunt ad sua hospitia et post reversi fuerunt ad vociferandum ut prius; et omnia que deposuit de auditu in hoc capitulo, dixit se audivisse a suis familiaribus, quod(!) mittebat ad sciendum nova, ut predixit ... [fl. 37] ... Interrogatus super lxxiii.°, lxxiiii.° capitulis, dixit quod audivit ab aliquibus Romanis quod cardinales non fuerant honorabiliter tractati, et sui familiares fuerunt male tractati, et quod audivit aliquos cardinales dolere de hoc, et quod derraubarunt argentum et alia que invenerunt ibi, et quod posuerunt ad terram et iniuriati fuerunt aliquibus familiaribus, et unum familiarem cardinalis Pitavensis percusserunt in capite, usque sanguinis effusionem... et intrabant, ut incuterent eis metum, et audivit quod per aliquos cardinales fuerat eis dictum quod cardinalis Sancti Petri erat papa et nolebat consentire, et quod facerent eum consentire. Interrogatus si non dixissent quod factus erat papa Romanus vel quod fecerant alium alterius nationis, si fuerant cardinales in periculo mortis, dixit quod nescit, set actus erat malus et periculosus, maxime quia erant Romani et gens seditiosa, sicut ipsi intrarunt per vim per portas et per palatium, plus meditatur ut facerent malum quam bonum seu urbanitatem. Interrogatus super lxxb.° capitulo, dixit quod audivit ab aliquibus et etiam ab hospite suo quod Romani posuerunt eum in cathedra malle, nolle suo. Interrogatus super lxxvi.° vii.° et viii.°

(18) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 31-35.

capitulis, dixit ut in liiii.° capitulo alterius casus, et plus quod, quando recedebant de conclavi, vidit eos ire tristes. Interrogatus quare, dixit quod credit quod propter metum eis illatum... Interrogatus super lxxx.° capitulo, dixit quod usque camerarius ivit Ananiam, quod fuit, prout credit, [fl. 37v] modicum ante festum Ascensionis, ipse non audivit quod verteretur in dubium, ymo omnes habebant eum verum papam, quantum ipse cognovit, specialiter quia recipiebat et tractabat eos bene et ad nuptum eorum faciebat provisiones, et videbatur sibi quod omnia que faciebat, erant cum consilio eorum, et postquam recessit camerarius, misit pro eo primus electus, et quia non venit, ortum est murmur et dubium inter homines et dicebatur quod aliquod dubium erat in electione, et post quando inceperunt recedere cardinales ad Agnaniam, aliqui qui redibant, de hiis qui iverant, apparebat plus materia quomodo erant male contenti cardinales de hiis que acciderunt tempore electionis, et ideo ipse consuluit dominum suum cardinalem de Vernio, qui dixit sibi quod deposuit quod in xxxii.° capitulo alterius casus. Interrogatus super lxxxi.° capitulo, dixit quod toto tempore, quo ipse ibi fuit, non vidit ibi minui hoc dubium, sed augeri ... Interrogatus super lxxxv.° capitulo, dixit quod nescit qua hora fuit facta electio, set credit quod, postquam cardinales intrarunt conclave, timuerunt vel timere debuerunt et timuerat ipse, et timebat stando extra conclave, et post pulsationem campane Capitoli ad martellum, die Jovis, de magne, credit quod timuerunt et timere debuerunt, maxime quia ipse timebat plus. Interrogatus quare credit quod timuerunt et timere debuerunt et etiam ipse timebat, dixit quod propter ea que audivit ab eis, quando cardinales intrarunt conclave, et per ea que ab eis audivit, sequenti die de mane, et per ea que sequenti die de mane, quando pulsata fuit campana, vidit quod Romani liquebant sua officia et ibant ad Sanctum Petrum. Interrogatus si potuerant eligere alium alterius nationis, qui non fuisset italicus vel Romanus, dixit ut supra in lxxiii.°, lxxiiii.° capitulis ... Interrogatus super xcii.° capitulo, dixit quod cardinales ultramontani, tempore quo fuerunt Rome, non potuerunt revocare in dubium et (sic) *electionem primi electi sine [fl. 38] periculo, nec eam impugnare. Interrogatus quare credit, dixit quod pro eo quod iste electus dominabatur Rome et populus erat ad mandatum suum. Interrogatus si hoc periculum fuisset mortis, credit quod sic, pro eo quod negare dominium domino non est nisi mors, excepta misericordia domini ... Interrogatus quem illorum vellet esse papam, dixit quod ille qui habet ius, quia non afficitur uni plus quam alteri. Interrogatus quem dictat[t] sibi conscientia habere melius ius, dixit quod dicere[t] regi. Ego Johannes Garsie, decanus Calleguretanus, fateor me vidisse et audivisse, scire et credere, prout in singulis capitulis huius casus habetur et in tantum hic me subscripsi, Decanus»* (19).

Frei Afonso de Mélida, ministro dos terceiros franciscanos, reconhece terem os Romanos pedido, a altas vozes, um papa romano ou, ao menos, italiano. Declara, contudo, ser duvidoso, tanto para ele como para Frei Afonso, bispo de Jaén, que os cardeais tivessem ouvido tais vozes, apesar de outros dizerem que as ouviam. Ao correrem perigo, os cardeais e o arcebispo de Bari, eleito papa com o nome de Urbano VI, teriam recorrido ao truque de apresentar como papa o cardeal de S. Pedro, natural de Roma. Pediram-lhe dissesse ser o papa eleito e vestiram-no de paramentos próprios, mas ele reclamava não ser papa. Durante seis ou sete semanas, depois da eleição, o bispo de Jaén temia se originasse cisma na Igreja, ao ver a discórdia existente entre o papa eleito e os cardeais. Parece dever-se tal apreensão a informações havidas do cardeal Pedro

(19) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 35-38.

de Luna. Em conversa com o bispo e outras pessoas, afirmava-se que Urbano VI era verdadeiro papa. Depois da eleição de Clemente VII, o depoente, antes de partir para Espanha, pedira ao bispo de Jaén, em Roma, lhe dissesse, por amor de Deus, qual dos eleitos fosse verdadeiro papa. Obtivera então a resposta, que o era Urbano VI, sem sombra alguma de dúvida. Antes de partirem de Roma para Anagni, já os cardeais estavam descontentes com o papa. Tanto ele, depoente, como o bispo de Jaén, durante a eleição, habitavam perto do conclave, em paz, sem se aperceberem de algum rumor ou escândalo:

«*Depositio fratris Alfonsi de Melide, tertii ordinis fratrum Minorum,* [*testis*] *iurati. Interrogatus super primo capitulo, dixit quod audivit quod officiales Romani, tempore contento in capitulo, tenebant sepissime consillia. Interrogatus ubi, credit quod in Capitolio. Interrogatus ad quid fiebant ista consillia vel que tractabant in eis, dixit quod audivit quod tractabatur de custodiendo* [*fl. 38v*] *cardinales, quod non recederent usquequo fecissent papam et tractabant de custodiendo civitatem, ut societates, que erant contra Ecclesiam, nec prefectus non impedirent electionem, si* (sic) *dicebatur quod cardinalis Geebenensis miserat pro britonibus, ut faceret papam ad voluntatem suam. Interrogatus super ii.°, iii.° capitulis, dixit quod nescit quod plus deliberassent, quam id quod dixit, set dixit quod audierat ab episcopo Gienensi, qui loquebatur cotidie et habebat magnam conversationem cum Romanis, quod Romani non consentirent quod facerent papam, nisi Romanum vel italicum vel alterius nationis, quam de Francia, et asserebant, pro eo quod dicebant Romam esse disptructam et plures terras esse contra Ecclesiam et quod papa Gregorius dederat pecunias Ecclesie suis consanguineis, et etiam quod semper fecerant papam de lingua Francie et sue nationis, maxima erant tempora. Interrogatus super iiii.° capitulo, usque ad octavum inclusive, nichil ... Interrogatus super xi.° capitulo, dixit de auditu quod positi fuerunt custodes in viis publicis et in portis civitatis, set nescit si posuerunt custodiam in flumine, et ipse vidit custodire portam Sancti Laurentii et illas, per quas itur ad Sanctum Sebastianum, nobiles civitatis armatos. Interrogatus quare fiebant et ponebantur custodie iste, dixit de auditu quod pro eo quod non recederent cardinales et electio fieret Rome. Interrogatus* (sic) *ut gentes non intrarent Rome, que impedirent electionem et dampnificarent Romam. Interrogatus que gentes erant iste, de quibus timebant, dixit de auditu quod timebant gentem lige, specialiter gentem britonum, eo quod dicebatur eos esse amicos cardinalium Francie. Interrogatus quando fuerunt posite iste custodie, dixit quod statim post mortem Gregorii... Interrogatus super xiiii.° capitulo, audivit quod corda Romanorum non contentabantur quod gallicus* [*fl. 39*] *fieret papa et ita dicebatur per civitatem ... Interrogatus super xxii.° capitulo, dixit quod audivit quod erant plures gentes in platea Sancti Petri quando cardinales intrabant conclave et etiam postquam stabant intus in conclavi et quod aliqui ex illis qui ibi erant, erant armati et quod stabant ad custodiendum conclave cardinalium et dixit quod cardinales quando ibant ad conclave, audivit dici quod milites dicebant eis quod darent papam Romanum et postquam cardinales intrarunt conclave, audivit dici quod Romani qui stabant prope palatium pape, petebant elevatis vocibus dicendo: date nobis papam, date nobis papam Romanum vel saltem itallicum. Et dixit quod frater Alfonsus, olim episcopus Gienensis, et ipse dubitabant si cardinales audivissent illas voces, et alii sibi dixerunt quod audiebant eas bene ... Interrogatus super xl.°, xli.°, ii.°, iii.° capitulis, audivit ab episcopo Vicensi, antequam cardinales intrarent conclave, quod cardinalis Vivariensis habebat sex voces cardinalium. Item quod archiepiscopus Barensis habebat alias sex cardinalium. Interrogatus ubi audivit, dixit Metine, modicum erat. Interrogatus a quo audivit, dixit quod a fratre Menendo, et ille dixit sibi quod ita*

diceret quando examinaretur, et ipse petivit ab eo quomodo diceret, et ille dixit quod diceret quod frater Menendus penitentiarius pape ... [fl. 39v] ... Interrogatus super liii.° capitulo, audivit quod cardinalis de Ursinis posuit se ad unam fenestram [et] dixit Romanis quod habebant papam et erat itallicus et aliqui Romani inceperunt clamare: Romanum, Romanum volumus, et iterum rediit post iste cardinalis et dixit: Romanum habetis, et tunc, prout audivit, fregerunt portas muratas conclavis et intrarunt intus, ad videndum quis esset ille papa. Interrogatus qua hora exivit prima vice iste cardinalis de Ursinis, dixit quod videtur sibi audivisse quod erat hora tertie et secunda vice erat hora none... Interrogatus super lxxiii.° capitulo, dixit quod audivit ab episcopo Vicensi, ut supra dixit, quod impendebant modicum honorem cardinalibus, et audivit a quodam capellano cuiusdam cardinalis, non recordatur quis sit, quod impellebant familiares cardinalium et ipsum percusserant et a quodam cardinali fugiente receperant unum annullum de manu et ipsum reduxerant illuc, et quod depredati fuerant aliqua eorum que tenebant cardinales in conclavi. Interrogatus super lxxiiii.° capitulo, dixit quod non credit quod, quando Romani intrarunt conclave, occidissent cardinales, licet non dedissent eis papam cardinalem Sancti Petri, [fl. 40] credit tamen quod si dedissent eis quod fecerant unum gallicum, quod impendissent eis modicum honorem. Interrogatus super lxxv.° capitulo, dixit quod audivit quod cardinales rogarunt cardinalem Sancti Petri quod dixisset quod erat papa, et posuerunt eum in cathedra et vestierunt capa et imposuerunt sibi mitram, et exhibita fuit sibi reverentia per Romanos, et ipse dicebat quod non erat papa, quia alium habebant papam, et dicebat quod maledictio Dei et sancti Petri et sancti Pauli esset super eos, quia ipse non erat papa, ut dixerat. Interrogatus quare hoc fecerunt, credit quod ad excusandum periculum archiepiscopi Barensis, qui erat electus, et suum proprium. Interrogatus quare timeba[n]t periculum, dixit quod pro eo quod fecerant dici per cardinalem de Ursinis, ut supra dixit, quod habebant papam Romanum, et credit ipse quod, si non hostenderant Romanum, quod ipsi viderant se deceptos ... Interrogatus super lxxx.°, lxxxi.° capitulis, dixit quod audivit ab episcopo olim Gienensi, per sex vel per septem septimanas post electionem, quod dubitabatur quod esset scisma, pro eo quod erat discordia inter electum et cardinales, et credit ipse quod iste episcopus olim Gienensis audivisset hoc a cardinali de Luna; dixit etiam quod, colloquendo iste episcopus et ipse et alii, qui stabant in domo, dicebant intra se si iste electus erat verus papa, et iste frater Alfonsus, olim episcopus Gienensis, dicebat eis quod sic, quia factum erat et non poterat infici. Dixit etiam quod, postquam fuerat electus secundus, Clemens, ipse quesivit ab isto episcopo, olim Gienensi, volens venire ad Ispaniam de Roma, pro amore Dei diceret sibi si ipse haberet pro firmo quod primus electus Urbanus erat verus papa, et ipse dixit sibi quod altera die sibi responderet, et reliqua die dixit sibi quod erat verus papa, si in mundo erat aliquis, et quesivit ab eo rationem quare, et respondit sibi quod non peteret amplius ab eo, set quod super caput suum diceret quod erat verus papa, et ita diceret et predicaret omnibus. Interrogatus super lxxxii.° capitulo, dixit quod de hoc nescit, set quadam die dictus frater Alfonsus episcopus fuit invitatus a quodam magno cive Romano et depulabantur ibi multi [fl. 40v] Romani, et iste episcopus dixit quod cardinales conquerebantur de rumore et vocibus factis et datis per Romanos die electionis, et ille civis sibi respondens, dixit quod ille rumor fuit ab omnibus [habitus] pauci valoris et talibus Romanis et multis aliis foraneis, qui venerunt Romam, non poterant boni claudere ora, set boni non vociferabant nec eis placebat, ymo displicebat ... Interrogatus super lxxxv.° capitulo, dixit quod non audivit nec credit eos timuisse tempore electionis, et credit quod sine timore potuissent eligere de alia natione, quam gallicana. Interrogatus si eligerent gallicum, si timuerant(!) vel fuissent in periculo, dixit quod credit quod propter hoc non impen-

dissent sibi maiorem honorem nec habuissent pro bono, tamen non credit nec cogitat quod propter hoc eos occidissent nec fecissent eis aliquod malum seu dedecus, prout dixit in alio casu, in capitulo lxxiiii.° ... Interrogatus super xci.° capitulo, dixit quod ipse intravit quadam die in camera pape et quod, sibi videtur, vidit omnes cardinales in circuitu ipsius, amotis caputiis, dixit etiam quod vidit quadam die eum dicere missam in Sancto Petro et cardinales erant ibi vestiti cum eo, dixit etiam quod pluries vidit eum celebrare in Sancto Petro et cardinales vestitos cum eo, et impendebant sibi reverentiam, sicut faciebant pape Gregorio. Interrogatus qua intentione seu proposito faciebant, dixit quod nescit. Interrogatus super xcii.° capitulo, dixit quod vidit cardinales euntes per Romam et impendebant sibi reverentiam et ibant securi, et nescit si ipsi revocarant in dubium electionem vel ipsam impugnaverant, si fuissent mortui scicius, propter iram quam ex eo quod Romani non fuissent contenti de hoc primo electo, ex eo quod non faciebant quod ipsi volebant ... [fl. 41] Interrogatus super xcix.° capitulo, dixit quod audivit quod miserat Agnaniam, ad faciendum provisiones suas, et post non yverat illuc, propter discordiam exortam inter ipsum et cardinales, dixit etiam quod videtur sibi quod cardinales erant securi Agnani[e], sine metu primi electi, nam audivit ab episcopo olim Gienensi quod, quando recesserant a Roma, iam male contenti recesserant ab eo, et audivit hospitia (sic) *Rome et favebant cardinalibus ut essent in discordia cum primo electo ... Interrogatus super cii.° capitulo, dixit quod episcopus olim Gienensis et ipse et alii hospitabantur prope turrim Sanguineam et steterunt in hospitio suo die Mercurii et die Jovis electionis et steterunt, pacifice et in sua oratione, et non vidit nec audivit rumorem, seu scandalum aliquod non recordatur ... Ego frater Alfonsus, minister de Melide tertii ordinis sancti Francisci, dixi omnia contenta in capitulis supra»* ([20]).

D. Garcia, bispo eleito de Orense, narra como os cardeais procuraram esconder ao povo, durante certo tempo, a eleição do arcebispo de Bari, ou seja de Urbano VI. Faz ver a dificuldade em admitir-se falta de liberdade na eleição, ou que Urbano VI não fosse verdadeiro papa, visto os cardeais terem dado muitas provas de consentimento nela. O cardeal de Genebra teria oferecido ao papa eleito um anel, oferta da mãe, quando fora criado cardeal, e o de Poitiers roquetes. Em Tívoli, estando o depoente em casa do cardeal de Florença, quando os purpurados ultramontanos já residiam em Anagni, ouvira certo protonotário, familiar do cardeal, declarar-se muito admirado por os cardeais levantarem dúvidas sobre a eleição de Urbano VI, depois de tantas vezes terem mostrado consentir nela, além de o terem eleito duas vezes, antes e depois do jantar ou almoço. O próprio cardeal de Florença se encarregara de obter e obtivera o consentimento de cada purpurado. O cardeal Orsini, que desejava ser eleito papa, ao notar que a eleição recaía no arcebispo de Bari, teria tentado influenciar os Romanos, no sentido de o obrigarem a renunciar. Outros cardeais procuraram escondê-lo e davam a entender fora eleito o cardeal romano, de S. Pedro, a fim de livrarem aquele da ira do povo. Ele, bispo de Orense, sustenta que, se os cardeais elegessem papa um cardeal francês, não correriam perigo de morte da parte dos Romanos, que aliás se tranquilizaram, depois de enfurecidos com a eleição do arcebispo de Bari. Cerca de seis semanas após a eleição, soubera por Pedro Chambon, ouvidor apostólico, e pelo cardeal de Genebra que a eleição de Urbano VI não fora livre, pelo que temiam o cisma. Ouvira a mesma coisa em Anagni, quando já ali estavam todos os cardeais ultramontanos. Álvaro Martins dissera-lhe então que o cardeal de Genebra sustentava não ter sido bem feita a eleição. Mas, observa o nosso bispo, seis

([20]) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 38-41.

semanas antes, ninguém duvidava da sua validade. O cardeal de Florença teria dito em Tívoli: O papa não quis seguir o meu conselho de enviar cardeais a várias partes do mundo, para comunicar a eleição, o que redundará em seu prejuízo! No dia da coroação de Urbano VI, os cardeais davam mostras de contentamento. Além disso, teriam podido declarar inválida a eleição, sem perigo algum, antes da festa de S. João Baptista, no mês de Junho, como fizeram mais tarde, e não publicaram tal declaração:

> «*Depositio Garsie, electi Auriensis, testis iurati. Interrogatus super primo capitulo ... pro eo quod audivit quod hoc factum insurgebat a cardinali de Ursinis, ut eligerent eum papam. Interrogatus quare petebant itallicum, dicit quod* [*fl. 41v*] *ad collorandum factum suum, et dixit quod, prout credit, petebant ex duplici capite, primo quanto plus restringitur libertas voluntatis, petendo Romanum vel itallicum, quod solus Romanus esset, secundo quia unum de pluribus, ex quibus audivit dici qui petebant Romanum vel itallicum, erat a*[*d*] *recuperandum bona Ecclesie perdita et ad custodiendum ea que tenebant, et bona Ecclesie erant non solum Rome, sed in Itallia ...* [*fl. 42*] *... Interrogatus super xl.° capitulo, dixit quod nescit de aliquo prelato minore cardinali, qui instigasset populum, set audivit quod cardinalis de Ursinis et illi de sua parentella prestiterant occasionem ut metus induceretur et rumor fieret cardinalibus, ut iste cardinalis de Ursinis fuisset papa, et hoc audivit a pluribus Romanis, de quibus non recordatur ...* [*fl. 42v*] *... Interrogatus super lxiii.° capitulo, dixit quod audivit ab aliquibus, nescit quibus, quod, facta electione, exierunt cardinales de Agrifolio et alter, et dixerunt custodibus conclavis: bona nova usque cras, hora tertie, habebitis papam Romanum vel itallicum, de die autem et hora, quando hoc dixerunt isti cardinales, non recordatur, nec scit nec audivit ... Interrogatus super lxv.° capitulo, dixit quod audivit post electionem factam, secunda vel tertia die, quod cardinales, postquam nominaverunt archiepiscopum Barensem in papam, quod miserant pro eo et ad celandum quod populus non intellexisset quod eligerant eum in papam, quod etiam miserant pro abbate Montis Cassini et pro quodam patriarcha ... Interrogatus super lxix.° capitulo, dixit quod ipse, stando Tiburim et cardinalibus existentibus Agnanie, exceptis itallicis, cum existens in domo cardinalis de Florentia, audivit a quodam de familia dicti cardinalis, qui dicebatur esse magnus generosus, et credit quod erat protonotarius, quod mirabatur ipse quomodo cardinales poterant dicere primum electum non esse papam, consentiendo in eum totiens, nam dixit quod ipse sciebat quod nominaverant eum in papam ante prandium et post prandium quod iterum eligerant eum, et post quod iste primus electus venerat ad eos, volens scire de suis consensibus, et tunc cardinalis Florentinus, dominus suus, quod iverat pro quolibet cardinali, si consentiebat in ipso, et quod consenserunt, et credit quod ipse consensit electioni, ut audivit dici, et postquam habuerunt eum mantellare, quod pro peiori se reputabat, qui tardius eum discalciebat, et audivit ab isto quod cardinales dederant iocalia isti primo electo. Interrogatus si* [*fl. 43*] *audivit ab illo, qui ista retulit, quomodo sciebat, dixit quod non, set audivit ab isto quod cardinalis Geebenensis dederat isti primo electo unum anullum, quem dederat sibi mater sua, quando creatus fuerat in cardinalem. Et cardinalis Pictavensis sibi dederat roquetos. Interrogatus super lxx.° capitulo, dixit quod audivit quod fuerat ruptum conclave ... audivit quod cardinalis de Ursinis, postquam vidit quod eum non eligebant et elegerant archiepiscopum Barensem, quod procuraverat cum aliquibus suis familiaribus et dederat eis certa signa ut Romani facerent rumorem, ad finem ut incuterent metum isti primo electo, ut renuntiaret, et cardinales ut ipsum eligerent, et credit quod signa eis dedisset, antequam intrasset conclave ... Interrogatus super lxxiii.° capitulo, dixit quod audivit quod, quando Romani intrarunt conclave, quod iniuriati sunt*

cardinales et abstulerunt sibi anulos, quos tenebant in digitis, et quod cardinalis Geebenensis quod videns proiecit anullos suos illis et audivit quod cardinales tunc absconderunt archiepiscopum Barensem, ad servandum eum. Interrogatus quare, dixit quod audivit post dies aliquos quod aliqui illorum, qui intrarunt conclave: moriatur, moriatur Barensis, et ipse intelligit quod dicebatur pro archiepiscopo Barensi. Interrogatus super lxxiiii.° capitulo, audivit a decano de Santas, querendo ab eo quare cardinales fecerant illum dolum, monstrando papam illum qui non erat, dixit quod viden[te]s cardinales quod elegerant itallicum et non Romanum, et quod Romani rumpebant et intrabant conclave, quod unus cardinalium dixit cardinali Sancti Petri quod diceret ipse quod eum elegerant in papam et quando Romani intrarunt, dicebant: date nobis papam, et ipsi responderunt: Cardinalis Sancti Petri est electus in papam, faciatis eum consentire, et dixit sibi quod, nisi ita fecissent, fuissent in periculo mortis. Interrogatus quid (sic) *credit, ipse dixit quod, secundum suum iudicium, credebat quod, si cardinales elegissent alium quemcumque de seipsis, etiam si non fuisset Romanus vel itallicus, quod contentati fuissent de eo Romani, in tantum quod non percusissent seu occidissent eum vel cardinales. Interrogatus si elegerant unum de seipsis, qui non fuerat Romanus vel itallicus et presentaverant [fl. 43v] eum in illo punto, quando presentatus est cardinalis Sancti Petri, si credit quod fuissent in periculo mortis, dixit quod non, quia magna est diferentia inter malum facere, quod est gravius, quam metum incuterent* (sic), *quod est levius, et presuposito, ut ipse credit, quod Romani facerent multa, ad incutiendum metum cardinalibus, ut haberent curiam Rome, et ad finem trahendi eos ad suum propositum, non tamen credit quod propter hoc ipsi procedissent ad nocendum eis in suis corporibus, quod est multum grave, et potest etiam hoc apparere pro eo quod, postquam sciverunt archiepiscopum Barensem esse papam, fuerant contenti. Interrogatus si cardinales timuerunt vel timere debuerunt, si iste metus fuit talis qui cadere debuit in constantem virum, dixit quod secundum suam imaginationem et intellectum, et ita credit quod Romani, posito quod petebant Romanum vel itallicum, intentio eorum erat habere solummodo Romanum per ea que supra dixit in capitulo, unde si consideremus hoc factum ex parte mali, quod poterant facere Romani cardinalibus, dixit quod credebat quod non fecisset aliquod malum, ut supra dixit, set, si consideremus factum ex parte cardinalium quod ipsi patiebantur, [h]ac ratione dixit quod cogitabat et credebat quod ipsi potuerunt timere, et si ipse fuisset cardinalis et stetisset ibi, quod ipse timuisset tali timore, qui cadit in constantem, et presumpmit et credit quod ipsi illum habuerunt vel habere debuerunt, salvo si fuissent certi cardinales de hiis que ipse presumpmit de Romanis, quod non nocuyssent eis ... Interrogatus super lxxvi.°, vii.° et viii.° capitulis, dixit quod audivit quod recesserant ad palatium cum modico honore, et ipse, exeundo hospitium suum, vidit venire cardinalem Geebenensem equitando, cum roqueto, sine capa, et credit sine cappelo, cum uno baculo in manu, et videbatur sibi quod veniebat turbatus facie, et audivit quod Romani associaverunt cardinalem de Aragonia usque ad suum hospitium, et aliqui aliorum cardinales iverant ad castrum Sancti Angeli et alii ad sua hospitia et alii extra civitatem, scilicet de Ursinis, Sancti Eustacii et Geebenensis, et ad castrum de Agrifolio, Pitavensis et Lemovicensis, et nescit plus. Interrogatus si cardinalis Geebenensis, quando ipse vidit ire, si ibat associatus, dixit quod videtur sibi quod competenter de sua familia ... Interrogatus super lxxx.°, lxxxi.° capitulis, dixit quod videtur sibi quod, lapsis sex septimanis post electionem, audivit a domino Pedro Chanbon, auditore sacri palatii, et cardinali Geebenensi quod iste primus electus erat factus per vim et non escusabatur scisma, et post hoc audivit Agnanie a pluribus, existentibus ibi omnibus cardinalibus ultramontanis, quod iste electus primus erat electus per vim et quod dixerat sibi Alvarus Martini, doctor, quod cardinalis*

Geebenensis [fl. 44] dederat ei perpendere quomodo electio non erat bene celebrata, et britones debebant venire Romam, ad male faciendum in burgo Sancti Petri, et dixit, donec transissent ille sex septimane, non audivit de hoc aliquid dici nec quod dubitaretur de eius electione, et dixit quod, quando ipse recessit et yvit Tiburim et quando cardinales de Florentia, de Milano et de Ursinis recesserunt inde et non redierunt, quod audivit a quodam scriba cardinalis de Ursinis: ego vado et non veniam. Item quod audivit a cardinali Florentino ibi, in Tiburim: dominus noster papa nolluit credere michi, quia ego sibi consului, statim ut fuit factus papa, quod mitteret plures cardinales ad diversas partes, ad notificandum electionem suam, set quia michi non credit, male erit sibi, quia cardinalis sum ego... Interrogatus super xci.° capitulo, dixit quod vidit cardinales conversare cum isto primo electo, sicut cum papa, in reverentiis et aliis, et quantum ad intentionem et propositum, dixit quod cardinales non revellarant sibi intentionem suam et ita ipse non poterat iudicare. Interrogatus super xcii.° capitulo, dixit quod nescit si ipsi reputassent se esse securos vel non, nec si durabat adhuc metus in illis vel non, set, si ipse fuisset cardinalis et perpendisset electionem non tenere, non impugnaverat eam Rome, propter talem metum, qui poterat cadere in constantem ... [fl. 44v] Interrogatus super xcix.° capitulo, dixit quod die coronationis vidit cardinales letos et non tristes. Item dixit quod dixerat sibi cardinalis Glandatensis, sequenti die post coronationem, querendo ipse ab eo: quomodo accidit vobis, domine, magnum laborem sustinuistis [h]eri, et ipse respondit sibi: si non fuissent galline et refectio et bonum vinum quod dedit nobis dominus noster papa in Sancto Johanne Lateranensi, male successerat nobis ... Interrogatus super ci.° capitulo, dixit quod ipse ivit cum cardinali Glandatensi, qui fuit ultimus ultramontanorum, qui iverunt Agnaniam, et invenerunt ibi dominum Johannem de Malastrit et maximam gentem armorum, et visum est sibi ita bene potuissent publicare illa die electionem esse nullam, sicut fecerunt postea, et hoc dixit fuisse de mense Junii, ante festum sancti Johannis. Interrogatus super cii.° capitulo, dixit quod ante predictam diem Jovis ipse nichil audivit nec vidit de supradictis, tamen audiverat et [s]ciebat pro certo quod dictus archiepiscopus Bracarensis (sic) *exiverat Romam, nesciebat ad quem locum, set credebat quod iverat Gaeta, et nesciebat quare recesserat, de die Jovis vero, de mane, dicebat ut supra in lxxx.°, lxxxi.° capitulis, tamen dixit quod ipse propter timorem, quem passus fuerat, quod absconderat et posuerat in custodia et deposito suos libros et argentum in hospitio Petri Martini Cordubensis, qui morabatur ad pontem de Transtiberim, qui erat vicinus Romanus, et hoc non faciebat propter rumorem, set propter metum Romanorum, pro eo quod cardinalis de Ursinis laborabat super papatu qualitercumque, et perpendebat quod si cardinales passi fuissent malum, sibi et aliis ultramontanis non succederet bene et essent derraubati ... [fl. 45] Et ego Garsias, electus Auriensis, fateor me deposuisse sic, ut in singulis capitulis supra scriptis et [a] me depositis continetur, et per dominum archidiaconum de Niebla in ecclesia Ispalensi scriptis, et me archidiacono de Carrione presente»* (21).

O jerónimo Frei Miguel, do convento de S. Bartolomeu de Lupiana, declara que, a julgar pela gritaria dos Romanos, deviam os cardeais ter medo, se elegessem papa um francês, em vez de um romano ou italiano, mas não deveriam ter agido por medo, ao elegerem o arcebispo de Bari papa. Tiveram liberdade para se pronunciarem sobre esta eleição, depois de terem saído do conclave, e para elegerem até outro papa, se quisessem, sem medo algum. Para o nosso jerónimo, Urbano VI era o verdadeiro papa, conforme lhe ditava sua consciência:

(21) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 41-45.

«*Depositio fratris Michaelis conventus Sancti Bartholomei de Lupiana, ordinis sancti Jeronimi, testis iurati ... Interrogatus super xii.° capitulo, usque ad xv.° inclusive, dixit quod ipse quadam die, serviendo episcopo olim Gienensi, qui infirmabatur Rome, venit ad eum quidam clericus cardinalis Pitavensis et dedit sibi unam cedulam, in qua continebatur quod rogaret et preces efunderet ad Deum pro papa Gregorio, qui nimis infirmabatur, et credit quod, recedente, dixit sibi episcopus quod diceret suo socio quod rogaret Deum pro vita pape, et addidit, plus tristi facie, quod, si Deus aliter non ordinaret, ipse sciebat talia quod, si cardinales non eligerent papam Romanum, credebat quod Rome esset multum malum... Interrogatus super xxii.° capitulo, dixit, ut in alio casu, quod, quando cardinales inceperunt intrare conclave, ipse erat intus, et exeundo, vidit aliquos armatos ad primam portam palatii, et videtur sibi quinque vel sex, et post, inter portam et gradus Sancti Petri, erant armati ex una parte et ex reliqua equestres et pedestres et post, ante gradus in platea Sancti Petri, vidit paratas acies equitum et peditum armatorum ...* [*fl. 47v*] *...Interrogatus super liii.° capitulo, dixit quod, ipso existente in domo episcopi olim Gienensis, audiverat quod illa die electionis, quod currale palatium, quod erat ante conclave plenum gente, et clamabant et petebant papam, ut predixit, et unus cardinalis, nescit quis fuisset, posuit se ad fenestram et dixit eis quod tacerent, quod ipsi contentarent eos ...* [*fl. 46*] *Interrogatus super lxxvi.°, vii.°, viii.° capitulis, dixit quod nescit plus quam dixit in alio casu, in lvi.° et lvii.° capitulis, et de eo quod dixit de faciebus tristibus et letis, quando intrabant conclave, et in die coronationis, quando ybant ad Sanctum Johannem, in capitulis xxviii.° et lxxv.° Interrogatus super lxxix.°, lxxx,°, lxxxi.° capitulis, dixit quod nescit plus quam dixit in alio casu, in xxxi additione, de fratre qui predicavit quod iste primus electus Urbanus non erat verus papa ... Interrogatus super lxxxv.° capitulo, dixit quod, quando fuit facta electio de archiepiscopo Barensi, non credit quod cardinales timuerunt nec timere debuerunt, pro eo quod voces et rumor populi iam preterierant. Interrogatus qua hora audivit quod fuisset facta electio de archiepiscopo Barensi, dixit quod audivit quod, postquam cardinalis Sancti Petri fuerat positus in cathedra, ut predixit. Interrogatus si ista electio fuerat facta antequam rumperetur conclave, vel antequam comedissent cardinales,* [*si*] *debuissent timere, dixit quod credit quod sic. Interrogatus quare, dixit quod propter voces et modos, quos tenebant Romani. Interrogatus si elegissent aliquem gallicum vel alterius nationis, qui non fuisset Romanus vel ytallicus, debuerunt timere vel ausi fuerant facere sine metu, dixit quod credit quod sic, per ea que dixit. Interrogatus si credit quod iste timor fuisset mortis vel aliter, dixit quod, consideratis hiis, que vidit et predixit de his, que faciebant et vidit Romanos facere et hiis, que dixit sibi frater Alfonsus, olim Gienensis episcopus, quando misit cedulam cardinali Pitavensi, ut predixit, credit quod debuerunt timere mortem aut vulnera seu aliquot grande malum. Interrogatus si fuisset ipse illo tempore in conclavi, dixit quod ipse fuit in pluribus guerris, antequam intrasset ordinem, set, secundum illa et modos et vociferationes, quas vidit tenere Romanos, ipse timuisset, quia existens foris, timebat, ut predixit, et credit quod quemlibet* (sic) *etiam fortis debuisset timere et ad hoc movet ipsum maxima gens, que erat extra conclave, et modica, que erat intus... Interrogatus super xcii.°, xciii.° capitulis, dixit quod, postquam exierunt cardinales conclave, facta electione, quod vidit eos incedere salvos et securos Rome, et suos familiares, et credit quod, si voluissent impugnare electionem et dicere quod non volebant, et facere alium papam, quod poterant sine metu. Interrogatus quare credit, dixit quod ex eo quod vidit populum mansuetum et credit quod potuissent facere, et vidit aliquos britones yre securos per civitatem, post electionem. Interrogatus si cardinales voluissent recedere a Roma, si fuerant ausi* [*fl. 46v*] *post coronationem, credit quod non ad*

Avinionem, set ad alias partes Itallie credit quod sic. Interrogatus si potuissent recedere sine licentia pape, dixit quod non debebant de iure, set nescit si potuissent ... Interrogatus super ultimo capitulo, de publica voce et fama, etc., dixit, ut predixit in capitulo ultimo, de publica voce et fama tantum, et prout continetur in alio casu. Interrogatus [si] habuit gratiam ab aliquo istorum electorum, dixit quod pro se non, set alique gratie erant facte per papam Gregorium pro suo monasterio, et fuerant bullate sub bulla primi electi. Interrogatus quem istorum vellet ius habere, dixit quod nesciret determinare, set, per ea que vidit et ea que conscientia sibi dictat, quod papa Urbanus sit verus papa. Interrogatus si fuit rogatus vel inductus per aliquem quod diceret seu deponeret aliquid super istis casibus, dixit quod non. Ego predictus frater Michael recognosco me deposuisse supradicta» (22).

João Remígio de Gusmão, arcediago de Alcor, na igreja de Palença, e cónego de Leão, admite que os cardeais poderiam sofrer alguma coisa, caso elegessem papa um francês. Exclui, todavia, o perigo de morte ou de qualquer mutilação. Depois da eleição, gozavam de liberdade para denunciar que o arcebispo de Bari não era papa, antes de assim o tratarem, como trataram. Tiveram ocasião propícia para o fazer também em Anagni. Apesar de Urbano VI ter causado agravo a ele testemunha, no tocante à colação do bispado de Leão, em consciência tinha de o considerar verdadeiro papa. Aliás, logo desde o início do pontificado, mostrara, com factos, amar verdadeiramente a justiça e querer extirpar a simonia e outros vícios da Cúria Romana. Ele, depoente, fora solicitado por familiares do cardeal de Aragão, em Tívoli, para ir ter com os cardeais a Anagni, a fim de aí receber alguma dignidade. Regressado à Península, o ouvidor do cardeal de Aragão, Pedro de Noceto, pedira-lhe fosse ter com o papa Clemente VII, o qual lhe daria, com certeza, o bispado de Leão. Recusara, por considerar Urbano VI verdadeiro papa. Em Burgos, aquando da assembleia convocada pelo rei de Castela, o arcediago de Ruão sugerira-lhe encontro, com idênticas propostas e promessa do bispado de Leão ou de outro melhor. Também recusara o convite e encontro, pelas mesmas razões:

«Depositio Johannis Remigii, archidiaconi del Alcor in ecclesia Palentinensi, testis iurati ... [fl. 47v] ... Interrogatus super liii.° capitulo, dixit se audivisse quod unus cardinalis posuerat se ad fenestram et credit quod audivit quod fuerat ille de Ursinis, qui dixerat populo quod tacerent, quia cito haberent papam, set non meminit quod dixerit cuius nationis... Interrogatus super lxxbiii.° capitulo, dixit quod non intuitus est eos si erant tristes vel leti, excepto cardinali Pitavensi, quem non vidit letum, ut solebat, set credebat et tenebat tunc quod illud faciebant propter mortem Gregorii ... Interrogatus super lxxxii.° capitulo, dixit quod audivit quod die Veneris et subsequentibus multum penitebat Romanos petiisse Romanum vel itallicum et propter alia, que fecerant super huiusmodi electionem, que non erant facienda, et alii improperabant alios male fecisse et quod hoc erat ita publicum quod potuit venire ad aures cardinalium. Interrogatus super lxxxb.° (!) capitulo, dixit quod secundum ea que vidit et audivit, credit quod cardinales timuerunt, ut agnoscit, animossos. Interrogatus si elegerant alium alterius nationis, non Romanum vel itallicum, credit quod habuissent aliquod oprobrium, set non credit ut fuissent in periculo mortis. Interrogatus si iste metus, quem passi fuerunt cardinales, erat talis qui cadere[t] in constantem virum, dixit quod sic, ad sustinendum iniuriam, set non ut timerent mortem nec mutilationem, hoc dixit sentire de metu, illa die Jovis, quando erat totus populus congregatus ... [fl. 48]

(22) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 45-46v.

Interrogatus super lxxxix.° capitulo, dixit quod aliqui cardinales remanserant ibi cum familiis suis in civitate, in suis hospitiis. Interrogatus si castrum Sancti Angeli erat munitum de frumento, dixit ut predixit in quarto capitulo alterius casus. Interrogatus si cardinales predicti potuissent exire secure extra castrum ad alliam partem, ubi fuissent securi, dixit quod credebat quod sic et quod potuissent ire ubi stabant cardinales Geebenensis et Sancti Eustacii et de Ursinis. Interrogatus si Romani temptaverunt facere palencum vel ponere custodias illis qui erant in castro, dixit quod nescieba[t], nec audiverat. Interrogatus quare exiverunt cardinales castrum, utrum propter ista vel alia, dixit quod nescit, set credit quod pro eo quod rumor Romanorum iam cessaverat ... Interrogatus super xci.° capitulo, dixit quod vidit eos impendere reverentiam primo electo, sicut impendebant aliis pontificibus, qui fuerunt. Interrogatus qua voluntate et proposito, dixit quod nescit, set in quantum apparebat ab extra, quod illud faciebant ut pape et ita eum habebant, et ita credit ipse. Interrogatus super xcii.°, dixit quod credit quod non receperant aliquot dampnum, postquam populus fuit sedatus, propter ea que dixit super additione xxiii in alio casu, maxime si denuntiarant eum non esse papam, antequam facerent actus papales, quia per illos actus, quos fecerunt omnes qui erant Rome, quod esset verus papa. Interrogatus si post a[d] xv dies vel unum mensem post coronationem, si impugnarant et repugnarant in dubium electionem, si fuerant in periculo, dixit quod credit quod sic, pro eo quod tenuerant Romani quod faciebant illud, plus propter illa que ipse illis dicebat, que credebant ipsi esse inrationabilia, quam pro eo quod non erat verus papa, et Romani fecerant quidquid ipse illis mandaverat... Interrogatus super xcix.° capitulo, dixit quod credebat quod Agnania regebatur per officiales primi electi et per comitem Fundorum, qui tenebat comitatum Campanie, antequam cardinales ultramontani ibi fuissent, et post usque venit gens armorum, et hoc credit pro eo quod omnes tenebant primum electum ut papam in illa patria et pro eo quod Agnania est comitatus Campanie, quem comitatum tenebat tunc comes Fundorum. Interrogatus si dictus locus, si erat securus dictis cardinalibus, ad impugnandum dictam electionem, antequam gens armorum veniret ibi, [fl. 48v] sine metu populi Romani et primi electi, dixit quod nescit si esset securus ad hoc, set credit quod sic, pro eo quod comes Fundorum, qui tenebat tunc comitatum Campanie, in quo est Agnania, recesserat iam de Agnania contra voluntatem primi electi, qui eum privaverat dicto comitatu, cui privationi dictus comes non annuit nec curavit de [eo], pro eo quod comes erat amicus dictorum cardinalium. Interrogatus si locus Agnanie, si erat ita fortis quod cardinales et ipse potuissent resistere primo electo et populo Romano, credit quod sic, pro eo quod est fortissimus et postea ivit illuc ille, cui contullit comitatum primus electus, cum gente, et non potuit illum habere, quamvis non essent ibi iam cardinales nec gens britonum armatorum. Interrogatus super c.°, ci, cii.° capitulis, nichil, excepto quod audivit quod aliqui timuerunt, sicut fuit ipse, metu alicuius rixe seu rumoris, qui insurgeret inter Romanos et aliquos familiares cardinalium, maxime si non eligerent ad voluntatem suam, prout petebant Romanum vel itallicum ... Interrogatus si habuit gratiam ab aliquo istorum electorum, dixit quod sic, nam habuerat a primo electo archidiaconatum del Alcor in ecclesia Palentina cum prebenda, quos modo tenet, et canonicatum et prebendam cum prestimoniis in ecclesia Compostellana et obtinuit dispensationem ab episcopatu seu archiepiscopatu, quia pro aliis beneficiis iam ipse impetraverat ab aliis summis pontificibus, et dixit ultra quod privaverat primus electus eum. Item quod habebat ad ecclesiam Legionensem ratione sue postulationis et nolluit eum audire super suam informationem. Interrogatus quem electorum vellet habere ius in papatu, dixit quod primus. Interrogatus quare, dixit quod pro eo quod vidit in principio sue creationis per actus exteriores ut ipse diligeret iustitiam et vellet stirpare simoniam et alia vitia

Curie Romane et dare unicuique quod suum est et de secundo audivit in illo tempore dici, et ita erat quasi publicum Rome, quod erat multum disolatus (sic), *tamen post nescit quomodo conversatus est et si melius conversatus fuisset secundus quam primus, potius vellet secundum habere ius quam primum. Interrogatus quem dicta[t] sibi conscientia esse verum electum, credit quod primus. Interrogatus quare, dixit quod per ea que responderat et dixerat in articulis dictorum casuum. Interrogatus si fuit indu[c]tus seu informatus, etc., dixit quod non, etiam si informatus fuerat, quod non dixerat, excepto quod sua conscientia dictabat, tamen fuit requisitus per aliquos familiares cardinalis Aragonensis, qui stabant Tiburim, quod iret ad cardinal[es] Agnaniam et ibi sciscius adipiceretur honorem et post quod veniret ad partes, requisivit eum Barchillone unus auditor cardinalis Aragonensis, qui vocatur dominus Petrus de Noceto, quod iret ad secundum electum [fl. 49], et ipse reddebat eum certum quod daret sibi episcopatum Legionensem, quia ille qui eum tenebat, non habebat ius in ipso, eo quod sibi dederat primus electus, qui erat intrusus, et ipse nolluit hoc facere, eo quod credebat primum esse papam, ut predixit. Item quod Burgis, quando dominus noster rex tenuit curias, archidiaconus Rotumacensis dixerat sibi quod iret ad hospitium suum ad loquendum cum [eo] et teneret secrete ea que sibi diceret, et ipse reddebat eum certum quod faceret sibi dari episcopatum Legionensem vel alium meliorem et ipse nolluit ibi ire, per ea que supra dixit. Et ego Johannes Remigii de Guzmam, archidiaconus del Alcor in ecclesia Palentina et canonicus ecclesie Legionensis, confiteor et reco[g]nosco quod deposui et dixi totum hoc suprascriptum in istis quatuor foliis superioribus, cum suis cancellaturis et additionibus per manum archidiaconi de Carrion et Fernandi Martini, licentiati, archiadiaconi de Niebla, et in testimonium premissorum hic nomen meum scripsi»* (23).

Diogo Martins de Urduña, cónego de Toledo, afirma que os purpurados nunca puderam usufruir liberdade na eleição do papa. Esclarece que até ele temera a morte, fora do conclave. Se tivesse estado no conclave, teria seguido a vontade dos Romanos. A julgar pelo que vira e ouvira, estava convencido de que, se os cardeais não fizessem a vontade aos Romanos, estariam em perigo suas pessoas e familiares. Vários penitenciários duvidavam da validade da eleição de Urbano VI, aliás como os cardeais. Imediatamente depois da eleição, escrevera sobre o assunto ao arcebispo de Toledo e ao bispo de Segóvia, os quais poderiam mostrar as respectivas cartas. Para ele o verdadeiro papa seria Clemente VII, porque os cardeais antigos, que deviam conhecer a verdade quanto às duas eleições, seguiam-no. Aliás, seria de presumir que esses cardeais não queriam pôr em perigo a salvação de suas almas:

«*Depositio Didaci Martini de Urduña, canonici Tolletani, testis iurati in casu secundi electi... [fl. 50v] ... Interrogatus super lxxiiii.° et b.° capitulis, dixit ut in li.° et lii.° capitulis alterius casus. Interrogatus si quando, fracto conclavi, intrarunt Romani, si non invenissent quod erat, quod papa fuisset factus, dixit quod nescit, set credit, per ea que [vidit] et audivit, quod malum fuisset gallicis, specialiter cardinali Maioris Monasterii, quia illum hodiabant. Interrogatus si cardinales dixissent quod elegerant unum itallicum, archiepiscopum Barensem vel alium, si fuerant in periculo, dixit quod credit quod, si nominaverant aliquem itallicum notum, quod non fuerat eis malum, set nescit si nominaverant archiepiscopum Barensem, si habebant pro itallico vel non. Interrogatus si fuerat dictum Romanis quod erat electus aliquis gallicus vel alterius nationis et non esset itallicus, dixit quod credit quod, si elegissent gallicum, penituerat Romanos et male successisset*

(23) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 46v-49.

cardinalibus et aliis forestanis, propter furorem et rumorem, quos vidit. Interrogatus istud male succedere qualiter intelligit, dixit quod intelligebat quod qui non haberent Romanos, qui eos defensarent, transiverant male in personis et familliis et in bonis, et quod aliqui, ut cardinalis Sancti Eustacii, tenebant plures Romanos, qui custodiebant sua palacia. Interrogatus si elegerant de alia natione, quam gallicana, dixit quod audiverat a pluribus Romanis publice quod, si elegerant cardinalem Aragonensem, omnes fuerant contenti... Interrogatus super lxxx.°, lxxxi.° capitulis, dixit quod die Jovis, quando fuit publicata electio de sero, post vesperos, dixit decano Callaguritano, et non recordatur si dixit archidiacono Salamantino et archidiacono Metinensi et aliis, de quibus non recordatur, credo quod non habemus papam, nam isti cardinales fuerunt ita compulsi et vituperati quod quando exierint Romam et fuerint in sua libertate, conquerentur regi Francie et aliis [fl. 51] regibus et principibus et faciunt alium, et dixit quod hoc dixerat propter impressiones, quas viderat fieri cardinalibus, et per ea que vidit et audivit de preteritis, ut iam predixit in aliis locis, quia nunquam credit quod cardinales fuissent in sua libertate ad eligendum, prout iura volunt, dixit etiam quod audivit a quinque vel sex, de quibus non recordatur, quod cardinalis Geebenensis, in domo sua in quadam collatione, quod interrogaverat unum de penitentiariis, fratrem minorem, si audiebat in penitentia volentes sibi confiteri et ipse dixit quod sic et si absolvebat eos, dixit etiam quod sic, et interrogavit eum qua auctoritate absolvebat, et ille dixit quod auctoritate Ecclesie, et cardinalis dixit in quo erat ista auctoritas et alter respondit: in Deo, et quod illi qui ista sibi dixerant et ipse cogitabant quod cardinalis poneret dubium in electione, et dixit quod dicebatur quod plures alii murmurabant de hoc, et istud murmur semper crevit usque cardinales declararunt se, et dixit adhuc quod post et etiam post electionem secundi, donec ipse exivit Romam, iii die Aprilis proxime preterita, audivit a multis penitentiariis et aliis dubitari... Interrogatus super lxxxb capitulo, dixit quod, consideratis hiis que [a] Romanis fuerunt gesta et dicta, ut dixit in casu isto et in alio, specialiter in capitulo lxxiiii.° istius casus, credit quod timuerunt vel timere debuerunt, nam timuit ipse, qui erat extra conclave, in currali, et timebat mortem, si cardinales non eligerent ad voluntatem Romanorum, et propterea recessit ipse, inde non fuit ausus ibi stare, etiam dixit quod [si] ipse fuisset intus conclave, per ea que vidit et audivit, elegisset ad voluntatem Romanorum, quare credit quod, si non fecissent ad voluntatem Romanorum, erant in periculo personarum et familiarium. Interrogatus si credit cardinales passos fuisse vel pati debuisse metum, tamen qui debuit vel potuit cadere in constantem virum, dixit quod, per ea que supra dixit et in pluribus aliis locis, credit quod sic, et etiam in constantissimum... Interrogatus super xci.° capitulo, dixit quod vidit facere reverentiam, ut dixit in capitulo lxxb.°, set de proposito et intentione nichil sciebat, sed prout intellexit a cardinalibus, cum quibus conversabatur, non apparebat eos esse contentos de ipso nec de sua conversatione [fl. 51v]... Interrogatus super xciiii.° capitulo, dixit ut supra in capitulis lxxx, lxxxi.°, excepto quod dixit quod, electione facta, statim scripsit archiepiscopo Toletano et episcopo Seguntino, et ipsi exibeant litteras quas super hoc misit... Interrogatus super Cii.° capitulo, dixit quod audivit quod multi erant clausi in suis hospiciis, specialiter gallici et, ut predixit, timuit, et credit quod sic timuerunt alii curiales citramontani... Interrogatus ad quem istorum duorum electorum inclinat conscientia sua, dixit quod ad secundum, pro eo quod cardinales antiqui stant cum eo, quia ipsi sciunt veritatem de prima et secunda electione et presumpmit et credit quod isti cardinales nollent perdere animas suas propter aliquem electorum» (24).

(24) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 49-51v.

Álvaro Martins, doutor em decretos e licenciado em leis, refere que os cardeais dissidentes tratavam Urbano VI como verdadeiro papa, embora declare não se poder pronunciar sobre as intenções. Esclarece, todavia, que os cardeais de Genebra e Orsini, apesar de o tratarem como legítimo papa, duvidavam da eleição. Após esta, no mês de Maio, ou mesmo antes, em Roma, o cardeal de Genebra pedira a ele, depoente, se informasse secretamente, junto dos que vinham de Avinhão, sobre tal dúvida, a correr ali, mas com a precaução de não ser notado pelos Romanos. O purpurado continuava, porém, a comportar-se com Urbano VI como se este fora autêntico papa, tratando-o por tal nome, participando nos consistórios e prestando-lhe as honras de sucessor de Pedro. O dito cardeal, pelos fins de Maio ou princípios de Junho, dissera-lhe, em segredo, que todos os cardeais, excepto o de S. Pedro, por ele considerado idiota, tinham o mesmo propósito. O de S. Pedro pretendia que todos os príncipes da Cristandade enviassem embaixadores a Urbano VI e lhe obedecessem. Então, o cardeal de Genebra aconselhara o depoente enviasse ao próprio rei pessoa de confiança ou ao menos carta, sem data e sem nome, para o monarca escrever não enviaria embaixadores, sem primeiro deliberar com seu irmão e amigo, el-rei de França. Apesar disso, o purpurado continuava a tratar Urbano VI como papa. O cardeal Orsini pedira a Álvaro Martins, em Tívoli, estudasse o assunto da eleição, do ponto de vista jurídico, visto duvidar do valor da mesma. Desculpara-se o interpelado com a falta de livros... E o cardeal continuava a tratar Urbano VI como senhor papa, a tomar parte nos consistórios, convocados pelo mesmo, a obedecer-lhe, a pedir-lhe benefícios, como o bispado de Córdova para o confessor de el-rei de Castela. O purpurado arranjara, entretanto, livros para o efeito, que entregou à testemunha, sem expor o caso por escrito, mas quanto lhe referiu, oralmente, sobre o assunto, estava de acordo, no essencial, com o caso do jurista João de Lignano, consultado pelos cardeais se Urbano VI era ou não verdadeiro papa. Declara ignorar se a cidade de Anagni seria ou não segura para os cardeais fazerem a eleição, realizada a seguir, de Clemente VII, mas refere que, certo dia, em Anagni, fizera ver ao cardeal de Genebra a incongruência em não reputar Urbano VI verdadeiro papa e de o tratar como tal, visto não se maravilhar tivessem os cardeais procedido desse modo, quando estavam em Roma, mas achar estranho continuarem a fazê-lo em Anagni. Recebera então a resposta de que Anagni e bem assim toda a Itália não lhes era segura:

> *«Depositio domini Alvari Martini, decretorum doctoris et licentiati in legibus, in casu secundi electi... Interrogatus super xvi.° capitulo, dixit se audivisse [a] cardinali Geebenensi contenta in capitulo, narrando sibi quod Romani fecerant ad finem quod si populus vellet facere aliquam impressionem cardinalibus, nobiles non defenderent eos, et hoc audivit ab eo Agnanie... Interrogatus super xli.°, xlii.° capitulis, dixit quod contenta in duobus capitulis audivit a cardinali de Ursinis, stando Tiburim, postquam cardinales ultramontani yverant Agnaniam, rogando ipsum quod scriberet super hoc, et dicit iste cardinalis de Ursinis quod ita dicunt cardinales ultramontani ad partem suam et italici ad suam ... Interrogatus super xlix.° capitulo, dixit quod ipse existens Agnanie, quod per festum sancti Johannis per duos vel per tres dies, antequam audivit a cardinali Geebenensi, loquendo cum eo in secreto, quod Urbanus non erat papa, pro eo quod die electionis, finitis missis, cum ipsi essent in conclavi, audiverunt pulsari campanas Sancti Petri et Capitolii ad martellum et congregatus est multus populus et inceperunt vociferari dicentes [fl. 52v]: Romanum volumus, vel saltem itallicum. Item quod episcopus Marsiliensis, qui custodiebat conclave, accesserat ad portam et dixerat quod eligerent cito papam Romanum vel itallicum, alias erant in periculo mortis, et alia vero similia in effectu, et propter hoc, condecenderant ad eligendum papam itallicum, et quod elegerant istum primum electum timore mortis... Interrogatus super lviii.° et ix.° capitulis, dixit quod, quando cardinalis de Ursinis loquebatur*

sibi de hoc casu, quod, prout iam dixit, narravit sibi in casu et dicebat quod unus cardinalium dixerat quod propter notoriam impressionem, quam videbat, nolebat dare vocem suam. Interrogatus quis fuerat ille cardinalis, dixit quod nolluit sibi revelare, tamen ipse presumebat quod ipse erat ... Interrogatus super lxi.° capitulo, dixit quod existens Agnanie, die qua dixit, quod locutus fuerat secrete cardinalis Geebenensis cum eo, dixerat sibi quod cardinales, existendo in conclavi, quod locuti fuerant inter se et ita fuerat dictum U. quod, postquam exirent et se congregarent in aliquo [loco] securi, quod iret Urbanus et reeligerent eum et licet post inde exiverant et eum requisiverant quod exiret, inde probus homo nunquam voluit exire, et ibi stetit semper... Interrogatus super lxbi.° capitulo, dixit se audivisse a pluribus quod archiepiscopus Barensis venerat ad palatium ante factam electionem, et credit quod si venit et voces emittebant, quod illas audivit... Interrogatus super lxix.° capitulo, quod, prout credit, audivit a cardinalibus Geebenensi et de Ursinis quod reelegerant, set nescit quo modo fecissent reelectionem, nec qui nec quot fuissent in illa reelectione ... [fl. 53]... Interrogatus super lxxiiii.° capitulo, dixit quod audivit ita dici, ut in dicto capitulo continetur, excepto de credulitate, tamen quod ad credulitatem dixit quod credebat quod si dixerant quod elegerant gallicum, quod cardinales male fuissent tractati in illo fervore (sic), *et hoc credit per ea, que audivit de rumore, et per ea que dicta sibi fuerant, quod petebant Romanum vel itallicum, et propter hodium quod erat inter Romanos et gallicos. Interrogatus si cardinales presentaverant populo in hoc furore unum itallicum vel alium alterius nationis, qui non fuisset gallicus, si succesisset eis male, dixit quod ita varia sunt dicta unius partis et alterius, quod non potest animum suum inclinare ad unam nec ad reliquam. Interrogatus super lxxb.° capitulo, audivit quod, postquam Romani audiverunt cardinalem Sancti Petri esse electum, quod iverunt ad impendendum sibi reverentiam et taliter eum tractaverant quod vix occidissent eum, maxime quia gutosus. Interrogatus super lxxvi.°, vii.°, viii.° capitulis, audivit dici communiter a pluribus quod, postquam fuit ruptum conclave, quod cardinales, qui ibi stabant, excepto cardinali Sancti Petri, exierunt inde meliori modo quod potuerunt, et posuerunt se in salvum, et aliqui eorum latuerunt in suis hospitiis et aliqui in castro Sancti Angeli et aliqui recesserunt extra civitatem, et audivit quod in hospitiis suis steterunt cardinales Aragonie et Maioris Monasterii et de Millano et Florentinus et quod iverant extra villam Geebenensis, de Ursinis, Sancti Angeli et Sancti Eustacii et audivit quod illi, qui yverant ad castrum, cardinales Pitavensis et de Agrifolio, Lemovicensis et alii ... Interrogatus super lxxxiii.° capitulo, dixit se audivisse a cardinali de Ursinis quod Urbanus miserat requeri cum bandarensibus illos, qui erant in castro, [ut] venirent ad eum, ad intronizandum eum, et requisiverunt eos et ad sui instantiam venerunt et hoc audivit, quando erat Tiburim, quando narrabat sibi casum. Item dixit quod audivit a cardinali Geebenensi Agnanie quod Urbanus miserat ad inferendum minas illis qui erant in castro et quod metu venerunt ad intronizandum eum. Item audivit a domino Agapito quod ipse iverat ad requirendum eos ex parte primi electi quod venirent ad intronizandum eum. Interrogatus per que verba yverat et quomodo ad requirendum, dixit quod nescit plus de hoc et quod dominus Agapitus non dixerat sibi que predixit principaliter, set loquendo de alio facto ... Interrogatus super lxxxbi.° capitulo, dixit quod, veniendo die Lune septimane san[c]te de Hostia [fl. 53v] Romam, quod oviavit aliquibus rusticis, qui veniebant Romam, modo quo supra (?), et quod aliqui illorum portabant suos glaviotos, ad modum pance, et alii enses, et aliqui illorum dicebant: Romanum volumus vel saltim itallicum, et alii dicebant in suo vulgari: bonam dietam fecimus, ex quo habemus papam itallicum, et alia verba similia. Interrogatus super lxxxvii.° capitulo, dixit se audivisse a pluribus et etiam a*

cardinali de Ursinis contenta in dicto capitulo, excepto quod dicitur quod propter tedium miserunt cedulam... Interrogatus super lxxxix.° capitulo, dixit quod nescit, excepto quod audivit a cardinali de Ursinis quod, si stetisset in castro Sancti Angeli, quod tutus esset. Interrogatus super xc.° capitulo, dixit quod nescit plus, excepto quod vidit eum coronari die Pasce, omni populo sedato et leto, et erant ibi omnes cardinales presentes Rome, excepto cardinali Sancti Petri, et omnes associaverunt eum, eundo ad Sanctum Johannem Lateranensem. Interrogatus super xci.°, xcii.° capitulis, dixit quod vidit quod tractabant eum in reverentiis et aliis actibus ut verum papam, set de eorum intentione et animo nescit, quia Deus et ipsi sciunt, tamen scit quod aliquo tempore cardinales Geebenensis et de Ursinis dubitabant de eius statu et appellabant et tractabant ut papam et hoc sciebat ex eo quod semel, quasi immediate mense Madii vel ante, cardinalis Geebenensis, existens Rome, dixerat sibi secrete quod sciret ab aliquibus, qui venerant [*ex*] *Avinione, pro eo quod sibi dictum fuerat quod dubitabatur Avinione de statu istius, quod si eos invenirent, quod faceret sibi eos videre secrete et caveret sibi a Romanis, quia alias poterat periculum imminere, veruntamen non sinebat eum vocare papam et nostrum dominum et yre ad sua consistoria et exhibere sibi reverentiam ut pape, et iterum sibi dixit secrete in fine mensis Maii aut in principio mensis Junii, intus Rome, quod omnes cardinales erant in uno proposito, excepto quod cardinalis Sancti Petri, qui erat ydiota, erat in alio, et ideo cardinalis Sancti Petri volebat quod omnes principes christianitatis mitterent sibi suos ambaxiatores et sibi obedirent, et alia verba similia in effectu, et ideo cardinalis Geebenensis dixit sibi quod mitteret domino suo regi quemdam, de quo confideret, multum secrete, et si tale*[*m*] *non habebat, quod mitteret sibi unam cedulam sine die et nomine, in qua scriberet sibi quod non mitteret ambaxiatores, donec deliberaret cum fratre suo et amico rege Francie, tamen in isto medio vidit iste testis quod appellabat eum papam et nostrum dominum et obediebat sibi ut pape. Item dixit quod cardinalis de Ursinis dixit sibi Tiburim et rogavit eum quod studeret super facto electionis Urbani et quod sentiret sibi scriberet, quia ipse multum dubitabat, et iste testis se excusavit,* [*fl. 54*] *allegando quod non habebat libros, et ipse respondit sibi quod ipse daret et dedit et non obstante hoc, predictus cardinalis quod appellabat Urbanum papam et dominum et ibat ad sua consistoria et ei obediebat et ab eo impetrabat beneficia et impetravit episcopatum Cordubensem pro confessore regis. Interrogatus si cardinalis de Ursinis, si dedit sibi casum in scriptis, super quo scriberet, dixit quod non, set sibi dixerat verbotenus et videbatur sibi quod cum hiis, que sibi dixit, concordat casus domini Johannis de Liano in substantialibus... Interrogatus super xciiii.° capitulo, dixit quod ipse misit unam cedulam domino suo regi Castelle, ut sibi mandaverat cardinalis Geebenensis, et nescit, tamen post publicationem vidit aliquos loqui de ista materia. Interrogatus super xcv.° capitulo, dixit quod audivit quod cardinales requisiverant papam quod yret Agnaniam, et ipse respondit quod venirent ipsi Romam et post concordatum est de loco medio, videlicet Tiburim, quo ipse ivit, et quod cardinales nolluerant venire ibi, pro eo quod erat subiecta Rome, et ita modicum essent ibi tuti, sicut Rome. Interrogatus super xcvi.° capitulo, dixit se audivisse quod cardinales posuerunt unum casum et illum miserunt domino Johanni de Linano, et quod eum rogaverant quod scriberet si Urbanus erat papa vel non, et quod dominus Johannes quod scripsit super eo et scit quod cardinalis de Ursinis rogavit dictum testem quod scriberet super hoc... Interrogatus super xcix.° capitulo, dixit quod videretur sibi quod civitas Agnanie tenebatur per comitem Fundorum et erant ibi cardinales, dixit tamen quod, ipso existente una die Agnanie, asserente sibi cardinali Geebenensi quod archiepiscopus Barensis non* [*erat*] *papa, iste testis dixit sibi: Domine, ego non miror quod, existendo vos Rome, vocavissetis eum papam et dominum,*

set miror quia ita vocatis eum modo, et ille respondit quod [nec] Agnania nec tota Itallia non erat ipsis secura, et alia verba similia in effectu, set quando ipse videret gentes armorum, ipse [testis] videret quomodo appellaret eum. Interrogatus si Aganania erat secura, ubi cardinales potuissent facere electionem, quam postea fecerunt sine gentibus armorum, dixit quod illud nesciebat, pro eo quod non resperserat [fl. 54v] quomodo erat fortis et que gens stabat in illa, [ad] defendendum ipsam... Interrogatus super Ci.° capitulo, dixit quod vidit cardinales esse in coronatione, set nesciebat si erant tristes vel leti. Interrogatus super Cii.° capitulo, dixit quod audivit a pluribus Castellanis et citramontanis quod die electionis quod voluissent amplius stare extra Romam quam Rome, propter magnum rumorem et metum pereundi... Et ego doctor Alvarus Martini dixi et testifico supradicta, unde ubi pono que audivisse aliqua verba, semper intelligo in effectu et ubi pono aliter que continentur in casu, quem dabo, semper intelligo quod hoc intelligatur secundum ea que ponam in dicto casu, pro eo quod scripsi casum tempore quo melius recordabar vel plus recordari debebam de factis. Alvarus Martini, doctor» ([25]).

O franciscano Frei Mendo, bispo de Córdova, mestre em teologia, depois de declarar discordarem entre si os cardeais quanto ao papa a eleger e pensarem os quatro italianos, sobretudo o cardeal Orsini, obter o papado, conforme ouvira em várias reuniões e conversas com mestres de teologia e doutores ultramontanos e italianos, lembra que o toque dos sinos não era a rebate, mas sim a festa. Nesse dia, pregara seu amigo, o franciscano Frei Ângelo de Espoleto, mas não assistira à pregação, por não saber. Muitos da Cúria, dois ou três dias depois da eleição, tinham-na louvado. Como observara pessoalmente, os Romanos iam e vinham clamando, uns por papa romano, outros pelo cardeal de S. Pedro, outros pelo cardeal Orsini e ainda pelo abade de Monte Cassino, que habitava na casa do irmão, onde o depoente estava hospedado. Explica como se deu a reeleição de Urbano VI. Os purpurados tinham ocultado a eleição até à sexta-feira, por causa de os Romanos estarem divididos e quererem aliás só um papa romano. Temiam que, ao publicarem a eleição de pessoa não pedida pelos Romanos, estes se revoltassem. Combinaram proceder assim, até mandarem comunicar a eleição ao arcebispo de Bari, depois de comer, e pôr suas coisas fora do conclave. Só no fim, tencionavam publicar a eleição. Antes do meio-dia, mandaram chamar seis ou sete prelados, entre eles o arcebispo de Bari e o abade de Monte Cassino. Por tal motivo, os amigos deste começaram a espalhar a voz de que o abade era papa. Esses prelados teriam chegado à hora de jantar ou almoço. A seguir, dera-se a reeleição do arcebispo por doze cardeais, depois de os purpurados saírem do castelo de Santo Anjo. Ao apresentar a primeira eleição a Urbano VI, nessa altura ainda arcebispo de Bari, este teria aconselhado os cardeais a procederem a nova eleição na capela, independentemente de sua pessoa, em face dos acontecimentos do arrombamento do conclave, fingimento da entronização do cardeal de S. Pedro e dispersão dos cardeais, uns no castelo de Santo Anjo, outros fora de Roma e outros nas próprias casas. Reunidos na dita capela, os doze purpurados reelegeram papa ao arcebispo de Bari e enviaram dois purpurados, o de Limoges e o de Aigrefeuille, a comunicar o resultado ao arcebispo, eleito papa. Apresentada esta e aceite pelo

([25]) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 52-54v. Álvaro Martins, embaixador de el-rei de Castela a Urbano VI, tinha apresentado ao monarca castelhano, em Medina del Campo, no ano de 1380, relatório do que apreciara e soubera sobre a eleição de Urbano VI, inclusive quanto à audiência que este lhe concedera, e colóquios com os cardeais, nomeadamente os cardeais de Genebra e Pedro de Luna. Como complemento, fez outras declarações na primavera de 1381, em Medina del Campo, conhecidas pelo nome de *Depositio in casu primi electi*, enquanto as transcritas acima são conhecidas como *Depositio in speciali super casu secundi electi*. Publ. em MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 265-271, 272-275, 281-284.

eleito, fora publicada. Tudo isso soubera o depoente de pessoas fidedignas. Afirma que os Romanos não tinham intenção de matar nem matariam os cardeais. Refere, contudo, ter ouvido em Fondi, durante a prisão, que foram injuriados, nomeadamente o cardeal de Genebra, que teria recebido ferimentos na cabeça. Ainda durante a prisão, repreendera ele, testemunha, alguns romanos, ao serem-lhe contadas certas injúrias, feitas aos purpurados, que se retiraram depois da eleição, sem a anunciarem ao povo. Fora causa para as injúrias o terem imaginado que eles não queriam proceder à eleição, motivo por que teriam arrombado o conclave. Soubera por vários penitenciários, inclusive o prior dos mesmos, todos testemunhas oculares dos acontecimentos, que Urbano VI repreendera os que tinham injuriado os cardeais. A absolvição que lhes dera o papa, sem exigir satisfação pública, descontentara os ultramontanos, que atribuíam tal atitude ao facto de o papa ser favorável aos Romanos. Daqui, segundo Frei Mendo, ter-se-ia originado a inimizade dos cardeais para com Urbano VI. Depois de descrever as reverências prestadas pelos Romanos ao cardeal de S. Pedro como papa, refere que, na tarde de sexta-feira, conforme ouvira, Urbano VI, eleito papa, cheio de terror e escondido numa sala do palácio, mandara secretamente pedir conselho ao cardeal de S. Pedro. Este aconselhava-o a não deixar o palácio, visto ser verdadeiro papa, eleito canonicamente. Esclarecia ter recebido do cardeal de Genebra carta, a recomendar se escondesse, para os Romanos o não matarem, mas não renunciasse ao papado, apesar das ameaças, ou então fugisse de Roma, às ocultas, até lhe indicar sítio para onde deveria ir. O bispo não vira a carta. Soubera disso pelo cardeal de Tívoli, que dizia tê-la visto, ou por D. Agapito de Colona, pois não se recordava bem qual dos dois lho contara. Quando no dia da eleição, quinta-feira à noite, correu voz pela cidade de Roma que o cardeal de S. Pedro não era o papa, mas sim o arcebispo de Bari, os Romanos manifestaram desagrado. Tinham dificuldades até em acreditar na eleição de Urbano VI, por julgarem tratar-se de simulação. Só no mês de Maio, quando já começava a haver desinteligências entre Urbano VI e os cardeais ultramontanos, é que alguns destes começaram a manifestar dúvidas sobre a validade da eleição de Urbano VI. Em face disto, ele, testemunha, começou a inquirir sobre o facto. Recebeu confidências do cardeal de Aragão, contrárias aos cardeais ultramontanos, que mover-se-iam apenas por interesses pessoais, ao passo que Urbano VI era, sem alguma sombra de dúvida, autêntico sucessor de Pedro. Não se limitara a estas informações, mas recebera outras notícias do descontentamento dos cardeais, por o papa Urbano VI usar de modos duros e palavras ásperas para com eles. Acoimavam-no de ingrato. Aliás todos os purpurados se comportavam commummente como se Urbano VI fosse verdadeiro papa, tanto nos actos ordinários, como públicos, e bem assim nas conversas. Ele, mestre em teologia e penitenciário, assistira à coroação solene do papa, reverência prestada pelos cardeais, concelebração e outros actos dos mesmos, a demonstrar que o tinham como papa esses cardeais que entraram a falar contra a eleição, à medida que ia aumentando o ódio contra ele, devido ao carácter difícil do papa eleito. Disto se faziam eco alguns capelães e ouvidores dos cardeais de Vergne e de Poitiers. Estava persuadido de que os purpurados poderiam eleger outro, mesmo francês, sem medo, porque os Romanos, embora tentassem obter a eleição dum papa romano, nunca tiveram intenção de o fazer à força ou por meio de injúrias. Não se podia pôr em dúvida a eleição de Urbano VI, como se fosse fictícia, tanto mais que este arcebispo de Bari era desconhecido e até odioso aos Romanos. Desta forma, bem poderiam os cardeais manifestar ao povo qualquer dúvida sobre a validade da eleição. Só manifestaram descontentamento, depois dela, conforme o depoente ouvira, por dois motivos principais: um porque o papa os repreendia com duras palavras, outro porque, depois do arrombamento do conclave, o povo de Roma, depôs as armas e mostrava-se respeitoso e manso para com os cardeais, como nunca o tinha sido antes. Começaram então a falar mal do papa, sobretudo a partir do Pentecostes, e a dizer que a eleição era duvidosa, sob vários pretextos. Certo dia, o depoente foi convidado para comer com o cardeal Pedro de Luna, que, interrogado sobre quanto se dizia a respeito da eleição, afirmou,

na presença de alguns familiares, entre eles o arcediago de Gerona, ser falso que o papa tivesse sido eleito por medo, pois o fora antes do rumor, vários dias antes de os purpurados entrarem no conclave. Segundo o bispo depoente, até à rejeição de Urbano VI, ocorrida no dia de S. Lourenço, a 10 de Agosto, os cardeais tratavam-no e escreviam-lhe como verdadeiro papa, mas, quando ele lhes mandou, aliás como ao conde de Fondi, fossem para Tívoli, onde residia, recusaram-se a obedecer. Em consciência, pensa que os purpurados tinham segurança bastante para se pronunciarem sobre a eleição de Urbano VI, com liberdade, tanto em Roma, como em Anagni:

«*Depositio fratris Menendi, episcopi Cordubensis, ordinis Minorum, magistri in sacra pagina... [fl. 56] ... Interrogatus super xli° capitulo, scilicet an de xbi cum sequentibus duobus, dixit quod de voluntate et animo cardinalium nescit aliquid, set erat notorium et dicebatur de foris publice quod omnes ultramontani erant in discordia et non poterant convenire de aliqua persona ultramontana, gallica seu Lemovicensi, et propter hoc orta est oppinio quod cardinalis de Luna, tum quia non gallicus nec Lemovicensis, tum quia reputabatur bona persona et bone fame et ab omnibus dilectus Romanis et ultramontanis, debebat fieri papa, de quo multum contentabantur Romani. Dixit etiam de auditu que quatuor cardinales itallici procurabant pro se, specialiter de Ursinis et de Florentia. Interrogatus qualiter procurabant, vel cum quo, dixit quo[d] nescit. Interrogatus a quibus audivit et si erant tales persone, que poterant scire tale (!) secreta cardinalium, dixit se audivisse in ecclesia Sancti Petri, in multis congregationibus, et multis locis, ubi fiebant coloquia hominum, et erant ibi magistri in theologia et doctores ultramontani et itallici et persone fidedigne. Interrogatus si erant tales quod scirent secreta cardinalium, dixit quod nescit, set credit quod sic, ad minus aliqui eorum, de quibus non recordatur... [fl. 56v] Interrogatus super xlix.° capitulo, scilicet an Romani, finitis missis, dixit quod illa die ipse stabat in hospitio [abbatis] Montis Cassini, Rome, hora prime vel modicum plus, et quod illa hora nec post nec tota die, non recordatur si habuisset pulsare predictas campanas nec aliqua earum ad martellum seu a stormo, secundum consuetudinem illius patrie, nec recordatur audivisse dici illa die nec post, tamen dixit quod, quando cardinales intrarunt conclave, et per totam illam noctem et de magne, audivit pulsari campanas Sancti Petri ab una et ab allia parte ut sic in magnis festivitatibus, secundum usum patrie, omnes simul, ita quod, secundum iudicium ipsius, pulsabantur pro festo et pro letitia et non aliquo rumore. Interrogatus quare illa die non fuit in sermone consueto, ex quo erat magister in sacra pagina et penitentiarius, dixit quod ipse nesciebat quod illa die debebat fieri sermo et quando scivit, displicuit sibi multum, quia non interfuit, et audivit quod archiepiscopus Barensis de mandato cardinalium celebraverat in pontificalibus et interfuerant ibi omnes penitentiarii, quia (!) multi auditores et ma[g]nus clerus et patriarcha Constantinopolitanus, et videbatur ei sibi fuisse verecundum quod non interfuerat, specialiter penituit eum, eo quod illa die fecerat sermonem magister Angelus de Spolecto, qui est amicus suus specialis... [fl. 57v]... Interrogatus super lx.° capitulo, scilicet an cardinales alii, dixit quod, post duos vel tres dies post factam electionem, audivit a pluribus personis in Curia, set non a cardinalibus, commendando et laudando electionem pape Urbani, quod aliqui cardinalium, nominando omnes Lemovicenses, qui erant natione vel affectione, quorum dictus Urbanus erat factura, et erat fama publica quod illi eum fecerant papam et pro maiori habundantia sue benivolentie et amoris, quos habebant apud illum, in dicta sua electione usi fuerant una nova forma pronuntiandi illam, scilicet quod diligebant (!) eum animo et intentione ut esset verus papa. Interrogatus si a quibus ista audivit, si erant de familiaribus, qui fuerunt intus in conclavi cum cardinalibus, dixit quod non, set erant persone ultramon-*

tane et itallici digne relatu, qui conversabantur in domibus cardinalium, de quibus non recordatur. Interrogatus quid movit dictos cardinales ad proferendum (*ms.* proficiendum) *dicta verba, dixit, ut supra dixit, quod, prout dicebatur ex habundantia cordis et prout audivit, cardinalis de Ursinis, nescit quare, petebat quod facerent papam fictum quemdam fratrem sancti Francisci, est bene verum quod audivit quod dictus cardinalis, attendens dictos Lemovicenses esse dispositos ad eligendum dictum Urbanum, de quo sibi displicebat, quia habebat eum hodio, incepit allegare quod clamabant et vociferabant ab extra, propter quod poterat calumpniari et esset scrupulosa electio et propter hoc erat bonum facere papam fictum, ut dictum est, et forte propter ista, credit quod dicti cardinales Lemovicenses usi fuerunt illa forma, ad excludendum dictam petitionem seu imaginationem. Interrogatus qui clamores et voces erant isti, quos faciebant Romani, si hoc audivit, dum fuit Rome, dixit, ut predictum est, quod multi Romani ibant et veniebant illa die electionis affectati ad diversas partes Romanas, aliqui nominando Romanum, aliqui nominando cardinalem Sancti Petri, alii abbatem Montis Cassini, alii cardinalem de Ursinis et hoc scit pro eo quod ipse testis existens in hospitio abbatis Montis Cassini, qui hospitabatur in domo fratris sui, retro campum de Flor, dictus abbas habebat duos homines ad equos, qui ibant et redibant ad portandum sibi nova de hiis, que fiebant in palatio, et illi referebant quod supradictum est, predicti homines dicebant predicto abbati quod multi erant in palatio vociferantes pro ipso, petentes quod facerent eum papam, et ipse multum de hoc dolebat et habebat pro malo, asserens quod ydiota et non dignus ad hoc, et illi cogitabant facere sibi honorem et faciebant sibi unam magnam verecundiam, et super hoc dictus abbas consuluit dictum testem, si videbatur quod statim debebat equitare et recedere ad suam abbaciam, et ipse testis respondit sibi quod non erat opus, set in casu ubi, propter dictas vociferationes et rumorem, fuisset electus in* [*fl. 58*] *papam, quod tunc equitaret et recederet, et ipse fecit quod fecit venire equos et posuit sibi calçaria. Interrogatus super lxi.° capitulo, dixit quod nunq*[*u*]*am illud audivisse, nisi postquam fuit captus in Fundis et in spelunca et antro, in quo loco et captione audivit plura, que numquam audivit Rome... Interrogatus super lxiii.° capitulo, dixit quod audivit dici quod cardinales ocultarunt secrete electionem dicti Urbani usque ad diem Veneris sequentem, et hoc quia, ut predictum est, petitiones et animi Romanorum erant diverse et pro diversis personis Romanis, quod solummodo concordabant in Romano, et timebant cardinales quod publicando dictam electionem de persona non petita, nec per eos nominata, esset scandalosum et scandallum posset nasci, donec ipsi super hoc de remedio cogitarent, querendo aliquas cautellas seu modos. Interrogatus quod scandalum poterat nasci ex illo, dixit quod magna displicentia et turbatio Romanorum, et de alio scandalo nescit. Item dixit quod audivit quod cardinales ordinaverunt communi suo consillio tenere istam viam, videlicet mittere pro dicto archiepiscopo electo et presentare sibi electionem et post prandere et post prandium mittere sua extra conclave, quibus missis, publicarent electionem ... Interrogatus super lxv.° capitulo, dixit quod audivit quod cardinales fecerant vocare sex vel septem prelatos, inter quos erant abbas Montis Cassini et archiepiscopus Barensis, et quando fuit vocatus abbas Montis Cassini, dixit quod poterat esse inter tertiam et meridiem, et iste testis erat cum eo, quando fuit vocatus, propter quam vocationem dicti abbatis et concursum votum Romanorum suorum amicorum, omnes presunsserunt quod ipse fuisset electus in papam, et ita fuit assertum, propter quod ille villes persone Romanorum simul intendebant plus ad ipsius derraubationem quam ad alia, et audivit dici quod isti prelati accesserunt ad palatium, quando cardinales erant in prandio... Interrogatus super lxix.° capitulo, scilicet an domini cardinales, nichil, excepto quod audivit quod fuerat reelectus a cardinalibus, postquam descenderunt de castro Sancti Angeli, die Veneris*

post electionem, et hoc audivit post duos vel tres dies post publicatam, set nescit per que verba nec quare, nec qua hora, excepto quod notorie dicebatur quod fuerat reelectus per duodecim cardinales. Interrogatus que fuit ratio quare reeligerent eum, dixit quod audivit quod, presentata prima electione [*per*] *predictos duodecim cardinales dicto Urbano, dicta die, idem Urbanus dixit dictis cardinalibus: non faciatis ita, set quia tot hore sunt preterite et tot modi* [*fl. 58v*] *habiti, scilicet ruptura conclavis cum tanto furore et fic*[*t*]*io cardinalis Sancti Petri et sparsio cardinalium, aliqui ad castrum Sancti Angeli, aliqui extra Romam, aliqui in suis hospitiis, et forsan quod occurreret nobis melius, intracte capellam et incipite a principio electionem et videte mature facta vestra et non respiciatis me et ego ero foris, et dicit quod firmiter audivit quod ita transivit et ita credit quod, ipso semoto ab eis et distincto, reelegerunt eum et postquam reelegerunt, iverunt ad vocandum eum duo cardinales Lemovicensis et de Agrifolio, statim fuit sibi presentata sua electio, nescit si prima vel secunda, set credit quod ambe simul, et ipse subito acceptavit et ita fuit publicata dicta sua electio. Interrogatus quomodo scit istam electionem fuisse publicatam, dixit quod pro eo quod, postquam dicti duodecim cardinales fuerunt congregati in dicto palatio, post per unam pausam, fuit pulsatum (!) campana dicte capelle et fuit can*[*ta*]*tum* Te Deum laudamus *et annuntiatum per cardinalem de Vernio: anuncio vobis gaudium magnum, quia papam habemus, et vocatur Urbanus sextus, et hoc non vidit, set audivit a fidedignis personis, que di*[*ce*]*bant ibi interfuisse, que dixerant sibi: modo fuit facta ista publicatio, et ex hoc credit dictam reelectionem fuisse factam. Interrogatus super lxx capitulo, scilicet an cum iam, dixit quod nescit aliud, nisi ut audivit publice et communiter, quod per magnum spatium ante venerunt prelati vocati per cardinales et intrarunt pacifice et comederunt, antequam fuisset derruptum conclave, et post dictum spatium Romani, qui erant tunc congregati, duobus modis quidam deputati, cum armis ad custodiam, prout premissum est, de platea, de portis et conclavi, qui erant in magno numero, pro eo quod, postquam cardinales intraverunt conclave, fuerunt duplicate custodie, qui homines secundum credulitatem poterant esse quingenti seu sexcenti alii, ut premissum est, illi qui incedebant et ibant et redibant, nominando diversas personas ad papatum, qui erant in maximo numero, a*[*b*]*sque armis, et villes persone, qui Romani in duabus partibus divisi, qualefacti vino penu rupti ut supra dictum est, et steriorati, quia erat facta electio. Interrogatus quomodo erant certi Romani quod electio fuisset celebrata, dixit quod alias nescit, nisi ut dicebatur per Romanos, propter multas coniecturas et nova ab interiori parte conclavis, dicebatur foris communiter: certe papa est creatus, set nescitur quis sit, et quod papa erat electus et oppinio et nova diversa de persona creata in papam, licet diceretur de cardinali Sancti Petri et abbate Montis Cassini et de cardinali Vivariensi et ferebatur ab extra quod electio erat facta et quod cardinales nolebant eam publicare Rome, ymo fecerant aperiri secrete unam portam conclavis et quod mittebant suas raubas per illam et in ceses(?) et etiam quod aliqui cardinales recedebant per dictam portam, non existentibus ibi aliquibus officialibus Romanorum, nec aliqua persona nomine populi Romani, comoti fuerunt cum magno tumultu, ad sciendum veritatem de* [*fl. 59*] *premissis oppinionibus et aliis rumoribus, vel forte in favorem alicuius persone, ad rumpendum conclave per plures partes, ut dicebatur, set iste testis non vidit rupturam aliquam, ex*[*ce*]*pto de una porta, que fuerat murata, et intrarunt in dictum conclave omnes simul armati et inhermes et ebrii omnes, cum bona societate et bono solatio, cum magnis vocibus et tumultu, dicendo et interrogando: quis factus papa? et post invenerunt cardinales in pace et quod nichil erat actum de hiis, que dicebantur ab extra, ut premissum est, mutarunt voces in minas, quod si statim non facerent papam Romanum, videre*[*n*]*tur se in periculo. Interrogatus in quo loco erat illa porta conclavis, quam dixit cardinales aperuisse,*

dixit quod erat in solo capelle maioris, circa medium capelle. Interrogatus si ista ruptura, si erat magna vel tenebat portas, dixit quod erat ab extra unius porte, ita longe ut est homo, et non tenebat portam aliquam, et credit quod nunquam ibi fuit porta ... Interrogatus si scit quod cardinales misissent per illam rupturam aliqua bona sua, vel si exissent per illum (!) aliqui cardinalium, antequam rumperetur conclave, dixit quod nescit, excepto quod dicebatur quod sic, et adhuc etiam, quando Romani intrarunt conclave, ut premissum est, invenerunt de facto quod tres vel quatuor cardinales iam descenderant per dictam rupturam ad vineam. Interrogatus quos audivit nominari, [dixit]: cardinalis Geebenensis et cardinalis Sancti Eustacii, de aliis non bene recordatur, set videtur sibi quod audivit nominari cardinales de Agrifolio et de Vernio et predicti Romani quod ceperunt eos et fecerunt eos redire curialiter et sine iniuria et sine violentia ad conclave, et non audivit Rome quod eis fuisset facta iniuria vel violentia illata, nec dedecus, set bene audivit quod, existens Fundis captus, quod cardinales conquerebantur se passus (!) fuisse iniuriam, tunc specialiter audivit quod cardinalis Geebenensis fuerat tunc percussus in capite cum quodam pomo ensis, et hoc sibi dixit locum tenens auditorum camere, qui tenebant eum captum Fundis, et alii qui custodiebant. Interrogatus quomodo scit quod per illam rupturam exissent cardinales, dixit quod tunc quando iste testis primo vidit dictam rupturam, quod fuit die sabbati, vel die Dominica prima post electionem, nam non recordatur bene de diebus nec de tempore, nec in tota sua depositione se intendit abstringere(!) ad diem vel tempus, stabant supra illam multi Romani, aliqui dicendo: ista est porta, per quam fugerunt cardinales, et alii dicebant: quomodo potuerunt exire per locum istum, quia non erat sibi scala aliqua, [fl. 59v] nec poterant exire, nisi mittendo se capite deorsum? et iste testis multum mirabatur et dicebat: quomodo per locum istum exierunt cardinales? et ipsi respondebant et afirmabant quod sic. Interrogatus quid movit cardinales ad fugiendum per dictam rupturam, dixit in fide quod nescit aliam rationem, preter illam que communiter dicebatur per omnes, videlicet quod quia dicti cardinales elegerant papam Urbanum, ut premissum est, et videbant quod in hoc non satisfaciebant prefatis petitionibus et diversis affectionibus Romanorum, et quia videbat eos nimis acensos quod propter hoc fuissent multum turbati et multum comoti, vel ad derraubandum eos vel ad inferendum sibi iniurias, deliberarunt quod deberent facere, et aliqui elegerunt fugere per dictam rupturam et aliqui remanere, qui erant audatiores, qui quidem audatiores ut fertur multum impediverunt alios non fugere, specialiter audivit nominari inter audaces cardinales de Luna et Maioris Monasterii, qui multum vituperabant fugam illorum, qui volebant fugere, arguendo sic: vel nos debemus mori vel vivere, si mori, melius moriemur in capella, quam in vinea, si vivere, videtur michi quod una spes mortis est quod fugiamus propter verecundiam et vituperium, quod sequitur ex fugere, maxime nos qui sumus cardinales, et ex alia parte stando nos forte hic, aliqui reverebuntur nobis, qui nos occiderent, inveniendo nos in vinea, quia si inveniremur in vinea, ministramus sibi materiam et suspectionem quod nos aliquod malum fecerimus contra eos, et si omnes permanemus hic simul, firmum non dubito quod non solum isti villani et ribaldi habebunt nos reverentiam, hostendendo nos simul omnes esse cardinales et dominos et homines auctoritatis, ut sumus, set etiam totus populus Romanus et etiam totus mundus, si hic staret, nos habebunt reverentiam et non facient nobis iniuriam aliquam. Interrogatus super lxxi.° capitulo, scilicet an domini cardinales, dixit quod non credit quod ita magni domini et tam sapientes ita falsam et ita irrationabilem ymaginationem habuissent, quod, dato quod omnes Romani simul petendo unam rem, vellent eos cogere et ipsi illam nollent facere, non debet intrare in capud alicuius sane persone quod propter hoc debuissent eos vel aliquem eorum occidere, set bene credit quod maior pars cardinalium intravit et remansit

in capella minori, ut predictum est. Interrogatus si remanserunt in dicta capella pavidi vel aliquo timore, dixit quod verisimile est quod cum bono consillio, ut dictum est, aliquem timorem haberent, vult tantum dicere quod ita ratione extimationis predicti ingressus Romanorum, qui (sic) *non est credibilis quod fuisset ad mortem, ut predixit, sicut propter audatiam et constantiam remanendi et ita bene propter rationes remanendi supradictas, credit quod metus fuit modicus et levis. Interrogatus ex quo superius dixit quod armati et calefacti vino, simul in bona societate ruperunt conclave et subito invenerunt cardinales in pace, si habuerunt causam fugiendi illi qui fugerunt et timendi illi qui remanserunt, dixit quod non, tum quia, ut supradictum est, non credit quod, presuposito casu supradicto, quod omnes Romani extra intraverant tunc fur*[*i*]*ose contra eos, propter novitatem,* [*fl. 60*] *aliis temporibus inauditam, quod fuissent occidendi omnes cardinales propter unam levem rationem, intrasset in estimationem eorum tantus metus, licet credit quod aliquis metus intrasset in cordibus eorum, ut predixit, tum cogitando quod maior pars cardinalium erat gallica et Lemovicensis, quorum conditio est esse superbus et contempnere alios, maxime reputando se homines armorum et despiciendo alias gentes et per consequens multo fortius villes personas calefactas vino, sicut illa hora erant predicti Romani et cum hoc existentes homines magni status et magne patrie, que duo generant magnum cor, non credit quod passi fuissent tantum timorem, ut supra dicitur... Interrogatus super lxxiii.° capitulo, dixit quod nescit aliud, preter id quod publice ipsimet Romani dicebant Rome, videlicet quod illis cardinalibus, qui erant in capella, clamaverunt et timore*[*m*] *eis imposuerunt quod statim darent eis papam Romanum, ut predixit, et non invenerunt eos ligando res suas et mittendo eas foras per rupturam, que erat in capella, de qua predixit, et non invenerunt simul cum aliis tres vel quatuor cardinales, imo invenerunt eos fugientes, conceperunt manum in eis, quod non irent recta via in electione, prout debebant, ex hiis magnas voces emiserunt contra eos et dicebant: num vultis nos decipere, in bona fide, non decipietis nos, quia hic facietis electionem, vellitis, nollitis, quia ita* [*fl. 60v*] *debetis facere de iure, de aliis iniuriis et oprobriis factis et illatis cardinalibus seu suis familiaribus dicit quod nunquam audivit aliquid, nisi ut predixit, quando erat captus Fundis, a quibus Romanis aut aliquibus eorum, interrogando iste testis: quomodo fecistis tantam verecundiam et tantum insumptum cardinalibus, quia omnes estis excommunicati et civitas supposita interdicto? Ista verba dicebat sibi iste testis, pro eo quod sibi videbatur peius factum quam nunquam audivisse, et erat in auditu et ipsi responderunt: quia ipsi nobis volebant facere maximam proditionem, maiorem iniustitiam et verecundiam, quam numquam fuit facta Rome, nam nos confidebamus de illis et illi volebant nos decipere, quia de iure et ratione ipsi debebant hic facere electionem et ipsi nollebant eam facere, ymo, ut nobis fuit relatum, et ita invenimus quod volebant recedere et fugere et nos eramus deputati ad hoc servandum et incurrebamus magnum periculum et magnam verecundiam, si recessissent, et propterea, domine, nos concurrimus cum alio populo, qui erat ibi, et rupimus conclave et reduximus illos, qui fugiebant ad capellam, et ita magnas voces dedimus et missimus contra eos, petendo ab eis quod statim expedirent se in electionem et darent nobis papam Romanum, et ista audivit post electionem, non tamen semel, set pluries a pluribus Romanis, ita deputatis ad custodiam, sicut ab aliis, et audivit hoc etiam, quando reprehendit eos in septimana sancta. Interrogatus quid movebat eum ad dicendum Romanis quod erant excommunicati et civitas interdicta, dixit quod duo, unum quia ipse nesciebat rationes quare ipsi fecissent illam violentiam conclavis, et sciebat quod rupissent conclave et eiecissent manus in cardinales, in illis qui fugiebant, faciendo* [*eo*]*s reddire et coherciendo eos cum vocibus et tumultibus, ut supra dixit, aliud pro eo quod iste testis multum zelabat gravare factum et vincere (!) et facere eis multum malum,*

nam videbatur sibi quod malitiose fecissent, et predicti Romani respondebant et dicebant ei quod Roma non poterat interdici nec excommunicari, quia habebant ita de privilegio. Item dixit iste testis quod, secundum quod audivit et in maxima parte scit, cardinales post rupturam multum fuerunt indignati contra eos et contra omnes Romanos, contra quosdam pro [eo] quod fecerunt, et contra alios pro eo quod non corripuerunt et tenebant et reputabant propter premissa Romanos excommunicatos et civitatem suppositam interdicto, propter quod, pro satisfatione utriusque, dixit iste testis quod audivit a priore penitentiariorum, vocato magistro Arneo, ordinis Predicatorum, et a magistro Guillelmo Maliracii et a pluribus aliis penitentiariis, qui fuerant presentes, qui dixerunt quod viderant et presentes fuerant, quando papa Urbanus sextus in presentia cardinalium, non recordatur si fuit in [fl. 61] primo consistorio, quod fecit, [vel] in secundo, existentibus ibi officialibus cum pluribus aliis civibus et magna populi Romani [multitudine], dictus Urbanus multum dure increpavit et reprehendit eos de dicto insumpti (!), factores ipsius, seu consentientes, monendo eos et reprehendendo pluries et inducendo multimode cardinales ut eis parcerent, specialiter dicendo quod parcendum erat ebrietati, et dicti Romani confitendo suum reatum cardinalibus, pectora sua cum manibus percutiendo, et aliqui eorum ponendo zonas ad colla, confitendo suum reatum, et papa absolvit eos, super qua absolutione, quam fecerat papa, sine satisfactione, audivit statim illa die iste testis multas murmurationes et detractiones per ultramontanos in ecclesia Sancti Petri contra dictum papam, asserendo quod bene videbatur quod erat itallicus, quia modicum curabat de iniuria ultramontanorum et per modicum eam tenebat et quod male inceperat et dicebant: audite quam bonum pape dicere: parcendum est ebriis, certe stulte locutus est, et alia similia verba amara, et credit iste testis in fide quod ista [ab]solutio, sine alia correptione et satisfactione cardinalium de dicto imsumptu facto, fuit principium et radix inimicitie et malivolentie cardinalium contra dictum papam Urbanum. Interrogatus super lxxiiii.° capitulo, cum sequenti, dixit quod notorie et publice audivit Rome quod dicti cardinales, intelligentes se in conclavi dectractos esse cum Romanis ita clamantibus et petentibus ut dictum est, ad evadendum de manibus eorum et amovendum eos de facie et satisfaciendum ipsis, inhierunt consilium et facere elegerunt et posuerunt mantum et mitram in sede cardinali Sancti Petri, qui nollebat hoc sustinere, donec divictus instantia cardinalium, multis precibus et rationibus, quod ita debebat facere; nunquam audivit quod populus posuisset eum in cathedra. Interrogatus si hanc fictionem non fecissent cardinales, si credit quod fuissent mortui vel male tractati, specialiter ultramontani, dixit quod credit veraciter quod nunquam Romani habuerunt intentionem eos occidendi, nec occiderant, set credit quod forte intendebant eis metum incutere et propter dictum metum et magnum tedium circumducere eos ad illud, quod tunc petebant, ut supradictum est, quod darent eis Romanum. Interrogatus super lxxbi.° capitulo, dixit quod veritas est publica et notorie quod Romani, attenti et involuti ad faciendum reverentiam cardinali Sancti Petri ut pape, cardinales omnes circunsteterunt ibi maxima hora, ut audivit a pluribus Romanis, tam viris quam feminis, qui intrabant cum magna presura ad adorandum eum, propter quod Romani crediderunt cardinalem [fl. 61v] Sancti Petri esse papam, et post soli et bini et bini recesserunt ad hospitia sua; si yverunt sine capis et sine mantelis et sine capellis, utrum pedestres, dicit quod de hoc nichil scit nec audivit, nisi quod scit quod plures cardinalium, qui morabantur ibi, intus Sanctum Petrum, iba[n]t et redibant ad palacium pape, semper pedestres, et aliquotiens sine capis, et tunc iste testis non vidit aliquem cardinalium recedere, nisi cardinalem de Luna, cui oviavit in ponte Sancti Angeli, qui ibat ad domum suam, sociatum cum suis et Romanis, cum sua cappa et capello, ut sibi videtur, quia non recordatur bene, et ibant cum eo usque triginta vel quadraginta ad equos,

paucos plures seu pauciores, propter quod iste testis statim rediit post ipsum et sociavit eum, usque ad domum suam, et locutus est ei, stetit cum eo et comedit de speciebus et bivit de vino. Interrogatus super lxxvii.° capitulo, cum sequenti, dixit quod bene audivit dici certe quod quatuor(!) cardinales, videlicet Geebenensis, Sancti Eustacii et Sancti Angeli, per se statim recesserunt et yverunt extra Romam, et alii sex cardinales intrarunt castrum Sancti Angeli, se[t] si recesserunt sub [h]abitibus disimulatis, dixit quod nescit, tamen scit quod quinque cardinales in suis hospitiis remanserunt. Interrogatus super lxxix.° capitulo, dixit quod nescit aliquid, exceptis duobus, ut audivit, primum est quod die Veneris, hora tarda, hora Completorii, prefatus papa electus, multum timens et in magna perplexitate positus et absconditus in quadam camera dicti palatii, misit secrete ad dominum cardinalem Sancti Petri, qui stabat in dicto palatio, in loco ubi fuerat positus, consulendo eum quod consulebat: recedere de palatio vel stare, et si recedere, quod consulebat eum yre, et ille misit sibi quod nullatenus recederet, set remaneret in dicto palatio, quia ipse erat vere et canonice electus et nulla difficultas erat nisi quoad Romanos, qui erant ipsius et propter illusionem eis factam erant male contenti, set ipse faceret tantum quod ipsi contentarentur, secundum quod audivit quod cardinalis Geebenensis miserat sibi de Çagarolo unam cedulam, in qua sibi scribebat quod caveret sibi bene et absconderet se, quod Romani non interficerent eum, et si non posset abscondi, quod esset constans, quod propter aliquas minas seu timores non renunciasset, et si unum vel reliquum non posset facere, consulebat ei quod recederet oculte Roma, et quod certificaret eum quod iret, quia statim esset cum eo, et quod non impediret eum seu difideret acceptare honus papatus paupertas et magna indigentia sue persone nec camere apostolice propter magna debita, quibus erat obligata, et propter magnam indigentiam, in qua erat, propter guerras lige, quia Deus [fl. 62] sibi ministraret vias et modos, per quos posset cito habere quingenta seu septuagenta M. florenorum. Interrogatus iste testis si vidit dictam cedulam, dixit quod non, set hoc audivit a cardinali de Tibure, qui asserebat se vidisse dictam cedulam, vel a domino Agapito de Columpna, non recordatur bene quis istorum duorum sibi dixit. Interrogatus quando sibi dixit dictus cardinalis, dixit quod nunc (sic), *postquam iste testis exivit carcerem, dixerat sibi in capella pape. Interrogatus quare timebat dictus electus ut se absconderet, dixit quod propter magnam et inordinatam voluntatem Romanorum habendi papam Romanum et propter fictionem factam ex illa de cardinali Sancti Petri, ut supradictum est, et quia sciebat et credebat dictus electus quod dicti cardinales metu Romanorum non publicaverant nec ausi fuerant publicare, ymo exiverant Romam, et alii intraverant castrum, ut supradictum est. Interrogatus super lxxx.° capitulo, scilicet an Rome, dixit quod die Jovis, in nocte, die electionis, postquam per totam civitatem Romanam fuit publicatum quod cardinalis Sancti Petri erat papa, fuit factus unus magnus rumor, videlicet talis: decepti sumus, quia non est papa cardinalis Sancti Petri, ymo archiepiscopus Barensis, quare isti proditores galici noluerunt nobis facere ad placitum seu consolationem de Romano, et fecerunt unum pixafango neapolitano, et hec fuerunt prima nova que iste testis audivit de archiepiscopo Barensi, que nova fuerunt sibi et pluribus aliis, ut ipse vidit, scrupulosa et peregrina et suspecta, quia aliqui dicebant: non est verum, quia nec unus nec alter est papa, set isti galici descipiunt nos, quia nollunt hic facere aliquid, propter que verba et nova dicit iste testis in conscientia sua et ita plures alii usque ad diem Veneris sequentem prope meridiem die[i] electionis dicti Urbani, descendendo cardinales de castro Sancti Angeli et veniendo ad palatium et reeligendo eum et publicando electionem, ut supradictum est, illam magnifestarunt, habuerunt magnum scrupulum quod dictus Urbanus non esset verus papa, sicut cardinalis Sancti Petri, credendo quod ita esse[t] simulatio unius sicut de* (sic) *alterius, et post prope festum Ascensionis,*

in mense Madii, cum iam esset magnum hodium et discordiam inter dictum papam Urbanum et cardinales ultramontanos, propter plura que post supradictum malum principium acciderant, propter quod hodium iam omnes Ultramontani non erant accepti pape et papa erat positus in manibus et consilio Neapolitanorum comitum et millitum, de quo hodio inter curiales multum murmurabatur, et tunc illo tempore alique persone ultramontane, forte duo [fl. 62v] vel tres vel plures, quia pauci fuerunt illi, de quibus iste testis scivit quod consulerunt secrete, dicendo quod dubitabant utrum dictus Urbanus fuisset verus papa, prout audiverat dici in aliquibus domibus cardinalium, propter quod iste testis incepit conscientiam habere et incepit querere super hoc facto et de dicta conscientia fuit sibi satisfactum per cardinalem de Luna, de quo iste testis magis confidebat, in conscientia sua, cui cardinali revelavit supradicta secrete de persona ad personam, consulendo eum, et dictus cardinalis cum magna assertione et detestatione illorum, qui talia verba proferebant, dicendo quod male succedisset talibus et quod erant homines carnales et affectuosi, nollentes bonum nec habentes affectionem, nisi ad homines gentis sue, et multa similia verba, vituperando conditiones Ultramontanorum et monendo istum testem quod, quando tales ad eum venirent, similia verba proferentes, quod deberet eos bene informare et multum increpare, afirmando et sibi asserendo quod Urbanus non solum erat verus, ymo verissimus et canonicus papa, sicut nunquam fuit in ecclesia Dei et sicut beatus Petrus, et similia verba plus vel minus, set videtur sibi quod ista fuissent propria et quod de aliis ipse nesciebat quid facerent, set de seipso tantum dicebat sibi quod nunquam alium papam adoraret, dum iste viveret, etiam si scivisset secari per medium, et hoc sibi dixit bis vel ter, propter quod ivit ad eum, replicando dicta verba principaliter et principalius si satisfaciebat scrupulo suo, sue conscientie stimulo, propter dicta publica et secreta, viderat et videbat fieri in electione et processu et coronatione etc. dicti domini pape, set non obstante dicta satisfactione predicti scrupuli et stimuli, scilicet inquirere tentando pluries et a pluribus et diversis pectit et inquisivit et communiter invenit quod habebant pro vero papa, set erant male contenti de eo, et tenebat pessimos et duros modos et erat ingratus et zinotus illis qui de estercore erexerant eum, et super omnia condempnabant sua verba, dura et aspera, quibus utebatur cum cardinalibus et cum aliis magnis dominis, propter quod omnes dicebant quod cardinales erant multum turbati et multum indignati, et loquebantur multa mala de eo et dicebant predicte persone: advertat Deus quod non sit magnum malum et scandalum in ecclesia Dei, quia papa eos contepnit et evitat et removit a se et ipsi sunt multi astricti et magni domini et [fl. 63] multa possent facere. Interrogatus qui erant isti, qui eum tenebant et habebant pro vero papa, dixit quod, loquendo de cardinalibus in factis communibus et publicis, omnibus videbatur quod habebant eum pro vero papa, quantum ad verba et diversa colloquia, omnes generaliter tenebant pro vero papa, quantum [ad] adsertionem et ita illius temporis, dixit quod nunquam audivit loqui aliquem cardinalem, excepto cardinali de Luna. Interrogatus ex quo ipse erat magister in theologia et viderat aliquos penitentiariorum eum honorare et habere ipsum pro vero papa, quis movit eum ad habendum scrupulum si erat verus papa, dixit quod eo quod electio pape specialiter tenet et dependet a cardinalibus, quibus iste magis afficiebatur, audiendo ab aliquibus, in quibus ipse confidebat, quod dicti cardinales dicebant contrarium, deducebat se ad aliquantulum dubitandum, ad minus ad sciendum quare unum dixissent in publico tam solempniter, annuntiando eum populo, ut est moris, et coronando eum et exprimendo pluribus et diversis partibus, ex quibus vidit iste testis coronationem, adorationem cardinalium et concelebrationem et communem adorationem, et de aliis actibus audivit, ut predictum est, et alia, prout iste testis in fide sua quod plures persone et in pluribus locis et in multis colocationibus (sic) *ita Ultramontani ac Romani et italici dicto*

tempore accessionis, cum iam esset multum publicatum, existentibus adhuc omnibus cardinalibus Rome, quod cardinales erant male cum papa, murmurabatur et reportabatur in locis secretis quod cardinales propter yram et rancorem, quos habebant, intendebant calumpniari dictam electionem, et iste testis hoc audivit, principaliter cenando cum abbate Montis Cassini a pluribus Romanis, qui erant cum eo, qui querebant ibi si erat color et ratio quare cardinales deberent et possent facere hoc et dicebant, isto teste presente et comedente: certe non possunt hoc facere, set si velent facere, erit factum, quia iste est unus homo qui nescit amari ab aliquo, specialiter a Romanis, quia est unus pastuquatero neapolitano, et non posse aliquod, nec consanguineis nec de amicis nec aliunde, et cardinales sunt magni et valentes domini et pratici, et sciunt facere et dicere. Interrogatus quid dixerunt isti testi illi qui eloquebantur cum eo, quare dicebant quod dubitabant Urbanum non fuisse papam verum, dixit quod istam questionem fecerat iste testis supradictis, qui dicebant sibi et quod responderant [fl. 63v] quod propter aliqua verba, que super hiis audiverant ab aliquibus cappellanis et auditoribus de domo cardinalium de Vernio et de Pitavensi... Interrogatus super lxxxiii.° capitulo cum sequenti, dixit quod audivit dici quod duo vel tres Romani, de melioribus Rome, cum duobus prelatis, quorum videtur sibi fuisse unus Prefectus, abbas de Citria, ut audivit dici, petita prius gratia et licentia intrandi et exeundi libere ad eos, et quod intrarunt et sibi supplicarunt, significando eis quod populus Romanus contentabatur de eo quod ipsi fecerunt et facerent, audito quod populus contentabatur, venirent ad complendum quod inceperant, et quod ipsi responderunt eis quod sibi placebat, et venerunt libere, sponte; est verum quod audivit quod ante hoc scripserunt unum instrumentum, in quo concedebant potestatem aliis cardinalibus, qui erant in palatio, presentandi electionem et intronizandi dictum electum et faciendi alia, que forent necessaria, circa personam dicti electi. Interrogatus super lxxxv.° capitulo, dixit quod similitudo veritatis erat quod cardinales, qui stabant intus dicto conclavi, aliqui debuerunt timere, secundum supradicta, de hiis que viderunt et audierunt post factam electionem in ruptura conclavis et insultu factis, ut supra dictum est. Interrogatus si tempore electionis vel ante aut postquam cardinales intraverunt conclave, si viderunt aut audierunt vel fuerunt facta eis aliqua, propter quod debuerunt timere, dixit quod non vidit nec audivit ab aliquo [fl. 64] aliquem (sic) *nec audivit aliquem qui illud vidisset seu audivisset, dum erat iste testis Rome, propter quod cardinales debuissent timere, temporibus supradictis. Interrogatus si quando cardinales elegerunt archiepiscopum Barensem, potuissent eligere alium sine metu cuiuscumque nationis, preter itallicum, specialiter gallicum, dixit quod veraciter credit quod sic et quamcumque personam elegissent, Romani fuissent contenti, postquam fuerat factum, vel ad minus si mostraverant illam, eo quod a multis Romanis audiverat iste testis quod, licet ipsi intenderent inducere cardinales per varias vias, ut contentarent et consolarentur* (sic) *eos de Romano, tamen numquam intentio eorum fuit eis instare vim seu iniuriam et non contentari finaliter de eo quod ipsi fecissent... Interrogatus super xc.° capitulo, dixit quod statim, die sabbati, cardinales qui recesserant Roma, audito quod remanserant contenti de dicta electione et quod cardinales, qui erant in castro Sancti Angeli, et alii qui remanserant Rome, presentavissent, solempnizassent et publicassent predictam electionem, reversi sunt Romam et aprobarunt et confirmarunt dictis et pactis* (sic) *et scerimoniis omnia dicta et facta per alios, nec erat necesse quod reddirent, propter metu[m] amissionis suarum rerum, quia, ut publicum et notorium est Rome, iam posuerant illas in castro Sancti Angeli et alibi, nec de morte cardinalium nec suorum familiarium, quia meliores familiares secum habebant et cardinales erant in tuto, pro eo quod totus rumor erat pacificatus et res erant pacifice et non habebant aliquam custodiam. Interrogatus super xci.° capitulo, dixit quod veritatem continet prima pars capi-*

tuli, quantum ad secundum, de intentione et proposito dixit quod nescit nec credit. Interrogatus que reverentie erant iste, quas vidit iste testis fieri per cardinales, dixit quod vidit plures osculari eum in ore et manu, sociare eum in illo ordine et illo modo ad benedictionem peregrinorum, illo tempore et in ecclesia Sancti Petri, et in consistoriis et missis, eo modo quod (sic) *viderat fieri ista pape Gregorio sancte memorie, tempore quo vivebat. Interrogatus super xcii.° capitulo, dixit quod omnia contenta in capitulo, excepto illo ubi dicitur quod fuit factum Rome, credit esse falsum, fictitium et contra conscientiam, [fl. 64v], qui]a] eius contrarium erat magnifestum et publicum, et credit iste testis in sua anima et sua conscientia quod, si illo tempore voluissent revocare in dubium dictam electionem aut dicere et affirmare quod erat fictitia et non canonica nec vera nec valida, plus sine periculo potuissent facere et levius, quam non fecerunt fictionem cardinalis Sancti Petri, que erat de directo iniuria et dolus Romanorum et contra intentionem asconsam Romanorum, que erat habere Romanum, ut supradictum est, et dicit quod credit quod illo tempore dictus Urbanus erat ita ignotus et hodiosus Romanis et ita modice conditionis quod si dictus* (sic) *cardinales cum colore, ratione iustitie, voluissent revocare in dubium dictam electionem, Romani exaudivissent eos bene et concordarent cum illis. Interrogatus quomodo scit quod contrarium huius capituli erat, fuit et est magnifestum et publicum, dixit quod ex eo quod notorium et magnifestum est Rome quod ab electione dicti Urbani officiales et Romani omnes erant male contenti, propter duas causas principales, quas iste testis audivit, una quia increpabat eos duris verbis et erat eis male gratiosus, alia eo quod post dictam rupturam conclavis, dimissis omnibus armis et custodiis, vocibus et rumoribus, Romani remanserunt et devenerunt sic humiles, mansueti et reverentes dictis cardinalibus, sicut nunquam fuerunt, et est hoc notorium et magnifestum Rome. Interrogatus super xciii.° capitulo, dixit quod certe scit quod in ecclesia Sancti Petri et alibi Rome, antequam aliquis cardinalium recessisset Roma, per plures dies, quia non recesserunt usque calores, fuerunt Rome, quod fuit quasi in fine Madii, ut sibi videtur, dicebant ista verba: dicitur quod cardinales non sunt bene cum papa, nec sunt contenti de eo, et dicunt quod electio, quam fecerunt de eo, non valet et allegant quod Romani fecerunt eos illam facere et quando persone, que ista loquebantur, erant Romane, asserebant hoc esse falsum et quando erant ultramontane diccebant: quid scimus nos de hoc? cardinales sciunt, set bene scimus quod cardinales fuerunt iniuriati in tanto et habuerunt magnum dedecus, quod bene posset revocari dicta electio in magnum dubium et cum magnis coloribus, et credit quod ista tot colloquia, que fiebant Rome super hoc in diversis locis, exissent et ortum habuissent a colloquiis cardinalium, et dicit quod recordatur sigillatim quod in festo Pentecostes aut modicum post, post recessum maioris partis cardinalium Rome Agnaniam, cum essent adhuc Rome septem cardinales, de quibus recordatur, et ferebant de Agnania Rome quod dicti cardinales, qui erant Agnanie, loquebantur multa mala de papa et de electione sua; quadam die ipse ivit ad [fl. 65] collationem cardinalis de Luna et post collationem, presenti dicto cardinali fuit facta mentio et interrogatus de hoc, et dictus cardinalis dixit: certe falsum est quod ipse fuisset electus per metum, quia fuit electus ante rumorem et antequam intrarent conclave bene per septem dies, ut sibi videtur, quia non recolitur bene si dixit sibi quinque vel sex aut septem, set tamen videtur sibi quod dixit septem. Interrogatus quot et qui erant presentes et in quo loco, quando audivit supradicta a dicto cardinali, dixit quod erant presentes tres vel quatuor familiares sui, non recordatur qui erant, tamen videtur sibi quod unus erat archidiaconus de Girona, et hoc fuit in camera paramenti et ad portam camere secrete, volens intrare eam... Interrogatus super xcix.° capitulo, scilicet an civitas Agnanie, dixit quod scit de auditu et per coniecturas quod usque ad reprobationem, quam fecerunt cardinales, que fuit die*

festi sancti Laurentii, cum discordia continuaretur et cresceret et magnifestaretur inter dictum papam Urbanum et cardinales, qui erant Agnanie in dicto festo sancti Laurentii et steterunt post festum Corporis Christi, civitas Agnanie, officiales ipsius, comes Fundorum qui erat rector Campanie et dicti cardinales scribebant dicto Urbano ut vero pape, et littere que scribebantur Agnanie, scribebantur sub pontificatu sanctissimi patris Urbani pape vi, et omnes asserebant quod dicta civitas, cardinales et officiales omnes stabant et se tenebant pro papa Urbano, set nollebant ei obedire, nam illo tempore dictus papa misit dictis cardinalibus et dicto comiti Fundorum quod venirent ad eum Tiburim et nolluerunt venire. Interrogatus si vidit ipse aliquas litteras Penitentiarie, datas Agnanie, sub dicto pontificatu, et quas, dixit quod vidit aliquas earum de absolutionibus et dispensationibus, set non recordatur de personis. Interrogatus si cardinales, si reputabant se securos, aut si poterant esse ad publicandum suam intentionem Agnanie, sine alia gente armorum, dixit quod in fide sua et sua conscientia semper reputavit eos securos ad hoc faciendum Rome et Agnanie. Interrogatus si scit, credit vel audivit quod cardinales cum suis familiis possent se defendere a Romanis Agnanie, faciendo eis exercitum Romani, dixit duo, unum quod non credit quod propter hoc et propter amorem et dicti pape Urbani populus Romanus [fl. 65v] exisset et yvisset obsidere dictos cardinales Agnanie, aliud quod dato quod ivissent ad obsidendum, cum ipsis erat comes Fundorum, cum tot gentibus, quod sibi non potuissent nocere Romani, et hoc dicebatur publice Rome. Interrogatus super c.°, ci.° ii.° et iii.° capitulis, dixit quod nescit aliud, excepto quod nun[q]uam vidit tam celeberrimum festum et cum tanta solempnitate, cum tanta pace et concordia celebrari, sicut fuit dicta coronatio, quia vidit ab una parte cardinales descenter et leti, ipsi cum equis albis induti, et vidit iste testis cardinalem de Ursinis imponere sibi thiaram in capite. Interrogatus que verba dixit sibi, ponendo sibi dictam thiaram, dixit quod non audivit illa, eo quod ipse erat subtus tribuna et papa et cardinales erant superius. Interrogatus, cum ipse non esset superius tribunali (sic) *et cum cardinalibus, quomodo potuit videre quod cardinales haberent vultus letos, dixit quod ipse stabat ad manum dexteram tribune et ita prope quod per unam portellam, que erat facta in muro ecclesie Sancti Petri, ad intrandum dictam tribunam, vidit eos intrare tribunam unus post alium, et post vidit eos yre cum papa ad Sanctum Johannem Lateranensem et reddire cum eo ad palatium, et numquam potuit eis cognoscere signum tristitie, et ex alia parte vidit Romanos tripudiando et vociferando* (ms. viferisando), *dimissos in pluribus societatibus sine armis, pretendentes magnam letitiam. Interrogatus super ultimo articulo de publica voce et fama, dixit quod de hiis, que ipse dicit, de quibus facit mentionem, quod erat publica vox et fama et communis oppinio, dicit quod erat ita. Ego frater Menendus, episcopus Cordubensis, fateor me omnia et singula deposuisse in isto casu secundi electi, sicut in alio quaterno primo xii.° foliorum et in septem foliis istius presentis quaterni cum medietate istius facici continetur, cum suis emendationibus et correptionibus et cancellaturis, in quorum quolibet singulo folio nomen meum apposui. frater Menendus, episcopus Cordubensis»* (26).

Fernando Peres, deão de Tarazona, familiar do cardeal de Aragão, refere a visita a este purpurado do doutor em leis, de nome Nicolau, juntamente com outros romanos, para convencerem os cardeais a elegerem papa um romano ou italiano. Segundo a testemunha, viria a acontecer

(26) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 54v-65v. A *Depositio in speciali super casu primi electi* de *Frater Menendus, ordinis Fratrum Minorum, magister in sacra pagina, episcopus Cordubensis, factus per primum electum*, em MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 275-282.

grande perigo e escândalo, se os cardeais não fizessem a vontade ao povo, motivo por que o sobredito doutor o aconselhara a pôr seus bens em lugar seguro. E D. Pedro de Luna ordenara então ao depoente escrevesse o testamento dele cardeal, com declaração relativa a suas intenções. Refere-se a Miguel Dias, capelão do cardeal, e a Pedro Chambon, doutor e ouvidor do mesmo, para insinuar manobras do arcebispo de Bari, futuro papa Urbano VI, no sentido de ser eleito papa. Os purpurados queriam eleger um do colégio cardinalício e teriam mudado de cor, ao ouvirem tocar os sinos a martelo ou a rebate. O cardeal Orsini até chorara, quando teve de repreender o povo pelo rumor causado, a fim de obterem um papa romano ou italiano. Para pôr em evidência o tumulto do povo, refere também palavras do Dr. Gil Sanchez Muñoz, que teria fugido para casa do seu cardeal, ao ouvir o toque do sino. Também o cardeal de Aigrefeuille tivera medo e convidara o cardeal Orsini a segui-lo, dizendo, ao entrar na capela, estar na disposição de eleger um italiano ou romano e até o diabo, de preferência a sofrer a morte. A seguir, passada cerca de meia hora, os cardeais de Florença e de Aigrefeuille prometiam ao povo a eleição de um papa romano ou italiano. Na quinta-feira, estivera à mesa com os cardeais de Glandèves, de Viviers e de Aragão. Sabia-se já pelo cubiculário do cardeal de Santo Anjo que o eleito não pertencia ao colégio cardinalício. A uma pergunta da testemunha sobre o porquê dessa atitude, o cardeal de Glandèves afirmara tê-lo feito por motivo de perigo de morte, interpelando-o até se não vira o perigo em que se encontravam os purpurados. Ao ouvirem estas palavras, os cardeais à mesa teriam baixado a cabeça, sem proferirem palavra. Em Anagni, recebera do seu cardeal Pedro de Luna confidências de ter votado por um italiano, contra suas intenções, por temer a morte. Em Barcelona, o depoente vira o instrumento público destas declarações do purpurado. Segundo também ouvira, o cardeal Orsini não queria dar o voto ao arcebispo de Bari e o de Santo Anjo, na capela e no momento da eleição, dissera ser esta nula, por falta de liberdade. Era notória a pressão sofrida pelos purpurados. Ao cardeal de Aragão ouvira, em Anagni, que ele e muitos outros cardeais tencionavam reeleger o arcebispo de Bari, quando estivessem em lugar seguro, o que de facto nunca se teria proporcionado. Na terça-feira, após a eleição, os ouvidores do palácio apostólico, em número de dez, ele incluído, ao irem prestar reverência ao papa eleito, encontraram-se com o cardeal de Milão que, ao ser-lhe referido pelo prior dos ouvidores o que iam fazer, levantara as mãos ao céu, a pedir auxílio a Deus para a Igreja. No mês de Abril, depois da coroação do papa, vira o cardeal de Aragão no quarto de estudo, com o Decreto de Graciano aberto, a escrever sobre o facto da eleição, na tentativa de esconder os apontamentos. Ao ter notícia de que o deão se apercebera do assunto, pedira-lhe o cardeal nada revelasse, pois temia fosse levado ao conhecimento do papa e dos Romanos que ele ou algum cardeal duvidassem da validade da eleição. Também o mencionado doutor Nicolau e outros romanos, segundo confidências feitas ao depoente, no mês de Abril, pensavam que os acontecimentos durante a eleição não poderiam conduzir a bom termo. Cerca de dois ou três dias antes de partir para Anagni, os ouvidores Gil de Velamor e Galhardo de Igreja Nova aconselharam-no a deixar Roma, por causa desses acontecimentos, como aliás estes o fizeram, por ordem dos respectivos cardeais de Santo Eustáquio e de Aigrefeuille. Depois de a maior parte dos purpurados ter ido para Anagni, mas antes de o cardeal Pedro de Luna ou de Aragão sair de Roma, já corria voz, entre os curiais, que Urbano VI não era verdadeiro papa. O depoente pensava que, se fosse eleito papa o cardeal Pedro de Luna, amigo dos Romanos, ter-se-ia evitado o perigo de morte. Esclarece, contudo, ter ouvido dizer a este cardeal de Aragão preferia a morte a aceitar a eleição, se os Romanos o reclamassem no meio do alvoroço. O fingimento do cardeal de S. Pedro como papa teria sido provocado pelo temor de os cardeais se verem na iminência de morte. O nosso deão vai até ao ponto de se contradizer, declarando que a atitude dos purpurados fora motivada por verem a maior parte dos Romanos pedir um papa romano. Vira alguns cardeais em atitudes de disfarce, para evitar o povo. Seu cardeal, D. Pedro de Luna, fizera-se até doente, na sexta-feira, a fim de se esquivar a encontros e

conversas com os que o procuravam. O rumor do povo, a pressão sobre os cardeais e fuga destes, uns para o castelo de Santo Anjo, outros para fora de Roma, e as palavras do cardeal de Aragão, na noite de quinta-feira, relativas à dúvida sobre a eleição, a apreensão do mesmo e seus familiares quanto aos bens recolhidos na própria casa, tinham-no levado a ele, depoente, a dizer ao cardeal que os acontecimentos acabariam mal, e a duvidar da validade da eleição. Nessa noite, notara tristeza nos cardeais de Aragão, de Genebra e nos que vira no castelo de Santo Anjo. Pensava que os purpurados, segundo mostravam suas atitudes, não poderiam eleger, sem perigo pessoal, senão um papa de Roma ou de Itália. Conforme ouvira dizer, em Anagni ou então no castelo de S. João, no reino de Nápoles, o cardeal Orsini escrevera o caso enviado ao jurista Baldo, para este se pronunciar sobre a eleição, embora ouvisse, depois, dizer que o dito cardeal Orsini e outros afirmavam ter sido o arcebispo de Bari, Urbano VI, a mandar o caso a João de Lignano. Termina por declarar verdadeiro papa a Clemente VII. Afirma ter recebido em expectativa a prebenda e prepositura de Valência, com a primeira data do rol do conclave, por concessão de Urbano VI, assinada depois da coroação, mas que recusara a expedição das respectivas bulas, por duvidar da eleição. Confessava, todavia, tê-lo considerado, então, verdadeiro papa, apesar da dúvida. Clemente VII concedera-lhe a mesma graça, obtida de Urbano VI, e fizera-o seu capelão e comensal:

«*Die Veneris, xv mensis Februarii, era qua supra, deposuit dominus Fernandus Petri, decanus Tirassonensis, testis iuratus in casu secundi electi.* [*fl. 66*] *Interrogatus super primo capitulo, dixit quod audivit quod post mortem pape continue tenebantur consillia in Capitolio per Romanos et audivit iste testis campanam Capitolii pulsari diversis vicibus, quia vocabatur ad consillium in illis diebus, de die et de nocte, et audivit quod tractabatur quomodo possent habere Romanum vel itallicum in papam, et hoc audivit a domino Alfonso, olim Gieenensi episcopo, qui vocatus per Romanos, ut ipse dicebat, interfuit uni consilio et petivit ab isto teste unam mulam, in qua yret ad dictum consillium. Interrogatus super ii.° capitulo, dixit quod de deliberatione de certa scientia nescit, set vidit executionem contentorum in capitulo, videlicet quod una de durante novena G., post comestionem, cum iste testis esset in collatione cum domino suo cardinali, venerunt dominus Nicholaus, doctor legum et scives Romanos* (sic), *et unus alius Romanus, nescit si erat officialis, qui locuti fuerunt cum dicto domino suo cardinali secrete et post recedendo a dicto cardinali, antequam exirent cameram, dixit dominus Nicholaus isti testi quod ipsi venerant ex parte officialium et populi Romani, ad supplicandum et requirendum dictum dominum cardinalem quod ipse et alii vellent eligere papam Romanum vel itallicum, et quod amplius contentaretur populus de itallico, quam de Romano, ut dixit in xxiiii additione alterius casus, et quod dubitabatur de magno periculo et scandalo quod sequeretur, si cardinales non facerent hoc, et quod consuluit sibi dictus dominus Nicholaus et quod segregaret omnia bona sua et poneret in bono loco, ut dixit in alio casu. Interrogatus super iii.° capitulo, dixit quod erat communis vox et fama contenta in capitulo inter curiales, set nescit a quibus audivit. Interrogatus quare* (*ms.* quia) *ipse dicit quod communiter dicebatur Rome quod officiales deliberaverant in suis consilliis compellere cardinales ad eligendum papam Romanum vel itallicum, si cardinales, si potuissent, munivisse castrum Sancti Angeli ad faciendum ibi electionem, dixit quod nescit si potuissent munire, sicut convenit muniri ad multum tempus, ut starent secure, audivit tamen ante ingressum conclavis quod inter cardinales fuerat factum verbum de intrando dictum castrum, ad faciendum electionem, set quod in hoc fuerant discordes, nam alii volebant, alii non. Interrogatus si potuissent munire post intronizationem et ante coronationem,* [*fl. 66v*] *dixit ut supra, et in casu quod fecissent, credit quod fuisset cum magno periculo cardinalium, quia suspicati fuissent contra eos predictus archiepiscopus et*

Romani, si scivissent quod fiebat ita promissio, et credit quod non potuisset causa secrete fieri quod aliquod non fuisset scitum. Interrogatus super iiii.°, dixit quod credit quod fuisset reportatum cardinalibus, sed nescit de certa scientia, nisi de domino suo, a quo audivit iste testis quod intellexerat predicta, quia sibi fuerant reportata, et propter premissa mandavit dictus cardinalis isti testi quod ordinaret [*ut*] *scriberet manu sua testamentum dicti cardinalis, exprimendo sibi suam intentionem, quomodo faceret illud, et ita fuit factum...* [*fl. 67*] *Interrogatus super xiiii.° capitulo, dixit quod audiverat contenta in capitulo, et dixit quod, cum esset una die iste testis in Sancta Maria Nova, et credit quod fuit ultima dies novene, existentibus officialibus et aliis Romanis cum cardinalibus in una domo dicti monasterii, dictus archiepiscopus descendebat ab alia parte per scallam claustri et vocavit istum testem ad dexteram partem maioris altaris dicte ecclesie, existente cum eo Michaele Didaci, capellano dicti cardinalis domini sui, et dixit ei verba consequentia: decane, male vadunt negotia nostra; ego video istos Romanos male dispositos et pro certo credatis quod, si cardinales non eligunt papam Romanum vel itallicum, omnes sumus mortui, et tunc dictus testis posuit pedem supra pedem socii sui Michaelis Didaci ut audiret et post recessum dicti archiepiscopi, dixit iste testis socio suo: intellexistis ista verba? et ille respondit quod sic; et tunc dixit iste testis sibi: hoc dixit dominus Barensis in favorem sui, forte presumpmendo quod eligent eum, in casu quod debeant eligere itallicum, et hec verba retulit iste testis suo domino, statim illa die seu sequenti. Item dixit iste testis quod anno a nativitate Domini M.o ccc.o lxxix.o, cum esset ipse Barchilone cum domino suo cardinali, dominus Perer Conon, doctor et auditor dicti cardinalis domini sui, ubi erant ambo confabulando de hac materia scismatis, dixit sibi sine aliqua interrogatione istius testis: decane, non recordamini de verbis vobis dictis in Sancta Maria Nova per dominum Bartholomeum? et iste testis dixit sibi: de quo? quia multa verba dixerat sibi, set nescit de quibus perpendebat, et dictus dominus Perer refert sibi verba predicta, que dictus archiepiscopus sibi dixerat et iste testis dixit sibi: quomodo scitis vos hoc? quia tunc non erat mecum, nisi Michael Didaci, et ille respondit quod quando dictus archiepiscopus proferebat illa verba, ipse erat in coro dicte ecclesie in prima forma, que erat ab allia parte prope altare, et audiverat dicta verba a dicto archiepiscopo. Interrogatus super xv.° capitulo, dixit ut supra in secundo capitulo istius casus et plus quod dixerat sibi dominus Nicholaus ad hoc, idem debebant yre ad supplicandum et requirendum alios cardinales in particulari, et audivit iste testis a dicto domino suo cardinali quod dixerant sibi prefata verba et requisitiones dominus Nicholaus et alter Romanus, qui cum eo venerat, non recordatur bene iste testis de responsione, quam dictus cardinalis fecerat. Interrogatus super xvi.° capitulo, dixit quod audivit contenta in dicto capitulo, et de hoc erat communis vox et fama illo tempore inter curiales, et credit iste testis quod si* [*fl. 67v*] *remansissent Rome, specialiter comes Fundorum et comes Nollanus et dominus Latinus de Ursinis et aliqui alii nobilium, bone persone, quod non fuisset secutum malum impressionis et rumoris, quod fuit post sequtum per Romanos, quia retraxerant eos ab illo malo. Interrogatus si populus Romanus, postquam inhierunt consillia et concordarunt ad faciendum impressionem cardinalibus, ut eligerent papam Romanum vel itallicum, prout ipse dixit, quod erat concordatum, si voluisset ista exequi, si potuissent reprimere eos dicti comites et nobiles, et si isti comites et nobiles scivissent quod populus erat dispositus ad faciendum dictam impressionem, presuposito quod Romani non precepissent eis exire civitatem, receperant custodiam ad defendendum cardinales, contra ea que concordarant officiales et populus Romanus, respondendo ad primum, dixit quod non bene, tamen meditatur dictus testis et credit quod cardinales haberent istam intentionem quod, stando ibi dicti comites et nobiles aliqui de populo, non fuissent in verecundia, et propter reverentiam eorum*

astinuissent a rumore, vel non fecissent tantum malum, sicut fecerunt. Respondendo secundo quesito, dixit quod ignorat quam voluntatem haberent. Interrogatus quod est illud quod credit ex eo, dixit quod credit quod non, cum scirent eos non posse defendere cardinales. Interrogatus si isti comites et nobiles ... Interrogatus si [*fl. 68*] *fuerant deputati custodes postulati per cardinales, si populus Romanus dimiserat facere ob reverentiam istorum illud quod erat ordinatum, dixit quod nescit. Interrogatus de credulitate, dixit quod credit quod non, si hoc deliberassent facere. Interrogatus si credit quod populus habuisset propositum seu voluntatem faciendi quod erat ordinatum, credit quod sic, per ea que iste testis vidit post, per experientiam. Interrogatus si isti comites et nobiles aut alii, si habebant modum tenendi cardinales securos extra civitatem, contra voluntatem Romanorum, dixit quod domini comitis Nollani et domini Latini nescit castra nec terras suas ibi prope, propter quod potuissent hoc facere, de comite Fundorum credit quod si cardinales potuissent tute yre ad comitatum suum et regina Neapolitana non esset sibi contraria, quod i*[*l*]*lico potuissent stare securi a populo Romano, de aliis nobilibus Romanis non recordatur, nisi de domino Rinaldo, qui habebat unum castrum in regno Neapolitano, vocatum Taliagoz, quod distat satis a Roma, et credit quod cardinales non potuissent exire Romam ad aliqua loca istorum sine periculo suarum personarum, propter custodias positas tam in flumine quam in terra, ut supra dixit hic et in alio casu. Interrogatus ex quo dictus testis dicit quod in comitatu Fundorum potuissent esse securos (!) a populo Romano, si regina Neapolitana non fuisset eis contraria, quod si intelligit aut credit quod regina Neapolitana fuisset contraria dicto comiti Fundorum et dictis cardinalibus ante electionem, aut si credit quod eundo dicti cardinales cum comite Fundorum ad dictam reginam et conquesti sibi fuerant de impressione, quam volebant sibi facere Romani, si fuerat contraria vel eos iuverat, prout iuvit post electionem et publicationem, quas fecerunt cardinales, quod Bartholomeus non erat papa, dixit, respondendo primo, quod credit quod non, set de accessu dubitat, ut predixit, ad secundum, credit quod eos iuverat propter ea, que fecit post, et propter devotionem, quam habebat ad ecclesiam Romanam, et hoc credit de ante electionem. Interrogatus si die qua exiverant cardinales conclavi, si posito quod cardinales, qui yverunt ad castrum et qui remanserunt in civitate et illi qui iverunt extra civitatem, yvissent, antequam nichil attemptassent plus quam fecerunt in dicto conclavi, si tenuisset eos securos dicta regina, ad hec que ipsi potuissent facere libere quod voluissent in facto dicte electionis, dixit de certa scientia quod nescit, tamen credit quod, si regina scivisset quod impressio facta fuisset cardinalibus super electione, quod illos iuvisset, set nesciendo de impressione et sciendo quod erat electus ille, qui erat suus naturalis, credit quod iuvisset eum* [*fl. 68v*] *et non cardinales, et movet eum ad hoc credendum illud quod fecit regina, antequam fuisset certa de impressione, quod in adiutorium dicti archiepiscopi et contra cardinales misit ducentas lanceas. Interrogatus si scit vel credit quod dicta regina potuisset certificari quod dictus archiepiscopus fuisset electus, antequam cardinales publicassent dictam electionem et non fuisset declaratum per eos quod elegissent, dixit quod illa poterat habere certificatione*[*m*] *de dicta electione per commune dictum populi Romani, quod credit processisse ab eo quod dixit cardinalis Sancti Petri, die Jovis, de sero, dicto archiepiscopo quod ipse erat papa et non dictus cardinalis, et hoc idem per alia dicta, per que potuit sciri dicta electio, specialiter quod audivit iste testis in Itallia in uno trium locorum, Rome vel Fundis seu Agnanie, non recordatur in quo istorum, nec de tempore nec de persona a qua audivit, quod die Jovis, facta iam electione, existentibus adhuc cardinalibus in conclavi, episcopus de Tode et prefatus archiepiscopus Barensis, habentes scientiam, ut sibi videtur, per illud quod sequitur de electione facta de dicto archiepiscopo, existentes in camera custodie conclavis, retraxerunt se ad unam cameram pape et dictus*

episcopus de Tode in favorem dicti archiepiscopi, ut servaretur illesus, nec aliquis possit sibi nocere, dixit dictus episcopus cuidam fratri suo et aliis de parentella sua, qui erant [*presentes*], *ista vel similia verba in effectu: custodite portam bene et faciatis compotum quod ego sum papa et nullus intret huc, et dictus archiepiscopus dixit tunc: non, non, non vos, non vos, quia ego sum electus, et ex* [*eo*] *colligitur quod electio poterat sciri antequam cardinales publicassent illam. Interrogatus si scit vel credit quod cardinales exissent Romam, statim ut exierunt de conclavi, antequam facerent aliqua de hiis, que fecerant, et dixissent quindecim illorum dicte regine qualiter non elegerant aliquem seu elegerant per vim dictum archiepiscopum, si dicta regina credidisset plus dictis quindecim cardinalibus quam cardinali Sancti Petri et dicto electo et populo Romano qui dixerant quod erat electus, dixit quod credit quod tunc credidisset plus dictis cardinalibus ...* [*fl. 69*]*... Interrogatus super xxxiii.° capitulo, dixit quod, prout supra dixit, quando ipse venit cum domino suo ad ingressum conclavis, vidit magnam multitudinem populi stare in platea Sancti Petri, et credit quod soli viri erant ultra duo millia, et credit quod magna pars istius gentis usque quingentos homines, modicum plures vel pauciores, secundum suum credere, arant armati, vociferando et clamando, ut supra* [*fl. 69v*] *dixit in xxbiii.° capitulo alterius casus, et dixit quod non intendit concludere in hoc numero hominum, de quo supra dixit, hic et in alio casu peregrinos...* [*fl. 70v*] *Interrogatus super xl.° capitulo, nichil. Interrogatus super xli.°, cum duobus sequentibus, dixit quod* [*de*] *certa scientia nescit, set de credulitate credit quod cardinales ultramontani fuissent illius intentionis eligere ultramontanum et de collegio. Interrogatus quare credit, dixit quod propter aliquos trac*[*ta*]*tus et modos, quos vidit et audivit, quod dicet regi, si super eo fuerit interrogatus, et de intentione sui domini scit per ea que sibi dixit in secreto et nominavit personas, prout dicet regi; rationes, propter quas erant in isto proposito cardinales, nescit, nisi de intentione domini sui, et hoc idem dixit se credere de proposito itallicorum et amplius credit quod de Ursinis nominasset cardinalem Sancti Eustacii et Florentinus Geebenensem et cum istis credit quod nominassent etiam itallicos de collegio, tamen audivit quod cardinalis de Vernio miserat cardinali de Ursinis quod ipse daret vocem suam cui ipse vellet ... Interrogatus super xlvii.° capitulo, dixit quod non audivit de clamoribus, quos capitulum ponit, quod clamabant: moriantur, de aliis vero clamoribus dixit ut supra, in isto casu et in alio, et si voces cessassent in aurora non recordatur, set scit quod, postquam pulsata fuit campanella pro missis, audivit iste testis aliquibus vicibus dictas voces et, ut videtur isti testi, ista campanella fuit pulsata intus in conclavi lucecendo, ante solis ortum ... vidit tunc quod multi cardinalium mutarunt colorem propter metum, audiendo pulsari ad martellum et post, antequam fuisset finita secunda missa, rumor crevit et fuit multiplicatus et* [*fl. 71*] *continuatus ut predixit, donec cardinalis de Ursinis dedit cedulam episcopo Marsileensi, e credit quod esset ultra tertiam, quando dedit illam. Inrerrogatus quomodo scit ipse quod illo modo quo pulsabatur dicta campana pulsaretur Rome ad rumorem, dixit quod per ea que tunc audierat de multiplicatione et vocibus et tumultu populi, pulsata dicta campana, ut predixit, et maxime quia dictus testis fuerat in pluribus partibus Itallie, ubi communiter dicitur quod campana non pulsatur ad martellum, nisi ad faciendum iustitiam vel ad congregationem populi propter rumorem, vel ad exiendum extra in exercitu ... Interrogatus si, postquam exivit conclave, si audivit dici quod ista campana Capitolii fuisset pulsata ad martellum illa die et qua hora, dixit quod audivit, postquam exivit conclave die Veneris seu sabbati primos sequentibus, ut sibi videtur, ab aliquibus familiaribus domini sui cardinalis, de quibus non recordatur, qui dicebant quod, die Jovis, de mane, ante solis ortum et post, continue per tempus audiverant pulsari dictam campanam Capitolii predicto modo, et etiam hoc sibi dixit dominus Egidius Sancii Munionis, doctor*

in legibus, qui, ut audivit pulsari dictam campanam, fugit ad domum domini sui cardinalis ... Interrogatus si, postquam dicta campana Sancti Petri fuit pulsata, eo modo quod testis deponit, si Romani, si fecerunt aliquod insumptum contra cardinales vel intullerunt eis aliquam iniuriam plus quam ante dictam pulsationem, dixit quod actualis(!) iniuria in personis nescit quod fuisset facta ante rupturam conclavis, set verbalis et mala verba meticulosa ad incuntiendum eis maiorem timorem quam ante, dixit quod dicta fuerunt tunc. Item aumentarunt plus actualiter que impellebant portam, ad quam iste testis(!) cum armis posuerunt inter unam barram, ut predixit, et hoc idem de verbis, que dicebant custodes isti testi, ut predixit in xxxix.° capitulo, et similia verba fuerunt dicta in presentia istius testis cardinalibus de Ursinis et de Agrifolio, pro eo quod stabant ibi de foris, quando se posuerunt [*fl. 71v*] *ad fenestram porte conclavis, prima vice, ut infra dicet ... Interrogatus super li.° capitulo, dixit ut in supra proximis capitulis. Interrogatus super lii.° capitulo, cum duobus sequentibus, dixit de multiplicatione populi ut supra; ad alliud respondit quod, finitis missis, fuit mandatum per unum cardinalem dicto testi et aliis sotiis et servitoribus cardinalium, qui stabant in dicta capella, quod exissent foras et post spatium medie hore, modicum plus vel minus, ut sibi videtur, ipso stante cum aliquibus aliis ad portam conclavis, vidit exire de dicta capella cardinales de Agrifolio et de Ursinis,* [*qui*] *dixerunt eis quod aperirent fenestram porte conclavis et illa aperta, cardinalis de Ursinis cepit dicere multum dura verba contra populum, propter rumorem et insumptum, quos faciebant, et inter cetera dixit ista verba vel similia in effectu: o maledicti, quid creditis facere, creditis habere papam per istum modum? hodie supponitis civitatem istam igni, qui nunquam stinguetur, donec destruatur, et videtur isti testi quod illa dicebat cum magno dolore, quia vidit eum tunc lacrimantem et, hoc non obstante, populus, qui erat foris in camera, cum maiori furore clamabat dicendo: Romanum vel itallicum volumus, et aliqui custodum, audiente dicto teste, dixerunt dictis cardinalibus ista verba vel similia in effectu: Domini, expediatis vos, complacendo et faciendo quod volunt isti Romani,* [*fl. 72*] *alias mortui estis, et retraxerunt se modicum dicti cardinales a fenestra et cardinalis de Agrifolio cepit dominum cardinalem de Ursinis per mantellum et dixit sibi: vadamus, vadamus, domine, ante volo eligere non solum itallicum vel Romanum, ymo diabolum, quam mori, et ita intrarunt capellam, ubi erant cardinales, et dictus testis simul cum aliis, ut supra dixit, yvit querere locum, per quem possent exire cardinales, et ipsi, ut supra dixit, in* [espaço em branco] *capitulo istius casus. Et post hec, quasi post spatium medie hore, ut sibi videtur, vidit predicto*[*s*] *duos cardinales, et videtur sibi quod cardinalis Florentinus fuisset cum illis, qui clamabant ad fenestram porte conclavis quod aperiretur, et tunc iste testis yvit ad eos et audivit quod dictus cardinalis de Ursinis incepit increpare populum, propter rumorem quem faciebant, et post dixit eis quod starent in pace, quia ipse promittebat eis quod usque ad diem sequentem, ante horam tertiam, haberent papam Romanum vel itallicum et, populo non contentato de tanta dilatione, asserente quod statim volebant eum habere, ut videtur isti testi, cardinalis de Agrifolio, ambabus manibus levatis ad populum, dixit eis: state in pace, quia ego promitto vobis quia hodie, per totam diem, habebitis papam Romanum vel itallicum, et tunc dicti cardinales recesserunt et intrarunt cappellam, et post hec, per magnum spatium, quia, ut videtur isti testi, erat plus quam hora tertie, cum esset iste testis prope cameram* [*cardinalis*] *Maioris Monasterii, vidit exire cardinalem de Ursinis et alium cum eo, de quo non recordatur quis esset, et petit papirum et incastrum ab isto teste, ut dixit in xlvii.° capitulo alterius casus, et ab ista hora in antea, data cedula, cessavit rumor, ut dixit in xlix.° capitulo alterius casus ...* [*fl. 72v*] *... Interrogatus super lbii.° capitulo cum sequentibus, usque ad lxi inclusive, dixit quod dicta die Jovis, existentibus ad mensam*

intus conclave cardinalibus Glandatensi et Vivariensi cum dicto suo domino, ut iam dixit, et colloquendo inter se de electione, iste testis dixit hec verba: Domini, parcat vos Deus, quia nescio quare gloriam vestram dedistis alteri, ipse tamen nesciebat tunc quis esset electus, licet iam dictum fuisset per cubicularium cardinalis Sancti Angeli quod electio facta erat de extra collegium, dixit quod ante prandium interrogaverat dominum suum quis era-electus et cardinalis sibi respondit quod non poterat eam dicere, quia habebant sub iurat mento, et credit iste testis quod hoc dicebat, ut non publicaretur electio, donec venirent prelati, pro quibus miserant, et dictus cardinalis Glandatensis respondit isti testi dicendo: decane, volo vos scire quod feci propter periculum mortis; none vidistis vos periculum, in quo eramus? et allii domini cardinales, qui erant ibi, dicendo ista verba, declinarunt vultus in terram et nichil dixerunt. Item dixit quod audiverat Agnanie a dicto domino suo cardinali quod dictus cardinalis Glandatensis, antequam intrasset conclave, protestatus fuerat quod, si forte locutum esset quod ipse consentiret (ms. conficeret) *in itallicum, hoc faceret solum propter timorem mortis, cum non esset intentio sua eligere itallicum, cum non recolit se audivisse quod in hac protestatione exciperet cardinales itallicos, et dictus testis, existens Barchilone cum domino suo cardinali, vidit instrumentum publicum istius protestationis. Item dixit quod audivit quod cardinalis de Ursinis quod nolluerat concedere vocem suam alicui. Item quod cardinalis Sancti Angeli dixerat in cappella, quando fiebat electio, quod ipse non habebat liberum arbitrium, propter notoriam impressionem, quam videbat, quod consentiebat taliter qualiter et credebat electionem nullam esse; ista istorum duorum cardinalium dixit quod audivit a domino suo cardinali Agnanie et ibi audivit a dicto domino suo quod intentio sua et credebat quod aliorum multorum erat reeligere ipsum, cum fuissent loco tuto, nisi quia postea per omnia sua facta se ostendit insuficientem ad hoc... [fl. 73] ... Interrogatus super lxxi.° capitulo, dixit quod, antequam intrarent Romani conclave, erant iam omnes cardinales in cappella, set non recordatur si illi, qui fugerant de cappella, ut supra dixit, fugissent iam quando dicti Romani intrarunt conclave, et bene credit quod, quando cardinales senserunt fracturam conclavis et viderunt magnum rumorem populi, ipsi se reputarunt quasi mortuos, et ex hoc credit quod fuit facta fictio cardinalis Sancti Petri, ut predixit in li.° capitulo alterius casus... Interrogatus super lxxxiii.°(!) capitulo, dixit quod tantus populus intravit in cappellam, quantus potuit recepi, et cardinales, sibi videtur, erant pedes super bancos dicte cappelle, exceptis domino suo et Glandatensi, qui erant iuxta altare, et non vidit quod in cappella iniuriati fuissent aliter cardinales, excepto quod modicum reverebantur sibi et stringebant eos ibi et audivit quod cardinalibus, qui exiverant cappellam, fugiendo, aliquas iniurias intulissent et percussiones, et specialiter audivit de cardinali Sancti Eusthacii, et fecerunt eos reddire per vim ad dictam cappellam, de familiaribus dixit ut supra in xliii.° capitulo alterius casus. Interrogatus super lxxiiii.° capitulo, dixit ut supra in li.° capitulo alterius casus et etiam in lxxi.° istius casus et respondendo fini istius articuli, dixit quod credit quod, nisi fuisset dicta fictio cardinalis Sancti Petri, quod fuissent in periculo mortis. Interrogatus quod, considerando ut ipse dixit quod populus petebat Romanum vel itallicum et erat iam electus itallicus, quare usi fuerunt fictione non vera, fingendo cardinalem Sancti Petri esse electum, dixit propter quod factum sit nescit de certa scientia, set credit quod illud fecerunt, pro eo quod maior vox populi erat tunc quod dedissent eis Romanum, et vidit inter alios aliquos de parentella abbatis Montis Cassini, quos iste testis cognoscebat, qui intrarunt conclave cum magno furore et cum dicta voce clamando: Romanum volumus, et propter hunc timorem credit, ut dixit, quod fuit facta dicta fictio de persona Romana ... Interrogatus super lxxvii.° capitulo, dixit quod die Jovis, in nocte, ut dixit superius in capitulo, vidit cardinalem Geebenensem*

in domo domini Agapiti, vestitum una hopa brevi pendente usque infra genua, modicum plus una manu, ut sibi videtur, et dixit tunc isti testi si videbatur quod ille esset abitus cardinalis, et die Veneris sequenti, quando yvit dictus testis ad castrum Sancti Angeli, ut supra dixit, vidit cardinalem de Agrifolio vestitum quodam mantello rotundo pani lundi et veteris, cum q[u]o credit ipsum venisse nocte anteriori (ms. interiori) *ad dictum castrum. [fl. 73v] Interrogatus si scit vel credit vel audivit si cardinales, qui yverunt ad sua hospitia et qui yverunt ad castrum Sancti Angeli, si potuissent illa nocte recessisse inde, sicut fecerunt alii, dixit quod de domino suo iam dixit, de aliis cardinalibus ultramontanis nescit si habebant extra loca aliqua, quo irent, in quibus tuti essent, et propter hoc credit quod aliqui illo se reduxerunt ad castrum Sancti Angeli, de duobus aliis itallicis credit quod potuissent exire civitatem, si voluissent. Interrogatus super lxxviii.° capitulo, dixit quod ipse vidit cardinalem Geebenensem, ut supra dixit, et credit quod erat asconsus, pro eo quod invenit eum in una ultimarum camerarum hospitii domini Agapiti et non erat cum eo, ut sibi visum est, nisi unus familiaris; [de] domino suo scit quod die Jovis hostendit se aliquibus, qui venerunt ad videndum eum, tamen die Veneris sequenti, secundum voluntatem suam, voluisset stare in camera sua, tamen oportuit eum se ostendere nuntiis contra voluntatem suam, quos misit dictus archiepiscopus et Romani, ut supra dixit in lxv.° capitulo alterius casus, et ratio quare erat contra voluntatem dicti cardinalis, est eo quod cardinalis fecit vocari istum testem, cum esset cardinalis in lecto, et dixit ista verba vel similia in effectu: exite et excusate me, asserendo quod non sum bene sanus et non possunt loqui mecum. Interrogatus si scit vel credit quod cardinalis dixisset precise quod nollebat, si fecissent eum yre, dixit quod credit secundum verba dicta sibi per secundos nuntios, qui venerunt ex parte Romanorum, et per verba que idem testis dixit cardinali suo domino, ut predixit in articulo lxv.°, quod in casu quod dictus cardinalis nolluisset quod fecissent eum yre per vim, eo quod illa verba sonabant et mostrabant minas ex parte populi ... Interrogatus si audivit dici a populo si occiderent cardinales, nisi eligerent Romanum vel itallicum, dixit quod ipse non audiverat a populo, nisi eo modo quod audiverat a custodibus, ut supra dixit. Interrogatus si scit quod dictus dominus suus potuisset yre ad castrum Sancti Angeli, quando yvit ad palatium, ad intronizandum eum, dixit quod sic, set non habebat rationem quare, considerata responsione cardinalium, qui erant in castro, quam fecerant isti testi misso per dominum suum quod ipsi in dicto castro non reputabant se tutos, qui[a] non [fl. 74] habebant victualia, ut predixit. Interrogatus quare dixit i[s]ta verba suo domino quod yret ad male finiendum, dixit quod consideratis tunc rumore et impressione factis in dicta electione et absentia cardinalium, qui iverant extra, et illorum qui erant in castro Sancti Angeli, et dubio quod dominus suus habuerat die Jovis, de nocte, quando venerat de conclavi, qui multum dubitabat de illo facto electionis, quod videbat et tenebat quod, nisi pro eo quod ipse et sui familiares tenebant omnia bona in domo sua, recessisset, ut supra dixit, quando dominus suus eum misit ad cardinalem Geebenensem propter premissa, dictus testis, dubitans de dicta electione, motus est ad dicendum dicta verba. Interrogatus si audivit illa nocte Jovis a dicto cardinali, domino suo, quod dubitasset si dicta electio valebat vel non, vel audivit ab eo tunc quod dicta electio fuisset facta per impressionem, dixit quod de hoc non recordabatur si specialiter dixisset sibi ista verba, nisi eo modo quo supra. Interrogatus si ipse intellexit illa nocte per verba quod* (sic) *dictus cardinalis proferebat, quod dictus cardinalis dubitasset si electio valeret vel non, vel si dubitabat propter fictionem factam, dixit quod nescit, nisi ea que dixit ... ad id quod dicitur in articulo si pretendebant letitiam vel tristitiam, dixit quod dominus suus et cardinalis Geebenensis et quos vidit in castro Sancti Angeli, quod pretendebant tristitiam et non complacentiam*

seu letitiam ... Interrogatus super lxxx.° capitulo, dixit quod die Martis, prima sequenti, post electionem, post vesperos, ascendendo omnes auditores sacri palatii, qui erant decem, credit, et iste testis cum illis, ut auditor, per scallam Sancti Petri, que ducit ad curralem primum palatii, cardinalis Mediolanensis, descendendo per dictam scallam: quo itis vos alii? et dominus Robertus de Stracon, [fl. 74v] prior auditorum, respondit sibi: ymus ad exhibendum reverentiam pape, et dictus cardinalis, facie turbata, elevando manus et turbando se et mirando, dixit: Cui? et elevatis oculis in celum, dixit: o Deus, adiuva ecclesiam tuam, et dictis verbis, turbatus, descendit et dicti auditores fuerunt multum mirati de dictis verbis et inter se dixerunt alii ad alios: quod sonant ista verba? Item dixit quod una die, credit quod esset de mense Aprilis, post coronationem, set de die non bene recordatur, cum esset dictus cardinalis dominus suus solus in studio, intravit iste testis et vidit quod tenebat Decretum apertum et scribebat in papiro et ut vidit dictus cardinalis istum testem, dimisit scribere et ascondit papirum, in quo scribebat et iste testis dixit sibi: quare asconditis ea que scribitis? nam credo quod divinabo ego illud quod scribitis et credo quod sit de facto pape, et cardinalis dixit sibi: amore Dei, non dicatis, quia licet ita sit, ut dicitis, tamen oportet quod non sciatur, pro eo quod si ipse vel alii Romani scivissent quod ego vel aliquis dominorum meorum dubitaremus de sua electione, nullus nostrum evaderet, et mandavit dicto testi quod de hoc non faceret verbum alicui persone viventi, pro eo quod solus ipse sciebat et non alius. Item dixit quod una die, de qua non recordatur, et credit quod fuit de mense Aprilis, dictus dominus Nicholaus, doctor Romanus, de quo pluries supra locutus est, dixit sibi Rome, cum exirent ipse et dominus suus de palatio, ista vel similia verba in effectu: decane, quid vobis videtur de istis factis pape? et iste testis dubitando propter quesitum in genere, et nesciebat qua intentione illud diceret, respondit: totum videtur michi bonum, et dictus dominus Nicholaus replicavit: decane, a me non oportet vos celare et credatis quod ego et plures alii Romani istius civitatis bene intelligunt quod ista facta non fuerunt bene nec possunt habere bonam conclusionem et non possunt remanere in hoc statu. Item dixit quod audiverat aliquotiens inter familiares domini sui, tamen modicum, quia quilibet se restringebat loqui de ista materia. Item dixit quod per duos vel tres dies ante recessum suum Roma, ut yret Agnaniam, audivit a domino Egidio de Vellamor et a domino Gallardo de Nova Ecclesia, auditoribus sacri palatii, consulendo isti testi quod recederet, quia facta pape non poterant remanere in illo statu, et domini sui cardinales Sancti Eusthacii et de Agrifolio miserant sibi de Agnania quod statim recederent. Item dixit quod audivit iste testis ea que dixit in lxiii.°, lxiiii.° capitulis alterius casus et in lxvi.° alterius casus. Item audivit a cardinali Mediolanensi in [I]talia quod, de mense Octobris post electionem, quod cardinales obmiserant in suo casu aliqua magis su[b]stantialia et facientia ad eorum propositum, et iste testis quesivit tunc ab eo: domine, que sunt illa, que cardinales obmiserunt in su[o] casu? et ille respondit quod non diceret ei. Interrogatus super lxxxi.° capitulo, dixit quod quantum est de murmure dicere si fuisset papa vel non, quod non recordatur de communi dicto curialium, tamen post, maior pars [fl. 75] cardinalium fuit Agnanie et ante recessum domini sui cardinalis de Roma murmurabatur iam inter curiales quomodo cardinales volebant aliqua facere de hiis, que postea secuta sunt. Interrogatus super lxxxii.° capitulo, dixit quod audivit a predicto domino Nicholao quod aliquos bonos Romanos et ipsum penitebat de hiis que facta fuerunt cardinalibus ... Interrogatus super lxxxb.° capitulo, dixit quod si ipsi timuerunt, novit Deus et ipsi, quia timere consistit in corde et ipse non potest iudicare de illo, set secundum ea que vidit in faciebus eorum, quando incepit pulsari campana Sancti Petri ad martellum, ut predixit, credit quod timuerunt. Item per verba que audivit a cardinali de Agrifolio, quando primo

redibat de fenestra, ipse et cardinalis de Ursinis, ut predixit, in lii.° capitulo istius casus, et per verba, que audivit a dicto cardinali Glandatensi, ut predixit in supradicto articulo alterius casus, et per ea, que audivit iste testis a custodibus et post vidit ea replicari a cardinalibus de Ursinis et de Agrifolio et post per rumorem magnum et terribilem, quem iste testis audivit, ex comotione populi, credit dictus testis quod ipsi debuerunt timere et ipse timuit et non credidit inde exire et, per iuramentum quod prestitit, credit et tenet, per ea que audivit et vidit, quod vir constans timuisset de tali rumore et caderet timor in cor eius, considerato qualis est populus Romanus, et respondendo ad finem capituli, dixit quod sine periculo personarum non potuissent eligere alium, quam itallicum vel Romanum, quem intelligit nomine italici, tamen nescit certe si dominus suus cardinalis de Aragonia fuerit electus, pro eo quod fuit nominatus, ut audivit, in consillio Romanorum, si fuisset dictum periculum evitatum, tamen de credulitate credit quod sic, quia erat dilectus a Romanis. Interrogatus si scit vel credit dictus cardinalis, dominus suus, fuisset tunc electus, si consensisset, dixit quod credit quod non accepta[ve]rat propter rumorem, quia ipse dixerat sibi illud ad ingressum conclavis, quasi media nocte, modicum plus vel minus, et respondit quod si Romani postulassent eum cum illo rumore, sicut Romani postulabant Romanum vel itallicum, quod ante sustinuisset mortem, quam acceptasset... [fl. 75v] Interrogatus super xc.° capitulo, dixit ut supra in lxix.° articulo alterius casus, et plus audivit quod dominus Agapitus de mandato dicti archiepiscopi yverat ad rogandum et requirendum cardinalem Geebenensem, qui erat in Saguerolo, quod reddiret Romam, et illa hora reversus est. Interrogatus si fuit eis illata alia violentia seu mine dictis cardinalibus, ut deberent redire, dixit quod nescit, nisi ut supra dixit. Interrogatus super xci.° capitulo, dixit ut in articulo lxxb.° alterius casus et in articulis, in quibus locutus est de reverentiis; de intentione, voluntate et proposito cardinalium, dixit quod nescit, preter ea que supra dixit. Interrogatus super xcii.° capitulo, dixit ut in lxxx.° capitulo istius casus et in aliis locis supra istius alterius casus. Interrogatus quid credit, dixit quod credit quod, sine periculo mortis, ipsi non possent impugnare suam electionem, stando Rome, quia turpius eicitur etc. Interrogatus super xciii.° capitulo, dixit quod, ut sibi videtur, per responsionem, quam dedit suo domino cardinalis Vivariensis, ut dixit in capitulo, videtur sibi quod dubitabant illud facere ... Interrogatus super xcvii.° capitulo, dixit quod audivit Agnanie seu in castro Sancti Johannis, quod est in regno Neapolitano, quod dominus Jacobus, cardinalis de Ursinis, fecerat illum casum et miserat domino Baldo, doctori theolosiensi (sic)*, ut scriberet super eo et mittere[t] sibi dicere suam intentionem, et post audivit quod dictus cardinalis de Ursinis et alii dicebant quod archiepiscopus Barensis miserat dictum casum domino Johanni de Liano ... Interrogatus super cii.° capitulo, dixit quod nescit quales gestus haberent cardinales tempore coronationis, si erant tristes vel leti, set quando yverunt cum dicto [fl. 76] archiepiscopo ad Sanctum Johannem Lateranensem et reddierunt ad palatium, videbatur sibi quod bonos gestus haberent. Interrogatus super ciii.° capitulo, dixit quod de rumore et de insumptu iam dixit in alio casu et in isto et communis fama erat quod ultramontani timebant et propter hoc aliqui recesserunt de civitate et alii multi se posuerunt in castro Sancti Angeli, ut superius dixit. Item audivit Rome quod recesserunt de civitate episcopus Amienensis (!) et episcopus Boloniensis et idem videbitur(!) sibi de episcopo de Hugobio et aliis, ut audivit dici. Interrogatus quando recesserant isti supradicti de civitate, dixit quod credit quod die Mercurii, qua cardinales intrarunt conclave, nescit qua hora. Interrogatus si scit vel audivit quare rescesissent supradicti, dixit quod credit quod timore, nam timebant rumorem populi, quod facerent insumptum contra ultramontanos, si cardinales non eligerent Romanum vel itallicum, et hoc erat commune dictum Rome*

illo tempore inter curiales ... Interrogatus dictus testis si habuit gratiam ab aliquo electorum, dixit quod ab ambobus, quia in rotulo conclavis habuit spectationem a dicto archiepiscopo ad prebendam et prepositurarn ecclesie Valentine et erat primus omnium in illa ecclesia, pro eo quod servitores et socii cardinalium, qui intrarunt conclave, habent priorem datam quam cardinales, et hanc gratiam signavit sibi archiepiscopus post suam coronationem, et idem credit de aliis clericis qui intrarunt conclave, qui habuerunt gratias in dicto rotulo, tamen iste noluit facere fieri litteras, propter dubium quod habebat de dicta electione, tamen tempore quo habuit dictam gratiam, reputabant ipsum papam, excepto quod habebat scrupulum, ut predixit. Item dixit quod a Clemente habuit eamdem gratiam in simili rotulo conclavis, pro eo quod cardinales supplicarunt pape Clementi quod sui servitores, qui fuerunt in conclavi Rome, haberent easdem, quas habuerunt a dicto archiepiscopo, cum simili privilegio date, tamen, ut audivit iste testis post, per aliquas supplicationes particulares proposuit ei duos vel tres, propter quod iste testis stetit per annum vel plus quod nolluit facere litteras dicte gratie. Item habuit post a dicto Clemente aliam gratiam de canonicatu et prebenda, vacantibus in dicta ecclesia Valentina per mortem cardinalis Sancti Petri, et fuit factus per dictum Clementem capellanus commensalis. Interrogatus si fuit factum conclave Fundis, pro eo quod ipse habuit privilegium conclavis, dixit quod non. Interrogatus ergo ubi fuit facta electio dicti Clementis, dixit quod Fundis in suo palatio comitis, quod custodiebat camerarius, secundum [fl. 76v] videre suum, et ibi congregabantur cardinales ad consillium. Interrogatus quem istorum vellet esse papam, dixit illum qui habet ius. Interrogatus quem vellet habere ius, dixit, servata notitia, quam ipse habebat cum dicto archiepiscopo et spem quam habebat in eum, propter ista et propter dilectionem quam habebat a[d] dominum suum, quod vellet quod Dominus deduceret eum ad reco[g]noscendam veritatem et haberet illum bonum et honorem, quod et quem testis vellet pro se. Interrogatus quem dictat sibi conscientia esse verum papam, dixit quod dictat quod Clemens sit verus papa et alter intrusus, licet ab aliquibus audivit quod nec unus nec alter est papa, tamen ipse usque nunc non audivit aliqua propter que debeat dubitare quod papa Clemens non sit verus papa. Ego decanus predictus confiteor me deposuisse ut supra in viginti foliis cum dimidio istius alterius quaterni continetur, cum emendaturis et cancellaturis» (27).

Bonifácio de Pistorio, doutor em leis, italiano que frequentava a Cúria pontifícia, no pontificado de Gregório XI, como ouvidor das causas, e aliás seguiu Urbano VI, durante certo tempo, converteu-se à causa dos cardeais rebeldes e passou à obediência de Clemente VII (28).

---

(27) *De Schismate*, vol. VII (AV Arm. LIV, t. 20), fls. 65v-76v. Seu depoimento em Barcelona, no mês de Setembro de 1379, em *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 104-106, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, p. 325.

(28) Cf. *Responsiones publice facte coram rege eiusque toto consilio per dominum cardinalem de Luna et episcopum Pensauriensem et Bonifacium de Amnatis doctores ad casum primi electi*, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 284-289. Notícias sobre a sua viagem, em Novembro de 1380, e participação na reunião do clero de Castela e cardeal Luna, por ordem do papa, em 1381: «Die eadem [5 Nov. 1380] fuerunt soluti domino Bonifacio de Ammanatis, advocato fiscali, de mandato domini nostri pape, qui mittitur per dictum dominum nostrum ad partes Ispaniarum pro certis negotiis Romane Ecclesie, pro suis expensis faciendis, videlicet pro ii.^{c} xl flor. de xxiiii solidis, Anthonio de Ponte predicto nomine dicti domini thesaurarii solvente» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 55). «Die xvi dicti mensis Novembris [1380] fuerunt traditi de mandato domini nostri pape ad relationem domini Rodulphi de Ailliaco, apostolice camere clerici, domino Bonifacio de Ammanatis, qui mittitur ad partes Ispanie, cambiando unum Ronchinum sibi traditum ad unum

Também ele fez seu depoimento, a defender a invalidade da eleição de Urbano VI, bem como a própria atitude de o ter abandonado, por motivos de consciência. Como italiano, seria natural optar por um papa italiano, mas, certo da pressão exercida pelos Romanos e perante as declarações dos cardeais, abandonara o intruso no papado, que procurara aliciá-lo nos consistórios públicos, com a proposta de o fazer advogado fiscal. Seguia Clemente VII, para ele verdadeiro papa, independentemente de este o ter feito seu advogado e do fisco da câmara apostólica e de o ter enviado a Castela como núncio. Nas declarações, feitas agora a 21 de Fevereiro de 1381, a confirmar a maior parte das afirmações do caso apresentado por Clemente VII, entre outros esclarecimentos, explica, quanto à guarda e segurança dos cardeais, que estes estariam livres da violência dos Romanos, se a guarda das pontes e portas da cidade dependesse dos cardeais ou do bispo de Lisboa, D. Agapito, e conde de Nola. Crê absolutamente nas declarações dos purpurados sobre a falta de liberdade e existência de perigo de morte, quando procederam à eleição de Urbano VI, como alguns deles tinham declarado já em Roma, antes de partirem para Anagni. Não poderiam, sem perigo de morte, eleger papa que não fosse italiano ou romano. Nunca os cardeais poderiam ter denunciado a invalidade da eleição em Roma, por estarem ainda sob a tirania dos Romanos. Ele próprio, depoente, e muitos outros, já em Roma, reputavam inválida a eleição. Tal como os purpurados, não ousava, então, dizê-lo em público. Por isso tratavam e seguiam a Urbano VI publicamente como papa:

> *«Die xxi Febroarii, anno quo supra, dominus Bonifacius de Pistoris, legum doctor, testis iuratus, deposuit ut sequitur: Interrogatus super primo capitulo, cum duobus sequentibus, inclusive, dixit in sua depositione super alio casu continetur super additione xvi. Ad quartum articulum, audivit dici publice, prout continetur in articulo. Ad quintum cum sequenti, audivit quod fuerunt aliqui tunc vocati, inter quos fuit iste Bartholomeus et episcopus Rachanatensis, de quorum tamen numero non fuit dominus frater suus. Ad vii.um articulum, dixit quod audivit quod fuit Barensis confessus quod interfuerat dictis consilliis, set quod ipse disuaserit. Ad viii, respon. audivit dici Rome, set non recordatur a quibus, quod se recomendavit bandarensibus in dicta ecclesia. Ad ix, x, dixit ut supra in sua depositione et specialiter super xxi additione primi casus. Ad xi, respon. non bene recordatur, credit tamen quod audivit dici. Ad xii cum sequenti, respond. dixit prout supra in sua depositione et specialiter alio casu in xii articulo. Ad xiiii articulum, dixit quod audivisse[t], prout supra deposuit, et specialiter alio casu in xii articulo. Ad xiiii articulum, dixit quod audivisse[t] prout supra deposuit et specialiter super alio casu in xvi.º articulo. [fl. 77] Ad xv, respon. prout ad precedentem, videlicet super alio casu in xii.º. Ad xvi.º respond. ut*

---

meliorem, recipiente domino Johanne Germani, presbytero suo, et Anthonio de Ponte solvente, xii franci. Valent computando ut supra, xii flor. camere, xxiiii sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 56). «Die eadem [11 Julii 1381] fuerunt soluti Nicolao Elinehem, familiari domini Henrici Bayler, cubicularii domini nostri pape, ratione cuiusdam equi sui, traditi nomine camere apostolice domino Bonifacio de Ammanatis, quando ultimo ivit ad partes Ispanie, pro negotiis Romane Ecclesie, solvente pro Anthonio de Ponte Cathalano supradicto, xxiiii flor. curreñ Valent xxx flor. camere, xvi sol. *Na margem esquerda do texto:* Cancellat. quia fuerunt computati in mense Aprilis ultimo preterito» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 115). Também foi enviado por Clemente VII como embaixador a Florença em Outubro de 1386: «Die vii dicti mensis [Octobris 1386] fuerunt soluti dominis Anthonio, episcopo Firmanensi, Aldeberto de Saloñ, preposito Tholosano, et Bonifacio de Amanatis, legum doctori, qui mittuntur ambaxiatores per dominum nostrum papam apud Florentiam pro certis Ecclesie Romane negotiis, quorum cuilibet sunt ordinati pro singulis diebus iiii flor. cum dimidio, pro tempore quo in dicta ambaxiata stabunt, incipiendo et computando a die qua de presenti civitate Avininione recedent, videlicet cuilibet eorum, iii.ᶜ flor. camere, domino episcopo Firmañ pro se et aliis recipiente, ix.ᶜ flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 362, fl. 150v).

supra deposuit, specialiter in xvii.° et quod audivit dici quod dicta preconizatio fuit facta in Roma. Ad xvii.° cum duobus sequentibus, respon. dixit quod ipse audivit, prout continetur in eisdem. Ad xx.° respon. ut supra in sua depositione continetur. Ad xxi.° respond. ut supra in sua depositione continetur. Ad xxii.°, respon. ut supra in sua depositione continetur. Ad xxiii.°, respon. audivit dici Rome publice, prout in articulo continetur. Ad xxiiii.°, respon. audivit publice contenta in articulo Rome a familiaribus cardinalium, etiam ante ingressum conclavis. Ad xxv, respon. ut supra in sua depositione continetur, et ultra hoc audivit dici, prout in articulo continetur. Ad xxvi.°, cum sequenti, respon. ut supra in sua depositione continetur. Ad xxviii.°, respon. ut supra in sua depositione continetur. Ad xxix.°, respon. ut supra in sua depositione continetur. Ad xxx, respon. ut superius. Ad xxxi, respon. ut supra in sua depositione continetur, et ultra hoc credit quod preter deputationem dicti capitanei, nichil observaverunt de promissis per eos, attentis hiis, que continentur in depositione. Ad xxxii.°, respon. credit quod, si custodia pontium et portarum urbis fuisset in manibus cardinalium vel etiam dictorum domini Agapiti et comitis Nollani vel cuiuscumque alterius, et voluyssent esse fideles dictis cardinalibus, quod cardinales longe plus fuissent securi a violentia Romanorum, quam quando caruerunt dicta custodia. Ad xxxiii.°, respon. ut in sua depositione supra continetur. Ad xxxiiii.°, respon. vidit quod multi ex Romanis ingressi fuerunt palatium, dum ipse ingressus fuit cum domino Vivariensi, et alii ut supra in sua depositione continetur. Ad xxxv, respon. prout supra in sua depositione continetur, et alias audivit dici, prout in articulo continetur. Ad xxxvi.° respon. ut in sua depositione supra continetur et etiam audivit quod, fracto conclavi, Romani multa fuerunt depredati ibi existentia et etiam hospitium domini de Britania. Ad xxxvii.°, respon. quod audivit, prout in articulo continetur et alias prout supra in sua depositione continetur. Ad xxxviii.°, respon. quod audivit dici et in Roma et etiam in Agnania, prout in articulo continetur. [*fl. 77v*] *Ad xxxix.°, respon. quod audivit dici in Roma ante recessum suum, prout in articulo continetur et etiam ante xx diem mensis Aprilis anno lxxviii.° Ad xl, respon. quod audivit dici, prout in articulo continetur, non recordatur autem precise utrum Rome vel in Agnania, et quod de numero dictorum prelatorum erat episcopus Rachinathensis et alii, de quibus non recordatur. Ad xli.° respond., nescit, nisi in quantum ipsi cardinales asseruerunt et asserunt. Ad xlii.°, respon. nescit nisi in quantum ipsi cardinales asser*[*uer*]*unt et asserunt. Ad xliii.° respond. ut supra a*[*d*]* duo precedentia. Ad xliiii.° respon. ut supra in sua depositione continetur. Ad xlv.°, respon. nescit, nisi ex auditu, non tamen recordatur an audiverat vel a quibus. Ad xlvi.°, respon. ut in sua depositione supra continetur, et alias audivit dici, prout in articulo continetur, quod audivit a cardinalibus in Roma, ante recessum suum. Ad xlvii.°, respon. audivit, prout in articulo continetur ab aliquibus cardinalibus, excepto eo quod dicitur sine intermissione. Ad xlviii.°, respon. audivit dici ab aliquibus cardinalibus et ab aliis, prout in articulo continetur, etiam Rome. Ad xlix.°, respon. ut supra in sua depositione continetur, et etiam audivit auribus propriis dictum sonum. Interrogatus utrum campane Sancti Petri fuerunt primum pulsate quam campane Capitolii, vel e contra, respon. quod credit quod campane Sancti Petri prius inceperunt pulsari; audito sono illarum, illi qui erant in Capitolio, traxerunt seu pulsarunt campanas Capitolii, quia per prius ordinatum fuerat, ut ipse audivit, quod sic fieret. Ad l. respon. ut supra in sua depositione continetur. Ad li.°, respon. se audivisse, prout in articulo continetur. Ad lii.°, respon. audivisse in Roma et ab aliquibus cardinalibus et aliis qui fuerunt presentes, ut dicebant, prout in articulo continetur. Ad liii.°, respon. audivit dici, prout in articulo continetur. Ad liiii.°, respon. quod non scit. Ad lv.°, respon. cum sequenti quod de istis nichil scit. Ad lvii.°,*

cum sequenti usque ad lxi, inclusive, dixit se nichil scire [nisi] in quantum ipsi domini cardinales asseruerunt et asserunt. Ad lxiiii, respon. se nichil scire. Ad lxv.° cum duobus sequentibus, respon. audivit, prout in eis continetur et alias prout supra in sua depositione continetur. Ad lxviii, respon. nichil scit, nisi in quantum domini cardinales asseruerunt et asserunt in facto per eos tradito. [fl. 78] Ad lxix.°, respon. nichil scit, nisi in quantum cardinales asseruerunt et asserunt. Ad lxx, respon. prout supra in sua depositione continetur. Ad lxxi, respon. quod nichil scit, nisi in quantum cardinales asseruerunt et asserunt. Ad lxxii, respon. non recordatur se audivisse. Ad lxxiii, respon. quod nichil scit, nisi prout domini asseruerunt et asserunt, alias prout supra in sua depositione continetur. Ad lxxiiii.°, respon. ut supra in sua depositione continetur, et alias audivit dici, prout in articulo continetur. Ad lxxv.°, respon. ut supra deposuit. Ad lxxvi, respon. ut supra in sua depositione continetur. Ad lxxvii.°, respon. cum sequenti, ut supra in sua depositione continetur. Ad lxxix.° respon., prout supra in sua depositione continetur, et credit se audivisse dici quod fuit requisitus exire per aliquos ex eisdem. Ad lxxx cum sequenti, respon. quod in Roma per plures, de quorum numero dictus testis fuit unus, attenta impremissione (sic) *Romanorum et clara iuris dispositione, reputaverunt dictam electionem nullam et dixerunt, set non publice, quod non erat papa, licet publice, sicut et cardinales, dum Rome fuerunt, vocarent eum papam et ut pape adhe[re]rent. Interrogatus quam vocat impressionem vel que impressio fuit facta cardinalibus, dixit quod illa erat impressio Romanorum, de qua clare constat ex contentis supra in sua depositione, una cum assertione dictorum cardinalium, dicentium quod ytallicum tunc eligerent in papam metu mortis, alias non facturi. Ad lxxxi.°, respon. quod murmur quod, stantibus dominis Rome, erat secretum, postquam domini fuerunt in Agnania, fuit divulgata* (sic), *de die in diem augmentat[um]. Ad lxxxii.°, respon. non credit. Ad lxxxiii.° cum sequenti, respondit, ut supra in sua depositione continetur. Ad lxxxv.°, respon. non credit quod potuissent secure alium eligere, et quod propter premissa verisimiliter timuerunt, prout in articulo continetur. Ad lxxxvi.° respondit, audivit a pluribus Romanis quod ipsi habuerunt papam secundum quod ipsi optaverant, voluerant et deliberaverant, et hoc ad quamdam ipsorum iactantiam dicebant, aliter nescit. Ad lxxxvii.° cum duobus sequentibus, respon. ut supra in sua depositione continetur, aliter nescit. Ad xc.°* (sic), *respondit, prout supra deposuit, quod venerunt et alia fecerunt, prout in dicta sua depositione continetur. Ad xci.°, respon. dixit, ut supra in sua depositione continetur, aliter nescit. Ad xcii.°, respond. quod credit eos non potuisse, salvis eorum personis, divulgasse [fl. 78v] seu declarasse quecumque super dicta intrusione, quamdiu fuerunt Rome, quia semper durabat tirania dictorum Romanorum. Interrogatus quare hoc credit, respon. per ea que colliguntur ex sua depositione. Ad xciii.°, respon. quod credit quod aliqui, qui inter se multum confidebant, potuerunt loqui secrete, set non publice. Ad xciiii.°, respon. ut supra deposuit, et ultra hoc credit quod multi curiales ad partes ipsorum impressionem et alia que facta fuerunt dominis per Romanos. Ad xcv.°, respon. ut supra deposuit ad similem, videlicet in ultima additione primi casus. Ad xcvi.°, respon. nichil scit, nisi in quantum potest superius colligi ex dictis suis. Ad xcvii.°, respon. audivit dici in Agnania, ut credit, vel saltem in Fundis, quod, postquam domini cardinales ultramontani fuerunt in Agnania, dominus cardinalis de Ursinis misit unum factum domino Johanni de Liniano, petens utrum super illo allegaret de iure, quod asserebat esse factum concordatum per dominos itallicos. Ad xcviii.°, respon. se nichil scire. Ad xcix.°, respon. dixit se audivisse Rome a domino cardinali Florentino et ab aliis, et credit quod dominus Florentinus dixit se tunc fuisse presentem, videlicet quod prefatus intrusus eadem die sue intronizationis de sero vel saltem die sequenti tunc*

sciens, ut ipsemet intrusus etiam asserebat, civitatem Romanam esse supositam ecclesiastico interdicto et singulares personas Romanorum fore sententia excommunicationis a canone lata ligatos, propter violentias et iniurias illatas dominis cardinalibus, dum fuerunt in conclavi et loco conclavis, quantum in se fuit, rellaxavit dictum interdictum et singulares absolvit, nulla satisfactione impensa Romane Ecclesie et dictis dominis de dictis iniuriis et violentiis et quod, postquam audivit a domino Florentino predicta, per aliquos dies ex post si[c] publice dici audivit in Urbe. Ad c.° articulum, respon. ut supra deposuit et in suis depositionibus continetur. Ad ci.°, respon. se nichil scire. Ad cii.°, respon. quod nichil scit, preterquam ea que supra dixit et in sua depositione continetur. Ad ciii cum sequenti, ut supra in suis depositionibus continetur. Ad cb articulum respond. ut supra in ultima responsione primi casus. Ad tres ultimas additiones regis, respon. quod non habet aliquod beneficium, set nunc habet officium a domino Clemente, quia est advocatus sui et camere apostolice fisci et nunc nuntius missus per eum. Interrogatus quem eorum vellet habere ius in papatu, respon. quod illum qui habet ius. Quem in conscientia sua et in periculo anime sue, credit et pro firmo tenet esse papam scilicet dominum Clementem vii et valde contentaretur [fl. 79] habere vel quod esset papa aliquis itallicus, dum tamen bono et debito modo esset assumptus, et quod ab obedientia dicti Bartholomei, licet ipse deponens sit itallicus, nec per gratiam quamcumque umquam egit, quod esset in preiudicium seu dampnum vel ignominiam Itallie. Et quod dictus Bartholomeus, quamdiu ipse deponens fuit Rome, exaltabat ipsum et faciebat eum coram se proponere in publicis consistoriis, velut advocatum fiscalem, tamen certus de impressione Romanorum et assertione clara cardinalium contra dictum intrusum, recessit ab obedientia dicti intrusi, preponens salutem anime sue favori cuicumque humano. Interrogatus si fuerit dictus subornatus vel alias rogatus, ut premissa sic deponeret, prout supra in suis responsionibus continetur, respondit quod non, nisi secundum puram et meram veritatem, prout vidit et audivit et alias prout in suis supra depositionibus continetur et dixit. Finis Bonifacii ([29]).

Gil Sanchez, doutor em leis, prepósito de Valência e embaixador do papa Gregório XI a el-rei de Inglaterra ([30]), *também se pronunciou a favor de Clemente VII. Reputava a eleição*

([29]) *De Schismater*, vol. VII (Arm. LIV, t. 20), fls. 76v-79.

([30]) A 20 de Janeiro de 1366, Urbano V dirigia-se a Gil Sanchez Muñoz como a *Egidio Sancii Munionis, canonico Illerdensi, legum doctori*, ao conceder-lhe o canonicato e prebenda de Elne (AV, Reg. Aven. 163, fls. 467-467v). Sucedeu a Fernando Álvares de Albornoz, futuro bispo de Lisboa e arcebispo de Sevilha, na prepositura de Valência. Ao reservar-lhe este benefício, que esperava viesse a vagar, se o dito Fernando Álvares casasse, na bula de 21 de Abril de 1367, o papa diz que Gil Sanchez Muñoz era professor ordinário de direito civil ou leis na Universidade de Mompilher: «Dilecto filio *Egidio Sancii Munionis, canonico Valentino, legum doctori*. Salutem, etc. Litterarum scientia ... Cum itaque dilectus filius Fernandus Alvari de Albornotio, prepositus ecclesie Valentine, provincie Terraconensis, se ad vota laicalia transferre et cum quadam muliere matrimonium publice in brevi contrahere per verba legitime de presenti proponat, et propterea prepositura seu mensata ipsius ecclesie, quam idem Fernandus obtinet in eadem, quamprimum dictum matrimonium contraxerit, vacare speretur, nos volentes *tibi, in Studio Montispessulano, Magalonensis diocesis, in legibus ordinarie actu legenti, premissorum intuitu, gratiam facere specialem teque in ecclesia Valentina amplius honorare*, dictam prepositurarn seu mensatam ... conferendam tibi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, donationi apostolice reservamus ... [fl. 185] ... Datum Avinione, xi Kalendas Maii, anno quinto. In eodem modo dilec filiistis .. abbati monasterii Gerrensis, Urgellensis diocesis, et .. archidiacono Penicensi in ecclesia Barchinonensi ac .. officiali Avinionensi ... Datum ut supra» (AV, Reg. Aven. 165, fls. 184v-185). Já se lhe dirigia como a *Egidio Sancii Munionis, preposito ecclesie Valentine, legum doctori*, a 20 de Março de 1370, concedendo-lhe a dita prepositura, vacante por morte de Fulco Pereira. Nesta bula, refere que Gil Sanchez

de Urbano VI anticanónica e sem liberdade, embora manifeste preferências pelo papa de Roma, enquanto italiano, se ele não tivesse dado provas de incompetência no governo do papado. O toque a rebate da sineta do Capitólio tivera grande influência no tumulto do povo, que exigia um papa romano ou ao menos italiano. Na cidade de Roma, em diversos lugares, ouvira a muitos pôr em dúvida a eleição de Urbano VI, mas em segredo, por temerem represálias e perigo para suas pessoas, tanto mais que, segundo ouvira a vários criados ou familiares dos cardeais, participantes com estes no conclave, os Romanos tinham-nos maltratado e subtraído bens. Os purpurados tiveram, sem dúvida, medo e não poderiam eleger outro papa, que não fosse italiano, sem medo. Urbano VI teria mandado o bispo de Lisboa, D. Agapito, ao castelo de Santo Anjo, bem como o abade de Sítria, a exigir a comparência dos cardeais aí refugiados, conforme o abade teria confessado na presença de el-rei de Aragão e conselho deste. Enquanto estiveram em Roma, os purpurados não usufruíam liberdade para se pronunciarem sobre a invalidade da eleição. Tanto o cardeal Pedro de Luna, como o de Viviers, teriam dito ao depoente não ser tempo para falarem então do assunto, Foram enviadas cartas secretas sobre quanto se passava, para fora de Roma. Ele, testemunha. escrevera, no Domingo de Ramos, a seguir à eleição, e noutras ocasiões, especialmente por meio do deão de Coimbra, Rui Lourenço, aos cardeais Morinense ou de Terouane e de S. Marcial. Declara, em consciência, nunca ter reputado verdadeiro papa Urbano VI. Por isso não assistia, de boa vontade, às missas por ele celebradas e a outros actos, como aos consistórios. Só a urgência do assunto o levara a tratar da embaixada ao reino de Inglaterra, que lhe fora confiada por Gregório XI, sobre os direitos régios. Prestara obediência a Urbano VI, conforme era costume prestá-la aos predecessores, mas não por o considerar verdadeiro papa. Depois de notar a pressão exercida

---

Muñoz era professor de leis na Universidade de Avinhão: «Dilecto filio *Egidio Sancii Munionis, preposito ecclesie Valentine, legum doctori.* Salutem, etc. Litterarum scientia ... Cum itaque prepositura seu mensata ecclesie Valentine, quam quondam Fulco Pererii, prepositus ipsius ecclesie, dum viveret, obtinebat, per ipsius Fulconis obitum, qui fructuum et proventuum huiusmodi in [et] per [regna] Aragonie collector existens, extra Romanam Curiam decessit, vacaverit et vacet ad presens, nullusque preter nos hac vice de ipsa prepositura seu mensata disponere potuerit neque possit, reservatione et decreto obsistentibus supradictis, nos volentes *tibi, qui, ut asseris, Avinione in eisdem legibus actu legis,* premissorum meritorum intuitu gratiam facere specialem, predictam prepositurarn seu mensatam ... sic vacantem cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illa etiam providemus ... [fi. 114v] ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xiii Kalendas Aprilis, anno viii. In eodem modo dilectis filiis preposito Avinionensis et precentori Illerdensis ecclesiarum ac officiali Valentino ... Datum ut supra» (AV, Reg. Aven. 171, fls. 114-114v). Eis as bulas do papa Gregório XI, a nomear núncios para tratar, em Flandres, com os embaixadores de Inglaterra, a ele, Gil Sanchez Muñoz, prepósito de Valência e doutor em leis, e aos bispos de Pamplona e Selburg, sobre direitos eclesiásticos e régios: «Dilecto filio *Egidio Santii Munionis, preposito ecclesie Valentine, legum doctori, apostolice sedis nuntio. Salutem et apostolicam benedictionem.* Dudum venerabili fratri nostro Bernardo, Pampilonensi, ac bone memorie Rodulpho Semigalensi episcopis ac tibi, quos ad partes Flandrie destinavimus, nostras litteras direximus, quarum tenor sequitur in hec verba: Gregorius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus Bernardo, Pampilonensi, et Rodulpho Semigalensi episcopis ac dilecto filio Egidio Sancii Munionis, preposito ecclesie Valentine, legum doctori, apostolice sedis nuntiis. Salutem et apostolicam benedictionem. Cum dudum ambassiatores carissimi in Christo filii nostri Edwardi, regis Anglie illustris, ad nostram accessissent presentiam ac super certis articulis, ius patronatus, regalia et quedam iura alia ecclesiarum regni Anglie concernentibus, nonnulla nobis exposuissent, nos dicto regi tanquam preamabili et peculiari filio nostro cupientes, quantum poteramus, salva conscientia, complacere, et sperantes de bona concordia super dictis articulis inter Romanam Ecclesiam et eundem regem, divino mediante suffragio, reformanda, voluntatem nostram videlicet xii Kalendas Januarii, pontificatus notri anno tertio, in forma que sequitur duximus declarandam: Primo quod omnes et singule cause ... Datum et actum Avinione, xi Kalendas Januarii, pontificatus eiusdem domini nostri pape anno iii.o. Cum autem prefatus rex nobis nuper scripserit qualiter nuntios suos pro premissis concordandis et dante Domino adimplendis locum de Brugis apud

sobre os cardeais, pudera retirar-se de Roma, com dificuldade, após ter apresentado a relação sobre a embaixada, no consistório secreto, a Urbano VI e aos purpurados, pelo facto de Gregório XI a não ter podido ouvir, devido à doença e morte. O caso sujeito ao estudo de João de Lignano teria sido enviado pelo cardeal Orsini, depois de os colegas de púrpura terem saído de Roma. Outros doutores foram interrogados sobre o assunto, em Roma, por alguns cardeais, nomeadamente Álvaro Martins, doutor em direito canónico e licenciado em leis, pelo cardeal Orsini. Pensa que os purpurados não se consideravam seguros para publicarem em Anagni a declaração sobre a invalidade da eleição de Urbano VI e a intenção de quanto tencionavam fazer. Não recebera nenhuma graça do papa de Roma, nem receberia, porque o reputava intruso no papado. Clemente VII tinha-lhe concedido por motu proprio *o ofício de protonotário e outros benefícios, de que ainda não usufruía a posse:*

> «*Die Jovis, ultima Febroarii, anno quo supra, dominus Egidius Sancii et legum doctor, prepositus Valentinus ... [fl. 79v] ... Ad xix, respon. quod audivit etiam ante ingressum conclavis, ut in precedenti. Interrogatus quod si iste comes Nollanus et dominus Agapitus fuissent deputati ad custodiam conclavis, si cardinales ibi existentes essent preservati ab omni violentia et impressione, respondit quod ignorat. Interrogatus si credit vel audivit quod, si predicti duo vidissent populum dispositum ad violentiam inferendam ipsis cardinalibus in conclavi, si recepissent custodiam ipsius conclavis, respon. se credere quod non ... [fl. 80] ... Ad xxxv., respon. quod audivit ita fore, prout in articulo continetur, viditque idem testis post exitum cardinalium de conclavi fractionem portarum nonnullarum,*

Calesium Tornacensis et Morinensis diocesum, prout elegerimus, breviter destinare proponit, nos de circumspectione vestra, in arduis et presertim Romane Ecclesie negotiis sepius comprobata, plurimum in Domino confidentes, prorogandi premissos articulos, quos etiam usque ad festum beate Marie Magdalene proxime venturum certis ex causis prorogavimus usque ad celebritatem omnium Sanctorum proxime venturam ... ac tractandi nomine nostro et prefate Romane Ecclesie cum huiusmodi nuntiis dicti regis super premissis articulis ac articulos ipsos concordandi ac firmandi et omnia et singula in hoc necessaria gerendi et exercendi eidem circumspectioni vestre plenam et liberam auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus potestatem ... Datum Sallone Arelatensis diocesis, x.º Kalendas Junii, pontificatus nostri anno quarto. Verum, cum antequam premissa adimpleta fuerint, predicti episcopi et tu ad nos redieritis, prefatusque rex Anglie, sicut accepimus, certum nuntium pro premissis adimplendis ad dictum locum de Brugis destinari velit, nos de circumspectione tua plurimum in Domino confidentes, prorogandi premissos articulos qui successivis vicibus usque ad festum Natalis Domini proxime venturum auctoritate apostolica prorogati fuerunt, usque ad festum Resurrectionis Dominice proxime venturum cum modis et conditionibus in ipsis contentis articulis, vel infra festum ipsum, prout tibi videbitur, et huiusmodi tractatus negotium requiret ... nomine nostro et prefate Romane Ecclesie cum huiusmodi nuntio [fl. 510v] dicti regis super premissis articulis ac articulos ipsos concordandi et firmandi ac omnia et singula in hoc necessaria gerendi et exercendi, contradictores quoque auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendi eidem circumspectioni tue plenam et liberam auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus potestatem. Datum apud Pontem Sorgie Avinionensis diocesis, viiii.º Idus Septembris, pontificatus nostri anno quinto» (AV, Reg. Aven. 197, fis. 509v-510v). Seguem mais duas bulas com a mesma data, a conceder-lhe *procurationes*, destinadas ao sustentamento próprio (AV, Reg. Aven. 197, fls. 511-512). Nelas encontramos as seguintes expressões: «Cum te ad partes Anglie et Flandrie pro certis et arduis negotiis per nos tue circumspectioni commissis ... presentialiter destinemus ...». «Cum te ad partes Anglie et Flandrie pro libertatibus ecclesie Anglicane ac prelatorum et aliarum personarum ecclesiasticarum destinemus». — Gil Sanchez Muñoz foi antipapa durante pouco tempo, depois da morte do papa Bento XIII, em 1423, e abdicou a 26 de Julho de 1429. Cf. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 19-30, nota 9, pp. 323. Sobre a sua participação na reunião do clero de Aragão em Agosto (31 ou dia último deste mês, segundo a convocação) e Setembro de 1379, em Barcelona, e algumas concessões que lhe fez Clemente VII, cf nota 116.

de quibus in articulo fit mentio ... Ad li., respondit de campana Capitolii se credere quod non consuevit pulsari ad martellum, nisi pro contentis in articulo, de aliis campanis ignorat ... Interrogatus utrum sciverit vel audiverit quod statim post illam pulsationem populus Romanus attemptaverit facere vel dicere aliqua, ultra ea que faciebant vel dicebant ante pulsationem et que, respondit quod statim post pulsationem populus incepit comordi (sic) *et vidit paulo post idem testis plures Romanos, vicinos eiusdem testis, et alios etiam armatos, cum magno furore yre ad burgum Sancti Petri, et audivit quod, cum fuerunt ibi, continuatus fuit clamo*[r] *validior dicentium: Romano lo volemo o almanco italliano, quod autem ante rupturam conclavis aliqua alia fecerunt, ignorat...* [*fl. 80v*] *Ad lvi.°, respondit ut in supra proximo. Ad lvii.°, cum sequentibus usque ad lxiiii.° articulum inclusive, respondit quod de hiis, que acta fuerunt per cardinales in conclavi, ipse testis, qui erat extra, non potest habere notitiam, de adhesione autem facta per aliquos ex cardinalibus et de illis verbis quod aliqui ex eis dicebant se eligere Barensem, animo et intentione quod esset verus papa, respondit, ut supra alio casu in xxxix.° et xli. articulis sue depositionis continetur. Cetera contenta in dictis articulis ignorat ... Ad lxxiii.°, respondit se audivisse a pluribus servitoribus dominorum cardinalium, qui in conclavi fuerant, se fuisse ibidem male tractatos per Romanos et plura bona dominorum cardinalium, que in conclavi fuerant portata, per ipsos Romanos fuisse rapta, set quod is eorum fuerit in conclavi oblidatus ignorat, licet credit quod fuissent aliqui eorum manibus atracti et male tractati ... Ad lxxviii.°, respondit quod scit quia erat presens, quia cardinalis de Luna stetit in suo hospitio et non latudit, licet haberet vultum valde tristem, et de aliis cardinalibus ignorat ... Ad lxxx, respon. quod in Roma per plures et in diversis locis ipse testis audivit revocare in dubium electionem primi electi, set de hoc loquebatur secrete, ne huiusmodi revocatio possit sciri per ipsos Romanos, dubitantes quod si ad notitiam Romanorum pervenisset, personarum periculum incurrerent.* [*fl. 81*] *Ad lxxxi.°, respondit quod, quamdiu fuit in Roma ipse testis, semper fuit augmentatus ... Ad lxxxv, respon. ad primam partem articuli, credit quod timuerunt et timere debuerunt; ad secundam partem respon. credit quod non potuissent alium alterius nationis, quam itallice, sine metu eligere... Ad lxxxvi.°, respondit quod ignorat. Ad lxxxvii.°, respondit ut supra alio casu in lxvii.° articulo sue depositionis continetur. Ad lxxxviii.°, respondit credere contenta in articulo fore vera, quia vidit dominum Agapitum, primo incedente*[m] *ad castrum Sancti Angeli ex parte primi electi, subsequenter abbatem Sitriensem audivit ex eadem causa ivisse ad castrum, prout ipsemet confessus est coram rege Aragonum et consillio suo. Ad lxxxix.°, respon. credit contenta in articulo, preterquam de palenco seu stacato, de quo ignorat. Ad xc articulum, respon. credit contenta in articulo fore vera propter rationes contentas in articulo, scilicet de suspitione cardinalium. Ad xci, respondit quod credit contenta in articulo fore vera, ex eo presertim quia, quamdiu fuerunt in Roma, non fuerunt in libertate, ut electionem primi electi possint impugnare. Ad xcii.°, respon. credit contenta in articulo fore vera. Ad xciii, respondit quod ignorat, excepto de cardinali de Luna, cum cardinali Vivariensi, qui locutus fuit cum eo et sibi respondit: domine, non loquamur de ista materia, quia non est tempus, tunc idem dominus cardinalis de Luna in* [re]*gressu de domo dicti cardinalis Vivariensis dixit ista eidem testi, qui dicto domino cardinali de Luna persuaserat ut premissa ita faceret. Ad xciiii.°, respondit ut supra in lxxxx.° articulo continetur, et de litteris missis ad partes super hoc credit, ex eo quia plures tales litteras scribentes, secrete sibi dixerunt et ipsemet testis scripssit hoc die Ramis Palmarum imediate sequenti electioni et post aliis vicibus, specialiter per Reditum* (ler *Rodericum*) *Laurentii, decani* (ler *decanum*) *Colimbriensis* (ler *Colimbriensem*), *dominis cardinalibus Morinensi* [*fl. 81v*] *et sancti Marcialis. Inter-*

rogatus dictus testis si aliquo tempore post creationem primi electi credit eum verum papam, respondit in conscientia sua quod numquam et propterea non libenter attendebat ad missas suas nec ad consistoria, vel alios actus suos, nisi quatenus urgebatur pro expeditione ambaxiate, sibi iniuncte per dominum G., cum rege Anglie super iura regalia regni sui. Interrogatus quare non habuit eum pro vero papa, respondit quod propter impressionem Romanorum, quam viderat et audiverat, ut supra dixit. Interrogatus si exhibuit sibi reverentiam tamquam pape, respondit quod exhibuit sibi reverentiam, ut moris est exhiberi Romanis pontificibus, non tamen quod crederet vel teneret eum pro papa. Interrogatus si iste testis potuit recedere de civitate Romana, postquam vidit vel audivit impressionem predictam, respondit quod sic, set non comode, ex eo quia habebat facere relationem in consistorio de conclusione dicte ambaxiate inter Romanam ecclesiam et regem Anglie, quam opportuit dictum testem facere coram primo electo et cardinalibus in consistorio secreto, ex eo quia dominus G., post adventum ipsius testis de Anglia ad Urbem, non potuerat dictam relationem in consistorio audivisse, presertim propter ipsius domini G. infirmitatem et deinde mortem supervenientem. Ad xcv.°, respond., scilicet an dictus electus, quod audivit plures, atiam in Roma existens, prout in articulo continetur. Ad xcvi.°, respondit se credere quod, cardinalibus existentibus Rome, non fuit missus aliquis casus domino Johanni de Liniano per cardinales aliquos, set post exitum cardinalium de Urbe audivit quod dominus cardinalis de Ursinis misit unum casum dicto domino Johanni, super quo primo allegationes fecit, prout idem dominus Johannes professus coram pluribus, qui ita referunt, audivit etiam aliquos doctores citramontanos interrogatos fuisse in Roma per nonnullos ex cardinalibus quid iuris videbatur eis de dicta electione, et inter ceteros, quod de hoc fuit interrogatus per dominum cardinalem de Ursinis dominus Alvarus Martini, decretorum doctor et licentiatus in legibus, Ispanus natione. Ad xcvii.°, respondit se ignorare. Ad xcviii.°, respondit quod audivit Avinione a duobus cardinalibus. Ad xcix.°, respondit contenta in articulo se credere fore vera tempore quod plures ex dominis cardinalibus, set non omnes, recesserant de Urbe et pervenerant Agnaniam, ex eo presertim quia potestas Agnanie, qui est miles vocatus dominus Bernardus Laboratoris, fuit in hospitio dicti testis et hostendit sibi litteram bullatam confirmationis a primo electo officii potestatis Agnanie, quod habuerat a domino Gregorio, postquam vero omnes cardinales fuerunt in Agnania, ignorat quod regeretur nomine Barensis, et credit quod domini cardinales non se reputaverunt Agnanie securos ad intentionem suam publicandam, donec gentes armorum habuerunt. [*fl. 82*] *... Interrogatus si habuit gratiam ab aliquo electorum, respondit quod a primo electo nullam habuit, quia nec recepisset nec reciperet, cum sit intrusus in papatu, secundus vero electus motu proprio sibi providit de officio prothonotariatus et aliquibus beneficiis Maioriscensibus, vacaturis promotione filii vice comitis de Roquaberti, prothonotarii, set nullius predictorum adhuc habuit possessionem, ex eo quia dictus prothonotarius, cui per papam Clementem est promissum de ecclesia Elnensi, nondum potuit eius habere possessionem, obstante regis voluntate, per cuius possessionis assecutionem testis est habitus possessionem dictorum officii prothonotariatus et beneficiorum. Interrogatus quem istorum vellit habere ius in papatu, respondit in sua conscientia se velle potius ius habere primum electum, dum tamen mores eius essent magis compositi ad gubernationem papatus, et id vellet de quocumque itallico suficienti et ydoneo ad papatum, si ante electionem domini Clementis fuisset libere et canonice per cardinales electus. Interrogatus ad quem inclinatur eius conscientia seu dicta*[*t*] *esse verum electum, respondit ut supra in xciiii articulo, ut in conscientia sua credit, dominum Clementem esse* [*e*]*t fore verum papam et propterea ad eum inclinatur. Ego prenominatus Egidius assero me deposuisse, prout in tribus foliis cum dimidio precedentis quaterni*

et istis duobus foliis continetur, cum suis emendatiis, cancellaturis et additionibus et in horum testimonium hic manu propria me subscripsi. Finis Egidii» (31).

O abade do mosteiro de S. Facundo, D. Pedro, refere que o cardeal de Genebra, futuro papa Clemente VII, perante a intenção dos cardeais de Limoges de elegerem papa um da sua nação, ter-lhes-ia feito ver a possibilidade de elegerem, entre os purpurados italianos, o de Milão, de Florença e Orsini, ou ainda o de Aragão, que, além de jovem, era boa pessoa e de vida exemplar. Fora do colégio cardinalício, sugeria o arcebispo de Sevilha, boa pessoa e homem de governo, ou então o arcebispo de Bari. Aos Romanos, que solicitavam um bom papa, residente em Roma, teriam alguns purpurados observado que a sé apostólica poderia existir em qualquer parte do mundo. Finalmente, os cardeais decidiram-se pela eleição do arcebispo de Bari. Mas, ao ouvirem os clamores dos Romanos, a exigirem um papa romano, rogaram ao cardeal de S. Pedro se pusesse na cátedra e declarasse ser ele o papa, no intuito de se livrarem, a si e ao papa eleito, do perigo, que temiam, dos Romanos. A seguir, retiraram-se para as suas casas, enquanto o papa eleito fora para casa de D. Agapito, bispo de Lisboa, onde esteve cerca de dois dias, até partir para o paço, após insistência do bispo de Marselha. Entretanto, os cardeais vieram ter com o eleito e o cardeal de S. Pedro, que estava aí, proclamou não ser o papa, mas sim o arcebispo de Bari. Então os cardeais, excepto os três, residentes no castelo de Santo Anjo, que tinham enviado suas procurações por escrito, reelegeram o arcebispo de Bari, depois de este chegar ao paço, de regresso da casa de D. Agapito, conforme o depoente ouvira em Tívoli ou em Roma. Os cardeais residentes no castelo tinham possibilidade de saírem dali para outros lugares e retirarem-se de noite, se quisessem, tanto mais que o castelo tinha saída para fora da cidade. Os purpurados tratavam Urbano VI como papa. Quando alguns deles foram para Anagni, enquanto outros ficavam em Roma, ouvira dizer a Afonso Azero, arcediago de Medina, que alguns afirmavam não ser papa Urbano VI. Esta voz circulava com mais insistência, depois de todos se retirarem para Anagni:

«Depositio domini Petri, abbatis Sancti Facundi, ordinis sancti Benedicti, testis iurati. Interrogatus super primo articulo, usque ad xi inclusive, nichil. [fl. 82v] Interrogatus super xii.°, xiii.°, xiiii.°, xv.° dixit quod audivit Rome quod aliqui Romani dixerant aliquibus cardinalibus quod placeret eis eligere bonam personam in papam, qui resideret Rome, quia ibi debebat esse papa et quod responderant cardinales et dixerunt quod sedes apostolica erat in qualibet parte mundi et hoc dixit fuisse post mortem G. et ante ingressum conclavis. Interrogatus si Romani dicebant illud per modum supplicationis vel aliter, dixit quod nescit ... Interrogatus super xxxii.° articulo, [qui] incipit an si dicti pontes, dixit quod credit quod, si comes Nollanus et dominus Agapitus fuissent deputati ad custodiam pontium et portarum, quod cardinales potuissent esse tuti ab omni violentia, ipsi et sui, et credit quod potuissent eligere libere. Interrogatus quare credit, dixit quod pro eo quod ambo erant magni et de melioribus et potentioribus Romanis ... Interrogatus super xli.° capitulo qui incipit an die xvi.°, cum duobus sequentibus, dixit quod audivit quod cardinales Lemovicences habebant propositum eligendi papam [fl. 83] cardinalem sue nationis et quod secundus electus dixerat: vos alii Lemovicenses totam ecclesiam vultis pro vobis, hoc non potest esse. Item tamen dixit plus: si omnes vultis eligere cardinalem gallicum, sibi placebit, vel si hoc non vultis, eligite unum de cardinalibus itallicis, cardina-

(31) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 79-82. Depoimento em Barcelona, no mês de Setembro de 1379, em *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 107-108v, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 325-326.

lem Mediolanensem aut Florentinum aut de Ursinis, quia quilibet eorum est bonus, et si hoc nolueritis, eligite cardinalem de Aragonia, qui est bonus homo et bone vite et satis iuvenis, et si hoc nolueritis de istis de gremio, eligite archiepiscopum Ispalensem, qui est bonus homo et bonus dispensator ecclesie; et si hunc nollueritis, eligite archiepiscopum Barensem, qui est bonus homo et nuctritus inter omnes vos alios, et tunc quod miserant pro eo et pro abbate Montis Cassini et pro aliis duobus, nescit quibus, ut Romani nescirent ad quem illorum intendebant, et tunc quod eligerant dictum archiepiscopum Barensem et quia Romani clamaverant Romanum volumus, rogaverunt cardinalem Sancti Petri quod se poneret in cathedra et diceret se esse papam, et hoc faciebant cardinales, ut salvarent se ipsos et electum a periculo, quo[d] timebant sibi fieri per Romanos, ut dicit iste testis, et deinde quod recesserant omnes cardinales ad hospitia sua et electus ad domum domini Agapiti et post hoc per duos dies quod yverat episcopus Marsiliensis tunc, nunc de Valentia, prope Avinionem, ad electum, ad domum domini Agapiti, et dixit sibi quare non ibat ad palatium et electus responderat quia non audebat, et dictus episcopus dixit sibi quod recederet et non timeret, quia, si necessarium esset, ipse moriretur coram eo, et deinde quod yverat ad palatium et venerunt ibi cardinales ad eum et electus dixit cardinali Sancti Petri, quia adhuc stabat in sede populi: surgite, quia non estis vos papa, et quod cardinalis responderat: sedete vos, quia non sum ego papa. Interrogatus a quibus audivit ista, dixit quod a quodam castellano, de quo non recordatur, et ille castellanus dixit sibi quod audiverat a quodam prothonotario, alumpno secundi electi, et dixit quod audiverat Rome vel Tiburim, nescit in quo istorum locorum de illi[s], quem supra nominavit prothonotarius, non recordatur si erat prothonotarius vel doctor. Interrogatus super xlv.°, cum duobus sequentibus, qui incipit an postquam, nichil. Interrogatus super xlviii.°, qui incipit Item an in, usque ad liii.° inclusive, dixit quod nescit, excepto quod audivit Rome, quod cum essent cardinales intus conclave, quod exiverat unus cardinalis, nescit quis, et dixerat illis, qui erant ab extra, quod non facerent tumultum, quod ipsi eligerent Romanum vel itallicum, et quando illis tumultus fiebat clamando: Romanum volumus, audivit quod secundus electus dixerat coram aliis cardinalibus, tenendo unam virgam in manu: quamvis petatis Romanum, non dabitur vobis. Interrogatus a quo audivit de virgula et ubi, dixit quod nescit, tamen audivit hic in Metina del Campo, et omnia alia que audivit super huiusmodi articulo credebat se audivisse Rome. [fl. 83v] ... Interrogatus super lxx.°, qui incipit Item an domini cardinales, dixit quod audivit quod reelegerant eum, set per que verba et quem modum vel qualiter nescit, et audivit dictam reelectionem fuisse factam, postquam dictus electus venerat ad palatium de domo domini Agapiti, existentibus ibi omnibus cardinalibus, exceptis tribus, qui erant in castro Sancti Angeli, qui miserunt procurationes suas subscriptas suis nominibus. Interrogatus quando audivit ista, dixit quod credit quod postquam cardinales recesserunt de Roma et a quibus audivit, dixit quod credit quod ab electo Montis Hauriensis, qui dixit sibi quod ipse audierat a quodam doctore secundi electi. Interrogatus ubi audivit, credit quod Rome vel Tiburim ... Interrogatus super lxxxix.° capitulo, qui incipit Item an comode, dixit quod nescit si dictum castrum erat munitum vi[c]tualibus et aliis necessariis. Interrogatus si cardinales, qui se recoligerunt in dicto castro, si poterant esse tutos in dicto castro, sine metu Romanorum, dixit quod ita, habendo victualia. Interrogatus si fuerit post munitum, audivit quod si[c] de pane et vino, postquam cardinales exierunt inde. Interrogatus a quibus audivit, dixit quod a pluribus Rome et de aliis contentis in capitulo dixit se nescire, excepto quod credebat quod familia cardinalium erat in hospitiis cardinalium. Interrogatus super xc.° capitulo, qui incipit Item an cardinales, dixit quod cardinales, qui erant in castro, potuissent recessisse ad alias partes, si voluissent, ut credit. Interrogatus

quare, cum iste testis non esset Rome, tunc, quare credit, dixit quod pro eo quod castrum habet exitum ab(!) extra civitatem, ut audivit, et exeundo de nocte. Interrogatus si ipsi habebant in castro equos et mulas vel palafredos, in quibus recesissent, dixit quod nesciebat, nescit tamen si recesserunt aliqui. Interrogatus super xci.° capitulo, qui incipit Item an ab alio tempore, dixit quod audivit eum ita tractari et facere reverentiam ut pape, tamen qua intentione faciebant, dixit se nescire ... Interrogatus super xciiii.° qui incipit Item an ante coronationem, dixit quod de [fl. 84] hiis, que acciderant ante coronationem, nescit, nec audivit aliquid dubii, tamen post per aliquod tempus, cum essent aliqui cardinales Rome et alii Agnanie, audivit dici ab Alfonso Azero, archidiacono de Metina, quod dicebant aliqui cardinales quod primus electus non erat papa, et hoc multum fortius audivit dici, postquam omnes cardinales fuerunt Anagnie. Interrogatus si dicebatur publice vel occulte, dixit quod non audivit, nisi ab illo Alfonso Azero. Interrogatus super xcv.° capitulo, qui incipit Item an de oribus, dixit quod antequam cardinales recessissent, non audivit quod fuisset publica vox nec fama, tamen, postquam cardinales fuerunt Anagnie, ut dicebatur, quod illa que fecerant cardinales, fecerunt per impressionem. Interrogatus super xcvi: articulo, qui incipit Item an dictus electus, dixit quod audivit Rome quod cardinales requisiverant primum electum quod recederet de Roma et quod ipse promiserat illud sibi. Interrogatus quo tempore et a quibus audivit, dixit quod ipse non recordatur, credebat tamen quod esset de mense Madii, et a quibus, dixit quod a pluribus, de quibus non recordatur ... Finis abbatis Sancti Fecundi» ([32]).

O bispo de Leão, D. Fernando, refere que, durante a doença de Gregório XI, estando à mesa com o cardeal de Florença, ouvira lamentelas deste contra duas bulas sobre a eleição, emanadas quando o papa já não estaria no seu perfeito juízo. Existia, nessa altura, grande discórdia entre os cardeais quanto à eleição do novo papa. Entre os candidatos de fora do colégio figurava o arcebispo de Bari. O depoente estivera no conclave. Vira aí o cardeal de Aigrefeuille triste, ao passo que o de Genebra mostrava semblante alegre. No dia seguinte, quinta-feira, presenciara muita gente na praça de S. Pedro e algumas pessoas armadas, no meio de tumulto de vozes, a pedir um papa romano ou ao menos italiano. Viu vários a transportar vinho recolhido na adega do falecido papa Gregório, após o arrombamento da mesma. Ouviu também a notícia de que era papa o cardeal de S. Pedro, bem como a do arrombamento do conclave e, a seguir, do assalto à casa do dito cardeal. Vira sair do conclave ao cardeal Pedro de Luna, acompanhado pelos Romanos, e ao cardeal de Genebra. Presenciou ainda a ida dos cardeais de Florença e de Milão ao papa eleito, arcebispo de Bari, que estava escondido. Assistiu à entronização deste, por parte de todos os purpurados ou pela maior parte, os quais prosseguiam a prestar reverência ao papa Urbano VI. Alcançaram dele benefícios para seus familiares, por exemplo as igrejas catedrais de Cuenca e de Jaén, e a de Cidade Rodrigo para ele, depoente, que alude a várias disposições papais contra os simoníacos e outras relacionadas com os purpurados. Estes partiram para Anagni, sob o pretexto de ser lugar mais sadio que Roma, e continuaram a tratar Urbano VI como verdadeiro papa. Obtiveram dele várias graças para si próprios, seus familiares e amigos. Em Anagni, soubera o nosso bispo pelos cardeais de Genebra e de Almunia, procuradores de el-rei de Castela, não corresponder à verdade quanto de mal diziam do papa, em Roma, alguns familiares dos purpurados. Aliás, fora por recomendação deles, bem como dos cardeais de Santo Eustáquio, de Limoges, de Florença e Orsini, que obtivera o bispado de Leão. A seguir, no dia 9 de Agosto, os purpurados publicaram o processo contra

([32]) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 82-84.

Urbano VI. O bispo ouvira as vozes dos Romanos, a solicitar, com grande alvoroço, um papa de Roma ou italiano, conforme dissera já a el-rei. Não crê na pressão grave exercida sobre os purpurados, porque não vira o povo armado e por aqueles terem entrado no conclave sem dificuldade. Havia lá guardas armados, mas para protegerem os cardeais e o conclave. Além disso, a maior parte era gente ultramontana. O arrombamento do conclave dera-se quando foi dito ao povo que era papa o cardeal de S. Pedro, o qual estivera em perigo, por dizer que não era papa, mas sim outro melhor. Em Anagni, ouvira dizer mal de Urbano VI. Pelo que vira em Roma, durante a eleição, não havia motivos para terem medo. Ele, depoente, poderia, nessas condições, dar o voto a qualquer cardeal, porque o tumulto não era de forma a perturbá-los. Os purpurados que se encontravam no castelo de Santo Anjo, estavam seguros. Entronizaram e coroaram Urbano VI, a quem tratavam e obedeciam como verdadeiro papa. Tinham liberdade para tratar entre si da eleição. Não viu nem ouviu as ameaças nem pressão, de que se falava, contra os cardeais, pois a atitude do povo fora só a de reclamar um papa romano ou italiano. Em Anagni, poderiam publicar livremente a intenção de nomearem outro papa. Ouvira dizer que alguns tiveram medo dos Romanos e ocultaram seus bens no dia da eleição. Ele, depoente, não tivera medo de morte nem de perder seus bens:

> «*Depositio Fernandi, episcopi Legionensis, testis iurati. Interrogatus quid scit super huiusmodi negotio, generaliter respondit sub iuramento et dixit quod, cum iste testis esset in civitate Romana, tempore quo Gregorius papa xi infirmabatur, de qua infirmitate mortuus est, antequam moriretur, ipse eundo ad collationem cardinalis Florentini, declinavit ad ipsum et vidit dictum cardinalem turbatum. Interrogatus quare,* [*fl. 84v*] *respondit cardinalis quod propter duas bullas impetratas malitiose* [*a*] *Lanoviceñ* (sic), *asserendo quod non poterat esse quod dicte bulle fuissent impetrate, cum papa esset in suo intellectu, nec etiam credebat quod fuissent bullate eius mandato, in quibus dicebatur contineri, videlicet in una quod non obstante c. Licet de* [*electione*], *nec quod maior pars collegii possit eligere et alia contra c. Ubi maius, de electione, li. vi., ut possent elligere extra palatium, in quo papa moriretur vel ubi vellent, et post hoc accidit quod obiit papa Gregorius sancte memorie et vidit suas esequias fieri intus in ecclesia Sancti Petri et post fuit portatus in illis novem diebus exequiarum ad Sanctam Mariam Novam et dum durarunt novem dies exequiarum, vidit cardinales euntes trinatim vel quatrinatim, alii eundo ad domos aliorum et vice versa, faciendo sic sua conventicula et dicebatur publice quod erat magna discordia inter illos, quia Lemovicenses volebant Lemovicensem et gallici gallicum et itallici itallicum et erat communis vox et fama quod si Lemovicensis deberet eligi, quod esset cardinalis Pitavensis, et si galicus, cardinalis Sancti Eusthacii, et si itallicus, cardinalis Florentinus vel Mediolanensis, et ut* (sic) *isti non concordarent et deberent eligere de extra collegium, quod esset archiepiscopus Barensis vel abbas Montis Cassini, licet pro maiori parte diceretur quod esset archiepiscopus Barensis. Et post hoc vidit die Mercurii, de sero, hora vesperorum, vel modicum post, quod intrarunt dicti cardinales conclave, et prope portam conclavis vidit quod erant, secundum ymaginationem suam, usque quadraginta vel quinquaginta homines et istorum aliqui erant cum ensibus et aliqui habebant cotas inductas et dicebatur quod* [*faciebant*] *custodiam conclavis, et vidit quod quando aliquis cardinalium veniebat ad intrandum conclave, supradicti homines, amotis caputiis, faciebant sibi reverentiam dicendo: domini habeatis Romam recomandatam, et postquam omnes cardinales intraverunt conclave, intravit iste testis dictum conclave et visitavit quemlibet eorum singulariter in suis cellis et dedit sibi osculum et quod tunc vidit cardinalem de Agrifolio esse tristem et cardinalem Geebenensem, qui exivit ad amplexandum eum, qui erat bene lectus et post exivit, ut omnes alii, et tunc yvit Transtiberim ad hospitium suum, et de*

hiis que facta sunt usque ad alliam diem de mane nichil scit. Et post hoc, die Jovis sequenti, hora tertiarum, modicum plus vel minus, yvit ad ecclesiam Sancti Petri et vidit in platea Sancti Petri esse multam gentem, ita peregrinorum, sicut aliorum, et aliqui eorum erant cum ensibus, et ambulando iste testis per ecclesiam Sancti Petri, audivit tumultum et voces eorum qui erant in platea, qui clamabant: Romanum volumus vel saltem italicum, et audivit pulsari campanam Capitolii, per modum quod ipsi pulsant per suas congregationes, et non recordatur si fuit pulsata ante dictas voces vel post, et tamen credit quod ante, et de cordibus gentis non potest intelligere si fuit comota vel non propter dictam pulsationem, set ipse nec timuit nec comotus fuit in corde propter. Et quod ista die, hora supradicta, quando accessit a[d] dictam plateam Sancti Petri, dixit quod vidit aliquos deambulantes et bibentes in dicta platea et aliqui aportabant de vino in suis vestibus et quesivit a supradictis unde portabant et extrahebant dictum vinum, et illi responderunt sibi quod [*fl. 85*] *de butellaria pape Gregorii, et asserebant quod fregerant portam dicte botellarie et inde extrahebant. Et modicum post, cum iste testis esset in dicta ecclesia, audivit dici ita: papam habemus, papam habemus cardinalem Sancti Petri, et tunc vidit quod tota gens concurrebat ad palatium, et audivit quod tunc fuerat fractum conclave, et audivit quod tunc fuerat in periculo dictus cardinalis, propter pressuram illorum qui veniebant, accedebant ad faciendum sibi reverentiam et osculandum pedem. Et hiis paratis, vidit totam gentem yre, quosdam eorum ad domum cardinalis Sancti Petri et alios ad alias partes, taliter quod sparsi fuerunt, et audivit quod derraubarant tunc domum dicti cardinalis et post pauca vidit exire de dicto palatio cardinalem de Luna et plures Romanos cum eo, qui eum asociabant, et ipse ibat equitando, audivit quod eum sociaverant supradicti usque ad domum suam, et hoc idem vidit exire palatium cardinalem Gebenensem, et videbatur sibi quod exibat sine roqueto, cum uno caputio in capite, ad modum ludi, et ibant cum eo plures Romani et ipse equitando, et statim iste testis redit ad hospitium suum ad prandium. Et post hec, prope horam vesperorum, modicum plus vel minus, cum esset in hospitio suo, audivit: non est papa cardinalis Sancti Petri, set archiepiscopus Barensis, et dicebant quod deceperant eos, dando sibi intelligere quod cardinalis Sancti Petri erat papa et tenebant alium asconsum et dicebant pro certo: alius erat verus papa, et non ille Sancti Petri, et dicebant quod hoc fecerant cardinales, pro eo quod petebant Romanum, et ita deceperant eos. Et post hoc audivit quod dictorum cardinalium aliqui yverant ad castrum Sancti Angeli et aliqui extra civitatem et aliqui ad hospitia sua. Et post hoc, hac die Jovis, de sero, vel die Veneris sequenti, de qua die non recordatur, vidit cardinales Florentinum et Mediolanensem yre ad dictum electum, ad palatium ubi erat asconsus, et quod locuti fuerint nescit, scit tamen quod postea omnes cardinales vel maior pars eorum intronizaverunt eum et post die Pasce omnes coronaverunt ipsum, et hoc audivit et publicum et notorium* [*est*] *et post vidit dictos cardinales esse cum eo per plures dies, et tenebant consistoria publica et secreta cum eo et exhibebant ei reverentiam ut pape et impetrabant ab eo gratias ita de episcopatibus, sicut de aliis beneficiis, pro suis familiaribus et amicis, de quibus, presentibus omnibus ipsis, providerunt episcopo Conchensi et Gienensi hodiernis ac* (*ms.* an) *isti testi de ecclesia Civitatensi, que asserebatur tunc vacare. Et post vidit dictum electum celebrare publice in ecclesia Sancti Petri ut papa et ministrabant* [*ei*], *et tunc cardinalis de Aragonia et alius, quem credit esse cardinalem de Ursinis, tamen dixit quod* [*non*] *recordabatur bene quis esset, et fuit tunc ibi sermo, in quo sermone papa mandavit denunciari publicos omnes simoniacos pro excommunicatis, et audivit quod interrogatus fuerat tunc cum cardinali de Luna si includebantur sub ista sententia cardinales, sicut et ceteri, et tunc ipse elevavit vocem* [*fl. 85v*] *et dixit: ymo multo fortius de eis. Item dixit quod vidit dictos cardinales vel*

maiorem partem eorum tunc surgere, quilibet per ordinem, et yre ad recipiendum Corpus Dei de suis manibus. Et post hec vidit quod, cum esset dictus electus in sua camera uno sero, tenendo audientiam et existentibus ibi pluribus cardinalium, dixit publice quod intentio sua erat quod aliqui eorum non haberent pensiones a regibus, quia volebat eos secum habere in iudices, set non in advocatos. Item vidit unam bullam suam positam ad portas Sancti Petri, in qua mandabat cardinalibus et cuilibet eorum quod repararent suos titulos, post hoc dixit quod audivit quod cardinales petiverant licentiam eundi Anagniam, quia tenebant ibi provisiones suas et asserebant esse locum saniorem ad vivendum in vere quam Roma, et scit quod cardinales recesserunt ad dictum locum Anagnie et steterunt ibi pluribus diebus, nominando eum papam et petendo ab eo plures gratias pro seipsis et suis familiaribus et amicis. Et postquam magnum tempus transiit ita, yvit dictus papa ad unam civitatem, vocatam Tiburim, et credit quod distat quindecim milliaribus a Roma, et quare illuc yvit, ut dicebatur, erat propter tractus qui tractabantur inter eum et cardinales, asserens quod exiret Romam et yret quo Sanctitati sue placeret et eum sequerentur, et ipse ad complacendum eis yvit Tiburim. Item dixit quod quando dictus dominus recesserat Roma a[d] dictam civitatem Tiburim, quod ipse recessit de Roma Anagniam et yvit cum principali intentione habendi a dictis cardinalibus aliquas litteras pro dicto domino pro espediendo negotia sua, secundario yvit ad sciendum aliqua que secrete dicebantur per familiares eorum, ita Rome sicut Anagnie, et cum ascessit Anagniam, primo visitavit cardinalem Gebenensem et invenit eum in quadam camera obscura, et dicebatur quod patiebatur, et ascessit ad eum et fecit sibi reverentiam et exposuit sibi negotia sua, pro quibus veniebat, specialiter quod concederet ei litteras supplicatorias pro dicto domino papa, et ipse respondit sibi quod faceret quidquid possit pro statu suo et honore, quia tenebatur propter memoriam cardinalis [Sancti] Petri domini sui et sui consanguinei, cuius anime Deus parcat. Item quia sciebat quod ipse et omnes sui generis istius testis servierant regi Enrriquo, suo consanguineo et amico, cuius promotor erat ipse, et noluit amplius eum ac (sic) *tediare et yvit statim ad visitandum cardinalem de Alumnio et ista ultra sua negotia dixit quod placeret sibi ex quo ipse habet eum in specialem dominum et promotorem, quod vellet eum informare et declarare de aliquibus, que iste testis audiverat, que sunt ista, que audiverat ab aliquibus familiarium dictorum cardinalium de dicto domino papa multa verba inhonesta et nephanda, vocando eum ebrium et fatuum et dicendo plures similes blasfemias, et dixit iste testis [fl. 86] quod bene credebat quod talia non proferrent sui familiares, si non audirent a dominis suis cardinalibus, et supplicabat sibi quod si aliquid faciebat vel facere volebat, quod denuntiaret sibi, quia bene sciebat ipse quod debebat eum sequi, quamcumque viam dictus cardinalis reciperet, et dictus cardinalis sibi respondit quod talia, sicut iste testis dixerat sibi, non credebat posse dici, nisi per rapacios seu baylecto et omnes levius oppinionis et talibus non adhiberet fidem, tamen dixit sibi quod consulebat sibi et mandabat quod haberet litteras sibi expedientes, ad expediendum negotia sua cum dicto domino, ita ab eo, sicut ab omnibus aliis, et yret Tiburim ad dictum dominum papam, quia non dubitabat quod cum litteris eorum dictus dominus sibi provideret de aliqua ecclesia, de illis que tunc vacabant, et dixit quod habuit litteras a dicto cardinali de Alumnio et Geebenensi et Sancti Eusthacii et cardinali Lemovicensi sibi expedientes et reversus est Tiburim, et dixit quod presentaverat suas litteras dicto domino pape et tum propter preces eorum, tum propter cardinales Florentium et de Ursinis, ibi existentes, qui erant promotores sui, quod providerat ei dictus dominus de ecclesia Legionensi, quam habet hodie, et ita, sicut accidit ei in habendo litteras a dictis dominis cardinalibus pro dicto domino et consecute fuerant effectum, quod ita accideret pluribus aliis, qui similes litteras cardinalium reportaverant, quod habuerant*

effectum ad preces eorum. Et post hoc, nona die mensis augusti, publicarunt unum processum contra dictum electum, [cuius] copiam ipse vidit, in quo pronuntiabant eum non esse papam propter plures rationes in dicto processu contentas. Et statim dictus dominus rex quesivit et dixit dicto episcopo quod si recolebat et recordabatur quod ipse interrogaverat eum Tollecti, si ipse steterat tempore electionis Rome et si viderat et audiverat quod illo tempore electionis fuisset rumor Rome et qualiter ipse sibi responderat quod fuerat rumor et magnus, et quod ista sibi dixerat Tolleti in una cameriola secreta et tunc dictus episcopus respondit regi et dixit quod bene recordabatur quod dictus dominus rex, cum yret dictus episcopus cum eo de Eppinrenio ad suum hospitium, quod quesiverat ad supra dicta et quod bene credit quod responsum suum fuit hoc quod in platea Sancti Petri Rome quod erat maxima gens diversa[rum] nationum et dicebant altis vocibus: Romanum volumus, et capiendo dictus testis istas voces, istud dicere Romanum volumus, pro rumore, dixerat dicto domino regi quod fuerat magnus rumor. Interrogatus in speciali super primo articulo qui incipit primo, dixit quod audivit quod officiales Romani, ubi consueverunt tenere sua consillia, faciebant suas congregationes ante [et] post mortem Gregorii pape, et audivit a multis quod istas congregationes faciebant, quos [fl. 86v] modos haberent ad rogandum cardinales, ut haberent papam ad voluntatem eorum, scilicet Romanum vel itallicum, et prout alii dicebant, congregationes fiebant ad finem quod in casu quod papa Gregorius moriretur, quod ponerent custodias in civitate et in pontibus, ut non oriretur aliqua seditio, et hoc cum sequentibus usque ad octavum inclusive, qui incipit si dictus archiepiscopus. Interrogatus super ix articulo, qui incipit an claves, cum duobus sequentibus, dixit quod ante mortem pape Gregorii et post, vidit custodiri portas et pontes civitatis, set nescit cuius mandato. Interrogatus super xii.° articulo, qui incipit an prefati officiales, usque ad xv inclusive, dixit quod, cum ipse yret ad Sanctum Petrum et transiret per ecclesiam Sancti Spiritus, vidit esse congregatos aliquos cardinales in una cappella et vidit ibi venire aliquos officialium Romanorum et intrarunt ad illos et quod eis dixerunt ignorat, tamen post exitum eorum, dixit quod audivit a multis, de quibus non recolit, quod supplicarant quod vellent consolare civitatem Romanam de papa Romano, et propter hoc credebant quod recuperaretur patrimonium Ecclesie et ipsi responderunt eis et requisiverunt quod ponerent bonam custodiam in civitate et in pontibus, ut debebant, quia ipsi eligerent illum, quem secundum Deum et suas conscientias viderent esse utilliorem Ecclesie Dei, et hoc audivit a pluribus, de quibus non recordatur. Interrogatus si audivit quod petierant Romanum vel itallicum, dixit quod non audivit, nisi de Romano precise. Interrogatus super xbi.° articulo, qui incipit an dicti officiales, cum sequenti, dixit quod audivit quod Romani requisiverant nobiles quod usque ad tertium diem recederent de civitate, et audivit quod talis erat consuetudo Romana (ms. Romane), *quando accidebant tallia, et hoc audivit a suo hospite et ab aliis suis vicinis Romanis. Interrogatus super xviii.° articulo, qui incipit an dicti officiales, usque ad xxi inclusive, dixit quod vidit maximam gentem esse in platea Sancti Petri, nescit tamen si erant rustici vel vocati per Romanos. Interrogatus super xxii.° articulo, qui incipit an dicti rustici, dixit quod, quando cardinales intrabant conclave, ipse yverat ibi et vidit ibi satis de gente, sed non armatos, nec audivit dici Romanum volumus vel saltem itallicum. Interrogatus super xxiii.° articulo, qui incipit an dicti cardinales, usque ad xxxii.° inclusive, dixit se nescire, excepto quod audivit preconizari quod aliquis non esset ausus facere iniuriam nec dedecus cardinalibus vel suis familiaribus, nec facere seditionem seu rumorem in civitate sub pena capitis. [fl. 87] Interrogatus super xxxiii.° articulo, qui incipit an populus, cum sequenti, dixit quod vidit esse magnam gentem in platea Sancti Petri, tamen non vidit eos armatos, et quod intrarunt cardinales conclave*

sine difficultate aliqua, et tunc permixtim intraverunt multi cum illis in conclave. Interrogatus si intrarunt tot quod plures non possent recipi in dicto palatio, dixit quod intrarunt multi, tamen non inspexit si dictum palatium erat ita plenum gente et plures non possent recipi. Interrogatus super xxxb.°, qui incipit an nocte ingressus, dixit quod [*de*] *contentis nescit, nec audivit aliquid, excepto quod vidit quadraginta vel quinquaginta armatos iuxta portam conclavis, quando cardinales intrarunt dictum conclave, ad custodiendum illud, et si supervenerant plures, nescit, et ab isto capitulo usque ad xl inclusive nichil plus scit. Interrogatus super xli.°, qui incipit an xbi.°, dixit quod nescit, excepto quod audivit quod cardinales erant divisi in tres partes, nam itallici volebant papam itallicum, gallici gallicum et quod esset de collegio istarum nationum. Interrogatus diligenter super omnibus aliis articulis et singulariter super quolibet eorum, usque ad xlviii.° inclusive, dixit se nichil scire. Interrogatus super xlix.° articulo, qui incipit an auditis missis, dixit quod fuerunt pulsate campane hora tertie vel quasi, modicum plus vel modicum minus, ut ipse credit, et audivit pulsari campanam Capitoli*[*i*] *ad martellum, sed de illis de Sancto Petro non recordatur quomodo pulsabantur, quorum mandato nec ad quid, nec qua intentione pulsabantur. Interrogatus quanto tempore duravit pulsatio campanarum, dixit quod non advertit nec quanto tempore duravit. Interrogatus si vidit aliquibus vicibus istas campanas sic pulsari ad martellum, dixit quod alias audivit. Interrogatus ad quos actus audivit ita pulsari, dixit quod audivit in vico, ubi hospitabatur, quod pulsabantur ad martellum, quando ibant rectores ad aliquos actus, quos intendebant esse utiles (ms.:* vales) *reypublice, sicut quando yverunt Viterbium et ad Civitatem Veterem vel Viterbium (!), dixit quod eo (!) vel similes actus illis. Interrogatus ad quod ibant ad Civitatem Veterem vel Viterbium, dixit quod eo vel quod rebellabant vel non erant amici eorum. Interrogatus si quando yverunt ad Civitatem Veterem vel Viterbium, si ibant armati vel non, dixit quod yverant armati, et ipse vidit eos yre armatos. Interrogatus si quando pulsata fuit ad martellum ista campana Capitolii, si erat aliqua societas prope Romam vel muros Romanos, quare populus timeret, vel si erat aliqua alia disensio inter ipsos ibi Rome, quare dicta campana sic deberet pulsari, dixit quod bene erat fama quod prope Romam erat societas britonum, de timore populi dixit quod nescit si timebant vel non. Interrogatus si scit vel credit quod campana fuisset pulsata ad martellum timore societatis, que erat apud Romam, dixit quod nescit si fuit pulsata timore societatis. Interrogatus si scit vel credit quod fuisset pulsata ut cardinales, qui erant in conclavi, timerent, postquam viderent populum congregatum ad seditionem iuxta Sanctum Petrum* [*et*] *eligere*[*nt*] *eum, quem ipsi petierunt, dixit quod nescit, nec credit quod hac ratione fuisset pulsata dicta campana. Item si, quando ista* [*fl. 87v*] *campana pulsabatur ad martellum, si Romani exissent armati ad muros vel venirent ad Sanctum Petrum, dixit quod nescit si exiverant armati extra muros. Item dixit quod viderat in platea Sancti Petri esse multam gentem cum ensibus vel similibus armis, secundum quod consuetum est incedere in illa patria, et alios multos sine armis diversarum nationum et modorum, qui ibant ad inspiciendum. Interrogatus si vidit aliquos armatos de bacinetis vel cotis vel jaqueis seu hachas, dixit quod vidit aliquos cum cotis et primus, quem vidit cum cota, fuit suus hospes, de aliis armis non vidit. Interrogatus si scit vel credit quod ista societas britonum, quam asserit esse prope Romam, si erat talis et tanta, de qua Roma deberet timere, dixit quod erat talis et tanta quod discurruit per totum territorium Rome et prope portas Rome contra voluntatem et potentiam dictorum Romanorum et quod una die super suis dissensionibus occiderunt, secundum famam, bene quatuorcentos vel plures Romanorum, et credebat quod ista societas erat talis et tanta ut Romani debuissent timere eos. Interrogatus quo tempore accidit britones devincisse Romanos et omnia que supra dixit, dixit quod acciderunt*

diversis temporibus et non recordatur quando, tamen dixit quod rixa seu brica, in qua fuerunt victi Romani a britonibus, fui[t] post quam yvit Tiburim. Interrogatus quo mense, dixit quod non recordatur. Interrogatus quia dixerat quod societas erat prope Romam, in quo loco erat tempore electionis, dixit se nescire. Interrogatus si sciebat quod distaret per decem dietas a Roma vel plures seu pauciores, dixit quod nesciebat si distabat per decem vel quinque a[u]d unam, excepto quod audivit quod erat prope. Interrogatus a quibus audivit, dixit quod a pluribus, de quibus non recordatur. Interrogatus si scit vel credit quod dicta societas, quam dixit fore prope Romam tempore electionis, si iuvissent ante cardinales quam Romanos, dixit quod nesciebat pro certo, sed credit quod iuvissent ante cardinales quam Romanos, per ea que sequuntur, primo quia capitanei dictarum societatum, videlicet dominus Johannes de Malastrit et Bernardus dela Sala et dominus Silvester et alii, qui erant cum eis, erant familiares et amici speciales cardinalis Gebenensis. Item quia omnes vel maior pars eorum erant ultramontani et communiter fecerant guerram dominis itallicis. Interrogatus quo modo et quare scit, dixit quod pro eo quod vidit dictos capitaneos sociari dictum cardinalem Geebenensem et comedere in suo tinelo et habere multas magnas familiaritates cum eo, plus quam cum alio cardinali Curie Romane, et hoc audivit ab aliquibus dictorum capitaneorum ante mortem pape Gregorii, per unum menssem vel menssem cum dimidio, quando dictus cardinalis Geebenensis venit Romam de sua legatione de Italia et post mortem dicti Gregorii continuarunt dictam familiaritatem cum dicto cardinali Geebenensi, ut credebat, dicti capitanei, specialiter dominus Johannes de Malastrit et Bernardus dela Sala. Interrogatus si vidit eos ibi continue cum eo, credit quod sic, dicit tamen quod nescit si aliqua die recesserunt ab eo. Interrogatus si tempore quo dicta campana Capitoli[i] pulsabatur ad martellum, si audivit dici ad quid pulsabatur vel si populus fuisset comotus propter dictam pulsationem ad martellum, dixit quod [fl. 88] non audivit ad quod sic pulsabatur, nec scit populum ex [eo] esse comotum, excepto quod vidit dictam gentem esse in platea Sancti Petri, ut predixit. Interrogatus si quando pulsabatur dicta campana ad martellum, si credit vel audivit aliquos viros seu feminas mirari vel timere aut terrere propter dictam pulsationem dicte campane et dixissent ista verba [vel] similia: sancta Maria, quare pulsatur ad martellum? dixit quod non vidit aliquos homines pavescere nec terrere, excepto eo modo quod dixit ita, sicut si diceretur aliquid fuit factum vel fit modo in platea et alii respondissent: quid dicitis vel ad quid pulsatur ad martellum, si aliqui intendentes per dictam ecclesiam dixerunt ad quid pulsatur ad martellun. Interrogatus si fuit aliquis vel aliqui qui dixissent rationem, quare pulsatur ad martellum, dixit quod nec scit nec audivit. Interrogatus super l. articulo, qui incipit an post dictum sonum, dixit quod vidit esse in platea multam gentem, de vociferatione non recordatur quod emitterent alias voces, exceptis his: Romano lo volemo, et nichil scit plus de articulo. Interrogatus super li, qui incipit an campane, dixit ut supra in xlix.° Interrogatus super lii qui incipit an ad dictum et super liii.°, dixit quod audivit quod cardinalis Florentinus se posuerat ad unam fenestram conclavis, quando populus emittebat voces predictas, et dixit eis quod tacerent et dimitterent dominos facere illa que debebant facere et quia illi nolebant tacere et dicebant: Romanum volumus, quod dictus cardinalis dixit eis: modo non habebitis Romanum, et hoc audivit Rome in septimana electionis, ut credit... Interrogatus super lxb.° articulo, qui incipit an domini cardinales, dixit quod audivit quod cardinales misserant pro dicto electo et pro aliis prelatis, de aliis articulis sequentibus usque ad lxix.° inclusive nichil. Interrogatus super lxx.° articulo, qui incipit an cum, iam dixit quod, cum esset iste testis illa die electionis in ecclesia Sancti [Petri], audierat quod ruperant conclave, ut yrent ad osculandum pedem cardinalis Sancti Petri, de quo dixerant eis qui erat papa. Interrogatus

si alius incitavit eos ad hoc alia intentione, dixit quod nescit et hoc audivit a pluribus diversarum nationum, de quibus non recordatur. Interrogatus qua hora diei audivisset hoc, dixit quod secundum quod presumit, quod hoc post tertiam et ante meridiem. Interrogatus super lxxi.° usque ad lxxiiii.° inclusive nichil. Interrogatus super lxxb.°, qui incipit an audito, dixit quod de hoc articulo nescit, excepto quod audivit quod, cum multa gens yvisset ad conclave, ad faciendum reverentiam cardinali Sancti Petri, qui dicebatur esse papa, fuerat in periculo dictus cardinalis, et quod ipse dixerat quod non erat papa, quia alius melior eo erat papa, et dicebant sibi ex quo non vult esse papa sera triste *et hoc audivit Rome, non tamen recolit a quibus et quando. [fl. 88v] Interrogatus super lxxbi.°, qui incipit an tunc, dixit quod illa die, qua cardinales exierunt conclave, si ibant fugiendo vel non, nescit, tamen vidit yre cardinalis Geebenensis et cardinalis de Luna equitando et cum ipsis multi Romanorum et aliorum, et videtur sibi quod cardinalis Geebenensis ibat in roqueto, posito caputio in capite, et Aragonensis videtur sibi quod portabat capam, de aliis cardinalibus nescit si yverunt equitando vel peditando. Interrogatus si dicti cardinales ibant equitando super mulas aut equos, dixit quod nescit, set bene credit quod super mulas, et non vidit eos exire conclave, licet viderit eos yre segr[eg]atim et non recordatur si habebant cappelanos secum. Interrogatus quando vidit cardinalem Geebenensem equitando sic yre, dixit quod cum yret ipse ad suum hospitium, vidit yre dictum cardinalem, via que ducit ad Sanctum Petrum, Transtiberim, aliorum cardinalium aliqui yverunt ad castrum Sancti Angeli, aliqui extra Romam et aliqui remanserunt in suis hospitiis. Interrogatus sigillatim super articulis sequentibus usque ad lxxix.° inclusive nichil. Interrogatus super lxxx.°, qui incipit an Rome, dixit quod de rumore nichil audiverat Rome, postquam tamen yvit Agnaniam, audivit ab aliquibus familiaribus cardinalium quod papa erat ebrius et fatuus et alia similia, et dicebant quod talis, ut iste, non merebatur esse papa, et hoc audivit Anagnie et ut credit audivit inter festum Penthecostes et sancti Johannis, de aliis articulis usque ad lxxxiiii.° inclusive nichil. Interrogatus super lxxxb.° articulo, qui incipit an domini cardinales, dixit quod per ea, que vidit et audivit, si ipse fuisset cardinalis et stetisset intus in conclavi, non obmisserat dare vocem suam cuicumque cardinali Lemoviensi vel alicui cardinali, et credebat quod rationabiliter cardinales propter voces Romanorum non debuerant turbari ut timerent et propter cridam, quam vidit fieri, et per castigationem, quam faciebant officiales in minoribus, credit quod non debuerant timere cardinales, et credit quod sine metu potuissent eligere quem voluissent, quia secundum communem dictum et famam, si eligissent cardinalem de Luna, omnes Romani fuissent contenti. Interrogatus quando audivit hoc de ista voce communi, dixit quod audivit pluries post electionem, tamen non recordatur a quibus, nec qua die. Interrogatus sigillatim super aliis articulis usque ad lxxxbiii.° inclusive nichil. Interrogatus super lxxxix.°, qui incipit an quomodo, dixit quod nescit si castrum erat munitum victualibus, tamen scit quod se defensavit contra Urbanum prope annum. Interrogatus si cardinales poterant esse tuti intus in dicto castro, dixit quod credit quod sic, habendo victualia, et nescit si post exitum cardinalium, si muniverunt illum victualibus vel non. Item dixit quod nescit quare cardinales inde exierunt, tamen audivit quod xi cardinales intronizaverunt eum. Interrogatus super xc.° qui incipit an cardinales, dixit quod nescit nisi quod cardinales redierunt ad civitatem et eum coronarunt. Interrogatus si cardinales potuerant esse tuti in locis ad que yverunt, dixit quod de locis nichil scit, credit tamen quod cardinalis de Ursinis potuisset eos tenere tutos in terra illa. Interrogatus si scit quod dicti cardinales yvissent ad castra cardinalis de Ursinis, dixit quod credit quod sic, quia audivit quod yverant cum dicto cardinali de Ursinis. Interrogatus si dicti cardinales ibant extra Romam ad solatium vel*

timore Romanorum, dixit quod nesciebat nec audiverat aliquid dici nec fieri nec murmurari super hoc. [fl. 89] Interrogatus super xci.° articulo, qui incipit an ab illo tempore, dixit quod vidit eum tractari in omnibus ut papa, tamen qua intentione vel qua ratione, dixit quod nescit. Interrogatus super xcii.°, qui incipit an omnia, cum alio sequenti, dixit quod si erant tuti vel non, dixit quod nescit, tamen credit quod si statim dictum fuerat populo quod primus electus Urbanus non erat papa, quod non intulissent malum aliquod, tamen si postquam intronizarunt et coronarunt eum et sibi obediverunt ut pape, steterunt cum eo in suis consistoriis, dixerant eum non esse papam, credit quod displicuisset Romanis et non tractassent eos bene, et si occidissent eos vel non, nescit. Item dixit quod credit quod potuerant inter se loqui et disputare Rome de ista materia. Interrogatus quare credit hoc, dixit quod pro eo quod rationabiliter animus sibi dictabat quod illud poterant facere, quia videbat et credebat quod tales et tanti homines, ut dicti cardinales, bene poterant confidere alii de aliis, maxime considerato magno periculo quod propter moram poterat sequi mundo. Interrogatus super xciiii.° articulo, qui incipit an ante, nichil. Interrogatus super xcv.° articulo, qui incipit an de omnibus et singulis, dixit quod de aliquibus fuit et est communis vox et fama, et de aliis non, ut articulis supradictis respondit, et si dicta electio fuit facta per impressionem et minas Romanorum, dixit quod nescit, credit tamen quod non. Interrogatus quare credit ita, dixit quod eo quod non vidit nec audivit dictas minas et pressionem. Interrogatus si vidit vel audivit aliquem Romanorum, dixit quod non vidit plus, excepto quod vidit multam gentem in platea Sancti Petri dicendo: Romanum volumus. Interrogatus super xcvi.° articulo, qui incipit an dictus electus, dixit quod bene audivit quod cardinales supplicaverunt sibi quod yret Anagniam, qui erat locus melioris aeris, in [e]state et quia habebant ibi suas provisiones et de responsione Urbani nescit, de sequenti capitulo nichil scit. Interrogatus super xcviii.° (!) capitulo, qui incipit an dictis omnibus, dixit quod nichil scit, ymo dixit quod dixerat sibi cardinalis Geebenensis quod scriberet regi quod faceret tali modo quod ambaxiatores, quos mitteret, essent solempniores qui possent reperiri. Interrogatus si scit quod dictus cardinalis scripsisset aliquid regi, dixit quod nescit, nec iste testis scripserat regi aliquid super eo. Interrogatus si, quando cardinalis Geebenensis sibi dixit quod scriberet regi, si erant aliqui ibi presentes et audientes, dixit quod non, et credit quod hoc fuit in septimana post coronationem. Interrogatus super xcix.° nichil. Interrogatus super C.°, qui incipit an civitas, [dixit] quod, si civitas Anagnie [fl. 89v] gubernabatur per rectores pape, nescit, tamen quando ipse yvit illac de mense Junii, vidit arma pape Urbani depicta ad portam civitatis. Interrogatus si sciebat dictam civitatem teneri et gubernari per dictum papam Urbanum per totum mensem Jullii, dixit quod credit quod sic, de mense tamen Augusti non recordatur per quem teneretur et si cardinales, cum essent in dicta civitate, se reputabant tutos ad publicandum suam intentionem, antequam haberent gentem armorum, quam postea habuerunt, dixit quod nescit, tamen credit quod, considerata fortitudine civitatis et gente armorum, quam sperabant in brevi, prout post venit, quod potuerunt publicare ante suam intentionem. Interrogatus si scit quod tempore venit dicta gens armorum, dixit quod audivit quod venerat, de tempore tamen nescit nec recordatur. Interrogatus super Ci.°, qui incipit utrum premissa, dixit quod aliqua fuerunt publica et notoria et aliqua non, ut supra dixit. Interrogatus super Cii.° nichil. Interrogatus super Ciii.° articulo, qui incipit quod die coronationis, dixit quod non interfuerat coronationi, sed audivit quod cardinalis Geebenensis ince[de]bat letanter cum singulis baculis in manibus, s[e]parando gentem, dicendo in vulgari suo quod s[e]pararent se. Interrogatus super Ciiii.° articulo, qui incipit si sciverunt, dixit quod de comotione, dissensione et insumptu nescit, nec audivit plus quam supra dixit, de timore dixit quod audiverat quod aliqui

timuerunt, tamen ipse non timuit timore mortis nec mutilationis nec perditionis suorum bonorum. Interrogatus qui erant isti qui timebant, dixit se non recordari, excepto quod audivit de aliquibus, de quorum nominibus non recordatur, quod timuerunt et ocultaverunt sua et hoc audivit die electionis. Interrogatus que erant verba que dicebantur, dixit quod erant hec vel similia: talis portat suum ad abscondendum in domo talis, quia timebat. Interrogatus quare vel de quo timebant vel abscondebant ita sua, dixit quod nescit, set audivit quod illud faciebant metu Romanorum, qui deambulabant exessi (!), quidam istac, et alii illac. Interrogatus qui erant illi, [qui] abscondebant sua, dixit quod erant foranei. Interrogatus quare sic incedebant Romani exessi (!) et ibant istac et illac, dixit quod ex eo quod fuit fama de tribus electis, videlicet de abbate Montis Cassini et de cardinali Sancti Petri et vere electo. Interrogatus si hoc fuit ante exitum conclavis vel post, dixit quod ante exitum cardinalium de conclavi. Interrogatus si hoc, quod ita audivit, si erat ante prandium vel post, dixit quod non recordabatur. Interrogatus super Cv.° articulo et ultimo, dixit quod aliqua erant publica et alia non, prout respondit singulariter in articulis supradictis. Fernandus, episcopus Legionis; finis sui dicti» ([33]).

Afonso Azero, arcediago de Medina, recorda o poder e influência do bispo de Lisboa D. Agapito e do conde de Nola. Se estes mandassem guardar as pontes, os cardeais poderiam muito bem eleger, com toda a liberdade, o papa, sem pressão alguma. Fala igualmente do arrombamento do conclave e de vozes: uns a pedir um papa romano e outros italiano. O abade de Monte Cassino teria exercido sua influência junto dos Romanos, para se rebelarem e até para alcançarem dos cardeais fizessem papa ao abade, oferecendo-lhes dinheiro. Quando os cardeais estavam no conclave, ouviu o povo levantar altas vozes, que foram aumentando, até D. Agapito os apaziguar. Essa vozearia destinava-se a incutir medo nos purpurados. A praça de S. Pedro estava repleta de gente e os Romanos ofendiam os estrangeiros. Aos cardeais teriam chegado vozes, a aconselhá-los elegessem, quanto antes, o papa, pois, doutra forma, correriam iminente e grande perigo. Ao depoente, poucos dias depois da eleição de Urbano VI, dissera Diogo Martins de Orduña, em Roma, que, a julgar pelo que vira durante a eleição, Urbano VI não era verdadeiro papa. Ouvira dizer o mesmo ao deão de Calaorra. Confirma não poderem os cardeais eleger outro papa, sem perigo de suas pessoas. Aos não italianos era impossível irem para outros lugares, sem perigo de suas pessoas e haveres. Ele, depoente, procurara obter de Urbano VI a transferência do bispo de Salamanca para a sé de Leão. Para si, o verdadeiro papa era Clemente VII:

«Die Jovis, xbii Januarii, era supradicta. Alfonsus Azero, archidiaconus de Metina in ecclesia Salamantina, testis iuratus, deposuit ut sequitur ... Interrogatus super xxxii.°, articulo qui incipit an si dicti pontes, cum sequentibus, usque ad xlviii inclusive, dixit quod credit quod si comes Nollanus et dominus Agapitus receperant pontes et voluerant eos custodire, taliter quod nullus transiret ad burgum Sancti Petri, et expullerant gentem, que erat in dicto burgo, die qua intrarunt cardinales conclave, eo quod comes [fl. 90v] *Nollanus et dominus Agapitus erant potentes Rome, credit quod libere potuissent eligere cardinales, taliter quod nulla impressio fuisset eis facta pro parte de foris burgum. Item die Jovis sequenti quod porte pallaciorum pape quod remanserant omnes aperte ante noctem, quando cardinales erant in conclavi, et tenuerant eas Romani, et credit quod homo straneus, innotus illis, vix potuisset intrare* [et] *exire sine eorum velle. Item dixit quod alia die Jovis, quasi hora*

([33]) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 84-89v.

tertie et post usque horam none, vidit penu pallacii esse apertum et audivit tunc quod Romani fregerant ante noctem et vidit solum penu natare vino et alii Romanorum intrabant et alii exiebant illud, sicut fuisset taberna, et tunc vociferabant aliqui dicendo: Romanum volumus, et alii dicebant: itallicum volumus ... et audivit quod ipsi tunc cum timore aperierunt portam et permiserunt eos intrare et illi dixerunt ex parte Rome quod bene sciebant quomodo multotiens dixerant eis quod placeret sibi facere taliter quod darent eis papam itallicum vel Romanum et ex quo erant iam intus conclave, quod hoc idem ab ipsis petebant et si hoc facerent, credebant esse servitium Dei, magnam consolationem populi, qui a maximis temporibus non habuerant papam sue nationis, et crederent quod si hoc non facerent, taliter credebant populum esse inflamatum quod se non excusabant de magno periculo, de responsione super premissis data nescit nec audivit. Item audivit Rome, die Mercurii, quando intrarunt conclave, et post die Jovis, cum essent intus cardinales et populus esset iam in seditione, audivit a multis communiter quod abbas Montis Cassini multum laborabat cum aliquibus populi Romani ut inflamarent populum et taliter facerent cum cardinalibus quod eligerent dictum abbatem in papam, et audivit quod promiserat et dederat propter hoc pecunias aliquibus populi, et audivit quod post die Jovis, tempore quod fuerant vocati prelati ytallici, quod fuerat vocatus iste abbas, intraverat intus ad cardinales et aliqui Romanorum, credendo quod erat electus in papam, yverunt ad derrubandum sibi domum, audivit etiam Rome post electionem pape Urbani a fratre Gregorio monaco, socio abbatis, qui dixerat sibi ita: quantum tangit abbatem, pauca sibi abstullerunt, quia quod erat plus mellius extra domum suam tenebat, et quod damnum habuit fuit cardinalis Sancti Petri, tamen credidit quod prope eramus (!) in papatu. Item vidit portam scalle quod consuevit esse principalis porta pallatii, [fl. 91] tempore quod cardinales intrarunt conclave, [non] esse muratam et post die Jovis sequenti muratam et vidit aliam portam conclavis clausam, solummodo cum portis sine muro aliquo et in portis erat una fenestra, per quam discebatur quod debebant eis dare comestiones, et iste testis non vidit tunc provisionem aliquam ad murandum dictam portam, nec credit quod post fuit murata, eo quod alia die Jovis de sero, quando iste testis intravit conclave, non vidit ibi aliquem laterem nec lapidem, nec terram, cum quibus dicta porta fuisset murata, et si non fuit murata dicta porta de mandato cardinalium vel populi Romani nec scit nec audivit. Item audivit statim sequenti die Jovis quod illa nocte, qua cardinales stabant conclavi, tam magne fuerunt voces, quas illa gens, que erat ibi, dabant, quod non permittebant dormire dictos cardinales, sed nescit nec audivit qua intentione vociferabant, audivit etiam ista die Jovis quod voces erant ita grandes, statim de magne, quod erant maiores quam ille que fuerunt de nocte, pro eo quod populus augmentabatur, et credit quod continuate fuerunt usque venit dominus Agapitus, hora tertie, et sedavit eos, ut supra dixit, et audivit tunc quod dicte voces plus erant ad incuntiendum metum cardinalibus, quam propter aliud, ut eis darent quod petiverant, et nescit plus, exceptis dictis in alio casu. Interrogatus super xlix.° articulo, qui incipit an auditis, cum sequentibus, usque ad lxix.° inclusive, dixit quod ista die Jovis non audivit pulsari ad martellum aliquas campanas Sancti Petri nec respexit ad hoc, tamen, cum esset ista die quasi hora prime in hospitio suo, audivit pulsari ad martellum campanam Capitolii ... quando accessit ad Sanctum Petrum, vidit totam plateam Sancti Petri et curralia et palatii Sancti Petri plena gentibus, a fine [fl. 91v] usque ad finem, aliquibus armatis, aliquibus inhermibus, et audivit eos clamare maximis vocibus et clamoribus; alli dicebant: Romanum volumus, alii: itallicum volumus, alii vituperabant gentem foraneam et ut potuit perpendere tunc ex gestibus eorum, videbatur sibi quod illa faciebant ad incutiendum metum cardinalibus ... Item audivit Rome quod fuerat dictum cardinalibus quo modo

erat ille populus in platea et in curralibus et quod eligerent statim papam et assignarent populo, ut dictum fuerat eis, alias ut videbat populum, imminebat eis magnum periculum, set quis dixit cardinalibus seu cuius mandato nec scit nec audivit, nec per quem locum, nec qua hora fuit eis dictum. Interrogatus a quibus audivit, non recolit, excepto quod de hoc erat fama Rome. Interrogatus [*si*] *vidit intrare dictum archiepiscopum Barensem, ut predixit in alio casu, tempore quo cardinales erant in conclavi et ita gens vociferabat ut supra, et ex quo omnes ibi presentes audierunt dictas voces et ipse* [*qui*] *erat presens, vidit, credit quod dictus archiepiscopus audivisset et vidisset et nichil plus, exceptis dictis hic et in alio casu ... Interrogatus super lxxx.°, qui incipit an Rome, dixit quod audivit Rome per duos vel per tres dies post electionem ab aliquibus familiaribus cardinalium, de quibus non recolit, quod dicebant inter se et isti testi hec verba: vos creditis quod sit papa, non est papa, nam credite quod cardinalis debet esse. Interrogatus* (sic) *a quodam Romano hec verba, qui dicebat illa alteri Romano: modo quiscetis, quia habetis bonum papam, et alter respondit sibi et dixit: habetis eum ex nichilo, quia non est papa. Item audivit iste testis a Didaco Martini de Urduña Rome, paucis diebus post electionem: vos creditis quod iste sit papa, dico vobis quod ego teneo quod non sit papa, per modum quem vidi quomodo processerunt et quod factum est. Interrogatus qui erant ibi Romani, qui dicebant verba supradicta, unus ad alterum, et in quo loco et super quo, dixit quod non respexit si erant homines status* [*fl. 92*] *vel non, tamen illud audivit Transtiberim. Interrogatus per quos dies post electionem audivit ista verba a dicto Didaco Martini, dixit quod post paucos dies post electionem, nec recordatur de numero dierum, et quod semel dixerat sibi in Sancto Petro et iterum eundo de Transtiberim ad flumen, dixit quod videtur sibi quod audivit Rome decano Callagurritano, loquendo de ista materia, quod papa Urbanus* [*non*] *erat verus papa et quis posset eum facere non esse papam ibi. Interrogatus quo tempore et in qua parte Rome dixerat sibi, videtur sibi quod in Transtiberim, paucis diebus post electionem, tamen recordatur quod fuit post coronationem et antequam cardinales yrent Agnaniam per magnum temporis. Interrogatus si audivit dicta verba una die solum vel pluribus, dixit quod pluribus vicibus, quando discretabant et questiones habebant super illo et hoc cum sequentibus articulis, usque ad lxxxiiii inclusive, exceptis dictis superius hic et in alio casu. Interrogatus super lxxxb.°, qui incipit an domini cardinales, dixit quod ipse presumebat secundum ea que vidit et audivit et secundum ea que supra dixit de visu et auditu, quod cardinales verisimiliter timuerunt vel timere debuerunt illo tempore quod fuerunt in conclavi, specialiter die Jovis, et secundum hoc credit quod non potuissent alium eligere sine periculo suarum personarum, propter vociferationes et petitiones Romanorum. Interrogatus si ut fecerunt fictionem aliqui cardinales, assignando in papam cardinalem Sancti Petri, non eligendo eum, si potuissent sub illa specie fictionis eligere ultramontanum vel alterius nationis ad voluntatem suam et transire sub illa dissimulatione, ut transiverunt illa nocte, dixit quod, si aliqui cardinales fecerant fictionem de cardinali Sancti Petri, quod ipse nescit nec audivit, exceptis que supra dixit, credebat quod fictio facta de cardinali Sancti Petri, qui erat Romanus, comparatione Urbani pape, qui erat itallicus, erat sine periculo, quam si fecisset fictionem de dicto cardinali ad alium alterius nationis, qui non fuisset itallicus vel Romanus, pro tanto credit quod, si fuisset revelatum, quod cardinales fuissent in primo periculo in quo erant ... Interrogatus super xc.°, qui incipit an cardinales, dixit quod nescit. Interrogatus si cardinales, qui erant extra Romam in castris, si potuerant yre ad alias partes, sicut reversi sunt Romam, dixit quod credit quod itallici yvissent, si voluissent, de aliis credebat quod non potuissent yre sine periculo personarum et rerum, ut predixit hic* [*et*] *in alio casu. Interrogatus super xci.°, qui incipit Item ab illo tempore,*

cum sequentibus, usque ad xciiii inclusive, dixit quod nescit si locuti fuerunt inter se vel cum aliis de dubio [fl. 92v] status dicti electi, tamen credit quod bene potuerunt loqui inter se sine periculo, licet credit quod non fuerant ausi publicare Rome, ut publicarunt post Agnanie et Fundis, et nescit plus quam supra hic et in alio casu dixit ... Interrogatus si habuit aliquod beneficium vel spectationem ab aliquo istorum electorum, dixit quod habebat spectationem a quolibet eorum in ecclesia Salamantina ad canonicatum et prestimonia in equali quantitate. Interrogatus si fecit fieri litteras ab uno vel reliquo, dixit quod non. Interrogatus quare, dixit quod ante volebat spendere pecunias, quas tenebat a Fundis usque huc, quam spendere eas in factura litterarum. Interrogatus si petiit aliquot beneficium pro alio, dixit quod non, excepto episcopo Salamantino, domino suo, pro quo procurabat a papa Urbano quod transferret eum ad episcopatum Legionensem, et in hoc spendit tempus suum, quando ibi stetit usque ad diem sancti Laurentii, quo intravit mare ad veniendum. Interrogatus quem istorum vellet habere papatum, respondit quod, per ea que vidit et audivit Rome et Tiberim (sic), *quod ipse tenet quod erat verus papa secundus electus, secundum conscientiam suam, et quod in potestate dicti secundi electi poneret animam suam quantum ad sacramenta Ecclesie et istum vellet habere papatum, per ea que predixit. Archidiaconus de Metina»* [34].

O chantre de Palença, de nome Francisco, diz não ter presenciado qualquer forma de violência, nem antes nem depois da eleição. Os purpurados estavam sob protecção dos oficiais. Se fora cardeal, nada do que viu o deteria de eleger livremente o papa. Assistira à entrada dos cardeais no conclave e notou que estes foram muito respeitados pelos oficiais. Com ele estavam o bispo de Leão e Marcos Fernandes, bem como dois criados do bispo, chamados Afonso Martins de Palença e Afonso Rodrigues de Vila Sirga. O povo Romano, que estava na praça de S. Pedro, era em número inferior ao dos estrangeiros. Os sinos do Capitólio e de S. Pedro tocavam a festa, por ter sido criado novo papa. Não crê tocassem para tumulto. Receberam, depois, ele e o bispo de Leão, a notícia da eleição do cardeal de S. Pedro. Viu o povo prestar-lhe reverência como papa e a repulsa dele, ao reclamar não ser papa. Vira sair do paço ao cardeal de Genebra que, ao ser interrogado por muitos romanos se o cardeal de S. Pedro era o eleito, teria respondido terem-no os cardeais eleito papa, mas que ele não queria consentir na eleição, pelo que os exortava o persuadissem a dar tal consentimento. E o cardeal de S. Pedro retorquia não ter sido eleito papa, mas outro melhor. Sabe do arrombamento do conclave, após a refeição, para roubarem, conforme o costume. O cardeal de Florença encarregara o seu secretário, conforme este referira ao depoente, quando ainda estava dentro do conclave, de comunicar ao arcebispo de Bari que todos o tinham eleito papa e de lhe recomendar, em seu nome, consentisse totalmente na eleição, se tal lhe fosse solicitado. Vários dias depois da eleição, ouvira afirmações de um cardeal, no dia da mesma, a elucidar que, no caso de surgir alguma dúvida sobre ela, pelo facto de alguns alegarem o rumor do povo e falta de liberdade, não tinham eles ouvido tais vozes nem experimentado algum obstáculo. De qualquer forma, ratificavam a eleição, pois, nessa altura, o podiam fazer livremente. Os restantes purpurados responderam que o reelegeriam. Nunca ouvira cardeal algum duvidar da eleição, enquanto estiveram em Anagni, nos fins do mês de Julho. Nega tivesse havido pressão da parte dos Romanos sobre os cardeais, para elegerem Urbano VI, e sustenta que os rebeldes, eleitores do antipapa Clemente VII, cometeram grande traição e falsidade. Diogo Martins de Urduña e Fernando Garcia, mestre-escola de Cidade Rodrigo, e muitas outras pessoas de Castela e de Portugal não tiveram medo nenhum, durante o tempo da eleição em Roma, nem esconderam nenhum de seus haveres:

---

(34) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 90-92v.

«*Die Jovis, xvii mensis Januarii, era qua supra. Franciscus, cantor Palentinus, testis iuratus, deposuit ut sequitur ... [fl. 93] ... Interrogatus super xx, qui incipit an dicti officiales, cum aliis sequentibus, usque ad xxix.° inclusive, dixit quod audivit quod Roma miserat pro aliquibus hominibus territorii ad hunc finem, pro eo quod conclave erat in palatiis pape, que sunt in burgo Sancti Petri, qui non est locus defensabilis et quia Romani timebant offendi per britones, qui erant ibi prope, pro eo [quod] dicebatur quod fuerant vocati per officiales aliqui foranei et non Romani, et si fuit ita nescit, tamen credit quod ita fuisset. Interrogatus quare credit, dixit quod ita audivit et propter inimicitiam, quam habebant cum [fl. 93v] Romanis, et licet ista audivit, non tamen vidit aliquam novitatem gentis istorum montanariorum incedere per Romam nec esse citra palatium, ubi erat conclave, nec ante electionem nec tempore electionis. Item audivit quod officiales Romani iuraverant cardinalibus eos custodire et tenere securos, et vidit custodias positas ad portas conclavis ... et credit quod, secundum illa que vidit ipse testis, quod tenuerunt cardinales bene securos, taliter quod, si iste testis fuerat cardinalis, non dimiserat eligere, ad voluntatem suam, quem voluerat. Interrogatus si iste custodie tenuerunt securos cardinales ab omni violentia et impressione, toto tempore quo cardinales fuerunt in conclavi vel in parte ipsius, dixit quod credit quod, ante ingressum conclavis et in conclavi et post conclave, dicte custodie tenerent cardinales bene securos ab omni violentia et impressione, et hoc credit per ea que vidit. Interrogatus que vidit, ut ita debeat credere ista sic, dixit quod, ubi erat, vix custodie conclavis, vidit homines stantes ad dictam custodiam, qui videbantur sibi esse discretos et bone conscientie et, excepto illo loco, ubi erat custodia, non vidit aliquos loquentes verba ostensiva violentie nec alicuius impressionis. Interrogatus quod poterant esse armati, qui stabant ad custodiam conclavis et in platea, dixit quod in platea non vidit aliquos armatos, nisi eo modo quod solent incedere, alii cum armis et aliqui sine armis, et arma eorum erant enses et aliquorum basalartes, non tamen vidit aliquos cum bacinetis nec cum cotis, exceptis illis qui stabant ad custodiam conclavis, qui poterant esse usque ad xxx, paucis plus vel minus, secundum suam ymaginationem, et isti tenebant arma sua posita per parietes, sicut tabulatos, bacinetes et ensses qui, ut ipse vidit, receperunt cum maximo honore et reverentia cardinales, quando intrarunt conclave, removendo caputia et flectendo genua, et dixit quod scit quia fuit presens ad ingressum conclavis a principio, quando inceperunt intrare cardinales, usque omnes intrarunt, et remansit porta conclavis clausa. Interrogatus qui erant cum ipso presentes, quando intrarunt cardinales, dixit quod episcopus Legionensis modernus et Marcus Fernandi et duo familiares dicti episcopi Legionensis, quorum duorum unus vocatur Alfonsus Martini de Palentia et Alfonsus Roderici de Villa Sirga. Interrogatus super xxxii.°, qui incipit an si dicti, dixit quod cum dictis domino Agapito et comite Nollano vel sine eis fuerant custoditi dicti cardinales ab omni impressione et violentia, ad eligendum libere, sicut elegerunt sine violentia et impressione. Interrogatus super xxxiii.°, qui incipit an populus, cum sequenti, dixit quod, quantum est de populo armato, respondet ut supra, tamen ab aliquibus eorum, qui erant extra custodiam conclavis, audivit, quando intrabant cardinales: Romanum volumus, ita tepide, quod de suis verbis non potuit suspicare iste testis quod malam intentionem haberent, et hoc dicebant alii altis vocibus et alii submissis, et erant tales, de quibus modicum curabant officiales populi, et platea Sancti Petri erat satis plena gente, cuius, ut credit, minor pars erat Romanorum, [fl. 94] ymmo erant Alamani et Ungari, qui venerunt Romam ad indulgentias, quia hoc fuit die Mercurii ante Ramis Palmarum. Item dixit quod propter multitudinem gentis, venientis ad videndum quomodo intrabant conclave et ad videndum conclave, quod cardinales intrabant stricte, et intravit cum ipsis in conclavi multa gens,*

tamen non intravit tanta quod sine comparatione non potuisset intrare multa, plus quam intravit, et hoc vidit dictus testis ... Interrogatus super xlix.°, qui incipit an auditis missis, dixit quod die Jovis de mane, hora prima, postquam audivit missam in Sancto Pet o, cum yret, ad spatium extra muros Romanos in Transtiberim, ad portam vocatam Portessa, redeundo ad suum hospitium, ipse et episcopus Legionensis, intrando per portam civitatis, et poterat esse circa horam nonam vel modicum plus ante, audivit campanas Capitolii et Sancti Petri pulsari et illa Capitolii ad martellum, ut solet pulsari, et audivit ita pluribus vicibus et ille Sancti Petri pulsabantur ut consueverunt pulsari, et accedendo ad populatum, dixit quod vidit venire multos de Sancto Petro et alios yre, tamen plures ybant quam veniebant, et interrogavit quare pulsabantur dicte campane, et responderunt venientes de Sancto Petro quod illa pulsatio erat signum letitie, quia creatus erat papa et erat cardinalis Sancti Petri, et non credit nec audivit quod ad rumorem nec inflamationem populi fuissent pulsate dicte campane, et ante dictam horam non audivit eas pulsari, tamen si pulsate fuerunt in estensum vel ad martellum ante istam horam vel in ista hora none, de qua predixit, non credit quod fuisset factum ad inflamationem populi, nisi eo modo quod dixit, scilicet propter letitiam; isto modo audivit eas pulsari, quando fecerunt senatorem dominum Gomatium et quando exierunt Romani ad impugnandum unum castrum, quod est prope Viterbum, de cuius nomine non recordatur, et hoc modo audivit pulsari campanam Capitolii pluries, quando veniebant inimici [*fl. 94v*] *et quando dictas campanas audivit pulsari, nondum comederat ipse nec episcopus, et hoc erat circa horam nonam vel modicum ante post meridiem, ut sibi videbatur, et statim iste testis et episcopus Legionensis yverunt ad hospitia sua et posuerunt se ad prandium et miserunt suos famulos ad Sanctum Petrum, ad videndum si erat verum quod cardinalis Sancti Petri esset papa, et redierunt statim cum responso quod ita communiter dicebatur, et statim post prandium, yverunt ad Sanctum Petrum et intrarunt in capella secreta conclavis et invenerunt cardinalem Sancti Petri sedentem in cathedra et communiter omnes curiales impendebant sibi reverentiam, osculabantur sibi pedem ut pape, et dictus cardinalis dicebat ista verba: non sum papa nec vollo esse antipapa, et tunc dixit quod vidit exire palatium cardinalem Geebenensem in roqueto, cum caputio in humero et uno baculo in manu, quando interrogabant multi Romani: domine, est papa cardinalis Sancti Petri? et ille respondebat: nos alii fecimus, set ipse non vult consentire, faciatis vos alii quod consentiat, et tunc aliqui illorum Romanorum ybant ad cardinalem Sancti Petri et dicebant sibi quod consentiret et quia ipse dicebat quod non erat nec volebat esse, quia alius melior eo erat papa, quod dicebant sibi: ex quo non vis esse papam,* era si triste, *et vidit quod dictus cardinalis Geebenensis et cardinalis de Aragonia yverunt ad hospitia sua honorabiliter associati a Romanis et ybant equitando. Interrogatus si cardinalis Geebenensis, quando equitabat, si portabat capam et capellum, dixit quod videtur sibi quod non, et nescit si cardinalis Aragonensis portabat capellum, et videtur sibi quod portabat capam, et iste testis erat tunc in gratis Sancti Petri. Interrogatus super l., qui incipit an post dictum, dixit quod non credit quod propter sonitum dictarum campanarum congregaretur populus, ymo credit totum contrarium, quia erant multi in platea, qui audientes quod cardinalis Sancti Petri erat papa, ybant ad domum ipsius et aliorum de sua parentela cum charambellis, ad faciendum sibi honorem et letandum cum illis, et respondendo dicto articulo, dixit quod nec illud vidit nec audivit, nec credit; et ad li. respondet ut supra ... Interrogatus super liii.°, dixit quod audivit, nescit a quo, ibi Rome, antequam cardinales yvissent Ananiam, quod, cum aliqui Romanorum peterent precise quod darent eis papam Romanum, die Jovis, quasi hora tertie, exivit cardinalis Florentinus ab una fenestra et dixerat eis yrato animo: vos petitis et non habebitis, tacete, quia sufficit vobis*

quod festinanter eritis consolati de papa. Item audivit quod ista die Jovis, postquam comederant cardinales, episcopus Marsiliensis dixerat Romanis: ite ad Sanctum Petrum, quia ibi dicetur vobis qui est papa, et Romani, credendo per ista verba quod erat papa cardinalis Sancti Petri, [fl. 95] quod tunc intraverunt in conclavi aliqui Romanorum et aliqui quod yverant ad domum cardinalis Sancti Petri ad hostendendum letitiam, et hoc audivit dictus testis dicta die Rome multum tarde, post completorium... Interrogatus super lxii, qui incipit an ad fenestram, dixit quod audivit illa die electionis, post vesperos, per magnum spatium quod Romani intraverant per vim in conclavi, et hoc fuit post comestionem, et credit quod illud fregerunt, ad intentionem derraubandi illud quod erat in conclavi, credendo quod ibi poterant facere licite secundum morem, ita de conclavi, sicut de domo illius qui dicitur esse papa, et de hiis informarunt eos multi curiales, de quibus non recordatur, ipso teste presente, et quod ab eo quesiverunt aliqui Romani si erat de more hoc, quod dicebatur, deraubare conclave et domum, et ipse responderat eis quod de conclavi numquam audiverat dici, set de domo illius, qui esset electus, bene audiverat Avinione quod erat talis moris. Interrogatus quando quesierunt ab eo Romani, dixit quod post mortem pape Gregorii, antequam intrarent conclave, bene per octo dies. Interrogatus si quesiverunt ab eo si erat moris frangere conclave, dixit quod quesiverunt. Interrogatus si, postquam sic fuit ruptum, si audivit ab aliquibus Romanis, vel ab alia gente, quod dicti Romani haberent de more frangere conclave et ipsum derraubare, dixit quod non audivit... Interrogatus super lxb.° articulo, qui incipit an dicti cardinales, dixit quod audivit dici, ut [in] capitulo continetur. Item quod dixerat isti testi quidam secretarius cardinalis Florentini, appellatus Bindo, qui fuerat intus in conclavi cum dicto cardinali, non recordatur quo tempore, tamen bene scit quod sibi dixit, cum essent omnes cardinales Rome, hoc quod sequitur: dominus noster papa multo michi tenetur, pro eo quod ego nuntiavi sibi primo quod ipse erat papa, quia dominus cardinalis Florentinus, stando intus in conclavi, dixit michi: nos alii missimus pro certis prelatis, inter quos veniet archiepiscopus Barensis, et dicas sibi ex parte mea quod omnes nos alii sibi dedimus voces nostras et quod, si petitum fuerit ab eo quod consentiat, quod illud fiat totaliter. Interrogatus ubi et quando dixerat sibi quod erat papa, dixit quod non fuerat ab eo, nec ipse sibi dixerat. Interrogatus si scit vel credit quod Bindo cum dicto archiepiscopo fuisset locutus ad fenestram vel si intravit intus dictus archiepiscopus conclave, dixit quod nescit et adhuc dixit plus iste testis quod, cum esset dictus Bindo in Taliagozo cum suo domino cardinali Florentino, quod miserat isti testi unam litteram credentie cum quodam suo familiari et per credentiam dixit dictus familiaris hoc quo[d] sequitur: Bindo mittit vobis istas litteras, cum suo processu de canonicatu Palentino, et rogat vos quod, si sciveritis quod episcopus Palentinus acceptat cardinalatum, quod faciatis presentari suas litteras et recipere possessionem canonicatus, alias non. Interrogatus si quando dictus Bindo dixerat sibi Rome illa verba, si erat ibi aliquis alius, qui audiret, dixit quod non, quia sibi dixerat secrete, et adhuc credit quod istamet verba dixit dictus Bindo pluribus aliis. [fl. 95v] ... Interrogatus super lxix, qui incipit an domini cardinales, dixit quod audivit Rome pluribus diebus post electionem, cum essent cardinales Rome, stantibus dictis cardinalibus in conclavi post prandium, quod dixerat unus illorum nescit quis: domini, si aliquod dubium est in electione, quam fecimus hodie de archiepiscopo Barensi, quia aliqui allegabant quod erat rumor in populo, et quod non eligebant libero modo, non audimus voces nec audimus aliquod impedimentum, ratificemus quod fecimus, ex quo libere nunc possumus facere, et quod omnes responderant quod bene dicebat et quod reelegerant eum iterum, et hoc audivit dici Rome a pluribus personis fidedignis, de quibus non recolit ... Interrogatus super lxxi.°, qui incipit an domini cardinales, dixit quod bene audivit a

pluribus, de quibus non recordatur, quod illa die rupture, quod quando Romani intrarunt conclave, quod cardinales omnes posuerunt se in capella secreta, nescit tamen si intrarunt timore vel aliter. Interrogatus quid credit, dixit quod credit quod non timore mortis nec propter alliud vituperium suarum personarum intrassent dictam capellam ... Interrogatus super lxxiii.°, qui incipit an populus, dixit quod nescit, nec credit, nec audivit quod apponerent manus in illis vel familiaribus suis, ymo credit esse magnam falsitatem ... Interrogatus super lxxv.°, qui incipit an audito, dixit quod bene audivit a pluribus personis et diversis temporibus et locis ita, antequam cardinales yvissent Anagniam et antequam facerent antipapam, sicut postquam fecerunt, quod, quando intrarunt Romani in conclavi, aliqui cardinalium dixerunt eis quod ipsi elegerant cardinalem Sancti Petri, tamen ipse nollebat consentire, et tunc aliqui Romanorum posuerunt dictum cardinalem in cathedra et posuerunt sibi capam ad modum pape. Interrogatus si vidit vel audivit si exhibuissent ei reverentiam ut pape, stantibus ibi aliquibus cardinalibus presentibus, dixit quod non vidit nec audivit, audivit tamen quod, quando Romani posuerunt dictum cardinalem in cathedra, si (sic) *aliquis cardinalium vel nullus fecerat sibi reverentiam ut pape, ymo licet fuisset deliberatum per aliquem cardinalem quod in illo ingressu importuossu (!) Romanorum cardinales facerent sibi reverentiam ut vero pape, quod cardinalis de Luna dixerat ista verba sequentia: non conflabo vitulum nec flectam genua coram baal, unus est et debet esse verus papa et non duo, et quod hoc dixerat dictus cardinalis, stantibus aliis cardinalibus presentibus in dicta capella...* [*fl. 96*] *... Interrogatus super lxxviii.°, qui incipit an postquam, dixit quod non intellexerat eos tristiores nec letiores quam ante, nec credit quod lactuerunt, pro eo quod die Veneris sequenti vidit eos yre ad palatium ... Interrogatus super lxxx.°, qui incipit an Rome, cum sequenti, dixit quod numquam audivit murmurari nec dubitari super facto electionis per cardinales seu suos familiares nec aliquas alias personas, clericos vel laicos, cuiuscumque status et conditionis essent, usque omnes cardinales ultramontani stetiterunt Agnanie, et erat quasi in fine mensis Jullii sequentis post dictam electionem. Interrogatus super lxxxii.°, qui incipit si penituerit, dixit quod post magnum tempus post electionem, videlicet postquam papa reversus est de Tiberi ad Romam et cardinales fecerunt processum contra eum, declarando eum non esse papam, quod iste testis locutus est pluries cum aliquibus Romanis, dicendo quod dubitabant aliqui de electione, asserentes quod non fuerat facta legitime, eo quod facta fuerat per vim et impressione*[*m*] [*fl. 96v*] *eorum, et quod ipsi ad hoc respondebant quod non intullerant eis vim, que ipsemet sciebat ex quod viderat, et pro tanto credit quod non poterant resipi*[*s*]*ci de eo quod non fecerant, ex quo negabant impressionem. Interrogatus super lxxxiii.°, qui incipit an bandarenses, cum sequenti, dixit quod bene audivit dici die Veneris post electionem a pluribus et diversis personis, de quibus non recordatur, quod papa miserat dicere cardinalibus, nescit per quas personas, quod venirent ad eum ad palatium, ex quo poterant venire secure, et quod audivit, post quod venerunt, et credit quod venerunt sponte et libere, absque minis illatis vel inferendis per dominum suum papam, et audivit quod gratiose intronizaverunt eum ... Interrogatus super lxxxvi.°, qui incipit an rustici montanarii, cum sequentibus, usque ad xci.° inclusive, dixit quod vidit quod cardinales yverunt extra Romam, specialiter antipapa, cum quodam mantello rotundo, et vidit eos reverti, set si reversi sunt cum amaris cordibus dixit quod nescit nec audivit, nec credit. Item, postquam venerunt, vidit omnes cardinales congregatos die Pasce Resurrectionis et quod coronarunt* [*eum*] *coram porta Sancti Petri super gradis et deinde equitarunt omnes cardinales et prelati, qui erant ibi cum papa, et yverunt equitando usque Sanctum Johannem* [*fl. 97*] *Lateranum, et ibat ex una parte coram eo antipapa modernus cum uno baculo in manu, et dominus Jacobus de Ursinis ex altera cum alio,*

refrenando gentem, ne accederet ad papam, et exinde vidit eum tractari per cardinales in reverentiis et in omnibus aliis solempnitatibus ut pape, et bene credit quod cum bona intentione, usque diabolus suscepit eos, quia negarunt veritatem, quam primo confessi fuerunt, et de hiis nescit plus quam supra dixit ... Interrogatus super xcv.°, qui incipit an de omnibus, dixit quod bene credit quod sit publica vox et fama et communis a[s]sertio et oppinio et commune dictum et firma credentia et sine dubio communiter in omnibus partibus mundi quod ponere dubium in electione facta per eos de dicto papa Urbano et facere contra eum quod fecerunt, quod commiserunt maximam proditionem et falsitatem et multum diminuerunt de auctoritate, in qua reputabat eos totus mundus, et ita credit... Interrogatus super ciiii.°, qui incipit si sciverit, viderit, dixit quod vidit aliquos Castellanos qui, deridendo, dicebant quod timebant, non tamen vidit eos ocultari, nec aliquem alium nec aliqua suorum, de quibus Castellanis erat Didacus Martini de Urduña et Fernandus Garsie, scolasticus Civitatis Roderici, et vidit plures alios Castellanos et Portugalenses, in quibus non intellexit metum aliquem, nec quod absconderent aliquid suorum. Interrogatus quare isti timebant, ita quod volebant a[b]scondere sua, dixit quod dicebatur quod erat gens [s]tupida et sine ratione et inter ipsos poterant perdere que habebant; et rumorem, insumptum et commotionem in populo dixit quod nec vidit nec audivit, nec scit aliquid, exceptis que supra dixit, nec credit quod sic fuisset. Interrogatus super ultimo, qui incipit utrum omnia et singula, dixit quod respondebat isti articulo, eo modo quod responderat supra, et ad omnes articulos et additiones supradictos et ad [fl. 97v] quemlibet eorum lectos et declaratos isti testi sigillatim, dixit quod supra dixit. Cantor Palentinus» ([35]).

Marcos Fernandes, cónego de Palença, fala dos clamores, a pedir um papa romano ou italiano, de muita gente na praça de S. Pedro, e diz ter ouvido ao cardeal de Santo Anjo, em Anagni, no mês de Junho, que ouvira o rumor do povo e não dormira, toda a noite, com medo. O toque dos sinos do Capitólio e de S. Pedro, a rebate, tinha o escopo de incutir medo nos cardeais e estrangeiros, a fim de aqueles fazerem papa um romano ou italiano. Os purpurados tiveram e deviam ter medo, enquanto estiveram no conclave. Não poderiam eleger, sem perigo, a não ser um romano ou italiano. Na quinta-feira, dia da eleição, ia crescendo sempre a multidão do povo e os sinos continuavam a tocar a rebate. Por isso, tinham razão os cardeais para ter medo. Tratar-se-ia de perigo de morte. Não teriam feito antes, em Anagni, a declaração da invalidade da eleição, porque temiam ser presos pelos Romanos. Pelo que vira e ouvira em Roma e depois, tem como verdadeiro papa a Clemente VII, embora, quando esteve em Roma, aliás como os cardeais, tivesse tratado Urbano VI como papa. Pelas mesmas razões dos purpurados, que presenciaram os factos, e de muitos outros, em todo o mundo, fora levado a crer o contrário de antes:

«Die Jovis, quarta Januarii, era qua supra. Marchus Fernandi, canonicus Palentinus, testis iuratus, deposuit ut sequitur... [fl. 98] ... Interrogatus super xxxiii.°, scilicet an populus, dixit quod credebat quod erant in platea et in currali et in palatio prope conclave maxima pars populi et cum illis, ut visum est sibi, stabant ibi montanarii, ut dixit hic et in alio casu, clamando Romanum vel saltem itallicum... Interrogatus super xl, qui incipit scilicet an per multos, cum sequentibus usque ad xlix.° inclusive, dixit quod nescit plus quam dixit in alio casu, excepto quod audivit a cardinali Sancti Angeli, cum esset Agnanie, de mense Junii, quod illa nocte conclavis quod dictus cardinalis audiverat rumorem et

([35]) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 92v-97v.

senserat ita dari in solo conclavis, a parte inferiori, et dixit sibi quod ita iuvaret eum Deus, quod in tota illa nocte non dormierat una hora, metu. Interrogatus super xlix.°, scilicet an auditis missis, dixit quod die Jovis de mane venerat de suo hospitio ad Sanctum Petrum, poterat esse hora prime, et audivit ibi missam et dicta missa, statim in continenti audivit pulsari campanas maiores Sancti Petri, et dicebatur quod pulsabatur ad martellum tunc vel stormo campana Capitolii, tamen ipse non poterat audire campanam Capitolii, propter pulsationem ad martellum campanarum Sancti Petri, et tunc mirabantur illi, qui ibi stabant, et dicebant: ad quid pulsitatur, ad quid pulsitatur? et tunc iste testis exivit de ecclesia et yvit per gradarium ecclesie, quod ascendit ad palatium, et intravit in primo currali palatii et vidit multam gentem Romanorum et aliorum montanariorum, qui commovebantur illic, et vidit ibi tunc unum familiarem domini Agapiti, qui dixit sibi quod dominus suus dominus Agapitus stabat illic in una camera et [fl. 98v] alia verba, et quod cum sonitu dictarum campanarum non potuit iste testis bene intelligere quod sibi loquebatur ... Interrogatus ex quo credit ad incutiendum metum dictis cardinalibus et foraneis pulsabantur dicte campane, quis metus erat iste, quem volebant incutere, vel ad habendum solatium cum illis, vel quare et ad quid, dixit quod ut cardinales magis timerent et facerent papam Romanum vel itallicum, et nun[qu]am audivit pulsari campanas Sancti Petri, etiam si esset exercitus vel aliquis rumor Rome, dum stetit ibi, quod fuit tempus xii mensium tempore pape Gregorii et post et plus, tamen Agnanie, tempore pape Gregorii, excepta campana Capitolii, ut predixit, que pulsabatur ad martellum uno modo, ad congregationem populi, et alio ad consilium. Interrogatus ex quo ipse dixit quod pulsabantur dicte campane ad incutiendum metum dictis cardinalibus et [fl. 99] foraneis, que erat ratio quare Romani volebant imponere metum foraneis, cum ad eos non pertineret electio, dixit quod credebat et certus erat quod cardinales multo fortius moverentur ad faciendum quod Romani petebant, quando sciverant vel audiverant quod violentia inferabatur foraneis... [fl. 100] ... Interrogatus super lxxxv.°, scilicet an domini cardinales, dixit quod per ea que vidit et audivit, credit eos timuysse et timere debuisse toto tempore, quo fuerunt in conclavi, specialiter postquam audiverunt pulsari ad martellum campanas, et credit quod sine periculo non potuerunt eligere nisi Romanum vel itallicum, et postquam ipse vidit conclave fractum et multam gentem intus et populum comotum, ut predixit, reversus est cum timore ad hospitium suum. Interrogatus quid movet eum ad credendum quod ante pulsationem campanarum ad martellum cardinales timerent, dixit quod pro eo quod ante noctem, quando vidit intrare cardinales, vidit multam gentem armatam, ut predixit, vociferando: Romanum volumus vel saltem ytallicum, et faymicore fa quel aymo Romano almanco italliano, et ista dicebant cum gestu furioso, et sequenti die Jovis vidit quod cre[s]cebat plus gens quam die precedenti, et pulsabantur campane ad martellum, et ex hoc credit quod habuerunt causam timendi. Interrogatus si scit vel credit quod cardinales viderent vel scirent quod gens multiplicabatur aut pulsationem campanarum ad martellum, dixit quod nescit, tamen post pulsationem [fl. 100v] bene credit quod sciebant vel scire et intelligere potuerunt. Interrogatus si scit qua hora fuit electio celebrata, dixit quod nescit, nec audivit ante vel post. Interrogatus si, sicut elegerunt ytallicum, eligerant gallicum et fuerat ibi statim nuntiatum in palatio et in platea: gallicus est papa, si credit quod fuissent cardinales et foranei in periculo et si voluisset iste testis stare tunc prope conclave, dixit quod credit per iuramentum, quod fecit, quod cardinales et foranei fuissent in periculo mortis et iste testis noluisset ibi stetisse, sicut stetit pro aliquo [tempore]. Interrogatus si eligerant yspanum, anglicum, alemanum vel ungarium, si cardinales si fuissent in aliquo periculo, dixit quod credit quod sic, ut predixit ... Interrogatus super xcii.°, scilicet an omnia premissa, dixit quod credit quod si fuerat dubi-

tatum per cardinales de dicta electione vel per quemvis alium quod fuerat dubitatum quod non erat papa, quod fuerat mortuus quicumque fuisset cardinalis vel alius. Interrogatus si credit quod, si Romani scivissent certe quod non erat papa, si habuissent eum ut papam, dixit quod credit quod erant Rome aliqui qui, etiam si scivissent quod non erat papa, tenuissent eum ut papam, aliqui alii non, quia iam alio tempore, cum esset papa verus Avinione, fecerunt antipapam Rome tempore Johannis pape, et non mirabatur, Johannes (sic) *de Corberio et erat Romanus et fuit fama quod isto timore fuerat illac papa Gregorius et fama erat Rome quod abbas Montis Cassini debebat esse antipapa ... [fl. 101] Interrogatus super C.°, scilicet an civitas Agnanie, dixit quod credit quod dicta civitas de mensibus Aprilis, Madii et Junii tenebatur per illum officialem, qui iam tenebat anno preterito pro primo electo, quia quando iste testis yvit Agnaniam, die dominico post festum sancti Johannis, ut predixit, non invenit ibi custodias aliquas et post, quando reversus est secunda vice Agnaniam, de mense Jullii, xvi vel xvii die, invenit quod custodiebatur per cardinales et vidit quod porte custodiebantur, et si fiebant cride de mandato dicti camerarii, non recordatur ... Interrogatus quare non fuerant ausi facere antedictam declarationem, dixit quia timebant obsideri a Romanis, que civitas distat a Roma xii.° leucis et fuit alio tempore obsessa et recepta per vim per Romanos, tempore Bonifacii, et ipse testis vidit locum, per quem, ut dicebatur, intraverunt Romani, et vidit plura hospitia destructa etiam ab illo tempore. Interrogatus si audita declaratione cardinalium, si Romani fecerunt aliquid super hoc vel si temptarunt venire obsidere Agnaniam, dixit quod nescit, quia illo tempore ipse erat Agnanie ... Interrogatus si habet beneficium vel spectationem aliquam ab aliquo istorum duorum electorum, dixit quod ipse habebat a Gregorio spectationem ad dignitatem cum prestimoniis in ecclesia Palentina, quam reformavit a papa Clemente Avinione, istis mensibus Junii et Julii proximis preteritis. Interrogatus quem istorum duorum electorum vellet habere papatum, dixit quod vellet quod haberet ille qui erat verus papa, tamen in conscientia sua vellet quod esset Clemens verus papa, quem credit esse, per ea que vidit Rome, ut predixit, et per ea que post vidit et audivit. Interrogatus ex quo, dum fuit Rome, habuit primum pro papa, ut predixit, [per] que vidit, postea quare mutatus est ad credendum contrarium, dixit quod moverat et movit ad contrarium quod movit cardinales, qui fuerunt presentes in facto, et plures alios per universum orbem. Et hoc totum quod supradictum est, dixit se scire de omnibus articulis et additionibus supradictis et non plus, lectis sibi sigillatim et intelligibiliter et punctatim. Abbas»* ([36]).

João Sanches, porcionário na igreja de Toledo, fala de reuniões anteriores ao conclave, inclusive na igreja do Espírito Santo, para solicitarem aos cardeais fizessem papa a um romano ou italiano. Na quarta-feira anterior à eleição, vira muita gente armada. Na quinta-feira de manhã, depois da missa, antes do nascer do sol, ouvira o sino do Capitólio tocar a rebate. Soubera por Domingos Fernandes, clérigo curado da igreja de S. Brás, que esse toque se fazia só por ocasião de algum levantamento em Roma ou quando o exército saía da cidade contra alguma povoação, que se rebelava. Durante a eleição, havia tumulto na praça de S. Pedro e muita gente armada. Quis saber o que se passava e foi ver. Soube então por Afonso, criado do cardeal Pedro de Luna, ao qual aquele levava de comer, que essa gente não só vociferava, como arrombara a porta do conclave, por onde introduzia armas, a fim de os obrigar a elegerem um papa romano. Nessa ocasião, depois do meio-dia, à hora de noa, aquele criado aconselhava o depoente a voltar para

([36]) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 97v-101.

casa, por temer a morte de todos. No regresso, ouvira alguns armados ameaçar que rachariam ao meio os cardeais com chicotes. Os estrangeiros não ousavam andar pela rua. Fechavam-se nas suas casas. Depois do toque da sineta da capela do papa, a anunciar a eleição, soube que se afirmava ter sido eleito o cardeal de S. Pedro, romano, mas este deitava por terra a mitra e dizia aos Romanos que o papa eleito estava perto de si e era o arcebispo de Bari. Ouvira dizer que os purpurados saíram do conclave, sem capa, e outros sem capelo e a pé. A alguns deles ter-lhes-iam tirado os anéis dos dedos, contra sua vontade. Os cardeais tinham-se dispersado. Alguns foram para fora da cidade, mas voltaram, não sabe se por temor ou por outro motivo. Tratavam Urbano VI com reverência e pediam-lhe até a absolvição:

«*Die Veneris, xxb Januarii, era supradicta. Johannes Sancii, portionarius in ecclesia Tolletana, testis iuratus, deposuit ut sequitur ... Interrogatus super xii.°, scilicet an prefati officiales, dixit quod die Martis ante electionem quod, cum yret de mane per ecclesiam Sancti Spiritus, intrando in ecclesiam, vidit unam portam clausam, et dicebatur genti quod exiret extra et quesivit iste testis quare claudebant portas et faciebant exire gentem, dixit unus ispanus Alfonsus Fernandi, qui morabatur ibi et erat uxoratus, quod pro eo quod volebant cardinales et Romani congregari ibi ad capitulum et alia die Mercurii, de mane, cum veniret iste testis de suo hospitio et transiret per dictam ecclesiam, vidit idem portas ecclesie clausas et quod interrogaverat quare fiebat illud, et fuit sibi dictum quod pro eo quod cardinales et Romani congregabantur ibi, et statim ipse yvit ad ecclesiam Sancti Petri et intravit in conclavi, ut videret quid* (sic) *fecerat tumultus, qui dicebatur quod fuerat in cella cardinalis de Luna, et post, cum rediret ad suum hospitium, invenit dictum Alfonsum Fernandi* [*apud*] *Sanctum Scenssum et interrogavit eum si sciverat vel intellexerat aliquid de eo quod fuerat ordinatum in ecclesia Sancti Spiritus, et ille respondit quod congregati fuerant Romani ad supplicandum cardinalibus quod darent eis papam Romanum vel itallicum et quod intrarat conclave, ex quo erat paratum, et quod cardinales dixerant eis quod non audebant intrare, pro eo quod sibi fuerat reportatum quod, sicut ipsi intrarent, statim essent derraubata sua hospitia, et dicti Romani quod responderant quod volebant eis dare obsides et prestare sibi talem securitatem, quod ipsi et sua essent bene custoditi, quod salvarent eos. Interrogatus unde vel a quo ponerent eos in salvum, dixit quod nescit, quod ipse non interrogaverat plus, nec fuit plus sibi dictum; de xiii.° capitulo cum duobus sequentibus nichil ... [fl. 102] ... Interrogatus super xxii.°, qui incipit dicti rustici, dixit quod non fuit presens in ingressu conclavis, quando cardinales intrabant die Mercurii de sero, tamen ista die, de mane, quod fuerat ante palatium, et vidit in platea Sancti Petri esse magnam gentem montanariorum et Romanorum cum armis, et aliqui eorum tenebant lanceas et ensses, alii cutellos, cotas et cirotecas ferreas, et nescit plus ... Interrogatus super xlix.°, scilicet an auditis missis, dixit quod die Jovis, de mane, cum esset in suo hospitio, quod est in ecclesia Sancti Blasii Centorum, quod est in librata cardinalis de Luna, cum Dominico Fernandi, clerico curato dicte ecclesie, dicendo horas suas, quod audivit iste testis in aurora, ante solis ortum, quod pulsabatur ad martellum campana Capitolii, et quesivit iste testis a dicto curato quare pulsabatur ad martellum dicta campana, et dictus curatus respondit quod nesciebat, set dicta campana num*[*q*]*uam pulsabatur ad martellum, nisi quando erat aliqua comotio Rome, vel exibat Roma contra aliquam terram, que sibi rebellabat, vel in exercitu, quando debebat fieri aliqua iustitia, et statim inceperat dicere horas suas, et stetit ibi usque ad finitam missam, et quesivit a quodam Romano, sibi noto, si intravera*[*t*] *intus ad conclave et si cardinales intraverant iam omnes, [fl. 102v] et respondit sibi quod sic et etiam quod celebrata fuerat missa Sancti Spiritus et quod erant in*

electione sua, et exeundo iste testis yvit ad ecclesiam Sancti Petri et, quando accessit ad ecclesiam, iste testis de dicta ecclesia Sancti Petri vidit esse in platea Sancti Petri tumultum, maximam gentem armatam cum lanceis et glavis et ensibus et arcellis et fachas et tabulatis et aliam introitu portam palatii et totam plateam plenam, totam carreriam usque intus ecclesiam Sancte Marie de Transpadina, et reversus est et [*per*] *carreriam sanctam, credens quod non inveniret tantam gentem, et invenit satis de gente... Interrogatus quot homines potuit videre armatos in platea et in custodiis, propter quod ipse timuit, dixit quod credit quod erant de quinque ad sex millia hominum, et tunc reversus fuit ad hospicium suum, comedit et, finito prandio, quasi in meridie, dixit quod audivit pulsari unam campanam illarum, que sunt in turre Sancti Petri, et pulsata fuit modico spatio, et statim cessavit et inceperunt pulsare aliam, et post cessavit, et post pulsate fuerunt ambe, modico spatio, et quo*[*d*] *cessaverant, taliter quod nesciebat si pulsabantur pro mortuo vel ad horas, vel si pulsabantur pro eo quod esset iam papa, et exivit tunc ad carreriam et quesivit a quodam tabernario, suo vicino, de facie ad faciem, si sciebat quare pulsarentur dicte campane, qui respondit et quod ille campane erant Sancti Petri et non de domo pape, quia, si papa fuisset creatus, pulsarentur campane domus pap*ᵉ*, et tunc reversus est iste testis ad domum suam et, cum esset in hospitio suo, audivit magnum tumultum et dixerunt sibi Martinus Michael, archipresbyter Gienensis, qui erat ibi, et dictus Dominicus Fernandi, curatus dicte ecclesie, quid sciret, ad quid fuerunt pulsate ille campane et quare dabantur iste voces et fit iste tumultus, et tunc iste testis: vollo yre illuc, si potero aliquid scire, et tunc yret iste testis per carreriam, ultra per plateam Sancti Petri, prope columpnam, interrogavit quemdam Romanum, sibi notum, quare pulsabantur ille campane et fiebant dicte voces, prope palatium, et iste dixit sibi quod quidam ebrii illorum foraneorum faciebant illud et, procedendo iste testis ultra, prope gradarium Sancti Petri, quod invenit Alfonsum, familiarem cardinalis de Luna, et quesivit ab eo unde veniebat et si exiebat de intus palatium et respondit sibi quod sic, quod yverat ad portandum comestiones domino suo cardinali, et interrogaverat eum: ergo que voces et quis tumultus est iste, qui fit illuc interius, et ipse respondit quod rumperant portam et mittebant enses in conclavi dicendo:* [*fl. 103*] *faciatis nobis papam Romanum, et dixit quod hoc erat post meridiem, prope horam none, et dixit dictus Alfonsus isti testi: Rogo vos quod revertamini, quia, nisi faciant papam Romanum, ipsi et nos alii credo quod omnes occidamur, et statim reversus est ad hospitium suum, et audivit per viam ab aliquibus illorum, qui incedebant armati: si isti pixagrini cardinales non faciunt nobis papam Romanum, omnes erunt divisi per frustra, et alii dicebant: si faciant, quia cardinalis Glandatensis se posuit ad fenestram et dixit eis quod permitterent eos, et non facerent rumorem, quod ipsi facerent ad placitum eorum, et iste testis venit via sua ad hospitium suum et, antequam accessisset ad suum hospitium, invenit alium Romanum sibi notum et testis dixit sibi: quare fit tantum malum, ut erat illud frangere portas conclavis, ubi erant cardinales, et dicebant quod facerent eis papam Romanum, alias omnes occiderentur, et Romanus dixit sibi quod hoc faciebant quidam ebrii, qui inebriati in penu camerarii, et quod erat malum, quia ipsi non curabant plus de papa Romano et de itallico, excepto quod fuisset papa, qui traxisset moram Rome, ubi secundum ius debebat esse, quia ibi stetit sanctus Petrus et alii pape, qui fuerunt sancti, et ut repararetur civitas, que erat destructa, et statim iste testis intravit hospitium suum et narravit ista omnia dicto Martino Egidii* [*et*] *sociis suis, et statim illi dixerunt: Soncta Maria iuva nos, si ista mala gens vult nobis facere, sicut voleba*[*n*]*t facere Carni primo pape et cardinalibus et omnibus foraneis, et tunc dixerunt socii istius testis: bonum erit quod vadamus ad hospitium cardinalis de Luna, ad sciendum si advisant se, vel quid faciunt, et statim iste testis yvit et,*

attendendo ad ecclesiam Sancti Appolinarii, que contigua est hospitio dicti cardinalis, vidit tres Romanos, quorum unus vocatur Bertholo Sanguino, consaguinus domini Laurentii Sanguineo, et videbatur quod veniebat versus Santum Petrum, interrogaverant eum alii duo si veniebat de Sancto Petro, et ille dixit quod sic, et isti dixerunt sibi: quis tumultus erat ille, qui fiebat illuc tam grandis? et ipse respondit et dixit: multum malum et magnum dedecus quod venit Rome propter aliquos malos ebrios, qui fregerunt portam et stant ad conclave, petendo papam Romanum, et credebamus habere papam et credo quod non habeamus, et tunc iste testis non fuit ausus plus ibi esse, et yvit ad hospitium dicti cardinalis et invenit eum clausum et reversus est ad hospitium suum cum timore, et vidit iste testis quod non incedebant foranei aliqui, quia dicebatur quod timore erant clausi in hospitiis suis et aliqui in ecclesiis, timendo quod non fecissent talem ordinationem, sicut aliam, quam fecerunt Carni primo, ut supra dictum est. Item dixit quod post per spatium, quasi hora none, audivit pulsari campanam capelle pape, et statim sui vicini dixerunt: papa est factus; tamen ipse non fuit ausus tunc yre, propter ea que ante audiverat, quia dicebant: faciatis nobis papam Romanum, alias omnes eritis occisi, et post per spatium vidit iste testis venire gentem de Sancto Petro, dicendo: Benedictus sit Deus, quia habemus papam Romanum, quia cardinalis Sancti Petri est papa, et statim yvit ipse ad Sanctum Petrum, ad sciendum et videndum, et voluerat intrare palatium, et tanta erat gens, ibi stans, quod non potuit accedere nec intrare intus, et interrogavit aliquos Romanos, ibi existentes, si cardinales stabant adhuc in conclavi, vel si yverant ad hospitia sua, et illi responderunt [fl. 103v] quod omnes yverant ad hospitia sua, set cardinalis Maioris Monasterii fugerat et quod maledicta esset anima illius, qui eum fecerat cardinalem. Item audivit ab aliis, qui tunc exibant conclave, quod cardinalis Sancti Petri removebat mitram de capite suo et proiciebat eam in terra, Romanis dicens quod non erat papa, quia ille alius, qui ibi stabat prope eum, erat papa, et interrogatus fuit quis erat ille, et ille dixit: dominus de Bari, et tamen propter illud Romani non dimittebant recipere mitram et ponere eam in capite, dicendo: tu es papa et tu es papa. Item audivit tunc a pluribus Romanis, ibi existentibus, bonos (sic) *amicos* (sic) *sui* (sic) *dominus* (sic) *Laurentius* (sic) *Sanguino cardinalis de Luna quia, si non fuisset ipse, propter magnam pressuram, que illuc erat, et prout ipse erat infirmus, illuc fuisset sufocatus, et ipsum extraxit sub brachio dominus Laurentius; et que s[c]ivit iste testis qualiter tanta erat pressura et ita male versabatur illa societas, et responderunt sibi sic: quia isti ebrii montanarii non respiciebant quid faciebant, et fuit ibi percussus cardinalis Sancti Eustacii, et statim reversus est iste testis ad hospitium suum. Interrogatus quanto tempore duravit pulsatio ad martellum campane Capitolii, dixit quod duravit media hora, modicum plus, quia non fuit hora integra. Interrogatus si, dum iste testis duravit Rome, si audiverat aliis vicibus pulsari ad martellum dictam campana[m] et ad quid, dixit quod bene duravit per annum et audiverat pulsari ad martellum aliis vicibus dictam campanam et audivit eam pulsari, quando Romani yverunt supra Civita[tem] Veterem. Item quando venerunt britones Romam et preliaverunt cum Romanis ad portam populi et interfecerunt dictum dominum Laurentium Sanguinum, qui ibat ad dandum eis transitum pontis, de mandato Rome ut yrent Agnaniam ad cardinales, qui ibi erant et audivit eam pulsari ad martellum aliis vicibus, set nescit ad quid. Interrogatus si scit, credit vel audivit ad quid fuisset pulsata ad martellum, illa die Jovis et illa hora, dixit quod nescivit nec audivit, nec intellexit ad quid fuisset pulsata, ad bonum vel ad malum, exceptis que supra dixit ... Interrogatus super lxxvi.°, scilicet an tunc, dixit quod si cardinales exierunt conclave fugiendo, nescit, tamen audivit ista die Jovis, de sero, ab aliquibus Romanorum quod aliqui cardinalium recesserant de conclavi sine capis et*

alii sine cappellis et alii pedes, specialiter Sancti Eustacii, qui yvit pedes ad suum hospitium et dicebatur: quod maledictus cardinalis Maioris Monasterii fugit. Item audivit tunc a dictis Romanis quod astraxerunt ad quosdam cardinales (sic) *anulos de digitis, contra voluntatem suam. Interrogatus super lxxvii.°, scilicet an aliqui, dixit quod die Veneris de mane, [fl. 104] cum esset ipse in gradario ecclesie Sancti Petri ad videndum si veniebat aliquis cardinalis ad palatium, stetit ibi per magnum spatium, et non vidit aliquem eorum venire, et tunc yvit ad hospitium cardinalis Pitavensis et invenit hostium clausum et vocavit Fernandum, panetarium dicti cardinalis, et quesivit ab eo quare si[c] clause omnes porte, et dixit quod camerarius dicti cardinalis fecerat eos vigilare et tota nocte, de metu aliquorum malorum hominum, et quesivit ab eo cardinalis ubi erat et quid faciebat, vel quare non ybat ad palatium, et ille dixit sibi quod dictus cardinalis et cardinales Sancti Eustacii et Sancti Angeli yverant ante noctem ad castrum Sancti Angeli, et quod cardinalis Geebenensis ante noctem armaverat se omnibus armis ala gissa cum secullaribus de poylayna et ascenderat unum equum et receperat unum glave in manu et recesserat extra civitatem et nesciebat quo, et audivit dici quod cardinalis de Agrifolio latitabat, nesciebat ubi, et nesciebat si recessissent propter metum vel quare, et de dicto articulo cum sequentibus usque ad lxxxiiii.° inclusive, lectis et publicatis, nescit plus. Interrogatus super lxxxb.°, scilicet an domini cardinales, dixit quod si timuerunt vel timere debuerunt nescit. Item si potuerunt libere eligere alium sine timore nescit... Interrogatus super xc.°, scilicet an domini cardinales, dixit quod audivit quod cardinales, qui yverunt extra villam, reversi fuerunt, tamen si timore vel aliter nescit, et credit quod illi qui erant extra, si[c] potuissent yre ad alias partes, quo voluissent, tamen nescit si potuissent yre non habitu cardinalium. Interrogatus super xci.°, scilicet an ab illo, dixit quod nesciebat aliquid de sua intentione, tamen audivit quod tractaverant eum in reverentiis et in omnibus aliis, et petiverunt absolutionem de suis peccatis bene per triduum, et ipse respuebat eam dare sibi, usque dictum sibi fuit quod sic erat de more concedere per illos qui noviter creabantur in papam, tamen non vidit aliquem eas petere nec vidit eos absolvere. Interrogatus super xciii.°, scilicet an omnia, dixit quod si gallicum elegerant, non ytallicum, credit quod ortum fuerat scandalum, per [ea] que, si gallicus fuisset electus, reddierat Avinionem et non stetisset Rome, nam, prout dixit, intentio Romanorum erat quod papa stetisset Rome, et de dicto et sequentibus, usque ad xcix.° inclusive lectis et explicatis, dixit se ultra nichil scire... Johannes Sancii. Finis Johannis Sancii»* (37).

O arcediago de Eginart, pertencente à igreja de Pamplona, fala de manobras por parte dos Romanos, nomeadamente do abade de Monte Cassino, nas reuniões a seguir à morte do papa Gregório. O arcebispo de Bari, eleito papa, teria participado nessas reuniões. Dois dias antes de os purpurados entrarem no conclave, os Romanos teriam feito ver aos cardeais o perigo certo, em que estavam, se não elegessem papa um romano ou italiano. Quando ouvira dizer que o cardeal de S. Pedro era papa, perdera o medo de ser morto, mas quando soube que não era papa, teve de refugiar-se em Santa Maria Nova, onde julgava estar mais seguro. Alguns cardeais teriam sido feridos. Ele próprio vira ferir o capelão do cardeal de Poitiers na cabeça. Alguns cardeais, ao deixarem o conclave, teriam saído com hábitos disfarçados. Já no dia da eleição, ouvira dúvidas sobre a validade da mesma aos monges de Santa Maria Nova, aos quais ele testemunha manifestara, no mesmo dia, a própria convicção de que Urbano VI não tinha sido eleito canonicamente e não era papa, aliás

(37) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 101v-104.

como pensava Luís Afonso, irmão do arcediago de Talavera, conforme conversa havida entre ambos, alguns dias depois. Os cardeais, segundo ele, tiveram medo, sobretudo quando os sinos de S. Pedro tocaram a rebate. Não poderiam eleger papa, sem medo e sem perigo deles mesmos e de seus familiares, a não ser um italiano. Também sem perigo não podiam falar em público do assunto da eleição, em Roma. Em Anagni, não estavam seguros tanto os cardeais como os ultramontanos. Ele testemunha estivera ali, sempre com medo de os Romanos chegarem, até ao momento em que vieram os bretões. O medo que padeciam, nesses dia, era de morte. Quanto a benefícios recebidos, fazia parte dos contemplados no rol de súplicas dos familiares do falecido papa Gregório, mas não tinha intenção de mandar fazer as respectivas letras:

«*Die Martis, xxviii Januarii, era qua supra, dominus Sancius, archidiaconus de Eginart in ecclesia Pampilonensi, testis iuratus, deposuit ut sequitur. Interrogatus super primo articulo, dixit quod audivit Rome, antequam cardinales yrent Agnaniam, quod Romani, postquam papa obiyt, et ante ingressum conclavis, tenuerant aliqua consillia, specialiter de nocte, a*[*d*] *fine*[*m*] *quod possi*[*n*]*t habere papam Romanum vel itallicum, et audivit quod aliqui prelati, specialiter abbas Montis Cassini, fuerant in illis consiliis et querebant modos quod possent habere papam Romanum vel illius terre, et audivit quod archiepiscopus Barensis fuerat in aliquibus illorum consilliorum, audivit tamen quod ipse dicebat quod non yverat illuc, cum mala intentione, nisi ad reprimendum Romanos, et audivit, non recordatur a quibus, quod dictus archiepiscopus recomendaverat se bandarensibus Romanis, nescit ad quem finem, et hoc cum sequentibus, usque ad octavum inclusive... Interrogatus super xii.° articulo, scilicet an prefati cum sequentibus, usque ad xb inclusive, dixit quod bene audivit quod Romani requisivissent cardinales in ecclesia Sancti Spiritus et etiam post quemlibet in suo hospitio quod darent eis papam Romanum vel itallicum et ad consolationem populi et certificarent eos de hoc ante ingressum conclavis, alias pro certo essent in periculo et facerent talia que non possent reparari, et hoc audivit Rome, nescit a quibus personis, et audivit, ut credit, per duos dies, antequam intrare*[*n*]*t cardinales conclave...* [*fl. 105*] *... Interrogatus super xxxvii.°, scilicet si postquam, cum duobus sequentibus, dixit quod audivit quod illa nocte, qua cardinales erant in conclavi, quod fuerant requisiti per Romanos quod decla*[*ra*]*rent eis suam voluntatem, quod darent eis Romanum vel itallicum, alias in casu quod non facerent, timebant quod Romani procederent contra eos et ipsi bandarenses non possent defendere eos. Interrogatus super xl, scilicet an per multos, dixit quod audivit dici de aliquibus prelatis qui erant Rome, specialiter abbatis* (sic) *Montis Cassini, quod inducebant populum ut compelleret cardinales ut darent eis papam Romanum vel itallicum, et audivit quod dictus abbas Montis Cassini ybat nocte de domo in domum, inflamando populum... Interrogatus super xlviii.°, scilicet an auditis missis, dixit quod bene audivit quod turbarunt eos, tamen nescit si impediverunt eos audire missas...* [*fl. 105v*] *... Interrogatus si scit vel audivit ad quod causas consuevit pulsari ad martellum dictam campanam Capitolii, dixit quod nescit. Interrogatus si, quando pulsate fuerunt dicte campane, si erat fama quod aliquis fuisset electus in papam, dixit quod non, pro eo quod erat in solis ortu, hora prime, quando pulsate fuerunt ad martellum dicte campane et quando fuerunt nova quod cardinalis Sancti Petri erat papa, erat quasi hora tertie, modicum plus vel minus... Interrogatus si propter illam pulsationem campanarum ad martellum, si fuit augmentatus rumor populi vel multiplicatus populus in platea Sancti Petri, dixit quod non yvit videre tunc plateam, nec vidit, set bene vidit tunc transire per carreriam, que est inter ecclesiam Armenorum et hospitium episcopi Pampilonensis, gentes que ybant versus Sanctum Petrum, aliqui eorum armati et aliqui*

inhermes ... Interrogatus si scit vel audivit quod, quando conclave fuit ruptum, si esset fama quod aliquis esset iam electus in papam, dixit quod nescit nec qua hora fuit ruptum conclave, pro eo quod semel fuit sibi dictum quod cardinalis sancti Petri erat electus in papam, et tunc placuit sibi, non pro eo quod fuisset suficiens, set pro eo quod credebat quod Romani iam non interficerent eos, et quando audivit quod non erat papa, propter metum yvit ad Sanctam Mariam Novam, credens quod ybi esset securus et cum hoc respondet ad dictum articulum cum duobus sequentibus ... Interrogatus super liiii.°, scilicet an dominus, cum sequentibus, usque ad lviii inclusive, [nichil] dixit, excepto quod audivit, nescit quando, quod cardinalis Mediolanensis dixerat quod propter notoriam impressionem, quam sibi faciebant, nec reciperet pro se nec daret vocem suam alii. Interrogatus super lix.°, scilicet an aliqui, dixit quod audivit quod cardinalis Glandatensis protestatus fuerat, antequam yret ad conclave, quod in casu quo non eligeret et consentiret in hominem illius, tempore quod hominis homo sciret quod ipse non eligeret eum sua voluntate ... [fl. 106] ... Interrogatus super lxxiii.°, scilicet an populus, dixit quod audivit quod fuerant maletractati cardinales illa die et aliqui eorum fuerunt percussi de impusionibus et pugilatis et audivit quod Johannes Ravia, capellanus cardinalis Pitavensis, fuerat percussus ibi illa die et ipse vidit eum percussum post in capite et quod dixerat sibi quod illud lucrum habuerat ni conclavi in illa die et nichil plus scit de dicto articulo cum sequenti ... Interrogatus super lxxvi.°, scilicet an tunc, dixit quod audivit quod cardinales fugerant de conclavi et aliqui eorum sine capis et sine cappellis, audivit tamen quod cardinalis Aragonensis yverat equitando cum sotio de suis et asociaverunt eum alii Romani. Item dixit quod audivit quod aliqui cardinalium yverunt ad castrum Sancti Angeli et alii extra civitatem, sub dissimulatis [h]abbitibus, specialiter cardinalis de Alumnio, et videtur isti testi quod audivit quod exivit de suo hospitio sub [h]abbitu scutiferi seu domicelli, et hoc dixit se scire de presenti articulo, cum sequenti ... Interrogatus super lxxx, scilicet an Rome, dixit quod ipsa die Jovis electionis, de sero, et etiam sequenti die, audivit a monachis Sancte Marie Nove ordinis Montis Oliveti, conferendo inter se secrete, quod dubitabant si erat factus papa canonice et idem testis dubitabat multum fortiter si erat papa, et dixit sequenti die Veneris hospitalario ecclesie Pampilonensis, qui erat tunc Rome, quod pro certo non credebat eum fuisse canonice electum et credebat quod non erat papa, et hoc idem dixit iste testis aliquibus monachis dicti monasterii Sancte Marie Nove, die Jovis predicta, loquendo de ista materia. Item hoc idem dixit iste testis Rome per paucos dies post electionem Ludovico Alfonsi, fratri archidiaconi de Talavera, et tunc dictus Ludovicus Alfonsi suspirabat et dicebat quod videbat electionem esse in malo statu et istudmet scrupulum habuit continue iste testis in corde suo, cum esset Rome, et post confirmatum est sibi multo fortius Agnanie, quando audivit et vidit quod cardinales fecerunt declarationem, et hoc est quod scit de dicto articulo, cum sequenti... [fl. 106v] ... Interrogatus super lxxxb.°, scilicet an domini cardinales, dixit quod si[c] Deus iuvet eum, credit firmiter quod cardinales timuerunt, licet ipse non videret eos, et quod amplius timuerunt, specialiter quando pulsate fuerunt ad martellum dicte campane Sancti Petri, et nescit quod (!) tempore dicta electio fuit celebrata. Item credit quod sine timore non potuissent eligere cardinales tunc alium quam itallicum sine periculo eorum et suorum familiarium ... Interrogatus super xcii.°, scilicet an omnia, dixit quod bene credit per iuramentum quod prestitit, contineat veritatem, excepto de italicis et Romanis, quos credit non tam male transivisse, nec credit quod publice fuissent cardinales ausi loqui de ista materia Rome, sine periculo, ut supra dictum est, et ita respondet dicto articulo cum sequenti ... Interrogatus super xcv.°, scilicet an de omnibus, dixit quod per aliquas partes, per quas ipse ivit, audivit aliquos dicere quod electio fuerat

facta per impressionem et alios dicere quod non fuerat impressio ... Interrogatus super C., scilicet an civitas, dixit quod non recordatur cuius nomine regebatur Agnania, mensibus supradictis, bene tamen credit quod comes Fundorum fuisset rector maior dicte civitatis et si ipse erat pro Urbano vel cardinalibus nescit, tamen dixit quod usque venerunt britones, [fl. 107] cardinales numquam reputarunt se securos, nec ultramontani qui erant ibi, specialiter iste testis, qui semper fuit timidus, et timuit quod venirent Romani, et non confidebat bene de civibus, pro eo quod una die festiva, non recordatur si erat dominica, accidit quod fuit facta fama Agnanie per cives et habitatores ipsius quod Romani obsidebant iam bastos (!), qui erant inter Agnaniam et Romam pro cardinalibus, et dicebatur quod ista fama fuerat facta per illos de civitate, ut exirent foras civitatis Bernardus dela Sala et alii homines armorum, qui stabant ibi, et remanerent ipsi cum foraneis et possent facere ad voluntatem suam et propter Bernardus dela Sala cum aliis, qui stabant, armaverunt se et nolluerunt exire extra civitatem, et posuit se in platea coram ecclesia cathedrali, dicendo quod melius erat stare ibi quam exire extra ... Interrogatus super ciiii.°, scilicet si sciverit, dixit quod credit pro certo quod specialiter die Jovis, de mane, et ex quo inceperunt pulsari ad martellum campane Sancti Petri, et aliquibus diebus ante, iste testis timebat mori et credit quod alii ultramontani, qui ibi stabant, etiam timuerunt mori et incidi per frustra, et audivit quod multi fugierunt de Roma, specialiter episcopus Amiensis (!) et dominus Nicholaus Ladisor et alii, et iste testis deposuit libra (ler: *libros*) *et alia episcopi Pampilonensis in castro Sancti Angeli et in aliis locis, ut predixit, et etiam quod iste testis yvit ad asconden-dum in ecclesia Sancte Marie Nove, die Jovis ante electionem, et alii yverunt ad dictum monasterium Sancte Marie, ad ascondendum se, et inter ceteros recordatur de archidiacono de Val dAynair, etiam iste testis credens se ibi non esse securum, rogavit quemdam monacum quod ostenderet sibi latibulum aliquot, ubi se asconderunt, quod quesiverunt iste testis et alii, qui ibi stabant... Interrogatus super si habebat aliquot beneficium vel spectationem ab aliquo dictorum electorum, dixit quod Rome fuerat factus unus rotulus pro familiaribus pape Gregorii, et ipse fuit positus in dicto rotulo, et audivit quod fuerat signatus, tamen ipse non fecerat fieri litteras inde, nec habet voluntatem eas facere. Item dixit quod Avinione fuerat factus alius rotulus pro dictis familiaribus, et ipse fuit positus in eo, non tamen scit pro certo si fuit signata sua supplicatio. Item dixit quod audivit quod rotulus regis Navarre erat signatus per secundum electum, et credit quod ipse fuit positus in eo, tamen* [*non*] *fecit fieri aliquas litteras, set bene intendit facere, in casu quod haberet bonam datam. Interrogatus quem vellet istorum duorum habere papatum, dixit quod respondebit regi Castelle. Interrogatus quem dictat sibi conscientia esse verum papam, dixit quod ille qui non fuit factus per vim. Interrogatus quis fuit factus per vim, dixit quod archiepiscopus Barensis [fl. 107v] olim et hoc credit per ea, que vidit et audivit Rome et in allis partibus, ut predixit. Interrogatus si ipse aliquo tempore habuit pro vero papa primum electum in principio vel post aliquo tempore, dixit quod non recordatur quod firmiter habuisset eum aliquo tempore pro vero papa, et licet videret quod multi faciebant sibi reverentiam et osculabantur pedem et manum, ipse tamen numquam osculatus sibi pedem nec manum .. Finis depositionis domini archidiaconi Sancii, archidiaconi de Eginart»* (38).

Afonso Fernandes, sacerdote de Sevilha e capelão de Dona Maria Cornel, exclui a presença do futuro Urbano VI, antes da eleição, nas reuniões dos Romanos, destinadas a obter um

(38) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 104v-107v.

papa romano ou italiano. O conclave fora guardado por homens armados, a fim de protegerem os purpurados. Se as portas e as pontes estivessem fechadas e D. Agapito, bispo de Lisboa, e o conde de Nola fossem os guardas do conclave, os cardeais poderiam estar bem guardados e seguros de todo o medo. Ouvira apenas o sino da capela papal a tocar, segundo lhe disseram, por ter sido eleito papa. Exclui padecessem os cardeais medo e afirma não ter havido razão para tal. O arrombamento do conclave ter-se-ia dado depois da eleição do papa, embora alguns dissessem ter sido na noite anterior. Fora ver, após o jantar, o conclave arrombado e notou muito vinho entornado pelo chão. Os Romanos teriam entrado no conclave para roubar, conforme o costume, quando era eleito algum papa. Ouvira dizer que os purpurados tiveram grande medo, depois da eleição. Para se livrarem do perigo, afirmaram que o cardeal de S. Pedro era o papa eleito, pois temiam ser mortos pelos Romanos, por terem eleito um papa não romano. Por esse motivo, retiveram escondido o eleito, arcebispo de Bari, até o povo se acalmar. Afirma a liberdade de os cardeais elegerem papa quem desejassem, visto estarem bem guardados por homens armados. Aliás, eles tomavam parte livremente nos consistórios e iam a cavalo ao paço do papa. Sem temor e perigo, poderiam impugnar a eleição, enquanto estiveram em Roma. No dia da coroação do papa, mostravam-se muito alegres:

> *«Die Jovis, x.ª Januarii, anno a nativitate Domini M° ccc° lxxxi°. Alfonsus Fernandi, Ispalensis, presbyter, alumpnus domine Marie Cornel et suus capellanus, testis iuratus, deposuit ut sequitur ... Interrogatus super vi, vii et viii° capitulis inclusive, dixit quod nescit, excepto quod respondendo sexto, dixit quod nesciebat nec audiverat, nec credit quod papa Urbanus fuisset in aliquo consillio cum Romanis, nec recomandaret se illis. Interrogatus quare credit, dixit quod pro eo quod videbat eum probum hominem et bone dispositionis ... [fl. 108] ... Interrogatus super xxx°, xxxi°, dixit quod audivit Rome quod officiales Romani in ecclesia Sancti Spiritus prestiterunt iuramentum solempne ad Corpus Dei consecratum observare omnes constitutiones, que sunt in ecclesia Romana, ad faciendum papam, et tenere cardinales securos ad celebrandum suam electionem. Interrogatus si observarunt dicta iuramenta, dixit quod nescit, vidit tamen quod Romani posuerunt homines armatos ad custodiendum conclave, usque trecentos, et vidit quod stabant ibi publice. Interrogatus super xxxii°, dixit quod si porte et pontes fuissent clausi et custoditi et dominus Agapitus et comes Nollanus fuissent custodes conclavis, credit quod cardinales possent esse securi et custoditi ab omni metu, tamen hoc quomodo accidit nescit... [fl. 108v] ... Interrogatus super xlix°, dixit quod erat in hospitio suo et non audiverat aliquam campanam Sancti Petri nec Capitolii, quia non curabat de illo, audivit tamen pulsari unam campanam palatii pape, quasi hora tertie, et dicebatur quod pulsabatur quia erat papa electus, et hoc fuit die Jovis sequenti, postquam intrarunt conclave. Interrogatus super l., dixit quod, cum ipse esset in hospitio suo, venit ad eum Johannes Filipi, socius suus, nunc portionarius in ecclesia Ispalensi, quam portionem dedit sibi electus Urbanus, et veniebat currendo quasi subdando, dicens quod credit mori in Sancto Petro, propter rumorem qui fuerat factus per Romanos, credendo quod esset aliud, tamen in quantum sciverat papam esse electum, statim fuit pacificatus ... Interrogatus super lxi, dixit quod audivit Rome a pluribus, nescit a quibus, quod aliqui cardinalium, nescit qui, dixerant tempore electionis primi electi quod eligebant voluntate, in proposito quod esset verus papa, et non credebat nec sciebat nec audiverat quod illo tempore ipsi aliquo modo timuissent, nec credebat quod habuissent ratione[m] timendi. Interrogatus quare credit, dixit quod pro eo quod vidit bene clausum conclave et quod illud custodiebat multum bona gens, que erat bene pacificata... Interrogatus super lxiii°, dixit quod audivit a pluribus, de quibus non recolit, quod illi Romani armati, qui ibi erant, fregerunt conclave et eum deraubarunt, et*

aliqui dicebant quod fregerant, postquam fuerat electus papa, videlicet quod fuerat fractum die Jovis, hora tertia, alii dicebant quod fregerant nocte anteriori, et iste testis yvit illuc [h]ac die post prandium, ad videndum si erat ita, et invenit fractum conclave et deraubatum conclave, et invenerat ante quandam portam vini penu, prope conclave, multum vinum effusum. Interrogatus si audivit quod, quando intrarunt Romani conclave, qua intentione intrarunt, dixit quod dicebatur quod ad derraubandum illud, quia sic erat moris, quando eligebatur papa. Interrogatus quando yvit illuc, quis dicebatur esse electus in papam, dixit quod a Perucio audivit quod erat electus cardinalis Sancti Petri, alii dicebant quod erat electus archiepiscopus Barensis, et ipse vidit ruptum conclave per duas partes, unam per quamdam portam, per quam dabantur victualia conclavi, et aliam per aliam portam, per quam consuevit intrare papa, que erat clausa cum lapidibus, et erant ibi tot homines quod non potuit intrare, nisi super eos, et hoc fuit in palatio, ad portam conclavis... [fl. 109] ... Interrogatus super lxxiiii°, dixit quod audivit a pluribus, de quibus non recordatur, quod cardinales propter magnum timorem, quem habebant, et ad escusandum periculum, nominarunt in papam cardinalem Sancti Petri et ipse (sic) *posuerunt in sede, set credebat quod non ut verum papam, et audivit in speciali a quodam, qui vocatur Michulo: Benedictus sit Deus, quia cardinalis Sancti Petri, consanguineus meus, est factus papa. Interrogatus quare erat iste metus, dixit quod audivit quod erat ex eo quod si facerent papam, nisi Romanum vel alium sue nationis, timebant occidi per Romanos et in isto loco audivit quod erat electus archiepiscopus Barensis et tenebant eum asconsum, donec pacificaretur populus, et credit quod si cardinales non nominassent tunc cardinalem Sancti Petri, qui erat Romanus, vel alium sue nationis, quod senserant aliquot malum periculum ipsi et omnes foranei ... Interrogatus super lxxvi°, dixit quod dicta die Jovis, cum exisset iste testis conclavi, invenit quatuor vel quinque cardinales, qui yverant ad sua hospitia, videlicet Geebenensis et Aragonensis, et de aliis non recordabatur, et quod cardinalis Aragonensis ibat indutus una capa, sine capello, et ibant cum eo xx.ti vel triginta Romani, et equitaverant eum in quodam equo et quod oviaverat cardinalem Geebenensem, et ibat pedes et portabat quamdam capam revolutam in brachio, et tenebat unum baculum in manu grossum et longum ut brachium, et percutiebat Romanos cum baculo, ut non facerent malum. Item ut expedivissent sibi viam, per quam exissent, et de aliis vidit unum vel duos yre in roquetis, et audivit quod deraubaverant eis capas et, excepto Aragonensi, omnes alii ybant pedes. [fl. 109v] ... Interrogatus super lxxxb°, dixit quod si voluissent eligere alium, quod illud potuerant bene facere sine metu, ut credit. Interrogatus quare credit, dixit quod pro eo quod vidit quod erant custoditi ab hominibus armatis, datis per maiores civitatis, sicut iuraverunt, ut predixit... Interrogatus super xci°, dixit quod vidit cardinales yre ad consistoria et equitabant cotidie bis et ibant ad palatium Urbani, sicut consueverunt yre ad papam. Interrogatus super xcii°, dixit quod omnia supradicta fuerant facta Rome, existentibus ibi primo electo et cardinalibus. Interrogatus si cardinales, si potuerunt ponere dubium vel impugnare electionem, quam fecerant de dicto primo electo, stando Rome, sine timore et periculo mortis, dixit quod credit quod sic. Interrogatus quare credit, dixit quod pro eo quod Romani tenerent quod illusissent eos... Interrogatus super cii°, dixit quod illo tempore, de quo loquitur capitulum, audivit quod alique femine Romane dicebant suis maritis et amicis: captivi, tristes increpando eos de hiis que fecerant cardinalibus. Interrogatus quid erat hoc quod fecerant cardinalibus, dixit quod credebat esse quod fregerant conclave et derraubaverant aliquos eorum. Interrogatus super ciii, dixit quod vidit venire cardinales multum letos et honorabiliter, die qua fuit coronatus papa. Interrogatus super ciiii, dixit quod audivit quod episcopus Segorbicensis*

et alii aliqui recesserunt die Jovis, de mane, fugiendo, et incluserunt se in Sancta Sabina, timore rumoris facti illo tempore, et hoc audivit hora tertie a quodam suo socio, qui veniebat fugiendo, ut supra dixit in l. articulo. Interrogatus si scit vel audivit qua hora fuit factus dictus rumor, dixit quod audivit quod die [fl. 110] Jovis de mane, antequam ipse audiret pulsari campanam, que fuit pulsata ad electionem. Interrogatus qua hora credit pulsatam esse campanam, dixit quod credit quasi hora tertie ... Finis depositionis Alfonsi Fernandi, Ispalensis» (39).

Pedro Rodrigues de Córdova fala do tumulto do povo, mas observa ter-se apercebido, só ao regressar a casa, de que os Romanos exigiam um papa romano ou ao menos italiano. Vira os cardeais entrar no conclave sem dificuldade e sem que os Romanos o invadissem. No dia seguinte à eleição, na sexta-feira, ouvira dizer que, no dia anterior, o povo romano arrombara o conclave, cerca da hora de vésperas, quando aí estavam os purpurados. Disseram-lhe que estes chamaram o abade de Monte Cassino, o abade de Monte Saba e o bispo de Todi, que eram romanos, e o arcebispo de Bari e mais outro prelado, que não sabe se era D. Agapito, bispo de Lisboa. O povo julgava, por isso, que os cardeais tinham eleito papa o abade de Monte Cassino, motivo por que foram roubar a casa dele. Indica os lugares para onde os purpurados se dirigiram, depois de sair do conclave, nomeadamente o cardeal de Genebra, que foi para o castelo de Zagarolo, pertencente a D. Agapito de Colona, bispo de Lisboa. Os cardeais, saídos para fora de Roma, tê-lo-iam feito com medo. Refere conversa, presenciada entre Pedro de Saga, capitão de Navarra, e o penitenciário espanhol Frei Mendo, que aconselhara aquele perguntasse ao cardeal de Aragão, D. Pedro de Luna, e a D. Martinho, bispo de Pamplona, se Urbano VI era verdadeiro papa ou não. A resposta fora ser este autêntico papa, tal como seus predecessores. Segundo o depoente, os purpurados tinham liberdade de eleger quem desejassem. Além disso, podiam sair muito bem do castelo de Santo Anjo sãos e salvos, durante a noite, e poderiam também impugnar, sem perigo, a eleição, enquanto estiveram em Roma. Depois da coroação de Urbano VI, começaram a circular vozes de que este não era papa, da parte de alguns cardeais, que lhe eram contrários:

«Die sabati, xii Januarii, era qua supra, Petrus Roderici Corbubensis et canonicus ecclesie Cordubensis, testis iuratus, deposuit ut sequitur... [fl. 110v] ... Interrogatus super xxii°, dixit quod, cum esset in platea Sancti Petri, illa die qua cardinales intrarunt conclave, vidit venire aliquos cardinales ad intrandum conclave, [fl. 111] non tamen vidit ibi esse aliquos armatos, exceptis illis, ut dicebatur, qui fuerunt deputati ad custodiam conclavis, et vidit in gradario Sancti Petri nimis magnam gentem populi Romani, et quando veniebant dicti cardinales, ipse et alii secederunt inde et intrarunt domos palatii et ab inde audiebat voces et tumultum, tamen non intelligebat quod dicebatur, pro eo quod stabat intus in currali, et cum reverteretur ad domum suam et currit ei maxima gens Romanorum, que revertebatur ad domos suas, postquam intraverunt conclave, et cum intraret ipse, per totam septimanam, de Transtiberim cum aliis pluribus Romanis, audivit a Cola pichone, habitatore Transtiberim et a pluribus aliis Transtiberinis: Romano lo volemo o almanco italliano, et audivit quod plures alii dicebant illud ita per civitatem. Interrogatus si, quando ipse audivit dictum rumorem et voces in palatio, si dicebatur quod supradictum est, dixit quod nesciebat, quia ipse audivit rumorem et voces, set non potuit intelligere quod dicebatur ... [fl. 111v] Interrogatus super xxxiiii°, dixit quod in platea Sancti Petri, licet esset ibi multa gens et, ut credit, usque ducenti homines armati, qui dicebantur esse ad custodiam conclavis, vidit intrare cardinales in palatio, sine aliqua difficultate, die Mercurii, hora vespero-

(39) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 107v-110.

rum, modicum plus vel minus, ante electionem, et cum ipsis quot poterant intrare de Romanis, equitando, nisi cardinales, quod intrarunt multi Romani pedestres cum illis et aliqui illorum Romanorum qui intraverunt cum eis, yverunt cum eis, usque intrarunt conclave, et vidit [quod] aliqui Romani, qui ybant cum illis, dicebant sibi cum reverentia: domini mei, habeatis recomendatam Romam, et vidit eos intrare libere in conclavi, et non vidit nec audivit quod aliqui Romanorum intrarent cum illis in conclavi, licet viderit quod cum quolibet cardinalium intravit unus clericus et unus domicellus, quorum ipse vidit aliquos... Interrogatus super l., dixit quod credit quod propter pulsationem campanarum ad martellum et propter dicta nova yvit multum maior gens ad ecclesiam Sancti Petri et palatium quam ibi erat, ad videndum si illa nova erant vera, videlicet si cardinalis Sancti Petri erat papa, et dicebant ille gentes, que ibi erant: ad Sanctum Petrum vadamus et videamus papam et videbimus quomodo est in sella et osculabimur pedem, et non vidit aliquem intrare ad palatium, et audivit quod adhuc erat clausum conclave et quando ipse hoc vidit, separavit se propter multam gentem, et poterat esse hora tertie, vel modicum ante. Interrogatus si emittebat illa gens voces vel rumorem, dixit quod sic, et aliqui dicebant: papam Romanum habemus, alii dicebant: non permittunt nos intrare, ad videndum eum, et super hoc emittebant [fl. 112] valde plures et magnas voces, clamando et dicendo supradicta, et iste rumor supradictus potuit durare a tempore, quo accessit, et invenit eum inceptum, usque meridiem vel plus, ut audivit, et illi qui dicebant: papa est cardinalis Sancti Petri, erant plures et maior pars, et videtur sibi quod dicebant cum letitia, et alii qui dicebant: non permittunt nos intrare, dicebant cum facie tristi, quasi non credens (sic) *quod esset papa cardinalis Sancti Petri, et penitebat eos multum quare non permittebant eos intrare... et audivit alia die Veneris, nescit a quibus, quod populus Romanus, ista die Jovis, supradicta hora vesperorum, modicum plus vel minus, quod rumperunt conclave, quando erant ibi cardinales, et credit quod ille populus, qui erat ibi, rupit dictum conclave plus quam alius populus, qui venit post, et credit quod maior pars illorum, qui ibi erant, vel alii illorum, recedendo, vel alii veniendo, antequam inde recederent, rupperunt dictum conclave ... Interrogatus super lii°, dixit quod de contentis in dicto articulo nescit, audivit tamen, nescit a quibus, per magnum tempus, post electionem factam, quod aliquis Romanorum accesserat ad fenestram conclavis et dixerat cardinalibus quod, licet usque nunc petivissent papam Romanum vel itallicum, modo tamen volebant quod darent eis totaliter et solummodo Romanum... Interrogatus super lvi°, dixit quod audivit quod cardinales miserunt pro abbate Montis Cassini et pro abbate Montis Sabe et episcopo Tudertino, qui erant Romani, et pro archiepiscopo Barensi et pro alio, nescit si erat dominus Agapitus, et audivit quod aliqui Romani dicebant quod ex quo mittebant pro abbate Montis Cassini, qui erat Romanus et [fl. 112v] veniebat sic sociatus cum illis prelatis, quod credebant quod elegissent eum in papam et hac causa ybant ad derraubandum suam domum, et audivit quod omnes supradicti yverunt ad palatium et cum eis archiepiscopus Barensis ... Interrogatus super lxxiiii°, dixit quod audivit quod cardinales dixerant et credit quod publice quod cardinalis Sancti Petri erat papa, et hoc dixerunt ante rupturam conclavis. Interrogatus quare fecerunt illa[m] fictione[m], dixit quod nescit, nec scit si fuit facta illa fictio ante electionem Urbani vel post, audivit tamen Rome et extra quod cellaverant electionem pape Urbani, et nescit si dicta fictio cardinalis fuit facta metu vel alio modo... Interrogatus super lxxvi°, dixit quod audivit quod, rupto conclavi, cardinales recesserunt extra conclave et quod cardinalis Sancti Eustacii et cardinalis de Ursinis quod yverunt ad quodam castrum, vocatum Vicovario, quod erat cardinalis de Ursinis, quod est extra dominium Romanum, et cardinalis Geebenensis et alius, nescit si erat cardinalis de Vernio, yverunt ad castrum, vocatum Çagarolo,*

quod erat domini Agapiti de Columpna, et audivit quod in castro Sancti Angeli intrarunt cardinales Lemovicensis, Vivariensis, Pitavensis, de Agrifolio et de Britania et Sancti Angeli et yverunt ad sua hospitia in salvum et in pace cardinales Glandatensis, Mediolanensis, Florentinus, Maioris Monasterii et de Aragonia, et credit quod illi qui yverunt extra Romam et intrarunt castrum quod fecerunt timore Romanorum et nescit quare timebant eos, et aliqui eorum specialiter qui yverant ad sua hospitia, excepto cardinali Maioris Monasterii, qui habebat hospitium prope palatium, yverunt equitando, et cum suis capellis, et aliqui yverunt ad castrum et qui exiverunt extra Romam, aliqui ybant in garnachiis, et audivit quod unus ybat in roqueto... Interrogatus super lxxviii°, dixit quod credit quod cardinales, qui remanserunt in suis hospitiis, non timuerunt, pro eo quod audivit quod Romani asociabant illos et serviebant et cardinales honorabant satis Romanos et invitabant eos et dederunt sibi de speciebus et vino, quando yverunt cum ipsis ad sua hospitia ... Interrogatus super lxxx, dixit quod, cum esset Rome, eundo cum Enequo Roderici de Varbaçi [fl. 113] ad fratrem Menendum, penitentiarium ispanum, quod invenit cum eo dominum Petrum dela Saga, capitaneum Navarre, et loquendo dictus penitentiarius cum dicto domino Petro, dixit sibi: vos dubitatis quod iste Urbanus non sit papa. Ite a[d] cardinalem de Luna et ad dominum Martinum, episcopum Pampilonensem, qui est de natione vestra, quia ipsi dicent vobis si est verus papa, et cum hiis que vobis dixerint, rogo vos quod veniatis ad me, et audivit [quod] iverat [ad] dictos (sic) *cardinalem de Luna et ad dominum Martinum, episcopum Pampilonensem, et dixerant sibi quod dictus Urbanus erat ita verus papa, sicut quilibet predecessorum suorum... Interrogatus super lxxxv, dixit quod credit, per ea que vidit et intellexit et audivit ante et post dictam electionem, quod dicti cardinales potuerunt eligere quem voluissent sine periculo et sine metu, ex eo quod audivit quod fecerant dictam fictionem de cardinali Sancti Petri, cum non esse[t] verus, et erat quasi derisio, preter quam potuissent aliquod periculum incurrere, quando non incurrerunt, credit quod minus incurrerant eligendo quem voluerant et si ipse stetisset intus et fuisset cardinalis et scivisset que vidit et scivit, quod timuerat, non tamen propterea dimiserat eligere libere ... Interrogatus super lxxxix°, audivit quod, quando dicti cardinales erant in castro Sancti Angeli, quod erat bene munitum gentibus et victualibus, et credit quod dicti cardinales potuissent exire de eo in salvum, de nocte, et yre ad alia loca tuta, pro eo quod dictum castrum habet liberum exitum, ad exeundum villam, et nescit nec audivit quod Romani fecissent stacatam seu palencum in circuitum castri ... Interrogatus super xci, dixit quod scit quod dicti cardinales usi fuerunt cum dicto electo, sicut cum papa, nescit tamen si cum intentione tribuendi ei maius ius quam haberet. Interrogatus super xcii°, dixit quod scit et vidit quod omnia supradicta fuerunt facta Rome. Interrogatus si cardinales, cum essent Rome, ut* (sic) *potuerunt impugnare dictam electionem sine periculo, dixit quod nescit ... Interrogatus super xcv°, dixit quod aliqui dicebant post coronationem Urbani quod non erat papa, alii dicebant quod sic, et ista discordia dixit quod fuit ex eo quod aliqui cardinalium, specialiter Lemovicensis, Paulatinensis (!), discordabat ab Urbano, propter illa que dixerat de camerario fratre suo... [fl. 113v] Interrogatus super C., dixit quod credit quod Agnania erat secura cardinalibus, pro eo quod erat locus fortis, et credit quod illi de civitate fuissent favorabiles cardinalibus, propter comitem Fundorum, et credit quod dicta civitas non reservatur per officiales pape... Interrogatus super ciiii°, dixit quod audivit quod prelati foranei illa die electionis valde timuerunt... Yo Pero Royz»* (40).

(40) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 110-113v.

Frei Pedro de Córdova, frade do mosteiro de S. Bartolomeu de Lupiana, fala da presença de cerca de cinco mil pessoas na praça de S. Pedro. A adega do paço do papa fora arrombada na noite de quarta para quinta-feira ou neste dia de manhã. Muitos estavam bêbedos. Pensava que os autores do arrombamento teriam sido os guardas armados do conclave. Alguns cardeais, ao entrarem no conclave, levavam já a intenção de elegerem papa o arcebispo de Bari. Depois, elegeram-no concordemente, por o considerarem de bons costumes e conhecedor das coisas da Cúria, conforme soubera pelo cardeal de Aragão e por D. Afonso, antes bispo de Jaén, o qual indicava o nome de quatro cardeais que, de certeza absoluta, lhe tinham dado o voto, com as melhores intenções, por amor de Deus: o cardeal Pedro de Luna, o de S. Pedro, o de Viviers e outro, cujo nome não recordava. Após a notícia do fingimento do cardeal de S. Pedro como papa, à qual sucedera a da eleição do abade de Monte Cassino, por espaço de meia hora, o povo assaltara as casas de ambos. O bispo de Jaén enviara seu criado, Frei Vasco, a saber a verdade de quanto se dizia. Este trouxera notícias de vozes sobre a eleição do arcebispo de Bari. Entretanto, pois se começara a duvidar da informação, fora o bispo falar com D. Pedro de Luna, enquanto o dito Frei Vasco referia como os Romanos exigiam, a altas vozes, um papa romano e lançavam pedras contra o conclave que arrombaram e roubaram, e também como alguns cardeais fugiram do conclave e outros se esconderam na capela. Nessa altura, os purpurados colocaram o cardeal de S. Pedro na cátedra, revestido de capa e mitra, ao mesmo tempo que diziam ao povo ser ele o papa eleito, contra a vontade do mesmo, que proclamava sê-lo o arcebispo de Bari. Tudo isto contara ao bispo D. Afonso o cardeal de Aragão, conforme do dito bispo soubera o depoente, que recebera iguais confidências dos criados ou familiares do cardeal. Além disso, a maior parte destas notícias era coisa notória. A pressão dos Romanos dizia respeito só à eleição de um papa romano. Filipe Martins de Gomera, sobrinho do abade de Santa Leocádia, dissera-lhe ter visto os Romanos a tirarem os anéis dos dedos do cardeal de Genebra. Ouvira dizer que empurraram o cardeal de Marmoutier contra a parede, com mostras de quererem deitar-lhe as mãos. Segundo o depoente, os purpurados mostravam tristeza por não poderem publicar livremente a eleição do arcebispo de Bari. Certo frade de S. Francisco, do convento de Araceli, dissera que Urbano VI não era verdadeiro papa, com grande escândalo do dito bispo, que, por tal motivo, fora ter com D. Pedro de Luna, embora o depoente não saiba se então o cardeal estaria em casa. O assunto da validade da eleição fora proposto ao deão de Tarazona e a outro doutor, que era ouvidor do sacro palácio. Depois de terem consultado muitos livros, chegaram à conclusão de que, mesmo no caso de a eleição de Urbano VI ter sido nula, por causa do rumor desse dia, ele era verdadeiro papa, porque a eleição fora confirmada no segundo dia, em paz e sem tumulto do povo. Tem a certeza de que os purpurados, tanto os que estavam no castelo de Santo Anjo, como os outros, residentes em Roma, foram, na sexta-feira depois da eleição, após o jantar, ao palácio do papa, onde confirmaram a eleição e prestaram reverência a Urbano VI como papa. No dia da coroação, os cardeais mostravam-se alegres:

> «*Die Mercurii, xvi.ª Januarii, era qua supra, frater Petrus Cordubensis, frater monasterii sancti Bartholomei de Lupiana, testis iuratus, deposuit ut sequitur ... Interrogatus super xiii°, xiiii°, dixit quod audivit Rome illo tempore quod Romani petebant et volebant papam Romanum vel itallicum et si non facerent, intellexit vel audivit dici quod facerent aliquid super illo. Interrogatus quid intendebat per illud aliquem* (sic) *super illo, dixit, secundum videre suum, quod erat verbum minarum, et ratio quare dixit quod quadam die, de qua non recordatur, vidit quemdam hominem domini Latini Ursini esse cum episcopo olim Gienensi, domino Alfonso, et dicebat sibi quod rationabile petebant Romani quod in tota Itallia eligerent unum hominem sanctum de pluribus, qui erant ibi, et rationabile erat quod Romani et itallici haberent papam de seipsis, sicut gallici, qui habuerunt*

papatum tanto tempore, et dictus episcopus dixit: alias quid facietis? et dictus scutifer dixit: tunc, et fecit gestum quasi minarum... [fl. 114] ... Interrogatus super xxxiiii°, dixit quod die Mercurii, quo cardinales intraverunt conclave, hora inter nonam et vesperos, plus tamen prope horam vesperorum, postquam intravit cardinalis Sancti Petri conclave, cum ipse ibi exivit extra conclave et cum exiret ad portam palatiorum pape, que est versus plateam Sancti Petri, vidit magnum populum hominum pedestrium divisorum in duabus acciebus, aliquorum armatorum et aliquorum inhermium, pro maiori parte, et erant ibi clerici et fratres qui venerant in processione et vexilla ecclesiarum et quod una istarum accierum protendebatur versus gradarium Sancti Petri et alia versus tentoria et remanebat via expedita inter illas duas accies, et quod in platea Sancti Petri erat gens hominum armatorum in equis et aliorum inhermium, tamen pro maiori parte erant inhermes et quod illi equites et alii qui erant in dicta platea, ut credebat, poterant esse quinque millia personarum vel plures vel potiores (sic) *utriusque sexus et istorum erant octoaginta vel centum aut plures vel pauciores, qui incedebant ad sonum charambellarum ... [fl. 114v] ... Interrogatus super xxxv, dixit quod audivit pro certo et fuit publicum Rome quod illa die Mercurii, de nocte vel alia die Jovis, de mane, quod Romani ruperunt portas penu, quod erat in dictis palatiis pape, et yverunt et inebriati fuerunt vino, quod ibi erat, et experserant maximam partem, et audivit quod illa nocte steterat ibi satis de gente armatorum ad custodiam conclavis, et hoc audivit [fl. 115] et credit ita esse et credit quod illi, qui ruperunt portas penu, erant de illis qui remanserunt ibi ad custodiam conclavis... Interrogatus super xli°, audivit quod aliqui cardinalium, quando intrarunt conclave, intrarunt cum intentione eligendi archiepiscopum Barensem, ut infra dicet, qui est itallicus et de extra collegium... Interrogatus super xlviii°, dixit quod audivit quod alia die Jovis, de mane, in ortu solis vel quasi, illi qui erant ad custodiam conclavis vel alii populares Romani, cum illis qui fregerunt portas penu et inebriati fuerunt, ut dixit, inceperunt vociferare et clamare Romanum volumus... [fl. 115v] ... Interrogatus super lvii°, audivit quod cardinales elegerant intus conclave cum concordia vel via Sancti Spiritus archiepiscopum Barensem, pro eo quod dicebant quod habebatur in Curia pro bono et bonorum morum et bone vite et sciebat usus, ritus et sceremonias Curie, plus quam alius. Interrogatus quomodo scit, dixit quod pro eo quod ita dixerat cardinalis de Aragonia domino Alfonso, olim episcopo Gieenensi, qui episcopus ita dixit dicto testi et etiam dixit tunc dictus episcopus quod sciebat et erat certus de quatuor cardinalibus, qui dederant isti archiepiscopo Barensi amore Dei solum suas voces, videlicet de Luna, Sancti Petri, Vivariensis et de alio non recordatur, et audivit et credit quod ista electio fuit facta hora sexta, modicum plus vel minus, et de hoc dicit inferius in propria materia... Interrogatus super lxxi.°, dixit quod, cum ipse hospitaretur cum domino Alfonso, olim episcopo Gienensi, et in eius hospitio, die Jovis de mane, cum ipse vellet yre et affectaret videre rumorem, qui fiebat circa conclave et palatium, dictus episcopus non permisisset eum yre, timens quod illi de populo, qui erant ita comoti, aliquot malum sibi inferrent et cum esset sic, fuit una vox per totam civitatem Romanam, et dicebatur quod cardinalis Sancti Petri erat electus in papam, et hoc fuit modicum ante tertiam, quasi hora [inter] primam et tertiam, et ista vox duravit quasi una hora vel modicum plus et durante ista voce aliqui de populo derraubarunt hospitium cardinalis Sancti Petri et post dictum spatium fuit alia vox per Romam quod abbas Montis Cassini erat electus in papam, et ista vox potuit durare quasi media hora, modicum plus vel minus, et illi de populo, ut dicebatur, derraubarunt hospitium dicti abbatis de Monte Cassino et in hoc spatio camerarius cardinalis de Aragonia misit unum hominem ad palatium, ad sciendum si esset verum quod aliquis istorum esset electus, qui rediit et dixit episcopo,*

presente dicto teste, quod adhuc usque ibi nullus erat electus in papam, et post hoc statim dictus episcopus misit illuc fratrem Velascum, familiarem suum, vel ivit ipsemet ad sciendum de hoc, et post hoc fuit alia vox et dicebatur quod archiepiscopus Barensis erat papa, tamen illi dubitaverant de hoc, pro eo quod non fuit verum de aliis duabus electionibus, de quibus exivit vox, ut dictum est, usque ad noctem, quo tempore dictus episcopus yvit [fl. 116] ad loquendum cum cardinali de Luna, prout inferius dicet, et post hoc venit dictus frater Velascus et dixit eis quod, quando yvit illuc, invenit magnam multitudinem populi ante portas conclavis intus in magnum (sic) *currali, qui clamabant et vociferabant: Romanum volumus, inter quos vidisset plures populares de parentela cardinalis Sancti Petri, qui erat populari[s] et habebat multos de parentella, qui casu intellexissent quod non fuerat electus Romanus, specialiter cardinalis Sancti Petri de eorum parentella, de quo fuit facta fama, quod perpenderunt, videndo cardinalem de Ursinis ad fenestram, et interrogaverunt eum si habebant papam Romanum, et ipse posuit unguem in dente, anuendo quod non erat electus Romanus, dixerunt illi ad monendum populum: o Roma, modo cesses combusta, quia non es digna bono nec de te fiat papa, et dicendo quod dividerent in frustra primo senatorem et bandarenses et post cardinales, et tunc populus comotus cum maiori furore et dixerunt in displicentia Domini Dei: Romanum volumus, et tunc yrruerunt in conclavi et proiecerunt per fenestram intus conclave lapides et frustra linea et dicebant quod rixati fuerant in ingressu fenestre cum aliquibus gallicis, servitoribus cardinalium, qui erant intus, et intrarunt ad dictam fenestram et qui remanserunt ab extra, ruperunt murum porte, et alii qui intrarunt per fenestram, apperuerunt portam, que erat clausa a parte interiori, et nescit nec audivit quod per alias partes fuisset ruptum tunc conclave, et audivit quod per loca illa intrarunt aliqui Romanorum et deraubarunt conclave, panos, argentum, tabulas et quidquid invenerunt. Interrogatus super lxxii°, dixit quod audivit quod, quando Romani intrarunt conclave, quod aliqui cardinalium, timore Romanorum, fugerunt extra conclave et alii, videlicet cardinales de Aragonia et Maioris Monasterii et Sancti Petri et alius, de quo non recordatur, posuerunt se seu occultaverunt in quadam cappella, que erat ubi congregabantur ad dicendum missam et ad tractandum de electione, et cardinalis de Aragonia cogitavit intra se et dixit: si ego debeo mori, hic volo spectare mortem, et fecerant claudi portam dicte cappelle a parte interiori cum quadam scala, quam ibi invenerunt, et illi de familia dictorum cardinalium, qui erant intus, laboraverunt tenere dictas portas firmiter, et Romani qui intrarunt in dicta cappella, nescit si fregiendo portas vel ipsas aperiendo, et dicti cardinales, hoc videntes, receperunt cardinalem Sancti Petri et posuerunt eum in sede et vestierunt eum capa et imposuerunt sibi diadema et dixerunt populo quod erat papa, et illi de populo adoraverunt eum, credentes quod erat verum, set cardinalis Sancti Petri, quando poterat elevare manum, nitebatur removere diadema, dicendo: ego non sum papa, archiepiscopus Barensis est papa. Interrogatus quomodo scit omnia supradicta, dixit quod illa nocte, qua venerat, cardinalis de Aragonia dixerat hoc dicto episcopo domino Alfonso, os ad os, et etiam quando sibi dixit, addidit, dicens quod credebat quod cardinalis Sancti Petri moreretur illa nocte, tanta fuit vis et cohercio, quam illi de parentella sua sibi fecerunt, ut esset quietus in dicta sede et vocaret se papam, que omnia ipse testis audivit a dicto domino Alfonso episcopo et post ab aliquibus familiaribus cardinalium et etiam quod maior pars omnium istorum fuit publicum et notorium per totam Romam et totum hoc duravit illa die Jovis usque ad noctem. Interrogatus qua hora fuit ruptura conclavis, dixit quod credebat quasi hora none, modicum plus vel minus. Interrogatus qua intentione credit quod Romani rupissent et intrassent conclave, dixit quod credit quod intraverunt plus cum intentione cohercendi eos [fl. 116v] eligere papam Romanum,*

quam alias. Interrogatus quare credit, dixit quod ex eo quod, quando yverunt in conclavi, yverunt cum ista voce et yrruerunt et rupperunt conclave, dicendo in displicentia Domini Dei: Romanum volumus. Interrogatus super lxxiii°, dixit quod audivit quod illa pars cardinalium, que exiverat conclave, cum yret fugiendo, inter quos fuerat cardinalis Geebenensis et alii tres, de quibus non recordatur, quod exiverunt conclave, nescit per quem locum, ad vineam retro palatium, qui, ut audivit, volebant venire ad ponendum se in ecclesia Sancti Petri, et postquam Romani sciverunt quod fugiebant, yverunt post eos et ponebant sibi dagas ad pectora et dicebant sibi aliqua verba iniuriossa, dicendo: revertamini ribaldi, revertamini ad conclave, et date nobis papam, vel similia verba in effectu, et dicti cardinales dicebant: frater mi, iam habes papam, et Romani dicebant: quis est? et cardinales respondebant: cardinalem Sancti Petri, et hoc fuit dictum isti testi alia die, postquam accidit, per Fillipum Martinum (!) de Gomera, nepotem abbatis sancte Leocaudie, qui dixit sibi quod ipsemet viderat, et etiam audivit illo tempore quod Romani astulerant per vim anullos a digitis cardinalis Geebenensis, et audivit, eadem die vel die sequenti, quod, quando cardinalis Maioris Monasterii exiverat conclave, quod Romani strinserant eum ad unum parietem, vel ipse se posuerat, quando ipse vidit eos venire ad ipsum, et audivit quod ipso sic existente, iuncto cum pariete, Romani yverunt ad eum tali modo, quod videbatur sibi quod volebant inicere manus in eum, et quod unus capellanus dicti cardinalis quod (sic) *bona verba eis dixit, quod eripuit eum de manibus eorum et dixit quod hoc sibi dixerat ille qui vidit, non recordatur nomen eius. Interrogatus super lxxiiii° et v°, dixit ut supra in articulo lxxii°, scilicet quod cardinales posuerunt eum in se*[*de*] *et populus cohercebat eum stare in sede, et cardinalis Maioris Monasterii tenebat tunc sibi unam manum inter scapulas et aliam in diademate, ut dixit supra proximo capitulo... Interrogatus super lxxvii°, dixit quod audivit et scit de certo quod, antequam cardinalis de Luna venisset de palatio, quod sua familia tenebat portam sui hospitii clausam et custodiebant, causa ut Romani non deraubassent illud, et cum venit cardinalis ad suum hospitium, invenit portam clausam et gentem suam avisatam ad custodiendum eam, et hoc duravit usque ad diem sequentem Veneris, et de aliis cardinalibus nichil scit. Interrogatus super lxxviii°, dixit quod scit quod cardinalis de Luna erat publice in domo sua et porta erat bene custodita, tamen, ut credit, per modum qui processit dictus cardinalis et sui et idem de dicto domino episcopo et de suis, erant tristes, et audivit a dicto domino Alfonso* [*quod*] *pro peccatis suis viderat duos reges in Castella et duos papas in ecclesia* [*fl. 117*] *Dei. Interrogatus quare dicebat duos papas, cum adhuc non appareret per famam nisi de cardinali Sancti Petri, dixit quod, pro eo quod, statim ut venit dictus cardinalis de Luna de conclavi, dixerat dicto episcopo qualiter dictus archiepiscopus Barensis erat electus, qui dictus episcopus ita dixit isti testi. Interrogatus quare credit quod erant tristes, dixit quod credit et meditabatur quod tristitia erat principaliter quantum tangit partem dicti cardinalis, pro eo quod non potuerunt publicare libere et ut voluerant electionem factam de dicto archiepiscopo Barensi. Interrogatus super lxxix nichil. Interrogatus super lxxx, dixit quod audivit et est certus quod post dictam electionem statim in die sequenti, nescit tamen si sequenti vel tertia, predicavit quidam frater minor in ecclesia Sancte Marie de Araceli, que est suum monasterium, et inter cetera dixit quod dictus papa Urbanus non erat papa, et de rationibus quare non recordatur, et hoc scivit tunc dictus dominus Alfonsus episcopus et habuit magnum tedium ex illo et dixit: videte modo que audacia, nam si aliquis nostrum dixisset, omnes dixerant quod deberet cremari, vel similia verba, et yvit statim dictus dominus Alfonsus ad domum cardinalis de Aragonia et posuit hoc pro questione decano Tirasonensi et alteri doctori et auditori sacri palatii, de cuius nomine non recordatur,*

et ygnorat si erat ibi cardinalis de Aragonia, et post multa quesiverunt libros et iura super hoc et determinabant inter se quod dictus papa Urbanus erat verus papa, allegando sic quod, posito quod propter rumorem illius diei dicta electio non valuisset, quod propter confirmationem reelectionis secunde diei, que fuit facta in pace et sine compulsione populi, remanebat verus papa. Interrogatus quomodo scit, dixit quod per ea que audivit a dicto episcopo et fuit fama publica Rome et est certus quod ita fuit. Interrogatus si hoc dubium vidit vel audivit dici in alia parte, dixit quod non... Interrogatus super lxxxiii°, dixit quod audivit quod dictus electus alia die Veneris, de mane, miserat pro cardinali de Luna quod veniret ad eum, ad palatium pape, ubi ipse erat, et dictus cardinalis misit responsum suum per dictum episcopum olim Gienensem ut parceret ei usque post prandium, ut tumultus populi fuisset sedatus, et credit quod hoc mittebat sibi pro excusatione, quia dictus testis vidit illa die Veneris, de mane, populum Romanum sedatum et in pace, ut ipse viderat, ex quo ibi fuit, et iste testis oviavit dicto episcopo, qui ibat in dicta ambaxiata, et yvit cum eo usque ad dictum palatium, et videtur sibi quod spectavit eum donec exivit, et venit cum eo usque ad hospitium cardinalis, et scit quod dictus episcopus dixit sibi quod dixerat sibi dictus electus, audita dicta ambaxiata ex parte dicti cardinalis: dicatis domino meo [fl. 117v] cardinali quod non curet et venia[t] statim, tamen cardinalis non yvit usque post prandium. Interrogatus super lxxxiiii°, dixit quod audivit et est certus de eo et fuit publicum in tota Roma quod cardinales, ita illi qui erant in castro Sancti Angeli, sicut omnes alii qui erant Rome, yverunt ista die Veneris post electionem post prandium iuncti ad palatium papale cum dicto electo et separaverunt se dictus electus et cardinales soli in una camera, clausa porta, et quod cardinalis Florentinus proposuerat seu fecerat unam arengam et inter alia que dixerat, dixit: domine, nos elegimus te, et ille respondit: elegistis me, licet sim indignus, tamen accepto electionem, et flexis genibus coram dictis cardinalibus, dixit: timor et tremor venerunt super me, et cardinales statim spoliaverunt et scalciaverunt vestimentis et calcia mentis que tenebat, et vestiverunt et calciaverunt eum vestibus et calciamentis papalibus et, cantando Te Deum laudamus, posuerunt eum in cathedra et statim aperuerunt dictam portam dicte camere et denuntiarunt populo et illi de populo intrarunt et obediverunt ei et fecerunt sibi reverentiam ut vero pape, et etiam dicit quod istamet dixit dictus cardinalis de Aragonia dicto episcopo statim illa nocte, postquam venit, et dictus dominus episcopus illa dixit isti testi. Item dixit quod viderat illa die Veneris multam gentem, nescit qui essent, ad portam castri Sancti Angeli, sperando cardinales qui debebant yre ad papam, ut dicebatur. Interrogatus super lxxxb°, dixit quod nescit nec audivit quod dicti cardinales timuissent, cum essent in conclavi, maxime tempore electionis, tamen credit quod rationabiliter debuerunt timere, si (!) non tali timore quod de iure debuissent dimittere eligere illum, quem secundum conscientias suas debuissent eligere. Interrogatus si quando eligerant dictum archiepiscopum Barensem, si potuerunt eligere alium quem voluissent, dixit quod credit quod, si eligerant quemvis alium Romanum vel itallicum, credit quod consenserant Romani et si eligerant gallicum, credit quod penituisset eos et quid super hoc fecerant nescit... Interrogatus super lxxxix°, dixit quod scit quod aliqui cardinales erant Rome, tamen de familiaribus illorum, qui erant in castro, nec de aliis nec de suis rebus nescit, et scit quod castrum Sancti Angeli erat bene munitum hominibus ultramontanis et armis, et hoc scit pro eo quod vidit aliquos eorum, et audivit quod erat bene munitum bona gente armorum et bene fortaliciati (!), nescit tamen si erat munitum victualibus, et credit quod ille qui erat intus, non erat ita insipiens quod, illis novem diebus, non fuisset munitus victualibus, et credit quod cardinales potuissent illa nocte yre extra Romam, ubi erat cardinalis de Ursinis vel cardinalis Geebenensis, set nescit si fuissent ibi tuti ... Interrogatus super xci°, dixit quod scit quod tractarunt eum et serviv erunt

in reverentiis et in omnibus aliis ut pape, nescit tamen qua intentione. Interrogatus super xcii°, dixit quod scit omnia, que supra dixit, acciderunt Rome, [fl. 118] et numquam audivit quod cardinales non reputarent se tutos Rome. Item dixit quod credebat quod post diem Veneris, post dictam electionem, quod tota Roma fuit in pace, usquequo dictus testis ibi recessit, quod fuit die Mercurii post Pasca Ressurectionis, quia, si dicti cardinales dixissent dictam electionem non valere propter rumorem preteritum, quod dedissent eis locum et tempus pacificum, in quo potuerant eligere, et credit quod, si eligerant Romanum vel itallicum seu cardinalem de Aragonia, quod consenserant Romani, et si eligerant gallicum, penituisset eos, et quid facerent super eo nescit... Interrogatus super ciii, dixit quod illa die coronationis et etiam ante et post intronizationem, vidit esse et associare dictos cardinales papam cum faciebus et gestibus letis, ita die Jovis cene, sicut omnibus aliis diebus, et in actibus, et faciebant ei ut pape, usque in illam diem coronationis...» (41).

João Rodrigues, bispo de Patrajik, refere que, do meio de grande multidão existente na praça de S. Pedro, alguns ébrios e outros armados, se levantavam vozes a reclamar dos cardeais um papa romano ou ao menos italiano. A discórdia entre os purpurados quanto à pessoa a eleger levara-os à eleição do arcebispo de Bari. O cardeal de Santo Eustáquio impedira os colegas de elegerem algum do colégio cardinalício, porque pretendia ser papa, conforme dissera ao depoente o cardeal de Vergne. Segundo lhe afirmara o bispo de Segorve e o irmão deste, os cardeais, depois de entrarem no conclave, podiam sair e entrar livremente, quando quisessem. Ouvira dizer que a eleição de Urbano VI fora livre. Miguel de S. João, Berengário de Anglesola, o qual será, mais tarde, nomeado cardeal pelo papa Bento XIII, e Pedro de Baltanás, tinham-lhe observado que eles, estrangeiros, julgavam morrer, quando os cardeais entraram no conclave, pelo grande barulho e levantamento feito pelos Romanos. Ao cardeal de Almunia e a muitos outros ouvira dizer do contentamento deles por ter sido eleito o arcebispo de Bari, visto o considerarem melhor que o papa Gregório. O bispo de Cuenca dissera-lhe ter sabido do cardeal de Aigrefeuille que os purpurados, antes de entrarem no conclave, tinham resolvido eleger o arcebispo de Bari. Este estivera, durante três dias, escondido no conclave, enquanto os Romanos pediam a eleição do cardeal de S. Pedro. Pensa que o fingimento deste cardeal se dera antes da eleição de Urbano VI. Ao saírem do conclave, os purpurados iam bem acompanhados e a cavalo, em paz. Habitavam nas suas casas, tranquilos e alegres. Certo frade francês de Ordem dos Carmelitas, mestre em teologia, fora preso por ter dito que Urbano VI não era verdadeiro papa. Ele depoente dissera, certo dia, no mosteiro de Santo Agostinho, em presença de outros três frades, a Frei Pedro Domingues, mestre em teologia e procurador da Ordem, que Urbano VI não era verdadeiro papa. Por isso, fora repreendido pelo dito frade, com a advertência de que, se dois frades italianos tivessem entendido o que dissera, não escaparia a ser lançado ao rio Tibre. Os cardeais tratavam Urbano VI como autêntico papa e o cardeal de Almunia tinha dito ao depoente, poucos dias depois de ter chegado a Roma, que o era de facto. Dias antes da festa de S. João Baptista, fora a Anagni pedir ao dito cardeal resposta a certas cartas, que lhe levara. Fizera-lhe ver como circulava voz em Roma de que o arcebispo de Bari não era verdadeiro papa, aliás como ele depoente tinha dito já, mas o cardeal respondera que o era. Fora também falar com o cardeal de Aigrefeuille, juntamente com o bispo de Cuenca, para se despedir. Perguntara-lhe, então, se correspondia à verdade quanto se dizia em Roma sobre Urbano VI não ser verdadeiro papa. Obtivera resposta que era autêntico papa, eleito de verdade. Ajunta, todavia, o depoente não saber se o cardeal falava a sério ou se

(41) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 113v-118.

fingidamente. O bispo de Cuenca recomendara ao cardeal se evitasse o cisma na Igreja. Pensava o depoente que os purpurados não estavam seguros nem livres do papa Urbano VI em Anagni, porque o governador e oficiais regiam a cidade em nome dele:

«*Die Veneris, xviii Januarii, era qua supra, frater Johannes Roderici, episcopus de Neupatris, testis iuratus, deposuit ut sequitur. Interrogatus super primo articulo, dixit quod audivit Rome, die Veneris Sancta, vel post per duos vel tres dies, quod post mortem pape Gregorii, antequam cardinales intrassent conclave, quod Romani fecerunt pulsari campanam Capitolii, ut est moris, et fuerant simul congregati et concordarunt supplicare et rogare cardinales quod, ex quo erat de iure quod, vacante ecclesia, debet eligi ad eam clericus illius, si ydoneus reperiatur, quod eligerent de seipsis unum ydoneum et hoc audivit a domino Michaele sancti Johannis, socio cardinalis de Aragonia, et audivit plus a fidedignis quod Romani dixerant cardinalibus quod eligerent personam ydoneam ad regendum cathedram Sancti Petri et si vellent, sive esset Romanus vel gallicus aut ytallicus vel ispanus aut cardinalis de Aragonia vel de quacumque alia natione vellent, et idem respondet ad sequentes articulos usque ad xvii articulum... Interrogatus super xxxiii, dixit quod audivit et scit pro certo et fuit notorium Rome et a triginta milliaria ultra quod multitudo gentis fuerat in platea Sancti Petri* [*fl. 118v*] *cum armis et sine armis et erant bene ebrii et vociferabant et clamabant, quando cardinales intrabant conclave, dicendo: Romano lo volemo o almanco italiano. Interrogatus super xxxiiii° nichil, usque ad xl. Interrogatus super xli°, dixit quod audivit quod ipsi voluerant eligere de collegio unum de seipsis et non fuerunt concordes et propter eligerant archiepiscopum Barensem, et audivit quod cardinalis Sancti Eustacii impediverat quod non elegissent aliquem de collegio, pro eo quod ipse volebat esse papam, et hoc audivit a cardinali de Vernio. Interrogatus super xlii, ut ad proximum. Interrogatus super xliiii°, dixit quod audivit ab episcopo Segorbicensi et a fratre suo quod, postquam cardinales intrarunt conclave, quod libere poterant exire et intrare in eo, quosciens vellent. Interrogatus super xlv, xlvi°, vii° nichil. Interrogatus super xlviii°, dixit quod audivit a domino Michaele sancti Johannis et a domino Berengario de Anglesola et a Petro de Baltanas, cum quibus transivit, quando venit, quod ipse, querendo a supradictis quare habebant ibi lapides et erant comoti, et supradicti dixerunt quod Deus benefecerat sibi, quia non fuit ibi illa die, quando cardinales intrarunt conclave, quia crediderunt mori, et ipsi erant stranei, et Romani (!) illa nocte, quando cardinales intrarunt in conclavi, Romani (!) fecerunt magnum rumorem et comotionem... Interrogatus super lvi°, dixit quod audivit quod cardinales elegerant primum electum libere et sane et audivit a cardinali de Alumnio et aliis pluribus quod placebat sibi multum elegisse primum electum, quia maius bonum sperabat ab eo quam a papa Gregorio, avunculo suo, si viveret, et non audivit qua hora nec quando fuit electus, et audivit ab episcopo Conchensi quod dixerat sibi cardinalis de Agrifolio quod, ante*[*quam*] *intrarent cardinales conclave, concordatum erat iam per dictos cardinales quod eligerent in papam dictum archiepiscopum Barensem, tamen nescit si a*[*d*] *cavtellam vel quomodo fuerat electus...* [*fl. 119*] *Interrogatus super lxvi, dixit quod audivit quod, cum cardinales essent in conclavi, quod miserunt pro archiepiscopo Barensi, nescit tamen si ante electionem vel* [*post*], *et dixerunt sibi quod staret illis tribus diebus in conclavi asconsus cum illis, et quia Romani perpen*[*de*]*bant quod cardinalis Sancti Petri esset electus et populus teneret ad iniuriam dare sibi alium et, post dictos tres dies, quod elevarent eum in papam, hoc audivit Rome a toto mundo... Interrogatus super lxxv, dixit quod credit quod cardinalis Sancti Petri fuit positus in cathedra ante electionem Urbani et fuit positus publice in ecclesia Sancti Petri, tamen nescit, scit tamen quod dicta cathedra erat in tali loco*

quod totus populus veniebat ad osculandum sibi pedem, et credit quod dictus cardinalis fuit positus in cathedra sua sponte, pro eo quod permisit se vestiri vestibus et poni tiaram. Interrogatus super lxxvi°, dixit quod audivit quod cardinales exiverunt conclave, bene asociati, equitando, nescit tamen si in suis habitibus vel dissimulatis, nescit si fugiendo vel alias, audivit tamen quod cardinalis de Aragonia exivit bene asociatus de centum lanceis, quarum quinquaginta erant episcopi Segorbicensis, et alia quinquaginta suorum amicorum gentis Romane, et audivit quod omnes cardinales yverunt ad sua hospitia in pace et in salvum... Interrogatus super lxxviii°, dixit quod audivit quod dicti cardinales erant in hospitiis suis et ostendebant se publice, cum letis gestibus et faciebus, et quod nun[qu]a[m] ita magne letitie fuerant facte Rome a Sancto Petro citra, sicut pro dicto electo, et quod regina Neapolitana miserat sibi Rome sex tonelos florenorum. Interrogatus super lxxix nichil. Interrogatus super lxxx, dixit quod audivit Rome quod unus frater gallicus, magister in theologia, ordinis Carmelitarum, quod dixerat quod Urbanus non erat papa, et propter hoc fuit positus in stala et condemnatus ad carcerem perpetuum, et iste testis una die in monasterio Sancti Augustini coram aliis tribus fratribus dixerat fratri Petro Dominici, magistro in theologia, procuratori [fl. 119v] Ordinis, quod dictus Urbanus non erat papa et quod alii duo qui erant itallici, non intellexerunt bene supradicta et dixerunt: quid dicit? et magister dixit: mecum loquitur de nostra provincia, et dictus magister superaverat dictum testem et dixerat sibi: maledicte, quid dixisti? quia si isti audivissent, non ev[a]sisses per quot quod sunt in mundo, quod te non proiecissent in fluvio Tiberis, et hoc fuit prope ante Ascenssionem, et hoc erat murmur per quemlibet compita (?) Romanorum et etiam [per] tales locutiones citramontani non erant bene tuti et quod tota die duravit plus usque dictus testis recessit Roma... Interrogatus super lxxxiii° usque ad xc inclusive, nichil. Interrogatus super xci°, dixit quod audivit et scit quod utebantur cum eo tamquam cum vero papa. Interrogatus super xcii°, dixit quod dicte reverentie fuerunt facte Rome, existentibus ibi cardinalibus, et credit certe quod si Rome dicti cardinales impugnaverant dictam electionem Urbani, quod fuissent in periculo et dagnificassent eos. Interrogatus super xciii°, nichil. Interrogatus super xciiii°, dixit quod audivit post Ascensionem contenta in articulo et quod cardinalis de Alumnio dixerat isti testi, quando ille dixit sibi: taceatis in nomine diaboli, quia iste est verus papa, et refero gratias Deo qui eum dedit michi, quia maius bonum spero ab eo quam a papa Gregorio, avunculo meo, et hoc dixit sibi statim post paucos dies, quando venit Romam, et post hoc, paucis diebus ante festum sancti Johannis, cum iste testis yret ad Agnaniam, ad spediendum se a cardinali de Alumnio, et petisset responsionem quarumdam litterarum, quas aportavit sibi, quod dixerat sibi quod nesciebat quid scriberet et tunc iste testis dixit sibi: videtur michi domine quod illud quod vobis pridie dicebam Rome quod papa Urbanus non erat papa, quod verificatur et est magnus rumor Rome, et dictus cardinalis dixit sibi: vos estis [magis] quam fatuus, quia ipse est verus papa et vere fuit factus, et post surrexit de scano, in quo sedebat, et dixit: per Corpus Dei, domine, iam non faciemus commodum nostrum de hoc quod volumus facere, et taceatis que malo punto, et nescit si dixit pro cautella; statim post ista, iste testis yvit cum episcopo Conchensi ad domum cardinalis de Agrifolio, ad spediendum se de eo, et inter cetera dixit sibi: domine, est verum hoc quod dicitur Rome quod papa Urbanus non est papa? et ille dixit sibi: unde habetis vos hoc? absit, absit, absit, quia ipse est verus papa et veraciter electus, et quod episcopus dixit sibi: domine, caveatis vos a scismate, nescit tamen si dictus cardinalis dixit fictitie vel non. Interrogatus super xcv usque ad xcix°, nichil. Interrogatus super C°, dixit quod cardinales stabant Agnanie, a festo Pasce Ressurectionis, usque iste testis recessit Roma, et quod civitas Agnanie regebatur et gubernabatur per officiales nomine dicti pape Urbani et ipse vidit sua arma ad

portam civitatis, et credit quod, dum ibi fuerunt cardinales, non erant tuti a papa Urbano. Interrogatus super Ci°, ii° et iii usque ad finem, nichil. Et licet fuerit interrogatus super quolibet dictorum articulorum particulariter, dixit se nichil plus scire» (42).

Filipe Martins de Gómara, ao serviço do bispo de Leão, confirma o facto de os Romanos reclamarem um papa romano ou, ao menos, italiano. Diz que a maior parte dos cardeais concordara em eleger papa ao arcebispo de Bari. O toque do sino do Capitólio ter-se-ia dado para anunciar a alegria da notícia, embora falsa, mas tida pelos Romanos como verdadeira, da eleição do cardeal de S. Pedro. O arrombamento do conclave ter-se-ia dado também para verem o cardeal de S. Pedro, que diziam ser o papa. Os purpurados prometeram satisfazer os desejos da gente de ter um papa romano ou italiano, pelo que o povo se retirou, depois da promessa. Não teriam publicado logo a eleição, que fizeram de Urbano VI, por medo dos Romanos, que julgavam fosse francês o eleito:

«[*fl. 120*] *Depositio Philipi Martini de Gomara, alumpni episcopi Legionensis, testis iurati. Deposuit ut sequitur ... Interrogatus super xliiii°, dixit quod audivit quod Romani promiserunt dictis cardinalibus murare* (*ms.:* murmurare) *conclave libere et claudere suas portas et quod illa nocte quod aliqui Romanorum icircuerunt prope palatium ex parte vinee et clamabant: Romano lo volemo o almanco ytalliano, et credit quod illi armati erant ibi ad custodiendum quod dicti cardinales non exirent inde, donec eligerent papam, et audivit quod alia die, de mane, multi illorum Romanorum continuaverunt suos clamores, dicendo: Romano lo volemo, etc., et nescit quot continuaverunt istos clamores, tamen credit quod, non obstantibus clamoribus supradictis, cardinales potuerunt eligere quem voluissent, et hoc credit pro eo quod audivit quod aliqui eorum vel maior pars concordaverunt* [*fl. 120v*] *ante ingressum conclavis eligere papam Urbanum, qui tunc vocabatur archiepiscopus Barensis. Interrogatus super xlv, usque ad xlviii° inclusive, nichil. Interrogatus super xlix, dixit quod audivit quod, cum essent cardinales in conclavi, quod cardinalis Sancti Petri erat electus in papam, et hoc exivit a conclavi, pro eo quod unus cardinalium dixerat populo: state in pace et anate a par de Sancto Pietro, et credit quod ille fuit cardinalis de Ursinis, pro eo quod erat Romanus et timebat plus quam alius et quod ante, inter tertiam et meridiem, audivit pulsari unam campanam, et videbatur sibi quod pulsabatur in extensum, et scit vere eam esse Capitolii, et quesivit ab aliis suis sociis Castellanis, qui veniebant adversus Sanctum Petrum, ad quid pulsabatur dicta campana et illi responderunt quod erat factus papa cardinalis Sancti Petri, et post hec vidit venire versus conclave aliquos Romanos, currendo ad Transtiberim, dicendo: papam habemus cardinalem Sancti Petri, et post hoc vidit venire alios et ibant ad Anibaldum, nepotem dicti cardinalis, ad petendum aluria, pro eo quod avunculus suus erat electus in papam. Interrogatus si dicta campana consuevit pulsari ad alios actus, dixit quod nescit, et dixit plus quod statim dicta campana consuevit* (sic) *pulsata fuit, multiplicatus fuit populus ante palatium in platea Sancti Petri et audivit quod, ut viderent dictum cardinalem electum, intrarant dictum conclave et ipsum ruperant per vim, et credit quod istam fictionem cardinalis Sancti Petri fecerunt cardinales, ex eo quod Romani nesciebant de certo si dictus Urbanus, qui fuit primus electus, erat Romanus vel itallicus aut gallicus, ymo maior pars eorum credebat esse gallicum et quod Romani fecerunt sedere dictum cardinalem Sancti Petri in sede papali et vestiverunt eum capa et adora-*

(42) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 118-119v.

verunt ut papam et quod ipse ista die non yvit ad palatium pape nec ante nec post usque fuit certus quod cardinales exierunt conclave et elegerant papam, quia audivit quod Romani, qui custodiebant conclave, fregerant porta[m] penu, ubi erat vinum pape, et inebriaverunt se aliqui et timebat obviare alicui illorum, qui fecisset sibi aliquam iniuriam, et propter hoc dimisit yre ad dictum palatium; hoc usque ad lxiii° articulum. Interrogatus super lxiiii°, dixit quod audivit quod, cum essent cardinales in conclavi, fecerunt dici populo, qui erat ibi, tunc clamando, quod ipsi contentarent eos de papa Romano vel itallico et propter istam promissionem recessit populus, et audivit quod dicti cardinales miserant pro abbate Montis Cassini et pro archiepiscopo Barensi, et ipsi venerunt ibi et postquam dictus archiepiscopus venerat, elegerant eum dicti cardinales, tamen nescit si elegerunt ante prandium vel post, et quod ipse dixerat: ex quo sic vultis, ponatis nomina vestra in una cedula, et ipsi quod fecissent, nisi preter duos, quos nescit qui sunt, et audivit quod, post quod semper ibi [fuerunt] usque ad coronationem suam, et credit quod dicti cardinales obmiserunt publicare electionem suam de dicto Urbano, propter metum Romanorum, pro [eo] quod crederunt quod esset gallicus. Item dixit quod ipse hospitabatur in Transtiberim, qui edistabat [fl. 121] a dicto rumore et [non audivit] clamores, quos faciebat populus ante palatium, antequam dicta electio fuisset facta. Item audivit quod non fuit publicata electio Romanorum (!) quod archiepiscopus Barensis fuisset electus, usque fuit publicata electio sequenti die, et credit quod cardinales steterunt in conclavi duobus diebus et cum dimidio, hoc cum sequentibus, usque ad lxx inclusive... Interrogatus super lxxvii° (texto incompleto)» (43).

Pedro Fernandes, arcipreste de Hita, da diocese de Toledo, conta que, depois da morte do papa Gregório, antes de os cardeais entrarem no conclave, fora detido, com Diogo Martins de Urduña, por guardas armados, que diziam ter mandato de não deixar sair da cidade a nenhum estrangeiro. Fala de cerca de vinte mil pessoas, a maior parte delas armada, na praça de S. Pedro e ruas contíguas. Ouviu as vozes do povo, a reclamar um papa romano ou, ao menos, italiano, enquanto outros pediam o abade de Monte Cassino, outros o cardeal de S. Pedro e ainda outros o arcebispo de Bari e o cardeal de Florença. O bispo de Lisboa, D. Agapito de Colona, procurava deter os manifestantes com vara na mão, mandando se calassem e não fizessem tumulto. Na noite de quinta-feira, no conclave, os cardeais falavam do perigo, em que se encontravam, se não anuíssem à vontade dos Romanos, motivo por que teriam concordado em aceitar o arcebispo de Bari e simular que ele era papa. Tiveram em conta sua vida de homem irrepreensível e de conhecedor da Cúria, mas na intenção de, quando estivessem livres da influência dos Romanos e depois de saírem do conclave, elegerem outro à sua vontade. Pelo que presenciara, deviam ter padecido medo de morte ou de serem presos, se não fizessem a vontade aos Romanos. Não podiam fugir ao perigo de caírem nas mãos violentas dos mesmos e de serem feridos com armas. O depoente chegara ao conclave, pouco depois do arrombamento do mesmo, e ouvira o povo gritar pelo arcebispo de Bari. Entrara, a seguir, no conclave e vira dentro cerca de quarenta romanos, a rasgar as colchas dos leitos dos cardeais, enquanto alguns tocavam a sineta do conclave, com mostras de contentamento, a proferirem o nome do cardeal de S. Pedro como papa. Alguns purpurados tinham posto guardas na igreja do Espírito Santo, onde se refugiaram, com muita gente armada. O cardeal Orsini fugira de noite e o de Florença permanecera no palácio, com o arcebispo de Bari. O motivo da fuga teria sido o da simulação do cardeal de S. Pedro, para enganar os Romanos, dos quais

(43) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 120-121.

temiam represálias. Fala do ataque ao castelo de Santo Anjo da parte de populares, que chamavam traidores aos cardeais, e de vários roubos, em prejuízo dos franceses. Teriam matado ou ferido um ou dois vendedores na escadaria de S. Pedro, conforme ouvira dizer a romanos e a alguns espanhóis. Os cardeais refugiados no castelo de Santo Anjo saíram de lá constrangidos pela necessidade de pessoal e de víveres:

«[*fl. 121v*] *Die Martis, xxii dicti mensis Januarii, era qua supra. Petrus Fernandi, archipresbyter de Hita, diocesis Tolletane, testis iuratus, deposuit ut sequitur... Interrogatus super xi°, dixit quod post mortem pape Gregorii, antequam intrarent conclave, cum yret iste testis cum Didaco Martini de Urduña et vellet exire per* [*fl. 122*] *unam portam de Trastiberim, prope fluvium, ad solaciandum, quod invenerunt ibi homines armatos custodes, qui dixerunt sibi quod non exirent extra, quia mandatum erat sibi quod non dimitterent aliquem foraneum exire extra, nec aliam gentem potentem intrare civitatem ... Interrogatus super xxxiii° et iiii°, dixit quod vidit quod die Mercurii de sero, quando* [*fl. 122v*] *cardinales intrabant conclave, quod platea Sancti Petri et in gradario et in curali maiori de intus palatium et in ca*[*r*]*reriis contiguis, cum dicta platea, totum esse plenum gente populi Romani et, ut credit, aliorum montanariorum, qui fuerunt vocati, ut predixit, qui poterant esse secundum suam ymaginationem usque viginti millia hominum et quod maior pars istius gentis erat armata, ad modum illius terre ... vidit quod cardinales intrabant conclave sine aliqua difficultate et cum letis gestibus, ut sibi videbatur, tamen non ibant tantum asociati, ut consueverunt ... et postquam cardinales intrarunt conclave, audivit quod statim fuit clausa porta conclavis de muro et alia die ipse vidit illam clausam et quod, postquam cardinales intraverunt conclave, iste testis yvit ad hospitium suum, et cum yret, antequam exisset extra illam gentem, audivit quod vociferabant et dicebant aliqui eorum: papam vollumus Romanum o almanco italliano, alii dicebant cardinalem Sancti Petri volumus, alii abbatem Montis Cassini et alii dicebant: a miscer de Bari, et alii: cardinalem Florentinum, et antequam inde recederet, vidit quod dominus Agapitus de Columna, episcopus Ulixbonensis, ibat cum uno baculo in manu, cohercendo gentem quod taceret et non facerent tumultum aliquod, et audivit quod cardinales, postquam intraverunt conclave, miserunt sibi dici quod facerent quod illa gens recederet de loco illo et tacerent, quia, dum vociferarent et facerent tumultum, ipsi nichil facerent ...* [*fl. 123*] *... Interrogatus super lvii°, dixit quod audivit quod illa die Jovis, de nocte, quod cardinales in conclavi dixerunt inter se: nos iam videmus periculum, in quo sumus, et quod non possumus recedere hinc sine rumore, si non facimus quod volunt Romani,* [*fl. 123v*] *ad eorum voluntatem, et ideo concordaverant recipere archiepiscopum Barensem, fingendo quod esset papa, pro eo quod erat probus homo et bone vite et nutritus inter eos et talis qui non faceret nisi ad voluntatem eorum, et quod dicerent quod erat papa, donec posset evadere Romanos, et post exitum eorum de conclavi quod yrent extra Romam et eligerent ad voluntatem Dei et quod dictum archiepiscopum contemptarent cum aliquo alio, de quo esset contentus, et hoc audivit ab aliquibus Romanis et a quodam grosario gallico, de quo non recordatur, et credit, secundum ea que vidit et audivit et intellexit ab extra, quod cardinales debuerunt ita multum timere, sicut si spetassent mori, et istemet testis, qui incedebat in habitu Romano, timuit mori et voluntarie recessisset de Roma, si potuisset. Interrogatus quid vidit ipse, quare tantum timorem habuisse*[*nt*] *cardinales, dixit quod pro eo quod vidit aliquos Romanos, qui vibrabant lanceas et mutabant colores et dicebant quod illi cardinales, quos intus habebant, quod dedissent papam Romanum vel itallicum, nisi hora mala illuc intraverunt, et dixit quod per ea quod (!) vidit, si fuisset cardinalis, timuis-*

set mori vel capi, si non faceret ad voluntatem Romanorum, et dixit quod credit quod si, illo tempore rupture conclavis, quando Romani intrarunt intus, non invenissent papam creatum de supradictis nominatis per populum vel alium, qui sibi placuisset, non potuissent excusari et poni ad gladium vel esse captos, et audivit ab aliquibus Romanis populi, qui ibi erant, quod audiverant exir e ad fenestram conclavis, ubi erant cardinales, et dicebant: Bari, Bari, Bari, Bari, et tunc illi Romani, qui erant prope murum conclavis: ad Corpus Dei, dominum Barensem fecerunt papam, et ista fuit ita vox publicata ab aliis in alios per illam gentem, qui ibi stabat, et iste testis vidit in gestibus illorum de populo quod penitebat aliquos de populo, et vidit tunc dominum Agapitum de Columpna et alios dominos armatos, qui incedebant inter illos de populo, dicendo quod tacerent et non vociferarent, sicut vociferabant, et hoc poterat esse hora inter tertiam et meridiem, et hanc vociferationem continuarunt usque modicum plus post meridiem, et credit quod in timore, licet non in tantum, fuerunt cardinales ab aurora usque ad horam, qua incepit ista vociferatio, nam tota illa die stetit ibi multa gens populi bibendo et simul vociferando, et credit quod, si elegissent alium, qui non fuisset Romanus vel itallicus, quod non poterant evadere sine periculo iniciendi manus violentas in illis et percutere eos cum armis ... Interrogatus super lx, dixit quod audivit Rome quod, ut auditum fuerat a cardinalibus vel ab aliquibus, qui audierunt ab illis, de quibus non recordatur, a quodam famulo cuiusdam grosarii, quod cardinales dixerant quod, ex quo vim eis inferebant, quod satisfacerent Romanis, et postquam fuissent extra periculum, quod eligerent in concordia aliquem gallicum vel alium, de quo sibi placeret ... Interrogatus super lxiiii°, dixit quod audivit quod illa die, quasi hora meridiei, quod cardinales Sancti Petri et de Ursinis et Florentinus, omnes tres vel duo aut unus, quod posuerunt se ad fenestram conclavis et dixerant aliquibus Romanis quod dicerent illis [*fl. 124*] *de populo quod tacerent et non vociferarent ita, quia ipsi darent eis papam, de quo contentarentur, et tunc dixerant illi de populo inter se tamquam illi qui iam erant certi: ad Corpus Dei, papam Romanum vel itallicum volunt, volunt nobis dare, et hoc fuit postquam illa vox de Bari supradicta exivit et fuit quasi hora meridiei, et modicum ante meridiem audivit quod fuit fractum penu et biberant et sparserant vinum, quod ibi erat, et iste testis intravit per dictum penu, ad ascendendum conclave per unam scalam lineam prope, ubi erat campanella, hora none, modicum plus vel minus, postquam conclave fuit ruptum ... Interrogatus super lxxi°, dixit quod non fuit ibi in principio rupture conclavis, tamen supervenit post, post modicum spatium, et postquam audivit quod rumpebatur conclave et derraubatur, et audivit quod, ex quo Romani audiverunt illam vocem de Bari, Bari, quod non cessabant a clamore, usque audivit quod rumpebatur conclave et depredabatur, et illa hora yvit ad portam, que erat murata, et vidit aliquos intrantes per unum foramen, quod fecerunt, et ipse vidit in medio illius foraminis unum hominem armorum, tenentem unam partem corporis intus et aliam extra, qui dixit sibi: monta su, mister, et ille respondit quod yret hora mala, et ille dedit sibi cum bracaloto et proicerat inferius eum, et post eum venit unus lapis illorum, cum quibus erat murata dicta porta, et tunc ipse separavit se, propter quam moram ascenderunt aliqui alii nunc* (sic) *ante illum, statim iste testis intravit conclave et vidit intus usque quadraginta personas Romanorum et vidit quod rumpebant cortinas lectorum cardinalium et ibant aliqui ad campanellam conclavis et dicebant: laudato Christo, quia cardinalis Sancti Petri est papa, et iste testis recepit aliquos quaternos librorum, et nescit si erant finiti, et post dimisit eos, credens se esse excommunicatum, si portaret, et ad manum desteram ingressus illius porte, per quam ipse intravit, erat una cappella, habens portam ferream et lineam ad modum rectis et ante unum altare, quod erat in ea, vidit stare cardinalem Sancti Petri iunctas scapulas altare, quando cardinalem tenebant due persone vel*

perplures per humeros et unus ponebat sibi mitram albam et alius purgabat sibi frontem et faciem cum quodam pano albo et ad aliam manum signistram cappelle in quodam banco stabat cardinalis Pitavensis, ut sibi visum fuit, et alii cum eo, et vidit, illa hora et ante et post, aliquos Romanos et alias gentes, qui intrabant per portam quam ruperunt, et aliqui ibant ad pulsandum camppanellam, alii ad osculandum pedem dicto cardinali Sancti Petri, et letabantur dicentes quod laudaretur Christus, quia ad minus semel habebant papam Romanum et aliqui eorum vociferabant, dicentes: vivat, vivat Sanctus Petrus. Interrogatus per quot loca fuerat ruptum conclave, dixit quod ipse vidit id ruptum, per quod intravit, et vidit quod per illum locum intrabant plures, postquam ipse intravit, et alii exibant ad petendum aluria, et videtur sibi quod vidit intrare aliquos per quamdam portam prope camppanellam, que descendebat inferius per unam scallam lineam ... [fl. 124v] ... Interrogatus super lxxvi° et vii°, dixit quod, cum ipse recessit de conclavi, accessit cardinalis Geebenensis, qui ibat ad hospitium suum et portabat unam capam, ut sibi videtur vestitam anteriorem partem super brachiis, in tantum quod roquetum pacciebat (patebat?) a parte anteriori, et credit quod portabant sibi caudam cape, set non recordatur bene, et ybant cum eo sex vel septem, quorum aliqui erant Romani, qui asociabant eum, et vidit cardinalem Aragonensem equitantem in una mula, cum suo capello et capa, et credit in habitu cardinalis, et sociabant eum multi Romani, et audivit quod illa nocte cardinalis Pictavensis et alii duo vel tres cardinales posuerunt vigilles et custodes in ecclesia Sancti Spiritus, ubi erant cum multa gente armorum, ita suorum, sicut aliorum Romanorum, propter timorem, ut audivit, ut non fuissent mortui vel cepti per illam gentem congregatam Rome... Audivit etiam quod cardinalis de Ursinis fugerat illa nocte et quod cardinalis Florentinus quod remanserat illa nocte in palatiis cum archiepiscopo Barensi. Interrogatus si scit quare fugerunt, dixit quod credit, ut audivit, quod propter illam burlam, quam fecerant, in faciendo papam cardinalem Sancti Petri, tamen ipse nollet nec fuisset, et propter hoc quod Romani facerent eis aliquod malum. Interrogatus super lxxviii°, si scit quod aliqui cardinalium yvissent illa nocte ad sua hospitia, dixit quod sic, specialiter qui hospitabatur ad ecclesiam Sancti Spiritus et cardinalis Aragonie, qui ibat bene sociatus de pluribus Romanis et aliis suis, et intrando per primam portam Sancti Angeli, illi de castro et de supra pontem voluerunt eum recipere ad se inter unam portam et aliam gentes (!credentes?) quod Romani ducebant eum captum et non potuerunt eum recipere, et transivit et yvit ad hospitium suum, et quod aliqui Romanorum yverunt cum eo et alii vociferarunt, ut audivit, dicentes inter se: Interficiamus istos prodictores et destruamus castrum, ut iam num[q]a[m] possit aliquis intrare contra voluntatem nostram, et in eodem punto inceperunt invadere castrum fortiter et cum magna presura, ut videbatur sonitu vocum et armorum, et audivit quod illa nocte derraubarunt domum cardinalis de Britania et, cum rederetur iste testis ad domum suam, audivit quod derraubabantur quatuor vel quinque hospitia grosariorum, qui erant proxime ad sacrum palatium, et audivit quod illa gens armorum iniciebat manus violentas contra aliquos grossarios et officiales gallicos, et audivit quod in gradario Sancti Petri quod fuerant unus vel duo eorum mortui vel percussi, et audivit a Romanis [fl. 125] et ab aliquibus ispanis. Item audivit quod cardinales erant pavidi et custodiebantur per suos cum aliquibus vicinis suis Romanis, melius quod poterant. Interrogatus super lxxix, nichil. Interrogatus super lxxx, dixit quod de hoc nichil scit, excepto quod audivit a quodam familiari cuiusdam grossarii gallici amici: permittatis stare, quia, postquam Deus voluerit quod cardinales, sicut in sua libertate, ipsi facient papam gallicum vel talem, quem intelligant esse sufficientem, quia videtur quod iste quod non sit bene factus. Interrogatus quando audivit, dixit quod illa die Jovis, de sero, post Vesperos, et audivit tunc hoc una mulier de vico illo et dixit: isti proditores ispani

derident de papa Romano, et tunc etiam aliqui Romani, ad dicta illius femine, voluerunt movere bricam contra dictum testem et suos socios ... Interrogatus super lxxxiii°, dixit quod audivit quod primus electus miserat pro cardinalibus, qui erant in castro Sancti Angeli et extra civitatem et suis hospitiis in civitate, et nescit si hoc fuit die sabbati vel Dominica, nec scit si misit pro illis ipse vel cardinalis Florentinus suo nomine ... Interrogatus super lxxxix°, dixit quod audivit quod cardinales exierunt de castro Sancti Angeli, plus necessitate quam alias, videlicet quia non erant muniti gentibus, nec victualibus... Interrogatus super xcviii°, dixit quod audivit quod aliqui cardinalium et aliorum ambaxiatorum regum scripserunt suis regibus et ad partes suas quomodo ille erat verus papa... Interrogatus super ciii°, dixit quod de die coronationis nescit, excepto quod vidit decanum de Sanctas, ad portam ecclesie Sancti Petri, recumbentem supra unum cancellum, tristem, ponentem primam coronam dicto primo electo... Petrus Fernandi de Fita, archipresbyter» (44).

João Sanches de Toledo, licenciado em decretos e familiar do arcebispo de Sevilha, conforme ouvira de um alfaiate, que interpelara, ao ouvir tocar o sino do Capitólio, classifica o toque de sinal de alegria, talvez por correr voz de ter sido eleito papa o cardeal de S. Pedro. Ao dirigir-se para uma igreja, perto da casa do cardeal de Aragão, de manhã, à hora de prima, com Tomé Gonçalves, tesoureiro de Compostela, fora aconselhado por um estudante italiano a não andar pela cidade, visto os estrangeiros correrem perigo, em face do tumulto do povo romano, reunido na praça. Circulara, a seguir, voz de ter sido eleito papa o cardeal de S. Pedro. Fora, então, à praça e encontrou, no caminho, ao escudeiro João Sanches de Alfaro, que lhe dissera não ser verdade quanto se afirmava sobre a eleição do cardeal romano, aconselhando-o a voltar para casa, perante o perigo, em que se encontravam. Mandara emissários a informarem-se do que se passava. Continuavam as vozes de que era papa o dito cardeal. A seguir, fora também à praça de S. Pedro e entrou no palácio do conclave, onde viu os familiares dum cardeal a recolher, à pressa, a roupa, e homens do povo a apanhar e a levar para fora quanto podiam. Certo frade da Ordem Terceira de S. Francisco falara-lhe, então, do grande perigo, em que estava a Igreja, por se afirmar terem sido eleitos dois papas: o cardeal de S. Pedro e o arcebispo de Bari. Efectivamente, entre o povo diziam uns fora eleito o cardeal e outros o arcebispo. No dia seguinte, de manhã, entre as horas de prima e de tércia, viera ter com o depoente o outrora bispo de Jaén, D. Afonso, o qual regressava do palácio papal, com a notícia de que era papa o arcebispo de Bari e de que os bandarenses foram prestar-lhe reverência e pedir perdão pelo que tinham feito no dia anterior. Desculpavam-se tê-lo feito sob a acção do vinho. O arcebispo ainda não tinha o manto papal, que recusava aceitar, antes de voltarem os purpurados, aos quais enviara dizer poderiam abeirar-se dele com segurança. O depoente vira, depois, passar o cardeal de Florença. O toque dos sinos significava alegria pela eleição do papa. Quando os cardeais mandaram chamar o bispo de Lisboa, o abade de Monte Cassino, o arcebispo de Bari, o patriarca de Constantinópola e outro bispo, cujo nome não recorda, quase à hora de tércia, antes do jantar, já se teria realizado a eleição. Os prelados comeram fora do conclave, no palácio. Durante a refeição, o bispo de Marselha, guarda do conclave, dera a entender fora eleito papa o arcebispo de Bari e não o abade de Monte Cassino, como, então, chegou a pensar um dos serventes à mesa. Ao arrombarem o conclave, os Romanos clamavam por um papa romano, segundo ouvira dizer a muitos, nomeadamente a Pedro Fernandes de Mena. Os cardeais saíram do conclave e do palácio com medo, precisamente pelo perigo de se descobrir o engano de terem eleito o arcebispo de Bari e feito correr voz que era papa o cardeal de S. Pedro. Depois da coroação, o cardeal de

(44) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 121v-125.

Viviers teria dado a entender que Urbano VI não era verdadeiro papa. No arrombamento do conclave e quando os Romanos entraram nele, os purpurados tiveram medo e não poderiam eleger senão um romano ou italiano. Crê, porém, que, se tivessem simulado a eleição, como fizeram com o cardeal de S. Pedro, passado o furor do povo, não corriam perigo algum, porque, no dia a seguir ao da notícia de o cardeal de S. Pedro não ser papa, já não se interessavam mais os Romanos do assunto nem transcuravam o cumprimento dos próprios deveres. Conforme ouvira, os cardeais, residentes no castelo de Santo Anjo, enviaram uma cédula aos que tomaram parte na eleição, a dar-lhes poder de entronizarem Urbano VI. Foram todos ao papa prestar-lhe reverência. Continuaram, aliás, a tratá-lo como papa nos consistórios e em todos os actos. Afirma, contudo, o depoente que em Roma não tinham liberdade para impugnarem a validade da eleição de Urbano VI. Temiam a prisão, embora sem perigo de morte. A cidade de Anagni era lugar seguro para os cardeais, durante o tempo que lá estiveram, o fazerem, por estar à frente do seu governo o conde de Fondi e por o governador da Campanha ser muito amigo dos purpurados:

«[*fl. 125v*] *Die Jovis, xxiiii Januarii, era qua supra. Johannes Sancii Tolectanus, licentiatus in decretis, canonicus Tolectanus, familiaris archiepiscopi Ispalensis, testis iuratus, deposuit ut sequitur... Interrogatus super xxiii°, dixit quod audivit quod cardinales ante ingressum conclavis dubitabant de illis modis quos tenebant Romani, et quod locuti fuerant aliquostiens cum illis et ille qui plus dolose loquebatur cum illis, erat cardinalis tunc Geebenensis, qui dixt Romanis quod cum illis modis, quos tenebant, facerent quod numquam papa nec imperator veniret nec staret Rome nec placeret eis ...* [*fl. 126*] *... Interrogatus super xli°, dixit quod non audivit precise quod cardinales ultramontani et citramontani essent intentione eligendi de seipsis ante ingressum conclavis nec post, tamen audivit tunc quod aliqui confidebant quod essent videlicet Geebenensis, Sancti Eustacii, Vivariensis, Pitavensis et de Luna et Maioris Monasterii, tamen de isto non credebant, et de archiepiscopo Barensi et de abbate Montis Cassini, et hoc audivit, antequam cardinales intrarent conclave, a diversis personis de diversis locis* [*fl. 126v*] *... Interrogatus super xlix°, dixit quod, illa die Jovis, inter primam et tertiam, set plus accedendo ad tertiam, audiverat pulsari ad martellum unam campanam Capitolii, cum esset ad portam sui hospitii, quod erat ad Sanctam Mariam de Transtiberim, et hospes suus erat sartor, et iste testis pectit ab eo qui erat in butica sua laborando, ad quid pulsabatur illa campana, et suus hospes posuit se ad meditandum et dixit quod non pulsabatur nisi ad letitiam, et credit quod tunc pulsabatur pro eo quod dicebatur quod cardinalis Sancti Petri erat papa, et quod ipse audivit eam pulsari, alias ita quando ibant in exercitu, sicut quando fecerunt dominum Gometium senatorem, et non vidit nec audivit quod ad alios actus pulsaretur illa campana tali modo nec potuit discernere diversitatem aliquam in modo pulsandi ad quemcumque actum supradictorum ... Interrogatus si ipse illa die yvit ad Sanctum Petrum, vel quid fecit, dixit quod de mane, quasi hora prime, et Thomas Gundisalvi, thesaurarius Compostellanus, yverunt ad unam ecclesiam, prope hospitium cardinalis de Aragonia, et illa die erat statio in illa ecclesia, et cum ipsi yrent per viam, invenerunt unum studentem itallicum, qui dixit eis quod non faciebant bene yre sic per civitatem, quia periculum erat, pro eo quod totus populus Romanus erat congregatus et armatus ad Sanctum Petrum et, si rumor insurgeret, quod foranei, qui invenirentur per civitatem, transirent male, et tunc accesserunt ad dictam ecclesiam et reversi sunt ad suum hospitium, scicius quam potuerunt. Item quod, cum ipse esset in sua camera, postquam rediit de dicta ecclesia, fuit fama et vox in vicinitate, ubi morabatur, quod cardinalis Sancti Petri erat papa, et videtur sibi quod illa hora audivit campanas, quas supra dixit se audivisse, et tunc iste testis recessit ab hospitio suo, ut yret ad Sanctum*

Petrum, et quod, antequam accederent illuc, oviavit cuidam scutifero, qui consuevit vivere cum domino Gometio, qui vocatur Johannes Sancii de Alfaro, et dixit sibi quod rediret ad hospitium suum, quia non erat verum quod cardinalis Sancti Petri esset papa, set unus illorum popularium fecit illam vocem, et statim totus populus recepit illam vocem, et statim yverunt aliqui ad pulsandum campanas Sancti Petri, et pro tanto dixit sibi quod non yret ultra, set rediret ad hospitium suum, quia erat periculum, et iste testis ita fecit, et deinde per spatium trium horarum, postquam venit, venit aliam vocem (sic) *contraria, in dicta vicinitate, et dicebatur quod non erat papa cardinalis Sancti Petri, et murmurabant femine vicinitatis, dicentes: que naxiesse el umoca ale franchiloni que ama facto befa, vel similia verba; dixit etiam quod, postquam reversus est, audivit quod erat rumor ad Sanctum Petrum,* [*fl. 127*] *et statim recessit ab hospitio, et unus famulus suus, cum ivit ad caveas Montis Sabelli, que sunt prope domos Luce Sabello, qui erant ibi tres pauperes amici sui, qui erant socii domini Alfonsi, olim episcopi Gienensis, et posuit se ibi,* [*cum*] *esset securus, et deinde misit famulum suum ad Sanctum Petrum, ad sciendum quid fiebat, et post spatium rediit ad eum famulus suus, et dixit sibi quod erat papa cardinalis Sancti Petri, quia totus mundus clamabat, et quod viderat exire de palatio cardinalem Geebenensem in roqueto et cardinalem Sancti Eustacii, et quod cardinalis Sancti Eustacii exibat, quasi plorando, et cardinalis Geebenensis dicebat· hoc est factum, et statim iste testis yvit ad Sanctum Petrum, et intravit palatium intus in conclavi, et vidit quosdam familiares unius cardinalis, qui colligebant raupas leti presurose, et vidit alios Romanos populares, recipientes mensas et portas et alia lina, que poterant, et has portabant ex*[*tra*] *palatium, et deinde accessit ad eum quidam frater tertie regule, qui erat sibi notus, et dixit ei quod mundus erat in maiori tribulatione quam nunc*[*u*]*am fuerant* (*!*), *et quod nos stabamus in magno periculo, quia dicebatur quod erant duo electi in papam, cardinalis Sancti Petri et archiepiscopus Barensis, et tunc iste testis recessit inde ad hospitium suum, ut yret, et ibat inter plures homines, qui ibant Transtiberim ad sua hospicia, et audivit a duobus qui ibant, querendo inter se: quis est papa? alter respondit: nescio, quis scit? aliqui dicunt cardinalem Sancti Petri, aliqui archiepiscopum Barensem, et postquam accessit illa nocte ad hospitium suum, non exivit foras, excepto quod scit quod illa nocte fuit gens armata de tota nocte in domo cardinalis Geebenensis et cardinalis exivit illa nocte extra Romam. Item dicit quod alia die Veneris, inter primam et tertiam, venit ad eum dominus Alfonsus, olim Gienensis, et dixit quod veniebat de pallatio pape et haberet solatium, quia gratias Deo iam habemus papam, et iste testis quesivit quis erat papa, et ille dixit quod archiepiscopus Barensis, quod bandarenses venerant iam ad faciendum sibi reverentiam, et petierunt sibi veniam de preteritis ante diem, et quod non respiceret illos qui fecerunt, quia fecerunt cum vino, set non erat mantellatus, sicut papa, et nolebat recipere mantellum papalem, donec venirent cardinales, et quod ipse mittebat eum ad aliquos cardinales, ad dicendum sibi quod venirent ad eum secure, et deinde recessit dictus episcopus et post per modicum spatium dixit iste testis quod vidit transire cardinalem Florentinum, qui ibat ad palatium. Interrogatus si pulsa*[*ba*]*tur ad martellum campana Capitolii, quando creatur noviter papa vel quando venit de extra Romam, dixit quod nescit, nec audivit. Interrogatus ad quid credit quod pulsaretur ad martellum illa campana Capitolii, quando ipse illam audivit dicta die, dixit quod statim, sicut audivit illam, credidit quod pulsabatur ad rumorem, et propter hoc interrogavit hospitem suum ad quid* [*fl. 127v*] *pulsabatur et postquam dixit sibi hospes quod ad letitiam, credidit quod pulsaretur pro letitia, postquam venit vox quod cardinalis Sancti Petri erat papa, confirmatus est in illo, et non erat ad rumorem, set ad letitiam, et ita credit modo, et videtur sibi quod illa erat campana Capitolii, quam ipse vidit pulsari alias*

sic, quando exibant in exercitum, quod durabat per tres vel quatuor dies, sicut quando fecerunt senatorem dominum Gometium ... Interrogatus super lxvi°, dixit quod audivit quod cardinales miserunt pro aliquibus prelatis, videlicet episcopo Olixbonensi, abbate Montis Cassini, archiepiscopo Barensi et pro patriarcha Constantinopolitano et pro alio episcopo, de cuius nomine non recordatur, et audivit quod miserunt pro illis, quasi hora tertie ante prandium, nescit qui yvit ad vocandum eos, et audivit post duos vel tres dies quod, quando cardinales miserunt pro dictis prelatis, electio erat iam facta et miserunt ut non intelligeretur quod electio erat iam facta et audivit quod venerunt ibi episcopus Olixbonensis et archiepiscopus Barensis et abbas Montis Cassini, de aliis nescit, et audivit quod illi qui venerunt, comederunt in palatio extra conclave, et audivit quod, existentibus ad mensam dictis prelatis, quod dixerat episcopus Marsiliensis, qui custodiebat conclave, in latino: scito veniet dominus et non tardabit, vel similia verba, per quod intellexerunt illi, qui erant ad mensam, ubi qui erant prelati, quod erat electus papa, et tunc unus macerius, de illis qui serviebant ad mensam, credit quod fuisset electus abbas Montis Cassini, et quod accesserat versus eum et fecerat sibi quasi signum reverentie, dando sibi intelligere quod iam erat papa et quod episcopus Marsiliensis se inclinavit ad faciendum reverentiam archiepiscopo Barensi, et dixit sibi aliqua verba subrisse, taliter quod [fl. 128] alii intellexerunt quod ille erat papa, et verba que sibi dixit, ut iste testis audivit: memento mei, Domine, dum veneris in regnum tuum... Interrogatus super lxxi°, dixit quod audivit a multis, de quibus non recordatur, excepto Petro Fernandi de Mena, quod, quando Romani ruperunt conclave, intrabant dicendo: Romano, Romano, et tunc exivit cardinalis de Ursinis ad illos, dicendo sibi: captivule, que volete culo Romano? et ille est cardinalis Sancti Petri, et audivit quod unus domicellus cardinalis Geebenensis, qui vocabatur Pexrude, tenebat dictum cardinalem Sancti Petri plane in sella, ut non surgeret... Interrogatus super lxxiiii°, dixit quod credit quod, quando illi de populo intrabant ita armati in conclave, quod si non dixerunt sibi quod cardinalis Sancti Petri erat papa vel alius Romanus, credit quod cardinales vel aliquis eorum transivera[n]t male vel fuerant percussi vel iniuriati, et nescit si mortui, pro eo quod, postquam populus talia incipit, non potest scire quid potest accidere. Interrogatus super lxxv, dixit quod audivit quod, postquam populus audivit quod cardinalis Sancti Petri erat papa, yverunt ad eum et adoraverunt eum magna presura, et ipse dicebat eis mala verba, et quod non erat papa, quod amoverat mitram a capite. Interrogatus super lxxvi°, dixit quod audivit quod, postquam illi de populo intrarunt conclave, quod omnes cardinales recesserunt de conclavi, excepto cardinali Sancti Petri, et aliqui eorum exierunt per portam rupture et aliqui ad vineam versus curralem et credit quod per unam trapam, que erat intus conclave vel per posticum, qui erat intus conclave, qui exiebat versus necessariam, et aliqui eorum exierunt in roquetis, et alii cum mantellis, et aliqui yverunt equitando ad sua hospitia, et aliqui peditando, qui habebant hospitia sua prope Sanctum Petrum. Interrogatus super lxxvii°, dixit quod audivit quod cardinales Sancti Angeli, de Agrifolio, Pitavensis, Lemovicensis, Vivariensis et de Alumnio oculte et in disimulatis [h]abitibus intrarunt illa nocte in castrum Sancti Angeli et quod cardinalis Geebenensis, Sancti Eustacii et de Ursinis yverunt extra Romam, cardinalis Geebenensis cum domino Agapito a[d] quodam castrum suum, et cardinalis Sancti Eustacii cum cardinali de Ursinis ad aliud castrum suum, et credit quod ita isti, sicut illi, qui yverunt ad castrum Sancti Angeli, yverunt pro eo quod timebant quod populus, postquam sciret quod cardinalis sancti Petri non erat papa, quod facerent sibi aliquod tedium. Interrogatus super lxxviii°, ix°, et lxxx, nichil, excepto quod audivit quod post coronationem, cardinalis Vivariensis quadam die super quadam petitione, [fl. 128v] quam petebat, dixit quedam verba, que sapuerunt

audientibus quod dabat intelligere quod non erat papa ... Interrogatus super lxxxiii°, iiii°, nichil, excepto quod scit quod cardinales, ita illi qui erant in castro Sancti Angeli, sicut in suis hospitiis, venerunt ad eum, alia die Veneris, et hoc audivit. Interrogatus super lxxxb, dicit quod per ea que vidit et intendit, ut intellexit, credit quod cardinales habuerunt causam timendi quod in ruptura conclavis et quando Romani intrarunt conclave, tamen de ante et tempore electionis, non potest coniectu[ra]re aliquid de eo quod non vidit, nec modos quos faciebant ad incutiendum metum et credit quod ipsi sine metu non potuerunt eligere alium alterius nationis, nisi itallicum vel Romanum, tamen credit quod si alium eligerant et fecerant simulationem, quam fecerunt de cardinali Sancti Petri, vel similem, quod, transacto illo furore rumoris populi, quod non fuerat plus quam fuit, et hoc credit, pro eo quod vidit quod, licet populus illa die et illa nocte termini quod cardinalis Sancti Petri erat papa, alia die, postquam fuit dictum quod non erat papa et quod erat alius, non curabant de illo nec dimittebant facere officia sua, et audivit quod electio Urbani fuit facta hora tertie ante prandium. Interrogatus super lxxxvi°, dixit quod vidit quando recedebant rustici montanarii, quod ibant leti et trufando, et nescit plus. Interrogatus super lxxxvii°, dixit quod audivit quod cardinales, qui erant in castro Sancti Angeli, miserunt unam cedulam aliis cardinalibus, qui erant in electione, per quam dabant sibi potestatem quod intronizarent eum. Interrogatus super lxxxviii°, ix et xc, nichil, excepto quod scit quod ita cardinales, qui erant in castro Sancti Angeli, sicut illi, qui yverunt extra civitatem, et alii, qui erant in suis hospitiis, quod venerunt ad eum ut ad verum papam. Interrogatus super xci°, dixit quod ipse viderat quod in omnibus reverentiis et consistoriis et omnibus aliis actibus, quod utebatur cum eo ut cum vero papa. Interrogatus super xcii°, dixit quod omnia ista et reverentie fuerunt facte, existentibus cardinalibus [et] primo electo Rome, et credit quod Rome ipsi non potuerunt impugnare nec dicere quod electio primi electi esset nulla, sine metu et periculo captionis, tamen de morte dubitabat, pro eo quod illi Romani et maiores non credidit quod consenserant quod cardinales occiderentur. Interrogatus super xciii°, dixit quod credit quod publice non auderent loqui cardinales Rome de ista materia, tamen ipsi inter se secrete credit quod sic, illi qui sunt amici, sicut Pictavensis, de Agrifolio, Sancti Eustacii et Geebenensis. Interrogatus super xciiii°, dixit quod post coronationem, postquam recesserunt aliqui cardinales, audivit et secessit (scivit?) quod aliqui cardinales inter se faciebant quasi dubium si dictus electus erat papa [fl. 129] ... Interrogatus super c, dixit quod credebat quod civitas Agnanie erat locus tutus cardinalibus mensibus Madii, Junii et Julii, dum ibi steterunt, et non habebant causam timendi primum electum nec populum Romanum, pro eo quod dictus locus tenebatur per comitem Fundorum, qui multum diligebatur in eo, et rector Campanie, qui erat multum amicus cardinalium et non erat ita amicus primi electi... Interrogatus super ciii°, dixit quod ipse erat presens et quod non vidit nec audivit aliquid de contentis in dicto capitulo, excepto quod viderat cardinalem de Ursinis, non ita letum, sicut ipse eum cognoscebat et consuevit eum videre. Interrogatus super ciiii°, dixit quod nescit aliquid, excepto quod dixit de seipso quod yverat ad scondendum se in cavea Montis Sebelli et dixit in articulo xlix° istius. Johannes Sancii» (45).

O tesoureiro de Compostela, Tomé Gonçalves, afirma que os oficiais asseguraram aos purpurados liberdade para elegerem o papa à vontade, com promessa de os defenderem contra qualquer violência do povo. Ouviu gritar por um papa romano ou italiano, mas os manifestantes

(45) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 125v-129.

acalmaram, quando o cardeal Orsini lhes ordenou se calassem, pois elegeriam um bom papa. Não sabe se o arcebispo de Bari foi eleito antes do jantar ou depois. Ouvira dizer, naquele dia, já de noite, terem-no eleito, em atenção a suas qualidades morais e por ter vivido entre os purpurados. Ouviu também que, na quinta-feira, dia da eleição, entre a hora de noa e de vésperas, os Romanos, crendo ter sido eleito o cardeal de S. Pedro, arrombaram a adega e janelas do conclave e entraram nele, com intenção de prestarem reverência ao papa eleito. Sabe igualmente que, nesse dia de manhã, os cardeais mandaram chamar o bispo de Lisboa, D. Agapito, o arcebispo de Bari, o abade de Monte Cassino e outros prelados, cujo nome não recorda. Teriam procedido assim, para não darem a entender que desejavam eleger o arcebispo de Bari. Depois de este ter chegado, entraram na capela e elegeram-no papa. Receavam que os Romanos o matassem e, por isso, o esconderam no quarto do bispo de Valence, onde permaneceu, sem regressar a casa, saqueada pelos Romanos na sexta-feira, dia em que os purpurados foram ao palácio papal e o reelegeram papa. Fala também do temor dos cardeais, que era grande, quando os Romanos invadiram o conclave e eles o abandonavam, mas relaciona o facto com a simulação do cardeal de S. Pedro, congeminada por eles contra os Romanos. Alguns cardeais não teriam sido favoráveis ao arcebispo de Bari, na primeira eleição feita no conclave, mas na segunda, quando regressaram, após a fuga, teriam consentido nela. Tratavam o arcebispo como verdadeiro papa. Em Anagni, estavam bem seguros da influência de Urbano VI e do povo romano. Poderiam, portanto, ter feito aí a declaração, que fizeram depois, sobre a invalidade da eleição. Relativamente ao medo que tiveram os estrangeiros, quanto a represálias da parte dos Romanos, conta que tanto ele como Luís Afonso e João Sanches de Toledo, licenciado, tinham escondido, no dia da eleição ou um dia antes, os livros e haveres em casa de amigos:

> «*Die lune, quarta februarii, anno a nativitate Domini M°ccc°lxxxi°, deposuit Thomas Gundisalvi, thesaurarius Compostellanus, testis iuratus, ut sequitur...* [*fl. 129v*] *... Interrogatus super xxviii, dixit quod audivit quod, quando officiales fuerunt locuti cum cardinalibus in ecclesia Sancti Spiritus, ut supra dixit in xii° articulo, quod dicti officiales dixerunt sibi quod eligerent secure, non curarent timorem habere, quia ipsi castigarent populum et defenderent eos et custodirent in conclavi, tali modo quod essent securi. Interrogatus si tenuerunt eos secure et observarunt sibi que dixerunt, dixit quod non audivit quod aliquot tedium fuisset eis factum, nec aliquid fecissent usque ad rupturam conclavis ...* [*fl. 130v*] *... Interrogatus super liii, dixit quod audivit quod illa die electionis, nescit si ante vel post prandium, quod illi de populo, qui erant ante conclave, vociferabant, dicentes quod daretur eis papa Romanus vel italicus, et tunc exivit cardinalis de Ursinis ad fenestram cappelle et dixerat Romanis quod tacerent, quod contentarent eos de bono pastore, et tunc illi de populo fuerunt leti et tacuerunt, credentes quod darent eis talem papam, qualem petebant. Interrogatus super liiii°, v, vi°, nichil. Interrogatus super lvii° et viii articulis, dixit quod audivit quod cardinales elegerant archiepiscopum Barensem. Interrogatus qua hora audivit, quod ante prandium, tamen non est certus si fuit electus ante prandium vel post, et hoc audivit illa die in nocte, et audivit quod elegerant eum, quia erat bonus et nutritus inter eos. Interrogatus super lix, lx, lxi° et ii°, nichil. Interrogatus super lxiii°, audivit quod illa die Jovis electionis, inter nonam et vesperos, Romani, credentes quod cardinalis Sancti Petri erat electus in papam, ruperunt penu et fenestras conclavis et intrarunt intus conclave, cum intentione, ut audivit, faciendi reverentiam dicto cardinali sancti Petri, credentes quod erat electus. Interrogatus quomodo sciverunt ipsi quod erat electus vel quomodo cogitarunt, dixit quod nescit...* [*fl. 131*] *Interrogatus super lxvi°, dixit quod audivit quod cardinales dicta die Jovis, de mane, nescit qua hora, mise-*

runt pro domino Agapito et archiepiscopo Barensi et abbate Montis Cassini et pro aliis prelatis quatuor vel quinque, de quibus non recordatur, et nescit quare, audivit tamen quod venerunt ibi aliqui illorum, inter quos venit archiepiscopus Barensis, et audivit quod miserunt pro illis prelatis et pro illo, inter eos, ut illi de populo non intellexissent quod illum volebant eligere, et postquam ille venit, intravit (sic) *a* (sic) *cardinal. in cappella et elegerunt eum, et audivit quod propter metum Romanorum, quod interficerent dictum electum, mandaverunt ei intrare in camera episcopi Valentini et ibi stetit et comedit, et non est reversus amplius in hospitium suum, et alia die Veneris in aurora vidit iste testis quod Romani et plures alii deraubaverant domum dicti electi, ubi hospitabatur in Sancta Maria in Transpadina, et hoc idem fecerunt cardinali Sancti Petri, et dicitur quod est usus derraubare electum in papam. Interrogatus si credit quod dictus archiepiscopus Barensis vidisset et audivisset clamores, quos faciebant Romani, coram conclavi, dixit quod credit quod, quando per illum locum transivit, potuit videre et audire si faciebant aliquos rumores vel clamores, etiam in quovis loco palatii stetisset. Interrogatus super lxvii°, viii, ix, nichil. Interrogatus super lxx, dixit quod audivit quod aliqui cardinalium, qui elegerant dictum electum, die Jovis, quod post die Veneris, yverunt ad palatium et reelegerunt eum et concesserunt (!) in eum... Interrogatus super lxxii°, iii°, iiii° et v, dixit quod audivit quod cardinales valde timuerunt, quando Romani intraverunt conclave, et quod, quando Romani intrabant, cardinales exibant sciscius quam poterant, etiam aliqui illorum in roquetis, et quod cardinalis de Agrifolio et Pitavensis yverunt ad finem palatii et descenderunt ad vineam pape et quod Romani, qui erant in vinea, reduxerunt eos, dicentes quod reverterentur ad papam, qui erat tunc in cathedra ut papa cardinalis Sancti Petri. Interrogatus quis posuerat eum in cathedra, dixit quod audivit quod unus domicellus cardinalis Geebenensis, qui vocatur Pesanal, de mandato cardinalium, specialiter de mandato cardinalis Geebenensis, qui cardinalis rogavit dictum cardinalem Sancti Petri quod salvaret eis vitam, quod se poneret in cathedra et diceret quod erat electus. Interrogatus cum Romani peterent* [*fl. 131v*] *Romanum vel italicum et elegissent itallicum, quare fingebant illud, dixit quod nescit, set statim ut intrarunt Romani in conclave et audiendo quod erat electus dictus cardinalis Sancti Petri, ibant ad eum, ad faciendum reverentiam et osculando sibi pedem, et ipse dicebat eis: dimittatis me, quia non sum papa. Interrogatus super lxxvi°, dixit quod audivit quod, quando cardinales viderunt Romanos in conclavi, quod exierunt quasi fugiendo metu Romanorum, et quod illi cardinales, qui exierunt conclave, yverunt, ut supra dixit, ad sua hospitia, aliqui cum capis et alii in roquetis, equitando, et audivit a cardinali de Britania quod tanta erat gens, que intrabat conclave, quod in exitu ruperunt sibi roquetum, et ita hostendit sibi illud ruptum, et ita venerat pedes in roqueto ad hospitium suum. Interrogatus super lxxvii et viii dixit quod audivit quod illo sero yvit cardinalis Geebenensis cum domino Agapito ad quodam castrum suum, vocatum Zagarolo, et cardinalis Sancti Eustacii yvit cum cardinali de Ursinis ad quodam castrum suum, et cardinales de Agrifolio, Pitavensis, Lemovicensis, de Britania et Maioris Monasterii posuerunt se illa nocte in castro Sancti Angeli. Interrogatus si cardinales, qui yverunt ad hospitia sua, si steterunt tute in suis hospitiis vel si latuerunt, dixit quod nescit. Interrogatus quare intraverunt illi cardinales in dicto castro et alii yverunt extra Romam, dixit quod credit quod pro eo quod ipsi dixerant quod cardinalis Sancti Petri erat papa et non erat, et quod populus reputaret se illusum, et non recordatur si vidit eos letos vel tristes. Interrogatus super lxxix, nichil. Interrogatus super lxxx, lxxxi°, dixit quod audivit aliquibus post electionem quod aliqui cardinales non consenserant in electione dicti primi electi, die qua fuit facta in conclavi, tamen post, reversi, audivit quod consenserant... Interrogatus super lxxxiii°, dixit quod vidit die*

Veneris, de mane, sequenti die post electionem, ad portam Sancti Angeli aliquos homines et bestias, inter quos erant duo pueri in duabus bestiis cum duobus cappellis cardinalium, et iste testis interrogavit qui cardinales erant in dicto castro et dictum fuit sibi quod cardinales Florentinus et Mediolanensis, cum aliquibus bandarensibus Romanis, ad loquendum cum dictis cardinalibus, qui erant in dicto castro, et cum camerario, ut yrent ad palatium, quia mittebat pro eis papa. Interrogatus quare illi cardinales cum bandarensibus yverunt ad vocandum cardinales, qui erant in castro, cum per alium potuissent vocari, dixit quod nescit. Interrogatus super lxxxiiii°, ut ad supra proximum. [fl. 132] Interrogatus super lxxxv, si cardinales habuerunt causam timendi per supradicta, dixit quod credit aliquem metum passi fuerunt per ea que audivit a suis familiaribus, antequam intrassent conclave, de hiis que dicebant aliqui populares Romani: Date nobis Romanum vel itallicum... Interrogatus super xci°, dixit quod vidit, vigilia Ramis Palmarum, in palatio et in ecclesia Sancti Petri usque novem vel xi cardinales cum dicto primo electo et illos, qui remanserunt in suis hospitiis et in castro Sancti Angeli, et alia die Ramis Palmarum vidit omnes cardinales, ut sibi videtur, in ecclesia Sancti Petri cum eo, ita supradictos cardinales, sicut alios qui exierunt Romam et abinde in antea usi fuerunt cum eo, ut cum vero papa, dum steterunt Rome, nescit tamen qua voluntate seu intentione... Interrogatus super C., dixit quod priores cardinales ultramontani, qui recesserunt Roma ad eundum Agnaniam, videtur sibi quod fuerunt cardinales de Agrifolio et Pitavensis in mense Madii, non recordatur si in fine vel in principio, et cardinalis de Luna, qui fuit ultimus, recessit de Roma, ut sibi videtur, modicum ante vel post festum sancti Johannis, et credit quod fuerunt ibi usque ad mensem Septembris, et credit, dum ibi steterunt cardinales, quod civitas regebatur et gubernabatur per comitem Fundorum et videtur sibi quod audivit quod, antequam cardinales inciperent recedere de Roma, comes Fundorum recesserat male contentus de primo electo, et credit quod, dum cardinales ibi steterunt, potuerant esse tuti a primo electo et a populo Romano, et quod bene potuerant facere declarationem, quam postea fecerunt, etiam si alie gentes armorum non fuissent cum illis, plus quam illi de civitate et comes Fundorum fuisset cum dictis cardinalibus. Interrogatus super Ci°, cii°, ciii°, nichil. [fl. 132v] Interrogatus super ciiii° et v articulis, dixit quod iste testis et Ludovicus Alfonsi et Johannes Sancii Tolectanus, licentiatus, quod die electionis vel una die ante absconderunt suos libros et raubas in domibus aliquorum suorum amicorum, dicendo: si ista vilis gens populi ponunt in opere que dicunt, ita male erit minoribus, sicut maioribus. Interrogatus qui[d] dicebant illi de populo, dixit quod dicebant quod si non darent eis Romanum vel itallicum, in malo punto ibi venerant. Interrogatus quidquam credit quod fecissent Romani, si non eligerant Romanum vel itallicum papam, dixit quod credit quod fecissent malum, set nescit quantum» (46).

João Colombo, clérigo da diocese de Avinhão e criado do já aludido doutor Bonifácio de Amanatis, fala de roubos cometidos no palácio apostólico, que presenciara, pois viu passar à sua porta romanos com peixe salgado de lá. Ouvira dizer que os Romanos entraram na parte debaixo do conclave e batiam no tecto com lanças e pedras, clamando por um papa romano ou, ao menos, italiano. Na quinta-feira, de manhã, quando os cardeais estavam no conclave, fora o depoente e seu colega ouvir missa a S. Pedro, onde viu, à porta da torre dos sinos, quatro ou cinco romanos armados, um dos quais tentava abrir a porta, contra a vontade de um cónego, que foi ameaçado.

(46) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 129-132v.

Esses romanos arrombaram, finalmente, a porta com um machado e subiram até à torre, para tocar os sinos a rebate. Do alto da cruz e estátua de S. Pedro, que aí existiam, começaram a acenar com um capuz vermelho aos que estavam no Capitólio. Imediatamente começou o sino do Capitólio a tocar a rebate e a congregar-se grande multidão de povo na praça de S. Pedro, inclusive de montanheses, de tal forma que toda a praça ficou cheia, até à sala do palácio papal, de frente ao conclave. Esta gente reclamava, a altas vozes, um papa romano ou, ao menos, italiano, com juramento pelo sangue de Deus que, doutra forma, todos seriam mortos. E tais ameaças foram referidas aos cardeais. Antes do jantar ou almoço, correu voz de que fora eleito o cardeal de S. Pedro e, depois do almoço, cerca de duas horas da primeira notícia, o abade de Monte Cassino. O arrombamento do conclave e o toque a rebate dos sinos teria sido ordenado pelas autoridades de Roma. Dois ou três dias depois da coroação do primeiro eleito ou seja de Urbano VI, assegurava-lhe o camareiro do cardeal de Viviers estivesse certo de declaração por parte dos cardeais, quando todos estivessem em lugar seguro, de que o arcebispo de Bari não era papa e de que eles elegeriam outro. Está convencido de que os purpurados padeceram medo na eleição e estiveram sob esta pressão, sem ousarem pronunciar-se contra ela nem falar do assunto entre si, enquanto estiveram em Roma, porque o dito Urbano VI trazia emissários, encarregados de investigarem se alguém dizia que ele não era papa. Segundo o depoente, devia possuir o papado Clemente VII, pois, em consciência, retinha ser ele o verdadeiro papa e não Urbano VI:

«*Depositio Johannis Columbi, clerici Avinionensis diocesis, domicelli domini Bonifacii de Amagnatis (!), doctoris, testis iurati. Deposuit ut sequitur ... [fl. 133] ... Interrogatus super xxxvi°, dixit quod audivit quod illa nocte, qua intrarunt cardinales in conclave, quod Romani intrarunt per vim in loco vel in guardamaniar, ubi erant victualia provisionis pape, et camera paramenti et alia in qua dormiebat papa et cellarium vini et quod abstulerunt quod invenerunt in dictis cameris, piscamina, ita maris lucia, sicut anguillas salsas, et quod biberunt et sparserunt de vino et de agrista, et hoc credit quod potuit esse a[d] tres vel quatuor horas noctis, et cum esset illa nocte iste testis ad portam sui hospitii, quod vidit transire per inde aliquos Romanos qui portabant de illis pescaminibus salsis. Interrogatus super xxxvii°, dixit quod audivit illa die Jovis, de mane, quod venerant ad conclave aliqui Romanorum, nescit quot, nec qui, et quod dixerunt quod volebant intrare in eo, tamen nescit si intraverunt conclave vel locuti sunt aliqua... Interrogatus super xlvi°, dixit quod audivit quod Romani illa nocte intraverunt in illa parte que erat subtus conclave et percutiebant cum lanceis et lapidibus in solo [fl. 133v] conclavis, a parte inferiori, clamando: Romano lo volemo o almanco italiano... Interrogatus super xlix°, dixit quod illa die Jovis, de mane, postquam cardinales intraverunt conclave, modicum post primam, quod, cum iste testis et alius socius suus venirent ad audiendum missam, cum esset in ecclesia Sancti Petri, ante portam campane, in dicta ecclesia, quod viderunt venire usque quatuor vel quinque Romanos armatos et unus illorum yvit ad dictam portam, et temptavit eam aperire, et cum temptasset, quod unus canonicus dicte ecclesie dixerat sibi quare volebat eam aperire et quod non aperiret, et quod Romanus dixerat sibi quod aperiret eam vel faceret eam petias, et canonicus dixit sibi quod non aperiret, et tunc dicti Romani adportaverunt unam securi (!) et spegerunt dictam portam et ascenderunt superius et inceperunt pulsare ad martellum omnes campanas dicte ecclesie ad rumorem, et unus eorum ascendit in superiori parte turris, taliter quod aprehendebat se ad crucem, que ibi erat, et ad unam ymaginem sancti Petri, et cum uno capucio rubeo faciebat signum illis qui erant in Capitolio, ducendo dictum caputium in circuitu, et statim fuit pulsata campana Capitolii ad martellum, et congregata fuit in platea Sancti Petri maxima gens armatorum, ita popularium,*

sicut montanariorum, qui ibi venerant, taliter quod dicta platea, ita foris sicut ab intra palatium, erat tota plena gente, usque ad salam palatii pape, que est coram conclavi, dicendo altis vocibus: Romano lo volemo o almanco italliano, nisi per sanguinem Dei omnes erant incissi per frustra... Interrogatus si dicti cardinales fuerunt avisati per aliquos ab qui custodiebant conclave, quod si statim non eligerent Romanum vel itallicum, quod erant in periculo incidi per frustra, dixit quod nescit de certo, set audivit quod cardinales interrogaverunt quare pulsabantur ille campane, et responsum est eis quod ad rumorem et quod, si statim non eligerent, erant in periculo incidi per frustra... [fl. 134]... Interrogatus si, antequam fuisset ruptum conclave, insonuit quod fuisset is electus in papam, dixit quod ante prandium insonuit quod erat electus cardinalis Sancti Petri et post prandium insonuit quod erat electus abbas Montis Cassini, quasi per duas horas postquam insonuit de cardinali Sancti Petri, et credit quod dicta fractura campane Sancti Petri et pulsationes supradicte ad martellum quod fuerunt facte de mandato officialium Romanorum, pro eo quod sine mandato suo credit quod nullus auderet illud facere ... Interrogatus super lxxx et lxxxi°, dixit sibi Arnaldus, camerarius cardinalis Vivariensis, post diem coronationis primi electi, per duos vel tres die[s]: Nannete, tu sis certus quod, quam cito cardinales potuerint exire Romam, exibunt omnes et, [cum] fuerint in loco tuto, publicabunt istum Bartholomeum non esse verum papam, et eligent alium ... Interrogatus super lxxv° articulo, dixit quod credit quod debuerunt timere cardinales. Interrogatus si potuerant eligere alium quam Romanum vel itallicum sine metu, dixit et credit quod non potuerant elegisse aliam personam mundi sine metu. Interrogatus ex quo populus Romanus petebat Romanum vel itallicum, quare non potuerunt eligere sine metu, dixit quod, quamvis cardinales elegissent Romanum vel itallicum, debuerant timere, usque publicassent Romanis quem elegerant... Interrogatus super xcii° et iii°, dixit quod omnia contenta in dicto capitulo credit fuerunt facta Rome et credit quod cardinales non auderent contradicere nec impugnare dictam electionem [fl. 134v] Rome nec loqui inter se de ista materia, sine periculo mortis. Interrogatus quare, dixit quod pro eo quod dictus electus mittebat exploratores suos per Romam si loquebatur aliis quod ipse non erat papa, sed nescit a quo audivit... Interrogatus super Ciiii°, dixit quod ipse sciebat quod una die, antequam cardinales intrarent conclave, quod episcopus Amiensis (!) et Carpenteratensis quod fugierunt de Roma, et nescit quo, et alii multi ad scondendum se et sua in ecclesiis et aliis locis, quia timebant de rumore [qui] debebat poni in opere, ut dixit in xix articulo alterius casus... Interrogatus super xxb, xxvi, vii additionibus, dixit quod ipse non tenebat beneficium aliquod ab aliquo dictorum electorum, nec Deus numquam daret sibi nec intendebat nec sperabat habere, et ipse vellet in corde suo secundum electum habere papatum et non primum, et secundum ea, que vidit et audivit Rome et aliis partibus et post, quod sua conscientia inclinatur quod papa Clemens est verus papa et non Urbanus et pro Clemente poneret corpus et ea que habet et etiam animam ... Johannes Columpi» (47).

Nicolau Martins, arcediago de Salamanca, fala também ele das manobras dos Romanos para induzirem os cardeais a elegerem um papa de Roma ou, ao menos, italiano. Refere-se igualmente ao toque dos sinos a rebate, tanto de S. Pedro, como do Capitólio. Ouvira dizer que os purpurados, durante o conclave, mandaram chamar o arcebispo de Bari, o abade de Monte Cassino e outros prelados de Roma, que foram ao palácio papal, embora desconheça o motivo por que os

(47) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 132v-134v.

chamaram. Ouvira também falar do arrombamento do conclave em várias partes, às machadadas, e do tumulto dos Romanos que gritavam por um papa de Roma ou, ao menos, italiano. Ao entrarem no conclave, incutiram medo nos purpurados e roubaram muitas coisas. No sábado, soube da eleição de Urbano VI, a qual eleição ter-se-ia dado antes do arrombamento do conclave, embora não saiba se os cardeais o elegeram livremente. Ao entrarem no conclave, os Romanos trataram-nos mal, pelo que o cardeal de Aigrefeuille fugiu por um buraco, que estava debaixo da cama, e outros cardeais fugiram também com medo. Chegou a acreditar que o cardeal de S. Pedro era o papa eleito, até ao momento de receber a verdadeira notícia, no sábado, da eleição de Urbano VI. Na sexta-feira, dia anterior, uns diziam que este era papa, outros que não. Os purpurados mandaram guardar suas casas, com medo, e fechá-las mais fortemente que o costume. O cardeal de Viviers, segundo quanto ouvira em Roma a alguns franceses, teria feito notar a Urbano VI, antes da coroação, a pouca segurança de sua eleição. As dúvidas sobre esta começaram a propalar-se já em Roma, mas muito mais fortemente depois de os cardeais irem para Anagni. Está convencido da pressão exercida e de que padeceram medo grave, durante todo o tempo que estiveram no conclave. Corriam grande perigo, talvez de morte, se elegessem papa a um francês. Observou que, nos consistórios, os cardeais tratavam Urbano VI como verdadeiro papa e mesmo depois de estarem em Anagni enviaram-lhe súplicas de benefícios e graças para eles próprios, conforme presenciara. Enquanto estiveram em Roma, só com grande recato e segredo poderiam tratar do assunto da eleição duvidosa de Urbano VI, pois seriam mal tratados, aliás como os estrangeiros. Por isso, não tiveram coragem de publicar a intenção de nomearem novo papa, embora alguns escrevessem a vários príncipes e reis que Urbano VI era verdadeiro papa. O depoente e mais quatro ou cinco castelhanos procuraram refúgio, antes do conclave, nas igrejas de S. João e Paulo e de S. Cosme e Damião; tiveram de desistir, porque dois clérigos castelhanos, que moravam na última igreja, se prontificaram a guardar-lhes os haveres, mas recusavam acolhê-los. Vira outros castelhanos amarrarem as suas coisas, nomeadamente o deão de Calaorra. Tivera igual medo, no dia da eleição, antes do arrombamento do conclave, e não ousou sair da igreja de S. Pedro, por esse motivo, a não ser para regressar a casa, depois de rezar. Na quinta-feira, à tarde, quando fora a S. Pedro, tivera muito mais medo, por causa do tumulto do povo e por ver os Romanos mais propensos a matá-lo que a tirar-lhe os bens. Suas preferências iam para o segundo eleito, Clemente VII:

> «*Die Jovis, xiiii mensis februarii, era lxxx prima a nativitate* [*Domini*]. *Deposuit Nicholaus Martini, archidiaconus Salamantinus, testis iuratus. Deposuit ut sequitur. Interrogatus super primo articulo, usque ad viii inclusive, dixit quod nescit, excepto quod audivit Rome quod cardinales de Ursinis et Florentinus et abbas Montis Cassini inducebant illos de parentella sua et amicos suos quod invenirent modum quomodo aliquis illorum esset papa... Interrogatus super xii, usque ad xv° inclusive, dixit quod* [*ut*] *supra in alio casu, in xii°, xiii°, xiiii° articulis, et vidit plus quod semel yvit magna gens Romanorum ad domum cardinalis de Agrifolio, et credit quod erat usque ad triginta homines equitando, et audivit quod ibant ad supplicandum pluribus cardinalibus, qui erant ibi congregati, quod vellent consolare eos de papa Romano vel italico, alias non possit excusari magnum scandalum populi.* [*fl. 135*] *... Interrogatus super xxxiii° et iiii° articulis, dixit quod supra in alio casu, in xxxix° articulo, et dixit plus, quod illa nocte, qua cardinales intraverunt conclave, quod intrabant cum ipsis mixtim aliqui homines armati in conclave et illi, qui sic intrabant cum cardinalibus, poterant esse viginti homines, et visum* [*est*] *sibi quod illi non intrabant contra voluntatem cardinalium, et dicebatur quod erant de custodibus, qui debebant custodire palatium et conclave. Item quod vidit, quando cardinales intrabant conclave, intrabant libere et sine difficultate. Item vidit tunc esse in scalla, per quam*

ascenditur ad conclave, aliquos homines armatos, et dicebatur quod erant illorum custodium... [fl. 135v] ... Interrogatus super xlvii° et viii, dixit quod [de] istis articulis nescit plus, excepto quod die Jovis, de mane, quando yvit ad ecclesiam Sancti Petri, audivit ab aliquibus, ibi existentibus, qui dicebant et clamabant ut supra: Romanum volumus vel saltem itallicum. Interrogatus super xlix, dixit quod die Mercurii, in nocte, postquam cardinales intraverunt conclave, audivit pulsari campanam Capitolii ad martellum, et dixit in lecto, quando audivit eam pulsari, et erat quasi una hora noctis, nescit tamen ad quod pulsabatur, nec quare, nec cuius mandato. Item dixit quod alia die Jovis, de mane, quod yvit ad ecclesiam Sancti Petri, ad suas stationes, et cum esset in dicta ecclesia, audivit quod pulsabantur campane Sancti Petri ad martellum, nescit si omnes vel si erant maiores vel minores, tamen visum est sibi quod erant bone campane, et poterat esse inter primam et tertiam ... Interrogatus si audivit pulsari campana Capitolii ad martellum, quando pulsabatur campana Sancti Petri, dixit quod ipsa die non audivit eam, ante prandium, tamen post prandium, ista die, cum esset in domo decani Callaguritani, audivit quod pulsabatur campana Capitolii ad martellum, et hoc erat post meridiem et ante nonam ... [fl. 136] ... Interrogatus super lxvi°, dixit ut supra in alio casu, in xlvii et xlviii articulis, et nescit si tunc, ut dixit in alio casu, tamen audivit post, per octo vel decem dies, quod cardinales, [cum] essent in conclavi, fecerunt vocari archiepiscopum Barensem et abbatem Montis Cassini et alios prelatos Romanos, quod venirent ad palatium, tamen nescit qua hora fuerunt vocati, nec ad quid, nec quis yvit ad vocandum eos, et credit quod venerunt propter dictam vocationem, et credit quod intrarunt conclave, tamen nescit ... Interrogatus super lxxi°, dixit quod nescit de contentis in capitulo, exceptis que supra dixit in alio casu in liii° articulo, set quod audivit conclave fuerat ruptum cum securibus, per plures partes, per tot quod Romani potuerunt intrare, tamen nescit per quod et [fl. 136v] fuit ruptum cum securibus, et quod Romani dicebant: Romano vel italliano lo volemo, cum magnis clamoribus, et ita dicebant Romani, et audivit quod de illis, qui ruperunt conclave, multi intrarunt intus cum magna furia, ut incuterent cardinalibus timorem, ut darent eis papam Romanum vel itallicum, et audivit quod multi derraubarunt de illis qui ibi erant. Interrogatus a quibus audivit quod Romani rupperant conclave et derraubaverant multa de hiis, que ibi erant, ad incutiendum eis metum, dixit quod credebat quod ita et audiverat a multis Romanis et aliis aliarum nationum; et hoc audivit Rome. Interrogatus si isti Romani, a quibus audivit ista, si erant de illis qui interfuerunt rupture conclavis, dixit quod nescit. Interrogatus si ante dictam rupturam fuit facta aliqua iniuria vel violentia cardinalibus, dixit quod nescit, nec audivit preter ea que supra dixit. Interrogatus si scit vel audivit quod ante ista fuisset electus archiepiscopus Barensis libere et in concordia, dixit quod audivit die sabbati, postquam fuerat electus archiepiscopus Barensis, ante dictam rupturam, tamen si libere vel in concordia vel qualiter aut per quot cardinales nescit, nec audivit. Interrogatus si die rupture conclavis de ante fuit fama Rome quod fuisset aliquis electus, specialiter dictus archiepiscopus Barensis vel abbas Montis Cassini vel cardinalis Sancti Petri, dixit quod nescit, preter ea que dixit in alio casu, in xlv articulo. Interrogatus super lxxii, nichil. Interrogatus super lxxiii, dixit quod audivit quod, quando Romani ruperunt et intrarunt conclave, quod tractarunt male cardinales, vituperando eos et dicendo eis multa improperia, tamen de suis familiaribus nescit, nec audivit quod fuisset eis facta iniuria, et quod cardinalis de Agrifolio fugerat per quodam foramen, quod erat in solo conclavis, quod erat subtus suum lectum, et audivit quod, quando Romani intrarunt conclave, quod cardinales timuerunt valde et fugierunt quilibet quo potuit, ita cardinalis de Agrifolio per dictum foramen, sicuti ceteri quo potuerunt, et cardinalis Maioris Monasterii dixit illud quo[d] supra in

alio casu, in liii° articulo. Interrogatus super lxxiiii° et lxxb°, dixit ut supra in alio casu, in liii° articulo, plus quod illi, qui imponebant capam cardinali Sancti Petri, dicebant quod erat de sua parentella, et etiam quod cardinalis Maioris Monasterii, qui erat ibi presens, imponebat sibi capam, et fuit vox Rome quod cardinalis Sancti Petri erat papa et dictis vesperis, ista die Jovis, et de tota nocte ipse credidit quod cardinalis sancti Petri erat papa et usque diem sabbati sequentem, que fuit vigillia Ramis Palmarum, non audivit quod archiepiscopus Barensis erat papa, quia die Veneris nescivit si erat papa vel non, pro eo quod aliqui dicebant quod erat papa, alii quod non. Interrogatus quando audivit die sabbati quod dictus archiepiscopus erat papa, dixit quod hora tertie audivit, cum esset in suo hospitio, quando fuerat electus die Jovis, nescit si ante prandium vel post prandium, vel in concordia vel non... Interrogatus super lxxvii°, dixit ut in alio casu, in liiii° articulo, excepto quod audivit quod cardinales Geebenensis et de Ursinis yverunt extra Romam et [si] sub dissimulatis [h]abitibus vel non, dixit quod nescit. Interrogatus super lxxviii°, dixit quod audivit quod cardinales, postquam recesserunt de conclavi, quod steterunt in suis hospitiis, plus ad modum asconsorum quam alias, et ita credebat. Item audivit quod cum timore faciebant custodiri hospitia sua et claudi [fl. 137] hostia fortius solito. Interrogatus si cardinales erant cum faciebus letis vel tristibus, dixit quod nescit, tamen credit eos esse plus tristes quam letos. Interrogatus super lxxix, nichil. Interrogatus super lxxx, dixit quod audivit Rome ab aliquibus galicis quod cardinalis Vivariensis dixerat primo electo ante suam coronationem ista verba in effectu: et vos confiditis de vestra electione? et hoc audivit per magnum tempus post dictam coronationem, tamen antequam cardinales yrent Agnaniam, nescit tamen si antequam inciperent yre vel post, et quod dicta verba dixerat sibi dictus cardinalis, pro eo quod dictus electus sibi dixerat quod volebat coronari, et dictus electus respondit sibi quod sic et quod tunc dictus cardinalis ostenderat gestum tristem, quasi dubitans de dicta electione. Interrogatus super lxxxi°, dixit quod, postquam insonuerunt verba que cardinalis Amiensis (!) dixerat primo electo, die qua fecit cardinalem Glandatensem episcopum Hostiensem, ut supra dixit in alio casu, crevit dictus tumultus Rome et multo plus, postquam cardinales yverunt Agnaniam, et post non vidit quod cessasset dictus murmur, ymo cotidie augmentabatur et multo plus, postquam fuit facta declaratio per cardinales, cum esse[n]t Agnanie ... Interrogatus super lxxxiii° et iiii° articulis, dixit quod audivit per duos vel tres dies post rupturam conclavis quod dictus primus electus miserat pro cardinalibus, qui erant in suis hospitiis vel aliis locis, et adhuc pro cardinalibus Geebenensi et de Ursinis, qui erant extra Romam, [ut] venirent ad eum ad palatium secure. Interrogatus si miserat eos vocare per bandarenses, dixit quod nescit nec audivit, nec per quem, nec si venerunt sponte. Interrogatus super lxxxv, dixit quod credit quod secundum ea, que vidit die Jovis, de mane, et audivit, quod cardinales, qui erant in conclavi, debuerunt timere, et hoc credit propter clamorem aliquorum Romanorum, qui clamabant dicentes: Romano lo volemo o almanco italiano. Interrogatus qua hora dictus (!) dici (!) debuerunt timere, dixit quod credit quod toto tempore quod fuerunt conclausi in conclavi, secundum verba que dicebantur Rome, et secundum modum populi, qui est crudelis conditionis. Interrogatus si hoc quod dicebatur et quod dicebant Romani, si cardinales potuerunt scire vel audire intus in conclavi, dixit quod credit quod aliquid eorum potuit venire ad aures suas, vel per fenestras vel per foramina, vel per aliquem alium locum, per quem aliquis vel aliqui potuerint sibi revelare. Interrogatus si cardinales potuerant eligere tunc sine metu aliquem quam Romanum vel itallicum, dixit quod credit, secundum ea que dicebantur, quod si elegerant aliquem gallicum, sicut cardinalem Maioris Monasterii, quod cardinales fuissent in magno periculo et si elegerant de alia natione quam gallicum, nescit nec potest

presumere quid fuerat. Interrogatus quod periculum fuerat istud, dixit quod credit quod fuerat periculum magnarum iniuriarum vel forte mortis [fl. 137v] ... Interrogatus super xc, dixit quod scit quod cardinales Geebenensis et de Ursinis yverunt extra Romam et reversi sunt Romam, tamen quare redierunt et ad quid, dixit quod nescit, excepto quod dicebatur quod primus electus miserat pro illis quod venirent tute. Interrogatus quare recesserunt, dixit quod audivit quod metu Romanorum. Interrogatus quare timebant Romanos, dixit quod audivit quod pro eo quod non fecerant papam, nescit tamen quanto tempore fuerunt extra Romam, quia tunc iste testis infirmabatur, scit tamen quod fuerunt omnes Rome, quando coronarunt eum, et vidit eos yre cum ipso illa die coronationis ad Sanctum Johannem Lateranensem. Interrogatus super xci°, dixit quod post coronationem ipse yvit aliquosciens ad consistoria, que fiebant, et vidit quod cardinales tractabant eum ut papam, faciendo sibi reverentias, nescit tamen qua intentione et cum quibus gestibus, audivit tamen a multis galicis et aliis nationum diversarum quod cardinales, postquam fuerunt Agnanie, miserunt ad eum pro aliquibus beneficiis pro seipsis, et ipse vidit, cum esse[n]t Rome cardinales cum papa, aliquas supplicationes signatas per primum electum, cum appositione date, quot et in quibus ecclesiis nec de quibus beneficiis nescit. Interrogatus super xcii° et iii° capitulis, dixit quod credit quod si cardinales, cum essent Rome, impugnaverant electionem primi electi vel posuerant dubium in illa, dicendo quod non volebant, quod fuerat eis male, et credit quod occidissent eos omnes. Interrogatus quare credit, dixit quod pro eo quod populus est talis conditionis et dictus electus, nec credit quod, dum fuerunt Rome cardinales, fuerunt ausi tractare de ista materia, nisi in magno secreto, et dixit quod etiam credit quod familiares cardinalium et etiam alii aliarum nationum male fuerant tractati, et credit quod Rome non fuerunt ausi publicare suam intentionem cardinales, sicut publicarunt post Agnanie (no ms. *Agnaniam*). *Interrogatus super xciiii°, dixit quod, postquam cardinales yverunt de Roma Agnaniam, quod disputabant in secreto plures quidam cum aliis, et dicebant aliqui quod erat papa, alii quod non, nescit tamen si aliqui super ista materia miserunt aliquas litteras ad aliquas partes... Interrogatus super xcviii°, dixit quod de isto articulo nescit, ad ymo audivit contrarium quod aliqui cardinales scripserunt pluribus principibus et regibus quod iste primus electus erat papa, ut dixit in alio casu, in lxxb et vi articulis... [fl. 138]. Interrogatus super ci°, dixit quod nescit si cardinales fuerant ausi publicare suam intentionem, scilicet quod Urbanus non erat papa, antequam haberent gentes armorum. Interrogatus ex quo comes Fundorum erat inimicus pape Urbani et erat amicus cardinalium, quare non fuerant ausi publicare suam intentionem, dixit quod pro eo quod, licet comes Fundorum erat inimicus pape, ita alia die [poterat] sibi fieri amicus et inimicus cardinalium... Interrogatus super ciiii°, dixit quod per duos vel tres dies ante ingressum conclavis, cum ipse et alii loquerentur de ista materia, dixerunt: si forte isti cardinales non elegerint Romanum vel italicum, ut populus pectit, timemus quod movebitur populus contra eos et illi stranei* (sic), *qui sumus hic simul cum eis, et occasione huiusmodi male transivimus, et propter hunc metum iste testis et alii Castellani, quatuor vel quinque, yverunt ad ecclesiam [sanctorum] Johannis et Pauli, pro eo quod dictum fuit sibi quod erant in illa ecclesia tres clerici Castellani, servientes* (no ms. *serviens*) *in ea et quod non invenerunt eos ibi et yverunt ad ecclesiam Cosme et Damiani et invenerunt ibi alios duos Castellanos et locuti fuerunt cum eis quod timebant de suis personis et bonis et illi responderunt et dixerunt eis quod sua bona servarent, tamen quoad personas quod non poterant stare ibi, et hoc fuit per duos vel tres dies ante ingressum conclavis, et ipse et alii, qui cum eo venerunt, dixerunt: ex quo non possumus esse in ista ecclesia, recedamus, et ubi perdiderimus corpora, perdamus bona, si casus acciderit, et scit quod alii Castellani habebant iam ligata sua, timendo, sicut ipsi;*

specialiter vidit decanum Calagurritanum quod ligaverat sua. Interrogatus si die Jovis ante electionem, ante rupturam conclavis, si habebat eundem metum, dixit quod sic. Interrogatus quomodo iste testis recesserat de ecclesia Sancti Petri, dicta die Jovis, dixit ut supra, set ipse non recessit de dicta ecclesia propter timorem, quia illum secum habebat, nisi ut yret ad hospitium suum, quia iam fecerat orationem suam, et quod eundem timorem habebat quem aliis duobus vel tribus diebus supradictis. Interrogatus unde nascebatur sibi illa suspicio ut timeret, ex eo quod populus [fl. 138v] petebat Romanum vel itallicum, et iste testis recesserat de dicta ecclesia et alii sui socii dicebant intra se quod suspictabantur quod cardinales non facerent Romanum vel itallicum, ut populus pectebat, et ideo quod cardinales male transirent et ipsi simul cum ipsis, et dixit quod ipse timebat, eo quod perderet corpus et ea que habebat et quod illa die Jovis dederat que habebat ei, qui tute posuerat eum in patria secura, et idem fecerat in illis tribus diebus ante, et quod in illis tribus diebus et dicta die Jovis timuerat eodem modo, excepto quod dicta die Jovis de sero, quando accessit ibi ad Sanctum Petrum, incipit plus timere quam ante, propter illum rumorem, quem ibi vidit. Interrogatus quod ex quo ipse dixit quod dedisset omnia, que habebat, illi qui posuerat eum in terra secura, quare non dimittebat que habebat, ut poneret personam suam in salvum, dixit quod non credit quod tunc potuisset ponere se in salvum per mare, quia non invenerat navigium, nec per terram, qui[a] erat ponderosus. Interrogatus quid timebant (sic) *plus mortem vel perdere bona, dixit quod plus mortem. Interrogatus ad quid credit quod prius Romani fuissent moti ad occidendum eum vel ad recipiendum que habebat, dicit quod nescit quid credat in isto casu ... Interrogatus per sacramentum, quod prestitit, quem istorum duorum electorum vellet habere ante papatum, dixit quod secundus, secundum voluntatem suam. Interrogatus, secundum ea que vidit et audivit, quem istorum dicta[t] sibi sua conscientia esse verum papam, dixit quod ita modicum inclinatur sua conscientia ad primum, sicut ad secundum, et peius sibi videtur quod fuit factum in secundo electo, quam in primo, tamen ubi aliquis illorum non haberet ius, quod vellet quod haberet ante secundus quam primus electus, posito quod primus electus non haberet aliquod ius in papatu. Archidiaconus Salamantinus»* (48).

Frei Ângelo de Espoleto, franciscano, mestre de teologia e penitenciário, afirma que os Romanos queriam, a toda a força, um papa romano ou italiano. Fizeram tudo para isso, antes do conclave, e diziam vir a mostrar mais vigor nas diligências, quando os cardeais estivessem no conclave. No mês de Maio de 1380 — o franciscano fazia seu depoimento a 23 de Fevereiro de 1381 (49) *—, quando viajava numa galé, dissera-lhe D. Julião, nomeado bispo de Marsi por Clemente VII, trazer incumbência de certo tabelião romano para informar aquele da disponibilidade para lhe mostrar as decisões escritas dos Romanos, em ordem a matarem alguns cardeais, se não conseguissem a eleição de papa, conforme desejavam, contanto que o papa de Avinhão*

---

(48) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 134v-138v.

(49) Frei Ângelo, ministro geral dos Franciscanos, ao tempo da eleição de Urbano VI apenas mestre em teologia e penitenciário da basílica de S. Pedro, refere-se a D. Julião, bispo franciscano, que na altura do depoimento era já bispo de Marsi, na Itália meridional. Ora a transferência de D. Julião para este bispado deu-se a 15 de Junho de 1380 (C. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 328). Há letras de 17 de Maio de 1382, alusivas a *Julianus, episcopus Marsicanus*, em AV, Reg. Aven. 230, fl. 248. Também ele está relacionado com as declarações dos cardeais italianos em Nice e com a guerra em Itália. A 11 de Janeiro de 1381, há notícia de que, a 7 deste mês, por mandato do papa Clemente VII, foram pagos a Frei Julião, bispo de Marsi, 200 florins da câmara e, a 8 de Março de 1381, a ele e a Tomé de Pupio e ao bispo de Grenoble, que se

providenciasse ao sustento dele e de sua família. Os purpurados não se sentiam seguros no conclave. Quando entraram nele, a praça de S. Pedro estava repleta de gente, com grande número de romanos armados. Aliás, vira muitos armados pela cidade, contra o costume. Era tanto o povo que os cardeais passavam com dificuldade para o conclave. Ao sermão, que fizera na quinta-feira em S. Pedro, depois de os purpurados entrarem em conclave, deviam assistir todos os prelados da Cúria, mas apenas estiveram presentes o arcebispo de Bari e um bispo da Ordem de S. Domingos. No fim do sermão, falara com o arcebispo e interrogara-o sobre a possibilidade de os cardeais lhes darem um papa italiano. A resposta fora: Não digas isso, mestre, porque estes malucos romanos confundem-nos; invadiram, esta noite, o conclave, com grandes rumores, e destruíram as escadas do palácio. Tal invasão ter-se-ia dado com armas e violências, contra a vontade dos purpurados. Não sabe se os invasores eram guardas ou outras pessoas, que, sem dúvida, o teriam feito com a complacência dos guardas. Beberam e deitaram por terra todo o vinho da adega do papa. Ele próprio, na quinta-feira, depois do sermão, em companhia de D. Agapito de Colona, bispo de Lisboa, vira os postes, que faziam de ponte para a adega, por uma porta do palácio papal. Não havia passagem livre, por causa do vinho entornado. Tanto o abade de Monte Cassino como o cardeal Orsini, segundo ouvira dizer, queriam ser papa e tinham partidários, a induzir o povo a pressão nesse sentido. Frei Ângelo morava no convento franciscano de Araceli. Ao dirigir-se para S. Pedro, com o fim de fazer o sermão, encontrou a porta de Santo Anjo fechada, por causa do rumor e medo de o palácio ser invadido pelos Romanos. Teve de seguir outro caminho. Voltou para trás e foi a S. Pedro pelo Transtibre. Ao chegar à igreja do Espírito Santo, pelo nascer do sol, ouviu tocar os sinos de S. Pedro a rebate, da mesma forma que é costume tocá-los para a guerra. Vira mulheres a fugir e a chorar, bem como povo a escapar da igreja de S. Pedro, pela estrada que dá para a igreja do Espírito Santo. Quando entrou em S. Pedro, não viu aí nenhum penitenciário nem homens ou mulheres, por causa do temor e levantamento do povo de Roma, apesar de a igreja, àquela hora, ser muito frequentada por pessoas de ambos os sexos. Ao sermão assistiram o arcebispo de Bari e Frei Ânglico, bispo da Ordem de S. Domingos, cinco ou seis cónegos, com o patriarca de Constantinópola, que cantava a missa, e respectivos acólitos, e outro frade que devia pregar no dia seguinte. Este manifestara ao arcebispo de Bari preocupação, em virtude do levantamento do povo, pois receava não fosse nenhum prelado ao sermão. O toque dos sinos durara até ao fim da missa cantada, em que ele pregava, ou seja até cerca de hora de tércia. Para ele o toque dos sinos tinha o escopo de fazer pressão sobre os cardeais e de convocar o povo para o levantamento, pois vira muitos armados de espadas e lanças, dentro dos claustros. O bispo de Lisboa, D. Agapito de Colona, repreendeu alguns desses homens armados. Em resposta fora por eles aconselhado a não se entrometer no assunto, porque juravam pelo Corpo de Deus obrigar os cardeais a fazerem papa a um romano ou italiano ou a ele, bispo. Segundo ouvira dizer, os cardeais de Aigrefeuille e Orsini, perante o rumor do povo, vieram à porta do conclave pedir desistissem de tais gritarias e insultos, com promessa de lhes fazerem a vontade. O cardeal Orsini, conforme ouvira dizer em Roma, queria abster-se de votar, por causa da pressão manifesta. Ouvira também os cardeais

---

dirigiam a Nice, mais dinheiro: «Die eadem [xi Januarii 1381] fuerunt scripti in expensis, qui fuerunt soluti, de mandato domini nostri, die vii presentis mensis, domino fratri Juliano, episcopo Marsicano, in deductione illorum que Georgius de Marle, magister hospitii dicti domini nostri, promisit nomine apostolice camere solvere domino Reginaldo [fl. 69v] de Ursinis, militi in partibus Italie pro Romana Ecclesia militanti, Anthonio de Ponte supradicto solvente, ii.c floren. camere». «Dicta die viii dicti mensis Martii [1381] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape domino episcopo Marsicano, domino Thome de Pupio et domino episcopo Grationopolitano, accedentibus apud Niciam de mandato supradicto, pro dono eis facto per dominum nostrum, pro suis expensis faciendis ... iii.c floren. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fls. 69-69v, 84v).

de Óstia e de Santo Eustáquio contar que os de Aragão e de Genebra nutriam especial afeição pelo arcebispo de Bari e desejavam reelegê-lo, quando estivessem em lugar seguro. Igualmente ouvira a muitos que os purpurados tinham eleito Urbano VI, no intuito de este os levar para Avinhão, onde renunciaria ao papado. Então fá-lo-iam cardeal. É que tinham muita confiança no arcebispo. Quando saíra do palácio apostólico, na quinta-feira, após o sermão, não corria ainda voz alguma sobre o nome de qualquer papa eleito. De regresso ao convento de Araceli, fora na companhia de D. Agapito até às escadas de S. Pedro e, ao chegar à praça, começou a ouvir essa voz. Alguns homens corriam a cavalo, a toda a pressa, a partir de S. Pedro, em direcção do castelo de Santo Anjo, a anunciar que o cardeal de S. Pedro era papa. Interpelado sobre o que ouviam, D. Agapito esclareceu afirmarem ter sido eleito papa o cardeal romano e voltou logo ao palácio apostólico, para lhe prestar obediência, enquanto o frade regressava ao convento. O arrombamento do conclave ter-se-ia dado quando começou a correr voz da eleição desse cardeal. Se o povo não se persuadisse de ter sido eleito papa este romano, os purpurados, familiares seus e franceses corriam perigo nas pessoas e haveres. O franciscano começara a duvidar da validade da eleição do arcebispo de Bari, a seguir, no mês de Julho. E as dúvidas foram aumentando sempre. Tratava-se, na verdade, de medo a afectar ânimos constantes, atenta a fúria e condição dos Romanos. Ouvira as ameaças dos Romanos, que, por coisa de pouca monta, são capazes de matar, tanto tribunos como senadores, príncipes e papas. Os purpurados não poderiam eleger outro, sem perigo, senão um romano ou italiano. Viu que eles prestavam honras de papa a Urbano VI, mas ignorava suas intenções, ao fazerem-no. Aliás, ele próprio o reputara verdadeiro papa, durante algum tempo. Como italiano, estaria mais inclinado a aceitar Urbano VI, no caso de ter sido canonicamente eleito. De verdade, tinha Clemente VII como autêntico papa, visto ter de dar crédito aos eleitores e todos os cardeais terem abandonado o arcebispo de Bari. Só três não seguiam pessoalmente Clemente VII. E os purpurados não deveriam querer expor-se ao perigo da condenação eterna, criando um cisma, sem motivo. Prelados notáveis tinham abandonado o arcebispo de Bari e seguiam o papa de Avinhão. O contrário não acontecia. Por tudo isso e mais razões, o depoente, na altura das declarações já ministro geral dos Franciscanos, reputava verdadeiro papa Clemente VII:

> «*Die sabbati, xxiii mensis febroarii, era qua supra, deposuit frater Angelus, testis iuratus, ut sequitur. Interrogatus super primo articulo, dixit quod audivit Rome, ut in articulo continetur. Interrogatus super ii, dixit quod audivit, prout in articulo continetur. Interrogatus [super] iii°, dixit quod dicebatur publice in Urbe quod Romani omni modo volebant papam Romanum vel itallicum, et quod expresserunt voluntates ipsorum dictis cardinalibus et finaliter dicebatur quod, postquam essent in conclavi, aliter et ferventius operarentur pro ipsorum proposito obtinendo, ut dicit quod audivit de mense Madii, proxime preterito, in mari, in gallea, a domino Juliano, nunc episcopo Marsicano, facto per Clementem, quod ipse portabat domino Clementi ex parte [fl. 139] cuiusdam tabellionis populi Romanorum, quod ubi papa vellet sibi providere, ita quod posset cum sua familia suficienter vivere, erat paratus hostendere consillia Romanorum, in quibus determinatum fuit quod, ubi non possent habere papam ad votum, deberent interficere aliquos cardinales, et ista consillia scripta era[n]t in registro Romanorum. Interrogatus ille notarius vel tabellio cuius conditionis vel nationis esset, dicit quod ignorat, videtur sibi tamen audivisse a domino Julliano preffato quod esset Romanus. Interrogatus si talia consillia consueverunt in Urbe scribi, dixit quod in partibus Italie omnia consillia consueverunt scribi, aliter esset periculum presidentibus, preterquam in dominiis cicanorum... Interrogatus super xii°, xiii°, xiiii°, xv, dicit quod audivit ut in articulis continetur, et specialiter audivit quod specialiter requisiverunt dominum Hostiensem, et quod videtur sibi quod*

audivit ista ab eo, excepto quod ignorat contenta in xiii° articulo... Interrogatus super xxxi°, dicit quod premissa (sic) *servata non fuerunt, utrum ex culpa officialium hoc ignorat, credit tamen quod sic. Interrogatus quomodo credit predicta, dicit quod per dicta et dicenda per ipsum et recurrit ad ea que dixit in xxiii° articulo alterius casus. Interrogatus super xxxii°, dicit quod credit quod non fuissent securi et custoditi cardinales per milites comitis et per milites agapitos, si bandarenses et populum contrarium voluissent. Interrogatus super xxxiii°, dixit quod audivit ab hiis qui interfuerunt quod [fl. 139v] in ingressu cardinalium [in] conclave tota platea Sancti Petri erat plena hominibus, utrum tunc essent armati et clamaverunt Romanum volumus vel itallicum hoc ignorat, credit tamen quod in magno numero essent armati de Romanis vel de aliis ex eo quod ante ingressum conclavis Romani, ut ipse vidit, in magno numero essent armati per Urbem, quod aliter non viderat, ut fuerat consuetum, et credit quod clamaverunt per nimiam afectionem Romanorum ad habendum Romanum vel itallicum in papam, set utrum clamaverunt animo yrato vel a ad quem finem, credit quod ad finem tenendum vel inducendum cardinales ut haberent papam ad votum. Interrogatus super xxxiiii°, dixit quod audivit quod ibi erat tantus populus quod domini cardinales cum pressura intraverunt conclave, de aliis contentis in articulo non recordatur se audivisse tunc, quando audivit primum de pressura, audivit tamen postea, tamen non recordatur quando nec ubi nec a quibus. Interrogatus super xxxb, dixit tantum scire quod die Jovis post ingressum conclavis, cum fecerit sermonem qui loquitur in Sancto* (no ms. isto) *Petro, ubi debuissent omnes prelati Curie interesse, non fuerunt nisi duo, videlicet dictus Barensis et quidam episcopus de ordine Predicatorum; sermone completo, cum loqueretur cum dicto Bartholomeo, tunc archiepiscopo Barensi, et ab ipso quereret si crederet quod domini cardinales darent nobis papam itallicum, dictus Barensis respondit isti qui loquitur: non dicas, non dicas, magister, quia isti fatui Romani confunderent nos, vel verba similia proferendo, nam ista nocte, de qua articulus querit, invaserunt cardinales usque ad conclave, cum magnis rumoribus, et scalas palacii destruxerunt. Interrogatus quid intendit dicere per istam invasionem, intelligit manu armata et malo animo et modo inconsueto et violenter intraverunt palatium apostolicum prelibatum contra voluntatem cardinalium predictorum, ut credit. Interrogatus quomodo iste deponens appelabat invasionem palatii usque ad conclave, cum custodes debeant esse in cantu conclavi[s] de proposito, respondit quod nec secundum dicta Barensis nec secundum quid nominis terminorum custodes interpretantur invasores. Interrogatus si custodes erant Romani, dixit quod nescit. Interrogatus utrum per deputatos ad custodiam fuerit facta illa invasio an per alios, respondit quod ipse ignorat. Interrogatus quid credit, credit quod fuerunt alii a custodibus, set forte cum scitu et cum complacentia eorumdem. Interrogatus super xxxvi°, dicit quod totum aliud vel maiorem partem palatii apostolici occupaverunt, preter domum conclavis, et quod totum vinum cellarii domini pape biberunt et efuderunt, et ipse qui loquitur, vidit dicta die Jovis post sermonem, quem fecit, una cum domino Agapito de Columpna, cum ybat, pontem, hoc est postes per modum pontis positos ad intrandum per unam portam palatii, ubi erat cellarium, qui[a] aliter per vinum efusum liber [fl. 140] transitus non fuisset, et credit quod, si qua alia invenerunt portabilia, quod abstulerunt, quia de domo conclavis idem fecerunt, ut in Urbe fuit notum et publicum ... Interrogatus super xl, dicit quod audivit dici, nescit a quibus, quod aliqui de Ursinis, ut dominus Jacobus de Ursinis esset papa, populum induceba[n]t vel inclinabant et idem audivit de abbate Montis Cassini, nescit de aliis [que] in articulo contine[n]tur... Interrogatus super xlvi, dicit quod audivit ut [in] articulis ponitur a dominis cardinalibus de Luna et Hostiensi [et] a multis aliis, de quibus non recordatur ad plenum, ut sibi videtur... Interro-*

gatus super xlix, dicit quod nescit in quo punto et in quibus actibus illa hora, de qua articulus dicit, fuerunt cardinales, tamen dicit quod, cum dicta die habuerit sermo[ci]nari, qui erat primus dies conclavis et sermo sibi fuisset recomendatus per confessorem pape Gregorii, ut sibi videtur, dum yret ad sermo[ci]nandum de conventu fratrum Minorum de Araceli, ubi ipse tunc morabatur, et fuisset in ponte Sancti Angeli, quia porta erat clausa per rumorem et timorem de palatio apostolico invaso per Romanos, ut superius dixit, et sic credit, fecit viam aliam et retrocessit et venit per Transtiberim ad ecclesiam Sancti Petri et cum fuisset prope ecclesiam Sancti Spiritus de Roma, in ortu solis, aut modicum post, tunc audivit campanas Sancti Petri pulsari ad arma vel ad martellum, modo et forma qua pulsantur Rome et in Itallia, quando civitates sunt in comotione et briga vel homines consueverunt ad bella procedere et videtur sibi de certo, tamen non asserit quod idem faciebat campana de Capitolio, et vidit mulieres plorantes, fugientes et se lacerantes et clamantes et populum fugientem de ecclesia Sancti Petri per viam ad ecclesiam Sancti Spiritus et sic procedendo invenit in tota via usque ad ecclesiam Sancti Petri inclusive populum fugientem et quando intravit ecclesiam Sancti Petri non invenit aliquem ibi penitentiarium, homines vel mulieres per timorem et seditionem populi Romani, cum tamen ante auroram consueverit dicta ecclesia esse [fl. 140v] utriusque sexus plurimum populata. Verum quod in sermone suo fuerunt precise dominus Barensis et quidam frater Anglicus episcopus de ordine Predicatorum et quinque vel sex canonici ad plus [cum] domino patriarcha Constantinopolitano, qui cantabat missam cum servitoribus suis, et iste qui loquitur se quinto vel sexto ad plus et uno alio fratre qui in crastino debebat sermocinari, qui dixit dicto Barensi: domine, recomendatus est michi sermo pro die crastina, scilicet pro die Veneris sequenti, quem ego sum facturus, cum populus sit in tanta comotione et seditione et nullus prelatus veniet ad sermones vel verba equipolentia, qui dominus Barensis respondit: omnino veniatis, quia de quanto sunt maiora pericula, de tanto debemus ad Deum magis recurrere, vel verba equipolentia. Interrogatus usque ad quam horam duravit pulsatio campanarum, respondit quod ab ortu solis, ut dixit, usque ad finem missе cantate vel quasi, infra quam sermocinatus est et tunc videre suo esset hora tertiarum vel circa. Interrogatus ad quid vel per quem finem dicte campane pulsabantur, respondit, ut firmiter credit et publica fama fuit, quod ad tenendum cardinales et ad vocandum populum ad seditionem et clamorem prefatum, ex eo quod videbat et vidit multos armatos cum gladiis, lanceis et balistis et infra claustrum primum et secundum, vidit homines armatos [et] aliquos reprehendit dominus Agapitus de Columpna quod male et fatue fecerunt et fecissent de isto rumore et agressu palatii apostolici, qui responderunt sibi: stes in pace, domine Agapite, quia per Corpus Christi vel per verba peiora nos volumus quod isti cardinales faciant papam Romanum vel itallicum vel te, non recordatur quod istorum dixerunt. Interrogatus qui Romani dicebant, quando ipse vidit dominum Agapitum increpantem eos, utrum tacerent vel clamarent vel quid aliud facerent, respondit quod non recordabatur, audivit tamen, non recordatur a quibus, quod tales Romani armati receperunt prandia aliquorum cardinalium, que eis per ipsorum scutiferos portabantur et quod dicebant, non tamen ipso audiente: isto mane vos facietis papam, loquentes de dicta die Jovis, et quod videtur sibi quod ista audierit in dicto palatio ista eadem die, antequam ipse inde recederet cum dicto domino Agapito de Columpna, tamen non dicit assertive, quia ad plenum non recordatur de verbis istis comminatoriis. Interrogatus ex quo dicit quod in ortu solis audivit campanas de Capitolio in forma quam superius dixit, si audivit eas continue pulsari et usque ad dictam horam, sicut campanas Sancti Petri, respondit quod non, nec potuit audivisse, ex eo quod intravit infra burgos illos vel carrerias cum dictis rumoribus et postea immediate ecclesiam Sancti Petri, ubi fuit

sermocinatus et ubi campane de Capitolio audiri non poterant bono modo. Interrogatus per quos pulsate sunt dicte campane vel quorum iussu, hoc ignorat, nec audivit de certo. Interrogatus si quando dicte campane fuerunt pulsate [*fl. 141*] *et dum pulsabantur, si erat aliqua vox in populo quod aliquis esset electus in papam, dicit quod non, ipso sciente nec audiente. Interrogatus super l., ignorat contenta in articulo, tamen credit quod propter dictum sonitum campanarum fuit multiplicatus populus, nescit tamen si populus sic multiplicatus amplius aliquid fecerunt, clamaverunt nec usque ad quod tempus... Interrogatus super liii°, dicit quod audivit dici quod dominus de Agrifolio et dominus Jacobus de Ursinis venerunt ad portam conclavis, rogantes Romanos quod pro Deo des*[*i*]*sterent a tantis clamoribus, impertin*[*entii*]*s, insultibus et latratibus, quia ipsi taliter facerent quod erunt contenti secundum vota ipsorum, de hora ignorat, dicit tamen quod videtur sibi audivisse de certo aliquos Romanos dixisse infra palatium apostolicum predicta die Jovis coram domino Agapito: per Corpus Dei, isto mane volumus papam, quia ita bene possunt isto mane, sicut post prandium, facere. Interrogatus super liiii°, b°, vi.° vii°, et viii°, nichil.* [*fl. 141v*] *Interrogatus super lix, dicit se audivisse, nescit a quibus, Rome tamen et alibi, quod dominus Jacobus de Ursinis propter impressionem quam videbat clare in electione, noluit dare vocem, de aliis contentis in articulo nichil scit. Interrogatus super lx, nichil. Interrogatus super lxi°, dicit se audivisse postquam fuit extra Urbem, ubi non recordatur, extra Yspaniam tamen, ut in articulo continetur, tamen dicit quod apparet sibi quod audivit dici quod unus istorum, qui sic nominaverat, fuerat cardinalis Lemovicensis, de aliis cardinalibus qui et quot fuerunt hoc ignorat. Interrogatus super lxii°, dicit se audivisse a domino Hostiensi et a domino de Sancto Eustacio quod domini de Luna et Geebenensis, qui nunc est Clemens, afficiebantur in speciali dicto Barensi et ipsum loco libero voluissent reeligere. Item dicit se audivisse a multis quod domini cardinales ad istam finem ipsum elegerant quod ipsos reduceret ad Avinionem et quod postea renuntiaret et ipsum facerent cardinalem, ex eo quod de ipso plurimum confidebant. Item audivit dici in Urbe, antequam Barensis et cardinales recederent, quod pro certo deberet esse magna questio de facto papatus, ut credit, et controversia inter ipsos, qua de causa (no ms.* eam*) tunc magister Johannes de Parma, magister regens ibidem, festinanter recessit et procurator Ordinis qui tunc erat etiam recessit, nescit tamen si per istam causam, set videtur sibi quod sic. Interrogatus super lxiii°, audivit ut in articulo continetur de ruptura, nescit tamen si per illam causam, audivit alias asignari, nisi modo ut sibi videtur. Interrogatus super lxiiii°, audivit dici quod cardinales aliqui promiserunt Romanis dare sibi papam ad votum, dum essent in conclavi, per impetum Romanorum ad rumorem et audivit quod aliqui discoli Romani, qui erant infra palatium apostolicum, multorum cardinalium prandia et cibaria comederunt, que petebantur eis, dicentes, quod non comederent, nisi eligerent papam iuxta votum ipsorum... Interrogatus super lxxi°, dicit quod non audivit secundum tenorem et formam contenti in articulo, audivit tamen quod conclave fractum fuerat per Romanos, ut superius dixit, et depredatum. Interrogatus per quam causam Romani yverunt in conclave et fregerunt illud, dicit se ignorare, tamen credit quod ad expoliandum conclave, sicut de facto fecerunt. Interrogatus si quando* [*fl. 142*] *prefatum conclave fuit ruptum, si esset aliqua vox quod aliquis esset electus in papam, dicit quod ignorat, credit tamen quod magis Romanos scivisse clare vel oscure quod aliquis esset electus in papam, ex eo quod quando ipse recessit de palatio die Jovis prescita, nulla erat mentio nec verbum de papa electo et cum reverteretur ad conventum suum de Araceli cum domino Agapito usque ad scalas Sancti Petri, cum esset iste qui loquitur in platea Sancti Petri, rumor insonuit et post ipsum aliqui homines in equis vellocissime currebant de Sancto Petro versus castrum Sancti Angeli, clamantes: dominus de Sancto*

Petro est papa, et cum figeret pedem, dominus Agapitus veniebat, cuy dixit qui loquitur: Domine, que nova sunt ista? et ille respondit: isti dicunt quod dominus de Sancto Petro est papa, ego vollo reverti ad palatium apostolicum et eidem reverentiam exhibere, et de facto sic fecit, et iste qui loquitur recta via yvit ad conventum suum et ista fuerunt hora qua homines qui ieiunant, consueverunt comedere. Interrogatus qua hora fuit ruptum conclave, si scit vel audivit, dicit se ignorare, credit tamen quod tunc quando vox insonuit, fuit ruptum conclave ... Interrogatus super lxxiiii°, dicit quod credit quod ubi populus non credidisset dominum [*de*] *Sancto Petro fuisse papam, quod cardinales et ipsorum familia et galici qui ibi erant, fuissent in periculo personarum et perditionis rerum... Interrogatus super lxxx et lxxxi°, dicit alia se nescire, nisi que dixit in articulo lxii.° istius casus, iste tamen qui loquitur incepit dubitare de mense Julii proxime sequentis electionem et ex tunc super potius dubitavit... Interrogatus super lxxxiiii°, dicit ut dixit ad lxb, vi° alterius casus. Interrogatus super lxxxb°, dicit quod nisi domini cardinales timuissent tempore illius electionis, fuissent minus prudentes vel homines divini potius quam humani, quia videre suo fuit metus et timor qui merito cadent in constantes, consideratis furiis et conditionibus Romanorum. Interrogatus si ipse vidit populum furentem illa die, ex quo posset coniecturare qualitatem metus, quam dicit, dicit quod vidit et audivit verba comminatoria Romanorum, ut superius dixit, et quod pro nichilo habent occidere homines, tribunos, senatores, principes et summos pontifices, sicut patuit de domino Bonifacio, et credit quod dictus* (sic) *cardinales timuerunt et quod credit quod etiam quod tunc non potuissent eligere alium quam ytallicum vel Romanum sine periculo* [*fl. 142v*] *... Interrogatus super xc, dicit quod cardinales reversi fuerunt quamcitius, quare ipse ignorat, et quod ipsum coronaverunt. Interrogatus super xci°, dicit quod vidit quod eidem honorem exhibebant ut pape, de intentione nichil scit et quod ipse testis reputavit eum ut papam per tempus et menses. Interrogatus super xcii°, dicit quod credit, ut in articulo continetur, et addit quod nun*[*qu*]*am cardinales, ex quo Curia venit Romam, suo videre fuerunt ibi securi nec in Viterbio, maxime post unum rumorem factum ibi. Interrogatus super xciii°, dixit quod audivit post quod unus cardinalis non audebat revelare alteri plene conscientias suas post electionem... Interrogatus super ciiii°, dicit quod audivit, ut in articulo continetur et constat sibi de multis galicis qui asconderunt se, de prelatis in specie nichil scit... Interrogatus super xxxb aditione, dixit quod non recepit beneficium a quolibet ipsorum, credit tamen quod si vixerit, quod debet sibi facere bonum et idem fecisset alius, si cum eo stetisset, et plura de quanto fuisset sibi magis providendum et per prius sibi motus et quia ytallicus et qui*[*a*] *habuisset cum ipso plures intercessores. Interrogatus super xxxbi° additione, dicit quod secundum affectum nature et inclinationem nature vellet magis Barensem quam Geebenensem, si esset* (*canonice?*) *et pro tanto rite electus et in sua promotione esset Itallia honorata, cuius oppositum vidit, audivit et credit. Interrogatus super xxxvii°, dicit quod apparet sibi quod Clemens si*[*t*] *verus papa, ex eis* [*fl. 143*] *que semper a tempore Christi citra et etiam in beato Petro creditum fuit electoribus, secundo quia omnes et singuli cardinales dimiserunt Barensem et tribus exceptis corporaliter sunt secuti Clementem, tertio quia non videtur consonum rationi quod tam perfecti, scientifici et notabiles viri fecerint conspirationem contra Barensem, maxime quia conspiratio communiter consuevit esse nisi malorum et hominum male fame. Item si fuisset conspiratio, non est verisimile quod scismontani et italici fecissent conspirationem, ex eo quod non videtur una magna naturalis dilectio inter eos, ex quo arguit quod non fuissent confisi in facto tanti criminis et peccati. Item quia cardinales italici non fuerunt secuti ritum scismontanorum pro isto quod dimiserunt Urbanum corporaliter et principaliter non fuerunt cum Clemente. Item quod credit quod pro*

toto mundo et pro infinitis mundis non vellent dampnare animas suas, quod sic faciendo sine dubio dampnati fuissent et si in fine vite revocassent seipsos et totus genus ipsorum perpetue infamie subiacissent. Item quia non credit quod, esto quod cardinales homines peccatores, totam ecclesiam sanctam Dei in ydolatria ponere voluissent, quod sequeretur in septem sacramenta ecclesie, si aliquem papam esse assererent, quod non esset. Item ex sua conscientia arguit in dominis cardinalibus qui sunt cardinales et famosiores domini mundi que ipse faceret in seipso et ipse pro nulla re temporali et vellet tantum errorem et scisma esse in ecclesia sancta Dei. Item ex his que propriis occulis vidit, auribus audivit, manibus tractavit, circa impressionem publicam et notoriam videre suo dicti Barensis, sicut in diversis capitulis prelibatis pluries et diverso modo iuxta diversa interrogationum declaravit. Item ex eo quod vidit multos notabiles dominos prelatos relinquere dictum Barensem et adherere Clementi et non econtra et per multa alia que dimittit, gratia brevitatis. Et licet fuerit interrogatus solempniter et specifice de omnibus et singulis articulis superius nominatis, dixit se nichil scire, nisi que scripta sunt per ipsum superius. Ego frater Angelus, ordinis Minorum generalis minister, predicta assero esse vera» (50).

---

(50) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 138v-143. — Frei Ângelo de Espoleto, nomeado geral da Ordem Franciscana da parte que seguia Clemente VII, teve naturalmente muita influência em França e nos reinos de Aragão e de Castela e em Flandres. Em letras de Março de 1382, relativas ao franciscano Raimundo de Castro, Clemente VII transcreve cartas do ministro geral, Frei Ângelo, e do ministro provincial da província franciscana de Aragão, Tomás de Anzina, pelas quais o nomeavam *vicarium et prelatum dicti generalis ministri super omnes fratres et sorores Insule Sardinie*. A carta do geral foi dada *in Villa Francha, octava die mensis Octobris. Anno Domini MCCCºlxxxiº*, e a do provincial em *Turolii, tempore nostri provincialis capituli, in festo Penthecostes inibi celebrati anno Domini MºCCCºlxxviiiº* (AV, Reg. Aven. 230, fls. 288-289). Em Fevereiro de 1382, dirigia-se o papa a Frei Ângelo, ministro geral dos Franciscanos, *in sacra theologia magistro, sedis apostolice nuntio*, e declarava que *te ad regnum Francie et nonnullas alias circumvicinas partes pro certis nostris ac Ecclesie Romane et tui Ordinis negotiis utiliter promovendis presentialiter destinemus* (AV, Reg. Aven. 230, fls. 280-280v). Recordo também a bula original de 21 de Setembro de 1382, a atribuir 200 francos a Frei Ângelo de Espoleto, núncio destinado por Clemente VII às partes de Flandres (AV, *Instrum. Miscellanea*, n. 3084). No mês seguinte de Outubro de 1382, registo mais bulas, dirigidas a Frei Ângelo de Espoleto, enviado como núncio da sé apostólica por Clemente VII *ad Cameracensem, Tornacensem, Traiectensem, Morinensem et Attrebatensem civitates e dioceses pro certis nostris et Romane Ecclesie negotiis* (AV, Reg. Aven. 229, fls. 313 ss). Registo ainda outras bulas de 25 de Abril de 1383, em que o papa, dirigindo-se a *Fratri Angelo, ordinis fratrum Minorum generali ministro, in sacra theologia magistro*, refere que *Carolus, rex Francorum illustris, te ad Alamanie et nonnullas alias circumvicinas partes pro nonnullis suis negotiis utiliter prosequendis destinet de presenti*. Assim ao conceder-lhe faculdades de dispensar de impedimentos de ilegitimidade, durante o seu múnus de núncio (AV, Reg. Aven. 232, fls. 34s) e noutras com a mesma data, a outorgar-lhe mais faculdades (AV, Reg. Aven. 234, fls. 531v-532). Em Fevereiro de 1388, Clemente VII encarregava-o de concessões relativas aos estudos e graus académicos de Frei Ângelo de Bevagna, *bachalarius Oxoniensis* (AV, Reg. Aven. 253, fls. 471v-472). Quanto a dinheiros recebidos da câmara apostólica, recordo que, a 18 de Fevereiro de 1382, lhe foram dados 40 florins da câmara como oferta do papa Clemente VII: «Die xviii dicti mensis [Februarii 1382], fuerunt soluti de mandato domini nostri pape domino fratri magistro Angelo de Spoleto, Minorum generali ministro, pro dono sibi facto per dominum nostrum papam, solvente Anthonio de Ponte supradicto, xl flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol 355, fl. 73). No ano de 1382, Frei Angelo de Espoleto estava em Paris, onde presidiu ao Capítulo geral desse ano. Nessa altura, ele e o Capítulo impuseram a pena de cárcere a todos os frades que pregassem contra a validade da eleição do papa de Avinhão, não podendo ser soltos sem o consentimento de Clemente VII. Na mesma ordem de ideias, prescrevia que os frades nas suas pregações proclamassem ao povo que o papa de Roma era um intruso no papado. O mesmo deveriam fazer os provinciais e custódios nos Capítulos e nos conventos, quando visitassem as províncias. Ao Estudo de Paris, segundo determinação do Geral, não podiam ser admitidos os frades das províncias da obediência de Roma, a não ser que apresentassem cartas testemunhais de algum ministro fiel ao papa de Avinhão. No cânone da Missa e nas orações oficiais ou canónicas devia nomear-se Clemente VII: «Ista sunt Statuta facta

Garcia Peres, testemunha do reino de Navarra, estava na praça de S. Pedro, quando os cardeais entraram no conclave. Vira aí grande multidão de gente, a maior parte armada, até cerca de quinhentos homens, segundo seu parecer. À entrada dos purpurados, todos gritavam, ao mesmo tempo, por um papa romano ou, ao menos, italiano. Estivera ali até quase à hora de tércia, mas não ouviu os sinos do Capitólio nem os de S. Pedro, que só começaram a tocar, quando se ouviu

---

in Capítulo generali Parisius, per Patrem Generalem nostrum magistrum Angelum. Hec sunt memoralia per reverendissimum Patrem nostrum magistrum Angelum, Ordinis Fratrum Minorum Generalem Ministrum, facta in Capitulo generali Parisius celebrato, anno Domini millesimo CCC.mo LXXXIJ. ...Item, ordinat Generalis Minister quatenus omnes fratres cuiuscumque conditionis existant, qui publice vel occulte predicaverant, vel, quod absit, in posterum predicabunt contra dominum nostrum papam Clementem et contra sacrum Collegium, asserentes ipsum non esse Papam, per Provinciales Ministros et Custodes, vel Guardianos in absentia Ministrorum, carceri mancipentur, non liberandi sine beneplacito et assensu domini nostri Pape. Item, ad tollendum pestiferum scisma quod nunc est in Ecclesia sancte Dei mandat reverendus Pater Generalis Minister cum Capitulo universo, quatenus omnes et singuli fratres Ordinis, in ipsorum sermonibus et predicationibus teneantur populis predicare Bartholomeum quondam Barensem per impressionem (!) manifestam fuisse nominatum papam, ipsumque apostaticum et intrusum. Et idem facere teneantur omnes Ministri et Custodes in Capitulis provincialibus et aliis conventibus quando vadunt per Provincias visitando ... Item, ordinat Generalis Minister quod nullus recipiatur Parisius, de debito vel de gratia, de Provinciis rebellibus, nisi portet litteras fidelium Ministrorum; quod si contrarium fecerit Guardianus parisiensis, cupiditate ductus, vel quocumque alio titulo atque colore, ipso facto sit ab officio absolutus, et ad electionem alterius procedatur, sicut hactenus est Parisius consuetum. Item, mandat reverendus Generalis Minister quatenus in Missis conventualibus publicis et privatis et in aliis canonicis orationibus nominetur dominus papa *Clemens*. Item, mandat etiam, quatenus declaratio domini Mediolanensis sancte Romane Ecclesie Cardinalis, in singulis provincialibus Capitulis et conventibus Ordinis, semel in ebdomada, cantetur una Missa de Spiritu Sancto pro domino nostro Papa, et quod Deus illuminet scismaticos, intruso Bartholomeo adherentes, ipsosque reducat ad unitatem Ecclesie ...»: *Statuta facta in Capitulo Parisiensi per pseudo-Ministrum Generalem Ordinis Fratrum Minorum, Fratrem Angelum de Spoleto*, ed. P. ATHANASIUS LOPEZ, O. F. M. — P. LUCIUS M. NUNEZ, O. F. M., *Descriptio Codicum Franciscalium Bibliothecae Ecclesiae Primatialis Toletanae*, in AFH *(Archivum Franciscanum Historicum)*, 7 (1917) 257-259. Há também uma prescrição relativa ao Estudo Franciscano de Lisboa: «Item, ordinat predictus Generalis Minister quod de cetero Ulixbone et in Divione et Andegavie sit Studium generale Theologie, ad que mittantur studentes de diversis Provinciis, sicut in nostro Ordine de aliis Studiis est consuetum» (*loc. cit.*, p. 257). No ano anterior de 1381, no dia 24 de Junho, depois de fazer a visita à província de Santiago de Compostela, Frei Ângelo publicou certos estatutos no Capítulo de Astorga, com várias determinações sobre os estudos e disciplina regular. Não se refere directamente a Portugal e penso que ele não visitou, nessa altura, os conventos portugueses, porque el-rei D. Fernando tinha declarado publicamente obediência ao papa de Roma, em Agosto de 1381. Nesses Estatutos não há normas propriamente ditas contra o cisma, a não ser uma indirecta sobre os apóstatas e encarcerados que não podiam ser enviados ao Estudo de Paris como estudantes *de debito vel de gratia*, sem licença ou carta especial do Geral: «Ista sunt Statuta facta in Provincia Sancti Jacobi per reverendum in Christo patrem et fratrem Angelum, Ordinis Minorum Generalem Ministrum, anno Domini M.° CCC.° LXXXI.°, in festo beatissimi Johannis Baptiste, in Capitulo Astorice celebrato. In Christo sibi karissimis fratri Didaco, Ministro Provincie Sancti Jacobi, ceterisque fratribus dicte Provincie, frater Angelus, Ordinis Fratrum Minorum Generalis Minister, salutem et pacem in Domino sempiternam. Cum ex iniuncto mihi officio incumbat in singulis Provinciis Ordinis corrigere vicia et defectus, et plantare virtutes, cum de fratribus meis habeam coram Deo reddere racionem, hinc est quod cum in prelibata vestra Provincia, quam ex debito mei officii visitavi, multa repererim mihi deposita per fratres bone fidei, et ego evidencia facti didici et palpavi, contra rogulam, bonos mores et nostri Ordinis instituta, de multorum probatorum magistrorum aliquorumque fratrum consilio et assensu ordinavi que inferius sequntur: In primis, mandat reverendus Pater Generalis Minister, per sanctam obedienciam et sub pena privacionis officii, Ministro Provincie prelibate, quatenus nullum fratrem apostatam vel carceratum mittat Parisius, de debito vel de gracia, sine eius licencia vel littera speciali... Et eodem modo mandat quod statutum factum de apostatis et incarceratis in Capitulo Neapolitano penitus observetur...»: *Statuta facta per Fratrem Angelum de Spoleto Pseudo-Ministrum Generalem Ordinis Fratrum Minorum, Astoricae in Capitulo Provinciae Sancti Jacobi, an. 1381, ed cit.*, in AFH 7 (1917) 259-261.

dizer tinha sido eleito papa o cardeal de S. Pedro. Tocavam no mesmo modo que para a recitação das horas canónicas ou ofício divino. Ao toque dos sinos, ajuntara-se mais povo, a perguntar quem fosse o papa eleito. Depois de um cardeal ter anunciado à janela do conclave que havia papa, o povo arrombou as portas do mesmo, por esse motivo, depois de tércia. Dentre os prelados chamados ao palácio papal, nomeia o abade de Monte Cassino e outro abade de S. Bento. Ouviu dizer que o arcebispo de Bari também lá estava, embora o não visse entrar. O arcebispo, lá de dentro, não teria visto a gente, mas devia tê-la notado ao entrar, bem como ouvir o tumulto. O depoente vira os Romanos entrar na capela, onde estavam os purpurados. Perguntaram a estes quem tinham eleito papa, e eles retorquiram: Não vedes aí o cardeal de S. Pedro, que é o papa? O depoente vira logo o cardeal à esquerda, numa cátedra, revestido de capa de seda branca, e com mitra na cabeça. Vira também o cardeal arremessar por terra a mitra e a protestar não ser papa. Afastaram-se os purpurados e o depoente fora até à porta do castelo de Santo Anjo com o cardeal Pedro de Luna, o qual ia revestido de roquete e manto e com o capelo, a cavalo, acompanhado de cerca de trinta cavaleiros romanos. Os cardeais de Florença e de Milão, segundo ouvira, regressaram a suas casas, mas os de Santo Eustáquio e Orsini saíram, aquela noite, com medo dos Romanos que ameaçavam matá-los, pelo facto de o cardeal de S. Pedro recusar o papado. Outros cardeais permaneceram nas suas casas, em Roma. Assim os de Milão e Pedro de Luna, conforme o depoente presenciara. O de S. Pedro esteve no palácio apostólico bem quatro dias, depois de os outros terem saído. Quando regressaram, todos davam sinais de alegria e acompanhavam Urbano VI. A julgar pelo que sabe, viu e ouviu, não poderiam, com toda a segurança, declarar nula a eleição de Urbano VI em Roma, por terem dito que o papa eleito era o cardeal de S. Pedro. Podiam, sem dúvida, falar do assunto entre si. A eleição de Urbano VI fora livre, conforme constava de fama pública por todo o mundo:

> *«Die Veneris, xxb Januarii, era qua supra. Garsias Petri de Cassara regni Navarre, testis iuratus, deposuit ut sequitur... Interrogatus super xxxiii°, dixit quod quando cardinales intrarunt conclave, quod ipsemet testis erat in platea Sancti Petri et vidit ibi multitudinem gentis, maiorem partem [fl. 143v] armatam, secundum oppinionem suam usque quingentos homines, et quando intrabant cardinales, omnes simul dicebant: Romanum volumus vel saltem itallicum, et hoc dicebant, vociferando. Interrogatus quare erant ibi illi, dixit quod aliqui eorum erant ad custodiendum conclave et aliqui eorum ad respiciendum... Interrogatus super xlx°, dixit quod ipse stetit ibi quasi usque horam tertie. Interrogatus si audivit campanas Capitolii, dixit quod non, sed [si] audivit dici ab aliquibus quod pulsarentur, dixit quod non. Interrogatus si audivit pulsari campanam Sancti Petri, dixit quod non, set postquam exivit vox quod erat factus papa et non ante. Interrogatus si pulsabantur ad martellum vel alio modo inhusitato, dixit quod non, nisi ut pulsatur pro horis. Interrogatus si audivit quare pulsabantur, dixit quod audivit quod pulsabantur pro papa iterato. Interrogatus si propter pulsationem campanarum congregabatur maior gens, dixit quod sic, quia congregabantur ad interrogandum quis erat papa et quod [se] posuit unus cardinalis ad fenestram et dixit: papam habemus, et tunc gens irruit [fl. 144] et ruperunt ambas portas, per quas intrabatur ad conclave, et idem de conclavi. Interrogatus quare rupperunt, dixit quod visum fuit sibi quod propter nova que habuerunt, quod habebant papam. Interrogatus que causa fuit, propter quam debuerunt rumpere conclave, etiam si audirent quod papa erat creatus, dixit quod nescit. Interrogatus que hora poterat esse, dixit quod post tertiam... Interrogatus super lxvi.°, dixit quod sic et credit quod miserunt ad vocandum eos. Ratio quare credit, dixit quod pro eo quod vidit intrare illuc abbatem Montis Cassini et alium abbatem monacum nigrum, nescit quis erat, et quod audivit quod archiepiscopus Barensis erat intus, sed ipse non vidit eum intrare. Interrogatus super lxvii°,*

dixit quod, cum dictus archiepiscopus Barensis esset intus, ut audivit, credit quod non potuit videre gentes a parte exteriori tumultuantes, set credit quod audivit tumultum. Interrogatus si ingressu, si vidit illam gentem, dixit quod credit quod sic, quia vox erat quod eam videret. Interrogatus quod, cum ipse esset intus, si credit quod videbat que fiebant per gentem, que erat intus, dixit quod quamvis ipse sciebat quod erat intus, tamen nesciebat si erat cum gente vel ubi erant cardinales et ideo non potuit intelligere... [fl. 144v] ... Interrogatus super lxxiii°, iiii°, v°, dixit quod vidit quod Romani intrarunt cappellam, ubi erant cardinales, et petierunt ab eis ut dicerent sibi quem (ms: *quando*) *elegerant in papam et quod cardinales dicebant sibi: None videtis ibi cardinalem Sancti Petri, qui est papa? et istemet testis vidit statim cardinalem Sancti Petri, qui erat ad manum sinistram cappelle, situatus in una sede immima simili istis, supra quas prelati ponunt pectora, quando audiunt missam, et erat intus una cappa alba serica et cum mitra in capite, et vidit quomodo dictus cardinalis proiecit mitram in terram [et] incepit dicere quod non erat papa, set erat antipapa et diabolus, et quod tunc dixerunt sibi aliqui Romani: ex quo tu non vis esse papa, se[i] captivo, et tunc vidit quod recesserunt cardinales, et iste testis yvit usque ad portam Sancti Angeli cum cardinali de Luna. Interrogatus quare fecerunt istam fictionem de cardinali Sancti Petri, dixit quod nescit. Interrogatus super lxxvi°, dixit quod cardinalis de Luna ibat [in] suo roqueto et in mantello, cum suo cappello, equitans, et usque triginta Romani cum eo equitantes, asociando eum, inter quos ibat unus milles, qui moratur ad turrim Sanguineam, et quando accesserunt ad portam dicti castri, exivit dominus Petrus de la Saga et recepit cardinalem, credens quod Romani ducebant eum captum et quod Romani recesserunt omnes, excepto illo millite de turre Sanguinea, qui ivit cum cardinali ad hospitium suum, et iste testis remansit ibi cum dicto domino Petro, qui erat Navarrus et erat capitaneus dicti castri pro cardinalibus et camerario, et audivit quod cardinales Mediolanensis et Florentinus yverunt per Transtiberim, equitantes in singulis mullis, in mantellis, cum suis capellis, et audivit quod omnes cardinales, postquam exiverunt conclave, yverunt ad hospicia sua et ut audivit illa [fl. 145] nocte [quod] recesserant inde cardinales de Ursinis et Sancti Eustacii et nescit qui alii extra Romam ad quedam castra cardinalis de Ursinis, et quod cardinalis de Britannia et nescit qui alii yverunt illa nocte ad castrum Sancti Angeli, et audivit quod yverunt extra civitatem et ad castrum Sancti Angeli propter metum Romanorum, quia dicebatur quod occiderent eos, pro eo quod cardinalis Sancti Petri noluit esse papa et quod alii remanserunt ibi Rome in suis hospitiis et quantum est de cardinalibus Mediolanensi et de Luna ipsi erant in suis hospitiis, pro eo quod iste testis yvit die sequenti cum Johanne Remigii ad audiendum missam publice ad hospitium cardinalis Mediolanensis et cum transiret per libratam cardinalis de Luna, quesivit a suo hostiario si ybi erat cardinalis et ille respondit sibi quod ibi erat et quod cardinalis Sancti Petri stetit publice in palatio bene quatuor diebus, postquam alii cardinales exiverunt extra et de aliis nescit plus, tamen ut sibi videtur quod, postquam venerunt omnes et erant cum primo electo, quod erant leti et hoc cum duobus sequentibus articulis ... Interrogatus super lxxxb, dixit quod non credit quod cardinales tempore electionis habuerunt causam timendi per supradicta seu aliquod eorum, propter ea que ipse vidit, scivit, intellexit et audivit, tamen ipse nescit si timuerunt, sed credit quod si ipsi elegerant gallicum vel alterius nationis cuiuscumque, quod non fuisset Romanus vel itallicus, quod mox* (sic) *eis gerendus fuerat et quod Romani nullam molestiam fecissent eis et aliqui eorum qui erant ab extra [fl. 145v] presumpserunt quod cardinalis de Luna esset papa, pro eo quod traderat in conclavi una fulgetra coram cella sua ... Interrogatus super xcii°, dixit quod post electionem, stantibus cardinalibus Rome, quod non credit quod potuissent secure dicere quod electio dicti Urbani erat nulla pro eo*

quod primo dixerant quod cardinalis Sancti Petri erat electus et modo si dixerant quod electio istius erat nulla, credit quod non potuerant dicere sine eo quod caperentur vel perderent sua bona, tamen credit quod cardinales inter seipsos potuerunt loqui de ista materia et hoc credit pro eo quod aliquosciens vidit eos seorsum loqui simul... Interrogatus super xcv, dixit quod ante credit quod dicta electio fuit facta libere et non propter metum Romanorum et hoc credit quod sit et publica vox et fama per totum mundum. Interrogatus super xcvi°, dixit quod audivit quod cardinales requisiverunt dictum electum Urbanum quod yret Agnaniam, pro eo quod habebat ibi provisiones suas et ibi non habebant ad comedendum et quod ipse dixerat quod placebat sibi, tamen non yvit ibi, nescit quare... Interrogatus super c., dixit quod scit quod civitas Agnanie tenebatur et regebatur per et nomine dicti primi electi, dum cardinales fuerunt in ea usque primus electus yvit Tiberim et ipsemet testis vidit arma primi electi Agnanie. Interrogatus quare perdi[di]t Agnaniam, postquam yvit Tiberim, dixit quod nescit et dixit quod credebat quod dicti cardinales in dicto loco poterant esse securi et sine metu primi electi et populi Romani, pro eo quod ipsi ducebant secum de suis maiorem gentem qua[m] erat in dicta civitate de habitatoribus in ea. Interrogatus super ci, ii°, iii°, iiii° et v articulis nichil» (51).

O camarário de Clemente VII, arcebispo de Arles, diz que os oficiais da cidade de Roma, na quarta-feira, antes de os cardeais entrarem no conclave, prometeram a estes segurança. Ouvira dizer que o arcebispo de Bari e o abade de Monte Cassino inflamavam o povo, durante o conclave, para gritarem por um papa romano ou, ao menos, italiano. Prometera muitas coisas a certo romano de nome Nardo, um dos oficiais importantes, se conseguisse que ele próprio fosse eleito. E o facto tornara-se claro, depois da coroação de Urbano VI, pois esse oficial vangloriara-se disso, várias vezes, na presença do camarário. Afirmava que, se o papa eleito, Bartolomeu de Prignano, não satisfizesse suas promessas, ele oficial propalaria coisas terríveis a seu respeito, de modo que mal iriam seus negócios. No Domingo da Paixão, na igreja de Santa Maria Nova, onde os purpurados e o camarário assistiam à missa da novena solene, fora informado o depoente de que alguns romanos queriam armar-lhe ciladas à saída da missa e prendê-lo junto do castelo de Santo Anjo, para onde levara a maior parte dos haveres do papa. Tinham estabelecido decapitá-lo ali, razão por que saíra antes de terminar a missa, com reduzida comitiva, por caminhos travessos, e se conservara no castelo até depois do tríduo, a seguir à entronização. Arrombado e assaltado o conclave pelos Romanos, saíram todos os purpurados, um após outro, em várias direcções, como fora o moderno cardeal de Santo Anjo, o de Santo Eustáquio e outros que se esconderam. Mais tarde, ainda outros, em primeiro lugar o de Vergne, a seguir o de Bretanha, os de Viviers, de Aigrefeuille, de Poitiers e de Limoges escaparam em hábitos disfarçados e sem comitiva. O eleito Bartolomeu mandara ao castelo de Santo Anjo chamar os cardeais, ali residentes, e os outros que tinham fugido, para irem entronizá-lo. Anuíram a tais ordens, por temerem maior perigo e por verem que o castelo não estava suficientemente provido de víveres, no intuito também de salvarem os haveres de seus familiares, em perigo. Depois de várias vezes requeridos, foram ter com Urbano VI ao palácio. Em face da narração dos acontecimentos pelos cardeais acerca da eleição, nunca ele, camarário, o considerara verdadeiro papa. Para não assistir à entronização nem à coroação, fingira-se doente. Embora várias vezes, aliás como outros, lhe tivesse prestado reverência como papa, logo que pôde e contra a vontade de Urbano VI, abandonara Roma. Depois da coroação, escrevera a el-rei de França, de próprio punho, na presença do cardeal de Santo Eustáquio, carta credencial, por meio

(51) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 143-145v.

de P. de Murlis, para se acautelar e não crer no que lhe era escrito, visto os factos se terem passado diversamente. Escrevera o mesmo, desde Anagni, à rainha Joana de Nápoles, por meio do bispo de Chieti, e a muitas outras pessoas. Isto mesmo dissera ao moderno cardeal de Cosenza. Enquanto estivera em Roma, tentara convencer Urbano VI fosse para Anagni, na intenção de o prender. Aliás tinha dado ordens para que, se passasse diante do castelo de Santo Anjo, o prendessem, mas Urbano VI nunca por lá quisera passar. Antes da entronização, amava-o de verdade, acima de todos os italianos, e desejaria que ele fosse papa, de preferência a qualquer italiano, contanto que tivesse sido eleito canonicamente:

> «*Dominus Arelatensis, camerarius. Ista deponit R. Pater dominus P., archiepiscopus Arelatensis, domini pape camerarius, super facto intrusionis intronizationis* (*ms.:* introzinationis) *Bartholomei, olim Barensis archiepiscopi... Item die Mercurii, antequam domini cardinales intrarent conclave, officiales Urbis intraverunt et promiserunt dictis dominis cardinalibus eos tenere securos in conclavi. Item audivit a pluribus quod ipse Bartholomeus et abbas Montis Cassini inflamabant populum, dum cardinales erant in conclavi, ut clamarent, prout clamabant: Romano lo volemo o italliano, et promisit plura cuidam Romano vocato Nardo speciario, qui erat de maioribus officialibus Urbis, si tantum faceret quod eligeretur, et satis clare apparuit postea quia post coronationem ipsius Bartholomei, dictus Nardus pluries jactavit, etiam dicto domino camerario presente, quod nisi ipse Bartholomeus attenderet et ea que sibi promiserat, antequam eligeretur, ipse diceret terribilia de ipso et talia quod negotia sua male succederent. Item dominica in passione, existentibus dominis cardinalibus et camerario in dicta ecclesia beate Marie Nove, in missa novene, que tunc solepniter cantabatur, fuit revelatum ipsi domino camerario quod aliqui Romani insidiebantur sibi et volebant eum capere in exitu misse et ducere ante castrum Sancti Angeli, ubi tunc ipse dominus camerarius fecerat poni omnia vel saltem maiorem partem bonorum et iocalium papalium et ibi ipsum decapitare ordinaverant, nisi rederet castrum et omnia que intus erant, ad que previdens ipse dominus camerarius, non expectans finem misse, set statim attendens equum cum modica commictiva per vias oblitas et furtive pervenit ad illud castrum et interius intravit nec ulterius exivit, nisi post triduum post intronizationem ...* [*fl. 146v*] *... Item antequam domini cardinales intrarent conclave, oficiales Urbis fecerunt per totam Urbem publice proclamare cum tuba ut omnes nobiles exirent Urbem et sub maximis penis causa, ut verisimiliter credit, ut non perturbarent, cum populares ad conclave accederent et licet ipsi officiales fuissent per dominos cardinales requisiti pluries ut saltim comittem Nollanum et de Fundis et dominum Agapitum de Columpna, episcopum Olixbonensem, deputarent pro custodia conclavis, hoc tamen eum* (sic) *denegarunt ... Item fracto conclavi et facta intrussione tali quali, domini cardinales exiverunt et unus huc, alter illuc et videlicet dominus* (sic) *modernus domini* (sic) *Sancti Angeli, Sancti Eusthacii et plures alii cardinales timore preterriti, extra Urbem auffugerunt et alii in suis domibus se latitarunt et dum fuit tarde, plures ex ipsis dominis cardinalibus videlicet primo dominus de Vernhio, postea domini Britannie, Vivariensis, de Agrifolio, Pictavensis et Elemovicensis in habitibus dissimulatis, unus post alium, furtive et sine comictiva, ad dictum castrum causa securitatis personarum accesserunt et illuc se recluserunt.* [*fl. 147*] *Item in castrum, ipse Bartholomeus qui infra palatium erat, mandavit ipsis dominis cardinalibus et aliis qui aufugerant et ad eum venirent ut intronizaretur, qui de maiori periculo dubitantes et videntes castrum non fore victualibus sufficienter munitum et ne famillias et bona perderent, prout verisimiliter videbant populum ad hoc inflamatum, paulatine et post plures requisitiones ad palatium accesserunt. Item numquam credidit ipse dominus*

camerarius, audito modo electionis a dominis cardinalibus, quod ipse esset papa nec pro tali habuit nec in intronizatione (*ms.* introzinatione) *interesse voluit nec etiam in coronatione, ymo fingebat se infirmum. Item quod licet pluries fuerit ad ipsum Bartholomeum, reverentiam exhibendo ut alii, tamen ut citius potuit, etiam invito dicto Bartholomeo et contra eius voluntatem ab Urbe recessit. Item quod ille populus Romanus domos ipsius domini camerarii, que prope palatium sunt situate, violenter intraverunt, portas, cassas sive archas fregerunt et eas una cum omnibus munimentis, que in dictis domibus erant, et que longissima essent declarare, ab illis domibus extraxerunt et secum portaverunt et vina saltem maiorem partem biberunt et quod peius est per terram illud seminaverunt et ad idem fecerunt in palatio apostolico et pluribus hospitiis dominorum cardinalium predictorum. Item quod post coronationem quadam die, cum scriberetur et notificaretur ubique coronatio ipsius Bartholomei, prefatus dominus camerarius scripsit propria manu regi Francie, presente domino cardinali Sancti Eusthacii, per litteram credentie per P. de Murlis, quod caveret sibi nec crederet que sibi scriberentur, quia factum non sic se habebat. Item quando ipse dominus camerarius fuit in Agnania, pari forma domine regine Neapolitane per episcopum Theatinum, et multis aliis. Item quod ista pluries dixit domino cardinali moderno Cusentino. Item quod ipse dominus camerarius, dum erat Rome, inducebat quantum poterat dictum Bartholomeum ut yret Anagniam, ut caperetur, set dubitans, noluit consentire. Item ipse dominus camerarius ordinaverat quod si idem Bartholomeus transiret ante castrum Sancti Angeli, caperetur per gentes castri, set de hoc dubitans, per illam viam noluit facere iter suum. Item ante declarationem ipse dominus camerarius pluries tractavit cum britonibus et aliis gentibus armorum ut yrent et ipse dominus camerarius volebat yre in propria persona apud Tiburtinum ubi* (*ms.:* ut) *morabatur ille Bartholomeus, set non potuit cum ipsis concordare.* [*fl. 147v*] *Item dicit idem dominus camerarius in conscientia sua quod ante intronizationem diligebat dictum Bartholomeum inter omnes itallicos et prediligisset ipsum esse papam quam quemcumque allium ytallicum, si scivisset ipsum canonice electum. Predicta omnia as*[*s*]*ero et afirmo, teste conscientia, esse et fuisse vera ego predictus camerarius domini nostri pape Clementis propria manu, die penultima mensis Junii anno lxxx. Camerarius*» (52).

A instâncias dos embaixadores de el-rei de Aragão, enviados à Cúria de Clemente VII, em 1380 e 1386, para interrogarem cardeais e outras personagens sobre a eleição de Urbano VI, pronunciaram-se pela invalidade da mesma o cardeal-bispo de Penestrino, D. Guido Malosioco ou Malesec ou de Poitiers (53), *o cardeal-bispo de Óstia ou de Glandèves, D. Bertrando Atgério, franciscano, mais que uma vez* (54), *o cardeal-bispo de Sabina, D. Pedro de Sortenac, dito Viva-*

(52) *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 146-147v.

(53) *De Schismate*, vol. VI (Arm. LIV, t. 19), fls. 75-78, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, Paris, 1889, pp. 97-106. Respostas posteriores ao depoimento em vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 137-138v, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 107-111.

(54) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 79-82, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 84-93. *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 127-128, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 94-96. *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 148-152 (ano de 1380), publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 326-338. Notícia sobre a declaração de protestos anteriores ao conclave em AV, *Introitus et Exitus*, vol. 353, fl. 41: «Die eadem [ix Septembris 1379] fuerunt soluti Bernardo de Molinis, scriptori in thesauraria apostolica, pro duobus vidimus unius instrumenti, continentis certas protestationes factas per dominum cardinalem in Roma ante intrusionem illius Bartholomei, pro quolibet sex grossi, et pro aliis duobus vidimus declarationis Studii Parisiensis per ipsum factis fieri, pro quolibet quatuor grossi».

riense ou de Viviers ([55]), *o cardeal D. Guilherme de Aigrefeuille* ([56]), *o cardeal de Santo Anjo, Guilherme de Noellet* ([57]), *o cardeal Pedro de Vergne* ([58]), *o cardeal de Arles, D. Pedro de Cros, que fora camarário do papa Gregório e também de Clemente VII, como se pode ver pelo depoimento, transcrito atrás, e fez novas declarações, mais tarde* ([59]), *o cardeal de Nápoles, D. Tomé de Amanatis de Pistorio* ([60]), *irmão de Bonifácio de Pistorio, que abandonou Urbano VI, conforme depoimento lançado atrás. O cardeal-bispo de Sabina ou cardeal de Viviers, D. Pedro de Sortenac, também fez declarações, a instâncias de el-rei de Castela* ([61]).

Como se viu pelas afirmações do Doutor Álvaro Martins, o caso da eleição, proposto a estudo do jurista João de Lignano, era essencialmente igual ao que lhe propusera o cardeal Orsini. Os partidários de Avinhão faziam-no, porém, passar como se fora da autoria de Urbano VI. O arcebispo de Toledo, D. Pedro Tenório, não só apresentou suas dúvidas aos purpurados, a fim de saber si casus datus domino Johanni de Linnano, super quo ipse scripsit, si fuit datus et eidem missus per aliquos cardinales et quot erant numero et quales, *bem como* si ipsi duo cardinales Italici approbent in omnibus et per omnia casum seu thema scriptum, assertum et iuratum per xii. cim cardinales citramontanos, vel si discrepent in aliquo istum casum seu thema, [quod] dominus noster rex misit supradictis dominis cardinalibus italicis et ipsi in suis litteris fatentur recepisse, specialiter interrogate ipsos si aprobant verba que secuntur, que posita sunt in themate predicto, que sunt hec, *como os interrogava sobre certos pontos do caso* ([62]). *Um cardeal italiano respondeu às dúvidas, começando por declarar não saber quem deu o caso a João de Lignano, mas refere-se ao* thema seu casum per nos duos tradditum, *com a colaboração do falecido purpurado* Jacobus de Ursinis. *Respondeu também a dizeres do cardeal de Santo Eustáquio* in suo tractatu, in vii questione ([63]). *O cardeal de Milão, Simão de Borsano, respondeu igualmente a essas dúvidas, que lhe foram propostas, remetendo ao outro cardeal italiano, o de Florença, D. Pedro Corsini* ([64]), *enquanto o cardeal de Viviers, Pedro de*

([55]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 85-88, publ. por GAYET, *op. cit.*, pp. 76-82.

([56]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 90-95v, publ. por GAYET, *op. cit.*, 111-123.

([57]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 97-101v, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 124-137.

([58]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 103-107v, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 138-148. Cf. nota 13.

([59]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 109-110.

([60]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 113-126: «In nomine Domini. Amen. Hec est depositio mei Thome de Amannatis de Pistorio, cardinalis Neapolitani, super hiis que vidi, audivi et sensibus propriis percepi, prout infra sigillatim patebit, circa impressionem factam per populum Romanum reverendissimis in Christo patribus dominis sancte Romane Ecclesie cardinalibus, tunc Rome existentibus in electione Romani pontificis ...».

([61]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 135-136, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 82-84. Cf. nota 65.

([62]) *De Schismate* vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 129-130v. No índice dos volumes *De Schismate*, do Arquivo do Vaticano, indica-se erroneamente o nome de Pedro de Luna. Publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, p. 264: «Dubia domini Toletani, data domino Alvaro, episcopo Zamorensi, qui ibat Niciam ad cardinales Florentinum et de Mediolano».

([63]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 131-133v. Como digo na nota anterior, trata-se de D. Pedro Tenório, que fora bispo de Coimbra, e não de Pedro de Luna. Cf. nota 70, e também a carta do cardeal Flandrini ao embaixador de Castela, Rodrigo Bernardes, de 8 de Outubro de 1380, em *De Schismate*, vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 147v-150v, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 341-342.

([64]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 134-134v, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 168-169.

Sortenac, como se disse, respondia a certos quesitos dos embaixadores de el-rei de Castela (65) *e o cardeal-bispo de Penestrino, D. Guido de Malesec, voltou a responder* «ad nonnulla que dicuntur deposita per infrascriptos vel contenta in casu ordinato per Bartholomeum, michi Guidoni, episcopo Penestrino, per ambaxiatores illustrissimi principis domini regis Aragonum tradita, que videntur obviare aliquibus que ego asserui circa factum intrusionis Bartholomei olim Barensis» (66).

O sobredito cardeal de Florença, D. Pedro Corsini (67), *o de Aigrefeuille, a 27 de Agosto de 1386* (68), *e o de S. Clemente, D. Gerardo du Puy* (69), *também responderam a perguntas dos embaixadores de el-rei de Aragão, geralmente a comprovar a falta de liberdade dos purpurados, aquando da eleição de Urbano VI. O de Florença, D. Pedro Corsini, bispo Portuense, dava respostas relativas ao* casus trium cardinalium Italicorum, *ou seja ao* casus concordatum per tres dominos Italicos cardinales scilicet Portuensem seu Florentinum, Mediolanensem et de Ursinis bone memorie (70). *Mais ainda: o de Bretanha, D. Hugo de Montelais ou cardeal-bispo de Sabina, em perigo de morte, a 25 de Fevereiro de 1384, pronunciava-se pela canonicidade da eleição de Clemente VII e reputava inválida a de Urbano VI* (71), *aliás como, antes, também em perigo de morte, o fizera o cardeal de Milão, D. Simão de Borsano, a 12 de Setembro de 1381* (72), *além das declarações posteriores, em perigo de morte, do cardeal D. Gerardo du Puy, a 10 de Fevereiro de 1389* (73), *e do cardeal-bispo de Sabina ou de Viviers, D. Pedro de Sortenac, a 16 de Agosto de 1390* (74).

Do sobredito infere-se que dois cardeais italianos consultaram outros purpurados quanto à eleição de Urbano VI. Na verdade, existem respostas, de 10 de Agosto de 1381, dadas por seis purpurados «ad iiii.or capitula alias et quedam alia noviter nobis missa per reverendissimos in Christo patres et dominos Petrum, episcopum Portuensem, et Symonem tituli Sanctorum Johannis et Pauli cardinales ac tradita per reverendum patrem fratrem Julianum, episcopum Marsicanum, ac venerabilem virum dominum Thomam de Pupio, decretorum doctorem, eorum ambaxiatores, *quorum quidem capitulorum seu articulorum iam alias et*

---

(65) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 135-136, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 82-84. Cf. nota 61.

(66) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 137-138v, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 107-111. Cf. nota 53. As perguntas correspondentes em *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 139-141.

(67) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 121-126v, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 57-68.

(68) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 130-135, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 68-76.

(69) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 139-141v, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 13-15, 29-31, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 162-168.

(70) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 66-73v, publ. por GAYET, *op. cit.*, pp. 1-20. Cf. *Casus Italicorum Florentini videlicet et Mediolanensis*, assinado em Nice por cinco cardeais: Ânglico Grimoaldi, Pedro de Sorteneaco, Pedro Flandrini e Guilherme Noelleti e pelo cardeal Albanense ou Vivariense, sobre a eleição de Urbano VI, em *De Schismate*, vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 169-172v, vol. II (AV, Arm. LIV, t. 15), fls. 119-122v.

(71) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 143-143v.

(72) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 145-150. No AV, *Instrumenta Miscellanea*, n. 3083, há a declaração de 26 de Agosto de 1381 do cardeal de S. João e Paulo ou de Milão sobre a canonicidade da eleição de Clemente VII e invalidade da do arcebispo de Bari, Urbano VI, na presença do cardeal-bispo Portuense ou de Florença, cardeal de Santo Anjo, D. Guilherme, e outros.

(73) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 151-152.

(74) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 152-154.

nunc de novo traditorum tenor sequetur, ut ecce: Infrascripta sunt que requirimus nos P. Florentinus et Symon Mediolanus cardinales pro declaratione et exoneratione conscientiarum nostrarum quod super his respondeant domini cardinales Citramontani cum iuramento ad sancta Dei evangelia...» (75). *E elas eram favoráveis ao papa de Avinhão, enquanto contrárias à validade da eleição de Urbano VI...*

A 26 de Julho de 1378, já Conrado de Gysonhemi, procurador de Venceslau, rei da Boémia, proclamava que a eleição de Urbano VI era inválida (76). *Também os curiais e outros clérigos, residentes então na Cúria de Roma, se pronunciaram sobre esta eleição, a instâncias dos embaixadores de el-rei de Aragão ou deste mesmo, e até do próprio monarca castelhano. Além dos já referidos, lembro o depoimento do antigo curial pontifício Gil de Bellemère,* «episcopi Vaurensis, audientie litterarum contradictarum domini pape auditoris, utriusque iuris doctoris, facta ad requisitionem et interrogationem dominorum ambaxiatorum domini regis Aragonum super facto intrusionis Bartholomei, condam Barensis archiepiscopi, in papatu» (77). *Na mesma ordem de ideias, o de* Helias, episcopus Cathaniensis, ad instantiam et requestam nobilium et egregiorum virorum ambaxiatorum illustrissimi principis domini regis Castelle pro informatione ipsius regis super facto impressionis Romanorum (78). *Assim também a* depositio facta per Pontium Beraldi, litterarum apostolicarum correctorem, super impressione Romanorum in negotio electionis ad papatum Bartholomei, olim Barensis archiepiscopi, ad interrogationem dominorum ambaxiatorum serenissimi principis domini Johannis Castelle et Legionis, *e a feita a instâncias dos embaixadores de el-rei de Aragão, porque logo* sequntur interrogatoria per ambaxiatores domini regis Aragonum super negotio scismatis, facta Pontio Beraldi, litterarum apostolicarum correctori, post depositionem per eum factam absque interrogatorio (79).

Contrários ainda a Urbano VI o depoimento de Frater Ludovicus magistri Francisci de Asisio, ordinis Minorum, sacre theologie professor et eiusdem civitatis Asisii antistes, *a pedido*

---

(75) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 155-158v. No AV, *Instrumenta Miscellanea*, n. 3085, existe docum. original, de 15 de Fevereiro de 1381, com os capítulos sobre a eleição de Urbano VI, propostos na Cúria de Avinhão pelos procuradores do cardeal-bispo Portuense ou de Florença D. Pedro, e do cardeal de S. João e Paulo ou de Milão, de nome Simão.

(76) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 169-170, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 185-187.

(77) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 171-177v. Cf. fls. 39-43v, e também vol. XXVII (AV, Arm. LIV, t. 46), fls. 70-79. — Gil Bellemère aparece como *auditorem contradictarum palatii apostolici* em notícia de 5 de Março de 1379, sobre o seu transporte para Fondi e do cardeal legado D. Pedro de Luna dali para Avinhão: «Die v mensis Martii [1379]. Cum Stephanus Brandissio et Jacobus Estornelli, patroni de Massilia, cum una galea armata servierint camere apostolice, tam in portando dominum Egidium Bellemere, auditorem contradictarum palatii apostolici, Fundis, quam in reportando Reverendissimum in Christo patrem dominum cardinalem de Luna, apostolice sedis legatum, ad partes istas, per tres menses et unam diem, qui debebat habere pro quolibet mense Miiii.c flor. auri curreñ de xxiiii sol. monete Avinionensis, prout in instrumento, per magistrum Petrum de Vicino, Auxitane diocesis, auctoritate apostolica notarium, die xix mensis Octobris proxime preteriti super hoc recepto, latius continetur ...» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 54v). No mês anterior, a 5 de Fevereiro de 1379, há notícia de dinheiros pagos ao mestre duma galé de Marselha alugada, na qual foi a Fondi tratar de negócios da Igreja Gil Bellemère, regressando nela para Avinhão o cardeal Pedro de Luna: «Die b dicti mensis [Februarii 1379] soluti fuerunt Stephano de Brandissio, patrono de Massilia, in deductione maioris summe, sibi per cameram debite, pro loquerio unius galee, cum qua dominus Egidius Bellemere ivit Fundis pro certis [fl. 50v] Ecclesie Romane negotiis et cum eadem rediit dominus cardinalis de Luna, Guillelmo de Corniliono de Massilia pro ipso manualiter recipiente pro b.c flor. curreñ de xxxiiii sol., iiii.c flor. camere, xbi sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fls. 50-50v).

(78) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 178-179v, Cf. nota 86.

(79) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 182-185v. Cf. fls. 44-45v. Cf. nota 85.

dos embaixadores de el-rei de Aragão ([80]), *bem como o de* Antonius, Dei gratia episcopus et princeps Firmanus, *o qual diz falar* de facto electionis Bartholomei intrusi, vocari se facientis Urbanum vi. um ([81]), *e ainda* depositio domini Johannis de Meranesio, [archidiaconi Montispensati in ecclesia Caturcensi ac] clerici sacri collegii dominorum cardinalium et socii caparum reverendissimi in Christo patris et domini domini cardinalis de Agrifolio super facto scismatis et intrusionis Bartholomei in sacro papatu, quam fecit anno Domini M.ccc°lxxxvi... mensis [Junii] coram dominis ambaxiatoribus serenissimi principis regis Aragonie ([82]), *além da* depositio Galhardi de Nova Ecclesia, decretorum doctoris, sacri apostolici palatii causarum auditoris, super facto scismatis, quam fecit ad interrogationem et requisitionem solempnium dominorum dominorum ambaxiatorum serenissimi principis domini Petri, regis Aragonie ([83]). *De registar também as* attestationes Johannis Rame, bachalarii in decretis et scriptoris litterarum apostolicarum ac reverendissimi in Christo patris et domini domini cardinalis Penestrini cappellani et continui commensalis, traditas nobi-

---

([80]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 186-193v, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 340-341. Entre outra documentação pontifícia, refiro letras do papa Gregório XI, de 17 de Junho de 1375, respeitantes a *Ludovicus Francisci de Assisio, ordinis fratrum Minorum, professor in theologie facultate, in qua per longa tempora in Perusino et Assisinat. studiis et alibi studuit et ordinarie legit*, sobre o doutoramento no Estudo de Bolonha (AV, Reg. Vat. 286, fl. 90). Clemente VII, por letras de 14 de Junho de 1382 (AV, Reg. Aven. 229, fls. 233-233v), nomeou penitenciário pontifício em Roma a Frei Francisco de Assis, que se não pode identificar com Frei Luís Francisco de Assis: «Dilecto filio Francisco Cole de Assisio, ordinis fratrum Minorum professori, penitentiario nostro in Urbe. Salutem, etc. Religionis zelus ... Hinc est quod nos de persona tua specialem in Domino fuduciam obtinentes, te in penitentiarium nostrum in Urbe constituimus et etiam ordinamus ... [fl. 233v] Datum Avinione, xviii Kalendas Julii, anno quarto». A 3 de Fevereiro de 1382, foram entregues por mandato de Clemente VII a Frei Francisco de Assis, da Ordem Franciscana, que vinha do duque de Anjou e ia a Perusa, dinheiros para suas despesas de viagem: «Die iii dicti mensis [Februarii 1382] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape fratri Francisco de Assisio Ordinis Minorum, venienti de domino Andegavensi et eunti apud Perusiam, pro suis expensis faciendis, solvente Anthonio supradicto, xx flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 355, fl. 60). Trata-se, portanto, de pessoa diferente de Frei Luís Francisco, também franciscano, bispo de Assis. Deste registo algumas somas de dinheiro, que lhe foram entregues por serviços prestados a Clemente VII nas questões do cisma. A 24 de Agosto de 1379, foram-lhe entregues dinheiros pelas despesas com pessoas trazidas de Sperlonga, na Itália, para Avinhão: «Die xxiiii dicti mensis [Augusti 1379] fuerunt soluti domino fratri Ludovico, episcopo Assisinat. et Chiquom de Polhinovo, patrono cuiusdam ligni, in quo portavit de mandato domini nostri certas personas de Spelunca ad partes istas pro naulo ipsius domini episcopi et personarum huiusmodi, prefato episcopo recognoscente, iii.c ix flor. camere. *Na margem esquerda do texto:* Presentibus Petro Hachiquet, clerico Atrebatensis diocesis, et Angelo magistri Jacobi de Assisio» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 353, fl. 32). A 4 de Dezembro de 1379, eram pagos dinheiros pelas despesas do bispo de Assis, enviado por Clemente VII às partes de Itália, a fim de tratar dos negócios do papa: «Die quarta dicti mensis [Decembris 1379] fuerunt soluti domino .. episcopo Assisinat. de mandato domini nostri pape pro certis negotiis Romane Ecclesie, sibi per dominum nostrum papam commissis, exequendis ac etiam expediendis in partibus Italie, ii.m flor.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 352, fl. 30v). A 9 de Fevereiro de 1382, foram entregues por mandato de Clemente VII a D. Luís, bispo de Assis, dinheiros que ele pagara, no mês de Janeiro, a João, familiar de Francisco de Rosano, ao partir para a Itália: «Die ix dicti mensis [Februarii 1382] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape domino Ludovico, episcopo Assisinat., quod solverat de mense Januarii ultimo preterito Johanni, familiari Francisci de Rosano, recedenti ad partes Italie, pro suis expensis faciendis, solvente Anthonio de Ponte supradicto, xx flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 355, fl. 70v). Outras respostas de várias pessoas aos embaixadores de el-rei de Aragão no *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 121-158.

([81]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 9-10, 196-198v, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 339-340.

([82]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 36-39; vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 11-12v.

([83]) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 18-28, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 22-32.

libus et reverendis dominis ambaxiatoribus illustrissimi principis regis Aragonum secundum interrogationes sibi factas per eosdem in civitate Avinionensi, in hospitio predictorum dominorum ambaxiatorum, anno Domini Mccclxxx sexto (84).

A favor de Clemente VII, além dos referidos, por exemplo os depoimentos feitos por Pontium Beraldi, litterarum apostolicarum correctorem (85), *e por* Helias, episcopus Cathaniensis, ad instantiam et requestam nobilium et egregiorum virorum ambaxiatorum illustrissimi principis domini regis Castelle pro informatione ipsius regis super facto impressionis Romanorum et aliis iniuriis ac violentiis factis et attemptatis per ipsos (86), *são para lembrar outros de* Guilebertus de Tadinghem de diocesi Morinensi oriundus, litterarum apostolicarum etiam tempore dicti domini Gregorii abreviator et scriptor, ad interrogationem dominorum ambaxiatorum serenissimi principis domini Johannis, Castelle et Legionis regis illustris (87), *e de* Nicholaus Eymerici, ordinis fratrum Predicatorum, magister in theologia, in regnis et terris illustrissimi principis domini regis Aragonum inquisitor heretice pravitatis, *a proclamar, naturalmente, a falta de liberdade nos purpurados* (88), *e a* depositio fratris Bartholomei Peyroni, magistri in sacra pagina, ordinis Carmeli, *escrita* in Avinione, xxvi die mensis Madii, anno Domini millesimo ccclxxx, *com a conclusão, a saber, que Urbano VI era intruso no papado e Clemente VII o verdadeiro papa:* Bartholomeum esse intrusum et dominum Clementem vii esse verum papam (89).

Mais ou menos nesse sentido, as depositiones domini Auberti Coffes, decani Engolismeñ, domini cardinalis Sancti Angeli capellani et cubicularii (90), *e as de* Nicolaus Clementis, litterarum apostolicarum scriptor, *o qual afirmava que* de eodem Bartholomeo numquam potui credere nec credidi quod esset verus papa, attentis illis que vidi et au-

(84) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 44-49, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 34-48.

(85) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 44-45v. Cf. nota 79.

(86) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 46-48, 178-179v. Cf. nota 78.

(87) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 48v-50.

(88) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 50-57v, publ. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 118-134. No primeiro ano do pontificado, em 1371, no mês de Abril, Gregório XI dirigia-se a *Venerabili fratri archiepiscopo Terraconensi et dilecto filio Nicolao Eymerici, ordinis fratrum Predicatorum professori, magistro in theologia, in omnibus terris carissimi in Christo filii nostri Petri, regis Aragonum, ditioni subiectis, inquisitori heretice pravitatis* (AV, Reg. Aven. 182, fls. 467v-468).

(89) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 58-62.

(90) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 10-20. — Registo algumas referências a este capelão e cubiculário do cardeal de Santo Anjo e suas diligências junto dos cardeais italianos em Nice e noutras partes, no ano de 1381: «Die xx dicti mensis [Maii 1381] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape domino cardinali Sancti Angeli, in Nicia cum dominis cardinalibus Mediolanensi et Florentino de eodem mandato existenti, pro supportatione expensarum suarum, recipiente domino Auberto Coffes, cantore Xanctonensi, eius capellano, et solvente in absentia Anthonii de Ponte Anthonio Francisci supradicto ... Die xb dicti mensis [Junii 1381] fuerunt soluti domino cardinali de Sancto Angelo, existenti apud Niciam de mandato domini nostri pape, pro supportatione expensarum suarum, recipiente domino Auberto Coffes, eius socio et cubiculario, et solvente Anthonio Francisci predicto ... Die eadem [30 Junii 1381] fuerunt soluti domino cardinali de Santo Angelo, existenti in Nitia de mandato domini nostri pape, pro supportatione suarum expensarum, recipiente Auberto Coffes, cubiculario dicti domini cardinalis, et Cathalano de Roca pro Anthonio de Ponte solvente, ii.c flor. camere ...» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fls. 99v, 107v, 110v). Mais uma notícia de 8 de Janeiro de 1382 sobre o assunto: «Die eadem [viii Januarii 1382] fuerunt soluti domino cardinali Sancti Angeli, de mandato domini nostri pape, pro expensis per eum factis in Nicia, dum ibi fuit missus per dominum nostrum papam, existentibus ibi dominis cardinalibus Florentie et Mediolanensi, recipiente domino Auberto Coffes, eius socio, et Anthonio de Ponte supradicto solvente, iiii.c flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 355, fl. 64).

divi ([91]), *de* Bindo Fesulanus de Fesulis, canonicus Carnotensis, camerarius... cardinalis Florentini ([92]), *de* Bernardus de Viriduno, presbyter, licentiatus in decretis, canonicus Albiensis ([93]), *de João, abade* ([94]), *de* Pontius de Curte, litterarum apostolicarum scriptor et clericus capelle ac familiaris ... Gregorii pape xi ([95]), *a* depositio facta per me Johannem Lemosini, canonicum ecclesie Vasatensis ([96]), *as* depositiones Helie Chambaudi, cubicularii domini Sancti Angeli, super facto impressionis ([97]), *e o depoimento de* Stephanus de Millarisis, miles qui tunc temporis fui secretarius dicti Bartholomei et officialis super tota Urbe habensque custodiam sue persone videnque eundem Bartholomeum imbutum omnibus vitiis denudatumque enim conscientia et virtutibus comittensque semper enormia et se per peiora peioribus cumulando, dereliqui eum et accessi ad dominam meam naturalem dominam reginam Johannam, que me in continenti constituit regentem magnam curiam vicarie super toto regno Sicilie ([98]).

Lembro mais os depoimentos de Pedro Gaudelini, domicello Ebrendunensis diocesis, castellano Sancti Angeli de Urbe ([99]), *de* Bernardus Ponciitoiti, presbyter, etatis L. annorum et ultra, thesaurarius ecclesie Montis regalis Carcassonensis diocesis, capellanus... Petri, episcopi Sabinensis, sancte Romane Ecclesie cardinalis, tempore fractionis conclavis, cardinalis Vivariensis ([100]), *a* depositio de visu et auditu Guillelmi Sabine, canonici Vapincensis ... domini cardinalis olim Glandatensis, nunc vero Ostiensis, familiaris, de violentia et impressione facta dominis cardinalibus, tunc in Urbe commorantibus, per Romanos ([101]), *de Reimaro*, ecclesie Bremensis decano, *quanto ao sucedido na morte do cardeal de S. Pedro, Francisco de Teobaldeschis* ([102]), *e de* P. Manhani, litterarum apostolicacum scriptor familiarisque quondam bone memorie domini J. cardinalis Lemovicensis, ... de et super impressione et violentia factis per Romanum populum dominis meis cardinalibus, domino Gregorio defuncto, antequam intrarent conclave pro summo pontifice eligendo ([103]).

Para recordar ainda as declarações feitas aos embaixadores de D. Pedro de Aragão por Guillelmo Bie, sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Clementis divina providente clementia pape septimi, etiam ipso in minoribus constituto, cubiculario deindeque et ad presens eius acolito et archidiacono Tornacensi ([104]), *as* attestationes de visu fratris Johannis

---

([91]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 40-42v.

([92]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 50-52v.

([93]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 54-59.

([94]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 60-62, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, p. 309.

([95]) *De Schismate*, vol III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 64-67v, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 309-310.

([96]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 68-76v, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 310-311, parcialmente.

([97]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 78-81v.

([98]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 84-85v, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 313-314.

([99]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 87-93v, publ. por GAYET, *op. cit.*, pp. 161-177.

([100]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 100-100v.

([101]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 101-103v.

([102]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fl. 105, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, 314-315.

([103]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 106-107.

([104]) *De Schismate*, vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 108-115v.

de Besseria, ordinis Minorum, reverendissimi in Christo patris et domini domini car dinalis Ostiensis familiaris continui et commensalis, servitoris, de violentia et impressione quam Romani fecerunt reverendissimis dominis cardinalibus, tunc in Urbe commorantibus (105), *a* depositio reverendi Riperti de Siscarico, tunc cubicularii reverendi patris domini cardinalis Maioris Monasterii, super facto scimatis, ad requestam ambaxiatorum regis Aragonum (106), *as declarações de* Rogerius Fultandi, decanus ecclesie collegiate Sancti Emiliani, Burdegalensis diocesis (107), *de* Conradus Henrici, decanus ecclesie Wissegradensis, Pragensis diocesis (108), *e de* Guillelmus Mauritii, canonicus Nannetensis et Sancti Albini de Guerrandia Nannetensis diocesis ecclesiarum ac olim familiaris et cubicularius bone memorie domini Hugonis, tituli sanctorum quatuor Coronatorum sancte Romane Ecclesie presbyteri cardinalis, super impressione et violentia factis ac verbis prolatis per Romanos, felicis recordationis domino Gregorio papa undecimo in extremis agente (109), *estas últimas incluindo documento público da declaração do dito cardeal de Bretanha, falecido, o qual, a 25 de Fevereiro de 1384, afirmava, à hora da morte,* se credere ac tenere firmiter sanctissimum in Christo patrem et dominum nostrum dominum Clementem divina providentia Clementem papam septimum modernum fuisse et esse canonice electum et ad summi apostolatus apicem ipsumque fuisse et esse verum papam» *com a declaração de seu nome:* Hugo Sabinensis, sancte Romane Ecclesie episcopus, cardinalis Britanie vulgariter nuncupatus (110). *Registo igualmente as declarações sob juramento, a favor de Clemente VII,* ad requisitionem dominorum ambaxiatorum illustrissimi principis domini regis Aragonum, *de* Johannis de Baro, subdiaconi domini nostri pape ac cubicularii sancte memorie domini Gregorii pape xi, super facto impressionis Romanorum post obitum dicti domini Gregorii (111) *e as de* Thome episcopi Grassensis (112).

O ministro geral dos Franciscanos, do qual foi transcrito atrás um dos seus depoimentos, todos a defender a invalidade da eleição de Urbano VI, refere, aliás como nesse depoimento, a pressão dos Romanos, para fazerem papa um dos seus conacionais, com expressa menção do bispo de Lisboa, D. Agapito de Colona: «Sexta veritas, me recedente de ecclesia Sancti Petri, obviavi domino Agapito de Columpna, in hostio ecclesie Sancti Petri, qui recipiens me per manum, dixit michi: vadamus ad videndum quod faciunt isti fatui Romani, et cum intraremus in claustrum magnum ante palatium, totum erat plenum per turmas de hominibus armatis, preter illos qui erant superius in palatio, ante hostium conclavis, in numero bene magno, et cum dictus Agapitus de tanta fatuitate Romanorum increpaverat unam de istis turmis, habuerunt sicut fatui reddere eidem: Domine Agapite, taceas, quia per Corpus Dei volumus quod isti cardinales faciant te papam et nisi isto mane expediant se de electione, non comedent neque bibent et male erit eis» (113).

Trata-se de Frei Ângelo Salvatti ou de Espoleto, o qual, segundo ele próprio declara nos depoimentos, aliás como Frei Mendo, penitenciário, e outros, fizera o sermão, a que assistira o arcebispo de Bari, a seguir eleito papa Urbano VI. Em declarações escritas para el-rei de Aragão,

---

(105) *De Schismate,* vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 116-118v.

(106) *De Schismate,* vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 136-138v.

(107) *De Schismate,* vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 143-144v.

(108) *De Schismate,* vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 145-151, 165-172, publ. por GAYET, *op. cit.,* II, pp. 169-185.

(109) *De Schismate,* vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 155v-157v.

(110) *De Schismate,* vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 157v-158.

(111) *De Schismate,* vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 8-9.

(112) *De Schismate,* vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 200-203v.

(113) *De Schismate,* vol. III (AV, Arm. LIV, t. 16), fls. 4-7. Cf. vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fl. 114v.

no dia 29 de Maio de 1380, em resposta a perguntas de seus embaixadores, depois de aludir ao dito sermão, feito por si, vicarius generalis ordinis predecessoris mei, *na basílica de S. Pedro,* in quo sermone consueverunt omnes prelati Curie interesse, *afirmava:* «...campane omnes illa die, videlicet prima conclavis, pulsabantur ad arma, et Romanus populus totus armatus, vocibus clamorosis ad palatium apostolicum confluebat». *Outros incutiram medo de morte nos cardeais. Ao referir-se à declaração dos purpurados antigos sobre a invalidade da eleição, que enviaram aos bispos, príncipes e outras autoridades eclesiásticas e civis, esclarecia ter visto a carta dos cardeais* directam generali ministro, predecessori meo, per collegium cardinalium antiquorum, sigillatam xiii sigillis pendentibus, in qua asserebant prefatum Bartholomeum non pastorem, sed apostatam et intrusum. *Informava ainda que, por esses e outros motivos,* «totum capitulum generale, Neapoli celebratum anno M.°ccc°lxxix°, primo Octobris, ubi fuerunt magistri plurimi et ministri et alii fratres notabiles in numero copioso, declaravit sepe prelibatum Bartholomeum intrusum et dominum papam Clementem papam vii. verum pastorem [fl. *115*v] Ecclesie et vicarium Jhesu Christi. Et sic ego primo electus ibidem generalis minister ordinis Minorum, minimus et indignus, tactis sacrosanctis [evangeliis], omnibus ibidem fratribus congregatis videntibus et audientibus, iuravi, asserui et declaravi et pari modo publice et aperte iurarunt et asseruerunt et declaraverunt omnes fratres ibidem pro capitulo congregati. Et pro serenitate magnificentie vestre presentes litteras et capitula duxi sigillo mei ordinis et officii sigillanda. Datum Avinione, xxviiii Maii. Anno domini M°ccclxxx°» ([114]). *O geral dizia ainda que o purpurado da obediência de Urbano VI, D. Estêvão de S. Severino,* anticardinalis Bartholomei condam Barensis, de maiori prosapia regni Sicilie, primo per sindicum et procuratorem, postea per seipsum, oraculo vive vocis, renuntiavit cappello in Castro Reginali, qui, presente regina et populi multitudine copiosa, et in manibus dicte domine posuit novem bullas tam anticardinalatus quam beneficiorum, quas receperat ab eodem ([115]).

Como este, muitos outros eclesiásticos abandonaram Urbano VI. Dentre os já referidos, parecem significativos os casos de Bonifácio de Pistório e de Gil Sanchez Muñoz. Este último defendia a existência de pressão notória e o dever de o povo cristão abandonar Urbano VI ([116]).

([114]) *De Schismate,* vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 114-115v, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 247-249. Cf. a carta dos cardeais de Agosto de 1378 em *De Schismate,* vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 5-9.

([115]) *De Schismate,* vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fl. 115v.

([116]) *De Schismate,* vol. VII (AV, Arm. LIV, t. 20), fls. 76v-79, 79-82. Cf. notas 29-31. Sobre a participação de Gil Sanchez Muñoz na reunião do clero de Aragão em Barcelona, no fim de Agosto e princípios de Setembro de 1379, por incumbência do papa Clemente VII, e concessões pontifícias ao mesmo Gil Sanchez, vou referir alguns documentos. A 25, 27, 28 e 30 de Agosto, notícias sobre a partida para Barcelona, por mandato do papa, com esse escopo, de Gil Sanchez, do mestre do sacro palácio e de Mestre João Martins, mestre em teologia, e de Guilherme de Nápoles, enviado ao cardeal legado D. Pedro de Luna: «Die eadem [xxb Augusti 1379] fuerunt scripti in expensis, qui fuerunt soluti a die xxii presentis mensis citra, videlicet domino Egidio Xanctii, preposito ecclesie Valentine in Aragonia, Clx flor., domino Johanni Martini, magistro in theologia, C flor., et magistro sacri palatii C flor., qui mittuntur per dictum dominum nostrum apud Barchinonam, ubi rex Aragonum convocavit clerum suum ad ultimam diem presentis mensis, pro suis expensis faciendis, isto die magistro hospitii domini nostri pro ipsis recognoscente, iii.c lx flor. camere (AV, *Introitus et Exitus,* vol. 353, fl. 34). «Die eadem [xxbii Augusti 1379] fuerunt soluti supradicto Anthonio campsori, quos computavit solvisse Percevallo Darenton, scutifero domini nostri, pro uno equo suo, nuper tradito de mandato domini nostri magistro theologie sacri palatii, videlicet quando ivit ad Barchinonam, ubi cum aliis certis fuit missus per dictum dominum nostrum, lx flor. curreñ. Valent lx flor. camere, xii sol.» (AV, *Introitus et Exitus,* vol. 353, fl. 36). «Die xxviii dicti mensis [Augusti 1379] fuerunt soluti Joanni de Navi, magistro palafrenarie equorum domini

Mais tarde, em 1423, depois da morte de Bento XIII, ocorrida a 28 de Maio de 1423, foi eleito papa pelos cardeais de Bento XIII e escolheu o nome de Clemente VIII. Abdicou nas mãos do cardeal franciscano D. Pedro de Fuxo, a 26 de Julho de 1429, e foi nomeado bispo de Maiorca a 26 de Agosto de 1429 (117).

Em face de tanta desordem, não é de admirar a indecisão dos monarcas da Península nem tão-pouco que, nos princípios de 1380, el-rei D. Fernando de Portugal, após contactos de embaixadas com os outros monarcas da Península e de França, aonde enviou emissários, depois de se informar também nas Cúrias dos papas contendentes, se decidisse pela obediência de Clemente VII. Como se viu, apesar de terem comunicado, a 19 de Abril de 1378, aos cardeais que estavam em Avinhão, sem participar na eleição, o resultado desta, apresentando Urbano VI como legítimo e verdadeiro sucessor de Gregório XI (118), *alguns purpurados trataram logo de fazer com que, entre os núncios, portadores das bulas de 8 de Maio de 1378, com a notícia oficial da eleição, fosse aos monarcas da Península João de Roquefeuille, homem da confiança deles. E na carta de 9 de Agosto de 1378, dirigida a todos os fiéis, desde Anagni, os eleitores declaravam ter sido nula aquela eleição* (119). *Segundo o dominicano Nicolau Eymeric, inquisidor no reino de Aragão já lembrado, os cardeais pensavam já nesta decisão, quando ainda estavam em Roma. Veladamente lho dissera*

---

nostri, qui mittitur per dominum nostrum apud Barchinonam ad regem Aragoñ, pro suis expensis faciendis, eundo, stando et redeundo, l. franchi. Valent liii flor. camere, xbi sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 353, fl. 36v). «Die eadem [28 Augusti 1379] fuerunt soluti Guillelmo de Neapoli, qui mittitur ad dominum cardinalem de Luna, ubi esse debet infra quatuor dies, cum certis litteris domini nostri, pro suis labore et expensis, Johanne de Navi, magistro palafrenarie dicti domini nostri, pro ipso recipiente, xbi franchi, Valent xbii flor. camere, iiii sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 353, fl. 36v). «Die xxvi dicti mensis [Octubris 1379] fuerunt soluti Thome de Cursoribus, quos solvat Johanni de Montepessulano, misso die xxx mensis Augusti, de mandato domini thesaurarii domini nostri et magistri hospitii, post Johannem de Navi, euntem ad regem Aragonie cum certis felraturis, quem Johannem invenit Perpinhano et voluit idem Johannes quod dictus cursor iret secum usque Barchinonam, quod fecit et rediit cum responsione dicti Johannis ad magistrum hospitii, pro suis salario et expensis, x flor. de xxiii sol. vi d. Valent viii flor. camere, xi sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 353, fl. 54v). A 5 de Novembro de 1380, a notícia de que era enviado às partes das Espanhas, certamente porque iria tomar parte nas reuniões com o cardeal legado e clero, convocado pelo rei de Castela: «Die eadem [quinta mensis Novembris 1380] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape domino Egidio Sancii, preposito Valentino in Aragonia, qui mittitur per dominum nostrum ad partes Ispaniarum pro certis negotiis Romane Ecclesie, pro suis expensis faciendis, pro ii.c lx florenis de xxiiii solidis, Anthonio de Ponte predicto in nomine dicti domini thesaurarii solvente, ii.c xxii flor. camere, xxiiii sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 54v). A 17 de Dezembro de 1384, Clemente VII dirigia-se ao *Dilecto filio Egidio Sancii Munionis, clerico Cesaraugustane diocesis* (AV, Reg. Aven. 240, fls. 601-601v). A 1 de Julho de 1385, concedia ao *Dilecto filio nostro Egidio Sancii Munionis, canonico Gerundensi, legum doctori, notario nostro*, o canonicato e prebenda de Gerona, vacantes por morte do cardeal de Santa Anastásia, D. Pedro (AV, Reg. Aven. 240, fls. 281-282). A 30 de Abril de 1387, ao nosso *magistro Egidio Sancii Munionis, canonico Maioricensi, legum doctori, notario nostro*, concedia Clemente VII o canonicato e prebenda de Maiorca, encarregando da execução ao cardeal legado D. Pedro de Luna (AV, Reg. Aven. 251, fl. 445v). No dia 30 de Novembro de 1387, outorgava ao *Dilecto filio magistro Egidio Sancii Munionis, preposito ecclesie Valentine, notario et familiari nostro*, o indulto de receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal (AV, Reg. Aven. 253, fls. 300-300v). Sobre o depoimento no mês de Setembro de 1379 em Barcelona, cf. nota 31.

(117) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, pp. 19-20, nota 9, p. 323.

(118) *De Schismate*, vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fl. 11v, publ. por RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, ano 1378, n. 19, t. VII, p. 312.

(119) *De Schismate*, vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 12-13v, publ. por RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, ano 1378, n. 63, t. VII, p. 344. Versão portuguesa em MANUEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, t. VIII, p. 298s, e FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, II, pp. 241-243, nota 1. Texto original no AV, *Instrumenta Miscellanea*, n. 2989 (com 6 selos pendentes de cera vermelha dos cardeais e as fitas de mais sete que desapareceram ou se desgastaram), n. 2988 (só com as treze fitas dos selos),

em S. João de Latrão Bartolomeu Peirone, procurador dos Carmelitas. Chegado a Anagni, ter-se-ia encontrado o nosso dominicano com os cardeais ultramontanos, excepto o de Óstia e o aragonês D. Pedro de Luna, os quais foram juntar-se aos outros, passados poucos dias. Em meados de Julho, o cardeal de Amiens, João de la Grange, falou com o inquisidor claramente sobre o assunto. Pedira-lhe, então, permanecesse, entretanto, em Anagni, à espera de os purpurados declararem que Urbano VI não era legítimo papa. A demora tinha o escopo de possibilitar o envio da declaração aos monarcas de Portugal e de Castela por meio do dominicano, como de facto sucedera:

> *«Depositio inquisitoris Aragonie... Et cum fuisset in ecclesia beati Johannis de Laterano, invenit hic deponens magistrum Bartholomeum [fl. 57v] Peyroni, ordinis Carmelitarum procuratorem, qui dixit huic deponenti: Receditis? Cui, cum hic deponens dixisset sic, alter subiunxit: multum prudenter agitis. Et cum hic deponens indagaret quia sic diceret, ille noluit ei amplius aperire nisi quod subiunxit: grandia fient, omnino rece-*

---

n. 2990 (só com as treze fitas dos selos dos cardeais) e 2992 (sem selos e sem fitas): «Universis christifidelibus. Miseratione divina Johannes, episcopus Penestrinus, Guillermus, tituli sancti Stephani in Celiomonte, Bertrandus, tituli sancte Cecilie, Robertus, basilice duodecim apostolorum, Hugo, tituli sanctorum quatuor Coronatorum, Guido, tituli sancte Crucis in Jherusalem, Johannes, tituli sancti Marcelli, Petrus, sancti Laurentii in Lucina, Geraldus, tituli sancti Clementis, presbiteri, Petrus, sancti Eustachii, Guillermus sancti Angeli, Petrus beate Marie in Via Lata et Petrus sancte Marie in Cosmedin diaconi sancte Romane Ecclesie cardinales, facientes ultra duas partes omnium cardinalium in Urbe existentium tempore obitus sancte memorie domini Gregorii pape xi et eo tempore quo sui successoris debuit in eadem Urbe electio celebrari, Anagnie pro nunc, quem locum ad omnia infrascripta peragenda tanquam ydoneum elegimus, prout nobis fuit licitum, existentes, absentibus Reverendissimis in Christo patribus dominis Petro episcopo Portuensi, Francisco, tituli sancte Sabine, Symone, tituli sanctorum Johannis et Pauli presbiteris, Jacobo, sancti Georgii ad Velum Aureum diacono eadem miseratione eiusdem sancte Romane Ecclesie cardinalibus, tamen pro nostra parte ut propter infrascripta vellent hic convenire una nobiscum literatorie requisitis, apostolica sede vacante. Salutem et in Domino vinculum caritatis. Exigit sancte et catholice fidei puritas, exigit et catholici ac christiani populi devotio singularis [*nn. 2988 e 2990:* salutaris], exigit totius ecclesiastici status clara professio ac salus animarum christifidelium singulorum ut ea que dissimulata in fide maculam, subversionem in christicola populo, status ecclesiastici enervationem ac evidencia animarum inducerent pericula, palam notificentur, omnibus annuncientur in populis et iuxta doctrinam evangelicam super tecta predicentur, ne indiscretum silentium in errorem derelinquat, qui poterant erudiri ac hii ad quos ex officio pertinet, subiaceant reprehensioni Dei dicentis per prophetam: prophete tui videbant tibi falsa et stulta nec aperiebant iniquitatem tuam ut te ad penitentiam provocarent. Cum igitur nuper apostolica sede vacante per obitum pie et sancte recordationis domini Gregorii pape xi, qui de mense Marcii proxime preterito in Urbe [*n. 2988:* Urbe Rome] diem suum clausit extremum, Nos pro electione summi [*nn. 2988 e 2990*: futuri] pontificis, ut iuris et moris est, celebranda, in conclave in apostolico palacio, in quo idem sancte memorie dominus Gregorius obierat, deputato, una cum prefatis dominis absentibus convenissemus, officiales Urbis cum magna multitudine populi pro magna parte armati, etiam ad campanarum pulsacionem factam, propter hoc congregati, hostili more totum circundantes ab extra et ab intus fere implentes palacium et terrori tam vehementi minas ètiam superaddentes quod, nisi eligeremus [*nn. 2988 e 2990*: et] sine mora Romanum vel Ytalicum, statim interficeremur, etiam congruo spacio temporis, in quo saltem de persona deliberare possemus, penitus nobis subtracto, contra voluntatem et propositum nostrum ad eligendum Italicum subito [*nn. 2988 e 2990*: et] ex arrupto [*nn. 2988 e 2990*: nos] per violentiam et metum mortis coegerunt invitos, propter quod ad evitandum duntaxat mortis periculum, quod in rumore populi tam furentis nobis proculdubio imminebat, alias non facturi, ut etiam publice et palam inter nos tunc diximus [*n. 2990*: ut etiam palam tunc inter nos diximus] Bartholomeum, tunc Barensem archiepiscopum, in papam duximus eligendum, extimantes ipsum, cui tam nephanda intrusio, sicuti et pene toti clero et populo nota erat, talis esse conscientie quod eam nullatenus acceptaret, at ipse, proprie salutis immemor, omni pura conscientia proculpulsa, ambicionis alias inaudite ardore maximo inflamatus, presentationi electionis huiusmodi ab illis ex nobis qui in Urbe remanserant, etiam per officialium et populi diversas minas et suas importunas requisitiones extorta, contra canonicas sanctiones,

datis. Qui deponens venit Agnaniam, ubi invenit omnes dominos cardinales ultramontanos, demptis dominis Ostiensi et de Aragonia, qui ad paucos dies Agnaniam pervenerunt, et cum quolibet horum seriose multum indagavit et tunc negotium penetravit, sed dominus cardinalis Gebennensis quadam die, circa medium Julii, cum dictus deponens vellet ire Gayetam, dubitans de persona, prout multi alii dubitabant, et peteret bulletum ab eodem, ipse dominus Gebennensis, presente et audiente domino cardinali Ambianensi, perfectius ei negotium declaravit, dicens huic deponenti: Non recedatis. Nos declarabimus illum hominem, qui est in Roma, non esse papam, et portabitis declarationem regibus Portugalie et Castelle, propter que verba ipse deponens remansit et, facta declaratione, illam ad reges Castelle et Portugalie deportavit. Hec sunt que ego frater Nicholaus Eymerici, ordinis fratrum Predicatorum, magister in theologia, in regnis et terris illustrissimi principis domini regis Aragonum inquisitor heretice pravitatis, deposui ut in mea conscientia vera esse cre-

---

in scandalum maximum cleri et populi christiani, ac exempli perniciem, electioni huiusmodi, licet nulle et invalide ipso iure, consensit necnon, metu et ipsius metus causa adhuc proculdubio perdurantibus, in ipsa Urbe intronizatus et coronatus de facto, se papam et apostolicum nominavit, qui a sanctis patribus et iure communi apostaticus et anathematizatus, antichristus et totius christianitatis illusor et destructor potius et merito nominatur nempe, cum ista tam nepharia sua intrusio in papatu iam sic sit divulgata per orbem, veluti tam notoria quod iam alicubi celari non potest, cum eo tempore, scilicet modicum ante Pascha facta fuerit, quando de universis partibus christianitatis maior adhest in Urbe populi multitudo, quod errores quamplurimi pullulare incipiunt et fidelium christianorum illaqueari conscientie, ipseque diutius expectatus et in secreto caritative admonitus, immemor salutis proprie, secum in precipicium cupiens trahere clerum et populum universum, ad cor redire non curet, sed inanem et transitoriam mundi gloriam saluti anime proprie et cunctorum christifidelium anteponens, animo obstinato satagit, totam christianitatem scandalizando, ipsum papatum tiranice occupare, qui per ostium non intravit. Nos vero non valentes premissa salvis conscientiis amplius sub dissimulatione transire, ad vestram et omnium christifidelium notitiam [*nn. 2988 e 2990*: ad vestrum omnium christifidelium notitiam] premissa omnia, licet ipsa [*nn. 2988*: tam] sibi quam pene toti clero et populo [*n. 2990*: licet ipsa tam pene toti clero et populo] existant notoria, deducentes, ipsum anathematizatum et tanquam intrusum in papatu, nulla canonica electione [*nn. 2988 e 2990*: precedente], totius christianitatis invasorem, qui caput ipsius sancte christianitatis invadere non formidat destructoremque qui [*nn. 2898 e 2990*: ut] sub sua occupatione tiranica efficere satagit ut fere sacramenta deficiant [*n. 2899*: efficiant] et ut [*om. n. 2899*] christicola populus, vero pastore carens, ducatur in devium per arrupta, publicamus et etiam denuntiamus, vos et vestrum singulos nichilominus solemniter et publice serie presentium exhortantes et obsecrantes per viscera misericordie Jhesu Christi ut decetero eidem scelesto viro qui Dei ecclesiam et sponsam non erubuit invadere, nolitis aliqualiter adherere nec eius factis, mandatis, monitionibus atque dictis, que omnino sunt falsa simulatione imbuta aliqualiter [*nn. 2898 e 2990*: aliquatenus] obedire, cum iam ad eundem per alias nostras litteras patentes exhortemur et obsecremur etiam per presentes solempniter et publice etiam per eadem viscera ut de fine cogitans ad quem iam ipsum trahit plenitudo dierum, ad Deum et puram conscientiam dirigat aciem mentis sue ipsamque Beati Petri sedem sanctissimam quam sine canonico titulo occupat, liberam et vacuam omnino dimittat, insignia deponat papalia et ab omni administratione spiritualium et temporalium papatus et Romane Ecclesie abstineat indilate et alias Deo et Ecclesie sue sancte per fructus vere penitentie satisfacere studeat iuxta posse. Quod si fecerit, gratiam Dei, gloriam mundi et laudes cleri ac populi universi ac acerbarum penarum per iura communia sibi impositarum et imponendarum remissionem cum misericordiosa indulgentia merebitur obtinere, alias indignationem Dei omnipotentis ac beatissimorum apostolorum Petri et Pauli sanctorumque omnium non immerito incursurus Nosque divinum et humanum auxilium, cum Christi sponsa et omnium christianorum communis mater per ipsum violetur proculdubio, invocabimus aliisque utemur remediis per canonicas sanctiones concessis abinde in antea nullam spem de misericordia habiturus. Datum Anagnie rectoratus provinciarum Campanie et Maritima, quem locum propter probitatem et fidelitatem constantissimam magnifici viri Honorati Gaytani, comitis Fundorum [*nn. 2988 e 2990*: et] dictarum provinciarum rectoris, et singularem devotionem quam ad Romanam Ecclesiam et fidem catholicam et ad nos gerere comprobatur, tanquam magis securum et ydoneum nobis ut supra ad premissa omnia peragenda duximus eligendum. Anno a nativitate Domini millesimo trecentesimo septua-

didi, vidi, audivi, prout supra exposui, et in testimonium veritatis universa et singula antescripta manu mea propria ego scripsi» (120).

Conforme disse atrás, anda publicada em vernáculo a carta com a assinatura dos cardeais eleitores, de 8 de Maio de 1378, a comunicar a eleição de Urbano VI ao monarca português, D. Fernando, e a precaver de qualquer informação contrária sobre a mesma (121). *Talvez tivesse levado a el-rei a carta dos purpurados e outras notícias o cavaleiro napolitano e João de Roquefeuille, agente secreto dos cardeais, ambos embaixadores enviados ao monarca por Urbano VI, cujas incumbências teriam causado escrúpulos e dúvidas no ânimo de D. Fernando, segundo afirmações do bispo de Lisboa, D. Martinho Anes, no discurso de 14 de Julho de 1380, proferido na presença de D. Carlos, rei de França, sobre o cisma, na qualidade de embaixador do monarca português* (122).

Aquela declaração dos cardeais sobre a invalidade da eleição de Urbano VI e notícia da eleição de Clemente VII, feita em Fondi no dia 20 de Setembro de 1378, só lá para os fins de 1378

---

gesimo octavo, die nona mensis Augusti, prime indictionis, sub propriis nostris sigillis pendentibus, dicta apostolica sede vacante». Outra declaração dos cardeais de 24 de Agosto de 1379, posterior à eleição de Clemente VII em AV, *Intrumenta Miscellanea*, 2993 (original com três fitas de pergaminho pendentes, sem o selo): «Universis christifidelibus. Miseratione divina .. Episcopi .. Presbyteri et .. Diaconi sancte Romane Ecclesie cardinales. Salutem in Domino sempiternam. Speculatores a Domino Deo Sabaoth quanto post Romanum pontificem sumus in altiori specula constituti, tanto vigilantius et solertius annunciare debemus et detegere cunctis fidelibus imminencia animarum pericula hostilesque versucias et incursus. Cum itaque, ut a certo didicimus, seductor ille Batholomeus, olim Barensis archiepiscopus, se falso papam nominans, velut alter antichristus, iam dudum miserit ad diversas mundi partes quosdam pseudo prophetas, quos ipse solus sibi soli constituit cardinales et nonnullos alios, sue nequitie defensores, et suasibus falsis et dolosis suggestionibus christianum populum a veritate seducant et in ipsorum animarum dampnationem perpetuam eidem apostatico faciant adherere et propterea sanctissimus in Christo pater dominus noster Clemens papa septimus, more boni pastoris, cupiens huiusmodi fraudibus obviare, de nostro consilio plures ex Reverendissimis patribus sancte Romane Ecclesie cardinalibus necnon ex venerabilibus patribus archiepiscopis, episcopis et aliis inferioribus prelatis magne auctoritatis et scientie viros, de veritate intrusionis dicti Bartholomei et electionis canonice eiusdem domini nostri Clementis habentes tam in iure quam in facto notitiam pleniorem, ad diversa mundi climata ut populum de premissis instruant, duxerit destinandos, Nos attendentes quod post ipsum sanctissimum dominum nostrum Clementem ad nullos alios pertinet quam ad nos eiusdem ecclesie cardinales denunciare fidelibus quis sit papa et pro vero papa reputetur, nec adeo quibuslibet aliis, sicut nobis, in hac parte sit credendum, universitatem vestram attentius deprecamur et obsecramur in Domino Jhesu Christo quatinus pro vestrarum animarum salute eidem domino Clementi, quem nos cum eo existentes collegialiter et quem nos etiam et alii per eum ut premittitur destinati singulariter verum Dei vicarium credimus, dicimus et tenemus, prout etiam nobiscum tenuerunt, dum vitam ducerent in humanis, bone memorie domini Egidius Tusculanus et Johannes Sabinensis episcopi, eiusdem sancte Romane Ecclesie cardinales, et in hac fidei constantia et unitate sancte Romane Ecclesie decesserunt, tanquam vero Christi vicario, patri et pastori earumdem animarum vestrarum obedientiam et reverentiam exhibeatis ac faciatis, quantum in vobis fuerit, ab aliis exhiberi eiusque monitis et mandatis salubribus obediatis et faciatis ab aliis obediri, ita quod ipse vos dilectionis filios vosque eum per consequens patrem invenisse benivolum gaudeatis. Et insuper eiusdem domini nostri nuntios et prelatos, quos ad partes vestras propterea declinare contigerit, suscipiatis efficaciter commendatos et ipsos prosequamini favoribus oportunis, ut exinde apud Deum crescatis meritis vestreque devotionis et fidei sinceritas potioribus valeat laudibus commendari. In quorum testimonium presentes litteras fieri fecimus et sigillorum trium priorum nostri Collegii cardinalium, ut moris est, appencione muniri. Datum Avinione, vicesima quarta die mensis Augusti, indictione secunda, pontificatus eiusdem sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Clementis pape vii.mi anno primo».

(120) *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t. 19), fls. 57-57v, publ. por GAYET, *op. cit.*, II.

(121) FR. MANUEL DOS SANTOS, *Monarchia Lusitana*, VIII, p. 283 e FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, II, pp. 239-241.

(122) *De Schismate*, vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 197-203v, cod. Vat. lat. 5608, fls. 69-76, publ. por NOËL VALOIS, em *Bibliothèque de l'École de Chârtres* 52 (1891) 495-516.

ou princípios de 1379 deve ter sido levada para Portugal. O bispo de Lisboa, no citado discurso, afirma que o próprio Clemente VII escrevera a el-rei D. Fernando sobre a sua eleição, alguns dias após ter sido coroado, e a pedir abandonasse Urbano VI, com exortações para prender os que levassem ou se servissem de bulas do papa de Roma e outros sequazes. Acrescenta ter sido núncio, nesta altura, para o efeito, o dito dominicano Frei Nicolau Eymeric, que entregara as letras de Clemente VII a el-rei D. Fernando em Vila Nova, pertencente à diocese de Lisboa. A coroação realizou-se no dia 31 de Outubro de 1378, pelo que a viagem do núncio não pode ser anterior ao mês de Novembro. Além disso, só a 15 de Novembro de 1378 foram entregues a Frei Nicolau e a Marcos Fernandes, cónego de Palença, cento e noventa florins da câmara e 24 soldos para os gastos da viagem de ida e volta e estadia em todos os reinos da Península: «Die xv Novembris [1379] soluti fuerunt fratri Nicholao Aymerici, sacre theologie professori, ordinis Predicatorum, et Marcho Fernandi, canonico Palentino, qui mittuntur per dominum papam ad omnes reges Ispanie super certis Romane Ecclesie negotiis, pro eorum expensis faciendis (!), eundo, stando et redeundo, faciendis (!), ipsis manualiter recipientibus CxC. flor., xxiiii sol. Valent computando ut supra Clxii flor. camere, xxiiii sol.» ([123]).

E quem seriam os portugueses, a levar as primeiras notícias certas sobre a eleição e modo de proceder do papa Urbano VI? Quais os grandes letrados de el-rei, a reputar nula a eleição, segundo as afirmações do bispo de Lisboa, no discurso ao monarca francês, uns e outros a criar no ânimo de el-rei D. Fernando hesitação e perplexidade, em face das notícias chegadas de Roma?

Pela Cúria do papa Gregório XI andava Vasco Domingues, escritor das letras apostólicas, mas continuou em Roma, na obediência de Urbano VI. A ele, Valasco Dominici, canonico et thesaurario ecclesie Ulixbonensis, scriptori nostro, *concedia Urbano V, a 25 de Maio de 1370, pelo facto de* Ecclesie Romane, que caput ecclesiarum est omnium, obsequiis insistas fideliter et devote, *o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal,* ad duos annos proxime secuturos in Romana Curia, in officio scriptorie nostre, sedis apostolice obsequiis insistendo ([124]). *A 11 de Dezembro de 1371, o abade de Alcobaça pagava o resto da taxa da sua promoção* per manus magistri Vallaci Dominici, thesaurarii Ulixbonensis ([124a]). *Em Dezembro de 1373, Gregório XI concedia-lhe indulto de*

([123]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 37v.

([124]) AV, Reg Aven. 171, fl. 331v-332v: «Magistro Valasco Dominici, canonico et thesaurario ecclesie Ulixbonensis, scriptori nostro. Salutem. Ratio iuris hoc exigit ut qui servitio ecclesie generalis insistit, quasi unus ex residentibus in ecclesiis, in quibus beneficiatus existit, beneficiorum suorum ecclesiasticorum recipiat cum integritate proventus. Cum itaque tu ecclesie Romane, que caput ecclesiarum est omnium, obsequiis insistas fideliter et devote, nos personam tuam propterea condigno favore prosequi cupientes, tibi auctoritate presentium indulgemus ut, hinc ad duos annos proxime secuturos, in Romana Curia in officio scriptorie nostre, sedis apostolice obsequiis insistendo, fructus, redditus et proventus beneficiorum tuorum canonicatus et prebende ac thesaurarie ecclesie Ulixbonensis, cuius canonicus et thesaurarius existis, et aliorum quorumcumque beneficiorum tuorum ecclesiasticorum, que in quibusvis aliis ecclesiis seu locis nunc obtines seu imposterum obtinebis, etiam si dignitates vel personatus aut officia existant et curam habeant animarum, dummodo dignitates huiusmodi in cathedralibus maiores post episcopales vel in collegiatis ecclesiis principales non existant, cum ea integritate libere percipere valeas, quotidianis distributionibus dumtaxat [fl. 332] exceptis, cum qua illos perciperes, si in eisdem ecclesiis sive locis personaliter resideres et ad residendum in eisdem ecclesiis sive locis interim minime tenearis neque ad id invitus a quoquam valeas coartari ... Datum apud Montemflasconensem, viii Kalendas Junii, pontificatus nostri anno octavo. In eodem modo venerabili fratri episcopo Colimbriensi et dilectis filiis decano ecclesie sancti Petri Avinionensis ac officiali Ulixbonensi ...».

([124a]) «Abbatis monasterii de Alcobacia. Universis, etc. Petrus, etc., quod venerabilis et religiosus vir dominus frater Martinus, abbas monasterii de Alcobacia, ordinis Cisterciensis Ulixboñ diocesis, pro com-

altar portátil, por letras dirigidas a ele Valasco Dominici, thesaurario Ulixbonensi, scriptori nostro ([125]). *A 23 de Dezembro de 1374, facultava ao nosso* Valasco Dominici, cantori ecclesie Ulixbonensis, scriptori nostro, *reter a chantria com a tesouraria de Lisboa, bem como os canonicatos e prebendas de Lisboa e de Braga* ([126]). *Em letras de Fevereiro de 1375, concedia-lhe indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, por motivo do ofício de escritor apostólico* ([127]). *Noutras bulas de 18 de Dezembro de 1375, dirigidas aos oficiais de Coimbra e de Lisboa, Gregório XI, depois de ter recebido petição dele* magistri Valasci Dominici, cantoris Ulixbonensis, scriptoris nostri, *ordenava o assistissem nos seus direitos* ([128]). *A 14 de Junho de 1375, o abade do mosteiro de Pedroso pagava parte da taxa devida pela sua promoção* per manus magistri Valaci Dominici, domini nostri pape scriptoris, procuratoris sui ([128a]). *O arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente pagava parte da taxa, a 1 de Setembro de 1375,* per manus Valasci Dominici, domini nostri pape scriptoris, *ou* per manus magistri Valasci Dominici, scriptoris litterarum apostolicarum ([128b]), *e, a 9 de Agosto de 1376,* per manus domini Valasci Dominici, cantoris Ulixbonensis ([128c]). *E o abade do mosteiro de*

---

plemento sui communis servitii, in quo, etc., septingentos sexaginta quinque florenorum auri, viginti unum solidos monete Avinionensis dicte camere, necnon pro complemento iiii.or servitiorum familiaribus, etc., centum triginta tres flor. auri, quatuor solidos et octo denarios dicte monete, clericis, etc., recipientibus *per manus magistri Vallaci Dominici, thesaurarii Ulixbonensis,* et Guillelmi Finamoris, mercatoris, Romanam Curiam sequentium ac domini Dominici, procuratoris sui, tempore debito iuxta dilationem, etc. solvi fecit, De quibus, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die undecima decembris, anno lxxi» (AV, Obl. et Sol. 39, fl. 224v).

([125]) AV, Reg. Aven. 191, fl. 423v, Reg. Aven. 197, fls. 114v-115.

([126]) AV, Reg. Aven. 194, fls. 570v-571.

([127]) AV, Reg. Aven. 196, fl. 457v.

([128]) AV, Reg. Aven. 197, fl. 282v.

([128a]) «Universis, etc. Petrus, etc. Ad universitatis, etc., quod *venerabilis in Christo pater dominus frater Franciscus, abbas monasterii sancti Petri de Petroso ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis,* pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., viginti quinque flor. auri de camera prefate camere necnon pro parte partis quatuor servitiorum familiaribus, etc., tres flor., viginti solidos monete Avinionensis, clericis, etc., recipientibus *per manus magistri Valaci Dominici, domini nostri pape scriptoris, procuratoris sui,* die date presentium solvi fecit. De quibus, etc. Verum, etc., usque ad festum [fl. 132v] sancti Andree proxime futurum, terminum, etc. Ita tamen, etc. Insuper, etc. Secum, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die decima quarta mensis Junii, anno lxxb» (AV, Obl. et Sol. 41, fl. 132-132v).

([128b]) «Archiepiscopi Bracharensis. Universis, etc. Petrus, etc. Ad universitatis, etc., quod *Reverendus in Christo pater dominus Laurentius, archiepiscopus Bracarensis,* pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., quadringentos viginti quinque flore. auri de camera, viginti sex solidos monete Avinionensis prefate camere necnon pro parte partis quatuor servitiorum familiaribus, etc., septuaginta quatuor flore. auri, duos solidos dicte nomete, clericis, etc., recipientibus *per manus Valasci Domini, dicti domini nostri pape scriptoris,* die date presentium solvi fecit. De quibus, etc. Verum, etc., usque ad festum sancti Johannis Babtiste proxime futurum, terminum, etc. Ita tamen, etc. Insuper, etc. Secum, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die prima mensis Septembris, anno lxxb» (AV, Obl. et Sol. 41, fl. 163v). «Universis, etc. Petrus, etc., quod *Reverendus in Christo pater dominus Laurentius, archiepiscopus Bracharensis,* in deductione viii.m flor. auri ponderis camere, in quibus composuit cum camera apostolica pro bonis mobilibus debitis et creditis ac spoliis quondam domini Valasci, ultimi defuncti archiepiscopi Bracharensis, immediati predecessoris sui, necnon pro fructibus qui obvenerunt tempore vacationis dicti archiepiscopatus per sedem apostolicam specialiter reservatis ad cameram predictam ratione reservationis huiusmodi pertinentibus, tria milia flore. auri ponderis camere, *per manus magistri Valasci Dominici, scriptoris litterarum apostolicarum,* nobis nomine dicte camere recipientibus, die date presentium solvi et assignari fecit. De quibus, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die prima Septembris, anno lxxb.to» (AV, Obl. et Sol. 42, fl. 34).

([128c]) «Archiepiscopi Bracharensis. Universis, etc. Petrus, etc., quod *Reverendus in Christo pater dominus Laurentius, archiepiscopus Bracharensis,* pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., ducentos

Travanca fazia a mesma coisa, no dia 29 de Outubro de 1375, per manus domini Valasci Dominici, domini nostri scriptoris ([128d]).

Depois de o colector apostólico geral no reino, D. Pedro Cavaleiro, arcediago de Lisboa ([129]),

---

flor. auri de camera ipsi camere necnon pro parte partis quatuor servitiorum, etc., triginta quatuor flor. auri, viginti duos solidos monete Avinionensis, clericis, etc., *per manus domini Valasci Dominici, cantoris Ulixbonensis*, tempore debito solvi fecit. De quibus, etc. Verum, etc., usque ad festum Omnium Sanctorum proxime futurum, etc. Ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die nona mensis Augusti, anno lxxvi» (AV, Obl. et Sol. 41, fl. 291v).

([128d]) «Abbatis monasterii sancti Salvatoris de Travanca. Universis, etc. Petrus, etc. Ad universitatis, etc., quod *venerabilis in Christo pater dominus frater Johannes, abbas monasterii sancti Salvatoris de Travanca*, ordinis sancti Benedicti, Bracharensis diocesis, pro totali suo communi servitio, in quo, etc., centum flor. auri de camera ipsi camere necnon pro totali quatuor servitiorum familiaribus, etc., quatuordecim flor. auri, tresdecim solidos monete Avinionensis, clericis, etc., recipientibus, *per manus domini Valasci Dominici, domini nostri scriptoris*, die date presentium solvi fecit. De quibus, etc. Insuper, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, xxix mensis Octubris, anno lxxb» (Obl. et Sol. 41, fl. 180v).

([129]) Ainda em Setembro de 1377, em bula dirigida a D. Fernando, rei de Portugal, sobre a guerra contra os Sarracenos, Gregório XI falava do bispo de Évora D. Martinho, e de *Petro Cavalerii, archidiacono Ulixbonensi, apostolice sedis nuntio*. Cf. AV, Reg. Aven. 201, fls. 281-283v. Pedro Cavaleiro figura como mestre-escola e cónego de Lisboa e vigário geral da cidade e diocese de Lisboa, durante a vacância da sé, a 16 de Agosto de 1371: «... *Pedro Cavaleiro, meestrescolla e coonigo de Lixboa, vigairo geerall na dicta çidade e bispado dessa meesma, aa see quassi vagante* ... em testemunho desto mandei seer fecta esta carta e seellar do seello da audiencia do bispo. [Da]da em Lixboa, dez e sex dias dagosto, era de mill e quatrocentos e nove annos. *Petrus scola[sticus]* ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo*, maço 5, n. 203). Com os mesmos títulos e também como colector apostólico geral nos reinos de Portugal e do Algarve, aparece em documento de 27 de Junho de 1373, a receber dinheiros em nome do cardeal de Bolonha: «*Pero Cavaleyro, meestre scola e coonigo de Lixboa e collector geeral de nosso senhor o papa no Reyno de Portugal e do Algarve*, conhosco e confesso que Reçebi dos honrrados dom Pero Thenoyro, bispo, cabidoo e clerezia da çidade e bispado de Coinbra em nome do cardeal de Bolonha e per seu mandado toda a sua dereita parte que a elles conteçia pera pagar de stipendio e penssom dos floriis em desvayradas moedas douro que o dicto cardeal avia daver do dicto bispo, cabidoo e clerezia do tempo que foy legado pello dicto senhor papa na Espanha des dez e sete dias andados do mes de Mayo da Era de mil iiii.c e dez annos atez dez e sete dias do dicto mes de Mayo esto que ora foy da Era de mil iiii.c xi annos exclusive ... Dante em Lixboa, viinte e sete dias do mes de Junho. Era de mil iiii.c xi annos. *Petrus Scolasticus*» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 90, n. 4316). Igualmente como colector apostólico em Portugal na seguinte notícia de 17 de Outubro de 1375: «Universis, etc. Petrus, etc., quod cum *venerabilis vir dominus Petrus Cavalerii, scolasticus Ulixboñ, in regno Portugalie apostolice sedis nuntius et collector*, de pecuniis per ipsum in dicto regno receptis, ad cameram apostolicam pertinentibus, de quibus computare tenetur, nuper fecerit cambium in civitate Ulixboñ cum Ciulico de Auria, mercatore Januensi, ibidem commorante, de iiii.m flor. auri ponderis camere per Bartholomeum Busolini de Luca seu socios sue societatis prefate camere reddendis et assignandis, hinc est quod dictus Ciulicus de Auria dicta iiii.m flor. auri ponderis camere per manus Frederici Sbarore de Luca factorum (!) dicti Bertholomei Busolini et eius societatis nobis nomine dicte camere recipientibus, die date presentium solvi et assignari fecit. De quibus, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die xbii Octobris, anno lxxb.to» (AV, Obl. et Sol. 42, fl. 38). Notícia semelhante a 2 de Agosto de 1376: «Universis, etc. Petrus, etc., quod *venerabilis vir dominus Petrus Cavalerii, scolasticus ecclesie Ulixbonensis, in regno Portugalie apostolice sedis nuntius et collector*, de pecuniis per ipsum in sua collectoria receptis, ad cameram apostolicam pertinentibus, de quibus debet computare, mille flore. auri ponderis camere nobis nomine dicte camere recipientibus, die date presentium manualiter solvit et assignavit. De quibus, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die ii Augusti, anno lxxvi.to» (AV, Obl. et Sol. 42, fl. 77). Ainda outra de 30 de Julho de 1377, mas já com a indicação de que era arcediago de Lisboa: «Universis, etc. Petrus, etc., quod cum nuper *venerabilis vir dominus Petrus Cavalerii, archidiaconus Ulixbonensis, in regno Portugalie apostolice sedis nuntius et collector*, de pecuniis per ipsum in sua collectoria receptis, ad cameram apostolicam pertinentibus, de quibus computare tenetur, fecisset cambium in civitate Ulixboñ cum Bernardo de Mayraco de Gordonio Caturcensis diocesis, mercatore Maclonensi de Insula, de mille flor. auri ponderis camere, per ipsum Bernardum nobis hic Avinione assignandis seu assignari faciendis, hinc est quod Symon Tegrini, mercator de Luca, habitator Avinione,

ter sido nomeado bispo de Silves, em Fevereiro de 1379 ([130]), *em rol com data antecipada de 22 de Novembro de 1378, no qual o bispo eleito pedia para João Pires o canonicato e prebenda de Lisboa, possuídos pelo irmão do dito Vasco Domingues, outrora escritor apostólico, Gonçalo Domingues, que deles ter-se-ia tornado indigno, por aderirem ambos a Urbano VI* ([131]), *começaram as tentativas para o privarem de seus benefícios. De facto, a 13 de Março de 1379, Clemente VII privava Vasco Domingues, sequaz de Urbano VI, do canonicato, prebenda e chantria de Lisboa, a favor de Bernardo de Rocovila, capelão pontifício, pelo facto de o clérigo português ser* notorie, prout nobis constat, adherentem perpetue maledictionis alumpno Bartholomeo, in sedem apostolicam per violentiam intruso ([132]). *Aliás, conforme súplica do bispo de Lisboa, D. Martinho, de 2 de Junho de 1380, a favor de Estêvão Lourenço, ele era ainda* grossarius vel secretarius vel alias officialis, *de Urbano VI* ([133]). *De facto, neste ano de 1380, conforme documento passado em Roma, a 16 de Janeiro de 1380, Vasco Domingues, chantre de Lisboa, estava na Cúria do papa Urbano VI e tinha sido nomeado procurador pela abadessa de Santa Clara de Coimbra, em contenda com os Dominicanos desta cidade. Neste documento há referências a outro de 16 de Julho de 1379, passado em Portugal, a nomeá-lo a ele e ao franciscano Frei Martinho Vasques procuradores* ([133a]). *Bonifácio IX, ao conceder a João Gomes, o qual estudara leis,*

---

nomine dicti Bernardi in [fl. 110] solutionem et satisfactionem dicte summe mille florenorum auri dicti ponderis camere, nobis nomine ipsius camere recipientibus, die date presentium manualiter solvit et assignavit, de quibus quidem M. flor. auri dicti ponderis camere, sic solutis et assignatis ut prefertur, ipsum dominum Petrum Cavalerii, Bernardum et Symonem predictos ac alios, quorum interest, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die xxx Julii, anno lxxvii» (AV, Obl. et Sol. 42, fl. 109v-110). Também como arcediago de Lisboa, aparece em documento de 8 de Maio de 1378, na cidade de Lisboa, no cemitério do mosteiro de Santo Agostinho de Lisboa, a servir de testemunha e a pedir cópia de certa apelação: «... anno a Nativitate eiusdem millesimo trecentesimo septuagesimo octavo, die vero octava mensis Maii, apud civitatem Ulixbonensem in atrio sive cimiterio monasterii sancti Augustini coram venerabilibus ac discretis viris dominis *Petro Cavalerii, archidiacono*, Guydone Infardi, Gunsalvo Dominici, canonicis ecclesie cathedralis dicte civitatis Ulixbonensis ... » (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 15, n. 3). Numa bula de Outubro de 1377, o papa dirigia-se-lhe como a *Dilecto filio Petro Chavalerii, archidiacono Ulixbonensi, apostolice sedis nuntio*, com referências ao seu ofício de colector apostólico em Portugal, havia já muito tempo, e embaixador, nessa altura, de el-rei D. Fernando: «... tibi qui *fructuum et proventuum in Portugalie et Algarbii regnis camere apostolice debitorum collector et carissimorum in Christo filiorum nostrorum Fernandi regis et Leonoris regine Portugalie illustrium ambaxiator ad nos destinatus existis cuique, ut asseris, eidem camere in officio collectorie longis temporibus fideliter et laboriose absque stipendiis et cum magnis persone tue periculis servisti ...*» (AV, Reg. Aven. 202, fls. 148v-149v). A 28 de Novembro de 1379, aparece como bispo de Silves, a obrigar-se pela taxa da promoção: «Anno lxxix° et die xxbiii novembris. *Dominus Petrus, episcopus Silvensis*, promisit pro suo communi servitio camere apostolice et collegio quadringentos florenos auri et quinque servitia consueta, solvendo ut supra. Alioquin. Item recognovit pro communi servitio domini Martini, predecessoris sui, collegio sexaginta quatuor florenos auri et unum servitium integrum, cuius obligatio facta fuit die xiiii Februarii de anno, etc., lxxiii°, solvendo ut supra» (AV, Obl. et Sol. 43, fl. 66v). No dia seguinte, a 29 de Novembro de 1379, entregava certa quantia da colectoria apostólica de Portugal na câmara, em Avinhão (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 353, fls. 3v-4).

([130]) AV, Reg. Aven. 219, fls. 462-463. Cf. nota 222a. C. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, Monasterii, 1898, p. 476. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 197, p. 39, nota 1.

([131]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 200.

([132]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 353.

([133]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 474.

([133a]) ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, Pergaminhos particulares, maço 7, n. 31: «In Dei nomine. Amen. Anno a nativitate Domini nostri Jhesu Christi Millesimo trecentesimo octuagesimo, die decimo sexto mensis Januarii, tercie indictionis, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani, divina providentia pape sexti, anno secundo. Ex tenore huius instrumenti publici pateat universis tam presentibus quam futuris quod existentes et personaliter constituti ante magnam portam ferream sacri palacii apostolici, per quam habetur ingressus ad dictum dominum nostrum papam, et coram Terrico Spinelli, custode seu por-

durante cinco anos, e direito canónico durante dois, o canonicato e prebenda de Braga, por letras de 2 de Novembro de 1390, diz que esses canonicato e prebenda vagavam por morte de Vasco Domingues, abreviador e escritor das letras apostólicas, ocorrida a morte na sé apostólica, durante o pontificado de Urbano VI: «*...de canonicatu et prebenda ecclesie Bracharensis, quos quondam Valascus Dominici, ipsius ecclesie canonicus, dum viveret, obtinebat,* per ipsius Valasci obitum, qui litterarum apostolicarum abbreviator et scriptor existens, apud sedem eamdem, ipso predecessore vivente, diem clausit extremum, *apud sedem ipsam vacantibus dictoque predecessore per eum de ipsis canonicatu et prebenda non disposito, sicut Deo placuit, de hac luce subtracto, nos ... volentes tibi, qui, ut asseris, per quinquennium in legibus et per biennium in iure canonico studuisti et tempore dicti predecessoris in palatio apostolico aliquandiu fideliter servivisti, premissorum intuitu gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam predictos ... cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus...*» ([134]). *Cerca de seis anos mais tarde, Bonifácio IX repetia a notícia de que Vasco Domingues, escritor e abreviador das letras apostólicas e*

---

terio dicte porte ferree, religiosus vir frater Martinus Valasci, ordinis sancti Francisci, ut procurator et procuratorio (!) nominibus (!) religiose domine Anete de Vasconcellis, abbatisse monasterii sancte Clare, civitatis Colimbriensis, et conventus ipsius dictique sui monasterii specialiter et expresse ad presentandum quandam appellationem cuiusdam cause, que vertebatur in ecclesia Bracharensi inter huiusmodi dominam abbatissam et conventum dicti monasterii sancte Clare ex una parte, et priorem et conventum monasterii sancti Dominici, ordinis Predicatorum, dicte Colimbriensis [civitatis], ex altera, coram domino nostro Romano pontifice seu auditoribus suis vel coram quo opus fuerit, prout de potestate huiusmodi sibi attributa constitit evidenter per quoddam publicum instrumentum, quod in suis portabat manibus, sumptum, scriptum et signatum, ut in eo legebatur, manu Gometii Johannis, auctoritate regia notarii publici, sub anno a nativitate Domini millesimo CCClxxix, die vero sextadecima mensis Julii, quod incipit in quinta eius linea et Rogatorum et finit in sexta, speciales, necnon *Alfonsus Vallascii, Elborensis dyocesis, procurator ad hoc substitutus, sicut dixit, per Valascum Dominici, cantorem Ulixbonensem, in eodem predesignato instrumento etiam procuratorem constitutum per predictam dominam abbatissam,* ut procuratoriis nominibus, quibus supra, in presentia mei notarii publici et testium subscriptorum, ad hec specialiter vocatorum et rogatorum, cum summa instantia requisiverunt eundem porterium seu custodem quod ipsos permitteret intrare infra sacrum palatium huiusmodi ut venire possent ad presentiam dicti domini nostri pape pro notifficando sibi et etiam presentanda appellatione predicta, ad modum actoris, ut prima facie videbatur, unico sigillo in cera viridi more solito sigillata, quam sibi exhibuerunt una cum instrumento predicto. Qua requisitione audita et ea intellecta, prefatus porterius seu custos respondit quod non erat tempus intrandi nec veniendi ad presentiam dicti domini nostri pape, presertim quia dictus dominus noster papa erat in consilio secreto. Et incontinenti reiterata coram ipso porterio seu custode requisitione predicta semel, secundo et tertio replicando, confestim dictus porterius seu custos respondit, prout supra, denegando et contradicendo sibi ingressum predictum. Quibus attentis, prefati procuratores et procuratoriis nominibus, quibus supra, incontinenti fuerunt sollempniter protestati quod per eos non stat nec stabit quin supradictam presentem appellationem, si huiusmodi postulatum possint habere ingressum et venire ad presentiam dicti domini nostri pape eiusque auditorum ac cetera alia facere, dicere, supplicare, ordinare et tractare ac prosequi et finire, prout in supradictis appellatione et instrumento procurationis lucidius continetur. De quibus omnibus et singulis supradictis prefati procuratores et procuratoriis nominibus quibus supra, petierunt eis fieri unum et plura publicum et publica instrumentum et instrumenta per me notarium supra et infra scriptum. Acta fuerunt hec Rome, ante dictam primam portam ferream huiusmodi palacii apostolici. Presentibus nobili viro Angelo Petri de Luca, magistro hostiario dicti domini nostri pape, venerabili viro domino Johanne Merkdam, canonico Limeracensi, et Johanne Dulcinensi, cursore dicti domini nostri pape, testibus ad premissa specialiter evocatis et rogatis. Et me Pascale de Buco, Aquensis dyocesis, ubique locorum et terrarum apostolica et imperiali auctoritatibus notario publico constituto, qui premissis omnibus et singulis una cum dictis testibus presens fui, requisitusque ut supra, hoc presens publicum instrumentum exinde manu mea propria feci et subscripsi signoque meo solito signavi +».

([134]) AV, Reg. Lat. 3, fls. 234v-235v.

seu familiar, morrera na sé apostólica, ao conceder os bens do defunto a Penoto Michaelis, magistro, ostiario nostro, *tanto nas bulas dirigidas ao beneficiado, como ao patriarca Gradense e aos arcebispos de Lisboa e de Braga:*

> «*Bonifacius, etc. Dilecto filio Penoto Michaelis, magistro, ostiario nostro. Salutem, etc. Grata tue familiaritatis et devotionis obsequia... Cum itaque nonnulla bona, actiones et debita in diversis locis existentia,* ad quondam Valascum Dominici, olim litterarum apostolicarum scriptorem et abbreviatorem ac familiarem nostrum, dum viveret, pertinentia, per ipsius Valasci obitum, qui apud sedem apostolicam diem clausit extremum, *ad cameram sint apostolicam legitime devoluta, nos volentes tibi ... gratiam facere specialem, huiusmodi bona, actiones et debita, que alias per loca, qualitates, quantitates et valores presentibus haberi volumus pro expressis ... tenore presentium, auctoritate apostolica concedimus et donamus illaque in personam tuam eadem auctoritate plenarie transferimus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, duodecimo Kalendas Junii, anno sexto. Simili modo venerabilibus fratribus patriarche Gradensi et Ulixbonensi ac Bracharensi archiepiscopis. Salutem, etc. Grata familiaritatis et devotionis obsequia, que dilectus filius Penotus Michaelis, magister, ostiarius noster, etc. Quocirca fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios faciatis eidem Penoto vel procuratori suo eius nomine de predictis bonis, actionibus et debitis ac proventibus ex eisdem iuxta huiusmodi concessionis et decreti nostri tenorem integre responderi... Datum ut supra, de mandato. N. de Ben.to*» (135).

Andava ainda pela Cúria Romana, durante o pontificado de Gregório XI, Domingos Peres da Lourinhã, deão de Lisboa, mas também ele permaneceu fiel a Urbano VI, conforme consta de documentação pontifícia. Foi ele quem sucedeu ao cardeal D. Gil de Albornoz no arcediagado de Lisboa (136). *Ao concedê-lo, por letras de 8 de Janeiro de 1368, a executar pelo abade de Alcobaça, por Bartolomeu de Cassanah e Lourenço Vicente, cónegos respectivamente de Alby e de Évora, Urbano V dirige-se-lhe como a* Dominico Petri de Laurinhaa, archidiacono Ulixbonensi, *e esclarece que ele* in iure canonico provectus existis et per decem annos vel quasi in Romana Curia per aliqua tempora negotia ecclesie Ulixbonensis predicte procurando extitisti (137). *Não deve ter usufruído esta dignidade. Em bula de 14 de Novembro de 1374,*

---

(135) AV, Reg. Lat. 35, fls. 46-46v.

(136) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. XCIX-C, notas 166-167.

(137) «Dilecto filio Dominico Petri de Laurinhaa, archidiacono Ulixbonensi. Salutem, etc. Laudabilia probitatis ... Cum itaque postmodum archidiaconatus ecclesie Ulixbonensis, quem bone memorie Egidius, episcopus Sabinensis, ex concessione et dispensatione dicte sedis, dum viveret, obtinebat, per ipsius Egidii obitum, qui apud sedem eamdem diem clausit extremum, apud sedem ipsam vacaverit et vacare noscatur ad presens ... nos volentes tibi qui, ut asseris, in iure canonico provectus existis et per decem annos vel quasi in Romana Curia per aliqua tempora negotia ecclesie Ulixbonensis predicte procurando extitisti quique de progenie illorum qui olim civitatem Ulixbonensem, non absque eorum sanguinis effusione, a sarracenorum reproba gente acquisierunt, traxisti originem, premissorum intuitu gratiam facere specialem teque in eadem ecclesia, in qua canonicus existis, amplius honorare, archidiaconatum prefatum ... sic vacantem cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, vi Idus Januarii, anno sexto. In eodem modo dilectis filiis .. abbati monasterii de Alcobacia Ulixbonensis diocesis et Bartholomeo de Cassanh Albiensis ac Laurentio Vincentii Elborensis canonicis ecclesiarum. Salutem, etc. Datum ut supra»: AV, Reg. Aven. 166, fls. 16v-17v. Outra bula, de 26 de Março de 1370, dá-nos a entender que ele não chegou a tomar posse pacífica do arcediagado de Lisboa (AV, Reg. Aven. 172, fl. 398). Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. XCIX-C, nota 166.

aparece como Fernandi regis Portugalie procurator. *O papa dirigia-se-lhe como a* Dominico Petri, canonico et decano Ulixbonensi, bacallario in decretis ([138]). *A 9 de Setembro de 1379, João Garcia, escolar de direito canónico, chantre e cónego de Silves, pedia a Clemente VII privasse, de* motu proprio, *a Domingos Peres, deão e cónego prebendário de Lisboa, por seguir a obediência de Urbano VI* ([139]). *Conforme as letras respectivas, a conceder tais benefícios a João Garcia, Clemente VII afirma ter privado deles, nesse dia, o nosso Domingos Peres, enquanto fautor notório do papa de Roma:* «*... canonicatus et prebenda ac decanatus ecclesie Ulixbonensis, ex eo apud dictam sedem vacaverint et vacare noscantur ad presens quod* nos hodie Dominicum Petri, tunc ipsius ecclesie canonicum et decanum, pro eo quod ipse iniquitatis filio Bartholomeo, olim archiepiscopo Barensi, qui sedem apostolicam nititur occupare, adherebat notorie, prout adheret de presenti, *dictis canonicatu et prebenda ac decanatu, quos tunc obtinebat, auctoritate apostolica privavimus et amovimus ab eisdem...*» ([140]).

No rol de Álvaro Gonçalves, filho do cavaleiro Gonçalo Vasques de Azevedo, de 27 de Setembro de 1380, há referências à privação de Domingos Peres, em favor de João Garcia, pelo facto de aquele ser um dos que favebat partem et sequelam illius Bartholomei, intrusi in sede apostolica ([141]). A *26 de Dezembro de 1388,* preito e demanda era perante o honrado barom Domingos Perez, dayam na eigreia de Lixboa, antre Gonçalo Doïz, abade de

---

([138]) AV, Reg. Aven, 194, fls. 434-435.

([139]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 357a.

([140]) AV, Reg. Aven. 205, fls. 231v-232v: «Dilecto filio Johanni Garsie, canonico Ulixbonensi, salutem, etc. Nobilitas generis ... Cum itaque postmodum canonicatus et prebenda ecclesie Ulixbonensis ex eo apud dictam sedem vacaverint et vacare noscantur ad presens quod nos hodie Dominicum Petri, tunc ipsius ecclesie canonicum, pro eo [fl. 232] quod ipse iniquitatis filio Bartholomeo, olim archiepiscopo Barensi, qui sedem apostolicam nititur occupare, adherebat notorie, prout adheret de presenti, dictis canonicatu et prebenda, quos tunc temporis obtinebat, auctoritate apostolica privavimus et amovimus ab eisdem nullusque preter nos hac vice de ipsis canonicatu et prebenda disponere potuerit neque possit, revervatione et decreto obsistentibus supradictis, nos volentes tibi, qui in iure canonico scolaris existis, premissorum meritorum tuorum intuitu gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam predictos sic vacantes, cum plenitudine iuris canonici, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, motu proprio, non ad tuam vel alterius pro te nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera liberalitate, apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ... Datum Avinione, v Idus Septembris, anno primo. In eodem modo dilectis filiis priori sancti Vincentii Ulixbonensis et cantori Elborensis ac scolastico Silvensis ecclesiarum ...». Outra bula com a mesma data: «Dilecto filio Johanni Garsie, canonico et decano ecclesie Ulixbonensis. Salutem, etc. Nobilitas generis, vite ac morum honestas ... Cum itaque postmodum canonicatus et prebenda ac decanatus ecclesie Ulixbonensis ex eo apud dictam sedem vacaverint et vacare noscantur ad presens, quod nos hodie Dominicum Petri, tunc ipsius ecclesie canonicum et decanum, pro eo quod ipse iniquitatis filio Bartholomeo, olim archiepiscopo Barensi, qui sedem apostolicam nititur occupare, adherebat notorie, prout adheret de presenti, dictis canonicatu et prebenda ac decanatu, quos tunc obtinebat, auctoritate apostolica privavimus et amovimus ab eisdem nullusque preter nos hac vice de ipsis canonicatu et prebenda ac decanatu disponere potuerit neque possit, reservatione et decreto obsistentibus supradictis, nos volentes tibi qui in iure canonico scolaris existis, premissorum meritorum tuorum intuitu gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam ac decanatum predictos sic vacantes, etiam si decanatus ipse dignitas curata et maior post pontificalem in eadem ecclesia existat, etiam si ad illam quis per electionem assumatur, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis, motu proprio, non ad tuam vel alterius pro te nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera liberalitate, apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ... Datum Avinione, v Idus Septembris, anno primo. In eodem modo dilectis filiis Bracharensis et Elborensis cantoribus ac scolastico Silvensis ecclesiarum...» (AV, Reg. Aven. 205, fls. 210-210v).

([141]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 517. A 26 de Setembro de 1380, concedia o deado de Lisboa, a pedido de el-rei D. Fernando, a Álvaro Gonçalves, filho do nobre Gonçalo Vasques de Azevedo (AV, Reg. Aven. 221, fl. 249v).

Caniçada... como ministrador, autor e deffensor da capella que o arcebispo dom Gonçalo, que foy de Bragaa, ordinhou na çidade ... da hũa parte e Joham Vaasquez, almocharife do almazem da cidade de Lixboa (142). *O facto de ter prosseguido com o deado de Lisboa, apesar da privação por Clemente VII, está a significar a fidelidade de Domingos Peres a Urbano VI.*

Também Gil Mendes, porcionário perpétuo na igreja paroquial de Santa Maria de Marvila de Santarém, andava pela Cúria Romana, em 1379. Mas, além de não haver a certeza se aí estava, quando se deu a eleição de Urbano VI, é fora de dúvida que obedecia ao papa de Roma. Ele transportava bulas do papa Urbano e favorecia-o, embora das palavras dos documentos respectivos não se tire, ao certo, se, no caso, as bulas respeitavam à eleição e decisões do papa quanto ao cisma ou se diziam só respeito a benefícios de Gil Mendes. Com efeito, em súplica de 21 de Agosto de 1379, Valentim Guilherme, clérigo da diocese de Lisboa, solicitava a Clemente VII privasse Gil Mendes de porção perpétua na igreja paroquial de Santa Maria de Marvila de Santarém, ex eo quod adhesit Bartholomeo, olim archiepiscopo Barensi, in sancta vestra sede apostolica intruso, ipsum asserendo summum et verum antistitem, litteras suas falsas et bullatas portando et eisdem acquiestando (*!*) in quibusdam suis propriis negotiis, litibus et causis (143), *ao passo que, em bula dirigida ao* magistro Egidio Bellemere, archidiacono Andegavensi, litterarum audientie nostre contradictarum auditori, *de 8 de Outubro de 1379, a encarregar o ouvidor de proceder a investigações, antes de o privar do benefício, as expressões do papa são um tanto diferentes: «Hodie siquidem ad audientiam nostram deducto quod Egidius Menendi, perpetuus portionarius in parrochiali ecclesia sancte Marie de Marvilla de Sanctarena, dicte diocesis,* scelerato viro Bartholomeo, olim Barensi archiepiscopo, qui sedem apostolicam per impressionem et violentiam notorias nititur dampnabiliter occupare, adherebat, eius litteras portando et eis acquiescendo ac alias sibi dando auxilium, consilium et favorem, *nos attendentes quod, veris existentibus supradictis, dictus Egidius regimine perpetue portionis, quam in dicta ecclesia sancte Marie obtinet, reddiderat se indignum, tibi per nostras litteras dedimus in mandatis ut, vocatis Egidio et aliis qui forent evocandi, super premissis inquireres auctoritate nostra apud sedem apostolicam diligentius veritatem et si per inquisitionem huiusmodi eumdem Egidium reperires prefato Bartholomeo adhesisse et adherere, ut prefertur, ipsum dicta portione eadem auctoritate sententialiter privares et amoveres ab eadem, prout de iure foret faciendum, prout in eisdem litteris plenius continetur»* (144).

Além dos referidos, não faltavam portugueses em Roma, nessa altura, a começar pelos estudantes universitários. Efectivamente, conforme o rol de súplicas dos estudantes da Universidade de Roma a Clemente VII, de 26 de Novembro de 1378, estudavam aí uns cinco ou seis clérigos portugueses (145). *Qualquer deles poderia fazer chegar a el-rei de Portugal as notícias da eleição e acontecimentos relacionados.*

Não tenho a certeza absoluta se Rui Lourenço, licenciado em direito canónico e bacharel em leis pela Universidade de Bolonha, deão de Coimbra, o qual estava na Cúria Romana nos fins de 1377, residia lá, quando Urbano VI foi eleito papa. O deão aparece nos documentos do cabido de Coimbra, já nos princípios de Setembro de 1379, segundo veremos. A julgar pelo depoimento, transcrito atrás, de Gil Sanchez Muñoz, se não estava lá nessa altura, deveria chegar dentro de pouco, porque o depoente enviou, por meio dele, desde

(142) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18.
(143) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 357.
(144) AV, Reg. Aven. 205, fls. 243-243v.
(145) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 276-278.

Roma, cartas aos cardeais de S. Marcial e Morinense, este morto em Avinhão, no dia 5 de Dezembro de 1378 ([146]). *Fora de dúvida que Rui Lourenço deva enumerar-se entre os* suis magnis litteratis, *que el-rei D. Fernando ouviu, se não quando chegaram as pri-*

([146]) Cf. nota 31. Quanto à morte do cardeal Morinense ou de Terouane, cf. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 20. Este cardeal está também relacionado com as tentativas de mandar prender o abade de Sítria, enviado pelo papa de Roma, Urbano VI, à Península Ibérica; e nas notícias a este respeito vem a indicação da morte do cardeal. A 6 de Novembro de 1378, há notícia de que foram pagos dinheiros a Pedro Francisco, escudeiro do cardeal de Terouane, enviado à Catalunha, a fim de tratar de negócios contra o abade: «Die eadem [6 mensis Novembris 1378] soluti fuerunt de mandato dominorum cardinalium, Avinione existentium, Petro Francisci, scutifero domini cardinalis Morinensis, ad partes Catalonie pro certis negotiis sibi iniunctis contra quendam abbatem, missum ad illas partes per Bertholomeum intrusum in papatu, ad seminandum errorem suum, pro expensis ipsius scutiferi faciendis, ipso manualiter recipiente, xiiii franchi. Valent, computando ut supra, xb flor.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 36v). A 19 do dito mês de Novembro de 1378, eram pagos dinheiros a Pedro Meiani, camareiro do cardeal de Terouane, a fim de pagar a dois escudeiros do referido cardeal, enviados a Marselha contra o abade de Sítria e outros emissários de Urbano VI, que levavam bulas e cartas para várias partes, a defender a posição do papa de Roma na questão do cisma: «Die xix dicti mensis [Novembris 1378] soluti fuerunt domino Petro Meiani, camerario domini cardinalis Morinensis, quos de suis pecuniis solvant duobus scutiferis ipsius domini cardinalis, missis de mandato dominorum cardinalium, Avinione existentium, apud Massiliam pro abbate Citriensi et eius gentibus qui mittebantur ad diversas partes per Bertholomeum, olim archiepiscopum Barensem, cum bullis et litteris suis ad seminandum errorem suum, Petro Malapua, scutifero dicti domini cardinalis pro ipso domino camerario manualiter recipiente, xiii flor. curreñ de xxiiii s. et xiiii sol. Valent computando ut supra, xx flor. ca., vi sol.». (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 38). E no mesmo dia 19 de Novembro de 1378 fala-se do dito camareiro do cardeal e de Estêvão Blandino, cidadão de Marselha, que trabalhava por prender as bulas, cartas e pessoas do abade, em Marselha: «Die xix dicti mensis Novembris [1378] soluti fuerunt domino Petro Meiani, camerario domini cardinalis Morinensis, quos solvit pro uno gebello argenti, dato de ordinatione et mandato dominorum cardinalium, Avinione existentium, Stephano de Brandissio, civi Massiliensi, qui pro dictis bullis et litteris ac gentibus dicti abbatis Citriensis capiendis in Massilia fideliter laboravit, dicto domino camerario manualiter recipiente, xxx flor. camere, xxii sol., vi den.«. (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 38v). A 12 de Dezembro de 1378, já o cardeal é apresentado como falecido, ao falar-se dos muitos serviços prestados pelos seus escudeiros na tentativa da captura do abade de Sítria: «Die xii mensis Decembris [1378], soluti fuerunt de mandato et ordinatione dominorum cardinalium, Avinione existentium, Petro Malapua et Petro de Crota, *scutiferis bone memorie domini cardinalis Morinensis*, pro multis et gratis servitiis per ipsos inpensis in prosecutione captionis abbatis Citriensis, missi per Bartholomeum, olim archiepiscopum Barensem, ad diversos reges et principes, ipso Petro Malapua manualiter recipiente, xx flor. communes de xxiii, sol. vi. Valent flor. camere ut supra computati xvi flor. camere, xxii sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 40). A 15 de Dezembro de 1378, a notícia de que o escudeiro do cardeal, Pedro Francisco, fora enviado a Aragão, antes da morte do cardeal, para aprisionar o abade de Sítria, que fizera prender realmente em Perpinhão, embora tivesse sido libertado pela corte de Aragão, que fora favorável ao abade: «Die eadem [xb mensis Decembris 1378] soluti fuerunt, de ordinatione dominorum cardinalium, Avinione existentium, Petro Francisci, *scutifero bone memorie domini cardinalis Morinensis, misso per ipsos ante dicti domini Morinensis obitum ad partes Aragoñ pro faciendo capi abbatem Citriensem*, missum ad illas partes per Bartholomeum, olim archiepiscopum Barensem, *quem capi fecit in Perpiniano, licet per Curiam, que fuit sibi favorabilis, fuerit relaxatus*, ipso manualiter recipiente, ultra expensas sibi traditas pro suis laboribus, etiam quia se exposuit periculo mortis occasione predicta, xxx franchi auri ...» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 41). A 24 de Dezembro de 1378, ao secretário do falecido cardeal foram pagos dinheiros pelos trabalhos e despesas havidas na prisão do abade: «Die eadem [xxiiii Decembris 1378] soluti fuerunt Maciolo Freron, clerico Suessionensis diocesis, *secretario bone memorie domini cardinalis Morinensis*, pro certis laboribus per ipsum impensis super captione abbatis Citriensis, nuntii Bartholomei, olim archiepiscopi Barensis, ipso Maciolo manualiter recipiente, x flor. communes de xxiii s. vi d. Valent viii flor. camere, xi sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 42v). Mais a notícia de 25 de Abril de 1379: «Die xxb mensis Aprilis [1379] soluti fuerunt dominis Petro Meiani et Johanni Guenioti, *executoribus testamenti bone memorie domini Egidii Morinensis* ...» (AV, *Introitus et Exitus*, vol, 350, fl. 64v). Anoto também a notícia sobre cartas ao cardeal legado ou de Aragão e ao duque de Gerona sobre a prisão de Mateus Clemente que levava cartas de Urbano VI: «Die xxbi dicti mensis [Maii 1379.]

meiras notícias da eleição de Urbano VI, a causarem-lhe dúvidas e perplexidades, ao menos depois da eleição do papa de Avinhão, quanto à obrigação de velar por que o cisma acabasse e, entretanto, manter-se neutro, até o assunto ser estudado oportunamente, depois de ele próprio se informar e certificar-se dos acontecimentos, por meio de investigações sérias junto de pessoas fidedignas que a eles assistiram. Nessa conta também se poderiam meter o Doutor Gil do Sem e o Doutor João das Regras, este último chegado a Portugal, havia pouco, desde Bolonha, onde se doutorara em leis, e de Itália. Aqui o jurista João de Lignano (147),

---

soluti fuerunt Ferrando Larton, nuntio misso cum litteris domini cardinalis Ebredunensis ad dominum ducem Gerundensem et dominum cardinalem Aragoñ super captione Mathei Clementis, qui portabat litteras Bartholomei, olim archiepiscopi Barensis, pro suis expensis faciendis, ipso manualiter recipiente, iiii flor. communes de xxiii s. Valent iii flor. camere, xii sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 71v). Também a notícia anterior, de 16 de Fevereiro de 1379, sobre a prisão do arcediago de Barroso: «Die xbi februarii [1379] soluti fuerunt Johanni de Belva, servienti armorum domini regis Frantie, et Johanni Bellini, ostiario aule domini ducis Andegavensis, pro expensis per ipsos factis, conducendo archidiaconum de Barroso in ecclesia Bracharensi, legatum Bartholomei, olim archiepiscopi Barensis, de Montepessulano apud Avinionem, qui archidiaconus fuit positus in carceribus palacii apostolici Avinione, dicto Johanne de Belva manualiter recipiente, xx franchi. Valent xxi flor. camere, xii sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 51v).

(147) Nos vol. do *De Schismate*, a que tenho aludido várias vezes, são frequentíssimas as alusões ao caso apresentado a João de Lignano, além das cópias do mesmo. Francisco Hugucione, bispo de Faença, embaixador de Urbano VI, na informação dada ao rei de Castela *pro declaratione iustitie domini nostri pape Urbani*, traz esta referência, a propósito: «Verum est quod *dominus de Sancto Eustachio in suo confictu casu, dato domino Jo. de Lignano, qui secundum assertionem partis adverse fuit saltem dominorum Italicorum et sic habetur testimonium trium*, quod validum est, licet, ut opinor, iste casus fuit omnium, sed postquam viderunt sibi ex illo concludi, confixerunt alium casum» (*De Schismate*, vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fl. 202). Lembro algumas transcrições desse tratado de João de Lignano, que, segundo carta de Urbano VI ao rei de Aragão, de 27 de Janeiro de 1379, era levado para a Península pelo nobre Pedro Martins, servente de armas do papa: «*...tractatum dilecti filii Johannis de Lignano, doctoris Bononiensis eximii, per dilectum filium virum Petrum Martini, nostrum servientem armorum, tue mittimus magestati ...*» (*De Schismate*, vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fl. 143v). O caso que lhe foi apresentado e faz parte do tratado, é dirigido a *Honorabili viro magistro Jh.* e começa pelas palavras *Cum sancte memorie dominus Gregorius papa undecimus die vicesimo septimo Martii obiisset in Roma, officiales Urbis diversa consilia tenuerunt, aliqua secreta, aliqua vero non secreta ...* (*De Schismate*, I = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 151-163). O dito caso com notas marginais no mesmo vol., fls. 165-167. No vol. II = AV, Arm. LIV, t. 15, fls. 74-83, 205-209, existe o *casus per dominum Jo. de Lignano, utriusque iuris doctorem, compositus vel, ut communiter asseritur, per Bartholomeum intrusum sibi missus et per articulos distinctus*, com *responsiones cardinalis de Luna ad contenta in eo, quas fecit ad requestam illustrissimi principis regis Aragonie apud civitatem Barchinonensem, dum in partibus Yspanie legationis officio fungebatur, missus per dominum papam Clementem vii et per collegium dominorum cardinalium*. Publ. o tratato de João de Lignano por C. E. DU BOULAY, *Historia Universitatis Parisiensis*, t. IV, Paris, 1668, pp. 482-485, e por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 26-40. Encontram-se ainda manuscritos do tratado no *De Schismate*, vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 53-70 (cf. AV, Arm. LIV, t. 31, fl. 51, 113): *Allegationes domini Johannis de Lynhano et casus fictus et falsus per adversantes introductus per Johannem de Lynhano;* nas fls. 71-81v: *Secunde allegationes domini Johannis de Lignano*, e nas fls. 82-96: *Allegationes tertie et ultime domini Johannis de Lignano*, nas quais diz ter publicado o tratado completo em Agosto de 1379 e responder agora a objecções de doutores franceses. O mesmo tratado nas fls. 97-105. Foi publicado por RAYNALDUS *Annales ecclesiastici*, VII, pp. 631-657. Houve quem escrevesse contra o tratado de João de Lignano. Assim as alegações de Pedro Fabri, abade do mosteiro de S. Vaast, sobre a eleição de Urbano VI e a origem do cisma, em *De Schismate*, vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 206--235. No vol. II do *De Schismate* (AV, Arm. LIV, t. 15), fls. 84-93, com o endereço *Domino meo domino officiali Gerundensi* e o título *Casus recitatus per abbatem Sitrensem in presentia domini regis Aragonum et sui consilii, etc., primo in latino, postea in vulgari, item responsiones eiusdem abbatis ad dictiones et aprobationes et reprobationes ad casum domini Johannis de Lignyano*, vem a relação de Prefetto Malatesta, abade de Sítria, a expor a el-rei de Aragão e seu conselho, no verão de 1379, como se passara a eleição de Urbano VI, com várias alusões a João de Lignano. Foi public. por GAYET, *op. cit.*, II, pp. 26-40. A mesma narração no vol. V *De Schismate* (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 14-18v. Segue-se nas fls. 94-116 do dito vol. II *De Schismate* (AV, Arm. LIV, t. 15)

fundado no caso que lhe fora entregue para estudo pelos cardeais ou, segundo outros, pelo papa, defendia a legitimidade de Urbano VI, o qual teve o cuidado de enviar pelos seus núncios o parecer aos monarcas da Península, com prova da canonicidade da sua eleição. Também

---

o *Casus primi electi, per consilium illustrissimi domini Johannis Castelle et Legionis regis divisus per capitula seu articulos, per parafos seu lineas, cum aliquibus additionibus, datis aliquibus per consilium et aliquibus per faventes partem primi electi, scriptis in textu suis debitis locis, signando seu scribendo in margine eas esse additiones et aliis in fine casus ad eliciendum et formandum interrogatoria pro testibus recipiendis*, e nas fls. 117-118 temos o *Factum quod traditur per Bartholomeum intrusum*, o qual começa assim: *Factum sic se habet: Vacante papatu in Urbe per mortem sancte memorie*. Há ainda a narração do facto por autor anónimo, com o início: *Dudum vacante apostolica sede per obitum felicis recordationis* (*De Schismate*, vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 100v-102) e nas fls. 163v-164v outra narração diferente. Há também a exposição do caso entregue e assinado em Nice, a 27 de Novembro de 1380, pelos cardeais Pedro de Sorteneaco, do título de S. Lourenço in Lucina ou de Viviers, Pedro, bispo Portuense e de Santa Rufina ou de Florença, e Simão de Borsano, do título de S. João e Paulo ou de Milão, e recebido pelos cardeais Ânglico Grimoaldi, bispo de Albano, Pedro de Sorteneaco, do título de S. Lourenço in Lucina, dito Vivariense ou de Viviers, Pedro Flandrini, do título de Santo Eustáquio, e Guilherme Noelleti, do título de Santo Anjo, os quais atestaram a recepção com a própria assinatura (*De Schismate*, vol. I citado = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 169-172v, vol. II = AV, Arm. LIV, t. 15, fls. 119--122v). Há o *casus trium cardinalium Italicorum super facto scismatis*, sobre o qual, isto é *ad casum concordatum per tres dominos Italicos cardinales scilicet Portuensem seu Florentinum, Mediolanensem et de Ursinis bone memorie*, apresentou respostas por escrito *prenominatus Portuensis egregiis ac honorabilibus ambaxiatoribus serenissimi principis domini regis Aragonum*, em 1386 (*De Schismate*, vol. VI = AV, Arm. LIV, t. 19, fls. 66-73v. Há ainda a narração publicada por RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, t. VII, ano 1378, nn. 73-97, pp. 348-358, que vem no *De Schismate*, vol. I citado (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 173-183v, cuja versão em castelhano se encontra a fls. 185-200v. No índice antigo, que vem no princípio do vol. I *De Schismate*, fl. 7, aquele caso das fls. 169-172v, é designado como *Casus Italicorum Florentini videlicet et Mediolanensis*. No mesmo índice (fl. 7) são também indicadas *Quedam responsiones domini Florentini ad examinationem Yspanorum*, as quais trazem o título, no lugar respectivo do citado vol. I *De Schismate* (fls. 11-11v), de *Responsiones ad dubia domini Toletani, scriptas per manum domini Florentini*. Ora a primeira resposta é *quod nescit quis casum dedit domino Johanni de Lynano, certus est tamen quod non est datus per ipsum nec per alium, ipso sciente. Ad secundum respondetur per thema seu casum per nos duos traditum, in quo dictando et formando nos duo et dominus Ja. bone memorie verba honestavimus, ubi loquimur de Romanis*. Refere-se mais abaixo (fl. 11v) o cardeal aos seus colegas, que teriam votado com intenção de elegerem verdadeiro papa, nestes termos: «*Ad id autem quod petitur quot fuerunt cardinales qui dixerunt animo quod esset verus papa, etc., respondetur quod secundum casum per nos concordatum fuerunt iiii.or vel quinque*, prout dicti domini Florentinus, Mediolañ et de Ursinis, tunc vivens Avinione (?), dum factum in recenti memoria mente revolverent et in scriptis notarent, dixerunt se recordari, de quibus tamen dominus Florentinus dixit se non recordare nisi de duobus, videlicet de domino Lemovicensi et de domino de Agrifolio, sed dominus Mediolañ dixit se recordari de aliis duobus vel tribus et quod de dictis duobus, de quibus recordatur dominus Florentinus, non recordatur ipse». De quanto fica referido parece dever inferir-se que foram três os cardeais a concordar o tal caso, ou seja o de Florença, o de Milão e o cardeal Orsini. Seria, pois, natural que o arcebispo de Toledo, D. Pedro Tenório, erroneamente identificado com Pedro de Luna pelo autor do índice das matérias contidas nos volumes *De Schismate*, tivesse consultado o cardeal de Florença sobre o autor do caso estudado por João de Lignano. Vem, porém, registado no referido índice (fl. 7v): *Responsio domini sancti Eustachii ad litteram Tolletani*, que devia ser a resposta do cardeal Pedro Flandrini, do título de Santo Eustáquio, do citado I vol. *De Schismate*, fls. 209-216, e do vol. V = AV, Arm. LIV, t. 18, fls. 161-169v, escrita no mês de Fevereiro de 1380 e editada por FRANZ BLIEMETZRIEDER, *Literarische Polemik zu Beginn des Grossen Abendländischen Schismas*, Wien, 1909, pp. 72-91. Eis a parte que nos interessa da resposta às dúvidas do arcebispo: «Primo igitur vestre dubitationis contextus, amantissime Pater, duo quesita continet: primum est si Johannes de Lignano thema super quo allegavit, habuit a dominis cardinalibus; secundum, supposita veritate thematis per me missi, quot et quales cardinales dixerunt quod eligebant animo et intentione quod Barensis esset verus papa. Ad que, amantissime Pater, aliud quesitum ego subicio, videlicet que fuit causa movens dictos dominos cardinales ad dicendum illa verba: quod animo et intentione, etc.». Explicaria isso melhor o legado existente nas terras, onde estava o arcebispo: «...fuit conclusum quod illa via veluti pernitiosa Ecclesie non erat recipienda, prout rationes melius dicet vobis

Baldo de Perusa ([148]) *se pronunciava por meio de várias alegações, em favor da legitimidade de Urbano VI, aliás como, mais tarde, Bartolomeu de Saliceto* ([149]). *O certo é que o monarca português, apesar das afirmações de neutralidade, continuava a acatar as decisões do papa de Roma, como é prova clara o facto da reintegração do arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, nos direitos diocesanos, determinada por Urbano VI, após a solução do litígio, começado nos fins do pontificado*

---

dominus meus legatus in partibus illis existens et certe nec in collegio nec extra vidi tunc hominem qui laudaret illam viam» (fls. 214v-215). Existem certas alegações do cardeal Pedro Flandrini, do título de Santo Eustáquio, no vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 105-135v, (cf. vol. XVII, fls. 113-138v, vol. XXXIII, fls. 4 = AV, Arm. LIV, t. 30 fls. 113-138v, t. 46, fl. 4) e editadas por BLIEMETZRIDER, *Literarische Polemik zu Beginn des Gro. Abend. Schismas*, Wien, 1909, pp. 3-71, sobre a nulidade da eleição de Urbano VI. O facto de o arcebispo de Toledo, D. Pedro de Tenório, e não Pedro de Luna, como erroneamente afirma o autor do catálogo das matérias contidas nos volumes do *De Schismate* do Arquivo do Vaticano, se dirigir a *Reverendissimo in Christo patri et domino precipuo domino Petro, sancti Eustachii diachono cardinali*, como arcebispo de Toledo, ou *Vestre Paternitatis admirator Toletanus archiepiscopus, inter decretorum professores non dignus* (*De Schismate*, vol. V = AV, Arm. LIV, t. 18, fls. 136-159), a acusar a recepção do livro, leva a ter a atribuição como exacta. Na Bibl. Apost. Vaticana, cod. Vat. lat. 5608, fls. 1-14v, há a *Littera directa Reverendissimo patri domino cardinali sancti Eustacii pro parte domini archiepiscopi Toletani super facto presentis scismatis anno lxxx.mo* e nas fls. 14v-25 a *Responsio Reverendissimi patris domini cardinalis sancti Eustacii ad predictas litteras per dictum Tholetanum archiepiscopum missas.*

([148]) O tratado ou alegações de Baldo de Perusa foi escrito em Roma, a 30 de Agosto de 1380, e foi publicado por RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, t. VII, ano 1378, nn. 36-39, pp. 321-327. Temos cópias dele no *De Schismate*, vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 61-78v. Temos ainda no vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 39-44; vol. XVI (AV, Arm. LIV, t. 31), fls. 39-44; vol. XIV (AV, Arm. LIV, t. 29), fls. 49-56v; vol. XVI (AV, Arm. LIV, t. 31), fls. 39v-44v; 114-119; vol. XVIII (AV, Arm. LIV, t. 33), fls. 71-77, as alegações de Baldo sobre a eleição de Urbano VI, publicadas por RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, t. VII, *loc. cit.* Na fl. 44 do dito vol. V lê-se: «Iste fuerunt prime allegationes Baldi sine apostillis supradictis et additionibus infrascriptis folio sequenti, postea fecit allegationes secundas iste idem Baldus, que sunt in libro de C. fol. xlvi. Demum in scriptis suis super VI libro Codicis, t. Si quis aliquem testare prohibuerit in l. finali, premittit primo invocationem divini nominis, que infra scribitur, secundo narrat factum per extensum concordando cum facto super quo allegavit dominus Jo. de Lynano in allegationibus suis primis et postea adiungit allegationes istas cum additionibus supradictis et suppletionibus infrascriptis. Et ex istis videtur quod allegationes que dicuntur secunde allegationes Baldi, non fuerunt ipsius, quia de illis nullam facit mentionem in scriptis suis». Nas fls. 44-47 do dito vol. V vêm as segundas alegações de Baldo, publicadas por RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, t. VII, pp. 613-631. Começam pelas palavras *Ad honorem Dei et beate Marie semper Virginis et beati Petri principis apostolorum et ecclesie tam triumphantis quam etiam militantis, ego Baldus de Perusio, minimus utriusque iuris doctor, duxi hic inserere quasdam allegationes quas feci super puncto infrascripto condam michi transmisso per venerabilis recordationis dominum dominum .. tunc sacrosancte Romane Ecclesie dignissimum cardinalem tempore quo primum in ecclesia Dei fuit seminata zizania circa electionem summi pontificis videlicet anno Domini M.° ccc.° lxxbiii.° de mense Julii, a quo domino cardinali fui requisitus ...* Terminam pelas palavras «... *quorum correctioni me submitto, protestans me in hoc regotio tenere solum illud quod tenet sancta catholica ecclesia et ita protestor in principio, medio atque fine, pro nunc et semper. Baldus de Perusio, utriusque iuris professor. Deo gratias*». As primeiras e segundas alegações de Baldo também na Bibl. Apost. Vaticana, cod. Vat. lat. 5608, fls. 83-110v: (fl. 93-93v.° *Aditio eiusdem Baldi in Lect. post l. fi. C. Si quis ali. testa, prohibuerit in fine;* nas fls. 95-110v, as alegações feitas *Rome in palatio nobilis comitis de Manuppello de Filiis Ursi. anno Domini millesimo CCClxxx.°, die penultima mensis Augusti tertie indictionis, pontificatus dicti domini Urbani anno tertio).*

([149]) FERNÃO LOPES, *Chronica do Senhor Rei D. Fernando*, cap. 110, *ed. cit.*, p. 369, refere-se ao tratado de Bartolomeu de Saliceto: «posto que muitos doutores gramdes leterados, per çertas e fortes razoões provassem asaz claramente em seus trautados, que sobresto fezerom, este Urbano seer verdadeiro Papa, e nom outro; assi como Joham de Liniano, e Bertollameu de Saliçeto e outros, que lomgamente arguimdo sobresto, determinarom a verdade». Foi publicado por NICCOLÒ DEL RE, *Il «Consilium pro Urbano VI» di Bartolomeo da Saliceto* (*Vat. lat.* 5608), em *Studi e Testi*, 219, Città del Vaticano, 1962, pp. 234-263. Outros autores escreveram a favor de Urbano VI. Lembro apenas alguns, segundo quanto me consta dos vol. *De*

de Gregório XI. E Rui Lourenço prosseguirá como emissário da neutralidade de el-rei, até este se pronunciar publicamente por Clemente VII em Janeiro de 1380. Com toda a probabilidade, tomou parte na reunião, convocada pelo monarca, depois de ter ouvido o emissário de el-rei de Castela, o arcebispo de Toledo, D. Pedro Tenório, nos últimos meses de 1379. Nela foi decidida a neutralidade de Portugal, comunicada ao monarca de Castela por carta de el-rei D. Fernando, a 3 de Dezembro de 1379, na qual pedia concedesse facilidades ao deão de Lisboa, Rui Lourenço, aí indicado como doutor, na sua missão de enviado régio para se informar sobre o assunto das eleições dos dois papas antagónicos ([150]). *Em carta de 23 de Dezembro de 1379, já D. João I, rei de Castela, podia informar o de Aragão de que «el rey de Portogal nos envio agora dezir por su carta en*

Schismate. Assim, por exemplo, as alegações de autor anónimo, doutor em direito canónico, do vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 81-91v, com o início: *In Christi nomine, amen. In questione presenti, licet multi valentes viri discutiant sufficientissime actus impressivos, qui intervenerunt in electione domini Urbani, factos per cives et populum Romanum* ... Colúcio Piero, chanceler de Florença, escreveu, em nome de toda a cristandade, aos cardeais ultramontanos sobre as duas eleições de Urbano VI e Clemente VII (*De Schismate*, vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 217-220v, parcialmente publicado em RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, ano 1378, nn. 52-55, t. VII, pp. 338-340). Também um dominicano de Nápoles, Frei Raimundo de Cápua, escreveu um *tractatus seu littera edita a fratre Neapolitano de ordine Predicatorum contra reverendissimos patres dominos cardinales de impressiva electione in Urbe de archiepiscopo Barensi* (*De Schismate*, vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 220v-226). Respondeu-lhe o cardeal Pedro Flandrini (vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 225-226v). Ed. em *Histor. Jahrbuch*, 30 (1909) 242-265, 267-273. São vários os autores que escreveram a favor da eleição de Clemente VII, reputando inválida a de Urbano VI. Assim deparamos com as *Allegationes cuiusdam doctoris Salamantini* no vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 48-51, o qual termina dizendo: «credo causa collationis standum electioni facte de domino Clemente vii», e com as do do cardeal Pedro Barrière, card. Eduense ou de Autun, enviadas ao rei D. Carlos VI de França, do qual se professava *suus per omnia Petrus de Barreria inter legum doctores minimus, sancte Romane ecclesie presbyter cardinalis, dictus Edunensis*, no mesmo volume V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 172-195. Outro anónimo responde a várias questões, relativas à eleição de Urbano VI e à origem do cisma, justificando o proceder dos cardeais (*De Schismate*, vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 281-289v). Temos ainda a *Responsio domini Conradi utriusque iuris doctoris* e de outros a várias questões, relativas ao mesmo tema, a favor do papa de Avinhão (*De Schismate*, vol. I = Arm. LIV, t. 14, fls. 290-294v, 297-300v, 304), bem como a de João de Aramone, a provar que a eleição de Urbano VI teria sido nula (*De Schismate*, vol. I = AV, Arm. LIV, fls. 305-311v) e o *tractatus Raymundi de Francia, decretorum doctoris*, o qual conclui «tam per litteras dominorum cardinalium quam alia notoria constat dictum dominum Clementem taliter fuisse electum, ita ergo per bonos christianos tenendum et credendum est» (*De Schismate*, vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 312-335v), etc.

([150]) Arquivo da Coroa de Aragão, *Reg. da Chancelaria* 1265, fl. 118. Foi publicada a carta de el-rei D. Fernando por JOSÉ SANABRE, *El Cisma de Occidente y los Reyes de Aragón*, em *Reseña Eclesiástica*, Ano XX, Barcelona, 1928, p. 10. Alegando que a leitura de Sanabre era defeituosa, o Padre António Brásio fez nova transcrição que foi publicada por SALVADOR DIAS ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, Coimbra, 1960, p. 144, nota 2. Realmente a carta contém as suas dificuldades, motivo talvez por que a transcrição do Padre Brásio se apresenta com alguns erros, como, por exemplo, o de transcrever *Roy Lãtaço*, referido ao deão de Coimbra Rodrigo Lorenço ou Rui Lourenço. Advirto que o deão aparece quase sempre nos documentos como licenciado em direito canónico e bacharel em direito civil, enquanto nesta carta D. Fernando di-lo Doutor. Eis a transcrição do documento, conforme leitura minha: «Rey de Castella, primo jrmão. Nos el Rey de Portugal vos enviamos muyto saludar, asy como aquel pera que querriamos de Deus desse tanta saude e vida com honra, quanta vos mismo querriades. Ben sabedes como outro dia nos enviastes dezer pelo arçebispo de Toledo que ouvades vosso conselho em rrazon de cisma que ora ha na Eigreia de Deus, com todolos prelados e letrados que avya en vossa terra, e que acordaredes de star jndifferente. E que enviassedes entanto vossos menssegeros pera saberem a verdade sobrelo pera poderdes per elles seer certo de qual papa he fecto como deve, pera lhe averdes dobedeçer. E que porem rogavedes a nos que quesessemos assi fazer. E como per el vos dezer envyamos que mandaramos ja pera ello chamar todolos prelados e letrados da nossa terra pera avermos com eles sobrello noso consello. E que vos fariamos saber o acordo en que ficassemos. E ora nos com os dictos prelados e letrados e com todolos de noso consello acordamos de fazer sobrello

como el que havia avido por consejo de estar en aquell acuerdo, que nos avimos, de non declarar por ninguno de los electos en papas e de estar agora indifferente fasta tanto quel consilio se ayunte e se sepa la verdat deste fecho, e que quiere enviar luego sus mensageros para ello, segund lo veredes por una su carta del nos envio, la qual vos enviamos. E otrossi avemos sabido en como el rey de Navarra se tiene en este mesmo consejo. E nos estamos en dubda de lo que vos acordades de faser en este caso, fasta que nos enviedes certedumbre dello. Porque vos rogamos que nos querades luego enviar deser...» (151).

Desconheço o resultado da missão de Rui Lourenço, famoso clérigo e desembargador de el-rei D. Fernando e deão de Coimbra. Encontramo-lo a 10 de Maio de 1380 em Portugal e a 21 deste mês e a 31 de Agosto do dito ano de 1380, em Castela, a tratar do projectado casamento de Dona Beatriz, filha de D. Fernando, rei de Portugal, com o Infante D. Henrique de Castela, mas não sei se, em Dezembro de 1379, ele foi a Avinhão ou a Roma, porque ainda não encontrei notícias sobre o argumento.

Como veremos, os reis de Castela e de Aragão manter-se-ão, ainda por algum tempo, na neutralidade, ao passo que D. Fernando declarar-se-á publicamente pela obediência a Clemente VII, papa de Avinhão, em Janeiro de 1380, mandando-lhe solene embaixada, que se avistará também com o monarca francês D. Carlos. Perante este, o bispo de Lisboa D. Martinho Anes pronunciará o célebre e conhecido discurso a favor de Clemente VII, no mês de Julho de 1380, depois de ter passado pela cúria papal de Avinhão em Maio-Junho de 1380.

O certo é que o deão de Coimbra, totalmente ligado à política do monarca D. Fernando, seguirá a obediência determinada pelo rei. Veremos, contudo, que, depois da solene declaração do soberano português, em 1381, a favor de Urbano VI, Rui Lourenço nunca mais abandonou o papa de Roma. Mesmo quando se poderia duvidar da posição de D. Fernando por causa do matrimónio de Dona Beatriz com o monarca de Castela em 1383, o deão tomará a defesa pública do papa de Roma, na qualidade de canonista, no conselho de Santarém de 23 de Fevereiro de 1383, perante o cardeal D. Pedro de Luna, legado do papa Clemente VII.

---

por la gisa que vos fezestes e envyamos allo por nossos messageros o bispo de Viseu e Roy Lorenço deutor, dayam de Coinbra, pera saberem sobrello a verdade. Nos escremos (!) dela ocõ (ocasiom?) por eles e rogamos vos que lhes mandedes dar vossa carta de gia, per que possan hir per vossos Regnos e sair deles segurament com todalas cousas que levarem e gradecervoloemos muito. Dant en Salvaterra, tres dias de dezembro. El Rey o mandou. Affonze Perez a fez. El Rey».

(151) Publicada por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 352-353.

b) SUSPENSÃO DE D. LOURENÇO VICENTE, ARCEBISPO DE BRAGA, E SUA REINTEGRAÇÃO PELO PAPA DE ROMA, ACEITE POR EL-REI D. FERNANDO. ESTE FOI O PRIMEIRO MONARCA DA PENÍNSULA A ADERIR A CLEMENTE VII, EM JANEIRO DE 1380.

D. Lourenço Vicente da Lourinhã, bacharel em leis, foi nomeado arcebispo de Braga pelo papa Gregório XI a 19 de Dezembro de 1373, depois de D. Vasco, bispo de Lisboa, transferido para a sé de Braga, ter morrido, sem tomar posse da arquidiocese ([151a]). *E logo por cartas do mês de Agosto de 1374 el-rei D. Fernando entregava a jurisdição civil da cidade de Braga ao arcebispo* ([151b]). *A 11 de Outubro de 1374, este celebrava sínodo geral na arquidiocese* ([151c]).

A 14 de Outubro de 1374, D. Lourenço, arcebispo de Braga, conforme documento de 18 de Novembro deste ano, relativo ao pedido dos apóstolos *para apelação da parte de Rui Vasques Pereira e outros fidalgos, por motivo da publicação de letras do papa Clemente VI e processo do arcebispo contra eles, referia-se ao sínodo geral, celebrado poucos dias antes: «... nuper siquidem nobis una cum capitulo et clero nostro totius nostre diocesis synodum celebrantibus, pro parte dicti capituli et totius cleri predictas litteras felicis recordationis domini Clementis pape sexti ... nos ...*

([151a]) AV, Reg. Vat. 272, fl. 121. A 11 de Agosto de 1373, ainda estava vaga a sé de Braga (ADB, *Gaveta das dignidades e cónegos*, n. 47). O arcebispo (nota 128[b] e 128[c]), a 1 de Setembro de 1375, pagava certos dinheiros à câmara apostólica, relacionados com os bens de D. Vasco, seu último predecessor, que tinha morrido antes da sua promoção, e bem assim a 9 de Agosto de 1376, *per manus magistri Valasci Dominici, scriptoris litterarum apostolicarum*, ou *per manus Valasci Dominici, domini nostri pape scriptoris* e *per manus domini Valasci Dominici, cantoris Ulixbonensis*. A 13 de Junho de 1376 pagava parte da taxa por meio do seu procurador Paio Nicolau: «Archiepiscopi Bracharensis. Universis, etc. Petrus, etc., quod *Reverendus in Christo pater dominus Laurentius, archiepiscopus Bracharensis*, pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., centum flore. auri de camera ipsi camere necnon pro parte partis quatuor servitiorum, etc., decem et septem flor. auri, xi sol. monete Avinionensis, clericis, etc., per manus Pelagii Nicholai, procuratoris sui, tempore debito, etc. De quibus, etc. Verum, etc., usque ad Kalendas Septembris proxime, etc. Ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die xiii Junii. Anno lxxvi» (AV, Obl. et Sol. 41, fl. 278v).

([151b]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 17: «Dom Fernando pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A todallas justiças dos nossos Reynos que esta carta virdes saude. Sabede que nos querendo fazer graça e merçee a dom Lourenço, arçebispo de Bragaa, mandamos que lhi seiam aguardados todollos privilegios e graças e liberdades que foram dadas a dicta egreia de Bragaa per os Reys que ante nos foram e per nos som dados e outorgados. E em testemunho desto lhy mandamos dar esta nosa carta. Dante naa Tougia, viinte e dous dias de Agosto. El Rey o mandou per L[ouren]çe Anes Fogaça, seu vassallo e veedor da sua chançelaria. Vaasco Martinz a fez. Era de mill e quatroçentos e doze annos. Laurentius Johannis Fogace» (*original, com parte do selo*). Documento também em ADB, *Gaveta de Braga, sua jurisdição*, n. 19; *Liber rerum memorabilium*, II, fl. 36.

([151c]) ADB, *Gaveta dos concílios e sínodos*, n. 3.

noveritis recepisse ...» ([151d]). *No dia 16 de Outubro do dito ano de 1374, confirmava a união da igreja de S. Martinho de Gândara à de S. Miguel de Marinhas, feita pelo predecessor D. Guilherme* ([151e]). *A 4 de Abril de 1375, el-rei D. Fernando apresentava-lhe Vasco Afonso para reitor da igreja de Santa Maria de Miranda* ([151f]). *Em Outubro deste ano, dia 18, D. Lourenço emprazava um casal que a igreja de Braga possuía na freguesia de S. Salvador de Parada, julgado de Vila Chã* ([151g]). *No dia 26 de Dezembro de 1375, desde Guimarães, cometia ao seu vigário, Lourenço Pais, a provisão ou confirmação de reitor para a igreja de Caniçada* ([151h]). *A 15 de Março de 1376, nos seus paços da cidade de Braga, tomava providências quanto a seus direitos na instituição da igreja de Vila Cova, em relação com documentos de Gil Peres, arcediago do Couto, e de Rodrigo Álvares, arcediago de Neiva, de 2 e 10 de Maio de 1373, quando vagava a sé de Braga, ou seja, anteriores à nomeação de D. Lourenço como arcebispo primaz* ([151i]). *E a 21 de Novembro de 1376, Domingos Esteves de Castinheiro e outros padroeiros da igreja de S. Vicente de Sousa nomeavam Domingos Esteves do Souto procurador para fazer doação dessa igreja a D. Lourenço* ([151j]).

Existe documento de 1 de Março de 1375 sobre os rendimentos da mesa arcebispal durante a vacância da sé, desde a transferência de D. João de Cardaillac, em Julho de 1371, para o patriarcado de Alexandria, até 1 de Janeiro de 1374, ou seja, alguns dias depois da nomeação de D. Lourenço para arcebispo de Braga, no dia 19 de Dezembro de 1373, e despesas que o cabido tivera com o prosseguimento na Cúria pontifícia da eleição para arcebispo do então prior de Guimarães e, na altura do documento, bispo de Silves, D. Martinho Anes ([151k]). *O documento poderá elucidar-nos sobre possíveis indícios de desentendimentos entre o cabido e os prelados, incumbidos, poste-*

([151d]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 17.

([151e]) ADB, *Gaveta 1 das Igrejas*, n. 43.

([151f]) ADB, *Gaveta 2 das Igrejas*, n. 31.

([151g]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 17: «Sabham todos quantos este stormento de plazo virem que o honrrado padre e senhor dom Lourenço pela graça de Deus arcebispo da santa see de Bragaa e primas da Spanha ... enplazou o casal que el e a dicta sua egreia ha na freiguesia de sam Salvador de Parada, julgado de Villa Chãa, que perteeçe aa sua camara de Moure, o qual chamam desmorigãaes, a Stevom Tome ... Fecto foij en Bragaa nos paaços do dicto senhor Arçebispo no lugar hu continuadamente scoye a comer, xviii dias doutubre. Era de mil e quatroçentos e treze annos, testemunhas que presentes forom os honrrados barões *Paay de Meira, arcediago de Coronado*, Gil Vaasquez e Lopo Gil, *familiares do dicto senhor arçebispo*, e outros ... *Archiepiscopus Bracarensis Laurentius*».

([151h]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 17: «Laurentius Pellagii, rector parrochialis ecclesie sancti Martini de Bornes, Bracharensis diocesis, ac Reverendi in Christo patris et domini Laurentii, permissione divina sancte Bracharensis ecclesie archiepiscopi et Ispaniarum primatis, vicarius generalis ... Dom Lourenço ... arcebispo da sancta egreia de Bragaa e primas das Spanhas, a vos Lourenço Paaez, nosso vigayro ... Dante em Guymaraaes, viinte e seis dias de Dezembro. Era de mil e iiii.c xiii anos. L. archiepiscopus Bracharensis. Omnibus parrochianis ecclesie sancti Mometis de Caniçada dicte Bracharensis diocesis ... Actum et datum in dicta civitate Bracharensi, in palatio dicti domini archiepiscopi, octava [...] bris. Anno Domini millesimo trescentesimo septuagesimo quinto» (*original, com selo*).

([151i]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 17.

([151j]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18.

([151k]) D. Martinho Anes tinha sido prior da colegiada de Guimarães. Era conselheiro de el-rei D. Fernando que o diz tal em carta de 3 de Outubro de 1375 (ANTT, *Chancel. de D. Fernando*, livro 1, fls. 177v-178). A apresentação ao arcebispo de Braga pelo monarca D. Fernando para prior de Guimarães tinha-se dado a 30 de Julho de 1371 (ANTT, *Chancel. de D. Fernando*, livro 1, fl. 77v). A 1 de Fevereiro de 1375, pagava parte da taxa da promoção a bispo de Silves, através de Afonso Anes, seu procurador: «Episcopi Silvensis. Universis, etc. Petrus, etc., quod *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, episcopus Silvensis*, pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., sexaginta unum flor. auri, quinque solidos monete Avinionensis camere prefate necnon pro parte partis quatuor servitiorum famili., etc., novem flor.

riormente, da visita das dioceses de Portugal, inclusive da sé metropolítica de Braga, duma parte, e o arcebispo D. Lourenço da outra.

Nesse dia primeiro de Março de 1375, compareciam o cabido e o metropolita bracarense na presença de João Anes, reitor da igreja de S. Tiago de Murça e colector apostólico, o qual pedia contas ao cabido dos rendimentos da mesa arcebispal durante o sobredito período, em conformidade com letras apostólicas de Gregório XI, de 17 de Abril de 1371, e documento passado em Avinhão, de 15 de Março de 1374, transcritos no documento citado de Braga. Prestou contas o cónego Afonso Martins, o qual tinha recebido durante esse período doze mil e duzentas e trinta e quatro libras e 15 soldos da moeda portuguesa e pretendia inserir nas despesas, a subtrair, tres mille noningentas nonaginta duas libras et decem solidos in electione celebrata seu facta per ipsum capitulum de venerabili viro Martino Iohannis, tunc rectore ecclesie Vimaranensis, dicte Bracarensis diocesis, nunc episcopo Silvensi. *Esta quantia fora entregue* duobus scrutatotibus pro prosecutione dicte electionis.

D. Lourenço opunha-se a que se metesse na conta das despesas os gastos super negotio electionis de facto celebrate per ipsum capitulum de persona Martini Iohannis, tunc rectore ecclesie Vimaranensis, Bracarensis diocesis, ad dictam ecclesiam Bracarensem et ipsius occasione facte. *Alegava D. Lourenço que, desde o papa João XXII até ao tempo de Gregório XI, a provisão das igrejas catedrais era reservada ao papa, que assim tinha procedido quanto às igrejas portuguesas de Braga, Lisboa, Évora, Porto, Guarda, Viseu, Lamego e Silves, e que o colector apostólico Bertrando de Massello, muito antes da vacância da sé de Braga, em virtude da transferência de D. João de Cardaillac para a sé patriarcal de Alexandria, mostrara ao cabido letras pelas quais os bens dessas igrejas durante a vacância ficavam reservados à câmara apostólica. Observava ainda o arcebispo que D. João de Cardaillac residia pessoalmente na Cúria papal, quando foi transferido por Gregório XI, no mês de Julho de 1371, de Braga para Alexandria, pelo que a sé de Braga devia considerar-se vacante na Cúria dos papas e consequentemente o cabido não poderia proceder a nenhuma eleição. Contra este argumento não poderia valer o facto de D. Vasco, bispo de Coimbra, ter sido elevado a arcebispo de Braga, depois da morte de D. João, porque D. Vasco morrera sem possuir as bulas da promoção e sem tomar posse da igreja de Braga nem receber o pálio, não podendo, desta forma, ser tido como verdadeiro arcebispo de Braga: «... non obstat si dicatur quod, post dicti domini Johannis translationem ad ecclesiam Alexandrinam, fuit dominus Valascus, tunc Colimbriensis episcopus, ad ecclesiam Bracarensem electus, qui postea extra Romanam Curiam in dicto regno Portugalie diem suum clausit extremum et sic predicta Bracarensis ecclesia vacavit extra Romanam Curiam supradictam, quia dictus dominus Valascus, antequam litteras sue*

---

auri, undecim solidos, octo den. monete predicte, clericis, etc., per manus Alfonsi Johannis, procuratoris sui, etc., solvi fecit. De quibus, etc. Verum, etc., usque ad festum beati Johannis Baptiste proxime venturum, terminum, etc. Ita tamen, etc. Insuper, etc. Secum, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die prima mensis Februarii. Anno lxxb» (AV, Obl. et Sol. 41, fl. 57v). A 17 de Janeiro de 1376, pagava outra parte da taxa, por meio de seu familiar João Lourenço: «Episcopi Silvensis. Universis, etc. Petrus, etc., quod *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, episcopus Silvensis,* pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., quinquaginta sex flor. auri de camera, viginti septem solidos, sex den. monete Avinionensis ipsi camere necnon pro parte partis quatuor servitiorum, etc., octo flor. auri, decem et septem solidos, duo dena. dicte monete, clericis, etc., per manus Johannis Lametii (!), familiaris sui, die date, etc. De quibus, etc. Verum, etc., usque ad festum Ressurrectionis Domini, etc. Ita tamen, etc. Insuper, etc. Secum, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die xbii Januarii. Anno lxxbi» (AV, Obl. et Sol. 41, fl. 221v). Em Novembro de 1377, no dia 11, pagava o resto da taxa: «Recepta mensis Novembris anno lxxvii.mo ... Die xi dicti mensis *fuerunt recepti a domino Martino, episcopo Silvensi, pro complemento sui communis servitii* lxxxi flor. cam., xxiii sol., vii den.» (AV, Obl. et Sol. 43, fl. 17).

promotionis ad dictam ecclesiam Bracarensem et ipsius ecclesie possessionem habuisset et palium recepisset, de hac luce migravit, et sic de iure non fuit archiepiscopus ne[c] nomen archiepiscopi meruit obtinere, quare per ipsius obitum ad electionem minime procedere debuerunt et per consequens nec expensas in prosecutione talis electionis facere, maxime sic imoderatas; inibi tam notoria predicta erant fore sedi apostolice reservata ...».

O *cabido tentou provar em vão* quod ipse non tenetur restituere domino Johanni, collectori apostolico, nec etiam domino archiepiscopo dictas tres mille noningentas nonaginta duas libras, decem solidos, quas dederunt pro expensis duobus canonicis scrutatoribus, missis per capitulum ad prosequendum dictam electionem factam per capitulum de domino Martino, nunc episcopo Silvensi, tunc Bracarensis ecclesie electo. *De facto, conforme documentos de 5 de Setembro de 1375 e 3 de Março de 1376, foi obrigado pelo colector apostólico a restituir, sob pena de excomunhão e de suspensão,* ao dicto Senhor arçebispo ou aa qualquer que ouvesse da dicta camera tres mil e noveçentos e noveenta e duas libras e dez ss. sem outra dillaçom e deminaçom per Razom da enliçom que foij fecta da pessoa de dom Martinho, bispo que ora he de Silve, os quaes dinheiros tomarom da mesa do arcebispo, e outrossj duas mil e dez libras que tomarom da dicta messa pera os legados que vierom a Portugal, que perteenciam aa camara do papa ([151l]).

No dia 21 de Abril do ano 1375, o bispo D. Pedro Tenório e o cabido de Coimbra dirigiam-se-lhe como a primaz das Espanhas, ao comunicarem a licença concedida ao cónego Vasco Fernandes para permutar o cononicato e prebenda de Coimbra com Vicente Martins, abade de Telões, conforme consta da carta do próprio arcebispo, datada desde Santa Maria de Fregim, dia 2 de Junho de 1375 ([151m]). *O bispo de Coimbra, D. Pedro Tenório, reconhecia a autoridade do arcebispo ainda em 1376, pois Lourenço Pais,* vigayro geeral de... dom Lourenço... arcebispo da sancta see de Bragaa e primas das Spanhas, *proferia sentença, a 24 de Janeiro, em processo que lhe fora passado* per apellaçom dantre o honrrado padre e senhor dom Pedro, bispo de Coimbra ([151n]). *Existe, porém, carta de 20 de Fevereiro de*

([151l]) ADB, *Gaveta Sede vacante,* n. 5.

([151m]) «Sabham todos que na era de mil e quatroçentos e treze annos, viinte dias de Junho, na çidade de Coimbra, dentro na crasta da see da dicta cidade ... seendo hy os honrrados Affonso Stevez, chantre, coonigos e cabidoo da dicta see, juntos em cabidoo ... Vicente Martinz, abbade de Tolões, que presente estava, mostrou e per mim dicto tabelliom leer e publicar fez perante os dictos chantre e cabidoo hũa carta do honrrado padre e senhor dom Lourenço, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma arçebispo de Bragaa, scripta em pergaminho, aberta e seelada do seu verdadeiro seelo pendente ... da qual carta o theor de verbo a verbo tal he: *Dom Lourenço, pela graça de Deus arçebispo da sancta eigreia de Bragaa e primas das Espanhas ... sabede que a nos foii presentada hũa carta de dom Pedro, per essa meesma graça bispo de Coimbra, e do cabidoo dessa meesma,* da qual o theor tal he: Ao honrrado padre e senhor dom *Lourenço ... arçebispo de Bragaa e primas nas Spanhas, Pedro ... bispo de Coimbra* ... Sabede que nos ... damos e outorgamos leçença e consentimento ao dicto Vaasco Fernandez, que el possa permudar e permude a dicta sua coonesia e prebenda que ha na dicta nossa eigreia de Coimbra com Viçente Martinz, abbade de Tolloes ... Dante em Coimbra, viinte e hũu dias dabril. Era de mil e quatroçentos e treze annos ... A qual per nos vista, pareceu o dicto Vaasco Fernandez, coonigo prebendado da dicta eigreia ... Dante em a eigreia de Santa Maria de Freigim do nosso arcebispado, dous dias de Junho. Era de mil e quatroçentos e treze annos ...» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra,* 2.ª incorporação, maço 50, n. 1998).

([151n]) «Em nome de Deus. Amen. Sabham todos que preito e demanda per apelaçom e do principal negocio era na eigreia de Braga perante mim *Lourenço Paez, abbade de sancta Marta de Bornes do arcebispado de Bragaa, vigayro geeral do honrrado padre e senhor dom Lourenço, pella graça de Deus arcebispo da sancta see de Bragaa e primas das Spanhas, o qual hi veo per apellaçom dantre o honrrado padre e senhor dom Pedro, bispo de Coimbra,* antre o dicto senhor bispo, per Vaasque Anes, iconamo e deffensor dado per o dicto senhor bispo a este negotio e Rector outrossi que sse dizia da eigreia do burgo de sancta Coomba Doom, sobre que he a

1377, de D. Pedro Tenório, prelado de Coimbra, na qualidade de inquisitor et visitator in regnis Portugalie et Algarbii a sede apostolica specialiter deputatus, *a comunicar letras do papa Gregório XI, dirigidas a ele e ao chantre de Braga, D. Vasco Domingues, sobre este assunto da visita, que terminará por gerar profundo desentendimento entre eles e conduzir à suspensão do arcebispo* (1510).

---

contenda deste ffecto, per Gonçale Stevez de Bragaa, vogado, procurador do dicto senhor bispo, e o dicto Vaasque Anes per ssy e per Joham de Burgos, seu procurador, da hũa parte, e o dayam e cabidoo de Coimbra per Paay Martinz, coonigo de Bragaa, e Joham Lourenço ... do qual o teor tal he: Coram vobis venerabili ac discreto viro Laurentio Pellagii, reverendissimi patris domini ac domini Laurentii, Dei miseratione sancte Bracharensis ecclesie archiepiscopi et primatis, vicario generali, dico ac propono ... Da qual sentença eu Gonçale Stevez, em nome do dicto senhor bispo ... E eu lha mandei dar seelada do seello da corte de Bragaa. Dante em Bragaa, viinte e quatro dias de Janeiro. Era de mil e quatrocentos e quatorze annos ...» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 51, n. 2005).

(1510) «Petrus, Dei et apostolice sedis gratia episcopus Colimbriensis, inquisitor et visitator in regnis Portugalie et Algarbii a sede apostolica specialiter deputatus, universis et singulis christifidelibus presentes litteras inspecturis, salutem in vere salutis actore. Noveritis nos litteras santissimi in Christo patris et domini nostri domini Gregorii, divina providentia pape xi.mi, in pergameno corii scriptas, sua vera bulla plumbea cum cordula canapis dependenti, more solito Romane Curie bullatas, non rasas, non cancellatas, non abolitas nec in aliqua sui parte suspectas, sed omni prorsus vitio et suspicione carentes, cum ea qua decuit reverentia et honore recepisse sub hac forma:

Gregorius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili Petro, episcopo Colimbriensi, et dilecto filio Vaɪesco, cantori ecclesie Bracharensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Cum vobis visitationem prelatorum, etiam pontificali dignitate fulgentium, ac totius cleri et ecclesiasticorum personarum utriusque sexus necnon ecclesiarum cathedralium et monasteriorum, hospitalium et aliorum piorum locorum omnium secularium et regularium, exemptorum et non exemptorum, Cistercieñ, Cluniaceñ, Premonstrateñ, sanctorum Benedicti et Augustini necnon sancti Johannis Jerosolimitani et aliorum hospitalium quorumcumque ac militiarum sancti Jacobi, de Calatrava, de Alcantera, de Montesia, de Avis et Sancte Trinitatis ac redemptionis captivorum et aliorum ordinum quocumcumque, quorum nomina et loca haberi volumus presentibus pro expressa (!), Cartusieñ et Mendicantium ordinibus dumtaxat exceptis, in Bracharensi, Portugalensi, Colimbriensi, Ulixbonensi, Elborensi, Silvensi, Lamecensi, Visensi et Egitaniensi civitatibus et diocesibus ipsorumque prelatorum ac personarum circa concubinatus et aliorum excessuum correctionem ac ecclesiarum, monasteriorum, hospitalium et locorum huiusmodi reformationem tam in capitibus quam in membris per alias nostras litteras duxerimus comictendas et, sicut ac[c]epimus, in eisdem civitatibus et diocesibus per apostolice sedis legatos ac locorum ordinarios qui fuerunt pro tempore facta fuerunt diversa statuta et processus, excommunicationis, suspensionis et interdicti sententias continentes, quas nonnulli ex prelatis ac personis eisdem et etiam laici ipsarum civitatum et diocesum incurrisse noscuntur, Nos, ut ministerium visitationis, correctionis et reformationis huiusmodi eo efficacius exequi valeatis, quo maiore fueritis auctoritate muniti, vobis et cuilibet vestrum per vos vel alium seu alios absolvendi hac vice eosdem prelatos et personas utriusque sexus ecclesiasticas, regulares et seculares, earumdem civitatum et diocesum a predictis et quibuscumque aliis sententis et penis spiritualibus et temporalibus, per huiusmodi statuta et processus alios quorumcumque legatorum dicte sedis et ordinariorum predictorum aut vicariorum, officialium, locatenentium et delegatorum eorumdem seu aliorum auctoritate dicte sedis seu legationis aut ordinaria promulgatis et infli[c]tis, si ab eis humiliter petierint se absolvi, etiam si eorum absolutio sit Romano Pontifici specialiter reservata, si et prout discretioni vestre videbitur expedire, iuxta formam Ecclesie consuetam, iniuncta eis quos absolvendos duxeritis, prout ipsorum excessuum gravitas exegerit, penitentia salutari et quod similia de cetero non comictant nec comictentibus prestent auxilium, consilium vel favorem et aliis que de iure fierint iniungenda. Et nichilominus cum eisdem prelatis et personis ecclesiasticis super irregularitate, si quam sic ligati celebrando divina seu immiscendo se illis, non tamen in contemptum clavium, contraxerint, dispensandi plenam et liberam concedimus auctoritate presentium facultatem. Datum Avinione, vi Idus Junii pontificatus nostri anno sexto.

Post quarum quidem litterarum apostolicarum receptionem, quia circa dicte visitationis officii vacationem eramus et esse sperabamus taliter impediti quod ad plenum in toto ad executionem predictarum litterarum procedere non valeamus, igitur de fidelitate et circumspectionis industria venerabilium et religiosorum providorum et honestorum virorum fratris Egidii Martini, prioris, et fratris Dominici de Aaveyro, in sacra

D. Lourenço Vicente ainda se encontrava na diocese, pelo menos na primeira metade do ano de 1378, tendo-lhe sido apresentado pelo monarca D. Fernando, a 26 de Setembro de 1377, reitor para a igreja de S. Pedro de Numão, a 14 de Março de 1378, para a igreja de Santa

---

theologia bacalarii, in conventu fratrum Predicatorum, et fratris Johannis Stephani, gardiani, et fratris Laurentii de Macaneda, in conventu fratrum Minorum dicte civitatis Colimbriensis, plenarie confidentes, circa examinationem confessionum pec[c]atorum dictarum personarum ecclesiasticarum et executionem dictarum litterarum apostolicarum, suas conscientias onerando, eisdem et cuilibet ipsorum plenarie commisimus vices nostras, donec eas ad nos duceremus revocandas. Postea vero coram nobis comparuerunt personaliter venerabiles et discreti viri Martinus Laurentii, decanus, Gunsalvus Petri, archidiaconus de Penella, et Valascus Martini, archidiaconus de Sena, Gerardus Petri, Galhardus Amblardi, Gunsalvus Stephani, Martinus Dominici, Petrus Joannis, Martinus Fernandi, Alfonsus Martini, Raymundus Bertrandi et Johannes Alacri, canonici prebendati, Mathias Fernandi, Martinus Petri, Dominicus Martini et Petrus Alfonsi, medii canonici seu porcionarii, nostre cathedralis ecclesie Colimbriensis, Valascus Stephani, presbyter chori ecclesie predicte, et Dominicus Vincentii, rector parrochialis ecclesie de Cordinhaã nostre Colimbriensis diocesis, et quilibet eorum per se nobis humiliter ac devote supplicarunt quatinus ipsos et ipsorum quemlibet super predictis in prefatis litteris apostolicis contentis nobis comissis, de confessione pec[c]atorum suorum diligenter audire et eos et quemlibet eorum a predictis excommunicationis, suspensionis et interdicti et a quibuscumque aliis penis et sententiis absolvere et cum eis et quolibet eorum super irregularitate, si quam contraxerunt, iuxta mandatum apostolicum super hoc nobis specialiter comissum, misericorditer dispensare dignaremur. Nos vero, suis supplicationibus inclinati et ut premictitur in aliis negotiis impediti, dictos Martinum Laurentii, decanum, Gunsalvum Petri, Valascum Martini, archidiaconos, Gerardum Petri, Galhardum Amblardi, Gunsalvum Stephani, Martinum Dominici, Petrum Johannis, Martinum Fernandi, Alfonsum Martini, Raymundum Bertrandi, Johannem Alacri, canonicos, Mathiam Fernandi, Martinum Petri, Dominicum Martini, Petrum Alfonsi, porcionarios, Valascum Stephani, presbyterum, et Dominicum Vincentii, rectorem supradictos et quemlibet eorum per se ad supradictum fratrem Laurentium de Macaneda, confessorem et subdelegatum nostrum, circa premissa specialiter duximus audiendos et absolvendos iuxta comissionem per nos sibi factam, qui confessor de mandato nostro, prout nobis constitit per suam relationem de confessione pec[c]atorum suorum dictos Martinum Laurentii, decanum, Gunsalvum Petri et Valascum Martini, archidiaconos, Gerardum Petri, Galhardum Amblardi, Gunsalvum Stephani, Martinum Dominici, Petrum Johannis, Martinum Fernandi, Alfonsum Martini, Raymundum Bertrandi, Johannem Alacri, canonicos, Mathiam Fernandi, Martinum Petri, Dominicum Martini, Petrum Alfonsi, porcionarios, Valascum Stephani et Dominicum Vincentii supradictos et quemlibet ipsorum diligenter audivit et examinavit et recepta ab eis et quolibet eorum cautione iuramenti de parendo mandatis sancte matris Ecclesie de servando statuta, processus et mandata legatorum sedis apostolice ac ordinariorum et aliorum superiorum suorum, dictos decanum, archidiaconos, canonicos, porcionarios et omnes alios supranominatos et expressos, sic ut premictitur per eum diligenter de confessione pec[c]atorum suorum auditos et examinatos et ipsorum quemlibet per se a quibuscumque excommunicationis, suspensionis et interdicti et a quibuscumque aliis sententiis et penis spiritualibus et temporalibus per statuta et processus quoscumque alios quorumcumque legatorum sedis apostolice et ordinariorum aut vicariorum, officialium, locatenentium et delegatorum eorumdem seu aliorum auctoritate dicte sedis seu legationis aut ordinaria promulgatis et infli[c]tis, quas contigerit incurrisse, etiam si eorum absolutio sit Romano Pontifici reservata, prout discretioni sue visum fuerit expedire, iuxta formam Ecclesie consuetam auctoritate predicta per nos sibi subdelegata absolvit, iniuncta sibi, prout suorum excessuum gravitas exegit, penitentia salutari et quod similia de cetero non comictant nec comictentibus prestent auxilium, consilium vel favorem et aliis que de iure fuerunt iniungenda, quos etiam et quemlibet eorum per se nos auctoritate apostolica, nobis in hac parte per dictum dominum nostrum papam comissa, a predictis penis et sententiis absolvimus et ad sancte matris Ecclesie sacramenta et ad communionem omnium christifidelium restituimus ac absolutos et restitutos eos et quemlibet eorum vobis denuntiamus et declaramus ac deducimus et deduci volumus per presentes. Et nichilominus cum ipsis Martino Laurentii, decano, Gunsalvo Petri et Valasco Martini, archidiaconis, Gerardo Petri, Galhardo Amblardi, Gunsalvo Stephani, Martino Dominici, Petro Johannis, Martino Fernandi, Alfonso Martini, Raymundo Bertrandi, Johanne Alacri, canonicis, Mathia Fernandi, Martino Petri, Dominico Martini, Petro Alfonsi, porcionariis, Valasco Stephani et Dominico Vincentii supradictis et ipsorum quolibet super irregularitate, si quam sic ligati divina celebrando seu illis se immiscendo, non tamen in contemptum clavium, contraxerunt, vel quilibet eorum contraxit, predicta auctoritate dispensavimus et dispensamus per presentes. In quorum testimonium presentes litteras in formam publici

Maria de Ferreira e, a 10 de Abril de 1378, para a igreja de Santa Maria de Talhinhas (151p). *No sínodo de 4 de Maio de 1377, no qual foi lida carta de el-rei D. Fernando sobre o envio do meirinho Lopo Gomes de Lira, a pedir contributo para satisfazer à quantia prometida ao rei da Sicília, para o casamento deste, a contrair com Dona Maria, irmã do monarca português e viúva do Infante D. Fernando, marquês de Tortosa, para cujas negociações D. Fernando tinha enviado, pouco tempo antes, mensageiros à Sicília, estava presente o arcebispo* (152).

---

instrumenti per tabellionem seu notarium publicum infrascriptum fieri mandavimus nostrique pontificalis sigilli, quo in talibus utimur, fecimus munimine roborari. Datum et actum Colimbrie, in hospitio habitationis nostre, vicesima die mensis februarii de anno nativitatis Domini millesimo trecentesimo septuagesimo septimo, sub era millesima quadringentesima quintadecima, presentibus discretis viris Egidio Stephani Doutiz, scutifero, vassallo domini regis, pretore castri Vimaranensis, Fernando Gunsalvi de Lausana, Martino Stephani, porcionario ecclesie sancti Christofori Colimbriensis, Laurentio Martini, portario dicti domini episcopi, et Alvaro Fernandi, portario capituli Colimbriensis, testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Petrus episcopus Colimbriensis. Et ego Johannes Alfonsi, publicus auctoritate regia in dicta civitate Colimbriensi tabellio seu notarius, predictis relationi, absolutioni et dispensationi premissisque omnibus aliis et singulis supradictis, dum ut premictitur agerentur et fierent, una cum dictis testibus presens fui et de mandato supradicti domini Colimbriensis episcopi, inquisitoris et visitatoris prefati, has presentes dicte sue absolutionis et dispensationis litteras propria manu scripsi et in hanc publicam formam reddegi signoque meo consueto signavi, mandatus et requisitus, in testimonium premissorum. Sancta Maria, intercede pro me. Constat michi de interlinea per me superius facta super trecesima sexta linea a principio computanda, ubi scribitur auctoritate, quia non fit vitio, sed errore, et etiam de Rasura facta in tertia linea post dictam interlineam, ubi legitur quos etiam et quemlibet» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 94, n. 4560, original, com selo pendente de cera).

(151p) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 4, fls. 18, 18v, 28v.

(152) ADB, *Gaveta dos Quindénios*, n. 33: «Sabham todos que no anno da era de mill quatroçentos e quinze annos, quatro dias do mes de Mayo, na çidade de Bragaa, no paaço grande das moeadas do arçebispo dessa meesma, presente mim Vaasco Martinz, taballiom jeeral por nosso senhor el Rei na correiçom dAntre Douro e Minho, e as testemunhas adeante scriptas, sseendo o honrrado padre e senhor dom Lourenço pella graça de Deus e da santa eigreia de Roma arcebispo do dicto logo de Bragaa no dicto paaço em signado e os honrrados dom Stevom Perez, deam, e cabidoo da dicta çidade e os rreligiosos dom Martim Giraldez, abbade do moesteiro de Poombeiro, e dom abbade de Reffoios e dom Martim Perez, abbade de Tibhaaes, e dom abbade dAdauffe, dom abbade de Sandi, dom Affomso Fernandez, abbade de Loomar, da ordem de Sam Beento do dicto arçebispado, e os honrrados dom Gil Perez, arçediago do Couto, Nicolaao Martinz, arcediagoo de Vermoy, Rodrigalvarez, arçediagoo de Nevha, na egreia de Bragaa, e a moor parte dos abbades, priores, rectores e clerezia do dicto arçebispado, chamados e juntos ao dicto signado, pareceu Lopo Gomez de Mira, meirinho moor por o dicto senhor Rei na dicta correiçom dAntre Doiro e Minho, e mostrou e per mim taballiom leer ffez hũa carta de creença do dicto senhor Rei, scripta em papel e seelada do sseu camaffeu e assignaada do sseu nome segundo pareçia, da qual o theor tal he: Dom Fernando, pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve. A vos abbades, priores e rectores e capellaes e beneffeçiados perpetuus da clerezia do arçebispado de Bragaa, saude; sabede que nos mandamos alo a vos Lopo Gomez de Lira, nosso vassalo e meirinho moor em essa comarca, pera ffalar comvosco algũas cousas que entendemos por nosso serviço. Porem vos rrogamos e mandamos que o creades de todo aquello que vos da nossa parte disser e o ponhades logo em obra. E çertos seede que ffaredes em ello cousa que vos muito gradeceremos e por que vos faremos muitas merçees a todos e cada hũu de vos. Dante em Tentugal, sete dias dabril. El Rei o mandou. Affonso Perez a ffez. Era de mill e quatroçentos e quinze anos. El Rei. A qual mostrada e per mim taballiom leuda como dicto he, o dicto Lopo Gomez disse aos sobredictos que o dicto senhor Rei lhis enviava per el dizer que bem sabiam como lhi rrecreçerom grandes custas, trabalhos e despesas nas guerras que ataaqui rrecreçerom nos seus rreinos e em outros muitos negoçios e mesteres, em que sse despenderom a moor parte dos seus thesouros, e como as suas rrendas mingoaram muito do que ssoiam avaler e as care[n]zas dos mantimentos fforom e eram ata ora mui grandes nos dictos seus rreinos e como o dicto senhor Rei, oolhando a gram careza do pam que era no sseu senhorio, quitara as dizimas de todo o pam que de ffora parte veesse ao sseu senhorio e por a dicta rrazom muitos mercadores do sseu ssenhorio e de ffora parte leixarom atrager ao sseu ssenhorio panos e outras muitas mercadorias, de que o dicto senhor ouvera mui grandes algas de dizimas, e trouverom pam, de que o

Estava, no dia 15 de Maio de 1377, em Coimbra, nas casas do cavaleiro Álvaro Fernandes, como hóspede, quando lhe foram lidas certas letras executoriais, provenientes do cardeal-presbítero de Santa Anastásia, sobre determinações do papa Gregório XI quanto ao contributo a pagar pelos bispos portugueses, devido pela legacia na Península do falecido cardeal Guido, bispo Portuense. O arcebispo D. Lourenço, que tinha já o cavalo preparado para montar, na viagem que empreendia ao palácio de el-rei, deu então como resposta não estar obri-

---

dicto ssenhor nom ouve dizima, per tal guisa que ouve del avondamento no sseu ssenhorio e veeo aa valer muito me[n]os do que ante valia por a dicta dizima que el quitara e que por esto ouvera mui pouca rrenda speçialment na çidade de Lixboa, em que he a moor parte das suas rrendas. E que outrossi em as dictas guerras que durarom gram tempo nem em nenhũus outros mesteres e negoçios que lhi rrecreçerom, des que el começara a rreinar, nunca ffezera nenhũa pedida nem pedira nenhũu serviço aa dicta clerezia, e que ora pouco tempo avia mandara seus messeieiros a el Rei de Cezilia tractar casamento com Dona Maria ssua irmãa, molher que ffoi do Iffante marques, e que os dictos meseieiros aviiam ffirmado o dicto casamento e que o dicto senhor Rei de Portugal prometera em casamento ao dicto Rei de Çezilia com a dicta sua irmãa çem vezes mill ffloriins e que lhos avia denviar e pagar ataa dia de Pascoa de Resurreiçom primero que vem. E disse o dicto meirinho que o dicto ssenhor Rei nom podia ffazer a dicta paga da dicta quantiia sem ajuda dos ssobredictos e dos outros do sseu ssenhorio, por os negoçios, mesteres, carregos e cousas sobredictas que lhi rrecreçeram, como ia dicto aviia e que porem lhis enviava rrogar e pedir come a boos naturaaes que lhi ffezessem algũu serviço pera ajuda de pagar o dicto casamento pera a dicta sua irmãa e que o dicto ssenhor Rei lhis ffaria por ello a todos e a cada hũu muitas merçees, quando lhas demandassem, ssegundo todo esto melhor e maiis conpridamente ffoi dicto e rrazoado pello dicto meirinho. E dicta assii a dicta creença aos ssobredictos da parte dos dictos deam, cabidoo, abbades, priores, rrectores e clerezia, ffoi dicto ao dicto meirinho que tevesse por bem de sse partir do dicto paaço, hu elles assii siam e que sse ffalariam e lhi dariam rrecado qual entendessem. E o dicto meirinho sse ssaiu entom do dicto paaço e logo acabo de pouco spaço os sobredictos mandarom chamar o dicto Lopo Gomez, o qual logo chegou ao dicto paaço hu os ssobredictos deam, cabidoo e clerizia ssobredictos siiam. E da parte delles foii dicto que como quer que eles estevessem mui dapnefficados de ssuas rrendas por as conpanhas que de ffora do rreino lhis fezerom muitos dapnos nas guerras e stavam ora mui pobres por muitos encarregos que diziam que lhis rrecreçerom e rrecreçiam taaes e tantos que nom podiam ssoportar, pero por que eram e som naturaaes do dicto ssenhor Rei de Portugal e do sseu ssenhorio, era mui gram rrazom de lhi ffazerem serviço, espeçialmente pera tal negoçio como este, que porem lhe prometiam e fficavam a dar e pagar em sserviço pera o dicto casamento da dicta ssua irmãa triinta mill libras da moeda de Portugal, que ora corre, em estes tres annos, primero sseguintes, convem a ssaber dez mil libras por dia de Pascoa de Resureiçom primero que vem, que seera na era de mill quatroçentos e dez e sseiis annos, e as outras dez mill libras por o outro dia de Pascoa de Resureiçom, primero sseguinte, que ssera na era de mill quatroçentos e dez e ssete annos, e as outras dez mill daquel dia de Pascoa a hũu anno por o dicto dia de Pascoa de Resureiçom, que ssera na era de mill quatroçentos e dez e oiito annos, assi que sseiam as dictas trinta mill libras pagadas nos dictos tres annos nas dictas tres Pascoas. E aconteçendo que nosso ssenhor o papa outorgue ao dicto ssenhor Rei de Portugal algũas dizimas dos dictos deam, cabidoo e clerezia ao adeante ou sseiam ia ora outorgadas, que o dicto ssenhor Rei as nom demande nem leve dos dictos deam, cabidoo e clerezia nos dictos tres annos, em que assii ha de rreçeber as dictas trinta mill libras, nem sseiam a dicta clerezia e cabidoo theudos a lhas dar nem pagar nos dictos tres annos e que o dicto ssenhor Rei as aia despois nos annos sseguintes, sse lhi som ou fforem outorgadas pello dicto ssenhor papa e que cada huũs moesteiros, eigreias e beneffiçios paguem no dicto sserviço cada huũs ssegundo som taxados na dizima antiiga e sseia cada hũu beneffiçio theudo de pagar a ssua parte, tam bem exentos come nom exentos, e que o dicto ssenhor Rei mande tirar os dictos dinheiros aas ssuas custas e os ffaça rreçeber na dicta çidade de Bragaa ou em Guimaraães, hu ssua merçee for, e lhis mande delles dar suas quitações ssingularmente ou jeeralmente pellos livros da taxa que lhi a clerezia der, e sse o dicto ssenhor Rei rreçeber nos dous annos primero sseguintes mais que as viinte mill libras, que em elles ha daver, que o que mais rreçeber desconte em ssii da paga do anno terçeiro, assii que nom leve mais da dicta clerezia, deam e cabidoo que as dictas trinta mill libras per todas pagas e per esta guisa e condiçom lhi prometerom e fficaram a dar e pagar as dictas trinta mill libras em sserviço, como ssuso dicto he. Das quaes cousas o dicto Lopo Gomez, meirinho, em nome do dicto ssenhor Rei e pera el pediu a mim taballiom hũu stormento ou maiis e Rodrigalvarez, arçediago de Nevha e coonigo na eigreia de Bragaa, come procurador que sse dizia dos dictos deam e cabidoo, e dom abbade de Poombeiro

gado a tal contributo, porque, nessa época, não era arcebispo. Estava presente ao acto o vigário geral do arcebispo, Paio Nicolau ([153]), *o qual deixará de exercer tal ofício, em breve, pela suspensão cominada por visitadores da diocese contra D. Lourenço Vicente, substituído por administradores designados por aqueles, em nome da Santa Sé. Assim, conforme documento de 5 de Abril*

---

e dom abbade de Tibhaães e outros muitos abbades, priores e rrectores, senhos ou mais, os que lhis conprissem; ffecto ffoi esto nos ssobredictos logo, dia, mes e era. Testemunhas que presentes fforom: Pere Anes, ouvidor do dicto meirinho, Vaasco Gil, coonigo e abbade da eigreia de Couçieiro, Lourenço Paaez, vigairo de Bragaa, Fernam Vaasquez, abbade de Tresmiras, Vaasco Martinz, coonigo de Guimaraães, e outros e eu Vaasco Martinz, taballiom sobredicto, que aas dictas cousas ffui presente e a rrogo do dicto Rodrigalvarez e per outorgamento dos ssobredictos deam, cabidoo e clerezia este stormento e outro tal pera os dictos deam e cabidoo screvi, nos quaes meu signal ffiz, em testemunho de verdade, que tal he [*lugar do sinal*]».

([158]) ADB, *Gaveta dos Quindénios e dízimas*, n. 32: «In nomine Domini. Amen. Noverint universi quod anno a nativitate eiusdem millesimo trecentesimo septuagesimo septimo, sub era millesima quadringentesima quintadecima, videlicet decima quinta die mensis Maii, Colimbrie, ante domos habitationis quondam Alvari Fernandi de Carvalho, militis, ubi ad presens hospitabatur reverendus in Christo pater et dominus, dominus Laurentius, Dei et apostolice sedis gratia archiepiscopus Bracharensis, in presentia eiusdem domini archiepiscopi, ibidem circa palatia sua existentis, personaliter constitutus Petrus Garsie Cordubensis, familiaris reverendi in Christo patris et domini domini Petri, olim Colimbriensis, nunc electi confirmati ecclesie Toletane, presentavit ac per me tabellionem seu notarium publicum infrascriptum adhibitum et presentem una cum testibus infrascriptis legi et etiam publicari fecit quasdam litteras reverendissimi in Christo patris et domini domini Petri miseratione divina tituli sancte Anastasie presbyteri cardinalis, sacrosancte Romane Ecclesie vicecancellarii, in pergameno manu et signo Thome de Brancis, clerici Trecensis diocesis, apostolica auctoritate publici notarii ipsiusque domini cardinalis notarii et scribe, subscriptas et signatas, sanas et integras omnique vitio et suspicione carentes, ut in eis legebatur et prima facie apparebat, dictique domini cardinalis sigilli in cera rubea posita seu fixa in cera alba in cordula rubea dependentis munimine roboratas, quarum tenor sequitur in hec verba: Petrus, miseratione divina tituli sancte Anastasie presbyter cardinalis, sacrosancte Romane Ecclesie vicecancellarius, venerabilibus in Christo patribus dominis Dei gratia archiepiscopo Bracharensi ac omnibus et singulis episcopis in regno Portugalie constitutis vel eorum vicariis et officialibus, vacantibus vero predictarum vel alterius earum sedibus, venerabilibus viris Bracharensis et aliarum cathedralium provincie Bracharensis ecclesiarum capitulis, canonicis et personis earumdem vel alterius earum ac aliis universis et singulis, quos presens tangit negotium vel tangere poterit quomodolibet in futurum, ad quos presentes pervenerint. Salutem in Domino et mandatis nostris, ymo verius apostolicis firmiter obedire. Dudum sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Gregorius, divina providentia papa xi.mus, bone memorie dominum Guidonem, Portuensem et sancte Rufine episcopum, apostolice sedis legatum ad Castelle et Legionis, Aragonum, Portugalie et Navarre regna pro magnis et arduis negotiis cum plene legationis officio destinans, suas eidem concessit apostolicas litteras, in hac forma: Gregorius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis, episcopis, dilectis filiis electis, abbatibus, prioribus, decanis, prepositis, archidiaconis, archipresbyteris, plebanis, rectoribus et aliis ecclesiarum et monasteriorum prelatis ipsorumque vices gerentibus, capitulis quoque et conventibus ecclesiarum et monasteriorum ceterisque personis ecclesiasticis secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, Cisterciensis, Cluniacensis, Premonstratensis, Camaldulensis, sanctorum Benedicti et Augustini et aliorum ordinum et domorum Hospitalis sancti Johannis Jheresolomitañ, sancte Marie Theutonicorum et Humiliatorum, sancte Marie de Montesia, sancti Johannis Clatravensis et de Alcantara magistris, prioribus et preceptoribus per Castelle et Legionis, Aragonum, Portugalie et Navarre regna constitutis. Salutem et apostolicam benedictionem. Cum venerabilem fratrem nostrum Guidonem, episcopum Portuensem, apostolice sedis legatum ad Castelle et Legionis, Aragonum, Portugalie et Navarre regna pro bona concordia inter carissimos in Christo filios nostros Petrum Aragonum, Henricum Castelle et Legionis, Fernandum Portugalie et Carolum Navarre reges illustres, dante Domino, procuranda specialiter destinemus et non deceret quod idem legatus pro tanto bono propriis stipendiis debeat laborare, eidem legato pro suis expensis necessariis pro singulis diebus, postquam idem legatus Romanam Curiam, causa accedendi ad partes illas, egressus fuerit, donec ad dictam reddeat Curiam, per vos solvendos, prout inferius continetur, duximus ordinandum. Quocirca universitatem vestram rogamus et ortamur attente, vobis nichilominus per apostolica scripta mandantes quatinus eumdem legatum ob reverentiam apostolice sedis et nostram benigne recipientes et honeste pertractantes, predicto legato quam primum predictam Curiam egressus fuerit, donec ad eamdem redierit, ut prefertur, diebus singulis vos de Cas-

de 1378, depois de correr preito e demanda *na igreja de Braga*, perante Paay Nicollaao, abbade da igreia de sancta Maria dOuteiro do arcebispado de Bragaa e vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Lourenço, pela graça de Deus arcebispo da sancta egreia de Bragaa e primas, *pendia ainda tal litígio* perante Nicollaao Martins, arcediago de Vermuy, ministrador no espritual e temporal na igreia e arcebispado de Bragaa per autoridade da igreja de Roma per sospensom fecta ao dicto dom Lourenço, arcebispo dessa meesma, antre os honrrados barões dayam e cabiido da dicta egreia de Bragaa, per Joham de Burgos, procurador na audiançia do dicto logo e seu procurador da hũa

---

telle et Legionis in viginti quatuor et vos de Aragonum in aliis viginti quatuor ac vos de Portugalie in septem necnon vos prefati et alie persone ecclesiastice de Navarre regnis predictis in quinque florenis auri de camera liberaliter providere curetis, mandatum nostrum huiusmodi sic efficaciter adimplendo quod devotionem vestram exinde commendari merito valeamus, alioquin sententiam, quam idem legatus per se vel alium rite tulerit in rebelles, super quo et aliis premissis plenam sibi auctoritate apostolica tenore presentium, concedimus potestatem, ratam habebimus [...] us, actore Domino, usque ad satisfactionem condignam inviolabiliter observari ... Datum Avinione, iii Nonas Maii, pontificatus nostri anno secundo. Cum itaque, sicut nuper pro parte executorum testamenti seu ultime voluntatis [quon]dam domini legati prefato domino nostro extitit expositum quod dictus quondam dominus legatus de Romana Curia pro negotiorum predictorum ab eadem sibi sede commissorum executione anno nativitatis Domini millesimo trecentesimo septuagesimo secundo, die decima septima mensis Maii pontificatus eiusdem domini nostri anno secundo recesserit, ad premissas partes proficiscens ac in eisdem partibus circa negotia huiusmodi vacando et laudabiliter et virtuose super illis insistendo et operando usque ad vicesimam septimam diem mensis Novembris anni eiusdem Domini millesimi trecentesimi septuagesimi tertii immediate sequentis, qua die, sicut Domino placuit, in loco de Casp Cesaraugustane diocesis debitum nature persolvit, continue insteterit, pro quo quidem toto tempore muneris quingentorum et sexaginta dierum continent. per vos et alios prelatos capitula [*doc. desfeito*] seculares et regulares, exemptos et non exemptos, totius regni Portugalie tria millia nongenti et viginti floren. auri boni et legitimi ponderis cruni camere memorate [*docum. roto*] pro die qualibet per dictum dominum papam sibi, ut in litteris apostolicis supradictis cavetur, concessorum, debebantur, de quibus soluti fuerunt diversis vicibus [*docum. roto*] regni Portugalie nomine in diversis monetis auri et argenti, que avaliate seu reducte ad extimationem flor. auri de camera [*docum. roto*] et sic quia tam vos quam prelati alii, capitula, conventus, clerus et persone ecclesiastice seculares et regulares, exempti et non exempti, regni [*docum. roto*] hactenus existitis, restarunt et restant ad solvendum de totali summa predicta mille octingenti nonaginta tres flor. cum quarto [*docum. roto*] per Sanctitatem ipsius ad opus executionis predicte de opportuno remedio provideri. Qui quidem dominus noster supplicationi huiusmodi tamquam iuste favo [*docum. roto*] clerum et personas ecclesiasticas supradictas ad solutionem dicte summe restantis ut predicitur executoribus predictis vel deputato seu deputatis ab eisdem [*docum. roto*] opportuna re [*docum. roto*] compellendi necnon alias iuxta formam suprascriptarum litterarum apostolicarum procedendi et faciendi quecumque ad hec necessaria et opportuna fuerint, invocato ad [*docum. roto*] et liberam potestatem concessit oraculo vive vocis. Quocirca vos dominos archiepiscopum Bracharensem et episcopos, vicarios et officiales et alios supradictos ad dictorum executorum instantiam prefata [*docum. roto*] reliquos [*docum. roto*] et monemus, vobis nichilominus et vestrum singulis in virtute sancte obedientie et sub infrascriptis penis districte precipiendo mandantes quatinus infra sexaginta dierum, viginti pro primo, viginti pro secundo et monitione canonica vobis et vestrum singulis prefigimus et etiam assignamus partem [de] summa de dicta quantitate mille octingentorum nonaginta trium florenorum cum quarto unius auri et ponderis ut supra ad hunc debita [*docum. roto*] et episcoporum predictorum pro rata iuxta distributionis modum alias in [*docum. roto*] vos rationabiliter ordinand. tangentem, videlicet quilibet pro se et prelatis aliis, capitulis, conventibus, clero et personis [*docum. roto*] et non exemptis suarum civitatum et diocesum venerabili in Christo [*docum. roto*] episcopo [*docum. roto*] procuratori dictorum [episcoporum] ad hoc episcopis specialiter et sufficienter constituto cum plena potestate [*docum. roto*] libus de hiis que receperit ab eisdem vel deputatis ab ipso [*docum. roto*] cationis predicte in civitate Colimbriensi realiter et effectualiter vestris expensis et periculo persolvatis et etiam assignetis vel [*docum. roto*] ad premissa minime teneamini allegetis, ad quam allegandam [*docum. roto*] vobis et vestrum singulis, tenore presentium, peremptorie duximus statuendum, alioquin si monitionibus et mandatis nostris [*docum. roto*] cum effectu vel infra predictum terminum causam rationabilem quare ad premissa minime teneamini non allegaveritis, in vos vicarios et officiales, qui super hoc fueritis requisiti, trina et canonica monitione premissa, [*docum. roto*] in hiis scriptis,

parte e Joham Lourenço, procurador na dicta audiencia e procurador de Gonçalo Dominguez e ssa molher, moradores em Gimaraaes, reeos da outra, por rrazom de dereitos de herdades, que lhes os ditos dayam e cabidoo demandavam (154).

Noutro documento de 27 de Agosto de 1378, o dito Nicolaao Martinz, arcediagoo de Vermui, ministrador no temporal e spritual na egreia e arçebispado de Bragaa per sospenssom fecta a dom Lourenço, arcebispo dessa meesma, da dita aministraçom per autoridade da santa egreia de Roma, *fazia saber* que preito e demanda era e sperava de sseer antre os reçebedores e procuradores do dicto arçebispado per Gil Lourenço, seu sostabeleçudo, e os honrrados dayam e cabidoo de Bragaa per Joham de Burgos, seu procurador, da hũa parte, e Domingos Martinz Çebolinho e sa molher Maria Tendeira, moradores

---

vobis vero dominis archiepiscopo Bracharensi et episcopis, quibus ob reverentiam pontificalis dignitatis deferre volumus, in hac parte, si mandatorum huiusmodi, quod non credimus, fueritis contemp[tores *docum. roto*] cum effectu ex nunc [*docum. roto*] canonica monitione premissa, ingressum ecclesie interdicimus, quod interdictum, si forsan per viginti dies, dictum terminum immediate sequentes, animo, quod absit, sustinueritis, indurato, in vos ex nunc, prout ex tunc, simili canonica monitione premissa, quia crescente [*docum. roto*] omnium et singulorum, qui prefatas nostras sententias vel earum aliquam incurrerint, nobis vel domino nostro predicto tantummodo reservantes ... Datum et actum Avinione, in domo habitationis nostre. Anno a nativitate Domini millesimo tricentesimo septuagesimo sexto, indictione quartadecima, die decima septima mensis Januarii, pontificatus [*docum. roto*] pape predicti anno sexto, presentibus discretis viris magistro Nicholao Martini, litterarum apostolicarum abreviatore, Lupo Alfonsi, canonico Zamorensi, et Johanne Fernandi de Fuentes, sacrista ecclesie Tirasonensis, testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis [*docum. roto*]. Tomas de Brancis, clericus Trecensis diocesis, publicus apostolica auctoritate notarius dictique reverendissimi in Christo patris et domini domini Petri cardinalis commissarii notarius et scriba, premissis omnibus, dum sic ut premittitur per eundem [dominum] cardinalem commissarium et coram eo agerentur et fierent, una cum prenominatis testibus presens interfui eaque per alium scripta publicavi et signo meo solito signavi una cum ipsius domini cardinalis appensione sigilli requisitus in testimonium omnium premissorum. Quibus quidem litteris sic ut predicitur per me notarium publicum infrascriptum inceptis legi et publicari coram dicto domino archiepiscopo Bracharensi, ipse dominus archiepiscopus, cum esset paratus ad equitandum, habendo bestiam paratam, et voluisset ire ad palacium regis, ad se expediendum, interrogavit me notarium infrascriptum super quo erant predicte littere et tunc ego sibi dixi et declaravi quod dicte littere erant quorumdam processuum habitorum per supradictum dominum cardinalem vicecancellarium super quadam florenorum summa restante de stipendiis dicti domini quondam Guidonis episcopi Portuensis, legati apostolici, in quibus sibi tenebantur omnes prelati et persone ecclesiastice totius regni Portugalie, quos florenos idem vicecancellarius de mandato domini nostri pape percipiebat, solvi procuratori executorum testamenti et ultime voluntatis dicti quondam domini legati et tunc dictus dominus archiepiscopus dixit quod tempore illo non erat archiepiscopus et quod ideo non tenebatur ad dictam solutionem et quod sibi placebat ut solverent dictam summam illi qui eam solvere tenebantur et petiit copiam predictarum litterarum suprascriptarum, ad se de predictis informandum et plenariam informationem habendum. De quibus omnibus et singulis idem dominus archiepiscopus et dominus Petrus Garsie singula seu plura publica petierunt sibi fieri instrumenta. Actum fuit Colimbrie, loco, die, mense, anno, era, prout superius continetur. Presentibus venerabilibus et discretis viris dominis Fernando Valasci, abbate ecclesie de Trasmiris, Vincentio Martini, abbate ecclesie de Toloes, Bracharensis diocesis, et Pelagio Nicolay, vicario generali supradicti domini archiepiscopi Bracharensis, testibus ad premissa presentibus et existentibus. Et ego Johannes Alfonsi, Colimbriensis, publicus auctoritate serenissimi principis et domini domini nostri Fernandi, Dei gratia Portugalie et Algarbii regis illustris, in universo dominio suo generalis tabellio seu notarius, premissis omnibus et singulis suprascriptis, dum ut premittitur agerentur et fierent, una cum dictis testibus presens fui et ad instantiam supradicti domini archiepiscopi Bracharensis hoc presens publicum instrumentum cum tenore supradictarum litterarum dicti domini cardinalis propria manu scripsi et in hanc publicam formam reddegi signoque meo consueto signavi requisitus, in testimonium premissorum, et hic addidi que superius omiseram, non vitio, sed errore, in tricesima sexta linea, a principio computanda, circa finem ipsius, ad hoc signum ⊠ spatium a die insignationis seu notificationis presentium vobis facte computandum quorum dierum».

(154) ADB, *Gaveta 1.ª das propriedades do Cabido*, n. 284.

em Ponte de Limha, per Joham Lourenço, procurador na audiançia de Bragaa, sostituto per Gil Dominguez, seu procurador, da outra, per razom da herdade de Fençerval, que he na ffreiguesia de Domez, e de dereitos que lhes demandavam (155).

A *9 de Novembro do mesmo ano de 1378*, Nicolaao Martinz, arcediagoo de Vermui, ministrador na egreia de Bragaa per sospenssom fecta a dom Lourenço, arçebispo dessa meesma, da dicta aministraçom per autoridade da santa egreia de Roma, *nomeava* Paai Martins, coonigo de Bragaa, juiz comissayro nos fectos dos honrrados deam e cabidoo desse logo, *o qual, em virtude dos poderes delegados, pronunciou sentença na demanda entre o deão de Braga e João Domingues, abade da igreja de S. João de Vila Boa* dapre de Barcelos, *sobre os direitos pertencentes a esta igreja, a 31 de Janeiro de 1379* (156). *Gil Peres*, arcediago do Couto, coonigo na egreia de Bragaa, juiz nos fectos dos honrrados deam e cabidoo desse logo, per comissom, *que lhe foi dada a 8 de Dezembro de 1378 por* Nicolaao Martins, arcediagoo de Vermui, e Affonsso Martins, meestre scola na egreia de Bragaa, bacharel em degredos, ministradores na dicta egreia per sospenssom fecta a dom Lourenço, arcebispo dessa meesma, da dicta aministraçom per autoridade da santa egreia de Roma, *proferia sentença, a 26 de Janeiro de 1379, na demanda entre o cabido, representado por Rodrigo Álvares, arcediago de Neiva, e alguns leigos da diocese* (157). *A 4 de Fevereiro de 1379, ainda* Nicolaao Martinz, arcediagoo de Vermui, ministrador na egreia e arcebispado de Bragaa no temporal e espritoal per autoridade da eigreia de Roma, *passava sentença em processo entre o cabido de Coimbra, que correu em Braga* (157a). *Igualmente proferia sentença, no dia*

---

(155) ADB, *Gaveta 1.ª das propriedades do Cabido*, n. 285.

(156) ADB, *Gaveta 1.ª das igrejas*, n. 231.

(157) ADB, *Gaveta* 1.ª *das propriedades do Cabido*, n. 287.

(157a) «*Nicolaao Martinz, arcediagoo de Vermui, ministrador na egreia e arcebispado de Bragaa no temporal e espritoal per autoridade da eigreia de Roma.* A quantos esta carta de sentença virem faço saber que eu a rrequerimento e pedimento do cabidoo de Coimbra per Paai Martinz, coonigo desse logo e sseu procurador, fiz viir perante mim hũu processo que veeo per apelaçom da igreia de Coimbra aa dicta igreia de Braga, antre esse cabidoo, autor da hũa parte, e o priol e cabidoo da igreia de sancta Justa dessa cidade de Coimbra da outra, per rrazom das dizimas dos ffructos que Rodrigue Stevez e Pero Dominguez, ffreigueses dessa egreia de sancta Justa, colherom o anno da Era de mil e quatroçentos e onze annos, que lhes era demandado da parte do procurador do dicto cabidoo de Coimbra ... per appelaçom aa dicta igreia de Bragaa, de que o teor tal he: Em nome de Deus amen. Sabham quantos este proceso virem como feria seista, convem a ssaber dez e seis dias do mes de setembro da era de mil e quatroçentos e onze anos, na cidade de Coimbra, dentro na casa da clasta da see ... o honrrado barom e sages Giral Perez, coonigo da dicta see, bachaler em degredos e vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Pedro, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo dessa meesma ... Sobre a qual apelaçom presentes partes ... *perante os vigairos na dicta eigreia de Bragaa a ssee vagante* e depois perante Paai Nicolaao, vigairo do *honrrado padre e senhor dom Lourenço, pella graça de Deus arçebispo na dicta eigreia de Bragaa* ... foi dado libello appelatorio em escripto contra o dicto cabidoo, do qual o teor tal he: Domine vicarie, in causa huius appelationis interposite pro parte prioris et collegii sancte Juste Colimbriensis ... Contra o qual libello da parte do dicto cabidoo per o dicto seu procurador fforom dadas hũas razooes, que taaes som: Com protestaçom de nom consentir o cabidoo de Coimbra em vos senhores vigairos na egreia de Bragaa ... A qual sentença ffoy dada dez e sete dias do mes de Mayo, era de mil e quatroçentos e doze annos, o dicto priol opos por agravamento e da parte do dicto cabidoo per o dicto seu procurador foi pedida hũa sentença, segundo mais compridamente he contheudo no dicto proceso da dicta appellaçom, ordhenado na dicta egreia de Bragaa. E pediome o sobredicto procurador do dicto cabidoo ... E eu sobredicto ministrador, visto e examinado o dicto proceso e a sentença ssobre ello dada, escripto e ordinhado per o dicto Gonçalo sobrinho, escripvam, e como pareçeu perante mim ssem nenhũa sospeita ... mandei per o dicto Diego Gonçallvez scripvam seer dada esta sentença ao dicto cabidoo de Coimbra. A qual ffoi tirada do dicto proceso e dei e dou a elo mha autoridade que valha e faça ffe nos logares hu parecer soescripta per mha maão e seellaada do seello da corte de Bragaa. Dante em Bragaa, quatro dias do mes de Fevereiro. Era de mil e qua

22 de Março de 1379, em causa entre as religiosas de Santa Clara de Coimbra e os Dominicanos da mesma cidade o nosso Nicolau Martinz, arcediagoo de Vermui, menistrador no spiritual e temporal na egreia e arcebispado de Bragaa per suspensom fecta a dom Lourenço, Arcebispo dessa mesma, per autoridade da Egreia de Roma ([157b]).

Em Agosto de 1380, aparecem os vigários do arcebispo D. Lourenço Vicente, a exercer poderes de administração da diocese, em seu nome, sinal de que lhe tinha sido restituída a administração da diocese. No dia 12 de Agosto de 1380, proferia sentença Gomez Fernandez, coonigo de Visseu e vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Lourenço, arçebispo desa meesma, *na contenda* antre os honrrados dayam e cabidoo desa egreia, per Rodrigo Alvarez, arcediago de Nevha, seu procurador, autor dhũa parte, e Airas Gomez da Silva, cavaleiro, e sua molher dona Orraca, rreos, per Vaasco Perez Furtado, cidadãao de Bragaa, seu procurador da outra, per rrazom de dez moradis velhos de dinheiros que o dicto arcediagoo em nome do dicto cabido dizia que esses dayam e cabidoo aviam daver en cada hũu anno, por primeiro dia de Setembro, por aniversario de dona Costança Gil, per a quintãa dAtaaes, terra de Basto, cuia diziam que a dicta quintaa fora. *Estavam presentes* Affonso Martinz, mestrescola, Gil Perez, arcediagoo do Couto, Rodrigo Alvarez, arcediagoo de Nevha, e outros coonigos da dicta egreia de Bragaa e fazendo cabidoo segundo seu custume ([158]).

O arcebispo estava já em Portugal, em terras do seu arcebispado, talvez em Julho, com certeza no mês de Agosto de 1379, após o regresso de Roma. El-rei D. Fernando dava ordens, também neste mês, para se executarem as bulas de Urbano VI, a mandar restituir a administração do arcebispado a D. Lourenço. Isso consta dos documentos acima referidos e com mais pormenores de vários documentos pontifícios de 1378 e 1379, segundo quanto passo a referir. Lembrarei também e darei na íntegra seu depoimento de Maio de 1379, em Barcelona, ao regressar de Roma, sobre a eleição de Urbano VI.

As med das tomadas pelo arcebispo na defesa dos bens da diocese e da disciplina eclesiástica devem ter ferido profundamente as susceptibilidades de leigos poderosos, aliás como D. Lourenço refere nas súplicas dirigidas ao papa, que veremos mais abaixo, e de eclesiásticos influentes, que se deixaram conquistar por aqueles. É para recordar que, a 3 de Junho de 1374, D. Lourenço obtinha faculdades do papa Gregório XI, a fim de proceder contra alguns clérigos ([159]). *Segundo*

---

troçentos e dez e sete annos. Que presentes fforom Fernam Gonçalvez, abbade de Santiago da Cividade, que he dentro na cidade de Bragaa, Martim Martinz, abbade de Freestelas e V.º Stevez, scripvam da dicta igreia de Bragaa, e outros e eu Diego Gonçalvez, scripvam jurado na dicta audientia, que esta sentença scprevi. *M. archidiaconus*» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 17, n. 776).

([157b]) ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, pergaminhos particulares, maço 7, n. 29: «... perante mim Nicolau Martinz, arcediagoo de Vermuj, menistrador no spiritual e temporal na egreia e arcebispado de Bragaa per suspensom fecta a dom Lourenço, Arcebispo dessa mesma, per autoridade da Egreia de Roma, que veo per apelaçom da Egreia de Coimbra aa dicta egreia de Bragaa ... Dada em Braga, en audiançia, vijnte dous dias de Março. Era de míl quatroçentos dez sete annos ... *M. archidiaconus*» (assin. autógrafa e docum. original com selo pendente).

([158]) ADB, *Gaveta 1.ª das propriedades do Cabido*, n. 286.

([159]) AV, Reg. Aven. 192, fl. 342v: «Venerabili fratri Laurentio, archiepiscopo Bracharensi. Salutem, etc. Ex iniuncti nobis officii debito, saluti fidelium intendentes, dolemus, cum ipsos aliqua contingit peragere que suarum periculum pariunt animarum, turbamur et gravius cum ab illis exceditur, qui ut instruant alii instituti noscuntur, eorum siquidem eo sunt graviora peccata quo plures delinquendo corrumpunt, sibi nocendo per culpam et aliis per exemplum, quos deberent potius doctrina verbi et operis informare. Sane nuper displicenter accepimus quod in tuis ecclesia, civitate et dyocesi Brachareñ sunt quamplures abbates, priores, prepositi, archidiaconi, ecclesiarum canonici et rectores ac alie persone ecclesiastice, seculares et

quanto se crê, foi precisamente a pedido daquelas pessoas e por meio de exposições tendenciosas que o papa encarregou o então bispo de Coimbra, D. Pedro Tenório, e Vasco Domingues, chantre de Braga, da visita, correcção, reforma e castigo de todas as igrejas, prelados e pessoas eclesiásticas do reino de Portugal, excepto pessoas das Ordens Mendicantes ([160]). *Os comissionados tinham faculdade de agregarem a si outro eclesiástico. Em virtude dessa comissão, os bispos de Coimbra e de Silves e o chantre de Braga, Vasco Domingues, suspenderam da administração da diocese de Braga a D. Lourenço Vicente. As circunstâncias da decisão, contestada pelo arcebispo, vêm referidas na bula de Urbano VI, a encarregar, a 6 de Outubro de 1378, o cardeal-presbítero de Santa Sabina de absolver, à cautela, o arcebispo de qualquer pena eclesiástica, em que porventura tivesse incorrido. Essa bula vem inserida na execução do cardeal, comunicada, a 19 de Outubro, ao arcebispo de Toledo, D. Pedro Tenório, na altura da suspensão bispo de Coimbra, a D. Martinho, bispo de Silves, ao chantre de Braga, Vasco Domingues, a Nicolau Martins, arcediago de Vermuim, a Afonso Martins, mestre-escola de Braga, ambos vigários no espiritual da diocese, a Rodrigo Álvares, arcediago de Neiva, e a Pedro Bermer, cónego de Braga, e bem assim ao prepósito, deão e cabido, cónegos, vassalos, rendeiros, dignidades, oficiais e pessoas com benefícios na diocese. Entregara a bula ao sobredito cardeal D. João, a quem era dirigida, o próprio arcebispo. Conforme pedido, apresentado ao papa, em nome de D. Lourenço, tinham referido falsamente a Gregório XI que, em Braga e noutras cidades e dioceses de Portugal, alguns bispos, abades e outros prelados e clérigos, seculares e religiosos, tinham faltas de continência e outros excessos, necessitados de correcção. A fim de se evitarem prejuízos espirituais e temporais aos prelados, igrejas e mosteiros, hospitais ou albergarias e outros lugares pios, o papa encarregara o arcebispo de Toledo, então bispo de Coimbra, e Vasco Domingues, chantre de Braga, de fazerem a visita canónica à igreja de Braga e todas as outras, bem como colegiadas, paróquias, mosteiros, prioratos, hospitais e outros lugares pios, tanto seculares como regulares, inclusive isentos, cabidos, colégios, conventos e pessoas seculares e religiosas das ditas cidades e dioceses, sem excepção, com poderes de reformar, corrigir, punir e estabelecer quanto julgassem necessário a tal escopo, inclusive de suspenderem da administração das funções episcopais e de todos os ofícios e benefícios, e de agregarem a si um terceiro colega idóneo para o desempenho de tal ofício, como de facto aqueles dois comissários fizeram, escolhendo para isso o bispo de Silves D. Martinho. Sob pretexto de que D. Lourenço tinha posto mãos violentas em alguns clérigos, incorrendo em excomunhão, e cometido outros excessos, citaram-no a comparecer em juízo. O arcebispo alegou, em contrário, não poderem os comissários*

---

regulares, etiam dignitates obtinentes, tibi subiecti, qui concubinas etiam quandoque publice tenere non verentur, in animarum suarum periculum et scandalum plurimorum. Cum autem ad tuum spectet officium in premissis salubriter providere, fraternitatem tuam hortamur attentius, tibi nichilominus per apostolica scripta mandantes quatenus, contra tales huiusmodi officium tuum simpliciter et de plano et sine strepitu et figura iudicii debite exequens, ipsos ad dimittendum dictas concubinas et eas ulterius non admittendum per censuram ecclesiasticam et etiam, si expediens fuerit, per incarcerationem et per privationem beneficiorum suorum, appellatione remota, previa ratione compellas, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis. Contradictores auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendo. Non obstante si eisdem personis vel quibusvis aliis communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari aut extra vel ultra certa loca ad iudicium evocari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem.

Datum Salloñ, Arelatensis dyocesis, iii Nonas Junii, pontificatus nostri anno quarto».

([160]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 235-236. No AV, Reg. Aven. 204, fl. 335, existe a seguinte notícia, relacionada com a visita das dioceses portuguesas durante o pontificado de Gregório XI: *Rubrice litterarum de Curia. Archiepiscopo Ispalensi eiusque suffraganeis mandatur eis quod presbyteros et clericos eorum subditos suos moneant ut de quibusdam vitiis abstineant et si corrigi nolint et inquirant et referant. In eodem modo scribitur archiepiscopis Compostellano, Toletano, Bracharensi eorumque suffraganeis».*

proceder contra ele, porque, à data das letras de Gregório XI, o bispo de Coimbra era irregular, por ter celebrado cientemente na cidade e diocese de Coimbra, sujeitas a interdito eclesiástico, e o chantre Vasco Domingues estava publicamente excomungado e sujeito a outras penas, conforme o arcebispo estava disposto a provar. Em seguida, apelou para a sé apostólica, por eles não quererem dar ouvidos a suas alegações e terem-lhe infligido outros agravos. Apesar disso, os bispos de Coimbra e de Silves e o chantre prosseguiram no intento e suspenderam D. Lourenço da jurisdição, governo e administração, que lhe cabia em razão do arcebispado de Braga, motivo por que o arcebispo apelara de novo para a Santa Sé. Então, os comissários lançaram penas de excomunhão, interdito e suspensão contra D. Lourenço e nomearam Nicolau Martins, arcediago de Vermuim, e Afonso Martins, mestre-escola de Braga, vigários no espiritual da diocese, e Rodrigo Álvares, arcediago de Neiva, e Pedro Bermer, cónego de Braga, recebedores, procuradores e administradores no temporal, tirando injustamente todo o governo e administração da igreja de Braga ao arcebispo.

Urbano VI confiou a causa a D. Guido, cardeal-presbítero de Santa Cruz em Jerusalém, a pedido do arcebispo, e, a seguir, a D. Pedro, cardeal-bispo Portuense. Entretanto, prestada caução por D. Lourenço, perante o capelão pontifício, Guilherme Horborch, deputado pelo cardeal D. Guilherme, camarário papal, de se conformar com o direito, bem como de respeitar a indemnidade da igreja de Braga e de não abandonar a Cúria Romana, até se decidir da causa, a pedido do mesmo, ordenou ao cardeal-presbítero de Santa Sabina o absolvesse, à cautela, das penas de interdito, suspensão e excomunhão, e lhe restituísse a administração plena e livre da igreja de Braga, expulsando dela aos sobreditos arcediago, mestre-escola, cónego e outros quaisquer ocupantes. Por isso, o cardeal comunicava, na respectiva execução, ter absolvido, à cautela, D. Lourenço, então presente, das ditas penas, fulminadas pelos comissários, recebendo antes o juramento do arcebispo de se conformar com o direito e obedecer ao que a Santa Igreja determinasse; comunicava, igualmente, ter-lhe restituído, pelas presentes letras, a plena e livre administração da igreja de Braga, tanto no espiritual, como no temporal. Também declarava a remoção de todo e qualquer ilícito ocupante e impunha-lhes a obrigação de receberem e admitirem o arcebispo ou seu procurador, no prazo de nove dias, a contar da apresentação ou notificação das letras, no governo e administração da igreja de Braga, dando-lhe contas dos rendimentos da administração, sob graves penas. Aos notários e tabeliães públicos do reino ficava a obrigação de publicarem tais letras:

> *«Reverendis in Christo patribus dominis Petro, archiepiscopo Toletano, Martino, episcopo Silvensi, ac venerabilibus viris Valasco, cantori, Nicolao Martini, archidiacono de Vermui, Alfonso Martini, scolastico ecclesie Bracharensis, vicariis in spiritualibus, Roderico Alvari, archidiacono de Nevya, et Petro Bermerii, canonico dicte ecclesie Bracharensis, necnon preposito, decano et capitulo singulisque canonicis ac vasallis et emphiteocis eiusdem ecclesie Bracharensis ac dignitates, personatus vel officia seu quecumque beneficia ecclesiastica in eadem ecclesia et diocesi eisdem obtinentibus aliisque omnibus et singulis, cuiuscumque conditionis, status, gradus aut preeminentie existant et quorum interest seu interesse poterit quomodolibet in futurum, quocumque nomine censeantur. Johannes, miseratione divina tituli sancte Sabine presbyter cardinalis, executor et commissarius ad infrascripta, a sede apostolica specialiter deputatus. Salutem in Domino et mandatis nostris, ymo verius apostolicis, firmiter obedire. Litteras sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani, divina providentia pape vi.ti, eius vera bulla plumbea cum cordula canapis more Romane Curie bullatas, sanas et integras, non cancellatas, non vitiatas nec in aliqua sui parte suspectas, nobis per reverendum patrem dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, presentatas, Nos cum ea, qua decuit, reverentia recepisse noveritis. Quarum tenor sequitur et est talis:*

Urbanus, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Johanni, tituli sancte Sabine presbytero cardinali. Salutem et apostolicam benedictionem. Exhibita nobis pro parte venerabilis fratris nostri Laurentii, archiepiscopi Bracharensis, petitio continebat quod olim ad audientiam felicis recordationis Gregorii pape xi.mi, predecessoris nostri, falso deducto quod in Bracharensi et nonnullis aliis civitatibus et diocesibus in regno Portugalie consistentibus, tunc expressis, nonnulli ecclesiarum et monasteriorum, etiam pontificali dignitate fulgentes, ac etiam abbates et alii inferiores prelati et clerici ac persone ecclesiastice, tam seculares quam etiam regulares, incontinentie vitio laborabant et alios excessus quamplurimos committere non verebantur quodque excessus huiusmodi ut plurimum remanebant incorrecti et ipsorum prelatorum et personarum ecclesie monasteria, hospitalia et pia loca in spiritualibus et temporalibus fuerint multipliciter deformata, idem predecessor venerabili fratri nostro Petro, archiepiscopo Toletano, tunc episcopo Colimbriensi, et dilecto filio Valasco, cantori ecclesie Bracharensis, per suas litteras commisit et mandavit ut habentes pre oculis solum Deum, Bracharensem necnon omnes et singulas alias collegiatas et parrochiales ecclesias ac monasteria, prioratus, hospitalia et alia loca ecclesiastica, secularia et regularia, exempta et non exempta, ac prelatos, capitula, collegia, conventus et personas ecclesiasticas seculares et religiosas eorum utriusque sexus, exemptos et non exemptos, civitatum et diocesum predictarum, cuiuscumque dignitatis, status vel conditionis existerent, tam in capitibus quam in membris, auctoritate apostolica personaliter visitarent ac circa eosdem prelatos, capitula, collegia et conventus et personas ac circa statum eorumdem et ecclesiarum, monasteriorum, hospitalium et locorum reformarent, corrigerent, punirent ac statuerent super quibuscumque criminibus, excessibus et defectibus eorumdem quidquid reformationis, correctionis, punitionis et ordinationis ministerio noscerent indigere et si quos, per informationem summariam super hoc per eos habendam, labe predicte incontinentie respersos repperirent aut de ea publice infamatos, vocatis qui forent vocandi, contra ipsos et ad ipsorum punitionem, si et prout de iure forent et eis videretur expedire, etiam si tales pontificali vel quavis alia dignitate prefulgerent, ut prefertur, ad suspensionem ab administratione pontificalium et aliorum dignitatum ac personatuum, officiorum et beneficiorum aliorum, que obtinerent, ac bonorum et iurium, ad mensas ipsorum spectantium, auctoritate apostolica procederent, prout de iure foret faciendum, ac singulas administrationes huiusmodi singulis, que superiori vel simili ordine vel honore prefulgerent, si eas repperirent, alioquin aliis personis ydoneis eadem auctoritate in spiritualibus et temporalibus committerent ac eis insuper eligendi, assumendi et associandi sibi auctoritate predicta tertium collegam ad hoc ydoneum, qui in premissis omnibus et singulis una cum eis procedere valeret et predicta potestate per omnia fungeretur, concessit facultatem, prout in dictis litteris plenius continetur. Et deinde prefati Petrus archiepiscopus, tunc episcopus, et Valascus venerabilem fratrem nostrum Martinum, episcopum Silvensem, in premissis in eorum collegam tertium assumpserunt idemque Petrus archiepiscopus, Martinus episcopus et Valascus, minus veraciter pretendentes quod prefatus Laurentius archiepiscopus manus iniecerat in nonnullos clericos tunc expressos, Dei timore postposito, ausu sacrilego temere violentas et quod propterea excommunicationis sententia innodatus erat ac huiusmodi ligatus sententia, postmodum divina celebraverat et nonnullos alios excessus commiserat tunc expressos, prefatum Laurentium archiepiscopum, volentes super premissis ut dicebant ex officio inquirere contra eum, fecerunt coram se predictarum litterarum pretextu ad iudicium evocari, pro parte vero predicti Laurentii archiepiscopi fuit coram eisdem Petro archiepiscopo, Martino episcopo et Valasco excipiendo propositum quod, cum tempore date litterarum ipsarum et tunc etiam Petrus archiepiscopus ex eo irregularis existeret quod

ipse in civitate et diocesi Colimbriensi, que tunc a iure ecclesiastico erant supposite interdicto, causa interdicti huiusmodi tunc expressa, divina scienter celebraverat, ac Valascus predicti excommunicationis maioris sententiis publice innodatus foret, excommunicatorum nominibus etiam tunc expressis, prout prefatus Laurentius archiepiscopus erat legitime probare paratus, prefati Petrus archiepiscopus, Martinus episcopus et Valascus predictarum litterarum pretextu in huiusmodi inquisitionis negotio procedere non poterant nec debebant, et quia prefati Petrus archiepiscopus, Martinus episcopus et Valascus eundem Laurentium archiepiscopum super hoc audire contra iustitiam denegarunt, pro parte Laurentii archiepiscopi, sentientis exinde indebite se gravari, et propter nonnulla alia gravamina, sibi ab eisdem Petro archiepiscopo, Martino episcopo et Valasco illata, fuit ad sedem apostolicam appellatum, sed idem Petrus archiepiscopus, Martinus episcopus et Valascus huiusmodi appellatione, cuius non erant ignari, et infra cuius prosecutionis tempus, de quo non modicum supererat, idem Laurentius archiepiscopus existebat, contempta, in huiusmodi inquisitionis negotio de facto procedentes, eundem Laurentium archiepiscopum ab omni iurisdictione, gubernatione, regimine et omnimoda administratione spiritualium et temporalium ad eum ratione sue dignitatis archiepiscopatus Bracharensis pertinentium suspenderunt ac eum suspensum sententialiter declararunt, propter quod pro parte dicti Laurentii archiepiscopi fuit denuo ad sedem appelatum eandem, dictique Petrus archiepiscopus, Martinus episcopus et Valascus diversas interdicti, suspensionis et excommunicationis sententias post et contra appellationes predictas in eundem Laurentium archiepiscopum promulgarunt, ac Nicolaum Martini, archidiaconum de Vermui, et Alfonsum Martini, scolasticum dicte ecclesie Bracharensis, vicarios in spiritualibus, et Rodericum Alvari, archidiaconum de Nevya, ac Petrum Bermerii, canonicum eiusdem ecclesie Bracharensis, dilectos filios, receptores et procuratores ac administratores in temporalibus, contra tenorem litterarum ipsarum, inibi deputarunt eundemque Laurentium archiepiscopum regimine et administratione omnimoda spiritualium et temporalium ecclesie predicte Bracharensis contra iustitiam spoliarunt ac detinent spoliatum, nosque causas appellationum huiusmodi et negotii principalis dilecto filio nostro Guidoni, tituli sancte Crucis in Jerusalem presbytero cardinali, non obstante quod cause ipse de sui natura ad Romanam Curiam legitime devolute et in ea tractande et finiende non essent, ad instantiam dicti Laurentii archiepiscopi primo et deinde, postquam idem Guido cardinalis in causis ipsis ad nonnullos actus inter partes ipsas processerat, venerabili fratri nostro Petro, episcopo Portuensi, audiendas commisimus et fine debito terminandas, qui in causis ipsis ad nonnullos alios actus inter partes easdem dicitur processisse. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, prefatus Laurentius archiepiscopus coram dilecto filio nostro Wilhelmo Horborch, capellano nostro, per dilectum filium nostrum Guillelmum, tituli sancti Eusebii presbyterum cardinalem, camerarium nostrum, ad hoc specialiter deputato, de stando super premissis legitime iuri ac servando eandem Bracharensem ecclesiam indempnem et de non recedendo a Romana Curia, donec cause huiusmodi debitum fuerint sortite effectum, prestiterit cautionem, pro parte dicti Laurentii archiepiscopi nobis fuit humiliter supplicatum ut ipsum ab huiusmodi interdicti, suspensionum et excommunicationum sententiis ad cauthelam absolvi ac ad administrationem huiusmodi restitui de benignitate apostolica mandaremus. Nos itaque statum causarum et inquisitionis huiusmodi habentes presentibus pro expresso, huiusmodi supplicationibus inclinati, circumspectioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus eundem Laurentium archiepiscopum a prefatis interdicti, suspensionum et excommunicationum sententiis, in eum ut prefertur latis, si hoc humiliter petierit, auctoritate nostra ad cautelam absolvas in forma Ecclesie consueta, ipsumque ad administrationem plenam et liberam eiusdem ecclesie Bracharensis

in spiritualibus et temporalibus, amotis exinde prefatis archidiaconis, scolastico et canonico ac quibuslibet aliis occupatoribus, auctoritate restituas antedicta. Contradictores auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendo. Non obstantibus si eisdem Petro archiepiscopo, Martino episcopo et Valasco ac archidiaconis, scolastico et canonico et quibusvis aliis communiter vel divisim a predicta sit sede indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Datum Rome, apud Sanctam Mariam in Transtiberim, ii Nonas Octobris, pontificatus nostri anno primo.

Post quarum quidem litterarum apostolicarum presentationem et receptionem, idem dominus Laurentius, archiepiscopus Bracharensis, nos cum ea, qua decuit, instantia requisivit ac nobis humiliter supplicavit ut ipsum a prefatis interdicti, suspensionum et excommunicationum sententiis, in eum ut prefertur latis, de quibus in ipsis litteris apostolicis fit mentio, auctoritate apostolica ad cautelam absolvere ac ad executionem aliorum in eisdem litteris apostolicis contentorum procedere curaremus, iuxta traditam seu directam a sede apostolica nobis formam, offerens se paratum iurare de stando iuri et parendo mandatis sancte matris Ecclesie atque nostris.

Nos igitur Johannes cardinalis, executor et commissarius prefatus, volentes mandatum apostolicum, nobis in hac parte directum, reverenter exequi, ut tenemur, auctoritate apostolica nobis in hac parte commissa, prefatum dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, coram nobis presentialiter constitutum, a prefatis interdicti, suspensionum et excommunicationum sententiis, in ipsum per vos dominos Petrum, archiepiscopum Toletanum, Martinum, episcopum Silvensem, et Valascum, cantorem ecclesie Bracharensis, ut prefertur, latis, ad cautelam, in forma sancte matris Ecclesie consueta, absolvimus, restituentes ipsum dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, communioni fidelium, participationi ecclesiasticorum sacramentorum et sancte matris Ecclesie unitati, recepto tamen primitus ab eodem domino archiepiscopo Bracharensi et per ipsum ad mandatum nostrum et in nostris manibus sacrosanctis manu tactis scripturis, ad sancte Dei evangelia corporaliter prestito iuramento de stando iuri et parendo mandatis sancte matris Ecclesie atque nostris. Et nichilominus eundem dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, ad administrationem plenam et liberam eiusdem ecclesie Bracharensis in spiritualibus et temporalibus restituimus per presentes vosque Nicolaum Martini, archidiaconum de Vermui, Alfonsum Martini, scolasticum dicte ecclesie Bracharensis, vicarios in spiritualibus, Rodericum Alvari, archidiaconum de Nevya, et Petrum Bermerii, canonicum eiusdem ecclesie Bracharensis, et quoscumque alios illicitos detentores et occupatores ab huiusmodi regimine et administratione, gubernatione, receptione amotos decernimus et, quantum possumus, ammovemus.

Quocirca vos omnes et singulos supradictos et vestrum quemlibet in solidum et quoscumque alios, cuiuscumque conditionis, status aut preeminentie existant, et quacumque prefulgeant dignitate, auctoritate apostolica predicta, tenore presentium, requirimus et monemus primo, secundo, tertio et peremptorie vobisque nichilominus et vestrum cuilibet in virtute sancte obedientie et sub infrascriptarum sententiarum penis districte precipiendo mandamus quatenus infra novem dierum spatium post presentationem seu notificationem presentium vobis factam immediate sequentium vel ad vestram notitiam et vestrum cuiuslibet devenerit, quorum dierum tres pro primo, tres pro secundo et reliquos tres pro tertio et peremptorio termino ac monitione canonica assignamus, prefatum dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, vel procuratorem suum eius nomine ad regimen et administrationem predicta recipiatis et admittatis sibique vel procuratori predicto de ipsorum regiminis et admi-

nistrationis fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis respondeatis integre et faciatis ab aliis, quantum in vobis fuerit, integre responderi, permittentes ipsum vel procuratores suos ac vicarios suos huiusmodi regimine et administratione pacifice gaudere ipsumque vel procuratorem suum super ipsis ammodo nullatenus molestetis, nec permittatis, quantum in vobis fuerit, ab alio seu aliis molestari. Monemus insuper modo et forma premissis universos et singulos, cuiuscumque status, gradus, ordinis, preeminentie seu conditionis extiterint, ne prefato domino Laurentio, archiepiscopo Bracharensi, aut eius procuratori et vicariis quominus ad huiusmodi regimen et administrationem liberam in spiritualibus et temporalibus plene et libere restituatur et ipsos pacifice assequatur et ipsorum fructus, redditus et proventus cum integritate percipere valeat impedimentum aliquod prestent seu prestet per se vel alium seu alios publice vel occulte aut impedientibus ipsum dominum archiepiscopum vel procuratorem suum et vicarios super premissis dent seu prestent, det seu prestet, auxilium, consilium aut favorem publice vel occulte, directe vel indirecte, alioquin in vos et omnes ipsos et singulos, nisi in terminis antedictis premissa omnia et singula feceritis et adimpleveritis ac fecerint et adimpleverint realiter et cum effectu, prout ad vos et ipsos spectat, communiter vel divisim, et in alios quoslibet contradictores et rebelles, ex nunc prout ex tunc, et ex tunc prout ex nunc, singulariter in singulos, dicta canonica monitione premissa, terminis predictis elapsis, excommunicationis, in capitulum vero dicte ecclesie Bracharensis suspensionis et in ipsam ecclesiam Bracharensem interdicti sententias ferimus et etiam promulgamus, vobis vero dominis Petro, archiepiscopo Toletano, et Martino, episcopo Silvensi, quibus ob reverentiam vestrarum pontificalium dignitatum deferre volumus in hac parte, si contra premissa vel premissorum aliquod feceritis aut aliquis vestrum fecerit, per vos vel aliam submissam personam publice vel occulte, directe vel indirecte, sex dierum canonica monitione premissa, ingressum ecclesie interdicimus. Si vero huiusmodi interdictum per alios sex dies, prefatos sex immediate sequentes, sustinueritis vel aliquis vestrum sustinuerit, vos et vestrum quemlibet eadem monitione premissa suspendimus a divinis. Verum si prefatas interdicti et suspensionis sententias per alios sex dies prefatos duodecim immediate sequentes sustinueritis aut alter vestrum sustinuerit animis, quod absit, induratis, vos et vestrum quemlibet ex nunc prout ex tunc, et ex tunc prout ex nunc, dicta canonica monitione premissa, excommunicationis sententia innodamus.

Ceterum, cum ad excommunicationem huiusmodi ulterius faciendam non possimus quoad presens personaliter interesse, pluribus arduis nostris et sancte Romane Ecclesie negotiis prepediti, universis et singulis dominis abbatibus, prioribus, prepositis, archidiaconis, cantoribus, scolasticis, officialibus, thesaurariis, ecclesiarum tam cathedralium quam collegiatarum canonicis, ecclesiarum parrochialium rectoribus ac religiosis quibuscumque, presbyteris, curatis et non curatis clericis, notariis et tabellionibus publicis per regna Portugalie et Algarbii ac civitates et dioceses in dictis regnis existentes, ac alias ubilibet constitutis, et eorum cuilibet in solidum, super ulteriori executione predicti mandati apostolici atque nostri, tenore presentium, committimus plenarie vices nostras, donec eas ad nos duxerimus revocandas, quas requirimus et monemus primo, secundo, tertio et peremptorie, communiter et divisim, eisque nichilominus et eorum cuilibet in virtute sancte obedientie et sub excommunicationis pena, quam in eos et eorum quemlibet, sex dierum canonica monitione premissa, ferimus in hiis scriptis, si non fecerint et fecerit quod mandamus, districte precipiendo mandantes quatenus ipsi vel eorum alter qui super hoc fuerint requisiti seu fuerit requisitus, ita quod in hiis exequendis alter alterum expectet nec unus pro alio se excuset, ad vos omnes et singulos, quibus presens noster processus dirigitur, et ipsam ecclesiam Bracharensem et quoscumque alios, ad quos accedere fuerint requisiti seu fuerit requisitus,

personaliter accedant seu accedat et predictas nostras litteras apostolicas et hunc nostrum processum et omnia et singula in eis contenta vobis universis et singulis, simul aut successive, communiter vel divisim, legant seu legat, publicent seu publicet, et ipsum dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, per nos ut premittitur absolutum ad cautelam, ac restitutum denuntient et denuntiet et fideliter publicare procurent seu procuret vosque dominos Nicolaum Martini, Alfonsum Martini, Rodericum Alvari et Petrum Bermerii predictos a dicta administratione seu regimine ammoveant et amoveat, ac ipsum dominum archiepiscopum Bracharensem vel dictum eius procuratorem ad huismodi regimen et administrationem plenam et liberam restituant et restituat sibique vel procuratori predicto de huismodi regiminis et administrationis fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis faciatis et faciat integre responderi, aliaque omnia et singula nobis in hac parte commissa fideliter exequantur et exequatur, iuxta traditam seu directam nobis a sede apostolica formam, ita tamen quod in preiudicium dicti domini Laurentii archiepiscopi nichil valeant seu valeat, absolvendo vel suspendendo, imutare nec in processibus per nos habitis et sententiis per nos latis, in omnibus enim que eidem domino Laurentio archiepiscopo aut eius procuratori preiudicare poterunt, ipsis et eorum cuilibet potestatem omnimodam denegamus. Volumus enim quod quidquid per unum eorum inceptum fuerit, per alium mediari valeat et finiri. Et si contingat nos super premissis procedere, de quo nobis potestatem plenariam reservamus, non intendimus propterea commissionem nostram huiusmodi in aliquo revocare, nisi de revocatione huiusmodi plenam et expressam in nostris litteris faceremus mentionem. Prefatas quoque litteras apostolicas et hunc nostrum processum penes eundem dominum Laurentium archiepiscopum vel procuratorem suum volumus remanere et non per vos vel vestrum aliquem, contra ipsius voluntatem, quomodolibet detineri. Contrarium vero facientes, prefatis nostris sententiis, prout in scriptis late sunt, eo ipso volumus subiacere. Mandamus tamen vobis et aliis, quorum interest, copiam fieri de premissis, si eam petieritis et habere volueritis, vestris tamen et aliorum petentium sumptibus et expensis. Absolutionem vero omnium et singulorum, qui prefatas nostras sententias aut earum aliquam incurrerint vel incurrerit, nobis vel superiori nostro tantummodo reservamus.

In quorum omnium et singulorum fidem et testimonium presentes nostri processus litteras seu presens publicum instrumentum exinde per Bernardum, notarium publicum et scribam nostrum infrascriptum, fieri et publicari mandavimus et nostri appensione sigilli, quo utebamur dum archiepiscopus Corfiensis eramus, iussimus communiri. Datum et actum Rome, in hospitio habitationis nostre, sub anno a nativitate Domini millesimo trecentesimo septuagesimo octavo, indictione prima, die Martis, decima nona mensis Octobris, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani divina providentia pape vi, predicti anno primo. Presentibus religioso ac venerabilibus viris fratre Petro, abbate monasterii sancte Marie de Vite ordinis Premonstratensis, Exomensis diocesis, domino Laurentio Pelagii, rectore parrochialis ecclesie sancti Martini de Bornes, Bracharensis diocesis, et magistro Johanne de Endensberg, in Romana Curia procuratore, testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Et ego Bernardus Henrici de Daventria, clericus Traiectensis diocesis, publicus apostolica et imperiali auctoritate notarius prefatique reverendissimi in Christo patris et domini domini Johannis cardinalis executoris et commissarii et coram eo scriba, quia predictarum litterarum presentationi et receptioni absolutionis ad cautelam petitioni et ipsius impensioni, restitutioni, monitioni, sententiarum promulgationi, commissioni ac aliis supradictis, dum sic ut premittitur per prefatum dominum cardinalem executorem et commissarium et coram eo agerentur et fierent, una cum prenomina-

tis testibus presens fui eaque sic fieri vidi et audivi, idcirco hoc presens publicum instrumentum, me aliis occupato negotiis, per alium scriptum exinde confeci et publicavi meque propria manu subscripsi et signo meo solito una cum eiusdem domini cardinalis executoris et commissarii sigilli appensione, quo uti consuevit, dum archiepiscopus Corfiensis existebat, signavi, rogatus et requisitus, in testimonium omnium premissorum» (161).

Segundo a sentença proferida no caso, em 14 de Fevereiro de 1379, pelo cardeal D. João, do título presbiteral de Santa Sabina, a causa, cometida por Urbano VI ao cardeal Guido, do título presbiteral de Santa Cruz de Jerusalém, passou, ao ausentar-se este da Cúria Romana, por comissão de Urbano VI, então a residir em Tívoli, para o cardeal-bispo Portuense, D. Pedro, o qual, presente D. Lourenço, arcebispo de Braga, citou o procurador fiscal da câmara apostólica, o arcebispo de Toledo, o bispo de Silves e o chantre de Braga ou procuradores, porventura existentes na Cúria, por documento ou edital fixado às portas da igreja dos Franciscanos de Tívoli, onde residia o papa, e da catedral. Não tendo comparecido no prazo estabelecido, as pessoas citadas foram declaradas contumazes e citadas novamente, para verem e contestarem o libelo. Por fim, o papa encarregou o cardeal de decidir e terminar a causa por modo administrativo, conforme várias comissões, dadas a pedido do arcebispo.

Na primeira súplica e exposição, D. Lourenço explica como, depois de Gregório XI o ter nomeado arcebispo de Braga, se esforçara por fazer progredir e restaurara a igreja bracarense e seus bens, muitos deles danificados pelas guerras e negligência dos predecessores, bem como do deão e cabido, que, durante quase três anos de vacância da igreja de Braga, os administraram; procedera à correcção e emenda de muitos clérigos, mosteiros e prioratos da Ordem de S. Bento e de Santo Agostinho, promovendo a observância e estudo dos religiosos, cujas possessões e casais, em posse de famílias nobres, recuperara e libertara de arrendamentos, jantares e contribuições injustas, inclusive por meio de penas eclesiásticas e até de homens armados. Isso fora motivo de descontentamento para aquelas famílias e nobres, que várias vezes tramaram contra a vida do arcebispo. Alguns deles procuraram valer-se de calúnias. Insinuavam que D. Lourenço levava vida desonesta e era réu de grandes excessos. Supunha-se até terem sido essas pessoas quem alcançara do papa Gregório XI fossem o então bispo de Coimbra, D. Pedro, e Vasco Domingues, chantre de Braga, encarregados da visita apostólica contra D. Lourenço e clérigos, seculares e regulares, da igreja bracarense.

Os visitadores eram e continuavam a ser incapazes do ofício. O bispo de Coimbra, antes de receber tal comissão, estava excomungado, com excomunhão maior, por ter participado em guerras e pegado em armas numa guerra campestre, em que tinha havido mortes. Além disso, era irregular, por ter violado o interdito. D. Lourenço di-lo seu inimigo capital, devido a tê-lo excomungado e denunciado por aqueles motivos. Muito antes da comissão e durante ela, Vasco Domingues fora e era excomungado, tanto pelo direito como por sentença fulminada contra ele, além de irregular, homicida notório e sacrílego. Inclusivamente, conspirara contra D. Guilherme, arcebispo de Arles, e contra o patriarca de Alexandria, D. João, nesse tempo arcebispos de Braga, e contra seus familiares, com gente armada. Em algumas invasões, teria havido muitos mortos e feridos. Ademais, o chantre, por meio de informações falsas, contribuíra para a prisão do patriarca de Alexandria, na altura arcebispo primaz, e de muitos clérigos, abades e reitores, por ordens de D. Pedro, rei de Portugal, que reteve o arcebispo encarcerado durante mais de sete meses, em Coimbra e no castelo de Leiria, com os ditos abades, priores e reitores da diocese de Coimbra. Por esse motivo, D. Lourenço chegara a privar o chantre de todos os benefícios e a condená-lo a dez anos de prisão.

---

(161) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18.

Também o bispo de Silves, agregado no ofício de visitador, depois de quanto determinara o arcebispo primaz contra os visitadores, era inimigo capital de D. Lourenço e de outros prelados do reino. Andava despeitado, por Gregório XI ter nomeado arcebispo a D. Lourenço e não a ele próprio, apesar de ter apresentado elenco de artigos difamatórios contra o rival, com o fim de lhe impedir a promoção ao arcebispado, e ter sido eleito pelo cabido. Outro motivo do descontentamento residia no facto de ter sido excomungado e denunciado como tal, duas vezes, por D. Lourenço.

Apesar de expostas estas razões, em ordem a impedir a visita, os comissários não desistiram do intento, com desejos de se vingarem, mesmo depois de interposta apelação para a Santa Sé. Foi assim que pronunciaram sentença de excomunhão, de suspensão e de irregular contra o arcebispo e anularam até certos processos do mesmo e seus vigários contra eles e contra Lopo Gomes, meirinho-mor de el-rei de Portugal entre Douro e Minho, e outras pessoas, além de o suspenderem de toda a jurisdição, governo e administração espiritual e temporal da igreja de Braga. D. Lourenço apelou, de novo, para a Santa Sé, mas sem poder impedi-los de levar o intento até ao fim de fazerem aplicar a sentença, mediante recurso ao braço secular, e de entregarem a administração da diocese a vigários, que ainda estavam de posse da jurisdição e proventos da igreja, e destituírem os do arcebispo.

Porque havia fundamento para se julgar terem-no os visitadores citado a comparecer na Cúria Romana, D. Lourenço viera pessoalmente à mesma e pedia a Urbano VI cometesse todas as causas, existentes entre si e os comissários, a algum cardeal da Cúria, com poder de citá-los e de proceder contra os mesmos, de absolvê-lo das penas por aqueles infligidas, de revogar quanto tinham atentado e de restituir-lhe a posse e administração da diocese. Expressa ainda D. Lourenço a persuasão de algumas causas terem sido confiadas ao cardeal Guido, do título presbiteral de Santa Cruz de Jerusalém, devido a iniciativa dos seus émulos. Sugeria, por isso, todo o litígio e questões conexas fossem dados a conhecer ao sobredito cardeal, com o fim de poupar despesas aos litigantes, visto D. Lourenço se encontrar pessoalmente na Cúria pontifícia.

A seguir, depois de acusar a contumácia dos visitadores perante o cardeal-bispo Portuense e de pedir os declarasse contumazes, apresentou diversos libelos contra os mesmos. Num deles refere que, embora sempre fosse clérigo de boa fama e de vida honesta, que estudara ambos os direitos nos Estudos Gerais da Península (certamente Lisboa e possivelmente também Salamanca), de Mompilher e Tolosa, e o papa Gregório XI o tivesse nomeado arcebispo de Braga, em atenção aos próprios méritos e ciência, e, tomada posse da diocese, a governasse sempre com diligência, interessando-se por recuperar os bens da mesma e libertá-los de senhores poderosos, conforme foi acima referido, o acusaram falsamente de excessos, a fim de levarem para a frente a visita e suspensão mencionadas, apesar das apelações interpostas para a Santa Sé. A suspensão fora decretada por eles no dia 9 de Outubro de 1377 e executada com o auxílio do meirinho-mor de el-rei de Portugal de entre Douro e Minho, Lopo Gomes, e outros cúmplices, que o espoliaram de todos os bens e de todo o governo e administração da igreja de Braga e mesa arquiepiscopal. E o procurador do arcebispo pedia ao cardeal se pronunciasse pela boa fama, honestidade e legitimidade das acções de D. Lourenço e, contra os visitadores, mandasse restituir a administração da igreja de Braga àquele e satisfazer pelos danos causados.

Atendendo ao libelo, o cardeal-bispo Portuense D. Pedro declarou contumazes os ditos visitadores e citou a responder por eles ao procurador fiscal. Entretanto, ausentou-se da Cúria Romana. Continuou a causa o autor da sentença definitiva, em favor do arcebispo, o cardeal D. João, do título presbiteral de Santa Sabina, por comissão de Urbano VI. Depois de citar os visitadores e o procurador fiscal ou procuradores que porventura estivessem na Cúria pontifícia, para responderem ou oporem-se às alegações em prol do arcebispo, e de os declarar contumazes pela não comparência no devido tempo, finalmente o procurador Mestre Branquino de Milão apresentou

as respectivas posições e artigos em favor de D. Lourenço. O cardeal, perante a não comparência da outra parte, declarou-os novamente contumazes, inclusive depois de os ter citado a apresentarem a própria defesa e outros documentos pertinentes.

Foi apresentada ao papa nova exposição, a seguir, com o resumo da questão e esclarecimento de que o cardeal de Corfu, perante o qual pendia o litígio, tinha procedido a muitos actos judiciais, sem ter chegado à conclusão da causa. Porque nenhum adversário comparecera e todo o processo original, havido em terras portuguesas pelo arcebispo de Toledo, bispo de Silves e Vasco Domingues, ditos visitadores, e também pelo cardeal de Poitiers, não podia ser apresentado pelo arcebispo D. Lourenço, por possuí-lo o notário do cardeal de Poitiers, ao qual a causa fora cometida, em primeiro lugar, e perante o qual fora apresentado o processo original, conforme esclarecimento de Diogo Martins, procurador e defensor do arcebispo de Toledo, e por documentos públicos e testemunhas idóneas, apresentados na Cúria pontifícia por D. Lourenço aos cardeais, se cria provada a menção do mesmo, duvidava o cardeal de Corfu poder proferir a sentença. Por isso, solicitava o arcebispo ao papa permitisse ao cardeal lavrar a dita sentença, no caso de constar do mérito da causa. Confiada esta ao cardeal de Santa Sabina, foi citado o procurador fiscal, em cuja presença e do procurador do arcebispo, mestre Branquino, acusador da contumácia dos visitadores, o cardeal determinou a conclusão da causa, apesar das objecções, em contrário, do procurador fiscal.

Citadas, finalmente, as partes litigantes pelo cardeal, a fim de ouvirem a sentença definitiva, compareceu o procurador do arcebispo, a denunciar a contumácia do procurador fiscal e da parte adversária, e a pedir a pronunciação da sentença. Assim fez o cardeal, depois de obtido o parecer dos juristas. Por ela declarava D. João de Amélia, cardeal do título presbiteral de Santa Sabina ou de Corfu, que D. Lourenço, desde o tempo da promoção à sé de Braga e a seguir, fora e era bom e circunspecto administrador, tanto no espiritual como temporal, bem como prelado de boa fama, de vida louvável e honestos costumes. Declarava mais que iníqua e injustamente lhe fora movido processo e pronunciadas sentenças por D. Pedro, arcebispo de Toledo, então bispo de Coimbra, D. Martinho, bispo de Silves, e pelo chantre de Braga D. Vasco Domingues. O cardeal anulava essas sentenças e declarava lícitas e legítimas as apelações do arcebispo à Santa Sé, bem como lhe restituía a administração, governo e posse da igreja de Braga. Mandava prestar-lhe contas dos proventos da igreja e mesa arcebispal, desde o dia da suspensão:

> «*In nomine Domini. Amen. Dudum ad aures felicis recordationis domini Gregorii pape xi.mi deducto quod in Bracharensi et nonnullis aliis civitatibus et diocesibus regni Portugalie nonnulli ecclesiarum et monasteriorum, etiam pontificali dignitate fulgentes, ac etiam abbates et alii inferiores prelati et clerici ac persone ecclesiastice tam seculares quam etiam regulares vitio incontinentie laborabant et alios excessus plures non verebantur committere quodque excessus huiusmodi ut plurimi incorrecti et ipsorum prelatorum et personarum ecclesie, monasteria, hospitalia et pia loca in spiritualibus et temporalibus fuerint multipliciter deformata, idem felicis recordationis dominus Gregorius papa xi reverendo patri domino Petro, archiepiscopo Toletano, tunc episcopo Colimbriensi, et venerabili viro domino Valasco, cantori ecclesie Bracharensis, per suas certi tenoris litteras dedit in mandatis et eisdem commisit ut habentes solum Deum pre oculis, Bracharensem necnon omnes et singulas alias collegiatas et parrochiales ecclesias ac monasteria, prioratus, hospitalia et alia loca ecclesiastica secularia et regularia, exempta et non exempta, ac prelatos, capitula, collegia, conventus et personas ecclesiasticas, seculares et religiosas eorum utriusque sexus, exemptas et non exemptas, civitatum et diocesum predictarum, cuiuscumque dignitatis, status, gradus, ordinis vel conditionis existerent, tam in capitibus quam in membris auctoritate apostolica personaliter visitarent et circa eosdem prelatos, capitula, collegia*

et conventus ac personas ac circa statum eorumdem ecclesiarum, monasteriorum, hospitalium et locorum reformarent, corrigerent, punirent ac statuerent super quibuscumque criminibus, excessibus et defectibus eorumdem quidquid reformationis, correctionis, punitionis et ordinationis ministerio nosceretur indigere et si quos, per informationem summariam super hoc per eos habendam, predicte incontinentie labe respersos aut de ea publice infamatos reperirent, vocatis qui forent vocandi, contra ipsos et ipsorum punitionem et prout de iure foret et eis videretur expedire, etiam si tales pontificali vel quavis alia prefulgerent dignitate, ad suspensionem ab administratione pontificalium et aliorum dignitatum ac personatuum, officiorum et beneficiorum aliorum que obtinerent ac bonorum et iurium ad mensas ipsorum spectantium auctoritate apostolica procederent, prout de iure foret faciendum et singulas administrationes huiusmodi singulis que superiori modo vel simili ordine vel honore pollerent, si eas reperirent, alioquin aliis personis ydoneis eadem auctoritate in spiritualibus et temporalibus committerent, eis nichilominus eligendi et assumendi et associandi sibi auctoritate predicta tertium collegam ad hoc ydoneum, qui in premissis omnibus et singulis una cum eis procedere valeret et predicta potestate per omnia fungeretur, concedendo facultatem, prout hec latius in litteris apostolicis dicti felicis recordationis Gregorii pape xi desuper confectis continebantur. Cuius quidem concessionis sive mandati vigore, prefati Petrus archiepiscopus et Valascus cantor reverendum patrem dominum Martinum, episcopum Silvensem, in eorum in hac parte collegam assumpserunt, pretendentes quod reverendus pater dominus Laurentius, archiepiscopus Bracharensis, manus iniecerat in nonnullos clericos, Dei timore postposito et ausu diabolico, temere violentas et quod propterea sententia excommunicationis innodatus erat et huiusmodi sententia sic ligatus postmodum divina celebraverat et nonnullos alios excessus commiserat, prefatum dominum Laurentium, super premissis ut dicebatur contra eum inquirere volentes, ex officio coram se ad iudicium evocari fecerunt, pro parte vero dicti domini Laurentii archiepiscopi fuit coram eisdem dominis Petro, archiepiscopo, Martino, episcopo, et Valasco cantore, excipiendo propositum quod, cum tempore date litterarum apostolicarum predictarum eis concessarum et tunc ipse dominus Petrus archiepiscopus ex eo irregularis existeret quod ipse in civitate et diocesi Colimbriensi, que tunc a iure ecclesiastico erant supposite interdicto, causa interdicti huiusmodi tunc expressa, divina scienter celebraverat, ac Valascus predicti maioris excommunicationis sententiis publice innodatus foret, excommunicatorum nominibus etiam tunc expressis, prout prefatus Laurentius archiepiscopus erat tunc legitime probare paratus, quare prefati domini Petrus archiepiscopus, Martinus episcopus et Valascus cantor in huiusmodi inquisitionis negotio procedere non poterant nec debebant et quia prefati domini Petrus archiepiscopus, Martinus episcopus et Valascus eundem Laurentium archiepiscopum super hoc audire contra iustitiam denegarunt, pro parte ipsius, sentientis exinde indebite se gravari, et propter nonnulla alia gravamina, sibi ab eisdem dominis Petro archiepiscopo, Martino episcopo et Valasco cantore illata, fuit ad sedem apostolicam appellatum, qua non obstante, prefati Petrus archiepiscopus, Martinus episcopus et Valascus et predictam appellationem non ignorantes et in huiusmodi inquisitionis negotio taliter qualiter procedentes, eundem dominum Laurentium archiepiscopum ab omni iurisdictione, gubernatione, regimine et omnimoda administratione spiritualium et temporalium, ad eum ratione dicte sue dignitatis archiepiscopatus Bracharensis pertinentibus suspenderunt et eum suspensum sententialiter declararunt, propter quod idem dominus Laurentius archiepiscopus denuo ad sanctam sedem apostolicam appellare non obmisit, qua non obstante, prefati Petrus archiepiscopus, Martinus episcopus et Valascus post dictas appellationes et earum non ignari diversas interdicti, suspensionis et excommunicationis sententias in eundem domi-

num Laurentium promulgarunt et vicarios in spiritualibus et temporalibus dicte ecclesie Bracharensis deputarunt, eundem dominum Laurentium archiepiscopum regimine et omnimoda administratione spiritualium et temporalium predicte ecclesie Bracharensis spoliando et spoliatum decernendo, prout hec omnia in processibus per dictos Petrum archiepiscopum et Martinum episcopum et Valascum cantorem in partibus factis plenius dignoscuntur contineri. Mortuo itaque dicto felicis recordationis domino Gregorio papa xi et sanctissimo in Christo patre et domino nostro Urbano divina providentia papa vi°, sicud Altissimo placuit, ad apicem summi apostolatus assumpto, idem dominus Urbanus papa vi. ad petitionem dicti reverendi patris domini Laurentii archiepiscopi reverendissimo in Christo patri et domino Guidoni, tituli sancte Crucis in Jherusalem presbytero cardinali, causam et causas predictas tam civiles quam criminales et etiam appellationis seu appellationum predictarum audiendas, decidendas et fine debito terminandas, cum omnibus emergentibus, incidentibus, dependentibus et connexis commisit, non obstante etiam quod dicte cause ad Romanam Curiam devolute neque de earum natura in dicta Curia tractande seu finiende non essent, qui quidem dominus Guido cardinalis, dum in causa et causis huiusmodi ad nonnullos actus processisset, se a Romana Curia certis de causis animum suum moventibus absentavit et ipso absente, memoratus dominus noster Urbanus, tunc in civitate Tiburtina residens, certis ex causis causam et causas predictas tam civiles quam criminales, que inter partes vertebantur, tam coniunctim quam divisim, ulterius audiendas, decidendas et fine debito terminandas, cum omnibus emergentibus, incidentibus, dependentibus et connexis, reverendissimo patri domino Petro, episcopo Portuensi, sacrosancte Romane Ecclesie cardinali, commisit, qui rite et legitime procedens, ad antedicti domini Laurentii principalis, coram ipso constituti, instantiam, dominum Thomam de Fisceyo, camere apostolice domini nostri pape procuratorem fiscalem, per ipsius porterium et nuntium iuratum, necnon dictos dominos Petrum, archiepiscopum Toletanum, Martinum, episcopum Silvensem, et Valascum cantorem, principales predictos, et ipsorum procuratores, si qui fuissent in dicta Curia, pro eisdem, in valvis ecclesiarum fratrum Minorum, ubi pro tunc dictus dominus noster papa moram traxit, necnon cathedralis Tiburtine et per audientiam publicam litterarum contradictarum ipsius domini nostri pape ad dicendum et dandum quidquid dicere et dare volebant, verbo vel in scriptis, contra commissionem sibi factam supradictam peremptorie citari fecit ad certam competentem diem, in qua dictus dominus Laurentius archiepiscopus coram dicto domino episcopo Portuensi cardinali, iudice et commissario, constitutus, citationes predictas in valvis iam dictarum ecclesiarum et in dicta audientia positas et lectas et ibidem debite executas, ut moris est, representavit et in huiusmodi causa produxit, citatorum predictorum non comparentium contumaciam accusando, petens ipsos contumaces reputari per dictum episcopum Portuensem cardina'em prelibatum. Qui citatos predictos non comparentes, licet satis diu et debite expectatos, contumaces, prout erant, exigente iustitia, reputavit et in eorum contumaciam ad antedicti domini Laurentii principalis instantiam supradictos Thomam, procuratorem fiscalem, reverendos patres dominos Petrum archiepiscopum, Martinum episcopum et Valascum cantorem predictos et ipsorum procuratores, si qui fuissent, in dicta Romana Curia pro eisdem vel eorum altero in valvis ecclesiarum predictarum, ad dandum, recipiendum darique et recipiend (sic) *videndum libellum seu petitionem summarie in causa et causis huiusmodi peremptorie citari fecit ad certam diem competentem, quam etiam dicto Laurentio archiepiscopo ad idem tunc prefixit, et deinde idem dominus noster papa sibi omnes et singulas causas appellationum et negotiorum principalium et nullitatis et criminalium et civilium et omnium iniuriarum, dampnorum et expensarum et attemptatorum et alias omnes et singulas audiendas et decidendas et quod*

in eis summarie, simpliciter et de plano ac sine strepitu et figura iudicii, non obstantibus feriis solaque facti veritate inspecta et terminis palatii apostolici non servatis, de novo commisit, prout in quadam commissionis seu supplicationis cedula, sibi per dictum dominum nostrum papam super hoc tradita, plenius continetur. Cuius tenor sequitur in hec verba:

Exponitur S. V. pro parte devote creature vestre Laurentii archiepiscopi Bracharensis quod, licet, postquam eidem per felicis recordationis dominum Gregorium immediatum predecessorem vestrum fuit provisum de dicta ecclesia Bracharensi, eandem ecclesiam et bona spectantia ad eius mensam quamplurimum augmentaverit et multa colapsa et direpta et destructa ipsius ecclesie tam propter guerras quam etiam propter negligentiam suorum predecessorum, tunc etiam decani et capituli ipsius ecclesie, qui fere per tres annos tempore vocationis ipsius ecclesie bona ad mensam archiepiscopalem spectantia administrarunt et administrari fecerunt, construxit et edificavit multosque clericos incontinentes, inhonestam vitam ducentes, ad honestam vitam reduxit multaque monasteria et prioratus, tam ordinis sancti Benedicti quam sancti Augustini, et omnes regulares et religiosas personas ipsorum monasteriorum et prioratuum, in quibus eorum regula erat penitus ignota, ad regularem vitam et statum et scientiam ipsius regule reduxit, possessiones et casalia monasteriorum et ecclesiarum sue diocesis et usque ad numerum mille, hactenus per longa et longissima tempore (sic) *ante eius promotionem per nobiles et potentes et nonnullas alias personas illarum partium occupata, possessa, ad ius, proprietatem et possessionem corporalem ecclesiarum, monasteriorum, prioratuum ipsius diocesis, quorum dicta casalia et possessiones existebant, reduxit nobilesque predictos et eorum familias et alios pretendentes se comestiones et certas pecunias debere et habere certis temporibus anni de monasteriis et ecclesiis dicte diocesis et eorum (?) aliquibus dabantur et administrationem ipsi auctoritate propria in (?) dictorum monasteriorum et ecclesiarum pignorationem faciebant et dicta pignora et iocalia et ornamenta monasteriorum et ecclesiarum auctoritate predicta sua recipiebant et occupabant et vendebant et personas, tam regulares quam seculares, etiam si essent abbates benedicti, volentes resistere dictis nobilibus utriusque sexus vel eius familiis, propter predicta percutiebantur per predictos nobiles et potentes et acriter vulnerabantur, et recipiebant vasa argentea et animalia, que ipse persone religiose et clerici seculares habebant, tamen prefatus archiepiscopus videns tot et tanta mala et cum excommunicationibus et aliis censuris ecclesiasticis predictis nobiles et eorum familias a predictis comestionibus et visitationibus, depredationibus et iniuriis et molestiis et excessibus supradictis retrahere non potuerat, adhibuit sibi homines armorum de consilio et consensu totius cleri sui pro tuitione et defensione monasteriorum et ecclesiarum et personarum ecclesiasticarum ac iurium et bonorum ipsorum et ecclesiasticarum (!) libertate, cum quibus et predictis excommunicationibus et aliis censuris ecclesiasticis viriliter resistens, predictos nobiles et eorum familias a predictis retraxit et abstinere fecit. Quod tamen predicti nobiles egre ferentes, inter se vocati simul et in unum congregati, pluries in mortem dicti archiepiscopi fuerunt machinati, tamen nonnulli ut asseritur forte emuli prefati archiepiscopi exposuerunt, licet false, dicto predecessori vestro de inhonesta et impudica vita ipsius archiepiscopi et quod quedam alia enormia commiserat ac, ut verisimiliter creditur, visitationem et officium visitationis auctoritate apostolica in dictum archiepiscopum et in clericos, tam regulares quam seculares civitatis et diocesis Bracharensis, ut dicitur obtinuerunt per eundem predecessorem vestrum committi reverendo patri domino Petro, tunc episcopo Colimbriensi, nunc archiepiscopo Tholetano, et cuidam Valasco Dominici, pretendenti se cantorem dicte ecclesie Bracharensis. Qui Petrus et Valascus incapaces erant, sicud et nunc sunt, officio dicte visitationis, ex eo quod dictus Petrus ante tempus et tempore dicte commissionis sibi*

facte erat excommunicatus maiore excommunicatione, ex eo quia se[p]ius se immiscuerat et in bello campestri armatus fuerat, in quo infiniti mortui fuerunt, et ex multis aliis causis erat excommunicatus et irregularis ex violatione censure, quia in locis interdictis scienter celebraverat et sic privatus potestate clavium, ac etiam inimicus capitalis ipsius archiepiscopi et nimis provocatus contra ipsum et sibi odiosus propter predictos obiectus et alios, quos prefatus archiepiscopus Bracharensis prefato domino Petro, nunc archiepiscopo Tholetano, opposuit et sententias excommunicationis, quas in ipsum, eius demeritis exigentibus, iuste tulit et excommunicatum denuntiavit et denuntiari fecit. Item prefatus Valascus Dominici erat incapax dicti officii visitationis, ex eo quod longe ante commissionem tempore dicte commissionis erat et nunc est excommunicatus et multis maioribus excommunicationibus in eum latis, tam a iure quam ab homine, et irregularis et homicida notorius et sacrilegus et exigentibus eius demeritis videlicet homicidiis et conspirationibus per eum perpetratis contra reverendum patrem dominum Guillelmum, archiepiscopum Arelatensem, tunc archiepiscopum Bracharensem, et contra dominum Johannem, patriarcham Alexandrinum, tunc archiepiscopum Bracharensem, predecessores dicti Laurentii, nunc archiepiscopi, quos et eorum familias gladiis evaginatis, cum pluribus gentibus armorum per ipsum Valascum congregatis, ad hoc invasit et interficere voluit, in quibusdam invasionibus, data presens opera per ipsum Valascum Dominici, multi fuerunt interfecti seu occisi et nonnulli vulnerati, et quia procuraverat per falsas informationes dictum dominum Johannem, tunc archiepiscopum Bracharensem, nunc patriarcham Alexandrinum, incarcerari et in carceribus et vinculis detineri, qui archiepiscopus cum multis aliis clericis, abbatibus et rectoribus fuit captus et incarceratus per dominum Petrum, tunc regem Portugalie, et de eius mandato per septem menses et ultra in Colimbria et in castro de Leirena detentus et positus cum predictis abbatibus, prioribus, rectoribus diocesis Colimbriensis, propter que per prefatum dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, idem Valascus Dominici sententialiter fuit privatus beneficiis, et nichilominus eadem sententia fuit ad decennium condempnatus ad carceres, ad penitentiam de predictis peragendam, prefatus vero dominus Martinus, episcopus Silvensis, qui per predictum dominum Petrum, tunc episcopum Colimbriensem, et Valascum Dominici ut dicitur fuit assumptus et associatus sibi in collegam ad prefatum officium visitationis, cum ipsis exercendum, post predictos obiectus [et] oppositiones per dictum archiepiscopum et alios prelatos regni Portugalie predictis domino Petro et Valasco, odio capitali persecutus fuit et persequitur prefatum archiepiscopum, eo quia sancte memorie dictus Gregorius providit de dicto archiepiscopatu eidem Laurentio et non domino Martino, pro tunc electo Bracharensi, et alias Avinione, ubi tunc Curia residebat, articulos diffamatorios de dicto archiepiscopo dedit et dari fecit et testes super eisdem recipi, ut dictum dominum Laurentium archiepiscopum impediret ne ad dictam Bracharensem ecclesiam promoveretur, et nichilominus idem archiepiscopus eundem dominum Martinum episcopum, eius demeritis exigentibus, bis excommunicavit et excommunicatum denuntiari fecit, quibus rationibus et causis et multis aliis legitimis exceptionibus declinator. bene et legitime coram predictis, qui se visitatores asserebant, propositis et allegatis, ac etiam eisdem supplicando quod de et super dicta visitatione vellent subsedere, donec predictus predecessor vester foret ad plenum de premissis informatus, et quod, premissis coram ipsis propositis, si eidem placeret quod in dicto officio visitationis procederent, quod paratus erat ipsi obedire et colla sua submittere, prefati pretensi, qui se visitatores dicebant, premissis saltem tacite repulsis, ad dictam visitationem processerunt, licet pro parte dicti archiepiscopi a tacita repulsione dictarum suarum exceptionum, rationum et causarum esset appellatum ad sedem apostolicam, in dictoque visitationis officio procedentes et magis ex odio capitali dictum archiepiscopum

persequentes quam zelo iustitie et, nonnullis inimicis capitalibus regiis et officialibus prefati archiepiscopi sibi associatis et conspirationibus in personam dicti Laurentii archiepiscopi, nullo iuris ordine servato, qui alias iuxta mandata apostolica servari debebat, sed pretermissis et non servatis servandis, et nulliter et temere et de facto, et post multas appellationes legitimas, per dictum archiepiscopum ad dictum predecessorem vestrum, ad sedem apostolicam, a multis aliis gravaminibus per pretensos, qui se visitatores asserebant, eidem archiepiscopo illatis, interpositas, sententiam quamdam diffinitivam, licet nullam, contra dictum archiepiscopum protulerunt, ipsum pronunciando excommunicatum et suspensum et irregularem et nonnullos processus per dictum archiepiscopum et eius vicarios factos et contra dominos Petrum, Martinum et Valascum et Lupum Gometii, presidem domini regis Portugalie inter Dorium et Minium, et aliquos alios cassarunt, irritarunt et annullarunt et ipsum suspendendo ab omni iurisdictione, gubernatione, regimine et omnimoda administratione spiritualium et temporalium, ratione dicte sue ecclesie ad ipsum spectantium, amoverunt et suspensum sententialiter decla[ra]runt. A qua quidem sententia, licet nulla, statim pro parte dicti archiepiscopi bene et legitime ad predictum dominum predecessorem vestrum, ad sanctam sedem apostolicam, extitit appellatum et, ipsius predicti archiepiscopi legitimis appellationibus predictis omnibus non obstantibus, suam sententiam, invocando brachio seculari, executioni demandarunt, bonis omnibus dicte sue mense et iurisdictione omnimoda spoliando et vicarios in spiritualibus et administratores in bonis suis omnibus dicte sue mense archiepiscopalis et sibi debitis posuerunt et vicarios et ceteros officiales dicti domini Laurentii archiepiscopi destiterunt, qui vicarii per ipsos positi iurisdictionem in dicta civitate et diocesi in spiritualibus et civilibus et criminalibus causis exercent et administratores per ipsos positi bona omnia temporalia percipiunt.

Quare supplicatur eidem S. V. pro parte dicti archiepiscopi, qui per suos inimicos capitales, ut premissum est, et iurisdictionis non capaces sua ecclesia est expoliatus et qui, ut premissum est et verisimiliter creditur, procurarunt dictum archiepiscopum personaliter ad Curiam Romanam citari, et dictus archiepiscopus tamquam filius obedientie ad eandem sedem personaliter accessit, ut veritas super premissis elucescat, quatenus omnes et singulas causam et causas appellationis et appellationum et totius negotii principalis et nullitatis et iniquitatis et iniustitie omnium premissarum et aliarum tam criminalium quam civilium ac omnium iniuriarum predictarum, dampnorum, expensarum et interesse et acceptatorum predictorum, que vertitur et vertuntur seu verti et esse sperantur, tam coniunctim quam divisim, inter dictum archiepiscopum de et super premissis et aliis per pretensos dominos Petrum, Martinum et Valascum factis et actis contra predictum archiepiscopum, et eorum occasione, ex parte una et quoscumque alios in hac causa seu causis partem facere volentes et sua interesse putantes ex altera, alicui de reverendis patribus dominis cardinalibus, coniunctim et divisim, committere dignemini audiendas, decidendas et fine debito terminandas, cum omnibus incidentibus, dependentibus et connexis, cum potestate dictos Petrum, Martinum et Valascum et omnes alios, quorum interest, in Curia Romana et extra, si expediat et partem facere voluerint, citandi necnon ipsum dominum Laurentium archiepiscopum adsolvendi (!) simpliciter et ad cautelam a sententiis quibuscunque, in ipsum, ex quacumque causa et occasione per pretensos Tholetanum, Silvensem et Valascum et eorum alteros latis in predictum archiepiscopum, et cum potestate procedendi ex officio ad premissa, vocato procuratore fiscali eiusdem S. V., si sua crediderint interesse et in presenti causa partem voluerint facere, summarie, simpliciter et de plano, sine strepitu et figura iudicii, sola veritate facti inspecta et terminis aliis de stilo palatii consuetis servari non servatis et etiam abbreviatis feriis, etiam per S. V. indictis seu indici consuetis, non obstan-

tibus, et revocandi primo et ante omnia quecumque attemptata per pretensos visitatores se asserentes, post et contra dictas appellationes pro parte dicti archiepiscopi interpositas, ac restituendi ipsum ad pristinam suam possessionem et administrationem, tam spiritualium quam temporalium, dicte sue ecclesie, qua per supradictos et de ipsorum mandato extitit et extat spoliatus. Et si placet, ne continentia causarum dividatur, reverendissimo in Christo patri domino Guidoni, tituli sancte Crucis in Jherusalem presbytero cardinali, cui ut premissum est alie cause contra dictum archiepiscopum, ut verisimiliter creditur, instigantibus dictis suis emulis, ex predictis superius enarratis, connexe sunt commisse et ad parcendum laboribus et expensis partium, presertim cum, ut premissum est, prefatus archiepiscopus in Curia Romana sit personaliter presens.

Subsequenter termino ad libellandum adveniente predicto, dictus dominus Laurentius archiepiscopus principalis predictus, citra revocationem suorum procuratorum et citationem in valvis ecclesiarum predictarum debite executam, coram dicto domino episcopo Portuensi cardinali constitutus, exhibuit in causa et causis huiusmodi et produxit, citatorum predictorum non comparentium contumaciam accusavit, petens ipsos per dictum dominum cardinalem contumaces reputari et in eorum contumaciam pro se quosdam libellos et inter ceteros infrascriptum obtulit atque dedit, cuius tenor talis est:

Coram vobis reverendissimo in Christo patre et domino domino Petro Portuensi, sancte Romane Ecclesie cardinali, iudice commissario seu auditore cause et causarum ac partibus infrascriptis ab eodem domino nostro papa specialiter deputato, proponit coniunctim et divisim procurator et procuratorio nomine reverendi patris domini Laurentii, archiepiscopi Bracharensis, contra et adversus reverendum patrem dominum Petrum, asserentem se electum Tholetanum, Martinum, asserentem se episcopum Silvensem, ac Valascum Dominici, asserentem se cantorem Bracharensem, et quatenus predicti partem in presenti causa et causis faciant seu facere intendant et non aliter necnon contra et adversus procuratorem fiscalem camere apostolice, si ecclesia sua credat interesse et partem faciat in presenti causa et causis, seu facere intendat et non alias, nec ultra et contra quoscunque alios, quorum interest vel qui sua putaverint interesse, communiter et divisim, ac contra quamcunque aliam personam seu personas pro ipsis seu eorum altero in iudicio legitime intervenientem, et dicit quod licet reverendus pater dominus Laurentius, archiepiscopus Bracharensis, ab annis discretionis sue citra et usque ad tempus et tempore promotionis sue ad dictam ecclesiam Bracharensem fuerat homo et clericus bone fame, vite laudabilis et honeste conversationis et qui in Studiis Hyspanie, Montispessulano et Tholosano laudabiliter in utroque iure insudavit et perfecit seque feliciter rexit et gubernavit exigentibusque eius meritis et scientia fuerit per sancte memorie dominum Gregorium papam xi promotus ad dictam ecclesiam Bracharensem ipsiusque possessionem pacificam vel quasi adeptus fuit ipsamque a tempore adepte possessionis et citra bene et laudabiliter tam in spiritualibus quam in temporalibus rexerit et gubernaverit atque ministraverit ipsamque ecclesiam et mensam suam archiepiscopalem propter eius felicem gubernationem et administrationem in bonis imobilibus atque mobilibus, fructibus, redditibus et proventibus, ad ipsam de iure spectantibus, per eius predecessores alienatis et per ipsum recuperatis et ad ius et proprietatem ipsius ecclesie et mense sue archiepiscopalis redditis, augmentatis et constructis et reedificatis, ecclesiasque et monasteria sue civitatis et diocesis ducentas et ultra ab invasionibus et comestionibus nobilium secularium et aliorum locorum et nonnullorum aliorum clericorum, qui pretendebant se de consuetudine antiquissima comestiones seu procurationes vel certas pecunias loco ipsarum a dictis monasteriis, ecclesiis anno quolibet semel, bis, ter, quater et sepe et sepissime debere habere et levare ac exigere, liberavit et a dicta indebita servitute dictas ecclesias et monaste-

ria liberavit et retraxit, casalia quoque et possessiones sue mense archiepiscopalis necnon mense capituli sui et monasteriorum et ecclesiarum sue civitatis et diocesis ultra numerum mille per nonnullos nobiles et potentes utriusque sexus et nonnullas alias personas occupatas, detentas a longis et longissimis temporibus ac etiam aliena ad ius et proprietatem, corporalem possessionem seu quasi dicte sue mense et ecclesie Bracharensis et mense sui capituli ac monasteriorum et ecclesiarum dicte sue civitatis et diocesis revocavit, reduxit cum maximo sui corporis et suorum periculo necnon magnis suis sumptibus et expensis, nec nonnullos clericos, rectores, abbates, priores et religiosos a longis temporibus vitam impudicam et inhonestam vitam (sic) *ducentes nec etiam regulas suorum ordinum scientes, ad vitam honestam et laudabilem et ad scientiam suarum regularum reduxit, suis predicationibus eos inducendo et erudiendo, nuntiosque apostolicos, subsidia atque onera et communia servitia dicte sue ecclesie imposita et incumbentia legitime et laudabiliter tractavit et solvit et alia fecit, que bonus, sollicitus, providus et circunspectus prelatus facere debet, tamen prefati Petrus, Martinus et Valascus et quilibet ipsorum, pretendentes se a sede apostolica visitatores in regnis Portugalie et Algarbii deputatos et asserentes ipsum archiepiscopum et suam ecclesiam et diocesim velle visitare, nonnulli legitime exceptiones et legitimi obiectus, ratione[s] et cause fuerunt oppositi per prefatum dominum prefato domino Petro et Valasco, quibus se asserebat probare omnia et singula ipsarum exceptionum, rationum et causarum fore vera. Qui Petrus et Martinus ac Valascus dictos tacite obiectus, exceptiones, rationes et causas ipsas per predictum dominum archiepiscopum oppositos repulerunt, a qua quidem non admissione et tacita repulsione pro parte ipsius archiepiscopi legitime ad sedem apostolicam extitit appellatum et apostoli petiti et appellationes suas prosecuti iuxta iuris formam, pretensi prefati domini Petrus et Martinus, asserens se in collegam, per dictum Petrum et Valascum assumptum in tertium ad dictum officium visitationis, una cum eis exercendum, concepto rancore et provocati contra dictum dominum archiepiscopum, propter predictos obiectus eisdem oppositos per ipsum archiepiscopum, accesserunt suffulti potentia seculari et regia, cum multitudine armatorum, ad dictam civitatem Bracharensem, asserentes se caritative et bono zelo ipsum et suam ecclesiam ac diocesim velle visitare, contra quos iterato date fuerunt pro parte dicti domini archiepiscopi nonnulle rationabiles exceptiones, rationes et cause, propter quos nullo modo in dicto inquisitionis negotio de iure poterant procedere. Quos quidem dicti Petrus et Martinus non admiserunt, sed per quamdam suam interlocutoriam ad alia procedendo tacite repulerunt, a qua quidem non admissione obiectuum, exceptionum, rationum et causarum predictorum et tacita repulsione ipsorum legitime et bene ad sedem apostolicam extitit appellatum, tamen prefati domini Martinus, Petrus et Valascus et quilibet ipsorum nulliter, temere et de facto post et contra multas appellationes legitimas ad sedem apostolicam pro parte dicti domini archiepiscopi interiectas et ab ipsis et eorum quolibet interpositas et non obstante quod manifeste et notorie apparebat et ipsis constabat de bona fama et laudabili vita et solerti et peroptima administratione et regimine dicti domini Laurentii archiepiscopi et de falsitate omnium eidem domino Laurentio archiepiscopo impositorum per ipsos dominos Petrum, Martinum et Valascum, eius inimicos, et contra dictum dominum archiepiscopum absentem, non vocatum legitime et indefensum et alias innocentem, et nonnulla mandata contra ipsum dederunt et nonnullas sententias excommunicationis et interdicti et suspensionis protulerunt et in eum fulminarunt, et nichilominus ipsum dominum archiepiscopum excommunicaverunt et excommunicatum publice denuntiare mandarunt et ipsum per suam sententiam diffinitivam in scriptis, multum falsissimam, scienter et animo iniuriandi atque diffamandi et denigrandi bonam famam dicti domini archiepiscopi expresserunt et ex falsis*

causis pronuntiarunt eundem dominum archiepiscopum fuisse et esse excommunicatum et suspensum et irregularem et ipsum, quantum in eis fuit, suspenderunt et suspensum esse declararunt et ab omni iurisdictione, gubernatione, regimine et omnimoda administratione temporalium et spiritualium dicte sue ecclesie et mense sue archiepiscopalis Bracharensis anno Domini millesimo trecentesimo septuagesimo septimo, proxime preterito, nona die mensis Octobris eiusdem anni, a qua quidem sententia, quamquam nulla, a dictis dominis Petro, Martino et Valasco ex superhabundantia illico statim sententia ipsa lecta et recitata et ipsis dominis Petro, Martino et Valasco adhuc ipsa hora sedentibus pro tribunali, pro parte dicti domini archiepiscopi bene et legitime in scriptis ad sedem apostolicam extitit appellatum et ipsis dicta appellatione intimata et apostoli petiti iuxta iuris formam, tamen prefati pretensi Petrus, Martinus et Valascus dicte appellationi deferre noluerunt, sed post et contra dictam appellationem ultimo ab eorum dicta diffinitiva sententia, sic ut premittitur lata, interpositam, subito et animose, temere et de facto attemptata et precedente, dictam eorum pretensam sententiam, quantum in eis fuit, post et contra dictam appellationem dicti domini archiepiscopi executioni temere et de facto demandarunt et demandare fecerunt et, invocato quodam Lupo Gometii, maiordomo seu preside inter Dorium et Minium pro rege Portugalie, una cum nonnullis suis fautoribus et complicibus, spoliarunt seu spoliari fecerunt omnibus bonis suis et omni gubernatione et administratione dicte ecclesie et mense sue archiepiscopalis Bracharensis, et hodie suspensum et excommunicatum detine[n]t et vicarium et alios officiales dicti domini archiepiscopi destiterunt et removerunt et alium vicarium, qui iurisdictionem omnimodam in spiritualibus exercuit et exercet, et officiales alios, qui fructus, redditus, etc., et temporalia dicte sue ecclesie et mense sue archiepiscopalis administrant, pro ipsorum libito deputarunt et deposuerunt indebite et iniuste, fructus, redditus et proventus et emolumenta et iura ad ipsum archiepiscopum et suam mensam archiepiscopalem pertinentia percipiunt, colligunt et levant temere et de facto, contra Deum et iustitiam nequiter attemptando. Quare petit dictus procurator, nomine quo supra, per vos dictum reverendissimum in Christo patrem et per vestram sententiam prius et ante omnia pronuntiari, decerni et declarari prefatum dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, bonum et circunspectum administratorem in spiritualibus et temporalibus ac prelatum bone fame, vite laudabilis et honeste conversationis dictosque pretensos processus, monitiones et mandata atque citationes personales et sententias per dictos dominos Petrum, Martinum et Valascum, procuratores, factos et factas atque latas et facta fuisse et esse temerarias, illicitas et iniquas et iniustas ac temeraria, illicita, iniqua et iniusta et temere et de facto et post et contra dictas appellationes presumptas et attemptatas et presumpta et attemptata per predictosque Petrum, Martinum et Valascum male et perperam, nulliter et de facto fuisse et esse contra dictum dominum archiepiscopum processum, sententiatum et diffinitum eorumque processus, monitiones et mandata atque sententias fuisse et esse nullos et nullas et nulla et per vos annullandos, annullandas et annullanda fore et etiam annullari vel saltem pretextu dictarum appellationum irritandos, irritandas et irritanda, revocandos, revocandas et revocanda, cassandos, cassandas et cassanda et per vos et vestram sententiam saltem per modum attemptati vel temere facti revocari, irritari et cassari et pro parte dicti domini archiepiscopi bene et legitime fuisse et esse appellatum prefatumque dominum Laurentium archiepiscopum Bracharensem ante omnia ad omnimodam administrationem, regimen et gubernationem et ad corporalem possessionem seu quasi dicti sui archiepiscopatus et ecclesie atque mense archiepiscopalis necnon ad fructus, redditus et proventus et cetera ex eis percepta et tempore dictarum suspensionis et spoliationis citra resti[tuenda] et reintegrand[a] fore et per vos restitui et reintegrari plenarie et

cum effectu, dictisque Petro et Martino ac Valasco atque procuratori camere apostolice necnon cuicumque alii in presenti causa partem facere volenti et in, de et super impediment. suspens[sioni] et expoliation[i] predictis perpetuum silentium imponendum fore et per vos etiam imponi et alias in et de et super premissis omnibus et singulis et eorum quolibet sibi fieri iustitie complementum et premissa petit coniunctim et divisim et alias omni meliori modo, via et forma et iure et causa, quo et quibus melius et efficacius fieri potest et debet, una cum expensis factis et protestatione de faciendo et de dampnis et iniuriis super premissis et singulis vestrum benignum officium humiliter implorando, salvo iure addendi et minuendi, corrigendi et declarandi, etc.

De quibus protestationibus, prout mos stili palatii est et fuit, predicto quidem et aliis libellis in causa huiusmodi ut premittitur oblatis, memoratus dominus episcopus Portuensis cardinalis citatos predictos non comparentes, licet debite expectatos, contumaces, prout erant, exigente iustitia, reputavit et in ipsorum contumaciam, ad antedicti domini Laurentii principalis instantiam, dominum Thomam, procuratorem fiscalem predictum, per ipsius porterium necnon dominos Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Valascum, cantorem, per audientiam publicam predictam ad respondendum dicto libello et aliis libellis in causa huiusmodi datis litemque contestandum et contestari videndum super eisdem et ad prestandum seu prestari videndum calumpnie iuramentum super dictis libellis et in tota huiusmodi causa citari mandavit et fecit ad certam diem competentem, deinde prefatus dominus Petrus cardinalis, iudex et commissarius, certis de causis animum suum moventibus, se a Romana Curia absentavit, propter cuius absentiam dictus dominus noster Urbanus papa vi. causam et causas huiusmodi et in forma predicta, prout dicto domino Petro cardinali commisse fuerant, ulterius audiendas, decidendas et fine debito terminandas et resumendas nobis Johanni, miseratione divina tituli sancte Sabine presbytero cardinali, cum omnibus emergentibus, incidentibus, dependentibus et connexis, commisit. Cuius quidem commissionis vigore, nos debite et legitime procedere volentes, ad antedicti domini Laurentii principalis instantiam, supradictum dominum Thomam, procuratorem fiscalem, per porterium nostrum et sepedictos dominos Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Valascum, cantorem, et eorum procuratores, si qui fuissent in dicta Curia pro eisdem, ad dicendum et dandum quidquid dicere et dare volebant verbo vel in scriptis contra commissionem nobis factam peremptorie citari mandavimus et fecimus ad certam diem competentem, in qua per dictum dominum Laurentium principalem coram nobis, citra tamen procuratorum suorum revocationem, comparentem, dictorum citatorum non comparentium contumacia accusata et ipsis per nos contumacibus, prout erant, reputatis, nos deinde eosdem, scilicet dictum dominum Thomam per porterium nostrum et alios omnes predictos et eorum procuratores, si qui fuissent in dicta Curia pro eisdem, per audientiam publicam antedictam ad resumendum et resumi videndum causam et causas huiusmodi in statu, in quo ultimo coram dicto domino Petro, episcopo Portuensi, cardinali, remanserat vel dicendum et proponendum causam rationabilem, si quam habebant, quare resumi non debebant, in statu predicto peremptorie citari mandavimus et fecimus ad certam competentem diem, in qua nos, ad antedicti domini Laurentii principalis, comparentis coram nobis iudicialiter et dictorum citatorum non comparentium contumaciam accusantis et ipsos per nos contumaces reputari petentis et causam et causas huiusmodi in statu predicto resumi petentis et resumentis, causam et causas huiusmodi in statu, in quo coram dicto domino episcopo Portuensi, cardinali, remanserant, resumpsimus et habuimus pro resumptis, in contumaciam dictorum citatorum, per nos contumatium, prout erant, reputatorum, etiam subsequenter nos dictum dominum Thomam, procuratorem, per porterium nostrum et alios predictos per audientiam

publicam predictam ad dicendum et dandum quidquid dicere et dare volebant verbo vel in scriptis contra ultimam commissionem, dicto domino episcopo Portuensi, cardinali, factam supradictam, necnon ad prestandum et prestari videndum in causa et causis huiusmodi de calumpnia non committenda et veritate dicenda, cum omnibus capitulis in et sub calumpnie iuramento comprehensis, peremptorie citari fecimus ad certam competentem diem, in qua per dictum dominum Laurentium principalem coram nobis, citra suorum procuratorum revocationem, iudicialiter comparentem, dictorum citatorum contumacia accusata et in eorum contumaciam ad mandatum nostrum et in nostris manibus, manutactis corporaliter sacris scripturis, ad sancta Dei evangelia de calumpnia vitanda et veritate dicenda in tota huiusmodi causa, cum omnibus et singulis capitulis in et sub calumpnie iuramento contentis, prestito iuramento, nos citatos predictos non comparentes, licet debite expectatos, contumaces, prout erant, exigente iustitia, reputantes, in ipsorum contumaciam, eosdem ad ponendum et articulandum ponique et articulari et videndum in causa et causis huiusmodi, scilicet dictum dominum Thomam per porterium nostrum et alios predictos per audientiam predictam peremptorie citari fecimus ad certam competentem diem, in qua comparuit coram nobis magister Branquinus de Mediolano, in Romana Curia et dicti domini Laurentii principalis procurator et procuratorio nomine eiusdem, prout de suo mandato per acta huiusmodi cause nobis constabat, et representans citationem audientie predicte debite in eadem executam et lectam, citatorum in ea contentorum non comparentium contumaciam accusavit, petendo ipsos contumaces per nos reputari, et in eorum contumaciam positiones et articulos pro dicto domino Laurentio in causa et causis huiusmodi exhibuit atque dedit, Nos tunc dictos citatos non comparentes, licet debite expectatos, contumaces, prout erant, exigente iustitia, reputantes, in ipsorum contumaciam, dictum dominum Thomam, procuratorem fiscalem, per porterium nostrum, et dominos Martinum, episcopum, et Valascum, cantorem, per audientiam supradictam ad dicendum et dandum quidquid dicere et dare volebant verbo vel in scriptis contra dictos positiones et articulos, in quantum articuli, et ad respondendum eisdem, in quantum positiones vocabantur, per audientiam publicam antedictam peremptorie citari fecimus ad certum terminum competentem, in quo termino dictus magister Branquinus, procurator, dicto nomine quamdam citationem in dicta audientia positam et lectam representavit et predictorum citatorum, in ea contentorum, et dicti domini Thome, procuratoris, non comparentium, contumaciam accusavit et ipsos per nos contumaces reputari petivit nosque eosdem non comparentes, licet debite expectatos, contumaces, prout erant, exigente iustitia, reputavimus et in eorum contumaciam dictum dominum Thomam, per nostrum porterium, et alios supradictos, videlicet dominos Martinum et Valascum per audientiam contradictarum antedictam ad producendum et produci videndum omnia et singula iura, litteras, instrumenta et quecumque munimenta, quibus uti intendebant, in causa et causis huiusmodi peremptorie citari fecimus ad certam competentem diem, in qua dictus magister Branquinus quamdam citationem in dicta audientia positam et lectam ac etiam debite executam coram nobis iudicialiter representavit et citatorum, in ea contentorum, et dicti domini Thome, non comparentium, contumaciam accusavit, petendo ipsos per nos contumaces reputari et in eorum contumaciam nonnulla iura, litteras, privilegia et instrumenta partis sue exhibuit. Ad cuius instantiam nos citatos predictos non comparentes, licet debite expectatos, per nos contumaces reputatos, ad dicendum et dandum quidquid dicere et dare vellent verbo vel in scriptis contra dicta producta, videlicet dictum dominum Thomam, per porterium nostrum, et alios proxime dictos per dictam audientiam peremptorie citari fecimus ad certam competentem diem, in qua dictus magister Branquinus, procurator, dicto nomine quamdam citationem in sepedicta audientia positam, lectam et debite executam

in scriptis representans, citatorum predictorum, in ea contentorum, et dicti domini Thome, procuratoris fiscalis, non comparentium, contumaciam accusavit, petendo ipsos per nos reputari contumaces, nos ipsos non comparentes, licet debite expectatos, contumaces, prout erant, exigente iustitia, reputavimus. Subsequenter expositis prefato domino nostro domino Urbano pape vi. hiis que in quadam supplicationis papiri cedula continebantur, cuius tenor talis est:

Pater Sancte, dudum coram diversis dominis cardinalibus sancte Romane Ecclesie orta materia questionis inter reverendos patres dominos Petrum, nunc archiepiscopum Toletanum, Martinum, episcopum Silvensem, et Valascum Dominici, asserentem se cantorem ecclesie Bracharensis, et pretendentes se per sancte memorie dominum Gregorium, predecessorem vestrum, visitatores in regnis Portugalie ac Alguarbii deputatos ac procuratorem fiscalem camere apostolice et S. V. necnon alios in presenti causa partem facere volentes, de et super nonnullis pretensis criminibus, rebellionibus, excessibus et aliis reverendo patri domino Laurentio archiepiscopo Bracharensi impositis, licet falso, et nonnullis pretensis inquisitionibus suspensionis, spoliationis tam in spiritualibus quam temporalibus mense sue archiepiscopalis Bracharensis appellationibus interpositis per dictum exponentem a nonnullis gravaminibus, excessibus et iniuriis latis inique et ex arrupto per pretensos predictos visitatores contra ipsum et aliis etiam deductis in processu dicte cause et eorum occasione ex parte una et prefatum reverendum patrem dominum Laurentium ex altera, ad nonnullos actus fuerit etiam ex officio contra ipsum processum et subsequenter reverendissimus in Christo pater dominus cardinalis Corfiensis, etiam commissarius post in dicta causa et coram quo dicta causa pendet, et in ea etiam ex officio processerit ad multos actus, citra tamen conclusionem, et nullus adversarius compareuerit, qui in dicta causa partem facere velit et ex eo quod totus processus originalis habitus in partibus per prefatos dominos archiepiscopum Toletanum et episcopum Silvensem et Valascum, qui se asserunt visitatores, et etiam per dominum Pitavensem, contra dictum dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, non est productus coram dicto domino Corfiensi, nec potest produci nec haberi potest, cum sit penes notarium dicti domini Pitavensis, cui primo dicta causa fuit commissa et coram quo etiam dictus processus originalis productus fuit, prout de hoc etiam ex asseveratione facta coram dicto domino Corfiensi per Didacum Martini, qui se asserebat procuratorem dicti domini Toletani et ultro defensorem, cumque etiam in appellationibus et apostolis ac sententiis et aliis productis per dictum exponentem coram dicto domino Corfiensi fiat mentio de dictis processibus et quodammodo, prout novit S. V., impossibile sit haberi per dictum dominum Laurentium archiepiscopum, quia tamen (sic) *per instrumenta publica quam per testes ydoneos hic in Curia Romana per dictum dominum Bracharensem coram predictis dominis cardinalibus productos super articulis per eum productis eius intentio credatur fore probata, dubitat idem dominus cardinalis Corfiensis ad sententiam predictam procedere. Supplicatur igitur eidem S. V. pro parte dicti domini Bracharensis, qui tam propter tantam multitudinem commissariorum quam etiam notariorum habitorum in dicta causa est conflictus et depauperatus in tanta temporis diuturnitate et per predictos pretensos visitatores mensa sua archiepiscopali in spiritualibus et temporalibus indebite suspensus et spoliatus existit, quatinus committere et mandare dignemini dicto domino Corfiensi, statum dicte cause hic habentes pro sufficienter expresso, quod ad decisionem et finalem expeditionem dicte cause, non obstante quod dictus originalis processus dicte cause coram prefatis habitus et productus non existat, dum tamen alias de meritis dicte cause per alia producta per eundem dictum dominum Laurentium archiepiscopum constet et constare posset, procedat et secundum allegata, producta et probata sententiam*

ferat, precipue cum talis sententia nemini preiudicet, quin de suo iure semper possit contendere.

Idem dominus noster dominus Urbanus papa vi. nobis Johanni cardinali prefato vive vocis oraculo commisit quatenus super contentis in dicta supplicationis papiri cedula procederemus et faceremus, prout nobis videretur expedire, onerando tamen conscientiam nostram in premissis; huiusmodi itaque commissione nobis facta, nos ad antedicti magistri Branquini, procuratoris, instantiam, dictum dominum Thomam, per porterium nostrum, et alios supradictos, etiam nichil contra proximam commissionem nobis factam supradictam ad hoc citatos legitime nichil dicere aut dare curantes, per audientiam antedictam ad concludendum et concludi videndum in causa et causis huiusmodi vel dicendum causam, si quam habebant, quare concludi non debebat, peremptorie citari fecimus ad certam competentem diem, in quas nos cum dicto magistro Branquino, procuratore, dicto nomine coram nobis iudicialiter comparente, et presente dicto domino Thoma, citationem in dicta audientia lectam et debite executam representante et citatorum predictorum non comparentium accusante et eos contumaces reputari et in eorum contumaciam secum per nos concludi petente et quantum in ipso erat conducente, in causa et causis huiusmodi conclusimus et habuimus pro concluso, non obstantibus exceptionibus per dictum dominum Thomam ad impediendum conclusionem propositis et allegatis, tandem nos sepedictos dominum Thomam, procuratorem fiscalem, per porterium nostrum, et dominos Martinum et Valascum eorumque procuratores, si qui fuissent in dicta Curia pro eisdem, per audientiam predictam ad audiendum et videndum per nos diffinitivam in causa et causis huiusmodi fieri sententiam peremptorie citari fecimus ad diem et horam inferius annotatas, quos etiam dicto magistro Branquino, procuratori, et parti sue tunc ad idem prefixeramus. Quibus advenientibus, comparuit coram nobis magister Branquinus, procurator, dicto nomine, quandam citationem in dicta audientia positam, lectam et debite executam representans, dicti domini Thome et aliorum predictorum non comparentium contumaciam accusavit, petendo ipsos contumaces reputari et diffinitivam sententiam pro parte sua ferri per nos, iuxta tenorem petitionis, in fine supradicti libelli designate. Nos itaque tam dictum dominum Thomam quam alios supradictos, non comparentes, debite tamen expectatos, contumaces, prout erant, exigente iustitia, reputavimus et in eorum contumaciam, visis et diligenter inspectis omnibus et singulis in causa et causis huiusmodi coram nobis actis, actitatis, habitis et productis eisque diligenter recensitis, ad nostram diffinitivam sententiam proferendam processimus et eam de iurisperitorum consilio, cum quibus super meritis cause et causarum huiusmodi plene deliberavimus, secundum ea que vidimus et cognovimus et que de presenti cognoscimus et videmus, iuxta tenorem petitionis supradicte, in scriptis tulimus et presentibus ferimus in hunc modum:

Christi nomine invocato, pro tribunali sedentes et habentes pre oculis solum Deum, nos Johannes, miseratione divina tituli sancte Sabine presbyter cardinalis, iudex et commissarius prefatus, de iurisperitorum consilio et assensu, per hanc nostram diffinitivam sententiam in hiis scriptis pronuntiamus, decernimus et declaramus prefatum reverendum patrem dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, tempore promotionis sue ad prefatam ecclesiam Bracharensem et abinde citra fuisse et esse bonum et circunspectum [administratorem] in spiritualibus et temporalibus ac prelatum bone fame, vite laudabilis et honeste conversationis, per prefatosque dominos Petrum, nunc archiepiscopum Toletanum, Martinum, episcopum Silvensem, et Valascum, cantorem Bracharensem, contra prefatum dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, male, perperam, inique ac iniuste fuisse et esse processum, sententiatum et diffinitum eorumque processus et senten-

tias cassandos et revocandos fore et quatenus de facto processerunt, cassamus et revocamus et pro parte dicti domini Laurentii, archiepiscopi Bracharensis, bene et legitime fuisse et esse appellatum prefatumque dominum Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, ad omnimodam administrationem, regimen et gubernationem et ad corporalem possessionem vel quasi dictorum archiepiscopatus et ecclesie ac mense archiepiscopalis necnon fructus, redditus et proventus ex dictis archiepiscopatu, ecclesia et mensa archiepiscopali, a tempore dictarum suspensionis et spoliationis citra perceptos, restituendum et reintegrandum fore quantum possumus restituimus et reintegramus, condempnationem expensarum omittentes ex causa.

In quorum omnium et singulorum fidem et testimonium presentes nostre diffinitive sententie litteras seu presens publicum instrumentum exinde per Bernardum, notarium publicum nostrumque et huiusmodi cause coram nobis scribam infrascriptum, fieri et publicari mandavimus et nostri sigilli, quo utebamur ut archiepiscopus Corfiensis, iussimus appensione muniri. Datum et actum Rome, in hospitio habitationis nostre, nobis inibi hora vesperorum ad iura reddenda et causas audiendas pro tribunali sedentibus, sub anno nativitatis Domini millesimo trecentesimo septuagesimo nono, indictione secunda, die lune, quartadecima mensis Februarii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani, divina providentia pape vi.ti, anno primo, presentibus venerabilibus et discretis viris dominis Manno de Amelia, auditore nostro, Francisco Petri de Amelia, litterarum penitentiarie domini nostri pape scriptore, magistris Johanne de Gudesberg et Gizone Catzman, in Romana Curia procuratoribus, testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Et ego Bernardus Henrici de Daventria, clericus Traiectensis diocesis, publicus apostolica et imperiali auctoritatibus notarius ac reverendissimi in Christo patris et domini domini Johannis cardinalis, iudicis et commissarii, et cause predictorum coram eo scriba, quia predicte sententie diffinitive prolationi et promulgationi ac aliis premissis, dum sic, ut premittitur per eundem dominum cardinalem et coram eo agerentur et fierent, una cum prenominatis testibus presens fui eaque sic fieri vidi et audivi, idcirco hoc presens publicum instrumentum, me aliis occupato negotiis, per alium fideliter scriptum exinde confeci et publicavi meque propria manu subscripsi et signo meo solito una cum eiusdem domini cardinalis appensione sigilli, quo dudum utebatur ut archiepiscopus Corfiensis, signavi rogatus et requisitus, in testimonium omnium et singulorum premissorum. Constat michi notario de omissione dictionis administratorem, posite in huius instrumenti ante meam subscriptionem fine, que poni debet ad signum ibidem factum videlicet inter verba circunspectum et in» (162).

Urbano VI confirmou a sentença, dada pelo cardeal de Santa Sabina, antigo arcebispo de Corfu, a pedido de D. Lourenço Vicente, por letras de 6 de Março de 1379, dirigidas aos bispos de Viterbo, de Tui e de Orense. Mandava-lhes publicassem-na solenemente, quando entendessem necessário, restituíssem a D. Lourenço ou seu procurador o governo do arcebispado de Braga e o metessem na posse dos direitos e pertenças do mesmo, removendo deles todos os detentores e obrigando-os a prestar contas dos proventos e direitos do arcebispado, com a devida satisfação pelos recebidos até ali:

«Urbanus episcopus, servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus.. Viterbiensi et.. Tudensi ac.. Auriensi episcopis. Salutem et apostolicam benedictionem. Petitio

(162) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18.

venerabilis fratris nostri Laurentii, archiepiscopi Bracharensis, nobis exhibita continebat quod, licet olim ipse ecclesiam suam Bracharensem continue in spiritualibus et temporalibus bene et laudabiliter rexisset et gubernasset ac administrasset et alias bone vite et honeste conversationis et fame fuisset et esset, tamen venerabiles fratres nostri Petrus, archiepiscopus Toletanus, tunc Colimbriensis, et Martinus, Silvensis episcopus, ac Valascus Dominici, cantor dicte ecclesie, asserentes se visitatores et reformatores dicte Bracharensis et nonnullarum aliarum ecclesiarum in regno Portugalie consistentium, auctoritate apostolica deputatos, et minus veraciter pretendentes quod idem Laurentius archiepiscopus, ausu sacrilego et Dei timore postposito, in nonnullos clericos manus iniecerat temere violentas, et propterea excommunicationis sententiam incurrerat, et quod ipse Laurentius, archiepiscopus, huiusmodi excommunicationis sententia ligatus, divina officia celebraverat et alias dictam Bracharensem ecclesiam male rexerat et gubernaverat ac nonnullos alios excessus commiserat, tunc expressos, contra ipsum Laurentium, archiepiscopum, propterea ad eorum presentiam evocatum, super premissis ad inquisitionem ex officio ut dicebant descenderunt et, quamvis per huiusmodi inquisitionem vel alias eundem Laurentium, archiepiscopum, in premissis vel aliquo premissorum culpabilem minime reperissent, tamen Petrus, archiepiscopus, et Martinus, episcopus, et cantor predicti, perperam in huusmodi inquisitionis negotio procedentes, prefatum Laurentium, archiepiscopum, per suam ut dicebant diffinitivam sententiam a regimine et administratione spiritualium et temporalium dicte Bracharensis ecclesie suspenderunt ac in eum diversas excommunicationis, suspensionis et interdicti sententias promulgarunt ac quosdam vicarios in spiritualibus et temporalibus in archiepiscopatu Bracharensi deputarunt, qui fructus, redditus et proventus ad mensam archiepiscopalem Bracharensem spectantes nomine camere apostolice levarent, propter que prefatus Laurentius, archiepiscopus, ad sedem apostolicam appellavit nosque venerabili fratri nostro Petro, episcopo Portuensi, ad instantiam dicti Laurentii, archiepiscopi, commisimus ut causam appellationis huiusmodi et negotii principalis, summarie, simpliciter et de plano ac sine strepitu et figura iudicii, audiret et fine debito terminaret ac Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Valascum, cantorem, predictos ac omnes et singulos alios, qui sua crederent interesse, per edictum publicum portis palatii apostolici et ecclesie Tiburtine, cum tunc in civitate Tiburtina cum nostra Curia resideremus, affigendum citaret, quotiens opus esset, et voluimus quod huiusmodi citatio perinde citaret dictum Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Velascum et alios qui sua crederent interesse, ac si personaliter apprehensi et citati fuissent, denique Petrus episcopus qui, ad instantiam dicti Laurentii, archiepiscopi, coram eo in iudicio comparentis, magistrum Thomam de Fitechyo, procuratorem nostrum fiscalem, per quemdam porterium suum iuratum, ac Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Valascum ac alios qui sua crederent interesse predictos ad dandum et recipiendum libellum in causa huiusmodi per edictum publicum portis palatii et ecclesie Tiburtine predictorum affixum citari fecit, ad certum terminum peremptorium competentem, in quo prefatus Laurentius, archiepiscopus, coram eodem Petro episcopo in iudicio comparens, dictorum citatorum non comparentium contumaciam accusavit et in eorum contumaciam quemdam pro parte sua in huiusmodi causa libellum exhibuit, et deinde, cum dictus Petrus episcopus se a Romana Curia absentasset, nos causam huiusmodi dilecto filio nostro Johanni, tituli sancte Sabine presbytero cardinali, audiendam commisimus et fine debito terminandam, qui, ad instantiam dicti Laurentii, archiepiscopi, coram eo in iudicio conparentis, Thomam, per quemdam porterium suum iuratum, ac Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Valascum ac alios, qui sua crederent interesse, predictos, in audientia publica, ut est moris, ad prestandum et per alteram partem prestari videndum

iuramentum de calumpnia et de veritate dicenda in causa huiusmodi, citari fecit ad certum terminum peremptorium competentem, in quo prefatus Laurentius, archiepiscopus, coram eodem Johanne cardinali, in iudicio comparens, dictorum citatorum non comparentium contumaciam accusavit et in eorum contumaciam, in ipsius Johannis cardinalis presentia, dictum prestitit iuramentum, idemque Johannes cardinalis, ad instantiam dicti Laurentii, Thomam per quemdam porterium suum iuratum, necnon Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, Valascum ac alios, qui sua crederent interesse, predictos, in prefata audientia, ad dandum et per alteram partem dari videndum positiones et articulos, si quos dare vellent, in causa huiusmodi, citare fecit ad certum terminum peremptorium competentem, in quo magister Branquinus de Mediolano, procurator dicti Laurentii archiepiscopi, coram eodem Johanne, cardinali, in iudicio comparens, dictorum citatorum non comparentium contumaciam accusavit et in eorum contumaciam nonnullos positiones et articulos pro parte sua in huiusmodi causa dedit, idemque Johannes cardinalis, ad eiusdem Branquini instantiam, Thomam per quemdam porterium suum iuratum, ac Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Valascum ac alios, qui sua crederent interesse, predictos, in prefata audientia ad respondendum dictis positionibus et dicendum contra eosdem articulos quitquid vellent necnon ad producendum et per alteram partem produci videndum omnia acta, iura et munimenta, quibus partes ipse in huiusmodi causa uti vellent, successive citari fecit ad certos terminos peremptorios competentes, in quibus prefatus Branquinus, coram eodem Johanne cardinali in iudicio comparens, dictorum citatorum non comparentium contumaciam accusavit et in eorum contumaciam nonnulla litteras auctenticas, instrumenta publica aliaque iura et munimenta, quibus pro parte sua in huiusmodi causa uti voluit, produxit in dicto termino ad hoc dato predictusque Johannes cardinalis ad eiusdem Branquini instantiam Thomam per quemdam porterium suum iuratum ac Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Valascum ac alios qui sua crederent interesse, predictos, in dicta audientia ad dicendum contra huiusmodi producta quitquid vellent necnon ad concludendum et concludi videndum in causa huiusmodi vel dicendum causam rationabilem, quare in ea concludi non deberet, successive citari fecit ad certos terminos peremptorios competentes, in quibus prefato Branquino, coram eodem Johanne cardinali in iudicio comparente et dictorum citatorum non comparentium contumaciam accusante et in eorum contumaciam in huiusmodi causa concludi petente, in dicto termino ad hoc dato, memoratus Johannes cardinalis, reputans eosdem citatos, quoad actum huiusmodi, prout erant, merito contumaces, in eorum contumaciam, cum dicto Branquino, in huiusmodi causa concludente, conclusit et habuit pro concluso in dicto termino ad hoc statuto, et ad ipsius Branquini instantiam Thomam, per quemdam porterium suum, iuratum, ac Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Valascum ac alios, qui sua crederent interesse, predictos in supradicta audientia ad suam in causa huiusmodi diffinitivam sententiam audiendam citari fecit ad certam diem peremptoriam competentem, in qua, dicto Branquino coram eodem Johanne cardinali in iudicio comparente et dictorum citatorum non comparentium contumaciam accusante et in eorum contumaciam sententiam ipsam ferri petente, supradictus Johannes cardinalis, reputans eosdem citatos quoad actum huiusmodi, prout erant, merito contumaces, in eorum contumaciam, visis et diligenter inspectis omnibus et singulis actis, actitatis, habitis et productis in causa huiusmodi ipsisque cum diligentia recensitis et examinatis et habito super hiis consilio cum peritis, per suam diffinitivam sententiam pronuntiavit, decrevit et declaravit, prout hec omnia in dicto libello petita fuerant, prefatum Laurentium archiepiscopum tempore promotionis sue ad prefatam ecclesiam Bracharensem et abinde citra fuisse et esse bonum et circunspectum administratorem in spiritualibus et temporalibus ac prelatum

bone fame et honeste conversationis ac per prefatos Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Valascum contra prefatum Laurentium, archiepiscopum, male, perperam, inique et iniuste fuisse et esse processum, sententiatum et diffinitum, eorumque processus et sententias cassandos et revocandos fore, et quatenus de facto processerant, cassavit et revocavit et pro parte dicti Laurentii, archiepiscopi, bene et legitime fuisse et esse appellatum prefatumque Laurentium, archiepiscopum, ad omnimoda administrationem, regimen et gubernationem et ad corporalem possessionem vel quasi dicti sui archiepiscopatus ac mense sue archiepiscopalis necnon ad fructus, redditus et proventus, ex dictis archiepiscopatu et mensa archiepiscopali a tempore suspensionis et spoliationis predictarum perceptos, restituendum et reintegrandum fore et ipsum, quantum potuit, restituit et reintegravit, prout in instrumento publico inde confecto dicti Johannis cardinalis, sigillo munito, dicitur plenius contineri.

Nos itaque, ipsius Laurentii archiepiscopi supplicationibus inclinati, dictam diffinitivam sententiam prefati cardinalis, utpote provide latam, ratam habentes et gratam ipsamque auctoritate apostolica confirmantes, fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios eandem diffinitivam sententiam ipsius cardinalis, ubi et quando expedire videritis, auctoritate nostra solemniter publicantes, eundem Laurentium, archiepiscopum, vel procuratorem suum, eius nomine, ad regimen et gubernationem archiepiscopatus Bracharensis et mense predictorum et eorum possessionem iuriumque et pertinentiarum ipsorum, amotis exinde dictis vicariis et quolibet alio detentore, eadem auctoritate restituatis et reintegretis ipsumque restitutum et reintegratum defendatis, facientes sibi de ipsorum archiepiscopatus et mense fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis integre responderi et de predictis perceptis fructibus, iuxta predicti instrumenti eiusdem condempnationis tenorem, plenam et debitam satisfactionem impendi. Contradictores auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendo. Datum Rome, apud Sanctam Mariam in Transtiberim, vi. Idus Martii, pontificatus nostri anno primo» (163).

D. Lourenço Vicente, a viver na Cúria Romana, pelo menos desde quando Urbano VI, a seguir à eleição, estabeleceu residência em Tívoli, devia estar ao corrente de quanto sucedeu nessa altura, em Roma, com os cardeais que vieram a denunciar tal eleição, sob pretexto de medo grave, incutido pelo povo Romano. D. Martinho, bispo de Silves, aquando da sentença a favor de D. Lourenço, e prelado de Lisboa, devido a determinações do papa de Avinhão, desde Fevereiro de 1379 (164), *nunca compareceu, apesar de citado, perante o cardeal encarregado da causa, além do mais porque seguia, de facto, Clemente VII, mesmo antes de el-rei D. Fernando se declarar pela legitimidade do papa de Avinhão, contra Urbano VI. O arcebispo de Braga estava, portanto, apto a dar testemunho do que se passou naquela altura, como realmente fez em Maio de 1379, segundo depoimento exarado no volume XVII do Arm. LIV* De Schismate, *juntamente com outros, vários deles de 1379, e não poucos a favor de Urbano VI* (165), *além dos artigos destinados a provar a liberdade e canonicidade da eleição de Urbano VI* (166) *e de outros sobre o*

(163) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 16.

(164) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, pp. 452, 506. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, p. 12, nota. 1.

(165) Cf. nota 184.

(166) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 3-11v, 24-24v; cf. fls. 29-30v; vol. XVI (AV, Arm. LIV, t. 29), fl. 104.

medo injusto e grave incutido nos purpurados, constrangidos a elegerem um papa romano ou italiano (167).

Afonso de Valterra, o qual renunciara, nas mãos de Urbano VI, ao bispado de Jaén, para se dedicar à vida eremítica, pronunciava-se pela validade da eleição do papa de Roma, a 4 de Março de 1379 (168). *Da mesma forma, Adão de Eston, mestre em teologia e monge beneditino, a 9 de Março de 1379* (169), *Tomé de Acerno, bispo eleito de Lucera, promotor dos negócios da rainha de Sicília na Cúria pontifícia, a 10 de Março de 1379* (170), *e Bartolomeu de Zabrixiis de Bolonha, doutor em decretos, bispo de Recanati, antes ouvidor das causas do palácio apostólico, a 10 de Março de 1379* (171).

Rodrigo Bernardes, encarregado por el-rei de Castela de inquirir, em Roma, sobre o cisma, ao narrar o resultado de suas investigações, refere-se a depoimentos de testemunhas interrogadas, em Roma, pelo dominicano Frei Pedro, escritos esses depoimentos num livro, possuído por seu irmão, o resignatário bispo de Jaén, cuja cópia fora dada aos embaixadores de el-rei de Aragão (172). *No dizer do embaixador, segundo Frei Pedro, nada se teria perguntado às testemu-*

---

(167) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 25-26v. Na fl. 26v, a conclusão: «Ex quibus omnibus concluditur et clare probatur quod dum cardinales fuerunt in conclavi ante electionem, fuit eis facta per Romanos notoria impressio et illatus iniustus metus ut eligerent papam Romanum vel Ytalicum». Cf. fls. 29-30v.

(168) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 45-46. Na fl. 45: «In nomine Domini. Anno a nativitate eiusdem millesimo trecentessimo lxxix°, indictione secunda, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani divina providentia pape vi. anno primo, die vero quarta Martii, in presentia mei notarii infrascripti, Reverendus in Christo pater dominus Alfonsus de regno Castelle in Ispania, heremita, olim episcopus Gienensis, qui propter vitam contemplativam et solitariam, ut Deo magis famulari posset et vivere in quiete animi sui, dictum episcopatum renuit adque renuntiavit in manibus domini nostri Urbani pape V, etatis l. annorum vel circa, testis in Roma, non iuratus, propter eius dignitatem, sed manus ad pectus suum ponens, cum fide sua iuravit et dixit se tantum scire super interrogationem domini nostri Urbani pape vi. et eius electionem ... Vester servus in Christo Alfonsus, heremita, olim episcopus Giennensis, licet indignus».

(169) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 46-47, 69v-71. Na fl. 46: «Anno, indictione, pontificatu, mense, quibus supra, die viiii dicti mensis Martii, venerabilis et reverendus pater et religiosus, honestus magister Adam de Estoñ, magister magnus et profundus in sacra pagina, monacus Norwicensis, ordinis sancti Benedicti, etatis xl annorum et ultra, natione anglicus, testis ... dixisse tantum scire quod ante conclave ... et electione fienda reverendissimi patris domini Bartholomey, tunc Barensis archiepiscopi, nunc Urbani pape vi, tamquam ydoneum et magis expertum de actibus curie Romane ...». Nas declarações das fls. 69v-71, aparece como *Adam de Eston, monachus Norwicensis, ordinis sancti Benedicti, in theologia magister et nuper socius bone memorie S[imonis] cardinalis Angelensis.*

(170) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 48-50.

(171) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 50-51, publ. por GAYET, *op. cit.*, I, pp. 114--118. Na fl. 50: «Anno, indictione et pontificatu, quibus supra, die x mensis Martii antedicti, reverendus pater dominus Bartholomeus de Bononia, decretorum doctor, olim auditor causarum sacri palatii apostolici, episcopus Racanatensis et Maceratensis, per sancte memorie dominum Gregorium promotus, testis iuratus, positis manibus ad pectus more prelatorum, iuravit et dixit, super electione sanctissimi in Christo patris et domini domini Urbani pape vi interrogatus, se tantum scire quod fuit in Urbe Romana quando electio prefata facta fuit et celebrata, erat tunc, prout diu fuerat, socius cardinalis de Vernio ...». No outro depoimento das fls. 71v-77v, publ. por GAYET, *op. cit.*, I, pp. 92-114, proclama-se «*Bartholomeus de Zabrixiis, doctor decretorum minimus, indignus episcopus Recanatensis et Materanensis per sancte memorie dominum Gregorium ad eamdem promotus ecclesiam olimque causarum palatii apostolici auditor, per sancte memorie dominum Urbanum papam v ad idem assumptus oficium, interrogatus quid sentiam de electione pontificis sanctissimi domini nostri domini Urbani pape vi. et an violenter facta fuerit an sponte ...*».

(172) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV. t. 17), fls. 60-64, publ. por GAYET, *op. cit.*, I, pp. 135--148. Na fl. 59 apenas o seguinte: «Inquisitio facta per Rodericum Bernardi super facto scismatis de mandato regis Castelle». Na fl. 60: «Honorabiles viri et domini mey carissimi. Post debitam recomendationem, noverit

nhas sobre a pressão, visto ser facto notório em Roma (173). *Penso estejam relacionadas com a missão de Frei Pedro as declarações de André Anes, de 10 de Agosto de 1378* (174), *de Guilherme Clavo Hozbeteli, doutor em decretos e ouvidor do sacro palácio* (175), *de Marinho, arcebispo de Brindes, camarário de Urbano VI, o qual, antes de ser promovido ao episcopado por este e antes de os cardeais se rebelarem contra o papa, estivera ao serviço de Clemente VII, durante sete anos, quando era cardeal de Genebra* (176), *e, pelo menos, as de Francisco Huguccione de Urbino, bispo de Faença, que, ao fazer o depoimento, a 16 de Novembro de 1379, se dirige a Frei Pedro* (177). *Estêvão de Ingolo recorda ter o cardeal de Luna escrito a el-rei de Aragão* quod dominus noster papa erat ita canonice electus, sicut nunquam fuit aliquis predecessor

---

vestra reverenda prudentia per presentes quod ex depositionibus Romanorum et aliorum Rome degentium, quos fidedignos esse cognovi et potuy suscitari, constant esse probata singula que sequuntur, quamvis sub gravi periculo et magna cautela fuerunt eorumdem attestationes recepte fideliter et occulte et, sicut ex diversis assertionibus potuy compendiose colligere; facti series se habuyt, prout subiungitur in presentibus». Na fl. 63v: «Item invenimus socius meus et ego depositiones testium, quos Rome et apud illas partes prior frater Petrus scriptas publice in quodam libro facto apud fratrem suum episcopum Giennensem quondam et tradebat inde copiam volentibus, in quibus atestationibus et actibus impressionis [fl. 64] nil continebatur, ymo de aliis actibus que videbantur denotare liberam voluntatem cardinalium ante et post electionem, flebat mentio in illis et tractatus longus per extenssum ponebatur et ambaxiatores regis Aragonum habuerunt copiam inde, attamen dixit mihi dictus prior frater Petrus postea, quando sibi dixi quod super rumore et impressione non interrogaverat testes illos et respondit quod ipse ommisit actus impressionis ut factum notorium quod erat tunc Rome. Nam de illis actibus dixit se nullatenus dubitare. Item predictus B[artholomeus] michi dixit oraculo vive vocis quod electio sua fuerat celebrata hora tertiarum et quod audiverat illa die predicationem apud ecclesiam Sancti Petri, sed quod non vidit nec audivit tumultum nec clamorem Romanorum, nec narravit cetera, sicut in casu suo continetur, sed multi Romanorum deponunt opositum, ut superius notatur ... Hec sunt in effectu que novi de actibus impressionis ego Rodericus Bernardi, licet magis explicite per extensum possem de singulis actibus laxare materiam, non excedens metas veritatis secundum meum propositum in vera conscientia circa singula premissorum. Hec ultra casum dominorum cardinalium habuy a fidedignis et sic testor in vera conscientia coram Deo et ad corroborationem premissorum nomine proprio presentibus me subscripsi». Cf. *Interrogationes fratris Petri, quas fecit cuidam de cardinalibus antiquis qui elegerunt in papam dominum Urbanum sextum in Urbe Romana et responsiones ipsius cardinalis ad quesita* (Roma, 1379) em *De Schismate*, vol. II (AV, Arm. LIV, t. 15), fls. 16-20v, publ. por SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 291-294.

(173) Cf. nota anterior.

(174) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 65-65v, publ. por SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 301-302. Declara-se *ego Andreas Johannis Andree, plebanus plebis sancti Johannis in Suana Florentine diocesis, interfui omnibus predictis et me subscripsi.*

(175) *De Schismate*, vol IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 65v-66v. Na fl. 65v: «De facto electionis domini nostri pape Urbani vi, constat michi relatori Willelmo Hozbeteli, decretorum doctori ac sacri palatii causarum apostolici auditori, tunc et nunc in Urbe existenti, quod quia domini tunc cardinales Ultramontani non poterant de aliquo ex se eligendo concordare propter mutua impedimenta et discordias ...». Na fl. 66v: «Hec manu propria ego Wilhelmus, auditor supradictus, auctor, zellator et deffensor fidei et veritatis, que est ipse Christus, qui propter suam magnam misericordiam cito liberat suam sponsam, videlicet ecclesiam, ab incursibus demonum idest zelatorum virorum et scismate eorum, ipsam persequentium, cui scismati dignetur scito finem imponere. Amen».

(176) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 66v-68. Na fl. 66v: «Informatio de creatione sive electione sanctissimi in Christo patris domini nostri Urbani, divina providentia pape vi, etc., facta per reverendissimum in Christo patrem et dominum dominum Marinum, miseratione divina archiepiscopum Braudusinensem, eiusdem domini pape camerarium, qui antequam fuit promotus per dictum dominum nostrum papam et antequam inciperent rebellare olim cardinales et recedere ab obedientia eiusdem domini nostri, ecclesie Cassañ presidebat et servivit olim cardinali Gebennensi, nunc antipape, per vii annos et citra, olim cardinali, eidem episcopo Cassañ continue sua secreta ...».

(177) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 68-69v. Começa assim: «Pater mi frater Petre, quesivisti quid sentio de presenti domino nostro papa Urbano et qua ratione, atque respondens scripto, sicut

suus, et similiter omnes et alii cardinales per totum mundum fecerunt (178). *Lembro ainda as declarações de D. Nicolau, bispo de Viterbo, a 1 de Novembro de 1379, dirigindo-se a Frei Pedro* (179), *a informação dada* per me Franciscum olim magistri Bartholomei de Senis, artium et medicine doctorem, regentem in scientia medicine Rome, tempore dicte electionis (180), *de Frei Francisco de Civittàvecchia, eremita de Santo Agostinho, bispo eleito de Nemosia, a indicar as pessoas de quem ouvira* dominum nostrum sanctissimum Urbanum esse verissimum papam, *a começar pelo próprio cardeal de Genebra, papa de Avinhão* (181), *e a de Tomás Petra* (182). *Anselmo de Milão*, utriusque iuris doctor, in Romana Curia advocatus, *dizia a propósito: «dico, assero et attestor et in iudicio anime mee credo et* firmiter teneo dominum nostrum dominum Urbanum vi. esse verum papam» (183).

Penso que os depoimentos sobre os 14 artigos, a que D. Lourenço, arcebispo de Braga, respondeu, pertençam à documentação mandada recolher pelo monarca de Aragão. Seidlmayer publicou parcialmente alguns depoimentos (184), *mas não o do arcebispo primaz. Eis as respostas*

---

iam verbo recollo respondisse: Ego firmiter credo, non opinione tantum, sed re ipsa esse verum papam ... Scriptum Rome, die xvi mensis Novembris, indictione secunda, vester F. de Urbino, electus Faventinus, manu propria».

(178) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fl. 69v.

(179) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 77v-78v. Começa assim: Cogitis me, Reverende Pater, ad respondendum ...».

(180) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 78v-79v, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 317-320.

(181) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 79v-80. Começa assim: «Reverendissime in Christo pater et domine, infrascripti sunt a quibus audivi dominum nostrum sanctissimum Urbanum esse verissimum papam, primo ab olim cardinali Gebenensi ...».

(182) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 81v-84. Começa assim: «Ego Thomas Petra, canonicus Patracensis, interrogatus quid sciam vel sentiam de electione domini nostri domini pape vi. in vera conscientia ... ego credo quod a tempore sancti Petri non fuit verior papa in ecclesia Dei ...». Cf. publ. em MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 261-264.

(183) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 80-81v.

(184) Além do depoimento do arcebispo de Braga, no *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), temos o de *Frater Berengarius de Castelleto, licentiatus in theologia, testis iuratus*, interrogado a 7 de Maio de 1379 (fl. 94v); de *Petrus Davidis, sacrista de Sortiano Gerundensis diocesis, testis iuratus*, interrogado a 10 de Maio (fl. 95); de *Johannes de Ayncon, rector parrochialis ecclesie de Villa Cremado, testis iuratus*, interrogado a 10 de Maio (fls. 96-96v); de *Petrus Oltzina alias de Berga, bachalarius in decretis, testis iuratus*, também interrogado a 10 de Maio (fl. 96v-97), publ. em MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 323-324; de *Petrus Baliereys, bachalarius in decretis, beneficiatus in diocesi Valentina, testis iuratus*, interrogado a 11 de Maio (fls. 97v-98); de *Martinus de Aciz, canonicus et archidiaconus Vallis de Ayvar in ecclesia Pampillonensi, testis iuratus*, interrogado também a 11 de Maio (fls. 98-99); de *Angelus, episcopus Pensauriensis, sacre theologie magister, iuratus per modum quo prelati iurant*, interrogado igualmente a 11 de Maio (fls. 99-100); de *Enecus, episcopus Segobriensis, medio iuramento die lune xii mensis Septembris, anno a nativitate Domini M.º ccc.º lxxix.º* (fls. 100-104), publ. em MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, p. 324); de *Fernandus Petri Calveyllio, decretorum doctor, decanus Tirasonensis et sacri palatii causarum auditor, testis iuratus*, o qual, andando ao serviço de Clemente VII, não reputava válida a eleição de Urbano VI: «Post electionem vero domini Clementis, *cuius dictus deponens una cum domino Nicolao de Neapoli, cancellario regine Neapolitane, fuisset iussus ad tres cardinales italicos, quorum duo erant in quodam castro vocato Insulla et tertius scilicet dominus Mediolanensis in civitate Soire in Terra Laboris et infra regnum Neapolitanum, audivit dictos duos dominos videlicet Florentinum et de Ursinis cardinales, loquentes et reputantes dictum dominum Barensem apostaticum et non papam et turpiter de eo specialiter dominum de Ursinis loquentem ... et credebat quod scisma multum esset periculosum et durabile ex eo quia Ultramontanus fuerat electus*», (fl. 104-106, publ. em MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, p. 325). Nas folhas 107-108v, a *Depositio Egidii Sancii Munionis, legum doctoris, facta medio iuramento super pretensa impressione Romanorum adhibita in electione domini Bartholomei, Barensis archiepiscopi, qui papam Urbanum se*

deste, aliás inéditas, dadas a 5 de Maio ([185]) *de 1379, as quais nos mostram como D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga, embora favorável à legitimidade de Urbano VI, foi bastante comedido no seu breve e pouco circunstanciado depoimento:*

> «*Primo queritur, mediante iuramento, a teste utrum sciverit vel audiverit quod officiales post diversa consilia super hoc habita deliberassent supplicare dominis cardinalibus quod eligerent papam Romanum vel Italicum et ad hoc eos compellerent, si precibus obtinere non possent* (a). *Item utrum sciverit vel audiverit quod dicti officiales ante ingressum conclavis receperunt claves pontium et posuerunt custodes in dictis pontibus ad eorum voluntates* (b). *Item utrum sciverit vel audiverit quod officiales Urbis convocaverunt et venire fecerunt ad Urbem ante ingressum conclavis montanarios et requisiti per dominos cardinales eos expellere noluerunt* (c). *Item utrum sciverit vel audiverit quod dicti officiales expellerent nobiles de Urbe et requisiti per dominos cardinales, eos reducere noluerunt* (d). *Item utrum tempore quo cardinales intraverunt conclave, populus vel maior pars esset armatus in platea*

---

nominat, o qual afirma ter abandonado Urbano VI, passando, naturalmente, à obediência de Clemente VII: «... [fl. 108] ... Ipse testis fuit bis cum dicto domino Agapito in hospitio suo, de cuius agebatur promotione. Qui ab ipso teste consilium petiit an sibi expediret capellum cardinalitium acceptari, si sibi offerretur. Cuy ipse testis respondit: Domine, ego possum vobis confidenter loqui: Vos scitis qualiter iste dominus est electus et dubito quod expellatur, propter quod nullo modo consullo quod capellum ab eo acceptetis, nisi in loco libero reeligatur, et tunc eritis cardinalis pape et collegii dominorum cardinalium. Qui materiam [fl. 108v] huiusmodi seriosius ad eandem prossequens conclusionem, de bono consilio regratiatus est ipsi testi, dicens se fore intentionis a dicto domino Barensi nunc[u]am capellum recipere, nisi per dominos cardinales extra Urbem in loco libero reeligeretur, et post per ipsum una cum collegio dominorum cardinalium cappellus sibi offerretur, licet postea contrarium fecerit. Et premissa ipse testis prospiciens diu antedicti domini Agapiti creationem, a dicto domino Barensi recedere voluit, quod cum maxima difficultate ac diversis modis exquisitis obtinuit, et taliter eius servitium evasit» (fl. 108v), publ. em MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 325-326. Pertence ainda a esta série de depoimentos os de *Guillelmus Morerii, clericus Elnensis diocesis, bacallarius in utroque iure et de familia domini regis Aragonie* (fls. 108v-112v) e de *Luppus Eneci de Uxue, decanus ecclesie sancte Marie ville Tutelle de regno Navarre Tirasonensis diocesis* (fls. 112v-113v). Vários destes depoimentos são contra a validade da eleição de Urbano VI.

([185]) O ms. tinha inicialmente *Martii*, mas foi corregido para *Maii*.

(a) Resumo das respostas: «Omnes de auditu, viii quod ipse fuit requisitus pluries simul cum multis magistris et prelatis italicis, sed noluit ire, sed socii sui qui requisiti ibant, dicebant sibi quod istud in dictis consiliis tractabatur et quod Barensis fuit in dictis consiliis et idem audivit ab ore dicti B., sed quod ibat ad impediendum impressionem et quod hic deponens fuit presens in ecclesia Sancti Spiritus, idem ix et idem etiam domino Alfonso, xii. us audiverunt a multis Romanis sibi notis et quod de hoc fiebat magnum festum per Urbem et concordat».

(b) Resumo das respostas: «Multi de auditu, de petitione clavium iiii.or, de auditu, explicite ignorat de clavibus, sed alia vidit et dicit vera; ix et xii quod Romani fecerunt claudi portalia Urbis et tam ea quam omnes passus per terram et per aquam fecerunt muniri et custodiri et deponunt de usu et ut communiter dicebatur ea ratione, etc.».

(c) Resumo das respostas: «Circa primam partem quasi omnes de auditu et quod viderunt dictos montanaros; circa secundam partem viii scilicet quod in ecclesia Sancti Spiritus requisiti negaverunt de explendo et aliis que non servaverunt et quod fecerunt venire montanaros feroces et lo compte Francisco et alias gentes extraneas».

(d) Resumo das respostas: «Multi de auditu et aliqui specialiter de comite Fundorum, v audiverunt preconizationem, xiii idem et quod fuit fama publica ibi quod cardinales petebant certos homines nobiles qui custodirent conclave quod bandarenses noluerunt, xi et xii, vii, et quod communiter dicebatur quod hoc non fecerunt ad finem ut dicti nobiles non defenderent cardinales quos habebant in magna familiaritate, si ipsi Romani agerent pro libito voluntatis, viii audivit requisitionem et denegationem, prout in precedenti articulo».

Sancti Petri et in palatio, clamando Romano lo volemo o al manco italiano (e). *Item utrum dictus populus vel maior pars continuaverint dictum clamorem usque ad fracturam conclavis* (f). [*fl. 92v*]. *Item utrum sciverit vel audiverit quod officiales Urbis ante et post ingressum conclavis requisiverunt cardinales quod complacerent populo, dando eis Romanum vel ytalicum, alias quod dubitabant de eorum maximo periculo* (g). *Item utrum sciverit vel audiverit quod campane Capitolii et sancti Petri pulsate fuerunt ad modum rumoris, die Jovis, de mane, statim post solis ortum* (h). *Item utrum sciverit vel audiverit quod ad dictum sonum campanarum populus fuerit multiplicatus et incitaverit dictos clamores iuxta conclave usque ad rupturam eiusdem continuando* (i). *Item utrum sciverit vel audiverit quod aliqui de dominis cardinalibus ex parte aliorum durante dicto rumore promiserunt populo eos contentare de Romano vel italico* (j). *Item utrum sciverit vel audiverit quod custodes conclavis dicerent cardinalibus et aliis, qui erant infra conclave, quod se expedirent, complacendo populo et statim eligendo ut supra, alias quod tam ipsi domini cardinales quam predicti custodes inciderent per frustra* (k). [*fl. 93*] *Item utrum sciverit vel audiverit quod, eadem die Jovis ante horam none vel circa, populus fregerit conclave in pluribus partibus et ingredientes cum armis et cardinales aliquos fugientes a dicto conclavi eos verberantes et turpiter tractantes, in idem reduxerunt* (l). *Item utrum sciverit vel audiverit quod, dicto archiepiscopo Barensi procurante, bandarenses sequenti die, postquam cardinales exiverunt conclave, requisiverunt eosdem in castro et alibi existentes ut venirent ad intronizandum dominum B., minas eisdem, si non facerent, inenciendo* (m). *Item utrum sciverit vel audiverit quod in Urbe communiter diceretur quod ex predictis verisimiliter timuerint vel timere debuerint dicti domini cardinales, maxime eo tempore quo predicta electio fuerit celebrata* (n). *Item utrum premissa sint publica et notoria et de ipsis fuerit et est publica vox et fama in Urbe Romana et alibi.*

Die Jovis, v die Maii (186), *anno a nativitate millesimo ccc° lxxix. Reverendus in Christo pater dominus archiepiscopus Bracharensis* (187), *interrogatus super primo capitulo, respondit et dixit quod audivit a nonnullis contenta in dicto capitulo, excepto illud quod sequitur et ad hoc eos, etc. Super secundo interrogatus, respondit et dixit quod audivit a nonnullis quod, ad instantiam dominorum cardinalium, dominus Guido de Pruinis, Urbis senator, et banderenses et alii officiales Urbis constituerunt certos custodes pro custodia eorum et pontium, ut dampnum recipere non valerent. Super tertio capitulo interrogatus, respondit et dixit quod audivit a nonnullis quod multi venerunt de comitatu et vicinatu ad Urbem etiam vocati per officiales Urbis, tempore mortis domini Gregorii, et nescit utrum fuerint requisiti dicti officiales vel non per dominos cardinales quod eos expellerent de Urbe. Super iiii°, dixit quod audivit a nonnullis ut in*

(e) Resumo das respostas: «Per multos de auditu, de visu per iii, v, vii, viii, ix, in c. xiii sue depositionis, x et xiii in c. vi».

(f) Resumo das respostas: «Probatur per iiii ...».

(g) Resumo das respostas: «Aliqui de auditu ...».

(h) Resumo das respostas: «Quasi ...».

(i) Resumo das respostas: «Idem ...».

(j) Resumo das respostas: «Septem ...».

(k) Resumo das respostas: «Multi de auditu ...».

(l) Resumo das respostas: «Multi de auditu ...».

(m) Resumo das respostas: «Multi de auditu ...».

(n) «Quasi omnes de auditu ...».

(186) Cf. nota 185.

(187) No ms. estava *Barensis*, palavra corrigida para *Bracharensis*.

eo continetur. [fl. 93v] Super quinto, dixit quod audivit a nonnullis quod illi qui deputati fuerunt in custodes cardinalium, erant armati, quando cardinales conclave intraverunt, pro custodia eorum, et audivit a nonnullis quod aliqui Romani supervenerunt dum cardinales essent in conclavi et audivit a monnulis quod stantes extra palatium, aliqui Romani clamabant: Romano o Ytalico lo volemo. Super vi, respondit ut in v, hoc excepto quod nescit si continuarunt. Super vii, respondit quod audivit a nonnullis quod aliqui de Urbe ante ingressum conclavis requisiverunt aliquos cardinales quod complacerent populo et darent eis Romanum vel Italicum, alias quod dubitabant de maximo scandalo. Super viii, respondit quod ante mortem Gregorii et tempore funeris et post audivit sepe et sepius pulsare campanas Capitolii, nescit tamen si ad modum ruboris. Super ix°, respondit quod audivit scilicet aliqui de populo, die Jovis, de mane, iverunt ad ecclesiam beati Petri et quod intraverunt palatium, ubi erat conclave, et quod clamabant quod darent sibi Ytalicum vel Romanum; alia contenta in dicto capitulo nescit. Super x°, respondit quod audivit a nonnullis quod duo cardinales venerunt ibi stantes quod non clamarent et quod darent sibi Ytalicum vel Romanum et stantes ibi respondebant quod Romanum volebant, non Italicum. Super xi, respondit quod audivit a nonnullis quod aliqui Romani, nescit tamen utrum essent custodes, quod dicebant intra se alta voce quod domini cardinales expedirent se et eligerent et clamando alias quod occiderentur. Super xii°, respondit quod audivit a nonnullis quod aliqui Romani fregerant conclave in aliquibus partibus, etiam cum armis, et quod aliqui cardinales recesserunt a conclavi, timore ipsorum, et quod fuerunt reducti per aliquos de Romanis ad conclave, nescit tamen utrum verberaverunt ipsos vel non, audivit tamen a nonnullis quod non veniebant bene parati. Super xiii, respondit quod numquam audivit contenta, excepto quod audivit dici a nonnullis quod cardinales, qui erant in Urbe et electores domini tunc Barensis, die Veneris sequentis, statim per diem Jovis preterite, miserunt ad aliquos cardinales, qui erant in castro sancti Angeli, ut venirent ad intronizandum [fl. 94] dictum dominum Barensem, sic electum per eos, ut de iure debebant, et quod dicti cardinales in dicto castro existentes constituerunt procuratores ad predicta, et subsequenter venerunt dicti cardinales qui erant in castro personaliter ad cappellam palatii domini pape et quod ibi intronizaverunt eum, supplicando ante ei ut vellet consentire et preberet consensum, et quod fuerunt tunc interim scrutata corda eorum cardinalium si placebat eos consentire in dictum dominum Barensem ut esset papa, et quod tunc placuit omnibus ibi presentibus, et tunc ipse consentiit electioni de se facte et fuit per eos intronizatus et indutus vestibus papalibus et mitratus, et subsequenter post paucos dies venerunt de extra Urbem domini sancti Eustacii et sancti Angeli et dominus Jacobus de Ursinis et dominus Gebenensis de castris, ad que iverant, ut dicebatur metu Romanorum, et venerunt ad dictum dominum Urbanum et exhibuerunt sibi reverentiam et obedientiam debitam et solitam ut vero pape, et secum fecit in consistoriis dominum Grendatensem, tituli sancte Cecilie presbyterum cardinalem, episcopum Ostiensem, qui postea ipsum Urbanum in papam consecravit et sepe sepissime, ut dictus archiepiscopus dixit, vidit quod ipsi domini cardinales et Ambianensis, qui postmodum venit de legatione Florentie, fecerunt sibi reverentiam et obedientiam solitam et debitam, osculando manum in publicis consistoriis et privatis. Et nichilominus plures promovit ad episcopatum cum eis, specialiter dominum Geenensem, qui fuit consecratus in domo domini Gebenensis, et dictus dominus Grandatensis, qui per dictum dominum Urbanum factus fuit episcopus Ostiensis, fecit ordines publice in ecclesia sancte Cecilie, apponendo in litteris suis quas dabat ordinationes per eum pontificatu domini nostri Urbani pape vi anno primo. Et dixit quod vidit dominum de Luna, diachonum cardinalem, stante populo ante portam beati Petri et car-

dinalibus cum dicto domino Urbano indutis vestibus consuetis, quando papa venit ostendendo se populo, ad dandum indulgentias et dicente ipso cardinali toto populo alta voce quod dominus Urbanus papa vi dabat omnibus ibi stantibus, qui erant penitentes et confessi vere vel essent infra viii dies, vi. annos et vii quadragessimas de pena indulgentie, dicente etiam eidem populo alta voce quod rogarent Deum pro dicto Urbano papa vi. et pro statu suo et sancte matris Ecclesie. Super xiiii.° interrogatus, dixit quod a nonnullis audivit quod in die Jovis, quando dicitur quod fuit facta prima electio de dicto domino Urbano, quod dicti cardinales timuerunt voces illorum Romanorum ibi stantium et clamantium ante palatium conclavis, quando clamabant quod darent sibi Italicum vel Romanum» (188).

Chegado a Portugal, como se disse, pelo menos em Agosto de 1379, pois chegou à cidade de Braga neste mês, depois de ter comunicado, em Julho, as decisões de Urbano VI sobre a sua reintegração, D. Lourenço Vicente reuniu sínodo, no mês de Setembro de 1379, após ter nomeado, no mês de Agosto, seu vigário a Gomes Fernandes e, ainda neste mês, ter sido recebido solenemente pelo cabido, na cidade de Braga, conforme objectava o dito vigário, no dia 1 de Fevereiro de 1380, ao procurador do cabido, o cónego Pedro Lourenço Buval, em virtude de procuração do dia 21 de Janeiro de 1380. Pretendiam os capitulares desligarem-se da obediência a D. Lourenço e seus vigários, pelo facto de el-rei D. Fernando ter reconhecido Clemente VII como verdadeiro pastor da Igreja, ao qual todos os súbditos deviam obedecer, e alegavam não ter valor a restituição do governo ao arcebispo, por ordem de Urbano VI, por se tratar de antipapa. Neste sínodo, realizado com o deão, cabido e todo o clero de entre Douro e Minho, D. Lourenço absolvera-os das penas gerais, incorridas em virtude das próprias constituições. A atitude do cabido era sinal de reconhecimento da autoridade do arcebispo, ao qual, aliás, obedecera, como sempre, depois de el-rei, recebidas as determinações de Roma, mandar aos vigários, nomeados pelos visitadores, deixassem de exercer tal ofício, a não ser sob dependência de D. Lourenço, e aas suas justiças que lhe ffizessem obedecer. *Segundo o mesmo documento, ainda no mês de Setembro, tinha o arcebispo conferido ordens na igreja de Guimarães, aliás com a participação do arcediago de Neiva, Rodrigo Álvares, um dos ditos cónegos.*

Ficamos também a saber pelo documento ter sido no mês de Janeiro de 1380 que chegou a Braga a notícia de el-rei D. Fernando se ter declarado pela obediência de Clemente VII, quando D. Lourenço estava em Maceira, terra de Sousa. Nessa altura, soubera o arcebispo que o deão e cabido escreveram a el-rei, no intento de se desligarem da obediência ao prelado, por motivo da declaração régia, a favor do papa de Avinhão, e pelo facto de a reintegração de D. Lourenço se ter dado em virtude das determinações vindas de Urbano VI. Escreveu, então, o arcebispo primaz uma carta ao cabido, lida pelo abade de S. Tiago de Antas, a fazer-lhes ver a sem-razão da atitude e afirmações suas, e a convidá-los a escolherem letrados como procuradores, aos quais mostraria como de dereito era seu prellado *e como, naquela altura, recebera em resposta carta* fecta per Pero Anes, tabeliom jearal antre Doiro e Minho, em a qual disserom que elles nunca aquello disserom, *mas que* elles criam e tiinham que el era seu prellado e por seu prellado ho aviam:

«*Sabham todos que no anno da era de mil e quatroç[entos e dez e oyto] annos, convem a ssaber primeiro dia do mes de Fevereiro, na cidade de Bragaa, na capella de Sam Giraldo, em presença de Affonso Perez, publico tabaliom de nosso Senhor el Rey*

(188) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fls. 93-94.

na dicta cidade e em seus termhos e as testemunhas adeante scritas, pareçeu ho honrrado barom Pero Lourenço Buval, coonigo na igreia de Bragaa, em seu nome e como procurador dos honrrados barões Gil Perez, arcediagoo do Couto, Affomso Martinz, mestrescolla, Domingos dEspinho, Lourenço Perez, Gonçalo Affomso, Martim Beeiitez, Meendo Affomso, Francisco Lourenço, Pero Bermer, Vaasco Perez, Joanne Affomso, Pero Beltram, coonigos de Bragaa, per hũa procuraçom ffecta e assynaada per mim dicto tabaliom, da qual o teor tal he:

Sabham todos que presente mim Affomso Perez, publico tabaliom de nosso senhor el Rey na cidade de Bragaa e em seus termhos, e as testemunhas adeante scritas, os honrrados barões Gil Perez, arcediagoo do Couto, Affomso Martins, meestre scolla, Pero Lourenço Buval, Domingos dEspinho, Lourenço Perez, Gonçalo Affomso, Martim Beeiitez, Meendo Affomso, Francisco Lourenço, Pero Bermer, Vaasco Perez, Johanne Affomso, Pero Beltram, coonigos de Bragaa, sendo todos juntos no cabiidoo novo da see de Bragaa, ffazendo cabiidoo como he de seu custume de o ffazer, todos juntamente como cabiido, ffezerom e estabeleçerom por seu çerto, verdadeiro procurador, o dicto Pero Lourenço Buval, seu companhom, ao qual derom e outorgarom todo seu comprido poder e espiçial mandado que, per elles e em seu nome, podesse e possa poblicar e ffazer poblicar a Gomez Fernandez, vigairo do arçebispo de Bragaa, e ao Recebedor do dicto arcebispo hũa cedula de ffronta, que ffoy acordado no dicto cabiidoo pellos sobredictos que lhes poblicassem, segundo he contheudo em hũu stromento ffecto per mim dicto tabaliom e que possa pedir stromento ou stromentos da publicaçom da dicta çedulla, quantos entender que comprirem, e ffezerem mester, e pera ffazer e dizer sobre este negoçio todalas outras cousas e cada hũa delas, que elles ffariam e dizer poderiam, sse a ello per suas pessoas presentes ffossem, posto que taaees cousas avenham, aaiam e rrequeiram espiçial mandado, ouverom e prometerom aaver ffirme e estaviil pera todo senpre todalas cousas e cada hũa dellas que pello dicto seu procurador fforem ffectas e dictas [...] *das e rrazoadas e trautadas nas cousas sobredictas e em cada hũa dellas, so obrigaçom de todos seus beens, que pera esto obrigarom; ffecta a procuraçom em Bragaa no dicto cabiido* [*vinte hu*]*ũ dias de Janeiro, era de mil e quatroçentos e dez e oyto annos, testemunhas presentes Nuno Gonçallvez e Vaasco Neto e Nicolaao Simho, terçanairos na eigreia de Bragaa, e outros, e eu* [*ta*]*balion sobredicto, que a esto presente a rrogado ffoii e este stromento de procuraçom screvi, so meu siinal, que tal he* (lugar do sinal).

E mostrada a dicta procuraçom, o dicto Pero Lourenço, em seu [*nome ...*] *dictos coonigos, cuio procurador* [*era ...*] *e leer ffez per mim dicto tabaliom a Gomez Fernandez, coonigo de Visseu e vigairo jearal na eigreia de Bragaa, por* [...] *dessa meesma e Aant*[*oninho...*] *Santiago dAantas, rrecebedor do dicto arcebispo, que presentes estavam, hũa cedula de ffronta, scrita em papel, da qual* [...] *vos bem s*[*abees ...*] *Lourenço ffoii sospenso da administraçom no spiritual e temporal per autoridade do papa Gregorio de bõa memoria* [...] *stos çertos ministradores no spiritual e temporal e ffoii a nos mandado per essa meesma autoridade* [...]*s dictos ministradores hii postos per autoridade do papa, pella quall rrazom ho arcebispo çessou* [...] *Julho que ora ffoii desta era passada de iiii.c e dez e sete annos que o dicto arcebispo disso que* [...] *deste arcebispado publicar* [...] *letras da rrestitiçom e nos como quer que lhe entom*[...] *çisma em este rreyno* [...]*ra declarado qual era verdadeiro papa so dis*[...] *que senpre ffoii e sera hũa vos em voontade a nosso senhor el Rey dom Fernando como prinçipe* [...] *os seus rreynos e achou que o muy santo papa Cremente he verdadeiro pastor da santa eigreia* [...] *os seus rreynos e que nenhũu nom nomeasse outro papa, e nos por tal o teemos e creemos, e asii* [...] *que lhe ffoii ffecta per*

ho antepapa, he nenhũa, e el fficou em aquellas meesmas sentenças em que antes era e he sospenso da ministraçom do spiritual [...] *se lhe mais obedeçesemos, fficariamos çismaticos e nas penas das sentenças, e porem, por que vos erades em aquell tempo que o arçebispo ffoii sospenso* [...] *beneffiçiado no arcebispoado de Bragaa e vistes husar os ministradores do papa e asteer o dicto arçebispo e assii avedes rrazom de saber, nos vos* [...] *nom obedeestades mais ao dicto arçebispo como ministrador nem vos chamades mais seu vigairo nem comisairo, e esto vos ffrontamos da* [...] *e de nosso senhor o papa e da rresposta, que vos hii derdes, pedimos a este tabaliom hũu stromento pera guarda do nosso direito, peraa merçee de noso senhor o papa Cremente. A qual cedula assii leuda e publicada, o dicto Pero Lourenço, procurador dos sobredictos coonigos, em seu nome e dos sobredictos, disse e rrequiriu aos sobredictos vigairo e rrecebedor que sse nom trametesem mais daqui endeante dhusar daquello que husavam, em nome do dicto arcebispo, nem se chamasem mais seus vigairo e rrecebedor e que ffrontava e rrequeria ao dicto rrecebedor que nom rrecebesse mais em nome do dicto arcebispo e, em outra guisa, ffazendo elles ou cada hũu delles ho contrairo, que protestava contra elles, em seu nome e dos sobredictos, da injuria que ffazia aa dicta eigreia de Bragaa e a nosso senhor o papa e a elles come a cabiidoo, pera os demandarem per ello e de o querelarem a nosso senhor o papa. E pediu dello hũu stromento ou mais, se lhe comprisem, pera guarda do seu direito e dos sobredictos coonigos, cuio procurador he, protestando sobre todo do seu direito e dos sobredictos.*

A qual ffronta e rrequeriçom assii ffecta pello dicto Pero Lourenço e o dicto Gomez Fernandez, vigairo, e o dicto rrecebedor, rrespondendo logo aa dicta ffronta, derom hũas rrazões em escrito, em maneira de rresposta, das quaes o teor tal he:

Respondendo logo o dicto vigairo e o dicto Antoninho Dominguez, rrecebedor do dicto arcebispo, aa ffronta e rrequiriçom, que lhes ffoii ffecta por a parte do dicto cabiidoo, disserom que, salvo a rreverença do que o rrequeria e lhes ffazia a dicta ffronta e notifficaçom, que o que el dizia nom era verdade, mais o que el dizia eram palavras emjuriosas, dictas com entençom de enjuriar o dicto senhor arçebispo, e come subieytos desobidientes levantarom esto e o ffazem creer por poerem escandallo antre sii e o dicto senhor arçebispo por sse nom ffazer direito e justiça no dicto arcebispado, ca elles sabem bem que per el dicto Gomez Fernandez, em este mes dAgosto que ora ffoy, rreceberom elles hũa carta do dicto senhor arcebispo, em que lhes mandava dizer que ffezera a el seu vigairo e que lhes rrogava que o trautassem beniinamente como seu vigairo, a qual elles derom rresposta em seu cabiidoo que assii o ffaziam de grado. Item despois, em esse mes dAgosto, chegando o dicto senhor arçebispo a esta cidade, o dayam e os coonigos sairam todos pera el, ffora das portas desta see, com preseiçom solene, e o rreceberom beniinamente como deviam, beijandolhe as maãos e ffazendolhe a rreverença, que som theudos ffazer a seu arçebispo. Item depois, eno mes de Setembro, celebrou o dicto senhor seu siinedo com o dicto dayam e cabidoo e com toda a crelizia dAntre Doiro e Minho e lhes pregou e ouve com elles seu conselho sobre algũas cousas, que lhe eram compridoiras ao seu serviço, em o qual signedo os absolveu das sentenças jearaaes, que emcorrerom per as custitições suas da dicta eigreia de Bragaa. A qual absoliçom elles rreceberom voluntariamente, como de seu prellado rreceber deviam. Item depois, em o sobredicto mes de Setembro, em querendo el celebrar ordeens em a eigreia de Guimaraes, elles lhe emviarom a capella do arçebispado per Rodrigo Alvarez, arçediagoo de Nevha, com que celebrasse as dictas ordeens, o qual arcediagoo, celebrando o dicto arçebispo, lhe aministrou, rrespondendo por os que sse aviam de ordinhar e como ao sseu offiçio perteençe. Item em este mes de Janeiro, depois que em esta cidade ffoy dicto que nosso senhor el Rey declarara sua voontade com o papa Cremente, estando

o dicto senhor arçebispo em a sua camara de Maceeira, em terra de Sousa, ffoii lhe dicto que o dayam e cabiidoo da dicta çidade escreverom a el Rey esto que ora dizem, por a qual razzom el lhes screveo hũa carta, a qual lhes ffoii poblicada em o cabiidoo per ho abbade de Santiago dAntas, em a qual lhes mandava dizer que lhe era dicto que elles diziam que el nom era seu prellado e que assii o screverom a el Rey, per creença que derom a Lopo Gomez, e que se o elles assii tiinham, que pecarom mortalmente em rreceberem del os sacramentos da santa Eigreia, mais que sse apartassem os leterados do cabiidoo em seu nome ou em nome do cabiidoo, com sua procuraçom, e que el lhes mostraria como de dereito era seu prellado. Aa qual carta elles derom sua rresposta. A qual ffoii ffecta per Pero Anes tabaliom jearal antre Doiro e Minho, em a qual disserom que elles nunca aquello disse[*rom ...*] *elles criam e tiinham que el era seu prellado e por seu prellado ho aviiam e que lhe obedeeçeriam come a seu prellado e que o que aquello dissera, que men*[*tia...*] *lho diriam perante el sse ssoubessem quem era, por as quaes rrazões pareçe que elles non dizem ora esto novamente, se nom por viltar o dicto* [...] *ca posto que fosse verdade o que elles dizem que el ffosse sospeso e os que o suspenderom ouvessem poder de o sospender, sabem bem o dayam* [...] *ante da suspenssom apellou em fforma de direito segũu sua apellaçom como devia, por a qual rrazom se algũa sentença depois da apellaçom* [...] *nom o legou nem avia nenhũu vigor, pois era sospesa per apellaçom legitimamente interposta, e sse perventura de ffecto ffoii* [...] *do dicto arcebispado* [...] *o nom podesse seer el a cobrou de direito. A qual elles aprovarom, obedeecendolhe volunta*[*riamente ...*] *senhor el Rey mandou deffender aos que ministravam em esta eigreia como vigairos* [...] *o arcebispo na terra. E outrossii mandou aas suas justiças que lhe ffizessem obedeçer* [...] *a qual rrazom pareçe que elles som desobidientes ao dicto senhor Rey, nom quererem guardar* [...] *a nos deffendem que* [...] *sua jurdiçom e ao seu rreçebedor que nom reçeba. Mais nos por todas as rrazões* [...] *remos da jurdiçom e offiçios que teemhos do dicto senhor arcebispo, ataa que nos per el seia deffesso, nom embargando a dicta notifi*[*caçom ...*] *entendemos que he enjuriosa e nom verdadeira. E porem em nome do dicto senhor o poemos por enjuria e protestamos a lhe seer correguda* [...] *per os que o mandam dizer. E pedimos ende assii a este tabaliom hũu estromento ou dous ou aquelles que nos fforem conpridoiros pera guarda* [...] *mento do nosso direito e do dicto senhor arcebispo. As quaes rrazões assi dadas, os sobredictos vigairo e rrecebedor pedirom dello hũu stromento, com o trelado da sobredicta ffronta e procuraçom, ou mais, se lhes conprisem, pera guarda do seu direito e do dicto arçebispo, protestando por todo o seu direito; testemunhas que fforom presentes: Domingue Anez, ffilho que ffoii de Coutiinha Gomez e Cremente Dominguez, homem do dicto Pero Lourenço, e Joham Lourenço, procurador na audiençia de Bragaa, e Ruy Martinz, tabaliom de Penella, e Joham Dominguez, tabaliom de Bragaa, e Vaasco Stevez, abbade de Gualtar, e Johanne Alvarez, guarda del Rey, e Affomso Vaasquez, cidadãao da dicta çidade e outros, ho qual stromento he assiinado na nota pellos sobredictos testemunhas. E eu Affomso Perez, tabaliom sobredicto, que aas sobredictas cousas e cada hũa dellas com as sobredictas testemunhas presente e rrogado ffoii e este stromento e outro tal semelhaviil a el anbos dhũu teor screvi e em cada hũu delles meu siinal ffiz, que tal he* (lugar do sinal)» (189).

É, portanto, certo que, no mês de Janeiro de 1380, talvez nos meados, el-rei D. Fernando abraçou a obediência de Clemente VII. E por influência de quem? Fernão Lopes atribui a decisão do monarca directamente à influência de el-rei de Castela, embora relate os acontecimentos como

(189) ADB, *Gaveta dos arcebispos*, n. 54.

se a iniciativa partisse de el-rei de França. Conforme a maioria dos conselheiros régios de Portugal entendera, teria sido a rogo de el-rei de Castela e por conselho do bispo de Silves, aliás já de Lisboa, devido à promoção feita por Clemente VII, que D. Fernando decidira seguir a obediência do papa de Avinhão, seguido do monarca de Castela, «ca el Rei de França, que avia gram liga com el Rei de Castela enviou a el seus embaxadores, dizemdo que o emleito chamado Clemente era verdadeiro Papa, ho qual alguuns deziam que era seu paremte, e que por esta guisa diziam que el Rei Dom Joham mandara rogar a el Rei Dom Fernando que declarasse por aquel Papa Clemente. E el Rei de Portugal, posto que primeiro ouvesse acordo com os leterados de seu reino, comtra voomtade do mais sãao conselho e comtra deseio de todo o poboo, seguindo mais a afeiçom da carne, que o juizo da razom, declarou na çidade dEvora, omde estomce estava, o dito Clemente seer verdadeiro Papa e nom Urbano sexto em çima nomeado, a qual declaraçom, como dizemos, emtenderom a moor parte dos de seu comsselho que fora per rogo do dito Rei de Castella e per comsselho de Dom Martinho castellãao, bispo emtom de Sillves, que era muito seu privado. Depois disto el Rei de Castella na çidade de Salamanca semelhavelmente declarou per a parte daquel Clemente que se chamava Papa septimo» (190).

Pode ser que assim tenha acontecido. Mas o facto de vermos o bispo de Lisboa, D. Martinho, João Gonçalves e Vasco Peres de Camões, em Maio-Junho de 1380, como embaixadores de D. Fernando ao papa de Avinhão, e a presença de embaixadores do duque de Anjou, vários meses antes, em Portugal, parecem indicar ter vindo a influência da parte da França, tanto mais que el-rei de Castela, naquela altura, se mantinha neutro, como se pode ver pela carta de 23 de Dezembro de 1379, escrita a el-rei de Aragão, e até pela do próprio D. Fernando, de 3 de Dezembro de 1379, dirigida ao monarca castelhano, a pedir salvo-conduto para Rui Lourenço, deão de Coimbra, e para o bispo de Viseu, aos quais D. Fernando queria mandar colher informações sobre as eleições dos papas contendentes, notificando até a decisão, tomada em reunião com os letrados, de se manter neutro. Ignoro, contudo, se Rui Lourenço, saído da Universidade de Bolonha e, mais tarde defensor da legitimidade de Urbano VI, na reunião de Santarém, de Fevereiro de 1383, perante o cardeal legado do papa de Avinhão, exerceu influência no ânimo de D. Fernando para a decisão, a favor de Clemente VII. Talvez não andemos muito longe da verdade, se, considerada a posição de D. Martinho, transferido para a sé de Lisboa, e do colector apostólico e arcediago de Lisboa, D. Pedro Cavaleiro, nomeado bispo de Silves, em Fevereiro de 1379, por Clemente VII, dissermos terem estes servido de intermediários entre o monarca português e o da França, sem prescindir, é claro, da influência dos emissários de Clemente VII, que, nessa altura, faziam valer já na Península acção poderosa, em prol do papa de Avinhão. E Rui Lourenço alinhou, pelo menos, com os partidários de Clemente VII.

Apesar das boas relações de el-rei D. Fernando com o arcebispo de Toledo, D. Pedro Tenório, é de excluir qualquer influência, nesse tempo, da parte dele. Embora tivesse estado em Portugal, no desempenho de missão diplomática, por incumbência do monarca castelhano, conforme dizeres seus, depois do regresso de Portugal, ao cardeal de Santo Eustáquio, a comunicar a recepção do tratado sobre o cisma, que só pudera ler em Valhadolide — «quem quidem tractatum, quia pro bono statu regnorum Castelle et Portugalie ad instantiam regum ipsorum ad dictum regem Portugalie properabam, ubi variis curis sollicitudinibusque distractus, multipliciter comprimebar, usque ad redditum meum a dicto regno Portugalie non recepi, quod postea a cotidianis tamen laboribus et servitiis regalibus non quiescens, in villa Valisoletana noviter cum gaudio et gratiarum actione suscepto, modicum temporis, si quod mihi vacabat, ad otium et quietem in illis lectione suavissima

(190) FERNÃO LOPES, *Chrónica do senhor rei D. Fernando*, cap. 113, *ed. cit.*, pp. 377-378.

deputavi» (191) —, *nessa altura ainda não se tinha decidido pelo papa de Avinhão. Efectivamente, pedia informações a alguns cardeais, nomeadamente a este de Santo Eustáquio, sobre a eleição de Urbano VI* (192), *com referências ao caso, sujeito ao estudo do jurista João de*

---

(191) O tratado do cardeal de Santo Eustáquio, Pedro Flandrini, em *De Schismate*, vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 105-135v, publ. por BLIEMETZRIEDER, *Literarische Polemik zu Beginn des Gr. aben. Schismas*, Wien, 1909, pp. 3-71. A carta ou alegações do arcebispo de Toledo D. Pedro Tenório, como disse na nota 147, e não de Pedro de Luna, conforme se diz erroneamente no catálogo do *De Schismate* do Arquivo do Vaticano, vêm no *De Schismate*, vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 136-159, e é dirigida *Reverendissimo in Christo patri et domino meo precipuo domino Petro sancti Eustachii diachono cardinali, Vestre paternitatis admirator Toletanus archiepiscopus, inter decretorum professores non dignus*. O arcebispo interrogava este cardeal sobre várias dúvidas, relativas à eleição do papa Urbano V. Cf. notas 147 e 192. Aquela carta ou alegações do arcebispo de Toledo deve ser dos princípios de 1380, porque, em Dezembro de 1379, D. Pedro Tenório, regressado de Portugal, encontrava-se em Medina del Campo, conforme consta de documento da declaração da nulidade do casamento contraído invalidamente, em virtude do medo, entre a filha de D. Fernando, de nome Isabel, com o conde D. Afonso, filho de el-rei D. Henrique de Castela, o qual aliás perdia seu valor com as declarações dos noivos, repudiando tal matrimónio e tendo o noivo apenas 9 anos de idade (ANTT, Gaveta 17, maço 2, docum. 10, publ. em *Gavetas da Torre do Tombo*, VI, Lisboa 1976, n. 4104, pp. 623-624). Estivera antes em Portugal, a tratar talvez do assunto com D. Fernando, rei de Portugal, e certamente do assunto do cisma. El-rei de Portugal enviou a Castela o bispo da Guarda, D. Afonso Correia, e o Doutor Gil do Sem, os quais foram presentes à sentença de nulidade do matrimónio: «... presentes don Pedro, arçobispo de Toledo, et don Alfonso, obispo de la Guarda, e Gil de Sem, doctor en leys, natural de Portogal». Em Maio de 1380, tratava-se do casamento da Infanta Dona Beatriz, filha de D. Fernando, rei de Portugal, com o Infante D. Henrique de Castela, em que intervieram *Gonçalo Mendes de Vasconcellos et Gil do Sen doctor et Ruy Lourenço, dean de Coymbra, licençiado en decretos, del consejo del dicho Señor Rey, et otros*, como o bispo da Guarda, D. Afonso Correia, os quais estavam em Cáceres, a 21 de Maio de 1380, juntamente com *D. Pedro, arçobispo de Toledo* (ANTT, Gaveta 17, maço 6, docum. n. 11, publ. em *Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Lisboa 1968, n. 4190, pp. 241-242. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CCCLXXV--CCCLXXVIII). Na carta transcrita de 3 de Dezembro de 1379, el-rei D. Fernando dizia ao monarca de Castela que o arcebispo de Toledo viera a Portugal pedir ao monarca português se mantivesse neutro, como ele, e tinha já regressado a Castela, com recado positivo da parte de el-rei D. Fernando. Cf. nota 150.

(192) Existem as *Responsiones ad dubia domini Toletani, scriptas per manum domini Flor.* (*De Schismate*, vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 11-11v). Há também a resposta do cardeal Pedro Flandrini, do título de Santo Eustáquio, do mês de Fevereiro de 1380, à carta que lhe enviou o arcebispo, com certas dúvidas — *recepimus gratissimas litteras vestras in earum principio epistolaris eloquii suavitatem dulcissimam in earum progressu facti et iuris dubia continentia inquisitionem altissimam* — às quais o cardeal responde, inclusive quanto ao autor do caso enviado ao jurista João de Lignano (*De Schismate*, vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 209-216; vol. V = AV, Arm. LIV, t. 18, fls. 161-169v, publ. por BLIEMETZRIEDER, *Literarische Polemik zu Beginn des Gr. aben. Schismas*, Wien 1909, pp. 72-91). Teria ele escrito só a este cardeal, por cujo intermédio o cardeal de Florença, implicado no caso, deu aquelas respostas, ou teria o arcebispo escrito, além da carta ao cardeal Pedro Flandrini, também aos cardeais em geral ou só a alguns? No *De Schismate*, vol. VI (AV, Arm. LIV, t 19), fls. 129-130v, temos: «In nomine Domini, amen. Ista sunt dubia que dominus Toletanus ponit circa electionem, etc., pro quibus supplicat paternitatibus vestris quatenus dignemini ea declarare. In primis, si casus datus domino Johanni de Linnano, super quo ipse scripsit, si fuit datus et eidem missus per aliquos cardinales et quot erant numero et quales. Item si ipsi duo cardinales Italici aprobent in omnibus et per omnia casum seu thema scriptum, assertum et iuratum per xii.cim cardinales Citramontanos vel si discrepent in aliquo; istum casum seu thema dominus noster rex misit supradictis dominis cardinalibus italicis et ipsi in suis litteris fatentur recepisse; specialiter interrogate ipsos si aprobant verba que secuntur, que posita sunt in themate predicto que sunt hec ... Item in casu seu themate dato seu misso domino Johanni de Linnano dicitur quod omnes cardinales ipsum Barensem elegerunt ... In casu vero seu themate dominorum cardinalium dicitur quod omnes ipsum elegerunt in papam et etiam aliqui tunc dixerunt quod eligebant ipsum animo et intentione quod ipse esset verus papa, exceptis, etc.». Ora, logo a seguir, fazendo parte do mesmo caderno, nas fls. 131--133v, vem: «In Christi nomine. Responsiones ad dubia Toletani. Ad primum respondetur quod nescit quis casum dederit domino Johanni de Lignano. Certus est tamen quod non est datus per ipsum nec per alium,

Lignano, conforme a exposição contrastante dos núncios do papa Urbano VI e dos cardeais (193).

Que Rui Lourenço alinhou logo na obediência de Clemente VII, após a declaração de D. Fernando, prova-se pelas comissões, de que foi incumbido pelo papa de Avinhão, de execução de letras apostólicas, por exemplo da concessão, em 7 de Junho de 1380, sobre rendimentos de benefícios, a favor do Estudo Geral de Lisboa (194). *No rol de súplicas de vários clérigos por-*

---

ipso sciente. Ad secundum respondetur quod thema seu casum per nos duos traditum, in quo dictando et formando nos duo et dominus Jacobus bone memorie verba honestavimus, ubi loquimur de Romanis. Ad id quod dicitur quod cardinales fuerunt avisati ab hiis qui custodiebant conclave, etc. Et quod ex arrupto et sine discussione, etc., respondetur ultra illa que in casu predicto continentur, quod veritas facti sic se habet quod dictis missis et nobis positis ad sedendum, dum dominus Florentinus more solito vellet facere unam collationem, tamquam ibidem prior collegii, incepit pulsari ad sturmum et populi congregationem campana sancti Petri et rumores ab extra ceperunt ... [fl. 133]: Petatis ab ipsis dominis cardinalibus quot fuerunt numero cardinales qui dixerunt animo et intentione ut ipse esset verus papa et quales fuerunt. Item dicitur in themate dominorum cardinalium quod in capella, quando fuit dictum quod reeligerent, quod exceptis tribus absentibus et insciis, quilibet de presentibus dixit, ego dico idem quod hodie, in alio vero themate dato domino Jo. de Lignanno dicitur quod exceptis tribus et illo Romano qui dixit ut prius, omnes alii reeligerunt eum, etc. Petatis ab ipsis quid ipsi super hoc dicant et aprobent. [fl. 133v] Item dominus cardinalis sancti Eustachii ponit in suo tractatu, in vii questione § Nunc veniens, quod supradictus Barensis clare confessus est. Nam ut dixit in presentia unius cardinalis Ytalici et plurium prelatorum quando alii domini cardinales nolebant exire de claustro nec venire ad ipsum intronizandum et antequam esset electio presentata, ipse vocavit unum prelatum valde sibi domesticum et mandavit ei quod iret ad bandarenses et hoc sibi imposuit: dicas bandarensibus quod ipsi adhuc nil fecerunt, nisi cogant istos cardinales venire ad me intronizandum et bis ista verba eidem repecit, et tunc bandarenses per requisitionem et minas, etc. [fl. 134] Responsio data per dominum Mediolanensem: Ibi sine discussione meritorum status et persone nominaverunt dictum dominum B., tunc archiepiscopum Barensem. Istud declaratur sic: Quando fuerunt in sedendo, nulla fuit facta discussio, sed antequam tamen irent ad sedendum, dominus Florentinus habuit dicere ad altare cappelle bonum esset eligere dominum Sancti Petri, qui est de collegio et antiquus et expertus, dominus de Agrifolio cum suis tendebat ad dominum Barensem et tunc quasi videbatur ei quod haberet numerum sufficientem qui inclinarent Deum. Posuerunt se ad sedendum et dominus Florentinus nominavit dominum Sancti Petri et dominus Lemovicensis secundus nominavit dominum B., archiepiscopum Barensem, dominus de Agrifolio tertius nominavit ipsum, dicendo nomino, eligo et assumo B. P. et dominum Bartholomeum archiepiscopum Barensem in papam et Romanum pontificem, et postea alii ut in themate continetur, elegerunt eum. Quot fuerunt qui dixerunt quod eligebant ipsum animo et proposito ut esset verus papa, istud declaratur, quia saltem fuerunt quatuor vel quinque, de quibus recordentur, quia dominus Florentinus de duobus recordatur, de quibus dominus Mediolanensis non recordatur et dominus Mediolanensis recordatur de duobus vel tribus, de quibus dominus Florentinus non recordatur. Si autem fuerunt plures non recordantur ...». Como se vê, as dúvidas são apresentadas ou dirigidas *Paternitatibus vestris*, ou seja a mais que um, e as respostas iguais às do vol. I citado *De Schismate* (AV. Arm. LIV, t. 14), fls. 11-11v, donde se conclui terem sido dadas umas pelo cardeal de Florença e outras pelo de Milão, talvez a instâncias do cardeal de Santo Eustáquio Pedro Flandrini, que respondeu ao arcebispo na forma da edição acima referida, ou então a instâncias dos embaixadores, já que nas fls. 135-136 vêm as *Responsiones facte per dominum cardinalem Vivariensem, nunc Sabinensem, ad quesita ambaxiatorum regis Castelle super facto intrusionis B.*: «Reverendissimi patres et domini, circa casum positum per P. V. et aliorum dominorum cardinalium insurgunt hec dubia que secuntur: Primo qui sunt illi domini cardinales quibus reportatum fuit quod Romani concluserant in suis consiliis, pendentibus decem diebus, quod cogerent dominos cardinales ad eligendum Romanum vel Italicum. Non recordor ...».

(193) Cf. notas 147 e 192.

(194) Ao conceder, certamente com data antecipada de 16 de Novembro de 1378, a Rodrigo Peres, a pedido do rei de Portugal, o canonicato de Lisboa, é a ele, deão de Coimbra, e ao bispo de Évora que Clemente VII encarrega da execução: «In eodem modo venerabili fratri episcopo Elborensi et dilectis filiis Colimbriensis ac sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis. Salutem, etc. Vite ac morum, etc., usque teneatur ... Datum ut supra» (AV, Reg. Aven. 206, fls. 439-439v). Também a estes comissários, incluindo o deão de

tugueses, alguns deles estudantes em Avinhão, com data antecipada de 29 de Novembro de 1378, com muita probabilidade do tempo da embaixada do monarca a Clemente VII e ao rei de França, na primeira metade de 1380 ([195]), *o já referido Valentim Guilherme pedia fosse cometida ao deão de Coimbra a execução das letras apostólicas, em seu favor* ([196]), *mais ou menos quando Rui Lourenço se encontrava em Portugal, pois vamo-lo encontrar aqui a 10 de Maio de 1380, como testemunha da procuração de el-rei D. Fernando, juntamente com outros cortesãos, para o casamento de Dona Beatriz com o filho do monarca castelhano, e em Castela, a 21 de Maio de 1380, juntamente com o Doutor Gil do Sem e D. Pedro Tenório, arcebispo de Toledo, e 31 de Agosto do mesmo ano, com este e outros cortesãos e prelados, a tratar do assunto do sobredito casamento* ([197]).

Veremos, mais à frente, que D. Fernando, na segunda metade de 1381, depois da chegada dos Ingleses a Portugal e de acordo com o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, abandonará solenemente a obediência do papa de Avinhão, para seguir a de Urbano VI, papa de Roma. Entretanto, apesar das tentativas de Clemente VII, anteriores a esta declaração, por conseguir que seus partidários, nomeadamente Pedro Lourenço Buval, Afonso Martins, deão de Braga, e outros cónegos e clérigos da diocese bracarense, levassem avante seus projectos contra o arcebispo e o papa de Roma, D. Lourenço Vicente continuou a obedecer e a apoiar Urbano VI, sem que o monarca D. Fernando o impedisse nesta sua actividade. Por isso mesmo o primaz de Braga passará à História como paladino da causa do papa de Roma, perseguindo até vários clérigos da própria diocese, que prosseguiram na política de Clemente VII e por esse motivo passarão às fileiras de D. João, rei de Castela, contra o Mestre de Avis, futuro D. João I, rei de Portugal.

Coimbra, se dirige Clemente VII, encarregando-os, em Junho de 1380, de, em atenção ao rei e rainha de Portugal, conferirem a igreja paroquial de Santa Justa de Coimbra a Filipe de Andester, sacerdote da diocese de Cartagena (AV, Reg. Aven. 221, fls. 270-271. Cf. nota 220). A 7 de Junho de 1380, em letras dirigidas ao *episcopo Ulixbonensi et dilecto filio decano ecclesie Colimbriensis* (AV, Reg. Aven. 224, fls. 414-414v), publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra* 1 (1956), docum. VIII, pp. 191-192, e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa 1968, n. 352, pp. 91-92, Clemente VII concedia os rendimentos de alguns benefícios aos Mestres do Estudo Geral de Lisboa. Sem destinatário, por outra bula de 7 de Junho de 1380, concedia aos lentes e estudantes do Estudo Geral de Lisboa todos os privilégios concedidos aos doutores, mestres e lentes das outras universidades (AV, Reg. Aven. 224, fls. 413-413v, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra* 1 (1956) docum. VII, pp. 189-190, e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 351, pp. 89-90.

([195]) Súplicas de el-rei e seus embaixadores, do bispo de Lisboa e outros, de Maio e Junho de 1380, em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 442-450, 453-455, 459-461, 466-472, 473-475, 480-483.

([196]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 338.

([197]) Rui Lourenço aparece a 10 e 12 de Maio de 1380 em Portalegre e a 21 de Maio de 1380 em Cáceres e a 31 de Agosto de 1380 em Cória (ANTT, Gaveta 17, maço 6, docum. n. 11, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Lisboa 1968, n. 4190, pp. 241-242. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CCCLXXVII-CCCLXXVIII.

c) INFLUÊNCIA DO BISPO DE LISBOA, D. MARTINHO ANES, EMBAIXADOR DE EL-REI DE PORTUGAL AO PAPA DE AVINHÃO E A D. CARLOS, REI DE FRANÇA, NA DECISÃO DE D. FERNANDO. O CARDEAL PEDRO DE LUNA, EMBAIXADOR NA PENÍNSULA, E A OBEDIÊNCIA DO MONARCA CASTELHANO A CLEMENTE VII, EM MAIO DE 1381.

Falou-se acima dos embaixadores de Clemente VII, papa de Avinhão, em Portugal, aliás como na Península, em geral, em prol da sua causa. Era, na verdade, muito natural que Nicolau Eymeric trouxesse ou fizesse chegar a Portugal os efeitos de sua actividade nesse sentido. D. Martinho Anes, bispo de Lisboa, no discurso ao monarca francês, de 14 de Julho de 1380, que daremos na íntegra, fala da entrega das letras de Clemente VII ao monarca português pelo dominicano, em Vila Nova, e do efeito que tiveram no ânimo de D. Fernando. Diz o bispo que, então, não quisera o monarca responder às letras, até se reunir um grande concílio sobre o assunto. Entretanto mandou congregar conselho, em que foram propostas a discussão algumas questões. A primeira foi se el-rei, por dever decorrente da própria salvação, estaria obrigado a trabalhar pela solução do caso do cisma ou deixar aos clérigos e pessoas eclesiásticas esse assunto. A conclusão das longas considerações aí expostas foi que D. Fernando estava obrigado, por imperativo decorrente da necessidade de salvação, a esforçar-se por extirpar da Igreja, ao menos nos seus reinos, o cisma, defendê-la, com todas as forças, e contribuir, quanto pudesse, para sua pacificação.

Tratara-se, em seguida, das medidas para a realização do desiderato, com profusão de opiniões. Entre elas, sugeriam alguns, aliás como o bispo de Lisboa, que el-rei requeresse aos principais monarcas católicos observassem neutralidade ou indiferença *e escolhessem lugar seguro e mais conveniente a todos para a reunião de concílio, onde se estudasse a verdade dos acontecimentos e, enquanto a Igreja não chegasse a acordo, favorecessem a parte com melhor e mais provável consistência. D. Martinho oferecera os seus trabalhos e dinheiro para o escopo. Lembra que nem todos aprovavam esta sugestão, mas pretendiam obedecer a Urbano VI. Outros, bem intencionados, queriam segui-lo, na esperança de levarem à* indiferença *ou neutralidade outros povos que obedeciam ao papa de Roma. Chegou-se, contudo, à conclusão que era impossível e demasiado morosa a realização de tal proposta, além de ser atribuição particular do imperador. Por isso, foi decidido que el-rei procurasse certificar-se, quanto antes, do ocorrido e de todas as circunstâncias por homens capazes e fiéis, de forma a poder aderir ao verdadeiro papa. Neste sentido, foram enviados homens de virtude e literatos a Roma, como inquiridores, a fim de se informarem junto de pessoas sérias e testemunhas dos acontecimentos.*

Os inquiridores teriam trazido notícia de vários pontos, certos e notórios. Depois da morte do papa Gregório XI, os cardeais foram encarcerados pelos Romanos em Roma, cujas portas e pontes eram controladas por eles, de forma que nem aos cardeais nem a ninguém era permitido sair da cidade, sem licença. Os Romanos tinham pedido aos cardeais existentes em Roma, inclusive com palavras de pressão, elegessem papa a um romano ou, ao menos, italiano, sob pena de inevitáveis perigos para a própria vida, conforme isso fora provado pelos cardeais. Para obterem

o que desejavam, lançaram fora da cidade muitos e poderosos romanos e italianos, que poderiam reprimir o furor do povo, se estivessem presentes. Chamaram grande multidão de camponeses, para criarem maior temor no povo, ao modo de quanto se costumava fazer nas cidades, vilas e aldeias de Itália, quando se pretendia suscitar escândalo. Os cardeais, depois de entrarem no conclave, cercado de dia e de noite, bem como o palácio apostólico, não poderiam de lá sair, sem procederem à eleição de papa, a prazer dos Romanos. Até ao momento de elegerem o intruso Urbano VI, foram constrangidos por multidão de homens armados, de má e feroz condição, cuja fúria podia e devia criar medo em qualquer pessoa normal ou constante. Essa gente, no momento da eleição, elevava vozes de furor e cominatórias, a exigir um papa romano ou, ao menos, italiano, com ameaças de morte e gestos furiosos contra os purpurados, se estes lhes não fizessem a vontade. Para concitarem o povo a maior fúria e a fim de os purpurados lhe fazerem a vontade, mandaram tocar um sino a rebate, no sentido de congregarem todo o povo de Roma, como era costume fazer-se em semelhantes escândalos. Apesar de os cardeais, com medo do perigo, prometerem anuir à proposta, desde que desistissem do tumulto, eles continuaram o alvoroço, excepto durante pequeno intervalo, e não se afastaram do palácio. Não podendo conter a fúria e com receio de os cardeais os enganarem, arrombaram, no segundo dia, o conclave, em várias partes, e assaltaram-no com armas, sem poupar a capela, onde os purpurados se recolheram com medo. Foi no meio de tal perigo que os cardeais, com medo e sob pressão, elegeram papa a Urbano VI. A seguir, logo que lhes foi possível, refugiaram-se em Anagni e depois na cidade de Fondi, onde elegeram, em paz e plena liberdade, Clemente VII, que entronizaram, conforme o costume.

Ao referir estas informações, o bispo de Lisboa esclarece não ser necessário indicar a data dos acontecimentos, por motivo de brevidade. Tão-pouco nos diz quando foram obtidas as informações. Prossegue, contudo, a relatar o efeito delas no ânimo do monarca e conselho por ele reunido. Ter-se-ia chegado à conclusão que era facto manifesto e notório o da má e ilícita eleição e entronização de Urbano VI no papado, pelo que não deveria ser tolerado mais como tal, mas ser-lhe negada obediência. Por tal motivo, el-rei, em face do mau costume dos Romanos de impor e introduzir no papado seus apaniguados, bem como da fúria e má condição dos mesmos, ao considerar a notariedade da pressão exercida sobre os purpurados, que se afastaram da obediência a Urbano VI, por o não considerarem papa, aliás como outras boas e santas pessoas, inclusive senhores católicos e fiéis de Itália, como era o conde de Fondi e Dona Joana, rainha da Sicília, deliberou abandonar Urbano VI, de quem se afastou, de facto. Convencera-se o monarca ser de presumir que homens de tal projecção, letrados, idosos e venerandos, não queriam subverter a fé e enganar o mundo.

O facto da afirmação que D. Fernando «deliberavit non obedire dicto Bartholomeo et recedere ab eius abedientia, et recessit*», poderia levar à hipótese de estas palavras aludirem ao conselho de Janeiro de 1380, em que D. Fernando declarou obediência ao papa de Avinhão. Mas o que nos diz, a seguir, leva-nos a outra conclusão, sobretudo se tivermos em conta a referida carta de 3 de Dezembro de 1379, a significar ao monarca de Castela sua neutralidade ou* indiferença *e o propósito de enviar o deão de Coimbra, Rui Lourenço, e o bispo de Viseu a recolherem informações para se inteirar da verdade dos acontecimentos. Parece, ao contrário, tratar-se aqui do conselho com os letrados, no qual foi tomada a decisão de neutralidade, talvez no mesmo dia, um pouco antes da missiva com essas notícias. De facto, D. Martinho esclarece que el-rei não ficara de todo convencido, mas lhe ficaram cerca de doze dúvidas por esclarecer, quanto a direitos e justiça de Clemente VII, motivo por que «iudicio sui magni consilii* voluit esse indifferens, *donec de istis dubiis posset lucidare conscientiam suam». A confirmar-nos nesta persuasão a notícia de que, cerca de dois meses após, teriam seguido esta* via *da neutralidade ou* indiferença *todos os reis da Península Ibérica, a saber, de Castela, Aragão e Navarra, com grande alegria para o monarca*

português. Aliás isto não é totalmente exacto, porque, segundo aquela carta, outro dia nos enviastes dizer (*el-rei de Castela*) pelo arçebispo de Toledo que ouvades vosso conselho em razom de cisma que ora ha na Eigreia de Deus, com todolos prelados que avya em vossa terra, e que acordaredes destar indifferente... E que porem rogavedes a nos que quisessemos assi fazer... E ora nos... acordamos de fazer sobrello por la gisa que vos fezestes...

As dúvidas, sobre que D. Fernando teria sido plenamente elucidado, de forma a concluir absque dubio quod dominus noster Clemens erat, prout est, verus papa et verus successor piscatoris, *com as respectivas respostas, constavam de público documento régio ou declaração oficial do monarca, conservada nos arquivos da Igreja. Apesar de tudo, D. Fernando aguardava que Urbano VI apresentasse a defesa de seus direitos. Mas, perante o fracasso do abade de Sitria em Aragão, enviado pelo papa de Roma à Península* ad predicandum illam sectam, super qua fuerat missus ad totam Yspaniam, *mais se manteve na convicção formada, pelo facto de o núncio ter tido a maior liberdade para defender o papa de Roma e ter fugido, na impossibilidade de apresentar argumentos, tanto de direito como de facto, capazes de abalar a posição contrária, o que levara el-rei de Aragão a certificar-se da nenhuma justiça que assistia ao papa Urbano VI. Atente-se bem, no entanto, que algumas destas afirmações-factos são forçadas e não passam de interpretações do bispo de Lisboa. Na verdade, não consta que, nessa altura, el-rei de Aragão abandonasse a obediência de Urbano VI, já que, ainda em 1386, continuava a enviar embaixadores para se informarem dos acontecimentos. Desta feita, parece-me dever apresentar como tendenciosas tanto esta afirmação de que* inventum fuit per illustrem regem Aragonie quod Bartholomeus nullam iustitiam habebat et ab eius obedientia rex Aragonie recessit, *como aqueloutra* et recessit, *referida a el-rei D. Fernando.*

Entretanto, Clemente VII enviava ao rei de Portugal outros legados e núncios apostólicos, ou seja o bispo de Pésaro, Frei Ângelo, e o camareiro do cardeal-bispo de Albano, Pedro Olivares, os quais, juntamente com Bruneto de Messal, recebiam, na primeira metade do mês de Agosto de 1379, dinheiros para as despesas da embaixada junto dos monarcas da Península. A 24 de Agosto deste ano, era entregue dinheiro a um cursor que ia ao encontro dos núncios, enviados aos reis de Castela e de Portugal, para lhes entregar maço de bulas em Barcelona ou onde os encontrasse ([197a]). *Embora nesta notícia se fale só de núncios aos monarcas português e castelhano,*

([197a]) A 13 de Julho de 1379, eram pagos certos dinheiros por ordem do papa a *fratri Angelo, episcopo Pensauriensi, qui mittitur per dominum nostrum papam ad partes Ispanie pro certis negotiis Romane Ecclesie.* Outra quantia a 4 de Agosto de 1379 a ele e a *Bruneto de Messal ... qui mittitur una cum domino episcopo Pensauriensi et camerario domini cardinalis Albanensis per dominum nostrum ad partes Ispanie pro certis negotiis Romane Ecclesie.* A 6 de Agosto, era paga certa quantia a *domino Petro Olivarii, camerario domini cardinalis Albanensis, qui mittitur per dominum nostrum una cum domino episcopo Pensauriensi ad partes Ispanie pro negotiis Romane Ecclesie.* A 10 de Agosto, há a notícia de quantia paga a *domino Petro Olivarii, camerario domini cardinalis Albanensis, qui mittitur per dominum nostrum ad partes Ispanie una cum domino episcopo Pensauriensi.* A 11 de Agosto de 1379, mais dinheiros pagos a *Bruneto de Messal ... qui mittitur ad partes Ispanie per dominum nostrum cum episcopo Pensaurensi.* A 24 de Agosto de 1379, outra quantia paga *cursori qui mittitur cum uno magno fardello lx bullarum ad nuntios domini nostri, qui mittuntur ad reges Castelle et Portugalie, qui si non reperiet dictos nuntios in Barchinona, debet eos sequi donec repererit eosdem* (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 353, fls. 15, 26-27v, 29v, 30, 32v). Outras notícias de emissários do papa de Avinhão entre 1378-1381 à Península Ibérica e à Inglaterra, sobretudo depois de ele estabelecer residência em França, após o regresso de Sperlonga, na Itália, no ano de 1379: «Die eadem [12 Novembris 1378] soluti fuerunt Fernando de Larton, nuncio misso cum litteris domini thesaurarii pro negotiis camere ad collectores Aragoñ et Castelle, pro suis expensis faciendis, ipso manualiter recipiente, vii flor. Aragoñ. Valent quolibet pro xx sol. et flor. camere pro xxbiii sol. computatis ... Die eadem [xxiiii Decembris 1378] soluti fuerunt Thome Cardini, magistro Cuisorum mercatorum Avinioñ, quos nuper solvit Petro Roderici, nuntio misso per dominum thesaurarium cum litteris,

as anteriores falam genericamente de enviados ad partes Ispanie. *A missão deles destinava-se, portanto, também ao reino de Aragão, mas o resultado não foi prometedor, porque el-rei de Aragão optou pela neutralidade, a 16 de Setembro de 1379, como tinha feito antes, em 15 de Julho*

---

cameram tangentibus, ad collectores Aragoñ et Castelle, pro suis expensis faciendis, ipso Thoma manualiter recipiente, pro viii franchis x flor. communes de xxiiii sol. Valent viii flor. camere, xbi sol. ... Die b dicti mensis [Januarii 1379] soluti fuerunt domino Petro Olivarii, camerario domini cardinalis Albanensis, misso per dominos cardinales, Avinione existentes, ad dominum senescallum Provintie et apud Massiliam pro certis negotiis, dominum papam et Romanam Ecclesiam tangentibus, ipso manualiter recipiente, pro suis expensis faciendis, xx flor. Regine de xxiii sol., vi d. Valent xbi flor. camere, xxii sol. ... Die b mensis Januarii [1379] soluti fuerunt domino Petro Olivarii, camerario domini cardinalis Albanensis, portandi per eum domino Guillelmo Roerie, militi, vicario Nicie, pro certis secretis negotiis, dominum papam et Ecclesiam Romanam tangentibus, per ipsum expediendis ibidem et in Provintia, ipso domino camerario manualiter recipiente, l. flor. Regine de xxiii, sol. vi d. Valent flor. camere pro xxbiii s. computatis, xli flor. camere, xxbii sol. ... Die xb Januarii [1379] soluti fuerunt Johanni Concha, nuntio misso ad dominum thesaurarium per dominum Fulconem Pererii, collectorem Castelle, pro certis camere negotiis, pro suis expensis faciendis, illuc redeundo, faciendis, qui portat litteras ex parte dominorum cardinalium, Avinione existentium, domino Regi Castelle et certis prelatis illarum partium, ipso manualiter recipiente, iii flor. Regine de xxiii, sol. vi d. Valent iii flor. camere, x sol. ... Die ii mensis Februarii [1379], soluti fuerunt de consilio et mandato domini cardinalis Ebredunensis Johanni Boutri, scutifero domini pape, et cuidam scutifero domini cardinalis Ambianensis, missis ad dominum Regem Frantie et comitem Flandrie et plures alios dominos et communitates *cum bullis coronationis domini pape ac pro certis negotiis eis iniunctis* contra quendam predicatorem missum ad illas partes per Bartholomeum intrusum in papatu, pro eorum expensis faciendis, dicto Johanne manualiter recipiente, xl flor. communes de xxiii s. vi d. Valent quolibet flor. camere pro xxbiii sol. computatis, xxxiii flor., camere, xvi sol. ... Die eadem [xb Aprilis 1379] soluti fuerunt Reverendo in Christo patri domino Arnaldo, episcopo Famagustano, nuper misso Parisius ad dominum Regem Francie cum declarationibus factis per collegium dominorum cardinalium contra Bartholomeum intrusum in papatu, pro complemento expensarum per ipsum factarum, eundo, stando et redeundo, prout computavit, ipso manualiter recipiente, Cxxxb franchi auri. Valent Cxliiii flor. camere, xbiii sol. ... Die xxix dicti mensis [Aprilis 1379], soluti fuerunt Guillelmo de Luco, scutifero domini thesaurarii, portandi per ipsum Massiliam Begoto de Costa, servienti armorum domini nostri pape, quos idem Begotus debet portare domino Clementi pape vii vel alteri de eius mandato ... Die xii Maii [1379] traditi fuerunt de mandato domini camerarii domini nostri pape Guillelmo de Luco, domicello, habitatori Avinione, quos debet portare Massillie Begoto de Costa, servienti armorum domini pape, portandi per ipsum Begotum dicto domino pape vel alteri ...» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fls. 37, 43, 45, 45v, 46v, 50, 63v, 66v, 70). «Dicta die iii dicti mensis Novembris [1379] fuerunt soluti fratri Alfonso de Ulixbona, mittitur per dominum nostrum papam apud Assisium super certis negotiis, pro suis expensis faciendis, x flor. camere ... Die eadem [xi. Martii 1380] fuerunt soluti Johanni de Lecumberry, qui in servitio et custodia castri Sancti Angeli de Urbe fuit captus per inimicos Romane Ecclesie et fuerunt ei amputate ambe manus et ideo recepit ex ordinatione domini nostri similia stipendia que unus cursor a camera apostolica pro huiusmodi stipendiis mensis Februarii proxime preteriti et presentis mensis Martii, viii flor. camere, vi sol., vi. d.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 352, fls. 25v, 52v). «Die eadem [ultima mensis Julii 1379] fuerunt soluti domino Vicecomiti de Rodis in deductione quatuor millium florenorum de camera, apostolice camere in partibus Italie mutuatorum et traditorum nomine dicte camere domino de Montegaudio in recessu domini nostri de Spelunca pro guerra Romane Ecclesie, ipso recipiente et recognoscente, mille flor. camere ... Die eadem [25 Augusti 1379] fuerunt scripti in expensis qui fuerunt soluti a die xxii presentis mensis citra Ademaro de Mairebeu, qui mittitur in Ispaniam et Angliam [fl. 34v] per dominum nostrum papam pro certis negotiis, pro suis expensis faciendis, magistro hospitii dicti domini nostri presenti die pro ipso recognoscente, C. flor. de xxiiii solidis. Valent lxxxb flor. camere, xx sol. ... Die eadem [19 Septem. 1379] fuerunt soluti Johanni Picardi, clerico, pro uno vidimus unius magni processus facti per dominos cardinales contra Bartholomeum intrusum, quod scribi fecit pro mittendo ad partes Aquitanie, collectori Xanctonensi, ii flor. Regine. Valent i flor. camere, xix sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 353, fls. 24, 34-34v, 43). «Die xx dicti mensis [Februarii 1381] fuerunt soluti Jacobo de Castro Galhardi, cursori domini nostri pape, et Rogerino de Prato, equitatori regis Francie, qui mittuntur per dominum nostrum papam cum certis bullis ad partes Ispaniarum, pro suis expensis faciendis, solvente Anthonio de Ponte supradicto, C flor. curreñ. Valent lxxxb flor. camere, xx sol. ... Die eadem [ix Aprilis 1381] fuerunt soluti Johanni Picardi, clerico, in thesauraria apostolica scribenti, pro scriptura xiiii

de 1379, e inclinava-se até para Urbano VI, a 3 de Outubro de 1379([197 b]). *Rogaram esses núncios a D. Fernando, rei de Portugal, se pronunciasse pela verdade da obediência a Clemente VII e o reconhecesse como autêntico vigário de Cristo.*

De novo o monarca português recorria ao conselho. Para alguns dos conselheiros seria mais seguro que os reis da Península escrevessem aos outros monarcas, inclusive ao da França, quod vellent se ponere sub indifferentia *e não se declarassem pela obediência de Clemente VII. Assim os da parte contrária mais facilmente se afastariam de Urbano VI. Outros, porém, desaconselhavam tal atitude, visto não haver dúvida alguma sobre o papa de Avinhão como Vigário de Cristo. Não reconhecê-lo como papa seria contribuir para o cisma. Devia evitar-se que o povo, com o andar do tempo, presumisse que Urbano VI era verdadeiro papa, tanto mais que a gente menos instruída aderia, regra geral, ao papa de Roma, por ter sido eleito pelos cardeais e porque não sabia o que fosse papa intruso, pressão ou eleição nula, dado que havia muito tempo desaparecera da Igreja o cisma. E assim D. Fernando e seu grande conselho concordaram em pronunciar-se pela parte de Clemente VII. Fora ele, bispo de Lisboa, quem presidiu à missa solene e fez o sermão de circunstância, em Évora, a assinalar a declaração feita pelo monarca, em favor do papa de Avinhão.*

Após descrição das benemerências dos reis de Portugal, em prol da fé católica, a começar pelo Conde D. Henrique e seu filho D. Afonso Henriques, primeiro rei, os quais pelos próprios méritos conquistaram a coroa, arrumando com os Sarracenos, a culminar sua valentia com a batalha do Salado, triunfo de D. Afonso IV, avô do monarca D. Fernando, o bispo D. Martinho apresenta a sua missão de embaixador como desfeixo natural da declaração solene em prol de Clemente VII. Este, recebida a notícia da obediência de el-rei de Portugal, escrevera-lhe a manifestar desejo que estabelecesse uma liga ou confederação com el-rei de França, sobretudo no concernente à defesa da Igreja, e lhe enviasse seus embaixadores, para tal fim. O assunto fora tratado em conselho, no qual, segundo o bispo, foram expostos vários merecimentos da casa e coroa de França, entre eles o de ter acolhido o conde de Bolonha, futuro D. Afonso III, e patrocinado a concórdia das condições para este administrar o reino de Portugal, devido à incompetência de D. Sancho II, seu irmão, após determinações do papa Inocêncio IV, nesse sentido. E era por isso que, na presença de el-rei de França, se encontrava um nobilíssimo cavaleiro que, julgo eu, devia ser João Gonçalves, e ele próprio, qui minimus sum inter regis creaturas et consiliarios, tamen unus de eis, licet indignus. *Eis o discurso na íntegra, já parcialmente editado em França:*

---

instrumentorum confectorum de et super confessione publica et fide in qua decessit bone memorie dominus cardinalis Sancti Eustachii super facto scismatis, etc., que scribi fecit de mandato domini nostri pape et tradidit domino episcopo Vasionensi, solvente in absentia Anthonii de Ponte Anthonio Francisci predicto, iiii flor. camere ... Die xxvii [Maii 1381] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape fratri Johanni Woderone, ordinis fratrum Minorum, de natione Anglie, qui mittitur per dictum dominum nostrum ad certas partes Anglie et Ibernie ... Die eadem [iiii Julii 1381] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape Petro Sancii de Xea, magistro ostiario dicti domini nostri et scutifero domini cardinalis de Luna, pro dono sibi facto per dictum dominum nostrum, ultra cl flor. de camera qui mandantur sibi tradi per collectorem Ispanie, solvente pro Anthonio de Ponte Cathalano de Roca, l flor. camere ... Die eadem [8 Julii 1381] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape domino Petro de Muris, militi, doctori legum, qui mittitur per dominum nostrum ad certas partes, recipiente domino Stephano de Ponte, priore Intermontium, Grationopolitane diocesis, et solvente pro Anthonio de Ponte Cathalano supradicto, C. flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fls. 77, 89v, 101, 113v, 115).

([197 b]) Documentos em ANDRÉS IVARS, *La «indiferencia» de Pedro IV de Aragón en el Gran Cisma de Occidente*, em *Archivo Ibero Americano*, 29 (1928) 41, 86-89, docum. VII-VIII.

«*Propositio* (a) *facta per reverendum in Christo patrem ac* (b) *dominum Martinum Dei gratia Ulixboñ episcopum, ambaxiatorem, domini Fernandi, regis Portugalie et Algarbii illustris, coram serenissimo principe domino Karolo, rege Francie illustri, xiiii. die mensis Julii, anno Domini millesimo ccc.mo octuagesimo.*

Serenissime Princeps et Benignissime Domine, ut melius videantur que ego debeo proponere coram Serenitate Vestra, ego intendo facere tria. Primo intendo premittere unam humilem supplicationem. Secundo intendo submittere unam brevem et debitam excusationem (c). *Tertio intendo venire ad facti propositionem et in ista tertia parte ego intendo facere tria. Primo intendo premittere et iustificare processum, sub quo dominus meus rex Portugalie fuit declaratus et habuit pro vero papa dominum Clementem septimum et vero vicario Ihesu Christi. Secundo intendo submittere causam nostri adventus et ambaxiate ad Serenitatem Vestram. Tertio, concludendo, intendo inferre unam debitam et iustam conclusionem* (d); *per istam enim divisionem clarius patere possunt proponenda, cum sit conclusio Aristotelis manifesta quod via divisiva facilius cognoscuntur incompleta* (e). *Res enim divisione fit lucidior, ut in c. Quia res, xi. q. prima, per Archidiaconum, in ultima additione* (f), *et de electione, Quod sicut, per Compostellanum* (g), *ff. de doli exceptione, le. prima* (h), *de rescriptis, Cum contingat* (i), *cum concordantiis.*

Veniendo igitur ad primum, Amantissime Princeps, ego supplico Vestre Serenitati humiliter et benigne quod si in ista presenti propositione minus bene dixero vel minus bene ordinavero et assumero (j), *quia defectum meum suppleat Vestre Serenitatis magna nobilitas et benivola supportatio tanti regis. Habeo enim aliquas causas legitimas supplicandi. Primam enim causam legitimam supplicandi, licet non obtinendi, tanquam notoriam obmitto, que est defectus scientie et eloquentie, utens illo colore rethorico, quo utitur textus in capitulo Novit, de iudiciis* (k), *ibi, ut illud tanquam notissimum obmittamus, quod Theodosius statuit imperator et Karolus innovavit, de cuius genere rex ipse noscitur descendisse. Secunda causa est brevitas temporis ad veritatem; quando modo ante prandium intravi palatium, non credebam me habere debere audientiam ad dicendum; «tempore enim indigemus, dicit canon, ut aliquid maturius agamus», in capi. Ponderet unusquisque sermones suos, quinquagesima distinctione* (l). *Tertia causa sit viarum inordinatio. Homines enim via-*

(a) *Propositio*] *compositio* Valois erroneamente.

(b) *ac*] *et* Arq. Vat. e Valois.

(c) *excusationem*] *executionem* Valois erroneamente.

(d) *conclusionem*] *solicitationem* Arq. Vat. e Barb.

(e) *incompleta*] *incomplexa* Arq. Vat. e Barb.

(f) ARCHIDIACONUS, *Super Decreto*, Cauxa XI, qaestio I, c. Quia res, ed. Lugduni, 1588, fl. 195va-b.

(g) *Decretales Gregorii IX*, li. I, tit. 6: *De electione*, cap. 28. Trata-se de BERNARDUS COMPOSTELLANUS JUNIOR, o qual compôs um comentário sobre o primeiro livro das Decretais de Gregório IX. Cf. A. VAN HOVE, *Prolegomena*, Michliniae-Romae, 1945, p. 478.

(h) *Digestum*, lib. 44, tit. 41: *De doli et metus exceptione*, l. 1, ed. *Corpus Iuris Civilis*, vol. I, Berolini, 1963, p. 759b.

(i) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 3: *De rescriptis*, c. 24, ed. AEMILIUS FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, Graz, 1959, col. 29.

(j) *assumero*] *assumo si pro* (*?*) Arq. Vat. e Barb.

(k) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 1: *De iudiciis*, c. 13, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 242-244.

(l) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 50, c. 14, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, Graz, 1959, col. 182.

tores, sicut ego sum de presenti, naturaliter non consueverunt esse bene dispositi nec bene ordinati ad componendum, digerendum (m) *et proferendum. Anima enim in quiescendo efficitur prudens et sapiens, ut dicit philosophus in libro suo De anima* (n)*; ergo a contrario sensu, non in movendo vel ambulando, propter quod iura nostra decreverunt quod sententia lata a iudice non sedente, sed stante vel ambulante, esset nulla ipso iure, in capitulo finali, de re iudicata, lib. vi°, in § finali* (o)*, in lege A procedente, C., de dilationibus* (p)*, cum concordantiis. Quarta causa, concludens omnia, est Vestre Serenitatis presentia et assistentia, coram qua quantumcunque magnus in omnibus posset merito formidare. Unde dicere possum cum Jeronimo, xxiiii. q. i. Quoniam vetusto oriens* (q)*: «Quamvis igitur, tui me terreat magnitudo»; cum Moyse: «Irruit super me formido et pavor in magnitudine brachii tui»; in Cantico: «Cantemus Domino, gloriose enim honorificatus est»; originaliter Exodi xv.* (r)*; et ideo orabo cum Job, Job xiii°: «Formido tua non me terreat»* (s)*; et hoc breviter de primo.*

Veniendo ad secundum, Benignissime Princeps, quando ego recessi de Avinione, erat michi spes certa quod rex Bohemie debebat vobiscum tenere dietam in civitate Remensi [fl. 69v] super [fl. 197v] factis Ecclesie, et per viam, propter reverentiam Ecclesie et honorem Serenitatis Vestre et domini mei regis, ordinabam me, meliori modo quo poteram, quando oportunitas se offerebat, ad faciendum coram Serenitate Vestra et dicti (t) *regis Bohemie propositionem sollempnem cum theumate* (u) *et prosecutione, quando autem fuimus apud Cabiloñ, civitatem in Burgundia, audivimus certa nova quod rex Bohemie, aliis occupatus negotiis, predictam dietam tenere non potuit, et ista nova non fuerunt michi ad consolationem laborum maris et terre; sperabam enim et sperare poteram, si illa dieta teneretur, pacem Ecclesie et per consequens fidei unitatem et tam gravia parata* (v) *scandala inter fideles sedari posse. Sed* (x) *ille hostis antiquus qui post occasum suum conatur principaliter scindere Ecclesie unitatem et humanum genus evertere, ut in c. Visis, xvi. q. i[i].* (y)*, et merito* (z)*, nam, cum astucissimus sit et «mille nocendi* (a) *modos habeat», ut ibi, unde* (b) *sentit quod, «vulnerato pastore, nullus curandis ovibus adhibet medicinam», Zacharie, xiiii°!*

(m) *digerendum*] *digredendum* Valois erroneamente.

(n) ARISTOTELES, *De anima*, lib. I, cap. II, III, lib. III, cap. III, IX.

(o) *Liber Sextus Decretalium*, lib. II, tit. 14: *De sententia et re iudicata*, cap. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1014.

(p) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 11: *De dilationibus*, lib. 4, ed. PAULUS KRUEGER, vol. II, Berolini, 1973, p. 127.

(q) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIV, questio I, c. 25, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 975-976.

(r) Exod. 15, 1.

(s) Job. 13, 21.

(t) *dicti*] *eiusdem* Valois erroneamente

(u) *theumate*] *theumata* Barb.

(v) Assim nos ms.

(x) *Sed*] *set* Arq. Vat.

(y) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XVI, quaestio II, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 785.

(z) Embora na Causa XV, quaestio I, do *Decretum Gratiani*, haja un cânon *Merito* (c. 1), aqui não se trata de citação de alguma autoridade do *Decretum Gratiani*, como se pode aliás inferir do sentido gramatical.

(a) *nocendi*] *noscendi* nos ms.

(b) *unde*] palavra não muito clara nos ms.

(c), *Marci, xiiii°* (d), *Esechielis, xxxiiii* (e) *et transumpt. in canone* (e'), *prima, questio prima, Profertur* (f), *cum habeat magnam potestatem, nam non est potestas super terram que ei valeat comparari. Unde apostolus, secunda ad Corinthios, decimo* (g)*: «An ignoras altitudinem Sathane?», xxvi. q. v., Nec mirum* (h), *de quo satis per Archidiaconum in Rosario, vi. q. i., § Verum* (i), *permissione divina, propter peccata nostra satis operatus est ut talis dieta impediretur; quando hec audivi, satis turbatus cessavi ab inceptis. Cum autem fui hic Parisius et vidi ambaxiatores sollempnes dicti regis Bohemie, ducem videlicet Brebantie, et socios suos* (i'), *feci requiri Serenitatem Vestram per archidiaconum Cordubensem, secretarium vestrum, quod, si placeret eidem Serenitati, continuarem quod inceperam et ordinarem me ad dictam propositionem sollempnem, sed finalis deliberatio vestra fuit quod ex causa predicta propositio sollempnis debebat et poterat excusari, propter quod, Princeps Serenissime, quia «invito auditore, nemo libenter refert», ut in capi. Ex merito, vi. q. i.* (j), *si minus bene vel minus sollempniter aliqua fuerint dicta vel proposita, Vestra Serenitas me habeat rationabiliter excusatum, et ideo sine theumate et alia introductione, veniendo ad tertium principale, Dulcissime Princeps, mortuo sancte memorie domino Gregorio papa xi, qui utinam in agibilibus mundi esset magis expertus et non dimisisset Ecclesiam Dei sub tanto periculo, Romani mala sua solita conditione, de qua loquitur Bernardus ad Eugenium in epistula sua* (k), *de qua etiam satis per Jo. Mo. in c. Fundamenta, de electione, li. vi°* (l), *fecerunt eligi in papam, verius in antipapam, ex quo consensit, Bartholomeum, olim Barensem archiepiscopum et primo Cheruntinum* (m), *per notoriam impressionem, ut inferius deducetur. Cum enim supervenerunt domino meo regi Portugalie nova certa, per suos qui erant ibi, de modo assumptionis premisse et audivisse a suis magnis litteratis quod talis electio erat, prout est, de iure dampnata, nec per eam poterat esse papa, nisi iterum spontanee eligeretur, fecit vigore iurium de hoc loquentium sub suo ydiomate fideliter copiari et transferri vel interpretari, cum vera declaratione doctorum quod, cum sepius perlegisset, fuit in eius anima unus grandis scrupulus generatus quod iste non erat papa. Post hec, ad paucos dies, Princeps Clarissime, supervenerunt nova per suos venientes quod iste Bartholomeus non signabat ut papa et quod steterat* (n)

(c) Zach. 13, 7 (?).

(d) Marc. 14, 27.

(e) Ezech. 34, 5.

(e') *canone*] talvez *causa*, porque se trata realmente da *causa prima*.

(f) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa I, c. 28 (*Fertur*), ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 370.

(g) 2 ad Cor. 10.

(h) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXVI, quaestio V, c. 14, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1034.

(i) ARCHIDIACONUS, *Super Decreto*, Causa VI, quaestio I, § *Verum, ed. cit.*, fl. 166vb.

(i') Nos ms. espaço em branco, talvez para indicar os nomes dos embaixadores.

(j) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VI, quaestio I, c. 13, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 557.

(k) Nos ms. espaço em branco, talvez para indicar a carta de S. Bernardo ao papa Eugénio. Cf. carta do Santo a repreender os Romanos pelas suas atitudes contra o papa em MIGNE, *Patrologia Latina*, 182, Parisiis, 1879, epistola CCXLIII (651), col. 437-440.

(l) IOANNES MONACUS, *In sextum Librum Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione*, cap. 17, ed. Venetiis, 1585, fl. 97 vb. Johannes Monacus (Lemoyne) escreveu o seu aparato sobre o *Liber Sextus Decretalium* cerca de 1301. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 474.

(m) *Cheruntinum*] por *Acheruntinum*. De facto Urbano VI antes de ser arcebispo de Bari, tinha-o sido de Acerenza. Cf. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 70.

(n) *steterat*] *esterat* Arq. Vat.

per mensem et ultra a die creationis (o) *quod non apposuerat manum ad signandum. Et tunc etiam magis augmentari sibi cepit scrupulus antecedens, credens quod non signabat quia se non habebat pro papa, et incepit communiter dici quod ipse et cardinales assumpserunt istam viam, ut pretextu istius electionis recedere possent a Roma, et postmodum eum vel alium libere eligere, ut decebat; ad aliquos postea dies, iste Bartholomeus [fl. 70] misit ad eum ambaxiatores suos, quorum unus fuit unus miles Neapolitanus, [fl. 198] credo Robertus nomine, et alius fuit dominus Johannes, qui modo est cum domino Petro de Barreria, presbytero cardinali* (p), *quem ego modo bene cognovi in Avinione, nam primo non cognoscebam eum, et isti detulerunt sibi ex parte dicti Bartholomei, se pro papa gerentis, prout gerit, unam petiam scarlati* (q) *et similiter uxori sue, nescio si qua alia encenia detulerunt, que quando fuerunt oblata dicto domino meo regi maiorem scrupulum generarunt, videns quod istud non erat de more Romanorum pontificum, quando noviter creabantur, ad minus in illo regno. Postea, iste miles Neapolitanus ad partem et secrete tractavit cum dicto domino meo rege ex parte dicti Bartholomei, ut vellet se inter alios principes catholicos filius unicus matri sue se vellet* (q') *cum eo singulariter confederare et colligare contra omnes et singulos, cuiuscumque gradus, status, conditionis et preheminentie et dignitatis essent, qui contra eius statum vellent aliquid dicere vel movere, promittens regi ex parte dicti intrusi gratias singulares, ad exaltationem corone sue, et se offerre semper sibi favorabilem in petendis, sed rex noster respondit quod non intelligebat eum bene, nec quid vellet dicere per hec verba. Nam, si petebat quod ligaretur cum eo contra occupatores terre Ecclesie, dixit quod ipse erat in extremo occidente, et ideo non poterat bene sibi servire in istis. Hoc poterant melius facere catholici christiani, qui erant propinquiores sibi. Hoc dicebat rex, desiderando audire ab alio, eius nomine, si cardinales intendebant moveri contra eum, propter scrupulum, ex superioribus generatum. Breviter, ille miles nichil sibi voluit apperire de intentione cardinalium. Post ista, rex habuit ad partem illum alium ambaxiatorem et nuntium, scilicet dominum Johannem, scutiferum cardinalis presbyteri memorati, et in conferendo cum eo de ista materia, ille* (r) *miles habuit regi apperire materiam sub secretissimo secreto et promissione* (r') *sibi facta per regem quod non revelaret alicui, nisi homini multum sibi accepto et de quo singulariter confideret, et dixit sibi etiam ex parte aliquorum dominorum cardinalium quod ipsi non habebant istum Bartholomeu pro papa et quod intendebant, quam cito comode possent, fugere de Roma et alium sibi eligere in verum vicarium Ihesu Christi et non permittere populum Dei seduci et exponere se ut veri zelatores fidei et capud Christianitatis propter fidem, omni periculo et timori. Rex, audita materia, fuit turbatus in sermone et nescio si alicui alteri dixit, quod non credo, sed testificor quod dixit tunc michi in loco de Moledo Ulixbonensis diocesis, ubi tunc infirmabatur, presente regina, uxore sua, iniungens michi quod tenerem secretissime, sub debito fidelitatis, cum, si panderetur, cardinales essent in periculo inevitabili mortis et fides catholica gravissime pateretur; et iste Johannes dixit sibi quod sperabat quod, antequam ipsi retrocederent de Yspania, haberetur verus papa, et ita factus fuit de facto, per quod apparuit quod sic habebat*

(o) *creationis*] *consecrationis* Valois erroneamente.

(p) Pedro Raimundo de Barreira foi nomeado cardeal presbítero de S. Pedro e Marcelino por Clemente VII a 18 de Dezembro de 1378. Morreu em Avinhão no dia 13 de Junho de 1383. Cf. C. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 27.

(q) *scarlati*] *scarleti* nos ms.

(q') *se vellet*] são palavras repetidas.

(r) *ille*] *iste* Arq. Vat. e Valois.

(r') *promissione*] *provisione* nos ms.

a cardinalibus in mandatis; et iste Johannes dixit regi quod domini cardinales etiam aliquibus aliis principibus catholicis, de quibus non confidebant, faciebant hoc manifestari occulte. Postea, ad paucos dies, supervenerunt nova de recessu cardinalium de Roma et quomodo intraverant Anagniam et qualiter procedebant contra intrusum et erat scandalum inter eos, non fuit multum de tempore, sed breve scitis (r'') *quod post ista nova supervenerunt certa nova quod dominus noster Clemens septimus, tunc vocatus cardinalis Gebenensis, erat electus voluntarie per cardinales in verum papam et verum vicarium Ihesu Christi et postea quomodo fuerat honorifice coronatus; ad aliquos dies post, dominus noster scripsit domino regi creationem suam et rogavit eum et monuit ut ab obedientia illius intrusi recederet, et eum in verum papam reciperet et haberet, significans sibi ex premissis electionem alterius esse nullissimam et dampnatam, exortans eum ut portantes et utentes illius litteris caperentur et sibi adherentes vel faventes verbo vel facto, et fuit super hoc nuntius apostolicus unus frater Predicator, magister in theologia, inquisitor heretice pravitatis in Aragonia, quem ego bene cognosco, et fuerunt sibi presentate littere in loco de Villanova Ulixbonensis diocesis; istis litteris rex noluit respondere,* [*fl. 198v*] *donec super tanto negotio magnum* [*fl. 70v*] *consilium teneretur. Et tunc fecit factum poni in consiliis et super hoc magna consilia, que longo tempore duraverunt, prout arduitas tanti negotii requirebat, et recordor quod primum dubium in consilio fuit utrum rex de necessitate salutis tenebatur apponere manum super isto facto et dare opem et operam ad pacificandum tantum scandalum et subvenire fidei et Ecclesie sancte Dei, vel utrum ex quo causa erat inter clericos et personas ecclesiasticas, sufficiebat sibi stare et non apponere manum alicui adiutricem et dimittere Deo, cuius causa agebatur, qui tanto periculo subveniret; et istud dubium fuit satis prolixe disputatum et finaliter* (s) *fuit conclusum quod rex peccabat mortaliter et tenebatur, nisi apponeret manum ad pacificandum Ecclesiam suam sanctam. Rationes que fuerunt concludentes, erant in effectu quod quilibet princeps catholicus de necessitate salutis tenebatur defendere ab omni errore et ab omni persecutione fidem et catholicam legem Christi. Secunda ratio fuit quod quilibet catholicus princeps tenebatur de necessitate salutis defendere Ecclesiam sanctam Dei, et maxime in periculo scismatis constitutam. Tertia ratio fuit quod quilibet princeps catholicus de necessitate salutis tenebatur defendere et honorare dominum verum papam et dominos cardinales et ceteros Ecclesie ministros; catholici principes non solum contra facientes, sed ista negligentes, peccabant mortaliter et obligabantur ad infernum et, licet non habeam bone memorie omnia que fuerunt ibi allegata, prima propositio probabatur per § Hiis ita, xxiii. q. viii., cum capitulis sequentibus* (s'), *et per ea que ibi leguntur per doctores, ex quibus clare elicitur et probatur quod semper tenetur quilibet ad defensionem fidei et legis; qui enim pro fidei defensione moritur, «celeste premium consequitur», in capitulo Omni timore, eadem causa et questione* (s''); *qui enim «non defendit veritatem, proditor est veritatis», dicit canon in capitulo Nolite, in secundo, xi. q. iii.* (t).

(r'') *scitis*] *scilicet* Valois erroneamente.

(s) *finaliter*] *similiter* Valois erroneamente.

(s') *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio VIII, *dictum ante* c. 7, cc. 7-10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 954-955.

(s'') *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio VIII, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(t) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaestio III, c. 86. ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 667.

Inducebatur quod si Mathia Mathatias, quando vidit iudeum ydolis immolantem super aram, tacuisset, non esset licet (u) *iustificatus, nec unquam liber Machabeorum de eo esset scriptus, sed videns errorem in lege, doluit, dicit textus, et «accensus est furore legis, secundum iudicium legis, et trucidavit eum super aram et zelatus est legem, sicut fecit Fines, et exclamavit voce magna» et dixit* (u'): *«Omnis qui habet zelum legis, faciat testamentum et exeat post me», primo Machabeorum, secundo* (v); *tangitur istoria xxiii. q. v. Si audieris* (x), *ibi pulcher textus, «quod, si ante adventum Christi circa Deum colendum et ydola spernenda, hec precepta servata sunt, quanto magis post adventum Christi?». Inducebatur et illud Numeri xxv.* (y): *«cum enim vidisset Fines, filius Eleazari, filii Aaron», iudeum coeuntem cum madianita, utrumque ipsorum perfodit gladio «cessavitque plaga a filiis Israelis»; dicitque dominus ad Moisem: «Fines, filius Eleazari, filii Aaron sacerdotis, advertit iram meam a filiis Israelis, quia zelo meo commotus contra eos, idcirco loquere ad eum: ecce do ei pacem federis mei et erit tam ipsi quam semini illius pactum sacerdotii sempiternum, quia zelatus est pro Deo suo et expiavit scelus filiorum Israelis»* (z); *tangitur in canone xxiii. q. viii. Occidit* (a), *in psalm. centesimo v°: «Stetit Fines et placavit et cessavit quassatio et reputatum est ei ad iustitiam», etc.* (b). *Helias enim zelo legis interfecit universos prophetas Baal et cum Iesebel propter hoc quesivisset animam Helie, ambulavit xl diebus et xl noctibus usque ad montem Dei Oreb et mansit in speluncis «et ecce sermo Domini ad Heliam: Quid hic agis, Helia? Qui respondit: zelo zelatus sum pro Domino Deo exercituum, quia derelinquerunt pactum domini filii Israelis, altaria sua destruxerunt et prophetas ceciderunt gladio et derelictus sum ego solus et querunt animam meam, ut auferant eam», tertio Regum, xix° capitulo* (c); *tangitur istoria in canone xxiii. q. iiii., Ea vindicta* (d), *et in § Sed obicitur, eadem causa et questione* (e). *Multa alia fuerunt inducta ad istam primam propositionem probandam, quam propter prolixitatem obmitto.*

Secunda propositio fuit probata per capitulum Maximianus, xxiii. q. iii. (f), *ubi dicit textus quod «Maximianus, Sagiensis* (f') *episcopus, contra hostes Ecclesie ab imperatore auxilium postulavit» et habuit, et dicit textus quod si imperator prestare pretermiserit, de negligentia culpari poterat, propter quod [fl. 199] tenent ibi communiter doctores et credo quod Hugucio expresse* (g), *quod poterat [fl. 71] non prestando excommunicari; ex quo conclu-*

(u) *licet*] será *licite?*

(u') *dixit*] *dicit* nos ms.

(v) 1 Macha. 2, 26-27.

(x) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio V, c. 32, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 939.

(y) Num. 25, 6-9.

(z) Num. 25, 10.

(a) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio VIII, c. 14, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 956.

(b) Ps. 105, 30-31.

(c) 3 Reg. 19, 9-11.

(d) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio IV, c. 51, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 927.

(e) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio IV, *dictum ante* c. 30, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 913.

(f) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio III, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 896.

(f') *Sagiensis*] *Vagiensis*, segundo o Decreto de Graciano.

(g) Huguccio de Pisa, bispo de Ferrara, escreveu nos fins do século XII e início do século XIII a sua famosa *Summa* sobre o Decreto de Graciano. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, pp. 435-436.

ditur clare quod peccaret mortaliter, non defendendo Ecclesiam, cum excommunicatio nunquam, nisi pro mortali, ferenda sit, ii. q. i., Nemo (h), *xi. q. iii., Episcopi* (i), *et solet notari in capitulo Pia, de exceptionibus* (j), *et in c. Cum medicinalis, de sententia excommunicationis, li. vi.* (k) [*et per Jo. An. in c. Sacris, Quod metus causa* (l)]. *Inducebatur etiam ad hoc tota illa questio secunda, vicesima tertia causa* (m), *et tota materia iusti belli. Faciebat pro ista parte illud Augustini in libro de duodecim abusionibus, capitulo nono* (n), *ubi sic: «nomen enim regis intellectualiter hoc continet ut in omnibus subiectis rectoris officium procuret, quia in zelo iustitie exaltatur solium et in veritate solidantur gubernacula populorum; iustitia regis est neminem iniuste per potentiam opprimere, esse sine personarum acceptione, inter se et virum iuste iudicare, advenis, pupillis et viduis defensorem esse, cohibere furta, adulteria punire, iniquos non exaltare, impios et prave viventes vivere non permittere, ecclesias defendere, iustos ac senes et sapientes et sobrios super regni negotiis constituere et hos consiliarios habere». Inducebatur etiam capitulum Regum xxiii. q. v.* (o): *«Regum enim proprium est facere iudicium atque* (p) *iustitiam et liberare de manu calumpniantium vi oppressos, peregrino pupilloque, vidue, qui facilius a potentibus opprimuntur, prebere auxilium»; «si, inquit, hec feceritis, o reges Iuda, retinebitis pristinam potestatem»; si ergo tenentur defendere unum pauperem, multo fortius Ecclesiam matrem suam. Tribunus enim ille gentilis tempore imperii Romanorum Paulum apostolum defensavit. Actuum, xxiii.* (q), *et dicit textus in preallegato canone Maximianus* (r) *quod Paulus non tamen* (s) *vite transitorie sue, sed Ecclesie providit et defensionem habuit, sed ad id* (s') *quod multo fortius tenentur eam defendere a scismaticis inimicis, inducebatur xxiii. q. v. Non vos* (t) *et c. De liguribus* (u) *et quasi per omnia capitula ibi sequentia, ubi sunt satis iura*

(h) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaestio I, c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 443.

(i) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaestio III, c. 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 645.

(j) *Liber Sextus Decretalium*, lib. II, tit. 12: *De exceptionibus*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1005.

(k) *Liber Sextus Decretalium*, lib. V, tit. 11: *De sententia excommunicationis*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1093-1094.

(l) [*et per Jo. An. in c. Sacris, Quod metus causa*]: palavras acrescentadas na margem do texto do ms. Barb. JOHANNES ANDREAE, *In primum Decretalium librum novella commentaria*, ed. Venetiis, 1581, tit. *De his quae vi, metusve causa fiunt*, cap. 5, fls. 292va-293va.

(m) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio II, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 894-895.

(n) SANCTUS AUGUSTINUS, *De duodecim abusionum gradibus*, cap. 9, ed. MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 40, Parisiis, 1887, col. 1085.

(o) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio V, c. 23, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 937.

(p) *atque*] *adque* nos ms.

(q) Act. 23, 10, etc.

(r) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio III, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 896-897.

(s) *tamen*] Assim nos ms.

(s') *ad id*] *adhit* Arq. Vat.

(t) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio V, c. 42, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 942.

(u) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio V, c. 43, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 943.

clara, quasi per totam illam questionem (u'). *Inducebatur etiam illud Ysidori, patroni mei, libro suo De summo bono, parte tertia* (v). *Sepe enim per regnum terrestre celeste regnum adquiritur, ut qui intra Ecclesiam positi, contra fidem et disciplinam fidei agunt, rigore et zelo principum conterantur. Zelus enim et ardor contra rebelles Ecclesie commendatur, xxiii. q. v. Excommunicatorum* (x): «*Non enim eos homicidas arbitramur, dicit ibi textus, quos* (y) *adversus excommunicatos zelo catholice matris Ecclesie ardentes aliquos eorum trucidasse contingit*». *Quis enim dicet quod quis non teneatur defendere matrem suam carnalem, cum sit preceptum Decalogi, ymmo turpiter inventum cum ea, si per filium occidatur, et si sit clericus ad sedem apostolicam ire non tenetur, in capitulo Si vero, in primo, de sententia excommunicationis* (z), *de quo satis ibi per Innoc.* (a), *qui tenet quod percussiens clericum, in defendendo patrem, non est excommunicatus, quia facit id ad quod tenetur, licet talis bene sit irregularis, cum irregularitas etiam ex actu indictionis inducatur, ut deducitur per Jo. An.* (b) *in c. Si furiosus, de homicidio, in Clem.* (c). *Si ergo tenetur defendere matrem carnalem, multo fortius spiritualem, iuxta ea que leguntur et notantur in capitulo Quam sit, de excessibus prelatorum* (d), *maxime per Hosti.* (e). *Plus enim videtur peccare qui contempnit patrem spiritualem, quam carnalem, ii. q. vii. Qualis* (f), *cum concordantiis. Ex hoc tenent doctores quod gravius peccat quis cum matre spirituali, quam cum carnali, et idem de filia spirituali, ut in iuribus supradictis, et ideo dicunt iura quod licet non sit filia spiritualis, que confitetur alicui sacerdoti, gravius tamen peccat cum ea, quam cum coniugata, xxx. q. i., in capitulo Omnes* (g) *et capitulo* [*Si quis*] (h) *et fin.* (i). *Unde beatus Augustinus satis pulcre, sermone secundo*

(u') *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio V, cc. 44-45, etc., ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 943-944, etc.

(v) Geralmente não se diz que Santo Isidoro de Sevilha tenha escrito alguma obra com o título *De summo bono*. Esta figura em MIGNE, PL, t. 83, Paris, 1862, como *Sententiarum libri tres*. O texto da citação vem no lib. III, cap. 51, *ed. cit.*, col. 723.

(x) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio V, c. 47, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 945.

(y) *quos*] *quod* nos ms.

(z) *Decretales Gregorii* IX, lib. V, tit. 39: *De sententia excommunicationis*, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 890.

(a) INNOCENTIUS IV, *In V Libros Decretalium commentaria*, Venetiis, 1570, lib. V, tit. 39: *De sententia excommunicationis*, cap. *Si vero*, p. 652.

(b) Sobre este grande canonista cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, pp. 452, 474, 475, 479, 482, 486, 489, 492, 493.

(c) JOHANNES ANDREAE, *Constitutiones Clementis pape V una cum apparatu domini Io. And., De homicidio*, c. 1 *(Si furiosus)*, fl. 99a (incunábulo).

(d) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 31: *De excessibus praelatorum et subditorum*, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 837.

(e) HOSTIENSIS, *In quintum Decretalium librum commentaria*, tit. 31: *De excessibus praelatorum*, cap. 9 (*Quam sit grave*), fl. 72vb-73a. Não se encontra aqui uma afirmação directa sobre o assunto.

(f) *Qualis*] *Qualiter* nos ms. *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaestio VII, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 484-485.

(g) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXX, quaestio I, c. 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1099.

(h) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXX, quaestio I, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1099.

(i) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXX, quaestio I, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1099.

super Johannem (j): «*pertinet ad reges et populi duces seculi christianos, ut temporibus suis pacatam habere velint Ecclesiam matrem suam, unde spiritualiter nati sunt*», *et ideo ille fidelis rex princeps David dicebat in psalmo lxviii°* (k): «*Zelus domus tue comedit me*», *transump. partis in canone, xxiii. q. iiii., Qui peccat* (l), *de custodia Eucharistie, capitulo finali* (m), *de officio custodis, capitulo secundo, per Hosti.* (n).

Tertia propositio videbatur consilio ex superioribus esse probata et ideo non esse insistendum in ea, sed ne deseratur (n') *improbata, facio talem rationem: principes seculares tenentur defendere legem, ergo et sacerdotes, et per consequens papam et cardinales; antecedens est probatum; consequentia concluditur ex capitulo Translato, de constitutionibus, in fine* (o): «*Translato sacerdotio,* [*fl. 71v*] *dicit textus, necesse est ut legis translatio fiat,* [*fl. 199v*] *quia enim simul et ab eodem sub eadem sponsione utraque data sunt, quod de uno dicitur, necesse est ut de altero intelligatur*». *Connexa enim sunt, ut ibi dicit glo.:* «*Connexorum eadem est ratio et idem ius*», *de quo satis ibi per doctores* (p). *Facit pro ista parte illud verbum Christi ad discipulos, Luce x°* (q): «*Qui vos audit, me audit, et qui vos spernit, me spernit, et qui me spernit, spernit eum qui misit me*»; «*et ipse utique spernetur*»; *ideo additur in textu capituli In novo testamento, xxi. distinctione* (r), *ubi verba Christi ponuntur; negari non potest quin locum apostolorum teneant episcopi, locum discipulorum presbyteri, ad quos dicta verba prolata fuerunt, in capitulo In memoriam, xix. distinctione* (s), *a contrario ergo sensu, quod est argumentum fortissimum in iure, qui honorat et non defendit, ipse honorabitur et non defendetur a Deo, xxxii. di., Hospitiolum* (t), *ibi:* «*si bonum est* [*mulierem*] *non tangere, ergo malum est tangere*», *et ideo philosophus in topicis suis:* «*si oppositum de opposito et propositum de proposito*» (u). *Inducebatur etiam in consilio pro ista parte illius Gregorii in Regestro, libro v.to regestorum* (v), *ubi Gregorius, ortans Mauricium imperatorem ad bonam defensionem et reverentiam clericorum, dicit:* «*Non indignetur, inquit, dominus meus, sed excellenti consideratione propter eum cuius sunt servi, ita eius dominetur ut debitam eis reverentiam impendat*»; *Omnes domini clerici*

(j) SANCTUS AUGUSTINUS, I *Super Johannem*, tractatus XI, ad cap. 3, ed. MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 35, Parisiis, 1902, col. 1483. *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 23, q. 4, c. 39 (*Quando vult Deus*), ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 920.

(k) Ps. 68, 10.

(l) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio IV, c. 40, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 921.

(m) *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 30: *De custodia Eucharistiae, chrismatis et aliorum sacramentorum*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 649.

(n) HOSTIENSIS, *In primum Decretalium librum commentaria*, Venetiis 1591, tit. *De officio custodis*, cap. 2 (*Custos*), fl. 131b.

(n') *deseratur*] *deserata* nos ms.

(o) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 2: *De constitutionibus*, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 8.

(p) *doctores*] espaço em branco, talvez para indicar os nomes dos doutores.

(q) Luc. 10, 16.

(r) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XXI, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 70.

(s) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XIX, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 61.

(t) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XXXII, c. 17, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 122.

(u) ARISTOTELES, *Topica*, lib. IV, c. IV (ed. Venetiis 1483), fl. 96rb; ed. A. F. DIDOT, I, Parisiis, 1848, n. 5, p. 212.

(v) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaestio I, c. 41, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 638.

sunt in dignitate constituti, iiii. dist., Denique (x), *et propter* [*honorem*] *dignitatis, in qua sunt, de eorum nomine nuncupantur, in capitulo Sacerdotibus, xi. q. i.* (y), *in c. Futuram, xii. q. i.* (z). *Unde appostolica* (?) *illum diis, id est sacerdotibus, de hereticis, Cum ex iniuncto* (a) *et Exodi xxii.* (b): *diis non detrahes, id est sacerdotibus, de hereticis, Cum ex iniuncto* (c) *et in psalmo octuagesimo* [*primo*] (d): «*Ego dixi dii estis et filii excelsi omnes*». *Fuerunt inducta omnia illa exempla Constantini christianissimi et Theodosii imperatorum, de quibus satis in istoria tripartita, parte secunda* (e), *que satis sunt pulcra auditu, si tempus pateretur.*

Veniendo ad minores propositiones, fuit dictum in consilio, quod condolendo refero, quod negari non potest quin hodie habeamus in lege manifestum errorem, durum Ecclesie persecutorem, clericorum pravum impugnatorem, nam ex isto scismate nascitur error manifestus in lege, quia, cum secundum fidem una tantum sit Ecclesia, sponsa Christi immaculata, non habens maculam neque rugam, mater omnium fidelium et magistra, extra quam nullus salvatur, et una fides et unum baptisma, ut in capitulo Firmiter, in § Una, extra, de summa Trinitate [*et*] *fide catholica* (f), *licet sint due qualitates ipsius, quia alia militans et alia triunphans, de qua satis per Jo. Mo. in capitulo Fundamenta, de electione, li. vi.to* (g), *aliqui nephandissimi christiani vero nunc hodie ponunt unam aliam, que est ecclesia malignantium, quam odivi anima mea cum psalmista, in psalmo xxv.* (h): «*Odivi ecclesiam malignantium et cum impiis non sedebo*», *transump. Ne prelati vices suas, capitulo fin., in glo. fin. per Bernardum* (i) *et in ista est unus dampnatus conventus illius intrusi, cum anticardinalibus et sequacibus pertinacibus suis; et a tali conventu protegat me Dominus, ut valeam dicere cum psalmista, psalmo lxiii°* (j): «*Protexisti me a conventu malignantium et a multitudine operantium iniquitatem*»; *et ex isto errore sequitur alius error, scilicet ydolatria, de necessitate, quod probo: ista mala* (k) *ecclesia non potest facere episcopos et facit de facto, nomine; isti antiepiscopi celebrant et ordinant alios antipresbyteros, qui similiter celebrant* [*fl. 72*] *et dicunt se conficere, quod non est verum, nam sacramentum altaris nonnisi a presbytero recte ordinato secundum claves*

(x) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. IV, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 6.

(y) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaestio I, c. 41, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 638.

(z) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, quaestio I, c. 15, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 682.

(a) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 7: *De haereticis*, c. 12, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 786.

(b) Exod. 22, 28.

(c) Cf. nota (a) imediatamente anterior.

(d) Ps. 81, 6.

(e) CASSIODORI - EPIPHANII *Historia Ecclesiastica Tripartita*, ed. Rudolphus Hanslik, *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, vol. 71, Vindobonae, 1952.

(f) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 1: De *Summa Trinitate et fide catholica*, c. 1, § 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 5.

(g) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione*, cap. 17, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 957-959.

(h) Ps. 25, 5.

(i) *Decretales Gregorii IX cum glossis ...*, Venetiis 1572, lib. V, tit. 4 *Ne praelati vices suas ...*, cap. 4 (*Querelam*), fl. 969, mas sem a indicação de Bernardo. Em BERNARDUS PAPIENSIS, *Summa decretalium*, ed. LASPEYRES, Ratisbonae 1860, III *Bernardi Glossae*, p. 326, não encontramos essa glossa.

(j) Ps. 63, 3.

(k) *probo: ista mala*] *probo ista probo ista mala* Barb.

Ecclesie conficitur, ut in preallegato § Una, in preallegato c. Firmiter, de summa Trinitate et fide catholica (l), *et ideo sanctus Thomas de Aquino in istoria de corpore Christi, in ympno* (m), *dicit:* «*Sic sacrificium* [*istud*] *instituit, cuius officium committi voluit solis presbyteris, quibus sic congruit ut summant et dent ceteris*»; *negari ergo non potest quin talia sacrificia sint ydolatria, nam, cum habeamus latriam, duliam et ydolatriam, ut notant Jo. et Archi., de consecratione, distinct. iii., Venerabiles* (n), *ista hostia clare est ydolatria, non latria* [*fl. 200*], *neque dulia, quia non res sacra, sed nephanda, demonstrata per illos qui eam conficere non possunt, ut est dictum, sed adoratur de facto a fidelibus christianis etiam nostris transeuntibus vel stantibus inter eos; ergo, etc; probatum est quod non solum error, sed errores sunt manifesti in lege, nec potest negari quin habeamus Ecclesie persecutorem et invasorem. Antipapa enim persecutor et inimicus Ecclesie est et nominatur etiam antichristus in c. In nomine Domini, xxiii. distinct.* (o). *Videte, Christianissime Princeps, si est persecutor Ecclesie, qui vasa Domini et mobilia Ecclesie et sacra iocalia vendit, vel destruit et monetam cudit et castra Ecclesie et ecclesiarum vendit, ad tradendum gentibus armorum, ut in sua nequitia teneatur. Dicebatur ergo in consilio: si alter istorum est papa, concluditur quod alter est antipapa, et per consequens ordinati per eum non episcopi neque presbyteri et per consequens non corpus Christi, sed dampnatum sacrificium, quod ab eis demonstratur, et per consequens honorantur non clerici et pro clericis reputantur, et sic lex et sacerdotium confunduntur.*

Ex istis ergo fuit conclusum in consilio quod, de necessitate salutis, de presenti causa tenebatur rex noster apponere manum et extirpare illam, que malignantium reperiretur ecclesia, saltem in regnis suis, et sanctam Ecclesiam totis viribus defendere et pacificare pro posse.

Tunc fuit secunda questio in consilio post istam, que non modicum duravit, quod deberet rex facere et quam viam teneret in hac causa et super hoc fuerunt varie oppiniones; aliqui dixerunt, de quorum numero ego fui, quod erat expediens ad celeriorem expeditionem, quod principales reges catholici et domini temporales requirerentur per regem nostrum quod zelo fidei et Ecclesie omnes ponerentur sub indifferentia, et deputaretur unus locus securus et magis communis omnibus, ubi consilia ipsorum congregarentur et sciretur veritas facti per divinos et bonos homines, et in casu in quo interim Ecclesia non concordaret, quod ipsi faverent illi qui meliorem et probabiliorem causam haberet, requirendo primo omnes quod vellent concordare et Ecclesie providere, et offerebam me ad sustinendum laborem, ad expensas etiam meas, zelo fidei et Ecclesie et religionis mee, sub qua admirabilis extitit (!) ordinatus. Dolebam enim, prout doleo, in corde meo, dicens cum Mathatia, populi iudaici strenuo gubernatore: «*ut quid natus sum videre contrictionem populi mei et desolationem civitatis sancte? Sancta enim nostra in manu extraneorum facta, templum sicut homo ignobilis, vasa glorie eius captiva, adducta sunt; omnis compositio eius ablata est, que erat libera, facta est ancilla et ecclesia sancta nostra, pulcritudo nostra et*

(l) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 1: *De Summa Trinitate et fide catholica*, c. 1, § 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 5.

(m) SANCTUS THOMAS, *Officium de Festo Corporis Christi*, ed. MANDONNET, Ord. Praed., *Opuscula Omnia*, t. IV, Parisiis, 1927, p. 464 (*Hymnus*).

(n) Trata-se de João Teutónico, glosador do Decreto de Graciano e decretalista. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, pp. 429-431. ARCHIDIACONUS, *Super Decreto*, III pars, *De consecratione*, dist. III, c. *Venerabiles* (28), *ed. cit.*, p. 364a.

(o) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XXIII, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 78.

claritas nostra desolata est, et coinquinaverunt eam gentes; quid ergo adhuc michi est?», ibi (o') *primo Machabeorum, secundo* (p). *Ista via non fuit acceptata per omnes et fuit una fortis causa et allegatio aliquorum, que contra me obtinuit, licet non volentes. Dicebant enim quod illorum qui sequebantur partem Bartholomei, aliqui sequebantur eam propter peccata nostra, non habendo respectum ad fidem et ad religionem nostram, sed solum invidia et inimicitia gallicorum et vestra, et isti erant et sunt omnes inimici vestri notorii, Gloriosissime Princeps. Nam isti invident vobis quod habeatis Ecclesiam vobis caram et quod Ecclesia habeat, prout habet, vos in singularem filium et fidei zelatorem, et merito, propter magna que progenitores vestri et domus vestra fecit ab origine nascentis Ecclesie pro Ecclesia sancta Dei, ut inferius deducetur; sic isti fecerunt tempore scismatis Petri Leonis; nunquam voluerunt adherere vere Ecclesie, etiam si beatus* [*fl. 72v*] *Bernardus, qui illo tempore florebat, magnis fuit temporibus inter eos, donec papa in propria persona debuit ire ad eos, ut possunt videre legentes vitam prolixam beati Bernardi diligenter et cronicas scismatis supradicti; et tamen si considerarent quanta beneficia singularia ab Ecclesia receperunt, probari posset iuridice et deduci quod Ecclesia est prosecuta eos magis favorabiliter et benigne quam ceteras nationes; in docendo est videre de consecratione, distinctione iiii., In sinodo* (q), *lvi. di., Si gens* (r); *concedendo et donando,* [*fl. 200v*] *decima distinctione, Imperium* (s), *cum glo. Jo. et Archi.* (t), *de consuetudine, Cum inter* [*vos*], *in parte decisa in prerogativa* (u), *lxxx distinctione, c. fin.* (v), *de consuetudine, Cum olim* (x), *xxxii. distinctione, Si qui vero* (y), *xii. q. i. Quia tua fraternitas* (z); *dispensando, xxxii. q. vii.,* [*Quod*] *proposuisti* (a) *et capitulo Quamvis* (b), *de electione, Cum terra, in fine, per Hosti.* (c), *In familiaritate, xii. distinctione, Novit* (d), *xxxiii. q. v., Qui sitit* (e), *in iustitia favorabili, de iudiciis, Novit* (f), *in tolleratione debitorum, per Innoc., de postulatione prelatorum, capitulo*

(o') *ibi*] *unde* nos ms.

(p) 1 Machab. 2, 7-13.

(q) *Decretum Gratiani*, III pars, *De consecratione*, dist. IV, c. 83, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1389-1390.

(r) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 56, c. 10, ed. FRIEDBERG, I, col. 222.

(s) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 10, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 20.

(t) *Decretum Gratiani* ..., Venetiis, 1582, dist. 10, c. 5 (*Imperium*), p. 21. ARCHIDIACONUS, *Super Decreto*, I pars, dist. 10, c. *Imperium* (5), *ed. cit.*, fl. 11va.

(u) *Decretales Gregorii* IX, lib. I, tit. 4: *De consuetudine*, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 37-38.

(v) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 80, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 281.

(x) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 4: *De consuetudine*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 38.

(y) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 32, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 117.

(z) *fraternitas*] *sanctitas* nos ms. *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, quaestio I, c. 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 678-679.

(a) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXII, quaestio VII, c. 18, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1144-1145.

(b) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXII, quaestio VII, *dictum post* c. 24, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 1146.

(c) HOSTIENSIS, *In primum Decretalium librum commentaria*, tit. 6: *De electione*, cap. 14 (*Cum terra*), Venetiis, 1581, fl. 44va.

(d) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XII, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 29.

(e) *Qui sitit*] *Quod scripsi* Barb. *Quidem scripsi* Arq. Vat. *Decretum Gratiani*, I pars, Causa 33, quaestio V, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1253.

(f) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 1: *De iudiciis*, c. 13, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 242-244.

finali (g); *et pro omnibus istis respondent cum persecutoribus, scismaticis favendo. Sed qui* (g') *vellet eos de infidelitate mordere, allegabit casum primum de deposito, cum ille fuerit Linconiensis; ista intentio dampnata est; et dicebant isti in consilio; ergo isti per istam viam non poterit (!) de facile sedari, nam quis poterit pacificare inimicum dolentem et invidentem? De bonis inimici certe nullus, nam licet non semper invidia sit dampnata, ymo aliquando bona, ista enim dampnata est et peccatum mortale inducit, de quo satis eleganter per Archi. in Rosario, in capitulo Quam magnum, xxiii. q. iiii.* (h). *Aliquorum intentio est adherere isti Bartholomeo propter eorum superbiam et zelationem, non zelo religionis nec fidei, sed scienter errantes, ut obstinati, et isti sunt elati Romani; isti enim per superbiam dicunt et asserunt quod papa non debet sedere nisi inter eos, ymmo aliqui dicunt quod non potest alibi sedere, propter quod multi in diversas hereses inciderunt, et aliqui igne cremati sunt; quis ergo posset ad equitatem reducere gentem superbissimam et elatam? Aliqui alii sequebantur illius partem, concernendo proprias utilitates et commoda temporalia, et in ista intentione dicebantur esse communiter Ytalici et Lombardi; tenent enim quod Ecclesia stante in Ytalia vel Lombardia, maiores gratias, beneficia, dignitates et officia ab Ecclesia consequntur et terra ipsorum magis ditabatur in immensum, et habent pro gravi quod gentes Francie sint ipsorum gubernatores et officiales et iam super hoc varias epistolas et malitiosas et venenosas scripserunt, prout Vestra Serenitas non ignorat; et de istis ad veritatem non est mirandum; naturaliter inest eis quod non cognoscunt dominos suos, sed rebellant et sunt eis infideles, notat Hosti. in c. Cum ab ecclesiarum, de officio ordinarii* (i), *nec minus Romani et Ytalici sunt inimici Francie et Francorum, nam Francigeni destruxerunt et devastarunt totam Ytaliam, pro eo quod* (i') *non solvebant decimas et ecclesias opprimebant, de quo xxiii. q. v. Non vos, ad finem* (j), *et ibi plene per Archi.* (k). *Beatus Gregorius ob tantam nequitiam ipsorum contra eos «militantibus stipendia decrevit», in § Regesto, xxiii. q. viii.* (l) *et gloriatur de eorum victoria, dicens: «si in morte Longobardorum me miscere voluissem, hodie Longobardorum gentes nec regem neque ducem haberent, sed quia Deum timeo, in mortem cuiuslibet hominis me immiscere formido», in c. Si in morte, xxiii. q. viii.* (m), *nec dubito, ex quo totiens istum errorem scismatis commiserunt et desistere nolunt* (m'), *quin istud scisma in capita ipsorum vertatur, nam, ut dicit Archi.*

(g) INNOCENTIUS IV, *In V libros Decretalium commentaria*, Venetiis, 1570, lib. I, tit. 5: *De postulatione praelatorum*, cap. 6 (*Etsi unanimiter*), p. 50.

(g') *qui*] *quid* Arq. Vat.

(h) ARCHIDIACONUS, *Super Decreto*, II pars, Causa 23, quaestio 4, c. *Quam magnum* (10) *ed. cit.*, fl. 278a - 278b.

(i) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 31: *De officio iudicis Ordinarii*, c. 3, HOSTIENSIS, *In primum Decretalium librum commentaria*, Venetiis, 1581, tit. *De officio iudicis ordinarii*, cap. 3 (*Cum ab ecclesiarum*), fl. 159v.

(i') *quod*] *quia* Barb.

(j) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio V, c. 42, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 942.

(k) ARCHIDIACONUS, *Super Decreto*, II pars, Causa 23, quaestio V, c. *Non vos* (42), *ed. cit.*, fl. 286b.

(l) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio VIII, *dictum post* c. 18, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 958.

(m) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio VIII, c. 20, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 958-959.

(m') *nolunt*] *volunt* Arq. Vat.

de eis in preallegato c. Non vos (n), *si se non correxerint, non cessabit* (n') *flagellum; allegat lvi di. Si gens* (o), *capitulum Si quos, xxiii. q. iiii.* (p), *quia assidue peccantibus et non revertentibus non miseretur Deus, xc. tertia distinctione, Diaconi* (q), *et clare patet de eorum continuatione in malum. Videant quomodo succedit Grecis propter scisma. Iste intentiones non erant devotionis, sed amaritudinis, malitie et doloris, de qua satis per Archi. in Rosario, in ca. Sunt nonnulli, xvi. q. i.* (r).

Aliqui sequebantur istam partem non malitiose, sed credentes illam partem esse veram et vere pro tunc in ista intentione erant communiter omnes Yspani et causa quod (r') *Alamani et Ungari ut inter nos tractabatur et dicebatur quod ista pars poterat ad istam indifferentiam trahi. Sed alie gentes superius enarrate nequaquam; adhuc instabam quod si iste traherentur ad hoc, esset una magna pars mundi, propter quod scisma non esset ita forte. Item dicebam* [*fl. 73*] *quod, deductis istis, alie gentes magis faciliter traherentur. Item dicebam primo quod non nocebat temptare, cum temptatio esset bona; maiora enim apostoli temptarunt; finaliter in consilio fuit conclusum quod ista via non erat expediens, quia quasi erat impossibilis et longa multum; etiam dicebant aliqui quod petere hoc, pertinebat ad imperatorem principaliter* [*fl. 201*] *et quod differremus tenere istam viam, ad videndum si imperator faceret quod debebat; exclusa ergo ista via, post longa consilia fuit obtentum et conclusum quod rex noster per fideles homines et divinos* (s) *certificaret se ante omnia de facto cum omnibus circunstantiis oportune, cum ex facto oriatur ius, ut* (s'), *et tunc poterat secure purificare* (s'') *conscientiam suam et adherere vero pape, et ita factum fuit et fuerunt isti inquisitores religiosi homines et quantum* (s''') *mundus scire potest sancte vite et immaculate et litterati, ne de facili illaquerentur, et fecerunt Rome inquisitionem diligentem in hominibus fidedignis, qui fuerunt presentes tempore impressionis supradicte, et quando venerunt, deduxerunt articulos subsequentes ut notorios et omni dubitatione carentes:*

Primo quod post mortem domini Gregorii, ultimi immediate summi pontificis, in Urbe decedentis, domini cardinales fuerunt per Romanos et sub potestate Romanorum incarcerati curialiter, sub custodia diligenti portarum et pontium civitatis sic quod non solum cardinalibus, sed neque alicui homini erat potestas dimittendi Urbem sine expressa voluntate et licentia Romanorum. Secundo quod isti dampnati Romani requisiverunt non semel, sed pluries, predictos dominos cardinales, existentes in Urbe, etiam sub verbis impressivis, quod eligerent Romanum vel Ytalicum ad minus, alias videbant saluti ipsorum inevitabilia pericula preparata, et iste per articulos per solos cardinales haberi potuit et probari. Item quod Romani expulerunt de civitate multos nobiles et potentes Romanos et Ytalicos, per quos furor populi reprimi poterat, si presentialiter interessent. Item quod

---

(n) ARCHIDIACONUS, *Super Decreto*, II pars, Causa 23, quaestio V, c. *Non vos* (42), *ed. cit.*, fl. 286b.

(n') *cessabit*] *cessavit* Arq. Vat.

(o) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 56, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 222.

(p) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 23, quaestio IV, c. 47, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 924-925.

(q) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 93, c. 23, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 327.

(r) ARCHIDIACONUS, *Super Decreto*, II pars, Causa XVI, quaestio I, c. *Sunt nonnulli* (25), fl. 234a-234b.

(r') *causa quod*] *ita quod* Arq. Vat.

(s) *divinos*] *devotos* Arq. Vat.

(s') *ut*] segue espaço em branco nos ms.

(s'') *purificare*] *virificare* Valois erroneamente.

(s''') *quantum*] *quatinus* Arq. Vat.

Romani fecerunt ad civitatem venire maximam multitudinem rusticorum, ad maiorem timorem populi concitandum, sicut moris est in Ytalia fieri, cum (s'''') *in civitatibus, villis vel locis, quando scandala suscitantur. Item quod quando cardinales intrarunt conclave, ad eligendum, et ante et post continue, quousque dictus Bartholomeus fuit intrusus, Romani in multitudine armatorum hominum villium ferocis et male conditionis, de quorum furia quicunque* (s''''') *constans timere poterat et debebat, tenebant et tenuerunt de die et de nocte obsessum conclave et papale palatium, et cardinales ibi stantes postquam intraverunt conclave memoratum, ubi debebat summi pontificis electio celebrari, sic quod cardinalibus non erat libertas inde recedere sine eorum voluntate. Item quod stantibus dominis cardinalibus in tractatu electionis futuri summi pontificis intus in conclavi supradicto, et quando intrarunt conclave, dicte gentes armorum clamarunt sepius et instanter altis vocibus furiosis et comminatoriis: Romano lo volemo e alo manco Ytaliano, adhicientes minas mortis cum nuctibus furiosis cardinalibus, si contra facerent, eligerent. Item quod ad maiorem furiam populi concitandam, videntes quod cardinales non eligebant Romanum, prout ipsi petebant, vel Ytalicum, et ut cardinales magis timerent et scicius eligerent ad eorum voluntatem, fecerunt unam campanam ad martellum ferventer [fl. 73v] pulsari, ad vocandum totum populum Romanorum, sicut moris est fieri, ad in talibus scandalis obtinendum. Item quod licet cardinales, timentes tali timore, promitti faciebant eis, propter tantum periculum evitandum, quod cessarent a predicto tumultu et quod incontinenti consolarentur eos de Ytalico vel Romano, [fl. 201v] numquam cessare voluerunt, nisi aliquo modico temporis intervallo, nec tunc de palacio recedere voluerunt. Item quod Romani, credentes se per cardinales seduci et amplius non volentes furiam continere, cum tamen adhuc non essent nisi in secunda die post ingressum conclavis, furiose et cum armis irruerunt contra cardinales, pro eo quod non eligebatur Ytalicus vel Romanus, et fregèrunt conclave per violentiam per diversas partes, ubi stabant cardinales, et intrarunt ad eos, nec minus fecerunt secretam capellam, ad quam cardinales se metu recollexerant Romanorum, nec tractaverunt cardinales decenter in personis. Item quod in dicto periculo constituti* (t), *dicti domini cardinales et dicto metu et impressione durantibus, fuit dictus Bartholomeus ab eisdem in summum pontificem nominatus. Item quod post ista cardinales, quam cito comode* (t') *potuerunt, recollexerunt se in Anagnia et postea in civitate Fundana, fugientes de Roma, et ibi dominum nostrum Clementem pacifice et quiete, in tota sua libertate existentes, in verum papam elegerunt et ipsum sollempniter intronisarunt, ut est moris; non momino dies, menses et annos, quia non est necessarium, ne detineam diem in verbis.*

Habita autem ista informatione fidedigna, fuit positum in consilio quid fiendum et post multa fuit conclusum quod, cum constaret manifeste et notorie de mala et illicita intronisatione et electione et assumptione istius Bartholomei ad papatum, non erat ulterius in possessione tollerandus, cum esset persona que nullum recognoscebat superiorem, et licet multa iura inducerentur ad hec, recolo quod fuit allegatum § Patet, iii. q. i. (t''). *Fuit etiam hoc conclusum auctoritatibus illorum iurium In nomine Domini, xxiii. distinctione* (u),

---

(s'''') *cum*] *eum* Barb.

(s''''') *quicunque*] *quamcunque* nos ms.

(t) *constituti ... cardinales*] *constitutis ... cardinalibus* Valois erroneamente.

(t') *comode*] *quomodo* Arq. Vat.

(t'') *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio I, *dictum post* c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 506-507.

(u) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 23, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 77-79.

lxxix, Si quis (v), *que clare dicunt quod tali violenter intruso non obediatur, sed ab eius obedientia recedatur et ei obedientibus pena infligitur* (x), *ut in eisdem capitulis annotatur. Dominus ergo noster rex, habens conscientiam vulneratam de tantis, confirmando conscientiam suam cum iuribus communibus et rationibus naturalibus, super quibus fundantur, necnon ponderans malam consuetudinem Romanorum, qui sunt consueti suos intrudere in papatu, et ex antecedentibus et preteritis presumitur ad presentiam, lxxvii. distintione, Quicunque* (y) *et c. Monachus vero novicius* (z), *ii. q. i., In primis* (a), *necnon audiens de sevitia, stultitia et mala conditione Romanorum, intelligens notorietatem impressionis predicte, videns quomodo omnes domini cardinales ab eius obedientia recesserant, non habendo eum pro papa, de quorum omnium vel ad minus multorum bonitate et sanctitate videbatur sue conscientie quod poterat confidere, quia non poterat presumere nec presumit quod tanti domini, tanquam litterati, senes et antiqui, vellent subvertere fidem et ponere mundum in tanto errore, necnon videns quod boni domini de Ytalia, catholici et christiani fideles, non habent eum pro papa, sicut est illa fidelissima et constantissima vassalla Ecclesie domina Johanna, regina Sicilie, et ille catholicus homo, comes Fundorum, de cuius sanctitate est merito confidendum, et etiam multi boni religiosi, propter ista et alia, que sub silentio obmitto, deliberavit non obedire dicto Bartholomeo et recedere ab eius obedientia et recessit.* [*fl. 74*] *Verumptamen quod adhuc ex toto non habebat clarificatam conscientiam suam et habebat dubia, que secundum iudicium meum erant duodecim numero, circa iustitiam domini nostri Clementis septimi, de iudicio sui magni consilii voluit esse indifferens, donec de istis dubiis posset lucidare conscientiam suam. Post hoc vero, quasi ad duos menses, istammet viam secuti sunt omnes reges catholici Yspanie, scilicet rex Castelle, Aragonie et Navarre, de quo summe placuit regi, propter bonum fidei et Ecclesie et animarum omnium catholicorum Yspanie et suarum, quos diligit in visceribus karitatis.* [*fl. 202*] *Post hec, Fidelissime Princeps, laboravit rex noster ac ad habendum solutionem super dubiis, que habebat, et habuit ita claras solutiones et responsiones quod fuit merito contentus et ex tota* (a') *eius conscientia lucidatus et fuit et est in opinione, absque dubio, quod dominus noster Clemens erat, prout est, verus papa et verus successor piscatoris. Dubia autem que et qualia erant et responsiones ad ea recitarem coram Serenitate Vestra, sed quia timeo vos gravare, sed qui habere voluerit, poterit invenire sub publica scriptura declarationis regis nostri, que in archivis Romane Ecclesie reservantur.*

Post hec, Victoriosissime Princeps, dominus noster rex iterum aliquo tempore spectavit, ad videndum si ille Bartholomeus aliquid poterat dicere vel dare de iure suo, qui nichil dedit, licet longo tempore expectatus, ymmo presente uno abbate, quem ipse Bartholomeus misit in Aragoniam, qui pro eo allegavit et probavit quicquid potuit de iure et de facto, inventum fuit per illustrem regem Aragonie quod Bartholomeus nullam iustitiam habebat et ab eius obedientia rex Aragonie recessit, quod ille abbas videns, auffugit, nec amplius venit in Yspaniam, ad predicandum illam sectam, super qua fuerat missus ad totam Yspaniam, quod fuit ad confirmationem inquisitionis facte per catholicos regis Portugalie inquisitores.

(v) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 276.

(x) *infligitur*] *infringitur* nos ms.

(y) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 77, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 272-273.

(z) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 77, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 274-275.

(a) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaestio I, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 439-442.

(a') *tota*] *toto* Valois erroneamente.

Post hec, dominus noster Clemens septimus iterum misit ad dominum nostrum regem alios legatos et nuntios apostolicos, scilicet dominum Pensauriensem et dominum camerarium Albanensis (b), *viros utique providos, catholicos et honestos, per quos iterum rogavit eum ut vellet se pro veritate Ecclesie et sua declarare, recognoscendo eum in verum vicarium Ihesu Christi, super quo iterum fuerunt magna consilia, et dicebatur ab aliquibus quod sanius* (b') *erat pape et Ecclesie Dei quod scriberetur ex parte regum Yspanie aliis regibus quod vellent se ponere sub indifferentia, quam declarari pro parte eius, et dicebatur quod etiam idem de vobis. Nam inimici Francie et Castelle et Ecclesie magis faciliter venirent ad hoc, quin non ostenderetur aliqua parcialitas inter eos, et per consequens recederetur per omnes ab obedientia illius intrusi, sed aliis fuit visum istud non expedire, nam dicebant quod ex quo nullum dubium erat regi quin Clemens esset papa, non recognoscere eum in papam erat scismaticare expresse et per consequens peccatum mortale. Inducebant ad hoc quod «qui Christi non est, antichristi est», in c. Quoniam vetusto oriens, xxiiii. q. i.* (c), *et verbum Christi dicentis: «Qui non est mecum, contra me est, et qui non colligit mecum, spargit», Mathei, xii.* (d), *et inducebatur capitulum Alienus, in eadem causa et questione* (e).

Item dicebant quod non erat certum quod alii vellent illum deserere, sed erat presumendum quod vellent nos trahere sua versutia ad infidelitatis errorem, et dicebant quod expediebat quod vera Ecclesia iuvaretur, ut [lacuna] (f), *cum de facto per multos scismaticos esset subplantata, argumento iurium iam allegatorum; iterum erat subveniendum fidei, ne gentes ex diuturnitate temporis magis presumerent quod ille Bartholomeus esset verus papa, et non erat sanum dimittere populum dubitare, maxime cum populus grossus adhereret communiter illi Bartholomeo, propter tempus in quo cardinales eum prestiterant et quia nesciunt quid sit intrusio vel impressio nec mala electio pape, cum sit longissimum tempus, ex quo Ecclesia reccessit de Ytalia laudetur Deus, quod non fuerit scisma in Ecclesia sancta Dei. [fl. 74v] Item dicebant quod essemus acephali stando sine capite, quod iuridice* (g) *dampnatur, xciii. distinctione, Nulla* (h) *et c. sequenti* (i), *xviii. q. ii, Abbatibus* (j).

Auditis rationibus universis, propter bonum conscientie, fidei et legis et Ecclesie, de magno iudicio nostri regis Portugalie et sui magni consilii, in concordia fuit ista pars a domino nostro rege e a suo magno consilio approbata. Non enim potuit rex noster continere Ecclesiam veram Dei in suis regnis non iuvari et quod non ostenderet cum effectu devotionem, quam semper habuit Ecclesie sancte Dei, que quasi inest sibi a natura, ex successione parentum, ut inferius deducetur. Declaravit ergo se in civitate Elborensi cum sollepni missa, quam ego indignus celebravi, et cum sollempni sermone, ex informationibus supradictis. Istam declarationem (!), Inclitissime Princeps, fuit facta per regem nostrum, non zelo alicuius

---

(b) *Albanensis*] *Albaniensis* Valois erroneamente.

(b') *sanius*] *sanctius* Arq. Vat.

(c) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 24, quaestio I, c. 25, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 976.

(d) Mat. 12, 30.

(e) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 24, quaestio I, c. 19, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 972-973.

(f) Nos ms. segue espaço em branco.

(g) *iuridice*] leitura não muito segura.

(h) *Nulla*] *Milia*, Arq. Vat. *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 93, c. 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 322.

(i) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 93, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 323.

(j) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XVIII, quaestio II, c. 18, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 834.

parcialitatis, non intentione alicuius private voluntatis, sed fervore devotionis, fidei, iustitie et [*fi. 202v*] *veritatis, volens providere conscientie sue et suorum et pacificare Ecclesiam sanctam Dei et subiectos suos a peccato ydolatrie preservare, veros ministros Ecclesie defendere et honorare. Illa enim domus, Gloriosissime Princeps, fundata est in ampliando fidem et Ecclesiam et divinum cultum; parcat michi, Serenitas Vestra, non lego multos reges qui ampliando fidem adquirerant* (k) *sibi regni coronam, cum alias non essent reges, sed lego regem Portugalie solo zelo fidei catholice adquisivisse sibi coronam regni, cum alias non esset rex, ab infidelibus sarracenis; unus simplex comes erat dominus Alfonsus, primus rex Portugalie illustris, qui acquisivit a Sarracenis fere totam terram, quam habet, nec dimisit unum in confinibus suis, sed eiecit eos ultra mare et in terra sic acquisita coronatus est rex, non quod haberet regnum ex successione vel donatione vel alio titulo, licet esset de puro sanguine regum Yspanie et descendens recta linea ab eodem, sed sola acquisitione bellica contra tales, et si Sarraceni sunt in Yspania, non in confinibus Portugalie, sed Castelle et Aragonie, nec rex non posset habere ingressum ad eos, nisi per terram Castelle et longum satis, alias non dubito quod non contineret eos ibi morari sub perfidia Mahometi; propter quod rex noster facit quinque scuta in modum Crucis, cum quinque ictibus in quolibet scuto, in asulio et albo* (l), *pro eo quod in bello victorioso, in quo obtinuit contra infinitos sarracenos in campo de Ourique, inventi sunt in corpore regis v. ictus in modum crucis; sed* [*ut*] *mostretur devotio regum Portugalie ex fundatione* [*et*] *dotatione ecclesiarum et monasteriorum et aliorum piorum locorum, possum dicere cum vera conscientia quod in tanta terra non vidi ecclesias et monasteria per reges sic dotatas et exaltatas, ymmo communiter inter nos dicitur totum regnum Portugalie est ecclesiarum et monasteriorum et generosi aliquando hoc allegant pro se, quando per reges impetuntur ut servient potenter, prout debent; possum sine lesione conscientie dicere quod rex Portugalie sexcentas ecclesias et monasteria ad eius presentationem in solidum ex fundatione et dotatione pertinentia* [*habet*]*; de hoc possunt perhibere testimonium gentes vestre, que viderunt et audierunt.*

Nolo obmittere unum dignum memoriale, quod nostris temporibus nescitur esse factum; quando transivit ille potentissimus rex Almohatanus, rex Agarenorum, cum sexaginta milibus armatorum, ad conquestandum Castellam, propter mortem filii sui infantis Picarti, quem magister Alcantare Gundissalvus Martini interfecit et devincit in bello, si fuit alius rex Yspanie catholicus, qui iret corpore proprio, ad expensas, etiam non expectatis gentibus suis, cum videret periculum fidei et legis, cum solis milibus armatorum, zelo fidei et religionis, ad debellandum eos, nisi inclitissimus rex Portugalie dominus Alfonsus quartus, rex Alfonsus in Portugalia, avus domini nostri regis, qui in bello primo devicit regem Granate et effugavit inimicos in ore gladii, antequam rex Castelle Alfonsus similiter transiret Solumaquam, que appellabatur el Salado.

Videte, Illustrissime Princeps, [*fl. 75*] *si probatur devotio, quam semper illa domus habuit ad fidem et Ecclesiam sanctam Dei, propter quod Ecclesia Romana et summi pontifices confitentur se eam inter alias domos Christianitatis diligere caro dilectionis affectu, ut est textus de hoc in ca. Ex speciali, de iudeis et sarracenis* (m), *et in c. Grandi, de supplenda negligentia prelatorum* (n), *et ideo dicit Jeronimus in capitulo Quoniam*

(k) *adquirerant*] *adquirerent* Valois.

(l) *scuto, in asulio et albo*] *escuto, in asulio et albo* Arq. Vat.

(m) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 6: *De iudaeis, sarracenis et eorum servis*, c. 18, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 778.

(n) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 8: *De supplenda negligentia praelatorum*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 792-793.

vetusto oriens, xxiiii. q. i. quod «nunc in occidente oritur sol iustitie, in oriente autem Lucifer posuit solium suum» (o). *Rex Portugalie est verus rex occidentis et in occidente nullus alius post eum; considerent reges si erat zelator legis, qui dimittebat regnum suum, in quo tantum amabatur, in quo sic eminenter vivebat et, non expectatis etiam gentibus suis, ivit ad tradendum seipsum pro Christo, qui tradiderat se pro eo; non fecit hoc iste miles Christi stipendiatus, nec propter aliquam utilitatem personalem, sed, zelo fidei, non pepercit labori, corporali periculo et expensis; de isto poterit dici cum* [*fl. 203*] *Paulo ad Romanos, viii°* (p) *«quod nec mors nec vita nec angeli nec principatus nec virtutes nec instantia nec futura, neque fortitudo, neque altitudo, neque profunditas, neque creatura alia poterat eum separare a karitate» et a fide Christi; sub isto ergo processu, concludendo primam partem tertie partis principalis et ex causis superius enarratis rex noster fuit pro parte domini Clementis septimi publice et sollempniter declaratus; sic sum expeditus de ista prima parte tertie partis principalis.*

Veniendo ad secundam partem dicte tertie partis, in qua debeo proponere causam impulsivam et finalem nostre ambaxiate ad Serenitatem Vestram, est sciendum, Potentissime Princeps, quod, postquam rex noster sic extitit declaratus, dominus noster papa inter alia scripsit sibi quod, cum ad domum Portugalie inter alias domos mundi post Franciam gereret singularem dilectionis affectum, quem semper gessit Romana Ecclesia ex causis superius enarratis ut superius est probatum, desiderabat quod domus Portugalie cum domo Francie esset confederata et colligata quadam singulari karitativa colligatione et confederatione, maxime super fide et ad defensionem Ecclesie sancte Dei. Iniunxit ergo sibi per litteras suas quod vellet mittere ad Serenitatem Vestram ambaxiatores suos cum plena potestate confederandi [*et*] *colligandi se cum Serenitate Vestra, maxime ad defensionem Ecclesie. Tunc rex mandavit et fecit istud factum poni in consiliis et inter alia fuerunt tractata in consilio quod ista vestra domus et corona Francie fuit semper et ab exordio nascentis Ecclesie et est domus catholica et devota, quod satis ostendunt et demonstrant cronice antiquorum; in Francia enim magis florent ecclesie et monasteria et prelati quam in aliis mundi partibus, ut patet ad occulum cuilibet intuenti, ex quo manifeste regni Francie devotio quam habent ad Ecclesiam, demonstratur.*

Fuit etiam dictum quod vestra domus Francie nunquam adhesit falso pape, quod memorie haberemus, licet multa scismata processissent. Fuit etiam dictum in tractatu quod ista sancta corona Francie fuit semper principale scutum et principalis defensio fidei et Ecclesie, quod satis demonstrant antique cronice, ut est dictum, cum ibi fuerunt ad memoriam deducta multa singularia, que ista domus Francie fecit pro Ecclesia sancta Dei, que obmitto narrare, cum sint notoria iuris (p'). *Videor adulator, sed tantum deducam iuridice quod tantum fecit ista nobilis corona pro Ecclesia quod in personam Karoli magni, regis tunc Francie, imperium a grecis translatum extitit in germanos, ut capi. Venerabilem, de electione* (q), *propter quod Alamani ad nullam* (q') *nationem mundi magis deberent affici quam ad Francos, cum per eorum manum imperium habuerunt, propter quod ista sancta corona* [*fl. 75v*] *merito est flos Christianitatis et fidei inter principes seculares catholicos et*

(o) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 24, quaestio I, c. 25, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 975.

(p) Ad Rom. 8, 38-39.

(p') *notoria iuris*] *notoria universis* Valois erroneamente.

(q) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 34, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 78-82.

(q') *ad nullam*] *om.* Arq. Vat.

ideo merito facit flores in signo suo, sibi divinitus revelatas, nam melior corona est de floribus, et ideo (q'') *dicebant illi Sapientie, secundo: «Coronemus nos de floribus, antequam marcescant»* (r).

Demum fuit ex altera parte in consiliis deductum quod domus Portugalie obligabatur et debebat diligere domum Francie inter alias domos mundi, nam quando regnum Portugalie male et inutiliter regebatur per dominum Sancium, tunc Portugalie regem, sic quod fere destruebatur (r') *ex toto, dominum Alfonsum, comitem Bononiensem, in Picardia sub rege Francie, fratrem dicti domini Sancii, in coadiutorem petierunt ab Innocentio quarto* (s), *qui tunc apostolatui presidebat et favore regis Francie habuerunt eum* (s') *in coadiutorem regis et regni, et fuit regnum per eum reparatum et salubriter gubernatum; postea mortuo domino Sancio sine filiis et herede, dictus dominus Alfonsus habuit regnum et fuit in regem assumptus, cum ad eum, ut ad fratrem legitimum, de iure successorio volveretur. Hec omnia facta fuerunt et in regni favorem, auxilio et favore regis Francie. Hec historia tangitur in capitulo Grandi, de supplenda negligentia prelatorum, li. vi.* (t); *cum ergo rex noster Fernandus sit quartus in recta linea descendens ab illo domino Alfonso, rege Portugalie, olim comite Boloniensi, nam ille habuit dominum Dionisium in filium, qui regnavit in Portugalia multis annis, Dionisius habuit dominum Alfonsum quartum, qui obtinuit contra Sarracenos, ut* [*fl. 203v*] *superius est narratum, Alfonsus habuit dominum Petrum, patrem regis nostri, et sic rex noster est quartus ab illo; quare fuit* [*deductum*] *quod rex noster debebat diligere istam coronam et istam domum Francie inter alias domos, et ideo nunquam est inventum quod nunquam corona Portugalie aliquod faceret contra coronam Francie quoquo modo, sed semper fecit pro ea quicquid potuit; propter quod fuit conclusum in consilio quod mitterentur ambaxiatores ad renovandum premissa et firmandum predictas confederationes et ligas, sub clausulis et conditionibus, de quibus esset conventum et concordatum inter partes; ob istam causam est missus iste miles, strenuus et generosus miles* (u), *ex parte dicti domini nostri regis ad Serenitatem Vestram et ego qui minimus sum inter regis creaturas et consiliarios, tamen unus de eis, licet indignus, de eius gratia speciali, et hec est causa ambaxiate nostre; et sic sum expeditus de secunda parte tertie partis principalis.*

Concludendo igitur et veniendo ad tertiam partem et ultimam tertie partis principalis, in qua debeo sollicitare Vestram Serenitatem, Humilissime Princeps, notorium est mundo quod Vestra Regalis Maiestas intendit pacificare et pacificabit, non dubito, Ecclesiam sanctam suam super isto scismate maledicto et extirpabit errorem ydolatrie a catholicis christianis et faciet unam solam Ecclesiam catholicam predicari in universo orbe inter christianos, quod summe necesse est, Princeps Catholice et Devote, nam greci hactenus fecerunt et faciunt unam ecclesiam malignantium, isti Romani intendunt erigere et erigunt aliam de

---

(q'') *ideo*] *om.* Arq. Vat.

(r) Sap. 2, 8.

(r') *destruebatur*] *destinebatur* Arq. Vat.

(s) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, O. F. M., *Mestre Silvestre e Mestre Vicente juristas da contenda entre D. Afonso II e suas Irmãs* (*Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento*, 1), Braga, 1963, p. 424-450.

(s') *cum*] *enim* Arq. Vat.

(t) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 8: *De supllenda negligentia praelatorum*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 972-973.

(u) Talvez se trate do cavaleiro Arias Pires ou João Gonçalves que em Maio-Junho de 1380 se encontravam na Cúria do papa Clemente VII como embaixadores do rei de Portugal. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 442-450, 453, 455, 459-461, 466-472.

presenti; necesse est ergo ut magna vestra devotio attendatur et compatiatur Ecclesie sancte sue, propter quod spero quod de vobis prophetice verificari possit illud Ysaie xi.: «et flos de radice eius, scilicet regis, et regum Francie ascendet et requiescet super eum spiritus Domini, spiritus sapientie et intellectus, spiritus scientie et pietatis, spiritus consilii et fortitudinis, et replebit (u') *eum spiritus timoris Domini et spiritus labiorum suorum, cum bonis tractatibus interficiet impium, erit iustitia cingulum* (v) *lumborum* (x) *et fides cinctorium eius renum»* (y)*; obmitto moralisare et deducere propter prolixitatem, sed Jese interpretatur salvatio; semper enim regnum Francie [fl. 76] laboravit super salvatione fidei et Ecclesie, ut superius est deductum; cum ergo in vos respiciunt principaliter oculi totius Israelis super pacificatione istius scismatis tam dampnati et rex noster Portugalie sit filius catholicus Ecclesie sancte Dei et desiderat pacem Ecclesie cum Job, xxiii.: «Quis michi tribuat ut inveniam illam et veniam usque ad solium eius?»* (z)*, significat Vestre Serenitati per nos quod ipse habet propositum et intentionem faciendi pro pace Ecclesie temporibus sibi actis* (a) *quicquid per potentiam suam et suorum fieri poterit pro bono et pace Ecclesie militantis et ad pacificandum tantum scisma, nec dubitetis, Princeps Devotissime, quin Serenitas Vestra (!) et domini nostri regis et aliorum catholicorum principum Ecclesiam defendentium debeat obtinere, quod probatur verbo Christi et originalibus sanctorum; Christus enim rogavit pro Ecclesia, ne deficeret et nunquam deficit, Luc. xxii.: «Petre, pro te rogavit (!) ut non deficiat fides tua, et tu aliquando adversus, confirma fratres tuos»* (b)*. Unde beatus Ylarius in libro suo de Trinitate, parte septima, habet hec: «Proprium est Ecclesie ut tunc vincat, cum leditur, tunc intelligatur, cum arguitur, tunc obtineat cum deseritur», dum persequitur, floret, dum oprimitur, crescit, dum contempnitur, proficit, tunc stat* (b')*, cum superari videtur»* (c)*; et Casiodorus* (d) *in expositione psalterii super primum psalmum: «novit Ecclesia beneficio Domini triumphare de suis cladibus ingravata, persecutionibus siquidem proficit, aflictionibus semper augetur, sanguine martirum rigatur, tristitia magis erigitur, augustia dilatatur, fletibus pascitur, ieiuniis reficitur, inde potius crescit, unde mundus deficit». Ecclesia enim in persecutionibus fit solida, dicit canon xxiiii. q. i., A recta* (e)*, ubi plene per Archi.* (f) *de istis originalibus et aliis; cum ergo sitis securus de victoria, nolite dubitare, quia nemo debet dubitare ubi dubitandum non est, de rescriptis, Cum contingat* (g)*, nam, «si Deus pro*

(u') *replebit*] *replevit* Arq. Vat.

(v) *cingulum*] *singulum* Barb.

(x) *lumborum*] *lumborum eius* Barb. *laborum* Arq. Vat.

(y) *renum*] *regnum* Barb. *regum* Arq. Vat. Isa. 11, 1-3.

(z) Job. 23, 3.

(a) Não se entende bem o sentido das palavras *temporibus sibi actis*.

(b) *fratres tuos*] *species* ou *spes tua* nos ms. Luc. 22, 32-33.

(b') *tunc stat*] *dum stat* Arq. Vat.

(c) SANCTUS HILARIUS, *De Trinitate libri duodecim*, lib. 7, ed. MIGNE, *Patrologia Latina*, vol. 10, Parisiis, 1845, col. 202.

(d) AURELIUS CASSIODORUS, *Expositio Psalmorum*, praefatio, cap. XVI, ed. *Corpus Christianorum*, Series Latina, vol. 97, Turnholti, 1958, p. 22.

Na margem direita do texto do ms. Barbar.: «Vide in sermone Apostolorum Petri et Pauli, qui est sermo quintus in ordine, in iiii.^{a} columpna et in epistula 140 Bart. Brix. in iii.^{a} columpna».

(e) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 24, quaestio I, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 969.

(f) ARCHIDIACONUS, *Super Decreto*, II pars, Causa 24, quaestio I, c. *A recta* (9), fl. 291a.

(g) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 3: *De rescriptis*, c. 24, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. II, col. 29.

nobis (g'), *quis contra nos?*», *ad Roma. viii.* (h) *et ibi* [*fl. 204-204b branca; fl. 205*]: «*Quis enim stabit adversus electos Dei?*» (i) *Certe nullus; sed non debetis dilatare, Christianissime Princeps, nam modica sintilla, nisi cito extingatur, multa depopulat;* «*Arrius enim dicit textus, modica sintilla fuit et quia cito non fuit extincta, totum orbem flama eius depopulata est*», *xxiiii. q. iii., Resecande* (j), *per quod gloriam tam temporalem quam eternam infallibiliter habere potestis; temporalem enim habebitis, cum quilibet catholicus, videns Ecclesiam reviviscere sub manu vestra, pre gaudio non valens lacrimas continere, cantabit Ecclesie et dicet:* «*Surge, propera, amica mea, columba mea, formosa mea, venit* (*!*), *iam enim yemes transiit, ymber abiit*», *et recessit, scilicet superbia Romanorum et sibi faventium;* «*flores aparuerunt, scilicet regis Francie, et tempus putationis adest*», *Canticorum secundo* (k), *et inimici vestri dicent: quare non revivisceret Ecclesia, quia* «*circumdabant eam flores rosarum et lilia convallium*» (l) *et ipsamet Ecclesia cantabit et dicet:* «*Fulcite me floribus, stipate me malis, quia amore langueo, leva eius, scilicet regis Francie, sub capite meo et dextera illius amplexabitur me*», *Canticorum secundo* (m). *De premiiis celestibus nullus dubitat; ut dicit textus in c. Omni timore, xxiii. q. viii.* (n): *Qui pro fide vel fidelium defensione certat,* «*celeste premium consequetur*», *quod nobis et universis astantibus concedat ipse qui, etc.*» ([198]).

Seria para realçar o regozijo do monarca francês, com este discurso, se não soubéramos que ele devia estar já informado da declaração oficial de D. Fernando, em prol do papa de Avinhão. Efectivamente, o bispo de Lisboa servira já de intermediário entre o monarca português e a coroa francesa e devia ter comunicado o acontecimento, logo que chegou a França, se não antes, por escrito. Em carta de Luís de Anjou, dirigida ao bispo de Lisboa e anterior à declaração do monarca português, são recomendadas várias pessoas que iam a Portugal tratar de certos assuntos. E, reconhecido pelos serviços prestados já, o duque ia escrever ao papa Clemente VII a favor do bispo. Noutra carta dirigida ao rei, por essa altura, o duque agradecia a D. Fernando ter rejeitado propostas dos embaixadores de Inglaterra sobre o juramento da concórdia anglo-lusa, bem como o interesse manifestado pelos problemas da Igreja, que ele, duque, vivamente recomendava ([198 a]). *Mas a 10 de Maio de 1380, escrevia de novo o duque a D. Fernando e à rainha Dona Leonor Teles, a manifestar regozijo pela notícia que lhe fora dada pelos embaixadores sobre o reconhecimento oficial do monarca da legitimidade do papa de Avinhão, Clemente VII* ([198 b]).

O bispo de Lisboa não fala de qualquer actividade do cardeal Pedro de Luna, nem sequer indirectamente, junto de el-rei de Portugal. E ele já em 18 de Dezembro de 1378 era nomeado

---

(g') *nobis*] *vobis* nos ms.

(h) Ad Rom. 8, 31.

(i) Ad Rom. 8, 33.

(j) *Decretum Gratiani*, I pars, Causa 24, q. 3, c. 16, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 995.

(k) Cant. 2, 10-12.

(l) Cant. 2, 1.

(m) Cant. 2, 5-6.

(n) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio VIII, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

([198]) Cf. nota 122.

([198 a]) Bibl. Apostól. Vaticana, cód. Barb. lat. 2101, fls. 11v, 12v, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956), docum. III-IV, pp. 185-187.

([198 b]) Cartas publ. por NOËL VALOIS, *La France et le Grand Schisme d'Occident*, I, Paris, 1896, p. 235, nota 1.

por Clemente VII seu legado na Península, com muitas faculdades outorgadas para o desempenho desta missão. No mês de Janeiro do ano seguinte de 1379, ia já a caminho. Desde Portogaieta, a 3 de Janeiro de 1379, expedia provisão a favor de Afonso Martins, cónego de Braga, sobre dignidades vacantes ou a vagar na sé primaz, conforme a determinações ou faculdades que o papa lhe tinha concedido a ele, legado, pela bula Cum te ad nonnulla, *uma das muitas emanadas naquela altura:*

> «*Petrus, miseratione divina sancte Marie in Cosmedim diaconus cardinalis, apostolice sedis legatus. Dilecto in Christo officiali Bracharensi. Salutem in Domino. Dignum arbitramur et congruum ut illis reddamur ad gratiam liberales, quibus ad id propria virtutum merita laudabiliter suffragantur. Dudum siquidem sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Clemens, divina providentia papa vii, nos ad nonnulla regna, provincias atque terras, commisso nobis in illis plene legationis officio, destinans, nobis suas apostolicas litteras concessit in hec verba: Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem et apostolicam benedictionem. Cum te ad nonnulla regna, provincias atque terras, comisso tibi in eis plene legationis officio, duxerimus destinandum, nos volentes tuam honorare personam et per honorem tibi exhibitum aliis provideri, circunspectioni tue conferendi auctoritate apostolica in singulis quadraginta cathedralium etiam metropolitanarum necnon in singulis quadraginta collegiatarum ecclesiarum infra limites tue legationis consistentium singulos canonicatus singulis personis ydoneis, quas ad hoc duxeris eligendas, cum plenitudine iuris canonici ac de eisdem canonicatibus providendi, etiam si singule persone huiusmodi unum vel duo aut tria seu plura beneficium seu beneficia ecclesiasticum vel ecclesiastica obtineant ac personas huiusmodi in singulis eisdem ecclesiis faciendi recipi in canonicos et in fratres, stallo eis in choro et loco in capitulo ecclesiarum ipsarum cum dicti iuris plenitudine assignatis, necnon reservandi donationi tue in singulis ecclesiis ipsis singulas, singulos vel singula prebendas ac dignitates vel personatus, administrationes perpetuas seu officia, cum cura vel sine cura, dummodo dignitates huiusmodi in cathedralibus post pontificales maiores et in collegiatis ecclesiis principales non fuerint ... plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem... Datum Fundis, xv Kalendas Januarii, pontificatus nostri anno primo. Volentes igitur dilectum in Christo Alfonsum Martini, canonicum ecclesie Bracharensis, bacallarium in decretis, apud nos de litterarum scientia, vite ac morum honestate et aliis virtutum suarum meritis multipliciter commendatum, premissorum intuitu favore prosequi gratioso, ac personam suam in eadem ecclesia amplius honorare, discretioni tue auctoritate apostolica supradicta mandamus quatinus, si post diligentem examinationem dictum Alfonsum ad hoc ydoneum esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, dignitatem vel personatum seu officium cum cura vel sine cura, dummodo dignitas ipsa maior post pontificalem in eadem ecclesia non existat, si qua, si quis aut si quod in dicta ecclesia vacat ad presens vel cum vacaverit, quam vel quem seu quod idem Alfonsus per se vel procuratorem suum, ad hoc legitime constitutum, infra unius mensis spatium, postquam sibi vel eidem procuratori vacatio huiusmodi innotuerit, duxerit acceptandam vel acceptandum, conferendam seu conferendum eidem Alfonso, post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, donationi tue auctoritate predicta reserves... Datum in Portugaietano, iii Nonas Januarii, pontificatus domini nostri domini Clementis pape vii anno primo* (199).

(199) ADB, *Gaveta das dignidades e cónegos*, n. 45. — A julgar pelo documento parcialmente transcrito na nota 77, o cardeal legado Pedro de Luna passou por Avinhão, antes de ir para Aragão. De facto, a 5

Pela bula Salvator hominum, *dirigida a todos os fiéis, nessa data de 18 de Dezembro de 1378, Clemente VII, após referência à eleição de Urbano VI como nula, por motivo de pressão e medo grave, incutido nos cardeais, com os costumados epítetos de intruso e anticristo, que se atrevia a criar anticardeais, antiarcebispos e antibispos, comunica ter decidido mandar o cardeal de Aragão, D. Pedro de Luna, aos reinos de Castela, de Aragão, de Portugal e de Navarra e a outras terras, como seu legado, a fim de esclarecer e divulgar a verdade sobre a eleição de Urbano VI:*

> «*Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Universis Christifidelibus. Salutem et apostolicam benedictionem. Salvator hominum, Unigenitus Dei filius ... Sane dudum, eadem sede per obitum felicis recordationis Gregorii pape xi, predecessoris nostri, vacante, qui in Urbe de mense Martii proxime preteriti debitum nature* (200) *persolvit, venerabiles fratres nostri sancte Romane Ecclesie cardinales, de quorum numero tunc eramus, pro electione futuri* (201) *Romani pontificis celebranda apostolici palatii ingressi conclave, ut est moris, per officiales Urbis predicte et eorum violentam impressionem ac populi rumorem terribilem quendam Bartholomeum, tunc Barensem archiepiscopum, in sanctam sedem apostolicam intrudere sunt coacti, ipse etiam Bartholomeus ambitionis vitio excecatus, proprie et fraterne salutis immemor, non vocatus a Deo tamquam Aaron, veritatis ac timoris Domini spiritum abiciens, sponsam Christi, omnium fidelium matrem, sanctam videlicet Ecclesiam, ausu sacrilego invadere non expavit et qui ut lupus intravit, se pastorem satagit nominare ac de facto papam et apostolicum presumit asserere, qui a sanctis patribus et iure communi apostaticus, anathematizatus, anti Christus et totius christianitatis illusor et destructor potius et merito nuncupatur nempe, cum ista tam nepharia intrusio [fl. 8v] in papatu iam pene sit divulgata per [fl. 2] orbem, veluti tam notoria quod iam alicubi celari non potest, ipse tamen ex adverso conscendens visus est gregem dominicum per devia errorum in precipicium interitus impellendo, quosdam*

---

de Fevereiro de 1379, foram pagos dinheiros pelo aluguer da galé, em que Gil de Bellemère foi a Fondi e depois com ele regressou nela o cardeal Pedro de Luna. Cf. nota 77. Há outras notícias a suporem isto mesmo. A 16 de Novembro de 1378, eram pagos dinheiros ao ouvidor do cardeal, enviado ao rei de Aragão e ao bispo de Valência, para tratar de certos negócios do papa e da Igreja: «Die xbi Novembris [1378] soluti fuerunt domino Petro de Nuce, auditori domini cardinalis Aragoñ, qui mittitur ad regem Aragoñ et episcopum Valentinum pro certis domini pape et Ecclesie Romane negotiis ...» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 38). A 23 de Fevereiro de 1379, era enviado Guilherme André ao rei, príncipes e prelados do reino de Castela, com cartas dos cardeais de Avinhão para eles: «Die xxiii dicti mensis [Februarii 1379] traditi fuerunt mutuo Guillelmo Andree, notario domini Fulconis Pererii, collectoris Castelle, qui portavit certas litteras ex parte dominorum cardinalium, Avinione existentium, et domini camerarii domini pape regi et certis principibus ac prelatis regni Castelle, pro suis expensis faciendis, quos reddere et restituere promisit dicte camere ad voluntatem domini thesaurarii, ipso manualiter recipiente, x flor. Aragoñ ...» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 52v). A 13 de Março de 1379, eram pagos dinheiros a Tomé da Sicília, núncio ao rei de Navarra, com cartas dos cardeais de Avinhão: «Die eadem xiii Marcii [1379] soluti fuerunt Thome de Sicilia, nuntio nisso ad regem Navarre, cum litteris dominorum cardinalium, Avinione existentium, super certis negotiis, Romanam Ecclesiam tangentibus, pro suis salario et expensis, eundo Tholose, in tribus diebus et in aliis tribus de Tholosa Avinion., ipso manualiter recipiente, xiiii franchi ...» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 56). E a ele cardeal legado eram entregues, no dia 16 de Março de 1379, dinheiros, conforme documento por ele assinado e deixado na câmara apostólica, tendo o sobredito seu ouvidor Pedro de Nuce recebido os dinheiros: «Die xbi dicti mensis [Martii 1379] traditi fuerunt mutuo Reverendissimo in Christo patri domino Petro, tituli sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali Aragoñ, per ipsum camere apostolice restituendi, prout in cedula recognitionis, suo sigillo sigillata, quam penes cameram dimisit, domino Petro de Nuce, auditore sacri palatii pro ipso manualiter recipiente, ii.m flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 350, fl. 56v).

(200) No ms. erroneamente *vacare*.

(201) No ms. erroneamente *facturi*.

in anticardinales, alios vero antipatriarchas, antiarchiepiscopos, antiepiscopos, antiabbates, antiprelatos et antirectores, ovium Christi dissipatores creare, quinymo ausu sacrilego prophanare presumpsit, propter quod nos excessus huiusmodi tam nepharios quam periculosos, permaxime toti fidei christiane, non valentes ulterius sub dissimulationis velamine preterire, ne grex dominicus secum in perditionis foveam prolabatur, per ignorantiam factorum et excessuum huiusmodi, dilectum filium nostrum Petrum, sancte Marie in Cosmedin diaconum cardinalem, quem in magnis expertum et arduis eximia probitate ac fidelitate probatum gratiarum Dominus insignivit, ad regna Castelle, Aragonie, Portugalie et Navarre atque terras alias, in nostris litteris super hoc confectis expressa, ut partes ipse eo magis in Dei et Ecclesie devotione proficiant quo specialius per sedem apostolicam veluti matrem se visitationis beneficio senserint refoveri, duximus destinandum, per eum tamquam veritatis preconem premissa omnia et singula, que novit corporali docente presentia, plenius divulganda.

Quocirca universitatem vestram rogamus, monemus et hortamur attente, vobis nichilominus per apostolica scripta mandantes quatenus eundem legatum pro nostra et apostolice sedis reverentia tamquam animarum vestrarum directorem propensius commendatum habentes et eum grato admitentes honore, sibi obedientiam exhibeatis et reverentiam debitas et devotas ac eius salubria monita et mandata suscipiatis humiliter et curetis efficaciter adimplere. Alioquin sententiam, quam idem legatus in contradictores tulerit et rebelles, ratam habebimus et faciemus, auctore Domino, usque ad satisfactionem condignam inviolabiliter observari. Datum Fundis, xv Kalendas Januarii, pontificatus nostri anno primo» (202).

Na dirigida aos patriarcas, arcebispos e bispos, abades e outros eclesiásticos dos ditos reinos de Castela, Aragão, Portugal e Navarra, impunha certa soma, a receber pelo legado durante o tempo da legacia. Noutra do mesmo teor, mas dirigida ao cardeal, concedia-lhe essa soma diária, como contributo para as despesas, a suportar durante a legacia:

«Clemens, etc. Venerabilibus fratribus patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis filiis electis, abbatibus, prioribus, decanis, prepositis, archidiaconis ... [fl. 10] ... infra regna Castelle, Aragonum, Portugalie et Navarre ac omnibus aliis terris, regnis et insulis Ispanie adiacentibus, cum districtibus et pertinentiis eorumdem, carissimorum filiorum regum regnorum predictorum ditioni subiectis, existentibus. Salutem et apostolicam benedictionem. Licet ex suscepti cura regiminis cunctis in vinea Domini laborantibus debitores effecti, oportunitatibus, quantum nobis est possibile, consulere teneamur, illos presertim qui Romane et universalis Ecclesie solicitudinibus insistere non desinunt, affectu amplectimur speciali, ac eis debitum apostolice servitutis impendimus, qui nostro pectori noscuntur sincerius inherere.

Cum itaque nos dilectum filium nostrum Petrum, sancte Marie in Cosmedin dyaconum cardinalem, in regnis, terris et partibus predictis nostrum et apostolice sedis legatum duxerimus deputandum, nos attendentes onera expensarum que ipsum, quamprimum de Romana Curia exitum faciet, proficiscendo ad terras et regna predicta, inibi morando et ad nos redeundo, subire de necessitate oportet, eidem legato pro supportatione expensarum predictarum exigendi, a die exitus huiusmodi, et recipiendi per se vel alium seu alios a vobis et vestrum singulis pro procuratione diei cuiuslibet, legationis huiusmodi durante tempore, summam quinquaginta florenorum auri de camera, quorum quilibet valeat decem Turonensium argenti, contradictores insuper auctoritate nostra per censuram

(202) AV, Reg. Aven. 220, fls. 8-8v, Reg. Vat. 291, fls. 1v-2.

ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendi, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis, plenam et liberam per alias nostras concessimus facultatem, prout in eisdem litteris plenius continetur. Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus eidem cardinali de predicta florenorum summa, iuxta tenorem litterarum ipsarum, realiter et cum effectu in termino sive terminis vobis prefigendis satisfacere curetis... Datum Fundis, xb Kalendas Januarii, pontificatus nostri anno primo» (203). *«Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem, etc. Licet ex suscepti cura regiminis... Hinc est quod nos, attendentes onera expensarum que te, quamprimum de Romana Curia te exire contigerit, proficiscendo ad regna Castelle, Aragonum, Portugalie et Navarre et terras, in nostris litteris super hoc confectis expressa, inibi morando et ibi commissa exequendo et ad nos redeundo, subire de necessitate opportet, exigendi, a die exitus huiusmodi, et recipiendi per te vel alium seu alios a venerabilibus fratribus nostris patriarchis, archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis electis, abbatibus, prioribus, decanis, prepositis archidiaconis, archipresbyteris ... infra tue legationis terminos consistentibus, pro procuratione diei cuiuslibet, huiusmodi legationis durante tempore, summam quinquaginta florenorum auri de camera, quorum quilibet valeat decem Turonenses argenti, contradictores insuper auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compellendi ... plenam et liberam tibi concedimus auctoritate presentium facultatem. Datum Fundis, xb Kalendas Januarii, pontificatus nostri anno primo»* (204).

Há ainda outras bulas da mesma data sobre faculdades outorgadas ao legado, para o tempo da legacia, entre as quais a de absolver os que, depois de terem aderido ao papa de Roma, Urbano VI, passassem à obediência do papa de Avinhão (205). *Transcrevo as relativas à concessão e permuta de benefícios, bem como a posterior sobre o indulto de celebrar e assistir aos divinos ofícios em lugares sujeitos a interdito:*

«Eidem. Salutem, etc. Cum te ad Castelle, Aragonie, Portugalie et Navarre ac nonnulla alia regna et partes, comisso tibi in eis plene legationis officio, presentialiter destinemus, Nos volentes illa tibi libenter concedere, per que te possis aliis reddere gratiosum, circunspectioni tue conferendi auctoritate apostolica, huiusmodi tua legatione durante, omnia et singula beneficia ecclesiastica, secularia et regularia, cum cura et sine cura, quorumcumque familiarium tuorum, quovis modo etiam per resignationem simpliciter vel ex causa permutationis apud sedem apostolicam aut extra Romanam Curiam factam seu faciendam ... vacantia, et imposterum vacatura, etiam [si] familiares huiusmodi capellani sedis apostolice aut litterarum apostolicarum abreviatores vel scriptores aut alias officiales sedis eiusdem, ac beneficia ipsa generaliter vel specialiter dispositioni apostolice reservata aut ipsorum collatio ad sedem predictam, iuxta Lateranensis statuta concilii, legitime devoluta fuerint, singula videlicet eorum, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis singulis personis ydoneis, quas ad hoc duxeris eligendas, conferendi et de illis etiam providendi ... [fl. 19v] ... tenore presentium concedimus facultatem ... Datum Fundis, xv Kalendas Januarii, anno primo» (206). *«Eidem. Salutem, etc. Cum te ad Castelle, Aragonum, Portugalie et Navarre ac nonnulla alia regna et terras, commisso tibi in illis plene legationis officio, presentialiter*

(203) AV, Reg. Aven. 220, fls. 9v-10, Reg. Vat. 291, fl. 3.
(204) AV, Reg. Aven. 220, fl. 11, Reg. Vat. 291, fls. 3v-4.
(205) AV, Reg. Aven. 220, fls. 11v-23v, 113v-114, Reg. Vat. 291, fls. 4-15v.
(206) AV, Reg. Aven. 220, fls. 19-19v, Reg. Vat. 291, fls. 10-10v.

destinemus, nos volentes illa tibi libenter concedere, per que te possis aliis reddere gratiosum, circunspectioni tue recipiendi et admittendi auctoritate apostolica resignationes quorumcumque beneficiorum ecclesiasticorum, infra terminos tue legationis existentium, a quibuscumque personis ex causa permutationis resignare volentibus ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, personis ipsis hinc inde resignantibus, [fl. 22v] eadem auctoritate conferendi et de illis etiam providendi ac inducendi per te vel alium seu alios personas ipsas vel procuratores earum, ipsarum nominibus, in corporalem possessionem huiusmodi beneficiorum ... plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem ... Datum Fundis, xb Kalendas Januarii, pontificatus nostri anno primo» ([207]). *«Eidem. Salutem, etc. Cum nuper ad Aragonie, Valentie, Castelle, Legionis, Navarre et Portugalie regna et alias terras et partes Ispanie, commisso tibi in eis plene legationis officio, duxerimus destinandum, nos volentes illa tibi concedere gratiose, per que aliarum personarum saluti valeas providere, ut, durante huiusmodi legationis officio, eundo, morando et ad Romanam Curiam redeundo, decem personis, infra terminos tue legationis huiusmodi consistentibus, quas ad hoc duxeris eligendas, et de quibus secundum ipsarum statum et conditionem tibi videbitur, et quas forsan ad loca ecclesiastico interdicto supposita contigerit declinare, liceat eis usque [fl. 23] ad decennium in illis, clausis ianuis, interdictis et excommunicatis exclusis, non pulsatis campanis et submissa voce, etiam in familiarium suorum domesticorum presentia, missam et alia divina officia facere celebrari et illis ex eis, que forsan fuerint in presbyteratus ordine constitute, etiam celebrare, dummodo persone vel familiares predicti causam non dederint interdicto, necnon personis vel familiaribus predictis contigerit specialiter interdici, auctoritate apostolica concedere valeas, circunspectioni tue plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Datum Avinione, x Kalendas Augusti, anno primo»* ([208]).

Na bula da nomeação, com a data de 18 de Dezembro de 1378, Clemente VII põe em relevo as qualidades do legado, que o tornavam apto para isso:

«Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem et apostolicam benedictionem. De summis celorum ad yma mundi ... Sane ferventibus desideriis continue laborantes, ne grex dominicus, presertim in regnis, provinciis, et terris remotis constitutis, cure nostre desuper commissis, per rabiem querentium et circuientium quem devorent, ducatur in devium, et per illos qui tunicam Domini inconsutilem lacerare ac unitatem sacrosancte universalis Ecclesie [fl. 2v] suis dolosis morsibus dividere satagunt, per ignorantiam factorum in foveam prolabatur, sive in regnis, provinciis atque terris, ad que te duximus destinandum, sparso pestifero seminis grano succrescat messis odibilis amaritudinis, fructus cum doloris immensitate producens, que nostris temporibus facta huiusmodi, superseminante inimico homine, intulerunt in populis, per te nuntiari cupimus et in orbem terrarum etiam publicari. Ad te igitur, potentem quidem opere et sermone, quem in magnis expertum et arduis eximia probitate ac fidelitate probatum gratiarum largitor Dominus scientie magnitudine, industrie claritate, maturitate consilii, morum elegantia et aliis grandium virtutum titulis insignivit, in cuius affectibus geritur, prout indubitanter tenemus, sedare fluctuantes et iustitie terminos colere, humiliare superbos, rebelles et inobedientes compescere et errantes ad viam reducere veritatis, licet tua presentia nobis et apud nos Ecclesie universali perutili careamus inviti, nostre convertimus deliberationis intuitum teque pro

([207]) AV, Reg. Aven. 220, fls. 22-22v, Reg. Vat. 291, fls. 13v-14.
([208]) AV, Reg. Aven. 220, fls. 22v-23, Reg. Vat. 291, fl. 14v.

tuarum consideratione virtutum, tamquam veritatis preconem, angelum pacis, in regnis Castelle, Aragonum, Portugalie et Navarre ac omnibus aliis regnis, terris et insulis Ispanie et aliis eisdem adiacentibus, cum districtibus et pertinentiis eorumdem, carissimorum filiorum regum regnorum predictorum ditioni subiectis, vices nostras et plene legationis officium tibi plenarie committendo, ut in ipsis evellas et destruas, dissipes et disperdas, edifices atque plantes, deformata reformes, indirecta dirigas et corrigenda corrigas ... providimus destinandum ... [fl. 9v] ... Quocirca circunspectioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus iniunctum tibi ministerium laboris huiusmodi pro divina ac dicte sedis ac nostra reverentia devote suscipiens, sic illud utiliter sicque solicite ac laudabiliter, iuxta datam tibi a Deo prudentiam, exequaris quod de tuis laboribus, celesti favente clementia, desiderati fructus adveniant quos speramus ... Datum Fundis, xv Kalendas [fl. 3] Januarii, pontificatus nostri anno primo» (209).

Há notícias da partida da embaixada do cardeal legado, em letras do papa Urbano VI, endereçadas a el-rei de Aragão, com data de 27 de Janeiro de 1379, a contar o rapto do bispo de Córdova, D. Frei Mendo, por membros da embaixada, os quais o tinham aprisionado e mandado conduzir à cidade de Fondi, onde residia Clemente VII. Segundo a exposição de Urbano VI, o bispo levava letras apostólicas para el-rei, a implorar protecção, quando foi preso pelos membros da embaixada do cardeal Pedro de Luna e remetido a Clemente VII, em galé de Pedro Bernardes da Catalunha. Agora enviava Urbano VI, por meio de Pedro Martins, servente de armas pontifício, cartas do recentemente falecido D. Carlos, rei dos Romanos, imperador, e do actual rei dos Romanos e da Boémia, bem como o tratado do jurista João de Lignano, para o monarca e seu povo se certificarem da legitimidade da eleição papal e da falsidade da pretendida pressão e medo dos cardeais eleitores. Precavia-o quanto às intenções do cardeal Pedro de Luna, difamador do verdadeiro papa e legado do anticristo Clemente VII. Pedia-lhe não o deixasse entrar no reino ou o prendesse, para ele, Urbano VI, fazer justiça. Desculpava-se com o monarca, por não lhe ter enviado embaixada solene, e alegava como desculpa o perigo de acontecer quanto sucedera ao bispo de Córdova:

«Urbanus, etc. Carissimo in Christo filio Petro, regi Aragonum illustri. Salutem et apostolicam benedictionem. Nephandum scelus et execrabile facinus in personam venerabilis fratris nostri Melendi, Cordubensis episcopi, per viros detestabiles, alumpnos iniquitatis, filios sceleratos, noviter perpetratum, in obprobium et contemptum apostolice sedis, tanto lamentabilius serenitati tue, zelo domus Domini urgente, cogimur insinuare, quanto cupimus citius per providentiam regiam apponi remedium opportunum. Nuper siquidem, recedens cum benedictione nostra dictus episcopus a Romana Curia, litteras apostolicas super iminente necessitate persone nostre et Ecclesie, remedii imploratrices, secum detulit, et concessa quadam barcha, a Porto Novo veluti ab Jherusalem exiens, dominum de Luna, olim cardinalem, eiusque socios, ab antipapa missos, reperiens, more piratico in navi transeuntibus insidiantes, incidit in latrones, qui eundem episcopum captum, litteris predictis vi raptis et distractis, sed prepudor, regie persone, cui dirigebantur, spreta reverentia, laceratis (?) et innumeras (?) dicerptis (?), ligatum et vinculatum in galera Petri Bernardi de Cathalonia, pirate inmanissimi, prepositum, ad civitatem Fundorum, ubi antichristus residet, remiserunt ibique tenetur diro carceri mancipatus. Dolet mater Ecclesia, doleat carissimus (?) rex in Christo inclitus, devotus filius, orthodoxe fidei defensator,

(209) AV, Reg. Aven. 220, fl. 8v-9v, Reg. Vat. 291, fls. 2-3.

remedium liberationis eiusdem episcopi ordinans opportunum, nedum in persone regie, sed totius regni, vituperium reputans factum esse; ut autem serenitatis devotio, de qua nulla nobis remanet hesitatio, firmius stabiliatur et de iure nostro secura consistat, ecce recolende memorie Caroli, Romanni olim imperatoris, [fl. 143v] nuper vita functi, et carissimi in Christo filii nostri Venceslai, nunc Romani et Boemie regis illustris, litterarum copias et tractatum dilecti Johannis de Linano, doctoris Bononiensis eximii, per dilectum filium nobilem virum Petrum Martini, nostrum servientem armorum, tue mittimus magestati, ut veritatem incunctam de nostra electione indubitanter rata et pretensis metu et impressione, falso quesito colore inventis, non obstantibus, irrefragabiliter pro nunc adversarios ore, signis et rerum indiciis approbata, faciat et mandet tua serena magnifica prudentia per ecclesias regni tui populo divulgari, ut fortes in fide, nullis blandis sermonibus, nullis terroribus nullisve fallaciis ab eius integritate avellantur. Et quia dominus de Luna, olim cardinalis, missus per antichristum prefatum in regno tuo, nostre diffamationis titulo, predicaturus accedit, in Dei offensam, orthodoxe fidei et Ecclesie, unice sponse Christi, quam scindere nititur, scandalum et iniuriam, ortamur et rogamus per viscera misericordie Dei viventis, obnixus deprecantes ut, ne idem olim cardinalis mollitis et virulentis verbis inficiat gregem dominicum, populum regni tui, statim visis presentibus, passus et ingressum eiusdem regni precludi tua precipiat celsitudo, custodibus passuum eorumdem mandando ut eundem virum pestiferum nullatenus permittant ingredi ianuam regni dicti, et si illum ingredi forsan contingat, capi et captum sub fida custodia detineri, donec a nobis aliud receperis in mandatis, pro nostra et sedis apostolice reverentia, modis omnibus facias. Quod autem, sicut accidisset (?), solempnem ambaxiatam non misimus, nostram petimus excusationem admitti. Nam similis timor periculi, quod dicto episcopo accidit, nos retraxit. Datum Rome, apud Sanctam Mariam in Transtiberim, vi Kalendas Februarii, pontificatus nostri anno primo» ([210]).

Segundo Fortunato de Almeida, há notícias da missão de Frei Mendo, bispo de Córdova, em 1379, no reino de Portugal, para onde enviou as letras apostólicas, destinadas a el-rei D. Fernando ([211]). *Tratava-se de assunto igual ao referido naquela bula a el-rei de Aragão. Não possuo documentação a respeito. Mas isso, a dar-se, só poderia ter sido alguns meses depois da prisão, a não ser tivesse Frei Mendo enviado emissários a Portugal, antes de ser preso. De todas as formas, tal actividade não surtiu efeito, porque D. Fernando continuou a proclamar-se neutro ou* indiferente, *durante o ano de 1379. No ano de 1378, foi mandado à Península Prefetto de Malatesta, abade do mosteiro de Sitria. Ora, no verão de 1379, nas* Responsiones facte per reverendum patrem dominum Prefectum, abbatem monasterii Sitriensis, nuntium apostolicum in regnis Ispaniarum, ad casum fictum et falsum olim dominorum cardinalium super electione domini nostri pape compositum et de mandato regis sibi per articulos seu capitula distinctum et missum in presentiarum ([212]), *o embaixador pedia a el-rei de Aragão mandasse inter-*

([210]) *De Schismate*, vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 143-143v.

([211]) FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, II, p. 512.

([212]) *De Schismate*, vol. II (AV, Arm. LIV, t. 15), fls. 191-198v., vol. XVIII (AV, Arm. LIV, t. 31), fls. 324-352v, publ. por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 308-309. Nas fls. 202-204 do mesmo vol. II *De Schismate*, vem: «*Iste que secuntur sunt impugnationes predictarum responsionum et dictorum abbatis*» (fl. 202) e nas fls. 181-181v vem: *Idem casus qui supra in vulgari propositus per abbatem Citri*, ou seja a versão em castelhano do caso ou narração da eleição de Urbano VI, proposta na presença do rei de Aragão, que no original latino se encontra no mesmo volume II, a fls. 84-93. Sobre o envio à Península do abade de Sítria e tentativas dos cardeais de Avinhão para o prenderem nos fins de 1378, cf. nota 146.

rogar os partidários de Clemente VII sobre o conteúdo do caso, enviado ao monarca, nesse ano, por meio do nobre de Sevilha, Pedro Martins, servente de armas do papa Urbano VI: «Supplicat et requirit idem nuntius regie celsitudini quatenus dignetur medio iuramento interrogare et interrogari facere partem adversam super illis secundum quod seriose habentur et ponuntur in casu misso sub isto anno per eundem dominum nostrum sub bulla presentata eidem per nobilem Petrum Martini Ispalensem, servientem armorum domini nostri pape, que omnia et singula inibi contenta, ultra ea que ex supradictis responsionibus colliguntur, pro articulis et interrogatoriis ex nunc dat et ponit nuntius supradictus... predictis omnibus et singulis propria manu me subscribo» (213). *Alguém, portanto, desta embaixada poderia ter ido a Portugal levar os documentos enviados por Urbano VI, destinados naturalmente a todos os monarcas da Península, tanto mais que Prefetto de Malatesta aparece como núncio apostólico para os reinos da Península. Mas os contactos do núncio ou seus emissários com el-rei de Portugal poder-se-iam ter dado também através dos embaixadores do próprio D. Fernando, tanto nos reinos da Península, como em Avinhão ou Roma, por exemplo o deão de Coimbra, D. Rui Lourenço, o bispo de Viseu, etc. De uma ou outra forma, os núncios de Urbano VI não levaram a melhor, porque, segundo vimos, em Janeiro de 1380, pronunciava-se D. Fernando a favor do papa de Avinhão, ao qual enviou a embaixada do bispo de Lisboa, D. Martinho Anes, como se viu.*

Quanto ao cardeal D. Pedro de Luna, legado de Clemente VII para toda a Península, embora o bispo de Lisboa não mencione actividade alguma, por meio da qual tivesse influído para a decisão do monarca português a favor do papa de Avinhão, em Janeiro de 1380, está posta de parte a hipótese de ele ter vindo a Portugal, antes da declaração e mesmo depois, até 1383. D. Pedro IV de Aragão, a 7 de Setembro de 1378, antes da eleição de Clemente VII, lamentava-se ao papa Urbano VI pela discórdia existente com os cardeais (214). *Mandava-lhe Francisco, March* (215). *O mesmo se tira de comunicação dos cardeais e das informações de Gil Sanchez, enviado por Clemente VII ao monarca* (216). *Ele teve de intervir, como se viu, a pedido de Urbano VI, em favor dos embaixadores deste, porque os homens do cardeal Pedro de Luna os interceptaram e prenderam o bispo D. Frei Mendo* (217). *Entretanto, o monarca aragonês não se declarou abertamente pelo papa de Avinhão e Pedro de Luna continuou por lá. O legado fazia sentir indirectamente sua influência em Portugal, pelo menos quando impedia a actividade dos núncios de Urbano VI e os não deixava prosseguir caminho, em direcção ao monarca português. De resto, a sua presença não era necessária, naquela altura, visto D. Fernando ter declarado obediência a Clemente VII, ao qual mandou solene embaixada* (218).

---

(213) *De Schismate*, vol. II (AV, Arm. LIV, t. 15), fl. 198v.

(214) Carta de el-rei D. Pedro de Aragão de 20 de Setembro de 1378 sobre o envio de Francisco March ao papa Urbano VI em ANDRÉS IVARS, *La «indiferencia» de Pedro IV de Aragón en el Gran Cisma de Occidente*, em *Archivo Ibero Americano* 29 (1928) docum I, p. 80. Em carta de 7 de Setembro de 1378 a um *Pabordre*, lamentava-se da «gran divisio que es entrel Pare Sant e los Cardenals, de la qual, axi com a princep catholich vertader, havem gran desplaer per lo gran perill quey veem a tota christianidat». E mandava cartas para Urbano VI sobre o assunto. Carta publ. por ANDRÉS IVARS, *art. cit.*, em *Archivo Ibero Americano*, 29 (1928) 25, nota 1.

(215) Cf. nota anterior.

(216) Há no *De Schismate*, vol. V (AV, Arm. LIV, t. 18), fls. 9-10, alegações atribuídas nesse lugar a Gil Sanchez: «Dubia domini Egidii Sancii Munionis, legum doctoris, et eius sunt allegationes infrascripte». Nessas alegações vem *Littera missa per dominos cardinales B. archiepiscopo Barensi, gerenti se pro papa. Episcopi, presbyteri et diachoni cardinales, apostolica sede vacante.* No depoimento, referido na nota 184, conta como abandonara Urbano VI, para aderir a Clemente VII. Temos dele várias notícias em documentos pontifícios de Urbano V, Gregório XI e Clemente VII, conforme se pode ver pelas transcrições das notas 30 e 116.

(217) Cf. nota 210.

(218) Cf. nota 122.

Como disse, o bispo de Lisboa, principal protagonista desta embaixada, teve grande influência na atitude régia. Durante o período de neutralidade, o monarca não só continuou a acatar as decisões pontifícias de Urbano VI, como não interferiu nos assuntos da diocese de Lisboa. Continuavam a governar a diocese, mesmo depois de Clemente VII ter procedido à transferência de D. Martinho para Lisboa, os vigários de D. Agapito, pelo menos até fins de 1379. Apresento dois documentos do mosteiro de S. Domingos de Lisboa. A 8 de Outubro de 1379, Guilhellme Carbonell, prior de Santiago de Beia, bacheler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor don Agapito de Columpna, per merçee de Deus e da sancta Egreia de Roma bispo de Lixboa, *proferia sentença em contenda* antre o prior e convento do moesteiro de Sam Domingos da dicta cidade ... da hũa parte, e Lopo Stevez, almoxarife na Alfandega del Rey e proveedor e administrador da capella e dos beens dela de Bertolomeu Johannis, que he edificada en a egreia cathedral da dicta çidade, e Maria Dominguez, ssua molher... *A seguir, no dia 29 de Novembro de 1379,* perante Guilhellme Carbonel, vigairo de don Agapito, bispo dessa meesmha... Vicente Lourenço, scolar em dereito e procurador de Lopo Stevez, almoxarife que foy da Alfandega del Rey na dicta çidade ... leer e publicar fez a Paay Nicolaao, procurador do prior e convento do moesteiro de Sam Domingos da dicta cidade, hũa cedula... *De facto, desde Maio de 1378 até Dezembro de 1379, aparece o vigário de D. Agapito a exercer funções na diocese de Lisboa* ([219]). *Aliás, D. Fernando reconhecia*

([219]) ANTT, *S. Domingos de Lisboa,* B 46-4, fls. 145, 147. A 3 de Maio de 1378, ou *na Era de mil e quatroçentos e dez e sex annos, tres dias de Maio, na cidade de Lixboa, dentro nos paaços de dom Agapito, pella merçee de Deus bispo da dicta çidade, perante Guilherme Carbonel, vigairo jeeral do dicto senhor bispo,* o tabelião régio Estêvão Anes passava documento de assunto tratado por ele (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 17, n. 6). Outro documento sobre o exercício dos seus poderes de vigário geral do bispo D. Agapito, a 18 de Junho de 1378: «Sabham todos que na Era de mill e quatroçentos e dez e ses annos, dez e oyto dias do mes de Junho ... *perante o honrrado ssages varom Guigelherme Carbonel, bachelher em degredos e vigairo geeral do honrrado padre e Senhor dom Agapito da Colupna per a graça de Deus e da santa egreia de Roma bispo de Lisboa, pareçeo Martim Affonso e Vaasco Ximoes, escolares, criados de dom Afomso Gonçalvez, prior de Sant Vicente de Fora ...*» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 17, n. 7). A 23 de Março de 1379, aparece Guilherme Carbonel como prior da igreja de S. Tiago de Beja, bacharel em decretos e vigário geral de D. Agapito de Colona, bispo de Lisboa: «*Guilherme Carbonel, prior de Santiago de Beia, bacheler em degredos e vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Agapito de Columpna, per merçee de Deus e da ssancta egreia de Roma bispo de Lixboa.* A quantos esta carta virem faço saber que Afonsso Marquez, Raçoeyro e prioste da egreia de sancte Stevam da dicta çidade, fazia demanda per palavra em juizo perante mym ao prior e rraçoeiros de Sam Nycollaao dessa meesma em pessoa de Vaasco Perez, seu procurador, dizendo que os benefiçiados da dicta egreia de Santo Stevam estam em posse de aver e levar a dizima de pam e vinho e dazeyte das herdades das capellas que ssom hedificadas em no m.º de santa Clara de perto da dicta cidade ... Dante em Lixboa, ssoo sseello da audiençia do dicto Senhor bispo, viinte e tres dias do mes de Março. Thome Anes, scripvam jurado na dicta audiençia, a fez. Era de mil e iiii.c e dezesete anos. *Guillermus Carbonelli*» (ANTT, *Pergaminhos de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 3, n. 58, em públ. forma, maço 1, n. 11). A 2 de Agosto de 1379: «Em nome de Deus, amen. *Guilherme Carbonel, prior de Santiago de Beia, bacheller em degredos e vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Agapito da Colupna, per merçee de Deus* [e] *da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa* ... ffaço ssaber que perante mim pareçerom Joham Garcia, vigairo perpetuũ da egreia de sancta Cruz da alcaçeva de Lixboa ... E eu lho mandei dar ssoom sseello da audiencia do dicto Senhor bispo; ffecto dous dias dagosto. Era de mill e quatroçentos e dez e ssete anos. Em Lixboa, na torre de dona Ussenda que ffoii, onde o dicto vigairo geeral morava entom ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo,* maço 5, n. 241). Alguns meses antes, a 2 de Junho de 1379: «... na Era de mill e quatroçentos e dezessete annos, dous dias de Junho, em Lixboa, nos paaços do bispo da dicta cidade que ssom na alcaçeva, perante *Guillerme Carbonel, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Agapito da Columpna, bispo de Lixboa,* em pressença de mim Migel Sanchez, tabeliom del Rey na dicta cidade... *Guillelmus Carbonelli*» (ANTT, *Pergaminhos de Santa Cruz do Castelo,* maço 5, n. 240). A 8 de Junho de 1379: «...na era de mill e quatroçentos e dez e sete annos, viinte dias do mes dagosto, na çidade de Lixboa, dentro

o vigário Guilherme de Carbonel e, consequentemente, como bispo de Lisboa, a D. Agapito de Colona e àquele apresentara para reitor da igreja paroquial de Santa Justa a Filipe de Andester, conforme bula de Clemente VII, de Junho de 1380 ([220]). *Totalmente diferente a situação depois do conselho de Évora, em Janeiro de 1380, em que foi declarada obediência ao papa de Avinhão. Por exemplo, a 20 de Agosto de 1380,* Paay Nicolaoo, bachaler em degredos, vigayro geeral do honrrado padre senhor dom Martinho, por mercee de Deus bispo de Lixboa, *fazia*

---

nas pousadas da morada de Joham Afomso Candeiro ... o dicto Joham Afonsso, que presente estava, mostrou e per mim dicto tabeliam leer fez hũa carta ... *asinaada per Guilherme Carbonel, vigairo do bispo da dicta cidade,* da qual o theor tal he: *Guilherme Carbonel, priol de Santiago de Beia, vigairo jeeral do honrrado padre e senhor dom Agapito de Colupna, per a graça de Deus e da santa igreia de Roma bispo de Lixboa* ... Dada em Lixboa ... oito dias de Junho. Era de mill e quatroçentos e dez e sete anos. A qual carta assi mostrada ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de Chelas,* maço 35, n. 700). Ainda a 13 de Agosto de 1379: «... *Vicente Lourenço, scollar em dereito canonico, juiz per comissom de Guilherme Carbonel, bacheler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Agapito da Colupna, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo de Lixboa,* em o fecto de que adeante mençom faz ... faço saber que preito [e] demanda foy primeiramente perante o dicto Guilherme Carbonel e depois finalmente perante mym ante o prior e Raçoeiros da egreia de santo Stevam da dicta çidade per Joham de Soure, seu procurador ... treze dias dagosto da Era de myl quatrocentos dezesete anos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 8, n. 144). A 12 de Dezembro de 1379, e depois a 17 de Dezembro do mesmo ano de 1379: «... *Guilherme Carbonel, priol de Santiago de Beia, bacheller em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Agapito da Colupna, per merçee de Deus* [e] *da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa* ... ffecto ffoi na clausta da egreia cathedral da dicta cidade de Lixboa ... doze dias de dezembro. Era de mill e quatrocentos e dez e ssete annos ...» Nas costas do documento: «Era de mill e quatroçentos e dez e ssete annos, dez e ssete dias de dezenbro, em Lixboa na clausta da egreia cathedral da dicta cidade, *seendo hi Guilherme Carbonel, vigairo geeral do honrrado padre e ssenhor dom Agapito de Colupna, per merçee de Deus e da sancta egreja de Roma bispo de Lixboa* ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 17, n. 20).

([220]) «Venerabili fratri episcopo Elborensi et dilectis filiis sancti Agricoli Avinionensis ac Colimbriensis ecclesiarum decanis, salutem, etc. Laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Philippus Andester, presbyter Cartaginensis diocesis, fidedignorum commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Hodie siquidem pro parte ipsius Philippi nobis exposito quod olim parrochiali ecclesia sancte Juste Ulixbonensi, quam quondam Fernandus Martini, alias Dominici, ipsius ecclesie rector, dum viveret obtinebat, per ipsius Fernandi obitum, qui extra Romanam Curiam decesserat, vacante, carissimus in Christo filius noster Fernandus, rex Portugalie illustris, verus ipsius ecclesie patronus et in possessione pacifica vel quasi iuris presentandi personam ydoneam in rectorem eiusdem ecclesie existens, dictum Philippum, in vicesimo tertio etatis sue anno dumtaxat vel circa tunc constitutum, in rectorem dicte ecclesie sic vacantis dilecto filio Guillelmo Carbonelli, rectori, priori nuncupato, parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Beia, Elborensis diocesis, vicario generali in spiritualibus scelerati viri Agapiti, olim episcopi Ulixbonensis, et dilectis filiis capitulo ecclesie Ulixbonensis infra tempus debitum presentaverat, quamvis de facto, et quod vicarius, habens ab eodem Agapito, tunc episcopo Ulixbonensi, ad hoc potestatem, et capitulum predicti, cum ad episcopum Ulixbonensem, qui est pro tempore, et dictos capitulum receptio et admissio presentationis rectoris et ipsius institutio ad eandem ecclesiam sancte Juste de antiqua et aprobata et hactenus pacifice observata consuetudine communiter pertineant, eundem Philippum instituerant in rectorem parrochialis ecclesie sancte Juste antedicte etiam de facto idemque Philippus eiusdem ecclesie possessionem pacificam, pretextu presentationis et institutionis huiusmodi, fuerat assecutus ... et quod idem Philippus pretextu collationis et provisionis huiusmodi eosdem canonicatum et prebendam fuerat etiam pacifice assecutus ipsosque et dictam parrochialem ecclesiam sancte Juste per quinque annos et ultra simul [fl. 270v] detinuerat, prout detinebat pacifice et quiete ... Cum autem, sicut accepimus, predicta parrochialis ecclesia sancte Juste adhuc per obitum dicti Fernandi Martini vacare noscatur, ut prefertur, nos volentes dictum Philippum qui, ut asseritur, in iure canonico provectus existit, premissorum meritorum suorum intuitu, necnon consideratione dicti regis ac carissime in Christo filie nostre Leonoris, regine Portugalie illustris, pro ipso Philippo, dilecto suo, nobis humiliter supplicantium, favore prosequi gratie amplioris, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios predictam parrochialem ecclesiam sancte Juste, si, ut premittitur, vacat, et tempore date presentium non sit in ea alicui specialiter ius quesitum, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis ... predicto Philippo, postquam eam reali-

saber que fecto de demanda foy per processo ordinhado primeyramente perante Joham Vaasquiz, coonigo da egreia de sancta Maria de Alcaceva da vila de Santarem, vigayro em na dicta vila e seu arcediagado de Santarem per dom Agapito, em outro tempo bispo de Lixboa ... e depois perante Joham Perez, vigairo na dicta villa de Santarem por o dicto senhor dom Martinho, bispo da dicta cidade... antre os honrrados ... prior e convento do moesteyro de Sam Domingos dos frades de Santarem... e dona Constança ... *Mais significativo ainda o documento, também pertencente ao mosteiro de S. Domingos de Santarém, segundo o qual, a 18 de Fevereiro de 1380,* na clastra da igreia cathedral da çidade de Lixboa, perante o honrrado discreto Paay Nicollao, rraçoeiro na dicta igreia cathedral, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da santa igreia de Roma bispo da dicta çidade... paresçeo frey Antoninho dicto de Pinhel... e mostrou, presentou perante o dicto vigairo huũ testamento em purgaminho de PedrAfonso Mealha, veedor que foy da fazenda do dicto senhor rrey... ([221]) *Há aliás documentos desde 27 de Janeiro de 1380, até fins de 1382* ([221a]),

---

ter et omnino dimiserit, ut prefertur, auctoritate nostra conferre et assignare curetis ... [fl. 271] ... Datum Avinione, Idus Junii, anno secundo»: AV, Reg Aven. 221, fls. 270-271. Existe no AV, *Instrumenta Miscellanea*, n. 3640, documento original em pergaminho, de 19 de Junho de 1394, sobre a dispensa, concedida pelo papa Clemente VII a Filipe Andester, beneficiado nas igrejas de Santa Maria e de S. João de Marchena da diocese de Sevilha, pelo facto de ele ter sido espoliado dos bens patrimoniais e benefícios em Portugal, por causa de ter aderido ao papa de Avinhão. Ficava assim exonerado da obrigação de pagar a anata desses benefícios, equivalente a 30 florins de ouro da moeda corrente: «Antonius, miseratione divina episcopus Magalonensis, locum tenens Reverendissimi in Christo patris ac domini domini Francisci, eadem miseratione archiepiscopi Narbonensis, domini nostri pape camerarii, a Romana Curia absentis, venerabili viro domino Fulconi Perrerii, canonico et scolastico ecclesie Ispalensis, iurium et proventuum camere apostolice debitorum in certis partibus regni Castelle apostolico nuncio et collectori et eius in civitate et diocesi Ispalensi iurium et proventuum predictorum subcollectori, salutem in Domino. Ad vestram notitiam tenore presentium deducimus quod nuper supplicato sanctissimo in Christo patri ac domino nostro domino Clementi, divina providentia pape septimo, pro parte discreti viri Philipi de Andester, beneficiati quodam beneficio sine cura in ecclesiis beate Marie et sancti Johannis de Marchena invicem canonice unitis dicte Ispalensis diocesis, quod nuper causa permutationis obtinuit, quod cum ipse omnibus bonis suis patrimonialibus ac beneficiis ecclesiasticis que obtinebat et possidebat in regno Portugalie, propter adherentiam dicti domini nostri pape per scismaticos Portugalenses extiterit spoliatus et privatus ipseque teneatur dicte camere ratione provisionis sibi facte de dicto beneficio in una annata seu vacante, quatenus huiusmodi annatam seu vacantem intuitu pietatis sibi remittere dignaretur, idem dominus noster papa predicto supplicanti pio ac paterno compatientes affectu, premissis attentis ac etiam quia ipse supplicans in consilio dicte camere iuravit secundum credulitatem suam annatam huiusmodi dicte camere debitam non ascendere ultra triginta florenorum auri de curreñ, predictam annatam seu vacantem usque ad dictam summam die date presentium, nobis presentibus, liberaliter remisit et donavit. Quapropter de expresso mandato dicti domini nostri pape facto nobis super hoc oraculo vive vocis vobis et vestrum cuilibet eodem tenore precipimus et mandamus quatenus predictum Philipum pro dicta annata seu vacante usque ad valorem dicte summe nullatenus molestetis seu molestari faciatis, ymo remissionem eandem in vestris libris seu regestris conscribatis seu conscribi faciatis. Nam ipsam annatam seu vacantem in vestris dicte camere reddendis compotis ut remissam et donatam modo premisso allocari et admitti faciemus. Datum Avinione, sub sigillo camerariatus officii, die xix mensis Junii, anno Nativitatis Domini millesimo CCC. mo nonagesimo quarto, indictione secunda, pontificatus dicti domini nostri pape anno sextodecimo».

([221]) ANTT, *S. Domingos de Santarém*, maço 7, nn. 5 e 12. D. RODRIGO DA CUNHA, *História eclesiástica da igreja de Lisboa*, Lisboa, 1642, cap. CV, afirma que D. Martinho governava já a diocese, em 5 de Maio de 1379, por meio do vigário geral Paio Nicolau. Tenho as minhas dúvidas, atendendo aos documentos referidos na nota 219, pelos quais sabemos que ainda em 17 de Dezembro de 1379 exercia as funções de vigário geral do bispo D. Agapito de Colona o bacharel Guilherme Carbonel, prior de S. Tiago de Beja.

([221a]) Vou referir documentos desde Janeiro de 1380 até Novembro de 1382, em que figuram Paio Nicolau, João de Soure e João Garcia como vigários gerais de D. Martinho Anes, bispo de Lisboa.

inclusive em 1383, até 1 de Dezembro de 1383 ([221 b]), *com referências ao vigário e ao oficial de D. Martinho.*

Mas teriam, nestas circunstâncias, aderido todos os bispos portugueses a Clemente VII?

A 27 de Janeiro de 1380: «... na Era de mill e quatrocentos e dezoito annos, vinte e sete dias de Janeiro, na claustra da egreia cathedral da cidade de Lixboa, *perante Paay Nicolaao, vigayro official de dom Martinho, bispo dessa meesma,* seendo no logo acustumado em audiencia ouvindo os preytos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo,* maço 5, n. 239). A 17 de Abril de 1380: «... *Pay Nicollao, Raçoeyro da egreia catadral da cidade de Lixboa, vigayro geeral do honrado padre senhor dom Martinho, per mercee de Deus e da santa egreia de Roma bispo de esa meesma,* a todalas justiças sagraees da dicta çidade e bispado ... Dada em Lixboa, soo seello da audyencia do senhor bispo, dez e sete dyas dabrill. Afomso Martinz a fez. Era de mil e quatroçentos e dez oito anos ...» (ANTT, *Pergaminhos de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 10, n. 183). A 28 de Junho de 1380: «... na era de mill e quatroçentos e dez oito annos, viinte e oyto dias de Junho, na cidade de Lixboa, dentro na catedral, *perante Joham de Soure, vigairo offiçial do honrrado padre senhor dom Martinho, pella merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo da dicta çidade ...*» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 17, n. 32). A 25 de Janeiro de 1381: «... na era de mill e quatroçentos e dez e nove anos, viinte e cinquo dias do mes de Janeiro, na cidade de Lixboa, *dentro as pousadas da morada de Joham de Soure, priol da egreia de Santiago da dicta çidade e vigairo logo teente de Paai Nicolaao, Raçoeiro da igreia de Lixboa e vigairo jeeral do honrrado padre e senhor dom Martinho, bispo dessa meesma ...*» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n.º 1). A 28 de Janeiro de 1381: «... na era de mill e quatroçentos e dez e nove anos, viinte oyto dias do mes de Janeiro, na cidade de Lixboa, na egreia de Santiago, *perante Joham de Soure, priol dessa egreia e vigairo logo teente de Paay Nycolaao, vigairo jeeral do honrrado padre e senhor dom Martinho, pella mercee de Deus bispo dessa meesma ...*» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 2). A 29 de Janeiro de 1381: «... na Era de mil e quatroçentos dez e nove annos, viinte e nove dias do mes de Janeiro, dentro na claustra da egreia cathedral da çidade de Lixboa, *perdante Paay Nicolaao, bacherel em degredos e vig.º geeral do honrrado padre e Senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo dessa meesma ...*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama,* maço 15, n. 293). A 19 de Fevereiro de 1381: «... na Era de mill e quatroçentos e dez nove anos, dez e nove dias de Fevereyro, na cidade de Lixboa ante as poussadas da morada de *Joham de Soure, priol da egreia de Santyago da dicta cidade e vigairo offiçial de dom Martinho, bispo dessa meesma cidade ...*» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 4). A 5 de Junho de 1381: «Sabham todos que preito [e] demanda per processo hordenado *ante Paay Nicollaoo, bachaler em derecto canonico e vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Martinho, per mercee de Deus e da Sancta igreia de Roma bispo de Lixboa* ... cinquo dias de Junho da Era de myl quatrocentos e dezenove anos ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 7). Em Dezembro de 1381: «... Era de mil e quatroçentos e dezanove ... do mes de dezembro, na claustra da egreia cathedral da çidade de Lixboa, *perdante Joham ... vig.º geeral do honrado padre senhor dom Martinho per merçee de Deus bispo da dicta çidade ...*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 14, n. 262). A 30 de Julho de 1382: «... na Era de mill e quatroçentos e viinte annos, triinta dias de Julho, na çidade de Lixboa, na clastra do moesteiro de Sam Viçente de Fora, estando hi presente dom Afomso, priol do dicto moesteiro ... o dicto priol disse que a el era dicto que *dom Martinho bispo que ora he na dicta çidade* mandava limitar as egreias desse sseu bispado ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 21). A 5 de Agosto de 1382: «... *Joham de Soure, prior da egreia de Santiago de Lixboa, vigairo offiçial do honrrado padre senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa* ... Dante em Lixboa so o seelo da audiença do dicto Senhor bispo. Cinquo dias dagosto. Era de mil e iiii.c e vinte annos. *Johannes de Sauri*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo,* maço 6, n. 254). A 26 de Agosto de 1382: «... quatrocentos e vinte annos, vinte e seis dias do mes dagosto sobre a abovada da claustra da eigreia ... cidade de Lixboa, *perdante Paay Nicollaoo, vigairo geeral de dom Martinho per merçee de Deus bispo* [*dessa meesma*] ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo,* maço 5, n. 206). A 24 de Novembro de 1382: «*Johom Garçia, chantre e coonigo da egreia de Silve, vig.º geeral do honrado padre senhor dom Martinho per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa* ... Dante em Lixboa, vinte e quatro dias de Novembro. Era de mil e iiii.c e vinte anos. *Cantor Silvensis*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 10, n. 185).

([221 b]) A 6 de Janeiro de 1383: «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu annos, ssey dias do mes de Janeiro, na cidade de Lixboa, ante as poussadas da morada de *Joham de Soure, priol da egreia de Sam Tiago*

Aquando da embaixada de D. Fernando, chefiada pelo bispo de Lisboa D. Martinho, que deve ter chegado a Avinhão aí por Maio de 1380, deviam andar por lá não só D. Martinho e o bispo de Silves, D. Pedro Cavaleiro, antigo colector apostólico em Portugal, ambos recomendados por Clemente VII ao rei D. Fernando, a 7 de Fevereiro de 1379, ao transferir aquele para a sé de Lisboa (222) *e ao nomear o último bispo de Sil-*

---

da çidade e vigairo hoficial do honrrado padre e senhor dom Martinho per merçee de Deus bispo da dicta çidade ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 33). A 8 de Janeiro de 1383: «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu annos, oyto dias do mes de Janeyro, na cidade de Lixboa, dentro nas poussadas da morada de *Joham de Soure, priol da egreia de Santiago da dicta çidade e vigairo ofiçyal do honrrado padre e senhor dom Martinho per merçee de Deus bispo da dicta çidade ...»* (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 35). A 3 de Março de 1383: «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu annos, tres dias do mes de Março, ssobre a claustra da egreia cathedral da cidade de Lixboa, *perante Joham de Soyre, priol da egreia de Santiago dessa meesmha, juiz comissayro* em hũu fecto que o prior e convento do moesteiro de Sam Vicente de Fora em nome do dicto moesteiro ham com Joham, cidadão e morador na dicta çidade, per comissom a el fecta no dicto fecto per *Paay Nicolaao, vig.º geeral de dom Martinho bispo dessa meesmha ...»* (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 36). A 26 de Março de 1383: «... Dom Martinho, per mercee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa. A vos Domingos Dominguez, coonigo na nossa egreia cathedral, saude he beençom ... Dante em Lixboa, viinte e seis dias do mes de Março. Era de mil e quatroçentos e viinte e hũu anos. *M. Ulixbonensis episcopus ...»* (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo*, maço 6, n. 257). A 8 de Abril de 1383: «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu annos, oyto dias do mes dabril, na çidade de Lixboa, *perante Joham de Soure, vigairo offiçial do honrrado padre Senhor dom Martinho per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo de Lixboa ...»* (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 37). A 5 de Maio de 1383: «... em a era de mill e quatrocentos e viinte e hũu annos, cinquo dias do mes de Mayo, sobre a claustra da egreia cathedral da cidade de Lixboa, perante *Paay Nicolaao, Raçoeiro na dicta egreia, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo dessa meesmha ...»* (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 39). A 2 de Julho de 1383: «... *Paay Nicollaao, Raçoeiro na egreia de Lixboa, bachaler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo de Lixboa* ... dous dias de Julho. Thome Anes a fez. Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu anos ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 41). A 9 de Junho de 1383: «... na Era de mil e quatroçentos e vynte e hũu anos, nove dias do mes de Junho, na cidade de Lixboa, ante as cassas da morada de *Joham de Soure, priol da egreia de Sam Tiago da dicta cidade e vigairo ofiçyal do honrrado padre e senhor dom Martinho pella merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo da dicta cidade ...»* (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 40). A 20 de Agosto de 1383: «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu annos, viinte dias do mes dagosto, na çidade de Lixboa, nas pousadas da morada de *Joham de Soure, vigairo hoficial do honrrado padre senhor dom Martinho, bispo da dicta çidade...»* (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 44). A 1 de Dezembro de 1383: «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu anos, primeiro dia do mes de dezembro, na cidade de Lixboa, nas pousadas da morada de *Joham de Soure, priol da egreia de Santiago da dicta çidade, vigairo do honrrado padre e senhor dom Martinho pella merçee de Deus bispo da dicta çidade ...»* (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 47). A 13 de Janeiro de 1384, já a sé de Lisboa aparece como vacante: «... en a Era de mill e quatroçentos e vinte e dous annos, treze dias do mes de Janeiro, na claustra da egreia cathedral da cidade de Lixboa, *perante Paay Nicolaao, vigairo geeral no spritual na dicta cidade e bispado a ssee vagante*, seendo no dicto logo em audiencia ouvindo os fectos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 3, n. 98).

(222) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 2-69, 71-94, 98-185, 197-204. Letras do papa Clemente VII, de 7 de Fevereiro de 1379, a transferir D. Martinho da sé de Silves para a de Lisboa: «Venerabili fratri Martino, episcopo Ulixbonensi. Salutem, etc. Romani pontificis ... Nuper siquidem provisiones omnium ecclesiarum cathedralium, tunc apud sedem apostolicam vacantium et imposterum vacaturarum, ordinationi et dispositioni nostre duximus reservandas ... Postmodum vero ecclesia Ulixbonensi ex eo vacante quod nos nuper iniquitatis filium Agapitum, olim Ulixbonensem episcopum, regimine et administratione ecclesie predicte, cui tunc preerat, suis exigentibus demeritis, de fratrum nostrorum consilio auctoritate apostolica privavimus ac amovimus ab eisdem, nos ad provisionem ipsius Ulixbonensis ecclesie celerem et felicem ... paternis et solicitis studiis intendentes ac cupientes ipsi ecclesie talem preesse personam, que

ves ([222 a]). *D. Martinho obrigava-se pela taxa respectiva, só mais tarde* ([222 b]), *e recebia incumbências do papa* ([222 c]). *A seus róis de súplicas, bem como do monarca e Estudo Geral*

---

sciret, vellet et posset eam preservare a noxiis et in suis manutenere iuribus ac etiam adaugere ... demum ad te, Silvensem episcopum, consideratis grandium virtutum meritis, quibus personam tuam, prout fidedignorum accepimus testimonio, Altissimus insignivit ... direximus oculos nostre mentis ... Volumus autem et tibi, tenore presentium, mandamus quatenus, autequam possessionem administrationis bonorum mense tue episcopalis Ulixbonensis accipias, fidelitatis debite prestes iuramentum, sub forma quam venerabilibus fratribus nostris Colimbriensi et Visensi episcopis sub bulla nostra mittimus interclusam, quibus et eorum cuilibet per alias nostras litteras mandamus ut ad (!) te nostro et Romane Ecclesie nomine huiusmodi recipiant iuramentum ... Datum Fundis, vii Idus Februarii, anno primo. In eodem modo dilectis filiis capitulo Ulixbonensi ... In eodem modo dilectis filiis clero civitatis et diocesis Ulixbonensis ... In eodem modo dilectis filiis populo civitatis et diocesis [fl. 432] Ulixbonensis ... In eodem modo dilectis filiis universis vassallis ecclesie Ulixbonensis ... In eodem modo venerabili fratri archiepiscopo Compostellano ... In eodem modo carissimo in Christo filio Fernando, regi Portugalie illustri ...» (AV, Reg. Aven. 219, fls. 431-432). No mesmo dia, encarregava os bispos de Coimbra e de Viseu de receberem o juramento de fidelidade, para lhe poupar despesas com a viagem à Cúria pontifícia: AV, Reg. Aven. 216, fl. 25v: «Venerabilibus fratribus Colimbriensi et Visensi episcopis. Salutem, etc. Cum nuper venerabilem fratrem nostrum Martinum Ulixbonensem, olim Silvensem episcopum, a vinculo quo ipsi Silvensi ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine duxerimus auctoritate apostolica transferendum ipsumque eidem ecclesie Ulixbonensi prefecerimus in episcopum et pastorem, Nos volentes eiusdem episcopi, in illis partibus commorantis, parcere laboribus et expensis, ne propterea cogatur veniendo ad Romanam Curiam personaliter laborare, fraternitati vestre, auctoritate presentium, committimus et mandamus quatenus vos vel alter vestrum ab eodem episcopo, nostro et Romane Ecclesie nomine, fidelitatis debite solitum recipiatis iuramentum iuxta formam, quam sub bulla nostra mittimus interclusam; formam autem iuramenti, quod idem episcopus prestabit, nobis de verbo ad verbum per ipsius episcopi patentes litteras, suo sigillo sigillatas, per proprium nuncium quantocius destinare curetis. Datum Fundis, vii Idus Februarii, anno primo».

([222 a]) No dia 7 de Fevereiro de 1379, Clemente VII nomeava bispo de Silves D. Pedro Cavaleiro, arcediago de Lisboa, dirigindo-se a ele e instituições do costume (AV, Reg. Aven. 219, fls. 462-463): «Dilecto filio Petro, electo Silvensi, salutem, etc. Inter sollicitudines varias ... [fl. 462v] ... Postmodum vero ecclesia Silvensi ex eo vacante quod nos venerabilem fratrem nostrum Martinum, Ulixbonensem, tunc Silvensem episcopum, licet absentem, a vinculo, quo ipsi ecclesie Silvensi, cui tunc preerat, tenebatur, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes, ipsum ad dictam Ulixbonensem tunc vacantem auctoritate apostolica duximus transferendum ... nos ad provisionem ipsius Silvensis ecclesie celerem et felicem ... paternis et solicitis studiis intendentes ... demum ad te, archidiaconum ecclesie Ulixbonensis predicte, in presbyteratus ordine constitutum, litterarum scientia preditum, vite ac morum honestate decorum, in spiritualibus providum et in temporalibus circunspectum ac aliis multiplicium virtutum meritis, prout ex fidedignis testimoniis accepimus, insignitum, direximus oculos nostre mentis ... Datum Fundis, vii Idus Februarii, anno primo. In eodem modo dilectis filiis capitulo ecclesie Silvensis ... In eodem modo dilectis filiis [fl. 463] clero civitatis et diocesis Silvensis ... In eodem modo dilectis filiis populo civitatis et diocesis Silvensis ... In eodem modo dilectis filiis universis vassallis ecclesie Silvensis ... In eodem modo venerabili fratri archiepiscopo Ispalensi ... Carissimo in Christo filio Fernando, regi Portugalie illustri ...».

([222 b]) D. Martinho, bispo de Lisboa, comprometia-se a pagar a taxa da promoção, no dia 4 de Abril de 1379, e renovava a promessa no dia 17 de Fevereiro de 1380: «Die quarta aprilis [anno lxxix°]. Dominus Martinus, episcopus Ulixbonensis, promisit pro suo communi servitio camere apostolice et collegio ii.m flore. auri et quinque servitia consueta, solvendo, ut supra. Alioquin, etc. ... Anno lxxx.mo. Die xbii februarii ... Dominus Martinus, episcopus Ulixbonensis, promisit pro suo communi servitio camere apostolice et collegio ii.m flor. auri et quinque servitia consueta. Item recognovit pro communi servitio domini Agapiti, predecessoris sui, collegio vi.c lxxxbi flor. auri et unum servitium integrum, cuius predecessoris obligatio facta fuit die viii novembris de anno, etc., lxxi°. Item recognovit pro communi servitio domini Fernandi, predecessoris sui, collegio mille florenos auri et unum servitium integrum, cuius predecessoris obligatio facta fuit die decima Julii de anno, etc., lxix°, solvendo medietatem in festo Nativitatis Domini proxime venturo et aliam medietatem in simili festo, anno revoluto, et recognitum in similibus terminis, annis revolutis. Alioquin, etc.» (AV, Obl. et Sol. 43, fls. 60v, 68v).

([222 c]) Foi incumbido de várias comissões, algumas delas antedatadas, como se viu atrás.

ou Universidade de Lisboa, foram concedidas datas antecipadas ([222 d]). *Também por lá andavam Vasco Domingues, chantre de Braga, com rol de súplicas e designado conselheiro de el-rei de Portugal* ([223]), *Arias Peres de Camões, escudeiro e patrão de uma galé do monarca português, com rol de súplicas, de 7 de Maio de 1380* ([224]), *outro personagem de nome Aires Peres, designado como embaixador de el-rei de Portugal, com rol de súplicas de 26 de Maio de 1380* ([225]), *que deve ser o mesmo, e João Gonçalves, cavaleiro e embaixador de el-rei D. Fernando, com rol de súplicas de 16 de Maio de 1380* ([226]).

O bispo de Lamego obedecia também a Clemente VII, porque Vasco Domingues, conselheiro de el-rei D. Fernando e chantre de Braga, ao solicitar a renovação do indulto da visita e correcção das igrejas e prelados de Portugal, outrora concedido por Gregório XI a ele e ao bispo de Coimbra, D. Pedro Tenório, diz que até a essa altura exercia esse ofício ele, chantre, o bispo de Lamego e o de Silves, embora se duvidasse do vigor do indulto, por ter morrido o papa Gregório XI ([227]). *Também o bispo de Évora seguia o papa de Avinhão, pois, a 15 de Abril de 1380, eram atendidas por Clemente VII quatro súplicas de um rol do bispo de Évora, apresentado pelo sobrinho João Durando, bacharel em decretos* ([228]). *Este, segundo súplica do bispo de Silves, de 23 de Abril de 1380, era* verbi Dei et S. V. litteraliter et vulgariter egregii predicatoris ([229]). *Aliás Clemente VII encarregava-o de algumas comissões em letras que lhe dirigiu, a ele e bem assim ao deão de Coimbra:* Venerabili fratri episcopo Elborensi et dilectis filiis sancti Agricoli Avinionensis ac Colimbriensis ecclesiarum decanis, *a favor de Filipe de Andester e Rodrigo Peres, cónego de Lisboa* ([230]). *A 7 de Junho de 1380, dirigia-se a* episcopo Elborensi, *encarregando-o de prover no priorato do Hospital a Pedro Álvares Pereira* ([231]).

Grande parte do cabido de Braga, conforme se infere de quanto ficou dito atrás, seguia também o papa de Avinhão. É sobretudo para lembrar, além do chantre Vasco Domingues, o cónego Pedro Lourenço Buval, Nicolau Martins, arcediago de Vermuim, um dos administradores da diocese durante a suspensão de D. Lourenço, Gil Peres, arcediago do Couto, e Afonso Martins, mestre-escola, também um dos administradores durante a suspensão do arcebispo, e o prior da colegiada de Guimarães, Gonçalo Vasques. O arcediago de Vermuim, D. Nicolau Martins, pedia, em 14 de Fevereiro de 1380, o arcediagado de Llorca e outros benefícios em Espanha ([232]), *e, a 6 de*

([222 d]) Cf. nota 222.

([223]) Cfr. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 233-247.

([224]) Cfr. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 442-450.

([225]) Cfr. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 459-461.

([226]) Cfr. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 453-455.

([227]) Cfr. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 236.

([228]) Cfr. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 410-412.

([229]) Cfr. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 438. Bula respectiva em AV, Reg. Aven. 223, fls. 515-515v.

([230]) AV, Reg. Aven. 221, fls. 270-271. Cf. nota 220. «Dilecto filio Roderico Petri, canonico Ulixbonensi. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, pro te dilecto suo nobis super hoc humiliter supplicantis, gratiam facere specialem, canonicatum ecclesie Ulixbonensis cum plenitudine iuris canonici apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus ... Datum Fundis, xvi Kalendas Decembris, pontificatus nostri anno primo. In eodem modo venerabili fratri episcopo Elborensi et dilectis filiis Colimbriensis ac sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis, salutem, etc. Vite ac morum, etc., usque teneatur ... Datum ut supra»: AV, Reg. Aven. 206, fls. 439-439v.

([231]) AV, Reg. Aven. 223, fls. 57-58, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956), docum. X, pp. 193-195.

([232]) Cfr. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 371.

Março de 1380, benefícios na diocese de Cartagena, também em Espanha ([233]). *O arcediago de Barroso era fiel a Urbano VI. De facto, era preso, no mês de Fevereiro de 1379, como legado do papa de Roma, por homens do rei de França e do duque de Anjou e metido nos cárceres de Avinhão; e o bispo de Silves solicitava esta dignidade para Hugo de Salas, alegando que Domingos de Santiago, ao que parece estrangeiro, obedecia* scelerato Bartholomeo intruso *e pregava em seu favor* in civitate Burdegalensi ([234]). *Quanto a Pedro Lourenço Buval, bastaria recordar suas diligências, em nome do cabido, para negar obediência a D. Lourenço Vicente, sob pretexto de a reintegração no governo da diocese bracarense ter partido de Urbano VI, que para eles era antipapa. Dirigindo-se a* Petro Laurentii Bubal, canonico ecclesie Bracharensis, *por letras de 26 de Outubro de 1380, refere Clemente VII que D. Lourenço, arcebispo eleito de Trani, quando era arcebispo de Braga, conferira a paróquia de Santo Estêvão de Urgeses a Gil Martins, sacerdote da diocese de Coimbra, enquanto pendia litígio sobre ela entre Vasco Afonso, reitor da dita paróquia, e Gomes Peres, clérigo da diocese de Lisboa. Vasco Afonso apelara para o papa, do qual obtivera sentença definitiva contra ambos e sequestro da paróquia. Mas D. Lourenço mandara prender o clérigo António Lourenço, junto do qual fora feito o sequestro, apesar das sentenças de excomunhão contra os ditos clérigos, determinadas pelas letras apostólicas. Durante a prisão de António Lourenço, depois que o arcebispo fora transferido para Trani, razão por que o papa de Avinhão o considerava ilegítimo prelado de Braga, e os ditos clérigos, seus familiares, excomungados, tanto mais que D. Lourenço perseguia Vasco Afonso, que não ousava comparecer em Braga com medo do primaz, Clemente VII encarregava Pedro Lourenço Buval de todas as causas existentes entre o arcebispo e esses clérigos, com poder de anular todos os processos feitos por D. Lourenço, depois de transferido para Trani, com a declaração de que Vasco Afonso não estava obrigado a obedecer-lhe como arcebispo, após a transferência:*

> «*Dilecto filio Petro Laurentii Bubal, canonico ecclesie Bracharensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Exhibita nobis pro parte dilecti filii Valasci Alfonsi, rectoris parrochialis ecclesie sancti Stephani de Ulgeses, Bracharensis diocesis, petitio continebat quod olim causa in palatio apostolico inter ipsum et Gometium Petri, clericum Ulixbonensis diocesis, super ecclesia predicta pendente, Laurentius, electus Tranensis, tunc archiepiscopus Bra-*

([233]) Cfr. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 400.

([234]) Cfr. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 401. Quanto à prisão do arcediago de Barroso, lembro que, a 16 de Fevereiro de 1379, foram entregues dinheiros «Johanni de Belva, serventi armorum domini regis Francie et Johanni Bellini, ostiario aule domini ducis Andegavensis, pro expensis per ipsos faciendis, conducendo archidiaconum de Barroso in ecclesia Bracharensi, legatum Bartholomei, olim archiepiscopi Barensis, de Montepolio apud Avinionem, qui archidiaconus fuit positus in carceribus palatii apostolici Avinionensis ...» (AV, *Introitus et exitus*, vol. 350, fl. 51v). Este arcediago de Barroso, de nome Domingos de Santiago, estava relacionado com o patriarca de Alexandria, antes arcebispo de Braga, D. João de Cardaillac. Era ele Domingos de Santiago, arcediago de Barroso, na igreja de Braga, quem pagava parte da taxa devida pelo patriarca de Alexandria em razão do bispado de Rodez, de que era comendatário, no dia 15 de Dezembro de 1373: «Universis, etc. Petrus, etc., quod *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, patriarcha Alaxandrinus, pro parte partis sui communis servitii pro ecclesia Ruthensi in commenda sibi data*, in quo, etc., centum quinquaginta quinque florenorum auri, quatuordecim solidos, duos denarios monete Avinionensis camere necnon pro parte partis iiii.or servitiorum familiaribus, etc., viginti quinque flor. auri, viginti quinque solidos, octo den. dicte monete clericis, etc. *Item pro parte partis sui communis servitii pro ecclesia Bracharensi, cui prefuit*, in quo, etc., ducentos decem et novem flor. auri, septem solidos dicte monete dicte camere, necnon pro parte partis iiii.or servitiorum, etc., quadraginta sex flor. auri, quatuor solidos dicte monete clericis, etc., *per manus domini Dominici de Sancto Jacobo, archidiaconi de Barro[so] in ecclesia Bracharensi*, de quibus, etc. Verum, etc., usque ad festum beati Johannis Baptiste proxime venturum, etc. Ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die xb mensis Decembris. Anno lxxiii[o]» (AV, Obl. et Sol. 40, fl. 187).

charensis, Egidium Martini, presbyterum Colimbriensis diocesis, in eadem ecclesia intrusit idemque Valascus prefata ecclesia per dictum Egidium extitit spoliatus, propter que dictus Valascus eundem Egidium in eodem palatio traxit in causam et demum diffinitivam in causa huiusmodi contra prefatos Gometium et Egidium sententiam reportavit ac eandem ecclesiam auctoritate apostolica obtinuit sequestrari quodque idem electus, tunc archiepiscopus, dilectum filium Anthonium Laurentii, clericum predicte Bracharensis diocesis, penes [fl. 582v] quem dicta ecclesia sequestrata extiterat, propter sequestrationem huiusmodi capi fecit et eundem Valascum capi fecisset, si eundem potuisset habere, et deinde ad ecclesiam ipsam accedens, sexaginta libras monete currentis ibidem de bonis ipsius ecclesie, huiusmodi sequestro durante, recepit seu recipi mandavit et fecit et quod postmodum prefatus Valascus duas alias difinitivas sententias super dicta ecclesia contra eosdem Gometium et Egidium obtinuit ac super executione ipsarum apostolicas sub certa forma litteras impetravit, quarum vigore, dicti Gometius et Egidius excommunicationis sententia innodati fuerunt, quodque idem Laurentius, quem dudum a vinculo, quo ipsi Bracharensi ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolvimus et ad ecclesiam Tranensem, tunc vacantem, auctoritate apostolica duximus transferendum, eandem ecclesiam Bracharensem detinet indebite occupatam et cum eisdem Gometio et Egidio, qui sui familiares et adhuc huiusmodi sententia ligati existunt, continue participavit et participat et ipsum Valascum persequitur odio capitali, prefatum Anthonium adhuc detinens carceribus mancipatum, et quod propterea idem Valascus non est ausus in civitate vel diocesi Bracharensi comparere, quare pro parte dicti Valasci nobis fuit humiliter supplicatum ut providere ei in premissis de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur huiusmodi supplicationibus inclinati, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus omnes et singulas causas, tam civiles quam criminales, ac alias quascumque per Laurentium, Gometium et Egidium predictos contra eundem Valascum et per ipsum Valascum contra eosdem Laurentium, Gometium et Egidium motas et pendentes ac movendas imposterum, communiter vel divisim, legitimis tamen in huiusmodi pendentibus causis habitis, servatis processibus, audias et eas debito fine decidas, faciens quod decreveris auctoritate nostra firmiter observari, et nichilominus omnes et singulos processus, per dictum Laurentium tamquam Bracharensem archiepiscopum seu eius tamquam archiepiscopi Bracharensis auctoritate, postquam ipsum a predicto vinculo absolvimus ut prefertur, contra eundem Valascum factos et habitos, prout sunt, fore nullos et ipsum Valascum eidem Laurentio tamquam Bracharensi archiepiscopo, quamdiu dictam ecclesiam detinebit, in aliquo non subesse denuntiare procures. Contradictores auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendo, non obstante si eisdem Laurentio, Gometio et Egidio vel quibusvis aliis, communiter vel divisim, a sede apostolica sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Datum Avinione, vii Kalendas Novembris, anno secundo» (235).

Omitindo outras comissões feitas ao arcediago do Couto por Clemente VII, baste recordar três do primeiro ano do pontificado (com data antecipada, portanto). A primeira refere-se à colação

(235) AV, Reg. Aven. 222, fls. 582-582v, Reg. Vat. 292, fls. 209v-210. Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*, vol. I, Porto, 1945, cap. 160, p. 344, ao fazer menção dos *nomes dalgũus fidallgos assi portugueeses come castellaãos*, lembra os de *Pero Lourenço Buball que sse chamava Arçebispo de Bragaa* e *Pero Rodriguez da Fonsseca*, que passaram a Castela durante o cisma, em ajuda do monarca castelhano. Quanto à nomeação para arcebispo de Braga, cf. nota 291.

de canonicato e prebenda de Lisboa a Vasco Afonso, escolar de gramática e clérigo de Braga ([236]). *A segunda diz respeito ao canonicato e prebenda de Braga para Vasco Esteves, reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Baltar* ([237]), *e a terceira à colação do canonicato e prebenda do Porto a Martinho Fernandes, clérigo do Porto e escolar de gramática* ([238]). *Quanto ao prior da colegiada de Guimarães, o papa de Avinhão concedia-lhe o canonicato e prebenda de Lisboa* ([239]) *e dirigia-se-lhe, pelo menos em duas comissões, como a* Dilecto filio priori secularis ecclesie sancte Marie de Vimaranis, *uma a encarregá-lo de conferir o canonicato e prebenda de Coimbra a Estêvão Domingues, em consideração para com o monarca D. Fernando, e outra a mandar-lhe conferir o canonicato e prebenda do Porto a João Martins, clérigo da diocese do Porto* ([240]).

([236]) «Dilecto filio archidiacono de Couto, in ecclesia Bracharensi, salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Valascum Alfonsi, clericum Bracharensem, qui, ut asseritur, in gramaticalibus scolaris existit ... favore prosequi gratioso, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem dictum Radulphum (!) ad hoc idoneum esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, ei de canonicatu ecclesie Ulixbonensis cum plenitudine iuris canonici auctoritate nostra providere procures ... Datum Fundis, viii Kalendas Decembris, anno primo»: AV, Reg. Aven. 206, fls. 380-381.

([237]) «Dilecto filio archidiacono de Couto, in ecclesia Bracharensi. Salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Valascum Stephani, rectorem parrochialis ecclesie sancti Michaelis de Goltar Bracharensis diocesis ... favore prosequi gratioso, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem dictum Valascum, qui presbyter est, ad hoc ydoneum esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, ei de canonicatu ecclesie Bracharensis cum plenitudine iuris canonici auctoritate nostra providere procures... Datum Fundis, viii Kalendas Decembris, anno primo»: AV, Reg. Aven. 206, fl. 381v-382v.

([238]) «Dilecto filio archidiacono de Couto, in ecclesia Bracharensi. Salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Martinum Fernandi, clericum Portugalensem, qui, ut asseritur, in [fl. 392] gramaticalibus scolaris existit ... favore prosequi gratioso, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem dictum Martinum ad hoc ydoneum esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, ei de canonicatu ecclesie Portugalensis cum plenitudine iuris canonici auctoritate nostra providere procures ... Datum Fundis, viii Kalendas Decembris, anno primo»: AV, Reg. Aven. 206, fl. 391-392.

([239]) «Dilecto filio Gondissalvo Valasci, canonico Ulixbonensi, licentiato in decretis. Salutem, etc. Litterarum scientia ... Volentes itaque tibi qui in presbyteratus ordine constitutus existis, premissorum meritorum tuorum intuitu gratiam facere specialem, canonicatum ecclesie Ulixbonensis cum plenitudine iuris canonici apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus ... Seu quod canonicatum et prebendam Bracharensis et prioratum secularis et collegiate sancte Marie de Vimaranis Bracharensis diocesis ecclesiarum ... nosceris obtinere ... Datum Fundis, x Kalendas Decembris, anno primo. In eodem modo dilectis filiis archidiacono de Penella Colimbriensis et Gometio Fernandi Visensis ac Alvaro Stephani Bracharensis canonicis ecclesiarum ...»: AV, Reg. Aven. 206, fl. 43-43v. Publ. em *Monumenta Portug. Vaticana*, II, Introdução, nota 158. Cf. *loc. cit.*, notas 156-157.

([240]) «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio priori secularis ecclesie sancte Marie de Vimaranis Bracharensis diocesis, salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Stephanum Dominici, rectorem parrochialis ecclesie de Almaraz Zamorensis diocesis, qui in presbyteratus ordine constitutus existit ... necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, Portugalie regis illustris, pro ipso Stephano, dilecto suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, favoribus prosequi gratiosis, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem ipsum Stephanum ad hoc ydoneum esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, ei de canonicatu ecclesie Colimbriensis cum plenitudine iuris canonici auctoritate nostra providere procures ... Datum Fundis, xvi Kalendas Decembris, pontificatus nostri anno primo»: AV, Reg. Aven. 206, fl. 442-442v. «Dilecto filio priori de Guimeranis Bracharensis diocesis, salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Johannem Martini, clericum Portugalensis diocesis ... necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, pro ipso Johanne dilecto suo nobis super hoc humiliter supplicantis, favore prosequi gratioso, discretioni vestre (!) per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examina-

Igualmente o bispo da cidade da Virgem devia seguir Clemente VII, o qual também o encarregava de conferir o canonicato e prebenda de Braga a Vasco Gonçalves (241). *O mesmo se diga do bispo de Viseu, a quem o papa de Avinhão mandava conferir o canonicato e prebenda de Coimbra a Afonso Lourenço, porcionário da igreja de Santa Justa de Coimbra, e uma porção em Braga a Fernando Anes. A 7 de Junho de 1380, Clemente VII encarregava-o a ele, bispo de Viseu, e ao abade de Alcobaça de estudarem a criação da arquidiocese de Lisboa e de novas catedrais em Portugal* (242). *Aliás, ainda antes de el-rei D. Fernando aderir à obediência de Clemente VII,*

---

tionem dictum Johannem ad hoc ydoneum esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, ei de canonicatu ecclesie Portugalensis cum plenitudine iuris canonici auctoritate nostra providere procures ... Datum Fundis, xvi Kalendas Decembris, pontificatus nostri anno primo»: AV, Reg. Aven 206, f. 446-447. — D. Gonçalo Vasques tinha sido apresentado como prior da colegiada de Guimarães ao arcebispo de Braga por D. Fernando, a 23 de Maio de 1373, sendo denominado Gonçalo Vasques, licenciado em degredos (ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fl. 123v). Era pai de João Gonçalves da Teixeira, escrivão da puridade, conforme documento de 6 de Janeiro de 1374 (*Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fls. 158-158v). O monarca D. Fernando tinha intervindo na questão entre ele e o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, e vigários deste, os quais estavam proibidos de entrar em Guimarães depois de escaramuça havida entre o prior Gonçalo Vasques e alguns homens do arcebispo, conforme documento régio de 18 de Março de 1383, a levantar o *degredo*, em favor de Gomes Fernandes, vigário geral do arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente: «Dom Fernando ... graça e merçee a Gomez Fernandez, vigairo do arçebispo de Bragaa, alçamoslhe o degradamento que lhe per nos foi posto que nom enterssa em Guimaraaes e em seu termho o dicto arcebispo e os seus vigairos per rrazom do aRosido que foy ffecto no dicto logo de Guimaraaes antre G.º Vaasquez, priol que dhi e, e algũus homens do dicto arçebispo. Porem vos mandamos que nom prendades nem lhe façades outro nenhũu desguisado, por que nos lhe alçamos o dicto degredo, como dicto he; unde al nom façades. Dante em Rio Mayor, dezoyto dias de Março. El Rei o mandou per Lourenço Anes, seu vasallo e chançeler. Afomso Perez a fez. Era de mil e iiii.c e xxi anos» (ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fl. 55v).

(241) «Venerabili fratri episcopo Portugalensi, salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Valascum Gundissalvi, clericum Bracharensis diocesis ... necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, pro ipso Valasco, dilecto suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, favoribus prosequi gratiosis, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem ipsum Valascum ad hoc ydoneum esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, ei de canonicatu ecclesie Bracharensis cum plenitudine iuris canonici auctoritate nostra providere procures ... Datum Fundis, xvi Kalendas Decembris, anno primo»: AV, Reg. Aven. 206, fls. 421-421v. — Trata-se de D. João, nomeado depois da eleição de D. Lourenço Vicente, futuro arcebispo de Braga, que fora eleito bispo do Porto pelo respectivo cabido, nos fins de 1372 ou princípios de 1373, pois el-rei D. Fernando, em carta de 23 de Março de 1373, refere-se a essa eleição de D. Lourenço Vicente, seu clérigo e vedor da sua fazenda. Cf. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, II, pp. 177-178. A esse D. João, bispo do Porto, se referem documentos da câmara apostólica, a partir dos princípios de 1374. No dia 14 de Fevereiro de 1374, era-lhe prorrogada a data para pagar a taxa da respectiva promoção: «Episcopi Portugalensis. Universis, etc. Petrus, etc., quod intellecta, etc. *pro parte reverendi in Christo patris domini Johannis, episcopi Portugalensis*, coram nobis, etc., quas ratione sui communis servitii et iiii.or servitiorum, etc., usque ad duodecimam diem mensis Maii proxime ventur., terminum, etc. Ita tamen, etc. Insuper, etc. Secum, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die xiiii mensis Februarii, anno lxxiiii.to» (AV, Obl. et Sol. 40, fl. 198v). A 29 de Novembro de 1375, pagava parte da taxa e era-lhe prorrogado o prazo para o pagamento do resto: «Episcopi Portugalensis. Universis, etc. Petrus, etc., quod *reverendus in Christo pater dominus Johannes, episcopus Portugalensis*, pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., ducentos saxaginta flor. auri de camera ipsi camere necnon pro parte partis quatuor servitiorum quadraginta flor. auri clericis, etc., per manus providorum virorum Julliani Rocelli et Guidonis de Cavalcantibus et sociorum suorum die date presentium solvi fecit. De quibus, etc. Verum, etc., usque ad festum Pasce Domini proxime futurum, etc. Ita tamen, etc. Insuper, etc. Secum, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die xxix mensis Novembris. Anno lxxb» (AV, Obl. et Sol. 41, fl. 194v). A 21 de Abril de 1383, el-rei D. Fernando fazia graça e mercê a Fernão Anes, filho do bispo do Porto, morador na dita cidade (ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fl. 57v).

(242) «Venerabili fratri episcopo Visensi. Salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Alfonsum Laurentii, perpetuum portionarium in parrochiali ecclesia sancte Juste Colimbriensis

este encarregava os bispos de Coimbra e de Viseu de receberem o juramento de fidelidade do bispo de Lisboa e de Silves. Há notícia, em 29 de Março de 1379, sobre dinheiros pagos pelo bispo de Viseu, D. João, à câmara apostólica de Avinhão (243). *Quanto ao bispo da Guarda, são bem conhecidas sua devoção e total submissão a Clemente VII. Também ele recebeu logo comissões do papa de Avinhão, por exemplo a de conferir o canonicato e prebenda de Lisboa a João Gonçalves. A 19 de Março de 1381, Clemente VII, depois de atender pedido de el-rei D. Fernando, por bula de 19 de Março do mesmo ano, sobre o levantamento do interdito da cidade do Porto e sobre a absolvição de outras penas, incumbia o bispo da Guarda de inquirir se a jurisdição temporal da cidade pertencia à coroa ou à Igreja, para comunicar o resultado ao papa* (244).

... necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, pro dicto Alfonso, dilecto suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, favore prosequi gratioso, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem dictum Alfonsum ad hoc idoneum esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, ei de canonicatu ecclesie Colimbriensis cum plenitudine iuris canonici auctoritate nostra providere procures ... Datum Fundis, xvi Kalendas Decembris, pontificatus nostri anno primo»: AV, Reg. Aven. 206, fls. 440-440v. Bula sobre a colação de porção na igreja de Braga a Fernando Anes, em AV, Reg. Aven. 213, fls. 409-409v. Letras sobre a futura criação da arquidiocese de Lisboa e de novas dioceses em Portugal, em AV, Reg. Aven. 224, fl. 412, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956), docum. VI, pp. 188-189. Outras comissões ao bispo de Viseu em AV, Reg. Aven. 221, fls. 243, 249v. O bispo de Viseu andou envolvido nos negócios do cisma por incumbências de el-rei D. Fernando, como se viu (cf. nota 150). Trata-se de D. João, que se não deve confundir com D. João Peres, nomeado em 1385 (cf. nota 290). A 11 de Maio de 1375, pagava parte da taxa devida pela sua promoção e era-lhe prorrogado o prazo para o pagamento do resto: «Episcopi Visensis. Universis, etc. Petrus, etc. Ad universitatem, etc., quod *reverendus in Christo pater dominus Johannes, episcopus Visensis, in Portugalia*, pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., quadringentos quinquaginta flor. auri de camera, decem solidos monete Avinionensis predicte camere, necnon pro parte partis quatuor servitiorum familiaribus, etc., septuaginta unum flor. auri, duodecim solidos dicte monete clericis, etc. recipientibus [per manus] Bertholomei Bertolini et sociorum mercatorum de Luca die date presentium solvi fecit. De quibus, etc. Verum, etc., usque ad festum Nativitatis Domini proxime futurum, terminum, etc. Ita tamen, etc. Insuper, etc. Secum, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, xi.ª mensis Maii, anno lxxb» (AV, Obl. et Sol. 41, fl. 120v). A 10 de Outubro de 1382, el-rei D. Fernando apresentava ao *Reverendo in Christo patri ac domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, vel eius vicario generali*, certo clérigo para reitor da igreja de S. Miguel de Mamouros (ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fl. 20). Cf. nota 222.

(243) AV, Reg. Vat. 291, fl. 412, AV, *Introitus et Exitus*, vol. 351, fl. 11. Cf. notas 222 e 271j.

(244) «Venerabili fratri .. episcopo Egitaniensi. Salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Johannem Gundissalvi, clericum Ulixbonensis diocesis, apud nos de nobilitate generis ac huiusmodi indiciis aliisque virtutum meritis multipliciter commendatum, necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, Portugalie regis illustris, pro ipso Johanne, dilecto familiari suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, favoribus prosequi gratiosis, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem dictum Johannem, qui ut asseritur in octavo etatis anno constitutus existit, ad hoc alias ydoneum esse repereris, super quo tuam conscientiam oneramus, eidem Johanni de canonicatu ecclesie Ulixbonensis, cum plenitudine iuris canonici auctoritate nostra providere procures ... Datum Fundis, xvi Kalendas Decembris, pontificatus nostri anno primo»: AV, Reg. Aven. 206, fls. 412-412v. Bulas sobre o interdito da cidade do Porto e inquirição relativa à jurisdição da cidade, em AV, Reg. Aven. 226, fls. 228v-229. Trata-se do famoso D. Afonso Correia que em 1379 estivera em Castela a tratar da declaração de nulidade do casamento da filha do monarca D. Fernando, Dona Isabel, com D. Afonso de Noronha, filho de el-rei D. Henrique, e em Maio de 1380 a tratar do casamento de Dona Beatriz com o Infante D. Henrique de Castela. Cf. nota 191. Em 1383 esteve presente ao casamento da dita Dona Beatriz com el-rei de Castela, no qual intervieram o cardeal Pedro de Luna e outros. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CCCLXXXI-CCCLXXXV. No dia 10 de Outubro de 1364, comprometia-se a pagar a taxa da sua promoção a bispo da Guarda: «Eodem die et anno, indictione, pontificatu, ut supra [decima mensis Octobris lxiiii°] dominus Alfonsus, episcopus Egitaniensis, promisit pro suo communi servitio camere apostolice et collegio iiii.c flor. auri et v servitia, solvendo ut supra. Juravit, etc. Item recognovit idem dominus episcopus camere apostolice illa que scripta sunt in precedenti folio, solvendo, etc.» (AV. Obl. et sol. 36, fl. 127). A 31

Há notícias da presença de D. Afonso Correia e de seus vigários gerais em Viseu desde 1365 até aos primeiros meses de 1384 ([244a]), *quando passou a seguir o partido de Castela. O bispo de Coimbra, pelo que fica dito, afinava pelo mesmo diapasão. Assim, do episcopado português, fica-nos apenas o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, como fiel sequaz de Urbano VI, mesmo enquanto D. Fernando, rei de Portugal, e o reino obedeciam ao papa de Avinhão. E facto singular: o monarca, entretanto, não tomou medida alguma contra o primaz, por esse motivo, ao menos claramente. Ao contrário, parece ter mantido boas relações com o arcebispo, durante esse período. Como veremos, Clemente VII, ao princípio, ou seja, pouco depois de o monarca português lhe ter declarado obediência, ainda pensou atrair o arcebispo a si e tomou*

---

de Outubro de 1365, pagava parte da taxa, devida pela sua promoção a bispo da Guarda, e obtinha a prorrogação do prazo para o pagamento do resto: «Universis, etc. Arnaldus, etc. Ad universitatis, etc., quod *reverendus pater dominus Alfonsus, episcopus Egitaniensis,* pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., octuaginta flor. auri camere apostolice necnon pro parte partis iiii.or servitiorum, etc., viginti floren. auri clericis camere apostolice, etc., per manus Guillielmi Insardi, familiaris domini cardinalis Morinensis, die date presentium solvi fecit. De quibus, etc. Verum, intellecta mole gravaminum, etc., eidem domino episcopo dilationem usque ad festum Assumptionis beate Marie proxime venturum ducimus prorogandum. Ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die ultima Octobris, anno lxb°» (AV, Obl. et sol. 37, fl. 132v). Obteve prorrogações idênticas a 17 de Agosto e 9 de Setembro de 1366: «Episcopi Egitaniensis. Universis, etc. Ad universitatis, etc., quod intellecta mole gravaminum pro parte *reverendi patris domini Alfonsi, episcopi Egitaniensis,* nobis exposita, etc., eidem domino episcopo terminum usque ad duos menses proxime venturos duximus prorogandum. Ita tamen, etc., Insuper, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die xbii augusti anno lxbi ... Episcopi Egitaniensis. Universis, etc. Arnaldus, etc. Ad universitatis, etc., quod *reverendus pater dominus Alfonsus, episcopus Egitaniensis,* pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., octuaginta florenorum auri camere apostolice necnon pro parte partis iiii.or servitiorum, etc., viginti florenorum auri per manus domini Dominici Petri, die date presentium, solvi fecit. De quibus, etc. Verum, intellecta mole gravaminum, etc., eidem domino episcopo terminum usque ad festum Purificationis beate Marie Virginis proxime venturum duximus prorogandum. Ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die nona mensis Septembris, anno sexagesimo sexto» (AV, Obl. et Sol. 37, fls. 189v, 190v). A 28 de Abril de 1368, pagava o resto da taxa do seu predecessor D. Vasco por meio de Domingos Peres: «Episcopi Egitaniensis. Universis, etc. Arnaldus, etc., quod *reverendus in Christo pater dominus Alfonsus, episcopus Egitaniensis,* pro complemento communis servitii domini Valasci, predecessoris sui, in dicta ecclesia Egitaniensi, qui quadraginta octo floren. et pro complemento iiii. or servitiorum, xiii flor. auri et unum solidum et viii den. monete Avinionensis recipien. per manus Dominici Petri, canonici Elborensis, die date presentium solvi fecit, de quibus, etc. Insuper, etc. Secum, etc. Datum Rome, die xxbiii mensis Aprilis. Anno lxbiii°» (AV, Obl. et Sol. 38, fl. 93). Viveu exilado em Castela até à morte. Foi transferido pelo papa Clemente VII para a sé de Segóvia em 1394 e a 12 de Dezembro deste ano comprometia-se a pagar a respectiva taxa por meio de Garcia Afonso, arcediago de Alva, e de Filipe de Andestre, cónego de Sevilha e arcediago de Plasença: «Anno, etc., xciiii. Anno quo supra et die xii mensis decembris, in domo domini camerarii, coram ipso, presentibus dominis Petro Bonerii et Johanne de Vernha ac Johanne Meianesio et aliis multis, dominus Alfonsus olim Egitaniensis, nunc vero Segobiensis episcopus et ad ecclesiam Segobiensem translatus, promisit camere et collegio pro suo communi servitio per venerabiles viros dominos Garciam Alfonsi, archidiaconum de Alva in ecclesia Salamantina, et Philipum de Andestre, canonicum Ispalensem et archidiaconum Placentinum, procuratores suos, ad hoc legitime constitutos, videlicet mille trecentos et viginti flor. auri de camera et quinque servitia consueta ...» (AV, Obl. et Sol. 49, fl. 110).

([244a]) A 9 de Abril de 1365, o prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, D. Afonso, dirigia carta a D. Afonso Correia, bispo da Guarda, apresentando-lhe como reitor da igreja de S. Miguel da aldeia de Martinchel a Vasco Esteves, clérigo da diocese de Coimbra: «Reverendo in Christo patri ac domino domino Alffonso, Dei et apostolica providentia Egitaniensi episcopo, Alffonsus, eadem gratia prior, et conventus monasterii sancte Crucis Colimbriensis, ordinis sancti Augustini, ad Romanam ecclesiam nullo medio pertinentis, cum sui recommendatione, se promtos (!) ad eius beneplacita, que sint grata. Ad parrochialem nostram ecclesiam sancti Michaelis nostre aldeole que dicitur Martinchel, vestre diocesis, vacantem ad presens per provisionem factam Egídio Martini, ultimo et immediate rrectori eiusdem, de ecclesia parrochiali sancti Jacobi loci de Fornis Visensis diocesis, cuius quidem ecclesie sancti Michaelis

atitudes em que o tinha como súbdito seu, até que, perante o não acatamento das suas ordens por parte de D. Lourenço, tentou privá-lo do governo da arquidiocese, transferindo-o para a sé de Trani, na segunda metade de 1380, e proibindo-o de governar a sé primaz de Braga.

A 12 de Janeiro de 1380 (talvez ainda não se tivesse pronunciado el-rei pelo papa de Avinhão), D. Lourenço, desde Maceira, onde se encontrava quando chegou a Braga a notícia da declaração régia, a favor de Clemente VII, mandava passar carta de instituição canónica a Gonçale Anes, escollar em lex, do dicto nosso arçebispado e terçanario da dicta nossa eigreia de Braguaa, *como reitor da igreja de S. João de Braga, após apresentação* per os honrrados barões dom Stevam Perez, dayam, e cabidoo da dicta nossa egreia de Braguaa per Joham Lourenço, seu procurador deles soficiente e abastoso pera elo (245). *A 24 de Janeiro de 1380, reunia-se o cabido, com a presença de* Affonso Martinz, meestrescola, Gil Perez, arcediagoo do Couto, Rodrigo Alvares, arçediagoo de Nevha, Pº Lourenço, Vaasco Perez, Gonçalo

---

veri patoni existimus in solidum et in possessione presentandi ad eandem, Valascum Stephani, clericum Colimbriensis diocesis, familiarem nostrum, vobis tenore presentium presentamus. Supplicantes vobis quatenus dictum Valascum Stephani in rrectorem dicte ecclesie sancti Michaelis dignemini instituere et in literis institutionis, quas sibi dederitis, fiat mentio quod ad nostram presentationem ipsum instituitis (!) in eadem. In quorum testimonium has nostras presentationis litteras dicto Valasco Stephani dedimus, nostrorum sigillorum munimine roboratas. Datum in dicto nostro monasterio, nona die mensis Aprilis de Era millesima quatuorcentesima tertia «(ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 18, cota antiga: armário 33, maço 1, n. 8, com dois selos pendentes do prior e do convento do mosteiro). A 25 de Setembro de 1381, D. Afonso Correia, bispo da Guarda, comunicava aos paroquianos da igreja de S. Miguel de Martinchel ter instituído pároco da sua igreja a Mateus Gonçalves, após apresentação do prior e do convento do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: «Alffonsus, Dei et apostolice sedis miseraçione Egitaniensis episcopus. Universís et singullis parochianis parrochialis ecclesie sancti Micaelis de Martinchel ... Noveritis quod, vacante dicta ecclesia per mortem Antonii Gerardi, qui ultimus et inmediatus eiusdem fuit et extitit rrector, ad pressentacionem prioris et conventus monasterii sancte Crucis Colimbriensis diocesis, ad quos presentatio dicte ecclesie in solidum spectat, confirmamus ac etiam instituimus in rrectorem dicte ecclesie Matheum Gonssalvi de Bretheande ipsumque per birreti nostri appositionem investivimus presentialiter de eadem... Datum in Abrantes, vicesima quinta die septembris, anno Domini millesimo trecentesimo optuagesimo primo. Episcopus» (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 17, cota antiga: armário 33, maço 1, n. 9). A 31 de Janeiro de 1384, o prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e seu convento enviavam carta ao bispo da Guarda, D. Afonso Correia, a apresentar-lhe como reitor da igreja de S. Miguel de Martinchel a João Lourenço, clérigo originário ou oriundo de Leiria: «Reverendo in Christo patri ac domino domino Alfonso, Dei et apostolica providentia Egitaniensi episcopo, et eius vicariis seu commissariis, ad quos sseu ad quem presentes littere pervenerint. Valascus eadem gratia prior et conventus monasterii sancte Crucis Colimbriensis ordinis sancti Augustini, ad Romanam ecclesiam nullo medio pertinentis, cum sui rrecomendatione, se promtos (!) ad eius beneplacita, que sint grata, et eius vicariis commissariis. Salutem in Domino. Ad parrochialem nostram ecclesiam sancti Michaelis nostre aldeole, que dicitur Martinchel, vestre diocesis, vacantem ad presens per collationem factam Laurentio Alffonsi, ultimo et immediato rrectori eiusdem, de quadam perpetua vicaria parrochialis ecclesie sancte Marie da Devesa Castri Vitis vestre diocesis. Cuius quidem ecclesie sancti Michaelis veri patroni existimus in solidum et in possessione presentandi ad eandem, Johannem Laurentii, clericum oriundum de Lerena, ffamiliarem nostrum, vobis tenore presentium presentamus. Supplicantes vobis quatenus dictum Johannem Laurentii in rrectorem dicte ecclesie sancti Michaelis dignemini instituere et in litteris institutionis, quas sibi dederitis, ffiat mentio quod ad nostram presentationem ipsum institues in eandem; in quorum testimonium has nostras presentationis litteras dicto Johanni Laurentii dedimus, nostrorum sigillorum munimine rroboratas. Datum in dicto nostro monasterio, ultima die mensis Januarii de Era milesima iiii.ᶜ vicessima secunda, Valascus, prior» (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 17, cota antiga: armário 33, maço 1, n. 10, com dois selos pendentes do prior e do convento).

(245) ADB, *Gaveta 1.ª das igrejas*, n. 112.

Afonso, Martim Veettez, Pero Bermer, Joham Diaz, Alvaro Stevez, Diego Alvarez, Pero Beltram, Françisco Lourenço, Lourenço Perez, Meendo Affonso, coonigos na see de Bragaa. *Aí foi lido o seguinte documento, de 21 de Janeiro de 1380, do deão Estêvão Peres: «Era de mil quatrocentos dezoito annos, viinte hũu dias de Janeiro, os honrrados dom Stevam Perez, dayam, e cabidoo da igreia de Bragaa mandarom ao arcediago de Nevha e a Lourenço Alvarez, coonigos na dicta egreia, que tomassem conta e rrecadaçom a Diego Alvarez, coonigo da dicta egreia, dos dinheiros que o dicto Diego Alvarez rreçebeu e rrecadou do dayado e rrendas del per rrazom da divida que deviia o dicto dayam aa capela do arcebispo dom Gonçalo...»* (246). *A data deste documento é a mesma da procuração do cabido a Pedro Lourenço Buval, para intimar ao vigário do arcebispo não exercesse tal ofício, visto el-rei D. Fernando ter declarado obediência ao papa de Avinhão. Está o facto a mostrar como, enquanto todos aqueles membros do cabido abraçavam a obediência de Clemente VII, o arcebispo D. Lourenço estava do outro lado, sem reclamações públicas da parte de el-rei, repito. Vou indicar alguns exemplos.*

Desde Vimieiro, lugar da diocese de Évora (um indício de o arcebispo primaz ter participado, em Évora, na reunião, em que el-rei se pronunciou por Clemente VII?), D. Lourenço, com licença do prelado do lugar, passava, a 3 de Março de 1380, carta em latim, a instituir reitor da igreja de Santo André de Telões ao chanceler da rainha Dona Leonor, Martinho Afonso Brandão, a qual era lida, no dia 15 de Março de 1380, em Stremoz, a par dos paaços do bispo dEvora, *pelo chanceler do arcebispo* (247). *A 3 de Novembro de 1380,* dentro na egreia de Santyago de Muça, *foi mostrada* hũa carta de confirmaçom, escripta em papel, seellada nas costas do seello de dom Lourenço, arcebispo de Bragaa, e suescripta do nome do dicto arçebispo, a qual carta era scripta em latim, *bem como outra dada na igreja de S. Tiago de Antas, a dois de Novembro de 1380, de* Dom Lourenço, pella graça de Deus e da sancta egreia de Roma arçebispo da sancta egreia de Bragaa e primas, *mandando aos clérigos, aos quais fosse mostrada,* que chegedes aa igreia de Muça do dicto noso arçebispado e metades em posse corporal seu quasy da dicta eigreia, fructos e novos, rrendas e dereitos della, Vaasco Dominguez, em esta outra parte desta carta escripto, ou seu procurador (248).

Documento de 11 de Julho de 1380 atesta que D. Lourenço, arcebispo de Bragaa e primas, *estava em plena actividade no arcebispado. Tinha feito visita ao prior e monges do mosteiro de S. João de Arnóia. E, porque não cumpriam quanto determinara na visita, declarava-os excomungados* (249). *Mais esclarecedora ainda bula de 28 de Maio de 1381, do papa de Avinhão, a favor de Gonçalo Vasques, prior da colegiada de Guimarães, e outros clérigos, contra os quais D. Lourenço movia processo, apesar de Clemente VII o ter transferido para a sé de Trani, embora contra sua vontade. Por ela, determinava o papa ficasse encarregado das causas respectivas Pedro Lourenço Buval, cónego de Braga, de forma que ninguém obedecesse a D. Lourenço, como arcebispo* (250).

---

(246) ADB, *Colecção cronológica,* caixa 18.

(247) ADB, *Colecção cronológica,* caixa 18.

(248) ADB, *Gaveta de religiões e mosteiros,* n. 42.

(249) ADB, *Gaveta de religiões e mosteiros,* n. 42.

(250) AV, Reg. Vat. 293, fl. 10v: «Ad futuram rei memoriam. Iustis petentium desideriis libenter annuimus eaque favore prosequimur opportuno. Sane, licet dudum Laurentium episcopum, olim archiepiscopum Bracharensem, in archiepiscopum Tranensem electum, a vinculo, quo Bracharensi ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, quamvis invitum, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes, ipsum ad Tranensem ecclesiam, tunc vacantem, auctoritate apostolica de eorumdem fratrum consilio transtulerimus, preficiendo eum eidem Tranensi ecclesie in archiepiscopum et pastorem, tamen postmodum, sicut exhibita nobis nuper pro parte dilectorum filiorum Gundissalvi Valasci, prioris, Valasci Martini, canonici,

Como se viu, Clemente VII, por bula de 26 de Outubro de 1380, encarregava Pedro Lourenço Buval de todas as causas pendentes entre dois familiares do arcebispo e Vasco Afonso, reitor da igreja paroquial de Santo Estêvão de Urgeses. A este mandava não lhe obedecesse como prelado de Braga e anulava todos os processos do mesmo, relativos ao assunto, depois da transferência de D. Lourenço para a sé de Trani (251). *Noutra bula de 3 de Outubro de 1380, dirigida a Vasco Gil, cónego de Braga, o qual tomara parte no inquérito dos visitadores D. Pedro Tenório, então bispo de Coimbra, D. Martinho, bispo de Silves, e Vasco Domingues, chantre de Braga, como testemunha contra o arcebispo primaz, e empreendera viagem à Cúria papal, para prosseguir a causa, após a suspensão do arcebispo pelos visitadores, diz Clemente VII que D. Lourenço presumia ou ousava reter a sé de Braga, onde continuava a residir e a tomar decisões contra o suplicante, apesar da transferência para Trani. Termina por estabelecer que o dito Vasco Gil em nada obedeça a D. Lourenço, enquanto este presumir manter a posse da igreja de Braga:*

> «*Dilecto filio Valasco Egidii, canonico Bracharensi. Salutem, etc. Pravorum est nequitiis resistendum, ne de suis valeant malitiis gloriari. Accepimus siquidem quod olim, cum venerabiles fratres nostri Petrus, archiepiscopus Toletanus, tunc Colimbriensis, et Martinus Ulixboñ, tunc Silvensis episcopi, et dilectus filius Valascus, cantor ecclesie Bracharensis, visitatores super hoc auctoritate apostolica deputati, contra Laurentium, episcopum, olim archiepiscopum Bracharensem, in archiepiscopum Tranensem electum, in diocesi Bracharensi moram trahentem, quem nuper a vinculo, quo Bracharensi ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolvimus et ad ecclesiam Tranensem, tunc vacantem, duximus auctoritate apostolica transferendum, preficiendo eum dicte ecclesie Tranensi in archiepiscopum et pastorem, super nonnullis criminibus et excessibus per eum, ut dicebatur, commissis inquirerent, tu in huiusmodi* [*fl. 539*] *inquisitionis negotio de mandato dictorum visitatorum medio iura-*

---

et capituli secularis ecclesie Vimaranensis, Johannis Stephani, prioris prioratus de Ulvaria, ordinis sancti Augustini, Alfonsi Girardi, rectoris parrochialis ecclesie sancti Martini de Fareya, et Stephani Fernandi, clerici Bracharensis diocesis, petitio continebat quod Laurentius, absolutionis et translationis huiusmodi non ignarus ac eandem ecclesiam Bracharensem temeritate propria detinens, tanquam archiepiscopus Bracharensis, contra eosdem priorem, canonicum et capitulum, rectorem et clericum communiter et divisim nonnullos processus fecit, per quos ipsis et eorum cuilibet plures et graves iniurias et molestias irrogavit, in ipsorum dampnum non modicum et gravamen. Quare pro parte ipsorum prioris, canonici, capituli, rectoris et clerici nobis fuit humiliter supplicatum ut providere eis in premissis de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque huiusmodi supplicationibus inclinati, tenore presentium, declaramus prefatos priores (!), canonicum, capitulum, rectorem et clericum eidem Laurentio tamquam archiepiscopo Bracharensi a tempore absolutionis huiusmodi non fuisse nec esse subiectos ac omnes et singulos processus predictos, prout sunt, necnon quoscunque alios, quos per eundem Laurentium tamquam archiepiscopum Bracharensem seu eius tamquam Bracharensis archiepiscopi nomine, quamdiu eandem Bracharensem ecclesiam occupabit, contra eos aut aliquem eorumdem fieri contigerit, fore irritos et inanes, statuentes et etiam ordinantes quod, durante occupatione huiusmodi, dilectus filius Petrus Laurentii Bubal, canonicus Bracharensis, omnes et singulas causas tam civiles quam criminales per quascunque personas contra eosdem priorem, canonicum, capitulum, rectorem et clericum communiter vel divisim et per ipsos priores (!), canonicum, capitulum, rectorem, clericum coniunctim vel separatim contra personas quaslibet civitatis et diocesis Bracharensis movendas imposterum audiat et debito fine decidat et faciat quod decreverit auctoritate nostra firmiter observari; decernimus insuper prefatum Laurentium electum nullam aut nullum tamquam archiepiscopum Bracharensem eadem occupatione durante posse in eundem Petrum Laurentii iurisdictionem, potestatem aut dominium exercere. Nulli ergo, etc., nostre declarationis, statuti, ordinationis, constitutionis infringere, etc. Datum Avinione, v Kalendas Junii, pontificatus nostri anno tertio».

(251) Cf. nota 235.

mento examinatus, illam quam scivisti, contra eundem Laurentium, tunc archiepiscopum, deposuisti veritatem, ac postmodum, cum idem Laurentius, tunc archiepiscopus, ob huiusmodi crimina et excessus fuisset per visitatores eosdem ab ipsius ecclesie Bracharensis administratione suspensus, ad prosequendum negotium huiusmodi contra eum, tunc archiepiscopum, ad Romanam Curiam accessisti et negotium ipsum ibidem fuisti, prout potuisti, prosecutus, propter que de mandato ipsius Laurentii, tunc archiepiscopi, extitisti graviter vulneratus, idemque Laurentius, qui ecclesiam Bracharensem dampnabiliter detinere presumit, te persecutus fuit et persequitur odio capitali ac tamquam archiepiscopus Bracharensis te multipliciter molestare conatur.

Nos igitur volentes huiusmodi dicti Laurentii temeritatibus obviare, tibi districtius inhibemus ne eidem electo, quamdiu ecclesiam Bracharensem predictam detinere presumpserit, in aliquo obedire, parere vel intendere quoquo modo presumas. Nulli ergo, etc., nostre inhibitionis infringere, etc. Datum Avinione, v Nonas Octobris, anno secundo» (252).

Infere-se destas letras que, enquanto D. Lourenço tratava, em Roma, de obter a restituição do governo da arquidiocese, em Avinhão procuravam os adversários alcançar a confirmação da sentença dos visitadores, de forma a impedir-lhe a restituição do governo, mas sem êxito, como se viu. Em bula de Clemente VII, de 15 de Setembro de 1380, dirigida ao abade do mosteiro de S. Salvador da Torre, com determinações a favor do sobredito Vasco Gil, encarregado de levar o processo dos visitadores à Cúria pontifícia, temos provas de que el-rei D. Fernando também entrou no processo contra o arcebispo, embora, depois, lhe desse protecção, ao menos indirectamente, com as disposições relativas à publicação das letras do papa Urbano VI sobre a reintegração no arcebispado. O cabido tinha prometido a Vasco Gil a faculdade de usufruir os proventos do canonicato de Braga, como se residisse pessoalmente nele, durante a ausência, e fora-lhe destinada pelos visitadores certa quantia de dinheiro, pertencente a D. Lourenço, arcebispo. Enquanto prosseguia o negócio na Cúria, fora despojado de alguns bens e D. Fernando, por cujo mandato lhe tinha sido outorgada a dita quantia, proibira a entrega ao dito cónego dos proventos da igreja paroquial de S. João de Coucieiro e prescrevera-lhe prestasse contas do dinheiro a D. Martinho, então bispo de Silves, o qual diminuira as despesas e prejuízos do cónego ao mínimo. O cabido de Braga recusara-lhe também os proventos do canonicato:

«Dilecto filio abbati monasterii sancti Salvatoris de Turre, Tudensis diocesis. Salutem, etc. Exhibita nobis pro parte dilecti filii Valasci Egidii, canonici Bracharensis, petitio continebat quod olim felicis recordationis Gregorius, papa xi., predecessor noster, venerabili fratri nostro Petro, archiepiscopo Tholetano, tunc episcopo Colimbriensi, et dilecto filio Valasco Dominici, cantori ecclesie Bracharensis, per suas litteras commisit et mandavit ut Bracharensem, Portugallensem, Colimbriensem, Ulixbonensem, Elborensem, Silvensem, Lamacensem, Visensem et Egitaniensem necnon omnes et singulas collegiatas et parrochiales ecclesias ac prelatos et capitula ac alias personas ecclesiasticas Bracharensis, Portugalensis, Colimbriensis, Ulixbonensis, Elborensis, Silvensis, Lamacensis, Visensis et Egitaniensis civitatum et diocesum, cuiuscumque dignitatis, status vel conditionis existerent, tam in capitibus quam in membris, auctoritate apostolica personaliter visitarent et si quos, per summariam informationem, reperirent labe incontinentie fore repersos aut ea publice diffamatos, etiam si pontificali dignitate fulgerent, ad suspensionem ab administratione pontificalium et aliorum beneficiorum ecclesiasticorum, que obtinerent, eadem auctoritate

(252) AV, Reg. Aven. 222, fls. 538v-539.

procederent, concedens eisdem archiepiscopo, tunc episcopo, et cantori eligendi, assumend et associandi sibi auctoritate predicta tertium collegam, ad hoc ydoneum, qui in premissis omnibus et singulis una cum eis procedere valeret et predicta per omnia potestate fungeretur, plenam et liberam potestatem et subsequenter prefati archiepiscopus, tunc episcopus, et Valascus cantor ac venerabilis frater noster Martinus Ulixbonensis, tunc Silvensis episcopus, quem idem archiepiscopus, tunc episcopus, et cantor sibi in collegam huiusmodi assumpserant, predictarum litterarum vigore, venerabilem fratrem nostrum Laurentium, episcopum, in archiepiscopum Tranensem electum, tunc archiepiscopum Bracharensem, personaliter visitarunt et quia ipsum ad hoc legitime evocatum reppererunt fuisse et [*fl. 665v*] *esse huiusmodi labe repersum, eum ab administratione spiritualium et temporalium predicte Bracharensis ecclesie suspenderunt prefatoque canonico postmodum mandarunt ut eorum processum huiusmodi ad Romanam Curiam portaret et illum prosequeretur in ea, promittentes eidem quod de suo labore sibi satisfieri procurarent ac dilecti filii capitulum dicte ecclesie Bracharensis sibi etiam promiserunt quod, quamdiu huiusmodi prosecutioni insisteret, fructus et proventus ac cotidianas distributiones prebende ipsius ecclesie Bracharensis, quam obtinebat, sibi perinde integre ministrarent ac si in eadem ecclesia personaliter resideret, et subsequenter, cum de mandato dictorum Petri, archiepiscopi, Martini, episcopi, et cantoris duo milia et quingente libre monete Portugalensis de pecuniis eiusdem Laurentii, tunc archiepiscopi, eidem canonico pro dicto negotio prosequendo assignate fuissent, idem canonicus processum predictum ad prefatam Curiam detulit et circa prosecutionem huiusmodi insistendo, nonnullis bonis suis, que tunc secum habebat, extitit spoliatus, demum vero carissimus in Christo filius noster Fernandus, rex Portugalie illustris, asserens quod de mandato suo predicte pecunie eidem canonico ministrate fuerant, ne dicto canonico fructus, redditus et proventus parrochialis ecclesie sancti Johannis de Coucieyro, Bracharensis diocesis, quam tunc temporis obtinebat, prout obtinet, ministrarentur, de facto inhibuit ac ei mandavit ut computum de predictis pecuniis prefato Martino, tunc Silvensi episcopo, redderet idemque canonicus metu mandati huiusmodi compotum de dictis pecuniis dicto Martino, tunc Silvensi episcopo, reddidit predictusque Martinus, episcopus, expensas et dampna, que dictus canonicus in prosecutione huiusmodi fecisse et sustinuisse dinoscitur, ad nimis modicam summam taxavit ac capitulum antedictum sibi de huiusmodi fructibus et proventibus prebende sue ac distributionibus pro tempore, quo ipse prosecutioni dicti negotii institisse dinoscitur, respondere recusant, quare pro parte dicti canonici nobis fuit humiliter supplicatum ut compotum huiusmodi audiri ac ei expensas et dampna predicta restitui prefatosque capitulum ad ministrandum sibi fructus et distributiones huiusmodi compelli et alias providere ei in premissis de benignitate apostolica mandaremus, nos itaque huiusmodi supplicationibus inclinati, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus, vocatis qui fuerint evocandi et auditis hinc inde propositis, quod iustum fuerit, appellatione remota, decernas, faciens quod decreveris, per censuram ecclesiasticam firmiter observari, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis, testes autem qui fuerint nominati, si se gratia, odio vel timore subtraxerint, censura simili, appellatione cessante, compellas veritati testimonium perhibere, non obstante tam felicis* [*fl. 666*] *recordationis Bonifatii pape viii, predecessoris nostri, in quibus cavetur ut, cum eiusdem civitatis et diocesis fuerint actor et reus, extra illas, nisi in certis exceptis casibus, causa auctoritate apostolica nullatenus committatur nec conveniatur aliquis eorumdem et ne aliquis extra suam civitatem et diocesim, nisi etiam in certis exceptis casibus et in illis ultra unam dietam a fine sue diocesis ad iudicium evocetur seu ne iudices a sede apostolica deputati aliquos ultra unam dietam a fine diocesis eorumdem trahere presumant et de duabus dietis in con-*

cilio generali, quam aliis constitutionibus apostolicis contrariis quibuscumque, seu si eisdem archiepiscopo, Martino, episcopo, cantori, capitulo et regi vel quibusvis aliis communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Datum Avinione, xvii Kalendas Octobris, pontificatus nostri anno secundo» (253).

Mais uma vez nos aparece D. Martinho, bispo de Silves e de Lisboa, ligado a el-rei D. Fernando, agora no caso da suspensão do arcebispo D. Lourenço, assunto aliás em que interveio o monarca. E na transferência do arcebispo primaz para Trani, na segunda metade de 1380, não poderia ter andado também a mão de el-rei, dirigida e influenciada pelo bispo de Lisboa, seu conselheiro e figura central na declaração régia de Évora, em favor de Clemente VII?

Também el-rei de Castela, o qual, em 1379, envidava todos os esforços para que os monarcas da Península se mantivessem neutrais em face do cisma e já em 1380 tinha seus embaixadores em Avinhão e em Roma, a informarem-se da verdade e consistência das duas eleições papais (254), *se decidia pelo papa de Avinhão, em carta de 19 de Maio de 1381, dirigida*

---

(253) AV, Reg. Aven. 221, fls. 665-666.

(254) Segundo a carta transcrita de el-rei D. Fernando, de 3 de Dezembro de 1379, o monarca de Castela mandara dizer a el-rei de Portugal pelo arcebispo de Toledo se mantinha neutral, em face do cisma, conforme fora decidido em conselho *com todolos prelados e letrados que avya em vossa terra e que acordaredes de star indifferente. E que enviassedes entanto vossos menssegeros pera saberem a verdade sobrelo pera poderdes per elles seer çerto de qual papa he fecto como deve pera lhe averdes dobedeçer.* Cf. nota 150. E assim, conforme consta da relação do embaixador Rodrigo Bernardes, de 4 de Dezembro de 1380, feita a el-rei de Castela em Medina del Campo, D. João enviou como seus embaixadores a Avinhão e a Roma ao seu confessor, o franciscano Frei Fernando, ao dito Rodrigo e a Álvaro Mendes, doutor em leis, que morreu no caminho. Os embaixadores foram primeiro a Avinhão, onde esperaram pelos embaixadores de el-rei de Aragão, como tinham feito em Barcelona, precisamente por estes ainda não terem chegado. Em Avinhão ouviram os cardeais antigos e outras testemunhas, cujos depoimentos foram já referidos. O mesmo fizeram os embaixadores de Aragão. O rei de Castela enviara-lhes uma galé, nos princípios de Junho. Nela partiram os embaixadores de Castela e de Aragão e da Hungria, desde Marselha, no dia 20 de Junho de 1380. O Doutor Álvaro Mendes morreu antes da partida de Avinhão. Ao chegarem a Roma, os embaixadores de Castela foram logo recebidos pelo papa que manifestou o seu desagrado por o rei de Castela ter optado pela indiferença ou neutralidade. Em Roma, receberam de Urbano VI esclarecimentos sobre o caso estudado pelo jurista João de Lignano e sobre as atitudes dos cardeais que o tinham abandonado injustamente, por ele os repreender, devido a seus desmandos. A 23 de Junho de 1380, tomaram parte na audiência papal, juntamente com muitos prelados e nobres da Hungria e da Alemanha e com os embaixadores de Aragão, Guilherme de Vallesica e Pedro Peçacam. No fim do mês, foram recebidos pelo papa que lhes deu licença de se informarem em Roma sobre a eleição, com base em lista de testemunhas de diversas nações e províncias, que lhes forneceu. Falaram também com João de Lignano, em Roma, sobre o caso que lhe fora entregue para estudo, e respectivo tratado, por ele composto. Tinham falado com os cardeais em Avinhão, que se pronunciaram pela invalidade da eleição de Urbano VI, por «causa do perigo de morte, de que foram ameaçados». Em Roma, falaram também com Baldo de Perusa e trocaram impressões sobre o tratado que o jurista tencionava fazer, esclarecendo que a eleição, mesmo inválida, poderia ter-se validado através da entronização. Os embaixadores convidaram ambos os juristas a defenderem seus pontos de vista perante o monarca de Castela. Frei Fernando e Diogo Gomes, bacharel em decretos, partiam para Nápoles com os embaixadores de Aragão e foram falar com os dois cardeais italianos em Aversa, enquanto Rodrigo Bernardes ficava doente em Roma. Nos fins de Agosto, voltaram aqueles a Roma, mas Frei Fernando continuava em Roma, doente. Nesta altura, o bispo de Favença, D. Francisco, participou-lhes pedido de Urbano VI, para levarem no mesmo navio os embaixadores que tencionava enviar ao monarca castelhano e entregou o *casum primi electi involutum in quadam pella pergameni, in qua nil erat scriptum a parte interiori, set illa pellis erat clausa cum bulla plumbea primi electi, intus vero erat unum quaternum involutum, continens casum predictum, sicut serenitas vestra vidit, quando dicta bulla fuit aperta in pre-*

ao reino ([254a]), *depois de ouvidos os depoimentos, atrás transcritos, e ventilado o assunto, em Medina del Campo, na presença de Francisco Huguccione, bispo de Favença, doutor em decretos, e Francisco de Pavia, doutor em leis, ambos embaixadores de Urbano VI. Estes apresen-*

sentia ipsius serenitatis et predicti domini Faventini, in conspectu etiam aliorum dominorum et tabellionum. Em Setembro, Rodrigo Bernardes foi novamente recebido por Urbano VI, que se manifestou contrário à reunião de concílio para a solução do cisma. Regressou ele embaixador, com os de Aragão e de Urbano VI, no dia 8 de Setembro, e chegaram a Barcelona no dia 28 de Setembro. Ficaram aqui durante dez dias e no mês de Outubro partiam ele e os embaixadores de Urbano VI, D. Francisco, bispo de Favença, e o Doutor Francisco de Pavia, para Castela, enquanto o Doutor João, inglês, ficava em Aragão, pelo facto de el-rei o não admitir no seu reino, por ser inglês. Relação publicada por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 231-241.

O Doutor Álvaro Martins, doutor em decretos e embaixador de el-rei de Castela, não fazia parte desta embaixada, mas foi um dos principais que presenciou vários factos e circunstâncias relativas à eleição de Urbano VI, com o qual teve colóquios a propósito e bem assim com o cardeal de Genebra, futuro papa Clemente VII, então solicitador ou agente dos interesses de el-rei de Castela na Cúria pontifícia, obtendo aliás de Urbano VI algumas nomeações de bispos castelhanos e outros favores. Assistira à coroação de Urbano VI e presenciara que todos os cardeais, excepto os que residiam em Avinhão e o de Amiens, ocupado em legacia, lhe prestavam obediência como papa. Aliás, conseguira audiência de Urbano VI para a sua embaixada por intermédio dos cardeais de Genebra e de Aragão. Nessa altura, em conversa com o deão de Tarazona, ouvidor apostólico, pôde inteirar-se de que o cardeal de Milão não considerava verdadeiro papa a Urbano VI. Nos fins de Maio de 1378, ao saber da intenção do papa de criar novos cardeais, foi ter com o cardeal de S. Pedro, muito chegado ao papa, no sentido de este conseguir a elevação ao cardinalato do bispo de Palença. Fora então aconselhado a escrever a el-rei, a fim de este enviar solene embaixada ao papa, o qual seria assim mais facilmente levado a atender os pedidos régios, visto a presente embaixada ter sido dirigida ao cardeal de Genebra, que se ocupava dos negócios de el-rei na Cúria pontifícia. Este pusera Álvaro Martins ao corrente das intenções dos cardeais contra Urbano VI e aconselhara entendimento entre os monarcas de França e de Castela quanto ao envio de embaixadores. Neste sentido, o embaixador mandou um correio a Castela. Fora duas vezes, pelos fins de Junho, a Anagni, tratar com os cardeais das provisões requeridas pelo monarca e logo da primeira vez o cardeal de Genebra lhe dissera que Urbano VI não era papa, conforme o sentir de todos os cardeais, excepto o de Aragão, o qual desejava estudar bem o caso. Pôde verificar, na segunda vez, que todos eles ocultamente o não tinham como papa, apesar de, em público, lhe escreverem e tratarem-no como tal, inclusive apresentando-lhe súplicas de benefícios, embora o cardeal de Genebra à objecção de o terem coroado e reverenciado como papa e de receberem dele benefícios, respondesse terem procedido assim por medo, enquanto não foram protegidos por gente armada. Os três cardeais italianos, Orsini, de Milão e de Florença, estariam de acordo com os restantes. Solicitado em Tívoli pelo cardeal Orsini a estudar o assunto da validade da eleição, Álvaro Martins procurou escusar-se com a falta de livros, pois receava ter de optar por solução contrária a Urbano VI, com prejuízo para a expedição de suas incumbências de embaixador. Finalmente, perante a atitude do cardeal que lhe trouxera os livros e lhe contara oralmente o caso, que não era diferente do escrito de João de Lignano, acedeu a escrever as suas alegações pro e contra, que o purpurado agradeceu. Urbano VI regressou a Roma e como não tinha cardeal algum consigo, depois do falecimento do cardeal de S. Pedro, criou vários cardeais, entre eles o de Palença, em conformidade com o pedido do embaixador. A seguir, veio a eleição do papa Clemente VII pelos cardeais antigos, com as consequências funestas do cisma. Ainda não era conhecida esta eleição em Roma, quanto Urbano VI transferiu o bispo de Siguenza para a sé de Palença. Entretanto, Álvaro Martins foi a Zagarolo falar com o bispo de Lisboa, D. Agapito de Colona, criado cardeal, mas que ainda não tinha aceitado a nomeação, de fronte às insistências dos parentes e à oposição dos cardeais antigos, nomeadamente do cardeal de Genebra. Relação publicada por MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 265-271. Num depoimento feito em Medina del Campo, na primavera de 1381, informa Álvaro Martins que Urbano VI tinha nomeado bispo de Jaén ao chantre de Palença, a pedido do cardeal de Genebra. Este pedira o bispado de Cuenca para o chantre, enquanto o cardeal de Aigrefeuille o solicitava para o então bispo de Jaén. Dividira-se o colégio cardinalício, pelo que foi acordado transferir o bispo de Jaén para Cuenca e conceder o bispado de Jaén ao chantre. Mesmo depois da criação dos novos cardeais, um purpurado apresentara rol de súplicas ao papa para seus familiares, conforme ele verificara em casa de Pôncio Beraldo. Cf. MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 272-275.

([254a]) *De Schismate*, vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 147-149v. Declaração dada em Salamanca, a 19 de Maio de 1381, publicada por G. MOLLAT, *Vitae paparum Avenionensium...*, t. IV, Paris 1922, n. CCXVI, pp. 250-256.

taram documentação a favor do papa de Roma, na presença do cardeal de Aragão, D. Pedro de Luna, legado e defensor de Clemente VII (255), *e do bispo de Samora, que fora a Nice receber as informações dos cardeais de Florença e de Milão, por estes não poderem participar na assembleia, como estava combinado, depois de os cardeais de Avinhão terem contactado com eles por vários meios para os trazerem a seu partido* (255a). *Intervieram muitos mestres em teologia, doutores*

(255) *De Schismate*, vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 119-120v: «Probata coram rege Castelle pro parte collegii et domini Clementis contra Bartholomeum intrusum. Ista omnia que sequuntur, probantur pro cardinalibus contra primum electum. Et primo de confessionibus domini Faventini et domini Francisci constat quod officiales Romani tenuerunt diversa consilia in Capitolio iuxta morem ...» Nas fls. 120v-137v, carta de Francisco de Pavia, doutor em leis e embaixador de Urbano VI ao rei de Castela: «Serenissimo principi ac illustrissimo domino domino Johanni, divina disponente clementia Castelle et Legionis regi, Franciscus eiusdem serenitatis humilis et fidelis servitor, seipsum ad pedes serenitatis prefate humiliter recomendatur ... ego Franciscus de Sicleriis de Papia, minimus legum doctor, pro domino meo Urbano missus et ambaxiator, tue maiestatis excelsse fidelis servitor, ad laudem et gloriam Dei omnipotentis necnon ad honorem tui regalis fastigii et statum tranquilum regni tui ac eius ad tui famam nominis sempiternam calamum struxi, merore pulsato, ut de hac materia aliquid scribam, omisso ordine, quem conceperam, sed dumtaxat super dubiis per egregium et laudabile consilium tuum traditis reverendissimo patri et domino domino cardinali Hispanie necnon reverendo patri et domino domino episcopo Faventino et michi pro sanctisimo in Christo patre et domino Urbano Dei gratia pape vi.º ad tuam magestatem ambaxiatori deputato, necnon traditis hiis que pro parte secundi electi in Avinione commorantis, apud prefatam magestatem solicite agunt, que dubia per ordinem sunt scripta ... Ex hiis omnibus supradictis, serenissime princeps, Excellentissime rex domineque mi metuendissime, secundum modicitatem mei intellectus, credo et reputo sanctissimum in Christo et dominum dominum Urbanum divina providentia papam vi. verum papam ac verum vicarium Jhesu Christi, non pertinaciter ... ista asseverans, sed paratus est (!) stare iudicio et determinationi sancte matris ecclesie, cuius iudicio me suppono ex nunc, prout ex tunc, et quandocunque et in hoc et in aliis». Nas fls. 138-140, as alegações do cardeal Pedro de Luna sobre o medo sofrido pelos cardeais na eleição de Urbano VI, feitas na presença do rei de Castela, em Medina del Campo, a 23 de Março de 1381: «Allegationes domini cardinalis de Luna super prima questione disputata coram rege Castelle. Ad sequentem questionem respondit et defensavit eam reverendus pater et dominus cardinalis de Luna, sedis apostolice legatus. Et hoc die sabbati, que fuit dies xxiii mensis Martii, anno Domini millesimo ccc.º lxxx primo, in loco de Metina del Campo, diocesis Salamantine, in pallatio regis et in capella sua, presente dicto rege et consilio suo toto ... An electio pape facta per cardinales metu, qui cadere debuit in constantem, sit nulla ipso iure. Ad hanc questionem respondeo affirmative, quod talis electio nulla est ipso iure ...». Nas fls. 201-206v, há ainda a informação dada ao rei de Castela por Francisco Huguccione, bispo de Favença, sobre a eleição de Urbano VI. Nas fls. 227-278, temos títulos das questões disputadas no conselho do rei de Castela, com as respostas de João Rolando, bispo de Amiens. No vol. II (AV, Arm. LIV, t. 15), fls. 94-116, temos *Casus primi electi per consilium illustrissimi domini Johannis, Castelle et Legionis regis, divisus per capitula seu articulos, per parafos seu lineas*. No vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), há vários documentos relativos à assembleia de Medina del Campo.

(255a) A Cúria de Avinhão, ou os cardeais que lá moravam, procuravam estar em contínuo contacto com os cardeais italianos, enviando-lhes emissários a Nice, desde Dezembro de 1380 a Outubro de 1381: «Die eadem [xxi Decembris 1380] fuerunt scripti in expensis, qui fuerunt soluti de mandato domini nostri pape die viii presentis mensis domino cardinali de Sancto Angelo, qui de ordinatione domini nostri pape remansit apud Niciam cum dominis cardinalibus Florentino et Mediolanensi, pro supportatione expensarum suarum, recipiente domino Hugone Gauffridi, canonico Aquensi, eius camerario, iiii.c franchi in florenis de camera, Anthonio de Ponte solvente, videlicet iii, iiii.c xxbiii flor. camere, xbi sol. ... Die eadem [xxiiii Decembris 1380] fuerunt soluti Petro Rogert, qui providit dominis cardinalibus Albanensi, Vivariensi, Sancti Angeli et Sancti Eustachii, quando de mense Octobris ultimo preterito missi fuerunt apud Niciam ad dominos cardinales italicos per dominum nostrum papam de octo saumeriis, videlicet cuilibet de duobus, ad rationem et pro pretio unius floreni de camera in die, pro duobus saumeriis, qui quidem saumerii servierunt duo videlicet, illi domini Albanensis xlvii, illi domini Vivariensis xlbiii, illi domini Sancti Eustachii xlbii et illi domini Sancti Angeli lix diebus [fl. 63]. Et sic ascendit totum eorum salarium ad ii.c flore. camere. De quibus recepit dictus Petrus Rogert, ut supra patet, xlii flor. camere et xxiiii sol. Et ita restant solvendi pro complemento dictorum octo saumeriorum Clbiii flor. camere et quatuor solid. In quorum deductione soluti fuerunt, solvente Anthonio de Ponte supradicto Petro Rogert C flor. de xxiiii sol. Valent lxxxb flor. camere, xx sol.»

em ambos os direitos e outros letrados, além do bispo de Samora ([256]). *E a conclusão desta assembleia teria sido a seguinte:*

(AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fls. 61v, 62v-63). «Die eadem [xi Januarii 1381] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape domino Francisco, episcopo Grationopolitano, portandi per eum apud Niciam dominis Florentino et Mediolanensi cardinalibus, mille flore. de camera. Et domino Philipo, germano dicti domini cardinalis Florentini, C. floren. de camera. Summa, solvente Anthonio de Ponte supradicto, xi.c flor. camere. Die eadem [xi Januarii 1381] fuerunt soluti de mandato predicto prefato domino episcopo Grationopolitano, et domino Mar.lo Romane Curie, accedentibus de mandato predicto apud Niciam ad prefatos dominos cardinales Florentinum et Mediolanensem, pro suis expensis viginti dierum, ad rationem decem floren. curren. in die pro ambobus, solvente Anthonio de Ponte supradicto, ii.c flor. curren. Valent Clxxi flor. camere, xii sol. ... Dicta die xi dicti mensis Januarii [1381] soluti fuerunt supradicto domino episcopo Grationopolitano de mandato supradicto, portandi per eum, de eodem mandato, apud Niciam domino cardinali de Sancto Angelo, ibidem cum dominis Florentino et Mediolanensi cardinalibus existente, in relevationem suarum expensarum, solvente Anthonio supradicto, ii.c flor. curren. Valent Clxx flor. camere, xii sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fls. 69v, 70). «Die eadem [v Februarii 1381] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape domino cardinali de Sancto Angelo, in Nicia cum dominis cardinalibus Italicis de ordinatione dicti domini nostri existenti, pro sustentatione suarum expensarum ibidem factarum et faciendarum, domino Seguino, patriarcha Anthiocheno, recipiente et Anthonio supradicto solvente, v.c flor. camere. Die eadem fuerunt soluti de eodem mandato episcopo Castellano, apud Niciam cum dominis cardinalibus Italicis existenti, pro supportatione suarum expensarum factarum et faciendarum, domino camerario domini nostri recipiente et Anthonio predicto solvente, ii.c floren. camere ... Die vi dicti mensis Februarii [1381], cum dominus Franciscus, episcopus Grationopolitanus, solverit de suis pecuniis Anthonio Fabri de Massillia, patrono unius galee, misse tempore estivo ultimo preterito per dominum nostrum et ad ipsius domini nostri pape servitium apud Neapolim, iiii.c floren. de camera in deductione stipendiorum dicte galee dictique iiii.c floren. de camera sub ista die, sint scripti in recepta mutuo a prefato domino episcopo, hinc est quod scripti fuerunt et sub ista die scribuntur in expensis deducendi dicto Anthonio Fabri supradicto, iiii.c flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fls. 75, 75v). «Die eadem [xiiii mensis Martii 1381] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape domino Francisco, episcopo Grationopolitano, portandi per eum apud Niciam et tradendi de eodem mandato dominis Florentino et Mediolanensi cardinalibus, solvente Anthonio de Ponte supradicto, M. flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 85). «Die x dicti mensis [Aprilis 1381] fuerunt soluti Hanequino de Gotspert, cursori domini nostri pape, qui mittitur apud Niciam ad dominum episcopum Grationopolitanum, quod remittat mulam domini nostri pape, quam habet, pro suis expensis faciendis, solvente in absentia Anthonii de Ponte Anthonio Francisci predicto, vi flor. curren. Valent v flor. camere, iiii sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 89v). «Die xv predicta [Maii 1381] fuerunt soluti domino Francisco, Grationopolitano episcopo, de mandato domini nostri apud Niciam accedenti, de eodem mandato, pro suis expensis faciendis, solvente in absentia Anthonii de Ponte Anthonio Francisci predicto, C. flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 98v). «Die xxx dicti mensis [Junii 1381) fuerunt soluti domino cardinali Ambianensi, ratione expensarum suarum viagii per ipsum nuper facti apud Niciam, recipiente domino fratre Johanne Vernini, priore de Boniaco, eius socio, et Cathalano de Roca pro Anthonio de Ponte solvente, C. flor. curren. Valent lxxxb flor. camere, xx sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 110v). «Die xii mensis Septembris supradicti [1381], fuerunt soluti, de mandato domini nostri pape, domino Francisco, episcopo Grationopolitano, domini nostri pape cubiculario, qui mittitur per dictum dominum nostrum apud Niciam, portandi ibidem et tradendi per eum dominis Florentie et Sancti Angeli cardinalibus, pro supportatione suarum expensarum, videlicet mille flor. camere ... Dicta die xii dicti mensis Septembris [1381] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape domino Francisco, episcopo Grationopolitano, qui mittitur per dominum nostrum apud Niciam super certis negotiis, pro suis expensis faciendis, solvente Anthonio de Ponte supradicto, C. flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fls. 129, 129v). «Die prima mensis Octobris [1381] soluti fuerunt Johanni de Gardella, familiari domini thesaurarii domini nostri pape, pro feno et avena expensis pro dominis cardinalibus Florentino, Pictavensi et Sancti Angeli, in Ponte Sorgie nuper quando venerunt de partibus Francie, videlicet dominus Pictavensis et alii de Nicia, solvente Anthonio de Ponte campsore apostolice camere, ix flor. curren., xiiii sol. Valent viii flor. camere, vi sol.» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 134). Outros textos na nota 90 sobre o cardeal de Santo Anjo e seu capelão e cubiculário Auberto Coffes e na nota 256 sobre o bispo de Marsi D. Julião e Tomé de Pupio, doutor em decretos.

([256]) Sobre o envio do bispo de Samora a Nice, esta passagem da declaração de el-rei de Castela: «...Interea antedictorum de Florentia et Mediolanensis cardinalium apud civitatem Nicie audientes adventum, quorum

«*Et tandem omnibus et singulis dictum negotium tangentibus per memoratos prelatos, religiosos et clericos seculares, in theologia magistros, iuris utriusque doctores et alios venerabiles* [*fl. 149*] *et auctenticos ac magne auctoritatis viros totiusque consistorii nostri iudicium cum magna maturitate ac summa deliberatione discussis*, omnium concordi et unanimi iudicio declaratum extitit et conclusum et irrefragabiliter terminatum, *in eorum conscientiis et periculis animorum et sub virtute per eos prestiti iuramenti*, dictum Bartholomeum primum electum, olim Barensem archiepiscopum, fuisse

---

ad nos, ut promiserant, sperabamus accessum, ad pleniorem informationem et instructionem super premissis habendam ab eis oraculo vive vocis, misimus ad eos venerabilem patrem et decretorum doctorem ac consiliarium et colateralem nostrum episcopum Zamorensem cum certo numero guallearum, in decenti et debito apparatu, ut, si eis placeret, nobiscum personaliter convenirent ad dandam scientiam salutis nobis et etiam regnis nostris, qui se a promisso ad nos accessu certis rationibus excusantes, informationes suas eidem episcopo Zamorensi dederunt, quas ipse nobis sub eorum sigillis apud Medinam del Campo Sallamantine diocesis fideliter reportavit, ubi tunc propter hoc convocatis et accessitis regnorum nostrorum prelatis, proceribus, doctoribus, religiosis et multis magne auctoritatis viris, nostra serenitas residebat ubique pro parte secundi electi reverendus pater P. sancte Marie in Cosmedin diaconus cardinalis, dictus de Luna, ex speciali sibi facta commissione convenerat, presentibus quoque pro parte primi electi episcopo Faventino et magistro Francisco prefatis aliisque pluribus pro parte utriusque electorum assistentibus, quibus omnibus et singulis sic per nos solicita investigatione colectis ...»: *De Schismate*, vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fl. 148v. Sobre a missão do bispo de Samora há no vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 113-116v, *quedam informatio portata per dominum Alvarum, episcopum Zamorensem, postea Conchensem, ad probandam electionem Bartholomei et sequentia facta per metum*, segundo o título dado no índice (fl. 7v). Existe o documento de 15 de Fevereiro de 1381, conforme ao qual, em Avinhão, na presença do papa Clemente VII, dos cardeais Ânglico, bispo de Albano, e Pedro, de S. Lourenço in Lucina, de Álvaro, bispo de Samora, D. Francisco, bispo de Grenoble, e Luís de Montegandave (Montegaudio), marechal da Cúria pontifícia, comparecera Frei Julião, bispo de Marsi, e Tomás de Púpio, doutor em decretos, núncios e embaixadores dos cardeais D. Pedro, bispo Portuense, conhecido por cardeal de Florença, e D. Simão, do título de S. João e Paulo, conhecido como cardeal de Milão, foi lido o pedido destes aos cardeais ultramontanos para declararem sob juramento quais os que tinham declarado elegiam livremente o arcebispo de Bari papa, e os que disseram o elegiam com ânimo e propósito de ele ser verdadeiro papa, mas não o tinham eleito com liberdade. O cardeal de Santo Anjo D. Guilherme atestava a autenticidade da comissão, feita aos embaixadores pelos ditos cardeais de Florença e de Milão. Respondendo aos quesitos, o cardeal Penestrino, dito cardeal de Limoges, declarou *quod revera, nisi fuisset metus mortis, Bartholomeum in papam nullatenus nominassem nec elegissem.* O cardeal de Glandève teria protestado, antes do conclave, *quanta cum intentione potuit, et ita tunc dixit quod si eligeret vel nominaret in papam aliquem italicum, qui tamen non esset cardinalis, quod hoc non faceret nisi metu mortis et esset omnino contra voluntatem suam, et quod per illam nominationem seu electionem non intendebat illi sic electo ius aliquod acquiretur in papatu ... sed solummodo volebat fugere mortem, quam sentiebat et credebat certissime sibi et aliis dominis preparari.* O cardeal de Bretanha respondeu «*quod numquam elegit dictum Bartholomeum nec usus fuit istis verbis animo libero nec unquam elegit nec ipsum nominavit ut esset nec ut remaneret verus papa*». O cardeal de Viviers disse *quod nisi fuisset metus mortis, ipsum nullatenus elegissem, et cum dixi illa verba libere eligo et cum intentione et animo quod sit papa, non eram in animo libero, sed turbato, propter imminentis mortis periculum.* O cardeal de S. Clemente respondeu: *quod electio facta per me de Bartholomeo fuit facta per metum mortis notorie imminentis, nec recordor me dixisse libere eligo cum intentione et animo quod sit verus papa.* D. Pedro, cardeal de Santa Maria in Via Lata ou de Vergne, declarou *quod in conscientia mea, nisi fuisset impressio facta et timor mortis, nullatenus Bartholomeum nominassem, quia erat contra cor meum quod ipse eligeretur.* Assinam o documento como testemunhas, *Johannes Motra, clericus Neapolitanus, Anglicus cardinalis Albanensis, Petrus cardinalis Vivariensis, Alvarus episcopus Zamorensis, Franciscus, episcopus Gratianopolitanus, Ludovicus, dominus de Monte Gaudio, domini nostri pape marescallus.* Posteriormente «*Anno Domini millesimo ccc° octuagesimo primo, die decima mensis augusti, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Clementis, digna Dei providentia pape septimi, anno tertio, nos sancte Romane Ecclesie cardinales infrascripti per modum qui sequitur, respondemus ad iiii.or capitula alias et quedam alia noviter nobis missa per reverendissimos in Christo patres et dominos Petrum episcopum Portuensem et Symonem tituli sanctorum Johannis et Pauli cardinales ac tradita per reverendum patrem fratem Julianum, episcopum Marsicanum, ac venerabilem virum dominum Thomam de Pupio,*

et esse apostolici culminis invasorem et in apostolica sede violenter intrusum, utpote electum per popullarem tumultum et notoriam impressionem, ipsis cardinalibus publice illatam per Romanos, *secundum vero, videlicet Reverendissimum in Christo patrem* dominum Robertum, tunc cardinalem Gebenensem, fuisse et esse summum verum pontificem, Christi vicarium et Petri verissimum successorem, Clementem septimum a Deo electum et gregis suy indubitatum verissimumque pastorem et eidem fore tamquam vero pape ab omnibus obse-

---

decretorum doctorem, eorum ambaxiatores, quorum quidem capitolorum seu articulorum iam alias et nunc de novo traditorum tenor sequitur ...» (vol. VI = AV, Arm. LIV, t. 19, fls. 155-158v). No vol. I = AV, Arm. LIV, t. 14, fls. 169-172, há a narração «Dum sancte memorie dominus Gregorius», de quatro cardeais, sobre a eleição de Urbano VI, repetida essa narração no vol. II (AV, Arm. LIV, t. 15, fls. 119-122v) com as assinaturas: «Ego Anglicus Grimoardi, episcopus Albanensis et sancte Romane Ecclesie cardinalis, premissa assero esse vera manu propria. Ego Petrus Sancti Laurentii in Lucina, presbyter cardinalis dictus Vivariensis, dico et assero idem, in cuius rei testimonium manu propria subscripsi. Et ego Petrus Sancti Eustacii, diaconus cardinalis, dico et assero per omnia idem, in cuius rei testimonium hoc manu propria scripsi et me subscripsi. Cardinalis Sancti Eustacii. Et ego Guillelmus Sancti Angeli diaconus cardinalis dico et assero per omnia idem, in cuius rei testimonium hic manu propria me subscripsi G. cardinalis Sancti Angeli». No vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 172-172v e no vol. II (AV. Arm. LIV. t. 15), fl. 122, lê-se: «Anno Domini M°ccc°lxxx, die xvii Novembris, in civitate Nicie, in domo Gregorii Urseti, civis Niciensis, quam tunc inhabitabat reverendissimus in Christo pater dominus Petrus, sancti Laurentii in Lucina presbyter cardinalis, dictus Vivariensis, reverendissimi in Christo patres domini Petrus Portuensis [fl. 172v] et sancte Rufine episcopus, dictus Florentinus, et Simon sanctorum Johannis et Pauli, dictus Mediolanensis, sancte Romane Ecclesie cardinales, tradiderunt et realiter assignarunt hunc quaternum, in quatuor foliis, continentem modum et formam assumptionis Bartholomei quondam Barensis ad papatum, asserentes et testificantes ipsum predicto modo ascendisse, nobis Albanensi, Vivariensi predicto et sancti Eustacii et sancti Angeli cardinalibus ipsum quaternum recipientibus, ... in cuius rei testimonium ego Albanensis predictus premissa propria manu scripsi et subscripsi. Ego Anglicus Grimoaldi, episcopus Albanensis et sancte Romane Ecclesie cardinalis, premissa assero esse vera manu propria. Ego Petrus, Sancti Laurentii in Lucina presbyter cardinalis, dictus Vivariensis, dico et assero idem, in cuius rei testimonium manu propria subscripsi. Et ego Petrus, Sancti Eustacii, diaconus cardinalis, dico et assero per omnia idem, in cuius rei testimonium hoc manu propria scripsi et me subscripsi Cardinalis Sancti Eustacii. Et ego Guillelmus Sancti Angeli diaconus cardinalis dico et assero per omnia idem, in cuius rei testimonium hic manu propria me subscripsi G. cardinalis Sancti Angeli». Lê-se ainda (vol. II = AV, Arm. LIV, t. 15, fl. 119): «Factum intrusionis Bartholomei in papatu, traditum per reverendissimos patres et dominos dominos Florentinum et Mediolanensem cardinales Italicos reverendissimis patribus et dominis dominis Albanensi, Vivariensi, Sancti Eustachii et Sancti Angeli cardinalibus in Nicia cum eis constitutis de anno Domini M° ccclxxx et mensis Novembris». De carta do cardeal Pedro, bispo Portuense, do título de S. João e Paulo, e Simão de Borsano, conhecidos respectivamente por cardeal de Florença e de Milão, do dia 1 de Abril de 1380, em resposta a outra do rei de Castela, de 24 de Março, sabe-se que el-rei D. João resolvera, seguindo o exemplo de seu pai D. Henrique, quanto ao cisma, esperar o juízo do concílio geral e pedira aos ditos cardeais lhe indicassem o que havia de verdade ou de dúvida no caso anteriormente enviado ao falecido pai do monarca por doze cardeais, que D. João transmitira a eles, cardeais de Florença e de Milão, pelo núncio Pedro Garcia. Convidara-os também a irem ao reino de Castela, para o que ele, rei, dispunha galés e outros apetrechamentos. Os cardeais sugeriam tivesse tudo preparado em Nice, para eles poderem partir daí ou então ter as galés prontas em Nice, para irem ao porto de Nápoles, donde poderiam partir: «Serenissimo principi domino Johanni, Dei gratia Castelle et Legionis regi illustri. Serenissime princeps. Vestre Serenitatis litteras cum omni debita reverentia recepimus die xxiiii mensis Martii per Petrum Garsie, nuntium vestrum, latorem presentium, continentes qualiter vestra devotio diligenti vigilantia intendit ad sedationem tante tempestatis, que in christianitate consistit, in hoc etiam illustris memorie domini Henrici progenitoris vestri virtuosa inmitatione se conformando, et quod vestra excellentia in primordiis sue sacre coronationis prelatos, proceres et sapientes ad sue celsitudinis fecit evocari presentiam, qui, omnibus tam genitori vestro quam vobis in facto narratis, attentis et discussis, unanimiter convenerunt et concorditer elegerunt pro tuitiori, mediam viam amplectentes, concilii generalis iudicium expectare, vestraque etiam sublimitas nos precatur ut, inspecto tenore casus et thematis, destinati ad pie memorie dominum progenitorem

quendum, *quorum consilium in virtute Altissimi letis desideriis amplectentes, dominorum principum, progenitorum nostrorum, quorum fidey constantia et illibata devotio erga Deum et Ecclesiam suam sincera semper integritate resplenduyt, toto mentis affectu et cordis puritate sectantes et Deo laudes et gratias referentes, qui nobis dedit sui digni vicarii notitiam divina illustratione scruptari et peractis missarum sollepnis et Christi nomine invocato, de predictorum nostrorum consillio, in eorum presentia, publice in conspectu cleri et populi, hac die et hora infrascriptis,* prefatum Bartholomeum, sic ut prefertur in apostolica sede dampnabiliter intrusum, respuentes

---

vestrum per duodecim reverendissimos patres et dominos cardinales, per clementiam vestram nobis transmissi per latorem presentium, que vera sunt, que vero dubia seu ambigua fideliter scriberemus. Et ne propter casus adversos, qui occurrere possent, pie actionis propositum valeat impediri, vestre clementie sume gratum esse quod ad partes vestri liberi et tranquilli regni veniremus ibique nobis de omnibus oportunis plenissime mandaretur ministrari et propter hoc vestra celsitudo galeas cum necessariis transmitteret fulcimentis. Cognoscat autem vestra excellentia quod ingentem gratulationem et maximam cordis letitiam suscepimus, cum clare conspicimus vestram laudabilem et sinceram devotionem turbulente tempestati, qua christiana religio fluctuat de presenti, pio compati affectu. Et quod, sicut religiosissimus et devotissimus Ecclesie Dei princeps, cum intensso fidey fervore adque Ecclesie sancte Dey inmensso zelo de ipsius tranquilitate atque unitate salubri acurare remedio. Vestram quoque et consilii vestri deliberationem in volendo viam concilii generalis expectare merito multipliciter commendamus ac etiam cariori quo possumus vestram mansuetudinem precamur affectu quod intuitu divine magestatis pro bono christianitatis et Ecclesie sancte Dey in hac via perseverare dignetur eamque prosequi cum auxiliis vellit et remediis opportunis, nam, cum ista dampnosa pernicies generaliter christianitatem respiciat, ad ipsius suficientem curationem necessaria medella universalis existit sacri concilii via, que sub libramine iustitie ut lux meridiana veritatem in rationem deducens, sua solari radiatione et serenitatis fulguratione, omni tenebrositate depulssa, in mentibus quorumcunque christianorum limpide faciet eluscecere (!), ut sicut christianitatis huiusmodi fabilis (?) fluctuatio stabilitate sacri concilii in portu jocunde tranquilitatis fixe valeat stabiliri. Sicut ergo vestra regalis eminencia huius salutiferi remedii speciale presidium huius instantis desolationis precipua consolatrix in vestra graciosa et florida juventute nomen glorie accipiens sempiternum, quid enim salubrius operari potest ac honorificentius, cum apud regem regum, cuius causa in presentiarum agitur, superne premium consequitur retributionis et apud homines superne laudis semper attoletur preconiis. Super autem themate nobis transmisso cum plena devotione respondemus quod animadvertentes quod tam ardua et gravis negotii materia, cum maius occurrere non posset, nullatenus per litteras propter locorum et viarum discrimina bene et congrue posset explicari, sed ex presentia corporaliter collocutionis ministerio plenius valet declarari, pro executione nostri officii quod ut operemur quicquid possumus pro bono christianitatis et Ecclesie sancte Dei ex debito cognoscimus nobis [fl. 86v] incumbere, nullis parcendo laboribus, quos in causa pii operis prosecutione pro suavi et amena recepimus quiete ac etiam propter vestre excellentie efficacem requisitionem et reverentiam, ad quam maximam gerimus affectionem et dillectionem, sicut ad pie memorie progenitorem vestrum ferebamus, parati sumus nos in terra que est in Provincia vel ad aliquem locum Pedemontium, ubi proponitur personaliter transferre ut ibi vestre placeat serenitati vestros nuntios destinare, cum quibus convenire et conloqui possimus, ut desiderio vestre serenitatis proffectius valeat satisfieri, cum hoc firmo etiam proposito quod si pro bono Christianitatis et Ecclesie sancte Dei expedire videbitur, ad vestre celsitudinis, cuius voto toto corde et mentis desiderio complacere affectamus, libenter veniemus presentiam, vestris gratiosis favoribus liberalis[s]ime oblatis mediantibus, de quibus vestre clementie et benignitati maximas gratiarum refferimus actiones, unde placeat de galeis et aliis necessariis opportunis taliter providere quod si de Nicia usque ad vestram presentiam venire expediat, omnia parata et disposita inveniantur ac etiam si propter aliqua occurrentia non haberemus necessaria et opportuna ad transeundum usque Niciam, quod de galeis cum aliis opportunis velitis ordinare quod de Nicia usque Neapolim veniant ut inde valeamus transfretare. Et quia fertur quod in hoc tam ponderoso negotio multa de novo dicuntur et confinguntur, placeat super illis caute vos habere donec vestri nuntii nobiscum conveniant vel nos ad vestre mansuetudinis presentiam veniamus. Vestram autem excellentiam, cui in omnibus sibi gratis et placitis servire affectamus, Altissimus per tempora longeva feliciter et votive conservet. Scriptum Talliacotii, die prima mensis aprilis, tertia indictione. Vestri P. Portuensis. S. Mediolañ cardinales» (*De Schismate*, vol. IV = AV, Arm. LIV, t. 17, fls. 86-86v).

et evitantes ac sanctissimum in Christo patrem et dominum nostrum dominum Clementem septimum prefatum in verum papam et Christi vicarium ac gregis dominici directorem devote suscipientes et eius obedientie inherentes, omnibus et singulis subditis et fidelibus nostris declaramus, indicamus ac etiam publicamus prefatum Bartholomeum fuisse et esse sicut prefertur per notoriam impressionem in apostolica sede violenter intrusum eumque non esse apostolicum, set apostaticum, nominandum, nec ei fore obediendum aut quomodolibet adherendum prefatumque sanctissimum patrem dominum Clementem fuisse et esse verum papam, Christi vicarium et Petri verissimum successorem eidemque devote et humiliter ut vero pape esse parendum ipsisque omnibus et singulis subditis et fidelibus nostris, cuiuscunque status, eminentie seu conditionis existant, districte precipiendo mandantes quatenus sub divine animadversionis et indignationis nostre pena hanc declarationem, denuntiationem, publicationem et mandatum nostrum prefata custodiant et totis affectibus studeant observare...» (257).

A crítica objectiva poderia duvidar desta conclusão categórica, sobretudo se atendermos a que tantos letrados espanhóis, alguns deles a tomar parte na reunião, eram de opinião contrária ou ofereciam elementos, a exigir outra conclusão, talvez de incerteza, conforme se pode ver pelos depoimentos que nos deixaram. Álvaro Martins, doutor em decretos, e Álvaro Gonçalves, por exemplo, não se mostravam muito coerentes, ao pronunciarem-se, sem hesitação alguma, pela invalidade da eleição de Urbano VI, a julgar pelos depoimentos que fizeram. Mas também é de admitir a possibilidade de os ter convencido a argumentação de outros participantes. Poderiam constituir indício de tal hipótese algumas conclusões de estudos feitos na assembleia, como esta do primeiro dia de Maio de 1381:

«In hac questione, videlicet utrum fideles propria auctoritate possint obedientiam denegare electo in papam per cardinales omnes vel duas eorum partes per impressionem. Johannes Sancii, doctor, qui de mandato domini episcopi Seguntini in presentia omnium de consilio domini regis super negotio scimatis apud Metinam del Campo congregatorum questionem ipsam disputavit, finaliter tenuit et conclusit quod possunt, si impressio fuit notoria. Insuper tenuit quod per probationes, informationes receptas et habitas in isto negotio impressio fuit notoria. A. Astoricensis. G. P. A. Gamorus. Rodericus Bertrandi. Anthonius Sancii, bacalarius in decretis. Johannes Sancii, doctor. Episcopus Seguntinus. Abulensis. Johannes Sancii. Adherentes: Alvarus, decretorum doctor. Arnaldus Bona[ldi], doctor. Fernandus Martini, licentiatus. Bertrandus Bertrandi, legum doctor. Ego magister sancti Jacobi remitto conscientie domini Seguntini, quia non constat nisi (!) de impressione notoria. Frater Didacus, magister. Rodericus Alvari, legum doctor. Ego Fernandus de Pedrosa, sacre pagine magister, sum cum supradicto domino doctore quod in negotio isto impressio fuit notoria et in alia questione etiam sum cum eo; si cardinales concordant, recedant ab obedientia sic electi et asserant se timore elegisse. Fernandus, sacre pagine magister. Quoad primam conclusionem indubie credo ego Martinus, episcopus Pampilonensis, quoad secundam de notoria impressione nescio, ad quas probationes vel informationes se [refert], sed secundum ea que ad mei notitiam pervenerunt, idem credo. Prima die Maii, videlicet Mercurii, anni cccc.mi (!) xix in quadr. sue habitationis in monasterio Sancti Francisci, dominus Segun-

(257) *De Schismate*, vol. I (AV, Arm. LIV, t. 14), fls. 148v-149.

tinus monuit omnes, de quibus supra, ut a die Veneris proxime venienti ultra venirent omnes informari volentes in huiusmodi conclusione et negotio ad dominos Alvarum Martini et thesaurarium Tolletanum, presentibus dominis Zamorensi et Placentino episcopis et pluribus aliis de suprascriptis» (258).

Poderá ser útil, para se formar justo conceito sobre a imparcialidade dos letrados, ter presentes mais estas conclusões:

«Es acordado en el conseio que en todos estes actos suso [dichos] fasta la primera requesicion inclusive que fue fecha el dia de la election se prueva que los cardinales que estavan en el conclave, que ovieron razon de temer e que estas cosas sobredichas eran suficientes pera poner miedo de las personas alos cardinales, pera que elegiessen Romano o ytalico, pero que sy ovieron miedo o non que non lo entienden agora determinar. Astoricensis episcopus. Calag. episcopus. Episcopus Seguntinus. A. episcopus Abulensis. A. episcopus Zamorensis. Jom A°. Petrus Fernandi, doctor. Arnoldus Bonaldi, doctor. Bertrandus Bertrandi, legum doctor. Fernandus, sacre pagine magister. Johannes Sancii, doctor. Rodericus Bernardi. Rodericus Alvari, legum doctor. Martinus Garsie, doctor decretorum. Frater Didacus, minister provincie sancti Jacobi, sicut in primo articulo declaravi. Frater Nicholaus, provincialis Predicat. cum ad. de notorio et iusto metu. Alvarus, decretorum doctor. Fernandus Martini, licentiatus, thesaurarius Tolletanus. Johannes Sancii, in decretis bachalarius. Frater Johannes Vitalis. Dicti testes sunt fidedigni et ubi contrarium reperiatur. Frater Lupus. Dicti testes sunt fidedigni. Frater Fernandus. Antonius Sancii, bachalarius» (259). *«Los del vestro consejo deyuso escriptos, vistas todas pruevas et enformaciones por vestro mandado recebudos en razon dela division et discordia que es en la eglesia de Dios, acordamos finalmente que por quanto se prueva complidament que la elençion del primero electo fue fecha por fuerça et impression notoria, fecha per los Romanos alos cardenales, tal que era sufficiente pera poner miedo de muerte a los cardenales et aquelesquer omes fuertes e constantes, pensadas todalas circunstancias que se devem pensar en este caso, que vos Señor et todos los otros fieles devedes non aver por papa al premero electo que se llama Urbano e devedes obedescer et aver por papa al segundo electo, que ha nombre Clemente, que fue electo segunt ordenacion delos derechos, non enbargantes algunas cosas que pareçen por las pruevas et enformaçiones sobredichas, las quales algunos dizen que son presumpciones iustas, mostrar la primera eleccion ser fecha librement o dar nuevo derecho al B. primero electo, ca Señor non son tales nin de tanta fuerça que devan nin puedan tirar la dicha prueva clara e complida dela dicha fuerça et impression nin dar derecho nuevo al dicho B., como dicho es. Mayorment que se falla por las dichas pruevas et informaciones otras muchas circunstancias et presumpciones que tiran e desfazen las dichas cosas que parecen fazer por la dicha libertat, que son tales por la maior parte que se pueden traer a si por la una parte como per la otra. E assi non son ciertas. Et la impression es cierta et notoria. Et segunt derecho es de tener lo cierto e dexar lo non cierto. A. episcopus Abulensis. Frater A. Astoricensis episcopus. Calaguritanus et Calciatensis episcopus. P. Placentinus episcopus. Episcopus Seguntinus. A. episcopus Zamorensis. Fernandus, sacre pagine magister. Johannes Alfonsi, doctor in utroque. Bertrandus Bertrandi, legum doctor. Alvarus, decre-*

(258) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fl. 12. Cf. MICHAEL SEIDLMAYER, *op. cit.*, pp. 56-57.

(259) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm. LIV, t. 17), fl. 13.

torum doctor. Johannes Sancii, doctor. Martinus Garsie, doctor decretorum. Arnaldus Bonaldi doctor. Thesaurarius Tolletanus. Petrus Fernandi, doctor. Frater Nicholaus, provincialis Predicatorum. Fernandus Martini, in legibus licentiatus. Rodericus Alvari, legum doctor. Frater Didacus de Vallebona, minister provincie sancti Jacobi. Johannes Sancii, in decretis bachalarius. Frater Johannes (?) Antonius Sancii, bachalarius in decretis. Isti requisiti, distulerunt vel [*negaverunt*, palavra riscada]: *provincialis Castelle de ordine Minorum, archidiaconus de Eceja* (260), *Jo. Alfonsi licentiatus, frey Pero Fers, prior, frey Fernando confessor, frey Fernam Yanes, frey Lopo*» (261).

Acabada a assembleia e com resultado mais que satisfatório para o cardeal legado, D. Pedro de Luna, este continuou na Península, mas não é provável tenha seguido, logo, para Portugal, seja porque D. Fernando tinha já optado pelo papa de Avinhão, no ano anterior, seja porque estava para rebentar a guerra entre Castela e Portugal, «apregoada per mandado dos Reis no mes de mayo deste presente anno», o que terá a consequência da vinda dos ingleses, em auxílio de Portugal, no mês de Julho deste ano, e a passagem de el-rei D. Fernando e seu reino para a obediência do papa de Roma (262).

Proclamada a legitimidade da eleição de Clemente VII contra Urbano VI, que a assembleia de Medina del Campo considerava como intruso, enquanto eleito por medo e pressão graves, infligidos aos cardeais eleitores pelo povo de Roma, como vimos, el-rei de Castela contribuiu ao máximo para que o papa de Avinhão se afirmasse na Península. Mas o triunfo não foi completo, apesar das declarações solenes de el-rei de Castela. Talvez por isso o cardeal legado D. Pedro de Luna continuou na Península a defender a posição dos sequazes de Clemente VII.

É interessante notar como, apesar das incidências políticas da sua participação e actividades na vida política dos reinos da Península Ibérica, o cardeal legado, como veremos a seguir, não conseguiu convencer Portugal a voltar à obediência do papa de Avinhão depois de el-rei D. Fernando se ter declarado pelo papa de Roma, sob influência dos ingleses.

Entre os letrados portugueses, chamados a pronunciar-se sobre a eleição dos dois papas em contenda, é patente que a maioria, para não dizer totalidade, não sei se porque muito ligada à Universidade de Bolonha, defendia a legitimidade da eleição de Urbano VI, reputando Clemente VII antipapa. E é este um outro ponto muito importante da questão do cisma do Ocidente, que iremos abordar, analisando criticamente, na medida do possível, cada um dos pareceres apresentados por vários teólogos e juristas portugueses e tecendo algumas considerações a propósito de suas posições, baseadas no direito e na teologia, com preponderância para os factos concretos do reconhecimento pelos mesmos cardeais de Urbano VI como papa, na coroação, pedidos de concessões ou favores pontifícios, recepção de sacramentos, etc.

---

(260) Seguem os nomes riscados *Petrus Fernandi, doctor, Rodericus Alvari, doctor.*

(261) *De Schismate*, vol. IV (AV, Arm LIV, t. 17), fl. 27.

(262) Cf. FERNÃO LOPES, *Chrónica do senhor rei D. Fernando*, cap. 113-116, *ed. cit.*, pp. 377-386, cap. 128-130, *ed. cit.* pp. 405-411.

d) RETORNO DE EL-REI D. FERNANDO À OBEDIÊNCIA DO PAPA DE ROMA EM 1381 E POSIÇÃO FAVORÁVEL A URBANO VI DO CONSELHO DE SANTARÉM DE FEVEREIRO DE 1383.

Nas costas da bula original de Urbano VI, de 6 de Março de 1379, e da sentença anterior, de 14 de Fevereiro de 1379, do cardeal-presbítero de Santa Sabina, sobre a reintegração de D. Lourenço no arcebispado de Braga, foi exarado documento de 16 de Novembro de 1381, a contar como nos paços de D. Lourenço, em sínodo geral, este mandara ler carta de el-rei, assinada por Lourenço Anes Fogaça, vedor da chancelaria régia, na qual mandava publicar as letras de Urbano VI, contra a suspensão do governo da diocese pelo arcebispo de Toledo, então bispo de Coimbra, pelo bispo de Silves e Vasco Domingues, chantre de Braga:

> «*Sabham todos que na era de mil quatroçentos e dez e nove annos, convem a saber dez e seis dias do mes de Novembro, na çidade de Bragaa, seendo o honrrado padre e senhor dom Lourenço, pella graça de Deus arçebispo desa mesma, no vergeu dos seus paaços, que estam na dicta çidade, fazendo seu sinado geeral com as pesoas e dignadades, coonigos e cabidoo da dicta sa igreia, abbades, priores da ordem de sam Beento e priores e rreligiosos e outros da ordem de santo Agostinho, e chantre e coonigos de Guimaraães, e a moor parte de toda a clerizia do dicto seu arçebispado, que ao dicto sinado per sa carta foram chamados, aa ora da terça, o dicto senhor arcebispo mostrou e deu a mim tabeliom adeante scrito hũa carta de nosso ssenhor el Rey, escrita em papel e seelada nas costas de seu verdadeiro seello da sua corte e soscrita per mão de Lourençe Anes Fugaça, veedor da sua chançelaria, segundo per ela pareçia, na qual se contiinha, antre as outras cousas, que mandava a qualquer tabeliom dos seus rregnos que publicasem hũas leteras que o papa Urbano, que ora he, deu ao dicto ssenhor arcebispo em rrazon da sosspensom que lhi foi fecta da amynistraçom do dicto seu arçebispado pelo arcebispo de Toledo e per dom Martinho, emtom bispo de Silves, e per Vaasco Dominguez, chantre de Bragaa, a qual mostrada e leuda, o dicto senhor arçebispo mostrou e leer ffez per ffrey R.º doctor do mosteiro de sam Domingo do Porto, que presente sia, na presença da dicta clerizia, esta letera desta outra parte scrita. A qual leuda, o dicto senhor arçebispo pediu este stromento; fecto em Bragaa, era, mes, dia, logar e ora sobredictos; testemunhas presentes: Gomez Fernandez, coonigo de Viseu, Pero Fernandez, abbade de Canpanhaa, ffrei Lourenço, doctor do moesteiro de sam Domingo de Guimaraes, e outros muitos. E eu Pe. Anes de Bragaa e tabeliom geeral de nosso ssenhor el Rey na correiçom dantre* [*Doiro*] *e Minho, que este stromento screvi, a que meu sinal ffiz, que tal he* (lugar do sinal)» (263):

---

(263) ADB, *Colecção cronológica*, caixas 16 e 18. No documento da sentença, a anotação traz algumas variantes. Isso é prova a favor da autenticidade das notas marginais, a excluir qualquer possibilidade de erro na data de 16 de Novembro de 1381: «Sabham todos que na era de mil quatroçentos e dez e nove annos,

Esta atitude do monarca português equivalia a admitir, implicitamente, a obediência de Urbano VI. Embora o acto partisse do desejo de comprazer ao arcebispo primaz, é fora de dúvida um acto de acatamento das decisões do papa de Roma. Sinal de conversão à obediência de Urbano VI? D. Fernando apresentava reitores para várias igrejas do arcebispado a D. Lourenço ou a seu vigário a 10 de Janeiro, 8 de Março, 23, 24 e 30 de Abril, 5 e 8 de Novembro, 29 de Dezembro de 1382, 16 e 18 de Fevereiro e 24 de Abril de 1383 ([263a]), *sinal de que reconhecia a autoridade do arcebispo.*

A 15 de Março de 1379, o ouvidor apostólico Guilherme Horborch, já referido, por incumbência do papa de Roma, que lhe mandara conhecer a causa sobre a jurisdição temporal da cidade de Braga, pertencente ao primaz, citava o arcebispo de Toledo, D. Pedro Tenório, o bispo de Silves, D. Martinho, e o chantre de Braga, Vasco Domingues, a comparecerem no prazo de 140 dias, a fim de responderem sobre o assunto. Na citação, para afixar em Roma e nas portas das igrejas de Orense e de Tui, vem inserida súplica de D. Lourenço, presente na Cúria pontifícia, o qual se queixava de ter sido privado da jurisdição, em Agosto de 1377, pelo meirinho-mor Lopo Gomes, com o auxílio de muitos homens armados e colaboração do arcebispo eleito de Toledo, bispo de Silves, D. Martinho, e Vasco Domingues, chantre de Braga, os quais fizeram com que o meirinho o espoliasse da jurisdição, e aprovaram tais violações. Este recusara-se a restituir o governo da cidade, pelo que fora excomungado por D. Lourenço, o qual pedia a Urbano VI mandasse cometer as causas contra o dito meirinho, arcebispo de Toledo, bispo de Silves e chantre de Braga a algum ouvidor do palácio apostólico ([264]). *E D. Fernando, a 7 de Setembro de 1382, desde Sazes, expedia*

---

convem a saber dez e seis dias do mes de Novembro, na çidade de Bragaa, seendo o honrrado padre e senhor dom Lourenço, pella graça de Deus arçebispo desa meesma, no vergeu dos seus paaços, que estam na dicta çidade, fazendo seu sinado geeral, com as pesoas e dignadades, coonigos e cabidoo da dicta sa igreia, abbades, priores da ordeem de sam Beeito e priores e rreligiosos [e] outros da ordeem de sancto Agostinho, e chantre e coonigos de Guimarães e a moor parte de toda a clerizia do dicto seu arçebispado, que ao dicto sinado per sa carta foram chamados, aa ora da terça, o dicto senhor arcebispo mostrou e deu a mim tabaliom adeante scrito hũa carta de nosso ssenhor el Rey scrita em papel e seelada nas costas do seu verdadeiro seelo da sua corte e soscrita per mão de Lourençe Anes Fugaça, veedor da sua chançelaria, segundo per ela pareçia, na qual se contiinha antre as outras cousas, que mandava a qualquer tabaliom dos seus rregnos que publicassem hũas leteras que o papa Urbano, que ora he, deu ao dicto senhor arcebispo em rrazom da sosspensom que lhi foi fecta da amynistraçom do dicto seu arçebispado pelo arcebispo de Toledo e per dom Martinho emtom bispo de Silves e per Vaasco Dominguez, chantre de Bragaa, a qual mostrada e leuda, o dicto senhor arçebispo mostrou e leer ffez per ffrei Rº doctor do moesteiro de sam Domingo do Porto que presente sia, na pressença da dicta clerizia, esta letera desta outra parte scrita. A qual leuda, o dicto senhor arçebispo pediu este stromento fecto em Braga, era, mes, dia, logar e ora sobredictos, testemunhas presentes: ffrei Lourenço, doctor do moesteiro de sam Domingo de Guimaraes, Gomez Fernandes, coonigo de Viseu, e Pero Fernandez, abbade de Canpanhaa, e outros muitos e eu P.e Anes de Bragaa e tabaliom geeral de noso senhor el Rey na correiçom dantre Doiro e Minho, que este stromento screvi, a que meu sinal ffiz, que tal he (*lugar do sinal*)».

([263a]) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fls. 5v, 6, 8v, 9, 23, 23v, 30v, 43v, 44, 58v.

([264]) «Universis et singulis Christifidelibus presentes litteras inspecturis et presertim Portugalie nationis Wilhermus Horborch, decretorum doctor, prepositus Cracoviensis, domini nostri pape capellanus et ipsius sacri palatii apostolici causarum et cause ac partibus infrascriptis ab eodem domino nostro papa auditor specialiter deputatus, salutem in Domino sempiternam. Ex parte sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani, divina providentia pape sexti, quandam commisionis seu supplicationis cedulam nobis per certum eius cursorem presentatam nos cum ea qua decuit reverentia recepisse noveritis, tenorem qui sequitur continentem: Pater Sancte, licet civitas Braccarensis cum suo districtu sive tenemento sit infra regnum Portugalie, tamen a tempore, cuius principii memoria hominum non existit, ex fundatione et dotatione dicte ecclesie Bracarensis civitas cum suo districtu sive tenemento seu cauto fuit et esse consuevit, et est solum et in solidum cum omni mero [et] mixto imperio ac omnimoda iurisdictione alta et bassa ecclesie Braccarensis et ipsius mense archiepiscopalis reverendusque in Christo pater dominus Laurentius, archiepis-

alvará ao meirinho-mor de Entre Douro e Minho, Lopo Gomes, para mandar restituir a jurisdição da cidade e seus coutos ao arcebispo:

> «*Sabham todos que presentes nos Pero Anes e Stevam Martinz, tabaliões da cidade de Bragaa e em seus coutos per autoridade do honrrado padre e senhor dom Lourenço, pella graça de Deus arçebispo dessa meesma, e as testemunhas adeante scritas, perante Diego Gonçalvez Terrom, juiz ordinhairo na dicta çidade per o dicto senhor arçebispo, pareçeu Antoonio Dominguez, abbade de Santiago dAntas e procurador e rreçebedor do dicto senhor arçebispo, e mostrou e leer ffez per mim Pere Anes, tabaliom sobredicto, hũa carta de nosso senhor el Rey, fecta em pergaminho e so scrita per sa mãao e sselada do seu verdadeiro seello grande pendente per fita vermelha, segundo per ella parecia. Da qual o teor tal he: Dom Fernando pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo ffazer graça e merçee a dom Lourenço,*

---

copus Braccarensis modernus, nomine dicte sue ecclesie et mense sue archiepiscopalis usque ad tempus et tempore spoliationis, de qua infra dicetur, in possessione pacifica seu quasi dicte civitatis cum dicto suo districtu et tenemento seu cauto, mero et mixto imperio ac omnimoda iurisdictione alta et bassa predictis de premissisque quidam Lupus Gometii asserensque in illa parte regni, ubi sita est dicta civitas Braccarensis, fuisse et esse maiorem presidem pro dicto domino rege, habuit indubitatam notitiam atque super predictis exemptione et libertate a iuribus regni concessa ecclesie Braccarensis super dicta civitate et eius districtu sive tenemento seu cauto per prefatum dominum Laurentium archiepiscopum plena dicto Lupo Gometii atque indubitata literarum regiarum super premissis fuerit facta fides, tamen prefatus Lupus Gometii de anno Domini milesimo trecentesimo septuagesimo septimo et in mense Augusti eiusdem anni suffultus potentia multorum armatorum necnon asociatis sibi reverendis patribus dominis Petro, pro tunc electo Toletano, Martino episcopo Silvensi et quodam Valasco Dominici, asserente se cantorem dicte ecclesie Braccarensis, et asserentibus se visitatores a sede apostolica specialiter deputatos in regno Portugalie et eorum adiutorio facto atque opere per eos dolose et scienter prestito, dictam civitatem intravit clavesque et dominium eiusdem civitatis statim per vim et violentiam usurpavit et dictum dominum Laurentium archiepiscopum et ecclesiam Braccarensem predicta civitate cum suo districtu et tenemento seu cauto spoliavit et detinet spoliatos, predictis Petro et Martino atque Valasco dictas spoliationes fieri procurantibus et ipsas ratas et gratas habentibus, propter que dictus dominus Laurentius archiepiscopus et dicta sua ecclesia atque mensa archiepiscopa lis sustinuit et sustinet damna atque expensas etiam usque ad summam magnam; et Pater Sancte, licet prefatus Lupus Gometii per dictum dominum Laurentium archiepiscopum fuerit etiam coram pretensis visitatoribus requisitus quod dictam civitatem cum dicto suo districtu et tenemento seu cauto atque mero [et] mixto imperio et omnimoda iurisdictione alta et bassa eidem domino Laurentio et dicte sue ecclesie Braccarensi restitueret et dictam ecclesiam Braccarensem atque dictam mensam archiepiscopalem predictam pristine libertati restitueret, premissa facere recusarunt et recusavit, prout recusat, propter quod prefatus dominus Laurentius archiepiscopus ex suo officio dictum Lupum Gometii tamquam invasorem et occupatorem rerum ecclesiasticarum bene et sancte excommunicavit et excommunicatum publice nuntiari mandavit, a quibus sententiis pro parte dicti Lupi Gometii ut dicitur extitit ad sedem apostolicam appellatum et cui appellationi pro parte dicti domini Laurentii archiepiscopi fuit delatum, si [et] in quantum sedes apostolica duxisset ipsam admittendam et prefixit certum terminum dicto Lupo ad introducendum et prosequendum dictam appellationem in Curia Romana. Quare supplicatur Vestre Sanctitati pro parte dicti domini Laurentii archiepiscopi quatenus causam et causas tam civiles quam criminales, quam et quas coniunctim et divisim dictus dominus Laurentius movet seu movere intendit contra dictos Lupum Gometii, Petrum, archiepiscopum nunc Toletanum, Martinum, episcopum Silvensem, et Valascum Dominici predictos de et super premissis et eorum occasione alicui de auditoribus vestri sacri palatii causarum coniunctim et divisim committere dignemini audiendas, decidendas et fine debito terminandas, cum omnibus incidentibus, emergentibus, dependentibus et connexis et cum potestate citandi predictum Lupum Gometii personaliter, alios vero superius nominatos legitime et omnes per edictum ad instar albi pretoris in Romana Curia et in locis circumvicinis publice affigendum et procedendi summarie, simpliciter et de plano, sine strepitu et figura iudicii, sola veritate facti inspecta et terminis de stillo palatii servari consuetis abreviatis, cum dictus dominus Laurentius archiepis-

arcebispo de Bragaa, e a louvor e honrra da Virgem Maria, nosa vogada e defensor, em cuio nome a igreia de Bragaa he edificada e dotada pelos rreiis de Portugal, nosos anteçesores, e por salvaçom de nosa alma, rrestituymoslhe e entregamoslhe a jurdiçom da dicta çidade de Bragaa e de seus coutos, que a aia e posua livremente e sem embargo nenhũu, pella guisa que a avia e posuya ante que lhi per nos e de noso mandado fosse tomada. E mandamos aos moradores da dicta cidade e coutos que seiam obidientes e lhe rrespondam, pella guisa que lhi obedeçiam e rrespondiam ante que per nos e de nosso mandado lhi fosse tomada a dicta jurdiçom. Dante nos Saazes, sete dias de Setembro. El Rey o mandou. Afonso Viçente a fez. Era de mil quatroçentos e vinte annos. El Rey. A qual carta assii mostrada e leuda, o dicto rreçebedor disse que ao dicto senhor arçebispo era compridoiro daver o trellado da dicta carta em pu.ca forma, so sinal de mim dicto tabaliom... fecto em Bragaa nos paaços do dicto senhor arçebispo, nove dias do mes de dezembro. Era de mil quatroçentos

---

copus, propter potentiam predictorum et aliorum maiorum adherentium predictis, quorum nomina pro nunc tacentur, non possit ad eorum presentiam tute accedere nec speret in partibus posse consequi institie complementum et non obstante quod huiusmodi causa fore ad Romanam Curiam non censeatur devoluta nec in ea tractanda. In fine vero dicte commissionis sive supplicationis cedule scripta erant de alterius manus litera litere superiori ipsius cedule prorsus et omnino dissimili ac diversa hec verba, videlicet *de mandato domini nostri pape audiat magister Wilhelmus, cum potestate citandi ipsum Lupum etiam personaliter et per informationem, etc., et per edictum in forma, et iustitiam faciat.* Post cuius quidem commissionis seu supplicationis cedule presentationem et rescriptionem, nobis et per nos ut premittitur factas, productas atque primitus coram nobis pro parte reverendi in Christo patris et domini Laurentii archiepiscopi Braccarensis, principalis in dicta commissionis sive supplicationis cedula principaliter nominati, nonnullis testibus fidedignis ad informandum animum nostrum de et super contentis in prescripta commissione nobis facta eisque per nos receptis, iuratis et de mandato nostro examinatis ac depositionibus eorum in scriptis fideliter redactis et postmodum per nos visis, subsequenter fuimus per dictum reverendum patrem dominum Laurentium archiepiscopum Braccarensem principalem, coram nobis die infrascripta personaliter constitutum, debita cum instantia requisiti quatenus contra et adversus reverendos patres et dominos Petrum, archiepiscopum Toletanum, Martinum, episcopum Silvensem, ac Valascum Dominici, asserentem se cantorem dicte ecclesie Braccarensis, etiam in dicta commissionis seu supplicationis cedula ex adverso principaliter descriptos, citationem legitimam per edictum publicum in Romana Curia et in locis circumvicinis affigendum iuxta formam, seriem et tenorem prescripte commissionis nobis facte, sibi decernere et concedere dignaremur. Nos igitur Wilhelmus auditor prefatus, volentes in causa et causis huiusmodi procedere et partibus ipsis iustitiam ministrare, ut tenemur, quia per informationem predictam et alias legitime invenimus et nobis constitit atque constat domicilia et presentiam dictorum dominorum Petri archiepiscopi, Martini episcopi et Valasci Dominici ex adverso principalium pro huiusmodi citatione exequenda tute adiri non posse, idcirco auctoritate apostolica nobis in hac parte commissa, per hoc presens publicum edictum in audientia publica literarum contradictarum domini nostri pape legendum ac valvis seu portis sacri palatii apostolici ac sancti Bartholomei in Insula Tiburtina pro audientia causarum apostolica de presenti deputate ac sancte Marie in Transtiberim de Urbe necnon Auriensis et Tudensis ecclesiarum tamquam in locis convicinis affigendum, prefatos reverendos patres et dominos Petrum, archiepiscopum Toletanum, Martinum, episcopum Silvensem, et Valascum Dominici, principales, tenore presentium, peremptorie citamus quatenus ipsi centesima quadragesima die post lecturam, publicationem et affictionem presentium in audientia literarum contradictarum et portis seu valvis predictis factas immediate sequenti, si dies ipsa centesima quadragesima iuridica fuerit et nos vel alter loco nostri auditoris in causa et causis huiusmodi forsitan subrogandus ad iura redenda pro tribunali sederimus vel sederit, alioquin proxima ex tunc immediate sequenti die iuridica, qua nos vel subrogandum predictum ad iura redenda pro tribunali sedere contigerit Rome vel alibi, ubi tunc forsan dominus noster papa cum sua Curia residebit in palatio causarum apostolico seu loco alio pro audientia causarum apostolica deputato vel deputando, ubi iura reddentur, mane, hora causarum, per se vel procuratorem seu procuratores, idoneum vel idoneos, ad causam et causas huiusmodi sufficienter instructos, cum omnibus actis, iuribus, literis, instrumentis et munimentis, causam et causas huiusmodi quoquo modo tangentibus, et quibus uti voluerint, compareant in iudicio coram nobis vel dicto auditore loco nostri forsitan interim subrogando, nominato, domino Laurentio, archiepiscopo Braccarensi, principali, aut eius procuratori, ad hoc legitime constituto, de et super omnibus et

e vinte anos, testemunhas presentes Gonçalo Perez, abbade de Mouquim, Johanne Afomso, abbade de sam Pero de Freitas, Joham Luis e Gonçalo Stevez, homens do dicto rrecebedor e outros...» (265).

É para notar que, a 3 de Dezembro de 1382, em documento de Pere Anes, tabaliom da çidade de Bragaa e em seus coutos per autoridade do arçebispo dessa meesma, *relativo a demanda* perante os juizes da dicta cidade antre Diagalvez, coonigo de Bragaa e ministrador da capella que ordinhou o arçebispo dom Gonçalo, que Deus perdoe, come ministrador da dicta capella dhũa parte, e Afomso Stevez Leite, çidadaao de Bragaa, e sua molher Guimar Stevez da outra, *estavam presentes cónegos, outrora contrários a D. Lourenço, inclusive administradores da diocese, durante a suspensão, ou seja* os honrrados dom Afomso Martinz, meestre scolla, Rodrigalvarez, arcediagoo de Nevha, Domingo dEspinho, Vaasco Perez, Gonçalo Afomso, Pero Bermer, Pero Beltram, Françisco Lourenço e Joham Diaz, coonigos em esa see (266). *Não aparece o arcediago de Vermuim, Nicolau Martins, que, segundo se viu, em súplicas de Fevereiro e Março de 1380 pedia benefícios de Espanha a Clemente VII, nem o deão de Braga, que, em seu nome e do cabido, solicitava a Clemente VII, no dia 17 de*

---

singulis in dicta commissione nobis facta contentis de iustitia responsuri ac in toto negotio seu causa et causis huiusmodi ad omnes et singulos actus gradatim et successive et usque ad diffinitivam sententiam inclusive, debitis et consuetis terminis et dilationibus procedentibus, processuri et procedi visuri aliasque dicturi, facturi, audituri et recepturi quod ordo dictaverit rationis, certificantes nichilominus eosdem citatos quod sive in dicto citationis termino, ut premissum est, comparuerint sive non, nos in negotio ac causa seu causis huiusmodi ad instantiam partis coram nobis comparentis, prout de iure fuerit, procedemus seu subrogandus predictus procedet, dictorum citatorum absentia seu contumatia in aliquo non obstante. Loca vero audientie publice ac valvarum seu portarum predictarum tamquam publica et idonea ad citationem nostram huiusmodi publicandam, ad instar et dictorum publicorum que olim in albo pretoris scribebantur, duximus eligenda, que presentem nostram citationem suo quasi sonore preconio et patulo iudicio publicabunt, in quibus citationem huiusmodi modo premisso decrevimus et decernimus publicandam et affigendam, ne prenominati citati de premissis et infrascriptis excusationem seu ignorantiam aliquam et quod ad eos huiusmodi citatio non devenerit seu quod eam ignoraverint in futurum valeant pretendere seu etiam aliqualiter allegare, cum non sit verisimile apud ipsos remanere incognitum quod tam patenter et in locis publicis extitit omnibus publicatum, volentes nichilominus et dicta auctoritate apostolica decernentes quod hec presens nostra citatio, modo premisso executioni demandata et publicata, dictos dominos Petrum, archiepiscopum, Martinum, episcopum, et Valascum perinde et taliter arctet, astringat et apprehendat ac si ipsi sic citati in personis eorum propriis apprehensi et citati fuissent ipsisque dicta citatio fuisset et esset presentialiter intimata. In quorum omnium et singulorum fidem et testimonium presentes nostre citationis literas seu presens publicum edicti instrumentum, ipsam citationem in se continentes, per Henrricum notarium publicum nostrumque et huiusmodi cause scribam infrascriptum subscribi et publicari mandavimus nostrique sigilli fecimus appensione muniri. Datum et actum Rome, in domo habitationis nostre, sub anno a nativitate Domini milesimo trecentesimo septuagesimo nono, indictione secunda, die Martis, quinta decima mensis Martii, hora completorii vel quasi, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani divina providentia pape sexti predicti anno primo, presentibus discretis viris Borchardo de Russenne et Bartolomeo Bolteñ, clericis Osnabrugensis et Caminensis diocesis, testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Et ego Henrricus de Overenberben, clericus Mindensis diocesis, apostolica et imperiali auctoritate notarius, et venerabilis et circumspecti viri domini Wilhelmi Horborch auditoris predicti et presentis cause scriba dictis citationi, petitioni et concessioni omnibusque aliis et singulis premissis, dum sic, ut premittitur, fierent et agerentur, una cum supradictis testibus presens fui eaque sic fieri vidi et audivi et de mandato et auctoritate eiusdem domini auditoris, aliis occupatus negotiis, per alium scribi feci fidelem in hanc publicam formam, indigens (!) signo et nomine meis solitis signavi rogatus et requisitus, in testimonium omnium premissorum»: ADB, *Liber rerum memorabilium*, II, fls. 48-49.

(265) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18. ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fl. 20.

(266) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18.

Novembro de 1380 (antedatada?), o canonicato bracarense para Nuno Gonçalves (267). *A 12 de Agosto de 1383, além dos sobreditos ex-administradores e cónegos, aparece também Gil Peres, arcediago do Couto, e um Vasco Domingues, mas chantre de Lisboa, em documento passado (o que é deveras significativo) por* Affomso Perez, tabaliom de Bragaa per autoridade do arçebispo dessa meesma. *Estavam presentes* os honrrados Affomso Martinz, meestre scolla, Gil Perez, arçediagoo do Couto, R.º Alvarez, arcediagoo de Nevha, Vasco Dominguez, chantre de Lixboa, Vaasco Perez, Domingos dEspinho, Johanne Stevez, Gonçalo Affomso, Pero Bermer, Pero Beltram, Vaasco Giraldez, Francisco Lourenço, Joham Diaz, coonigos de Bragaa, seendo todos juntos no cabidoo novo da see dessa meesma, ffazendo cabidoo (268).

Quando se deu então a passagem para a obediência de Urbano VI? Em 1381 ou em 1382? As tropas inglesas, para combaterem contra os castelhanos, chegaram a Lisboa no dia 19 de Julho de 1381, segundo Fernão Lopes, e a 19 de Agosto do mesmo ano, festa da degolação de S. João Baptista, D. Fernando, a rogos dos Ingleses, após conselho tomado com o arcebispo de Braga e outros letrados, declarou, na presença de ingleses e de muito povo, que Urbano VI era o verdadeiro papa e não Clemente VII. Nesse dia realizaram-se os desposórios da Infanta Dona Beatriz com o filho do conde de Cantabrígia, por palavras de presente:

> «... *e quando os Ingreses veherom, por quamto tiinham com o Papa de Roma Urbano sexto, nom ouviam missa de nenhuum frade nem clerigo Portuguez. Estomçe disse o comde a elRei que el viinha pera o servir e ajudar em sua guerra contra elRei de Castella, que era çismatico, teemdo com huum Papa que estava em Avinhom; e que se el quiria que o Deos ajudasse em sua guerra, que desse a obediemçia ao padre samto de Roma, e que desta guisa lho emviava elRei seu senhor e padre dizer; e todo o comselho de Imgraterra; por quamto eram çertos que aquel era verdadeiro Papa e outro nom, e el disse que lhe prazia e outorgou de o fazer assi. E quamdo veo aos dez e nove dias do mes dagosto, na festa da degollaçom de Sam Joham Baptista, elRei Dom Fernando avemdo maduro conselho com o arçebispo de Bragaa e outros leterados homeens de seu reino, juramentados sobre huuma ostia sagrada na see cathedral da dita çidade, pubricamente presemte todo o poboo, declarou Urbano sexto seer verdadeiro Papa e outro nom; e isto presemte os Imgreses e muito outro poboo. E logo em esse dia a hora de terça, esposou elRei sua filha a Iffante Dona Beatriz per pallavras de presemte, com Eduarte, filho do comde de Cambrige, moços muito pequenos: e forom ambos lamçados em huuma gramde cama e bem corregida, na camara nova dos paaços delRei, e o bispo Dacres e o de Lixboa e outros prelados rezarom sobre elles, segumdo costume de Himgraterra e os bemzerom... E depois desto, no mes de setembro, aos oito dias delle, foi pubricada, presemte elRei e o comde e muitos senhores e prellados, huuma letera do Papa Urbano, em que privava de todo bem e homrra ecclesiastica Roberte, que se chamava Clemente septimo, e isso meesmo todollos cardeaaes e pessoas leigas, que lhe davom comselho e favor e ajuda, assi pubricamente come em ascondido, scomungamdoos que nom podessem seer asolltos se nom pello verdadeiro Papa, salvo se fosse em artiigo de morte, damdo seus beens e elles por servos aaquelles que os tomassem,*

---

(267) Cf. *Monum. Portugaliae Vaticana*, II, nn. 371, 400, 613. Bula de 17 de Novembro de 1380, em AV, Reg. Aven. 227, fls. 103-103v (a data é do ano 1380 e não 1381, como erroneamente vem indicado no n. 613 de *Monum. Portug. Vaticana*, II).

(268) ADB, *Gaveta* 1.ª *das propriedades do cabido*, n. 288.

outorgamdolhe ainda aquelles privilegios, que dam aaquelles que vão em ajuda da terra samta» ([269]).

O que o cronista nos diz está conforme aos documentos referidos, donde se conclui, sem algum perigo de erro, que, efectivamente, D. Fernando, rei de Portugal, declarou obediência ao papa de Roma, em Agosto de 1381, facto aliás confirmado por carta do bispo de Lisboa, substituído depois por D. João Gutierrez ([270]). *Em Junho de 1381, Urbano VI nomeava núncio em Portugal ao deão de Silves, a quem incumbia exigisse a todos os beneficiários as somas devidas à câmara apostólica, e, a 22 do dito mês, recomendava-lhe levasse os prelados e clero português a cumprir a obrigação de auxiliarem a Igreja com o que pudessem, fazendo-lhes ver as dificuldades financeiras da sé apostólica* ([270a]). *Embora estas bulas de Urbano VI não signifiquem, de per si, que o reino de Portugal tivesse aderido oficialmente ao papa de Roma, não há dúvida que podem ser indício de qualquer movimento nesse sentido. Fernão Lopes, como se viu, refere que, a 8 de Setembro de 1381, foi publicada em Lisboa a bula de Urbano VI, a excomungar o papa de Avinhão e os cardeais sequazes e a conceder indulgências e privilégios aos que os combatessem. Mas não teria el-rei D. Fernando, tão volúvel nas suas decisões e compromissos, voltado oficialmente ao papa de Avinhão, ao revogar os contratos com os Ingleses e fazer as pazes com Castela, por meio doutros tratados, inclusive quanto aos matrimónios ou desposórios de sua filha Dona Beatriz?*

A propósito desta situação, talvez se possa justamente supor que, ao voltar-se o monarca para o papa de Roma, em Julho-Agosto de 1381, tenha o arcebispo influenciado no ânimo de D. Fernando, o qual mantinha D. Martinho Anes, bispo de Lisboa, fora do reino, com prescrição de não se afastar de Avinhão até novas ordens, enquanto João Gutierrez, bispo de Dax, era colocado à frente do governo da diocese lisboeta, como seu prelado. A julgar por carta da rainha de Aragão, de 22 de Agosto de 1382, ao cardeal Pedro de Luna, este grandemente se alegrou com o insucesso da vinda dos Ingleses a Portugal e subsequente tratado de paz entre os monarcas de Portugal e Castela, o que, segundo a rainha, era de grande vantagem e honra para o último, além da utilidade que traria para o assunto do cisma. Por isso o cardeal se apressara a comunicar a notícia da paz, recebida por carta de el-rei de Castela ([270b]). *Para bem ajuizarmos deste estado de coisas, vamos ver, através da documentação pontifícia existente, como se processou em Portugal*

([269]) FERNÃO LOPES, *Chrónica do senhor rei D. Fernando*, cap. 128-130, *ed. cit.*, pp. 464-466. Ver ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fl. 90, onde há a *Doação dos lugares que el rrey deu aa Iffante dona Beatriz, quando casou com o senhor Eduarte, filho do principe de Moymõ ... filho do nobre principe Moymõ, conde de Cantabrixa, de Leirea, de Monte moor o velho, de Porto de Moos, dEvora-monte, as Alcavevas, Arganil, Chaves e Bragança, com todos seus termos, etc., em Lixboa, xv dias de Novembro de mil iiii.c xix.*

([270]) Publ. por H. BRESLAU, *Aus den ersten Zeiten des grossen abendländischen Schismas*, em *Abh. Preuss Ak. Wiss.* 1919, n. 6, p. 11. Cf. nota 274 p.

([270a]) AV, Reg. Vat. 310, fls. 117v-118v. Cf. nota 277e.

([270b]) ACA (*Archivo de la Corona de Aragón*), *Chancelaria Real*, Registo 1589, fls. 58-58v. Publicada por JOSEPH MARIA ROCA, *La Reyna Empordanesa*, p. 202:

«Reverent pare en Christ e molt car amich. Resabuda havem vostra letra sobrel fet dela pau del rrey de Castella e del rrey de Portugal e ell fet dels angleses. Et aquella entesa e ço quis conten en lo translat que havets trames al senyor rrey dela letra quel dit rrey de Castella vos navia tramesa havem havt e havem sobiran goig e plaer dela dita pau, per moltes raons e principalment per iii: la primera per los grans mals, perills e scandels danimes e de cossos qui, en altra manera, nestaven apparellats e per lo gran be, per conseguent, qui ab Deu se espera aseguir entre ells; la ii.ª que havem fe en Nostre Senyor que los fets dela Esgleya de Deu ne seran mills e pus prestament endreçats e portats ala veritat, car, quant mes pau e concordia havra entre christians, tant mes sera lo cor daquells pus dispost e desembergat al servey de Deu e a salut de lur anima; la iii.ª car veem clarament que la dita pau es molt profitosa e honorable e feta a gran aventatge del dit rrey

a obediência a Clemente VII até àquela data histórica de Julho-Agosto de 1381 e depois até 1383 ou melhor ainda até à morte de D. Fernando, período em que figuram como protagonistas o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, e o bispo de Lisboa, D. Martinho Anes, aquele pelo papa de Roma, Urbano VI, e o último pelo de Avinhão, Clemente VII.

Vimos atrás que todos os bispos portugueses, excepto D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga, abraçaram a obediência de Clemente VII, quando el-rei D. Fernando se pronunciou, na cidade de Évora, em Janeiro de 1380, pelo papa de Avinhão. Observei então que este procurou atrair D. Lourenço à sua obediência ou pelo menos tomou decisões como se o arcebispo estivesse da sua parte. O clero português, em geral, alinhou com os bispos e, muito particularmente, o cabido de Braga pôs-se ao lado de Clemente VII, em contraste com o seu prelado. A oposição era manifesta durante a obediência de Portugal ao papa de Avinhão, quando praticamente quase todos os portugueses o seguiam. Mas, com a declaração régia, em Julho-Agosto de 1381, a favor de Urbano VI, os bispos do Porto, de Lamego e de Viseu devem ter regressado à obediência de Roma. Os de Lisboa, Silves, Coimbra e Guarda, talvez relegados ou contrariados pelo monarca que chegou a tomar medidas contra alguns deles, não se faziam sentir abertamente a favor de Clemente VII. A partir de 1382, sobretudo em 1383, terão liberdade para tomar atitudes de aberto acatamento da autoridade do papa de Avinhão, embora sem iniciativas manifestas contra Urbano VI. Os documentos que vou apresentar, alguns deles já referenciados, levam a esta conclusão, segundo creio.

No tocante a D. Lourenço Vicente, o papa de Avinhão dirigia-se-lhe por letras de 3 de Junho de 1380 ([270 c]) e encarregava-o de conferir a António Lourenço, sacerdote da diocese bracarense, um benefício eclesiástico da colação do prior e cabido de Guimarães. Mas este António Lourenço era precisamente o clérigo, junto do qual tinha sido posta em sequestro a igreja de Santo Estêvão de Urgeses, da bula de 26 de Outubro de 1380, transcrita atrás, a encarregar Pedro Lourenço Buval, cónego de Braga, de anular os processos do arcebispo contra Vasco Afonso, reitor dessa igreja, e a declarar que os clérigos bracarenses não estavam obrigados a obedecer a D. Lourenço, porque tinha sido trasladado pelo papa, havia tempo, para a sé de Trani. Tal declaração, aliás, sobre a carência de poder na arquidiocese da parte do arcebispo já a tinha feito antes Clemente VII, segundo bulas, também transcritas atrás, de 15 de Setembro e 3 de Outubro de 1380, relativas a Vasco Gil, cónego de Braga, o qual participara na causa de suspensão decretada contra D. Lourenço, em cujo prosseguimento na Cúria pontifícia entrou o bispo de Silves D. Martinho Anes e o próprio monarca D. Fernando ([270 d]).

---

de Castella, la honor del qual nos reputam per propria ens en sentim axi com fariem propriament dela nostra e rao que es, attes lo gran deute e acostament que ell ha ab lo senyor rrey e aximateix car en moltes guises havem connegut e veem evidentment la gran e bona affeccio e voler que ell ha vers nostra honor e be avenir. Et, en veritat, rreverent pare en Christ, vos havets fet fort gran plaer al ssenyor rrey e a nos de escrivrens del dit fet eus ho regraciem tant que no poriem pus, car ab gran ansia e conguxa nestavem. Et si algunes coses podem fer per vostra honor, escrivitsnos en ab tota fiança, car nos ho faren molt volenterosament. Dada en Valencia, sots nostre segell secret, a xxii dies dagost del any M.ccc. Lxxxii. Secretarius. Dirigitur cardinali de Aragonia. Dominus rex mandavit michi, Berengario de Vallosera. Provisa».

([270 c]) Reg. Aven. 222, fls. 256v-257: «Venerabili fratri archiepiscopo Bracharensi, salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Anthonium Laurentii, presbyterum Bracharensis diocesis ... favore prosequi gratioso, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatenus ... beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ... ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem dilectorum filiorum prioris et capituli secularis ecclesie sancte Marie de Guimaraes predicte diocesis communiter vel divisim pertinens, si quod vacat ad presens, vel cum vacaverit, quod idem Anthonius per se vel procuratorem suum ... duxerit acceptandum, conferendum eidem Anthonio ... donationi tue apostolica auctoritate reserves ... [fl. 257] ... Datum Avinione, iii Nonas Junii, anno secundo».

([270 d]) Cf. notas 235, 252, 253.

Como também disse, a 28 de Maio de 1381, por bula em prol do prior de Guimarães, Gonçalo Vasques, e outros clérigos, novamente o papa de Avinhão incumbia Pedro Lourenço Buval das causas desses clérigos contra os processos do arcebispo D. Lourenço que o papa declarava sem autoridade alguma na arquidiocese, após tê-lo transferido para Trani, embora contra a vontade do arcebispo (270 e). *E a 4 de Julho de 1381, ao dirigir-se ao cabido de Braga e não ao arcebispo, ao contrário do que fizera na mesma data, em cartas endereçadas aos arcebispos de Tarragona, Saragoça, Toledo, Compostela e Sevilha, a determinar meios de auxílio e redenção a favor do rei da Arménia e outros cristãos perseguidos pelos Sarracenos que os tinham cativos, depois de terem matado muitos sacerdotes e cristãos* (270 f), *repetia Clemente VII ter transferido D. Lourenço, eleito de Trani, para esta diocese, contra a vontade do arcebispo* (270 g).

(270 e) Cf. nota 250.

(270 f) AV, Reg. Aven. 225, fls. 604v-605v: «Venerabili fratri archiepiscopo Terraconensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Etsi cunctis ... [fl. 605] ... Sane nuper ad nostrum, dilecto filio nobili viro Soherio de Sarto, comite Curqui, nobis intimante, non sine cordis amaritudine pervenit auditum quod dudum impiissimus Soldanus Babilonie cum maxima Sarracenorum multitudine regnum Armenie seva crudelitate intravit ac civitates, castra et villas dicti regni non sine magna christianorum strage capiens, comburens et destruens et quampluribus christianis fidem catholicam abnegare nolentibus diversa tormentorum genera inferens, religiosis et aliis presbyteris et personis ecclesiasticis occulos cum ferreis ignitis erui et eisdem presbyteris linguas, ne verbum Dei populo predicarent, et quatuor digitos, cum quibus Corpus Dominicum pertractabant, abscindi fecit ac carissimum in Christo filium nostrum Leonetum, regem, ac carissimam in Christo filiam nostram Mariam, reginam Armenie, illustres prefatumque comitem ac dilectam in Christo filiam nobilem mulierem Fyniam, comitissam Curqui, dicti comitis uxorem, in quadam civitate ipsius regni cum multis christianis aliis existentes per novem menses vel circiter adeo arte obsessos tenuit quod fame afflicti muros et equorum coria comedere cogebantur, et tandem propter defectum victualium se et civitatem predictam de consensu populi civitatis ipsius Sarracenis eisdem se necessario reddiderunt captivos dictique sarraceni eos sic captivos ac bonis suis spoliatos ad civitatem Jerusalem primo et deinde ad locum Cadri, in quo dictus morabatur soldanus, duxerunt et ibidem comes prefatus cum eisdem rege, regina et comitissa et aliis christianis per quinque annos vel circiter mansit carceribus mancipatus dictique rex et regina ac comitissa et alii christiani adhuc ibidem detinentur captivi et ad negandum Dei filium Jhesu Christum per eosdem Sarracenos incitantur quodque non est verisimile eos posse a captivitate huiusmodi liberari, nisi de fidelium subventionibus succurratur eisdem. Nos igitur ex premissis dolentes ab intimis ac eorum regis et regine ac comitisse et aliorum christianorum captivorum miseriis paterno compatientes affectu ac liberationem ipsorum totis desideriis compatientes (!), fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatenus per te vel alium seu alios de male ablatis et de male acquisitis per personas in tuis civitate et diocesi ac provincia commorantes, que restitui deberent, si hii quibus eorum restitutio fieri debet, ab illis per quos eadem est facienda restitutio ignorentur vel inveniri non possint, usque ad summam mille flor. auri de camera in redemptionem regis et regine, comitisse et aliorum christianorum ipsorum, expensis congruis dicti comitis et suorum familiarum pro prosecutione huiusmodi negotii faciendis ab ea deductis, integre convertendam, eidem comiti vel illi seu illis quem vel quos ad hoc duxerit deputandum seu deputandos facias auctoritate apostolica assignari ... Datum Avinione, iiii Nonas Julii, pontificatus nostri anno tertio.

Venerabili fratri .. archiepiscopo Cesaragustano. Salutem, etc. Etsi cunctis qui christiana religione censentur, etc., ut in precedenti, usque Datum Avinione, iiii Nonas Julii, pontificatus nostri anno tertio. Venerabili fratri .. archiepiscopo Toletano. Salutem, etc. Etsi cunctis, etc., ut in secunda proxima precedenti, usque Datum Avinione, iiii Nonas Julii, pontificatus nostri anno tertio. Venerabili fratri .. archiepiscopo Compostellano. Salutem, etc. Etsi cunctis qui christiana, etc., ut in tertia proxima precedenti, usque Datum Avinione, iiii Nonas Julii, anno tertio, etc. Venerabili fratri .. archiepiscopo Ispalensi, Salutem, etc. Etsi cuntis qui christiana, etc., ut in quarta proxima precedenti, usque ad Datum Avinione, iiii Nonas Julii, anno tertio, etc.». Cf. também Reg. Vat. 293, fls. 135v-136v.

(270 g) «Dilectis filiis .. Capitulo ecclesie Bracharensis. Salutem, etc. Etsi cunctis qui christiana religione censentur, etc., ut in quinta proxima precedenti usque totis desideriis compatientes, discretioni vestre, cum ecclesia vestra ex eo vacet ad presens quod nos dudum Laurentium, electum Tiranensem, tunc archiepiscopum Bracharensem, a vinculo, quo eidem vestre ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, de fratrum

Alguns dias antes, a 14 de Junho de 1381, por letras, igualmente a favor do sobredito Vasco Afonso, reitor da igreja de Santo Estêvão de Urgeses, que D. Lourenço conferira a Gil Martins, sacerdote da diocese de Coimbra, o papa refere-se à trasladação de D. Lourenço para Trani, declarando que ele ocupava ilicitamente a arquidiocese de Braga, após a transferência, e lembra a anterior comissão a Pedro Lourenço Buval, cónego de Braga, das causas do dito Vasco Afonso contra o arcebispo e os clérigos Gomes Peres, clérigo da diocese de Lisboa, e Gil Martins, sacerdote da diocese de Coimbra, bem como a declaração de não estar esse Vasco Afonso obrigado a obedecer a D. Lourenço depois da transferência. O certo é que o interessado não tinha podido obter a execução dos processos feitos por Pedro Lourenço Buval contra o arcebispo e seus oficiais, em virtude das letras anteriores de Clemente VII, precisamente porque D. Lourenço Vicente, valendo-se do auxílio de príncipes e potentados que o favoreciam, e do próprio poder e perícia judiciária, tinha impedido a execução das bulas e suspendido o queixoso do ofício e benefício. Declarava então Clemente VII que Pedro Lourenço Buval, Vasco Afonso e os familiares do primeiro não estavam obrigados a obedecer a D. Lourenço, desde que ele fora transferido para Trani, e que todos os processos feitos por ele ou por sua autoridade, bem como outros porventura no futuro, eram nulos. Novamente declarava que Pedro Lourenço Buval era o juiz competente para todas as causas contra ou a favor de Vasco Afonso, na cidade e diocese de Braga ([270 h]).

---

nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine etiam invitum absolventes, ipsum ad ecclesiam Tiranensem, tunc vacantem, eadem auctoritate duximus transferendum, preficiendo eum dicte Tiranensi ecclesie in archiepiscopum et pastorem, per apostolica scripta comittimus et mandamus quatenus per aliquem seu aliquos discretum vel discretos, quem vel quos ad hoc duxeritis deputandum seu deputandos, de male ablatis et male acquisitis per personas in civitate et diocesi ac provincia Bracharensi commorantes, que restitui deberent, si hii quibus eorum restitutio fieri deberet, etc., ut in predicta, ponendo faciatis loco facias, et sic in aliis locis ponendo in plurali loco singulari, usque Datum Avinione, iiii Nonas Julii, anno tertio» (AV, Reg. Aven. 225, fl. 605v, Reg. Vat. 293, fi. 136v. *Esta bula está dependente das transcritas na nota imediatamente anterior*). Sobre o rei da Arménia este passo de 3 de Março de 1383: «Die iii mensis Martii [1383] fuerunt soluti de mandato domini nostri pape illustri principi domino Leoni Armenie pro dono sibi facto per dominum papam, Johanne de Oursinis, fratre domini cardinalis Florentini, pro ipso recipiente et dicto Nicholao solvente, v.c franchi auri boni ponderis. Valent v.c xxxb flor. camere, xx sol. *Na margem esquerda do texto:* Presentibus fratre Johanne Dardelli, ordinis fratrum Minorum, confessore dicti domini Regis, domino Jo. Gratelup, presbytero Carnotensis diocesis» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 71v).

([270 h]) AV, Reg. Aven. 226, fls. 192v-193: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Ad futuram rei memoriam. Iustis petentium desideriis libenter annuimus eaque favore prosequimur opportuno. Dudum siquidem pro parte dilecti filii Valasci Alfonsi, rectoris parrochialis ecclesie sancti Stephani de Urgeses, Bracharensis diocesis, nobis exposito quod olim causa in palatio apostolico inter ipsum et Gometium Petri, clericum Ulixbonensis diocesis, super ecclesia predicta pendente, Laurentius, electus Tiranensis, tunc archiepiscopus Bracharensis, Egidium Martini, presbyterum Colimbriensis diocesis, in eadem ecclesia intruserat dictusque Valascus eundem Egidium propterea in eodem palatio traxerat in causam et demum diffinitivam in causa huiusmodi contra prefatos Gometium et Egidium sententiam reportaverat ac eandem ecclesiam auctoritate apostolica obtinuerat sequestrari quodque deinde idem electus, tunc archiepiscopus, sexaginta libras monete currentis ibidem de bonis ipsius ecclesie, huiusmodi sequestro durante, receperat seu recipi mandaverat et fecerat, et quod postmodum prefatus Valascus duas alias diffinitivas sententias super dicta ecclesia contra eosdem Gometium et Egidium obtinuerat ac super executione ipsarum apostolicas sub certa forma litteras impetraverat, quarum vigore, dicti Gometius et Egidius excommunicationis sententia innodati fuerant quodque idem Laurentius, quem dudum a vinculo, quo Bracharensi ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, de fratrum nostrorum concilio (!) et apostolice potestatis plenitudine absolvimus et ad ecclesiam Tiranensem, tunc vacantem, auctoritate apostolica duximus transferendum, eandem ecclesiam Bracharensem detinebat occupatam et ipsum Valascum persequebatur odio capitali, nos dilecto filio Petro Laurentii Bubal, canonico Bracharensi, nostris dedimus litteris in mandatis ut omnes et singulos (!) causas tam civiles quam criminales ac alias quascunque per Laurentium, Gometium et Egidium predictos contra eundem Valascum et per ipsum

Estas determinações do papa de Avinhão só eram possíveis, na medida em que as principais figuras do cabido de Braga, seus sequazes, despeitadas com o arcebispo, o qual, segundo quanto se viu, procedia judicialmente contra alguns deles, tivessem liberdade de acção. Mas el-rei, apesar de se ter pronunciado pelo papa de Avinhão, como se frisou, não intervinha directamente contra o arcebispo. Este continuava a exercer suas atribuições de prelado de Braga, enquanto Clemente VII tentava intervir na arquidiocese por meio do cabido ou de clérigos doutras dioceses. Assim, como vimos, há várias comissões dos fins de 1379 ao arcediago do Couto e ao prior de Guimarães. Sabemos também que, a 17 de Maio de 1380, incumbia o mestre-escola de Braga, Afonso Martins, um dos principais adversários do arcebispo, de fazer justiça a Filipe de Andester, cónego de Lisboa, na contenda com João Martins, sacerdote lisboeta, ventilada em apelação perante Pedro Afonso, ouvidor geral na Cúria de Compostela, que o tinha excomungado injustamente ([270 i]).

Valascum contra eosdem Laurentium, Gometium et Egidium motas tunc et pendentes ac movendas imposterum communiter vel divisim, legitimis tamen in huiusmodi tunc pendentibus causis, habitis [et] servatis processibus, audiret et eas debito fine decideret, faciens quod decerneret auctoritate nostra firmiter observari. Et nichilominus omnes et singulos processus [fl. 193] per dictum Laurentium tanquam Bracharensem archiepiscopum seu eius tanquam Bracharensis archiepiscopi auctoritate, postquam a predicto vinculo absolveramus, ut prefertur, contra eundem Valascum factos et habitos, prout erant, fore nullos et ipsum Valascum eidem Laurentio tanquam Bracharensi archiepiscopo, quamdiu ipsam Bracharensem ecclesiam detineret in aliquo non subesse denunciare procuraret. Contradictores auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendo. Et licet deinde, sicut exhibita nobis pro parte dicti Valasci petitio continebat, idem Petrus predictarum litterarum vigore nonnullos processus contra eundem Laurentium et eius officiales fecisset, tamen predicte littere, propter ipsius Laurentii ac principum et potentium, qui sibi favent, potentiam ac eiusdem Laurentii cavillationes et malitia[m] non potuerunt executioni debite demandari, sed postmodum tam idem Laurentius quam nonnulli officiales sui eundem Valascum de facto ab officio et beneficio suspenderunt. Nos igitur ipsius Valasci supplicationibus inclinati, tenore presentium, declaramus prefatos Petrum et Valascum ac familiares ipsius Petri eidem Laurentio tanquam archiepiscopo Bracharensi a tempore absolutionis huiusmodi non fuisse nec esse subiectos ac omnes et singulos processus predictos per dictum Laurentium seu eius auctoritate ut premittitur factos, prout sunt, necnon quoscunque alios, quos per eundem Laurentium tanquam archiepiscopum Bracharensem seu eius tanquam Bracharensis archiepiscopi nomine, quamdiu eandem Bracharensem ecclesiam occupabit, contra eos aut aliquem eorumdem fieri contigerit, fore irritos et inanes, statuentes et etiam ordinantes quod durante occupatione huiusmodi prefatus Petrus Laurentii omnes et singulas causas tam civiles quam criminales per quascunque personas contra eundem Valascum et per ipsum Valascum contra personas quaslibet civitatis et diocesis Bracharensis movendas imposterum audiat et appellatione remota debito fine decidat ac faciat quod decreverit auctoritate nostra firmiter observari. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre declarationis, constitutionis, ordinationis et voluntatis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se noverit incursurum. Datum Avinione, xviii Kalendas Julii, pontificatus nostri anno tertio».

([270 i]) AV, Reg. Aven. 224, fis. 558v-559: «Dilecto filio scolastico ecclesie Bracharensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Exhibita nobis nuper pro parte dilecti filii Philipi de Andestre, canonici ecclesie Ulixbonensis, petitio continebat quod olim dilecti filii capitulum ipsius ecclesie dilectum filium Johannem Martini, presbyterum, in civitate Ulixbonensi moram trahentem, qui eisdem capitulo in quadam pecunie summa, tunc expressa, ex causa etiam tunc expressa legitime tenebatur, super hoc petendo, ipsum condempnarunt et compelli ad dandum et solvendum predicto capitulo huiusmodi pecunie summam coram prefato Philippo, cui dilectus filius officialis dictorum capituli, ad quos cognitio causarum huiusmodi, que per eosdem capitulum contra quascunque personas ecclesiasticas civitatis predicte super pecuniarum summis et rebus aliis in quibus eedem persone predictis capitulo pro tempore tenentur, moventur pro tempore de antiqua et approbata et hactenus pacifice observata consuetudine pertinet, causam huiusmodi auctoritate ordinaria audiendam commiserat et fine debito terminandam huiusmodi commissionis vigore traxerunt in causam idemque canonicus, cognitis huiusmodi cause meritis et iuris ordine observato, difinitivam pro dictis capitulo et contra ipsum Johannem sententiam promulgavit, a qua pro parte dicti Johannis, eam iniquam fore falso asserentis, fuit ad venerabilem fratrem nostrum episcopum Ulixbonensem apellatum prefatusque Johannes pre-

A 2 de Junho de 1380, ao conceder a Afonso de Urros, clérigo da diocese de Braga e estudante de gramática, um benefício da colação do arcebispo e cabido de Braga, encarregava da comissão aos deãos do Porto e de Viseu, além do deão de Santo Agrícola de Avinhão ([270 i]). *Na mesma data, incumbia o abade do mosteiro de Santa Maria de Pombeiro e o mestre-escola de Braga de conferirem a João Lourenço, clérigo da diocese de Braga e estudante de gramática, um benefício da colação do bispo e cabido do Porto* ([270 k]).

No dia 22 de Julho de 1380, concedia Clemente VII a Martinho Anes, clérigo da diocese de Braga, já dispensado do impedimento de ilegitimidade para ser promovido às Ordens sacras e receber um benefício eclesiástico, a graça de ser elevado à dignidade de cónego em qualquer igreja catedral, mesmo metropolitana ([270 l]). *A 27 de Setembro de 1380, mandava ao bispo da Guarda,*

---

dictos capitulum fecit in causa apellationis huiusmodi coram dilecto filio Guillermo Carbonelli, presbytero, vicario dicti episcopi in spiritualibus generali, ad iudicium evocari idemque vicarius legitime in huiusmodi apellationis causa procedens, per suam diflnitivam sententiam pronunciavit per dictum Johannem male fuisse apellatum et predictam sententiam dicti Philipi confirmavit, a qua quidem sententia dicti vicarii memoratus Johannes ad Curiam Compostellanam, loci metropoliticam, appellavit ac demum dilectus filius Petrus Alfonsi, presbyter, in civitate Compostellana commorans, asserens se auditorem generalem causarum dicte Curie, perperam in huiusmodi ultime apellationis causa procedens, dicto Philipo ad hoc etiam non vocato, sed absente, non per contumaciam, per suam, ut dicebat, sententiam difinitivam eundem Philipum in quadam pro expensis, quas aliter minime exprimebat, et in quadam alia pro scriptor. et in quadam alia pro sigillo huiusmodi sue sententie pecuniarum summis condempnavit, quamvis de facto, a qua quidem sententia dicti Petri Alfonsi pro parte ipsius Philipi, quamprimum ad ipsius pervenit notitiam, fuit ad sedem apostolicam apellatum idemque Petrus Alfonsi, etiam post et contra apellationem huiusmodi dicti Philippi in eundem Philipum excommunicationis sententiam promulgavit [fl. 559] etiam de facto ... Quare pro parte dicti Philipi nobis fuit humiliter supplicatum ut ipsum ab huiusmodi excommunicationis sententia absolvi ad cautelam mandare et alias providere ei in premissis de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque huiusmodi supplicationibus inclinati, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus, vocatis qui fuerint evocandi et auditis hinc inde propositis, quod iustum fuerit, appellatione remota, decernas ... Datum Avinione, xvi Kalendas Junii, pontificatus nostri anno secundo».

([270 i]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 80-80v: «Dilecto filio Alfonso de Urros, clerico Bracharensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Laudabilia probitatis ... Volentes itaque tibi, qui, ut asseris, in gramatica studes, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ... ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem venerabilis fratris nostri archiepiscopi et dilectorum filiorum capituli Bracharensis, communiter vel divisim pertinens ... conferendum tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 80v] ... Datum Avinione, iiii Nonas Junii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis Portuensis et Vicensis ac sancti Agricoli Avinionensis decanis ecclesiarum ... Datum ut supra».

([270 k]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 188-188v: «Dilecto filio Johanni Laurentii, clerico Bracharensis diocesis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi qui, ut asseris, in gramatica studes, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ... ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem venerabilis fratris nostri episcopi et dilectorum filiorum capituli Portugalensis communiter vel divisim pertinens ... conferendum tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fi. 188v] ... Datum Avinione, iiii Nonas Junii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis abbati monasterii sancte Marie de Polumbario, Bracharensis diocesis, et decano sancti Agricoli Avinionensis ac scolastico Bracharensis ecclesiarum ... Datum ut supra».

([270 l]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 522-522v: «Dilecto filio Martino Johannis, clerico Bracharensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Probitatis et virtutum merita ... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod olim tecum super defectu natalium, quem pateris de presbytero genitus et soluta, quod huiusmodi non obstante defectu, ad omnes ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum ... obtinere posses fuit auctoritate apostolica dispensatum. Nos itaque, volentes te, premissorum meritorum tuorum intuitu, favore prosequi gratie amplioris, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut canonicatum et prebendam ecclesie metropolitane aut alterius cathedralis, si tibi alias canonice conferatur, libere

prior do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa e ao chantre de Braga conferissem o arcediagado de Lisboa a Vasco Gonçalves, alegando que essa dignidade estava vacante devido à resignação que dele fizera o cardeal D. Geraldo ([270 m]), *tal como sabemos aliás pela respectiva súplica* ([270 n]). *Em 28 de Setembro de 1380, dirigia-se a Vasco Afonso, clérigo da diocese de Braga, já dispensado do impedimento de ilegitimidade para receber benefícios, a fim de lhe facultar graça mais vantajosa* ([270 o]). *Por letras de 17 de Novembro de 1380, atendendo a pedido do deão de Braga, Estêvão Peres, e respectivo cabido, segundo súplica já aludida, em que se não refere o nome do deão, o papa concedia a Nuno Gonçalves, oriundo da cidade de Braga e escolar de direito canónico que, havia cerca de vinte anos, servia a igreja bracarense, o canonicato de Braga, com reserva da respectiva prebenda, encarregando da execução ao deão de Tui e chantre e mestre-escola do Porto* ([270 p]).

No ano seguinte, a 4 de Janeiro de 1381, Clemente VII outorgava a João Domingues, dito Raposo, clérigo da diocese de Braga, uma porção na igreja de Braga, encarregando o chantre da Guarda e Estêvão Dade e Gonçalo Esteves, respectivamente cónegos de Lisboa e de Viseu, da comissão correspondente ([270 q]). *A 25 de Janeiro de 1381, concedia um benefício eclesiástico da*

---

recipere et una cum beneficio, quod vigore dicte dispensationis assequi te continget, licite retinere ac canonicatum et prebendam ac beneficium huiusmodi ... [fl. 522v] ... recipere et retinere valeas, defectu predicto ... nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, de speciali gratia dispensamus ... Datum Avinione, xi Kalendas Augusti, pontificatus nostri anno secundo».

([270 m]) AV, Reg. Aven. 221, fls. 250-251: «Dilecto filio Valasco Gundissalvi, canonico ac archidiacono ecclesie Ulixbonensis, salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Cum itaque postmodum canonicatus et prebenda ac archidiaconatus ecclesie Ulixbonensis, quos dilectus filius [fl. 250v] Geraldus, tituli sancti Clementis presbyter cardinalis, in eadem ecclesia dudum obtinuit, per liberam resignationem ipsius cardinalis de illis, per eum apud sedem apostolicam personaliter constitutum in nostris manibus sponte factam et per nos admissam, vacaverint et vacare noscantur ad presens ... nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, dictos canonicatum et prebendam ac archidiaconatum ... sic vacantes, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ... Datum apud Pontem Sorgie, Avinionensis diocesis, v Kalendas Octobris, pontificatus [fl. 251] nostri anno secundo. In eodem modo venerabili fratri episcopo Egitaniensi et dilectis filiis priori sancti Vincentii extra muros Ulixbonenses ac cantori ecclesie Bracharensis ... Datum ut supra».

([270 n]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 518.

([270 o]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 587v-588: «Dilecto filio Valasco Alfonsi, clerico Bracharensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Vite ac morum honestas ... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte [fl. 588] tua petitio continebat quod olim tecum super defectu natalium, quem pateris de soluto genitus et soluta, ut eodem non obstante defectu, ad omnes ordines promoveri ... Datum Avinione, iiii Kalendas Octobris, pontificatus nostri anno secundo».

([270 p]) AV, Reg. Aven. 227, fls. 103-103v: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Nunno Gunsalvi, canonico Bracharensi. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi qui, ut asseritur, scolaris in iure canonico et de civitate Bracharensi oriundus existis, pro quo etiam dilecti filii Stephanus Petri, decanus, et capitulum ecclesie Bracharensis, asserentes te eidem ecclesie per viginti annos laudabiliter servivisse, prout servire non desistis, nobis super hoc humiliter supplicarunt, premissorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum ipsius ecclesie cum plenitudine iuris canonici apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus, prebendam vero, si qua in dicta ecclesia vacat ad presens vel cum vacaverit, quam tu per te vel procuratorem tuum, ad hoc legitime constitutum, infra unius mensis spacium, postquam tibi vel eidem procuratori vacatio illius innotuerit, duxeris acceptandum, conferendum tibi post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, donationi apostolice reservamus ... [fl. 103v] ... Datum Avinione, xv Kalendas Decembris, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis decano Tudensis et scolastico ac cantori Portugalensis ecclesiarum ... Datum ut supra». Cf. *Chartularium Univ. Portugalensis*, II, p. 98, n. 357, e *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 613 (corrija-se a data para 1380).

([270 q]) AV, Reg. Aven. 227, fls. 669-669v: «Dilecto filio Johanni Dominici, dicto Raposo, clerico Bracharensis diocesis. Salutem, etc. Laudabile testimonium ... Volentes itaque tibi, ut asseritur, nullum ecclesiasticum beneficium assecuto, premissorum intuitu, in ecclesia Bracharensi, in qua preter certum cano-

colação do arcebispo e cabido de Braga a Francisco Anes de Gerez de Riba de Lima, clérigo da diocese de Braga, dando o encargo da execução ao arcediago de Lisboa, a Pedro Martins e a Gonçalo Peres, respectivamente cónegos de Lamego e da Guarda ([270 r]). *No dia 7 de Março de 1381, incumbia o mestre-escola e o cónego de Braga, Gonçalo Vasques, de conferirem a Gil Anes uma porção na igreja do Porto* ([270 s]). *Em 12 de Agosto de 1381, mandava ao mestre-escola de Braga e aos cónegos de Coimbra Lourenço Martins Barbudo e Vicente Martins conferissem uma porção na igreja de Santa Maria de Vila Verde da diocese de Lisboa a Estêvão Fernandes* ([270 t]).

E por todo o resto do ano 1381, em 1382 e em 1383, não consta de intervenção alguma do papa de Avinhão na cidade e diocese de Braga. Ao contrário, Urbano VI, a 17 de Março de

---

nicatuum et prebendarum numerum, perpetue portiones existunt, gratiam facere specialem, unam de dictis portionibus, si que in dicta ecclesia vacat ad presens, vel cum vacaverit, quam ... duxeris acceptandam, conferendam tibi post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus, districtius inhibentes venerabili fratri nostro .. archiepiscopo et dilectis filiis capitulo Bracharensi seu illi vel illis, ad quem vel ad quos in eadem ecclesia portionum collatio, provisio seu quevis alia dispositio pertinet communiter vel divisim, ne de illa interim etiam ante acceptationem huiusmodi, nisi postquam eis constiterit quod tu vel procurator predictus illas nolueritis acceptare, disponere quoquo modo presumant ... [fl. 669v] ... Datum Avinione, ii Nonas Januarii, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis cantori Egitaniensis et Stephano Dade Ulixbonensis et Gunsalvo Stephani de Rocas Visensis canonicis ecclesiarum ... Datum ut supra».

([270 r]) AV, Reg. Aven. 227, fls. 697v-698v: «Dilecto filio Francisco Johannis de Jeraez Rippe Limie, clerico Bracharensis diocesis. Salutem, etc. Probitatis et virtutum merita ... [fl. 698] Volentes itaque tibi premissorum meritorum tuorum intuitu gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ... ad venerabilis fratris nostri .. archiepiscopi et dilectorum filiorum capituli Bracharensis collationem vel provisionem seu presentationem vel quamvis aliam dispositionem communiter vel divisim pertinens, si vacat ad presens vel cum vacaverit ... conferendum tibi, post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... Datum Avinione, viii Kalendas Februarii, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis .. archidiacono Ulixbonensis et Petro Martini, Lamecensis, ac Gundissalvo Petri, Egitaniensis canonicis ecclesiarum ... [fl. 698v] ... Datum ut supra».

([270 s]) AV, Reg. Aven. 227, fls. 508-508v: «Dilecto filio Egidio Johannis, perpetuo portionario ecclesie Portugalensis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Cum itaque postmodum dilectus filius Dominicus Martini Bugallo, canonicus Portugalensis ecclesie, canonicatum et prebendam ipsius ecclesie tunc vacantes, per dictum predecessorem eidem Dominico tunc temporis collatos, tunc vacantes, fuerit auctoritate litterarum eiusdem Johannis predecessoris et ipso predecessore vivente pacifice assecutus et propterea perpetua portio eiusdem ecclesie, media prebenda inibi nuncupata, quam dictus Dominicus tunc temporis in eadem ecclesia obtinebat, quamque dictus Dominicus non poterat cum canonicatu et prebenda predictis de consuetudine ipsius ecclesie retinere, vacaverit ex tunc et vacet ad presens ... nos volentes tibi premissorum meritorum tuorum intuitu gratiam facere specialem, predictam portionem sic vacantem cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et providemus etiam de eadem ... [fl. 508v] ... Datum apud Villam Novam, Avenionensis diocesis, Nonis Martii, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis .. Scolastico et Gunsalvo Valasci, Bracharensis, ac Avamcio Danielis Tridentine canonicis ecclesiarum ... Datum ut supra».

([270 t]) AV, Reg. Aven. 227, fls. 488-488v: «Dilecto filio Stephano Fernandi, perpetuo dimidio portionario secularis ecclesie de Villa Viridi Ulixbonensis diocesis. Salutem, etc. Laudabile testimonium ... Cum itaque quedam perpetua dimidia portio, quam quondam Alfonsus Roderici, perpetuus dimidius portionarius secularis ecclesie de Villa Viridi Ulixbonensis diocesis, in ipsa ecclesia dum viveret obtinebat, per ipsius obitum qui dudum tempore dicti Johannis, predecessoris, apud sedem ipsam debitum nature persolvit, apud eandem sedem vacaverit et adhuc vacet ... Nos volentes tibi, pro quo etiam dilectus filius Johannes Johannis, rector ipsius ecclesie, prior vulgariter nuncupatus, asserens te sibi et ecclesie prelibate diu servivisse legaliter et etiam continue deservire, nobis super hoc per suas litteras humiliter supplicavit, premissorum intuitu gratiam facere specialem, prefatam dimidiam portionem ... apostolica tibi auctoritate conferimus et de illa etiam providemus ... [fl. 488v] ... Datum apud Villam Novam, Avinionensis diocesis, ii Idus Augusti, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis .. Scolastico Bracharensis et Laurentio Martini de Barbuto ac Vincentio Martini, canonicis Colimbriensis ecclesiarum ... Datum ut supra».

1382, nomeava colector apostólico em Portugal ao arcebispo de Braga, D. Lourenço, revogando todos os colectores até ali deputados ([270 u]).

Já disse que o bispo do Porto seguia a obediência de Clemente VII, ao apresentar a comissão que lhe fora feita por este de conferir o canonicato e prebenda de Braga a Vasco Gonçalves, clérigo da diocese de Braga, a pedido de el-rei de Portugal, por bula de 16 de Novembro de 1378, certamente antedatada e com muita probabilidade do tempo da embaixada, nos meses de Maio-Junho de 1380 ([270 v]). *Há mais documentos a comprovar a certeza desta obediência. Assim, a 7 de Junho de 1380, era o bispo comissionado pelo papa de Avinhão para dispensar do impedimento matrimonial de consanguinidade, existente entre Martinho Fernandes de Teixeira, cavaleiro, e Joana Martins, senhora da diocese de Braga, os quais tinham contraído matrimónio na forma exigida pela Igreja e consumado, sem conhecerem tal impedimento* ([270 x]). *Deixando de parte as bulas já referidas a propósito do arcebispo e cabido de Braga, em que entraram clérigos da diocese e até o bispo do Porto ou se tratava de benefícios da mesma, vou recordar algumas do ano*

([270 u]) AV, Reg. Vat. 310, fls. 205-206: «Urbanus, etc. Venerabili fratri Laurentio, archiepiscopo Bracharensi, et dilecto filio Johanni Johannis de Tomerio, canonico Ulixbonensi, in regno Portugalie fructuum et proventuum camere apostolice debitorum collectoribus. Salutem, etc. Ex fideli et solicita ac diligenti prudentia, providentia quoque et probitate circunspecta ... Hinc est quod nos omnes et singulos collectores et succollectores ac receptores fructuum et proventuum camere apostolice in regno Portugalie debitorum, hactenus per nos et sedem apostolicam vel eius auctoritate deputatos, penitus revocantes ipsosque a collectorie et succollectorie ac receptorie officiis eis commissis totaliter amoventes, vos et quemlibet vestrum, de quorum discretione plurimum confidimus, in dicto regno collectores et receptores fructuum et proventuum predictorum, usque ad nostrum et apostolice sedis beneplacitum, auctoritate apostolica cum gagiis et emolumentis consuetis facimus, constituimus et etiam deputamus, vobis et cuilibet vestrum per vos vel alium seu alios, fide ac facultatibus ydoneos, nostro et dicte camere ac Ecclesie Romane nomine, omnes et singulos fructus et proventus primi anni beneficiorum ecclesiasticorum, in dicto regno vacantium, per vos seu auctoritate nostra collatorum et conferendorum in antea, census quoque [fl. 205v] annuos et alias res et bona, nobis et Ecclesie ac camere predicte, in prefato regno quacunque ratione vel causa debita et debenda imposterum, vel ad nos seu ad eandem ecclesiam, nunc et imposterum pertinentia, quecunque, quotcunque et qualiacunque fuerint, petendi, exigendi et recipiendi, rationes quoque et computa a quibuscunque collectoribus et succollectoribus apostolicis, hactenus in dicto regno deputatis, seu personis aliis, in quantum negotia et utilitatem dicte camere concernunt, audiendi et examinandi ipsosque ad id, si necesse fuerit, auctoritate nostra compellendi ... [fl. 206] ... auctoritate predicta facultatem et potestatem plenariam concedentes ... Datum Rome, ut supra, xbi Kalendas Aprilis, anno quarto».

([270 v]) Cf. nota 241.

([270 x]) AV, Reg. Aven. 224, fl. 550: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri .. episcopo Portugalensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Oblate nobis nuper pro parte dilecti filii nobilis viri Martini Fernandi de Teixeira, militis, et dilecte in Christo filie nobilis mulieris Johanne Martini, domicelle Bracharensis diocesis, petitionis series continebat quod olim ipsi ignorantes aliquod inter eos impedimentum existere quominus possent insimul matrimonialiter copulari, matrimonium, bannis ut moris est editis, in facie Ecclesie invicem contraxerunt ac illud postmodum carnali copula consummarunt et exinde plures liberos procrearunt. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, ad eorum postmodum pervenerit notitiam quod ipsi tertio consanguinitatis gradu invicem sunt coniuncti, propter quod in sic contracto matrimonio licite remanere nequeant, dispensatione apostolica super hoc non obtenta, pro parte ipsorum Martini et Johanne nobis extitit humiliter supplicatum ut providere eis super hoc de oportune dispensationis gratia de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur certis ex causis ad hoc moti, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua in hiis et aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatinus si est ita dictaque Johanna propter hoc rapta non fuerit, cum eisdem Martino et Johanna, ut ipsi, impedimento quod ex consanguinitate huiusmodi provenit non obstante, in sic contracto matrimonio licite remanere valeant, auctoritate apostolica dispenses, prolem ex huiusmodi matrimonio susceptam et suscipiendam legitimam decernendo. Datum Avinione, vii Idus Junii, pontificatus nostri anno secundo».

1381, especialmente as atinentes ao mosteiro de Paço de Sousa e ao interdito da cidade, as quais me parecem bastante elucidativas.

A 7 de Março de 1381, Clemente VII concedia e mandava conferir a Gil Anes uma perpétua porção na igreja do Porto, vacante devido a Domingos Martins Bugalho ter obtido o canonicato do Porto e estar por isso obrigado a deixá-la (270 y). *No dia 19 de Maio de 1381, outorgava um benefício da igreja de S. Pedro de Torres Novas a João Peres de Moreira, clérigo da diocese do Porto* (270 z).

Com toda a certeza que as bulas de Clemente VII, alusivas à jurisdição temporal do bispo do Porto e levantamento do interdito, foram obtidas com entendimento do prelado. Na dirigida ao bispo da Guarda, a 19 de Março de 1381, o papa incumbia este de se informar sobre os rendimentos da cidade do Porto, cuja jurisdição temporal pertencia ao bispo por direito absoluto, conforme afirmações do prelado. Porque D. Afonso IV tinha lançado mão dessa jurisdição, não permitindo ao bispo D. Pedro o exercício das respectivas atribuições, este fulminara o interdito na cidade e diocese. A fim de resolver a questão, o papa queria saber do fundamento de tais direitos e da pacífica posse dos mesmos (271). *Entretanto, por outra bula, com a mesma data, a pedido de el-rei de Portugal, D. Fernando, o papa Clemente VII suspendia o interdito durante dois anos* (271 a).

(270 y) Cf. nota 270s.

(270 z) AV, Reg. Aven. 227, fls. 611v-612: «Dilecto filio Johanni Petri de Moraria, clerico Portugalensis diocesis. Salutem, etc. Probitatis et aliarum virtutum merita ... Volentes itaque tibi premissorum meritorum tuorum intuitu gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum sine cura ... ad dilecti filii prioris secularis ecclesie sancti Petri de Turribus Novis, Ulixbonensis diocesis, collationem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem pertinens ... conferendum tibi ... [fl. 612] ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... Datum Avinione, xiiii.º Kalendas Junii, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis Egidio Martini, Ulixbonensis, et Laurentio Johannis, Ispalensis, ac Laurentio Ferrandi, Silvensis ecclesiarum canonicis ... Datum ut supra».

(271) AV, Reg. Aven. 226, fl. 228v: «Venerabili fratri .. episcopo Egitaniensi. Salutem, etc. Cupientes ex certis causis informari de fructibus, redditibus, proventibus et aliis emolumentis civitatis Portugalensis ad episcopum pro tempore existentem et ecclesiam Portugalensem, ad quos eadem civitas in spiritualibus et temporalibus, ut idem episcopus asserit, pertinet pleno iure, pertinentibus, quam civitatem olim bone memorie Petrus, episcopus Portugalensis, ex eo quod clare memorie Alfonsus, rex Portugalie, civitatem ipsam ad manum suam posuerat ac impediverat et impediebat quominus episcopus et ecclesia predicti eandem civitatem pacifice possiderent ac idem episcopus iurisdictionem in eisdem temporalibus, prout ad eum, ut asserebat, pertinebat, exerceret ibidem, ac diocesim Portugalensem ecclesiastico supposuit interdicto, fraternitati tue, de qua in hiis et aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus de fructibus, redditibus, proventibus ac aliis emolumentis ipsius civitatis, quos episcopus et ecclesia prefati exinde iuste percipere consueverunt, et si illam pacifice possiderent dictusque episcopus iurisdictionem huiusmodi exerceret ibidem, debite perciperent annuatim, auctoritate nostra diligentius te informes et quicquid per informationem huiusmodi super premissis reppereris, nobis per tuas litteras in publicam formam redactas tuoque sigillo signatas, harum serie continentes, quantocius significare procures. Datum Avinione, xiiii Kalendas Aprilis, anno tertio».

(271 a) AV, Reg. Aven. 226, fl. 228v: «Ad perpetuam rei memoriam. Collata celitus ligandi atque solvendi beato Petro, celesti clavigero, potestate summus pontifex, eius successor Christique vicarius utitur, prout secundum diversitatem locorum et temporum id conspicit in Deo salubriter expedire, et nuper siquidem accepimus quod olim bone memorie Petrus, episcopus Portugalensis, ex eo quod clare memorie Alfonsus, rex Portugalie, civitatem Portugalensem, quam idem episcopus ad se et ecclesiam Portugalensem asserebat in spiritualibus et temporalibus pleno iure pertinere, ad manum suam posuerat ac impediverat et impediebat quominus episcopus et ecclesia predicti civitatem ipsam pacifice possiderent ac idem episcopus iurisdictionem in eisdem temporalibus, prout ad eum pertinere asserebat, libere exercere valeret ibidem, civitatem ipsam ac diocesim Portugalensem ecclesiastico supposuit interdicto. Nos igitur, consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, nobis super hoc humiliter supplicantis, ac ex aliis certis causis ad hoc moti pariter et inducti, huiusmodi et quodlibet aliud interdictum, cui forsan civitas et diocesis

O caso da confirmação do abade do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa revela-nos também que D. João, bispo do Porto, seguia a obediência de Avinhão. A 23 de Maio de 1381, Clemente VII, dirigindo-se a Martinho Gil, monge do mosteiro de S. Pedro de Cete, diz que Martinho Anes, monge do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa, antes abade do dito mosteiro, renunciara à abadia nas mãos de D. João, bispo do Porto, o qual aceitara a renúncia, enquanto Martinho Gil, reitor da igreja de S. Cristóvão de Refojos, ingressava no mosteiro de S. Pedro de Cete, com intenção de vir a ser abade do mosteiro de Paço de Sousa, tendo-o depois os monges deste mosteiro eleito seu abade, eleição esta confirmada pelo dito bispo. Agora, a pedido de el-rei de Portugal, o papa absolvia-o de qualquer infâmia e outorgava-lhe os rendimentos recebidos como abade do mosteiro ([271 b]). *Por outra bula de 25 de Maio de 1381, na qual recorda estas determinações e absolvição após a confirmação do bispo do Porto, nomeava-o abade do mosteiro de Paço de Sousa* ([271 c]). *Ao permitir-lhe, por bula de 24 de Junho de 1381, pudesse receber a bênção abacial*

---

supradicte apostolica seu alia auctoritate subiacent, occasione premissa, usque ad duos annos, a data presentium computandos, auctoritate supradicta suspendimus de gratia speciali. Nulli ergo, etc., nostre suspensionis infringere, etc. Datum Avinione, xiiii Kalendas Aprilis, anno tertio».

([271 b]) AV, Reg. Aven. 225, fl. 589-589v: «Dilecto filio Martino Egidii, monacho monasterii sancti Petri de Cete, ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis. Salutem, etc. Sedes apostolica ... Dudum siquidem dilecto filio Martino Johannis, monacho, olim abbate monasterii sancti Salvatoris de Palaçiolo de Sausa, ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis, regimini ipsius monasterii presidente, nos cupientes ipsi monasterio, cum vacaret, per apostolice sedis providentiam utilem et ydoneam presidere personam, provisionem ipsius monasterii ordinationi et dispositioni nostre duximus ea vice specialiter reservandam ... Et deinde, sicut exhibita nobis nuper pro parte tua petitio continebat, dicto monasterio ex eo vacante quod idem Martinus regimini ipsius monasterii ex certis rationabilibus causis in manibus venerabilis fratris nostri Johannis, episcopi Portugalensis, extra Romanam Curiam sponte cesserat idemque episcopus cessionem huiusmodi extra eandem Curiam auctoritate ordinaria admiserat, tu tunc presbyter secularis et rector parrochialis ecclesie sancti Christofori de Reffoyos, dicte diocesis, existens, animo [fl. 589v] et intentione ut in abbatem dicti monasterii, sic ut prefertur vacantis, preficereris, monasterium sancti Petri de Cete ordinis et diocesis predictorum ingressus, habitu regulari ipsius ordinis suscepto, in eodem monasterio receptus fuisti in monachum et in fratrem et in continenti post receptionem huiusmodi in manibus dilecti filii Petri abbatis, ipsius monasterii sancti Petri, regularem professionem expresse emisisti et quod demum eodem die dilecti filii conventus dicti monasterii sancti Salvatoris te in eorum et dicti monasterii abbatem per formam compromissi, licet de facto, concorditer elegerunt tuque reservationem et decretum predicta ut asseritur non ignorans et habens a dicto Petro abbate consentiendi in quamcunque electionem seu postulationem ad quodcunque monasterium dicti ordinis de te forsitan faciendam seu etiam celebrandam licentiam generalem, electioni huiusmodi de te facte consentiens, eam obtinuisti dicta die etiam de facto a dicto episcopo eadem auctoritate ordinaria confirmari et deinde pretextu electionis et confirmationis huiusmodi regimini et administrationi eiusdem monasterii in spiritualibus et temporalibus te iniecisti, prout iniecis de presenti, fructus exinde percipiens etiam de facto. Quare nobis humiliter supplicasti ut provideri tibi ac statui tuo super premissis de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur volentes te apud nos de religionis zelo, vite inmunditia (!) ac aliis probitatis et virtutum meritis alias multipliciter commendatum, horum intuitu necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, pro te dilecto familiari suo nobis super hoc humiliter supplicantis, favore prosequi gratie specialis, huiusmodi dicti regis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam per te premissorum occasione contractam auctoritate apostolica penitus abolemus tibique fructus predictos, per te ex dicto monasterio sancti Salvatoris ut premittitur perceptos, remittimus de dono gratie amplioris. Nulli ergo, etc., nostre abolitionis et remissionis infringere, etc. Datum Avinione, x Kalendas Junii, anno tertio».

([271 c]) AV, Reg. Aven. 225, fl. 13v-14: «Dilecto filio Martino, abbati monasterii sancti Salvatoris de Palaciolo de Sausa, ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis. Salutem, etc. Apostolice solicitudinis studium ... Dudum siquidem dilecto filio Martino Johannis, monacho, olim abbate monasterii sancti Salvatoris de Palaciolo de Sausa, ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis, regimini ipsius monasterii presidente, nos cupientes eidem monasterio, cum vacaret, per apostolice sedis providentiam utilem et ydoneam presidere personam, provisionem ipsius monasterii ordinationi et dispositioni nostre duximus ea vice speciali-

de qualquer bispo católico, Clemente VII ressalvava os direitos do bispo do Porto, ao qual o mosteiro estava sujeito ([271 d]). *E a seguir mais nenhuma intervenção conheço do papa Clemente VII na diocese do Porto ou em relação com o seu bispo.*

O prelado de Lamego também seguiu o papa de Avinhão, pelo menos depois de el-rei D. Fernando ter declarado obediência a Clemente VII, em Janeiro de 1380. Vimos que ele ficou a substituir o bispo de Coimbra, D. Pedro Tenório, nas funções de visitador apostólico no reino de Portugal, depois que o prelado coimbrão foi transferido para Toledo, conforme súplica com data de 24 de Novembro de 1378, mas, sem dúvida, posterior àquela declaração de obediência ([271 e]). *Depois de ter visitado o mosteiro de Pombeiro no ano de 1378, juntamente com o chantre de Braga, Vasco Domingues, deixou disposições relativas à observância dos privilégios e costumes dos monges, bem como outras referentes a igrejas anexas ao mosteiro, por exemplo as pertinentes à de São Fins de Fornos, quanto à administração de sacramentos e cura de almas* ([271 f]). *A 6 de Março*

---

ter reservandam ... Postmodum vero prefato monasterio ex eo vacante quod idem Martinus regimini ipsius monasterii ex certis rationabilibus causis in manibus venerabilis fratris nostri Johannis, episcopi Portugalensis, extra Romanam Curiam sponte cessit idemque episcopus cessionem huiusmodi extra eandem Curiam auctoritate ordinaria admisit, dilecti filii conventus eiusdem monasterii, reservationis et decreti predictorum forsan ignari, te monachum monasterii sancti Petri de Cete ordinis et diocesis predictorum, ordinem ipsum expresse professum et in sacerdotio constitutum, in eorum et dicti monasterii abbatem per formam compromissi, licet de facto, concorditer elegerunt tuque, reservationem et decretum predicta ut asseritur non ignorans et habens a dilecto filio Petro, abbate dicti monasterii sancti Petri, consentiendi in quanqunque electionem seu postulationem ad quodcunque monasterium de te forsitan faciendam seu etiam celebrandam licentiam generalem, electioni huismodi de te facte consentiens, eam obtinuisti a dicto episcopo eadem auctoritate ordinaria confirmari, ac deinde pretextu electionis et confirmationis huiusmodi, regimini et administrationi eiusdem monasterii in spiritualibus et temporalibus te iniecisti etiam de facto et demum [fl. 14] huiusmodi electionis et confirmationis negotium proponi fecisti coram nobis. Nos igitur electionem et confirmationem predictas utpote post et contra reservationem et decretum predicta attemptatas et alia inde secuta, prout erant, irrita et inania reputavimus ac omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam per te premissorum occasione contractam per alias nostras litteras duximus penitus abolendam, et ad provisionem ipsius monasterii sancti Salvatoris ... ne monasterium ipsum diutine vacationis subiaceret incommodis, paternis et solicitis studiis intendentes, post deliberationem quam de preficiendo eidem monasterio personam utilem et etiam fructuosam intra nos habuimus diligentem, demum ad te ... direximus oculos nostre mentis ... Datum Avinione, viii Kalendas Junii, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis conventui monasterii sancti Salvatoris de Palatiolo de Sausa, ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis ... In eodem modo venerabili fratri Johanni, episcopo Portugalensi ... Datum ut supra».

([271 d]) AV, Reg. Aven. 226, fls. 204v: «Dilecto filio Martino, abbati monasterii de Palatiolo, ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis, salutem, etc. Cum nos pridem monasterio de Palatiolo ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis, abbatis regimine destituto, de persona tua, nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta, de fratrum eorumdem consilio auctoritate apostolica duxerimus providendum, preficiendo te eidem monasterio in abbatem, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur, nos ad ea que ad tue commoditatis augmentum cedere valeant, favorabiliter intendentes, tuis supplicationibus inclinati, tibi ut a quocunque malueris catholico antistite, gratiam et communionem apostolice sedis habente, munus benedictionis recipere valeas ac eidem antistiti ut munus predictum auctoritate nostra impendere tibi possit plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Volumus autem quod idem antistes, qui tibi prefatum munus impendet, postquam id tibi impenderit, a te nostro et Ecclesie Romane nomine, fidelitatis debite solitum recipiat iuramentum iuxta formam, quam sub bulla nostra mittimus interclusam, ac formam iuramenti quod te prestare contigerit, nobis de verbo ad verbum per tuas patentes litteras, tuo sigillo sigillatas, per proprium nuntium quantocius destinare procures, *quodque per hoc venerabili fratri nostro .. episcopo Portugalensi, cui prefatum monasterium ordinario iure subesse dinoscitur, nullum imposterum preiudicium generetur.* Datum Avinione, viii Kalendas Julii, anno tertio».

([271 e]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 235.

([271 f]) Cf. M. GONÇALVES DA COSTA, *História do bispado e cidade de Lamego*, I, Lamego, 1977, p. 182.

de 1378, D. Lourenço e o chantre ordenavam ao arcebispo de Braga e seus vigários «que nom constragam nem molestem nem inquietem ... per si nem per seus vigairos nem vezes suas tenentes, nem nos ditos Sinedo ou Sinedos, vocações ou chamamentos os sobreditos priol nem convento do dicto moesteiro de Pombeiro e outrosy ao abbade do dito moesteiro de Pombeiro que ora he e a todos os outros qualquer ou quaesquer que depos el veerem sob as penas susu dictas, que nom constrangam nem endugam os sobredictos Religiozos a hir nem enviar aos sobredictos Sinedo, chamamentos, nem vocações nem a consentir nas promessas que a clerezia fezer ...» (271 §). *Ora se ele continuava neste ofício de visitador apostólico, após a declaração de D. Fernando pela obediência de Avinhão, a teor daquela súplica, fazia-o por autoridade do papa Clemente VII.*

A pedido de el-rei D. Fernando, em 28 de Junho de 1380, o papa de Avinhão concedia a Afonso Martins, secretário do monarca e reitor da igreja de S. Salvador de Penajóia, da diocese de Lamego, o qual se tinha afadigado com grande dedicação nos negócios do papa Clemente VII, levados felizmente a bom termo (sem dúvida alusão ao assunto do cisma), indulto de não ser obrigado a ordenar-se de sacerdote pelo facto de ter conseguido a dita igreja paroquial, motivo por que deveria receber todas as Ordens sacras dentro de dois anos (271 h). *Que, na verdade, o papa de Avinhão intervinha nos assuntos da diocese de Lamego, contando com a participação do bispo D. Lourenço, poderia inferir-se de bulas de 14 de Abril de 1382, pelas quais Clemente VII outorgava a João Afonso, clérigo da diocese de Braga, um benefício da colação do bispo e cabido de Lamego, e incumbia de executar suas ordens ao deão, chantre e cónego de Viseu, Gonçalo Esteves* (271 i).

Igualmente o bispo de Viseu seguiu a Clemente VII durante o período em que D. Fernando reconhecia a obediência de Avinhão. A bula citada ultimamente está a significar que o papa de Avinhão intervinha com bastante liberdade na administração da diocese de Viseu. A 29 de Março

---

(271 §) Texto em JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações cronológicas e críticas*, I, Lisboa, 1860, pp. 322-324, n. LXXXII.

(271 h) AV, Reg. Aven. 224, fl. 339: «Dilecto filio Alfonso Martini, rectori parrochialis ecclesie sancti Salvatoris de Penaroya (!), Lamecensis diocesis. Salutem. Laudabilia probitatis ... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod licet tu qui in minoribus dumtaxat ordinibus constitutus existis quique parrochialen ecclesiam sancti Salvatoris de Penaroya, Lamecensis diocesis, canonice tibi collatam, assecutus fuisti et eam possedisti, prout possides pacifice et quiete, infra annum a tempore assecutionis dicte ecclesie computandum adhuc existis, tamen de ipso anno tantum effluxit quod tu qui, ut asseris, carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, secretarius existis et qui pro nostris et Ecclesie Romane negotiis feliciter prosperandis laborasti fideliter, ut in eisdem multipliciter occupatus extitisti, non posses infra tempus restans dicti anni ad omnes sacros ordines te facere promoveri, nobis humiliter supplicasti ut providere tibi ac statui tuo super hoc de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur volentes personam tuam, premissorum intuitu, favore prosequi gratioso, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tempus huiusmodi quod de dicto anno superest, usque ad biennium, a data presentium computandum ... auctoritate apostolica de speciali gratia prorogamus, ita tamen quod infra festum Ressurrectionis Dominice proxime futurum te facias ad subdiaconatus ordinem promoveri, proviso quod ecclesia ipsa debitis interim obsequiis non fraudetur et animarum cura in ea nullatenus negligatur. Nulli ergo, etc., nostre prorogationis infringere, etc. Datum Avinione, iiii Kalendas Julii, anno secundo».

(271 i) AV, Reg. Aven. 228, fls. 477-477v: «Dilecto filio Johanni Alfonsi, clerico Bracharensis diocesis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ... [fl. 477v] ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem venerabilis fratris nostri episcopi Lamecensis et dilectorum filiorum decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Lamecensis communiter vel divisim pertinens ... conferendum tibi post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... Datum Avinione, xviii Kalendas Maii, anno quarto. In eodem modo dilectis filiis decano et cantori ac Gondissalvo Stephani, canonico ecclesie Visensis ... Datum ut supra».

de 1379, como se viu, há notícias de dinheiros recebidos na câmara apostólica de Clemente VII, devidos pelo serviço comum e mais quatro do costume ou parte da taxa da promoção episcopal de D. João, bispo de Viseu ([271 i]). *É para lembrar também a notícia, referida atrás, da bula de 16 de Novembro de 1378, a incumbir o bispo de Viseu de conferir o canonicato de Coimbra a Afonso Lourenço, a pedido de el-rei D. Fernando, o qual pedido deve ser mais ou menos de Maio-Junho de 1380, do tempo da embaixada régia* ([271 k]). *Recordo igualmente a incumbência que lhe foi feita sobre a colação de porção na igreja de Braga a Fernando Anes* ([271 l]) *e as letras de 7 de Junho de 1380, relativas à criação da arquidiocese de Lisboa e de novas dioceses em Portugal* ([271 m]). *A 15 de Abril de 1380, o papa outorgava a João Esteves de Canas, clérigo da diocese de Viseu, um benefício eclesiástico da colação do bispo, deão e cabido de Viseu, incumbindo o deão de Santo Agrícola de Avinhão, o chantre da Guarda e Martinho Afonso, cónego da Guarda, de executarem suas determinações* ([271 n]). *Ao conceder, no dia 7 de Maio de 1380, a João Gomes, sacerdote da diocese de Évora, uma porção de Santa Maria de Alcáçova de Elvas, encarregava da execução aos deãos de Évora e de Viseu e ao oficial de Évora* ([271 o]).

Pelo que acabamos de ver, sabemos que o papa Clemente VII intervinha na diocese de Évora. E são numerosas as bulas a indicar-nos que o bispo D. João seguia o papa de Avinhão, no sobredito período da obediência de Portugal a Clemente VII. Conhecemos já a bula de 16 de Novembro de 1378, a encarregar o bispo de Évora e o deão de Coimbra e o de Santo Agrícola de conferirem, a pedido de el-rei D. Fernando, o canonicato de Lisboa a Rodrigo Peres ([271 p]). *Recordo ainda as de 13 de Junho de 1380, a pedido de el-rei D. Fernando e rainha Dona Leonor, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, bem como sobre a igreja de Santa Justa de Lisboa, a confirmar ou conferir a Filipe de Andester, do que foi encarregado o bispo de Évora e o da Guarda, bem como*

([271 i]) «Die xxix dicti mensis Martii [1379], fuerunt (!) recepti fuerunt (!) a domino Johanne, episcopo Visensi, in diminutionem sui communis et quatuor servitiorum, inclusis sigillo et littera, reducendi ad fioren. camere secundum cursum, quem habent in Avinione xlii duple moreste auri que in Neapoli expense fuerunt per dominum Bosonem, panatarium domini nostri et campse. pro xlix flor. camere, ii libr., i. sol., iiii d. Fundis» (AV, *Introitus et Exitus*, 351, fl. 11).

([271 k]) Cf. nota 242.

([271 l]) AV, Reg. Aven. 213, fls. 409-409v.

([271 m]) AV, Reg. Aven. 224, fl. 412, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956), docum. VI, pp. 188-189. Cf. nota 242.

([271 n]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 55-55v: «Dilecto filio Johanni Stephani de Canas, clerico Visensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Laudabilia probitatis et virtutum ... Volentes itaque tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ... ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem venerabilis fratris nostri episcopi Visensis et dilectorum filiorum decani et capituli singularumque personarum ecclesie Visensis communiter vel divisim pertinens ... conferendum tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 55v] ... Datum Avinione, xvii Kalendas Maii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis decano sancti Agricoli Avinionensis diocesis et cantori ac Martino Alfonsi, canonico Egitaniensis ecclesiarum ... Datum ut supra».

([271 o]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 65v-66: «Dilecto filio Johanni Gometii, presbytero Elborensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Laudabilia probitatis ... Cum itaque in parrochiali ecclesia beate Marie de Alcaçova de Elbis, Elborensis diocesis, nonnulle perpetue portiones sine cura existant, Nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, unam de dictis portionibus ... conferendam tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 66] ... Datum Avinione, Nonis Maii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis Elborensis et Vicensis ecclesiarum decanis ac officiali Elborensi ... Datum ut supra».

([271 p]) Cf. notas 194 e 230.

o deão de Santo Agrícola de Avinhão ([271 q]). *Igualmente para recordar a concessão aludida sobre a porção na igreja de Santa Maria de Alcáçova a João Gomes, no dia 7 de Maio de 1380, de que eram executores, além do deão de Viseu, também o deão e o oficial de Évora* ([271 r]).

A 13 de Junho de 1380, era concedido a Pedro Rodrigues, clérigo de Évora, um benefício da colação do bispo e cabido de Évora ([271 s]). *Em 15 de Abril de 1380, outorgava Clemente VII*

([271 q]) AV, Reg. Aven. 221, fls. 243-244: «Venerabilibus fratribus Elborensi et Egitaniensi episcopis et dilecto filio decano ecclesie sancti Agricoli Avenionensis [diocesis]. Salutem, etc. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Philippus de Andester, presbyter Cartaginensis diocesis, fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Hodie siquidem pro parte ipsius Philippi nobis exposito quod olim parrochiali ecclesia sancte Juste Ulixbonensi, quam quondam Fernandus Martini, alias Dominici, ipsius ecclesie rector, dum viveret obtinebat, per ipsius Fernandi obitum ... vacante, carissimus in Christo fllius noster Fernandus, rex Portugalie illustris, verus eiusdem ecclesie patronus ... dictum Philippum, in vicesimo tertio etatis anno vel circa tunc constitutum, in rectorem dicte ecclesie sic vacantis, dilecto filio Guillelmo Carbonelli, rectori, priori nuncupato, parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Beya, Elborensis diocesis, vicario generali in spiritualibus scelerati viri Agapiti, olim episcopi Ulixbonensis, et dilectis filiis capitulo ecclesie Ulixbonensis infra tempus debitum presentaverat, quamvis de facto, et quod idem vicarius, habens ab eodem Agapito, olim episcopo, specialem ad hoc potestatem, et capitulum predicti, cum ad episcopum Ulixbonensem, qui est pro tempore, et dictos capitulum receptio et admissio presentationis rectoris et ipsius institutio ad eandem parrochialem ecclesiam sancte Juste ... pertineant, prefatum Philippum in rectorem instituerant parrochialis ecclesie sancte Juste predicte etiam de facto, idemque Philippus ecclesiam eandem, pretextu presentationis et institutionis huiusmodi, fuerat pacifice assecutus et quod deinde eodem Philippo eandem ecclesiam sancte Juste detinente, ... Gregorius papa xi, predecessor noster, canonicatum et prebendam dicte ecclesie Ulixbonensis per promotionem de persona venerabilis fratris nostri Gerrici, episcopi Londonensis, ad ecclesiam Londonensem, tunc vacantem... [fl. 243v] ... vacantes ... prefato Philippo contulerat et de illis etiam proviserat, licet etiam de facto idemque Philippus pretextu collationis et provisionis huiusmodi eosdem canonicatum et prebendam fuerat pacifice assecutus illosque et dictam parrochialem ecclesiam sancte Juste per quatuor annos et ultra simul detinuerat, prout detinebat pacifice et quiete, fructus percipiendo ex eis ... Cum autem, sicut accepimus, canonicatus et prebenda predicti adhuc per promotionem et munus consecrationis huiusmodi eidem Gerrico episcopo ut prefertur impensum vacare noscantur, Nos volentes eidem Philippo qui, ut asseritur, in iure canonico provectus existit, premissorum meritorum suorum intuitu, necnon consideratione dicti regis ac carissime in Christo filie nostre Leonoris, regine Portugalie illustrium, pro dicto Philippo, eorum dilecto, nobis super hoc humiliter supplicantium, gratiam facere specialem, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios canonicatum et prebendam predictos, sic vacantes, et tempore date presentium non sit in eis alicui specialiter ius quesitum ... cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis eidem Philippo ... auctoritate apostolica conferre et assignare curetis ... [fl. 244] ... Datum Avinione, Idus Junii, anno secundo». Cf. nota 220.

([271 r]) Cf. nota 271o.

([271 s]) AV, Reg. Aven. 224, fls. 571-571v: «Dilecto filio Petro Roderici, clerico Elborensi. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Dudum siquidem volentes tibi gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura, dummodo canonicatus et prebenda ecclesie [fl. 571v] cathedralis non foret, consuetum ab olim cleris secularibus assignari ... ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem venerabilis fratris nostri episcopi Elborensis et dilectorum filiorum capituli ecclesie Elborensis communiter vel divisim pertinens ... conferendum tibi ... donationi apostolice duximus reservandum, certis tibi super hoc executoribus deputatis, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Nos igitur volentes te qui, ut asseritur, etiam in iure civili scolaris existis, premissorum meritorum tuorum intuitu favore prosequi gratie amplioris, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, volumus et tibi apostolica auctoritate concedimus quod prefate littere cum reservatione et decreto et aliis clausulis in eis contentis et processus habiti per easdem et quecunque inde secuta ad huiusmodi beneficium cum cura vel sine cura ... quodque tu tam presentium quam aliarum priorum litterarum vigore huiusmodi beneficium acceptare valeas dictique executores de illo tibi providere usque ad taxam predictam et omnia et singula in eisdem litteris contenta facere executioni demandare libere et licite possint et debeant ac si in eisdem litteris de dicte taxe ampliatione plena et expressa mentio facta foret ... Datum Avinione. Idibus Junii, anno secundo».

a Pedro Afonso, clérigo de Évora, um benefício da colação do prior e porcionários da igreja de S. Salvador de Elvas, encarregando o papa da execução aos deãos de Santo Agrícola de Avinhão e de Coimbra e a Martinho Domingues, cónego de Évora ([271 t]). *Em 26 de Maio de 1380, ao conceder a Gonçalo Mendes, escolar de direito canónico, o canonicato e prebenda da Guarda, incumbia da execução aos deãos de Évora e de Santo Agrícola de Avinhão e ao oficial de Évora* ([271 u]). *Para lembrar ainda que foi ao bispo de Évora que o papa Clemente VII encarregou, a 7 de Junho de 1380, de conferir a Frei Pedro Álvares Pereira o priorato do Hospital que lhe concedera a pedido de el-rei D. Fernando* ([271 v]), *outorgando-lhe também, a 3 de Julho de 1380, indulto de altar portátil* ([271 x]).

Quanto ao bispo da Guarda, sabido é, como aliás se disse, da sua predilecção pelo papa de Avinhão. Além das bulas referidas, nomeadamente de 16 de Novembro de 1378, a encarregá-lo de conferir, a pedido de el-rei D. Fernando, o canonicato de Lisboa a João Gonçalves, clérigo da diocese lisboeta ([271 y]), *de 13 de Junho de 1380, dirigida aos bispos de Évora e da Guarda, sobre o canonicato de Lisboa e igreja de Santa Justa de Lisboa, em favor de Filipe de Andester* ([271 z]), *e de 26 de Maio de 1380 sobre a concessão do canonicato da Guarda a Gonçalo Mendes* ([272]), *refiro a de 15 de Abril de 1380 sobre concessão de benefício eclesiástico, da colação do bispo, deão e cabido da Guarda, a Estêvão Martins, clérigo da diocese egitaniense, do que foram designados executores os deãos de Coimbra e de Santo Agrícola de Avinhão e o oficial de Coimbra* ([272 a]). *Conforme se*

([271 t]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 49-50: «Dilecto filio Petro Alfonsi, clerico Elborensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum sine cura ... ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem dilectorum filiorum .. prioris et universorum perpetuorum portionariorum secularis ecclesie sancti Salvatoris de Elbis, Elborensis diocesis, communiter vel divisim pertinens ... [fl. 49v] ... conferendum tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus... [fl. 50] ... Datum Avinione, xvii Kalendas Maii, anno secundo. In eodem modo dilectis filiis Colimbriensis et sancti Agricoli Avinionensis decanis ac Martino Dominici, canonico Elborensis ecclesiarum ... Datum ut supra».

([271 u]) AV, Reg. Aven. 223, fls. 429-429v: «Dilecto filio Gundisalvo Menendi, canonico Egitaniensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Probitatis et virtutum merita ... Volentes itaque tibi, in presbyteratus ordine constituto, qui, ut asseris, scolaris in iure canonico existis, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum ecclesie Egitaniensis cum plenitudine iuris canonici apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus ... [fl. 429v] ... Datum Avinione, vii Kalendas Junii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis Elborensis et sancti Agricoli Avinionensis decanis ecclesiarum ac officiali Elborensi ... Datum ut supra».

([271 v]) AV, Reg. Aven. 223, fls. 57-58. Publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956), docum. XI, pp. 195-96.

([271 x]) AV, Reg. Aven. 224, fl. 562v: «Dilecto filio Petro Alvari de Pereira, fratri Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani. Salutem, etc. Devotionis tue sinceritas promeretur ut votis tuis, in hiis presertim que ad tue salutem anime cedere valeant, quantum cum Deo possumus, favorabiliter annuamus. Tuis itaque supplicationibus inclinati, auctoritate tibi presentium indulgemus ut si forsan ad loca ecclesiastico interdicto supposita te contigerit declinare, liceat tibi in illis, clausis ianuis, excommunicatis et interdictis exclusis, non pulsatis campanis ac summissa voce, missarum et alia divina officia in tua et familiarium tuorum domesticorum presentia facere celebrari, dummodo tu vel illi causam non dederitis interdicto, nec id tibi vel illis contigerit specialiter interdici. Nulli ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Datum Avinione, v Nonas Julii, anno secundo».

([271 y]) Cf. nota 244.

([271 z]) Cf. nota 271q.

([272]) Cf. nota 271u.

([272 a]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 48-49: «Dilecto filio Stephano Martini, clerico Egitaniensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Laudabilia probitatis et virtutum merita ... Volentes itaque tibi, pre-

referiu já, foi o bispo da Guarda o encarregado por Clemente VII de informar o papa quanto ao assunto da jurisdição civil da cidade do Porto e respectivo litígio entre o bispo do Porto e el-rei de Portugal, a partir de D. Afonso IV e do bispo D. Pedro Afonso, por bula de 19 de Março de 1380 ([272 b]).

A diocese de Coimbra, mesmo sem falar no seu bispo que aparecerá juntamente com os de Lisboa e da Guarda nos tratados e cerimónias dos desposórios e casamento de Dona Beatriz, primogénita de el-rei de Portugal, com o monarca de Castela, partidário de Clemente VII e representado pelo cardeal legado, D. Pedro de Luna, está bem documentada no aspecto da obediência a Avinhão, sobretudo por meio do deão, D. Rui Lourenço, como se fez referência atrás. Por bula, com data antecipada de 16 de Novembro de 1378, conforme se viu, era ele um dos comissários, juntamente com o bispo de Évora e o deão de Santo Agrícola de Avinhão para conferir o canonicato de Lisboa a Rodrigo Peres ([272 c]). *No dia 23 de Abril de 1380, era D. Rui Lourenço incumbido por Clemente VII, com o bispo de Silves e o deão de Santo Agrícola de Avinhão, de conferirem a João Durando, bacharel em decretos e famoso pregador, a perpétua vigararia de S. Pedro de Sintra* ([272 d]). *A 16 de Maio do dito ano de 1380, o papa designava-o novamente executor da concessão do canonicato do Porto a Vasco Anes, de parceria com o abade de S. Salvador da Torre, da diocese de Tui, e com o dito deão de Santo Agrícola* ([272 e]). *E não sabemos se foi por engano ou confusão que aparece o deão de Évora e não o de Coimbra entre os executores da bula sobre o canonicato da Guarda, concedido a Gonçalo Mendes, a 26 de Maio do mesmo ano de 1380, na companhia do deão de Santo Agrícola de Avinhão e do oficial de Évora* ([272 f]). *A 4 de Abril de 1380, Clemente VII incumbia-o a ele, deão de Coimbra, ao abade de Alcobaça e ao deão de Santo Agrícola de conferirem uma porção na igreja de Santa Justa de Coimbra a Gil Domingues, clérigo*

---

missorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ... ad collationem, [fl. 48v] provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem venerabilis fratris nostri .. episcopi Egitaniensis et dilectorum filiorum decani et capituli singularumque personarum ecclesie Egitaniensis communiter vel divisim pertinens ... conferendum tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 49]... Datum Avinione, xvii Kalendas Maii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis Colimbriensis et sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis ac officiali Colimbriensi ... Datum ut supra».

([272 b]) Cf. nota 271.

([272 c]) Cf. notas 194 e 230.

([272 d]) AV, Reg. Aven. 223, fls. 515-515v: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Johanni Durandi, perpetuo vicario parrochialis ecclesie sancti Petri de Sintria, Ulixbonensis diocesis, bachalario in decretis, salutem et apostolicam benedictionem. Litterarum scientia ... Cum autem dicta vicaria adhuc, ut prefertur, vacare noscatur ... Nos volentes tibi, qui, ut asseritur, verbi Dei litteraliter et vulgariter egregius predicator existis, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, predictam vicariam sic vacantem, etiam si dictus Alotus capellanus sedis apostolice fuerit, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illa etiam providemus ... [fl. 515v] ... Datum Avinione, viiii Kalendas Maii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo venerabili fratri episcopo Silvensi et dilectis filiis Colimbriensis ac sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis ... Datum ut supra».

([272 e]) AV, Reg. Aven. 223, fls. 426-427: «Dilecto filio Valasco Johannis, canonico Portugalensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Honestas morum ... Volentes igitur tibi, qui, ut asseritur, in presbyteratus ordine constitutus et in iure canonico scolaris existis, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum ecclesie Portugalensis cum plenitudine iuris canonici apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus ... [fl. 426v] ... Datum Avinione, xvii Kalendas Junii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis flliis abbati monasterii sancti Salvatoris de Turre diocesis Tudensis diocesis et Colimbriensis ac sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis ... Datum ut supra».

([272 f]) Cf. nota 271 u.

de Coimbra ([272 g]). *Alguns dias a seguir, em 15 de Abril de 1380, era encarregado novamente, com o deão de Santo Agrícola e com o oficial de Coimbra, de conferir um benefício eclesiástico a Estêvão Martins, clérigo da diocese da Guarda* ([272 h]). *Na mesma data, o papa nomeava-o executor de bula sobre concessão de benefício na igreja de S. Salvador de Elvas a Pedro Afonso, clérigo de Évora* ([272 i]). *No dia 2 de Junho de 1380, Clemente VII dirigia-se aos deãos de Coimbra e de Santo Agrícola e a Domingos de Monheta, cónego de Lisboa, como executores da bula sobre porção na igreja de S. Bartolomeu de Lisboa, a conferir a Álvaro Dias, clérigo de Lisboa* ([272 j]). *A 7 de Junho de 1380, em letras dirigidas ao bispo de Lisboa e ao deão de Coimbra, concedia os rendimentos de alguns benefícios aos mestres do Estudo Geral de Lisboa* ([272 k]).

D. Pedro Cavaleiro, nomeado bispo de Silves no mesmo dia que D. Martinho Anes, foi transferido da sé de Silves para a de Lisboa, no dia 7 de Fevereiro de 1379, e começou a obedecer ao papa de Avinhão, ainda antes de el-rei D. Fernando se pronunciar por Clemente VII, em Janeiro de 1380 ([272 l]). *Em Novembro de 1379, encontrava-se na Cúria de Avinhão e obtinha, no dia 15 de Outubro deste ano (talvez já andasse nesta altura por lá) indulto de receber a ordenação episcopal de qualquer bispo católico, com a assistência de mais dois bispos nas mesmas condições* ([272 m]). *Talvez tivesse recebido a sagração episcopal aqui na Cúria, embora ainda no dia 29 de*

([272 g]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 70v-71: «Dilecto filio Egidio Dominici, clerico Colimbriensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Vite ac morum honestas ... Cum itaque in ecclesia sancte Juste extra muros Colimbrienses, sint nonnulle perpetue portiones sine cura consuete clericis ipsius ecclesie assignari, nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, unam de dictis portionibus ... conferendam tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 71] ... Datum Avinione, ii Nonas Aprilis, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis abbati monasterii Alcobacie Ulixbonensis diocesis et Colimbriensis ac sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis ... Datum ut supra».

([272 h]) Cf. nota 272a.

([272 i]) Cf. nota 271t.

([272 j]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 116-116v: «Dilecto filio Alvaro Didaci, clerico Ulixbonensi. Salutem, etc. Probitatis et virtutum merita ... Cum itaque in parrochiali ecclesia sancti Bartholomei Ulixbonensis nonnulle perpetue portiones sine cura fore noscantur, nos, volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, unam de dictis portionibus ... conferendam tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... Datum Avinione, iiii Nonas Junii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis Colimbriensis et sancti Agricoli Avinionensis decanis ac Dominico de Mugneta, canonico Ulixbonensis ecclesiarum ... [fl. 116v] ... Datum ut supra».

([272 k]) AV, Reg. Aven. 224, fls. 414-414v. Publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956), docum. VIII, pp. 191-192. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 352, pp. 91-92. Devemos lembrar também as comissões que lhe foram confiadas, conforme letras várias de 16 de Novembro de 1378, sem dúvida antedatadas, quase todas a instâncias de el-rei de Portugal, que intercedeu junto do papa por Pedro Esteves, clérigo da diocese de Silves, por João Esteves, também clérigo da diocese de Silves, e por Estêvão Vasques de Loulé, esta de 28 de Julho de 1379. Cf. notas 481-483.

([272 l]) Cf. nota 222a.

([272 m]) AV, Reg. Aven. 215, fl. 189v: «Dilecto filio Petro, electo Silvensi, salutem, etc. Cum nos pridem Silvensi ecclesie, pastoris regimine destitute, de persona tua, nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta, de fratrum eorumdem consilio auctoritate apostolica dux[er]imus providendum, preficiendo te illi in episcopum et pastorem, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur, Nos ad ea que ad tue commoditatis augmentum cedere valeant, favorabiliter intendentes, tuis supplicationibus inclinati, tibi ut a quocumque malueris catholico antistite, gratiam et communionem apostolice sedis habente, astitis et in hoc sibi assistentibus duobus vel tribus catholicis episcopis, similem gratiam et communionem habentibus, munus consecrationis recipere valeas ac eidem antistiti ut munus predictum auctoritate nostra impendere libere tibi possit plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Volumus autem quod idem antistes, qui tibi prefatum munus impendet, postquam illud tibi impenderit, a te nostro et Romane ecclesie nomine fidelitatis debite solitum recipiat iuramentum iuxta formam, quam sub bulla

Novembro de 1379 apareça aqui como simples bispo eleito de Silves, a entregar dinheiros da colectoria apostólica em Portugal: «Die xxix dicti mensis [Novembris 1379] supradictus Petrus Gerbais a dicto domino P[etro], episcopo Magalonensi, thesaurario domini nostri, quos prefatus dominus thesaurarius ipsa die receperat a domino electo Silvensi, collectore [fl. 4] apostolico in regno Portugalie et Algarbii, de pecuniis per eum receptis in sua collectoria huiusmodi, recipiente, nomine supradicti Petri Gerbays, Francisco Jay, surreceptore supradicto, vi.c flor. camere» (272 n). *A 29 de Setembro de 1380, a pedido do bispo de Lisboa, D. Martinho Anes, Clemente VII dirigia-se ao bispo de Silves, a comunicar anulações que fizera das isenções de clérigos adictos à colectoria, pertencentes à diocese de Lisboa, porque elas redundavam na diminuição dos poderes do prelado lisbonense* (272 o). *Já antes, a 10 de Junho de 1380, como veremos, o papa mandava a D. Pedro Cavaleiro, bispo de Silves e colector apostólico, entregasse a D. Martinho, bispo de Silves, os proventos da câmara apostólica em Portugal, a partir da nomeação do bispo, para o compensar dos trabalhos que o prelado lisbonense tivera desde a criação do papa até essa altura, em benefício da causa de Clemente VII* (272 p). *Omitindo outras comissões, algumas delas aliás já*

---

nostra mittimus interclusam ac formam iuramenti, quod te prestare contigerit, nobis de verbo ad verbum per tuas patentes litteras, tuo sigillo sigillatas, per proprium nuncium quantocius destinare procures quodque per hoc venerabili fratri nostro archiepiscopo Ispalensi, cui prefata ecclesia metropolitico iure subesse dinoscitur, nullum imposterum preiudicium generetur. Datum Avinione, Ibidus Octobris, anno primo».

(272 n) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 352, fls. 3v-4. Mais as seguintes notícias do mesmo dia no volume 353, fls. 58v e 79: «Die xxix dicti mensis [Novembris 1379] fuerunt recepti a domino Petro, electo Silvensi, in regnis Portugalie et Algarbii apostolico collectore, de pecuniis ad apostolicam cameram pertinentibus, per eum in sua collectoria huiusmodi qualitercunque receptis, prout in suis computis declarare tenetur, videlicet quingenti per manus Andre Detitii et manualiter centum, vi.c flor. camere». «Die xxix dicti mensis [Novembris 1379] fuerunt traditi supradicto Petro Gerbais, receptori pro negotiis apostolice camere expediendis, recepti et recogniti eius nomine, in eius a Romana Curia absentia, a Francisco Jay, surreceptore supradicto, qui recepti fuerant ipsa die a domino Petro, electo Silvensi, in regnis Portugalie et Algarbii apostolico collectore, de pecuniis per eum in sua collectoria receptis, vi.c floren. camere. *Na margem esquerda do texto:* «Recognovit die xxix presentis mensis. Presentibus domino Petro, electo Silvensi, et domino Bartholomeo dazonati, buticulario domini nostri».

(272 o) AV, Reg. Aven. 222, fls. 567v-568: «Venerabili fratri episcopo Silvensi. Salutem, etc. Cum nos nuper certis ex causis, animum nostrum ad hoc inducentibus, te ab officio collectorie fructuum et proventuum camere apostolice in civitate et diocesi Ulixbonensi debitorum duxerimus amovendum et, prout accepimus, frequenter contingit quod nonnulli clerici et persone ecclesiastice seculares et etiam regulares dictarum civitatis et diocesis Ulixbonensis, curiam episcopalem et iurisdictionem ac correctionem venerabilis fratris nostri Ulixbonensis episcopi per vias indirectas evitare volentes et a iurisdictione dicti episcopi reddere se exemptos, procurant a te recipi et deputari ad officium subcollectorie in provinciis et partibus, in quibus collector apostolicus deputatus existis, et sic huiusmodi subcollectorie officium nomine dicte camere exercendo vel officio ipso potius abutendo, pretextu huiusmodi, forum et iurisdictionem dicti episcopi declinare volentes, eius mandato et monitionibus obedire recusant, in ipsius episcopi et curie sue non modicum preiudicium et contemptum. Quare pro parte dicti episcopi nobis fuit humiliter supplicatum ut providere sibi super hoc de oportuno remedio curaremus. Nos igitur huiusmodi cautelis et subterfugiis obviare volentes et ne clerici et persone ipse procliviores se reddant ad illicita imposterum forsitan committenda, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus, tibi nichilominus districtius inhibentes ne decetero quemcunque subditum dicti episcopi vel alium clericum secularem vel regularem aut personam aliam, cuiuscunque status, gradus aut conditionis fuerit, civitatis aut diocesis Ulixbonensis, ad officium huiusmodi subcollectorie vel aliud dicte camere nomine recipere vel admittere aut quovis modo deputare presumas, quinymo omnes illos quos de dictis civitate et diocesi, dicto episcopo subditos, ad huiusmodi officium forsitan iam deputaveris aut admiseris ab huiusmodi officiis auctoritate nostra omnino cassare et revocare procures, quos nos etiam auctoritate apostolica, tenore presentium, ab huiusmodi officiis cassamus ac penitus revocamus ... [fl. 568] ... Datum Avinione, iii Kalendas Octobris, pontificatus nostri anno secundo».

(272 p) Cf. nota 274 k.

referidas, lembro que a 1 de Abril de 1381, o papa de Avinhão encarregava o bispo de Silves de dispensar um casal de diocesanos seus de impedimentos matrimoniais ([272 q]).

Quanto ao bispo de Lisboa, D. Martinho Anes, já notei que existem documentos desde 2 de Janeiro de 1380 até fins de 1382 e no ano de 1383 até ao mês de Dezembro, da autoria ou com referências a vigários gerais e oficiais de D. Martinho como bispo de Lisboa. Vou recordar expressamente as datas e circunstâncias relativas ao período que nos interessa por agora, a fim de explicar quanto disse sobre a substituição no governo da diocese pelo bispo de Dax, João Gutierrez, devido a determinações do papa de Roma, de acordo com el-rei de Portugal, que então obedecia a Urbano VI, após a chegada dos Ingleses a Lisboa.

A 27 de Janeiro de 1380, aparece-nos Paay Nicolaao, vigayro official de dom Martinho, bispo dessa meesma ([272 r]). *Em 17 de Abril de 1380, temos documento do dito* Pay Nicollao, Raçoeyro da egreia catedral da cidade de Lixboa, vigayro geeral do honrrado padre e senhor dom Martinho ... bispo de esa meesma ([272 s]). *No dia 28 de Junho de 1380, aparece-nos* Joham de Soure, vigairo offiçial do honrrado padre senhor dom Martinho ... bispo da dicta cidade ([272 t]).

([272 q]) AV, Reg. Aven. 226, fls. 190-190v: «Venerabili fratri episcopo Silvensi. Salutem etc. Oblate nobis nuper pro parte dilecti filii Gunsalvi Valasci de Loule et dilecte in Christo filie Beatricis Laurentii de Loule, mulieris, tue diocesis, petitionis series continebat quod olim idem Gunsalvus cum quodam Violanda Laurentii, muliere, sponsalia contraxit per verba legitime de presenti et quod postmodum dicta Violanda, nulla inter eam et dictum Gundisalvum carnali copula subsecuta, viam universe carnis ingressa, Gunsalvus et Beatrix predicti scientes quod Violanda, dum viveret, et Beatrix predicti tertio gradu consanguinitatis invicem erant coniuncte et quod dilecta in Christo filia Maria Stephani dicte diocesis, mater dicti Gunsalvi, dictam Beatricem de sacro fonte levaverat, matrimonium per verba legitime de presenti in facie Ecclesie insimul contraxerunt et prolem susceperunt [fl. 190v]. Quare pro parte dictorum Gunsalvi et Beatricis nobis extitit humiliter supplicatum ut, cum eorum consanguinei de potentioribus loci de Loule dicte diocesis existant et ex ipsorum Gunsalvi et Beatricis separatione perpetua, si fieret, maxima scandala, pericula et inimicitie possent verisimiliter exoriri, providere eis de absolutionis beneficio ab excommunicationis sententia, quam propter premissa incurrisse noscuntur, ac de oportune dispensationis gratia misericorditer dignaremur. Nos igitur ... huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus, si est ita ac tibi expediens videatur quod dicta concedatur dispensatio, super quo tuam conscientiam oneramus, ipsis Gunsalvo et Beatrice separatis ad tempus, de quo tibi videbitur expedire, eos, si hoc humiliter petierint, a sententia excommunicationis, quam propter premissa incurrerunt, iuxta formam Ecclesie auctoritate apostolica absolvas, iniunctis eis sub virtute iuramenti, per eos prestandi, quod similia de cetero non committant nec facientibus prebeant auxilium, consilium vel favorem, et etiam penitentia salutari ac aliis que de iure fuerint iniungenda, et demum cum eisdem Gunsalvo et Beatrice, dummodo propter hoc rapta non fuerit, ut premissis non obstantibus, matrimonium de novo contrahere et postquam contractum fuerit in eo licite remanere valeant auctoritate predicta dispenses, prolem ex huiusmodi matrimonio susceptam et suscipiendam legitimam decernendo. Datum Avinione, Kalendis Aprilis, anno tertio».

([272 r]) ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo*, maço 5, n. 239: «... na Era de mill e quatrocentos e dezoito annos, vinte e sete dias de Janeiro, na claustra da egreia cathedral da cidade de Lixboa, perante Paay Nicolaao, vigayro official de dom Martinho, bispo dessa meesma, seendo no logo acustumado em audiencia ouvindo os preytos ...».

([272 s]) ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 10, n. 183: «... Pay Nicollao, Raçoeyro da egreia catedral da cidade de Lixboa, vigayro geeral do honrado padre senhor dom Martinho, per mercee de Deus e da santa egreia de Roma bispo de esa meesma, a todalas justiças sagraees da dicta çidade e bispado ... Dada em Lixboa, soo seello da audyencia do senhor bispo, dez e sete dyas dabrill. Afomso Martinz a fez. Era de mil e quatroçentos e dez oito anos ...».

([272 t]) ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 17, n. 32: «... na era de mill e quatroçentos e dez oito annos, viinte e oyto dias de Junho, na cidade de Lixboa, dentro na catedral, perante Joham de Soure, vigairo offiçial do honrrado padre senhor dom Martinho, pella merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo da dicta çidade ...».

Em 25 de Janeiro de 1381, aparece o mesmo Joham de Soure, priol da egreia de Santiago da dicta cidade e vigairo, logo teente de Paai Nicolaao, Raçoeiro da egreia de Lixboa e vigairo jeeral do honrrado padre e senhor dom Martinho, bispo dessa meesma ([272 u]). *Três dias depois, a 28 de Janeiro de 1381, temos de novo* Joham de Soure, priol dessa egreia e vigairo logo teente de Paay Nycolaao, vigairo jeeral do honrrado padre e Senhor dom Martinho ... bispo dessa meesma ([272 v]). *No dia seguinte, temos* Paay Nicolaao, bacharel em degredos e vig.o geeral do honrrado padre e Senhor dom Martinho ... bispo dessa meesma ([272 x]). *A 19 de Fevereiro de 1381, aparece igualmente* Joham de Soure, priol da egreia de Santyago da dicta cidade e vigairo offiçial de dom Martinho, bispo dessa meesma ([272 y]). *Em 5 de Junho de 1381, há um processo perante* Paay Nicollaao, bachaler em derecto canonico e vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Martinho ... bispo de Lixboa ([272 z]). *No mês de Dezembro de 1381, aparece* Joham ... vig.o geeral do honrrado padre senhor dom Martinho ... bispo da dicta cidade ([273]).

Em 30 de Julho de 1382, fala-se de dom Martinho, bispo que ora he na dicta çidade, *o qual* mandava limitar as egreias desse sseu bispado ([273 a]). *A 5 de Agosto de 1382, igualmente aparece* Joham de Soure, prior da egreia de Santiago de Lixboa, vigairo offiçial do honrrado padre senhor dom Martinho ... bispo de Lixboa ([273 b]). *Temos, a 26 de Agosto*

([272 u]) ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 1: «... na era de mill e quatroçentos e dez e nove anos, viinte e cinquo dias do mes de Janeiro, na cidade de Lixboa, dentro as pousadas da morada de Joham de Soure, priol da egreia de Santiago da dicta çidade e vigairo, logo teente de Paai Nicolaao, Raçoeiro da igreja de Lixboa e vigairo jeeral do honrrado padre e senhor dom Martinho, bispo dessa meesma ...».

([272 v]) ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 2: «... na era de mill e quatroçentos e dez e nove anos, viinte oyto dias do mes de Janeiro, na cidade de Lixboa, na egreia de Santiago, perante Joham de Soure, priol dessa egreia e vigairo logo teente de Paay Nycolaao, vigairo jeeral do honrrado padre e senhor dom Martinho, pella mercee de Deus bispo dessa meesma ...».

([272 x]) ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 15, n. 293: «... na Era de mil e quatrocentos dez e nove anos, viinte e nove dias do mes de Janeiro, dentro na claustra da egreia cathedral da çidade de Lixboa, perdante Paay Nicolaao, bacharel em degredos e vig. o geeral do honrrado padre e Senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo dessa meesma ...».

([272 y]) ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 4: «... na Era de mill e quatroçentos e dez nove anos, dez e nove dias de Fevereyro, na cidade de Lixboa, ante as pousadas da morada de Joham de Soure, priol da egreia de Santyago da dicta cidade e vigairo offiçial de dom Martinho, bispo dessa meesma cidade ...».

([272 z]) ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 7: «Sabham todos que preito [e] demanda per processo hordenado ante Paay Nicollaao, bachaler em derecto canonico e vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Martinho, per mercee de Deus e da Sancta igreia de Roma bispo de Lixboa ... cinquo dias de Junho da Era de myl quatrocentos e dezenove anos ...».

([273]) ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 14, n. 262: «... Era de mil e quatrocentos e dezanove ... do mes de dezembro, na claustra da egreia cathedral da çidade de Lisboa, perdante Joham ... vig. o geeral do honrado padre senhor dom Martinho per merçee de Deus bispo da dicta çidade ...».

([273 a]) ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 21: «... na Era de mill e quatroçentos e viinte annos, triinta dias de Julho, na çidade de Lixboa, na clastra do moesteiro de Sam Viçente de Fora, estando hi presente dom Afomso, priol do dicto moesteiro ... o dicto priol disse que a ele era dicto que dom Martinho bispo que ora he na dicta çidade, mandava limitar as egreias desse sseu bispado ...».

([273 b]) ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 6, n. 254: «... Joham de Soure, prior da egreia de Santiago de Lixboa, vigairo offiçial do honrrado padre senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa ... Dante em Lixboa so o seelo da audiença do dicto Senhor bispo. Cinquo dias dagosto. Era de mil e iiii.c e vinte annos. Johannes de Sauri».

de 1382, Paay Nicollaao, vigairo geeral de dom Martinho ... bispo [dessa meesma] ([273 c]). *A 24 de Novembro de 1382, temos o sobrinho do bispo* Johom Garçia, chantre e coonigo da egreia de Silve, vig.o geeral do honrrado padre senhor dom Martinho ... bispo de Lixboa ([273 d]).

Por esta documentação, apesar de D. Fernando se ter declarado, em Julho-Agosto de 1381, pela obediência de Urbano VI, dir-se-ia que era D. Martinho ou seus vigários quem governava a diocese de Lisboa, embora notemos carência de documentação entre Dezembro de 1381 e Julho de 1382. Conforme consta do passo transcrito atrás de Fernão Lopes, na altura da declaração, quando se celebraram os desposórios de Dona Beatriz com Eduardo, filho do conde de Cantabrígia, «o bispo Dacres e o de Lixboa e outros prelados rezarom sobre elles». Mas estaria de facto, nessa altura, D. Martinho em Lisboa? Se isso fosse verdade, então deveríamos admitir que as suas andanças entre a diocese de Lisboa e a cúria do papa de Avinhão eram frequentes.

Já vimos que D. Martinho Anes, transferido da sé de Silves para a de Lisboa, em 7 de Fevereiro de 1379, por Clemente VII, antes de D. Fernando se decidir pela sua obediência e comunicar a decisão ao reino em Janeiro de 1380, só começou a governar a diocese por meio de vigários depois da declaração régia. Chegado à Cúria de Clemente VII à volta de Maio-Junho de 1380 como embaixador de D. Fernando, o papa de Avinhão não se cansa de lembrar em várias bulas, os serviços e despesas do bispo em prol da obediência de Avinhão, dando a entender, numa de 24 de Setembro de 1380, que ainda se encontrava em Avinhão. Vejamos, antes de mais, algumas concessões e comissões que lhe foram feitas na altura da embaixada e graças ou comissões feitas a clérigos ou sobre benefícios da sua diocese, algumas a pedido de el-rei, conforme súplicas já referidas, ao menos em conjunto. Começo por referir que, a 4 de Abril de 1380, Clemente VII encarregava o abade do mosteiro de Alcobaça, situado na diocese de Lisboa, os deãos de Coimbra e de Santo Agrícola, de conferirem a Gil Domingues, clérigo de Coimbra, uma porção na igreja de Santa Justa de Coimbra ([273 e]). A 6 de Abril de 1380, fazia concessões ao nobre Álvaro Gonçalves de Azevedo, cónego de Lisboa ([273 f]).

Há algumas bulas a indicar, do dia 15 de Abril de 1380. Assim, Clemente VII encarregava, nesta data, os deãos de Lisboa e de Santo Agrícola de Avinhão e Roberto Anes, cónego de Lisboa, de conferirem uma porção na igreja de Santo André de Lisboa a Gil Afonso, clérigo da diocese de Évora ([273 g]). No mesmo dia, outorgava a Gil Domingues, clérigo da diocese da Guarda,

---

([273 c]) ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 5, n. 206: «... quatrocentos e vinte annos, vinte e seis dias do mes dagosto, sobre a abovada da claustra da eigreia ... cidade de Lixboa, perdante Paay Nicollaoo, vigairo geeral de dom Martinho per merçee de Deus bispo/[dessa meesma] ...».

([273 d]) ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 10, n. 185: «Johom Garçia, chantre e coonigo da egreia de Silve, vig. o geeral do honrado padre senhor dom Martinho per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa ... Dante em Lixboa, vinte e quatro dias de Novembro. Era de mil e iiii.c e vinte anos. Cantor Silvensis».

([273 e]) Cf. nota 272 g.

([273 f]) AV, Reg. Aven. 222, fl. 603: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Alvaro Gundissalvi de Azevedo, canonico Ulixbonensi, salutem et apostolicam benedictionem. Nobilitas generis ... Datum Avinione, viii Idus Aprilis, anno secundo».

([273 g]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 55v-57: «Dilecto filio Egidio Alfonsi, clerico Elborensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Vite ac morum honestas ... Cum itaque in ecclesia parrochiali sancti Andree Ulixbonensis nonnulle perpetue portiones consuete clericis secularibus assignari fore noscantur, nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, unam de perpetuis portionibus predictis ac prestimonia et prestimoniales portiones unius ecclesie perpetui portionarii cedentis vel decedentis aut illas alias dimittentis, quorum quidem prestimoniorum et prestimonialium portionum fructus, redditus et proventus triginta librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum

uma porção da igreja de Santa Maria da Lourinhã, incumbindo da execução ao deão de Santo Agrícola, ao chantre de Viseu e a Martinho Afonso, cónego da Guarda ([273 h]). *Anda nesta data, concedia um benefício eclesiástico, da colação do bispo e cabido de Coimbra, a Álvaro Fernandes de Faro, encarregando da execução aos deãos de Lisboa e de Santo Agrícola de Avinhão e ao oficial de Lisboa* ([273 i]). *Por bula de 23 de Abril de 1380, correspondente a súplica já referida, incumbia o bispo de Silves e os deãos de Coimbra e de Santo Agrícola de Avinhão de conferirem a vigararia de S. Pedro de Sintra a João Durando* qui, ut asseritur, verbi Dei litteraliter et vulgariter egregius predicator existis ([273 j]). *A 26 de Maio de 1380, fazia concessões a Vasco Anes, sacerdote de Lisboa* ([273 k]).

São muito numerosas as bulas a conceder benefícios da diocese de Lisboa ou a cometer a execução das respectivas concessões a clérigos da sé ou diocese de Lisboa, em Junho de 1380, por Clemente VII, sempre em conformidade com as súplicas referidas no modo indicado. A 2 de Junho de 1380, encarregava Afonso Anes, cónego de Lisboa, de se incumbir de comissão relativa a Gonçalo Vicente, clérigo da diocese de Lisboa ([273 l]). *Ainda neste dia, mandava a João Anes de Tomar, cónego de Lisboa, conferisse uma porção da igreja de S. Martinho de Lisboa a Lopo Rodrigues, sacerdote da diocese de Lisboa* ([273 m]). *Outra com esta data, afigura-se-me de muita importância,*

---

non excedant ... conferenda tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 57] ... Datum Avinione, xvii Kalendas Maii, anno secundo. In eodem modo dilectis filiis Ulixbonensis et sancti Agricoli Avinionensis decanis ac Ruberto Johannis, canonico eiusdem Ulixbonensis ecclesiarum ... Datum ut supra».

([273 h]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 73v-74: «Dilecto filio Egidio Dominici, clerico Egitaniensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Vite ac morum honestas ... Cum itaque in ecclesia parrochiali sancte Marie de Lourinhaan, Ulixbonensis diocesis, nonnulle perpetue portiones consuete clericis secularibus assignari fore noscantur, nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, unam de dictis portionibus, ad collationem, provisonem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem dilectorum filiorum rectoris, prioris nuncupati, ac universorum perpetuorum portionariorum dicte ecclesie, etiam cum consensu seu consilio venerabilis fratris episcopi Ulixbonensis, communiter vel divisim pertinentem ... conferendam tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 74] ... Datum Avinione, xvii Kalendas Maii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis decano sancti Agricoli Avinionensis et cantori Visensis ac Martino Alfonsi, canonico Egitaniensis ecclesiarum ... Datum ut supra».

([273 i]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 74-75: «Dilecto filio Alvaro Fernandi de Faaron, clerico Silvensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Laudabilia probitatis et virtutum merita ... Volentes itaque tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ... ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem venerabilis fratris nostri episcopi Colimbriensis et dilectorum filiorum decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Colimbriensis communiter vel divisim pertinens ... conferendum tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 75] ... Datum Avinione, xvii Kalendas Maii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis Ulixbonensis et sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis ac officiali Ulixbonensi ... Datum ut supra».

([273 j]) Cf. nota 272 d.

([273 k]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 511-512: «Dilecto filio Valasco Johannis, presbytero Ulixbonensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Sedis apostolice gratiosa benignitas ... Datum Avinione, vii Kalendas Junii, pontificatus nostri anno secundo».

([273 l]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 72-72v: «Dilecto filio Alfonso Johannis, canonico Ulixbonensi. Salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Gundisalvum Vincentii, clericum Ulixbonensis diocesis ... [fl. 72v] ... Datum Avinione, iiii Nonas Junii, anno secundo».

([273 m]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 96v-97v: «Dilecto filio Johanni Johannis de Tomerio, canonico Ulixbonensi. Salutem, etc. Dignum arbitramur ... Cum itaque in parrochiali ecclesia sancti Martini Ulixbonensi nonnulle perpetue portiones sine cura fore noscantur, nos volentes dilectum filium Lupum Roderici, presbyterum Ulixbonensis diocesis ... Datum Avinione, iiii Nonas Junii, anno secundo».

por nos mostrar que Domingos de Monheta, cónego de Lisboa e subcolector apostólico, depois convertido à obediência de Urbano VI, era sequaz do papa de Avinhão, na altura da embaixada do bispo de Lisboa. Efectivamente, nesse dia 2 de Junho de 1380, Clemente VII concedia a Álvaro Dias, clérigo de Lisboa, uma porção na igreja de S. Bartolomeu de Lisboa, encarregando da execução aos deãos de Coimbra e de Santo Agrícola e ao cónego de Lisboa Domingos de Monheta ([273 n]). *É precisamente deste ano de 1380, do dia 17 de Outubro de 1380 e não de 1383, como erroneamente se tem dito* ([273 o]), *a bula de Clemente VII, a dar ordens ao subcolector quanto aos dinheiros da câmara apostólica em Portugal, em relação com o cisma* ([273 p]).

A 3 de Junho de 1380, o papa encarregava Afonso Anes, cónego de Lisboa, de conferir uma porção na igreja de Santa Maria da Arruda dos Vinhos a Bartolomeu Domingues, clérigo da diocese de Lisboa ([273 q]). *Ainda neste dia 3 de Junho de 1380, incumbia o prior do mosteiro*

([273 n]) Cf. nota 272j.

([273 o]) Assim JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956) 157: «Poucos dias antes de o monarca falecer, em 17 de Outubro, a cúria pontifícia insiste, em bula dirigida a Domingos Monheta, cónego de Lisboa, na obrigação de os beneficiados do reino satisfazerem os seus débitos à Câmara Apostólica». Também eu, influenciado por esta notícia, afirmei em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, p. 394, nota 3: «De facto, a 17 de Outubro de 1383, eram dirigidas letras a *Dominico Mogneta, canonico Ulixbonensi, sedis apostolice nuntio*, sobre a obrigação de os clérigos com benefícios em Portugal pagarem as respectivas taxas à Câmara Apostólica (Cf. AV, Reg. Aven. 233, fl. 94)». Deve ser corrigida esta nossa afirmação, conforme se pode ver pela bula transcrita na nota seguinte.

([273 p]) AV, Reg. Aven. 233, fls. 94-94v: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Dominico de Mogneta, canonico Ulixbonensi, apostolice sedis nuntio. Salutem et apostolicam benedictionem. Dudum in nostri apostolatus exordio, exigente camere apostolice necessitate, pro multis expensis et oneribus eidem iugiter incumbentibus, relevandis, fructus, redditus et proventus unius anni omnium et singulorum beneficiorum ecclesiasticorum, cum cura et sine cura, exemptorum et non exemptorum, si dignitates, personatus vel officia existerent, de quibus provideremus seu specialiter provideri mandaremus, successive diversis vicibus ad instar nonnullorum Romanorum pontificum, predecessorum nostrorum, reservavimus illosque camere prefate pro huiusmodi oneribus et expensis supportandis applicavimus ... et deinde [cum] huiusmodi onera tam propter guerrarum ingruentium discrimina, quam etiam propter necessitates imminentes, maiora solito existerent, super hoc prefate camere pro ipsius oneribus huiusmodi facilius supportandis, de alicuius subventionis auxilio providere volentes, fructus, redditus et proventus uuius anni omnium et singulorum beneficiorum ecclesiasticorum et regularium, exemptorum et non exemptorum, cum cura et sine cura, etiam si dignitates, personatus et officia existerent, que expectantes auctoritate litterarum nostrarum sub quacunque forma concessarum, dum vacarent, canonice acceptarent, necnon quorumcunque etiam aliorum beneficiorum huiusmodi, ad que qui eligerentur seu presentarentur et confirmationes seu institutiones subsequerentur et etiam de quibus auctoritate ordinaria vel metropolitica sive per dyocesanos, sive per alios qualitercunque provideretur, dispositioni apostolice usque ad duos annos, tunc secuturos et nondum [fl. 94v] elapsos, cum similis interpositione decreti reservavimus illosque predicte camere pro huiusmodi oneribus facilius supportandis applicavimus, percipiendos et levandos secundum modum et formam in aliis nostris litteris super dicta reservatione fructuum primi anni beneficiorum per nos seu auctoritate nostra collatorum, confectis, comprehensum et ut huiusmodi fructus, redditus et proventus melius et commodius exigi valeant, volumus quod venerabilis frater Petrus, archiepiscopus Arelatensis, camerarius noster, per collectores fructuum et proventuum eidem camere debitorum dictos fructus, redditus et proventus exigi predicte camere nomine faceret et levari, prout in diversis nostris litteris inde confectis plenius continetur. Quocirca discretioni tue per apostolica scripta mandamus et committimus quatenus per te vel alium seu alios omnes et singulos huiusmodi fructus, redditus et proventus reservatos et applicatos camere memorate iuxta huiusmodi nostre reservationis et applicationis tenorem in partibus, ubi es nuntius apostolicus deputatus, petere, exigere et recipere cum integritate studeas et procures ... Datum Avinione, xvi Kalendas Novembris, pontificatus nostri anno ii.o».

([273 q]) AV, Reg. Aven. 222, fl. 62v: «Dilecto filio Alfonso Johannis, canonico Ulixbonensi. Salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes itaque dilectum filium Bartholomeum Dominici, clericum Ulixbonensis diocesis, apud nos de probitate ... Datum Avinione, iii Nonas Junii, anno secundo».

de S. Vicente de Fora de Lisboa, os cónegos de Lisboa João Escudeiro e João Anes de cõferirem a igreja de Santa Maria de Setúbal, da diocese de Lisboa, a João Lourenço, freire da Ordem de S. Tiago da Espada ([273 r]). *A pedido de el-rei D. Fernando e da rainha Dona Leonor, no dia 13 de Junho de 1380, encarregava os bispos de Évora e da Guarda e o deão de Santo Agrícola de conferirem a Filipe de Andester, sacerdote da diocese de Cartagena, o canonicato e prebenda de Lisboa* ([273 s]) *e, na mesma data, como se viu, também a pedido dos sobreditos rei e rainha, incumbia o dito bispo de Évora e os deãos de Santo Agrícola de Avinhão e de Coimbra de lhe confirmarem a igreja de Santa Justa de Lisboa, que lhe tinha sido conferida no tempo do bispo D. Agapito* ([273 t]). *Ainda neste dia, Clemente VII encarregava o deão do Porto, o arcediago de Évora e o chantre de Coimbra de protegerem, em nome da Santa Sé, o cabido de Lisboa que se via prejudicado nos bens e rendimentos da parte de pessoas eclesiásticas e seculares, inclusive de bispos e outros prelados* ([273 u]). *Noutra, com a mesma data, outorgava a Vasco Gonçalves Teixeira, com 14 anos de idade, a pedido de el-rei D. Fernando, a graça da pluralidade de benefícios* ([273 v]). *A 20 de Junho de 1380,*

([273 r]) AV, Reg. Aven. 221, fls. 272v-273: «Dilectis filiis priori monasterii sancti Vincentii per priorem soliti gubernari et Johanni Scutiferi ac Johanni Johannis, canonicis ecclesie Ulixbonensis, salutem et apostolicam benedictionem. Religionis zelus, vite ac morum aliaque probitatis et virtutum merita, super quibus dilectus filius Johannes Laurentii, frater militie sancti Jacobi, apud nos fidedigno comendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Cum itaque, sicut accepimus, parrochialis ecclesia sancte Marie de Setuval, Ulixbonensis diocesis, consueta per fratres dicte militie gubernari, quam quondam Johannes Laurentii de Mangulon, ipsius militie frater, dum viveret, obtinebat, per ipsius Johannis obitum ... vacet ad presens ... [fl. 273] ... Datum Avinione, iii Nonas Junii, anno secundo».

([273 s]) Cf. nota 271 q.

([273 t]) Cf. nota 220.

([273 u]) AV, Reg. Aven. 221, fl. 619v: «Dilectis filiis decano Portugalensis et .. archidiacono Elborensis ac .. canthori Colimbriensis ecclesiarum. Salutem, etc. Militanti ecclesie, etc., ut in superiori que dirigitur episcopo Leodicensi, usque Sane dilectorum filiorum capituli Ulixbonensis conquestione percepimus quod nonnulli episcopi aliique ecclesiarum prelati et clerici ac ecclesiastice persone tam religiose quam seculares, etiam in dignitatibus et personatibus constitute, necnon duces, etc., usque necnon fructus, census, redditus et proventus dictorum capituli Ulixbonensis et nonnulla alia bona mobilia et immobilia, spiritualia et temporalia, ad prefatos capitulum spectantia et ea detinent, etc., usque formidant, eisdem capitulo super predictis, etc., usque et aliis rebus ad dictos capitulum spectantibus, multiplices molestias et iniurias inferunt et iacturas. Quare dicti capitulum nobis humiliter supplicarunt ut cum eisdem (!) capitulum (!) valde reddatur difficile, etc., usque illo volentes dicto capitulo remedio subveniri, per quod ipsorum compescatur temeritas, etc., usque non permittatis eosdem capitulum super hiis, etc., usque facturi dictis capitulo, cum ab eis, etc., ponendo capitulum duntaxat, usque non obstante, presentibus post quinquennium, a data presentium computandum, minime valituris. Datum Avinione, Idus Junii, anno secundo».

([273 v]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 528v-529: «Dilecto filio Valasco Gundissalvi de Teixeira, clerico Ulixbonensis diocesis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Cum itaque dudum tecum super defectu natalium quem patiebaris de soluto genitus et soluta, ut, ipso non obstante defectu, ad minores promoveri et beneficium ecclesiasticum, sine cura obtinere auctoritate ordinaria primo et deinde, postquam clericali caractere alias rite insignitus fuisti, ut ad omnes alios ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum, etiam si curam haberet animarum, obtinere posses et subsequenter ut plura beneficia ecclesiastica cum cura vel sine cura ... recipere ... etiam insimul licite retinere auctoritate litterarum nostrarum nuper extitit dispensatum, prout in eisdem litteris hec et alia plenius continentur. Nos igitur volentes te, premissorum meritorum tuorum intuitu, necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, pro te, dilecto suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, favore prosequi gratie amplioris, huiusmodi dicti regis et tuis supplicationibus inclinati, tecum ut, non obstante defectu etatis, quem pateris, cum in quartodecimo etatis tue anno vel circa constitutus existas, quecunque beneficia ecclesiastica ... recipere ... licite valeas retinere, defectu etatis huiusmodi necnon Lateranensis concilii ... non obstantibus quibuscunque ... auctoritate apostolica predicta de uberioris dono gratie dispensamus ... [fl. 529] ... Datum Avinione, Idus Junii, anno secundo».

também a pedido de el-rei, concedia a João Gonçalves Teixeira e a Vasco Gonçalves Teixeira, clérigos da diocese de Lisboa, a pluralidade de benefícios ([273 x]).

No dia 14 de Julho de 1380, outorgava um benefício da colação do prior da igreja paroquial de S. Tiago de Lisboa a Estêvão Lourenço, clérigo da diocese de Silves, encarregando da execução aos deãos de Lisboa e de Santo Agrícola de Avinhão e ao oficial de Lisboa ([273 y]). *A 27 de Setembro de 1380, concedia ao nobre Álvaro Gonçalves o deado de Lisboa, incumbindo da execução, como se disse, ao bispo da Guarda, ao prior do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa e ao chantre de Braga, depois de ter privado Domingos Peres do deado, por ter aderido ao papa Urbano VI* ([273 z]). *No mesmo dia, como se disse também, concedia a Vasco Gonçalves o arcediagado*

([273 x]) AV, Reg. Aven. 224, fls. 342-342v: «Dilecto filio Johanni Gundissalvi de Teixeira, clerico Ulixbonensis diocesis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod olim tecum super defectu natalium quem pateris de coniugato genitus et soluta, ut eodem non obstante defectu, ad minores ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum sine cura obtinere posses extitit auctoritate ordinaria dispensatum. Nos igitur volentes tibi qui, ut asseritur, post dispensationem huiusmodi te fecisti, alias rite, clericali caractere insigniri, premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione [fl. 342v] carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, pro te dilecto suo nobis super hoc humiliter supplicantis, gratiam facere specialem, huiusmodi dicti regis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut unum et plura beneficium seu beneficia ecclesiasticum seu ecclesiastica cum cura vel sine cura ... recipere ... libere et licite valeas ... auctoritate apostolica, tenore presentium, dispensamus. Datum Avinione, xii Kalendas Julii, anno secundo». AV, Reg. Aven. 224, fl. 455: «Dilecto filio Valasco Gundissalvi de Teixeira, clerico Ulixbonensis diocesis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod olim tecum super deffectu natalium, quem pateris de soluto genitus et soluta, ut eodem non obstante deffectu, ad minores promoveri et beneficium ecclesiasticum sine cura obtinere auctoritate ordinaria primo et deinde, postquam clericali caractere alias rite insignitus fuisti, ut ad omnes alios ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum, etiam si curam haberet animarum, obtinere posses, extitit auctoritate apostolica dispensatum. Nos igitur volentes te, premissorum meritorum tuorum intuitu, necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, pro te dilecto suo nobis super hoc humiliter supplicantis, favore prosequi gratie amplioris, huiusmodi dicti regis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut plura beneficia ecclesiastica cum cura vel sine cura ... retinere ... libere et licite valeas ... auctoritate apostolica predicta de uberioris dono gratie dispensamus ... Datum Avinione, xii Kalendas Julii, anno secundo».

([273 y]) AV, Reg. Aven. 222, fls. 101v-102: «Dilecto filio Stephano Laurentii, clerico Silvensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum sine cura ... ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem dilectorum filiorum rectoris, prioris nuncupati, et universorum portionariorum perpetuorum ecclesie parrochialis sancti Jacobi Ulixbonensis communiter vel divisim pertinens ... conferendum tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 102] ... Datum Avinione, ii Idus Julii, pontificatus nostri anno secundo. In eodem modo dilectis filiis Ulixbonensis et sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis ac officiali Ulixbonensi ... Datum ut supra».

([273 z]) AV, Reg. Aven. 221, fls. 249v-250: «Dilecto filio Alvaro Gundisalvi, canonico Ulixbonensi, salutem, etc. Nobilitas generis ... Cum itaque postmodum decanatus ecclesie Ulixbonensis ex eo apud dictam sedem vacaverit et vacare noscatur ad presens quod nos hodie Dominicum Petri, tunc ipsius ecclesie decanum, pro eo quod iniquitatis filio Bartholomeo, olim archiepiscopo Barensi, qui sedem apostolicam nititur occupare, adherebat notorie, prout adheret de presenti, dicto decanatu, quem tunc obtinebat, auctoritate apostolica privavimus et amovimus ab eodem ... nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, dictum decanatum ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus ... [fl. 250] ... Datum apud Pontem Sorgie, Avinionensis diocesis, v Kalendas Octobris, pontificatus nostri anno secundo. [In eolem modo] Venerabili fratri episcopo Egitaniensi et dilectis filiis priori sancti Vincentii extra muros Ulixbonenses ac cantori ecclesie Bracharensis ... Datum ut supra». Súplica respectiva publ. em *Monum. Portugaliae Vaticana*, II, n. 517.

de Lisboa, designando como comissários os sobreditos bispo, prior e chantre (274). *A 29 de Setembro de 1380, por letras endereçadas a Álvaro Gonçalves, deão de Lisboa, declarava que este, com 14 anos apenas de idade, não se poderia intrometer no regime do deado ou administração do mesmo, antes de a Santa Sé determinar outra coisa* (274 a). *A 9 de Outubro de 1380, Clemente VII mandava ao prior do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, ao mestre-escola de Silves e ao oficial de Lisboa, conferissem o canonicato e prebenda de Lisboa a Pedro Garcia* (274 b).

Quanto ao ano de 1381, é para lembrar a bula de 25 de Janeiro de 1381, sobre a concessão de benefício eclesiástico a Francisco Anes de Gerez, referida acima, na qual figura como comissário o arcediago de Lisboa (274 c). *Este arcediago aparece indicado como um dos comissionados, na mesma data, em concessão feita a João Anes, clérigo de Évora, sobre benefícios na sé de Évora* (274 d), *e também a 26 de Janeiro de 1381 em concessão a Garcia Dias de benefícios da colação do bispo e cabido de Évora* (274 e). *Noutra concessão do mesmo dia a João Anes de Sintra sobre alguma*

---

(274) Cf. nota 270m.

(274 a) AV, Reg. Aven. 222, fl. 568: «Dilecto filio Alvaro Gundissalvi, decano Ulixbonensi. Salutem, etc. Cum nos nuper de decanatu ecclesie Ulixbonensis, tunc certo modo vacante, tibi gratiose duxerimus providendum, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur, nos attendentes quod tu, qui defectum pateris in etate, cum in quartodecimo etatis tue anno vel circa constitutus existas, circa regimen et gubernationem omnimoda et maxime iurisdictionem temporalem et spiritualem, si qua ratione dicti decanatus tibi competit ac competere potest aut debet de consuetudine vel de iure, non posses vacare commode nec etiam utiliter exercere, nos certis ex causis, ad hoc animum nostrum inducentibus, circa dicti decanatus gubernationem et utilem administrationem in hac parte providere volentes, omnem iurisdictionem spiritualem et temporalem ad te ratione dicti decanatus quomodolibet competentem auctoritate nostra, tenore presentium, tibi penitus interdicimus quoad presens. Volentes et tibi nichilominus expresse mandantes quatinus de iurisdictione ipsa per te vel alium seu alios te nullatenus intromittere debeas neque possis, quousque a nobis aliud habueris in mandatis ... Datum Avinione, iii Kalendas Octobris, anno secundo».

(274 b) AV, Reg. Aven. 221, fls. 253-254: «Dilecto filio Petro Garsie, canonico Ulixbonensi, salutem, etc. Vite ac morum honestas ... [fl. 253v] ... Cum itaque postmodum canonicatus et prebenda ecclesie Ulixbonensis, quos dilectus filius Raymundus de Salis, canonicus Ruthenensis, in eadem ecclesia obtinere solebat, per liberam resignationem ipsius Raymundi de illis per dilectum filium Fernandum Lupi, presbyterum Pacensis diocesis, procuratorem suum, ad hoc ab eo specialiter constitutum, apud sedem apostolicam in manibus dilecti filii Petri Chambonis, decani Lingonensis, capellani nostri, sponte factam et per ipsum decanum, de speciali mandato nostro, facto sibi super hoc oraculo vive vocis, admissam, vacaverint et vacare noscantur ad presens ... nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam predictos sic vacantes cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis, suis, motu proprio ... apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ... [fl. 254] ... Datum Avinione, vii Idus Octobris, anno secundo ... In eodem modo dilectis filiis priori sancti Vincentii extra muros Ulixbonenses per priorem soliti gubernari ac scolastico ecclesie Silvensis ac officiali Ulixbonensi ... Datum ut supra».

(274 c) Cf. nota 270 r.

(274 d) AV, Reg. Aven. 227, fls. 698v-699: «Dilecto filio Johanni Johannis, clerico Elborensi. Salutem, etc. Exigentibus tue probitatis ... Cum itaque in ecclesia Elborensi quedam perpetua beneficia ecclesiastica sine cura, bacalarie inibi vulgariter nuncupata, consueta clericis non canonicis ipsius ecclesie assignari, existant, Nos volentes tibi, huiusmodi meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, unum de dictis beneficiis ... si quod in eadem ecclesia vacat ad presens, vel cum vacaverit ... conferendum tibi, post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 699] ... Datum Avinione, viii Kalendas Februarii, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis .. archidiacono Ulixbonensis et Petro Martini, Lamecensis, ac Gundissalvo Petri, Egitaniensis canonicis ecclesiarum ... Datum ut supra».

(274 e) AV, Reg. Aven. 227, fls. 697-697v: «Dilecto filio Garsie Didaci, perpetuo beneficiato in ecclesia Elborensi. Salutem, etc. Attributa tibi probitatis et virtutum merita ... Volentes itaque tibi, in iure canonico scolari et in phisica, ut asseritur, provecto, premissorum meritorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ... ad venerabilis fratris nostri .. episcopi et dilectorum

igreja paroquial na vila de Sintra, aparecem como comissários os cónegos de Lisboa João Godinho e Gil Martins e o cónego de Coimbra Lourenço Martins de Barbudo ([274f]). *Também neste dia, mês e ano, o próprio bispo e arcediago de Lisboa eram designados comissários, com Pedro Martins, cónego de Lamego, na concessão a Afonso Domingues, clérigo de Évora, sobre benefícios na igreja de Coimbra* ([274g]). *A 19 de Maio de 1381, na concessão a João Peres Moreira, clérigo da diocese do Porto, de benefício eclesiástico da colação do prior da igreja de S. Pedro de Torres Novas, da diocese de Lisboa, figura como comissário Gil Martins, cónego de Lisboa, com Lourenço Anes e Lourenço Fernandes, respectivamente cónegos de Sevilha e de Silves. No dia 12 de Agosto de 1381, conforme referido foi, Clemente VII outorgava a Estêvão Fernandes uma porção na igreja de Santa Maria de Vila Verde, da diocese de Lisboa* ([274h]). *E mais nenhuma intervenção me consta do papa de Avinhão em Lisboa no restante período de 1381 e por todo o ano de 1382.*

No que respeita ao bispo de Lisboa, D. Martinho Anes, é sabido que ele foi incumbido de várias comissões, logo desde o início, algumas delas antedatadas. Assim, prévio pedido de el-rei D. Fernando, Clemente VII, a 26 de Agosto de 1379, encarregava o nosso bispo de Lisboa, o arcediago de Lagos e o mestre-escola de Silves de transformarem o ermitério de Santa Maria de Azinhoso, habitado por eremitas que viviam de esmolas dos numerosos peregrinos, em mosteiro dependente directamente do papa, designando para primeiro prior ao monge do mosteiro de Santa Maria de Seiça da Ordem de Cister, que devia passar ao mosteiro de Celanova, enquanto o mosteiro seria beneditino ([274i]). *De recordar ainda que o papa o incumbia, juntamente com o deão de Coimbra,*

---

filiorum capituli Elborensis collationem vel provisionem seu presentationem vel quamvis aliam dispositionem communiter vel divisim pertinens, si vacat ad presens vel cum vacaverit ... conferendum tibi post acceptationem [fl. 697v] huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... Datum Avinione, vii Kalendas Februarii, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis archidiacono Ulixbonensis et Petro Martini, Lamecensis ac Gundissalvo Petri, Egitaniensis canonicis ecclesiarum ... Datum ut supra».

([274f]) AV, Reg. Aven. 227, fls. 702v-703: «Dilecto filio Johanni Johannis de Sintria, clerico Ulixbonensis diocesis. Salutem, etc. Laudabile testimonium ... Volentes itaque tibi, huiusmodi meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum sine cura ... ad cuiuscunque seu quorumcunque collationem, provisionem seu quamvis aliam dispositionem pertinens communiter vel divisim, si quod in aliqua parrochialium ecclesiarum Ville de Sintria, Ulixbonensis diocesis, vacat ad presens vel cum vacaverit ... conferendum tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... Datum Avinione, vii Kalendas Februarii, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis Laurentio Martini de Barbuto, Colimbriensis et Egidio Martini ac Johanni de Gudin, Ulixbonensis ecclesiarum canonicis ... [fl. 703] ... Datum ut supra».

([274g]) AV, Reg. Aven. 227, fls. 700v-701: Dilecto filio Alfonso Dominici, clerico Elborensi. Salutem, etc. Laudabilia probitatis ... Cum itaque in ecclesia Colimbriensi quedam perpetua beneficia ecclesiastica sine cura, bacallarie inibi vulgariter nuncupata, consueta clericis secularibus non canonicis ipsius ecclesie assignari, Nos volentes tibi, huiusmodi meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, unum de dictis beneficiis ... si quod in eadem ecclesia vacat ad presens vel cum vacaverit ... conferendum tibi post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... Datum Avinione, vii Kalendas Februarii, anno tertio. In eodem modo venerabili fratri .. episcopo Ulixbonensi et dilectis filiis .. archidiacono Ulixbonensis [fl. 701] ac Petro Martini, canonico Lamacensis ecclesiarum ... Datum ut supra.

([274h]) Cf. notas 270z e 270t.

([274i]) AV, Reg. Aven. 215, fls. 131-131v: «Venerabili fratri episcopo Ulixbonensi et dilectis filiis archidiacono de Lagos ac scolastico ecclesie Silvensis, salutem, etc. Significavit nobis carissimus in Christo filius noster Fernandus, rex Portugalie illustris, quod quoddam heremitagium seu senodochum, heremitagium sancte Marie de Azinhoso muncupatum, in diocesi Bracharensi consistit et in quo est ecclesia seu capella cum domibus et necessariis officinis consueta et ad quod undique cotidie causa devotionis magna christiani populi confluit multitudo, qui pias oblationes ibidem conferunt incessanter, quas una cum redditibus ipsius

de aplicar os rendimentos de alguns benefícios da arquidiocese de Braga e dioceses de Lisboa e restantes do reino de Portugal a favor da Universidade de Lisboa ([274 j]). *Mas o que importa sobretudo é referir documentos bem eloquentes de serviços prestados por ele à causa de Clemente VII, quais são as bulas de 10 de Junho de 1380. Numa, dirigida ao bispo de Silves, D. Pedro Cavaleiro, colector apostólico em Portugal, depois de se referir à transferência de D. Martinho da sé de Silves para a de Lisboa, recorda Clemente VII que o bispo de Lisboa tinha enfrentado graves e insuportáveis trabalhos e despesas desde a criação do papa até ao presente, continuando a dedicar-se com generosidade à causa, sem cessar, nos árduos e urgentes negócios, respeitantes ao estado e honra do papa e da Igreja:* pensantes graves et intollerabiles labores et expensarum onera que idem Ulixbonensis episcopus a tempore creationis nostre usque ad hec tempora pro arduis et urgentibus negotiis, statum et honorem nostrum et Romane Ecclesie concernentibus, portavit assidue, prout continua prosecutione portare non desinit incessanter. *Para o compensar, comunica ter-lhe dado os proventos da câmara apostólica, inclusive os já recebidos, desde o dia em que lhe fizera provisão da igreja episcopal até à festa próxima do Natal, encarregando o bispo de Silves de lhe entregar ou fazer entregar as respectivas quantias* ([274 k]). *Na outra bula,*

---

heremitagii, cum deberent pauperibus heremitis et servitoribus dicti loci erogari, venerabilis frater noster archiepiscopus Bracharensis facit per suos subditos percipere et levare ac in usus suos convertit et sibi apropriat, in ipsorum pauperum preiudicium et gravamen. Quare pro parte dicti regis fuit nobis humiliter supplicatum ut, cum ipse ad dictum heremitagium gerat specialis devotionis affectum et huiusmodi redditus de tanto augmentare proponat quod unus prior cum certis monachis et suis servitoribus necessariis poterunt exinde commode sustentari, heremitagium ipsum in monasterium ordinis sancti Benedicti erigere ac ibidem unum priorem cum certis monachis instituere dignaremur. Nos igitur de premissis notitiam non habentes ac gerentes de vestre circunspectionis industria fiduciam specialem volentesque huiusmodi ipsius regis laudabile propositum confovere, huiusmodi supplicationibus inclinati, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios, si redditus huiusmodi heremitagii una cum augmentatione illorum, quam idem rex intendit [fl. 131v] facere ut prefertur vel sine illa, pro sustentatione prioris et quatuor monachorum ad minus ac servitorum predictorum sufficiant, predictum heremitagium, postquam idem rex sufficientes ac bonos et perpetuos redditus pro augmentatione huiusmodi, si necessaria fuerit, emerit, et eidem heremitagio dederit et etiam assignaverit, ut prefertur, in monasterium auctoritate apostolica erigatis ac statuatis et eidem ordinetis quod prefatum monasterium ordinis sancti Benedicti existat et per priorem perpetuo debeat gubernari et quod ibidem tot monachi esse debeant quod ex eisdem redditibus poterunt sustentari ac alia circa hec laudabilia et honesta statuta, prout secundum Deum et bonam gubernationem dicti monasterii vobis videbitur expedire. Et insuper, postquam heremitagium huiusmodi in monasterium erectum extiterit, ut prefertur, quod ecclesie Romane immediate subesse volumus, dilectum filium Luppum Fernandi, monachum monasterii beate Marie de Zeyza Cisterciensis ordinis Colimbriensis diocesis, qui ad monasterium de Cellanova dicti ordinis sancti Benedicti Auriensis diocesis de dicto monasterio beate Marie de nostra licentia transire debet, eidem monasterio sic erecto auctoritate predicta preficiatis in priorem, quo cedente vel decedente aut monasterium ipsum quomodolibet dimittente, prefati monachi alium deinceps priorem eligant perpetuo successive, qui per Romanum dumtaxat pontificem debeat confirmari ac huiusmodi monachos in eodem monasterio hac vice primaria ponere et creare, qui secundum regulas et instituta dicti ordinis sancti Benedicti vivere debeant et Domino deservire, quibus deficientibus, idem prior alios loco eorum ponere habeat et creare, cui per illos faciatis obedientiam et reverentiam debitas exhiberi. Datum Avinione, vii Kalendas Septembris, anno primo».

([274 j]) Cf. nota 272 k.

([274 k]) AV, Reg. Aven. 224, fls. 467-467v: «Venerabili fratri Petro, episcopo Silvensi, in regnis Portugalie et Algarbii apostolico collectori ac quibuscunque aliis in civitate et diocesi Ulixbonensi collectoribus et succollectoribus, presentibus et futuris. Salutem, etc. Cum nos pridem, vacante ecclesia Ulixbonensi, ad quam gerimus specialis dilectionis affectum, ad personam venerabilis fratris nostri Martini, tunc Silvensis, nunc vero Ulixbonensis episcopi, quem litterarum scientia, morum honestas, conspicua et alia grandia virtutum merita et probitatis attollunt, nostre considerationis aciem extendentes, eundem Martinum de dicta Silvensi ecclesia ad prefatam Ulixbonensem ecclesiam de fratrum nostrorum consilio duxerimus transferendum, curam,

dirigindo-se ao próprio D. Martinho, outorgava-lhe indulto de poder visitar as igrejas e outros lugares sacros da cidade e diocese por meio de outras pessoas idóneas, recordando não só os trabalhos e despesas sobreditos em tratar dos negócios do papa e da Igreja, como os perigos a que se expusera até àquela altura, por tal motivo: pensantes graves et intollerabiles labores et expensarum onera que in nostris et Romane Ecclesie arduis negotiis hactenus supportasti et supportare non desinis incessanter, personam tuam magnis periculis exponendo ([274 l]).

Clemente VII, a 24 de Setembro de 1380, incumbia-o da visita das igrejas, lugares sacros e pessoas eclesiásticas, inclusive prelados, na forma em que a tinha exercido antes com o bispo de Coimbra D. Pedro Tenório, agora arcebispo de Toledo, e com o chantre de Braga Vasco Domingues. Atribuía-lhe como salário seis florins diários durante a visita, a exercer por ele ou por outrem. E o mais importante é que o papa mandava-o ao reino de Portugal e a diversos lugares de regiões adjacentes, a tratar de negócios do papa e da Igreja: Cum te ad nonnullas partes regni Portugalie et ad diversa alia loca partium adiacentium pro certis nostris et Romane Ecclesie negotiis presentialiter destinemus ([274 m]).

---

regimen et administrationem ipsius Ulixbonensis ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, Nos igitur paterna consideratione pensantes graves et intollerabiles labores et expensarum onera que idem Ulixbonensis episcopus, a tempore creationis nostre usque ad hec tempora, pro arduis et urgentibus negotiis, statum et honorem nostrum et Romane Ecclesie concernentibus, portavit assidue, prout continua prosecutione portare non desinit incessanter, et propterea debitum et congruum extimantes fore suis oportunitatibus providendum, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus, vobis nichilominus et vestrum cuilibet, ad quos spectabit, districtius iniungentes, quatenus de fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis dicti episcopatus Ulixbonensis iam receptis nomine camere et debitis quibuscunque rationibus sive causis a tempore vacationis eiusdem, quos quidem fructus, redditus et proventus ac iura et obventiones dicto episcopo dedimus et gratiose concessimus ac damus liberaliter et concedimus per presentes, eidem Martino Ulixbonensi episcopo vel eius procuratori seu nuncio super hoc ab eo potestatem habenti, a die videlicet qua eidem episcopo fuit de ipsa ecclesia Ulixbonensi provisum usque ad instans festum Nativitatis sancti Johannis Baptiste respondeatis et satisfaciatis seu responderi et satisfieri integraliter et sine impedimento, dilatione et difficultate [fl. 467v] qualibet faciatis ... Datum Avinione, iiii Idus Junii, anno secundo».

([274 l]) AV, Reg. Aven. 224, fl. 553v: «Venerabili fratri Martino, episcopo Ulixbonensi. Salutem, etc. Devotionis tue probata sinceritas ... Hinc est quod nos debita consideratione pensantes graves et intollerabiles labores et expensarum onera que in nostris et Romane Ecclesie arduis negotiis hactenus supportasti et supportare non desinis incessanter, personam tuam magnis periculis exponendo et propterea congruum extimantes fore tuis oportunitatibus providendum, tuis devotis supplicationibus favorabiliter inclinati, ut ecclesias et monæsteria aliaque loca ecclesiastica eorumque personas tuarum civitatis et diocesis, in quibus tibi visitationis officium de iure vel consuetudine competit, possis per aliquam seu aliquas personam seu personas ydoneas, quam vel quas ad id duxeris deputandam seu etiam deputandas visitare et procurationes integras ratione visitationis huiusmodi tibi debitas ab eisdem ecclesiis, monasteriis, locis et personis taliter visitatis semel duntaxat in pecunia numerata recipere moderatas ... auctoritate presentium indulgemus ... Datum Avinione, iiii Idus Junii, anno secundo».

([274 m]) AV, Reg. Aven. 224, fl. 415: «Venerabili fratri Martino, episcopo Ulixbonensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Cum te ad nonnullas partes regni Portugalie et ad diversa alia loca partium adiacentium pro certis nostris et Romane Ecclesie negotiis presentialiter destinemus et, prout accepimus, quamplures ecclesie tam cathedrales quam alie necnon monasteria, prioratus et loca alia, tam secularia quam regularia, virorum et mulierum, exempta et non exempta, etiam ordinum diversorum dicti regni, in spiritualibus et temporalibus deformata sint plurimum et colapsa ac quamplures persone ecclesiastice seculares et regulares, exempte et non exempte, utriusque sexus ipsius regni, etiam in dignitatibus constitute, Deum pre oculis non habentes, plurima commiserint et committant enormia, que correctionis et visitationis officio plurimum indigere noscuntur, Nos in premissis, quantum nobis est possibile, obviare volentes ac de circunspectione tua in hiis et aliis specialem in Domino fiduciam obtinentes, fraternitati tue exequendi et exercendi per te vel alium seu alios in quibuscunque partibus dicti regni omnes et singulas potestates et facultates per felicis

É de supor que D. Martinho partiu para Portugal e outras terras circunvizinhas, no cumprimento da missão papal, mais ou menos por esta altura. Mas estava já de volta na primeira metade do ano 1381, porque, a 8 de Maio deste ano, era designado comissário da concessão da perpétua capelania de Santa Maria dos Milagres junto dos muros de Avinhão a um estrangeiro de nome João do Monte. Confirma-se a sua permanência aqui no mês de Julho do mesmo ano de 1381, porque há notícia, a 31 de Julho de 1381, de que o bispo de Lisboa emprestara, no dia 16 deste mês e ano, dinheiros e utensílios dourados à câmara apostólica, que foram vendidos, por a câmara apostólica se encontrar em necessidade, e bem assim um anel pontifical precioso com safiras, uma esmeralda e quatro pérolas:

«Die eadem [ultima mensis Julii 1381] fuerunt scripti in recepta pro lix marcis et quinque unciis argentis in quatuor potis, tribus aygueriis, quatuor bachinis et uno coopertorio, fino coopertorio deauratis, per dominum episcopum Ulixbonensem die xvi presentis mensis apostolice camere mutuatis, qui licet fuerint extimati valere ad vendendum sine necessitate pro marca vi floren camere, xiiii sol., propter necessitatem apostolice camere fuerunt venditi Anthonio Francisci ut magis offerenti per Anthonium de Ponte, campsorem camere, cui fuit assignata pecunia pretio quinque floren. camere, xxiii sol., iiii den. Valent iii.°xlvii flor. camere, xxii sol., ix den. Item pro uno anulo pontificali dicta die xvi presentis mensis per dictum dominum episcopum Ulixbonensem apostolice camere mutuato, in quo quidem anulo sunt ii saphir., ii vales., i smaragda et iiii.or parle, extimato et appreciato, quem anulum habuit Anthonius de Ponte lx flor. camere» ([274 n]).

E por Avinhão se conservava D. Martinho em Setembro de 1381, porque, a 6 deste mês e ano, o papa encarregava-o da execução das bulas referentes à concessão da igreja paroquial de Myphin da diocese de Rochester, na Inglaterra, a estrangeiro, que devia andar pela Cúria de Avinhão ([274 o]). *Aliás D. Martinho, conforme carta escrita por ele em Bézier, no sul da França, e dirigida ao cardeal do título de S. Marcos, conhecido pelo nome de cardeal de Embrum, Pedro*

---

recordationis Gregorium papam xi, predecessorem nostrum, alias in hac parte concessas venerabili fratri nostro Petro, tunc Colimbriensi episcopo, nunc vero archiepiscopo Tholetano, et dilecto filio Valasco Dominici, cantori ecclesie Bracharensis, cum potestate etiam tertium assumendi, prout in litteris dicti predecessoris plenius continetur, ac omnia alia et singula gerendi et faciendi que vigore dictarum litterarum iidem archiepiscopus et Valascus quomodolibet facere poterant et debebant, que omnia in dicti predecessoris litteris contenta presentibus habemus pro expressis, cum stipendiis sex florenorum in die, quotiens dictum visitationis officium per te vel alium seu alios exercueris, ut prefertur, a personis et ecclesiasticis (!) supradictis integraliter solvendorum, plenam et liberam potestatem auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus et plenariam facultatem. Contradictores auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendo. Non obstantibus quibuscunque exemptionibus et privilegiis et litteris apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ecclesiarum, monasteriorum, prioratuum et aliorum locorum predictorum, etiam si de illis eorumque tenoribus de verbo ad verbum ac locorum et ordinum nominibus esset in presentibus mentio facienda, seu si aliquibus communiter vel divisim a predicta sit sede indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Datum Avinione, viii Kalendas Octobris, pontificatus nostri anno secundo».

([274 n]) Quanto à comissão a D. Martinho sobre a perpétua capelania *ecclesie beate Marie de Miraculis prope muros Avinionenses* para *Johannes de Monte, rector ruralis ecclesie domine nostre de Barucello nuncupate, Nemausensis diocesis*, o papa dirigia-se a *Venerabili fratri .. episcopo Ulixbonensi et dilectis filiis Guillelmo de Gargia Aurelianensis ac Bernardo Vigerii Ispalensis canonicis ecclesiarum... Datum apud Villam Novam Avinionensis diocesis, viii Idus Maii, anno tertio.* (AV, Reg. Aven. 227, fls. 485-485v). O texto relativo ao empréstimo de D. Martinho ao papa em AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 44v.

([274 o]) A bula é dirigida a *Dilecto filio Joliano de Nevillis, rectori parrochialis ecclesie de Meyphiñ Roffensis diocesis* e *In eodem modo venerabili fratri .. episcopo Ulixbonensi et dilectis filiis Johanni de Jaurens, Carnotensi, ac Rogero de Moclowe Lichefeldensi canonicis* com *Datum apud Villam Novam, Avinionensis diocesis, viii Idus Septembris, anno tertio* (AV, Reg. Aven. 227, fl. 387).

d'Ameil, mostra-se como um dos agentes que trabalhavam por que a aliança entre Inglaterra e Portugal não se concretizasse, denominando-a contrária a Deus e ao mundo e dando-nos a entender que tinha vivido em Avinhão ou não muito longe da Cúria, no sul da França, nos princípios do ano 1382, porque na carta, datada do mês de Março, fala-nos da chegada a Portugal dos Ingleses, com grande número de homens armados, com os quais el-rei de Portugal se preparava para mover guerra ao rei de Castela, conforme soubera pelo núncio do duque de Gerona, o qual recebera tais informações de seu pai, informado, por sua vez, pelo próprio monarca castelhano. O bispo dispunha-se a impedir a iniciativa de el-rei, o qual, por meio de quatro cartas lhe tinha preceituado a residência em Avinhão, com prescrição de não se afastar daqui até novas ordens em contrário ([274 p]). *Muito provável, portanto, que D. Martinho Anes fosse substituído durante este período na diocese de Lisboa por D. João Gutierrez, bispo de Dax ou Dacres, como o chamava Fernão Lopes, o qual bispo, segundo o texto lançado acima, assistira com o bispo de Lisboa à cerimónia dos desposórios, mas indicado aí e noutros documentos da corte de Inglaterra como bispo de Dax, impedido de tomar posse da diocese pelo cabido* ([274 q]). *Mas quando se deu então a transferência de D. João para Lisboa?*

D. Rodrigo da Cunha diz que, ao ser nomeado cardeal D. Agapito, bispo de Lisboa, em Setembro de 1378, o papa de Roma tinha nomeado bispo de Lisboa a D. Johannes Aquensis, *a quem «mudou Urbano 6, em 25 de Fevereiro de 1383, para arcebispo de Ais na Provença, sua pátria. Contudo antes da promoção reteve quasi dous annos este bispado e em 20 de Agosto de 1382 tinha aqui em Lisboa a seu vigario Marcos Niculao»* ([274 r]). *Eu duvido da justeza desta afirmação, embora possa admitir a probabilidade de D. João Gutierrez ter, nesta altura, um vigário seu em Lisboa. Não me custaria até admitir que, morto D. Agapito, cardeal-bispo de Lisboa, em Outubro de 1380* ([274 s]), *pensasse Urbano VI na nomeação de bispo para Lisboa. Devo, porém, notar que, a 10 de Abril do mesmo ano de 1380, el-rei de Inglaterra, ao intervir junto do cabido de Dax e outras pessoas, a fim de os obrigar a aceitarem o bispo e a facultarem a posse da diocese ao*

([274 p]) «[Reverendissime pater et] singularissime domine mi! Non sine grandi cogor cordis a[mar]titudine nunciare quod, uti plurimum Romipetarum [narracione cr]edebam et tandem nuncii domini ducis Gerunde relacione percepi, Anglici in Portugalliam suis properarunt ... [cum m]ultitudine armatorum [cum] quibus dominus Portugallie rex domino regi Castelle guerram inferre se parat, [prout idem n]uncius a certo narravit, asserens dictum dominum ducem a domino suo patre litteras habuisse, qui a rege Castelle [de hac re fuit inf]ormatus. Quid succedet, ignoro. Sed ego propero ad videndum, si deus dabit, quod eorum conceptum valeam [annullare ...]. [Recor]dabitur dominus noster quod sepius dixi me de hac dubitare. Et nunc cognosco per effectum quod persona, que in istis ..., du[bit]ans hanc ligam dampnabilem et exosam deo et mundo per me posse impediri, procuravit per iiii.or litteras regis scribi, ut in Avinione residerem nec inde recederem, nisi de regis mandato ... alia ardua causa sic mihi cum tanta instancia scriberetur. Sed nunc intelligo ex effectu eius artem [damp]nosam. Supplico autem, stimuletis sanctissimum dominum nostrum papam ut super tanto negocio aliqua consistoria [teneat] ... in magno iudicio, vestro servo nunciare velitis, ut caucius me habere valeam in agendis. Paternitatem [vestram conservet altissimus longeve et feliciter iuxta vota. Scriptum in civitate Biterenci, die penultima Marcii. Totus vester M. episcopus Ulixbonensis. *Endereço:* Reverendissimo domino meo domino cardinali Ebredunensi» (publicada por H. BRESSLAU, em *Abhandlungen der Preussischen Akademie der Wissenschaften*, Jahrgang 1919, Berlin 1919, n. 6: *Aus der Ersten Zeit des Grossen Abendländischen Schismas*, pp. 11-12).

([274 q]) Cf. E. PERROY, *L'Angleterre et le Grand Schisme d'Occident*, Paris, 1933, p. 120-121. Na nota 2, a seguinte ordem régia de 10 de Abril de 1380: «Cum dominus summus pontifex Urbanus sextus, vacante nuper ecclesia cathedrali Aquensi, in Aquitannia, eidem ecclesie de Johanne Guteriz, nunc episcopo Aquensi, providerit et ipsum ad episcopum loci illius prefecerit et pastorem, sicut satis nobis constat et sicut per litteras bullatas ipsius summi pontificis, quas idem episcopus penes se habet, plenius poterit apparere, vobis et cuilibet vestrum iniungimus...»

([274 r]) *Historia eclesiastica da Igreja de Lisboa* ..., Lisboa, 1642, fls. 264-265.

([274 s]) C. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 24.

seu vigário, fala das bulas de Urbano VI sobre a promoção ao bispado de Dax de D. João Gutierrez, ocorrida pouco antes. Anoto igualmente que antes, a 9 de Março de 1380, se contava entre os embaixadores do duque de Lancastre, enviados à Bretanha, o nosso D. João, bispo de Dax ([274t]). *Além disso, o monarca de Inglaterra, em carta de 24 de Agosto de 1382, ao tomar a defesa do bispo de Dax, que se encontrava em Portugal, não se refere a transferência alguma para Lisboa. Lamentava-se o monarca de que o cabido de Dax tivesse ousado rejeitar D. João, bispo de Dax, e seus vigários, e tomava-o a si e seus bens sob a protecção régia, alegando que* «Johannes, episcopus Aquensis, in servitio nostro ac dilecti patrui Johannis, regis Castelle et Legionis, ducis Lancastriæ, in partibus Hispaniae sub protectione et salvaguardia nostris praesens existat» ([274u]).

Ter-se-ia dado então a transferência quando os Ingleses e D. João chegaram a Portugal, conforme afirma Júlio César Baptista ([274v])*? Embora assinando-se bispo de Lisboa, em Março de 1382, D. Martinho Anes, a instâncias e por ordem de D. Fernando, rei de Portugal, mantinha-se na Cúria de Avinhão e não se podia afastar dela. Significará isto que ele fora substituído no governo da diocese por D. João Gutierrez, transferido de Dax para a sé de Lisboa por Urbano VI?*

Eu penso que a solução do problema dependa das circunstâncias da guerra entre Castela e Portugal e das diferentes obediências papais, provocadas pelo cisma, representadas essas obediências, duma parte, pelos Ingleses e João Gutierrez, bispo de Dax, a favor do papa de Roma, e pelos Castelhanos e D. Martinho Anes, bispo de Lisboa, da outra, em negociações, a propósito, com a Cúria de Clemente VII e elementos chegados à corte de Castela. Ter-se-á dado então a transferência no período em que os Ingleses estiveram em Portugal — Julho de 1381 até Setembro de 1382, como termos extremos —, com possibilidade de encurtar o período de tempo, no que se refere ao primeiro termo, ou será mais consentâneo admitir nomeação da parte de Urbano VI já antes da chegada dos Ingleses, embora sem efeito, porquanto o facto de D. Martinho ter sido relegado diplomaticamente para Avinhão não teria impossibilitado o exercício de atribuições de seus vigários gerais?

Apesar da declaração de obediência a Clemente VII por D. Fernando, em Janeiro de 1380, o monarca, nos primeiros meses deste ano tinha em Inglaterra como embaixador João Fernandes Andeiro que el-rei de Inglaterra enviava, a 23 de Maio de 1380, ao reino de Portugal, a fim de informar D. Fernando e a rainha Dona Leonor sobre as intenções e vontade de el-rei de Inglaterra quanto à aliança de amizade e auxílio mútuo entre ambos os países e para entregar os artigos respectivos, com poder de se obrigar, em nome do monarca inglês, de acordo com tais artigos ([274x]). *E fala-se de intrigas do embaixador em Londres, por esta altura, e incitamento, mediante promessas da parte portuguesa, a reconhecer o duque de Lancastre como soberano de Castela e para ajudá-lo a apoderar-se do trono, através do reforço da aliança com o casamento da Infanta Dona Beatriz e do filho do conde de Cantabrígia. Em meados de Junho de 1380, João Fernandes Andeiro deixava Inglaterra, em direcção a Portugal, com os artigos do tratado e instruções secretas* ([274y]).

([274t]) Documentos em E. PERROY, *op. cit.*, pp. 120-121. Cf. nota 274q.

([274u]) Docum. em THOMAS RYMER, *Foedera, conventiones, literae et cuiuscunque generis acta publica inter reges Angliae et alios* ..., t. VII, Londini, 1728, p. 365.

([274v]) JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *loc. cit.*, p. 133: «Ao estalar o Cisma, o bispo de Dax seguiu a obediência de Clemente VII. Urbano VI privou este prelado das suas funções e nomeou João Guttierrez para o substituir. Foi como bispo de Dax que Guttierrez acompanhou os soldados britânicos; e, ao chegar a Portugal, foi transferido para a diocese de Lisboa».

([274x]) Documentos em THOMAS RYMER, *Foedera* ... VII, pp. 253-255.

([274y]) Docum. e notícias em E. PERROY, *op. cit.*, pp. 218-219.

D. Fernando, por carta de 15 de Julho de 1380, confirmava a aliança de amizade entre D. Duarte de Inglaterra, morto em 1377, e o monarca português, por meio de João Fernandes Andeiro e o chantre de Braga, Vasco Domingues, renovada agora com el-rei D. Ricardo de Inglaterra e de França, conforme tinha sido firmada e outorgada pelos ditos Andeiro e chantre de Braga (274 z). *Noutra carta do mesmo dia 15 de Julho de 1380, o monarca português confirmava «todalas alianças que forom fectas e firmadas antre dom Joham Rey de Castella e de Leon e Duque de Lancastre e a Reynha Dona Constança sua molher e nos per Joham Fernandez Andeyro e por Vasco Dominguez, chantre de Bragança (!), nossos procuradores», com promessas subordinadas à vinda do Conde de Cantabrígia «com mil homes darmas e com mil archeyros», a fim de «assi como o dicto conde e gentes darmas forem arribadas em nossos Regnos, nos cometeremos guerra abertamente por mar e por terra contra os Regnos de Castella em ajuda do dito Rey dom Joham e da dicta Reynha sua molher». Prometeu ainda D. Fernando que «tragendo consigo o dicto conde de Cantabrixa seu filho, que nos casaremos com el a Infanta dona Beatriz nossa filha e o faremos receber por Rey depois da nossa morte, segundo que foy prometido por Joham Fernandez Andeyro em nosso nome»* (275).

Após várias determinações ou resoluções parlamentares, na segunda metade do ano 1380, e dos primeiros meses de 1381, sobre preparativos para a armada e viagem a Portugal (275 a), *a começar nos princípios do ano 1381, nomeadamente a 12 de Maio de 1381, com determinações sobre essa viagem* (275 b), *D. Ricardo de Inglaterra confirmava a aliança no dia 14 de Maio de 1381* (275 c). *Entre os comandantes das várias composições da armada contava-se João Fernandes Andeiro, chegado a Inglaterra no mês de Abril de 1381, e o sobredito D. João Gutierrez, antigo deão de Segóvia, nomeado bispo de Dax* (275 d). *Só nos fins de Junho de 1381 se efectuava a partida da armada em direcção a Portugal* (275 e).

Como foi dito, D. Fernando, por exigências e persuasão dos Ingleses, declarou obediência ao papa de Roma, Urbano VI, solenemente em Agosto de 1381, mas já se tinha decidido a isso antes. Nessa altura, D. João Gutierrez figurava como bispo de Dax. No mês de Setembro, como se viu também, era publicada a bula de Urbano VI, a excomungar os cismáticos e a privá-los dos benefícios, bem como a proclamar espécie de guerra santa contra eles, com as indulgências da cruzada. E o bispo de Dax era o principal agente da parte dos Ingleses contra os cismáticos ... À medida que o tempo avançava, os Ingleses procuravam junto do papa de Roma auxílios espirituais e até materiais por meio dos proventos eclesiásticos, contra o inimigo, e Urbano VI aproveitava o ensejo para tomar medidas contra os sequazes de seu rival. Naturalmente, toda a vida eclesiástica em Portugal, nessa altura, estava dependente deste estado de coisas. E assim, enquanto os embaixadores do duque de Lancastre obtinham, em 28 de Março de 1382, a bula Regiminis sacrosanctae *contra o rei de Castela, a despojá-lo de todas as terras, honras e dignidades, como cismático* (275 f), *e a 30 de Março outra a declarar a nulidade de quaisquer alianças e tratados com os cismáticos, que eram sacrílegos* (275 g), *Urbano VI aproveitava a ocasião para nomear o arcebispo de Braga, D. Lou-*

(274 z) Docum. em THOMAS RYMER. *Foedera*, VII, p. 262.
(275) Docum. em THOMAS RYMER, *Foedera*, VII, pp. 263-264.
(275 a) Cf. E. PERROY, *op. cit.*, p. 219.
(275 b) Docum. em THOMAS RYMER, *Foedera*, VII, p. 305.
(275 c) Docum. em THOMAS RYMER, *Foedera*, VII, p. 307.
(275 d) Cf. E. PERROY, *op. cit.*, p. 220.
(275 e) Cf. PERROY, *op. cit.*, p. 220 s.
(275 f) Publ. por REINALDUS, *Annales*, t. VII, n. 12ss. Cf. PERROY, *op. cit.*, p. 223.
(275 g) Docum. em THOMAS RYMER, *Foedera*, VII, p. 352. Cf. PERROY, *op. cit.*, p. 223.

rença, e o cónego de Lisboa João Anes de Tomar colectores apostólicos no reino de Portugal, no dia 17 de Março de 1382, a beneplácito dele papa e da Santa Sé, com os estipêndios do costume, anulando todas as nomeações de colectores e subcolectores, feitas até àquela altura ([275 h]). *A seguir, talvez a 15 de Maio de 1382, como fizera quanto à Flandres, outorgava a bula da cruzada contra Castela* ([275 i]). *Estas circunstâncias mostram-nos a viabilidade da hipótese de Urbano VI ter providenciado, de acordo com D. Fernando, em designar prelado da sua obediência para Lisboa, durante o tempo em que os Ingleses estiveram em Portugal.*

Segundo Perroy ([275 j]), *teria sido no mês de Março de 1382 que se deu a transferência de Gutierrez da sé de Dax para a de Lisboa. E há, na verdade, circunstâncias a mostrar a verosimilhança ou probabilidade do facto, como são as diligências dos embaixadores do duque de Lancastre que obtiveram aquelas bulas de Março de 1382 e até a da nomeação do arcebispo de Braga como colector apostólico. E parece-me de evidenciar a circunstância de nesta altura, João Anes de Tomar, cónego de Lisboa, nomeado também colector apostólico em Portugal por Urbano VI, ter seguido antes Clemente VII, como se pode ver pelas letras que o papa de Avinhão lhe dirigiu no dia 2 de Junho de 1380* ([275 k]). *Assim se explicaria também o facto da referida intervenção de el-rei de Inglaterra, de 24 de Agosto de 1382, junto do cabido de Dax, a fazer valer os direitos do bispo de Dax D. João Gutierrez, então em Portugal* ([275 l]). *E a transferência, nessa altura, estaria em conformidade com a intervenção de Urbano VI, a 22 de Março de 1382, dando ordens ao cabido de Dax para receber, em nome da câmara apostólica, os proventos da mesa episcopal* ([275 m]) *e a outra de 19 de Setembro do mesmo ano ao cabido, em favor do bispo até ali clementino, João Baufes, mandando ao cabido lhe restituísse os proventos do bispado, porque o tinha reintegrado na sua antiga dignidade de bispo de Dax* ([275 n]).

([275 h]) Cf. nota 270 u.

([275 i]) Cf. PERROY, *op. cit.*, pp. 178, 223.

([275 j]) E. PERROY, *L'Angleterre et le Grand Schisme d'Occident*, pp. 122, 221.

([275 k]) Cf. nota 273 m.

([275 l]) Docum. em THOMAS RYMER, *Foedera*, VII, p. 365.

([275 m]) AV, Reg. Vat. 310, fls. 207-207v: «Urbanus, etc. Dilectis filiis capitulo ecclesie Aquensis. Salutem, etc. Ex certis causis rationabilibus, ad id nostrum inducentibus animum, volumus vobisque per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus omnes et singulos fructus, redditus et proventus ad mensam episcopalem Aquensem pertinentes, a quibuscunque debeantur personis, auctoritate apostolica, nostro et camere nostre apostolice nomine, petatis, exigatis et recipiatis illaque fideliter conservetis, donec aliud a nobis super hoc receperitis in mandatis. Contradictores, cuiuscunque status, gradus, ordinis vel conditionis existant, etiam si pontificali vel quavis alia fulgeant dignitate, quandocunque et quotiescunque expedierit, eadem auctoritate, appellatione postposita, compescendo, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis. Non obstantibus si [fl. 207v] alicui vel aliquibus communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xi Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno quarto».

([275 n]) AV, Reg. Vat. 310, fls. 276v: «Urbanus, etc. Dilectiis filiis Capitulo ecclesie Aquensis. Salutem, etc. Dudum vobis per nostras litteras dedimus in mandatis ut omnes et singulos fructus, redditus et proventus, ad mensam episcopalem Aquensem pertinentes, a quibuscunque deberentur, auctoritate apostolica, nostro et apostolice camere nomine, peteretis, exigeretis et reciperetis illosque fideliter conservaretis, donec aliud super hoc a nobis reciperetis in mandatibus (!). Cum autem postmodum nos de innocentia venerabilis fratris nostri Johannis Buff, episcopi Aquensis, sufficienter informati, ipsum de fratrum nostrorum consilio ad ecclesiam Aquensem et eius episcopatum duxerimus et reintegrandum ac de ipsius persona, in quantum indigeret, predicte ecclesie de novo provideremus, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur, Nos volentes eundem Johannem episcopum favore prosequi gratioso, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus omnes huiusmodi fructus, redditus et proventus, ad predictam mensam pertinentes, per vos perceptos, eidem episcopo integre et realiter assignetis vosque videlicet a data presentium pretextu dicta-

Embora depois da morte do cardeal-bispo de Lisboa, D. Agapito, ocorrida, como disse, em Outubro de 1380, fosse mais que lógica qualquer intervenção de Urbano VI a nomear ou a transferir algum bispo para Lisboa, as circunstâncias parecem fazer inclinar o fiel da balança para a hipótese de Perroy, não obstante eu creia terem sido as negociações para a transferência anteriores à data sugerida, vista sobretudo a circunstância do afastamento de D. Martinho para Avinhão, o qual já em Março de 1382 aludia a quatro cartas anteriores de el-rei D. Fernando para não se afastar de Avinhão até novas ordens, do que se lamentava o bispo, reputando o facto uma artimanha.

Com o regresso das tropas britânicas à Inglaterra, em Setembro de 1382, após o fracasso da empresa, Gutierrez que fazia parte do exército, ao segui-las, devia levar poucas esperanças de continuar com o governo da sé lisboeta, tanto mais que o monarca inglês continuava a envidar todos os esforços por que lhe fosse entregue a sé de Dax, com todos seus direitos, apesar das intervenções de Urbano VI, a favor do bispo clementino, supostamente convertido à sua obediência. E na verdade existem prescrições régias de 22 e 24 de Agosto de 1382 contra o cabido de Dax sobre a administração dos bens da mesa episcopal até ao regresso de Gutierrez, o qual, em Março de 1383, conseguiu o apoio do poder secular contra os sequazes do bispo João Baufes, clementino (275 o), *enquanto este combatia nos exércitos de el-rei de Castela, em Maio de 1384, em Lisboa, da parte, portanto, de Clemente VII, e João Gutierrez, bispo de Dax, é nomeado por Urbano VI núncio apostólico em Portugal por bula de 8 de Abril de 1383* (275 p). *Confirmação de que realmente D. João Gutierrez governava a diocese de Dax ou maior parte dela temo-la em bula do papa Clemente VII, o qual, a 21 de Abril de 1387, depois de afirmar que o cabido de Dax seguia o papa de Roma, Urbano VI, e se recusava, por não admitir a autoridade do bispo João Baufes, a dar-lhe a pensão anual determinada, permitia-lhe receber os proventos do cabido, existentes na parte da diocese de Dax, que lhe fosse fiel* (275 q).

Depois da partida dos Ingleses, D. Martinho Anes por meio de seus vigários retoma as funções de bispo em Lisboa e aparece em Portugal a interferir nos negócios do rei, quase até ser assassinado na torre da sé, nos fins de 1383. Talvez não andemos longe da verdade se, baseados na

---

rum litterarum de huiusmodi fructibus, redditibus et proventibus, ad prefatam ecclesiam spectantibus quomodolibet, intromittere nullatenus presumatis. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xiii Kalendas Octobris, pontificatus nostri anno quinto».

(275 o) Docum. de 18 de Março de 1383 sobre a protecção régia ao bispo de Dax, João Gutierrez, contra o bispo clementino João Baffe, em THOMAS RYMER, *Foedera*, VII, p. 385. Quanto aos outros docum. cf. PERROY, *op. cit.*, p. 122.

(275 p) Cf. PERROY, *op. cit.*, p. 123. Cf. nota 277p, quanto à nomeação de D. João Gutierrez, bispo de Dax, núncio em Portugal para pregar a cruzada.

(275 q) AV, Reg. Aven. 251, fl. 435v: «Venerabili fratri Johanni, episcopo Aquensi. Salutem, etc. Iustis petentium desideriis libenter annuimus eaque favore prosequimur oportuno. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod capitulum tue ecclesie Aquensis scelerato viro Bartholomeo, olim Barensi archiepiscopo, qui sedem apostolicam per impositionem et violentiam notorias nititur occupare, adheserunt et adherent de presenti, se ab obedientia tua subtrahentes ac tibi pensionem annuam centum librarum bonarum Moelanorum, quam tibi quolibet anno dare et solvere legitime tenentur, dare et solvere contra iustitiam recusarunt et recusant. Quare pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut cum dicti capitulum nonnullos redditus et proventus in parte tue diocesis Aquensis, in tua obedientia persistenti, habeant, redditus et proventus huiusmodi tibi assignare de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque huiusmodi supplicationibus inclinati, predictos redditus et proventus ... fraternitati tue concedimus et etiam assignamus, per te tenendos et percipiendos, donec dicti capitulum ad tuam obedientiam reddierint et de hiis que ratione pensionis huiusmodi etiam pro tempore preterito tibi debentur, integre fuerit satisfactum ... Datum Avinione, xi Kalendas Maii, anno nono. In eodem modo venerabili fratri episcopo Olorensi et dilectis filiis Pampilonensi ac Convenar. officialibus ... Datum ut supra».

carta da rainha de Aragão ao cardeal Pedro de Luna, de 22 de Agosto de 1382, sobre as pazes entre Portugal e Castela, dissermos que o bispo voltou à diocese nesta altura ou pouco depois, já que ele andava precisamente interessado nessas pazes, conforme a carta de Março de 1382. Conhecemos documentos de 6 e 8 de Janeiro e 3 de Março de 1383, em que D. Martinho figura como bispo da diocese, através do conhecido João de Soure, vigairo ofiçyal do honrrado padre e senhor dom Martinho ... bispo da dicta çidade (275 r). *A 26 de Março de 1383, é ele próprio* Dom Martinho ... bispo de Lixboa *quem se dirige a Domingos Domingues, cónego da catedral, assinando* M. Ulixbonensis episcopus (275 s). *No dia 8 de Abril de 1383, aparece-nos novamente o dito João de Soure,* vigairo offiçial do honrrado padre Senhor dom Martinho ... bispo de Lixboa (275 t). *Em 5 de Maio de 1383, temos* Paay Nicolaao, Raçoeiro na dicta egreia, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Martinho ... bispo dessa meesmha, *bem como a 2 de Julho do dito ano, ajuntando a qualidade de bacharel em direito canónico* (275 u). *Surge de novo João de Soure a 9 de Junho de 1383, 20 de Agosto e 1 de Dezembro de 1383 como* prior da egreia de Santiago da dicta çidade, vigairo do honrrado padre e senhor dom Martinho ... bispo da dicta çidade, *mas a 13 de Janeiro de 1384 a sé de Lisboa aparece vacante, em documento relativo ao ofício de* Paay Nicolaao, vigairo geeral no spritual na dicta cidade e bispado a ssee vagante (275 v).

(275 r) «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e huũ annos, ssey dias do mes de Janeiro, na cidade de Lixboa, ante as poussadas da morada de Joham de Soure, priol da egreia de sam Tiago da çidade e vigairo hoficial do honrrado padre e senhor dom Martinho per merçee de Deus bispo da dicta çidade ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 33). «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e huũ annos, oyto dias do mes de Janeyro, na cidade de Lixboa, dentro nas poussadas da morada de Joham de Soure, priol da egreia de Santiago da dicta çidade e vigairo ofiçyal do honrrado padre e senhor dom Martinho per merçee de Deus bispo da dicta çidade ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 35). «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e huũ annos, tres dias do mes de Março, ssobre a claustra da egreia cathedral da cidade de Lixboa, perante Joham de Soyre, priol da egreia de Santiago dessa meesmha, juiz comissayro em huũ fecto que o prior e convento do moesteiro de Sam Vicente de Fora em nome do dicto moesteiro ham com Joham, cidadão e morador na dicta çidade, per comissom a el fecta no dicto fecto per Paay Nicolaao, vig.o geeral de dom Martinho, bispo dessa meesmha ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 36).

(275 s) ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 6, n. 257: «...Dom Martinho, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa. A vos Domingos Dominguez, coonigo da nossa egreia cathedral, saude he beençom ... Dante em Lixboa, viinte e seis dias do mes de Março. Era de mil e quatroçentos e viinte e hũu annos. M. Ulixbonensis episcopus ...».

(275 t) ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 37: «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu annos, oyto dias do mes dabril, na çidade de Lixboa, perante Joham de Soure, vigairo offiçial do honrrado padre Senhor dom Martinho per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa ...».

(275 u) ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 39: «... em a era de mill e quatroçentos e viinte e hũu annos, cinquo dias do mes de Mayo, sobre a claustra da egreia cathedral da cidade de Lixboa, perante Paay Nicolaao, Raçoeyro na dicta egreia, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo dessa meesmha ...» ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 41: «... Paay Nicollaao, Raçoeiro na egreia de Lixboa, bachaler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo de Lixboa ... dous dias de Julho. Thome Anes a fez. Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu anos ...».

(275 v) «... na Era de mil e quatroçentos e vynte e hũu anos, nove dias do mes de Junho, na cidade de Lixboa, ante as cassas da morada de Joham de Soure, priol da egreia de Sam Tiago da dicta cidade e vigairo ofiçyal do honrrado padre e senhor dom Martinho, pella merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo da dicta cidade ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 18, n. 40). «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu annos, viinte dias do mes dagosto, na çidade de Lixboa, nas pousadas

Devo notar que, apesar desta actividade dos vigários de D. Martinho e da sua presença em Portugal, o papa de Avinhão não exercia praticamente poder algum nas dioceses portuguesas. Ao contrário, exercia grande influência em Castela, procurando atrair o monarca a ajudas concretas na guerra que ele próprio, papa de Avinhão, sustentava com os estados pontifícios da outra obediência e contra o papa de Roma. É natural que o papa Clemente VII, vendo el-rei de Portugal inclinado a congraçar-se ou já congraçado com o monarca de Castela, tentasse aproveitar o ensejo para intervir em Portugal, mesmo à cata de meios para os seus intentos de destruir a influência do papa de Roma. Mas devo observar que tais intervenções foram muito diminutas ou quase nulas.

Nos fins de 1382 e na primeira metade do ano 1383, Clemente VII procurava angariar meios, gentes e navios para a guerra contra os que ele apelidava de cismáticos e detentores dos bens da Igreja e contra o papa de Roma, que ele chamava anticristo. E as suas atenções vão para Castela e outros reinos, não para Portugal. São numerosos os empréstimos a que recorria, inclusive de pessoas eclesiásticas, a viver na Cúria. Para esse fim tinha enviado a Castela e ao monarca castelhano o patriarca de Antioquia e dirigiu muitas bulas aos colectores e prelados de Castela, bem como a el-rei, nesse sentido, a começar pelo arcebispo de Toledo, como passamos a ver.

No dia 30 de Junho de 1382, há notícia de empréstimo do famoso Doutor em leis Bonifácio de Amanatis, em 14 desse mês e ano, ao papa Clemente VII, o qual lhe entregou em penhor uma mitra preciosa, sucedendo o mesmo com D. Aleramo, bispo eleito de Leão ([275x]). *Isto só para amostra, porque os empréstimos eram numerosíssimos, conforme consta dos vol. 355 e 356 de* Introitus et Exitus ([275y]). *O patriarca de Antioquia andava por Castela já nos fins de 1381 ou princípios de 1382. A 11 de Janeiro de 1382, eram entregues dinheiros a João de Claraval, cursor do papa Clemente VII e enviado por este a Castela, com cartas pontifícias para o patriarca de Antioquia* ([275z]). *Igualmente a 26 de Julho de 1382 era entregue outra soma a um familiar enviado às Espanhas, ao patriarca de Antioquia, com encargo relativo aos negócios da câmara apostólica* ([276]).

---

da morada de Joham de Soure, vigairo hofiçial do honrrado padre senhor dom Martinho, bispo da dicta çidade ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 44). «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e hũu anos, primeiro dia do mes de dezembro, na cidade de Lixboa, nas pousadas da morada de Joham de Soure, priol da egreia de Santiago da dicta çidade, vigairo do honrrado padre e senhor dom Martinho, pella merçee de Deus bispo da dicta çidade ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 18, n. 47). «... en a Era de mill e quatroçentos e vinte e dous annos, treze dias do mes de Janeiro, na claustra da egreia cathedral da cidade de Lixboa, perante Paay Nicolaao, vigairo geeral no spritual na dicta cidade e bispado a ssee vagante, seendo no dicto logo em audiencia ouvindo os fectos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 3, n. 98).

([275x]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 355, fl. 45: «Die eadem [ultima mensis Junii 1382] fuerunt scripti in Recepta, qui fuerunt recepti die xiiii dicti mensis a domino Bonifacio de Amanatis, legum doctore, quos domino nostro pape mutuavit, super quibus habuit in pignore unam mitram preciosam domini pape per manus domini cardinalis Ambianensis, iiii.c flor. Regine. Valent iii.c xlii flor. camere, xxiiii, sol.». Na fol. 46v: «Die eadem [ultima mensis Junii 1382] fuerunt scripti in Recepta, qui fuerunt recepti die xiiii huius mensis a domino Alerano, electo Legionensi, mutuo, pro quibus habuit in pignore unam mitram preciosam domini pape per manus domini cardinalis Ambianensis MClxb flor. Regine. Valent ix.c viii flor. camere, xbi sol.».

([275y]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 355 e 356, passim.

([275z]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 355, fl. 64: «Die xi dicti mensis [Januarii 1382] soluti fuerunt Johanni de Claravalle, domini nostri pape cursori, qui mittitur in Castellam ad dominum patriarcham Antiochenum cum litteris domini nostri pape pro suis expensis faciendis, illuc accedendo, solvente Anthonio de Ponte supradicto, xx flor. de Aragonia. Valent computando quolibet pro xxi sol., xb flo. camere».

([276]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 355, fl. 114: «Die ultima dicti mensis Julii [1382] fuerunt scripti in expensis, qui fuerunt soluti die xxbi huius mensis de mandato domini pape cuidam famulo, misso ad partes Ispanie, ad dominum patriarcham Anthiochenum, super certis camere negociis, pro suis expensis faciendis, x flo. currenti. Valent viii flor. camere, xvi sol.».

O patriarca deve ter regressado ao papa, a dar contas da sua missão, porque, a 28 de Março de 1383, ele D. Seguino, patriarca de Antioquia e administrador da diocese de Nimes, entregava dinheiros recebidos por ele na Península, na qualidade de núncio apostólico, em nome da câmara apostólica (276 a). *Aliás, a 8 de Novembro de 1382, encontrava-se na Cúria de Avinhão o seu criado João Bretão da diocese de Quimper, a tratar de assuntos relacionados com a missão do patriarca como núncio da Santa Sé nas Espanhas* (276 b).

No dia 5 de Dezembro de 1382, foram registadas despesas ou dinheiros entregues ao bispo de Rodez, D. Bretrando, que, por incumbência do papa, os tinha dado a Tomé, criado de Hugo de Salucia e enviado pelo Pontífice ao rei de Castela, com o fim de obter galés, sem dúvida alguma para a guerra (276 c). *A 20 de Dezembro de 1382, eram entregues dinheiros ao sobredito cursor do papa, João de Claraval, que era enviado por Clemente VII com cartas para os reis de Aragão e de Castela, para o duque e duquesa de Gerona, cardeal Pedro de Luna e patriarca de Antioquia* (276 d). *A 16 de Fevereiro de 1383, sucedia o mesmo com Remivoto Sanches de Agerbio, porteiro do papa, que o enviava ao rei de Castela, ao cardeal Pedro de Luna e ao patriarca de Antioquia* (276 e).

No dia 11 de Março de 1383, eram pagos certos dinheiros a Tiago de Reboledo, cursor do papa e por este enviado a Perpinhão, com cartas para o patriarca de Antioquia (276 f). *Mais clara ainda a notícia de 18 de Março de 1383 sobre entrega de dinheiros a João Bivete, clérigo da diocese de Cahors, ao serviço na tesouraria apostólica, pelos serviços prestados na cópia de bulas dirigidas ao rei de Espanha e alguns prelados, quanto ao assunto das galés* (276 g). *Outra notícia*

(276 a) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 20v: «Die eadem [xxviii Martii 1383] fuerunt recepti a domino Seguino, patriarcha Antiocheno, administratore ecclesie Nemausensis, de pecuniis per ipsum in partibus Ispanie, ubi fuit apostolice sedis nuntius destinatus, nomine camere apostolice receptis, de quibus computare tenetur ipso manualiter assignante, in iiii.m floren. Aragon. vii.c lxxi dupl. Castellan. Mii.c lxb dupl. Moresch. iii.c franchi et ii.c l. flor. camere, vi.m fl. camere».

(276 b) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 46: «Die viii dicti mensis [Novembris 1382] fuerunt soluti Johanni Britonis, Corisapitensis diocesis, famulo domini patriarche Antiocheni, in partibus Ispanie apostolice sedis nuntii, qui fuit diu hic Avinione, pro certis litteris cameram tangentibus prosequendis, pro suis expensis faciendis, redeundo ad dictas partes, vi flor. Aragon. Valent, solvente dicto Anthonio, iiii flor. camere, xi sol.».

(276 c) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 49v: «Die v mensis Decembris [1382] fuerunt scripti in expensis, qui fuerunt soluti die ii huius mensis domino Bertrando, episcopo Ruthenensi, quos nuper solvit de mandato domini pape Thome, familiari Hugonis de Salucia, misso per dominum papam ad regem Castelle pro certis galeis habendis, pro expensis suis faciendis, ultra [*espaço em branco*] flor. curren., quos nuper pro premissis habuerat, Johanne de Osnilla, servitore suo, pro ipso domino episcopo recipiente, et Nicholao de Malregart solvente, xii flor. curren. Valent x flor. camere, viii sol.».

(276 d) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 53: «Die eadem [xx Decembris 1382] fuerunt soluti Johanni de Claravalle, cursori domini pape, qui mittitur per ipsum dominum papam cum certis bullis et litteris ad reges Aragon. et Castelle, ad ducem et ducissam Gerundensem et ad dominos cardinalem de Luna et patriarcham Antiochenum, pro suis expensis faciendis, eundo ad predictos, dicto Nicholao solvente, xx flor. current. Valent xvii flor. camere, iiii sol.».

(276 e) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 66v: «Die xvi mensis februarii [1383], fuerunt soluti de mandato domini pape Remivoto Sancii de Agerbio, magistro hostiario suo, qui per ipsum dominum papam mittitur ad omnes partes Ispanie, videlicet ad regem Castelle et dominos cardinalem de Luna et patriarcham Antiochenum, videlicet pro una mula lx franchi, pro duobus equis lxx franchi et pro expensis suis faciendis C. flor. curren. Valent, solvente dicto Nicholao, ii.c xxb flor. camere».

(276 f) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 72: «Die xi dicti mensis [Martii 1383] fuerunt soluti Jacobo Reboleti, cursori domini pape, misso per dominum papam apud Perpinianum, ad dominum patriarcham Antiochenum, cum certis litteris, pro expensis suis faciendis, x flor. curren. Valent viii flor. camere, xvi sol.».

(276 g) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 75v: «Die xbiii dicti mensis Martii [1383] fuerunt soluti Johanni Biveti, clerico Carnotensis diocesis, servitori in thesauraria apostolica, pro copiis certarum bullarum

esclarecedora, a 21 de Março de 1383, sobre pagamento feito a D. Pedro, bispo de Montefiescone, em viagem a certas partes de Espanha, ao rei, sobre negócios do papa Clemente VII e do duque de Calábria ([276 h]), *e a do dia seguinte do pagamento a Tristão de Roia, militar, pela armação duma galé, com a qual iria servir o duque de Calábria, por mandado do papa. Não menos esclarecedora a de 26 de Março de 1383, relativa ao pagamento, no dia 17 desse mês e ano, a Beraudono de Fandoas, militar do dito duque de Calábria, enviado pelo papa Clemente VII à Espanha, com o fim de tratar de negócios do papa e do duque, com estipêndio para três meses* ([276 i]). *A 30 de Março de 1383, João Coleti ou Morel, cursor do papa, recebia dinheiros para as despesas da viagem ao rei de Castela, com cartas de Clemente VII* ([276 j]).

Em 1 de Abril de 1383, eram pagos a Jorge de Marlio, militar, dinheiros que ele tinha dado a um cavaleiro do cardeal Pedro de Luna, o qual partiria para Espanha, a tratar de negócios da câmara apostólica, com o dito João Morel ([276 k]). *Igualmente no dia 3 de Maio de 1383, eram entregues dinheiros a Rogerino de Prato, cavaleiro de el-rei de França e enviado pelo papa ao rei de Espanha, com bulas e cartas. É para notar que, a 10 de Julho de 1383, eram pagos dinheiros ao dito Rogerino de Prato, cavaleiro de el-rei de França, e a um seu companheiro, os quais eram enviados a Marselha por mandado do papa, a fim de fazerem vir os comandantes das galés de Espanha* ([276 l]). *De frisar também que, dias antes, a 6 de Junho de 1383, eram registadas despesas havidas*

---

directarum regi Ispanie et certis prelatis super facto galearum, quas festinanter scribi fecit, ii flor. curren Valent i flor. camere, xx sol.».

([276 h]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 76: «Die eadem [xxi mensis Martii 1383], fuerunt soluti domino Petro, episcopo Montisfalconis, qui vadit ad partes Ispanie, ad dominum regem, super certis negotiis domini nostri pape et domini ducis Calabrie, pro suis expensis faciendis, dicto Nicholao solvente, iii.c franchi. Valent iii.c xxi flor. camere, xii sol.».

([276 i]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 76v: «Die xxii dicti mensis Martii [1383], fuerunt soluti domino Tristando de Roya, militi, pro armatura unius galee sue, cum qua debet servire domino duci Calabrie, ad mandatum domini nostri pape, ultra vi.m b.c flor. curren., quos nuper habuit ratione predicta, dicto Nicholao solvente, M. franchi. Valent Mlxxx flor. camere, xii sol.». Na fol. 77: «Die eadem [xxbi Martii 1383] fuerunt scripti in expensis, qui fuerunt soluti die xbii huius mensis domino Beraudono de Faudoas, militi Canibellano domini ducis Calabrie, qui mittitur per dominum papam ad partes Ispanie pro certis ipsius domini pape et domini ducis predicti negotiis, pro stipendiis suis trium mensium, dicta die xbii huius mensis inceptorum, vi.c franchi auri. Valent vi.c xlii flor., xxiiii sol.».

([276 j]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 78: «Die penultima mensis Martii [1383] fuerunt soluti Johanni Coleti, alias Morelli, cursori domini pape, qui mittitur per ipsum dominum papam cum certis litteris ad regem Castelle super certis negotiis, pro expensis suis faciendis, eundo, stando et redeundo, l. flor. camere».

([276 k]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 80: «Die eadem [prima Aprilis 1383] fuerunt soluti domino Georgio de Marlio, militi, quos, ut asserebat, nuper solvit de mandato domini pape cuidam consiliario regis Ispanie pro dono, per dominum papam sibi facto, solvente dicto Nicholao, l. flor. camere. Die eadem, fuerunt soluti dicto domino Georgio, quos de dicto mandato dixit se solvisse cuidam equitatori domini cardinalis Ispanie, qui ivit cum Morello, cursore domini pape, ad partes Ispanie, super certis camere negotiis, pro suis expensis faciendis, x franchi. Valent x flor. camere, xx sol.».

([276 l]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 89: «Die iii dicti mensis [Maii 1383], fuerunt soluti Rogerino de Prato, equitatori domini regis Francie, qui mittitur per ipsum dominum papam ad partes Ispanie, ad regem, cum certis bullis et litteris, ad relationem domini Georgii de Marlio, pro expensis suis faciendis, lx franchi boñ. Valent lxiiii flor. camere, viii sol.». Na fol. 111v: «Die x dicti mensis [Julii 1383], fuerunt soluti Rogerino de Prato, equitatori regio, et cuidam socio suo, qui mittuntur per dominum papam apud Massiliam, ad faciendum venire patronos galearum Ispanie, pro eorum expensis faciendis, domino Georgio de Marlio pro ipsis recognoscente, xb flor. curren. Valent xii flor. camere, xxiiii sol.».

com os negócios do duque de Calábria, nomeadamente com certo cursor do papa, enviado a Espanha, em missão relacionada com esses negócios ([276 m]).

Todo este movimento, relacionado com a guerra do papa Clemente VII, e os pedidos de auxílio ao rei de Castela mostram-nos bem como el-rei de Portugal andava afastado dessas preocupações e como Clemente VII não tentava sequer pedir-lhe auxílio, sem dúvida porque via nele um sequaz do papa de Roma. As bulas de Clemente VII, de 6 de Março de 1383, sobre o assunto das galés e auxílio pedido para o fim da guerra, confirmam quanto digo. Nesta data, Clemente VII dirigia-se ao monarca de Castela, ao qual tinha enviado o patriarca de Antioquia, a fim de estipularem contrato relativo ao apetrechamento de galés com capitão e respectivos comandantes, homens armados e outras coisas necessárias ou convenientes para a guerra contra Urbano VI e quaisquer outras pessoas dos territórios da obediência dos Romanos e seus portos, bem como contra a cidade de Nápoles e Carlos da Paz e contra os navios partidários dos sobreditos Urbano VI e Carlos da Paz. Clemente VII confirmava o contrato realizado entre o patriarca e o monarca castelhano, obrigando-se pelos 43 mil francos de ouro mensais para as galés que deviam ser armadas durante seis meses, à razão de 1.200 francos por cada galé cada mês, a contar do dia da partida do porto de Sevilha até ao regresso ao mesmo porto, sem se dedicarem a outros negócios que não fossem os do papa, contra os inimigos indicados. Entretanto, os bens da câmara apostólica, existentes em Castela, ficariam empenhados ([276 n]).

([276 m]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fls. 96-96v: «Die eadem, vi mensis Junii [1383], fuerunt scripti in expensis, quos Nicholaus Malregars, thesaurarius domini ducis Calabrie, asserit se solvisse die xxx mensis Augusti proxime preteriti de mandato domini pape magistro Petro de Baudemont, secretario dicti domini ducis ... [fl. 96v] ... Item quos solvit die xbi mensis Martii Martino Militis, cursori domini pape, misso per dominum papam ad partes Ispanie cum Coliveto Domillier, super certis negotiis, pro suis expensis faciendis, l. flor. Regine. Valent xlii flor. camere, xxiiii sol.».

([276 n]) AV, Reg. Aven. 233, fls. 62-64: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Carissimo in Christo filio Johanni, regi Castelle et Legionis illustri. Salutem et apostolicam benedictionem. Cum nuper inter serenitatem tuam et venerabilem fratrem nostrum Seguinum, patriarcham Antiochenum, apostolice sedis nuntium, tractatus sit habitus super eo videlicet quod eadem serenitas armare teneretur infra duos menses, a tempore tractatus huiusmodi computandos, pro nostro et Romanae Ecclesie servitio, sex galeas pro sex mensibus bene fulsitas et munitas, tam de ex parte capitaneo per dictum patriarcham nominato, bonis patronis, balistariis, videlicet quadraginta pro galea capitanei et triginta pro qualibet aliarum galearum hominibus armorum, videlicet pro quadam galea decem nautis remis quam de quibuscunque aliis necessariis et convenientibus ad deffensionem et guerram faciendam contra Bartholomeum, in apostolicam sedem intrusum, et Romanos et quoscunque alios territorii et obedientie Romanorum et eius portus, necnon contra civitatem Neapolitanam et omnes et singulos regni et terrarum, quos et quas regere solebat hactenus carissima in Christo filia Johanna, regina Sicilie illustris, nunc obedientes Carolo de Pace alias de Duratio, et contra dictum Carolum, necnon contra omnes et singulas galeas et quecunque alia navigia que armarentur et essent armata et venirent in favorem, iuvamen, mandatum seu adiutorium Bartholomei seu Caroli predictorum, pro pretio quadraginta trium milium francorum auri, computando pro quolibet mense pro qualibet galea mille et ducentos francorum, et quod dicti capitaneus et patroni, etc., galeis sic munitis tenentur nobis servire per sex menses, inchoandos a die qua recederent de portu Ispalensi, continuando iter suum ad servitium nostrum usque ad diem qua redirent ad portum predictum, non divertendo tamen quovis modo ad alios actus seu negotia, nisi ad guerras et negotia nostra et iuxta mandatum nostrum dumtaxat contra superius nominatos, et quod si mandaremus dictis capitaneis et aliis quod cum dictis galeis nobis ultra predictos [fl. 62v] sex menses servirent in predictis guerris per unum mensem ipsi obedire et hoc facere tenerentur et pro illo mense tibi remanerent bona camere apostolice, in regnis tuis consistentia, obligata et si per plures menses nobis servirent et remanerent usque ad redditum ad portum Ispalensem, quod etiam dicta bona remanerent obligata nosque obligati essemus pro ulterioribus mensibus, ut infra dicetur. Et quod dictis galeis ponerentur nostra et Romane Ecclesie ac tua arma dictique capitaneus et patroni nostris mandatis obedire semper tenerentur, quodque eadem serenitas pro primis tribus nosque pro aliis tribus, et si per plures menses dictas galeas retinere velle-

Pelas letras, dirigidas, na mesma data, ao arcebispo de Toledo, depois de se referir ao contrato, encarregava-o de exigir aos prelados do reino de Castela a taxa devida à câmara apostólica pelas respectivas promoções e serviços e outras causas, bem como aos colectores e subcolectores apostólicos, a fim de satisfazer à dívida ou empréstimo feito pelo rei ao papa dos quarenta e três mil francos (276 o). *Aos arcebispos, bispos e outros prelados dos reinos de Castela e Leão comunicava, nesse dia, a obrigação* (276 p). *Ao colector dos proventos da câmara apostólica nas dioceses de Compostela, Orense, Tui, Lugo, Mondonhedo, Cidade Rodrigo, Cória, Burgos, Palença, Samora, Salamanca, Leão, Astorga e Oviedo, bem como a Fulcão Pereira, cónego de Sevilha, participava as disposições relativas ao contrato com el-rei de Castela e a incumbência confiada ao arcebispo de Toledo* (276 q).

---

mus, pro aliis sequentibus mensibus teneremur dare panem biscotum, ita quod quelibet galea haberet pro singulis mensibus centum et duodecim quintalia panis predicti et quod ... [fl. 64] ... Datum Avinione, ii Nonas Martii, pontificatus nostri anno quinto».

(276 o) AV, Reg. Aven. 233, fls. 60-61: «Clemens, etc. Venerabili fratri .. archiepiscopo Tholetano. Salutem, etc. Cum nuper inter carissimum in Christo filium nostrum Johannem, regem Castelle et Legionis illustrem, et venerabilem fratrem nostrum Seguinum, patriarcham Antiochenum, apostolice sedis nuntium, tractatus fuisset habitus super eo videlicet quod dictus Rex, etc., ut in alia littera gratiosa dicto regi directa, mutata prima persona in tertiam, usque in nostris inde confectis litteris continetur. Quocirca fraternitati tue per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus per te vel alium seu alios omnia et singula bona huiusmodi, predicte camere in eisdem regnis, tam ratione dictorum communium servitiorum archiepiscoporum, episcoporum et aliorum prelatorum ipsorum regnorum, quam alias quacunque ratione vel causa debita et debenda imposterum, necnon partem eorumdem communium servitiorum, predictum collegium contingentem, ac quinque minuta servitia supradicta ab illis, a quibus debentur et imposterum debebuntur, necnon a collectoribus et subcollectoribus supradictis illa, que ex eis recipient, petere et exigere et illa que de ipsis recipere te continget, prefato regi in solutionem huiusmodi quadraginta trium milium francorum, necnon omnium aliarum summarum pecuniarum, in quibus occasione galearum ipsarum iuxta tractatum predictum nos et prefata Romana Ecclesia sibi teneri poterimus, tradere et assignare procures ... [fl. 61] ... Datum Avinione, ii Nonas Martii, pontificatus nostri anno quinto».

(276 p) AV, Reg. Aven. 233, fls. 61-61v: «Clemens, etc. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis electis, abbatibus, prioribus et aliis ecclesiarum et monasteriorum prelatis ac personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, per regna Castelle et Legionis constitutis», sobre o mesmo assunto e com a mesma data.

(276 q) AV, Reg. Aven. 233, fls. 57v-58v: «Clemens, etc. Dilecto filio .. collectori fructuum et proventuum, in Compostelana, Auriensi, Tudensi, Lucensi, Mindoniensi, Civitatensi, Cauriensi, Burgensi, Palentina, Zamorensi, Salamantina, Legionensi, Astoricensi et Ovetensi civitatibus et diocesibus camere apostolice debitorum. Salutem, etc. Attendentes quod quinque minuta servitia que nostris et venerabilium fratrum nostrorum sancte Romane Ecclesie cardinalium familiaribus per archiepiscopos, episcopos, abbates, priores et alios monasteriorum prelatos, qui ad ecclesiarum et monasteriorum regimina per sedem apostolicam pro tempore promoventur, consueverunt persolvi, in partibus commodius quam in Romana Curia exigi poterunt et haberi, tibi petendi, exigendi et recipiendi per te vel alium seu alios huiusmodi minuta servitia ab archiepiscopis, episcopis, abbatibus, prioribus et aliis quibuscunque prelatis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, a quibus debentur et imposterum debebuntur, constitutis in partibus, in quibus fructuum et proventuum camere apostolice debitorum collector existis ... necnon eosdem archiepiscopos, episcopos, abbates et alios prelatos ad solvendum tibi illa absque more dispendio, auctoritate nostra, per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compellendi, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis ... [fl. 58] ... ac insuper quitandi et absolvendi de hiis que receperis de premissis illos a quibus ea receperis, plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Volumus autem quod illa que de premissis recipere te continget, venerabili fratri nostro .. archiepiscopo Tholetano assignanda et tradenda per eum carissimo in Christo filio nostro Johanni, regi Castelle et Legionis illustri, pro solutione quadraginta trium milium francorum auri, quos nobis, ut credimus, mutuabit, pro sex galeis pro nostro et Romane Ecclesie servitio iuxta quemdam tractatum inter regem eundem et venerabilem fratrem nostrum Seguinum, patriarcham Antiochenum, apostolice sedis nuntium, habitum, quem hodie approbavimus, per dictum regem armandis et aliarum quarumcunque summarum pecuniarum, in quibus dicto regi occasione galearum ipsa-

Fazia o mesmo, em letras endereçadas aos colectores e subcolectores apostólicos nos reinos de Castela e de Leão, presentes e futuros ([276 r]).

Diz respeito ao mesmo assunto a bula Cum nos carissimum, *de 8 de Fevereiro de 1384, dirigida ao arcebispo de Toledo, encarregado, como se viu, de aplicar os rendimentos da câmara apostólica no pagamento do empréstimo feito pelo monarca para armar as galés que iriam tomar parte na guerra contra os estados pontifícios, ocupados, segundo Clemente VII, pelos cismáticos. A nova bula tinha razão de ser, porque o papa de Avinhão considerava D. João, rei de Castela, legítimo rei de Portugal, depois da morte de D. Fernando, e queria aproveitar-se agora também dos rendimentos da câmara apostólica, existentes no reino de Portugal* ([276 s]). *Não se pode, portanto,*

---

rum iuxta tractatum eundem Nos et Romana Ecclesia teneri poterimus, integre facienda, [fl. 58v] tradere et assignare procures. Nos enim eidem archiepiscopo quitandi te et liberandi, nostro nomine, de illis que a te in hac parte recipiet, plenam et liberam potestatem concedimus per presentes ... Datum Avinione, ii Nonas Martii, pontificatus nostri anno quinto. Simili modo et sub eadem data fuit scriptum Fulconi Perrerii, canonico Ispalensi, apostolice sedis nuntio».

([276 r]) AV, Reg. Aven. 233, fls. 59-59v: «Clemens, etc. Dilectis filiis universis fructuum et proventuum camere apostolice in regnis Castelle et Legionis debitorum collectoribus et subcollectoribus, presentibus et futuris. Salutem, etc. Cum nuper inter venerabilem fratrem nostrum Seguinum, patriarcham Antiochenum, apostolice sedis nuntium, et carissimum in Christo filium nostrum Johannem, regem Castelle et Legionis illustrem, habitus fuerit tractatus quod idem rex pro pretio quadraginta trium milium francorum auri sex galeas pro sex mensibus, pro nostro et Romane Ecclesie servitio, sub certis conditionibus, in dicto tractatu contentis, armari faceret et muniri et pro solutione dictorum xl m. francorum et omnium aliarum summarum pecuniarum, in quibus dicto regi occasione galearum ipsarum, secundum tractatum eundem, nos et Romana Ecclesia teneri poterimus quoquo modo, eidem regi integre facienda, omnia et singula bona camere apostolice in regnis Castelle et Legionis, tam ratione communium servitiorum archiepiscoporum, episcoporum et aliorum prelatorum predictorum regnorum, quam alias quacunque ratione vel causa debita et debenda imposterum, necnon partem eorumdem communium servitiorum, collegium venerabilium fratrum nostrorum sancte Romane Ecclesie cardinalium contingentem, et quinque minuta servitia que pro nostris et eorumdem cardinalium familiaribus in dictis regnis debebantur ac inantea deberentur, de eorumdem fratrum consilio et consensu duxerimus obliganda, nos cupientes quod de premissis dicto regi debite et celeriter satisfieret, venerabili fratri nostro archiepiscopo Tholetano hodie dedimus in mandatis ut per se vel alium seu alios omnia et singula bona huiusmodi predicte camere in eisdem regnis, tam ratione dictorum communium servitiorum, quam alias quacunque ratione vel causa debita et debenda imposterum ... auctoritate nostra petere et exigere illaque de ipsis recipere ipsum contingeret, eidem [fl. 59v] regi in solutionem huiusmodi xl m. francorum necnon aliarum summarum pecuniarum, per nos sibi ut premittitur debitorum, tradere et assignare curaret ... plenam et liberam concessimus per nostras litteras potestatem ... Datum Avinione, ii Nonas Martii, pontificatus nostri anno quinto».

([276 s]) AV, Reg. Aven. 238, fls. 101-102: «Clemens, episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri Petro, archiepiscopo Toletano. Salutem, etc. Cum nos carissimum in Christo filium Johannem, Castelle et Legionis ac Portugalie regem illustrem, per nostras litteras duxerimus requirendum pariter et rogandum ut pro recuperatione terrarum sancte Romane Ecclesie tam Italie quam partium aliarum necnon extirpatione scismatis proh dolor nunc vigentis, nobis et apostolice camere, que tantis expensarum oneribus est gravata, pro premissis quoad supportationem illorum fructus eiusdem camere sufficere nequeunt de presenti, quatuor galeas armatas ac precuniarum summam, que pro stipendiis ipsarum pro spatio sex mensium necessaria existeret, vellet hac vice mutuare, fraternitati tue, de cuius industria et probitate plenam in Domino fiduciam obtinemus, omnia et singula pecunias, res et bona, fructus, redditus et proventus ac emolumenta quecunque, nobis et eidem camere in Castelle, Legionis, Portugalie ac aliis regnis et terris dicti regis ditioni subiectis per collectores, receptores et succollectores ac alias personas quascunque nunc qualitercunque et ex causa seu ratione [fl. 101v] quacunque debita et que inantea debebuntur et ad nos et dictam cameram pertinent et imposterum pertinebunt, usque ad summam huiusmodi pecuniarum que pro premissis stipendiis prefatus rex duxerit mutuandam, super qua litteris dicti regis fidem te volumus adhibere, nostro et apostolice camere nomine petendi, exigendi et recipiendi et illos qui nobis et eidem camere tenentur vel tenebuntur ut prefertur, ad illa in quibus tenentur vel tenebuntur, tibi tradenda auctoritate nostra et per censuram ecclesiasticam

dizer que esta bula «era uma hábil maneira de financiar a guerra» ([276 t]) *contra Portugal, porque se tratava de satisfazer ao referido empréstimo para galés armadas na guerra contra Urbano VI em Itália. De todas as formas, as intervenções de Clemente VII em Portugal no ano de 1383 foram praticamente nulas, não passando de isoladas tentativas, sem efeito de maior.*

Sem data, mas certamente do ano 1383, temos bula de Clemente VII, a encarregar Elias de Castris, arcediago de Santarém, e Hugo de Sculcula, reitor da igreja de S. Tomé de Lisboa, de receberem e exigirem certas somas devidas à câmara apostólica em Portugal, alegando ter necessidade desses dinheiros para enfrentar os gastos da câmara apostólica, sobrecarregada de muitas e insuportáveis despesas causadas pelo cisma. Nomeava expressamente os bens móveis e créditos do antigo bispo de Lisboa, D. Agapito de Colona, por motivo da própria pessoa ou em razão da igreja lisbonense, e dava-lhes autoridade para os exigirem a quem os tivesse, mesmo constituído em dignidade episcopal, e entregá-los a Nicolau Gerardo de Luca, recorrendo até à autoridade secular ([276 u]). *Noutra bula, segundo creio, do mesmo dia, confiava-lhes esta incumbência, em termos genéricos, quanto a todos os bens e dinheiros da câmara nos reinos de Portugal, a fim de enfrentar as despesas do cisma, sem mencionar direitos do bispo D. Agapito, e mandava entregar tudo ao dito Nicolau Gerardo* ([276 v]). *Além destas bulas, afins àquelas de Castela, há outras, regis-*

---

et alia iuris remedia, prout tibi videbitur expedire, compellendi et de hiis que recipere te continget, eodem nomine quitandi, liberandi [et] etiam absolvendi plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem ... Volumus autem et eidem fraternitati mandamus quatenus pecunias et alia que ut premittitur recipere te continget, prefato regi usque ad integram satisfactionem summe, quam pro premissis nobis duxerit mutuandam, trades quantotius realiter et assignes ... [fl. 102] ... Datum Avinione, vi Idus februarii, pontificatus nostri anno sexto».

([276 t]) JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente, loc. cit.*, p. 168.

([276 u]) AV, Reg. Aven. 233, fis. 102-102v: «Clemens, etc. Dilectis filiis Helie de Castris, archidiacono Sanctarenensi, in ecclesia Ulixbonensi, et Hugoni de Sculcula, rectori parrochialis ecclesie sancti Thome Ulixbonensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Cum in Portugalie et Algarbii regnis nonnulle pecuniarum summe et res alie camere apostolice ex diversis causis et rationibus debeantur, de quibus et aliis ad supportandum innumerabiles expensas et onerum sarcinas, quas pro sedando isto scismate proh dolor in ecclesia Dei noviter exorto, nos oportet de necessitate subire, quamplurimum indigemus, Nos de vestris discretione et industria plenam in Domino fiduciam obtinentes, vobis et vestrum cuilibet petendi et exigendi nomine camere apostolice quecunque bona mobilia, credita, res et iura ad quondam dampnate memorie et perpetue maledictionis alumpnum Agapitum, episcopum Ulixbonensem, tam ratione persone sue, quam ecclesie Ulixbonensis, spectantia et pertinentia, dum viveret, quoquo modo, ubilibet consistentia, necnon compellendi auctoritate nostra quascunque personas ecclesiasticas et seculares, etiam si pontificali vel alia qualibet prefulgeant dignitate, cuiuscunque status, ordinis vel conditionis existant, huiusmodi bona, credita, res et iura debentes et detinentes, ad reddendum et solvendum dilecto filio Nicolao Gerardi de Luca, nomine predicto, universa et singula debita, credita et bona huiusmodi, quavis ratione seu causa eidem camere in eisdem regnis debita, ipsasque et contradictores quoslibet auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam et alia iuris remedia vobis visa compescendi, invocato etiam, si opus fuerit, auxilio brachii secularis ... [fl. 102v] ... plenam et liberam, auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus potestatem. Volumus autem quod vos vel alter vestrum ac dictus Nicolaus de his de quibus sibi nomine predicto solutum fuerit, per vestras et suas patentes litteras in publicam formam redactas, ter in anno de quatuor mensibus in alios quatuor vel citius, si commode poteritis, cameram nostram apostolicam certificare curetis. Datum» (*sem mais nada*).

([276 v]) AV, Reg. Aven. 233, fl. 103-103v: «Clemens, etc. Dilectis filiis Helie de Castris, archidiacono Sanctarenensi in ecclesia Ulixbonensi, et Hugoni de Sculcula, rectori parrochialis ecclesie sancti Thome, Ulixbonensis. Salutem, etc. Cum in Portugalie et Algarbii regnis nonnulle pecuniarum summe et res alie camere apostolice ex diversis causis et rationibus debeantur, de quibus et aliis ad supportandum innumerabiles expensas et onerum sarcinas, quas pro sedando isto scismate proh dolor in ecclesia Dei noviter exorto, nos oportet de necessitate subire, quamplurimum indigemus, Nos de vestris discretione et industria plenam in Domino fiduciam obtinentes, vobis et vestrum cuilibet petendi et exigendi nostro et camere apostolice

tadas no mesmo volume, relacionadas com o dito Hugo de Sculcula, enquanto reitor da igreja de S. Tomé de Lisboa, com data de 26 de Fevereiro de 1383, que nos levam a datar as outras do ano de 1383. Efectivamente, dirigindo-se ao deão de S. Pedro de Avinhão, ao arcediago de Santarém e a Pedro Lourenço, cónego de Braga, Clemente VII encarregava-os de reintegrar Hugo de Scalcula, cónego da igreja de Santa Maria de Vinhas, da diocese de Soissons, nos direitos a reitor da igreja de S. Tomé de Lisboa, da qual tinha sido espoliado por letras do papa Urbano VI, que a mandara conferir a Brásio Martins, sacerdote de Lisboa, o qual a ocupava, havia vários anos ([276 x]).

Clemente VII, obedecendo certamente a directrizes políticas desconhecidas, a 28 de Janeiro de 1383, sob pretexto que o bispo de Coimbra, D. João, tinha falecido, transferiu para a sé coimbrã D. Ângelo, bispo de Pésaro, que já tinha sido núncio ou embaixador em Portugal e na Península por causa do cisma, como se viu e consta aliás de numerosas notícias de dinheiros pagos em Julho e Agosto de 1379. Nos fins de 1382 tinha sido enviado como embaixador por Clemente VII a Milão e outras partes ([276 y]), *vindo a sê-lo outra vez em Portugal, depois da morte de D. Fernando, como*

---

nomine quecunque bona mobilia, credita, res et iura ad dictam cameram in dictis regnis quavis ratione seu causa spectantia et pertinentia quoquo modo, necnon compellendi quascunque personas ecclesiasticas et seculares, etiam si pontificali vel alia qualibet prefulgeant dignitate, cuiuscunque status, ordinis vel conditionis existerint, huiusmodi bona, credita, res et iura debentes seu detinentes, ad reddendum et solvendum dilecto filio Nicolao Gerardi de Luca, nomine predicto, universa et singula debita, credita et bona huiusmodi, quavis ratione seu causa eidem camere in eisdem regnis debita ipsasque et contradictores quoslibet auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam et alia iuris remedia vobis visa compescendi, iuramento (!) etiam, si opus fuerit, auxilio brachii secularis ... [fl. 103v] ... plenam et liberam auctoritate apostolica concedimus potestatem ... Datum ut supra».

([276 x]) AV, Reg. Aven. 233, fls. 229-229v: «Dilectis filiis decano sancti Petri Avinionensis et archidiacono Sanctarenensi, Ulixbonensis diocesis, ac Petro Laurentii, canonico Bracharensis ecclesiarum, salutem, etc. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus dilectus filius Hugo de Sculcula, canonicus ecclesie beate Marie de Vineis, Suessionensis diocesis, apud nos fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte dicti Hugonis petitionis series continebat quod olim parrochiali ecclesia sancti Thome Ulixbonensi, quam quondam Stephanus Stephani, ultimus ipsius ecclesie rector, dum viveret, obtinebat, per ipsius Stephani obitum, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacante, quondam Agapitus de Columpna, olim episcopus Ulixbonensis, cum ad episcopum Ulixbonensem, pro tempore existentem, dicte parrochialis ecclesie collatio et provisio ac omnimoda dispositio de antiqua et approbata et hactemus observata consuetudine pertinere dicantur, dictam parrochialem ecclesiam sic vacantem dicto Hugoni, tunc familiari suo continuo commensali, auctoritate ordinaria contulit et providit etiam de eadem, prout in litteris dicti episcopi super hoc confectis plenius continetur, quarum collationis et provisionis vigore, idem Hugo dictam parrochialem extitit pacifice assecutus illamque per tres annos vel circa, ut asserit, tenuit et possedit pacifice et quiete, licet postmodum quidam Blasius Martini, gerens se pro presbytero Ulixbonensi, pretextu quarumdam litterarum illius scelesti (!) viri Bartholomei, olim Barensis archiepiscopi, in sede apostolica violenter intrusi, dictum Hugonem possessione dicte ecclesie indebite spoliaverit de facto seque in possessionem ipsius nequiter intruserit ac ipsam per plures annos detinuerit, prout detinet de presenti. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, idem Hugo dubitet collationem et provisionem predictas certis ex causis viribus non subsistere et, sicut accepimus, dictam parrochialem ecclesiam adhuc ut [fl. 229v] prefertur vacare, nos volentes dictum Hugonem, premissorum meritorum suorum intuitu, favore prosequi gratioso, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios predictam parrochialem ecclesiam, sic ut premittitur vacat et tempore date presentium non sit in ea alicui specialiter ius quesitum, etiam si ecclesia ipsa sit dispositioni sedis apostolice specialiter reservata ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis eidem Hugoni auctoritate nostra conferre et assignare curetis ... Datum Avinione, iiii Kalendas Marcii, anno quinto».

([276 y]) Cf. nota 197a quanto à embaixada a Portugal de D. Ângelo, bispo de Pésaro. Relativamente à embaixada a Portugal em 1379 e à de Milão e outras partes nos fins de 1382, as seguintes passagens de AV, *Introitus et Exitus*, vol. 353, fl. 15: «Die xiii mensis Julii [1379], solvit dominus Petrus Gervasii, de mandato

veremos, com fracos resultados, devido à acção do Mestre de Avis, governador do reino. A bula da transferência poderia ter sido antedatada e dizer respeito a factos bastante posteriores. Além disso, o bispo de Coimbra D. João Cabeça de Vaca era vivo e aparecerá com o prelado de Lisboa e o da Guarda, em Abril e Maio de 1383, em Salvaterra de Magos e outros lugares como testemunha dos artigos firmados e do casamento de Dona Beatriz com o monarca de Castela ([276 z]). *Acresce ser o facto da transferência pouco relevante quanto a intervenções do papa de Avinhão em Portugal, nesta altura, porque D. Ângelo continuou como bispo de Pésaro, segundo os documentos relativos a dinheiros e suas embaixadas, mantendo-se ou na Cúria papal ou exercendo a função de embaixador, sem vir à Península por todo o ano de 1383. A 15 de Maio deste ano, ele executava em Avinhão, designado como bispo de Pésaro, letras do papa Clemente VII, relativas ao bispo*

---

domini nostri pape, cum cedula domini thesaurarii dicti domini nostri domino fratri Angelo, episcopo Pensaurensi, qui mittitur per dominum nostrum papam ad partes Ispanie pro certis negotiis Romane Ecclesie, pro suis expensis iiii.or mensium faciendis, iiii.c lxxx flor., de. xxiiii sol. Valentes, floreno camere computato pro xxviii sol. monete Avinione iiii.c xi flor. camere, xii sol.». Na fol. 26v: «Die eadem [quarta Augusti 1379], fuerunt soluti de mandato domini nostri domino [fratri Angelo], episcopo Pensaurensi, qui mittitur per dominum nostrum ad partes Ispanie pro certis negotiis Ecclesie Romane, ultra alias pecunias, sibi alibi supra solutas, pro expensis faciendis Cxxx flor. de xxiiii sol. Valent, computando ut supra, Cxi flor. camere, xii sol.». Na fol. 27: «Die eadem [quarta Augusti 1379], fuerunt soluti de mandato domini nostri pape Bruneto de Messal, magistro hostiario dicti domini nostri, qui mittitur una cum domino episcopo Pensaurensi et camerario domini cardinalis Albanensis per dominum nostrum ad partes Ispanie pro certis negotiis Romane Ecclesie, pro suis expensis faciendis, Cxx franchi. Valent, computando ut supra, Cxxbiii flor. camere, xbi sol.». Na fol. 27v: «Die eadem [vi Augusti 1379], fuerunt soluti domino Petro Olivarii, camerario domini cardinalis Albanensis, qui mittitur per dominum nostrum una cum domino episcopo Pensaurensi ad partes Ispanie pro negotiis Romane Ecclesie, pro suis expensis faciendis ii.c xl flor. camere». Na fol. 29v: «Die eadem [x Augusti 1379], fuerunt soluti domino Petro Olivarii, camerario domini cardinalis Albanensis, qui mittitur per dominum nostrum ad partes Ispanie una cum domino episcopo Pensaurensi, ultra alias pecunias sibi solutas, pro suis expensis faciendis lx flor. Regine, valentes quolibet pro xxiii sol. vi d. et flor. camere, ut supra computatis, 1 flor. camere, x sol.». Na fol. 30: «Die eadem [xi Augusti 1379], fuerunt soluti Bruneto de Messal, magistro hostiario domini nostri, qui mittitur ad partes Ispanie per dominum nostrum cum episcopo Pensaurensi, ultra alias pecunias sibi solutas, pro suis expensis faciendis, Cxii franchi. Valent Cxx flor. camere». Na fol. 32v: «Die eadem [xxiiii Augusti 1379], fuerunt soluti Ginoto de Brugis, cursori, qui mittitur cum uno magno fardello lx bullarum ad nuntios domini nostri, qui mittuntur ad reges Castelle et Portugalie, qui, si non reperiat dictos nuntios in Barchinona, debet eos sequi donec repererit eosdem, pro suis labore et expensis x franchi, valentes, computando ut supra, x flor. camere, xx sol.». Na fol. 33v: «Dicta die xxb [Augusti 1379], fuerunt scripti in expensis, qui fuerunt soluti die xb presentis mensis Bruneto de Messal, magistro hostiario domini nostri, qui mittitur ad partes Ispanie, ultra alias summas sibi traditas, pro suis expensis faciendis, isto die magistro hospitii domini nostri pro ipso recognoscente, xl flor. auri». No vol. 356, fl. 42: «Die xxi dicti mensis [Octobris 1382], fuerunt soluti domino Angelo, episcopo Pensaurensi, qui mittitur per dominum papam apud Mediolanum et certas alias partes, super certis negotiis, per dominum papam sibi commissis, pro suis expensis faciendis, Francisco de Bibiana, scutifero suo, pro ipso manualiter recipiente, pro C flor. camere Cxbiii flor. curren. xbiii sol. Valent C. flor. camere. Die xxii dicti mensis, fuerunt soluti Guinoto de Loras, scutifero domini pape, qui mittitur per ipsum dominum papam apud Mediolanum cum dicto episcopo Pensaurensi, super certis negotiis, pro suis expensis faciendis, ipso manualiter recipiente, lxxx flor. camere». Na fol. 46v: «Die eadem [xii mensis Novembris 1382], fuerunt soluti de mandato domini pape domino Angelo, episcopo Pensaurensi, qui mittitur per ipsum dominum papam apud Mediolanum et certas alias partes, super certis negotiis, pro suis expensis faciendis, ultra alios centum flor. camere, quos ista de causa habuit die xxi mensis Octobris proxime preteriti, pro ipso manualiter recipiente Anthonio Francisci». Na fol. 47v: «Die xxii dicti mensis [Novembris 1382], fuerunt soluti Dominico de Mediolano, nuntio, qui remittitur ad dominos Barnabonum et episcopum Pensaurensem, pro suis expensis faciendis, iiii flor. curren. Valent, solvente dicto Anthonio, iii flor. camere, xii sol.». Do vol. 350, fls. 37, 43, 45, 45v, 46v, 50, 63v, 67, 70, na nota 197a.

([276 z]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, pp. CCCLXXI-CCCLXXXVI.

de Orense, D. Pascásio, e ao mosteiro de S. Rosendo, de 16 de Abril de 1383, conforme documentos inclusos em bula de 22 de Maio de 1383 ([277]).

Existem bulas datadas de 28 de Maio de 1383, uma a incumbir o bispo da Guarda de conferir a Afonso de Bovadila um benefício na igreja de S. Salvador de Romaga, da diocese de Ávila, a pedido da rainha de Castela, Dona Beatriz ([277a]), *e outra, a conceder, também a pedido da rainha, filha de D. Fernando, um canonicato da colação do bispo de Salamanca a João Gon-*

([277]) Esta a bula da transferência de D. Ângelo para Coimbra, a 28 de Jan. 1383: AV, Reg. Aven. 232, fls. 108v-109: «Venerabili fratri Angelo, episcopo Colimbriensi. Salutem, etc. Romani pontificis ... Dudum siquidem bone memorie Johanne, episcopo Colimbriensi, regimini Colimbriensis ecclesie presidente, Nos cupientes eidem ecclesie, cum vacaret, per apostolice sedis providentiam utilem et ydoneam presidere personam, provisionem dicte ecclesie ordinationi et dispositioni nostre ea vice duximus specialiter reservandam ... Postmodum vero prefata ecclesia per obitum ipsius Johannis, episcopi, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacante, Nos vacatione huiusmodi fidedignis relatibus intellecta, ad provisionem ipsius ecclesie celerem et felicem ... ne ipsa ecclesia longe vacationis exponeretur incommodis, paternis et solicitis studiis intendentes, post deliberationem quam de preficiendo eidem ecclesie personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad te, episcopum Pensaurensem, consideratis grandium tuarum virtutum meritis ... nostrum animum duximus dirigendum. Intendentes itaque tam dicte ecclesie Colimbriensi, quam eius gregi dominico salubriter providere, te a vinculo, quo eidem Pensauriensi ecclesie, cui tunc preeras, tenebaris, de dictorum fratrum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes, te ad dictam Colimbriensem ecclesiam auctoritate predicta transferimus teque illi preficimus in episcopum et pastorem ... Datum Avinione, v Kalendas Februarii, anno quinto. In eodem modo dilectis filiis capitulo ecclesie Colimbriensis ... In eodem modo [fl. 109] dilectis filiis clero civitatis et diocesis Colimbriensis ... In eodem modo dilectis filiis populo civitatis et diocesis Colimbriensis ... In eodem modo dilectis filiis universis vassallis ecclesie Colimbriensis ... In eodem modo venerabili fratri.... archiepiscopo Bracharensi ... In eodem modo carissimo in Christo filio Fernando, regi Portugalie illustri ... Datum ut supra».

Em AV, Reg. Aven. 234, fls. 611-612: Bula dirigida ao bispo de Orense D. Pascásio sobre o mosteiro de S. Rosendo, acerca do qual tinha incumbido D. Ângelo, bispo de Pésaro (Pensaurensis) de certa comissão, transcrevendo carta deste com outra letra do papa Clemente VII: «Ad perpetuam rei memoriam. Sincere devotionis ... tenor vero dictarum litterarum talis est: Reverendo in Christo patri ac domino Dei et apostolice sedis gratia domino Pascasio, episcopo Auriensi, *Nos frater Angelus, eadem gratia Pensaurensis episcopus*, executor ad infrascripta a sede apostolica specialiter deputatus ... litteras sanctissimi in Christo patris ac domini nostri domini Clementis divina providentia pape septimi ... recepimus sub hac forma: Clemens, episcopus, servus servorum Dei ... Venerabili fratri ... episcopo Pensaurensi ... Datum Avinione, xvi Kalendas Maii pontificatus nostri anno quinto. Post quarum quidem litterarum apostolicarum presentationem et receptionem ... *Nos igitur frater Angelus Pensaurensis*, episcopus executor ... [fl. 612] ... Datum et actum Avinione, in palatio apostolico sub anno Nativitatis Domini millesimo trecentesimo octuagesimo tertio, indictione sexta, die quintadecima mensis Maii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Clementis divina providentia pape septimi anno quinto. Presentibus ibidem ... discretis viris fratre Helia de Vorida, priore prioratus beate Marie de Pratis, ordinis sancti Benedicti Cenomanensis diocesis, Theodorico de Puteo, et Martino de Lozanna, clerico (!) Traiectensis et Colimbriensis diocesis testibus ... Nulli ergo ... Datum Avinione, xi Kalendas Junii, anno quinto».

([277a]) AV, Reg. Aven. 233, fls. 618v-619: «Venerabili fratri episcopo Egitaniensi. Salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum fllium Alfonsum de Bovadilla, clericum, perpetuum beneficiatum in ecclesia sancti Salvatoris de Ramaga, Abulensis diocesis, qui scolaris existit ... horum intuitu, necnon consideratione carissime in Christo filie nostre Beatricis, Castelle et Legionis regine illustris, pro dicto Alfonso, dilecto suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, favore prosequi gratioso, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem dictum Alfonsum, qui defectum natalium patitur de coniugato genitus et soluta, ad hoc alias ydoneum esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, dimidiam portionem ecclesie Abulensis, in qua nonnulle integre et quedam dimidie perpetue portiones fore noscuntur, ac prestimonia in eadem ecclesia unius cedentis vel decedentis aut illa alias dimittentis ipsius ecclesie perpetui portionarii, quorum quidem prestimoniorum fructus, redditus et proventus triginta librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, si qua Nonis Octobris anni Domini millesimi trecentesimi octuagesimi quinti vel ex tunc in antea vacaverint, que

çalves, clérigo de Coimbra ([277 b]), *mas tais disposições, além de se referirem a dioceses de Castela, só foram expedidas, respectivamente em Dezembro de 1388 e Abril de 1394, o que está a significar que se trata, no caso, de bulas antedatadas. A 4 de Maio de 1383, eram pagos certos dinheiros a Sancho de Sarria de Saragoça, que tinha chegado à Cúria com cartas da Espanha, contendo boas notícias* ([277 c]). *Talvez essas boas novas estejam relacionadas com o casamento de Dona Beatriz e do monarca de Castela, com risonhas perspectivas para o papa de Avinhão em Portugal. As suas intervenções aqui são, contudo, de pouca monta, para não dizer nulas. D. Fernando, rei de Portugal, morrerá na obediência de Roma, sem se pronunciar oficialmente pelo papa de Avinhão, como veremos. Há a registar do tempo das negociações para o casamento de Dona Beatriz com el-rei de Castela, a bula de 21 de Fevereiro de 1383, pela qual Clemente VII outorgava ao cardeal do título de S. João e Paulo o deado de Silves, vacante por morte de João Guadagnabene, o qual tinha sido capelão e colector da câmara apostólica, encarregando da execução ao bispo de Coimbra, ao arcediago de Alcor, da diocese de Palença, e ao chantre de Sevilha* ([277 d]). *Este João Guadagnabene,*

---

dictus Alfonsus per se vel procuratorem suum ... infra unius mensis spacium, postquam sibi vel eidem procuratori vacatio illorum innotuerit, duxerit acceptanda, conferenda eidem Alfonso post acceptationem huiusmodi cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi tue auctoritate nostra reserves ... [fl. 619] ... Datum Avinione, v Kalendas Junii, anno quinto. Expedita ix Kalendas Januarii anno xi.º. Pon. de Curte». *Na margem esquerda do texto:* «Cassata de mandato Jo. de Neapoli».

([277 b]) AV, Reg. Aven. 233, fls. 639-640: «Dilecto filio Johanni Gundisalvi, clerico Colimbriensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi qui, ut asseris, scolaris in iure civili existis, premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione carissime in Christo filie nostre Beatricis, Castelle et Legionis regine illustris, pro te, dilecto suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum sine cura, dummodo canonicatus et prebenda ecclesie cathedralis non fuerit ... ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem venerabilis fratris nostri episcopi Salamantini et dilectorum filiorum decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Salamantine communiter vel divisim pertinens, si quod v. Idus Junii anni Domini millesimi trecentesimi nonagesimi tertii vel ex tunc in antea vacaverit, quod tu ... duxeris acceptandum ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 640] ... Datum Avinione, v Kalendas Junii, pontificatus nostri anno quinto. In eodem modo dilectis filiis archidiacono Tornacensi et cantori ecclesie Egitaniensis ac officiali Abulensi ... Datum Avinione, v Kalendas Junii, pontificatus nostri anno quinto. Expedita iiii Nonas Aprilis, anno xvi.º».

([277 c]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 356, fl. 89: «Die eadem [iiii mensis Maii 1383], fuerunt soluti Sanchoni de Sarriis de Cesaraugusta, qui portavit litteras de Ispania domino pape cum certis bonis novis ex parte Remiroti Sancii, pro expensis per ipsum factis, viii flor. Aragon. Valent, quolibet pro xx sol. vi d. computatis, v flor. camere, xxiiii sol.».

([277 d]) AV, Reg. Aven. 232, fls. 68v-69: «Dilecto filio Guterrio, tituli sanctorum Johannis et Pauli, presbytero cardinali. Salutem, etc. ... Cum itaque postmodum decanatus ecclesie Silvensis, qui in eadem ecclesia dignitas maior post pontificalem existit, ac canonicatus et prebenda ipsius ecclesie, necnon prestimonia et prestimoniales portiones ac simplicia beneficia que condam Johannes Guadagnabene, ipsius ecclesie canonicus et decanus, in eadem ecclesia, dum viveret, obtinebat, per ipsius Johannis obitum, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacaverint et vacare noscantur ad presens ... Nos volentes tibi, ut expensarum onera, que te iugiter oportet de necessitate subire, commodius supportare valeas, de alicuius subventionis auxilio providere gratiamque facere specialem, decanatum ipsum qui curam habet animarum ... ac canonicatum et prebendam necnon prestimonia et prestimoniales portiones ac simplicia beneficia predicta, etiam si dictus Johannes, dum viveret, dicte sedis capellanus aut collector vel succollector fructuum et proventuum camere apostolice debitorum seu noster vel cuiuscunque venerabilium fratrum nostrorum sancte Romane Ecclesie cardinalium familiaris existeret, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus [fl. 69] iuribus et pertinentiis suis motu proprio ... apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus ... Datum Avinione, viiii Kalendas Martii, anno quinto. In eodem modo venerabili fratri .. episcopo Colimbriensi et dilectis filiis .. archidiacono de Alcor, Palentine, ac .. cantori Ispalensis ecclesiarum ... Datum ut supra».

falecido deão de Silves, era precisamente o núncio apostólico das letras do papa Urbano VI, de 13 e 22 de Junho, para recolher os proventos da câmara apostólica e pedir um subsídio aos prelados ([277 e]). *Por a diocese de Silves ser governada por um bispo da obediência de Clemente VII, que era o colector apostólico D. Pedro Cavaleiro, aquela nomeação do papa Urbano VI significava um golpe na autoridade e influência do partido de Avinhão, facilitado pelo facto de el-rei de Portugal obedecer então ao papa de Roma. E a tentativa agora de Clemente VII nada representava de novo na esfera de influência, seja porque se tratava da diocese de Silves, governada por um clementino, seja porque o beneficiado vivia na corte do papa.*

As intervenções do mês de Abril de 1383, relativas ao Mestrado do Hospital, pouco ou nada representam, pois ficaram sem efeito. Como se viu a seu tempo, por letras de 7 de Junho de 1380, Clemente VII, a pedido de el-rei D. Fernando, dispensou Frei Pedro Álvares Pereira de impedimentos, a fim de ser empossado como prior do Mestrado do Hospital, encarregando o bispo de Évora de lhe conferir o priorato ([277 f]). *Álvaro Gonçalves Camelo, pretendente ao priorato, recorreu ao Mestre geral da Ordem, João Fernandes de Herédia, que, a 16 de Maio de 1381, lhe concedeu o priorato. O capítulo geral da Ordem, a 12 de Março de 1383, confirmou as disposições do Grão-Mestre, contra Pedro Álvares Pereira que detinha o priorato. Clemente VII confirmava as decisões do Grão-Mestre e do Capítulo geral por letras de 13 de Abril de 1383, em que*

([277 e]) AV, Reg. Vat. 310, fls. 117v-118: «Urbanus, etc. Dilecto filio Johanni, quondam Andrioli Guadagnabene de Placentia, decano ecclesie Silvensis, apostolice sedis nuntio. Salutem, etc. Gerentes de circunspectione, industria, probitate quoque ac fidelitate tuis fiduciam in Domino specialem, ac sperantes quod ea que tibi per sedem apostolicam committentur, fideliter exequeris, te in regno Portugalie dicte sedis nuncium usque ad ipsius sedis beneplacitum facimus, constituimus et etiam ordinamus, discretioni tue per te ac alium et alios tot et quot et quotiens expedire videris, deputandos, petendi, exigendi et recipiendi a quibuscunque prelatis ecclesiarum et monasteriorum necnon capitulis et collegiis et conventibus ecclesiarum et monasteriorum huiusmodi ceterisque personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, ordinum quorumcunque, ac etiam laycis, omnes et singulas pecuniarum et rerum aliarum quarumlibet et bonorum quantitates et summas, nobis et Romane Ecclesie in regno Portugalie debitas et inantea debendas, necnon eos, a quibus illa receperis, quitandi et absolvendi [fl. 118], contradictores quoque per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, invocandi nichilominus ad hoc, si opus fuerit, auxilium brachii secularis ... plenam et liberam potestatem, tenore presentium, concedentes. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Idus Junii, anno quarto». AV, Reg. Vat. 310, fls. 118-118v: «Urbanus, etc. Dilecto filio Johanni, quondam Andreoli Guadagnebene de Placentia, decano ecclesie Silvensis, in regno Portugalie apostolice sedis nuntio, salutem, etc. In quantis necessitatibus sumus nos et ecclesia Romana, presertim hoc tempore scismatis, constituti, sic proh dolor ubique divulgatum existit quod necesse non est ut id litterarum ministerio divulgemus, sed vigilanter et solicite procuremus [fi. 118v] qualiter possimus depresso statui ipsius ecclesie consulere de remedio oportuno et quia ad hoc nostris facultatibus, quibus cameram apostolicam nudatam et exhaustam in nostre assumptionis primordiis invenimus, sufficere non valemus, cogimur precipuorum filliorum ab antiquo Ecclesie devotorum cum magna fiducia in huiusmodi necessitatibus auxilium implorare. Tibi igitur, quem nuper in regno Portugalie nuncium et collectorem apostolicum deputavimus ac constituimus et fecimus et de cuius discretione, fide ac zelo necnon diligentia in commissis specialem obtinemus [fiduciam], per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus secundum prudentiam, a Deo tibi datam, venerabilibus fratribus nostris archiepiscopis et episcopis ac dilectis filiis electis, abbatibus, prepositis, decanis, thesaurariis, cantoribus et scolasticis totique clero ipsius regni has necessitates nostras exponens, ipsos coneris inducere et hortari ut nobis, hoc necessitatis tempore, pie compatientes, de alicuius subventionis auxilio iuxta possibilitatem eorum velint liberaliter subsidium impertiri. In hoc enim Deo et nobis non mediocriter complacebunt. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, x Kalendas Julii, anno quarto».

([277 f]) AV, Reg. Aven. 224, fls. 557v-558v, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, *loc. cit.*, docum. IX, pp. 192-193. AV, Reg. Aven. 223, fls. 57-58, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *loc. cit.*, docum. X, pp. 193-195.

transcreve as cartas do Grão-Mestre e Capítulo Geral da Ordem ([277 g]), *e incumbia da execução ao arcebispo de Compostela por letras da mesma data, a encarregá-lo de remover Frei Pedro Álvares Pereira e de empossar Álvaro Gonçalves no priorato* ([277 h]). *Alguns dias depois, a 18 de Abril de 1383, encarregava o dito arcebispo de julgar Frei Pedro das acusações que lhe eram feitas* ([277 i]). *Mas estas intervenções ficaram sem efeito. Na verdade, quem aparece no casamento de Dona Beatriz como prior do Hospital não é Álvaro Gonçalves, mas sim Pedro Álvares Pereira* ([772 j]). *Aliás, como se verá, este último passará para as fileiras do exército castelhano, contra o Mestre de Avis, e receberá favores do papa Clemente VII, sinal de que as bulas deste papa, a favor de Álvaro Gonçalves, ficaram letra morta, precisamente porque sua autoridade, no ano de 1383, não contava em Portugal para nada ou então era diminuta, pois era acatada a de Urbano VI, papa de Roma, se exceptuarmos a actividade diplomática do cardeal-legado Pedro de Luna e a presença ou participação dos bispos de Lisboa, Guarda e Coimbra, e nobres no casamento de Dona Beatriz.*

Apesar de ter desaparecido quase toda a documentação do papa de Roma, Urbano VI, ainda nos ficou alguma deste período, a mostrar que os partidários da obediência de Roma e seu papa exerceram actividade muito mais profunda que os clementinos, não só porque o arcebispo de Braga, nomeado colector apostólico por Urbano VI em 1382, tinha plena liberdade de movimentos, como se viu, mesmo em 1380 e 1381, quando D. Fernando reconhecia o papa de Avinhão, mas também porque os prelados urbanistas e letrados, bem próximos a el-rei, na assembleia de Santarém, dos fins de Fevereiro de 1383, na qual o legado clementino, Pedro de Luna, defendia a tese de Avinhão, tiveram ensejo e toda a liberdade para rebaterem essa tese, sem praticamente se fazerem ouvir vozes contrárias, segundo quanto veremos mais à frente. Além disso, a autoridade e influência de Urbano VI fazia-se sentir pela voz do bispo de Faenza, D. Francisco, e do bispo de Dax, D. João Gutierrez, nomeados núncios apostólicos para pregarem a cruzada em Portugal contra o papa de Avinhão e seus correligionários, precisamente em Abril de 1383.

A 18 de Outubro de 1382, Urbano VI, dirigindo-se a D. Francisco, bispo de Faença, como núncio apostólico, encarregava-o de visitar, examinar e ouvir todos os colectores e subcolectores apostólicos dos reinos de Aragão, Valência, Majorca, Navarra e Portugal e principado de Catalunha, com poder de os julgar, corrigir e substituir ([277 k]). *Na mesma data, o papa incumbia-o*

([277 g]) AV, Reg. Aven. 234, fls. 519-520v, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *loc. cit.*, docum. XII, pp. 196-201.

([277 h]) AV, Reg. Aven. 234, fl. 556, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *loc. cit.*, docum. XIII, pp. 201-203.

([277 i]) AV, Reg. Aven. 234, fls. 554v-555, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *loc. cit.*, docum. XIV, p. 203.

([277 j]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, p. CCCLXXXVIII.

([277 k]) AV, Reg. Vat. 310, fls. 279v-280v: «Urbanus, etc. Venerabili fratri Francisco, episcopo Faventino, apostolice sedis nuntio. Salutem, etc. Cum de tue fraternitatis diligentia et fideli prudentia, quibus personam tuam Dominus insignivit, geramus in Domino fiduciam specialem, eidem fraternitati universos et singulos collectores et receptores fructuum, reddituum, proventuum et bonorum quorumcunque apostolice camere debitorum, quocunque nomine nuncupentur, a sede apostolica seu eius auctoritate in Aragonie, Valentie, Maioricarum, Navarre et Portugalie regnis et principatu Cathalonie hactenus deputatos et eorum succollectores, commissarios et locumtenentes auctoritate nostra super officiis et negotiis dicte camere eisdem commissis visitandi, videndi quoque, audiendi et examinandi ac tibi exhiberi faciendi libros, taxationes et valores beneficiorum et census Romane Ecclesie debitos continentes, necnon computa et rationes collectorum, succollectorum et commissariorum predictorum de gestis, receptis et administrationibus per eos quomodolibet in premissis necnon super hiis inquirendi et te summarie, simpliciter et de plano, sine strepitu et figura iudicii, informandi ipsosque collectores, succollectores, commissarios et locumtenentes, si rationem reddere tibi recusaverint, vel neglexerint vel alias deliquerint seu excesserint in premissis et tue fraternitati videbitur,

de pregar a cruzada nestas terras e reinos, a teor da bula dirigida ao arcebispo de Régio ([277 l]), *de 28 de Setembro de 1382, e de conceder as indulgências da Terra Santa aos que combatessem ou contribuíssem para a guerra contra Clemente VII e seus correligionários, cardeais, clérigos e leigos, inclusive senhores temporais, privados de sua autoridade, terras, dignidades e benefícios por ele*

---

citandi quod cum eorum rationibus seu computis certo termino competenti per te eisdem prefigendo, nostro seu camerarii nostri conspectui etiam personaliter, si tibi visum fuerit, se presentent et ab eisdem collectoribus, succollectoribus et commissariis et receptoribus omnes et singulas pecuniarum summas, quas de quibuscunque fructibus, proventibus, iuribus, censibus, arreragiis [fl. 280] et debitis ad cameram predictam pertinentibus collegerunt et huiusmodi prosecutione negotiorum durante colligent in futurum, de quibus camere predicte non reddiderunt rationem, necnon a quibuscunque locorum Ordinariis et eorum collectoribus ac succollectoribus quascunque pecunias per eos olim receptas pro quibuscunque decimis et subsidiis de prefatis regnis et principatu ad predictam cameram pervenire debentibus et dicte camere assignatas et eorum rationes et computa super hoc audiendi ... [fl. 280v] ... plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xb Kalendas Novembris, pontificatus nostri anno quinto».

([277 l]) AV, Reg. Vat. 310, fls. 272v-274v: «Urbanus, etc. Venerabili fratri Jordano, archiepiscopo Reginensi. Salutem, etc. Dudum cum filii Belial, videlicet Robertus, olim basilice xii Apostolorum, vulgariter dictus Gebennensis, Johannes, olim tituli sancti Marcelli, vulgariter dictus Ambianensis, Geraldus, olim tituli sancti Clementis, vulgariter dictus Maiorismonasterii presbyteri, et dampnate memorie Petrus, olim sancti Eustachii diaconus cardinales, nescientes in semitis iustitie dirigere gressus suos et Deum pre oculis non habentes, contra nos diversas conspirationes, colligationes et machinationes facere et civitatem [fl. 273] Anagniam et nonnullas alias terras nostras et Romane Ecclesie occupare et occupari facere et scisma in Dei ecclesia ponere et quamplures alios graves et enormes excessus perpetrare et committere presumpsissent et deinde in profundum descendentes malorum, cum nonnullis aliis, quos cum eorum diabolicis suggestionibus ad eorum iniquum propositum sequendum attraxerunt, congregati in civitate Fundorum, in domo iniquitatis filii Honorati Gaytani, olim comitis Fundorum, prefatum Robertum antipapam eligendo, fecissent, tandem nos contra predictos et nonnullos eorum complices et sequaces, de fratrum nostrorum consilio, debitis iuris solemnitatibus, prout facti qualitas exigebat, observatis, certos processus fecimus, per quos declaravimus ipsos fuisse et esse scismaticos, apostatas et blasphemos et contra nos conspiratores et reos criminis lese maiestatis et tanquam hereticos puniendos predictosque Robertum, Johannem, Geraldum et Petrum, olim cardinales, cardinalatibus dicte Romane Ecclesie et omni cardinalatus commodo et honore privavimus et ipsorum bona mobilia et immobilia et iura et iurisdictionem declaravimus fuisse et esse confiscata et ea confiscavimus ipsosque fuisse et esse excommunicatos et anathematizatos et incidisse in diversas penas et sententias spirituales et temporales, tam a iure quam ab homine, in talia perpetrantes inflictas et promulgatas, ipsorumque personas detestabiles et infames fuisse exponendas et exposuimus, a christifidelibus capiendas, et subsequenter contra perditionis alumnos Ludovicum, olim ducem Andegavensem, Amedeum, olim comitem Sabaudie, Petrum, olim comitem Gebennensem, et Fulchetum de Saltu, olim senescalum Provincie, qui in reprobum sensum dati et huiusmodi damnati scismatis notorii imitatores et fautores effecti, prefato Roberto antipape et eius sequacibus notorie adheserant et adherebant eique prestiterant et prestabant auxilia et favores, etiam in preiudicium nostrum et Ecclesie supradicte, et demum stipati magna gentium armigerarum multitudine, ad partes Italie se contulerant, ut statum et pacem dicte Romane ac universalis Ecclesie perturbarent ac regnum Sicilie et alias terras et iura dicte Romane Ecclesie invaderent et occuparent, in magnum preiudicium nostrum et Romane Ecclesie ac regni predictorum, Nos, [fl. 273v] de fratrum nostrorum consilio et debitis iuris solemnitatibus observatis, prout facti qualitas exigebat, contra ipsos Ludovicum, Amedeum, Petrum et Fulchetum certos processus fecimus, per quos sententialiter pronuntiavimus, decrevimus et declaravimus eosdem Ludovicum, Amedeum, Petrum et Fulchetum fuisse et esse scismaticos, apostatas ac sacrilegos et blasphemos ac imitatores huiusmodi dampnati scismatis et hereticorum fautores et reos criminis lese maiestatis et conspiratores etiam contra nos et velud hereticos puniendos ipsosque propter premissa fore excommunicatos et anathematizatos ac incurrisse in penas et sententias, tam a iure quam ab homine in talia perpetrantes inflictas et promulgatas, ipsosque fore privatos et depositos ac privavimus et deposuimus a quibuslibet ducatibus, comitatibus, dignitatibus et honoribus, necnon feudis et bonis, que a dicta Romana vel quibusvis aliis ecclesiis ac personis ecclesiasticis vel Romano imperio seu quibuscunque aliis obtinebant et que quomodolibet etiam de facto tenebant ipsorumque bona omnia fuisse et esse confiscata et ea confiscavimus et ipsorum Ludovici, Amedei, Petri et Fulcheti personas detestabiles et infames fore exponendas et exposuimus,

papa ([277 m]). *A 13 de Novembro de 1382, pela* Dudum cum filii Belial, *dirigia-se de novo ao núncio, o bispo de Faenza D. Francisco. Depois de referir como o papa Clemente VII fora eleito pelos cardeais rebeldes em Fondi e ele papa os condenara e privara das próprias dignidades, benefícios e bens, como herejes e cismáticos, expondo os sobreditos bens a quem os quisesse tomar, e*

---

a christifidelibus [capiendas], et voluimus quod omnes et singuli christifideles qui, crucis assumpto caractere, ad prefatorum Roberti antipape, Ludovici, Amedei, Petri et Fulcheti scismaticorum et ut premittitur damnatorum exterminium se accingerent et eos pro posse persequerentur, illa gauderent indulgentia illoque privilegio essent muniti, que accedentibus in Terre Sancte subsidium conceduntur, prout hec omnia et singula in diversis nostris inde confectis litteris plenius continentur. Nos igitur, ne tot et tantorum facinorum et scelerum, in divine maiestatis offensam et dicte Romane Ecclesie, matris cunctorum christifidelium et magistre, contumeliam et contemptum, fideique catholice ac utilitatis reipublice detrimentum nequiter patratorum, in succedentium temporum secula, sine correctione debita, in multorum perniciem deferantur, et ne prefati per nos ut prefertur damnati et a Deo reprobati, qui in suis heresibus persistere et excessus excessibus cumulare ac ecclesie predicte pacem turbare et inter christifideles scismata, dissensiones et scandala ponere cultumque christiane fidei, sine qua quisque Deo placere nequit, quantum in eis est, depravare conantur, suos pravos et damnatos conceptus in partum producere possint, sed [fl. 274] potius dextera Domini faciente virtutem, viriliter obsistatur eisdem et ipsorum damnandi propositi executio elidatur, oportunis providere remediis cupientes, quia in hiis Dei et predicte Romane Ecclesie causam agi conspicimus, illam devote prosequentibus, decernimus etiam spiritualibus auxiliis et presidiis assistendum ut causam ipsam eo ferventius prosequantur quo exinde maioris retributionis merita se speraverint adepturos, ideoque nos de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi, omnibus vere penitentibus et confessis qui prefatos Robertum, antipapam, Ludovicum, Amedeum, Petrum et Fulchetum ipsorumque complices, fautores, receptores atque credentes, quandiu in huiusmodi scismate ac extra Romane Ecclesie gratiam perstiterint, in personis et sumptibus propriis, necnon hiis qui in personis propriis, alienis tamen expensis, expugnabunt et super hoc per unum annum, incipiendo a die quo tu duxeris ordinandum, continue vel interpollatim in expugnatione huiusmodi laborabunt, Ecclesie sequendo vexillum, tam clericis quam laicis, et eis insuper qui suis duntaxat expensis iuxta facultates et quantitates suas destinabunt vel tibi seu alteri per te deputando ministrabunt sufficientia stipendia ut destinare valeas ydoneos bellatores, per dictum tempus moraturos et bellaturos ibidem, illam concedimus indulgentiam, que concedi per eandem proficiscentibus in Terre Sancte subsidium consuevit et in retributione iustorum salutis eterne pollicemur augmentum. Eos autem qui non per annum integrum, sed per ipsius anni partem in huiusmodi Dei servitio laborabunt, iuxta quantitatem laboris et devotionis affectum, participes esse volumus ecclesie [*ler* indulgentie] memorate. Quod si forte ipsorum aliquem post iter arreptum in prosecutione dicti negotii ex hac luce migrare contigerit vel interim negotium ipsum congrua terminatione compleri, eos integre participes esse volumus et concedimus indulgentie memorate. Huiusmodi etiam remissionis volumus esse participes, iuxta qualitatem subsidii et devotionis affectum, omnes qui ad expugnationem ipsorum Roberti antipape, Ludovici, Amedei et Fulcheti et aliorum damnatorum ac sequacium et fautorum ipsorum tibi seu alteri per te deputando de bonis suis congrue ministrabunt. Quocirca fraternitati tue per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus per te vel alium seu alios in Reginensi, Cusentino, Rossanensi et Sancti Severini provinciis huiusmodi concessionem nostram in ecclesiis et [fl. 274v] locis, de quibus tibi videbitur, quando et quotiens expedire videris, solemniter publicans et exponens et per alios ad hoc ydoneos publicari et exponi faciens, ut melius et clarius intelligatur ab omnibus in vulgari, fideles ipsos instantius per verbum predicationis et alias, prout expediens extiterit, inducere non postponas ut, suscipientes cum reverentia per manus tuas vel aliorum per te ad id deputandorum venerabile signum crucis ipsumque suis humeris et cordibus affigentes, ad prosequendum huiusmodi causam Dei et Romane Ecclesie, ipsorum matris, viriliter se accingant, nobis quidquid super predictis feceris per tuas litteras vel instrumenta publica, harum principium et finem continentia, fideliter rescripturus. Volumus autem quod omnes et singulas pecuniarum summas, quas per te vel alios a te deputandos, occasione premissorum, recipi continget, dilecto filio Ludovico Brancacio, rectori ecclesie sancti Andree ad Nidum Neapolitane, pro nobis et predicta Ecclesia in regno Sicilie thesaurario generali, facias generaliter assignari. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, iiii Kalendas Octobris, pontificatus nostri anno quinto».

([277 m]) AV, Reg. Vat. 310, fl. 280v: «Urbanus, etc. Venerabili fratri Francisco, episcopo Faventino, apostolice sedis nuntio. Salutem, etc. Dudum cum filii Belial, ut supra CC.xxii folio, ut predicet verbum in dictis regnis, in quibus nuntius apostolicus existit. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xb Kalendas Novembris, pontificatus nostri anno quinto».

como condenara também os condes de Anjou, de Savóia e Genebra e o marechal de Provença, seus sequazes, que privara de suas terras, por terem aderido ao antipapa, encarregava o bispo de pregar a cruzada contra eles e de impor essa obrigação aos Dominicanos, Franciscanos, Eremitas de Santo Agostinho e Carmelitas ([277 n]). *No mesmo dia, atribuía-lhe a incumbência*

([277 n]) AV, Reg. Vat. 310, fls. 288-289: «Urbanus, etc. Venerabili fratri Francisco, episcopo Faventino, apostolice sedis nuntio. Salutem, etc. Dudum cum filii Belial Robertus, olim basilice xii Apostolorum, vulgariter dictus Gebennensis, Johannes, olim tituli sancti Marcelli, vulgariter dictus Ambianensis, Geraldus, olim tituli sancti Clementis, vulgariter dictus Maiorismonasterii presbyteri, et damnate memorie Petrus, olim sancti Eustachii diaconus cardinales, nescientes in semitis iustitie dirigere gressus suos et Deum pre oculis non habentes, contra nos diversas conspirationes, colligationes et machinationes facere et civitatem Anagniam et nonnullas alias terras nostras et Romane Ecclesie occupare et occupari facere et scisma in Dei ecclesia ponere et quamplures alios graves et enormes excessus perpetrare et committere presumpsissent et deinde in profundum descendentes malorum, cum nonnullis aliis, quos cum eorum diabolicis suggestionibus ad eorum iniquum propositum sequendum attraxerant, congregati in civitate Fundorum, in domo iniquitatis filii Honorati Gaytani, olim comitis Fundorum, prefatum Robertum antipapam eligendo, fecissent, tandem nos contra predictos et nonnullos alios eorum complices et sequaces, de fratrum nostrorum consilio, debitis iuris solemnitatibus, prout facti qualitas exigebat, observatis, certos processus fecimus, per quos declaravimus ipsos fuisse et esse scismaticos, apostatas et blasfemos et contra nos conspiratores et reos criminis lese maiestatis et tanquam hereticos puniendos predictosque Robertum, Johannem, Geraldum et Petrum, olim cardinales, cardinalatibus dicte Romane Ecclesie et omni cardinalatus commodo et honore privavimus ac ipsorum bona mobilia et immobilia ac iura et iurisdictionem declaravimus fuisse et esse confiscata et confiscavimus ipsosque fuisse et esse excommunicatos et anathematizatos ac incidisse in diversas penas et sententias spirituales et temporales, tam a iure quam ab homine in talia perpetrantes inflictas et promulgatas, ipsorumque personas detestabiles et infames fuisse exponendas, et exposuimus, a christifidelibus [fl. 288v] capiendas, et subsequenter contra perditionis alumnos Ludovicum, olim ducem Andegavensem, Amedeum, olim comitem Sabaudie, Petrum, olim comitem Gebennensem, et Fulchetum de Saltu, olim senescalum Provincie, qui in reprobum sensum dati et huiusmodi damnati scismatis notorii imitatores et fautores effecti, prefato Roberto antipape et eius sequacibus notorie adheserant et adherebant eique prestiterant et prestabant auxilia et favores, etiam in preiudicium nostrum et Ecclesie supradicte, et demum stipati magna gentium armigerarum multitudine, ad partes Italie se contulerant, ut statum et pacem dicte Romane ac universalis Ecclesie perturbarent ac regum Sicilie et alias terras et iura dicte Romane Ecclesie invaderent et occuparent, in magnum preiudicium nostrum et Romane Ecclesie ac regni predictorum, Nos, de fratrum nostrorum consilio, debitis iuris solemnitatibus observatis, prout facti qualitas exigebat, contra ipsos Ludovicum, Amedeum, Petrum et Fulchetum certos processus fecimus, per quos sententialiter pronuntiavimus, decrevimus et declaravimus eosdem Ludovicum, Amedeum, Petrum et Fulchetum fuisse et esse scismaticos, apostatas ac sacrilegos et blasphemos ac imitatores huiusmodi dampnati scismatis et hereticorum fautores et reos criminis lese maiestatis et conspiratores etiam contra nos et velut hereticos puniendos ipsosque propter premissa fore excommunicatos et anathematizatos et incidisse in penas et sententias tam a iure quam ab homine in talia perpetrantes inflictas et promulgatas ipsosque fore privatos et depositos ac privavimus et deposuimus a quibuscunque ducatibus, comittatibus, dignitatibus et honoribus, necnon feudis et bonis, que a dicta Romana vel quibusvis aliis ecclesiis ac personis ecclesiasticis vel Romano Imperio seu quibuscunque aliis obtinebant et que quomodolibet etiam de facto tenebant ipsorumque bona omnia fuisse et esse confiscata et ea confiscavimus et eorum Ludovici, Amedei, Petri et Fulcheti personas detestabiles et infames fore exponendas et exposuimus, a christifidelibus capiendas, et voluimus quod omnes et singuli christifideles qui, crucis assumpto caractere, ad prefatorum Roberti antipape, Ludovici, Amedei, Petri et Fulcheti scismaticorum et ut premittitur damnatorum exterminium [fi. 289] se accingerent et eos pro posse persequerentur, illa gauderent indulgentia illoque privilegio essent muniti, que accedentibus in Terre Sancte subsidium concedimus, prout hec omnia et singula in diversis nostris inde confectis litteris plenius continentur. Volentes igitur quod premissa ad communem notitiam omnium christifidelium deducantur, fraternitati tue per apostolica scripta districte precipiendo mandamus quatenus in ecclesiis cathedralibus, in ipsis partibus consistentibus, et aliis, de quibus tibi videbitur, verbo Dei primitus per te vel alios ad hoc ydoneos coram populo solemniter ac publice proposito, saltem semel, ac etiam per religiosos Predicatorum, Minorum, Heremitarum sancti Augustini et sancte Marie de Monte Carmelo, quos quidem religiosos, si monitionibus et mandatis tuis in hac parte non paruerint cum

de examinar as contas e livros de todos os colectores e subcolectores da câmara apostólica do reino de Aragão ([277 o]).

Muito mais importante a bula de 8 de Abril de 1383, Dudum cum vinea Domini, *dirigida a D. Francisco, bispo de Faença, e a D. João, bispo de Dax, núncios apostólicos, que enviava a Portugal, a fim de pregarem a cruzada. Urbano VI, depois de descrever pormenorizadamente os principais acontecimentos do cisma e da condenação dos cardeais eleitores de Clemente VII e deste mesmo e seus correligionários, com a privação de benefícios e dignidades e proibição de ascenderem a elas, bem como das ordens de prisão dos fautores do cisma e privação dos senhores temporais de suas terras e domínios, prisão dos embaixadores e núncios ou portadores de documentos do antipapa, concessão das indulgências da Terra Santa para os que os combatessem, encarregava estes núncios de pregarem por si ou por meio de outros a cruzada no reino de Portugal, concedendo as indulgências dos que partiam para a Terra Santa a quantos contribuíssem para a guerra contra os sequazes de Clemente VII, participando nela pessoalmente ou com dinheiros ou gentes* ([277 p]).

---

effectu, excommunicationis sententiam incurrere volumus ipso facto, in dictis et ipsorum religiosorum ecclesiis et locis aliis, dum missarum celebrabuntur solemnia, vel alias cum ibidem maior aderit multitudo populi, ac etiam in dictorum religiosorum predicationibus publice, singulis diebus dominicis et festivis, omnia et singula supradicta publices et expones seu publicari et exponi alta voce et intelligibiliter in vulgari ac presentium litterarum copias portis dictarum ecclesiarum facias et procures publice affigi. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo. Non obstantibus quibuscunque exemptionibus et aliis privilegiis, eisdem ordinibus eorumque personis et locis vel quibusvis aliis ab apostolica sede concessis seu si prefatis religiosis vel quibusvis aliis communiter vel divisim a prefata sede indultum existat quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi, eorum ordinibus, locis et nominibus propriis mentionem. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Idus Novembris, pontificatus nostri anno quinto».

([277 o]) AV, Reg. Vat. 310, fls. 283-283v: «Urbanus, etc. Venerabili fratri Francisco, episcopo Faventino, apostolice sedis nuntio. Salutem, etc. Cupientes indemnitati camere nostre et commoditatibus personarum in regnis, terris et locis carissimo in Christo filio nostro Petro, regi Aragonie illustri, subiectis, consistentium, que ipsi camere in aliquo obligate existant, quam utilius possumus providere, fraternitati tue, de qua in hiis et aliis gerimus in Domino fiduciam specialem, auctoritate nostra ac nostro in (!) ipsius camere nomine videndi et examinandi ac calculandi subtiliter (!) et diligenter omnes quaternos, rationes et computa quecunque omnium et singulorum collectorum et succollectorum fructuum et proventuum dicte camere in eisdem regnis, terris et locis debitorum necnon ab eis reliqua ac ab aliis personis in dictis regnis et locis consistentibus, que sunt predicte camere in aliquo quavis ratione vel causa pro quocunque preterito tempore obligate, illa in quibus ipsi camere qualitercunque tenentur et quando ab eis exigeris tenebuntur, petendi, exigendi, recuperandi et recipiendi ... plenam et liberam concedimus, [fl. 283v] tenore presentium, facultatem ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Idus Novembris, pontificatus nostri anno quinto».

([277 p]) AV, Reg. Vat. 310, fl. 347-352v: «Urbanus, etc. Venerabilibus fratribus Francisco, Faventino, et Johanni, Aquensi episcopis, apostolice sedis nuntiis. Salutem, etc. Dudum, cum vinea Domini Sabaoth, sancta videlicet Romana Ecclesia, ventrem suum doleret et amaritatis visceribus gravia emitteret suspiria, cogeretur ex eo quia filios uteri sui, quos enutriverat et de infimis erigens, ad culmina dignitatum extulerat, videlicet iniquitatis et perditionis alumnos Robertum, olim basilice duodecim Apostolorum, vulgariter dictum Gebennensem, Johannem, olim tituli sancti Marcelli, vulgariter dictum Ambianensem, Geraldum, olim tituli sancti Clementis, vulgariter dictum Maiorismonasterii presbiteros, et damnate memorie Petrum, sancti Eustachii diaconum cardinalem, conspiciebat ma[t]ris ubera spernere et a rectitudinis tramite deviare et non solum leges et monita materna despicere, sed eiusdem matris uterum, quantum in eis erat, viperinis conatibus laniare et inconsutilem Domini tunicam scindere satagentes, scandalorum et scismatum seminaria preparabant, et fame sue prodigi et honoris proprii persecutores effecti, non tantum seipsos nexibus peccatorum involvere, sed in reprobum sensum dati, etiam alios secum ad precipitium trahere conabantur, nos qui, divina favente clementia, predicte vinee solicitudinem et curam gerimus, adversus huiusmodi pretergredientes veritatis et recte fidei semitam et prevaricationis addentes ut eandem vineam demoliri valerent, in virtute Altissimi, de fratrum nostrorum [fl. 347v] consilio decrevimus exurgendum et contra ipsos et nonnullos alios, eis adherentes ac faventes, inferius nominatos, per infrascriptum modum, mediante iusticia,

A importância desta bula adquire significado especial, se a relacionarmos com as que Urbano VI dispensou ao duque de Lancastre para a guerra contra o monarca de Castela, precisa-

duximus procedendum. Siquidem, cum predicti nequam viri, nescientes in semitis iusticie dirigere gressus suos et timorem Dei pre oculis non habentes, contra nos conspirationes, colligationes et machinationes diversas facere et in Dei Ecclesia scisma et divisionem ponere ac civitatem nostram Anagniam et castrum sancti Angeli de Urbe et nonnulla alia castra et terras et loca, nobis et dicte Ecclesie subiecta, occupare et occupari facere seu illa occupantibus auxilium, consilium et favorem prebere presumpsissent ac presumerent, et insuper ut dictam civitatem et alias terras provincie nostre Campanie facilius occupare et occupata detinere ac alias ad consentiendum eorum iniquiis voluntatibus et operibus violenter attrahere possent, magnam multitudinem gentium armigerarum, que britones et vascones nuncupantur, ad dictas civitatem et provinciam venire fecissent et exinde quam plurima homicidia, sacrilegia, rapine, depopulationes et alia mala et damna et scelera fuissent secuta, nos qui salutem zelabamur illorum, sperantes ipsos ad cor reversuros et viam iusticie repetituros, eos per diversos probos prelatos et alios magne auctoritatis viros ac etiam per litteras nostras, iteratis vicibus, ut ad viam veritatis et iusticie redire et ab huiusmodi erroribus resipiscere vellent, duximus exhortandos ac etiam requirendos [fl. 348], sed prefati nequam viri in sua pertinat[i]a et superbia obstinati, post monitiones et exhortationes huiusmodi, contra nos, antea in Urbe per ipsos et alios, ad quos spectabat, in papam electos ac debitis et consuetis solemnitatibus observatis intronizatos ac publice coronatos, quos tanquam papam et summum pontificem in missarum solemniis et consistoriis publicis ac privatis consulendo et ordinando de statu Romane Ecclesie ac reipublice per plures menses tractaverant, recipiendo a nobis ecclesiastica sacramenta ac dignitates et beneficia ecclesiastica pro se et aliis a nobis impetrando, diversos libellos diffamatorios fecerunt et illos ad diversos prelatos et mundi principes transmiserunt, per quos asserebant nos non verum papam fore ac multa alia mala et enormia de nobis dicere presumpserunt et tandem in profundum descendentes malorum et cupientes sancte matris Ecclesie scindere unitatem, in civitate Fundorum cum quibusdam aliis, quos cum eorum machinationibus et diabolicis sugestionibus ad eorum impium propositum attraxerant, congregati in domo iniquitatis filii Honorati Gaytani, olim comitis Fundorum, cum ipsius Honorati auxilio et favore prefatum Robertum temere eligendo, antipapam fecerunt ipsumque ausu sacrilego papam nominare presumebant et presumunt ipseque Robertus se papam nominare ausu temerario non erubuit nec erubescit, tandem nos, nequentes absque gravi offensa Christi et remorsu conscientie tot et tantos excessus amplius tolerare, adversus prefatos celeratos viros [fl. 348v] in virtute Altissimi, de dictorum fratrum consilio, ut premittitur, duximus exurgendum et contra ipsos super premissis procedendum et eis ad hoc legitime citatis et aliis debitis iuris solemnitatibus observatis, per nostram diffinitivam sententiam decrevimus et declaravimus prefatos Robertum, Johannem, Geraldum et Petrum, olim cardinales, fuisse et esse scismaticos et apostatas et contra nos conspiratores et blasphemos et tanquam hereticos puniendos et reos criminis lese maiestatis ipsosque propter premissa excommunicatos et anathematizatos ac eos excommunicavimus et anathematizavimus ac ipsos incidisse in penas et sententias tam a iure quam ab homine in talia perpetrantes inflictas et promulgatas ac etiam in penas et sententias contentas in processibus felicis recordationis Johannis xxii et Clementis vi., Romanorum pontificum, predecessorum nostrorum, contra occupatores, invasores et turbatores terrarum Romane Ecclesie factas ac etiam declaravimus dictos Robertum, Johannem, Geraldum et Petrum, olim cardinales, fuisse et esse depositos et ipsos deposuimus a cardinalatibus dicte Romane Ecclesie et ab omni cardinalatus commodo et honore ipsosque omnibus honoribus, dignitatibus, prelaturis, personatibus et officiis ac beneficiis ecclesiasticis quibuscunque fuisse et esse privatos et fore ad illa inabiles, inhabilitavimus etiam ad habenda ac etiam declaravimus predictorum olim cardinalium bona mobilia et immobilia ac iura et iurisdictiones fuisse et esse confiscata et confiscavimus et personas [fl. 349] eorum detestabiles et infames fuisse et esse exponendas et exposuimus, a christifidelibus capiendas, ut sic capte, si absque earum fuga et evasionis periculo fieri posset, nobis indilate transmitterentur, alioquin in ar[c]tis carceribus detruderentur et sub fida custodia detinerentur, donec aliud super hoc mandaremus, credentes preterea receptatores, defensores et fautores eorum excommunicationis sententia innodavimus, absolutionem (!) ipsorum, preterquam in mortis articulo, Romano pontifici reservata. Et insuper decrevimus quod quicunque aliquem predictorum scienter presumerent ecclesiastice tradere sepulture, excommunicationis sententiam (!) subiacerent, a qua absolvi non possent, nisi prius propriis manibus extumularent et procul eicerent ab ecclesiastica sepultura corpora eorumdem, et subsequenter (Ms: *subsequentur*) districtius inhibuimus omnibus et singulis christifidelibus utriusque sexus, cuiuscunque status, ordinis, conditionis, dignitatis vel preeminentie existerent, etiam si regia, reginali, imperiali vel pontificali seu quavis alia dignitate prefulgerent, etiam si essent sancte Romane Ecclesie cardinales, ne in civitatibus, castris, terris, villis vel locis suis aliquem predictorum damnatorum scienter recipere seu eis ad illa additum prebere vel ad illa, in quibus predicti damnati

mente na mesma altura. A 21 de Março de 1383, pela Dum laudabilium, *depois de lembrar ter mandado pregar a cruzada contra o reino de Castela, nomeia-o capitão dos exércitos que se levanta-*

---

vel aliquis eorum habitarent vel moram traherent, blada, vinum, carnes, pannos, lingna, victualia, pecunias, merces, res vel quecunque alia ad eorum usum utilia portare, mittere vel deferre seu portari aut mitti vel differri [fl. 349v] facere presumerent nec per alios quoquo modo, si hoc prohibere possent, mitti, differri seu portari permitterent. Prohibuimus insuper ne quis aliquod impedimentum prestare auderet per se vel alium seu alios, publice vel occulte, directe vel indirecte, quominus predicti Robertus, Johannes, Geraldus et Petrus caperentur, detinerentur et ad nos transmitterentur, quinymmo omnibus christifidelibus districte precepimus quod ipsi et eorum quilibet prestarent eis qui eosdem capere seu captos detinere et ad nos transmittere vellent, oportunum auxilium, consilium et favorem, qui vero contra premissa vel aliquod premissorum facerent seu qui prefatum Robertum, qui se Clementem papam nominat, scienter papam nominarent vel ipsum pro papa tenerent vel predicarent, si persone singulares, excommunicationis, si vero communitas vel universitas essent, interdicti sententias incurrerent, et civitates et terre ipsorum communitatum et universitatum aliorum carerent commercio civitatum, terrarum atque locorum ac civitates ipse pontificali se noscerent dignitate privandas, et voluimus quod ab huiusmodi excommunicationis sententia nullus ab aliquo quam a Romano pontifice, preterquam in mortis articulo, posset absolvi et interdictum huiusmodi per alium quam per eundem Romanum pontificem relaxari valerent. Omnes insuper qui a prefato Roberto tanquam a Romano pontifice quascunque gracias et indulgentias, donationes, privilegia, dispensationes seu prelaturas, dignitates, personatus seu quevis alia beneficia vel officia ecclesiastica vel mundana per se aut per interpositam personam peterent seu etiam proprio motu oblata, donata seu concessa acceptarent seu reciperent, decrevimus fore inhabiles et inhabilitavimus [fl. 350] ad premissa et alia quevis beneficia ecclesiastica obtinenda et privavimus iam obtentis, et nichilominus, si persona foret singularis, excommunicationis, si vero civitas vel quevis universitas, interdicti incurrerent sententias eo ipso, a qua quidem excommunicationis sententia aliquis per alium quam per Romanum pontificem absolvi et interdictum huiusmodi relaxari ab aliis quam ab eodem pontifice non possent. Et subsequenter predictos processus aggravando, voluimus ac declaravimus quod omnes et singuli qui contra dictos processus blada, vinum, carnes, pannos, lingna, victualia, pecunias, merces vel quecunque alia bona ad dictorum damnatorum usum utilia ad civitates, castra vel loca, in quibus idem damnati residerent vel residebunt imposterum, seu que per ipsos vel ipsorum damnatorum nomine detinebantur tunc vel detinerentur inantea occupata, deferrent seu portarent impune una cum bonis, pecuniis ac aliis predictis capi possent et bona ac pecunie et alia supradicta fierent capientium, et nichilominus requisivimus et monuimus omnes et singulos, quancunque iurisdictionem ecclesiasticam vel mundanam habentes, eisque districte precipiendo mandavimus, ipsis in remissionem peccaminum iniungentes quatenus, sicut cupiebant haberi et reputari fideles, omnes et singulos quos reperire possent, aliquas litteras ad similitudinem litterarum apostolicarum bulla plumbea bullatas, sub nomine dicti Roberti antipape, qui se Clementem papam vii nominare presumit, portantes, super quo diligentem solicitudinem adhiberi voluimus et mandavimus capere seu capi facere et litteras ipsas ab eis arripere et quam cito commode possent ad nos destinare procurarent, et idem facere studerent de quibuscunque qui aliquas litteras prefatorum olim cardinalium, per nos ut premittitur [fl. 350v] damnatorum, seu eorum sequacium et adherentium et fautorum, sive littere ipse ab aliis mitterentur eisdem, sive per eos aliis destinarentur, et insuper capi voluimus et mandavimus omnes qui aliquas ambaxiatas predictis damnatis vel eorum sequacibus et fautoribus deferre presumerent, ipsosque omnibus iuris remediis ad detegendum et revelandum huiusmodi ambaxiatas decrevimus compellendos, invocato ad premissa, si opus esset, auxilio brachii secularis. Voluimus quoque quod huiusmodi litterarum et ambaxiatarum portitores, sic ut prefertur capti, si id fieri commode posset, ad nos sub fida custodia transmitterentur, alioquin eorum captio nobis intimaretur et ipsi captivi detinerentur, donec super hoc aliud daremus in mandatis. Illis autem qui circa executionem huiusmodi nostri mandati debitam diligentiam adhiberent, quotiens aliquos de huiusmodi portitoribus litterarum vel ambaxiatarum caperent et captos, si id fieri commode posset, ad nos transmitterent vel detinerent, ut prefertur, singulis vicibus, quibus hoc facerent, et vere penitentes et confessi forent, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum apostolorum eius Petri et Pauli auctoritate confisi, unum annum et quadraginta dies de iniunctis eis penitentiis misericorditer relaxavimus. Ceterum, quia, sicut displicenter acceperamus et evidencia facti demonstrabat, erant nonnulli principes et magnates et alii nobiles et potentes predicto antipape adherentes sibique et aliis per nos damnatis predictis, etiam post et contra dictos processus nostros dantes auxilium, consilium et favorem, nos attendentes quod nimis periculosum esset conversari seu participare cum huiusmodi hereticorum fautoribus, receptatoribus et defensoribus ac dantes auxilium, [fl. 351] consilium et favorem eisdem, omnes et singulos qui prefatis principibus et magnatibus vel aliis quibuslibet, etiam si regali aut reginali vel imperiali aut pontificali seu

rem para o extermínio de D. João, pretenso rei de Castela, pelo tempo que assim o entender o papa ([277 q]). *Noutra do mesmo dia 21 de Março de 1383, a* Decens censemus, *depois de referir*

quavis alia ecclesiastica vel mundana prefulgerent dignitate, dicto antipape adherentibus seu eisdem vel aliis damnatis predictis, dantibus auxilium, consilium vel favorem, subiecti de facto existerent seu eis vel eorum alicui iuramento, fidelitatis seu hominii aut alterius cuiuscunque obsequii debito vel submissione, obligatione aut pacto quomodolibet forent astricti vel obligati ipsisque districte precipiendo mandavimus ne eisdem principibus et magnatibus vel aliis quibuslibet, etiam si, ut predicitur, regali aut reginali vel imperiali ac pontificali dignitate prefulgerent, aliquatenus parerent seu obedirent vel intenderent. Nos enim eos omnes et singulos auctoritate apostolica ab huiusmodi iuramento et obligationibus ac fidelitate et aliis supradictis auctoritate apostolica absolvimus et decrevimus absolutos. Voluimus insuper et auctoritate predicta decrevimus quod omnes et singuli qui eisdem principibus seu magnatibus deinceps contra huiusmodi mandatum nostrum parerent seu obedirent, si persone singulares, excommunicationis, si vero communitates vel universitates aut collegia forent, interdicti sententias eo ipso incurrerent et eorum civitates, terre, castra et loca ecclesiastico subiacerent interdicto, quarum sententiarum absolutionem, preterquam in mortis articulo, et interdictorum relaxationem nobis vel successoribus nostris tantummodo reservavimus, prout in diversis nostris inde confectis litteris plenius continetur. Ne igitur tot et tantorum facinorum ac scelerum in divine maiestatis offensam et dicte Romane Ecclesie, matris cunctorum christifidelium [fl. 351v] et magistre, contumeliam et contemptum fideique catholice ac utilitatis rei publice detrimentum nequiter patratorum in succedentium temporum secula sine correctione debita, in multorum perniciem, memoria deferatur et ne prefati nequissimi viri, per nos ut prefertur damnati et a Deo reprobati, qui in suis heresibus persistere et excessus excessibus cumulare ac Ecclesie predicte pacem turbare et inter christifideles scisma, dissensiones ac scandala ponere cultumque christiane fidei, sine qua quispiam Deo placere nequid, quantum in eis est, depravare conantur, suos pravos et damnandos conceptus in partum producere possint, sed potius dextera Domini faciente virtutem viriliter obsistatur eisdem et ipsorum damnandi propositi executio elidatur, oportunis providere remediis cupientes, quia in hiis Dei et predicte Romane Ecclesie causam agi conspicimus, illam devote prosequentibus, decrevimus etiam spiritualibus auxiliis et presidiis assistendum ut causam ipsam eo ferventius prosequantur, quo exinde maioris retributionis merita se speraverint adepturos. Ideoque nos de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi, omnibus vere penitentibus et confessis, qui prefatos Robertum, antipapam, et alios damnatos ipsorumque complices, fautores, receptores atque credentes, quamdiu in huiusmodi scismate et extra Romane ecclesie gratiam perstiterint, in personis et sumptibus propriis, necnon et hiis qui in personis propriis, alienis tamen expensis, expugnabunt, et super hoc per annum, incipiendum a die quo vos vel alter vestrum duxerit ordinandum, continue vel interpolatim infra biennium, ex tunc complendum, in expugnatione huiusmodi laborabunt, Ecclesie sequendo vexillum, tam clericis quam laicis, [fl. 352] etiam eis insuper qui suis duntaxat expensis iuxta quantitates et facultates suas destinabunt vel vobis seu alteri per vos deputando ministrabunt sufficientia stipendia ut destinare valeatis ydoneos bellatores ad dictum tempus duraturos et bellaturos ibidem, illam concedimus veniam peccatorum, que concedi per eandem sedem proficiscentibus in Terre Sancte subsidium consuevit et in retributionem iustorum salutis eterne pollicemur augmentum, eos autem qui non per annum integrum, sed per ipsius anni partem in huiusmodi Dei servitio laborabunt, iuxta quantitatem laboris et devotionis affectum, participes esse volumus indulgentie supradicte; quod si forsan ipsorum aliquis post iter arreptum, in prosecutione dicti negotii ex hac luce migrari contigerit vel interim negotium ipsum congrua terminatione compleri, eos integre participes esse volumus et concedimus indulgentie memorate; huiusmodi etiam remissionis volumus esse participes, iuxta quantitatem subsidii et devotionis affectum, omnes qui ad expugnationem predictorum Roberti ac aliorum damnatorum ac sequacium aut fautorum ipsorum vobis vel alteri vestrum, quos propterea ad regnum Portugalie destinamus, vel deputando vel deputandis a vobis, de bonis suis congrue ministrabunt. Quocirca fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus per vos vel alium seu alios huiusmodi concessionem nostram in ecclesiis et locis predicti regni, quando et quotiens expedire videritis, solemniter publicantes et exponentes et per alios ad hoc ydoneos publicari et exponi facientes ut melius et clarius intelligatur ab omnibus in vulgari fideles Christi instantius et efficacius per verbum predicationis [fi. 352v] et alias prout expediens extiterit, inducere non postponatis, ut suscipientes cum reverentia signum crucis ipsumque suis humeris et cordibus affigentes, ad prosequendum huiusmodi causam Dei et Romane Ecclesie, ipsorum matris, viriliter se accingant, Nobis quicquit super predictis feceritis, per vestras litteras vel instrumenta publica, principium et finem presentium continentia, fideliter rescripturi. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, vi Idus Aprilis, pontificatus nostri anno quinto».

([277 q]) AV, Reg. Vat. 310, fls. 343-343v: «Urbanus, etc. Dilecto filio nobili viro Johanni, duci Lancas-

que tinha condenado D. João, pretenso rei de Castela, sequaz do antipapa Clemente VII, e proclamado a guerra santa contra ele, através da concessão das indulgências dos que iam em auxílio da Terra Santa, perante a disposição do duque de Lancastre de invadir os reinos de Castela, para defesa da catolicidade e derribamento do pretenso rei de Castela, a todos que tomassem parte nesse exército ou armada concedia a indulgência plenária ([277 r]). *É para frisar o facto de, no dia 8 de Abril de 1383, precisamente no mesmo dia da nomeação do bispo de Dax para pregar a cru-*

---

trie, pro nobis et Romane Ecclesie crucis vexillifero. Salutem, etc. Dum laudabilium tuorum consuetudinem operum, quam in te sic redegisse videtur Altissimus, quodammodo in naturam ut obsequiis sancte matris Ecclesie, cui tam prompte, tam fideliter obsecundas, tepescere nescias, sed in illis semper ardencius continua prosecutione fervescas, debita consideratione pensamus, dignum ducimus ut devotionem tuam congruis honoribus prosequamur. Hinc est quod nos fidei et devotionis constantiam quam tu et progenitores tui erga prefatam Ecclesiam cum grata exhibitione operum habuistis hactenus tuque habere assidue erga nos et eandem Ecclesiam non desistis, dignis laudibus efferentes tuamque volentes propterea honorare personam, cum in regnis Castelle et Legionis verbum crucis contra iniquitatis filium Johannem, qui pro rege Castelle et Legionis se gerere presumit, predicari mandaverimus, te usque ad nostrum beneplacitum huiusmodi crucis vexilliferum et gentium que ad eiusdem Johannis exterminium se accinxerint, capitaneum constituimus et etiam deputamus, Nobilitatem tuam attentius exhortantes ut honorem huiusmodi prompta devotione suscipiens, sic illum, magnanimitate et potentia tibi suffragantibus, solerter et fideliter exequaris, sic ipsius crucis [fl. 343v] et Ecclesie Romane vexilla in tuis vel tuorum manibus cum superne virtutis auxilio magnifice prodeant et erecta persistant, quod exinde preter divine retributionis magnifica premia ac humane laudis preconia nostram et humane (! *ler:* Romane) sedis benedictionem et gratiam uberius consequi merearis. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre constitutionis et deputationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se noverit incursurum. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno quinto». Publ. em CAESARIS BARONII, *Annales Ecclesiastici*, Paris, 1887, tom. 26, p. 446, e ANTÓNIO BRÁSIO, *Influência do Cisma Castelhano na solução da crise nacional de 1385*, com erros de transcrição e omissão de palavras, em *Lusitania Sacra*, 4 (1959) 114, *Documentos*, I, citando a publicação de César Barónio.

([277 r]) AV, Reg. 310, fls. 343v-344v: «Urbanus, etc. Ad futuram rei memoriam. Decens censemus et debitum ut hii qui pro defensione fidei christiane et statu ac honore sancte Romane Ecclesie fideliter elaborant, spiritualium carismatum dona exinde propensius assequantur. Dudum siquidem contra iniquitatis alumnos Robertum, olim basilice duodecim Apostolorum presbiterum cardinalem, nunc antipapam, qui se Clementem papam ausu temerario nominare presumit, et nonnullos alios, olim sancte Romane Ecclesie cardinales, primo, et subsequenter contra Johannem, qui se gerebat pro rege Castelle et Legionis [fl. 344] et quosdam alios hereticos et scismaticos certos processus fecimus, per quos eos tanquam hereticos ac scismaticos puniendos sententialiter condemnavimus et voluimus inter cetera quod omnes et singuli Christifideles qui, crucis assumpto caractere, se ad persequendum prefatum Johannem et alios per nos ut premittitur condemnatos, accingerent et illos pro posse persequerentur, illam haberent indulgentiam illoque privilegio essent muniti, que accedentibus in Terre Sancte subsidium per sedem apostolicam conceduntur, prout in diversis nostris inde confectis litteris in diversis mundi partibus publicatis hec et alia plenius et latius continentur. Cum autem, sicut nuper ex fidedignorum relatibus nobis innotuit, dilectus filius nobilis vir Johannes, dux Lancastrie, cum magna gentium armigerarum multitudine disposuerit et ordinaverit contra eundem Johannem, per nos ut prefertur damnatum, se accingere et pro defensione catholice fidei ac honore suo [et] statu Romane Ecclesie transfretare et ipsum Johannem damnatum et eius sequaces et fautores, magnanimitate et potentia sibi suffragantibus, viriliter invadere ac persequi intendat, Nos volentes quod illi qui ad huiusmodi pium et laudabile propositum dicti ducis exequendum dabunt opem et operam efficaces, eo libentius in huiusmodi Dei et sancte Romane Ecclesie, matris et magistre [fl. 344v] cunctorum, servitio se viriliter exerceant, quo exinde maius spirituale premium se speraverint adipisci, eiusdem ducis in hac parte supplicationibus inclinati, de ommipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi, omnibus et singulis, qui cum eodem duce vel de ipsius ordinatione seu mandato, signo crucis muniti, ad persequendum prefatum Johannem damnatum et eius complices ac fautores se accinxerint, eo ipso quod ad huiusmodi pium opus exequendum mare intraverint cum firmo proposito et vera intentione illud pro posse exequendi, si vere penitentes fuerint et confessi et eos in huiusmodi prosecutione negotii persistentes, ab

zada em Portugal, o papa Urbano VI pela Dudum contra iniquitatis alumnos, *a instâncias do duque de Lancastre, explicar em que consistia o privilégio e indulgência da Terra Santa, transcrevendo a bula do papa Inocêncio III sobre o assunto* (277 s).

A desigualdade das intervenções em Portugal entre as partes contendentes de ambas as obediências torna-se mais evidente ainda, se considerarmos, mesmo ao de leve, as intervenções de

---

hac luce migrare contigerit, plenam suorum concedimus auctoritate apostolica veniam peccatorum. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se noverit incursurum. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno quinto». Publicada por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956) 195-196, *Documentos*, n. XI, e também por P. ANTÓNIO BRÁSIO, *Influência do Cisma Castelhano na solução da crise nacional de 1385*, em *Lusitania Sacra*, 4 (1959) 115-116, *Documentos*, n. II, com erros de leitura e omissão de palavras. Apesar de citar César Baptista no início do artigo quanto à teoria medieval do poder pontifício, questão apenas aflorada nesse trabalho, que estuda sobretudo a história do cisma em Portugal, em relação com Castela, não o volta a citar, nem sequer quanto à publicação desta bula.

(277 s) AV, Reg. Vat. 310, fls. 345-346v: «Urbanus, etc. Ad futuram rei memoriam. Dudum contra iniquitatis alumnos Robertum, olim Basilice duodecim Apostolorum presbiterum cardinalem, nunc antipapam, qui se Clementem papam ausu temerario nominare presumit, et nonnullos alios, olim sancte Romane Ecclesie cardinales, primo, et subsequenter contra Johannem, qui se gerebat pro rege Castelle et Legionis, et quosdam alios de heresi ac scismate et aliis criminibus per nos damnatos, certos processus fecimus, per quos eos tamquam hereticos et scismaticos puniendos sententialiter condemnavimus ac voluimus inter cetera quod omnes et singuli christifideles, qui, crucis assumpto caractere, se ad persequendum prefatos Robertum e alios, per nos ut premittitur condemnatos, accingerent et illos pro posse persequerentur, illam haberent i^{t}dulgentiam illoque privilegio essent muniti, que accedentibus in Terre Sancte subsidium, per sedem aposto-l^{n}cam conceduntur, prout hec et alia in diversis nostris inde confectis litteris, in diversis mundi partibus p^{i}ublicatis, plenius et latius continentur. Cum autem, sicut nuper accepimus, dilectus filius nobilis vir Johannes, dux Lancastrie, multarum gentium armigerarum suffultus presidio, cum exercitu copioso, assumpto huiusmodi mirifice crucis caractere, magnanimitate ac potentia sibi suffragantibus, prefatum iniquitatis filium Johannem, per nos ut premittitur damnatum, ac eius fautores et sequaces viriliter ac potenter sub [fl. 345v] vexillo sacrosancte Romane Ecclesie, cuius vexillifer in partibus illis per nos deputatus est, invadere et persequi intendat, et a nonnullis qui eundem ducem ad persequendum prefatum Johannem damnatum comitari desiderant et nonnullis aliis ignoretur quid indulgentia vel privilegium huiusmodi contineant vel importent, Nos, eiusdem ducis supplicationibus inclinati, illa ex huiusmodi privilegiis et indulgentiis, que felicis recordationis Innocentius papa iii, predecessor noster, in constitutione per eum edita in generali Lateranensi concilio, que incipit Ad liberandam, in eius parte decisa continentur expresse et in ipsius integra in registris eiusdem predecessoris fecimus diligenter exquiri, presentibus duximus exprimenda, eiusdem predecessoris, prout expediri vidimus, verba sectando. Indulsit namque idem predecessor quod clerici Terre Sancte obsequiis insistendo, beneficia sua integre perciperent ac si essent in ecclesiis residentes et si necesse foret, ea pro ea parte temporis, quo huiusmodi negotio insisterent, pugnari obligare valerent quodque crucesignati a collectis vel talliis aliisque gravaminibus essent immunes ac ipsorum persone ac bona post crucem assumptam, sub beati Petri et Romani Pontificis protectione manerent, et quod omnes christifideles qui, crucis assumpto caractere, in Terre Sancte subsidium accederent, ipsi et eorum bona sub beati Petri et Romani Pontificis et (!) protectione [fl. 346] et sub episcoporum et archiepiscoporum ac omnium prelatorum Ecclesie Dei defensione consisterent, propriis ad hoc nichilominus protectoribus deputandis, ita ut, donec de ipsorum obitu vel reditu certissime cognosceretur, integra et quieta manerent, et si quispiam contra[ire] presumeret, censura ecclesiastica compesceretur. Si qui vero proficiscentium illuc ad prestandum usuras iuramento tenerentur astricti, creditores eorum ut remitterent eis prestitum iuramentum et ab usurarum exactione desisterent, eadem precepit districtione compelli, quod si quisque creditorum eos ad solutionem usurarum [obligare] contigerit, eum ad restitutionem earum simili cogi animadversione mandavit. Iudeos vero ad remittendum usuras per secularem potestatem compelli precepit et donec illas remitterent, ab universis christifidelibus per excommunicationis sententiam eis omnino communionem denegari mandavit. Hiis autem qui iudeis debita solvere requirent, mandavit ut principes seculares utili delatione providere deberent et quod post iter acceptum usquequo de ipsorum reditu vel obitu certissime cognosceretur, usurarum incommoda

Clemente VII em Castela nestes anos de 1382-1383, por meio de numerosas bulas, ao passo que — torno a repetir — os diplomas seus dirigidos a portugueses são praticamente nulos. Já vimos as importantes iniciativas e determinações quanto às galés para a guerra contra Urbano VI. Vejamos agora algumas disposições relativas ao reino de Castela e ao seu monarca, neste período, começando por referir algumas notas do contentamento na Cúria de Clemente VII pela notícia da declaração oficial de D. João, rei de Castela, em favor da obediência de Avinhão, depois da assembleia de Medina del Campo, em Maio de 1381.

A 30 de Maio de 1381, eram pagos dinheiros a Geraldino, cursor do papa, enviado com cartas deste ao duque de Bourges e ao conde de Armagnac sobre as novas da declaração feita pelo rei de Espanha a favor de Clemente VII e a Rogerino, cavaleiro de el-rei de França, enviado com cartas idênticas para o rei de França (277 t). *Ainda neste dia, Jaqueneto de Castrogalhardo, cursor do papa, recebia dinheiros para a viagem à cidade de Ravena e a lugares da Lombardia, com cartas de Clemente VII sobre as novas da declaração, sucedendo o mesmo com Francisco, servente de armas do papa, enviado com cartas do mesmo teor para os cardeais que se encontravam em Nice* (277 u). *No dia 31 de Maio de 1381, notícia de dinheiros para António de Sesena, cursor*

---

non incurrerent, compulsis iudeis proventus pignorum, quos interim perciperent, in sortem, deductis expensis necessariis, computare. Porro voluit quod ecclesiarum prelati qui in exhibenda iusticia crucesignatis et eorum familia (!) negligentes existerent, scirent se graviter puniendos. Et quia cursarii et pirrate minis impediebant subsidium huiusmodi, capiendo et spoliando transeuntes et redeuntes [fl. 346v], idem predecessor eos et principales adiutores et fautores eorum excommunicationis vinculo innodavit, sub interminatione anathematis, inhibendo ne quis cum eis scienter communicaret in aliquo venditionis vel emptionis contractu et iniungens rectoribus civitatum et locorum aliorum ut eos ab iniquitate huiusmodi revocarent atque compescerent. Alioquin, quia nolle perturbare perversos, nichil est aliud quam fovere, nec caret scrupulo societatis occulte qui manifesto facinori desinit obviare, in personas et terras eorum prefatus predecessor per ecclesiarum prelatos severitatem ecclesiasticam exerceri voluit et precepit. Preterea omnes qui huiusmodi laborem in propriis personis subirent et expensis, plenam suorum peccaminum, de quibus forent veraciter corde contriti et ore confessi, veniam consequerentur, illi vero qui non in propriis personis illuc accederent, sed in suis duntaxat expensis, iuxta facultatem et qualitatem suam, viros ydoneos destinarent, et illi similiter qui licet alienis expensis, in propriis tamen personis accederent, plenam suorum consequerentur veniam peccatorum. Huiusmodi quoque remissionis ipse predecessor participes esse voluit, iuxta quantitatem subsidii et devotionis affectum, omnes qui ad persecutionem huiusmodi scismaticorum et hereticorum, de bonis suis congrue ministrarent aut circa predicta consilium et auxilium impenderent oportunum. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre expressionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, bi Idus Aprilis, pontificatus nostri anno quinto». Publ. por ANTÓNIO BRÁSIO, *Influência do Cisma Castelhano na solução da crise nacional de 1385*, em *Lusitania Sacra*, 4 (1959) 116-118, *Documentos*, III, com muitos erros de leitura e omissões de palavras.

(277 t) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 102: «Die eadem [xxx Maii 1381], fuerunt soluti Gerardino, cursori domini nostri pape, misso ipsa die cum litteris domini nostri pape ad dominos ducem Bituricensem et comitem Armaniachi super novis declarationis facte pro domino nostro papa per dominum regem Ispanie, pro suis expensis faciendis, solvente in absentia Anthonii de Ponte Anthonio Francisci, iiii franchi. Valent iiii flor. camere, viii sol. Die eadem, fuerunt soluti Rogerino, equitatori domini regis Francie, misso ipsa die cum litteris domini nostri pape super novis declarationis facte pro eodem domino nostro papa per dominum regem Ispanie ad dominum regem Francie, videlicet Parisius, ubi debet esse in tribus diebus cum domino, pro suis expensis, solvente in absentia Anthonii de Ponte Anthonio Francisci predicto, xx franchi. Valent, computando ut supra, xxi flor. camere, xii sol.».

(277 u) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 102v: «Dicta die, xxx dicti mensis Maii [1381] fuerunt soluti Jaqueneto de Castrogalhardi, cursori domini nostri pape, misso ipsa die cum litteris domini nostri pape super novis facte declarationis predicte apud Civitatem Ravennat. et certa alia loca Lombardie, pro suis expensis faciendis, solvente in absentia Anthonii de Ponte Anthonio Francisci predicto, xxx flor. camere. Die eadem, fuerunt soluti Francisco, servienti armorum domini nostri pape, misso ipsa die cum litteris domini nostri pape super novis facte declarationis predicte apud Niciam, ad dominos cardinales ibidem existentes, ubi esse debet die sabbati proxime futura, pro suis expensis faciendis ...».

do papa, com letras semelhantes de Clemente VII à rainha de Sicília, para Hanequino de Gostpert, também cursor pontifício, com cartas ao cardeal de Aigrefeuill e ao duque de Áustria, para Villequeiro, com cartas do papa, dirigidas ao cardeal de Poitiers, condessa de Artois e conde de Flandres, e para Colardo, porteiro pontifício, com cartas, sempre do mesmo teor, para alguns lugares e nobres da cidade de Liège e das partes da actual Bélgica ([277 v]). *No dia 5 de Junho de 1381, eram entregues dinheiros a Sancho de Sarria, familiar do arcebispo de Saragoça, que o tinha enviado a Clemente VII com cartas suas sobre a declaração régia em favor do papa de Avinhão. A 8 do dito mês, outra notícia de dinheiros entregues por mandato do papa a Garcia Darse da diocese de Huesca, escudeiro do duque de Gerona, que enviava carta ao pontífice com certas novas. Finalmente, a 11 de Junho de 1381, eram entregues dinheiros a João de Claraval, cursor do papa e familiar do patriarca de Antioquia, o qual foi o primeiro a levar a Clemente VII as novas da declaração do monarca de Espanha* ([277 x]). *Ainda a notícia, a quatro de Setembro de 1381, de dinheiros pagos a Bernardo de Molinis, notário da tesouraria apostólica, por seis* vidimus *da declaração do rei de Espanha, e a Aimão Henrieti, procurador fiscal do papa, por doze* vidimus *e duas cópias da declaração do rei de Espanha, a favor de Clemente VII* ([277 y]). *E a 2 de Outubro de 1381 eram pagos a Guilherme Guido, cursor pontifício, certos dinheiros pela cera gasta para selar os* vidimus *da dita declaração, e a Roberto de Campelis para os gastos com os fios de seda para selar os tais* vidimus ([277 z]).

([277 v]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 102v-103: «Die ultima dicti mensis [Maii], fuerunt soluti Anthonio de Sesena, cursori domini nostri pape, misso ipsa die cum litteris domini nostri pape ad dominam reginam Sicilie super novis facte declarationis predicte, pro suis expensis faciendis ... Die eadem, fuerunt soluti Hanequino de Gostpert, domini nostri pape cursori, misso ipsa die cum litteris domini nostri pape super novis facte declarationis predicte ad dominum cardinalem de Agrifolio et dominum ducem Austrie, pro suis expensis faciendis ... Die eadem, fuerunt soluti Willequeiro, cursori domini nostri pape, qui mittitur cum litteris domini nostri pape ad dominum cardinalem Pictavensem, dominam comittissam Arthesii et dominum [fl. 103] comitem Flandrie super novis facte declarationis predicte, pro suis expensis faciendis ... Die eadem, fuerunt soluti Colardo [*espaço em branco*], ostiario minori domini nostri pape, qui mittitur per dictum dominum nostrum papam cum suis litteris super novis facte declarationis predicte ad certa loca et nobiles civitatis Leodicensis ac partium Hanonie et Barbantie, pro suis expensis faciendis ...».

([277 x]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 106v: «Die eadem [quinta mensis Junii 1381], fuerunt soluti de mandato domini nostri pape Sancio de Sarris, familiari domini archiepiscopi Cesaraugustani, qui venit ad dominum nostrum papam cum litteris dicti domini archiepiscopi, significantibus declarationem domini regis Ispanie esse factam pro domino nostro papa, pro dono sibi facto per dictum dominum nostrum, solvente in absentia Anthonii de Ponte Anthonio Francisci supradicto, C flor. Regine. Valent lxxxiii flor. camere, xxbi, sol.». Na fol. 106v: «Die viii dicti mensis [Junii 1381], fuerunt soluti, de mandato domini nostri pape, Garsie Darse Oscensis diocesis, scutifero et familiari domini ducis Gerundensis, per quem idem dictus dux certa nova scripserat domino nostro pape, pro dono sibi per dictum dominum nostrum papam facto ...». Na fol. 107: «Die xi dicti mensis [Junii 1381], fuerunt soluti de mandato domini nostri pape Johanni de Claravalle, cursori domini nostri pape et familiari domini episcopi Pensauriensis, qui portavit domino nostro primo nova de declaratione domini regis Ispanie, pro dono sibi facto per dictum dominum nostrum, solvente in absentia Anthonii de Ponte Anthonio Francisci supradicto, xl flor. camere. Valent xxxiiii flor. camere, viii sol.».

([277 y]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 128v: «Die eadem [quarta Septembris 1381], fuerunt soluti, Bernardo de Molinis, notario in thesauraria apostolica scribente, pro sex vidimus declarationis Ispanie per eum factis fieri, solvente Anthonio de Ponte supradicto, vii flor. curren. Valent vi flor. camere, xvi sol. Die eadem fuerunt soluti magistro Aymoni Henrieti, procuratori fiscali domini notri pape, pro xii vidimus et duabus copiis declarationis Ispanie per eum factis fieri, solvente Anthonio de Ponte supradicto, vii flor. curren. Valent vi flor. camere».

([277 z]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 354, fl. 134v: «Die eadem [ii Octobris 1381], fuerunt soluti magistro Guillelmo Guidonis, domini nostri pape cursori, pro quinque libris cere albe pro vidimus declarationis Ispanie

Omitindo outras concessões de ordem espiritual, vou referir uma ou outra bula de carácter ou feição política, do mês de Julho de 1383. A 11 deste mês e ano, Clemente VII reservava a colação dos mestrados de Santiago da Espada, de Calatrava e de Alcântara, durante a vida de el-rei D. João de Castela, pela Suscepti cura regiminis ([278]), *e pela* Solicitae considerationis *do mesmo dia encarregava o arcebispo de Toledo de dar a instituição canónica aos que o monarca apresentasse como mestres das ditas Ordens* ([278 a]). *A 14 de Julho de 1383, pela* Dum preclara, *dirigida ao monarca, depois de referir a exposição e pedido de D. João ao papa e aos cardeais, que necessitava de meios para continuar a defesa dos reinos e das igrejas e pessoas eclesiásticas e habitantes dos mesmos, concedia-lhe, por mais dois anos, a décima de todos os rendimentos eclesiásticos dos seus reinos e domínios, que anteriormente lhe tinha outorgado, visto estar a aproximar-se o fim do primeiro biénio* ([278 b]). *Dir-se-ia que, apesar dos tratados entre os monarcas de Portugal e de*

---

sigillandis, solvente Anthonio de Ponte supradicto, i flor. curren, xvi sol. Valent i floren. camere, xii sol. Die eadem, fuerunt soluti Roberto de Champellis pro vi duodenis cum dimidia cordonum de serico pro predictis vidimus sigillandis, solvente Anthonio predicto, i. flor. curren., xb sol. Valent i. flor. camere, xi sol.»

([278]) AV, Reg. Aven. 234, fl. 642: «Ad futuram rei memoriam. Suscepti cura regiminis ... Hinc est quod nos, cupientes sancti Jacobi de Spata, Calatrave et de Alcantara militiarum ordinum magisteriis, cum illa vacare contigerit, per apostolice sedis providentiam utiles et ydoneas presidere personas, provisiones ipsorum magisteriorum, quotiens illa, carissimo in Christo filio nostro Johanne, rege Castelle et Legionis illustre, in humanis agente, vacare contigerit, dispositioni et ordinationi nostre reservamus ... Nulli ergo, etc., nostre reservationis, inhibitionis et constitutionis infringere, etc. Datum apud Pontem Sorgie, Avinionensis diocesis, v Idus Julii, anno quinto».

([278 a]) AV, Reg. Aven. 234, fl. 642v: «Venerabili fratri archiepiscopo Toletano, salutem, etc. Solicite considerationis intuitum ... Cum itaque hodie provisiones magisteriorum sancti Jacobi de Spata, de Calatrava et de Alcantara militiarum ordinum, quotiens illa, carissimo in Christo filio nostro Johanne, Castelle et Legionis illustre, in humanis agente, vacare contingeret, ordinationi et dispositioni nostre specialiter reservaverimus ... Nos, cupientes eisdem ordinibus per apostolice sedis providentiam utiles et ydoneas presidere personas ac volentes eundem regem honorare et per honorem sibi exhibitum provideri, fraternitati tue ... per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus si dicta magisteria vacant ad presens vel cum illa, eodem Johanne rege in humanis agente, ut prefertur, simul vel successive vacare contigerit, tres personas ydoneas, quas idem rex tibi duxerit nominandas, etiam si una ex eis, illa videlicet quam eidem militie sancti Jacobi prefici contigerit, miles secularis et coniugatus extiterit, in fratres ipsarum militiarum auctoritate apostolica recipias eique iuxta dictarum militiarum ipsarum consuetudinem regularem habitum exhibeas et ab eis professionem, quam fratres dictarum militiarum emittere consueverunt, recipias et admittas et demum, postquam dicte persone habitum receperint et professionem huiusmodi emiserint, ut prefertur, personas ipsas vel alias tres personas militiarum ipsarum, ordines ipsos professas, quas etiam idem rex tibi duxerit nominandas, unam videlicet in sancti Jacobi et aliam in Calatrava et aliam ex personis predictis in de Alcantara militiarum predictarum magistros ... eadem auctoritate preficias eisque curam et administrationem magisteriorum eorumdem plenarie committas ac facias a suis subditis obedientiam et reverentiam debitas exhiberi ... Datum apud Pontem Sorgie, Avinionensis diocesis, v Idus Julii, anno quinto».

([278 b]) AV, Reg. Aven. 234, fls. 642-642v: «Carissimo in Christo filio Johanni, regi Castelle et Legionis illustri. Salutem, etc. Dum preclara tue devotionis ... Dudum siquidem pro parte tua coram nobis et venerabilibus fratribus nostris sancte Romane Ecclesie cardinalibus proposito quod pro defensione et tuitione tuorum Castelle et Legionis regnorum necnon ecclesiarum, ecclesiasticarumque personarum et incolarum dictorum regnorum magna te oportuerat et oportebat subire onera expensarum ac nobis humiliter supplicato ut tibi pro faciliori supportatione expensarum et onerum predictorum de aliquo decimarum vel aliorum ecclesiasticorum proventuum auxilio providere de benignitate apostolica dignaremur, Nos, considerantes quod defensio et tranquillitas dictorum regnorum non solum tua, sed etiam ecclesiarum et personarum ecclesiasticarum dictorum regnorum communia commoda concernebant, de dictorum fratrum consilio decimam omnium redditum et proventuum ecclesiasticorum in dictis regnis ac aliis terris tue ditioni subiectis consistentium, ad duos annos ex tunc in antea computandos, certis terminis et sub certis modis et conditionibus ab omnibus archiepiscopis et episcopis ceterisque personis ecclesiasticis quibuscunque, exemptis et non exemptis, dictorum regnorum et terrarum, quantacunque prefulgerent dignitate, seu cuiuscunque preeminentie, conditionis

Castela e do casamento deste com a Infante Dona Beatriz, filha de D. Fernando, rei de Portugal, realizado poucos meses antes, el-rei de Castela não estava muito confiante nem seguro das boas disposições do monarca português para com o papa de Avinhão e seu genro, rei de Castela...

Fernão Lopes diz que, em Agosto de 1382, se tratava secretamente entre el-rei D. Fernando e o monarca de Castela de desfazer o contrato com Inglaterra, de forma a Dona Beatriz casar com o infante de Castela, D. Fernando. Fizeram-se então as pazes, o que motivou a vinda do cardeal legado, D. Pedro de Luna, da parte de Clemente VII, a pedir ao monarca, em Rio Maior, voltasse à obediência do papa de Avinhão. El-rei D. Fernando teria chamado vários letrados, entre eles o Dr. Gil do Sem, Rui Lourenço, deão de Coimbra, e o Dr. João das Regras e terminaria por abraçar o partido de Clemente VII, contra a vontade da maioria dos letrados, e por mandar embaixada ao papa de Avinhão, com «Joham Gomçallvez seu privado, e o bispo de Lisboa Dom Martinho em duas gallees, a dar a obediemçia aaquel Papa Clemente». Estas as palavras referentes ao conselho ou assembleia com os letrados e o cardeal, dos fins do ano de 1382 ou, mais exactamente, de Fevereiro de 1383:

> *«Esto acabado, tornousse elRei Dom Fernando pera demtro do reino e mamdou as gemtes cada huuns pera seus logares e trouve a estrada de Rio mayor, pera viinr a Samtarem... Em esto veosse elRei a Rio mayor e estamdo alli per spaço de dias, chegou a el o cardeal Dom Pedro de Luna, da parte daquel que se chamava Clemente a pedir que lhe desse a obediemçia e tevesse por sua parte, assi como amte que vehessem os Imgreses. ElRei mandou chamar a Lixboa alguns leterados, assi como o Doutor Gil Dossem, e Rui Lourenço dayam de Coimbra e outros e o Doutor Joham das Regras com elles, que pouco avia que vehera do estudo de Bollonha, e depois dalguuns dias que elRei teve seu consselho, tornou a obediemçia aaquel Papa Clemente, com que amte tevera, muito porem comtra voomtade dalguuns e espeçiallmente do Doutor Joham das Regras, o qual dezia a elRei que mostraria per dereito que nom era verdadeiro Papa e emtom se partio Dom Pedro de Luna pera Avimhom e mandou elRei Joham Gomçallvez seu privado e o bispo de Lisboa Dom Martinho em duas gallees dar a obediemçia aaquel Papa Clemente»* ([278 c]).

---

aut status, religionis vel ordinis existerent, redditus et proventus ecclesiasticos in eisdem regnis et terris obtinentibus, preterquam a venerabilibus fratribus nostris sancte Romane Ecclesie cardinalibus monasteria, prioratus, dignitates, personatus, officia, canonicatus et prebendas ac quecunque, qualiacunque et quotcunque ecclesiastica beneficia in dictis regnis et terris obtinentibus et a dilectis filiis magistris, prioribus, preceptoribus, commendatoribus et fratribus Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani militiarum sancti Jacobi de Spata, Calatrave et de Alcantara, quos a prestatione et solutione decime huiusmodi exemptos esse volumus penitus et immunes, tibi per nostras litteras duximus concedendam, certis super hoc executoribus deputatis, prout in eisdem litteris plenius continetur. Cum autem, sicut nuper pro parte tua fuit propositum coram nobis, finis dictorum duorum annorum instare noscatur teque pro defensione et tuitione huiusmodi adhuc oporteat subire grandia expensarum onera, Nos, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, ex premissis et aliis certis causis pro parte tua nobis propositis moti pariter et inducti, concessionem huiusmodi usque ad biennium, a fine ipsorum duorum annorum computandum, sub modis, conditionibus et terminis predictis, auctoritate apostolica, de uberioris dono gratie prorogamus ac volumus quod dicti executores, etiam lapsis dictis duobus annis, huiusmodi biennio durante, ad executionem litterarum ipsarum procedere possint ac debeant iuxta eorum continentiam et tenorem. Non obstantibus omnibus que in dictis litteris voluimus non obstare. Nulli ergo, etc., nostre prorogationis et [fl. 642v] voluntatis infringere, etc. Datum apud Pontem Sorgie, Avinionensis diocesis, ii Idus Julii, anno quinto».

([278 c]) Cf. nota 269.

O nosso cronista embaralha um tanto os acontecimentos. É deveras estranho que não nos fale da embaixada do bispo de Lisboa, D. Martinho, e João Gonçalves, em Maio-Junho de 1380 e indique estes embaixadores como idos a Avinhão com duas galés prestar obediência a Clemente VII, agora nos fins de 1382. Há a coincidência de na embaixada de Maio-Junho de 1380 se encontrar também Aires Peres de Camões, escudeiro e patrão da galé de el-rei de Portugal (278 d). *E embora a consulta, digamos mesmo discussão, dos letrados portugueses se desse em Fevereiro de 1383, como dela são prova as alegações jurídicas de teólogos e juristas portugueses, ainda existentes, contra a tese do cardeal legado e a favor da legitimidade de Urbano VI, nomeadamente do Dr. Gil do Sem, Rui Lourenço, Mestre Lopo e Mestre Vicente, não penso el-rei D. Fernando abandonasse o papa de Roma, com solene declaração, para seguir o de Avinhão. É que os documentos atrás referidos dão-nos a entender que D. Fernando continuava a acatar as determinações de Urbano VI, inclusive entregando, a 7 de Setembro de 1382, a jurisdição civil da cidade de Braga ao arcebispo primaz, de acordo com a reintegração de D. Lourenço Vicente nos direitos ao arcebispado, decidida por Urbano VI. Além disso, bula de Bonifácio IX, a considerar mais à frente, com alusões a legado ou núncio de Urbano VI em Portugal, pelo menos logo nos princípios do reinado de D. João I, fala da passagem da obediência de Clemente VII para a de Urbano VI, da parte de el-rei D. Fernando, dando a entender que o monarca continuou a obedecer ao papa de Roma até ao fim. Houve, é certo, desentendimento com o referido Lopo Gomes de Lira, o qual, segundo queixas do arcebispo, o condenara a degredo e lhe roubava os bens, mas o monarca intervinha em favor de D. Lourenço, conforme carta de 8 de Janeiro de 1383, a anular quanto fizera o dito meirinho-mor: «Dom Fernando... A todallas justiças dos nossos Reinos que esta carta for mostrada, saude. Sabede que dom Lourenço, arcebispo de Braga, nos emvio dizer que Lopo Gomez de Lira, nosso vasallo, o degredou de nosa parte que ataa ix dias sse saisse fora da nosa terra e que lhe manda tomar os beens que ha e que lhe prendem seus homees. E que porem nos pedia por merçee e que lhe ouvesemos sobre ello Remedio. E nos veendo o que nos pedia e porque nos avemos o dicto degredo por nenhũu, teemos por bem e mandamos vos que nom prendades o dicto arçebispo nem lhe tomedes nenhũua cousa dos seus beens... Dante em Rio Maior, viii° dias de Janeiro. El Rei o mandou. Johanne Stevez a fez. Era de mil iiii.c e xxi annos. El Rey»* (278 e).

Na aludida reunião de letrados, convocada por el-rei, participaram, efectivamente, o Doutor Gil do Sem e o deão de Coimbra, Rui Lourenço, licenciado em direito canónico e bacharel em leis, conforme o que dela nos ficou em actas, talvez incompletas (é de estranhar a ausência de intervenções a favor de Clemente VII), mas nada se diz do Doutor João das Regras. Há também alegações de Frei Vicente de Lisboa, mestre em teologia, inquisidor nos reinos de Portugal e do Algarve, ofício estendido por Bonifácio IX a todos os reinos da Península por bula de 14 de Julho de 1401, o qual morria dentro de alguns meses (278 f).

(278 d) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 442-450, 453-455, 459-461.

(278 e) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fl. 53.

(278 f) Conhecemos Frei Vicente de Lisboa, estudante em Oxford, onde foi destinado a ler as Sentenças por ordem do capítulo geral dos Dominicanos de Bourges (Cf. EMDEN, A. B., *A biographical register of the University of Oxford to A. 1500*, Oxford, 1958, p. 1151, RUSSEL, P. E., *Medieval Portuguese Students at Oxford University, Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, I, Muenster, 1960, p. 187, *Monumenta Ordinis Predicatorum Historica*, VIII, p. 433). Em 1383 aparece como bacharel em teologia no convento de S. Domingos de Lisboa, juntamente com Frei Lopo de Lisboa, prior do mosteiro, a 18 de Agosto: *no Moesteiro de Sam Domingos dos pregadores no cabidoo do dicto Moesteiro, estando hi o honrrado frej Vicente de Lixboa, bachaler em theologia, e frej Antoninho de Lixboa, doctor, e frej Joham de Torres, doctor, e frej Joham Salgado ...* (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, vol. 7, n. 11). Bonifácio IX, por bula de 14 de Julho de 1401, dirigia-se-lhe como a Mestre em teologia ou *in sacra pagina* e inquisidor nos reinos de Portugal e do Algarve, estendendo

Mestre Frei Lopo Afonso de Lisboa, prior do convento dominicano de Lisboa e futuro provincial dos Dominicanos na Península, confirmado em Março de 1402 por Bonifá-

---

esse ofício de inquisidor a toda a Península, esperançado no fiel exercício de tal múnus: «Bonifacius, etc. Dilecto filio Vincentio de Ulixbona, ordinis fratrum Predicatorum professori. Salutem, etc. Inter solicitudines varias que nostris humeris incessanter incunbunt, illa potissime urget et excitat mentem nostram ut per nostre operationis ministerium de vinea Domini Sabaoth, cuius nobis, licet immeritis, est cura commissa, heretici qui velut vulpecule inter sarmenta latentes, eam conantur multipliciter demoliri, penitus extirpentur fidesque catholica, eradicatis protinus cunctis erroribus, prosperetur fortius et amplius dilatetur talesque ad id peragendum cupimus deputare personas, quarum honesta conversatio exemplum prebeat puritatis et erudita labia doctrinam prebeant salutarem. Hinc est quod nos, cupientes adversus pestem huiusmodi salubriter providere et sperantes quod tu [qui] in sacra pagina magister existis et quem dudum in Ispanie, Portugalie et Algarbii regnis huiusmodi pravitatis inquisitorem deputavimus ipsumque inquisitionis officium in huiusmodi regnis laudabiliter exercuisti, prout exerces ad presens, scies et poteris per tue diligentie et solicitudinis studium etiam de tota provintia Ispanie huiusmodi labem extirpare, te inquisitorem heretice pravitatis etiam in eadem provintia auctoritate apostolica constituimus et etiam deputamus, discretioni tue per apostolica scripta mandantes tibique in remissionem peccaminum districtius iniungentes quatinus in regnis et provintia predictis, omni timore postposito, predictum inquisitionis officium, prout hucusque illud in regnis predictis exercuisti, ut prefertur, et tanti negotii qualitas exigit, sub spe mercedis eterne sic efficaciter prosequi et exequi studeas diligenter ut per tue solicitudinis providentiam herbe, arbores, lapides, altaria et alia ad idolatriam pertinentia atque radix pravitatis eiusdem exinde penitus evellantur et dicta vinea, exterminatis eisdem vulpeculis, fructus afferat catholice puritatis, in huiusmodi negotio procedens tam secundum indulgentias et privilegia tam specialia quam generalia Bononie, Lombardie, Aragonie et Tholose ac in quibuscunque provintiis, regnis et civitatibus inquisitoribus huiusmodi auctoritate predicta deputatis seu officia inquisitionis eiusdem ab eadem sede concessa quam secundum canonicas sanctiones. Per huiusmodi autem deputationem de persona tua [fi. 208] in huiusmodi inquisitionis officio per nos factam, locorum Ordinariis et aliis inquisitoribus pravitatis eiusdem in illis partibus apostolica vel alia quavis auctoritate canonice deputatis quominus et ipsi huiusmodi inquisitionis officium super labe predicta, prout volunt dicte canonice sanctiones, exercere valeant necnon predictis vel aliis quibuscunque privilegiis, si qua sint eis a dicta sede concessa, nullum volumus preiudicium generari quodque quotiescunque huiusmodi inquisitionis officio te vacare contigerit, archiepiscopi et episcopi ceterique locorum Ordinarii tibi pro te tuisque familiaribus condecentes expensas facere teneantur, tibi nichilominus de uberioris dono gratie concedentes quod in dictis regnis et provintia inter scismaticos et hereticos huiusmodi ubilibet locorum conversari et coram ipsis missas et alia divina officia celebrare valeas quodque ab huiusmodi inquisitionis officio per quemcunque tui ordinis superiorem aut quemvis alium nequaquam amoveri valeas nisi a nobis super hoc specialiter habuerint in mandatis ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, secundo Idus Julii, anno duodecimo» (AV, Reg. Lat. 88, fls. 207v-208). Era professor de teologia, aliás como Frei Vasco Lourenço de Lisboa, talvez na Universidade de Lisboa. Consta de documento de 8 de Julho de 1401, pelo qual Frei Fernando de Trancoso, licenciado *in sacra pagina*, também dominicano e a estudar possivelmente em Bolonha, os nomeava seus procuradores na causa de apelação na Cúria Romana ou fora dela contra agravos recebidos do provincial Mestre Frei Lobo de Lisboa: «In Christi nomine amen. Anno nativitatis eiusdem millesimo quadringentesimo primo, die octava mensis Julii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifatii divina providentia pape noni anno xii. Religiosus vir frater Fernandus de Trancoso, in sacra pagina licentiatus, ordinis Predicatorum, sponte et ex certa scientia fecit, constituit et ordinavit reverendos viros magistros Vincentium et Valaschum Laurentii de Ulixbona provincie Ispanie, sacre pagine professores, dicti ordinis Predicatorum, ac Alfonsum Dominici, clericum Portuensem, absentes tamquam presentes et quemlibet eorum in solidum, ita quod occupantis conditio melior non existat et quod per unum ipsorum inceptum fuerit per alium mediari valeat, prosequi et finiri, suos veros et legitimos procuratores, actores, factores et certos nuntios speciales, specialiter et expresse ad prosequendum in Curia Romana et extra quamdam appellationem per ipsum fratrem Fernandum constituentem seu alium eius nomine interpositam a quibusdam gravaminibus contra eum illatis per fratrem Lupum de Ulixbona, asserentem se magistrum et provincialem Ispanie, coram suprascripto domino nostro papa seu eius auditoribus commissariis et generaliter coram quocumque iudice et officiali ecclesiastico vel seculari delegato vel subdelegato, dato vel dando, et super ipsa appellatione et dependentibus ab eisdem et pro ipsius appellationis prosecutione ad agendum et deffendendum, etc. Et cum potestate substituendi, etc. promict., etc. Sub obligatione omnium suorum bonorum, etc. Actum Bononie, in episcopali palatio, presen-

cio IX ([278 §]), *conforme identificação minha, aliás como aquela referente a Frei Vicente, também apresentou as suas observações à tese do cardeal. Há ainda as alegações da parte dos prelados portugueses, que precedem as do Doutor Gil do Sem, em nome dos Doutores, precedidas estas das do deão de Coimbra, em nome dos ouvidores ou inquiridores, deputados por el-rei, e as*

---

tibus fratre Corado Galii ordinis Predicatorum, Donino Johannis capistrario in c. s. Aghate, Johanne quondam Martini de Duiolo, notario Boñ, et Raynerio Benedicti, nuntio Curie episcopalis Boñ, testibus, etc.» (ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani*, busta 2, n. 302). Morreu em 1401 ou 1402, segundo bula de 1 de Fevereiro de 1402, porque Bonifácio IX, precisamente por morte dele Vicente de Lisboa, dominicano e inquisidor na Península, determinava que o provincial pudesse, no futuro, nomear inquisidor para a Península: «Bonifatius, episcopus, servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Sedis apostolice providentia ... Cum itaque, sicut accepimus, quondam Vincentius de Ulixbona, ordinis fratrum Predicatorum professor, olim in provintia Hispanie inquisitor heretice pravitatis, per dictam sedem deputatus, extra Romanam Curiam fuerit vita functus, Nos affectantes ad huiusmodi negotium fidei ibidem efficaciter promovendum, continue talem deputare personam, cuius honesta conversatio exempla tribuat puritatis eiusque labia erudita doctrinam fundant sapientie salutaris ut eius ministerio omne sarmentum exinde labis huiusmodi expurgetur, auctoritate apostolica, tenore presentium, ex certa scientia statuimus et etiam ordinamus quod ex nunc et de cetero perpetuis futuris temporibus provincialis provincie Hispanie secundum morem predicti ordinis, qui nunc est et pro tempore fuerit, ibidem inquisitorem heretice pravitatis huiusmodi, prout ei secundum Deum visum fuerit expedire, auctoritate apostolica, quotiens expedierit, deputare ac huiusmodi deputatum, si et quotiens sibi videbitur, ab huiusmodi officio amovere et alium loco sui surrogare ac etiam inquisitionis officium huiusmodi, quotiens sibi placuerit, tam in presentia quam in absentia deputati huiusmodi pro tempore exercere possit et debeat ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Kalendis Februarii, anno tertiodecimo» (AV, Reg. Lat. 104, fl. 96, ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, B 46-13, docum. n. 9). O facto de Frei Vicente de Lisboa ser ainda bacharel em teologia será obstáculo à identificação? Será esse Frei Vicente de Lisboa a mesma pessoa que o inquisidor e mestre em teologia de 1401? É assunto a esclarecer, mas afigura-se-me que a identificação do autor do parecer com Frei Vicente de Lisboa tenha os seus foros de probabilidade.

([278 §]) Em bula de 7 de Março de 1402, Bonifácio IX dirigia-se a Frei Lopo Afonso, prior provincial dos Dominicanos da província de Espanha e mestre em teologia, confirmando-o no ofício de provincial, apesar de no capítulo geral, recentemente celebrado, terem alguns frades apresentado artigos contra ele, como filho ilegítimo e usurpador de poderes, quando fora prior da casa de Lisboa: «Bonifacius, etc. Dilecto filio Lupo Alfonsi, priori provinciali ordinis fratrum Predicatorum provincie Ispanie secundum morem eiusdem ordinis, in sacra theologia magistro, Salutem, etc. ... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod olim provincialatus officio ordinis fratrum Predicatorum provincie Ispanie secundum morem dicti ordinis prioris provincialis regimine destituto, tu per illos, ad quos huiusmodi prioris spectat electio, in priorem provincialem eiusdem provincie fuisti electus, et licet tu provincialatus officium huiusmodi per plura tempora laudabiliter exercuisses et etiam exerceres, quidam tamen tibi adversantes, eiusdem ordinis professores, in capitulo generali predicti ordinis novissime celebrato, dilectis filiis presidenti et diffinitoribus eiusdem capituli quosdam articulos, non tamen te accusando, sed per modum denuntiationis contra te exhibuerunt, inter alia in effectu continentes te spurium et de damnato ortu ex quodam religioso ordinis sancti Augustini professore fore procreatum ... teque dum officium prioratus domus Ulixbonensis dicti ordinis Predicatorum exerceres, infra septa eiusdem domus in personam cuiusdam laici sarraceni ac famuli et servi dicti loci homicidii reatum inhumaniter perpetrasti ac in nonnullos ex fratribus dicti ordinis Predicatorum, nulla canonica monitione premissa, excommunicationis sententiam protulisses ... teque ad huiusmodi provincialatus officium restituere et de novo deputare de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur premissorum omnium tenorem et statum habentes presentibus pro sufficienter expressis et specificatis, et causam super predictis coram ipso magistro generali sic pendentem ad nos auctoritate apostolica advocantes attendentesque quod dictum [fl. 97] provincialatus officium per nonnulla tempora laudabiliter gubernasti et rexisti ... electionem predictam de persona tua ut premittitur factam ... auctoritate apostolica, tenore presentium, ex certa scientia ratificamus et etiam approbamus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Nonis Martii, anno tertiodecimo» (AV, Reg. Lat. 104, fls. 96v-97). A 12 de Março de 1402, Bonifácio IX dirigia-se a ele *Lupo, priori provinciali provincie Ispanie secundum morem ordinis Predicatorum et priori et conventui domus Elborensis ac Laurentio Reganhado, fratri dicti ordinis, in sacra theologia magistro*, concedendo a faculdade para erigirem um convento de dominicanas na cidade de Évora (AV, Reg. Lat. 104, fls. 103-103v).

Alegationes Vicen., *se é que a leitura está certa, pois poderia ler-se também* Allegationes Licen. *Na primeira hipótese, poderia identificar-se o autor com o reitor da Universidade de Lisboa, o arcediago de Viseu, de nome João, jurista, do rol de súplicas da universidade, com data antecipada de Novembro de 1378, mas, em verdade, posterior a Fevereiro de 1380* ([278 h]). *Penso, contudo, tratar-se, no caso, de alegações do bispo de Viseu, o qual, segundo se viu atrás, era um dos indigitados, juntamente com o deão de Coimbra, D. Rui Lourenço, para ir obter informações, em nome de el-rei, a fim de este e seu conselho e os prelados portugueses se poderem decidir sobre a qual papa obedecer, conforme o teor da carta de 3 de Dezembro de 1379 ao rei de Castela.*

As actas ou parte restante delas abrem com a dita arenga pelo cardeal de Aragão, D. Pedro de Luna, da parte do colégio dos cardeais, a favor de Clemente VII, em Santarém, na presença do conselho de el-rei de Portugal. Começa o legado por esclarecer que o discurso se dirige sobretudo aos que tinham sido encarregados pelo monarca de inquirir sobre os acontecimentos do cisma. Serviram de tema as palavras da Escritura Vere scio quod non sit alius, *passo da epístola da missa do dia dessa reunião. Propunha-se tratar do assunto em três partes, correspondentes a outras tantas interrogações ou dúvidas dos ouvidores régios, encarregados da inquirição. Era a primeira sobre o caso apresentado pelo cardeal ou seja se os factos ou acontecimentos o confirmavam. A resposta resumia-a ele no conhecimento que tinha de quanto sucedera. A segunda dizia respeito ao zelo ou intenções, que não era obstinado nem ofuscado, visto procurarem a verdade e não o erro. Quanto à terceira, a saber, se o papa do seu partido foi justamente promovido à cátedra de Pedro, afirma saber de verdade que não há outro papa senão Clemente VII. Outros casos ou narrações diferentes quanto*

Temos um indício de que ele era efectivamente o Frei Lopo que participou e falou na assembleia de Santarém, a refutar os argumentos do cardeal D. Pedro de Luna em documento de el-rei D. Fernando, passado em Rio Maior, a 5 de Março de 1383, mandando dar-lhe, todos os anos, pano para um hábito, a ele que era prior do mosteiro de S. Domingos de Lisboa: «Dom Fernando, pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A vos dom Jhuda, noso tesoureiro, e a Lourenço Perez, scripvam do noso tesoiro, saude. Mandamosvos que logo vista esta carta, sem outra detença nenhũa, dedes a ffrey Lopo, priol do mº de sam Domingos de Lixboa, hũa peça de pano de Londres da marca grande, convem a saber a meatade branco e a meatade preto, e que esso meesmo lhe dedes daqui em deante em cada hũu ano, em quanto nosa merçee for, a dicta peça de pano de marca grande pella guisa que dicto he e lhe nom ponhades sobre ello outro nenhũu embargo, qualquer mandado ou deffesa que de nos ajades em contrairo desto per qualquer guisa que seia, por quanto nosa merçee he que el tenha de nos em prestemo em cada hũu ano daqui em deante a dicta peça de pano por esmolla, como dicto he. E vos scripvam assi o screpvede em noso livro e Regestade el em sta carta pera rrecadardes della em todos, unde al nom façades; e o dicto frey Lopo colha esta carta. Dante em Rio Mayor, v dias de Março. El Rei o mandou. Johane Stevez a fez. Era de mil e iiii.c e xxi anos. Outrosy vos mandamos que se nom teverdes pano, que o conpredes logo e lho dedes pella guisa que dicto he» (ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fl. 50v). Eis alguns frades do mosteiro de S. Domingos de Lisboa em 15 de Janeiro de 1390, quando era prior Frei Lopo: «... na Era de mill quatroçentos viinte e oito anos, quinze dias de Janeiro, no cabidoo do moesteiro de sam Domingos da muy noble leal cidade de Lixboa, seendo no dicto logo os honrrados *religiosos frey Lopo, prior do dicto moesteiro, frey Vicente, bacheler em theologia, e frey Joham de Torres, frey Pero Rodriguez, frey Antoninho, doctores, frey Antoninho Martinz, frey Dilleixim o, frey Joham de Teixeira e outros muytos freires professos* e convento do dicto mosteiro chamados ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 33, n. 48) Era já prior do mosteiro de S. Domingos de Lisboa em 1380, conforme documento de 15 de Fevereiro de 1380 (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, vol. 7, n. 1. Cf. FREI ANTÓNIO DO ROSÁRIO DE SOUSA CARVALHO, OP, *Protecção de Santa Maria da Escada*, em *De primordiis cultus Mariani*, vol. VI, Romae, 1970, p. 388). Figura também, como dissemos na nota precedente, no ano de 1383, nessa qualidade, em documento de 18 de Agosto de 1383 (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, vol. 7. n. 11, em FREI ANTÓNIO DO ROSÁRIO, *loc. cit.*, p. 389). Recordo que em 1391 o capítulo geral de Ferrara destinava Frei Lopo Afonso ao convento de Tolosa para ler as Sentenças (*Monumenta Ordinis Predicatorum Historica*, VII, p. 52).

([278 h]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 98, 101-102.

aos acontecimentos teriam sido fabricados na sombra e com astúcia, enquanto este dos cardeais tinha sido ordenado com toda a pureza e sinceridade, de harmonia com o que viram e ouviram. Ao fazê-lo, os purpurados procederam com pureza de intenções, excluída qualquer perfídia ou malícia.

Era dúvida sugerida pelos inquiridores régios se os católicos, filhos da Igreja, estavam obrigados a crer no colégio dos cardeais quanto às afirmações contidas no caso, subscritas e seladas por eles próprios. Ele cardeal estava ali para defender a tese afirmativa como verdade de fé católica. Para o provar, valer-se-á sobretudo de argumentos da Escritura e autoridades do direito canónico.

Começa por enunciar como premissa a sentença evangélica, apostólica e eclesiástica de que a verdade se prova pelo testemunho de duas ou três pessoas. Por isso, não se devem pôr em dúvida as afirmações dos cardeais, mais precisamente de todo o colégio cardinalício. Para ele, portanto, o fundo da questão residia em saber se qualquer cristão estava obrigado a acreditar no testemunho do sacro colégio ou, de algum modo, poderia pôr em dúvida quanto por eles era proclamado. Pedro de Luna, destinado, naturalmente, a defender esta obrigação, declara ir basear-se em razões claras e estabelece o princípio, como necessário para a salvação, de que ao colégio cardinalício, no exercício das suas funções, em lugar de Cristo e com autoridade da Igreja universal, devem os católicos obediência e obséquio. A provar tal asserção, alega muitos passos e autoridades do direito canónico e bem assim interpretações de canonistas, como Lourenço, Inocêncio IV, Ostiense e João André. Numa palavra, Cristo confiou aos apóstolos e sucessores continuassem a Sua missão através do único corpo místico, que é a Igreja, no qual cada ministro, membro da mesma, exercesse o próprio ofício: Pedro e os papas, seus sucessores, como cabeça, e os demais, segundo o grau do ofício, sem que a alguém seja lícito ocupar o lugar de outrem. Desta tese, comprovada por vários cânones do direito, infere que, para se salvarem, todos os católicos estão obrigados a seguir a doutrina e determinações do colégio cardinalício quanto à verdade sobre o papa, vigário de Cristo, já que ao sacro colégio, por autoridade do ofício público que exercem os cardeais, se deve, neste caso, adesão simples. E vai então provar como, por várias razões, cada cristão está obrigado, por necessidade de salvação, a acreditar no que os cardeais dizem no caso entregue pelo legado.

Em primeiro lugar, tem de se acreditar nos cardeais, em virtude da autoridade de estado, ofício e dignidade, de que estão revestidos. Em razão da autoridade de estado, porque, segundo preceito do Senhor no Deuteronómio, os fiéis devem recorrer e seguir, em determinadas questões, aos sacerdotes da tribo de Levi, que são tipo ou figura dos cardeais, conforme o direito canónico. Assim, neste doloroso cisma, entre duas partes a contender sobre o papado, o juízo pertence aos cardeais e a sentença que eles proferirem, devem segui-la todos os católicos, conforme ensina Frei Álvaro Pais, bispo de Silves, na obra De Statu et Planctu Ecclesiae. *E na verdade, como qualquer cristão tinha de crer nos apóstolos, ao atestarem que Jesus é Filho de Deus, assim também hoje devem os católicos acreditar nos cardeais, ao atestarem quem seja o Seu vigário. A primeira afirmação prova-a com vários passos escriturísticos, bem como pelo direito e seus intérpretes, os doutores. A outra, decorrente da primeira, di-la certa, visto os cardeais serem os sucessores dos apóstolos, no desempenho deste seu ofício, enquanto, segundo consta das autoridades do direito canónico, acompanham individualmente o papa e o ajudam e assistem no desempenho do próprio ofício.*

Quanto à autoridade do ofício, o colégio cardinalício tem o ónus, recebido da Igreja universal, de criar o papa por meio de eleição canónica e por isso todos os católicos devem acreditar neles, quando afirmam terem eleito canonicamente algum papa. Que seja da competência deles esse poder da eleição canónica, foi estabelecido e declarado por quatro concílios gerais: de Latrão, no pontificado de Nicolau II, também de Latrão, no pontificado de Alexandre III, de Lião, no pontificado de Gregório X, e de Viena, no pontificado de Clemente V. Assim também o determina o direito das Decretais e ensinam os autores, como o Compostelano e João André. Esta também a fé e tradição de toda a Igreja que sempre assim procedeu, segundo consta das crónicas. No caso de cisma,

sempre saiu vencedor e foi aceite por toda a Igreja como verdadeiro papa o declarado tal pelo colégio cardinalício, mesmo quando alguns, mas poucos, cardeais seguiram o papa intruso.

Em razão da autoridade decorrente da dignidade, é privilégio dos cardeais que às suas asserções se preste fé, sem necessidade do juramento, com base em cânones do direito canónico e exposição dos canonistas Inocêncio IV e João André. Se, portanto, devemos crer nas afirmações dos cardeais, sem necessidade de juramento, muito mais se deve acreditar em tantos e tais purpurados e nas suas afirmações juradas sobre o papa e respectiva eleição.

Em segundo lugar, há obrigação de crer nos cardeais, ponderada a espécie de verdade da notícia, pois as asserções do sacro colégio constituem notícia, a significar conhecimento mais pleno da verdade, consideradas as três espécies de acontecimentos durante a eleição, extrínsecos uns, enquanto ocorridos em Roma, outros intrínsecos, passados no conclave e, finalmente, ocultos outros, por dependerem da intenção e serem, por isso, conhecidos apenas por cada um dos cardeais. No tocante aos actos extrínsecos, tiveram maior certeza da verdade, porque, segundo o direito, é de presumir tenham maior conhecimento da verdade os interessados no caso, pelo que a seu testemunho deve dar-se maior importância nos tribunais. Ora aos purpurados interessava mais que a ninguém saber a verdade quanto à pressão e violência exercida e informar-se junto dos que a conheciam sobre todos os acontecimentos, nomeadamente das ameaças e terrores públicos e ocultos, que a eles diziam respeito. Relativamente aos intrínsecos, sucedidos no conclave, melhor que ninguém ou mesmo só eles podiam conhecer a verdade. Com efeito, quanto se faz em capítulo só pelos do capítulo pode ser provado, a teor do direito. Na rejeição de documento público, autenticado por selos individuais, valem os depoimentos próprios quanto ao operado por eles ou entre eles. Por conseguinte, devemo-nos ater, no caso, às afirmações do colégio cardinalício, mesmo em prejuízo de qualquer documento em contrário. Finalmente, só aos cardeais se deve dar crédito quanto aos actos ocultos, resultado da mente de cada um, como são a intenção, medo ou liberdade, por eles explicitados com juramento.

Em último lugar, por três razões se deve acreditar nos cardeais, do ponto de vista da necessidade do direito, ou seja por exigência do poder de execução concedido, da certeza de fé e da relação dos opostos. Pela necessidade ou exigência da execução do próprio poder, ao colégio cabe o recurso ao auxílio do braço secular, para remover da cátedra de Pedro quem denunciarem como ilegítimo ocupante do papado, por ter sido eleito à força. Por isso necessariamente se lhes deve prestar fé quanto à intromissão e ocupação do papado. Ambas as proposições são comprovadas pelo direito e referidas pelo Ostiense e João André. Prova-se pela necessidade da certeza da fé que há-de prevalecer a afirmação dos cardeais, porque, se, neste ponto, devêssemos crer em todos os informadores e houvesse várias e diferentes informações, forçosamente teria de haver diferentes atitudes dos que aceitassem um ou outro papa, contra a certeza e unidade da fé, em virtude da qual todos devemos crer num só verdadeiro papa como artigo de fé, por exigência ou necessidade de salvação, assim como cremos na Igreja una, santa e católica, segundo ensina S. Tomás e o Mestre das Sentenças, Pedro Lombardo. Quanto à necessidade da relação dos opostos, devemos crer nas declarações dos cardeais, porque, assim como se deve acreditar que eles elegem o verdadeiro papa por eleição canónica, assim também devemos acreditar neles ao afirmarem que não elegeram verdadeiro papa. É que, segundo o filósofo, existe a mesma disciplina e notícia para os contrários ou coisas opostas.

Por último, a provar que o povo cristão deve acreditar nos cardeais, por necessidade ou exigência de salvação, refere duas histórias autênticas ou exemplos de papa intruso, um eleito depois da morte do papa Estêvão, por constrangimento infligido aos cardeais, até que, bem esclarecidos por Ildebrando, futuro papa Gregório VII, o expulsaram da sé apostólica, com auxílio do braço secular, e outro da intromissão do irmão de Constantino:

«Arenga ex parte sacri collegii dominorum cardinalium et pro domino Clemente papa vii., facta apud Sanctam Arenam, in presentia consilii domini regis Portugalie, per dominum Petrum de Luna, cardinalem Aragonensem, apostolice sedis legatum.

Venerabiles patres et fratres karissimi, hic stantes, non omnibus quid loquor atque vera et iusta, Deo teste, opto persuadere, si valeo, sed hiis precipue verba dirigo, quibus fides regia instantis negotii arduam inquisitionem commisit, quia, sicut per verba, ab uno ex vobis dominis predictis audictoribus, sed in personam omnium dicta, percipio, quinymo et rey geste natura expostulat, in hac prima dicta qua hic adiurati super materia occurrentis scismatis, qui partes quodammodo videmur defendere propulsamur, tria, ut leviter possum concipere, sunt, de quibus brevis sermo a nobis exquiritur in presenti: de casu, de zelo, de vero, pro quorum aliquali discursu, etsi minus ordinate quam deceat, excuset me actus quodammodo improvisus, quin potius et locus et tempus, que non requirunt accuratum ordinem proponendi, ut tamen super aliquali scripture fundamento edisseram queque predixi. Occurrerunt verba non propria, set autentica, que nobis sancta, de qua agitur, Romana Ecclesia representat in causa quam secundum eius ordinem legimus in epistula hodierna, et sunt ista: Vere scio quod non sit alius.

Originaliter est Regum ii. c. [5] (a) *et istoria transumpti i. q. i. Iudices, in fine* (b), *et c. Cito turpem* (c) *et c. Reperiuntur* (d), *§ Quia ergo* (e). *Quoniam igitur, ut supra tetigi, a predictis dominis audictoribus ex commissione et precepto regio de casu petitur, de zelo agitur, de vero queritur, possunt michi per eos tria proponi dubia, quin potius iam videntur proposita in effectu, iuxta tripartitam materiam quam premisi. Et primo per eos petitur an casus, quem tradimus, sit facto confirmatus, cui ego respondeo per primam partem thematis, quia vere scio; secundo ab eis agitur an zelo, quem gerimus, sit male obscuratus (!); quibus respondeo, addendo secundam partem thematis: vere scio quod non; tertio per ipsos queritur an papa, quem dicimus, sit iuste sublimatus; quibus ego respondeo, alias addendo tertiam partem thematis: Vere scio quod non sit alius.*

Respondens igitur, dixi, referendo me ad primam partem thematis, [*fl. 99v*] *quod vere scio, quia casum, quem tradimus, sic cum facto confortamus, ut accedat illud quod habetur Actu. x.: Scio enim et confido in Domino Ihesu quia nichil* [*manducavi*] *«commune id est immundum»* (f), *per ipsum scilicet casum, quem tradimus in presenti; «quod enim scimus loquimur et quod vidimus hoc testamur», Jo. 3°* (g). *Respondens dixi, referendo me ad secundam partem thematis: quia vere scio quod non sit zelus in nobis obstinatus (!). Novimus enim quod Sapientie i. c. admonemur: «Nolite zelare mortem in errore vite vestre nec acquiratis perditionem in operibus manuum vestrarum»* (h), *quia, secundum apostolum, carnales se ostendunt, qui zelo et contentionibus gloriantur, i. ad Corinthios, 3.°* (i). *Res-*

(a) 2 Reg. (Vulgata: 4 Reg.) 5, 15.

(b) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 1, quaestio 1, c. 23 *(Duces* ou *Iudices)*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 368.

(c) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 1, quaestio 1, c. 16, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 362.

(d) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 1, quaestio 1, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iurius Canonici*, I, col. 359.

(e) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 1, quaestio 1, *dictum ante* c. 17, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 362.

(f) Act. 10, 14. No ms.: *Ad Rom., ix*, mas erroneamente.

(g) Joan. 3, 11.

(h) Sap. 1, 12.

(i) 1 ad Cor. 3, 2-3.

pondens dixi, referendo me ad tertiam partem thematis: quia vere scio quod non sit alius papa de iure sublimatus, nisi dominus noster Clemens; pro concor. accedat illud quod habetur Jone 4°. (j) *Scio enim quod tu Clemens es, scilicet verus papa, et ii° Paralipo.: zelo clemens est dominus, etc.* (k).

Set adhuc dico, resumendo in responsione qualibet totum thema, cum, si noster casus est rectus, quia vere scio quod non est alius, per quod concluduntur casus fabricati in angulis sine veritate, casus variati a singulis sine auctoritate, casus premitati ab emulis ex malignitate, sed noster non talis, nam per cardinales, sacrosanctum collegium Romane Ecclesie facientes, pure et sincere ordinatus; «nullus enim sermonis nostri testis est absque Deo», Gen. 31 (l). *«Quod enim vidimus annuntiamus vobis, ut et vos societatem habeatis nobiscum et societas nostra sit cum patre», 1 Jo., 1°* (m). *Set adhuc dico cum de tertio queritur: Si noster zelus est purus, quia vere scio quod non sit alius, per quod excluditur zelus inflamatus ad comicia, zelus obscuratus in perfidia, zelus machinatus cum malitia, sed zelus noster non talis, quia «zelus domus Dei comedit nos», Psal.* (n); *«zelo enim zelatus sum pro Domino exercituum, quia dereliquerunt pactum Domini filii Israelis», 3. Regum, 19 c.* (o). *Sed adhuc dico, cum de tertio queritur: Si noster papa est verus, scilicet dominus Clemens, quia vero scio quod non sit alius, per quod excluditur quicunque alius, qui pro tali predicatur, quia hunc non elegit Dominus, Leviti. (!) xvi°* (p). *Hoc autem deducitur ex facti veritate, que modo comprobabitur ex iuris equitate, que post hec disputabitur ex Dei voluntate, que demum declarabitur.*

Vestram, ut arbitror, venerabiles patres et fratres karissimi, non latet prudentiam, quoniam pro attingenda veritate eius quod sub [fl. 100] dubitationis palio in Ecclesia sancta Dei hiis temporibus ab aliquibus scisma fovetur, ex dispositione regia, dum solite investigationis inquisitio geritur, quod ab aliquibus dicitur dubium quod de presenti inducitur disputandum et proponitur sub hac forma: Utrum per catholicos Ecclesie filios sit credendum collegio dominorum cardinalium in hiis que dicunt et cum iuramento asserunt de facto occurrentis scismatis in suo casu, roborato propriis subscriptionibus et sigillis. Verum si hec questio assumeretur ex intentione scolastice disputanda, expediret eius terminos singulariter declarari, ne, si qui zelo contentionis confundere niteretur vocabulorum virtutes, incideremus de facili in palogizationis errorem, iuxta ea que leguntur in 1° electorum et de donatione inter virum et uxorem, c. Nuper, circa finem (q), *et fieret quod dum verbalis locutio protraheretur diutius attingende veritatis, concludo que principaliter intenditur in omni differentia, sed quoniam in hoc actu de presenti, sepositis curiosis subtilitatibus, clare debemus instantis materie veritatem inquirere, presidentium et assistentium conscientias informare, idcirco presuposito quod terminum sine cavillatione in sua vera et communi significatione summatur, iuxta ea que leguntur et notantur i. q. i., Marchion* (r), *de spon-*

(j) Jona 4, 2. No ms. parece ler-se x.°, mas também se poderia ler 4.°.

(k) 2 Paralipom. 30, 9.

(l) Genes. 31, 50.

(m) 1 Joan. 1, 3.

(n) Ps. 68, 10.

(o) 1 Reg. (Vulgata: 3 Reg.), 19, 10.

(p) 1 Sam. (Vulgata: 1 Reg.), 16, 9.

(q) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 20: *De donatione inter virum et uxorem*, cap. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 729.

(r) *Decretum Gratiani*. II pars, Causa 1, quaestio 1, c. 64, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 381.

salibus, Ex litteris (s) *et de verborum significatione, Intelligentia* (t), *accurata declaratione terminorum obmissa, causa brevitatis, fateor quod ex multis que in diversis iuris partibus per textus et dicta doctorum ad fulcimentum nostre veritatis, possem inducere, solum materie pauca recoligam, que puto ad presens sufficere pro aliquali introductione materie et firmamento solido partis mee.*

Et quia in proposita questione partem afirmativam veram et catholicam quam nuntiare venio, opportet rationibus demonstrare, pro eius fundatione adducam breviter tripartite, licet permixte, pro bonis speciem que ex sanctorum patrum sanctionibus et doctrina virtutem habent auctenticam in dubiis et causis Ecclesie decidendis, Innocentio papa docente in canone finali xx. di. (u). *Nam adducam aliqua testimonia de Scriptura Sancta novi et veteris [fl. 100v] Testamenti, que primum locum et auctoritatem obtinent, ix. di. Ego solis* (v) *et c. Quis nesciat* (x), *cum sequentibus. Adducam etiam textus, oppiniones doctorum et aliquas rationes iuris canonici, cuius artis proprium est terminare hoc dubium, xx. di. § i.* (y) *et c. finali* (z), *Decreto, et in prohemiis novarum compillationum, cum similibus; pauca autem exquiram de legibus, quoniam in hoc dubio, minus sunt propria fundamenta legalia, attestante Nicholao papa in canone, quia «legibus imperatorum non in omnibus ecclesiasticis controversiis utendum est», x. di., c. i., in principio* (a). *Ulterius adducam Ecclesie catholice quasdam istorias ab a[u]ctoribus script[oribus] fidelibus, que auctoritatem habent in decidendis causis Ecclesie, iuxta ea que leguntur et notantur ix. di., c. finali* (b) *et expressius xx. di., allega. c.* (c), *ubi etiam super determinatione ipsorum dubiorum et negotiorum Ecclesie docemur in toto premisso ordine procedendi.*

Ut igitur iam clare et palpabiliter presens discutiatur materia, sciendum quod hec questio ut sim[pliciter]r proposita apud nullum intelligentem recepit dubium; quis enim sane mentis evitaret credendum fore cardi[nalibus] qui legisset veritatis sententiam, que ex duorum vel trium testium probari voluit omne verum, Deuteron. xix. (d), *Mathei xviii°* (e), *Jo. viii°* (f), *ii. ad Corinth. xiii°* (g) *et transump. ii. q. iiii., in principio* (h), *et c. i.* (i),

---

(s) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 1: *De sponsalibus*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 663.

(t) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 40: *De verborum significatione*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 913.

(u) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 20, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 66.

(v) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 9, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 17.

(x) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 9, c. 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 17.

(y) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 20, *dictum ante* c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 65.

(z) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 20, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 66.

(a) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 10, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 19.

(b) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 9, c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 18.

(c) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 20, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 66.

(d) Deut. 19, 15.

(e) Math. 18, 16.

(f) Joan. 8, 17.

(g) 2 ad Cor. 13, 1.

(h) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 2, quaestio 4, *dictum ante* c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 465.

(i) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 2, quaestio 4, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 465.

xxxv. q. vi., Ab isto die (j), *de testibus, In omni negotio* (k), *et Licet* (l), *de testamentis, c. Cum omnes!* (m) *et c. sequenti* (n), *cui ex ore xii et xiiii. ellegentium* (o), *sicut sunt testificantes in nostro proposito domini cardinales, quinymo totius sacri collegii (!) sacrosancte Romane et universalis Ecclesie, non erit hoc verum sufficienter iuxta predictam sententiam veritatis? Ecce enim quod ex quibusdam aliis occasionem dubitandi quidam videntur assumere que ad suum propositum ostendentur minime pertinere. Videtur ergo residere questio in hoc: utrum sic quilibet christianus teneatur predicto collegio dominorum cardinalium in predictis credere quod ulterius nullius alterius persuasionem vel contrarium docma admittere debeat, vel in dubium qualitercunque deducere quod ab ipso sacro collegio predicatur.*

Ut breviter veniam ad decisionem dubii, dimissis curiosis [fl. 101] argumentis, que fieri possunt pro parte contraria, premisso evidentiali quodam pro declaratione materie, partem affirmativam, quam teneo, fundabo aliqualiter meo iudicio valde claris rationibus, que videntur propositum demonstrare. Premitto tamen quod in communi proposita intrusionis, ut capitula (?) (p) *fidei, aliquantumque informant pro inpo[ssibi]le que non est et si esset nota contrarietatis inhabilitati sue pro non admissibili de iure se posit.* (q), *de necessitate salutis quilibet fidelis tenetur precise credere et facto adherere insinuationi cardinalium sacri collegii, qui infra sui publici officii limites omnibus que ad hoc ecclesiastice gerarchie virtute subditis insinuatur catholicis sic vice Christi et auctoritate universalis Ecclesie, cum executionis cognitio defertur necessario eidem collegio sacrosancto.*

Hec propositio fundatur quoad singulas sui partes, de testibus, c. Insuper (r), *cum suis concordantiis, xcvi. di., c. Ubi[nam]* (s), *et de presumptionibus, Litteris* (t), *v. q. iiii., c. finali, glo. ii.* (u), *de probationibus, Per tuas, glo. ii.* (v), *de clericis coniugatis, Diversis fallaciis, glo. penult.* (x), *xxxv. q. ix., Quod quis commisit* (y), *de sponsalibus, c. Pre-*

(j) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 35, quaestio 6, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1280.

(k) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 20: *De testibus*, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 316.

(l) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 20: *De testibus*, c. 23, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 322-323.

(m) *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 26: *De testamentis et ultimis voluntatibus*, c. 10 *(Cum esses)*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 541. O cap. é *Cum esses* e não *Cum omnes*, como erroneamente vem no ms.

(n) *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 26: *De testamentis ...*, c. 11 *(Relatum)*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 541.

(o) [*ellegentium*], leitura não muito segura.

(p) Leitura não clara.

(q) Leitura não clara.

(r) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 20: *De testibus*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 317.

(s) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 96, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 338.

(t) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 23: *De praesumptionibus*, c. 12, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 355-356.

(u) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa V, quaestio IV, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 548-549. Glosa na ed. Venetiis, 1514, fl. 258a.

(v) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 19: *De probationibus*, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 313. Glosa na ed. Venetiis, 1514, fl. 193a.

(x) *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 3: *De clericis coniugatis*, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 458. Glosa na ed. Venetiis, 1514, fl. 278va.

(y) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 35, q. 9, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1284.

terea (z), *et ibi per Laurentium, Ino. et Host., quos recitat Io. Andree super glo. i. de clericis non residentibus, c. ii.* (a) *et de scismaticis, c. unico, libro vi°* (b), *et utrobique per Io. Andree in novella de officio ordinarii, c. i.* (c), *cum ibi notatis, de celebratione missarum, c. De homine* (d), *cum multis similibus. Et hanc propositionem explicite decidentem dubium premisi michi solum pro quadam clave preambula ad aperiendum et dissolvendum cum Dei adiutorio quecunque michi de directo formari possunt contraria. Pro clariori tamen evidentia dicendorum, est dicendum breviter quod Christus Salvator noster et Dominus qui universalis gerarchie normam gessit prefati regis in seipso, post suum corporalem dicessum hanc normam sic dimisit apostolis et eius successoribus immittandam ut in corpore suo mistico, quod est Ecclesia, singuli ministri voluit mistica membra sua singula officia exercerent ut Petrus et successores Romani pontifices capitis, ceteri vero pro diversitate graduum membrorum suorum tipum gererent et sic mistice tota Ecclesia ipsius fieret unum corpus, nec alteri licet alterius officium usurpare, ut hec leguntur plenius i. ad Corinthi. xii* (e), *xxi. di., c.* [*Cleros*] (f), *cum sequenti* (g), *vii. q. i., c. Novatianus* (h), *lxxxix. di., c. i., in fine* (i). *Si ergo sit quod in consecratione Eucharistie presbyteris et non aliis, de summa Trinitate, c. Firmiter, § Una vero* (j), *in ordinatione episcopis,* [*fl. 101v*] *de ordinatis ab episcopo qui renuntiavit episcopatui, c. i.* (k), *congregationi in electione prelati, de electione, c. i.* (l), *et sic de singulis, ita solum sacro collegio cardinalium in assumptione Romani pontificis tota universalis Ecclesia attribuat plenam fidem, de electione, c. Licet* (m), *cum suis concordantiis. Exinde igitur vere infertur assumpta quoad propositum veritatis, quam teneo, quod extra ordine dispositionis diem sanctorum patrum inde constitutionibus promulgato in regula ecclesiastice gerarchie et recto dogmate fidei orthodoxe super veritate Romani pontificis, Christi vicarii, omnes catholici tenentur de necessitate salutis sequi doctrinam et determinationem sacrosancti collegii Romani, imo ipsius universalis Ecclesie, cui sacro collegio ex auctoritate sui publici officii hoc casu est simpliciter adherendum.*

(z) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 1: *De sponsalibus*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 661.

(a) JOHANNIS ANDREAE *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, tit. *De clericis non residentibus*, c. 2 *(Ex gestis)*, fl. 16.

(b) *Liber Sextus Decretalium*, lib. V, tit. 3: *De Schismaticis*, c. único, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1078-1080. No ms. poder-se-ia ler também c. ii.

(c) JOHANNIS ANDREAE *In primum Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, tit. *De officio ordinarii*, c. 1 *(Perniciosam)*, fl. 243-244.

(d) *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 41: *De celebratione missarum*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 640.

(e) 1 Cor. 12, 5-14.

(f) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 21, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 67-69.

(g) *Decretum Gratiani*, I pars, dlst. 21, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iurus Canonici*, I, col. 69-70.

(h) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 7, q. 1, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 568.

(i) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 89, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 311.

(j) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 1: *De Summa Trinitate et fide catholica*, c. 1, § 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 5.

(k) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 13: *De ordinatis ab episcopo qui renuntiavit episcopatui*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 125.

(l) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 48.

(m) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

Hoc proposito, probo id per aliquas rationes, scilicet quod quilibet christianus tenetur credere de necessitate salutis sacro collegio dominorum cardinalium de hiis que continentur in casu per me tradito, de quo supra, et quod eis, ut dicitur, sit credendum probo ex via triplici. Primo considerata eorum auctoritate, secundo pensata notitie veritate, tertio ponderata iuris necessitate; et quodlibet predictorum probabitur quadruplici vel saltem triplici ratione. Primum ergo probabitur propter auctoritatem status, propter auctoritatem officii et propter auctoritatem dignitatis. Primum ergo quod sit credendum cardinalibus propter auctoritatem status vel gradus probatur testualiter, nam, ut legitur Deuteron. xvii° c. (n), *ex precepto Domini, «si difficile et ambiguum iudicium inter fideles emerserit inter sanguinem et sanguinem, causam et causam, lepram et lepram, et iudicum intra portas», recurrendum est «ad sacerdotes levitici generis, qui indicabunt iudicii veritatem» et fiendum est quodcunque dixerint et sequenda eorum sententia, sed domini cardinales sunt isti sacerdotes levitici generis, ut habetur expresse Qui filii sint legitimi, Per venerabilem, § Rationibus* (o). *Igitur in ambiguo ad eos est recurrendum, cum in hoc doloroso scismate iudicium geritur inter portas, dum inter duos contenditur de papatu. Christus enim hostium seu porta dicitur, Jo. x°* (p), *inde merito eius vicarius dicitur qui innictitur subiectis cardinalibus ut in eis regitur. Apparet igitur ex littera quod, cum inter portas id est inter duos, quorum quilibet asserit esse papa, dubium vertitur [fl. 102] quis canonice sit electus, recurrendum est ad sacerdotes levitici generis, qui sunt domini [cardinales] et eorum sententia per quemcunque catholicum [sequenda] est. Hanc expositionem sequitur frater Alvarus, Silvensis episcopus, in opere suo De statu et planctu Ecclesie, parte secunda, articulo xvii°(!), post principium* (q). *Id etiam confirmatur, nam quilibet christianus tenebatur credere apostolis, missis ad testificandum de Ihesu quod esset verus filius Dei; ergo quilibet talis [tenetur] hodie credere cardinalibus testificantibus quis sit verus vicarius eius. Antecedens est notum, nam apostoli fuerunt ordinati ut essent testes Christo Ihesu, vero filio Dei, usque ad fines terre, Act. ii.* (r), *Luc. x.* (s) *et ulti. c.* (t), *ibi: «vos autem estis testes», etc., Marc. ulti.* (u), *ibi: «qui crediderit et baptizatus fuerit, salvus erit, qui vero non crediderit condempnabitur»; ad id Ps. xviii (u'), xviiii. di., Ita Dominus* (v), *de electione, Fundamenta, li. vi.* (x), *et ibi hoc notant doctores. Consequentia tenet, quia cardinales sunt, quoad hoc officium, successores apostolorum, ut hoc satis probatur ex premissis. Sunt enim Romani pontificis individui comites et in executione sui officii adiutores; ad hoc xxi. di., in principio* (y) *et c. In novo* (z), *et in signum eius voluit*

(n) Deut. 17, 8-11. No ms. lê-se *Deutero. xviii°. c.*

(o) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 17: *Qui filii sint legitimi*, c. 13, § *Rationibus*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 716.

(p) Joan. 10, 7.

(q) ALVARUS PELAGII, *De Statu et Planctu Ecclesiae*, lib. II, cap. 16, ed. Venetiis, 1560, pp. 49vb-50a.

(r) Act. 2, 32.

(s) Luc. 10, 1-20.

(t) Luc. 24, 47-48.

(u) Marc. 16, 15-16. No ms. *Math.*

(u') Ps. 18, 5.

(v) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 19, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 62.

(x) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, cap. 17, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 957.

(y) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 21, *dictum ante* c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 67.

(z) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 21, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 69-70.

Salvator noster ut (a) *apostolus Paulus aliis apostolis euntibus predicare per mundum societatis nostre* (?) *uniretur Petro suo vicario et executione officii sibi assisteret, de electione, Fundamenta, in principio, li. vi.* (b), *sicut assistunt hodie cardinales, eodem c. § Decet namque* (c); *ad hoc de officio legati, c. i., li. vi°* (d) *et de penis, Felicis, eodem libro* (e). *Et Jeronimus presbyter cardinalis, ut «si apostolorum loco sumus», etc., xxxv. di., c. Ecclesie principes* (f). *Hinc est quod doctores de cardinalibus intelligunt dictum illud i. Regum, ii.: «Domini sunt cardines terre et posuit super eos orbem»* (f'), *id est in formationem fidelium orbis terre, ut patet per Allanum, Innoc. et Hostiensem, quos recitat Jo. Andree, de clericis non residentibus, c. ii. super prima glo.* (g).

Secundo dixi quod probatur propter auctoritatem officii, nam collegium cardinalium est hoc officium a tota Ecclesia universali impositum, ut per electionem canonicam ipsi creant Romanum et universalem pontificem, ergo ipsis asserentibus: istum canonice elegimus et non alium, ab omnibus catholicis est credendum. Antecedens patet, quia hanc potestatem pertinere ad ipsos dominos cardinales statutum, determinatum et declaratum est in quatuor generalibus conciliis, scilicet Lateranensi, Nicholai pape ii., Lateranensi Alexandri iii., Lugdunensi Gregorii decimi et Viennensi Clementis v., xxiii. di., In nomine Domini (h), *de electione, i.* (i), *et Licet* (j), *eodem titulo, c. Ubi maius, li. vi.* (k), *et eodem titulo, c. Ne Romani, in [fl. 102v] Clem.* (l), *quam tenet, quia cuilibet credere intra limites talis officii publici sibi comissi, de appellationibus, Cum parati* (m), *ubi de hoc, de sententia excommunicationis, c. Venerabilibus, § Idem est* (n), *ubi etiam de hoc recte in simili nota[nt] Compostellanus et Jo. Andree in novella, de rescriptis, c. Capitulum* (o), *quod maxime procedit quando sunt plures ad illud officium deputati, maxime tante auctoritatis, sicut*

(a) *ut*] *et* no ms.

(b) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 17, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 957.

(c) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 17, § *Decet namque*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 957.

(d) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 15: *De officio legati*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 983-984.

(e) *Liber Sextus Decretalium*, lib. V, tit. 9: *De poenis*, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1092.

(f) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 35, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 131-132.

(f') 1 Reg. (1 Sam.) 2, 8.

(g) JOHANNIS ANDREAE *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, tit. *De clericis non residentibus*, c. 2 (*Ex gestis*), fl. 16.

(h) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 23, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 77-79.

(i) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 48.

(j) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(k) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 946-947.

(l) *Clementinae*, lib. I, tit. 3: *De electione et electi postestate*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1135-1136.

(m) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 28: *De appellationibus...*, c. 19, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 415-416.

(n) *Liber Sextus Decretalium*, lib. V, tit. 11: *De sententia excommunicationis...*, c. 7, § 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1099.

(o) JOHANNIS ANDREAE *In primum Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, tit. 3: *De rescriptis*, c. 30 (*Capitulum*), fls. 41v-43v.

sunt cardinales, de electione, Cum dilectus (p), *de testibus, Cum a nobis* (q), *a contrario sensu, ubi de hoc, et de accusationibus, Cum dilecti* (r); *ad id xxxv. q. vi., Episcopus in signodo* (s), *de testibus cogendis, Preterea* (t), *cum similibus. Unde propter istam fidem, quam tota Ecclesia circa hoc recepit, de cardinalibus sic semper extitit observatum, ut etiam patet per cronicas quod in quocumque casu scismatis ille fuit semper victor et receptus a tota Ecclesia verus papa, cum quo se tenuit collegium cardinalium, etiam si aliqui pauci cardinales aliquando tenuerint cum intruso.*

Tertio hoc probatur propter dignitatis auctoritatem, quia privilegium est cardinalium, ut eorum assertioni etiam sine iuramento credatur; probatur testualiter et notatur per Inoc., de privilegiis, c. Cum olim, 1° (u), *quia et vi testes non cardinales deposuerunt iurati, sed cardinales simpliciter asseruisse dicuntur sine iuramento, prout intelligit Innoc. illum textum* (v); *facit de electione, c. Innotuit, § Multa* (x), *de appellationibus, Cum parati* (y), *et c. Constitutus* (z), *ibi per Hostiensem* (a), *asserentem quod ita servat consuetudo Romane Curie; ad hoc, de testibus, Cum a nobis* (b), *de fide instrumentorum, Quod super* (c), *cum ibi notatis per Io. Andree, in novella* (d); *facit de confirmatione utili vel inutili, Cum dilecta* (e), *ibi sigillo legati fidem debitam adhibendam, etc. Unde habetur quod uni cardinali soli legato seu eius sigillo fides adhibeatur et hoc facit prerogativa honoris cardinalatus, secundum scilicet Petrum Quesvall qui allegat c. i. § i. de officio legati, li. vi.* (f). *Si igitur cardinalibus non iuratis, quinymo uni soli, creditur, multo magis*

(p) *Cum dilectus*] *Cum dilecti* no ms. — *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 32, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 78-79.

(q) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 20: *De testibus et attestationibus*, c. 28, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 324-325.

(r) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 1: *De accusationibus...*, c. 18, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Cononici*, II, col. 739-740.

(s) *Episcopus in signodo*] *Si episcopus in signodo*, no ms. — *Decretum Gratiani*, I pars, Causa 35, quaestio 6, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1279.

(t) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 21: *De testibus cogendis vel non*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 343.

(u) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. V, tit. 33: *De privilegiis et excessibus privilegiatorum*, c. 11, ed. Venetiis, 1570, p. 634.

(v) Cf. nota imediatamente anterior.

(x) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 20, § *Multa*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 62-63.

(y) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 28: *De appellationibus...*, c. 19, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 415-416.

(z) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 28: *De appellationibus...*, c. 23, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 417.

(a) HENRICI DE SEGUSIO CARDINALIS HOSTIENSIS *In secundum Decretalium librum commentaria*, tit. 28: *De appellationibus*, c. 23 (*Constitutis*), ed. Venetiis, 1581, p. 177a.

(b) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 20: *De testibus et attestationibus*, c. 28, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 324-325.

(c) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 22: *De fide instrumentorum*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 349-350.

(d) JOHANNIS ANDREAE *In secundum Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, tit. 22: *De fide instrumentorum*, c. 7 (*Quod super*), fls. 169-169v.

(e) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 30: *De confirmatione utili vel inutili*, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 445-446.

(f) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 15: *De officio legati*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 983-984. Tratar-se-á do canonista Pedro Quesval, O.F.M.? Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 515, nota 4.

tot et tantis dominis hoc asserentibus proprio iuramento quod si idem quod minus videtur inesse inest et id quod magis, de electione, c. Cum in cunctis (g), *cum ibi notatis.*

Dixi secundo principaliter quod probarem cardinalibus esse credendum, pensata notitie veritate, et ut cuilibet intuenti clare appareat veritas in dicendis, est advertendum quod, sicut insinuatio sacri collegii triplicem continet gestorum speciem, sic tripliciter probatur ipsos dominos cardinales de quolibet predictorum plenius habuisse notitie veritatem, nam quedam gesta fuerunt [fl. 103] extrinseca in Urbe, quedam intrinseca in conclavi, quedam occulta in singulorum mentibus dominorum. Et primo probo quod ipsi habuerunt melius certitudinem veritatis de actibus extrinsecis in Urbe, nam de iure, illos, quorum interest, presumitur scire veritatem et eorum testimonio coniungendo vel non, etiam dirimendo, ut est textus Qui matrimonium accusare possunt, c. Videtur (h), *set domini cardinales sunt illi quorum maxime intererat scire veritatem de impressione et violentia eis inferenda et se informare cum illis qui scire poterant veritatem de omnibus que singulariter gerebantur, ac eis etiam referebantur mine et terrores publice vel occulte, [quod] eos etiam tangebat, quia de eorum agebatur periculo; de eorum etiam metu nunc queritur, qui solum refertur ad illa que ad eorum notitiam potuerunt pervenire, ut hec sint notata pro se cuilibet intuenti. Igitur apparet quod eis potius quam quibuscunque aliis est credendum, tanquam melius huius negotii scientibus veritatem.*

Secundo probo quod est eis credendum potius quam aliis de actibus intrinsecis in conclavi, quia de illis melius quam alii, ymo ipsi soli habent notitie veritatem, nam ea que fiunt in capitulo non possunt probari nisi per illos de capitulo, de testibus, c. Veniens ii. (i), *cum similibus, in tantum quod etiam per eos probatur indirecte negativa et statur eorum conscientiis et depositionibus etiam, quod fortius est, ad reprobandum publicum instrumentum et sigilla propria in hiis que per eos et inter eos gesta sunt, quod est notatu dignum ad nostrum propositum. Casus est in c. Tertio loco, de probationibus* (j), *sed in proposito agitur de hiis que sunt acta in capitulo dominorum cardinalium, scilicet de electione pape canonica vel non. Igitur super hiis est credendum eis in hiis que afirmative vel negative proferunt, etiam in preiudicium cuiuslibet contrarii documenti.*

Tertio quod est eis solum credendum de actibus occultis, que fuerunt in singulorum mentibus, utpote de intentione et metu cum similibus, nam cum de scientia alicuius queritur, statur iuramento ipsius, de homicidio, Significasti, 1.° (k), cum ibi notatis glo. iii. (l), *et de sententia excommunicationis, c. fina., not. ii.* (m), *ubi est de hoc, et de electione, Ut circa, § penult., li. vi.* (n), *et de propria materia, de hiis que vi metusve causa fiunt, c.*

(g) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51-52.

(h) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 18: *Qui matrimonium accusare possunt*, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Cononici*, II, col. 718-719.

(i) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 20: *De testibus et attestationibus*, c. 38, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 332.

(j) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 19: *De probationibus*, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 308.

(k) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 12: *De homicidio voluntario vel casuali*, c. 16, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 799.

(l) *Decretales Gregorii IX*, ed. rara Venetiis, 1514, lib. V, tit. 12: *De homicidio voluntario vel casuali*, c. 16, glosa, fl. 467vb.

(m) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 39: *De sententia excommunicationis*, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 890.

(n) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 4, § *Super huiusmodi*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 949.

fin. (o), *de foro competenti, c. Quamvis, in Clem.* (p), *cum multis; si vero de alterius conscientia quis audet sibi iudicium vendicare, quod soli Deo reservatur, qui est cognitor secretorum, xxxii. di., c. Erubescant* (q), *ipsis ergo tantum credendum* [*fl. 103v*] *est de propria intentione, cum libertate.*

Dixi tertio principaliter cardinalibus esse credendum, ponderata iuris necessitate, que infertur ex tribus. Primo ex necessitate concessa executionis. Secundo ex necessitate fidei certitudinis. Tertio ex necessitate opposite relationis. Primum ergo quod sit credendum cardinalibus probatur ex necessitate concesse executionis, nam collegium, invocato auxilio brachii secularis, potest interdum expellere ab apostolica sede illum quem asserunt et denuntiant per impressionem electum indebite occupare papatum, ergo de hoc scilicet de intrusione et occupatione est eis de necessitate credendum; de antecedenti est casus lxxix. di., Si quis pecunia (r), *et iii. q. i., § Patet* (s); *consequentia satis probatur, de officio ordinarii, c.* [*i*]*i., in fine* (t), *cum ibi notatis per Innoc., Hosti. et Io. Andree* (u).

Secundo probatur quod sit credendum cardinalibus de necessitate certitudinis fidei, nam si ab aliis quam a cardinalibus reciperetur informatio et eis crederetur, contingeret quod secundum diversas informationes diversimode crederetur de papa, nam aliqui crederent unum, aliqui alium, sed hoc non patitur certitudo fidei, quia omnes de necessitate salutis habemus credere unum verum papam, sicut credimus unam sanctam Ecclesiam, quoniam episcopus est in ecclesia et ecclesia in episcopo, vii. q. i., Scire debes (v). *Igitur apparet per locum a destractione consequentis quod omnes debemus credere collegio cardinalium, ut sequentes eorum sententiam, concordemus in unum articulum fidei, scilicet unam sanctam Ecclesiam catholicam, nam, prout declarat beatus Thomas in ii*ª *ii.*ᵉ, *q. i., articulo iii.* (x), *fides christiana maximam certitudinem habet et nullo modo secum patitur dubium de obiecto fidei, quod est papa in proposito, ut omnia tradit magister sententiarum, li. iii. di.* [lacuna] (y), *§ Credere omnes articulos fidei necessarium est ad salutem* (z). *Dubius enim in fide infidelis, de hereticis, c. i.* (a).

(o) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 40: *De his quae vi metusve causa fiunt*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 222.

(p) *Clementinae*, lib. II, tit. 2: *De foro competenti*, c. único, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 1144-1145.

(q) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 32, c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 120.

(r) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 278-279.

(s) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio I, *dictum post* c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 506-507.

(t) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 31: *De officio iudicis ordinarii*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 186-187.

(u) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium librum commentaria*, lib. I, tit. 31: *De officio ordinarii*, c. 2, *ed. cit.*, p. 179a. HENRICI DE SEGUSIO CARDINALIS HOSTIENSIS *In primum Decretalium librum commentaria*, Venetiis, 1581, lib. I, tit. 31: *De officio iudicis ordinarii*, c. 2, p. 159. JOHANNIS ANDREAE *In primum Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, tit. 31: *De officio ordinarii*, c. 2 (*Si sacerdos*), fl. 244v.

(v) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VII, quaestio I, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 568-569.

(x) SANCTI THOMAE AQUINATIS *Summa theologica*, Secunda Secundae, quaestio I, art. III, ed. *Opera Omnia*, t. VIII, Romae, 1895, p. 12.

(y) No ms. espaço em branco.

(z) PETRI LOMBARDI *Libri IV Sententiarum*, lib. III, dist. XXV, cap. II, ed. PP. Collegii S. Bonaventurae, t. II, 2.ª ed. Ad Claras Aquas, p. 667.

(a) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 7: *De haereticis*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 778.

Tertio probatur quod sit credendum cardinalibus ex necessitate opposite relationis, nam cardinalibus credere quod per electionem canonicam eligunt verum papam, lxxxix. di. c. i. (b), *de electione, Licet* (c), *cum similibus, ergo eis credendum est asserentibus quod non elegerunt verum papam, de regulis iuris, c. i.* (d), *cum ibi notatis; secundum enim philosophum* (e), «*contrariorum eadem est disciplina* [*fl. 104*] *et notitia*», *et notatur de censibus, c. Quanto, glo. finali* (f). *Hoc idem quod dominis cardinalibus sit credendum per populum christianum de necessitate salutis possum probare per diversas ystorias auctenticas, sed pro nunc solum induco duas, primam illam in qua fundatur, scilicet In nomine Domini, xxiii. di.* (g), *ut patet ex glosa ii. eiusdem c.* (h) *de electione Benedicti Belecioñ, intrusi post mortem Stephani nostri pape, qui Benedictus, vel maledictus potius, electus fuit a cardinalibus metu Romanorum, maxime Gregorii de Tusculeñ, qui illius impressionis precipuus auctor fuit, cui cardinales per novem menses obedierunt pacifice, tandem Ildebrando, diachono cardinali, viro sanctissimo, qui postmodum fuit papa Gregorius vii.us* (i), *redeunte de Tuscia, ubi apud Florentiam negotia prosequebatur Romane Ecclesie, et cardinales redarguente de predicta impressiva electione, quam fecerant, licet in principio quosdam ex cardinalibus resistentes habuerit, qui quod fecerant nitebantur defendere, allegantes probitatem electi, tamen ad extremum, hostensa eis per eundem Ildebrandum nullitate electionis et exempli pernicie, omnes insimul concorditer auxilio brachii secularis eundem intrusum de sede apostolica proiecerunt, ut hec recitantur latius in cronica Damasii, completa per quendam Pandulfum, lectorem Romane Ecclesie* (j), *iunctis que de eadem istoria continentur in libro aureo ex diversis historiis compillato per reverendissimum patrem et dominum meum, dominum Nicholaum, cardinalem Aragoñ bone memorie* (k). *Possum etiam inducere illam istoriam, que refert intrusionem Constantini fratris Totonis, ducis Nepesine civitatis, cuius timore idem Constantinus, frater eius, electus, ordinatus et consecratus per cardinales extitit, prout hec continentur latius in antiquiis cronicis, in illa maxime que valde Damasum imitatur, que historia continetur in antiqua compillatione Vincentii, de scisma, c. i.* (l), *per quam historiam videtur decisa presens questio valde clare.*

(b) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 276.

(c) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(d) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 41: *De regulis iuris*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 927.

(e) ARISTOTELIS *Topicorum* liber primus, cap. VIII, ed. *Opera omnia*, t. I, Brasileae, 1548, p. 125. Ed. ARISTOTELIS *Opera latina cum Averrois commentariis*, Venetiis, 1483, fl. [90ra].

(f) *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 39: *De censibus et exactionibus*, c. 16, ed. Venetiis, 1514, fl. 370b.

(g) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 23, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 77-79.

(h) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 23, c. 1, ed. Venetiis, 1514, fl. 33b.

(i) Sobre a vida de S. Gregório Magno ver PL (MIGNE, *Patrologia Latina*), 75, col. 37-478.

(j) Pandulfus Landolphus de Columpna, civis Romanus, canonicus Carnotensis, *Breviarium Historiarum*, Bibl. Apostol. Vaticana, cod. Vat. lat. 7614 (obra imcompleta). Sobre o assunto cf. ALFONSI CIACONI, OP, *Vitae et res gestae Pontificum Romanorum*, I, Romae 1677, col. 823-824.

(k) Trata-se de Nicolau Rosel de Tarragona, dominicano e inquisidor em Aragão, criado cardeal do título de S. Sisto por Inocêncio VI em 23 de Dezembro de 1356, conhecido pelo nome de cardeal de Aragão. Morreu em Maiorca no dia 28 de Março de 1362. Cf. C. EUBEL *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 20.

(l) Consultei alguns manuscritos do *Apparatus* sobre as Decretais de Mestre Vicente, bispo da Guarda, mas nada encontrei a este respeito. Também no *Speculum doctrinale* e no *Speculum historiale* de Vicente de Beauvais nada existe sobre o assunto. A leitura de alguns ms. do *De scismatibus* do nosso André Dias de Escobar não foi suficiente para identificar o autor desta compilação, com o nome de Vicente.

Ex predictis ergo infero quod si catholice Ecclesie veras historias et exempla liceat, prout licet utique, allegare, maxime in decidendis causis Ecclesie, ut est textus xx. di., De quibus (m), *et de electione, c. Per venerabilem* (n), *hec historie decidunt questionem*» ([278 i]).

Os prelados de Portugal apresentaram objecções contra o caso dos cardeais e conclusões do legado, para D. Fernando, monarca de Portugal, as ter na devida conta. Para valor do depoimento, a pressão deve ser tal que a testemunha, chamada a depor, se tenha apercebido dela corporalmente, ao passo que os cardeais, no seu caso, dão fé de actos de particulares, autenticados por autoridade privada, quando há razões em contrário. Dão fé da consciência ou conhecimento de outros cardeais e das intenções dos Romanos, que dizem factos autênticos ou verdadeiros, mas dos quais se não aperceberam ou sentiram corporalmente, pelo que, segundo o direito, essa prova deve rejeitar-se como inútil. De facto, nenhuma fé merece a testemunha da consciência ou acto interno de outrem, conforme observa o canonista Inocêncio IV. Só Deus julga os corações e as consciências. Os cardeais que deixaram Roma dão fé de que Urbano VI mandou chamar os que estavam no castelo de Santo Anjo. Atestam que os últimos, cansados com a insistência daquele, acederam a seus rogos. Dão igualmente fé de inumeráveis factos, juntamente com os seus actos, feitos por cada um e em particular. Em vários lugares, dão ainda fé da intenção e ânimo dos Romanos, que desconhecem, o que não pode entrar na classificação de actos corpóreos, e eles dizem-nos actos verdadeiros. Assim, de modo algum se pode acreditar nos purpurados. Todos os doze cardeais, subscritores do processo, que estiveram no conclave, dão testemunho e dizem verdadeiros os factos sucedidos fora do conclave, segundo a declaração solene de um dos cardeais. Dão fé de quanto dizem terem os Romanos feito fora do conclave, durante o tempo que este durou, por exemplo sobre a vinda dos chefes das regiões, bem como sobre várias outras coisas semelhantes, contidas no caso, mas que não viram nem podiam ver. E por isso não merecem crédito, visto prestarem fé de coisas que não podem ser percebidas pelos sentidos corporais.

Os cardeais subscritores dão fé, no caso, de vários actos ocorridos em diversos tempos, que dizem ter acontecido ao mesmo tempo e não várias vezes, pelo que seu testemunho não parece fidedigno, já que, em caso de medo, a vontade dos homens varia. Dizem que todos quantos tomaram parte na eleição, elegeram papa a Urbano VI, por causa de evitar o perigo de morte. Ora cada um dá fé do seu estado de ânimo e um do ânimo do outro. Se cada um, em particular, dá fé do próprio ânimo, não se pode crer nele, já que afirma o impossível ou seja que todos tiveram medo, de modo igual, pois forçosamente um há-de temer mais ou menos, um fingidamente, outro de verdade, um em vão e outro racionalmente, devido à diversidade de vontades. É certo que os cardeais romanos e italianos elegeram um italiano ou romano, não para evitar o perigo de morte, mas voluntariamente ou com liberdade e, contudo, todos depõem com igual proporção de medo, segundo se mostra pela qualidade referida no processo como totalmente única ou seja por causa de evitar o perigo de morte. Procedendo assim no depoimento, cada um está a depor, singularmente, sobre um acto particular interno e enquanto presta fé sobre o ânimo do outro, dá testemunho do que ignora, pelo que, nestas circunstâncias, os cardeais não merecem credibilidade.

Os doze purpurados, mencionados no processo, ao afirmarem que todos os que estavam no conclave elegeram Urbano VI por causa de evitar o perigo de morte, testemunham que quatro cardeais, dois italianos e dois romanos, o elegeram por causa do mesmo medo. Mas no processo

---

(m) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 20, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 66.

(n) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 34, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 79-82.

([278 i]) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Barb. lat. 872, fls. 99-104.

não consta do testemunho destes. Mais: esses prelados prometem que hão-de provar o contrário. Assim aqueles estão a dar testemunho sobre a intenção dos outros que não escreveram nem assinaram o caso. Por consequência, os ditos cardeais contradizem-se a si mesmos no processo e, por isso, não se deve crer neles, conforme às normas do direito. É que eles confessam, no processo, terem eleito Urbano VI com a intenção de que ele fosse verdadeiro papa, mas com medo da morte, o que são coisas opostas: ter intenção de fazer alguma coisa e operar com medo.

Ensinam os juristas que o conhecimento ou ciência é substancialmente contrário ao livre arbítrio de vontade, quando afecta o consentimento que, por direito natural, só existe em actos humanos. É também contrário no modo, conducente à substância, por exemplo nos contratos de boa fé, quando o dolo for causa do contrato, embora não faltando de todo o consentimento. Há vício no modo de chegar ao consentimento, quando se finge não haver consentimento. Mas operar com ânimo e intenção de fazer outra coisa é agir livre e voluntariamente, conforme ao direito e à exposição de Inocêncio IV. De concluir, portanto, que eleger algum papa com ânimo e intenção de que seja verdadeiro papa e elegê-lo por medo são coisas contrárias. E assim não se deve acreditar de modo algum nos cardeais, pois, conforme ao direito, é de presumir tenham declarado ou exteriorizado o que tinham no ânimo.

Da afirmação, recusada, de o caso escrito conter a verdade, devido à obrigação de acreditar no testemunho dos cardeais, em razão do ofício que exercem, decorre que, se não tiverem tal múnus, não se deve acreditar neles, conforme ao direito. Ora, em caso de medo, tumulto ou pressão, eles não têm esse ofício e assim não se está obrigado a crer neles. Que nestas circunstâncias lhes não caiba tal ofício prova-se, porque das coisas ocorridas em capítulo consta dever acreditar-se nos seus membros como tendo desempenhado ofício aí, ou o medo incutido pelo povo não dizer respeito ao operado pelo capítulo, como eles dizem.

Vêm, a seguir, muitos argumentos, pelos quais as afirmações dos cardeais aparecem destituídas de fundamento, segundo o direito.

Se houvesse obrigação de crer neles em causa de medo ou pressão, seguir-se-ia estar já tudo decidido quanto à justiça do medo, o que é falso. Os adversários não negam que, se constar do medo, será então nula a eleição e qualquer fiel católico deve ter como papa quem eles disserem ser verdadeiro. Mas assim estaria já decidido por eles, o que é falso, por não estar decidido.

Eles querem ser testemunhas em causa própria, contra o direito, segundo o qual ninguém pode ser admitido como testemunha em causa própria.

Contra o argumento de que se deve crer nos cardeais, por saberem melhor a verdade, poder-se-ia objectar que outros a podem conhecer melhor que eles e, portanto, devem ser cridos de preferência, pois o medo procede dum acto do agente, principal causa do medo, e reside no agente, porque se este não incute justo temor, tal medo não é justo. De facto, os que são indicados como causa do medo, estavam fora do conclave e os cardeais dentro. Por isso, os agentes e os outros que viram, podiam saber e ver melhor incutir o medo, se é que ele existiu. Os cardeais atestam, no caso, que estavam no conclave, quando o medo incutido era mais forte. Mas como podem ter conhecimento de tal medo e suas circunstâncias, se depõem segundo o que ouviram só? É que o medo conhece-se não pelas palavras, mas sim pela atrocidade dos actos e mais ainda a pressão, de maior gravidade que o medo. E não se deve crer nas coisas que a testemunha verosimilmente ignora. Como se poderá crer nos cardeais que, antes de prestarem tal testemunho, significaram e intimaram a todos os príncipes do mundo terem eleito papa ao arcebispo de Bari, D. Bartolomeu, homem justo, recto e santo, com múltiplos elogios para a sua pessoa? É que não podem anular só pelo próprio testemunho o que tão claramente afirmaram antes, sobretudo por se tratar de declarações irrevogáveis, feitas colegialmente.

Estes cardeais tornaram-se inimigos capitais do papa Urbano, depois de o abandonarem, e por isso não podem testemunhar contra ele, a teor do direito. Basta recordar que Urbano VI privou o antigo cardeal de Genebra, D. Roberto, e todos os cardeais, seus sequazes, nomeadamente o cardeal Luna, de todos os ofícios, benefícios, dignidades e honras. Desde que o abandonaram, sempre conspiraram e não deixam de conspirar contra Urbano VI, por meio de tratados, conventículos e conselhos. Por isso não podem depor contra ele, segundo notam os canonistas Ostiense, Inocêncio IV e o Arcediago.

A utilidade ou prejuízo desta causa e seu futuro resultado diz respeito às pessoas e estado desses cardeais. Por isso não podem depor nela. Evidentemente que se Urbano VI é papa, os cardeais subscritores perderão o cardinalato e, por isso, do êxito da causa dependerá a honra deles. É notório também tratar-se aqui de causa própria, em que os interessados não podem depor, quando dela lhes pode advir algum proveito ou prejuízo.

A acreditar-se nos cardeais e suas asserções contra Urbano VI, seguir-se-ia que eles poderiam removê-lo do papado, quando quisessem, o que é falso. De facto, estabelecer-se-ia o princípio de que está no poder dos cardeais declararem, depois da eleição, quando quiserem, que elegeram tal papa por medo de algum príncipe ou com intenção de que não seja verdadeiro papa, contra João André, que sustenta não se poder dar crédito aos cardeais que afirmassem ter o papa renunciado a sua dignidade, no caso de ele o negar. Com maior razão, não se deve acreditar neles, se disserem tê-lo eleito por medo, porque o acto da renúncia é colegial, ao passo que o medo ou constrangimento são extracolegiais.

Os purpurados não têm maior poder do que lhes é atribuído pelos cânones e, segundo o direito, se ultrapassam as próprias atribuições, agem invalidamente. Pelo direito comum, têm apenas o ofício de coadjutores e conselheiros do papa no exercício do poder sacerdotal. Por via de regra, durante a vacância da sé apostólica, nenhum outro poder ou ofício lhes compete senão o da eleição do papa. Não vagando a sé, têm apenas o ofício de aconselhar e, por isso, não lhes cabe o ofício de depor sobre o caso da eleição, sobretudo quanto ao medo extrínseco, como é o caso da violência e pressão. A autoridade que os cardeais têm procede do papa, segundo o Arcediago. E nem os cânones nem o papa lhes concedem tal atribuição de testificarem contra ele ou contra o apresentado como eleito sobre o medo extrínseco na eleição. O medo que, no caso, se diz incutido pelos Romanos, é facto alheio e extrínseco, com base em actos de pessoas, pelo que admite prova em contrário. Na Cúria papal, há um só com poder ordinário, que é o papa, e os cardeais nenhum poder têm de julgar, além do que lhes compete pelo direito.

Finalmente, se não bastassem esses argumentos, restaria o facto verdadeiro e notório, público e certo, continuamente propalado, a comum asserção e fama que Urbano VI foi eleito papa, sem condições, livre, espontânea e voluntariamente, sem pressão alguma, injúria ou tumulto, pelos cardeais ou por duas partes deles, com ânimo e intenção de que fosse verdadeiro papa, e como tal foi tido, coroado e entronizado. É também facto verdadeiro, público, notório e comum asserção e fama ter sido intimada a eleição ao próprio Urbano, ao povo e a todo o mundo pelos cardeais e por outras pessoas, bem como publicada a alta voz, em público, de comum, colegial consentimento e deliberação, sem algum constrangimento, medo, violência ou tumulto popular. Por isso, nenhuma fé se deve prestar ao caso escrito e apresentado pelos cardeais, visto contradizerem-se claramente.

A eleição, entronização e coroação, totalmente livres, são facto notório em Roma, na Cúria papal e em todo o mundo, atestadas por cartas e confissão dos cardeais e pessoas fidedignas. Dizem os purpurados ser-lhes devida fé pelo facto de eles, mais que ninguém, poderem conhecer perfeitamente a verdade. Ora todos eles, alguns por comum e colegial consentimento, anunciaram publicamente que Urbano VI era verdadeiro papa, por eles como tal eleito, sem alguma pressão, medo, injúria ou tumulto. E tudo isto se prova por testemunhas fidedignas e documentos públicos

e livres, bem como por cartas colegiais e privadas dos purpurados, que as autenticaram com os próprios selos, mesmo quando estavam em Anagni. Em conclusão: não se deve acreditar no caso dos cardeais nem nas afirmações a respeito da pressão pretendida aquando da eleição de Urbano VI:

> «*Argumenta prelatorum Portugalie contra casum cardinalium.*
>
> [*fl. 104v*] *Reverendi patres et domini auditores, dicitur ex* [*parte*] *prelatorum regni pro instructione domini nostri regis, cum iudicium Ecclesie militantis in iudicando vel in discernendo veritatis posite, allegate et probate obiectum semper consequitur et cum veritatis quilibet debeat esse cultor, C. de latina libertate tollenda, l. i.* (a) *et quia legum et canonum sententia ad veritatem exigitur, iii. q. ix., Dignum* (b), *idcirco quod casui dominorum cardinalium non creditur, probatur istis rationibus et primo instanter contra* (*!*) *Ecclesiam et eius scripturam. Prima ratio talis est quod testis debet deponere de eo quod aliquo sensu corporeo percipi potest, ff. de testamentis, l. Qui testamento, § fin.* (c), *per Innocentium in c. Cum causam, extra, de testibus* (d), *C. de testibus, l. Testium* (e), *sed dicti cardinales omnes xii. in isto suo casu dant fidem de actibus singularibus et cum singuli eorum privata auctoritate, hoc unde percipitur actu corporeo, quoad hoc opposita includuntur. Item dant fidem de scientiis aliorum cardinalium et de intentionibus Romanorum, submittunt in eodem casu quod ista credunt et asserunt esse vera, ergo dant fidem de eo quod sensu corporeo non percipitur vel tali sensu, cuius probatio a iure inutilis reprobatur. Antecedens corroboratur, quia de conscientia alterius tanquam de actu intrinseco nulla fides est testi adhibenda, ut notat Innocentius in c. Super hoc, de renuntiatione* (f). *Ad hoc facit quia cordium et conscientiarum solus Deus est scructator et iudex, xxiiii. q. iii., Deus quando* (g), *xxxii. di., Erubescant* (h); *probatur consequentia ex processu suo. Cardinales qui recesserunt a Roma dant fidem quod dominus Urbanus misit pro cardinalibus, qui erant in castro sancti Angeli. Item testificantur quod illi fastidacti de suis requisitionibus, miserunt, etc. Item dant fidem de aliis actibus inumerabilibus factis cum singulis eorum singulariter et sigillatim. Item dant fidem in pluribus locis de intentione et animo Romanorum; ista tamen nesciuntur nec sciri possunt aliquo actu corporeo et tamen asserunt esse vera; ergo suis dictis minime est credendum. Item ad id omnes isti xii. cardinales qui dicuntur subscripti in hoc processu, stantes in conclavi, peribent testimonium et asserunt esse vera ea que dicunt esse facta extra conclave, sicut de protestatione solempniter facta per unum ex cardinalibus. Item peribent fidem de illis que dicunt Romanos fecisse tempore conclavis extra conclave, sicut quod venissent capita regionum vel de aliis pluribus et similibus que in dicto casu reperiuntur scripta, que tamen videre non poterant nec*

(a) *Codex Iustinianus*, lib. 7, tit. 6: *De latina libertate tollenda*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, pp. 295-297.

(b) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio IX, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 531.

(c) *Digestum*, lib. 28, tit. 1: *Qui testamenta facere possunt*, l. 20, § 9, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 410.

(d) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, tit. 20: *De testibus et attestationibus*, c. 37, *ed. cit.*, p. 315.

(e) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 20: *De testibus*, l. 18, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 160.

(f) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. 1, tit. 9: *De renuntiatione*, c. 5, *ed. cit.*, p. 109.

(g) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIV, quaestio III, c. 38, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1000-1001.

(h) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 32, c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 120.

viderunt; ergo eis [fl. 105] minime est credendum. Antecedens probatur ex processu. Consequentia sumitur ex supra probatis, quia dant fidem de illis que aliquo sensu corporeo probabili percipi non possunt.

Item dicti cardinales in isto casu subscribentes dant fidem, etc., diversis temporibus de actibus pluribus, quos dicunt simul tunc fuisse celebratos et non pluries; ergo dant fidem inprobabilem et incredulam. Antecedens patet ex casu. Consequentia sumitur ex notatis iii. q. ix., Nichilominus (i). *Item lex dicit quod in timendo varie sunt hominum voluntates, ff. ad Trebellianum, l. Quia poterat* (j). *Item cardinales in isto suo casu dant fidem et asserunt quod omnes qui erant in electione propter vitandum mortis periculum, elegerunt predictum papam Urbanum. Tunc arguitur sic: aut quilibet dat fidem de suo animo et unus de animo alterius; si quilibet de suo animo singulariter fidem dat, tunc non est ei credendum duabus rationibus. Primo, quia asserunt impossibile omnes equanimiter timuisse; necesse est enim timere plus aut minus, unus ficte, alius vere, unus vane, alius rationabiliter, propter diversitatem voluntatum; creditur enim et certum est quod Romani et Ytalici non propter vitandum mortis periculum, Ytalicum vel Romanum elegissent, ymo libere et voluntarie, et tamen adequate et pro equali portione timoris deponunt, quod demonstratur per qualitatem adiectam in processu unitam et totaliter unam, scilicet propter vitandum mortis periculum, etc.; sequitur ergo quod deponunt de impo[ssibi]li alias dato, ut dicta l. Quia poterat* (k) *clare probatur. Item quilibet eorum sic deponendo, deponit singulariter et de actu singulari intrinseco ex parte passi et non habenti, quod extrinsecum declaratum, et videtur contrarium c. Bone, de electione* (l) *et c. Cum dilecti, eodem titulo* (m), *per Innocentium in dicto c. Super hoc, de renuntiatione* (n) *et per § Sin vero, C. de testibus, l. Testium* (o). *Aut unus peribet fidem de animo alterius et tunc peribent de eo quod ignorant, et sic minime credendi sunt.*

Item sic: isti xii. cardinales in isto processu contenti [dicunt] quod omnes qui erant in conclavi elegerunt dominum Urbanum propter vitandum mortis periculum, etc., ergo dant fidem quatuor cardinales, duos Ytalicos et duos Romanos, propter eundem timorem elegisse, sed de fide illorum non constat in hoc processu, ymo isti prelati asserunt se contrarium probaturos; ergo isti dant fidem de eo quod non est verum nec apparet ex processu. Item dant fidem de intentione aliorum non scribentium.

Item sic: dicti cardinales in isto suo processu sunt sibi contrarii, ergo minime credendi. Consequentia est iuribus notoria, C. de furtis, l. i. (p), *de probationibus, c. Per*

(i) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio IX, c. 16, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 533.

(j) *Digestum*, lib. 36, tit. 1: *Ad senatus consultum Trebellianum*, l. 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 563.

(k) *Digestum*, lib. 36, tit. 1: *Ad senatus consultum Trebellianum*, l. 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 563.

(l) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 23, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 66-68.

(m) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 32, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 77-79.

(n) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. I, tit. 9: *De renuntiatione*, c. 5, *ed. cit.*, pp. 108-109.

(o) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 20: *De testibus*, l. 18, § 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 160.

(p) *Codex Iustinianus*, lib. 6, tit. 2: *De furtis et de servo corrupto*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 238.

tuas (q), *et de appellationibus, c. Solicitudinem* (r). *Antecedens probatur,* [*fl. 105v*] *quia ipsi fatentur in processu suo elegisse Urbanum animo* [*et*] *intentione quod esset verus papa, timore tamen mortis, in eorum animo continuo perdurante; et ista sunt opposita: habere animum et intentionem aliquid operandi et metu operasse; ergo, etc.; quod sunt opposita probatur sic: conclusio est iuris peritorum quod coertio* (r') *repugnat libero arbitrio voluntatis, sive repugnet in substantia, quia circunscribitur consensus, qui solus est in actibus hominum de iure naturali, ff. de pactis, l. i., in principio* (s) *et de regulis iuris, l. Cum amplius, § i.* (t), *sive repugnet in modo ducente ad substantiam, sicut alias dici solet in contractu bone fidei, ubi dolus dat causam contractui, quia ibi non omnino abest consensus, set quia vitium est in modo veniendi ad consensum fingere consensus abesse, ff. de dolo, l. Eleganter* (u), *sed aliquid operari animo et intentione et ad finem quod aliud fiat est libere et voluntarie agere, ff. de rebus dubiis, l. Qui habebat Flaccum* (v), *et de solutionibus, Quod si forte, § i.* (x), *ff. Mandati, l. Creditor, § i.* (y) *et in c. Vasis, xxiii. q. iiii.* (z). *Ita notat Innocentius in c. Licet, de electione, super verbo Nominare* (a); *concluditur ergo quod eligere aliquem in papam eo animo et intentione quod sit verus papa et timore eligere sunt contraria; ergo dicti cardinales minime credendi; presumptio est enim quod, sicut in animo habebant, sic protulerunt; ar. l. Quod habeo (!), ff. de suppletile* (b), *de verborum significatione, § Preterea* (c), *c. Intelligentia* (d), *de sponsalibus, c. Ex litteris* (e).

Nunc probari intenditur ii.[a] *pars quod in casu, in quo dictus processus, ut sic creditur scriptus, veritati subiaceat, quod non creditur, tamen quod non sit credendum cardinalibus et primo sic, ut dicunt adversarii, ymo est eis credendum, quia in hoc habent officium, ergo si in hoc non habent officium, non est eis credendum; patet argumentum a causa vel conditione deficiente vel a consequenti destructione, l. i., § Huius rei, de officio eius, cui mandata est iurisdictio* (f), *in c. Cum appostolica, de hiis que fiunt a maiori parte capi-*

(q) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 19: *De probationibus*, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 313.

(r) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 28: *De appellationibus*, c. 54, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 433.

(r') No ms. *cogertio.*

(s) *Digestum*, lib. 2, tit. 14: *De pactis*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 56.

(t) *Digestum*, lib. 50, tit. 17: *De diversis regulis iuris*, l. 84, § 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 922.

(u) *Digestum*, lib. 4, tit. 3: *De dolo malo*, l. 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 83.

(v) *Digestum*, lib. 34, tit. 5: *De rebus dubiis*, l. 28 (29), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 536. No ms. *Qui habebat fructum.*

(x) *Digestum*, lib. 46, tit. 3: *De solutionibus et liberationibus*, l. 14, § 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 797.

(y) *Digestum*, lib. 17, tit. 1: *Mandati vel contra*, l. 60, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 255.

(z) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaestio IV, c. 23, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 907.

(a) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, *ed. cit.*, p. 51.

(b) *Digestum*, lib. 33, tit. 10: *De suppellectile legata*, l. 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 518.

(c) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 40: *De verborum significatione*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 913. No ms. § *Preterea.* Parece tratar-se, de facto, do c. 7 citado.

(d) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 40: *De verborum significatione*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 913.

(e) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 1: *De sponsalibus et matrimoniis*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 663.

(f) *Digestum*, lib. I, tit. 21: *De officio eius cui mandata est iurisdictio*, l. 1, § 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 45.

tuli (g). *Ex hoc arguo sic: in metu, tumultu vel impressione non habent officium, ergo non est* [*eis*] *credendum; probatur antecedens, quia in gestis in capitulo eis creditur tanquam habentibus in illo officium, constat autem metum non esse de gestis a capitulo, ymmo a populo, ut ipsi dicunt. Ergo.*

Item si cardinales essent credendi in causa metus vel impressionis, tunc sequeretur ista glo. quodquod fieret de iustitia metus esset [*fl. 106*] *decisum; consequens est falsum, ut patet per notata in glo. in c. Ne Romani, § Porro* (h), *ergo et antecedens probat consequentiam, quia non negant adversarii quod, si constat de metu, quod tunc nulla esset electio et quilibet fidelis catholicus debet tenere papam, quem ipsi dicunt verum, et sic per eos esset decisum, tamen hoc est falsum, quia hic non est decisum, ut in preallegata glosa; ergo, etc.*

Item sic: isti volunt esse testes in causa propria, ergo non debent admitti; antecedens patet per notata in c. Si duo, lxxix di. (i). *Consequentia probatur, quia nemo testis in causa propria.*

Item sic: ipsi ponunt fundamentum quod ideo est eis credendum, quia ipsi melius sciunt veritatem; tunc arguitur sic: alii melius scire possunt veritatem quam ipsi; ergo aliis melius est credendum; antecedens probatur, quia metus non poterit esse nisi ab actu agentis et principalis causa metus stat in agente, quia si agens non iustum timorem inferat, si metuens patiatur, non dicitur iustus metus nec relevans, ut l. Vani, ff. de regulis iuris (j), *in c. De muliere, de sponsalibus* (k); *consequentia apparet, quia secundum eos, illi qui dicuntur intulisse metum, licet verum non sit fuisse illatum, erant extra conclave et cardinales in conclavi, et sic illi agentes et alii videntes eos melius scire poterant et videre metum, si quis fuit, et metus qualitatem; confirmat*[*ur*] *hoc, quia semper in actibus potentior est metus agentis quam patientis, l. Qui absenti, ff. de acquirenda possessione* (l), [*ut*] *notat Innocentius in c. Innotuit, de electione* (m).

Item si cardinales attestantur in suo casu eos stare in conclavi, quando ille metus validior, de quo palliate asserunt, fuit sibi illatus, tunc arguitur sic: isti de metu quem dicunt sibi illatum nec de eius circunstantiis scire possunt; ergo non est eis credendum; antecedens apparet, quia solum de scientia audictus testificantur, metus autem non ex verbis, sed ex atrocitate facti causatur, et multo magis ipsa impressio, que plus importat quam metus, C. de transactionibus, l. Interpositas (n); *consequentia apparet, quia de eis que testis verisimiliter ignorat, non est ei credendum.*

(g) *Decretales Gregorii IX*, lib. 3, tit. 10: *De his quae fiunt a praelato sine consensu capituli*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 504-505. O título, segundo o manuscrito, seria o 11: *De his quae fiunt a maiore parte capituli*, mas nele não existe nenhum cap. *Cum apostolica*, o qual pertence ao título anterior (o décimo).

(h) *Clementinae*, lib. I, tit. 3: *De electione et electi potestate*, c. 2, § 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1136. Glosa na ed. Parisiis, 1519, fl. 12va.

(i) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 278.

(j) *Digestum*, lib. 50, tit. 17: *De diversis regulis iuris*, l. 184, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 925.

(k) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 1: *De sponsalibus et matrimoniis*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 660.

(l) *Digestum*, lib. 41, tit. 2: *De acquirenda vel amittenda possessione*, l. 38, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 702.

(m) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 20, *ed. cit.*, pp. 60-61.

(n) *Codex Iustinianus*, lib. II, tit. 4, *De transactionibus*, l. 13, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 95.

Item sic: idem cardinales prius ante hoc testimonium quod peribere volunt, omnibus principibus mundi per suas litteras intimaverunt et etiam significaverunt quod elegerunt in summum pontificem dominum Bartholomeum, olim archiepiscopum Barensem, valentem personam, iustam, rectam et san[c]tam, alias ipsum in eisdem litteris multipliciter commendando, quare quod primo sua voce dilucide firmaverunt, non possunt testimonio proprio contrario infirmare, C. de non numerata pecunia, l. Generaliter (o) *[fl. 106v] et extra, de probationibus, c. Per tuas* (p), *et de appellationibus, c. Solicitudinem* (q), *maxime quia tales confessiones deliberate processerunt a dictis cardinalibus collegialiter et non extra collegium et sunt yrrevocabiles, ut est glosa notabilis in c. Ex litteris, de divortiis* (r); *facit l. vi., Ponderet* (s).

Item sic: isti sunt inimici capitales dicti domini Urbani, a tempore quo ab eo recesserunt, ergo contra eum testificari non possunt; consequentia patet, extra, de accusationibus, Cum oporteat (t), *et de simonia, Licet Heli* (u) *et c. Per tuas* (v); *antecedens est notorium, quia ipse idem dominus Urbanus Robertum olim cardinalem Gebenensem et omnes alios cardinales sibi adherentes, specialiter dominum de Luna, eorum culpis exigentibus, omnibus officiis et beneficiis, dignitatibus et honoribus privavit et eorum personas inhabilitavit, ideo sunt eius inimici capitales, ut extra, ut lite non contestata, c. Accedens ii.* (x), *et de restitutione spoliatorum, Item cum quis* (y).

Item ad id: dicti cardinales a tempore recessus, quo recesserunt a dicto domino Urbano, conspiraverunt et etiam conspirare non desinunt incessanter contra dictum Urbanum, multos et varios tractatus, conventicula et consilia in pape et status sui subversionem tenendo, faciendo et committendo, ergo contra eum in testimonium audiri non debent nec sibi debet credi; consequentia patet per dictum c. Licet Heli (z) *et c. Per tuas* (a), *de simonia, etiam si fuissent conspiratores ad bonum, ut notant Hostiensis et Innocentius, extra, de sententia et re iudicata, Cum I et A, in glosa finali* (b), *et Archidiaconus, de*

(o) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 30: *De non numerata pecunia*, l. 13, ed. KRUEGER, *Corpus Iunis Civilis*, II, p. 170.

(p) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 19: *De probationibus*, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 313.

(q) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 28: *De appellationibus*, c. 54, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 432-433.

(r) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 19: *De divortiis*, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 721-722. Glosa na ed. Venetiis, 1514, fl. 427a-427b.

(s) Não consegui identificar esta citação.

(t) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 1: *De accusationibus...*, c. 19, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 740-741.

(u) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 3: *De simonia...*, c. 31, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 760-761.

(v) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 3: *De simonia...*, c. 32, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 761-762.

(x) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 6: *Ut lite non contestata...*, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 261-263.

(y) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 13: *De restitutione spoliatorum*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 282.

(z) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 3: *De simonia...*, c. 31, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 760-761.

(a) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 3: *De simonia...*, c. 32, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 761-762.

(b) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, tit. 27: *De sententia et re*

verborum significatione, c. Constitutionem, li. vi. (c); *antecedens clare constat ex suis actis et processibus.*

Item sic: commodum vel dampnum istius cause et futurus eius eventus respicit personas, et status dictorum cardinalium, sive respicit incidenter, sive principaliter, sive pro tempore presenti, sive pro preterito, sive pro futuro, ergo in ea testificari non possunt; antecedens est notorium, qui[a] *si Urbanus est papa, ipsi subscribentes non sunt cardinales, et sic ex suo facto dependet eorum honor, et habet se ad esse et non esse et ad dampnum et comodum; consequentia est satis notoria, quia ubicunque aliquod dampnum vel comodum ex causa, in qua testimonium fero, possum sequi principaliter vel secundario, ibi dicitur causa mea propria, ff. quando appellandum sit, in l. i., § In propria* (d), *notat Cinus in l. Omnibus, C. de testibus* (e), *l. Parentes, eodem titulo* (f), *iiii. q. iii. § Nullus* (g), *ymo sola affectio presumpta repellit quem a testimonio, sicut dicimus in* [*fl. 107*] *prosoneta id est donantem auctoritatem, de testibus, § penult.* (h), *et est nota doctorum in l. Deferre, ff. de iure fisci* (i); *ergo sequitur quod sibi non est credendum.*

Item si crederetur cardinalibus et eorum assertioni contra dictum dominum Urbanum, sequeretur quod quando vellent, possent papam a papatu removere; hoc est falsum, ergo principium antecedentis stat, quia esset in potestate cardinalium post electionem dicere quando vellent quod metu alicuius principis talem elegerunt vel quod animo et intentione quod non esset verus papa electus, quod confirmatur ex notatis per Ioannem Andree in c. i., de renuntiatione, lib. vi., in novella (j), *ubi tenet quod si cardinales asserunt papam papatui renuntiasse et ipse negat, non creditur eis; idem et multo magis debet esse si dicunt eum elegisse, quia prior actus scilicet renuntiationis erat collegialis, timor autem seu impressio sunt extracollegiales.*

Item sic: cardinales non maiorem habent potestatem quam a canone sit sibi concessa et ultra se intromittendo, nichil agunt, ut in c. Amputato, [*x*]*xv. q. ii.* (k). *Item iura communia, sede non vacante, nullam dant sibi potestatem, nisi quod, sicut coadiutores et consiliatores in executione officii sacerdotalis, ut c. Fundamenta, § Decet, extra, de electione* (l);

---

iudicata, c. 22, *ed. cit.*, p. 377; HENRICI DE SEGUSIO CARDINALIS HOSTIENSIS *In secundum Decretalium librum commentaria*, tit. 27: *De sententia et re iudicata*, c. 22, Venetiis, 1581, pp. 168v-169.

(c) ARCHIDIACONUS, *Super Sexto Decretalium*, Lugduni, 1547, lib. V, tit. 12: *De verborum significatione*, c. 2, p. 127.

(d) *Digestum*, lib. 49, tit. 4: *Quando appellandum sit, et intra quae tempora*, l. 1, § 11, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 876.

(e) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 20: *De testibus*, l. 10, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 158. CYNUS PISTORIENSIS, *In Codicem... commentaria...*, ed. Francoforti ad Moenium, 1578, lib. 4, tit. 20: *De testibus*, l. 10 *(Omnibus)*, fl. 218.

(f) *Codex Iustinianus*, lib. 5, tit. 20: *De testibus*, l. 6, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 158.

(g) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa IV, quaestio III, § 24, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 540.

(h) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 20: *De testibus*, l. 19, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 160. — Sobre a palavra *proseneta* ou *proxeneta* cf. *Digestum*, lib. 50, tit. 14: *De proxeneticis*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, pp. 907-908.

(i) *Digestum*, lib. 49, tit. 14: *De iure fisci*, l. 18, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 881.

(j) JOHANNIS ANDREAE *In sextum Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, lib. I, tit. 7: *De renuntiatione*, cap. 1, fl. 41v.

(k) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXV, quaestio II, c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1014-1015.

(l) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 17, § *Decet*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 957. No ms. vêm indicadas erroneamente as *Decretales Gregorii IX.*

tunc arguo sic: sede vacante, nulla est regulariter concessa potestas nec officium cardinalibus, nisi eligendi, ut in c. Ubi maius, de electione, li. vi° (m) *et c. Ne Romani, eodem titulo, in Clem.* (n); *sede vero non vacante, solum habent officium consulendi, ergo ad officium testificandi in casu electionis vel super electione, maxime de metu extrinseco, sicut de violentia vel impressione, ex quo a iure sibi non creditur, admitti non debent; corroboratur, quia cardinales quidquid potestatis habent, a papa habent et non alias, ut notat Archidiaconus in c. Ubi maius, super verbo Ydoneum, de electione, lib. vi* (o), *sed talem potestatem canon vel papa non sibi concessit quod testificentur de metu extrinseco electionis contra papam vel illum qui dicitur electus, ergo ad talem actum admitti non debent; ex hoc dicimus quia in Curia Romana nullam potestatem iudicandi habent, nisi quatinus a iure sibi conceditur, quia nullus est in Curia ordinarius, nisi papa, ut notat Archidiaconus in c. Experientie, xi. q. i.* (p).

Item sic: si id quod minus videtur inesse inest et id quod magis, ut in c. Cum cunctis, de electione (q), *et l. Nec natalles, C. de [fl. 107v] probationibus* (r), *sed minus videtur inesse quod contra assertionem pape de facto alieno non admitteretur probatio in contrarium et tamen admittitur, ut probabitur; ergo multo magis contra assertionem cardinalium; consequentia patet per c. Litteras* (s), *cum ibi notatis in glosa super verbo Fecisse narramus, in Clem.* (t). *Quod autem hic sit factum alienum apparet, quia metus qui dicitur illatus a Romanis, super facto Romanorum fundatur et sic non super facto quod continet pars cardinalium, nec actum suum proprium et intrinsecum, ymmo extrinsecum et alienum.*

Item sic: cardinales conantur probare impressionem, quam dicunt sibi illatam, per istam scripturam; crimen non probatur per scripturam, sed impressio est crimen, maxime cum armis, quia est publica, ergo per talem scripturam, etiam si publica reputetur, quod non creditur, dicta impressio probari non potest; de antecedenti notat specialiter Johannes Andree in c. Semel malus, de regulis iuris, li. [vi] (u), *Bartolus vero ff. Ad Turpillianum, l. In senatus,* (v), *Cinus in l. penultima, C. de probationibus* (x); *quod impressio et violentia sit crimen publicum, maxime cum armis, clare patet, ff. Ad legem Iuliam de vi*

(m) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 946-949.

(n) *Clementinae*, lib. I, tit. 3: *De electione et electi potestate*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1135-1136.

(o) ARCHIDIACONUS, *Super Sexto Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 3, palavra *Et idonea*, Lugduni, 1547, fl. 17va.

(p) ARCHIDIACONUS, *Super decreto*, II pars, Causa XI, quaestio I, c. 15, Lugduni, 1558, fl. 192a.

(q) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51-52.

(r) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 19: *De probationibus*, l. 10, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 157.

(s) *Clementinae*, lib. II, tit. 7: *De probationibus*, c. único, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1146. Glosa na Ed. Parisiis, 1519, fl. 38a.

(t) *Clementinae*, lib. II, tit. 7: *De probationibus*, c. único, ed. Parisiis, 1519, fl. 38a.

(u) JOHANNIS ANDREAE *In titulum de Regulis iuris novella commentaria*, Venetiis, 1581, regula 8 *(Semel malus)*, fl. 88-88v.

(v) BARTHOLUS A SAXOFERRATO, *Digestum*, lib. 48, tit. 16: *Ad senatus consultum Turpillianum*, l. 15, cod. Vat. lat. 2287, fl. 329va.

(x) CYNUS PISTORIENSIS, *In Codicem... commentaria...*, lib. 4, tit. 19: *De probationibus*, l. 24 *(Iubemus omnes)*, *ed. cit.*, fl. 216v.

publica (y) *et privata* (z). *Idem si sit privatum, ut notatur in c. Cum dilectus, de ordine cognitionum* (a).

Item sic: ubi ista non sufficerent nec fundarent dicta fundamenta, quod non creditur, igitur sic verum est, notorium, publicum et certum continue dictum, communis assertio, communis opinio et fama quod Urbanus a cardinalibus vel a duabus partibus cardinalium electus est in papam animo et intentione quod esset verus papa pure, libere, sponte et voluntarie, absque ulla impressione, iniuria vel tumultu, et quod pro tali fuerit et est habitus, coronatus et intronizatus. Item quod verum, publicum, notorium, continue dictum, assertio et fama quod hec eadem electio ipsi Urbano et populo et toti mundo per dictos dominos cardinales et per alios ex eis de communi et collegiali eorum consensu est et fuit publicata et voce eorum publice magnifesta, habito super hoc tractatu communi et collegiali deliberatione eorum pure et libere, absque ulla impressione et metu, violentia vel tumultu populari, ergo huic facto sive casui per eos tradito non est standum nec ulla fides adhibenda; patet hoc duabus rationibus, primo quia antecedens ex tunc vero(!) apparet eos sibi contradicere, ergo repellendi, ut c. Per tuas, de probationibus (b), *et l. Eos ff. de falsis* (c); *quod declaratur, nam antecedens ponit electionem, intronizationem,* [*fl. 108*] *coronationem omnimode liberam, factum eorum, vel ponit id et habeo propositum vel diversum et implicat contradictionem; probatur et pro Urbano; igitur; vel consequens ponit idem et habeo propositum, vel ponit diversum et tunc apparet eos tollere ius cause proprie, quod non possunt, in regulis iuris, Mutare* (d) *et c. i. Semel* (e), *nam antecedens probatur ex suis verbis, ex sui fama et ex sui veritate, ex sui notorietate, quia sic est notorie Rome et in Romana Curia et per totum mundum et hic. Item ex sui fama nempe domini, ut satis magistraliter difinitur, fama est communis opinio voce magnifesta ex iusta causa proveniens, ut notatur per doctores in l. De minore, § Tormenta, ff. de questionibus, per Bartholum* (f); *constat autem hanc esse opinionem. Item mundus fatetur hoc. Item ex iusta causa proveniens per litteras et confessiones dictorum cardinalium et aliis personis fidedignis, ex quibus sufficit fama oriri, in c. Qualiter et quando ii., de accusationibus* (g). *Item probatur ex sui veritate, ad quam probandam sic ducitur fundamentum adversariorum. Dicant ipsi cardinales quod cardinalibus omnino est credendum, ex eo quod in ea causa nedum melius sciunt veritatem,*

(y) *Digestum*, lib. 48, tit. 6: *Ad legem Juliam de vi publica*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 851.

(z) *Digestum*, lib. 48, tit. 7: *Ad legem Juliam de vi privata*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 852.

(a) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 10: *De ordine cognitionum*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 273-274.

(b) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 19: *De probationibus*, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*. II, col. 313.

(c) Não existe no *Digestum*, nem no *Codex Iustinianus* um título *De falsis*, mas sim *De lege Cornelia de falsis* e *Ad legem Corneliam de falsis*: *Digestum*, lib. 48, tit. 10: *De lege Cornelia de falsis...*, l. 27, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Canonici*, I, p. 857.

(d) *Liber Sextus Decretalium*, lib. V, tit. último: *De regulis iuris*, regula 33, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1123.

(e) *Liber Sextus Decretalium*, lib. V, tit. último: *De regulis iuris*, regula 21, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1122.

(f) BARTHOLUS A SAXOFERRATO, *Digestum*, lib. 48, tit. 18: *De quaestionibus*, l. 10 *(Tormenta)*, cod. Vat. lat. 2287, fl. 332b.

(g) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 1: *De accusationibus...*, c. 17, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 738-739.

ymmo ita perfecte quod nullus alius est qui sic perfecte scire poterit; tunc arguitur sic: ipsi omnes et ex eis quidam, de communi et collegiali eorum consensu, ipsum Urbanum nuntiarunt et publicarunt, magnifestarunt esse verum papam et per illos electum et pro tali eum elegisse et fecisse, absque ulla impressione, metu, iniuria vel tumultu, etc.; ergo verus papa est; sed patet ar[gumentu]m, primo quia voces sunt signa earum passionum, que sunt anima; deinde quia talis presumitur metus ab intra, qualia sunt verba ab extra, l. Labeo, ff. de suppletile legata (h) *et ita omnia et singula supradicta et casum ex sua parte datum, obligatum se probaturos, si et in quantum opus fuerit, per testes fidedignos et per publicas et liberas scripturas. Item per litteras dictorum cardinalium etiam Anagnie existentium suis sigillis vere signatas, collegiales et privatas tempore et loco opportuno; et de predictis omnibus et singulis petunt unum, duo vel tria publica instrumenta vel litteras testimoniales sub sigillo domini nostri regis»* ([278 i]).

Depois dos prelados, foi a vez dos ouvidores, deputados pelo monarca, a apresentarem seus argumentos ou observações à arenga do cardeal. O primeiro a falar foi o deão de Coimbra, D. Rui Lourenço. Começa por advertir que, apesar de terem sido muitas as alegações feitas contra as conclusões do cardeal legado, a defender a obrigação de prestar fé às asserções juradas dos cardeais, contidas no caso, autenticado com as assinaturas e selos deles, insistirá nos argumentos contrários a esta conclusão, bem como sujeitará a crítica as razões alegadas pelo cardeal e terminará por apresentar uma série de dúvidas, em forma de perguntas, sobre o assunto. Antes de mais, vai provar que não se pode prestar fé ao caso dos cardeais ou ao que eles aí declaram, seja como juízes ou testemunhas, seja como publicadores e denunciadores.

Não se deve crer neles como juízes, porque não têm nenhum poder de jurisdição ou autoridade para julgar, segundo se prova pelo direito. Mesmo que pudessem ser juízes, nem por isso se devia crer só neles, sem legítimos documentos, a comprovar suas afirmações. O mesmo se prova também pelo direito, na qualidade de testemunhas, visto dizerem o contrário do que tinham afirmado antes.

Se as primeiras afirmações eram verdadeiras, não se lhes deve dar crédito, porque seria aceitar como verdadeiro o falso. Se não disseram a verdade, pelo facto de Urbano VI não ser papa, então cometeram idolatria, ao adorá-lo e obedecer-lhe, e contribuíram para que o povo fizesse o mesmo, quando o anunciaram como verdadeiro papa. Ao contradizerem-se, tornaram-se indignos de depor neste caso. Eles não só fazem depoimento sobre o falso, como também sobre a qualidade do facto, o que é próprio do juiz e não das testemunhas, conforme ensina Inocêncio IV.

A julgar pelos dizeres do canonista Arcediago, não era bom o propósito que os cardeais tiveram, segundo dizem, de não elegerem ninguém fora do colégio cardinalício nem nenhum italiano. E devem considerar-se suspeitos, sobretudo por serem só os cardeais ultramontanos a dar esse testemunho, que deve rejeitar-se, portanto, como suspeito.

Como publicadores e denunciadores, não se deve igualmente dar-lhes crédito, porque só no momento da elevação do papa à cátedra de Pedro se devia crer no sacro colégio, quando este anunciou a todo o mundo que Urbano VI era verdadeiro papa. Por isso, a teor do direito, se deve crer neles, ao fazerem esta afirmação, e rejeitá-los ao dizerem agora o contrário.

Consta do direito que a incerteza da causa pressupõe a incerteza do efeito. Ora a causa, por que os cardeais publicaram que Urbano VI não era verdadeiro papa, a saber a nulidade da

---

(h) *Digestum*, lib. 33, tit. 10: *De suppellectile legata*, l. 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 518.

([278 i]) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Barb. lat. 872, fls. 104-108.

eleição por causa da pressão, apresenta-se destituída de credibilidade. E assim como não são dignos de fé no facto da pressão, mas repelidos como testemunhas pelo direito e em virtude das razões alegadas da parte dos prelados, não há obrigação de acreditar neles como denunciadores ou publicadores da eleição.

Ao publicarem que Urbano VI fora eleito, desempenharam o seu ofício. Não podem, portanto, intrometer-se noutra publicação, conforme o direito. Se não podem ser juízes neste assunto, também não podem ser denunciadores, porque a publicação tem o fim de declarar que Urbano VI não é papa e não se deve obedecer-lhe como tal, mas esta sentença ou pena só a poderia dar um juiz, conforme ao direito, que lhes não permite serem juízes no caso.

A seguir, apresenta as suas objecções contra os argumentos usados pelo cardeal. Quanto ao texto do Deuteronómio, declara tratar-se aí de casos duvidosos, originados em controvérsias ventiladas perante juízes inferiores, nos quais, em face de opiniões diversas, se deve recorrer ao papa e aos cardeais, para aclararem as dúvidas, mediante decisão apropriada, embora tal poder seja competência exclusiva do papa, segundo o Evangelho, visto o poder dos cardeais provir do papa, conforme exposição do Arcediago.

Os cardeais não podem virar-se contra o eleito e entronizado por eles mesmos. O texto correlativo da autêntica sobre a pena, a impor aos desobedientes, não fala de sacerdotes no plural, mas no singular. Em tais casos, os cardeais assistem ao papa, como consultores, mas a sentença é dada por este, a quem só cabe a plenitude do poder.

Quanto à razão de todo o cristão estar obrigado a acreditar nos apóstolos, observa que tal dever diz respeito ao que os apóstolos anunciavam de Cristo como contido na lei e nos profetas, aos quais havia a obrigação de crer, sem intervenção de outro pregador. Além disso, não se segue que da obrigação de acreditar nos apóstolos, decorra a de acreditar nos cardeais. A comparação poderia referir-se ao tempo anterior ou depois da descida do Espírito Santo. Antes de serem confirmados pelo Espírito Santo, os apóstolos não eram boas testemunhas e um deles até negou a Cristo e outro não queria acreditar na Ressurreição. Depois de fortalecidos com a vinda do Espírito Santo, a comparação perde todo o valor, porque, se os cardeais imitassem os apóstolos, não teriam receado a morte nem vindo a tão pernicioso crime, como também não teriam obedecido a quem não tinham como verdadeiro papa nem comunicado com ele, sobretudo na celebração da missa e recepção de sacramentos. Muito menos teriam recebido dele benefícios e outras graças e anunciado ao mundo que era papa, com mostras de idolatria.

Quanto ao argumento do ofício específico dos cardeais de elegerem o papa, motivo por que se deveria crer em suas afirmações a este respeito, Rui Lourenço vê nele uma razão contrária aos cardeais. Se estes receberam tal ofício de toda a Igreja e por todos os católicos deve ser tido como eleito canonicamente quem eles disserem e não outrem, então deve ter-se como papa canonicamente eleito Urbano VI, porque assim o afirmaram. E se dizem que este não é papa, mas sim Clemente VII, não merecem crédito por várias razões, primeiro por terem dito antes o contrário, segundo por isso equivaler a conhecimento judicial sobre o direito do papado, proibido pelo direito, e terceiro por todo o colégio cardinalício ter publicado que Urbano VI era papa. Os doze cardeais ultramontanos, que são suspeitos, publicaram o contrário, mas os primeiros são mais dignos de crédito, primeiro por ser afirmação deles, segundo por serem mais numerosos, terceiro porque os outros dizem o contrário do que tinham dito antes, e quarto por serem suspeitos, ao oporem-se a Urbano VI e elegerem outro, tornando-se inimigos capitais do primeiro eleito, com perigo de perderem o próprio estado de cardeais.

Neste particular, as crónicas não têm valor, ao dizerem que os cardeais sempre estiveram com o papa de Roma, porque os negócios jurídicos não se resolvem judicialmente com exemplos, mas sim com o direito. O que tem acontecido até hoje pode não acontecer no futuro, mas sim o contrário

O facto de estarem hoje com Clemente VII todos os cardeais antigos não constitui razão de valor em contrário, pois não estavam com ele quando foi feita a publicação. Além disso, com Urbano VI está um só deles e desconhece-se o que os outros disseram.

Relativamente ao privilégio dos cardeais de se crer neles sem juramento, o deão de Coimbra nega a sua existência no Corpus Iuris. *Se porventura se observa tal costume na Cúria como prerrogativa dos cardeais, isso era contra o direito escrito, visto não se poder crer em ninguém, mesmo com dignidade presidencial, sobretudo em negócio de tanta monta, como é o de destituir quem está na posse do papado, senão dentro das normas do direito. Seus dizeres seriam tidos como verdadeiros, se eles não tivessem dito já o contrário, pelo que não merecem crédito, como se disse.*

Sobre o argumento da ponderação da verdade da notícia, como fundamento para a obrigação de acreditar nos cardeais, responde que a dúvida pode ser por outros esclarecida, conhecida e provada melhor que pelos cardeais, e deve também ser provada por outros. Só aos cardeais a depor não se deve dar crédito, porque, relativamente ao que se fez no conclave, já 16 depuseram o contrário do que eles agora afirmam. E por isso a esses dezasseis se deve crer mais que aos doze, a deporem o contrário. Igualmente pode conhecer-se melhor por meio de outros o sucedido fora do conclave. Quanto à consciência de cada um, não se lhes deve dar crédito, ao dizerem agora o contrário do que tinham declarado, pois já tinham revelado antes suas consciências, e se agora dizem o contrário, não são dignos de fé, a teor do direito. É certo que, tratando-se de conhecer a consciência de alguém, se deve ater ao seu juramento, quando não é possível obter a prova doutro modo ou não está em causa um grande perigo, nos casos referidos pelo direito, mas não quando alguém tiver já dito o contrário.

A ponderação da necessidade de direito alegada teria razão de ser se os cardeais nunca o tivessem reputado como verdadeiro papa e não tivesse sido eleito por duas partes, porque, neste caso, não o podem rejeitar nem lhes cabe direito algum de juízes.

Quanto à obrigação de crer nos cardeais por necessidade de certeza da fé, aceita esta razão e conclui doutro modo, ou seja que para o povo não ser enganado com diferentes informações, ater-se-á à primeira informação, fornecida por todo o colégio e aceite por todo o mundo. Se eles se não tivessem afastado dela, não se teria dado a tribulação do cisma. Por isso, na dúvida, é preferível aceitar a primeira, a cair na perplexidade causada por informações contrárias.

À razão da necessidade da relação oposta, nega possa justificar a conclusão do cardeal, porque só teria aplicação se eles não tivessem afirmado antes o contrário, sobretudo porque todo o colégio cardinalício afirmou o que agora parte do colégio nega.

Relativamente aos exemplos, referidos nas crónicas, adverte não constituírem eles direito, conforme consta claramente do proémio das Decretais.

A terminar, uma série de quesitos. Vós dizeis — observa Rui Lourenço — que por causa do medo não pudestes deliberar quanto à idoneidade da pessoa a eleger. Como queríeis deliberar quanto à pessoa, se tencionáveis rejeitá-la e não tê-la como papa? Que fizestes naqueles onze dias desde a morte de Gregório XI até à eleição? Se não críeis que o eleito fosse papa, porque dizeis então que o elegestes como o mais conhecido por vós e mais experimentado nos negócios da Cúria? Se o elegíeis para escapar ao perigo da morte, então porque não anunciastes aos Romanos a eleição já feita, quando ele, durante o tumulto, estava no palácio apostólico? E qual era a consciência com que recebíeis os juramentos dele e os sacramentos, se sabíeis que era anticristo? Porque recebíeis benefícios e realizáveis várias coisas com ele, que eram mais actos provenientes da vontade que de necessidade? E porque mandáveis cartas pelo mundo a dizer que Urbano VI era verdadeiro papa, quando a isso ninguém vos constrangia e poderíeis, portanto, não enviá-las, precisamente porque não éreis constrangidos?:

«*Sequuntur argumenta auditorum deputatorum per regem Portugalie et ponuntur primo alle[gationes] decani Colimbriensis.*

Quamvis multa fuerint allegata contra conclusionem positam per dominum cardinalem, in qua tenuit fore credendum dominis cardinalibus in hiis que dicunt et cum iuramento asserunt in suo casu, propriis subscriptionibus et sigillis roborato, tamen gratia perquirende veritatis contra prefatam conclusionem instabo; deinde ad rationes, per quas dicta conclusio roboratur, evadam; tandem aliqua dubia per modum quesiti movebo.

[fl. 108v] Ad primum ergo veniens, probo predicto casui nulla fides sit adhibenda, quoniam aut dictis cardinalibus debet credi, ut iudicibus aut ut testibus, aut ut publicatoribus et denuntiatoribus. Sed nullo istorum modorum eis credi debet; ergo, etc. Maior patet a sufficiente divisione, sed minorem probo.

Et primo quod non debeat eis ut iudicibus credi; et hoc sic: collegium cardinalium quoad hoc nullam habet potestatem, alias iurisdictionem vel auctoritatem iudicandi, ergo eis ut iudicibus non debet credi. Probatur consequentia, ii. q. i., In primis (a), *de consuetudine, Ad nostram* (b), *et C. Si a non competente iudice, per totum* (c); *probatur antecedens per Clem., Ne Romani, de electione* (d), *lxxix. di., § finali* (e), *iii. q. i., § Patet* (f), *Licet enim electio Romani pontificis ad cardinales pertineat, eiectio tamen electi in papam ad nullum pertinet, ut in illis iuribus, nec reperitur iure canonico quod ipsi super hoc habebant iurisdictionem; dato quod essent iudices, adhuc eis solis non videtur credendum, nisi quantum constaret legitimis documentis, de probationibus, Quoniam contra falsam* (g).

Item quod eis ut testibus credi non debeat probatur, quia deponunt contrarium eius quod iam deposuerunt; ergo, vel primum fuit verum vel non; si verum, ergo minime est eis credendum, quia si unum contrario est verum, etc., xxxii. di., Hospiciolum (h), *cum concordantiis; si autem fuit falsum, ergo minime eis non (!) est credendum, de testibus, Testimonium* (i), *et de probationibus, Licet* (j). *Item si primum falsum dixerunt quod Urbanus non erat papa, ergo fuerunt ydolatre sibi obediendo et fecerunt populum ydolatrare eum pro vero papa, populo nuntiando, contra ea que habentur de celebratione mis-*

(a) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaestio I, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 439-442.

(b) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 4: *De consuetudine*, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, coi. 36-37.

(c) *Codex Iustinianus*, lib. 7, tit. 48: *Si a non competenti iudici iudicatum esse dicatur*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, pp. 316-317.

(d) *Clementinae*, lib. I, tit. 3: *De electione et electi potestate*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1135-1136.

(e) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, *dictum post* c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 279.

(f) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio I, *dictum post* c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 506-507.

(g) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 19: *De probationibus...*, c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 313-314.

(h) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 32, c. 17, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 122-123.

(i) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 20: *De testibus et attestationibus*, c. 54, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 340.

(j) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 19: *De probationibus*, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 311-312.

sarum, De homine (k), *cum concordantiis, nec hoc facere debuerunt propter aliquod mortis periculum, xxxii. q. v., Ita ne* (l), *quod metus causa, Sacris* (m); *facit ii. Machabeorum, vi. c.* (n), *ibi: «non enim etatem nostram (!) dignum est fingere»; que historia bene facit contra dominos cardinales et sic testimonio in isto casu rediderunt se indignos; semper enim presumitur maledicere qui aliquem maledixit, ff. de accusationibus, Si cui, § Iisdem* (o); *sufficiat regula Semel, li. vi.* (p).

Item domini cardinales non solum deponunt circa falsum, ymmo circa facti qualitatem, quam pensare non est testis, sed iudicis; sufficiant notata per Innocentium in c. Cum causam, de testibus (q).

Item propositum dominorum cardinalium quod dicunt se habuisse quod scilicet non eligeretur de extra collegium et nec ultramontanum, non videtur fuisse bonum, [*fl. 109*] *nec patet per notata per Archidiaconum in c. Ubi maius, de electione, li. vi.* (r), *super verbo Condicti* (s), *ergo in hoc testificando presumuntur esse suspecti, maxime quia id solum cardinales ultramontani testimonium peribent et non alii et sunt testimonia suspecta, que non sunt recipienda, iiii. q. iii., Testium fides, in fine* (t), *cum concordantiis.*

Item tertio et ultimo probo quod eis credi non debeat tanquam publicatoribus et denuntiatoribus; hoc sic: solum sacro collegio dominorum cardinalium in assumptione Romani pontificis est credendum; set dictum collegium toti mundo denuntiavit Urbanum fore verum papam, ergo de eo quod erat verus papa est credendum nec dicentibus nunc contrarium est adherendum, de probationibus, Per tuas (u), *l. Generaliter, C. de non numerata pecunia* (v).

Item incertitudo cause presuponit incertitudinem effecti, lxviii. di., Corepiscopi (x), *de homicidio, Ad audientiam* (y), *de sponsalibus, De muliere* (z), *cum similibus.*

(k) *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 41: *De celebratione missarum*, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 640.

(l) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXII, quaestio V, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1132.

(m) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 40: *De his quae vi metusve causa fiunt*, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 220.

(n) 2 Mac. 6, 24.

(o) *Digestum*, lib. 48, tit. 2: *De accusationibus...*, l. 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 842.

(p) *Liber Sextus Decretalium*, lib. V, tit. último: *De regulis iuris*, regula 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1122.

(q) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, tit. 20: *De testibus*, c. 37, *ed. cit.*, p. 319.

(r) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 946-947.

(s) ARCHIDIACONUS, *Super Sexto Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 3, palavra *Condicti*, ed. Lugduni, 1547, fl. 17va.

(t) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa IV, quaestio III, § 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 538-539.

(u) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 19: *De probationibus*, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 313.

(v) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 30: *De non numerata pecunia*, l. 13, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 170.

(x) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 68, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 255.

(y) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 12: *De homicidio voluntario vel casuali*, c. 12, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 797-798.

(z) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 1: *De sponsalibus et matrimoniis*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 662.

Sed causa, propter quam domini cardinales publicaverunt Urbanum non esse papam, est talis quod de ea non debet eis credi; ergo nec de eius effectu; tenet consequentia, sed minorem probo, quoniam causa publicationis est nullitas electionis, propter impressionem, sed de impressione non est eis credendum, quia non possunt in facto isto admitti ut testes, ut supra probatum est, et per rationes dictas pro parte prelatorum; ergo, etc. Confirmatur, quia publicando electionem de Urbano factam, functi sunt officio suo; ergo de alia publicatione se intromittere non possunt, de officio delegati, In litteris (a), *cum concordantiis.*

Item domini cardinales in isto negotio non possunt esse iudices, ergo nec publicatores aut denuntiatores; antecedens probatum est supra, sed consequentia probatur, quia ista publicatio habet vim [et] finem declaratorie et munitorie, quod scilicet Urbanus non est papa et quod non obediatur sibi et quod e[iectus] a papatu, in cuius possessione illorum auctoritate est, qua eum eligere et intronizare potuerunt, sed talis sententia vel pena non potest inferri nisi per iudicem, ut xxxiii. q. ii., Seculares (b); *ergo, etc.; ista enim possessionis privatio pena est et per iudicem solum imponenda, ut eadem causa et questione, § In hoc* (c), *etiam si vitium sit notorium, de divortiis, per totum* (d), *cum concordantiis.*

Nunc vado ad rationes in contrarium et primo ad textum qui allegatur Deutero. xvii. (e), *respondetur quod, ut ex eodem textu loculenter apparet, loquitur de questionibus dubiis, que deducuntur [fl. 109v] in controversiam coram iudicibus inferioribus, in quibus, si fuerunt diverse opiniones, recurrendum est ad papam et ad cardinales, ad quos spectat decisio talium verborum; hoc enim volunt verba illa «venies ad sacerdotes levitici generis et ad iudices» et cetera contemplativa et contemplantur diversa, de electione, Quia papa* (f); *iniungit enim hic papam et cardinales, licet ista coniunctio non sit necessitatis, quoniam ad solum papam hoc pertinet, cui soli fuit dictum Quodcunque ligaveris, etc., Mathei xvi°* (g). *Cardinales enim non habent aliquam potestatem nisi a papa, ut plurime deducit Archidiaconus in dicto c. Ubi maius, super verbo Ydoneo* (h). *Hanc expositionem latius et clarius ponit glosa predicti textus et papa in c. Per venerabilem, qui filii sunt legitimi* (i); *non ergo est recurrendum ad expositiones improprias contra mentes textuum, ut cum reverentia patroni mei domini Alvari loquatur; videtur enim quod in casu nostro, ubi de papatu agitur, in quo nulla exceptio admittitur, ut de electione, Licet* (j), *nec accusatio, nisi de heresi, xl. di.,*

(a) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 26: *De officio et potestate iudicis delegati*, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 160.

(b) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 33, quaestio 2, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1150-1151.

(c) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 33, quaestio 2, *dictum post* c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1152.

(d) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 19: *De divortiis*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 720-725.

(e) Deut. 17, 8-12.

(f) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 42, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 88-89.

(g) Mat. 16, 19.

(h) ARCHIDIACONUS, *Super Sexto Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 3, palavra *Idoneo*, ed. Lugduni, 1547, fl. 17va-17vb.

(i) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 17: *Qui filii sint legitimi*, c. 13, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 714-716. A glossa do *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6, c. 3, na ed. Parisiis 1519, fls. 24va-26vb. Glossa do Deuter. 17, 8-12 na ed. da Bíblia, Lugduni, 1545, fl. 350. Glossa às *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 17, c. 13, na ed. Venetiis, 1514, fls. 424a-424b.

(j) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

Si papa (k), *tanta per tantas tribuatur quod possint se opponere contra electum per ipsos et intronizatum et eis debeat in hoc credi, ymmo magis videtur quod deberent formidare contenta in finali auctoritatis supradicte, ibi: qui autem superbierit r olens* (k') *obedire, etc., ubi est advertendum quod imponenda pena non obedientibus non loquitur de sacerdotibus in plurali, sed de sacerdote in singulari, et sic vellit misericordie (!) quod licet domini cardinales adsint summo pontifici ut consultores, sententia tamen lata non causetur esse nisi Romani pontificis, qui solus habet non solum potestatem ymmo plenitudinem potestatis, de usu palii, Ad honorem* (l).

Ad secundum argumentum, cum dicitur quilibet christianus tenetur credere apostolis, etc., respondeo dupliciter, primo quod ideo credebatur apostolis de Christo, quia de illis, que de eo denuntiabant, continebatur in l[ege] et prophetis, quibus sine alio predicatore credere tenebantur, vel dico quod non tenet consequentia scilicet debeo credere apostolis, ergo et cardinalibus, quia si comparemus apostolis, antequam essent confirmati, et tunc nichil probat, quia nec ipsi erant boni testes, ymmo unus negavit Christum et alius nolebat credere Ressurrectionem, etc., aut postquam fuerunt confirmati per adventum Spiritus Sancti, et tunc non est bona comparatio, quia si domini cardinales fuissent ymitati apostolos, non timuissent mortem, ne veniretur ad tantum scisma, et nec obedivissent illi quem non crederent verum papam nec communicassent cum eo, maxime in fractione panis et perceptione sacramentorum, nec recepissent ab eo beneficia et alias gratias, nec ipsum [fl. 110] denuntiassent mundo papam esse, ut facerent totum mundum idolatrare nunc; igitur, si[c] eis credetur et istis dominis cardinalibus non; debemus enim verisimiliter dubitare, sicut voluerunt, quo[d] modo vellint mundum decipere.

Ad tertiam rationem respondeo et dico quod facit in terminis contra dominos cardinales. Si enim a tota Ecclesia est hoc officium cardinalibus impositum, ut ipsi per electionem canonicam creent Romanum et universalem pontificem, ergo eis asserentibus: istum canonice elegimus et non alium, ab omnibus catholicis est tenendum; sed hoc ipsi asseruerunt de Urbano, ergo illum tenere debemus pro papa; et si dicatur, quod non dicunt, Urbanum non esse papam, sed Clementem, dico quod hoc eis non debet credi multiplici ratione, primo quia primo contrarium dixerunt, ut in c. Per tuas, de probationibus (m). *Item si hoc esset cognoscere de iure papatus, quod cuiquam non licet, lxxix. di., c. finali* (n). *Item quia totum collegium publicavit Urbanum fuisse papam, sed non (!) solum xii. cardinales ultramontani, ex certis rationibus suspecti, publicarunt contrarium, ergo primis magis est credendum, primo quia astruunt affirmativam, secundo quia sunt plures, tertio quia nunc dicunt contrarium eius quod iam dixerunt, quarto quia suspecti, quia iam se contra Urbanum opposuerunt et alium elegerunt et se inimicos capitales rediderunt et se in periculo perdendi status suos posuerunt; nec obstat quod dicitur de cronicis, quod scilicet semper cardinales tenuerunt cum Romano papa, quia non exemplis, sed iuribus est iudicandum et quia secundum quousque nunc contingit, potest contingere contrarium in futurum; nec obstat quod hodie omnes cardinales antiqui sunt cum Clemente, quia tempore, quo ista publicatio et denuntiatio fuit facta, non erant et illud tempus debet inspici an*

(k) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 40, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 146.

(k') *qui autem superbierit nolens*] No ms. *quo autem superbis erit nobis.*

(l) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 8: *De auctoritate et usu palii*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 101.

(m) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 19: *De probationibus*, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 313.

(n) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 279.

valeat vel non, de rescriptis, Si eo tempore, li. vi. (o), *cum concordantiis, nec etiam hodie est cum eo, nisi unus de illis, et quid alii postea dixerunt ignoramus.*

Item ad id quod tertio dicitur quod est privilegium cardinalium quod eis sine iuramento credatur, respondeo non, quod istud privilegium non est in corpore iuris clausum, ymmo et si propter prerogativam, quam habent, ita observetur in Curia, est tamen contra ius scriptum, quia non debet credi alicui, etiam si presidali prefulgeat dignitate, [*ut*] *notat Speculator, ti. de testibus, § i., ver. Sed et quod dixi* (p), *etc., maxime in tanto negotio, ubi de destituendo uno, qui est in possessione papatus, agitur. Item illud haberetur verum, nisi iam dixissent contrarium; quo casu non debet eis credi, ut dictum est supra.*

Ad id quod secundario principaliter arguitur quod debet credi dominis [*fl. 110v*] *cardinalibus, pensata notitie veritate, respondeo quod illud, super quo est dubium, semper potest sciri et probari melius quam per cardinales et per alios debet probari et eis solis in hoc non credi, primo quia, ut iam dixi, de eo quod est factum in conclavi, iam xvi. deposuerunt contrarium eius quod isti modo asserunt, ergo eis potius quam xii. contrarium deponentibus est credendum. Item de eo quod est factum extra, potest sciri per alios melius quam per cardinales; de conscientiis etiam cuiuslibet non debet eis credi, sed aliter dixerunt nunc quam tunc dixerunt, primo quia sunt singulares, ut in c. Cum dilecti, de electione* (q). *Item quia iam suas conscientias expresserunt; ergo si modo contrarium dicant, non debet eis credi, xxii. q. iiii.* (*!*), *Humane aures* (r). *Et cum dicitur quod, cum de conscientia alicuius queritur, stat*[*ur*] *eius iuramento, verum est cum aliter res probari non potest, vel cum non vertitur magnum periculum in casibus a iure expressis, non ibi* (*!*) *aliquis contrarium dixisset, ut hic.*

Ad id quod tertio principaliter dicitur quod est credendum dominis cardinalibus, ponderata iuris necessitate, et primo quod collegium cardinalium, etc., respondeo quod hoc habetur verum quando nunquam habitus per eos pro papa neque a duabus partibus electus, quo casu loquitur c. Si quis pecunia (s), *alias autem non est qui expellat eum, ut § Patet allegato* (t), *ibi, quo casu iudex non invenitur.*

Ad secundum, cum dicitur quod est credendum cardinalibus de necessitate certitudinis fidei, dico quod concedo et ideo, ne secundum diversas informationes populus decipiatur, stabo prime informationi facte a toto concilio (*!*) *et recepte a toto mundo, a qua, si non recessissent domini cardinales, non fuissemus in ista tribulatione scismatis, in qua sumus, et ideo videtur standum eidem in dubio magis quam per contrarias informationes incidere in perplexum.*

Ad istud quod tertio dicitur quod credendum est cardinalibus ex necessitate oppositе relationis, respondeo dupliciter, primo negando consequentiam, nam non sequitur cardinalibus credere quod per electionem canonicam elegerunt verum papam, ergo quod

---

(o) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 3: *De rescriptis*, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 940.

(p) GUILIELMI DURANDI *Speculum iuris*, lib. I, tit. *De teste*, § 1, palavra *Sed et quod dixi*, ed. Venetiis, 1576. Não encontrei neste § tal asserção.

(q) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 32, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 77-79.

(r) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXII, quaestio V, c. 11 *(Humanae aures)*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 885.

(s) *Decrerum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 278-279.

(t) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio I, *dictum post* c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 506-507.

non elegerunt, quoniam non (u) *sunt cause et ideo talis negativa indeterminata est improbabilis, de probationibus, Quoniam contra* (v), *vel aliter dico quod verum est quod credentur quod non elegerint, quia antea contrarium firmaverunt, ut hic, maxime quia totum collegium affirmavit et nunc pars collegii negat.*

Ad probationem que inducitur ultimo per istorias, respondeo quod in illis istoriis potuit esse quod fuit alius modus servatus, qui hic exponuntur, ac circa earum solutionem volo instare, que non faciunt ius, per quod clare possum dicere de illa que fuit decisa de c. i., de scisma (x), *quia ex quo fuit decisa, constat quod non facit ius, ut in prohemio decretalium* (y).

Nunc pro clariori informatione conscientie mee quero de infrascriptis: [*fl. 111*] *Primo quia dicitis quod propter metum non potuistis deliberare de persona ydonea eligenda, ad quid volebatis deliberare de persona, si eam intendebatis repellere et pro papa non habere? Item quid fecistis in illis xi. diebus, qui effluxerunt a tempore mortis domini Gregorii usque ad electionem? Item si electum non credebatis fore papam, quare dicitis quod eligebatis eum tanquam vobis magis notum et in factis Curie magis expertum? Item si eligebatis eum ad evitandum mortis periculum, quare non publicatis Romanis factam electionem de eo, cum tempore rumoris ipse esset in palatio? Item cum qua conscientia recipiebatis ab eo iuramenta, alias sacramenta ecclesiastica,* [*si*] *sciebatis eum apostaticum et antichristum? Item quare recipiebatis beneficia et alia cum eo faciebatis, que magis fiebant ex voluntate quam aliqua necessitate? Item quare mittebatis in litteris vestris secretis, a*[*d*] *dicendum per mundum quod esset verus papa, quia ad hoc non cogebamini et poteratis non mittere, ex quo non cogebamini?*

Hec sunt scripta cum correptione V. P., causa brevitatis investigande» (!) (278 k).

Seguem-se as alegações, talvez do bispo de Viseu, como disse, o qual anuncia, logo de início, o objectivo delas ou seja da dúvida se há obrigação de crer nos cardeais, quanto ao conteúdo do caso, a provar que Urbano VI era intruso no papado e se lhe não devia obedecer, por exigência da salvação, ou se, ao contrário, não se deve crer nesse caso oferecido pelo cardeal. E é esta última parte que ele vai provar.

Os cardeais são denunciadores do facto ou autores do caso. Em tais denunciadores, segundo o direito, não se deve crer, sobretudo quando está em causa tão grande pena. Também segundo o direito, os pais, filhos e irmãos não são admitidos nas causas de crimes capitais, como acusadores ou denunciadores do crime dos respectivos consanguíneos, pelo que os cardeais, tidos nessa conta, segundo o direito e João André, não podem ser admitidos como denunciadores do papa. A determinação do direito, segundo a qual, se alguém merece uma pena, não deve receber um prémio, impede que os cardeais, assim denunciantes, e, portanto, merecedores de castigo, sejam premiados com a obrigação de se acreditar neles.

Prova-se que há o dever de acreditar na publicação que os cardeais fizeram da eleição de Urbano VI e, por conseguinte, não se deve crer nas suas afirmações do caso, porque é do direito a prevalência do primeiro depoimento, quando a testemunha, chamada a depor, uma segunda vez,

---

(u) No ms. espaço em branco e repetida a palavra *non*.

(v) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 19: *De probationibus*, c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 313-314.

(x) Cf. nota (l) da pág. 372.

(y) *Decretales Gregorii IX*, proémio, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1-2.

(278 k) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Barb. lat. 872, fls. 108-111.

sobre o mesmo facto, disser o contrário no segundo depoimento. Na verdade, é manifesto que sobre o mesmo facto da eleição de Urbano VI os cardeais depuseram o contrário ao povo, porque primeiro anunciaram que ele era verdadeiro papa e no caso declaram o contrário.

Prova-se ainda pelo direito que se lhes não deve crer quanto aos acontecimentos do conclave, porque a pressão e outras coisas constantes do caso, sobretudo sucedidas fora, podem ser provadas melhor pelos outros, como, por exemplo, a questão se o medo incutido foi grave ou não, do que depende o valor do caso. É que o medo vem de fora e, por isso, aos outros cabe provar de que medo se trata, capaz ou não de afectar a vontade, o que não poderia suceder com os cardeais fechados no conclave, como dizem.

Dado, mas não concedido o que se diz no caso, não consta que Urbano VI se não deve ter como papa. Em primeiro lugar, não há cânon nenhum no Corpus Iuris Canonici, *do qual resulte que a eleição dum papa por medo, feita por todos os cardeais, seja nula por direito. E por isso devem calar-se, de vergonha, os cardeais, que falam sem fundamento jurídico.*

Dizem os cânones que a eleição papal não admite excepção e, portanto, não admite esta dos cardeais. Se admitisse excepção, devia esta ser proposta em juízo, enquanto exclusão de acção judicial, que se propõe em juízo. Ora tal não pode suceder com o papa, que não é julgado por ninguém. Logo, deve rejeitar-se a dita excepção.

O consentimento dos eleitores, subornados por dinheiro ou pedidos, não é livre nem legítimo e, contudo, a eleição feita pelos cardeais, sem livre consentimento, deve ter-se como válida. Assim também se deveria dizer válida a eleição feita pelos cardeais, sem liberdade de consentimento, em razão da violência ou pressão.

Há argumentos no direito, favoráveis à validade da eleição do papa pelos cardeais, mesmo à força. Se dois forem eleitos papa contra o direito, nenhum deles se tem como eleito; e contrária ao direito é a eleição à força. No caso dos dois eleitos, essa nulidade decorre do facto de nenhum deles ter obtido as duas partes dos votos dos cardeais. Mas esta norma não se aplica no caso de alguém ser eleito por todos os cardeais. Aplicando, pois, o princípio de que a excepção deve fazer parte da norma ou regra geral, se a eleição de dois não vale, por nenhum deles obter as duas partes de votos, pelo argumento em contrário, de muito valor no direito, no caso de alguém ser eleito naquelas circunstâncias com as duas partes de votos, a sua eleição é válida. O § Hoc autem, *alusivo a estas eleições, deve entender-se dum caso difícil, duvidoso ou excepcional e não de um bem eleito e outro mal eleito. Pelo §* Caeterum *do cânon* Ubi periculum *das Decretais, confirma-se que a eleição, sem o consentimento livre, é válida, embora os eleitores possam pecar.*

Na terceira parte destas alegações, apresenta objecções contra os argumentos do cardeal. Quanto à autoridade de estado dos cardeais, em virtude da qual se deveria crer neles, responde ter isso aplicação, segundo o direito e interpretação dos doutores, quando exercem o ofício de legados, durante a existência de um único e verdadeiro papa. Mas como se está em período de cisma, causado por duas eleições, e se não sabe qual dos dois eleitos seja o verdadeiro, nenhum dos cardeais pode ser legado, por não haver quem os mande e eles não poderem ser enviados de si mesmos.

Relativamente à obrigação de recorrer a eles nos casos dúbios, o texto tem aplicação aquando de dúvidas a esclarecer juntamente com o papa, o que eles não querem fazer.

A razão de se dever acreditar neles, quando indicam alguém como verdadeiro papa eleito, como se deve crer nos apóstolos, enquanto testemunhas da divindade de Cristo, teria aplicação, se eles fossem como os apóstolos, que não se contradizem nesta pregação, ao passo que os cardeais fizeram o contrário, anunciando dois vigários de Cristo. Não têm, pois, a autoridade dos apóstolos, para se acreditar neles como a estes, aos quais não se deveria prestar fé, se tivessem pregado outro Cristo.

Quanto à razão da autoridade de ofício de dar à Igreja universal um chefe, ela teria valor se os cardeais lhe tivessem dado um só, mas, como lhe deram dois ao mesmo tempo, o direito não suporta se lhes dê fé, a não ser quanto ao anúncio do primeiro indicado como papa.

A razão da autoridade de dignidade, em virtude da qual há obrigação de aceitar suas afirmações como verdadeiras, mesmo não juradas, não tem aplicação no caso, por eles terem afirmado coisas contrárias sobre o mesmo acto, publicando que Urbano VI fora eleito sem pressão alguma ou violência, e depois o contrário. É, na verdade, norma do direito não ser digno de fé quem afirma o contrário sobre o mesmo acto.

Quanto à presunção de os interessados conhecerem melhor a verdade dos acontecimentos e, por isso, serem dignos de fé, admite essa razão, tratando-se de assunto, em que eles o possam conhecer melhor que nenhuns outros, mas não neste caso de pressão e violência, que podia ser notada melhor por outras pessoas que estavam fora do conclave e presenciaram bem quem incutia o medo, ao passo que os cardeais no conclave não viam a quantidade e qualidade do medo incutido. E em nada obsta o que dizem ou seja terem-no sabido por referências, porque o medo não se pode calcular de igual modo pelo que se ouviu dizer como pelos que o viram incutir.

A razão dos actos ocultos, existentes na mente de cada um, relativamente à pressão e violência, só tem aplicação quando provado antes externamente o medo ou pressão, no qual caso se há-de crer nas suas afirmações sobre terem ou não padecido medo, mas não se crê na existência do medo que eles não viram.

Também não colhe, no caso, a razão da necessidade de executar o poder concedido, em virtude do direito das Decretais, porque essa interpretação ultrapassa os limites dos cânones sobre o usurpador não eleito pelos cardeais ou reprovado por sentença judicial. Urbano VI foi eleito pelos cardeais e não houve, no caso, sentença judicial. Finalmente, a notícia da eleição de Urbano foi dada apenas pelos cardeais que, depois, disseram o contrário. Por isso, não se deve crer neles:

> «*Allegationes Vicensis.*
>
> *Dubium est utrum dictis cardinalium sit credendum tantum in suo facto contentis, ad demonstrationem intrusionis Urbani et sic ut ipsi intruso et pape non vero non sit obediendum de necessitate salutis et si nostrum est distinguere in hac causa et videtur quod eis et per consequens facto per reverendissimum cardinalem oblato non sit credendum.*
>
> *Primo ex iuris dispositione ipsi, ut videtur, denuntiatores huiusmodi facti sunt, sed ex iuris dispositione denuntiatoribus non creditur ad effectum, maxime ubi insurgit tanta pena, ergo eis non credendum ad effectum. Prima est per evidentiam facti, secunda probatur per l. i., C. de Castrensianis, li. xii°* (a).
>
> *Item ius disponit quod filii et fratres contra patrem et fratrem in crimine capitali non admittuntur ad accusandum, denuntiandum, si ex denuntiatione sequitur effectus iatationis, l. Hii tamen, § Liberi, ff. de accusationibus* (b), *l. Si magnum, C. qui accusare non possunt* (c). *Sed domini cardinales habentur loco istorum, unusquisque in gradine suo, ut c. Cum olim, i°, de privilegiis* (d), *et per notata per Johannem Andree in c. Licet,*

(a) *Codex Iustinianus*, lib. 12, tit. 25 (26): *De Castrensianis et minesterianis*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 465.

(b) *Digestum*, lib. 48, tit. 2: *De accusationibus*, l. 11, § 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 842.

(c) *Codex Iustinianus*, lib. 9, tit. 1: *Qui accusare non possunt*, l. 13, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 368.

(d) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 33: *De privilegiis*, c. 12, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 853-854.

in extra, de testibus (e); *ergo videtur quod si ad ista non admittuntur, quod non credatur, in c. Oportet (!)* (f) *et c. Cum P., extra, de adversariis (!)* (g).

[fl. 111v] Item ius disponit quod ex facto ex [quo] quis debet habere penam, non debet habere premium, l. Relegatorum, § finali, ff. de interdictis et religa (h), *l. Si ab hostibus, § i., Soluto matrimonio* (i). *Sed domini cardinales, sic denuntiantes, debent habere penam per allegatam supra proxime rationem, ergo non debent habere premium, quia est propter penas, quas evitant, si eis credatur; ergo videtur quod eis non sit credendum, quia sic haberent premium ex facto ex quo debent puniri, si[c] eis universaliter non credatur.*

Item probatur quod debet eis credi de publicatione per eos facta in Urbano et per consequens eorum dictis seu facto, nunc per eos oblato, non credendum, sic: est de iure quod, si testis super eodem facto secundo sit inductus et deponat et in secunda depositione dicat contrarium quod in prima, statur prime depositioni et non secunde, ut videtur in c. Cum causam, de testibus (j); *probat[ur] c. Cum dilecti i., extra, de acusationibus* (k). *Sed verum est dicere quod domini cardinales super eodem facto scilicet electione papali deponunt contraria, quia primo Urbanum publicaverunt pro vero papa et de eo sic deposuerunt et modo contrarium dicunt et deponunt, ut in eorum facto continetur; ergo istis contemptis (!) in facto, ita per eos depositis, non creditur; utrumque de se est magnifestum.*

Item quod non sit eis credendum probatur, quia si illa ratio quod credatur eis de illis que fiunt in conclavi quia per alios probari non possunt, iuxta c. Veniens, extra, de testibus (l) *et § Super plagiario in l. Ex consensu, C. de repudiis* (m), *et sequitur, quia ubi per alios probari non potest, quod eis non creditur. Primum de se est notum et per eos atestatur, sed quod impressio est contenta in suo casu, maxime que sunt ab extra, possunt per alios probari in tantum quod non ita bene per eos probatur, quia metamus metum a parte inferente, alias non esset differentia inter constantem et non constantem metum qui debet esse ut valeat vel non valeat casus suus. Sed illatio metus fuit ab extra, et sic per alios probari qualis fuit, ut metatur vel non metatur, si ibi fuerunt in tantum quod non ita bene per eos probabiles, cum essent clausi, ut ipsi dicunt; igitur eis non credendum, quia cessante ratione legis et eius effectus [cessat], l. Adigere, § Quamvis, de iure patronatus ff.* (n).

(e) JOHANNIS ANDREAE *In secundum Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, tit. 20: *De testibus et attestationibus*, c. 23 *(Licet)*, fl. 137.

(f) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 1: *De accusationibus*, c. 4 *(Omnipotens)*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 773.

(g) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 1: *De accusationibus*, c. 10 *(Cum P. Manconella)*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 734-735.

(h) *Digestum*, lib, 48, tit. 22: *De interdictis et religatis et deportatis*, l. 7, § 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 872.

(i) *Digestum*, lib, 24, tit. 3: *Soluto matrimonio...*, l. 10, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 357.

(j) *Decretales Gregorii IX*, lib. 2, tit. 20: *De testibus et attestationibus*, c. 37, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 330-331.

(k) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 1: *De accusationibus*, c. 18, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 739-740.

(l) *Decretales Gregorii IX*, lib. 2, tit. 20: *De testibus et attestationibus*, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 318-319.

(m) *Codex Iustinianus*, lib. V, tit. 17: *De repudiis et iudicio de moribus sublato*, l. 8 *(Consensu)*, § 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 212.

(n) *Digestum*, lib. 37, tit. 14: *De iure patronatus*, l. 6, § 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 606.

Et pro habenda veritate istius negotii arguo quod, posito et non concesso isto suo casu, prout est nunc oblato, quod non resultat ab eo quod Urbanus debeat haberi pro non papa. Primo sic: non est in corpore iuris clausum quod electio papalis ab omnibus cardinalibus facta per metum sit nulla ipso iure, ergo non dicendum, quia erubescimur, cum sine lege loquimur.

Item iura dicunt quod papalis electio nullam patitur exceptionem; si nullam, ergo nec istam, quia est verbum universale universaliter positum. Prima probatur in c. Licet, extra, de electione (o), *et notatur in c. Si quis apostolice, lxxix. di.* (p); *secunda de se patet; corroboratur etiam hoc, quia si exceptionem pateretur, in iudicio pateretur seu proponeretur, quia exceptio est actionis exclusio,* [*fl. 112*] *l. ii., ff. de exceptionibus* (q). *Sed actio in iudicio proponitur, ut § Insti. de actionibus* (r), *ergo est exceptio, sed in papa non est iudicium, quia non habet iudicem, ut c. Licet, in fine* (s), *in casu, qui non est iste, ergo istam exceptionem non patitur.*

Item ubi electores corrupti sunt prece vel pretio, non est liber nec legitimus consensus, [*ut*] *notatur in c. Licet, in addictionibus* (t), *et tamen talis electio tenet, si a cardinalibus fiat, ut notatur in c. Si quis pecunia* (u) *et in c. Si quis apostolice, lxxix. di.* (v), *aut alias, ad minus, si non sit notoria, ergo electio, ubi non est liber consensus, a cardinalibus facta, tenet, sed per vos (!) in violentia vel impressione non est liber consensus; igitur ubi per cardinales celebratur electio, quantumque in ea non sit liber consensus, tenet.*

Item videtur casus quod electio papalis a cardinalibus celebrata, etiam per vim, teneat, ut § Hoc autem, c. Si duo (x); *inducendo sic: exceptio debet esse de casu regule, l. Nam quod liquide, § finali, de suppelletile legata ff.* (y); *regula est in c. Si duo* (z), *quod si duo contra fas eligantur, quod nullus eorum est papa et contra fas eligitur, qui per vim eligitur, et ratio est quare non valeat, quia nullus eorum habet duas partes cardinalium, ut notatur in dicto c., sequitur in exceptione; hoc autem c. locum non habet ubi unus ita est electus ab omnibus cardinalibus, quasi dicat ut electus nunc, ut in casu regule teneat electio eius, ut exceptio sit de regula; corroboratur hoc; sed ideo electio de duobus facta contra fas non valet, quia nullus eorum habet duas partes, ut supra est probatum; a contrario, quod est in iure fortissimum, unus taliter electus, si habet duas partes, tenet eius electio.*

(o) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(p) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 276.

(q) *Digestum*, lib. 44, tit. 1: *De exceptionibus et praescriptionibus...*, l. 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 754.

(r) *Institutiones*, lib. 4, tit. 6: *De actionibus*, § 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 47.

(s) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(t) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51. Não consegui identificar completamente esta citação. Que significará *in addictionibus?*

(u) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Carpus Iuris Canonici*, I, col. 278-279.

(v) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 276.

(x) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, *dictum post* c. 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 278.

(y) *Digestum*, lib. 33, tit. 9: *De penu legata*, l. 4, § 6, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 517.

(z) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 278.

Item quod si[*c*] *intelligatur dictum § Hoc autem* (a) *et non secundum vim, que sibi sit in expositione, ut loquatur de uno bene electo et de alio male electo, probatur sic: lex vel canon debet esse de difficili, l. Quod Labeo, ff. Ad Trebellianum* (b), *sed sic intelligeretur ut exceptio est, non esset casus difficilis vel dubitabilis nec haberet § officium exceptionis, quod intendit; oportet ergo necessario quod intelligatur in casu dubitabili seu difficili.*

Item quod electus, ubi non est libera electio, teneat eius electio, reputo casum in § Ceterum, in c. Ubi periculum (c), *ubi dicitur quod, quamvis ubi illa que continentur in principio § veniunt, adimatur libertas, in eligendo tamen taliter electum, valeat eius electio, quamvis sic eligentes peccent, ut sic notanter* (c') *dicitur in ver. Qui autem secus egerint* (d); *ergo refertur ad supradicta, scilicet eligendo intervenientibus, que sunt posita in principio §, ubi libera non est electio.*

Tertia pars. Modo venio ad responsiones rationum reverendissimi cardinalis; et primo cum dicitur quod debet eis credi propter auctoritatem gradus et status; et concedo iuxta notata in c. Vir nobilissimus, et ibi per doctores, lxxxxvii. di. (e), *scilicet cum in legatione mittuntur, uno summo vero pontifice existente,* [*fl. 112v*] *sed, cum hic sit scisma, que emanavit ex electionibus eorum et sic nescitur quis verus sit et si a vero mittuntur, ymmo a nullo, sed ipsi per se, ergo non est mirum si eis credatur et cum subiungitur quod ad eos debet recurri cum iuris ambiguum* (f) *recurritur inter lepram, etc., concedo quod ad eos debet recurri, cum tale emergitur, ut ipsi decidant, verum est cum domino papa, ut tex. ibi coniungit, sed ipsi per se hoc faciunt seu volunt facere; igitur ad eos non est recurrendum ut decidant; nec obstat verbum, de quo fit magnifestum, scilicet cum iudicium inter portas videris variari, quia summo expositionem istorum verborum, prout per glosam et communiter per doctores, et quod necessario debeat sic intelligi seu exponi, facit ius textus cum copulativa, que ibi sequitur, et sic prima ratio non obstat.*

Nec obstat ratio secunda, ubi dicitur quod debemus eis credere [*asserentibus*] *istum verum papam ut apostolis testificantibus Ihesum esse filium Dei, quod concedo, si ipsi fecissent ut apostoli, qui unum tunc nobis predicaverunt; ipsi vero contrarium nobis, quia duos vicarios. Cum igitur in hoc non servaverunt normam apostolorum, quorum vices ipsi testificantur tenere, ni*[*chil*] *mirum si eis non detur auctoritas, ut eis credatur ut apostolis, quia forte, ymmo sine forte, apostolis etiam non (!) viventibus, non esset credendum, si ipsi fecissent quod vos fecistis, scilicet alium Christum predicando, propter rationem, que non debet in fide cadere.*

Non obstat tertia ratio, ubi dicitur quod debet eis credi propter auctoritatem officii, eo quod officium eorum est universali Ecclesie, sponse Christi, providere de eius sponso,

---

(a) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, *dictum post* c. 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 278.

(b) *Digestum*, lib. 36, tit. 1: *Ad senatus consultum Trebellianum*, l. (?), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 562ss. Não existe neste título nenhuma lei *Quod Labeo*, nem *Labeo*.

(c) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 3, § 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 948.

(c') *sic notanter*] leitura duvidosa.

(d) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 3, § 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 948.

(e) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 97, c. 3 *(Nobilissimus vir)*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 348.

(f) No ms. *obiguum*.

quia verum est cum formam tenuerunt, dando unum tantum, sed cum duos simul viventes, hoc repugnat iuris dispositioni; ergo eis non credendum et si a[liqu]o modo credendum dictis eorum, est credendum de publicatione primi sponsi et non de publicatione secundi, durante primo, propter iuris repugnantiam.

Nec obstat quarta ratio, in qua dicunt quod debet eis credi propter auctoritatem dignitatis, etiam sine iuramento, quod verum est, nisi contra asseruissent circa eundem actum, scilicet publicando Urbanum, absque ulla impressione seu violentia et modo circa eundem oppositum; et quod contraria asserenti circa eundem actum non credatur, probatur l. i., C. de furtis (g).

Nec obstat quinta ratio, ubi dicitur quod illi, quorum interest, presumuntur scire melius veritatem actus, qui geritur, tangentis eos, et ideo eis fides adhibenda, quia dico quia verum est, ubi negotium est talis nature quod ipsi ita bene sciunt quod alius nullus ita bene scit, et modo si in vestro casu actus, quem vos dicitis impressionis seu violentie, [fl. 113] est talis nature quod melius potest videri per alios videntes metum inferri ab extra, quam per vos qui eratis in conclavi et non vidistis quantus vel qualis fuit; nec obstat quod dicitis quod vobis fuit dictum, quia per dictum non ita incutitur metus, sicut per videntes fieri, et vos non vidistis; ergo vobis non credendum.

Nec obstat ratio, ubi dicitur quod debet eis credi de actibus occultis, qui fiunt in mentibus singulorum, ut de impressione et vi, quia dicto quod verum est, prius metu vel impressione ab extra probatis, et tunc creditur dictis eorum, si metum habuerunt, et de comissis in metu vel propter metum, sed quod eis credatur actus merus, quem non viderunt, non videtur.

Nec obstat ratio octava, ibi cum dicitur quod ex necessitate concesse executionis eis debet credi, ut notatur in c. i., extra, de officio ordinarii (h), *et probatur per c. Si quis pecunia* (i), *quia dico quod credatur eis in terminis capitulorum vel cum per vim occupat non electus a cardinalibus vel in iudicio recte sententialiter determinato, quod nullus horum hic est, ymmo oppositum, quia electus a cardinalibus et negotio non sententialiter determinato; ergo non obstat.*

Nec obstat nona ratio, quia dico quod non fuit ab aliis necesse cepta informatio in electionem Urbani, nisi a vobis, et ideo nunquam prima illa tenenda, quia aliam contrariam dicendo, ut dicitis, non est vobis credendum» ([278 l]).

Seguem as alegações por parte dos doutores, a começar por Gil do Sem, doutor em leis, o qual, dirigindo-se ao cardeal Pedro de Luna, depois de recordar a conclusão, defendida pelo legado, de todos os cristãos, por necessidade da salvação, deverem acreditar nas afirmações dos cardeais, contidas no caso composto e autenticado pela assinatura e selos deles em Anagni, sem outras provas, escritas ou orais, diz que, apesar de já se ter argumentado o suficiente, tanto publicamente de viva voz, como por escrito, contra essa conclusão, irá propor mais alguma coisa, para maior esclarecimento da verdade, contra a conclusão do legado.

É referido no caso que os doze cardeais ultramontanos, antes e depois do ingresso no conclave, até ouvirem a missa no dia seguinte, sempre tiveram intenção de eleger um do colégio e

---

(g) *Codex Iustinianus*, lib. 6, tit. 2: *De furtis et de servo corrupto*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 238.

(h) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 31: *De officio iudicis ordinarii*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 186.

(i) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 278-279.

([278 l]) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Barb. lat. 872, fls. 111-113.

nenhum de fora dele, ultramontano ou italiano, motivo por que elegeram o vigário de Cristo, não por recto zelo, mas com accepção de pessoas. Daí decorre que não era recta, mas corrupta, a intenção dos cardeais, e assim a fé deles aparece de certo modo titubeante e débil. Para esclarecimento da escusa e dúvida e por outras causas respeitantes à Igreja, seria útil uma explicação dos mesmos.

Alegando algumas circunstâncias anteriores e a seguir ao ingresso, até ouvirem missa no outro dia, afirmam os cardeais ter-lhes sido feita pressão e, apesar disso, conforme é patente pela própria confissão, continuaram no propósito de elegerem um ultramontano. Desta forma, a pressão decorrente das circunstâncias sobreditas deixou de existir e não teve influência alguma no ânimo deles.

Refere-se ainda no caso que todos, ao mesmo tempo, quiseram evitar o perigo de morte e abruptamente, sem discussão alguma sobre pessoas, lembraram o nome de Urbano VI e elegeram-no papa, por ser mais conhecido e versado nos assuntos e costumes da Cúria. Afirma-se agora, segundo o caso, que alguns cardeais disseram ter, nessa altura, intenção de o reelegerem depois, em lugar seguro. Ora quem, no tempo da pretendida pressão, teve intenção de reeleger a mesma pessoa, depois de terminada a pressão, conforme livremente dizem e confessam no caso, não se considera ter eleito por medo ou pressão, mas sim livremente. Desta forma, pelo menos alguns procederam com liberdade ao elegê-lo, e assim já não é verdade que todos o elegeram por medo ou pressão. Os que durante a pretendida pressão se reuniram livremente, sem constrangimento algum, para a reeleição, elegeram-no com toda a liberdade, visto que todos se decidiram a reelegê-lo e não deram importância à afirmação de que ainda persistia a pressão. Não procederam, logo, por força da pressão. O caso enferma, portanto, de falsidade, porque não foram todos a elegê-lo por medo.

Pretendem ter sido pela fúria do povo, a exigir a eleição de um romano ou italiano, que não manifestaram logo ao povo essa eleição, o que apresenta algo de inverosímil, porque, para se evitar a fúria popular, não daria o mesmo ser romano ou italiano? Informam, além disso, não ter havido discussão sobre a pessoa a eleger papa e, por outro lado, pretendem tê-lo eleito como mais conhecido e versado nos assuntos e costumes da Cúria. Não haverá nisto certa contradição? Se era mais conhecido e tão chegado aos cardeais, porque foram até ao ponto de tão grande discórdia, infâmia e vitupério?

A seguir, declara não prosseguirá na análise dos actos posteriores, por terem sido já suficientemente tratados. Propõe-se, isso sim, impugnar a conclusão do cardeal, com fundamento no capítulo Licet *das Decretais, relativamente à eleição. Três são os motivos aí lembrados para aceitar a eleição do papa por duas partes dos votos do colégio cardinalício, sem excepção alguma: primeiro, para a Igreja não cair em grave divisão, segundo, para não padecer delonga na provisão de pastor ou chefe, com largas despesas e danos, devido a prolongada vacância, como no passado, e terceiro, por não haver superior, a quem se recorra, nem juiz que possa decidir nos casos dúbios de tais excepções.*

É regra deste capítulo que toda a Igreja, sem excepção alguma, tenha como papa quem for eleito por duas partes e aceite como tal. E isto aconteceu com Urbano VI, cuja eleição, como é notório e não se pode negar, foi publicada por mais de duas partes dos cardeais, que o entronizaram e coroaram e a ele se associaram em actos colegiais e não colegiais, o que não podiam fazer senão com o verdadeiro papa. Como a autêntico papa prestaram-lhe obediência, em paz e tranquilidade, por espaço de mais de três meses, em Roma, sem menção alguma de medo ou pressão. Por isso. Urbano VI, tido e reputado verdadeiro papa por todos os católicos, em Roma e por todo o mundo, deve ser tido como Sumo Pontífice pela Igreja universal, sem excepção alguma, medo ou pressão alegados.

O medo constitui excepção em sentido próprio, segundo o direito, mas a do medo alegado pelos cardeais não é propriamente excepção, porque a pretendida pressão torna nula qualquer

eleição, mesmo papal, e a do medo, por via de regra, em causas profanas, não torna nulos os actos por direito. Neste caso, entende-se excepção propriamente dita que, sem algum impedimento, se tenha alguém como papa, quando pela excepção proposta a eleição viria a ser anulada, mas não quando pela excepção proposta seja declarada nula desde o início, no qual caso isso torna-se evidente por meio dos cardeais, devendo-se prestar-lhes fé, sobretudo quando têm maior razão de conhecimento dos factos.

Que se deva entender, sem alguma excepção, mesmo quanto à excepção de intenção ou facto, que pressupõe a nulidade do acto, tira-se do direito, porque, onde há a mesma razão, deve aplicar-se o mesmo direito e na excepção de direito e de facto há a mesma razão. Por isso nenhuma delas se admite. E dá a explicação. Quando se alega a excepção da intenção, a não ser que dela se duvide, como no caso presente, pode bem seguir-se cisma na Igreja de Deus, bem como delonga na provisão de pastor universal e não haver juiz que possa tratar judicialmente a causa, como na excepção de direito do capítulo Licet, *onde se fala também de intromissão notória, sem haver juiz para decidir. Deve-se, portanto, entender aquele sem excepção alguma tanto de direito como de facto, visto em ambas haver a mesma razão.*

Mais. Segundo o direito, a eleição do papa, feita por simonia, é nula. A isto poder-se-ia objectar com a terceira parte dos cardeais que não cometeram simonia, mas a glosa não admite tal possibilidade, por não haver quem possa conhecer judicialmente destas excepções, mesmo no caso de intromissão por violência. E assim aos cardeais não cabe o ofício de juízes. Se eles pudessem decidir nestas circunstâncias, seriam desses juízes a quem se poderia recorrer, com o ofício até de expulsar o intruso, o que é negado pelo dito capítulo Licet, *ao falar também da intromissão notória ou seja do que não foi eleito pelos cardeais.*

A demissão do papa só a Deus pertence, não aos cardeais, embora lhes toque a eleição. Poderiam estes dizer que elegeram o Sumo Pontífice por medo e constrangimento, que tornam nula a eleição, e que ele não é papa. E eu pergunto-Vos, Reverendíssimo Padre, — diz o Doutor — : Poderemos ter disso a certeza, como temos do primeiro eleito, que vós elegestes, publicastes e anunciastes ao mundo, entronizastes e coroastes e durante mais de três meses aceitastes, em paz e tranquilidade, na cidade de Roma, sem menção de algum medo ou constrangimento, aderindo a ele todos os fiéis, ainda hoje, na maior parte? Se fosse verdade que devemos crer nos cardeais, poderiam eles demitir o papa, porque sempre poderiam fingir e pretender a nulidade da eleição desde o princípio e demiti-lo, portanto, quando quisessem. João André ensina que, em acto colegial de pretendida renúncia, não é lícito crer nos cardeais e se deve deixar a Deus a solução do caso.

Em terceiro lugar, se fosse verdade que o assunto se deve resolver por determinação dos cardeais, então, no caso de diversidade de juízos sobre as circunstâncias do medo e pessoas, atreitas por natureza à discórdia, viveríamos em perpétuo cisma, que o direito aborrece enormemente. Ora no caso presente trata-se de interpretar leis ou cânones, cuja interpretação não viciosa se há-de abraçar. E assim, sem alguma excepção de direito ou de facto, pela Igreja universal deve ser tido como eleito Sumo Pontífice o livremente eleito e aceite por duas partes, sem excepção, portanto, da pretendida pressão da parte dos cardeais.

Que possa haver papa, sem o ser de verdade, e deva ser tido como Sumo Pontífice pela Igreja universal, não é de admirar, visto que, se um papa cair em heresia e, como hereje, deixar de ser membro e consequentemente cabeça da Igreja, será, contudo, tido como papa pela Igreja universal, enquanto for oculto e dúbio, conforme parece defender a glosa do cânon primeiro da distinção 79 do Decreto, ao dizer que a eleição simoníaca do papa é nula, mas que não se lhe pode opor excepção judicial. Portanto, segundo a glossa, quem não é papa realmente, neste caso, mesmo que isso seja conhecido, deve ser tido como papa, visto não se poder alegar excepção sobre a simonia, por não haver quem julgue dela.

Pensa Gil do Sem que devem ser bem ponderadas as palavras de Inocêncio III do capítulo Licet *sobre a eleição, ao dizer que, se o papa for eleito por duas partes, mediante pedido ou dinheiro, se isso for notório, não será verdadeiro papa, de contrário, não se lhe poderá mover excepção, pois parece supor que a eleição será nula nesse caso. Ao dizer «ille absque ulla exceptione ab universali Ecclesia Romanus pontifex habeatur», não fala de modo que fosse possível alguma excepção, a anular a eleição ou pela qual aquela devesse ser anulada. E, por isso, em face das três razões consideradas, não se lhe deve dar importância. A tese, portanto, é que a Igreja universal tenha como Romano Pontífice o eleito por duas partes, sem possibilidade de algum impedimento de excepção, precisamente para se evitar o cisma e não haver delongas na provisão de seu pastor. E, pois não há a quem recorrer no caso, tenha a Igreja universal como Sumo Pontífice o eleito por duas partes, sem excepção de direito ou de facto.*

Estas afirmações — adverte — podem induzir em grande erro, por dar possibilidade à idolatria, com o reconhecimento de um papa, que poderia não sê-lo de verdade, e a serem duvidosos e inválidos seus actos. Mas esse modo de ver não se deveria aceitar, porque, em tais circunstâncias, esse papa operaria em virtude e por autoridade do direito, conforme consta de várias leis e doutrina dos doutores que proclamam, sem sombra de dúvida, a validade de seus actos.

Por último, vai anular ou mostrar a debilidade dos argumentos do cardeal, embora, à primeira vista, isso não pareça fácil. Quanto ao passo do Deutoronómio, aceita a interpretação que vê nos cardeais os sacerdotes da tribo de Levi, a teor das Decretais, e o ofício que aí lhes é atribuído de companheiros e auxiliares do papa. Mas nota que, no caso presente, nada podem fazer os cardeais, porque, conforme se viu, não há juiz ou superior a quem recorrer, e eles não podem demitir nenhum eleito, já que Deus reservou a Si a demissão.

Quanto aos apóstolos como testemunhas de Cristo e à sucessão dos cardeais no seu lugar e respectiva obrigação de se lhes prestar crédito, diz que os cardeais são dignos de fé e testemunhas da eleição do papa, quando anunciam ao povo a eleição que fizeram, mas, cumprido este seu dever e ofício, quando, com o passar do tempo, derem outro testemunho, já se lhes não deve crer, porque assim poderiam demitir o papa, o que lhes não é permitido. Neste mesmo sentido, o argumento de que a Igreja lhes concedeu autoridade para serem testemunhas da eleição canónica do papa.

Quanto ao privilégio de se dever acreditar nos cardeais, sem necessidade de juramento, e de obrigação maior no caso da afirmação jurada por todos, observa ser isso costume não contemplado no direito e não se aplicar na demissão do papa, que está reservada só a Deus. Não está no poder dos purpurados mover excepção quanto aos actos externos e internos ou da consciência, relativos à eleição, por não haver quem julgue deles.

Quanto ao ofício do poder executivo, que lhes caberia, nega tenham os cardeais mais autoridade que os outros de expulsar o intruso, pois é lícito a qualquer fiel, clérigo e leigo, pelo direito, abandonar um intruso notório e não há, neste caso, juiz com ofício de decisão.

O argumento da relação dos opostos não tem cabimento no caso, porque a razão não é a mesma. Na verdade, pertence aos cardeais eleger o papa, mas não demitir o já eleito. Se de nenhum modo publicassem a eleição, então acreditar-se-ia neles, desde o início, se dissessem: ainda não elegemos ninguém.

Quanto aos exemplos da História, observa não saber se eles foram recebidos ou admitidos canonicamente. Mas, no caso afirmativo, dever-se-ia ainda ponderar as circunstâncias, pois tratava-se, possivelmente, de intromissão notória que, por nenhuma tergiversão, poderia ser ocultada.

Termina por submeter quanto expôs à correcção da Igreja e pedir ao cardeal o elucide sobre os vários pontos, de forma a extirpar dos espíritos qualquer hesitação sobre o assunto:

«*Allegationes pro parte doctorum.*

Reverendissime Pater, licet per P. V. satis elloquenter et pulcre conclusio assumpta per vos fuit fundata et corroborata et defensata iuribus et rationibus, que fuit videlicet quod facto et ex parte vestra oblato, composito in Anagnia per dominos cardinales, sic signato per eos et sigillato eorum sigillis auctenticis, sit de necessitate salutis per cunctos christifideles fides non immerito adhibenda et ei standum, nulla alia admissa probatione, etiam si qua esse posset, et licet ex alia parte sit in contrarium satis argumentatum et publice viva voce et in scriptis ad partem, actendens (a) *pro pleniori informatione veritatis eo prestantius, cuius in hoc agitur causa, intendo aliqua breviter Vestre Reverendissime exponere P. contra conclusionem per vos traditam hoc ordine: Primo intendo factum vestrum ex facto ipso aliqualiter impugnare duobus vel tribus modis* (b). *Tertio et ultimo fundamenta vestra tollere vel saltem aliqualiter actenuare.*

[*fl. 113v*] *Factum sic continetur quod ante ingressum conclavis et post ingressum usquequo missas audivistis die crastina, vos xii. cardinales ultramontani fuistis semper intentionis eligendi de collegio et non de extra, ultramontanum et non Ytalicum, ex quo fecerunt vos non ex recto zelo, sed tantum affectione personarum et partialiter venisse ad electionem summi et veri pontificis vicarii Ihesu Christi, apud quem non est personarum acceptio, apparet vos non rectam, sed corruptam intentionem habuisse, et sic videtur ex hoc fides vestra aliqualiter titubare et debilitari, sed sub dicta excusatione, quam hic facitis, etiam ex certis causis tangentibus Ecclesiam Dei, si fas est, pro hoc dubio eorum tollendo, bona esset eorum explicatio; preterea pretendentes aliquas circunstantias ex ante ingressum conclavis et post quousque in crastinum audistis more solito missas vestras, ex quibus, cum aliis sequentibus, asseritis vobis impressionem fuisse factam et tamen ex supraposita confessione liquet quod scriptis prefatis circunstantiis eratis in eodem proposito scilicet eligendi ultramontanum et sic impressio, que insurgebat ex circunstantiis supradictis, nichil impresserat in animis vestris.*

Secundo sic: in eo continetur quod omnes simul volentes vitare mortis periculum, etc., ex arrupto et sine aliqua discussione persone nominarunt primum electum et ipsum tanquam eis magis notum et ut credebatis magis in factis et moribus Curie expertum, etc., elegerunt in papam, etc.; modo, sicut ex hoc facto inveniri (?) dicitur quod aliqui domini cardinales dixerunt quod intentio eorum erat reeligendi in loco tuto, etc.; arguitur: qui est intentionis reeligendi eundem tempore impressionis pretense, impressione cessante, et ut hic dicitur et profitetur, nulla super hoc interveniente impressione, non videtur per impressionem elegisse, sed libere; tales fuerunt aliqui, ut continetur in facto; ergo non est verum quod omnes, etc.; et sic falsitas videtur esse in casu.

Tertio sic: qui tempore impressionis pretense libere, nemine cogente, ad secundam reelectionem conveniebant, aliquo dicente inter ipsos quod adhuc suberat impressio, et omnes spreverunt dictum suum et proposuerunt ad reeligendum eundem, secundum eos non firmassent, non videntur per impressionem, et sic non videtur verum quod omnes, etc.; et sic falsitas videtur in casu. Preterea queritur: cum furia populi pretenditur ut eligeretur Romanus vel Ytalicus, quare ut mitigaretur, non ostendebatur eis electio, quam dicunt propter furorem populi non publicasse? videbantur enim deferre causam sue deliberationis, quod non est verissimile. Item et quia magis furia populi evitaretur, quare non Romanus vel potius quam Ytalicus? Preterea dicunt, nulla discussione [*fl. 114*] *habita de papa*

(a) No ms. *acteñ.*

(b) No ms. segue espaço em branco.

ipsius, etc.; et tamen pretendunt ipsum elegisse, quia magis notus in factis Curie et moribus magis expertus; ista quodammodo videntur adversari. Item si magis notus et familiaris, quare sibi procurabant tantam divisionem et infamiam et vituperium?

Quoad presens non prosequor actus sequentes, quia satis fuerunt prosecuti.

Ad secundum principaliter vel secundo principaliter, conclusio publicata impugnatur sic: et premitto primo quod illius regule posite in c. Licet, de electione (c), *que est «ille absque ulla exceptione», prout opinio, est triplex ratio; prima, ne gravem Ecclesia posset scissuram incurrere, ut patet in principio illius c. Licet; secunda, ne dilationem sui sponsi patiatur, ex qua dilatione et prolixa vacatione maxima dampna et dispendia acciderunt et in futurum accidere possunt, ut in c. Ubi maius* (d) *et c. Ne Romani* (e), *de electione, li. vi. et super Clem. Tertia ratio fuit quia de dubiis talium exceptionum nullus est superior, ad quem haberetur nec possit haberi recursus, nec aliquis alius iudex inveniri potest. Ponitur hec ratio in dicto c. Licet, in fine* (f) *et § Patet, iii. q. i.* (g). *Hoc premisso, arguitur et primo sic: accipio regulam positam in dicto c. Licet, «ille absque ulla exceptione ab universali Ecclesia Romanus pontifex habeatur, qui a duabus partibus electus fuerit et receptus»* (h); *sed talis est primo electus; ergo antecedens negari non potest; verba sunt in textu in dicto c. Licet. Probo consequentiam et notorium est et negari non potest suam electionem plus quam a duabus partibus cardinalium fore denuntiatam per vos patres reverendissimos et publicatam et quod ipsum intronizastis et coronastis et alios actus collegiales et non collegiales secum egistis, tales qui non possent nec deberent fieri, nisi cum papa, et ei obedientiam tanquam vero pape prestitistis pacifice et quiete per spacium trium mensium et ultra, nulla vel quasi mentione aliqua facta metus seu impressionis alicuius in civitate Romana, et preterea per omnes fideles catholicos in Roma existentes et per totum mundum habitus, tentus et reputatus verus papa. Habeatur ergo Romanus pontifex ab universali [Ecclesia] absque ulla exceptione, absque metu et impressione, per vos allegatis et pretensis.*

Probo quod exceptio metus est proprie exceptio, secundum quod patet in toto titulo de doli mali et metus exceptione in rubro et nigro ff. (i); *sed posset dici: exceptio metus nunc per dominos cardinales pretensi, non est proprie exceptio, quia impressio hic pretensa redit electionem quamlibet nullam, etiam pape, et exceptio metus regulariter in aliis causis prophanis non redit actus nullos ipso iure, quo casu est proprie exceptio quod ita intelligatur hic quod sine ulla exceptione habeatur papa, etc., quando per exceptionem propositam electio veniret annullanda, non autem quando per exceptionem propositam nulla declaratur ab initio, quo casu ab initio patet per dominos cardinales et est eis adhibenda fides, maxime*

(c) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(d) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 946-947.

(e) *Clementinae*, lib. I, tit. 3: *De electione et electi potestate*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1135-1136.

(f) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(g) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio I, *dictum post* c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 506-507.

(h) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(i) *Digestum*, lib. 44, tit. 4: *De doli mali et metus exceptione*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, pp. 759-763.

ubi magis habent causam sciendi, ut hic in questione proposita; sed quod illud sine ulla exceptione, etc., intelligatur etiam [fl. 114v] de exceptione intentionis seu facti, que presuponit actum nullum probo: ubi est eadem ratio, idem ius, l. [A] Titio, de furtis (j) *et l. Illud, Ad legem Aquillinam, ff.* (k)*; sed eadem ratio est in exceptione iuris et facti, ut probabo; ergo neuter admittitur. Probo: quando opponitur exceptio intentionis, nisi de ea dubitatur, ut in casu vestro, eque bene potest sequi scisma in Ecclesia sancta Dei, eque bene sequitur dilatio Ecclesie sue sponse et similiter non est iudex, qui de causa possit cognoscere, ut in exceptione iuris, ut dicto c. Licet, in fine* (l)*, in § Patet, iii. q. i.* (m)*, ubi loquitur etiam de intrusione notoria, et tamen dicit quod non invenitur iudex; ergo debet intelligi sine ulla exceptione, scilicet iuris et facti, cum eadem sit ratio in utraque exceptione, ut deduxi; adhuc confirmo: puto quod electio facta pape per simoniam est nulla; allegatio ad hoc c. Ubi maius, § Ceterum* (n)*, Patet, iii. q. i.* (o) *et ita notat glosa lxxix. di., c. Potest* (p)*; et nunquit potest ei hoc opponi per tertiam partem cardinalium non simoniacam? Dicit ibi glosa quod non, quia non est qui de istis exceptionibus possit cognoscere; ad id faciunt notata in dicto c. Si quis pecunia* (q)*; et si dicatur: ibi loquitur in simonya, ubi cardinales omnes non possunt allegare turpitudinem suam, et ideo non audiendi, dicit textus quod etiam ubi non est turpitudo, sed intrusio per violentiam, quod non invenitur iudex, cuius officio, etc.; ergo patet quod hic non incumbit officio cardinalium. Si enim cardinales ista haberent determinare, iam esset in talibus ad quem haberetur recursus et inveniretur qui rederet ius etiam cuius officio expelleretur intrusus, quod negat c. Licet, in fine* (r)*, et dicta § Patet* (s)*, que loquitur etiam in intrusione notoria scilicet in electo a non cardinalibus, ut ibi intelligit glosa* (t).

Secundo arguitur sic: ei[ec]tionem summi pontificis sibi soli Dominus reservavit, licet electionem dominis cardinalibus, ut in c. Sicut supra (u) *et in c. Eiectionem* (v)*, lxxix. di.; ergo dominis cardinalibus non competit; posset dici, fateor, ubi dicit semel ipsum summum pontificem, quod hic non est, quia metus seu impressio intercessit, que*

(j) *Digestum*, lib. 47, tit. 2: *De furtis*, l. 65 (64), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 822.

(k) *Digestum*, lib. 9, tit. 3: *Ad legem Aquiliam*, l. 32, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, pp. 160-161.

(l) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(m) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio I, *dictum post* c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 506-507.

(n) *Clementinae*, lib. 1, tit. 3: *De electione et electi potestate*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1136.

(o) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio I, *dictum post* c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 506-507.

(p) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 9 *(Si quis pecunia?)*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 278-279. Glossa na ed. Venetiis, 1514, fls. 126b-126va.

(q) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 278-279.

(r) *Decretales Gregorii IX*, lib. I. tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(s) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio I, *dictum post* c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 506-507.

(t) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaestio I, *dictum post* c. 6, glossa na ed. Venetiis, 1514, fl. 234vb.

(u) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, *dictum ante* c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 279.

(v) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 279.

faciunt electionem nullam, et sic non papam. Obsecro vos, Pater Reverendissime, quam certitudinem possumus habere, quam habemus de primo electo, quia fuit electus, denuntiatus per vos mundo et publicatus, intronizatus, coronatus, receptus per tres menses et ultra pacifice et quiete, nulla vel quasi mentione habita in civitate Roma alicuius metus seu impressionis, cunctis christifidelibus sibi adherentibus, etiam hodie pro maiore parte, quod domini cardinales, si hoc esset verum, quod sibi deberemus credi, possent eicere papam, clare patet, quia semper possent fingi et pretendi cause nullitatis a principio et sic, si crederetur eis, et ipsum etiam verum posse eicere, quando vellent. Pro hoc optime l. Cum pretor, § Si certulas, de transactionibus, ff. (x); *Coniuncta illa ratione quod cum dicitur una via concedi quod alia denegatur et si aliquis dicat fateor quod possunt, sed non est presumendum, instatur: cur ergo Dominus, si enim de eis presumpsit, eis non commisit eiectionem, cum subsit eadem ratio presumptionis, que est: non est presumendum* [*fl. 115*] *quod deicerent nisi demeritum faciat; ad hoc notat Johannes Andree in c. i., de renuntiatione, ver.* (y): «*in actu collegiali pretense renuntiationis non eis licet credi, sed Deo relinqui*».

Preterea tertio sic: si hoc esset verum quod deberet determinari iudicio cardinalium, sequeretur quod ubi essent varii in suo iudicio, quod possibile optime erat, in arbitrandis circunstantiis metus vel impressionis, cum natura nostra sit facilis ad discordiam, ut esset scisma perpetuum, quod maxime est detestandum et detestantur iura superius allegata, et ideo cum de legum vel canonum intellectu queritur, ille complectendus est qui vitio caret, l. In ambigua voce, ff. de legibus (z); *intelligatur ergo sine ulla exceptione iuris vel facti; primo ergo electus ab universali Ecclesia Romanus pontifex habetur qui a duabus partibus et libera* (!) *electus fuit et receptus et hoc absque exceptione impressionis pretense per dominos cardinales, dato quod potest esse quod aliquis non est papa et haberi debet ab universali Ecclesia Romanus pontifex, videtur michi quod non sit admirandum, quia, prout opinor, si papa verus labatur in heresim et sic hereticus desinit esse membrum Ecclesie ipso iure et per consequens caput Ecclesie, et tamen quoad sic occultus* (!) *et dubium, habebitur ab Ecclesia universali papa; hoc dicitur et videtur sentire glosa in c. i., lxxix. di.* (a), *que dicit quod electio pape simoniaca est nulla et tamen non potest opponi nec excipi de causa; restat ergo secundum illam glosam quod non papa ad veritatem, licet nobis sic inotum, habebitur papa; ratio: non potest excipi de simonia, quia non est qui cognoscat; ita recte in proposito nostro; hoc iudicio meo voluit dicere additio Innoc. vel que fuit facta ab* (b) *Innoc. in dicto c. Licet* (c), *ubi querit si papa fuit electus a duabus partibus prece vel pecunia,*

(x) *Digestum*, lib. 2, tit. 15: *De transactionibus*. Não encontrei neste título nem a lei *Cum praetor* nem o § *Si centullas*.

(y) JOHANNIS ANDREAE *In sextum Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, lib. I, tit. 9: *De renuntiatione*, c. 1, fl. 41v.

(z) *Digestum*, lib. I, tit. 3: *De legibus senatusque consultis...*, l. 19, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 34.

(a) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 1 *(Si quis apostolicae sedis)*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 276. Glossa na ed. Venetiis, 1514, fl. 125va.

(b) Tenho dúvidas se aqui se deveria ler *ab*, porque, na ed. do comentário às Decretais pelo papa Inocêncio IV, não se encontra tal adição, nem esses dizeres se encontram expressamente no seu comentário. Cf. nota seguinte. No ms. *ad*.

(c) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, *ed. cit.*, p. 51-52. Não se encontra aqui afirmação exactamente igual ao que o autor do parecer refere. Cf. glossa ao texto da decretal na ed. Venetiis, 1514, fl. 33b.

et dixit quod, si est notorium, non erit papa, alias non potest excipi, et tamen videtur ipse presupponere quod electio sit nulla et propter hoc videtur michi quod ponderanda sunt verba posita in textu c. Licet, dum dicunt. «ille absque ulla exceptione ab universali Ecclesia Romanus pontifex habeatur» (d); *non dicit sic quasi vellit dicere quod po[ssibi]le est quod subest aliqua exceptio, que annullat electionem vel propter quam est annullanda. Et propter triplicem rationem, quam supra dedi, de ea non est merito curandum; habeatur ab universali Ecclesia Romanus pontifex, etc., quasi vellit esto quod po[ssibi]le sit quod subsit aliquod impedimentum alicuius exceptionis, ut evitetur scisma, ut non dilatetur sponsus nostre matris Ecclesie, cum et non sit ad quem habeatur super hoc recursus, habeatur Romanus pontifex electus a duabus partibus ab universali Ecclesia, sine ulla exceptione iuris vel facti, ut supra deduxi. Ita etiam videtur quod possint ponderari verba in Deuterono. xvii° c.* (e), *dum dicit «qui presunt loco»; sufficit loco enim preesse et haberi pro tali modo legitimo et a iure recepto.*

Sed adhuc posset instare: istud quod ego dixi, inducet magnum errorem, quia esset quodammodo ydolatrare, etc.; acta per eum po[ssibi]le [est] quod essent [fl. 115v] dubia et invalida; neutrum credo, quia ex sua sic iuris auctoritate ex imperio apostolatus l. habeatur in imperatore ponitur. Imperio enim canonis dicitur fidelibus habeatur, etc.; nichil enim potest imputari ei qui utitur iuris auctoritate, l. finali, C. de hiis qui veniam etatis impetrarunt (f); *et quod legitime sic pena non meretur, l. Grancus, C. de adulteriis* (g); *acta etiam per eum sine dubio valent, tamen, quia iuris auctoritate ei obeditur, cum per l. Barbarius Philipus* (h), *que est ad hoc, et plura alia notandissima l. cum notatis ibidem per doctores.*

Restat modo tertium et ultimum, quod [non] est fundamenta vestra tollere, sed aliqualiter actenuare, quod prima facie de facile (!) non videtur; et primo ad id Deuteronom. xvii. (i), *fateor quod cardinales sunt sacerdotes levitici generis, ut dicitur in capitulo Per venerabilem* (j), *et possunt illa facere que ibi continentur, cum papa, tanquam sui individui comites et adiutores, hoc est sibi cum omnibus sibi assistentibus et papa foret [cum] eis, licet non debeat, sed cardinales in casu vestro nichil facere possunt nec aliquis alius, quia non est ad quem habeatur recursus, ut supra dixi, et quia sequeretur quod sic possent eicere iam electum, quod sibi Dominus reservavit.*

Ad secundum, de discipulis, apostolis, qui fuerunt testes Ihesu Christi, et cardinales successerunt loco apostolorum, ergo similiter eis credi debet, fateor quod cardinalibus est credendum et sunt testes electionis pape, dum primo ipsum denuntiant populo et publicant, quod iam fecerant et creditum est eis et creditur, sed dico quod, nisi (!) postmodum ex intervallo dant testimonium aliud, etc., iam defuncti sunt officio suo, non est eis credendum, quia iam sic possent eicere papam, quod eis non est permissum, ut supra deductum est.

(d) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(e) Deut. 17, 10.

(f) *Codex Iustinianus*, lib. 2, tit. 44 (45): *De his qui veniam aetatis impetraverunt*, l. 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 114.

(g) *Codex Iustinianus*, lib. 9, tit. 9: *Ad legem Juliam de adulteriis et de stupro*, l. 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 374.

(h) *Digestum*, lib. I, tit. 14: *De officio praelatorum*, l. 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 42.

(i) Deut. 17, 8-12.

(j) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 17: *Qui filii sint legitimi*, c. 13, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 716.

Ad tertium, a Romana Ecclesia est eis concessum ut testificentur de electione canonica, ergo est eis credendum, fateor ut c. Sicut supra, lxxix. di. (k) *et ita factum fuit, hic, ergo, etc., ut supra.*

Ad quartum, privilegium cardinalium, ut eis credatur sine iuramento, multo fortius omnibus et iurantibus, fateor in aliis causis foret, de iure non, sed de consuetudine, sed non in deiectione pape, ut hic, quia hanc solum sibi Dominus reservavit.

Ad quintum, dico quod nec de exterioribus nec de interioribus nec de conscientia sua possunt excipere, ut c. Licet (l), *cum sic esset in sua potestate, etc., ut c. Sicut supra* (m), *et c. Eiectionem* (n) *in terminis nominis, nec est alius qui de hoc cognoscat, ut supra dictum est.*

Ad sextum, de officio exequendi sibi concesso, ergo omnia per que venitur ad executionem, nego, quia non habent officium exequendi, expellendi intrusum, magis quam alii; licitum est cuique fideli, clerico et layco, recedere a notorio intruso, ut habetur in c. Si quis pecunia (o), *ymmo dicitur in casu illius capituli quod nullus est iudex, cuius officium, etc., ut supra patet.*

[*fl. 116*] *Ad septimum, de opposita relatione, non habet locum hic, quia non est eadem ratio. Concessum est eis eligere, sed non deicere iam electum, sed ubi nullo modo publicarent electionem, ab initio crederetur eis, prout credo, dum dicerent: neminem nondum elegimus.*

Ad istorias, primo nescio si ille canonice sunt recepte, et si sint, sunt pensande circunstantie, que fuerunt ille tunc similes omnino presentibus, quia forte vi intrusio erat notoria, que nulla poterat tergiversatione celari.

Reverendissime Pater, quidquid scripsi, pertinaciter non assero, totum submitto correctioni sancte vestre (!) *Ecclesie et benivole suportationi vestre, Reverendissime Pater, cupiens super istis edoceri et clarificari. Precor igitur P. V. ut hec et alia solvatis clarissime, ut animus noster maneat absque ulla hesitatione in hac materia.*

Minimus inter legum doctores Egidius do Sem» ([279]).

Frei Lobo começa por informar que vai fazer algumas objecções ao cardeal, para tranquilidade de sua consciência. Em primeiro lugar, argumenta que ou o caso é falso ou então a Igreja errou alguma vez plena e culpavelmente. E como a Igreja não pode errar, nesta matéria, conclui que o caso deve ser falso. Na verdade a Igreja Romana, conhecedora de todo o caso, obedeceu a Urbano VI. Ao proceder assim, ou sabia que o caso era falso ou verdadeiro, e então, neste último caso, tinha conhecimento de errar culpavelmente, obedecendo a falso papa. Nem se diga que poderia ser escusada de pecado mortal, por causa do temor, porque este, mesmo justo, não escusa de pecado mortal, segundo o direito. A Igreja nunca errou, conforme consta do direito. Por isso, obedecendo a Urbano VI, seguia o verdadeiro papa. Se devêssemos crer no caso dos cardeais, tínhamos de aderir

---

(k) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79: *dictum ante* c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 279.

(l) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 51.

(m) *Eiectionem*] no ms. *Electio. Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, *dictum ante* c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 279.

(n) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 79, c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 279.

(o) *Decretum Gratiani*, II pars, dist. 79, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 278-279.

([279]) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Barb. lat. 872, fls. 113-116.

a ele com igual firmeza como aos artigos de fé, o que é falso, pois estes constituem as maiores certezas pregadas pelos apóstolos e confirmadas por muitos milagres de Cristo.

O escopo do caso parece ser o de enganar e não o de confirmar no bem; e assim não é digno de fé. Com efeito, diz-se nele que alguns cardeais elegeram Urbano VI, com verdadeira intenção de que fosse autêntico papa, mas não nos dizem os purpurados quantos tiveram essa intenção, para nos podermos certificar do número. Se todos assim o elegeram, conclui-se que Urbano VI é verdadeiro papa.

Se houvesse obrigação de crer no caso dos cardeais, dever-se-ia admitir que a Igreja Romana se afastou da tradição dos apóstolos. Quando alguém prefere o bem temporal ao do espírito, afasta-se dos trâmites dos apóstolos, aos quais foi dito: Não temais os que matam o corpo. Ora os purpurados, ao anunciarem o papa, preferiram o bem temporal ao do espírito, o que não deviam fazer nem por infinitos mundos, se os houvesse, conforme vários passos do direito, com dizeres de S. Gregório e de Santo Agostinho. Logo, o caso é falso.

Segundo parece, o caso afirma a existência de dois papas, com grande dano para a fé, pois a unidade da Igreja exige que haja apenas um esposo e um só vigário de Cristo. Na verdade, dizem os cardeais no caso terem eleito Urbano VI verdadeiro papa e, a seguir, anunciam outro como tal. Logo, o caso é falso em si mesmo.

Segundo o direito, não podem aceitar-se como testemunhas bastantes aqueles, cuja fama está comprometida junto de pessoas gradas e fidedignas. Ora a fama dos cardeais está comprometida junto de pessoas deste cariz. Logo, não se pode ater ao testemunho deles, a teor das normas do direito.

Não se deve crer no testemunho de um só. Ora no sobredito caso uma só pessoa dá testemunho de todo ele ou um duma parte e outro doutra ou todos juntamente, como se fossem uma testemunha só no todo. Consta que não pode cada um dar testemunho de todo o caso nem pode testemunhar, quando diversas testemunhas depõem sobre vários actos. E por consequência o caso é nulo.

A terminar, Frei Lobo lembra ao cardeal que a questão por ele proposta nesse acto solene não é muito conforme ao sentir dos doutores, porque o oposto se pode inferir do texto por ele alegado e as razões aduzidas contra Urbano VI não têm força de prova:

> «*Argumenta fratris Lupi.*
>
> *Benignissime Domine, ne videar Vestram Reverentiam aliqualiter honustare, aliqua incendiuncula et pauca satis componere intendo pro reformatione conscientie mee. Et primo arguo sic: quod aut casus datus per dominos cardinales est falsus aut aliquando Romana Ecclesia culpabiliter penitus erravit. Sed nunquam fuit ita quod Romana Ecclesia culpabiliter erravit; ergo casus iste est falsus. Consequentia est magnifesta et probatur maior, nam aliquando Romana Ecclesia, sciens totum istum casum, obedivit domino Urbano vi; vel ergo scivit pro tunc casum esse falsum et sic prima pars disiunctive, vel scivit casum esse verum et sic scivit se errare culpabiliter, obediendo apostatico, nec potest dici quod Ecclesia Romana fuit excusata a peccato mortali propter timorem, cum timor etiam iustus a mortali non excuset, ut habetur extra, quod metus causa, c. Sacris* (a). *Minor etiam probatur, quia Ecclesia nunquam erravit, quia una est columba inmaculata, ut habetur Canticorum vi.* (b); *habetur etiam ut i. disti., c. Quamvis* (c).

(a) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 40: *De his quae vi mestusve causa fiunt*, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 220.

(b) Cant. 6, 8.

(c) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, *De poenitentia*, dist. I, c. 89, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1189.

Item sic: si casus datus per dominos cardinales esset credendus, tunc equali firmitudine et adherere debemus, sicut et articulus fidei, sed consequens est falsum; ergo casus, ex quo sequitur. Patet consequentia, cum illa que sunt ad palucem unum alio firmius credi non debet, ut patet per [lacuna] (d) *de fide ad Petrum; falsitas consequentis est nota, prout tanto, cum casus datus ducat nos in dubia, articuli etiam fidei in magnas certitudines per apostolos satis predicatas et per nostrum Salvatorem multis signis et miraculis confirmatas.*

[*fl. 116v*] *Item sic: casus videtur nos decipere et in bono non confirmare; ergo talis casus minime credendus. Consequentia de se est nota. Antecedens sic arguitur: quia in casu ponitur quod aliqui dominorum cardinalium elegerunt dominum Urbanum vera intentione et corde, ut esset verus papa, et non asserunt quod illi sint, ut certificari possimus de numero; ergo antecedens verum, si dicant michi domini cardinales quod omnes sic elegerunt, ut est dictum, ergo apparet quod dominus Urbanus est papa.*

Item sic: si casus datus per dominos cardinales esset credendus, tunc esset concedendum quod Ecclesia Romana aliquando a tramite apostolorum erravit, ut habetur xxiiii. q. i., c. A recta (e); *ergo casus iste est falsus; maior probatur sic: quicunque preponit bonum temporale bono spirituali, deviat a tramite apostolorum, quibus dictum fuerat: «Nolite timere eos qui occidunt corpus»* (f). *Sed domini cardinales, mentiendo istum esse papam, preposuerunt bonum temporale bono spirituali, quod facere non debuerunt pro infinitis mundis, si essent, ut patet per venerabilem Anselmum, li. i. Cur Deus homo, multis capitulis* (g), *et per beatum Gregorium, xxxv. Moralium* (g'), *c. 3* (h), *et per beatum Augustinum, De libro arbitrio, c. 2., §. Ergo, etc.* (i).

Item sic: casus videtur nobis asserere duos summos pontifices et hoc satis est dampnum fidei orthodoxe; ergo casus in se falsus. Consequentia est nota, cum Ecclesia unum et singularem habeat sponsum et unum et singularem vicarium Christi. Antecedens videtur esse concedendum ex suo casu, cum in eodem dicant quod omnes nolentes, ipsum elegerunt in verum papam, et continenti et de novo nobis denuntiant unum alium, quem affirmant esse verum papam, et sic antecedens, etc.

Item sic: illi quorum oppinio agravata est apud grandes et fide dignas personas, non sunt recipiendi pro sufficientibus testibus, extra, de testibus, c. Testimonium (j), *sed opinio agravata est contra dictos dominos cardinales apud magnas personas, ymmo quasi totum mundum, ergo eorum preciso* (!) *testimonio non est standum.*

Item sic: unius persone testimonio non est credendum, maxime cum preiudicio alterius [lacuna] *xxxv* (k). *Ad unius testimonium, nullus condempnabitur, sed de casu dato tantum una persona prohibet* (!) *testimonium vel plures ratione unius, quia vel qui-*

(d) No ms. espaço em branco.

(e) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIV, quaestio I, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 969.

(f) Mat. 10, 28, Cf. Luc. 12, 4.

(g) SANCTI ANSELMI *Libri duo Cur Deus homo*, lib. I, cap. 21, ed. PL 158, col. 393-394, etc.

(g') *Moralium*] *maior*, no ms.

(h) SANCTI GREGORII PAPAE I, *Moralia*, III pars, lib. 35, cap. VIII, ed. PL. 76, col. 759.

(i) SANCTI AURELII AUGUSTINI *De libero arbitrio libri III*, lib. III, cap. 25, ed. PL, 32, col. 1308-1309. Outros capítulos se poderiam citar sobre o mesmo pensamento.

(j) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 20: *De testibus et attestationibus*, c. 54, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 340.

(k) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXV, quaestio 6, *dictum post* c. 11, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1280-1281.

libet cardinalium prohibet (!) *testimonium de toto isto casu vel unus de sua parte et alius de alia, vel omnes simul tanquam unus testis de toto; constat quod non potest quilibet de toto casu testimonium dare nec valet testimonium ubi plures testes de pluribus actibus testantur, ita quod nullus duo de uno, ergo relinquitur tertium et per consequens casus nullus.*

Domine mi, etiam questio, quam tenuistis in actu vestro solempni, non est multum consona dictis doctorum, cum oppositum haberi possit ex textu, quem allegastis, nec rationes quas tunc fecistis contra partem domini Urbani, sunt multum contra, ymmo prout apparet (l).

Ista scripsi, supplicata V. patientia benigna. Lupus» (280).

Frei Vicente vai apresentar os motivos que o impediram de aderir à questão proposta pelo cardeal e pede-lhe mande responder às razões que aduzirá contra a conclusão de que, por necessidade de salvação, os católicos devem crer no colégio cardinalício quanto ao que afirmam, com juramento, no caso autenticado pelas próprias assinaturas e selos.

Em primeiro lugar, cada fiel, para se salvar, nada mais deve crer que os artigos da fé ou seus corolários e as determinações da Igreja universal, como é manifesto para qualquer teólogo. Doutra forma, pecaria contra o sentir de Santo Agostinho. Ora nada do caso pertence ao número dos artigos da fé, seus corolários ou determinações da Igreja universal, conforme se pode ver, discorrendo por todos os artigos enumerados no Decreto de Graciano e Decretais.

Os fiéis não estão obrigados a crer mais no conteúdo do caso que na Sagrada Escritura e, conforme diz S. Tomás, pode estar no estado de salvação alguém que não acreditasse em certos pontos da Escritura. A lei de Moisés, por exemplo, teve maior força de obrigação no seu tempo que o caso presente e, apesar disso, muitos foram os escusados da sua observância, sem deixarem de continuar em estado de salvação. Por consequência, muitos são hoje os escusados de observar esse caso.

É mais necessário crer na unicidade do baptismo que no caso. Os que são rebaptizados negam, por assim dizer, a Deus. Apesar disso, pode haver alguém no estado de salvação que creia deva determinada pessoa ser rebaptizada, como é o caso de S. Cipriano, mestre e doutor.

Se houvesse obrigação de acreditar simplesmente nos cardeais, sem outras provas, quanto à eleição do Sumo Pontífice, pelo facto de ser impossível que eles o elejam sem terem autoridade para isso, dever-se-ia acreditar nos purpurados, sem possibilidade de prova em contrário, só pelo facto de eles dizerem que têm autoridade para a eleição. Ora isto é falso, porque o papa, em virtude da plenitude do seu poder, poderia, antes da morte, depor os cardeais ou cometer só a alguns a autoridade de elegerem o futuro papa, a teor do direito. É evidente que, neste caso, admitir-se-iam testemunhas e provas contra os cardeais, se eles afirmassem que ainda tinham autoridade para eleger o papa.

Se houvesse obrigação de crer nos purpurados quanto à eleição do Sumo Pontífice, sem outra prova, pelo facto de só eles poderem proceder à eleição depois da morte do papa, dever-se-ia acreditar simplesmente neles, sem outra prova, quanto à morte do papa. E isso é falso, porque, se outras pessoas quisessem provar que o papa ainda vivia, deviam ser ouvidas, apesar da afirmação contrária dos cardeais.

Os apóstolos tinham muito mais autoridade que hoje os purpurados. Apesar disso, foi conveniente haver testemunhos em apoio do que afirmavam, pois, segundo S. Marcos, os apóstolos partiram e pregaram por toda a parte, «Domino cooperante et sermonem confirmante sequentibus

(l) O texto, como se pode ver, está incompleto.

(280) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Barb. lat. 872, fls. 116-116v.

signis». Por consequência, à autoridade dos purpurados devem juntar-se outros testemunhos, em favor das afirmações dos mesmos no sobredito caso.

A palavra de Cristo foi mais autêntica que o caso dos cardeais, e os ouvintes do Salvador que não cressem, teriam desculpa, se Jesus não tivesse confirmado a Sua Palavra com testemunhas, com os milagres e passos das Escrituras, conforme diz S. João em vários lugares do Evangelho. Logo, os fiéis não estão obrigados a crer nas afirmações dos cardeais, se estes as não provam.

Tão escusados são os fiéis de crer no caso, sem outras provas, como seriam os judeus de crer em Moisés, se este não tivesse confirmado seus dizeres com algum testemunho, conforme a Escritura que repreende o povo desobediente, não por ter descrido de um homem só, Moisés, mas de Deus que por sinais confirmou a palavra de Moisés.

Não se deve crer em ninguém que esteja absorto ou tenha a mente perturbada, no que respeita ao sucedido durante a perturbação ou alienação da mente, mesmo que, depois da perturbação, queira ajuizar do que tiver acontecido a seu respeito. Ora, conforme o confessam, os cardeais, durante a pressão pretendida, sofreram perturbação da mente com o medo e temor, já que o temor perturba e remove a mente do lugar e segundo Boécio, para ver claro, é necessário afastar o temor. Consequentemente, podem os outros testemunhar melhor que os purpurados sobre o sucedido durante o tempo da pressão.

Se alguém obedecer conscientemente ao falso papa, pode não estar fora do estado de salvação. A fortiori, *se duvidar quem seja o verdadeiro papa. Suponhamos que só eu tenho conhecimento de que o eleito papa não foi baptizado, na forma exigida pela Igreja, e toda a Igreja o tem como papa, excepto eu. Estarei obrigado a obedecer-lhe ou não? Se estiver obrigado a obedecer-lhe, apesar de não ser de facto papa, logo não pecarei, sabendo mesmo que ele não é papa. Se não estiver obrigado a prestar-lhe obediência, apesar de os cardeais com toda a Igreja determinarem que ele é papa, não estarei obrigado a crer nos purpurados nem na Igreja, ao apresentarem-no como papa.*

Suponhamos ainda que alguém, desconhecedor da pressão e das causas suficientes para haver medo, fosse testemunha da rebelião dos cardeais contra Urbano VI. Essa pessoa, continuando no estado de salvação, poderia seguir o raciocínio de que os cardeais, ao afastarem-se da obediência do papa Urbano VI, se tornaram cismáticos e, por isso, deixaram de ter qualquer jurisdição, visto nenhum cismático ou rebelde à Igreja ter, segundo o direito, jurisdição alguma dentro da Igreja. Este mesmo argumento poderia valer para toda a Igreja. E assim grande parte dela deveria crer que os cardeais não tinham jurisdição e nada podiam determinar a tal respeito.

Os purpurados não podem ser testemunhas contra um papa hereje, sem possibilidade de prova em contrário. Da mesma forma, também o não podem ser contra o papa tido como apóstata, porque o pecado do cisma, segundo S. Jerónimo, é mais grave que o de infidelidade.

Os cristãos que obedecem a Urbano VI não são cismáticos, por estarem convencidos de que ele é Sumo Pontífice, visto não ser cismático quem, como os sequazes de Urbano, quer estar unido à Igreja e seu chefe. Além disso, segundo S. Tomás, só é cismático quem intencionalmente quer separar-se da unidade da Igreja. Logo, todos os sequazes de Urbano, crendo que ele é o Sumo Pontífice, têm intenção de estarem unidos à Igreja e, por isso, nenhum deles é cismático. Por conseguinte, podem estar no estado de salvação e não crerem no caso dos cardeais.

Ninguém, por necessidade de salvação, está obrigado a crer no que lhe é impossível crer. Ora muitos não podem, por meio das razões e documentos apresentados, resolver a dúvida se o caso dos cardeais será falso e, por isso, não deixam de continuar no estado de salvação, apesar de não crerem no dito caso.

A todas estas razões pede Frei Vicente responda o cardeal legado, para esclarecimento da assembleia:

«[*fl. 117*] *Argumenta fratris Vincentii.*

Reverendissime Pater, sequentia motiva me retardarunt ut assensum prebeam questioni nuper per vos proposite, probate et multis modis roborate; ideo peto quod responderi faciatis ad istas rationes.

Conclusio per vos proposita fuit hec: quod per catholicos filios Ecclesie de necessitate salutis est credendum collegio dominorum cardinalium in hiis que dicunt et cum iuramento asserunt in suo casu, roborato propriis subscriptionibus et sigillis, contra quam sic arguo:

Nichil necessitate salutis est a quolibet fideli credendum, nisi articulos fidei vel sequens ex articulis fidei aut per universalem Ecclesiam determinatum. Hec propositio satis magnifesta est cuicunque theologo. Aliter necessitaretur aliquis ad peccandum, contra Augustinum, 3 retractationum (a), *sed casus, qui datur, non est ex articulis fidei nec sequens nec determinatus per universalem Ecclesiam, ut patet discurrendo per omnes articulos, qui ponuntur di. 23, Quis episcopus* (b), *de consecratione, 3 di., Omnes quos* (c) *et di. x^a, Papa* (d), *extra, de summa Trinitate et fide catholica, Firmiter credimus* (e).

Item sic: non magis tenentur fideles credere omnia posita in casu vestro, quam tenentur credere contenta in sacra scriptura, set staret aliquem existentem in statu salutis [qui] discederet aliquid de contentis in sacra scriptura, ut dicit sanctus Thomas, 2.^a 2.e, q. 3, articulo i. (f); *ergo staret aliquem existentem in statu salutis [qui] non assentire[t] contentis in casu vestro; confirmatur: tanti vigoris fuit lex Moysi vel maioris et tantam vim habuit obligandi tempore suo, quantam vim habuit obligandi casus vester, sed multi fuerunt excusati ab observantia istius legis, qui tamen erant in statu salutis, ut apparet ex dictis Dionisii, ix. c. Celestis Gerarchie* (g); *ergo multi hodie excusantur [credere] casum vestrum; confirmatur etiam sic: magis necessarium est credere unum baptisma quam credere aliud de contentis in casu vestro, nam qui rebaptizantur, videntur negare Deum, de consecratione, di. iiii., Eos quos* (h), *sed aliquis existens in statu salutis, credidit aliquem esse rebaptizandum; constat de Cipriano, magistro et doctore; ergo, etc.*

Item sic: si dominis cardinalibus esset credendum simpliciter, sine admissione alterius probationis, de electione summi pontificis, cum impo[ssibi]le sit ipsos eligere, nisi habeant auctoritatem eligendi, ipsis est credendum sine admissione contraria (!) *probationis, dicentibus se habere auctoritatem eligendi. Consequens est falsum; ergo antecedens; falsitas consequentis patet sic: ponatur quod papa ante mortem suam de plenitudine potestatis deposuit cardinales vel aliquibus aliis commisit auctoritatem eligendi papam futurum. Hoc non est*

(a) SANCTI AURELII AUGUSTINI *Retractationum libri duo*, em PL 32, col. 586-656, onde não encontrei tal citação, que está errada. Tratar-se-á do lib. I, cap. XIII, *ed. cit.*, col. 602-603?

(b) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 23, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 79.

(c) *Decretum Gratiani*, III pars, *De consecratione*, dist. 3, c. 30, ed FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1361.

(d) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 19ss. Não encontrei, nesta distinção, o cânon *Papa*. Tratar-se-á do c. 2?

(e) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 1: *De Summa Trinitate et fide catholica*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 5-6.

(f) SANCTI THOMAE AQUINATIS *Summa theologica*, Secunda Secundae, quaestio 3, art. 1, ed. *Opera Omnia*, t. VIII, Romae, 1895, p. 40. Texto mais pertinente em Secunda Secundae, quaestio I, art. 10, *loc. cit.*, p. 23.

(g) SANCTI DIONYSII AREOPAGITAE *De coelesti Hierarchia*, cap. IX, § 4, ed. PG (MIGNE, *Patrologia Graeca*), vol. 3, col. 262.

(h) *Decretum Gratiani*, III pars, *De consecratione*, dist. IV, c. 118, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1398.

impo[ssibi]le pape, si considerentur ea que [fl. 117v] habentur d. Ja. Consilia (i), *2 v. q. i., Sunt* (j), *extra, de electione, Significasti* (k) *et c. sequenti* (l); *isto casu predicto clarum est quod admitterentur contra cardinales testes et probationes, si asserunt se adhuc habere auctoritatem papam eligendi.*

Item sic: si dominis cardinalibus esset credendum de electione summi pontificis, ita quod non admitteretur alia probatio, cum ipsi non possunt eligere nisi papa mortuo, ut habetur [7]*9 di., Romanus pontifex* (!) (m), *ergo ipsis est simpliciter credendum sine admissione alterius probationis quod papa est mortuus. Consequens est falsum, nam dato quod aliqui vellent probare papam vivere, non obstante assertione cardinalium in contrarium, audirentur, ut constat; ergo, etc.*

Item auctoritatis tante fuerunt apostoli Ihesu Christi, maioris quante auctoritatis sunt domini cardinales; sed non obstante auctoritate apostolorum, opportuit quod ipsi haberent alia testimonia pro illis que affirmabantur; ergo, non obstante auctoritate cardinalium, addendum est aliud testimonium pro casu, que affirmant; maior huius rationis est magnifesta et minor probatur, Marci ultimo (n), *ubi dicitur quod «apostoli profecti, predicaverunt ubique, Domino cooperante et sermonem confirmante sequentibus signis»; confirmatur: magis auctenticum fuit verbum Christi quam casus dominorum cardinalium, sed excusationem habuissent audientes verbum Christi, non credendo, nisi Christus verbum suum testibus confirmasset, scilicet miraculis et testimoniis scripturarum; ergo nec fideles tenentur credere dictum cardinalium, nisi ipsum probent; minor probatur, Jo. 15* (o): *«si opera non fecissem in eis, que nemo alius fecit, peccatum non haberent, nunc autem excusationem non habent de peccato suo»; et Jo. 13* (!): *«opera que dedit Pater ut faciam, hec testimonium peribent de me»* (p); *et Jo. ultimo: «alia signa fecit Ihesus», etc. «Hec autem scripta sunt ut credatis quia Ihesus est filius Dei»* (q); *et Jo. v: «scrutamini scripturas, ille sunt que testimonium peribent de me»* (r).

Item: quam excusabiles fuissent iudei, non credendo Moysi, nisi dicta sua aliquo testimonio confirmasset, tam excusabiles sunt hodie fideles, non credendo casum dominorum cardinalium, sine testimonio alio [ducente] eosdem ad credendum; sed si alii fuissent excusabiles, ergo et nos; probatur minor Numer. [xiiii], ubi dicit Dominus: «usquequo detrahet michi populus iste? Quousque non credet michi, cum omnibus signis que feci?» (s), *super quo verbo dicit* [lacuna] *3 parte summe, quod non arguitur populus, eo quod non credidit homini soli, sed quia non credidit Deo, confirmanti verbum Moysi sequentibus signis* (t).

(i) Ja. Consilia.

(j) No *Decretum Gratiani*, II pars, Causa V, quaestio I, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 544-545, não existe nenhum cânon *Sunt*. Talvez se trate da Causa XXV, quaestio I, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1008.

(k) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 49.

(l) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 50-51.

(m) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 19, c. *(Si Romanorum Pontificum)*, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 58-59.

(n) Marc. 16, 19-20.

(o) Jo. 15, 22-25.

(p) Jo. 5, 36.

(q) Jo. 20, 30-31.

(r) Jo. 5, 39.

(s) Num. 14, 11-12.

(t) Não encontrei esta citação na 3.ª parte da Suma de S. Tomás.

Item sic: nulli absorto, perturbato et mente quodammodo alienato est credendum de illis que circa ipsum facta sunt tempore huius perturbationis vel alienationis, etiam si de illis que circa ipsum acciderunt, post alienationem vellit iudicare; hoc magnifeste apparet 2 ad Corinthi., xii. (u) *de Paulo post raptum, sed domini cardinales in tempore* [*fl 118*] *impressionis, quam pretendunt, fuerunt metu et timore perturbati, timore vehementer et mente alienati; dicit Tallius, (!), li. iiii., De Tusculanis questionibus: «timor est excutiens cogitatum et mentem a suo loco removet»* (v). *Unde Boetius, 3 De consolatione* (x): *«nubibus atris condicta nullum fundare possunt sidera, lumen tu quoque si vis lumine claro cernere, verum transmitto recto carpere talem gaudia pelle timorem»; ergo de illis, que acciderunt tempore impressionis, melius possunt alii testificari quam domini cardinales.*

Item sic: aliquis scienter obediens apostatico non est extra statum salutis; ergo a fortiori aliquis dubitans quis sit apostolicus, non propter istud dubium est extra statum salutis. Consequentia est magnifesta; antecedens probatur. Pono quod ego solus sciam electum in papam non fuisse baptizatum in forma Ecclesie et tota Ecclesia illum pro papa habeat, preterquam ego. Quero utrum teneor obedire tali vel non; si dicatur quod teneor obedire sibi, cum ipse sit apostaticus, ergo scienter obediens apostatico non peccat; si non teneor obedire illi, et domini cardinales cum tota Ecclesia determinant ipsum esse papam, ergo in casu non teneor credere cardinalibus nec toti Ecclesie dicenti michi aliquem esse papam.

Item sic: pono quod aliquis qui simpliciter ignoravit de impressione et de causis metus sufficientibus, vidisset quando cardinales rebellaverunt contra dominum Urbanum; iste pro tunc potuit sic arguere contra se: nullus scismaticus et rebellis Ecclesie habet aliquam iurisdictionem in Ecclesia, vii. q. i. Factus (y) *et* [*xx*]*iiii. q. i., Di*[*di*]*cimus* (z), *sed isti domini, discedendo ab obedientia summi pontificis, sunt scismatici,* [*xx*]*iii., q. v., c. Non vos* (a); *ergo isti non habent aliquam iurisdictionem; talis sic arguens manifeste assentire*[*t*] *conclusioni nec posset aliud credere concessis premissis; ergo credendo consequens* (!) *non est extra statum salutis; sic poterit arguere fore tota Ecclesia; ergo pro magna parte Ecclesie debuit credere quod domini cardinales non habebant iurisdictionem et quod non poterant aliquid determinare.*

Item sic: cardinales non possunt precise esse testes contra papam hereticum, ita quod non admittatur contraria probatio; ergo non possunt esse testes, precise contra apostaticum; antecedens est manifestum et consequentia probatur, quia, ut dicit Ieronimus (b), *gravius est peccatum scismatis quam infidelitatis.*

(u) 2 Cor. 12, 1-10.

(v) M. TULLII CICERONIS *Tusculanae disputationes*, lib. IV, § 6-8, ed. M. POHLENZ, Lipsiae, 1918, pp. 112-114. Temos aqui a ideia de quanto nos diz o autor do parecer, mas não propriamente a definição literal.

(x) ANICII MANLII SEVERINI *Philosophiae consolatio*, lib. I, carmen VII, ed. LUDOVICUS BIELER, in *Corpus Christianorum*, Series latina, 94, Turnholt, 1957, pp. 16-17.

(y) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VII, quaestio 1, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 568.

(z) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 24, quaestio 1, c. 31, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 977-978.

(a) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 23, quaestio 5, c. 42, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 941-942.

(b) SANCTI EUSEBII HIERONIMI *Commentaria in epistulam ad Galatas*, lib. III, cap. V, ed. PL, 26, col. 443-445. Cf. *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 24, quaestio 3, c. 26 e 27, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 997-998.

Item sic: obedientes domino Urbano, ex eo quia credunt eum summum pontificem, non sunt scismatici, ergo stat aliquem existentem in statu salutis non credere casum dominorum cardinalium; consequentia tenet et probatur antecedens: nullus volens se coniungere Ecclesie et capiti suo est scismaticus, sed nullus obediens Urbano, ex eo etiam vult se coniungere Ecclesie et capiti suo, ergo sic obediens non est scismaticus; tenet hec ratio ex diffinitione scismatis, quam ponit Augustinus in libro contra Faustum (c) *et ponitur xxiiii. q. [fl. 118v] iii., Inter [heresim et] scisma* (d)*: Scisma est eadem atque eodem ritu collentem solo congregationis delectari dissidio; confirmatur: solum ille est scismaticus qui intendit se separare ab unitate Ecclesie. Hec probatio est sancti Thome, 2.ª 2.e, q. xxxix. articulo 1.* (e)*. Set omnes obedientes domino Urbano, ex eo quod credunt eum summum pontificem, intendunt se unire Ecclesie, ut apparet manifeste; ergo nulli tales sunt scismatici.*

Item sic: nullus de necessitate salutis tenetur credere quod ipsum credere est impo[ssibi]le, sed multi sunt sic informati per rationes et documenta, que solvere ipsi non possunt, quod casus dominorum cardinalium et factum eorumdem est falsum; ergo aliquis talis non credendo dictum casum, non propter hoc est extra statum salutis.

Ad istas rationes peto, Reverendissime Pater, quod faciatis responderi pro informatione mea» ([281]).

Existem breves respostas do cardeal Pedro de Luna aos argumentos dos prelados portugueses. Quanto ao primeiro, relativo ao testemunho das coisas percebidas pelos sentidos corporais, não aceita a consequência nem a prova tirada do caso dos cardeais, porque estes, no caso, prestam fé, tanto em actos colegiais como singulares, de coisas de que se podiam aperceber por meio de algum sentido corporal. E continua a afirmar a existência do privilégio dos purpurados quanto à obrigação de se crer no que disser cada um, sobretudo quando todos nas afirmações tendem ao mesmo fim de provar, como no caso, a pressão que lhes foi incutida, embora discrepem relativamente ao lugar e tempo da pressão e dêem testemunho sobre diversos actos. Basta não discrepem quanto à substância, segundo João André e Inocêncio IV. E essa discrepância não existe no caso.

Quanto ao argumento do testemunho sobre as consciências dos outros cardeais, responde que a credibilidade diz respeito à consciência própria de cada um, em primeiro lugar, e, quanto à dos outros, consta da de todos pelos dizeres de cada um, visto todos o terem manifestado com juramento, conforme o alegado por ele, cardeal, na última razão da segunda parte. Além disso, tudo quanto os purpurados testemunharam foi percebido pelo sentido corporal do ouvido, o que basta, segundo Inocêncio IV.

Relativamente à intenção dos Romanos, responde que as coisas ditas ou comunicadas e as ameaças pelos oficiais da cidade e outras pessoas, antes, durante e depois do ingresso e saída do conclave, puderam perceber-se pelos sentidos corporais, e donde decorria a má intenção dos mesmos. Quanto ao protesto bem podiam dar fé dele, porque viram documento público a propósito. Relativamente aos chefes das regiões, os cardeais viram-nos entrar no conclave contra a sua vontade e ouviram o que eles disseram, conforme o conteúdo do caso. No que toca aos actos de fora do con-

---

(c) SANCTI AURELII AUGUSTINI *Contra Faustum manichaeum*, lib. XX, cap. III, ed. PL, 8, col. 369.

(d) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIV, quaestio 3, c. 26, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 997-998.

(e) SANCTI THOMAE AQUINATIS *Summa theologica*, Secunda Secundae, quaestio 39, art. 1, *ed. cit.*, p. 306.

([281]) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Barb. lat. 872, fls. 117-118v.

clave, os purpurados bem podiam inteirar-se do sucedido, apesar de estarem dentro, porque, antes do ingresso, tinham visto e ouvido muita coisa a respeito disso:

«*Responsiones ad argumenta facte contra dominum legatum pro parte prelatorum Portugalensium:*

Ad primam rationem respondetur quod consequentia non valet nec probatio eiusdem claricitatis ex casu dominorum cardinalium, nam ipsi de contentis in suo casu, sive collegialibus sive singularibus, dant fidem de hiis que percipi possunt aliquo sensu corporeo, secundum quod actus requirunt, et cum dicitur per cardinales omnes xii, etc., respondetur, dato, sed non concesso quod illud esset verum privilegium, est dominorum cardinalium quod dictu etiam unius eorum credatur, ut in allegationibus nostris iam vobis oblatis clarissime est deductum, et maxime hoc procedit cum omnes tendant ad unum finem probandi scilicet impressionem eis factam, etiam si in casibus discrepent et in loco et in tempore impressionis et de diversis actibus dicant, non nocet, dum tamen non discrepent in substantialibus, ut hoc notant Iohannes Andree (a), *Innocentius* (b) *in c. Qualiter et quando in ii°, de accusationibus, et Speculator, ti. de inqui. Quid si inducuntur* (c), *que tamen discrepantia negatur esse in casu, de quo agitur.*

Ad id quod dicitur de conscientiis aliorum cardinalium, respondetur quod unicuique creditur de sua propria conscientia et de conscientiis aliorum constat omnibus cardinalibus per dicta illius vel illorum, de quorum conscientia agitur, cum [*fl. 119*] *omnes ad invicem sibi ipsis medio iuramento manifestaverant, ut hoc probatur per allegata per me in ultima ratione secunde partis. Item omnia, de quibus cardinales testificantur, percipiuntur sensu corporeo, scilicet audictus, vel alio, quod sufficit secundum Innocentium, de iuramento calumnie* (d), *c. Cum in causa* (e), *ut infra declarabitur in responsione ad tertium articulum.*

Ad id quod dicitur de intentione Romanorum, respondetur quod per ea que tam per officiales Urbis quam per alios fuerunt eis dicta, intimata et comminata, que percipiuntur sensu corporeo, ante ingressum et ingressu et post ingressum et egressum conclavis, potuerunt percipere et perceperunt magnifeste de prava eorum intentione, cum opere subsecuto, ut iuribus supra preallegatis, et per predicta est sufficienter responsum ad primam rationem et contenta in ea, quamvis non sit in forma nec conludat.

Item ad secundam rationem, cum dicitur omnes isti, etc., quia nil aliud facit nec (!) *refricaret quod supra respondetur, ut supra proxime est responsum. Item domini cardinales bene potuerunt facere fidem de dicta protestatione, cum viderunt instrumentum publicum super ea confectum. Item quia audierunt a dicto protestante, cui de iure ut supra est credendum; de capitibus regionum satis constat eisdem cardinalibus, cum, eis invitis, intraverunt conclave et dixerunt ipsis cardinalibus ibidem congregatis ea que de eis continentur*

(a) JOHANNIS ANDREAE *In quintum Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, tit. 1: *De accusationibus*, c. 24 *(Qualiter et quando)*, fl. 15v.

(b) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. V, tit. 1: *De accusationibus, inquisitionibus et denuntiationibus*, c. 24 *(Qualiter et quando)*, *ed. cit.*, p. 590.

(c) GUILIELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars, III, lib. III, *De inquisitione*, Venetiis, 1576, pp. 26-42. Não encontrei o § *Quid si inducuntur*. Na página 28 fala-se da substância da inquirição. Na pars I, lib. I, *De teste*, pp. 333-338, à palavra *Quid si testes producuntur*, fala-se da necessidade de concordar as testemunhas.

(d) No ms. *de iuramento quali.*

(e) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, tit. 2: *De iuramento calumniae*, c. 7, *ed. cit.*, p. 255.

in casu et si intelligatur de dictis vel factis extra conclave iam responsum est supra, bene potuerunt existentes intus illa percipere. Viderant enim ipsi cardinales ante ingressum conclavis et audierant multa merito» (282).

É evidente que o legado deixou de responder a muita coisa alegada em contrário pelos seus opositores, por exemplo às observações relativas à entronização e coroação livres, pedido e obtenção de benefícios, realização de nova eleição de Urbano VI, contradições várias no procedimento dos cardeais, etc. Mas, a avaliar por estas actas, se elas estivessem completas, dir-se-ia, que, antes da reunião, tudo fora combinado e decidido, da parte de el-rei e seu conselho, para seguir ou melhor continuar na obediência a Urbano VI, como se tratasse, neste conselho, apenas de justificar, perante o legado de Clemente VII, o facto da obediência a Urbano VI, já em acto desde Agosto de 1381. Mas — perguntar-se-á e não sem motivo — os acordos e casamento da Infanta Dona Beatriz com o monarca de Castela, em Abril e Maio de 1383, com a participação do bispo de Lisboa D. Martinho, do bispo da Guarda, D. Afonso Correia, e D. João Cabeça de Vaca, bispo de Coimbra, todos sequazes de Clemente VII, e presidência do cardeal D. Pedro de Luna, legado do papa de Avinhão, com a ausência do arcebispo de Braga, do Doutor Gil do Sem, do deão de Coimbra, Rui Lourenço, do Doutor João das Regras e outros letrados, que deram parecer sobre a legitimidade de Urbano VI contra Clemente VII, não estará a significar um retorno à obediência deste último papa? Assim deveria parecer, à primeira vista, tanto mais que tomaram parte nas cerimónias também o Mestre de Avis, D. João, o prior do Hospital, D. Frei Álvaro Pereira, o Mestre de S. Tiago, D. Frei Afonso de Albuquerque, o Mestre da Ordem de Cristo, D. Lopo Dias, Micer Manuel Pessanha e Pero Rodrigues da Fonseca. O Mestre de Avis, futuro D. João I, rei de Portugal, sentia-se, por isso mesmo, culpado, pois tinha participado com cismáticos, como se viu (283).

Visto que era precisamente o legado D. Pedro de Luna o incumbido por el-rei de Castela de tratar do contrato e realização do casamento, aliás celebrado solenemente em Espanha, compreende-se que o facto seja assinalado por acções dos partidários do papa de Avinhão. Com isso não se poderá afirmar, em absoluto, uma conversão de el-rei D. Fernando ao partido de Clemente VII. Ao contrário, deve presumir-se que o monarca português morreu na obediência de Urbano VI, como aliás referem os sequazes de Clemente VII e de Bento XIII e o dá a entender o próprio Clemente VII em bula de 29 de Março de 1384, dirigida a el-rei de Castela, que recorrera ao papa de Avinhão, com receio de ter incorrido em penas canónicas, por ter sufragado e mandado sufragar a alma de D. Fernando, rei de Portugal, considerado cismático por ter aderido ao papa de Roma (284).

---

(282) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Barb. lat. 872, fls. 118v-119.

(283) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CX, CXIV, CCCLXXXVIII.

(284) AV, Reg. Aven. 236, fls. 397v: «Carissimo in Christo filio Johanni, Castelle, Legionis ac Portugalie regi illustri. Salutem, etc. Eximie tue devotionis affectus ... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod olim tu quondam Fernandi, regis Portugalie, et quorumdam aliorum qui, ut asseritur, pro eo quod ipsi scelerato viro Bartholomeo, olim Barensi archiepiscopo, qui sedem apostolicam per impressionem et violentiam notorias occupare contendit, adheserant, erant scismatica labe respersi, exequias fieri seu celebrari fecisti, quare pro parte tua nobis extitit humiliter supplicatum ut te et quascunque alias personas que in exequiis huiusmodi presentes extiterunt, a quibuscunque excommunicationum et aliis sententiis atque penis, quas per processus apostolicos et alias a iure vel homine, premissorum occasione, incurristis, vel si forsan te vel predictas seu alias personas tuo nomine vel mandato similia committere et propterea te seu illas similes sententias atque penas incurrere contigerit in futurum, te ac personas ipsas, etiam ab eisdem sententiis atque penis absolvere et ab eisdem penis totaliter liberare et cum illis ex eisdem personis, que litigate (!) sententiis huiusmodi, celebrando divina vel immiscendo se illis, non tamen in contemptum clavium, irregularitatem contraxerint, super irregularitate huiusmodi dispensare de benignitate apostolica

O arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, que não figura nos documentos relativos ao matrimónio, certamente para não comunicar com os castelhados cismáticos, continuava a ter influência junto do monarca português, o qual, como se viu, a 8 de Janeiro de 1383, poucos meses antes do casamento, intervinha a favor do arcebispo, continuando a atitude de 26 de Abril de 1382, quando dava ordens desde Salvaterra, a pedido do arcebispo, para serem respeitados os bens eclesiásticos durante a vacância das igrejas e mosteiros:

> «*Dom Fernando, pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A todollos comdes, meestres e priol do Espital e rricos homeens e cavaleiros e escudeiros e a quaesquer outros fidalgos e cidadaãos e juizes e justiças e a quaesquer outras pessoas dos nossos rregnos de qual estado e condiçom que seiam, a que esta carta for mostrada ou o trellado della fecto per tabaliam pu.co, saude. Sabede que dom Lourenço, arçebispo de Bragaa, nos disse que em seu arçebispado e bispados dos nossos rregnos se vagavam moesteiros e igreias e que quando sse assii vaguam, ficam em elles beens per mortes dos abades, priores e rrectores delles e dellas, os quaes se devyam guardar pera os abades, priores e rrectores, que depois veessem e se mantevessem os crelligos e monges e coonigos ... Dante em Salvaterra, xxvi dias dabril. El Rey o mandou. Johane Steves a fez. Era de mil e quatroçentos e viinte annos. El Rey*» (285).

A 8 de Abril de 1383, Urbano VI, como se viu, incumbia o bispo de Dax de publicar em Portugal a bula da condenação de Clemente VII e seus fautores, com as respectivas penas, e a proclamar espécie de cruzada contra o reino de Castela (285a). *D. Fernando trazia um prelado em Inglaterra, que ali chegava a 13 de Fevereiro desse ano, a fim de renovar a aliança anglo-portuguesa* (285b). *Estas e outras circunstâncias, bem como a doença do monarca e o parecer dos seus letrados, exposto perante o cardeal legado, devem ter influenciado no ânimo de el-rei, de forma a demovê-lo da adesão oficial, a favor do papa de Avinhão, e a deixar talvez liberdade aos prelados de seguirem, na prática, uma ou outra obediência, sem interferir directamente no assunto. O caso da questão*

---

dignaremur. Nos igitur cupientes tue dictarumque personarum animarum providere saluti, huiusmodi supplicationibus inclinati, ut confessor tuus te et personas predictas, si hoc humiliter petieritis, auctoritate apostolica ab huiusmodi sententiis absolvere et ab eisdem penis totaliter liberare et cum eisdem personis super irregularitate huiusmodi dispensare valeat, iniunctis tibi et eisdem personis pro modo culpe penitentia salutari et aliis que de iure fuerint iniungenda, serenitati tue, tenore presentium, concedimus de gratia speciali. Nulli ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, anno sexto». Cf. JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956) 162-164.

(285) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18.

(285a) AV, Reg. Vat. 310, fls. 347-352v. Cf. nota 277 p. — Já observei atrás que neste tempo o cónego de Lisboa Domingos Monheta, que tinha sido colector apostólico do papa Clemente VII durante o tempo da obediência de D. Fernando, de 1380, ao papa de Avinhão, devia obedecer já ao papa de Roma, tendo seguido, portanto, ambas as obediências. Cf. notas 273o-273p e *Monumenta Portugaliae Vaticana*, com a respectiva correcção, II, *Súplicas do pontificado de Bonifácio IX*, nn. 18-19, pp. 393-394. Também fora colector apostólico em Portugal no pontificado de Gregório XI, conforme o seguinte documento de 1376: «Universis, etc. Petrus, etc., quod cum die ii.da mensis Septembris proxime preteriti *venerabilis vir dominus Dominicus de Mungeta, canonicus Ulixbonensis, in regnis Portugalie et Algarbii subcollector apostolicus*, fecisset cambium in civitate Ulixbonensi cum Michaele Ferrarii, mercatore Valentino, de iii.m clxb flor. auri de camera per ipsum Michaelem camere apostolice solvendis et assignandis, prout in instrumento per magistrum Gunsalvum Johannis, publicum notarium, super premissis recepto, latius continetur, hinc est quod ...» (AV, Obl. et Sol. 42, fl. 96v).

(285b) Cf. E. PERROY, *L'Angleterre et le Grand Schisme*, Paris, 1933, pp. 223, 227, nota 6.

entre o prior do Hospital, Pedro Álvares Pereira, seu favorecido, ao princípio, junto de Clemente VII, como vimos, e o rival no priorato, Álvaro Gonçalves Camelo, candidato da Ordem e, finalmente, do próprio Clemente VII, como demonstram várias bulas de Abril de 1383 ([285 c]), *parece significativo. Na verdade, as intervenções do papa de Avinhão ficaram sem efeito, porque Pedro Álvares Pereira continuou no governo da Ordem em Portugal, até à deposição, por ter atraiçoado a pátria, já no governo do Mestre de Avis, D. João I* ([285 d]).

A propósito de D. Fernando ter continuado na obediência de Urbano VI, lembro que não raramente acontecia deverem os contendentes e sequazes das diferentes obediências tomar parte em actos religiosos da obediência contrária, devido a exigências diplomáticas, sem que isso equivalesse a mudança de suas convicções primeiras. Temos exemplo, a este respeito, em concessões de Clemente VII ao rei de Castela, como veremos. O próprio D. João I, rei de Portugal, por bula de 9 de Setembro de 1398, obtinha do papa Bonifácio IX a absolvição de excomunhão e outras penas, incorridas por ele e alguns nobres de seus reinos pelo facto de, tanto na capela régia como noutros lugares eclesiásticos, ter mandado celebrar missa e outros ofícios religiosos na presença de excomungados e cismáticos, embora sem participarem no crime do cisma. Por outra bula da mesma data, embora afirmando o princípio da exclusão dos cismáticos e excomungados quanto ao indulto de fazer celebrar em altar portátil, quando tivesse de se encontrar em lugares pertencentes a cismáticos, Bonifácio IX exceptua os cismáticos, com quem o monarca português tivesse de tratar negócios:

> «*Bonifacius, etc. Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbii regi illustri. Salutem, etc. Singularis et eximie devotionis affectus, quem ad nos et Romanam Ecclesiam gerere comprobaris, non indigne meretur ut votis tuis, illis presertim, per que anime tue salutem et mentis quietem consequi valeas, quantum cum Deo possumus, favorabiliter annuamus. Sane petitio tua nobis nuper exhibita continebat quod in capella tua regia et in diversis ecclesiis sive locis ecclesiasticis, scismaticis et excommunicatis presentibus, missas et alia divina officia publica, non tamen scismaticis et excommunicatis ipsis in crimine participando, in tua et ecclesiasticarum personarum necnon nobilium et laicorum tibi assistentium aut tuis obsequiis insistentium presentia sepius celebrari fecisti, unde times te ac personas, nobiles et laicos ipsos etiam excommunicationis seu alias penas et censuras sive ab homine vel a iure in tales latas incurrisse. Quare nobis humiliter supplicasti ut te necnon personas ac nobiles et laicos eosdem ab huiusmodi excommunicationum et aliis censuris et penis, quas propterea incurristis, absolvere, necnon alias tuo et personarum ac nobilium necnon laicorum eorumdem statui in premissis salubriter providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur huiusmodi supplicationibus inclinati, te necnon personas et nobiles ac laicos ipsos ab excommunicationum sententiis et aliis censuris ac penis eisdem, quas propter premissa quomodolibet incurristis, auctoritate apostolica, tenore presentium, absolvimus et nichilominus cum personis ecclesiasticis ex predictis super irregularitate, quam, excommunicationum sententiis sive aliis censuris et penis eisdem seu earum aliqua forsan ligati divina, non tamen in contemptum clavium celebrando, sive verius prophanando, aut immiscendo se illis, quomodolibet contraxerunt, eadem auctoritate dispensamus, omnem irregularitatis et infamie maculam sive notam, per eas et earum quamlibet premissorum*

([285 c]) AV, Reg. Aven. 234, fls. 519-520v, 554v-555, 556, publ. com erros por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956) 196-203, docum. XII-XIV.

([285 d]) Cf. JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *art. cit.*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956) 158-159.

occasione contractas, penitus abolentes. Nulli ergo, etc., nostre absolutionis, dispensationis et abolitionis infringere, etc. Si quis autem, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto Idus Septembris, anno nono. De mandato. N. de Ben.to». «*Bonifacius, etc. Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbii regi illustri. Salutem, etc. Eximie devotionis affectus, quem ad nos et Romanam geris Ecclesiam, promeretur ut votis tuis, in hiis presertim que ad tue salutem anime cedere valeant, quantum cum Deo possumus, favorabiliter annuamus. Tuis itaque supplicationibus inclinati, tibi auctoritate presentium indulgemus ut, si forsan ad scismaticorum seu alia loca ecclesiastica, cuicumque ecclesiastico interdicto supposita, te declinare contigerit, liceat tibi cum personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, necnon nobilibus ac laicis quibuscumque, ad te declinantibus, sive tuis obsequiis insistentibus pro tempore, in illis, apertis ianuis, scismaticis tamen et aliis excommunicatis et interdictis eisdem exclusis, preter illos ex eis, cum quibus tu vel qui tecum forte conferre super occurrentibus tuis vel eorum negotiis tunc habebis seu habebunt, etiam pulsatis campanis et alta voce, in tua et personarum necnon nobilium et laicorum, ad te declinantium, sive tuis obsequiis tunc insistentium ut prefertur, et aliorum de comitiva tua quorumcumque pro tempore presentia, missam et alia divina officia huiusmodi facere celebrari, dummodo tu vel persone ecclesiastice aut nobiles vel laici et de comitiva tua huiusmodi causam non dederitis, neque dederint interdicto, nec id tibi vel illis contigerit specialiter interdici, tibi plenam et liberam auctoritate presentium de specialis dono gratie concedimus potestatem. Nulli ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Si quis autem, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto Idus Septembris, anno nono. De mandato. N. de Ben.to*» ([286]).

([286]) AV, Reg. Lat. 61, fls. 223v, 222v.

e) D. JOÃO I E OS BISPOS PORTUGUESES SEGUEM URBANO VI, O QUAL ENVIA NÚNCIO A PORTUGAL, ENQUANTO CLEMENTE VII FAVORECE D. JOÃO, REI DE CASTELA, NAS PRETENSÕES AO REINO DE PORTUGAL.

Consta de documento de 12 de Dezembro de 1383 que Pedro Lourenço Buval, bem conhecido por suas actividades em favor de Clemente VII, fora promovido a bispo de Viseu, motivo por que o reitor da igreja de S. Tiago de Antas, António Domingues, vigário geral do arcebispo D. Lourenço Vicente, concedia a igreja de Santa Cristina de Serzedelo, vacante pela promoção sobredita, ao cónego de Viseu e vigário do arcebispo de Braga, Gomes Fernandes, também conhecido de documentos referidos atrás:

> «*Antonius Dominici, rector parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Antis, canonicus in ecclesia Bracharensi et vicarius generalis reverendi patris domini ac domini Laurentii, Dei et apostolice sedis gratia eiusdem Bracharensis ecclesie archiepiscopi et primatis habensque ab eodem domino ad infrascripta speciale mandatum. Omnibus parrochianis parrochialis ecclesie sancte Christine de Cerzedello Bracharensis diocesis et omnibus aliis qui eidem ecclesie tenentur in aliquo, salutem in Domino. Noveritis quod, vacante dicta ecclesia de Cerzedello per provisionem factam venerabili viro Petro Laurentii Buval, canonico Bracharensi, de ecclesia et episcopatu Visensi, ego vicarius supradictus ex potestate et mandato dicti domini nostri archiepiscopi, ad presentationem verorum patronorum dicte ecclesie de Cerzedello et aliorum, qui sunt in possessione seu quasi iuris ad eamdem presentandi, instituy et confirmavi in rectorem predicte ecclesie sancte Christine de Cerzedello venerabilem virum Gometium Fernandy, canonicum ecclesie Vicensis et vicarium dicti domini archiepiscopi, ipsumque per impositionem capucii nostri in eius capite presentialiter de eadem investivi et investio... Datum in predicta ecclesia de Cerzedello, decima secunda die mensis decembris. Anno Domini M.mo ccc.mo lxxxiii°. Antoninho Dominguez*» (287).

Seria para perguntar quando foi promovido à sé de Viseu Pedro Lourenço Buval e por qual dos papas. Não devia ter sido muito antes da provisão da igreja paroquial, vaga pela sua promoção. E, tratando-se dum sequaz de Clemente VII, seria bem natural que ela partisse do papa de Avinhão. Mas assim não sucedeu, como passamos a ver.

Falou-se atrás de várias bulas do ano de 1380, de Clemente VII, em que se alude à transferência do arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, para a sé de Trani, mesmo contra a vontade do arcebispo, e de faculdades no governo da diocese de Braga, concedidas ao cónego Pedro Lourenço

---

(287) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18.

Buval, que tinha contestado os poderes do arcebispo como sequaz de Urbano VI. Em letras de 4 de Julho de 1381, dirigidas ao cabido bracarense, o papa de Avinhão fala da transferência nestes termos:

> «*Dilectis filiis capitulo ecclesie Bracharensis, salutem, etc. Etsi cunctis qui christiana religione censentur, etc., ut in quinta proxima precedenti, usque totis desideriis compatientes, discretioni vestre, cum ecclesia vestra ex eo vacet ad presens quod nos dudum Laurentium, electum Tiranensem, tunc archiepiscopum Bracharensem, a vinculo, quo eidem vestre ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine etiam invitum absolventes, ipsum ad ecclesiam Tiranensem, tunc vacantem, eadem auctoritate duximus transferendum, preficiendo eum dicte Tiranensi ecclesie in archiepiscopum et pastorem, per apostolica scripta committimus et mandamus quatinus per aliquem seu aliquos discretum seu discretos, quem vel quos ad hoc duxeritis deputandum seu deputandos, de male oblatis et male acquisitis per personas, in civitate et diocesi ac provincia Bracharensi commorantes, que restitui deberent, si hii, quibus eorum restitutio fieri deberet, etc., ut in predicta, ponendo faciatis loco facias, et sic in aliis locis, ponendo in plurali loco singulari, etc., usque Datum Avinione, iiii Nonas Julii, anno tertio*» (288).

Apesar das incumbências de Clemente VII a Pedro Lourenço Buval, a mostrarem que ele seguia o papa de Avinhão e que D. Lourenço Vicente não era reconhecido como arcebispo de Braga, não há notícias de o cónego ter sido nomeado arcebispo senão em Maio de 1384. Mais. Ficamos a saber, por bula de 23 de Maio deste ano, data aliás da sua promoção, que fora Urbano VI a nomeá-lo bispo de Viseu. Precisamente por ter aceitado a nomeação e se ter ingerido na administração da diocese, Clemente VII, tencionando promovê-lo à sé primacial de Braga, o absolvia da irregularidade incorrida por esse motivo:

> «*Dilecto filio Petro Laurentii, canonico Bracharensi, salutem, etc. Sincere devotionis affectus, quem ad nos et Romanam geris ecclesiam, promeretur ut personam tuam favore apostolico prosequamur. Cum itaque, sicut accepimus, tu olim, pretextu quarumdam litterarum iniquitatis filii et perpetue maledictionis alumpni Bartholomei, olim Barensis archiepiscopi, qui sedem apostolicam per impressionem et violentiam notorias nititur occupare, in episcopatu Visensi temere te intruseris illumque occupaveris ac administrationi ipsius ex tunc te ingesseris, fructus, redditus et proventus, obventiones et iura, ad mensam episcopalem Visensem* [*fl. 385*] *spectantia, percipiendo et propterea sententias et penas per processus nostros contra tales promulgatas incurreris ac huiusmodi sententiis sic ligatus divina officia, non tamen in contemptum clavium, celebraveris, irregularitatis maculam incurrendo, nosque Bracharensi ecclesie pastoris ad presens solatio destitute, ex certis causis, ad hoc animum nostrum moventibus, de persona tua providere intendamus, nos tibi et statui tuo in premissis providere volentes ac tecum super hiis agere gratiose, te ab huiusmodi sententiis, quas premissorum occasione incurristi, auctoritate apostolica absolvimus tecumque super irregularitate, quam ut prefertur incurristi, eadem auctoritate dispensamus, omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam, per te* [*fl. 14*] *premissorum occasione contractam, aucto-*

(288) AV, Reg. Aven. 225, fl. 605v. Reg. Vat. 293, fl. 136v. Cf. AV, Reg. Aven. 226, fls. 192v-193. Cf. nota 270g.

ritate predicta penitus abolendo. Nulli ergo, etc., nostre absolutionis et dispensationis infringere, etc. Datum Avinione, x Kalendas Junii, anno sexto» (289).

Confirma-se o facto com o sucedido posteriormente. Como o antecessor, ele seguiu a obediência de Clemente VII, segundo consta de bula dirigida ao cabido de Viseu por Urbano VI, a 30 de Outubro de 1385, a confirmar a eleição de D. João Peres para bispo de Viseu, após a deposição de D. Pedro Lourenço (290) *e escolha de pessoa afecta ao monarca e ao papa de*

---

(289) AV, Reg. Aven. 238, fls. 384v-385. Reg. Vat. 295, fls. 13v-14.

(290) ADV (*Arquivo Distrital de Viseu*), docum. passado ao Arquivo de Viseu dentre os existentes antes no ANTT, *Sé de Viseu*, maço 3, n. 82:» «Sabham quantos este estormento virem que vinte e hũu dias de março da era de mil e quatroçentos vinte e quatro anos, na çidade de Viseu, dentro na igreia cathedral, en presença de mim Vaasco Stevez, tabaliom del Rei na dicta cidade de Viseu, e das testemunhas adeante scriptas, estando hi presentes ho onrrado barom Martim Anes, deam, e cabidoo do dicto logo, pareçeo Viçente Dominguez, abade da igreia de sam Julião de Lobam do bispado do dicto logo de Viseu, comme procurador de dom Joham, per merçee de Deus e da santa Eigreia de Roma Enleito conffirmado na dicta Eigreia de Viseu, e presentou aos dictos deam e cabidoo hũua letera de nosso Senhor o papa Urbano seisto que ora he, scripta em purgaminho de coiro, aberta e seellada dhũu seello de chunbo colgado em ffius de caneve. Em dicto seello andavom ffeguradas duas cabeças de sam Pedro e de sam Paullo, e antre ellas andava ffegurada hũua cruz e em çima dellas leteras scriptas, e da outra parte do dicto seello andavam scriptas leteras que diziom: Urbanus papa seisto. E em ffondo das dictas leteras andavom ffeguradas duas [...]gas, segundo todo mais conpridamente pela dicta letera e seello pareçia, da qual o theor tal he:

Urbanus, episcopus, servus servorum Dei. Dilectis filiis Capitulo ecclesie Visensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Suscepti cura regiminis cor nostrum continua pulsat instantia ut solicitudinis debitum, ad quod universis orbis ecclesiis nos apostolice servitutis necessitas obligat, earum singulis, prout nobis ex alto conceditur, exolvamus, in eo potissime ut illarum regimina que legitimis sunt destitute pastoribus, perssonis talibus committentur, per quorum solertiam circunspectam et solertem circunspectionem ecclesie ipse in spiritualibus et temporalibus valeant adaugeri. Dudum siquidem provisiones omnium ecclesiarum cathedralium per privationes vel depositiones seu amotiones per nos inposterum faciendas de prelatis earum ubilibet constitutis vacaturarum ordinationi et dispositioni nostre reservantes, decrevimus ex tunc irritum et inane si secus super hiis per quoscumque quavis auctoritate, scienter vel ignoranter contingeret attemptari. Cum itaque postmodum ecclesia Visensis ex eo vacavisset et vacaret quod nos nuper iniquitatis filium Petrum Laurentii, Electum olim Visensem, licet absentem, suis culpis et demeritis exigentibus, ab omni regimine et administratione ipsius Visensis ecclesie, cui tunc preerat, auctoritate apostolica duximus deponendum et etiam amovendum, ac ad provisionem ipsius Visensis ecclesie celerem et felicem, de qua nullus preter nos ea vice se intromittere potuerat neque poterat, reservatione et decreto obsistentibus supradictis, ne ecclesia ipsa prolixe vacationis exponeretur incomodis, paternis et solicitis studiis intendentes, post deliberationem quam de preficiendo eidem ecclesie personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad dilectum filium Johannem Petri, Electum Visensem, tunc cantorem ipsius ecclesie, in minoribus dumtaxat ordinibus constitutum, cuius de literarum scientia, vite mundicia, honestate morum, spiritualium providentia et temporalium circunspectione aliisque multiplicium virtutum donis apud nos fidedigna testimonia perhibentur, direximus oculos nostre mentis, quibus debita meditatione pensatis, de persona ipsius Johannis Electi, nobis et eisdem fratribus nostris ob dictorum suorum exigentiam meritorum accepta, ipsi Visensi ecclesie de dictorum fratrum consilio apostolica auctoritate providimus et ipsum illi prefecimus in episcopum et pastorem, curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, in illo qui dat gratias et largitur premia confidentes quod eadem Visensis ecclesia per ipsius Johannis Electi circunspectionis industriam et providentiam circunspectam sub ipsius felici regimine, dextera Domini sibi assistente propicia, salubriter et prospere dirigetur grataque in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa. Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus eundem Johannem Electum tanquam patrem et pastorem animarum vestrarum grato admittentes [h]onore ac exhibentes sibi obedientiam et reverentiam debitas et devotas, eius salubria monita et mandata suscipientes, humiliter et efficaciter adimplere curetis, alioquin sententiam, quam idem Johannes electus rite tulerit in rebelles, ratam habebimus et faciemus auctore Domino usque ad satisfactionem

Roma (290a). Deste modo terminava totalmente a actividade de D. Pedro Lourenço Buval e de seus antigos correligionários, tanto da arquidiocese de Braga como da diocese de Viseu.

Como disse, a 23 de Maio de 1384, depois de declarar vaga a igreja de Braga, em razão da transferência de D. Lourenço Vicente para a sé de Trani, Clemente VII nomeava arcebispo

---

condignam inviolabiliter observari. Datum Janue, iii Kalendas Novembris, pontificatus nostri anno octavo.

E presentada asi a dicta letera, o dicto deam e Cabidoo disserom que eles obedeeciom aa dicta letera e que ataa ora ouverom a dicta Eigreia por vaga e que ora o nom era, e ao rrequerimento do dicto Viçente Dominguez mandarom a Vaasco de Bragaa, sseu procurador e prioste, e a todolos prebendeiros do dicto cabidoo que rrecedesem de sy todollos direitos que o bispo avia daver ao dicto Viçente Dominguez e a outro qualquer sseu procurador que poder ouvese de os receber e speçialmente mandarom a Joham Dominguez, coonigo, procurador e recebedor dos direitos do dicto bispado, que lhos desse e arrendasse com eles. E logo o dicto Viçente Dominguez pediu delo ste stormento e dous e mais. Testemunhas: G.º Fer. Dominguez, Johane Andre, meos coonigos. E Gil Affonso, notairo da dicta See e outros. E eu Vaasco Stevez, tabaliom sobredicto que a esto presente ffui e este stormento screvi».

(290a) A 5 de Janeiro de 1386, D. João apresentava-se pessoalmente na câmara apostólica e comprometia-se a pagar a taxa respectiva, com o reconhecimento da dívida de alguns predecessores e declaração de que não estava obrigado pela dívida do predecessor e cismático D. Pedro Lourenço Buval (AV, Obl. et Sol. 48, fl. 58v): «Lxxxbi°. Anno Domini nostri Yhesu Christi millesimo trecentesimo octuagesimo sexto, indictione nona, die Veneris, quinta mensis Januarii, pontificatu prefati sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani, divina providentia pape sexti, anno octavo, coram prefato Reverendissimo in Christo patre et domino domino Marino, miseratione divina sancte Marie Nove dyacono cardinali, domini nostri pape camerario, presentibus Reverendis in Christo patribus dominis Jacobo, archiepiscopo Januensi, Guillelmo, episcopo Anconitano, domini nostri pape thesaurario, venerabilibus viris dominis Johanne Manco, Salvatore de Acchille, camere, et Lucha de Floribus, collegii, clericis, *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, electus Visensis, in Regno Portugalie, personaliter promisit camere et collegio* pro suo communi servitio duo milia trecentos flore. auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit si et in quantum non posset clare videri recognita, si recognoscere debuerit, propter aliquorum librorum carentiam. Solvendo totum tam promissum quam recognitum, si recognoscere debuerit, pro aliquibus suis predecessoribus *et etiam pro Petro scismatico, immediate predecessore suo, pro quo tamen fuit declaratum ipsum non teneri*, sed hec mentio fit ut videatur non inconsulto visum esse, a festo Nativitatis Domini nostri Yhesu Christi proxime futuro ad annum ex tunc proxime secuturum, alioquin, etc. Juravit, etc.». A 30 de Março de 1386, D. João I confirmou e outorgou a D. João, *«bispo de Viseu e aa sua eigreia cathedral todos seus privillegios... no arreal de Chaves, xxx dias de março de mil iiii.c xxiiii anos»* (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 155). No dia 2 de Janeiro de 1387, el-rei dava autoridade a *dom Joham, bispo de Viseu* para unir a igreja de Santa Maria de Vila Franca à de S. Tiago de Trancoso, pertencentes ambas ao direito de padroado régio (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 1, fls. 178v-178vb). A 13 de Junho de 1390, pagava parte da taxa por meio de Lourenço Domingues: «Franciscus, miseratione divina sancti Eustachii, etc. Quod reverendus in Christo pater dominus Johannes, episcopus Vicensis in Portugalia, pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc., flor. auri de camera xxxiiii, sol. xbiii, den. ix monete Romane. Et pro parte partis unius minuti servitii consueti, debiti pro familiaribus et officialibus dicti collegii, flor. similes vi, sol. xii, den. vi dicte monete nobis familiaribus et officialibus predictis, die date presentium, per manus venerabilis viri Laurentii Dominici solvi fecit, etc. De quibus, etc., ipsumque, etc. Secum, etc. Verum intellecta, etc., terminum dicte solutionis, etc., usque ad festum Resurrectionis Domini nostri Jhesu Christi proxime futurum, etc. Ita tamen, etc. Datum Rome. Anno Domini millesimo ccc.mo lxxxx, indictione xii.ma, die xiii Junii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifacii pape noni anno primo» (AV, Obl. et Sol. 47, fl. 98). A 1 de Março de 1391, foi diminuída a taxa da diocese de Viseu: «Mccclxxxx primo, indictione quartadecima, die Mercurii, prima mensis Martii, habita informatione de partibus de annuo valore dicte ecclesie Visensis, fuit cum consilio determinatum quod idem dominus episcopus sit obligatus solum pro communi servitio ad summam sexcentorum flor. de camera et quinque servitia consueta et non plus pro ipsis servitiis solvere teneatur, remanentibus terminis in suo robore» (AV, Obl. et Sol. 48, fl. 58v, *margem esquerda do texto*). A 10 de Fevereiro de 1931, foi-lhe passada carta sobre os privilégios do clero de Viseu (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 53). A 26 e 27 de Fevereiro de 1392, de registar cartas régias de doação (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 65). Há numerosa documentação relativa ao seu múnus de colector apostólico em Portugal. Parece que,

de Braga a Pedro Lourenço, sacerdote e bacharel em leis ([291]), *e, a 6 de Julho de 1384, concedia-lhe indulto de ser sagrado por um bispo católico qualquer, assistido de mais dois ou três bispos católicos:*

> «*Dilecto filio Petro, electo Bracharensi, salutem, etc. Cum nos pridem ecclesie Bracharensi, pastoris regimine destitute, de persona tua, nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta, de fratrum eorumdem consilio, auctoritate apostolica duxerimus providendum, preficiendo te illi in archiepiscopum et pastorem, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur, nos ad ea, que ad tue utilitatis augmentum cedere valeant,*

---

por esta altura, foi nomeado outro bispo de Viseu, de nome João, conhecido nos autores como João Homem, o que foi padrinho do Infante D. Henrique. A 31 de Dezembro de 1394, anoto os capítulos da cidade, bispo e cabido de Viseu nas cortes de Coimbra (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 37-37v). Será ele o *Joham Homem, thesoureiro de Viseu, clerigo dordeens sagras* de documentos régios de 1389 e 1390? É que a 29 de Março de 1389 D. João I, rei de Portugal, dispensava da ilegitimidade a *Violante Pirez, molher dAfonso Anes, filha de Joham Homem, thesoureiro de Viseu, clerigo dordeens sacras, e de Senhorinha Afonso, manceba, solteira ao tempo de nascença* (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 15v). E a 8 de Março de 1390 concedia igual dispensa a Teresa Anes, «*filha de Joham Homem, clerigo dordeens sagras, e de Senhorinha Afonso, molher solteyra ao tempo da nascença da dicta Tareija Anes*, etc. Em Coimbra, viii dias de março de mil iiii.c xxbiii annos» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 5v).

([291]) AV, Reg. Aven. 237, fls. 427-427v: «Dilecto filio Petro Laurentii, electo Bracharensi. Salutem [et apostolicam benedictionem]. Romani pontificis, quem pastor ille celestis et episcopus animarum potestatis sibi plenitudine tradita ecclesiis pretulit universis, plena vigiliis solicitudo requirit ut ipse etiam cuiuslibet statum ecclesie sic vigilanter excogitet sicque prospiciat diligenter quod per eius providentiam circumspectam ecclesiis singulis pastor accedat ydoneus et rector providus deputetur, per quem ecclesie ipse, superni favoris auxilio suffragante, preserventur a noxiis et votive prosperitatis successibus gratulantur. Dudum siquidem provisiones omnium ecclesiarum cathedralium ex tunc in antea vacaturarum per translationes de prelatis earum ubilibet constitutis per nos faciendas imposterum ad alias ecclesias cathedrales, tunc vacantes et in antea vacaturas, ordinationi et dispositioni nostre duximus reservandas ... Postmodum vero ecclesia Bracharensi ex eo vacante quod nos venerabilem fratrem nostrum Laurentium, episcopum, olim archiepiscopum Bracharensem, in archiepiscopum Tiranensem electum, licet absentem, a vinculo quo ipsi Bracharensi ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes, ipsum ad Tiranensem ecclesiam, tunc vacantem, auctoritate apostolica, etiam si in hoc non preberet assensum, duximus transferendum, preficiendo eum eidem Tiranensi ecclesie in archiepiscopum et pastorem, nos ad provisionem istius Bracharensis ecclesie celerem et felicem, ne longe vacationis exponeretur incomodis, paternis et solicitis studiis intendentes ac cupientes eidem Bracharensi ecclesie talem presidere personam, que sciret, vellet et posset ipsam preservare a noxiis et adversis ac in suis manutenere iuribus et etiam adaugere, post deliberationem quam super hiis cum eisdem fratribus habuimus diligentem, demum ad te, canonicum Bracharensem, in presbyteratus ordine constitutum, in legibus bacallarium, vite ac morum honestate decorum, in spiritualibus providum et in temporalibus circumspectum aliisque multiplicium virtutum meritis, prout fidedignorum testimonio accepimus insignitum, direximus oculos nostre mentis, quibus omnibus debita meditatione pensatis, de persona tua ... eidem Bracharensi ecclesie de dictorum fratrum consilio auctoritate apostolica providemus teque illi preficimus in archiepiscopum et pastorem ... [fl. 427v] ... Datum Avinione, x Kalendas Junii, anno sexto. In eodem modo dilectis filiis capitulo ecclesie Bracharensis ... In eodem modo dilectis filiis clero civitatis et diocesis Bracharensis ... In eodem modo dilectis filiis populo civitatis et diocesis Bracharensis ... In eodem modo dilectis filiis universis vassallis ecclesie Bracharensis ... In eodem modo venerabilibus fratribus universis suffraganeis ecclesie Bracharensis ... In eodem modo carissimo in Christo filio Johanni, regi Portugalie illustri ...». A 10 de Setembro de 1384, comprometia-se a pagar a taxa respectiva desta promoção: «Die x Septembris [1384], *dominus Petrus, archiepiscopus Bracharensis*, promisit pro suo communi servitio vi.m flor. et v servitia consueta. Item recognovit pro communi servitio domini [*espaço em branco*] predecessoris sui, collegio [*espaço em branco*] et i. servitium integrum, cuius predecessoris obligatio facta fuit die [*espaço em branco*] mensis [*espaço em branco*] de anno, etc. [*espaço em branco*], solvendo medietatem promissi in festo Assumptionis beate Marie proxime et aliam medietatem in simili festo, anno revoluto, alioquin, etc., et recognitum in tertio anno» (AV, Obl. et Sol. 43, fl. 98).

favorabiliter intendentes, tuis supplicationibus inclinati, tibi ut a quocumque malueris antistite catholico, gratiam et communionem sedis apostolice habente, astitis et in hoc sibi assistentibus duobus vel tribus catholicis episcopis, similiter gratiam et communionem habentibus, munus consecrationis recipere valeas ac eidem antistiti ut munus predictum auctoritate nostra impendere libere tibi possit, plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem. Volumus autem quod idem antistes, qui tibi prefatum munus impendet, postquam illud tibi impenderit, a te nostro et Romane Ecclesie nomine fidelitatis debite solitum recipiat iuramentum iuxta formam, quam sub bulla nostra mittimus interclusam, ac formam iuramenti, quod te prestare contigerit, nobis de verbo ad verbum per tuas patentes litteras, tuo sigillo signatas, per proprium nuntium quamtotius destinare procures; nos enim tempus recipiendi munus consecrationis huiusmodi, a canonibus diffinitum, infra quod adhuc fore dinosceris, tibi ut ad tres menses, a fine huiusmodi temporis statuti computandos, eadem auctoritate de speciali gratia prorogamus, proviso quod interim taliter de ipsius ecclesie administratione provideas quod ipsa in spiritualibus non ledatur nec propterea in temporalibus detrimentum patiatur. Nulli ergo, etc., nostre concessionis, prorogationis et voluntatis infringere, etc. Datum Avinione, ii Nonas Julii, anno sexto» (292).

Em Outubro de 1384, Pedro Lourenço de Buval ainda não aparece como arcebispo, porque em bulas de 3 de Outubro deste ano, Clemente VII dirigia-se-lhe como a Dilecto filio Petro, electo Bracharensi. *Assim ao encarregá-lo de absolver das penas e restituir benefícios a pessoas eclesiásticas seculares e regulares, mesmo isentas, e leigos, sequazes do papa de Roma, da cidade, diocese e arcebispado de Braga* (292a). *Da mesma forma, ao conceder-lhe, a seu pedido, faculdade*

---

(292) AV, Reg. Aven. 238, fl. 385. Reg. Vat. 295, fl. 14.

(292a) AV, Reg. Aven. 236, fls. 501v-502: «Dilecto filio Petro, electo Bracharensi. Salutem, etc. Decet sanctam matrem Ecclesiam in suis actibus comitem habere clementiam, ut viscera gestans pie matris, ad singulos prompta sit parcere lapsusque cadentium reparare inobedientesque eiusdem Ecclesie et rebelles, prout expedire conspicit, corrigere et punire. Cum itaque, sicut accepimus, in civitate et diocesi ac provincia Bracharensi nonnulle ecclesiastice, seculares et regulares, exempte et non exempte, ac laicales persone utriusque sexus existant que scelerato viro et perpetue maledictionis alumpno Bartholomeo, olim archiepiscopo Barensi, per violentiam et impressionem notorias in apostolica sede intruso, post et contra diversos processus contra ipsum Bartholomeum ac ei adherentes et fautores, receptores, sequaces et complices ipsius, per nos canonice factos, adherere seu in crimen intrusionis huiusmodi assistere et consilium, auxilium et favorem prebere dampnabiliter presumpserunt et alique ipsarum adhuc prebere non verentur, diversas excommunicationis, suspensionis et interdicti sententias et alias penas incurrendo, nonnulleque ex eis cupiant ad Ecclesie redire unitatem, Nos qui salutem singulorum, more pii patris, totis desideriis affectamus, discretioni tue, de qua in hiis et aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, absolvendi per te vel alium seu alios omnes et singulas personas huiusmodi que, relicto huiusmodi scismate, ad nostram et eiusdem Ecclesie veram obedientiam redire voluerint, ab excommunicationum et aliis quibuscunque sententiis atque penis, a iure vel homine promulgatis, quas premissorum occasione incurrerunt, si hoc humiliter petierint, etiam si earum absolutio sit Romano pontifici specialiter reservata, auctoritate nostra, quotiens opus fuerit et tibi videbitur expedire, in forma Ecclesie consueta, iniunctis eis, quas duxeris absolvendas, pro modo culpe penitentia salutari, et quod de cetero similia non committant nec committentibus prebeant auxilium, consilium vel favorem, et aliis que de iure fuerint iniungenda, necnon cum eisdem personis ecclesiasticis super irregularitate, si quam huiusmodi forsan ligate sententiis, non tamen in contemptum clavium, divina celebrando vel immiscendo se illis contraxerunt, dispensandi et nichilominus inquirendi et procedendi eadem auctoritate contra omnes et singulas personas ecclesiasticas civitatis et diocesis ac provincie predictarum ac eis per censuram ecclesiasticam compescendi necnon decem ex ipsis personis ecclesiasticis, quas obstinatas in adhesione huiusmodi et pertinaces fore reppereris, si canonice monite, ab adhesione huiusmodi desistere contempserint, beneficiis ecclesiasticis que obtinent, etiam si curata existant, dummodo fructus, redditus et proventus sin-

de conferir benefícios eclesiásticos, da colação do arcebispo de Braga, que não fossem canonicatos e prebendas da catedral ([292b]). *Ainda na mesma data, ao conceder a Gil Peres, bacharel em leis, o arcediagado do Couto e o canonicato e prebenda de Braga, dizia fazêlo a pedido do* Dilectus filius Petrus, electus Bracharensis ([292c]).

Estas atitudes de Clemente VII, em relação a Portugal, estão a significar que ele nutria fundadas esperanças de ver triunfar a sua obediência nos territórios portugueses, naturalmente por meio de el-rei de Castela, a quem, depois da morte de D. Fernando, começou a tratar como rei de Castela, de Leão e de Portugal e a proteger, por todos os meios, contra os interesses lusitanos, servindo-se, aliás, dos prelados portugueses da sua obediência, que passaram a promover os interesses dos castelhanos. Série longa de bulas prova bem o asserto. Entre elas, para recordar a de 8 de Janeiro de 1384, a encarregar o arcebispo de Toledo de dispor dos proventos pertencentes à câmara apostólica nos reinos de Castela, Leão e de Portugal, em benefício do monarca, com o fim de satisfazer a empréstimo feito à sé apostólica. ([292d])

A 29 de Março de 1384, dirigia-se a João, rei de Castela e Leão e de Portugal, começando por referir pedido do monarca, em que, depois de afirmar ter sujeitado ultimamente ao domínio castelhano o reino de Portugal, onde havia muitos cismáticos, obedientes ao papa de Roma, impetrava a permissão de ele, seus núncios e partidários poderem tratar com tais cismáticos, conforme as necessidades da Igreja, próprias ou de seus reinos. Clemente VII concedia-lhes poder comunicar com esses cismáticos nos casos proibidos pelo direito, excepto in divinis, *e ao confessor régio dava faculdades de absolver o monarca e os sobreditos núncios e pessoas das transgressões e penas incorridas, no caso de se excederem no uso da licença, mesmo quanto à participação* in divinis ([292e]). *Na bula*

---

gulorum beneficiorum huiusmodi viginti quinque librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem anuum non excedant, privandi et amovendi perpetuo ab eisdem, necnon beneficia ipsa, cum ea per privationem et amotionem huiusmodi vacare contigerit, singula videlicet eorum cum omnibus iuribus et pertinentiis suis personis ydoneis, quas ad hoc duxeris eligendas ... auctoritate predicta conferendi et de illis etiam providendi ... [fl. 502] ... [tenore presentium concedimus facultatem] ... Datum apud Castrum Novum, Avinionensis diocesis, v Nonas Octobris, anno sexto».

([292 b]) AV, Reg. Aven. 236, fls. 502-502v: «Dilecto filio Petro, electo Bracharensi. Salutem, etc. Personam tuam, nobis et apostolice sedi devotam, paterna benivolentia prosequentes, illam tibi gratiam libenter impendimus, per quam aliis te reddere valeas gratiosum. Hinc est quod nos tuis supplicationibus inclinati, discretioni tue reservandi collationi tue hac vice auctoritate apostolica sex beneficia ecclesiastica cum cura vel sine cura, consueta clericis secularibus assignari ... ad archiepiscopi Bracharensis, pro tempore existentis, collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem spectantia, dummodo canonicatus et prebende in ecclesia cathedrali non existant, pro sex personis ydoneis, super quo tuam conscientiam oneramus, quas ad hoc duxeris eligendas ... conferendi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis ... [fl. 502v] ... plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem ... Datum apud Castrum Novum, Avinionensis diocesis, v Nonas Octobris, anno sexto».

([292 c]) AV, Reg. Aven. 236, fl. 503: «Dilecto filio Egidio Petri, archidiacono de Couto, in ecclesia Bracharensi, bacallario in legibus, salutem, etc. Litterarum scientia ... Volentes itaque te, canonicatum et prebendam ecclesie Bracharensis ac archidiaconatum de Couto in eadem ecclesia obtinentem, pro quo etiam dilectus filius Petrus, electus Bracharensis, nobis super hoc humiliter supplicavit, horum intuitu, favore prosequi gratioso, ipsius electi et tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut cum archidiaconatu predicto, qui dignitas existit cuique cura imminet animarum, unum curatum beneficium, si tibi canonice conferatur, libere recipere et obtinere ... valeas ... auctoritate apostolica, tenore presentium, dispensamus ... Datum apud Castrum Novum, Avinionensis diocesis, v Nonas Octobris, anno sexto».

([292 d]) AV, Reg. Aven. 238, fls. 101-102. Como já adverti, estas bulas não tinham o escopo de ajudar el-rei de Castela na guerra contra Portugal, mas, ao contrário, dizem respeito a meios de auxílio do monarca castelhano ao papa de Avinhão na guerra contra o papa de Roma. Cf. notas 276n-276t.

([292e]) AV, Reg. Aven. 236, fls. 397-397v: «Carissimo in Christo filio Johanni, Castelle et Legionis ac Portugalie regi illustri, salutem, etc. Sincere devotionis affectus ... Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper

Eximie tue devotionis, *com a mesma data, concedia ao rei poder casar os filhos, naturais e legítimos, com quaisquer consanguíneos ou afins em 3.º e 4.º graus, com a condição de esses filhos se não juntarem com os inimigos da Igreja* ([292f]). *Pelas letras* Copiosus in unum, *desse dia e ano, atendendo a pedido que o arcediago de Campos, da diocese de Palença, apresentara em nome do monarca, mandava ao arcebispo de Toledo e bispos de Cuenca e Salamanca pregassem a Cruzada contra os Sarracenos nos reinos de Castela e Leão e de Portugal e Algarve e noutras terras do domínio de el-rei de Castela, durante três anos* ([292g]).

---

pro parte tua petitio continebat, in Portugalie et Algarbii regnis, noviter tue ditioni subiectis, sint plures scismatici qui scelerato viro Bartholomeo, olim Barensi archiepiscopo, qui sedem apostolicam per impressionem et violentiam notorias nititur dampnabiliter occupare, teque ac nuntios tuos et alias obsequentes tibi personas pluries oporteat pro ipsius ecclesie ac tuis et regnorum predictorum negotiis participare cum ipsis nec deceat serenitatem tuam eorum participatione sedari, nos cupientes ut negotia huiusmodi, puritate tue mentis nulla propterea labe polluta, felicem consequantur effectum, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, volumus et apostolica tibi auctoritate concedimus ut huiusmodi negotiorum prosecutione durante, liceat tibi ac nuntiis tuis et obsequentibus tibi personis huiusmodi in casibus, [fl. 397v] in quibus de iure communi est participatio cum scismaticis prohibita, si tamen eorum communionem non possitis commode evitare, quod tuo ac ipsorum nuntiorum et personarum arbitrio duximus relinquendam, cum eisdem scismaticis, preterquam in divinis, participare, constitutionibus ac processibus et sententiis contra tales ab homine vel a iure forsan factis seu etiam promulgatis non obstantibus quibuscunque, et insuper volumus tibique eadem auctoritate concedimus quod si te vel nuntios aut alias personas tibi obsequentes supradictos in huiusmodi participatione etiam circa divina excedere contigerit, confessor tuus te et ipsos absolvere valeat ab excessu seu transgressione huismodi et a quibuscunque sententiis, quas tu vel ipsi, occasione premissa, forsitan incurreritis, super quo eidem confessori concedimus, tenore presentium, potestatem. Nulli ergo nostre concessionis et voluntatis infringere, etc. Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, anno sexto».

([292f]) AV, Reg. Aven. 236, fls. 397v-398: «Carissimo in Christo filio Johanni, Castelle, Legionis ac Portugalie regi illustri. Salutem, etc. Eximie tue devotionis sinceritas ... Hinc est quod nos tuis in hac parte supplicationibus inclinati, ut liberi tui, naturales et legitimi, cum quibuscunque personis, eis tertio et quarto aut tertio vel quarto consanguinitatis vel affinitatis gradibus actinentibus, quas duxeris eligendas, dummodo dicti liberi per contractum huiusmodi se cum inimicis eiusdem Ecclesie non coniungant, impedimentis que ex consanguinitate [fl. 398] seu affinitate huiusmodi provenerint, nequaquam obstantibus, matrimonia invicem libere contrahere et in eis, postquam contracta fuerint, licite remanere valeant, serenitati predicte auctoritate apostolica concedimus de gratia speciali et cum eisdem liberis et personis eadem auctoritate dispensamus, prolem ex huiusmodi matrimoniis suscipiendam legitimam nuntiantes. Nulli ergo, etc., nostre concessionis, dispensationis et nuntiationis infringere, etc. Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno sexto».

([292g]) AV, Reg. Aven. 236, fls. 398-398v: «Venerabilibus fratribus archiepiscopo Toletano et Conchensi ac Salamantino episcopis. Salutem, etc. Copiosus in unum ... Pio quidem rex ipse ductus proposito, sicut per dilectum filium Gundissalvum Luppi de Horrosco, archidiaconum de Campis, in ecclesia Palentina, nuntium suum, et litteras regias, per ipsum nuntium nobis exhibitas, moleste ferens iniurias, contumelias et opprobria que ipsi Redemptori nostro per infideles Sarracenos seu Agarenos regnorum et terrarum eisdem regnis suis vicinorum, que per alios reges et principes sarracenos detinentur, iugiter inferuntur illaque ultrice dextera sua cupiens vindicare ac desiderans ut, ipsorum infidelium allisa perfidia, christiana fides ubique resplendeat, nomen Dei sui puris et devotis catholicis vocibus collaudetur, eosdem infideles sub spe divini auxilii et favoris expugnare constanti proposito decrevit, nobis humiliter supplicans ut ad tam pii tamque favorabilis executionem operis sibi spiritualis favoris presidio assistentes, adversus eosdem infideles crucem, in cuius signum per virtutem eius qui pependit in illa, ipsius fidei hostes delere confidit, cum consuetis indulgentiis et remissionibus predicari mandaremus. His itaque, per que ipsius regis ac aliorum catholicorum regum et principum, ex quibus ipse ducit originem, gesta magnifica in memoriam redeunt et eis adicitur multe glorie titulus, letantur auditis et lectantius intellectis magnificavit anima nostra Dominum et noster in Deo spiritus exultavit, apud eum devotas preces et humiles effundentes quod ipse precordia regia celestis benedictionis rore perfundens, sic ei grandem prebuit animum ad sua beneplacita prosequenda quod ea que sunt in occulis sue maiestatis accepta, instantia diligentis indagationis exquirit et efficere nititur studiosus per hoc divine gratie se constituens amatorem et ad promerenda celestis glorie premia tanquam benedictionis filius aptiorem. Nos

As Ordens militares portuguesas mereceram-lhe atenção especial, particularmente os seus mestres, que lhe poderiam causar transtorno na conquista e consolidação das posições como rei de Portugal. Pela Dum tua preclara, *de 29 de Março de 1384, depois de referir quanto lhe fora exposto da parte do monarca castelhano, receoso de que os mestres e freires das Ordens militares de Santiago da Espada, de Cristo e de Avis, com muitos castelos, fortalezas, vilas e outros lugares nos reinos de Portugal e do Algarve, ultimamente sujeitos ao rei de Castela, lhe causassem prejuízo ou fossem perigosos e suspeitos, concedia-lhe o direito vitalício de confirmar pessoas idóneas, que lhe não fossem suspeitas e os freires dessas Ordens tivessem eleito, quando os mestrados vagassem* ([292h]).

---

igitur tam pium tamque laudabile huiusmodi dicti regis propositum multipliciter in Domino commendantes ac desiderabiliter cupientes ut negotium ipsum Deo, cuius agitur in hac parte causa, favente, felicibus dirigatur auspiciis et votivis successibus prosperetur illudque prosequi favoribus apostolicis intendentes, huiusmodi supplicationibus inclinati, de fratrum nostrorum consilio, fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos et quilibet vestrum contra huiusmodi infideles Sarracenos seu etiam Agarenos, christiani nominis inimicos, regnorum et terrarum vicinarum predictorum, per Castelle, Legionis, Portugalie et Algarbii ac alia regna et terras, dicti Johannis regis ditioni subiecta, per vos et alios tam seculares quam regulares, [fl. 398] quorumcunque ordinum fuerint, quos ad hoc ydoneos esse noveritis, proponatis iuxta datam vobis a Deo prudentiam verbum crucis et venerabile signum crucis tam ipsi regi et incolis regnorum et terrarum predictorum quam aliis christifidelibus, illam devote recipere volentibus, studeatis elargiri et ipsius crucis signaculo insignire. Nos enim de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, meritis et auctoritate confisi et illa qua[m] Deus nobis, licet immeritis, ligandi atque solvendi contulit potestate, eidem regi statim cum in persona propria contra infideles ipsos duxerit procedendum ac eisdem christifidelibus qui cum eodem rege vel eius locum tenente seu capitaneo in suis vel alienis expensis in personis tamen propriis per mare vel per terram in succursum ipsius regis, ad impugnandum infideles ipsos, accesserint et per unum annum continue vel interpaulatim infra triennium, a die quo propter hoc iter arripuerint computandum, eidem regi in huiusmodi prosecutione negotii fideliter servierint necnon et illis qui ad hoc alios ydoneos ibidem suis expensis destinaverint et etiam per unum annum infra dictum triennium tenuerint bellatores, sive in prosecutione huiusmodi negotii vel alibi ipsos migrari contigerit ab hac luce, plenariam remissionem suorum peccaminum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, indulgemus ac preter alias indulgentias quascunque, que conceduntur transfretantibus in subsidium Terre Sancte, in retributione iustorum salutis eterne pollicemur; augmentum huiusmodi quoque remissionis volumus et concedimus esse participes iuxta quantitatem subsidii et devotionis affectum omnes qui ad subventionem dicti negotii de bonis suis congrue ministrabunt et circa predicta consilium seu auxilium impenderint oportunum et nichilominus vobis per eadem scripta mandamus quatenus vos et quilibet vestrum per vos vel alium seu alios huiusmodi nostram concessionem in ecclesiis et aliis locis regnorum et terrarum Johannis regis predictorum, de quibus expedire videritis, solemniter publicare curetis. Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno sexto».

([292h]) AV, Reg. Aven. 236, fl. 429: «Carissimo in Christo filio Johanni, regi Castelle, Legionis et Portugalie illustri. Salutem et apostolicam benedictionem. Dum tua preclara ... Cum itaque, sicut pro parte tua fuit expositum coram nobis, sancti Jacobi de Spata et Jhesu Christi ac dAvis militiarum magistri et fratres ipsarum militiarum multa castra, fortalicia, villas et alia loca in Portugal[i]e et Algarbii regnis, noviter tue ditioni subiectis, etiam in fronteriis regnorum eorumdem et infidelium sarracenorum obtineant, ex quibus, si eisdem militiis seu fratribus preficerentur persone tibi suspecte, exinde possent tibi et eisdem regnis dampna, incommoda, pericula et scandala quamplurima provenire, nobis humiliter supplicasti ut, quotiens magisteria dictarum militiarum vacare et ad ea personas ad illa sufficientes et ydoneas tibique non suspectas per fratres militiarum earumdem eligi contigerit, tibi electiones huiusmodi confirmandi facultatem concedere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui tue serenitatis et regnorum predictorum securitatem et commoda intensis desideriis affectamus, cupientes huiusmodi dampnis, incommodis, periculis et scandalis obviare ac tuam honorare personam et per honorem tibi exhibitum aliis provideri, huiusmodi supplicationibus inclinati, ut tu quamdiu vitam duxeris in humanis, quascunque electiones, quas per fratres dictarum militiarum ad magisteria predicta tunc vacantia de personis ad hoc sufficientibus et ydoneis, tibi non suspectis, iuxta morem militiarum earundem canonice celebrari contigerit, etiam si magisteria ipsa sint vel fuerint dispositioni apostolice generaliter reservata, auctoritate apostolica ratificare, approbare et etiam confirmare valeas, serenitati predicte plenam et liberam concedimus, tenore presentium, potestatem ... Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno sexto».

Ainda na sobredita data, pelas letras Dum preclara, *dirigidas ao arcebispo de Sevilha e bispos de Coimbra e de Silves, tencionava ajudar o monarca na guerra contra Portugal. Depois de recordar as benemerências de D. João, rei de Castela e Leão e de Portugal, na defesa da Igreja, nomeadamente na aquisição recente dos reinos de Portugal e do Algarve, faz menção do pedido das décimas, a fim de poder continuar a enfrentar as grandes despesas com a aquisição, defesa e protecção desses reinos e das igrejas neles existentes. Atendendo às preces régias, Clemente VII outorgava ao monarca, durante cinco anos, duas partes da terça parte das décimas, reservada por costume à fábrica das igrejas no reino de Portugal, e designava aqueles prelados como executores da concessão* ([292i]). *Consta o mesmo das letras dirigidas ao monarca castelhano, que o papa de Avinhão diz rei de Castela e Leão e de Portugal* ([292j]). *Nas letras* Dum preclara, *com igual*

([292 i]) AV, Reg. Aven. 236, fls. 429-429v, 521v-522 (repetida) «Venerabilibus fratribus archiepiscopo Ispalensi et Colimbriensi ac Silvensi episcopis, salutem et apostolicam benedictionem. Dum preclara devotionis et fidei merita, quibus carissimus in Christo filius noster Johannes, Castelle, Legionis et Portugalie rex illustris, erga Deum et Romanam Ecclesiam, quam ipse reverenter prosequitur, effloruit atque floret, illius se semper beneplacitis [fl. 522] coaptando, dumque laudabilia sue celsitudinis studia, quibus progenitorum suorum virtuosa immitando vestigia, iugiter elaborat ut Romanam et universalem Ecclesiam ac fidem catholicam protegat regnaque sua Portugalie et Algarbii, per eundem regem noviter acquisita, ac ecclesias consistentes in illis, velut rex pacificus, in pacis amenitate ac ecclesiastica unitate conservet, diligenter actendimus, affectu paterne caritatis inducimur ut sibi reddamur in suis oportunitatibus, illis presertim, per que necessitatibus suis provideri valeat ac regnis et ecclesiis ipsis tranquillitas obtata proveniat, liberales. Nuper siquidem pro parte ipsius regis fuit propositum coram nobis quod pro acquisitione, defensione et tuitione regnorum et ecclesiarum predictorum gravia ipsum oportuit hactenus et oportet continue subire onera expensarum. Quare pro parte ipsius regis nobis extitit humiliter supplicatum ut sibi pro faciliori supportatione omnium huiusmodi duas partes tertie decimarum, reservate seu solite reservari pro fabricis ecclesiarum predictarum, concedere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur attendentes quod defensio et tranquillitas ipsorum regnorum non solum ipsius regis, sed ipsarum ecclesiarum communia commoda respiciunt, huiusmodi supplicationibus inclinati, eidem regi duas partes tertie partis decimarum huiusmodi, reservata tamen reliqua tertia parte eiusdem tertie partis pro fabricis ipsarum ecclesiarum, prout hactenus reservari consuevit, quibus quidem ecclesiis per concessionem huiusmodi alias nullum voluimus preiudicium generari, usque ad quinquennium, a festo Nativitatis Domini, proxime secuturo, inantea computandum, in supportatione omnium predictorum integre convertendas, auctoritate apostolica, tenore litterarum nostrarum, concessimus et donavimus. Quocirca fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus [fl. 429v] vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios faciatis auctoritate predicta eidem regi aut illi vel illis, quos ad hoc deputaverit, de predictis duabus partibus, dicto durante quinquennio, integre responderi. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo. Non obstante si aliquibus communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno sexto».

([292 j]) AV, Reg. Aven. 236, fl. 521v: «Carissimo in Christo filio Johanni, Castelle, Legionis et Portugalie regi illustri. Salutem, etc. Dum preclara devotionis et fidei merita, quibus erga Deum et Romanam Ecclesiam, quam reverenter prosequeris, effloruisti atque flores, illius te semper beneplacitis coaptando, dumque laudabilia tue celsitudinis studia, quibus progenitorum tuorum virtuosa immitando vestigia, iugiter elabores ut Romanam et universalem Ecclesiam ac fidem catholicam protegas regnaque tua Portugalie et Algarbii, per te noviter acquisita, ac ecclesias consistentes in illis, velut rex pacificus, in pacis amenitate ac ecclesiastica unitate conserves, diligenter attendimus, affectu paterne caritatis inducimur ut tibi reddamur in tuis oportunitatibus, illis presertim per que necessitatibus tuis provideri valeat ac regnis et ecclesiis ipsis tranquillitas optata proveniat, liberales. Nuper siquidem pro parte tua fuit propositum coram nobis quod pro acquisitione, defensione et tuitione regnorum et ecclesiarum predictorum gravia te oportuit hactenus et oportet continue subire onera expensarum, quare pro parte tua nobis extitit humiliter supplicatum ut tibi pro faciliori supportatione onerum huiusmodi, duas partes tertie decimarum, reservate seu solite reservari pro fabricis ecclesiarum predictarum, concedere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur attendentes quod defensio et tranquillitas ipsorum regnorum non solum tua, sed ipsarum ecclesiarum communia commoda

data, dirigidas ao monarca castelhano, lembrava ter-lhe sido exposto a ele papa e aos cardeais, em consistório, quanto se disse acerca das despesas feitas e a suportar com a aquisição, defesa e protecção dos reinos de Portugal e do Algarve, recentemente sujeitos a D. João, rei de Castela e Leão e de Portugal e Algarve, e sobre o pedido de auxílio das décimas; e *concedia-lhe, durante três anos, a décima de todos os rendimentos eclesiásticos, existentes em Portugal, com excepção dos cardeais e das Ordens do Hospital, Santiago da Espada e de Cristo. Os bispos da Guarda, de Coimbra e de Silves é que eram os executores. O facto está a comprovar quanto se conhece, a saber, que estes foram os prelados da obediência de Avinhão que seguiram o monarca castelhano contra o Mestre de Avis* ([292k]). *Consta o mesmo das letras dirigidas aos bispos da Guarda, de Coimbra e de Silves,*

---

respiciunt, huiusmodi supplicationibus inclinati, tibi duas partes tertie partis decimarum huiusmodi, reservata tamen reliqua tertia parte eiusdem tertie partis pro fabricis ipsarum ecclesiarum, prout hactenus reservari consuevit, quibus quidem ecclesiis per concessionem huiusmodi alias nullum volumus preiudicium generari, usque ad quinquennium, a festo Nativitatis Domini proxime secuturo inantea computandum, in supportatione omnium predictorum integre convertendas auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus et donamus. Nulli ergo, etc., nostre concessionis et donationis infringere, etc. Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, anno sexto».

([292k]) AV, Reg. Aven. 236, fls. 431-431v, 533-533v: «Carissimo in Christo filio Johanni, Castelle, Legionis ac Portugalie et Algarbii regi illustri. Salutem, etc. Dum preclara devotionis et fidei merita ... Nuper siquidem pro parte tua fuit expositum in consistorio coram nobis et venerabilibus fratribus nostris sancte Romane Ecclesie cardinalibus quod pro acquisitione, defensione et tuitione Portugalie et Algarbii regnorum, de novo tue ditioni subiectorum, necnon ecclesiarum ecclesiasticarumque personarum et incolarum eorumdem magna te oportuit et oportet subire onera expensarum fuitque nobis pro parte tua humiliter supplicatum ut tibi pro faciliori supportatione expensarum et onerum predictorum de aliquo decimarum vel ecclesiasticorum proventuum auxilio providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque considerantes quod defensio et tranquillitas dictorum regnorum non solum tua, sed etiam ecclesiarum et personarum ecclesiasticarum regnorum ipsorum communia commoda concernere noscuntur, huiusmodi supplicationibus inclinati, de dictorum fratrum consilio, decimam omnium reddituum et proventuum ecclesiasticorum, in dictis regnis consistentium, per triennium, a festo Nativitatis Domini proximo futuro computandum, in subscriptis terminis solvendam et etiam exigendam ab omnibus et singulis archiepiscopis et episcopis ceterisque prelatis et personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, huiusmodi redditus et proventus in eisdem regnis obtinentibus et infra dictum triennium obtenturis, quacunque prefulgeant dignitate, seu cuiuscunque preeminentie, conditionis aut status, ordinis vel religionis extiterint, quibus vel eorum alicui nulla privilegia vel indulgentias sub quacunque verborum forma vel expressione concessa, quoad hoc volumus suffragari, preterquam ab eisdem cardinalibus, monasteria, prioratus, dignitates, personatus, officia, canonicatus et prebendas ac quecunque alia beneficia ecclesiastica aut alios fructus, redditus et proventus ecclesiasticos in regnis predictis obtinentibus et imposterum obtenturis, qui nobiscum cotidie indefessis laboribus onera universalis Ecclesie sortiuntur, et a dilectis filiis Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani, sancti Jacobi de Spata et Jhesu Christi militiarum seu domorum magistris, prioribus, preceptoribus et fratribus, qui contra hostes fidei christiane exponunt iugiter se et sua, quos quidem cardinales, magistros, priores, preceptores et fratres a prestatione huiusmodi decime exemptos esse volumus et immunes, tibi auctoritate apostolica concedimus de gratia speciali, volentes et etiam ordinantes quod huiusmodi decima in dictis regnis per venerabiles fratres nostros Egitaniensem, Colimbriensem et Silvensem episcopos aut duos vel unum ipsorum, quos ad hoc executores et collectores principales huiusmodi decime esse volumus et etiam deputamus, necnon per subcollectores clericos duntaxat, ab eis seu duobus aut uno ex eis deputandos in singulis civitatibus et diocesibus regnorum predictorum tam ab eisdem Egitaniensi, Colimbriensi et Silvensi [fl. 431v] episcopis, quam ab aliis omnibus archiepiscopis, episcopis ac prelatis et personis aliis, ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, in eisdem regnis redditus et proventus ecclesiasticos, ut prefertur, obtinentibus et infra dictum triennium obtenturis, de eisdem redditibus et proventibus dumtaxat, preterquam a cardinalibus, magistris, prioribus, [*termina aqui a* fl. *431v*] preceptoribus et fratribus prelibatis colligatur et etiam exigatur, sine iniuria et oppressione quacunque, ita quod per eosdem episcopos, collectores vel sucollectores ad redditus et proventus ecclesiasticos extra regna predicta consistentes compulsionis officium nullatenus extendatur aut ad compulsionem super hiis faciendam in aliquo casu per eos vel alios invocetur nec invocari

encarregados da execução ([292]). Nem admira, porque o de Silves era colector apostólico do papa de Avinhão e fora nomeado bispo por Clemente VII, e os outros dois andavam muito ligados a Castela.

Também o bispo de Tui seguia Clemente VII. Por isso este exercia alguma influência em

---

permictant auxilium brachii secularis; huiusmodi autem solutio fiet per dictum triennium in terminis infrascriptis, siquidem solutionis medietatis dicte decime primi anni dicti termini primum terminum fore statuimus festum Nativitatis beati Johannis Baptiste, ex tunc immediate [fl. 533v] sequentis, secundum vero terminum solutionis medietatis alterius eiusdem decime ipsius primi anni esse volumus celebratio omnium Sanctorum, dictum festum Nativitatis Domini proxime secutura, in aliis duobus annis dicti termini tunc immediate sequentibus similibus terminis observandis dictaque exactio fiat secundum taxationem decime in singulis regnorum predictorum civitatibus et diocesibus hactenus factam vel, ubi nulla huiusmodi certa taxatio fuerit, secundum morem et consuetudinem in exactione et solutione huiusmodi decime hactenus observatum et sine aliquo onere illorum a quibus huiusmodi decima exigetur ... vitenturque gravamina ... Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno sexto».

([292]) AV, Reg. Aven. 236, fls. 535-536: «Venerabilibus fratribus Egitaniensi et Colimbriensi ac Silvensi episcopis. Salutem et apostolicam benedictionem. Dum preclara devotionis et fidei merita ... Nuper siquidem pro parte ipsius regis fuit propositum in consistorio coram nobis et venerabilibus fratribus nostris sancte Romane Ecclesie cardinalibus quod pro acquisitione, deffensione et tuitione Portugalie et Algarbii regnorum, de novo sue ditioni subiectorum, necnon ecclesiarum ecclesiasticarumque personarum et incolarum eorumdem magna ipsum regem oportuit et opportet subire onera expensarum fuitque nobis pro parte eiusdem regis humiliter supplicatum ut sibi pro faciliori supportatione expensarum et onerum predictorum de aliquo decimarum vel ecclesiasticorum proventuum auxilio providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque considerantes quod defensio et tranquillitas dictorum regnorum non solum ipsius regis, sed etiam ecclesiarum et personarum ecclesiasticarum regnorum ipsorum communia commoda concernere noscuntur, huiusmodi supplicationibus inclinati, de dictorum fratrum consilio, decimam omnium reddituum et proventuum ecclesiasticorum, in dictis regnis consistentium, per triennium, a festo Nativitatis Domini proxime futuro computandum, in subscriptis terminis solvendam et etiam exigendam ab omnibus et singulis archiepiscopis et episcopis ceterisque prelatis et personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, huiusmodi redditus et proventus in eisdem regnis obtinentibus, et infra dictum triennium obtenturis, quacunque prefulgerent dignitate, seu cuiuscunque preeminentie, conditionis aut status, ordinis vel religionis existerent, quibus vel eorum alicui nulla privilegia vel indulgentias sub quacunque verborum forma vel expressione concessa quoad hoc volumus suffragari, preterquam ab eisdem cardinalibus, monasteria, prioratus, dignitates, personatus, officia, canonicatus et prebendas ac quecunque et quotcunque alia beneficia ecclesiastica aut alios fructus, redditus et proventus ecclesiasticos in regnis predictis obtinentibus et imposterum obtenturis, qui nobiscum cotidie indefessis laboribus onera universalis Ecclesie sortiuntur, et a dilectis filiis Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani, sancti Jacobi de Spata et Jhesu Christi militiarum seu domorum magistris, prioribus, preceptoribus et fratribus, qui contra hostes fidei christiane exponunt iugiter se et sua, quos quidem cardinales, magistros, priores, preceptores et fratres a prestatione huiusmodi decime exemptos esse volumus et immunes, eidem regi auctoritate apostolica concessimus de gratia speciali, volentes et etiam ordinantes quod huiusmodi decima in dictis regnis per vos supradictos aut duos vel unum vestrum, quos ad hoc executores et collectores principales huiusmodi decime esse voluimus et etiam deputavimus necnon per subcollectores clericos dumtaxat ab eis seu duobus aut uno ex eis deputandos in singulis civitatibus et diocesibus regnorum predictorum tam a vobis quam ab aliis omnibus archiepiscopis, episcopis ac prelatis et personis aliis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, in eisdem regnis redditus et proventus ecclesiasticos ut prefertur obtinentibus et infra dictum terminum obtenturis, de eisdem redditibus et proventibus duntaxat, preterquam a cardinalibus, magistris, prioribus, preceptoribus prelibatis colligeretur et etiam exigeretur sine iniuria et oppressione quacunque ... [fl. 535v] ... Quocirca fraternitatem vestram monemus et hortamur attente per apostolica vobis scripta mandantes quatenus vos vel duo aut unus vestrum prefatam decimam de huiusmodi redditibus et proventibus vestris per dictum triennium in eisdem terminis integraliter solvere ac tam prefatis eorumdem regnorum quam aliis archiepiscopis, episcopis, prelatis et personis ecclesiasticis supradictis de ipsis ecclesiasticis redditibus et proventibus, quos in dictis regnis obtinent et per triennium obtinebunt, preterquam a cardinalibus, magistris, prioribus, preceptoribus et fratribus supradictis, solvatur, exigatur et colligatur curare et facere studeatis ... [fl. 536] ... Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno sexto».

parte do território português da sua diocese. Disto são indício letras de 16 de Março de 1384, pelas quais Clemente VII encarregava o tesoureiro de Compostela de confirmar a provisão de D. João, bispo de Tui, sobre o arcediagado de Vila Nova de Cerveira, a favor de Arias Fernandes (292m).

A 21 de Setembro de 1384, Clemente VII dirigia-se aos arcebispos de Toledo e de Sevilha e ao bispo de Burgos, encarregando-os de confirmarem ou instituirem os mestres de S. Tiago da Espada, de Calatrava e de Alcântara, que o rei de Castela lhes apresentasse, a teor de quanto tinha já estabelecido antes por letras dirigidas ao arcebispo de Toledo (292n).

(292m) AV, Reg. Aven. 236, fls. 433-433v: «Dilecto filio thesaurario ecclesie Compostellane, salutem, etc. Dignum arbitramur ... Sane petitio pro parte dilecti filii Arie Fernandi, canonici ecclesie Tudensis, nobis exhibita, continebat quod olim archidiaconatu de Cervaria in ecclesia predicta, quem quondam Gundissalvus Roderici, archidiaconus de Cervaria, in dicta ecclesia, dum viveret, obtinebat, per ipsius Gundissalvi obitum, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacante, venerabilis frater noster Johannes, episcopus Tudensis, dictum archidiaconatum sic vacantem et ad collationem suam pertinentem predicto Arie auctoritate ordinaria contulit et providit etiam de eodem canonice, nisi apostolice reservationes obstarent ... Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, idem Arias dubitet dictum archidiaconatum de Cervaria tempore collationis et provisionis huiusmodi fore dispositioni apostolice specialiter reservatum aut eius collationem ad eandem sedem ut premittitur devolutam seque posse propterea super eo imposterum molestari, nos volentes dictum Ariam qui diaconus est et, ut asseritur, in iure canonico provectus existit ... [fl. 433v] ... horum intuitu, favore posequi gratioso, ipsius Arie supplicationibus inclinati, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem dictum Ariam ad obtinendum dictum archidiaconatum ydoneum esse reppereris ... eidem Arie, canonicatum et prebendam dicte ecclesie ac in Tudensi et Lucensi diocesibus nonnulla simplicia perpetua beneficia sine cura ... obtinenti, apostolica auctoritate concedas quod collatio et provisio predicte de dicto archidiaconatu de Cervaria, qui dignitas curata existit ... et quecunque inde secuta perinde a data presentium ... valeant et plenam obtineant roboris firmitatem ac si de dicto archidiaconatu de Cervaria nulla per sedem predictam specialis reservatio facta foret ... Datum Avinione, xvii Kalendas Aprilis, anno sexto».

(292n) AV, Reg. Aven. 238, fls. 543-543v: «Venerabilibus fratribus Toletano et Ispalensi archiepiscopis ac episcopo Burgensi, salutem, etc. Solicite considerationis intuitum ... Dudum siquidem provisiones magisteriorum sancti Jacobi et de Calatrava ac de Alcantara militiarum ordinum, quotiens illa, carissimo in Christo filio nostro Johanne, rege Castelle et Legionis illustre, in humanis agente, vacare contingeret, ordinationi et dispositioni nostre specialiter reservavimus ... Et deinde tibi, frater archiepiscope Toletane, dedimus per alias nostras litteras in mandatis ut, si dicta magisteria tunc vacabant vel cum illa, eodem Johanne rege in humanis agente, simul vel successive vacare contingerent, tres personas ydoneas, quas idem rex tibi duceret nominandas, etiam si una ex eis, illa videlicet quam eidem ordini militie sancti Jacobi prefici contingeret, miles secularis et coniugatus existeret, in fratres ipsarum militiarum reciperes eisque iuxta militiarum ipsarum consuetudinem regularem habitum exhiberes et ab eis professionem, quam fratres ordinum militiarum huiusmodi emittere consueverant, reciperes et admitteres, et demum, postquam dicte persone habitum recepissent et professionem huiusmodi emisissent, ut prefertur, personas ipsas vel alias tres personas militiarum ipsarum, ordines eosdem professas, quas etiam idem rex tibi duceret nominandas, unam videlicet in sancti Jacobi et aliam in de Calatrava et aliam ex personis predictis in de Alcantara militiarum ordinum predictorum magistros preficeres, prout in eisdem litteris [fl. 543v] continetur. Nos igitur volentes eundem regem amplius honorare et per honorem sibi exhibitum aliis provideri, fraternitati vestre, de qua in hiis et aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta commitimus et mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios, si dicta magisteria vel aliquod eorum vacant seu vacat ad presens vel cum illa totiens quotiens, eodem Johanne rege in humanis agente, simul aut successive vacare contigerint, personas ydoneas, quas idem rex vobis aut duobus seu uni vestrum duxerit nominandas, etiam si illa ex eisdem personis, quam eidem ordini militie sancti Jacobi prefici contigerit, miles secularis et coniugatus extiterit, in fratres ordinum militiarum huiusmodi auctoritate apostolica recipiatis eisque iuxta ordinum militiarum ipsarum consuetudinem regularem habitum exhibeatis et ab eis professionem quam fratres ordinum militiarum huiusmodi emittere consueverunt recipiatis et admittatis et demum ... ipsas vel alias personas ordinum militiarum predictorum eosdem ordines professas quas etiam idem rex vobis aut duobus seu uni vestrum duxerit nominandas, singulas videlicet earum ... eadem auctoritate preficiatis eisque curam, regimen et administrationem magisteriorum ipsorum plenarie committatis ... Datum apud Castrum Novum, Avinionensis diocesis, xi Kalendas Octobris, anno sexto».

Tanto da parte do monarca castelhano como do papa de Avinhão havia o propósito de atraírem os portugueses para a sua causa. Esse deve ter sido o motivo, por que Clemente VII nomeou D. Ângelo, bispo de Pésaro, seu núncio em Portugal, encarregando-o de absolver os assassinos do bispo de Lisboa, D. Martinho, e outros sequazes do papa de Roma. Não tenho absoluta certeza se o núncio veio a Portugal, porque no respectivo livro de Introitus et Exitus *faltam as indicações dos dinheiros correspondentes ao ano em que ele foi nomeado* ([292o]), *mas é muito provável tenha feito essa viagem. A 18 de Agosto de 1385, foram entregues dinheiros, por mandato do papa, que o enviava ao rei de Aragão* ([292p]). *De qualquer forma, também Frei Fernando de Illescas, confessor do monarca de Castela, e o bispo da Guarda, D. Afonso, foram encarregados da absolvição, como veremos.*

Dirigindo-se a D. Ângelo, bispo de Pésaro, núncio da sé apostólica, e a D. Afonso, bispo da Guarda, pelas letras Sedes apostolica pia mater, *de 29 de Março de 1384, Clemente VII encarregava-os de absolverem de todas as penas os que abjurassem o cisma e deixassem o papa de Roma, esclarecendo que algumas pessoas eclesiásticas e leigas, sequazes de Urbano VI, desejavam regressar a ele papa de Avinhão, que enviava pessoalmente o bispo de Pésaro aos reinos de Portugal e do Algarve tratar de graves e difíceis negócios do papa e da Igreja* ([292q]). *Noutras, com a mesma data, dirigidas igualmente a D. Ângelo, bispo de Pésaro e núncio da Santa Sé, e a D. Afonso, bispo da Guarda, incumbia-os de absolverem das penas os sequazes de Urbano VI, que o desejassem, e de lhes restituir depois os benefícios* ([292r]). *Por outras letras, sempre dessa data, Clemente VII*

([292o]) Deve faltar um volume, porque o vol. 356 corresponde ao ano 1382, os volum. 357 e 358 não dizem respeito ao conteúdo dos outros e o 359 corresponde ao ano de 1385.

([292p]) «Die xbiii dicti mensis [Augusti 1385] fuerunt soluti de dicto mandato domino episcopo Pensauriensi, qui mittitur per dominum papam ad Regem Aragoñ super certis negotiis, pro suis expensis, ii.c flor. camere» (AV, *Introitus et Exitus*, vol. 359, fl. 155).

([292q]) AV, Reg. Aven. 236, fls. 522-522v: «Venerabilibus fratribus Angelo, Pensauriensi, sedis apostolice nuntio, ac Alfonso, Egitaniensi, episcopis, salutem, etc. Sedes apostolica pia mater ... Cum itaque nonnulle persone ecclesiastice, seculares et regulares, ac etiam laicales Portugalie et Algarbii regnorum, tue (!) ditioni noviter subiectorum, que ex eo quod scelerato viro Bartholomeo, olim Barensi archiepiscopo, in sede apostolica per impressionem et violentiam notorias intruso, adheserunt et adherent, dando sibi auxilium et favorem, diversas excommunicationis, suspensionis et interdicti sententias et alias graves penas spirituales et temporales per processus apostolicos et alias ab homine et a iure generaliter promulgatas incurrerunt, ad cor redeuntes ac in humilitatis spiritu suum recognoscentes errorem, ad nostram et ipsius Ecclesie devotionem et obedientiam redire proponant, nos cupientes ipsarum personarum animarum saluti providere, volentes personas vestras honorare, tibi, Pensauriensi, quem ad dicta regna pro magnis et arduis nostris et ipsius Ecclesie negotiis presentialiter destinamus, ac tibi, Egitaniensi, fratres episcopi, et cuilibet vestrum absolvendi auctoritate apostolica predictas personas, postquam ad devotionem et obedientiam nostram redierint et scisma huiusmodi adiuraverint (!), si hoc humiliter petierint, ab huiusmodi sententiis atque penis totaliter liberandi ipsasque penas tollendi et etiam relaxandi et cum illis ex eisdem personis ecclesiasticis que celebrando divina vel immiscendo se illis, non tamen in contemptum [fl. 522v] clavium, irregularitatis maculam contraxerunt, eis tamen prius a suorum ordinum executione suspensis ad tempus, de quo vobis videbitur expedire, super irregularitate huiusmodi dispensandi, iniunctis cuilibet personarum earumdem pro modo culpe penitentia salutari et aliis que de iure fuerint iniungenda, omnemque inhabilitatis et infamie maculam sive notam, per easdem personas premissorum occasione contractam penitus abolendi plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno sexto».

([292r]) AV, Reg. Aven. 236, fls. 522v-523: «Venerabilibus fratribus Angelo Pensauriensi, sedis apostolice nuntio, et Alfonso, Egitaniensi, episcopis, salutem, etc. Sedes apostolica pia mater ... Cum itaque, sicut accepimus, nonnulle persone Portugalie et Algarbii regnorum, quibus sceleratus vir Bartholomeus, olim Barensis archiepiscopus, in sede apostolica per impressionem et violentiam notorias intrusus, diversa beneficia ecclesiastica, secularia et regularia, in eisdem regnis consistentia, contulit, licet de facto, et quare alique ex eo quod colationes huiusmodi etiam de facto acceptantes, illa ex tunc tenuerunt et tenent, diversas excommunicationis,

encarregava D. Afonso, bispo da Guarda, e o franciscano Frei Fernando de Illescas, confessor de D. João, rei de Castela e Leão e de Portugal, de absolverem algumas pessoas da cidade de Lisboa, as quais, segundo soubera, estavam na disposição de fazer penitência, depois de terem feito uma amotinação e morto D. Martinho, bispo de Lisboa, e outros eclesiásticos, que lançaram do cimo duma torre, para onde eles tinham fugido, ao ouvir a amotinação. Clemente VII dava-lhes faculdade de os absolverem, a teor da bula que mandara incluir nas letras endereçadas a eles, com poder de perdoar ou diminuir a penitência, consoante a qualidade das pessoas. Ainda com a mesma data, incumbia D. Ângelo, bispo de Pésaro, núncio apostólico, e D. Afonso, bispo da Guarda, de absolverem os homicidas, dizendo honrar com tais incumbências o bispo de Pésaro que enviava aos reinos de Portugal e do Algarve para tratar de graves e árduos assuntos do papa e da Igreja, e também ao bispo da Guarda. Punha como condição que os interessados satisfizessem pela injúria à igreja de Lisboa, à frente da qual estivera o assassinado bispo D. Martinho, e fossem privados perpetuamente, eles e seus herdeiros, dos feudos e direitos de padroado que porventura possuíssem na igreja de Lisboa ([292s]). *Semelhantes letras foram dirigidas ao bispo da Guarda, D. Afonso,*

---

suspensionis et interdicti sententias ac alias graves penas, spirituales et temporales, per processus apostolicos et alias ab homine et a iure promulgatas incurrerunt, ad cor redeuntes ac in humilitatis spiritu suum recognoscentes errorem, ad nostram et ipsius Ecclesie devotionem et obedientiam redire proponant, nos cupientes animarum dictarum personarum saluti et alias ipsarum statui providere personasque vestras honorare, tibi Pensauriensi, quem ad dicta regna pro magnis et arduis nostris et Romane Ecclesie negotiis [presentialiter destinamus], ac tibi, Egitaniensi, fratres episcopi, et cuilibet vestrum absolvendi auctoritate apostolica predictas personas, postquam ad devotionem et obedientiam huiusmodi redierint et huiusmodi scisma adiuraverint (!) et beneficia ipsa in manibus vestris realiter dimiserint, si hoc humiliter petierint, ab huiusmodi sententiis et ab aliis penis totaliter liberandi ipsasque penas relaxandi et cum illis ex eis que celebrando divina vel immiscendo se illis, non tamen in contemptum clavium, irregularitatis maculam contraxerunt, eis tamen prius a suorum ordinum exequutione suspensis ad tempus, de quo vobis videbitur expedire, super irregularitate huiusmodi dispensandi, iniunctis earum cuilibet pro modo culpe penitentia salutari et aliis que de iure fuerint iniungenda, ac omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam, per easdem personas, premissorum occasione, contractam, penitus abolendi et demum conferendi eadem auctoritate beneficia huiusmodi, etiam si canonicatus et prebende, prioratus, dignitates, personatus, administrationes vel officia cum cura vel sine cura ac huiusmodi prioratus conventuales et dignitates in cathedralibus post pontificales maiores vel in collegiatis ecclesiis principales fuerint et ad illa consueverint qui per electionem assumi et etiam si dispositioni apostolice specialiter reservata aut eorum collationes ad sedem apostolicam devolute existant quomodolibet vacantia predictis aut aliis personis ydoneis regnorum predictorum ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis et de illis etiam providendi ... [fl. 523] ... plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem ... Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno sexto».

([292s]) AV, Reg. Aven. 236, fl. 537: «Venerabili fratri Alfonso, episcopo Egitaniensi, et dilecto filio Fernando de Illescis, ordinis fratrum Minorum professori, carissimi filii nostri Johannis, Castelle et Legionis ac Portugalie regis illustris, confessori. Salutem, etc. Sedes apostolica pia mater ... Cum itaque nuper, sicut fidedignorum relatione, non sine cordis amaritudine percepimus, nonnulle persone civitatis Ulixbonensis, diabolico instingante spiritu, in multitudine copiosa insimul coadunate, seditionem facientes, in personam bone memorie Martini, episcopi Ulixbonensis, et nonnullorum aliorum virorum ecclesiasticorum impetuose irruentes [in eos], ipsos inhumaniter interfecerunt et demum eos de summitate cuiusdam turris, ad quam audientes seditionem huiusmodi confugerant, mortuos ad terram proiecerunt et, sicut accepimus, predicte persone ad cor redeuntes, in humilitatis spiritu suum recognoscentes delictum, parate existant agere penitentiam de commissis, nos cupientes [te, Pensauriensem, quem ad Portugalie et Algarbii regna pro magnis et arduis nostris et Romane Ecclesie negotiis presentialiter destinamus, et te, Egitaniensem, fratres episcopi, honorare et] per honorem vobis exhibitum animarum dictarum personarum providere saluti, [fraternitati vestre, de qua] vobis et cuilibet vestrum, de quibus in his et aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, easdem personas, postquam dicte Ulixbonensi ecclesie, cui idem Martinus episcopus, dum viveret, presidebat, et aliis, quorum interest, satisfecerint, iuxta vestrum arbitrium, competenter, feudis tamen et iuribus patronatus, si que a dicta ecclesia obtinebant, ipsis et eorum heredibus privatis perpetuo, a sententia excom-

e a Frei Fernando de Illescas, confessor do rei de Castela, com faculdade de remitir ou diminuir as penas estabelecidas nas letras anteriores ou de comutá-las em algumas obras de piedade ([292t]).

É precisamente nos anos de 1384 e de 1385 que deparamos com várias bulas de Clemente VII, sobre a colação de benefícios em Portugal. Além das já referidas, noto a de 4 de Junho de 1384, a outorgar a Afonso Martins de Valdevez um benefício eclesiástico, da colação do bispo de Tui, encarregando da execução ao arcediago do Couto, ao mestre-escola de Braga e ao mestre-escola de Cidade Rodrigo ([292u]). *No dia 16 de Julho de 1384, concedia a João Flamengo o canonicato e deado de Lisboa, vacantes por causa do matrimónio de Álvaro Gonçalves de Azevedo, e encarregava da execução ao deão de S. Pedro e arcipreste de Santo Desidério de Avinhão e ao oficial de Lisboa* ([292v]). *A 20 de Julho de 1384, outorgava a Luís Gonçalves um canonicato na igreja de*

---

municationis, quam propterea incurrerunt, et a reatu homicidii huiusmodi, si hoc humiliter petierint, iuxta formam Ecclesie consuetam auctoritate apostolica absolvendi, iniunctis eis inter alia sub virtute iuramenti prestandi quod similia decetero non committent nec facientibus prebeant auxilium, consilium vel favorem, ac etiam penitentia salutari, secundum formam, quam sub bulla nostra [vobis] mittimus interclusam, et insuper omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam, per easdem personas premissorum occasione contractam, eadem auctoritate penitus abolendi ipsasque ad famam, statum, gradus, dignitates et honores alios, in quibus existebant, antequam homicidium huiusmodi perpetrarent, restituendi et reintegrandi plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Volumus autem quod saltem viginti ex principalioribus patratoribus homicidii antedicti sedem apostolicam infra biennium debeant personaliter visitare. Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno sexto». Na fl. 533v, letras na mesma forma, iguais em tudo, dirigidas a *Venerabilibus fratribus Angelo Pensaurariensi, sedis apostolice nuntio, et Alfonso Egitaniensi episcopis*, com as variantes entre [ ].

([292t]) AV, Reg. Aven. 236, fl. 523v: «Venerabili fratri Alfonso, episcopo Egitaniensi, et dilecto filio Fernando de Illescis, ordinis fratrum Minorum professori, carissimi in Christo filii nostri Johannis, Castelle et Legionis ac Portugalie regis illustris, confessori, salutem, etc. Cum nuper per nos accepto quod nunnulle persone civitatis Ulixbonensis, que, diabolico instingante spiritu, in multitudine copiosa insimul coadunate, seditionem facientes, in personam bone memorie Martini, episcopi Ulixbonensis, et nonnullorum aliorum virorum ecclesiasticorum impetuose irruentes in eos, ipsos inhumaniter interfecerant et demum eos de summitate cuiusdam turris, ad quam audientes seditionem huiusmodi, confugerant, mortuos ad terram proiecerant, ad cor redeuntes et in humilitatis spiritu suum recognoscentes delictum, parati existebant penitentiam agere de commissis, nos vobis easdem personas absolvendi a reatu homicidii huiusmodi, secundum formam quam sub bulla nostra misimus interclusam, concesserimus facultatem, vobis et cuilibet vestrum penitentias et penas in eadem forma contentas in totum vel in partem, prout vobis iuxta qualitatem dictarum personarum videbitur, mitigandi, relaxandi et in alia pietatis opera commutandi plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, anno sexto». Cf. nota anterior.

([292u]) AV, Reg. Aven. 236, fls. 75-75v: «Dilecto filio Alfonso Martini de Valdevez, clerico Tudensis diocesis, salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ... ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem venerabilis fratris nostri episcopi Tudensis et dilectorum filiorum decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Tudensis communiter vel divisim pertinens ... conferendum tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 75v] ... Datum Avinione, ii Nonas Junii, anno sexto. In eodem modo dilectis filiis archidiacono de Cauto et scolastico Bracharensis ac scolastico Civitatensis ecclesiarum ... Datum ut supra».

([292v]) AV, Reg. Aven. 237, fls. 262-262v: «Dilecto filio Johanni Flamenchi, canonico ac decano ecclesie Ulixboñ, salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Cum autem postmodum canonicatus et prebenda ac decanatus ecclesie Ulixbonensis, qui quidem decanatus dignitas curata et maior post pontificalem in eadem ecclesia existit, quos dilectus filius Alvarus Gundissalvi de Azevedo, olim ipsius ecclesie canonicus et decanus, tunc temporis obtinebat, ex eo quod idem Alvarus matrimonium cum quadam muliere per verba de presenti contraxit, vacaverint et vacare noscantur ad presens ... nos volentes tibi qui in iure civili studes, premissorum meritorum tuorum [fl. 262v] intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam ac decanatum supradictos ... cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis motu proprio ... apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ... Datum Avinione, xvii Kalendas Augusti,

Lisboa, nomeando executores da concessão ao arcediago de Cerrato, da diocese de Palença, ao arcipreste de Santo Desidério da diocese de Avinhão e ao mestre-escola de Palença (292x). *A 5 de Agosto de 1384, concedia a Raimundo de Riveto, capelão pontifício, o canonicato e mestre-escolado de Lisboa, incumbindo da execução ao arcediago de Tournai e aos oficiais de Braga e de Avinhão* (293).

Do ano 1385 registo a bula de 18 de Março, a conceder a Álvaro Gonçalves de Oliveto, prior da igreja de S. Pedro de Coimbra, benefícios na igreja de Toledo, incumbindo da comissão ao bispo de Coimbra, ao arcediago de Segóvia e ao chantre de Sevilha (293a). *Para lembrar também a anterior de 10 de Fevereiro de 1385, dirigida ao bispo da Guarda e aos arcediagos de Segóvia e de Castro, a encarregá-los de conferir a Sancho Garcia, arcediago de Penela, o canonicato e prebenda de Coimbra, vacantes por morte de Afonso Esteves* (293b). *A 12 de Dezembro de 1385,*

---

anno sexto. In eodem modo dilectis filiis decano sancti Petri et archipresbytero sancti Desiderii, Avinionensis, ecclesiarum ac officiali Ulixbonensi ... Datum ut supra».

(292x) AV, Reg. Aven. 237, fls. 363-363v: «Dilecto filio Ludovico Gundissalvi, canonico Ulixbonensi. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum ecclesie Ulixbonensis cum plenitudine iuris canonici apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus, prebendam vero ac officium cum cura vel sine cura, si qua in dicta ecclesia vacant ad presens, vel cum vacaverint ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 363] ... Datum Avinione, xiii Kalendas Augusti, anno sexto. In eodem modo dilectis filiis archidiacono de Cerrato Palentine et archipresbytero sancti Desiderii Avinionensis ac scolastico dicte Palentine ecclesiarum ... Datum ut supra».

(293) AV, Reg. Aven. 237, fls. 260-260v: «Dilecto filio magistro Raymundo de Riveto, canonico et scolastico ecclesie Ulixbonensis, capellano nostro, commensali, salutem, etc. Grata tue familiaritatis et devotionis obsequia ... [fl. 260v] ... Cum itaque postmodum canonicatus et prebenda ac scolastria ecclesie Ulixbonensis, quos quondam Astorgius de Galhaco, ipsius ecclesie canonicus et scolasticus, notarius noster, dum viveret, obtinebat, per ipsius Astorgii obitum, qui nuper apud sedem predictam diem clausit extremum, apud sedem ipsam vacaverint et vacare noscantur ad presens ... Nos volentes tibi, premissorum obsequiorum et meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, predictos canonicatum et prebendam ac scolastriam ... cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis motu proprio ... apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ... [fi. 261] ... Datum apud Castrum Novum, Avinionensis diocesis, Nonis Augusti, anno sexto. [In eodem modo] dilectis filiis archidiacono ecclesie Tornacensis et Bracharensi et Avinionensi officialibus ... Datum ut supra».

(293a) AV, Reg. Aven. 239, fls. 374-375: «Dilecto filio Alvaro Gondissalvi de Oliveto, rectori, priori nuncupato, parrochialis ecclesie, prioratus nuncupate, sancti Petri Colimbriensis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Cum itaque in ecclesia Tholetana sint nonnulle integre et quedam dimidie perpetue portiones sine cura, consuete aliis quam canonicos ipsius ecclesie assignari, Nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, unam de dictis integris portionibus necnon prestimonia, portiones in dicta ecclesia ac civitate vel diocesi Toletana ... [fl. 374v] ... si qua vacant vel cum simul aut successive vacaverint ... conferenda tibi ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... Datum Avinione, xv Kalendas Aprilis, anno septimo. In eodem modo venerabili fratri episcopo Colimbriensi et dilectis filiis archidiacono Segobiensis ac cantori Ispalensis ecclesiarum ... [fi. 375] ... Datum ut supra».

(293b) AV, Reg. Aven. 240, fl. 505v: «Venerabili fratri .. episcopo Egitaniensi et dilectis filiis Segobiensi et de Castro Cordubensis ecclesiarum archidiaconis, salutem, etc. Laudabilia probitatis et virtutum merita dilecti filii Sancii Garsie, archidiaconi de Penella, in ecclesia Colimbriensi, super quibus apud nos fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Cum itaque, sicut accepimus, canonicatum et prebendam dicte ecclesie, quos condam Alfonsus Stephani, ipsius ecclesie canonicus, dum viveret, obtinebat, per ipsius Alfonsi obitum, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacaverint et vacare noscantur ad presens, Nos volentes eidem Sancio, premissorum meritorum suorum intuitu, gratiam facere specialem, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios prefatos canonicatum et prebendam ... cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis eidem Sancio auctoritate nostra conferre et assignare curetis ... Datum Avinione, iiii Idus Februarii, anno septimo».

concedia a Lourenço Martins de Melgaço o canonicato de Orense, incumbindo da execução ao abade de Oya e aos deãos de Tui e de Santo Agrícola de Avinhão ([293c]).

O freire da Ordem do Hospital, Frei Pedro Álvares Pereira, deve ter aderido, logo desde o início, ao partido de Castela, porque, a 20 de Outubro de 1384, obtinha a indulgência plenária, juntamente com o nobre Afonso Coelho, senhor da diocese de Évora, o qual também alcançava, na mesma data, indulto para escolher confessor que o pudesse absolver de todos os pecados e penas, excepto nos casos reservados à Santa Sé ([293d]).

Algumas destas concessões poderiam ter sido antedatadas, mas as bulas que vou referir dos fins de 1384 e princípios de 1385, constituem prova clara da colaboração estreita entre o papa de Avinhão e el-rei de Castela na guerra contra o papa de Roma e nas tentativas de angariar para ela meios pecuniários em toda a Península, nomeadamente em Portugal.

A 5 de Dezembro de 1384, Clemente VII dirigia-se a Guilherme de Monteverde, clérigo da câmara apostólica e núncio da Santa Sé, concedendo faculdade de nomear doze pessoas para o ofício de tabelião, ao enviá-lo pessoalmente aos reinos de Castela e Leão, de Portugal e de Navarra, a fim de tratar de certos negócios do papa e da Igreja ([293e]). *Noutra bula, da mesma data, que dirigia a ele Guilherme de Monteverde, cónego de Noyon, clérigo da câmara apostólica e núncio apostólico, refere que a Igreja tinha de suportar enormes encargos por causa de recuperar o reino da Sicília e outras terras ocupadas pelos cismáticos e extirpar o cisma. Tendo a câmara apostólica esgotado seus dinheiros, ele, papa Clemente VII, vivia em ânsias, a pensar*

([293c]) AV, Reg. Aven. 240, fls. 605v-606: «Dilecto filio Laurentio Martini de Melgacio, canonico Auriensi. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum ecclesie Auriensis, cum plenitudine iuris canonici, apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus, prebendam vero ipsius ecclesie necnon prestimonia in eadem ecclesia et civitate et diocesi Auriensi unius cedentis vel decedentis aut illam alias dimittentis ipsius ecclesie canonici ... si qua Nonis Decembris anni Domini millesimi trecentesimi nonagesimi primi vel simul aut successive ex tunc in antea vacaverint ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... [fl. 606] ... Aut quod in parrochiali ecclesia sancti Salvatoris de Longares, Tudensis diocesis, quoddam beneficium sine cura obtines ... Datum Avinione, ii Idus Decembris, anno septimo. In eodem modo dilectis filiis abbati monasterii dOya, Tudensis diocesis, et Tudensis ac sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis ... Datum ut supra».

([293d]) AV, Reg. Aven. 236, fl. 337v: «De absolutione plenaria ... Dilecto filio Petro Alvari, Hospitalis fratrum sancti Johannis Jerosolimitani professori. Salutem, etc. Provenit, etc., ut in quinta proxima precedenti, usque Datum apud Castrum Novum, Avinionensis diocesis, xiii Kalendas Novembris, anno sexto.

Dilecto filio nobili viro Alfonso Cuniculi, domicello Elborensis diocesis. Salutem, etc. Provenit, etc., ut in superiori que dirigitur Stephano de Sacrocesare usque Datum apud Castrum Novum, Avinionensis diocesis, xiii Kalendas Novembris, anno sexto».

AV, Reg. Aven. 238, fl. 389: «Dilecto filio nobili viro Alfonso Cuniculi, domicello Elborensis diocesis. Salutem, etc. Benigno sunt tibi illa concedenda favore, per que, sicut pie desiderare videris, conscientie pacem et salutem anime Deo propitio consequaris. Hinc est quod nos, tuis devotis supplicationibus inclinati, tibi auctoritate apostolica indulgemus ut aliquem ydoneum et discretum presbyterum in tuum possis eligere confessorem, qui, quotiens tibi fuerit oportunum, confessionibus tuis diligenter auditis, pro commissis debitam tibi absolutionem impendet et iniungat tibi penitentiam salutarem, nisi talia forsan fuerint, propter que sedes apostolica sit merito consulenda. Nulli ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Datum apud Castrum Novum, Avinionensis diocesis, xiii Kalendas Novembris, anno sexto».

([293e]) AV, Reg. Aven. 242, fls. 27-27v: «Clemens, etc. Dilecto filio Guillelmo de Viridimonte, clerico camere nostre, apostolice sedis nuntio. Salutem. Cum te ad Castelle et Legionis ac Portugalie et Navarre regna pro quibusdam arduis nostris et Ecclesie Romane negotiis presentialiter destinemus, Nos cupientes ut in huiusmodi negotiis eo felicius prosperis quo maiori per nos fueris potestate munitus, discretioni tue concedendi hac vice auctoritate apostolica, huiusmodi negotiorum prosecutione durante, tabellionatus officium duodecim personis ydoneis dictorum regnorum ... plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem ... [fl. 27v] ... Datum Avinione, Nonis Decembris, pontificatus nostri anno septimo».

nos meios e modos capazes de solucionar tão grave problema. Nesse intuito, resolvera conceder a indulgência plenária em artigo de morte aos que contribuíssem com 20 florins de ouro para o salário mensal de homens armados, que fossem em socorro e recuperação do dito reino e terras. E porque o enviava pessoalmente aos reinos de Castela e Leão, de Portugal e de Navarra tratar de certos negócios do papa e da Igreja, incumbia-o de outorgar a tais contribuintes a faculdade de os confessores lhes poderem dar tal indulgência ([293f]).

Nesta mesma altura, recordando que o destinava pessoalmente aos reinos de Castela e Leão, de Portugal e de Navarra, a fim de tratar de graves e árduos negócios do papa e da Igreja, e que a câmara apostólica, por causa do cisma, estava desprovida de meios, facultava-lhe a ele núncio pudesse contrair empréstimos em nome da câmara apostólica, durante o seu múnus, e empenhar os bens da dita câmara para o efeito ([293g]). *Concedia-lhe ainda, neste mês, pudesse absolver, durante o desempenho do múnus de núncio, pessoas que tivessem posto mãos violentas em clérigos e pessoas eclesiásticas, com o fim de ele poder exercitar o melhor possível o seu ofício* ([293h]).

([293f]) AV, Reg. Aven. 242, fls. 28-28v: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Guillelmo de Viridimonte, canonico Noviomensi, clerico camere nostre, apostolice sedis nuntio. Salutem, etc. Importabilis sarcina multiplicium onerum, quibus maxime propter regnum Sicilie, ad nos et Romanam Ecclesiam immediate pertinens, ac terrarum eiusdem Ecclesie, quorum magnam partem quorumdam tiranorum occupavit ambitio, recuperationem ac extirpationem scismatis, in Ecclesia sancta Dei proh dolor nunc vigentis, ad quas incessanter innitimur, assidue premimur, cameram apostolicam pecuniis sic exhausit quod nullo modo sufficiat ad supportationem onerum huiusmodi et explicationem emergentium undique agendorum, quod nos anxie cogitantes ac vias et modos, quibus necessarie supportationi onerum et explicationi agendorum huiusmodi sufficere valeamus, solicite perquirentes, matura deliberatione prehabita, ordinamus quod cuilibet persone que pro sucursu et votiva recuperatione regni et terrarum huiusmodi viginti flore. auri pro stipendiis unius hominis armorum pro uno mense duntaxat, liberaliter donaverit, plena remissio omnium peccatorum suorum, semel in mortis articulo, auctoritate apostolica concedatur, et ideo quia te ad Castelle et Legionis ac Portugalie et Navarre regna pro quibusdam nostris et Ecclesie Romane negotiis presentialiter destinamus, discretioni tue singulis personis, que pro succursu et recuperatione huiusmodi viginti flor. auri pro homine et mense predictis, [fl. 28v] tibi nostro et eiusdem Ecclesie nomine recipienti, persolverint (!), concedendi hac vice auctoritate predicta quod confessor, quem quelibet personarum ipsarum duxerit eligendum, omnium peccatorum suorum, de quibus corde contrita et ore confessa fuerit, semel tantum in mortis articulo, plenam remissionem eidem, in sinceritate fidei, unitate sancte Romane Ecclesie ac obedientia et devotione nostra vel successorum nostrorum Romanorum pontificum, canonice intrantium, persistenti, auctoritate predicta concedere valeat, plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem ... Datum Avinione, Nonis Decembris, pontificatus nostri anno septimo».

([293g]) AV, Reg. Aven. 242, fls. 29-30: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Guillelmo de Viridimonte, canonico Noviomensi, camere apostolice clerico, sedis apostolice nuntio. Salutem et apostolicam benedictionem. Cum te ad Castelle, Legionis, Portugalie et Navarre regna pro magnis et arduis nostris et Ecclesie Romane negotiis presentialiter destinemus, nos attendentes grandia expensarum onera, que cameram apostolicam, occasione scismatis, in dicta ecclesia proh dolor exorti, oportet de necessitate subire, ad que eiusdem camere non suppetunt facultates, discretioni tue contrahendi auctoritate apostolica, negotiorum huiusmodi prosecutione durante, nostro et camere predicte nominibus, mutua cum quibuscunque personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, ac etiam laicalibus, regnorum predictorum, ac pro restitutione mutuorum huiusmodi quecunque bona mobilia et immobilia ipsius camere, presentia et futura, ubicunque fuerint et in quibuscunque rebus consistant, eadem auctoritate obligandi ac renuntiandi ... [fl. 30] ... plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem ... Datum Avinione, Nonis Decembris, pontificatus nostri anno septimo».

([293h]) AV, Reg. Aven. 242, fls. 30v-31: «Clemens, etc. Dilecto filio magistro Guillelmo de Viridimonte, canonico Noviomensi, apostolice camere clerico, sedis apostolice nuntio, salutem, etc. Cum te ad regna Castelle et Legionis, Portugalie et Navarre pro quibusdam arduis nostris et Ecclesie Romane negotiis presentialiter destinemus et, sicut accepimus, nonnulle persone utriusque sexus dictorum regnorum, pro eo quod in clericos et personas ecclesiasticas manus iniecerunt, Dei timore postposito, temere violentas, excommunicationis sententiam, in tales a canone generaliter promulgatam, incurrisse noscantur, Nos animarum

Também nesta data, outorgava-lhe a faculdade para dispensar 12 homens e mulheres do impedimento de consanguinidade e afinidade, a fim de puderem contrair matrimónio ([293i]).

Dirigindo-se ao rei de Castela por letras de 15 de Dezembro de 1384, Clemente VII, depois de referir ter-lhe concedido a décima dos rendimentos eclesiásticos dos reinos de Castela e Leão e doutras terras sujeitas a seu domínio, atendendo às despesas que tinha de suportar com a defesa desses reinos e terras e das igrejas existentes nos mesmos, deputando como executores aos bispos de Samora, Cuenca e Osma, e de ter renovado o indulto, por mais um biénio, outorgava-lhe que os bispos pudessem executar as letras, apesar de as primeiras não lhes terem podido ser entregues ou apresentadas ([293j]).

---

saluti providere volentes ac cupientes quod in huiusmodi negotiis eo felicius prosperare valeas, quo maiori fueris per nos potestate munitus, discretioni tue absolvendi hac vice in forma Ecclesie consueta, huiusmodi negotiorum prosecutione durante, triginta ex eisdem personis, quas ad hoc duxeris eligendas, ab excommunicationis sententia supradicta ... eisque iniungendi penitentias salutares et alia que de iure fuerint iniungenda, plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem ... Datum Avinione, iiii. Nonas Decembris, pontificatus nostri anno septimo».

([293i]) AV, Reg. Aven. 242, fl. 42v: «Clemens, etc. Dilecto filio magistro Guillelmo de Viridimonte, canonico Noviomensi, clerico [nostre] camere, apostolice sedis nuntio, salutem, etc. Cum te ad Castelle et Legionis, Portugalie ac Navarre regna pro quibusdam arduis nostris et Ecclesie Romane negotiis presentialiter destinemus, discretioni tue dispensandi hac vice auctoritate apostolica, huiusmodi negotiorum prosecutione durante, cum duodecim viris et totidem mulieribus partium predictarum, quarto consanguinitatis vel affinitatis gradu invicem se actinentibus, que ignorantes aliquos (!) impedimentum inter eos existere quominus possent vel poterunt matrimonialiter copulari, bannis tamen editis, matrimonium per verba legitime de presenti contraxerunt, vel huiusmodi negotiorum prosecutione durante, contrahent in antea, ut impedimentis, que ex consanguinitate vel affinitate proveniunt, illi qui, ut premittitur, contraxerunt, in sic contractis matrimoniis licite remanere, et alii matrimonium invicem libere contrahere et in eis, postquam contracta fuerint, licite remanere valeant, ac proles ex huiusmodi matrimoniis susceptas et suscipiendas legitimas decernendi plenam et liberam, auctoritate predicta, concedimus facultatem. Datum Avinione, iiii Nonas Decembris, pontificatus nostri anno septimo».

([293j]) AV, Reg. Aven. 242, fls. 38-38v: «Clemens, etc. Carissimo in Christo filio Johanni, regi Castelle et Legionis illustri. Salutem, etc. Eximie devotionis sinceritas ... Dudum siquidem pro parte tua nobis exposito quod pro deffensione et tuitione tuorum Castelle et Legionis regnorum ac aliarum partium et terrarum, tue ditioni subiectarum, necnon ecclesiarum, ecclesiasticarum[que] personarum et incolarum eorumdem magna te oportuerat subire onera expensarum, Nos, considerantes quod defensio et tranquillitas regnorum, partium et terrarum predictorum, non solum tua, sed etiam ecclesiarum ecclesiasticarum[que] personarum regnorum, partium et terrarum ipsorum communia commoda concernere noscebantur, decimam omnium reddituum et proventuum ecclesiasticorum, in dictis regnis, partibus atque terris consistentium, usque ad biennium, ex tunc in antea computandum, iam dudum elapsum, in certis terminis solvendam et etiam exigendam ab omnibus et singulis archiepiscopis et episcopis ceterisque prelatis et personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, huiusmodi redditus et proventus in eisdem regnis et partibus atque terris obtinentibus et infra dictum biennium obtenturis, tibi auctoritate apostolica per nostras litteras concessimus, venerabilibus fratribus nostris Zamorensi et Conchensi ac Oxoniensi episcopis tibi super hoc executoribus deputatis. Et deinde, cum finis biennii huiusmodi instare nosceretur, teque pro deffensione et tuitione huiusmodi adhuc oporteret subire grandia onera expensarum, nos ex premissis et aliis certis causis, tunc pro parte tua nobis expositis, moti pariter et inducti, concessionem huiusmodi usque ad aliud biennium, a fine primi biennii huiusmodi computandum, nondum elapsum, per alias nostras litteras prorogavimus, prout in eisdem litteris plenius continetur [fl. 38v]. Cum autem, sicut pro parte tua nobis nuper fuit expositum, dicte priores littere nondum eisdem episcopis potuerint ex certis causis presentari et propterea ipsi ad executionem earumdem minime processerint, Nos, ne propter hoc concessionis et prorogationis predictarum frustreris effectu, volentes super hoc de oportuno remedio providere, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, volumus et apostolica tibi auctoritate concedimus quod prefati episcopi dictam decimam, huiusmodi concessionis et prorogationis vigore tibi debitam, tam dictarum quam presentium litterarum vigore, colligere et levare dictosque archiepiscopos, episcopos, prelatos et personas ecclesiasticas

Já se falou atrás de benefícios concedidos a Raimundo de Riveto, mestre-escola de Lisboa. Trata-se do capelão pontifício e núncio apostólico em Portugal, nomeado por Clemente VII em letras de 29 de Março de 1385. Nelas declara o papa que o nomeia núncio da Santa Sé e seu colector no reino de Portugal e do Algarve, a beneplácito seu, confiado nas suas qualidades e virtudes, revogando todos os demais colectores e subcolectores ([293k]). *A 1 de Abril de 1385, encarregava-o de pedir, exigir e receber quaisquer bens e rendimentos deixados por arcebispos, bispos e outros prelados das terras em que era núncio* ([293l]). *No mesmo dia, era-lhe passado salvo-conduto* ([293m]).

Alguns dias depois, a 5 de Abril de 1385, dirigia-se o papa a Guilherme de Boudevilla e a Fulcão Pereira, núncio nos reinos de Castela e Leão, e a Raimundo de Riveto, núncio nos reinos de Portugal e do Algarve, e a seus sucessores na colectoria apostólica, a fim de pagarem a Berardo de Faudoanis, cavaleiro, certos dinheiros gastos nas viagens feitas por mandato de el-rei da Sicília a Espanha, ao rei de Castela ([293n]). *E de facto, a 7 de Abril de 1386, foram*

---

ad solvendum tibi decimam ipsam in terminis, quos eis duxerint prefigendos, compellere et alias ad executionem dictarum litterarum procedere possint et debeant, iuxta earum continentiam et tenorem ... Datum Avivione, xviii Kalendas Januarii, pontificatus nostri anno septimo».

([293k]) AV, Reg. Aven. 242, fls. 56v-57: «Clemens, etc. Dilecto filio magistro Raymundo de Riveto, scolastico ecclesie Ulixbonensis, capellano nostro, apostolice sedis nuntio, salutem, etc. Fidedigna testimonia ... Sperantes igitur de huiusmodi tuis virtutibus et meritis et quod tu ea que tibi per nos et sedem apostolicam committentur, diligenter et fideliter exequeris, te in Portugalie et Algarbii regnis apostolice sedis nuntium nostrumque collectorem et receptorem, usque ad nostrum beneplacitum, auctoritate apostolica facimus, constituimus et etiam deputamus, omnes et singulos nuntios et collectores ac receptores et succollectores apostolicos, inibi hactenus per sedem ipsam vel eius auctoritate deputatos, penitus revocando ipsosque a collectorie et succollectorie [fl. 57] ac aliis officiis, eis commissis, totaliter amovendo, etc., ut in similibus litteris regestratis in libro precedenti de anno lxxxiiii, pontificatus dicti domini nostri anno sexto, usque Datum Avinione, iiii Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno septimo».

([293l]) AV, Reg. Aven. 242, fls. 57-57v: «Clemens, etc. Dilecto filio magistro Raymundo de Riveto, scolastico ecclesie Ulixbonensis, capellano nostro, apostolice sedis nuntio. Salutem, etc. Dudum in nostri apostolatus primordiis ... dispositionem et ordinationem omnium bonorum mobilium et creditorum ac debitorum quorumcunque archiepiscoporum, episcoporum necnon abbatum, habentium bona sive redditus a conventibus suis discreta, in partibus in quibus es nuntius apostolicus deputatus, consistentium, que ipsi archiepiscopi, episcopi et abbates haberent vel pertinerent quomodolibet ad eosdem tempore obitus eorum, cum infrascripta moderatione, ordinationi et dispositioni nostre usque ad nostrum beneplacitum duximus reservanda ... Nos igitur de circunspectione tua plenam in Domino fiduciam obtinentes, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus per te vel alium seu alios viros probos, fide et facultatibus ydoneos, omnia huiusmodi bona mobilia ac credita et debita quorumcunque archiepiscoporum, episcoporum et abbatum, habentium bona et redditus ac proventus discreta a suis conventibus, ut prefertur, quorumcunque monasteriorum et ordinum, exemptorum et non exemptorum, in eisdem partibus, ubi es nuntius apostolicus deputatus, consistentium, quecunque, quotcunque et qualiacunque fuerint et in quibuscunque rebus consistant et per quascunque detineantur seu debeantur personas, de et super quibus, si necesse fuerit, simpliciter et de plano ac sine strepitu et figura iudicii, vocatis evocandis, te informes auctoritate nostra et apostolice camere nomine petere, exigere et recipere cum integritate et de receptis quitare seu pecunias exinde debitas fideliter conservare procures et, quamprimum sine periculo poteris, ad [fl. 57v] cameram ipsam mittere non postponas ... Datum Avinione, Kalendis Aprilis, pontificatus nostri anno septimo».

([293m]) AV, Reg. Aven. 242, fl. 57v: «Item die proximarum litterarum registratarum fuit datus salvus conductus supradicto magistro Raymundo de Riveto in forma. Item vi Idus Aprilis, pontificatus dicti domini nostri anno vii, fuit datus salvus conductus Petro de Secureto, legum doctori, per dominum nostrum papam ad civitatem Aquensem et nonnulla alia loca pro nonnullis concernentibus dicti domini nostri et Romane Ecclesie ac provincie et totius patrie commune statum prosperum et quietem cum xx.ti personis armatis vel sine armis».

([293n]) AV, Reg. Aven. 242, fls. 58-58v: «Clemens, etc. Dilectis filiis Guillelmo de Boudevilla et Fulconi Pererii, in Castelle et Legionis, necnon Raymundo de Riveto, in Portugalie et Algarbii regnis, ac eorum cuilibet, sedis apostolice nuntiis, et successoribus eorumdem in officiis collectoriarum fructuum,

registados dinheiros relacionados com os serviços prestados por Berardo de Faudoanis, cavaleiro, a D. Luís, rei da Sicília, nas partes de Itália, os quais dinheiros deviam ser tirados das colectorias de Castela e de Portugal: «*Die vii dicti mensis* [*Aprilis 1386*] *fuerunt soluti de dicto mandato nobili Dulcie de Agrifolio, relicte et tutrici Ludovici, filii quondam domini Beraudi de Faudoanis, militis, in deductione ii.m et ii.c franchorum auri, eidem quondam domino Beraudo debitorum pro servitio per ipsum facto domino regi Ludovico in partibus Italie* et sibi assignatorum super collectoriis Castelle et Portugalie, *iii.c franchi auri. Valent., domino Durando Monnarii, presbytero Thol., auctore (!) dicti Ludovici, recipiente, iii.c xxi flor. camere, xii sol.*» ([293o]).

É isto prova de que Raimundo de Riveto exerceu o múnus de colector em Portugal e de que à Cúria de Clemente VII chegaram dinheiros da respectiva colectoria, como aliás se colhe doutro documento de 7 de Abril de 1386 sobre o subsídio dos prelados para a guerra contra o papa de Roma. Nesse documento se faz expressa menção de Raimundo de Riveto, como outrora colector apostólico no reino de Portugal: «*Die vii dicti mensis* [*Aprilis 1386*] *fuerunt recepti a domino Guillelmo de Viridimonte, clerico camere apostolice, in partibus Ispanie apostolice sedis nuntio deputato, de pecuniis subsidii, per ipsum in dictis partibus a certis prelatis et personis ecclesiasticis nomine dicte camere receptis, de quibus computare tenetur,* per manus domini Raimundi de Ruvineto, olim in regno Portugalie apostolici collectoris, *iii.c franchi auri. Valent iii.*[c]*xxi flor. camere, xii sol.*» ([293p]). *Aliás Clemente VII mandava a miúde seus núncios a Castela nos anos de 1385 e 1386:*

> «*Die viii mensis Decembris* [*1385*] *fuerunt soluti de dicto mandato Anequino Lebruni, servienti armorum domini pape, qui mittitur per ipsum dominum papam ad partes Ispanie, ad Regem Castelle, cum certis litteris, pro suis expensis faciendis, l. franchi boni ponderis in liii flor. camere, xvi sol.*» ([293q]). «*Die eadem* [*xv mensis Maii 1385*], *fuerunt soluti de dicto mandato magistro Berengario Clausi, phisico, qui mittitur per dominum papam ad Regem Castelle super certis negotiis, pro suis expensis faciendis, ii.c franchi boni* [*ponderis*]. *Valent xxxb flor. camere, xx sol.*» ([293r]). «*Die eadem* [*xb Maii 1385*] *fuerunt soluti de dicto mandato cuidam famulo provincialis fratrum Minorum in Regno Castelle, qui dedit mulam domino nostro pape, vi flor. ... Valent, Percevallo*

---

reddituum et proventuum in civitatibus et diocesibus predictorum regnorum, camere apostolice debitorum, auctoritate apostolica deputandis. Salutem, etc. Cum dilectus filius nobilis vir Beraudus de Faudoanis, miles, dominus loci de Causio, Montisalbane diocesis, pro certis viagiis factis per eum de mandato et pro negotiis clare memorie Ludovici Jerusalem et Sicilie regis ad partes Ispanie et ad carissimum in Cristo filium nostrum Johannem, Castelle et Legionis regem illustrem, pro complemento solutionis integre expensarum suarum, in dictis viagiis factarum, summam duorum millium et ducentorum francorum auri de cuno regis Francie, adhuc recipere et habere teneatur nosque volentes ut eidem militi de dicta summa sic restante de pecuniis camere apostolice integraliter satisfiat, ordinaverimus quod idem miles in collectoriis civitatum et diocesum predictorum regnorum, in quibus nunc collectores deputati estis, dictam summam recipiat et de pecuniis camere apostolice debitis, que ad manus vestras iam pervenerint vel perveniant in futurum, dicti duo milia et ducenti franci, quamprimum omnes pecuniarum summe dicto regi Castelle et Legionis per cameram apostolicam debite fuerint persolute et de ipsis integraliter extiterit satisfactum, eidem militi persolvantur, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus in continenti, postquam dicto regi extiterit de premissis ut premittitur satisfactum, de pecuniis ad dictam cameram pertinentibus, per vos iam receptis vel in antea recipiendis, summam huiusmodi duorum milium et ducentorum francorum auri prefato Beraudo vel eius procuratori ... vos et vestrum quilibet tradatis realiter et ad plenum satisfaciatis ... [fl. 58v] ... Datum Avinione. Nonis Aprilis, pontificatus nostri anno septimo».

([293o]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 360, fl. 91 e vol. 361, fl. 86.

([293p]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 361, fl. 17v.

([293q]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 359, fl. 72.

([293r]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 359, fl. 123v.

de Mentone, scutifero domini pape, pro ipso recipiente, v flor. camere, iiii sol». ([293s]). «*Die xxix dicti mensis [Maii 1385] fuerunt soluti de dicto mandato Fernando de Moya Viguerio, civitatis Avinionensis, qui mittitur per dominum papam ad Regem Castelle super certis negotiis, pro suis expensis faciendis, C. flor. ... Valent lxxxb flor. camere, xx sol.*» ([293t]). «*Die xii dicti mensis [Julii 1385] fuerunt soluti de dicto mandato Johanni Meli, alamano, cursori domini pape, qui mittitur per dominum papam ad Regem Castelle super certis negotiis, pro suis expensis faciendis, xl flor. ... Valent xxxiiii flor. camere, viii sol.*» ([293u]). «*Die eadem [xxviii mensis Octobris 1385] fuerunt soluti de dicto mandato fratri Johanni de Chienigueyo, procuratori fratrum Minorum, qui mittitur per dominum nostrum papam ad Regem Castelle super certis negotiis, pro suis expensis faciendis in duobus mensibus pro qualibet die i flor. curren. cum dimidio, xc flor. curren. Valent lxxvii flor. camere, iiii sol.*» ([293v]). «*Die eadem [4 mensis Aprilis 1386] fuerunt soluti de dicto mandato fratri Johanni de Chinigueyo, ordinis fratrum Minorum, magistro in theologia, pro expensis per ipsum factis in partibus Ispanie, ubi fuit per quatuor menses cum dimidio, missus ad Regem per dominum nostrum papam, fratre Guillelmo Chantarelli, socio suo, pro ipso recipiente, lx flor. curren. Valent li flor. camere, xii sol. ... Die ix mensis Aprilis [1386] fuerunt soluti de dicto mandato domino Largo Perrelli, decano Maurianensi, qui mittitur ad civitatem Ispalensem ad partes Ispanie ad dominum Guillelmum de Viridimonte, clericum camere apostolice, pro negotiis ipsius camere, pro uno equo emendo, xxx flor. camere et pro expensis suis faciendis, xxx franchi auri. Valent in universo lxii flor. camere, iiii sol. Die xiii dicti mensis Octobris [1386] fuerunt soluti Johanni Jaqueti, cursori domini pape, qui festinanter fuit nuper missus per dominum nostrum papam post Ambaxiatores Regis Francie, qui vadunt in Castellam ii flor. camere curren., pro suis expensis faciendis. Valent ii flor. camere, xbi sol.». Die eadem [ix Octobris 1386] fuerunt soluti personis infrascriptis, missis ad certa loca Regni Francie de mandato domini nostri pape, ad obviandum quod gentes armorum nunc redeuntes de Ispania non transeant ad partes Imperii, videlicet Raimundo de Monteionis, capitaneo curie marescalli Romane Curie, xx flor. curreñ, Petro de Interaquis, domicello, xx flor. curreñ, magistris Egidio Juvenis, secretario domini pape, et Johanni Merchandi, locumtenenti magistri portuum Senescallie Bellicadri et Nemauseñ, xxx flor. curreñ. Item eidem magistro Johanni pro tradendo certis personis que debent visitare portus Rodani pro custodia, xbi flor. curreñ. Item Johanni de Navi subnigro et Vitali Arnaudi, servienti Curie mariscalli predicti, xx flor. curreñ., in summa magistro Petro Remberti, scriptore domini nostri, pro omnibus recipiente, cbi flor. curreñ. Valent ix flor. camere xxiiii sol.*» ([293x]).

Em documento de 2 de Janeiro de 1385, aparece-nos o cabido de Braga a funcionar juntamente com o sobredito Pedro Buval, que se dizia arcebispo eleito e confirmado de Braga, além dos também mencionados Afonso Martins, mestre-escola, Gil Peres, arcediago do Couto, Rodrigo

([293s]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 359, fl. 124.

([293t]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 359, fl. 128v.

([293u]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 359, fl. 142v.

([293v]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 359, fl. 183v. Em Setembro de 1385 o papa enviava Rodrigo Afonso, bacharel em decretos, e Eneco Ortiz a Bolonha: «Die eadem [19 Septembris 1385] fuerunt soluti de dicto mandato Roderico Alfonsi, bacallario in decretis, et Eneco Ortici, serventi armorum domini nostri pape, qui mittuntur apud Bononiam super certis negotiis, pro suis expensis faciendis, dicto Roderico recipiente, C. flor. camere» (AV, *Introitus ex Exitus*, vol. 359, fl. 171v).

([293x]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 361, fls. 85, 87, 154v; vol. 362, fl. 151v.

Álvares, arcediago de Neiva, Mendo Afonso, arcediago de Barroso, e alguns cónegos, os quais se reuniam nessa data em cabido na cidade dos arcebispos:

> «*Sabham todos que presente mjm Rodrigue Anes, taballiom de Bragaa, per ouctoridade do honrrado padre e senhor dom Pedro, pela merçe de Deus e da santa jgreia de Roma Enlleto confirmado em essa mesma, e as testemunhas adeante scritas, os honrrados barões Affonsso Martjnz, Meestrescola, Gil Perez, Arcediagoo do Couto, Rodrigo Alvarez, Arcediagoo de Nevha, Meendo Affonso, Arcediagoo de Barroso, Diago Alvarez, Domingos dEspinho, Francisco Lourenço, Vaasco Gil, Johanne Stevez, Martim Beeitez, Pero Bermer, Vaasco Stevez e Gonçalo Stevez, coonigos de Bragaa, seendo todos iuntos no Cabidoo novo da See dessa mesma, fazendo cabidoo, em dia de o fazer, segundo he de sseu custume, os sobredictos pessoas, coonigos e Cabidoo arrendarom em sorte e em ventura deste dia doie ata hũu anno comprido aos dictos Arcediagoos do Couto e Arcediagoo de Nevha todalas sas chançellarias que o dicto Cabidoo ha daver de sseu seello tanto de plazos come de arrendamentos come de confirmaçõoes de Coonisias, de Dignidades, de terçanarias e de Jgreias, Monasteiros, assi de confirmações come de apresentações, come de aneixações, come per outra guisa qualquer que seia, que aiam daver chamçellarias, por C.º vijnte libras de djnheiros Port., os quaes se os dictos Arcediagoos obligarom a dar e a pagar ao dicto Cabidoo acima do dicto anno, e os dictos Arcediagoos averom pera ssi todalas proes que poderem aver da dicta Chançelaria, e prougue ao dicto cabidoo que, durando o dicto anno, que nom fezessem plazos nem confirmaçoes nem outras scripturas, se nom per hũu taballiom ou scrivam jurado que os dictos Arcediagoos scolhessem e que em este anno o dicto Arcediagoo de Nevha tevesse hũa das chaves do seello... Fecto foy em Bragaa, no dicto Cabidoo, dous dias do mes de Janeiro, Era de Mil e iiii.c e vijnte e tres annos. Testemunhas que forom presentes: G.º Duraens, abbade dArnoso, Gonçalo Dominguez, Vaasco Neto, terçanarios, e Vaasco Gonçalvez, prebendeiro do dicto Cabidoo de Braga, e outros. E eu Rodrigue Anes, taballiom sobredicto, que aas dictas cousas com as dictas testemunhas presente fuj e este stromento screvj e meu signal hj fiz, que tal he* (lugar do sinal)» ([293y]).

Nesta altura, el-rei de Castela andava por terras portuguesas, onde exercia sua influência. A sobredita reunião em Braga do arcebispo cismático e sequaz de Clemente VII, aliás como dos arcediagos e cónegos nela participantes, deve ser indício de tal situação que durou pouco tempo, porque as hostes do Mestre de Avis levaram a melhor. É conhecida a derrota do monarca castelhano na batalha de Aljubarrota, em Agosto de 1385, pelos exércitos do já proclamado rei de Portugal, D. João I. Clemente VII procurou consolar o monarca castelhano em carta que lhe enviou ([293z]). *Muito natural que alguns dos núncios referidos atrás estejam relacionados com o assunto da colectoria em Portugal e guerras promovidas pelo papa de Avinhão e pelo rei de Castela. É para notar que, em numerosas letras do papa de Avinhão, posteriores à derrota de Aljubarrota, o monarca é tratado, por vezes, só pelo nome de rei de Castela e Leão. Em bula de Janeiro de 1386, dirigida a Bertrando de Aromonte, arcediago de Solsona, da diocese de Urgel, e núncio em Castela, Leão e Navarra, e também ao conceder, em Abril de 1386, ao monarca dispensa da abstinência e indulto de escolher confessor, dirige-se-lhe como a* carissimo in Christo filio Johanni, Castelle et Legio-

([293y]) ADB, *Gaveta 2.ª das propriedades e rendas do Cabido*, n. 151.

([293z]) A carta do papa Clemente VII a consolar o monarca de Castela, aquando da derrota sofrida pelos seus exércitos na batalha com Portugal, existe na Biblioteca Nacional de Madrid, ms. 6.370 e na Bibl. d a Ajuda (Lisboa) ms. 50-V-21, fls. 24-25.

nis ac Portugalie regi illustri (294), *mas a 27 de Julho de 1386, ao conceder que seus médicos exerçam a cirurgia, sem incorrerem em excomunhão, dirige-se-lhe como a* carissimo in Christo filio Johanni, regi Castelle et Legionis (294a).

Por letras de 11 de Abril de 1386, ao dirigir-se aos arcebispos, bispos, abades, priores e outros prelados do reino de Castela e Leão e outras terras de D. João, rei de Castela e de Leão, depois de louvar os esforços do monarca na defesa de suas terras contra os cismáticos e inimigos da Igreja e de se referir às guerras com os mesmos, permitia-lhe usufruir o subsídio concedido pelos prelados para o efeito, mas condicionado ao consentimento da Santa Sé (294a'). *Dois dias depois,*

---

(294) AV, Reg. Aven. 244, fls. 37-37v: «Dilecto filio Bertrando de Acromonte, archidiacono de Solsona, in ecclesia Urgellensi, notario nostro, apostolice sedis nuntio, salutem, etc. Cum te ad regna Castelle et Legionis ac Navarre pro certis nostris et Ecclesie [fl. 37v] Romane negotiis presentialiter destinemus, Nos, ut personas obsequiis tuis insistentes et qui tecum ad regna ipsa se transferent et nuntiatione huiusmodi durante faciendi absolvi per quemcunque ydoneum presbyterum, secularem vel regularem, quem duxeris eligendum ... Datum Avinione, xvi Kalendas Februarii, pontificatus nostri anno octavo». Nas fls. 37 e 38 mais oito bulas, a conceder graças a este núncio. AV, Reg. Aven. 244, fl. 44v: «Carissimo in Christo filio Johanni, Castelle et Legionis ac Portugalie regi illustri, salutem, etc. Ut eo sedi apostolice te devotiorem exhibeas quo te noveris amplius illius gratie ubertate foveri, tuis in hac parte devotis supplicationibus inclinati, ut confessor seu confessores tui ydonei, religiosi et seculares, quem seu quos duxeris eligendum seu eligendos, tecum ut diebus, quibus esus carnium est prohibitus... Datum Avinione, Idus Aprilis, anno octavo. AV, Reg. Aven. 244, fls. 44v-45: «Eidem, salutem, etc. Benigno sunt tibi illa concedenda favore, per que, sicut pie desiderare videris, conscientie pacem et salutem anime Deo propicio consequi valeas. Hinc est quod nos tuis devotis supplicationibus inclinati, tibi auctoritate apostolica indulgemus ut aliquem ydoneum et discretum vel aliquos ydoneos et discretos presbyterum vel presbyteros, secularem vel seculares, aut regularem vel regulares, in tuum vel tuos possis eligere confessorem vel confessores ... Datum Avinione. Idus Aprilis, anno octavo».

(294a) AV, Reg. Aven. 244, fl. 122v: «Carissimo in Christo filio Johanni, regi Castelle et Legionis illustri, salutem, etc. Eximie tue devotionis affectus, quem ad nos et Romanam geris Ecclesiam, promeretur ut petitionibus tuis, quantum cum Deo possumus, favorabiliter annuamus. Hinc est quod nos, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, ut omnes et singuli tui medici et cirurgici, presentes et posteri, quotiens oportunum fuerit, anotomiam vel anterationem libere et licite facere valeant, et quod propterea excommunicationis sententiam non incurrant, quibuscunque prohibitionibus et constitutionibus ac statutis etiam apostolicis contrariis nequaquam obstantibus, tibi ac eisdem medicis et cirurgicis auctoritate apostolica, tenore presentium, licentiam elargimur. Nulli ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Datum Avinione, vi Kalendas Augusti, anno octavo».

(294a') AV, Reg. Aven. 245, fls. 400-400v: «Venerabilibus fratribus universis archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis electis, abbatibus, prioribus et aliis prelatis et personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, per Castelle et Legionis regna et alias terras carissimi in Christo filii nostri Johannis, regis Castelle et Legionis illustris, ditioni subiectas, constitutis. Salutem, etc. Dum preclara devotionis et fidei merita, quibus carissimus in Christo filius noster Johannes, Castelle et Legionis rex illustris, Romanam Ecclesiam reveretur, illius se semper beneplacitis coaptando, ac laudabilia ipsius regis studia, quibus iugiter elaborat ut regna sua et alia[s] terras, sue ditioni subiectas, a perfidis scismaticis, nostris et eiusdem Ecclesie inimicis, protegat et defendat ac illa et personas ecclesiasticas, consistentes in illis, in pacis amenitate conservet, diligenter attendimus, affectu paterne caritatis inducimur ut nos inveniat in suis oportunitatibus et presertim in illis, per que, sicut pie satagit, regnis et terris ac personis predictis tranquillitas optata perveniat, favorabiles et benignos. Nuper siquidem pro parte dicti regis propositum extitit coram nobis quod propter guerras, quas nedum cum suis hostibus, sed etiam cum perfidis scismaticis, nostris et eiusdem Romane Ecclesie inimicis, habuit hactenus et iugiter habere dinoscitur, magna ipsum oportuit et oportet continue subire onera expensarum, ad que proventus ipsius sufficere minime dinoscuntur, et quod nuper vos premissa pia consideratione [fl. 400v] pensantes, liberaliter consensistis quod in relevationem onerum eorundem certum per Vos subsidium eidem regi, dummodo ad id assensus et auctoritas nostri accederent, conferatur. Quare pro parte dicti regis nobis fuit humiliter supplicatum ut vobis conferendi huiusmodi subsidium dicto regi, una cum decima proventuum ecclesiasticorum, per nos sibi concessa, licentiam concedere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur, attendentes quod negotium quod idem rex in hac parte prosequitur, non solum ipsius,

a 13 de Abril de 1386, dirigindo-se aos bispos de Burgos e de Oviedo, permitia aos prelados concedessem mais um subsídio, se o monarca tivesse necessidade dele ([294b]).

Sabemos que nas guerras e desavenças entre os monarcas de Castela e de Portugal, várias famílias nobres e cavaleiros passavam ou fugiam de uma parte para outra de ambos os reinos ou prestavam obediência a um ou outro monarca que se tinha assenhorado de suas terras. É o que deve ter acontecido com os já referidos Frei Pedro Álvares Pereira e Afonso Coelho e com a família Martins, da diocese de Évora, que ingressaram na Ordem de Alcântara. Assim, Clemente VII, por várias bulas de 1 de Julho de 1386, atendendo a pedido do rei de Castela, dispensava Nuno Martins, leigo da diocese de Évora, filho ilegítimo de Mestre da Ordem de Alcântara, para ingressar em alguma Ordem militar e receber benefícios na mesma, e Pedro Martins, também leigo da diocese de Évora, com o mesmo defeito de ilegitimidade, e Vasco Martins, freire da Ordem de Alcântara, com igual impedimento de ilegitimidade, para ascenderem a todas as dignidades na Ordem ([294c]).

---

sed etiam Dei et nostrum ac Ecclesie fore dinoscitur, et quod nedum ipsius regis, sed etiam vestrum et ecclesiarum vestrarum communia commoda respicere dinoscuntur, huiusmodi supplicationibus inclinati, vobis ut dictum subsidium eidem regi, etiam cum eadem decima, dare et conferre hac vice duntaxat libere valeatis, plenam et liberam, tenore presentium, licentiam elargimur. Volumus autem quod aliquis vestrum ad solutionem dicti subsidii per laicalem potentiam nullatenus compellatur. Nulli ergo, etc., nostre concessionis et voluntatis infringere, etc. Datum Avinione, iii Idus Aprilis, anno octavo».

([294b]) AV, Reg. Aven. 245, fl. 400v: «Venerabilibus fratribus .. Burgensi et .. Ovetensi episcopis. Salutem, etc. Dum preclara devotionis et fidei merita, quibus carissimus in Christo filius noster Johannes, Castelle et Legionis rex illustris, Romanam Ecclesiam reveretur, illius se semper beneplacitis coaptando, ac laudabilia ipsius regis studia, quibus iugiter elaborat ut regna sua et alias terras, sue ditioni subiectas, a perfidis scismaticis, nostris et eiusdem Ecclesie inimicis, protegat et defendat, ac illa et personas ecclesiasticas, consistentes in illis, in pacis amenitate conservet, diligenter attendimus, affectu paterne caritatis inducimur ut nos inveniat in suis oportunitatibus et presertim in illis per que, sicut pie satagit, regnis et terris ac personis predictis tranquillitas optata perveniat, favorabiles et benignos. Nuper siquidem pro parte dicti regis nobis exposito quod ipse propter guerras, quas nedum cum suis hostibus, sed etiam cum eisdem scismaticis, habuerat hactenus et habebat, magna ipsum oportuerat et oportebat continue subire onera expensarum, ad que proventus ipsius sufficere minime noscebantur, et quod archiepiscopi, episcopi, electi, abbates, priores et alii prelati et persone ecclesiastice, seculares et regulares, per Castelle et Legionis regna et alias terras eiusdem regis ditioni subiectas constituti, premissa pia meditatione pensantes, consenserant quod in relevamen onerum eorumdem certum per eum subsidium regi conferretur eidem, Nos archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus et aliis prelatis ac personis predictis ut dictum subsidium eidem regi dare et conferre libere valerent, plenam et liberam concessimus per alias nostras litteras facultatem. Nos igitur gerentes eundem regem velut carissimum Ecclesie pugilem in visceribus caritatis ac attendentes quod negotium huiusmodi non solum regis ipsius, sed etiam Dei et Ecclesie fore dinoscitur et quod nedum dicti regis, sed etiam ecclesiarum et personarum ecclesiasticarum dictorum regnorum et terrarum communia commoda respicit, ac cupientes eiusdem regis, presertim in tam pio et tam laudabili negotio, necessitatibus providere, fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel alter vestrum, si forsan imposterum eiusdem regis necessitas ex causis similibus id exposcat et vobis expediens videatur, archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus aliis[que] prelatis et personis predictis ut aliud subsidium, alia vice prestandum, eidem regi dare et conferre, dummodo ad id ipsorum accedat assensus, libere et licite valeant, auctoritate nostra, licentiam concedatis. Volumus etiam quod quilibet vestrum dictum subsidium, si illud eidem regi concedi contingat, dare et conferre, sicut ceteri, libere et licite valeat quodque nullus ad solutionem dicti subsidii per laicalem potentiam compellatur. Datum Avinione, Idus Aprilis, anno octavo».

([294c]) AV, Reg. Aven. 245, fls. 406-406: «Dilecto filio Nunio Martini, laico Elborensis diocesis. Salutem et apostolicam benedictionem. Laudabilia probitatis et virtutum merita ... Cum itaque, sicut ex tenore pro parte tua nobis ex[h]ibite petitionis accepimus, tu aliquem de ordinibus militaribus ingredi desideres et in eo sub regulari habitu virtutum Domino famulari, ac defectum natalium patiaris de religioso magistro domus militie Alcantare, Cisterciensis ordinis, Cauriensis diocesis, genitus et soluta, Nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Johannis,

A 9 de Julho de 1387, o papa, depois de se referir ao aludido consentimento dado para os subsídios dos prelados a el-rei de Castela a utilizar na defesa dos reinos e terras contra os cismáticos, de que foram encarregados os bispos de Burgos e de Oviedo, declarava que os cardeais, com benefícios nas terras do monarca, estavam isentos de tal subsídio. Clemente VII incumbia da execução das letras ao arcebispo de Toledo, bispo de Oviedo e deão de Santo Agrícola de Avinhão ([294d]).

Castelle et Legionis regis illustris, pro te nobis super hoc humiliter suplicantis, gratiam facere specialem, huiusmodi dicti regis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut si aliquem de dictis ordinibus militaribus ingredi te contingat, postquam illum expresse professus fueris, successive ad omnes administrationes, officia, dignitates et preeminentias, etiam magistratum eiusdem ordinis, [fl. 406v] eligi et assumi et eis prefici, ac illas, illa et illum, si canonice ad ipsas, ipsa vel ipsum eligaris vel assumaris aut prefíciaris eisdem, successive obtinere libere et licite valeas, defectu predicto ... nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, de speciali gratia dispensamus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre dispensationis infringere, etc. Datum Avinione, Kalendis Julii, anno octavo». AV, Reg. Aven. 245, fl. 406v: «Dilecto filio Petro Martini, laico Elborensis diocesis. Salutem, etc. Cum itaque, sicut ex tenore pro parte tua nobis exhibite petitionis accepimus, tu aliquem de ordinibus militaribus ingredi desideres et in eo sub regulari habitu virtutum Domino famulari, ac defectum natalium patiaris de religioso magistro domus militie Alcantare, Cisterciensis ordinis, Cauriensis diocesis, genitus et soluta, Nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu, necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Johannis, Castelle et Legionis regis illustris, pro te nobis super hoc humiliter supplicantis, gratiam facere specialem, huiusmodi dicti regis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut si aliquem de dictis militaribus ordinibus ingredi te contingat, postquam illum expresse professus fueris, successive ad omnes administrationes, officia, dignitates et preeminentias, etiam magistratum eiusdem ordinis, eligi et assumi et eis prefici, ac illas, illa et illum, si canonice ad ipsas, ipsa vel ipsum eligaris vel assumaris aut preficiaris eisdem, successive obtinere libere et licite valeas, defectu predicto ... [fi. 407] ... nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, de speciali gratia dispensamus ... Datum Avinione, Kalendis Julii, anno octavo».

AV, Reg. Aven. 245, fl. 407: «Dilecto filio Valasco Martini, fratri domus militie Alcantare, Cisterciensis ordinis, Cauriensis diocesis. Salutem, etc. Religionis zelus ... Cum itaque, sicut ex tenore pro parte tua nobis exhibite petitionis accepimus, tu qui domus militie Alcantare, Cisterciensis ordinis, Cauriensis diocesis, frater etiam expresse professus existis, defectum natalium patiaris de religioso magistro dicte domus genitus et coniugata, Nos volentes tibi, premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Johannis, Castelle et Legionis regis illustris, pro te nobis super hoc humiliter supplicantis, gratiam facere specialem, huiusmodi dicti regis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut succesive ad omnes administrationes, officia, dignitates et preeminentias, etiam magistratum predicti vel alterius ex ordininibus militaribus, ad quem forsan te transiri aut transferri canonice contigerit, eligi et assumi et eis prefici ac illas, illa et illum, si canonice ad ipsas, ipsa vel ipsum eligaris vel assumaris aut preficiaris eisdem, successive obtinere libere et licite valeas, defectu predicto ... nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, de speciali gratia dispensamus ... Datum Avinione, Kalendis Julii, anno octavo».

([294d]) AV, Reg. Aven. 247, fls. 510v-511: «Ad futuram rei memoriam. Pacem querentes et quietem singulorum sancte presertim Romane Ecclesie cardinalium, qui ad regendum universalis Ecclesie firmamentum nobis submissis humeris assistunt, illa libenter, super quibus dubia possent exoriri, vel littes pariant et iurgia, declaramus. Dudum siquidem pro parte carissimini in Christo filii nostri Johannis, regis Castelle et Legionis illustris, proposito coram nobis quod propter guerras, quas nedum cum suis hostibus, sed etiam cum perfidis scismaticis, nostris et eiusdem Romane Ecclesie inimicis, habuerat hactenus et habebat, magna ipsum opportuerat et opportebat continue subire onera expensarum, ad que proventus ipsius non sufficiebant, quodque venerabiles fratres nostri universi archiepiscopi et episcopi ac dilecti filii electi, abbates, priores et alii prelati et persone ecclesiastice, seculares et regulares, per Castelle et Legionis regna et alias terras, ipsius regis ditioni subiectas, constituti, premissa pia consideratione pensantes, liberaliter consenserant quod in relevationem onerum eorundem certum per vos subsidium dicto regi, dummodo ad id assensus et auctoritas nostri accederent, conferretur, nos eisdem archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus, prelatis et personis ut ipsi dictum servitium eidem regi, etiam cum decima proventuum ecclesiasticorum annua, per nos sibi concessa, dare et conferre, ea vice duntaxat, libere valerent, licentiam duximus concedendam. Et subsequenter venerabilibus fratribus nostris Burgensi et Ovetensi episcopis nostris dedimus litteris in mandatis ut si forsan imposterum eiusdem regis necessitas ex causis similibus id exposceret eisque expediens videretur, ipsis

A 28 de Janeiro de 1388, pela Dum preclara devotionis insignia, *renovava, a beneplácito da sé apostólica, a concessão das duas partes da terça das décimas, que lhe tinha outorgado antes por um decénio* ([294e]), *e concedia-lhe fundar nova Ordem militar, dedicada a S. Bartolomeu, na vila de Tarifa, da diocese de Cádiz* ([294f]).

---

archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus, prelatis et personis predictis ut aliud subsidium alia vice prestandum eidem regi dare et conferre, dummodo ad id ipsorum assensus accederet, libere et licite vallerent, licentiam auctoritate nostra concederent, prout in diversis nostris inde confectis litteris plenius continetur. Ut autem super concessione et mandato predictis nostra liquidius intentio patefiat, tenore presentium, declaramus nostre intentionis fuisse et existere quod illi ex eisdem cardinalibus qui in regnis et terris predictis prioratus, dignitates, personatus, officia, canonicatus et prebendas, prestimonia, prestimoniales portiones, ecclesias ac alia quecunque beneficia ecclesiastica, secularia et regularia, cum cura aut sine cura, tunc obtinebant et imposterum obtinerent, ad solvendum subsidium huiusmodi in toto vel in parte, vigore concessionis et mandati predictorum, minime teneantur nec ad id a quoquam inviti vallerent (!) coarctari ... [fl. 511] ... Volumus autem et etiam ordinamus quod si, pretextu concessionis et mandati predictorum, aliqua ab eisdem cardinalibus vel procuratoribus suis aut arrendatoribus fructuum, prioratuum, dignitatum ... et aliorum beneficiorum predictorum ipsorum ratione, exacta vel levata fuerint, illa cardinalibus, procuratoribus vel arrendatoribus prefatis realiter et integre per eos qui ipsa exegerunt seu levaverunt, ut prefertur ... integre restituantur ac eis plena fiat satisfactio de eisdem ... Datum Avinione, viii Idus Julii, anno nono. In eodem modo venerabilibus fratribus .. archiepiscopo Toletano et .. episcopo Ovetensi ac dilecto filio decano sancti Agricoli Avinionensis. Datum ut supra».

([294e]) AV, Reg. Aven. 253, fls. 425-425v: «Carissimo in Christo filio Johanni, regi Castelle et Legionis illustri. Salutem, etc. Dudum preclara devotionis insignia ... Dudum siquidem pro parte tua proposito coram nobis quod pro custodia et munitione castrorum, que in predictorum regnorum et terrarum fronteriis [fl. 425v] situata existebant queque in terris infidelium confrontabantur et per que regna et terre predicta ab infidelium ipsorum incursibus preservabantur, magna te oportuerat et continue oportebat subire onera expensarum ac per nos accepto quod perceptio tertie partis omnium decimarum, que ecclesiis et personis ecclesiasticis in eisdem regnis et terris consistentibus debebatur pro tempore, ad ipsarum ecclesiarum fabricas a longevis temporibus pertinebat, Nos attendentes quod custodia et preservatio huiusmodi non solum regnorum et terrarum, sed etiam ecclesiarum et personarum ipsorum communia commoda respicere noscebantur, duas partes tertie partis decimarum predicte, que quidem due partes tertie nuncupabantur, ibidem tibi per te usque ad decennium, ex tunc in antea computandum, percipiendas et habendas auctoritate apostolica, ad instar nonnullorum predecessorum nostrorum Romanorum pontificum, qui duas partes predictas quibusdam predecessoribus tuis ad certa tempora concesserant, concessimus et donavimus, certis tibi super hoc executoribus deputatis, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Nos igitur cupientes ut regna et terre predicta ac ecclesie et persone ecclesiastice huiusmodi consistentes in eis, ab ipsis infidelibus eo uberius defendantur quo maiora subsidia ad suportandum expensas ad hoc necessarias fuerint ministrata, ex premissis et aliis rationabilibus causis moti, concessionem huiusmodi, a fine dicti decennii usque ad apostolice sedis beneplacitum, sub modis et conditionibus in dictis litteris comprehensis, auctoritate apostolica, tenore presentium, prorogamus ac volumus quod post dictum decennium, huiusmodi durante beneplacito, executores predicti ad executionem litterarum ipsarum procedere possint et debeant iuxta earum continentiam et tenorem. Non obstantibus omnibus que in dictis litteris voluimus non obstare. Nulli ergo, etc., nostre prorogationis et voluntatis infringere, etc. Datum Avinione, v Kalendas Februarii, anno decimo».

([294f]) AV, Reg. Aven. 253, fl. 425v-426: «Eidem. Salutem, etc. Tuorum excellentia meritorum ... Exhibita siquidem nobis pro parte tua petitio continebat quod tu de salute propria cogitans ac cupiens terrena in celestia et transitoria in eterna felici commercio commutare, ad divini nominis gloriam et honorem desideras unum novum ordinem militarem sub nomine et vocabulo beati Bartholomei apostoli in villa tua de Tarifa, Gadicensis diocesis, que solemnis et in lictore maris in opposito regni de Benemarim situata existit et in qua superior dicti ordinis ac professores ipsius ad defendendum regna tua et populum christianum ab incursibus infidelium residere continue teneantur, instituere et eidem ordini dictam villam cum pluribus aliis castris ac villis, ad te spectantibus, concedere et [fl. 426] donare proponis. Quare pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut tibi instituendi dictum ordinem licentiam concedere de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque huiusmodi pium tuum ac laudabile propositum dignis in Domino laudibus commendantes, huiusmodi supplicationibus inclinati, tibi fundandi et construendi in dicta villa unum locum cum ecclesia seu orato-

É sabido que, à volta de 1387, D. João, rei de Castela, andava preocupado com certos movimentos insurrecionais e não menos se preocupava com as candidaturas dos irmãos do Mestre de Avis ao trono de Portugal. Talvez neste ambiente político se devam situar ou enquadrar as letras de Clemente VII, de 30 de Abril de 1387, dirigidas aos arcebispos de Toledo e de Sevilha e bispo de Siguenza. Nelas refere o papa, baseado na exposição régia, que D. João, bispo de Coimbra, e outras pessoas eclesiásticas, tanto seculares como regulares, dos reinos de Castela e de Leão e outras terras sujeitas a seu domínio, tinham feito conspirações contra o monarca e estado de seus reinos e terras, juntamente com os inimigos do rei, em favor dos cismáticos. Temendo que daí adviessem grandes perigos para seus reinos e para a Igreja, el-rei mantinha na prisão ao bispo e a algumas dessas pessoas. Visto ter incorrido em excomunhão por tal motivo, o monarca pedira ao papa a absolvição e mandasse castigar o bispo de Coimbra e os outros correligionários. Clemente VII anuía a tais desejos e encarregava os sobreditos prelados de absolverem o monarca e responsáveis pela prisão, impondo-lhes penitência adequada, depois da libertação do bispo de Coimbra e outras pessoas eclesiásticas, e de, finalmente, castigarem o bispo e demais eclesiásticos cúmplices, inclusive com a privação de dignidades e ofícios eclesiásticos ([294g]). *E o facto é para ser evi-*

---

rio, cimiterio, campanili et campanis ac aliis necessariis officinis, quibuscunque constitutionibus apostolicis contrariis nequaquam obstantibus, dote tamen sufficienti pro congrua sustentatione personarum in ipso ordine Domino serviturarum ac supportandis oneribus eis incumbentibus primitus assignata, plenam et liberam, auctoritate apostolica, tenore presentium, licentiam elargimur, iure parrochialis ecclesie et cuiuslibet alterius in omnibus semper salvo. Nulli ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Datum Avinione, v Kalendas Februarii, anno decimo».

([294f]) AV, Reg. Aven. 247, fl. 548-548v: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus Toletano et Ispalensi archiepiscopis ac episcopo Seguntino. Salutem, etc. Exhibita nobis pro parte excellentis principis Johannis, regis Castelle et Legionis illustris, petitio continebat quod nuper venerabilis frater noster, si dici venerabilis mereatur, Johannes, episcopus Colimbriensis, et nonnulle alie persone ecclesiastice, seculares et regulares, regnorum Castelle et Legionis, ac aliarum terrarum, ditioni sue subiectarum, quasdam conspirationes contra eum ac statum regnorum et terrarum predictorum tractaverunt et, quantum in eis extitit, cum inimicis et hostibus dicti regis, etiam scismaticis, et aliquibus eiusdem regis subditis, etiam in favorem scismaticorum huiusmodi facere, alique vero in premissis consentire nepharie presumpserunt, quodque rex prefatus, timens ex hoc sibi et regnis ac terris predictis et Romane Ecclesie gravia pericula imminere, eosdem episcopum et nonnullas ex personis predictis capi fecit ipsosque detinet carceribus mancipatos. Quare pro parte dicti regis nobis fuit humiliter supplicatum ut ipsum ac omnes alios qui in captionibus et detentionibus huiusmodi dederunt auxilium, consilium vel favorem, ab excommunicationis sententia, quam propterea incurrerunt, absolvi et episcopum ac prefatos debita pena puniri mandare de benignitate apostolica dignaremur. Nos huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati vestre, de qua in hiis et aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios eundem regem et omnes alios qui in captionibus et detentionibus huiusmodi, ut prefertur, dederunt auxilium, consilium vel favorem, postquam per eos iidem episcopus et persone relaxati et vobis seu alicui vestrum aut deputandis vel deputando a vobis vel vestrum aliquo traditi fuerint, ab excommunicationis sententia, quam ex captionibus et detentionibus ac auxilii, consilii et favoris prestatione huiusmodi incurrisse noscuntur, si hoc humiliter petierint, auctoritate nostra in forma Ecclesie absolvatis, iniunctis eis pro modo culpe penitentia salutari et aliis que vobis visa fuerint iniungenda ac postquam episcopus et alie ecclesiastice persone predicti relaxati et vobis vel alicui vestrum vel deputandis aut deputando huiusmodi traditi fuerint, ut prefertur, contra dictum episcopum et predictas ac quascunque alias ecclesiasticas, seculares et regulares, que talia vel similia imposterum attemptaverint aut in illis attemptandis consensum prebuerint, personas, cuiuscunque status, ordinis vel conditionis extiterint, etiam si pontificali prefulgeant dignitate, ipsis, ne debitam correctionem effugiant, carceribus, si vobis videatur expediens, mancipatis, super commissis seu attemptatis per eos contra regem prefatum et eandem ecclesiam, etiam ex officio, etiam simpliciter, de plano ac sine strepitu et figura iudicii inquiratis, eos tormentis et questionibus, si facti qualitas id exegerit, prout vobis aut huiusmodi deputandis vel deputando visum fuerit, exponendo, auctoritate nostra diligentius veritatem eosque corrigatis et puniatis, etiam per privationem dignitatum, per-

denciado, já que D. João, bispo de Coimbra, aparecia, pouco antes, em róis de Fevereiro-Março de 1385, como embaixador, na Cúria pontifícia de Avinhão, de el-rei D. João de Castela e Leão e de Portugal ([294h]). *E recorde-se que Urbano VI mantinha no ano de 1387 em Portugal o núncio que tinha nomeado em 1383, ou seja, D. João, bispo de Dax, o qual, a 14 de Maio de 1387, concedia ao bispo de Lisboa, D. João, faculdade para absolver os súbditos que no tempo do cisma tinham abandonado Urbano VI e aderido a Clemente VII, prestando obediência a João Henriques, detentor dos reinos de Castela e Leão, e a Martinho Anes, bispo intruso no bispado de Lisboa pelo dito antipapa* ([294i]).

O cardeal legado D. Pedro de Luna continuou na Península, ao serviço da causa de Clemente VII, embora nos princípios de 1387 pretendesse renunciar ao mandato de legado, com o pretexto de falta de saúde. O papa, alegando que D. Pedro de Luna tinha recuperado a saúde, impôs-lhe, por letras de 4 de Fevereiro de 1387, a obrigação de continuar o ofício de legado nos reinos de Aragão e Navarra e terras sujeitas a estes reinos ([294j]). *Em outras de 5 de Maio de 1387,*

---

sonatuum, officiorum et aliorum beneficiorum ecclesiasticorum, que obtinent, et illorum qui pontificali non fuerint dignitate prediti, depositionem [fl. 548v] a suis ordinibus, si et prout delicti qualitas exiget, ac iuxta sanctiones canonicas fuerit faciendum. Contradictores auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendo, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis ... Datum Avinione, ii Kalendas Maii, anno nono».

([294h]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 620h, 621, 624-627, 629-631.

([294i]) «Johannes, episcopus Aquensis, nuntius apostolicus, concedit facultatem Johanni, episcopo Ulixbonensi, ut subditos absolvat quos et quotquot ab Urbano papa deviarunt in Robertum, tempore schismatis, obedientiam illi prestando et Johanni Henrici, detentori regnorum Castelle et Legionis, et Martino Johannis, episcopo intruso in episcopatu Ulixbonensi per dictum Robertum» (ANTT, *Colegiada de Santa Maria Madalena de Lisboa*, 14: «Notícias de diversos factos pertencentes a esta Real Igreja de Santa Maria Madalena», caderno de papel do século XVIII, extraído do antigo cartório antes do terramoto por Monsenhor Moreira».

([294j]) AV, Reg. Aven. 250, fls. 275-276v: «Clemens, etc. Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem, etc. De summis celorum ad ima mundi descendens, unigenitus Dei filius, ut hominem de laqueo servitutis eriperet, in quam ipsum suggestio impulerat serpentina, vestem nostre mortalitatis induit, volens proprii aspersione sanguinis incendia perpetui cruciatus extinguere ac suos eterna morte possessos vite perennis efficere possessores, qui commisse sibi legationis in regione peccatorum exercens officium, in universum mundum discipulos, quos elegerat, destinavit creature omni evangelium predicare, vicarium suum instruens ut eius exemplo nonnunquam alios in partem solicitudinis advocaret, ubi officii sui debitum corporali absentia solvere non valeret. Licet enim sit nobis potestatis plenitudo commissa, fines tamen humane possibilitatis excedere non valemus ut dum in parte una officium exercemus, nuntium illud alibi presentialiter exequamur, quia non patitur ius nature corpus unum eodem tempore locis pluribus comprehendi. Unde, cum suscepti cura regiminis nos universis christifidelibus constituat debitores, ne absentes negligentia relinquamus, ad ipsos interdum personas ydoneas per nos dirigi convenit et per eas residuum solicitudinis, quam ad presentes personaliter gerimus, dispensari. Hec siquidem nos olim actenta meditatione pensantes ac affectantes solicitis studiis providere, ne per ignorantiam factorum grex dominicus, presertim in regnis, provinciis et terris remotis constitutus, desuper nostre cure commissus, fraudulentis suasionibus querentium et circuientium quem devorent, duceretur in devium et per illos qui tunicam Domini inconsutilem lacerare ac unitatem sacrosancte universalis Ecclesie suis dolosis morsibus dividere satagebant, in foveam traheretur, sive sparso pestiferi seminis [fl. 275v] grano, succresceret amplius messis odibilis amaritudinis, fructus cum doloris immensitate producens, quam facta huiusmodi superseminante inimico homine in populis intulerant, veritatem factorum ipsorum nunciare cupivimus et in orbem terrarum etiam publicari ac ad te, potentem quidem opere et sermone, quem in magnis expertum et arduis eximia probitate et fidelitate probatum, gratiarum largitor Dominus scientie magnitudine, industrie claritate, maturitate consilii, morum elegantia et aliis grandium virtutum titulis insignivit et in cuius affectibus gerebatur, sedare fluctuantes, iustitie terminos colere, humiliare superbos, rebelles et inobedientes compescere et errantes ad vitam reducere veritatis, licet tua presentia nobis et apud nos Ecclesie universali perutili careremus, inviti, nostre

lembra não ter aceitado a dita renúncia e querer que Pedro de Luna exerça o ofício de legado como anteriormente nos reinos de Castela e Leão e de Portugal e nas terras de D. João, rei de Castela e Leão e de Portugal ([294k]).

---

convertimus deliberationis intuitum teque per tuarum considerationem virtutum, tanquam veritatis preconem et angelum pacis, ad nonnulla regna, provincias atque terras Ispanie, commisso tibi in eis plene legationis officio, ut in ipsis evelleres et destrueres, dissipares et disperderes, edificares ac plantares, deformata reformares, indirecta dirigeres et corrigenda corrigeres ac statueres in nomine Domini, prout tibi celestis infusio gratie tuaque providentia ministrarent, duximus destinandum, tibi quecunque que ad canonicarum sanctionum observantiam, ipsius Ecclesie unitatem, integrationem ecclesiastice libertatis, cultum Dei, apostolice sedis honorem, reformationem morum, honestatis cultum, relevationem ecclesiarum et pauperum animarum salutem et tranquilitatem corporum ac robur status prosperi partium earumdem quomodolibet pertinerent, corrigendi, statuendi, precipiendi ac etiam exercendi, et nichilominus contradictores et rebelles quoslibet per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendi, quibuscunque privilegiis, [fi. 276] indulgentiis et litteris apostolicis, generalibus vel specialibus, sub quacunque forma vel expressione verborum concessis, per que nullum, cuiuscunque status, conditionis vel ordinis, etiam si Cisterciensis, Cluniacensis, Premonstratensis, Grandimontensis, Cartusiensis, Vallisumbrose, Camaldulensis, Humiliatorum, sancti Benedicti et sancti Augustini, Sepulcri Dominici Jerosolomitani, Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani, sancte Marie Theutonicorum, Calatravensis, sancti Jacobi de Spata, Alcantare et de Montesia, sancte Marie Mercedis, Sancte Trinitatis, Sancti Spiritus Roncidevallis, sancti Jacobi de Alto Passu ordinum existerent, in hac parte voluimus afferri suffragium, nequaquam obstantibus, concessa etiam libera facultate, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum autem postmodum tu dictum officium, quod in nonnullis ex regnis, provinciis et terris [Ispanie] predictis salubriter et utiliter exercueras, propter supervenientem infirmitatem et debilitatem tue persone exercere desieris illudque, quantum in te fuit, per tuas litteras duxeris resignandum sisque divina gratia pristine redditus sanitati, nos, qui resignationem huiusmodi non duximus admittendam, attendentes fructus uberes, quos in regnis et partibus supradictis tua circunspectio provida, huiusmodi officium exercendo, produxit, ac firma tenentes fiducia quod, actus tuos illius clementia dirigente, qui novit prava in directa et aspera in vias planas convertere, per tue circunspectionis industriam animarum periculis et discriminibus, que ex premissis possent, ipso inimico homine, qui ab initio machinatur ruinam et Ecclesie sancte unitatem rumpere satagit, superseminante, verisimiliter evenire, poterit laudabiliter obviari, ac volentes propterea quod prefatum legationis officium iuxta dictarum litterarum tenorem in Aragonum et Navarre ac aliis [fi. 276v] regnis et terris, carissimorum in Christo filiorum nostrorum Johannis, Aragonum, et Caroli, Navarre regum illustrium, ditioni subiectis, ad que specialis dirigimus considerationis intuitum, perinde plenarie exequaris ac si resignatio huiusmodi, quam in hac parte non obstare volumus, facta minime extitisset, eidem circunspectioni per apostolica scripta mandamus quatenus predictum officium in Aragonum et Navarre ac aliis regnis et terris, dictorum Aragonum et Navarre regum ditioni subiectis, predictis, pro divina et dicte sedis ac nostra reverentia devote resumens, sic illud utiliter sicque solicite ac laudabiliter iuxta datam tibi a Deo prudentiam exequi studeas quod de tuis laboribus, celesti favente clementia, desiderati fructus adveniant, quos speramus ... Datum Avinione, ii Nonas Februarii, pontificatus nostri anno nono».

([294k]) AV, Reg. Aven. 249, fis. 102-103v: «Clemens, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem et apostolicam benedictionem. De summis celorum ad yma mundi descendens, unigenitus Dei filius, ut hominem de laqueo servitutis eriperet, in quam ipsum suggestio impulerat serpentina, vestem nostre mortalitatis induit, volens proprii aspersione sanguinis incendia perpetui cruciatus extinguere ac suos eterna morte possessos vite perhennis efficere possessores, qui commisse sibi legationis in regione peccatorum exercens officium, in universum mundum discipulos, quos elegerat, destinavit creature omni evangelium predicare, vicarium suum instruens ut eius exemplo nonnunquam alios in partem solicitudinis advocaret, ubi officii sui debitum corporali absentia solvere non valeret. Licet enim sit nobis potestatis plenitudo commissa, fines tamen humane possibilitatis excedere non valemus ut dum in parte una officium exercemus, nuntium illud alibi presentialiter exequamur, quia non patitur ius nature corpus unum eodem tempore locis pluribus comprehendi. Unde, cum suscepti cura regiminis nos universis christifidelibus constituat debitores, ne absentes negligentia relinquamus, ad ipsos interdum personas ydoneas per nos dirigi convenit et per eas residuum solicitudinis, quam ad presentes personaliter gerimus, dispensari. Hec siquidem nos olim actenta meditatione pensantes ac affectantes solicitis studiis providere, ne per ignorantiam factorum grex dominicus, presertim in regnis, provinciis et

Esta nova nomeação de legado deve andar relacionada com as investigações e embaixadas de Aragão junto dos cardeais em Avinhão, a fim de conhecerem a verdade sobre o autêntico papa, e com a aproximação de el-rei de Aragão ao papa de Avinhão, Clemente VII, movimentos a que não foram alheios motivos políticos, como os do reino da Sicília e da Sardenha e Córsega.

Ao nomeá-lo legado de novo, o papa concedia-lhe as faculdades do costume e outras relacionadas com a missão especial de que o incumbia nas negociações sobre estes reinos. A 24 de Fevereiro de 1387, outorgava-lhe faculdades para conceder indulto de altar-portátil a 30 pessoas ([294l]).

---

terris remotis constitutus, desuper nostre cure commissus, fraudulentis suasionibus querentium et circuientium quem devorent, duceretur in devium et per illos qui tunicam Domini inconsutilem lacerare ac unitatem sacrosancte universalis Ecclesie suis dolosis morsibus dividere satagebant, in foveam traheretur, sive sparso pestiferi seminis grano, succresceret amplius [messis] odibilis amaritudinis, fructus cum doloris immensitate producens, quam facta huiusmodi superseminante inimico homine in populis intulerant, veritatem factorum ipsorum nunciare cupivimus et in orbem terrarum etiam publicari ac ad te, potentem quidem opere et sermone, quem in magnis expertum et arduis eximia probitate et fidelitate probatum, gratiarum largitor Dominus scientie magnitudine, industrie claritate, maturitate [fl. 102v] consilii, morum elegantia et aliis grandium virtutum titulis insignivit et in cuius affectibus gerebatur, sedare fluctuantes, iustitie terminos colere, humiliare superbos, rebelles et inobedientes compescere et errantes ad viam reducere veritatis, licet tua presentia nobis et apud nos Ecclesie universali perutili careremus, inviti, nostre convertimus deliberationis intuitum teque per tuarum considerationem virtutum, tamquam veritatis preconem et angelum pacis, ad nonnulla regna, provincias atque terras Ispanie, commisso tibi in eis plene legationis officio, ut in ipsis evelleres et destrueres, dissipares et disperderes, edificares et plantares, deformata reformares, indirecta dirigeres et corrigenda corrigeres ac statueres in nomine Domini, prout tibi celestis infusio gratie tuaque providentia ministrarent, duximus destinandum, tibi quecunque que ad canonicarum sanctionum observantiam, ipsius Ecclesie unitatem, integrationem ecclesiastice libertatis, cultum Dei, apostolice sedis honorem, reformationem morum, honestatis cultum, relevationem ecclesiarum et pauperum animarum salutem et tranquillitatem corporum ac robur status prosperi partium earumdem quomodolibet pertinerent, corrigendi, statuendi ac etiam exercendi, ac nichilominus contradictores et rebelles quoslibet per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendi, quibuscunque privilegiis, indulgentiis et litteris apostolicis, generalibus vel specialibus, sub quacunque forma vel expressione verborum concessis ... nequaquam obstantibus, concessa etiam libera facultate, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum autem postmodum tu dictum officium, quod in nonnullis ex regnis, provinciis et terris Ispanie predictis salubriter et utiliter exercueras, propter supervenientem infirmitatem et debilitatem tue persone exercere desieris illudque, quantum in te fuit, per tuas litteras duxeris resignandum sisque divina gratia pristine redditus sanitati, nos, qui resignationem huiusmodi non duximus admittendam, attendentes fructus uberes, quos in regnis et partibus supradictis tua circunspectio provida, huiusmodi officium exercendo, produxit, ac firma tenentes fiducia quod actus tuos, illius clementia dirigente, qui novit prava in directa et aspera in vias planas convertere, per tue circunspectionis industriam animarum periculis et discriminibus, que ex premissis possent, ipso inimico homine, qui ab initio machinatur ruinam et Ecclesie sancte unitatem rumpere satagit, superseminante, verisimiliter evenire, poterit laudabiliter obviari, ac volentes propterea quod prefatum legationis officium iuxta dictarum litterarum tenorem in Castelle, Legionis ac Portugalie regnis ac terris, carissimi in Christo filii nostri Johannis, Castelle, Legionis ac Portugalie regis illustris, ditioni subiectis, ad que specialis dirigimus considerationis intuitum, perinde plenarie exequaris ac si resignatio huiusmodi, quam in hac parte non obstare voluimus, facta minime extitisset, eidem circunspectioni per apostolica scripta mandamus quatenus predictum officium in Castelle, Legionis et Portugalie regnis ac terris, dicti regis ditioni subiectis, predictis, pro divina et dicte sedis ac nostra reverentia devote resumens, sic illud utiliter sicque solicite ac laudabiliter iuxta datam tibi a Deo prudentiam exequi studeas quod de tuis laboribus, celesti favente clementia, desiderati fructus adveniant, quos speramus ... Datum Avinione, iii Nonas Maii, anno nono».

([294l]) AV, Reg. Aven. 248, fl. 103: «Eidem. Salutem, etc. Cum te ad nonnullas provincias atque regna pro nostris et Romane Ecclesie negotiis destinaverimus, nos volentes illa tibi concedere, per que te aliis valeas reddere gratiosum, concedendi hac vice duntaxat triginta personis, quibus tibi videbitur expedire, ut liceat eis habere altare portatile, cum debita reverentia et honore ... circunspectioni tue plenam et liberam auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus facultatem. Datum Avinione, vi Kalendas Martii, anno nono».

No dia 25 de Fevereiro de 1387, dava-lhe outras faculdades para dispensar cem pessoas do impedimento de ilegitimidade, filhos de solteiros ou de solteiros e casados, e 30 filhos de sacerdotes, mesmo religiosos, e de mulheres solteiras ou casadas ([294m]), *e para absolver da excomunhão e outras quaisquer penas pessoas eclesiásticas, excomungadas ou punidas em virtude de processos papais* ([294n]). *A 4 de Maio de 1387, concedia-lhe continuasse a exercer a faculdade, anteriormente concedida durante a legacia, de absolver das penas e irregularidade a 100 pessoas que tivessem morto, mutilado ou ferido clérigos, sacerdotes e religiosos, visto não ter esgotado ainda o número de concessões anterior* ([294o]).

Há várias bulas do mês de Maio de 1387 sobre o reino da Sardenha e Córsega. Ao carissimo in Christo filio Johanni, regi Sardinie et Corsice illustri *se dirigia Clemente VII pela* Preclara tue celsitudinis studia *sobre o censo que ainda não tinha pago por causa da guerra* ([294p]). *A 14 de Maio de 1387, dirigindo-se a D. Pedro, cardeal diácono de Santa Maria in Cosmedin e legado*

([294m]) AV, Reg. Aven. 248, fl. 103: «Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem, etc. Cum te ad nonnullas provincias atque regna pro nostris et Romane Ecclesie negotiis destinaverimus, nos volentes illa tibi concedere, per que te aliis valeas reddere gratiosum, circunspectioni tue, de qua specialem in Domino fiduciam obtinemus, dispensandi hac vice duntaxat auctoritate apostolica cum centum, defectum natalium patientibus de soluto et soluta vel de coniugato et soluta aut de soluto et coniugata, ac triginta personis, de presbytero etiam religioso et soluta aut coniugata seu ex quovis alio incestu genitis, ut quelibet personarum ipsarum possit ad omnes ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum, etiam si curam habeat animarum, obtinere ... plenam et liberam concedimus, auctoritate predicta, tenore presentium, facultatem. Datum Avinione, v Kalendas Martii, anno nono».

([294n]) AV, Reg. Aven. 248, fl. 103: «Eidem. Salutem, etc. Cum te dudum ad nonnullas provincias atque regna pro nostris et Romane Ecclesie negotiis utiliter promovendis destinaverimus, tibi in provinciis et regnis huiusmodi plene legationis officium committendo, nos cupientes ut huiusmodi legationi eo libentius vaces et ipsa negotia eo plus prosperentur quo maiori fueris per nos potestate munitus, tibi quascunque personas ecclesiasticas, cuiuscunque status, gradus, dignitatis et conditionis existant, que per processus nostros aut per executores processuum quarumcunque litterarum apostolicarum et ex quibuscunque causis, etiam si de litteris et causis huiusmodi esset presentibus specialis et expressa mentio facienda, excommunicationum vel aliis sententiis aut penis a iure vel homine promulgatis fuerunt innodate, si hoc humiliter petierint, auctoritate apostolica absolvendi hac vice, huiusmodi legatione durante, in forma Ecclesie consueta, iniunctis eis pro modo culpe penitentia salutari et aliis que de iure fuerint iniungenda, necnon cum eis super irregularitate, si quam huiusmodi forsan ligate sententiis, non tamen in contemptum clavium, celebrando divina vel immiscendo se illis, contraxerint ... dispensandi et eas habilitandi ac de beneficiis que antea obtinebant, eis de novo, si necesse fuerit, dummodo in beneficiis ipsis non fuerit alicui specialiter ius quesitum, providendi ... plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Datum Avinione, v Kalendas Maii, anno nono».

([294o]) AV, Reg. Aven. 248, fl. 51v: «Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem, etc. Dudum tibi, quem ad nonnulla regna, provincias et terras pro magnis et arduis nostris et Romane Ecclesie negotiis destinavimus, huiusmodi negotiorum prosecutione durante, per te vel alium centum personas que scienter vel ignoranter percussissent, mutilassent vel occidissent clericos, presbyteros vel religiosos et alias personas ecclesiasticas ... ac talibus dantes consilium, auxilium vel favorem, ab huiusmodi reatibus et peccatis ac sententiis quibuscunque, que propterea incurrissent, [absolvendi] ac etiam dispensandi cum eisdem super irregularitate contracta ... concessimus facultatem, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum autem tu, sicut asseris, facultate predicta nondum plenarie usus fueris, Nos cupientes ut negotia huiusmodi eo ferventius prosequaris, quo maiori per nos fueris auctoritate munitus, tibi ut tu, negotiorum huiusmodi prosecutione durante, illas ex eisdem personis, cum quibus facultate, huiusmodi dictarum litterarum vigore, usus non fueris, queque personas laicales scienter vel ignoranter percusserint, mutilaverint vel occiderint, ab huiusmodi reatibus et peccatis absolvere et cum eis super irregularitate per eas premissorum occasione contracta, quantum ad ordines et beneficia ecclesiastica huiusmodi dispensare eisque penitentiam et alia que de iure fuerint iniungenda imponere valeas, plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Datum Avinione, iiii Nonas Maii, anno nono». Em AV, Reg. Aven. 248, fls. 56v, 71v, a mesma bula que a de trás, com igual data.

([294p]) AV, Reg. Aven. 251, fls. 297-298.

apostólico, encarregava-o de dispensar D. João, rei da Sardenha e da Córsega, da obrigação de ir pessoalmente prestar vassalagem ao papa, e de o investir como rei e feudatário, a teor das disposições anteriores da Santa Sé e do papa, tivesse o dito reino regressado já ou não ao domínio de Clemente VII ([294q]). *Por outras letras da mesma data, encarregava o legado de receber, em nome da Santa Sé, a vassalagem do dito rei da Sardenha e da Córsega* ([294r]). *Há ainda as letras de 16 de Maio* Dum preclara devotionis et fidei merita, *dirigidas a* Johanni, regi Aragonum illustri,

---

([294q]) AV, Reg. Aven. 251, fls. 393v-394: «Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem, etc. Cum carissimus in Christo filius noster Johannes, Sardinie et Corsice rex illustris, ratione regni Sardinie et Corsice iuxta conditiones seu conventiones, sub quibus idem regnum olim per felicis recordationis Bonifacium, papam viii, predecessorem nostrum, clare memorie Jacobo, regi Sardinie et Corsice, concessum extitit, nobis et Romane Ecclesie ligium, homagium, vassallagium plenum et fidelitatis iuramentum infra certum tempus nondum elapsum prestare teneatur et infirmitate ac necessitate persone ipsius Johannis regis, quibus detinetur ad presens, attentis et alias de nostra et apostolice sedis gratia pro hac vice concesserimus et voluerimus ut ob prestationem ligii, homagii, vassallagii pleni, fidelitatis iuramenti predictorum idem rex ad nos personaliter accedere non habeat Nosque nuper regnum ipsum, si forsan ad nos et eandem Romanam Ecclesiam ob defectum solutionis census pro eo, nobis [fl. 394] et eidem Ecclesie debiti, vel alias esset reversum, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis eidem Johanni regi ac heredibus suis, ex suo et ipsorum corporibus legitime descendentibus, utriusque sexus natis et nascituris, in perpetuum feudum gratiose et ex sedis apostolice liberalitate, de fratrum nostrorum consilio et assensu, per nostras litteras contulerimus, concesserimus et donaverimus, sub censu ac modo, forma et tenore in dicti predecessoris nostri super concessione huiusmodi confectis litteris comprehensis ac conditionibus et conventionibus supradictis a nobis et successoribus nostris Romanis pontificibus, canonice intrantibus, et a dicta Romana Ecclesia tenendum in feudum voluerimusque inter cetera quod idem rex nobis et eidem Ecclesie infra unius mensis spacium, postquam super hoc pro parte nostra foret requisitus, huiusmodi ligium, homagium, vassallagium plenum et fidelitatis iuramentum sub certa forma in dictis litteris nostris inserta prestaret, Nos ad ea que ad ipsius regis commoditatis augmentum cedere valeant, favorabiliter intendentes, circunspectioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus eundem regem de dicto regno, sive tempore huiusmodi collationis, concessionis et donationis huiusmodi ad nos et eandem Ecclesiam non fuerit reversum, sive ob defectum huiusmodi vel alias quomodolibet fuerit reversum sive non cecïderit (?) sive qualitercunque cecïderit (?) reversum, auctoritate nostra investias ... Datum Avinione, ii Idus Maii, anno nono».

([294r]) AV, Reg. Aven. 251, fls. 289v-290: «Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem, etc. Cum nos nuper regnum Sardinie et Corsice, si forsan illud ad nos et Romanam Ecclesiam ob defectum solutionis census, pro eo nobis et eidem Ecclesie debiti, vel alias esset reversum, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis carissimo in Christo filio nostro Johanni, regi Sardinie et Corsice illustri, ac heredibus suis, ex suo et ipsorum corporibus legitime descendentibus, utriusque sexus natis et etiam nascituris, in perpetuum feudum gratiose et ex apostolice sedis liberalitate de fratrum nostrorum consilio et assensu contulerimus, concesserimus et donaverimus, sub censu ac modo, forma, tenore et conditionibus seu conventionibus, sub quibus olim per felicis recordationis Bonifacium papam viii, predecessorem nostrum, clare memorie Jacobo, regi Sardinie et Corsice, concessum extitit et que in eiusdem predecessoris super huiusmodi concessione confectis litteris continentur, a nobis et successoribus nostris Romanis pontificibus, canonice intrantibus, et a dicta Romana Ecclesia tenendum in feudum, ac inter cetera voluerimus quod idem rex nobis et eidem Ecclesie vel illi, quem ad hoc duceremus deputandum, pro nobis et eadem Ecclesia recipienti, infra unius mensis spacium, postquam super hoc pro parte nostra foret legitime requisitus, prestaret ligium, homagium, vassallagium plenum et fidelitatis iuramentum sub certa forma, in nostris inde confectis litteris comprehensa, prout in eisdem litteris plenius continetur, Nos ad ea que ipsius regis commoditatis [fl. 290] augmentum cedere valeant, favorabiliter intendentes, circunspectioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus ab eodem rege, nostro et eiusdem Romane Ecclesie nomine, homagium, vassallagium et iuramentum recipias iuxta formam predictam, quam etiam sub bulla nostra mittimus interclusam, ac formam homagii, vassallagii et iuramenti, que rex ipse prestabit, nobis per eius patentes litteras, sub bulla aurea sigillatas, per proprium nuntium quantotius destinare procures. Datum. Avinione, ii Idus Maii, anno nono».

sobre o dito reino da Sardenha e Córsega ([294s]), *além de outras anteriores de 11 de Maio de 1387, relativas a bens do monarca, da rainha Iolanda e da falecida rainha Sibília, mulher de seu pai, e recuperação da Sardenha e Córsega* ([294t]).

Neste mês de Maio de 1387, Clemente VII encarregava o legado de várias incumbências no reino de Aragão. No dia 11, a pedido do monarca, incumbia-o de comissões relativas à isenção do mosteiro de Monserrate e, a 18 de Maio, encarregava-o de resolver as questões de benefícios eclesiásticos das terras do monarca de Aragão ([294u]).

Há notícias do ano 1386 sobre o regresso dos embaixadores de Aragão à pátria, quando Clemente VII os mandou acompanhar até Narbona e até Perpinhão: «Die eadem [xxviii mensis Augusti 1386] fuerunt soluti Guillelmo de Sanhas, capitaneo certarum gentium armorum, qui debet associare ambaxiatores Regis Aragoñ usque Narbonam cum xxb lanceis pro suis expensis faciendis, ii.c flor. curren. Valent Clxxi flor. camere, xii sol. ... Die eadem [xxix mensis Augusti 1386] fuerunt soluti Naidono de Vallibus, clerico Engolismeñ diocesis, qui mittitur per dominum nostrum papam cum ambaxiatoribus Regis Aragoñ usque ad Perpinianum, pro suis expensis faciendis, x flor. curren. Valent viii flor. camere, xvi sol.» ([294v]).

Como resultado da embaixada, depois da morte do monarca, a que alude documento de 18 de Janeiro de 1387, foram mandadas copiar várias declarações dos cardeais para enviar a Aragão, nos fins de Fevereiro de 1387, e ordenada grande procissão, em Março de 1387, para celebrar a declaração do novo rei de Aragão, a favor do papa Clemente VII: «Die xviii mensis Januarii [1387] fuerunt soluti Guillelmo de Caponibus, scutifero regis Johannis Aragonum, qui ex parte dicti regis portavit domino nostro pape litteras de morte patris dicti regis, quos dominus noster

---

([294s]) AV, Reg. Aven. 251, fls. 294-295. Concessões ao rei de Aragão nas fls. 295v-296.

([294t]) AV, Reg. Aven. 251, fl. 298.

([294u]) AV, Reg. Aven. 251, fl. 298v: «Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem, etc. Exhibita nobis pro parte carissimi in Christo filii nostri Johannis, regis Aragonum illustris, petitio continebat quod prioratus beate Marie de Monteserrato ordinis sancti Benedicti, Vicensis diocesis, in facultatibus noscitur abundare et quod expediens et utile foret quod a subiectione monasterii Rivipulli, ordinis et diocesis predictorum, a quo dependet, eximeretur et erigeretur in monasterium, ac abbas institueretur ibidem, per quem illud regi deberet et etiam gubernari. Quare pro parte dicti regis nobis fuit humiliter supplicatum ut prioratum ipsum ab huiusmodi subiectione eximere et in monasterium erigere et ibidem abbatem qui ipsum regeret, instituere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur de premissis certam notitiam non habentes, circunspectioni tue, de qua in hiis et aliis plenam in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta mandamus quatenus de premissis omnibus et singulis et eorum circunstantiis universis auctoritate nostra diligentius te informes et quicquid per informationem huiusmodi inveneris, nobis per tuas patentes litteras publice manu confectas tuoque sigillo sigillatas, harum serie continentes, quantocius intimare procures ut, tua super hiis informatione instructi, super illis consultius agere valeamus. Datum Avinione, v Idus Maii, anno nono». «Dilecto filio Petro, sancte Marie in Cosmedin diacono cardinali, apostolice sedis legato. Salutem, etc. Cum, sicut accepimus, plures littes et cause super beneficiis ecclesiasticis inter nonnullas personas regni Aragonie et aliorum regnorum et terrarum carissimi in Christo filii nostri Johannis, regis Aragonum illustris, que sibi de beneficiis ipsis auctoritate ordinaria provisum seu se ad illa presentatos et quasdam alias regnorum et terrarum ipsorum, que sibi dicta beneficia vigore gratiarum nostrarum eis factarum deberi seu collata fuisse pretendunt, personas coram diversis iudicibus pendeant indecise et nonnulle alie similes verisimiliter suscitari sperentur, Nos ex certis causis rationabilibus ad hoc moti, circunscpectioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus omnibus et singulis tam ordinariis quam delegatis iudicibus, in dictis regnis consistentibus, auctoritate nostra districtius inhibeas ne in causis huiusmodi coram se motis et pendentibus vel in similibus coram se forsan in futurum movendis usque ad festum Dedicationis beati Michaelis proxime futurum ad instantiam partium vel alias quoquo modo procedant. Nos enim irritum decernimus et inane quicquid contra inhibitionem huiusmodi contigerit attemptari. Datum Avinione, xb Kalendas Junii, pontificatus nostri anno nono».

([294v]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 361, fls. 131v, 132.

papa voluit sibi dari, C flor. curren. Valent lxxxb flor. camere, xx sol. ... Die ultima dicti mensis [Februarii 1387] fuerunt soluti magistro Jacobo Monoti, canonico Vapicensi, quos solvit Johanni de Redone, clerico, pro copiando attestationes dominorum cardinalium super facto scismatis, que debebant mitti ad partes Aragoñ, iiii flor. curren. Valent iii flor. camere, xii sol. ... Die iiii[a] dicti mensis [Martii 1387] fuerunt soluti domino Geraldo de Passu, elemosinario domini pape, pro dando omnibus ordinibus mendicantibus, monialibus et hospitalibus Avinionis et prohiciendo per vicos et plateas in processione facta super declaratione Regis novi Aragoñ, C. flor. curren. Valent lxxxb flor. camere, xx sol.» ([294x]).

Em Portugal é que o legado não deve ter exercido autoridade alguma, já que as sucessivas vitórias sobre Castela, a partir de Aljubarrota, obrigavam a tréguas e acordos, inclusive com o duque de Lancastre. A 30 de Junho de 1387, Álvaro Martins, doutor em decretos e ouvidor da audiência de el-rei de Castela, fazia treslado autêntico da procuração passada em Trancoso, vila do reino de Portugal, no dia 10 de Junho de 1387, pelo duque de Lancastre que se intitulava rei de Castela, de Leão, de Toledo, etc., para Tomé de Persi e João Trayli poderem tratar com D. João Henriques, «detentor delos dichos nostros Regnos, nostro adversario» ([295]). *No tratado eram ressalvadas as alianças que o monarca de Castela tinha feito com el-rei de França e as que o duque mantinha com o de Inglaterra e outros aliados. Ambas as partes se comprometiam a trabalhar pela paz e tréguas longas entre os monarcas de França e de Castela duma parte e el-rei de Inglaterra da outra. Prestavam também juramento quanto ao matrimónio solene entre o Infante D. Henrique, primogénito de Castela, e Dona Catarina, filha dos duques de Lancastre. El-rei de Castela comprometia-se a não ajudar o monarca de França contra o de Inglaterra com número de galés e navios superior ao estipulado nos tratados. O duque e duquesa de Lancastre comprometiam-se a não pretenderem qualquer direito nos reinos e domínios de Castela e a não invadir os ditos reinos, bem como a restituir quaisquer cidades ou lugares, de que se tinham apoderado, nomeadamente na Galiza, de forma a voltarem ao domínio do monarca, como antes de o duque e duquesa virem para Galiza* ([295a]).

([294x]) AV, *Introitus et Exitus*, vol. 362, fls. 77v, 88v, 90v.

([295]) AV, Reg. Aven. 251, fls. 353-353v: «Copia. Este es traslado bien e fielment sacado por autoridate de Alvaro Martinz, doctor en decretos e oydor dela audiencia del Rey, e dize assi: Sepan quantos esta carta de procuraçon vieren como nos don Johan por la graça de Dios Rey de Castilla, de Leon, de Toledo, de Gallizia, de Sevilla, de Cordova, de Murçia, de Jahen, del Algarve, de Algezira, duc dAlancastre e Senhor de Bizcaya e de Molina, e dona Costança, Reyna delos dichos Regnos, duquesa dAlancastre, fija primera, herdera del muy noble, alto Rey don Pedro que Dios perdone, Rey que fue delos dichos Regnos ... estableçemos nostros suffiçientes procuradores, negotiorum gestores, embaxadores, los honrados cavalleros Mosseñ Thomas Persy e Mosser Joham Trayli, amos en uno e cada un delles ... puedan tratar e tracten con don Johan, fijo de don Enrrique, detentor delos dichos nostros Regnos, nostro adversario ... [fl. 353v] ... Dada en Troncoso, villa del Regno de Portogal, dez diaz de Junio. Era de mill e quatroçientos e veynte çinco annos. Nos el Rey, La Reyna; fue sacado este treslado en Samora, xxx dias de Junio. Año del nascimento de nostro Salvador Jhesu [fl. 354] Christo de mill ccclxxxvij annos. Et ego Thomas Pays, clericus Lincolinensis diocesis, publicus auctoritate apostolica notarius ... in presentia venerabilis et discreti viri domini Alvari Martini, decretorum doctoris, collationem feci ... ideo de mandato et auctoritate predicti domini Alvari, domini regis Castelle et Legionis vicecancellarii, ipsius audientie auditoris infrascripti, et signum meum apposui, in fidem et testimonium premissorum. Alvaro Martinz, doctor».

([295a]) AV, Reg. Aven. 251, fls. 354-357: «In nomine sancte et individue Trinitatis, patris et filii et Spiritus Sancti, unde cuncta bona procedunt et omnium elementorum dispositio in orbem terrarum est producta, que tractatibus istis bonum principium, melius medium et peroptimum finem sui gratia tribuere dignetur, amen. Pacis actor non bene colitur nisi pacis tempore. Ideo ad eius servitium ac honorem ut dura guerrarum commotio, pacis emulo instigante, diu agitata inter dominum Johannem, regem Castelle, Legionis et Portugalie, filium domini Enrrici, quondam regis Castelle et Legionis ex parte una et dominum Johannem,

A 12 de Junho de 1387, na presença do duque de Lancastre, compareceram em Trancoso o franciscano Frei Fernando de Illescas, confessor do monarca de Castela, que também se proclamava rei de Portugal, e Álvaro Martins, doutor em decretos, ouvidor da audiência e chanceler

---

ducem Lancastrie, filium domini Odoardi, quondam regis Anglie, pro se, et domina Constantia, uxore sua, ex parte alia, super iure et dominio regnorum Castelle et Legionis, Toleti, Galletie, Sibilie, Cordube, Murcie, Giennii, Algarbii et Algezire et domini de Molina et Lare et Viscaye necnon civitatum, villarum, castrorum, locorum et terrarum in eisdem consistentium, actore rege pacifico, qui pacem suis discipulis reliquit, sedetur et penitus extinguatur, semper tamen salvis ligis et confederationibus, quibus dictus rex Castelle et Legionis et Portugalie regi Francie et aliis sibi colligatis tenetur, etiam salvis ligis, quibus idem dominus dux regi Anglie et aliis sibi colligatis est obligatus, fiunt tractatus sub hac forma: Pimo quod uterque supradictorum tam Rex Castelle, Legionis et Portugalie quam dux Lancastrie iurabunt ad sancta Dei evangelia corporaliter manibus cuiuslibet eorum tacta, quod fideliter laborabunt, fraude et dolo cessantibus quibuscunque, pro unitate sancte matris Ecclesie, ita quod sit unus pastor et unum ovile, operam dando concilio generali vel aliis modis congruentibus, quibus Ecclesia ad unitatem reducatur.

Item quod uterque eorum fideliter laborabit pro pace vel longa treuga inter regem [fl. 354v] Francie et ipsum dominum Jo. Regem Castelle, Legionis et Portugalie, ex parte una et Regem Anglie ex parte alia, inienda modis omnibus sibi licitis, quibus poterunt, bono modo.

Item quod uterque eorum tam Rex Castelle, Legionis et Portugalie quam dictus dominus dux Alencastrie et domina Costancia eius uxor iurabunt ... quod matrimonium contrahatur per verba legitima de presenti inter dominum Henrricum infantem, filium primogenitum et heredem dicti regis Castelle, ex parte una, et nobilem dominam Catherinam, filiam dicti domini Lancastrie et domine Constancie, eius uxoris, ex parte alia, et quod dictum matrimonium solemnizabitur in facie Ecclesie infra duos menses immediate sequentes, computandos a tempore quo eadem domina Catherina in eiusdem Regis Castelle, Legionis et Portugalie potestate fuerit constituta ...

[fl. 355v] ... Item idem dominus Johannes, Rex Castelle, Legionis et Portugalie, iuvabit regem Francie contra regem Anglie per mare cum eo numero galearum et navigiorum qui in tractatibus et ligis inter dictos dominos Regem Castelle et Regem Francie firmatis continetur et non iuvabit dictum Regem Francie contra Regem Anglie [fl. 356] per mare cum maiori numero galearum et navigiorum quam in dictis ligis et tractatibus continetur ...

Item dictus dominus Rex generaliter indulgebit et parcet omnibus qui cum dicto domino rege Petro tenuerunt et dictis dominis duci et ducisse, antequam intrarent Galleciam, adheserunt. Item dictus dominus Jo. dux Lancastrie et dicta domina Constantia, eius uxor, iurabunt ad sancta Dei evangelia corporaliter manibus suis tacta quod ius, si quod habent vel habere pretendunt vel habuerunt vel habere pretenderunt ambo et eorum quilibet vel alter eorum in regnis Castelle, Legionis, Toleti, Galecie, Sibilie, Cordube, Murcie, Giennii et Algarbii et Algezire et in dominiis Lare et Viscaye et Moline vel in eorum parte et in civitatibus, villis, castris, locis et in naturalibus et naturalitatibus eorumdem et in habitantibus in eisdem non alienarunt nec obligaverunt ambo vel eorum alter per se vel per alium in parte nec in toto nec etiam renuntiaverunt eidem iuri in toto nec in parte ... [fl. 356v] ... Item quod dictus dominus Jo., dux Lancastrie, et dicta domina Constantia, eius uxor, vel eorum alter non pretendent ius aliquod habere de facto nec de iure in dictis regnis et dominiis nec in eorum aliquibus vel aliquo nec in civitatibus, villis, castris, locis, fortaliciis, terris, naturalibus et naturalitatibus supradictis, quod hactenus pretenderunt vel usque nunc pretendere poterant quovis modo, ymmo nunquam ea ratione, occasione vel causa per se vel per alium vel alios dicta regna et dominia, civitates, villas, castra, fortalitia, loca et terras dictorum regnorum et dominiorum vel aliquod eorum intrabunt vel invadent, nec dicta occasione vel causa in eis vel eorum aliquibus vel aliquo nec in parte eorum guerram facient nec fieri procurabunt nec mandabunt. Et ista omnia et singula [fl. 357] facient dictus dominus Johannes dux Lancastrie et dicta domina Constantia, eius uxor, et eorum quilibet cum iuramentis et omagiis et promissionibus de non conveniendo sub gravissimis penis et submissione censure sancte matris Ecclesie.

Item quod idem dominus dux Lancastrie et dicta domina Constantia, eius uxor, et eorum quilibet libere remittant et tradant et restituant eidem domino Jo., regi Castelle, Legionis et Portugalie omnia et singula loca, etiam si civitates, fortalitia, castra et ville existant, que dictus dominus dux et dicta domina Constantia, eius uxor, et quiliber vel alter eorum tenent per se vel per alios in dictis regnis et dominiis, signanter in regno Gallecie, et tali modo quod dictus dominus rex possit illis uti, ut solebat, antequam dictus dux et domina Constancia, eius uxor, in Galleciam devenirent ...».

régio, como embaixadores de Castela, estando presentes os ditos cavaleiros Tomé de Persi e João Trayli. Frei Fernando leu o tratado que o duque de Lancastre jurou cumprir, bem como guardar quanto ele continha, e comprometia-se a fazer com que Dona Constança, sua mulher, o guardasse. Tal juramento foi feito sob a condição de o rei de Castela e Leão e de Portugal também o jurar na presença dos ditos cavaleiros e embaixadores, dentro de 13 dias. A 23 de Junho, na cidade de Samora, dentro dos paços do bispo, o monarca castelhano jurava observar o tratado, na presença dos ditos cavaleiros e embaixadores, conforme fora estabelecido. A seguir, os cavaleiros e procuradores do duque renovaram o juramento, em nome deste e da duquesa de Lancastre. A 29 de Junho de 1387, na presença do monarca de Castela, que se encontrava no dito paço episcopal de Samora com D. João, arcebispo de Compostela e chanceler-mor, com D. João, prior de Guadalupe e chanceler-mor do selo secreto do rei, com Frei Fernando de Illescas, confessor do monarca, e com Álvaro Martins, doutor em decretos, ouvidor da audiência e chanceler régio, os ditos cavaleiros, embaixadores e procuradores do duque, disseram que os mencionados arcebispo, prior, confessor e ouvidor régios e eles, embaixadores do duque de Lancastre, tinham examinado e corrigido o tratado. Neste continuavam, todavia, a ser ressalvadas as alianças do rei de Castela, também dito de Portugal, com o de França e outros aliados, e as do duque com el-rei de Inglaterra e demais aliados, e a manter-se o determinado quanto às tréguas entre Castela e França e o essencial do estabelecido quanto ao matrimónio sobredito, bem como sobre a renúncia a qualquer direito quanto aos reinos e domínios de Castela da parte do duque, a não ser que adviessem novos motivos ou direitos a eles ([295b]).

([295b]) «[fl. 358] Primum iuramentum. In villa de Troncoso regni Portugalie, anno a nativitate Domini M.° CCClxxxvii.°, duodecima die mensis Junii, in presentia domini Jo., ducis Lancastrie, in camera hospitii, ubi pro tunc manebat, comparuerunt venerabiles et discreti viri frater Fernandus de ordine Minorum, confessor domini Johannis, Dei gratia illustris regis Castelle, Legionis et Portugalie, et Alvarus Martini, decretorum doctor, auditor audientie dicti domini regis et eius cancellarius, ambaxiatores et procuratores et negotiorum gestores eiusdem domini regis, existentibus ibidem nobilibus et strenuis militibus domino Thoma de Persi et domino Johanne Trayli, ad hoc per eundem dominum ducem specialiter vocatis, et obtulerunt et presentaverunt dicto domino duci convenientias et tractatus suprascriptos, quibus per eundem visis, mandavit dicto fratri Fernando quod legeret omnia et singula in eius presentia et aliorum suprassriptorum et tunc idem frater Fernandus legit convenientias et tractatus predictos, quibus perlectis et per eundem dominum ducem auditis, intellectis et approbatis et litteris procuratorii et potestatis dictorum ambassiatorum receptis, visis et per eundem dominum ducem diligenter examinatis, ad petitionem dictorum ambassiatorum, idem dominus dux iuravit ad sancta Dei evangelia, manu eius dextera corporaliter tacta, quod servaret, custodiret et adimpleret omnia et singula in dictis convenientiis et tractatibus contenta, que ad eum spectant observare, custodire et adimplere, et faceret quod domina Constantia, eius uxor, servaret, custodiret et adimpleret omnia et singula in dictis tractatibus et convenientiis contenta ... sub hac conditione videlicet si dictus dominus Jo., rex Castelle, Legionis et Portugalie, iuraret, in presentia domini Thome Persy et Johannis Trayli, fratris Fernandi et Alvari Martini infra xiii dies immediate sequentes, a die prestiti iuramenti computandos, servare, custodire et adimplere omnia et singula in eisdem tractatibus contenta, que ad eum spectant servare, custodire et adimplere ...

Et post hec in civitate Zamorensi regni Legionis, anno a nativitate Domini Mcclxxxvii.°, die xxiii mensis Junii, in presentia domini Johannis, Dei gratia illustris regis Castelle, Legionis et Portugalie, in camera domus episcopalis, in qua pro tunc residebat, presentibus ibidem ad hoc specialiter per eundem dominum regem vocatis, venerabilibus et discretis viris fratre Fernando, de ordine Minorum, eius confessore, et Alvaro Martini, decretorum doctore et auditore audientie dicti regis et eius cancellario, comparuerunt nobiles et strenui milites dominus Thomas Persy et dominus Johannes Trayli, ambassiatores et procuratores et negotiorum gestores inclitorum dominorum domini Jo., ducis Lancastrie, et domine Constancie, eius uxoris, et obtulerunt et presentaverunt eidem domino regi convenientias et tractatus suprascriptos, dicentes [fl. 358v] quod predictus dominus dux iuraverat ad sancta Dei evangelia die xii mensis et anni predictorum servare et adimplere omnia et singula in dictis convenientiis et tractatibus contenta, que ad eum spectabant custodire, servare et adimplere et facere quod domina Constantia, eius uxor, servet et adimplet omnia et singula ...

É para lembrar e relacionar, a propósito, este tratado com o de Windsor, de 9 de Maio de 1386, entre Portugal e Inglaterra, e o casamento de D. João I, rei de Portugal, com Dona Filipa

---

sub conditione videlicet, si idem Johannes, rex Castelle, Legionis et Portugalie, iuret prelibatos tractatus et convenientias usque ad xiii dies completos immediate sequentes, computandos a dicta die xii mensis et anni predictorum, prout in iuramento dicti domini ducis plenius continetur ... Et tunc idem dominus rex legi fecit per dictum confessorem suum prelibatos tractatus et convenientias, quibus perlectis et per eundem dominum regem auditis, intellectis et approbatis ... idem dominus rex Castelle, Legionis et Portugalie iuravit ... servare, custodire et adimplere omnia et singula in dictis tractatibus et convenientiis contenta, que ad eum spectant servare, custodire et adimplere ... Postea vero in eadem civitate Zamorensi, regni Legionensis, anno a nativitate Domini M° CCClxxxvii°, xxbi die mensis Junii, in presentia domini Johannis, regis Castelle, Legionis et Portugalie, existentis in quadam camera domorum episcopi civitatis eiusdem, presentibus ibidem venerabilibus et discretis viris fratre Fernando, confessore eiusdem regis, et Alvaro Martini, decretorum doctore, et auditore audientie dicti regis eiusque cancellario, comparuerunt nobiles milites dominus Thomas Persy et dominus Jo. Trayli, ambassiatores et procuratores et negotiorum gestores inclitorum dominorum domini Johannis, ducis Lancastrie, et domine Constantie, eius uxoris, quibus dictus dominus rex presentari fecit predictos tractatus et convenientias dixitque eis quod predicti tractatus et convenientie tangebant tam dictam dominam Constantiam quam dictum dominum ducem, et licet dictus dominus dux iuraverat omnia et singula in eis contenta, ut plenius in dicto iuramento continetur, tamen quod dicta domina Constantia non iuraverat dictos tractatus et convenientias, quare requirebat eosdem quod firmarent et iurarent dictos tractatus et convenientias nomine et in animam eiusdem domine Constantie, uxoris dicti domini ducis, et tunc dicti ambassiatores, non intendendo recedere a iuramento, per dictum dominum ducem prestito, cui non intendebant in aliquo derogare, ad maioris roboris firmitatem convenientiarum et tractatuum prefatorum iuraverunt ad sacrosancta Dei evangelia, [fl. 359] manibus suis dexteris tacta, nominibus et in animas predictorum domini Johannis, ducis Lancastrie, ac domine Constantie, eius uxoris, et nomine et in animam cuiuslibet eorum per potestatem, qua fungebantur in hac parte, quod predicti dominus dux et domina Constantia et eorum quilibet servabunt, custodient et adimplebunt omnia et singula in dictis tractatibus et convenientiis contenta, que ad eos et eorum quemlibet spectant servare, custodire et adimplere ...

In civitate Zamorensi regni Legionis. Anno a nativitate Domini millesimo trecentesimo octuagesimo septimo, die xxix mensis Junii, in presentia domini Johannis, Dei gratia regis Castelle, Legionis et Portugalie, existentis tunc in quadam camera domorum episcopi civitatis eiusdem, presentialiter ibidem constitutis Reverendo in Christo patre et domino domino Johanne, Dei et apostolice sedis gratia archiepiscopo Compostellano, dicti regis cancellario maiore, et venerabilibus et discretis viris domino Johanne, priore de Guadalupe, cancellario maiore sigilli secreti eiusdem regis, et fratre Fernando de ordine Minorum, ipsius regis confessore, et Alvaro Martini, decretorum doctore, auditore audientie antedicti regis eiusque cancellario, comparuerunt nobiles et strenui milites dominus Thomas Persy et dominus Johannes Trayli, ambassiatores, procuratores, negotiorum gestores inclitorum dominorum domini Johannis, ducis Lancastrie, et domine Constantie, eius uxoris, prout in litteris inde confectis plenius continetur, et humiliter proposuerunt, dicentes quod supradicti archiepiscopus Compostellanus et prior de Guadaluppe et frater Fernandus, confessor, et Alvarus Martini, doctor, ex parte dicti domini regis, et ipsi ambassiatores ex parte predictorum dominorum ducis et ducisse viderant et examinaverant convenientias et tractatus initos inter dictum dominum regem Castelle, Legionis et Portugalie ex parte una et dictos dominos ducem et ducissam ex parte alia, quibus perlectis et diligenter examinatis, aliqua in eisdem contenta mutaverant, reliqua declaraverant, alia addiderant, nonnulla correxerant et aliqua suspenderant pro faciliori et meliori expeditione aliquorum in predictis tractatibus contentorum. De quibus additis, mutatis, correctis et declaratis certa capitula ordinaverant, quorum tenor sequitur in hac forma: Secuntur capitula emendationum, additionum, declarationum tractatuum et conventionum supradictorum, facta per reverendum in Christo patrem et dominum dominum Johannem, Dei et apostolice sedis gratia archiepiscopum Compostellanum et maiorem cancellarium domini Johannis, Dei gratia illustris regis Castelle, Legionis et Portugalie, ac venerabiles et discretos viros dominum Johannem, priorem de Guadaluppe, cancellarium maiorem sigilli secreti dicti regis, et fratrem Fernandum, eius [fl. 359v] confessorem, et Alvarum Martini, decretorum doctorem, specialiter ad hoc per eundem regem pro parte sua deputatos, necnon per nobiles et strenuos milites dominos Thomam de Persy et Johannem Trayli, procuratores et ambassiatores et negotiorum gestores inclitorum dominorum domini Johannis, ducis Lancastrie, et domine Constantie, eius uxoris, pro parte eorumdem sub hac forma: In principio sexti capituli dictorum tractatuum continetur quod (*são as emendas relativas a dinheiros*, etc.) ...

de Lancastre, filha do duque, em Fevereiro de 1387. Recorde-se também que, a 26 de Março de 1387, D. João, duque de Lancastre, e sua mulher, intitulando-se rei e rainha de Castela, concediam ao rei de Portugal, D. João I, todos os direitos que lhes tocavam nesses reinos de Castela e Leão, estando presentes ao acto o arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente, o bispo de Dax, D. João, e os Doutores João das Regras e Gil do Sem ([295c]). *Ora, poucos meses depois, realizava-se o tratado entre o duque e o monarca de Castela e ainda no mesmo ano eram assinadas as tréguas entre Portugal e Castela por três anos, na vila de Monção, a 29 de Novembro de 1387 e muitas outras, sobretudo a partir de 1389* ([295d]). *Como vimos, no ano de 1387, o monarca de Castela queixava-se*

[fl. 364v] ... Item quod dictus dominus Jo., dux Lancastrie, et dicta domina Constancia eius uxor vel eorum alter non pretendent ius aliquod habere de facto nec de iure in dictis regnis et dominiis et in eorum aliquibus vel aliquo nec in civitatibus, villis, castris, locis, fortaliciis, terris, naturalibus et naturalitatibus supradictis, quod hactenus pretenderunt vel usque nunc pretendere poterant, quovis modo, ymmo nunquam ea ratione, occasione vel causa per se vel per alium vel alios dicta regna et dominia, civitates, villas, castra, fortalicia, loca et terras dictorum regnorum et dominiorum vel aliquod eorum intrabunt vel invadent, nec dicta occasione vel causa in eis vel eorum aliquibus vel aliquo nec in parte eorum guerram facient nec fieri procurabunt nec mandabunt. Eo tamen salvo quod si casus reversionis dictorum regnorum et dominiorum ad eos ut supra proximo capitulo continetur, eveniret, tunc per contenta in presenti capitulo per predictos dominos fienda et iuranda nullum eisdem, nec eorum successoribus predictis, preiudicium generetur, quin possent tunc ea facere contra dicta regna et dominia que nunc facere licite possent. Et ista omnia et singula supradicta facient dictus dominus Jo., dux [Lancastrie], et dicta domina ducissa [Constantia, eius uxor], et eorum quilibet cum iuramentis et homagiis et promissionibus de non conveniendo sub gravissimis penis et submissione censure sancte matris Ecclesie ...» (AV, Reg. Aven. 251, fls. 358-364v).

([295c]) Cf. notas 299 e 332.

([295d]) Cf. *Monumenta Henricina*, I, pp. 304-305, nota 1. Recordo alguns tratados e tentativas. A 22 de Dezembro de 1389, D. João I, rei de Portugal, aprovava as tréguas ajustadas com o monarca de Castela, conforme carta original dada em Guimarães (*Archivo General de Simancas*, Patronato real, 47-27). O monarca português, a 1 de Março de 1393, conforme carta original dada em Lisboa, outorgava poderes a Frei Álvaro Gonçalves Camelo e ao Doutor João das Regras para ajustarem tréguas com Henrique III de Castela (Archivo Gen. de Simancas, *Patronato Real*, 47-28). Segundo original de 15 de Maio de 1393, ajustavam-se tréguas em Lisboa por 15 anos pelo bispo de Siguenza e Pedro Lopez de Ayala, comissionados por Henrique III de Castela, com o monarca de Portugal (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 47-29). No mesmo dia 15 de Maio de 1393 Frei Álvaro Gonçalves Camelo e o Doutor João das Regras passavam escritura em nome de D. João I, rei de Portugal, com o bispo de Siguenza e Pedro Lopez de Ayala, procuradores de Henrique III, na qual escritura ajustaram tréguas por 15 anos (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 47-30). No dia seguinte, a 16 de Maio de 1393, Frei Álvaro Gonçalves Camelo, marechal do exército português, jurava e fazia preito de homenagem de guardar as ditas tréguas (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 47-31). Outra escritura do mesmo dia e ano, dada pelo dito Frei Álvaro, na qual declarava ter recebido dos procuradores de el-rei de Castela os reféns das tréguas (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 47-32). Em carta original datada de Atouguia, a 13 de Outubro de 1393, D. João I, rei de Portugal, dava poder ao deão de Coimbra, Rui Lourenço, para, em seu nome, requerer a Henrique III, rei de Castela, que jurasse as tréguas (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 47-33). Henrique III, rei de Castela, passava salvo-conduto, no dia 9 de Maio de 1399, em Segóvia, a Nuno Álvares Pereira e ao bispo de Coimbra, D. João Afonso de Azambuja, para irem à fronteira tratar com o Mestre de Santiago e o marechal Diogo Fernandez (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 47-34). Por carta original datada de Montemor-o-Novo, em 23 de Abril de 1402, D. João I outorgava poder ao arcebispo eleito de Lisboa, a João Vasques de Almada e ao Doutor Martim do Sem para ajustarem tréguas com Henrique III de Castela, entregarem lugares e darem reféns (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-7). A 6 de Outubro de 1402, eram ajustadas em Segóvia tréguas por 10 anos por D. João I de Portugal e Henrique III de Castela (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-3). O arcebispo de Lisboa, a 6 de Outubro de 1402, bem como João Vasques de Almada e o Doutor Martim do Sem, requeriam a Henrique III de Castela, em Segóvia, guardasse e cumprisse as tréguas de 10 anos (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-4). A 2 de Dezembro de 1402, era dado poder a D. Manrique de Vasconcelos para jurar o cumprimento das tréguas, conforme carta passada

ao papa Clemente VII do bispo de Coimbra D. João, a viver em Castela, e outros que tramavam contra si e contra o reino, em favor dos cismáticos, como por ele, naturalmente, eram considerados os portugueses que seguiam o papa Urbano VI. A seguir ao tratado, Frei Fernando de Illescas e o Doutor Pedro Sanches de Cortelho protestavam, a 21 de Agosto de 1388, por a duquesa de Lancastre se ter intitulado infanta de Castela ([295e]), *e os mesmos, a 26 de Janeiro de 1389, protestavam igualmente que o título de rei dos documentos não significava o seu reconhecimento nem prejudicaria os direitos de el-rei de Castela* ([295f]).

A citada bula de confirmação de D. João Peres, bispo de Viseu, constante do traslado de 21 de Março de 1386, é prova de que Pedro Lourenço e outros fautores de Clemente VII não conseguiam muitos adeptos em Portugal. A orientação política portuguesa e do Mestre de Avis, baseada, em grande parte, na circunstância de seus adversários serem cismáticos, não tolerava os adeptos de Clemente VII. E é assim que, nas cortes de Coimbra de Abril de 1385, vamos deparar com novos bispos, todos da obediência de Urbano VI, enquanto os sequazes de Clemente VII andavam exilados por terras de Espanha, após respectiva deposição e novas promoções do ano sexto do pontificado de Urbano VI, ou seja de 1383-1384, sem dúvida alguma devido a influências do governador do reino, o Mestre de Avis. O movimento, em maior escala, começou com a morte do bispo de Lisboa, D. Martinho, a pretexto de ser castelhano e cismático. E é interessante notar que, ainda assim, Clemente VII não desesperava de obter o triunfo da sua causa em Portugal. Efectivamente, apressava-se, como se viu, por bula de 29 de Março de 1384, a encarregar os bispos de Pésaro e da Guarda e Frei Fernando de Illescas, confessor de el-rei de Castela, de absolverem os assassinos do bispo de Lisboa e de outros eclesiásticos ([295g]), *ao passo que só a 4 de Novembro de 1385 Urbano VI, por meio de bula dirigida ao bispo de Lisboa, atendia súplica dos cidadãos lisboetas João da Veiga, Silvestre Esteves e Estêvão Afonso, que lhe pediram a absolvição do reato por eles cometido e por outros cúmplices na morte de* «quondam Martinum, olim episcopum Silvensem, et quondam Gondiçalvum Valasci, olim priorem secularis collegiate ecclesie beate Marie de Vimaranis, Bracharensis diocesis, schismaticos, qui civitatem Ulixbonensem in manus schismaticorum prodere moliebantur» ([295h]).

---

em Alcácer (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-5). A 18 de Novembro de 1402, em Santarém, D. João I jurava e aprovava as tréguas (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-9). D. Martinho, bispo de Silves, por carta datada de Silves, a 8 de Dezembro de 1402, dava poder a seus procuradores para jurarem as tréguas (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-27). Em Alcalá de Henares, a 7 de Março de 1404, Henrique III ampliava aos embaixadores de Portugal o prazo para jurarem as tréguas concertadas (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-10). Por sua vez, D. João I de Portugal, por carta original de Santarém, em 21 de Setembro de 1406, ampliava também o prazo das tréguas para tratar da paz (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-11). O mesmo monarca, por carta original datada dos paços da Serra de Atouguia, em 16 de Agosto de 1407, outorgava poderes a seus embaixadores para tratarem das tréguas que fizeram com o bispo de Siguenza e outros (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-8). Na Raia, a 5 de Setembro de 1407, houve contratos entre os embaixadores de Portugal e de Castela, em virtude do acordo, contido nas tréguas, de que se reuniriam na fronteira dentro de 6 meses, para tratar da paz (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-14). Por carta original, datada de Sintra, a 4 de Setembro de 1423, D. João I de Portugal mandava aos súbditos que guardassem as tréguas ajustadas (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-16). Consta do documento de 26 de Janeiro de 1424 terem-se apresentado ao papa Martinho V os embaixadores de Portugal e de Castela, a fim de nomearem pessoa para «falas», porque não se entenderam os que eles haviam nomeado (Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-17).

([295e]) Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49-2.

([295f]) Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 47-26.

([295g]) Cf. notas 292s-292t.

([295h]) Bula existente no Arquivo da cidade de Lisboa, segundo D. RODRIGO DA CUNHA, *História eclesiástica da igreja de Lisboa* ..., Lisboa, 1642, pp. 269-269v.

Os dois primeiros bispos, adeptos do papa de Avinhão, a terem sucessores urbanistas, devem ter sido o de Lisboa D. Martinho e o de Silves, D. Pedro Cavaleiro. Aquele, como se sabe, foi morto e lançado da torre da sé catedral de Lisboa, onde se tinha refugiado, sob pretexto de ser cismático, juntamente com o prior de Guimarães, na revolução popular, a favor do Mestre de Avis, em 1383, na qual tomou parte, aliás, D. João Anes, que já em Outubro de 1384 aparece entre os conselheiros do Mestre (295i) *e virá a ser o primeiro arcebispo de Lisboa* (295j).

Temos notícia da nomeação de D. João no ano sexto do pontificado de Urbano VI (296). *A 13*

(295 i) Cf. FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João* I, 1.ª parte, cap. 11-12, ed. do *Arquivo Histórico Português*, pp. 23-26; cap. 154, p. 286. Ver notas 297-298, quanto à participação do futuro bispo de Lisboa e seus familiares na perseguição a D. Martinho e ao prior de Guimarães.

(295 j) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 507. PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *Erecção da metrópole lisbonense*, em *Lusitania Sacra*, II, Lisboa, 1957, pp. 51-56, Documento de 10 de Novembro de 1393 (Reg. Lat. 29, fls. 188-188v) e 4 de Abril de 1394 (Reg. Lat. 36, fls. 243-243v) nas pp. 52-56.

(296) AV, Obl. et sol. 51, fls. 12v-13: «Die penultimo mensis, indictione, pontificatu, quibus supra [Martii 1390, indic. 13]. *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, episcopus Ulixbonensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii flor. auri de camera trecentos quatraginta tres, solidos sex, den. novem monete [fl. 13] Romane et pro parte unius minuti servitii flor. similes xxi, solidos x, denarios tres et obulum. *Fuit promotus anno vi. domini Urbani*; fuerunt in ipsius promotione cardinales xvii, quorum quatuor sunt hodie ...». A 7 de Outubro de 1385, 13 de Julho de 1387, 26 de Abril de 1389 e 30 de Março de 1390, era-lhe prorrogada a data para o pagamento do resto da taxa devida pela promoção episcopal: «Nos Nicolaus, etc. Quod *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, episcopus Ulixbonensis, per manus presbyteri Egidii Martini, rectoris ecclesie sancti Stephani Ulixbonensis*, pro parte partis sui communis servitii, in quo camere collegii dictorum dominorum cardinalium, ratione dicte sue ecclesie, sub certis penis et sententiis existit efficaciter obligatus, quinquaginta unum florenos auri de camera de moneta Romana et pro parte partis unius minuti servitii, etc., tres similes flor. de dicta moneta nobis et familiaribus et officialibus dicti collegii, die date presentium, solvit realiter, cum effectu. De quibus, etc., ipsumque, etc. Secum super, etc. Verum intellecta mole gravaminum pro parte dicti Reverendi patris domini Johannis episcopi coram nobis exposita, que ipsum, etc., terminum faciende solutionis residui dictorum servitiorum in hunc modum, videlicet solvendo medietatem a festo sancti Johannis Baptiste proxime futuro, usque ad annum proxime secuturum, et aliam medietatem in festo Nativitatis Domini nostri Ihesu Christi, ex tunc proxime secuturum prorogamus et de novo assignamus eidem. Ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Janue, die vii mensis Octobris, viii indictione, anno octavo» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 1). «Nos Franciscus, etc. Quod *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia episcopus Ulixbonensis*, pro parte partis, etc., centum quinquaginta octo flor. auri de camera, solidos triginta, den. decem monete Romane. Et pro parte partis unius minuti, etc., decem flor. similes, soli. undecim, den. octo monete predicte nobis et familiaribus et officialibus dicti collegii per manus honorabilis viri Palmerii Gharneiz de Placentia, tempore debito, die date presentium, solvi fecit realiter et cum effectu. De quibus, etc. Verum intellecta mole, etc., terminum faciende solutionis residui dictorum communis et unius minuti servitiorum a festo Assumptionis beate Marie Virginis proxime futuro ad annum, ex tunc proxime secuturum, prorogamus et de novo assignamus eidem. Ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Luce, sub anno a nativitate Domini millesimo trecentesimo octuagesimo septimo, indictione decima, die tredecima mensis Julii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani, divina providentia pape sexti, anno decimo» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 44). «Nos Franciscus, etc. Quod reverendus in Christo pater dominus *Johannes, Dei gratia episcopus Ulixbonensis*, pro parte partis sui communis servitii, in quo, etc. quingentos flor. auri de camera nobis, non facta divisione de minuto servitio, per manus honorabilis viri Egidii Martini, rectoris ecclesie sancti Stephani Ulixbonensis, die date presentium solvi fecit, etc. De quibus, etc. Ipsumque, etc. Secum, etc. Verum, etc., pro residuo terminum faciende solutionis residui dictorum communis et unius minuti servitiorum usque ad festum Ressurrectionis Domini nostri Ihesu Christi prorogamus, etc. Ita tamen, etc. In quorum testimonium, etc. [fl. 60] Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Domini millesimo trecentesimo octuagesimo nono, indictione duodecima, die vicesima sexta mensis Aprilis, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani, divina providentia pape sexti, anno duodecimo» (AV, Obl. et sol. 47, fls. 59v-60). «Nos Franciscus, etc. Quod Reverendus in Christo pater dominus *Johannes, Dei gratia episcopus Ulixbonensis*, pro parte partis sui communis servitii, etc., trecentos quatraginta quatuor flor. auri de camera, solidos sex, den. novem monete Romane. Et pro parte partis unius minuti ser-

de Janeiro de 1384, ainda a sé de Lisboa aparece como vacante, mas já em Abril de 1384 e por todo este ano de 1384 ([296a]), *bem como em Janeiro, Fevereiro, Junho, Agosto, Setembro e Novembro de 1385* ([296b]), *Março, Agosto, Outubro e Dezembro de*

---

vitii, etc., viginti unum similes flor., solidos decem, den. tres dicte monete nobis, etc., per manus honorabilis viri Johannis Marcelli, mercatoris Januensis, die date presentium, etc. De quibus, etc. Verum intellecta mole gravaminum, etc., terminum faciende solutionis dictorum servitiorum usque ad festum Ressurrectionis Domini nostri Jhesu Christi ad annum prorogamus, etc., ita tamen, etc. In quorum testimonium, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo, indictione tertia decima, die penultima mensis Martii, pontificatus prefati sanctissimi Domini nostri domini Bonifacii divina providentia pape noni anno primo» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 90v). Figura o seu nome nas cortes de Coimbra, no mês de Abril de 1385. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CVII.

([296a]) Conheço documento de 13 de Janeiro de 1384, segundo o qual nesta altura a sé de Lisboa estava vacante: « ... na Era de mill e quatroçentos e viinte e dous annos, treze dias do mes de Janeiro ... *perante Paay Nicolaao, vigairo geeral no spritual na dicta cidade e bispado a ssee vagante* ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 3, n. 98). Mas já a partir de Abril de 1384 até ser elevado a arcebispo e mesmo depois até Junho de 1395, pelo menos, aparecem documentos a testemunhar a presença de D. João Anes como bispo de Lisboa por si ou por meio de vigários gerais. No dia 26 de Abril de 1384: «... na Era de mill e quatroçentos e viinte e dous anos, viinte e sseis dias do mes de Abrill, na claustra da egreia cathedral da çidade de Lixboa, *perante Joham Afonsso, coonigo da dicta egreia, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo dessa meesma* ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 6, n. 264). A 11 de Maio de 1384: «... na Era de mil e quatroçentos e vinte e dous anos, onze dias do mes de Maio, na çidade de Lixboa, na Alcaçova, dentro na egreia de ssanta Cruz da dicta çidade, estando hy presente Guilherme Perez, vigairo perpetuũ da dicta egreia ... en presença de mim Johane Anes, tabeliom por nosso Senhor o M.e dAvys em a dicta çidade e testemonhas adeante escriptas, pareçeo Gonçalo Martinz, parceiro da chancelaria do dicto senhor Meestre, morador na dicta çidade, e mostrou e leer ffez per mim ssobredicto tabeliom hũa carta doutoridade escripta em purgaminho e aseellada de hũu seello pendente da audiançia do bispo de Lixboa em hũa ffita amarella e assynada per maão do dicto senhor bispo, segundo em ella pareçia, da qual o teor tal he: Johane per merçee de Deus e da ssanta egreia de Roma bispo de Lixboa ... enprazarom a Gonçallo Martinz, parceiro da chancelaria do Meestre dAvis e a Maria Perez ssua molher ... Dante em Lixboa, quatro dias de Maio. Meem Martinz a ffez. Era de mil e quatroçentos e vinte e dous anos. E mostrada assy a dicta carta ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 6, n. 265). Deste ano de 1384, ainda documentos de 1 e 9 de Setembro, 5 e 28 de Outubro, 14 e 15 de Novembro, da colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa: presença de D. João, bispo de Lisboa, em documento da era de 1422, primeiro dia do mês de Setembro (maço 6, n. 269), e em documento da era de 1422, 9 de Setembro (maço 6, n. 270); documento de 5 de Outubro da era de 1422: Gonçalo Domingues, *coonigo da cathedral da dicta cidade e ouvydor geeral do honrado padre senhor dom Johane ... bispo de Lixboa* (maço 6, n. 271). A 28 de Outubro da era de 1422, referências a *Alvaro Perez, homem do meestre, que serve na ssua Alffandega* e a *Alvaro Gonçalvez Aljubeiro, criado do bispo* (maço 6, n. 272). A 14 de Novembro da era de 1422, referências a *dom Johane, per merçee de Deus ... bispo de Lixboa*, com transcrição de carta sua de 4 de Maio da era de 1422 (maço 6, n. 274). A 15 de Novembro da era de 1422, assunto tratado *perante Paae Nicollaao, bacheler em dereito canonico e vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... bispo dessa dicta çidade de Lixboa* (maço 6, n. 273).

([296b]) Documentos do ano de 1385, a 23 de Janeiro, 6 de Fevereiro, 27 de Fevereiro, vinte e um de Junho, 26 de Agosto, 16 de Setembro e 27 de Novembro: «Pay Nicollaao, Raçoeiro na egreia de Lixboa e vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... bispo de Lixboa ... Dante em Lixboa, viinte e tres dias de Janeiro. Era de mil e quatroçentos e vinte e tres annos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 6, n. 297). «Gonçalo Dominguez, coonigo da egreia de Lixboa, *ouvidor pelo honrado padre senhor dom Joham ... bispo de Lixboa* ... Dante em Lixboa, seis dias de Fevereiro. Era de mil e iiii.c e vinte e tres annos. *Gunsalvus*» (*Pergam. do mosteiro de Chelas*, maço 29, n. 580). «... na Era de mil e quatroçentos e viinte e tres annos, viinte e ssete dias do mes de Fevereiro, na çidade de Lixboa, dentro na ... egreia cathedral da dicta cidade, *perante Paay Nicollaao, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Johane per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo dessa meesma* ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 5, n. 247). A 21 de Junho de 1385 ou da era de 1423, documento com referências

1386 ([296c]), *Janeiro, Setembro e outros meses de 1387* ([296d]), *vários de Julho de 1389* ([296e]), *Janeiro,*

---

a *Alvaro Perez, homem del Rei na ssua alffandega, morador na dicta cidade,* e carta do bispo D. João Anes (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 6, n. 285). «Joham de Soure, prior da egreia de Santiago de Lixboa, logo teente de *Paae Nicollaao, vig.º geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... bispo da dicta çidade* ... faço saber que perante mim parescerom partes em juizo convem a saber, o vigairo e Raçoeiros da egreia de santa Cruz da dicta çidade *per Vicente Lourenço, scollar em dereito,* seu procurador ... Dada e pubricada a dicta sentença na crasta da dicta egreia cathedral da dicta çidade no logo em que he de custume fazersse a dicta audiençia, viinte e sex dias dagosto da Era de mil quatrocentos viinte e tres annos ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 6, n. 288). «... na era de mil quatroçentos viinte e tres annos, viinte e sete dias do mes de Novembro, dentro na clasta da eigreia catedral da cidade de Lixboa, perante *Joham Doïz, licençiado em degredos, vig.º geral do bispo de Lixboa...*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 5, n. 231). «Joham de Soure, prior da egreia de Santiago de Lixboa, logo teente de *Paaii Nicollaao, vig.º geeral do senhor dom Joham ... bispo de Lixboa* ... Dante em Lixboa, dez e seis dias de Setembro. Era [de mil] e iiii.c e viinte e tres annos. *Johannes de Sauri*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 6, n. 290).

([296c]) Do ano de 1386, documentos de 14 de Março, 23 de Agosto, 6 de Outubro e 10 de Dezembro: «*Joham Doïz, thesoureiro na egreia de Lixboa, leçençiado em degredos, vigairo geeral do honrado padre senhor dom Joham ... bispo desa meesma* ... Dante em Lixboa, quatorze dias de Março. Era de mil e iiii.c e viinte e quatro annos. *Johannes, licentiatus in decretis*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 13, n. 259). A 23 de Agosto da era de 1424, referências *a Alvaro Perez, homem del Rei na ssua Alffandega* e a *Gonçallo Roiz, sobrinho do bispo dom Johane* (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 6, n. 296). «Em nome de Deus, amen. *Joham Domynguiz, liçençiado em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Johanne per merçee de Deus bispo da muy noble e leal cidade de Lixboa* ... Da qual sentença assii come de nenhũa, o dicto procurador da dicta egreia de sam Nicolaao com instancia pera a egreia de Roma appellou ... fecto e dante na claustra da egreia cathedral da dicta cidade de Lixboa, seis dias do mes de Octubro da Era de mil e quatroçentos e viinte e quatro annos ... *Johannes licentiatus in decretis*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 1, n. 11). «... Joham Dominguez, licenciado em degredos e vigairo geeral do honrrado *padre senhor dom Johanne per merçee de Deus bispo da muy nobre e leal cidade de Lixboa* ... dez dias de dezembro da Era de mil e quatrocentos e viinte e quatro annos ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 7, n. 140).

([296d]) Do ano de 1387 há documentos de 8 de Janeiro, 6 e 9 de Setembro e outro do dia 16 de mês desconhecido: ««Joane per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa. A quantos esta carta virem fazemos saber que dona Constança, prioresa dAchelas, e Aldonça Lourenço soprioresa ... Dante na dicta çidade de Lixboa, oito dias de Janeiro. Afonso Diaz, scripvam do dicto senhor a fez. Era de mil e iiii.c e xxb anos. *Johannes, episcopus Ulixboñ*» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de Chelas,* maço 16, n. 315). «... na era de mil e quatrocentos e viinte e cinco annos, seis dias do mes de setenbro, na egreia cathedral da cidade de Lixboa ... hũa carta dautoridade que logo mostrarom de *Estevom Migeez, prior da egreia de sam Lourenço, vigairo geeral de dom Johanne, bispo da dicta çidade de Lixboa,* enplazarom e outorgarom a Domingos Afonso Raçoeiro da dicta egreia ... hua coirella de vinha que a dicta egreia ha em termho da dicta cidade hu chamam sete Rios aa trabucada, a caminho de Benfica ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 6, n. 300). «... na Era de mil e quatrocentos e vinte e cinco anos, nove dias do mes de Setembro, na cidade de Lixboa, no adro da egreia de sam Lourenço, *perdante Estevom Migeez, bachaler em degredos, vigairo geeral do honrrado senhor dom Johane, bispo da dicta cidade ...*». «*Stevam Migueez, prior da egreia de sam Lourenço de Lixboa, vig.º geeral do honrrado padre senhor dom* [*Johane per*] *merçee de Deus e da santa egreia de Roma, bispo desa meesma* ... Dante em Lixboa soo o seelo da audiencia do dicto senhor, dez e seis dias do mes ... de mil e iiii.c e vinte e cinque anos. Stephanus» (ANTT, *Perg. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 6, n. 289).

([296e]) Do ano de 1389 temos documentos de 16, 19 e 24 do mês de Julho: «... na era de mil e quatrocentos e viinte e sete annos, dezeseis dias do mes de [julho], em cima da claustra da egreia cathedral da çidade de Lixboa, *perdante Christove Anes, bachaller em* [*degredos*], *vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo da dicta* [*cidade*] ...» (ANTT, *Perg. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 7, n. 305. «... na era de mil e quatrocentos e vinte e sete annos, viinte e nove dias do mes de Julho, em Laveiras ... stava hũa carta de Revelia ... dada per *Christove Anes, vigairo geeral do bispo da dicta cidade* ... da qual carta e alvara se o teor adeante segue: *Cristove Anes, bacharel*

Março, Maio, Julho e Agosto de 1390 ([296f]), *Janeiro, Junho, Julho e Novembro de 1391* ([296g]), *Feve-*

---

em degredos, vigairo geral do onrado padre e senhor dom Joham, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo de Lixboa ... Dante em Lixboa, dezenove dias de Julho. Era de mil e quatrocentos e vinte e sete annos. A qualquer porteiro do concelho que esta carta desta outra parte vir, Joham Martinz, escolar, juiz per constrangimento dos vereadores em logo dAlvaro Gil Machado ... viinte e quatro dias de Julho. Era de quatrocentos e viinte e sete annos ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 19, n. 365)».

([296f]) Do ano de 1390, documentos de 12 de Janeiro, 18 de Março, 19 de Maio, 19 de Julho e 3 e 13 de Agosto: «*Johane per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa* ... Dante em a vila de Ourem do nosso bispado, doze dias de Janeiro. Joham Martinz scrivam jurado do dicto senhor bispo a fez. Era de mill e iiii.c e viinte e oyto annos. *Johannes episcopus Ulixbonensis*» (ANTT, *Perg. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 19, n. 29). «Sabham quantos este estormento de emprazamento virem como na Era de mil e quatroçentos e viinte e oiito annos, dezoiito dias de Março na çidade de Lixboa, dentro na egreia de Santa Cruz ... per autoridade que lhis ffoi dada per *Christove Anes, vigairo do bispo da dicta çidade*, emprazarom a Joham Perez ... hũa cassa que a dicta egreia ha na dicta cidade ...» (ANTT, *Perg. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 309). «... na era de mill quatroçentos viinte e oito, dezenove dias de Maio, na castra da egreia cathedral da muy nobre leal çidade de Lixboa, *perante Christove Anes, bacheler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham, per merçee de Deus bispo da dicta çidade* ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 308. «... na era de mil e quatroçentos e viinte e oito annos, dez e nove dias do mes de Julho, dentro na claustra da egreia cathedral da cidade de Lixboa em audiançia onde he de custume, *perdante Cristove Anes, bacharel em degredos e vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo dessa meesma* ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 8, n. 142). «*Christove Anes, Raçoeiro na egreia de Lixboa, bacharel em degredos, vig.º geeral do honrado padre senhor dom Joham per* [*merçe de Deus e*] *da santa egreia de Roma bispo desa mesma* ... Dante en Lixboa, tres ... dAgosto. G.º Stevez a fez. Era de mil e iiii.c e vinte e viii° annos. *Christoforus bacalarius in decretis*» (ANTT, *Perg. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 313). «*Cristove Anes, bacharel em degredos, vig.º geeral do honrrado padre senhor dom Joham per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa* ... treze dias dagosto. Viçente Stevez a fez. Era de mil e iiii.c e vinte e oyto anos. *Christoforus, bacalarius in decretis*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 8, n. 294).

([296g]) Do ano 1391 há os documentos de 19 de Janeiro, 24 de Junho, 15 de Julho e 23 de Novembro: «*Cristove Anes, bachaler em degredos, vig.º geeral do honrrado padre senhor dom Joham per merçee de Deus e da santa eigreia de Roma bispo de Lixboa* ... dizendo contra el traziia e trage hũua quintaa do moesteiro de Santa Crara da pre da dicta cidade ... Dante em Lixboa, dez e nove dias de Janeiro. Vicente Stevez a fez. Era de mil e iiii.c e vinte e nove annos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 12, n. 232). «*Cristove Anes, bacheler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa* ... faço saber que Martim Afonso ... procurador ... Dante em Lixboa, vinte e quatro dias de J[unho]. Viçente Stevez a fez. Era de mil e iiii.c e vinte e nove anos. *Christoforus, bacalarius in decretis*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 14, n. 264). «In nomine Domini, amen. *Christove Anes, bacheler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa* ... perante mym na audiencia do dicto senhor bispo da dicta cidade, antre o moesteiro, prior e convento de sam Vicente de Fora da dicta cidade per Martim Afonso, scollar em dereito canonico, seu procurador, actores dhũa parte, e Joham Gil Famarriça em esa cidade morador per sy e per Vicente Lourenço, scollar outrosy e seu procurador, rreo da outra ... quinze dias de Julho da Era de mill quatroçentos viinte e nove anos. Testemunhas que presentes forom Gonçallo Afonso, Joham de Guimaraaes, tabelliões na dicta çidade. Stevam Anes, bacheler em degrataaes. Thome Anes scprivam na dicta audiencia e eu dicto Petro Stevez, tabeliom ... *Christoforus, bacalarius in decretis*» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 19, n. 41). «... *Joham, per merçee de Deus e da sancta igreia de Roma bispo de Lixboa*, a quantos esta nossa carta virem fazemos ssaber que Alvaro Gomez, coonigo do moesteyro de Sam Vicente ... per nossa mãao e seellada do nosso seello pontiffical. Dante em a dicta cidade de Lixboa, viinte e tres dias do mes de Novembro. Joham Mansso a fez. Era de mil e quatroçentos e viinte e nove. *Johannes, episcopus Ulixbonensis*. A qual carta assy mostrada ...» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 20, n. 38).

reiro, Abril, Julho e Setembro de 1392 ([296h]), *Fevereiro, Março, Maio e Novembro de 1393* ([296i]),

---

([296h]) Do ano 1392 há os seguintes documentos de 16 de Fevereiro, 1 de Abril, 30 de Julho e 17 de Setembro: «... *Esteve Anes, bacharel en degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Johanne, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo de Lixboa* ... ffaço saber que Gonçalo Vaasquez e Domingos Affonsso ... selada do seelo da audiançia do dicto senhor bispo. Dante em Lixboa, dez e seis dias de Fevereiro. Era de mil e quatroçentos e trynta anos. A qual carta assii mostrada ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 323). «... *Stevam Miingueez, bachaller en degredos, priol da egreia de ssam Lourenço da çidade de Lixboa, vig.º geeral e official do honrrado padre e senhor dom Joham per merçee de Deus e da santa egreia de Roma* bispo de Lixboa. A quantos esta carta virem ... Dante em a dicta çidade de Lixboa, primeiro dia dabrill. Era de mill e iiii.c e triinta annos. A qual carta de sentença ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 319). «... na Era de mil e quatroçentos e trinta annos, trinta dias do mes de Julho, na cidade de Lixboa, nas casas da morada de *Martim Affomso, ouvidor do bispo da dicta çidade* ... testemunhas que presentes forom Vaasco Fernandez, prior da capella do dicto moesteiro, e Affonso Giraldez bedel e Joham Fernandez, scudeiro de Lopo Affomso do Quintaal ...» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 20, n. 6). «Sabham todos que na era de mil e quatroçentos e triinta annos, viinte e sete dias do mes de Novembro, na çidade de Lixboa, dentro nas poussadas da morada de mim StevAnes, tabeliam del Rei na dicta cidade, e em minha presença e testemunhas adeante scpritas, Martim Vaasquez, morador na dicta çidade que present estava, mostrou e per mim dicto tabeliam leer fez a Diago de Beia, priol, e Airas Stevez, Raçoeiro da egreia de sancta Marinha da dicta çidade, que presentes estavam, hũa carta scripta em papel, aberta e seelada com hũu seello pequeno e asinaada de dous nomes scriptos per latim, segundo per esta pareçia, da qual o theor tal he: Dom Gomez, pella graça de Deus e da sancta egreia de Roma eleito confirmado em arçebispo da egreia de Santiago. A vos os priol e Raçoeiros da egreia de sancta Marinha da çidade de Lixboa, saude em Jhesu Christo, que de todos he verdadeira saude. Sabede que Pedre Anes alfaiate, morador na dicta çidade, procurador de Martim Vaasquez, morador outrosii na dicta çidade, apareçeo ante Vaasco Martinz, coonigo de Santiago, bachaler em degredos, nosso vygairo jeeral, e apresentou ante el em nome do dicto Martim Vaasquez hũu proceso de pleito e apellaçom çarrado e ssellado do seello da audiançia do *honrrado padre e senhor dom Joham, pella dicta meesma graça bispo de Lixboa, o qual pleito he contra o dicto Martim Vaasquez*, autor da hũa parte, e vos os sobredictos priol e Raçoeiros, Reeos da outra ... *o qual fecto foi trautado antre vos e el ante Christove Anes, bachaler em degredos, vigairo geeral do dicto senhor bispo de Lixboa, no qual o dicto Christove Anes deu sentença defenativa per vos e contra o dicto Martim Vaasquez, da qual o dicto Martim Vaasquez pera nos e pera a nossa egreia de Santiago metropolitana da egreia de Lixboa apellou* e foilhi Reçebuda pollo dicto vigairo ... dada dez e sete dias de Setembro. Era de mil e quatroçentos e triinta annos. A qual carta asii mostrada ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 338). Existe também docum. pertencente ao antigo mosteiro de S. Domingos de Lisboa, de 22 de Jan. de 1392 (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 23, fl. 321): «... Christove Annes, bachaller em degredos, vigairo geeral do honrado padre senhor *dom Johane ... bispo de Lixboa* ... fecto vjnte e dous dias do mes de Janeiro. Era de mjl e quatroçentos e trinta annos, Testemunhas: Vaasco Perez, bachaller em leis ... e outros ...».

([296i]) Do ano de 1393 há os seguintes documentos de 6 e 15 de Fevereiro, 4 de Março, 2 de Maio e 12 e 26 de Novembro: «*Christove Anes, bachaler em degredos, vig.º geeral do honrrado padre senhor dom Johanne per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa* ... Dante em Lixboa, seis dias de Fevereiro. Era de mil e iiii.c e trinta e hũu annos. *Christoforus, bacalarius in decretis* (ANTT, *Pergam. do mosteiro de Chelas*, maço 16, n. 311). «*Christove Anes, bachaler em degredos, vig.º geeral do honrado padre senhor dom Joham, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa* ... quinze dias de Fevereiro. Era de mil e iiii.c e trinta e hũu anos. *Christoforus, bacalarius in decretis*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 7, n. 130). «Em nome de Deus. Amen. Sahham quantos este estromento de emprazamento virem que na era de mil e quatroçentos e trynta e hũu anos, quatro dias do mes de Março, na cidade de Lixboa, na egreia de ssancta Crux, no coro da dicta egreia ... hũa carta doutoridade escripta em purgaminho, a qual ffoi dada per *Esteve Anes, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Johanne, bispo da dicta çidade, a qual era asinada per o dicto vigairo* ... da qual o teor tal he: *Esteve Anes, bacharel en degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Johanne ... bispo de Lixboa ...*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do castelo de Lisboa*, maço 7, n. 323). «... na Era de mil e quatroçentos e triinta e hũu annos, dous dias do mes de Maio, na claustra da egreia cathedral da çidade de Lisboa, *perdante Christove Anes, bachaller em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Johanne ... bispo da dicta cidade ...*» (ANTT, *Pergam. da igreja*

Janeiro, Fevereiro, Junho, Julho, Setembro e Novembro de 1394 ([296j]), *Fevereiro e Junho de*

---

de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, maço 7, n. 324). «*Christove Anes, bacheler em degredos, vig.º geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... bispo de Lixboa* ... Dante em Lixboa, doze dias de Novembro. Viçente Stevez a fez. Era de mil e iiii.c e trinta e hũu annos. *Christoforus, bacalarius in decretis*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 13, n. 255). «... na era de mil e quatroçentos e trinta e hũu annos, viinte e sseis dias do mes de Novembro, dentro na clausta da egreia cathedral da cidade de Lixboa, em audiançia, *perante Cristove Annes, bacharel em degredos e vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... bispo dessa meesma ... pareçeu Vicente Lourenço, escolar em dereito e procurador do vigairo e Raçoeiros da eigreia de Sancta Cruz* ... e por o dicto Viçente Lourenço ffoii dicto ao dicto vigairo ... e o dicto Stevom Martinz apresentou logo hũu estormento de testamento ... que ffora ffecto na dicta villa de Torres Vedras, viinte e cinco dias dabril. Era de mil e quatroçentos e dez e oiito annos ... Item mando lançar o meu corpo em Sam Francisco da Cidade de Lixboa em na capella que hi ha minha madre Beatriz Stevez e mando com o meu corpo ao dicto mosteiro trezentas libras ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 5, n. 243). No dia 9 de Junho de 1393, D. João I concedia privilégios ao cabido de Lisboa (ANTT, *Chancelaria de D. João I,* livro 2, fl. 87).

([296j]) Do ano de 1394 existem os documentos de 13 de Janeiro, 27 de Fevereiro, 10 de Junho, 24 de Julho, 16 de Setembro, 24 de Novembro e 13 de mês desconhecido: «... na era de mill e quatroçentos triinta e dous anos, treze dias de Janeiro, na muy nobre çidade de Lixboa, em a claustra da egreia cathedral, *perante Christove Anes, bacheler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... bispo da dicta çidade* ... pareçeo Vicente Doïz, prior, e Arias Anes, Raçoeiro da egreia de Sancta Marinha da dicta çidade ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa,* maço 9, n. 341). «*Martim Afomso, scolar, ouvydor geeral de dom Joham ... bispo de Lixboa* ... que preito e demanda foy hordenado perante Stevam Migueez, prior de Sam Lourenço, vig.º geeral de dom Domingo Perez, deam e conigo em esa meesma, antre o prior e Raçoeiros da egreia de santa Marinha da dicta çidade da hũa parte ... Dante em Lixboa, viinte e sete dias de Fevereiro. Ant.º Martinz a ffez. Era de mill iiii.c trinta e dous annos» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa,* maço 9, n. 340). «In nomine Domini. Amen. *Christove Anes, bacheler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Johanne ... bispo de Lixboa* ... faço saber que demanda foii perante mim em juizo per proçesso ordinado antre Viçente Lourenço, procurador da egreia de santa Cruz da dicta çidade e do vigairo e Raçoeiros della em nome desa egreia, actor da hũa parte, e o guardiam e convento [do] moesteiro de sam Francisco dessa meesma per Steve Anes, bacheler em degredos, seu procurador, Reeos da outra, na qual demanda foy dado por parte desses ac[tores] contra os dictos Reeos em juizo hũu libello em scripto que tal he: *Perante vos, Christove Anes, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom* [*Johanne per*] *graça de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Lixboa,* diz e prepoem Guilherme Perez, vigairo perpetuũ da egreia de santa Cruz da dicta cidade e os Raçoeiros [...] e em nome della contra ffrey Lois, guardiam que foi do moesteiro de sam Francisco da dicta çidade, e contra os outros frades, moesteiro e convento [de sam Fran]cisco da dicta cidade que no termho da dicta çidade de Lixboa, no logo que chamam beenteira e no logo que chamam caranque e afalagueira ha tres casaes que [...] nora que foy de Stevam da Guarda ... O qual libello assi dado em juizo ... E eu Christove Anes, vigairo geeral susodicto, seendo por Jul[...] no suso dicto logo ... pronunçiey em esta guisa: In nomine Domini, amen. Viso isto processu ... condempno etiam dictos ffratres in expensis legitimis, si que sunt [...] michi in processu reservata. Christoforus. Da qual sentença, asi come de nenhũa o procurador do dicto moesteiro pera a egreia de Santiago cum instançia appellou ... e eu a Reverençia da dicta egreia de Santiago Reçebilhe a dicta appelaçom e outorguey ... na claustra da egreia cathedral da dicta çidade de Lixboa, seendo eu no[...]ado em audiençia, dez dias do mes de Junho. Era de mil e iiii.c e trinta e dous annos ... *Christoforus*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 7, n. 327). «*Cristove Anes, bachaler em degredos, vig.º geeral do honrrado padre senhor dom Johane, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo de Lixboa* ... Dante em a dicta çidade de Lixboa, viinte e quatro dias de Julho. G.º Stevez a fez. Era de mil e quatroçentos e trinta e dous anos» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa,* maço 9, n. 343). «... na Era de mil e quatroçentos e trinta e dous annos, dez e seis dias do mes de Setembro, dentro na claustra da egreia cathedral da çidade de Lixboa, *perante Christove Anes, bacheler em degredos, viga.º geeral do honrrado padre senhor dom Johanne ... bispo dessa meesma ...*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa,* maço 9, n. 339). «*Vicente Lourenço, scolar em dereito canonico e ouvidor en logo de Ponçio Muntanes, liçenciado em degredos e ouvidor jeerall do honrrado padre e senhor dom Johanne ... bispo de Lixboa* ... faço saber que perante mim pareçerom em juizo partes ... Dante em a dicta cidade de Lixboa, viinte e quatro dias de Novembro. Joham Fernandez a fez. Era de mill e iiii.c e triinta e dous» (ANTT,

1395 ([296k]), *há referências a ele como bispo de Lisboa, embora a sé de Lisboa fosse elevada a metropolita no dia 10 de Novembro de 1393. A bula respectiva foi executada só a 15 de Setembro de 1395, pelo que aparece apenas como arcebispo a partir do mês de Outubro de 1395* ([296l]). *D. João Anes*

Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, maço 13, n. 245). «*Christove Anes, Raçoeiro na egreia de Lixboa, bachaler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Johane ... bispo de Lixboa ...* Dante em Lixboa ... treze dias ... Era de mil e iiii.c e triinta e dous annos. *Christoforus, bacallarius in decretis*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 328).

([296k]) A 13 de Fevereiro e 14 de Junho de 1395, ainda se dizia simplesmente bispo de Lisboa, talvez por não lhe ter chegado ainda a bula de 4 de Abril de 1395, pela qual o papa Bonifácio IX lhe enviava o pálio (cf. nota 344): «Enome de Deus. Amen. *Cristove Anes, bacharel em degredos, vigayro geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... bispo de Lixboa* ... ffaço saber que preito e demanda ffoy na dicta egreia de Lixboa perante mim antre a egreia de santa Marinha da dicta cidade e priol e Raçoeiros della per Vicente Lourenço, escolar em dereito, seu procurador, actores da hũa parte, e Joham Alvarez, Rendeiro, morador na dicta çidade, por Martim Affonsso, outrossii escolar em dereito, seu procurador ... treze dias do mes de Fevereiro, da Era de mil e quatroçentos e trinta e tres annos ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 5, n. 200). «En nome de Deus, amen. *Cristove Anes, bacharel em degredos e vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... bispo da muy nobre e leal cidade de Lixboa* ... faço saber que por parte da egreia de santa Cruz da dicta cidade foy proposta perante mym em juizo e petiçom per palavra contra Joham Affomso Vinhateiro ... condemno dictum Johannem Alfonsi reum ... Da qual sentença asii come de nenhũa o dicto Joham Affomso reeo com instancia para a egreia de Santiago e seu electo confirmado appellou e os apostolos a primeyra, segunda e terçeira vez com Reverença pedio. E eu aa Reverença da dicta egreia e seu electo recebilhe a dicta appellaçom e outorgueylhe por apostolos ... e asigneylhe a seguir, intimar e proseguir a dicta appellaçom na dicta egreia de Sanctiago e perante o dicto senhor electo e sua corte, termho de sex somanas ... dado na claustra da egreia cathedral da dicta çidade de Lixboa, quatorze dias do mes de Junho da Era de mil e quatroçemtos e trinta e tres annos...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 330).

([296l]) Pelo último documento de 14 de Junho de 1395, vê-se que, apesar de a bula da elevação da catedral de Lisboa a metropolita, de 10 de Novembro de 1393 (cf. nota 344), a diocese continuava sujeita como sufragânea à metropolita de Compostela. De facto, a bula da elevação só foi executada a 15 de Setembro de 1395 (cf. nota 344). Depois disso, já D. João Anes aparece como arcebispo em documentos de 20 de Outubro, 25 de Outubro, 33 de Novembro e 1 de Dezembro de 1395: «... na Era de mil e quatroçentos e trynta e tres anos, tres dias do mes de Novembro, na muy nobre çidade de Lixboa, na alcaçova, na egreia de ssanta Cruz, no coro da dicta egreia ... os ssobredictos vigairo e Raçoeiros que no dicto logo presentes estavam, mostrarom e per mim dicto tabeliom leer e proobicar ffezerom hũa carta de autoridade scripta em purgaminho e asinada *per Poncio de Mundanes, doutor em degredos, ouvidor por dom Johanne, arcebispo da dicta cidade* e asselada do seello pontiffical do dicto senhor arçebispo em pendente, pegado em cordam verde segundo sse per ella mostrava, da qual o teor della a tal he: *Ponçio de Muntanes, doutor em degredos, ouvidor geeral do honrrado padre senhor dom Johanne, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma arçebispo de Lixboa* ... ffaço saber que Reimondo Anes, vigairo perpetuũ da egreia de ssanta Cruz da dicta cidade ... Dante em a cidade de Lixboa, sob meu sinal e seello pontifical do dicto senhor arçebispo, vinte dias doutubro. Lois Anes a ffez. Era de mil e quatroçentos e trynta e tres anos. E mostrada e leuda assi a dicta carta ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 331). «... na era de mil e quatrocentos e trinta e tres anos, vinte e cinquo dias do mes doytubro, na cidade de Lixboa, aa porta da mentira da igreia catedral da see da dicta cidade, *perante Christovom Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joam... primeiro arcebispo de Lixboa* ... perante o dicto vigairo Alvaro Gomez, coonigo do moesteyro de San Viçente de Fora que he na çidade e mostrou e per mym dicto Diego Perez leer fez hũa carta do dicto senhor arcebispo, a qual ffora dada em seendo bispo, escripta em purgaminho de coyro e asynada per el e aseellada do seu seello pontifical pendente em hũa ffita pintada amarella e verde e preta, o qual seello era de cera amarella de ffora e de cera vermelha dentro, na qual cera vermelha era ffigurado a ymagem da virgem Maria com seu filho no braço e a fundo desta imagem era ffegurado a barca de sam Viçente e el dentro na dicta barca e a ffundo da dicta barca hũa imagem de bispo a dous sinaaes de scudos, hũu dhũa parte, da dicta imagem do bispo e outro doutra parte, da qual carta o theor de verbo a verbo tal he: Joham ... bispo de Lixboa ... fazemos ssaber que Alvaro Gomez, coonigo do moesteyro de Sam Vicente ... Dante em a dicta cidade de Lixboa, viinte e tres dias do mes de Novembro. Joham Mansso a ffez. Era de mil e quatroçentos e viinte

figura a seguir como arcebispo de Lisboa, em Janeiro, Junho e Setembro de 1396 ([296m]), *Outubro de 1397* ([296n]), *Fevereiro, Outubro e Dezembro de 1398* ([296o]), *Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Julho de 1399* ([296p]), *Maio, Julho e Setembro de*

---

e nove. *Johannes, episcopus Ulixbonensis.* A qual carta assy mostrada ...» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 20, n. 38). «*Cristove Anes, bachaler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Johane ... arçebispo de Lixboa ...* faço saber que Viçente Meendez, Raçoeiro e preoste da egreia de santa Cruz da dicta cidade, pareceo perante mim e me disse que Alvaro Perez, outrossi clerigo e rraçoeiro que foi da dicta egreia, ya finado, fezera seu testamento na Era de mil e quatroçentos e triinta e tres annos, primeiro dia de dezenbro ... Dante em Lixboa, sete dias de Junho. Gº Stevez a fez. Era de mil e iiii.c e xxx e quatro annos. Christoforus» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 335).

([296m]) No ano de 1396 há os documentos de 3 de Janeiro, 7 e 27 de Junho, 5 e 27 de Setembro, com referências ao arcebispo D. João Anes: «... na Era de mil quatroçentos trinta e quatro annos, tres dias de Janeiro, na muy nobre çidade de Lixboa, em a claustra da egreia cathedral, *perante Christove Anes, bacheler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Johane ... arçebispo da dicta cidade ...*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 332). «*Cristove Anes, bachaler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Johane ... arçebispo de Lixboa ...* Dante em Lixboa, sete dias de Junho. G.º Stevez a fez. Era de mil e iiii.c e xxx e quatro annos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 335). «... Christove Anes, bacheler em degredos, *vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Johanne ... arcebispo de Lixboa ...* faço saber que preito e demanda foy perante mim ... viinte e sete dias do mes de Junho, era de mil e quatroçentos e trinta e quatro annos ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 3, n. 44). «*Christove Eanes, bachaler em degredos, vig.º geeral de dom Joham ... arçebispo de Lixboa ...* faço saber que Vicente Doīz, prior, e Raçoeiros da egreia de sancta Marinha da dicta cidade ... Dante em Lixboa, çinquo dias de setembro. Viçente Stevez a fez. Era de mil e iiii.c e trinta e quatro annos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 6, n. 232). «*Cristove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa ...* faço saber que *perante Ponçio de Montanes, doctor em degredos, ouvidor geeral do dicto senhor arcebispo*, foy ordenado hũu fecto per processo ... Dante na dicta çidade de Lixboa, viinte e sete dias do mes de Setembro. Afomso Gonçallvez escripvam do dicto senhor arçebispo a fez. Era de mil e quatroçentos e trinta e quatro annos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 345).

([296n]) Do ano 1397 conheço só o documento de 12 de Outubro: «*Cristove Anes, bachaler em degredos, vig.º geeral do honrrado padre senhor dom Johane ... arcebispo de Lixboa ...* Dante em Lixboa, doze dias doitubro. Vicente Stevez a fez. Era de mil e iiii.c e trinta e çinquo annos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 10, n. 192.)

([296o]) Do ano de 1398, conheço os documentos de 13 de Fevereiro, 21 de Outubro e 24 de Dezembro: «... na era de mil e quatrocentos e trinta e sex annos, treze dias de fevereyro, na claustra da egreia cathedral da muy nobre e leal cidade de Lixboa, *perante Cristove Anes, bachaler em degredos e vig.º geeral do honrrado padre senhor dom Johane ... arcebispo da dicta çidade ...* paresceo Ayres Eanes, Raçoeiro na egreia de sancta Marinha ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 3, n. 124). «... na Era de mil e quatroçentos triinta e sex annos, viinte e hũu dias doutubro, na muy nobre çidade de Lixboa, em o adro da egreia de Santiago, *perante o discreto sages Gonçale Anes, coonigo da Guarda, bacheler em degredos, ouvydor geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo da dicta çidade ...* e testemunhas adeante scriptas pareçerom partes convem a saber, Meestre Lourenço fisico ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 6, n. 120). «*Cristove Anes, bacheler em degredos e vigº geeral do honrrado padre e senhor dom Johane ... arçebispo de Lixboa ...* faço saber que Martim Afomso, scollar em dereito canonico ... Dante em Lixboa so meu signal e seello da audiençia do dicto senhor arçebispo, viinte e quatro dias de dezembro. Thome Anes a fez. Era de mill e quatroçentos e trinta e sex annos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço, 21, n. 17).

([296p]) Do ano de 1399 há os documentos de 24 de Janeiro, 27 de Fevereiro, 20 e 22 de Março, 28 de Abril e 16 de Julho: «Gonçalle Anes, *coonigo da Guarda e bacharel em degredos, ouvidor geeral do honrrado padre e senhor dom Johane ... arçebispo de Lixboa ...* E despois desto, viinte e quatro dias do mes de Janeiro da Era de mill e quatroçentos e triinta e sete annos, *nos paaços de dom Johane ... arcebispo da muy nobre e leall çidade de Lixboa*, seendo o dicto Gonçalle Eanes, coonigo da Guarda e bacharel em degredos, ouvidor gerall na dicta çidade e arcebispado e provincia delle ... dada na dicta çidade de Lixboa, xx.te iiiiº dias de Janeiro.

1400 ([296q]), *Março, Maio, Junho, Agosto e Dezembro de 1401* ([296r]). *Morreu em Dezembro de*

Era de mill e quatroçentos e trinta e sete annos. Gonsalvus» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 21, n. 18). «... na Era e mil e quatroçentos e triinta e sete annos, viinte e sete dia[s] de Fevereiro, na cidade de Lixboa, na clasta da egreia cathedral, perante *Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo jeeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo da dicta çidade de Lixboa ...*» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 21, n. 19). «*Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arcebispo de Lixboa ...* Dante em a dicta çidade, xx dias do mes de Março. Afonso Gonçallvez a fez. Era de mill e iiii.c e xxx e sete annos...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 12, n. 225). «In nomine Domine. Amen. *Cristove Anes, bacharel em degredos e vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa ...* faço saber que preito e demanda foi na dicta eigreia... per Viçente Lourenço, escolar em dereito, seu procurador, actor da hũua parte, e Joham Gonçalvez, filho de Gonçalo Duraãez, morador na dicta çidade, per Martim Afonso, outrosii escolar em dereito, seu procurador ... foi dada hũua petiçom contra o dicto Joham Gonçalvez, da qual o teor tal he: Perante vos Cristove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa ... E ffoi publicada a dicta sentença susso escripta, viinte e dous dias do mes de Março da Era de mil e quatroçentos e trinta e sete annos ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 7, n. 340). «... na Era de mil e quatrocentos e trinta e sete annos, viinte e oyto dias do mes dabril, na cidade de Lixboa, na clasta da egreia cathedral, perante Martim Affonso, escollar em dereito, logo teente em logo de *Christove Anes, bacharel em degredos, vigayro jeeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arcebispo da dicta cidade de Lixboa ...*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 6, n. 292). In nomine Domini, amen. Sub anno nativitatis eiusdem millessimo trecentessimo nonagesimo nono, indictione septima, die vero decima sexta mensis Julii, hora vesperorum vel quasi ... quod quidem erat cuiusdam sententie late per honorabilem virum dominum *Christoforum Johannis, bachalarium in decretis et vicarium generalem Reverendissimi in Christo patris ac domini domini Johannis, Dei gracia archiepiscopi Ulixboñ pretextu cuiusdam negotii seu cause ...*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha de Lisboa,* maço 9, n. 347).

([296q]) Do ano 1400 temos os documentos de 4 de Maio, 1 de Julho e 6 de Setembro: «*Christove Anes, bachaller em degredos, vig.º geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arcebispo de Lixboa ...* quatro dias de Mayo. Stev. Anes ho moço escrevam jurado do dicto senhor arçebispo a ffez. Era de mill e iiii.c e trinta e viii.to annos, *Christoforus*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 7, n. 319). «In momine Domini, amen. *Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo jeeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arcebispo da çidade de Lixboa ...* E ffoi per mim publicada a sentença suso scripta, primeiro dia de Julho do anno da Era de mil e quatroçentos e triinta e oyto annos ... da qual sentença o procurador do dicto Reeo em nome do dicto Reeo apellou pera a egreia de Roma ... *Christoforus*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 7, n. 345). «... na Era de mil e quatroçentos e triinta e oyto annos, seis dias do mes de Setembro, na cidade de Lixboa, na clasta da egreia cathedral, *perante Cristove Anes, bacharel em degredos, vigairo jeeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo da dicta çidade de Lixboa ...*» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 21, n. 39).

([296r]) Do ano de 1401 há os seguintes documentos de 3 de Março, 14 de Maio, 20 de Junho, 18 e 25 de Agosto, e 14 de Dezembro: «*Gonçalle Anes, conigo na see de Lixboa, bacheller en degredos, vigairo geerall do honrrado senhor dom Joham ... arçebispo dessa meesma ...* faço saber que preito e demanda foy hordenado ... e o espritall e egreia de sancto Eloy situado na dicta cidade ... Dada em a dicta cidade ... tres dias do mes de Março. FernandAffonso, escprivam nas audiencias do dicto senhor arçebispo, a ffez. Era da Encarnaçom de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiii.c annos» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de Chelas,* maço 29, n. 574). «*... Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... arçebispo ... de Lixboa ...* Dante na claustra da egreia cathedral da dicta cidade de Lixboa, quatorze dias do mes de Mayo da Era de mil e quatrocentos e triinta e nove annos ...» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de Chelas,* maço 16, n. 307). «... na Era de mil e quatrocentos e triinta e nove annos, vinte dias do mes de Junho, em Santarem, no adro da egreia de Santa Maria de Marvilla, *perante Joham Perez, conigo dAlcaçeva, ouvidor em logo de Lourenço Martinz, priol da egreia de santa Maria dOurem, vig.º na dicta villa de Santarem em seu arcediagado por o honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa ...*» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 15, n. 297). «... na Era de mil e quatrocentos e triinta e nove annos, dez e oito dias do mes dagosto, na çidade de Lixboa, na clasta da egreia cathedral, *perante Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo da dicta cidade de Lixboa ...*»

1401 ou nos primeiros meses de 1402, porque a 16 de Março deste ano já se fala dos paços que foram dele e da vacância da sé ([296s]).

Em bula de 10 de Julho de 1400, Bonifácio IX, ao absolvê-lo a ele, arcebispo, de várias irregularidades, verdadeiras ou supostas, inclusive por ter contraído matrimónio com certa donzela à força, a qual morrera antes de ele ser promovido a bispo de Lisboa, e por ter, na qualidade de oficial do bispo de Coimbra, condenado certo clérigo à prisão, onde veio a morrer, refere que seus criados, para lhe agradarem, tomaram parte nos tumultos populares contra o bispo de Lisboa D. Martinho e o prior de Guimarães:

> «*Bonifacius, etc. Venerabili fratri Johanni archiepiscopo Ulixbonensi. Salutem, etc. Personam tuam ... Sane nuper nobis innotuit quod olim tu, cum adhuc iuvenis et scolaris seu simplex clericus existens ac quandam virginem dudum defunctam corrumpere attemptasses, dicta virgo propterea clamans et vociferans, iudicem loci illius propterea advocavit et de hoc sibi conquerebatur idemque iudex te inducere nitebatur ut eam reciperes in uxorem tuque, timens ne factum huiusmodi patri tuo innotesceret ac ad litem deveniret ac quemdam lapidem in manu tua tenens, non tamen animo cum dicta virgine contrahendi sed potius eam decipiendi, hec verba in effectu intentionem tuam in huiusmodi lapidem dirigendo, dixisti: ego te recipio in uxorem, illamque postmodum, postquam etiam ad alios accesserat, carnaliter cognovisti, licet non recorderis quod in eam tamquam in uxorem tuam umquam consentires quodque etiam quodam tempore certi patroni cuiusdam parrochialis ecclesie, tunc vacantis, cui quedam prebenda ecclesie Ulixbonensis annexa erat, tibi dixerunt si eis velles esse gratus, te ad ecclesiam huiusmodi presentarent, quibus in affectu, videlicet quod crederent te propter hoc eis velle esse gratum, respondisti ac inde ad ecclesiam ipsam per eos fuisti presentatus et quod etiam quadam vice, dum officialis sive vicarius episcopi Colimbriensis tunc existentis fuisses, quemdam clericum propter sua enormia et demerita incarcerari sibique panem et aquam ministrari et de die in diem minorari per quemdam carceris huiusmodi custodem, qui dicti clerici inimicus existebat, quod etiam te non latuit, mandasti et fecisti, qui quidem clericus postmodum in carceribus huiusmodi expiravit, et cum alias in civitate Ulixbonensi contra quemdam, qui tunc ecclesiam Ulixbonensem auctoritate damnate memorie Roberti, olim basilice duodecim apostolorum presbyteri cardinalis, tunc antipape, qui se Clementem vii. ausu sacrilego nominare presumpserat, occupabat, rumor populi invalesceret et id tibi per quosdam [fl. 212v] tuos familiares nuntiaretur, tu eisdem respondisti sic: evadet iste malus homo, qui quidem familiares id audientes et credentes sibi per hoc complacere, se rumori huiusmodi immiscuerunt, in quo dictus occupans et quidam alius presbyter, ut extimatur, fuerunt interfecti. Cum autem, sicut*

(ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 22, n. 6). «... *Christove Anes, bacheler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arcebispo de Lixboa* ... viinte e çinquo dias dagosto da Era de mil e quatrocentos e triinta e nove annos ... Christoforus» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa,* maço 4, n. 62). «... na Era de mil e quatroçentos e triinta e nove annos, quatorze dias do mes de Dezembro, *perante Cristove Anes, bachaler em degredos e vigayro geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... arçebispo da muy nobre e leal cidade de Lixboa ...*» (ANTT, *Pergam. do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa,* maço 22, n. 9).

([296s]) Deve ter morrido na segunda metade do mês de Dezembro de 1401 ou nos primeiros meses de 1402, porque, a 16 de Março de 1402, a sé de Lisboa aparece como vacante por morte de D. João Anes, arcebispo: «... na Era de mill e quatrocentos e quoreenta annos, dez e sex dias de Março, *na cidade de Lixboa, em nos paaços que fforom de dom Joham, arçebispo dessa meesma, perante G.º Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral em na dicta cidade e arcebispado por o cabydoo aa ssee vagante,* seendo em logar acustumado ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa,* maço 7, n. 348).

accepimus, tu de premissis doleas ab intimis ac desideres tibi et conscientie tue in premissis per sedem predictam salubriter providere ac post dicte virginis obitum, dicte ecclesie Ulixbonensi, tunc pastoris regimine destitute, de persona tua apostolica auctoritate provisum fuerit, nos volentes tibi et statui tuo ad serenandum et quietandum conscientiam tuam providere ac statum et seriem omnium et singulorum premissorum, etiam si aliter quam ut prefertur se haberent, presentibus pro sufficienter expressis habentes, motu proprio ... te ab omnibus et singulis excomunicationum, suspensionum et interdicti et aliis sententiis atque penis et a reatu homicidiorum huiusmodi, quos forsan premissorum occasione vel alias qualitercumque tam a iure quam ab homine incurristi, auctoritate apostolica, tenore presentium, absolvimus et totaliter liberamus dictumque matrimonium fuisse nullum decernimus et etiam declaramus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sexto Idus Julii, anno undecimo. De mandato. Jac. de Teramo» (297).

Noutra bula, esta de 13 de Novembro de 1391, Bonifácio IX concedia a D. João, bispo de Lisboa, faculdade para reservar benefícios a favor dos familiares que, em número de trinta, tinham resistido com ele aos castelhanos invasores, na defesa da cidade de Lisboa, cercada pelos cismáticos:

«Bonifacius, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo Ulixbonensi. Salutem, etc. Personam tuam ... Cum itaque in nonnullis secularibus et collegiatis ac etiam parrochialibus ecclesiis tuarum civitatis et diocesis Ulixbonensis nonnulle perpetue portiones sine cura, clericis secularibus assignari consuete, fore noscantur, nos tuis, qui, ut asseris, tempore quo predicta civitas per scismaticos obsessa fuit, cum triginta familiaribus tuis clericis pro defensione civitatis huiusmodi plurimum laborasti et familiares ipsi quam plurima damna substinuerunt, in hac parte supplicationibus inclinati, fraternitati tue reservandi hac vice dumtaxat donationi tue auctoritate nostra in singulis ecclesiis predictis singulas portiones huiusmodi pro singulis familiaribus ipsis, quos ad hoc duxeris eligendos et qui tamen ut premittitur tempore obsidionis huiusmodi tecum fuerunt, etiam si quilibet familiarium ipsorum unum, duo aut tria seu quatuor aliud vel alia beneficium seu beneficia ecclesiasticum seu ecclesiastica obtineat, si que tempore reservationis huiusmodi vacabant vel cum vacaverint, quas familiares predicti per se vel procuratores suos ad hoc legitime constitutos infra unius mensis spatium, postquam eis vel dictis procuratoribus de ipsarum portionum vacatione constiterit, duxerit acceptandas, conferendas singulas videlicet portionum predictarum singulis familiaribus eisdem post acceptationem huiusmodi cum omnibus iuribus et pertinentiis [fl. 224] suis, inhibendi quoque successoribus tuis episcopis Ulixbonensibus et dilectis filiis capitulis ac rectoribus ecclesiarum, in quibus portiones ipse fuerint, ac illi vel illis ad quem, vel ad quos huiusmodi portionum collatio, provisio, presentatio seu quevis alia dispositio communiter vel divisim pertinet, ne de huiusmodi portionibus interim etiam ante acceptationem huiusmodi, nisi potsquam eis constiterit quod familiares vel procuratores predicti illas noluerint acceptare, disponere quoquo modo presumant, conferendi etiam auctoritate predicta huiusmodi portiones singulas videlicet ipsorum singulis familiaribus eisdem post acceptationes prefatas cum omnibus iuribus et pertinentiis earumdem et de illis etiam providendi ac inducendi per te vel alium seu alios prefatos familiares seu procuratores ipsorum pro eis in corporalem possessionem portionum, iuriumque et pertinentiarum predictorum et defendendi inductos ac faciendi familiares ipsos

(297) AV, Reg. Lat. 88, fls. 212-212v.

vel ipsorum procuratores pro eis ad portiones huiusmodi, ut est moris, admitti et familiaribus singulis de ipsarum singularum portionum fructibus, redditibus et proventibus, iuribus et obventionibus universis integre responderi... plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Idus Novembris, anno tertio. N. lxxiiii de Ben.to» (298).

Pedro Cavaleiro nem sequer era considerado como bispo pelo papa de Roma, já que fora Clemente VII quem o elevara à dignidade episcopal, nomeando-o bispo de Silves, ao mesmo tempo que transferia D. Martinho da sé de Silves para a de Lisboa, em Fevereiro de 1379. Por isso vem designado como simples arcediago de Lisboa, dignidade por ele possuída já desde o pontificado de Gregório XI, sem alguma consideração por qualquer provisão da parte de Clemente VII. Assim, em bula de 1 de Abril de 1391, dirigida aos bispos de Lisboa e de Tui e ao deão de Lisboa, Bonifácio IX, ao mandar conferir o arcediagado de Silves a Lourenço Anes, cónego de Silves, que por duas vezes tinha sido preso por causa de sua fidelidade a Urbano VI, alude à presença em Portugal de D. João, bispo Aquense ou Daceres, *segundo documento de Março de 1387* (299), *núncio nos reinos de Castela e Leão, Aragão, Portugal e Navarra, e na Vascónia. O núncio, em virtude dos poderes recebidos de Urbano VI, privara Pedro Cavaleiro do arcediagado de Lisboa, por aderir notoriamente a Clemente VII, e concedera-o a Lourenço Anes, mas duvidava-se agora se o núncio teria poderes para isso:*

«*Bonifacius, etc. Venerabilibus fratribus Ulixbonensi et Tudensi episcopis ac dilecto filio decano ecclesie Ulixbonensis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Laurentius Johannis, canonicus ecclesie Silvensis, fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte dicti Laurentii petitio continebat quod olim, accepto per venerabilem fratrem nostrum Johannem, episcopum Aquensem, tunc in Castelle et Legionis ac Aragonie, Portugalie et Navarre regnis ac partibus Vasconie apostolice sedis nuntium, quod iniquitatis filius Petrus Cavalerii, olim archidiaconus ecclesie Ulixbonensis, perditionis alumno Roberto, olim basilice xii apostolorum presbytero cardinali tunc et nunc antipape, qui se Clementem vii. ausu sacrilego nominare presumebat atque presumit, etiam post et contra processus per felicis recordationis Urbanum papam vi, predecessorem nostrum, contra ipsum Robertum et eius sequaces et* [*fl. 40v*] *fautores ac adherentes eidem factos et solempniter publicatos, per quos idem predecessor prefatum Robertum velut hereticum et scismaticum puniendum condemnaverat, notorie adherere et favere presumpserat et tunc etiam presumebat, prefatus episcopus, habens ad hoc a predecessore predicto specialem per suas litteras potestatem, contra prefatum Petrum, propter hoc ad sui presentiam evocatum, legitime procedens, eum archidiaconatu, quem ipse Petrus in dicta ecclesia tempore adhesionis huiusmodi obtinebat, sententialiter declaravit fuisse et esse privatum eumque amovit realiter ab eodem et nichilominus idem Johannes episcopus, credens hoc sibi licere, pretextu potestatis huiusmodi archidiaconatum predictum sic vacantem prefato Laurentio per suas litteras contulit et providit etiam de eodem, licet de facto, idemque Laurentius, pretextu collationis et provisionis huiusmodi, prefatum archidiaconatum fuit pacifice assecutus etiam de facto et archidiaconatum ecclesie*

(298) AV, Reg. Lat. 25, fls. 223v-224v.

(299) ANTT, *Gaveta* 18, maço 3, n. 26. Cf. nota 332.

Silvensis predicte, quem tunc temporis obtinebat, libere et omnino dimisit. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, ab aliquibus asseratur quod collatio et provisio huiusmodi ex eo viribus non subsistant quod dictus episcopus conferendi dicto Laurentio archidiaconatum ecclesie Ulixbonensis predictum non habuit potestatem et propterea prefatus archidiaconatus dicte Silvensis ecclesie adhuc secundum premissa vacare noscatur, nos volentes ipsi Laurentio qui, ut asseritur, propter fidelitatem, quam ad predecessorem predictum ac Romanam Ecclesiam gessit, prout gerit, bis extitit incarceratus, premissorum intuitu gratiam facere specialem ipsumque in eadem ecclesia amplius honorare, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios archidiaconatum ecclesie Silvensis predictum ... si ut premittitur vacat et tempore date presentium non sit in eo alicui specialiter ius quesitum, eidem Laurentio cum omnibus iuribus et pertinentiis suis auctoritate nostra conferre et assignare curetis... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Kalendis Aprilis, anno secundo» ([300]).

Paio de Meira, bispo de Silves, o qual aparece em Outubro de 1384, em Lisboa, como membro do conselho do Mestre de Avis, conforme relata Fernão Lopes ([301]), *e, ao que parece, antes arcediago de Coronado e familiar do arcebispo de Braga, deve ter sido nomeado no tempo da regência do Mestre de Avis. Pedro Cavaleiro deve ter fugido, mais ou menos por essa altura, para Espanha. Há de facto notícias da presença deste em Sevilha no ano de 1387* ([302]).

([300]) AV, Reg. Lat. 16, fls. 40-41.

([301]) Cf. FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª parte, cap. 154, ed. do *Arquivo Histórico Português*, 1915, p. 286.

([302]) Segundo FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª parte, cap. 154, p. 286, D. Paio de Meira, bispo de Silves, fazia parte do conselho régio em Outubro de 1384. De facto, o Mestre de Avis, futuro D. João I, em documento de 12 de Outubro de 1384, ao referir-se à defesa da cidade de Lisboa, após o cerco de el-rei de Castela, e sua importância para a independência de todo o reino, e conceder favores aos moradores da cidade, diz fazê-lo «avudo sobresto conselho e acordo com fidalgos e prellados e çidadaaos que mantenerom a voz de defender estes Regnos e que a esto tempo eram presentes, espeçialmente com o conde dom Gonçallo e com dom frey Alvaro Gonçallvez, prior do Esprital, e com Nuno Alvarez Pereira e com Diogo Lopez, senhor de Ferreira, e com outros muitos fidallgos, *e com dom Lourenço, arcebispo de Bragaa, e com dom Joham, bispo de Lixboa, e com dom Paay de Meira, bispo de Silve, e com o doctor Joham das Regas, nosso chanceller e do nosso conselho, e com o doutor Martim Afonso, do noso conselho, e com outros muitos çidadaaos*, por galardom de tanto bem que fezerom os moradores da dicta cidade e do mal que Receberom por defensom destes Regnos ...» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 97v). Paio de Meira tinha sido arcediago de Coronado, conforme documento de 18 de Outubro de 1375 (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 17). Não estava presente nenhum bispo de Silves nas cortes de Coimbra, em Abril de 1385. Como veremos, aparece, poucos anos depois, como bispo de Silves D. João Afonso Esteves de Azambuja, do desembargo régio. Quanto a D. Pedro Cavaleiro, colector apostólico e bispo de Silves, não aparecem, como é natural, referências nos documentos do papa de Roma, a indicá-lo como bispo, embora ele continuasse a proclamar-se bispo de Silves, por exemplo em documento autógrafo, passado em Triana, a 5 de Junho de 1387, em que se declarava devedor de seus criados Antão Anes e Maria Domingues: «Nos don Pedro, por la gracia de Dios obispo de Silves, otorgamos e conosçemos que devemos a vos Antom Anes e Maria Dominges, nostros criados, dos mill mĩs, los quales nos enprestastes en dineros e en panno e en otras cosas que conplian a nostro serviçio, los quales vos prometemos de pagar a toda vostra voluntad, quando vos queseerdes e sea vostra voluntad, e porque es verdat, firmamos esta alvala de nostro nombre, fecho en Triana, çinco dias del mes de Junio, año del naçimento de nostro Salvador Jhesu Christo de mill e tresientos e ochenta e ssiete años. Petrus Silvensis episcopus». (AV, *Instrum. Miscel.*, 3310). A 27 de Maio de 1385, temos notícia de «Carta per que o dicto Senhor confirmou doações que fez em sendo regedor destes regnos a Rodrigo Anes de Barvudo e de hũas casas que som em Lixboa, que forom de Pero Cavaler, bispo que foe do Algarve, segundo nas cartas das dictas doações se contem, etc. Em Guimaaães, xxbii dias de Mayo de mil iiii.c xxiii. annos» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 108v).

Também D. Afonso Correia, bispo da Guarda, fugiu para Espanha. Em seu lugar, aparece D. Frei Vasco, o qual foi nomeado no ano sétimo do pontificado de Urbano VI (303). *Tomou parte nas cortes de Coimbra de 1385, juntamente com os bispos de Lisboa, o referido D. João Anes, o bispo de Lamego, D. Lourenço, o bispo do Porto, D. João, o bispo de Évora, D. João, e o bispo de Cidade Rodrigo, D. Frei Rodrigo:* «... *Nos Laurentius, archiepiscopus Bracharensis, Johannes Ulixbonensis, Laurentius Lamecensis, Johannes Portugalensis, Johannes Elborensis, Rodericus Civitatensis, Valascus Egitaniensis episcopi, Alfonsus sancti Johannis de Pendorato, Johannes de Bostello sancti Benedicti Portugalensis diocesis abbates, Valascus, prior sancte Crucis Colimbriensis, per priorem soliti gubernari, sancti Augustini ordinum monasteriorum, Rodericus Laurentii, decanus Colimbriensis, et alii prelati...*» (304).

---

(303) AV, Obl. et sol. 51, fl. 20: «Die vi mensis Augusti, anno, pontificatu, etc., quibus supra, soluti sunt per Reverendum patrem dominum *Valascum, episcopum Egitaniensem*, pro complemento sui communis servitii, flor. xlvi, den. vi. et pro complemento unius minuti flor. i., sol. i., den. viii; *fuit promotus anno vii;* fuerunt in ipsius promotione cardinales xb, de quibus supersunt cardinales tres et dominus noster; est promotus, videlicet ...». A 15 de Maio de 1387, D. Vasco obtinha prorrogação do tempo para pagar o resto da taxa devida pela sua promoção: «Nos Franciscus, etc. Quod *Reverendus in Christo pater dominus Walascus, episcopus Egitaniensis*, pro parte sui communis servitii, etc., centum quinquaginta tres florenos auri de camera, solidos triginta septem, den. sex, monete Romane. Et pro parte unius minuti, etc., flor. duodecim, solidos quindecim monete predicte nobis et familiaribus et officialibus dicti collegii per manus honorabilis viri Didaci Petri, procuratoris dicti episcopi, die date presentium solvi fecit realiter et cum effectu. De quibus, etc. Ipsumque, etc. Secum, etc. Verum, intellecta, etc., terminum faciende solutionis residui dictorum communis et unius minuti servitiorum remanet efficaciter obligatus, reddunt verisimiliter impotentem, auctoritate dicti collegii nobis in hac parte concessa, a festo Assumptionis beate Marie Virginis proxime futuro ad annum ex tunc proxime secuturum prorogamus et de novo assignamus eidem, ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Luce, sub anno Domini millesimo trecentesimo octuagesimo septimo, indictione decima, die quintadecima mensis Maii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani divina providentia pape sexti anno decimo» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 22). D. Frei Vasco terminava de pagar o resto da taxa no dia 6 de Agosto de 1390: «Franciscus, etc. Quod *Reverendus pater frater Valascus, episcopus Egitaniensis*, pro totali solutione sui communis servitii, in quo camere et collegio, etc., quadraginta sex flor. auri de camera, solidos septem, den. sex. Et pro totali solutione unius minuti servitii, etc., flor. similem unum, sol. unum, den. octo, nobis, etc., die date presentium *per manus venerabilis Roderici Alfonsi, rectoris parrochialis ecclesie sancte Marie de Serzedas, Egitaniensis diocesis*, solvi fecit, etc. De quibus, etc., ipsumque, etc. Secum, etc. Datum Reate, sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo, indictione tertia decima, die sexta mensis Augusti, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifacii pape noni anno primo» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 98v). Assistiu às cortes de Coimbra, em Abril de 1385. Cf. *Monumenta Portug. Vaticana*, II, *Introdução*, p. CVII. A 15 de Abril de 1385, D. João I concedia-lhe privilégios em certos lugares da diocese, como Açores, Barraçal e Forno Telheiro: «Dom Joham, etc. A vos juizes da cidade da Guarda ... *sabede que o bispo dom frey Vaasco, que ora he da dicta cidade da Guarda*, nos dise que ao tempo que a see da dicta cidade foe derribada per mandado del rrey dom Fernando, nosso irmaão, a que Deus perdoe ... Dante em a nossa cidade de Coimbra, xb dias dabril, el rrey o mandou per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo. G.º Afomso a fez, era de mil iiii.c xx iii annos» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fls. 124va-124vb). A 5 de Janeiro de 1391, o monarca concedia *licença para comprar beens pera o moesteiro de Santa Maria da Consolaçam em Avrantes* a *frey Vaasco, bispo da Guarda*, o qual *nos dise que elle faz ora hũu moesteiro em Avrantes, a que chamam Santa Maria da Consolaçam* (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 52a-52v).

(304) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CVII, onde vem publicada a súplica dos prelados e representantes dos concelhos, documento existente no ANTT, *Gaveta 14*, maço 3, docum. n. 9. O acto da eleição, em latim, com os nomes dos prelados, em ANTT, *Maço 1 de Cortes*, n. 8, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, liv. III, Coimbra, 1947, n. 2, pp. 2-11. O auto em português encontra-se em ANTT, *Gaveta* 13, maço 10, docum. n. 12, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *op. cit.*, n. 2, pp. 11-19, e MARCELO CAETANO DE SOUSA, *As Cortes de 1385*, docum. n. 1, pp. 66-73. Cf. SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, Braga, 1970, pp. CXXIV-CXXV.

O bispo de Lamego foi quem oficiou na recepção e aclamação do Mestre de Avis como novo rei, a pedido do deão e cabido de Coimbra e do concelho ([305]). *Tinha sido nomeado muitos anos antes do pontificado de Urbano VI, no dia 9 de Junho de 1363. Recebeu a sagração na Cúria pontifícia. Manteve relações estreitas com os monarcas D. Fernando e D. João I, Mestre de Avis, ao mesmo tempo que se interessava pela diocese, não descurando suas relações com o cabido, e bem assim a defesa e confirmação régia dos privilégios eclesiásticos* ([306]). *Depois de*

([305]) Cf. *Livro de Noa*, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. I, livro III, n. 10, pp. 68-69.

([306]) D. Lourenço, bispo de Lamego, assistiu às cortes de Coimbra, em Abril de 1385, e foi ele quem presidiu às cerimónias da investitura de el-rei D. João I como rei de Portugal, também em Coimbra, talvez por ser o bispo mais velho dos presentes. Cf. *Monum. Portug. Vaticana*, II, *Introdução*, p. CVII. Ele foi nomeado bispo de Lamego pelo papa Urbano V no dia 9 de Junho de 1363 (AV, Reg. Aven. 55, fl. 67v). Devia estar então na Cúria pontifícia, porque, segundo súplica de 7 de Agosto de 1363, Gonçalo Gonçalves, provecto em direito canónico, pedia o canonicato e prebenda de Lamego, vacantes pela sagração de D. Lourenço, bispo de Lamego, conferida na Cúria pontifícia (*Monum. Portugaliae Vaticana*, I, Porto, 1968, n. 126). Menos de um mês antes, a 17 de Julho de 1363 (talvez fosse já sagrado bispo) pedia *Laurentius, episcopus Lamecensis* a indulgência plenária em artigo de morte e faculdade de fazer testamento (*Monum. Portugaliae Vaticana*, I, n. 111). A 20 de Julho de 1363, comprometia-se a pagar a taxa da sua promoção: «Anno, indictione, quibus supra [lxiii] et die xx mensis Julii, in camera domini cardinalis Tucellensis et presentia eiusdem et domini archiepiscopi Auxitani, domini pape camerarii, presentibus dominis Hugone Faydici, Petro dAlbiaot, camere apostolice, Helya de Vodro et Johanne de Meianesio, sacri collegii clericis, *dominus Laurentius, episcopus Lamacensis in Portugalia*, promisit camere apostolice et collegio pro suo communi servitio iii.c flor. et v servitia consueta, solvendo medietatem in proximo venturo festo Ascensionis Domini et aliam medietatem in festo Pasce, tunc proxime sequenti. Alioquin, etc. Juravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 36, fl. 65v). A 24 de Março de 1365 pagava o resto da taxa por meio de João Gil, cónego de Lamego: «Universis, etc. Arnaldus, etc. Ad universitatis, etc., quod *reverendus pater dominus Laurentius, episcopus Lamescensis*, pro complemento sui communis servitii, in quo, etc., septuaginta quinque flor. auri camere apostolice necnon pro complemento iiii.or servitiorum, etc., quindecim flor. auri et xx sol. clericis, etc., *per manus Johannis Egidii, canonici ecclesie Lamescensis*, die date presentium solvi fecit. De quibus, etc. In quorum, etc. Datum Avinione, die xxiiii Martii, anno lxb°» (AV, Obl. et sol. 37, fl. 90). El-rei D. Fernando, a 19 de Junho de 1378, passava carta ao bispo Dom Lourenço sobre a jurisdição do bispo de Lamego por *Gomez Martinz, bacharel em leis, seu vasallo e veedor da sua fazenda* (ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fl. 30v). A 15 de Dezembro de 1382, o dito monarca apresentava um clérigo para reitor da igreja de S. Tiago de Marialva ao *Reverendo in Christo patri domino Laurentio, episcopo Lamacensi, seu locum eius tenenti in eadem Lamacensi ecclesia* (ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fl. 27). A 17 de Outubro de 1386, Gil Eanes, corregedor da Beira, fazia notar como «dom Lourenço, bispo de Lamego, pareçeo perante mim e mostroume hũa carta do dicto senhor Rey, escripta em purgaminho e assinada per o dicto senhor Rey e ssellada do seu seello pendente», sobre a aldeia de Aveloso, que pertencia à jurisdição do bispo (ANTT, *Gaveta* 1, maço 6, n. 19). Há vários documentos relativos à sua actividade na diocese, a partir de 1364. No *Martirológio antigo da Sé de Lamego*, fl. 89, n. 24, a seguir à notícia da morte de D. Frei Salvado, vem documento, com data de Lamego, *nos paaços do dicto Senhor Bispo, oyto dias de ffevereyro. Era de Mil e quatrocentos e dous annos*, ou seja de 1364, pelo qual *Nos Lourenço ... bispo de Lamego damos e outorgamos ao cabidoo da nossa See çinquo libras de dinheiros Port. pera senpre que as aia per as nossas Erdades de Parada que fforam de Joham Marcos ... per esta condiçom que o dicto Cabidoo diga em cada hũu ano pera senpre hũa Missa offiziada per a alma de dom ffrey Salvado sobredicto, que nos criou, em este dia do seu obito que he treze dias de Janeyro e sayrem sobre ele com responso e auga beenta e cruz ...*» (ANTT, *Sé de Lamego*, 1.ª remessa, n. 1, fl. 89, n. 24). A 24 de Julho de 1364, era passado um prazo feito nos *paaços do bispo da dicta Cidade, seendo hi Gonçalo Gonçalvez, coonigo e vig.° jeeral da dicta See de Lamego* (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço 1 de prazos*, n. 15b). Além do ducumento original, existe em pública-forma do bispo D. Gonçalo, sucessor de D. Lourenço, passada essa pública forma a 13 de Março de 1408, carta de 1 de Junho de 1365, dada em Trevões, *nos paaços do bispo*, sobre a apresentação doutra *perante ... dom Lourenço ... bispo de Lamego*, sendo essa outra do tempo de D. Frei Salvado (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço 1 de prazos*, n. 42, e caixa 10, *maço 7 de prazos*, n. 37, publ. em *Itinerarium*, 106 (1980) 59, nota 4f). A 22 de Julho de 1365, temos documento com o selo pendente do bispo e passado *nos paaços do honrrado*

el-rei D. Fernando ter voltado à obediência de Urbano VI, nunca mais abandonou o papa de

---

padre e senhor dom Lourenço ... bispo de Lamego, em presença de mim Salvado Martins, scripvam jurado ... perante o dicto senhor bispo (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 12). No dia 2 de Setembro de 1366, estava presente à leitura de uma carta *nos paaços do dicto Senhor bispo* o nosso *D. Lourenço ... bispo de Lamego* (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 1 *de sentenças*, n. 17). O próprio D. Lourenço passava um prazo no dia 5 de Janeiro de 1367, conforme consta de documento com selo pendente (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 25). No dia 17 de Dezembro de 1367, *Stevam Dominguez, coonigo e vigayro geeral do honrrado padre e senhor dom Lourenço ... bispo de Lamego*, notificava a apresentação do testamento de Pero Domingues, sapateiro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 2 *de testamentos, óbitos e capelas*, n. 21). Existe carta de D. Lourenço, bispo de Lamego, datada de Barcos, a 19 de Março de 1369, com a assinatura autógrafa de *Episcopus vidit*, sobre a apresentação de letras do papa Urbano V (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *Maço* 1 *de sentenças*, nn. 18-20). A 30 de Abril de 1369, temos sentença do sobredito Estêvão Domingues, *coonigo e vig.º geeral do honrrado padre Senhor dom Lourenço ... bispo de Lamego*, em contenda entre o cabido de Lamego e o bispo do Porto D. Afonso (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 18, *maço* 5 *de sentenças*, n. 12). No dia 24 de Janeiro de 1370 (1375?) aparece de novo o cónego Estêvão Domingues como *vigairo geeral do honrrado padre Senhor dom Lourenço ... bispo de Lamego* (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 1 *de sentenças*, n. 24). A 16 de Maio de 1370, com a assinatura autógrafa de *Episcopus vidit*, em Trevões, ele *Dom Lourenço ... bispo de Lamego*, executava letras do papa Urbano V (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 1 *de sentenças*, nn. 21-23). No dia 11 de Outubro de 1371, com assinatura autógrafa de *Episcopus vidit*, estabelecia certos estatutos sobre a residência dos cónegos: «Lourenço ... bispo de Lamego ... fazemos saber que Nos, visitando o Cabidoo da nossa eiglesia cathedral ... achamos que algũus coonigos dessa eiglesia se absentam dela e se vam pera as suas eiglesias e logares e fica a See deffaleçuda do officio divino. E porende mandamos que se agarde hũa constituçom fecta pelo bispo dom Frey Salvado, nosso antecessor, em razom das prebendas e rações que os coonigos e rraçoeyros e Moozinhos ham daver, convem a saber, que o pam e o vinho venha todo a mão do prebendeyro e seia distribuydo a cada hũu segundo os dias e do maas que servir em esta guisa que dem a cada hũu coonigo no dia que servir dous dozaaos de vinho em quanto o hi ouver e no dia da dobra quatro e ao raçoeiro no dia da dobra dous e no dia que nom ouver dobra hũu e que se veia o pam que hi ouver o que montara e distribuamnoc ada hũu coonigo per do maas segundo servir. E que nom dem prebenda a nem hũu coonigo, salvo do tempo que servir, nom embargante graça algũa que seia fecta a algũus, salvo aaqueles que forem studantes em Studo ou que andarem comnosco ou que vaam em prol do cabidoo. E outrossi mandamos que o Coonigo que nom servir per sex meses, que nom aia vinho descudeyros nem cevada, posto que tenha besta, e se esto receber e for achado per o livro que nom servio per sey (!) meses, que lhi seia descontado na sua raçom e esto que lhi for descontado seia compensado pelos outros que servirem ... Dante em Lamego, xi dias doutubro. Era de mil iiii.c e nove annos. *Episcopus vidit*» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 4, *maço único de Estatutos*, n. 3). Em pública forma de 30 de Dezembro de 1414, transcreve-se carta de D. Lourenço, de 10 de Julho de 1372, datada de Lamego, sobre o testamento de Vasco Peres, deão da sé de Lamego, feito em Ferreirim, a 23 de Novembro de 1371 (no ms. 1372) (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 3 *de testam., óbitos e capelas*, n. 13). Era este o deão do cabido quando, a 11 de Agosto de 1368, se reuniu sínodo no paço do bispo e D. Lourenço mandou tirar cópia autêntica do livro *Beiçoeiro*, com o tombo dos bens do cabido (Cópia no *Arquivo da Câmara Eclesiástica*. Cf. M. GONÇALVES DA COSTA, *História do bispado e cidade de Lamego*, Lamego, 1977, p. 181, nota 37). A 5 de Novembro de 1374, *em Lamego, dentro na clasta da See, perante ... dom Lourenço, bispo desse logo*, reunia-se o cabido dessa cidade (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 3, *maço* 3 *de compras, vendas e escambos*, n. 4). No dia 12 de Agosto de 1376, Estêvão Domingues, *coonigo e vigayro geeral do honrrado padre Senhor dom Lourenço ... bispo de Lamego*, proferia sentença em causa entre o cabido e Martim Pinhel (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço 2 de sentenças*, n. 3). O sobredito vigário geral de D. Lourenço, bispo de Lamego, dava sentença a 21 de Julho de 1377 em causa ventilada entre Gonçalo Gonçalves, deão, e cabido de Lamego e Silvestre Domingues (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 2 *de sentenças*, n. 4). No dia 15 de Janeiro de 1383, temos carta de prazo de D. Lourenço, bispo de Lamego (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 6). Outro prazo seu, a 22 de Abril de 1383, com a assinatura autógrafa *Episcopus vidit* (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 7). Era este o período do Cisma, no qual D. Lourenço, depois de el-rei D. Fernando se pronunciar pela obediência de Urbano VI, nunca mais abandonou o papa de Roma, ao lado do Mestre de Avis, futuro rei de Portugal. Sabemos por súplica de Vasco Domingues, embaixador de D. Fernando, rei de Portugal, junto do papa Clemente VII, com data antecipada de 24 de Novembro de 1378, que, sem dúvida depois de D. Pedro Tenório, bispo de Coimbra, ter sido transferido para a sé arquiepiscopal de

Roma. Há muita documentação, a atestar sua presença em Portugal e na diocese até à morte, ocorrida em Setembro de 1393. No seu testamento não se esqueceu do predecessor, Frei Salvado Martins. Também o sucessor, D. Gonçalo Gonçalves, e alguns membros do cabido se hão-de recordar dele em seus testamentos ([306a])

Toledo, além do dito Vasco Domingues, chantre de Braga, exerciam o ofício de visitadores apostólicos no reino de Portugal os bispos de Silves e de Lamego, com dúvida se tal ofício teria expirado com a morte do papa Gregório XI, que tinha incumbido dessa visita ao bispo de Coimbra e ao chantre, com faculdade de assumirem um terceiro colega para o mesmo ofício, que os comissionados designaram na pessoa de D. Martinho Anes, bispo de Silves (*Monum. Portugaliae Vaticana*, II, nn. 235-236). De facto, D. Lourenço, bispo de Lamego, aparece em 1378, juntamente com Vasco Domingues, chantre de Braga, e o bispo de Silves, a desempenhar tal múnus de visitador no mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, com disposições sobre a recitação do ofício, recepção dos sacramentos e normas, inclusive sobre o vestir e higiene dos monges, e outras sobre a cura de almas nas igrejas anexas ao mosteiro, como a de S. Fins de Fornos (Docum. publ. por J. P. RIBEIRO, *Dissertações cronológicas e críticas*, t. I, docum. 82, pp. 322-324. Cf. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, I, p. 489).

([306a]) Como o leitor terá observado, já referi atrás alguma documentação régia deste período do cisma, relativa a D. Lourenço, e a sua acção e participação nas Cortes de Coimbra de 1385. Talvez ele andasse ao serviço de D. João I. O certo é que em 1386 o vamos encontrar em Lamego, a governar a diocese. A 9 de Maio de 1386, temos carta de sentença do bispo D. Lourenço, passada em Lamego, com assinatura autógrafa *Episcopus vidit*, em processo ventilado entre o cabido de Lamego e Diogo Afonso da Mota (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço 2 de sentenças*, n. 6). No dia 3 de Outubro de 1386, o notário da sé de Lamego, Lourenço Gonçalves, dá-nos a notícia de ter sido mostrado o testamento do cónego Fernando Martins, perante *dom Lourenço ... bispo da dicta See*, que estava nos seus *paaços, couto da dicta See ... ouvindo os fectos* (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço 2 de testam. óbitos e capelas*, n. 28). A 23 de Junho de 1390, há carta de prazo de D. Lourenço, bispo de Lamego, com Gonçalo Gonçalves, deão da sé (ANTT, *Sé de Lamego* caixa 9, *maço 4 de prazos*, n. 30). No dia 11 de Março de 1392, *Nos Lourenço ... bispo de Lamego ... mandamos seelar esta carta do nosso seello Dante em Lamego*, a confirmar escambo entre o capelão duma capela e o abade de Sarzedo (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 3, *maço 3 de compras, vendas e escambos*, n. 10). No dia 18 do mês anterior de Fevereiro do mesmo ano de 1392, el-rei D. João I atendia requerimento de *dom Lourenço, bispo dessa çidade*, o qual *nos disse que elle e os bispos que ante el foram de longo tenpo ouverom a jurdiçom do couto dessa çidade que se chama do bispo* (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço 3 de doações, cartas e mercês régias*, n. 22). A 13 de Outubro de 1392, *Stevom Dominguez, coonigo e vig.º geerall do honrrado padre Senhor dom Lourenço ... bispo de Lamego*, passava carta de sentença, em processo ventilado entre o cabido e João Domingues, sapateiro, morador no Castelo da cidade (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 18, *maço 6 de sentenças*, n.º 13). No dia 18 de Outubro de 1392, o mesmo vigário geral dava sentença em causa ventilada entre o cabido e João Lourenço, morador em Souto Covo (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço 2 de sentenças*, n. 7). No dia 2 de Janeiro de 1393, *em no Aveloso, nos paços do bispo, perante ... dom Lourenço ... bispo de Lamego*, compareceu *Johanne Afonso, abade de santa Maria de Çedavim*, o qual mostrou e fez ler um testamento de Martim Afomso de Cevadim, com disposições dependentes da vontade do bispo (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço 3 de testam., óbitos e capelas*, n. 34). Morreu no mês de Setembro de 1393, conforme o *Martirológio antigo da sé de Lamego* (ANTT, *Sé de Lamego*, 1.ª remessa, n. 1), fl. 132v: «Sept. Obiit bone memorie dominus Laurentius, episcopus Lamecensis, pro cuius anniversario eius familiaris Lodovicus Gunsalvi, medius canonicus, mandavit quolibet anno imperpetuum Capitulo Lamecensi quinquaginta solidos per suas domos quas habet in Castello. Et Capitulum tenetur celebrare isto die unam missam pro anima dicti episcopi. Era MCCCCxxxi.ª». A 17 de Setembro de 1393, tinha feito seu testamento, no qual se recordava de D. Frei Salvado, bispo de Lamego, do qual fora familiar (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço 2 de testam., óbitos e capelas*, n. 34). O testamento de Luís Gonçalves, meio cónego de Lamego, foi feito a 22 de Fevereiro de 1424 (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço 3 de testam., óbitos e capelas*, n. 31). A 16 de Novembro de 1416, tinha ele feito doação ao cabido, com obrigação de missa anual por alma do bispo D. Lourenço (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço 3 de testam., óbitos e capelas*, n. 20). Também D. Gonçalo, bispo de Lamego, em Abril de 1418, no dia 18, determinava «que digam em cada hũu anno hũa myssa offiçiada polla alma do bispo dom Lourenço e depois de nossa morte, que digam a dicta myssa polla nossa aalma e do dicto bispo dom Lourenço pollo dia do nosso obito» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço 3 de testam., óbitos e capelas*, n. 22, publ. em *Itinerarium*,

O bispo de Évora, muito afecto ao Mestre de Avis, foi nomeado pelo papa de Roma, Urbano VI, por indicação de el-rei D. Fernando ou então do Mestre de Avis, defensor do reino. Juntamente com o bispo do Porto, fez a inquirição de 30 de Março-3 de Abril de 1385 nas cortes de Coimbra sobre a vacância do reino, em favor do Mestre de Avis ([307]). *Ficou na*

---

106 (1980) 65). Aliás já na doação de 4 de Novembro de 1397 ao cabido, D. Gonçalo dispunha de certas rendas «em cada hũu anno ao dicto cabidoo [e] pellas rrendas das dictas erdades ffaçam pela alma delle dicto bispo e do bispo dom Lourenço seu anteçesor e dos outros por que elle he theudo vijnte aniversayros em cada hũu anno» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 3 *de testam., óbitos e capelas*, n. 24, publ. em *Itinerarium*, 106 (1980) 71). No seu testamento D. Lourenço lega vários livros, inclusive de Direito, cujo passo julgo oportuno referir: «... Item mandamos as *Degretaaes* e *Sexto* e as *Crementinas* a Gil Vaasquez, nosso sobrinho, meyo coonigo, per que aprenda. Item leixamos ao Cabiido da nossa ssee o *Degredo* e o *Especulo* e o *Inocençio* e o *Arçediagoo* e os outros livros meudos que os nossos testamenteiros hy acharem, que os ponham na livraria pera estudarem per elles os coonjgos que quiserem estudar. Item mandamos que no dia da nossa sepoltura que os coonjgos e coreiros e ffrades de Sam Francisco e clerigos dAlmacave que nos ffaçam honrra, convem a saber, oras e missas, e que os nossos testamenteiros pagem como virem que conpre ... fecto o dicto testamento em Lamego, na camera dos paaços do dicto Senhor bispo, dez e sete dias de Setembro. Era de mil e iiiic. e trijnta e hũu annos ...» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 2 *de testam., óbitos e capelas*, n. 34, pública-forma de 3 de Junho da era 1432, ano de 1394). Trata-se de livros de Direito Canónico importantes, pois eram as Decretais de Gregório IX, o *Liber Sextus Decretalium* de Bonifácio VIII, as *Clementinas*, colecção do papa Clemente V, o *Decretum Gratiani*, o *Speculum iudiciale* de Guilherme Durante, o comentário do papa Inocêncio IV às Decretais de Gregório IX e o aparato sobre o Decreto de Graciano do canonista Guido de Baisio, arcediago de Bolonha. Registo três cartas suas originais sobre a instituição canónica de priores na igreja paroquial de S. Miguel de Oliveira, de 20 de Jan. de 1364 (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 35, fl. 103), 28 de Fev. de 1374 (*Ibidem*, fl. 101), passadas em Lamego ou Trevões, e do ano 1385 (*ibidem*, fl. 210).

([307]) A célebre inquirição de 30 de Março-3 de Abril de 1385, feita em Coimbra pelos bispos do Porto e de Évora, em ANTT, *Gaveta* 13, maço 3, docum. n. 8, fls. 1-5v, parcialmente publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CXXVI-CXXVIII. A 25 de Maio de 1385, el-rei D. João I doava a D. João, bispo de Évora e do seu conselho, o castelo velho de Évora, bem como a seus sucessores na sé de Évora, na forma e condições como o tiveram os bispos anteriores, antes de el-rei D. Fernando o ter doado a Álvaro Gonçalves de Moura: «Doaçam do Castello Velho dEvora a dom Joham, bispo della, etc. Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee *a dom Joham, bispo da cidade dEvora, do nosso conselho, por muito serviço que del recebemos e entendemos de Receber ao diante*, teemos por bem e damoslhe daqui endiante pera todo sempre pera el e pera todollos outros bispos que hi despois delle vierem o nosso castello velho que he dentro na dicta cidade, e que tenha os seus presos, pella guisa e condiçam que o aviam os bispos que hi ante foram, ante que del fosse fecta doaçam a Alvaro Gonçallvez de Moura per el rrey dom Fernando, nosso jrmãao, a que Deus perdoe ... Dante em Guimaraaes, xxb dias de mayo; el rrey o mandou. Gonçallo Lourenço a fez, era de mil iiii.c xxiii annos» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 1, fl. 110). A 17 de Maio de 1391, D. João I coutava-lhe a ele, D. João, bispo de Évora e do seu conselho, uma herdade que a mesa episcopal havia na ribeira de Coruche: «Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a *Dom Joham, bispo dEvora, do nosso conselho*, e aos que depos elle vierem por bispos da dicta cidade, teemos por bem e lhe coutamos pera todo sempre a sua herdade toda que elle ha na ribeira de Curuche, que perteence a sua mesa ... Dante na cidade dEvora, xbii dias de mayo. El rrey o mandou. Stevam Dominguez a fez. Era de mil iiii.c xxix annos» (ANTT, *Chancela. de D. João I*, livro 2, fl. 58v). A 16 de Novembro de 1396, concedia ao dito D. João, bispo de Évora e do seu conselho, carta de privilégio para o seu lugar de Monte Agraço que tinha jurisdição própria: «Privillegios de Monte Agraço, per razam do Alardo. Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que o bispo dEvora do nosso conselho nos disse que o seu lugar de Monte Agraço ha jurdiçom sobre ssy e que sempre custumarom de servir os do dicto lugar com o concelho de Torres Vedras. E que nos pedia por mercee que mandasemos que daqui endiante nom fossem allo fazer alardo nem servir com os do dicto lugar. E que o coudel da Ruda os ouvese de veer e lhes fosse allo fazer alardo ... Dante na cidade de Lixboa, xvj dias de novembro, el rrey o mandou per Ruy Lourenço, dayam [fl. 128va] de Coimbra, licentiado em degredos, do seu desembargo, nom seendo hi Joham Affomso, scollar em leis, do dicto desembargo. Alvaro Gonçalvez a fez, era de mil iiii.c xxxiiii annos» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fls. 128b-128va).

História de Portugal como um dos principais embaixadores junto de Urbano VI e Bonifácio IX, papas de Roma, a fim de obter a confirmação pontifícia da eleição de el-rei D. João I e a dispensa para o casamento com Dona Filipa de Lencastre ([308]). *A nomeação episcopal teve lugar durante o pontificado de Urbano VI, provavelmente no ano quinto ou sexto, conforme notícias sobre o pagamento da taxa em várias prestações dos anos 1390, 1393, 1395, 1397, 1399 e 1401* ([309]).

D. João, bispo do Porto, também inquiridor nas cortes de Coimbra de 1385 sobre a

---

([308]) Sobre a actividade do bispo de Évora, D. João, na Cúria dos papas Urbano VI e Bonifácio IX, cf. SOUSA COSTA, ofm, *Monum. Portug. Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CVII, CXII, CXIII.

([309]) Quanto a D. João, bispo de Évora, temos notícias da sua promoção, contrastantes, enquanto nos indicam o ano quarto, quinto e sexto do pontificado de Urbano VI: «Die xiii mensis Octobris [1390], *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, episcopus Elborensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii flor., etc., cxx, sol. xx, den. x. Et pro parte partis unius minuti servitii, etc., flor. viiii, sol. xxxi, den. viii; *fuit promotus anno iiii (!) domini Urbani vi;* fuerunt in ipsius promotione cardinales xb, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 25). «Die xxiiii mensis Septembris [1393] *Reverendus pater dominus Johannes, episcopus Elborensis*, solvit pro parte partis sui communis flor. lxxxii, sol. xiii, den. viiii. Et pro minuto flor. v, sol. xvi, den. vi. Summa flor. lxxxvii, sol. xxx, den. iii; *fuit promotus anno vi. domini Urbani;* fuerunt in eius promotione cardinales xvi, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 64v). «Die xvii Junii [1395] *dominus Johannes, episcopus Elborensis*, solvit pro parte partis sui communis, etc., flor. lxxxiii, sol. xvi, den. viii et pro minuto flor. vi, sol. xxxiii, den. iiii. Summa flor. lxxxx; *fuit promotus anno vi. domini Urbani;* fuerunt in eius promotione cardinales xvi, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 88v). «Die x.º mensis Januarii, v.ª indictione [1397], *dominus Johannes, episcopus Elborensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii xlvii flor., sol. xl et pro minuto nichil; *fuit promotus anno vi. domini Urbani;* fuerunt in eius promotione cardinales xvi, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 117). «Die decima octava mensis Augusti [1399] pontificatus, etc. *Reverendus pater dominus Johannes, episcopus Elborensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii, etc., centum viginti flor. auri de camera, non facta divisione de minuto servitio, etc. *Fuit promotus anno quinto domini Urbani vi.* Cardinales omnes mortui. Capit clericus collegii flor. i et solidos x. Restant flor. Cxviii et sol. xl. Capit camera totum [*Margem direita do texto:* Nota quod iste pecunie fuerunt solute de mense May, sed quitancia fuit facta de mense Augusti de maiori summa et hoc de mandato domini nostri] (AV, Obl. et sol. 54, fl. 4v). «Die xx.ª Junii, indictione viiii [1401] *Johannes, episcopus Elborensis*, solvit pro complemento sui communis servitii flor. viginti octo, sol. x, den. iiii et pro unius sui minuti servitii complemento flor. xxxb, sol. xiiii, den. i. Summa in totum flor. lxiii, sol. xxbiii, den. b; *fuit promotus anno v.º Urbani;* fuerunt in eius promotione cardinales xb. Capit clericus collegii sol. xxxi, den. viii. Totum residiuum capit camera, quia omnes sunt mortui. Restant fl. lxii, sol. xlii, den. vii. Anno Domini M. quadringentesimo primo, indictione viiii[a], die xxiii mensis Junii, pontificatus domini nostri Bonifacii anno xii, facta divisione de solutionibus communis et minutorum servitiorum factis per suprascriptos prelatos videlicet incipiendo a Reverendo patre domino Francisco, episcopo Nepesino, usque ad supra proximam solutionem domini Johannis episcopi Elborensis inclusive, capiunt infrascripti domini cardinales et camera apostolica per modum qui sequitur ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 32). Urbano VI prorrogava-lhe o termo para pagar o resto da taxa devido pela promoção, a 31 de Outubro de 1386, e a 25 de Maio de 1387: «Nos Franciscus, etc. Quod intellecta mole gravaminum pro parte Reverendi in Christo patris domini *Johannis, Dei gratia episcopi Elborensis*, coram nobis exposita, que ipsum ad solvendum id in quo camere collegii dictorum dominorum cardinalium pro suo communi et uno minuto servitiis, etc., terminum ... usque ad festum Ressurrectionis Domini nostri Jhesu Christi proxime futurum prorogamus et de novo assignamus eidem, ita tamen quod si in solutione, etc. In quorum testimonium, etc. Datum Janue, sub anno a nativitate Domini millesimo trecentesimo octuagesimo sexto, indictione nona, die ultima mensis Octobris, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani divina providentia pape sexti anno nono» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 30). «Nos Franciscus, etc. Quod intellecta mole gravaminum [pro parte Reverendi in Christo patris domini *Johannis, Dei gratia episcopi Elborensis*, coram nobis exposita], etc., terminum faciende solutionis dictorum communis et unius minuti servitiorum usque ad festum Apostolorum Petri et Pauli proxime futurum prorogamus et de novo assignamus eidem, etc., ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Luce, sub anno a nativitate Domini millesimo trecentesimo octuagesimo septimo, indictione decima, die vicesima quinta mensis Maiy pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani divina providentia pape sexti anno decimo» (AV, Obl., et sol. 47, fl. 22v).

vacância do reino, tinha sido trasladado de Silves para aquela sede episcopal, em Fevereiro de 1373, e morreu à volta de 1389, como se infere de documentação pontifícia, atinente à diocese do Porto ([309a]).

D. Frei Rodrigo, bispo de Cidade Rodrigo, pertencente à obediência do papa de Roma, circunstância esta que lhe acarretou muitos dissabores, foi nomeado pelo papa Urbano VI, antes

---

Quando, em 1385, nos meses de Março e Abril, se tratou da inquirição sobre os casamentos de D. Pedro e ilegitimidade de Dona Beatriz para ser rainha de Portugal, foi D. João, bispo de Évora, um dos inquiridores principais (cf. nota 307). E nas cortes gerais de Abril de 1385, no dia 10 deste mês, foi também D. João, bispo de Évora, um dos indigitados pelos representantes do Povo para conselheiro do novo rei D. João I, o qual respondia «que el com o conselho daquelles, que por vos som nomeados, a saber, *o Bispo dEvora*, Diogo Lopes Pacheco, Vasco Martinz de Merlo, o Doutor Gil dOssem, o Doutor Joam das Regras, o Doutor Martim Afonso ... entende reger e governar estes Reinos em Direito e Justiça ...» (ANTT, *Cortes*, livro II, fls. 1-18, publ. por MARCELO CAETANO, *Cortes de 1385*, Coimbra, 1951, pp. 76-77, 86. *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, Lisboa, 1968, n. 385, p. 129). A 25 de Maio de 1385 el-rei fazia «doaçam do castello velho dEvora a dom Joham bispo della», dizendo o monarca fazer tal merce «a *dom Joham, bispo da cidade dEvora, do nosso conselho*» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, fl. 110). Ainda no mesmo ano, a 5 de Setembro de 1385, dirigia-se D. João I «a vos dom Joham bispo da mui nobre leal çidade de Lixboa e *dom Joham, bispo da cidade dEvora*», a encarregá-los de informação sobre pedido de Gil Esteves, prior da igreja de Santa Maria de Sacavém, relacionado com a Universidade de Lisboa (docum. publ. em *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, n. 387). A 17 de Maio de 1391, o monarca de Avis concedia «Coutada em Coriche a dom Joham, bispo dEvora, e a seus sucessores»: «Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, *querendo fazer graça e merçee a dom Joham, bispo dEvora, do nosso conselho* ...» (ANTT, *Chancela. de D. João I*, livro 2, fls. 58vb-59a). Também a 3 de Dezembro de 1397 o monarca se referia a carta por ele dada *ao bispo dEvora, do nosso conselho* (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 5, fl. 71, publ. em *Chartularium Univer. Portugalensis*, II, n. 525). Por sua morte, sucedeu na sé de Évora Martinho Gil, bispo de Silves, no dia 6 de Fevereiro de 1404 (AV, Reg. Lat. 112, fls. 235-236v).

([309a]) D. João, bispo do Porto, que em 1385 tomou parte na inquirição, juntamente com D. João, bispo de Évora, e assistiu às cortes de Coimbra, parece foi transferido da sé de Silves para a do Porto, no dia 9 de Fevereiro de 1373 (AV, Reg. Aven. 190, fl. 26): «Venerabili fratri Johanni, episcopo Portugalensi. Salutem, etc. Romani pontificis ... Dudum siquidem bone memorie Alfonso, episcopo Portugalensi, regimini Portugalensis ecclesie presidente, nos cupientes eidem ecclesie, cum ipsam vacare contingeret, per operationis nostre ministerium utilem presidere personam, provisionem eiusdem ecclesie ordinationi et dispositioni nostre ea vice duximus specialiter reservandam ... Postmodum vero prefata ecclesia per obitum eiusdem Alfonsi episcopi, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacante, Nos vacatione huiusmodi fidedignis relatibus intellecta, ad provisionem ipsius ecclesie celerem et felicem ... ne ecclesia ipsa prolixe vacationis exponeretur incommodis, paternis et solicitis studiis intendentes, post deliberationem quam de preficiendo eidem ecclesie personam utilem et fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad te episcopum Silvensem...nostrum duximus animum dirigendum...Datum Avinione, v Idus Februarii, anno tertio. In eodem modo dilectis filiis capitulo ecclesie Portugalensis ... In eodem modo dilectis filiis clero civitatis et diocesis Portugalensis ... [fl. 27] ... In eodem modo dilectis filiis populo civitatis et diocesis Portugalensis ... In eodem modo dilectis filiis universis vasallis ecclesie Portugalensis ... In eodem modo venerabili fratri archiepiscopo Bracharensi ... In eodem modo carissimo in Christo filio Fernando, regi Portugalie illustri ... Datum ut supra». Deve ter morrido à volta de 1389, porque, a 26 de Abril de 1389, obrigava-se pela taxa respectiva D. Fernando, patriarca de Jerusalém, nomeado administrador da diocese do Porto: «Anno [lxxxviiii], indictione, pontificatu, loco, coram et presentibus, quibus supra, die Lune, vicesima sexta mensis Aprilis, *Reverendus pater dominus Fernandus, patriarcha Jerosolimitanus, habens in commendam ecclesiam Portugalensem, per honorabilem virum dominum Petrum Arnaldi, abbatem monasterii Valliselecti (!), Palentine diocesis, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum,* promisit camere et collegio pro suo communi servitio dicte ecclesie Portugalensis mille florenorum auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit si et in quantum, etc. Solvendo totum promissum in festo Resurrectionis Domini nostri Ihesu Christi proxime futuro, alioquin, etc. Iuravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 114v). D. João, bispo do Porto, era deão do cabido desta sé, quando foi nomeado bispo de Silves por Urbano V, no dia 5 de Novembro de 1365 (AV, Reg. Aven. 160 fl. 45v-47). Sobre a inquirição e assistência às cortes de Coimbra, cf. *Monumenta Portugaliae*

da eleição de D. João I, talvez quando este era defensor do reino ([310]). *Na designação dos bispos da obediência de Roma desta diocese, bem como de Tui e de Badajoz ou Badalhouce, que abrangiam alguns territórios portugueses, mas tinham a sede em Castela, devia ter exercido muita influência D. João I, como verdadeiro monarca de Portugal. É quanto se deve ter passado com D. Pedro, bispo de Badalhouce sucessor de D. Fernando, por cuja taxa se obrigava aquele em 1390 na cúria do papa de Roma* ([310a]), *onde se encontrava também em 1392 e 1394, e se obrigava pelas taxas dos abades de S. João de Arnóia e de Santa Maria de Pombeiro e de Frei Fernando, bispo de Astorga* ([310b]). *Constitui caso eloquente, neste particular,*

Vaticana, II, *Introdução*, pp. CVII, CXXVI-CXXVIII. Há carta sua originai, de 11 de Julho de 1384, dada na cidade do Porto, sobre a instituição canónica do prior da igreja de S. Bartolomeu de Baião (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 18, fl. 455).

([310]) Não tenho notícias certas sobre o ano da promoção de D. Rodrigo, bispo de Cidade Rodrigo, que assistiu às cortes de Coimbra, em Abril de 1385. Cf. *Monum. Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CVII. A 24 de Fevereiro de 1391, o papa Bonifácio IX concedia-lhe em comenda o mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, para o compensar das muitas despesas e dissabores que tivera de sofrer com o cisma, pelo facto de a maior parte da sua diocese estar ocupada pelos cismáticos castelhanos (AV, Reg. Lat. 17, fls. 145v-146v, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, Braga, 1967, *Documentos*, n. 1, pp. 237-239). Segundo bula do papa João XXIII, de 16 de Abril de 1410 (AV, Reg. Lat. 142, fls. 214-215, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, *Documentos*, n. 19, pp. 253-254), por morte de D. Rodrigo, o papa Bonifácio IX concedera em comenda a diocese de Cidade Rodrigo ao bispo de Lamego D. Gonçalo Gonçalves. Ora, por bula de 3 de Julho de 1403, Bonifácio IX anexava à sé de Lamego, a pedido da rainha Dona Filipa, as terras portuguesas da diocese de Cidade Rodrigo, cujo bispo, com sede em terras castelhanas, era cismático, esclarecendo o pontífice que as terras portuguesas da diocese estiveram na posse do falecido bispo D. Rodrigo (AV, Reg. Lat. 108, fls. 159v-160, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias ...*, *Documentos*, n. 12, pp. 248-250). Donde se tira que a morte de D. Rodrigo deve ter ocorrido na primeira metade do ano 1403. A 3 de Julho de 1385, D. João I tinha-lhe doado a vila de Torres Vedras *por respeito de sua pesoa* (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 97b, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias ...*, p. 83, nota 216). A 28 de Novembro de 1396, tinha-lhe mandado entregar «o seu castello de Castel Boõ», a ele «dom R.º, bispo de Cidade, que lhe fez menagem em Lixboa» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fl. 123b, publ. por SOUSA COSTA, *op. cit.*, p. 83, nota 216).

([310a]) Sobre o bispo de Badalhouce, há notícia de que se apresentava pessoalmente na câmara apostólica em Roma, no dia 31 de Outubro de 1390, a obrigar-se pela respectiva taxa da promoção: «Anno, indictione, pontificatu, loco, quibus antea, die vero predicta Lune, ultima dicti mensis Octobris, coram prefato Reverendissimo in Christo patre et domino domino Marino, miseratione divina sancte Marie Nove dyacono cardinali, domini pape camerario, presentibus Reverendo in Christo patre domino Augustino, Dei gratia episcopo Perusino, et venerabilibus viris dominis Paulo Baylardino et Francisco apostolice camere et Jacobo Warna, collegii clericis, *Reverendus in Christo pater dominus Petrus, Dei gratia episcopus Pacensis, personaliter promisit camere et collegio pro suo communi servitio*, ducentos flor. auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere et collegio pro communi servitio domini Fernandi, predecessoris sui, alios ducentos similes florenos et quinque servitia consueta, solvendo totum promissum a festo omnium Sanctorum proxime futuro ad annum ex tunc proxime secuturum et recognitum in simili festo, anno revoluto. Alioquin, etc. Iuravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 142). «Eadem die [31 Oct. 1390]. *Reverendus in Christo pater dominus Petrus, episcopus Pacensis in Yspania*, obligavit se et promisit camere et collegio predictis pro suo communi servitio flor. auri de camera ducentos et quinque servitia consueta. Item recognovit pro domino Fernando, predecessore suo, in similibus ducentis flor. et quinque servitiis consuetis. Solvendo suum tamen commune servitium a festo Omnium Sanctorum proxime futuro ad annum et recognita in similibus terminis, anno revoluto» (AV, Obl. et sol. 52, fl. 22).

([310b]) Estava em Roma no ano de 1392, onde se comprometia a pagar, em nome do abade de Pombeiro, a 7 de Agosto, e em nome do abade de S. João de Arnóia, a 18 de Setembro, a taxa devida pela promoção aos respectivos mosteiros: «lxxxxii anno, indictione, pontificatu, loco, quibus antea, die vero predicta Mercurii, septima dicti mensis Augusti, coram prefato Reverendissimo in Christo patre et domino domino Marino, miseratione divina sancte Marie Nove dyacono cardinali, domini pape camerario, presentibus Reverendo in

D. Toríbio, bispo de Tui, que desde 1388, pelo menos, se encontrava na cúria de Urbano VI e de Bonifácio IX. E a influência de el-rei de Portugal torna-se evidente mais ainda com as administrações independentes dos respectivos territórios portugueses ([310c]).

Christo patre domino Augustino, Dei gratia episcopo Perusino, domini nostri pape thesaurario, et venerabilibus viris dominis Paulo, Thoma et Francisco, apostolice camere, et Jacobo, collegii clericis, *venerabilis pater frater Johannes Johannis, abbas monasterii sancte Marie de Palumbario ordinis sancti Benedicti, Bracarensis diocesis, per Reverendum patrem dominum Petrum, episcopum Pacensem, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, promisit camere et collegio* pro suo communi servitio iuxta taxam de novo factam secundum informationem habitam de partibus de vero valore dicti monasterii a commissariis ad hoc deputatis per cameram et collegium septingentos viginti sex florenos auri de camera et duos tertios alterius similes florenos et quinque servitia consueta, solvendo medietatem in festo Ressurrectionis Domini nostri Yhesu Christi proxime futuro, aliam medietatem in simili festo, anno revoluto, alioquin, etc. Iuravit etc.» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 173v. Cf. Obl. et sol. 52, fl. 49v). «lxxxxii, anno, indictione, pontificatu, loco, coram et presentibus quibus supra, die vero Mercurii, decima octava dicti mensis Septembris, *venerabilis pater frater Johannes Martini, abbas monasterii sancti Johannis de Arnoya, ordinis sancti Benedicti, Bracarensis diocesis, per Reverendum patrem dominum Petrum, episcopum Pacensem, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, promisit camere et collegio* pro suo communi servitio centum septuaginta quinque flor. auri de camera et tertiam partem alterius similes flor. et quinque servitia consueta, solvendo totum in festo Assumptionis beate Marie Virginis proxime futuro, alioquin, etc. Iuravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 175. Cf. Obl. et sol. 52, fl. 51).

Também aí estava no ano de 1394, como procurador de D. Frei Fernando, bispo de Astorga, franciscano, em nome do qual se obrigava a pagar a taxa devida pela comenda do mosteiro de Paço de Sousa: «lxxxx iiii.º anno, indictione, pontificatu, loco, quibus supra, die vero Iovis, decima octava mensis Maiy, coram prefato Reverendissimo in Christo patre et domino domino Marino, miseratione divina sancte Marie Nove dyacono cardinali, domini pape camerario, presentibus Reverendo in Christo patre domino Antonio, episcopo Penensi, et venerabilibus viris dominis Paulo, Francisco et Martino, apostolice camere, et Flamengho, collegii clericis, *Reverendus in Christo pater dominus Fernandus, electus in episcopum Astoricensem, commendatarius monasterii sancti Salvatoris de Palatiolo, ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis, per Reverendum patrem dominum Petrum, episcopum Pacensem, procuratorem suum, ad hoc legitime constitutum,* pro suo communi servitio quatringentos quinquaginta flor, auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere et collegio pro communi servitio fratris Alfonsi ... (AV, Obl. et sol. 48, fl. 196).

([310c]) Do bispo de Tui recordo que, a 4 de Agosto de 1388, o arcebispo eleito de Compostela, D. Gomes prometia pagar a taxa da sua promoção, precisamente *per Reverendum patrem dominum Turibium, episcopum Tudensem, procuratorem suum, ad hoc legitime constitutum* (AV, Obl. et sol. 48, fl. 107). A este D. Toríbio, bispo de Tui, concedia o papa Bonifácio IX o indulto de visitar a cidade e diocese por outras pessoas, em Janeiro de 1391, encarregando da execução ao abade de Tarouca, a Rodrigo Gonçalves de Cerveira, cónego do Porto, e a Álvaro Peres, cónego de Coimbra: «Bonifacius, etc. Venerabili fratri Turibio, episcopo Tudensi. Salutem, etc. Devotionis tue sinceritas ... Hinc est quod nos tuis supplicationibus inclinati, ut ecclesias et monasteria aliaque loca ecclesiastica eorumque personas tuarum civitatis et diocesis, in quibus tibi visitationis officium de iure vel consuetudine competit, possis per aliquam seu aliquas personam seu personas ydoneam vel ydoneas, quam vel quas ad id duxeris deputandam seu etiam deputandas, quotiens tempus visitationis ingruerit, visitare et procurationes ratione visitationis huiusmodi tibi debitas ab eisdem ecclesiis, monasteriis, locis et personis taliter visitatis hinc ad triennium in pecunia numerata recipere, dummodo procurationes huiusmodi summam triginta librarum Turonensium argenti, quorum duodecim valeant unum florenum auri de Florentia, pro die quolibet non excedant ... fraternitati tue, auctoritate presentium, indulgemus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, secundo Idus Januarii, anno secundo. Simili modo dilectis filiis abbati monasterii sancti Johannis de Tarauca Lamacensis et Roderico Gundisalvi Cerveyra Portugalensis et Alvaro Petri [fl. 204v] Colimbriensis ecclesiarum canonicis ...» (AV, Reg. Lat. 17, fl. 204-204v). Residia na Cúria Romana, motivo por que lhe era confiada a execução de muitas bulas. Eis uma, em que a ele D. Toríbio, bispo de Tui, a morar na Cúria Romana, o papa mandava conferir a Fernando Martins, cónego de Braga, o canonicato da igreja colegiada de Guimarães, a que renunciava Garcia Sanches, *cursor* ou correio de Bonifácio IX: «Bonifacius, etc. Venerabili fratri Turibio, episcopo Tudensi, in Romana Curia commoranti. Salutem, etc. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Fernandus Martini, canonicus ecclesie Bracharensis, fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur ad gratiam liberales. Cum itaque, sicut accepimus, dilectus filius Garsias Sancii, clericus, per-

D. João Cabeça de Vaca, bispo de Coimbra, deve ter fugido com os castelhanos e portugueses, favoráveis ao monarca de Castela, durante as guerras entre D. João, rei de Castela, e Portugal, por via dos direitos de sucessão. No II volume de Monumenta Portugaliae Vaticana, *encontrará o leitor notícias sobre vários róis de súplicas, dos meses de Fevereiro e Março de 1385, de D. João, bispo de Coimbra, embaixador de el-rei de Castela, Leão e Portugal, ao papa de Avinhão, Clemente VII. Como se viu, à volta de 1387, o monarca castelhano retinha-o na prisão como traidor, mas, alguns anos depois, aparece ao lado de el-rei de Castela na defesa de Clemente VII* ([311]).

---

petuus beneficiatus, canonicus nuncupatus, in ecclesia collegiata et seculari beate Marie de Vimaranis Bracharensis diocesis, quoddam perpetuum beneficium sine cura, canoniam nuncupatum, quod in dicta ecclesia obtinet, libere et sponte resignare proponat, nos votis eiusdem Garsie, qui cursor noster existit, in hac parte favorabiliter annuentes ac dicto Fernando premissorum meritorum suorum intuitu gratiam specialem facere volentes, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus resignationem huiusmodi ab ipso Garsia vel procuratore suo, ad hoc ab eo specialiter constituto, si eam libere et sponte facere voluerit, ut prefertur, auctoritate nostra hac vice dumtaxat recipias et admittas et ea sic per te recepta et admissa, beneficium predictum, etiam si perpetua portio existat, cuius fructus, redditus et proventus viginti duorum florenorum auri secundum communem extimationem valorem annuum, ut dictus Fernandus asserit, non excedunt, cum illud per huiusmodi resignationem vacare contigerit ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, eidem Fernando auctoritate nostra conferas et assignes ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Kalendis Maii, anno tertiodecimo. N. xxiiii de Ben.to» (AV, Reg. Lat. 98, fls. 106v-107). Há várias bulas de Bonifácio IX, a encarregar, juntamente com outros portugueses, o bispo de Badalhouce da execução de concessões feitas a clérigos portugueses da obediência de Roma (Cf. por exemplo Reg. Lat. 10, fls. 188v-190, 202-203, Reg. Lat. 55, fls. 34v-35v). Este bispo de Badalhouce vivia ainda no ano de 1421, embora já velho, com cerca de 70 anos, motivo por que o clero português da diocese de Badajoz pedia a Martinho V que a administração dos territórios portugueses da diocese de Badajoz, até aí governados por D. Pedro, enquanto outro bispo governava os territórios situados em Castela, passasse ao bispo de Évora, tendo o papa outorgado a concessão, limitada à vida desse bispo de Badajoz, D. Pedro, velho de cerca de 70 anos. Cf. docum. publ. por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV* (*Estudos e textos da Idade Média e Renascimento*, n. 2), *Documentos*, n. 37, pp. 274-275.

([311]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 620b-621, 624-631. Cf. MANUEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, VIII, p. 736, e SALVADOR DIAS ARNAUT, *Crise da nação nos fins do século XVI*, Coimbra 1960, p. 201-202, e MARCELLO CAETANO, *As Cortes de Coimbra de 1385*, Coimbra, 1951, p. 7. Há um documento do cabido da sé de Coimbra, em que ainda aparece D. João Cabeça de Vaca como bispo de Coimbra a 6 de Agosto de 1383, mas em documentos de 2 de Outubro de 1385 e 6 de Junho de 1386, indica-se a diocese de Coimbra como *sé vagante* (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 6, n. 1079, maço 3, n. 130, maço 5, n. 284). O testamento do rei de Castela foi assinado por D. João, bispo de Coimbra. Cf. MANOEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, VIII, p. 736, e SALVADOR DIAS ARNAUT, *Crise da nação nos fins do século XIV*, Coimbra, 1960, p. 201, e MARCELO CAETANO, *As cortes de Coimbra de 1385*, Coimbra, 1951, p. 7. Assistiu às negociações e ao casamento de el-rei de Castela com Dona Beatriz, filha de D. Fernando, em Maio de 1383. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CCCLXXXV. Figura aí como bispo de Coimbra, apesar de Clemente VII o ter transferido a ele, João Cabeça de Vaca, da sé conimbricense para a de Conches, nomeando, no dia 29 de Janeiro de 1383, bispo de Coimbra a D. Ângelo, bispo de Pésaro (AV, Reg. Aven. 232, fls. 108-109). Aparece ainda durante o pontificado de Clemente VII como bispo de Coimbra e embaixador de el-rei de Castela junto dos papas de Avinhão, e como referendário de Bento XIII, em 1396 (*Monum. Portugaliae Vaticana*, II, Súplicas do pontif. de Clemente VII, nn. 620b, 621, 624, 634f. Cf. B. KATTERBACH, OFM, *Referendarii utriusque signaturae a Martino V ad Clementem IX* ..., p. XXVII). Como se viu (nota 294g), à volta de 1387, el-rei de Castela considerava-o traidor à sua causa e mantinha-o na prisão.

Existe documento original, com parte de um dos quatro selos, que tinha, e com data de 16 de Agosto de 1391 (AV, *Instrum. Miscel.*, n. 3499), a atestar a sua presença em Simales, diocese de Palença, Castela, e obediência ao papa de Avinhão. Na presença de D. Domingos, bispo de Saint-Pons de Tomières, núncio e legado apostólico do papa Clemente VII, de D. João, bispo de Coimbra, e de outros, o arcebispo de Toledo D. Pedro, primaz e chanceler-mor de el-rei de Castela, D. Frederico, duque de Benevento, D. Martinho

Nas cortes de Coimbra de Abril de 1385, como se viu também, não estava nenhum bispo de Viseu, porque Clemente VII nomeou Pedro Lourenço Buval, em 1384, arcebispo de Braga da sua obediência, não reconhecendo a nomeação para bispo de Viseu por Urbano VI que, em Outubro de 1385, nomeava bispo desta cidade a D. João Peres e depunha D. Pedro Lourenço Buval. De facto, a 30 de Março de 1386, el-rei D. João I outorgava a D. João, bispo de Viseu, e à sua catedral todos os seus privilégios. Foi este D. João Peres, bispo de Viseu, quem sucedeu ao arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente como colector apostólico no reino de Portugal. Nesta qualidade entregava ele dinheiros da colectoria portuguesa à câmara apostólica por meio de João Durando, cónego de Évora, e de Vicente Domingues, clérigo do Porto, no dia 18 de Março de 1389 ([311a]). *Devia ter sido neste ano que ele, D. João, bispo de Viseu e colector apostólico em Portugal, nomeava vários subcolectores no reino: Antão Domingues, cónego e abade de S. Tiago de Antas, na cidade*

Anes de Barbuda, mestre da Ordem de Alcântara, e D. Diogo Furtado, senhor de la Vega, juravam fidelidade e prometiam perseverar na obediência do papa Clemente VII e seus sucessores, como fizera D. João, rei de Castela: «In nomine Domini, amen. Noverint universi presentes pariterque futuri quod anno a nativitate Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione decima quarta et die decima sexta mensis Augusti, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Clementis, divina providentia pape septimi, anno tertiodecimo, in Reverendissimi in Christo patris et domini domini Dominici, miseratione divina Sancti Pontii Thomeriarum, ad regna Castelle et Legionis sedis apostolice nuncii, et eadem miseratione Johannis Colimbriensis episcoporum, necnon nobilium virorum dominorum Robineti de Braquemonte et Fernandi Alvari de Tholeto, militum, meique notarii publici infrascripti presentia personaliter constituti, Reverendissimi in Christo pater et dominus dominus Petrus, eadem miseratione archiepiscopus Tholetanus Ispaniarum primas, cancellarius maior regni Castelle necnon illustris princeps et dominus dominus Fredericus, dux Beneventanus, ac magnificus et potens vir dominus Martinus Johannis de Barvuda, magister milicie de Alcantara, et nobilis et potens vir dominus Didacus Furtadi, dominus de la Vega, eorum spontanea ac pura, mera et simplici voluntate confessi fuerunt et promiserunt et tenore huius publici instrumenti promittunt et iurant se in futurum constantissime staturos et perseveraturos firmiter in ea fide et opinione certissima quoad factum Romane Ecclesie in materia scismatis proh dolor in Ecclesia sancta Dei nunc vigentis, eo modo et forma ac meliori, si fieri potest, pura et simplici fide preambula, quibus recolende memorie dominus Johannes, rex Castelle, pro domino nostro Clemente papa septimo ac suis successoribus Romanis Pontificibus rite et canonice intrantibus se hactenus declaravit, qualitercunque regni negotia contingat, procedere in futurum. De quibus omnibus et singulis suprascriptis prefati domini archiepiscopus, dux, magister et Didacus voluerunt et michi notario infrascripto preceperunt fieri unum vel plura publicum seu publica instrumenta. Acta, promissa et dicta fuerunt hec in ortis de Simantes Palentine diocesis, ubi pro tunc dicti domini archiepiscopus, dux et magister et Didacus cum suis exercitibus ac gentium armigerarum strepitu in multitudine copiosa degebant, sub anno, indictione, die, mense et pontificatu predictis, presentibus quibus supra. Et ad maiorem firmitatem premissorum prelibati domini archiepiscopus, dux, magister Alcantare et Didacus Furtadi presenti instrumento cum suorum propriorum nominum subscriptione sigilla sua duxerunt appensione muniri. Eo el Duque. Petrus, archiepiscopus Toletanus. Nos ho M.e don Martin Anes de Barvuda. Diego Furtado. Et ego Gerardus Rebolla, clericus Lemovicensis diocesis, publicus apostolica et imperiali auctoritatibus notarius, premissis omnibus et singulis presens personaliter interfui eaque sic fieri vidi et audivi et in hanc publicam formam redegi signoque meo consueto una cum ipsorum dominorum sigillorum appensione signavi in fidem et testimonium omnium et singulorum premissorum rogatus et requisitus».

([311a]) ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 1, fl. 155. AV, Arm. 29, t. 1, fl. 61: «Marinus, etc. Universitati, etc. Salutem, etc. Universitati, etc. Quod Reverendus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia episcopus Visensis, in regno Portugalie fructuum, reddituum et proventuum apostolice camere debitorum collectori, de pecuniis ad apostolicam cameram spectantibus, per ipsum in dicto regno collectis, quingentos flor. auri de camera nobis per manus domini Johannis Durandi, canonici Elborensis, et Vincentii Dominici, clerici Portugalensis, solvi fecit realiter cum effectu. De quibus quingentis florenis auri de camera sic nobis datis et solutis dictum dominum Johannem, episcopum, eiusque heredes et successores et omnes, quorum interest vel intererit seu interesse posset vel poterit in futurum, tenore presentium, quitamus, absolvimus et etiam liberamus. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anno Domini M.ccc lxxxix, indictione xii, die xviii mensis Martii, pontificatus, etc., anno xi.mo A. Pennensis, thesaurarius. Receptum».

e diocese de Braga, Diogo Henriques, cónego do Porto e abade do mosteiro de Cedofeita, na cidade e diocese do Porto, Luís de Moreira, cónego de Coimbra, na cidade e diocese de Coimbra, Lourenço Anes, arcediago e cónego de Lisboa, na cidade e diocese de Lisboa, Afonso Anes, cónego de Silves, na cidade e diocese de Silves, Martinho Anes, cónego de Évora e reitor da igreja paroquial de S. Salvador de Beja, na cidade e diocese de Évora, João Domingues, cónego de Viseu, na cidade e diocese de Viseu, Gervásio Gonçalves, cónego de Lamego, na cidade e diocese de Lamego. Para a diocese e cidade da Guarda nomeava apenas seu procurador a Aparício Domingues, cónego da Guarda ([311b]).

Através de um mercador de Génova, D. João, bispo de Viseu e colector apostólico no reino de Portugal, entregava mais dinheiros à câmara apostólica, no dia 15 de Agosto de 1389 ([311c]). *A 10 de Janeiro de 1390, a câmara apostólica por mandato do papa escrevia a D. João, bispo de Viseu e colector apostólico em Portugal, para entregar cem florins ao cavaleiro Laorator de Perpinhão, que o papa enviava a algumas partes, a fim de tratar de negócios do papa* ([311d]). *Dirigindo-se a D. João, bispo de Viseu e colector apostólico em Portugal, a D. João, bispo Aquense, e a D. Lourenço, bispo de Lamego, a 8 de Março de 1390, a câmara mandava-lhes absolver da excomunhão a Gonçalo Esteves, reitor da igreja de S. Tiago da diocese de Viseu, a quem o bispo Aquense primeiro e depois o bispo de Viseu tinham privado da paróquia, sob pretexto de que ele*

([311b]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 105: «Hec sunt nomina succollectorum per me Johannem, episcopum Visensem, in regnis Portugalie et Algarbii collectorem, positorum. Primo in civitate et diocesi Bracharensi succollector Antonius Dominici, eiusdem ecclesie canonicus ac abbas seu rector monasterii sancti Jacobi de Antas, eiusdem diocesis. Item in civitate et diocesi Portugalensi succollector Didacus Enrici, dicte ecclesie canonicus ac abbas monasterii de Cedofecta, eiusdem diocesis. Item in civitate et diocesi Colimbriensi succollector Ludovicus de Moreyra, eiusdem civitatis Portugalensis (!) canonicus. Item in civitate et diocesi Ulixbonensi succollector Laurentius Johannis, archidiaconus et canonicus eiusdem. Item in civitate et diocesi Silvensi, succollector Alfonsus Iohannis, canonicus eiusdem. Item in civitate et diocesi Elborensi, succollector Martinus Johannis, canonicus eiusdem ac rector parrochialis ecclesie sancti Salvatoris de Begia, eiusdem diocesis. Item in civitate et diocesi Visensi, succollector Johannes Dominici, canonicus eiusdem. Item in civitate et diocesi Lamacensi, succollector Gervasius Gundisalvi, canonicus eiusdem. Item in civitate et diocesi Egitaniensi nondum posui succollectorem et ex causa, sed posui bene procuratorem meum, scilicet Aparitium Dominici, canonicum eiusdem». Deve ser do ano 12, antes de *Die penultima mensis Julii, anno duodecimo*, segundo documento anterior. No seguinte, fl. 105v: *die xiiii mensis Julii, anno duodecimo.*

([311c]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 108: «Marinus, etc. Universis, etc. Salutem, etc. Universitati, etc. Quod Reverendus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia episcopus Visensis, in regno Portugalie iurium apostolice camere debitorum collector, de pecuniis ad apostolicam cameram spectantibus, per ipsum in dicta sua collectoria recollectis, octingentos florenos auri de camera nobis per manus discreti viri Frederici Chantello, mercatoris Januensis, die date presentium solvi fecit realiter, cum effectu. De quibus, etc. et omnes quorum interest, etc., quitamus, etc. In quorum, etc. Datum Rome, etc. Anno Domini millesimo trecentesimo octuagesimo nono, indictione duodecima, die quintadecima mensis Augusti, pontificatus anno duodecimo».

([311d]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 145v: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, in regno Portugalie iurium apostolice camere debitorum collectori. Salutem, etc. De mandato sanctissimi domini nostri pape, nobis facto oraculo vive vocis, vobis precipimus et mandamus quatinus, omnibus causis et exceptione remotis, de precuniis ad apostolicam cameram spectantibus, penes vos existentibus, assignetis seu assignare integraliter faciatis egregio militi domino Laoratori de Perpignano, Elnensis diocesis, misso per prefatum dominum nostrum papam ad nonnullas partes pro agendis ipsius domini nostri [negotiis], centum florenos auri de camera, quos in computis vestris cum apostolica camera reddendis liberaliter admictemus et admicti faciemus. Si vero dicta pecunia ipsius camere penes vos non esset, ipsam sub mutuo sine mora recipere procuretis. In premissis taliter vos habentes quod nullo modo deficiat, quin ipsa solutio fiat, facientes de ipsa solutione duo fieri consimilia publica instrumenta, etc. Datum, etc., sub appensione, etc. Anno Domini Mccc.o nonagesimo, indictione tertiadecima, die decima mensis Januarii, pontificatus anno primo».

era cismático e o tinham excomungado por não ter pago a anata, depois de ele ter apelado para a Santa Sé ([311e]). *No mesmo dia 8 de Março de 1390, temos referências a Domingos Monheta, cónego de Lisboa, que fora colector apostólico do papa de Avinhão Clemente VII e tinha declarado não ter recebido em Portugal nenhuns dinheiros da câmara. Sob tal pretexto, o bispo de Viseu D. João citara-o a prestar contas nesse sentido, excomungando-o. Porque se sentia agravado, Domingos Monheta apelara para a sé apostólica, e o encarregado da câmara apostólica tinha-o absolvido da excomunhão* ([311f]).

([311e]) AV, Arm. 29, t. 1, fls. 168v-169: «Marinus, etc. Reverendis in Christo patribus domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, iurium apostolice camere in regno Portugalie debitorum collectori, et domino Johanni, eadem gratia episcopo Aquensi ac domino [Laurentio], eadem gratia episcopo Lamacensi, necnon universis et singulis presentes litteras inspecturis. Salutem in Domino. Querelam venerabilis viri domini Gunsalvi Stephani, rectoris parrochialis ecclesie sancti Jacobi, Visensis diocesis, recepimus continentem quod, licet ipse Gunsalvus dictam parrochialem ecclesiam, nulli alii debitam, dudum fuisset alias canonice assecutus ipsamque possedit diutius et tunc etiam possideret pacifice et quiete, tamen vos, domine Johannes, episcope Aquensis, primo et vos domine collector secundo supradictum Gunsalvum, non monitum nec citatum, sed absentem et non per contumaciam nec convinctum de aliquo crimine vel confessum, pretendentes ipsum fuisse et esse scismaticum necnon Roberto antipape adherentem, de facto, [cum] vos non possitis de iure, privastis ecclesia supradicta et de ea nec de iure nec de facto vacante pro vestre voluntatis arbitrio cuidam Alvaro Martini, Visensis diocesis, providistis, licet indebite et iniuste, ex quibus prefatus Gunsalvus, sentiens se indebite gravatum, ad sedem apostolicam atque nos infra legitima tempora appellavit et ab eadem, servatis servandis, obtinuit se restitui ad ecclesiam supradictam. Vos vero, nomine dicte apostolice camere ut collector monuistis et mandastis eidem sub excommunicationis pena, quam, si contrafaceret, ex tunc incurreret ipso facto, quod infra certum peremptorium terminum, tunc expressum, annatam vobis [fl. 169] solveret pro ecclesia supradicta, propter quod ipse Gunsalvus coram vobis exciperet quod ad huiusmodi annate solutionem ex causis legitimis tunc expressis minime teneretur, vos tamen ipsam exceptionem admittere, licet contra iustitiam, recusastis. Quare idem Gunsalvus, sentiens ex hoc indebite se gravari, ad dictam sedem apostolicam ac nos legitime appellavit, post quam quidem appellationem ac contra eum in dictum Gunsalvum excommunicationis sententiam pertulistis et mandastis ac fecistis ipsum excommunicatum publice nunciari, licet nulliter et de facto. Quocirca nos attendentes quod sumus cuilibet in iustitia debitores, visis diligenter per officiales dicte apostolice camere tam actis et actitatis in causa predicta quam appellatione premissa et habita super hiis deliberatione matura, declaravimus et declaramus dictum Gunsalvum ad huiusmodi annate solutionem aliqualiter non teneri et ab huiusmodi excommunicationis sententia ipsum Gunsalvum ad cautelam absolvimus ac tenore presentium reddimus absolutum. Quapropter per presentes precipimus et mandamus quatenus ipsum Gunsalvum a dicta excommunicationis sententia mandetis absolutum publice nunciari et quod ipsum Gunsalvum super huiusmodi annata nullatenus molestetis omnesque processus ex causa predicta contra ipsum factos, etiam revocetis, quos nos ex tunc, tenore presentium, revocamus. Volumus autem quod si prefatus Gunsalvus ex aliis causis dicte apostolice camere in aliquo teneretur, quod vos, domine episcope Lamacensis, per censuram ecclesiasticam aliaque iuris remedia contra ipsum Gunsalvum, suadente iustitia, procedere valeatis, In quorum, etc. Datum Rome, etc., die viii mensis Martii, pontificatus anno primo».

([311f]) AV, Arm. 29, t. 1, fls. 172v-173: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino Dei gratia episcopo Ulixbonensi ac universis et singulis presentes litteras inspecturis. Salutem in Domino. Querelam venerabilis viri Dominici de Mungneta, canonici Ulixbonensis, recepimus continentem quod, licet ipse Dominicus in regno Portugalie ullam pecunie quantitatem vel res alias, ad apostolicam cameram spectantes, non recepit, tamen reverendus pater dominus Johannes, episcopus Visensis, iurium apostolice camere in regno Portugalie debitorum collector, vigore dicte collectorie officii, ad aliquorum forsam suggestionem, asserentium quod dictus Dominicus fuisset dudum per Robertum antipapam iurium predictorum in regno predicto deputatus collector et quod diversas pecuniarum summas et res alias, vigore huiusmodi collectorie officii, recepisset, procedentes, nulla super hiis cognitione prehabita, quamquam de huiusmodi suggestione aliquatenus non constaret, cum ea non essent notoria nec vera, predictum Dominicum fecit citari et moneri sub excommunicationis pena, in quam si ipse Dominicus contra faceret, ex tunc incurreret ipso facto, quod infra certum terminum tunc prefixum redditurus rationem de gestis et receptis per ipsum Dominicum in officio collectorie predicte coram ipso personaliter compareret propterque prefatus Dominicus ex hiis sentiens se indebite

O encarregado da câmara apostólica referia, em letras de 4 de Maio de 1390, dirigidas a D. João, bispo de Viseu e colector apostólico, que o abade de Alcobaça se queixara de que D. Lourenço, arcebispo de Braga, e depois o bispo de Viseu o molestavam com censuras por causa de não pagar a anata, a que não estava obrigado, visto ter pago o serviço comum ([311g]). *No dia 11 de Maio de 1390, D. João, bispo de Viseu e colector apostólico, entregava mais dinheiros à câmara por meio de mercadores de Florença* ([311h]). *A 3 de Outubro de 1390, D. João recebia ordens da*

---

gravari et presumens se imposterum fortius agravandum, appellavit ad sanctam sedem atque nos, post que dictus collector dicte appellationi ob reverentiam sedis apostolice detulit et post dictam delationem et cause devolutionem contra ipsum Dominicum [fl. 173] iterum procedens, mandavit et fecit ipsum Dominicum excommunicatum publice nunciari et processus seu censuras alias contra eundem Dominicum, ut dicitur, fulminavit. Quocirca, cum simus in iustitia cuilibet debitores, attendentesque quod apostolica camera non debeat cum aliena iactura dictari visisque actis et actitatis in huiusmodi causa per officiales dicte camere diligenter et habita super hiis cum eisdem officialibus deliberatione matura, dictum Dominicum a dictis excommunicationis sententia et processibus aliis et censuris contra ipsum ut premittitur fulminatis per prefatum dominum episcopum et collectorem ac a contentis in eis absolvimus et per presentes reddimus absolutum, mandantes insuper universis et singulis personis ecclesiasticis, ad quas presentes pervenerint, quatenus prefatum Dominicum a dictis excommunicationis sententia et processibus aliis et censuris denuntiari publice debeatis absolutum ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo, indictione xiii, die viii mensis Martii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifacii, divina providentia pape noni, anno primo».

([311g]) AV, Arm. 29, t. 1, fls. 170v-171: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, iurium apostolice camere in regnis Portugalie et Algarbii collectori, necnon universis et singulis collectoribus, succollectoribus in eisdem partibus, presentibus et futuris. Salutem in Domino. Conquestus est nobis venerabilis pater frater Johannes, abbas monasterii sancte Marie de Alcobacia, ordinis Cisterciensis, Ulixbonensis diocesis, quod, licet ipse abbas pro communi et quinque minutis servitiis camere apostolice debitis, tempore provisionis sue ad dictum monasterium in camera apostolica extiterit et existat efficaciter obligatus ac proinde solverit in dicta camera flor. mille et plus, dicta obligatione non obstante, cum solutione predicta, Reverendus in Christo pater dominus Laurentius, Bracharensis archiepiscopus, olim predictorum iurium in dictis regnis collector, et vos domine episcope nunc, pro annata seu mediis fructibus dicti sui monasterii et etiam pro fructibus olim tempore vacationis eiusdem monasterii obvenientibus predictos abbatem et conventum indebite molesta[vi]stis et molestatis, nonnulla mandata sibi super premissis faciendo ipsumque monendo et excommunicationis [fl. 171] sententias in eum proferendo ac faciendo eundem excommunicatum publice nuntiari, a quibus gravaminibus, sicut constat etiam vobis, pro ipsius parte fuit ad sedem apostolicam et ad ipsius cameram appellatum, petens humiliter dictus abbas in premissis sibi per nos de oportuno remedio provideri. Nos vero habita super hiis in consilio dicte camere deliberatione matura, attendentes quod ubi commune servitium solvitur, annata nullatenus debeatur, et ubi inter abbatem et conventum bona non sunt discreta et separata, fructus medio vacationis tempore obvenientes iuxta modificationes reservationum camere apostolice non debentur, maxime quia prefatum monasterium est Cisterciensis ordinis, in quo bonorum huiusmodi distinctio communiter non habetur. Quare vobis et vestrum cuilibet in virtute sancte obedientie et sub excommunicationis pena mandamus quatenus predictos dominos abbatem et conventum super premissis per vos vel alium seu alios nullatenus amodo molestetis ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub appensione sigilli nostri camerariatus officii. Anno Domini millesimo ccclxxxx, indictione xiii, die iiii mensis Maii, pontificatus, etc. anno primo».

([311h]) AV, Arm. 29, t. 1, fls. 176v-177: «Marinus, etc. Universis, etc. Salutem, etc. Universitati, etc. Quod Reverendus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia episcopus Visensis, fructuum et proventuum camere apostolice in regno Portugalie et nonnullis aliis partibus debitorum collector, de pecuniis camere apostolice, per ipsum in dicto officio sue collectorie collectis et receptis, mille floren. auri de camera nobis per manus venerabilis viri Johannis de Medicis et sociorum mercatorum Florentinorum, Curiam Romanam sequentium, assignantium dictam pecuniam vice Raphaelis Vivaldi et Dominici Centurioni, civium Januensium, solventium similiter dictam summam mille florenorum dictis (!) Johanni de Medicis pro dicto domino episcopo et colectore pro Frederico Centurioni et Johanne de Parma mercatoribus, in Portugalia degentibus, cum quibus principaliter cambium more huiusmodi mercatorum pecunie predicte ad cameram apostolicam mittende factum extitit per dictum dominum Johannem episcopum et [fl. 177] collectorem, die date presen-

câmara apostólica para não exigir os rendimentos que os cónegos e cabido de Tui possuíam em Portugal e deviam ser dados aos cónegos fiéis a Roma ([311i]).

Há várias determinações da câmara, a revogar medidas tomadas pelo colector apostólico em Portugal D. João, bispo de Viseu, contra alguns eclesiásticos. Assim, a 25 de Outubro de 1390, relativamente a Álvaro Peres, cónego de Coimbra, quanto à anata do seu canonicato ([311j]). *Assim*

---

tium, solvi fecit realiter, cum effectu. De quibus mille florenis, sic nobis datis et solutis, dictum dominum Johannem episcopum et collectorem, Johannem de Medicis et socios Raphaelem Vivaldi, Dominicum Centurioni et Johannem de Parma supradictos ac heredes et successores eorum et cuiuslibet eorum et omnes et singulos, quorum interest vel interesse poterit quomodoliber in futurum, tenore presentium, quitamus, absolvimus et reddimus absolutos. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anno Domini Mccc.mo lxxxx.°, indictione xiii, die xi.ma mensis Maii, pontificatus, etc., anno primo».

([311i]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 205-205v: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, iurium apostolice camere in regno Portugalie debitorum collectori. Salutem in Domino. Pridem in thesauraria dicte apostolice camere pro parte venerabilium et discretorum virorum Egidii Lupi, Gunsalvi Alvari, Johannis Alfonsi, Alfonsi Johannis et Johannis Alfonsi de Magalhaães, Johannis Innocentii et Valaschi Petri, canonicorum Tudensis ecclesie, fuit coram nobis expositum cum querela quod, cum dicta ecclesia Tudensis situata sit sub potestate et regimine nephandi viri Johannis Errici, qui se regem Castelle nominare presumit, scismatici et ab unione sacre catholice fidei et sancte Romane Ecclesie separati, cumque supradicti prenominati canonici haberent in dicto regno Portugalie in dicta Tudensi diocesi, in terris videlicet fidelibus et devotis dicte sancte Romane Ecclesie et domini nostri pape prefati, et capitulum dicte ecclesie Tudensis habeat suos fructus, redditus et proventus in dicta Tudensi diocesi, in illa videlicet parte que in sepedicto regno Portugalie situata esse dinoscitur, vos quoque, domine collector, pro dicta apostolica camera omnes et singulos supradictos fructus, redditus et proventus dicte ecclesie Tudensis, tam debitos ipsis supranominatis canonicis, fidelibus et devotis dictis (!) sancte Romane Ecclesie et domino nostro pape, quam illos quos alii anticanonici eiusdem Tudensis ecclesie, infideles et scismatici dicti domini nostri pape et supradicte Romane Ecclesie, habere pretendunt, percipitis et habetis, in non modicum prefatorum prenominatorum canonicorum [fl. 205v] dampnum, preiudicium et iacturam. Quare pro ipsorum prenominatorum canonicorum parte nobis extitit supplicatum ut super hiis dignaremur de remedio opportuno providere, ut eosdem prenominatos canonicos et eorum quemlibet tanquam fideles et devotos dicti domini nostri pape et memorate sancte Romane Ecclesie, supradictis fructibus, redditibus et proventibus sepedicte Tudensis ecclesie permitteretis quiete et pacifice gaudere. Cum iuste deprecantibus non sit denegandus assensus et non sit iuri consonum quod fideles et devoti uti infideles et scismatici supradicte sancte Romane Ecclesie et prefati domini nostri pape modo simili pertractentur, idcirco paternitatem vestram, tenore presentium, requirimus et monemus nichilominus expresse vobis mandamus quatinus eosdem supranominatos canonicos et eorum quemlibet, ut premittitur fideles et devotos, tamdiu quandiu in devotione et fidelitate predictis perseveraverint, dictis fructibus, redditibus et proventibus eiusdem Tudensis ecclesie, quocunque alio canone non obstante, gaudere quiete et pacifice permittatis. Si quos vero ex dictis fructibus, redditibus et proventibus actenus spectantibus et pertinentibus ad prenominatos canonicos percepissetis vel eis aut alicui ipsorum arrestavissetis, percipi vel arrestari quovis modo fecissetis, volumus quod, omni arresto omnino sublato, ipsis canonicis et eorum cuilibet dictos fructus, redditus et proventus sine diminutione aliqua restituere penitus debeatis. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo, indictione xiii.ª, die tertio mensis Octobris, pontificatus, etc., anno primo».

([311j]) AV, Arm. 29, t. 1, fi. 210: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino episcopo Visensi, iurium apostolice camere debitorum in regno Portugalie collectori, et venerabili viro Ludovicho de Moraria, canonico ecclesie Colimbriensis, eius subcollectori in episcopatu predicto Colimbriensi. Salutem, etc. Nuper coram nobis per honorabilem virum Alverum Petri, canonicum dicte ecclesie Colimbriensis, fuit querelanter expositum quod contra debitum iustitie eundem Alverum ad integram solutionem omnium fructuum, reddituum et proventuum unius anni pro annata sui canonicatus et prebende cogitis et compellitis. Qua de re cum sacre apostolice camere constitutiones et decreta quoscunque pro annata eorum beneficiorum, nisi ad solutionem dimidiorum fructuum unius anni, non obligant nec volumus, idcircho vos et vestrum cuilibet, tenore presentium, precipimus districte et mandamus quatenus a dicto Alvero nisi medietatem fructuum pro annata dictorum sue prebende et canonicatus pro uno anno tantum recipiatis nec ipsum decetero, nisi pro medietate fructuum, ut premittitur, ullatenus molestetis. In quorum, etc. Datum Rome, etc. Millesimo ccc lxxxx, indictione xiii, die xxv Octobris, pontificatus predicti anno primo».

também a 27 de Janeiro de 1391 quanto a João Martins, clérigo da câmara apostólica, chantre e cónego de Viseu, sobre a anata da chantria e canonicato de Viseu ([311k]). *Igualmente a 28 de Janeiro do mesmo ano, quanto aos benefícios que o cardeal de S. Marcelo D. Estêvão tinha em Portugal* ([311l]).

No dia 9 de Fevereiro de 1391, o tesoureiro da câmara mandava a D. João, bispo de Viseu e colector apostólico, entregasse a Bernardo Lauretor de Perpinhão, oficial da Cúria Romana, enviado ao reino de Portugal, duzentos florins da câmara ([311m]). *Ao nomear subcolector apostólico nas cidades e dioceses de Braga, Porto e Tui a Antão Domingues, cónego de Braga e reitor da igreja de S. Tiago de Antas, por carta de 25 de Fevereiro de 1391, o tesoureiro determinava que ele prestasse contas ao bispo de Viseu D. João, colector apostólico, ou a outro colector que o papa nomeasse* ([311n]).

([311k]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 240: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, in regno Portugalie iurium apostolice camere debitorum collectori, ac venerabilibus viris dominis dictorum iurium in dicto regno succollectoribus. Salutem in Domino. Tenore presentium, vobis et vestrum cuilibet districte precipimus et mandamus quatenus venerabilem virum dominum Johannem Martini, apostolice camere clericum, cantorem et canonicum prebendatum ecclesie Visensis, pro annata seu mediis fructibus primi anni dictorum cantorie, canonicatus et prebende, quos idem dominus Johannes obtinet de presenti, non molestetis neque per alios molestari faciatis, donec aliud super huiusmodi causa specialiter receperetis in mandatis et si forte pro dictis annata seu mediis fructibus aliquid recepisse contigerit, id totum integraliter ipsi domino Johanni vel eius procuratori sine aliqua diminutione assignetis et assignari faciatis. In quorum, etc. Datum Rome, etc., indictione xiiii, die vicesima septima mensis Januarii, pontificatus anno secundo».

([311l]) AV, Arm. 29, t. 1, fls. 240-240v: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, in regno Portugalie iurium apostolice camere debitorum collectori, et venerabilibus viris dominis in dicto regno dictorum iurium succollectoribus. Salutem in Domino. De mandato sanctissimi domini nostri pape, vive vocis oraculo nobis facto, tenore presentium, vobis districte precipimus et mandamus quatenus Reverendissimum in Christo patrem et dominum dominum Stephanum, eadem miseratione tituli sancti Marcelli presbyterum cardinalem, seu eius procuratores in beneficiis, in dicto regno Portugalie eidem domino cardinali collatis per sancte memorie dominum Urbanum papam sextum, pro annatis seu mediis fructibus primi anni dictorum beneficiorum non molestetis neque faciatis per alium molestari et si forte pro huiusmodi annatis seu mediis fructibus primi anni aliquid percepistis seu sub sequestro posuistis, id totum integraliter [fl. 240v] ipsis procuratoribus restituatis et restitui faciatis, de ipso sequestro manus similiter ammoventes. In quorum, etc. Datum Rome, etc., nonagesimo primo, indictione xiiii, die xxviii mensis Januarii, pontificatus, etc., anno secundo».

([311m]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 249v: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, in regno Portugalie iurium apostolice camere debitorum collectori. Salutem in Domino. De mandato sanctissimi domini nostri pape, vive vocis oraculo nobis facto, vobis, tenore presentium, committimus et mandamus quatenus de pecuniis, ad apostolicam cameram spectantibus, penes vos existentibus, seu de primis quas vos habere continget, solvatis nobili militi domino Bernardo Laurittoris de Perpiniano, soldano Romane Curie, a prefato domino nostro et pro ipsius domini nostri pape agendis misso ad regnum predictum, ducentos florenos auri de camera, de qua quidem solutione fieri faciatis duo consimilia publica instrumenta, quorum uno penes vos reservato, aliud ipsi camere quantocius mittere procuretis, in premissa solutione nullo modo deficientes. In quorum, etc. Datum Rome, etc. Anno Domini M.o ccc.º nonagesimo primo, indictione xiiii.ª, die nona mensis Februarii, pontificatus sanctissimi, etc., Bonifacii pape noni anno secundo».

([311n]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 259: «Marinus, etc. Venerabili viro domino Antonio Dominici, canonico Bracharensi ac rectori parrochialis ecclesie sancti Jacobi Dantes, Bracharensis diocesis. Salutem, etc. De tuis circunspectione, providentia, fide et fidelitate ut plurimum confisi, vos in Bracharensi, Portugalensi ac Tudensi civitatibus et diocesibus iurium, fructuum, reddituum et proventuum apostolice camere debitorum succollectorem, auctoritate apostolica nobis concessa, facimus, constituimus et etiam deputamus, dantes et plenarie concedentes vobis plenam et liberam potestatem huiusmodi officium ibidem exercendi, quam succollectores instituti in dictis civitatibus et diocesibus vel earum altera per collectores in regno Portugalie et Algarbii,

As autoridades da câmara apostólica, no dia 1 de Março de 1391, atendendo que D. João, bispo de Viseu, não podia pagar a taxa do serviço comum da sua igreja, que era de dois mil e trezentos florins de ouro da câmara, determinavam, por mandato apostólico, que a taxa do serviço comum fosse reduzida para 600 florins de ouro da câmara ([311o]). *Alguns dias depois, a 11 de Março de 1391, o bispo da câmara D. Marinho dirigia-se a D. João, bispo de Viseu e colector apostólico em Portugal, dando-lhe disposições quanto à obrigação assumida por D. Martinho, quando foi nomeado bispo do Porto e transferido, depois, para Silves* ([311p]). *Ainda no dito mês*

---

hactenus per summos pontifices deputatos, exercere potuerunt et consueverunt. Volumus autem quod quidquid exinde perceperitis, id totum assignetis Reverendo in Christo patri domino Johanni, episcopo Visensi, in dictis regnis dictorum iurium collectori, seu alteri quem [per] prefatum dominum nostrum papam deputari contingerit (!) in futurum ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione xiiii, die vicesima quinta mensis Februarii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifacii, divina providentia pape noni, anno secundo».

([311o]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 329: «Henricus, etc., et Marinus, etc. Universis, etc. Universitati, etc. Quod intellecta mole gravaminum pro parte Reverendi patris domini Johannis, Dei gratia episcopi Visensis, in Portugalia, coram nobis exposita, que ipsum ad solvendum taxam sue ecclesie Visensis, pro suo communi servitio, que est duorum milium trecentorum florenorum auri de camera et quinque minutorum servitiorum consuetorum, propter impotentiam ipsius ecclesie reddunt verisimiliter impotentem, habita de dicta impotentia diligenti informatione, auctoritate apostolica et sacri collegii predictorum in hac parte nobis concessa per dominum nostrum papam oraculo vive vocis, ordinamus atque disponimus quod dictus dominus Johannes episcopus Visensis pro suo communi servitio teneatur solvere apostolice camere et collegio sexcentos flor. de camera et quinque servitia consueta in terminis sibi alias assignatis, sub penis et sententiis in sua obligatione prolatis, nec ad solvendum ulteriorem summam vigore prime obligationis predicte hac vice tantummodo teneatur, salvo iure dicte camere et collegii redeundi ad primam taxam, cum dictam Visensem ecclesiam contigerit de novo vacare. In quorum, etc. Datum Rome, apud Santum Petrum, sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione quartadecima, die prima mensis Martii, pontificatus, etc., anno secundo».

([311p]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 263v-264: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, in regnis Portugalie et Algarbii iurium apostolice camere debitorum collectori. Salutem in Domino. Cum olim de anno proxime preterito Reverendus pater dominus Martinus, tunc Portugalensis, nunc Silvensis episcopus, pro communi servitio [fl. 264] ipsius ecclesie Portugalensis personaliter obligavit se apostolice camere et sacro collegio Reverendissimorum patrum dominorum sancte Romane Ecclesie cardinalium in mille florenorum auri de camera et pro quinque minutis servitiis consuetis in centum quadraginta sex similibus florenis, solidis duobus, denariis undecim, monete Romane, et noviter sit translatus auctoritate apostolica de ipsa ecclesia Portugalensi ad dictam ecclesiam Silvensem ac fructus quicunque qui eidem ecclesie Portugallensi obvenerunt, a die videlicet tertiadecima mensis Aprilis proxime preteriti promotionis dicti domini Martini usque ad diem quintadecimam mensis Februarii, proxime preteriti, translationum predictarum, sint pro dictis communi et minutis servitiis dicte camere obligati, volumus et vobis districte mandamus quatenus ex dictis fructibus Portugalensis ecclesie, quos usque ad diem translationis dicti domini Martini apostolice camere seu dicti Martini nomine collegistis mille centum quinquaginta duos flor. auri de camera pro dictis communi et minutis servitiis et aliis incumbentibus expensis huc ad expensas dictorum fructuum nil defalcando ratione alicuius cambii integraliter ipsis camere et collegio transmittatis, taliter quod fructus ipsi solvant integrum cambium eorumdem quos usque ad dictam summam vel minus solvere seu mittere huc contingit. Si vero dicti fructus dictam summam excederent, de domini nostri pape mandato, nobis vive vocis oraculo facto, vobis prout supra precipimus et mandamus quatenus eosdem excedentes fructus tradatis et integraliter assignetis honorabilibus viris procuratoribus Reverendissimi patris domini Henrici, eadem miseratione tituli sancte Anastasie presbyteri cardinalis, vulgariter dicti Neapolitani, ad hoc sufficiens mandatum habentibus, usque ad summam mille noningentorum florenorum auri de camera, pro quibus dictus dominus Martinus eidem domino cardinali ex certis causis extitit efficaciter obligatus. Si vero predictos fructus minime collegistis, ipsos colligere debeatis a quibuscunque personis, cuiuscunque gradus, preeminentie et conditionis existant, debitos seu debendos, ratione dicte ecclesie Portugalensis, dicto domino Martino a die promotionis ipsius ad dictam Portugalensem ecclesiam usque ad diem translationis ecclesie Silvensis predictos, quodque [fl. 264v] si dicti restantes fructus, redditus et proventus non suffice-

de Março e ano de 1391, no dia 21, recebia novas ordens quanto aos rendimentos da igreja do Porto, em relação com D. Martinho e D. João, transferidos respectivamente da sé do Porto para a de Silves e desta para a do Porto ([311q]). *No dia 3 de Maio de 1391, era nomeado subcolector apostólico na cidade e diocese de Lisboa Fernando Martins, mestre-escola de Lisboa e bacharel em decretos, o qual devia prestar contas a D. João, bispo de Viseu e colector apostólico em Portugal, ou a outro colector nomeado pelo papa* ([311r]).

Temos documento importante da primeira metade do ano de 1391 sobre a actividade de D. João Peres, bispo de Viseu, como colector apostólico em Portugal. Trata-se de uma carta de 30 de Maio de 1391 ([311s]) *do seu vigário geral Francisco Anes, cónego de Viseu. Nesta data,*

---

rent ad dictum debitum domini cardinalis vel nil esset de restanti ultra summam mille centum quinquaginta duorum florenorum auri de camera debitam pro communi et minutis servitiis, tunc et eis casibus pro residuo vel toto debito dicti domini cardinalis Neapolitani ipsum dominum Martinum auctoritate apostolica compellatis ad satisfaciendum de dicto debito dictis procuratoribus per censuram ecclesiasticam et alia iuris remedia, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione quartadecima, die undecima mensis Martii, pontificatus, etc., anno secundo».

([311q]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 267: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, in regnis Portugalie et Algarbii iurium apostolice camere debitorum collectori. Salutem in Domino. Tenore presentium, vobis precipimus et mandamus quatenus si, vigore litterarum nostrarum vobis directarum, vos contingat de fructibus ecclesie Portugalensis percipere usque ad integram satisfactionem in Romana Curia fiendam, de communi et minutis servitiis apostolice camere et sacro collegio promissis per dominum Martinum, nunc Silvensem, tunc alias Portugalensem episcopum, quod de ipsa integra summa Reverendo patri domino Johanni, episcopo Portugalensi, centum flor. auri de camera, quos hic solvit camere et collegio pro parte partis communis et minutorum servitiorum, per ipsum recognitis camere et collegio predictis pro domino Martino antescripto. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione xiiii, die xxi mensis Martii, pontificatus anno secundo».

([311r]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 284: «Marinus, etc. Venerabili viro domino Fernando Martini, scolastico Ulixbonensi, baccallario in decretis. Salutem, etc. De tuis circunspectione, providentia, fide et fidelitate ut plurimum confisi, revocantes, ex certa scientia, omnes alios succollectores, hactenus per nos forte vel alios factos, in civitate et diocesi Ulixbonensi, te in dictis civitate et diocesi iurium, fructuum, reddituum et proventuum apostolice camere debitorum succollectorem, auctoritate apostolica nobis concessa, facimus, constituimus et etiam deputamus, dantes et plenarie concedentes vobis plenam et liberam potestatem huiusmodi officium ibidem exercendi, quam succollectores instituti in dictis civitate et diocesi per collectores, in regno Portugalie et Algarbii hactenus per summos pontifices deputatos, exercere potuerunt et consueverunt. Volumus autem quod quitquid exinde perceperitis, id totum assignetis Reverendo in Christo patri domino Johanni, Dei gratia episcopo Visensi, in dictis regnis dictorum iurium collectori, seu alteri quem per [fl. 284v] prefatum dominum nostrum papam deputari contigerit in futurum, ac cum eisdem seu deputandis per ipsos de receptis, gestis et administratis in huiusmodi officio per te in dictis civitate et diocesi et non alibi computum reddas. Nos enim dictis collectoribus de singulis, de quibus eisdem reddideritis computum, vo[b]is quitandi, liberandi et absolvendi, tenore presentium, concedimus facultatem. In quorum testimonium, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione quartadecima, die tertia mensis Maii, pontificatus, etc. anno secundo».

([311s]) ADV, maço 3, n.º 88 (docum. entregues pelo ANTT): «Franciscus Johannis, canonicus ecclesie Visensis ac Reverendi in Christo patris et domini Johannis, Dei et apostolice sedis gratia dicti loci episcopi, vicarius generalis, presentium litterarum tenor[e] cun[c]tis pateat evidenter quod anno a nativitate Domini M.º trecentesimo nonagesimo primo, die vero tricesima menssis Maii, in ecclesia cathedrali predicte civitatis, me sedente pro tribunali, Anthonius Garsie, canonicus ecclesie Visensis ac etiam procurator capituli eiusdem ecclesie, coram me una cum infrascriptis testibus conparuit, dicens ac exponere curans quod in dicta die Salvatus Johanis, canonicus predicte ecclesie Visensis, dicto capitulo exposuerat ipsum fore et esse subcollectorem, cuius quidem subcollectorie quasdam litteras dicti domini episcopi in papiro scriptas ostendit et eius manu subscriptas et sigillo eiusdem episcopi roboratas, ut in dictis litteris prima facie videbatur. Quarum quidem litterarum tenor noscitur esse talis: Johanne, per mercee de Deus e da sancta Egreia de Roma bispo

comparecia perante ele o cónego António Garcia, procurador do cabido de Viseu, e expunha que Salvado Anes, cónego dessa igreja, tinha referido ao cabido ser subcolector e ter recebido carta

---

de Viseu, Nuncio apostolico e Collector geeral de nosso Senhor o papa Bonifacio nos Regnos de Portugal e do Algarve e da sua Camera apostolica. A vos Salvade Anes, coonjgo da dicta Egreia de Viseu, saude em Jhesu Christo. Sabede que Nos Reçebemos hũas leteras do dicto nosso Senhor o papa, bulladas da sua verdadeira bulla, per miçe Bernardo, cavaleiro seu mesegeiro, nuncio a estes Regnos, das quaes o theor de verbo a verbo tal he:

Bonifacius episcopus, servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus universsis archiepiscopis, episcopis per Regna Portugalie et Algarbii constitutis. Salutem et apostolicam benedictionem. Crescitur in dies, peccatis exigentibus, malicia temporum, multiplicatur iniquitas, invalescit anbitio, temeritas evagatur et pericula undique preparantur et adeo quorumdam dampnatorum vesana presumptio et efrenata rabies intumuntur ut quamplura ex civitatibus, terris et locis Romane Ecclesie immediate subiectis et etiam magnam partem Regni Sicilie et terre Cierafarum, que ipsius ecclesie iuris et proprietatis existunt, nephandis ausibus occupaverit et detineat occupata et ad ulteriora moliatur manus extendere violentas, propter quod Nos qui super gregem dominicum dispositione divina universsalem curam gerimus, pro debito ministerii pastoralis teneamur et quantum nobis videlicet divina bonitas faverit, volumus non solum fideles et devotos ab opressionibus preservare, verum etiam huiusmodi dampnatorum ausibus obsistere eosque Refrenare et elidere toto posse, ne a malitia puritas et ab iniquitate iustitia et ab anbitione caritas conculcentur et ne modestis temeritas dominetur et ut premissa pericula minus obsint. Cum igitur preterea de inevitabili necessitate magna expensarum onera opporteat nos subire atque suportanda camera apostolica inumerabilium aliorum sumptuum pro fluviis fatigata aperte suficere nequit, deliberatione super hiis habita diligenti, decimam omnium fructuum, reddituum et proventuum ecclesiasticorum in vestris civitatibus et diocesibus consistentium, per tres annos, a Kalendis Martii proxime futuri incoandos et continue subsequentes in subscriptis terminis annis singulis dictorum trium annorum a vobis metipsis necnon ab omnibus et singulis prelatis et personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, huiusmodi redditus et proventus in predictis civitatibus et diocesibus obtinentibus et infra dictum terminum obtenturis, cuiuscunque preminentie, dignitatis, status, gradus, religionis, ordinis vel conditionis cuiuscunque, quibus vel quorum alicui nulla privilegia aut indulgentias sub quacunque verborum forma aut expressione concessa, quoad hoc vollumus subfragari, preterquam a venerabilibus fratribus nostris sancte Romane Ecclesie cardinalibus, huiusmodi redditus et proventus in eisdem civitatibus et diocesibus, provinciis obtinentibus et interim obtenturis, qui nobiscum as[s]idue indefensis laboribus onera universsalis Ecclesie sortiuntur, necnon a dillectis filiis Hospitalium sancti Johannis Jerosolomitani et beate Marie Theotonicorum magistris, prioribus, preceptoribus et fratres (!) a prestatione huiusmodi decime exemptos esse volumus et immunes, solvendam, exigendam et coligendam ac in relevatione dictorum onerum convertendam auctoritate apostolica inposuimus et imponimus per presentes. Volumus autem quod huiusmodi decima per vos, quorum singulos decime eiusdem in propriis videlicet civitatibus et diocesibus supradictis collectores vestros clericos dumtaxat, quos ad id deputabitis, a vobis ipsis necnon ab eisdem prelatis et personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, in supradictis civitatibus et diocesibus, redditus et proventus huiusmodi ut prefertur habentibus et infradictos tres annos habituris, preterquam a dictis cardinalibus, magistris, prioribus, preceptoribus et fratribus de ipsis dumtaxat Reditibus atque proventibus colligatur et etiam exigatur sine iniuria et opres[s]ione quacunque, ita quod per vos vel subcollectores vestros huiusmodi ad Redditus et proventus ecclesiasticos, extra proprias civitates et dioceses predictas consistentes, conpulsionis officium nullatenus extendatur. Primum enim terminum solutionis medietatis huiusmodi decime primi anni dicti termini statuimus et esse vollumus festum Ascensionis Domini nostri Jhesu Christi proxime futurum, secundum vero terminum solutionis alterius medietatis ipsius decime dicti primi anni celebritatem omnium Sanctorum, ex tunc immediate secutu[ra]m, in secundo anno et tertio sequentibus terminis observandis. Denique vollumus quod huiusmodi decime exactio fiat secundum modum, morem et consuetudinem, in solutione huiusmodi decime in illis partibus observatos, et sine aliquo onere illorum, a quibus huius decime exigentur. Et ne de moneta, de qua fiet et fieri debebit solutio dicte decime, valleat hesitari vitenturque gravamina, que propter hoc ha[c]tenus viri ecclesiastici sunt perpessi, vollumus quod per vos et subcollectores vestros predictos ipsa decima ad monetam in predictis civitatibus et diocesibus communiter currentem levetur et etiam exigatur a vobis et quolibet vestrum aut subcollectoribus predictis nomine predicte camere recipientibus persolvatur iuxta constitutionem sub hoc editam in concilio Vienensi, ita quod pretextu alicuius canbii debitores et solutores dicte decime non graventur quodque circa hoc iuxta constitutionem eiusdem Vienensis concilii calices, libri et alia ornamenta ecclesiastica divinis (!)

de D. João, bispo de Viseu e colector apostólico, datada do Porto a 26 de Maio de 1391. Essa carta continha letras do papa Bonifácio IX, de 1 de Fevereiro de 1391, trazidas a Portugal pelo

---

exactionis (!) nullathenus capiantur, recipiantur, distrahantur vel etiam occupentur. Quocirca fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus decimam huiusmodi a vobis ipsis necnon a prefatis prelatis et personis ecclesiasticis de vestris ipsorumque ecclesiasticis Redditibus et proventibus, quos infra civitates et dioceses antedictas obtinetis et obtinent et per dictum triennjum obtinebitis et obtinebunt, preterquam a cardinalibus, magistris, prioribus, preceptoribus et fratribus supradictis, per vos vel alium seu alios diligenter exigere et col[l]igere necnon illud quod in singulis terminis predictis recoligeritis infra triginta dies post singulos terminos eosdem immediate sequentes cum integritate, deductis tamen pro recollectione huiusmodi moderatis expensis collectori fructuum et proventuum camere apostolice predicte debitorum in illis partibus deputato, qui de receptis efectu solvere studeat. Nos enim vobis prefatos prelatos et personas ecclesiasticas huiusmodi redditus et proventus infra dictas civitates et dioceses obtinentes et infra huiusmodi termjnum ut premictitur obtenturos, cardinalibus, magistris, prioribus, preceptoribus et fratribus supradictis dumtaxat exceptis, ad solvendum vobis a nobis deputandis dictam decimam in eisdem terminis, prout superius est expres[s]um, a[u]ctoritate nostra per censuram ecclesiasticam et etiam per sequestrationem ipsorum Reddituum et proventuum in eisdem civitatibus et diocesibus consistentium, si expedierit, per vos vel alium seu alios conpellendi et invocandi ad hoc, si opus fuerit, auxilium brachij secularis, plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Non obstantibus constitutionibus apostolicis contrariis quibuscunque seu [si] eisdem prelatis et aliis personis ecclesiasticis vel quibusvis aliis communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod ad solutionem huiusmodi decime minime teneamini aut etiam teneantur et ad id con[pelli] aut quod interdici, suspendi vel excommunicari aut ad iudicium evocari non possitis sive possint per literas apostolicas que plenam et expre[s]sam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi et toto eius tenore et propriis ipsorum ordinum, locorum et personarum nominjbus et cognominibus non fecerint mentionem et quibuscunque privilegijs, indulgentijs, exemptionibus et literis apostolicis, quibuscunque dignitatibus seu ordinibus et specialiter sanctorum Blasii, Benedicti et A[u]gustini, Cisterciensis, Culiniacensis, Premostracensis, Carthusiensis, Camalduensis, Gradimontensis, Val[i]sumbrose, Cruciferorum et Humiliatorum et ipsorum universitatibus generaliter vel specialiter sub quacunque forma vel expres[s]ione verborum a memorata sede concessis, de quibus quorumcunque totis tenoribus ac de verbo ad verbum in nostris litteris plena et expressa mentio sit habenda. Ad hoc volumus vobisque eadem a[u]ctoritate concedimus quod vos necnon a vobis deputandi illos de propriis civitatibus et diocesibus supradictis, quos ex defectu non facte solutionis huiusmodi excommunicationis, suspensionis et interdicti sententias incurrere contigerit, ab eisdem sententiis post satisfactionem absolvere et cum eis super i[r]regularitate, si quam forssan sint ligati, non tamen in contem[p]tum clavium, celebrando divina vel imiscendo se illis contraxerint, dispensare etiam valeatis. Volumus insuper quod [si] in solutione huiusmodj decime in aliquo predictorum terminorum pro redditibus et proventibus ad proprias archiepiscopales seu episcopales mensas pertinentibus defeceritis vel si, ut prefertur, illud quod a vobis et ab huiusmodi prelatis et personis ecclesiasticis propriarum huiusmodi civitatum et diocesum pro decima ipsa in eisdem singulis terminis per vos vel alios receperitis, infra triginta dies, dictos singulos terminos immediate sequentes, deductis pro exactione ipsius decime moderatis expensis, collectori fructuum et proventuum dicte camere debitorum, in illis partibus deputato, effectualiter non solveritis, easdem quas inde facientes in solutione dicte decime in eisdem terminis facienda, presentium vigore, tuleritis sententias, incurratis eo ipso. A quibus tamen sententiis per aliquem ex vobis aliis sententiis ipsis non ligatum, postquam debite satisfeceritis, po[s]sitis absolvi, demumque [si] presentes littere vestrum singulis comode presentari non possent, vollumus quod vos fratres archiepiscopi tenore[m] ipsarum litterarum, de verbo ad verbum vestris litteris sigillatis nostris munitis insertum sufraganeis vestris seu infra provincias vestras constitutis, etiam si fuerint Romane Ecclesie immediate subiecti, sine dilatione intimare curetis et quod huiusmodi vestris litteris, tenorem ipsum totaliter continentibus, eadem fides adhibeatur que dictis presentibus adhiberetur, si forent exhibite vel ostense. Et quod eisdem presentibus litteris receptis et ipsarum copia retenta, illas earum latori indillate restituere et efe[c]tualiter studeatis. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Kalendis Februarii, pontificatus nostri anno secundo.

E por quanto segundo a forma das dictas letras a nos he dado encarrego de requirir e procurar as dictas dizemas em essa nossa cidade e bispado per vos ou per outrem, porem nos, confiando da vossa bondade e discreçom, mandamosvos e cometemos que requeirades e demandedes e procuredes essas dizemas dessa clerezia da dicta cidade e bispado, asi e pella guisa que nas dictas letras do dicto Senhor papa he contheudo, sobre a qual cousa vos cometemos compridamente nossas vezes e poder que pera ello avemos do dicto senhor

núncio e cavaleiro de nome Bernardo, com ordens para os arcebispos e bispos de Portugal sobre dinheiros impostos para a defesa e recuperação de terras pontifícias na guerra com o papa de Avinhão e seus correligionários.

Fortunato de Almeida diz que, em 1392, aparece outro bispo de Viseu com o nome de D. João Homem ([311t]), *o que poderia significar ter D. João Peres morrido em 1391. De facto, a 15 de Julho de 1391, contra o costume, as autoridades da câmara já não se dirigem a D. João, bispo de Viseu e colector apostólico, mas sim ao colector apostólico ou ao subcolector na cidade e diocese de Braga quanto a algumas provisões e transferências de abades nos mosteiros portugueses de Santa Maria de Pombeiro, S. Salvador de Paço de Sousa e S. Salvador de Travanca* ([311u]).

---

papa. E porque o termo da primera paga he ia pa[s]sado e conpre muito a serviço de nosso Senhor o papa e sua camera de se retirarem es[s]es direitos o mais cedo que seer poder, mandamos vos que requeirades e constrangades a dicta clerizia por a dicta primera paga que nella dam pera a dicta camera a dez e quinze dias andados do mes de Junho primero siguinte, protestando contra vos de todalas perdas e dampnos e despesas que se aa dicta camera recreçerem per mjngua das dictas dizemas, se pella vossa mingua e negligencia ataa o dicto termo nom forem tiradas a lhe seerem correiudas per vos e per vossos beens; em testemunho desto vos enviamos esta nossa carta com o theor das letras do dicto Senhor papa, sijnada (!) de nossa mãao e seelada (!) do nosso seelo. Dante na cidade do Porto, xxvj dias do mes de Mayo. Afonso dEvora a fez. Era de mil e quatroçentos e vjnte e nove annos. Johannes, episcopus Visensis.

Quibus quidem litteris lectis et per me inspectis, dictus procurator nomine dicti capituli a[s]seruit dictas litteras spectare et pertinere ad sepedicti capituli iuris conservationem et defensionem nunc et in antea pretextu huiusmodi decime solvende. Idcirco petebat nomine dicti capituli et procuratorio nomine quod prestarem auctoritatem meam ordinariam cuidam notario, qui conscriberet transumptum litterarum supradictarum, ad dictum capitulum pertinens, in publicam formam redactum, sub curie antedicti domini episcopi munitum sigillo. Et ego antedictus vicarius, visis causis rationabilibus ac legitimis, dictum capitulum comoventibus et visis dictis litteris non rasis, non cancel[l]atis nec in aliqua sui parte suspectis, dedi auctoritatem meam ordinariam quoad hoc Alfonso Johannis, notario iurato in audientia ac etiam episcopatu dicti domini episcopi, mandans eidem quatenus dictum transumptum dictarum litterarum daret seu scriberet in publicam formam dicto capitulo sub predicte curie sigillo munitum et quod de cetero huiusmodi transunto eadem fides adhibeatur que dictis litteris presentibus adhiberetur, si forent exhibite vel ostense. In quorum omnium testimonium has presentes litteras seu hunc transumptum per dictum notarium fieri et scribi mandavi et dicto capitulo dari sigillique auctentici curie sepedicti domini episcopi feci apensione muniri ac manu mea roboratas seu roboratum. Datum et actum anno, die, loco, mensse, quibus supra. Presentibus venerabilibus Jacobo Petri, tabelione civitatis Visensis, Salvato Johannis, canonico Visensi, Martino Aprilis, medio prebendato eiusdem ecclesie, et aliis testibus et dicto notario qui huiusmodi transumptum scripsit, in testimonium premissorum. Franciscus».

([311t]) FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, I Barcelos, 1967, p. 520.

([311u]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 332v-333: «Henricus et Marinus, etc. Venerabilibus viris dominis in regno Portugalie collectori vel eius in civitate et diocesi Bracharensi succollectori. Salutem in Domino. Dudum siquidem monasterio sancte Marie de Palumbario, ordinis sancti Benedicti, Bracharensis diocesis, ex eo abbatis regimine destituto quod dominus noster dominus Bonifacius, papa viiii, de persona venerabilis viri Alfonsi Martini, abbatis monasterii sancti Salvatoris de Palaciolo, predicti ordinis, Portugalensis diocesis, tunc dicti sancte Marie monasterii abbatis, licet absentis, eidem monasterio sancti Salvatoris de Palaciolo, tunc vacanti, auctoritate apostolica providerat ipsumque illi prefecerat in abbatem, idem dominus noster ad provisionem ipsius monasterii sancte Marie de Palumbario celerem et felicem, de qua nullus preter ipsum ea vice se intromittere poterat, pro eo quod ipse diu ante vacationem huiusmodi provisiones omnium monasteriorum, etc., ne monasterium ipsum sancte Marie de Palumbario, etc., demum ad venerabilem patrem fratrem Johannem Johannis, abbatem tunc monasterii sancti Salvatoris de Travanca, etc., [fl. 333] convertit oculos sue mentis, quibus omnibus, etc., eundem de dictorum dominorum cardinalium consilio, de ipso monasterio de Travanca apostolica auctoritate ad ipsum monasterium de Palumbario transtulit, etc., prout hec et alia in litteris apostolicis super huiusmodi translatione confectis, etc. Verum cum de antiqua, etc., usque ad festum Pentecostes proxime affuturum, a die date, etc. In quorum, etc. Datum Rome, etc. Sub anno, etc., nonagesimo primo, indictione xiiii, die xb mensis Julii, pontificatus, etc., anno secundo». Registo mais os

Toda esta transformação no episcopado e clero português, originada, naturalmente, nos últimos anos do reinado de D. Fernando, veio a acentuar-se durante a regência do Mestre de Avis e mais ainda depois da sua aclamação como rei de Portugal nas cortes de Coimbra, em 1385. Os inimigos do reino identificavam-se com os adversários de Urbano VI, de tal forma que ser castelhano e contrário a el-rei de Portugal equivalia a ser cismático e merecedor da perseguição, e o ser partidário de Clemente VII equivalia a ser inimigo de Portugal. Bula de Bonifácio IX, de 13 de Outubro de 1398, a ordenar a confirmação de determinações do bispo Aquense D. João, núncio de Urbano VI, a favor de Elias dos Claustros, que tinha abandonado Clemente VII, para aderir a Urbano VI, refere ter ele obtido a absolvição do bispo de Lisboa, em virtude de poderes delegados pelo dito núncio, depois que D. Fernando, rei de Portugal, sequaz, durante algum tempo, de Clemente VII, ao inteirar-se da verdade sobre o legítimo papa, passou à obediência de Urbano VI, tendo então o sobredito Elias sido privado do arcediagado de Santarém, por aderir ao papa de Avinhão, onde estudara antes e depois do cisma:

> *«Bonifacius, etc. Dilecto filio thesaurario ecclesie Elborensis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Helias de Claustris, dyaconus Ulixbonensis, fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut ipsum specialibus favoribus et gratiis apostolicis prosequamur. Dudum siquidem ad audientiam nostram deducto quod prefatus Helias damnate memorie Roberto olim basilice duodecim apostolorum presbytero cardinali tunc antipape, qui se*

---

seguintes documentos ou cartas dirigidas ao abade do mosteiro de S. Salvador de Travanca D. Afonso Gonçalves que, portanto, não é o mesmo do documento anterior ou seja João Anes, transferido para o mosteiro de Pombeiro: AV, Arm. 29, t. 1, fls. 279-279v: «Marinus, miseratione, etc. Venerabili patri fratri Alfonso, abbati monasterii sancti Salvatoris de Travanca, ordinis sancti Benedicti, Bracharensis diocesis. Salutem, etc. Cum fructus, redditus et proventus omnium monasteriorum vacantium, quorum bona mense abbatis a bonis conventuum sunt distincta, per reservationes summorum pontificum apostolice camere debeantur, et monasterium sancte Marie de Carbonaria, Bracharensis diocesis, cuius bona mense abbatis a bonis conventus dinoscuntur esse distincta, per mortem bone memorie domini fratris Dominici Salvatoris, ipsius monasterii abbatis, per tempora longa vacaverint, non obstante quod vos contra reservationes apostolicas et decreta nullum (!) contra ius in abbatem promotus fueritis per dominum archiepiscopum Bracharensem ac fructus, redditus et proventus dicti monasterii qui obvenerunt a die vacationis huiusmodi usquequo de ipso monasterio fuerit per dominum nostrum papam provisum, pleno iure ad cameram apostolicam spectare noscantur, paternitati vestre, de qua in ipsis et aliis plenam confidentiam obtinemus, tenore presentium, committimus et mandamus quatenus per vos vel alium omnes et singulos fructus, redditus et proventus et emolumenta quecunque, que obvenerunt ab anno Domini millesimo trecentesimo octuagesimo quinto, indictione viii, mensis Octobris, usque ad diem translationis facte de persona vestra ad dictum monasterium sancti Salvatoris et non ante aut post nomine camere apostolice petatis et exigatis et recipiatis ... [fl. 279v] ... In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione xiiii, die xx mensis Aprilis, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifacii, divina providentia pape noni, anno secundo». AV, Arm. 29, t. 1, fl. 281: «Marinus, etc. Venerabili patri fratri Alfonso Gunsalvi, abbati monasterii sancti Salvatoris de Travanca, ordinis sancti Benedicti, Bracharensis diocesis. Salutem in Domino. Cum sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Bonifacius, divina providentia papa nonus, monasterium sancti Johannis de Arnoya, ordinis sancti Benedicti, Bracharensis diocesis, abbate carenti, de persona religiosi viri fratris Johannis Martini, monaci sancte Marie de Palumbario, ordinis sancti Benedicti, diocesis predictorum, die duodecima mensis Octobris, proxime preteriti, providerit nullusque possit de fructibus, redditibus et proventibus abbatialis mense dicti monasterii sancti Johannis se intromittere quoquo modo, quousque dictus frater Johannes fuerit, vigore litterarum apostolicarum, ipsius monasterii adeptus possessionem, discretioni tue, etc., compellentes, etc., ut in aliis superius scriptis. Datum Rome, apud Sanctum Pettum, sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione quartadecima, die vicesima sexta mensis Aprilis, pontificatus, etc., anno secundo».

Clementem vii. ausu sacrilego nominabat, etiam post et contra ipsum Robertum eiusque sequaces et fautores et adherentes eidem factos et solempniter publicatos, per quos idem predecessor dictum Robertum, velut hereticum et scismaticum puniendum, sententialiter condemnaverat dictoque predecessore vivente publice et notorie adherere et favere presumpserat, nos attendentes quod veris existentibus predictis, idem Helias canonicatu et prebenda, quos in ecclesia predicta tunc temporis obtinebat, ipso iure privatus extiterat, dilecto filio priori monasterii sancti Vincentii extra muros Ulixbonenses per priorem soliti gubernari, eius proprio nomine non expresso, per quasdam ut, vocatis dicto Helia et aliis qui fuerint evocandi, super premissis inquireret auctoritate nostra diligentius veritatem et si per inquisitionem huiusmodi inveniret ita esse, dictum Heliam eisdem canonicatu et prebenda declararet fuisse et esse privatum eumque realiter amoveret ab eisdem ac nichilominus per quasdam alias litteras nostras mandavimus ut, si per eum dictum Heliam eisdem canonicatu et prebenda fuisse et esse privatum declarari et ab illis amoveri contingeret, ut prefertur, canonicatum et prebendam predictos sic vacantes cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis dilecto filio Gunsalvo Gunsalvi, qui se gerit pro clerico Lamacensis diocesis, auctoritate nostra conferret et de illis etiam provideret, prout in dictis litteris plenius continetur, prefatusque prior, sicut exhibita nobis nuper pro parte dicti H$_e$lie petitio continebat, contra eumdem Heliam pretextu litterarum huiusmodi ad dicti Gunsa vi instantiam ad nonnullos actus inter Heliam et Gunsalvum predictos dicitur processi^{l}sse. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, dudum prefatus [*fl. 22*] *Helias, cum ante instans scisma et etiam post in Studio Avinionensi in iure canonico studeret et per clare memorie Fernandum, Portugallie et Algarbii regem illustrem, prefato Roberto antipape aliquamdiu paritum foret, archidiaconatum Sanctaranensem in prefata ecclesia tunc certo modo vacantem* (312) *eidem antipape impetravit et deinde cum idem rex, veritate per eum comperta, ad obedientiam et devotionem prefati predecessoris redisset, dictus Helias eodem archidiaconatu propter adhesionem et fautoriam predictas auctoritate ordinaria extitit privatus ipseque Helias postmodum magis fame quam culpe maculam timens, per venerabilem fratrem nostrum Johannem archiepiscopum, tunc episcopum Ulixbonensem, habentem ad hoc ut dicebatur a bone memorie Johanne, episcopo Aquensi, tunc in illis partibus apostolice sedis nuntio, specialem potestatem, ab omnibus et singulis sententiis atque penis, quas propter premissa incurrerat, se absolvi et ad canonicatum et prebendam predictos et alias in eum statum, in quo ante instans scisma predictum extiterat, restitui obtinuerit ac a nonnullis dubitetur an episcopus Aquensis super absolutionibus huiusmodi faciendis auctoritate apostolica suffultus et an archiepiscopus prefati ab eodem episcopo mandatum habuerit super absolutione et restitutione predictis, per ipsum ut premittitur factis, pro parte dicti Helie nobis fuit humiliter supplicatum ut providere sibi super hiis de oportuno remedio de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur causam huiusmodi ad nos advocantes eiusque ac omnium premissorum statum presentibus pro expresso habentes ac volentes ipsum Heliam premissorum meritorum suorum intuitu favore prosequi gratioso, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus si per summariam informationem, per te super hiis auctoritate nostra predicta recipiendam, tibi constiterit eumdem Heliam ante litis huiusmodi incohationem absolutum fuisse ut prefertur, absolutionem et restitutionem predictas eadem auctoritate confirmare procures, supplendo omnes defectus, si qui forsan intervenerint in eisdem, et nichilominus canonicatum et prebendam predictos, quorum fructus, redditus et proventus centum et quinquaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem exti-*

(312) No ms. a palavra *ab* a mais.

mationem valorem annuum, ut ipse Helias asserit, non excedunt, sive eo modo quo dictus Helias illos assecutus fuerat, sivo alio quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona vacent ... cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis Helie auctoritate nostra predicta conferas et assignes ac super eis Gunsalvo prefatis perpetuum silentium imponas, inducens per [fl. 22v] te vel alium seu alios eumdem Heliam vel procuratorem suum eius nomine in corporalem possessionem canonicatus et prebende iuriumque et pertinentiarum predictorum ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Idus Octobris, anno nono. N. xxii de Ben.to» ([313]).

Há ainda alguns documentos mais, com alusões à actividade em Portugal do núncio D. João, bispo Aquense. Além da bula sobredita, dirigida aos bispos de Lisboa e de Tui e ao deão de Lisboa, sobre a privação de Pedro Cavaleiro do arcediagado de Lisboa pelo núncio ([314]), *é para lembrar outra, dirigida ao bispo de Lamego, a favor de Gonçalo Esteves, sacerdote da diocese da Guarda, com referências à presença do núncio em Viseu, à volta de 1384 ou 1385. Referira o dito Gonçalo Esteves ao papa nunca ter aderido a Clemente VII, mas que certos inimigos seus o tinham acusado falsamente ao núncio D. João, bispo Aquense, de ter aderido ao papa de Avinhão, pelo que o núncio, em virtude das faculdades, recebidas de Urbano VI, de declarar os sequazes de Clemente VII privados de todos os benefícios e de os conferir a pessoas idóneas, mandara fixar um edito às portas da igreja de Viseu, com a prescrição para o dito Gonçalo, estudante em Estudo Geral, se apresentar, dentro de curto prazo não bastante, tendo seu procurador apelado em vão para Roma, porque o núncio privara-o, à mesma, do canonicato e prebenda de Viseu e da igreja paroquial de S. Tiago, que, a seguir, conferiu respectivamente a João Domingues e a Álvaro Martins, ao qual o bispo de Viseu D. João conferiu de novo a igreja, sob pretexto de que pertencia ao direito de padroado de leigos e, por isso, ao núncio não competia tal poder:*

«*Bonifacius, etc. Venerabili fratri episcopo Lamecensi. Salutem, etc. Humilibus et honestis supplicum votis libenter annuimus illaque favoribus prosequimur oportunis. Dudum siquidem pro parte dilecti filii Gundisalvi Stephani, presbyteri Egitaniensis diocesis, nobis exposito quod licet ipse nullo umquam tempore iniquitatis alumno Roberto, olim Basilice duodecim apostolorum presbytero cardinali nunc antipape, qui se Clementem vii ausu temerario nominare presumit, adhesisset seu alias scismaticus fuisset, sed sancte Romane Ecclesie semper devotus et fidelis extitisset, tamen olim nonnullis emulis et inimicis eius falso suggerentibus venerabili fratri nostro Johanni, episcopo Aquensi, tunc in illis partibus apostolice sedis nuntio, quod idem Gundissalvus prefato Roberto, etiam post et contra processus per felicis recordationis Urbanum papam vi, predecessorem nostrum contra eundem Robertum ac eius sequaces et fautores et adherentes eidem factos et solemniter publicatos, per quos ipse predecessor dictum Robertum velut hereticum et scismaticum puniendum sententialiter condemnaverat, adherere et facere presumpsisset, prefatus episcopus tunc nuntius, habens, ut dicebat, quascumque personas ecclesiasticas in illis partibus [fl. 64v] constitutas et prefato Roberto adherentes omnibus beneficiis ecclesiasticis, que obtinebant, fuisse et esse privatas declarandi et beneficia huiusmodi aliis personis ydoneis conferendi a sede predicta per ipsius sedis litteras potestatem, prefatum Gundisalvum, tunc litterarum Studio in certo loco, ubi illud vigebat generale, ex quadam concessione sibi ab eadem sede facta et etiam de licentia sui superioris insistentem, per unum dumtaxat edictum publicum valvis ecclesie Visensis affixum citari fecit*

([313]) AV, Reg. Lat. 53, fls. 21v-22v.
([314]) Cf. nota 300.

ut infra certum peremptorium terminum tunc expressum nimis brevem, infra quem impossibile fuisset citationem eamdem ad notitiam ipsius Gundisalvi in loco existentis predicto pervenire, coram eodem episcopo tunc nuntio compareret et se de adhesione huiusmodi purgaret, alioquin idem episcopus, tunc nuntius, ipsum Gundisalvum omnibus beneficiis ecclesiasticis, que tunc temporis obtinebat, fuisse et esse privatum declararet et quamquam ab huiusmodi citatione per certum procuratorem dicti Gundisalvi infra eumdem terminum ad eamdem sedem fuisset legitime appellatum, tamen idem episcopus, tunc nuntius, dictum Gundisalvum, aliter non vocatum aut citatum vel conventum, canonicatu et prebenda dicte ecclesie Visensis necnon parrochiali ecclesia sancti Jacobi Visensis diocesis, quos ipse Gundisalvus tunc temporis obtinebat, fuisse et esse privatum post et contra appellationem predictam, quam idem Gundisalvus, postquam ad ipsius notitiam pervenerat, ratam habuerat atque gratam et in Curia Romana fuerat, prout erat, prosecutus, per suam, ut dixerat, diffinitivam sententiam declaraverat iniquam necnon canonicatum et prebendam dilectis filiis Johanni Dominici Viseñ ac parrochialem ecclesiam predictos Alvaro Martini, dicte diocesis clericis, pretextu potestatis huiusmodi, contulit et de illis etiam providit ipsosque videlicet Johannem Dominici in canonicatus ac prebende ac Alvarum in parrochialis ecclesie predictorum possessionem corporalem mandavit et fecit induci, quamvis de facto, et deinde venerabilis frater noster Johannes, episcopus Visensis, considerans quod dictus (315) *episcopus Aquensis conferendi dictam parrochialem ecclesiam, eo quod de iure patronatus laicorum erat, nullam omnino potestatem habuerat, dictum Alvarum in rectorem eiusdem parrochialis ecclesie secundum premissa vacantis, ut dicebat, auctoritate ordinaria instituerat ipseque episcopus et dilecti filii capitulum Viseñ Johannem Dominici prefatum in canonicatus et prebende predictorum possessionem intruserant, similiter de facto, et deinde pro parte prefati Gundisalvi nobis exposito ut causam, quam idem Gundisalvus contra episcopos et capitulum ac Johannem Dominici et Alvarum prefatos et quemlibet ipsorum et omnes alios qui [fl. 65] sua crederent interesse, non obstante quod aliqui ipsorum forsan essent collectores aut succolletores vel alias officiales camere apostolice sedis super premissis et eorum occasione communiter vel divisim movere intendebat, cum potestate irritandi et annullandi quicquid per eosdem episcopos, capitulum, Johannem Domini ac Alvarum post et contra predictam et alias appellationes, pro parte ipsius Gundisalvi legitime interpositas in premissis factum extiterat, alicui probo in partibus illis audiendam, decidendam et fine debito terminandam, committere et alias sibi in premissis providere de oportuno remedio dignaremur, Nos tibi per nostras litteras dedimus in mandatis ut, vocatis episcopis et capitulo ac Johanne Dominici et Alvaro predictis et aliis qui forent evocandi, et auditis hinc inde propositis, quod canonicum foret, summarie et de plano ac sine strepitu et figura iudicii ac terminis in talibus servari consuetis abreviatis et sola facti veritate inspecta, auctoritate nostra, appellatione remota, decerneres faceresque quod decerneres eadem auctoritate firmiter observari, ipsum Gundisalvum plenarie restituendo in suis beneficiis antedictis et fructibus inde perceptis et qui percipi potuissent, super damnis et iniuriis cognoscendo, invocato ad hoc, si opus esset, auxilio brachii secularis, prout in dictis litteris plenius continetur. Cum autem, sicut exhibita nobis postmodum predicti Gundisalvi petitio continebat, Johannes Dominici in canonicatu et prebenda et Alvarus prefati in parrochiali ecclesia predictis se intruserint ipsumque Gundisalvum post et contra appellationes suas huiusmodi canonicatu et prebenda ac parrochiali ecclesia predictis contra iustitiam spoliarint et nonnullas appellationes frivolas, ut dicitur, ad sedem predictam interposuerint,*

(315) As palavras *Visensis considerans quod dictus* foram acrescentadas na margem do texto.

fingentes se ad Curiam predictam procuratores suos destinare ad prosequendum appellationes suas huiusmodi et super hoc fictitie nonnulla instrumenta publica confici procuraverint et nullam aliam prosecutionem suarum pretensarum appellationum huiusmodi fecerint, sed fraudulenter pretextu huiusmodi suarum appellationum recursu[m] habuerint ad brachium seculare et a quibusdam secularibus iudicibus illarum partium litteras impetraverint, per quas debeant in huiusmodi eorum intrusionibus defendi et manuteneri, in animarum suarum periculum et prefati Gundisalvi maximum preiudicium et gravamen et in derogationem ecclesiastice libertatis, pro [fl. 65v] parte ipsius Gundisalvi qui, ut asserit, propter paupertatem et inopiam et occasione huiusmodi frivolarum appellationum dubitat non posse consequi [in] premissis iustitie complementum, nobis fuit humiliter supplicatum ut providere sibi super hoc de oportuno remedio dignaremur. Nos igitur huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue per apostolica scripta committimus et mandamus quatinus, predicto Gundisalvo ad canonicatum et prebendam ac parrochialem ecclesiam predictos, prout iustum fuerit, restituto, causam, quam super huiusmodi spoliationibus idem Gundisalvus contra prefatos Johannem Dominici et Alvarum et quemlibet eorum movere intendit, audias et summarie ac de plano, sine strepitu et figura iudicii, quod iustum fuerit, appellatione remota, decernas, faciens quod decreveris per censuram ecclesiasticam firmiter observari ...

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, undecimo Kalendas Maii, anno secundo. Pro Deo. N. de Ben.to» (316).

(316) AV, Reg. Lat. 17, fls. 64-65v.

f) BISPOS E CLÉRIGOS LETRADOS, AO SERVIÇO DE EL-REI NAS GUERRAS E DIPLOMACIA PELA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL CONTRA OS CISMÁTICOS

A razão do cisma foi a causa movente principal das dispensas a favor do Mestre de Avis, como monarca de Portugal, segundo quanto se viu atrás. E serão os grandes amigos do Mestre, dentre os clérigos, os escolhidos para bispos, e os letrados, sempre ao lado dele, a conselhá-lo e a protegê-lo. Servir-se-á sobretudo dos juristas vindos de Bolonha, para onde irão fazer ou completar seus estudos os mais chegados à corte. Sendo necessário, pegarão também eles em armas, inclusive os bispos, para defenderem o reino e o monarca, com a simples razão justificativa de combaterem contra cismáticos, chegando até a alegar o motivo, apesar de abertamente contrário a toda a legislação eclesiástica e jurisprudência, que para tal havia o papa concedido especiais faculdades.

Como veremos, o bispo do Porto D. João Afonso de Azambuja, então embaixador de D. João I junto do papa Bonifácio IX, era encarregado por este, em Março de 1391, de absolver de irregularidade os bispos, prelados e clérigos que, em defesa do reino de Portugal, combateram contra os cismáticos de Castela, que eram rebeldes da Santa Madre Igreja. No mesmo ano e mês de Março de 1391, atendendo a súplica do monarca que se distinguia pelos serviços prestados à Igreja contra os cismáticos e por causa das contínuas guerras com eles tinha o reino exausto e depauperado, necessitando do auxílio dos eclesiásticos, dispostos a contribuir para as despesas das guerras, através dos proventos de seus benefícios e haveres próprios, mas com medo das penas eclesiásticas estabelecidas contra os que assim procediam, o papa dava licença aos eclesiásticos de Portugal de contribuírem para essas despesas bélicas:

> «*Bonifacius, etc. Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbii regi illustri. Salutem, etc. Sacrosancta Romana Ecclesia, cui auctore Domino, licet insufficientibus meritis, presidemus, catholicos principes, prout rerum et temporum qualitas exigit, favoribus consuevit prosequi gratiosis, illos presertim qui procellosis temporibus et rabida scismaticorum et hereticorum fervente perfidia non solum in fidei sinceritate et devotione* [*fl. 49*] *illibata ipsius ecclesie immobiles perstiterunt, verum etiam tamquam ipsius ecclesie legitimi pugiles et atlethe, se adversus scismaticorum et hereticorum insanias et furores spiritualiter et temporaliter armaverunt. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod propter guerras, que in tuis Portugalie et Algarbii regnis hactenus diutius viguerunt, prout vigent adhuc, et quia dicta regna per scismaticos in magna parte retroactis temporibus fuerunt occupata, eadem regna quasi omnibus bonis et potissime regalibus iuribus et facultatibus fuerunt exausta, tu pro defensione et gubernatione dictorum regnorum et fidei catholice ampliatione in prosecutione huiusmodi guerrarum et ad confundendum in partibus illis huiusmodi scismaticos magnas expensas hactenus fecisti et adhuc*

cotidie facere te oportet, quodque ad supportandum huiusmodi expensarum onera tu ac alie eorumdem regnorum seculares persone nullatenus sufficere potestis, pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut, cum ecclesiastice persone eorumdem regnorum, attendentes eorum ac beneficiorum ecclesiasticorum que ibidem obtinent, interesse, super hiis providere pro huiusmodi expensarum oneribus supportandis libenter secundum eorum facultatem, si eis liceret, contribuerent, nisi timerent exinde sententias ac penas et censuras ecclesiasticas in talia facientes vel facientibus consentientes a iure inflictas et promulgatas incurrere, tibi a prefatis ecclesiasticis personis subsidia necessaria pro huiusmodi expensarum oneribus supportandis durante guerra huiusmodi recipiendi ipsisque personis ecclesiasticis solvendi et contribuendi pro expensis huiusmodi licentiam concedere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur huiusmodi tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tibi recipiendi a dictis personis ecclesiasticis, voluntarie contribuere volentibus huiusmodi subsidia, ac personis ecclesiasticis predictis tibi eadem subsidia, prout eis placuerit, exhibendi huiusmodi guerra durante... auctoritate apostolica, tenore presentium, de speciali gratia licentiam elargimur... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, secundo Nonas Martii, anno secundo» ([317]).

Um destes fiéis à Igreja e ao monarca português era o bispo de Coimbra D. Martinho, ou seja o célebre Doutor Martinho Afonso, vindo de Bolonha, onde se doutorou em leis no ano 1382. Grande amigo e colaborador, juntamente com o Doutor João das Regras, também vindo de Bolonha, do Mestre de Avis, logo desde que este tomou a seu cargo a defesa do reino, e depois como rei, não deixará de o seguir na guerra e de pegar em armas contra os cismáticos castelhanos, mesmo depois de elevado à dignidade de bispo de Coimbra em 1386 ([318]).

([317]) AV, Reg. Lat. 17, fls. 48v-49.

([318]) Temos notícia de que D. Martinho Afonso foi promovido a bispo de Coimbra no ano sétimo do pontificado do papa Urbano VI: «Die prima mensis Octobris [1393] *Reverendus pater dominus Martinus, episcopus Colimbriensis,* solvit pro communi fl. xxxi, sol. iiii, den. ii et pro minuto fl. ii, sol. xxb. Summa fl. xxxiii, sol. xxviiii, den. ii; *fuit promotus anno vii domini Urbani;* fuerunt in eius promotione cardinales xb, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 64v). «Indictione tertia, die v° mensis Aprilis [1395] *soluti sunt per Reverendum in Christo patrem dominum Martinum, episcopum Colimbriensem,* pro parte partis sui communis servitii, etc., xxxiii flor. auri de camera, solidos xvi, den. viii. Et pro parte unius minuti servitii, etc., duos similes flor., solidos xxxiii et den. iiii monete Rom. Summa flor. xxxvi; *fuit promotus anno septimo domini Urbani pape sexti.* Cardinales xb, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 85). A 30 de Agosto de 1387, apresentava-se em seu nome, a pagar parte da taxa devida pela promoção, D. Gil Fernandes de Portugal, deão de Silves e futuro bispo do Porto: «Nos Franciscus, etc. Quod Reverendus in Christo pater *dominus Martinus, Dei gratia episcopus Colimbriensis,* pro parte partis, etc., quatringentos sexdecim flor. auri de camera, solidos triginta tres, den. quatuor monete Romane. Et pro parte partis, etc., triginta tres flor. similes, solidos sexdecim, den. octo monete predicte, nobis et familiaribus et officialibus dicti collegii *per manus honorabilis viri domini Egidii Fernandi de Portugalia, decani Silvensis,* die date presentium solvi fecit realiter et cum effectu. De quibus, etc. Ipsumque, etc. Secum super, etc. Verum, intellecta, etc., terminum faciende solutionis residui dictorum communis et unius minuti servitiorum a festo nativitatis Domini nostri Jhesu Christi proxime futuro ad annum ex tunc proxime secuturum prorogamus et de novo assignamus eidem, ita, etc. In quorum, etc. Datum Luce, sub anno a nativitate Domini millesimo trecentesimo octuagesimo septimo, indictione decima, die penultima mensis Augusti, pontificatus anno decimo» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 49v). Segundo JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações chronológicas e criticas sobre a História e jurisprudência eclesiástica e civil,* t. V, 2.ª ed., Lisboa, 1896, p. 158, consta da existência do bispo de Coimbra D. Martinho a 20 de Junho, 28 de Outubro, 19, 22 e 29 de Dezembro de 1386, 1 de Setembro de 1387 e 17 de Agosto de 1397, conforme documentos da Colegiada de S. Pedro de Coimbra, Casa de Mello, S. Salvador de Coimbra e S. Cristóvão de Coimbra. Eis um documento de 3 de Dezembro de 1389, em que figura como seu vigário geral Lourenço Pais: «Sabham todos que na Era de mil e quatroçentos e vijnte e sete annos, tres dias do mes de dezembro, na Cidade de Coimbra,

Em bula de 11 de Setembro de 1395, Bonifácio IX absolvia-o precisamente por ter incorrido em irregularidade, devido à participação activa nas guerras contra os castelhanos. Segundo quanto tinha referido o bispo ao papa, João Henriques, rei de Castela, sequaz do antipapa Clemente VII, entrara em Portugal com grande exército, composto de leigos e eclesiásticos, inclusive prelados, todos cismáticos, com intenção de ocupar o reino. Então o bispo de Coimbra, com el-rei de Portugal D. João I e alguns prelados, sacerdotes e outros eclesiásticos e fiéis, opusera-se a eles, não só em guerras campais, como na tomada de castelos e vilas e escaramuças bélicas, em que houvera mortos, mutilados e feridos. Ele mesmo ferira alguns cismáticos. Em atenção a seu pedido, Bonifácio IX concedia-lhe que o confessor, a escolher por ele, o absolvesse do reato de homicídio, mutilações e outros delitos cometidos contra os cismáticos, na defesa do reino de Portugal, bem como de penas e irregularidades, porventura contraídas por ter celebrado depois de ter incorrido naquelas penas:

«*Bonifacius, episcopus, etc. Venerabili fratri Martino, episcopo Colimbriensi. Salutem, etc. Humilibus et honestis supplicum votis libenter annuimus illaque favoribus prosequimur oportunis. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod, cum olim dampnate memorie Johannes Henrici, Castelle et Legionis regnorum detentor, dampnate memorie Roberto olim basilice duodecim apostolorum presbytero cardinali, tunc antipape, qui se Clementem vii ausu sacrilego nominare presumebat, adherens, regnum Portugalie, in quo ad felicis recordationis Urbanum papam vi, predecessorem nostrum, et Romanam Ecclesiam devotionis sinceritas tunc plene vigebat, prout ad presens ad nos et dictam ecclesiam viget, cum magno et feroci tam laicorum quam etiam prelatorum et ecclesiasticarum personarum scismaticorum exercitu tam ipsum regnum Portugalie occupandi et a fidelitate et devotione predecessoris et ecclesie huiusmodi divertendi hostiliter ingressus fuisset, tu una cum carissimo in Christo filio nostro Johanne, Portugalie et Algarbii rege illustri, ac nonnullis prelatis, presbyteris et ecclesiasticis ac aliis fidelibus personis ipsorum Portugalie et Algarbii regnorum et familiaribus tuis contra ipsum Johannem Henrici et eius exercitum huiusmodi pro iuris, devotionis, obedientie et fidelitatis predecessorum et ecclesie predictorum ac ipsorum Portugalie et Algarbii regnorum defensione te opposuisti et non solum in bellis campalibus, ymo etiam ante et post nonnullis expugnationibus castrorum et villarum ac conflictibus, scaramuciis et aliis congressibus et actibus bellicosis tempore guerrarum huiusmodi contingentibus, in quibus aliqui interfecti, aliqui vero vulnerati et aliqui mutilati et plura alia enormia commissa fuerunt tam in predictis Castelle et Legionis quam Portugalie et Algarbii regnis interfuisti, nonnullos ex eisdem scismaticis vulnerando ac in premissis auxilium, consilium et favorem dando, nullum tamen, quod sciveris, manibus propriis interficiendo aut mutilando. Quare pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut providere tibi et statui tuo in premissis de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur provide attendentes quod sedes apostolica honestis*

---

no paaço da audiença da Eigreia cathedral da dicta çidade, seendo hij o honrrado Lourenço Paaez, coonigo da dicta Eigreia de Coimbra e vigaiiro geeral do honrrado padre e Senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da sancta Eigreia de Roma bispo dessa meesma ... perante o dicto vigaijro pareceu ... Alvaro Gonçallvez, prior de Arega, coonigo professo do moesteiro de Sam Pedro de Folques ...» (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª incorporação, pasta 14, *docum. do mosteiro de S. Pedro de Folques*, Alm. 6.º, maço 2, n. 2). Veremos, mais adiante (notas 394-398), que a 5 de Setembro de 1398 ainda governava a diocese de Coimbra, mas já em Outubro do dito ano de 1398 a sé de Coimbra se encontrava vacante, devido à sua transferência para a sé metropolita de Braga. Sobre a sua identificação com o arcebispo de Braga cfr. ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, OFM, *Quem foi o bispo de Coimbra nos anos de 1386 a 1398 ?, em Colectânea de Estudos*, Ano III, 2.ª série (1952) 67-109.

supplicum votis benigne annuere consuevit, huiusmodi tuis in hac parte supplicationibus [fl. 201v] inclinati, ut confessor tuus, quem duxeris eligendum, te a reatu homicidiorum, vulnerationum et mutilationum ac quorumcumque delictorum, per te etiam ultroneum et non necessitatum in premissis et circa premissa tempore guerrarum huiusmodi contra dictos cismaticos et pro defensione huiusmodi et ipsorum scismaticorum conculcatione et exterminio quovis modo commissorum, que presentibus haberi volumus pro sufficienter expressis, ac ab excommunicationis, suspensionis et interdicti ac aliis sententiis et penis ab homine et a iure in talia perpetrantes quovis modo prolatis, fulminatis et inflictis, quas propter premissa quovis modo incurristi, auctoritate apostolica in forma Ecclesie consueta absolvere tecumque super irregularitate, si quam propter premissa aut ex tunc celebrando divina vel immiscendo te illis, non tamen in contemptum clavium, forsan incurristi et ut in sacerdotali et pontificali et aliis susceptis ordinibus et officiis valeas ministrare, dispensare tibique ut ecclesiam Colimbriensem, quam obtines, et quamcumque aliam, ad quam forsan assumi aut transferri alias canonice te contigerit, licite retinere valeas concedere omnemque infamie maculam sive notam per te premissorum occasione contractam abolere ac te in pristinum statum et integrum restituere hac vice dumtaxat valeat, constitutionibus apostolicis et aliis contrariis non obstantibus quibuscumque, devotioni tue eadem auctoritate, tenore presentium, indulgemus. Nulli ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Idus Septembris, anno sexto. M. xxxx. de Be.to» ([319]).

Noutra bula de 15 de Junho de 1400, ao conceder a absolvição de reatos cometidos nas guerras entre Portugal e Castela por João Anes, porcionário da igreja paroquial de Santa Maria de Torres Vedras, afirma, conforme a relato do suplicante, ter este ouvido a D. Lourenço, arcebispo de Braga, e a outros prelados de Portugal que Urbano VI tinha concedido licença a todos os clérigos, seculares e religiosos, dos reinos de Portugal e dos Algarves, de se armarem contra o monarca de Castela e seus cúmplices, enquanto herejes e manchados do labéu de cismáticos, para defenderem Portugal, motivo por que João Anes tomara parte nas incursões bélicas contra os cismáticos de Castela:

«Bonifacius, etc. Dilecto filio Johanni Johannis, presbytero, perpetuo portionario in parrochiali ecclesia sancte Marie de Turribus Veteribus Ulixbonensis diocesis. Salutem. Sedes apostolica, pia mater ... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod, cum olim inter carissimum in Christo filium nostrum Johannem, Portugalie et Algarbii regem illustrem, et iniquitatis filium Johannem, regnorum Castelle et Legionis detentorem, guerris vigentibus, tu ex relatibus bone memorie Laurentii, archiepiscopi Bracharensis, et aliorum prelatorum regnorum Portugalie et Algarbii audivisses quod felicis recordationis Urbanus, papa vi, predecessor noster, omnibus clericis tam regularibus quam secularibus regnorum Portugalie et Algarbii predictorum armandi se contra prefatum Johannem, eius complices et fautores, tamquam hereticos et huiusmodi dolendi instantis scismatis labe inspersos, pro defensione eorumdem regnorum Portugalie et Algarbii licentiam concessisset, tu una cum aliis predicti regis fidelibus armorum actibus te immiscuisti et aprehensa quadam balista contra huiusmodi scismaticos sagitasti, nullum tamen interficiendo seu etiam mutilando, et quod subsequenter, cum ad tuam notitiam pervenisset quod quedam mulier, que avunculo tuo era[t] matrimonialiter copulata, vitio incontinentie laborans,

([319]) AV, Reg. Lat. 36, fls. 201-201v.

cum quodam laico adulterium commisisset et committeret et quadam nocte aliqui ex consanguineis tuis una cum ministris iudicii secularis ad domum ipsius mulieris, in qua laicus et mulier predicti tunc erant, ad capiendum illos accederent, tu cum eisdem consaguineis et ministris usque ad predictam domum, illam tamen non intrando, accessisti, ibidem extra domum ipsam prestulendo [a palavra *auxilium* sublinhada] *quousque laicus et mulier predicti in eadem domo per ipsos consanguineos et ministros in huiusmodi adulterio deprehensi, capti vi aducerentur et quod successive laicus et mulier prefati iuxta delicti exigentiam sententialiter condamnati et ultimo supplicio* [*fl. 218v*] *puniti extiterunt. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, tu alias in premissis culpabilis non fueris ... pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut tibi ac statui tuo in premissis providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos attendentes quod sedis predicte clementia non consuevit penitentibus veniam denegare, huiusmodi supplicationibus inclinati, te a quibuscumque reatibus, per te premissorum occasione contractis, auctoritate apostolica, tenore presentium absolvimus et nichilominus tecum ut in susceptis ordinibus ministrare libere et licite valeas, eadem auctoritate dispensamus... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, decimo septimo Kalendas Julii, anno undecimo. N. xx. de Ben.to*» (320).

As relações de amizade e colaboração entre o monarca português D. João I e o arcebispo D. Lourenço na defesa de Portugal, inclusive por meio da guerra, são bem conhecidas e postas em relevo pelos cronistas e autores que se debruçaram sobre o assunto (321). *Significativo o facto das*

(320) AV, Reg. Lat. 79, fls. 218-218v.

(321) Apresento alguns documentos do Mestre de Avis e D. João I, rei de Boa Memória, demonstrativos das óptimas relações de amizade entre o monarca e D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga. A 10 de Outubro de 1384, D. João, Mestre da Ordem de Avis e regedor do reino de Portugal, doava-lhe o senhorio e alcaidaria de Lourinhã, atendendo aos serviços que o arcebispo prestava ao reino: «Dom Joham ... regedor ... *querendo fazer graças e merçee a dom Lourenço, arcebispo de Bragaa, per razam de sua pesoa e remunerar por muitos serviços que fez e faz a estes regnos e entende a fazer ao diante, segundo he notorio,* damoslhe e doamoslhe a el e a todos seus sucesores por jurderdade o senhorio e alcardaria da Lourinhaa e de seu termo, assy e pella guisa que a avia Gonçallo Vaasquez dAzevedo ... E outrossy lhe damos todollos outros beens que o dicto Gonçallo Vaasquez e sua molher ham na dicta villa e termo della, os quaees ja avemos por confiscados aa coroa dos dictos regnos, porque o dicto Gonçallo Vaasques recebeo dom Joham que se diz Rey de Castella por seu senhor ... que he julgado por scomungado e cismatico per nosso senhor o papa Urbano... Dante na mui nobre cidade de Lixboa, dez dias doutubro, o mestre o mandou. Afomso Pirez a fez, era de mil iiii.c xxii annos» (ANTT. *Chancel de D. João I*, liv. 1, fls. 54-4v). No dia 1 de Maio de 1385, o monarca, alegando igualmente os serviços do arcebispo, confirmava-lhe a concessão de Lourinhã e de Vermuim: «Confirmaçam de Lourinhãa e Vermuy ao arcebispo de Bragaa ... fazemos saber que nos em tempo que eramos regedor destes regnos, *considerando o muito serviço que rreçebiamos e recebemos em cada hũu dia de dom Lourenço, arcebispo de Bragaa, portador desta carta, e entendemos de receber ao diante,* fizemos ao dicto arcebispo, quanto he a nosa pesoa, doações desvayradas dalguũs lugares, scilicet da Lourinhaã e da terra de Vermuym, com seu julgado, segundo nas cartas nossas que lhe sobrello demos mais compridamente he contheudo ... aprovamos e retificamos e confirmamos as dictas doaçõoes ... Dante na cidade do Porto, primeiro dia de Mayo, el rrey o mandou. G.º Anes a fez, era de mil iiii.c xxiii annos» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 1, fls. 138--138v). A 26 de Maio do mesmo ano de 1385, el-rei fazia doação da terra de Burral e bens a «dona Branca, molher de Fernam Gonçallvez de Meira, *a rrogo de dom Lourenço, arcebispo de Bragaa,* que nos por elle pedio merçee» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, fl. 141). No dia 28 de Agosto de 1385, mandou fazer «carta per que o dicto senhor confirmou e outorgou a dom Lourenço, arcebispo de Bragaa, todollos privillegios, liberdades, foros e boons custumes, de que sempre a dicta sua igreia husou e acustumou em tempo dos outros reis, etc., em Santarem, xxbiii dias dagosto de mil iiii.c xx e tres annos» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 1, fl. 84v). Nas cortes de Évora de 1391, prévia informação de D. Lourenço, arcebispo de Braga, e dos outros bispos e prelados do reino, D. João I, por carta de 11 de Fevereiro de 1391, determinou pena «que devem aver os que se metem em posse das igreias e moesteiros, quando vagam e nos beens delles» (ANTT,

cortes de Braga, de Dezembro de 1387 ([322]), *em que os povos se obrigaram a pagar dobradas sisas, durante um ano, para as despesas das guerras com Castela* ([323]), *sisas essas que se prolongaram, com intermitências, até ao tratado de paz de 31 de Outubro de 1411* ([324]), *e tentativas de subtrair da sujeição a eclesiásticos espanhóis os territórios portugueses. Aqui vou referir só alguma coisa da documentação pontifícia, que assinala ou faz entrever essa faceta das relações de D. João I com D. Lourenço Vicente, também jurista que estudou em Lisboa e em várias universidades estrangeiras, sobretudo da França, mas, segundo me parece, não estudou na Universidade de Bolonha, pelo que é excepção à tese acima referida de que os grandes letrados, colaboradores de D. João I, estudaram na Universidade de Bolonha.*

São vários os clérigos, de que há notícias nos documentos pontifícios, a serem privados de seus benefícios pelo arcebispo de Braga, por aderirem a Clemente VII. Nuno Gonçalves, porcionário da igreja de Santa Marinha de Oleiros, por quem o deão e cabido de Braga intercediam junto de Clemente VII, nos fins de 1381, para lhe conceder o canonicato de Braga, como se viu, foi, segundo bula de Bonifácio IX, de Março de 1398, dirigida ao mestre-escola de Braga, privado da porção da igreja de Santa Marinha de Oleiros, pertencente à diocese de Braga, suis culpis et demeritis exigentibus, *pelo nessa altura da bula arcebispo D. Lourenço, que a concedeu a Gonçalo Domingues. Na bula não se fala do motivo de adesão a Clemente VII, dando até a entender Bonifácio IX que Nuno Gonçalves seguia, na altura da bula, o papa de Roma, ao referir-se a ele como* dilectum filium Nunium Gunsalvi, tunc portionarium in dicta ecclesia Bracharensi ([325]). *Mas sabe-se que ele aderira a Clemente VII e essa poderia ter sido uma das culpas ou deméritos, por que D. Lourenço o chamou à sua presença, para o privar do benefício.*

Foi dito atrás que, em 12 de Dezembro de 1383, o vigário geral de D. Lourenço conferiu a igreja paroquial de Santa Cristina de Serzedelo a Gomes Fernandes, cónego de Viseu e vigário

---

Chancel. de D. João I, livro 2, fls. 140a-141a). Igualmente a 14 de Fevereiro de 1391, aliás como a outros bispos e igrejas do reino, confirmava, por ocasião das cortes de Évora, os «privilegios do arcebispo e cabiido e clerizia de Bragaa» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fls. 53va-53vb). Cf. FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, 1.ª parte, cap. 118-121, pp. 202-208; cap. 154, p. 286; cap. 161, p. 304, cap. 164, p. 310, cap. 182, p. 344; 2.ª parte, cap. 2, 10, etc. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, t. II, ed. da Mitra Bracarense, 1930, pp. 192-208. FREI HENRIQUE RAIMUNDO PERDIGÃO trata da figura de D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga e filho da Lourinhã, no jornal *Alvorada*, 13 de Fevereiro e 12 de Março de 1972, com o título de *Subsídios para a História de Ribeira de Palheiros*, pp. XX--XXVIII.

([322]) ANTT, *Cortes, n.* 14, *maço* 1 *do Suplemento de Cortes*, n. 9. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CXXXVI.

([323]) Cf. nota anterior.

([324]) Tratado em *Monumenta Henricina*, II, Coimbra, 1960, n. 5, pp. 7-32.

([325]) AV, Reg. Lat. 60, fls. 76-76v: «Bonifacius, etc. Dilecto filio scolastico ecclesie Bracharensis. Salutem, etc. Dignum arbitramur, etc. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte dilecti filii Gunsalvi Dominici, rectoris parrochialis ecclesie sancte Marine [fl. 76v] de Oleyros Bracharensis diocesis, petitio continebat quod olim perpetua portione in ecclesia Bracharensi ex eo vacante quod bone memorie Laurentius, archiepiscopus Bracharensis, dilectum filium Nunium Gunsalvi, tunc perpetuum portionarium in dicta ecclesia Bracharensi, propter hoc ad sui presentiam legitime evocatum, suis culpis et demeritis exigentibus, dicta portione auctoritate ordinaria privavit et amovit realiter ab eadem, prefatus archiepiscopus eandem portionem sic vacantem eidem Gunsalvo auctoritate predicta contulit et providit etiam de eadem ipseque Gunsalvus eandem portionem vigore collationis et provisionis huiusmodi extitit, pacifice assecutus. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, dictus Gundisalvus dubitet collationem et provisionem predictas ex certis causis viribus non subsistere ... Nos volentes prefatum Gunsalvum ... horum intuitu favore prosequi gratioso, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem dictum Gunsalvum ad hoc ydoneum esse reppereris ... predictam portionem ... eidem Gunsalvo auctoritate nostra conferas et assignes ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto Idus Martii, anno nono».

geral do arcebispo, dando-lhe a instituição canónica, por ter vagado pela promoção, feita por Urbano VI, de Pedro Lourenço Buval a bispo de Viseu, apesar de este ter obedecido a Clemente VII que o transferiu, depois, em Maio de 1384, para a sé de Braga, a qual D. Lourenço continuou, naturalmente, a governar. Ora, segundo bula de Bonifácio IX, de 8 de Junho de 1398, dirigida ao chantre de Braga, o dito Gomes Fernandes, reitor daquela igreja, referia que o falecido D. Lourenço, arcebispo de Braga, ao tomar conhecimento de que Afonso Martins, outrora cónego de Braga, aderira ao antipapa Clemente VII, o privara do canonicato de Braga, ainda durante a vida do papa Urbano VI, e o conferira a Gomes Fernandes. Tinha, porém, o papa reservado todos os canonicatos e prebendas vacantes e a vagar, e por isso Bonifácio IX encarregava o dito chantre de conceder tais canonicato e prebenda ao sobredito reitor de Santa Cristina de Serzedelo, se este fosse idóneo (326).

De documentos referidos atrás sabe-se que, no período da suspensão e reintegração de D. Lourenço no arcebispado, era deão de Braga Estêvão Peres, que em 1387 fazia testamento e

---

(326) AV, Reg. Lat. 60, fls. 205v-207: «Bonifacius, etc. Dilecto filio cantori ecclesie Bracharensis. Salutem, etc. Dignum arbitramur, etc. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte dilecti filii Gometii Fernandi, rectoris parrochialis ecclesie sancte Cristine de Cerçedelo, Bracharensis diocesis, petitio continebat quod olim per bone memorie Laurentium, archiepiscopum Bracharensem, accepto quod Alfonsus Martini, olim canonicus Bracharensis, dampnate memorie Roberto olim basilice duodecim apostolorum presbytero cardinali, tunc antipape, qui se Clementem vii ausu temerario nominabat etiam post et contra processus felicis recordationis Urbani pape vi, predecessoris nostri, contra eundem Robertum et eius sequaces et factores sibique adherentes factos et solemniter publicatos, per quos idem predecessor eumdem Robertum veluti hereticum et scismaticum puniendum sententialiter condemnaverat, eodem predecessore adhuc in humanis agente, adheserat et adherebat, prefatus archiepiscopus, etiam eodem predecessore vivente, contra eumdem Alfonsum, propter hoc ad sui presentiam evocatum legitime procedens, per suam diffinitivam sententiam, que nulla provocatione suspensa, in rem transivit iudicatam, declaravit dictum Alfonsum canonicatu et prebenda predictis fuisse et esse privatum ipsumque amovit realiter ab eisdem et deinde idem archiepiscopus predictos canonicatum et prebendam sic vacantes eidem Gometio auctoritate ordinaria contulit et de illis etiam providit, licet de facto, ipseque Gometius, pretextu collationis et provisionis predictarum, eosdem canonicatum et prebendam pacifice assecutus, illos ex tunc detinuit, prout detinet, fructus percipiens ex eisdem. Cum autem collatio et provisio predicte pro eo viribus non subsistant quod idem predecessor diu ante vacationem huiusmodi omnes canonicatus et prebendas, quorumcumque per adhesionem huiusmodi vacantes et imposterum vacaturo, collationi et dispositioni sue reservans, decrevit ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari, nos qui postea, dicto predecessore per eum de dictis canonicatu et prebenda non disposito, sicut Altissimo placuit, vita functo, fuimus divina favente clementia ad apicem summi apostolatus assumpti, cum a nonnullis revocaretur in dubium an aliquis preter Romanum pontificem de canonicatibus et prebendis ceterisque beneficiis ecclesiasticis per dictum predecessorem dispositioni sue reservatis et tempore obitus predessoris eiusdem vacantibus disponere potuisset, per nostras litteras [fl. 206] declaravimus canonicatus et prebendas ceteraque beneficia supradicta, que sic reservata tempore obitus predecessoris, ut prefertur, vacabant, remansisse et remanere per huiusmodi reservationem et decretum affecta nullumque de illis preter Romanum pontificem ea vice potuisse vel posse disponere quoque modo ac decrevimus irritum et inane quicquid in contrarium a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, attemptatum forsan erat tunc vel contingeret imposterum attemptari; attendentes igitur quod nullus preter Romanum pontificem hac vice de dictis canonicatu et prebenda disponere potuit sive potest ... ac volentes dictum Gometium, apud nos de vite ac morum honestate aliisque probitatis et virtutum meritis multipliciter commendatum, horum intuitu favore prosequi gratioso, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si post diligentem examinationem dictum Gometium ad obtinendum dictos canonicatum et prebendam ydoneum esse inveneris, super quo tuam conscientiam oneramus, eosdem canonicatum et prebendam ... cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis auctoritate nostra conferre et assignare procures ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sexto Idus Junii, pontificatus nostri anno nono».

morria ([327]). *Durante o tempo em que foi deão ou após a sua morte, foi eleito ou nomeado deão pelos partidários de Clemente VII Afonso Martins, bacharel em decretos, o qual andava exilado por terras de Castela, em 1388. Em rol de súplicas, datado de 25 de Setembro de 1388, de el-rei de Castela, a favor de portugueses que* beneficia et omnia que habebant propter iustitiam dimiserunt et secuti sunt Vestram Sanctitatem et ad dictum regem fugerunt, *vêm duas a favor de Afonso Martins, bacharel em leis, deão de Braga, e numa delas diz-se ter ele sofrido muito por ter defendido Clemente VII e tomado posição contra Urbano VI, na presença dos vigários daquele, a quem o monarca castelhano chamava maldito Lourenço Vicente, intruso no arcebispado de Braga, e do que, nessa altura, era deão, bem como na presença do cabido e do concelho de Braga, convocados especialmente para isso* ([328]). *Ter-se-ia dado o facto em 1384, mais ou menos quando Clemente VII nomeou arcebispo de Braga a Pedro Lourenço Buval? É possível. E se foi assim, também ele, como este, não chegou a usufruir a dignidade, aliás como se infere das ditas súplicas.*

Conforme bula de Bonifácio IX, de 30 de Outubro de 1396, havia tempo que o arcebispo andava em questão com Luís de Freitas, deão de Braga, e vários reitores de igrejas, amigos e consanguíneos do deão, impedindo-os de receber os proventos dos benefícios, motivo por que o papa tinha reservado ao bispo de Lamego todas as causas do deão e consanguíneos com o arcebispo. Mas porque D. Gonçalo, bispo de Lamego, lançara a excomunhão contra o arcebispo e este apelou para Roma, o papa revogara e anulara o processo do bispo, chamando a si a solução do litígio. Agora mandava ao bispo de Coimbra examinasse e decidisse do assunto. Não creio, todavia, se tratasse de questões originadas com o cisma, já que o deão era familiar pontifício. De qualquer forma, Luís de Freitas não foi o imediato sucessor de Estêvão Peres nem de Afonso Martins, porque, em Maio de 1388, aparece como Luis de Freytas, coonigo em na nossa eigreia de Bragaa e abbas dAiraaes, prometor do Officio da justiça na dicta eigreia, *em carta do arcebispo D. Lourenço* ([329]). *Eis a bula de Bonifácio IX:*

> «*Bonifacius, etc. Venerabili fratri episcopo Colimbriensi. Salutem, etc. Dudum pro parte dilecti filii Ludowici de Freytas, decani ecclesie Bracharensis, familiaris nostri,*

([327]) O testamento em ADB, *Gaveta dos Testamentos*, n. 72. Notícia da sua morte, ocorrida nesse ano de 1387, em documento de 17 de Março de 1388: «Em nome de Deus, amen. Sabham todos que preito e demanda era perante mim Paay Nicolaao, coonigo e vigairo geeral na eigreia de Bragaa, per o honrrado padre e senhor dom Lourenço pella graça de Deus e da santa eigreia de Roma arçebispo da dicta eigreia de Bragaa, per Giral Stevez, seu procurador da hũa parte, e Vaasco Perez, coonigo da egreia de santa Maria de Guimaraaes, per Joham Lourenço, seu procurador da outra, per razom dhũas casas que estam na dicta villa de Guimaraaes, que foram de dom Stevom Perez, dayam que foi de Bragaa, que o dicto cabido demandava ao dicto Vaasco Perez, segundo he contheudo em hũa petiçom, dada da parte do dicto cabidoo contra o dicto Vaasco Perez, de que o teor tal he: Perante vos, senhor vigairo na egreia de Bragaa, prepon Giral Stevez, procurador dos honrrados cabidoo desse logo, contra Vaasco Perez, abbade de Covas e coonigo de Guimaraaes, e em nome do dicto cabidoo diz que *dom Stevom Perez, dayam que foy na dicta eigreia de Bragaa, avia per ssuas e come ssuas hũas casas na villa de Gimaraaes na Rua de Sancta Maria*, nas quais ora o dicto Vaasco Perez diz que o *dicto dayam em ssa vida e ao tenpo da ssa morte, que foy no ano da era de mil e quatroçentos e viinte e çinque annos, que ora ffoi, por ssua alma em seu testamento legou e mandou ao dicto cabidoo as dictas casas*, que as ouvesse pera senpre ... Dante em Bragaa, dez e sete dias do mes de Março. Era de mil quatroçentos viinte e seis annos ... Pelagius» (ADB, *Gaveta* 1.ª *das propriedades do Cabido*, n. 300).

([328]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 641, 662.

([329]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18: «Em nome de Deus, amen. Nos dom Lourenço pella graça de Deus e da santa eigreia de Roma arçebispo de Bragaa e primas ... A quantos esta carta de sentença virem ffazemos saber que, vagando a eigreia de sam Thome de Negrellos ... A qual sentença assy publicada, Luis de Freytas, coonigo em na nossa eigreia de Bragaa e abbas dAiraaes, prometor do offiçio da justiça na dicta eigreia, pediu hũa sentença e nos lha mandamos dar. Dante no dicto logo de Monchique, viinte e sete dias do mes de Mayo. Era de mil e quatroçentos e viinte e seis annos ... L. archiepiscopus Bracharensis».

nobis exposito quod venerabilis frater noster Laurentius, archiepiscopus Bracharensis, variis quesitis coloribus contra ipsum Ludowicum, absque sui culpa, odii rancore concepto, fuerat, prout erat, suus et dilectorum filiorum Valasci Dominici, sancti Petri de Polvareyra, Johannis Alvari, sancti Thome de Caldelas, Alfonsi Gonsalvi, sancti Michaelis de Cerzedo parrochialium ecclesiarum rectorum, Lodowici Gerhardi, Egidii Johannis de Basto, Petri Martini clericorum et Alvari Gundisalvi de Freytas, laici, Bracharensis diocesis, dicti Lodowici decani amicorum et consanguineorum inimicus, propter quod sepe et sepius variis quesitis coloribus iniuste et contra Deum et iustitiam in ipsum Lodowicum decanum dictosque amicos et consanguineos ac etiam familiares suos diversos processus fecerat excommunicationis et alias fulminarat sententias ac dilectis filiis capitulo Bracharensi et omnibus ipsis et eius decanatus subditis mandaverat et inhibuerat ne ipsi Lodowico decano de ipsius decanatus fructibus, redditibus et proventibus responderent quovis modo, in Lodowici decani et consanguineorum et familiarium predictorum non modicum damnum et preiudicium et gravamen et quod cum dictus Laurentius non haberet superiorem, nisi sedem apostolicam, et eisdem Lodovico decano ac amicis et consanguineis necnon familiaribus pro qualibet causa redderetur valde difficile ad eamdem sedem habere recursum, nos omnes et singulas causas tam civiles quam criminales, ac familiares quam per Ludowicum, amicos et consanguineos ac familiares tam per eosdem archiepiscopum eiusque officiales ac personas alias quascumque contra eosdem Lodowicum, decanum, eiusque amicos et consanguineos coram dicto Laurentio archiepiscopo eiusque officialibus et aliis quibuscunque suos huiusmodi contra eosdem Laurentium archiepiscopum eiusque officiales aut quascumque alias personas huiusmodi communiter vel divisim forsan motas et pendentes ad nos auctoritate apostolica advocantes, episcopo Lamacensi, eius proprio nomine non expresso, per nostras litteras commisimus et mandavimus ut per se vel alium seu alios, etiam si forent extra locum, in quo deputatus erat conservator et iudex, tam eisdem Ludowico, amicis et consanguineis ac familiaribus et cuilibet eorum contra eumdem Laurentium archiepiscopum eiusque officiales ac quascumque alias personas, eisdem aut eorum alicui iniuriam et molestiam inferentes, quam econverso ipsis Laurentio archiepiscopo, officialibus et personis huiusmodi contra Ludowicum, decanum, amicos et consanguineos ac familiares predictos et eorum quemlibet efficacis defensionis presidio assistens ipsisque Lodowico, decano, amicis et consanguineis ac familiaribus ab huiusmodi excommunicationis sententiis per prefatum Laurentium archiepiscopum aut quosvis eius officiales et eorum quemlibet fulminatis ut prefertur ab eis, prius super eo, pro quo propter huiusmodi processus et sententias ligati habebantur, quod si constaret huiusmodi processus per ipsum archiepiscopum contra eos legitime fulminatos fore super hoc parerent Ecclesie mandatis, ydonea cautione recepta, prout canonicum foret, absolut. non permitteret eos per dictum Laurentium archiepiscopum [*fl. 157*] *aut eius officiales seu personas predictas nec ipsum Laurentium eiusque officiales ac personas ab eisdem Lodowico decano, amicis et consanguineis ac familiaribus vel aliquibus eorum contra iustitiam indebite molestari aut damna, gravamina vel iniurias irrogari, facturus ipsis hinc inde de quibuslibet gravaminibus, iniuriis atque damnis tunc illatis vel imposterum inferendis eisdem et causis ipsis forsan tunc motis et pendentibus seu movendis inter eosdem ut prefertur in hiis videlicet que iudicialem requirunt indaginem summarie, simpliciter et de plano ac sine strepitu et figura iudicii, in aliis vero, prout qualitas eorum exigeret, iustitie complementum, et nichilominus prefatis capitulo ac subditis ipsius decanatus quibuscumque sub excommunicationis pena, quam, si contra facerent, ipso facto incurrerent, auctoritate predicta districtius mandaret ut eidem Ludowico, decano seu eius procuratori, ad hoc legitime constituto, de predictis fructibus*

ipsius decanatus tam de preterito tempore quam tunc presenti pariter et futuro sibi debitis et debendis integre responderent et prout in eis foret, facerent omni cessante obstaculo responderi. Postmodum vero per nos accepto quod, cum prefatus Laurentius archiepiscopus dictum Johannem Alvari ac dilectos filios Johannem Roderici et Alfonsum Gunsalvi coniugatum, clericos predicte diocesis, familiares prefati Lodowici decani, asserens eos nonnulla gravia crimina et excessus que aliter minime exprimebat, commisisse ac intendens, ut dicebat, super hiis contra eosdem Johannem Alvari et Johannem Roderici ac Alfonsum Gunsalvi coniugatum ad inquisitionem ex officio descendere, ipsos propterea incarcerasset eosque aliquamdiu detinuisset ac detineret, prout tunc detinebat, carceribus mancipatos ac venerabilis frater noster Gunsalvus, episcopus Lamecensis, vigore dictarum litterarum in prefatum Laurentium archiepiscopum pro eo quod idem Laurentius archiepiscopus ipsos Johannem Alvari et Johannem Roderici ac Alfonsum Gunsalvi coniugatum eidem Gunsalvo episcopo super hoc per eum dictarum litterarum vigore monitus assignare denegaverat, excommunicationis sententiam promulgasset ipsumque fecisset ac mandasset excommunicatum publice nuntiari ac propterea pro parte ipsius Laurentii archiepiscopi, asserentis exinde ab eodem Gunsalvo episcopo indebite se gravari, ad sedem fuisset appellatum predictam, idem Laurentius super appellatione sua huiusmodi apostolicas ad certos iudices sub certa forma dicebatur impetrasse, nos huiusmodi processum prefati Gunsalvi episcopi per easdem litteras ex certa scientia revocantes et totaliter annullantes, ad instantiam utriusque partis huiusmodi omnes predictas ac quascumque litteras alias in quantum personam aut beneficia ecclesiastica seu bona dicti Lodowici decani non concernerent, quas et inde secuta quoad huiusmodi personam, beneficia et bona ipsius Lodowici decani in quantum pro eo faciant dumtaxat in suo voluimus robore permanere, super premissis per partes ipsas seu earum aliquam a prefata sede impetratas ac processus habitos per easdem et quecumque inde secuta ad nos auctoritate apostolica advocavimus et voluimus quod idem Laurentius archiepiscopus quam primum super hiis pro parte tua [fl. 157v] auctoritate dictarum secundarum litterarum nostrarum requisitus foret, Johannem Alvari et Johannem Roderici predictos absque dilatione aliqua vel difficultate tibi studeret libere assignare quodque idem Laurentius archiepiscopus posset, vi vellet, per se de quibuscumque causis reliquos ipsius Lodowici, decani, amicos et consanguineos ac familiares antedictos vel aliquem seu aliquos eorum pro tempore concernentes, dummodo id eidem Laurentio archiepiscopo alias de consuetudine vel de iure competeret, iuris ordine observato, cognoscere seu alii vel aliis preterquam dilecto filio Pelagio Nicolai, eiusdem Laurentii archiepiscopi vicario in spiritualibus generali, seu alii vel aliis, ei vel eis ex amicis, consanguineis et familiaribus predictis, quem vel quos huiusmodi cause concernent, non suspecto vel suspectis, causas huiusmodi audiendas committere et fine debito terminandas, prout in dictis litteris plenius continetur. Nos igitur etiam ad earumdem partium instantiam fraternitati tue per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus prefatos Johannem Alvari et Johannem Roderici absque dilatione vel difficultate aliqua tibi per dictum Laurentium archiepiscopum auctoritate nostra libere facias assignari ipsisque tibi ut premittitur assignatis super hiis que prefatus Laurentius archiepiscopus aut quivis alius vel alii contra eos proponere voluerit seu voluerint, inquiras per te vel alium eadem auctoritate diligentius veritatem et huiusmodi veritate comperta, quod canonicum fuerit eadem auctoritate, appellatione remota, decernas, faciens quod decreveris per censuram ecclesiasticam firmiter observari... Datum Rome apud Sanctum Petrum, tertio Kalendas Novembris, anno septimo. De mandato. N. de Ben.to» (330).

(330) AV, Reg. Lat. 43, fls. 156v-157v.

O perfeito acordo entre D. João I e o arcebispo D. Lourenço nota-se ainda em assuntos de ordem eclesiástica, ocorridos à volta de 1390-1396, mas cujas origens são anteriores. Sabe-se que D. Lourenço acompanhava D. João I nas campanhas militares. Lá estava ele em Aljubarrota «sendo bem armado, havendo ante si a cruz de prata levantada, com que costuma visitar as igrejas e não quedava de prover, andando de uns em outros, esforçando-os e absolvendo-os todos e confirmando-lhes as perdoanças que o papa Urbano Sexto outorgava contra os cismáticos» que seguiam o partido do antipapa Clemente VII (331). *Encontramo-lo igualmente em Babe, termo de Bragança, a 26 de Março de 1387, presente na doação de D. João de Lancastre e da rainha Dona Constança, sua mulher, a D. João I dos direitos que lhes tocavam ao reino de Castela, a servir de testemunha juntamente com D. João, bispo Daceres, e os doutores em leis, cavaleiro Doutor João das Regras e Doutor Gil do Sem* (332).

Foi em 1391, conforme se pode ver pelos documentos transcritos acerca da dispensa concedida a D. João I e a Dona Filipa de Lencastre, que o monarca trazia seus embaixadores na Cúria de Bonifácio IX. Eram agentes dos negócios de el-rei o cavaleiro João Rodrigues de Sá e o bispo de Silves D. João Afonso, o qual andara pela Cúria de Urbano VI, não sendo ainda bispo, a tratar desses negócios, como o bispo de Évora e o cavaleiro Gonçalo Gomes da Silva (333), *os quais obtinham salvo-conduto de el-rei de Inglaterra, a 13 de Abril de 1386, durante a viagem de ida e regresso à Santa Sé para tratar de negócios especiais do monarca português* (333a). *D. João Afonso de Azambuja, o qual será transferido para a sé do Porto a 15 de Fevereiro de 1391, quando ainda se encontrava na Cúria, declarando o papa ter procedido à transferência, mesmo que o bispo transferido do Porto para Silves não estivesse de acordo* (334), *pertencia ao desembargo régio. A 5 de*

---

(331) FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, 2.ª parte, Lisboa, 1897, cap. 42.

(332) ANTT, Gaveta 18, maço 3, n. 26. Publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, livro III, Coimbra 1947, n. 2, pp. 20-22. Cf. *Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII, n. 4367, pp. 321-323.

(333) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CVIII-CXV. João Afonso de Azambuja, bacharel em decretos, do desembargo régio e conselheiro de D. João I, era então, quando foi a Roma, prior da colegiada da Alcáçova de Santarém, Cf. nota 435a.

(333a) «Pro ambassatoribus Portugaliae. Rex universis et singulis regibus ... Sciatis quod Nos, contemplatione boni zeli, quem erga personam incliti et magnifici principis regis Portugaliae, amici et alligati nostri, gerimus et habemus, affectantes intime quoscunque subditos et incolas regni sui favore prosequi gratioso et ipsos ubique amicabiliter pertractari, suscepimus et per presentes ponimus et suscipimus venerabilem patrem episcopum Elborensem et Gonsalvum Gometii de Salve (!), ambassatores et nuncios speciales ipsius regis Portugaliae, qui penes Sedem Apostolicam transituros pro certis negotiis, eundem regem Portugaliae specialiter concernentibus, se ordinant et disponunt, necnon eorum famulos, equites vel pedites, equos, res, bona et hernesia quaecumque, ubicumque per dominium et potestatem nostra, tam per terram quam per mare transeundo, morando et redeundo, in salvum et securum conductum nostrum, ac in protectionem et defensionem nostras speciales, et ideo vos amicos et benivolos nostros attentius quo possumus requirimus et rogamus vobisque ligeis et fidelibus nostris praecipimus firmiter iniungendo quatinus eosdem ambassatores, cum ipsos per dominium et potestatem vestra tam per terram quam per mare ac loca, districtus seu dominia vestra transire seu declinare contigerit ... morari et libere reverti permittatis, nostris precibus et amore, non inferentes eisdem, etc., prout in litteris de conductu ... In cuius, etc., per unum annum duraturas. Teste rege apud Westmonasterium, decimo tertio die Aprilis» (THOMA RYMER, *Foedera, conventiones ...*, t. VII, Londini, 1728, col. 508-509).

(334) AV, Reg. Lat. 13, fls. 136v-137v: «Venerabili fratri Johanni, episcopo Portugalensi. Salutem, etc. Apostolatus officium ... Hodie siquidem te, tunc Silvensis, et venerabili fratre nostro Martino, tunc Portugalensis ecclesiarum regiminibus presidentibus, Nos ex certis et rationabilibus causis ac pro utilitate ecclesiarum utriusque, attendentes quod tu Portugalensi et Martinus prefatus Silvensi ecclesiis antedictis preesse utilius poteratis, *te apud sedem apostolicam constitutum* ab eo, quo Silvensi, et dictum Martinum, licet absentem, ab illo, quo Portugalensi ecclesiis prefatis vinculis tenebamini, ut te ad Portugalensem et Martinum predictum

Março de 1391, apresentava-se pessoalmente a obrigar-se pela taxa da promoção a bispo do Porto ([334a]). *Também D. Martinho, transferido para Silves, se apresentava pessoalmente a obrigar-se pela taxa respectiva a 22 de Abril de 1391* ([334b]) *e pagava a taxa em várias prestações,*

---

ad Silvensem ecclesias predictas transferremus, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine duximus absolvendos ac deinde ex iugo apostolice servitutis, quo sumus universis ecclesiis obligati, attendentes solicite quod si predicte ecclesie Portugalensis provisio [fl. 137] differretur, ecclesia ipsa posset diversis subiacere periculis et gravia in spiritualibus et temporalibus detrimenta subire ... deliberatione cum eisdem fratribus super hoc habita diligenti, te ad dictam Portugalensem ecclesiam (no ms. *ecclesiarum*) de ipsorum fratrum consilio, auctoritate apostolica transferimus teque illi preficimus in episcopum et pastorem ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, decimo quinto Kalendas Martii, anno secundo. Simili modo dilectis filiis capitulo ecclesie Portugalensis ... Simili modo dilectis filiis clero civitatis et diocesis Portugalensis [fl. 137] ... Simili modo dilectis filiis universis vasallis ecclesie Portugalensis ... Simili modo venerabili fratri archiepiscopo Bracharensi ... Simili modo carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbii regi illustri ...». Cerca de oito dias depois, a 10 de Março de 1391, ao declarar ter procedido à transferência, mesmo que os interessados não estivessem de acordo, Bonifácio IX refere que, nessa altura, o bispo de Silves D. João de Azambuja, transferido para a sé do Porto, estava pessoalmente na Cúria Romana: «Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Ad futuram rei memoriam. Apostolice sedis circunspecta benignitas dubia ... declarat, prout sibi secundum Deum visum fuerit expedire. Dudum siquidem venerabiles fratres nostros *Johannem Portugalensem, tunc Silvensem, apud sedem predictam constitutum*, ab illo, quo Silvensi, et Martinum Silvensem, tunc Portugalensem episcopos, licet absentem, ab illo, quo Portugalensi ecclesiis, quibus tunc preerant, vinculis tenebantur, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine, ut Johannem ad Portugalensem et Martinum episcopos predictos ad Silvensem ecclesias prefatas transferemus, ex certis causis duximus absolvendos ac Johannem Portugalensi et Martinum predictos Silvensi ecclesiis predictis auctoritate apostolica prefecimus in episcopos et pastores, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Volentes itaque quod huiusmodi translatio plenum sortiatur effectum, ad omne ambiguitatis tollendum dubium, tenore presentium declaramus nostre intentionis fuisse et esse Johannem et Martinum episcopos predictos, etiam invitos ut premittitur, absolvisse ac Johannem ad Portugalensem et Martinum episcopos ipsos ad Silvensem ecclesias prefatas [fl. 103] etiam invitos similiter ex certis causis, quas haberi volumus pro expressis, de dicte potestatis plenitudine transtulisse, dicti Martini absentia non obstante ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sexto Idus Martii, pontificatus nostri anno secundo» (AV, Reg. Lat. 12, fls. 102v-103).

([334a]) No mês de Março de 1391, no dia 4, temos outra notícia da presença de D. João Afonso de Azambuja na Cúria pontifícia como bispo do Porto, a obrigar-se pela taxa respectiva: «lxxxxi° anno, indictione, pontificatu, loco, quibus antea, die vero predicta scilicet quarta (!) dicti mensis Martii, coram prefato Reverendissimo in Christo patre et domino domino Marino, miseratione divina sancte Marie Nove dyacono cardinali, domini pape camerario, presentibus Reverendo in Christo patre domino Augustino, Dei gratia episcopo Perusino (!), domini nostri pape thesaurario, presentibus venerabilibus viris dominis Paulo Baylardino et Francisco camere et Jacobo collegii clericis, *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, episcopus Portugalensis, personaliter recognovit camere et collegio pro communi servitio domini Martini, predecessoris sui*, mille florenorum auri de camera et quinque servitia consueta; *nil promisit pro se, quia bis in anno fuit facta provisio ipsi ecclesie*. Solvendo medietatem promissi a festo Ressurrectionis Domini nostri Yhesu Christi proxime futuro ad annum proxime secuturum ... alioquin, etc. Juravit, etc., hoc addito et expresso quod si docuerit legitime de solutione facta per ipsum dominum Martinum, quod nec ad debitum predictum teneatur nec dictis sententiis sit adstrictus vel ligatus» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 152v). «Indictione xiiii. Die sabbati, quinta (!) mensis Martii [1391] *Reverendus pater dominus Johannes, episcopus Portugalensis, personaliter recognovit camere et collegio pro communi servitio domini Martini predecessoris sui*, mille florenorum auri de camera et quinque servitia consueta; *non promisit pro se, quia bis in anno fuit facta provisio*. Solvendo medietatem promissi a festo Resurrectionis Domini nostri Ihesu Christi proxime futuro ad annum ex tunc proxime secuturum et aliam medietatem in simili festo annis revolutis, et recognita si et in quantum in similibus terminis, annis revolutis, alioquin, etc. Juravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 52, fl. 30v).

([334b]) No mês seguinte, a 22 de Abril de 1391, também D. Martinho se apresentava pessoalmente a comprometer-se a pagar a dita taxa: «Die xxii mensis Aprilis [1391]. *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, Dei gratia episcopus Silvensis, personaliter obligavit* se camere et collegio et promisit pro suo communi servitio quatringentos flore. auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere et collegio

por vezes com a indicação de que fora promovido no 2.º ano do pontificado do papa Bonifácio IX (334c), *aliás como antes, em Junho de 1390, se tinha apresentado pessoalmente a obrigar-se*

---

pro communi servitio domini Johannis, predecessoris sui, centum quinquaginta sex similes flo. et pro quinque minutis predicti predecessoris sui sexaginta unum flor. similes, viginti tres solidos et den. quatuor monete Romane. Solvendo medietatem promissi in festo Purificationis beate Marie Virginis proxime futuro et aliam medietatem in festo Omnium Sanctorum ex tunc proxime secuturo... anno revoluto, alioquin, etc. Juravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 52, fl. 33v). «lxxxxi° anno, indictione, pontificatu, loco, quibus antea, die vero prefata sabbati vigesima secunda dicti mensis Aprilis, coram prefato Reverendissimo in Christo patre et domino domino Marino, miseratione divina sancte Marie Nove dyacono cardinali, domini pape camerario, presentibus Reverendo in Christo patre domino Augustino (!), Dei gratia episcopo Penensi (!), domini nostri pape thesaurario, et venerabilibus viris dominis Paulo Baylardino et Francisco apostolice camere et Jacobo collegii clericis, *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, episcopus Silvensis, personaliter promisit camere et collegio pro suo communi servitio* quatringentos florenos auri de camera et quinque servitia consueta. *Item recognovit camere et collegio pro communi servitio domini Johannis predecessoris sui* centum quinquaginta sex flor. et pro quinque servitiis sexaginta unum similes flor., solidos viginti tres et den. quatuor dicte monete Romane. Solvendo medietatem promissi in festo Purificationis beate Marie Virginis proxime futuro, aliam medietatem in festo Omnium Sanctorum ex tunc proxime secuturo et totum recognitum in alio simili festo Purificationis ex tunc proxime secuturo, alioquin, etc. Iuravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 155v).

(334c) Temos confirmação de que D. Martinho foi transferido para a sé de Silves no segundo ano do pontificado de Bonifácio IX (a transferência deu-se no dia 15 de Fevereiro de 1391: AV, Reg. Lat. 13, fl. 94) em documentos de Março de 1393, Janeiro e Dezembro de 1394, Dezembro de 1395, Janeiro e Dezembro de 1397, Maio de 1399 e Dezembro de 1400, sobre o pagamento de parte da taxa: «Die xxiiii mensis Martii [1393]. *Reverendus pater dominus Martinus, episcopus Silvensis,* solvit pro communi flor. xvii, sol. ii, den. xi et pro minuto flor. 1, sol. viii et den. x. Summa flor. xviii, sol. xi, den. viiii ... *fuit promotus anno ii.° domini Bonifacii;* fuerunt in ipsius promotione cardinales xvii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 58v). «Die xv.° mensis eiusdem [Jan. 1394]. *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, Dei gratia episcopus Silvensis,* solvit pro parte partis sui communis, etc., flor. auri de camera xxxii, sol. xlii et den. xi. Et pro parte partis unius minuti, etc., flor. ii, sol. xlii et den. x. Summa flor. xxxb, sol. xxxv et den. viii; *fuit promotus anno secundo domini Bonifacii pape noni.* Cardinales xvii, videlicet...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 67v). «Indictione, pontificatu ut supra [1394], die tertia mensis decembris, soluti sunt per *Reverendum in Christo patrem dominum Martinum, Dei gratia episcopum Silvensem,* pro parte partis sui communis servitii, etc., non facta divisione de minuto servitio, etc., quinquaginta florenos auri de camera; *fuit promotus anno secundo domini Bonifacii pape noni;* fuerunt in eius promotione cardinales xvii, videlicet...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 78). «Die xxiiii mensis decembris. *Reverendus pater dominus Martinus, episcopus Silvensis,* solvit pro parte partis sui communis servitii, etc., sexdecim flor. auri de camera, solidos quatraginta sex et den. tres et pro parte partis unius minuti, etc. unum similem flor., solidos viginti duos et den. sex monete Romane. Summa flor. xviii, solidos xviii et den. viiii; *fuit promotus anno secundo domini Bonifacii pape noni.* Cardinales xvii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 98v). «Die tricesima mensis Januarii [1397], pontificatu et indictione, quibus supra, *dominus Martinus, episcopus Silvensis,* [solvit] pro parte partis sui communis servitii xviiii flor., sol. viiii et pro minuto fl. i, sol. xvi. Summa flor. xx, sol. xxv; *fuit promotus anno secundo domini Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales xvii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 117). «Die xix mensis eiusdem [decem. 1397] *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, episcopus Silvensis,* pro parte partis sui communis servitii solvit flor. xv, sol. xxx et den. iiii. Et pro parte partis unius minuti flor. i, sol. xvii, den. x et obulum. Summa in totum flor. xvi, sol. xlviii, den. ii; *fuit autem promotus anno secundo domini Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales xvii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 134). «Die decima quarta mensis predicti [Maii 1399]. *Reverendus pater dominus Martinus, episcopus Silvensis,* solvit pro parte partis sui communis servitii, etc., viginti unum flor. auri de camera, solidos triginta et pro parte partis sui minuti servitii, etc. unum similem florenum, solidos triginta novem et den. tres et obulum monete Romane. Summa flor. xxiii, sol. xviiii et den. iii. *Fuit promotus anno secundo domini Bonifacii predicti.* Cardinales xvii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 2). «Die predicto [23 decembris 1400] *dominus Martinus, episcopus Silvensis,* solvit pro suo communi servitio partem partis flor. xii, sol. xvi, den. ii, et pro minuto flor. i, sol. iii, den. vi. Summa flor. xiii, sol. xviiii, den. viii; *fuit promotus anno ii.° domini Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales xvii ...» (Obl. et sol. 54, fl. 26). Ainda notícias do pagamento de parte da taxa, a 19 de Dezembro de 1397, por meio de Garcia Sanches, cursor do papa, a 14 de Maio de 1399, também pelo dito cursor, data esta última em que foi prorrogado o termo para o paga-

pela taxa da promoção a bispo do Porto ([334d]), *continuando a pagar a taxa até ser transferido para*

---

mento do resto, aliás como o tinha sido também a 21 de Dezembro de 1398: «Universis, etc. Conradus, etc. Salutem, etc. Universitati, etc., quod *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, Dei gratia episcopus Silvensis*, pro parte partis sui communis servitii camere, etc., quindecim floren. auri de camera, solidos triginta et denar. quatuor monete Romane, nobis et pro parte partis quatuor minutorum servitiorum, etc., quinque similes flor., solidos viginti unum et den. sex per manus discreti viri Garsie Sancii, hyspani, cursoris domini nostri pape, tempore debito, solvi fecit, etc., de quibus, etc. Verum, etc., terminum, etc., a festo Nativitatis Domini nostri Jhesu Christi proxime futuro ad annum ex tunc proxime secuturum prorogamus, etc., ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anno Domini M° ccc° lxxxxvii, indictione quinta, die decima nona mensis Decembris, pontificatus, etc., anno nono. A. Perusin. episcopus, thesaur. R.tum, etc. Vis. Matzeus. fl. ii. g. ii» (AV, Obl. et sol. 55, fl. 55). «Universis, etc. Conradus, etc. Salutem, etc. Universitati, etc., quod intellecta mole gravaminum, pro parte *Reverendi in Christo patris domini Martini, Dei gratia episcopi Silvensis*, coram nobis exposita, que ipsum ad solvendum id in quo camere apostolice pro suis communi et quatuor minutis servitiis, etc., terminum, etc., usque ad festum Resurrectionis Domini nostri Jhesu Christi proxime futurum prorogamus, etc., ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo octavo, indictione sexta, die vicesima prima Decembris, pontificatus, etc., anno decimo. Vis. Matzeus. N. de Damiano» (AV, Obl. et sol. 55, fl. 96). «Universis, etc. Conradus, etc. Salutem, etc. Universitati, etc., quod *Reverendus pater dominus Martinus, Dei gratia [episcopus] Silvensis*, pro parte partis suis communis servitii, in quo, etc. viginti flor. auri de camera, soli. triginta monete Romane, nobis, et pro parte partis iiii.or minutorum septem similes flor., solidum unum dicte monete clericis, etc., per manus discreti viri Garsie Sancii, domini nostri pape cursoris, die date presentium solvi fecit, etc. De quibus, etc. ipsumque, etc. Verum, etc., terminum, etc., a festo Pentecostes proxime futuro usque ad annum proxime secuturum prorogamus etc., ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum, etc. Indictione vii, die quartadecima mensis Maii, pontificatus, etc., anno decimo. Vis. Bay iiii.or f., iiii.or gr. B. de Nibia (AV, Obl. et sol. 55, fl. 111). No dia 28 de Agosto de 1401, cerca de três anos antes de ser transferido para a sé de Évora, D. João I concedia a D. Martinho, bispo de Silves, privilégio quanto ao «acenheiro dAlte», da diocese: «... querendo fazer graça e mercee a dom Martinho, bispo de Silve ... mandamos que aquel acenheiro que ora elle tem ou tever daqui em diante nos engenhos que ha em o seu lugar que chamam Alte, termo desse lugar ... Dante na cidade de Lixboa, xxbiii dias dAgosto, el rrey o mandou per Fernam Gonçallvez, licentiado em leis, seu vasallo e do seu desenbargo. Vaasco Gonçallvez a fez, era de mil iiii.c xxxix annos» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 20va).

([334d]) Anos atrás, depois de ter sido nomeado bispo do Porto, no dia 4 de Junho de 1390, apresentava-se pessoalmente D. Martinho a obrigar-se pela taxa da sé do Porto: «Anno, indictione, pontificatu, loco, coram et presentibus, quibus supra, die vero sabbati, quarta die mensis Junii [1390] *Reverendus pater dominus Martinus, electus Portugalensis, personaliter promisit camere et collegio pro suo communi servitio* mille flore. auri de camera et quinque servitia consueta. Solvendo medietatem in festo Pentecosten proxime futuro, aliam medietatem in festo nativitatis Domini Yhesu Christi, ex tunc proxime secuturo. Alioquin, etc. Iuravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 138). Creio se trate de D. Martinho Gil, da diocese do Porto, promovido a abade do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa, no ano nono do pontificado de Urbano VI, à volta de 1385-1387, conforme notícia de 31 de Março de 1390 sobre o pagamento de parte da taxa respectiva: «Die ultima mensis Martii [1390] pontificatu, indictione, quibus supra, *venerabilis pater abbas monasterii sancti Salvatoris de Palatiolo, scilicet Martinus Egidii, Portugallensis diocesis*, solvit pro parte partis sui communis servitii flor. auri xxi, solidos quatuor, den. octo et obulum. Et pro parte partis unius minuti servitii fl. i, sol. xxbiii, den. i et obulum. Fuit promotus anno viiii° domini Urbani; fuerunt in ipsius promotione cardinales xvi, videlicet Alanconio ...» (AV, Obl. et Sol. 51, fl. 13v). A 6 de Fevereiro de 1387, apresentava-se pessoalmente a comprometer-se pela taxa do mosteiro: «lxxxvii°. Anno, indictione, pontificatu, loco quibus antea, die vero Mercurii, sexto mensis Februarii, coram Reverendissimo in Christo patre et domino domino Marino, miseratione divina sancte Marie Nove dyacono cardinali, domini pape camerario, presentibus Reverendis in Christo patribus dominis Jacobo, archiepiscopo Januensi, Guillelmo, episcopo Anconitano, domini nostri pape thesaurario ... *venerabilis pater frater Martinus, abbas monasterii sancti Salvatoris de Palatiolo, ordinis sancti Benedicti, Portugalensis dyocesis, personaliter promisit camere et collegio pro suo communi servitio* quatringentos quinquaginta flor. auri de camera et quinque servitia consueta ...» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 81v). Pagava parte da taxa, com prorogação de prazos, D. Martinho Gil, abade de Paço de Sousa, nos dias 8 de Fevereiro de 1387 e no dia 5 de Abril de 1389: «Nos Franciscus, etc. Quod *venerabilis pater frater Martinus, abbas monas-*

a sé de Évora ([334e]). *D. João Afonso de Azambuja aparece a desembargar cartas régias como* Joham Afonso dAzambuja, eleito bispo de Silves, *em documentos do ano 1389; e neste ano e seguintes há notícias do pagamento de prestações da respectiva taxa à Cúria Romana pela sua promoção à sé de Silves no ano 12.º do pontificado do papa Urbano VI* ([335]). *Apesar de Bonifá-*

---

terii sancti Salatoris de Palaciolo, ordinis sancti Benedicti, diocesis Portugalensis, pro parte partis sui communis, etc., triginta novem flor. auri de camera, solidos viginti quatuor, denar. duos monete Romane. Et pro parte partis unius minuti servitii, etc., quatuor flor. similes, solidos octo, den. quatuor monete predicte nobis et familiaribus et officialibus dicti collegii, die date presentium, solvit realiter et cum effectu. De quibus sic datis, etc. In quorum, etc. Datum Luce, sub anno a nativitate Domini millesimo trecentesimo octuagesimo septimo, indictione decima, die octava mensis februarii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Urbani, divina providentia pape sexti, anno nono» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 34v). «Nos Franciscus, etc. Universis, etc. Salutem, etc. Universitati, etc. Quod *venerabilis pater frater Martinus, abbas monasterii sancti Salvatoris de Palatiolo, ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis*, pro parte partis sui communis servitii, in quo camere collegii, etc., viginti quinque flor. auri de camera nobis, non facta divisione de minuto servitio, per manus honorabilis viri Michaelis de Gumisiis et sociorum mercatorum Lucanorum, die date presentium, tempore debito solvi fecit realiter, cum effectu. De quibus, etc. Verum intellecta, [etc.] pro residuo a festo Resurrectionis Domini nostri Ihesu Christi proxime futuro usque ad annum, ex tunc immediate secuturum, prorogamus. Ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Domini Mccclxxx nono, indictione xii.ª, die quinta mensis Aprilis, pontificatus, etc., anno undecimo» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 55v).

([334e]) D. Martinho Gil foi transferido da sé de Silves para a de Évora no dia 6 de Fevereiro de 1404 (AV, Reg. Lat. 112, fl. 235-6v). A notícia da sua promoção no ano 15 do pontificado do papa Bonifácio IX, em documento sobre o pagamento de parte da taxa, no dia 22 de Fevereiro de 1404: «Indictione xii.ª, die xxii.da mensis februarii [1404] *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, Dei gratia episcopus Elborensis*, solvit pro totali solutione sui communis servitii mille flor. auri de camera. Et pro totali solutione unius et sui minuti servitii nonaginta similes flor., sol. quadraginta quinque et den. quinque et obulum monete Romane. Summa flor. M.e lxxxx, sol. xlv et den. v; *fuit promotus anno xbº Bonifatii;* fuerunt in eius promotione Cardinales xi, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 71v). Cf. nota 661a.

([335]) D. João Afonso de Azambuja aparece já como bispo de Silves, a desembargar documentos régios, a partir de 1389. Cf. notas 435-436. A 12 de Maio de 1389, pagava ele por meio de João Durando, cónego de Évora, parte da taxa devida pela promoção: «Nos Franciscus, etc. Quod *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia episcopus Silvensis*, pro parte, etc., quinquaginta flor. auri de camera nobis non facta divisione de minuto servitio *per manus venerabilis viri domini Johannis Durandi, canonici Elborensis*, die date presentium, tempore debito solvi fecit realiter, cum effectu. De quibus, etc. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Domini mºcccº lxxx nono, indictione xii, die duodecima mensis Maii, pontificatus, etc., anno duodecimo» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 62). «Anno, indictione, pontificatu, loco, coram, presentibus, die et mense quibus iam proxime supra [11(!) Maio 1389] *Reverendus pater dominus Johannes, Dei gratia episcopus Silvensis, per dominum Johannem Durandi, canonicum Elborensem, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum*, promisit camere et collegio pro suo communi servitio quadringentos flor. auri de camere et quinque servitia consueta. Solvendo medietatem in festo Resurrectionis ex tunc proxime futuro, aliam medietatem in festo Nativitatis Christi ex tunc proxime secuturo. Alioquin, etc. Juravit, etc. Item recognovit si et in quantum, etc.» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 116). A 12 de Agosto de 1390, pagava outra parte por meio de Vicente Domingues de Portugal: «Franciscus, etc. Quod *Reverendus in Christo pater dominus Johannes episcopus Silvensis*, pro parte partis sui communis servitii, in quo camere collegii, etc., triginta octo flor. auri de camera et pro parte partis unius minuti flor. similes tres, sol. ii, die date presentium, *per manus venerabilis viri Vincentii Dominici de Portugalia*, solvi fecit, etc. De quibus, etc. Ipsumque, etc. Secum, etc. Verum, intellecta, etc., terminum dicte solutionis, etc., usque ad festum Nativitatis sancti Johannis Baptiste proxime futurum, etc., ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Reate, sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo, indictione tertia decima, die xii mensis Augusti, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifacii pape noni anno primo» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 99). Nesta data, ao dar a notícia deste pagamento, e a 26 de Novembro de 1393, do resto da taxa, quando D. João de Azambuja era já bispo do Porto, documentos da câmara apostólica referem que ele fora nomeado bispo de Silves no ano 12.º do pontificado de Urbano VI: «Die xii mensis Augusti, anno, pontificatu, etc., quibus supra (1390) soluti sunt *per Reveren-*

cio IX ter sido eleito e coroado, respectivamente a 2 e 9 de Novembro de 1389, D. João I ainda não tinha enviado os embaixadores a Roma, nos princípios de 1390, conforme consta de documentos de Fevereiro e Março, embora a 26 de Abril deste ano fale de dom Joham, bispo de Silves, do nosso conselho, que vai a corte de Roma por nosso mandado (336).

Em Fevereiro de 1390, figura D. João Afonso como dom Joham bispo de Sylve, *em carta de el-rei, de 27 de Fevereiro de 1390, embora noutra anterior, de 15 de Janeiro de 1390, não estivesse presente e não desembargasse carta régia desse dia, já que* el Rei o mandou per Joham Affonso, escolar em lex, seu vassalo e do seu desembargo, nom ssendo hii Joham Affomso, bacharel em degredos, enleyto confirmado da egreia de Silve, seu companhom, *conforme consta de documento de 23 de Agosto de 1390, em que vêm inseridas as cartas. São ambas bem elucidativas quanto ao bom entendimento existente entre o monarca e o clero de Braga. Creio deverem-se a influência do arcebispo que, mais ou menos por essa altura, obteve idênticas determinações relativas à liberdade eclesiástica. A carta de Janeiro, em favor do mosteiro de Santo Estêvão de Vilela, e seu prior, capelão régio, e a de 27 de Fevereiro, em favor do abade e mosteiro de Cete, destinavam-se a libertá-los a eles e seu respectivo mosteiro,* que rreçebera grandes perdas e dampnos per rrazom de grandes guerras, que fforom em estes rregnos, *das despesas com as pousadas no mosteiro e seu couto da parte de alguns fidalgos e outras pessoas* (337).

D. Marinho, bispo e tesoureiro da câmara, tinha prescrito a Estêvão Vasques, cónego de Silves, que, a partir de 26 de Junho de 1387, conservasse as rendas da diocese de Silves em nome da câmara apostólica. Segundo documento desta, de 27 de Março de 1389, o bispo eleito de Silves D. João Afonso, o qual devia estar na Cúria do papa, tencionava enviar a Portugal um procurador para tomar posse da diocese, pelo que o encarregado da câmara mandava-lhe que, depois da tomada de posse, entregasse ao bispo eleito ou ao procurador os rendimentos (337a). *Como se disse, D. João*

---

dum patren dominum Johannem, episcopum Silvensem, pro parte partis sui communis servitii flor. xxxviii et pro uno minuto flor. iii, sol. ii; *fuit promotus anno xii;* fuerunt in ipsius promotione cardinales xv, videlicet...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 20v). «Die xxvi eiusdem (Novemb. 1393) *dominus Johannes, episcopus Portugalensis, solvit pro complemento* communis servitii ecclesie Silvensis flor. lxxviii et pro minuto fl. xii, sol. xiiii, den. iii. Summa fl. lxxxx, sol. xiiii, den. iii; *fuit promotus anno xii domini Urbani;* fuerunt cardinales xv, videlicet...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 66).

(336) ADB, *Colecção cronológica,* caixa 18. Documentos desembargados por D. João Afonso de Azambuja ou com referências a ele no ano de 1390: ausente a 5 de Janeiro, *nom seendo hi Joham Afomso, bacharel em degredos, emleito comfirmado da igreja de Silve* (ANTT, *Chancelaria de D. João I,* livro 2, fls. 4v-5). A 4 de Março, já como bispo sagrado: *per dom Joham, bispo de Silve ... ambos do sseu consselho* (ACML, *livro 1 de D. João I,* cód. 10, docum. 16, fl. 26). Noutro documento, com a mesma data de 4 de Março: «*per dom Joham, bispo de Silve ... ambos do seu desenbargo ... Johannes, episcopus Silvensis* (ACML, *Livro 1 de Cortes,* cód. 5, docum. 10, fls. 66v-69). Docum. parcialmente publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis,* II, nn. 438, 440, 441.

(337) ADB, *Colecção cronológica,* caixa 18.

(337a) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 62: «Marinus, etc. Honorabili viro domino Stephano Valasci, canonico ecclesie Silvensis. Salutem, etc. Dudum per nostras patentes litteras, sub certis modo et forma vobis dedimus in mandatis quod fructus, redditus et proventus quoscunque, ad mensam episcopalem ecclesie Silvensis spectantes, obvenientes seu obvenire debentes ipsi ecclesie, a die xxbi mensis Junii, pontificatus sanctissimi domini nostri anno decimo, proxime preteriti, ad manus vestras perciperetis et nomine apostolice camere conservaretis, donec a nobis aliud habuissetis in mandatis, prout in dictis nostris litteris plenius vidistis contineri. Cum autem Reverendus pater dominus Johannes Alfonsi, electus Silvensis, illuc accedere seu mittere velit, cum suis apostolicis litteris, super huiusmodi sua provisione confectis, ad accipiendum debitam possessionem dicte sue ecclesie, volumus quod dictos fructus, redditus et proventus et alia obventiones et emolumenta quecunque, etiam ad manus vestras vigore dicte nostre commissionis, pervenissent, eidem domino Johanni electo vel eius legitimo procuratori post adeptam possessionem predictam assignetis seu assignari

Afonso em 15 de Fevereiro de 1391, estando na Cúria papal, foi transferido para a sé do Porto, enquanto D. Martinho, bispo do Porto, era transferido, no mesmo dia, para Silves. D. Martinho, bispo do Porto, pagava, no dia 11 de Fevereiro de 1391, parte da taxa respectiva ([337b]).

Em carta do tesoureiro da câmara apostólica de 20 de Fevereiro de 1391, dirigida ao mestre-escola João Martins e a Rodrigo Vasques, cónego do Porto, temos notícia de que D. João Afonso, bispo de Silves, foi transferido para a sé do Porto no dia 15 de Fevereiro desse ano de 1391, pelo que ninguém poderia dispor dos rendimentos da diocese até ele tomar posse da mesma. Entretanto os destinatários da carta ficavam encarregados da sua administração ([337c]). *Noutra carta do tesoureiro, de 11 de Março de 1391, dirigida ao colector apostólico D. João, bispo de Viseu, vem a notícia de que D. Martinho fora promovido a bispo do Porto no dia 13 de Abril de 1390 e que a sua transferência para Silves e de D. João Afonso de Azambuja para o Porto se dera no dia 15 de Feve-*

---

faciatis integraliter cum effectu. Proviso tamen quod in assignatione predicta ius apostolice camere in aliquo non ledatur. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anno lxxxix, indictione xii, die xxvii mensis Martii, pontificatus, etc., anno xi.mo.

([337b]) AV, Arm. 29, t. 1, fls. 274v-275: «Marinus, etc. Universis, etc. Universitati, etc. Quod cum bone memorie dominus Johannes, olim episcopus Portugalensis, certos fructus, res et bona ad apostolicam cameram pertinentia indebite recepisset et eosdem fructus, res et bona dominus noster concessisset ac gratiose donasset Reverendissimo in Christo patri et domino Henrico, tituli sancte Anastasie presbytero cardinali, vulgariter dicto Neapolitano, pro expensarum honeribus supportandis, Reverendus pater dominus Martinus, episcopus Portugalensis, qui eidem domino Johanni successit in regimine Portugalensis ecclesie, cum dicto domino cardinali pro dictis fructibus ad compositionem deveniens, se eidem domino ad summam duorum milium centum quinquaginta florenorum auri in apostolica camera coram nobis sub prolatis contra eum sententiis, certis solvendam terminis se sollempniter obligavit. De quibus nunc, dictis terminis iam elapsis, eidem domino cardinali in diminuitione dicte summe quatringentos florenos auri de camera per manus Petri Fernandi, canonici Portugalensis, solvit realiter ... [fl. 275] ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione quartadecima, die undecima mensis Februarii, pontificatus, etc., anno secundo».

([337c]) AV, Arm. 29, t. 1, fls. 255v-256: «Marinus, etc. Honorabilibus viris dominis Johanni Martini, scolastico, et Roderico Valasci, canonico ecclesie Portugalensis, salutem in Domino. Cum sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Bonifacius, divina providentia papa nonus, dicte ecclesie Portugalensi, pastore carenti, per translationem factam de persona Reverendi patris domini Johannis Alfonsi, olim episcopi Silvensis, ad dictam Portugalensem ecclesiam, die quintadecima mensis Februarii instantis, providerit, nullusque possit de fructibus, redditibus et proventibus episcopalis mense dicte ecclesie Portugalensis se intromittere quoquo modo, quousque per dictum dominum Johannem vel alium eius nomine legitime fuerit vigore litterarum apostolicarum ipsius ecclesie adepta possessio, discretionibus vestris, de quibus plenam in Domino fiduciam obtinemus, tenore presentium, committimus et mandamus quatenus omnes et singulos fructus, redditus et proventus, obventiones et emolumenta quecunque, ad mensam episcopalem dicte ecclesie Portugalensis pertinentes et pertinentia, undecunque proveniant et in quibuscunque consistant, qui et que a predicta die quintadecima mensis Februarii ipsi ecclesie obvenerunt seu obvenire debuerunt et in futurum obvenient, quousque per dictum dominum Johannem Alfonsi fuerit vigore litterarum apostolicarum ut premittitur ipsius ecclesie adepta possessio, per vos vel alterum vestrum vel alium seu alios nomine apostolice camere levetis et colligatis seu levari et colligi faciatis ac ipsos et ipsa ad opus et commoda dicti episcopi penes vos retineatis predicto nomine apostolice camere et conservetis quousque a nobis vel a dicta camera aliud receperitis in mandatis, compellentes auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam et alia iuris remedia omnes et singulos dictorum fructuum detentores, pensionarios, extallerios et colonos ut vobis de predictis fructibus, redditibus, proventibus et obventionibus universis integre et sine diminutione respondeant. Invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis, super quibus omnibus quitandi et absolvendi de hiis que receperitis, cum pactis et clausulis oportunis, vobis et vestrum cuilibet, tenore presentium, plenariam concedimus potestatem. In premissis taliter vos habentes quod de legalitate et obedientia possitis merito commendari. [fl. 256] In quorum testimonium presentes, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Anno Domini M.o ccc.o nonagesimo primo, indictione quartadecima, die vicesima mensis Februarii, pontificatus, etc., domini Bonifacii, pape noni, anno secundo».

reiro de 1391 ([337d]). *A 21 de Março de 1391, o mesmo bispo tesoureiro dava determinações quanto aos rendimentos da igreja do Porto e promessa feita por D. Martinho, bem como sobre certa paga na Cúria Romana por D. João Afonso de Azambuja, bispo do Porto* ([337e]).

Dirigindo-se a D. João, bispo do Porto, por carta de 22 de Maio de 1391, o tesoureiro da câmara referia novamente que as transferências de D. João Afonso e de D. Martinho, respectivamente de Silves para o Porto e daqui para Silves, tiveram lugar no dia 15 de Fevereiro de 1391, ao determinar a divisão entre os dois dos rendimentos recebidos por D. João Afonso na diocese de Silves ([337f]). *No dia 27 de Maio de 1391, a pedido de D. Martinho, bispo de Silves, D. João Afonso de Azambuja era admoestado a satisfazer pela respectiva obrigação da taxa da diocese de Silves, pois tinha recebido os rendimentos da mesma, enquanto estivera à frente do bispado* ([337g]).

([337d]) Cf. nota 311 p. Neste tempo D. João I tinha apaniguados na Cúria papal, por exemplo Domingos Anes de Coimbra (AV, Arm. 29, t. 1: fl. 263-263v): «Marinus, etc. Universis, etc. Universitati, etc. Quod Sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Bonifacius, divina providentia papa nonus, volens honorabilem virum Dominicum Johannis de Colimbria, magistrum artificiorum illustris domini domini regis Portugalie, favore prosequi gratie specialis, supplicationibus sibi per dictum Dominicum [fl. 263v] porrectis super hoc inclinatus, eundem Dominicum in servientem armorum domini nostri pape benigne recepit et recipi mandavit, volens ipsum aliorum huiusmodi servientium armorum per nos numero et consortio aggregari, cum libertatibus, franchisiis et immunitatibus, quibus ceteri alii servientes armorum dicti domini nostri potiuntur et gaudent ac potiri et gaudere soliti sunt et debent. Nos itaque volentes mandatum huiusmodi domini nostri pape reverenter exequi, prout ex debito nostri tenemur officii, recepto per nos ab eodem Dominico et per ipsum corporaliter ad sancta Dei evangelia tactis scripturis prestito in forma apostolice camere consueta iuramento, per servientes armorum prefatos solito prestari, recepimus eundem Dominicum, die date presentium, in servientem armorum ac etiam de speciali mandato ipsius domini nostri super hoc nobis facto oraculo vive vocis ipsumque munere servientium armorum predictorum aggrega[vi]mus ac in signum possessionis officii huiusmodi servientium armorum tradidimus in manibus propriis eiusdem macciam ferream, quam deferre solent servientes armorum predicti, recipientes ipsum ad osculum pacis more solito et consueto. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo. Indictione quartadecima, die decima mensis Februarii, pontificatus, etc., anno secundo».

([337e]) Cf. nota 311q.

([337f]) AV, Arm. 29, t. 1, fl. 302v: «Marinus, etc. Reverendo in Christo patri domino Johanni, episcopo Portugalensi. Salutem in Domino. Nuper pro parte Reverendi patris domini Martini, Silvensis episcopi, fuit expositum coram nobis quod cum fructus, reditus et proventus ecclesie Silvensis, ad mensam episcopalem expectantes, qui provenerunt de anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo, computando a festo Nativitatis beati Johannis Battiste de dicto anno usque ad festum sancti Johannis Battiste de anno eiusdem Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, in quo anno, quintadecima die mensis Februarii, vos de ecclesia Silvensi ad Portugalensem et ipse de Portugalensi ad Silvensem translati fuistis, pro rata temporis dicti anni, quo vestrum quilibet prefuit ecclesie Silvensi predicte, dividi debebant rationabiliter inter vos, ideo nobis humiliter supplicavit quatenus super hoc sibi deberemus de oportuno remedio providere. Nos attendentes quod sumus cuilibet in iustitia debitores, habito super hiis in consilio camere apostolice deliberatione matura, vobis, presentium tenore, precipiendo mandamus quatenus fructus predictos ac redditus et proventus quoscunque, per vos recollectos seu habitos et perceptos de ecclesia Silvensi predicta, de anno translationis prefate, cum dicto domino Martino moderno Silvensi episcopo pro rata temporis dicti anni, quo vestrum quilibet prefuit ecclesie Silvensi prefate, dividere et eidem domino Martino Silvensi episcopo partem dictorum frctuum pro rata dicti anni contingentem, si extant, sin auten equivalentem valorem sub excommunicationis pena, quam in vos, si premissa infra dictum terminum recusaveritis adimplere, ex nunc prout ex tunc ac canonica monitione premissa, ferimus in hiis scriptis, integraliter infra duorum mensium spacium, a tempore presentationis seu notificationis presentium, assignare curetis. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione quartadecima, die vicesimo secundo mensis Maii, pontificatus, etc., anno secundo».

([337g]) AV, Arm. 29, t. 1, fls. 303-303v: «Marinus, etc. Universis et singulis abbatibus, prioribus, prepositis, decanis, archidiaconis, archipresbyteris, ecclesiarum cathedralium et collegiatarum canonicis, ecclesiarum rectoribus et locatenentibus eorumdem ceterisque personis ecclesiasticis ac tabellionibus publicis

Dom Joham, bispo do Porto, *assistia à doação de el-rei do direito de padroado de várias igrejas à Ordem de Avis, feita no Porto a 15 de Abril de 1394* ([337h]). *O monarca, atendendo aos muitos serviços que Afonso Esteves, pai de D. João Afonso de Azambuja, prestara a el-rei D. Pedro e a ele D. João I, filho daquele, fazia-lhe doação de Salvaterra de Magos que tinha passado, por herança, a* Dom Joham, bispo do Porto, do nosso conselho, seu filho lidimo e herdeiro. *Para maior firmeza, o monarca fizera-lhe doação dessa vila e agora, por carta de 6 de Setembro de 1394, confirmava a doação que o bispo tinha feito às freiras do mosteiro de S. Salvador de Lisboa da quarta parte das rendas da igreja e bens de Salvaterra* ([337i]).

A 7 de Abril de 1390, o monarca, a pedido de D. Lourenço, arcebispo de Braga, renovava carta de D. Fernando, de 18 de Setembro de 1368, a conceder aos bispos certa «terça pera espital dos mininos *engeitados da çidade do dicto bispado e sse espital i nom ouver em essa çidade, seia pera os espitaaes desses mininos que ouver nos outros logares desse bispado. E sse espital nom*

---

per civitates et dioceses Portugalensem et Silvensem constitutis. Salutem in Domino. Pro parte Reverendi patris domini Martini, episcopi Silvensis, querelam recepimus continentem quod, licet Reverendus pater dominus Johannes, olim episcopus Silvensis, nunc vero episcopus Portugalensis, multis annis prefuit ecclesie Silvensi antedicte et fructus eiusdem ad mensam episcopalem spectantes receperit pacifice et quiete terminique, quibus tam commune quam minuta servitia camere apostolice solvere tenebatur, eum apprehenderint, nichilominus causa ipsam Silvensem ecclesiam in centum quinquaginta sex florenis auri de camera, viginti tres solidos, denarios quatuor monete Romane, ex causa dictorum sui communis servitii et in quinque consuetis minutis servitiis oneratam atque obligatam dimisit, propter que dictus dominus Martinus nobis humiliter supplicavit ut providere super hoc sibi de oportuno remedio dignaremur. Nos igitur iustis suis supplicationibus inclinati, vobis et vestrum cuilibet precipimus et mandamus in virtute sancte obedientie et sub excommunicationis sententia, quam nunc prout ex tunc ac etiam canonica monitione premissa, in vos ferimus in hiis scriptis, si nostris non curaveritis parere mandatis, quatenus ex parte nostra prefatum dominum Johannem moneatis, quem nos etiam presentium tenore monemus, quatenus infra sex menses, a tempore monitionis vestre huiusmodi computandos, quos pro primo, secundo et tertio et peremptorio termino ac monitione canonica assignamus, eidem satisfaciat camere memorate et liberet ac exoneret, prout tenetur, dictam Silvensem ecclesiam de [fl. 303v] debito antedicto, alioquin, elapsis dictis sex mensibus, in dictum dominum Johannem, episcopum Portugalensem, nunc prout ex tunc ac etiam canonica monitione premissa, excommunicationis sententiam ferimus in hiis scriptis, si non fecerit que mandamus, ad graviores penas et sententias necnon ad sequestrationem fructuum ecclesie Portugalensis, cui preest, nichilominus processuri, si dictis nostris monitionibus parere contempserit, nisi causam iustam et rationabilem allegare voluerit quare ad premissa minime teneatur, ad quam allegandam infra dictos sex menses in thesauraria apostolice camere compareat legitime coram nobis ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anno Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, indictione quartadecima, die vicesima septima mensis Maii, pontificatus, etc., anno secundo».

([337h]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 23a-24a. Cf. nota 415c.

([337i]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 26a-26vb: «Doaçam de certa renda da igreja de Salvaterra ao mosteiro do Salvador de Lixboa ... fazemos saber que dom Joham, bispo do Porto, do nosso conselho, nos disse que nos consirando os muitos serviços que Affomso Estevez, seu padre, a que Deus perdoe, fezera a el rrey dom Pedro, nosso padre, e a nos otrossy, lhe doamos de jurdade e lhe fezemos doaçam pera sempre da nossa villa de Salvaterra de Maagos, com toda sua jurdiçom e rendas e perteenças dela, segundo mais compridamente he contheudo em a carta da doaçam que lhe assy dello foe fecta ... e o teve ataa o tempo de sua morte que o dicto logo e todas as outras herdades e beens que o dicto Affomso Stevez avia ficarom ao dicto bispo dom Joham como a seu filho lidimo e herdeiro, ao qual outrossy nos por moor avondamento fizemos graça e mercee da dicta villa de Salvaterra e dos outros lugares e rendas e direitos que de nos tinha e avia o dicto Afomso Stevez, seu padre. Contanto que depois da sua morte os nom pudesse aver ... e dissenos o dicto bispo que porquanto a dicta quarta parte das rendas da dicta egreia eram de beens espirituaaes ... que porem ele fezera della doaçam irrevogavel pera todo sempre aa prioresa e donas do moesteyro novamente per el fundado na igreia de sam Salvador de Lixboa, as quaes prioressa e donas quis que ouvesem a dicta quarta parte que a el por bem das dictas doações perteence ... Dante na cidade do Porto, vi dias de setembro, el rrey man dou. Alv.º Gonçallvez a fez, era de mil iiii.c xxxii annos».

ouver em todo esse bispado, seia pera criar os mininos engeitados da dicta çidade e dos lugares desse bispado» (338).

Conforme documento de 23 de Novembro de 1397, passado por autoridade de Gomes Fernandes, vigário geral de Braga, durante a vacância da sé, foi apresentada carta de el-rei D. João I, de 14 de Fevereiro de 1391, na qual o monarca estabelecia normas destinadas a impedir que leigos poderosos espoliassem os bens dos mosteiros e igrejas, vagas por morte de seus abades, priores e reitores. Esclarecia o monarca ter recebido queixas, a esse respeito, de dom Lourenço, arçebispo de Braga, e outros bispos e prelados do nosso senhorio ... em estas cortes que ffezemos na cidade dEvora (339).

Naturalmente, a amizade sincera e entendimento entre D. João I e o arcebispo nem sempre terão evitado toda e qualquer colisão de atribuições e interesses, como está talvez a indicar veladamente bula de Bonifácio IX, de 15 de Maio de 1391, executada em 1394, embora o documento pontifício possa até reflectir a orientação defensiva daquele documento régio de 1391, outorgado a pedido do arcebispo e outros prelados nas cortes de Évora. Indício certo da colisão encontramo-lo noutra bula, que analisaremos à frente, de 18 de Janeiro de 1395, a revogar, prévia exposição e pedido de D. Lourenço e do cabido de Braga, o privilégio da isenção da colegiada de Santa Maria de Guimarães quanto aos direitos do arcebispo, anteriormente concedido esse privilégio pelo papa, a instâncias de D. João I, padroeiro da colegiada.

A bula mencionada de 1391 diz respeito às liberdades eclesiásticas violadas, segundo a exposição do arcebispo, cabido e outros prelados e clérigos de mosteiros e igrejas da cidade e diocese de Braga, por certos leigos e senhores temporais da dita cidade e diocese e outros lugares circunvizinhos. Foram encarregados de obstar a tais abusos o patriarca Gradense e os bispos de Coimbra e do Porto. Ocupado em negócios da Cúria pontifícia, o patriarca, no dia 13 de Maio de 1394, encarregou vários eclesiásticos portugueses de impedirem esses senhores poderosos, por meio de penas eclesiásticas e recurso ao braço secular, de violarem as liberdades eclesiásticas:

> «*Frater Petrus, Dei et apostolice sedis gratia patriarcha Gradensis, executor ad infrascripta, una cum aliis nostris in hac parte collegis... Universis et singulis principibus et dominis temporalibus, consulibus, potestatibus et aliis in officiis publicis constitutis per civitatem et diocesim Bracharensem et alibi constitutis ac reverendis in Christo patribus et dominis archiepiscopo Ulixbonensi, Egitaniensi, Lamecensi, Elborensi, Silvensi episcopis ac universis et singulis abbatibus ubilibet constitutis, ad quos presentem processum nostrum et contenta in eo contigerit pervenire. Salutem in Domino et mandatis nostris, ymmo verius apostolicis, firmiter obedire. Litteras sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifacii, divina providentia pape noni ... presentatas nobis coram notario publico et testibus infrascriptis per discretum virum Garsiam Sanctii nomine et pro parte reverendi in Christo patris domini Laurentii, eadem gratia archiepiscopi Bracharensis, nos cum ea qua decuit reverentia recepisse noveritis, quarum quidem litterarum de verbo ad verbum tenor talis est: Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus patriarche Gradensi et Colimbriensi et Portugalensi episcopis ... Dudum siquidem felicis recordationis Honorius papa tertius, predecessor noster, attente considerans quod clare memorie Fredericus, Roman[orum] imperator et semper Augustus, ad laudem Romane Ecclesie et sacri decus Imperii, cupiens ut, expurgatis quorumdam erroribus et iniquis statutis penitus destitutis, decetero ecclesie et ecclesiastice persone plena quiete vigerent et*

(338) DB, *Colecção cronológica*, caixa 18.

(339) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 11v.

secura libertate gauderent ac pie et iuste actendens quod quorumdam perversorum iniquitas adeo habundaverat ut non dubitent contra ecclesiasticam disciplinam et sacros canones statuta sua confingere adversus ecclesiasticas personas, ecclesiasticam libertatem, edictali lege huiusmodi statuta iniqua irritaverat et preceperat irrita nuntiari et etiam statuta et consuetudines que civitates vel loca, potestates vel consules aut quecumque alie persone contra libertatem Ecclesie et personas ecclesiasticas edere vel servare temptaverant et contra canonicas vel imperiales sanctiones de ipsorum capitularium consensu infra duos menses post ipsius legis publicationem penitus aboleri et si decetero talia attemptarent, ipso iure decrevit esse nulla et eos sua iurisdictione privatos necnon locum deinceps, ubi talia presumerent, Banno mille marcharum auri preceperat subiacere... idem Carolus imperator tamquam christianissimus princeps, volens in premissis providere remedio salutari, etiam de principum, ducum, comitum, baronum fideliumque aliorum sacri Imperii consilio, auctoritate imperiali quecumque statuta et consuetudines predicta, tamquam per canonicas et civiles sanctiones expresse reprobata, cassavit, irritavit et annullavit ac cassa et irrita mulliusque esse roboris penitus voluit vel momenti, precipiens sub indignatione imperialis Banni universis et singulis principibus ac dominis temporalibus, consulibus, potestatibus et aliis in officiis publicis constitutis quatenus ex tunc ipsorum statuta et ordinationes, sicut in preiudicium ecclesiastice libertatis edita fuerant, omnino revocarent et de luce tollerent, quodque secundum ea non iudicarent amplius nec sententias dictarent aut eisdem in iudicio vel extra iudicium quomodolibet pro se et contra ecclesiasticam libertatem potirentur, pronuntiavit insuper ac eadem imperiali decrevit auctoritate quod quicumque laicus, cuiuscumque status vel conditionis existeret, ausu sacrilego et proprie temeritatis audatia sacerdotem vel clericum secularem aut religiosum diffidaret, proscriberet, captivaret, spoliaret, occideret, mutilaret aut in carcere detineret ac huiusmodi maleficia perpetrantes scienter receptaret vel favorem in eis prestaret, preter penas a sacris canonicis et legalibus sanctionibus eis inflictas, eo ipso redderetur infamis, per ipsorum ecclesias et synodos publicaret, ne transgressores huiusmodi per similem ignorantiam suas valerent malicias excusare, prout in edictali lege predicta plenius continetur. Cum autem, sicut exhibita nobis nuper pro parte venerabilis fratris nostri archiepiscopi Bracharensis et dilectorum filiorum capituli ecclesie Bracharensis ac prelatorum et rectorum et aliarum ecclesiasticarum personarum utriusque sexus monasteriorum, ecclesiarum parrochialium presbyterorum, ecclesiasticorum perpetuorum beneficiatorum, in eisdem ecclesiis civitatis et diocesis Bracharensis consistentium, petitio continebat, adeo quorumdam laicorum et dominorum temporalium in civitate et diocesi Bracharensi et aliis locis circumvicinis malita inoleverit quod huiusmodi imperiales sanctiones transgredi non verentur et ecclesiasticas libertates et violare presumunt, pro parte archiepiscopi, capituli, prelatorum et rectorum et aliarum personarum ecclesiasticarum necnon beneficiatorum et clericorum predictorum nobis fuit humiliter supplicatum ut eis super premissis providere de oportuno remedio de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur vestigiis prefati predecessoris nostri inherentes, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel per alium seu alios constitutiones predictas in prefata civitate et diocesi Bracharensi faciatis inviolabiliter observari, transgressores ac violatores et contemptores ac sacrilegos predictos necnon contradictores quoslibet et rebelles per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Idus Maii, anno secundo. Post quarum quidem litterarum apostolicarum presentationem ... Ceterum, cum ad executionem huiusmodi mandati nostri, ymmo verius apostolici, faciendam non possimus quoad presens personaliter interesse, pluribus aliis

negotiis in Curia Romana legitime prepediti, venerabilibus et discretis viris decano, cantori ac Roderico Gundisalvi dicto Cervarie, canonico Portugalensi, ac decano Silvensi ac Alvaro Petri et Gundisalvo Dominici et Roderico Johannis, canonicis Ulixboneñ, ac priori secularis et collegiate ecclesie beate Marie de Alcaçova Sanctaraneñ Ulixbonensis diocesis ac abbati monasterii sancti Salvatoris de Ganffeo ordinis sancti Benedicti Tudensis diocesis ac Laurentio Alfonsi, canonico Tudensi, ac Gunsalvo Pinhel et Roderico Johannis, canonicis Lameceñ, ac Gunsalvo Johannis, rectori parrochialis ecclesie de Covilhãa Egitaniensis diocesis ac religioso viro Gundisalvo Petri de Abiul, bachalario in iure canonico, commendatori Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani diocesis Colimbriensis, ac universis aliis et singulis prepositis, decanis, archipresbiteris, abbatibus, prioribus, canonicis, parrochialium ecclesiarum rectoribus, cappellanis et notariis publicis, tam per Curiam Romanam quam per omnia et singula loca christianorum et ubilibet constitutis, quibus omnibus et eorum cuilibet in solidum super executione ulteriori huiusmodi mandati apostolici ac nostri facienda plenarie committimus vices nostras ...

Datum et actum Rome, in domo habitationis nostre, sub anno a nativitate Domini millesimo trecentesimo nonagesimo quarto, indictione secunda, die vero tredecima mensis Maii, pontificatus sanctissimi in Christo patris domini nostri domini Bonifacii, divina providentia pape noni, anno quinto... (340).

(340) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18.

g) O CISMA E AS DIOCESES PORTUGUESAS RELATIVAMENTE A CASTELA. VALENÇA DO MINHO SEDE DA DIOCESE DE TUI EM PORTUGAL

No mês de Julho de 1391, deviam estar de volta de Roma os embaixadores de D. João I, que trouxeram as bulas das dispensas para el-rei e sua mulher, pois foram lidas solenemente na sé catedral de Lisboa a 9 de Julho de 1391. Estavam presentes os bispos de Lisboa, do Porto e de Cidade Rodrigo, mas nada se diz de D. Lourenço, arcebispo de Braga. Alguns meses antes, ou seja, quando os embaixadores se encontravam na Cúria pontifícia, houve transferências de bispos nas dioceses portuguesas, certamente devido a diligências dos embaixadores, como a do próprio embaixador e bispo de Silves, D. João Afonso de Azambuja, para o Porto e de D. Martinho do Porto para Silves, o qual, dentro de quatro anos, se doutorará em direito canónico na Universidade de Pavia (341). *Para perguntar então se, naquela altura, os embaixadores se teriam interessado pelo problema das dioceses portuguesas, sufragâneas da metrópole de Compostela, e de outras castelhanas, sufragâneas da metrópole portuguesa de Braga, tanto mais que já D. Fernando obtivera, por bula de 7 de Junho de 1380 do papa de Avinhão, Clemente VII, concessões com vistas a desligar as dioceses portuguesas da metrópole de Compostela, a executar por comissários especiais* (342), *que não levaram a incumbência ao fim, por causa do cisma* (343). *Mas se porventura então o assunto não foi ventilado pelos embaixadores, sê-lo-ia muito em breve, porque, a 10 de Novembro de 1393, Bonifácio IX elevava a sé de Lisboa à categoria de metropolitana e o bispo D. João Anes à dignidade de arcebispo, dando-lhe como sufragâneos os bispados de Évora, Guarda e Silves, sujeitos até ali os três primeiros ao metropolita de Compostela e o último ao de Sevilha* (344).

---

(341) D. Martinho, bispo de Silves, fez exame, no dia 16 de Janeiro de 1395 e recebeu as insígnias doutorais no dia 24 de Fevereiro de 1395 das mãos do bispo de Vicenza e de vários professores de ambos os direitos, entre eles Baldo de Perusa. Apresentaram-no a exame sete professores. Foi solenidade extraordinária, cujas actas constam do notário da Universidade de Pavia: Bibl. de Pavia, Ms. Ticinesi 763, Protocollo dei rogiti Criffi 1395-1396, n. 107, publ. por RODOLFO MAIOCCHI, *Codice Diplomatico dell'Università di Pavia*, 1361-1400, Pavia 1905, pp. 240-242, n. 455.

(342) Bula dirigida ao bispo de Viseu e abade de Alcobaça, para estudarem a possibilidade de se erigirem novas dioceses em Portugal e investigarem quais as sufragâneas para a sé metropolitana de Lisboa, no caso de vir a ser erecta, bem como as dioceses sufragâneas a pertencer, no futuro, aos arcebispados de Braga e de Compostela (AV, Reg. Ave. 224, fl. 412, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956) doc. n. VI, pp. 188-189.

(343) Cf. JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956) 106.

(344) Bula *In eminentissimae dignitatis specula*, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, livro III, Coimbra 1947, n. 6, pp. 33-37. Referindo-se à elevação a sé metropolitana da diocese de Lisboa, nesse dia 10 de Novembro de 1393, com a consequente isenção da sé metropolita de Compostela, Bonifácio IX, por bula da mesma data, promovia também D. João Anes à dignidade de arcebispo de Lisboa: «Bonifatius, etc. Venerabili fratri Johanni, archiepiscopo, olim episcopo, Ulixbonensi. Salutem, etc. Ex suscepte servitutis officio ... Hodie siquidem, suadentibus nobis manifestis et rationabilibus causis, Ulixbonensem ecclesiam olim suffraganeam ecclesie Compostellane et

No ano seguinte, a 12 de Outubro de 1394, Bento XIII, papa de Avinhão, confirmava faculdade concedida por Clemente VII, no dia 27 de Junho de 1394, a D. João, arcebispo de Compostela, o qual estivera à frente da diocese de Tui e duvidosamente se identifica com D. João Garcia

---

de Compostellana provincia existentem, te regimini eiusdem Ulixbonensis ecclesie presidente, ex certa scientia, de fratrum nostrorum consilio et apostolice plenitudine potestatis, ad archiepiscopalem metropolitanam ereximus eamque honoribus et insigniis sedis metropolite duximus decorandam, prout in nostris inde confectis litteris plenius et seriosius continetur. Attendentes igitur quod tu regimen eiusdem Ulixbonensis ecclesie gessisti hactenus fideliter et prudenter, sumpta ex preteritis fiducia, de futuris verisimiliter credimus quod regimen ipsum eo imposterum geres attentius, quo te maiori honore et dignitate prospicies decoratum, ac propterea volentes te [fl. 188v] in eadem ecclesia potiorum honorum titulis insigniri, te ipsi ecclesie Ulixbonensi in archiepiscopum preficimus et pastorem, curam et administrationem ipsius tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto Idus Novembris, anno quinto. Simili modo venerabilibus fratribus universis suffraganeis ecclesie Ulixbonensis. Salutem, etc....» (AV, Reg. Lat. 29, fls. 188-188v). Cf. PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *Erecção da metrópole lisbonense*, em *Lusitania Sacra*, II, Lisboa, 1957, pp. 51-53. Existem as mesmas bulas *In eminentissimae dignitatis specula* e *Ex susceptae servitutis*, com a sobredita data de 10 de Novembro de 1393, em documento de 15 de Setembro de 1395, com a indicação dos sufragâneos da sé metropolitana de Lisboa: Évora, Guarda e Lamego (*Arquivo do cabido de Évora*, BB, Id. Cf. CEC 2-XVII, fl. 4v-9). A seguir, no dia 4 de Abril de 1395, Bonifácio IX enviava-lhe o pálio de arcebispo por Gil Martins, reitor da igreja de Santo Estêvão de Lisboa, e encarregava os bispos do Porto e de Coimbra de receberem o juramento de fidelidade à sé apostólica: «Bonifacius, etc. Venerabilibus fratribus .. Portugalensi et .. Colimbriensi episcopis. Salutem, etc. Cum nuper suadentibus nobis manifestis et rationabilibus causis, ecclesiam Ulixbonensem in archiepiscopalem et metropolitanam erexerimus eamque honoribus et insigniis sedis metropolitice duxerimus decorandam ac venerabilem fratrem nostrum [fl. 243v] Johannem, archiepiscopum, olim episcopum ipsius ecclesie, in archiepiscopum prefecerimus et pastorem, curam et administrationem ipsius eidem Johanni in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo et postmodum palleum insigne videlicet plenitudinis pontificalis officii, pro parte dicti Johannis archiepiscopi per dilectum filium Egidium Martini, rectorem parrochialis ecclesie sancti Stephani Ulixbonensis, nuntium suum, fuit a nobis cum ea, qua decuit, instantia postulatum, Nos huiusmodi supplicationibus annuentes, palleum ipsum de corpore beati Petri sumptum, per vos vel vestrum alterum eidem Johanni archiepiscopo assignandum, secundum formam, quam vobis sub bulla nostra mittimus interclusam, per prefatum Egidium duximus destinandum. Quocirca fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel alter vestrum palleum ipsum iuxta formam premissam eidem Johanni archiepiscopo assignare curetis et ab ipso, nostro et Romane Ecclesie nomine, et sub forma, quam vobis sub eadem bulla dirigimus, fidelitatis debite solitum curetis recipere iuramentum; formam autem iuramenti, quod dictus archiepiscopus prestabit, nobis de verbo ad verbum per eius patentes litteras, suo sigillo signatas, per proprium nuntium quamtotius destinare curetis. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, secundo Nonas Aprilis, anno sexto» (AV, Reg. Lat. 36, fls. 243-243v). Com a mesma data, as letras dirigidas a ele próprio arcebispo sobre o envio e uso do pálio e juramento respectivo: «Bonifacius, etc. Venerabili fratri Johanni, archiepiscopo olim episcopo Ulixbonensi. Salutem, etc. Cum nuper, suadentibus rationabilibus causis ecclesiam tuam Ulixbonensem in archiepiscopalem et metropolitanam erexerimus ... teque olim ipsius ecclesie episcopum ipsi ecclesie in archiepiscopum prefecerimus et pastorem, curam et administrationem ipsius tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, et postmodum palleum insigne videlicet plenitudinis pontificalis officii pro parte tua fuisset a nobis per dilectum filium Egidium Martini, rectorem parrochialis ecclesie sancti Stephani Ulixbonensis, nuntium tuum, cum ea, qua decuit, instantia, postulatum, Nos huiusmodi supplicationibus annuentes, palleum ipsum ... per venerabiles fratres nostros Portugalensem et Colimbriensem episcopos tibi assignandum per prefatum Egidium [fl. 244] duximus destinandum ... Volumus autem et tibi ... eadem auctoritate concedimus quod tu et ipsi successores illo intra ecclesiam tuam in Nativitatis, Circumcisionis, Epyphanie, Resurrectionis, Ascensionis et Corporis Domini nostri Jhesu Christi ac Penthecostes necnon in Nativitatis ... beati Johannis Baptiste ac beatorum Petri et Pauli apostolorum ... ac aliis diebus a iure permissis uti valeatis ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, secundo Nonas Aprilis, anno sexto» (AV, Reg. Lat. 36, fls. 243v-244). Publ. por PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *Erecção da metrópole lisbonense*, em *Lusitania Sacra*, II, Lisboa, 1957, pp. 54-56.

Manrique, como o têm feito alguns autores (345), *de sujeitar a si, com poderes de visita, as dioceses*

(345) Eis as razões pelas quais duvidosamente se identifica o arcebispo de Compostela, de nome João, ao qual Clemente VII concedeu a sujeição das dioceses de Tui, Lugo e Astorga, Mondonhedo e Orense como sufragâneas de Compostela, com D. João Garcia Manrique. Segundo parece, nessa altura, não seguia a obediência de Avinhão. Em 1382, já D. João Garcia Manrique se intitulava arcebispo eleito confirmado de Santiago. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CCCLXXIX. Ora o arcebispo de Compostela, a que se refere a concessão de Clemente VII, governava o bispado de Tui. E efectivamente a 23 de Dezembro de 1395, D. João, arcebispo de Compostela, pagava o resto da taxa devida pela promoção a bispo de Tui, à qual tinha presidido, e a 20 de Maio de 1396 pagava o resto da taxa devida pela promoção a arcebispo de Compostela: «Die xxiii decembris [1395] *Dominus Johannes, archiepiscopus Compostellanus, solvit pro parte partis sui servitii pro ecclesia Tudensi, cui prefuit*, xl flor., cuius obligatio facta fuit die vii Octobris de anno, etc. xciiii°» (AV, Obl. et sol. 53, fl. 90v). «Die xx Maii [1396] ... *Dominus Johannes, archiepiscopus Compostellanus*, solvit pro complemento sui communis servitii ii.c lxxxv flor. Item pro complemento servitii familie xiiii flor., xxiii sol., ii den., cuius obligatio facta fuit die vii Octobris, anno, etc. xciiii°» (AV, Obl. et sol. 53, fl. 100). Confirma quanto dizemos a bula de Clemente VII, de 28 de Fevereiro de 1394, dirigida a D. João, arcebispo de Compostela, a conceder-lhe a sé de Tui em comenda: «Venerabili fratri Johanni, archiepiscopo Compostellano. Salutem, etc. Regimini universalis Ecclesie ... Cum itaque ecclesia Tudensis ex eo sit pastoris solacio destituta quod nos hodie venerabilem fratrem nostrum Johannem Calaguritanum et Calciatensem episcopum a vinculo quo eidem ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes, ipsum ad ecclesias Calaguritanam et Calciatensem invicem canonice unitas duximus transferendum, preficiendo ipsum eisdem ecclesiis in episcopum et pastorem, nos cupientes ut dicta ecclesia Tudensis utilis gibernatoris presidio fulciatur et attendentes quod ipsi ecclesie esse poteris multipliciter fructuosus, ac considerantes quod de bonis ad mensam archiepiscopalem Compostellanam spectantibus onera tibi incumbentia non potes commode supportare et ne predicta ecclesia Tudensis in spiritualibus et temporalibus detrimenta sustineat, eandem ecclesiam Tudensem sic vacantem de dictorum fratrum consilio in spiritualibus et temporalibus tibi auctoritate apostolica commendamus, curam et administrationem plenam et generalem ac liberam ipsius ecclesie Tudensis et bonorum ac iurium ad mensam episcopalem Tudensem spectantium per te quoad vixeris vel alium seu alios, quem vel quos ad hoc deputandum duxeris seu etiam deputandos, gerendas et etiam exercendas in eisdem spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, ut ecclesiam ipsam Tudensem tue gubernationi commissam spiritualiter [et] temporaliter iuxta datam tibi a Domino prudentiam regas, dirigas et augmentes ac de fructibus, redditibus et proventibus et obventionibus universis, ad dictam mensam spectantibus, ordines et disponas, prout veri episcopi eiusdem ecclesie Tudensis, qui fuerunt pro tempore, potuerunt et etiam debuerunt ... Volumus et tibi tenore presentium mandamus quod, antequam possessionem administrationis bonorum mense episcopalis Tudensis recipias, fidelitatis debite solitum prestes iuramentum sub forma quam venerabilibus fratribus nostris Burgensi et Palentino episcopis mittimus interclusam, quibus per alias nostras litteras mandamus ut ipsi vel eorum alter a te nostro et Romane Ecclesie nomine recipiat vel recipiant iuramentum. Datum Avinione, v Kalendas Februarii, anno sextodecimo ... In eodem modo carissimo in Christo filio Henrico, regi Castelle et Legionis illustri ... Datum ut supra. Expedita xv.o Kalendas Septembris, anno xvi.° R. de Valle. C.xiiii Kalendas Septembris». (AV, Reg. Vat. 307, fls. 30v-31). Mais um argumento comprovativo na bula de Bento XIII, de 13 de Setembro de 1407, ao nomear bispo de Tui a outro D. João, dizendo que Clemente VII tinha concedido em comenda o bispado de Tui ao arcebispo de Compostela D. João, falecido: «Dilecto filio Johanni, electo Tudensi, salutem, etc. Quam sit onusta ... Dudum siquidem ecclesia Tudensi ex eo pastoris solatio destituta quod felicis recordationis Clemens papa vii, predecessor noster, bone memorie Johannem Calagurritanum et Calciatensem episcopum a vinculo, quo eidem ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, de fratrum suorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolvens, ipsum ad ecclesias Calaguritanam et Calciatensem invicem canonice unitas duxerat transferendum, preficiendo ipsum eisdem ecclesiis in episcopum et pastorem, prefatus predecessor eandem ecclesiam Tudensem sic vacantem ex certis causis bone memorie Johanni, archiepiscopo Compostellano, per suas litteras commendavit, curam et administrationem ipsius ecclesie per eum quoad viveret gerendam et etiam exercendam, prout in dictis litteris plenius continetur. Et deinde prefato predecessore de ipsa ecclesia Tudensi aliter non disposito, sicut Domino placuit, sublato de medio, nos, divina favente clementia, ad apicem summi apostolatus assumpti, provisionem ipsius ecclesie Tudensis, prefato Johanne archiepiscopo tunc in humanis agente, ordinationi et dispositioni nostre ea vice duximus specialiter reservandam ... Postmodum vero dicto Johanne extra Romanam Curiam vita functo,

de Tui, Lugo, Astorga, Mondonhedo e Orense, contra a concessão que D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga, obtivera do papa Bonifácio IX de ter sujeitas a si e visitar as dioceses sufragâneas de Compostela, situadas no território português ([345a]). *Segundo bula de João XXIII, de*

---

nos ad provisionem ipsius ecclesie Tudensis secundum premissa vacantis ... intendentes, post deliberationem quam de preficiendo eidem ecclesie personam utilem, et etiam fructuosam, cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad te, archidiaconum de Salnes in ecclesia Compostellana, in [fl. 129] minoribus dumtaxat ordinibus constitutum ... direximus oculos nostre mentis ... Datum Nicie, Idus Septembris, anno tertiodecimo ... In eodem modo venerabili fratri archiepiscopo Compostellano ... Datum ut supra. In eodem modo carissimo in Christo filio Johanni, regi Castelle et Legionis illustri ... Datum ut supra (AV, Reg. Aven. 326, fls. 128v-129v). Tenha-se em conta que, precisamente, a 7 de Outubro de 1394, D. João, arcebispo de Compostela e comendatário da sé de Tui, cuja comenda lhe fora concedida por Clemente VII, se obrigava pela taxa correspondente e, a 12 de Dezembro do mesmo ano, D. Afonso Correia, antigo bispo da Guarda, trasladado para a igreja de Segóvia, se comprometia também pela taxa respectiva: «Anno xciiii, indictione ii, pontificatus domini Benedicti pape xiii anno primo, anno quo supra et die vii Octobris, in domo domini camerarii, presentibus dominis P. de Inys et Stephano de Malodumo et aliis multis, *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, archiepiscopus Compostellanus, habens ecclesiam Tudensem in commendam a felicis recordationis domino Clemente para vii, nuper deffuncto*, in commendam promisit camere apostolice et collegio pro suo communi servitio et pro ecclesia Tudensi memorata per venerabiles viros dominos Petrum Fernandi de Piña, archidiaconum de Carrión in ecclesia Palentina, et Rodericum Fernandi, secretarium, procuratores suos ad hoc munus tamen sufficienter constitutos, videlicet sexcentos et quinquaginta flor. auri de camera et quinque servitia consueta ...» (AV, Obl. et sol. 49, fl. 109). «Anno, etc., xciiii, anno quo supra et die xii mensis Decembris. In domo domini camerarii, coram ipso, presentibus dominis Petro Bonerii et Johanne la Vernha ac Jo. de Meianesio et aliis multis, *dominus Alfonsus, olim Egitantensis, nunc vero Segobiensis episcopus et ad ecclesiam Segobiensem translatus*, promisit camere et collegio pro suo communi servitio per venerabiles viros dominos Garciam Alfonsi, archidiaconum de Alva in ecclesia Salamantina, et Philipum de Andestre, canonicum Ispalensem et archidiaconum Plaoentinum, procuratores suos, ad hoc legitime constitutos, videlicet mille trecentos et viginti flor. auri de camera et quinque servitia consueta ...» (AV, Obl. et sol. 49, fl. 110).

([345a]) AV, Reg. Aven. 281, fls. 67-68 e também fls. 19: «Venerabili fratri Johanni, archiepiscopo Compostellano. Salutem, etc. Rationi congruit ... Dudum siquidem pro parte tua felicis recordationis Clementi pape vii, predecessori nostro, exposito quod iniquitatis fllius Laurentius, olim archiepiscopus Bracharensis, qui perditionis alumpno Perrino de Thomassellis de Neapoli, qui sedem apostolicam violenter occupare contendebat, notorie adheserat, quascunque ecclesias, ecclesie Compostellane iure metropolitico subiectas, in regno Portugalie consistentes, sibi subicere et eas visitare presumptione dampnabili non verebatur, quodque Tudensis, Lucensis, Astoricensis, Mindonensis et Auriensis ecclesie, que Bracharensi ecclesie sufraganee fore noscebantur, in terris ditioni carissimi in Christo filii nostri Henrici regis Castelle et Legionis illustris subiectis consistebant et per aliquem minime visitabantur, idem predecessor, cupiens ut dicte Tudensis, Lucensis, Astoricensis, Mindonensis et Auriensis ecclesie sub felici regimine archiepiscopi Compostellani, pro tempore existentis, dirigerentur, auctoritate apostolica statuit et etiam ordinavit quod prefate Tudensis, Lucensis, Astoricensis, Mindonensis et Auriensis ecclesie, donec ipsi ecclesie Bracharensi de persona ydonea canonice provisum foret, essent subiecte ecclesie Compostellane, sicut antea Bracharensi ecclesie subiacebant ac postmodum predecessor ipse tuis devotis supplicationibus inclinatus, ut predictas Tudensem, Lucensem, [fl. 67v] Astoricensem, Mindonensem et Auriensem ecclesias earumque prelatos et alia loca ecclesiastica, in quibus archiepiscopo Bracharensi pro tempore existenti visitationis officium competit de consuetudine vel de iure, posses per aliquam vel aliquas personam vel personas, ydoneam vel ydoneas, quam seu quas ad id duceres deputandam seu etiam deputandas, quotiens tempus visitationis ingrueret, quamdiu pefacte ecclesie tibi subiecte fuerint, ut prefertur, visitare et procurationes ratione visitationis huiusmodi tibi debitas ab eisdem ecclesiis, prelatis, locis et personis taliter visitatis in pecunia numerata recipere moderatas, non obstantibus quibuscunque constitutionibus ... in contrarium editis ... generalibus vel specialibus ... de quibus quorumque totis tenoribus de verbo ad verbum in litteris ipsius predecessoris, si super hiis confecte fuissent, specialem oporteret fieri mentionem et per que litteris ipsis non expressa vel totaliter non inserta effectus earum impediri valeret quomodolibet vel differri, fraternitati tue, videlicet v Kalendas Julii pontificatus sui anno sextodecimo, duxit specialiter indulgendum. Ne autem pro eo quod super indulto huiusmodi, dicti predecessoris superveniente obitu, apostolice littere confecte non fuerunt, valeat hesitari, volumus et apostolica auctoritate decernimus quod presentes littere ad probandum plene indultum huiusmodi ubique sufficiant nec ad id

28 de Setembro de 1413, a determinar a sujeição de Tui, Lugo, Mondonhedo, Astorga e Orense ao arcebispo de Braga, o que não teve efeito, devido ao concílio de Constança, Bonifácio IX fizera idêntica concessão a D. João Garcia Manrique ([346]), *pelo que, desde esse tempo, a arquidiocese de*

---

probationis alterius adminiculum requiratur. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre voluntatis et constitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attenptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se noverit incursurum. Datum Avenione, iiii Idus Octubris, pontificatus nostri anno primo. In eodem modo venerabili fratri episcopo Burgensi et dilectis filliis Compostellane ac sancti Agricoli Avenionensis ecclesiarum decanis. Salutem, etc. Rationi congruit ... Datum ut supra. Expedita x Kalendas Maii, anno primo H. de Spina. T. Kalendas May. B. Fortis». No mesmo Reg. Aven. 281, fl. 19: «Ad futuram rei memoriam. Rationi congruit ... Dudum siquidem pro parte venerabilis fratris nostri Johannis, archiepiscopi Compostellani, felicis recordationis Clementi pape vii, predecessori nostro, exposito quod iniquitatis filius Laurentius, olim archiepiscopus Bracharensis, qui perditionis alumpno Perrino de Thomassellis de Neapoli, qui sedem apostolicam violenter occupare contendebat, notorie adheserat, quascunque ecclesias, ecclesie Compostellane iure metropolitico subiectas, in regno Portugalie consistentes, sibi subiacere et eas visitare presumptione dampnabili non verebatur, quodque Tudensis, Lucensis, Astoricensis, Mindonensis et Auriensis ecclesie, que Bracharensi ecclesie suffraganee fore noscebantur, in terris ditioni carissimi in Christo fllii nostri Henrici regis Castelle et Legionis illustris subiectis consistebant et per aliquem minime visitabantur, idem predecessor, cupiens ut dicte Tudensis, Lucensis, Astoricensis, Mindonensis et Auriensis ecclesie sub felici regimine archiepiscopi Compostellani, pro tempore existentis, dirigerentur, videlicet v Kalendas Julii proxime preteriti, auctoritate apostolica statuit et ordinavit quod prefate Tudensis, Lucensis, Astoricensis, Mindonensis et Auriensis ecclesie donec ecclesie Bracharensi de persona ydonea canonice provisum foret, essent subiecte ecclesie Compostellane, sicut antea Bracharensi ecclesie subiacebant. Ne autem pro eo quod super statuto et ordinatione, dicti predecessoris superveniente obitu, apostolice littere confecte non fuerunt, valeat hesitari, volumus et apostolica auctoritate decernimus quod presentes littere ad probandum plene statutum et ordinationem predicta ubique sufficiant nec ad id probationis alterius adminiculum requiratur. Nulli, ergo, etc., nostre voluntatis et constitutionis infringere, etc. Datum Avinione, iiii Idus Octobris, anno primo. Expedita xiiii Kalendas Marcii anno primo. R. de Valle. T. xii Kalendas Marcii, anno primo. B. Fortis».

([346]) AV, Reg. Lat. 173, fls. 117v-118v: «Johannes, etc. Ad perpetuam rei memoriam. In eminenti apostolice dignitatis specula ... Dudum siquidem Bonifacius papa viiii in sua obedientia nuncupatus, ad sinistram informationem bone memorie Johannis, archiepiscopi Compostellani, per suas litteras Astoricensem, Liganiensem (!), Mindoniensem, Auriensem et Tudensem ecclesias, tunc suffraganeas metropolis Bracharensis earumque civitates et dioceses a provincia Bracharensi necnon presules et subditos earumdem ecclesiarum, qui dudum fuerant et tunc erant, et omnia bona et loca ecclesiastica in dictis civitatibus et diocesibus consistentia a suffraganeatu et omni iurisdictione, dominio et potestate archiepiscopi Bracharensis, qui tunc erat aut pro tempore esset, absolvit, exemit et totaliter liberavit ipsasque ecclesias, civitates et dioceses eidem Johanni suisque successoribus archiepiscopis Compostollanis ac ecclesie Compostollane iure metropolitico subiecit. Hodie siquidem per nos accepto quod Johannes, qui tunc se gerebat, prout etiam pro archiepiscopo Compostollano de presenti se gerit, in reprobum sensum datus, perditionis alumno Petro de Luna antipape qui se Benedictum xiii in sua obedientia ausu temerario nominare presumit etiam post et contra processus per pie memorie dominum Alexandrum papam v contra ipsum Petrum de Luna ac eius complices et fautores ac sequaces actos, factos et in diversis mundi partibus publicatos, publice adherere et favere presumit. Et cum vero dicte absolutio et exemptio, liberatio et subiectio ipsarum Astoricensis, Liganiensis (!), Mindoniensis, Auriensis et Tudensis ecclesiarum cedant in non modicam enervationem et lesionem necnon preiudicium, vilipendium et damnum ecclesie Bracharensis predicte, pro parte venerabilis fratris nostri Martini, archiepiscopi Bracharensis, nobis fuit humiliter supplicatum ut super premissis suo et eiusdem Bracharensis ecclesie statui oportune providere de speciali gratia dignaremur.

Nos igitur, suadentibus rationabilibus causis, ad id animum nostrum moventibus, absolutionem, exemptionem, liberationem et subiectionem predictas et omnia inde secuta necnon ipsius Bonifacii litteras et omnia in eis contenta auctoritate apostolica revocamus, cassamus et irritamus easque decernimus nullius existere firmitatis, roboris et momenti, et nichilominus eandem ecclesiam Bracharensem in eo statu in quo erat ante concessionem ipsarum [fl. 118v] litterarum reponimus et restituimus per presentes. Et ut idem archiepiscopus et successores sui archiepiscopi Bracharenses, qui pro tempore erunt, quietius vivere et in suo robore (?) permanece valeant, Astoriensem, Liganiensem (!), Mindoniensem, Auriensem et Tudensem eccle-

Braga, não só de facto, como de direito, estava limitada às dioceses sufragâneas do Porto, Coimbra e Viseu (347).

O facto da concessão a D. João Garcia por parte de Bonifácio IX está a significar, segundo Mons. J. Augusto Ferreira (348), *a adesão do arcebispo de Compostela ao papa de Roma. A sua residência em Portugal, na qualidade de administrador perpétuo da diocese de Tui e da diocese de Coimbra, confirma a asserção. Põe-se, portanto, o problema da identificação do arcebispo de Compostela D. João daquelas bulas de Clemente VII e Bento XIII. Creio tratar-se da mesma pessoa e que a vinda de D. João Garcia Manrique para Portugal, onde aliás residia já um arcebispo eleito de Compostela, de nome Gomes, a ocupar os territórios portugueses da diocese de Tui, se deve a tal adesão, tanto mais que àquele se atribui a erecção da colegiada de Santo Estêvão de Valença, que veio a construir, na prática, o cabido da sé de Tui em território português. Com o assunto está relacionada incumbência feita por Bonifácio IX, a pedido do bispo de Tui, D. Toríbio, ao arcebispo de Braga, por meio de letras de 20 de Abril de 1395. De facto, a 4 de Agosto de 1388, apresentava-se na câmara apostólica, a comprometer-se pela taxa devida pelo bispo de Tui, em nome D. Toríbio, esse prelado* Gometius, archiepiscopus Compostellanus (348a). *Temos notícias da existência em Portugal do mesmo* dom Gomez... electo confirmado em arçebispo de Santiago, *em documento de 7 de Fevereiro de 1390, relativo a apelação contra a sentença do vigário geral de Lisboa para* Vaasco Martinz, vig° em Ponte de Lyma, *que pronunciou sentença depois da apelação para a* iglesia de Santiago, metropolitana iglesia de Lixboa (348b). *Em documento de 27 de Novembro de 1392, temos carta de* dom Gomez... electo

---

sias prefatas ex habundanti cautela metropolitico iure eidem Bracharensi ecclesie prefatis (!) auctoritate prefata imperpetuum de novo subicimus, decernentes ex nunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari. Nulli ergo, etc., nostre cassationis, revocationis, irritationis, constitutionis, repositionis restituionis et subiectionis infringere, etc. Si quis autem, etc. Datum apud Sanctum Antonium extra muros Florentinos, quarto Kalendas Octobris, anno quarto. Franciscus de Agello».

(347) Cf. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, II, p. 212, nota 2.

(348) J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, II, p. 212, nota 2.

(348a) «lxxxviii.° Anno, indictione, pontificatu, loco, quibus antea, die vero Martis, quarta mensis Augusti, coram prefato Reverendissimo in Christo patre et domino domino Marino, miseratione divina sancte Marie Nove dyacono cardinali, domini nostri pape camerario, presentibus Reverendis in Christo patribus dominis Cosmato, archiepiscopo Raveñ, Augustino, episcopo Penensi, domini nostri pape thesaurario, venerabilibus viris dominis Francisco de Paleana, Johanne Manco et Salvatore de Acchille, camere, et Erasmo de Viterbio, collegii clericis, *Reverendus pater dominus Gomecius, archiepiscopus Compostellanus, per Reverendum patrem dominum Turibium, episcopum Tudensem, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, promisit camere et collegio* pro suo communi servitio quatuor milia flor. auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere termino, si et in quantum posset clare videri, recognita propter carentiam aliquorum librorum. Solvendo medietatem promissi a festo Assumptionis beate Marie Virginis proxime futuro ad annum ex tunc proxime secuturum et aliam medietarem in simili festo, anno revoluto. Et recognita, si et in quantum, in similibus terminis et simili modo, alioquin, etc. Iuravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 107).

(348b) «Sabham quantos esta carta de sentença virem que proçesso de pleito ffoy presentado per apelaçom per Fernam Martins, çapateiro, morador na çidade de Lixboa, procurador de Vicente Anes, prior de sam Martinho da dicta çidade, *ante o onrrado padre e senhor dom Gomez, por la graça de Deus e da santa egreia de Roma electo confirmado em arçebispo de Santiago*, en o qual proçesso se contiinha entre as outras cousas que pleito foy começado primeiramente ante Vicente Lourenço, juiz, comisario dado per Estevoom Migueles, vigairo do onrrado padre e senhor dom Johane, per essa meesma graça bispo de Lixboa, por quanto se o dicto vig.° ouve por sospeyto et depois ante Johane Domingues, licenciado, vig.° outrosi do dicto Senhor bispo, e finalmente ante Cristovoom Anes, vig.°, antre partes, convem a saber, antre o procurador da capela parrochial de sam Gião, edificada no mosteiro de sam Vicente de Fora ... Da qual sentença o dicto Est.° M[igue]lles, em nome da dicta iglesia de sam Martinho *apelou pera a iglesia de Santiago, metropolitana iglesia de Lixboa*, e pedio os apostollos e foylhe rreçebida e dados os apostollos e termo asynado pelo dicto Christovom Anes, vig.°

confirmado em arçebispo da egreia de Santiago, *dirigida em 17 de Setembro de 1392 ao prior e raçoeiros da igreja de Santa Marinha de Lisboa, sobre a apelação tratada* ante Vaasco Martinz, coonigo de Santiago, bachaler em degredos, nosso vigairo jeeral ([348c]). A *14 de Junho de 1395*, Cristove Anes, bachaler em degredos e vigairo geeral *do bispo de Lisboa, fala-nos de sentença, contra a qual foi apelado* pera a egreia de Santiago e seu electo confirmado ([348d]). *D. João I, em carta de 23 de Dezembro de 1402, fala-nos do* arcebispo de Santiago *e de pedido que ele fizera em favor do clero de Coimbra* ([348e]), *mas a referência diz respeito já a D. João Manrique, segundo veremos.*

---

em que a seguise ... pelo dicto Fernam Martinz, çapateiro, em nome da dicta iglesia de sam Martinho e priol dela pedio ao dicto senhor Electo que vise o dicto proçeso e appellaçom ... e o dicto vig.º mandoulha dar firmada de seu nome e seelada do seelo do dicto senhor Electo em pendente; ffoy dada esta sentença pelo dicto Vaasco Martinz, vig.º em Ponte de Lyma, segunda feyra, a audiençia da prima, sete dias de Fevereiro da Era de mill e quatroçentos e vijnte e oyto annos. Testemunhas que forom presentes Domingos Rodrigues, çisseyro, e Fernam de Leyra e G.º Peres, homens do Electo, e G.º Esteves, clerigo de misa, e outros. Valascus, bacalarius in decretis» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora*, maço 19, n. 31).

([348c]) «Sabham todos que na era de mil e quatroçentos e triinta annos, viinte e sete dias do mes de Novembro, na çidade de Lixboa, dentro nas poussadas da morada de mim StevAnes, tabeliam del Rei ... Martim Vaasquez, morador na dicta çidade ... leer fez a Diago de Beia, priol, e Airas Stevez, Raçoeiro da egreia de sancta Marinha da dicta çidade, que presentes estavam, hũa carta ... da qual o theor tal he: *Dom Gomez, pella graça de Deus e da sancta egreia de Roma elejto confirmado em arçebispo da egreia de Santiago.* A vos os priol e Raçoeiros da egreia de sancta Marinha da çidade de Lisboa, saude ... Sabede que Pedre Anes, alfaiate, morador na dicta çidade, procurador de Martim Vaasquez, morador outrosy na dicta çidade, *apareçeo ante Vaasco Martins, coonigo de Santiago, bachaler em degredos, nosso vigairo jeeral*, e apresentou ante el em nome do dicto Martim Vaasquez hũu proceso de pleito ea pellaçom çarrado e seellado do seello da audiançia do honrrado padre e senhor dom Joham, pella dicta meesma graça bispo de Lixboa ... dada dez e sete dias de Setembro. Era de mil e quatroçentos e triinta annos. A qual carta asy mostrada...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 338).

([348d]) «En nome de Deus, amen. Cristove Anes, bachaler em degredos e vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham per mercee de Deus bispo da muy nobre e leal cidade de Lixboa ... faço saber que por parte da egreia de santa Cruz da dicta cidade foy proposta perante mim em juizo e petiçom per palavra contra Joham Affomso vinhateiro ... Da qual sentença assii come de nenhũa o dicto Joham Affomso reeo com instancia pera a egreia de Santiago e seu electo confirmado appellou e os apostolos a primeyra, segunda e terçeira vez com rreverença pedio. E eu aa rreverença da dicta egreia e seu electo, recebilhe a dicta appellaçom ... e asigneylhe a seguir, intimar e proseguir a dicta appellaçom na dicta egreia de Sanctiago e perante o dicto senhor electo e sua corte termho de sex somanas ... dado na claustra da egreia cathedral da dicta çidade de Lixboa, quatorze dias do mes de Junho da Era de mil e quatroçentos e trinta e tres annos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 7, n. 330).

([348e]) A 23 de Dezembro de 1402, o monarca D. João I confirmava os privilégios dos clérigos de Coimbra, precisamente a pedido do arcebispo de Compostela, que era o administrador da diocese: «Dom Joham ... sabede que nos, querendo fazer graça e mercee aos clerigos e beneficiados da cidade de Coimbra, *a rrogo do arcebispo de Santiago que nollo por elles enviou pedir*, teemos por bem ... Dante em Santarem, xxiii dias de dez.º, el rrey o mandou per Alv.º Roiz, seu vasallo e ouvidor em sua corte, nom seendo hy Fernam Gonçallvez, liçenciado e do seu desenbargo. V.co Roiz a fez, era de mil iiii.c R annos» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 188b-188va). O arcebispo de Santiago está também relacionado com o mosteiro de S. Simão da Junqueira, conforme se deduz de documento de 26 de Agosto deste ano: «Dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugall e do Allgarve ... fazemos saber que nos, querendo fazer graça e mercee ao prioll e convento do moesteiro de sam Simom da Junqueira, *a rogo do arcebispo de Santiago*, que nos por ell pedio merçee, teemos por bem e mandamos que ataa vinte e cinquo llavradores que morarem no couto do dicto moesteiro adentro, seiam escusados de pagar em p[...]tas e fruitas e talhas nem serviços nem emprestados nem em outros nenhũus encaregos que per os conçelhos seiam lançados ... Dante em a çidade do Porto, xxvj dias dagosto. El Rey o mandou per Joham Afomso de Santarem, seu vasallo, e per Ruy Lourenço, daiam de Coinbra, anbos do seu desenbargo. Joham Perez a fez; era de mill e iiii.c e xxx e seis annos. *Johannes, R. Colimbriensis decanus*» (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª incorporação, pasta 14).

Já disse que o primeiro bispo de Tui da obediência de Urbano VI era D. Toríbio, o qual residia na Cúria Romana durante o pontificado de Bonifácio IX, e que este papa, ao encarregá-lo de certa comissão, a 1 de Maio de 1402, dirigia-se-lhe como a venerabili fratri Turibio, episcopo Tudensi, in Romana Curia commoranti (349). *Seus vigários gerais residiam, naturalmente, no norte de Portugal. Assim, a 2 de Setembro de 1385, em Viana do Castelo,* Stevom Fernandez, coonigo de Lixboa e vig.° geeral do muyto honrrado padre e ssenhor dom Turibo, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Tuy, vos faço saber que vaugando a egreia de sam Miguel do Barrio, termho de villa de Ponte do Lima do arcediagado dAllabruya do dicto bispado, per rrenunciaçom que a mim della foy fecta per Affomso Duraaez, que della foy pustumeiro rrector, e a dicta egreia assy vaga com todollos sseus dereitos e perteenças, a presentaçom dos padroeiros, dou a dicta egreia a Johane Anes clerigo, o portador deste presente ... fecto foy en na villa de Viana, dos dias do mes de Setenbro. Era de mill e quatroçentos e viinte e tres annos. Stephanus Fernandi (350).

A 13 de Maio de 1389, fazia saber «Johannes Martini, escollasticus ecclesie Portugallensis et vicarius generallis in spiritualibus et temporalibus domini domini Turibii, Dei et apostolice sedis gratia episcopi Tudensis, *quod vacante medietate ecclesie sancte Marine de Argella sine cura Tudensis diocesis, ad presens per mortem Martini Barrarius, ultimi rectoris, cuius quidem medietatis dicte ecclesie presentatio in solidum pertinet ad presentationem abbatis et conventus sancti Salvatoris de Turre dicte diocesis, et dictam medietatem sine cura, sic ut premittitur vacantem, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis Gunsalvo Martini de Tullonis, clerico nostre diocesis, confirmo titulatam et ipsam per birretum meum presentialiter investio de eadem medietate... Datum in dicto monasterio sancti Salvatoris, xiii^a die Madii, era M^a cccc^a xxvii, presentibus... Scollasticus Portugalensis»* (351).

A 12 de Fevereiro de 1395, Dom Gonçalo Estevez, abade do moesteyro de Sam Salvador de Palme da ordem de Sam Beito do arçebispado de Bragaa e vigairo jeeral do onrrado padre e senhor dom Turibo, per merçee de Deus bispo de Tuy... ffaço saber que eu conffirmei e conffirmo a eigreia de Sam Pedro da Castinheyra do julgado de Froyam do dicto bispado a Gonçalo Lourenço, clerigo de missa, natural do dicto logar... Dante na vila de Viana, doze dias de Fevereiro. V.co Gonçalvez, scrivam jurado a fez. Era de mil e quatrocentos e triinta tres annos. Gonsalvus Stephani (352).

A 19 de Dezembro do mesmo ano de 1395, «Fernandus Martini, canonicus Bracharensis, vicarius generalis reverendi patris domini ac domini Turibii, Dei et apostolice sedis gratia episcopi Tudensis, *omnibus parrochianis parrochialis ecclesie sancti Laurentii de Cabrom Tudensis diocesis... noveritis quod, vacante dicta ecclesia per mortem Egidy Martini ... ego ad presentationem monasterii sancti Cosmedi dAzer predicte Tudensis diocesis, patroni solius in solidum dicte ecclesie de Cabrom ... institui et confirmavi in rectorem ipsius ecclesie sancti Laurentii de Cabrom Dominicum Martini... Datum Brachare, in claustro cathedralis ecclesie eiusdem, decima nona die mensis decenbris. Era millesima quatuorcentesima tricesima tertia. Fernandus Martini, canonicus Bracharensis»* (353).

Três anos depois, embora ainda vivo D. Toríbio, em Roma, e a intitular-se bispo de Tui, aparece D. João Garcia Manrique, arcebispo de Compostela, como administrador perpétuo

---

(349) Trata-se de comissão a favor de Fernando Martins, cónego de Braga, do AV, Reg. Lat. 98, fls. 106v-107, transcrita na nota 310.

(350) ADB, *Colecção cronológica,* caixa 18,

(351) ADB, *Colecção cronológica,* caixa 18.

(352) ADB, *Colecção cronológica,* caixa 18.

(353) ADB, *Colecção cronológica,* caixa 18.

do bispado de Tui. Assim, a 17 de Outubro de 1398, em Valença do Minho estava o arcediago João Martins que se dizia reverendi in Christo patris et domini Johannis, Dei et apostolice sedis gratia archiepiscopi Compostellani et perpetui administratoris ecclesie et diocesis Tudensis, in dicta ecclesia et diocesi Tudensi in spiritualibus et temporalibus generalis vicarius (354). *Aliás, pouco depois da transferência, em 29 de Maio de 1402* (355), *de D. João Afonso*

(354) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18: «Noverint universi quod *ego Johannes Martini, archidiaconus ... in ecclesia Tudensi ac reverendi in Christo patris et domini Johannis, Dei et apostolice sedis gratia archiepiscopi Compostellani et perpetui administratoris ecclesie et diocesis Tudensis in dicta ecclesia et diocesi Tudensi in spiritualibus et temporalibus generalis vicarius* ... Datum Valencie, decima septima die mensis Octubris. Anno a nativitate Domini millesimo ccc.mo nonagesimo octavo...»

(355) «Bonifacius, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo olim Colimbriensi, in archiepiscopum Ulixbonensem electo. Salutem, etc. Devotionis tue probata sinceritas ... Hinc est quod nos, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, ut quotiescunque tuam provinciam Ulixbonensem volueris visitare, prout a iure tibi permittitur, ecclesie tue capitulo ac civitate et diocesi Ulixbonensi prius minime visitatis, alias civitates et dioceses ac ecclesias, monasteria et loca alia ecclesiastica earumque personas provincie antedicte ac etiam civitatis et diocesis Ulixbonensis earumdem que malueris, possis per aliquam vel aliquas personam seu personas ydoneam vel ydoneas, quam vel quas ad id duxeris deputandam seu deputandas, visitare ... et quod procurationes tibi debitas ab ecclesiis, monasteriis, locis et personis taliter visitatis perinde integre percipere valeas ... auctoritate presentium indulgemus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Idus Novembris, anno tertiodecimo» (AV, Reg. Lat. 9, fls. 106v-107). A transferência tinha-se dado alguns meses antes, a 29 de Maio de 1402: «Bonifacius, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo olim Colimbriensi, in archiepiscopum Ulixbonensem electo. Salutem, etc. Romani pontificis ... Dudum siquidem bone memorie Johanne, archiepiscopo Ulixbonensi, regimini Ulixbonensis ecclesie presidente, Nos cupientes eidem ecclesie, cum eam vacare contingeret, per operationis nostre ministerium utilem et ydoneam presidere personam, provisionem eiusdem eclesie ordinationi et dispositioni nostre duximus ea vice specialiter reservandam ... Postmodum vero prefata ecclesia per obitum eiusdem Johannis archiepiscopi, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, pastoris solatio destituta, nos vacatione huiusmodi fidedignis relatibus intellecta, ad provisionem eiusdem ecclesie celerem et felicem ... intendentes, post deliberationem, quam [*na margem esquerda do texto:* nota, non dicitur de preficiendo eidem ecclesie personam utilem, quando transfertur episcopus] cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad te episcopum Colimbriensem ... convertimus oculos nostre mentis. Intendentes igitur tam ipsi Ulixbonensi ecclesie, quam eius gregi dominico salubriter providere, te a vinculo, quo prefate Colimbriensi ecclesie, cui tunc preeras, tenebaris, de dictorum fratrum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes, te ad eamdem Ulixbonensem ecclesiam auctoritate apostolica [fl. 124] transferimus atque illi preficimus in archiepiscopum et pastorem ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto Kalendas Junii, anno tertiodecimo. Simili modo dilectis filiis capitulo ecclesie Ulixbonensis ... Simili modo dilectis filiis clero civitatis et diocesis Ulixbonensis ... Simili modo dilectis filiis populo civitatis et diocesis Ulixbonensis ... Simili modo dilectis filiis universis vassallis ecclesie Ulixbonensis ... Simili modo venerabilibus fratribus universis suffraganeis ecclesie Ulixbonensis ... Simili modo carissimo in Christo filio Johanni, regi Portugalie illustri ... Datum ut supra» (AV, Reg. Lat. 103, fls. 124-125). Dois dias depois da nomeação, a 31 de Maio de 1402, D. João, arcebispo eleito de Lisboa, fazia-se representar pelo mestre-escola da sé lisboeta, João Lourenço Abiul, a obrigar-se pela taxa respectiva: «M° CCCC.mo secundo, indictione decima... anno, pontificatu et indictione predictis, die ultima Maii, *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, electus in archiepiscopum Ulixbonensem, per honorabilem virum dominum Johannem Laurentii de Abiul, scolasticum ecclesie Ulixbonensis, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum,* promisit camere et collegio pro suo communi servitio duo milia florenorum auri de camera et quinque servitia consueta, solvendo medietatem promissi usque ad festum Annuntiationis beate Marie Virginis proxime futurum et aliam medietatem usque ad festum Assumptionis eiusdem beate Marie Virginis ex tunc proxime secuturum. Alioquin, etc. Juravit, etc. (AV, Obl. et sol. 57, fl. 79). A 1 de Junho de 1402, temos a notícia do pagamento final da taxa respectiva, com a indicação do ano 13.° como data da promoção a arcebispo de Lisboa: «Indictione decima, die prima Junii [1402] *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia archiepiscopus Ulixbonensis,* solvit pro complemento et finali solutione sui communis servitii flor. mille auri de camera, et pro finali etiam minuti servitii nonaginta flor. auri de camera, solidos xlv monete Romane. Summa flor. mille nonaginta et solidos xlv; *fuit promotus anno xiii.mo domini Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales, xi, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 44v).

de Azambuja da sé de Coimbra para a de Lisboa ([356]), *aparece em documentos do cabido de Coimbra* ([357]) *como administrador desta diocese, até cerca de um ano antes de D. Gil Fernandes Alma, bispo do Porto, ser transferido da sé portucalense para a de Coimbra, em 1407. De facto, a 2 de Março de 1406,* dominus Johannes, Dei gratia archiepiscopus Compostellanus, commendatarius ecclesie Colimbriensis, per venerabilem virum dominum Johannem Alfonsi, archidiaconum Compostellanum, procuratorem suum, ad hoc legitime constitutum, promisit camere et collegio *pagar a taxa pela comenda e, a 4 de Julho do mesmo ano de 1406, pagava parte da dívida. Mas já a 5 de Abril de 1407,* Reverendus in Christo pater dominus Egidius, Dei gratia episcopus Colimbriensis, personaliter promisit camere et collegio pro suo communi servitio duo millia florenorum auri de camera ([358]).

O caso é de assinalar, enquanto relacionado com a sobredita incumbência ao arcebispo de Braga quanto aos territórios portugueses da diocese de Tui e porque D. Toríbio ainda figura como bispo de Tui em documentos pontifícios de 1402 e a residir em Roma, na Cúria pontifícia, tendo-lhe sucedido D. Frei António, como se verá.

A incumbência para o arcebispo de Braga, em bula de Bonifácio IX, a ele dirigida no dia 20 de Abril de 1395, foi feita a instâncias de D. Toríbio, bispo de Tui, que tencionava salvaguardar os bens da diocese, situados em território português e ocupados pelo arcebispo eleito de Compostela, D. Gomes, a viver em Portugal, e providenciar ao sustento dos cónegos e beneficiados da sé, também a viverem em Portugal por causa do cisma, de forma que os rendimentos dos bens pertencentes à mesa do cabido fossem aplicados em favor desses cónegos e beneficiados, constrangidos a abandonar a cidade e grande parte da diocese de Tui, sob condição de eles residirem em algum dos benefícios do território português:

> «*Bonifacius, etc. Venerabili fratri archiepiscopo Bracharensi. Salutem, etc. Inter alia... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte venerabilis fratris nostri Turibii, episcopi Tudensis, petitio continebat quod nonnulle ecclesiastice persone canonicatus et prebendas seu*

([356]) Cf. nota anterior.

([357]) D. João Garcia Manrique foi administrador perpétuo da sé de Coimbra, que lhe foi concedida em comenda, desde 1402 até 1404, pelo menos. Aparece nesta qualidade em documentos do cabidos da sé de Coimbra desde Setembro de 1402 até Dezembro de 1404. Cf. notas 368a-368f.

([358]) Cf. notas 447-454. A 5 de Abril de 1407, D. Gil Fernandes Alma apresentava-se pessoalmente na câmara apostólica, a obrigar-se pela taxa devia pela promoção a bispo de Coimbra: «M°CCCCvii°, indictione predicti ... die v.ta mensis Aprilis. *Reverendus in Christo pater dominus Egidius, Dei gratia episcopus Colimbriensis, personaliter promisit* camere et collegio pro suo communi servitio duo milia flor. auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere et collegio *pro communi servitio domini Johannis, archiepiscopi Compostellani, commendatarii dicte ecclesie,* viginti quatuor similes florenos et quinque minuta servitia consueta [fl. 164v]. Item recognovit camere et collegio pro communi servitio domini Johannis, predecessoris sui, mille septingentos et octo similes florenos, solidos viginti duos et den. sex monete Romane. Et pro quinque minutis servitiis ipsius quadringentos octuaginta similes florenos. Item recognovit camere et collegio pro residuo quinque minutorum servitiorum domini Martini, antepredecessoris sui, triginta unum similes florenos, solidos triginta quatuor, den. duos et obulum monete predicte. Item recognovit camere et collegio pro residuo quinque minutorum servitiorum alterius domini Johannis, antepredecessoris sui, centum quinquaginta quatuor similes florenos, sol. decem et septem et den. unum dicte monete. Item recognovit camere tantum pro residuo quinque minutorum servitiorum domini Petri, alterius predecessoris sui, quinquaginta sex similes florenos, solidos decem et novem, den. duos dicte monete. Solvendo totum promissum et recognita usque ad duos menses proxime futuros et recognita minutorum usque ad festum sancti Johannis Baptiste. Alioquin, etc. Juravit, etc. *Non recognovit pro domino Johanne, archiepiscopo Compostellano, commendatario dicte ecclesie pro prima vice, qua habuit eandem ecclesiam in commendam, quia fuit ex causa per dominos clericos camere et collegii liberatus*» (AV, Obl. et sol. 57, fls. 164-164v).

dignitates, personatus et officia in sua Tudensi ecclesia legitime obtinentes, que pro eo in dicta ecclesia non resident neque residere possunt quod civitas Tudensis et magna pars Tudensis diocesis per scismaticos occupantur, ad regnum Portugalie, in quo etiam pars dicte diocesis consistit et quod per carissimum in Christo filium nostrum Johannem, regem Portugalie illustrem, utpote catholicum principem, in sinceritate fidei, unitate sancte Romane Ecclesie ac obedientia et devotione nostra gubernatur, sese reduxerunt et in eo commorate sunt et etiam commorantur, absque tamen eo quod de proventibus suorum canonicatuum et prebendarum ac dignitatum, personatuum vel officiorum eiusdem ecclesie Tudensis, postquam instans damnatum scisma in Ecclesia Dei proh dolor viguit, prout viget, quicquam percipere potuerint sive possint et quod in dicto regno Portugalie nonnulla bona stabilia ad mensam capitularem ipsius Tudensis ecclesie dumtaxat legitime pertinentia consistunt, que per dilectum filium Gometium, electum Compostellanum in diocesi Bracharensi moram trahentem eti ne adem domicilium suum facientem (359) *presentialiter occupantur. Quare pro parte dicti episcopi nobis fuit humiliter supplicatum ut cum, sicut asserit, premissa notoria sint, ordinare quod huiusmodi persone, canonicatus* [*fl. 21v*] *et prebendas ac dignitates, personatus et officia, ut premittitur, obtinentes et earum in illis legitimi successores, huiusmodi durante scismate, bona predicta gubernare et fructus eorum percipere et in eorum propriam utilitatem convertere valeant et aliis in premissis providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur prefatis personis pio compatientes affectu, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua in hiis specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus, si est ita, in premissis tanquam super notorio negotio procedens, predicta bona cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, personis eisdem facias effectualiter assignari, ita quod persone ipse usque ad nostrum beneplacitum libere et licite perinde dicta bona teneant, possideant et administrent et fructus, redditus et proventus ex eis percipiant et inter se alias iuxta consuetudinem ipsius ecclesie dividant et in proprios usus convertant ac si in eadem Tudensi ecclesia personaliter residerent et actibus capitularibus interessent in eadem. Proviso tamen quod iidem persone et successores in aliqua ecclesia dicte diocesis infra predictum regnum consistente, de qua tibi videbitur, interim, si et prout commode poterant, resideant ac Domino deserviant in divinis et nichilominus si commode et absque scandalo fieri possit, fructus ex dictis bonis post huiusmodi ortum scisma per quasvis personas tempore medio perceptos in totum vel saltem in aliqua parte, si extant, alioquin eorum verum valorem seu extimationem communem dictis personis tradi facias et etiam assignari... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, duodecimo Kalendas Maii, anno sexto. N. xx. de Ben.to*» (360).

A respeito da sede do bispado de Tui, na parte portuguesa da diocese, e da instituição da colegiada de Santo Estêvão de Valença ou cabido, atribuída esta última a D. João Garcia Manrique, arcebispo de Compostela e administrador perpétuo do bispado de Tui, com base em informações de J. Pedro Ribeiro e dos autores espanhóis Ferreiro e Sandoval, as seguintes palavras de Mons. J. Augusto Ferreira:

«*O certo é que se revoltaram os vigários do bispo de Tui e que em seu nome administravam as duzentas e trinta paróquias de Entre Minho e Lima, diz Sandoval* (2), *contra o seu prelado e, juntos com um grupo de cónegos da sé tudense, elegeram para seu*

(359) No ms. *foventem*.

(360) AV, Reg. Lat. 36, fls. 21-21v.

(2) Cf. *Hist. da Igreja de Tuy*, fls. 174-175.

superior e administrador do mesmo bispado de Tui, na parte de Portugal, separada pelo cisma, um clérigo chamado Toríbio, que já em 1386 figura como tal nos documentos do Cartório de Moreira (3). *Em 1395, ainda Toríbio era administrador da comarca eclesiástica de Valença, lugar que desempenhou, diz-se, até à morte* (4). *Por este tempo (1396), veio D. João Garcia Manrique, arcebispo de S. Tiago e administrador perpétuo do bispado de Tui por autoridade apostólica, e observando que recebiam os referidos cónegos de Tui os frutos e não serviam os benefícios, determinou que fizessem colégio e servissem as ditas conesias em Santo Estêvão de Valença, como faziam em Tui, e desde então assim cumpriram, rezando diariamente as horas canónicas com missa cantada, etc.* (1). *D. João Garcia Manrique organizou, pois, a colegiada de Valença, agregou-lhe os dois arcediagados tudenses de Cerveira e de Labruja, cujos territórios estavam em Portugal, e instituiu mais alguns canonicatos e prebendas, com os quais repartiu os dízimos e bens que possuía a igreja de Tui em o nosso país* (2). *Durante o cisma, mortos os administradores, o cabido de Valença elegia outros* (3)» ([361]).

Algumas destas afirmações deviam ser estudadas em pormenor, sobretudo a última, porque, segundo se viu, embora haja a certeza de que D. João Garcia Manrique estava nessa altura em Portugal e figure em documentos da época, ainda nos fins de Novembro de 1402 e 25 de Agosto de 1403 ([362]), *como administrador de Tui, fica por explicar o facto de viver ainda em 1402 D. Toríbio, a residir em Roma como bispo de Tui.*

O arcebispo de Compostela D. João Garcia Manrique era administrador perpétuo da diocese de Tui em 1398, como vimos, e teria falecido, segundo se afirma, em Coimbra, à volta de 1406 ([363]), *não muito antes de Gil Fernandes Alma ser transferido, em 1407, da sé do Porto para a de Coimbra. Tenha-se presente que o papa Bonifácio IX, em letras de Novembro de 1402, já se dirigia a* Venerabili fratri Johanni, episcopo olim Colimbriensi, in archiepiscopum Ulixbonensem electo, *ao conceder-lhe indulto de visitar a arquidiocese por pessoas idóneas, depois de o transferir para Lisboa, em 29 de Maio de 1402* ([364]). *Quer isto dizer que D. João Garcia Manrique ainda não era administrador da diocese de Coimbra nos primeiros meses de 1402 e muito menos no período Julho 1398 — Maio 1402, já que o arcebispo de Lisboa D. João Afonso de Azambuja, transferido para Lisboa da sé de Coimbra, em Maio de 1402, foi bispo efectivo de Coimbra, a partir de 1399* ([365]), *tendo sido nomeado bispo do Porto*

([3]) Vid. Ribeiro, *Dissert. Chron.*, V, pág. 193.

([4]) *Ibidem*, pág. 194.

([1]) Isto disseram os Cónegos da Colegiada de Valença a Nicolau de Lapis, núncio apostólico em Portugal, aos 20 de Outubro de 1413, como se vê da sua carta, escrita no Porto naquela data, e registada no *Rerum memorabilium*, III, fls. 59v e 60.

([2]) Vid. L. Ferreiro, *Hist. da Igreja de S. Tiago*, VI, pág. 243.

([3]) Cf. *H. Sagrada*, XXII, pág. 195; e Sandoval, *Hist. da Igreja de Tuy*, fls. 175v e 176.

([361]) J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, II, pp. 214-215.

([362]) Cf. JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações Chronológicas e críticas sobre a História e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*, t. V, *Lisboa*, 2.ª ed. 1896, Dissert. XXII, p. 192. Cf. nota 368c quanto ao docum. de 25 de Agosto de 1403.

([363]) Cf. LEITÃO FERREIRA, *Catálogo dos bispos de Coimbra*, em *Memórias da Academia da História*, vol. IV, p. 134 ss e J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, II, p. 229.

([364]) AV. Reg. Lat. 9, fls. 106v-107, Reg. Lat. 103, fls. 124-125. Cf. nota 355.

([365]) D. João Afonso de Azambuja foi transferido da sé do Porto para a de Coimbra no dia 22 de Julho de 1398. Cf. notas 446, 451-452. A 25 de Fevereiro de 1399, obrigava-se, por meio de Álvaro Dias, seu procurador e capelão, a pagar a taxa: «Indictione, pontificatu et loco predictis [1399] die xxv mensis februarii.

D. Gil Alma ([366]). *Por isso, nada impedia fosse administrador de Tui, além da possibilidade de reter ambas as administrações. Mas fica por explicar a existência do bispo de Tui, D. Toríbio, que era da obediência do papa de Roma, em tempo que João Garcia Manrique era administrador de Tui.*

Durante o período, em que havia bispo em Coimbra, nunca o arcebispo de Compostela, D. João Garcia Manrique aparece como administrador da diocese de Coimbra. Efectivamente, existem documentos do cabido da sé de Coimbra, depois da transferência de D. Martinho Afonso para a sé de Braga, em que aquele bispado aparece como vacante em 1398 e 1399 e logo a seguir outros, em que figura D. João, bispo de Coimbra, em 1400 ([367]) *e a 2 e 27 de Abril de 1401* ([368]), *mas já encontramos D. João Garcia Manrique, arcebispo de Santiago, como administrador da sé de Coimbra, em vários documentos, desde Setembro de 1402 até Dezembro de 1404, dizendo-se, a 18 desse mês e ano de 1402,* Joham Garçia Manrique per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma arçebispo de Santiago e perpetuu amenistrador da egreia e bispado de Tuy, amenistrador da

---

Reverendus pater dominus Johannes, episcopus Colimbriensis, per venerabilem virum dominum Alverum Didaci, capellanum et procuratorem suum, promisit camere et collegio pro suo communi servitio duo milia flor. auri de camera et quinque servitia consueta. [fl. 130] Item recognovit camere et collegio pro resta quinque minutorum servitiorum debitorum, etc., pro domino Martino, predecessore suo, centum quinquaginta octo similes flor., soli. viginti, den. decem et obulum monete Romane. Item recognovit camere et collegio pro resta quinque minutorum servitiorum debitorum pro domino Johanne, antepredecessore suo, liiii similes flor., sol. xvii et den. unum monete Romane. Item recognovit camere termino pro resta quinque minutorum servitiorum debitorum, etc., pro domino [Petro], altero predecessore suo, flor. quinquaginta sex, sol. xviiii et den. duos. Item recognovit collegio tantum, si et in quantum. Solvendo medietatem promissi in festo omnium Sanctorum proxime futuro et aliam medietatem in festo Resurrectionis Domini ex tunc proxime secuturo et omnia recognita in dictis terminis, anno revoluto et producere mandatum sufficiens in primo termino. Alioquin, etc. Juravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 52, fls. 129v-130). No dia seguinte, a 26 de Fevereiro de 1399, a 19 de Agosto de 1400 e a 26 de Novembro de 1401, pagava parte da taxa, dizendo-se que fora promovido a bispo de Coimbra no ano décimo do pontificado de Bonifácio IX: «Die xxvi mensis februarii, anno, indictione et pontificatu, ut supra [1399]. *Reverendus pater dominus Johannes, episcopus Colimbriensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii non facta divisione de minuto, etc., centum flor. auri de camera; *fuit promotus anno decimo domini Bonifacii predicti;* cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 156v). «Die xviiii Augusti [1400]. *Reverendus pater dominus Johannes, episcopus Colimbriensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii, etc., flor. b, sol. xxxviiii et den. vi, non facta divisione de minuto servitio, etc.; *fuit promotus anno x. domini Bonifacii predicti.* Cardinales xi, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 19). «Die xxvi mensis Novembris, indictione nona [1401]. *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia episcopus Colimbriensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii quadraginta flor. auri de camera et pro parte partis sui minuti servitii quatuor similes flor. Summa flor. quadraginta quatuor fl.; *fuit promotus anno domini Bonifacii decimo;* fuerunt in eius promotione cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et Sol. 54, fl. 36v). Em 9 de Maio de 1399, Henrique III de Castela passava salvo-conduto a Nuno Álvares Pereira e ao bispo de Coimbra, a fim de poderem ir à fronteira tratar com o Mestre de S. Tiago e o marechal Diogo Fernandez (*Archivo General de Simancas*, Patronato Real, 47-34).

([366]) D. Gil Fernandes Alma foi nomeado bispo do Porto no dia 22 de Julho de 1398. Cf. notas 447-454.

([367]) Há vários documentos nos fins de 1398, por exemplo a 30 de Novembro, a 28 de Janeiro, 10 de Abril, 24 de Maio, 7 de Junho, 26 de Junho, 2 de Julho de 1399, em que a sé de Coimbra é indicada como vacante (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 82, n. 3763, maço 59, n. 2220, n. 2221, n. 2222, maço 14, n. 661, maço 65, n. 2403, maço 59, n. 2223). Em docum. de Fevereiro, Março e Junho de 1400 do cabido da sé de Coimbra figura como bispo da diocese D. João Afonso de Azambuja (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 65, n. 2389, maço 66, n. 2430, maço 67, n. 2478, maço 47, n. 1890, maço 94, n. 4563.

([368]) Docum. de 2 de Abril de 1401: «Dom Joham per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma, bispo de Coimbra ...» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 82, n. 3768). Docum. de 27 de Abril de 1401: «... procurador que se dizia de dom Joham bispo da çidade [de] Coimbra ...» (ANTT *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 58, n. 2183.

see e bispado de Coimbra, notario meor do Reyno de Liom ([368a]). *A 15 de Agosto de 1403, D. João Manrique, arcebispo de Santiago, passava alvará assinado como* archiepiscopus Compostellanus, *conforme documento de 17 de Agosto de 1403, no qual é dito* dom Joam Manrique, arcebispo de Santiago e aministrador da dicta egreia e bispado de Coimbra ([368b]). A *25 de Agosto de 1403, aparece como* dom Joham Manrrique, arçebispo de Santiago, ministrador da egreia e bispado de Coimbra e perpetuo aministrador da egreia e bispado de Tuy e notayro moor do Reg.º de Lyom ([368c]). *A 10 de Dezembro de 1404, figura simplesmente como* dom Joham, arçebispo de Santiago, aministrador da dicta egreia e bispado de Coimbra ([368d]). *Aliás D. João Garcia Manrique, arcebispo de Compostela e administrador da igreja de Coimbra, obrigava-se já no dia 2 de Junho de 1402 pela respectiva taxa por meio de D. Sabino, bispo de Orense* ([368e]), *sinal de que a administração de Coimbra lhe foi confirmada na altura em que D. João Afonso de Azambuja foi transferido para metropolita de Lisboa. Efectivamente, na declaração, com data de 19 de Março de 1406, sobre o pagamento de parte da taxa, diz-se que o bispado lhe fora dado em comenda no dia 2 de Junho de 1402* ([368f]). *Por documentos de 13 de Março, 31 de Agosto e 24 de Outubro de 1405 e 18 de Agosto de 1406* ([369]), *sabemos que a sé de Coimbra estava vacante, embora D. João Manrique ainda não tivesse morrido, porque em 1406 era de novo administrador da sé de Coimbra, que o papa Inocêncio VII lhe concedera em comenda no primeiro ano do seu pontificado, motivo por que, a 2 de Março de 1406 se comprometia a pagar a taxa respectiva* ([369a]) *e a 4 de Julho do mesmo ano pagava parte da*

([368a]) ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 4, n. 178.

([368b]) ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 59, n. 2224.

([368c]) ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 49, n. 1972.

([368d]) ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 48, n. 1922.

([368e]) «Anno, pontificatu et indictione predictis, die ii[a] mensis Junii. *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia archiepiscopus Compostellanus, administrator ecclesie Colimbriensis, per Reverendum in Christo patrem dominum fratrem Savinum, episcopum Auriensem, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum*, promisit camere et collegio pro suo communi servitio, duo milia flor. auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere et collegio pro communi servitio domini Johannis, immediati predecessoris sui, mille septingentos et octo similes flor., solidos viginti unum et den. sex monete Romane et pro quinque minutis servitiis quadringentos octuaginta similes florenos. Item recognovit camere et collegio pro resto quinque minutorum servitiorum domini Martini, antepredecessoris sui, triginta unum similes florenos, solidos triginta quatuor, den. duos et obulum. Item recognovit camere et collegio pro resto quinque minutorum servitiorum domini Johannis, antepredecessoris sui, centum quinquaginta quatuor similes florenos, solidos decem et septem et den. unum [fl. 79v]. Item recognovit camere tantum pro resto quinque minutorum servitiorum domini Petri, predecessoris sui, quinquaginta sex similes florenos, solidos decem et novem et den. duos ...» (AV, Obl. et sol. 57, fl. 79-79v).

([368f]) AV, Obl. et sol. 59, fl. 191: «Henricus, etc., et Leonardus, etc. Quod de mandato domini nostri pape et sacri collegii, etc., nobis facto oraculo vive vocis, tenore presentium donamus, remittimus et relaxamus Reverendo in Christo patri domino Johanni, archiepiscopo Compostellano, administratori ecclesie Colimbriensis, duo milia florenorum auri de camera et quinque servitia consueta, quos idem dominus archiepiscopus ut administrator dicte ecclesie die ii mensis Junii, decima indictione, anno Domini millesimo quadringentesimo secundo, pontificatus sancte memorie domini Bonifacii pape viiii anno xiiii, tempore quo dicta Colimbriensis ecclesia fuit sibi per dictum dominum Bonifacium commendata, dictis camere et collegio pro communi et quinque minutis servitiis promisit. De quibus, etc. In quorum, etc. Datum ut supra, die xbiiii mensis Martii, pontificatus ut supra anno secundo».

([369]) ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 13, n. 625, maço 81, n. 3672, maço 3, n. 120, maço 94, n. 4487.

([369a]) «MCCCCvi°, indictione xiiii ... Anno, pontificatu et indictione predictis, die ii.ª mensis Martii. *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia archiepiscopus Compostellanus, commendatarius ecclesie Colimbriensis, per venerabilem virum dominum Johannem Alfonsi, archidiaconum Compostellanum, procuratorem*

mesma ([369b]). *Talvez tenha morrido neste ano, porque a 26 de Janeiro de 1407 a sé de Coimbra aparece como vacante* ([369c]) *e a câmara apostólica livrava D. Gil Fernandes Alma, transferido para Coimbra neste ano, ao obrigar-se, a 5 de Abril de 1407, pela taxa respectiva, da obrigação devida pela primeira vez em que a sé de Coimbra foi dada em comenda a D. João Manrique* ([369d]).

Porque deveria então o nosso D. João Manrique ser administrador de Tui, quando existia bispo da diocese, nomeado pelo papa de Roma? Sabido é que, a seguir a D. Toríbio, aparece como bispo de Tui D. António, nomeado à volta de 1406 ([370]). *Há documento de 9 de Dezembro de 1411, passado por ele em Lisboa, a atestar, portanto, a sua presença em Portugal* ([371]). *Mas as notícias sobre vigários gerais, a administrar a diocese em seu nome, vêm já de 1407. O bispo eleito do Porto D. João figura nessa qualidade em documento de 3 de Outubro de 1407, dando determinações quanto à instituição canónica do reitor da igreja de Santa Cristina de Meadela da vila de*

---

suum ad hoc legitime constitutum, promisit camere et collegio pro suo communi servitio duo milia florenorum auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere et collegio pro communi servitio suimet pro ipsa ecclesia Colimbriensi, alias sibi commendata, duo millia florenorum auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere et collegio pro communi servitio domini Johannis, immediati predecessoris sui, mille septingentos et octo similes florenos, solidos viginti unum et den. sex monete Romane et pro quinque minutis servitiis quadringentos octuaginta similes florenos. Item recognovit camere et collegio pro resto quinque minutorum servitiorum domini Martini, antepredecessoris sui, triginta unum similes florenos, solidos triginta quatuor, den. duos et obulum. Item recognovit camere et collegio pro resto quinque minutorum servitiorum domini Johannis, antepredecessoris sui, centum quinquaginta quatuor similes flor., solidos decem et septem et den. unum. Item recognovit camere tantum pro resto quinque minutorum servitiorum domini Petri, predecessoris sui, quinquaginta sex similes florenos, solidos decem et novem et den. duos monete Romane. Item recognovit pro aliis predecessoribus, si et in quantum. Solvendo medietatem promissi usque ad festum Assumptionis beate Marie Virginis proxime futurum et aliam medietatem usque ad festum Ressurrectionis Domini nostri Ihesu Christi, ex tunc proxime secuturum, et recognita in similibus terminis, annis revolutis. Alioquin, etc. Juravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 57, fl. 142).

([369b]) «Indictione xiiii.ma, die iiii.ta mensis [Julii 1406] *Reverendus in Christo pater dominus Johannes Dei gratia archiepiscopus Compostellanus, commendatarius ecclesie Colimbriensis,* solvit pro parte [partis] sui communis servitii noningentos octuaginta octo flor. auri de camera, non facta divisione de minuto servitio; *fuit sibi dicta ecclesia commendata anno primo Innocentii;* fuerunt in eius promotione cardinales vi, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 120). Declaração sobre o pagamento, neste mesmo dia 4 de Julho de 1406, por meio de D. Estêvão Gil, abade do mosteiro de S. Martinho de Sande, e de João Afonso, cónego de Coimbra, em AV, Obl. et sol. 59, fl. 194v: «Henricus, etc. Quod Reverendus pater dominus Johannes, archiepiscopus Compostellanus, commendatarius ecclesie Colimbriensis, pro parte sui communis servitii tempore debito per manus venerabilis patris fratris Stephani Egidii, abbatis monasterii sancti Martini de Sande Bracharensis diocesis et Johannis Alfonsi, canonici Colimbriensis, solvi fecit, etc. De quibus, etc. Verum, etc. terminum, etc., a festo Resurrectionis Domini nostri ad annum prorogamus, etc. Ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum ut supra, die quarta mensis Julii, pontificatus ut supra anno secundo».

([369c]) ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 94, n. 4547.

([369d]) Cf. nota 358.

([370]) D. António, bispo eleito de Tui, já se apresentava pessoalmente na câmara apostólica, no dia 22 de Setembro de 1406, a obrigar-se pela respectiva taxa:«Mccccvi°, indictione xiiii[a] ... Anno, pontificatu et indictione predictis, xxii mensis Septembris. *Reverendus in Christo pater dominus Anthonius, Dei gratia electus in episcopum Tudensem, personaliter promisit* camere et collegio pro suo communi servitio sexcentos quinquaginta flor. auri de camera et quinque servitia consueta. Solvendo medietatem promissi usque ad festum Nativitatis sancti Johannis Baptiste proxime futurum et aliam medietatem usque ad festum Nativitatis Domini nostri Jhesu Christi, ex tunc proxime secuturum. Alioquin, etc. Juravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 57, fl. 153v).

([371]) «Noverint universi quod nos Antonius, Dei et apostolice sedis gratia episcopus Tudensis, vacante medietate parrochialis ecclesie sancti Andree dAstais dicte nostre diocesis ... Datum Ulixbone, nona die mensis decembris. Anno Domini M° quadringentesimo undecimo ... Antonius, episcopus Tudensis» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21).

Caminha (372). *Outro vigário geral era Afonso Rodrigues de Magalhães, o qual, a 18 de Agosto de 1412, dava a instituição canónica da igreja de S. Pedro de Seixas a Afonso Peres, sacerdote de Vilar de Mouros, e a 6 de Setembro de 1414 a instituição canónica da capelania de Verdoejo a Estêvão Domingues* (373).

Conforme consta de súplica de 5 de Agosto de 1415, morrera, neste ano, D. António, motivo pelo qual os cónegos de Tui, a residir na igreja de Santo Estêvão de Valença do Minho, por causa do cisma, na qualidade de cabido da sé de Tui, sujeito ao papa de Roma, postulavam como bispo a Lopo Vaz da Cunha, reitor da igreja de Santa Maria da Lourinhã e comendatário do mosteiro de Santo André de Rendufe. Tinham escolhido essa sede, depois de obtida licença de el-rei de Portugal, em cujos domínios estava situada a igreja, onde os cónegos residiam como cabido. Mas a sé de Tui continuou sem bispo, certamente porque, neste tempo, estava a funcionar já o concílio de Constança, que tinha deposto o papa João XXIII no dia 29 de Maio de 1415 e estabelecera como princípio o retorno às dioceses dos bens desmembrados delas durante o cisma, tendo Martinho V, papa eleito em Novembro de 1417, urgido a observância da determinação (374). *Por tal motivo, figuram em documento de 5 de Agosto de 1415 como vigários gerais, durante a vacância da sé, João Rodrigues Felgueira e Gonçalo Martins, e noutro, de 4 de Outubro do dito ano, o mencionado João Rodrigues Felgueira, aparecendo Gonçalo Martins no exercício desse múnus também em documento de 2 de Janeiro de 1417. João Rodrigues Felgueira, sempre na vacância da sé de Tui, figura ainda como vigário geral em documentos de 10 de Março de 1418, de 3 de Junho e 22 de Junho de 1421, mas nos dois últimos de 1421 esclarece-se que a sé estava vacante ou quase vacante. Gonçalo Martins figura como vigário geral, durante a vacância ou quase da sé, em documento de 2 de Agosto de 1420, e juntamente com João Rodrigues Felgueira noutro de 14 de Maio de 1421* (375).

---

(372) «Noverint universi quod nos *Johannes, Dey gratia electus confirmatus Portuensis, procurator atque vicarius generalis domini Antonii, episcopi Tudensis*, omnibus parrochianis ecclesie sancte Christinhe de Meadella dicte diocesis Tudensis, salutem in Domino sempiternam. Noveritis (!) quod per permutationem factam de dicta ecclesia per Martinum Egidii, qui proximus in ea et immediate rector et abbas fuit, cum Gunsalvo Estefani pro prestimonio de Valldevez, quod sibi obtulit pro dicta ecclesia, aliqua pecunia ex utraque parte non interveniente ... auctoritate nostra dicti domini Johannis vicarii generalis confirmamus seu etiam in rrectorem dicte ecclesie sancte Christine de Meadella investimus seu instituimus de eadem ... Data in villa de Caminha, anno Domini millesimo CCCCvii, tercia die mensis octobris. *Johannes electus Portuensis*» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18).

(373) «... ego Alfonsus Roderici de Magalhaaes, canonicus Tudensis ac domini domini *Antonii, Dei et apostolice sedis gratia episcopi Tudensis, generalis vicarius in spiritualibus*, vacante ecclesia sancti Petri de Seixas Tudensis diocesis ... Datum in loco [habitationis] dicti domini vicarii, qui dicitur Pencias, prefate diocesis Tudensis, xviii die mensis Augusti. Anno Domini m.mo cccc.mo xii.mo ...». (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21). «... ego Alfonsus Roderici de Magalhaaes, canonicus Tudensis ac domini domini *Antonii, Dei et apostolice sedis gratia episcopi Tudensis, cum potestate beneficia conferendi, in spiritualibus et temporalibus vicarius generalis*, vacante capellania perpetua sancte Marie de Verdoeiro prefate diocesis Tudensis ... Datum Valentie, in domibus habitationis dicti domini vicarii, prefate diocesis Tudensis, sexta die mensis Septembris. Era millesima quatuorcentessima quinquagessima secunda ... Alfonsus. Rodericus Stephani scriba» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21).

(374) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CLXVIII-CLXIX.

(375) «Noverint universy quod nos Johannes Roderici Felgeria et Gunsalvus Martini, canonici Tudenses ac eiusdem ecclesie et diocesis Tudensis generales vicarii, *sede ipsa vacante*, vacante ecclesia sancti Petri de Ruviaas prefate diocesis Tudensis ad presens ... Velasco Martini, presbytero de Valentia, dicte diocesis, conferimus titulatam ... Datum Valentie, in domo habitationis dicti Gunsalvi Martini vicarii, quinta die mensis Augusti. Anno Domini Mº cccº xbº ... Joham R[odrig]ez» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21). «... ego Johannes Felgeria, canonicus Tudensis, generalis vicarius in eadem ecclesia et diocesi Tudensi in spiritualibus et temporalibus, *sede ipsa vacante*, vacante ecclesia sancti Pellagii de Segude ... Datum iuxta Seltar (!) mo-

Está isto a significar que Lopo Vaz da Cunha não foi promovido a bispo, como naturalmente o não podia ser depois de ter findado o cisma, visto existir o bispo de Tui, convertido da obediência de Bento XIII a Martinho V, eleito pelo concílio, após a renúncia de Gregório XII. Não tendo conseguido o bispo de Tui a execução das concessões outorgadas por Martinho V, a seu pedido, por letras de 17 de Dezembro de 1423, sobre a restituição dos territórios da diocese, existentes em Portugal, devido à suspensão dessas determinações, alcançada por D. João I por letras de 23 de Janeiro de 1424 ([376]), *a administração portuguesa de Tui continuou em mãos de João Afonso e a administração da parte portuguesa da diocese de Badajoz nas de João Rodrigues, Lopo Vaz da Cunha e Pedro Gonçalves* ([377]).

Como explicar então o facto de D. João Garcia Manrique ser administrador perpétuo da diocese de Tui, enquanto D. Toríbio estava em Roma, mas indicado como bispo da diocese de Tui? Teria sido D. Toríbio dispensado das obrigações e direitos de bispo na parte portuguesa da diocese de Tui, mantendo a dignidade episcopal, com título de bispo de Tui, como a indicar a reivindicação de seus direitos à parte espanhola e talvez até com alguma pensão sobre os rendimentos da diocese? É muito natural e possível. Sabido é que o arcebispo de Compostela ou de Santiago, como se dizia em Portugal, D. João Garcia Manrique, estava em muito boas relações com D. João I, rei de Portugal, com quem estivera no casamento de Dona Beatriz, filha de el-rei D. Fernando, com o monarca de Castela, em Abril-Maio de 1383, figurando nos documentos como eleito de Santiago. Ao vir para Portugal, onde residia certo D. Gomes, arcebispo eleito de Santiago ou de Compostela, sem dúvida da obediência do papa de Roma, a possuir bens da mesa capitular de Tui, existentes em território português, era natural que D. João I recompensasse D. Manrique e lhe facultasse a posição ocupada por D. Gomes, simplesmente eleito de Compostela. Tanto o monarca

---

nasterii sancti Jacobi de Pias predicte diocesis Tudensis, iiii die mensis Octobris. Anno Domini M° cccc.mo xv° ... Johannes R[odrig]ez» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21). «... ego Gonsalvus Martini, canonicus Tudensis, generalis vicarius in eadem ecclesia et diocesi Tudensi in spiritualibus et temporalibus, *sede ipsa vacante*, vacante ecclesia sancti Salvatoris de Cambeses ... Datum in villa de Caminea, secunda die mensis Januarii. Anno Domini millesimo cccc.mo xvii° ...» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21). «... ego Johannes Roderici Felgeria, canonicus Tudensis, generalis vicarius in spiritualibus et temporalibus in eadem ecclesia et diocesi Tudensi, sede ipsa vacante, vacante ecclesia ... Datum in civitate Bracharensi, de licentia domini ac domini Fernandi, archiepiscopi Bracharensis, decima die mensis Martii. Era m.ma cccc.ma lbi ...» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21). «... ego Johannes Roderici Felgeira, canonicus Tudensis, generalis vicarius in spiritualibus et temporalibus in eadem ecclesia et diocesi Tudensi, sede ipsa vacante vel quasi, vacantibus ecclesiis scilicet sancte Marie de Vilela ... Datum in parrochia ecclesie sancti Jacobi de Boyvam predicte diocesis Tudensis, tertia die mensis Junii. Era m.ma cccc.ma lix.ª ... Joham R[odrig]ez» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21). «... ego Johannes Roderici Felgeria, canonicus Tudensis, generalis vicarius in spiritualibus et temporalibus in eadem ecclesia et diocesi Tudensi, sede ipsa vacante vel quasi, vacantibus ecclesiis sancti Petri de Arcos ... Datum in loco qui dicitur Mantelans parrochie sancti Petri de Formariz predicte diocesis Tudensis, xxii die menssis Junii. Era M.ma cccc.ma lixª ...» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21). «... ego Gonsalvus Martini, canonicus Tudensis, generalis vicarius in spiritualibus et temporalibus in eadem ecclesia et diocesi Tudensi, sede ipsa vacante vel quasi, vacantibus ad presens ecclesiis sancti Juliani de Moreira predicte diocesis ... Datum Valentie prefate diocesis Tudensis, secunda die mensis Augusti. Era m.ma cccc.ma lbiii ... Gunsalvus, canonicus Tudensis. Rodericus Stefani, scriba» (ADB, *Collecção cronológica*, caixa 21) «... nos Johannes Roderici Felgeria et Gunsalvus Martini, canonici Tudenses ac generales vicarii in spiritualibus et temporalibus eiusdem ecclesie et diocesis Tudensis, sede ipsa vacante vel quasi, vacante ecclesia sancte Marine de Rouças ... Datum Valentie prefate diocesis Tudensis, xiiii die menssis Madii. Era Mª cccc.ma lixª ... Joham R[odrig]ez» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21).

([376]) Cf. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, II, Coimbra 1910, p. 17.

([377]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, Braga 1970, nn. 981, 1304, 1409, 1411, 1427, 1480, 1485, 1493.

português como o papa de Roma deviam ver com bons olhos pessoa de tanta categoria converter-se à sua obediência. É interessante notar que Bonifácio IX, precisamente a pedido de D. Toríbio, bispo de Tui, encarregava o arcebispo de Braga, pela citada bula de 20 de Abril de 1395, de atribuir esses bens, existentes em Portugal, aos cónegos de Tui que residissem em Portugal, os quais os poderiam administrar e dividir entre si os proventos, até ao papa determinar outra coisa, como se residissem pessoalmente na igreja de Tui e assistissem aos actos do cabido, embora com a condição de residirem em alguma igreja da parte da diocese, existente em Portugal. Nessas circunstâncias, bem se compreende que D. João Garcia Manrique fosse nomeado administrador perpétuo da diocese de Tui, com territórios e bens em Portugal. Da amizade entre o monarca português e o arcebispo de Santiago se poderá fazer uma ideia pelo facto do convite, em 23 de Janeiro de 1401, quando o bispo de Coimbra D. João Afonso de Azambuja sagrou o altar-mor da colegiada de Nossa Senhora de Oliveira de Guimarães, com licença do arcebispo de Braga, na presença de D. João I e Dona Filipa de Lencastre, reis de Portugal, e dos Infantes D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. João e Dona Isabel, «assistentibus in hac ecclesia reverendis patribus domino Johanne Menrique, archiepiscopo Compostellano, *et domino Roderico, episcopo Civitatensi»* [377a].

A intervenção de D. João Garcia Manrique, arcebispo de Compostela, na instituição da colegiada de Valença, como sede de cabido dos cónegos e beneficiados de Tui, com obrigação da residência pessoal, é atestada pelas declarações dos próprios cónegos, a viverem em Santo Estêvão de Valença do Minho, feitas essas declarações ao núncio do papa João XXIII em Portugal, Nicolau de Lapis, segundo documento redactado no Porto a 20 de Outubro de 1413. Fica assim mostrada a viabilidade daquela hipótese como explicação razoável do facto de, enquanto D. Toríbio estava em Roma, continuando a ser apelidado bispo de Tui, a administração da diocese ter estado a cargo do arcebispo de Compostela, residente em Portugal, depois de abandonar a obediência do papa de Avinhão. Este o documento sobre a vinda para Portugal do arcebispo de Compostela e suas diligências quanto à organização do cabido de Tui na colegiada de Santo Estêvão de Valença do Minho:

> «*Nicolao de Lapis, doutor em lex, Archipreste de Sam Gervasio e Prothasio de Butrio, Nuncio apostolico e colheytor geerall nos Reynos de Portugall e do Algarve. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos fezemos çitar ante nos os Coonigos de Tuy, que estam em esto Regno, scilicet, em Valença do Mynho, pera nos desembargar os fruytos que receberom da mesa do Cabidoo da dicta egreia de Tuy, que estam em estes Reynos, ou nos mostrarem Razom legitima por que o nom devem de fazer. E pareçeo ante nos Gonsalvo Martinz, coonigo da dicta egreia de Tuy por sy e em nome dos outros coonigos como seu procurador que he. E fez nos certo asy per scritura pubrica como per testemonhas que, ao tempo que sy moveo a scisma, algũos coonigos da dicta egreia de Tuy se veerom a estos Reynos e se sayrom da dicta cidade de Tuy, onde esta a see cathedrall do dicto bispado, a qual esta no senhorio de Galliza, que he do Reyno de Castella, que estam em scisma, e se veerom em esto Reyno, convem a saber, Affomso Anes, abbade de Torviscoso, e Alvaro Gonsalvez, abbade de Riba de Moro, e Martinz Bareyros e outros muytos que eram coonigos na dicta egreia de Tuy em a sazom, os quaes ouverom*

[377a] *Arquivo Municipal Alfredo Pimenta*, Padroados, tomo 1.º e 2.º, Cabido, fl. 179. Cf. RODRIGO DA CUNHA, *Segunda parte da História Eclesiástica dos arcebispos de Braga*, Braga, 1635, p. 214ss. *Idem, Catalogo e História dos bispos do Porto*, Porto, 1623, II parte, cap. XXIII, p. 216. ALFREDO PIMENTA, *O altar-mor da colegiada*, em *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. I, n. 5, pp. 38-42.

e reçebiam os beens que em este Reyno som, que perteeçem aa mesa do dicto Cabidoo. E depoys os que veerom depois elles que socederom as suas coonisias e outros que depois forom coonigos per o papa de Roma, assy como Gonçalo Martinz, abbade de Santiago de Pias, e Martim Affomso, abbade de sancto Stevam, e Fernam Gonçallvez, abbade de Alfana, e outros muytos que ora som coonigos da dicta egreia de Tuy. E quando el Rey de Portugall tomou a Cidade de Tuy per duas vezes, que estava so a obediencia de Roma, que emtom faziam os dictos coonigos residencia na see da dicta çidade de Tuy, em quanto steve a dicta cidade so obediençia da dicta egreia de Roma. E depois que o dicto Senhor Rey emtregou a dicta cidade de Tuy a el Rey de Castella, que stava e esta desobediente a dicta egreia de Roma, os dictos Coonigos se passarom todos a este Reyno de Portugall por nom starem em scisma por serviço de Deus e saude das suas almas e viverem fora da dicta scisma e soo a obediença da dicta egreia de Roma e nosso senhor o papa. E em este comenos veeo se pera estes Reynos dom Joham, Arçebispo de Sanctiago, amynistrador perpetuo do dicto Bispado de Tuy per autoridade apostolica. O qual veendo como os dictos coonigos levavam os dictos fruytus e nom servjam por elles, estabeleçeo fezerem collegio e servjrem as dictas coonisias na Egreia de sancto Stevam de Valença, que he no dicto bispado de Tuy, porque era mais açerca da dicta cidade de Tuy, e des emtom ataa agora se servjrom e servem continuadamente as dictas coonisias na dicta Egreia de sancto Stevam as horas camtadas cada dia e hũa missa cantada cada dia, porque nom ha hij tantos beens per que se mais possam fazer, porque nom ham mais Rendas em esto Reyno que ataa Cem e Cinquoenta coroas pouco mais ou menos. E som Residentes ataa quinze rações e esto se faz aas horas devidas e per destribuções e officiaes assy e per a guisa que se faz na dicta Egreia carhedral de Tuy. E por estas cousas todas e outras muytas que se poderiam mostrar se muyto compresse. E porem pedia o dicto procurador a Nos Nicolaao Colheytor predicto que lhes nom embargasse nem posessemos embargo em os dictos beens, porquanto nom perteeçiam aa dicta Camera apostolica. E nos visto todo o que nos o dicto procurador do dicto Cabidoo mostrou e provou perante nos, achamos que os dictos beens nom som obrigados aa dicta Camera e que som bem levados e servidos. E porem Nos Nicolao de Lapis, Colheitor predicto, per este (!) presente carta per autoridade apostolica que em esta parte teemos, liberamos e asolvemos os dictos coonigos e Cabidoo da dicta Egreia de Tuy, stantes no dicto Collegio, da demanda que lhes foy posta da parte da dicta Camera sobre os dictos beens. E os avemos por bem distribujdos como dicto he, com protestaçom que se se absentarem de nom servirem as dictas coonisias, como ora servem, e se disfezer o dicto collegio, que a Camera os aja pera ssy e os possa aver e levar. E por desto seerdes çerto mandamos escrever esta carta assynada per nossa maao e seellada do nosso seello pemdente. Scritta na Cidade do Porto aos vijnte dias do mes doctobre. Era de naçença de nosso Senhor Ihesu Christo Mill quatrocentos e treze annos. Nicholaus de Lapis, collector generalis. Nicolaus Gherardi Cloterschaff, domini collectoris scriba» (378).

A referência deste documento à passagem do arcebispo de Compostela para Portugal e à criação da colegiada de Santo Estêvão de Valença do Minho como sede do cabido de Tui deve colocar-se mais ou menos no ano de 1398. *Efectivamente D. João Garcia Manrique ainda em* 1396, *a* 25 *de Junho,* 25 *de Setembro e* 11 *de Novembro, residia em Castela e dava várias ordens*

(378) ANTT, *Colegiada de Santo Estêvão de Valença*, pasta 1, maço 1, n. 15. ADB, *Liber rerum memorabilium*, III, fls. 59v-60.

como arcebispo de Compostela ([378a]). *Em* 1397, *mandava proceder a uma inquirição sobre o pão oferecido diante do altar-mor da catedral e a* 11 *de Abril de* 1397 *aprovava essa inquirição. Igualmente neste ano, a* 6 *de Outubro de* 1397, *dava ordens ao cabido de Compostela, relativas a benefício conferido ao cónego João Rodriguez de Medín* ([378b]). *E tudo isto está em conformidade com os documentos referidos atrás, dos quais consta que só na segunda metade do ano de* 1398, *por exemplo em Agosto e em Outubro, D. João Garcia Manrique aparece em Portugal como administrador do bispado de Tui. Por tal motivo, em* 1399 *figura como administrador do arcebispado de Santiago D. Lope de Mendonza, bispo de Mondonhedo* ([378c]).

([378a]) Documentos em L. FERREIRO, *História da Igreja de S. Tiago*, VI, pp. 240-250, 259-266.
([378b]) Docum. em FERREIRO, *Hist. da igreja de S. Tiago*, VI, pp. 251-253.
([378c]) Cf. FERREIRO, *Hist. da igreja de S. Tiago*, VI, p. 269.

h) AS CONCÓRDIAS DE D. JOÃO I COM AS IGREJAS DE BRAGA E DO PORTO E OS JURISTAS, AMIGOS DO REI, VINDOS DA UNIVERSIDADE DE BOLONHA

O arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, morto entre 1 de Setembro e 23 de Novembro de 1397, data em que a sé de Braga vem designada como vacante ([379]), *apesar de nos aparecer quase como um arcebispo guerreiro, ao lado do Mestre de Avis, D. João I, forçado pelas circunstâncias da situação religiosa e política de Portugal e da Igreja, também nos deixou mostras de sua formação intelectual, sem descurar a actividade como pastor* ([380]). *Quanto à formação intelectual, além dos documentos comprovativos de seus estudos em várias universidades da Península Ibérica e da França, transcritos atrás, seja-me lícito transcrever uma ou outra passagem de seu testamento e instituição das capelas na sé de Braga por sua alma e na Lourinhã, donde ele era originário, ordenando ao testamenteiro «que faça ou mande fazer a minha capella na Lourinha onde eu devisey e tralade hy em ella minha madre que jaz no adro de Santiaguo de Torres Vedras e outrosy minha avoo Maria Vicente, e façalhes hy fazer dous muymentos bos e faça todas estas cousas per aquylo que de mym tem, que lhe leixo pera todo fazer e com esta condiçam lho leixo sob pena de maldição, se o não fezer fazer a dita capella e muymento e nom fezer aquy trazer a Bragaa a dita minha osada ... e dise que ele dito arçebispo fazia seus herdeiros a dita sua alma e pobres de Jhesu Christo e a dita sua capela». O testamento é de 28 de Agosto de 1391 e foi feito na presença dos cónegos, entre os quais Vasco Domingues, chantre de Braga. Esta a parte referente a disposições relacionadas com estudos universitários:*

> *«... eu dom Lourenço, pella graça de Deus e da santa igreja de Roma arçebispo de Bragaa, naturall da Lourinha do bispado de Lixboa... primeiramente mando sepultar e soterrar ho meu corpo na capela minha que ordeney, de consentimento do cabido da dita igreja cathedral de Braga, junto com as paredes da dita igreja cathedral, e aly onde jaz enterrada a Rª dona Tareyja e o conde dom Anrrique seu marido, filho que foy del Rey de Ungaria e padre de dom Afomso Anrriquez, Rey primeiro que foy de Portugall ... Item faço minha alma e pobres de Jhesu Christo herdeiros no all que ficar dos ditos bens em esta guisa em cada hũ anno a terça parte ajam a fabriqua da minha capela. Item do outro terço merquem da metade da dita terça panos de balançina e da outra metade da dita terça panos de burell e demnos cada anno por dia de Sam Lourenço aos pobres emverguonçados por*

([379]) «Premeiro dia do mes de Setembro da sobredicta era de mill e quatroçentos e trimta e çinquo annos na dita cidade de Braga, dentro nos paços do dito senhor arçebispo, o dito senhor arçebispo dom Lourenço emtregou ao dito Fernam Martinz pera a dita sua capella e serviço estas cousas que se seguem ...» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18). Cf. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, II, p. 221.

([380]) Cf. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, II, pp. 179-229.

minha alma dentro na dicta capela. Item outra terça, se tanto hy ouver, de mantinimento em estudo a huu escolar que seja cleriguo de meu linhagem e idonyo pera aprender lex ou degretaaes e mando a V.co Lourenço que lhe empreste dos livros, que lhe eu entreguey e leixey a ele com esta condiçam que os nom podese vender nem alhear, mais tam solamente telos e guardalos pera seu filho ou neto ou meu parente que per eles quiserem aprender e dar por eles fiadores que os emtregue depois que for comunall clerigo pera outro de meu linhagem per elles aprender e aver os direitos da dita terça que asy pera esto leixo e asy vaa pera sempre ata fim do mundo ... *Item ordinho, mando e estabeleço que per as rrendas dos ditos meus [beens] do dito loguo da Lourinha façam os clerigos rreçoeiros da Lourinha cada primeiro dia do mes de cada hũ anno aniversario, asy que sejam doze anniversarios cada hũ anno por minha alma e de meu padre e de minha madre e de meu tio Joham Perez e de minha avoo Mª V.te a longa de fomte e que saiam com auga benta ssobre meu padre e minha madre e seja hy traladada e sobre o dito meu tio e ssobre a dita minha avoo Maria V.te e que ajam por cada aniversario trinta soldos da boa moeda antiga...*» (381).

Ainda depois da morte, D. Lourenço contribuiu para as guerras de D. João I contra os castelhanos. Segundo bula de João XXIII, de 21 de Março de 1411, D. João I, sem licença da Santa Sé, para manter as gravíssimas guerras contra os cismáticos sequazes de Bento XIII, o velho D. Pedro de Luna, durante o pontificado de Bonifácio IX, tivera de se valer de certa soma de dinheiro, deixada pelo falecido arcebispo D. Lourenço, o qual dinheiro pertencia à câmara apostólica. No concílio de Pisa tinham sido perdoadas certas dívidas, a pagar à câmara apostólica, pelo que D. João I, na dúvida se tal remissão geral se aplicava ao caso concreto presente, pedira ao papa a absolvição da dívida e penas porventura incorridas por tal motivo. Atendendo ao pedido régio, o papa João XXIII concedeu-lhe a graça solicitada:

«*Johannes, etc. Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbii regi illustri. Salutem, etc. Eximie devotionis affectus, quem ad nos et Romanam geris ecclesiam, promeretur ut petitionibus tuis, illis presertim per que [fl. 71v] conscientie pacem consequi vales, quantum cum Deo possumus favorabiliter annuamus. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod olim quondam Bonifacio, in sua obedientia viiii nuncupato, tunc adhuc agente in humanis, tu sub eiusdem Bonifacii obedientia existens, propter gravissimas guerras, quas contra quosdam tuos inimicos, etiam perditionis filio Petro de Luna, olim in sua obedientia Benedicto xiii nuncupato, adherentes, habueras et ex quibus guerris gravia damna tam ecclesiastico quam seculari statui tuorum Portugalie et Algarbii regnorum inferebantur, non modica indigentia et necessitate coactus, certam pecunie sumam, tunc per bone memorie Laurentium archiepiscopum Bracharensem relictam et que ad cameram apostolicam pertinere dicebatur, propria auctoritate recepisti et in usos tuos, alicuius super hoc licentia minime requisita, convertisti nec ex post de huiusmodi pecuniarum summa eidem camere satisfecisti. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, licet in concilio generali dudum Pisis celebrato nonnulla predicta eidem camere debita generaliter remissa fuerint, dubites tamen an sub ipsa remissione ab huiusmodi pecunie solutione quitatus et liberatus ac absolutus existas, pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut ad serenandam conscientiam tuam tibi super hoc providere de benignitate apostolica dignaremur, Nos serenitati regie in hac parte benigne consulere cupientes,*

(381) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18.

huiusmodi supplicationibus inclinati, predictam pecunie summam quam presentibus haberi volumus pro expressa, tibi in quantum in dicto concilio remissa non foret, auctoritate apostolica, tenore presentium, liberaliter tibi remittimus teque ab eiusdem summe solutione prorsus eximimus et quitamus ac nichidominus te ab omnibus sententiis et penis, si quas premissorum occasione quomodolibet incurristi, eadem auctoritate plenarie absolvimus et etiam liberamus. Nulli ergo, etc., nostre voluntatis, remissionis, exemptionis, quitationis, absolutionis et liberationis infringere, etc. Si quis autem, etc. Datum Bononie, duodecimo Kalendas Aprilis, anno primo» (382).

A figura do sucessor de D. Lourenço no arcebispado de Braga, D. Martinho Afonso de Lisboa, doutor em leis, conselheiro do Mestre de Avis e rei de Portugal, D. João I, promovido a bispo de Coimbra, sem deixar de combater ao lado do monarca pela independência de Portugal contra os cismáticos castelhanos, é muito semelhante.

Tal como o Doutor João das Regras, o Doutor Martinho Afonso estudara direito civil na Universidade de Bolonha, durante o reinado de D. Fernando, enquanto Rui Lourenço, deão de Coimbra, estudava direito canónico. Aparece já em 5 de Fevereiro de 1376 como domino Martino de civitate Ulisbonensi, scolari studente Boñ in iure civili (383). *Em documento de 4 de Julho de 1382, do notário do Estudo Geral de Bolonha, figura como licenciado em direito civil o nosso* dominus Martinus condam Alfonsi de Portugalia, licentiatus in iure civili. *Dizia respeito o documento a uma letra de câmbio, de 12 de Março de 1381, de João Esteves Migliorini de Florença. E isso indica a presença de D. Martinho em Bolonha na qualidade de estudante universitário* (384). *De facto, o exame de licenciatura de* Martinus de Portugalia, *também dito* de Yspania, *palavra corrigida para de* Portugalia (385), *realizou-se em Bolonha, no dia 30 de Maio de 1382 e o doutoramento teve lugar no dia 7 de Julho de 1382* (386).

Segundo Fernão Lopes, o Mestre de Avis, ao assumir o múnus de regedor e defensor do reino, em 1383, escolheu para conselheiros, entre outros, ao Doutor João das Regras e ao «doutor Martim Afomso, que depois foi arcebispo de Braga», os quais, juntamente com Álvaro Pais, eram contrários à partida do Mestre para Inglaterra (387). *E de facto, em 1384, na doação a Afonso Esteves de Salvaterra e outros lugares, o Mestre de Avis diz tê-la feita «avudo nosso conselho com boa deliberaçam e com os nobres e onrrados dom Lourenço, arcebispo de Bragaa, e Rui Pireira e Joham Afomso de Beeça, cavalleiros, e Joham Afonso das Regas e Martim Lourenço, doutores, e com outros do nosso conselho». Mas ainda neste ano de 1384, a 22 de Novembro, se fala da presença «no castelo de Ourém, de João Affonso doutor em leys,* Martim Affomso professor em leys, *João Affonso bacharel em canones»* (388).

---

(382) AV, Reg. Lat. 157, fls. 71-71v. Por outra bula, com a mesma data de 21 de Março de 1411, João XXIII concedia, a pedido de el-rei, pudessem as pessoas eclesiásticas contribuir para as despesas das guerras contra outros reis, sem incorrerem em penas ou irregularidades (ANTT, *Bulas*, maço 4, n. 11, AV, Reg. Lat. 145, fls. 57-57v, publ. em *Monumenta Henricina*, I, n. 148, pp. 338-339.

(383) ASB, *Rogiti di Giovanni Angelelli*, protoc. 23 bis, fls. 44v-45.

(384) ASB, *Rogiti di Lodovico Codagnelli*, busta 3, n. 87.

(385) ASB, *Liber secretus Iuris Caesarei*, fl. 6v, publ. por ALBANO SORBELLI, *Il «Liber secretus Iuris Caesarei» dell'Università di Bologna*, I, Bologna 1938, pp. 19-20, nota 5.

(386) *Liber secretus Iuris Caesarei*, fl. 6v, publ. por ALBANO SORBELLI, *op. cit.*, p. 20, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa 1968, nn. 364-365, pp. 105-106.

(387) FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, primeira parte, ed. do *Arquivo Histórico Português*, 1915, cap. XXVII e XL, pp. 48 e 68.

(388) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro I, fl. 12, Bibl. Nac. de Lisboa, *Fundo Geral*, cód. 8952, fl. 87, docum. publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, nn. 382-383, pp. 125-126.

Quando se tratou, nas cortes de Coimbra, a 10 de Abril de 1385, depois da proclamação de D. João I como rei de Portugal, de formar o conselho do monarca, os povos do reino acordaram «pera esta obra ser limpa, que pera vosso conselho, dos prelados seja hũu o bispo dEvora e outro o dayam de Coimbra, e dos fidalgos Diogo Lopes Pacheco e Vasco Martins de Mello, e dos letrados Gil dOssem e o Doutor Joam das Regras e o Doutor Martim Afonso e Joam Affonso de Azambuja Bacharel». *E el-rei D. João I declarou querer governar em direito e justiça, «com o conselho daquelles que por vos som nomeados, a saber o bispo dEvora, Diogo Lopes Pacheco, Vasco Martins de Mello, o Doutor Gil dOssem, o Doutor João das Regras,* o Doutor Martim Afonso *e hũu dos cidadãos nomeados per vos das ditas quatro cidades»* (389). *Nesse mesmo dia 10 de Abril, ao confirmar os privilégios da cidade de Lisboa, diz fazê-lo, além de outros, «com o arçebispo de Bragaa e com o bispo de Lixboa e dEvora e do Porto e de Lamego e o de Cidade e o da Guarda e com o abade dAlcobaça e prioll de Santa Cruz e com outros muytos prelados* e com o doutor Gill do Sem e o doutor Joham das Regras e com o doutor Martim Afonso do nosso conselho» (390). *A 15 de Abril de 1385, em Coimbra, estava ele presente, com o Doutor João das Regras, Doutor Gil do Sem e outros, ao desembargo dos documentos relativos à embaixada de D. João I, constante do Mestre da Ordem de Santiago da Espada, D. Frei Fernando Afonso de Albuquerque, e do chanceler-mor Lourenço Anes Fogaça, à Inglaterra, para a realização da aliança entre D. João I e o monarca inglês: «... presentibus domino Johanne, episcopo Elborensi, Gundisalvo Menendi de Vasconcellis, Valasco Martini de Merlone, militibus,* Egidio de Sensu, Johanne de Regulis et Martino Alfonsi, legum doctoribus...» (391).

Esteve com el-rei na reconquista de Ponte do Lima e tomou parte activa na batalha de Aljubarrota e outras, com seu irmão Afonso Pires de Charneca: «Postas as batalhas como ouvistes e nomeados alguns senhores ... cumpre rezoar e dizer neste passo quais eram os que el-rei de Portugal tinha consigo... Estavam com elle estes bons e leais portugueses ... o muito de louvar Nuno Alvares Pereira e Alvaro Pereira, marechal da hoste ... e o arcebispo Lourenço e o doutor Gil Docem e o doutor Martim Affonso de Lisboa, o doutor João das Regras, *o comendador de Christus, Fernão Roiz de Sequeira ... e outros muitos que aqui não dizemos, dos quaes fez cavaleiros João Vasques d'Almeida,* Afonso Pires de Charneca, irmão do doutor Martim Affonso...» (392).

Talvez se pudesse perguntar a razão por que, estando praticamente sem bispo a sé de Coimbra, desde meados de 1383, só três anos mais tarde o papa a provesse de prelado. Rui Lourenço, deão do cabido, tinha o governo da diocese e talvez fosse ele um dos possíveis candidatos ou de el-rei ou do cabido. Porventura conflitos de interesses vários e contrastados teriam arrastado o tempo da provisão de D. Martinho Afonso, a qual se deu provavelmente no ano de 1385, com certeza no ano sétimo do pontificado de Urbano VI, isto é entre 18 de Abril de 1384 e 17 de Abril de 1385 (393). *Em 1386, vários documentos do cabido da sé de Coimbra atestam a admi-*

---

(389) ANTT, *Cortes*, livro 2, fls. 1-18, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 385, pp. 128-129. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CCCLXIX-CCCLXX.

(390) ACML, *Livro dos Pregos*, fls. 132v-135v, publ. por MARCELO CAETANO, *O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385*, docum. n. 4, em *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. IV, Lisboa, 1953, p. 228.

(391) ANTT, Gaveta 17, maço 2, n. 7, Gaveta 18, maço 1, docum. n. 3 e Gaveta 18, maço 3, n. 25, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4101, pp. 601-602, VIII, Lisboa, 1970, n. 4282, 4366, pp. 312-320. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CCCLXVIII-CCCLXIX.

(392) FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, 2.ª parte, Lisboa, 1897, cap. 17 e 39.

(393) D. Martinho Afonso, doutor em leis e conselheiro do Mestre de Avis, regedor de Portugal, foi um dos muitos que, de parceria com o Doutor João das Regras e vários prelados e nobres, deram con-

nistração ou governo da diocese ou por si ou por vigários de D. Martinho Afonso, o primeiro dos quais data de Junho de 1386 ([394]). *Muitos também os documentos régios em seu favor,*

selho a D. João para certos privilégios concedidos à cidade de Lisboa, depois da resistência ao cerco de el-rei de Castela, conforme carta do Mestre, de Outubro de 1384 (cf. nota 302). Como tal ou seja como conselheiro aparece ainda o Doutor Martinho Afonso a desembargar documentos do Mestre de Avis, regedor do reino, a 2 de Dezembro de 1384: «... *per o doutor Martim Afomso, seu vasallo e do seu conselho* ...» (ANTT, *Chance. de D. João I*, livro 1, fl. 68, 73). Assistiu às cortes de Coimbra, em Abril de 1385, e a 10 deste mês foi um dos conselheiros do monarca na confirmação dos privilégios da cidade de Lisboa: «... E com o doutor Gill do Sem e o doutor Joham das Regras *e com o doutor Martim Afonso do nosso conselho* ...» (ACML, *Livro dos Pregos*, fls. 132v-135v). Em Coimbra, no dia 15 de Abril de 1385, juntamente com o Doutor João das Regras e Doutor Gil do Sem, servia de testemunha na procuração passada pelo rei aos embaixadores enviados a Inglaterra: «... Egidio de Sensu, Johanne de Regulis et *Martino Alfonsi, legum doctoribus* et aliis testibus ...» (ANTT, Gaveta 18, maço 7, n. 28, fls. 6v-8v, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4501, p. 115). Neste mesmo ano de 1385, a 2 de Outubro, em documento do cabido da sé de Coimbra, a sé aparece como vacante (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 3, n. 130, maço 5, n. 284), mas, nessa altura, talvez D. Martinho Afonso já tivesse sido nomeado bispo, embora sem ter tomado posse da diocese . Efectivamente, segundo documentos de 1 de Outubro de 1393 e 5 de Abril de 1395 sobre o pagamento de parte da taxa, a promoção de D. Martinho Afonso a bispo de Coimbra teve lugar no ano sétimo do pontificado de Urbano VI (ou seja entre Abril de 1384 e Abril de 1385): «Die prima mensis Octobris [1393]. *Reverendus pater dominus Martinus, episcopus Colimbriensis*, solvit pro communi fl. xxxi, sol. iiii, den. ii, et pro minuto fl. ii, sol. xxv. Summa fl. xxxiii, sol. xxviii, den. ii; *fuit promotus anno vii* domini Urbani; fuerunt in eius promotione cardinales xv, videlicet...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 64v). «Indictione tertia, die v mensis Aprilis [1395] soluti sunt *per Reverendum in Christo patrem dominum Martinum, episcopum Colimbriensem*, pro parte partis sui communis servitii, etc., xxxiii flor. auri de camera, solidos xvi, den. viii. Et pro parte partis unius minuti servitii, duos similes flor., solidos xxxiii et den. iiii monete [Romane]. Summa flor. xxxvi; *fuit promotus anno septimo domini Urbani pape sexti.* Cardinales xb, videlicet ...» (AV. Obl. et sol. 51, fl. 85). A mesma notícia da promoção a 19 de Agosto de 1400, quando D. João Afonso de Azambuja pagou o resto que faltava da taxa da promoção de D. Martinho: «... Item dominus Johannes, episcopus Colimbriensis, solvit pro residuo unius minuti servitii pro domino Martino predecessore suo promissi, etc. flor. xxxi, sol. xxxiiii et den. ii; *fuit promotus predictus dominus Martinus anno vii domini Urbani vi.* Cardinales xb, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 19v). A 30 de Agosto de 1387, Gil Fernandes de Portugal, deão de Silves, comprometia-se, em seu nome, a pagar a respectiva taxa: «Nos Franciscus, etc. Quod *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, Dei gratia episcopus Colimbriensis*, pro parte partis, etc., quatringentos sexdecim flor. auri de camera, solidos triginta tres, den. quatuor monete Romane. Et pro parte partis, etc., triginta tres flor. similes, solidos sexdecim, den. octo monete predicte nobis et familiaribus et officialibus dicti collegii *per manus honorabilis viri domini Egidii Fernandi de Portugalia, decani Silvensis*, die date presentium solvi fecit realiter et cum effectu. De quibus, etc. Ipsumque, etc. Secum super, etc. Verum intellecta, etc., terminum faciende solutionis residui dictorum communis et unius minuti servitiorum a festo nativitatis Domini nostri Jhesu Christi proxime futuro ad annum, ex tunc proxime secuturum, prorogamus et de novo assignamus eidem. Ita, etc. In quorum, etc. Datum Luce, sub anno a Nativitate Domini millesimo trecentesimo octuagesimo septimo, indictione decima, die penultima mensis Augusti, pontificatus anno decimo» (AV, Obl. et sol. 47, fl. 49v).

([394]) Segundo JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações chronológicas* ..., t. V, 2.ª ed., p. 158, fundado em documentos da colegiada de S. Salvador de Coimbra, a sé de Coimbra estava vacante, desde 18 de Janeiro de 1385 até Fevereiro de 1386, e a 20 de Junho deste ano de 1386, conforme documento da colegiada de S. Pedro de Coimbra, era já bispo D. Martinho. Efectivamente, há também nos documentos do cabido da sé de Coimbra alguns em que vem assinalada a sua presença ou então a de seus vigários, por exemplo a 24 de Novembro e a 19 de Dezembro de 1386: «Lourenço Paaz, coonigo da see de Coimbra e vigayro geeral do *honrado padre e senhor dom Martinho ... bispo dessa meesma* ... Dante em Coimbra, viinte e quatro dias de Novembro. Era de mil e iiii.c e viinte e quatro annos ...» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 32, n. 1352). «Lourenço Paaz, coonigo da see de Coimbra e vigayro geeral do *honrrado padre e senhor dom Martinho, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo desa meesma* ... Dante na dicta çidade, dez e nove dias do mes de dezembro. Era de mil e iiii.c viinte e quatro annos ...» (*Ibidem*, maço 79, n. 3419). Vem designado como bispo de Coimbra noutros documentos do cabido, desde 11 de Novembro de 1388 (*Ibidem*, maço 91, n. 4388) até 5 de Setembro de 1398 (*Ibidem*, maço 78, n. 3292, maço 79, n. 3369). Assim a

pelos quais sabemos ter continuado a exercer o ofício de conselheiro régio. Entre eles, o de 15 de Novembro de 1387, a conceder, por intermédio de Dom Martinho, bispo de Coimbra, do nosso Conselho, *couto a 20 homiziados no castelo de Belmonte, e outro de 18 de Dezembro de 1388, a doar-lhe a jurisdição da vila das Alcáçovas, confirmada a doação a 11 de Dezembro de 1392, aquando da concessão de outros bens a ele* bispo de Coimbra, do nosso Conselho. *Para lembrar ainda a carta régia de doação a* Dom Martinho, bispo de Coimbra, do nosso Conselho, *do padroado na igreja de S. Cristóvão de Lisboa ou Santa Maria de Alcamim, de 7 de Dezembro de 1390. Importante a sobredita carta de 11 de Dezembro de 1392 sobre a concessão dos bens do falecido seu irmão Afonso Pires de Charneca, por nos indicar a sua origem:* «... Dom Martinho, bispo de Coimbra, do nosso Conselho, e Constança Stevez, sua madre, *amostraram perante nos certas cartas de doações que fizemos a* Afonso Pirez da Charneca, cavalleiro, e filho que foe da dicta Constança Stevez, irmãao del, dicto bispo, *pera elle e pera todos seus sucessores...*». *Igualmente em cartas régias de 12 de Dezembro de 1392 e 3 de Outubro de 1396 vem designado como* Dom Martinho, bispo de Coimbra, do nosso Conselho (395).

D. Martinho Afonso andou em litígios com o cabido e alguns eclesiásticos e leigos, sobre o que existem documentos pertencentes ao cabido da sé de Coimbra, figurando neles, várias vezes, o célebre deão Rui Lourenço, do desembargo régio (396). *Ainda aparece como bispo de Coimbra*

---

24 de Julho de 1389 (maço 47, n. 1911), 13 de Setembro de 1389 (maço 5, n. 383), 15 de Julho de 1391 (maço 89, n. 4253), 11 de Março de 1392 (maço 16, n. 742), 21 de Maio de 1392 (maço 10, n. 492), 7 de Junho de 1392 (maço 64, n. 2382), 15 de Setembro de 1393 (maço 64, n. 2384), 20 de Novembro de 1393 (maço 58, n. 2179), 12 de Maio de 1394 (maço 31, n. 1312), 29 de Maio de 1394 (maço 22, n. 946), 17 de Junho de 1394 (maço 79, n. 3349), 20 de Agosto de 1394 (maço 17, n. 768), 16 de Setembro de 1394 (maço 17, n. 768), 12 de Dezembro de 1394 (maço 63, n. 2334), 5 de Fevereiro de 1395 (maço 52, docum. não numerado), 31 de Maio de 1396 (maço 8, n. 462), 14 de Abril de 1396 (maço 34, n. 1400), 14 de Agosto de 1396 (maço 13, n. 618), 16 de Fevereiro de 1398 (maço 32, n. 1323). O último documento, portanto, em que ainda aparece como bispo de Coimbra é de 5 de Setembro de 1398. A 14 de Outubro deste mesmo ano de 1398, fala-se de *Roy Lourenço, priol de Travanca, entom vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Martinho, pela graça de Deus e da santa eigreia de Roma outrosy entom bispo de Coimbra* (maço 5, n. 288), sinal de que já não governava a diocese. A 14 de Dezembro de 1398, diz-se expressamente que a sé de Coimbra estava vacante e fala-se de *Lourenço Afomso, conego da Guarda e vig.º geeral que foy na dicta egreia de Coimbra por dom Martinho bispo que foy da dicta çidade de Coimbra* (maço 12, n. 563). Noutro de 28 de Janeiro de 1399, diz-se que a sé estava vacante, precisamente pela trasladação de D. Martinho para a sé de Braga: «Giral Perez, coonigo de Coinbra, vigayro geeral dos honrrados dayam e cabidoo da dicta see de Coimbra, *aa dicta see vagant per a trelladoçom que ffoy fecta a dom Martinho, bispo que ffoy da dicta çidade de Coimbra, pera a egreia de Bragaa ...*» (maço 59 n. 2220). Como veremos, a nomeação para arcebispo de Braga é anterior àquela data de Setembro de 1398, em que ainda D. Martinho figura como bispo de Coimbra. A razão deve estar no facto de as negociações da trasladação terem sido longas e a tomada de posse da arquidiocese de Braga não ter sido fácil. Entretanto, D. Martinho continuava como bispo de Coimbra, até serem executadas as bulas da transferência. Cf. nota 402.

(395) Cf. docum. publ. por ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, OFM, *Quem foi o bispo de Coimbra nos anos de 1386 a 1398?*, em *Colectânea de Estudos*, 3 (1952) 97-109, incluindo as legitimações dos filhos Afonso, Martinho e Fernando.

(396) A 15 de Julho de 1391, o deão e cabido de Coimbra e o bispo D. Martinho tratavam de direitos, de que o deão e cabido diziam ter sido privados pelo bispo D. Pedro Tenório (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 5, n. 285). A 14 de Outubro de 1398, Gomes Fernandes, vigário geral de Braga durante a vacância da sé por morte de D. Lourenço Vicente, tratava de questão entre o deão Rui Lourenço e cabido de Coimbra com Gonçalo Anes, escrivão da audiência de Coimbra (*Ibidem*, maço 5, n. 288). Noutro documento do bispo D. Martinho, do deão e cabido de Coimbra, de 17 de Julho de 1391, há referências à questão com o bispo D. Pedro Tenório, retomada durante o pontificado do bispo João Fernandes Cabeça de Vaca, que fora privado da diocese por ser cismático, tendo-lhe sucedido o bispo D. Martinho, com o qual o cabido continuara a questão perante o arcebispo de Braga, do qual passara à Sagrada Rota, em Roma, por apelação (*Ibidem*, maço 12, n. 544). Há ainda notícia de questão entre o deão D. Rui Lourenço e o cabido com Gonçalo

em documento do cabido, de 5 de Setembro de 1398 (397), *enquanto a 14 de Outubro, 30 de Novembro e 14 de Dezembro do mesmo ano 1398, a 28 de Janeiro de 1399, 10 de Abril de 1399, 24 de Maio de 1399, 6 e 7 e 26 de Junho de 1399 e 2 de Julho de 1399, deparamos com documentos a dizerem-nos que então vagava a sé de Coimbra* (398).

Certamente porque era conselheiro régio, Bonifácio IX concedia-lhe indulto, a 17 de Agosto de 1393, de poder visitar a cidade e diocese de Coimbra por meio de pessoas idóneas:

> «*Bonifacius, etc. Venerabili fratri Martino, episcopo Colimbriensi. Salutem, etc. Devotioni tue... Hinc est quod nos, devotis tuis supplicationibus inclinati, ut ecclesias et monasteria aliaque loca ecclesiastica earumque personas tuarum civitatis et diocesis, in quibus tibi visitationis officium de iure vel consuetudine competit, possis* [*fl. 202v*] *per aliquam seu aliquas personam seu personas ydoneam vel ydoneas, quam vel quas ad id duxeris deputandam seu etiam deputandas, usque ad triennium, quotiens tempus visitationis ingruerit, visitare et procurationes ratione visitationis huiusmodi tibi debitas ab eisdem ecclesiis, monasteriis, locis et personis taliter visitatis in pecunia numerata recipere*

Aparício, no ano de 1399, em documento do tempo do bispo D. Gil Alma, com transcrição de documento passado durante a vacância da sé por *Pay Martim, conigo da ssee de Coimbra e vig.º geeral en essa mesma, e essa see vagante*, o qual fazia saber *que preito e demanda ffoy ordenado na egreia da dicta çidade de Coinbra perante Lourenço Affomso, conigo da Guarda e vig.º geerall que ffoy na dicta çidade do honrrado padre e senhor dom Martinho, bispo que foy da dicta çidade e arcebispo que ora he na egreia de Bragaa, e depois perante mim en seendo vig.º geeral a dicta see vagante per tralladaçom do dicto senhor arçebispo, antre os honrrados senhores Roy Lourenço, dayam, e chantre e cabidoo da dicta see de Coinbra ... e Gonçallo Apa.co* (*Ibidem*, maço 13, n. 668). O bispo D. Martinho chegou a acordo com o cabido e deão de Coimbra, tendo interferido no assunto, como executor apostólico, D. João bispo do Porto, em 16 de Setembro de 1394: «... Sabham os que este stormento virem que na era de mill e quatroçentos e triinta e dous annos, dez e sseis dias do mes de Setembro, na çidade do Porto, na camara das cassas onde ora poussa ho *onrrado padre e Senhor dom Joham, per mercee de Deus e da ssancta eigreia de Roma bispo dessa meesma, stando hii o dicto Senhor bispo presente, pareçeu Ruy Lourenço, dayam de Coymbra, do dessenbargo del Rey, come procurador do honrrado padre e Senhor dom Martinho, bispo do dicto logo, per hũa procuraçom* ffeita e assignada per Johanne Stevez, tabaliom do dicto logo de Coinbra, *a qual he scripta nas costas desta compossiçom. E disse ao dicto Senhor bispo do Porto* que elle em nome dos sobredictos cuio procurador he e sseu dell, o rrequeria que como executor que era per o padre ssanto dado pera ffazer esecuçom de hũas *sentenças que em corte de Roma fforom dadas por o dicto cabidoo contra o dicto bispo ssobre çertas terças de terças de igreias e direitos de despessas e marcos de prata e outras coussas e que o rrequeria que ffezesse eixecuçom per a guissa que antre os dictos bispo e cabidoo era acordado e sse continha em este compromisso*, e o dicto Senhor bispo disse que poiis a ell, em nome dos ssobredictos cuio procurador o dicto dayam era, prazia de sse ffazer a dicta execuçom em na maneira contheuda no dicto compromisso, que ell como executor que era, mandava que assy ffosse ffecto como antre elles era acordado e que, porquanto ell per ssii nom podia ffazer a dita eixecuçom, *por que era absente e ocupado em negoçios de ssua egreia e del rrey*, que porem cometia ssuas vezes a Reymom Beltraãez, prior da eigreia de ssam Bertalameu de o dicto logo de Coinbra, e lhe mandava ... que per ssii possese os ssobredictos dayam e cabiidoo ou sseu procurador em corporall possissom das terças das eigreias de Miranda e de Cernache e das terças das terças das outras egreias contheudas nas sentenças que fforom dadas em corte ...» (ANTT, *Cabido de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 17, nn. 768, 769).

(397) ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 78, n. 3292, maço 79, n. 3369. Cf. nota 394.

(398) Além dos documentos referidos na nota 394, em que implicitamente ou até explicitamente se diz que a sé de Coimbra estava vacante, lembramos os documentos em que expressamente se fala da vacância do bispado, de 30 de Novembro de 1398 (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 82, n. 3763), 14 de Dezembro de 1398 (maço 12, n. 561), 28 de Janeiro de 1399 (maço 59, n. 2220), 10 de Abril de 1399 (maço 59, n. 2221), 24 de Maio de 1399 (maço 59, n. 2222), 6 de Junho de 1399 (maço 26, n. 1079), 7 de Junho de 1399 (maço 14, n. 661), 26 de Junho de 1399 (maço 65, n. 2403) e 2 de Julho de 1399 (maço 59, n. 2223).

moderatas... fraternitati tue auctoritate presentium indulgemus ... Datum Assisii, decimo sexto Kalendas Septembris, anno quarto. Simili modo venerabilibus fratribus ... Portugalensi et Visensi episcopis ac dilecto filio abbati monasterii sancte Marie de Alcobacia Ulixbonensis diocesis... Datum ut supra» (399).

Como se viu, D. Lourenço, arcebispo de Braga, morreu antes de 23 de Novembro de 1397, data em que a sé de Braga estava já vacante (400). *Existe aliás documento de 9 de Janeiro de 1398, pelo qual sabemos* «que presente mim Luis Garçia, tabaliom de Bragaa por a eigreia dessa meesma, aa see vagante, e as testemunhas adiante scriptas, dom Vaasco Dominguez, chantre na eigreia de Bragaa, procurador e rregedor e ministrador dos beens e casaaes e herdade que som e perteençem aa capella do arçebispo dom Gonçalo, em seu nome e da dicta capella deu e arrendou a dom Vaasco Roiz, abbade do mosteiro de Santa Maria da Dauffe da ordem de Sam Beito do couto e arçebispado de Bragaa, que presente stava, por estes dez annos primeros sseguintes o senhorio e propriedade e o pobrar e hermar do casal que se chama de Devesa, que jaz na ffreiguisia de Santa Vaya de Crespos...» (401). *De facto, a transferência de D. Martinho Afonso da sé de Coimbra para esta de Braga deu-se em 1398, segundo documentação pontifícia* (402).

Há confirmação disso no sínodo de 15 de Novembro de 1398, conforme documento de 13 de Agosto de 1403, com a apelação ou súplica do arcebispo ao papa sobre o estado calamitoso da arquidiocese, devido às guerras com Castela e falta de recursos do arcebispo por via do cisma, pois ainda certos territórios do arcebispado estavam sujeitos ao antipapa, inserindo essa súplica a apelação do cabido da colegiada de Guimarães, de 13 de Julho de 1403, contra o arcebispo e o prior da colegiada, D. Diogo Álvares, desavindos quanto a certos direitos de jurisdição. Na apelação do cabido

(399) AV, Reg. Lat. 30, fls. 202-202v.

(400) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18, Cf. nota 339.

(401) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18.

(402) A trasladação ou transferência de D. Martinho Afonso da sé de Coimbra para primaz de Braga deu-se no dia 29 de Maio de 1398. A notícia é dada em documento de 30 de Maio do mesmo ano de 1398, ao referir a divisão dos florins que o arcebispo pagou nesse dia 30, dizendo-se que ele foi promovido a 29 de Maio do ano nono do pontificado do papa Bonifácio IX: «Die penultima mensis Maii, indictione vi.ta, anno nono domini Bonifacii pape noni, facta divisione de quatringentis florenis auri de camera *per Reverendum in Christo patrem dominum Martinum, archiepiscopum Bracharensem*, solutis pro parte partis sui communis servitii, etc., non facta divisione de minuto servitio, etc. Capiunt infrascripti domini cardinales et clericus collegii per modum qui sequitur, videlicet ... Isti domini *suprascripti cardinales interfuerunt promotioni predicti domini archiepiscopi; fuit promotus anno nono domini Bonifacii predicti, die vicesima nona predicti mensis Maii* ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 142). A 12 de Junho deste ano de 1398, Gil Fernandes, deão de Silves, apresentava-se na câmara apostólica a obrigar-se pelo pagamento da taxa respectiva: «Eodem die [indictione vi.ta, die Mercurii, xii mensis Junii]. *Reverendus pater dominus Martinus, olim episcopus Colimbriensis, nunc archiepiscopus Bracarensis, per venerabilem virum dominum Egidium Fernandi, decanum Silvensem, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, promisit camere et collegio* pro suo communi servitio sex milia flor. auri de camera et quinque servitia consueta [fl. 121v]. Solvendo medietatem promissi in festo Rexurrectionis domini nostri Ihesu Christi proxime futuro et aliam medietatem in festo Nativitatis predicti Domini nostri Ihesu Christi, ex tunc proxime secuturo. Alioquin, etc. Juravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 52, fl. 121-121v). A 13 de Junho de 1398, ou seja no dia seguinte, pagava parte dos serviços pequenos do costume, por meio do sobredito deão de Silves, Gil Fernandes, e de Domingos Anes, natural de Coimbra e servente de armas do papa: «Universis, etc. Conradus, etc. Salutem, etc. Universitati, etc., quod *reverendus in Christo pater dominus Martinus, electus in archiepiscopum Bracharensem*, pro parte partis iiii.or minutorum servitiorum consuetorum, etc., centum florenorum auri de camera clericis camere apostolice etc., per manus domini Egidii Fernandi, decani Silvensis, et Dominici Johannis, *civis Colimbriensis, serventis armorum domini nostri pape*, die date presentium, tempore debito, etc. De quibus, etc. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, etc. Sub anno Domini millesimo trecen-

se faz referências também a litígio per rrazom da meatade dos ffruitos novos, rrendas, direitos e a direituras que perteençem ao dicto priorado, os quaes o dicto senhor diz que adaver e lhe perteençem por anada e meya vaga per morte de Luys de Freitas, que prestumeiro e ante do dicto Diego Alvarez ffoy prioll da dicta egreia, de que o dicto prioll diz e affirma o contrairo. *Dizia então nesse sínodo* dom Martinho, per a graça de Deus e da santa eigreia de Roma elleito conffirmado na eigreia de Bragaa, *aos abades e priores dos mosteiros* que ell por ssua honrra e proll ssua e da dicta ssua egreia de Bragaa ffezera grandes despesas neçessarias e pagando em corte de Roma hũa grande quantia douro per os ffruytos do primeiro anno e que per rrazom da ssua provisom era obligado ao papa e ao collegio dos cardeaaes per os serviços comũus e mehudos que sse ham de pagar per rrazom da dicta provisom ... e outrossy que era obligado a moytas pessoas em outra grande quantia que passava a quatro mill dobras douro das despesas que ffezera em prosigir a enlliçom que dell ffora fecta per o dicto chantre e cabidoo na dicta egreia de Bragaa e ora achava o dicto arcebispado moy dapnifficado per as gerras que fforom e som em estes rregnos coos castellaãos, per os quaaes era tomada e ocupada hũa gram parte do arçebispado na comarca daalem dos montes hu o dicto arçebispado avia ha moor parte das ssuas rrendas...»:

«*Sabham quantos este estromento virem que na era de mill e quatroçentos e quareenta e hũu annos, fferia segunda, treze dias do mes dagosto, oras depois de vesperas,*

---

tesimo nonagesimo octavo, indictione sexta, die xiii mensis Junii, pontificatus, etc., anno nono. R.tum Matzeus de Lamberto, etc. Vis. Matzeus 1 fl., gr. ii.» (AV, Obl. et sol. 55, fl. 79). A notícia da promoção no ano nono do pontificado de Bonifácio IX vem ainda noutros documentos sobre o pagamento de parte da taxa, a 24 de Junho de 1400, a 14 de Outubro de 1401, a 6 de Abril de 1402, a 3 de Abril de 1403, a 28 de Julho de 1404 e a 26 de Agosto de 1404: «Die xxiiii Junii [1400] *dominus Martinus, archiepiscopus Bracharensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii, etc., centum nonaginta unum flor., solidos xii et den. vi et pro parte partis unius minuti, etc., xxv flor. auri de camera et sol. xxv. Summa flor. Cxv, sol. xxxvii et den. vi; *fuit promotus anno nono domini Bonifacii* ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 17v). «Die xiiii[a] mensis Octobris [1401] *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, Dei gratia archiepiscopus Bracharensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii flor. xiiii et solidos xii. Et pro parte partis sui minuti servitii unum similem flor. et solidos xxi et denar. ii.os. Summa flor. xb, sol. xxxiii, den. ii; *fuit promotus anno nono domini Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 34v). «Indictione x[a], die vi.ta Aprilis [1402] *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, archiepiscopus Bracharensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii triginta septem flor. auri de camera, solidos viginti quinque monete Romane, et pro parte partis unius minuti servitii quinque similes florenos. Summa flor. xlii et sol. xxv; *fuit promotus anno nono domini Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales x...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 43). «Anno xiiii.mo, 1403 ... Indictione xi.ma, die iii mensis Aprilis. *Reverendus pater dominus Martinus, archiepiscopus Bracharensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii quinquaginta septem flor. auri de camera et pro parte partis unius minuti servitii tres similes flor. Summa flor. sexaginta; *fuit promotus anno* [*nono*] *domini Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 56v). «xb.mo, 1404, indictione xii.ma, die xxviii[a] mensis Julii [1404]. *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, Dei gratia archiepiscopus Bracharensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii centum et septuaginta quatuor flor. auri de camera, solidos viginti quinque monete Romane. Et pro parte partis unius etiam sui minuti servitii viginti quatuor similes flor. Summa Clxxxxviii flor., sol. xxv; *fuit promotus anno viiii Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 78). «Indictione xii.ma die xxbi. mensis Augusti [1404]. *Reverendus in Christo pater dominus Martinus, Dei gratia archiepiscopus Bracharensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii mille et centum flor. auri de camera, nobis non facta divisione de minuto servitio; *fuit promotus anno viiii Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 81v). Para lembrar ainda as declarações do pagamento de parte da taxa, a 14 de Outubro de 1401 e 6 de Abril de 1402, respectivamente pelo cónego Pedro Lourenço e João de Bolonha (AV, Obl. et sol. 55, fls. 206, 230, Obl. et sol. 59, fls. 143, 149, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *André Dias de Escobar* ..., Braga, 1967, nn. 7-10, pp. 245-247).

na çidade de Bragaa, nos paaços do arçebispo perante o honrrado padre e ssenhor dom Martinho per a graça de Deus e da ssanta eigreia de Roma arçebispo de Bragaa e primas que siia em audiancia, ouvindo os ffectos, pareçeu Gill Lourenço prebendeiro e procurador que se dizia dos chantre, thesoureiro, coonigos e cabidoo da eigreia de Guimaraães e pidiu ao dicto ssenhor arçebispo que lhe desse os apostollos a hũa çedulla dapellaçom que dizia que lhe ffezera publicar per Luys Garçia tabaliom da dicta çidade de Bragaa em nome dos sobreditos e o dicto ssenhor arçebispo disse e deu por rresposta que se oie era o dia de que lhos prometera de dar que lhes dava, se nom que os nom avia por dados e deu logo por apostollos hũa rresposta scripta per latim com hũu estromento dapellaçom ffecto e assiinaado per o dicto Luys Garçia tabaliom e hũu estromento de como lhe a clerezia do sseu arçebispado prometerom e outorgarom as vagas, da quall rresposta e estromentos sobredictos em ella exartados o theor tall he:

Pater Beatissime, post pedum et manuum obsculla beatorum, factura vestra Martinus, archiepiscopus Bracharensis, S. V. notum facio per presentes quod pro parte cantoris et tesaurarii, canonicorum et capitulli ecclesie sancte Marie de Vimaranis diocesis mee michi ffuit publicata quedam cedulla apellationis, si apellatio dici meretur, cuius tenor sequitur et est tallis: Sabham quantos este publico estromento virem que no anno da era de mill quatroçentos quareenta e hũu annos, dez e seis dias do mes de Julho, na çidade de Bragaa, nos paaços do arçebispo, estando hi o honrrado padre ssenhor dom Martinho arçebispo da see dessa meesma, presente mim Luys Garçia, tabaliom del Rey na dicta çidade, e as testemunhas adeante escriptas, pareçeu hũu homem que se diz Gill Lourenço, morador de Guimaraães e tesoureiro do cabidoo desse logo e mostrou e lleer ffez per mim tabaliom hũa procuraçom e hũa çedulla dapellaçom scriptas em papell, das quaaes procuraçom e çedulla ho theor tall he: Sabham todos que em presença de mim Vaasco Affomso, tabaliom dell Rey em Guimaraães, e as testemunhas adeante scriptas, treze dias do mes de Julho da era de mill e quatroçentos e quareenta e hũu annos em na eigreia de Santa Maria de Guimaraães, seendo em a capella de Sam Joham da dicta eigreia juntos em cabidoo e per canpaã taniuda em cabidoo como he de seu custume, Joham Lourenço chantre e Bras Estevez, thesoureiro, e Vaasco Martinz e Joham Perez e Vaasco Perez e Lourenço Estevez e Fernam Gill e Gill de Freitas, Affomso Lourenço e Pedro Affomso e Affomso Anes e Pero Nicollas e Pedre Anes, coonigos da dicta eigreia, todos juntamente como cabidoo e em nome de cabidoo e cada hũu sobressy e por ssi singolarmente, nom rrenunciando os outros procuradores que ffectos [forom] e fezerom e ordenarom e estabeleçerom e fezerom sseus çertos, liidemos, verdadeiros procuradores, espeçiaes messeieros Pero Nicollas e Affomso Anes, coonigos da dicta eigreia, e Gill Lourenço seu prebendeiro e Vaasco Dominguez seu homem, todos em senbra e cada hũu em seu cabo ... que pollo dicto cabidoo e em seu nome e seu delles sengullarmente possam publicar e entimar e ffazer publicar e entimar ao honrrado padre e senhor dom Martinho arçebispo de Bragaa e a Diego Alvarez priol da dicta eigreia de Guimaraães e a cada hũu delles hũa apellaçom em que apellamos e mandamos apellar do dicto senhor arçebispo e prioll e de cada hũu delles, segundo he conthudo em hũa cedulla dapellaçom que lhis publicarem e pera esto e outras quaaesquer apellaçom, apellaçoões por elles e em sseus nomes come cabidoo e de cada hũu delles como dicto he pessoas singolarmente publicarem e entimarem ao dicto senhor arçebispo e prioll e cada hũu quaaes e cada hũu que virem que comprir e que possam pedir e rrequerer os apostollos cada que virem que conprir e consentir aos que fforem por elles e conteverem verdade e os outros contradizer ... ffecto no dicto logo e outorgada dia e mes, era suso scriptos ... Ut ait propheta angustie sunt undique, etc. Porem nos Joham Lourenço, chantre,

e Bras Estevez thesoureiro e coonigos e cabidoo da eigreia de santa Maria de Guimaraães do arçebispado de Bragaa juntamente come cabidoo e singollarmente come pessoas singollares e que somos inmediate subieitos ao priol da dita eigreia media[n]te ipso ao arçebispo de Bragaa e ora nos he dicto e he verdade que he contenda e desaveença antre ho honrrado padre e senhor dom Martinho arçebispo de Bragaa e o honrrado Diego Alvarez prioll da dicta eigreia per rrazom de çertos directos que o dicto prioll diz que lhe o dicto senhor arçebispo manda prometer e jurar em sua certa letera de confffirmaçom, aos quaaes diz que non he theudo e de que he ysento per hũa composiçom ffecta e assiinada antre ho arçebispo e cabidoo de Bragaa e o dicto prioll, coonigos e cabidoo da dicta eigreia de Guimaraães, confffirmada per a eigreia de Roma e outrossy per rrazom da meatade dos ffruitos novos, rrendas, direitos e direituras que perteençem ao dicto priorado, os quaaes o dicto senhor diz que adaver e lhe perteençem por anada e meya vaga per morte de Luys de Freitas, que prestumeiro e ante do dicto Diego Alvarez ffoy prioll da dicta eigreia, de que o dicto prioll diz e affirma o contrairo, dizendo que a nom pode aver nem deve, por a quall rrazom o dicto prioll diz e amostra que porquanto o dicto senhor lhi nom queria dar a dicta letera de confffirmaçom sem iura e prometer os dictos capitullos de que diz que assy nom he theudo e he isento, temendosse de por a dicta meya anada seu meya vaga de ffecto proçeder contra ell a algũas sentenças e ante que proçedesse e que outrossy nom podesse proçeder e sobre as dictas cousas apelou pera a eigreia de Roma ab illato a ffuturo a gravamine e agora nos he dicto que o dicto senhor arçebispo mandou moestar o dicto prioll sub çertas amoestações que desistisse e cesasse de lhe enbargar a dicta meya vaga seu anada, em outra gisa, pasando as dictas amoestações, que poynha em ell sentença descumunhom e por quanto nos somos subieitos imediate e mediate a hũu e a outro, como dicto he, e cum veritas dicat quod nemo duobus dominis potest servire, etc., et poeta dicat inter aciunque tene, etc. E como etiam iura dica[n]t quod ex preteritis presumendum certa ffactura e por que ia algũas discordias per moytas vezes fforom antre os arçebispos e priores da dicta eigreia e os arçebispos proçediam contra os dictos priores a sentenças descumunhões, suspenssoes e interdictos e mandavam aos dictos chantre, e cabidoo que os esquivassem so çertas penas e os dictos priores deffendiam aos dictos chantre, coonigos e cabidoo que nom obedeeçessem aos dictos arçebispo[s] ataa que os direitos das apellações de que delles estavam apellados ffosem ffiindos e determinhados per aa eigreia de Roma, por a quall rrazom e moytos antre hũu e outro o passarom mall nom sabendo a quall obedeeçessem e a eigreia padeçeu mingoa e ffaliçimento em o espirituall e porem nos agora temendonos doutra tall e por que nos somos beneffiçiados em a dicta eigreia e nom podemos poer ffora della o dicto prioll nem devemos privar a dicta eigreia do offiçio divinall nem os de nossa casa teentes e nosso direito, porem ante que de ffecto ou de direito encarramos ou encorrer possamos em algũas penas ou sentenças postas ou poendas per elles ou per cada hũu delles, do dicto senhor arçebispo e prioll e suas sentenças, cominações e amoestações e de sseus vigairos, comissairos a vezes teentes que ora ssom ou fforem ao deante e de cada hũu delles em estes escriptos apellamos todos como chantre e thesoureiro, coonigos e cabidoo e cada hũu singolarmente por ssy pera a eigreia de Roma nossa madre e pidimos os apostollos a primera, segunda e terçeira vezes e outra vez os pidimos com a mayor instançia e affiçaçia que podemos ... e protestamos que ffiindo o ffecto e direito das apellações antre elles, que obedeçeremos a quem nos mandar a dicta madre eigreia de Roma ... Pater Beatissime, noverit Vestra Sanctitas quod licet propter bonum pacis et concordie predicta compositio fuisset ffirmata et autoritate sedis apostolice confffirmata et archiepiscopi Bracharenses predecessores mey eam per aliqua tempora inviolabiliter observassent, tamen priores predicte ecclesie non contempta compositione predicta in multis

contra predictam Bracharensem ecclesiam revelarunt, compositionem predictam nullatenus observando, ymmo de facto predicte compositioni contradicendo, propter quod multe questiones, rixe, seditiones inter priores Vimaranenses et archiepiscopos Bracharenses ffuerunt exorte, videntes autem priores predicti se a iuris tramite et compositionis predicte deviare et dicte compositionis viollatores existere, timentesque propter predicta quod eorum compositio in totum evacuaretur, contempti quibusdam in compositione contemptis, in omnibus alliis Bracharensi ecclesie et eius iurisdictioni se de ffacto subiacerunt, confirmationem, institutionem et curam auctorizabilem ipsius Vimaranensis ecclesie a centum annis et citra a Bracharensi ecclesia et eius archiepiscopis recipiendo, obedientiam, rreverentiam, ut allii eiusdem diocesis benefficiati, promittendo, iura archiepiscopalia et diocesana solvendo, mandata et constitutiones sinodalles observando, archiepiscopos, ipsam ecclesiam et priorem visitandos beni[g]ne recipiendo, procurationem que ratione visitationis debetur, quolibet anno tempore visitationis solvendo, archiepiscopos etiam suam iurisdictionem tam criminallem quam civillem in canonicis, portionariis ipsius ecclesie exercentes admittendo, priores etiam vocatos ad signodum per litteras vel editum semell in anno veniendo cum decano, capitullo et clero dicte Bracharensis diocesis, consilia, trautatus super initis et propositis in dicta signodo confferendo, ex quibus concluditur quod in omnibus, illis dumtaxat exceptis in quibus per prescriptionem servatam suam ecclesiam docuerit exemptam, ecclesie Bracharensi et michi iure diocesano esse subiectam et ad observandum consilia et mandata signodalia efficaciter obligatam. Ex istis inffero quod ego non aggravavi dictum priorem nec ecclesiam suam, medietatem fructuum primi anni sue ecclesie arrendando, vendendo seu etiam coligendo, in hoc iure meo utendo, quia nemini facit iniuriam qui utitur iure suo. Hinc est quod propter magnam excellentiam et metropolitanam dignitatem quam habet et habuit a rettroactis temporibus inter omnes alios prellatos regnorum Portugalie et Algarbii Hispanieque Bracharensis archiepiscopus, propter situm terre, ubi civitas Bracharensis et tota eius diocesis est situata, ubi plures milites et potentes commorantur quam in aliqua parte, predictorum reinorum (sic) monasteria et ecclesias devastantes et bona ipsorum usurpantes, pravam quamdam consuetudinem allegantes, que potius est corru[p]tella, dicentes quod ipsi et eorum fillii et nepotes tamquam naturales dictorum monasteriorum debent habere quolibet anno certa prandia seu gentaculla et servitia pro ffiliabus maritandis ac etiam grandium omnium monasteriorum et ecclesiarum vacantium non pro fructibus subccessoribus conservandis sed in eorum abusibus convertendis, decuit archiepiscopos Bracharenses cum magno ince[de]re comitatu propter suam dignitatem honorandam ac etiam pro libertate monasteriorum et ecclesiarum sue diocesis deffendenda ac etiam a predictis militibus et potentibus liberanda, quod minime facere potuissent cum fructus predicti archiepiscopatus adeo sint tenues quod ad eorum honera nullatenus sufficere valluissent, et nisi clerus sue diocesis eorum nece[s]sitatibus subveni[s]sent. Quapropter decanus et capitulum et clerus predicte Bracharensis diocesis a tanto tempore quod hominum memoria in contrarium non existit, attendentes honorem et excellentiam dicti archiepiscopatus ac etiam honera eidem maxima incumbentia per ffructus et reditus ipsius archiepiscopatus minime posse sustentari, volentes dictis archiepiscopis ffiliali consolatione subvenire, magna subsidia eisdem offerre consueverunt, videlicet decimas, procurationes omnium benefficiorum ultra illas que eisdem de iure debentur et medietatem ffructuum omnium benefficiorum vacantium in dicta diocesi in primo anno in modum servitii contulerunt pro suis nece[s]sitatibus subportandis et ita eos receperunt predecessores mey usque ad dominum Laurentium, ultimum et immediatum predecessorem meum, qui toto tempore vite sue usque ad mortem fuit in possessione recipiendi et levandi, coligendi medietatem

ffructuum omnium benefficiorum dicte sue diocesis ut iam supradictum est ac etiam istius ecclesie Vimaranensis, que tempore concessionis predicte vacavit non solum semell set pluries ut est notorium quod aliqua non potet tergiversatione celari, licet dictus dominus Laurentius et alii eius predecessores in tantam non fuissent positi necessitatem, sicut ego Martinus qui tempore provisionis mee maximam diocesis mee partem per guerras reperii esse destructam, ut adhuc hodie est, ac etiam aliam partem in dominio et sub potestate castellanorum et sub obedientia antipape, ita quod ex illis partibus non percepi nec est spes aliquid recipiendi. Item quia palatia dicti archiepiscopatus reperii destructa et fuit michi necesse cum magnis expenssis ea reparare quasi de novo. Item solvi anatam et communia et minuta servitia apostolice camere et cardinalium ac etiam fructus primi anni dicti archiepiscopatus, que omnia summam decem millia fflorenorum sine dubio excesserunt et alia quamplurima honera, que me oportuit suportare, reditus et ffructus mearum patrimonialium possessionum et amicorum expendendo, quam necessitatem capitulum mee ecclesie et clerus dicti archiepiscopatus suam propriam extimantes in signado, quod cum eis celebravi, universsi in die statuta ad sanctum signadum celebrandum de communi consilio nemine contradicente, ordinarunt, quod ego dictus archiepiscopus pro dictis honeribus et neces[s]itatibus suportandis perciperem et haberem medietatem ffructuum omnium benefficiorum vacantium in mea diocesi in primo anno vacationis ipsius usque ad tertium tempus, concedentes mihi quod pro medietate predicta compelere[n]tur per censsuram ecclesiasticam vel per alia iuris remedia secundum quod mihi placuerit et viderem expedire, qua ordinatione et conce[s]sione in scriptis redapta et de omnium prelatorum et clericorum dicte diocesis communi consilio aprobata, prout in instrumento publico plenius continetur, quod talle est: Sabham quantos este estromento virem que presente mim Vaasco Dominguez, tabaliom geerall por nosso senhor el Rey nos seus rregnos, e as testemunhas adeante scriptas, seendo o honrrado padre e senhor dom Martinho per a graça de Deus e da santa eigreia de Roma elleito confffirmado na eigreia de Bragaa, na clasta dos seus paaços que som dentro na çidade de Bragaa, fazendo signado geerall com o chantre e cabidoo da dicta sua eigreia de Bragaa e com dom Vaasco Lourenço abbade do moesteiro de Poombeiro e dom Affomso Anes abbade de Reffoyos e com dom Affomso Gonçallvez abbade do moesteiro de Travanca e dom Martim Perez abbade do moesteiro de Thivaães e dom Vaasco Roiz abbade dAdauffe e dom Giaão abbade de Sande e dom Affomso Perez, abbade de Palme, e dom Affomso Martins abbade de Carvoeiro da ordem de Sam Beento e dom Gonçallo Dominguez prioll do moesteiro de Landim e Joham Pallos prioll do moesteiro da Costa e Affomso Estevez prioll dUlveira e Roy Gonçallvez prioll de Villa Nova de Munha e Gonçalle Anes prioll de Sam Martinho de Crasto e Joham do Mato prioll de Bravaães e Joham Duraaez prioll de Caramoros e Luis Affomso prioll de Freixo e Joham Gonçallvez prioll do moesteiro de Mançellos e Stevam Perez prioll do moesteiro de Souto e o prioll do moesteiro de Baldreu da ordem de Santo Agostinho e com os outros abbades, priores, rectores, vigairos e capellaaes perpetuus do dicto arçebispado de Bragaa, que presentes siiam no dicto signado, e com os procuradores dalguũs absentes e com o chantre e coonigos de Guimaraães que hi veerom presentes, convem a ssaber Pedre Anes, Lourenço Estevez, Joham dUlveira, Pedro Affomso, Joham Gonçallvez, Joham Perez e outros, o dicto senhor elleyto lhes prepos como eles bem ssabiam e eram certos que ell por ssua honrra e proll ssua e da dicta ssua eigreia de Braga ffezera grandes despesas neçessarias e pagando em corte de Roma hũa grande quantia douro por os ffruytos do primeiro anno e que per rrazom da ssua provisom era obligado ao papa e ao collegio dos cardeaaes por os serviços comuũs e melhudos que sse ham de pagar per rrazom da dicta provisom e outrossy outra gram soma que todo passa de oyto mill dobras castellaãs

douro e outrossy que era obligado a moytas pessoas em outra grande quantia que pasava a quatro mill dobras douro das despesas que ffezera em prosigir a enlliçom que dell ffora ffecta per o dicto chantre e cabidoo na dicta eigreia de Bragaa e ora achava o dicto arçebispado moy dapnifficado per as gerras que fforom e som em estes rregnos coos castellaãos, per os quaaes era tomada e ocupada hũa gram parte do arçebispado na comarca daalem dos montes, hu o dicto arçebispado avia ha moor parte das ssuas rrendas e que os paaços da dicta eigreia que som dentro na dicta çidade e as camaras e granias do dicto arçebispado assy daalem dos montes como daaquem eram destroydas e aviam mester grande aduvia e nom sse podiam rreparar sem grandes despesas e que porem o dicto arçebispado era tornado a tam pequena rrenda que ell nom podia pagar as dictas dividas e rreparar os dictos paaços e camaras e mantheer seu estado como arçebispo perteeçe sem ajuda delles, que porem lhes rrogava e pidia que pera pagar as dictas dividas e seer dellas desencarregado e mantheer seu estado, lhe ffezessem susidio e ajuda convinhavell e os sobredictos senhores chantre e cabidoo, abbades beentos, priores de Santo Agostinho e os outros beneffiçiados e capelaaes perpetuus e clerizia disserom que elles sabiam e eram çertos que o dicto senhor elleyto era obligado como ell dizia ... e acordavam todos juntamente e de suas proprias voontades lhes plazia e outorgavam que pera pagar as dictas dividas e soportar os encarregos sobredictos que ell ouvesse e podesse aver e rreteer e rreçeber pera ssy a meatade de todollos ffruitos e rrendas do primeiro anno de qualquer moesteiro, priorado e eigreia e benefficio ora vagante e que vagar no dicto sseu arçebispado da ffeitura deste estromento ataa seis annos conpridos e acabados e que os aia enteiramente em salvo e sem sua custa de quallquer moesteiro, eigreia ou benefficio que vage ou vagar nos dictos seis annos como dicto he per quallquer maneira que vage... ffecto ffoy no sobredicto logar, quinze dias do mes de Novembro. Era de nill e quatroçentos e triinta e seis annos, testemunhas que presentes fforom o dicto Vaasco Dominguez, Pero Viçente, meestrescolla, Gomez Fernandez, Bertollameu Fernandez, Martim Ferreira, Affomso Anes, Affomso Gonçallvez, Antonino Dominguez, abbade dAntas, Fernam Martinz, Meendo Affomso, coonigos e Joham Affomso, abbade de Goltar, Gonçallo Dominguez, abbade da Lagoa, e Gonçallo Dominguez abbade dOleiros e Gonçalo Perez e Affomso Fernandez terçanarios de Bragaa e outros. Ego dictus Martinus fui et sum in possessione recipiendi, levandi et habendi medietatem ffructuum predictorum benefficiorum, vacante predicta ecclesia Vimaranensi mee diocesis per obitum Ludovici de Freitas, ultimi ipsius ecclesie prioris. Ego posui ad magnum (sic) *meam per procuratores et officialles meos medietatem ffructuum predicte ecclesie Vimaranensis, ipsos etiam arrendavi et cum arrendatores mey voluissent recipere ffructus predictos, dictus prior, immemor salutis eterne et iuramenti quod michi ffecit, impedivit et de ffacto impedit nec predicti arrendatores nec officialles mei dictos ffructus, qui mihi debentur, ut dictum est, receperunt, turbando me possessione in qua existebam, propter quod non est dubium ipsum priorem periurium et sacrilegium incurrrisse, bona mea et ecclesie Bracharensis usurpando ac etiam occupando, et ideo ego utens iure meo et potestate michi concessa a iure in clero mee diocesis, monui predictum dominum priorem Vimaranensem canonicis monitionibus ut cessaret a molestatione quam michi faciebat in ffructibus percipiendis, nec me inquietaret mea possessione, et quia noluit a predicta molestatione cessare nec a turbatione seu inquietatione predicta desistere, ideo eum in scriptis excommunicavi et excommunicatum denuntiavi, in quo, Pater Sancte, nullam sibi ffeci iniuriam, possessionem meam iure ecclesie deffendendo, quia non potest dicere quin efficaciter obligaretur ex ordinatione et concessione michi factis per capitulum et clerum mee diocesis Bracharensis in generalli signado, quam cum eis celebravi, ad quam predecessor suus vocatus venire debuerat cum debito iuramenti et*

virtute compositionis, quam allegat, que quoad hec ffuit inviolabiliter observata et si non venit sibi imputetur, quia quod ab alliis universsaliter ffuit ordinatum pro utilitate ecclesie Bracharensis, debent ffirma permanere, maxime quia ipse ac predecessores sui scientes nullatenus contradixerunt. E eu V.co Dominguez que o escrevi. V.cus Dominici» (403).

Como se vê por este documento, D. Martinho Afonso fora eleito pelo cabido de Braga e teve de gastar dinheiro para levar avante a promoção a arcebispo. Há aliás documentação pontifícia sobre a obrigação assumida de pagar a taxa na câmara apostólica e o pagamento a prestações por procuradores, inclusive pelo cónego Pedro Lourenço (404). *Ainda aparece só como* dom Martinho, enleyto confirmado do arçebispado de Braga, *em documento régio de 31 de Agosto de 1398, pelo qual D. João I lhe dava licença para* mandar rrepairar e correger o castello da dicta çidade de Bragaa e que possa hy poer huũ alcaide de sua mão, protestando por esto nom seer fecto perjuizo a nos nem a nossos socessores a alguũ direito, se o no dicto castelo avemos (405), *e bem assim noutro de 15 de Outubro de 1398, passado por* Gonçalo Peres, tabaliom da çidade de Bragaa e de seus coutos per dom Martinho emleicto confirmado na dicta eigreia de Bragaa, *sobre o arrendamento de um casal de Manhente, freguesia de Aveleda, feito por* Vasco Domingues, chantre na dicta eigreia de Bragaa e proveedor da capella do arçebispo dom Gonçalo (406). *Mas já em carta de D. João I, de 27 de Janeiro de 1399, se fala da vontade do rei em* fazer graça e merçee aaqueles que esteverem nas camaras do arçebispo de Bragaa (407), *e a 19 de Abril de 1399, em documento de concórdia com o prior do mosteiro de S. Martinho de Mancelos, sobre* dizimas das seeras do dicto moesteiro, *fala-se da presença nos paços do* honrrado padre e ssenhor dom Martinho, pela graça de Deus e da sancta eigreia de Roma arçebispo de Braguaa e primas, em seu nome e da sua eigreia e cabidoo desa meesma (408).

Aquela súplica ou exposição de D. Martinho Afonso ao papa Bonifácio IX sobre a contenda entre o prior da colegiada de Guimarães e o arcebispo mostra-nos a importância da colegiada, regida por grandes letrados, de relações estreitas com o monarca, padroeiro dela. Antes da batalha de Aljubarrota, o arcebispo D. Lourenço Vicente tinha ajudado D. João I na reconquista de Guimarães e outras terras (409). *Depois da batalha de Aljubarrota, em que tomou parte D. Lourenço e o sucessor, ainda como simples Doutor Martim Afonso, el-rei D. João I, em cumprimento de voto, mandava edificar o convento da Batalha, que doava à Ordem de S. Domingos, por carta de 4 de Abril de 1388* (410), *e, segundo exposição feita ao papa Bonifácio IX, dada a conhecer em letras de 6 de Março de 1391, havia cerca de cinco anos que el-rei doara o convento aos ditos religiosos, a favor dos quais o papa concedia indulto de poderem os frades aceitar doações e outros bens*

(403) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 20.
(404) AV, Obl. et sol. 55, fl. 79, 206, 230. Cf. nota 402.
(405) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 20.
(406) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 19.
(407) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 19.
(408) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 19.
(409) Cf. FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, 2.ª parte, Lisboa, 1897, cap. 39 e 42.
(410) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fls. 191-191v. O Doutor João das Regras era nomeado promotor dos interesses do mosteiro junto de el-rei: «... ao doutor Joham das Regras do nosso conselho que perante nos e susodictos sucessores seia promotor e requiridor de todo bem e prol e honra do dicto moesteiro e fraires del». Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CCCII-CCCIII.

e legados ([411]). *Após a vitória de Aljubarrota, D. João I foi a Santa Maria de Guimarães cumprir voto e ordenou a edificação de novo templo naquela colegiada* ([412]), *cujo prior era, desde 1383 e*

([411]) «Bonifacius, etc. Venerabili fratri episcopo Portugalensi. Salutem, etc. Exhibita nobis nuper pro parte carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, petitio continebat quod, cum olim Portugalie et Algarbii regna invaderentur per scismaticos idemque rex una cum dilectis [fl. 49v] filiis populo civitatis Portugalensis contra eosdem scismaticos manu armata in campo extitissent et dictis scismaticis prostratis et conflctis, victoriam maximam de ipsis scismaticis reportassent, dictus Johannes rex, credens firmiter se huiusmodi victoriam habuisse precibus et meritis beate Marie Virginis, in loco, ubi eandem victoriam habuit, ad laudem dicte Virginis fundari et construi fecit unum locum cum ecclesia, domibus et aliis accessoriis officinis pro usu et habitatione fratrum ordinis Predicatorum, in quo iidem fratres perpetuum Domino redderent famulatum, qui quidem locus vulgariter nuncuparetur Sancta Maria de Victoria ipsumque locum a quinque annis citra eisdem fratribus pro eorum usu et habitatione donavit et concessit, in quo nonnulli fratres eiusdem ordinis commorantur. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, dictus locus propter nimiam distantiam a conversatione fidelium si[t] plurimum separatus dictique fratres elemosinas, de quibus vivere valeant, a christifidelibus ad sufficientiam pro eorum vite sustentatione habere non possint dubitetque dictus rex ne dicti fratres huiusmodi locum propter penuriam et indigentiam victualium relinquere cogantur, pro parte ipsius regis nobis fuit humiliter supplicatum ut fratribus dicte domus, qui sunt et erunt pro tempore ut possessiones et alia bona mobilia et inmobilia que ipsis a christifidelibus donari seu in testamentis et ultimis voluntatibus relinqui seu legari contingat, pro ipsorum victu et vestitu et aliis necessitatibus retinere libere et licite valeant licentiam concedere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur de premissis certam notitiam non habentes ac desiderantes cultum divinum nostris temporibus non minui sed augeri, ipsius regis in hac parte supplicationibus inclinati, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si est ita, fratribus domus predicte ut ipsi huiusmodi possessiones et bona mobilia et immobilia, si ut prefertur, eis a christifidelibus dari, concedi aut erogari seu in testamentis et ultimis voluntatibus relinqui seu legari contingat, recipere et perpetuo retinere pro ipsorum victu et vestitu et aliis necessariis libere et licite valeant, quibuscunque constitutionibus apostolicis ac statutis, ordinationibus et consuetudinibus dicti ordinis contrariis nequaquam obstantibus, apostolica auctoritate licentiam largiaris. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, secundo Nonas Martii, anno secundo» (AV, Reg. Lat. 17, fls. 49-49v). Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, pp. CCCII-CCCIII, nota 824.

([412]) FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, Lisboa, 1897, cap. 62, 115. — Sobre o altar de prata dourada e esmaltada, em forma de tríptico, com as armas de D. João I, e outras ofertas valiosas do monarca à igreja colegiada de Guimarães, na altura das suas visitas e cumprimento de votos, as seguintes transcrições dos inventários de bens da colegiada: «... Item hũua llampada grande branca que diz que poos el rrey dom Joham de hondetas com tres cadeas de prata e em çima hũua quopa toda de prata e com as armas do dito rrey que pesou nove marcos ... Item hũu ffrontall grande dourado que poos o vitoriosso rrey dom Joham que se poeem as ffestas, a que ffalta dous capittees, e tres rrossetas e hũa boceta de hũu rrey magoo, o qual dizem que tem trezentos e sesenta marcos de prata ...» (inventário do reinado de D. Afonso V, talvez do tempo do prior D. Afonso Gomes de Lemos, de Agosto de 1459, em *Revista de Guimarães*, 36 (1926) 167). «Item outro ango de prata todo dourado grande que esta em gioulhos com seu castiçall nas maãos todo dourado e tem hũa a[s]a e hũu braço quebrado e atados com fio de ferro e tem hũa a[s]a quebrada pelo encontro e a outra pregada com hũa chapa de prata e os eixos com suas cadeas todo de ferro e esta desmanchado e esta asentado sobre seu pillar com ambalas maãos pregadas no castiçal e tem darredor hũu letereiro que diz: este ango mandou fazer el Rey dom Joam de Castella, filho del Rey dom Amrique, e estom estas letras em castelhano, o qual ango com hũa palla riqua, que atras já vay apontada, forom tomados na batalha reall que foy dada em sam Jorge junto do m.º da Batalha, as quaaes peças el Rey dom Joam da boa memoria mandou trazer a esta igreja pela grande devaçom que tinha a esta igreja ... e tem muita neçessidade de [se correger] ... per que leva o Sacramento nas maãos e porque lhe tirom entom o castiçall e isto per dia e oytavas de Corpus Christi e he peça de que se faz muita memoria per seer tomada na batalha reall ... Item hũu Retabollo de prata dourado que deu el rey dom Joham da boa memoria quando vençeo a batalha rreal e veo visitar nossa Senhora, a que se encomendou na dita batalha, o quall em chigando aa dita igreja armado de todas armas como elle andara na dita batalha e com a lança e laudell, o quall esta aqui e aqui o leíxou per devaçom de nossa Senhora, se pesou a prata, da quall prata se fez o dito Retabollo ...» (inventário de 1527, em *Revista de Guimarães*, 37 (1927) 149, 152-153). «Item hum Retabolo de prata dourado que deu el Rei dom Joam da boa memoria quando venceo a batalha rreal e veeo em Romaria a nossa Senhora Santa Maria d'Oliveira desta villa de Gui-

ainda em 1388, seu amigo e conselheiro Doutor João das Regras ([413]), *o qual, aliás, doou ao templo*

---

marães, a quem se encomendou na dita batalha, o qual em cheguando a esta igreja de nosa Senhora armado de todas as armas como ele andava na dita batalha e com a lança e loudel que aqui nesta igreja deixou por sua devação e da dita Senhora se pezou a prata, da qual se fez o dito Retabollo e doze apostolos e quatro anjos e quatro setros e hũa caldeira com seu isope e hũu tirobolo com sua naveta. A qual prata toda que se aqui nomea, afora o dito Retabolo, levou el Rei dom Afonso para Castella. E o Retabolo foi remido por seiscentos cruzados, segundo se veraa polo estrumento que diz a villa e termo paguarem em dinheiro [*nota posterior:* o Cabido foi o que redemio a prata desta egreia por seiscentos cruzados, como consta de hũa carta d'el Rei dada no Porto, anno 1476, e doutra do Prior do Crato dada no mesmo anno, que esta na Gaveta 19, no sacco das cartas. Dos mesmos seiscentos cruzados ha hũa quitança d'el Rei na Gaveta 20]. O qual Retabolo tem no meio o presepio com nosa Senhora e seu bento filho no colo de Josse ... E em cima de tudo dous anjos com as armas del Rei dom Joham da boa memoria e per cima de tudo isto seu entabolamento com suas coroas e de hũa das partes das imagens da banda dita nosa Senhora da Purificação com sua servidora com hũu canistel na mãao e pombinhos demtro e hũu menino Jesus ... e da parte da mão esquerda estaa em baixo os tres reis maguos e o primeiro rei tem sua coroa na mãao ... e este retabolo he todo de prata dourado e esmaltado nos lugares pertensemtes e todo de chaparia dourada e preguada em paao, afora as peças acima nomeadas, e por asi estar em paao se não pesou e por isso se fez esta declaração ...» (inventário de 1585, em *Revista de Guimarães*, 37 (1927) 291-292). «Item hũu anjo de prata chamado custodio dourado que estaa em giohos com seu castiçal nas maãos todo dourado e teem hũa a[s]a e hũu braço quebrado e atadas com fio de ferro e tem a a[s]a quebrada pelo encontro e outra quebrada com hũa chapa e os eixos com suas cadeas todo de prata e estaa desmanchado e estaa sobre o seu pilar e tem da redor hũu letreiro que diz scilicet: este amjo mandou fazer el Rei dom Anrique. Estas letras são em castelhano, o qual anjo com a dita pala rica retro proxima forom tomados na batalha rreal que foi dada em São Jorge junto do mosteiro da Batalha. As quaes peças el Rei dom Joam da boa memoria mandou trazer a esta igreja de nosa Senhora da Oliveira quando a mandou fazer e pesa o dito anjo vimte e hũu marcos e meo com hũu paao que tem dentro no braço e he necesareo coregerse por ser peça de que se faz memoria por ser tomada em batalha rreal. E quanto a dous anjos de prata dourados grandes de que no Inventairo que fez Guomez Afonso dom prior deles mandou fazer o Senhor dom Fulgençio ex dom prior que foi desta igreja de nosa Senhora as peças seguintes que per comta dos ditos anjos se fizerão ...» (Inventário de 1585, em *Revista de Guimarães* 38 (1928) 64).

([413]) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. XCIX, CXXXVI. Cf. também ANTT, Gaveta 19, maço 10, n. 40, *Livro* 1.º *dos padroados*, fls. 134b-135b, onde vem a confirmação da apresentação feita pela rainha do dito Doutor João das Regras, após a vacância pela morte de Gonçalo Vasques, confirmação essa da autoria de António Domingues, abade de S. Tiago de Antas, vigário geral do arcebispo de Braga. Publ. por NUNO J. ESPINOSA GOMES DA SILVA, *O chanceler João das Regras, prior da igreja da Oliveira, em Guimarães*, Lisboa, 1974, pp. 38-41. Sobre o assunto, cf. OLIVEIRA GUIMARÃES, *Os D. priores da colegiada*, em *Revista de Guimarães*, 15 (1898) 109. A identificação deste doutor em leis, João das Regras, com o chanceler e conselheiro de D. João I, Doutor João das Regras, absolutamente certa, conforme documentos publicados no vol. II de *Monumenta Portugaliae Vaticana, Introdução*, pp. CXXXVI-CXXXVIII, dos quais consta igualmente ter estudado e recebido o grau de doutor em leis na Universidade de Bolonha, já tinha sido feita, embora sem a ventilação do problema, pelo P. Alberto Gonçalves em 1929: «Ao templo de Nossa Senhora da Oliveira consignou ele (D. João I) o mais desvelado reconhecimento de indelével gratidão pelos favores que atribuiu à sua padroeira no fragor das mais encarniçadas lutas contra os inimigos da Pátria. Assim, antes de tomar parte na batalha de Aljubarrota, ofereceu à Virgem da Oliveira a sua armadura, colocando-a sobre o altar-mor da respectiva igreja, deu-lhe, por duas vezes, em dinheiro e prata, o valor do seu peso, que importou em 12 marcos, sendo uma delas por não lhe resultar mal maior da dentada de um cão hidrófobo que o acometeu em certa ocasião que ele se dirigia a pé para esta então vila. Depois daquela formidável batalha, ofereceu à mesma imagem o seu pelote, a sua lança, e o artístico oratório em prata que tomara ao rei castelhano, mandou reedificar e ampliar o templo, em cujas obras empregou 100 prisioneiros castelhanos, reformou os estatutos da colegiada, da qual nomeou D. Prior o abalisado seu secretário João das Regras, fez cónegos os seus capelães e enriqueceu o seu tesouro com muitas alfaias e valiosos paramentos» (*Quatro D. Priores da colegiada de Santa Maria da Oliveira, de Guimarães*, em *Revista de Guimarães*, 40 (1930) 34). Nem tudo o que diz é exacto, pois a apresentação do Doutor João das Regras foi feita pela rainha Dona Leonor Teles e não por D. João I, mas é de justiça recordar a justeza da identificação.

jóias e pratas, conforme rol de 1459, organizado durante o priorato de D. Afonso Gomes de Lemos, um dos priores mais aguerridos nas intermináveis contendas com os arcebispos de Braga (414).

Apesar das estreitas relações destes homens e prelados com D. João I e coincidências de circunstâncias, relativas à colegiada de Guimarães, ou até talvez por isso, não deixou de haver litígios entre o prior da colegiada e os arcebispos de Braga, do que, aliás, é amostra o documento transcrito acima. Importa, pois, anotar os principais dados biográficos destes priores que estudaram na Universidade de Bolonha e foram grandes amigos do monarca, e não menos os arcebispos de Braga e bispos do Porto, que chegaram a estabelecer concórdias do maior alcance com o monarca. Começo pelo Doutor João das Regras.

O Doutor João Afonso das Regras, como já provei na Introdução ao II volume de Monumenta Portugaliae Vaticana, *estudou e doutorou-se na Universidade de Bolonha. Segundo documento que aí publico,* Johannes Alfonsi de Regulis de Ulixbona, olim scolaris Boñ in iure civili et ad presens in ipso iure licentiatus, *recebeu o grau de licenciatura em leis antes de 6 de Outubro de 1378, data do documento. E é para lembrar que nele se faz referência a soma de dinheiro entregue a banqueiro de Génova em Lisboa, no dia 6 de Junho do dito ano, por determinações de Álvaro Pais, perito em direito* (414a). *Sabe-se por testamento de 1380 e codicilo que sua mãe, autora do testamento, se dizia* Sentil Esteves, molher dAlvaro Paaes, veedor mor da chancellaria del Rey dom Fernando, moradores e vezinhos da cidade de Lixboa, *e nomeava seu* herdeiro o douctor Joham Affonso meu filho *e no codicilo* rogava ao douctor Joham das Regras meu filho que tome por capellam da capella de seus avoos delle e por mim Sancho Martinz, priol de Pereira, criado do dicto Alvaro Paaes e meu, em quanto el viver (414b).

Estava, pois, o Doutor João das Regras a terminar os seus estudos, quando rebentava o cisma e os juristas João de Lignano e Baldo de Perusa escreviam as suas alegações sobre a eleição do papa Urbano VI, a favor do qual se pronunciaram. A acta do seu doutoramento em leis, no

---

(414) «... Item hũuas galhetas de prata douradas que poos o doutor Joham das Regras de pesso de dous marcos e hũa onça ... Item hũua naveta que poos o doutor Joham das Regras com hũua colher e hũu anjo com ssuas ha[s]as e hũu escudete com as armas do dito doutor e com o sseu assentamento, a quall pessou quatro marcos e seis onças» (Inventário do tempo do prior D. Afonso Gomes de Lemos, de 1459, em *Revista de Guimarães*, 36 (1926) 167).

(414a) ASB, *Rogiti di Azzone Buvalelli*, fasc. degli anni 1377-1378, fls. 36-37.

(414b) Testamento de Sentil Esteves, mãe do Doutor João das Regras, original em pergaminho do cartório da igreja da Madalena de Lisboa, em ANTT, *Colegiadas de Lisboa, Santa Maria Madalena de Lisboa*, 14: Notícias de diversos factos pertencentes a esta Real Igreja de Santa Maria Magdalena, caderno de papel do século XVIII, extraídos do antigo cartório, antes do terramoto por Mons. Moreira, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. VI, I parte, Coimbra, 1954, n. 9, pp. 191-194. Noto que o ano da data deve estar errada. Não se deve tratar do ano 1390, mas sim de 1380. Basta reparar na circunstância de se dizer *Sentil Steves, molher d'Alvaro Paaes, veedor da chancelaria d'El Rey dom Fernando*, e que em carta régia de 16 de Novembro de 1388 (cf. nota 414v) se fala da *morte de sua madre*, isto é do Doutor João das Regras. Cf. ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, I, Coimbra 1921. NUNO J. ESPINOSA GOMES DA SILVA, *João das Regras e outros juristas da Universidade de Bolonha* (1378-1421), pp. 11-12. A 13 de Outubro de 1395, comparecia nos paços do concelho de Lisboa *Gonçallo Gil veedor da casa do douctor Joham das Regras*, porque o mosteiro de S. Domingos *mandara citar o dicto Doutor Joham das Regas per Razom do testamento de Sancha Perez, molher que ffoj de Lopo Affonso das Regas, tijo do dicto Doutor e porque o dicto Doutor era testamenteiro do dicto Lopo das Regas e tijnha em sseu poder os seus beens e o dicto Lopo das Regas fficara por testamenteiro da dicta Sancha Perez, ssua molher.* O testamento de Sancha Peres foi feito em 15 de Julho de 1380, e o de *Lopo Affomso das Regras, morador na cydade de Lixboa em a ffreguesia da eigreia de sancta Maria Madallena* em 9 de Agosto de 1389 (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 12, fl. 151).

mesmo ano, a 14 de Outubro, diz que fuit doctoratus in Sancto Petro dominus Johannes Alfonsi Yspanus et ibi recepit publicam sub domino Francisco de Ramponibus et domino Bartholomeo de Saliceto, legum doctoribus ([414c]). *E também, como vimos, Bartolomeu de Saliceto escreverá sobre o cisma, a favor da legitimidade do papa de Roma. Neste ponto, parece-me de relacionar o facto com a notícia do cronista Fernão Lopes, de que o Doutor João das Regras* que pouco havia que vehera do estudo de Bolonha, *defendeu a legitimidade do papa de Roma, Urbano VI, contra os adeptos de Avinhão. Mas a documentação existente a seu respeito só se nos depara, a partir da morte de el-rei D. Fernando.*

A 7 de Dezembro de 1383, a rainha Dona Leonor Teles apresentava à igreia de Sancta Maria de Guimaraães do arcebispado de Bragaa Joham Afom das Regas, doutor em leis e clerigo ([414d]). *A seguir, foi confirmado pelo abade de Santiago de Antas, António Domingues, em nome do arcebispo da diocese, D. Lourenço Vicente* ([414e]). *Não faltam documentos de 1384, em que o Doutor João das Regras figura na qualidade de conselheiro e chanceler do Mestre de Avis, embora talvez em 23 de Abril* — o Mestre o mandou per o douctor Joham das Regas ([414f]) — *ainda não tivesse sido nomeado conselheiro do Mestre. Nessa qualidade aparece em cinco documentos de 3 de Outubro de 1384, relativos a privilégios do Estudo Geral de Lisboa:* O mestre o mandou per o doutor Joham das Regras, sseu chançerel e do sseu conselho, *assinando* Johannes legum doctor ([414g]). *Igualmente a 15 de Outubro de 1384, na confirmação dos privilégios de os escolares e oficiais da universidade poderem citar e demandar perante o conservador:* O meestre o mandou per o doutor Joham das Regas, seu chançeler e do sseu conselho, nom seendo hi Lourenço Anes Fogaça, seu chançeler. Johannes doctor legum ([414h]). *A doação de Salvaterra, em 1384, foi feita depois de obtido o parecer de* dom Lourenço, arcebispo de Braaga ... e Joham Afomso das Regas e Martim Lourenço, douctores, e com outros de nosso conselho ([414i]).

Nas cortes de Coimbra, o Doutor João das Regras foi o grande defensor da candidatura do Mestre de Avis para rei de Portugal, tentando desfazer os argumentos de direitos, supostos ou verdadeiros, dos filhos de Dona Inês de Castro e dos da filha de D. Fernando, Dona Beatriz, rainha de Castela, com relevância para o argumento da circunstância de serem todos eles cismáticos. Já demonstrei a pouca consistência, segundo creio, da posição de quantos vêem nas intervenções do grande doutor invenções do cronista Fernão Lopes e o sem-fundamento das teses relativas à invenção ou falsificação de documentos pela facção do Mestre de Avis. Fiz ver também como se não pode pôr em dúvida a presença do Doutor João das Regras nas cortes de Coimbra, em 1385 ([414j]).

([414c]) ASB, *Liber secretus iuris Caesarei*, fl. 2, publ. por ALBANO SORBELLI, *Il «Liber secretus Iuris Caesarei» dell'Università di Bologna*, vol. I, p. 2. Cf. NUNO J. ESPINOSA GOMES DA SILVA, *João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha*, p. 11.

([414d]) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fl. 111. Publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real portuguesa*, t. XI, Coimbra 1953, livro XIII, p. 469e.

([414e]) ANTT, Gaveta 19, maço 10, n. 40, *Livro* 1.º *dos padroados*, fls. 134b-135b, publ. por NUNO ESPINOSA GOMES DA SILVA, *O chanceler João das Regras, prior da igreja da Oliveira em Guimarães*, Lisboa, 1974, pp. 38-41.

([414f]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 7v.

([414g]) AUC, *Livro Verde*, fls. 44v-46, Gaveta 1, maço 1, docum. nn. 3-4, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, nn. 376-380.

([414h]) AUC, Gaveta 1, maço 1, n. 2, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 381.

([414i]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 12, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 383.

([414j]) Cf. SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CXXII-CLXVIII.

Vimos como a 10 de Abril de 1385, nestas cortes, entre os capítulos gerais, propostos à consideração de D. João I, há o do «perfeito regimento» ou governo do reino, com conselho escolhido entre as maiores figuras dos prelados, fidalgos, cidadãos e letrados. Estes últimos eram constituídos por «Gil do Sem e o Doutor Joham das Regras *e o Doutor Martim Affonso e João Afonso dAzambuja, bacharel». Em resposta, el-rei declarou querer governar o reino com o conselho, entre outros, do* Doutor Gil do Sem, o Doutor Joham das Regras, o Doutor Martim Afonso (414 k). *Vimos também que, nesse mesmo dia 10 de Abril de 1385, ao confirmar os privilégios da cidade de Lisboa, D. João I diz fazê-lo «avudo primeiramente comselho, qual sse a tall aucto rrequere, com gramdes e sessudos rricos homeens, cavaleiros e dinidades, bispos e outros prealados e leterados do nosso conselho», que vai nomeando e termina por indicá-lo expressamente:* «... e com o doutor Gill do Sem e o doutor Joham das Regras e com o doutor Martim Afonso do nosso conselho e com o conçelho dEvora e de Coimbra e do Porto e de Lamego e dEstremoz e Tomar e da Guarda e Silve e Beja e com outros muytos concelhos de cidadãaos...» (414 l). *À procuração passada em Coimbra, a 15 de Abril de 1385, pelo monarca aos seus embaixadores à Inglaterra, Lourenço Anes Fogaça e Mestre de Santiago da Espada, D. Fernando Afonso de Albuquerque, assistiam precisamente o bispo de Évora D. João, os cavaleiros Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Vasco Martins de Merlo, e os doutores em leis Gil do Sem, João das Regras e Martinho Afonso:* «... *Egidio de Sensu,* Johanne de Regulis et Martino Alfonsi, legum doctoribus, *et aliis testibus*» (414 m).

Fernão Lopes, ao indicar os ofícios que el-rei deu a certas pessoas e algumas cousas que então foram determinadas nas cortes, *informa que D. João I nomeou* chanceler moor Lourenço Anes Fogaça e, por ser em Inglaterra, em seu logar o doutor João das Regras, *que aí foi também nomeado conselheiro* (414 n). *E, na verdade, a 23 de Setembro de 1385, ao confirmar os privilégios e foros do Estudo Geral de Lisboa,* el Rey o mandou per o doutor Joham das Regras, seu vassallo e de seu conselho, nom seendo hi Lourenço Anes Fogaça, a que esto perteençia, *com a assinatura* Johannes, doctor legum (414 o). *A 14 de Novembro de 1386, D. João I fazia doação de Cascais e seu termo e reguengo de Oeiras ao* doutor Joham das Regras, do nosso conselho, por muito serviço que nos e estes regnos del recebemos e entendemos de receber. *Tratava-se de bens, de que fora privado o conde D. Henrique pelo monarca, quando fugiu para Castela* (414 p). *El-rei, ao declarar, no ano seguinte, a 8 de Agosto de 1387, que os lugares de Cascais e seu termo, bem como o dito reguengo de Oeiras, não estavam incluídos no termo de Sintra, doado à rainha, lembrava ter feito graça e mercê desses lugares ao* doutor Joham das Regras, do nosso conselho (414 q).

O Doutor João das Regras também acompanhava D. João I nas suas correrias bélicas, a escorraçar o inimigo castelhano das terras ocupadas. Fernão Lopes elenca-o a ele doutor João das

---

(414 k) ANTT, *Livro 2 de Cortes*, fls. 1-18, publ. por MARCELO CAETANO, *Cortes de 1385*, doc. n. 4, em *Revista Portuguesa de História*, t. V, Coimbra, 1951, pp. IX-X, e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 385, p. 129.

(414 l) ACML, *Livro dos Pregos*, fls. 132v-135, publ. por MARCELO CAETANO, *O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385, docum. n.* 4, em *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. IV, Lisboa, 1953, p. 228.

(414 m) ANTT, Gaveta 17, maço 2, n. 7, Gaveta 18, maço 7, n. 28, fls. 6v-8v, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4101, p. 609; VIII, nn. 4282, 4366, pp. 312-320.

(414 n) FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, 2.ª parte, cap. 1.

(414 o) AUC, Gav. 1, doc. n. 5, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 389.

(414 p) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 24.

(414 q) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 30v-31.

Regras, *ao lado de Nuno Álvares Pereira, do arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente, do Doutor Gil do Sem e do Doutor Martim Afonso de Lisboa e outros* ([414r]). *Por isso, vamos encontrar no norte do país, em Babe, a 26 de Março de 1387, como testemunhas, juntamente com o arcebispo de Braga,* «Gil do Sem e João das Regras, doutores em lex ... do conselho do dito senhor rey de Portugal» ([414s]). *Neste mesmo ano de 1387, celebraram-se cortes em Braga, no mês de Dezembro. O Doutor João das Regras deve ter acompanhado o monarca. E aí estava a 8 de Janeiro de 1388* o doutor Joham das Regras, do nosso conselho e prioll de santa Maria de Guimaraes, *não só a pedir a el-rei a transcrição de* hũa ley que ora foy ffecta nas cortes que fezemos na çidade de Bragaa, em razom das moedas, *como a desembargar a carta em nome do monarca, e outra no dia 20 de Janeiro de 1388, pois este* o mandou per o dicto doutor, nom sendo hi Lourençe Anes Fogaça, chanceler ([414t]).

Vários anos antes é que se deve ter realizado a arbitragem ou concórdia com o arcebispo de Braga sobre a jurisdição na colegiada de Guimarães, de que fala outra concórdia de Maio de 1390, a que nos referiremos mais abaixo: «... *per quam predictus prior dictam ecclesiam cum dictis capellis et se et canonicos ... pretendit exemptos* et cuiusdam arbitrii olim inter dictum dominum archiepiscopum et Johannem de Regulis, tunc dicte ecclesie priorem, per dominum Johannem, nunc archiepiscopum Ulixbonensem, *super compositione de consensu partium...*».

Pelo ano de 1388 adiante, continua a aparecer o Doutor João das Regras como conselheiro régio em vários documentos. Em 4 de Abril, ao instituí-lo promotor dos assuntos relacionados com o mosteiro da Batalha junto da corte, D. João I refere-se «ao doutor Joham das Regas, do nosso conselho, *que perante nos e susodictos sucesores seia* promotor e requiridor de todo bem e prol e honra do dicto moesteiro e fraires del» ([414u]). *Assim também a 10 de Julho, na doação da portagem de Beja ao* doutor Joham da Regras, do nosso conselho, *e, a 16 de Novembro,*

([414r]) FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, 2.ª parte, cap. 39.

([414s]) ANTT, Gav. 18, maço 3, n. 26, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, livro III, Coimbra, 1947, n. 3, pp. 20-22. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII, n. 4367, pp. 321-323.

([414t]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 22. Cf. SOUSA COSTA, O. F. M., *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CXXXVI, nota 261. O documento foi publicado por mim em 1972: ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjugado e prior da colegiada de Santa Maria de Guimarães*, em *Itinerarium*, 77 (1972) 232-259 (documento I, pp. 250-252). Parcialmente publicado também por NUNO J. ESPINOSA GOMES DA SILVA, *O chanceler João das Regras, prior da igreja da Oliveira, em Guimarães*, Lisboa, 1974, *Apêndice*, docum. IV, p. 46. Posteriormente, o Padre António Brásio em artigos ou conferências apresentadas à Academia Portuguesa de História sobre João das Regras como prior de Guimarães e conselheiro régio, bem como sobre o ofício que o nosso jurista ocupou na chancelaria de D. João I, não cita nenhum destes trabalhos nem o que Nuno J. Espinosa da Silva tinha publicado, dando a conhecer aos portugueses a acta do doutoramento de João das Regras na Universidade de Bolonha. Como se sabe, em trabalho sobre as intervenções de João das Regras nas cortes de Coimbra, além de pôr em dúvida a presença do jurista nas cortes, o ilustre Espiritano negava que ele se tivesse doutorado na Universidade de Bolonha. A 20 de Janeiro de 1388, João das Regras desembargou outra carta régia com a transcrição dos capítulos das cortes de Braga para o cabido de Lamego: «... Dante na çidade de Braga, vijnte dias de Janeiro. El Rey o mandou *per o doutor Joham das Regras do seu conselho, a que esto mandou livrar, nom seendo hy Lourenço Anes Fogaça, chanceler.* Gil Vaasquez a fez. Era de mjl e iiii.c e xxbj annos. *Johannes, legum doctor*» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço 6 de doações, cartas e mercês régias*, n. 4.

([414u]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fls. 191-191v.

ao isentar dos tributos régios a herdade que o doutor Joham das Regas, do nosso conselho, *tem* no nosso reguengo de Vallada que ficou por morte de sua madre ([414v]).

Teria sido em 1389 que o Doutor João das Regras casou com Dona Branca da Cunha, filha de Martim Vasques da Cunha, a favor do qual D. João I, em 17 de Março de 1389, lavrava sentença sobre o morgado do hospital de Santo Eutrópio de Lisboa, servindo de testemunhas o Doutor João das Regras, do conselho nosso, e Alvaro Pires, bacharel em leys e conego da se da cidade de Lixboa e do nosso desembargo ([414x]). *Segundo Fernão Lopes, depois de terem vindo a Portugal «pera tratar treguas da parte del rei de Castela um seu confessor da Ordem de S. Francisco, Fr. Fernando Illescas, e Pero Sanches, Doutor em leis, e Antão Sanches, Doutor em Degredos», que «trataram alguma sofrensa de guerra por certos mezes», ao receber notícia de que o monarca de Castela ajuntava gentes para vir sobre Tui, D. João I «mandou logo chamar o Condestabre entre Tejo e Odiana e alguns fidalgos de Estremadura e isso mesmo o concelho de Lisboa, o qual muito prestes* e com elle o Doutor João das Regras, que no mez passado el-rei casara em Coimbra com uma filha de Martim Vasques da Cunha, armaram à pressa seis galés, em que todos embarcaram por mingua de bestas, e em quatro dias chegaram a Tuy sem outro impedimento» ([414y]).

A 25 de Setembro de 1390, el-rei dizia que Joham das Regas, do nosso conselho, teve a confirmaçam e doaçam de Paaços que stam em Lixboa ... a par de Santa Marinha, *e no ano seguinte, a 10 de Abril de 1391, fez «graça e merçee* ao doutor Joham das Regras, do nosso conselho, por muito serviço que delle recebemos e entendemos de receber mais ao diante», *dos dízimos e sentenças condenatórias* ([414z]).

No ano de 1393, segundo Fernão Lopes, os tutores de el-rei de Castela D. Pedro Tenório, arcebispo de Toledo, e João Garcia Manrique, arcebispo de Santiago, e D. Gonçalo Nuno de Gusmão, mestre da Ordem de Calatrava, e João Furtado de Mendonça, seu mordomo-mor, «orde-

---

([414v]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 188v: «Doaçam da portagem de Beja ao douctor Joham das Regras. Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçee ao douctor Joham das Regas, do nosso conselho, per muito serviço que delle rrecebemos e entendemos de receber, teemos por bem e damoslhe e lhe fazemos livre, pura doaçam antre vivos valledoira deste dia pera todo sempre, pera elle e pera todos seus filhos e netos e descendentes lidimos que delle descenderem per linha direita, de todallas rendas e direitos que nos avemos e devemos daver da nossa portagem de Beia e dos direitos que a ella perteencem e com ella andam e sooem de andar, nom embargando que a ora de nos tevese Gonçallo Martinz o moço nosso vasallo e della stevese em posse, porquanto de seu prazimento fezemos esta doaçom ao dicto doutor ... Dante em a cidade de Lixboa, x dias de Julho; el rrey o mandou. G.º Caldeira a fez, era de mil iiii.c xxvi annos». ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 192: «Quitamento dos direitos do reguengo de Vallada ao douctor Joham das Regas. Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que o douctor Joham das Regas, do nosso conselho, nos enviou dizer que elle tem hũa herdade no nosso reguengo da Vallada *que ficou per morte de sua madre* e que a dicta herdade paga a nos certos direitos de pam e doutras cousas e que nos pedia por merçee que lhe fezesemos a dicta herdade isenta pera todo senpre pera elle e pera todos seus filhos e netos acendentes lidimos que delle descenderem per linha direita e pera outros quaaesquer seus herdeiros que depos delle viesem e lhe quitasemos todo o direito e renda que nos e nossos sucesores aviamos daver da dicta herdade. E nos veendo o que nos pedia e querendo lhe fazer graça e merçee e por muito serviço que delle recebemos e entendemos de reçeber, teemos por bem e de nossa livre vontade e certa scientia e poder absoluto lhe quitamos pera todo senpre todo o direito e renda que nos e nossos sucesores deviamos daver da dicta sua herdade e lha fazemos forra e isenta pera todo sempre pera el e pera todos seus filhos e netos e descendentes herdeiros que depos elle vierem ... Dante no rreal de Campo Mayor, xvi dias de novembro, el rrey o mandou. Alvaro Gonçallvez a fez, era de mil iiii.c xxvi annos».

([414x]) Original no Cartório da Casa de Cascais, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real portuguesa*, t. VI, I parte, Coimbra, 1954, n. 5, pp. 182-186.

([414y]) FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, 2.ª parte, cap. 140.

([414z]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 49v, 57v.

naram de tratar com elle tregoa e mandaram a el-rei por mensageiros D. João, bispo de Siguenza, e Pedro Lopes d'Ayala alcaide mor de Toledo e um doctor chamado Antão Sanches, e chegaram a Lixboa, onde entonce el-rei estava, dizendolhe sobre que vinham e o poder que pera ello traziam, e falando sobre tal negocio, ordenou el-rei por sua parte D. Alvaro Gonçalves, prior do Esprital, e o doutor João das Regras, do seu conselho, que tratassem com elles o que por seu serviço e bem do reino sobre tal feito entendessem. *E havendo pouco mais de dois mezes que elles chegaram, aos quinze dias de maio, uma quinta feira, na festa da Ascensão, foi publicada uma escritura em que o dito bispo e Pero Lopes e aquelle doutor outorgavam, em nome de el-rei seu senhor, ao dito priol* e o doutor João das Regras que as por el rei D. João recebiam boas e leais e firmes tregoas, geralmente por mar e por terra...». *Na verdade, conforme consta de carta régia, original, de 1 de Março de 1393, D. João I, na cidade de Lisboa, nomeava seus embaixadores a Frei Álvaro Gonçalves Camelo e ao Doutor João das Regras para ajustar tréguas com D. Henrique III, rei de Castela. Documento original de 15 de Maio de 1393, datado de Lisboa, contém as tréguas ajustadas por 15 anos pelo bispo de Singuenza e Pedro Lopez de Ayala, comissionados por Henrique III. Outro documento, com a mesma data e lugar, é declaração do Doutor João das Regras e Álvaro Gonçalves Camelo, em nome de el-rei de Portugal, e dos mencionados procuradores de el-rei de Castela sobre as tréguas. Existem ainda documentos de 16 de Maio de 1393 do dito Frei Álvaro Camelo, marechal do exército português, prontificando-se a guardar as tréguas, e sobre os reféns. A 22 de Novembro de 1393, os vereadores da cidade do Porto, «conssyrando em como as tregoas de xb anos dadas e outorgadas por dia dAsençom, que ora ffoy na Era de mil e quatroçentos xxxj anos, em nome do dito senhor rrey, por ssy e por sseus erdeiros, suçessores, e por os Reynos de Portugal e do Algarve, gentes e moradores delles e por todos os Reynos, Terras, Senhorios e partidas e logares, gentes e subditos e de cada hum delles,* per dom ffrey Alvaro Gonçalvez, priol do espital e marischal do dito Senhor, e per o doutor Joham das Regras, do sseu conselho, como seus procuradores e ambaixadores *da hua parte», determinaram* nom hyr contra ellas nem parte dellas per rrazom da çisma que he na eigreia, nem per outro quallquer caso ssemelhante, mayor nem menor, tangendo ssobre ello corporalmente a Cruz e os ssantos avangelhos» ([415]). *E neste ano, a 10 de Abril de 1393, em atenção aos serviços dele recebidos, D. João I concedia* ao doutor Joham das Regras, do nosso conselho, *que em Cascais não houvesse alcaide dos homens do mar* ([415a]). *A 24 de Dezembro do mesmo ano de 1393, «considerando o serviço que nos* o doutor Joham das Regras, do nosso conselho, ha fecto», *dava-lhe o padroado da igreja de S. Pedro de Penalva* ([415b]).

Em 1394, na escritura de doação de igrejas à Ordem de Avis pelo rei D. João I, figura O Doutor João das Regras, privado del Rey, *sendo estas palavras interpretadas pelos autores como designativas de ofício ou ministro do despacho* ([415c]). *Em documento de 13 de Outubro de*

([415]) FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, cap. 150. Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 47, 28-32. *Documentos e Memórias para a História do Porto*, II, «Vereaçoens», CI, p. 211.

([415a]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 183v-184.

([415b]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 25v.

([415c]) Cf. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica*, XI, p. 471. O documento em ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 3, fls. 23a-24a: «... consirando como a casa dAvis dos nossos regnos e da hordem da cavalaria de Calatrava per ssi e per os mestres e cavaleiros... *nos ajudarom a tirar os dictos rregnos da sugeyçom e dura servidoe em que eram em mão dos cismaticos e esperavam a seer mais ao deante* ... Dante na cidade do Porto, xv dias dabril; el rrey o mandou. Alvaro Gonçallvez a fez; era de mil iiii.c xxxii annos; testemunhas dom Martinho, bispo de Coimbra, e dom Joham, bispo do Porto, e Martim Vaasquez da Cunha e Lopo Fernandez Pacheco e Airas Gonçallvez de Figueiredo e R.º Affomso dAragom e o *doctor Joham das Regas, privado del rrey*, e Joham Affomso de Santarem, do seu desembargo, etc.».

1395, há menção de Gonçalo Gil, veador da caza do Doctor Joham das Regras ([415d]). *Foi a 29 de Agosto de 1397 que el-rei doou* ao doutor Joham das Regras, do nosso conselho, *as terras de Tarouca e Valdigem, que tinham passado para o sogro Martim Vasques da Cunha, privado de todos os bens, ao fugir para Castela com seus filhos e barões* ([415e]). *Um mês antes, a 22 de Julho de 1397, D. João I,* «*considerando os muitos* serviços que do Doutor Joham das Regras, do nosso conselho, recebemos em nos aconselhar bem e verdadeiramente em regimento dos ditos nossos Regnos como em nos servir em defensom delles, contra nosso adversario», *fazia-lhe doação de todos os bens patrimoniais, móveis e imóveis, do sogro, bem como dos hospitais e albergarias de Paio Salgado, Santa Bárbara e Santo Eutrópio de Lisboa* ([415f]). *E o papa Bonifácio IX, por bula de 24 de Julho de 1398, dirigida ao arcebispo de Lisboa, mandava confirmar a administração do hospital de Santo Eutrópio, de que fora privado Martim Vasques da Cunha, por ter aderido ao rei de Castela e aos cismáticos, a favor de* Johannis de Regulis, clerici coniugati Ulixbonensis, legum doctoris ([415g]).

Foi «a rrogo do doutor Joham das Regras, do nosso conselho», *que D. João I doou à Ordem de S. Domingos, no dia 22 de Maio de 1399, os* «*paaços de Benfica de par da cidade de Lixboa, com todos seus pumares e ortas e entradas e saidas, pera se fazer delles hũu moesteiro*» ([415h]). *No ano seguinte, encontramos a notícia sobre o seu ofício de representante de el-rei na promoção dos estudos universitários ou assuntos atinentes à Universidade de Lisboa, já que, em carta régia de 25 de Outubro de 1400, se fala de alvará do* doctor Joham das Regras, que ha encarrego do dicto Studo ([415i]).

O primeiro documento, de que tenho conhecimento, com a indicação do Doutor João das Regras como cavaleiro, é a bula de Bonifácio IX, de 25 de Agosto de 1401, a absolvê-lo da excomunhão por ter aconselhado el-rei a condenar à morte um frade franciscano, na qualidade de conselheiro régio, pois di-lo cavaleiro da diocese de Lisboa ([415j]).

Em carta régia de 8 de Maio de 1403, D. João I, com o consentimento do filho D. Afonso e da rainha Dona Filipa, declarava que a doação de Cascais e Oeiras, feita ao Doutor João das Regras e descendentes, se devia entender como feita a todos os descendentes. Esclarecia el-rei: «*... por muitos e stremados serviços que nos e nossos regnos recebemos do* doctor Joham das Regas, do nosso conselho, assy em conselhar bem e derectamente em o rregimento delles, como em nos servir na guerra que ouvemos com o nosso aversario de Castella... *fazemos doaçam de jurderdade para el e pera todos seus descendentes da villa de Cascaes e seu termo e reguengo dHueiras com suas jurdições ... privando o conde dom Anrrique da dicta terra e reguengo ... porquanto ficando por nosso vasallo, se partiu de nos e se fora pera o dicto nosso aversario*» ([415k]).

A 29 de Junho de 1403, no mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, «*o doutor Joham das Regras que hi presente estava, por si e por sua mulher dona Lianor da Cunha*», *apre-*

([415d]) Publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 498, p. 235.

([415e]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 155v-155va.

([415f]) Original na Casa de Cascais, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real portuguesa*, t. VI, I parte, n. 6.

([415g]) AV, Reg. Lat. 60, fls. 301-302v. Cf. SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CXXXV, nota 258.

([415h]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 152-152v.

([415i]) Docum. publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 543, pp. 269-270.

([415j]) AV, Reg. Lat. 94, fls. 171-171v, publ. por ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas Cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 39-40 e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 551, pp. 275-276.

([415k]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 152-152v.

sentava cartas de privilégios dos monarcas D. Fernando e D. João I, «pellos quaes se afirma claramente que a elle douctor deram os seus paaços, em que elle mora, que som na fregessia de Sancta Marinha» ([415l]). *Noutra carta de 29 de Setembro de 1403, o monarca lembra ter recorrido ao conselho do* doutor Joham das Regras ([415m]) *Morreu no dia 3 de Maio de 1404 e foi a enterrar no mosteiro de S. Domingos de Benfica, onde jaz em túmulo artístico, com a sua estátua, envergando a toga e barrete, e na mão direita um livro enrolado, símbolos de legista. Tem o seguinte epitáfio: «Aqui jaz João das Regras, cavalleiro, doutor em leys, privado del Rey D. João, fundador deste mosteiro. Finou tres dias de Mayo. Era 1442»* ([415n]).

Ao Doutor João das Regras deve ter sucedido no priorato de Guimarães outro clérigo muito chegado a D. João I. Trata-se de Gonçalo Vasques da Cunha, o qual, em 28 de Maio de 1390, estabelecia concórdia com o arcebispo D. Lourenço sobre divergências quanto à jurisdição arcebispal na colegiada, nomeadamente sobre o direito de visita, assunto já arbitrado pelo bispo de Lisboa, D. João Anes, durante o priorato do Doutor João das Regras. Pelo acordo comprometiam-se as partes a enviar, dentro de dois anos, os documentos respectivos à Santa Sé, onde seria decidida a questão. Entretanto, o arcebispo desistiria, durante esse prazo de dois anos, da visita, tornando ao exercício de seus contestados direitos, se, nesse prazo, o prior não conseguisse cometer a causa a algum ouvidor apostólico e a respectiva decisão ([415o]).

Segundo documento de 30 de Maio de 1393, D. Gonçalo Vasques, prior da colegiada de Santa Maria de Guimarães e filho do cavaleiro Vasco Martins da Cunha, estava no Estudo de Bolonha. Nesse dia, perante João Abril, vigário geral de D. João Esteves de Azambuja, bispo do Porto, era alegado contra o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, que ele entrara à força na colegiada de Guimarães, pretendendo visitá-la, bem como outras igrejas e benefícios dela dependentes, não tendo tal direito, já que a questão relativa a essa prerrogativa tinha passado por apelação ao papa. Diziam os expositores que o arcebispo tomara essa decisão contra Gonçalo Vasques «por mal que lhj queria e pera o fforçar», pois o prior «aquj nom era na terra e estava em sseu estudo». Então foi apresentado um documento do pai do prior, a nomear procuradores para apelarem contra o arcebispo. Data também do mês de Maio de 1393. Na apelação, João Palmaz proclamava-se «procurador do honrrado barom e saies dom Gonçalo Vaasquez da Coynha, prior de Santa Maria da villa de Guimaraães do arçebispado de Braga, o qual prior ora esta em estudo na Çidade de Bellonha». Insistia o procurador que o prior «e a dicta sua Eigreia estam ... curreiudos per elle dicto prior e a dicta sua Eigreia e coonigos e capellas e Eigreias e beneficios per hordinhaçom e

---

([415l]) «Era de mil e quatrocentos e quareenta e hũu annos, vijnte nove dias de Junho, em a cidade de Lixboa, em o cabidoo do m.º de Sam Viçente de Fora ... o douctor Joham das Regras, que hi presente estava por si e por sua mulher dona Lianor da Cunha, disse que elle avia privillegios dos rreis de Portugal, os quaes logo foram publicados por mim sobredicto tabaliam ao dicto priol e convento em cabidoo, hũu del rrey dom Fernando e outro do nosso Senhor el rrey dom Joham, pellos quaes se afirma claramente que a elle douctor deram os seus paaços em que elle mora, que som na fregessia de Sancta Marinha, na dicta cidade, som priviligiados e ham privilegio de pousentarse e os seos no bairo que foy de dom Afonsso Sanchez e que per vertude desses privilegios elle pousara e mandara poussar per cassas do dicto moesteiro que som dante os seos paaços e dentro em o dicto bairo e que consirando em como per aaso dessa pouzada muytos leixavam dalugar as cassas do dicto moesteiro e elle por ello se sentia encarregado de sua consçiencia, que pertanto e entendia que era prol do dicto moesteiro, elle trauctara com os dictos priol e convento de fazer permudaçom com elle e darlhes hũuas cassas que elle e a dicta sa molher aviam na fregessia do dicto moesteiro de Sam Viçente ...» (ANTT, *São Vicente de Fora*, caixa 118, maço 1, n. 1).

([415m]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 192-194, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 572.

([415n]) Cf. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica*, XI, p. 472.

([415o]) Docum. em ADB, *Liber rerum memorabilium*, III, fls. 124-125v.

composiçom fectas antre os arçebispos que fforom ataaquy ... os dictos prior e coonigos e subiectos e Eigreia e capellas e beneficios sseus som exentos». Fala-se ainda de «aveença que ffoy fecta» entre o arcebispo e o prior Gonçalo Vasques acerca da visita até a questão ser decidida pelo papa que encarregara o bispo de Lamego do assunto. Apesar disso, D. Lourenço Vicente «quyria visitar, e Vaasco Martinz de Cuynha, cavaleiro, sseu padre carnal do dicto Gonçalo Vaasquez, prior ... lhe rogou que tevesse o que prometera a sseu ffilho e que nom curasse de vigitar o dicto prior e sseu colegio e eigreia e sseus beneficios ataa este sam Migel de Setenbro que ajnda hade vijr desta era de mill quatroçentos e trinta e hũu annos e o dicto arçebispo lho prometeo». O arcebispo prosseguira nos seus intentos de visitar a colegiada «e ffeze suas amoestações e mandados e ssentenças de excumunhom e de suspensom e jnterdicto nas pesoas do dicto prior e coonigos e beneficiados». E era contra este proeedimento que João Palmaz «come sseu procurador e servidor» apelava em favor de D. Gonçalo Vasques, que «nom pode continuar o estudo em que esta» ([415p]).

([415p]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 20: «Sabham quantos este stormento virem que na Era de mil e quatroçentos trinta hũu annos, trinta dias do mes de Mayo a oras de prima, na Çidade do Porto, na rrua de Remoijnho, nas pousadas de Joham Abril, conijgo da ssee [*docum. roto*] abade de sam Crimenço, vigairo jeeral do honrrado padre Senhor dom Joham, per merçee de Deus e da sancta eigreia de Roma bispo do Porto, en presença de mjm Martim Afonso, tabaljom del Reij na dicta Çidade, e testemunhas adeante scriptas, pareçerom [*docum. roto*] homeens que sse diziam per nomes Joham de Ponte, abade da eigreia de Santiago de Bedoido, e Joham de Palmaz e Joham Roiz, scudeiro de Vaasco Martinz de Cuynha, e disserom que elles chegarom oie bem çedo [*docum. roto*] alem Doiro e que lhes ffora dicto per pesoas dipnas e de creer que dom Lourenço, per merçee de Deus arçebispo de Bragaa, chegara aa villa de Guimarãaes e que entrara na dicta eigreia de sancta Maria e que [*docum. roto*] nigos e capellas e hornamentos e outras eigreias e beneficios, dos quaees a vigitaçom e rregimento perteeçia a Gonçalo Vaasquez, prior da dicta eigreia de Santa Maria de Guimaraaes, e que o dicto arçebispo [*docum. roto*] e vigitarom contra Deus e contra direito, porque a ell nom perteeçia a fazer, porque o fecto da dicta vigitaçom andava ia perante o papa, e esto fezera ao dicto Gonçalo Vaasquez por mal que lhj quiria e pera o fforçar [*docum. roto*] aquj nom era na terra e estava em sseu estudo que elles nunca esto souberom ataa ora novamente e esto veeo aa suas notiçias que elles em nome do dicto sseu Senhor Gonçalo Vaasquez [*docum. roto*] diziam a todo o que o dicto arçebispo ffezera e fazia e ffezesse em dampno e perjuizo do dicto prior e sua eigreia e direito. E que de todo apelavam a futuro agravamine per palavra pera Eigreia de Roma [*docum. roto*] taa e termo do direito. E de como elles e cada hũu deles esto diziam e apelavam em pesoa do dicto vigairo e testemunhas que pidiam a mim dicto tabaljom asij hũu stormento e dous, tres e mais [*docum. roto*] dicto Gonçalo Vaasquez a vos procuradores soestabeleçudos elles eram per Vaasco Martinz sseu padre e sseu procurador per hũu stormento de soestabeliçimento que logo mostrarom scripto em [*docum. roto*] de Vaasco Fernandez, tabaliam de Figueiredo, ssegundo per o dicto stormento pareçia, do qual stormento o tehor tal he:

Sabham quantos esta procuraçom de soestabiliçimento virem como Eu V [*docum. roto*] curador de Gonçalo Vaasquez meu filho, prior da Eigreia de Guimaraaes, faço e hordinho e estabeleço por meus procuradores e em nome do dicto meu filho, cuio procurador soo [*docum. roto*] de Santiago de Bedoido, e Gonçalo Anes, abade de Lever, e Joham Roiz, meu escudeiro, os portadores ou portador deste soestabeliçimento desta presente procuraçom, asij que a condiçom [*docum. roto*] outro e que o que hũu delles começar que o outro o possa sseguir e acabar, aos quaees todos juntamente e cada hũu em sseu cabo Eu dou e outorgo meu conprido poder que [*docum. roto*] cuio procurador soo, possam ou posa apellar do arçebispo de Bragaa per rrazom dhũa vigitaçom que o dicto arçebispo quer ffazer na Eigreia de Guimarãaes, de que o dicto meu [*docum. roto*] procuraçom e outorgada na Branca julgado ... oito dias do mes de Maijo, Era de mil e quatroçentos e trinta e hũu annos ... o qual stormento de soestabiliçimento asii mostrado, os dictos Joham de Palmaz e Joham de Ponte e Joham Roiz diserom que elles e cada hũu [*docum. roto*] e dous e tres e mais, sse lhis conprissem pera guarda e direito do dicto Gonçalvo Vaasquez, cuios procuradores soestabeliçudos elles eram per Vaasco Martinz, sseu padre e sseu procurador; testemunhas que presentes [*docum. roto*] ... Depois desto, no dicto dia, depois de jentar, depois de vespera, no dicto logo, perante o dicto [*docum. roto*] Joham de Palmaz e mostrou e pobricar ffez per mim dicto tabaliom hũa fforma dapellaçom, da qual o tehor tal he:

In nomine Domini. Amen. Porque nom tam solamente os agravados mais [*docum. roto*] Porende eu Joham de Palmaz, procurador do honrrado barom e saies dom Gonçalo Vaasquez da Coynha, prior [*docum.*

No ano de 1395, ainda pendia a questão na Rota pontifícia. Em bula de 18 de Janeiro deste ano, Bonifácio IX informa que, a pedido de D. João I, rei de Portugal, padroeiro da colegiada, na disposição de engrandecer a igreja nos seus edifícios e direitos, concedera a isenção ao prior,

---

roto] santa Maria da villa de Guimaraaes do arçebispado de Bragaa, o qual prior ora esta em estudo na Çidade de Bollonha, sentijndo muito agravado o dicto prior meu Senhor e a sua Eigreia e os [*docum. roto*] per ho honrrado padre e senhor dom Lourenço, arçebispo de Bragaa, porque gravemente jniuste me he dicto e notificado que elle proçedeo e proçede contra o dicto prior e sua eigreia e coonigos e [*docum. roto*] porque o dicto Senhor arçebispo com inpeto e hodio do dicto prior e jnvidia da sua exempçom e liberdade em que elle e a dicta sua Eigreia estam [*docum. roto*] curreiudos per elle, porque elle dicto prior e a dicta sua Eigreia e coonigos e capellas e Eigreias e benefiçios per hordinhaçom e conposiçom fectas antre os arçebispos que fforom ataa quy [*docum. roto*] de Guimaraaes, os dictos prior e coonigos e subiectos e Eigreia e capellas e benefiçios sseus som exentos e estam em posse per dez e vijnte e trinta e quorenta annos e mais [*docum. roto*] per elle per virtude doutra conposiçom e premesija que antre elles ffoij fecta. E outrosij, stando elle e a dicta sua Eigreia e subiectos na dicta liberdade per outra aveença que ffoij fecta antre o [*docum. roto*] Gonçalo Vaasquez prior, antre os quaaes veo rreferta ssobre esta vigitaçom e sobre outras cousas, em tanto que prouge ao dicto arçebispo e prior que o ffecto desta rreferta desta vigitaçom e correiçom [*docum. roto*] da per nosso Senhor o papa. E o dicto prior theendo o que prometera pro posse o ffecto perante o dicto Senhor papa. E elle cometeoo ao bispo de Lamego e desto ouve ia o bispo de Lamego notiçia e rrecado e de [*docum. roto*] pois desto, porque o dicto Senhor arçebispo dizia que, nom enbargando o dicto prometimento, que quyria visitar, e Vaasco Martinz de Cuynha, cavaleiro, sseu padre carnal do dicto Gonçalo Vaasquez, prior cheg [*docum. roto*] bispo e lhe rogou que tevesse o que prometera a sseu ffilho e que nom curasse de vigitar o dicto prior e sseu colegio e eigreia e sseus benefiçios ataa este sam Migel de setenbro que ainda hade vijr desta era de mill quatroçentos e trinta e hũu annos, e o dicto arçebispo lho prometeo. E outrosij, temendosse o dicto prior de lhi o dicto Senhor arçebispo nom theer nem aguardar as dictas hordinaçom [*docum. roto*] o dicto arçebispo e aveenças e promitimento que ffezera ao dicto Vaasco Martinz, sseu padre, ffez rrogar nosso Senhor El Rei que rrogasse o dicto arçebispo que nom fosse a visitar nem [*docum. roto*] antre elles determinhado, e o dicto arçebispo, a rrogo del Rej, prometeo e disse que nom visitaria nem faria cousa contra o dicto prior e sua Eigreia ata çinco de Maijo, em que ora estamos, desta Era [*docum. roto*] Senhor arçebispo, nom esguardando ao juramento que elle ffeze, quando ffoj comsagrado, em que prometeu a aguardar os direitos canonicos e o direito diz que a premisija e avvença e prometimento que os homens [*docum. roto*] devem a teer e guardar, demais quando he fecto por bem de paz como este, ssegundo sse contem nas dictas conposiçom e prometimentos que elle prometeo, como dicto he, o dicto arcebispo neeste [mes] que ora corre desta era de mil e quatroçentos e trinta e hũu annos, chegou e emtrou na dicta villa de Guimaraaes e nom ssendo hij o dicto prior nem outrem por elle, tamquam fur [*docum. roto*] o dicto prior nom citado nem chamado nem certo do que o dicto arçebispo queria ffazer, por que sse nom aguardava delle por a rrazom da dicta composiçom e prometimentos que lhj ffezera, entrou na dicta [Eigreia de santa] Maria e visitou a pesoa do dicto prior e coonigos e eigreia e benefiçios e eigreias e capellas della e proçedeu gravemente e jniustamente contra Deus e justiça e ssem caridade contra [*docum. roto*] beneficiados e eigreias delle, o que ao dicto arçebispo nom perteeçia, porque o dicto prior e os dictos coonigos e benefiçios e benefiçiados som dele livres e exentos e estam em posse de [*docum. roto*] ffazer pagar a elle dicto arçebispo tantas e taes coisas na dicta eigreia e benefiçios della e capellas, das quaes a vigitaçom e correiçom perteeçia ao dicto prior [*docum. roto*] per a maijor parte dos beens do dicto priorado e elle dicto prior nom pode continuar o estudo em que esta, e pera ajuntar mais mal ao muyto mal que ia ffezera, ffeze sseus ju [*docum. roto*] e maaes proçesos, nos quaees posse e ffeze suas amoestações e mandados e ssentenças de excumunhom e de suspensom e jnterdicto nas pesoas do dicto prior e coonigos e benefiçiados e [*docum. roto*] ... Eu sobredicto Joham de Palmaz, come sseu procurador e servidor [*docum. roto*] ante dos dez dias, des o tempo da notiçia que a mjm esto ffoii dicto e notificado, a qual noticia a mim veeo per juramento dos avengelhos, fferia sesta, trinta dias do mes de Mayo da era suso dicta em estes [*docum. roto*] a futuro agravamine et danno ab illato do dicto arçebispo e vigairos e comjssairos da sua visitaçom e visitaçõoes e mandados e ssentenças e proçesos e ffectos e de todo o que sse fezer em elles he contheudo provoco sseu app[ello] pera a Eigreia de Roma em nome do dicto prior e da dicta sua Eigreia come sseu procurador e servidor que soo. E peço os apostollos a primeira e a ssegunda e terçeira vegadas ... A qual forma dapellaçom asij leuda e pobricada, o dicto Joham de Palmaz pidio ao dicto vigairo que lhij desse os apostollos, e o dicto vigairo disse que apellaçom nom era posta contra elle e que elle nom no agravara nem entendia dagravar nem o fecto nom tangija a elle, mas que os fosse pidir ao arçebispo de Bragaa, a que esto perteeçia.

cabido e igrejas, anexas à colegiada ou da colação do prior e cabido, de toda a jurisdição, domínio e poder ordinário do arcebispo e cabido de Braga, sujeitando-os directamente à Santa Sé. Mas enquanto o papa, desejando que a igreja de Braga recebesse, por isso, determinada recompensa, encarregava o bispo de Lamego de o informar sobre o assunto, o arcebispo e cabido de Braga fizeram-lhe ver que era extremamente prejudicial à igreja de Braga tal concessão e lesiva da dignidade arcebispal. Foram encarregados do litígio os cardeais Francisco do título de Santa Susana e Cosme do título de Santa Cruz em Jerusalém, que se informaram do assunto através de testemunhos vários. D. Lourenço insistia por que se lhe fizesse justiça, levando o papa a declarar a nulidade da concessão e a mandar cancelar do registo das súplicas o pedido do monarca, já atendido:

«*Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Importuna petentium ambitio ... Sane dudum pro parte carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, nobis exposito quod, cum ipse ad ecclesiam beate Marie Vimaranensis Bracharensis diocesis haberet devotionem singularem et proponeret ecclesiam ipsam, tam in edificiis quam in aliis iuribus, ampliare et pro parte dicti regis nobis humiliter supplicato ut dilectos filios priorem secularem, qui tunc erat et qui esset pro tempore, necnon capitulum dicte ecclesie ac perpetuos capellanos in eadem ecclesia omnesque et singulas ecclesias et capellas eidem ecclesie annexas, cum earum cimiteriis, ac ecclesias ad ipsorum prioris et capituli collationem vel presentationem communiter vel divisim pertinentes ac familiares eorumdem prioris et capituli necnon possessiones ipsius ecclesie beate Marie, tunc presentes et futuros, earumque colonos et censuarios ac officiales, superficiarios* [*nuncupatos*] *pro incremento boni status dicte ecclesie beate Marie ab omni iurisdictione, dominio et ordinaria potestate venerabilis fratris nostri ... archiepiscopi qui tunc erat et* [*esset pro tempore*] *ac dilectorum filiorum capituli Bracharensis perpetuo eximere et plenarie liberare ac sedi apostolice immediate subicere dignaremur, Nos tunc volentes quod archiepiscopus* [*et capitulum Bracarense, antequam*] *iurisdictio, dominium et ordinaria potestas huiusmodi ab eis aufererentur, proinde sufficientem haberent recompensam, venarabili fratri* [*nostro episcopo Lamecensi*], *eius nomine proprio non expresso, comitti concessimus ut de recompensa huiusmodi, quam idem archiepiscopus et capitulum Brachareñ habere possent, pro predictis que* [*et qualis foret ac aliis premissis et eorum*] *circunstantiis universis auctoritate nostra se diligenter informaret et quidquid per informationem huiusmodi reperiret, nobis per suas* [*patentes litteras manu propria conscriptas suoque*] *sigillo sigillatas, ipsarum nostrarum litterarum seriem continentes, quantotius referrre curaret, ut huiusmodi relatione eiusdem episcopi instructi,* [*in premissis singulis procedere valeremus*]. *Cum autem, sicut postmodum, antequam littere nostre super huiusmodi concessione confecte fuissent, pro parte venerabilis fratris* [*nostri Bracarensis archiepiscopi et dilectorum filiorum nostrorum*] *capituli Bracharensis nobis expositum fuerit quod huiusmodi exemptio, liberatio et subiectio, si fierent, notorie cederent in grave dampnum archiepiscopalis* [*et etiam ecclesie Bracarensis*] *mensarum necnon dignitatis archiepiscopalis preeminentie suppressionem ac archiepiscopi et capituli Bracharensis predictorum enormem lesionem* [*et preiudicium ... esse ...*] *dilectorum filiorum nostrorum Francisci tituli sancte Susane et Cosmati tituli sancte Crucis in Jerusalem presbyterorum cardinalium qui super* [*premissis omnibus ... de mandato nostro super hoc*] *vive vocis oraculo eis facto, quid fieri expediret*

E o dicto Joham de Palmaz protestou por todo o sseu direito e do dicto sseu Senhor prior, ca el nom ousava hir sseguramente perante o dicto Senhor arçebispo, mais que elle faria sseu poder, das quaes cousas o dicto Joham de Palma z pidiu asij de todo hũu stormento e dous e tres e mais ...».

in premissis se diligentius informarunt, relatione et etiam multorum aliorum fidedignorum [testimonio ... Laurentii et capituli Bracarensis] nobis humiliter supplicato ut providere eis super hoc de oportuno remedio de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque [... quod huiusmodi ... personas et ecclesias] et presertim metropolitica dignitate fulgentes decet in suis iuribus conservare nec per suas concessiones afferre incomoda vel iacturas [huiusmodi ...] in hac parte supplicationibus inclinati, predictam concessionem et quecumque inde secuta auctoritate apostolica, tenore presentium, ex certa scientia [... nullius] esse volumus roboris vel momenti eamque de regestro nostro supplicationem cassari volumus et mandamus, eisdem nichilominus priori, capitulo [... concessione huiusmodi et inde secutis], auctoritate predicta perpetuum silentium imponimus per presentes, decernentes irritum et inane si secus super hiis ...] ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xv Kalendas Februarii, pontificatus nostri anno sexto» (416).

Gonçalo Vasques da Cunha não se deve ter preocupado mais com a isenção e visita da colegiada, porque, a 20 de Abril de 1395, ele, prior da colegiada de Santa Maria de Guimarães, era promovido a bispo da Guarda (417), *na idade de 28 anos, conforme dispensa pontifícia, que lhe outorgou, nesse dia, Bonifácio IX:* «... *Cum itaque* nos ecclesie Egitaniensi ... intendamus

(416) ADB, Bulas, caixa 3; *Liber rerum memorabilium*, I, fls. 37-37v.

(417) D. Gonçalo Vasques, bispo eleito da Guarda, apresentava-se pessoalmente na câmara apostólica, no dia 24 de Maio de 1395, a obrigar-se pela taxa da sua promoção, e a 2 de Junho do mesmo ano jurava não se afastar da Cúria Romana antes de satisfazer integralmente pela dívida, concedendo-lhe os cardeais licença, no dia 30 de Agosto, de partir da dita Cúria: «Dicta die [vicesima quarta dicti mensis Maii], *Reverendus in Christo pater dominus Gonsalvus, electus Egitaniensis, personaliter promisit* camere et collegio pro suo communi servitio quatringentos flor. auri de camera et quinque servitia consueta, alioquin, etc. Juravit, etc. Solvendo medietatem in festo Nativitatis Domini nostri Jhesu Christi proxime futuro et aliam medietatem in festo Nativitatis predicti Domini nostri Jhesu Christi ex tunc proxime secuturo. Alioquin, etc. Juravit, etc. ... Indictione tertia, die Mercurii, secunda mensis Junii. *Reverendus pater dominus Gonsalvus, electus in episcopum Egitaniensem*, sponte promisit et iuravit in manibus Reverendissimi domini camerarii non recedere de Romana Curia, donec integraliter satisfaceret camere et collegio de medietate suorum communis et quinque minutorum servitiorum sub pena dupli dicte camere applicandorum. Alioquin, etc. Juravit, etc. Fuit monitus in forma camere consueta, presentibus dominis thesaurariis dominis Thoma de Pleonibus et Francisco de Mercatello, apostolice camere clericis. Die lune penultima mensis Augusti, *dictus dominus Gonsalvus, electus in episcopum Egitaniensem, fuit licentiatus a reverendissimo domino camerario et habuit licentiam recedendi*, tamen sponte promisit et obligavit se sub penis camere quod usque ad festum Nativitatis Domini nostri Ihesu Christi proxime futurum solvet camere et collegio totum id ad quod extitit ipsis camere et collegio obligatus pro suis communi et quinque minutis servitiis. Item predicta die lune *predictus dominus Gonsalvus, electus in episcopum Egitaniensem, fuit licentiatus a sacro collegio dominorum cardinalium et habuit licentiam recedendi*, tamen sponte obligavit se et promisit ut supra proxime» (AV, Obl. et sol. 52, fls. 78, 79v). Notícia idêntica da sua presença na câmara apostólica e do juramento sobre a taxa no dito mês de Maio de 1395: «lxxxxb ... Anno, pontificatu, loco, die [xxviiii Maii], et indictione predictis, coram et presentibus quibus supra. *Reverendus pater dominus Gondisalvus, electus in episcopum Egitaniensem, personaliter promisit camere et collegio* pro suo communi servitio quadringentos flor. auri de camera et quinque servitia consueta. Solvendo medietatem usque ad festum Resurrectionis Domini nostri Jhesu Christi proxime futurum et aliam medietatem usque ad festum Nativitatis Domini nostri Jhesu Christi ex tunc proxime futurum... Alioquin, etc., et iuravit, etc.» (Obl. et sol. 48, fl. 215). Em vários documentos sobre o pagamento de parte da taxa, vem indicado o ano sexto do pontificado de Bonifácio IX como tempo da sua promoção a bispo da Guarda, de 6 de Setembro de 1395, 10 de Abril de 1396, 1 de Julho de 1401, 28 de Junho de 1402, 11 de Abril de 1403, 25 de Novembro de 1403, e 13 de Novembro de 1404: «Die vi.ta mensis Setembris [1395]. *Reverendus pater dominus Gonsalvus Walasci, episcopus Egitaniensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii, etc., triginta florenos auri de camera, non facta divisione de minuto servitio, etc. Summa flor. xxx; *fuit promotus anno sexto domini Bonifacii pape noni.* Cardinales xiii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 92v). «Die decima mensis Aprilis [1396]. *Reverendus pater dominus Gonsalvus Walasci, episcopus Egitaniensis*, solvit pro parte partis sui com-

hodie providere *tuque patieris in etate defectum*, cum in vicesimo octavo etatis tue anno constitutus *existas ... tecum ut defectu predicto ... nequaquam obstantibus ... tenore presentium, dispensamus ...*» (418). *Também o nosso prior de Guimarães e bispo da Guarda, como se viu, foi estudante*

---

munis servitii, etc., triginta septem flor. auri de camera, solidos quatraginta duos et den. unum et pro parte partis unius minuti servitii, etc., tres similes florenos, solidos triginta et den. unum monete Romane. Summa florenorum xli, sol. xxii et den. iii; *fuit promotus anno sexto domini Bonifacii predicti.* Cardinales xiii ...» (Obl. et sol. 51, fl. 103). «Die prima mensis Julii, indictione viiii[a] [1401] *Reverendus in Christo pater dominus Gunsalvus, Dei gratia episcopus Egitaniensis*, solvit pro communi servitio, non facta divisione, etc., flor. triginta duos auri de camera et sol. decem monete Romane. Summa flor. xxxii et sol. x; *fuit promotus anno vi Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales xiii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 32v). «Indictione decima, die vicesima octava mensis Junii [1402]. *Reverendus in Christo pater dominus Gunsalvus, Dei gratia episcopus Egitaniensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii sexdecim flor. auri de camera, solidos viginti et den. quinque et obulum monete Romane et pro parte partis sui minuti servitii etc., unum similem flor., solidos decem et octo et den. quinque dicte monete. Summa. flor. xvii, sol. xxxviii et den. x; *fuit promotus anno vi.to domini Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales xiii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 45v). «Indictione xi.ma, die xi.ma mensis Aprilis [1403]. *Reverendus pater dominus Gonsalvus, episcopus Egitaniensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii duodecim flor. auri de camera, solidos sedecim et den. duos monete Romane. Et pro parte partis unius sui minuti servitii unum similem flor., solidos tres et den. sex ...; *fuit promotus anno vi.to domini Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales xiii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 58). «Indictione xi, die xxb[a] mensis Novembris [1403]. *Reverendus in Christo pater dominus Gonsalvus, Dei gratia episcopus Egitaniensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii triginta duos flor. auri de camera, solidos quindecim et den. quinque monete Romane. Et pro parte partis unius minuti servitii tres similes flor., sol. xii et den. x monete predicte. Summa flor. xxxb, sol. xviiii et den. iii; *fuit promotus anno vi Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales xiii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 66v). «Indictione xii.ma, die xiii Novembris [1404]. *Reverendus pater dominus Gonsalvus, episcopus Egitaniensis*, solvit pro complemento sui communis servitii triginta novem flor. auri de camera, sol. quindecim et den. decem et obulum monete Romane. Et pro complemento unius etiam sui minuti servitii septem similes flor., solidos quadraginta duos et den. viiii dicte monete. Summa floren. quadraginta septem, scl. viii et den. vii; *fuit promotus anno vi.to Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales xiii, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 84v). Há ainda as declarações, com prorrogação da data para outras prestações, a 7 de Fevereiro de 1398 e a 22 de Junho de 1399: «Universis, etc. Conradus, etc. Salutem, etc. Universitati, etc. quod, intellecta mole gravaminum pro parte Reverendi in Christo patris *domini Gunsalvi Valaschi, Dei gratia episcopi Egitaniensis*, coram nobis exposita, que ipsum ad solvendum id in quo camere apostolice pro suis communi et quatuor minutis servitiis consuetis debitis, etc., terminum, etc., usque ad festum sancti Johannis Baptiste proxime futurum prorogamus, etc., ita tamen, etc., ipsumque, etc., secum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anno Domini millesimo trecentesimo lxxxxviii, indictione sexta, die vii mensis Februarii, anno nono. Vis. Maczeus. iii f. gr. iii» (AV, Obl. et sol. 55, fl. 63). «Universis, etc. Conradus, etc. Salutem, etc. Universitati, etc. Quod intellecta mole gravaminum pro parte *reverendi in Christo patris domini Gunsalvi Valaschi, Dei gratia episcopi Egitaniensis*, coram nobis exposita, que ipsum ad solvendum id in quo camere apostolice pro suis communi et iiii.or minutis servitiis, etc., terminum, etc., usque ad festum Nativitatis Domini nostri Jhesu Christi proxime futurum prorogamus, etc., ita tamen, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anno Domini M.[o]ccclxxxxviiii[o], indictione sexta, die vicesima secunda mensis Junii, pont., etc., anno nono. Vis. Maczeus ...» (AV, Obl. et sol. 55, fl. 80). «Universis, etc. Conradus, etc. Salutem, etc. Universitati, etc., quod intellecta mole gravaminum pro parte *reverendi in Christo patris domini Gonsalvi... episcopi Egitaniensis*, coram nobis exposita, etc., pro suis communi et minutis servitiis debitis consuetis, etc., reddunt, etc., terminum, etc., usque ad festum Assumptionis...» (AV, Obl. et sol. 55, fl. 139). De registar ainda as declarações sobre pagamento de parte da taxa, de 6 de Setembro de 1395, de 10 de Abril de 1396, por meio do monge de Santa Maria de Pombeiro, de nome Pedro, de 18 de Junho de 1402, por meio do cónego de Lisboa, de nome Garcia, de 11 de Abril de 1403, por meio do cónego de Lisboa Afonso Martins, de 25 de Novembro de 1403, por meio de seu familiar João Afonso, e de 13 de Novembro de 1404, por meio de João Afonso, reitor da igreja de S. Tiago de Belmonte (AV, Obl. et sol. 59, fls. 77v, 84v, 150, 160v, 165v, 176v).

(418) AV, Reg. Lat. 36, fls. 262v-263. Tinha, neste dia 20 de Abril de 1395, 28 anos de idade e o papa, dirigindo-se-lhe como a prior da colegiada de Guimarães, declarava ter intenção de o nomear bispo da Guarda, nesse dia.

na Universidade de Bolonha (419). *Aí estava ele, a 13 de Abril de 1397, na igreja catedral, conferindo a igreja de S. Julião de Punhete, hoje de Constância, a Ascêncio Esteves, ausente, representado por Gil Vasques de Portugal, clérigo de Coimbra, servindo de testemunhas Gil Alma de Portugal e Fernando Gonçalves de Portugal, todos três a estudar direito na Universidade de Bolonha:* «*Dicta die, xiii mensis Aprilis (1397), reverendus pater dominus Gunsalvus, episcopus Egitaniensis, contulit parrochialem ecclesiam sancti Juliani de Pugnete, vacantem per obitum ultimi rectoris ecclesie predicte vel alio quovis modo, Ascentio Stephani de Portugalio, licet absenti, etc., et nomine ipsius Ascentii investivit dominum Egidium Valasci de Portugalio, clericum Colimbriensem, per carte credit. et commisit possessionem. Actum Bononie, in ecclesia cathedrali sancti Petri maiori, presentibus domino Egidio Alma de Portugalia, domino Fernando Gundisalvi de Portugalio, Paulo Lencii de Cospis notario Bon.*» (420).

Quer isto dizer que D. Gonçalo estudava direito em Bolonha, ainda depois da promoção ao episcopado. E de facto vem confirmar quanto digo documento de 12 de Maio de 1399, com lista de livros de direito que Lançarote Esteves, outro estudante português de direito na Universidade de Bolonha, lhe alugara. Nesse documento ele figura como Gonçalo Vasques, bispo eleito confirmado da Guarda (421).

Sucessor de D. Gonçalo no priorato da colegiada de Guimarães, se não imediato, bastante próximo, deve ter sido outro amigo de D. João I. Dele diremos alguma coisa mais à frente. Trata-se de Rui Lourenço de Tavira, deão de Coimbra, o qual aparece em Abril de 1400 como prior da colegiada, talvez em litígio com o deão de Braga, Luís de Freitas, ao qual, segundo aquele documento-súplica do arcebispo, sucedeu Diogo Álvares (422). *Como se viu, O Doutor João das Regras, Gonçalo Vasques da Cunha e Diogo Álvares andaram envolvidos na questão dos direitos do arcebispo sobre a colegiada. E Rui Lourenço? Era natural, porque o litígio não terminou com a anulação do privilégio, por meio da sobredita bula de 1395. Indício de que a controvérsia continuava durante o priorato de Rui Lourenço parece ser outra bula de 13 de Julho de 1399, pela qual Bonifácio IX revogou de novo a isenção que, a instâncias do monarca, tinha outorgado à colegiada de Guimarães:*

«*Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Ad futuram rei memoriam. Ad Romani Pontificis providentiam ... Dudum siquidem pro parte carissimi in Christo filii*

---

(419) FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, II, Coimbra 1910, p. 565, diz que «D. Gonçalo Vasques da Cunha, depois de se doutorar na Universidade de Bolonha, passou à Cúria Romana com a resolução de seguir a carreira eclesiástica, e fora nomeado bispo da Guarda por Bonifácio IX, em 1397». Embora tivesse sido nomeado bispo, quando estudava em Bolonha, não me consta se tivesse doutorado aí.

(420) ASB, *Rogiti notarili di Rinaldo Formaglini*, busca 3, protoc. 3.

(421) ASB, *Rogiti di Rinaldo Formaglini*, busta 3, protoc. 4.

(422) Cf. nota 403. Luís de Freitas teria sucedido a Nuno Fernandes, sucessor de D. Gonçalo Vasques, segundo bula da nomeação de Luís de Freitas do mês de Agosto de 1398 (AV, Reg. Lat. 62, fls. 98-99v). Diogo Álvares foi apresentado por D. João I ao arcebispo D. Martinho, a 3 de Janeiro de 1403: «Apresentaçam da igreia de sancta Maria de Guimaraens no arcebispado de Bragaa. Johannes, Dei gratia Portugallie et Algarbii rex, Reverendo patri ac domino Martino, Dei gratia archiepiscopo Bracharensi seu locum eius tenenti. Salutem et sincere dilectionis affectum. *Ad ecclesiam nostram sancte Marie de Guimarães vestre diocesis, vacantem per mortem Ludovici de Freitas, ultimi rectoris ipsius, Didacum Alvari, clericum ydoneum, vobis presentamus,* rogantes vos quatinus ipsum Didacum Alvari in rectorem dicte ecclesie confirmetis et in litteris confirmationis, quas sibi dederitis, fiat mentio quod ipsum ad nostram presentationem confirmatis sive instituitis in eadem. Datum in nostra villa Sancterenensi, tertia die mensis Januarii, rege mandante. Petrus Johannis notavit. Era millesima quadragentessima quadragessima prima». (ANTT, *Livro 2.º dos padroados*, fl. 73a). Em Abril de 1400, era prior da Colegiada de Guimarães D. Rui Lourenço, deão de Coimbra e desembargador régio. Desde 1383 até 1389, pelo menos, era prior o Doutor João das Regras. Cf. notas 413, 414.

nostri Johannis et Algarbii regis illustris, nobis exposito quod olim inter archiepiscopum Bracharensem ac priorem, capitulum et canonicos ecclesie sancte Marie de Vimaranis Bracharensis diocesis, qui pro tempore fuerant, procurante humani generis inimico, rancores et scandala erant exorta et quod partes ipse ad arbitrium deducte, tandem ad certam compositionem devenerant, quam felicis recordationis Honorius iii et Gregorius viiii, predecessores nostri, ratam et gratam habentes, ex certa scientia confirmarunt, prout in litteris apostolicis inde confectis dicebatur plenius contineri et quod nichilominus, eodem procurante inimico, huiusmodi rancores et scandala renovabantur et maiores in futurum insurgere verisimiliter dubitabantur ac pro parte dicti regis, cuius progenitores dictam ecclesiam fundarant et sufficienter dotarant cuiusque patronus sicut asseritur verus existebat, prout existit, nobis humiliter suplicato ut super hoc de oportuno exemptionis beneficio eisdem priori, capitulo et canonicis singularibusque personis ipsius ecclesie providere de benignitate apostolica dignaremur, Nos predictam ecclesiam, cum personis, bonis, iuribus et pertinentiis suis, que tunc legitime possidebant et imposterum, dante Domino, iustis titulis possent adipisci, etiam si lis propterea in Romaria Curia vel extra eam inter archiepiscopum, priorem capitulum, canonicos ac personas dicte ecclesie, cuius statum nostris litteris haberi voluimus pro expresso, penderet aut remansisset indecisa, ab omni iurisdictione, superioritate, dominio et potestate archiepiscopi Bracharensis, pro tempore existentis, et aliorum ordinariorum ac iudicum quorumcumque apostolica auctoritate exemimus et liberavimus ac sub beati Petri et sedis apostolice ac Romane Ecclesie et nostra protectione suscepimus ac exemptos, immunes et liberos esse voluimus nobisque et successoribus nostris Romanis pontificibus ac dicte sedi immediate subiacere, ita quod archiepiscopus Bracharensis pro tempore existens ac ordinarii et iudices supradicti, ratione delicti vel contractus aut rei, de qua causa ageretur, ubicumque committeretur delictum seu iniretur contractus ac res ipsa consisteret, nullam in priorem, capitulum et canonicos aut personas, iura, bona et pertinentia supradicta possent potestatem, superioritatem seu dominium exercere, sed dumtaxat coram dicta sede vel eius delegatis tenerentur de iustitia respondere ... Cum autem, sicut exhibita nobis nuper pro parte venerabilis fratris nostri Martini, archiepiscopi Bracharensis, petitio continebat, exemptio, liberatio et susceptio predicte in lesionem et grave preiudicium ac enervationem iurisdictionum et iurium eiusdem archiepiscopi et ecclesie sue Bracharensis cedere dinoscantur, pro parte ipsius archiepiscopi nobis fuit humiliter supplicatum ut, ne exemptio, liberatio et susceptio predicte priori, capitulo, canonicis et personis huiusmodi delinquendi aut dissolute vivendi prebeant incentivum, litteras eisdem priori, capitulo, canonicis et personis concessas ut prefertur ac exemptionem, liberationem et susceptionem predictas et quecumque inde secuta revocare, cassare et irritare, annulare ac ecclesiam sancte Marie necnon priorem, capitulum, canonicos et personas predictos in eum statum, in quo erant ante exemptionem, liberationem et susceptionem antedicta, reponere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur huiusmodi supplicationibus inclinati, litteras easdem priori et capitulo, canonicis et personis ut premittitur concessas ac exemptionem, liberationem et susceptionem huiusmodi et quecumque inde secuta, etiam si super ipsis inter Martinum archiepiscopum ac priorem, capitulum, canonicos et personas predictas, lis cuius statum presentibus haberi volumus pro expresso, in palatio apostolico vel alibi pendeat indecisa, auctoritate apostolica, tenore presentium, ex certa scientia revocamus, cassamus et irritamus ac nullius esse volumus roboris vel momenti ipsosque ecclesiam sancte Marie necnon priorem, capitulum, canonicos et personas in eum statum, in quo erant ante exemptionem,

liberationem et susceptionem antedictas, reponimus per presentes ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, iii Idus Julii, pontificatus nostri anno decimo» (423).

Talvez a amizade de D. João I com D. Martinho Afonso, arcebispo de Braga, tivesse atenuado as divergências entre o arcebispo e os priores de Guimarães que, apesar das concórdias sucessivas, foram intermináveis, pois protelaram-se pelos reinados seguintes. Foi, sem dúvida, o entendimento e espírito de colaboração, que sempre acompanharam as relações do arcebispo com o monarca, a superar a controvérsia da jurisdição temporal do arcebispo na cidade de Braga e seus coutos, chegando à concórdia que pôs termo às infindas questões com os monarcas, desde o reinado de D. Afonso IV (424).

Vimos já como durante o governo de D. Lourenço Vicente, el-rei D. Fernando, valendo-se da suspensão decretada por alguns eclesiásticos, se apoderou da jurisdição e senhorio de Braga, em Agosto de 1377, e depois, em 7 de Setembro de 1382, mandou restituir o senhorio a D. Lourenço, reintegrado, já desde Agosto de 1379, nos direitos de arcebispo de Braga. As guerras da independência com Castela, durante o Cisma, mostravam como a soberania portuguesa em Braga e seus coutos poderiam correr e corriam de facto perigo, aconselhando providências da parte do reino de Portugal.

Em 1401, o corregedor da comarca de Entre Doiro e Minho, Gonçalo Anes de Carvalho, por ordem do monarca, entrou em Braga e procedeu como juiz em certos feitos, metendo na cadeia o juiz local. Já antes ele entrara nos coutos de Braga, várias vezes, para prender malfeitores, tendo-se queixado o arcebispo, D. Martinho Afonso, do que ele reputava abuso, ao monarca D. João I, o qual, a 1 de Janeiro de 1400, ordenava ao corregedor procedesse a inquérito, destinado a averiguar se realmente durante os reinados de seus prececessores, a começar em D. Afonso IV, os corregedores entravam nos coutos do arcebispo. Este continuaria, entretanto, na posse de sua jurisdição, sem que a determinação régia conferisse de novo algum direito ao arcebispo ou à igreja de Braga (425). *Em face do mandato régio e envio do corregedor, a tratar de assuntos judiciais no senhorio de Braga, o arcebispo reuniu cabido, sugerindo um acordo com o monarca, de modo a pôr termo às infindas questões até ali ventiladas. Os capitulares aprovaram a proposta*

(423) ADB, Bulas, caixa 3.

(424) Pouco depois de ser transferido para a sé de Braga, D. Gonçalo Pereira queixava-se ao papa João XXII por causa de D. Afonso IV usurpar os direitos do arcebispo quanto à nomeação de tabeliães para a cidade de Braga. O papa interveio com a bula *Mentem regiam*, de 4 de Março de 1327. A questão reacendeu-se mais tarde, em 1341, com a questão dos corregedores. Sobre o assunto, cf. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, II, pp. 137-145. Ainda em 1346, o arcebispo recordava ao papa que Gomes Pais, seu consanguíneo e um dos nobres mais poderosos da arquidiocese, era muito necessário para a defesa e serviços da Igreja naquelas partes, onde necessitava da defesa contra nobres e poderosos (Cf. SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Roma-Porto, 1968, n. 151, p. 89). Por causa da mesma jurisdição civil da cidade de Braga, também os arcebispos D. Guilherme de la Garde e D. João de Cardaillac tiveram dificuldades com el-rei D. Pedro, que prendeu o arcebispo no castelo de Coimbra e no de Leiria, com a colaboração do chantre Vasco Domingues, como aliás referia o arcebispo D. Lourenço Vicente, em 1378-1379, ao papa Urbano VI. Cf. nota 162. Cf. também J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreia primacial de Braga*, II, pp. 172-173.

(425) ADB, *Liber rerum memorabilium*, III, fls. 177-177v: «Dom João, pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve, a vos Gonçale Annes Carvalho, corregedor por nos na comarca dantre Douro e Minho, saude. Sabede que dom Martinho, arçebispo de Braga, do nosso conselho, nos disse que a sua egreia de Braga ha todalas jurdições dos seus coutos, que são a par da dita cidade, e que nenhum corregedor nem outra justiça nossa nos tempos dos Reis que ante nos forão, não entrava em elles nem corregião hi nem usavão de jurdição algũa, em nome dos Reis de Portugal, e que outros arcebispos seus antecessores sempre as ouverão e uzarão dellas em tempo dos outros Reis que ante nos forão, sem outra alçada que nos ouvessemos nem os sobreditos Reis, e que ora vos entrades nos ditos coutos, dizendo que o fazedes por prenderdes alguns mal-

e passaram, em 18 de Julho de 1401, procuração ao cónego Gomes Fernandes para a realização da concórdia, que se efectuou em Coina, diocese de Lisboa, a 10 de Janeiro de 1402. No essencial, o acordo resume-se à transferência do senhorio e jurisdição temporal de Braga e seu termo para a coroa portuguesa, em troca de quatro mil libras de rendimento, consignadas nas casas da Rua Nova e Judiaria Nova de Lisboa e noutras casas e direitos reais de Viana do Minho. Eis parte da concórdia, no que possa interessar para a história da cultura portuguesa:

> «*In nomine Domini. Amen. Noverint universsi presentis instrumenti seriem inspecturi quod anno a nativitate Domini millesimo quatuorcentesimo secundo, decima die mensis Januarii, in loco qui dicitur Couna Ulixbonensis diocesis, in presentia mei Valasci Dominici, cantoris Bracharensis, tabalionis generalis auctoritate regia in regnis Portugalie et Algarbii, et testium infrascriptorum, serenissimus princeps et dominus Johannes, Dei gratia Portugalie et Algarbii rex, et reverendus in Christo pater et dominus Martinus, Dei et apostolice sedis gratia Bracharensis archiepiscopus, dixerunt quod, cum olim inter bone memorie Alfonsum, Petrum et Fernandum reges olim predictorum regnorum et archiepiscopos Bracharenses, qui pro tempore fuerunt, et capitulum dicte Bracharensis ecclesie fuerit orta materia questionis super iurisdictione civitatis Bracharensis, cum suo cauto, dictis regibus asserentibus quod tam de iure quam de antiqua consuetudine omnimoda iurisdictio, merum, mixtum inperium in dicta civitate et cauto spectabat ad eos, dominis archiepiscopis et capitulo ex adversso dicentibus quod dicta civitas, cum suo cauto, et omnimoda iurisdictione, mero, mixto inperio, sine aliquo resorto seu superioritate, ad reges Portugalie spectabat ad dictos archiepiscopos et capitulum nomine dicte ecclesie Bracharensis, vigore donationis de dicta civitate et cauto, cum omnimoda iurisdictione, mero et mixto inperio facte dicte ecclesie Bracharensi per reginam Taresiam, olim regni Portugalie dominam, nullo sibi seu successoribus eius reservato resorto seu superioritate et de dicta civitate et cauto, cum omnimoda sua iurisdictione, mero et mixto inperio sine aliquo resorto vel superioritate ad reges Portugalie, dicta ecclesia fuit in pacifica possessione usque ad tempus quo predictus rex Alfonsus primo super dominio et iurisdictione dicte civitatis et cauti dictam ecclesiam incepit perturbare et quia ad presens sperabatur de lite incoanda inter dictum regem et dictum archiepiscopum et capitulum dicte ecclesie Bracharensis super iurisdictione dicte civitatis et cauti, pro bono pacis et concordie et pro evitandis laboribus et*

---

feitores, e quõ õm ello recebe grande agravo e perjuizo, e pedindonos por merçe que lhe ouvessemos a elle remedio, e nos vendo o que nos pedia, temos por bem e mandamos que loguo, sem outra detença, cheguedes aos ditos coutos e per testemunhas antigas e dignas de fee, tambem dos coutos, como de fora dos coutos, sabede parte inteiramente se nos tempos del Rei dom Afonso, nosso avoo, e no tempo del Rei dom Pedro, nosso padre, e del Rei dom Fernando, nosso irmão, entrarão nos ditos coutos os corregedores que por os ditos tempos forão dos ditos Reis e se uzarão hi dalgũa jurdição e correição e de que jurdição uzavão e per que guiza; outrosi sabede se entrarão em elles algũas justiças, que os ditos Reis mandassem a essa comarca e uzavão hi dalgũa jurdição em nome dos ditos Reis e se escrevião em elles ou davanse os taballiães dos ditos Reis, perguntando aquellas pessoas que entenderdes que hão mais de [fl. 177v] saber desto que não seião sospeitas, e emviadenos essas inquirições que sobrello tomardes, assinadas por vossa mão e cerradas e selladas com o sello dessa correição por homem sem sospeita, pera o nos vermos e darmos sobrello livramento e em tanto vos leixade estar o sobredito arçebispo em posse de suas jurdições e uzar dellas polla guiza que achardes que fazião e uzavão seus antecessores e nom lhe ponhades sobrello embargo nenhum e este uzo não faça a nos perjuizo algum nem possa induzir prescrição ou outro consentimento per que o dito arçebispo nem a sua igreia aião algum direito e al não façais. Dada em Santarem, primeiro dia de Janeiro. El Rei o mandou per Fernão Gonçalves, lecenciado, não sendo hi o daião de Coimbra, seu companhão. Martim Vasquez a fez, era de mil iiii.c xxxviii annos. Fernão Gonçalvez».

expenssis, per modum transactionis, permutationis et amicabilis compositionis dictus dominus rex pro se et omnibus successoribus suis et dictus dominus archiepiscopus pro se et sua ecclesia et successoribus sibi in eadem et nomine dicti sui capituli, cuius procurator existit, secundum quod instrumento procurationis inferius scripto plenius continetur, presente me dicto tabelione et testibus infra scriptis devenerunt ad tallem conventionem, videlicet quod dictus archiepiscopus pro se et successoribus suis nomine dicte ecclesie et capituli concessit, dedit et transtulit dicto domino regi, recipienti nomine suo regnique predicti et successorum suorum in dicto regno in cambium pro rebus et iuribus et redditibus infrascriptis omnimodam iurisdictionem temporalem, merum et mixtum inperium, quod dicta sua ecclesia Bracharensis habet et de iure habere debuit in dicta civitate et cauto suo et transtullit et cessit omne ius, proprietatem, possessionem et dominium temporale, quos dicta sua Bracharensis ecclesia habebat in dicta iurisdictione, in predictum dominum regem et successores suos et voluit et concessit quod dictus dominus rex et successores sibi in dictis regnis ab hac die in antea habeant libere, pacifice et quiete omnimodam iurisdictionem, merum et mixtum inperium in dicta civitate et cauto suo in temporalibus tantum, cum omnibus redditibus et emolumentis ad dictam iurisdictionem spectantibus et cum portagiis, bancagiis, maiordomatu soldus de quolibet habitatore et relengo ... Item dedit sibi alias duas integras domos in dicta Rua Nova, quas habet ad fictum Egidius Martini, legum doctor, pro centum triginta libris dicte bone monete antique annuatim solvendis et confrontant cum supradictis domibus, quas habet dicta Enesia Michaelis et cum domibus, quas habet Alphonsus Roderici Portela. Item dedit sibi alias domos in dicta Rua Nova, quas habet ad fitum dictus Alfonsus Roderici Portella in vita sua et duarum personarum pro centum libris dicte bone monete antique annuatim solvendis et confrontant cum domibus, quas habet Maior Joannis, uxor olim Petri Alfonsi Mealha, et cum dictis domibus, quas habet dictus Egidius Martini ... Item dedit sibi alias domus integras in dicta Rua Nova, quas habet ad fitum dictus Alfonsus Gunsalvi mercator in vita sua et duarum personarum pro sexaginta libris dicte bone monete antique annuatim solvendis et confrontant cum supradictis domibus, quas habet dicta Maior Joannis et cum domibus, quas habet dictus Egidius Martini doctor. Item dedit sibi alias domus integras in dicta Rua Nova, quas habet ad fictum Nunus Fernandi de Chaves in vita sua et alterius persone pro octuaginta libris dicte bone monete antique annuatim solvendis et confrontant cum domibus, quas habet dictus Egidius Martini doctor et cum domibus, quas habebat Martinus de Maya, dum vivebat ... Insuper dictus dominus rex pro se et successoribus suis dedit in cambium pro predicta iurisdictione dicto archiepiscopo recipienti ut supra ius habendi et recipiendi, recuperandi inperpetuum per concilium seu habitatores ville de Viana, que est iuxta flumen Lime inter Dorium et Mineum et per tabeliones dicte ville de Vianna in quolibet anno mille et trecentos et nonaginta et quatuor libras dicte bone monete antique, videlicet per concilium seu habitatores mille et trecentas et quinquaginta libras, in quibus dictum concilium seu habitatores annuatim tenebantur dicto domino regi et subcessoribus suis in dicto regno pro omnibus iuribus regalibus dicte ville ... Quas quidem permutationes, donationes, escambia, cessiones et iurium translationes cum conditionibus et modis et cautionibus supra scriptis dictus dominus rex una cum regina Philipa uxore sua et cum infantibus Aduardo primogenito, Petro et Enrriquo filiis suis legitimis, qui his omnibus interfuerunt pro se et successoribus suis in dictis regnis et dictus dominus archiepiscopus pro se et suis subcessoribus nomine dicte ecclesie et capituli Bracharensis aprobaverunt, laudaverunt, ratas firmasque habuerunt et promiserunt, iurando ad sancta Dei evangelia, coram me dicto tabalione corporaliter tacta, numquam contravenire de iure vel de facto per se nec per suos subcessores in toto nec in parte sub pena decem

mille duplarum crunii de Castella boni auri iusti ponderis nunc currentium solvendorum parti hoc tenenti et servanti, rata semper manente dicta transactione, permutatione seu cambio cum suis conditionibus et modis, et dictus archiepiscopus per iuramentum supradictum affirmavit in anima sua quod dicta transautio, eo modo quo facta erat, cedebat in utilitatem dicte ecclesie et ei erat valde proficua. Idcirco predicti rex et archiepiscopus pro se et suo capitulo supplicabant domino Bonifacio pape nono quatenus dignetur eius Sanctitas huic transautionis contractui suam auctoritatem prestare, quam quidem auctoritatem dictus rex promisit suis propriis expenssis procurare et habere. Testes qui presentes fuerunt: Dionisius Iohannis, decanus Ulixbonensis, Fernandus Alvari, miles ordinis de Christus, de consilio dicti domini regis, Didacus Alvari, decanus Visensis, Gundisalvus Pereira, scutifer, vassalli dicti domini regis, et alii. Tenor procurationis dicti capituli Bracharensis, de qua fit mentio in isto strumento, sequitur et est talis: Sabham quantos esto stromento de procuraçom virem que na era de mil e quatrocentos e triinta e nove annos, dezoyto dias do mes de Julho, na çidade de Bragaa, dentro no cabidoo novo da igreia cathedral da dicta çidade, seendo no dicto cabidoo o honrrado padre e senhor dom Martinho, pela graça de Deus e da santa egreia de Roma arçebispo de Bragaa e primas, e os honrrados barooes Vaasco Dominguez, chantre, e Pero Vicente meestrescolla e RodrigAlvarez, arçediago de Neiva, e Johanne Stevez e Gomez Fernandez, Joham Fernandez, Afonsso Anes, Antonio Dominguez, Meendo Afonsso, Francisco Lourenço, Afonsso Gonçalvez, Fernam Martinz, Martim Dominguez, Fernando Afomso, Bertolameu Fernandez e Andre Gonçallvez, coonigos prebendados da dicta eigreia, em dia de cabidoo e fazendo cabidoo por campaa tangida segundo seu custume e epecialmente sobre as cousas adeante scriptas, o dicto senhor arçebispo dise aas dictas pessoas e coonigos que bem sabiam como grande odio e escandallo rrecrecera sempre antre os Reis de Portugal e os arçebispos de Bragaa por rrazom de jurisdiçom da dicta çidade, mixto mero imperio, dizendo senpre os dictos Reis que a jurisdiçom da dicta çidade, mixto e mero inperio perteeçia a eles e nom aos dictos arçebispos e os dictos arçebispos diziam que a dicta jurisdiçom perteeçia a eles e aa dicta egreia de Bragaa per doaçom que lhe fora fecta per a Raynha dona Tareiza e que os Reis que forom de Portugal per alguũs tempos por ser contenda de fecto filharom a dicta jurisdiçom e faziam grandes injurias aos arçebispos e cabidoo e clerizia do dicto arçebispado que entom eram pelos tempos e que ora novamente bem virom como quando el Rey dom Joham que ora he foy na dicta çidade, o sseu corregedor tomou conheçimento dos fectos dos moradores da dicta çidade, fazendoos perante sy rresponder e como depoys Johanne scripvam oficial do dicto senhor Rey prendera seu juiz e o tiinha preso e que segundo ele sentia que o dicto senhor Rey de todo em todo queria lançar maão por a dicta jurisdiçom e que el dicto senhor arçebispo nom se podia tomar com o dicto senhor Rey nem outrosy o dicto cabidoo e clerizia e que lhe pareçia que se o dicto senhor Rey quisesse dar algũu scanbho aa dicta egreia de Bragaa que fosse convinhavel polla dicta jurisdiçom, que hera bem de se fazer por se tirar os escandallos que dictos som e outros mayores que podiam rrecreçer antre eles e o dicto senhor Rey e que lhes rrogava que lhes prouguese darem hi seu conselho e acordo que era o que lhes pareçia sobrello. E os dictos chantre e dignidades e coonigos disserom todos a hũa voz que bem sabiam que era verdade o que o dicto senhor arçebispo dizia segundo os que eram mais antigos diziam do que se passara em tempos dos outros Reis e os que ora novamente veerom por coonigos diserom do que se passara no tempo do dicto senhor Rey que ora hera em rrazom do conhecimento dos fectos que asy tomaram os seus ofiçiaaes e do dicto juiz que asy fora preso e avendo antre sy trautado e seu conselho em rrazom do acordo e conselho que lhes o dicto senhor arçebispo pedia deitando

suas favas, segundo seu custume, disserom que era bem e aviam por prol da dicta eigreia de Bragaa de o dicto senhor arçebispo escanbhar a dicta jurisdiçom no temporal por outra rrenda convinhavel e aguisada que o dicto senhor Rey lhe desse em escanbho por a dicta jurisdiçom e que porem faziam seus procuradores pera fazer o dicto escanbho o dicto senhor arçebispo e o dicto Gomez Fernandez, coonigo, e cada hũu deles em solido e lhes davam todo seu conprido poder come cabidoo e em nome de cabidoo que podessem escanbhar a dicta jurisdiçom da dicta çidade de Bragaa, mero e mixto inperio no temporal somente e com suas brancageens e portagens e moordomado e soldo de cada pessoa e dereitos que a dicta jurisdiçom perteecem com o dicto senhor Rey por rrendas de casas ou de igreias ou doutras rrendas que o dicto senhor arçebispo entenda que he bem de se fazer que rrendam quatro mil libras de boa moeda em cada hũu anno e que possam firmar e fazer o dicto scanbho asy como o dicto cabidoo o faria sendo a elo presente e ouverom e prometerom daver por firme e stavel todo aquelo que pelos dictos senhor arçebispo e Gomez Fernandez ou cada hũu deles em solido for fecto e firmado e outorgado pera todo senpre, sub obligaçom dos beens do dicto cabidoo que pera esto obligarom; fecta esta procuraçom dia e era e mes e logar suso dictos; testemunhas: Gonçallo Dominguez, abbade de Lagoa, e G.º Dominguez, abbade dOleiros, e G.º Dominguez, abbade de sancta Locaya, e Gº Perez, sochantre, terçanairos da dicta egreia, e outros. E eu Lopo Afomso, tabaliom na dicta çidade e seus coutos per autoridade do dicto senhor arçebispo que a esto com as dictas testemunhas presente fui e esta procuraçom screpvi e em ela meu sinal fiz e tal he ... El Rey. A Reiinha. Ifante. Martinus archiepiscopus Bracharensis. Et ego supradictus tabellio prenominatus, qui premissis omnibus et singulis, dum sic ut premittitur fierent, una cum dictis testibus presens fui eaque omnia et singula in hoc publico instrumento per meum scribam iuratum, me aliis occupatus (sic) *negotiis, scribi feci signoque meo solito in fidem et testimonium premissorum signavi»* ([426]).

Embora a 30 de Outubro de 1404, na çidade de Lixboa, nos paaços del Rei, stando hi o moyto nobre principe e senhor dom Joham per graça de Deus Rey de Portugal ... *o arcebispo D. Martinho Afonso dissesse* ao dicto senhor Rey que bem sabia como ell com seu cabidoo derom em scambho a jurisdiçom e mero e misto imperio da çidade de Bragaa e seu couto, com çertos direitos e rrendas que na dicta çidade e couto os dictos arçebispos e cabidoo aviam, a ello e a todos seus subçessores, que ffossem Reys de Portugal, por çertas casas e rrendas que o dicto senhor Rey deu aa dicta eigreia de Bragaa na çidade de Lixboa e na villa de Viana, os quaaes beens e rrendas rrendiam de cada huũ anno em salvo da dicta eigreia de Bragaa quatro mill llivras da antiga moeda, *e delas tomasse posse o arcebispo* ([427]), *a validade do contrato dependia da homologação pela Santa Sé, tendo-se comprometido D. João I a pagar as despesas que o arcebispo e ele tivessem em impetrar do papa Bonifácio IX a confirmação da concórdia. Entretanto, morria o papa, pelo que o sucessor Inocêncio VII, a 15 de Setembro de 1405, encarregava o arcebispo de Lisboa de examinar o contrato e de o confirmar, no caso de o julgar de utilidade para a igreja de Braga, absolvendo o arcebispo das penas incorridas por ter realizado o contrato de permuta sem ter obtido antes o beneplácito apostólico:*

«Innocentius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri .. archiepiscopo Ulixbonensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Hiis que iudicio vel concordia inter

([426]) ADB, *Gaveta de Braga, sua jurisdição,* n. 20 (original, com selo de chumbo); *Colecção cronológica,* caixa 20.

([427]) ADB, *Colecção cronológica,* caixa 20.

devotos et fideles sancte Romane Ecclesie pro bono pacis rationabiliter concepta sunt, ut ad debitum perducantur effectum, libenter, cum a nobis requiritur, apponimus solicitudinis nostre partes. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte venerabilis fratris nostri Martini, archiepiscopi, et dilectorum filiorum capituli Bracharensis necnon carissimi in Christo filii nostri Johannis Portugalie et Algarbii regis illustris petitio continebat quod dudum archiepiscopus et capitulum ac rex prefati provide attendentes quod olim inter clare memorie nonnullos reges Portugalie et Algarbii, predecessores dicti regis tunc expressos, ex una parte, ac bone memorie quosdam archiepiscopos Bracharenses, eiusdem archiepiscopi predecessores, et huiusmodi capitulum diverse questiones et magne discordie super dominio et iurisdictione temporali civitatis Bracharensis que cum mero et mixto imperio reges ratione regni Portugalie ad se, archiepiscopi vero et capitulum prefati ad eamdem ecclesiam ratione cuiusdam donationis olim per clare memorie Tarasiam, reginam Portugalie illustrem, ad quam dominium et iurisdictionem huiusmodi dicte civitatis tunc pertinebant, ipsi ecclesie facte spectare asserebant ex altera orte fuissent ac Martinus archiepiscopus et capitulum necnon Johannes rex prefati timerent similes questiones et discordias [fl. 268] iterato insurgere seu oriri inter ipsos, ad sedandum veteres questiones et discordias antedictas et etiam futuris questionibus et discordiis huiusmodi obviandum premissorum occasione inter ipsos necnon pro publico bono ac evidenti commodo seu utilitate ecclesie predicte super premissis ad quamdam amicabilem compositionem et permutationem pervenerunt, videlicet quod Johanni regi prefato suisque successoribus regibus Portugalie, qui erunt pro tempore, sub certis clausulis et conditionibus tunc appositis dominium et iurisdictio huiusmodi cum eisdem mero ac mixto imperio perpetuo remanere deberet dictique Martinus archiepiscopus et capitulum omne ius quod sibi in dicta ecclesia ratione donationis eiusdem sive alias quomodolibet competebat aut competere poterat quoad eamdem iurisdictionem temporalem in Johannem regem ac eius heredes et successores antedictos, quantum in eis fuit, auctoritate ordinaria transtulerunt, licet de facto, ipseque Johannes rex, carissime in Christo filie nostre Philippe, Portugalie et Algarbii, necnon Edwardi, eorumdem regis et regine nati infantis illustrium, pro maiori corroboratione permutationis et compositionis huiusmodi ad hoc accedente consensu, diversa possessiones, domus et bona stabilia in civitate Ulixbonensi et aliis diversis terris ac locis dicti regni Portugalie consistentia necnon quedam iura similiter tunc expressa in excambium sive loco dicte iurisdictionis temporalis et pro ea transtulit in Martinum archiepiscopum et capitulum antedictos, per ipsum Martinum archiepiscopum suosque successores archiepiscopos Bracharenses, qui essent pro tempore, ac capitulum et ecclesiam huiusmodi perpetuo possidenda et habenda, prout hec omnia in quibusdam autenticis litteris in formam publicam redactis ac eorumdem Martini archiepiscopi et capituli necnon Johannis regis sigillis munitis dicitur plenius contineri. Quare pro parte Martini archiepiscopi et capituli necnon Johannis regis prefatorum nobis fuit humiliter supplicatum ut cum compositio et permutatio huiusmodi rationabiliter et provide ac etiam ut prefertur pro utilitate ipsius ecclesie processerint, pro firmiori earum subsistentia ipsis robur apostolice confirmationis adiicere aut alias partibus ipsis, ne super premissis in recidive contentionis scrupulum relabantur, oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur attendentes premissa viribus non subsistere ac cupientes quod nichilominus huiusmodi compositio et permutatio, inquantum cedant, ut prefertur, in evidentem utilitatem ecclesie predicte, rite perficiantur, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatenus de premissis omnibus et singulis et eorum circunstantiis universis auctoritate nostra diligenter et prout tanti negotii qualitas sive gravitas exegerit, te informes et si per informationem ipsam reppereris quod compositio et permuta-

tio huiusmodi, si perficiantur, cedant in evidentem utilitatem ecclesie prefate, super quibus tuam conscientiam oneramus, [fl. 268v) eas auctoritate predicta de novo perficere non postponas, absolvendo et eadem auctoritate nostra hac vice dumtaxat ipsum Martinum archiepiscopum, si hoc humiliter petierit, a reatu periurii necnon aliis penis iuris, quas pro eo quod predictam permutationem inconsulto Romano Pontifice seu alias de facto presumpsit facere, censetur quomodolibet incurrisse ac etiam secum super hoc eadem auctoritate nostra misericorditer dispensando, sicut anime sue saluti videris expedire, iniuncta sibi pro commissis penitentia salutari et aliis que de iure fuerint iniungenda. Datum Viterbii, decimo septimo Kalendas Octobris, pontificatus nostri anno primo» (428).

Em virtude destas faculdades, o arcebispo de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, absolveu o arcebispo de Braga, a 25 de Julho de 1406, em Santarém, e confirmou, a 21 de Maio de 1408, o contrato, em Évora. Eis a parte essencial do documento da absolvição e da aprovação pelo delegado apostólico:

«Era de Çesar de mil e quatroçentos e quareenta e quatro annos, viinte e çinquo dias do mes de Julho, em a villa de Santarem, stando hy o honrrado padre e senhor dom Joham, arçebispo de Lixboa, em os paaços seus, em que entom pousava o mui nobre e exçelente dom Joham pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve, por parte do dicto senhor Rey e do honrrado padre e senhor dom Martinho, arçebispo de Bragaa, e de Gomez Fernandez, coonigo da egreia de Bragaa e procurador do cabido da dicta egreia, em presença de nos Martim Gonçallvez e Rodrigue Anes scripvaães jurados dos dictos senhores arçebispo de Lixboa e arçebispo de Bragaa foy dicto ao dicto senhor arçebispo de Lixboa que antre elles fora trautado e fecto contraucto descanbho do senhorio e jurisdiçom temporal, mero e mixto inperio da dicta çidade de Bragaa e seu couto por çertas casas, rrendas e dereitos que o dicto senhor Rey deu ao dicto senhor arçebispo de Bragaa e sua egreia por o dicto senhorio e jurisdiçom e rrendas ao dicto senhorio e jurisdiçom perteeçentes e que por averem firme o dicto contraucto enviaromno aa corte de Roma, pedindo e suplicando a seu senhor o papa Inoçençio septimo que confirmase o dicto contraucto e desse a ell sua auctoridade. O qual senhor papa cometeo per sua letera bullada ao dicto senhor arçebispo de Lisboa que se enformase e que se achase per enformaçom llidima que o dicto scanbho e contraucto dell era fecto a prol evidente da dicta egreia de Bragaa, que o acabasse e absolvesse o dicto senhor arçebispo de Bragaa do periuro e penas que encorrera, fazendo o dicto scanbho e contraucto sem rrequerendo sobrello ante o dicto senhor papa, segundo todo esto e outras cousas mais declaradamente na dicta letera do dicto senhor papa he contheudo. A qual logo o dicto senhor Rey e o dicto senhor arçebispo de Bragaa e o procurador do dicto cabidoo apresentarom ao dicto senhor arçebispo de Lixboa nom viçiosa, nom rrasa, nom entrelinhada, nom em algũa parte sospecta e tiinha hũu sseello de chunbo com figuras de cabeças de sam Pedro e sam Paullo dhũa parte e da outra leteras que diziam Innocentius papa vii.us. O qual sseello era penhorado com corda delgada de linho caneve, da qual letera o theor tal he: Innocentius, episcopus, servus servorum Dei ... A qual letera asy apresentada per o dicto senhor Rey e per o dicto senhor arçebispo e procurador do dicto cabidoo de Bragaa, pedirom ao dicto senhor arçebispo de Lixboa que procedese aa execuçom della e pedindo outrosy humildemente o dicto senhor arçebispo de Bragaa que per vertude da dicta letera o absolvesse e lhe desse peendença saudavil a sua alma e despenssasse com ell,

(428) AV, Reg. Lat. 123, fls. 267v-268; em pública forma na absolvição e confirmação do contrato de 25 de Julho de 1406 e 21 de Maio de 1408: ADB, *Gaveta de Braga*, n. 22.

como lhe per o dicto senhor papa era mandado e comittido e o dicto senhor arçebispo de Lixboa dise que aceptava e rrecebia a dicta letera e commissom com aquella reverençia que devia e procedendo logo aa execuçom da dicta letera, que se apartou com o dicto senhor arçebispo de Bragaa e stando em giolhos ante ell o absolveo e despenssou com ell sobre o perjuro e penas quaesquer que por fazer o dicto scanbho e contraucto sem aconselhando nem requerendo o dicto senhor papa encorrera e lhe deu penitençia saudavil a sua alma, dizendo o dicto senhor arçebispo de Lixboa que quanto ao al contheudo na dicta letera que queria veer o stromento e contraucto do dicto scanbho e enformarse se era a prol da dicta egreia de Bragaa e que avuda tal enformaçom, que faria o que lhe o dicto senhor papa mandava e o poria em execuçom. E o dicto senhor Rey e arçebispo de Bragaa e procurador do dicto cabidoo apresentarom logo ao dicto senhor arçebispo de Lixboa o stromento do dicto contraucto pera se per ell enformar, do qual o theor de verbo a verbo tal he: In nomine Domini. Noverint universsi presentis instrumenti sseriem inspecturi quod anno Domini millesimo quatorcentesimo secundo ... dictus rex promisit suis propriis expensis procurare et habere. Testes qui presentes ... Tenor procurationis dicti capitulli Bracharensis, de qua fit mentio in isto instrumento, sequitur et est talis. Sabham quantos este stromento de procuraçom virem que na era de mil e quatroçentos e triinta e nove annos, dezeoito dias do mes de Julho, na çidade de Bragaa, dentro no cabidoo novo da egreia cathedral ... E eu Lopo Afomso, tabaliam da dicta çidade e seus coutos per auctoridade do dicto senhor arçebispo, que a esto com as dictas testemunhas presente fui e esta procuraçom screvi e em ella meu signal fiz que tal he. El Rey, a Raynha, Inffante. Martinus, archiepiscopus Bracharensis. Et ego supradictus tabellio prenominatus, qui premissis et singullis, dum sic ut premittitur fierent, una cum dictis testibus presens fui eaque omnia et singula in hoc publico instrumento per meum scripbam iuratum, me aliis occupatus negotiis, scripbi feci ssignoque meo solito in fidem et testimonium premissorum signavi. E eu sobredicto Martim Gonçallvez esto aqui screpvi e com o dicto Rodrigue Annes o dicto tralado do dicto scaymbho, presentes as partes, conçertey. E o dicto R.º Annes scripvam de mandado do dicto senhor arçebispo de Lixboa, que a todo esto presente foy, aqui soscrepveo per sua mãao. Martinus Gonssalvi. E eu sobredicto Rodrigue Annes, scripvam que a esto presente ffuy e sto soscrepvi per minha mãao e asyney do meu nome. Rodrige Annes. El Rey. Item depois desto, aos viinte e hũu dias do mes de Mayo, era de mil e quatrocentos e quareenta seis annos, em os paaços do dicto senhor Rey que stam junto com o moesteiro de sam Francisco da çidade dEvora, presentes nos sobredictos scripvãaes, que ora ssomos tabeliãaes espeçiaaes per auctoridade do dicto senhor Rey pera este aucto, o qual e o dicto senhor arcebispo de Bragaa e o dicto procurador do dicto cabidoo diserom ao dicto senhor arçebispo de Lixboa que bem sabia como ficara de sse enformar se o dicto scambho se fazia a prol da dicta egreia de Bragaa e dar sobrello desenbargo. E porem lhe pediam que se ia era enformado, que o acabase como lhe era cometido. E o dicto senhor arçebispo de Lixboa dise que ell vira e examinara o dicto stromento do dicto contraucto descanbho, fecto antre o dicto senhor Rey e arcebispo e cabidoo da dicta egreia de Bragaa, e se enformara per testemunhas dignas de creer, que sabiam as rrendas, direitos e cousas que o dicto senhor arcebispo e cabidoo de Bragaa por o dicto senhorio e jurisdiçom, mero e mixto inperio temporal e rrendas e direitos, ao dicto senhorio e jurisdiçom de Bragaa perteecentes, e ssabiam outrosy a prol e rrendas e direitos que o dicto senhor arcebispo e cabidoo da dicta egreia de Bragaa aviam e podiam aver per rrazom do dicto senhorio e jurisdiçom e rrendas a ella perteecentes e que achava pello dicto das dictas testemunhas que, se o dicto scanbho e contraucto se acabasse, era fecto a gram prol evidente da dicta egreia de Bragaa. E porende, querendo que se acabasse e perfezesse o

dicto contraucto de scanbho, mandou a nos sobredictos tabaliãaes que o publicasemos e leessemos perante o dicto senhor Rey e arcebispo e procurador do dicto cabidoo de Bragaa. O qual asy leudo e publicado, fez pregunta aos dictos senhores Rey e arcebispo e procurador se lhes plazia outorgarem e firmarem o dicto contraucto descanbho, que elle, vista a enquiriçom que sobrello mandara tirar, e enformaçom que dello avia, dava per poder da dicta letera ao dicto arcebispo e cabidoo auctoridade pera fazerem e outorgarem de novo o dicto contraucto descanbho, asy como antre elles fora trauctado. E o dicto senhor Rey com a Raynha dona Philipa, sua molher, e o Infante Duarte, seu filho mayor e herdeiro, e o dicto senhor arcebispo e procurador do dicto cabidoo de Bragaa diserom que elles queriam e lhes plazia destar pello dicto contraucto e outorgavam de novo e consentiam em ell e se obligavam a guardar e comprir em todo e per todo asy e pella guisa que em ell he contheudo e nom hir contra ell em juizo nem fora dell, jurando sobre hũu livro dos sanctos evangelhos, o qual lhe foy apresentado per o dicto senhor arcebispo de Lixboa e per elles corporalmente tangidos que asy o comprisem e guardasem. E logo o dicto senhor arcebispo de Lixboa per o poder a ell na dicta letera cometido, aprovou o dicto contraucto e acabou e auctorizou pella guisa que em ell he conteudo. Das quaes cousas os dictos senhores Rey e arcebispo e procurador do dicto cabidoo de Bragaa pedirom hũu e dous e tres e mais stromentos, quantos lhes compridoiros fossem. E o dicto senhor arçebispo de Lixboa lhos mandou dar assinados per sua mãao e do dicto senhor Rey e Raynha e Infante Duarte e sseellados dos sseellos dos dictos arçebispo de Lixboa e Rey e arçebispo de Bragaa; testemunhas que a esto forom presentes: dom frey Fernam Roiz, meestre dAvis da hordem de Calatrava, e Joham Afomso de Santarem e o doutor Martim do Sem, do conselho del Rey, e Gonçallo Vasquez Coutinho, marichal, e Martim Afomso de Merloo, guarda mayor del Rey, e V.co Lourenço, alcayde dOlivença, meirinho moor do dicto senhor Rey, e Gil Martins e Diego Martinz doctores e o doctor Lançarote e Vaasco Gil de Pedroso, leçençiado em lex, do desenbargo do dicto senhor Rey, e outros. E eu Martim Gonçallvez, tabaliam sobredicto, que aas sobredictas cousas com o dicto R° Annes outrossy tabaliam e com as sobredictas testemunhas presente fuy e esto stromento de contracto em estas nove folhas de pergaminho deste quaderno per fiel scripvam jurado fiz screpver, por quanto eu era ocupado em outros negoçios, e aqui soscrepvi per minha mãao e meu signal fiz que tal he... El Rey. Reinha. Jo., archiepiscopus Ulixbonensis. Ifante» (429).

D. Martinho Afonso continuou suas boas relações de amizade e colaboração com D. João I até à morte, ocorrida a 25 de Março de 1416 (430), *quando na Igreja se envidavam todos os esforços por acabar com o cisma do Ocidente no concílio de Constança, aonde el-rei tinha mandado embaixada importante, como aliás fizera também aquando do concílio de Pisa, como veremos mais à*

(429) ADB, *Gaveta de Braga*, n. 22.

(430) A data da morte consta do letreiro do seu túmulo na igreja de S. Cristóvão de Lisboa: «Aqui jaz o muito honrado senhor D. Martinho Affonso, arcebispo que foi de Braga, governador del Rey D. Duarte e principal conselheiro del Rey D. João. O qual foi com elle em a gram batalha real e em todas as entradas em Castella bensi com sua gente entrou duas vezes em Galliza e foi em todolos feitos que o dito senhor ouve des o começo de sua demanda ata o fim. O qual finou era de MCCCCXVI annos a xxv dias de Março». Inscrição em RODRIGO DA CUNHA, *Segunda Parte da História Eclesiástica dos arcebispos de Braga* ..., Braga, 1635, p. 221. Cf. ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª edição, livro I, p. 126, livro III, p. 264. De facto, segundo consta de documento de *Gomez Fernandez, coonego de Bragaa e vigairo jeeral em essa meesma, aa se vagante*, de 11 de Junho de 1416, já tinha falecido nesta data (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 42, n. 28).

frente, servindo-se aliás, também nestas circunstâncias, de alguns letrados e colaboradores vindos da Universidade de Bolonha. Da fidelidade e constância de D. Martinho Afonso, arcebispo de Braga, nos serviços pestados a D. João I, temos documento pontifício de 28 de Setembro de 1413. Trata-se de bula de João XXIII, dirigida a D. Martinho, a conceder-lhe o indulto de visitar a cidade e diocese de Braga por meio de outras pessoas eclesiásticas, pelo facto de ele, além de achacado por enfermidade, andar frequentemente ocupado nos negócios e ofício de conselheiro do monarca português:

> «*Johannes, etc. Venerabili fratri nostro Martino, archiepiscopo Bracharensi. Salutem, etc. Devotionis tue... Exhibita siquidem nobis pro parte tua petitio continebat quod quia tu plerumque impeditus in negotiis et consiliis filii nostri Johannis, regis Portugalie illustris, et etiam sepius diversis infirmitatibus gravatus existis, non vales tuam diocesim, ut iuris ordo requirit, personaliter visitare, pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut providere tibi super premissis de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur tuis devotis supplicationibus inclinati. ut ecclesias et monasteria aliaque loca ecclesiastica earumque personas tuarum civitatis et diocesis, in quibus tibi visitationis officium de iure vel consuetudine competit, possis per aliquam seu aliquas personam seu personas, ydoneam vel ydoneas, quam vel quas ad id duxeris deputandam seu deputandas, in una die visitare et procurationes ratione visitationis huiusmodi tibi debitas ab eisdem ecclesiis, monasteriis, locis et personis taliter visitatis semel dumtaxat in pecunia enumerata recipere moderatas... tenore presentium, indulgemus... Datum apud Sanctum Antonium extra muros Florentinos, quarto Kalendas Octobris, anno quarto. Stephanus, de mandato. de Prato*» (431).

Além do bispo de Évora, D. João, que exercera tanta actividade nas cortes de Coimbra e a seguir, sempre a favor de D. João I, de quem era conselheiro (várias de suas intervenções e trabalhos

---

(431) AV, Reg. Lat. 173, fl. 269. Outros papas lhe concederam idênticos indultos, em circunstâncias semelhantes. Além dos já referidos, lembro o de Bonifácio IX, de 8 de Junho de 1398, não só quanto à diocese, como também quanto à província eclesiástica, encarregando da execução o bispo de Viseu, o deão de Coimbra e o chantre do Porto (AV, Reg. Lat. 52, fls. 201-201v), com novas concessões a 31 de Dezembro de 1398 (AV, Reg. Lat. 80, fls. 36-37), mas que o mesmo papa revogava por outra bula de 11 de Maio de 1400, quanto à província, por causa dos inconvenientes que poderiam advir da execução, em virtude das guerras vigentes nessas terras e por outros motivos: «Bonifacius, etc. Ad futuram rei memoriam. Ad illa ... Dudum siquidem venerabili fratri nostro Martino, archiepiscopo Bracharensi, per nostras litteras ut usque ad quinquennium, a data ipsarum litterarum computandum, ecclesias, monasteria aliaque loca ecclesiastica eorumque personas suarum civitatis et diocesis ac provincie Bracharensis, in quibus sibi visitationis officium de iure vel de consuetudine competeret, posset per aliquas seu aliquam personam seu personas ydoneam vel ydoneas, quam vel quas ad id duceret deputandam seu etiam deputandas, quotiens tempus ingruerit, visitare ac procurationes ratione visitationis huiusmodi sibi debitas ab ecclesiis, monasteriis, locis et personis eisdem taliter visitatis in pecunia numerata recipere moderatas duximus indulgendum, certis sibi super hoc executoribus deputatis, prout in ipsis litteris plenius continetur. Cum autem, sicut nuper accepimus, vigore earumdem litterarum, si ad executionem in dicta provincia procederetur ipsarum, tam propter guerras, in illis partibus vigentes, tum propter alias causas diversas inconvenientia plurima sequerentur, Nos, quorum interest, super hoc ex premissis et aliis rationabilibus causis, animum nostrum inducentibus, providere, predictas litteras et processus forsan habitos per easdem quoad ecclesias, monasteria aliaque loca ecclesiastica ac personas dicte provincie ex certa scientia auctoritate apostolica cassamus et irritamus ac nullius esse decernimus roboris vel momenti ac etiam absolvimus ad cautelam easdem personas ab excommunicationum et aliis censuris et penis in eas forsan occasione predictarum litterarum et processuum promulgatis ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto Idus Maii, anno undecimo» (AV, Reg. Lat. 79, fl. 120).

constam desta Introdução e da outra ao II volume de Monumenta), *e do Doutor Martinho Afonso, bispo de Coimbra e arcebispo de Braga, foram referidos atrás como indigitados, nas cortes de Coimbra, para conselheiros de el-rei, D. Rui Lourenço, deão de Coimbra, e João Afonso de Azambuja, bacharel em decretos. Este último pertencia ao desembargo régio. Aparece em documentos de 1384* ([432]), *1385* ([433]), *ano em que foi apresentado por el-rei ao bispo*

([432]) Encontramos documentos régios desembargados no ano de 1384 por João Afonso de Azambuja, bacharel em decretos, no dia 12 de Junho *per Joham Afomso, bacharel em degredos e do seu desenbargo*, no dia 24 de Setembro *per Joham Afonso, bacharel em degredos e do seu desembargo*, no dia 18 de Novembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos*, e no dia 27 de Dezembro *per Joham Afonso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fls. 16a, 37b-37va, 74v-75a).

([433]) São muitos os documentos do ano de 1385, desembargados por João Afonso, bacharel em degredos ou decretais. Antes de mais, aparece em documentos da *Chancelaria de D. João I*, livro I: no dia 5 de Janeiro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afonsso, scollar em leis, seu camareiro moor e do seu desembargo* (fls. 74v-75a); no dia 13 de Fevereiro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasallo e do seu desembargo* (fl. 9b); no dia 10 de Março *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasalo e do seu desembargo* (fl. 140v); no dia 28 de Março *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasalo e do seu desembargo* (fl. 122b); no dia 2 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos e do seu desembargo* (fl. 120); no dia 3 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fls. 115v, 116v, 119, 120b, 122, 122vb, 123, 123v, 124, 125va, 125vb, 129v) ou *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasalo e do seu desembargo* (fl. 133v, livro 5, fl. 53); no dia 4 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos e do seu desembargo* (fls. 119vb, 122v, 123b, 129v); no dia 5 de Abril *per Joham A.º bacharel em degredos e do seu desembargo* (fl. 117v); no dia 7 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fl. 140b); no dia 8 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fl. 121vb); no dia 10 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos e do seu desembargo* (fls. 118-118v, 124v, 138, 138v-139); no dia 11 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos e do seu desembargo* (fl. 119v); no dia 12 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fl. 107, 121va, 135); no dia 13 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasalo e do seu desembargo* (fls. 125, 130, 130-130v, 130v-131, 131v, 132, 132-133, 133-133v, 133v-134) ou *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fls. 126-126v); no dia 14 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fl. 102); no dia 15 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasallo e do seu desembargo* (fls. 94v) ou *per Joham Afomso, bacharel em degredos e do seu desembargo* (fls. 124va-124b, 125va, 127a-127b, 128, 129a); no dia 16 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fl. 135v); no dia 17 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desenbargo* (fl. 129b) ou *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasallo e do seu desembargo* (fl. 131v); no dia 18 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fls. 135v-136); no dia 19 de Abril *per Joham Afomso bacharel em degredos, do seu desembargo* (fls. 134, 134v); no dia 20 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fl. 137v); no dia 23 de Abril *per Joham A.º, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fl. 134vb); no dia 25 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasallo e do seu desembargo* (fl. 139b); no dia 26 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fls. 102v-103); no dia 2 de Maio *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasallo e do seu desembargo* (fl. 104) ou *per Joham Afomso, bacharel em degredos e do seu desembargo* (fl. 108); no dia 3 de Maio *per Joham A.º, bacharel em degredos, seu vasallo e do seu desembargo* (fl. 78); no dia 11 de Maio *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasallo e do seu desembargo* (fl. 139v); no dia 13 de Maio *per Joham Afomso, seu vasalo e do seu desembargo* (fl. 139vb); no dia 29 de Maio *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, escollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 148v) ou *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasalo e do seu desembargo* (fl. 149v); no dia 6 de Junho *per Joham Afomso, bacharel em degredos e do seu desembargo* (fl. 109va); no dia 7 de Junho *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasallo e do seu desembargo* (fl. 109va); no dia 8 de Junho *per Joam Afomso, bacharel em degredos e do seu desembargo* (fl. 110v); no dia 10 de Junho *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fl. 100v, 109vb); no dia 11 de Junho *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fls. 101, 111); no dia 12 de Junho *per Joham Afomso, bacharel em degredos, do seu desembargo* (fl. 196); no dia 14 de Junho *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vassallo e do seu desembargo* (fl. 112); no dia 17 de Junho *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasallo e do seu desembargo* (fl. 159); no dia 10 de Agosto *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scolar em leis, do seu desembargo* (fls. 95-95v); no dia 22 de Agosto *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e*

de Lisboa, no dia 23 de Novembro de 1385, para prior de Santa Maria de Alcáçova de Santarém ([433a]), *embora só em 1386* ([434]) *e 1387 apareça nessa quali-*

---

per Joham Afomso, escollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo (fl. 89); no dia 24 de Agosto *per Joham Afomso, bacharel em degredos e do seu desembargo* (fl. 115); no dia 25 de Agosto *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis e do seu desembargo* (fl. 84, 87); no dia 27 de Agosto *per Joham A.º, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 88); no dia 28 de Agosto *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 143v); no dia 30 de Agosto *per Joham Afomso, bacharel em leis, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 85); no dia 2 de Setembro *per Joham A.º, bacharel em degredos, e per Joham A.º, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo,* a última palavra riscada e substituída por cima pela *conselho* (fl. 86), ou *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham A.º, scolar em leis, do seu desembargo* (fls. 92, 96v); no dia 3 de Setembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, do seu desembargo* (fl. 94vb); no dia 28 de Setembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasallo e do seu conselho* (fls. 78-78v), no dia 29 de Setembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, seu vasalo e do seu desembargo* (fl. 145v); no dia 3 de Outubro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fls. 76-76v, livro 5, fl. 48v); no dia 4 de Outubro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasalos e do seu desembargo* (fl. 145); no dia 7 de Outubro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scolar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 160v), no dia 12 de Outubro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu conselho e desenbargo,* as palavras *conselho e* foram acrescentadas por cima (fl. 159v); no dia 27 de Outubro *per Joham Afomso, scollar em leis, seu vasallo e do seu desembargo, nom seendo na corte Joham Afomso, seu companhaam* (fl. 162v); no dia 28 de Outubro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 158); no dia 6 de Novembro *per Joham A.º, bacharel em degredos, e per Joham A.º, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fls. 147v-148); no dia 10 de Novembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 145); no dia 13 de Novembro *per Joham Afomso, scollar em leis, seu vasallo e do seu desembargo, nom seendo hy Joham A.º, bacharel em degredos, seu companhom* (fl. 161v); no dia 15 de Novembro *per Joham Afomso, scolar em leis, seu vasallo e do seu conselho e desembargo, nom seendo hy Joham A.º, seu companhaao* (fl. 162); no dia 23 de Novembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham A,º, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 167).

([433a]) Neste dia 23 de Novembro, era apresentado por el-rei ao bispo de Lisboa para prior da igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém: «Sancta Maria dAlcaçeva. Carta per que o dicto senhor apresentou aa sua igreia de sancta Maria dAlcaçeva de Santarem do bispado de Lisboa *Joham Afomso, clerigo,* etc. em Villa Real, xxiii dias de novembro de mil iiii.c xxiii annos» (fl. 166v). No dia 24 de Novembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, escolar em lex, seus vasalos e do seu desembargo* (fl. 163v); no dia 27 de Novembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasalos e do seu desembargo* (fl. 164v); no dia 30 de Novembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasalos e do seu desembargo* (fl. 164); no dia 6 de Dezembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham A.º, scolar em leis, seus vasalos e do seu desembargo* (fl. 166b); no dia 8 de Dezembro *per Joham A.º, bacharel em degredos, e per Joham A.º, scollar em lex, seus vasalos e do seu desembargo* (fl. 166) e no dia 29 de Dezembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 148v). Aparece ainda como *Joham Affonso, bacharel em degretaes, do seu desembargo,* em três docum. de 14 de Abril de 1385, pertencentes ao cabido da sé de Coimbra (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra,* 2.ª incorporação, maço 16, nn. 725, 734, 742. Em dois docum. de 6 e 7 de Junho de 1385, da colegiada de Guimarães, aparece como *Joham Afomso, bacharel em degredos, e do seu desembargo,* assinando *Johannes Alfonsi* (ANTT, *Colegiada de Guimarães,* docum. régios, maço 2, nn. 5-7). A 2 de Setembro de 1385, assinando *Johannes Alfonsi* e designado como *Joham Affomso, bacharel em degredos,* em ANTT, *Maço 1 de Suplemento de Cortes,* n. 8.

([434]) Quanto ao ano de 1386, no dia 10 de Janeiro *per Joham Affomso, bacharel em degredos, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 154). No dia 25 de Janeiro deste ano de 1386, el-rei D. João I confirmava os privilégios do prior e cónegos da dita colegiada de Santarém, certamente para beneficiar o seu apaniguado, que já tinha apresentado ao bispo de Lisboa: «Dos privillegios de Sancta Maria dAlcaçeva de Santarem. Carta per que o dicto senhor confirmou e outorgou ao prior e conegos e cabido de Santa Maria dAlcaçeva de Santarem todos seus privillegios, foros e liberdades e boons custumes que sem-

dade ([435]), *como desembargador, inclusive em 1389 e 1390, quando já era bispo de Silves* ([435a]). *Fazia parte dos que acompanhavam el-rei na reconquista de Santarém:* «*Como*

---

pre ouverom. Dante no arreal de sobre Chaves, xxb dias de Janeiro de mil iiii.c xxiiii annos» (fl. 153). No dia 29 de Janeiro *per Joham Afomso, escolar em lex, e per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçova, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 168v); no dia 17 de Fevereiro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçova de Samtarem, e per Joham Afomso, scollar em leis, do seu desembargo* (fl. 170v); no dia 16 de Março *per Joham Afomso, bacharel em degredos e prior dAlcaçeva de Santarem, nom seendo hi Joham A.º, scollar em leis, seu companham* (fl. 171); no dia 25 de Março *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva de Santarem, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 172); no dia 21 de Abril *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desenbargo* (fl. 174v); no dia 15 de Maio *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 24v); no dia 23 de Junho *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 184v); no dia 13 de Julho *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 176); no dia 26 de Julho *per Joham Afomso, bacharel* (livro 2, fl. 25va-25vb); no dia 10 de Setembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva de Sanctarem, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 181v); no dia 21 de Setembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desenbargo* (fl. 182); no dia 25 de Setembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 183); no dia 26 de Setembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva, e per Joham Afomso, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 175v-176) e no dia 28 de Dezembro *per Joham Afomso, scolar em leis, seu vasalo e do seu desembargo, non seendo hy Joham A.º, bacharel em degredos, seu companhom* (fl. 179). No dia 2 de mês que não vem indicado, na cidade do Porto, el-rei D. João I concedia privilégios à colegiada de Santa Maria da Alcáceva de Santarem, sem dúvida alguma por influência de D. João Afonso de Azambuja: «Privillegios dAlcaçeva de Santarem. Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem, fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a todollos que moram ou morarem daqui endeante dentro na alcaçeva da nosa villa de Santarem, a honrra de Sancta Maria da dicta Alcaçeva e por seer milhor pobrado o dicto lugar, teemos por bem e mandamos e defendemos que nom seia nenhũu tam ousado de qualquer condiçam e stado que seia, que pouse em elles nem lhes tome pam nem vinho nem gaados nem bestas nem Roupas ... em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante na cidade do Porto, dous dias [*espaço em branco*] elrrey o mandou. Martim Gonçallvez a fez, era de mil iiii.c xxiiii annos» (fl. 182).

([435]) Quanto ao ano de 1387, no dia 29 de Janeiro, *per Joham A.º, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva, e per Joham A.º, scollar em leis, seus vasallos e do seu desembargo* (fl. 180); no dia 18 de Fevereiro *per Joham Afomso, scollar em leis, seu vasallo e do seu desembargo, porque Joham A.º, prior dAlcaçeva, seu companhom, he ocupado doutros negoçios* (fl. 177v); no dia 13 de Novembro *per Joham Afomso, bacharel em degredos, prior dAlcaçeva de Sanctarem, e per Joham Afomso, scolar em leis, do seu desembargo* (fl. 180v).

([435a]) Não encontrei documentos desembargados por João Afonso de Azambuja no ano de 1388, porque ele deve ter ido à Cúria papal, tratar dos negócios de el-rei, ainda como prior de Alcáçova de Santarém, juntamente com o bispo de Évora, D. João. Disso temos prova em documento de 25 de Junho de 1389 sobre dinheiros e mercadores genoveses, a viver em Lisboa e em Bruges, os quais tinham entregue esses dinheiros a D. João, bispo de Évora, e a D. João Afonso de Azambuja, bispo eleito de Silves, conforme informação destes ao monarca: «Dom Joham ... A vos Reçebedores da nosa fazenda ... sabede que nos quitamos e damos por quite e livre deste dija pera todo senpre Stevom Vasquez, conigo da egreia de Sijvel (!), de tres mil e duzentos frolijs de Frolença que o dicto Stevom Vaasquez por nos e *em noso nome ouve e rreçebeo em Bruges per rrazom dhuũ canbo que nos fezemos da dicta soma na nosa çidade de Lixboa com Persijval Pracentim, noso tesoureiro, e com Joham de Palma e Frederico Caucelmo e Benedicto Leorcadijo, mercadores genoeses, estantes na dicta çidade de Lixboa, e com Martim Lourenço, mercador da dicta çidade, os quais ffroliis o dicto Stevom Vaasques Reçebeo per a guisa que se adeante segue, convem a saber, de Miçe Nycolau de Virçelis, mercador Prazentim, estante em Bruges*, mil frolijs per carta de canbo do dicto Persijval e de miçe Antonilo Marrufo, *mercador genoes, estante em Bruges*, quinhentos frolijs per carta de canbho do dicto Frederico Cauçelmo. Item de miçe Canteneo de Vivaldes, *mercador genoes em Bruges*, quatrocentos frolijs per carta de canbho do dicto Benedicto Leorcadeo. Item Reçebeo maijs do dicto Cateneo de Vivaldes mil e cem frolijs per carta de canbho do dicto Joham de Palma. E Recebeo maijs de Ruy Gijl, homem do dicto Martim Lourenço, duzentos frolijs por carta de canbho

el-rei partiu de Torres Novas, caminho de Santarém ... e logo em outro dia mandou dar às trombetas, caminho de Santarém ... levando el-rei suas gentes ordenadas em batalha, e iam com elle ... *e dos do reino Vasco Martins de Melo e Vasco Martins da Cunha e Ruy Vasques de Castello Branco e* João Affonso dAzambuja, que depois foi cardeal, *e o doutor Gil Docem ...*» (436). *A 18 de Fevereiro de 1387, el-rei D. João I,* «*querendo fazer graça e merçee a* Joham Afonso dAzanbuja, do nosso conselho, por muito serviço que del rrecebemos *e entendemos de rreceber*», *doava-lhe* «*toda a divida em que nos era obrigado Joham Vaasquez, morador que foy em Poboos, por rrazom do tenpo que foy almuxarife das liziras, em tenpo delrrey Dom Fernando, nosso hirmaao, a que Deus perdoee, e seus beens e herdeiros*» (436a).

Vimos já a sua actividade como embaixador de D. João I na Cúria de Urbano VI e na de Bonifácio IX, que o transferiu pora a sé do Porto, quando ele exercia o oficio de embaixador. Nessa altura, foi incumbido de várias comissões pontifícias, algumas delas já recordadas, como a da con-

---

do dicto Martim Lourenço. E asij som per todos em soma os dictos tres mil e duzentos frolijs, *os quaaes o dicto Stevom Vaasquez deu per noso mandado a dom Joham, bispo dEvora, e a dom Joham Afonso de Azanbuja, Elejto de Sijlve, pera paga da sua rrendijçom, segundo per os dictos bispo e enleijto fomos certo.* E porem nos damos por bem entreges dos dictos tres mil e duzentos frolijs e damos por quite e livre delles pera senpre o dicto Stevam Vaasquez como dicto he. E outrossij nos damos por entrege dhũu stormento dobrigaçom em que nos he obrigado em oijtocentos nobres. El Rey ... Dante em Lixboa, xxb dias de Junho. El Rey o mandou. G.º Gonçallvez a fez. Era de mil c iiii.c xxvii annos» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 5, fl. 9). Di-lo mais claramente o monarca em documento de 1 de Julho de 1389, ao falar dos serviços que Rodrigo Anes, cónego de Lisboa, prestara a ele e ao bispo de Évora, acompanhando-os na viagem: «Dom Joham ... mandamosvos que nom costrangades nem mandedes costranger Rodrige Anes, coonigo de Lixboa, que pague nenhũa cousa em esa dizima e meya do que lhe em ello montava de pagar da dicta sua coonesya e dos outros seus benefiçios, ca nossa merçee he que seia dello escusado, *por serviços que nos fez em companha do emleito de Silve e do bispo dEvora.* E se lhe por esta rrazom alguũs beens ou penhores som tornados, fazedelhos llogo entregar ... Dada na çidade de Lisboa, primeiro dia de Julho. El Rey o mandou. Vaasque Anes a fez. Era de mil iiii.c xxbii annos» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 5, fl. 5v). Mais documentos em 1389: A 28 de Junho de 1389, *per Joham Afomso, enleito e confirmado na igreia de Silve* (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fl. 40b-40va); no dia 5 de Julho aparece como *Joham, enlecto de Silve ... do seu desenbargo* (livro 5, fl. 6). A 25 de Agosto de 1389, D. João I, ao isentá-lo das dízimas, di-lo *Johane Afonso, enleito de Silves, do noso conselho* (livro 5, fl. 8). Nos primeiros meses de 1390, ainda aparece como bispo eleito de Silves, a desembargar cartas régias, mas já a partir de Fevereiro figura como bispo de Silves. A 15 de Janeiro: *per Joham Affonso, scolar em lex, seu vassallo e do seu desenbargo, nom seendo hii Joham Affomso, bacharel em degredos, enleyto confirmado da eigreia de Silve* (*Chancelar. de D. João I*, livro 2, fls. 4v-5). A 27 de Fevereiro: *per dom Joham, bispo de Silve, e per Joham Affonso, scolar em leys, seu vassallo e de seu desenbargo* (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 18). A três de Março: *per dom Joham, bispo de Silve, e per Joham A.º de Santarem, scollar em leis, seu vasallo e do seu conselho* (*Chancel. de D. João I*, livro 2, fls. 7b-7va). A 4 de Março: *per dom Joham, bispo de Silve ... anbos do sseu consselho* (ACML, *Livro* 1 *de D. João I*, cód. 10, docum. 16, fl. 26, publ. em *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, n. 440). Ainda noutro do mesmo dia, mês e ano: *per dom Joham, bispo de Silve ... anbos do seu desenbargo,* assinando *Johannes, episcopus Silvensis* (ACML, *Livro* 1.º *de Cortes*, cód. 5, docum. 10, fls. 66v-69, publ. em *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, n. 441). A 23 e 24 de Março simplesmente como bispo de Silves (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 5, fl. 11v, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 48, n. 1894. maço 78, n. 3331: *El Rey o mandou per dom Joham, bispo de Silve*). A 14 de Abril: *per dom Joham, bispo de Silve, do seu desenbargo* (livro 2, fl. 9va-9vb). A 26 de Julho: *per dom Joham, bispo de Silve, do seu desembargo* (livro 2, fls. 47b-47va). A 8 de Agosto, D. João I concedia favores a pessoas da família do bispo de Silves, dizendo-o bispo de Silves e do conselho régio (livro 5, fl. 15). A 31 de Agosto: *per dom Joham, bispo de Silve, e per Ruy Lourenço, dayam de Coinbra, licenciado em degredos, seu clerigo, do seu desembargo* (livro 2, fls. 47v-48). A 1 de Setembro: *per dom Joham, bispo de Silve, e per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licenciado em degredos, do seu desembargo* (livro 2, fl. 48b). A 24 de Setembro fala de *dom Joham, bispo de Silve, do nosso conselho* (livro 5, fl. 11).

(436) FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, 2.ª parte, cap. 23.

(436a) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 41v.

cessão, a pedido do monarca, aos Dominicanos do convento da Batalha de poderem receber doações de bens e legados (437). *De registar também a comutação do voto feito por D. João I, quando estivera preso por ordem de seu irmão el-rei D. Fernando, de visitar o Santo Sepulcro, por o não poder cumprir, devido às guerras, em que andava envolvido* (438). *Outra importante, a da absolvição dos bispos e prelados e outros clérigos e pessoas eclesiásticas de Portugal, que juntamente com os leigos tinham pegado em armas contra os cismáticos, tendo, por isso, incorrido em penas eclesiásticas:*

> «*Bonifacius, etc. Venerabili fratri episcopo Portugalensi. Salutem, etc. Sedes apostolica pia mater recurrentibus ad eamdem cum humilitate filiis post excessum libenter se propitiam exhibet et benignam. Exhibita siquidem nobis super pro parte carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, petitio continebat quod dudum, cum scismatici et rebelles sancte matris Ecclesie Portugalie et Algarbii regna invaderent ipsaque occupare et destruere niterentur, nonnulli episcopi et prelati et alii clerici et persone ecclesiastice seculares et regulares dictorum regnorum ad resistendum rabiei et perfidie dictorum scismaticorum et rebellium una cum aliis laicis partium predictarum se disponentes pro defensione patrie sue contra eosdem arma sepius susceperunt et se bellicis actibus contra eosdem scismaticos et rebelles imiscuerunt ac deinde, non in contemptum clavium, missas et alia divina officia celebrarunt et immiscuerunt se illis. Quare pro parte dicti regis fuit nobis humiliter supplicatum ut eosdem episcopos, prelatos et clericos ac personas ecclesiasticas ab excommunicationis sententia, si quam et aliis sententiis et penis, quas dicti episcopi, prelati et clerici ac persone ecclesiastice propter premissa incurrerunt, absolvere ac eis et eorum statui super hoc providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur dicti regis in hac parte supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua in hiis et aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus eosdem episcopos et prelatos ac clericos ac personas ecclesiasticas, si hoc humiliter petierint, ab excommunicationis et aliis sententiis et penis, quas propter premissa incurrissent auctoritate nostra hac vice dumtaxat absolvas in forma Ecclesie consueta, iniunctis eis et cuilibet eorum pro modo culpe penitentia salutari et aliis que de iure fuerint iniungenda. Et nichilominus cum eisdem episcopis et prelatis ac clericis et personis super irregulatitate sic contracta, eis prius a suorum ordinum executione suspensis ad tempus, de quo tibi videbitur, eadem auctoritate dispenses. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, secundo Nonas Martii, ano secundo*» (439).

De não menos importância a comissão de admitir à obediência do papa de Roma e absolver das penas infligidas por Urbano VI os que tinham aderido a Clemente VII, habilitando-os à recepção de Ordens e de benefícios, por bula de 11 de Março de 1391:

> «*Bonifacius, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo Portugalensi. Salutem, etc. Sedes apostolica ... Sane petitio pro parte tua nobis nuper exhibita continebat quod in Portugalie et Algarbii regnis sunt nonnulle persone ecclesiastice tam seculares quam etiam regulares ordinum diversorum que hactenus iniquitatis alumno Roberto olim Basilice duodecim apostolorum presbytero cardinali nunc antipape, qui se Clementem vii ausu temerario nominare presumit, etiam post et contra processus per felicis recordationis Urbanum papam*

(437) Cf. nota 411.

(438) AV, Reg. Lat. 17, fl. 48v. Cf. ANTÓNIO BRÁSIO, *Prisão do Mestre de Avis por D. Leonor Teles*, em *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. X, Lisboa, 1960, pp. 190-203.

(439) AV, Reg. Lat. 17, fl. 47.

vi, predecessorem nostrum, contra eumdem Robertum ac eius sequaces, fauctores et adherentes eidem factos et solemniter publicatos, per quos idem predecessor ipsum Robertum velut scismaticum puniendum sententialiter condempnavit, etiam notorie adherere et favere presumpserunt quodque persone huiusmodi ad cor reverse ac suum recognoscentes errorem et de huiusmodi adhesione dolentes ab intimis desiderant ad Ecclesie unitatem humiliter redire et ab excommunicationis et aliis sententiis et penis, quas propter huiusmodi adhesionem incurrerunt, cupiunt ferventer absolvi et liberari. Nos igitur cupientes animarum saluti personarum huiusmodi salubriter providere, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, fraternitati tue absolvendi hac vice dumtaxat quascumque personas ecclesiasticas huiusmodi infra dicta regna consistentes, que hoc humiliter petierint, a quibuscumque excommunicationis et aliis sententiis ac penis, quas propter huiusmodi adhesionem sive a iure sive per huiusmodi processus predicti predecessoris inflictis et promulgatis incurrerunt, et cum illis ex personis predictis, que huiusmodi sententiis ligati, celebrando [*fl. 6v*] *divina vel immiscendo se illis, non tamen in contemptum clavium, irregularitatis maculam contraxissent, eadem auctoritate dispensandi, eis tamen per te prius a suorum ordinum executione suspensis ad tempus, de quo tibi videbitur, ac personas easdem ad quecumque beneficia ecclesiastica obtinenda ac ad suscipiendum superiores ordines habilitandi, predictis processibus et quibuscumque apostolicis vel aliis constitutionibus contrariis nequaquam obstantibus, plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem. Presentibus post unum annum minime valituris. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Idus Martii, anno secundo»* (440).

A 5 de Março de 1391, Bonifácio IX, após ter concedido ao embaixador João Rodrigues de Sá pudesse fundar uma capela numa das igrejas dos Franciscanos ou Dominicanos, a servir por um frade da respectiva Ordem, permitia-lhe trasladar para lá os ossos de seus pais e outros familiares (441), *e ter consigo dois religiosos Dominicanos ou Franciscanos, que celebrassem missa para ele e seus familiares, não podendo os superiores transferi-los para alguma casa da Ordem* (442).

---

(440) AV, Reg. Lat. 17, fls. 6-6v.

(441) «Bonifacius, etc. Dilecto filio nobili viro Johanni Roderici de Saa, militi Portugalensi. Salutem, etc. Exigit tue devotionis integritas ... Hodie siquidem pro parte tua nobis exposito quod tu ex devotionis fervore pro tue tuorumque progenitorum et aliorum de tua generatione animarum salute et ad divini cultus augmentum in altera ex ecclesiis domorum fratrum Predicatorum et Minorum ordinum Portugaleñ, de bonis tibi a Deo collatis unam capellam fundare, construere atque perficere necnon paramentis, libris, calicibus et aliis necessariis pro uno perpetuo presbytero, eius in cuius ordinis etiam fuerit professore, [fl. 65] in ea Domino servituro, sufficienter fulcire proponebas, Nos tibi faciendi premissa plenam et liberam per alias litteras nostras licentiam duximus concedendam, prout in eisdem litteris plenius continetur. Cum autem, sicut exhibita nobis pro parte tua petitio continebat, tu corpora seu cineres et ossa progenitorum tuorum et aliorum de genere tuo, ubicumque sepulta, de locis ubi sepulta fuerint, exhumare et ad huiusmodi capellam, postquam constructa fuerit, transferre et in ea ac sepulcho per te ad id deputando desideres facere sepeliri, pro parte tua fuit a nobis humiliter supplicatum ut huiusmodi corpora seu cineres et ossa exhumandi ... licentiam concedere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur huiusmodi supplicationibus inclinati, tibi ut corpora seu cineres et ossa predicta ... de locis, ubi sepulta sunt, exhumare et ad capellam predictam, postquam constructa fuerit, ut prefertur, transferre et in ea ac huiusmodi sepulchro sepeliri facere libere et licite ac impune valeas ... auctoritate apostolica de speciali gratia, tenore presentium, indulgemus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Nonas Martii, anno secundo» (AV, Reg. Lat. 12, fls. 64v-65).

(442) «Bonifacius, etc. Dilecto nobili viro Johanni Roderici de Saa, militi Portugalensi. Salutem, etc. Sincere devotionis affectus ... Hinc est quod nos tuis in hac parte supplicationibus inclinati, devotioni tue ut duos Predicatorum seu Minorum ordinum professores, quos duxeris eligendos, recipere ac tecum pro celebratione divinorum continue retinere licit valeas ipsisque professoribus ut, licentia tamen a suis

E era ao bispo do Porto que o papa se dirigia, para o encarregar da concessão de certas indulgências aos visitantes dessa capela:

---

mediatis vel immediatis superioribus petita, licet non obtenta, commorari tecum ac divina huiusmodi celebrare et singulos familiares habere licite possint, sic tamen quod per huiusmodi superiores interim ad alia loca suorum ordinum transmitti non valeant, constitutionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus ordinum predictorum contrariis, iuramento, confirmatione apostolica vel quacunque firmitate alia roboratis nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, de speciali gratia, tenore presentium, indulgemus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Nonas Martii, anno secundo» (AV, Reg. Lat. 17, fl. 159v). Nos livros da *Chancelaria de D. João I*, existentes no ANTT, há vários documentos a comprovar as relações de amizade e colaboração entre o monarca e o nobre João Rodrigues de Sá, seu camareiro-mor, combatente no cerco de Lisboa, na batalha de Aljubarrota e tomada de Ceuta. Assim, a 21 de Outubro de 1385, atendendo aos serviços de *Joham Roiz de Saa, nosso camareiro moor*, fazia-lhe *doaçam da terra de Castro dAyro* (*livro* 1, fl. 157v). A 4 de Novembro de 1385, fazia-lhe *doaçam da quintaa de Canellas, julgado de Figueiredo* (*livro* 1, fl. 144). No dia 24 de Janeiro de 1386, doava-lhe a *terra de Nevha e dAgiar da R.ª*, aludindo aos *serviços que nos e estes regnos recebemos e entendemos de receber de Joham Roiz de Saa, nosso vasallo e camareiro moor* (*livro* 1, fl. 151v). A 2 de Março de 1387, passava *carta, per que o dicto senhor deu em prestemo em quanto fosse sua mercee a Joham Roiz de Saa, seu camareiro moor, a villa de Melgaço e seu termo, com todollos direitos novos e rendas della, etc.* em Villa Real, dous dias de março de mil iiii.c xxb annos» (*livro* 2, fl. 1b). A 5 de Outubro de 1387, fazia saber que *nos querendo fazer graça e merçee a Joham Roiz de Saa, nosso* [*fl.* 28*va*] *camareiro moor, por muito serviço que delle recebemos e entendemos de receber, teemos por bem e de nossa livre vontade ... lhe damos e fazemos livre e pura doaçam antre os vivos valledoira deste dia pera todo sempre ... de todalllas terras que ora de nos avia Airas Gonçallves de Figueiredo, despois que foe solto da prisom, a fora a terra que de nos soya daver Afomso Madeira, seendo o dicto Aires Gonçallvez preso ...* Dante na cidade de Bragaa, v dias doutubro, el rrey o mandou. Era de mil iiii.c xxb annos» (*livro* 2, fls. 28-28va). A 27 de Março de 1388, outorgava a *Joham Roiz de Saa, seu camareiro moor* os direitos de Ponte de Lima (*livro* 1, fl. 191v). A 9 de Junho de 1389, nova *carta, per que o dicto senhor fez doaçam pera sempre a Joham Roiz de Saa e a seus herdeiros de todollos beens movees e de raiz que Afomso Gomez, filho de Lopo Gomez de Lira, avia em estes regnos, porquanto anda em Castella com seus imigos, em seu deserviço*, etc. em Lixboa, ix dias de Junho de mil iiii.c xxbii annos» (*livro* 2, fl. 19b). No dia 8 de Julho de 1391, *considerando os muitos e stremados serviços que nos e estes regnos recebemos e entendemos de rreceber de Joham Roiz de Saa, cavalleiro, nosso camareiro moor ... lhe damos e doamos e lhe fazemos livre e pura doaçam ... do nosso castello de Lindoso ...* Dante em Miranda, viii dias de Julho, el rrey o mandou. Alv.º Gonçallvez a fez, era de mil iiii.c xxix annos» (*livro* 2, fls. 59vb-60a). A 8 de Maio de 1398, *querendo fazer graça e merçee a Joham Roiz de Saa, nosso camareiro moor ... lhe fazemos mercee da nossa terra de Soaz, que de nos avia Pero Gil do Sem, nosso vasallo, que se ora morreo ...* Dante no arreal de sobre Salvaterra, viii dias de mayo, el rrey o mandou per Joham Afomso, contador ... era de mil iiii.c xxxbi annos» (*livro* 2, fls. 143va-143vb). Deve ter morrido em 1425, porque, a 13 de Novembro deste ano, o monarca nomeava seu camareiro ao filho Fernando de Sá e concedia-lhe as alcaidarias de castelos e terras, na forma em que seu pai as possuíra, enquanto vivo: «Dom Joham ... fazemos saber que, *consirando nos os muitos e stremados e famosos serviços que Joham Roiz de Saa, cavaleiro da nossa casa e camareiro moor nosso, cuja alma Deus aia, ha fectos a nos e a nossos regnos, em defensom delles, des o começo da guerra que ouvemos com el rrey dom Joham e com outros reis de Castella ataa o seu finamento, assy em começo do cerco da cidade de Lixboa e da batalha real, como em todollos mesteres da guerra em quanto durou e ainda na tomada de Cepta. E por nos prazer sua nobre fama de cavalaria nom tan soomente seer galardoada a elle em sua vida, mais ainda despois da sua morte pollo del a seus filhos* e que em elles pollo seu seia conservada e acrecentada e relembrada sua boa memoria e fama e por darmos boo exemplo a todos pera terem vontade de bem fazerem e servirem e obrarem de boos fectos, porem nos em sembra com o Iffante Eduarte meu filho primogenito e de seu acordo e consentimento ... *fazemos mercee a seu filho Fernam de Saa do dicto officio da camararia e alcaidarias de castellos, terras e prestamos e de todallas outras cousas quaaesquer que forem que o dicto Joham Roiz de nos* [*fl.* 113] *tiinha e avia, a qual merçee lhe fazemos assy e pela guisa que os o dicto Joham Roiz de nos avia ...* Dante em Montemor o novo, xiii dias do mes de novembro, el rrey o mandou. Pe. Anes a fez, anno do nacimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiii.c xxb annos» (*livro* 4, fl. 113a-113b). A 18 de Maio de 1429, ao conceder a Fernando de Sá, seu camareiro-mor, *carta de doaçam das terras de Sever e do Barreyro ... que he no almoxarifado de Lamego e dAveiro*, transcrevia a carta de doação, de 29 de Março de 1384, que fizera a *Joham Roiz, nosso vasallo por serviço que nos fez e faz* (*livro* 4, fls. 111b-111v).

«*Bonifacius, etc. Venerabili fratri episcopo Portugalensi. Salutem, etc. Splendor paterne glorie ... Hodie siquidem pro parte dilecti filii nobilis viri Johannis Roderici de Saa, militis Portugalensis, exposito quod ipse ex devotionis fervore pro sue, suorum progenitorum et aliorum de sua generatione animarum salute et ad divini cultus augmentum in altera ex ecclesiis domorum fratrum Predicatorum et Minorum ordinum Portugaleñ de bonis sibi a Deo collatis unam capellam fundare, construere atque perficere necnon paramentis, libris, calicibus et aliis necessariis pro uno perpetuo presbytero eius in cuius ordinis ecclesia fuerit professore, in ea Domino servituro, sufficienter fulciri proponebat, nos eidem Johanni faciendi premissa licentiam plenam et liberam auctoritate apostolica duximus concedendam, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cupientes igitur ut huiusmodi capella, postquam constructa fuerit, congruis honoribus frequentetur et ut christifideles eo libentius causa devotionis confluant ad eamdem, quo ex hoc ibidem uberius dono celestis gratie conspexerint fore refectos, de omnipotentis Dei, nostra et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi, fraternitati tue per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus, postquam predicta capella fundata, constructa, completa et fulta fuerit, ut prefertur, omnibus vere penitentibus et confessis, qui in Nativitatis, Circuncisionis, Epiphanie, Resurrectionis, Ascensionis et Corporis Domini nostri Jhesu Christi, Penthecostes ac Nativitatis, Annuntiationis, Purificationis et Assumptionis beate Marie Virginis et Nativitatis beati Johannis Baptiste ac dictorum Petri et Pauli apostolorum et sancti vel sanctorum seu sancte aut sanctarum, sub cuius vel quorum seu quarum vocabulo seu vocabulis dicta capella fundata fuerit, et ipsius capelle dedicationis festivitatibus et celebritate omnium Sanctorum necnon per ipsarum Nativitatis, Epyphanie... et Assumptionis beate Marie et Nativitatis beati Johannis Baptiste et apostolorum Petri et Pauli predictorum festivitatum octavas et sex dies, dictam festivitatem Pentecostes immediate sequentes, eamdem capellam devote visitaverint annuatim, singulis videlicet festivitatum et celebritatis, quatuor annos et totidem quadragenas, octavarum vero et sex dierum predictorum diebus, quibus dictam capellam devote visitaverint, ut prefertur, centum dies de iniunctis eis penitentiis misericorditer apostolica auctoritate relaxes, litteris tuis super huiusmodi relaxatione conficiendis post decennium, ab earumdem data computandum, minime valituris. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Nonas Martii, anno secundo. N. xvi. de Ben.to*» (443).

A D. João Afonso de Azambuja se deve a fundação do mosteiro das Dominicanas na igreja paroquial de S. Salvador de Lisboa, onde fora construída capela com os bens do tio e cavaleiro João Esteves e onde o bispo e algumas pessoas da família tinham escolhido sepultura. Precisamente no dia 11 de Março de 1391, a seu pedido concedia-lhe Bonifácio IX faculdade de erigir nessa igreja o mosteiro, para o que havia já o consentimento de el-rei de Portugal, padroeiro da igreja:

«*Bonifacius, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo Portugalensi. Salutem, et. Ad ea ... Sane petitio pro parte tua nobis nuper exhibita continebat quod in parrochiali ecclesia sancti Salvatoris Ulixbonensi, in qua unus rector et nonnulli perpetui portionarii instituti esse noscuntur et cuius quidem rectoris presentatio ac ius patronatus ipsius ecclesie ad regem Portugalie pro tempore existentem pertinet, est quedam capella de novo fundata et constructa ac competenter dotata de bonis quondam Johannis Stephani, militis patrui*

(443) AV, Reg. Lat. 12, fl. 136.

tui, in qua quidem capella tu et nonnulli consanguinei tui ecclesiasticam sepulturam proposuistis eligere quodque tu ex devotionis fervore et pro divini cultis augmento desideras eamdem ecclesiam erigi in monasterium monialium ordinis sancti Augustini, que sub cura et secundum instituta fratrum ordinis Predicatorum vivere debeant, maxime cum ad hoc carissimi in Christo filii nostri Johannis Portugalie et Algarbii regis illustris accedat assensus tuque de bonis tibi a Deo collatis proponas, in quantum ipsius ecclesie et perpetuarum portionum in ea consistentium facultates ad sustentationem priorisse et monialium ac aliarum personarum eiusdem monasterii competenter non sufficerent, monasterium ipsum sufficienter dotare. Quare pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut tibi eamdem ecclesiam in huiusmodi monasterium auctoritate nostra erigendi et in ipso monasterio, postquam erectum fuerit, unam priorissam et certum monialium numerum que sub cura dictorum fratrum et secundum instituta predicta vivere teneantur, deputandi ac statuendi necnon predictam ecclesiam ac portiones perpetuas in ipsa consistentes eidem monasterio, postquam erectum fuerit, ut prefertur, auctoritate predicta uniendi, incorporandi et annectendi, ita quod cedentibus et decedentibus dilectis filiis rectore et perpetuis portionariis eiusdem, qui nunc sunt, vel ecclesiam ipsam et perpetuas portiones suas huiusmodi, quas in eadem ecclesia obtinent, quarum omnium et ipsius ecclesie fructus, redditus et proventus secundum extimationem communem sexcentarum librarum Turonensium parvorum valorem annuum, ut asseris, non excedunt, liceat priorisse et monialibus predictis possessionem ecclesie et portionum huiusmodi propria auctoritate apprehendere et perpetuo retinere, diocesani loci vel alicuius alterius [*fl. 50v*] *licentia super hoc minime requisita ac in eodem monasterio, postquam ut premittitur erectum fuerit, unam perpetuam vicariam pro uno perpetuo vicario ibidem instituendo, qui curam parrochianorum dicte ecclesie exercere debeat, instituendi et ordinandi et eidem vicarie de huiusmodi fructibus, redditibus et proventibus congruam portionem assignandi, de qua idem vicarius congrue sustentari, episcopalia onera solvere et alia sibi incumbentia onera supportare valeat auctoritate predicta licentiam concedere de speciali gratia dignaremur. Nos igitur qui divinum cultum temporibus nostris augeri intensis desideriis affectamus, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue, dummodo ad id prefati regis accedat assensus, auctoritate nostra predictam ecclesiam absque preiudicio tamen rectoris et perpetuorum portionariorum predictorum, qui sint ad presens, erigendi in monasterio ac in eodem monasterio, postquam erectum fuerit, huiusmodi priorissam et condecentem monialium numerum ordinandi et instituendi, que quidem priorissa et moniales sub cura et secundum instituta predictorum fratrum vivere debeant ac etiam portiones predictas cum omnibus iuribus et pertinentiis suis eidem monasterio, postquam erectum fuerit, ut prefertur, uniendi, incorporandi et annectendi, ita quod cedentibus vel decedentibus rectore et portionariis predictis aut ecclesiam et portiones easdem alias quomodolibet dimittentibus, liceat priorisse et conventui eiusdem monasterii ecclesiam et portiones predictas et earum corporalem possessionem libere apprehendere ac licite retinere, diocesani loci vel cuiuslibet alterius licentia super hoc minime requisita ac huiusmodi perpetuam vicariam instituendi et ordinandi ac de dictis fructibus, redditibus et proventibus eidem vicarie congruam portionem pro huiusmodi vicario assignandi et alia que circa premissa oportuna seu necessaria fuerint, faciendi, statuendi ac ordinandi plenam et liberam, tenore presentium, licentiam elargimur ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Idus Martii, anno secundo»* (444).

(444) AV, Reg. Lat. 17, fls. 50-51.

Foi como bispo do Porto que D. João Afonso de Azambuja andou por Olivença, com o deão de Coimbra D. Rui Lourenço, e com Álvaro Peres e o condestável D. Nuno Álvares Pereira, a tratar das pazes com Castela, procurando resolver as dificuldades provenientes das condições postas por D. João I de lhe serem entregues ou serem expulsos de Castela os portugueses que tinham fugido para lá em desserviço de el-rei, conforme consta de carta que o bispo escreveu de Olivença ao monarca no último dia de Fevereiro (444a).

O contínuo serviço a D. João I, rei de Portugal, mantinha-o fora da diocese. Por isso, na

---

(444a) ANTT, *Gaveta* 12, maço 8, n. 32 (*original*): «Senhor, vosa feitura o bispo do Porto envio muy omildosamente beijar vosas maãos, Encomendar na vosa merçee. Aa qual faço saber que vi vosa carta, en a qual me mandavades dizer que fose nenbrado do que commigo falarades em razom da manera que vos pareçia, per que o trautamento que aviamos de fazer pera Martim Vaasquez e os outros portugueses que andam em Castella seerem lançados della fora, verria melhor pera caerem os outros em elle. E que eu todavia en caso que ao conde pareçesse que era bem firmarse a paz, posto que elles ficasem em Castella, que eu nom outorgase em ello. E que disese que o queria ante fazer saber a vos e buscase manera como se alongase a tregoa pera vos poderdes chamar a cortes e mostrar aos que a ellas viesem os trauttamentos que tevesemos fectos e averdes sobre elles conselho e outorgardes com acordo delles o que entendesedes por serviço de Deus e voso. E vos senhor seede çerto que eu fui e soom bem nembrado do que me sobre esto disestes. E nom sairey em ello de voso mandado. E por dar a entender ao conde que eu nom ey esto de vos e que me pareçe a mjm Razom e agisado que se nos paz avemos de firmar antre vos e voso adverssairo que conpre que ell ponha fora os sobredictos e que doutra gisa nom era seguro (*parte corroída no documento*) Rezões que me enviastes dizer e outras muytas, eu fuy e som posto com ell en grandes afrontas, pero eu fiz com el tanto que ell e eu o dissemos a Miçe Anbrosio pella gisa que vos outro dia screvy. E porem que o miçe Anbrosio foy a elles e lhes dise que nos lhe diseramos nossa entençom em estes fectos e que porem elles lhe disesem a sua, pera ell veer en que descordavamos. E pensar se nos poderia acordar. E elles lhe Responderom que lhes pareçia que era bem de nos poermos nosa entençom em scripto e que elles porriam a sua e que enviasemos os scriptos aa Raia e que miçe Anbrosio Reçebese o seu e o desse a nos, e o noso a elles. Porem eu outrosy, presente o deiam e Alvaro Perez, ouve com o conde asaz de debate, que se poer em o dicto scripto, que pareçia a ell e a mjm que deviam os sobredictos seer lançados fora, pero ell consentio em ello, dando aa entender e dizendo que, posto que os elles nom queiram lançar fora, que porem non he serviço de Deus nem voso de se nom firmar a paz. E porquanto senhor ell e eu teemos acordado de vos enviarmos o trelado do scripto que avemos de dar e do que nos derem da sua parte, depois que elles derem Reposta ao que se contem em o dicto scripto, porem vos nom faço mençom das outras cousas que se em elle conteem. Item Senhor en a parte do que me enviastes dizer que, porquanto em esto fecto non avia juiz, que em este fecto dierctamente podese julgar, que porem erom de scusar as vogarias dos letrados, vos seede çerto que a[o] conde e aos da outra parte asij pareçe que he bem, pero que eu por trager o conde a dizer e consentir o que dicto he, em rrazom do lançamento daquelles, trabalheime que se posese no primero scripto que foy dado de vosa parte, do qual allo teendes o trelado, que vos fose emendado o mal e dampno que Reçeberades en os enduzerem e Reçeberem allo, e dep[ois] fiz que o deiam e Alvaro Perez fosem allo a mostrarem que o que da vosa parte era pedido que era directo de se fazer, e que a emenda que vos dese, deva seer fecta em Razom do mal e dano que delles Reçeberades, era que vos fosem entregues pera fazerdes delles directo e justiça. E porquanro o conde em esto consentio, per esto tive manera de o trager a dizer que os lançasem fora. E daqui en deant penso que çessara antre nos e elles toda outra avogaria. E que pois compeçamos de dizer nosas entençõoes em o que tange o fecto da paz, que çedo nos entenderemos e faremos fim a esto por que aco viemos dhũa gisa ou doutra. Item Senhor do que me enviastes dizer que falase o que dicto he com miçe Anbrosio, eu o fiz e achey em ell, present o conde, e depois a de parte a Reposta que vos outro dia dizer enviey, por o que eu sento dell que ell traz boa entençom em esto fecto e toma grande trabalho por o trager a bem e do que screvestes ao conde e a mjm em Razom da manera que tevesemos, se nos fose cometido da outra parte, que prolongasemos a tregoa ataa o setenbro, nos seremos perçebidos e faremos pella gisa que mandades. Item Senhor Martim A.º Cotrim, voso criado, se Reçea de dardes a Fernam Vaasquez de Serpa e alcaide de Bornes que lhe destes pera dar por sy, segundo veredes per hũa carta que ell enviou a seu jrmãao, a qual vos allo mostrara G.º Lourenço, por que vos peço por merçee que em caso que seiades Requerido per Fernam Vaasquez em Razom do dicto alcaide, que vos nembre a merçee que del teendes fecta ao dicto Martim Afomso. Senhor, Deus vos mantenha; scripta em Olivença, postumeiro dia de fevereiro. O voso bispo do Porto (*assinat. autógrafa*)».

sessão de 24 de Junho de 1392, os vereadores da cidade do Porto, aos quais, na sessão anterior de 16 de Outubro de 1391, tinha sido dito que o bispo dom Joham que ora he da dita Cidade lhis mandava Rogar que por sua onrra e a seu Rogo Recebese por vizinho na dita cidade Gonçallo Paes, criado do priol de Villa Boa que ora vyve com o dito bispo, *tendo anuído às preces do prelado, depois de terem procedido à eleição de quatro pares de juízes, determinavam, nessa sessão de Junho de 1392,* que fosem logo com a dita jnliçom ao paaço do bispo perante o procurador do dito bispo, pois o dito bispo aqui nom era, pera escolher hũu par pera os confirmar e por o dito Concelho nom cayr na pena da compuziçom que he antre o dito bispo e o dito concelho. *E na verdade, segundo as actas dessa sessão,* «Eu dito tabaliom, com peça dhomeens chegamos a porta do paço do dito bispo e achamos hj Rodrigo Eanes, seu procurador, por que o dito bispo era em Coymbra, e foy lhj mostrada a dita jnliçom» ([444b]). *Apesar disso, D. João Afonso de Azambuja não perdia a oportunidade de cuidar pessoalmente da sua diocese, quanto suas ocupações lho permitiam. Assim é que, a 15 de Abril de 1394, a pedido de Frei Vasco, trinitário do mosteiro de Santarém e procurador do ministro Frei João Danço, passava no Porto carta de indulgências para quem contribuísse para a redenção dos cativos em terra de Mouros, nomeadamente de um frade companheiro que deixara como refém em Granada por três cristãos que remira* ([444c]). *Aliás, como vimos, foi na cidade do Porto que, em 1394, D. João I fazia doação do direito de padroado de várias igrejas à Ordem de Avis, na presença de D. João, bispo do Porto, ao qual, nesse ano, confirmava as rendas de Salvaterra, concedidas pelo bispo ao dito mosteiro de S. Salvador.*

([444b]) Cf. *Documentos e memórias para a História do Porto*, II: «Vereaçoens». Anos de 1390-1395, LIV, p. 114, LXVII, p. 133.

([444c]) ANTT, *Colecção Especial*, caixa 72 (*selo pendente do bispo do Porto*): «Dom Joham, per merçee de Deus e da sancta Egreia de Roma bispo do Porto. A todollos fiees christaaoes do nosso bispado e a outros quaaesquer a que esta nossa carta for mostrada ou della noticia ouverem. Saude em Jhesu Christo, que de todos he verdadeyra saude. Sabede que perante nos pareçeo frey Vaasco, frayre do moesteyro da Trindade da par de Sanctarem, procurador de frey Joham Danço, ministro, e do prior e convento do dicto moesteiro, segundo nos fez çerto per hũa procuraçom que perante nos mostrou, fecta e asinada per maão de RodrigAfomso, taballiom del Rey na dicta villa de Sanctarem, segundo per ella pareçia. A qual asi mostrada, o dicto frey Vaasco nos pedyo que, porquanto os sobredictos, cuio procurador era, se trabalharom e trabalham quanto fazer podem por tirar e Remjr os Cativos christãaos que jazem em terra de mouros e pouco tempo avya que da dicta terra de Mouros vehera e comprara e forrara tres christaaos que iaziam cativos em Graada, os quaaes ora a esta Çidade trouvera, por os quaaes pagara gram penssam douro. E por que pera toda Rendyçom delles nom podera aver conprimento, diz que leixou alo em terra de Mouros em aRefeens hũu seu conpanheyro, frayre da dicta Ordem, que chamam frey Ayras, o qual ficara em aRefeens de Çento saseenta e seis dobras douro, as quaaes dezia que lhes ficara a dar e pagar e levar alo a çerto tempo. E porquanto dezia que esto nom podya a dicta Ordem aver sem as esmollas e aiudas de vos outros fiees christãaos e outrossy pera Remir outros Cativos christãaos que ainda jaziam, sobre os quaees o dicto seu Moesteiro e Regedores del diz que se trabalham pera os aver de Remijr e entendem el dicto frey Vaasco envyar alo. Pidionos que lhe mandassemos dar nossa carta, per que no dicto nosso bispado podesse dizer, allegar e mostrar os perdões e jndulgencias que guaanham e ham os que lhe suas aiudas e esmollas fazem. E nos veendo o que nos o dicto frey Vaasco dezia e pedia e por quanto hũu dos preceptos que Deus mandou he Remjr Cativos de Catividade. Porem mandamos a todollos abbades e abadessas, Priores, Rectores, vigayros perpetuus, Jconamos, Rendeyros do dicto nosso bispado, em virtude dobedeença e so pena descomunhom, que quando o dicto frey Vaasco ou seu[s] çertos messegeyros chegarem com esta nossa carta ou transumpto della em publica forma per vossos Moesteyros e Egreias, que o Reçebades benignamente e façades juntar os vossos freegueses hũa vez e lhe leixedes dezer e mostrar as jndulgençias e perdões que ham os que lhes esmollas fezerem pera a dicta obra dos dictos cativos ... E esta carta valha por hũu ano e mais nom. Em testemunho desto lhe mandamos dar esta carta, escripta per nossa mãao e seellada do nosso seello. Dante na nossa Çidade do Porto, xb dias dabril. Era de Mil quatroçentos trijnta e dous annos. *Johannes, episcopus Portugalensis* (assinat. autógrafa). *Martinus Iohannis, notarius* (assinat. autógrafa)».

D. João Afonso de Azambuja, dadas sua amizade e relações com D. João I, estava em óptimas condições para conseguir a paz entre a coroa portuguesa e a igreja portuense, tantas vezes comprometida através da história, por causa da jurisdição civil da cidade, que os bispos e cabido do Porto reclamavam, lançando contra os que diziam usurpadores de seus direitos penas eclesiásticas e até o interdito na cidade e bispado. Apesar de el-rei D. Fernando, a 6 de Novembro de 1373, «por desembargamento das almas de nosso padre e de nosso avo e de nosso bisavo e dos outros rreys, donde nos vimos, e por serviço e honra da santa see de Roma e do nosso senhor o Papa Gregorio undecimo que agora he, que nolo inviou rogar, cuja santidade nossa tençom he servir e honrar, em quanto podermos, maes que outro algum dos Padres Santos que forão ata qui, por muitas graças que delle reçebemos e entendemos de reçeber», ter deixado ao bispo D. João e sucessores «a jurdiçom, senhorio e liberdades, izenções e possessões ... e na dita cidade do Porto, assim por doações da Raynha Dona Tareja, como dos outros Reys, donde nos vimos», iam por diante, como diz D. Rodrigo da Cunha ([444d]) *«no tempo que o bispo D. João dAzambuja tomou posse do bispado, as dúvidas sobre a jurisdição da cidade e continuava o interdito que estava posto. Porém, querendo pôr termo nas dissensões que avia, e tratar da concórdia nelles, celebrou hum contrato na cidade do Porto em seos paços episcopaes com el Rey D. João I, a 3 de Setembro da Era de 1430, ano de Christo de 1392, que não veio a effeito por cauza das guerras em que el Rey andava ocupado, até depois se tornar a celebrar com o bispo D. Gil». Em bula de 5 de Março de 1392, Bonifácio IX, depois de referir pedido de D. João I sobre permuta da jurisdição temporal da cidade por certos rendimentos e bens, conforme fora tratado entre ele e o bispo D. Martinho, então prelado do Porto, ultimamente transferido para a sé de Silves, a fim de porem termo ao interdito que era causa de muitos prejuízos para a cidade, encarregava os bispos de Évora, Coimbra, Viseu e Lisboa de examinarem a questão e informarem o papa minuciosamente, para este decidir o que se deveria fazer. O pedido do monarca era que o papa desse licença ao bispo e cabido do Porto de fazerem a tal permuta, mas Bonifácio IX entendeu proceder mais pelo seguro:*

> *«Bonifacius, etc. Venerabilibus fratribus Elborensi et Colimbriensi ac Visensi et Ulixbonensi episcopis. Salutem, etc. Hiis per que ecclesiarum utilitatibus consulitur, libenter annuimus illaque favoribus prosequimur oportunis. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii [fl. 48] regis illustris, petitio continebat quod cum dudum civitas et diocesis Portugalensis ex eo essent, prout adhuc sunt, ecclesiastico interdicto supposite, quod tam inclite memorie Alfonsus, Portugalie et Algarbii rex, quam ipsius Alfonsi successores Portugalie et Algarbii reges, qui fuerunt pro tempore, merum et mixtum imperium ac dominium dicte civitatis, que ad ecclesiam Portugalensem pleno iure spectare dinoscuntur, usurparunt et attento quod ex huiusmodi interdicto maxima animarum pericula generantur, idem Johannes rex tamquam devotus obedientie filius, volens huiusmodi periculis, quantum in eo erat, obviare et dicte ecclesie super hoc, in quantum teneretur satisfacere, cum venerabili fratre nostro Martino Silvensi, tunc Portugalensi episcopo, et dilectis capitulo Portugalensi tractavit quod inter eos fieret quedam permutatio in hunc modum videlicet quod ipse Johannes rex pro dictis imperio et dominio, que dicta ecclesia in eadem civitate habet, eidem ecclesie daret et assignaret alios redditus, res et bona pro eisdem episcopo et capitulo ac ecclesia meliora et utiliora et quod ipsi episcopus et capitulum huiusmodi imperium et dominium, prout ad eos spectant, pro huiusmodi redditibus, rebus et bonis eidem regi darent et assi-*

([444d]) RODRIGO DA CUNHA, *Catálogo e História dos bispos do Porto*, II parte, cap. XXII-XXIII, pp. 212-215.

gnarent, quod dicti episcopus et capitulum facere promiserunt, si tamen ad hoc apostolice sedis interveniret assensus. Quare pro parte dicti Johannis regis fuit nobis humiliter supplicatum ut sibi et episcopo Portugalensi et capitulo predictis huiusmodi permutationem faciendi licentiam concede[re] de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui utilitatem et commodum ecclesiarum intensis desideriis affectanus, de premissis certam notitiam non habentes, fraternitati vestre, de qua in hiis et aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committinus et mandamus quatenus de premissis et eorum circunstantiis universis et an ex dicta permutatione, si fiat, melioretur conditio dicte ecclesie, vos diligenter informetis et quicquid per huiusmodi informationem reppereritis, nobis per vestras litteras manu publica scriptas, harum seriem continentes, vestrisque sigillis munitas, quantotius significare curetis, ut ex huiusmodi relatione vestra sufficienter instructi, cautius in hiis agere valeamus. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, secundo Nonas Martii, anno secundo» (445).

Para além do que nos diz sobre a concórdia sem efeito D. Rodrigo da Cunha, o qual se detém na descrição das determinações de D. João Afonso de Azambuja, em 1398, relativas ao arcediagado do Porto e de Santo Tirso de Meinedo e suas funções, desconheço o que, entretanto, estes bispos fizeram. Sabe-se que a concórdia e permuta não foi realizada nem aprovada pela Santa Sé durante o episcopado de D. João Afonso de Azambuja, embora o papa mandasse, a seu beneplácito, absolver do interdito, com vistas em futura concórdia, a realizar com este prelado, o que não teve efeito, por causa das guerras e porque D. João Afonso de Azambuja foi transferido, como se viu, para a sé de Coimbra, em Julho de 1398. Aliás, por bula de 29 de Julho deste ano, o papa encarregava os bispos de Lamego e de Viseu de receberem o juramento de fidelidade do bispo de Coimbra, D. João Afonso de Azambuja, no intuito de lhe poupar despesas e incómodos que teria de enfrentar com a viagem a Roma:

«Bonifacius, etc. Venerabilibus fratribus Lamecensi et Visensi episcopis. Salutem, etc. Cum nuper venerabilem fratrem nostrum Johannem Colimbriensem, tunc Portugalensem, episcopum, a vinculo, quo ecclesie Portugalensi, cui tunc preerat, tenebatur, de consilio fratrum nostrorum et apostolice potestatis plenitudine absolventes, ipsum ad ecclesiam Colimbriensem, tunc pastore carentem, auctoritate apostolica duximus transferendum, preficiendo ipsum eidem Colimbriensi ecclesie in episcopum et pastorem, nos cupientes eiusdem episcopi, in illis partibus commorantis, parcere laboribus et expensis, ne propter hoc cogatur veniendo ad Romanam Curiam personaliter laborare, fraternitati vestre auctoritate presentium committimus et mandamus quatenus vos vel alter vestrum ab eodem episcopo nomine nostro et Romane Ecclesie debite fidelitatis solitum recipiatis iuramentum iuxta formam, quam sub bulla nostra mittimus interclusam; formam autem iuramenti, quod dictus episcopus prestabit, nobis de verbo ad verbum per eius patentes litteras, suo sigillo signatas, per proprium nuntium quantotius destinare curetis. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto Kalendas Augusti, anno nono» (446).

Desta feita, D. João Afonso de Azambuja continuará a colaborar com D. João I, rei de Portugal, mas não directamente relacionado com a diocese do Porto. Nas negociações para as tréguas com Castela, lá andou ele empenhado juntamente com o Condestável D. Nuno Álvares Pereira: «... Mice Ambrósio lhe teve em mercee fiar delle tanto e concordaram logo que D. Nuno

(445) AV, Reg. Lat. 17, fls. 47v-48.
(446) AV, Reg. Lat. 61, fl. 42v.

Álvares Pereira, seu Condestabre, e Dom João, bispo de Coimbra, que depois foi cardeal, fossem por sua parte juízes ... *e el rei escreveu logo ao Condestabre, que aquella sazão estava em Évora, todo o que lhe aviera com elle e com que recado se expedira e que porem cumpria que* se fosse a Olivença, onde elle e o bispo de Coimbra por sua parte haviam de estar, *e quaes de Castella haviam de vir a Villa Nova de Barcarrota ... Como o Conde tal recado viu, começou de se fazer prestes com quinhentas lanças bem corregidas e encavalgados* e com elle o bispo de Coimbra e em sua companha haviam de ir Ruy Lourenço, bacharel (!) em degredos, e outro famoso letrado que chamavam Álvaro Pires escolar pera por parte de el-rei *mostrarem os agravos que de seu adversario havia recebidos ...». Existe, de facto, o salvo-conduto, original passado pelo rei de Castela, D. Henrique III, em Segóvia, no dia 9 de Maio de 1399, a D. Nuno Álvares Pereira e ao bispo de Coimbra para irem à fronteira tratar com o Mestre de Santiago e Diogo Fernandes sobre os agravos. É possível, contudo, alguma confusão da parte de Fernão Lopes na descrição dos acontecimentos, se tivermos em conta a carta já referida, que D. João de Azambuja, bispo do Porto, escreveu de Olivença, e a carta régia de 13 de Outubro de 1393, a dar poder ao deão de Coimbra para requerer a Henrique III de Castela o juramento sobre as tréguas de Maio de 1393* ([446a]). *E com el-rei, a rainha e os Infantes, o arcebispo de Santiago, D. João Garcia Manrique, e D. Rodrigo, bispo de Cidade Rodrigo, lá estava em Guimarães ele* Johannes, Dei et apostolice sedis gratia episcopus Colimbriensis, *no dia 23 de Janeiro de 1401, a sagrar o altar-mor da colegiada de Guimarães* ([446b]). *Existe documento original de 23 de Abril de 1402, que é carta de D. João I, escrita em Montemor-o-Novo, a dar poder ao arcebispo eleito de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, a João Vasques de Almada e ao Doutor Martim do Sem, para ajustar tréguas com D. Henrique, rei de Castela. Há ainda mais dois documentos de 6 de Outubro de 1402 sobre a realização dessas tréguas em Segóvia e o requerimento* ([446c]).

Mas, se D. João Afonso de Azambuja não pôde chegar à realização da concórdia (certamente que algo deve ter feito nesse sentido, como, aliás, o dá a entender o papa e o diz D. Rodrigo da Cunha), foi ele, já arcebispo de Lisboa, o delegado apostólico a homologar, no pontificado de Inocêncio VII, a concórdia feita com D. Gil Fernandes Alma, outrora estudante de direito na Universidade de Bolonha, como se viu e consta aliás doutros documentos. No mesmo ano de 1397, por exemplo a 17 de Setembro, cerca de cinco a seis meses depois do documento referido atrás, aparece Gil Alma em Bolonha, designado como deão de Silves, a servir de testemunha de colega seu nos estudos, João Peres, cónego de Lisboa, que lhe sucederá no canonicato de Coimbra. Precisamente o documento refere-se a expectativas deste seu colega, estudante de direito canónico, nas igrejas de Lisboa e de Évora: «Die xbii mensis Setembris (1397) ... D. Johannes Petri, scolaris in iure canonico, qui est expectans in ecclesiis Ulixboñ et Elborensi ad beneficia unum et plura, etiam si dignitas, personatus et officia existia[n]t in eisdem, in presentia testium et mei notarii acceptavit omne beneficium, si quod vacat, protestans, etc. Presentibus domino Egidio Choutha (!), decano Silvensi, *domino Nicolao Johannis de Legione et domino Alfonsso (!) Fernando (!) Gundisalvi de Portugalio»* ([447]). *Mais elucidativos os documentos de 14 de Abril de 1392, em que Gil Fernandes Alma vem expressamente indicado como estudante de direito, em companhia de Martinho do Sem e João Peres, na Universidade de Bolonha, e de 30 de Março de 1394, em que aparece Gil Fernandes de Lisboa na qualidade de estudante de direito civil em Bolonha: «... dominus*

([446a]) FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, 2.ª parte, cap. 178-179. Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 47-34. Cf. notas 444a e 488a.

([446b]) Cf. ALFREDO PIMENTA, *O altar-mor da colegiada*, em *Boletim de trabalhos históricos*, vol. 1, n. 5, pp. 38-42. Ver também, para esclarecimento, RODRIGO DA CUNHA, *Catálogo e História dos bispos do Porto*, Porto, 1623, cap. XXIII, p. 216.

([446c]) Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 49, 3-4, 7.

([447]) ASB, *Rogiti di Rinaldo Formaglini*, busta 3, protoc. 3.

Johannes de Portugalia et dominus Egidius quondam Fernandi de Alma, ambo scolares studentes Boñ in iure canonico»; «... *presentibus* ... domino Egidio quondam Fernandi de Ulisbona, studente Boñ in iure civili, habitatore Boñ ...» ([448]).

Vários documentos ou notícias da câmara apostólica atestam a presença de Gil Fernandes Alma na Cúria pontifícia, a obrigar-se ou a pagar parte da taxa de alguns prelados portugueses, em 1390 e 1398, por exemplo do arcebispo de Braga, D. Martinho Afonso, em Junho de 1398 ([449]). *Figura neles como deão de Silves, a não ser depois da promoção episcopal, pois, naturalmente, aparece como D. Gil, bispo do Porto* ([450]). *Daqui se infere que D. Gil Fernandes Alma andava por terras*

([448]) ASB, *Memoriali* 317, fls. 161-161v, 250v.

([449]) A 29 de Novembro de 1390, Gil Fernandes, reitor da igreja de Santa Eulália de Oliveira, da diocese do Porto, comprometia-se a pagar a taxa do mosteiro de Paço de Sousa, em nome do abade Afonso Martins: «lxxxx. Anno, indictione, pontificatu, loco, quibus antea, die predicta Lune, vigesima nona dicti mensis Novembris, coram prefato Reverendissimo in Christo patre et domino domino Marino, miseratione divina sancte Marie Nove dyacono cardinali, domini pape camerario, presentibus Reverendo in Christo patre domino Augustino, Dei gratia episcopo Perusino, domini nostri pape thesaurario, et venerabilibus viris dominis Paulo Baylardino et Francisco, apostolice sedis, et Jacobo Warna, collegii clericis, venerabilis pater frater *Alfonsus Martini, abbas monasterii sancti Salvatoris de Palatiolo ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, per dominum Egidium Fernandi, rectorem parrochialis ecclesie sancte Eovadie de Wlverre* (!) *eiusdem dyocesis, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, promisit camere et collegio pro suo communi servitio* quatringentos quinquaginta flor. auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere tantummodo pro communi servitio fratris Martini, predecessoris sui, ducent. triginta unum similes florenos, sol. duodecim, den. sex monete Romane et quinque servitia consueta, solvendo medietatem promissi in festo omnium Sanctorum proxime futuro, aliam medietatem in simili festo, anno revoluto ... alioquin, etc. Juravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 48, fl. 145). A mesma notícia no AV, Obl. et sol. 52, fl. 24: «Dicta die [xxviii Novembris 1390] venerabilis pater frater *Alfonsus Martini, abbas monasterii sancti Salvatoris de Palatiolo ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, per dominum Egidium Fernandi, rectorem parrochialis ecclesie sancte Eovandie de Wlveirie eiusdem diocesis, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, promisit camere et collegio* pro suo communi servitio quadringentos quinquaginta flor. auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit pro communi servitio domini fratris Martini, predecessoris sui, ducentos triginta unum similes florenos ...», A 12 de Junho de 1398, D. Martinho Afonso, transferido do bispado de Coimbra para a sé primacial de Braga, obrigava-se a pagar a taxa por meio de Gil Fernandes, deão de Silves, seu procurador (AV, Obl. et sol. 52 fl. 121-121v, cf. nota 402). O sobredito arcebispo eleito de Braga pagava no dia 13 de Junho de 1398, parte da taxa por meio de Gil Fernandes, deão de Silves (AV, Obl. et sol. 55, fl. 79, cf. nota 402).

([450]) A 19 de Setembro de 1398, temos a notícia de que D. Gil, bispo do Porto pagara parte da taxa respectiva e de que a sua promoção se dera no ano nono do pontificado de Bonifácio IX (Novembro 1397--Novembro 1398): «Indictione vi.ta, die decima nona mensis Setembris anno nono domini Bonifacii pape noni [1398]. *Reverendus in Christo pater dominus Egidius Fernandi, episcopus Portugalensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii, etc., centum florenos auri de camera, non facta divisione de minuto servitio, etc.; *fuit promotus anno nono domini Bonifacii pape noni;* cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 51, fl. 149v). A 23 de Setembro, D. Gil Fernandes, bispo do Porto, obrigava-se a pagar a taxa, por meio de João Peres, deão de Lisboa, seu procurador: «Indictione vi.ta, die xxiii mensis Setembris, pontificatu et anno predictis. *Reverendus pater dominus Egidius Fernandi, episcopus Portugalensis, per venerabilem virum dominum Johannem Petri, decanum Ulixbonensem, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, promisit* camere et collegio pro suo communi servitio mille flor. auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit predictus camere et collegio pro communi servitio domini Johannis, predecessoris sui, octingentos nonaginta quinque similes florenos et solidos quatraginta septem monete Romane et quinque servitia consueta pro rata» (AV, Obl. et sol. 52, fl. 125v). Notícias ainda da sua promoção no ano nono do pontificado de Bonifácio IX, ao pagar parte da taxa, a 18 de Fevereiro de 1401, 5 de Agosto de 1402, 3 de Outubro de 1403 e 26 de Janeiro de 1404: «Die xbiii eiusdem [Februarii 1401] *dominus Egidius, episcopus Portugalensis*, solvit pro communi servitio suo fl. xviii, sol. xxxvii, den. vi et pro minuto fl. ii, sol. xxb. Summa fl. xxi, sol. xii, den. vi; *fuit promotus anno viiii domini Bonifacii;* fuerunt cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 29). «Indictione x.ª, die v.ª mensis Augusti [1402]. *Reverendus in Christo pater dominus Egidius, Dei gratia episcopus Portugalensis*, solvit pro parte partis sui communis servitii triginta septem flor. auri de camera, solidos xxb monete Romane

de Itália, quando foi nomeado bispo do Porto no dia 22 de Julho de 1398 (451), *data em que o o papa lhe outorgava a ele, clérigo sem Ordens, a faculdade de as receber fora do tempo prescrito, em dias de Domingo ou de festa, das mãos de qualquer bispo católico* (452) *e mandava conferir o canonicato, prebenda e deado de Silves e o canonicato e prebenda de Coimbra, que se esperava viessem a vagar pela sagração do bispo eleito, respectivamente a Martinho Fernandes, arcediago de Lisboa e familiar do papa* (453), *e a João Peres, cónego de Lisboa, sendo um dos encarregados da colação o bispo de Tui* (454). *E pela Itália continuou mais algum tempo, até regressar a Portugal, onde se encontrava no ano de 1399* (455).

---

et pro parte partis unius minuti servitii quinque similes flor. Summa florenorum quadraginta duo, solidos viginti quinque; *fuit promotus anno viiii° domni Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 47v). «xiiii.mo 1403 ... Indictione xi, die iii^a^ mensis Octobris. *Reverendus in Christo pater domnus Egidius, Dei gratia episcopus Portugalensis,* solvit pro parte partis sui communis servitii triginta quatuor flore. auri de camera, sol. decem monete Romane. Et pro parte patris unius sui minuti servitii quatuor similes flor., solidos viginti octo dicte monete. Summa flor. triginta octo, sol. xxxbiii; *fuit promotus anno viii domini Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 64). «xb.mo 1404 ... Indictione xii.ma, die xxvi.ta mensis Januarii *Reverendus pater dominus Egidius, Dei gratia episcopus Portugalensis,* solvit pro parte partis sui communis servitii triginta quinque flor. auri de camera, sol. quadraginta duos et den. sex monete Romane. Et pro parte partis unius minuti servitii quatuor similes flor., sol. triginta novem monete predicte. Summa flor. quadraginta et sol. xxxi et den. vi; *fuit promotus anno viiii Bonifacii;* fuerunt in eius promotione cardinales x, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 70). Há ainda as declarações de que D. Gil Fernandes, bispo do Porto, pagou parte da taxa a 9 de Agosto de 1399, por meio de João de Bolonha, secretário do papa, a 1 de Março de 1401, a 5 de Agosto de 1402 por meio de Garcia Martins, cónego de Lisboa, a 3 de Outubro de 1403 por meio de Gonçalo Afonso, cónego do Porto, a 26 de Janeiro de 1404, por meio de João Vasques e Afonso Domingues de Portugal (AV, Obl. et sol. 55, fls. 118, 184, 243v, Obl. et sol. 59, fls. 152, 164, 167). «Universis, etc. Conradus, etc. Salutem, etc. Universitati, etc. Quod *Reverendus pater dominus Egidius, episcopus Portugalensis,* pro parte partis sui communis servitii, in quo camere, etc., centum florenos auri de camera nobis non facta divisione de minutis servitiis nec aliquid soluto sacro collegio, etc., *per manus domini Johannis de Bononia, domini nostri* pape secretarii, die date presentium solvi fecit, etc., De quibus, etc. ipsumque, etc. Secum, etc. Verum intellecta, etc., terminum, etc., a festo omnium Sanctorum proxime futuro usque ad annum ex tunc secuturum prorogamus, etc., ita tamen, etc. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anno Domini Mccclxxxxix, indictione vii, die nona mensis Augusti, pontificatus, etc., anno decimo, f. iiii gr. iiii. Vis. Bay. N. de Damiano» (AV, Obl. et sol. 55, fl. 118). Em Agosto de 1399, Bonifácio IX, ao conceder-lhe faculdade para visitar a diocese por meio de procuradores, dirigia-se-lhe como a *Dilecto filio Egidio, electo Portugalensi* (AV, Reg. Lat. 67, fl. 245).

(451) A 22 de Julho de 1398, ao conceder a faculdade de receber as Ordens sacras das mãos de qualquer bispo católico, Bonifácio IX dizia que o promovera nesse dia a bispo do Porto (AV, Reg. Lat. 61, fl. 272). Cf. nota 452. Segundo os documentos da nota 450, foi promovido no ano nono do pontificado de Bonifácio IX, o que está de acordo com esse documento ou bula papal.

(452) Cf. AV, Reg. Lat. 61, fl. 272v.

(453) Cf. AV, Reg. Lat. 62, fls. 132-133v.

(454) Cf. AV, Reg. Lat. 62, fls. 230-231v.

(455) Em Agosto de 1399, Bonifácio IX concedia a *Egidio, electo Portugalensi,* faculdade de visitar a diocese por outrem (AV, Reg. Lat. 67, fl. 245). Mas isso não quer dizer que D. Gil Fernandes estivesse forçosamente em Roma ou fora da diocese. Segundo documentos do cabido da sé de Coimbra, sabemos que ele já no ano de 1399, pelo menos, estava em Portugal. Assim, documento de 14 de Agosto de 1399: «Sabham çertos os que este stormento virem que *no anno da era de mill e quatroçentos e triinta e sete, fferia quinta, quatorze dias do mes dAgosto, em a çidade do Porto, aa ora da vespera, dentro no paaço do honrrado padre e senhor dom Gill enleito confffirmado na igreia e bispado da dicta çidade, perante o dicto senhor pareçeu Antom Martinz, coonigo de Coimbra e procurador do cabidoo da see do dicto logo, per hũa procuraçom que logo mostrou ...*» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra,* 2.ª incorporação, maço 90, n. 4306). Noutro de 6 de Março de 1400 vem transcrita carta de D. Gil, bispo do Porto, datada do Porto, a 25 de Fevereiro de 1400: «... *Egidius, Dei et apostolice sedis gratia Portugalensis episcopus ... Datum apud nostram civitatem Portugallensem, xxb die menssis Februarii.*

A 13 de Fevereiro de 1405 estava presente, em Montemor-o-Novo, à realização da concórdia com D. João I, juntamente com João Afonso, chantre do Porto, este como representante do cabido. ([455a]) *Os litígios vinham de muito longe. Basta recordar, no reinado de D. Dinis, as desavenças com o bispo D. Fernando Ramires* ([456]) *e no reinado de D. Afonso IV e D. Pedro com os bispos D. Vasco* ([457]) *e D. Pedro* ([458]). *O pretexto mais próximo para a concórdia foi o interdito geral que atormentara durante muito tempo a cidade e bispado do Porto, por motivo da jurisdição temporal e senhorio e outros direitos, de que a igreja portuense dizia ter sido esbulhada pelos monarcas portugueses, apesar das tentativas de apaziguamento durante o governo do falecido D. João Afonso de Azambuja que, ao tempo do tratado ou concórdia, era arcebispo de Lisboa. Para obter a confirmação do papa, deviam o bispo e cabido recorrer a Roma, e el-rei devia procurar tais licença e autoridade pontifícias à sua custa:*

Anno Domini millesimo quatercentesimo. Egidius, episcopus Portugalensis ...» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 66, n. 2430).

([455a]) Cf. nota 459.

([456]) São conhecidas as desavenças entre el-rei D. Dinis e o bispo do Porto, D. Fernando Ramires, continuadas com el-rei D. Afonso IV e com o bispo D. Vasco. Documentos respectivos em *Gabinete de História da Cidade de Porto, Livro Grande* (colecção de documentos tirados do ANTT), publ. em *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium*, vol. II, Portucale, 1917).

([457]) Cf. nota anterior.

([458]) São também conhecidas as contínuas contendas de D. Afonso IV e seu primogénito D. Pedro com o bispo do Porto D. Pedro Afonso, exilado do reino com seus parentes e familiares, durante muito tempo. Delas há vestígios em várias súplicas dos pontificados de Clemente VI e Inocêncio VI. Em súplica de 28 de Maio de 1346, D. Pedro, bispo do Porto, pedia o deado do Porto para João Domingues, o qual constantemente tinha trabalhado e ainda trabalhava com o bispo para a defesa da igreja do Porto, a qual padecia, segundo o prelado, muitas perseguições e moléstias na sua jurisdição temporal. Por esse motivo fora obrigado a deixar a terra e a própria morada (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 141). A 7 de Outubro de 1346, intervinha junto do papa em favor do seu clérigo e contínuo comensal Francisco Anes, da diocese de Braga, o qual não temera assumir grandes trabalhos nas tribulações da igreja do Porto, sujeitando-se a diversos perigos (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 192). No dia 18 de Novembro de 1347, D. Pedro Afonso solicitava para Gonçalo Pires Brandão, seu familiar e clérigo da diocese do Porto, o canonicato e prebenda do Porto, alegando que ele trabalhara juntamente com o bispo pela recuperação dos direitos, jurisdições, liberdades e domínios da igreja portuense (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 269). Dizia o mesmo noutra súplica de 28 de Novembro de 1347, sobre dispensa relacionada com o dito canonicato (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 270). A 11 de Junho de 1348, era o sobredito João Domingues, deão do Porto, quem afirmava estar a trabalhar na Cúria Romana juntamente com o bispo do Porto na defesa dos direitos da igreja portuense (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 274). No dia 17 de Julho de 1348, D. Pedro Afonso, ao pedir benefícios para João Martins, clérigo da diocese do Porto, dizia que este seu familiar trabalhava na Cúria Romana juntamente com ele, bispo, pelos direitos da igreja portuense (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 278). Dizia a mesma coisa quanto a Diogo Afonso, clérigo da diocese de Leão e seu familiar (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 279). A 27 de Agosto de 1349, ao pedir o canonicato e prebenda do Porto para o nobre Rodrigo Gonçalves, dizia que este se afadigava na defesa dos direitos da igreja portuense (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 307). Finalmente, a 25 de Novembro de 1353, D. Pedro Afonso, bispo do Porto, ao dirigir várias súplicas a Inocêncio VI, recordava que o papa bem sabia como ele, seus parentes e servidores foram expulsos durante muitos anos da cidade e diocese do Porto e do reino de Portugal por motivo da defesa dos direitos da igreja portuense (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 46-53). Foi no pontificado deste papa que D. Afonso IV, rei de Portugal, chegou a acordo com o bispo do Porto quanto à jurisdição e domínio da cidade e sobre outros assuntos. Para obter a confirmação apostólica da concórdia, tanto D. Afonso IV como o bispo D. Pedro Afonso tinham enviado embaixadores ao papa, mas a morte do bispo impedira, entretanto, o desiderato. Por tal motivo, el-rei D. Pedro pedia ao papa Inocêncio VI, a 16 de Janeiro de 1360, se dignasse confirmar a concórdia. O papa determinava, então, se entregasse na chancelaria apostólica o acordo para a confirmação, se fosse razoável (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 188).

«*Sabham quantos este estromento virem que na era de mill e quatroçentos e quareenta e tres anos, treze dias de Fevereiro, em Montemoor o Novo, nos paaços do bispo dEvora, em presença de mim notairo publico e das testemunhas adeante escritas, estando hii o muy nobre senhor dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugall e do Algarve, e dom Gill, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo do Porto, e o honrrado e discreto varom Johane Affomso, chantre, como procurador do cabidoo desa meesma egreia, per poder de hũa procuraçom que logo mostrou, juntos pera esto que se adeante segue, da quall procuraçom o theor de verbo a verbo tall he: Saibham quantos esta procuraçom virem que na era de mill e quatroçentos e quareenta e tres anos, dez dias do mes de Janeiro, na mui nobre, honrrada, leall çidade do Porto, dentro no cabidoo desa meesma, seendo no dicto logo juntos pera as cousas adeante escritas, dom Johane Afomso, chantre, e meestre escolla e cabidoo do dicto logo, que pera ello forom juntos e chamados per Joham Perez, seu destrebuidor, por que a esto tempo nom tangem signos por rrazom do anterdicto que he lançado, em presença de mim Joham Garçia, tabaliam de nosso senhor el Rey em esa meesma, e das testemunhas que adeante som escritas, os sobredictos seendo assy todos juntos como dicto he, ffezerom e hordenaram por seu çerto procurador avondoso sufiçiente o sobredicto dom Johane Affomso, chantre, que por elles e em seus nomes, com dom Gill, bispo da dicta cidade, podesem e possam trautar e firmar com o dicto senhor Rey aveença, segundo a outra vez antre elles e o bispo dom Joham que ffoy da dicta cidade e arçebispo que ora he da çidade de Lixboa fora trautada e firmada por rrazom da jurisdiçom e direitos que o dicto senhor Rey tiinha enbargados e ocupados aa dicta egreia e a elles, segundo mais compridamente he contheudo em hũu estromento que sobre a dicta rrazam ffora fecto per Martim Affomso, taballiam que ffoy da dicta cidade, ia finado, e pera rreçeber a posse de posisões per terras que vallesem em cada hũu ano tres mill libras da moeda antiga por rrazom da dicta aveença e pera outrossy rreçeber entrega e satisfaçom dello des o tempo que a dicta aveença ffora ffirmada e trautada ata agora e pera dar quitaçom do que rreçeber e pera sobre estas cousas e cada hũa dellas ffazer e dizer e trautar e ffirmar todallas cousas e cada hũa dellas que elles fariam e diriam e dizer poderiam se a ello per ssuas persoas presentes ffosem, e diseram que elles aviam e prometiam daver pera todo senpre por firme, estavill e vallioso todo aquello que per o dicto seu procurador e esso medes per o dicto bispo em todo o que dicto he fose fecto e dicto e procurado e firmado e outorgado nas cousas sobredictas e em cada hũa dellas, sob obligaçom de todos seus beens e de seus beneficios que pera ello obligarom. E em testemunho desto mandaram a mim dicto tabaliam ffazer esta procuraçom. Testemunhas que a esto foram presentes Garçia Gonçallvez, enqueredor do numero na dicta cidade, e Joham Perez, abade de Jovim, e Affomso Anes, capellam e Joham Affomso, meio coonigo, moradores na dicta cidade, e outros e eu Joham Garçia, tabaliam sobredicto, que esta procuraçom a rrogo e per mandado e outorgamento dos sobredictos escrevi e em ella meu signall fiz, que tall he. A qual procuraçom asii mostrada perante o dicto senhor Rey, o dicto senhor Rey dise aos dictos bispos e chantre que bem sabiam como na dicta cidade do Porto e bispado ffora posto e aguardado per tempos anterdicto geerall por rrazom da jurisdiçom e senhorio e outros direitos que de presente ell posuia e de que se a dicta egreia do Porto dizia esbulhada per os Reis que ante ell forom e em como antre ell e dom Joham, que Deus perdoe, e despois com dom Joham arçebispo que ora he de Lixboa, bispos que fforam da dicta çidade do Porto, e beneffiçiados que entom eram na dicta egreia, ffoii trautada aveença que, dando ell aa dicta egreia tantas terras e herdades e posisões que rrendesem em cada hũu ano tres mill libras da moeda antiga pela dicta jurisdiçom e senhorio e direitos, que elle assy posuia, os quaaes a dicta egreia pretendia pertee-*

cerlhe, que elles e a dicta egreia se ouvesem por contentos das dictas tres mill libras e lhe desem e outorgasem todo desto a auçom que na jurisdiçom e senhorio e direitos suso dictos, se o aviam, a quall aveença per as grandes neçesidades da guerra nom foii posto em obra nem as terras e herdades e pusisões assinadas pella guisa que fora trautado. E disse o dicto senhor Rey que, como quer que elle entendese que a jurisdiçom, senhorio e direitos que ell posuia na dicta cidade perteecesem a ell, enpero por serviço de Deus e honrra dos moradores da dicta cidade e por se o anterdicto de todo alçar, que elle desposto era que aquello que em outro tempo ffora trautado, que se posese em obra. E o dicto bispo e chantre por o cabidoo diserom que se o dicto senhor Rey desse e outorgasse de presente posisões ou rrendas, per as quaes elles podesem aver as dictas tres mill libras da moeda antiga, como ja ffora trautado, que elles eram prestes da dar e entregar todo direito e auçom que a dicta egreia avia em na jurisdiçom e senhorio e direitos que pusuia o dicto senhor Rey. E o dicto senhor disse que lhe plazia e logo pera estas tres mill libras asiinou o dicto senhor Rey todallas rrendas e pensões de todallas casas que o dicto senhor Rey ha na dicta cidade do Porto, nom embargando que a algũas persoas das dictas casas ffosse fecta graça das rrendas das dictas casas em quanto sua merçee fose. Item asiinou mais ao dicto bispo e cabidoo as pensões e rrendas que os taballiaes am de dar ao dicto senhor Rey, asiinou mais que pello almazem da dicta cidade e per as rrendas do dicto almazem aiam os dictos bispo e cabidoo o mais que falleçer das dictas tres mill libras da moeda antiga per tall guisa que os dictos bispo e cabidoo aiam as dictas tres mill libras em cada hũu ano e em quanto esta moeda que ora corre durar ajam por as dictas tres mill libras da moeda antiga trezentas mill libras desta moeda que ora corre, convem a saber çem libras desta moeda que ora corre por hũa libra da moeda antiga, e em caso que os abitadores das casas e os tabaliãaes das pensões, que som theudos de pagar, nom pagarem mais que çincoenta libras desta moeda que ora corre por hũa libra da moeda antiga, que a maioria que desfalleçer de çento por hũa, que a aiam os dictos bispo e cabidoo per as rrendas e direitos do dicto almazem, asii que seiam entreges em cada hũu ano em quanto esta moeda que ora corre durar de trezentas mill libras por as dictas tres mill libras da moeda antiga, começando o primeiro ano da paga des primero dia dabrill que ora vem da presente era de mill e quatrocentos e quareenta e tres anos. E porque o dicto senhor Rey traz suas rrendas todas des primero dia doutubro ata prestumero dia de setenbro siginte, porem quiserom e outorgaram os dictos senhor Rey e bispo e cabidoo que, pasados estes seis meses que ora veem, des primero dia dabrill ata primero dia doutubro, os dictos bispo e cabidoo ajam e seiam entregues do que amontar por rrata das dictas trezentas mill libras em os dictos seis meses e des primero dia doutubro que vem se comece o ano da pagua e se acabe prestumero dia de setenbro siginte e per esa medes guisa em cada hũu dos outros anos sigintes. E esto se entenda ata que a Rua Nova que começada he na dicta cidade do Porto seja acabada e na quall Rua Nova disse o dicto senhor Rey que mandava logo meter mãao e que se acabaria o mais çedo que se fazer podese e ella acabada e as casas della afforadas pera senpre, dise e prometeo o dicto senhor que elle daria e entregaria a propriadade e a pose de tantas casas da dicta Rua Nova aforadas que per ellas e fforo dellas os dictos bispo e cabidoo ajam as dictas tres mill libras da dicta moeda antiga ou intrinsico e verdadeiro vallor da dicta moeda antiga e os dictos bispo e cabidoo prometerom dar e outorgar e demitir todo direito e auçom que a dicta egreia do Porto ha e pretende aaver per quallquer modo e maneira que seia e na jurisdiçom e senhorio e direitos que o dicto senhor Rey pusue e ffazer dello contrauto per tall gisa que o dicto senhor Rey os aja o melhor que posa seer, avuda primeramente leçença e autoridade de nosso senhor o papa, sem a quall leçença e autoridade o contrauto nom seria firme. A quall leçença e autoridade o dicto senhor Rey

deve de procurar aa sua custa e os dictos bispo e cabidoo sopricarom a noso senhor o papa por a dicta leçença e autoridade, ca entendem que tall aveença, como esta, he proll e sera mais ao adeante da dicta egreia do Porto. E se per ventura o papa nom quiser outorgar esta leçença ata hũu ano do dia da feitura deste contrauto ou per o dicto bispo e cabidoo ficar que se nom outorge, que el Rey nom seia theudo de dar estes dinheiros. Testemunhas que a esto presentes forom: Vaasco Gill de Pedrosso, escollar em lex, do desenbargo do dicto senhor Rey, e Joham Affomso e Alvaro Goncallvez de Freitas, veedores de sua fazenda, e outros e eu Gonçallo Caldeira, escrivam da camara do dicto senhor Rey e notairo geerall na sua corte e em todo seo senhorio que a todallas sobredictas cousas presente fui e de mandado e outorgamento do dicto senhor Rey e bispo e chantre do Porto em nome do cabidoo da dicta cidade, como seu procurador que he, este estromento daveença escrevi e aquy meu signall fiz, que tall he» ([459]).

Bispo e cabido e el-rei recorreram de facto ao papa Inocêncio VII, a implorar a confirmação apostólica da concórdia. D. Gil foi pessoalmente a Roma, para o efeito. Tendo em consideração quanto lhe foi exposto, nomeadamente que havia cerca de sessenta anos que a igreja do Porto não exercia a jurisdição temporal e os graves danos que o clero e povo sofreram com o interdito geral, Inocêncio VII absolveu o bispo, que viera à presença do papa pessoalmente, com tal intuito, das penas incorridas por ter procedido à concórdia sem consultar o Sumo Pontífice, e encarregou o arcebispo de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, por bula de 9 de Outubro de 1405, de confirmar o contrato, depois de se inteirar de que redundaria em utilidade da igreja portucalense ([460]). *Desta bula consta que em Outubro de 1405 D. Gil, bispo do Porto, estava em Viterbo. Aliás, conforme consta de documento de 17 de Dezembro de 1405, ele passava procuração ao chantre João Afonso, a Álvaro Ferreira, arcediago de Lisboa, a Vasco Peres, seu vigário geral, e a Luís Geraldes nas casas em que habitava, na cidade de Viterbo, a fim de estes o representarem em tudo quanto fosse necessário para a confirmação da concórdia* ([461]). *E na Cúria pontifícia ainda estava a 3 de Março de 1406, conforme se depreende do documento relativo à taxa da promoção de D. Diogo Álvares a bispo de Évora, pois nesse dia era D. Gil, bispo do Porto, quem se obrigava na câmara apostólica, em seu nome, pela respectiva taxa* ([462]). *Não estava presente na confirmação da concórdia pelo*

([459]) ADP, *Originais do cabido do Porto*, livro XV (1673), fl. 5; livro XXIX (1687), fl. 6.

([460]) AV, Reg. Lat. 123, fls. 268v-269v; em pública forma no docum. da confirmação pelo arcebispo, em ADP, *Originais do cabido do Porto*, livro XXII (1680) fl. 7.

([461]) ANTT, Gaveta 11, maço 3, n. 15.

([462]) AV, Obl. et sol. 57, fl. 142v: «Mccccvi°, indictione xiiii[a]. Anno, pontificatu et indictione predictis, die iii.[a] mensis Martii. *Reverendus in Christo pater dominus Didacus, Dei gratia episcopus Elborensis, per Reverendum in Christo patrem dominum Egidium, Dei gratia episcopum Portugalensem, obligantem se tamquam principalem et privatam personam, promisit camere et collegio pro suo communi servitio* duo milia florenorum auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere tantum pro communi servitio domini Martini, predecessoris sui, septingentos flor. auri de camera et quatuor integra minuta servitia consueta. Solvendo medietatem promissi usque ad festum omnium Sanctorum proxime futurum et aliam medietatem usque ad festum Ressurrectionis Domini nostri Jhesu Christi ex tunc proxime secuturum. Et recognita in similibus terminis annis revolutis. Alioquin, etc. Juravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 57, fl. 142v). Como se viu, D. Diogo Álvares foi prior da colegiada de Guimarães (cf. nota 422) e foi nomeado bispo de Évora no dia 26 de Fevereiro de 1406 (AV, Reg. Lat. 125, fls. 226v-227). Com a notícia de que ele foi promovido no ano 2.° do pontificado do papa Inocêncio VII, documento de 9 de Março de 1406 sobre o pagamento total da taxa: «Indictione xiiii.ma, die viiii.[a] mensis Martii. *Reverendus pater dominus Didacus, electus Elborensis in Portugalia*, solvit pro totali solutione sui communis servitii mille flor. auri de camera nobis non facta divisione de minuto; *fuit promotus anno secundo domini Innocentii*; fuerunt in eius promotione cardinales xi, videlicet ... Indictione xiiii.ma, die viiii[a] mensis Martii *Reverendus pater dominus Didacus, Dei gratia electus Elborensis,*

arcebispo de Lisboa D. João de Azambuja no dia 13 de Abril de 1406, mas era representado pelos seus procuradores Álvaro Ferreira, arcediago de Lisboa, e Luís Geraldes, conforme se sabe pela carta do dia 14 de Maio de 1406 do vigário geral, André Geraldes, sobre a publicação da letra ou carta do arcebispo, a confirmar a concórdia e absolver a cidade e diocese do interdito geral:

> «*Andre Giraldez, coonigo e vigayro geeral do honrrado padre e senhor dom Gill, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo do Porto. A quantos esta carta virem faço saber que perante mim pareçerom os honrrados Johanne Affonsso, chantre na dicta egreia do Porto, e Joham Martinz, meestre scolla em essa meesma, e outrossi Lois Giraldez, procurador do dicto senhor bispo, convem a ssaber esse medes Lois Giraldez e chantre sobredicto polla parte do dicto senhor bispo e em seu nome como seus procuradores e o sobredicto meestre scolla com o dicto chantre polla parte do dayam, coonigos e cabidoo da dicta egreia do Porto. Os quaaes leer e publicar fezerom perante mim hũa letra de rrellaxaçom do interdicto que ante desto era posto na dicta cidade, rrelaxado auctoritate apposto-*

---

solvit pro totali solutione sui minuti servitii nonaginta flore. auri de camera, solidos xlb et den. b monete Romane; *fuit promotus ut supra.* Cardinales, ut supra, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 111v). Declaração de que nesse dia 9 de Março de 1406 pagou parte da taxa por meio de seu irmão, o nobre Luís Álvares, em AV, Obl. et sol. 59, fl. 191: «Henricus, etc. Quod Reverendus pater dominus Didacus, electus Elborensis, pro totali solutione sui communis servitii, etc., mille flor. auri de camera, nobis et pro totali solutione unius etiam sui minuti servitii, etc., nonaginta similes flor., sol. quadraginta quinque et den. quinque die date presentium, tempore debito, per manus nobilis viri Ludovici Alvari, germani sui, solvi fecit, etc. De quibus, etc. In quorum, etc. Datum ut supra, die nona mensis Martii, pontificatus ut supra anno secundo» Foi transferido para o arcebispado de Lisboa no dia 25 de Fevereiro de 1415 (AV, Reg. Lat. 178, fls. 308v-309v).

A D. Diogo Álvares ou, rigorosamente falando, a D. Álvaro Afonso, embora este não tivesse tomado posse da diocese, sucedeu o sobrinho de el-rei D. Pedro de Noronha, primeiro como simples administrador e depois como bispo. Tinha 23 anos de idade, quando D. João I, em súplica de 11 de Janeiro de 1419, pedia ao papa concedesse ao sobrinho a administração da igreja de Évora, havia muito tempo vacante pela transferência de D. Diogo para Lisboa (AV, Reg. Suppl. 120, fl. 23v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 193), o que de facto lhe outorgou o papa no mesmo dia (AV, Reg. Lat. 204, fls. 131v-132v).

Ainda a 27 de Novembro de 1420 aparece como simples *electus Elborensis*, ao pedir indulto de visitar a diocese por procuradores (AV, Reg. Suppl. 148, fl. 69v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 439, p. 308). Aliás, em súplica de 4 de Abril de 1421, D. João I e ele administrador pediam ao papa declarasse que D. Pedro de Noronha não tinha incorrido em nenhuma pena, pelo facto de ainda não se ter sagrado bispo, pois a morte de seu irmão na tomada e defesa de Ceuta tinha-lhe impedido a sagração (AV, Reg. Suppl. 151, fls. 85v-86, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III 2, 474). O papa prorrogou-lhe o prazo da sagração por seis meses, a contar dessa data, e a 3 de Maio D. Pedro pedia que os seis meses começassem a contar desde esta data corrente (AV, Reg. Suppl. 151, fls. 273-273v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 491). A 27 de Julho de 1421, ainda aparece como *Petrus, electus Elborensis*, a pedir para receber as Ordens sacras em dias fora dos determinados pelo direito, de forma a poder sagrar-se dentro do período que lhe fora concedido de prorrogação. Era ainda clérigo só de Ordens menores (AV, Reg. Suppl. 153, fl. 79v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 524, p. 368). Não contente com isso, a 14 de Julho de 1421, pedia nova prorrogação do tempo para receber a sagração episcopal (AV, Reg. Suppl. 153, fls. 296v-297v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 534). A 9 de Outubro de 1421, foi-lhe concedida a administração da diocese de Badajoz, na parte portuguesa, enquanto vivesse o bispo da mesma, que estava velho e impossibilitado (AV, Reg. Suppl. 155, fls. 188v-189, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 561). Em súplicas de 23 de Janeiro de 1423, aparece como *Petrus, episcopus Elborensis* (AV, Reg. Suppl. 159, fls. 180v, 227v-228, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, nn. 620-621). Depois da morte de D. Diogo Álvares, o cabido de Lisboa elegeu ou postulou para arcebispo ao Doutor Fernando Gonçalves Beleágua, chantre de Coimbra, mas o papa, segundo é de crer por influência de el-rei D. João I, não aceitou a postulação e nomeou a D. Pedro de Noronha, transferindo-o da sé de Évora para a de Lisboa, por bula de 10 de Março de 1423 (AV, Reg. Lat. 233, fls. 301-302v). Há carta de el-rei D. João I, de 23 de Abril de 1421, a favor da jurisdição do arcebispo de Lisboa D. Diogo (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 4, fls. 22a-22va).

lica pello honrrado padre e senhor dom Joham, per essa meesma graça arçebispo de Lixboa, assiinada per sua mãao e seellada do seu sseello pendente em hũa fitta mizerada, segundo per ell pareçia, da qual letra, que era scripta em pergaminho, o theor de verbo a verbo tal he: Johannes, Dei et apostolice sedis gratia Ulixboñ archiepiscopus. Venerabilibus fratribus nostris domino Egidio, eadem gratia ecclesie Portugalensis episcopo, et decano et capitulo eiusdem ecclesie ac universis et singulis presentes litteras inspecturis. Salutem in Christo, qui est omnium vera salus. Litteras sanctissimi patris domini Innocentii, divina providentia pape septimi, eius vera bulla plumbea cum cordula canapis dependente, prout moris est, sigillatas, non vitiatas, non cancellatas, nec in aliqua sui parte suspectas, nos cum ea qua decuit reverentia noveritis recepisse, quarum quidem litterarum tenor de verbo ad verbum talis esse dignoscitur: Innocentius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri Johanni, archiepiscopo Ulixbonensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Solet pia mater ecclesia ... pontificatus nostri anno primo. Quibus quidem litteris presentatis, lectis et publicatis per strenuissimum et serenissimum principem dominum Johannem, eadem gratia Portugalie et Alguarbii regem, et per Alvarum Ferreyra, Ulixbonensem archidiaconum, et Ludovicum Gerardi et Johannem Alffonsi, cantorem Portugalensem, procuratores supradictorum episcopi et capituli, fuimus cum debita instantia requisitus quatenus ad executionem predictarum litterarum procedere dignaremur. Nos igitur archiepiscopus et executor prefatus, volentes tamquam obedientie filius mandatum apostolicum supradictum exequi ut tenemur, ad inquisitionem prius super contentis in dictis litteris descendimus. Et quia nobis constitit evidenter legitimis testibus et informationibus prefatos dominos regem, episcopum et capitulum dicto domino nostro summo pontifici veritatem super contentis in prefatis litteris expressisse, consideratis insuper circunstantiis universis, que circa contractum initum inter prefatos fuerunt attendende, quia invenimus iam dictum contractum seu concordiam conceptam inter eos super dominio et iurisdictione temporali dicte civitatis Portugalensis et quibusdam aliis iuribus ratione dicti dominii a prefato domino rege et suis predecessoribus in dicta civitate possessis ac super interdicto in ea generaliter observato cedere in evidentem utilitatem ecclesie predicte ac totius cleri et populi civitatis et diocesis eiusdem, idcirco dictum contractum seu concordiam auctorizamus et auctoritate apostolica confirmamus, rellaxantes, quantum in nobis est, et virtute dictarum litterarum nobis competit, interdictum in dicta civitate [h]actenus ratione predictorum generaliter observatum, mandantes eadem auctoritate iamdicto episcopo vel eius vicariis quod, quantum in eis fuerit, illud rellaxent, facientes in ecclesia cathedrali et in aliis ecclesiis et monasteriis eiusdem civitatis et diocesis divina officia, pulsatis campanis, publice et sollempniter celebrari, quamdiu prefatus dominus rex, officiales et successores sui contenta in dicto contractu et in quadam littera sua super predictis confecta servabunt et effectui mancipabunt. Si tamen, quod absit, prefatus dominus rex, officiales et successores sui contra omnia vel singula contenta in dictis contractu et quadam littera sua fecerint seu venerint et ea non emendaverint infra tres menses a tempore requisitionis sibi faciende super emendationem predictorum, tunc dicta civitas et diocesis relebatur in interdicto, in eis generaliter servando quousque fiat emenda predictorum. Qua facta, interdictum sic reductum sit eo ipso rellaxatum. Et sic fiat totiens quotiens proxime dicta occurrerint, que tamen cessare declaramus, facta reintegratione Vicus Formosi iuxta formam in dicto contractu

contentam, post quam reintegrationem penna dicti interdicti et alie penne, de quibus in dicto contractu et littera fit mentio, locum non habere decernimus. In quorum omnium testimonium predicto episcopo et capitulo has patentes litteras manu nostra signatas et sigillo nostro communitas concessimus. Datum in Villa Sanctaranensi nostre diocesis, die viii (*ler* xiii) mensis Aprillis. Anno ab Incarnatione Domini nostri Jhesu Christi millesimo CCCC.mo sexto. Johannes, archiepiscopus Ulixbonensis. *A qual letera assii mostrada, leuda e publicada como dicto he, os sobredictos procuradores pella parte do dicto senhor bispo e cabidoo disserom que a dicta letera perteeçia a elles e aa dicta egreia do Porto por razom das cousas e cada hũa dellas na dicta letra contheudas. E que se temyam de a dicta letra se perder... pedindome que... lhis mandasse dar o trellado della... que valesse e fe fezesse em juizo e fora delle assii como ho original, se mostrado fosse. E eu vendo o que me os sobredictos diziam e pediam, vista a dicta letra e per mim diligentemente examinada em como nom era rrasa nem borrada nem antrelinhada nem em nenhũa parte em ssy sospeita e vista e examinada a qualidade de tanto negoçio em como a dicta letra de neçessario perteeçe aos dictos senhor bispo, cabidoo e aa dicta ssua egreia do Porto, porem lhis mandey dar o trellado e transumpto da dicta letra em esta publica forma scripto per mãao de Gonçallo Affomso, coonigo e notairo jurado na dicta egreia do Porto, assiinaado per minha mãao e seellado do seello da corte da audiençia da dicta egreia do Porto. Ao qual transumpto eu de çerta sçiençia dey e dou minha leçença e autoridade ordinhayra que valha e fe faça em juizo e fora delle assy come ho original meesmo, se mostrado fosse. Dante na dicta çidade do Porto, xiiii.e dias de Mayo. Era de mill e iiii.c e xliiii° annos. Andreas, canonicus Portugalensis*» (463).

Da carta de el-rei D. João I, com a mesma data de 13 de Abril de 1406, sobre a concórdia e absolvição do interdito, consta claramente que D. Gil Alma não estava presente, mas era representado pelos mencionados procuradores:

«*Dom Joham, per graça de Deus Rey de Purtuguall e do Algarve. A quamtos esta carta virem ffazemos saber que amtre nos e Dom Gill, bispo, e o Dayam e cabido da çidade do Porto ffoy trautado e acordado ssobre ffeito da jurdiçam e direitos que nos pesoimos e avemos na dita çidade do Porto e ouveram e pesoiram os Reix que amte nos fforom e do amtredito que na dita çidade era posto e guardado, scilicet, que nos dessemos e pagassemos em cada hum anno aos dito bispo e cabido tres mil livras da moeda amtiga e que em quamto esta moeda que ora corre em nossos rregnos durasse em este valor em que ora corre e lhe dessemos e pagassemos trezemtas mil livras scilicet, a rrezam de çemto por hũma e que lhe começassemos de fazer a primeira pagua no anno da era de mil iiii.c R iii annos e por quamto o dito comtrato ffora amtre nos e elles ffeito firmado aos treze dias do mes de Fevereiro e o tempo da paga ssegumdo o dito comtrato sse avia de compeçar no primeiro dia do mes dAbrill sseguimte e acabarsse ataa primeiro dia do mes doutubro sseguimte, que porem nos lhe pagassemos por este meo anno Cl.ta livras e di em diamte em cada hum anno as ditas trezemtas mil livras e começarsse o anno no mees doutubro da dita era e acabarsse no da era sseguimte de mil iiii.c R iiii° annos e que pagassemos ao dito bispo e cabido em cada hum dos annos as ditas trezemtas mill livras per as rrendas das*

(463) ADP, *Originais do cabido do Porto*, livro 22 (1680), fl. 7. A data da confirmação e absolvição poderia ser duvidosa, visto os números usados poderem ser indicativos tanto de viii como de xiii, mas, atendendo ao documento original da nota 465, que se refere a esta carta régia, como do dia 13, não há dúvida alguma de que tanto a carta como o documento do arcebispo devem ser datados de 13 de Abril de 1406.

nossas casas que nos avemos e teemos e a nos rremdem ao presemte na dita çidade do Porto e per as rrendas das pemssõoes dos tabaliãaes da dita çidade e que pagado o que estas cousas rremdessem, que o que ffalecesse das ditas trezemtas mil livras pagassemos per as rrendas do almazem da dita cidade ata que as casas nosas que mandamos ffazer em a dita cidade, no lugar que chamam Rua Fremosa, fossem acabadas e que sseemdo acabadas o mais çedo que nos aguisadamente podessemos ffazer e aforadas pera ssempre, que assy acabadas e aforadas dessemos ao dito bispo e cabido tamtas dellas, per que elles ouvessem as ditas tres mil livras da dita moeda amtiga ou trezemtas mil livras desta moeda que ora corre e a posse e propriedade dellas e que o dito bispo e cabido outorgassem e demitissem a nos todo o direito e auçam que a dita igreja do Porto ha e pertemçe aver, per quallquer modo e maneira que sseja, em a jurdiçam, senhorio e direitos que nos pesuymos na dita cidade, e ffazer dello contrato per tall guisa que nos os ouvessemos o milhor que podesse sser, avida primeiramente pera ello liçença do Padre Samto, ssegundo esto he mais compridamente comtheudo em hum estormento do dito comtrato feito por Gomçallo Caldeira, notairo e screpivam de nosa camara e asinado por nos e per o dito bispo e sseelado dos nossos seellos e porque o Padre Samto per sua letra cometeo a Dom Joham arcebispo de Lixboa que se per emformaçam çerta achasse que o dito comtrato era ffeito com proll da dita igreja do Porto que desse a ello sua autoridade e rrelaxasse o amtredito, o quall arçebispo ffoy rrequerido per nos e por Alvaro Ferreyra, arcediaguo de Lixboa, e Luis Geraldes, morador no Porto, e per Joham Afonso, chamtre da dita çidade do Porto, procuradores do dito bispo e cabido, que posese em exucuçam o que lhe per o dito Padre Samto era cometido e se vista a dita letra e avida sobrello sua emfformaçam... disse que elle achava que o dito comtrato era ffeito com proll da dita igreja, com tamto que nos tevessemos maneira que os ditos dinheiros ffosem pagados livremente e sem embarguo nenhũu, e que ffazendo nos asy, que elle comfirmaria aquello que amtre nos e o dito bispo e cabido era trautado e ffirmado e rrelaxaria o dito amtredito segumdo lhe per o dito Padre Samto era cometido e mandado na sua letra. E nos, como quer que emtemdamos que a dita jurdiçam e direitos que pesuimos na dita cidade, pertemcem a nos e nom ao dito bispo e cabido nem aa dita igreia do Porto, pero per serviço de Deus e homrra e prol dos moradores da dita cidade e bispado e por o dito amtredito sser rrelaxado, nos prougue e praz de guardar o dito comtrato e estar per elle e com a Rainha minha molher e com o Ifamte Aduarte meu ffilho mayor e herdeiro o aprovamos e mandamos guardar assy como em elle he comtheudo e pagar ao dito bispo e cabido as ditas tres mil livras da dita moeda amtiga ou trezemtas mil livras desta moeda que ora corre ataa que a dita Rua Fremosa sseja acabada e aforada por ssempre e dada per nos ao dito bispo e cabido pella guisa que sse comthem no dito comtrato e que elles ajam e ssejam pagados dos ditos dinheiros per as rrendas das casas que lhe per nos sam asinadas e per as pemssões dos tabaliaaes da dita çidade e que comtado o que elles per estas rrendas ouverem e lhe ffor pagado, o que ffalecer da dita soma que o ajam per este anno da feitura desta carta que se começou por primeiro dia deste mes doutubro que ora ffoy e sse acabara postumeiro dia de Setembro que vem e que acabado assy este anno, ajam o que assy ffaleçer da dita soma, comtado primeiramente o que rreçeberem das pemssões das ditas casas e tabaliãaes per as rrendas do dito almazem em esta guisa que, tirada primeiramente do que nos avemos a rredizima, que os ditos bispo e cabido ouveram e ham da dizima que nos avemos no dito almazem que quallquer que hi ffor nosso almoxarife e offiçiall pera rreçeber a dizima nossa, aparte della a nona parte e dee e emtregue loguo as cousas que em ella momtar estimadas como cumunalmente valerem ao tempo da emtrega e paga que lhe ffor feita por as ditas cousas na dita çidade de mercador a mercador aos ditos bispo e cabido ou a sseus pro-

curadores, ssem pagamdo sisa, por as ditas cousas que lhe assy fforem estimadas per o que sse comtadas as pemssões das ditas casas e tabaliãaes a dita nona parte valer mais que o que momtar na dita soma das trezemtas mill livras que aquello ffique comnosco e o nom aja o dito bispo e cabido e em caso que nom chegue aaquella ssoma, que emtam no mes de Setembro qualquer que no dito almazem ffor nosso almoxarife e offiçiall ffaça comta com os ditos bispo e cabido e sseus procuradores e lhe emtregue per a dita nona parte das cousas que por emtam no dito almazem estiverem aquello que ffaleçer da dita soma das ditas trezemtas mil livras e em caso que se nom posa pagar per a dita nona parte, que sse pague per as outras partes que a nos fficarem, em tal guisa que os ditos bispo e cabido compridamente sejam pagados em cada hum anno da dita soma das tres mil livras da dita moeda amtiga ou trezemtas mil livras desta em quamto correr segumdo no dito comtrato he comtheudo e sse per vemtura aquecer que elles de todo nom posam sser pagados per a dita nona parte nem per as outras partes que a nos fficarem, que o ssejam per o que ao dito almazem vier no anno seguimte, e que sse nom despemda em esto e aver do dito almazem nenhũua cousa ataa que os ditos bispo e cabido ssejam emtregues e pagos do que lhe asy ffaleçer da sua paga. Outrossy por os ditos bispo e cabido saberem parte das cousas que ao dito almazem vem e saberem o que momta na dita nona parte per que ham de seer pagados, nos praz que elles posam por sua parte poer no dito almazem hum scprivam aa custa sua que scpreva todalas cousas que ao dito almazem vierem e estee presemte quamdo sse dezimarem com os outros nossos scprivaaes, que nos hi tivermos. Outrossy queremos e mandamos que o almoxarife nosso que ora he no dito almazem ou outro qualquer que ao depois hy ffor constranja os tabaliaaes e moradores das casas nosas por as pemssoões e rrendas dellas e as ffaça emtregar e pagar aos ditos bispo e cabido ou a sseus procuradores e que per carta nosa nem mamdado nem de nemhũu dos nossos offiçiaaes nom tome nem despemda nemhũa cousa da dita nona parte nem das outras partes per que elles, como dito he, ham de sser pagados, salvo em paga daquello que os dito bispo e cabido ouverem daver e que sse o ffezer, que ell por penna e em nome de penna seja theudo de pagar ao dito bispo e cabido aquello que assy despemder em dobro, posto que diga, alegue e mostre que o ffez per nosa carta ou mandado, e que o corregedor da comarqua ou juizes da dita çidade a rrequerimento dos ditos bispo e cabido, ssemdo çertos do que elle assy despemder ou pagar comtra este noso mandado, que emtam o penhorem e ffaçam em seus beens exucuçam asy como por nosa divida, e emtreguem e ffaçam emtregar pellos beens do dito almoxarife aquello que momtar em dobro, em o que asy despemder ou tomar da dita nona parte, ate que os ditos bispo e cabido ssejam pagados, e ssendo o dito corregedor ou juiz a ello negligemtes que emtam o dito bispo ou seu vigairo posam penhorar como dicto he e constranger o dito almoxarife per çemsura ecresiastica e per os outros rremedios de direito, posto que clerigo e da nosa jurdiçam sseja. Item por quamto o dito arcebispo disse que emtemdia que por guarda do direito da igreia ssobredita depoer na sua carta dautoridade que desse ao dito comtrato feito amtre nos e o dito bispo e cabido e na carta da rrelaxaçam do dito amtredito que vimdo nos ou nossos ssobcessores ou offiçiaaes comtra as cousas comtheudas no dito comtrato e em esta nosa carta ou comtra cada hũua delas e sseemdo nos ou nossos ssobcessores rrequeridos que as corregamos e emmendemos e nom o ffazemdo assy do dia do rrequerimento ataa tres meses comtados do dia do dito rrequerimento, que a dita çidade e bispado fficasem geralmente em quamto nom ffosse corregido nem emmemdado o que fosse ffeito comtra as ditas cousas amtreditos como o fforom nos tempos pasados e o ssam ora de presemte, por que nosa vomtade he comprir e guardar todalas ssobreditas cousas e nom hir comtra ellas. E assy emtemdemos que o fforem nossos sobçessores, pero sse aquecer, o que Deus nom queira, que per nos ou per

elles e nossos offiçiaes sseja ffeito o comtrairo e o amtredito ffosse porem guardado per o bispo e cabido e pella clelezia nos prometemos de o comssemtir e nom dar lugar a nemhũuas perssoas que o britem nem façam outro mall nem dapno ao dito bispo e cabido e crerezia por guardarem o dito amtredito, em quamto per nos e nossos ssobçessores e ofiçiaes nom for ffeita emmemda de quallquer cousa que sseja ffeita comtra as cousas comtheudas no dito comtrato e em esta carta e puniremos como no ffeito couber os que o comtrairo ffezerem e corregido e emmemdado aquello que ffor feito comtra as ditas cousas e cada hũa delas per nos ou nossos ssobçessores ou per noso mamdado e delles que o dito amtredito nom seja mais guardado e sseja alçado. Outrossy queremos que, ffeita e acabada a dita Rua Fermosa e aforada como dito he e dadas e emtregues per nos tamtas das casas dela e doutras em casu que todas as da dita Rua nom avomdem que rremdam ao dito bispo e cabido as ditas tres mil livras da moeda amtiga ou o sseu verdadeiro e imtrimseco valor que emtam cessem as penas e cousas comtheudas em esta carta, as quaaes nom he nosa vomtade sser theudo de hi em diamte. E mamdamos que sse nom guardem mais. E por que nosa vomtade e merçe he comprirmos e guardarmos todas estas cousas e cada hũa dellas, porem mandamos ser ffeita esta carta asinada per nos e per a dita Rainha minha molher e per o dito Iffamte Aduarte meu ffilho pera os dito bispo e cabido a teerem por guarda de seu direito. Dante em a nosa villa de Samtarem, a xiii dias dabrill. El Rey o mamdou. Martim Gonçallvez a fez. Era de mil iiii.c R iiii° annos (464).

Existe documento desse dia 13 de Abril de 1406, relativo à confirmação da concórdia e absolvição do interdito, em que são transcritas as procurações do bispo D. Gil Alma, já referida, de 17 de Dezembro de 1405, e do cabido do Porto, de 15 de Março de 1405. Foi passado por ordens do arcebispo de Lisboa, delegado apostólico, e a pedido dos procuradores do bispo e cabido do Porto, bem como do Doutor Martim do Sem, da parte do monarca de quem era conselheiro. Entre as testemunhas, figuravam o chanceler-mor D. Álvaro Gonçalves, os licenciados em leis Fernando Gonçalves e Vasco Gil de Pedroso, desembargadores régios, e Mestre Frei João Xira, franciscano e confessor de el-rei:

«*Saybam quantos este presente stromento virem como na era de mill quatroçentos quareenta quatro annos, aos xiii dies (!) do mes dabril, em Santarem, nos paaços do honrrado padre e senhor dom Joham, arcebispo de Lixboa, onde pousava ho muy nobre senhor dom Joham pella graça de Deus Rey de Portugall e do Algarve, em presença de mim notairo publico e das testemunhas adeante scriptas, stando hi o dicto senhor Rey e o dicto senhor arcebispo e Alvaro Ferreira, arcediagoo de Lixboa, e Luis Giraldez, procuradores do honrrado padre e senhor dom Gill, bispo da çidade do Porto, e Joham Affomso, chantre dessa çidade do Porto e procurador do cabidoo da dicta çidade, segundo mays compridamente he conteudo em duas procurações scriptas e fectas em porgaminho per Joham Affomso do Algarve, notairo appostolico, e per Gill Vaasquez, tabaliam del Rey na comarca dantre Doyro e Minho, das quaes o theor he este que se segue:*

In nomine Domini. Amen. Sub anno nativitatis eiusdem millesimo quadringentesimo quinto, indictione tertia decima, die vero decima septima mensis Decembris, hora primarum vel quasi, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Innocentii, divina providentia pape vii.mi anno ii.°, in mei notarii publici et testium infrascriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum presentia personaliter constitutus, reverendus

(464) ADP, *Originais do cabido do Porto*, livro 2 (1660), fl. 3. Quanto à data, cf. nota 463.

in Christo pater et dominus dominus Egidius, Dei et apostolice sedis gratia episcopus Portugalensis ... fecit, constituit, creavit ac etiam sollempniter ordinavit suos veros, certos, legitimos et indubitatos procuratores ... discretos viros dominos Johannem Alffonsi, cantorem ecclesie Portugalensis, et Alvarum Ferreyra, archidiaconum ecclesie Ulixbonensis, et Valascum Petri, vicarium generalem ipsius domini episcopi constituentis in dicta ecclesia ... Aucta sunt hec Viterbii, in domibus habitationis dicti domini Egidii, episcopi Portugalensis, anno, indictione, die, mense, hora et pontificatu predicti domini, quibus supra, presentibus ibidem honorabilibus et discretis viris dominis Johanne Gundisalvi, scutiffero domini regis, et Johanne Palmeyro, camerario dicti domini episcopi Portugalensis, et Martino Velasci, alumpno eiusdem, et aliis multis fidedignis, testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Voluit et idem dominus constituens quod quidquid inceptum fuerit per unum predictorum suorum procuratorum in premissis seu aliquo premissorum quod per alium seu alios ipsorum mediare valeat ac etiam finire. Et ego Johannes Alffonsi de Algarbio, presbyter Silvensis diocesis, publicus apostolica et imperiali auctoritatibus notarius, constitutioni, creationi, ordinationi, presentationi, dationi, provisioni, rellevationi ceterisque omnibus aliis et singulis, dum sic per dictum dominum Egidium episcopum ut premittitur aggerentur et fierent, una cum prenominatis testibus presens interfui...

In nomine Domini. Amen. Noverint universi quod sub anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo quinto, die (!) vero quinta decima die (!) mensis Martii, in mei Egidii auctoritate regia inter Dorium et Minium tabellionis et testium infrascriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum presentia, venerabiles et discreti viri domini Johannes Martini, scolasticus, Rodericus Gonssalvi, archidiaconus, Johannes Aprilis, Andreas Gerardi, Ludovicus Iohannis et alii canonici et capituli (!) ecclesie Portugalensis in capitulo ad ea que secuntur per signum certum specialiter congregati, eo quod de presenti campane non pulsantur ratione interdicti ... constituerunt ac etiam solempniter ordinaverunt suos certos, legitimos et indubitatos procuratores, auctores, fauctores et negotiorum suorum gestores nuntiosque speciales ... discretos viros dominos Johannem Alfonsi, cantorem, ac Velascum Petri, vicarium domini Egidii, episcopi Portugalensis, eiusdem canonicos constituentis in dicta ecclesia et eiusdem diocesis Portugalensis ... Aucta fuerunt hec in predicta civitate Portugalensi, anno, die, mense supradictis. Testes qui ad hec fuerunt Johannes Alfonsi, medius canonicus eiusdem ecclesie Portugalensis, Johannes Iohannis, hostiarius dicti capituli, Alvarus Stephani, Alfonsus Dominici, clerici dicte ecclesie Portugalensis, et ego Egidius Velasci, tabelio supradictus, qui premissis omnibus et singulis suprascriptis una cum ipsis nominatis testibus presens interfui, et ideo hoc presens publicum instrumentum procurationis manu mea propria scriptum et subscriptum exinde confeci et nomine et signis meis solitis et consuetis signavi in fidem et testimonium omnium premissorum, quod est tallis. E o dicto senhor Rey disse ao dicto senhor arçebispo que el sabia bem como antre el e o dicto bispo e cabidoo do Porto fora trauctada e fecta aveença sobre o senhorio, jurisdiçom e direitos que el avya e possuya na dicta çidade do Porto, segundo era contheudo em stromentos fectos sobre a dicta aveença e asiinados per el e per o dicto bispo [seellados] dos seus seellos, e que a dicta aveença fora fecta, plazendo dela ao padre sancto e avendo del sua auctoridade e leçença primeramente, e que ora a el viera hũa letra, per a qual o padre sancto cometia a el [arçebispo que, consider]ando el que a dicta aveença era fecta com evidente proveito da dicta igreia do Porto, que desse a el sua auctoridade, e que el e os dictos procuradores do dicto bispo e cabidoo lhe rrequererom ja dias avya que visse os dictos stromentos daveença e letra do dicto padre sancto e se enformasse se a dicta aveença antre elles trauctada era fecta com evidente proveito da dicta igreia e que se achasse que assy era, que

o rrequeria que desse a ella auctoridade, segundo lhe per o dicto padre sancto era cometido. E o dicto senhor arçebispo fez pergunta aos dictos procuradores do dicto bispo e cabidoo, que presentes stavam, se aviam a dicta aveença assy fecta por prol da dicta igreia e se queriam star per ella e guardalla pella guisa que fora fecta. E elles diserom que sy e que porem em nome dos dictos bispo e cabidoo, cujos procuradores erom, a aprovavam e rretificavam e outorgavam que el Rei ouvesse, tevesse e lograsse o senhorio e jurisdiçom e direitos, que ora el em ella possuya em quanto lhe el guardasse as condições e cousas contheudas no dicto contrauto e em hũa carta que lhe ora novamente depoys sobrello deu, e que esso medes rrequeriam ao dicto senhor arçebispo, que desse aa dicta aveença e contraucto sua autoridade e rrelaxasse o antredicto. E o dicto senhor arçebispo, visto o dizer e rrequerimento do dicto senhor Rey e procuradores do dicto bispo e cabidoo, disse que el, em seendo bispo da dicta çidade do Porto, fora enformado das dictas cousas, e que ora depois que a dicta letra do dicto padre sancto de corte viera, se enformara mays compridamente e que, vistas e consiiradas todas as cousas, que o dicto senhor Rei dava e prometia de fazer aa dicta igreia, bispo e cabidoo dela, as quaes cousas som contheudas nos dictos stromentos daveença e carta que ora o dicto senhor Rey, em comprimento da dicta aveença, dera, que ell achava que ella era fecta em evidente proveito da dicta igreia, bispo e cabidoo dela, e de toda a outra clerizia e moradores na dicta çidade e bispado, e que porem per o poder a ell dicto arçebispo cometido per o padre sancto auctorizava a dicta aveença e contraucto sobrella antre elles fecto e o confirmava per auctoridade apostolica e rrelaxava em quanto a ell perteeçia per a dicta comissom o dicto antredicto e mandava per a dicta autoridade aos vigairos do dicto bispo que o rrelaxassem e fezessem dizer os ofiçios da sancta igreia na ssee da dicta çidade e nos moesteiros e igreias dela e de todo seu bispado, assy como se devem fazer e dizer nos lugares nom antredictos. E disse outrossy o dicto arçebispo que, por quanto el rrelaxava o dicto antredicto, sperando que o dicto senhor Rei e seus sosçessores e ofiçiaaes comprissem e guardassem todallas cousas contheudas no dicto contraucto e carta do dicto senhor Rey, e que porem se acaeçesse, o que Deus nom queyra, que elles ou cada hũu deles viesse contra as dictas cousas ou contra cada hũa delas e seendo os sobredictos ou cada hũu deles rrequiridos que as corregam e emmendem e nom o fazendo asy do dia do rrequirimento a elles fecto ataa tres meses, que a dicta çidade e bispado ficassem geeralmente antredictos, em quanto nom fosse corregido nem emmendado o que fosse fecto contra as dictas cousas e fosse guardado o dicto antredicto, assy como o foy nos tempos passados e o era ora de presente, e corregido e emmendado aquello que for fecto contra as dictas cousas e cada hũa delas per o dicto Rei ou seus sosçessores ou per seu mandado e deles que o dicto antredicto nom fosse mays guardado e fosse alçado como a dicta emmenda e corregimento forem fectos. E fecta e acabada a Rua Fermosa e aforada e dadas e entregues per o dicto senhor Rey tantas das casas dela e doutras em casu que todas as da dicta Rua nom avondassem, que rrendam ao dicto bispo e cabidoo tres mill libras da moeda antiga ou o seu verdadeiro e intrinseco vallor, segundo he contheudo no dicto contraucto daveença, que dhi endeante çessasse a penna do dicto antredicto e nom ouvesse mays lugar. Das quaes cousas o doctor Martim do Sem, do consselho do dicto senhor Rey, em seu nome, e os procuradores do dicto bispo e cabidoo pidirom a mim, notairo adeante scripto, hũu, dous stromentos, com o theor das sobredictas procurações, e mays, se comprir. E o dicto senhor arçebispo lhes mandou dar asiinados per o dicto senhor Rei e per el dicto arçebispo e seellados dos seus seellos. Testemunhas que a esto presentes forom: Alvaro Gonçallvez, chançeller moor do dicto senhor Rey, e Fernam Gonçallvez e Vasco Gil de Pedroso, leçençiados em lex, do seu desembargo, e o meestre frey Joham Xira, da ordem de sam Francisco, seu confessor, e outros. E eu Gonçalo Caldeira, scripvam da camara do

dicto senhor Rey e notayro geeral na ssua corte e em todo o seu senhorio, que a todallas cousas sobredictas e cada hũa delas presente fuy e de mandado e outorgamento do dicto senhor Rey e arçebispo e do dicto Alvaro Ferreira e Lois Giraldez, procuradores do dicto bispo do Porto, e de Johane Afomso, chantre da dicta çidade do Porto, procurador do cabidoo da dicta çidade por ssy e em nome do dicto bispo e cabidoo como seus procuradores este stromento fiz screver per mandado de fiel scripvam, por que eu era negoçiado doutras cousas de serviço do dicto senhor Rey, e esto per minha mão soscrevy e aquy meu signal fiz, que tal he. El Rey. G[onçal]o. Jo., archiepiscopus Ulixbonensis» (465).

Como se viu, a 5 de Abril de 1407, dominus Egidius, Dei gratia episcopus Colimbriensis, *apresentava-se pessoalmente na câmara apostólica a pagar a taxa da sua promoção à sé de Coimbra e desde Luca, na Itália, escrevia carta, a 9 de Março de 1408, sobre a colação duma tercenária na sé de Coimbra, mas já estava em Portugal no ano de 1409, a governar a diocese até à segunda metade de 1415, pois fazia seu testamento a 4 de Agosto deste ano e figura como falecido a 17 de Outubro de 1415* (465a). *D. João I, conforme carta sua do mês de Julho de*

---

(465) ANTT, Gav. 11, maço 3, n. 15.

(465a) Há vários documentos a atestar a presença ou governo de D. Gil Fernandes Alma na diocese de Coimbra por vigários, desde 1409-1413. Como se viu, a 5 de Abril de 1407, já bispo de Coimbra, estava na Cúria pontifícia, onde se comprometia pessoalmente pela taxa respectiva. Cf. nota 358. Da cidade de Viterbo, como também se viu, enviava ele procuração, no dia 17 de Dezembro de 1405, para o representarem na concórdia com el-rei de Portugal sobre a jurisdição civil da cidade do Porto. Antes já aí estava, pois lá recebeu a absolvição do papa no mês de Outubro, depois de estabelecer concórdia com el-rei, à qual esteve presente em Montemor-o-Novo no dia 13 de Fevereiro de 1405. Cf. nota 459. Estava na cidade de Coimbra no dia 18 de Junho de 1409: «... E porquanto ao dicto cabidoo perteencia de promeyo com seu senhor dom Gil, bispo dessa meesma, de lhe darem pera ello seu consentymento e de fazer a dicta confirmaçom per a dicta permudaçom ... E despois desto, *dez oyto dias do dicto mes de Junho da sobredicta era, na dicta cidade, nos paaços do dicto senhor bispo, stando hi o dicto senhor dom Gil, bispo de Coimbra,* e o dicto maestre scolla, comisairo do dicto cabidoo ...» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra,* 2.ª incorporação, maço 50, n. 1997). Temos carta original sua, datada de Coimbra, a 27 de Janeiro de 1410: «*Egidius ... Colimbriensis episcopus ... Datum apud predictam civitatem Colimbriensem,* vicesima septima die mensis Januarii. Anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo decimo. *Egidius, episcopus Colimbriensis*» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra,* maço 94, n. 4540). Aliás, segundo documento do dito cabido, de 13 de Maio de 1409, de *Affomso Lopez, coonigo da see de Coimbra e vigayro geeral do honrrado padre e senhor dom Gil ... bispo dessa meesma,* e de *Fernam Gonçalvez, doutor em degredos, chantre e coonigo da dicta see de Coimbra,* D. Gil ainda se encontrava em Luca a 9 de Março de 1408, porque daí escrevia carta com essa data, transcrita no documento, mas já se encontrava em Coimbra no dia 10 de Maio de 1409, porque, em carta desta data, escrita em Coimbra e inserta no dito documento, encarregava aquele seu vigário de conferir uma terçanaria a Martim Vasques: «Nos *dom Gil, ... bispo de Coimbra,* mandamos a vos Afomso Lopez ... que visto este alvara confirmedes hũa terçanaria que em essa nossa egreia he vaga ... *asignamos este alvara per nossa mão, scripto em Coimbra, dez dias do mes de Mayo. Era de mil e quatroçentos e quareenta e sete annos ...*» (maço 58, n. 2185). Documentos de *Affonso Lopez, coonigo da see de Coimbra e vig.º do honrrado padre e senhor dom Gil ... bispo desa meesma,* no dia 15 de Janeiro e 29 de Janeiro de 1410 (maço 15, n. 668), no dia 13 de Junho de 1410 (maço 52, n. 2049), no dia 21 de Agosto de 1411 (maço 12, n. 563), no dia 18 de Abril de 1412 (maço 2, n. 78), no dia 18 de Junho de 1412 (maço 13, n. 602), no dia 27 de Janeiro de 1413 (maço 12, n. 580), no dia 13 de Março de 1413 (maço 77, n. 3202), no dia 10 de Abril de 1414 (maço 53, n. 2053). Em documento de 8 de Maio de 1410 fala-se da sua presença nos paços de Coimbra (maço 55, n. 2108). O seu testamento, feito a 4 de Agosto de 1415, no qual deixa livros de direito canónico e civil ao Doutor Fernando Gonçalves Beleágua, seu *speciall criado e servidor,* que era chantre e virá a ser deão de Coimbra e postulado, mais tarde, arcebispo pelo cabido de Lisboa, encontra-se em ANTT, *S. Domingos de Lisboa,* livro 5, fls. 285-286. Carta régia de 1 de Outubro de 1415, inserida em documento de 14 de Outubro de 1415, di-lo conselheiro de D. João I: «Dom Joham pella graça de Deus Rey de Portugall ... sabede que *o bispo dessa cidade do nosso consselho nos dysse que tem suas rrendas e fruytos* ... Dante na çidade

1418, antes de partir para Ceuta, «quando fomos na armada pera Cepta, leixamos encarrego dalguũs regimentos dos nosos reinos ao bispo Dom Gill Almadaa (!), que entom era de Coimbra, e ao doutor Belleauga» ([465b]). *O arcebispo de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, continuará ao serviço de el-rei, no concílio de Pisa e depois em Roma, antes e depois de ser promovido ao cardinalato, como veremos.*

Outro colaborador, desde a primeira hora, de D. João I, ainda quando era só regedor e governador do reino de Portugal e Mestre de Avis, foi Rui Lourenço, deão de Coimbra. Ele aparece como Rodericus Laurentii de Tavira, clericus Silvensis diocesis, bachalarius in legibus et licentiatus in artibus, *em súplica de 1 de Setembro de 1365 sobre o canonicato, prebenda e deado de Silves* ([466]). *Sabemos, por meio de súplica de 17 de Setembro de 1365 que, antes de obter o deado de Silves, fora porcionário da igreja de Santa Maria de Tavira* ([467]). *Igualmente aparece como clérigo da diocese de Silves, bacharel em leis e licenciado em artes, a 26 de Setembro de 1365:* Roderico Laurentii de Tavira, clerico Silvensis diocesis, bacallario in legibus et licentiato in artibus ([468]), *e a 18 de Agosto de 1366, em súplicas sobre os ditos canonicato, prebenda e deado de Silves* ([469]).

A 11 de Setembro de 1366, o papa Urbano V, em letras dirigidas a ele, Rui Lourenço de Tavira, cónego de Silves e bacharel em leis, dizendo-o também licenciado em artes, refere ter-lhe conferido o canonicato, prebenda e deado de Silves, por letras de 19 de Setembro de 1365, pelo que o seu procurador tomara posse do deado, recebendo os respectivos proventos. Temia, porém, Rui Lourenço ter incorrido nas penas de inabilidade e infâmia porque duvidava se no tempo das ditas letras era de idade suficiente para obter o deado. Por isso Urbano V o absolveu de tal impedimento a ele que, na altura das presentes letras, já tinha a idade para obter o deado ([470]).

---

dEvora, primeiro dya do mes dOutubro. El Rey o mandou per Diego Martinz, cavaleyro, doutor em leix e per Vaasco Gil, leçençeado em leis, sseus vassallos e do sseu desenbargo ... Era de mill e quatroçentos e çinquoenta e tres annos ...» (maço 94, n. 4494). A 17 de Outubro de 1415, reuniam-se os cónegos de Coimbra e consideravam como *a dicta sua egreia e bispado de Coimbra se ora vagara e era de presente vaga per morte de dom Gil de boa memoria que do dicto bispado foi postumeiro bispo* (Maço 17, n. 792).

([465b]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 107. Cf. PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das chancelarias reais ...*, II, Lisboa, 1915, p. 456.

([466]) SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 204.

([467]) SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 218.

([468]) Em SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 224.

([469]) Em SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 253.

([470]) «Dilecto filio *Roderico Laurentii de Tavira, canonico ecclesie Silvensis, bacallario in legibus*. Salutem, etc. Litterarum scientia ... Dudum siquidem volentes tibi gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam ac decanatum ecclesie Silvensis ... videlicet xiii Kalendas Octobris pontificatus nostri anno tertio, per nostras litteras tibi contulimus et de illis etiam duximus providendum ... Cum autem, sicut exhibita nobis postmodum pro parte tua petitio continebat, tu dubites quod tempore date dictarum litterarum ad obtinendum dictum decanatum sufficientem etatem non haberes et quod certus procurator tuus, ad hoc legitime constitutus, vigore litterarum earumdem, *quas propterea ad partes illas transmiseras*, tuo nomine decanatus predicti postmodum possessionem fuit pacificam assecutus fructusque percepit ex eodem et propterea timeas inhabilitatis seu infamie maculam sive notam te incurrisse, nobis humiliter supplicasti ut providere tibi et statui tuo super hoc de benignitate apostolica mandaremus. Nos igitur volentes *te qui iam, ut asseris, ad obtinendum eundem decanatum etatis legitime ac etiam in artibus licentiatus existis* quique perpetuam portionem ecclesie beate Marie de Tavira Silvensis diocesis, quam tempore date litterarum earumdem obtinebas, post assecutionem canonicatus et prebende ac decanatus predictorum, prout in eisdem litteris voluimus, dimittere tenebaris, premissorum meritorum tuorum intuitu, specialibus prosequi gratia et favore, huiusmodi supplicationibus inclinati, omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam, si quam premissorum occasione contraxistis, auctoritate apostolica penitus abolemus ... Datum Avinione, iii Idus Septembris, anno quarto»: AV, Reg. Vat. 255, fl. 58v.

Em 1373, frequentava o Colégio universitário Gregoriano de Bolonha, fundado para clérigos pelo papa Gregório XI. Efectivamente, em documento de concórdia entre o Colégio Gregoriano e o novo reitor Fernando Guidonis, este pôde averiguar que o nosso Rui Lourenço, da diocese de Silves, fora eleito tesoureiro pela maior parte dos escolares do Colégio (471).

(471) ASB, *Convento di S. Francesco*, 354/5097, n. 59, pergaminho, original: «Guillermus miseratione divina sancti Angeli sancte Romane Ecclesie diaconus cardinalis. Reverendo in Christo patri domino Dei gratia episcopo Bononiensi. Salutem in Domino et mandatis nostris, ymo verius apostolicis firmiter obedire. Sane sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Gregorius papa xi numerum incertum scolarium in collegio Gregoriano, expensis eiusdem, Bononie existentium, ex certa scientia et legitimis causis ipsum ad hoc moventibus, volens ad numerum certum et limitatum reducere, triginta scolares dumtaxat duxit de presenti eligendos. Quiaque ad ipsius domini nostri pape pervenit auditum quod nonnulli ex ipsis scolaribus in dicto collegio de presenti existentes in absentia domini Bernardi Guidonis, prioris prioratus de Marmanda, eorum rectoris, plura delicta, rumores seu scandala nequiter perpetrarunt, que si impunita remanerent, possent aliis innoxiis imposterum occasionem prebere delinquendi. Eapropter de mandato prefati domini nostri pape in hiis de remedio salutari providere cupientes, nobis super hoc facto vive vocis oraculo, vos requirimus et auctoritate apostolica nobis in hac parte commissa districte precipiendo mandamus quatenus ad prefatum palatium seu collegium personaliter accedentes, triginta scolares inferius nominatos per eundem dominum nostrum papam, ut premittitur, assumptos, ad gratiam seu provisionem dicti collegii et facultatum ac bonorum eius quorumcunque mobilium et immobilium recipiatis auctoritate apostolica et etiam admittatis eosdem in possessionem realem seu corporalem ipsius palatii et premissorum bonorum eadem auctoritate inducentes. Qui quidem xxx scolares statuta et consuetudines eiusdem collegii perpetuo observare firmiter habeant et eisdem omnino conformare, reliquos vero supernumerarios expensis eiusdem domini nostri ibidem existentes, assignata eis pensione congrua, iuxta formam litterarum apostolicarum super hoc emanatarum, auctoritate qua supra, a palatio, bonis et facultatibus supradictis penitus excludatis. Illos autem quos informatione prehabita reperietis ut prefertur deliquisse, sive ex triginta inferius nominatis fuerint, sive non, inflicta eis iuxta eorum exigentiam delictorum tali pena que ceteris cedere valeat in exemplum, ab ipsius collegii gratia, bonis et facultatibus ac pensione prelibatis eadem auctoritate penitus et perpetuo absque quacunque gratia, si eorum exegerint demerita, expellatis, eosdem ad propria remittentes. Nomina vero dictorum triginta scolarium sunt hec: Johannes Gaucelmus et Nicolaus de Bosqueto, Johannes Caraselli, Johannes de Vaudrono, Jacobus Ceva, *Rodericus Laurentii* et Bonanatus de Armedis, *baccalarii*, Petrus de Atrio alias Tibi soli, Michael Sarlandy, Guillelmus de Genolono, Johannes de Rayllaco, Jeronimus Ballart, Bertrandus Ceva Avinion., Franciscus de Valobrica Avinion., Goffredus Tallardy, Petrus de Palatio, alias Thierici, Johannes Corserii, Johannes de la Batrade, Petrus Challo, Petrus Cornilhr, Petrus Testa, Petrus Chardi de Florentia, Begnotus de Manso, Johannes Bernardi, Franciscus de Parma, Albertus de Bonsignori de Florentia, Johannes Ysoardi, Guillelmus Stephani et unus per dominum Bernardum Cuidonis nominandus. In quorum omnium et singulorum testimonium presentes litteras seu presens publicum instrumentum per notarium publicum nostrumque scribam infrascriptum publicari et subscribi mandavimus et sigilli nostri fecimus appensione muniri. Acta sunt hec Avinione, in hospitio habitationis nostre, anno Nativitatis Domini millesimo trecentesimo septuagesimo tertio, die prima mensis aprilis, indictione undecima, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Gregorii divina providentia pape undecimi anno tertio, presentibus discretis viris domino Petro Vassalli subdecano Pictavensi ac Johanne de Curia, clerico Monasteriensis diocesis, cubiculariis nostris, et pluribus aliis testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis. Et ego Johannes Beguini, clericus Lingonensis, publicus apostolica et imperiali auctoritate ac Reverendissimi patris domini cardinalis prefati scriba, premissis omnibus et singulis una cum dictis testibus presens fui et ea de mandato eiusdem domini cardinalis per alium scribi feci, aliis occupatus, et in hanc formam publicam redegi signumque meum una cum appensione sigilli eiusdem domini cardinalis apposui consuetum requisitus in testimonium veritatis premissorum. alias Thierici. Acta fuerunt hec ut supra per me ante prescritam subscriptionem, additis approbo eorum exegerint demerita expellatis in rasura etiam approbando». A 10 de Junho de 1373 Rui Lourenço, da diocese de Silves, era nomeado tesoureiro do Colégio universitário Gregoriano: «In Christi nomine amen. Noverint universi presentis publici instrumenti seriem inspecturi quod anno a nativitate eiusdem millesimo trecentesimo septuagesimo tertio, indictione undecima, die vero decima mensis Junii, pontificatus sanctissimi patris et domini nostri domini Gregorii divina providentia pape undecimi anno tertio, in mei notarii publici et testium infrascriptorum ad hoc specialiter vocatorum

A 2 de Abril de 1376, recebia o grau de licenciatura em direito canónico: «Dominus Laurentius de Pinu, decretorum doctor, vice et nomine dominorum Jhoannis de Lignano et Ieronimi de Sancto Ieronimo, decretorum doctorum, presentavit domino Jacobo de Castrobritonum, decre-

---

presentia, magne auctoritatis et religionis vir dominus Bernardus Guidonis, prior prioratus de Marmanda rectorque collegii domini nostri domini Gregorii predicti, per eum in civitate Bonoñ fundati, in predicti collegii loco, quo pro tunc scolares dicti collegii pro capella utebantur, presentavit omnibus scolaribus dicti collegii qui pro tunc in civitate Bonoñ degebant, scilicet Johanni Corserii, Johanni de Bosqueto, Gauselmo de Bosqueto, Nycholao de Bosqueto, Johanni Cassarelli, Johanni de Vaudrono, *Roderico Laurentii*, Bonanato de Armedis, Petro de Atrio alias Tibi soli, Michaeli Sarlandi, Guillelmo de Genelono, Johanni de Raylaco, Jacobo Ceva, Francisco de Valobrica, Goffredo Tallardi, Petro de Palatio alias Thierici, Petro Challo, Petro Testa, Begoto de Manso, Francisco de Parma, Alberto de Bonsignori de Florentia, Johanni Ysoardi, Guillelmo Stephani et Pontio Attonis Caturcensis dyocesis, pro parte predicti domini nostri pape quamdam litteram bulla plumbea bullatam in filis sericis, in qua creatio, ordinationes et statuta predicti collegii continebantur ipsosque scolares, cum ea qua decuit reverentia, eam recepisse et statim in manibus predicti domini Bernardi omnes tactis sacrosanctis evangeliis iurasse in omnibus et per omnia servaturos que ibidem continebantur modo et forma que ad ea servanda in eadem littera obligabantur. Quibus peractis, idem dominus Bernardus a prefatis scolaribus corporale etiam exegit sacramentum quod statim sibi eligerent unum rectorem de ipsorum corpore iuxta formam eis in predicta littera circa eius electionem traditam, quod etiam omnes singulariter in mei presentia corporaliter prestiterunt, prestans eis etiam et eorum cuilibet corporale sacramentum quod omni timore, amore, odio vel favore postpositis, eligerent illum quem magis expedire crederent collegio predicto ac etiam convenire. Quo sacramento prestito, statim per modum, per quem rectores Studii Bonoñ consueverunt scilicet per cedulas ad dictam electionem scolares prefati processerunt computatisque vocibus omnium scolarium predictorum, compertum est dominum Johannem Corserii Mimatensis dyocesis fuisse et esse electum a multo maiori parte et saniori quam aliquis aliorum coelectorum, propter quod per dictum dominum Bernardum pronuntiata est eius electio canonica declaratumque est eum fore legittimum et verum predicti collegii rectorem, in cuius et aliorum omnium presentia statim iuravit predictus dominus Johannes Corserii, rector, officium rectoratus iuste et fideliter exercere et omnia et singula ad predictum officium rectoratus spectantia legaliter et fideliter pro suo posse observare. Quibus peractis et predicto domino Johanne Corserii per omnes presentes pro vero et legittimo rectore habito, statim predictus dominus Johannes exegit secundum formam statutorum predicti collegii a quolibet prenominatorum scolarium corporale sacramentum quod sibi iuxta predictorum statutorum formam obedirent in omnibus licitis et honestis, quod omnes sine difficultate qualibet prestiterunt. Prestito igitur sibi huiusmodi obedientie sacramento, statim eisdem hora et loco predictis, Johannes rector predictis scolaribus sub virtute prefati iuramenti mandavit quod ad electionem thesaurarii in predicto collegio creandi procederent modo et forma quibus ad predicti rectoris electionem processum extiterat. Quibus in eius manibus per prefatum modum procedentibus, repertum est per predictum rectorem *dominum Rodericum Laurentii Silvensis diocesis fuisse et esse a maiori parte omnium tunc presentium electum et sic ipsum Rodericum pronuntiavit verum et legittimum predicti collegii thesaurarium. Qui quidem dominus Rodericus thesaurarius statim prestitit corporale sacramentum quod ea que ad officium suum spectabant, fideliter exerceret.* Post hec etiam eisdem loco et hora prefatis dominus rector eisdem scolaribus sub virtute predicti iuramenti mandavit quod ad electionem quatuor consiliariorum in predicto collegio secundum predictorum statutorum formam eligendorum procederent absque mora. Qui quidem scolares procedentes modo et forma ut in electione rectoris et thesaurarii processerunt, fuerunt electi per maiores partes numero dominus Bonanatus de Armedis, dominus Michael Sarlandi, dominus Johannes Ysoardi et dominus Franciscus de Parma. Quibus sic electis, statim predictus dominus Johannes rector eis subire fecit corporale sacramentum quod bene et fideliter pro posse consulerent omnia et singula que utilia forent ipsi collegio. Acta, agitata et facta omnia supradicta in prefato collegio Gregoriano, posito Bonoñ, in capellis sancte Marie et sancte Agathe in strata Castilionis, presentibus in electione rectoris venerabilibus viris domino Arnaldo de Tremolhis, priore sancti Johannis in Monte de Bonoñ, domino Amelio de Brolio, domino Petro de Valentinis, licentiato in decretis, testibus ad predictam electionem rectoris vocatis specialiter et rogatis. Et ego Henricus Multor quondam Egidii Multor, clericus Traiectensis dyocesis, publicus imperiali auctoritate notarius, predictis omnibus et singulis, dum sic fierent, interfui et rogatus scribere propria manu scripsi signumque meum apposui consuetum, in testimonium veritatis» (ASB, *Convento di S. Francesco*, 345/5088, n. 100, pergaminho original).

torum doctori, priori collegii doctorum iuris canonici, dominum Rodericum, decanum Silvensem, subiciendum privato examini doctoris iuris canonici, etc., et dominus Jacobus presentationem admisit et recepit iuramentum, etc. Actum Bononie, in canonica ecclesie Bononiensis, presentibus domino Johanne de Fantutiis, iuris utriusque doctore, et Simone bidello, testibus» ([472]).

Gregório XI, por letras de 17 de Junho de 1377, ao conceder-lhe indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentasse e fosse lente de direito em qualquer Estudo Geral, diz que Rui Lourenço recebera a licenciatura em direito canónico, quando era escolar do colégio pontifício de clérigos de Bolonha. Dava, portanto, a entender que ele continuava na universidade em 1377:

> *«Dilecto filio Roderico Laurentii de Tavira, decano ecclesie Silvensis, licentiato in decretis. Salutem, etc. Litterarum scientia ... Tuis itaque supplicationibus inclinati, tibi qui dudum, ut asseris, de collegio domus nostre scolarium clericorum Bononiensi existens, in iure canonico licentiatus fuisti, auctoritate presentium indulgemus ut litterarum Studio, in loco, ubi illud vigeat generale, insistendo et in eodem iure legendo, fructus, redditus et proventus beneficiorum tuorum ecclesiasticorum, que in quibusvis ecclesiis obtines et imposterum obtinebis, etiam si aliquod ipsorum dignitas curata et in cathedrali post pontificalem maior vel in collegiata ecclesia principalis fuerit et ad eam consueverit quis per electionem assumi, usque ad triennium, a data presentium computandum cum ea integritate, cotidianis distributionibus duntaxat exceptis, libere percipere valeas, cum qua illos perciperes, si in ecclesiis ipsis resideres, et ad residendum in eis interim minime tenearis nec ad id a quoquam invitus valeas cohartari ... [fl. 508v] ... Datum Anagnie, xv Kalendas Julii, anno septimo. In eodem modo dilectis filiis Colimbriensis et sancti Agricoli Avinionensis decanis ac cantori Ulixbonensis ecclesiarum, salutem, etc. Litterarum scientia, etc., usque vel momenti. Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios eidem Roderico vel procuratori suo, eius nomine, faciatis auctoritate nostra predictos fructus, redditus et proventus per dictum triennium iuxta huiusmodi concessionis nostre tenorem integre ministrari, non obstantibus omnibus supradictis seu si eisdem Ordinariis et capitulis vel quibusvis aliis communiter vel divisim a predicta sit sede indultum quod interdici vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Contradictores auctoritate nostra, etc. Datum ut supra»* ([473]).

A 3 de Novembro de 1377, concedia-lhe ainda Gregório XI o indulto de Confessionale, *com indulgência plenária, e a 17 de Novembro, sempre do mesmo ano, outorgava igual graça ao cavaleiro D. João Afonso Telo e sua mulher e a Lourenço Anes Fogaça, também cavaleiro, e a sua esposa:*

> *«Dilecto filio Johanni Alfonsi Tello, militi, et dilecte in Christo filie mulieri Beatrici, eius uxori, Ulixbonensis diocesis, salutem, etc. Provenit, etc., ut in forma, usque suffragetur. Et insuper volumus quod per tres annos, etc., ut in forma. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xv Kalendas Decembris, anno septimo. Dilecto filio nobili viro*

([472]) ASB, *Rogiti di Paolo Cospi*, busta protoc. 16, fl. 37v. Publicado com a designação do nosso jurista como deão de Selva (!) por LUDOVICO PRATI, em *Chartularium Studii Bononiensis*, IV (Bologna 1919), n. 219 (1145).

([473]) AV, Reg. Aven. 203, fls. 508-508v.

Laurentio Johannis Fogaza, militi, et dilecte filie nobili mulieri Marie, eius uxori, Ulixbonensis diocesis, salutem, etc. Proventi, etc., ut in forma, usque suffragetur. Et insuper volumus quod per tres annos, etc., ut in forma. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xv Kalendas Decembris, anno septimo. Dilecto filio Roderico Laurentii, decano ecclesie Silvensis, licentiato in decretis. Salutem, etc. Provenit, etc., ut in forma, usque suffragetur. Et insuper volumus quod per tres annos, etc., ut in forma. Datum Anagnie, iii Nonas Novembris, anno septimo» (474).

Por letras de 12 de Janeiro de 1378, dirigidas a Roderico Laurentii de Tavira, canonico et decano ecclesie Colimbriensis, licentiato in decretis, *Gregório XI conferia-lhe o deado de Coimbra, vacantes por morte de Martim Lourenço:*

«*Dilecto filio Roderico Laurentii de Tavira, canonico et decano ecclesie Colimbriensis, licentiato in decretis, salutem, etc. Litterarum scientia... Dudum siquidem intendentes de canonicatu et prebenda ac decanatu ecclesie Colimbriensis, quos quondam Martinus Laurentii, ipsius ecclesie canonicus et decanus, in eadem ecclesia, dum viveret, obtinebat, cum illos vacare contingeret, per apostolice sedis providentiam ordinari, dictos canonicatum et prebendam ac decanatum, dum adhuc idem Martinus ageret in humanis, videlicet Kalendis Julii, pontificatus nostri anno septimo, collationi et dispositioni nostre duximus specialiter reservandos... Cum itaque postmodum dicti canonicatus et prebenda ac decanatus per ipsius Martini obitum, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacaverint et vacare noscantur ad presens, nullusque preter nos hac vice de ipsis canonicatu et prebenda ac decanatu disponere potuerit neque* [*fl.* 74] *possit, reservatione et decreto obsistentibus supradictis, nos volentes te qui etiam bacallarius in legibus existis, premissorum meritorum tuorum intuitu favore prosequi gratie specialis, canonicatum et prebendam ac decanatum predictos ... cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis, etiam si predictus Martinus capellanus noster aut fructuum, reddituum et proventuum, apostolice camere in illis partibus debitorum, collector vel succollector seu alicuius ex venerabilibus fratribus nostris sancte Romane Ecclesie cardinalibus familiaris continue commensalis extiterit, apostolica auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, ii Idus Januarii, anno octavo. In eodem modo dilectis filiis priori monasterii sancte Crucis Colimbriensis per priorem soliti gubernari et decano ac cantori ecclesie Ulixbonensis. Salutem, etc. Litterarum scientia, etc., usque momenti. Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios prefatum Rodericum vel procuratorem suum, eius nomine, in corporalem possessionem canonicatus et prebende ac decanatus ecclesie Colimbriensis iuriumque et pertinentiarum predictorum inducatis auctoritate nostra et defendatis inductum, amoto exinde quolibet detentore, facientes eumdem Rodericum vel dictum procuratorem pro eo in predicta ecclesia Colimbriensi in canonicum recipi et in fratrem, stallo sibi* [*fl.* 75] *in choro et loco in capitulo eiusdem ecclesie cum dicti iuris plenitudine assignatis et ad dictos prebendam et decanatum ut est moris admitti sibique de ipsorum canonicatus et prebende ac decanatus fructibus, redditibus et proventibus, iuribus et obventionibus universis integre responderi ... Datum ut supra*» (475).

(474) AV, Reg. Aven. 202, fl. 493.
(475) AV, Reg. Aven. 204, fls. 73v-75.

Com grande probabilidade, neste mês de Janeiro de 1378, Rui Lourenço de Tavira andava pela Cúria Romana. Com toda a certeza estava lá em Novembro de 1377, quando lhe foi concedida a indulgência plenária, porque, segundo bula de 21 de Outubro, Lobo Esteves, leigo da diocese de Coimbra, e ele Rui Lourenço, deão de Silves, respectivamente como procuradores de Vasco Martins, prior do mosteiro de Santo André de Ansede, e de Afonso Peres, prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, renunciavam aos ditos mosteiros, por motivo de permuta, nas mãos de D. João, bispo de Amiens, na sé apostólica: per dilectos filios Lupum Stephani, laicum Colimbriensis diocesis, tuum et Rodericum Laurentii, decanum ecclesie Silvensis, dicti Alfonsi procuratores, ad hoc a vobis specialiter constitutos, in manibus venerabilis fratris nostri Johannis, episcopi Ambianensis, duxeritis ex causa permutationis huiusmodi apud sedem apostolicam libere resignandos ([476]); per dilectos filios Rodericum Laurentii, decanum ecclesie Silvensis, tuum, et Lupum Stephani, laicum Colimbriensis diocesis, Valasci procuratores ad hoc a vobis specialiter constitutos, in manibus venerabilis fratris nostri Johannis, episcopi Ambianensis, duxeritis ex causa permutationis huiusmodi apud sedem apostolicam libere resignandos ([477]). *Eis porque se poderia pôr a questão, conforme hipótese aventada atrás, se Rui Lourenço estaria em Roma, quando morreu Gregório XI e quando foi eleito Urbano VI, em Maio de 1378. O depoimento de Gil Sanchez Muñoz dá-nos a entender que ele andava por lá mais ou menos nessa altura* ([478]).

Encontrava-se em Portugal, na cidade de Coimbra, no mês de Setembro de 1379, precisamente como deão do cabido ([479]), *e em Dezembro de 1379 el-rei D. Fernando estava para o*

([476]) «Dilecto filio Valasco Martini, priori monasterii sancte Crucis Colimbriensis, Romane Ecclesie immediate subiecti, per priorem soliti gubernari, ordinis sancti Augustini. Salutem, etc. Apostolice sedis circumspecta benignitas ... Cum itaque nuper tu sancti Andree de Ansede ordinis sancti Augustini Portugalensis diocesis et dilectus filius Alfonsus Petri sancte Crucis Colimbriensis, Romane Ecclesie immediate subiecti, dicti ordinis, per priores solitorum gubernari monasteriorum prioratus, quos tunc temporis obtinebatis, desiderantes illos ex certis causis rationabilibus invicem permutare, per dilectos filios Lupum Stephani, laicum Colimbriensis diocesis, tuum et Rodericum Laurentii, decanum ecclesie Silvensis, dicti Alfonsi procuratores, ad hoc a vobis specialiter constitutos, in manibus venerabilis fratris nostri Johannis, episcopi Ambianensis, duxeritis ex causa permutationis huiusmodi apud sedem apostolicam libere resignandos idemque episcopus resignationes huiusmodi de speciali mandato nostro, facto sibi super hoc oraculo vive vocis, apud sedem admiserit antedictam, nos votis tuis in hac parte favorabiliter annuentes, dictum prioratum ipsius monasterii sancte Crucis, per huiusmodi resignationem vacantem, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus ... Datum Anagnie, xii Kalendas Novembris, anno septimo» (AV, Reg. Aven. 203, fl. 484v-485).

([477]) «Dilecto filio Alfonso Petri, priori monasterii sancti Andree de Ansede, per priorem soliti gubernari, ordinis sancti Augustini, Portugalensis diocesis. Salutem, etc. Apostolice sedis circumspecta benignitas ... Cum itaque nuper tu sancte Crucis Colimbriensis Romane Ecclesie immediate subiecti ordinis sancti Augustini et dilectus filius Valascus Martini, sancti Andree de Ansede, dicti ordinis, Portugalensis diocesis, per priores solitorum gubernari monasteriorum prioratus, quos tunc temporis obtinebatis, desiderantes illos ex certis causis rationabilibus invicem permutare, per dilectos filios Rodericum Laurentii, decanum ecclesie Silvensis, tuum et Lupum Stephani, laicum Colimbriensis diocesis, dicti Valasci procuratores, ad hoc a vobis specialiter constitutos, in manibus venerabilis fratris nostri Johannis episcopi Ambianensis duxeritis ex causa permutationis huiusmodi apud sedem apostolicam libere resignandos idemque episcopus resignationes huiusmodi de speciali mandato nostro, facto sibi super hoc oraculo vive vocis, apud sedem admiserit antedictam, nos votis tuis in hac parte favorabiliter annuentes, prefatum prioratum dicti monasterii sancti Andree, per huiusmodi resignationem vacantem, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus ... [fl. 486] ... Datum Anagnie, xii Kalendas Novembris, anno septimo»: AV, Reg. Aven. 203, fis. 485-486.

([478]) Cf. nota 31.

([479]) Rui Lourenço aparece como deão de Coimbra em documentos do cabido no ano de 1379, a 5, 8 e 30 de Setembro e 17 de Outubro (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 13, n. 614,

enviar à Cúria dos papas contendentes, para averiguar qual dos dois eleitos seria o verdadeiro, conforme se viu atrás, ao indicar os que seguiram Clemente VII durante o curto prazo em que o monarca português se decidiu a aceitar a obediência do papa de Avinhão (480). *Rui Lourenço também o seguiu, até tomar publicamente a defesa dos direitos de Urbano VI, contra o cardeal legado, Pedro de Luna, defensor de Clemente VII. Além das comissões do papa de Avinhão, referidas atrás, são para lembrar as bulas de 16 de Novembro de 1378, naturalmente com data antecipada, dirigidas ao* Dilecto filio nostro decano Colimbriensi, *a encarregá-lo de conferir os canonicatos de Silves, respectivamente a Pedro Esteves* (481) *e a João Esteves* (482), *clérigos da diocese de Silves, atendendo às preces de el-rei D. Fernando do rol de súplicas correspondentes* (483).

Por bula de 28 de Julho de 1379, dirigida a Fernando Gonçalves e João Esteves, cónegos de Évora, Clemente VII mandava conferir a Estêvão Vasques de Loulé, cónego de Silves e bacharel em direito civil, o deado de Silves, vacante precisamente pela consecução do deado de Coimbra por parte de Rodericus Laurentii de Tavira, decanus ecclesie Colimbriensis, *em virtude da*

---

maço 20, n. 823, maço 28, n. 1183, maço 31, n. 1281, maço 52, n. 2207, maço 58, n. 2165). Em 1381, a 12 e 18 de Novembro (*Ibidem*, maço 17, n. 2970, maço 81, n. 3546). No ano de 1383, a 16 de Outubro (*Ibidem*, maço 80, n. 3501). Várias vezes em 1384, nomeadamente a 23 de Setembro, 28 de Setembro, 16 de Outubro, 19 de Outubro, 23 de Novembro e 28 de Dezembro (*Ibidem*, maço 4, n. 178, maço 21, n. 891, maço 22, n. 928, maço 73, n. 2839, maço 74, n. 2975, maço 76, nn. 3119, 3146, maço 81, n. 3670). No ano de 1385, também várias vezes, nomeadamente a 3 e 6 de Fevereiro, 29 de Maio, 6 e 13 de Julho, 28 de Agosto e 11 de Outubro (*Ibidem*, maço 3, n. 150, maço 26, n. 1093, maço 77, n. 3245, maço 78, n. 3322, maço 81, nn. 3548, 3587, maço 82, n. 3724, maço 87, n. 4102, maço 88, n. 4204). Muitas vezes em 1386, por exemplo a 8 de Janeiro, 5 de Abril, 25 de Maio, 4, 18 e 22 de Junho e 29 de Novembro (*Ibidem*, maço 1, n. 38, maço 3, n. 118, maço 10, n. 495, maço 37, n. 1577, maço 75, n. 3055, maço 80, n. 3492, maço 81, nn. 3701, 3703, maço 93, n. 4470). Igualmente no ano de 1387, por exemplo a 27 de Março, 6 e 20 de Setembro (*Ibidem*, maço 27, n. 1111, maço 71, nn. 2682, 2695, maço 75, n. 3019, maço 82, n. 3713.) Também diversas vezes em 1388, como a 3 de Janeiro, 9 e 29 de Abril e 19 de Maio (*Ibidem*, maço 14, n. 641, maço 28, n. 1184, maço 32, n. 1362, maço 75, n. 3058, maço 80, n. 3497, maço 82, n. 3733). Três documentos apenas em 1391, um a 10 de Maio (*Ibidem*, maço 30, n. 1236), outro a 17 de Julho (*Ibidem*, maço 12, n. 544) e o último a 4 de Outubro (*Ibidem*, maço 91, n. 4375). No ano de 1392, a 15 de Fevereiro (*Ibidem*, maço 15, n. 706). No ano de 1394, vários, nomeadamente a 12 de Maio, 3 de Julho, 20 de Agosto, 16 de Setembro (*Ibidem*, maço 5, n. 288, maço 10, n. 496, maço 17, n. 768, maço 80, nn. 3503, 3512). Muitos no ano de 1395, nomeadamente a 25 de Janeiro, 14 de Abril, 10 e 13 de Julho (*Ibidem*, maço 7, n. 324, maço 15, n. 670, maço 70, n. 2614, maço 79, n. 3377). Um só em 1396, a 14 de Abril (*Ibidem*, maço 34, n. 1400). Em 1398, a 14 de Outubro (*Ibidem*, maço 5, n. 288). Em 1399, a 27 de Outubro, 15 e 17 de Novembro (*Ibidem*, maço 67, n. 2477, maço 70, n. 2619 e maço 78, n. 3286).

(480) Cf. carta de 3 de Dezembro de 1379 na nota 150.

(481) AV, Reg. Aven. 206, fls. 467-468: «Dilecto filio decano ecclesie Colimbriensis, salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Petrum Stephani, clericum Silvensis diocesis ... necnon consideratione carissimi in Christo filii Fernandi, regis Portugalie illustris, pro ipso Petro, dilecto suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, favore prosequi gratioso, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus ... ei de canonicatu ecclesie Silvensis cum plenitudine iuris canonici auctoritate apostolica providere procures ... Datum Fundis, xvi Kalendas Decembris, pontificatus nostri anno primo».

(482) AV, Reg. Aven. 206, fls. 468v-469: «Dilecto filio decano ecclesie Colimbriensis. Salutem, etc. Dignum arbitramur ... Volentes igitur dilectum filium Johannem Stephani, clericum Silvensis diocesis ... necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Fernandi, regis Portugalie illustris, pro ipso Johanne, dilecto suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, favore prosequi gratioso, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus ... ei de canonicatu ecclesie Silvensis cum plenitudine iuris canonici auctoritate apostolica providere procures ... Datum Fundis, xvi Kalendas Decembris, pontificatus nostri anno primo».

(483) Súplicas correspondentes em AV, Reg. Suppl. 56, fl. 182v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 28, 32.

concessão do papa Gregório XI (484). *Na súplica respectiva* (485), *este clérigo, estudante na Universidade de Avinhão, refere-se a* gratia per Sanctitatem Vestram in rotulo istius universitatis Avinionensis sibi facta de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Ulixboñ, *com data antecipada de 22 e 29 de Novembro de 1378* (486), *e proclamava-se nesse rol como deão de Silves, sem usufruir a posse da dignidade, enquanto no mesmo rol Pedro Anes, clérigo da diocese de Évora, pedia o canonicato e prebenda de Silves, vacantes por Rui Lourenço usufruir a posse do deado de Coimbra, tendo prometido renunciar àqueles benefícios, quando tomasse posse do dito deado e prebenda de Coimbra* (487).

Nas súplicas diz-se que Rui Lourenço possuía o deado de Coimbra por autoridade da sé apostólica, enquanto naquela bula se afirma tomara ele posse do deado em virtude da concessão de Gregório XI. Tais circunstâncias são indiferentes para o caso e não significam de maneira nenhuma que o deão de Coimbra aderisse a Clemente VII, antes de el-rei D. Fernando. Ao contrário, tudo leva a crer que Rui Lourenço abraçou a obediência do papa de Avinhão, devido à decisão de el-rei, em cujo serviço andava. Depois de publicamente se ter pronunciado por Urbano VI, rebatendo com argumentos jurídicos a tese do cardeal Pedro de Luna, talvez até por incumbência régia, nunca mais abandonou o papa de Roma, seguindo na esteira do novo rei, D. João I, e assinando, como se viu, a súplica dos prelados, nobres e representantes do povo, a Urbano VI, a acusar os outros pretendentes ao trono do labéu do cisma e a pedir a confirmação da eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal, paladino da fidelidade ao papa de Roma e acérrimo adversário dos cismáticos de Castela, que obedeciam a Clemente VII (488). *Conforme a referida carta do bispo do Porto D. João Afonso de Azambuja de Fevereiro e talvez do ano 1393, a D. João I, andou a*

---

(484) AV, Reg. Aven. 219, fls. 523v-524: «Dilectis filiis decano sancti Agricoli Avinionensis et Fernando Gonsalvi ac Johanni Stephani, canonicis Elborensis ecclesiarum, salutem, etc. Litterarum scientia, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita super quibus apud nos dilectus filius Stephanus Vallaci de Loule, canonicus Silvensis, in iure civili bacallarius, fidedignorum commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Cum itaque, sicut accepimus, decanatus ecclesie Silvensis ex eo vacaverit et vacet ad presens quod dilectus filius Rodericus Laurentii de Tavira, decanus ecclesie Colimbriensis, dictum decanatum ipsius ecclesie Silvensis qui dignitas est, tunc obtinens, decanatum dicte ecclesie Colimbriensis, qui etiam dignitas existit, tunc vacantem auctoritate litterarum felicis recordationis Gregorii pape xi, predecessoris nostri, sibi collatum, sede apostolica per obitum dicti predecessoris tunc vacante, extitit pacifice assecutus, nos volentes dictum Stephanum ... favore prosequi gratioso, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios predictum decanatum dicte Silvensis ecclesie ... predicto Stephano cum omnibus iuribus et pertinentiis suis auctoritate nostra conferre et assignare curetis ... Datum Avinione, v Kalendas Augusti, anno primo».

(485) AV, Reg. Suppl. 51, fl. 140, publ. em *Monum. Portug. Vaticana*, II, n. 356.

(486) AV, Reg. Suppl. 55, fl. 128v, Reg. Suppl. 54, fl. 148, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, nn. 209, 313.

(487) AV, Reg. Suppl. 54, fl. 148v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, 321.

(488) Cf. SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CVII. Assim também no auto da eleição de D. João I, a 6 de Abril de 1385: ANTT, *Maço* 1 *de Cortes*, n. 8, Cf. MARCELO CAETANO. *As cortes de 1385*, em *Revista Portuguesa da História*, t. V, Coimbra, 1951, docum. 1, pp. 66, 72. Anoto que o documento, actualmente na Casa Forte do ANTT, com certeza devido aos dez selos de cera pendentes, com o lugar de mais dois que faltam, tinha a cota: Gaveta 13, maço 10, n. 12, e não 9, como, por engano, se indica nesse estudo. Texto latino do auto em ANTT, *Maço* 1 *de Cortes*, n. 8: «... Nos Laurentius, archiepiscopus Bracharensis, Johannes Ulixbonensis, Laurentius Lamecensis, Johannes Portugalensis, Johannes Elborensis, Rodericus Civitatensis, Valascus Egitaniensis episcopi, Alfonsus sancti Johannis de Pendorato, Johannes de Bostello, sancti Benedicti Portugalensis diocesis abbates, Valascus, prior sancte Crucis Colimbriensis per priorem soliti gubernari sancti Augustini ordinum monasteriorum, *Rodericus Laurentii, decanus Colimbriensis*, et alii prelati, Valascus Martini de Sousa, Nunus Alvari Pereira, Gunsalvus Menendi de Vasconcellos ...».

tratar das pazes com Castela. Aliás, a 13 de Outubro de 1393, segundo carta original passada em Atouguia da Baleia, D. João I dava poder ao deão de Coimbra para, em seu nome, requerer a Henrique III de Castela que jurasse as tréguas de Maio de 1393 ([488a]). *Bonifácio IX, a 16 de Outubro de 1398, concedia-lhe a ele* Roderico Laurentii, decano ecclesie Colimbriensis, licentiato in decretis, *que também era* baccalarius in legibus, *um benefício, com faculdade de continuar com o deado de Coimbra e os canonicatos e prebendas de Lisboa e Coimbra, a pedido de el-rei D. João I,* pro te dilecto familiari suo continuo commensali, nobis super hoc humiliter supplicantis ([489]).

Vimos já que D. Rui Lourenço figura em documentos régios de 1390 como desembargador, mas já antes, por exemplo em 1386 e 1390, deparamos com documentos vários, desembargados por Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licenciado em degredos, do seu desembargo ([490]) *ou* Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licenciado em degredos, seu clerigo e do seu desembargo ([491]). *Mais ou menos da mesma forma, nos anos de 1391* ([492]), *de 1392* ([493]),

---

([488a]) Archivo General de Simancas, *Patronato Real*, 47, 33. Cf. nota 444a.

([489]) AV, Reg. Lat. 52, fls. 275-275v.

([490]) Documentos régios desembargados por *Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licenciado em degredos, clerigo, do seu desembargo*, antes de 1390: a 8 de Julho de 1386 (ACML, cód. 10, n. 71); a 16 de Agosto de 1386: *per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licenciado em degredos, do seu desembargo* (ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 92v-93v, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 395, p. 147). Carta régia desembargada a 23 de Agosto de 1390: «... El Rei o mandou *per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, leçençeado em degredos, sseu clerigo e do sseu desembargo* ...» (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fl. 75v, publ. em *Chartul. Univers. Portugalensis*, II, n. 447, p. 195). A 31 de Agosto de 1390 (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 48).

([491]) Cf. nota anterior. Igualmente a declaração de clérigo do rei em ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 48 (duas vezes em 31 de Agosto de 1390).

([492]) Documentos desembargados por Rui Lourenço no ano de 1391: a 16 de Janeiro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 52v, 54), a 15, 23 e 26 de Fevereiro (ACML, cód. 5, nn. 11, 38, 39), a 13 de Abril (ACML, cód. 10, n. 40). Estava ausente a 10 de Junho: *nom seendo hi Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licenciado em degredos, seu companhom* (ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 181-181v, publ. em *Chartul. Univers. Portugalensis*, II, n. 459, p. 205). Presente a 15 de Dezembro: «Dante em a çidade de Viseu, quinze dias de dezenbro. El Rey o mandou *per Ruy Lourenço, deyam de Coinbra, leçençiado em degredos, e per Joham Affonso, scollar em lex, seu vassallo e do sseu desenbargo.* Vaasco Viçente a fez. Era de mill e iiii.c e viinte e nove annos. *R. Colimbriensis decanus.* Johannes» (ANTT, *Maço* 1 *de Suplemento de Cortes*, n. 12, e *Maço* 1 *de Cortes*, n. 13). Mais ou menos da mesma forma, a 16 de Dezembro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 62v-63, publ. em *Chartul. Univers. Portugalensis*, II, n. 463, p. 208), a 19 e 20 de Dezembro, assinando *Rodericus, Colimbriensis decanus* (ACML, *Livro* 1 *de D. João I*, cód. 10, docum. 16, fls. 27v-28, *Livro* 1 *de Cortes*, cód. 5, doc. 12, fls. 76-79, publ. em *Chartul. Univers. Portugalensis*, II, nn. 464, 465, pp. 208, 209.

([493]) Documentos régios desembargados por Rui Lourenço ou com referências a ele em 1392: A 18 de Fevereiro: «Dante em Viseu, xbiii.º dias de fevereiro. El Rey o mandou *per Ruy Lourenço, dayam de Cojnbra, leçençeado em degredos e per Johane Affomso, escolar em lex, seu vassallo e anbos do seu desenbargo.* Gonçalo Caldeira a fez. Era de mil iiii.c e trinta annos. R. Colimbriensis decanus» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço* 3 *de doações, cartas e mercês régias*, n. 22, original com selo pendente). A 26 de Fevereiro (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fl. 65v, publ. em *Chartul. Univers. Portugal.*, II, n. 468, p. 212); a 6 de Junho (ACML, *Livro dos Pregos*, cód. 45, fl. 257, publ. em *Chartul. Univers. Portu.* III, n. 471, p. 214). Estava ausente no dia 6 de Dezembro (*nom seendo hi Ruy Lourenço, dayam de Coinbra, licenciado em degredos, do dicto desembargo:* ANTT, *Chancel. de D. Duarte*, livro 1, fls. 10v-11, publ. em *Chartul. Univers. Portugal.*, n. 472, p. 214). Mais cartas desembargadas por ele, por exemplo a 21 de Maio, 23 de Junho e 11 de Outubro (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fls. 65v, 68, 68v, 69v). A 7 de Março (*Gabinete de História da Cidade do Porto, Vereações*, fl. 46, publ. em *Documentos e Memórias para a História do Porto*, II: *Vereaçoens*, p. 148). A 4 de Maio: (ACML, cód. 10, n. 52 GHCP, *Vereações*, fl. 47, *op. cit.*, p. 148). A 11 de Maio (*Gabinete de*

de 1393, nomeadamente a 10 de Abril, em documento a favor do Doutor João das Regras, sobre não haver alcaide dos homens do mar em Cascais (494), *e a 23 e 27 de Abril, em documentos sobre a jurisdição do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, em que aparece como* Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, seu clerigo (495), *e outros, em que, por vezes, se alude à sua ausência* (496). *Também muito numerosos os documentos por ele desembargados em 1394, nomeadamente os de 13 e 30 de Junho, relativos ao mosteiro de Grijó* (497). *Igualmente, em 1395, deparamos com*

História da Cidade do Porto, Vereações, fl. 46v, publ. em *op. cit.*, p. 148: «... Dante em Cojnbra, onze dias de mayo. El Rey o mandou *per Roj Lourenço, deam de Cojnbra, licenciado em degredos, sseu crerjgo e do sseu desenbargo* ... Era de mil iiii. xxx annos».

(494) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 83v-84.

(495) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 86-86v.

(496) Documentos desembargados por Rui Lourenço ou com referências a ele em 1393: Estava ausente, em carta régia de 29 de Janeiro (GHCP, *Vereações, op. cit.*, p. 173), e em duas de 11 de Março (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fls. 89v-90, livro 5, fls. 18-18v, publ. em *Chartularium Univers. Portug.* II, n. 475-476). Igualmente ausente a 31 de Outubro (ANTT, *Estremadura*, livro 11, fls. 187-187v, publ. em *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, n. 480, p. 221). Igualmente a 18 de Dezembro (ACML, cód. 10, n. 59). Cartas desembargadas a 10 e 23 de Abril, a 2 e 9 de Junho, a 2 e 8 de Julho, etc., em ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 83v-84, 86, 87, 88, 88v. Eis o de 8 de Julho: «Dante na cidade de Lixboa, viii dias de Julho, el rrey o mandou *per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, seu clerigo, do seu desenbargo* ... era de mil iiii.c xxxi annos» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 88b-88va).

(497) Cartas régias desembargadas por Rui Lourenço ou com referências a ele em 1394: a 29 de Janeiro e 19 de Março (*Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 76v, 79v). Estava ausente a 6 de Maio (ANTT, *Chancel. de D. Duarte*, livro 1, fls. 164v-165, publ. em *Chartularium Univers. Portug.*, II, n. 484, p. 224). Também ausente a 3 de Junho: «Dante em a çidade do Porto, tres dias de Junho. El Rey o mandou per Joham Afomso de Santarem, seu vasallo, do seu desenbargo, *nom seendo hy o deiam de Coinbra, seu conpanhom* ... Era de mill e iiii.c e trinta e dous annos» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço* 3 *de doações, cartas e mercês régias*, n. 24). Presente a 7 de Setembro (ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 136v-137, publ. em *Chartularium Univers. Portug.* II, n. 487, p. 227). Outras cartas desembargadas por ele ou com referências a sua ausência: a 12 de Janeiro, 10 de Junho, 13 e 22 de Julho, 26 e 30 de Agosto, 6, 7 e 26 de Setembro: ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 25b-25va (*... vi dias de setembro, el rrey o mandou per Ruy Lourenço dayam de Coinbra, licenciado em degredos, do seu desenbargo ... era de mil iiii.c xxxii annos*), fls. 27v-27vb (*Dante na cidade do Porto, xxx dias dagosto, el rrey o mandou per Ruy Lourenço, licenciado em degredos, dayam de Coinbra e seu clerigo e do seu desembargo ... era de mil iiii.c xxx ii annos*), fl. 28b (*Dante na cidade do Porto, x dias de Junho, el rrey o mandou per Joham Affomso de Santarem, do seu conselho, nom seendo hi o dayam de Coimbra, seu companham ... era de mil iiii.c xxxii annos*), fls. 28vb-29a (*Dante na cidade do Porto, xxbi dias de Setembro, el rrey o mandou per Alvaro Pirez, bacharel em leis e conego de Lixboa, juiz dos seus fectos, nom seendo hi o dayam de Coimbra e Joham Affomso de Santarem do seu desembargo ... era de mil iiii.c xxx ii annos*), fls. 30va-30vb (*Dante na cidade do Porto, vii dias de Setembro, el rrey ho mandou per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licenciado em degredos, do seu desembargo, nom seendo hi Joham Affomso, scolar em leis, do dicto desembargo ... era de mil iiii.c xxxii annos*), fls. 31vb-32a (*Dante no Porto, xxvi dias dagosto, el rrey o mandou per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licenciado em degredos, do seu desembargo ... era de mil iiii.c e xxxii annos*), fls. 35b-35va (*Dada na cidade do Porto, xiii dias de Julho, el rrey o mandou per Joham Affomso de Santarem, do seu conselho, e per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, seu companham ... era de mil iiii.c xxxii annos*), fls. 35va-35vb (*Dante na Touguia, xii dias de Janeiro, el rrey o mandou per Joham Affomso de Santarem, seu vasallo e do seu desembargo, nom seendo hi o dayam de Coimbra, seu companham ... era de mil iiii.c xxxii annos*), fls. 41b-41vb (*Dante na cidade do Porto, xxii dias de Julho, el rrey o mandou per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licenciado em degredos, e per Joham Affomso, scollar, seu vasallo, ambos do seu desembargo ... era de mil iiii.c xxx ii annos*). A 25 de Maio (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 79). Documentos a favor do mosteiro de Grijó, desembargados por D. Rui Lourenço, deão de Coimbra, a 13 de Junho (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fl. 92v) e a 30 de Junho (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fl. 99).

vários desembargados por ele ([498]) *e bem assim nos anos de 1396* ([499]), *1397* ([500]), *1398* ([501]), *1399* e *1400* ([502]). *Não aparece nos anos seguintes a desembargar documentos régios, porque deve*

([498]) Cartas régias desembargadas por Rui Lourenço ou com referências a ele no ano de 1395: Ausente a 10 de Janeiro (ACML, *Livro* 1 *de D. João I*, cód. 10, docum. 16, fls. 28-28v, publ. em *Chartul. Univers. Portugalensis*, II, n. 492, p. 231). Presente a 24 de Janeiro (Bibl. Nacional de Lisboa, *Inventário antigo do cabido da sé de Lisboa*, Fundo Geral, cód. 8952, fls. 117v-118, publ. em *Chartul. Univers. Portugalensis*, II, n. 493, p. 231. A 3 de Fevereiro (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fls. 93v-94, publ. em *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, n. 494, p. 232). A 8 de Junho (ACML, *Livro* 1 *de D. João I*, cód. 10, docum. 66, fl. 79, publ. em *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, n. 496, p. 234). A 10 de Outubro (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 3, fls. 47a-47b: *Dante na dicta villa de Villa Real, x dias doutubro, el rrey o mandou per Joham Afomso, scollar em leis, seu vasallo, e per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licenciado em degredos, do seu desembargo ... era de mil iiii.c e xxxiii annos*). A 11 de Janeiro (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 3, fls. 36va-37a: *Dante em a cidade de Coimbra, xi dias de Janeiro, el rrey o mandou per Joham Affomso de Santarem, seu vasallo e do seu desembargo, nom seendo hi o dayam de Coimbra seu companham ... era de mil iiii.c xxxiii annos*). A 23 de Novembro estava ausente (ACML, cód. 10, n. 58). Outras cartas desembargadas por ele em 1395, por exemplo a 4 de Fevereiro, 21 de Abril e muitas outras mais em ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 93v, 95v, 98v, 100v, 101v, 105v, 106, 106v, 198v.

([499]) Cartas régias desembargadas por Rui Lourenço ou com referências a ele no ano de 1396: A 8 de Abril (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fl. 116v, publ. em *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, n. 502, p. 239). A 24 de Abril (ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 113-113v, publ. em *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, n. 503, p. 239). A 10 de Junho (ANTT, *Chancelar. de D. João I*, livro 2, fl. 120, publ. em *Chartularium Univers. Portug.*, II, n. 506, p. 241). A 20 de Junho (ACML, *Livro* 1 *de D. João I*, cód. 10, docum. 16, fls. 28v-29, publ. em *Chartularium Univ. Portug.*, II, n. 507, p. 242). A 8 de Julho (ACML, *Livro* 1 *de D. João*, cód. 10, docum. 16, fl. 29, publ. em *Chartul. Univers. Portug.*, II, n. 508, p. 242). A 23 de Outubro (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 12, n. 559: «*... Dante na cidade de Lixboa, xxiii dias dOitubro. El Rey o mandou per Rui Lourenço, dayam de Coimbra, licençiado em degredos, do seu desenbargo, nom seendo hy Johane Afomso, scolar em leis, do dicto desenbargo.* V.co Anes a fez. Era de mil iiii.c e xxxiiii annos»). A 16 de Novembro: «Dante na cidade de Lixboa, xvj dias de novembro, el rrey o mandou *per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, licentiado em degredos, do seu desembargo* ... era de mil iiii.c xxxiiii annos» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fls. 128b-128va).

([500]) Cartas régias desembargadas por Rui Lourenço ou com referências a ele em 1397: A 22 de Janeiro (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fls. 131-131v, publ. em *Chartul. Univers. Portugal.*, II, n. 511, p. 244). A 4 de Maio (ANTT, *Odiana*, livro 6, fls. 237-237v, publ. em *Chartul. Univers. Portugal.*, II, n. 516, p. 249). A 10 de Junho (ANTT, *Chancelar. de D. Manuel*, livro 16, fl. 12, publ. em *Chartularium Univers. Portugal.*, II, n. 518, p. 251). A 11 de Julho (*Gabinete de História da Cidade do Porto, Livro das Vereações*, fl. 41 e 41v, publ. em *Chartularium Univers. Portugal.*, II, n. 519, p. 251). Vários docum. desembargados por Rui Lourenço nos anos de 1396-1397 em ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fls. 118, 118v, 120v, 122v, 123, 124v, 125v, 126, 127, 128, 129v, 130, 130v, 132, 133v, 134, 138v, 139, 140, 152, 153, 153v, 155.

([501]) Cartas régias desembargadas por Rui Lourenço ou com referências a ele no ano de 1398: A 3 de Janeiro (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 2, fls. 166v-167, publ. em *Chartularium Univers. Portugal.*, II, n. 527, p. 257). Ausente a 20 de Janeiro (ANTT, *Chancelar. de D. Duarte*, livro 1, fls. 234v-235, publ. em *Chartular. Univers. Portugal.*, II, n. 528, p. 258). Ainda outra carta régia desembargada em 1398 no ANTT, *Chancelar. de D. João I*, livro 2, fl. 166. Outro a 26 de Agosto: «Dante em a çidade do Porto, xxvj dias dagosto. El Rey o mandou per Joham Afomso de Santarem, seu vasallo, e *per Ruy Lourenço, daiam de Coinbra, anbos do seu desenbargo* ... era de mill e iiii.c e xxx e seis annos. *Johannes. R. Colimbriensis decanus*». (ANTT, *S.ta Cruz de Coimbra*, 2.ª incorporação, pasta 14, docum. de S. Simão da Junqueira).

([502]) Cartas régias por Rui Lourenço ou com referências a ele no ano de 1399 e no de 1400: Ausente a 6 de Maio (ANTT, *Chancelar. de D. João I*, livro 2, fls. 183-183v, publ. em *Chartularium Univers. Portugal.*, II, n. 535, p. 263). A 20 de Agosto de 1399 (ACLM, cód. 10, n. 75). Outras cartas régias desembargadas por ele no ano de 1399 em ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 157v, 158, 159, 163, 188v. A 22 de Abril de 1400: «... Dante em Agueda, xxii dias dAbril. El Rey o mandou *per Ruy Lourenço, dayam de Coinbra, leçençiado em degredos, nom seendo hi Fernam Gonçallvez, leçençiado em lex, seu vasallo, anbos do seu desenbargo. Pedre Anes a fez.* Era de Mil e iiii.c e trinta e oito anos. *R. Colimbriensis decanus*» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 18, n.º 801, maço 48, n. 1907). A 21 de Outubro: «... Bragaa, vinte e hũu

ter falecido. A 13 de Abril de 1403, fala-se de suas casas em Santarém, mas vem designado como falecido (503).

Foi prior da colegiada de Guimarães, conforme consta de procuração sua, outorgada em Santarem nas casas do dicto dayam, oito dias dabril, era de mil e quatrocentos e triinta e oyto anos, *ou seja de 1400, a qual procuração foi feita por ele* Roi Lourenço, dayam de Coinbra e priol da eigreia colegiada de Santa Maria de Gimaraaes do arcebispado de Bragaa, *a Álvaro Vasques, prior de Treixomil, seu criado, para dar a instituição canónica da igreja de S. Vicente de Maçarelos a Vasco Gonçalves* (504). *Deve ter-lhe sucedido no cargo de prior de Guimarães, talvez depois de terem andado em litígio, o já recordado cónego e deão de Braga Luís de Freitas, por cuja morte, vacante o priorato, D. João I apresentava ao arcebispo, D. Martinho Afonso, a 3 de Janeiro de 1405, para prior a D. Diogo Álvares* (505).

---

dias doutubro. El Rey o mandou per Joham Afomso de Santarem, escolar em lex, seu vasallo, e *per Ruy Lourenço lecenciado em degredos, dayam de Coinbra, anbos do seu desenbargo.* Martim Lourenço a fez. Era de mil e iiii.c xxxviii annos. *Johannes. R. Colimbriensis decanus* (ANTT, *Colegiada de Guimarães*, docum. régios, n. 16). A 24 de Outubro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 171v, publ. em *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, n. 542, p. 268).

(503) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 20: «Sabham quantos este stromento virem como na era de mil e quatroçentos e quarenta e hũu annos, treze dias dabril, em Santarem, nas casas que forom de Ruy Lourenço, dayam de Coinbra, onde pousava Alvaro Gonçalvez de Freytas, scudeiro, vasalo del Rey, stando hi o dicto Alvaro Gonçalvez ... pareçeo Alvaro Fernandez, coonigo de Bragaa, e dise que o chantre da dicta see lhe mandava dizer que Joham Afomso Aranha e o juiz da dicta çidade de Bragaa tomarom dous mil contos de hũa tore que chamam de Carapeços, que he da capella de dom Gonçalo Pereira, arçebispo que foy da dicta çidade, cujo proveedor el dicto chantre era ...».

(504) «Sabham todos que presente mim Affonso Fernandez, tabelliom del rrei na vila de Guimaraaes, e as testemunhas adeante scritas, viinte e oito dias dabril da era de mil e quatroçentos e trinta e oyto annos, dentro no cabidoo da egreia de santa Maria da dicta villa, sseendo hi Johanne Lourenço, chantre ... apresentavam aa eigreia de sam Vicente ... de Bragaa que he vaga per morte de Antooninho Stevez ... Vaasco Gonçalvez, abade, creeligo de missa no temporal e espiritual, da qual apresentaçom e conffirmaçom perteece em solido ao priol e cabidoo da dicta eigreia de Guimaraaes e que cometiia ssuas vezes ao dicto tesoureiro que conjuntamente com o prior ou com sseu procurador por ello provesem e conffirmasem a dicta eigreia de sam Viçente ao dicto Vaasco Gonçalvez e o metesem em posse dela e antregandolhe todolos outros poderes que eles aviam e neçeçarios eram pera tal auto e o dicto tesoureiro dise que aceptava a dicta comissam. E logo Alvaro Vaasquez, priol de Treixomil do bispado de Coinbra que presente estava apresentou hũa procuraçom em pubrica fforma, da qual o tehor tal he: Sabham quantos esta procuraçom virem que eu Roi Lourenço dayam de Coinbra e priol da eigreia colegiada de Santa Maria de Guimaraaes do arcebispado de Bragaa ffaço meu procurador avondosso Alvaro Vaasquez, priol de Treixemil, meu criado no rrenonciiando aa outra procuraçom que lhe fecta ei. Ao qual dou todo meu comprido poder e espeçial mandado tam solamente esta vez que per mim e em meu nome comjuntamente com o cabydo desa eigreia posa ffazer colaçom e provisom e instituiçom da eigreia de sam Vicente de Mazerrellos do dicto arçebispado, a qual provisom e conffirmaçom pertençe em solido ao priol e cabydo da dicta eigreia de Guimaraaes, o qual he vaga per morte dAnt.º Stevez que dela ffoi presentado abade a Vaasco Gonçalvez, creligo de misa, portador desta presente procuraçom, teendo o dicto meu procurador em meu nome e da dicta minha eigreia a dicta conffirmaçom o barrete ... ffecta a procuraçom e outorgada em Santarem nas casas do dicto dayam, oito dias dabril. Era de mil e quatroçentos e triinta e oyto annos, testemunhas Alvaro Nunez, ssobrinho do dicto dayam, Vaasco Martinz ... e outros» (ANTT, *Collegiada de Guimarães*, Docum. particulares, maço 39, n. 47).

(505) «Apresentaçam da igreia de santa Maria de Guimaraens, no arcebispado de Bragaa. Johannes, Dei gratia Portugallie et Algarbii rex, reverendo in Christo patri ac domino domino Martino archiepiscopo Bracharensi seu locum eius tenenti. Salutem et sincere dilectionis affectum. Ad ecclesiam nostram sancte Marie de Guimarães vestre diocesis, vacantem per mortem Ludovici de Freitas, ultimi rectoris ipsius, Didacum Alvari, clericum ydoneum, vobis presentamus, rogantes vos quatinus ipsum Didacum Alvari in rectorem dicte ecclesie confirmetis et in litteris confirmationis, quas sibi dederitis, fiat mentio quod ipsum ad

Fica dito atrás que o Doutor Martinho do Sem, jurista, estudou em Bolonha, embora viesse a doutorar-se na Universidade de Pavia. Como estudante de direito na Universidade de Bolonha, figura em documentos de 27 de Setembro de 1391 e de 14 de Abril de 1392: «... *in domo habitationis* domini Martini de Portugalia, scolaris Boñ in iure civili, *presentibus dicto domino Martino...*»; «... *presentibus* domino Martino Egidii de Senssu, scolari studente in civitate Boñ in iure civili...». *Ao ir para o Estudo de Pavia, deve ter seguido o professor que escolhera para patrocinador, aliás entre os mais célebres professores de direito das universidades italianas, Baldo de Perusa. É isso que parece inferir-se da acta do seu doutoramento ou licenciatura pública em Pavia, no ano de 1398, 25 de Agosto:* «*Die xxv Augusti, dominus episcopus* licentiavit publice in iure civili dominum Martinum de Portugallo, presentatum per dominos Baldum de Perusio, Cristoforum de Casteliono et Jacobum de Isolanis, doctores, etc... et hodie parum ante examinatum *per dominos Matheum de Comitibus, rectorem, et Cristoforum de Maletis, priorem, Zenobium de Perusio, militem ...*» ([506]).

Encontramo-lo ao serviço de D. João I, rei de Portugal, a partir de 1400. Foi um dos embaixadores do monarca, em Junho de 1400, para tratar das tréguas com el-rei de Castela, figurando como doutor em leis nessas tréguas assinadas no dia 28 de Setembro de 1400. E neste ano foi a Inglaterra, também como embaixador, a comunicar a Henrique IV o resultado das tréguas, regressando a Portugal em Março de 1401, depois de obter, no dia 27 de Fevereiro, salvo-conduto de el-rei de Inglaterra, donde consta que a sua comitiva era formada por vinte e cinco pessoas e quinze cavalos ([507]). *A 23 de Abril de 1402, D. João I dava poder ao arcebispo eleito de Lisboa, a João Vasques de Almada e ao Doutor Martim do Sem para ajustar tréguas com D. Henrique III rei de Castela, entregar lugares e dar reféns. No dia em que se realizaram as tréguas em Segóvia, a 6 de Outubro de 1402, os sobreditos comissionados, incluindo o Doutor Martin do Sem, requeriam ao monarca castelhano cumprisse as tréguas* ([507a]).

O Doutor Martim do Sem andou metido nas negociações do casamento de Dona Brites, filha de D. João I, e o conde de Arundel. Figura na obrigação do monarca português quanto ao casamento da filha deste, juntamente com João Vasques de Almada, em Lisboa, no dia 20 de Abril de 1404: «... *in presentia domini Johannis Valasci dAlmada, militis,* magistri Martini Dossem legum doctoris» ([508]). *Na quitação do monarca ao dito conde de Arundel sobre o casamento, a 5 de Janeiro de 1405, tomou parte também o* discretus vir Martinus de Sensu, legum doctor ([509]), *que, em Inglaterra, assinava o contrato do casamento, a 15 de Abril de 1405, e assistia, a 26 de Novembro de 1405, às bênçãos solenes do dito matrimónio. Entre Abril e Outubro deste ano tinha empreendido viagem a Portugal, porque, em carta de Outubro de 1405, D. João I par-*

---

nostram presentationem confirmatis sive instituitis in eadem. Datum in nostra villa Sancterenensi, tertia die mensis Januarii, rege mandante. Petrus Johannis notavit. Era millesima quadragentessima quadragessima prima» (ANTT, *Livro* 2.º *dos padroados*, fl. 73a).

([506]) ASB, *Curia del podesta*, 1391, II Sem., *Carte di Corredo*, perg. in carpeta bianca, segn. 1391 Studio, docum. n. 13 (27 Set. 1391). ASB, *Memoriali* 317, fls. 161-161v. Acta do doutoramento em ms. do arquivo da Cúria episcopal de Pavia, Minuti Griffi, em RODOLFO MAIOCCHI, *Codice Diplomatico dell' Università di Pavia*, I: 1261-1400, Pavia, 1905, p. 386, n. 669.

([507]) VISCONDE DE SANTARÉM, Quadro elementar, I, Paris, 1842, pp. 283-285, XIV, Lisboa, 1865, p. 144. Cf. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, II, p. 380.

([507a]) Archivo General de Simancas, Patronato Real, 49, 3-4, 7.

([508]) ANTT, Gav. 17, maço 2, n. 6, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, Lisboa, 1967, n. 4100, p. 602. Casamento em 21 de Abril 1404, em Lisboa (ANTT, Gaveta 17, maço 8, n. 6).

([509]) ANTT, Gaveta 17, maço 2, n. 5, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4099, p. 601. Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro elementar*, XIV, pp. 147-149 e BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, II, p. 380.

ticipava ao rei de Inglaterra a chegada dos embaixadores João Vasques de Almada e Doutor Martim do Sem, com missiva sobre o casamento de Dona Beatriz (510).

A estadia do Doutor Martim do Sem em Inglaterra, neste período, está relacionada também com a aliança anglo-lusa e com as tréguas entre Portugal e Castela. Em carta de 16 de Fevereiro de 1404, D. Henrique de Inglaterra dizia a D. João I, rei de Portugal, que «... intentionem fraternam nobis aperuit honorabilis et scientificus vir dominus Martinus de Sensu, legum doctor, ambaxiator vester, qua cupitis ut ligancias, convenciones et pacta certa dudum inter recolende memorie dominum Ricardum, regem Anglie et Francie, predecessorem nostrum immediatum, et vos inita et concordata ... renovaremus ... placet nobis quod treugas aut pacem cum rege Castelle adversario vestro firmare possitis ...». *Noutra carta, dirigida a todos os que a vissem, de 27 de Fevereiro de 1404, fala dos embaixadores enviados por D. João I, a saber,* Johannem Gometii de Silva, vexilliferum et consiliarium suum, militem, et Martinum de Sensu, dilectum servitorem suum, legum doctorem, *e fala também da notícia trazida quanto às tréguas celebradas entre Portugal e Castela, a 15 de Agosto de 1400, válidas por dez anos, o que era do agrado do monarca inglês. A seguir, nova carta, esta dirigida ao rei de Portugal, a 27 de Dezembro de 1405, sobre as mesmas tréguas, falando de cartas «nobis presentatas per Johannem Gometii de Silva, militem et vexiliferum vestrum ac etiam* per Martinum de Sensu, legum doctorem, dilectum servitorem vestrum, eiusdem serenitatis honorabiles ambaxiatores et nuncios, *presentatas una cum certis articulis...». Noutra, dirigida ainda a D. João I, a 21 de Agosto, que tanto poderia ser de 1405 como de 1406, mas talvez seja de 1405, o monarca repete o mesmo* (511). *Neste ano de 1405 ou mesmo antes, figura entre os moradores da Casa de el-rei o* Doutor Martim Docem, *o qual* doutor Martim do Sem *foi testemunha, no dia 7 de Abril de 1408, do acordo das cortes de Évora entre os prelados e el-rei D. João I* (512).

Como se viu, a 13 de Abril de 1406, na confirmação do escambo feito entre D. João I e o bispo e cabido do Porto, representados por procuradores, quanto à jurisdição temporal da cidade do Porto, pelo delegado apostólico, D. João Afonso de Azambuja, arcebispo de Lisboa, estava, presente o Doutor Martim do Sem, conselheiro régio, que em nome do monarca pedia instrumento sobre o acto. Assistia também, no dia 21 de Maio de 1408, à confirmação pelo dito arcebispo de Lisboa do escambo sobre a jurisdição da cidade de Braga entre o monarca e o arcebispo de Braga D. Martinho Afonso, dizendo-se também neste documento conselheiro régio (513). *Igualmente como conselheiro de D. João I aparece em bula do papa João XXIII ao conceder-lhe este, a 31 de Março de 1411, a comutação do voto que fizera, durante naufrágio, de visitar o Santo Sepulcro, na Terra Santa, a basílica de S. Pedro, em Roma, e S. Tiago de Compostela. O pretexto para a*

---

(510) «... ac discretorum virorum magistrorum *Martini de Sensu, legum doctoris* ... testium ad hoc vocatorum ... Super quibus omnibus et singulis *prefatus Martinus de Sensu, legum doctor,* ex parte serenissimi principis domini Johannis regis Portugalie et Algarbiorum predicti instanter rogavit et requisivit ne notarium ...» (ANTT, Gaveta 17, maço 6, n. 5, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo,* VII, n. 4183, pp. 158, 163). Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro elementar,* XIV, pp. 150-151, 154-155.

(511) ANTT, Gaveta 18, maço 7, n. 28, fls. 22-26v, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo,* IX, n. 4501, pp. 129-133.

(512) Bibl. Nac. de Lisboa, *Colecção Pombalina,* ms. 684, fls. 19-22v. Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis,* II, Lisboa, 1968, n. 584, p. 306. O docum. de 7 de Abril de 1408 em *Gabinete de História da Cidade do Porto, Pergaminhos,* livro 3, n. 61, ANTT, *Aditamento de Cortes,* fl. 104, publ. por A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos,* I, Coimbra, 1960, docum. n. 9, *Monumenta Henricina,* I, Coimbra, 1960, n. 134, pp. 316-319. Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis,* II, n. 594, p. 322.

(513) Documento da confirmação do escambo com o bispo do Porto em ANTT, Gaveta 11, maço 3, n. 15. Cf. nota 465. O docum. da confirmação do escambo com o arcebispo de Braga em ADB, *Gaveta de Braga, sua jurisdição,* n. 22.

comutação punha-o na impossibilidade de obter do monarca a licença para se ausentar do reino para o efeito:

> «*Johannes, etc. Venerabili fratri episcopo Tudensi. Salutem, etc. Honestis supplicum votis libenter annuimus et, quantum cum Deo possumus, favorem apostolicum impertimur. Sane petitio pro parte dilecti filii* nobilis viri Martini de Sensu, legum doctoris, carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, consiliarii, *nobis nuper exhibita, continebat quod olim ipse, cum naufragium pateretur, vovit se sepulcrum Dominicum personaliter et peregre primo et deinde sancti Petri de Urbe ac sancti Jacobi de Compostella apostolorum ecclesias visitaturum et quod ipse ab eodem rege huiusmodi votum personaliter adimplendi licentiam habere nequit. Quare pro parte ipsius Martini nobis fuit humiliter supplicatum ut huiusmodi votum in alia pietatis opera sibi commutare de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua in hiis et aliis gerimus in Domino fiduciam specialem, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus eidem Martino huiusmodi votum auctoritate nostra commutes in alia pietatis opera, prout secundum Deum anime sue saluti videris expedire, ita tamen quod idem Martinus ad prefata sepulcrum Dominicum et ecclesias fideliter transmittat oblationem, quam obtulisset ibidem, si illa personaliter accessisset, et quod expense et onera quas et que prefatus Martinus, pro exequendo dictum votum, fuerit subiturus, si votum exsolvisset, in subsidium fabrice ecclesie monasterii sancti Pauli extra muros de Urbe convertantur et iuxta tue discretionis arbitrium superstitibus eiusdem fabrice assignentur. Datum Petra Mala, Bononiensis diocesis, secundo Kalendas Aprilis, anno primo*» ([514]).

Ainda como conselheiro de el-rei de Portugal o trata João XXIII, em bula de 30 de Maio de 1411, ao conceder-lhe indulto de indulgência plenária e de isenção do interdito quanto à assistência à Missa e divinos ofícios: «*De plenaria remissione. Anno secundo ... Johannes, etc. Dilecto filio* nobili viro Martino de Sensu, carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, consiliario. *Salutem, etc. Provenit, et. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Tertio Kalendas Junii, anno secundo. Stephanus. xiiiii. de Prato ... De locis interdictis ... Johannes, etc. Dilecto filio* nobili viro Martino de Sensu, carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, consiliario. *Salutem, etc. Devotionis tue, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Kalendas Junii, anno secundo. Stephanus. x. de Prato*» ([515]). *Também Martinho V lhe concedeu a ele* Martinus de Sensu, devotissimi filii vestri regis Portugalie consiliarius, *em 21 de Março de 1420, licença para fundar uma igreja em honra de Nossa Senhora no lugar de Canal da diocese de Évora, com direito de padroado nela* ([516]). *No dia 15 de Dezembro de 1420, o mesmo papa concedia indulto de altar-portátil* nobili viro Martino de Sensu, legum doctori ... Johannis, Portugalie et Algarbii regis ... consiliario ([517]).

Estava em Castela, na qualidade de embaixador de D. João I, rei de Portugal, a 31 de Outubro de 1411, a assinar, em nome de el-rei, o tratado de paz entre Portugal e Castela, juntamente com o Doutor Fernando Gonçalves Beleágua: «... *Et, por mandamiento de los dichos*

([514]) AV, Reg. Lat. 141, fl. 39v.
([515]) AV, Reg. Lat. 159, fls. 168, 191.
([516]) AV, Reg. Suppl. 143, fls. 250v-251, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III, n. 348.
([517]) AV, Reg. Lat. 237, fl. 210v.

señores rreyna e infante e, a rrequerimiento de Johan Gomez da Silva e de los doctores Martin do Sem e Fernand Gonçalez Beleaga, que presentes estavan, por parte del dicho rrey de Portogal e commo sus enbaxadores, *la fiz escrivir...». Em carta de 30 de Abril de 1423, D. João II, rei de Castela, ao aprovar e ratificar este tratado, refere que, depois de completados os seus 14 anos, conforme ficara estabelecido no tratado de paz, «venieron a nos* los doctores Martin do Sem e Fernand Gonçalez Beliagua, del conseio del dicho rey de Portogal, *e Alvar Gonçalez de Anaya*, sus embaxadores, *a nos requerir sobre la dicha razon...»* (518).

Era também conselheiro do Infante D. Duarte e chanceler-mor do mesmo, conforme o diz o próprio D. João I no seu testamento, de 4 de Outubro de 1426: «... E semelhante achamos e soubemos do doutor Martim do Sem, do comselho nosso e do iffamte, meu filho, e seu chamçeler moor *que, em desembargar as nossas nom çertas e fazer outras cousas por noso serviço, asy amte que fose em casa do dicto iffamte, como despois que em ella hamdou, que todo fez muyto bem e como devia, com rreguardo de noso serviço»* (519).

O Doutor Martim do Sem foi testemunha no contrato de casamento do Infante D. Duarte. A 15 de Setembro de 1428, el-rei D. João I, monarca de Portugal, passava procuração a este seu filho D. Duarte «assy sobre as arras que se averam de dar aa ifante dona Leonor, sua esposa, como o que ha daver pera proviimento de sua camera e seu mantimento...», e como testemunhas aparecem «o doctor Martim do Sem, do nosso conselho, e o doctor Diego Martiinz ...» (520). *Entre outros, figurava como testemunha do contrato do casamento, a 4 de Novembro de 1428, o nosso Doutor Martim do Sem, conselheiro régio: «... e o descreto* doutor Martym do Sem e Allvaro Gonçallvez dAtayde, cavaleiro, ambos do comselho do dyto senhor rrey, e o doutor Ruy Fernamdez, *do seu desembargo...»* (521). *Na confirmação do mesmo contrato, a 2 de Dezembro de 1428, aparece como conselheiro régio, bem como do Infante D. Duarte e seu chanceler-mor: «Testemunhas que a esta confyrmaçam presemtes fforom: os honrrados, descretos* doutor Martym do Sem, do comselho do dyto senhor rrey e do imffamte e sseu chamceler moor, *e o doutor Dyego Martiinz, cavaleiro, e o doutor Ruy Fernandez, ambos do desembargo do dyto senhor rrey...». (521a) Serviu também de testemunha nos contratos e auto do casamento da Infanta Dona Isabel com o duque de Borgonha, no dia 23 e 24 de Julho de 1429: «... Presentibus ibidem discretis viris* dominis Martino de Sensu, domini regis consiliario, *ac Egidio Martini, eius cancelario, et Jacobo Martini, expeditore supplicationum in palatio, doctoribus...». «Testemunhas* o doctor Martim do Sem *e o doctor Gil Martinz, chanceler moor, e o doctor Diego Martinz...»* (522.)

Em carta de 5 de Agosto de 1438, inserta noutra de confirmação pelo monarca seguinte, D. Afonso V, e relativa ao testamento do Doutor, diz el-rei D. Duarte que Martim do Sem «foi,

(518) ANTT, Gav. 18, maço 11, n. 4, publ. em *Monumenta Henricina*, II, Coimbra, 1960, n. 5, p. 31 A carta de Abril de 1423 também em ANTT, Gav. 18, maço 1, n. 4, publ. em *Monumenta Henricina*, III Coimbra, 1961, n. 37, p. 59.

(519) ANTT, Gav. 16, maço 1, n. 8, publ. em *Monumenta Henricina*, III, n. 70, p. 139. Cf. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, II, p. 381. Publ. também as *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 3777, p. 8.

(520) ANTT, Gav. 17, maço 1, n. 2, publ. em *Monumenta Henricina*, III, n. 124, p. 255, e em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4073, p. 466.

(521) ANTT, Gav. 17, maço 8, n. 4, publ. em *Monumenta Henricina*, III, n. 128, p. 275, e em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Lisboa, 1968, n. 4232, p. 527. ANTT, Gav. 17, maço 1, n. 2, publ. em *Monumenta Henricina*, III, n. 129, p. 279, e em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4073, p. 468.

(521a) ANTT, Gav. 17, maço 8, n. 4, publ. em *Monumenta Henricina*, III, n. 131, p. 283, e em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4232, p. 528.

(522) ANTT, Gav. 17, maço 1, n. 3, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4074 (texto latino com data de 23 de Julho), p. 480. Texto em português do auto, com data de 24 de Julho, em ANTT, Gav. 17, maço 6, n. 3, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4182, p. 157.

do nosso conselho e nosso tesoureiro mor» [523]. *Braamcamp Freire* [524] *tece interessantes comentários a este e outros documentos, inclusive ao relativo às partilhas, na casa de Dona Maria da Cunha, esposa do Doutor, no dia 9 de Agosto de 1431, confirmado pelo monarca a 3 de Setembro do dito ano* [525], *depois de o Doutor Fernando Gonçalves Beleágua e outros testamenteiros terem declinado o encargo. O nosso Doutor tinha morrido, com toda a certeza, em Fevereiro de 1431* [526]. *Um dos contemplados no testamento fora seu sobrinho, estudante em Bolonha e Sena, o Doutor João do Sem, ao qual legara os livros e outras coisas de valor* [527].

Enquanto o Doutor Martim do Sem estudava na Universidade de Bolonha, precisamente no ano de 1391, el-rei D. João I recorreu ao Colégio dos professores da dita universidade, para eles decidirem juridicamente dum caso relacionado com a Coroa [527a]. *Tratava-se de julgar da continuidade e sucessão dos direitos dos almirantes Peçanhas, decorrentes do tratado celebrado entre a Coroa, no reinado de D. Dinis, e postos em questão com a infidelidade do almirante Lançarote Peçanha que passou para os adversários do Mestre de Avis, eleito rei de Portugal nas cortes de Coimbra de 1385. Relacionados com o assunto há também dois* Consilia *do célebre jurisconsulto Baldo de Perusa, que daremos na íntegra mais à frente* [527b]. *Directamente sobre aquela consulta de el-rei D. João I existe o parecer dos professores de direito civil da Universidade de Bolonha, que eu, em 1957, transcrevi e anotei, a pedido do malogrado Padre António Joaquim Dias Dinis, O. F. M., para ser publicado no I volume de* Monumenta Henricina, *embora, por razões técnicas, não chegasse a ser publicado* [527c]. *Desde essa altura, procurei recolher a documentação atinente ao caso, nomeadamente das chancelarias régias de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro, D. Fernando e D. João I. Aqui referirei alguns documentos, sobretudo do reinado de D. Fernando e D. João I* [527d], *porque tenciono voltar ao assunto, tendo como base este*

([524]) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 18, fl. 39v. Cf. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, II, pp. 382-383.

([524]) ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, II, pp. 381-391.

([525]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fl. 129v.

([526]) Cf. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, II, p. 381.

([527]) Cf. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, II, pp. 383ss. e *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, Introdução, p. CCLIII, nota 659.

([527a]) Eis o passo relativo a esta consulta no *Liber Secretus Iuris Cesarei ab anno* 1378 *ad annum* 1512, fl. 16v, ed. ALBANO SORBELLI, *«Il Liber Secretus Iuris Caesaraei» dell'Università di Bologna*, I, Bologna 1938, p. 71: «Die [*espaço em branco*] Junii [1391] consultum fuit per venerabile colegium iuris civilis super quodam facto domini Regis Portugalensium, super quo principaliter vidit et consulluit eximius doctor dominus Franciscus de Ramponibus et dominus Andreas de Bobus...».

([527b]) O *consilium* de Baldo de Perusa foi publicado com vários erros em BALDUS UBALDI DE UBALDIS, *Consilia*, vol. III, Venetiis, 1575, cons. 159, fls. 45va-46va. Outro *consilium*, relacionado com a sucessão ao trono de Portugal, após a morte de D. Fernando, e obrigações de D. João I como rei quanto a credores de el-rei D. Fernando em BALDUS UBALDI DE UBALDIS, *Consilia*, vol. I, Venetiis, 1575, cons. 271, fls. 81va-82a. Darei a transcrição de ambos, mais à frente, segundo ms. da Bibl. do Vaticano, com as variantes e correcções da respectiva edição.

([527c]) O documento deste parecer, existente na Bibl. Apostól. Vaticana, cod. Vat. lat. 2660, fls. 49-57 foi então oferecido ao P. A. J. Dias Dinis pelo Prof. Doutor Artur Moreira de Sá. Depois de compostos tipograficamente este parecer e respectivos comentários, deparei com o seguinte estudo a propósito: THOMAS M. ILBICKI, *A Bolognse «Consilium» on Portuguese Politics*, em *Diritto e Potere nella Storia Europea*, Firenze 1982, pp. 313-319.

([527d]) Há documentos sobre Lançarote Pessanha e seus filhos Manuel e Carlos nas chancelarias régias. Darei notícia de alguns no decurso deste trabalho. Aqui refiro duas cartas originais, com o selo pendente do almirante, uma de 1364 e outra de 1365. Na de 15 de Março de 1364 declara que os habitantes de Paredes estavam isentos de tomar parte na armada ou frota que el-rei D. Pedro mandara armar, porque o monarca lhe enviara carta a dizer isso mesmo, depois de eles terem recorrido a D. Pedro, queixando-se de que o almirante os

interessante parecer jurídico, que publico neste trabalho, por ele se enquadrar perfeitamente no tema das relações de el-rei D. João I com os seus mais directos colaboradores e letrados, vindos da Universidade de Bolonha, além de o assunto estar também relacionado com a solução da crise da nacionalidade portuguesa e com o cisma.

---

constragia a tomar parte na armada, apesar do privilégio de isenção que lhes concedera el-rei D. Dinis, confirmado por el-rei D. Afonso IV: «De mjm Lançarote Pecanho, Almirante nos Reinos de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço ssaber que per mjm forom constrangudos pera esta frota que ora El Rey nosso Senhor manda armar os homens do mar da Poboa das Paredes, porque eram compridoiros ao serviço del Rey. E o conçelho e homens boons do dicto logo me envjaram dizer que elles aviam seu privilegio e foro que lhes fora dado pello muy nobre Rey dom Denys, a que Deus perdoe, en no qual era conthehudo antre as outras cousas que os avya por escusados doste e danaduva por mar e por terra. O qual privilegio e foro a mjm foy mostrado per Fernam Rodriguez e G.º Perez, creligo, seus procuradores. E outrosi me foy mostrado per elles meesmos hũa carta do boom Miçe Manuel meu padre, a que Deus queira perdoar, en na qual fazia mençom antre as outras cousas que os avya por escusados per hũa carta que lhe foy mostrada do muy nobre Rey dom Afomso que Deus perdoe, e Eu, visto o privilegio e foro e a carta do dicto meu padre, nom embargando as clausulas contehudas em elles, avendo o por serviço de meu Senhor el Rey, mandey que todavya veesem os homens do mar que no dicto logo avya, pois compridoiros eram ao seu serviço. E os dictos procuradores, veendo a Resposta que lhes Eu ssobresto dava e o mandado qual era, acorreram se ao muy alto e muy nobre Rey e Senhor dom Pedro, que Deus mantenha, e mostraromlhe o dicto privilegio e foro. E el, visto o dicto privilegio e foro e as clausulas contehudas em el, mandou a mjm hũa sa carta, en na qual me mandava que se me os dictos procuradores fezesem çerto que os homens do mar da dicta Poboa das Paredes senpre forom escusados de irem em frota e em armadas pello dicto privilegio e foro, tam bem en no tempo do dicto Rey Dom Afonso, seu padre, e en no seu ataa agora, que os ouvesse por escusados. E eu Almirante, vysta a dicta carta e as palavras contehudas em ella e o mandado qual era, por mayor avondamento tirey ssobrello enquiriçom e per juramento dos Sanctos Evangelhos preguntey testemunhas que me pelos ssobredictos procuradores forom presentadas, e achey per seus dictos que nunca os homens do mar da dicta Poboa das Paredes forom chamados pera frota nem armadas que se fezesem, nem constrangudos pera ellas. E de como a enquiriçom tirey e delo fuy çerto, asi o fiz saber a meu Senhor El Rey per minha carta. E el, vistas as clausulas dos dictos privilegio e foro e a carta que lhe Eu enviey das testemunhas que forom preguntadas, por esta Razom ouve os moradores do dicto logo das Paredes por escusados desta frota e mandou a mjm que os nom constrangesse que fossem em ella. Do qual mandado me foy mostrada hũa sa carta aberta e seelada do seu verdadeiro seello pendente, assijnada per P.º Af.º Mealha seu vasallo e escrita per maão de Gomez Perez, escrivam do dicto Senhor. E eu dicto Almirante, vista a dicta carta do muy nobre Senhor Rey, obeedeçendo a sseu mandado, ey os moradores do dicto logo das Paredes por escusados, pella guysa que a mjm he mandado e en na dicta carta he contehudo. E em testemunho desto mandey dar aos ssobredictos esta minha carta assijnada per minha mãao e sseelada do meu seello. Dante em Lixboa, xb dias de Março. O Almirante o mandou. Estevam Garçia a fez. Era de mil e iiii.c e dous annos». A outra carta é de 29 de Maio de 1365 e faz menção da carta que el-rei D. Pedro tinha concedido sobre a dita isenção no ano anterior: «De mym Miçe Lançarote Peçanhy, Almirante nos Reynos de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem ffaço saber que a mym foy mostrada hũa carta de nosso Senhor El Rey dom Pedro, escripta em pergamynho per Gomez Perez, seu escrivam, e assijnada per Johanne Stevez e sseellada do seello longo pendente do dicto Senhor Rey, ssegundo pareçia, en a qual fazia mençom antre as outras cousas que os moradores da Poboa das Paredes lhe envyarom dizer que elles avyam privygelio (!) e foro dos Reys que ante el forom, per que eram escusados dhir em frota nemhũa e forom senpre escusados dello ataa ora, que os Eu constrangia pera esta frota que o dicto Senhor manda armar. Polla quall Razom lhe pediam sobrello merçee. E el visto o que lhe pediam, e outrosi o privylegio que am e hũa carta que sobrello ora ha hũu anno del ouverom, mandou a mym e a todallas outras sas justiças que os nom constrangesem que vaam servyr nas gallees, segundo na dicta carta mais compridamente he contehudo. E eu, obeedeçendo aa dicta carta e querendo comprir o mandado do dicto Senhor Rey, ey por escusados os moradores da dicta Poboa, pella guisa que em ella he contehudo. E em testemunho desto lhes mandey dar esta minha carta assijnada per minha maão e seellada do meu seello. Dante em Lixboa, vinte e nove dias de Mayo; o Almirante o mandou. Stevam Garçia a ffez. Era de mil e quatroçentos e tres Annos. Eu Almjrante» (ANTT, *Colecção Especial*, caixa 72). Penso que o seguinte documento se refira à legitimação de um dos seus filhos: «Outra legitimaçam ouve Diego Paçanha, filho de Mice Lançarote e dAldonça Mateus, seendo ella casada ao tempo da nacença do dicto Diego Paçanha, em Lixboa, xvi de set.º de mil iiii.c Rii annos» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 10).

Recordo, sem me deter em outros comentários, a argumentação e respostas dos professores de Bolonha aos capítulos e quesitos propostos no factum, *apresentado e traduzido literalmente do Português para Latim por um português que possivelmente estava em Bolonha: «Et quia materia huius questionis concluditur verbis vulgaribus regnorum Portugalie et Algarbii, non facile per dominos a quibus petitur iuris determinatio intelligendis, idcirco, ne per ignota procedant, factum lingua nostra compositum reducam in latina verba».*

O primeiro quesito, tirado dos capítulos, refere-se às leis do Império sobre os feudos, às quais Portugal não estaria obrigado, por não estar sujeito ao Império Romano. O segundo diz respeito ao valor e necessidade das confirmações do contrato por parte dos reis de Portugal. O terceiro refere-se à obrigação do contrato e possível direito dos reis de Portugal em recusar o serviço do almirante. O quarto e quinto quesitos referem-se mais directamente à questão. Estabelece-se a pergunta se o filho do almirante Lançarote era contrário a D. João I, recentemente eleito rei de Portugal pelo povo, sem ter antes algum direito ao reino, e se ele podia ser admitido como almirante através da confirmação do contrato, em que se fundava, enquanto D. João I, não sendo sucessor por direito hereditário, poderia alegar que o contrato o não obrigava, tanto mais que, da parte dos Peçanhas, sempre sucederam filhos legítimos, e a dignidade régia de D. João I foi criada de novo pelo povo e não teve origem na sucessão que terminou no último rei D. Fernando. No quinto quesito pergunta-se se pelo facto de o almirante Lançarote ter agido contra o Mestre de Avis, ao passar ao rei de Castela, poderia seu filho ser privado do almirantado. Sobre tais quesitos ou dúvidas alguns literatos portugueses tinham dado parecer, no qual defendiam posição contrária ao rei.

Os professores de Bolonha, defendendo, quanto ao primeiro quesito, a utilidade das confirmações régias posteriores ao contrato, afirmavam que a não sujeição dos reis de Portugal ao Império consistia apenas num facto, porque estariam, por direito, sujeitos a ele e às leis imperiais. Concluíam que todos os contraentes estavam obrigados, por direito divino, canónico e civil, aos contratos feitos legitimamente. Quanto ao segundo, afirmavam que os pedidos de confirmação não eram necessários para a validade do contrato, mas eram requeridos por motivo do direito feudal, embora sem nova obrigação quanto à validade do contrato. Relativamente ao terceiro quesito, poder-se-ia alegar que, depois de um ano, el-rei poderia revogar o contrato, visto o feudo ter sido dado em troca de determinado serviço ou mercê e não ser perpétuo. Todavia os doutores defendiam o contrário, porque, segundo o teor do contrato, a concessão foi perpétua e, como se disse, há obrigação de observá-lo. Por isso, se el-rei não quisesse o serviço, nem por tal motivo poderia tirar o feudo ao vassalo. Quanto ao quarto quesito, poderiam realmente ser alegadas muitas razões, das quais se poderia inferir que D. João I não estava obrigado a observar o contrato. Em primeiro lugar, a obrigação assumida por el-rei D. Dinis não se estenderia a todos e quaisquer sucessores no reino, mas só aos que fossem herdeiros, conforme a limitação ou restrição expressa pelo relativo qui. *D. João I foi eleito pelo povo e não sucedeu no reino a D. Dinis nem aos outros reis como herdeiro, porque D. Fernando morrera sem deixar filho legítimo, tendo terminado a linha régia dos descendentes. Havia, contudo, razões bem fortes que levavam a defender o contrário. Antes de mais, o contrato tinha sido feito em nome da dignidade régia e reis sucessores, passando activa e passivamente só aos sucessores no reino, pois a dignidade régia era radicada na pessoa do rei que sucedesse legitimamente, fosse qual fosse a forma da sucessão. O relativo* qui *nada obstaria. Basta que D. João I tenha sido sucessor no reino, conforme ensinam os doutores. Também nada obsta o que se diz sobre a dignidade régia ter acabado com a morte de D. Fernando, sem deixar filho legítimo e herdeiro, porque ele continuou na pessoa de D. João I. De concluir, portanto, que, sob este aspecto, el-rei estava obrigado a observar o contrato.*

No último quesito, porém, os professores de Bolonham defendem que, apesar de tudo,

D. João I podia privar do almirantado o filho do almirante Lançarote, por este se ter rebelado contra o Mestre de Avis, tomando o partido do cismático el-rei de Castela contra o reino de Portugal. É certo que então esse filho do almirante não era réu e o Mestre não era ainda monarca de Portugal. Também é certo que só pelo simples facto de ter aderido aos cismáticos e condenados de cisma não podia o almirante ser privado do feudo ou almirantado, a não ser que tal constasse da sentença sobre o cisma contra João Henriques, rei de Castela, porque então o almirante Lançarote poderia ser privado do almirantado. Segundo a exposição do facto, João Henriques invadiu injustamente o reino de Portugal, ocupando todas as cidades, vilas, castelos e territórios, quando o reino estava desprovido de monarca. Ele usurpara o título de rei de Portugal que invadira com muitos cismáticos, incluindo alguns portugueses, entre os quais se contava o almirante Lançarote. Se este vivesse, não há dúvida que se lhe podia tirar o almirantado ou feudo, enquanto se rebelou contra o reino, ao qual pertence o feudo. Ao menos por este motivo também o filho podia ser privado do mesmo. Lançarote, originário das terras de Portugal, ao aderir a João Henriques e ao prestar-lhe auxílio na ocupação das terras lusitanas, motivo por que foi morto, tornara-se réu de crime de lesa-majestade e merecedor da respectiva pena ou seja, da confiscação dos bens e privação do feudo, que deviam passar ao reino. Poder-se-ia objectar que a privação, nesse caso, depois da morte do criminoso, só poderia ter lugar quando se tratasse de crime contra o príncipe ou contra a república. Ponderadas bem as coisas, vê-se que Lançarote cometeu o crime quando o reino estava desprovido de monarca e, por isso, o direito de revogar o feudo passa ao monarca seguinte, pelo facto de Lançarote não ter observado as cláusulas do contrato de servir fielmente ao monarca e aos que lhe sucedessem no reino. A provar tais asserções, citam o direito civil e canónico e as interpretações de Cino de Pisetóia, Inocêncio IV, João André, Nicolau de Tudeschis ou Abade Panormitano e Guilherm-Durando:

«*Suppono factum et plene cum suis appendiciis, ut tollatur omnis dubietas que ex additione facti oriri possit, ad decisionem eius de quo queritur. Et quia materia huius questionis concluditur verbis vulgaribus regnorum Portugalie et Algarbii, non facile per dominos, a quibus petitur iuris determinatio intelligendis, idcirco, ne per ignota procedant,* factum lingua nostra compositum reducam in latina verba, *sicut materialiter sunt scripta transferendo, non curans in hoc rethorice loqui brevius vel pulcrius quam ipsum factum, ex quo ius oritur, ad veritatis indagationem, exigit, ne aliter componentes, forsan unius sillabe mutatio induceret iuris diversitatem contra zelum iustitie et propositum domini regis, cuius intentio est pro complendo ea super veritate informari et nichilominus factum ipsum, sic ut premittitur a vulgaribus compositum, infra subiungam ut, si qui sint qui melius possint declarare, id faciant. Est ergo factum quod sequitur per capitula infra posita. Et primum capitulum est quod sequitur:*

In nomine Domini, amen. Noverint universi presentem cartam inspecturi quod ego dominus Dionisius, Dei gratia rex Portugalie et Algarbii, una cum regina domina Y[sabella], uxore mea, et cum infante domino Alfonso, nostro filio primo et herede, intelligendo pro servitio Dei et meo et commodo et honore terre mee, habendi obligatum vos dominum Manuellum Pechanho de Janea et vestros successores ad remanendum in terra pro meo almirato et ad serviendum in isto officio michi et meis successoribus, qui fuerint reges Portugalie, do et dono vobis in perpetuum, in Ulixbona, meum locum de Pedreria per eum locum per quem fuit devisatum pro iudeis cum domibus et cum territoriis liberum et quitum et exemptum, sicut ego habeo. Et si ibi aliqui christiani habent domos vel territoria vel fossas, quod habeant eas sui domini. Et quod habeatis ibi id ius quod ego in illis habebam et quantum est domos et territorium quod ego ibi habebam, quod de me tenebant iudei, sit totum vestrum et vestrorum successorum. Teneo etiam pro bono vobis dare in quolibet anno

tres milia libras in nummis de moneta Portugalie et quod eas habeatis per redditus meorum regengorum loci de Freelas et de Hunhos et de Sacavem et de Camarate ad tertias anni, scilicet prima tertia pro prima die Januarii sequentis de era milesima iii.c lv annorum modo currente, et alia tertia pro prima die may que primo venit, et alia tertia pro prima die Septembris. Et ita quolibet anno. Et istud vobis do in feudum usquequo dem vobis aliquam villam in loco populato aut hereditatem talem ad meum pagamentum et vestrum que valeat in redditu dictas tres milia libras. Tamen quod attinet domos et territoria de Pedreria, que ego vobis do, teneo pro bono et mando quod vos et vestri successores possitis dare et vendere et facere de eo et in eo id quod pro bono habueritis, sicut de vestra propria hereditate, et vos, domine Manuel, debetis habere dictum feudum in toto tempore [*fl. 49 v*] *vestre vite et servire pro eo michi et meis successoribus qui fuerint reges in Portugalia, sicut ultra est scriptum, et ad vestram mortem debet id hereditare vester filius maior quem habueritis legitimum et laicum, ydoneum ad serviendum michi et meis successoribus per modum et per conditiones quod michi vos obligastis. Et ita debent hereditare dictum feudum per modum maioritatus omnes qui ex vobis per lineam directam descenderint, remanendo semper in maiori filio legitimo et laico eorum qui ex vobis descenderint per lineam directam, qui fuerit ydoneus ad serviendum pro eo, sicut dictum est. Et quod faciant omagium et iuramentum quod michi vos facitis, et observet alia que michi vos promittitis facere et observare in meo servitio, tam bene michi, sicut meis successoribus qui fuerint reges in Portugalia.*

Et ego supradictus dominus Emmanuel pro ista mercede et pro isto feudo quod michi vos domine rex supradictus datis pro me et successoribus, remaneo statim pro vestro vassallo et facio vobis omagium et iuro ad sancta ewangelia, in quibus corporaliter pono manus meas, quod vobis serviam bene et legaliter in vestris galeis, per mare, quotiescunque vobis expedierit servitium meum et quotiescunque volueritis, tamen quod corpus meum non debeat supra mare in vestro servitio minus quam cum tribus galeis ire. Et promitto per istud iuramentum quod facio, quod vobis serviam contra omnes homines de mundo, cuiuscunque status et cuiuscunque conditionis sint, tam christianos quam sarracenos, et quod observem et procurem semper servitium, commodum et honorem vestrum et vestri dominii per omnia loca, quibus potero et scivero. Et quod turbem vestrum dampnum et vestrum deservitium per omnia loca, quibus potero et scivero, et quod vobis dem bonum consilium, quotiens me postulaveritis, melius quod intellexero et scivero, et quod custodiam vestra secreta que michi duxeritis vel preceperitis dici. Et quod sim vobis in omnibus legalis et verus vassallus vobis vestrisque successoribus qui fuerint reges in Portugalia. Et istud omagium et iuramentum debent vobis facere supradicto domino regi et vestris successoribus qui fuerint reges in Portugalia omnes mei successores qui istud feudum hereditaverint. Item, quamvis supra dicatur quod ego et successores mei debemus servire per mare vobis et vestris successoribus, tamen ego promitto pro me et successoribus meis quod, si vos supradictus dominus rex vel vestri successores qui post vos habuerint regnare in Portugalia, fueritis per terram in aliquo exercitu vestris corporibus, quod ego et mei successores qui feudum hereditaverint, vadamus vobiscum ad serviendum vobis in ista hoste seu exercitu, si nobis vos preceperitis et alio modo non debemus ire ad serviendum per terram. Et, si forte ego dominus Emmanuel vel mei successores qui in isto feudo hereditaverint, infirmati fuerimus aut habuerimus impedimentum legitimum tale quod non possimus servire nostris corporibus, quod simus nos excusati tunc et quod non amittamus propterea aliquid de nostro. Item ego dominus Emmanuel et mei successores qui istud feudum hereditaverint, debemus tenere semper xx. homines de Janua,

scitores maris, tales quod sint convenientes pro pretoribus galearum et arraziis, et quod vobis sciant bene servire per mare in vestris galeis, quotiescunque vos volueritis et vobis expedierit suum servitium. Et debemus nos tenere ipsos nostris expensis continue, in quantum non indigeritis [fl. 50] eis quod sint presto ad serviendum vobis, quando opus fuerit, in vestris galeis; tamen quando vos dominus rex supradictus vel vestri successores non indigeritis servitio dictorum hominum xx., ego dominus Manuel et mei successores possimus serviri de eis in nostris mercimoniis et mittere eos in Flandriam aut in Januam aut in aliquas alias partes cum eis. Et si forte acciderit quod mitteremus eos ita ad aliquam partem et interim expediret vobis supradicto domino regi vel vestris successoribus servitium eorum, quod nos statim mittamus pro eis et quod, ubicunque fuerint, veniant statim ad vestrum servitium. Et quando vos supradictus dominus rex vel vestri successores indigeritis servitio dictorum xx. hominum, debetis notificare michi et meis successoribus quod possumus tenere eos paratos ad vestrum servitium. Et quando fuerint in vestro servitio, debetis dare ei qui fuerit pro pretore in galea, duodecim libras et mediam pro mense pro sua soldata et governho et panem biscoctum et aquam ei qui iverit pro arrazio in galea viii. libras pro mense pro sua soldata et governho et panem biscoctum et aquam, sicut dictum est. Et si contingat quod aliquis xx. dictorum hominum fugerit aut mortuus fuerit, quod ego et mei successores teneamur mittere nostris expensis pro aliis hominibus, scitoribus maris, qui serviant vobis supradicto domino regi et vestris successoribus, ita quod semper habeatis complementum dictorum xx. hominum, sicut dictum est. Et quod pro isto habeamus spacium octo mensium ad mittendum pro illis qui inde defecerint et ad ducendum eos ad vestram terram, ita tamen quod si aliquis dictorum xx. hominum infirmatus fuerit vel senescerit in vestro servitio seu vestrorum successorum, eo modo ita quod non posset servire, quod ego et mei successores non teneamur mittere pro aliis loco eorum, in quantum ipsi homines fuerint vivi et non poterint servire. Et ita ego et mei successores qui istud feudum hereditaverint, debemus tenere in perpetuum ipsos xx. homines de Janua ad vestrum servitium et vestrorum successorum qui fuerint reges in Portugalia.

Et ego supradictus dominus rex Dyonisius ita promitto et concedo pro me et successoribus meis facere, tenere et observare conditiones et alias res que in ista carta sunt contenta et posite inter me, vos et nostros successores. Et insuper volens facere gratiam vobis domino Manuel et vestris successoribus, teneo pro bono et mando quod vos et vestri successores qui istud feudum hereditaverint, habeatis pro vobis quintam partem omnium rerum quas lucrati fueritis et ceperitis per mare in meis galeis eius quod acceperitis ab inimicis fidei vel ab inimicis mee terre, ita tamen quod non intelligatur quod debeatis habere quintum corporum galearum vel aliorum navigeorum, si ea acceperitis, nec armorum nec paramentorum eorum que acceperitis, nec maurum de mercede, si acceperitis, quoniam iste res sunt libere regum, ita tamen quod maurum de mercede, si ego vel successores mei voluerimus accipere, debemus eum emere pro pretio consueto in meo dominio, quod est C. librarum Portugalensium. Et de pretio quod dederimus pro eo, habebitis vos quintam partem et volo et mando quod vos dictus Manuel et vestri [fl. 50v] successores, qui dictum feudum hereditaverint, habeatis iurisdictionem et posse super omnibus hominibus qui vobiscum fuerint in meis galeis, ita in frota, sicut in armata, in omnibus locis ubicunque fueritis per mare et in portibus terre, ubi exiveritis foras. Et mando quod faciant pro vobis et vobis obedientes sint, sicut ad suum almiratum et sicut facerent pro meo metipso corpore, si ibi fuissem. Et quod illi qui vobis non fuerint obedientes, quod vos coherceatis in corporibus

eorum cum iure et iustitia, sicut demeriti fuerint, si[cut] ego facerem, si (a) ibi fuissem. Item ! ler: *mando quod omnes qui in ipsis galeis fuerint, sint obedientes et mandati pretoribus quos vos in eis posueritis, in omnibus rebus tanquam suis pretoribus, sicut est de consuetudine, et istud intelligitur ab ea die qua armaveritis galeas vel naves usque ad postremum diem quod disarmaveritis. Item teneo pro bono quod mei scriptores qui ibi fuerint in galeis, quod iurent michi et meis successoribus quod bene et iuste scribent in suis libris res quas in mari lucrati fueritis et alia que debent scribere et de quibus debent dare fidem eo modo quod sint custodita michi mea iura et cuilibet alteri sua et si forte contigisset quod vos domine Manuel vel vestri successores qui istud feudum hereditaverint, non reliquerent ad mortem filium masculum legitimum et laicum qui sit ydoneus ad serviendum, vel ibi non superesset heres masculus et legitimus et laicus qui ex vobis descendat per lineam directam legitime natus, quod tunc feudum revertatur ad coronam regni Portugalie sine contentione aliqua et quod istud sit firmum et ne veniat postea in dubium, mandavi fieri duas cartas unius tenoris, de quibus ego debeo tenere unam et vos domine Manuel aliam. Et mandavi eas sigillari cum meo sigillo de plumbo. Et ego dominus Manuel scripsi cum mea manu meum nomen in qualibet earum.*

Datum Sanctarem, prima die februarii. Rex mandavit. Dominicus Johannis fecit. Era milesima iii.c lv annorum. Rex vidit. Et ego Manuel Pecanho (b).

Post hoc, mortuo rege Dionisio (c), successit ei in regno dominus Alphonsus, filius suus primogenitus, iure hereditario (d), quo etiam prefatus Dionisius successit patri

---

(*a*) No texto português: *assim como o eu faria se hy ffosse.* Ver texto em ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 3, fl. 108. O original em ANTT, *Gaveta* 3, maço 1, n. 7, publ. por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, I, Lisboa, 1944, n. 37, p. 30.

(*b*) Texto português em ANTT, maço 1, n. 7, ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 3, fl. 108, publ. por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, I, Lisboa, 1944, pp. 27-30.

(*c*) D. Dinis começou a reinar em 1279 e o contrato com Manuel Pessanha foi estipulado em 1 de Fevereiro de 1317. O monarca morreu a 7 de Março de 1325. Cf. JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, I, Lisboa, 1976, pp. 247, 260, 400.

(*d*) D. Afonso IV sucedeu a seu pai D. Dinis, começando a reinar em 1325, e morreu a 8 de Maio de 1357. Cf. JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, I, p. 400. Foi ele quem, segundo documento inserto na confirmação de el-rei D. Pedro, a pedido do almirante Manuel Pessanha, mandou transcrever ou trasladar a carta do contrato entre o almirante e el-rei D. Dinis, confirmando-a no dia 21 de Abril de 1327: «Doaçam do almirantado a Lançarote Peçanho. In nomine Domine, amen. Dom Pedro pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem faço saber que Lançarote Peçanho meu almirante, filho de Manuel Peçanho, irmãao de Bertolameu Peçanho, almirantes que forom del rrey meu padre, a que Deus Perdoe, me disse em como quando o dicto Bertolameu Peçanho, seu irmãao, se finara deste mundo, que o dicto Rey meu padre o fezera seu almirante, porque elle era filho do dicto Manuel Peçanho, lidimo e mayor e leygo, que entom hi ouvese, segundo era contheudo em hũa carta de privilegio que tinha del rrey dom Denis, meu avoo, a que Deus perdoe, confirmada per el rrey meu padre. E pediome por mercee que vise as dictas cartas e privilegio que assy os dictos reis derom ao dicto seu padre e irmãao e [fl. 7b] a el outrossy e aos seus sucesores que lhas quisese confirmar e aguardar como em ellas era contheudo. E que elle prestes era pera me fazer menagem e juramento pella guisa que nas dictas cartas e privilegio era contheudo. E outrossy pella guisa que a ja avia fecta ao dicto meu padre. E pera comprir e guardar todas as cousas que hi som contheudas, as quaaes cartas e privilegios me logo mostrou, do qual o theor de verbo a verbo tal he: Em nome de Deus, amen. Dom Afomso pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem faço saber que eu fiz catar na minha chancelaria os meus livros dos registros e achey em hũu trelado de hũa carta registrada, que el rrey dom Denis meu padre, a que Deus perdoe, dera a mice Manuel Peçanho, que foy seu almirante, da qual carta o theor do verbo a verbo tal he: Em nome de Deus, amen. Saibham quantos esta carta virem como eu dom Denis ... E por esto seer firme e nom vijr despois em duvida, mandey ende fazer duas cartas [fl. 8vb] dhũu theor, das quaaes eu devo teer hũa e vos mice Manuel a outra.

suo, quo iure regna Portugalie et Algarbii a rege primo dictorum regnorum usque ad mortem regis Fernandi (e) infranominati devoluta sunt in successores, et ad petitionem dicti Manuelis confirmavit cartam premissam sive contractum et gratiam, cuius confirmationis verba similiter sequuntur:

In nomine Domini, amen. Dominus Alfonsus, Portugalie et Algarbii rex, omnibus qui presentem cartam viderint, notum facio quod ego feci queri in mea cancellaria meos libros registrorum et inveni in quodam illorum unum transumptum unius littere registrate, quam rex Dionisius, pater meus, cui Deus parcat, dederat domino Manuel Pecanho, qui fuit suus almiratus, cuius carte tenor de verbo ad verbum supra premittitur et modo predictus Manuel Pecanho almiratus venit ad me supradictum regem Alfonsum et petiit a me quod velim videre et intueri multum servitium quod ipse semper fecerat dicto patri meo et michi, item multum servitium, commodum et honorem quem semper per ipsum venerat regnis Portugalie et Algarbii in omni eo quod ipse poterat facere [fl. 51] *et congregare, et quod ego velim serviri de eo et velim sibi gratiam facere in concedendo et confirmando dictam cartam, quam sibi rex pater meus dederat, et quod serviret michi et terre mee in omni eo quod ipse possit, ita sicut iuratum habebat et promissum regi patri meo et ita sicut*

E mandeyas seellar com meu seello do chumbo. E eu sobredicto mice Manuel sobscrepvi com minha mãao o meu nome em cada hũa dellas. Dante em Santarem, primeiro dia de fevereiro, el rrey o mandou. Domjngue Anes a fez, era de mil iii.c lb annos; el rrey a vio. Ego Mice Manuel Pezagno. E ora o dicto mice Manuel Peçanho, almirante, veo a mim sobredicto Rey dom Afomso e pediome por mercee que quisese veer e esguardar muito serviço que el sempre fizera ao dicto meu padre e a mim outrossy e muito serviço e prol e honrra que sempre per el viera aos reis de Portugal e do Algarve em todo aquello que el pudera fazer e juntar e que eu me quisese del servir e lhe quisese fazer mercee em lhe outorgar e confirmar a dicta carta que lhe el rrey meu padre dera e que serviria (!) mim e minha terra em todo aquello que elle pudese, assy como avia jurado e prometido a el rrey meu padre e como fizera ataaqui. E eu sobredicto Rey dom Afonso, veendo e consirando que todas as sobredictas cousas que el a mim dizia eram verdade. E porque som certo que sempre querra o meu serviço directamente e toda prol e honrra da minha terra. E querendolhe fazer graça e mercee a el e a todos seus sucesores que o dicto feu[do] herdarem, outorgolhe e confirmolhe pera todo sempre por mim e por todos meus sucesores a dicta carta del rrey meu padre. E tenho por bem e mando que a dicta carta del rrey meu padre seia comprida e guardada em todo pera todo sempre ao dicto mice Manuel almirante e a todos seus sucesores que o dicto feu[do] herdarem, assy como na dicta carta del rrey meu padre he contheudo. E em testemunho desto dey ao dicto mice Manuel almirante e [fl. 9a] aos dictos seus sucesores esta minha carta seelada do meu seelo do chumbo. Dante em Lixboa, xxi dias dabril; el rrey o mandou. Martim Stevez a fez; era de mil iii.c e sasenta e cinquo (!) annos. El rrey a viu. E eu veendo o que me o dicto Lançarote Peçanho pedia, vista e examinada a dicta carta e privilegio ... Porque vos mando que aiades o dicto Lançarote Peçanho por meu almirante nos meus regnos e façades por el como por meu almirante e lhe ajudedes a fazer o direito e justiça naquello que tange o seu officio do almirantado. Unde al nom façades. E em testemunho desto mandey dar ao dicto Lançarote Peçanho esta minha carta seelada do meu selo do chumbo. Dante em Tentugal, xx dias de set.º; el rrey o mandou. Bertolameu Martinz a fez, era de mill iii.c e noventa e quatro (!) annos. E eu veendo o que me pedia o dicto Lançarote Peçanho ... consirando serviços que os dictos seu padre e seu irmãao fizerom aos dictos [fl. 9b] reis meu avoo e meu padre ... tenho por bem de lhe confirmar e guardar os privilegios, graças e liberdades que som contheudas nas dictas cartas e privilegio, o qual sobredicto Lançarote Peçanho me fez logo menagem e juramento que el mc serva bem e lealmente pella guisa que nas dictas cartas e privilegio era contheudo. Outrossy compriria e guardaria todallas clausullas nas dictas cartas e privilegio contheudas. E em testemunho desto mandey dar esta minha carta ao dicto Lançarote Peçanho, seelada do meu seelo do chumbo. Dante em Lixboa, primeiro dia de Julho, el rrey o mandou. G.º Vaasquez a fez, era de mil iii.c noventa e cinquo (!) annos». Docum. originais de Lançarote Pessanha do reinado de D. Pedro, de 15 de Março de 1364 e 29 de Maio de 1365 em ANTT, *Colecção Especial*, caixa 72.

(*e*) D. Fernando, o qual tinha nascido em Lisboa a 31 de Outubro de 1345, faleceu a 22 de Outubro de 1383, em Lisboa. Cf. JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, I, p. 402. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CCCXCVII.

fecerat quousque, et ego supradictus rex dominus Alfonsus, videndo et considerando quod omnia supradicta que michi ipse dicebat, erant vera, et quia sum certus quod semper vellet servitium meum directe et omne commodum et honorem terre mee et volumus sibi facere gratiam et mercedem sibi et omnibus suis successoribus qui dictum feudum hereditaverint, concedo eis et confirmo in perpetuum pro me et pro omnibus successoribus meis dictam cartam regis patris mei. Et teneo pro bono et mando quod dicta carta regis patris mei compleatur et observetur in totum et in perpetuum dicto domino Manueli almiranto et omnibus suis successoribus qui dictum feudum hereditaverint, ita sicut in dicta carta regis mei patris est contentum. Et in testimonium huius dedi dicto domino Manueli almiranto et dictis suis successoribus meam cartam sigillatam cum meo sigillo de plumbo.

Datum Ulixbone, xxi die mensis Aprilis. Rex mandavit. Martinus Stephani fecit. Era milesima iii.[c] *Lxvi (!) annorum (f). Rex vidit (g).*

Post hoc, vivente rege Alfonso, mortuus est Manuellus et in eius locum successit quidam filius suus Bartholomeus, primogenitus dicti Manuelis (h), qui etiam predicte carte habuit confirmationem, sicut apparet ex sequenti confirmatione, et in eius locum, eo mortuo, successit quidam frater suus nomine Lanzalotus (i), qui etiam, ut apparet ex sequentibus, a rege Alfonso similiter confirmationem habuit. Post hec, mortuo domino Alfonso rege (j), in locum eius successit dominus Petrus, filius suus, successor et primogenitus, iure hereditario (k), sicut supra premittitur, in premissis regnis, ad quem venit Lanzalotus predictus, filius legitimus predicti Manuelis et frater dicti Bartholomei, et petiit prefatam cartam confirmari, cuius etiam confirmationis verba formaliter sequuntur:

In nomine Domini, amen. Dominus Petrus, Dei gratia Portugalie et Algarbii rex, omnibus qui presentem cartam viderint, notum facio quod Lanzalotus Pecanho, meus almirantus, filius Manuelis Pecanho et frater Bartholomei Pecanho, qui fuerunt almiranti regis mei, cui Deus parcat, dixi michi quod quando dictus Bartholomeus Pecanho, suus frater, transierat ab hoc seculo, quod dictus rex pater meus fecerat eum suum almiratum, quia ipse erat filius dicti Manuelis Pecanho legitimus, maior et laicus, qui tunc ibi fuisset, sicut continebatur in una carta privilegii, quam tenebat, regis Dionisii, avi mei, cui Deus parcat, confirmata per regem patrem meum, et petiit a me quod viderem dictas cartas et privilegia que ita dicti reges dederunt dicto suo patri et fratri et sibi etiam et suis successoribus et quod vellem sibi confirmare et observare, sicut in eis erat contentum, et quod ipse presto erat ad faciendum michi omagium et iuramentum, sicut in dictis cartis et privilegiis erat contentum et sicut etiam iam fecerat dicto patri meo, et ad complendum

---

(*f*) Segundo o texto inserto na carta de D. Pedro de 20 de Setembro de 1356 e 1 de Julho de 1357 (ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, fl. 9, publ. por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, I, n. 83, p. 105, a data seria da era de 1365 e não de 1366. Cf. nota (*d*) imediatamente anterior.

(*g*) Texto inserto na carta de D. Pedro de 20 de Setembro de 1356 e 1 de Julho de 1357 (ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, fl. 9, publ. por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, I, n. 83, p. 105). Cf. nota (*d*) imediatamente anterior.

(*h*) Há documentos nas chancelarias régias, referentes a Bartolomeu Pessanha, que omito. Basta ter presente o que nos diz el-rei D. Pedro. Cf. nota (*d*) imediatamente anterior.

(*i*) São muitos os documentos régios, relativos a Lançarote Pessanha. Lembrarei alguns no decorrer deste trabalho.

(*j*) D. Afonso IV morreu no dia 8 de Maio de 1357. Cf. nota (*d*) imediatamente anterior.

(*k*) D. Pedro I, nascido em Coimbra a 8 de Abril de 1320, começou a reinar em 1357 e morreu em Lisboa a 18 de Janeiro de 1367. Cf. JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, I, p. 402.

et observandum omnia ibi contenta, quas cartas et privilegia michi incontinenti ostendit et quarum tenor est talis ut supra, etc. (*l*).

Et ego videndo id quod a me petebat dictus Lanzelotus Pecanho, visis etiam et examinatis carta et privilegio, volens in hoc sibi gratiam facere, considerando servitia que michi supradicti suus pater et suus frater fecerant et qualiter ipse est talis quod michi poterit facere servitium et vellet [*fl. 51v*] *commodum et honorem terre mee et quia naturalis meus est, teneo pro bono, confirmando sibi et custodiendo privilegia et libertates que sunt contenta in dicta carta et privilegio; qui supradictus Lanzalotus in continenti michi fecit omagium et iuramentum quod ipse michi serviet bene et legaliter, eo modo sicut in dicta carta et privilegio est contentum, et etiam complebit et observabit omnes clausulas in dicta carta et privilegio contentas. Quare mando vobis quod habeatis dictum Lanzalotum Pecanho pro meo almiranto in meis regnis et faciatis pro eo sicut pro almiranto meo et iuvetis eum facere ius et iustitiam in eo quod pertinet ad suum officium almirantatus. In cuius testimonium mandavi dari dicto Lanzaloto istam cartam meam sigillatam cum meo sigillo plumbeo* (*m*). *Rex mandavit. Bartholomeus Martini fecit. Era M*ª *ccc*ª *nonaginta quinque* (*n*) *annorum* (*o*).

Post hoc, mortuo rege Petro (*p*), *in locum eius venit dominus Fernandus, filius eius primogenitus* (*q*), *succedens tanquam heres ut supra. A quo etiam per Lanzalotum premissum petita est confirmatio et obtenta in forma per omnia que superius fuit concessa a rege Petro* (*r*). *Et tandem mortuus est dominus Fernandus, nullo herede legitimo nec ab intestato nec ex testamento relicto* (*s*). *Post cuius mortem predicta regna Portugalie et Algarbii sine rege, re et spe, pro tunc fuerunt, que etiam in temporalibus nullum, regibus predictis duntaxat exceptis, recognoscunt superiorem* (*t*), *propter quod Johannes Henrrici* (*u*), *olim rex Castelle, scismaticus, de scismate condempnatus* (*v*), *videns ea rege carere, contra debitum iustitie bellum induxit regnis premissis et eorum regnunculis ac etiam domino Johanni, hodie regi prefatorum regnorum, pro tunc magistro de Avis, occupans de facto pene omnes civitates, villas, castra et territoria ipsorum regnorum, nominans se regem*

(*l*) Esta parte da carta no original português não foi publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, I, n. 83, p. 105.

(*m*) No texto português de ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, fl. 9, publ. por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, I, n. 83, p. 105, vem a data de 20 de Setembro de 1356, sendo omitida a indicação do dia nesta tradução para o latim: *Dante em Tentugal, xx dias de Setembro. El Rey o mandou ... Era de mil iii.c noventa e quatro anos*. Advirta-se que o ano de 1357 ou era de 1395 anos vem a seguir, referida a Lisboa: «Dante em Lixboa, primeiro dia de Julho, el rrey o mandou. G.º Vaasquez a fez, era de mil iii.c noventa e cinquo annos». (Cf. nota (*d*) imediatamente anterior.

(*n*) Quanto à data do documento régio, cf. nota imediatamente anterior.

(*o*) Sobre o texto em português cf. notas (*d*) e (*m*) imediatamente anteriores.

(*p*) D. Pedro I morreu a 18 de Janeiro de 1367. Cf. nota (*k*) imediatamente anterior.

(*q*) D. Fernando começou a reinar em 1367. Cf. JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, I, p. 402.

(*r*) Cf. nota (*o*) imediatamente anterior.

(*s*) D. Fernando morreu, sem deixar filho algum legítimo, conforme a inquirição feita por ocasião das cortes de Coimbra em Março-Abril de 1385 pelos bispos do Porto e de Évora. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CXXIV-CXXVIII.

(*t*) No ms. *superiores*.

(*u*) Sobre João Henriques, rei de Castela, e suas pretensões a rei de Portugal, cf. textos correspondentes às notas 294a'-294o.

(*v*) Sobre a condenação de el-rei de Castela D. João Henriques como cismático pelo papa de Roma Urbano VI, cf. textos correspondentes às notas.

ipsorum, et tam regna ipsa quam nomina regalia usurpans, cum multis infinitis scismaticis, ex quibus aliqui erant oriundi de predictis regnis, inter quos etiam prefatus Lanzalotus fuit, et in servitio premissi Johannis Henrrici obediens ei ut regi predictorum regnorum, participans secum et serviens sibi, propter que ab hominibus adverse partis interfectus fuit, filio quondam laico et legitimo relicto; que omnia advertens, prefatus dominus Johannes, hodie rex Portugalie, tunc temporis magister de Avisio, sepedicto Johanni Henrrici cum quibusdam portugalensibus in defensione regnorum se opposuerunt et, Domino concedente, maiorem partem occupatorum per eum de manibus eius eripuerunt, propter que a premissis regniculis in regem et dominum est assumptus et effectus et ab omnibus de regno pro rege hactenus tractatus et reputatus, et ei tanquam vero domino obediunt et eum verum dominum credunt omnesque civitates, loca et territoria prefatorum regnorum tenet et possidet (*x*).

Suppono ultra quod dictus Manuel, Bartholomeus et Lanzalotus, post premissa contractum, gratiam et confirmationem, habuerunt locum de Pedrario, datum in feudum, et supradictas tres milia libras; pretextu contractus sive gratie (*y*) *premisse fuerunt etiam nominati almirati et pro almiratis habiti et reputati in predictis regnis Portugalie et Algarbii, serviendo de mandato premissorum dominorum regum in suis galeis et navigiis, cum fieret frota vel armata galearum vel navigiorum, de quorum dominorum regum mandato tantum olim et hodie fiebat frota vel armata per almirantos, si rex eis committeret, vel per alios et non aliter; addo etiam quod predicte confirmationes in premissis regnis et predictis casibus et similibus fuerunt et peti* [*fl. 52*] *consueverunt et fieri et concedi interdum et interdum non pro libito voluntatis predictorum regum.*

Modo ex capitulis suprascriptis sive facto formantur ista dubia. Et primo queritur de viribus contractus predicti. Et an fuerit efficax ad agendum et excipiendum Emanueli et eius successoribus contra Dionisium et eius successores. Et dicatur quia, licet reges in feudum dare possunt, iura de eis loquentia, de subiectis Romano Imperio videntur loqui, quod cum non sint reges Portugalie, merito non debent regulari imperialibus legibus (*z*).

Secundo queritur an confirmationes, de quibus supra fit mentio, operentur aliquid. Et an fuerint necessarie vel ex habundanti imposite. Et dicatur quia si firmus fuit contractus, non erat opus confirmatione; si nullus, per sequentes confirmationes non videretur posse confirmari, cum ex earum forma appareat confirmantes quod non plus iuris voluerint attribuisse quam ex preambulo contractu[*s*] *fuit quesitum.*

Tertio queritur principaliter et magis specifice. Et ponamus quod Manuel et eius successores petunt declarari se almirantos a rege Dionisio et successoribus eius, qui iure hereditario sibi successerunt, petunt etiam ut almiranti recipi ab eis et reputari; Dyonisius

---

(*x*) Quanto à defesa do reino pelo Mestre de Avis contra os castelhanos e sua eleição a rei de Portugal, cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, textos correspondentes às notas 183-203, 217, 229-235.

(*y*) No ms. *gratia.*

(*z*) Os juristas portugueses, a partir do século XIII, defendiam na Universidade de Bolonha a isenção e independência dos monarcas da Península em relação ao Imperador. Assim Mestre Vicente, bispo da Guarda, e Mestre João de Deus. Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, O. F. M., *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas das contendas entre D. Afonso II e suas irmãs* (*Estudos e textos da Idade Média e Renascimento*, n. 1), Braga, 1963, pp. 472-473, 548. Em 1416, no Concílio de Constança, o jurista ou civilista Gil Martins, ao defender os direitos de independência e soberania de Portugal, recordava também que Portugal não reconhecia algum superior quanto ao temporal nos seus reinos, seja em relação à Igreja, seja em relação ao Império ou nações vizinhas. Cf. texto correspondente às notas 688-689, 705.

rex et successores contradicunt et negant; dicatur quis eorum melius dicat; pro Manuele et eius successoribus sunt contractus et confirmationes predicte in themate. Pro rege allegatur quod almirantatus est officium in nostro casu, sicut probatur in themate. Et quod fuit introductum in favorem regis contrahentis, unde in eius odio non debet retorqueri, quod esset, si, eo invito, ipsum compelleretur suum et suorum regnorum admirantum declarare et ut almirantum recipere et tractare. Item allegatur quod hoc officium consistit in servitium quod fieri debet in galeis et in navibus armatis et iurisdictione mandata, quam exercere poterit, quamdiu armata duraverit, ad que servitia recipienda non compellitur, cum in eius potestate sit frotam armari et eorum servitium refutare, ex quo hec omnia conferuntur in liberam voluntatem regis, ut apparet ex verbis thematis; non ergo cogi debet.

Quarto principaliter queritur: filius superstes predicti Lanzaloti, de quo supra fit mentio, agit contra dominum Johannem, hodie regem, qui a populo noviter est electus et in regem assumptus predictorum regnorum, in quibus nullum ius ante assumptionem vel electionem de se factam habebat? Et petit hoc idem se ut almiratum recipi et declarari, contractum etiam et gratiam super premissa confirmari et impleri? Et dicatur et pro parte sua allegatur contractus et confirmationes ut supra. Pro parte regis deducuntur rationes que fuerunt facte in precedenti capitulo et plus dicitur quod dominus rex non habuit causam ab aliis. Et quod propterea ex eorum contractibus non debet teneri. Item quod Dionisius rex et eius successores acquisiverunt regnum per successionem, ut supra dicitur. Et quod in contrahendo, dum fecit mentionem de successoribus, non poterat videri intelligere, nisi in hiis que venirent eo iure, quo ipse venit; nec esset credendum quod cogitaret de tali successore qui per electionem est assumptus, destituta omni legitima successione predicti Dionisii; unde cum de hoc non cogitaverit, ad hunc successorem non videretur extendi hec obligatio. Et confirmatur etiam quia ex parte Emanuelis non succederent nisi legitimi ex eo descendentes, si eis debeatur ius ex contractu; nec ergo ex parte regis Dionisii debent teneri nisi legitimi ex eo rege descendentes. Item allegatur quod dignitas domini regis est [*fl. 52v*] *de novo creata per populum qui eum elegit in regem. Nec est eadem cum prima que residebat in aliis regibus, primo quia, cum precedente fuit quesita dignitas iure hereditario, ut supponit thema, et rex Fernandus qui fuit ultimus ex eis, expiraverit sine ullo herede, re vel spe, illa talis dignitas expiravit et non pendebat sequens, non potest dici eadem; secundo quia prior dignitas fuit quesita iure hereditario et proprio, hec autem iure electionis et a populo et sic iure diverso. Unde, cum non habeant simbolum ullum inter se vel similitudinem, non videbitur eadem dignitas, ymno nova et diversa. Nec ergo teneri debet ut successor in dignitate qui ratione ydemptitatis teneri videtur.*

Quinto principaliter queritur: Lanzalotus supradictus venit contra regnum et regem, tunc tamen magistrum; adhesit tamen scismaticis, ut supponit thema. An ex hoc facto, si quoddam ius debebatur sibi ex contractu et gestis premissis, propter factum eius eo iure privetur filius qui ex eo descendit, et modo de novo agit. Et dicitur pro parte filii quod, quamvis pater perderet ea ratione, ipse vero minime, cum feudum fuerit avitum. Et continuer pro parte regis inducitur quod pater perderet pro eo quod videretur incidere in tale crimen, quod delictum patris videretur nocere filio, veniendo contra patriam suam.

Super istis dubiis vel saltem aliquibus ex eis emanavit consilium quorumdam litteratorum regnorum predictorum, in quo satis pulcre allegant, quod consilium infra subicitur et in eo videntur tenere contrarium regi. An dubitaverunt. An consilium elegerit veritatem propter rationes premissas et alias que fieri possent. Et ideo a vobis dominis reverendis petitur quod cum sollicito animo et vehementi studio videatis et determinetis quid iuris vobis videtur

super premissis dubiis et aliis omnibus que ex premisso themate elicere poteritis, declarando aperte ea omnia et eorum singula.

In isto libello ponam conscilia, questiones, repetitiones et sermones quos potero habere. In primis.

In Christi nomine, amen. Visis diligenter, examinatis et ponderatis themate et quesitis premissis, forma contractus prime concessionis feudi et aliorum postea secutorum et allegationibus prudenter et subtiliter multum scriptis, Consulti nos collegium et doctores collegii iuris civilis civitatis Bononie, quid iuris sit consulere in singulis supradictis, veniemus ad decisionem secundum ordinem quesitorum.

Et primo super primo quesito premisso dicimus vires dicti contractus ipsumque contractum fuisse efficaces ad agendum et excipiendum dicto domino Manueli et eius successoribus contra olim dominum regem Dyonisium, feudum concedentem in forma, qua supra, dicto domino Emmanueli et in hoc probando de iure simpliciter esse verum, non insistimus, quia supponunt querentes et bene reges de iure feudum dare posse, quod satis est clarum in c. i. in principio et in fine iuxta coll. Qui feu[dum] da[re] po[ssunt] (*a*) *et in c. i., De feudo Marchie* (*b*), *et in c. i. Per quos fiat investitura* (*c*), *et in c. i., Quis dicatur marchio* (*d*). *Sed veniamus ad id quod in du[bium] revocatur; dicitur enim quod iura de hoc loquentia locuntur de subiectis Romano Imperio et per hoc videtur textus in l. i., C. De Su[mma] Tri[nitate] et fide ca[tholica]* (*e*) *et in l. Omnes populi, ff. De iustitia et iure* (*f*). *Sed reges Portugallie dicitur quod non sunt subditi Romano Inperio, immo merito non debent inperialibus legibus regulari; quicquid autem de hoc sit, quia in facto consistit, de iure dicimus subditos esse* (*g*), *salvo semper omni iure et reverentia regni,*

(*a*) «... Marchio et comes similiter feudum dare possunt, qui proprie regni vel regis capitanei dicuntur. Sunt et alii qui ab istis feuda accipiuntur, qui proprie regis vel regni valvasores dicuntur ...»: *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 1: *De iis qui feudum dare possunt et qui non et qualiter acquiratur et retineatur*, c. 1. Segundo consta das observações dos glossadores, este título difere, por vezes, consoante as edições. Aparece também apenas como *Qui feudum dare possunt*, ed. Venetiis, 1574, fl. 15a.

(*b*) «... Si capitanei, vel valvasores maiores, vel minores investiti fuerint de beneficio, filii vel nepotes ex parte filiorum succedunt»: *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 14: *De feudo marchiae vel ducatus vel comitatus*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 27a-27b.

(*c*) «Investitura autem fit de veteri beneficio aut de novo: que de veteri fit etiam a minore potest fieri. Sive autem a minore, sive a maiore fiat, non de omni possessione vasalli, sed de iusta tantum facta intelligitur, nisi aliud nominatim dicatur»: *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 3: *Per quos fiat investitura et per quos recipiatur*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 38b.

(*d*) «Qui a principe de ducatu aliquo investitus est, dux solito more vocatur ... Qui vero a principe vel ab aliqua potestate de plebe aliqua vel plebis parte per feudum est investitus, is capitaneus appellatur qui proprie valvasores maiores olim appellabantur»: *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 10: *Quis dicatur dux, marchio, comes, capitaneus vel valvasor*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 44a.

(*e*) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 1: *De Summa Trinitate et de fide catholica et ut nemo de ea publice contendere audeat*, l. 1, ed. PAULUS KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, Berolini apud Weidmannos, 1900, p. 5. Trata-se de edito de imperadores Romanos aos povos que lhes estavam sujeitos, a significar-lhes a vontade de receberem a religião cristã, pregada por S. Pedro aos Romanos.

(*f*) Digesta, lib. I, tit. 1: *De iustitia et de iure*, 1. 9, ed. THEODORUS MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, Berolini apud Weidmannos, 1902, p. 1. — Aqui fala-se do direito, pelo qual os povos se regem, distinguindo-se entre *ius civile*, próprio a cada cidade, e *ius gentium*, comum a todos os povos e ditado pela razão natural. O *ius civile*, como se sabe, era, por antonomásia, o direito da cidade de Roma ou seja dos Romanos.

(*g*) Cf. nota (l) imediatamente a seguir.

per l. Deprecatio, ff. Ad legem Rodiam de iactu (*h*), *nam et Christus ut verus homo recognovit inperatorem, dicens: «redde que sunt Cesaris Cesari», Luc. xx.* (*i*) *et ibidem c. ii.* (*j*) *scribitur: «Exivit edictum a Cesare Augusto, etc.», et apostillam* (*!*) *ibi fecit, nam ad Cesarem appelavit, Actuum xxv. c.* (*k*), *unde, licet pretendant reges Portugallie se non esse subditos Romano Imperio* (*l*), *non putamus eos hoc pretendere quia non recognoscant inperatorem esse de iure dominum* (*m*) *totius mundi, sed ex aliqua iusta causa, prout faciunt et alii multi* (*n*), *que, ut diximus in facto consistit et ex hoc nichilominus regulari videntur legibus ipsis, saltem ex honestate, ut l. Digna vox, C. de le*[*gibus*] (*o*) *et l. Ex imperfecto, ff. De le*[*gatis*] *iii* (*p*), *et l. Ex imperfecto, C. De testamen-*

(*h*) Após demorada e diligente busca, pude identificar esta lei, uniformemente citada pelos juristas do tempo, v. g. por NICOLAU DE TUDESCHIS (ABBAS PANORMITANUS ou MODERNUS), *Commentaria in tertium Decretalium librum*, Venetiis, 1578, tit. 34: *De voto et voti redemptione*, cap. 7, fl. 223va. Trata-se do *Digesta*, lib. XIV, tit. 2: *De lege Rhodia de iactu*, 1. 9, cujo princípio é uma palavra da língua grega (ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 188), traduzida em nota por *Petitio*. De facto nesta lei encontra-se a afirmação do imperador Antonino: «Ego orbis terrarum dominus sum». As edições antigas trazem, de facto, o título *Ad legem Rhodia de iactu*.

(*i*) Luc. 20, 25.

(*j*) Luc. 2, 1.

(*k*) Act. 25, 10-12. A palavra *Apostilam* do texto está por *Apostolus*, palavra referida ao apóstolo S. Paulo que apelou, efectivamente, para César, para os tribunais de Roma, conforme o lugar citado dos Actos dos Apóstolos.

(*l*) O problema jurídico da sujeição dos reis ao imperador era questão ventilada entre civilistas e canonistas, já no século XII, sugerida pela formação de numerosos reinos que batalhavam pela sua independência. Sobre o assunto, cf. SERGIO MOCHIONORY, *Fonti canonistiche dell'idea moderna dello Stato*, Milano, 1951. Os reis da Península Ibérica não reconheciam a jurisdição do Imperador. Portugal, nação formada à sombra e sob a protecção da Igreja, rejeitava também, naturalmente, toda e qualquer sujeição ao império e proclamava sua independência perante os reinos vizinhos, ao reconhecer-se e declarar-se feudo da Santa da Igreja ou da Sé Apostólica. Esta situação de facto não podia passar despercebida aos cultores do Direito. A Universidade de Bolonha, neste tempo, apresentava dupla corrente sob tal aspecto, uma a favor e outra contra o Imperador. Cada uma delas se esforçava por congraçar os textos jurídicos com a própria teoria. A corrente tradicional era a que defendia a subordinação ao Império e era a mais forte. Ao máximo, só os mais avançados reconheciam a independência de facto dos reinos formados, a maior parte deles, sob a protecção da Igreja. Permanecia sempre salva a questão de direito. Foi um canonista português, Mestre Vicente, deão de Lisboa e, mais tarde, bispo da Guarda, quem rompeu a tradição. Para ele a independência dos reis, em relação ao Imperador, não era só um facto; era sim um direito. Foi ele, por assim dizer, quem abriu na Universidade de Bolonha esta nova direcção. Um século mais tarde, OLDRADO DE PONTE, *Consilia seu responsa et quaestiones*, Venetiis, 1585, fl. 31va, defensor acérrimo da independência de todos os reis, em relação ao Imperador, citará, precisamente, dois juristas portugueses, Mestre Vicente e João de Deus, cónego e arcediago de Lisboa, a corroborar essa teoria: «... quia eorum dicta, licet sint rationabilia, non sunt auctorizabilia ... maxime quia subditi Imperatoris, ut apparet in Joanne qui erat Theutonicus, et alii Italici. Sed Hispani notaverunt contra, 93 distin. Adrianus et Vincentius et Jo. de Deo, extra, de dona. inter virum et uxorem, et si necesse». Os juristas portugueses vindos de Bolonha, nos fins do século XIV e princípios do XV, defendiam a total independência de Portugal e sua soberania neste particular, como se pode ver pelo que dizemos nesta *Introdução*, no texto correspondente às notas 688-689.

(*m*) Cf. nota imediatamente anterior.

(*n*) Cf. notas (*z*) e (*l*) imediatamente anteriores, e nota (*r*) imediatamente seguinte.

(*o*) «Digna vox maiestate regnantis legibus alligatum se principem profiteri: adeo de auctoritate iuris nostra pendet auctoritas et re vera maius imperio est sumittere legibus principatum et oraculo praesentis edicti quod nobis licere non patimur indicamus»: *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 14: *De legibus et constitutionibus principum et edictis*, 1. 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 68.

(*p*) «... decet enim tantae maiestati eas servare leges, quibus ipse solutus esse videtur»: *Digesta*, lib. XXXII: *De legatis et fideicommissis*, 1. 23, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 445. As edições antigas trazem, de facto, o título *De legatis et fideicommissis tertio*. Cf. *Infortiatum Pandectarum Iuris Civilis*, t. II, Lugduni, 1558, fl. 663.

tis (q), et Bartholus plene notat in l. Hostes, ff. De captivis (r). Item etsi nulla imperiali lege hoc caveretur, de quo queritur, nonne est hoc de iure gentium quo utuntur et uti debent gentes humane, quod conventa serventur, quo iure etiam sunt condita regna? ut l. Ex hoc iure, ff. De iustitia et iure (s), et pro hoc l. i. in principio, ff. De pactis (t), et l. i., in principio, ff. De consti[tuta] pe[cunia] (t'), et l. i., § Si conveniat [fl. 53v] ff. Depositi (u) et in c. i. De pac[tis] (v) et l. Iuris gentium, § Ait pretor, ff. De pa[ctis] (x), xx. q. i. Puelle (y), in fine, et xxii. q. iiii. Innocens (z), et xviii., q. ii. Eleutherius (a) et alibi Dominus et Salvator noster ait per psal[mistam]: «que procedunt de labiis meis non faciam irrita», psalmo lxxxviii (b), et hec pro primo quesito sufficiant et respondeo ad motivum formatum, nam sive attendamus ius divinum sive canonicum, sive civile, contrahentes tenentur ad observantiam contractuum et pactorum legitime initorum.

Super secundo quesito ex ordine veniendo, dicimus quod dicte confirmationes et petitiones earum fuerunt necessarie non ad confirmationem et validationem primi contractus, qui de se fuit validus, ut prediximus, sed propter iura feudorum, que hoc expresse dicunt, quod vassallus debeat eas petere a legitimo successore domini sui infra annum et mensem post mortem domini secundum quosdam, vel secundum alios infra annum et diem, quam

---

(q) «... licet enim lex imperii sollemnibus iuris imperatorem solverit, nihil tamen tam proprium imperii est, ut legibus vivere». *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 23: *De testamentis: quemadmodum testamenta ordinantur*, l. 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 254.

(r) «... Et idem dico de istis aliis Regibus et principibus qui negant se esse subditos Regi Romanorum, ut Rex Franciae, Angliae et similes. Si enim fatentur ipsum esse dominum universalem, licet ab illo universali dominio se subtrahant ex privilegio, vel ex praescriptione, vel consimili, non desinunt esse cives Romani per ea quae dicta sunt. Et secundum hoc quasi omnes gentes, quae obdediunt S. matri Ecclesiae, sunt de populo Romano. Et forte si quis diceret dominum Imperatorem non esse dominum et monarcham totius orbis, esset hereticus, quia diceret contra determinationem Ecclesie, contra tex. S. Evangelii, dum dicit Exivit edictum a Cesare Augu., ut describeretur universus orbis, ut habes Luc. ii. c.»: BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In secundam ff. novi partem*, lib. XLIX, tit. 15: *De captivis et postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, 1. 24, ed. Venetiis, 1585, p. 215.

(s) «Ex hoc iure gentium introducta bella, discretae gentes, regna condita, dominia distincta ...»: *Digesta*, lib. I, tit. 1: *De iustitia et de iure*, 1. 5, ed MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(t) «Huius edicti aequitas naturalis est, quid enim tam congruum fidei humanae quam ea quae inter eos placuerunt servare?»: *Digesta*, lib. II, tit. 14: *De pactis*, 1. 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 27.

(t') «Hoc edicto praetor favet naturali aequitati: qui constituta ex consensu facta custodit, quoniam grave est fidem fallere»: *Digesta*, lib. XIII, tit. 5: *De pecunia constituta*, 1. 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 177.

(u) «Si convenit, ut in deposito et culpa praestetur, rata est conventio: contractus enim legem ex conventione accipiunt»: *Digesta*, lib. XVI, tit. 3: *Depositi vel contra*, 1. 1, § 6, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 210.

(v) «... Aut inita pacta suam obtineant firmitatem, aut conventus, si se non cohibuerit, ecclesiasticam sentiat disciplinam. Dixerunt universi: Pax servetur, pacta custodiantur»: *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 35: *De pactis*, c. l, ed. AEMILIUS FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, Pars secunda: *Decretalium Collectiones*, Lipsiae, 1922, col. 204.

(x) *Digesta*, lib. II, tit. 14: *De pactis*, 1. 7, § 7, ed. MOMMSEN, I, p. 28.

(y) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XX, quaestio I, c. 8, ed. AEMILIUS FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 845.

(z) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXII, questio IV, c. 23, ed. FRIDBERG, *Corpus Iuris Canonci*, I, col. 881.

(a) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XVIII, quaestio II, c. 30, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 838.

(b) Ps. 88, 35.

opy[nionem] firmat Ja[cobus] de Bel[visio] in c. i. in principio, De capitaneo vi (*c*) *et in milite sit speciale quod habeat annum et mensem, alias poterat ut a vassalo ingrato feudum revocari, in c. i. Quo tempore miles investituram petere debeat* (*d*), *et in c. i. in principio, Que fuit prima causa ben[eficii] amic[tendi]* (*e*) *et in c. i., in principio, De capitulis Con[radi]* (*f*), *et in c. finali De Proh[ibita] feu[di] al[ienatione] per Lotarium* (*g*), *et in c. i., § Preterea, si quis infeudatus, De prohibita feudi alienatione per Federicum* (*h*); *pro hoc facit quod habet xii. q. ii., Longinquitate* (*i*), *et quod notat Ynocentius in c. Veritatis, De iure iurando* (*j*), *unde necessaria fuit petitio vassalli, et posito quod non fuisset necessaria, fuit saltem honesta ob honorem et reverentiam novi domini. Fatemur tamen quod in persona vassalli qui semel iuraverat domino pro se et successoribus suis non fuit necessaria ut magis ob[liga]tus esset, quia iam ob[liga]tus erat et astrictus vinculo*

(*c*) Jacobus de Belvisio foi professor de direito civil em Nápoles e outras universidades de Itália e da França. Viveu entre 1270-1335. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 492-493, o qual refere que ele escreveu *Practica criminalia*, obra de procedura criminal. Na Bibl. Apostólica Vaticana podemos encontrar vários manuscritos com comentários seus a diversos livros do *Corpus Iuris Civilis*. Civilistas de grande nome, como Bártolo de Saxoferrato, a cada passo o citam nas suas obras, como se pode verificar, lendo-as.

(*d*) «Sancimus ut nemo miles ultra annum et mensem vadat, ut investituram beneficii sui a filio vel successore domini sui petat vel post mortem domini sui vel patris sui vel alterius, cui succedere debet»: *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 22: *Quo tempore miles investituram petere debeat*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 30b-31a.

(*e*) «Prima autem causa beneficii amittendi haec fuit et adhuc est in plerisque curiis, sed in nostra curia Mediolanensi non obtinet: quod si vassalus per anuum et diem domino suo mortuo steterit, quod haeredem domini sui, investituram petendo, fidelitatem pollicendo, non adierit, tamquam ingratus existens beneficium amittit»: *Consuetudides Feudorum*, lib. II, tit. 24: *Quae fuit prima causa beneficii amittendi*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 52b.

(*f*) «Constituit enim ut si post mortem domini vassallus vel post mortem vasalli haeredes eius per annum et diem steterint, quod dominum vel haeredem eius non adierint fidelitatem pollicendo et investituram petendo, si tale sit beneficium ut fidelitas sit praestanda, ipsum perdam, sicut et antiquitus consuetudo fuit, sed non Mediolani»: *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 40: *De capitulis Conradi*, c. 1, *ed. cit.*, fls. 74b-75a.

(*g*) «Quoniam inter dominum et vasallum nulla fraus, nec ullum malum ingenium debet intervenire, idcirco per hanc praesentem legem sancimus, si vasallus non dolose per annum et diem steterit, quod a domino sui beneficii investituram non petierit, feudum non ob hoc amittat»: *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 52: *De prohibita feudi alienatione per Lotarium*, c. 3, *ed. cit.*, fls. 84b-85a.

(*h*) «Praeterea si quis infeudatus maior quatordecim annis sua incuria vel negligentia per annum et diem steterit, quod feudi investituram a proprio domino non petierit, transacto hoc spacio feudum amittat et feudum ad dominum redeat»: *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 55: *De prohibita feudi alienatione per Friderichum*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 95a.

(*i*) «... Si autem scripturas libertatis suae intra annum ordinationis novi pontificis manifestare contempserint, aut professiones renovare noluerint, vacuae et inanes cartulae ipsae remaneant et illi origini suae redditi sint perpetuo servi»: *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, quaestio 2, c. 64, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 708.

(*j*) Inocêncio IV, papa de 1243 a 1254, além de ter promulgado colecções autênticas, algumas das quais foram comentadas pelo nosso canonista João de Deus, o qual lhe enviou o *Liber dispensationum* e o *Liber opinionum*, para efeito de correcção (cf. o livro que publiquei *Um Mestre Português em Bolonha no século XIII, João de Deus — Vida e Obras*, Braga, 1957, pp. 97-105, 109, 133-137), escreveu, sendo já papa, mas como autor privado, o famoso comentário às Decretais de Gregório IX, a que se refere o texto da consulta. Escreveu-o entre os anos 1246-1253, possivelmente à volta de 1251. Antes de ser papa, foi aluno e professor da Universidade de Bolonha. Durante este tempo, talvez escrevesse o tratado *De exceptionibus*, sob o nome de Sinibaldo Flisco, como era conhecido antes de ser eleito papa no dia 25 de Junho de 1243. Morreu a 7 de Dezembro de 1254. Cf. A. VAN HOVE, *Prolegomena*, pp. 453, 477. «Contrarium videtur in liberto qui intra annum debet facere professionem patrono. 12. q. 2. c. longinquitate; contrarium etiam in feudatario, ut in constitutione de feudo non alienando, si consen. maio. do. 1. imperialem, § preterea; dicunt quidam hanc specialem concessionem. Vel dic quod iurare quis potest successoribus, sed non cogitur, quia iuramentum

iuramenti, ut dicto c. Veritatis (k), et ibi notat glossa (l) et Ynocentius (m), quoad personas autem successorum vassalli fuit necessarium iuramentum, quia primum respexit et coartavit personam iurantis tantum, non sui successoris, secundum Ynocentium in dicto c. Veritatis (n). Et in themate etiam suponitur quod predicte confirmationes in premissis et predictis casibus et similibus petite fuerunt et peti consueverunt et fieri et concedi interdum et interdum non pro libito voluntatis dictorum regum, quos tamen putamus ad observantiam teneri ut superius est deductum.

Super tertio vero quesito in ordine quesitorum pro parte domini regis, quia cum fuerit istud feudum concessum pro certo servitio et mercede, ut narratur in themate, videtur quod dominus quandocunque velit, post annum tamen, possit ipsum revocare, ut in c. i., in principio, De feudo guardie vel castal[die] (o), et in c. i., in fine, De contentione inter dominum et vasallum de investitura feudi (p), unde non est perpetuum, ymmo regulatum secundum naturam [fl. 54] sui principalis, argum. l. Cum principalis, ff. De regulis iuris (q), et l. Eos, C. De usuris (r), unde cum officium, de quo agitur, sit temporale et feudum non debet esse perpetuum, sed temporale et finiri, finito servitio, ut dixi et notat Ja[cobus] de Bel[visio] in c. i. § Hoc quoque, Qui feudum dare possunt (s), et in dicto c. i. De feudo guardie (t), sed certe contrarium dicimus et hoc attenta forma concessionis que fuit expresse perpetua secundum formam in themate enarratam, unde debent conventa servari, ut diximus supra plene in primo quesito. Si enim ponderatur forma huius contractus, fuit ultimo ac quoque (?) obligatorius, ut fiunt communiter contractus, et fuit a principio voluntatis, expost facto necessitatis, sicut regulariter omnes alii contractus, ut l. In comodato, § Sicut,

---

reale est ex parte eius cui iuratur, quia non solum personae iurat, sed ecclesiae»: INNOCENTIUS IV, In *V libros Decretalium commentaria*, Venetiis, 1570, lib. II, Rubrica XXIV: *De iureiurando*, cap. XIV, p. 342b.

(*k*) «Respondemus ut heredes tui qui nobis vel alicui successorum nostrorum iuraverunt, aliis postea iurare minime compellantur»: *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 24: *De iureiurando*, c. 14, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 364.

(*l*) «... Vel dicas verius quod iurare successoribus potest si vult, sed non debet compelli si iuravit sub hac forma: Ego iuro tibi fidelitatem et successoribus tuis catholicis, ex quo semel iuratum est sub hac forma, non debet amplius iurare, quia illud iuramentum perpetuum est quoad illum qui iuravit, et ita tenetur successoribus, sicut illi cui iuravit»: *Decretales Gregorii papae IX, suae integritati unacum glossis restitutae*, lib. II, tit. 24: *De iureiurando*, cap. XIV, p. 573a.

(*m*) Cf. nota (*j*) imediatamente anterior.

(*n*) Cf. nota (*j*) imediatamente anterior.

(*o*) «Item illud quod datur nomine castaldiae vel guardiae et pro mercede alicuius rei, transacto anno potest iure auferri etiam pretio pro eo dato non restituto, nisi ad certum tempus datum fuerit»: *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 2: *De feudo guardiae vel castaldiae*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 17b.

(*p*) «Et si dominus possederit et miles sic dixerit quod investitus fuerit a domino suo, et dominus negaverit, adhibeantur partes illius et per ipsos inveniatur veritas et si pares non fuerint, veritas inveniatur per dominum, quia non est bonum ut veritas denegetur»: *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 23: *De contentione inter dominum et vasallum de investitura feudi*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 32a. Mais a propósito parece o c. 1 do livro I, tit. 26: *Si de investitura inter dominum et vasallum lis oriatur*, precisamente no fim: «Si autem se venturum vel nuntium missurum vasallus promittat, ex quo promiserit, usque ad annum quiete possideat. Si vero ad regem non venerit, vel non miserit intra annum domini sacramento causa finiatur», *ed. cit.*, fl. 33a.

(*q*) «Cum principalis causa non consistat, plerumque ne ea quidem, quae sequuntur locum habent»: *Digesta*, lib. L, tit. 17: *De diversis regulis iuris antiqui*, l. 178, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 873.

(*r*) «... principali enim actione non subsistente satis supervacuum est super usuris vel fructibus adhuc iudicem cognoscere»: *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 32: *De usuris*, l. 26, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 172.

(*s*) Cf. nota (*c*) imediatamente anterior.

(*t*) Cf. nota (*o*) imediatamente anterior.

ff. Comodati (*u*), *et l. Sicut, C. De actionibus et obligationibus* (*v*). *Et servitium prestandum* (*?*) *in armata et galeis fuit favore domini et admiratum suum esse, unde non cogitur dominus ad armandum nec ad servitium recipiendum, si non vult, nec etiam eum forte habendum in admiratum, quamvis in hoc ultimo forte secus, si non subesset iusta causa, attenta conventionis forma, quia tamen de hoc non agitur, non curamus insistere, sed feudi concessio et eius acquisitio, de quo queritur et que fuit perpetua, ut in themate apparet indubitanter, fuit favore vassalli et suorum successorum, unde eis non debet auferri sine causa, ut in c. i. De natura feudi* (*x*), *et in c. i., De feudo sine culpa non amictendo* (*y*), *et textus etiam expresse dicit hoc casu conventionem servandam, in dicto c. i., ii R.°, De feudo guardie vel castaldie* (*a*), *unde posito quod servitium non velit dominus rex, non licet ei propterea auferre feudum a vassallo, quia debet conventa servare, ut dictum est et supra plenius deductum in primo quesito.*

Super quarto vero principali quesito allegantur pro parte domini regis succinte, subtiliter et prudenter multe rationes, pro quarum declaratione et discutienda veritate quesiti videtur primo quod dominus Johannes, hodie rex, non teneatur servare contractum predictum primo initum et ut supra totiens confirmatum et innovatum, ubi advertendum, prout supra narratur in facto, dominus rex olim Dionisius una cum regina, tunc domina Isabel, uxore sua, et cum infante domino Alfonso, dicti domini olim regis Dionisii filio primo[*genito*] *et herede, concessit feudum predictum in perpetuum et in forma qua supra dicto domino Emmanueli ad serviendum in officio admiratus premisso prefato domino Dionisio, olim regi, et suis successoribus qui fuerant reges Portugallie. Sic arguendo pro domino rege Johanne istud relativum, adiectum verbis predictis, et meis successoribus qui fuerint reges Portugallie, sine coppula, est de sui natura restrictivum precedentium verborum meis successoribus, ut l. Omnes populi, ff. De iustitia et iure* (*b*), *et l. i. C. De summa Trinitate* (*c*), *et l. Sticum qui meus erit, ff. De legatis primo* (*d*), *et l. Ea tamen adiectio, ff.*

(*u*) «Sicut autem voluntatis et officii magis quam necessitatis est commodare ... voluntatis est enim suscipere mandatum, necessitatis consumare»: *Digesta*, lib. XIII, tit. 6: *Commodati vel contra*, l. 17, § 3, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, pp. 180-181.

(*v*) «Sicut initio libera potestas unicuique est habendi vel non habendi contractus, ita renuntiare semel constitutae obligationi adversario non consentiente minime potest»: *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 10: *De obligationibus et actionibus*, l. 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 153.

(*x*) «Natura feudi haec est ut si princeps investierit capitaneos suos de aliquo feudo non potest eos devestire sine culpa»: *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 7: *De natura feudi*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 22b.

(*y*) «Sancimus ut nemo miles sine cognita culpa beneficium suum amittat»: *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 21: *De feudo sine culpa non amittendo*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 30a.

(*a*) «Item illud quod datur nomine castaldiae vel guardiae, et pro mercede alicuius rei, transacto anno potest iure auferri etiam pretio pro eo dato non restituto, nisi ad certum tempus datum fuerit. Si vero castaldi aliquid nomine proprii feudi possederint, non valebunt propterea possessionem sibi defendere, nisi per pares curiae vel breve testamentum potuerint probare se antequam castaldi essent, vel postquam desierunt esse, investituram accepisse»: *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 2: *De feudo guardiae et castaldiae*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 17a-17b.

(*b*) «Omnes populi qui legibus et moribus reguntur, partim suo proprio, partim communi omnium hominum iure utuntur»: *Digesta*, lib. I, tit. 1: *De iustitia et iure*, l. 9, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(*c*) «Cunctos populos, quos clementiae nostrae regit temperamentum in tali volumus religione versari, quam divinum Petrum apostolum tradidisse Romanis religio usque ad nunc, ab ipso insinuata declarat»: *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 1: *De Summa Trinitate et de fide catholica et ut nemo de ea publice contendere audeat*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 5.

(*d*) «'Stichum qui meus erit, cum moriar, heres meus dato', magis condicionem legato iniecisse quam demonstrare voluisse patrem familias apparet, eo quod, si demonstrandi causa haec oratio poneretur, ita con-

De legatis iii° (e), ex quo videtur sequi quod ad verificationem dictorum verborum debeant primo qui futuri sunt ex contractu predicto obligari et exinde acquirere esse successores regis et sic universales heredes vel successores, ut l. Nil aliud est hereditas, ff. De regulis iuris (f), cum ergo iste dominus Johannes, hodie rex, non fuerit [fl. 54v] heres vel successor mediate vel inmediate dicti olim domini regis Dionisii, sed noviter electus a populo et regnicolis, non videtur teneri ex verbis dicti contractus nec eidem aliquid sibi queri. Et huic videtur consonare mens contrahentium, nam dominus olim rex Dionisius concessit feudum una cum regina tunc et cum domino Alfonso suo filio primo[genito] et herede, unde pro tali et similiter succedentibus ut liberis videtur querere et de illis cogitasse, non de aliis ad quos regnum aliter deveniret, que mens etiam plus quam verba debent attendi, l. In conventionibus, ff. De verborum sygnificatione (g), et l. iiii., § Condicio, ff. De adimendis legatis (h), et l. iii., C. De liberis preteritis (i), et l. Cum virum, C. De fideicommissis (j), et l. Iuris gentium, § Pactorum, ff. De pactis (k), et l. Si pactum, ff. De probationibus (l). Pro hac parte facit quod ex parte domini Manuelis succedunt solum descendentes legitimi primogeniti, masculi, ydoney ad serviendum, ergo et ex adverso sic debet intelligi

---

cepta esset 'Stichus qui meus est', non 'qui meus erit', sed condicio talis accipi debet 'quatenus meus erit' ut, si totum alienaverit, legatum extinguatur, si partem pro ea parte debeatur, quae testatoris mortis tempore fuerit»: *Digesta*, lib. XXX: *De legatis et fideicommissis*, 1. 6, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, 1. 6, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 416.

(*e*) «Ea tamen adiectio legatum alias exiguius, alias plenius efficit, augetur, cum sic scriptum est: 'quaeque eius causa parata sunt': id enim significat et si quid praeter ea quae dicta sunt eius causa paratum est: minuitur detracta coniunctione, quia ex omnibus supra comprehensis ea sola definiuntur, quae eius causa parata sunt»: *Digesta*, lib. XXXII: *De legatis et fideicommissis*, 1. 46, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 450. As edições antigas trazem: *De legatis et fideicommissis, tertio*. Cf. *Infortiatum Pandectarum Iuris Civilis*, t. II, Lugduni, 1558, fl. 663.

(*f*) «Hereditas nihil aliud est, quam successio in universum ius quod defunctus habuerit»: *Digesta*, lib. L, tit. 17: *De diversis regulis iuris antiqui*, 1. 62, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 869.

(*g*) «In conventionibus contrahentium voluntatem potius quam verba spectari placuit: cum igitur ea lege fundum vectigalem municipes locaverint, ut ad heredem eius qui suscepit pertineret, ius heredum ad legatarium quoque transferri potuit»: *Digesta*, lib. L, tit. 16: *De verborum significatione*, 1. 219, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 866.

(*h*) «... quod autem adscribitur, non potest adimi, sed quod datur, sed melius est sensum magis quam verba amplecti et condiciones sicut adscribi, ita et adimi posse»: *Digesta*, lib. XXXIV, tit. 4: *De adimendis vel transferendis legatis vel fideicommissis*, 1. 3, § 9, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 490.

(*i*) «Si quis filium proprium ita exheredaverit: 'ille filius meus alienus meae substantiae fiat', talis filius ab huiusmodi verborum conceptione non praeteritus, sed exheredatus intelligatur, cum enim manifestissimus est sensus testatoris, verborum interpretatio nusquam tantum valeat, ut melior sensu existat»: *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 28: *De liberis praeteritis vel exheredatis*, 1. 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 261.

(*j*) «... Sane quoniam in fideicommissis voluntas magis quam verba plerumque intuenda sunt, si quas pro rei veritate praeterea probationes habes, ad commendandam hanc patris voluntatem, quam fuisse adseveras, apud praesidem experiri non vetaris»: *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 42: *De fideicommissis*, 1. 16, §1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 273.

(*k*) «... utrum autem in rem an personam pactum factum est, non minus ex verbis, quam ex mente convenientium aestimandum est»: *Digesta*, lib. II, tit. 14: *De pactis*, 1. 7, § 8, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 28.

(*l*) «Si pactum factum sit, in quo heredis mentio non fiat, quaeritur an id actum sit ut ipsius duntaxat persona eo statueretur, sed quamvis verum est quod qui excipit probare debeat quod excipitur, attamen de ipso duntaxat ac non de herede eius quoque convenisse petitor, non qui excipit probare debet, quia plerumque tam heredibus nostris quam nobismet ipsis cavemus»: *Digesta*, lib. XXII, tit. 3: *De probationibus et praesumpsionibus*, 1. 9, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, pp. 289-290.

ex parte domini regis Dionisii, tum ut servetur equalitas inter contrahentes, arg. l. Si vina, ff. De periculo et commodo rei vendite (m), et l. Ratas, C. De rescindenda venditione (n), et l. Si de meis (o), in principio, et l. Si cum dies, § Si arbiter, ff. De arbitris (p), et l. finalis, C. De fructibus et litis expensis (q), et l. In sacris, in fine, C. De proximis sacrorum scriniorum, libro xii° (r), tum etiam ex mente contrahentium, que talis fuisse declaratur, cum verba sequentia sepe declarent precedentia et econtra, l. Heredes palam, § Si quid post, ff. De testamentis (s), et l. Si servus plurium, in fine, ff. De legatis primo (t), et l. Regula, in principio, ff. De iuris et facti ignorantia (u). Pro hac etiam parte fecit quia, mortuo rege Fernando sine filio, regna fuerunt, ut narratur, re et spe sine rege, et sic videtur finita linea regum, propter defectum linee successorum, finita est etiam dignitas, et nova creatio seu electio populi novam constituit reginam ad dignitatem, argum. l. ii., § Exactis (v),

---

(*m*) «... nam quae invitus emptor accipere non cogeretur, iniquum esse non permitti venditori vel alii ea vendere»: *Digesta*, lib. XVIII, tit. 6: *De periculo et commodo rei venditae*, 1. 6, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 241.

(*n*) «Ratas manere semper perfectas iure venditiones vestra etiam interest, nam si oblato pretio rescindere venditionem facile permittatur, eveniet, ut et si quid vos laboribus vestris a fisco nostro vel a privato comparaveritis eadem lege conveniamini, quam vobis tribui postulatis»: *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 44: *De rescindenda venditione*, 1. 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 179.

(*o*) «Si de meis solis controversiis sit compromissum et de te poenam sim stipulatus, videndum ne non sit compromissum, sed cui rei moveatur, non video, nam si ideo, quia de unius controversiis solum compromissum est, nulla ratio est ...»: *Digesta*, lib. IV, tit. 8: *De receptis: qui arbitrium receperint ut sententiam dicant*, 1. 13, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 67. As edições antigas e os civilistas medievais trazem o título *De receptis arbitris*. Esta lei é conhecida, geralmente, nos autores antigos por *Idem Pomponius*, a qual aparece neles como lei 14. Assim a edição *Digestum Vetus*, Lugduni, 1548, fl. 312a. A glossa adverte oportunamente: «Idem Pomponius: quidam habent hic § idem Pomponius, alii habent 1. Si de meis». De facto, BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Veteris partem commentaria* [Neapoli, 1589], fl. 145vb., intitula a lei 14 *Si de meis*, e BALDUS UBALDI PERUSINUS, *In primam Digesti Veteris partem commentaria*, Venetiis, 1586, fl. 246v, intitula a mesma lei 14 *Idem Pomponius*, com o respectivo § *Si de meis*.

(*p*) «... Et recte putat non committi, absurdum enim esse iussum in alterius persona ratum esse, in alterius non»: *Digesta*, lib. IV, tit. 8: *De receptis: qui arbitrium receperint ut sententiam dicant*, 1. 21, § 11, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 69. — Na edição *Digestum Vetus*, Lugduni, 1548, fl. 318a, vem, de facto, sob *Si cum dies* e com a numeração lei 26, § 3 *Si arbiter*. Do mesmo modo em BALDUS UBALDI PERUSINUS, *op. cit.*, lib. IV, tit. *De receptis arbitris*, 1. 26 *Si cum dies*, fl. 250b, e em BARTOLUS A SAXOFERRATO, *op. cit.*, lib. IV, tit. *De receptis arbitris*, 1. 26 *Si cum dies*, fls. 147a-147b.

(*q*) «... quoniam non est ferendum eos qui praefatas praerogativas ut ante latum est, praetendunt, aliquid plus ab adversariis suis quaerere concedi, quam ipsi ab aliis pulsati facere patiantur»: *Codex Iustinianus*, lib. VII, tit. 51: *De fructibus et litis expensis*, 1. 6, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 318.

(*r*) «Et quoniam in controversiis, quas in iudiciis moveri contigerit, aequalitatem litigatoribus volumus servari et adversariis eorum pro sumptibus et expensis similem ante latorum beneficiorum praerogativam custodiri ...»: *Codex Iustinianus*, lib. XII, tit. 19: *De proximis sacrorum scriniorum ceterisque qui in sacris scriniis militant*, 1. 12, § 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 460.

(*s*) «... nam etsi adiecta non fuisset, utique placeret coniectionem fieri eius quod reliquit vel ex vicinis scrituris vel ex consuetudine patris familiae vel regionis»: *Digesta*, lib. XXVIII, tit. 1: *Qui testamenta facere possunt et quemadmodum testamenta fiant* (algumas edições antigas: *De testamentis*), 1. 21, § 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 372.

(*t*) «... sed et mens patris familiae et legatarii dignitas vel caritas et necessitudo, item earum quae praecedunt vel quae sequuntur summarum scripta sunt spectanda»: *Digesta*, lib. XXX: *De legatis et fidei commissis* (ed. antigas: *De legatis primo*), 1. 50, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 421.

(*u*) *Digesta*, lib. XXII, tit. 6: *De iuris et facti ignorantia*, 1. 9, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 294.

(*v*) «Exactis deinde regibus lege tribunicia omnes leges hae exoleverunt iterumque coepit populus Romanus incerto magis iure et consuetudine aliqua uti quam per latam legem ...»: *Digesta*, lib. I, tit. 2:

et § Hiisdem temporibus, ff. De origine iuris (x), et sic videtur istum dominum Johannem nunc presentialiter regem, alio iure, modo et forma quam fuerint omnes predicti, quia per novam electionem, non per legitimam successionem et lineam descendentium, non teneri nec obligatum esse ex contractu premisso et aliis subsecutis nec sibi aliquid etiam eorum vigore quesitum esse, cum et hoc de novo contingerit preter omnem mentem primo contrahentium, secundum quam debent regulari, limitari et restringi acta et conventa inter contrahentes, ut l. Iuris gentium, § Quod fere (a), et l. Emptor, § Lucius, in fine, ff. De pactis (b), et l. Cum Aquiliana, ff. De transactionibus (c), et l. Si de certa, C. De transactionibus (d), et hec sunt que in effectu allegantur pro parte regis, extensa tamen et declarata ut supra ultimo allegata in precedenti quesito, de quibus satis superius est discussum. Sed predictis non obstantibus, dicimus contrarium esse verum de iure. Et ut veritas ipsa breviter ellucescat, que quidem verborum adminicula non desiderat, l. i. C. Si ut se ab hereditate abstineat (e), et pateat responsio ad obiecta, ponderamus quod, attentis verbis et mente contrahentium, iste contractus primo initus per dominum olim regem Dionisium et subsequenter per eius successores fuit initus ex parte sui sub nomine regie dignitatis et pro se et suis successoribus [fl. 55] qui succederent in regno, ut ex verbis predictis et in dictis contractibus sepius repetitis evidenter apparet, et fuit legitime initus, ut fuit supra deductum in primo quesito, unde transit active et passive in successores in regno tantum et non alias qualitercunque succedant, dummodo in regno et regia dignitate, que est radicata in persona regis, ex iure proprio legitime succedant, quia omnes successores eius in regno dicuntur qui legitime sunt creati reges qualitercunque creati sint, argum. l. Annua, § Attia, ff. De annuis legatis (f), et l. Quod principi, ff. De legatis ii° (g). Non enim moritur vel perit ipsa digni-

---

De origine iuris et omnium magistratuum et successione prudentium, 1. 2, § 3, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 2.

(*x*) «Isdem temporibus et tribunum celerum fuisse constat: is autem erat qui equitibus praerat et veluti secundum locum a regibus optinebat: quo in numero fuit Iunius Brutus qui auctor fuit regis eiciendi»: *Digesta*, lib. I, tit. 2: *De origine iuris et omnium magistratuum et successione prudentium*, 1. 2, § 15. ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 3.

(*a*) «... ideoque ex stipulatu nascitur actio nisi contrarium specialiter adprobetur, quod non animo stipulantium hoc factum est, sed tantum paciscentium»: *Digesta*, lib. II, tit. 14: *De pactis*, 1. 7, § 12, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 28.

(*b*) «... quaesitum est ... an propter illa verba epistulae, quibus omnes cautiones ex quocunque contractu vanae ... neque ipse neque filii eius eo nomine conveniri possunt, respondi si tantum ratio accepti atque expensi esset computata, ceteras obligationes manere in sua causa»: *Digesta*, lib. II, tit. 14: *De pactis*, 1. 47, § 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 32.

(*c*) «Cum Aquiliana stipulatio interponitur, quae ex consensu redditur, lites, de quibus non est cogitatum, in suo statu retinentur; liberalitatem enim captiosam interpretatio prudentium fregit»: *Digesta*, lib. II, tit. 15: *De transactionibus*, 1. 5, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I. p. 33.

(*d*) «Si de certa re pacto transactionis interposito hoc comprehensum erat 'nihil amplius peti', etsi non additum fuerat 'eo nomine' de ceteris quaestionibus integra permaneat actio»: *Codex Iustinianus*, lib., II, tit. 4: *De transactionibus*, 1. 31, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 96.

(*e*) «Si vos paternae hereditati non miscuistis, ob eam rem testificatio necessaria non fuit cum fides veritatis verborum adminicula non desideret»: *Codex Iustinianus*, lib. II, tit. 38 (39): *Si ut se hereditate abstineat*, 1. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 112.

(*f*) «... quero utrum his duntaxat qui eo tempore quo legabatur in rebus humanis et in eo officio fuerint, debitum erit, an etiam his qui in loco eorum successerunt: respondit secundum ea quae proponerentur ministerium nominatorum designatum, cetrum datum templo ...»: *Digesta*, lib. XXXIII, tit. 1: *De annuis legatis et fideicommissis*, 1. 20, § 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 459.

(*g*) «Quod principi relictum est, qui antequam dies legati cedat, ab hominibus ereptus est, ex constitutione divi Antonini successori eius debetur»: *Digesta*, lib. XXXI, *De legatis et fideicommissis* (ed. antigas: *De legatis secundo*), 1. 56, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 434.

tas per mortem regis, etiam sine ullo filio vel successore legitimo, ymmo semper viget, licet desiit persona, in § fin. in autentica Quomodo oporte[a]t episcopos, i. coll[atio] (h), et in c. Quoniam abbas, et ibi notatur, De officio delegati (i), et notatur in l. Et quia, ff. De iurisdictione omnium iudicum (j), et eadem semper est in cuiuscunque persona, quomodocunque et qualitercunque legitime succedant in regno, l. Sicut autem, § fina. et quod ibi notatur ff., Quod cuiuscunque universitatis (k), et in l. Proponebatur, ff. De iudiciis (l). Pro hac parte facit magis ad propositum c. Relatum, el. ii, § Nomine, De testamentis (m), et c. i. De solutionibus (n), xii. q. ii., Non habenti (o), cum multis c. sequentibus (p), et maxime c. Si quos (q) et c. Hec huius placiti (r), Quicunque suffragio (s), x. q. ii. c. i, in principio (t) et § Hoc ius, cum sequentibus (u), ubi sunt canonizata

(*h*) Novel. VI, collatio I, tit. 6: *Quomodo oporteat episcopos et reliquos clericos ad ordinationem deduci, et de expensis ecclesiarum*, cap. 9. Não encontrei aqui o texto a propósito.

(*i*) «... quia sub expressis nominibus locorum et non personarum commissio litterarum a nobis emanavit, sibi socium in causae cognitione adiunxit, ideo nos sententiam illorum sicut est iusta ratam et firmam habemus»: *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 29: *De officio et potestate iudicis delegati*, c. 14, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 162.

(*j*) «Et quia nec principaliter ei iurisdictio data est nec ipsa lex defert, sed confirmat mandatam iurisdictionem ideoque si is qui mandavit iurisdictionem decesserit, antequam res ab eo cui mandata est iurisdictio, geri coeperit, solvi mandatum Labeo ait, sicut in reliquis causis»: *Digesta*, lib. II, tit. 1: *De iurisdictione* (ed. antigas: *De iurisdicione omnium iudicum*), 1. 6, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 18.

(*k*) «... In decurionibus vel aliis universitatibus nihil refert utrum omnes idem maneant an pars maneat vel omnes immutati sint, sed si universitas ad unum redit, magis admittitur posse eum convenire et conveniri, cum ius omnium in unum recciderit et stet nomen universitatis»: *Digesta*, lib. III, tit. 4: *Quod cuiuscunque universitatis nomine vel contra eam agatur*, 1. 7, *Sicut municipum* (o nosso texto traz *Sicut autem*), ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 43.

(*l*) Proponebatur ex his iudicibus, qui in eandem rem dati essent, nonnullos causa audita excusatos esse inque eorum locum alios esse sumptos, et quaerebatur singulorum iudicum mutatio eandem rem an aliud iudicium fecisset, respondi, non modo si unus aut alter, sed et si omnes iudices mutati essent, tamen et rem eandem et iudicium idem quod antea fuisset permanere ...»: *Digesta*, lib. V, tit. 1: *De iudiciis, ubi quisque agere vel conveniri debeat*, 1. 76, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, p. 77.

(*m*) «Nomine autem ecclesiae non solum episcopus vel successor clerici morientis, ubi est collegium clericorum, sed communis congregatio intelligitur ...»: *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 26: *De testamentis et ultimis voluntatibus*, c. 12, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 542.

(*n*) «... Sicut filius debita patris solvere tenetur, ita praelatus sui predecessoris pro ecclesiae necessitate contracta»: *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 23: *De solutionibus*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 531.

(*o*) «Non habenti necessitatem nec episcopo liceat matricis ecclesiae rem sui tituli usurpare»: *Decretum Gratiani*, pars II, Causa XII, quaestio 2, c. 50, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 703.

(*p*) Cf. *Decretum Gratiani*, pars II, Causa XII, quaestio 2, c. 51, 52, 54, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 703-705.

(*q*) «Si quos de servis ecclesiae benemeritos sibi episcopus libertati donaverit, collatam libertatem a successoribus custodiri cum hoc quod manumissor eis in libertatem contulerat placuit»: *Decretum Gratiani*, pars II, Causa XII, quaestio 2, c. 57, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 705.

(*r*) No ms. *Hoc ius*. «... Substitutus autem antistes susceptae sedis commoda ordinabit velut Deus imperabit ut eis uti debeat cum his, quos cognoverit disciplinae et karitati praedecessoris sui fideliter paruisse»: *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, quaestio II, c. 38, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 700.

(*s*) «Quicunque suffragio cuiuslibet aliquid ecclesiasticae utilitatis providerint et pro eo quodcunque commodum in remuneratione promiserint, promissi solutionem eos absolvere oportebit»: *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, quaestio II, c. 66, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 708.

(*t*) «Casellas vel mancipiola ecclesiae episcopi, sicut prisca canonum praecepit auctoritas vel vasa monasterii quasi commendata fideli preposito, integro ecclesiae iure possideant, id est ut neque vendere neque per quoscunque contractus res, unde pauperes vivunt, alienare praesumant»: *Decretum Gratiani*, II pars, Causa X, quaestio II, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 617.

(*u*) «Hoc ius porrectum est ad omnem locum venerabilem omneque collegium, quod actio pia cons-

autentica Hoc ius porrectum et sequentia, C. De sacrosanctis ecclesiis (v), xxxv di., Ecclesie principes (x), et notatur in c. finali, Ne prelati vices suas (y). Nec obstant que allegata sunt in contrarium, maxime de relativo qui, quod debet restringere ex quo sine adiectione copule fuit appositum in contractu, quia et hic restringit; quid enim si quis esset successor Dionisii in aliis quam in regno certe non sufficeret, sed bene sufficit quod quis sit successor solum in regno ut hic, licet in aliis non esset; et hoc volunt recte verba et mens contrahentium; faciunt notata plene per doctores de vi et effectu huius relativi quod etiam quandoque summitur declarative, licet non restrictive, ut quia non est quid restringat, in l. i. C. De summa Trinitate et fide catholica (z). Item non obstat quod tales successores per electionem non comprendantur verbis et mente contrahentium, quia ymmo comprenduntur, ut dictum est; nam sufficit in genere dictum de successoribus in regno, quia comprenduntur omnes per iura superius allegata. Item non obstat quod ex parte domini Manuelis solum filius primogenitus sive maior ydoneus succedat, quia sic est expresse actum, ex parte autem domini regis Dionisii et aliorum sequentium semper (!) est dictum de successoribus in regno et sic indefinite et in genere. Item non obstat quod dignitas sit finita per mortem domini olim regis Fernandi sine filio et herede et hec sit alia dignitas, quia negatur ut in iuribus pro ista parte superius allegatis. Concludimus igitur ex premissis dictum Johannem regem presentem, quantum est ex isto capite, teneri de iure ad observantiam contractus et conventionum in eo.

Super quinto vero et ultimo quesito principali videtur primo dici non posse dictum Lanzalotum venisse contra regem, ex quo tunc temporis rex non erat, quia nondum creatus et electus, licet esset magister de Avis[i]o, ut ponitur in themate et quesito [fl. 55v], quia dignitas et qualitas regia deberet adesse tunc, ut diceretur contra regem venisse, per l. In delictis, § Si extraneus, ff. De noxalibus (a), et l. Titius, ff. De testamento militis (b), et l.

---

tituit, ut nec pignorentur et perpetuo serventur in hiis immobilibus, quae ab imperiali domo praedictis locis applicantur»: *Decretum Gratiani*, II pars, Causa X, quaestio II, c. 2, § 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 618, cf. col. 618-620.

(*v*) FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 618, nota 30, cita: *Auth. Hoc ius Cod.* 1. 14 (1, 2). *Nov.* 7.

(*x*) *Decretum Gratiani*, pars I, dist. XXXV, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 131. — O texto aqui citado só indirectamente diz respeito ao assunto, pois apenas anota que os sacerdotes, lugares-tenentes dos apóstolos, devem pautar a vida pela deles e de Cristo: «Si in loco apostolorum sumus, non solum sermonem eorum imitemur, sed conversationem et abstinentiam».

(*y*) «... ipse sibi antequam eam per unius anni spatium tenuisset, auferre praesumpsit, quanquam idem G. praestita sibi fide firmaverit quod usque ad statutum terminum nullam ei exinde molestiam vel gravamen inferret, ideoque fraternitati tuae ... mandamus quatenus ... eum districte compellas ut praefatam ecclesiam dicto G. restituat et usque ad terminum inter eos constitutum secundum quod inter se convenerint, ipsum eandem permittat pacifice possidere»: *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. IV: *Ne praelati vices suas vel ecclesias sub annuo censu concedant*, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 768.

(*z*) «Cunctos populos quos clementiae nostrae regit ...»: *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 1: *De Summa Trinitate et fide catholica et ut nemo de ea publice contendere audeat*, 1. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 5.

(*a*) «Si extraneus servus sciente ne fecerit eumque redemero, noxalis actio in me dabitur, quia non videtur domino sciente fecisse, cum eo tempore dominus non fuerim»: *Digesta*, lib. IX, tit. 4: *De noxalibus actionibus*, 1. 4, § 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 133.

(*b*) «... Marcellus respondit: testamentum quod ante tribunatum fecisset, nisi postea ab eo factum dictum esse probaretur quod valere vellet, ad commune ius pertinet ...»: *Digesta*, lib. XXIX, tit. 1: *De testamento militis*, 1. 25, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 398.

Et servorum, § Ingenui, in principio, ff. De statu hominum (c). Item ex eo quod adhesit scismaticis etiam dampnatis de scismate, dictus Lanzalottus non videtur privari feudo nedum eius filius, sed nec etiam Lanzalottus, si viveret, quia non reperitur esse de casibus in quibus feudo quis privetur. Ex quo saltem non apparet ex narratis in themate quod adheserit in scismate; sufficit allegare l. Illam, C. De collationibus (d). Nam erubescimus cum sine lege loquimur, in § Consideremus, in autentica De triente et semisse, coll. iii (e). Et hoc dicimus esse verum non privari ex isto capite, nisi forte ex tenore sententie late de scismate contra dictum dominum Johannem Henrici, olim regem Castelle, aliud appareret de adherentibus et constaret dictum Lanzaloctum taliter adhesisse qualiter requireret tenor sententie, quia tunc forsitan posset auferri a Lanzalotto, si viveret, non dicimus filio, quia per hoc non videtur prima facie deliquisse in regem et in regnum, in hoc tamen non insistimus, quia de tenore sententie et qualitate adhesionis nobis non apparet. Sed veniendo ad id quod est totum principale in premisso facto et quesito isto quinto, supponitur in facto dictum dominum Johannem Henrici contra debitum iustitie bellum indixisse regnis et regniculis carentibus tunc rege et de facto occupasse omnes civitates, villas et castra et territoria ipsorum regnorum et nominasse se regem ipsorum et tam regna ipsaque nomina regalia usurpasse cum multis scismaticis, ex quibus aliqui erant oriundi de dictis regnis, inter quos etiam prefatus Lanzalottus fuit, an ex isto capite veniat ipse privandus feudo et filius eius hodie vivens hic pendet tota virtus et totum dubium questionis. Et videtur primo quod non, nam non vivit ipse delinquens, ergo non potest dampnari nec feuda seu alia bona aufferri, ut l. Ex iudiciorum, in principio, ff. De accusationibus (f), et l. i (g), et ii. C., Si reus vel actor mortuus fuerit (h). Item quia territoria tunc rege carebant, unde non videtur posse dici commisisse crimen lese maiestatis, tum ex isto, tum quia hoc non videtur esse aliquod de capitulis dicte l. que habentur in l. i. Cum tribus scilicet (i) et l. Qui statuas, ff. Ad legem Juliam maiestatis (j). Item esto quod posset ex hoc patri auferri scili-

(c) «Ingenui sunt qui ex matre libera nati sunt: sufficit enim liberam fuisse eo tempore quo nascitur, licet ancilla concepit et e contrario si libera conceperit, deinde ancilla pariat, placuit eum qui nascitur liberum nasci»: *Digesta*, lib. I, tit. 5: *De statu hominum*, 1. 5, § 2, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 7.

(d) *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 20: *De collationibus*, 1. 19, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 250.

(e) «... Et semper equidem clemens aliquid definimus; sed quia non hoc cum lege agimus, erubescimus ...»: Nov. XVIII, coll. III, tit. 5: *De triente et semisse et successionibus filiorum et nepotum naturalium vel collationibus vel distributionibus necnon litterarum aut annumerationum atque rerum ex quibus detinent infitiationibus*, cap. 5, ed. GUILLELMUS KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, Berolini, 1898, pp. 130-131.

(f) «Ex iudiciorum publicorum admissis non alias transeunt adversus heredes poenae bonorum ademptionis quam si lis contestata et condemnatio fuerit secuta, excepto repetundarum et maiestatis iudicio, quae etiam mortuis reis, cum quibus nihil actum est, adhuc exerceri placuit ut bona eorum fisco vindicentur»: *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 2: *De accusationibus et inscriptionibus*, 1. 20, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 792.

(g) «Desertionis crimen solvitur morte militis qui desertionem commisit»: *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 6: *Si reus vel accusator mortuus fuerit*, 1. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 373.

(h) «Etsi Marcellus qui crimine falsi postulabatur vita functus est ac per hoc crimen in persona eius sit extinctum ...»: *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit: 6: *Si reus vel accusator mortuus fuerit*, 1. 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 373.

(i) *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 4: *Ad legem Iuliam maiestatis*, 1. 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 793.

(j) «Qui statuas aut imagines imperatoris iam consecratas conflaverint aliudve quid simile admiserint lege Iulia maiestatis tenentur»: *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 4: *Ad legem Iuliam maiestatis*, 1. 6, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 794.

cet Lanzelocto, si viveret, non videtur posse aufferri filio, quia non deliquit vassallus, scilicet Lanzalottus, in dictum, scilicet in regem, quia tunc non erat, ergo delictum patris non debet nocere filio in feudo avito, in l. ii. et quod ibi notatur per glosatores et doctores C. De libertis et eorum liberis (k) et l. Emancipatum, § final., ff. De senatoribus (l) et in l. Adoptivum, § finali, ff. De in ius vocando (m), et in l. Divi fratres, ff. De iure patronatus (n) et in l. Divo marcho, C. De questionibus (o), et probatur in c. i., § Denique, iuxta coll. Que fu[it] prima causa beneficii amittendi (p) et ibi notatis, et notatur etiam in c. i., Si vasallus feudo privetur, cui debeat deferre (q) et in c. i., § Insuper, De prohibita feudi alienatione per Federicum (r), et plene notat Ja[cobus] de Bel[visio] in c. i., § Hoc quoque, in fine. De successione feudi (s). Sed certe hoc casu dicimus quod posset auferri a Lanzalotto feudum, si viveret, quia deliquit in regnum et regnum est feudum istud [fl. 56], licet non in personam regis, quia tunc non erat rex aliquis, et sic ad regnum et regem hoc deberet provenire, etiam excluso filio per dictum c. i., § Denique iuxta coll. De prohibita feudi alienatione per Federicum (t).

(*k*) «... filiis etiam qui postea nati fuerint servituris, quoniam illis delicta parentium non nocent, quos tunc ortos esse constiterit, dum libertate illi potirentur»: *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 7: *De libertis et eorum liberis*, 1. 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 247.

(*l*) «Si quis et patrem et avum habuerit senatorem et quasi filius et quasi nepos senatoris intellegitur, sed si pater amiserit dignitatem ante conceptionem huius, quaeri poterit an, quamvis quasi senatoris filius non intellegatur, quasi nepos tamen intellegi debeat: et magis est ut debeat ut avi potius ei dignitas prosit, quam obsit casus patris»: *Digesta*, lib. I, tit. 9: *De senatoribus*, 1. 7, § 2, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 12.

(*m*) «Sed si ad iusiurandum adegi, ne uxorem ducat, ne nubat, impune in ius vocabor et Celsus quidem ait in tali liberto ius ad filium meum me vivo non transire: sed Julianus contra scribit, plerique Iuliani sententiam probant, secundum quod eveniet ut patronus quidem in ius vocetur, filius quasi innocens non vocetur»: *Digesta*, lib. II, tit. 4: *De in ius vocando*, 1. 8, § 2, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 20.

(*n*) «... sed cum et ipso Maeciano et aliis amicis nostris iuris peritis adhibitis plenius tractaremus, magis visum est nepotem neque verbis neque sententia legis aut edicti praetoris ex persona vel nota patris sui excludi a bonis aviti liberti, plurium etiam iuris auctorum, sed et Salvi Iuliani amici nostri clarissimi viri hanc sententiam fuisse'. Item quaesitum est si patroni filius capitis accusaverit libertum, an hoc noceat liberis ipsius et Proculus quidem in hac fuit opinione notam adspersam patroni filio liberis eius nocere, Iulianus autem negavit: sed hic idem quod Iulianus erit dicendum»: *Digesta*, lib. XXXVII, tit. 14: *De iure patronatus*, 1. 17, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, pp. 563-564.

(*o*) «Divo Marco placuit eminentissimorum quidem nec non etiam perfectissimorum virorum usque ad pronepotes liberos plebeiorum poenis vel quaestionibus non subici, si tamen propioris gradus liberos, per quos id privilegium ad ulteriorem gradum transgreditur nulla violati pudoris macula adspergit»: *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 41: *De quaestionibus*, 1. 11, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 389.

(*p*) «Denique saepe quaesitum est, vasallo propter iustam culpam a feudo cadente, utrum ad dominum, an ad successorem vasalli beneficium pertineat? sed haec distinctio tam ratione quam moribus comprobata est, ut siquidem vasallus ita in dominum peccaverit, ut feudum ammittere debeat: non ad proximos, sed ad dominum beneficium revertatur ut hanc saltem habeat suae iniuriae ultionem»: *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 24: *Quae fuit prima causa beneficii ammittendi*, c. 1, § *Denique*, *ed. cit.*, fl. 55a.

(*q*) «Vasalli feudum delinquentis licet ad agnatos quandoque pertineat, filius tamen ad id nullatenus aspirabit, nisi id iterum a domino licite acquirat sibi gratiam faciente»: *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 31: *Si vasallus feudo privetur, cui deferatur*, c. 1, *ed. cit.*, fl. 67c.

(*r*) «Insuper si filius vasalli dominum offenderit, pater a domino requisitus deducat filium ad satisfaciendum domino, vel a se filium separet, alioquin feudo privetur. Si autem pater vult eum deducere ut satisfaciat et filius contemnit, patre mortuo, in feudum non succedit, nisi prius satisfecerit domino»: *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 55: *De prohibita feudi alienatione per Friderichum*, c. i, § *Insuper*, *ed. cit.*, fls. 95b-96a.

(*s*) «Hoc quoque observatur, ut si frater meus alienaverit partem suam feudi vel fecerit investiri filiam suam, si moriatur sine haerede masculo, nihilominus revertitur ad me»: *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 8: *De successione feudi*, c. 1, § *Hoc quoque*, *ed. cit.*, fl. 23a.

(*t*) Cf. notas (p) e (r) imediatamente anteriores.

Et idem videtur prima facie dicendum esse in filio quod sibi possit aufferri saltem ex alio capite, nam revera dictus Lanzelottus oriundus de terris regni, ut supponitur in themate, eo ipso quod adhesit et dedit auxilium et fuit in servitio olim dicti domini Johannis Henrici, ad occupandum et invadendum civitates, terras, villas regni, propter que interfectus fuit, incidit crimen lese maiestatis et pena illis legibus debet teneri, quamvis inmediate non deliquerit contra principem vel rempublicam Romanorum; pro hoc est textus cum glosa in l. Fallaciter, circa finem, C. De abolitionibus (u), ibi patria obpugnata, et ad id facit l. Maiestatis, ff. Ad legem Juliam maiestatis (v), licet glossa (x) dicat contra in l. i., in fine, ff. Ad legem Juliam maiestatis (y), sed certe debet referri ad textum et capitula ibi posita, nam cum ibi fiat mentio de Urbe, intelligitur de Romana tantum, argum. l. Urbis, ff. De verborum sygnificatione (a), et in § Sed ius, Institutiones, De iure naturali (b), et in l. Eum qui vectigal, ff. De verborum sygnificatione (c), quo casu videtur posse sententia ferri etiam in dictum Lanzelottum, hoc est dampnari memoria eius et feudum aufferri et cetera eius bona confiscari et applicari regi et regno, in § Per contrarium (d), et ibi notatur per glossam (e) et traditur forma sententie ferende, Institutiones, De hereditatibus que ab intestato deferuntur (f), et l. Ex iudiciorum, in ii° R°, ff. De accusationibus (g).

(*u*) «Sin autem testibus tormenta minime sunt illata, et sic abolitio non dabitur in illis criminibus, ut in violata maiestate aut patria oppugnata vel prodita aut peculatus admisso aut sacramentis desertis omniaque quae iuri veteri continentur»: *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 42: *De abolitionibus*, 1. 3, ed. KUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 389.

(*v*) «Maiestatis crimine accusari potest, cuius ope, consilio, dolo malo provincia vel civitas hostibus prodita est»: *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 4: *Ad legem Iuliam maiestatis*, 1. 10, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 794.

(*x*) «In urbe sint: Romana per excellentiam, ut in instit. de iure natu. § sed ius; non ergo in aliis civitatibus. argu. infra ad legem Iuliam pe. l. iiii. in fine et supra de furt. 1. ob pecuniam»: *Digestum Novum Pandectarum Civilium pars tertia*, Lugduni, 1547, fl. 776a.

(*y*) *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 4: *Ad legem Iuliam maiestatis*, 1. 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 793.

(*a*) «Urbis appellatio muris, 'Romae' autem continentibus aedificiis finitur, quod latius patet»: *Digesta*, lib. I, tit. 16: *De verborum significatione*, 1. 2, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 857.

(*b*) «Sed ius quidem civile ex unaquaque civitate appellatur ... sed quotiens non addimus, cuius sit civitatis, nostrum ius significamus»: *Institutiones*, lib. I, tit. 2: *De iure naturali et gentium et civili*, § 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(*c*) «Eum qui vectigal populi Romani conductum habet 'publicanum' appellamus nam 'publica' appellatio in compluribus causis ad populum Romanum respicit: civitates enim privatorum loco habentur»: *Digesta*, lib. L, tit. 16: *De verborum significatione*, 1. 16, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 857.

(*d*) «Per contrarium evenit ut, licet quis in familia defuncti sit mortis tempore, tamen suus heres non fiat, veluti si post mortem suam pater iudicatus fuerit reus perduellionis ac per hoc memoria eius damnata fuerit: suum enim heredem habere non potest, cum fiscus ei succedit, sed potest dici ipso iure suum heredem, sed desinere»: *Institutiones*, lib. III, tit. 1: *De hereditatibus quae ab intestato deferuntur*, § 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 28.

(*e*) «Damnata, hoc scilicet modo, pronuntio contra imperium Lucium fecisse et ideo bona eius in fiscum inferri, nam per hoc memoria damnatur et infamia quadam defunctus afficitur ...»: *Institutiones*, Lugduni, 1546, fl. 152a.

(*f*) Cf. notas (*d*) e (*e*) imediatamente anteriores.

(*g*) «Ex iudiciorum publicorum admissis non alias transeunt adversus heredes poenae bonorum ademptionis ... excepto repetundarum et maiestatis iudicio, quae etiam mortuis reis, cum quibus nihil actum est, adhuc exerceri placuit, ut bona eorum fisco vindicentur»: *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 2: *De accusationibus et inscriptionibus*, 1. 20, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 792.

Pro hoc l. Quisquis, C. Ad legem Juliam maiestatis (h). Verumtamen hoc etiam casu dicimus ex quo ista non fuerunt facta in vita patris, scilicet Lanzallotti, non posset fieri post eius mortem. Nam illud quod memoria defuncti possit dampnari crimine lese maiestatis et bona possint aufferri, locum habet solum in duobus capitulis, videlicet quando quis deliquit contra principem vel rem publicam, ut ex textu in l. finali, ff. Ad legem Juliam maiestatis (i), et notatur in dicta § Per contrarium et in dicta l. Ex iudiciorum (j) et in l. finali C. Ad legem Juliam maiestatis (k), unde restat quod sumus in regula posita in dicta l. [Ex] iudiciorum, in principio (l) et in dicta l. i. C. Si reus vel actor mortuus fuerit (m). Concludimus ergo feudum predictum de iure communi non posse ex isto capite auferri filio nunc viventi, post mortem patris, quamvis potuisset aufferri a Lanzalotto, si viveret, quo casu non fuisset ad filium devolutum, sed ad regem et regnum, ut supra satis diximus. Sed, an possit ex alio capite aufferri per dominum Johannem, nunc regem, successorem in regno concedentis mediatim, ut superius est deductum, a filio vaxalli delinquentis propter delictum et felloniam vaxalli mortui, surgit dubium, quia ius revocandi feudum propter delictum vaxalli videtur esse personale ex parte domini concedentis et vassalli, et non transire active ad heredes domini nec passive nec (!) heredes vaxalli, argum. l. finalis, in fine, et quod ibi notatur ff. De donationibus (n); ad idem facit quod non active l. i in eodem titulo (o) et l. Omnimodo et quod ibi notatur C., De inofficioso testamento (p), et l. i., in fine, ff. Ad Syllanianum (q). Item quod nec passive contra heredes vaxalli glosa clare

---

(*h*) «... ipse quidem utpote maiestatis reus gladio feriatur, bonis eius omnibus fisco nostro addictis. Filii vero eius, quibus vitam imperatoria specialiter lenitate concedimus (paterno enim deberent perire supplicio, in quibus paterni, hoc est hereditarii, criminis exempla metuentur) a materna vel avita, omnium etiam proximorum hereditate ac successione habeantur alieni, testamentis extraneorum nihil capiant, sint perpetuo egentes et pauperes, infamia eos paterna semper comitetur ...»: *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 8: *Ad legem Iuliam maiestatis*, 1. 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 373.

(*i*) «... extinguitur enim crimen mortalitate, nisi forte quis maiestatis reus fuit, nam hoc crimine nisi a successoribus purgetur, hereditas fisco vindicatur plane non quisque legis Iuliae maiestatis reus est, in eadem conditione est, sed qui perduellionis reus est, hostili animo adversus rem publicam vel principem animatus»: *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 4: *Ad legem Iuliam maiestatis*, 1. 11, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 794.

(*j*) Cf. notas (d) e (g) imediatamente anteriores.

(*k*) «Meminisse oportebit si quid contra maiestatem imperatoris commissum dicatur, etiam post mortem rei id crimen instaurari solere ... Post divi Marci constitutionem hoc iure uti coepimus, ut etiam post mortem nocentium hoc crimen inchoari possit, ut convicto mortuo memoria eius damnetur et bona eius successoribus eripiantur ...»: *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 8: *Ad legem Iuliam maiestatis*, 1. 6, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 374.

(*l*) Cf. nota (g) imediatamente anterior.

(*m*) Cf. nota (g) da penúltima numeração.

(*n*) *Digesta*, lib. XXXIX, tit. 5: *De donationibus*, 1. 35, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 610.

(*o*) *Digesta*, lib. XXXIX, tit. 5: *De donationibus*, 1. 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 607.

(*p*) *Codex Iustinianus*, lib. III, tit. 28: *De inofficioso testamento*, 1. 30, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 134.

(*q*) «... Si dominus mortifere vulneratus supervixerit nec de quoquam servorum suorum conquestus sit, etiamsi sub eodem tecto fuerunt, tamen parcendum illis erit»: *Digesta*, lib. XXVIII, tit. 5: *De senatus consulto Silaniano et Claudiano: quorum testamenta ne aperiantur*, 1. 1, § 38, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 411. — Também aparece, por vezes, o título *Ad senatus consultum Silanianum* ... Na glossa às Decretais de Gregório IX (*Decretales Gregorii papae IX suae integritati unacum glossis restitutae*, Romae, 1584, p. 824b), encontra-se a mesma citação que no texto da consulta: «... sic de inoffic. testa. omnimodo. argu. ff. ad Syllani. 1. i. § ult. Bern.».

notat in c. finali, in fine, De donationibus (r), et ibidem Ynnocentius, in ultima glossa (s), quod etiam tenet ibidem Johannes Andree (t), et tangit etiam Speculator, De feudis, § Nunc dicamus, verbum Sed queritur utrum fellonia, circa finem (u), cum ergo nec hic concedens nec [fl. 56v] aliquis revocaverit feudum istud in vita sua nec in vita ipsius Lanzalloti, non videtur posse dominus Johannes rex presens revocare ab herede filio ipsius Lanzalotti vaxalli delinquentis. Contrarium putamus isto casu et hoc ea ratione, quia non fuit locus revocationi ex parte donantis vel eius successoris, quia tempore fellonie et delicti Lanzalotti regnum vacabat rege, unde eo casu competit revocatio et facultas revocandi successori suo, argum. l. In confirmando (v) et l. Utilitatem, ff. De confirmando tutore (a), et hoc satis sentit glossa in dicto c. finali, in fine, De donationibus (b), dum dicit quod per taciturnitatem remissum videtur, que tacita remissio non potest locum habere in isto casu, quod expresse tenet Cynus (c) in dicta l. i. C. De revocandis donationi-

(*r*) «[Successores] hoc ius revocandi personale est, quia non competit primordium huius causae haeredibus donatoris, vel contra haeredes, vel successores donatarii qui hoc in vita sua tacuit ... Et sic est argu. quod feudum non est auferendum filio propter feloniam patris, si patri quaestio mota non fuit ... Bern.»: *Decretales Gregorii papae IX suae integritati cum glossis restitutae*, p. 824b. (*Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 24: *De donationibus*, cap. 10).

(*s*) «[Successores] nec contra haeredes donatarii. C. de revo. do. 1. ulti.»: INNOCENTIUS IV, *In V libros Decretalium commentaria*, Venetiis, 1570, lib. III, Rubrica XXIV, *De donationibus*, cap. 10, p. 478.

(*t*) «[In glos. ulti. ibi, mota fuit] imo quandoque non aufertur etiam si patri quaestio mota fuit, ut dixi supra de feu. c. 2 super glo. fi. [et in fi.] melius secundum litteram arguitur ad casum conversum, ut arguit glo. in praealleg. 1. omnimodo, scilicet quod si vassalus fecit felloniam contra dominum et dominus non revocavit feudum, quod haeres non possit revocare; quod verum, si fuit sciens et habuit tempus sufficiens ad revocandum, alias haeres revocat, facit supra de elect. cum in veteri, de dila. exponit, ad fi. ff. de confir. tuto. 1. in confirmando et 1. utilitatem»: JOHANNES ANDREAE, *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis, 1581, fl. 103va.

(*u*) «Sed queritur utrum felonia a patre meo commissa mihi noceat, ut non possim in feudo succedere? ... Dicunt quidam quod si feudum coepit a patre meo, puta quia fuit ei concessum de novo, tunc ego succedere non possum ... Si vero coepit ab avo, aut ego non fui conceptus, avo vivente: quo in casu mihi nocet factum patris quia ex persona avi nihil petere possum, cum inter eum et me, nulla consanguinitas fuerit... aut conceptus sum avo vivente et tunc aut pater commisit feloniam avo vivente, quo casu mihi non nocet: quia non ex persona patris sed avi volui ad feudum admitti ... aut commisit avo iam defuncto et tunc mihi obest quia ex persona avi non possum admitti, nam tempore mortis eius pater meus erat illi proximior et erat capax feudi ... et hoc verum est, si pater meus adivit avi mei haereditatem, nam si repudiasset, tunc bene possem avo succedere et eius persona feudum habere»: GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, Venetiis, 1576, lib. IV, partic. III, *De feudis*, fi. 330a.

(*v*) «In confirmando tutore hoc praetor inquirere debet, an duraverit patris voluntas: quod in facili est si proximo mortis tempore tutores non iure vel curatores scripserit pater, nam si ante annos, ut spatio medio potuerit facultatium dati non iure tutoris a patre fieri diminutio vel morum ante celata vel ignorata emersit improbitas aut inimicitiae cum patre exarserunt»: *Digesta*, lib. XXVI, tit. 3: *De confirmando tutore vel curatore*, 1. 8, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 337.

(*a*) «... nam patris voluntatem praetor ita accipere debet, si non fuit ignarus scilicet eorum quae ipsa praetor de tutore comperta habet, quia denique si postea de eo quem pater testamento codicillisve non iure dedit, scripsit tutorem esse nolle? nempe non sequitur primam voluntatem praetor, a qua pater discessit»: *Digesta*, lib. XXVI, tit. 3: *De confirmando tutore vel curatore*, 1. 10, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 337.

(*b*) «... quia non competit primordium huius causae haeredibus donatoris vel contra haeredes, vel successores donatarii, qui hoc in vita tacuit, ut hic dicit et C. de revo. do. 1. ult. ad fi. et l. i. in fi. quia per taciturnitatem remissum videtur»: *Decretales Gregorii papae IX suae integritati unacum glossis restitutae*, p. 824b.

(*c*) «Ult. collige hic ar. quod si vasallus commisit feloniam contra dominum et dominus feudum non revocavit, quod nec haeres eius poterit revocare. Hoc verum est, si sciens fuit, et tempus sufficiens ad revocandum habuit, alias haeres eius revocare potest, ut ff. de confirm. tu. 1. in confirmando, et 1. utilitatem»: CYNUS PISTORIENSIS, *In Codicem commentaria*, lib. VIII, tit. 56: *De revocandis donationibus*, 1. 1, ed. Francoforti ad Moenium, 1578, fl. 528va.

bus (d). Et eadem ratione dicimus idem esse ex parte vassalli, nam tempore vite sue nondum erat creatus vel electus aliquis rex, sed vacabat regnum rege; dominus autem Johannes, hodie electus et creatus rex, nunc, si vult, potest revocare, quia non potest dici ipsum vel predecessorem tacite videri remisisse felloniam vassallo, ut diximus; preterea, hoc esse verum, probatur: evidenter constat ex narratis et forma iuramenti vassalli supraposita in prima consultatione et innovata et iurata per prefatum Lanzelottum domino olim regi Petro, qua promisit et iuravit Lanzalottus complere et observare omnes clausulas contentas in prima concessione, inter quas erat illa quod promissum et iuratum fuit servire bene et legaliter tam concedenti quam suis successoribus qui succederent in regno quod ipse Lanzelottus venit contra promissionem et iuramentum, adherendo et assistendo domino Johanni Henrici, olim regi Castelle, invadenti iniuste civitates et terras regni, ut superius est dictum. Quis enim sani capitis diceret dictum Lamzelottum servire bene et legaliter regi et suis successoribus, cum invadit et assistitit invadenti iniuste terras regni et regnum, cuius nature et dignitatis que durat etiam deficiente persona regis, fuit facta concessio ut et superius est dictum, quo casu revocari potest istud feudum et contradici condicio ob causam quia non inpleta causa conventa et sic de iure communi, tunc enim nemo dubitat quod transit ius con[tra]dicendi ad successores concedentis et contra successores vaxalli secundum naturam condicionis ob causam personalis actionis que transit ad heredes et contra heredes et sic attive et passive et aliarum personalium actionum, ut l. iii. C. De donationibus que sub modo (e), et l. ii. (f), et l. Cum ancillam, C. De conditione ob causam (g) et l. i (h) et ii. (i) et per totum, C. De hereditariis et actionibus (j), et hoc expresse tenet Cynus in l. finali, C. De donationibus que sub modo (k) et Ynnocentius in dicto c. finali, in penultima glossa (l), nam dubium

---

(*d*) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 55 (56): *De revocandis donationibus*, 1. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 366.

(*e*) «Quotiens donatio ita conficitur ut post tempus id quod donatum est alii restituatur, veteris iuris auctoritate rescriptum est ... ei qui liberalitatis auctor fuit vel heredibus eius condictitiae actionis persecutionem competere»: *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 54 (55): *De donationibus quae sub modo vel conditione vel ex certo tempore conficiuntur*, 1. 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 366.

(*f*) «... non est iniquum actionem condictionis ad repetitionem rerum donatarum tibi qui patri successisti decerni»: *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 6: *De condictione ob causam datorum*, 1. 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 152.

(*g*) «Cum ancillam patrem vestrum ei, contra quem supplicastis, dedisse proponatis, interest multum utrumne donandi animo dedit, an ob manumittendam filiam quam ancillam existimabat, cum perfecta quidem donatio revocari non possit, causa vero dandi non secuta repetitio competat»: *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 6: *De condictione*, 1. 6, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 152.

(*h*) «Pecuniam, quam tibi a matre debitam fuisse dicis, ab heredibus eius coheredibus tuis pro parte tibi competenti petere debes, sed et res si quae tibi ob idem debitum obligatae sunt, persequi non prohiberis»: *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 16: *De actionibus hereditariis*, 1. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 155.

(*i*) «Pro hereditariis partibus heredes onera hereditaria agnoscere etiam in fisci rationibus placuit, nisi intercedat pignus vel hypoteca: tunc enim possessor obligatae rei conveniendus est»: *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 16: *De actionibus hereditariis*, 1. 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 155.

(*j*) *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 16: *De actionibus hereditariis*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, pp. 155-156.

(*k*) «No. hic quod non refert, quid ex aequipollentibus fiat. Contra, quod refert, ut ff. de leg. 2. 1. cum pater, § haereditatem. Breviter ista est Brocardica, quam expedivi sup. de Epis. et cle. 1. Deo nobis»: CYNUS PISTORIENSIS, *In Codicem commentaria*, lib. VIII, tit. 55: *De donationibus quae sub modo*, *ed. cit.*, fl. 528b.

(*l*) «[Placuit] quia si dixisset, si praedicta contra me, vel contra haeredem meum fecerit, donatio revocabitur etiam a successore donatoris». INNOCENTIUS IV, *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXIV: *De donationibus*, cap. 10, *ed. cit.*, p. 478b.

est solum quando revocatio fit ex causa delicti non expressa in concessione feudi, cum competat quodam iure extraordinario, immo fuit ius personale per dictam l. finalem, in fine, ubi notatur per Cynum, ff., De donationibus (m) et per Johannem Andree, etiam in dicto c. finali, in fine, De donationibus (n), et cum adhuc tenent doctores ut diximus quod competit illud revocandi heredi et contra heredem, quando non fuit locus revocationi [fl. 57] in vita domini concedentis vel vaxalli, sed actento eo quod diximus, nemo dubitat, et isto etiam casu quo diximus, competeret ut in lege Rei vendicatio, concurrens hoc casu cum personali directa, per dictam legem i., C. De revocandis donationibus (o), et exceptio multo magis si possideret, quia cui damus actiones, etc., ut in regula iuris Cui damus (p), et l. i., § Quod ait, ff. De superficiebus (q), quia retransit ipso iure dominium in concedentem propter sententiam non servatam, et sic potest dici ipso iure vaxallum cecidisse a feudo et iure feudi, quod expresse tenet ynnocentius quando vassallus alienat feudum, in c. ii. De feudis (r), et refert ibidem Abbas (s) et Johannes Andree (t), in quo tamen non insistimus, quia extra casum propositum et etiam non expedit ad quesitum.

Concludimus ergo dominum Johannem, presentem regem, posse auferre dictum feudum a predicto filio olim dicti Lanzelotti vel con[tra]dicere ob causam, si est heres patris, vel utili rei vendicatione, ut a quocunque p[ossessor]e, vel sibi retinere scilicet iure exceptionis, si ipsum possideat, ut superius est deductum. Amen» ([527e]).

(*m*) Cf. nota (k) imediatamente anterior.

(*n*) «Octavo quaero circa ultimum opponendo, que fuit ratio huius iuris statuentis quod ius revocandi sit personale, movet dubium, quia obligatio ex delicto secundum canones transit ad heredes et etiam secundum leges inquantum pervenit, licet lis non fuerit contestata ... Legista se posset de obiectione facile expedire dicendo quod hic agitur de poena ingratitudinis, ex qua nil pervenit ad donatarium, ergo nec ad eius haeredem, non enim ex delicto ingratitudinis, sed ex donatione praecedentis habet quod hic revocandum quaeritur, secundum canones dico quod ex casibus hic infertis oritur specialis obligatio, quae proprie pervenit ex delicto, damno dato, vel iniuria illata, et haec bene transit in haeredem iuxta vires haereditatis»: JOHANNES ANDREAE, *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, lib. III, Rubrica *De donationibus*, *ed. cit.* fl. 103v.

(*o*) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 55 (56), *De revocandis donationibus*, 1. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 366.

(*p*) «... Cui damus actiones, eidem et exceptionem competere multo magis quis dixerit»: *Digesta*, lib. L, tit. 17: *De diversis regulis iuris antiqui*, 1. 156, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 872.

(*q*) «Quod ait praetor 'si actio de superficie postulabitur, causa cognita 'dabo' sic intellegendum est, ut, si ad tempus quis superficiem conduxerit, negetur ei in rem actio et sane causa cognita ei, qui non ad modicum tempus conduxit superficiem, in rem actio competet»: *Digesta*, lib. XLIII, tit. 18: *De superficiebus*, 1. 1, § 3, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 692.

(r) «Ex parte ... [Alienare] et propter hoc debeat amittere feudum. [Recuperare] de facto; quia de iure ipso facto vel a iure feudi»: INNOCENTIUS IV, *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rub. XX: *De feudis*, cap. 2, *ed. cit.*, p. 472b.

(*s*) «Not. 3. quod vassallo alienante feudum, redit feudum ipso facto ad dominum. Cadit ergo vassallus ipso facto a iure suo, unde non requiritur alia sententia»: ABBAS PANORMITANUS (NICOLAUS DE TUDESCHIS ou ABBAS MODERNUS), *Commentaria in tertium Decretalium librum*, Venetiis, 1578, lib. III, tit XX: *De feudis*, fl. 117va.

(*t*) «[Recuperare] de facto, quia de iure ipso facto cadit a feudo, vel a iure feudi. Innoc. per haec verba dicit Abb. quod. Inno. determinat, quod quaeritur an vassallus alienans ipso iure, an per sententiam cadat a iure feudi, scilicet quod cadit ipso iure»: JOHANNES ANDREAE, *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, lib. III, Rub. *De feudis*, cap. 2, *ed. cit.*, fl. 88b.

([527e]) Parecer do colégio dos professores de direito civil de Bolonha em Biblioteca Apostólica Vaticana, cod. Vat. lat. 2660, fls. 49-57

O leitor está já informado sobre a participação do jurista Baldo de Perusa na questão do cisma, com pareceres a favor da canonicidade e validade da eleição do papa de Roma, Urbano VI. Nada de admirar que D. João I, rei de Portugal e sequaz do papa de Roma, também se dirigisse a esse famoso jurista que ensinou em Bolonha e noutras universidades italianas, para solução de várias questões jurídicas. Nesta ordem de ideias, temos dois consilia *de Baldo de Perusa, relacionados com a privação do almirante Lançarote Pessanha, que já el-rei D. Fernando tinha privado do almirantado e, posteriormente, tinha posto a pregão os paços e bairros da Pedreira durante a guerra de Portugal com Castela, à volta de 1382. Por o almirante ter traído o Mestre de Avis, seguindo o partido de el-rei de Castela, aquele, depois de ter sido eleito rei pelo povo, pretendia privar os descendentes do almirante dos direitos que lhes assistiam, em virtude do contrato com el-rei D. Dinis. Vou limitar-me a referir só alguns documentos relativos ao assunto, visto tencionar, como disse, tratar do assunto, mais tarde, com mais pormenores históricos.*

Braamcamp Freire refere a confiscação por el-rei D. Fernando da vila de Odemira ao almirante Lançarote Pessanha por desserviço, conforme documento régio de 8 de Julho de 1375, a confirmar concessões ao almirante João Afonso Telo ([527f]), *o qual aparece como almirante em cartas de D. Fernando, de 15 de Abril de 1376* ([527g]), *23 de Maio de 1376 e 19 de Novembro 1377, a doar-lhe várias e importantes terras* ([527h]). *D. João Afonso Telo exercia o ofício de almirante em 1380, conforme consta de carta de 6 de Julho deste ano, pela qual el-rei mandava lhe fossem guardados os privilégios de almirante* ([527i]). *Ora em carta de 12 de Agosto de 1382, el-rei D. Fernando referia «que ho almirante nos disse que estando elle em sta guerra fronteira em nosso servyço»* ([527j]) *ou seja, na guerra com Castela. E eu penso que esta referência diga respeito ao almirante Lançarote, porque em carta posterior de 6 de Novembro de 1382, o monarca dirigia-se a Mice Lançarote, a fim de lhe significar determinações relativas a atribuições inerentes ao almirantado: «Dom Fernando pela graça de Deus Rej de Portugal e do Algarve. A vos dom Miçe Lançarote e a outros quaeesquer que esto per nos ouverem de veer, saude. Sabede que o C.º e homens boos da nossa pobra das Paredes nos enviarom dizer que eles som jsentos e privilligiados de nom servir per mar nem per terra, per foro e privillegio que lhis fora dado per El Rej dom Donis, nosso Bisavoo, a que Deus perdoin, e diziam que nom embargando esto, vos e os outros nossos oficiaaes e justiças os constrangemos (!) que sirvam nas nosas galees, de que dizem que devem ser escussados, segundo sseu privilegio, e emviarom nos pedir per merçee que os quisessemos desagravar. E nos veendo o que nos pediam, visto o dicto privilegio, teemos por bem e mandamosvos que daqui em deante os nom constrangades que sirvham em este nem em fosados nem em armada per mar nem per terra, e lhis agardedes o dicto privilegio como em el he conthudo. Unde al nom ffaçades. Dante em na poboa do Cortiço, vi dias de novembro. El Rej o mandou per Joham Gonçalvez da Teixeira, sseu vassalo, chançeler da sua puridade. Afonso Gonçalvez a fez. Era de mil e iii.c e xx anos»* ([527k]).

Noutra de 5 de Dezembro de 1382, refere-se a dom Lançarote, noso almyrante, *ao*

([527f]) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fl. 171b-172a.

([527g]) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fl. 192.

([527h]) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fl. 172v; livro 2, fls. 23b-23va.

([527i]) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fl. 66v-67a.

([527j]) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fl. 16.

([527k]) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fl. 43v. De facto, D. Fernando, ao doar a D. João Afonso Telo, em 27 de Janeiro de 1383, a terra de Santa Maria, não o diz almirante, mas *nosso vassallo* e conde de Barcelos, aliás como a 26 de Junho de 1383, ao doar-lhe outras terras (ANTT, *Chancel. de D. Fernando*, livro 2, fls. 99va-100b, 103vb-104). A 9 de Dez. de 1383, a rainha Dona Leonor concedia a *Mice Lançarote Peçanha, almirante, a quintaa de Marim*, em Faro (ANTT, *Chan. de D. Fernando*, livro 2, fl. 111a).

conceder privilégios a Domingos Afonso da Pederneira e a seus filhos, isentando-os de serviço marítimo ou por terra: «Dom Fernando ... querendo fazer graça e merçee a D.os da Pederneira e a Gomez e a Pedro sseus filhos, teemos por bem e mandamos que elles seiam scusados de servir per mar e per terra com o dicto logar, nem sem elles em nenhũa cousa que seia. E que outrosy nom vaam com pressos nem com dinheiros nem ajam offiçio nenhũu do dicto C.º contra seu talante. Porem mandamos a dom Lançarote, noso almyrante, e ao capitam da nosa frota ... Dante em Rio Maior, V. dias de dezembro. El Rey o mandou. Johane Stevez a fez. Era de mil iiii.c e xx anos». Em carta de 20 de Setembro de 1383, confimava a Mice Lancarote nosso almirante *os privilégios ralativos aos homens do mar, sobre o que tinha já tomado providências a 6 de Julho de 1383* ([527])*.*

Quer dizer, portanto, que el-rei D. Fernando restituiu o almirantado a Lançarote Pessanha, à volta de 1382. Parece, todavia, que D. João Afonso Telo continuou na posse de bens pertencentes ao almirantado ou relativos ao contrato com el-rei D. Dinis. Assim se explica que, por carta de 1393, D. João I, rei de Portugal, concedesse de novo ao almirante Carlos Pessanha, filho de miçe Lançarote, os paços de Pedreira. Conforme essa carta, aquando do cerco de Lisboa pelo rei D. Henrique de Castela, o almirante Lançarote fora posto refém em Castela por mandado de el-rei D. Fernando. Tendo sido destruído nesse cerco um navio por culpa do almirante, este fora condenado, enquanto estava de refém em Castela, a pagar o navio. Nesta ordem de ideias, os paços de Pedreira e respectivo bairro foram «tomados e metidos em pregam ... e ... rematados ao conde dom Joham Afomso de Barcellos, o qual diz que os ouve e a posse delles ataa o tempo que nos fomos regedor e defensor destes regnos». Tendo fugido o conde para Castela, onde morrera ao serviço dos castelhanos, contra D. João I, rei de Portugal, o almirante pedia a este lhe fizesse doação «de todo o direito e posse e propriedade que o dicto conde nos dictos paaços avia». Anuindo a seus desejos, el-rei fazia essa doação por meio daquela carta, passada pelo seu clérigo e desembargador Rui Lourenço, deão de Coimbra:

> *«Doaçam dos paaços de Pedreira a Mice Calrros. Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que mice Calrros, nosso almirante, nos dise que mice Lançarote, seu padre, e mice Manuel, seu avoo, aviam hũus paaços com seu bairro que som na cidade de Lixboa, na Pedreira, a par do mº da Trindade, os quaaes lograrom por seus e como seus. E que quando el rrey dom Anrrique de Castella veo aa dicta cidade de Lixboa, que hũa nave de Machico foe posta junto com o muro a par da porta do mar, a qual nave diz que foe destroyda pollos vezinhos e moradores da dicta [fl. 88va] cidade, porque diziam que por ella poderia vijr dampno a cidade. E que em esto foe o dicto mice Lançarote seu padre posto em arrefees em Castela per mandado del rrey dom Fernando, nosso irmaão, a que Deus perdoe. Polla qual nave diz que foe dicto contra o dicto seu padre que per seu aazo a desfezerom os da dicta cidade. E que foe mandado pollo dicto Rey dom Fernando, nosso irmaão, que a pagasse o dicto seu padre, stando el em arrefees como dicto he. E que forom os dictos paaços e bairro tomados e metidos em pregam, a rrequerimento do dicto Machico. E que forom rematados ao conde dom Joham Afomso de Barcellos, o qual diz que os ouve e a posse delles ataa o tempo que nos fomos regedor e defensor destes regnos. E pedionos ho dicto almirante por mercee que, pois o dicto conde dom Joham Afomso se fora pera Castella e andara allo e morrera em nosso deserviço, que lhe fizesemos doaçom de todo o direito e posse e propriedade que o dicto conde nos dictos paaços avia. E Nos veendo o que nos pedia e querendolhe fazer graça e mercee, de nosso poder*

([527]) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fl. 57; livro 2, fls. 108-108va, 105a-105b.

absoluto e certa scientia damoslhe e doamoslhe e fazemoslhe livre e pura doaçam antre os vivos valledoira deste dia pera todo sempre, pera elle e pera todos que depos el vierem, de todo o direito e posse e propriedade que o dicto conde dom Joham Afomso avia nos dictos paaços e bairro, por quanto se el foe pera Castella e andou allo e morreo em nosso deserviço, como dicto he. E mandamos aos juizes da dicta cidade de Lixboa e a todallas outras nossas justiças que o metam em posse dos dictos paaços e mantenham em ella. E outrossy outorgamos e queremos e mandamos que o dicto mice Calrros almirante ou aquelles que depos el vierem posam vender e dar e doar e escambar os dictos paaços e fazer em elles todo o que lhe prouver asi como de sua cousa propria e corporal posisom. E Nos nem outro nenhuũ nom posamos contradizer esta doaçam [fl. 88vb] em todo nem em parte, nom embargando leis nem degredos, glosas, openiões, constituições, husos, foros, custumes, privillegios, liberdades, graças e mercees, façanhas e outras quaaesquer leis e direitos que contra esto seiam, os quaaes nos aqui avemos por expresos e certificados, e mandamos que nom valham nem tenham nem aiam lugar. E que esta doaçam valha e tenha pera todo sempre. E em testimunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante na cidade de Lixboa, viii dias de Julho, el rrey o mandou per Ruy Lourenço, dayam de Coimbra, seu clerigo, do seu desembargo, nom seendo hi Joham Afomso de Santarem, seu companham, do dicto desenbargo. Gil Airas a fez; era de mil iiii.c xxxi annos» ([527m]).

Na verdade, segundo carta de 13 de Outubro de 1384, D. João I tinha concedido ao conde D. Gonçalo os paços da Pedreira que foram do almirante *e, nesta altura, eram do conde de Barcelos D. João Afonso: «Do couto e casas que som na Pedreyra em Lixboa, que seiam coutados como sempre foram. Dom Joham, etc. A vos alcaides e juizes da cidade de Lixboa ... sabede que o conde dom Gonçalo nos disse que nos lhe fizeramos mercee dos paaços que som na Pedreira dessa cidade, que foram do almirante, que ora eram do conde dom [Joham] Afomso, conde de Barcellos, com seus bairro e casas, como as avia o conde dom [Joham] Afomso e que ora alguus lhes descoutavam o dicto bayrro e lho nom queriam coutar como em ante era em tempos daquelles cujo foe ... Dante na cidade de Lixboa, xiii dias doutubro. O mestre o mandou. Stevam Domĩz a fez; era de mil iiii.c xxii annos»* ([527n]). *Lançarote Pessanha continuou, portanto, com o almirantado até à morte ou seja até ter tomado partido contra o Mestre de Avis. De facto, em carta de el-rei D. Fernando, de 20 de Setembro de 1383, encontramos Lançarote Pessanha com o título de almirante* ([527o]). *Morto Lançarote, D. João I deve ter concedido logo o almirantado ao filho do almirante falecido ou seja, a Mice Manuel Pessanha, conforme se deduz de carta régia, a conceder a este* Mice Manuel, almirante de Portugal, *a vila de Odemira:*

«Doaçam da villa dOdemira a mjce Manuel, almirante de Portugal. Dom Joham, etc. A todollos juizes e justiças dos dictos regnos que esta carta virdes, saude; sabede que nos querendo fazer graça e merçee a mice Manuel por muito serviço que delle rrecebemos em esta guerra e entendemos mais de receber ao diante ... fazemoslhe pura doaçam da villa dOdemira, com seu termo, e mandamos que a aja livre e issentamente per aquella medes gisa e condiçam que a avia mice Lançarote seu padre, de nosso irmãao el rrey dom Fernando, a que Deus perdoe, segundo se contem em hua carta que o dicto mice Manuel tem, em que el rrey nosso irmãao fez mercee ao mice Lançarote, seu padre, da dicta villa e das rendas,

([527m]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 88b-88va.
([527n]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 48va.
([527o]) Cf. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, t. I, pp. 109-110.

novos e dereitos della. Porem vos mandamos que lhe leixedes aver lograr e posuir a dicta villa dOdemira a el e a seus sucesores que depos elle vierem per aquella medes gisa que se contem na dicta carta da doaçam que foe fecta a seu padre per nosso irmãao el rrey dom [*fl. 112v*] *Fernando, como dicto he e a nossa mercee he de a o dicto mice Manuel aver per aquella medes gisa e milhor e mais firmemente, se milhor poder seer. Unde al nom façades. Dante em Gimaraães, dous dias de Junho, el rrey o mandou. Joham de Lixboa a fez, era de mil iiii.c xxiii annos*» ([527p]).

Poucos anos depois, antes de ter consultado a Universidade de Bolonha sobre seus direitos de privar o filho do almirante da sucessão, devido ao crime de traição à pátria da parte do pai, D. João I concedia o almirantado a Mice Carlos, filho de Lançarote Pessanha, por carta de 15 de Dezembro de 1387 ([527q]). *A 6 de Junho de 1388, mais referências ao nosso almirante Mice Carlos Passanha e a seu pai Lançarote, com alusões ao reinado de D. Fernando* ([527r]). *O monarca D. João I confirmava-lhe o almirantado por carta de 12 de Novembro de 1397* ([527s]). *A 10 de Novembro 1410, outras disposições régias a favor de Mice Carlos Pessanha, relativas à compra de um chão* ([527t]). *Depois de ter demitido o ofício a favor de seu genro D. Pedro de Meneses, à volta de 1433, foi de novo contemplado com o ofício de almirante, por morte do conde de Viana que morreu sem descendência da filha do almirante, tendo-o o regente do reino, na menoridade de D. Afonso V, confirmado no ofício por cartas de 6 de Fevereiro de 1439 e 2 de Julho de 1441* ([527u]). *Tudo isto está a significar, segundo creio, que a família dos Pessanhas não foi privada do almirantado durante o reinado de D. João I.*

Segundo a exposição do caso apresentado à Universidade de Bolonha, o fulcro da questão residia no direito de D. João I, rei eleito pelo povo e não por direito de sucessão, poder privar o sucessor de Lançarote Pessanha do almirantado e concessões inerentes, por este ter abraçado o partido de el-rei de Castela contra D. João I, nessa altura Mestre de Avis, defensor e regedor de Portugal, e ter aderido aos cismáticos. Letrados portugueses, segundo essa exposição, tinham-se pronunciado contra o monarca em parecer dado a propósito. Talvez por isso é que nos aparecem Mice Manuel e Mice Carlos Pessanha como almirantes, logo nos primeiros anos do reinado de D. João I. E como se acaba de ver, Carlos continuará no mesmo ofício, apesar de os professores da Universidade de Bolonha e Baldo de Perusa, como veremos, se terem pronunciado, nos respectivos consilia, *a favor de el-rei de Portugal, reconhecendo-lhe o direito de privar do almirantado ao filho do traidor à pátria, como se viu. Interessa notar aqui a identidade de argumentação entre os professores da Universidade de Bolonha e Baldo de Perusa, na parte que se refere à eleição de D. João I pelo povo, proclamando a plena legitimidade dela e da completa soberania de el-rei. Essa mesma argumentação se nota na exposição do caso resolvido por Baldo de Perusa sobre o navio carregado de mercadorias, pertencente a Oberto e Luciano de Spínola e comandado por Estêvão de Auria, a qual el-rei D. Fernando tinha mandado aprisionar. Aqueles exigiam que D. João I, rei de Portugal, satisfizesse pelos danos causados, devido ao facto de D. Fernando ter morrido sem*

([527p]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fls. 112-112v.

([527q]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 30a-30b.

([527r]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 23v.

([527s]) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 18, fl. 81. Cf. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, p. 195.

([527t]) AHCML, cod. 17, n. 23.

([527u]) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 18. fl. 81, livro 20, fl. 92v. Cf. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, pp. 195-196. Sobre os Pessanhas e o almirante de Portugal desde D. Dinis até D. Afonso V, cf. J. B. DE ALMEIDA PESSANHA, *Os Almirantes Pessanhas e sua descendência*, Porto 1923, pp. 41-62.

outro filho legítimo, além da filha casada com el-rei de Castela, o qual, valendo-se dos direitos hereditários da mulher, ocupara o reino de Portugal, mas fora expulso pelo Mestre de Avis, irmão bastardo de D. Fernando e regedor do reino. No intuito de o libertar dos cismáticos, ele, com o auxílio do povo, levantara-se com armas contra o monarca de Castela, que foi vencido e expulso do reino com todos os castelhanos. Após estrondosa vitória, o povo de Portugal elegera-o seu rei e D. João I era, na verdade, rei de direito. Como tal possuía e estava à frente do reino de Portugal. Por esse motivo, os sobreditos italianos pediam satisfação dos prejuízos, enquanto da parte de el-rei se respondia precisamente que D. João I não era sucessor hereditário de seu irmão D. Fernando, porque fora eleito pelo povo, e por isso não herdara ou assumira tais obrigações. Eis o parecer de Baldo, o qual, admitindo a verdade da afirmação de que el-rei possuía o reino não por direito hereditário, mas por eleição, reconhecia, porém, o dever por parte de D. João I de satisfazer aos credores pelo assalto do navio, visto possuir não só o reino, como tudo quanto ficara por herança à filha de D. Fernando, rainha de Castela. A sua obrigação derivava não do facto de ser rei, mas por ter na sua posse bens da filha de D. Fernando, de que esta fora espoliada, e lhe caber o ofício de juiz ou de fazer justiça no caso:

> «*In Christi nomine. Amen* (*a*). *Verba Cyni in sua aurea lectura, C. De legibus,* [*l.*] (*a'*) *Digna vox, talia sunt:* «*Ultimo sciendum est quod Guido de Suzaria format* (*b*) *hanc questionem, utrum scilicet* (*b'*) *imperator inheat aliqua pacta cum aliqua civitate, vel barone, teneatur ea observare tam ipse quam eius successores. Et videtur quod non, ut l. Princeps, ff.* (*c*), *eodem* (*c'*), *et ff. De legatis iii., l. Si quis in principio* (*d*), *et quia par in parem non habet imperium, ut l. Nam magistratus, ff. De arbitris* (*e*), *et l. Ille a quo,* § *Tempestivum, ff. Ad Trebellianum* (*f*). *Pro hac parte facit infra* (*ı'*), *De liberali causa,* [*l.*] (*f''*) *Cum affirmes* (*g*), *et infra De transactionibus,* [*l.*] (*g'*) *Interpositas* (*h*), *et*

(*a*) *In Christi nomine. Amen*] *om.* na edição que começa com as palavras *Casus consilii* até *Queritur quid iuris* que vêem no fim do *Consilium* ou exposição do parecer de Baldo, da fl. 147v do ms. A transcrição das palavras de Cino vêm na fl. 146v do ms. e essas palavras foram editadas no vol. III dos *Consilia* de Baldo, n. 371 fls. 105-105v.

(*a'*) [l.] *addidit* ed.

(*b*) Guido de Suzaria é o autor em que Cino de Pistóia se funda e indirectamente, por meio do último, o jurista Baldo.

(*b'*) *scilicet*] *om.* ed.

(*c*) *ff.*] *om.* ed.

(*c'*) *Digestum,* lib. 1, tit. 3: *De legibus senatusque consultis et longa consuetudine,* l. 31, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* p. 34: «Princeps legibus solutus est ...».

(*d*) *Digestum,* lib. 32, tit. [I]: *De legatis et fideicommissis,* l. 22, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* I, p. 485: «Si quis in principio testamenti adscripserit: 'cui bis legavero, semel deberi volo', postea eodem testamento ... eidem legaverit, suprema voluntas potior habetur ... ut legatarius plura legata accipiat ...».

(*e*) *Digestum,* lib. 4, tit. 8: *De receptis: Qui arbitrium receperint ut sententiam dicant,* l. 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* I, p. 97: «Nam magistratus superiore aut pari imperio nullo modo possunt cogi ...».

(*f*) *Digestum,* lib. 36, tit. 1: *Ad senatus consultum Trebellianum,* l. 13, § 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* I, p. 564: «Tempestivum est requirere, per quem quis cogatur adire et restituere hereditatem ... et dicendum est praetorem quidem in praetorem vel consulem in consulem nullum imperium habere ...».

(*f'*) *infra*] *C.* na ed.

(*f''*) [l.] *addidit* ed.

(*g*) *Codex Iustinianus,* lib. 7, tit. 16: *De liberali causa,* l. 8, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* II, p. 301: «Cum adfirmes placuisse quondam domino tuo ... aditus rector provinciae hortabitur eum salva reverentia, quam patrono liberti solent exhibere, placito suo stare».

(*g'*) [l.] *addidit* ed.

(*h*) *Codex Iustinianus,* lib. 2, tit. 4: *De transactionibus,* l. 13, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* II, p. 95: «Interpositas metus causa transactiones ratas non haberi edicto perpetuo continetur, nec tamen

infra (*h'*), *De decur., l. Evacuatis, libro x°* (*i*). *Econtra videtur quod sic, nam «grave est fidem fallere», ut ff. De constituta pecunia, l. i.* (*j*), *et naturalia iura suadent pacta servari et fides etiam hostibus est servanda, ut ff. De legibus, l. ultima* (*k*), *De censibus, l. i.* (*l*). *Preterea ad hoc facit hec* (*l'*) *lex, quia honestas ligat etiam principem, ut hic patet per ea que supra* (*m*) *dixi et nichil magis debetur homini, quam pacta servare, ut l. i., ff. De pactis* (*n*). *Ad hoc facit infra* (*n'*) *Qui testamenta facere possunt, l. Ex imperfecto* (*o*), *et ff. De legatis iii., l. Ex imperfecto* (*p*), *et infra De re*[*stitutione*] *militum* (*q*), *l. Que a patre* (*r*). *Preterea contractus principis est lex, ut infra De donationibus inter virum et uxorem, l. ultima* (*s*). *Ergo, etc. Et hanc partem* (*t*) *tenet ipse Guido* (*u*). *Ad quod facit extra, De probationibus, c. i.* (*v*). *Alii distinguunt an erat iustitia ex altera parte, an erat ibi inius-*

---

quilibet metus ad rescindenda ea, quae consensu terminata sunt, sufficit, sed talem metum probari oportet, qui salutis periculum vel corporis cruciatum contineat ...».

(*h'*) *infra*] *C.* na ed.

(*i*) *Codex Iustinianus*, lib. 10, tit. 32 (31): *De decurionibus ...*, l. 19 (*Vacuatis*), ed. *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 412: «Vacuatis rescriptis ... ita ut nec consensu civium vel curiae praestita cuiquam immunitas valeat, sed omnes ad munerum societatem conveniantur».

(*j*) *Digestum*, lib. 13, tit. 5: *De pecunia constituta*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 209: «Hoc edicto praetor favet naturali aequitati: qui constituta ex consensu facta custodit, quoniam grave est fidem fallere ...».

(*k*) *Digestum*, lib. 1, tit. 3: *De legibus senatusque consultis ...*, l. 41, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 35: «Totum autem ius consistit aut in adquirendo aut in conservando aut in minuendo: aut enim hoc agitur, quemadmodum quid cuiusque fiat, aut quemadmodum quis rem vel ius suum conservet, aut quomodo alienet aut amittat».

(*l*) *Digestum*, lib. 50, tit. 15: *De censibus*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 908. Fala do *Ius Italicum*, vigente em várias colónias: «Sciendum est esse quasdam colonias iuris Italici, ut est in Syria Phoenice splendidissima Tyriorum colonia ...».

(*l'*) *hec*] *hic.* na ed.

(*m*) *supra*] *infra.* na ed.

(*n*) *Digestum*, lib. 2, tit. 14: *De pactis*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 56: «Huius edicti aequitas naturalis est. Qui enim tam congruum fidei humanae, quam ea quae inter eos placuerunt servare? ...».

(*n'*) *infra*] *C.* na ed.

(*o*) No *Codex Iustinianus*, lib. 6, tit. 22: *Qui facere testamentum possunt vel non possunt*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, pp. 252-253, não há nenhuma lei *Ex imperfecto*. Há sim no *Codex Iustinianus*, lib. 6, tit. 23: *De testamentis ...*, l. 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, pp. 253-254: «Ex imperfecto testamento nec imperatorem hereditatem vindicare saepe constitutum est. Licet enim lex imperii sollemnibus iuris imperatorem solverit, nihil tamen tam proprium imperii est, ut legibus vivere».

(*p*) *Digestum*, lib. 32, tit. [I]: *De legatis et fideicommissis*, l. 23, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 485: «Ex imperfecto testamento legata vel fideicommissa imperatorem vindicare inverecundum est: decet enim tantae maiestati eas servare leges, quibus ipse solutus esse videtur».

(*q*) *De restitutione militum*] *ff. de testa. militaribus* erroneamente na ed.

(*r*) *Codex Iustinianus*, lib. 2, tit. 50 (51): *De restitutione militum et eorum qui rei publicae ...*, l. 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 115: «Quae a patre geruntur, non decet pro disciplina militari a filiis ad irritum devocari ...».

(*s*) *Codex Iustinianus*, lib. 5, tit. 16: *De donationibus inter virum et uxorem ...*, l. 27, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 211: «... Cum itaque in utroque casu oportet augusto remedio causam dirimi, cum nihil aliud tam peculiare est imperiali maiestati quam humanitas, per quam solam Dei servatur imitatio, in ambobus casibus donationem firmam esse censemus».

(*t*) *et hanc partem*] *et hanc legem et hanc partem* na ed. de Cino de Pistóia.

(*u*) Cf. nota (*b*) imediatamente anterior.

(*v*) *Decretales Gregorii IX*, lib. 2, tit. 19: *De probationibus*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 306: «... postulavit ut imperatori scriberem, quatenus pacta in chartophylacio requireret, quae dudum ... fuerunt emissa, ut ex his colligeret, quid tibi servare deberet ...».

titia et dolus, ut primo casu valeat pactum et compositio; secundo non. Argumentum eorum que notantur infra De transactionibus, l. ii (*x*), *et ff. De condictione indebiti, l. In summa* (*y*), *in principio; et potest esse ex parte subditorum iustitia resistendo, si ex parte domini sit iniusta et notoria violentia, ut infra* (*y'*) *De iure fisci, l. Prohibitum* (*a*), *libro x°»* (*a'*).

[*fl. 147*] *In Christi nomine. Amen* (*b*). *Dominus Ferrandus, rex Portugallie, etc., ut infra subicietur. Respondendo igitur, ad quesitum veniam* (*b'*), *prius altius exordiendo materiam. Et primo quero utrum rex possit obligare rem publicam regni sui vel fischum qui est reipublice portio* (*b''*) *et sub republica continetur tamquam contentum in continente. Et ut ita loquar, est ipsius reipublice anima et substentamentum, et licet antiqua questio sit utrum respublica et fiscus sint iddem, et vera solutio pateat ex predictis, quia pars non est totum, sed est de toto, ut ff. De usu fructu legati, l. Si alii* (*c*), *respondeo: questio ista est nimis generaliter proposita, et ideo per membrales questiones declaranda. Primo enim queri consuevit de contractibus an contractus regis vel principis possit obligare rempublicam vel fischum, quia si obligare potest, cum respublica et fischus sint quid eternum et perpetuum quantum ad essentiam, licet dispositiones sepe mutentur; fischus enim nunquam moritur, ut notatur in l. unica, § finali ff. Si quis ius dicenti non obtemperaverit* (*d*), *statim sequitur quod ex regio contractu respublica regni et fischus semel obligetur pro semper, presertim quia personales obligationes natura sui sunt perpetue, ut Institutiones, De perpetuis et temporalibus actionibus, in rubro et nigro* (*e*), *et* (*e'*) *ff. De actionibus et obligationibus, l. Obligationum fere, § Placet* (*f*), *et patet in c. i. Qui successores teneantur,*

(*x*) *Codex Iustinianus*, lib. 2, tit. 4: *De transactionibus*, l. 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, pp. 94-95: «Cum te proponas cum sorore tua de hereditate transegisse ... ex qua causa si fisco solvisses repetere non posses; si non solvisses iure convenireris».

(*y*) *Digestum*, lib. 12, tit. 6: *De condictione indebiti*, l. 65, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 205: «In summa, ut generaliter de repetitione tractemus, sciendum est dari aut ob transactionem aut ob causam aut propter condicionem aut ob rem aut indebitum ...».

(*y'*) *infra*] *C.* na ed.

(*a*) *Codex Iustinianus*, lib. 10, tit. 1: *De iure fisci*, l. 5, ed. KRUEGER *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 395: «Prohibitum est cuiuscumque bona, qui fisco locum fecisse existimabitur capi prius quam a nobis forma fuerit data ... sancimus licere universis quorum interest obicere manus his qui ad capienda bona alicuius venerint, qui succubuerit legibus, ut etiamsi officiales ausi fuerint a tenore datae legis desistere, ipsis privatis resistentibus a facienda iniuria arceantur ...».

(*a'*) CYNUS PISTORIENSIS, *In Codicem ... commentaria ..., ed. cit.*, fl. 26.

(*b*) *In Christi nomine. Amen*] *om.* ed.

(*b'*) *veniam*] *videamus* na ed.

(*b''*) *portio*] *Portugallie* na ed.

(*c*) *Digestum*, lib. 33, tit. 2: *De usu et usufructu et reditu et habitatione et operis per legatum ...*, l. 19, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 502: «Si alii fundum, alii usum fructum eiusdem fundi testator legaverit: si eo proposito fecit, ut alter nudam proprietatem haberet, errore labitur ...».

(*d*) *Digestum*, lib. 2, tit. 3: *Si quis ius dicenti non obtemperaverit*, l. única, § 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 48: «... Hoc iudicium non ad id quod interest, sed quanti ea res est concluditur: et cum meram poenam contineat, neque in heredem datur».

(*e*) *Institutiones*, lib. 4, tit. 12: *De perpetuis et temporalibus actionibus et quae ad heredes vel in heredes transeunt*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 52: «... actiones 'quae ex lege senatusve consulto 'sive ex sacris constitutionibus' proficiscuntur, perpetuo solere' antiquitus competere ...».

(*e'*) *et*] *om.* ed.

(*f*) *Digestum*, lib. 44, tit. 7: *De obligationibus et actionibus*, l. 44, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, p. 767: «... Placet autem ad tempus obligationem constitui non posse non magis quam legatum: nam quod alicui deberi coepit, certis modis desinit deberi ...».

coll. x.ª (g). Super quo articulo dicendum est quod rex potest obligare fischum regni sui, non tantum quia est legiptimus administrator, sed etiam quia habetur loco domini, ut C. De quadriennii prescriptione, l. Bene a Zenone (h). et ff. De publicanis, l. Cesar (i), et C. De navicularíis et naucleris (j), l. Cum (k) navarchorum (l), libro xi°, dum tamen non faciat aliquem contractum, per quem monarchia regni et honor corone possit diminui, ut extra, De iureiurando, c. Intellecto (m). Facit extra, De supplenda negligentia prelatorum, c. Grandi, libro vi.° (n). Et hoc verum est, non solum solita faciendo, sed etiam insolita agrediendo, quia regnum magis assimilatur dominio quam simplici regimini. Quod patet ex iure transmictendi regnum ad legitimos filios et successores masculos, et interdum feminas, si hoc est de consuetudine regni, ut extra, De voto, c. Licet (o). Et quod per modum contractus possit imperator vel rex ligare (o') successorem per indirectum, scilicet obligando fischum, qui fischus est idem in successore, tenet Cynus secundum Guidonem de Suzaria (p), C. De legibus, l. Digna vox, in ultima questione (q). Hoc de contractibus ideo premicto, quia maleficia interdum iure contractus censentur, ut ff. De iudiciis, l. Omnem (r). Quia tamen regula iuris civilis est quod ex delicto rectoris vel prelati non obligatur dignitas vel successor, ut in c. Delictum persone, De regulis iuris, libro vi° (s) et in c. Dampnamus, De summa Trinitate, in fine (t), ideo oportet apertius hunc articulum explicare. Quero igitur utrum ex delicto regis teneatur eius successor.

(g) *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 3: *Qui successores feudum dare teneantur*, c. 1, ed. Lugduni, 1547, p. 3a: «... Laici vero iisdem modis omnibus, quibus supra diximus, si aliis investituram dederint, haeredes eorum, si rationibus claruerint, omnimodo eam adimplere compelluntur».

(h) *Codex Iustinianus*, lib. 7, tit. 37: *De quadriennii praescriptione*, l. 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 310: «... cum omnia principis esse intellegantur, sive a sua sententia sive ex fiscali fuerit aliquid alienatum? ...».

(i) *Digestum*, lib. 39, tit. 4: *De publicanis et vectigalibus et commissis*, l. 15, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 651.

(j) *naucleris*] *nave* na ed.

(k) *Cum*] *Quod* no ms. e na ed.

(l) *Codex Iustinianus*, lib. 11, tit. 2 (1): *De navicularíis seu naucleris* ..., l. 4 (6), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 428.

(m) *Decretales Gregorii* (*IX*, lib. 2, tit. 24: *De iureiurando*, c. 33, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 373: «... et in sua coronatione iuraverit etiam, iura regni sui et honorem coronae illibata servare ...».

(n) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 8: *De supplenda negligentia praelatorum*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 973: «... regnum ipsum maturius reformaturus ... praesertim quum ad curam et administrationem generalem et liberam regni eiusdem tam pro saepe dicti regis quam ipsius regni utilitate ... ac ad defensionem ecclesiarum, monasteriorum ... sit assumptus ...».

(o) *Decretales Gregorii IX*, lib. 3, tit. 34: *De voto et voti redemptione*, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 591: «... paterna te reddas successione indignum ... sciturus ... et iure, quod tibi, si dictus rex sine prole decederet, in regno Hungariae competebat ordine geniturae, privandum, et regnum ipsum ad minorem fratrem tuum, appellatione postposita, devolvendum».

(o') *imperator vel rex ligare*] *imperator colligare* na ed.

(p) Cf. nota (*b*) da penúltima numeração.

(q) CYNUS PISTORIENSIS, *In Codicem ... comentaria ..., ed. cit.* fl. 26.

(r) *Digestum*, lib. 5, tit. 1: *De iudiciis: ubi quisque agere vel convenire debeat*, l. 20, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 104: «Omnem obligationem pro contractu habendam existimandum est, ut, ubicumque aliquis obligetur, et contrahi videatur ...».

(s) *Liber Sextus Decretalium*, lib. 5, tit. último: *De regulis iuris*, regula 76, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1124.

(t) *Decretales Gregorii IX*, lib. I. tit. 1: *De summa Trinitate et fide catholica*, c. 2, ed. FRIEDBERG,

Et premicto quod rex habet tria (t') patrimonia, scilicet reipublice, puta castra, vel molendina reipublice, sicut sunt molendina civitatis Bononie. Item bona fiscalia, quando fiscus (!) succedit, vel ex condempnatione procedit, ut in ff. et C. De iure fisci per totum (u). Item proprium et singulare patrimonium quod vel propria probitate quesivit, vel prospera fortuna accessit. Modo quantum ad primum et secundum genus bonorum dico quod aut deliquit in forma delicti, puta per furtum vel rapinam, et non obligatur respublica, vel fischus, quia (u') hoc non pendet ex administratione regni, nec in hoc est persona publica, sed privata, et quidem tyrampnus, argum. C. Unde vi, l. Meminerint (v). Omnis enim potestas alium obligandi a iure descendit, et ex prohibitis non surgit ius, nisi contra delinquentem, vel eius successorem universalem, qui appellatur iuris successor, ut ff. De edendo, l. Quedam, § Is autem (x), C. Ex (x') delictis defunctorum, l. i. (y), extra, De restitutione spoliatorum (a), Cum ad sedem (a'). Non obstat C. D. sacrosanctis ecclesiis, [l.] (b) Iubemus nullam (b'), quia ibi omnes consenserunt delicto, et ideo omnes plectuntur, ut notatur ff. De regulis iuris, l. Aliud, § Refertur (c). Ego dico quod ibi est ideo quia omnes naves debent tributum Cesari transvectionis felicis embole, et ideo quia tributum subtrahitur, navis publicatur. Aut rex deliquit in forma contractus, puta commictendo dolum in contractu, unde dolus venit purgandus per actionem ex contractu, et tunc obligat rem publicam et fischum, sicut quando agitur ex contractu propter contractum sine aliquo dolo secundum Cynum in dicta l. Digna vox (d), quamquam forte posset dici contrarium, si ad rempublicam vel fischum nichil pervenit, quia non debet [147v] unus pro alio pregravari (d'),

---

Corpus Iuris Canonici, II, col. 7: «... In nullo tamen propter hoc Florensi monasterio, cuius ipse Ioachim extitit institutor, volumus derogari, quoniam ibi et regularis est institutio ...».

(*t'*) *tria*] *tam* na ed.

(*u*) *per totum*] *om.* na ed. — *Digestum*, lib. 49, tit. 14: *De iure fisci*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, pp. 879-884 e *Codex Iustinianus*, lib. 10, tit. 1: *De iure fisci*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, pp. 395-396.

(*u'*) *quia*] *om.* na ed.

(*v*) *Codex Iustinianus*, lib. 8, tit. 4: *Unde vi*, l. 6, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, pp. 332: «... ne inde iniuriarum nascatur occasio, unde iura nascuntur ...».

(*x*) *Digestum*, lib. 2, tit. 13: *De edendo*, l. 9, § 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 56: «... Is autem, cui argentarius rationes suas legavit, non videbitur contineri, 'quia iuris successor his verbis significatur': non magis, quam si ei vivus eas donasset, sed nec heres tenebitur, cum nec possideat nec dolo malo fecerit ...».

(*x'*) *Ex*] *de* na ed.

(*y*) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 17: *Ex delictis defunctorum* ..., l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 156.

(*a*) *spoliatorum*] ed. *addidit c.*

(*a'*) *Decretales Gregorii IX*, lib. 2, tit. 13: *De restitutione spoliatorum*, c. 15, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 289.

(*b*) [l.] *addidit* a ed.

(*b'*) *Codex Iustinianus*, lib. 1. tit. 2: *De sacrosanctis ecclesiis*, l. 10, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 13: «Iubemus nullam navem ultra duorum millium modiorum ... cupimus observari, ut generaliter, si quid eiusmodi contra ius vel utilitatem publicam in quolibet negotio proferatur, non valeat ...».

(*c*) *Digestum*, lib. 50, t. 17: *De diversis regulis iuris antiqui*, l. 160, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 925: «Aliud est vendere, aliud vendenti consentire. Refertur ad universos quod publice fit per maiorem partem».

(*d*) CYNUS PISTORIENSIS, *In Codicem ... commentaria ..., ed. cit.*, fl. 26.

(*d'*) *pergravari*] *pignorari* na ed.

ubi possunt ab invicem separari, ut ff. Communi dividundo, l. Si is cum quo (*e*), *et in Autentica Ut non fiant pignorationes, in rubro et nigro, v.° coll.* (*f*).

Hiis accedit quod delictum regis Roberti regno non obfuit, quia ex eo regnum non erat locuplectatum per immediatam causam delicti, licet esset defensum a gente barbarica, ut in c. Pastoralis, De re iudicata, in Clem. (*g*). *Sed interdum rex delinquit iudicando, et in figura iustitie pretense, et tunc videtur quod possit preiudicare sue reipublice et fischo, ut C. De hiis que ut indignis, l. Polla* (*h*).

Modo venio ad casum nostrum, in quo sic dico quod aut rex deliquit per apertam naturam delicti, aut per inclusam sub velamine contractus vel iudicii. Primo casu, si quidem res capte fuerunt vendite per officialem camere fisci, tenetur fischus, quia locuplectior, et rex novus tenetur, non tamquam debitor obligatus ex delicto predecessoris, sed tamquam iudex obligatus ad faciendam iustitiam de suo fischo, ut l. Proxime, De hiis que in testamento delentur (*i*). *Si vero ille res non fuerunt vendite pro camera fisci, nec nomine fisci arestate, sed nomine simplicis persone regis, tunc successor non tenetur, quia non est successor iuris neque rerum, unde possit descendere obligatio in ipsum. Nam ut dictum est, et* (*i'*) *regula iuris dictat quod non debet aliquis alterius odio pregravari. Item certe sunt regule, per quas successores obligantur, et iste casus non est sub regula, nec etiam sub exceptionibus obligatoriis, et ubi cessat materia, cessat obligatio, ut ff. De pactis, l. Iurisgentium, § i.* (*j*), *et Instit. De obligationibus, § sequens* (*k*).

Modo restat tertium membrum, scilicet si rex habebat aliqua bona singulariter propria ex emptione vel successione, vel aliquo alio iure proprio, non tamquam rex, sed tamquam homo et (*k'*) *animal rationale, si quidem successor non possidet ista bona, non tenetur ullo modo; si autem possidet, licet actio debeat dirigi contra filiam et heredem dicti regis, tamen ex quo ipsa est spoliata, novus rex tenetur officio iudicis illa bona consignare*

(*e*) *Digestum*, lib. 10, tit. 3: *Communi dividundo*, l. 20, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 178: «Si is, cum quo fundum communem habes, ad delictum non respondit et ob id motu 'iudicis' villa diruta est aut arbusta succisa sunt, praestabitur tibi detrimentum iudicio communi dividundo ...».

(*f*) *Authenticorum collatio quinta*, tit. 5: *Ut non fiant pignorationes pro aliis personis et, ut sicut principum donationes non egent gestis monumentorum, sic nec a privatis imperatoribus factae donationes indigeant*, ed. Lugduni 1547, p. 124b: «Innonestas pignorationes et odibiles super his exactiones, plurimae quidem et aliae leges odio habent ...».

(*g*) *Clementinae*, lib. 2, tit. 11: *De sententia et re iudicata*, col. 1151-1153.

(*h*) *Codex Iustinianus*, lib. 6, tit. 35: *De his quae ut indignis auferuntur ...*, l. 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 267: «Polla quidem liberam habuit administrandi patrimonii sui potestatem nec idcirco, quod pupillus illi heres extitit, ea quae ab ipsa finita sunt revocari in disceptationem oportet ...».

(*i*) *Digestum*, lib. 28, tit. 4: *De his quae in testamento delentur ...*, l. 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 417: «Proxime in cognitione principis cum quidam heredum nomina induxisset et bona eius ut caduca a fisco vindicarentur, diu de legatis dubitatum est ... sed in re dubia benigniorem interpretationem sequi non minus iustius est quam tutius ...».

(*i'*) *est et*] ed. *om. et.*

(*j*) *Digestum*, lib. 2, tit. 14: *De pactis*, l. 7, § 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 57: «Iuris gentium conventiones quaedam actiones pariunt, quaedam exceptiones. Quae pariunt actiones, in suo nomine non stant, sed transeunt in proprium nomen contractus: ut emptio, venditio, locatio, conductio, societas, commodatum depositum et ceteri similes contractus».

(*k*) *Institutiones*, lib. 3, tit. 13: *De obligationibus*, § 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 35: «Sequens divisio in quattuor species deducitur: aut enim ex contractu sunt aut quasi ex contractu aut ex maleficio aut quasi ex maleficio».

(*k'*) *homo et*] no ms. *hoc* erroneamente.

creditoribus ut provide eis satisfiat, ut ff. De bonis auctoritate iudicis possidendis, l. Cum unus, § Is qui (l), et ff. De officio presidis, l. Illicitas, in principio (m).

Ex hiis patet solutio questionis cum hoc adiuncto quod pignoratio est prohibita, unde dictus rex pessime fecit. Secus si hoc fecisset lege permittente propter fraudatum vectigal vel obmissam profexionem census, ut C. De nautico fenore [l.] (m'), Cum proponas (m''), et ff. Locati, l. penultima, § Navem (n). Unum non est obmittendum, ymo diligenter animadvertendum ne isti nobiles qui fuerunt pro alieno debito exacti, incurrant in vitium quod ipsi condempnant, id est caveant ne faciant pignorationes pro vero vel pretenso debito dicti regis defuncti sine herede, qui hodie extet (o), quia si alium pro alio pignorarent (o') vel quod pessimum est, pirraticam exercerent, a iure suo caderent, ut in dicta autentica Ut non fiant pignorationes, in principio (p), et ibi notatis, sed teneant modos debitos et cum ordine rationis. Et facit ad predicta l. Providendum, C. De decurionibus, libro x° (q).

Casus consilii proxime suprascripti talis est (r): Dominus Ferrandus, rex Portugallie, capi fecit quandam navim honustam bonis et rebus Oberti et Luciani de Spinolis, patronizatam per Stephanum de Auria. Qui rex Ferrandus decessit, relicta unica filia nupta regi Castelle sine alia prole [legitima] (s). Qui rex Castelle pro dicta sua uxore et iure hereditario occupavit dictum regnum Portugallie. Quo regno occupato, quidam frater naturalis dicti regis Ferrandi, nomine Johannes, cum auxilio et favore populi dicti regni insurrexit

---

(*l*) No ms. e na ed. do *Consilium: De bonis auctoritate iudicis* ... — *Digestum*, lib. 42, tit. 5: *De rebus auctoritate iudicis possidendis seu vendundis*, l. 12, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 720: «Cum unus ex creditoribus postulat in bona debitoris se mitti, quaeritur ... Is qui possidere iubetur, eo loco iussus videtur, cuius cura ad iubentem pertinet ...».

(*m*) *Digestum*, lib. 1, tit. 18: *De officio praesidis*, l. 6, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 44: «Illicitas exactiones et violentia factas, et extortas metu ventitiones et cautiones vel sine pretii numeratione prohibeat praeses provinciae ...».

(*m'*) [l.]] *addidit* ed.

(*m''*) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 33: *De nautico fenore*, l. 4 (3), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 173: «Cum proponas te nauticum fenus ea condicione dedisse, ut post navigium, quod in Africam dirigi debitor adseverabat ... illicitis comparatis mercibus quae navis continebat fiscum occupasse ... ex praecipiti avaritia et incivili debitoris audacia accidisse adseveratur, adscribi tibi iuris publici ratio non permittit».

(*n*) *Digestum*, lib. 19, tit. 2: *Locati conducti*, l. 61, § 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 291: «Navem conduxit, ut de provincia Cyrenensi Aquileiam navigaret olei metretis tribus milibus impositis et frumenti modiis octo milibus certa mercede: sed evenit, ut onerata navis in ipsa provincia novem mensibus retineretur et onus impositum commisso tolleretur».

(*o*) *extet*] *extent* na ed.

(*o'*) *pignorarent*] *pignoraret* na ed.

(*p*) *Authenticorum collatio quinta*, tit. 5: *Ut non fiant pignorationes pro aliis personis* ..., ed. Lugduni 1547, p. 124b-125a: «Inhonestas pignorationes, et odibiles super his exactiones, plurimae quidem et aliae leges odio habent: praecipue autem a nobis positae ... Propterea sancimus nullam omnino pignorationem in nostra republica prevalere neque in mercatis ...».

(*q*) *Codex Iustinianus*, lib. 10, tit. 32 (31): *De decurionibus*, l. 23, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 412: «Providendum est eorum novitati decurionum, qui nuper nomen curiis addiderunt, ne praeteritis debitis susceptorum onerentur ... nullam eos molestiam pro sarcina nominationis alienae sustinere patiaris».

(*r*) Na ed. (vol. I, *Consilia*, n. 271, fl. 81va), todo o *consilium* começa pelas palavras *In Christi nomine. Casus consilii talis est: Dominus Ferrandus* até às palavras *Queritur quid iuris*, depois das quais segue a transcrição de Cino de Pistóia: *Verba Cyni in sua lectura C. De legibus, l. Digna vox talia sunt: Ultimo* ...

(*s*) [*legitima*]] *addidit* ed. — Sobre os casamentos de Dona Beatriz, filha primogénita de el-rei D. Fernando, rei de Portugal, com el-rei de Castela e desposórios anteriores com príncipes de Castela e com o filho do Duque de Cantabrígia, vários meses e anos antes da morte do monarca português, cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, p. 375-388.

ad arma contra dictum regem Castelle, ut (t) occuparet scismaticos nomine suo et dicti regni, et vi armorum expugnavit (u) et vicit dictum regnum expulsis omnibus Castellanis et illis qui tenebant dictum regnum nomine dicti regis Castelle, tunc scismatici. Quo regno devicto, populus dicti regni Portusgallie, videns dictum Johannem virum probum et virtuosum et quod fuerat vite naturalis dicti regis Ferrandi, elegit et voluit eum habere in regem dicti regni Portusgallie. Et rex est et tamquam rex tenet et presidet dicto regno. A quo rege Johanne dicti Obertus et Lucianus petunt et requirunt emendam et satisfactionem dictarum rerum et mercium. Quibus respondetur pro parte regis Johannis quod, cum ipse non sit heres nec tamquam heres nec iure (v) hereditario dicti regis Ferrandi teneat dictum regnum, eis (x) non tenetur. Dicti autem Obertus et Lucianus dicunt quod ex quo dictus rex Johannes tenet et possidet dictum regnum et totam substantiam sui debitoris, scilicet dicti Ferrandi qui res dictorum Oberti et Luciani habuit, tenetur eis de dictis rebus et (y) mercibus satisfacere. Queritur quid iuris (z)».

O outro parecer de Baldo de Perusa é mais longo. Trata-se de resposta à mesma questão proposta à Universidade de Bolonha. Baldo começa por interrogar-se se, em virtude do contrato entre el-rei D. Dinis e Manuel Pessanha e sucessores quanto ao almirantado e respectivas obrigações e direitos, estaria D. João I obrigado às condições do mesmo, já que o monarca não era propriamente sucessor no reino por direito hereditário, mas subira à dignidade de rei em virtude da eleição do povo.

Em resposta, o jurista estabelece a distinção entre reinos que passam aos sucessores por linha de sangue e os que passam a outros não por direito de sucessão, mas sim de eleição. Distingue também entre contratos pessoais, dependentes da vontade, e contratos perpétuos, os quais expiram só com a extinção da própria concessão, como seriam os contratos régios, feitos em seu nome, do reino ou do seu povo. Estes últimos contratos eram válidos, a não ser que redundassem em prejuízo do reino ou da Igreja. Ainda como premissa, observa o nosso jurista que el-rei de Portugal tinha o supremo ou soberano poder, enquanto não reconhecia nenhum outro superior no reino, podendo fazer contratos em seu nome e de todo o seu território e povos. A obrigação, portanto, desses contratos não passava aos sucessores. Mas havia a considerar o facto ou seja se o crime cometido pelo almirante Lançarote tinha consequências para a extinção do contrato, em relação aos filhos do almirante, porquanto era crime contra o reino o de Lançarote.

Baldo de Perusa conclui sem hesitação alguma que tal crime de traição da pátria prejudicava os sucessores. E prova-o, baseado em várias autoridades do direito. Tal crime afectava o reino, à semelhança do povo romano, porque se tratava de povo livre, com direito a criar ou eleger o seu rei. Além disso, os filhos, com esse crime do pai, tornavam-se infames pelo direito e como tais não podiam comparecer na corte. Finalmente, pela natureza do mesmo contrato feudal, tal crime tinha como consequência a perda do feudo que passava ao senhor do vassalo. Por conseguinte, esse feudo pertencia, por direito divino e humano, ao reino e ao monarca criado pelo povo.

Quanto ao direito de criar o rei, observa o jurista não ser ocasião para tratar disso, tanto

---

(t) *ut*] *et* no ms.
(u) *expugnavit*] *impugnavit* na ed.
(v) *nec iure*] *nec in iure* na ed.
(x) *eis*] *om.* na ed.
(y) *rebus et*] *om.* na ed.
(z) Bibl. Apostól. Vaticana, cód. Barb. lat. 1408, fls. 146r-147v, ed. *Consilia*, vol. I, Venetiis, 1575, *cons.* 271, fls. 81va-82a.

mais que não havia dúvida alguma sobre a legitimidade da eleição de D. João I pelo povo, em virtude do direito dos povos ou direito internacional, pois se tratava de um povo livre, embora Baldo, segundo a opinião dos juristas italianos, nomeadamente do papa Inocêncio IV, defenda que os reis estavam sujeitos às leis do Imperador, assim como ao direito natural, observando que, se não fora o delito do almirante feudatário, el-rei estaria obrigado a observar o contrato estipulado com o antigo rei D. Dinis. Tendo o vassalo cometido o delito contra el-rei e o reino, estava fora de dúvida que o feudo voltava à posse de el-rei.

A seguir a estas considerações, Baldo de Perusa versa o tema do direito de os reis fazerem doações de castelos e lugares a seus soldados ou cavaleiros, contanto que não sejam em prejuízo da coroa ou diminuição do estado do reino. A propósito lembra também que as ordens justas do rei devem ser observadas, excepto se forem contra o direito natural. Por isso, ao mandato de el-rei de defender a pátria, mesmo com perigo de vida, deve-se obediência. Por vezes, a desobediência ao rei é punida com a pena de morte e outras com a pena de infâmia. De tais considerações tira a consequência de que o soldado ou cavaleiro podia ser privado do castelo por ter desobedecido, castigo que ele estende aos filhos do militar desobediente. É que os filhos dos militares desobedientes tornam-se infames e merecem ser privados dos castelos que o rei, com todo o direito, concedeu a outrem, visto que a concessão feita ao primeiro rebelde, trânsfuga para os inimigos do rei, extinguira-se por esse motivo.

Sem dúvida alguma que estes argumentos se podem aplicar ao caso do almirante Lançarote. E deve ter sido esse o motivo por que o editor dos Consilia *de Baldo de Perusa incluiu estes dizeres no* consilium *ou consulta do monarca português. Penso, contudo, que esta passagem fazia parte doutro* consilium, *porque no ms. começa pelas palavras:* In Christi nomine, amen. Presuponendum est quod dominus rex, *e lá para o fim fala de* Lucius transfuga ad hostes regis *e do tempo em que* Titius *esteve na posse da doação, bem como do tempo em que a doação voltou ao rei:*

> «*In Christi nomine, amen* (*a*). *Super eo quod queritur, utrum virtute contractus habiti inter dominum regen Dionisium nomine suo et suorum successorum, et dominum Manuellem Peçanho suo etiam nomine et* (*a'*) *suorum successorum super officiis almirantatus et eius iurisdictione et aliis emolumentis, etiam conferendo ratione dicti officii dicto Manuelli et suis successoribus concessi, obligetur illustris dominus presens rex, qui iure hereditario supradicto regi et eius heredibus in regno isto non successit* (*b*), *sed solum ex populi electione est in regem adsumptus, dictum officium cum suis emolumentis et feudo dimittere seu de necessitate successoribus dicti Manuelis concedere, vel contractum adprobare iuxta formam in dicto contractu expressam de iure teneatur* (*b'*) *necne.*
>
> *Merito dubitatur. Et ad evidentiam premictendum est: quando*[*que*] *quedam sunt regna que linea sanguinis deferuntur et transeunt in posteros successive, ut extra, De voto, c. Licet* (*c*); *quedam vero sunt imperia* (*c'*) *que non transeunt ad heredes per*

(*a*) *In Christi nomine, amen*] *om.* na ed.

(*a'*) *Et*] *et nomine* na ed.

(*b*) *Successit*] *succedit*, na ed.

(*b'*) *Teneatur*] *teneantur* na ed.

(*c*) *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 34: *De voto et voti redemptione*, ed. AEMILIUS FRIEDBERG, c. 6 (*Licet*), *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 590-591.

(*c'*) *Imperia*] *et regna* ed. *addidit.*

successionem, quia deferuntur electione, et non successione, ut extra, De electione, c. Venerabilem, § Insuper (d), et extra, De pactis, c. Accepimus (d'), ut est regnum Romanorum, et tale regnum a Deo hominibus mictitur, ut C. De veteri iure enucleando, l. ii. § Quia vero imperialem (e), et l. i. in principio (e'), et in Autentica, Quomodo oportet episcopos, in principio (f), et in Autentica, De instrumentorum cautela et fide, § ii. (g), et in Autentica Constitutio que de dignitatibus. § penultima, in fine (h), et in Autentica In medio litis non fieri sacras formas § i. (i) et in Autentica De consulibus, in fine (j). Et dicebatur antiquitus dum Romanorum imperium erat in flore, quod corona imperialis invisibilis imponebatur a Deo, materialis vero et visibilis erat ipsa imperialis insula, ut C. De quadriennii perscriptione, l. Bene a Zenone (k).

Secundo premictendum est quod (k') imperator in persona mori potest, sed ipsa dignitas seu imperium immortalis est, sicut et summus pontifex moritur, sed summus pontificatus non moritur, et ideo que procedunt a persona et non a (l) sede personalia sunt, si a successiva voluntate dependent; si autem statim transferunt secum ius plenum, tunc mors collatoris non impedit beneficium, quin duret tempore successorio, ut in Autentica Constitutio que de dignitatibus, § Illud (l'), et in c. Si gratiose, De rescriptis libro vi.° (m). Quedam vero procedunt a sede et ista semper sunt perhennia et heterna, donec superveniat

---

(*d*) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6: *De electione et electi potestate*, c. 34 (*Venerabilem*), ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 82.

(*d'*) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 35: *De pactis*, c. 5 (*Accepimus*), ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 205.

(*e*) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 17: *De veteri iure enucleando et auctoritate iuris prudentium qui in digestis referuntur*, 1. 2, § (?), ed. PAULUS KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, Berolini, 1963, p. 70. Não encontrei o ' *Quia vero imperialem*.

(*e'*) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 17: *De veteri iure enucleando* ..., 1. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 69.

(*f*) Novella VI: *Quomodo oporteat episcopos et reliquos clericos ad ordinationem deduci, et de expensis ecclesiarum*, ed. GUILELMUS KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, Berolini 1963, pp. 35-36.

(*g*) Novella 73 (Auth. 76, coll. 6, tit. 3): *De instrumentorum cautela et fide* ..., praefatio, 1, ed. KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, p. 364: «Quia igitur imperium propterea deus de coelo constituit...».

(*h*) Novella 81 (Auth. 82, coll. 6, tit. 9): *Constitutio quae dignitatibus et episcopatum* ..., cap. II, ed. KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, p. 399: «... quoniam omne bonum, quod sive a deo acquiritur hominibus sive ab imperio sequente deum...».

(*i*) Novella 113 (Auth. 110, coll. 8, tit. 11): *In medio litis non fieri sacras formas aut sacras iussiones* ..., cap. I, ed. KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, p. 530: «... Nos enim quibus deus et sanciendi potestatem donavit ...».

(*j*) Novella 105 (Auth. 34, coll. 4, tit. 3): *De consulibus*, cap. II, § 4, ed. KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, p. 507: «... Omnibus enim a nobis dictis imperatoris excipiatur fortuna, cui et ipsas deus leges subiecit, legem animatam mittens hominibus ...».

(*k*) *Codex Iustinianus*, lib. 7, tit. 37: *De quadriennii praescriptione*, 1. 3 (*Bene a Zenone*), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 310.

(*k'*) *Quod*] *om.* na ed.

(*l*) *Non a*] *nova* erroneamente na ed.

(*l'*) Novella 81 (Auth. 82, coll. 6, tit. 9): *Constitutio quae dignitatibus et episcopatu liberat filium patria potestate*, cap. II, ed. KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, p. 399: «Non enim volumus eum ... perdere aliquod legitimorum ius, sed sint et generi ad eos et ipsis ad genus intacta legitima et ex natura servata iura, et filii eorum post mortem avorum sub eorum recidant potestatem, ac si contigisset horum parentes morte suorum patrum et non ex praesenti lege suae potestatis fieri et merito filios post mortem suorum patrum, sub potestate habere ...».

(*m*) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 3: *De rescriptis*, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 939: «Si gratiose tibi a Romano Pontifice concedatur, ut beneficia, quae tempore tuae promotionis

casus extinctivus seu terminus vite ipsius concessionis. Huiuscemodi (m') sunt contractus regum qui contrahunt nomine suo et regni seu gentis sue. Nam regnum continet in se non solum territorium materiale, sed etiam ipse gentes regni et ipsi populi (n) collective regnum sunt, et circumscripta obedientia populorum, rex non posset dici regnare, ut (n') ff. De origine iuris, l. ii. § Exactis (o). Et hec vera sunt, nisi rex aliquid ordinaverit in preiudicium regni, quia talis ordinatio ruit cum concessore, si lederet enormiter ipsum regnum. Nam quidquid dicatur de donatione Constantini, que fuit miraculosa, si similes donationes fierent a regibus, non ligarent successores, quibus regni tutela, non dilapidatio est commissa, ut in c. Grandi, De supplenda negligentia prelatorum [fl. 152], libro vi.° (o'), et notatur in Autentica Quomodo oportet episcopos, in principio (p), et est expressum (p') extra, De iureiurando. c. Intellecto (q). Excipitur tamen secundum quosdam, si fieret pro statu totius catholice ecclesie, ut notatur in l. i. § Cum urbem, C. De officio prefecti urbis (r) et De re iudicata (r'), Pastoralis, in Clem. (s), et De iureiurando, c. i., eadem compillatione (t). Sed hoc ad presens dimictatur indiscussum, nam alibi plene dictum est.

Tertio premictendum est quod rex qui in regno suo tenet principalissimum principatum, quia non recognoscit (t') superiorem, est totum continens, et potest contrahere

---

obtinebas, posses usque ad suae voluntatis beneplacitum retinere: huiusmodi gratia per eius obitum, per quem ipsius beneplacitum omnino extinguitur, eo ipso exspirat. Secus autem, si usque ad apostolicae sedis beneplacitum gratia concedatur praedicta. Tunc enim quia sedes ipsa non moritur, duravit perpetuo, nisi a successore fuerit revocata ...».

(*m'*) *Huiuscemodi*] *huiusmodi* na ed.

(*n*) *Ipse gentes regni et ipsi populi*] *ipsas gentes regni, quia ipsi populi* na ed.

(*n'*) *Ut*] *om.* na ed.

(*o*) *Digesta*, lib. I, tit. 2: *De origine iuris et omnium magistratuum et successione prudentium*, 1. 2, § 3, ed. THEODORUS MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, Berolini, 1963, col. 30: «Exactis deinde regibus lege tribunicia omnes leges hae exoleverunt iterumque coepit populus Romanus incerto magis iure et consuetudine aliqua uti quam per latam legem ...».

(*o'*) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 8: *De supplenda negligentia praelatorum*, cap. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 973: «... qui eidem regi, si absque legitimo decederet filio, iure regni succederet, quique examinatae dilectionis affectu ... regnum ipsum maturius reformaturus firma credulitate speratur, praesertim quum ad curam et administrationem generalem et liberam regni eiusdem, tam pro saepe dicti regis quam ipsius regni utilitate, si provide attendatur, ac ad defensionem ecclesiarum ... sit assumptus ...».

(*p*) Novella 6 (coll. 1, tit. 6): *Quomodo oporteat episcopos et reliquos clericos ...*, preafatio, ed. KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, p. 36: «... imperium autem recte et competenter exornet traditam sibi rempublicam, erit consonantia quaedam bona, omne quicquid utile est humano conferens generi».

(*p'*) *Et est expresum*] *et expressim* na ed.

(*q*) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 24: *De iureiurando*, c. 33, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 373: «Intellecto iamdudum quod ... Hungariae rex illustris alienationes quasdam fecerit in praeiudicium regni sui et contra regis honorem ... nos ... eidem regi dirigimus scripta nostra, ut alienationes praedictas ... studeat revocare ...».

(*r*) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 28: *De officio praefecti Urbis*, 1. 1, § (?), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 81. Não encontrei o § indicado. *Cum urben.*

(*r'*) *Iudicata*] ed *addidit: c.*

(*s*) *Clementinae*, lib. II, tit. 11: *De sententia et re iudicata*, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1151-1153.

(*t*) *Clementinae*, lib. II, tit. 9: *De iureiurando*, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1147-1150: «Romani principes, orthodoxae fidei professores, sacrosanctam Romanam ecclesiam, cuius caput est Christus redemptor noster, ac Romanum Pontificem eiusdem redemptoris vicarium ... eidem Romano Pontifici ... sua submittere capita non reputarunt indignum ...».

(*t'*) *Recognoscit*] *cognoscit* na ed.

nomine suo et totius terre et populorum suorum. Habet enim plenissimam potestatem, ut ff. De publicanis, l. Cesar (u), C. De quadriennii prescriptione, l. Bene a Zenone (v). Unde in hiis que (v') contraxit sub nomine dignitatis, obligat successores, quia natura contractus hec est quod est transmissibilis, nisi in quibusdam contractibus, qui transmissionem non recipiunt natura sui. Unde sciendum est quod an dispositio regis sit realis vel personalis, cognoscitur pluribus modis. Primo nanque cognoscitur ex forma, nam si tenor scripture facit mentionem subcessorum ex utraque parte, ista dispositio est in rem scripta et transit in successores utriusque partis, sive loquamur de successoribus, qui succedunt iure hereditario, ut ff. De pactis, l. Iuris gentium, § Pactorum (x), sive de successoribus dignitatis et administrationis, ut patet ex eo quod legitur et notatur in c. i. Qui successores teneantur, coll. x.ª (y), et extra, Ne prelati vices suas, c. fina. (a), et ff. De pactis, l. Iuris gentium, § Pactorum (b), et l. Qui in futurum, § Si ex altera (c), et ff. De probationibus, l. Si pactum (d), et C. Ut actiones ab herede et contra heredem, l. i. (e). Et in contractibus regum est expressum quod partium sunt et transeunt ad successores in regno, si celebrati sunt nomine dignitatis, extra, De re iudicata, [c.] (e') Abbate sane, in principio, libro vi.º (f), et extra, De iureiurando, c. Intellecto, per Innocentium (g). Nec mirum, quia in

---

(*u*) *Digestum*, lib. 39, tit. 4: *De publicanis et vectigalibus et commissis*, 1. 15, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, col. 651.

(*v*) *Codex Iustinianus*, lib. 7, tit. 37: *De quadriennii praescriptione*, 1. 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, col. 310: «... cum omnia principis esse intellegantur, sive a sua substantia, sive ex fiscali fuerit aliquid alienatum? ...».

(*v'*) *In hiis que*] *is qui* na ed.

(*x*) *Digestum*, lib. 2, tit. 14: *De pactis*, 1. 7, § 8, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, col. 57: «Pactorum quaedam in rem sunt, quaedam in personam ... utrum autem in rem an in personam pactum factum est, non minus ex verbis quam ex mente convenientium, aestimandum est ...».

(*y*) Trata-se aqui de *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 9: *Qui successores teneantur*, c. 1, ed. Lugduni, 1547, p. 8: «Si quis investitus fuerit de alieno feudo post mortem eius ... haeredes tenentur investito, vel haeredi eius veniente tempore vel conditione ...».

(*a*) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 4: *Ne praelati vices suas vel ecclesias sub annuo censu concedant*, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 768: «... compellas ut praefatam ecclesiam dicto G. restituat et usque ad terminum inter eos constitutum, secundum quod inter se convenerint, ipsum eandem permittat pacifice possidere».

(*b*) *Digestum*, lib. 2, tit. 14: *De pactis*, 1. 7, § 8, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, col. 57. Cf. nota (x) imediatamente seguinte.

(*c*) *Digestum*, lib. 2, tit. 14: *De pactis*, 1. 57, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 61: «Qui in futurum ... Si ex altera parte in rem, ex altera in personam pactum conceptum fuerit, veluti ne ego petam vel ne a te petatur: heres meus ab omnibus vobis petitionem habebit et ab herede tuo omnes petere poterimus».

(*d*) *Digestum*, lib. 22, tit. 3: *De probationibus et praesumptionibus*, 1. 9, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 325: «Si pactum factum sit, in quo heredis mentio non fiat, quaeritur, an id actum sit, ut ipsius dumtaxat persona eo statueretur ... quia plerumque tam heredibus nostris quam nobismet ipsis cavemus».

(*e*) *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 11: *Ut actiones et ab herede et contra heredem incipiant*, 1. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 154: «Cum et stipulationes et legata et alios contractus post mortem compositos antiquitas quidem respuebat, nos autem quo communi hominum utilitate recepimus ... Ab heredibus enim incipere actiones vel contra heredes veteres non concedebant ... Sed nobis necesse est ...».

(*e'*) [c]] *addidit* ed.

(*f*) *Liber Sextus Decretalium*, lib. II, tit. 14: *De sententia et re iudicata*, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1011-1012: «... locum de Rosellis esse praedicti monasterii iure dominii vel quasi, et cum suis finibus ex largitione regis Aragoniae ad ipsum monasterium pertinere ...».

(*g*) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 24: *De iureiurando*, c. 33, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, 373: «Intellecto iamdudum quod ... Hungariae rex illustris alienationes quasdam fecerit in praeiudicium regni sui ... in sua coronatione iuraverit etiam, iura regni sui et honorem coronae illibata ser-

regno considerari debet dignitas, que non moritur, et etiam universitas seu respublica ipsius regni, que etiam exactis regibus perseverat. Non enim potest respublica mori, et [*h*]*ac ratione dicitur quod respublica non habet heredem, quia semper vivit in semetipsa, ut legitur et notatur in l. i, § finali, ff. Si quis ius dicenti non obtemperaverit* (*h*), *sicut dicit Aristoteles, mundus non moritur, sed dispositiones mundi moriuntur, et mutantur et alterantur* (*h'*), *et non perseverant in eadem qualitate. Unde cum intellectu loquendo, non est mortua hic persona concedens, scilicet ipsa respublica regni, nam verum est dicere quod respublica per se nichil agit, tamen qui regit rempublicam, agit in virtute reipublice et dignitatis sibi collate* (*h''*) *ab ipsa republica. Porro duo concurrunt in rege: persona et significatio, et ipsa significatio, que est quoddam intellectuale, semper est perseverans eni*[*g*]*matice, licet non corporaliter, nam licet rex deficiat, quid ad rumbum, nempe loco duarum personarum rex fungitur, ut ff. De his que ut indignis, l. Tutorem* (*i*), *et persona regis est organum et instrumentum illius persone intellectualis et publice, et illa persona intellectualis et publica est illa que principaliter fundat actus, quia magis attenditur* (*i'*) [*actus seu*] *virtus principalis quam virtus organica.* [*fl. 152v*] *Certe etsi promissor decedat sine herede, non tamen promissio desinit in suo esse perfecto durare, ut legitur et notatur ff. Depositi, l. i., § Plane* (*j*), *et ff. De solutionibus, l. Sticum aut Panphilum, in principio* (*k*), *ff. Ut legatorum nomine caveatur, l. Postquam* (*l*), *ff. Ad Trebellianum,* [*l.*] *Ex facto, § fina.* (*m*), *ff. De administratione tutorum, l. Si quis heredem, in principio* (*n*), *C. Ad Trebellianum, l. Sancimus. § Cum autem* (*o*).

---

vare ...». INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, tit. 24, c. 33, Venetiis 1570, p. 348: «Illibata, haec decretalis intelligitur, quoniam fecit alienationes propter quas graviter laeditur dignitas regalis; non enim propter hoc interdicitur sibi donare, vel aliter alienare arg. supra eodem, c. Tua nos il 2».

(*h*) *Digestum*, lib. II, tit. 3: *Si quis ius dicenti non obtemperaverit*, 1. 1, § 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 48: «Hoc iudicium non ad id quod interest, sed quanti ea res est concluditur: et cum meram poenam contineat, neque post annum neque in heredem datur».

(*h'*) *Alterantur*] *alternantur* na ed.

(*h''*) *Collate*] *collatis* no ms. erroneamente.

(*i*) *Digestum*, lib. 34, tit. 9: *De his quae ut indignis auferuntur*, 1. 22, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 539: «... discreta sunt enim iura, quamvis plura in eandem personam devenerint, aliud tutoris, aliud legatarii: et cum non suae personae iure, sed pupilli accusaverit, propriam poenam mereri non debet...».

(*i'*) *Attenditur virtus*] *attenditur actus seu virtus* na ed.

(*j*) *Digestum*, lib. 16, tit. 3: *Depositi vel contra*, 1. 1, § 42 ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 244: «Plane et Julianus scripsit et nobis videtur, si eorum nomine qui sunt in potestate agatur, veniat in iudicium et si quid per eum in cuius iure sunt captus fraudatusve est, ut et dolus eorum veniat, non tantum ipsorum cum quibus contractum est».

(*k*) *Digestum*, lib. 46, tit. 3: *De solutionibus et liberationibus*, 1. 95, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 803: «... altero mortuo qui vivit solus petetur, nisi si mora facta sit in eo mortuo, quem petitor elegit: tunc enim perinde solus ille qui decessit praebetur, ac si solus in obligationem deductus fuisset».

(*l*) *Digestum*, lib. 36, tit. 3: *Ut legatorum seu fideicomissorum servandorum causa caveatur*, 1. 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 582: «Postquam heres ab hostibus captus est, condicio legati, cuius nomine proposita stipulatione cautum fuerat, extitit ...».

(*m*) *Digestum*, lib. 36, tit. 1: *Ad senatus consultum Trebellianum*, l. 18 (17), § 8, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 566: «... et ideo, cum quidam sine liberis decederet, avunculum ab intestato bonorum possessorem habens, extitisse condicionem fideicomissi rescripsit».

(*n*) *Digestum*, lib. 26, tit. 7: *De administratione et periculo tutorum et curatorum* ..., l. (?), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 377ss. Não encontrei esta lei.

(*o*) *Codex Iustinianus*, lib. 6, tit. 49: *Ad senatus consultum Trebellianum*, l. 7, § 1b, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 279: «Cum autem aliquis hereditatem restituere iussus est ... antequam restitueret hereditatem, ab hac luce subtractus est nullo herede vel successore existente ... sancimus ... ipso iure utiles actiones transferantur».

Ex his manifeste concluditur quod dictus contractus est transitorius ex forma, ac etiam ex dignitate et auctoritate concedentis, necnon ex ipsa republica representata, [que] ut dixi, non moritur. Item dictus contractus dicitur realis ex confirmatione sequentium regum, quia confirmatio arguit, id est argute probat perpetuitatem in actu, ut legitur et notatur C. De sacrosanctis ecclesiis, [l.] (o') Privilegia (p), per Petrum (q) et Cynum (r). Item quia realitas (r') presumitur hinc inde, cum talis contractus realitas sit compatibilis ipsi (r") contractui, et de eius natura, in c. i. § ultima, Qui feudum dare possunt, coll. x.ª (s) et in c. i. De successione feudi, eadem coll. (t), et quod notatur per Innocentium, extra, De institutionibus, [c.] (t') Cum venisset (u).

Nec obstat si dicatur quod de natura officii non est quod transeat ad heredem, presertim cum tale est officium quod virtutibus corporis et animi exerceatur, ut ff. De tutelis, l. penultima (v), et ff. De curatore furioso, l. Cuius bonis (x), C. De caducis tollendis, § Ne autem (y), ff. [De] (z) negotiis gestis, l. Nam et Servius, § Si

---

(*o'*) [l.]] *addidit* ed.

(*p*) *Codex Iustinianus*, l. 1, tit. 2: *De sacrosanctis ecclesiis et de rebus et privilegiis earum*, l. 12, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 13: «Privilegia, quae generalibus constitutionibus universis sacrosanctis ecclesiis ortodoxae religionis retro principes praestiterunt, firma et illibata in perpetuum decernimus custodiri».

(*q*) Talvez se trate de Pedrô de Perusa.

(*r*) CYNUS PISTORIENSIS, *In Codicem ... commentaria*, lib 1, tit. 2: *De sacrosanctis ecclesiis ...*, l. 12 (*Privilegia*), *ed. cit.*, fl. 5v-6: «... illi qui habent privilegia a principe procurant, ut per principes confirmentur, sicut videmus quando creatur Imperator novus, et idem in Papa, et licet hoc sit bonum, tamen non est necesse ...».

(*r'*) *Realitas*] *realis* na ed.

(*r"*) *Ipsi*] *ipsius* no ms. erroneamente.

(*s*) *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 1: *De iis qui feudum dare possunt ...*, § 2, *ed. cit.*, p. 2: «Notandum est autem quod illud beneficium quod a regis capitaneis atque regis vel regni valvasoribus aliis impenditur, proprie iuri feudi censetur».

(*t*) *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 8: *De successione feudi*, *ed. cit.*, p. 7: «... Si quis igitur decesserit filiis et filiabus superstitibus: succedunt tantum filii aequaliter, vel nepotes ex filio ...».

(*t'*) [c.] *addidit* ed.

(*u*) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. 3, tit. 7: *De institutionibus*, c. 6 (*Cum venissent*), *ed. cit.*, pp. 441-443: «... et eodem modo si obiciatur quod personalis est donatio, sed unum credimus quod licet quando egit possessorio, non potuit probare personalem concessionem, nichilominus tamen postea cum agit de proprietate, probare poterit, quia alia est actio ... quia non potest archidiaconus dignitati suae praeiudicare, sed tantum personae archidiaconi praecipitur quod se non immisceat ... ad possessionem restituendam dignitati archidiaconi, quam exerceat archiepiscopus ... unde et praeiudicat successoribus, puta qui sciebat se nihil iuris habere ... sed si iuravit non exercere haec iura, ille qui confert archidiaconatum, exercebit non suo nomine, sed dignitatis archidiaconalis ...».

(*v*) *Digestum*, lib. 27, tit. 3: *De tutelis et rationibus distrahendis ...*, l. 24, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 402: «... quia administrasse negotia eius quia natus non esset non videtur, et ideo utilis in eum actio dabitur».

(*x*) *Digestum*, lib. 27, tit. 10: *De curatori furioso et aliis extra minores dandis*, l. 9, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 408: «... nam et tunc ex integro alius curator faciendus est neque heres prioris curatoris onerandus, cum accidere possit, ut negotio vel propter sexus vel propter aetatis infirmitatem vel propter dignitatem maiorem minoremve, quam in priore curatore spectata erat, habilis non sit, possint etiam plures heredes ei existere ...».

(*y*) *Codex Iustinianus*, lib. 6, tit. 51: *De caducis tollendis*, l. 1, § 9, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 281: «Ne autem hoc, quod non ineleganter summi ingenii vir Ulpianus ... disposuit, praetereatur, nostra sanctione hoc apertius inducimus. Cum enim iam statuimus haec cum suis oneribus ad eum qui lucretur pervenire, sancimus, si quidem condicio vel aliud gravamen in dando sit constitutum, hoc omnimodo lucrantes pro modo lucri agnoscere».

(*z*) [De] *om.* no ms.

vivo (*a*), *C.* (*a'*), *Si quis ignorans rem minoris emerit* (*b*), *l. i.* (*c*), *ibi dum dicit, «cum officium morte finiatur«, et illud est verum in mero officio. Sed istud est officium mixtum cum commodo et utilitate, et etiam cum utilitatem* (*c'*) *gradiret, appellatur militia, ut legitur et notatur ff. De bonorum possessione ex testamento militis, l. i.* (*d*), *nimirum quia ei est annexum merum et mixtum imperium, et transitoria iurisdictio ex forma concessionis et pacti, unde quecunque sit, acquirimus, merito «liberis nostris ex voto paramus», ut ff. Unde liberi, l. Scripto* (*e*), *et ff. De bonis libertorum, l. Nichil, § Facilior* (*f*), *et ff. De pactis, l. Tale pactum, § fina.* (*g*).

Ex his apparet quod iste contractus est realis ex parte materie. Item est realis ex parte finalis cause, quia in tali feudo permissum est servire per heredem proprii corporis et in casu necessitatis per quemlibet eque idoneum, ut ff. De verborum obligationibus, l. Continuus, § Si ab eo (*h*), *et ibi notatis.*

Item non obstat si dicatur quod rex Dionisius contrahendo nomine suo et successorum suorum non cogitaverit de totali annichilatione, sed de perpetuatione prolis, et quod actus agentium non operantur ultra intentionem ipsorum, ut ff. Si certum petatur, l. Non omnis (*i*), *nam verba restringuntur ad cogitatum, ut ff. De testamentaria tutela, l.*

(*a*) *Digestum*, lib. 3, tit. 5: *De negotiis gestis*, l. 20 (21), § 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, t. I, p. 76: «Si vivo Titio negotia eius administrare coepi, intermittere mortuo eo non debeo: nova tamen inchoare necesse mihi non est, vetera explicare ac conservare necessarium est, ut accidit, cum alter ex sociis mortuus est ...».

(*a'*) *C. om.* na ed.

(*b*) *emerit*] Nas ed. *comparavit*. Cf. nota imediatamente seguinte. Nas antigas ed. *comparaverit*.

(*c*) *Codex Iustinianus*, lib. 5, tit. 73: *Si quis ignorans reum minoris esse sine decreto comparavit*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 236: «... cum officium morte finiatur, alienam rem comparando de temporis intervallo nullam potuit adquirere defensionem...».

(*c'*) *Utilitatem*] *utilitatis* no ms. erroneamente.

(*d*) *Digestum*, lib. 37, tit. 13: *De bonorum possessione ex testamento militis*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 606: «... iure militari posse testari nulla dubitatio est. In classibus omnes remiges et nautae milites sunt. Item vigiles milites sunt et iure militari eos testari posse nulla dubitatio est. Si quis militum ex alio numero translatus sit in alium, quamvis et hinc sit exemptus et illo nondum pervenerit, tamen poterit iure militari testari: est enim miles quamvis in numeris non sit».

(*e*) *Digestum*, lib. 38, tit. 6: *Si tabulae testamenti nullae extabunt, Unde liberi*, l. 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 621: «... Non sic parentibus liberorum, ut liberis parentium debetur hereditas: parentes ad bona liberorum ratio miserationis admittit, liberos naturae, simul et parentium commune votum».

(*f*) *Digestum*, lib. 38, tit. 2: *De bonis libertorum*, l. 50, § 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 617: «... Faciliorque suspicio per filium scriptum heredem quamvis emancipatum adeuntem liberti hereditatem ipsum patronum habere cum omnia quae nostrae sunt, liberis nostris ex voto paremus».

(*g*) *Digestum*, lib. 2, tit. 14: *De pactis*, l. 40, § 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 60: «Pater, qui dotem promisit, pactus est, ut post mortem suam in matrimonio sine liberis defuncta filia portio dotis apud heredem suum fratrem remaneret, ea conventio liberis a socero postea susceptis ... cum inter contrahentes id actum sit, ut heredibus consulatur et illo tempore, quo pater alios filios non habuit, in fratrem suum iudicium supremum contulisse videatur».

(*h*) *Digestum*, lib. 45, tit. 1: *De verborum obligationibus*, l. 137, § 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 782: «Si ab eo stipulatus sim, qui efficere non possit, cum alio possibile sit, iure factam obligationem Sabinus scribit ...».

(*i*) *Digestum*, lib. 12, tit. 1: *De rebus creditis, si certum petatur et de condictione*, l. 19, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 192: «Non omnis numeratio eum qui accepit obligat, sed quotiens id ipsum agitur, ut confestim obligaretur, nam et is, qui mortis causa pecuniam donat, numerat pecuniam, sed non aliter obligabit accipientem, quam si extitisset casus in quem obligatio collata fuisset, veluti si donator convaluisset aut is qui accipiebat prior decessisset ...».

Si quis ita (j), nec pertinent ad casum et aversam fortunam tardi (j') hominis, ut ff. De verborum obligationibus, l. Inter stipulantem, § Sacram (k), quia nec ille nec aliquis cogitat se moriturum sine herede, et tamen contractus durat eo mortuo sine herede, ut dictum est, unde excedunt fata (k') volumptatem. Item omnis res regulatur a tramite rationis, nec est fundandum super spe, sed super rebus ipsis et factis, ut C. De condictione ob causam, l. Si repetendi (k"). Ex quibus omnibus aperte concluditur dicti contractus realitatis naturam censeri et vivere donec vivendum est.

Superest ergo ut videamus [fl. 153] secundum, scilicet an iste contractus sit absorptus et feudum sit extinctum propter felloniam commissam propter rempublicam regni [h]ostiliter expugnatam (l) per dictum Lançalotum (l') successorem in feudo antedicto. Super quo indubitanter dicendum quod dictus talis expugnans et proditor reipublice sive patrie, sibi et suis posteris preiudicavit (l") indubitanter multiplici ratione. Primo quia incidit in crimen perdulienionis (m), veniendo contra magestatem regni seu reipublice, nam ipsa respublica magestatem habet ad instar populi Romani, cum libera sit et ius habeat creandi regem, ut Institut. De hereditatibus ab intestato, § Item placuit (m'), et ex hoc sequitur quod non potest habere heredem, ut C. Ad legem Juliam magestatis, l. Quisquis (n), et C. De hereticis, Autentica Gazaros (o), et si non possunt filii esse heredes, ergo nec succedere in feudo, in titulo An agnatus vel filius, c. i., coll. x.[a] (p).

Secundo hoc probatur alia ratione, quia dicti filii sunt infames maxima infamia, unde in curia regis comparere non audent, nec audere (p') debent vel possunt, cum tamquam

---

(*j*) *Digestum*, lib. 26, tit. 2: *De testamentaria tutela*, l. 16, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 372: «Si quis ita dederit 'filiis meis tutorem do', in ea condicione est, ut tam filiis quam filiabus dedisse videatur: filiorum enim appellatione et filiae continentur ...».

(*j'*) *Casum et aversam fortunam tardi*] *casum adversum fortunamque tardi* na ed.

(*k*) *Sacram*] *sacramenta* na ed. erroneamente — *Digestum*, lib. 45, tit. 1: *De verborum obligationibus*, l. 83, § 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 776: «Sacram vel religiosam rem ... homo liber certa specie continetur, et casum adversamque fortunam spectari hominis liberi neque civile neque naturale est, nam de his rebus negotium recte geremus, quae subici usibus dominioque nostro statim possunt».

(*k'*) *unde excedunt fatat*] *licet excedant facta* na ed.

(*k"*) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 6: *De condictione ob causam datorum*, l. 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 152: «Si repetendi ... nullam addidisti condicionem remanet integra donatio, cum levitati perfectam donationem revocare cupientium iure occurratur».

(*l*) *expugnatam*] *expurgatam* na ed.

(*l'*) *Lançalotum*] *Lozelatum* na ed.

(*l"*) *preiudicavit*] *preiudicaverit* na ed.

(*m*) *perdulienionis*] *perduellionis* na ed.

(*m'*) *Institutiones*, lib. 3, tit. 1: *De hereditatibus quae ab intestato deferuntur*, § *Item placuit*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, pp. 28-30. Nas ed. antigas e na nova não encontrei tal §.

(*n*) *Codex Iustinianus*, lib. 9, tit. 8: *Ad legem Juliam maiestatis*, l. 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 373: «Quisquis ... inierit factionem ... ipse quidem utpote maiestatis reus gladio feriatur, bonis eius omnibus fisco nostro additis: Filii vero ... proximorum hereditate ac successione habeantur alieni ...».

(*o*) *Consuetudines Friderichi secundi*, tit. 1: *De statutis et consuetudinubus contra libertatem Ecclesiae editis*, ed. Lugduni 1547, p. 66: «... Gazaros, Patarenos ... et omnes haereticos ... diffidamus atque bannimus, praecipientes ut bona talium confiscentur, nec ad eos ulterius revertantur, ita quod filii ad successiones eorum pervenire non possint ...». Cf. *Codex Iustinianus*, lib. 1, tit. 5: *De haereticis et manichaeis et samaritis*, l. 19 (c. Friderici II, § 5), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 58, 510.

(*p*) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 45: *An agnatus vel filius defuncti possi retinere feudum repudiata haereditate*, c. 1, *ed. cit.*, p. 50: «... Ubi vero filium reliquit, ipse non potest haereditatem sine beneficio repudiare ...».

(*p'*) *audere*] *audiri* na ed.

leprosi sint ab omnibus evitandi, ut in Autentica Iusiurandum quod prestatur ab hiis qui administrationem recipiunt, § fina. (q).

Tertia ratio est quia natura feudorum hec est quod quandocunque feudum amittitur vel amitti debet propter felloniam commissam in personam domini, quod tale feudum revertitur ad dominum, ut in x.ª coll. Quibus modis feudum amittitur, c. i. § ii. (r).

Certe est quarta ratio generalis sumpta ex natura omnium contractuum, quia non potest prodesse contractus ei qui ipsum rebus ipsis et factis nixus (r') extitit impugnare, ut ff. Locati, l. Quero, § Inter locatorem (s), et in regula iuris (t) et ff. De hiis que ut indignis, l. Post legatum (u), et ff. De inofficioso testamento, l. Papinianus, § Meminisse (v).

Quibus rationibus indubitanter dico quod fellonia dicti succedentis in feudo habet liberis ex se descendentibus preiudicium generare, et quod feudum ad rem publicam ipsius regni et per consequens ad ipsum regem suffectum, et de novo creatum, qui in ipso principatu pleno iure successit, libere fore reversum, et ipsum regem de dicto feudo posset de iure divino et humano disponere [pro] (v') libito voluntatis, nam et si fuerit sortita (v") a principio habitudinem perpetuitatis (x) per superius allegata et per ea que notantur in l. Pater, De servitute legata (y), et quia negotia regis dicuntur negotia universitatis, ut notat Innocentius, extra De iureiurando, c. Quintavallis (a), tamen suo delicto dictum feudum rediit ad irritum, quoniam cum ab ipsa republica susceperit fundamentum, evidentissimum est, quod ipsa respublica [h]ostiliter invasa etiam in aliquo minimo membro eius dictum feudum

---

(*q*) *Authenticorum collatio secunda*, tit. 3: *Iusiurandum quod praestatur ab iis qui administrationem accipiunt*, ed. Lugduni 1547, pp. 54-56: «Iuro ego per Deum ... Si vero non haec omnia ita servavero, recipiam hic et in futuro seculo in terribili iudicio magni Dei ... et habeam partem cum Iuda et lepra Giezi te tremore Cain ...».

(*r*) *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 5: *Quibus modis feudum amittitur*, c. 1, § 2 *ed. cit.*, p. 5: «... His omnibus casibus feudum ad dominum revertitur».

(*r'*) *nixus*] *nix* na ed.

(*s*) *Digestum*, lib. 19, tit. 2: *Locati conducti*, l. 54, § 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 290: «Inter locatorem fundi et conductorem convenit, ne intra tempora locationis Seius conductor de fundo invitus repelleretur ...».

(*t*) *Digestum*, lib. 50, tit. 17: *De diversis regulis iuris*. Tratar-se-á de alguma fonte do Direito Justinianeu ou canónico? Não a encontrei.

(*u*) *Digestum*, lib. 34, tit. 9: *De his quae ut indignis auferuntur*, l. 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, pp. 537-538: «Post legatum acceptum non tantum licebit falsum arguere testamentum, sed et non iure factum contendere ...».

(*v*) *Digestum*, lib. 5, tit. 2: *De inofficioso testamento*, l. 8, § 14, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 109: «Meminisse autem oportebit eum, qui testamentum innoficiosum improbe dixit et non optinuit, id quod in testamento accepit perdere et id fisco vindicari quasi indigno ablatum, sed ei demum aufertur quod testamento datum est, qui usque ad sententiam iudicum lite improba perseveraverit ...».

(*v'*) [*pro*] no ms. *om.*] na ed.

(*v"*) *sortita*] *sortitam* no ms.; *forsitan* na ed.

(*x*) *habitudinem perpetuitatis*] *habitudine perpetuum* na ed.

(*y*) *Digestum*, lib. 33, tit. 3: *De servitute legata*, l. 6, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 505: «Pater filiae domum legavit ... quod hic nequaquam admittendum est, ne, quod affectu filiae datum est, hoc et ad exteros eius heredes transire videatur».

(*a*) *Quintavallis*] *quanto* no ms. erroneamente. — INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, tit. 24: *De iureiurando*, c. 23 (*Quintavallis*), *ed. cit.*, p. 345: «Arbitrator autem est qui eligitur, ut aliquid aestimet, pretium, vel operas, vel partes societatis, vel quid sibi videatur de aliqua re sine ordine iudiciario dicat ...».

est effectum caducum et ad cameram reipublice sive regis reversum, ut C. De caducis tollendis, l. i., in principio (b), et arg. C. De libertis et eorum liberis, l. ii., § fina. (c).

Porro de creatione dicti regis, ad quem pertineat, non est hic tractandi locus, sed presupponitur et ego credo quod verus sit rex, viii. q. i. c. Moises (d), et ff. De iustitia et de iure, l. Ex hoc iure gentium (e). Ex quo nos presumimus presupponimusque populum liberum, ut notatur ff. De captivis et postliminio reversis, l. H[]ostes (f), lxiii. dist. c. Adrianus (g), et vii, q. i. c. In apibus (h), De foro competenti, [c.] (h') Licet, per Innocentium (i) et De voto, [c.] Quod super, per eundem Innocentium (j).

Quod tamen reges debeant obtemperare legibus imperatorum ut (j') notat Innocentius, extra, De re iudicata, [c.] Cum te (j''). [fl. 153v]. Dicit quoque Innocentius quod reges

---

(*b*) *Codex Iustinianus*, lib. 6, tit. 51: *De caducis tollendis*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 280: «Et nomen et materiam caducorum ex bellis ortam et auctam civilibus, quae in se populus Romanus movebat, necessarium duximus, patres conscripti, in pacificis nostri imperii temporibus ab orbe Romano recludere, ut, quod belli calamitas introduxit, hoc pacis lenitas sopiret».

(*c*) *Codex Iustinianus*, lib. 6, tit. 7: *De libertis et eorum liberis*, l. 2, § 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 247: «Sane is qui in nostro consilio vindicta liberatus est, post coercitionem ex paenitentia dignum se praestiterit, ut ei civitas Romana reddatur, non prius fruetur beneficio libertatis, quam si hoc patronus eius oblatis precibus impetraverit».

(*d*) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 8, quaestio 1, c. 6, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 591: «... potuit utique successores principatus filios suos facere, et posteris propriam relinquere dignitatem; sed extraneus de alia tribu eligitur Iesus, ut sciremus principatum in populos non sanguini deferendum esse, sed vitae».

(*e*) *Digestum*, lib. 1, tit. 1: *De iustitia et iure*, l. 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 29: «Ex hoc iure gentium introducta bella, discretae gentes, regna condita, dominia distincta ...».

(*f*) *Digestum*, lib. 49, tit. 15: *De captivis et de postliminio et redemptis ab hostibus*, l. 24, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 887: «Hostes sunt, quibus bellum publice populus Romanus decrevit vel ipsi populo Romano ...».

(*g*) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 63, c. 22, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 241: «Adrianus Papa Romam venire Karolum regem ad defendendas res ecclesiae postulavit ...».

(*h*) *In apibus*] *Incipientes* na ed. erroneamente. — *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 7, quaestio 1, c. 41 (*In apibus*), ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 582: «In apibus princeps unus est ... imperator unus, iudex unus provinciae. Roma condita duos fratres simul habere reges non potuit ...».

(*h'*) [c.]: *addidit* ed.

(*i*) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. 2, tit. 2: *De foro competenti*, c. 9 (*Licet*), *ed. cit.*, p. 239: «Sed quid, si alius Rex est negligens, vel alius princeps qui superiorem non habet? Dicimus idem scilicet quod succedit in iurisdictione eius, ar. 15. q. 6. c. Item alius, et supra de electione c. Cum inter universas, in fine, sed hoc non facit quod ab eo teneat regnum, sed de plenitudine potestatis quam habet, quia vicarius est Christi ...».

(*j*) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. 3, tit. 34: *De voto et voti redemptione*, c. 8 (*Quod super*), ed. cit., p. 514: «... Item per electionem poterunt habere principes, sicut habuerunt Saul et multos alios 8. q. i. c. Licet, c. Sic ergo et c. Audacter et in pluribus aliis cc. praedicta inquam scilicet dominia, possessiones et iurisdictiones licite sine peccato possunt esse apud infideles; haec enim non tantum pro fideli, sed pro omni rationabili creatura facta sunt, ut est praedictum ...».

(*j'*) *ut*] *om.* ed.

(*j''*) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. 2, tit. 27: *De sententia et re iudicata*, c. 23 (*Cum te*), *ed. cit.*, p. 377: «... sed nec reges possunt restituere in integrum, cum omnes teneantur legibus Imperatorum obedire, quae eis hanc potestatem non concedunt, argum. 7. q. i. cap. In apibus. Alia etiam ratione eis obedire tenentur, quia ab ecclesia sunt approbatae ... Alii tamen dicunt quod Reges omnes in integrum restituunt, quia non sunt sic Imperatoribus subditi, sed Papae soli in dubiis et gravibus articulis, infra Qui filii sunt legitimi cap. Per venerabilem ...». Sobre a posição diferente dos juristas portugueses, cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *O factor religioso razão jurídica dos Descobrimentos portugueses*, Lisboa, 1961.

debent sequi leges et precipue leges nature. Ita notat ipse extra, De re iudicata, [*c.*] (*k*) *Cum te* (*l*). *Itaque si dictus feudatarius non deliquisset, proculdubio heres eius commodum feudi haberet, quia ut dixi, reparatio non minuit iure contractus regis antiqui; arg. ff. De minoribus, l. In integrum* (*m*), *et l. Emilius Largianus* (*n*), *et quod notatur in l. i. C. De contractibus iudicum* (*o*), *C. De quadriennii prescriptione,* [*l.*] (*o'*) *Omnes* (*p*), *et l. Bene a Zenone* (*q*). *Facit extra, De prebendis, c. D.lecto* (*r*), *lxiii. dist.,* [*c.*] (*r'*) *Adrianus* (*s*), *viii* (*s'*) *q. i. c. Moyses* (*t*). *Sed propter reatum* (*t'*) *omnis honor exclusus est, C. Ubi senatores vel clarissimi, l. i.* (*u*), *et feudum ad patriam potestatemque patrie id est* (*u'*) *dominum regem tamquam ad dominum feudi libere est reversum. Textus est expressus et glosa ordinaria in c. Cum vasallus culpam committat, Si de feudo controversia fuerit, coll. x.*[a] (*v*). *Et per hoc patet ad omnia quesita fore responsum.*

Illud etiam constat quod est reperire gentem et provinciam liberam, ff. De captivis, l. [*H*]*ostes* (*x*) *et l. Non dubito* (*y*), *et facit quod notat Innocentius, extra, De foro compe-*

(*k*) [c.] *addidit* ed.

(*l*) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. 2, tit. 27: *De sententia et re iudicata*, c. 23 (*Cum te*), *ed. cit.*, p. 377: «... cum omnes teneantur legibus Imperatorum abedire ...».

(*m*) *Digestum*, lib. 4, tit. 4: *De minoribus viginti quinque annis*, l. 22, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 89: «In integrum vero restitutione postulata adversus aditionem a minore factam, si quid legatis expensum est ... a minore refundenda non sunt ...».

(*n*) *Digestum*, lib. 4, tit. 4: *De minoribus viginti quinque annis*, l. 38 (*Aemilius Larianus*), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 90.

(*o*) *iudicum*] *iudicii* na ed. — *Codex Iustinianus*, lib. 1, tit. 53: *De contractibus iudicum vel eorum qui sunt circa eos ...*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 90.

(*o'*) [l.]: *addidit* ed.

(*p*) *Codex Iustinianus*, lib. 7, tit. 37: *De quadriennii praescriptione*, l. 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 309.

(*q*) *Codex Iustinianus*, lib. 7, tit. 37: *De quadrienii praescriptione*, l. 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 310.

(*r*) *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 5: *De praebendis et dignitatibus*, c. 25 (*Dilecto*), ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 474-476.

(*r'*) [c.] *addidit* ed.

(*s*) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 63, c. 22 (*Adrianus*), ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 241.

(*s'*) *viii*] 7 na ed. e no ms.

(*t*) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa 8, quaestio 1, c. 6, ed. FRIEBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 591.

(*t'*) *reatum*] *ratum* na ed.

(*u*) *Codex Iustinianus*, lib. 3, tit. 24: *Ubi senatores vel clarissimi civiliter vel criminaliter conveniantur*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 130: «... Omnem enim huiusmodi honorem reatus excludit».

(*u'*) *et feudum ad patriam potestatemque patrie id est*] *feudum ad partem potestatem id est* na ed.

(*v*) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 26: *Si de feudo defuncti contentio sit inter dominum et agnatos vasalli*, c. 9, ed. Lugduni 1547, p. 36a: «Si vasallus culpam committat, propter quam feudum amittere debeat: neque filius, neque eius descendentes ad id feudum revocabuntur ...»

(*x*) *Digestum*, lib. 49, tit. 15: *De captivis et postliminio et redemptis ab hostibus*, l. 24, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 887: «Hostes sunt, quibus bellum publice populus Romanus decrevit vel ipsi populo Romano: ceteri latrunculi vel praedones appellantur, et ideo qui a latronibus captus est, servus latronum non est ... ab hostibus autem captus ... et servus est hostium et postliminio statum pristinum recuperat».

(*y*) *Digestum*, lib. 49, tit. 15: *De captivis et postliminio et redemptis ab hostibus*, l. 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 884: «Non dubito, quin foederati et liberi nobis externi sint, nec inter nos atque eos postliminium esse ... liber autem populus est is, qui nullius alterius populi potestati est subiectus ...».

tenti, c. Licet (z) et De voto Quod super, (a). In Christi nomine, amen (a'). Presupponendum est quod dominus rex potest donare castra et loca militibus suis, ut in x.ª colla. Qui feudum concedere possunt, c. i., § fina. (b), C. De donationibus inter virum et uxorem, l. Donationes (c), C. De crimine stellionatus (c'), l. Instar (d), ff. De evictionibus, [l.] (d') Lucius (e), et notat. C. De legibus, l. [H]umanum (f), dum tamen non faciat aliquid, per quod minuatur honor corone vel status regni, ut extra, De iureiurando, c. Intellecto (g). Et ex hoc sequitur quod donatio facta Titio militi valuit.

Secundo premictendum est quod preceptum regis est servandum, dum tamen sit iustum vel saltem non iniustum, unde si rex preciperet subdito suo quod interficeret seipsum, vel iret ad locum, in quo trucidaretur ab [h]oste, vel mitteret filium suum ad victimam, in hoc non est parendum regi, quia talia mandata sunt contra ius naturale. Sed si mandat alicui quod defendat patriam et honorem regis, etiam si hoc non posset fieri sine periculo, parendum est regi, quia hoc ius regis erit, etc., ut notatur in prohemio Digestorum (h). Per hoc revertor ad propositum, si rex mandavit quod mitteret filium suum pro hoside ad locum securum tenet mandatum regis, si autem quod iret pro hoside (h') unus christianus in manus saracenorum vel crudelis tiranni, non valeret mandatum, ut l. Ut vim ff. De iustitia et iure (i), et ff. De captivis et postliminio reversis, l. Postliminium, § Fi-

---

(*z*) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, tit. 2: *De foro competenti*, c. 9, *ed. cit.*, pp. 238-239.

(*a*) *Quod super*] *Insuper* na ed. INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. 3, tit. 34: *De voto et voti redemptione*, c. 8 (*Quod super*), *ed. cit.*, pp. 513-514.

(*a'*) *In Christi nomine, amen*] *om.* na ed.

(*b*) *Consuetudines Feudorum, lib.* 1, tit. 1: *De iis qui feudum dare possunt*, c. 1, § ultimo, ed. Lugduni 1547, p. 1.ª: «Sunt et alii, qui ab istis feuda accipiunt, qui proprie regis vel regni valvasores dicuntur, sed hodie capitanei dicuntur, seu appellantur, qui et ipsi feuda dare possunt. Ipsi vero, qui ab eis accipiunt feudum, minores valvasores dicuntur».

(*c*) *Codex Iustinianus*, lib. 5, tit. 16: *De donationibus inter virum et uxorem et a parentibus in liberos factis* ..., l. 26, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 211: «Donationes quas divinus imperator in piissimam reginam suam coniugem ... contulerit, ilico valere sancimus ...».

(*c'*) *stellionatus*] *sac'* no ms.

(*d*) No *Codex Iustinianus*, lib. 9, tit. 34: *De crimine stellionatus*, não figura nenhuma lei *Instar*. Talvez se trate da lei 2 (*Si pater*): *Codex Iustinianus*, lib. 9, tit. 34: *De crimine stellionatus*, l. 2 (*Si pater*), ed. KRUEGER *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 386: «Si pater tuus in te donationem contulit et, cum emancipatus esses, traditionibus dominium corporum in te transtulit ... ius tuum non laesit».

(*d'*) [l.] *addidit* ed.

(*e*) *Digestum*, lib. 21, tit. 2: *De evictionibus et duplae stipulatione*, l. 11, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 314: «Lucius Titius praedia in Germania trans Renum emit ... quaestionem retulit dicens has possessiones ex praecepto principali partim distractas, partim veteranis in praemia adsignatas ...».

(*f*) *Codex Iustinianus*, lib. 1, tit. 14: *De legibus et constitutionibus principum et edictis*, l. 8, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 68: «Humanum esse probamus ... bene enim cognoscimus, quod cum vestro consilio fuerit ordinatum, id ad beatitudinem nostri imperii et ad nostram gloriam redundare».

(*g*) *Decretales Gregorii IX*, lib. 2, tit. 24: *De iureiurando*, c. 33, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 373: «... studeat revocare, quia, quum teneatur, et in sua coronatione iuraverit etiam, iura regni sui et honorem coronae illibata servare ...».

(*h*) *Digestum, De conceptione Digestorum*, const. *Deo auctore*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 8.

(*h'*) *pro ho*[*b*]*side ad locum securum tenet mandatum regis, si autem quod iret pro ho*[*b*]*side*] *om.* na ed.

(*i*) *Digestum*, lib. 1, tit. 1: *De iustitia et iure*, l. 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 29: «Ut vim atque iniuriam propulsemus: nam iure hoc evenit, ut quod quisque ob tutelam corporis sui fecerit, iure fecisse existimetur ...».

lius (j), et totum hoc redigendum est ad arbitrium boni viri. Et per hoc apparet utrum illi precepto de mittendo filium in obsidem debuerit parere vel non, arg. ff. Quod metus causa, l. Isti quidem, in fine (k). Et facit quod notatur extra, De iureiurando, c. Ex rescripto (l) [fl. 154] et C. Ne filius pro patre (l'), authentica ymmo (m).

Superest videre quando preceptum tenet, qua pena debet puniri contemptor mandati regis, nam aliquando lex dicit quod «morte moriatur», extra, De maioritate et obedientia, c. ii. (n), nam violator legis est, qui legis (n') mandata non servat, ut ff. De re militari, l. iii., § In bello (o), et l. Omne delictum, § Contumacia (p). Alia dicit quod contumaci auferuntur bona et ponitur in exilium, ut C. De fundis limitrofis, l. fina., libro xi.° (q.)

Secundo dicendum est quod si mandato regio est apposita certa pena, illa pena infligitur. Sed si non est apposita certa pena, illa pena est arbitraria, ut C. De primicerio, l. i. in fine, libro xii.° (r), quia nullum peccatum est adeo parvum, quin maius fiat per contemptum, ut in Autentica Ut omnes obediant iudicibus provinciarum, § Hec considerantes, coll. v. (s). Iure autem Longobardo imponitur pena iuxta regia[m] (s') volumptatem, ut in Longobardo, Si quis litteras imperatoris despexerit, l. Si quis litteras (t). Non enim oportet contemptores regis mandati esse immunes a pena, cum si[n]t rebelles eo ipso, ut in l. Si desertores,

---

(*j*) *Digestum*, lib. 49, tit. 15: *De captivis et postliminio et redemptis ab hostibus*, l. 19, § 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 886: «Filius quoque familias transfuga non potest postliminio reverti neque vivo patre, quia pater sic illum amisit, quemadmodum patria, et quia disciplina castrorum antiquior fuit parentibus Romanis quam caritas liberorum ...»

(*k*) *Digestum*, lib. 4, tit. 2: *Quod metus causa gestum fuerit*, l. 8, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 80: «... Haec, quae diximus ad edictum pertinere, nihil interest in se quis veritus sit an liberis suis, cum pro affectu parentes magis in liberis terreantur».

(*l*) *Decretales Gregorii IX*, lib. 2, tit. 24: *De iureiurando*, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 362.

(*l'*) *patre*] *parte* na ed. — *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 13: *Ne filius pro patre vel pater pro filio emancipato ...*, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, pp. 154-155.

(*m*) *Codex Iustinianus*, lib. 4, tit. 15: *De obligationibus*, l. 12, *Authentica*, ed. Lugduni 1547, p. 376a: «Imo a debito creditor cadit, tantumdem dando vel retento, vel eius parentibus: ipso quoque creditore corporalibus poenis subdendo».

(*n*) *Decretales Gregorii IX*, lib. 1, tit. 33: *De maioritate et obedientia* c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 196: «... In libro Regum legitur: 'Qui non obedierit principi, morte moriatur' ...».

(*n'*) *legis*] *regis* na ed.

(*o*) *Digestum*, lib. 49, tit. 16: *De re militari*, l. 3, § 15, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 888: «In bello qui rem a duce prohibitam fecit aut mandata non servavit, capite punitur, etiamsi res bene gesserit».

(*p*) *Digestum*, lib. 49, tit. 16: *De re militari*, l. 6, § 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, col. 889: «Contumacia omnis adversus ducem vel praesidem militis capite punienda est».

(*q*) *Codex Iustinianus*, lib. 11, tit. 60 (59): *De fundis limitotrophis et terris et paludibus ...*, l. 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 447: «... in his etiam contra eos, qui praeceptionibus nostris obviam venire temptaverint, proscriptionis poena valitura».

(*r*) *Codex Iustinianus*, lib. 12, tit. 7: *De primicerio et secundocerio et notariis*, l. 1, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 456: «Et si quis ex officio ... officium suum noverit vel levis culpae offensione detecta gravis multae discrimine fatigandum et numerariorum corpus extincto iniuriae auctore minuendum».

(*s*) *Authenticorum collatio quinta*, tit. 20: *Ut omnes obediant iudicibus provinciarum ...*, ed. Lugduni 1547, p. 147b-148a: «Haec considerantes, praesentem ponere legem existimavimus oportere et praecipimus omnibus in provinciis iudicibus ... sive quidam in parvo quispiam similiter delinquat, sive maius adhuc peccatum fiat: quale est, si nec in parvis iure potiatur ...».

(*s'*) *regia*[*m*]] *regis* na ed.

(*t*) Ut in longobardo Si quis litteras imperatoris despexerit, l. Si quis litteras.

C. De desertoribus, libro xii. (*u*). *Et certe magis debent puniri illi, qui beneficia receperunt a principe quam alii, ut C. De conductoribus et procuratoribus, sive actoribus prediorum, l. unica, libro xi.* (*v*). *Unde propter inobedientiam miles exauctoratur cum infamia, ut ff. De infamibus, l. ii. § Ignominie* (*x*) *et § Miles* (*y*), *et dicit lex quod «veniam talibus non damus nec indulgentiis crimina sublevamus», ut C. De cohartalibus, l. Si apparitor* (*a*), *licet alibi scriptum sit quod sufficit legis calcate impunitas* (*a'*), *ut C. De vestibus* [*h*]*oloberis, l. Temperent* (*b*).

Ex his igitur patet quod si sine causa Titius non obedivit regi, potuit rex ei auferre, castrum, et non solum ei, sed filiis suis, quibus maiorum suorum (*b'*) *exempla preiudicant, ut C. De cohartalibus, l. Si cohartalis* (*c*), *et x.*[a] *coll. Quibus modis feudum amittatur, c. i. § ii.* (*d*). *Ex hoc statim sequitur quod concessio dicti castri facta Lucio valuit et donatio que facta fuerat Titio, tanquam extincta et mortua nunquam revixit, ut ff. De solutionibus, l. Qui res, § Aream* (*e*).

Subsequenter proponitur quod dictus Lucius fuit transfuga ad hostes regis propter quod rex privavit ipsum ipso castro, et alii concessit. Modo queritur, nunquid ista tertia concessio valuerit. Et dicendum est indubitanter(*f*) *quod sic, ut in c. Quamvis, De rescriptis, libro*

(*u*) *Codex Iustinianus*, lib. 12, tit. 45: *De desertoribus et occultatoribus eorum*, l. 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 478: «Si desertores inventi resistendum atque armis obtinendum putaverint, tamquam rebelles ... opprimantur ...».

(*v*) *Codex Iustinianus*, lib. 11, tit. 72 (71): *De conductoribus et procuratoribus sive actoribus praediorum fiscalium ...*, 1. unica, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 452: «... gravior enim poena constituenda est in hos, qui nostri iuris sunt et nostra debent custodire mandata».

(x) *Digestum*, lib. 3, tit. 2: *De his qui notantur infamia*, l. 2, § 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 66: «Ignominiae causa missum': hoc ideo adiectum est, quoniam multa genera sunt missionum ... semper enim debet addere, cur miles mittatur». — Não existe um título *De infamibus* no *Digestum*. E no tít. *De infamibus* do *Codex Iustinianus*, há apenas uma lei, na qual não se encontra nenhum § *Ignominiae*, nem § *Miles*, os quais se encontram no tít. citado *De his qui notantur infamia*.

(*y*) Cf. nota imediatamente anterior. *Digestum*, lib. 3, tit. 2: *De his qui notantur infamia*, l. 2, § 3, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 66: «Miles qui ... fuerit damatus, ita infamis est, ut etiam ipsa sententia ...».

(*a*) *Codex Iustinianus*, lib. 12, tit. 57 (58): *De cohortalibus principibus* ... l. 6, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 483: «Si apparitor diffugerit criminosus ... Veniam enim talibus non permittimus nec indulgentiis crimina sublevamus».

(*a'*) *calcate impunitas*] *calcaret immunitas* na ed.

(*b*) [*h*]*oloberis l. Temperent*] *eleboreis l. Temperet* na ed. — *Codex Iustinianus*, lib. 11, tit. 9 (8): *De vestibus holoveris et auratis* ... l. 4, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 432: «... Nec est, ut quisquam de abiurato pretio conqueratur, quia sufficit calcatae legis impunitas».

(*b'*) *suorum*] *om.* na ed.

(*c*) *Codex Iustinianus*, lib. 12, tit. 57 (58): *De cohortalibus principibus ...*, l. 12, ed. KRUEGER, *Corpus iuris Civilis*, II, p. 484: «Si cohortalis apparitor aut obnoxius cohorti ad ullam adspiraverit dignitatem, spoliatus ... insignibus et statum pristinum revocetur: liberis etiam in tali eius condicione susceptis fortunae patriae mancipandis ...».

(*d*) *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 17: *Quibus modis feudum amittatur*, c. 1, § 2, ed. Lugduni 1547, p. 11b: «Si capitanei, vel maiores valvasores ... seniores in bello dimiserint ... vel similes culpas commiserint, beneficio carere debent».

(*e*) *Digestum*, lib. 46, tit. 3: *De solutionibus et liberationibus*, l. 98, § 8, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 805: «Aream promisi alienam ... in perpetuum enim sublata obligatio restitui non potest, et si servus effectus sit, alius videtur esse ... ut videatur magis obligatio cessare quam extincta esse ...».

(*f*) *indubitanter*] *indubitantes* na ed.

vi.° (*g*). *Et facit ff. Quibus ex causis maiores, l. Sed si per pretorem,* § *Sed si dum decreto* (*h*).

[*fl. 154v*] *Modo venio ad aliam questionem, nunquit tempus quo possedit Titius, et deinde tempus quo possedit rex, et deinde tempus quo possedit Lucius, accedat tempori quo possedit ultimus miles, et videtur dicendum quod non, quia possessio Titii fuit naturaliter interrupta per apprehensionem possessionis, quam fecit rex, ut ff. De usucapionibus, l. Naturaliter* (*i*). *Et ideo de novo oportet prescriptionem inchoari, ut ff. De usucapionibus, l. Si is qui pro emptore,* § *Si quis bona fide* (*j*), *et l. Eum qui edes,* § *Si autem demolita* (*k*). *Item ad hoc ut tempora continuentur, oportet quod posterior habeat causam a priore, sed hic non habet causam traditivam, sed exclusivam et privativam, quia rex privavit primum et tradidit posteriori. Ad hoc ff. De usucapionibus, l. Id tempus, in principio* (*l*). *Item possessio eius qui fuit* (*l'*) *privatus, fuit aliquando vitiosa, ergo vitiose possessioni nulla potest accedere nec econtra, ut ff. De acquirenda possessione, l. Pomponius,* § *fina.* (*m*).

Preterea non videtur quod rex possit prescribere aliquid in regno suo quoad iurisdictionem vel imperium, quia hoc habet de iure communi, ut ff. De usucapionibus, l. Sequitur, § *Lana* (*n*) *et notatur per Innocentium, extra, De postulatione prelatorum, c. Bone* (*o*). *Sed contra predicta facit ff. De donationibus causa mortis, l. Qui alienam* (*p*), *nam iste possessiones videntur subordinari* (*p'*), *eodem titulo, l. Si alienam*

(*g*) *Liber Sextus Decretalium*, lib. 1, tit. 3: *De rescriptis*, c. 8, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 940: «Quamvis is, cuius gratia per quam mandabatur in certa ecclesia provideri sibi de beneficio proxime vacaturo, per nos fuerat revocata, restituatur a nobis denuo ad eandem: non tamen ei, cui post revocationem, et ante restitutionem praedictas similis in eadem ecclesia gratia facta fuit ... anteferri debebit, quum talis restitutio, ubi aliud non exprimitur, intelligatur fieri sine iuris praeiudicio alieni».

(*h*) Não encontrei no *Digestum* o título *Quibus ex causis maiores in integrum restituuntur* e no *Codex Iustinianus*, título citado, não deparei com alguma lei *Sed si per praetorem.*

(*i*) *Digestum*, lib. 41, tit. 3: *De usurpationibus et usucapionibus*, l. 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 704: «Naturaliter interrumpitur possessio, cum quis de possessione vi deicitur vel alicui res eripitur, quo casu non adversus eum tantum, qui eripit, interrumpitur possessio, sed adversus omnes ...».

(*j*) *Digestum*, lib. 41, tit. 3: *De usurpationibus et usucapionibus*, l. 15, § 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 705: «Si quis bona fide possidens ante usucapionem amissa possessione cognoverit esse rem alienam et iterum nanciscatur possessionem, non capiet usu, quia initium secundae possessionis vitiosum est ...».

(*k*) *Digestum*, lib. 41, tit. 3: *De usurpationibus et usucapionibus*, l. 23, § 2, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 705: «Si autem demolita domus est, ex integro res mobiles possidendae sunt ... et non potes recte uti eo tempore quo in aedificio fuerunt ...».

(*l*) *Digestum*, lib. 41, tit. 3: *De usurpationibus et usucapionibus*, l. 14, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 704: «Id tempus venditoris prodest emptori, quo antequam venderet possedit ...».

(*l'*) *fuit*] *sit* na ed.

(*m*) *Digestum*, lib. 41, tit. 2: *De acquirenda vel amittenda possessione*, l. 13, § 13, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 700: «Praeterea ne vitiosae quidem possessioni ulla potest accedere: sed nec vitiosa ei, quae vitiosa non est».

(*n*) *Digestum*, lib. 41, tit. 3: *De usurpationibus et usucapionibus*, l. 4, § 19, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 704: Lana ovium furtivarum si quidem apud furem detonsa est, usucapi non potest, si vero apud bonae fidei emptorem, contra ...».

(*o*) *Bone*] *Bona* na ed. — INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. I, tit. 3: *De postulatione praelatorum*, c. 4, *ed. cit.*, p. 47a: «... sed utendo ex plenitudine, nec possessionem quaerit alicuius iuris, nec praescribit ...».

(*p*) *Digestum*, lib. 39, tit. 6: *De mortis causa, donationibus et capionibus*, l. 33, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 656: «Qui alienam rem mortis causa traditam suscepit, non ab eo videretur cepisse, cuius res fuisset, sed ab eo, qui occasionem usucapionis praestitisset».

(*p'*) *videntur subordinari*] *videntur sub* na ed.

rem (*q*), *et ibi glosa expresse notat quod ille qui revocat, utitur accessione possessoris, a quo revocat, et deinceps omnes habentes causam ab ipso revocante, arg. ff. De acquirenda possessione, l. Pomponius, § Si iussu* (*r*), *et magna differentia est inter ruptionem possessionis et translationem, que fit via iuris* (*r'*).

Michi videtur quod donatio regis dederit initium prescribendi Titio et demum Lucio, et demum ultimo donatario contra dominum, si quis erat dicti castri, quod tamen possessio unius prosit alteri non videtur rationabile, quia ius prescribentis fuit absurtum (*s*), *et aliud de novo creatum, ut extra, De prebendis, c. Dilecto* (*s'*). *Et facit ff. De re iudicata, l. A divo Pio, § Sic veniet* (*t*). *Item dominus rex, si castrum erat alicuius tertie persone, non habuit titulum, et possessio regis non fuit usquequaque sine vitio, ut C. De acquirenda possessione, l. Improba* (*u*). *In dubio autem castra presumuntur regis, quia eis coheret iurisdictio, ut in c. l. Que sint regalia, coll. x.ª* (*v*), *et ideo in dubio tenendum* (*v'*) *est quod rex potuerit concedere et quod preferatur omnibus ille ultimus, quia primi fuerunt* (*x*) *privati de iure, et facit C. De heredibus, Autentica Idem* [*est*] (*x'*) *de nestorianis* (*x''*), *et quod notatur in l. Gallus, § Et quid si tantum, ff. De liberis et posthumis* (*y*). [*Ego Baldus*]» (*z*).

(*q*) *Si alienam rem*] *Si rem,* na ed. — *Digestum,* lib. 39, tit. 6: «*De mortis causa, donationibus et capionibus,* 1. 13, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* I, p. 655: «Si alienam rem mortis causa donavero eaque usucapta fuerit, verus dominus eam condicere non potest, sed ego, si convaluero ...». Glossa na ed. Lugduni 1547, p. 97b: «Convaluero. Condicti ob causam vel sine causa condicam: ut infra eodem 1. senatus § i. et 1. Quod mortis et supra de condic. indebi. 1. indebiti § i. et utar accessione sui temporis contra dominum, si a me petat, arg. infra de acquirenda possessione 1. Pomponius § in dote et facit infra eodem 1. Qui alienam».

(*r*) *Digestum,* lib. 41, tit. 2: *De acquirenda et amittenda possessione,* l. 13, § 9 (ou 6 *In dote ?*), ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* I, p. 700: «Praedone possidente, si iussu iudicis res mihi restituta sit, accessionem esse mihi dandam placuit»; p. 699-700: «In dote quoque si data res fuerit vel ex dote recepta, accessio dabitur vel marito vel uxori».

(*r'*) *fit via iuris*] *fit a via iuris* na ed.

(*s*) *absurtum*] *prescriptum* na ed.

(*s'*) *Decretales Gregorii IX,* lib. 3, tit. 5: *De praebendis et dignitatibus,* c. 25, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici,* II, col. 474-476.

(*t*) *Digestum,* lib. 42, tit. 1: *De re iudicata,* l. 15, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* I, p. 713. Não encontrei na lei 15 do tit. *De re iudicata* do *Digestum* o § *Sic veniet.*

(*u*) *Codex Iustinianus,* lib. 7, tit. 32: *De acquirenda et retinenda possessione,* l. 7, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* II, p. 307: «Improba possessio firmum titulum possidendi nullum praestare potest ...».

(*v*) *Consuetudines Feudorum,* lib. 2, tit. 56: *Quae sint regalia,* c. 1, ed. Lugduni 1547, p. 65a.

(*v'*) *tenendum*] *dicendum* na ed.

(*x*) *fuerunt*] *fuerant* na ed.

(*x'*) [*est*] *om.* no ms.

(*x''*) *Codex Iustinianus,* lib. I, tit. 5 (ed. Lugduni 1547: 8), *De haereticis et manichaeis et samaritis,* l. 19 (ed. Lugduni 10), *Authentica,* ed. Lugduni 1547, p. 69b: «Idem est de Nestorianis et acephalis ... Si autem omnes liberi perversi sint, vocentur agnati rectae fidei ... si non fuerit clericus, succedat fiscus».

(*y*) *Digestum,* lib. 28, tit. 2: *De liberis et postumis ...,* l. 29, § 5, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis,* I, pp. 413-414: «Et quid si tantum in mortis filii casum conciperet? ... hi enim casus et omnes, ex quibus suus heres post mortem scilicet avi nasceretur, non pertinent ad legem Vellaeam: sed ex sententia legis Vellaeae et haec omnia admittenda sunt, ut ad similitudinem mortis ceteri casus admittendi sint».

(*z*) BALDUS DE UBALDIS, *Consilia,* Bibl. Apostól. Vaticana, cod. Barb. lat. 1410, fls. 151v-153v, ed. *Consilia,* III, Venetiis, 1575, cons. 159, fls. 45va-46va.

f) PORTUGAL REPRESENTADO NOS CONCÍLIOS DE PISA E DE CONSTANÇA POR LETRADOS DE REMONE, ALGUNS VINDOS DA UNIVERSIDADE DE BOLONHA

São conhecidos os esforços dos príncipes cristãos para acabarem com o cisma na Igreja, de acordo com muitos cardeais. Tanto os purpurados da obediência do papa de Roma, Gregório XII, como os de Bento XIII, papa de Avinhão, procuravam levar os papas contendentes a renunciarem ao papado, de forma a facilitarem a eleição de novo papa, em concílio, e a que toda a Igreja se submetesse às decisões conciliares. Era esta aliás a sugestão de alguns cardeais, desde a primeira hora do cisma. Assim, o cardeal Orsini, na declaração feita a 13 de Agosto de 1379, no leito de morte, emitia o seguinte parecer:

> «*... declaro primo quod videns predictum grande scisma ortum, simul cum Reverendissimis patribus et dominis meis Portuensi et Mediolanensi sancte Romane Ecclesie cardinalibus, ad extirpationem dicti scismatis* fui prosecutus viam consilii, sine qua videbatur non posse terminari et finiri dictum scisma, quod concilium affectabam et sperabam quod sedationem tanti scismatis matris Ecclesie ... *meis oculis videre; nunc autem in hunc modum dico quod in hoc veritati me semper subicio et iudicio sancte matris Ecclesie et concilii me submitto* ... Ego vero me illum pro papa tenere fateor et teneo qui per sanctam matrem Ecclesie et concilium fuerit approbatus *et si verbo, scripto vel opere aliquid nunquam fecerim vel dixerim contra illum qui sic declaratum fuerit fateor me errasse*» ([528]).

Segundo carta dos cardeais Pedro Corsini e Simão de Borsano, conhecidos respectivamente por cardeais de Florença e de Milão, dirigida essa carta a el-rei de Castela, no dia 1 de Abril de 1380, também para D. João e seu falecido pai, D. Henrique de Castela e, sobretudo, para os prelados, nobres e letrados do reino, a via do concílio era a preferida, como mais segura para a solução do cisma. E os purpurados eram da mesma opinião:

> «*Serenissimo Principi domino domino Johanni, Dei gratia Castelle et Legionis regi illustri. Serenissime Princeps. Vestre Serenitatis litteras cum omni debita reverentia recepimus die xxiiii mensis Martii per Petrum Garsie, nuntium vestrum, latorem presentium, continentes qualiter vestra devotio diligenti vigilantia intendit ad sedationem tante tempestatis, que in christianitate consistit, in hoc etiam illustris memorie domini Henrici progenitoris vestri virtuosa immutatione se conformando, et quod* vestra excelentia in primordiis sue sacre coronationis prelatos, proceres et sapientes ad sue celsitudinis fecit evocari presentiam, qui, omnibus tam genitori vestro quam vobis in facto

([528]) AV, Arm. LIV, t. 14 (*De Schismate*, I), fls. 118-118v.

narratis, attentis et discussis, unanimiter convenerunt et concorditer elegerunt pro tuitiori mediam viam amplectenses, concilii generalis iudicium expectare, *vestraque etiam sublimitas nos precatur ut inspecto tenore casus et thematis destinati ad pie memorie dominum progenitorem vestrum per duodecim ... cardinales et per clementiam vestram nobis transmissi ... que vera sunt ... scriberemus ... vestram quoque et consilii vestri deliberationem in volendo viam concilii generalis expectarte* merito multipliciter commendamus ... (529).

Entre as respostas dadas pelo governo do monarca francês aos enviados pelos cardeais rebeldes, desde Anagni, depois da resolução de mandar núncios ao papa Urbano VI e aos cardeais, a ver se era possível chegarem à paz e concórdia, segue-se a proposta final, a respeito do concílio: «*Ultimo tactum fuit quod, pendente via tractatus inter partes,* principes seculares super hoc concordes et adunati facerent generale concilium congregare ut, si ad concordiam partes non possent devenire, refferetur negotium ad concilium predictum» (530). *El-rei D. Fernando, rei de Portugal, pensava mais ou menos do mesmo modo, depois de ouvido o parecer dos prelados e seu conselho:* «*... aliqui dixerunt, de quorum numero ego fui, quod erat expediens ad celeriorem expeditionem,* quod principales reges catholici et domini temporales requirerentur per regem nostrum quod zelo fidei et Ecclesie omnes ponerentur sub indifferentia, et deputaretur unus locus securus et magis communis omnibus, ubi consilia ipsorum congregarentur et sciretur veritas facti per divinos et bonos homines, et in casu in quo interim Ecclesia non concordaret, quod ipsi faverent illi qui meliorem et probabiliorem causam haberet, requirendo primo omnes quod vellent concordare et Ecclesie providere, *et offerebam me ad sustinendum laborem, ad expensas etiam meas, zelo fidei et Ecclesie...*» (531).

Autor alemão deste período reuniu em livro as tentativas de solução da crise, a que deu o título de Nemus unionis *ou* De modis uniendi (532). *A nós interessa a posição de Mestre André Dias de Escobar, que, aliás, já dei a conhecer. Foi expresso esse seu parecer ao cardeal dominicano D. João Domingues, conhecido pelo nome de arcebispo e cardeal de Ragusa. Defendia o nosso patrício a obrigação, em consciência, de Gregório XII, papa de Roma, a quem ele seguia, renunciar ao papado, como prometera, a fim de permitir a paz e unidade da Igreja. E certamente por isso chegará a defender, mais tarde, ideias conciliaristas de supremacia dos concílios gerais sobre o papa, propalando a necessidade de tais concílios para terminar com a divisão criada pela pertinácia de* duobus contendentibus de papatu (533). *Dou aqui, na íntegra, esse pequenino tratado de André Dias, conhecido pelo nome de* Colles reflexi:

«*Questio super oppinione archiepiscopi Ragusini (a). Utrum pax et reformatio iurata et firmata sancte unionis Ecclesie sacri apostolatus, fienda renuntiationis virtute, hac vice preteriri valeat absque dispendio et interitu salutis eterne.*

---

(529) AV, Arm. LIV, t. 17 (*De Schismate*, IV), fls. 86-86v.

(530) AV, Arm. LIV, t. 15 (*De Schismate*, II), fls. 165-166v, 169-171.

(531) Discurso do bispo de Lisboa D. Martinho em Bibl. Apost. Vaticano, cod. Vat. lat. 5608, fl. 72. Cf. nota 198.

(532) THEODORICI NIEM *Historiarum sui temporis libri IIII*, lib. IV: *Nemus Unionis*, Argentorati, 1609. Cf. nota a.

(533) Sobre o assunto cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, O. F. M., *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, Roma-Porto, 1967, pp. 57-78, 201-223.

(*a*) Trata-se de D. João Dominici, dominicano, eleito arcebispo de Ragusa pelo papa Gregório XII no mês de Março de 1408 e criado cardeal do título de S. Sisto pelo mesmo papa no dia 9 de Maio de 1408. Morreu no mês de Junho de 1419. Cf. C. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, ed. altera, Monasterii,

Probatur quod non, nam tale iuramentum ab utraque parte fuit honestum, licitum et voluntarium, non vergens in salutis eterne interitum; ergo non est absque discrimine preterendum.

Opponitur: Arguit quidam reverendus magister et prelatus xvii mediis; sit tum primo, quia Deus et Ecclesia militans per dominos cardinales elegerunt dominum Gregorium xii (b) verum papam Romanum et Christi vicarium, quem credo fuisse et esse; ergo hunc creaverunt papam eius vita durante. Item secundo: si Gregorius xii papa tenetur etiam vi iuramenti aut voti per eum facti renuntiare veritatem sacri apostolatus, quam habet, tunc vicarius Jhesu Christi et antipapa pares in veritate a multis crederentur fuisse et esse. Item tertio, quia ex tali renuntiatione, dubia crederetur veri papatus certitudo, quam vere credimus, dominum Gregorium xii hanc dubie habere. Item quarto, quia est verisimile deterius scisma priore causa[ri] in Dei ecclesia, cum cardinales gallici et anticardinales in electione nullatenus concordabunt et sic novissimus error peior erit priore. Item quinto, quia militans Ecclesia tam iuste sine causa spoliari videatur dolentis miserie papa verissimo iustissime electo. Item sexto, quia demeritis exigentibus, posset post renuntiationem Eclesia subici alicui latenti ypocrite, heretico, scismatico aut animali (!) pape. Item septimo, quia ex tali renuntiatione dicerentur Ytalici multis annis malam fidem habuisse, et ideo nunc gallici petunt cessionem veri pape Romani, ut postea eius adherentes valeant confundere et ut ipsi [fl. 67v] ad gremium Ecclesie valeant cum maiori confusione redire. Item octavo, quia per talem renuntiationem toti Ecclesie fidelium Ytalie opprobrium causaretur, tum quia ex tali renuntiatione non esset veritas certa de papatu, tum quia culparentur Ytalici quod tam diu veritatem non viderunt et quia dominium Ecclesie sine causa ad gallicos transtulerunt. Item nono, quia fideles et uniti vere Ecclesie spoliantur multis bonis et exponuntur multis dampnis, vituperiis ac desolationibus et culpis mortalibus. Item decimo, quia tunc scismatici letabuntur et crederent se victores esse et veram partem semper habuisse et si ex eis papa fiet, eripient bona fidelium et extorquent symoniis et exactionibus et pervertent bona Ecclesie. Item undecimo, quia verisimiliter est possibile quod nostri veri cardinales cum illis anticardinalibus nullatenus in electione tertii pape unici concordabunt et sic diu non erit papa in Ecclesia militante. Item duodecimo, quia per talem renuntiationem certitudo papatus dubia redderetur, et sic rex dubius de regno suo populo redderetur et sic prelati beneficiati dubii de suis beneficiis sibi et aliis redderentur. Item tertiodecimo, quia per talem renuntiationem fiunt partes tam in clero quam in populo christiano, actus iurisdictionales et pontificales catholicorum [et] scismaticorum. Item quartodecimo, quia ex

---

1913, pp. 31, 412. Nas edições de *Nemus Unionis* (Bibl. Apost. Vaticana, Stamp. Barb. H. V. 8 = B: *Historiae Theodorici de Niem ... libri IIII*, Basileae per Thomam Guarinum, anno MDLXVI, *Nemus Unionis*, tractatus V: *Colles Reflexi*, pp. 261-283; MAI XI. F. I. 79 = M: *Theodorici a Niem* ... Argentorati. Sumptibus Lazari Zetzneri Bibliopol. Anno MDCVIIII, *Nemus Unionis*, tractatus V: *Colles Reflexi*, pp. 352-380; Palatina, II 357 = P: *Historiae Theodorici de Niem, scribae quondam Pontificii, deinde episcopi Verdensis ... libri IIII*, Basileae per Thomam Guarinum anno MDLXVI, liber IV *Nemus Unionis*, tractatus V, *Colles Reflexi*, pp. 261-283. A opinião do arcebispo de Ragusa precede o *Colles Reflexi* (Barb. H. V. 8, pp. 253--261, com a data: *Actum Senis, xv Nov. MCCCCVII*).

(*b*) Gregório XII era cardeal do título de S. Marcos, criado pelo papa Inocêncio VII no dia 12 de Junho de 1405, quando foi eleito papa no dia 30 de Novembro de 1406 e coroado a 19 de Dezembro deste ano. Chamava-se Ângelo Corario e era bispo de Castello desde o início do cisma. Bonifácio IX tinha-o nomeado patriarca de Constantinópola. Cf. *Hierarchia catholica medii aevi*, I, pp. 31, 171, 206. Renunciou ao papado no concílio de Constança em 4 de Julho de 1415 e morreu no dia 18 de Outubro de 1417. Cf. C. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, pp. 31, 171, 206.

tali renuntiatione preberetur occasio impiis semper suscitandi scisma in Dei Ecclesia, cum non fieret voluntas eorum, quia papa cogeretur eorum petitionibus iniustis et condescendere. Item quintodecimo, quia sic privarentur Ytalici iniuste tanto honore sedis apostolice, et Ecclesia transferretur ad gallicos, ad Avinionem; sic tunc cogerentur dicere papam Gregorium [*fl. 68*] *et suos predecessores nunquam fuisse veros pontifices nec nos unquam fuisse illis durantibus filios Ecclesie. Item decimo sexto, quia Ytalici post renuntiationem divulgabuntur per universum insensati, vecordes, ignari, quia tantam gloriam papatus perdiderunt, et gallici predicabuntur sensati, animosi, sapientes, quia licet falsum papam habuissent, tandem vicerunt, et sic Ecclesia confusionibus plena irremediabiliter deploraret. Item decimo septimo, quia ex tam periculosa renuntiatione multi fideles periculo scismatis exponuntur, tum ex dubio papa precedente, tum ex nullo papa in Ecclesia sedente, tum ex hoste papa existente, tum quia sic scismatici cum honore redirent ad Dei Ecclesiam, tum quia alia via unionis divinitus inspirata et inspiranda potest inveniri, ne Ecclesia maculetur et sponso suo viduetur. Ergo quia sapientis est mutare consilium sine interitu salutis eterne in malis commissis, potest papa fidem rescindere quam promisit de renuntiando pro communi bono, statu pacis et unionis universalis sancte matris Ecclesie; ergo pars questionis affirmativa videtur vera* (*c*).

Ad questionem ergo veniendo, et pro zelo domus Dei veritati insistendo, cum timore tamen et tremore, quia positus sum doctor gentium in fide et veritate (*c'*) *eam amplectendo, licet secundum Terentium* (*d*) *veritas odium pariat; veritatem ergo dicam, que michi videtur rationi est* (*e*) *consona et totus mundus, exclamat doctor gentium, primo Thi. 2.°* (*f*), *illius dulcis Christi Jhesu, sancte Ecclesie pastoris unici, auctoritati insistendo* (*g*), *Luc. 12* (*g'*) *et Mathei* (*h*) *10* (*i*): «*Nolite timere eos qui occidunt corpus, animam* (*j*) *autem non possunt occidere*» (*k*), *super quo verbo* (*l*) *Crisostomus transumptive in canone, xi* (*m*) *q. iii.* (*m'*) *dicit: «Nolite* [*fl. 68v*] *timere eos qui occidunt corpus, ne forte propter timo-*

(*c*) Nas edições do *Nemus Unionis*, a obra de D. André Dias de Escobar começa assim: «Colles Reflexi. Tractatus V. Hic incipit tractatus, qui dicitur aut intitulatur Colles Reflexi. Sunt enim hic dicta contra supra scriptas conclusiones Archiepiscopi, longa, taediosa, vera tamen et utilia. Determinatio cuiusdam abbatis, sacrae theologiae professoris, super cessione et renuntiatione cum improbationibus et destructionibus dictorum et argumentorum archiepiscopi Ragusinensis supradicti. Caput I: Ad quaestionem ergo veniendo ...».

(*c'*) 1 Tim. 2, 7.

(*d*) *Terentium*] Assim nas edições B. M e P. No ms. a leitura é *Salustium* e não *Terentium*. Eis a citação exacta: P. TERENTII *Andria*, act. I, scena I, v. 68, ed. Apud Seb. Gryphium, Lugduni, 1547, p. 14: «Obsequium amicos, veritas odium parit».

(*e*) *est*] *esse*, nas ed. B, M e P.

(*f*) 1 Tim. 2, 4.

(*g*) *insistendo*] *intendendo*, nas ed. B, M e P.

(*g'*) Luc. 12, 4.

(*h*) *Mathei*] *Marci*, no ms., erroneamente.

(*i*) Mat. 10, 28.

(*j*) *animam*] *animas*, nas ed. B. M e P.

(*k*) *non possunt occidere*] *occidere non possunt* nas ed. B, M e P.

(*l*) *verbo*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*m*) *xi*] *ii.*, nas ed. B, M e P, no ms *xii.*

(*m'*) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaestio III, c. 86, ed. AEMILIUS FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 667. Trata-se aqui não de S. João Crisóstomo, mas sim do autor do *Opus imperfectum in Matthaeum quod Chrisostomi nomine circumfertur*, homilia 25, in PG (MIGNE, *Patrologia Graeca*), 56, col. 761-762: «*Et nolite timere eos, qui occidunt corpus.* Ne forte propter timorem mortis, non libere dicatis

rem (n) mortis non libere dicatis quod audistis». «Ex hiis, inquit, verbis ostenditur quod non solum ille proditor est veritatis (o), qui transgrediens veritatem, palam pro veritate mendacium loquitur, sed etiam ille qui non libere pronunciat veritatem, quam libere pronunciare oportet (p), aut non libere veritatem defendit, quam libere defendere convenit, proditor est veritatis», quia secundum Pitagoram, iii. de suis preceptis (q), post Deum veritas est colenda, que sola homines Deo proximos facit. Veritatem ergo dicam tituli proposite questionis, quantum hebes meus (r) intellectus attingit, pauperculus ego abbas de Randafe ordinis sancti Benedicti, Bracharensis (s) diocesis, sacre indignus theologie professor, magister Andreas Ulixbonensis (t), non solum modo disputabili, sed etiam consultivo et predicabili, pauca ex meis inserens, sed in omnibus patrum sententias sequens, subiciens (u) me in omnibus dictis et discendis correxioni (!), informationi ac determinationi (v) sanctissimi patris domini mei apostolici Gregorii xii et aliorum dominorum et magistrorum, quorum interest tales corrigere; paratus enim sum, protestor ex tunc corrigere, prout nunc, revocare libenter (x), dum tamen a veritate fidei catholice non deviet, et tranquillitati ac paci totius status Ecclesie catholice consonet (y).

In principio ergo (z) huius questionis, Spiritus Sancti auxilio invocato, ut dignetur ignem sui amoris in me accendere, et lucis sue radio illustrare, qui (a), secundum Augustinum in De civitate Dei (b), nunquam vivificat, nec illustrat Ecclesie membra, nisi fuerint in pace unita; super enim (c) Apostolos, habentes cor unum et (d) animam unam in Domino, Actuum (e) quarto capitulo (f), cecidit Spiritus Sanctus ex celi fastigio; dignetur (g) me (h)

---

quod audistis, nec fiducialiter praedicetis in omnibus, quod in aure soli audistis. Sic ergo ex his verbis ostenditur, quod non solum ille proditor est veritatis, qui transgrediens veritatem, palam mendacium pro veritate loquitur, sed etiam ille, qui non libere pronuntiat veritatem, quam libere pronunciare oportet, aut non libere veritatem defendit, quam libere defendere oportet, proditor est veritatis».

(n) *propter timorem*] *prae timore*, nas ed. B, M e P; *per timorem* no ms.

(o) *ille proditor est veritatis*] *ille est proditor veritatis*, na ed. M.

(p) *oportet*] *debet*, nas ed. B, M e P.

(q) Pitágoras, filósofo grego.

(r) *hebes meus*] *ebes mei*, no ms.; *hebis meus*, nas ed. B, M. e P.

(s) *Bracharensis*] *Hachacñ*, no ms. erroneamente.

(t) *pauperculus ego abbas de Randafe ... magister Andreas Ulixbonensis*] *pauperculus ego Andreas, abbas monasterii de Randuphe, ordinis sancti Benedicti Bracharensis diocesis, sacrae theologiae professor, non solummodo*, nas ed. B, M e P. — Mestre André em várias de suas obras diz que nasceu em Lisboa. Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, pp. 25-28.

(u) *subiciens*] *submittens*, nas ed. B, M e P.

(v) *determinationi*] *decimationi*, nas ed. B, M e P.

(x) *protestor ex tunc corrigere, prout nunc, revocare libenter*] *protestor nunc corrigere, revocare libenter*, nas ed. B, M e P.

(y) *Ecclesie catholice consonet*] *Ecclesiae sanctae catholicae consonet*, nas ed. B, M e P.

(z) *ergo*] *igitur*, nas ed. B, M e P.

(a) *qui*] *quoniam*, nas ed. B, M e P.

(b) SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, XII, cap. XXIII, ed. EMANUEL HOFFMANN, *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, XL, pp. 607-608, etc.

(c) *enim*] *om.* nas ed. B, M e P.

(d) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(e) *Actuum*] *Actorum*, nas ed. B, M e P.

(f) *capitulo*] *om.* nas ed. B e M. — Act. 4, 32.

(g) *dignetur*] *dignetur ergo* nas ed. B, M e P.

(h) *me*] *meipsum* nas ed. B, M e P.

et ceteros christifideles unire, regere ac pacificare et omnes nos invenire (*i*) «*per presentiam* [*fl. 69*] *corporalem uniformes, pariter propter cordium unitatem et in eodem loco*» *Ecclesie* (*j*) *ac sub eiusdem Spiritus Sanctus vicarii regimine unius,* «*propter promissam* (*k*) *stabilitatem*»*; verba sunt Bernhardi in sermone, hodie sedente* (*l*) *in throno* (*m*)*. Pro totius ergo tituli declaratione multiplici me munio* (*n*)*, quasi* (*o*) *conclusiva suppositione.*

Prima sit Ciceronis in libro De republica, sic populum diffinientis: «*Populus est cetus multitudinis, iuris consensu et utilitatis communione sociatus*» (*p*)*; ergo si non est iuris consensus ac communis utilitas* (*q*)*, nulla vera ac* (*r*) *sancta esse potest societas; si ergo in Dei* (*s*) *Ecclesia huiusmodi consensus non invenitur, communio sancta fidelium, esse videtur contra articulum fidei.*

Secunda conclusio suppositiva: Ecclesia catholica est cetus multitudinis a Christo institutus, iuris (*t*) *consensu et utilitatis communione sociatus, patet, quia ex omni gente, grecis, latinis ac* (*u*) *barbaris sanctorum consistit communio per Christum instituta, ex membris variis, unum corpus constituentibus, consolidata, Apostulo dicente ad Ro. 12:* «*Multi unum corpus sumus in Christo, alter alterius membra*» (*v*)*, et 1.ª Cor., 12:* «*Etenim in uno Spiritu nos omnes in unum corpus baptizati sumus*» (*x*)*.*

Tertia suppositio (*y*)*: Ecclesia catholica est res communis et publica, que summa debet regi equitate, moderamine et iustitia; patet secundum Plutarcum in libro De institutione Trayani* (*z*)*, quia, cum res communis sit corpus quodam, quod divini muneris beneficio animatur, et summe equitatis agitur nutu et regitur quodam moderamine*

(*i*) *christifideles unire, regere et pacificare et omnes nos invenire*] *christifideles regere ac pacificare nos omnes et unire* nas ed. B, M e P.

(*j*) *cordium unitatem et in eodem loco Ecclesie*] *cor Domini unitatem et unionem loco Ecclesiae*, nas ed. B, M e P.

(*k*) *promissam*] *premissam*, nas ed. B, M e P.

(*l*) *sedente*] *sedenti*, no ms.

(*m*) Segundo PL, vol. 183, a citação não se encontra no sermão *Hodie sedente in throno* (col. 316-323), mas no sermão III *In festo Pentecostes*, que vem a seguir (col. 330-334). Efectivamente, a alusão da passagem refere-se ao Espírito Santo: «Contenti sumus angustiis nostris, nec respirare in libertatem illam, non saltem ad eam spirare conamur. Oremus, fratres, ut compleantur in nobis dies Pentecostes, dies remissionis, dies exultationis, dies verissimi jubilaei: et inveniat nos semper Spiritus sanctus omnes propter praesentiam corporalem, pariter propter cordium unitatem, in eodem loco per promissam stabilitatem; ad laudem et gloriam sponsi Ecclesiae Jesu Christi Domini nostri ...» (col. 334).

(*n*) *multiplici me munio*] *multiplicati me munio*, nas ed. B, M e P.

(*o*) *quasi*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*p*) M. TULLII CICERONIS *De re publica librorum sex*, lib. I, c. XXV, ed. LUDOVICUS CASTIGLIONI, *Corpus Scriptorum Latinorum Paravianum*, 4, 1935, p. 32: «Est igitur, inquit Africanus, res publica res populi, populus autem non omnis hominum coetus quoquo modo congregatus, set coetus multitudinis iuris consensu et utilitatis communione sociatus».

(*q*) *communis*] Cícero usa as palavras *utilitas* e *communio*.

(*r*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.

(*s*) *Dei*] *om.* nas ed. B e M.

(*t*) *iuris*] *unius*, nas ed. B, M e P.

(*u*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.

(*v*) Rom. 12, 5.

(*x*) 1 Cor. 12, 13.

(*y*) *suppositio*] *suppositiva*, nas ed. B, M e P.

(*z*) *Trayani*] *Troyani* no ms.

rationis (*a*) *et secundum Annium Florum* (*b*), *loquentem de Romulo in principio hystoriarum Romanorum* (*c*), «*ideo* [*fl. 69v*] *ex variis quasi elementis congregatum corpus unum, populum Romanum effecit*» (*d*); *cum ergo talis sit Ecclesia sancta, omni* (*e*) *ergo debet regi moderamine et iustitia; sed ubi non est perfecta pax, talis non invenitur iustitia; ergo pro tunc nec equitate aut* (*f*) *regi moderamine est dicenda; videtur hanc suppositionem corroborare Augustinus 19* (*g*), *De civitate Dei, capitulo 20 et 21 per totum, ubi videtur probare quod, sicut «non est vera sapientia, que intentionem suam in hiis que prudenter discernit, gerit fortiter, cohibet* (*h*) *temperanter iusteque distribuit, non* (*i*) *ad illum dirigit finem, ubi* (*j*) *Deus erit omnia in omnibus, pace perfecta», sic «ubi non est vera iustitia, iuris consensu sociatus cetus hominum esse non potest»* (*k*).

Quarta conclusio suppositiva sit ista: virtutum premiis laudum insigniis (*l*) *merentur dignificari bonum commune et unionem totius Ecclesie procurantes viriliter, et pro pace Ecclesie zelantes cordialiter; patet propositio* (*m*) *tam per doctores ethnicos quam veros* (*n*) *catholicos; gentiles antiqui cordialius commune bonum procurantes, non solum dignis laudibus sunt honorati, et supra ceteros exaltati et* (*o*) *memoriis perpetuis multis seculis demonstrati* (*p*), *ut deducit Valerius in dictis et factis memora*[*bi*]*libus Romanorum* (*q*), *quynimo sunt per veteres philosophos libris, littera, sermonibus coevis seculis* (*r*) *predicati, nomine indelebili preconizati, laudes et eorum gloriam narrantes, qualiter fuit* (*s*) *in eis pia solicitudo, vehemens* (*t*) *dilectio pro salute ipsius rei communis, stabilis et fixa, fervens emulatio,*

(*a*) PLUTARCUS, *De institutione Traiani*. Não encontrei esta citação.

(*b*) *Annium Florum*], nas ed. B, M e P, mas no ms. poderia ler-se *philosophum*. — LUCII ANNAEI FLORI *Rerum Romanarum libri IV*, ed. JOH. ISACI FONTANI, Patavii, 1754, cap. I, p. 6: «Ita ex variis quasi elementis congregavit corpus unum, populumque Romanum ipse fecit».

(*c*) *hystoriarum Romanorum*] *historiarum Romanarum*, nas ed. B e M.

(*d*) *effecit*] *fecit*, nas ed. da obra.

(*e*) *omni*] *omnino*, nas ed. B, M e P.

(*f*) *aut*] no ms. em vez de *nec*.

(*g*) *19*] *19 libro*, nas ed. B, M e P.

(*h*) *cohibet*] *cohibens* nas ed. B, M e P.

(*i*) *non*] *nisi*, nas ed. B, M e P.

(*j*) *ubi*] *quem*, nas ed. B, M e P.

(*k*) *cetus hominum esse non potest*] *cetus esse non potest hominum*, nas ed. B e M. — SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. 19, cap. 20-21, *ed. cit.* pp. 407-410: «Res ista vero sine spe illa beatitudo falsa et magna miseria est; non enim veris animi bonis utitur, quoniam non est vera sapientia, quae intentionem suam in his, quae prudenter discernit, gerit fortiter, cohibet temperanter iusteque distribuit, non in illum dirigit finem, ubi erit Deus omnia in omnibus, aeternitate certa et pace perfecta» (cap. 20). «... Quocirca ubi non est vera iustitia, iuris consensu sociatus coetus hominum non potest esse et ideo nec populus iuxta illam Scipionis vel Ciceronis definitionem; et si non populus, nec res populi, sed qualiscumque multitudinis, quae populi nomine digna non est» (cap. 21).

(*l*) *Quarta conclusio ... insigniis*] *Quarta suppositio virtutum praemiis et laudum insigniis*, nas ed. B, M e P.

(*m*) *propositio*] *primo*, nas ed. B, M e P.

(*n*) *veros*] *veteres*, nas ed. B, M e P.

(*o*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*p*) *demonstrati*] *demirati*, nas ed. B, M e P.

(*q*) VALERII MAXIMI *Factorum et dictorum memorabilium libri novem*, ed. CAROLUS KEMPF, Lipsiae, 1888, lib. II, cap. IX: *De censoria nota*, pp. 97-102; lib. V, cap. VI: *De pietate erga patriam*, pp. 252--259, lib. VI, cap. VI, pp. 302-305.

(*r*) *seculis*] *om.* na ed. M.

(*s*) *fuit*] *fuerit*, nas ed. B, M e P.

(*t*) *vehemens*] *et vehemens*, nas ed. B, M e P.

terrenorum omnium despectio, terribilium et (u) arduorum omnium agressio, periculorum et laborum perpessio, mortis libens susceptio et necis suorum filiorum, cognatorum seu carorum, occisorum pro bono communi, minime lamentatio, quia in eis vigebat solius boni communis, salutis desideratio; [fl. 70] ut patet ista Valerium (v) prefatum intuenti, li. i[i] c. 9 (x) et libro 5.°, c. 6.° et libro 6.°, c. 6.° (y) et in plerisque aliis locis (a).

Quinta conclusio: potius (b) unusquisque despectam paupertatem deberet eligere (c) quam pacem et unionem reipublice Ecclesie cum eius dispendio preterire; patet exemplo antiquorum, bonum commune zelantium, qui secundum Augustinum, 5.° De civitate Dei, c. 18 (d), in tantum bonum commune auxerunt (e) et pro ipso laboraverunt quod, «cum haberent opulentissimam rempublicam, idest rem populi, rem patrie, rem communem, ipsi in suis domibus pauperes erant», Tuliana voce hoc exclamante (f), libro 3.°, De officiis, c. 15 (g), «neque solum nobis divites (h) esse volumus, sed liberis, propinquis, amicis et maxime reipublice; singulorum enim facultates divitie sunt civitatis», quia «omnium societatum nulla est gravior, nulla carior quam ea, que cum republica est unicuique nostrum» (i), ait (j) ipse, primo, De officiis, c. 18 (k). Si[c] ergo loquendo verbis Augus-

---

(u) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(v) *ut patet ista Valerium*] *patent haec apud Valerium*, nas ed. B e M.

(x) *c. 9*] *c. 19* nas ed. B, M e P. — VALERII MAXIMI *Factorum et dictorum memorabilium*, lib. II, cap. IX, *ed. cit.*, pp. 97-102.

(y) VALERII MAXIMI *Factorum et dictorum memorabilium*, lib. V, cap. VI, *ed. cit.* pp. 252-259, lib. VI, cap. VI, *ed. cit.*, pp. 302-305.

(a) *et in plerisque aliis locis*] *om.* nas ed. B, M e P.

(b) *potius*] *om.* nas ed. B e M.

(c) *despectam paupertatem deberet eligere*] *paupertatem despectam magis debet diligere*, nas ed. B, M. e P.

(d) *5.° De civitate Dei, c. 18*] *2.° De civitate Dei c. 18* no ms; as ed. B, M e P lêem *c. 19*. — SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. 5, cap. 18, pp. 250-251: «Aut quid se magnum fecisse praedicabit, qui nullo praemio mundi huius fuerit ab aeternae illius patriae societate seductus, cum Fabricium didicerit tantis muneribus Pyrrhi, regis Epirotarum, promissa etiam quarta parte regni, a Romana civitate non potuisse develli ibique in sua paupertate privatum manere maluisse? Nam illud quod rem publicam, id est rem populi, rem patriae, rem communem, cum haberent opulentissimam adque ditissimam, sic ipsi in suis domibus pauperes erant, ut quidam eorum, qui iam bis consul fuisset, ex illo senatu hominum pauperum pelleretur notatione censoria, quod decem pondo argenti in vasis habere compertus est; ita idem ipsi pauperes erant, quorum triunphis publicum ditabatur aerarium: nonne omnes Christiani, qui excellentiore proposito divitias suas communes faciunt secundum id quod scriptum est in actibus apostolorum, ut distribuatur unicuique sicut cuique opus est, et nemo dicat aliquid proprium, sed sint illis omnia communia, intellegunt se nulla ob hoc ventilari oportere iactantia, id faciendo pro obtinenda societate angelorum, cum paene tale aliquid illi fecerint pro conservanda gloria Romanorum?» (p. 250).

(e) *auxerunt*] *adauxerunt*, nas ed. B, M e P.

(f) *Tuliana voce hoc exclamante*] *Tulio hac voce exclamante*, nas ed. B, M e P.

(g) *c. 15*] *c. 3*, nas ed. B, M e P. — M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. III, cap. XV, ed. *Opera omnia*, Sumptibus et Typis Samuelis Chovet, 1660, t. IV, 63, col. 527: «Sapientis esse, nihil contra mores, leges, instituta facientem, habere rationem rei familiaris, neque enim solum nobis divites esse volumus, sed liberis, propinquiis, amicis, maximeque reipublicae, singulorum enim facultates et copiae divitiae sunt civitatis. Huic Scaevolae factum, de quo paullo ante dixi, placere nullo modo potest, etenim omnino se negat facturum compendii sui causa, quod non liceat. Huic nec laus maxima tribuenda est, nec gratia».

(h) *nobis divites*] *nobis vires*, nas ed. B, M e P.

(i) *nostrum*] *ipsum*, no ms.; e nas ed. *vestrum*.

(j) *ait*] *aut*, no ms.

(k) M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. I, cap. XVII, *ed. cit.*, col. 473-474: «Sed cum omnia ratione, animoque lustraveris, omnium societatum nulla est gravior, nulla carior, quam ea, quae cum republica est unicuique nostrum. Cari sunt parentes, cari liberi, propinqui, familiares, sed omnes omnium caritates patria una conplexa est, pro qua quis bonus dubitat mortem oppetere, si ei sit profuturus?».

tini (l), 5., De civitate Dei, c. 14 (m), si isti non redempti precio sanguinis Christi nec eius sacramentis regenerati, nec ad augmentum meriti (n) et cumulum premii eterni, talia fecerunt amore patrie et laudum cupidine, prout loquitur poeta (n'): [Quid] «vi[n]cit (o) amor patrie, laudumque inmensa cupido», «quid magnum (p), si pro vera libertate [que liberos facit a dominatu diaboli, et pro charitate liberandorum] (q) hominum» nos Christi redempti sanguine, potius paupertatem debemus ferre (r) quam tot scissuras videre huiusmodi sancte reipublice Ecclesie?

Sexta conclusio: pro sedando scismate sancte reipublice Ecclesie, nullus metus aut periculum est formidandum, ymmo est subeundum voluntar[i]e; hanc conclusionem deducit Tulius de re communi, libro 2.° Rethorice, c. 5 (s), que cum sit tam cara, tam dulcis, ideo nullum periculum est vitandum pro rei publice salute, ut hystorialiter dicit Valerius, libro 2.°, c. [i]i. (t) et [fl. 70v] Vegecius Renatus (u), libro 4.°, c. 4.° (v) et Augustinus, 5 (x),

---

(*l*) *Augustini*] *Austini* nas ed. B e P.

(*m*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. V, cap. XIV, *ed. cit.*, pp. 240-242, lib. V, cap. XVII, *ed. cit.*, pp. 244-245; mais exactamente lib. V, cap. XVIII, *ed. cit.*, pp. 245-251, onde vem também a citação do poeta que Santo Agostinho transcreve: «...Bruto autem, quia filios occidit, infelicitatis perhibet testimonium etiam poeta laudator. Ait enim: Natosque pater nova bella moventes / Ad poenam pulcra pro libertate vocabit / Infelix, utcumque ferent ea facta minores. Sed versu sequenti consolatus est infelicem: Vincit amor patriae laudumque immensa cupido. Haec sunt duo illa, libertas et cupiditas laudis humanae, quae ad facta conpulit miranda Romanos. Si ergo pro libertate moriturorum et cupiditate laudum, quae a mortalibus expetuntur, occidi filii a patre potuerunt: quid magnum est, si pro vera libertate, quae nos ab iniquitatis et mortis et diaboli dominatu liberos facit, nec cupiditate humanarum laudum, sed caritate liberandorum hominum, non a Tarquinio rege, sed a daemonibus et daemonum principe, non filii occiduntur, sed Christi pauperes inter filios conputantur?» (p. 246).

(*n*) *meriti*] *virga*, possivelmente no ms.

(*n'*) P. VIRCILII MARONIS, *Aeneidos*, lib. VI, ed. *Opera*, Venetiis, 1686, p. 232: «... Vincet amor patriae, laudumque immensa cupido».

(*o*) *vincit*] *vicit* no ms.

(*p*) *magnum*] no texto de Santo Agostinho: *magnum est*.

(*q*) [*que ... liberandorum*] *om.* no ms.

(*r*) *debemus ferre*] *decernimus sufferre*, nas ed. B, M e P.

(*s*) M. TULLII CICERONIS *Ad C. Herennium libri quattuor de arte Rhetorica*, lib. IV, cap. 44, ed. GULIELMUS FRIEDRICH, Lipsiae, 1884, pp. 104-105: «'Sapiens nullum pro re publica periculum vitabit, ideo quod saepe [fit ut] cum pro re publica perire noluerit, necesse erit cum re publica pereat, et quoniam omnia sunt commoda a patria accepta, nullum incommodum pro patria grave putandum est ... pro amicis et parentibus [et ceteris necessariis] adire periculum, pro re publica, in qua [et haec] illud sanctissimum patriae nomen continetur, nolle in discrimen venire. Ita uti contemnendus est, qui in navigio navem quam se mavult incolumen, item vituperandus, qui in rei publicae discrimine suae plus quam communi saluti consulit ... Quodsi pro re publica decere accedere periculum et ratione demonstratum est et exemplo comprobatum, ii sapientes sunt existimandi, qui nullum pro salute patriae periculum vitant'».

(t) VALERII MAXIMI *Factorum et dictorum memorabilium libri novem*, lib. II, cap. II, *ed. cit.*, pp. 61--66: «Adeo autem magna caritate patriae tenebantur, ut arcana consilia patrum conscriptorum multis saeculis nemo senator enuntiaverit ...» (p. 61). «... cuius voci continuo Fabius obsecutus 'non ego', inquit, 'fili, summum imperium tuum contempsi, sed experiri volui an scires consulem agere: nec ignoro quid patriae venerationi debeatur, verum publica instituta privata pietate potiora iudico'» (p. 63).

(*u*) *Vegecius Renatus*] *Vegetius*, nas ed. B, M e P, omitindo *Renatus*.

(*v*) *c. 4.°*] *capite secundo*, nas ed. B, M e P.

(*x*) 5] *secundo*, nas ed. B, M e P.

De civitate Dei, c. 18 (y) et Egidius (z), libro 6.°, ubi inter alia de illo Josepho narrat quod, cum videret patrie ruinam in destructione civitatis Jherosolimitane, amarissime (a) flevit quod (b) evaderet; dulce enim erat ei mori ante patriam (c) ac (d) idem percusso saxo capud interiit, quia revera, secundum Tulium, libro 1.°, De officiis, c. 18 (e), «Cari sunt parentes, cari sunt liberi, propinqui, familiares, sed omnes omnium caritates patria una complexa est, pro qua quis bonus non dubitat mortem apetere, si ei sit (f) profuturus?». Si ergo gentiles tanta formidabilia pro re communi continuerunt, quanto plus nos (g) «genus electum, regalet sacerdocium», i. Petri, 2.° (h), «sequentes vestigia Salvatoris, qui animam suam posui pro ovibus suis», et Pe. 2.° (i), debemus pro unione et pace universalis Ecclesie ac «fratribus animas ponere», i. Johannis, 3.° (i'), et commune bonum tam beatum (j) Ecclesie, pro quo Christus crucis mortem sustinuit, clementissime reformare, reformatum preservare, preservatum gubernare et omnia pericula cordialiter postponere, ut ei subveniatur pacis virtute, sic enim in procellis merces iactantur de navibus, propter maius bonum, id est illorum qui sunt in mari, ut salventur, ut habetur i. q. 7. c. Dispensationes (k).

(y) SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. V, cap. XVIII, *ed. cit.*, pp. 245-251: «... Haec et alia, si qua huius modi reperiuntur in litteris eorum, quando sic innotescerent, quando tanta fama praedicarentur, nisi Romanum imperium longe lateque porrectum magnificis successibus augeretur? Proinde per illud imperium tam latum tamque diuturnum virorumque tantorum virtubibus praeclarum adque gloriosum et illorum intentioni merces quam quaerebant est reddita, et nobis proposita necessariae commonitionis exempla, ut, si virtutes, quarum istae utcumque sunt similes, quas isti pro civitatis terrenae gloriae tenuerunt, pro Dei gloriosissima civitate non tenuerimus, pudore pungamur; si tenuerimus, superbia non extollamur; quoniam, sicut dicit apostolus, *indignae sunt passiones huius temporis ad futuram gloriam, quae revelabitur in nobis*. Ad humanam vero gloriam praesentisque temporis satis digna vita aestimabatur illorum» (pp. 250-251).

(z) *Egidius*] *Egisius* no ms. — FLAVII IOSEPHI *De bello iudaico*, lib. VI, cap. XI, ed. IACOBI STOER, 1611, II, fls. 233v-235: «Iosephus murum circumiens, simulque extra teli iactum stans, unde exaudiri facilius posset, multis orabat, ut sibi ac populo parcerent, templo ac patriae, neve contra haec flerent alienigenis duriores ... Arma proiicire, pudeat vos patriae iam dirutae, convertire oculos ... Ipse quoque mori paratus sum, si post me resipiscitis. Haec Iosepho vociferante cum lacrymis, seditiosi quidem neque animos flexerunt, neque tutam sibi mutationem fore iudicaverunt ...». Cap. XV, p. 242: «Interea vero, cum Titus ad murum cum armatis succedere, ante rem Simon cognovit, turimque velociter occupat. Romanisque eos inspectantibus custodes peremit, et per murum proiecit corpora mortuorum. Ibique circuens Iosephus (nec enim rogare cessabar) caput vulneratur lapide, statimque attonitus cadit. Excursus autem ad eius casum factus est Iudaeorum, abreptusque esset in civitatem, nisi Caesar misisset qui eum protegerent. Illis autem pugnantibus, Iosephus quidem tollitur, parum quod ageretur intelligens, seditiosi vero, tamquam interfectum quem maxime cupiebant, cum laetitia conclamaverunt».

(a) *amarissime*] *amaritudine*, nas ed. B, M e P.

(b) *quod*] *ut*, nas ed. B, M e P.

(c) *ante patriam*] *pro patria* nas ed. B, M e P.

(d) *ac*] *ad* nas ed. B, M e P.

(e) M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. I, c. XVII, ed. *Opera omnia* cit., t. IV 57, col. 474: «Cari sunt parentes, cari liberi, propinqui, familiares, sed omnes omnium caritates patria una complexa est pro qua quis bonus dubitet mortem oppetere si ei sit profuturus?

(f) *sit*] *sic* no ms.

(g) *Si ergo gentiles ... quanto plus nos*] *om.* nas ed. B, M e P.

(h) *i. Petri, 2.°*] *ii Petri, 3.°* no ms. — 1 Pet. 2, 9.

(i) *sequentes vestigia ... Pe. 2.°*] *om.* nas ed. B, M e P. — 1 Pet. 2, 21.

(i') 1 Jo. 3, 16.

(j) *tam beatum*] *iam bonum*, nas ed. B, M e P.

(k) *Decretum Gratiani*, II, pars, Causa I, quaestio VII, c. 16, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 434.

Septima conclusio: Christifideles in Dei fundati caritate, omnibus suis postpositis, debent laborare pro pace sancte Ecclesie ac tranquillitate; patet, quia quilibet fidelis tenetur esse in caritate, et caritas secundum beatum (l) Augustinum in Regula clericorum (m), «non querit que sua sunt, quia communia propriis (n), non propria communibus anteponit»; hoc (o) idem confirmat Leo papa in quodam sermone (p), dicens (q): «publica preferenda sunt propriis», ymmo virtus iustitie est, propriis postpositis, communibus subvenire, hoc testante (r) Anbrosio in libro De paradiso (s) sic: «iustitia magis [fl. 71] aliis quam sibi prodest, et utilitates suas negligit, communia emolumenta preponens» (t), et idem libro i. (u), De officiis, dicit: «iustitia est que nil alienum vindicat, que cuique (v) dat quod suum est, que negligit propriam utilitatem, ut servet communem equitatem» (v').

Octava conclusio: res Ecclesie publica omnimode (x) erit salva, si eius unio que nunc postulatur, ab omnibus sit desiderata; patet ex verbis Augustini, 2.°, De civitate Dei, c. 19 (y), dicentis tunc salvam esse rem publicam, cum secundum ius omnes consueverunt (z) et utilitatem (a) communem omnes intendunt, voce Tulii exclamante (b), 3.° De officiis, c. 5.° (c): «unum, inquit, debet esse propositum omnibus, ut eadem sit utilitas unius-[cuiusque] (d) et universorum, quam si ad se quisque rapiat, dissolvetur omnis humana consociatio». Si ergo ad unitatem propositam (e) fidelium referatur Ecclesie, indissolubiliter permanebit eius status ac ymmobiliter, sicut terra immobiliter stat, eo quod quelibet (f) eius pars tendat ad unum, scilicet ad centrum, ut patet 2.° De celo et mundo (g). Navis

---

(*l*) *beatum*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*m*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *Regula ad servos Dei*, in PL (MIGNE, *Patrologia Latina*), 32, col. 1382: «Charitas enim de qua scriptum est, quod non quaerat quae sua sunt (1 Cor. XIII, 5), sic intelligitur, quia communia propriis, non propria communibus anteponit».

(*n*) *propriis*] nas ed. M e P. *propriis, et.*

(*o*) *hoc*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*p*) SANCTI LEONIS MAGNI *Sermo* 89 (*al.* 87) in PL, 54, col. 445: «Publica enim praeferenda sunt propriis».

(*q*) *dicens*] *inquiens*, nas ed. B, M e P.

(*r*) *testante*] *cessante*, no ms. erroneamente.

(*s*) SANCTI AMBROSII *De paradiso*, liber unus, cap. III, in PL, 14, col. 298: «Nulla enim abundantiores videtur fructus habere virtus, quam aequitas atque iustitia, quae magis aliis, quam sibi prodest, et utilitates suas negligit communia emolumenta praeponens».

(*t*) *preponens*] *praeponit*, nas ed. B, M e P.

(*u*) *i.*] *secundo*, nas ed. B, M e P; *v.* no ms.

(*v*) *cuique*] *cuilibet*, nas ed. B, M e P; *taliter* no ms.

(*v'*) SANCTI AMBROSII *De officiis Ministrorum libri tres*, lib. I, cap. XXIV, in PL, 16, col. 62: «... secundo justitiam, quae suum cuique tribuit, alienum non vindicat, utilitatem propriam negligit, ut communem aequitatem custodiat».

(*x*) *omnimode*] *omnino*, nas ed. B, M e P.

(*y*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. II, cap. XIX, *ed. cit.*, pp. 85-87.

(*z*) *consueverunt*] *consentiunt*, nas ed. B, M e P.

(*a*) *utilitatem*] *ad utilitatem*, nas ed. B, M e P.

(*b*) *exclamante*] *exclamante in*, nas ed. B, M e P.

(*c*) *c. 5.°*] *c. 2*, nas ed. B, M e P. — M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. III, cap. V, ed. *Opera Omnia*, t. IV, 26, col. 520: «Ergo unum debet esse omnibus propositum, ut eadem sit utilitas uniuscuiusque, et universorum, quam si ad se quisque rapiat, dissolvetur omnis humana consociatio».

(*d*) *unius*[*cuiusque*]] *unius*, no ms.

(*e*) *unitatem propositam*] *unionem, propositum*, nas ed. B, M e P.

(*f*) *quelibet*] *quilibet*, no ms.

(*g*) ARISTOTELIS, *De coelo et mundo*. Não encontrei esta citação.

Christi (*h*) *regulariter ducitur, cum a remibus* (*i*) *equaliter movetur. Acies proficit et continetur* (*j*), *quamdiu concorditer tenetur. Sic verbis loquendo Valerii, libro 2.º et* [*c.*] *i*[*i.*] (*k*), *cum* (*l*) *fidelium christianorum «fidum fiunt* (*m*) *et altum rei communis* (*n*) *pectus, curia* (*o*) *silentiique* (*p*) *salubritate* (*q*) *munitum et vallatum undique et eius* (*r*) *limen intrantes, abiecta privata caritate, communem publice* (*s*) *induerent», revera salva, fortis* (*t*) *et «terribilis ut castrorum acies ordinata» est dicta* (*u*) *sancta Ecclesia, Canticorum 6.º* (*v*) *capitulo* (*v'*).

Nona conclusio: nullatenus sacrosancte Ecclesie debet iuste impediri unio ob (*x*) *amorem divitiarum, que omnium malorum est radix occasio* (*y*); *probatur conclusio ac spes publica;* [*fl. 71v*] *fundamenta enim iustitie sic iactantur secundum Tulium, i. De officiis, c. 6* (*z*): *«primum ne cuiquam noceatur, deinde* (*a*) *ut communi utilitati serviatur», et c. 6* (*b*) *dicit: «primum munus iustitie est ne tibi* (*c*) *quis noceat, deinde quod communibus utatur* [*pro communibus*] *ut* (*!*) *privatis et suis». Unde Ambrosius, libro i., De officiis* (*d*) *ait quod «iustus communia habet pro suis suaque pro communibus»; talem ignorantiam* (*e*) *allegabat Antipater* (*f*) *homo acutissimus, contra magistrum suum babilonicum, ut Tulius refert, 3.º De officiis, c. 12* (*g*). *Volebat enim alegans quod omnia facienda manifesta*

(*h*) *Christi*] *enim*, nas ed. B, M e P.

(*i*) *a remibus*] *attrahentibus* no ms.

(*j*) *continetur*] *sustinetur*, nas ed. B, M e P.

(*k*) *libro* 2.º *et* [*c.*] *i*[*i.*]] *libro* 2, *capite* 1, nas ed. B, M e P. — VALERII MAXIMI *Factorum et dictorum memorabilium libri novem*, lib. II, cap. II, *ed. cit.*, p. 62: «Fidum erat et altum rei publicae pectus curia silentique salubritate munitum et vallatum undique, cuius limen intrantes abiecta privata caritate publicam induebant».

(*l*) *cum*] *si* nas ed. B, M e P.

(*m*) *fiunt*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*n*) *rei communis*] *in re communi*, nas ed. B. M e P.

(*o*) *curia*] *cura*, nas ed. B, M e P.

(*p*) *silentiique*] *simulanti* no ms.

(*q*) *salubritate*] *salubritatem*, no ms.

(*r*) *undique et eius*] *foret eiusque*, nas ed. B, M e P.

(*s*) *communem publice*] *communem seu publicam*, nas ed. B, M e P.

(*t*) *fortis*], *foret*, nas ed. B, M e P.

(*u*) *ordinata est dicta*] *ordinata Dei*, nas ed. B, M e P.

(*v*) *Canticorum* 6.º] *Canticorum 2*, nas ed. B, M e P.

(*v'*) Cant. 6, 4.

(*x*) *ob*] *propter*, nas ed. B, M e P.

(*y*) *est radix occasio*] *sunt radix*, nas ed. B, M e P.

(*z*) *probatur conclusio ... De officiis, c. 6*] *om.* nas ed. B, M e P. — M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. I, cap. X, ed. *Opera omnia*, t. IV, 31, col. 468: «Referri enim decet ad ea, quae proposui in principio fundamenta iustitiae: primum ut ne cui noceatur, deinde ut communi utilitati serviatur. Ea cum tempora commutantur, commutatur officium et non semper est idem».

(*a*) *deinde*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*b*) *et c. 6*] *cap. 6 off. dicit Tullius*, nas ed. B, M e P. — M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. I, c. VII, ed. *Opera Omnia*, t. IV, 20, col. 466: «Sed iustitiae primum munus est ut ne cui quis noceat nisi lacessitus iniuria, deinde ut communibus pro communibus utatur, privatis ut suis».

(*c*) *tibi*] *cui*, nas ed. B, M e P.

(*d*) SANCTI AMBROSII *De officiis Ministrorum libri tres*, lib. I, cap. XXV, in PL, 16, col. 63: «Justus communia pro suis habet, sua pro communibus».

(*e*) *talem ignorantiam*] *similem iustitiam*, nas ed. B, M e P.

(*f*) *Antipater*] *accipitur* no ms.

(*g*) M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. III, cap. XII, ed. *Opera Omnia*, t. IV, 51-52, col. 525: «In huius modi causis aliud Diogeni Babylonio videri solet, magno et gravi stoico, aliud Antipatro, dis-

videantur, cum homo hominibus consulere debeat et ea lege sit natus homo ut utilitas cuius-[libet] sit utilitas communis. Hanc eandem conclusionem tractat Crisostomus in omelia quadam super illo verbo Mat. 24 (g'), ut allegat sanctus Thomas in glosa comment. (?) (h), scilicet beatus servus quem cum venerit Dominus invenerit (i) vigilantem, ubi dicit: «Duo expetit (j) Dominus ab huiusmodi servo, scilicet prudentiam et fidem (k); fidelem enim eum dicit, quoniam nil quod domini sui est, sibi proprium fecit (l); prudentem (m), quoniam cognovit dispensare que data [ei] (n) sunt, [et sequuntur adaptanter etiam ad principes seculares, hec que dicta sunt] (n') de sermone, de virtute, de pecuniis, de omni dispensatione, que unicuique (o) comissa est; unumquodque (p) enim hiis que habet ad communem utilitatem uti (q) oportet, sive sapientia, sive principatu, sive divitiis, et non ad nocumentum servorum». Hec ille (r). Ergo conclusio vera (s).

Decima conclusio: nullatenus propter propria comoda debet scisma tam nephandum sustineri in Dei Ecclesia; patet, quia illa debent postponi et communem pacis utilitatem aportari. «Si (t) enim, inquit Gregorius in registro (u) et habetur 8. q. i. c. (v) In scriptis (x), Unigenitus Patris, pro explenda utilitate omnium, de secreto patris», «exina-

---

cipulo eius, homini acutissimo. Antipatri *omnia patefacienda* ut ne quid omnino, quod venditor norit, emptor ignoret; Diogeni venditorem, *quatenus iure civili constitutum sit*, dicere vitia oportere, cetera sine insidiis agere et, quoniam vendat, velle quam optime vendere: 'Advexi, exposui, vendo meum non pluris, quam ceteri, fortasse etiam minoris cum maior est copia. Cui fit iniuria? Exoritur Antipatri ratio ex altera parte: 'Quid agis? Tute cum hominibus consulere debeas, et servire humanae societati eaque lege natus sis et ea habeas principia naturae, quibus parere et quae sequi debeas, ut utilitas tua communis utilitas sit vicissim et aeque communis utilitas tua sit, celabis homines quid iis adsit commoditatis et copiae? ...».

(*g'*) SANCTI JOHANNIS CHRSOSTOMI *Homiliae XC in Mathaeum*, homilia 77 (alias 78), PG 58, col. 706: «Haec autem non de pecuniis tantum dicta sunt, sed etiam de verbo et de virtute, de donis et dispensatione cuique commissa. Haec parabola magistratibus quoque optime competat. Quisque enim omnia, quae sua sunt, ad communiorem utilitatem conferre debet. Sive sapientiam habens, sive principatum sive divitias sive quidvis aliud ne ad detrimentum conservorum, neve ad perniciem sit tuam. Ideo ambo ab illo requirit, et prudentiam et fidem. Nam peccatum ab amentia originem ducit. Fidelem illum vocat, quia ex rebus domini nihil vel in rem suam convertit, vel perperam expendit; prudentem vero, quia sibi commissa ut par erat administravit. Utraque enim re nobis opus est, ne scilicet quae domini sunt nobis rapianus, et ut opportune illa dispensemus».

(*h*) *comment.*] *centesima*, nas ed. B, M e P.

(*i*) *cum venerit Dominus invenerit*] *cum Dominus veniens invenit*, nas ed. B, M e P.

(*j*) *expetit*] *exigit*, nas ed. B, M e P.

(*k*) *fidem*] *fidelitatem*, nas ed. B, M e P.

(*l*) *sibi proprium fecit*] *fecit sibi proprium*, nas ed. B, M e P.

(*m*) *prudentem*] *prudentem autem*, nas ed. B, M e P.

(*n*) [*ei*]] *om.* no ms.

(*n'*) [*et sequuntur ... dicta sunt*]] *om.* o ms.

(*o*) *unicuique*] *cuique*, nas ed. B, M e P.

(*p*) *unumquodque*] *unumquemque*, nas ed. B, M e P.

(*q*) *uti*] *ubi*, na ed. M.

(*r*) *ille*] Como se vê pelas transcrições da nota (*g'*), parte pertence a S. Tomás e a maior parte a S. João Crisóstomo. THOMAS AQUINAS, *Catena aurea in Quator Evangelia. Super Matthaei Evangelium*, cap. 24, n. 13 (ed. Parmae, XI 1859), p. 2822.

(*s*) *Ergo conclusio vera*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*t*) *Si*] *Sicut*, nas ed. B, M e P.

(*u*) *registro*] *registo* na ed. M.

(*v*) *c.*] *3 addit* ed. B, M e P.

(*x*) *In scriptis*] *Scripturis*, nas ed. B, M e P. e no ms. — *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VIII, quaestio I, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 592.

[ni]vit semetipsum, formam servi accipiens», ad Phili. 2.° (y), et «ad publicum [commodum] nostrum (z) est egressus», «obediens usque ad mortem», «nos quid dicturi sumus, qui utilitates nostras preponimus utilitati [fl. 72] proximorum?» «Quies, inquit ipse, ex corde appetenda est, et tamen pro lucro multorum aliquando postponenda» (a). Hoc [etiam] (b) innuit Augustinus in Epistula ad Eudosium (c) et habetur 16. q. i. (d), ibi (d') dicit: «Vos fratres exortamur in Domino ut propositum vestrum custodiatis et usque ad finem vite perseveretis», scilicet ut «nec vestrum otium necessitatibus Ecclesie preponatis»; et Cassiodorus, libro 3.° Epistularum, epistula 25, dicit hoc idem sic: «ignotum (e) est nos omnes sacrum statum Ecclesie orthodoxe zelare ac diligere et omnibus postpositis ei subvenire ut per obsequia fidelium omnibus (f) crescat utilitatis augmentum; ideo (g) Tulius dicebat libro 1.°, De officiis (g'): «In hoc naturam ducem sequi debemus, communes utilitates in medium aferre», nam secundum Jeronimum super Mat. libro 3.°: «latro est et (h) domum Dei convertit in speluncam latronum, qui lucra de religione sectatur» (i), et ideo si proprium queritur (j) commodum, cum dampnabili dissentione (k) Ecclesie, hoc «magis est contra naturam quam dolor, quam morbus et quam cetera (l) que possunt corpori accidere, hoc iam (m) quia tolet (n) conventum (o) hominum et scocietatem, que secundum naturam est»; verba sunt Tulii, 3.°, De officiis, c. 5 (p), ubi etiam ait: «hoc enim spectat ad leges

---

(y) Phili. 2, 7.

(z) *ad publicum [commodum] nostrum] ad commodum nostrum* nas ed. B, M e P.

(a) SANCTI GREGORII MAGNI *Registri Epistolarum*, lib. VII, Epist. IV, *Ad Cyriacum episcopum*, in PL, 77, col. 854: «Si enim unigenitus Patris pro explenda utilitate omnium de secreto Patris egressus est ad publicum nostrum, nos quid dicturi sumus, si secretum nostrum praeponimus utilitati proximorum? Quies itaque nobis et ex corde appetenda est, et tamen pro multorum lucro aliquando postponenda».

(b) *etiam] om.* ms.

(c) SANCTI AURELII AUGUSTINI, *Epistolae*, epistola 48, in PL, 33, col. 188: «Vos autem, fratres, exhortamur in Domino ut propositum vestrum custodiatis, et usque in finem perseveretis ... Nec vestrum otium necessitatibus Ecclesiae praeponatis».

(d) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XVI, quaestio I, c. 30, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 769.

(d') *ibi] ut* no ms.

(e) *ignotum] iustum*, nas ed. B, M e P.

(f) *subvenire ut per ... fidelium omnibus] subvenire per obsequia fidelium ut omnibus*, nas ed. B, M e P.

(g) *ideo] et ideo* nas ed. B, M e P.

(g') M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. I, cap. VII, 22, ed. *Opera Omnia*, t. IV, col. 467: «... atque, ut placet stoicis, *quae in terris gignuntur, ad usum hominum omnia creari, homines autem hominum causa esse generatos ut ipsi inter se alius alii prodesse possent*, in hoc *naturam debemus ducem sequi*, et communes utilitates in medium afferre mutatione officiorum, dando, accipiendo, tum artibus, tum opera, tum facultatibus devincire hominum inter homines societatem».

(h) *et] qui*, nas ed. B, M e P.

(i) *sectatur] sectantur* na ed. M. — SANCTI EUSEBII HIERONYMI *Commentariorum in evangelium Matthaei ad Eusebium libri quatuor*, lib. III, cap. XXI, in PL 26, col. 156: «Latro enim est, et templum Dei in latronum convertit specum, qui lucra de religione sectatur».

(j) *queritur] querit*, nas ed. B, M e P.

(k) *dissentione] dispersione*, nas ed. B, M e P.

(l) *quam dolor, quam morbus et quam cetera] quam dolor et quam morbus, quam cetera*, nas ed. B e M.

(m) *hoc iam] et hoc ideo* nas ed. B, M e P.

(n) *tolet] tollunt*, nas ed. B, M e P.

(o) *conventum] coniunctionem*, nas ed. B, M e P.

(p) M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. III, cap. V, 21, 23, ed. *Opera Omnia*, t. IV, col. 519: «*Detrahere igitur aliquid alteri, et hominem hominis incommodo suum augere commodum, magis est contra naturam, quam mors, quam paupertas, quam dolor, quam cetera, quae possunt aut corpori accidere, aut rebus externis,*

(q), hec (r) volunt incolumen esse civium coniunctionem, quam qui dirimunt, eos morte, exilio (s), vinculis, dampno coherceant leges». Et ergo ratio nulla (t) permittit ut propter propria commoda tamdiu sustineatur scisma in Dei Ecclesia (u); ergo, etc.

Undecima conclusio: res communis ecclesiastica (v) manuteneri et conservari (x) debet unione pacifica; patet, nam cum, secundum (y) Augustinum, xix (z), De civitate Dei (z') tale sit «bonum pacis ut in rebus creatis (a) nichil gratiosius soleat (b) audiri, nil delectabilius concupisci»; cum ergo, secundum (c) [fl. 72v] Aristotelem, 5 Poli. (d), ut allegat Egidius, De regimine principum, parte secunda tertii libri, c. 8 (!) (e), ad verum regem spectat «ut maxime procuret bona communia et regni reditus studeat expendere in bonum commune vel in bonum regni». Cum ergo bonum pacis tantum sit bonum, sequitur quod huiusmodi bono (!) Ecclesia presertim debet conservari. Unde idem Egidius (f), eadem parte et libro (g), allegans Aristotelem, ubi supra, dicit quod consuevit antiquitus «ali-

---

nam principio tollit convictum humanum et societatem. Si enim sic erimus affecti, ut propter suum quisque emolumentum spoliet, aut violet alterum, disrumpi necesse est eam, quae maxime est secundum naturam humani generis societatem». «Neque vero hoc solum natura, id est iure gentium, sed etiam legibus populorum quibus in singulis civitatibus res publica continetur, eodem modo constitutum est *ut non liceat sui commodi causa nocere alteri.* Hoc enim spectant leges, hoc volunt incolumen esse civium coniunctionem, quam qui dirimunt eos morte, exsilio, vinculis, damno coercent».

(q) *spectat ad leges*] *spectant leges*, nas ed. B, M e P.

(r) *hec*] *hanc*, nas ed. B, M e P.

(s) *morte, exilio*] *mortis exitio*, nas ed. B, M e P.

(t) *nulla*] no ms. *nullam* erroneamente.

(u) *Dei Ecclesia*] *Ecclesia Dei* nas ed. B, M e P.

(v) *ecclesiastica*] *Ecclesiae*, nas ed. B, M e P.

(x) *et conservari*] *et ea servari*, nas ed. B, M e P.

(y) *patet, nam cum, secundum*] *propter naturam secundum*, nas ed. B, M e P.

(z) *xix*] *libro decimo nono*, nas ed. B, M e P.

(z') SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. XIX, cap. XI, *ed. cit.*, p. 389: «... profecto finis civitatis huius, in quo summum habebit bonum, vel pax in vita aeterna vel vita aeterna in pace dicendus est, ut facilius ab omnibus possit intellegi. Tantum est enim pacis bonum, ut etiam in rebus terrenis adque mortalibus nihil gratius soleat audiri, nihil desiderabilius concupisci, nihil postremo possit melius inveniri».

(a) *creatis*] *datis*, nas ed. B, M e P, *certis* no ms.

(b) *soleat*] *solet*, nas ed. B, M e P.

(c) *cum ergo, secundum*] *Unde et secundum*, nas ed. B, M e P.

(d) ARISTOTELIS *Politica*, lib. V, cap. VIII (X) e IX (XI), ed. Basileae, 1548, (lib. V, cap. X), p. 146: *De mutationibus regni et tyrannide:* «Vult autem rex esse custos ut qui divitias habent, nihil iniustum patiantur, nec etiam populus afficiatur contumeliis. Tyrannus autem, ut saepius diximus, ad nullam communem respicit utilitatem, nisi gratia proprii commodi. Est autem obiectum tyranni, quod placeat, regis quod honestum sit. Quamobrem et illa in quibus plus habent, sunt: tyrannis quidem pecuniae, regibus autem honores ...». Cf. ed. *Opera Omnia*, I, Parisiis, Editoribus FIRMIN-DIDOT ET SOCIIS, pp. 579-585.

(e) D. AEGIDII ROMANI ARCHIEPISCOPI BITURICENSIS *De regimine principum libri III*, Romae, 1556, II pars tertii libri, cap. IX, fi. 280: «Est autem primum quod spectat ad verum regem facere, ut maxime procuret bona communia, et regni redditus studeat expendere in bonum commune vel in bonum regni; tyranni vero hoc simulant facere, non tamen faciunt, ut ait Philosophus, eos tribuunt meretricibus, et adulatoribus, et aliis personis inutilibus».

(f) D. AEGIDII ROMANI ARCHIEPISCOPI BITURICENSIS *De regimine principum libri III*, II pars tertii libri, cap. VI, *ed. cit.*, p. 275: «Philosophus V Poli. narrat tria, in quibus rex alios debet excedere. Dicit enim, quod antiquitus reges a triplici excessu constituebantur ... Secundo potest aliquis praefici in regem ab excessu virtuosarum actionum; nam quia bonorum virtuosorum est diligere bonum commune potius quam privatum, ideo reputatur dignus ut praeficiatur in regem qui a populo creditur virtuosus».

(g) *eadem parte et libro*] *in eadem parte 2. libri*, nas ed. B, M e P.

quem (h) in regem prefici (i) ab excessu (j) virtuosarum operationum et (k) quia bonorum virtuosorum est diligere (l) potius bonum commune quam privatum», ideo «si dominetur unus propter bonum commune, est principatus rectus (m) et vocatur regnum, si vero (n) propter bonum proprium, est perversus [et] (o) vocatur tirannides» (p), ait Egidius, parte 2.ª tertii libri, c. 12 (q), et (q') pacem non diligit, ymmo totam civitatem perdit, ut testatur Aristoteles, 2.º Poli. c. 13 (r); «corrupti enim quidam, inquit, argento, totam civitatem perdiderunt, primo propter esse (s) magnum principatum» (t); oportet enim policiam salvandam (u) omnes velle (v) civitates unanimes esse et permanere has» (x). Et ideo Ypodomius (y) philosophus dixit, 2.º Poli. (z), quod ad dominum, id est (a) principem superiorem spectat habere curam de tribus, videlicet de rebus (b) «communibus, de peregrinis [et] (c) de orphanis», ut vivant in pace; ergo (d).

Duodecima conclusio: etsi summa diligentia bona procuramus propria, multo magis essent conservanda et diligenda communia; patet quia proprie (e) non sunt nostra que nobis appropriamus, sed solum communia, nam cupidine (f) stulta ymmo ceca lucra propria querimus et bona communia ut aliena refutamus, quia si consideremus solum «stulta avaritia mortalium possessionem, proprietatemque discernit», ait ille Seneca in Epistula

---

(*h*) *aliquem*] *aliquis*, nas ed. B, M e P.

(*i*) *prefici*] *prefigi* no ms.

(*j*) *ab excessu*] *ob excessum*, nas ed. B, M e P.

(*k*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*l*) *diligere*] *eligere*, nas ed. B, M e P.

(*m*) *rectus*] *iustus*, nas ed. B, M e P.

(*n*) *vero*] *enim*, nas ed. B, M e P.

(*o*) [*et*]] *om.* no ms.

(*p*) *tyrannides*] *tyrannis*, nas ed. B, M e P.

(*q*) D. AEGIDII ROMANI ARCHIEPISCOPI BITURICENSIS *De regimine principum libri III*, II pars tertii libri, cap. XII, *ed. cit.*, p. 285: «Dicebatur autem quod si dominatur unus propter bonum commune, est principatus rectus, et vocatur regnum. Si vero propter bonum proprium, est perversus, et vocatur tyrannis».

(*q'*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*r*) ARISTOTELIS *Politica*, lib. II, cap. VIII, *ed. cit.*, pp. 166-167: «Ostendunt autem multoties et prius, et nunc autem in Andriis: corrupti enim argento quidam, quantum in ipsis, totam civitatem perdiderunt. Et propter principatum esse valde magnum et aequityrannicum, regere populum seipsos cogebant reges, ut et sic simul laedatur politia. Democratia autem ex Aristocratia accidebat ... Oportet enim politiam salvandam omnes velle partes civitatis esse, et permanere has».

(*s*) *perdiderunt primo propter esse*] *prodiderunt et propter esse*, nas ed. B, M e P.

(*t*) *magnum principatum*] *publicum magnum*, nas ed. B, M e P.

(*u*) *policiam salvandam*] *politia salvanda*, nas ed. B, M e P.

(*v*) *omnes velle*] *omnes esse et velle*, nas ed. B, M e P.

(*x*) *has*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*y*) *Ypodomius*] *Hypodamus*, nas ed. B, M e P.

(*z*) ARISTOTELIS *Politica*, lib. II, cap. V, *ed. cit.*, p. 143: «... Populum autem faciebat tres partes civitatis: electos autem curare de communibus et peregrinis, et orphanis. Plurima quidem igitur, et quae maxime verbo digna, Hippodami ordinationis haec sunt».

(*a*) *id est*] *et*, nas ed. B e P.

(*b*) *tribus, videlicet de rebus*] *rebus, scilicet de rebus*, nas ed. B, M e P.

(*c*) [*et*]] *om.* no ms.

(*d*) *ergo*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*e*) *proprie*] *propria*, nas ed. B, M e P. e *proprie* no ms.

(*f*) *cupidine*] *cupiditate*, nas ed. B, M e P.

ad Lucilium (*g*) *73* (*h*), *et sunt verba Augustini, Epistula 24* (*i*), *ubi sequitur: «nec quisquam suum credit* (*j*) *quod est publicum,* [*fl. 73*] *sed sapiens suum non iudicat magis quam illius, cui humano generi consorcium* [*est*] (*k*), *nulla essent communia, nisi pars illorum* (*l*) *pertineret ad singulos»; ergo videtur quod sint magis* (*m*) *communia diligenda, cum pluribus sint necessaria; sunt enim sapientes similes soli et lune, que* (*n*) *omnibus lucent et non uni soli* (*o*) *or*[*i*]*untur* (*p*), *ait Seneca in* (*q*) *Epistula 73* (*r*) *et* (*s*) *sicut ergo communis est sol omnibus et usibus apropriatur cuiuslibet* (*t*), *sic communia non debemus putare aliena, sed conservare ut nostra propria, dicente* (*u*) *Terentio in Eunuco: «homo sum, quare nil humani a me alienum puto»* (*v*); *ergo vera suppositio* (*x*).

Tertia decima conclusio suppositiva (*y*): *propria* (*z*) *commoda omnino debemus pro unione Ecclesie negligere* (*a*) *et fidem iuramentorum de scismate sedando nullatenus preterire; patet, quia contra rem publicam* (*b*) *huiusmodi non est fiendum; ergo nec contra Ecclesiam; patet alias* (*c*) *per Tulium, 2.°* (*!*), *De officiis, c. 17* (*!*) (*d*), *ubi inquit: «Nec*

(*g*) *Lucilium*] *Lucillum*, no ms.

(*h*) *73*] no ms. *29*. — L. ANNAEI SENECAE *Litterae ad Lucilium*, liber VIII, littera 73, ed. FRANCOIS PRÉCHAC, t. III, Paris 1957, pp. 34-35: Multi enim sunt ex his togatis, quibus pax operosior bello est: an idem existimas pro pace debere eos, qui illam abrietati aut libidini impendunt aut aliis vitiis, quae vel bello rumpenda sunt? nisi forte tam iniquum putas esse sapientem, ut nihil viritim se debere pro communibus bonis iudicet. Soli lunaeque plurimum debeo, et non uni mihi oriuntur: anno temperantique annum deo privatim obligatus sum, quamvis nihil in meum honorem discripta [tempora] sint. Stulta avaritia mortalium possessionem proprietatemque discernit nec quicquam suum credit esse, quod publicum est: at ille sapiens nihil magis suum iudicat quam cuius illi cum humano genere consortium est. Nec enim essent ita communia, nisi pars illorum pertineret ad singulos; socium efficit etiam quod ex minima portione commune est».

(*i*) Não consegui identificar este lugar de S. Agostinho.

(*j*) *credit*] *credat* nas ed. B, M e P.

(*k*) [*est*]] *om.* no ms.

(*l*) *illorum*] *eorum*, nas ed. B, M e P.

(*m*) *sint magis*] *magis sint*, nas ed. B, M e P.

(*n*) *que*] *qui*, nas ed. B, M e P.

(*o*) *soli*] *tantum*, nas ed. B, M e P.

(*p*) *oriuntur*] *oruntur*, no ms.

(*q*) *in*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*r*) *73*] *99* no ms. — Cf. nota (h) imediatamente anterior.

(*s*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*t*) *omnibus et usibus appropriatur cuiuslibet*] nas ed. B, M e P: *omnibus in similibus appropriatur cuilibet.*

(*u*) *dicente*] *docente*, nas ed. B, M e P.

(*v*) O autor enganou-se na citação da obra de Terêncio, já que a frase pertence não ao *Eunuco*, mas sim à que se segue na edição das obras de Terêncio. P. TERENTII *Heautontimorumenon*, Act. I, scen. I, ed. Apud Seb. Gryphium, Lugduni, 1547, p. 125: «Aliena ut cures eaque nihil quae ad te attinent? Ch.: Homo sum; humani a me nihil alienum puto. Vel me monere hoc, vel percontari puta». Estas palavras da comédia encontram-se logo no princípio.

(*x*) *ergo vera suppositio*] *ergo suppositio, etc.*, nas ed. B, M e P.

(*y*) *tertia decima conclusio suppositiva*] *tertiadecima suppositio*, nas ed. B, M e P.

(*z*) *propria*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*a*) *debemus pro unione Ecclesie negligere*] *debemus negligere pro unione Ecclesiae*, nas ed. B, M e P.

(*b*) *contra rempublicam*] *contra fidem* nas ed. B, M e P.

(*c*) *alias*] *autem*, nas ed. B, M e P.

(*d*) M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. III, cap. X, n. 43, ed. *Opera omnia*, t. IV, col. 523: «At neque contra rem publicam neque contra iusiurandum, ac fidem, amici causa, vir bonus faciet, nec si iudex quidem erit de ipso amico».

contra rem publicam nec contra iusiurandum fide (*e*) *amici causa vir bonus faciet», nec turpia facienda amici causa suadet, et 3.°, De officiis, c. 6.°* (*f*) *dicit: «neque contra rem publicam nec contra iusiurandum fide* (*g*) *amici causa vir bonus faciet»* (*h*)*, et ideo idem Tulius dicit primo De officiis c. 24* (*i*)*: «omnia quibus reipublice proficitur sunt duo Platonis* (*j*) *precepta teneant, unum ut utilitatem civium sic tueantur, ut quecunque agant, ad eam referant, obliti commodorum suorum, alterum ut totum corpus reipublice curent, ne, dum* (*k*) *partem aliquam tuentur, reliquas deserant; ut enim tutela, sic procuratio reipublice ad eorum utilitatem, que commissa sunt, non ad eos quibus commissa est, querenda est, qui autem* (*l*) *parti civium consulunt, partem negligunt, rem perniciosissimam in civitatem [fl. 73v] inducunt, seditionem atque discordiam».*

Quartadecima conclusio suppositiva: unio amicitie membrorum omnium (*m*) *totius Ecclesie unum deberet* (*n*) *sentire et nullatenus seditionem facere. Probatur conclusio per simile de re communi; dicit enim Tulius in libro De amicitia* (*n'*)*: «Hii qui se ad rem publicam transtulerunt, omnes ad unum idem* (*o*) *sentiunt et sine amicitia vitam esse nullam», conferunt, quia non potest quisque bene degere, qui se tantum alti* (*p*) *intuetur, alteri ut vivas oportet, si vis tibi vivere, hec societas diligitur* (*q*) *et sancte sit observata, que nos homines hominibus miscet et iudicat aliquod esse commune ius generis humani; revera, ut dicit Salustius in* (*r*) *De bello Cathelinario* (*s*)*: «Pulcrum est bene facere reipublice et benedicere» et hoc fit communiter, cum membra reipublice mutua amicitia associantur* (*t*)*. Et*

(*e*) *fide*] *om.* B, M e P.

(*f*) *et 3.° de officiis, c. 6.°*] *Idem de officiis, c. sexto,* nas ed. B, M e P.

(*g*) *fide*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*h*) Cf. nota (d) imediatamente anterior.

(*i*) M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. I, cap. XXV, 85, ed. *Opera Omnia*, t. IV, col. 479: «Omnino qui rei publicae praefuturi sunt, duo Platonis praecepta teneant, unum ut utilitatem civium sic tueantur, ut quidquid agunt ad eam referant, obliti commodorum suorum, alterum, ut totum corpus rei publicae curent, ne, dum partem aliquam tuentur, reliquas deserant. Ut enim tutela, sic procuratio rei publicae ad utilitatem eorum, qui commissi sunt, non ad eorum quibus commissi, gerenda est. Qui autem parti civium consulunt, partem negligunt, rem perniciosissimam in civitatem inducunt, seditionem atque discordiam, ex quo evenit, ut alii populares, alii studiosi optimi cuiusque videantur, pauci universorum».

(*j*) *et ideo idem Tulius ... omnia quibus reipublice proficitur sunt duo Platonis*] *et ideo rei publicae profuturi omnino Platonis,* nas ed. B, M. e P.

(*k*) *ne, dum*] *nedum,* na ed. M.

(*l*) *autem*] *autem,* nas ed. B, M e P; *tunc* no ms.

(*m*) *omnium*] *hominum,* nas ed. B, M e P.

(*n*) *deberet*] *debet,* nas ed. B e M.

(*n'*) M. TULLII CICERONIS *Laelius de Amicitia*, cap. XXIII, 86, ed. ROBERT COMBÈS, Paris, 1971, p. 52: «De amicitia omnes ad unum idem sentiunt et ii, qui ad rem publicam se contulerunt, et ii, qui suum negotium gerunt otiosi, prostremo ii, qui se totos tradiderunt voluptatibus, sine amicitia vitam esse nullam, si modo velint aliqua ex parte liberaliter vivere».

(*o*) *ad unum idem*] *ad id unum,* nas ed. B, M e P.

(*p*) *alti*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*q*) *diligitur*] *diligatur,* nas ed. B, M e P.

(*r*) *in*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*s*) C. SALLUSTIUS CRISPUS, *Bellum Catilinarium*, ed. Venetiis 1723, p. 18: «Pulchrum est bene facere reipublicae, etiam benedicere haud absurdum est, vel pace, vel bello clarum fieri licet, et qui fecere, et qui facta aliorum scripsere, multi laudantur».

(*t*) *mutua amicitia associantur*] *mutua consociantur amitia,* nas ed. B, M e P.

ideo dicebat Aristoteles, 2.º Politic., c. 6 (u): «Amicitiam quidem putamus (v) maximum bonorum (x) esse civitatibus; sic enim utique minime seditiones faciunt, et unam esse civitatem collaudat maxime Socrates, quod et videtur esse, inquit, amicitie opus quemadmodum in amativis sermonibus scimus dicentem Aristophanem quod amantibus propter nimis diligere desiderantibus unum factos esse, et ambos fieri unum ex duobus existentibus», ex quibus patet seditionem in Ecclesia fieri debere nullatenus (x').

Istis ergo presuppositis suppositionibus seu conclusionibus pro totius questionis verificatione, videndum est de suppositis in questione. Et quia tota materia tituli questionis presentis versatur (y) circa materiam pacis ac (z) concordie Ecclesie, ideo in generali videndum est de pace ac concordia in generali et (a) secundo [fl. 74] est videndum de eius opposito, scilicet de (b) discordia etiam in universali, ut opposita iuxta se posita clarius elucescant.

Sit ergo (c) prima conclusio de concordia [quod] (d) propter bonum pacis ac unitatis totius sancte Ecclesie expediens fuit (e) semper (f) unum solum apostolicum ac Christi vicarium in terris habere; hanc conclusionem declarat (g) Jheronimus, 92 epistula (h), inquiens (i) quod in omni republica aut aliqua alia societate recte ordinata unus debet principari, ne fiat divisio; hec videtur velle Egidius, De regimine principum, libro 3.º, parte 2.ª, c. 34 (j), ubi sic fatur (k): «expediens enim fuit regno [et civitati] habere unum principem [vel aliquem principantem], ne malefici turbarent (l) civium pacem. Intendere debet ideo (m) quilibet legislator ut corda civium sint tranquilla et ut cives vivant pacifice

---

(*u*) ARISTOTELIS *Politica*, lib. II, cap. I, *ed. cit.*, pp. 88-89: «Totaliter autem accidere necesse propter talem legem contrarium eorum, quorum convenit recte positas leges causas fieri, et propter quam causam Socrates sic arbitratus est, oportere ordinare quae circa pueros et uxores. Amicitiam quidem enim putamus, maximum esse bonorum civitatibus: sic enim utique minime seditiones faciunt, et unam esse civitatem collaudat maxime Socrates: quod et videtur, et ille esse inquit amicitiae opus: quemadmodum in amativis sermonibus scimus dicentem Aristophanem, quod amantibus propter nimis diligere desiderantibus, natura unum factos esse, et ambos fieri unum ex duobus existentibus. Hic quidem igitur necesse ambos corruptos esse, aut unum».

(*v*) *quidem putamus*] *quidam putat*, nas ed. B, M e P.

(*x*) *bonorum*] *honorum* na ed. M.

(*x'*) *sic enim utique ... debere nullatenus*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*y*) *tituli questionis presentis versatur*] *tituli quem ponitis versatur*, nas ed. B, M e P.

(*z*) *ac*] *et* nas ed. B, M e P.

(*a*) *in generali et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*b*) *de*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*c*) *ergo*] *igitur*, nas ed. B, M e P.

(*d*) [*quod*]] *om.* no ms.

(*e*) *fuit*] *fuerit*, nas ed. B, M e P.

(*f*) *semper*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*g*) *declarat*] *probat*, nas ed. B, M e P.

(*h*) Não consegui identificar esta carta de S. Jerónimo.

(*i*) *inquiens*] *dicens* nas ed. B, M e P.

(*j*) D. AEGIDII ROMANI ARCHIEPISCOPI BITURICENSIS *De regimine principum libri III*, II pars tertii libri, cap. XXXIV, ed. cit., fl. 324v: «Expediens enim fuit regno et civitati habere aliquem regem vel aliquem principantem, ne malefici turbarent pacem civium. Intendere enim debet quilibet legislator, ut corda civium sint tranquilla, et ut cives vivant pacifice et unanimes».

(*k*) *fatur*] *dicit*, nas ed. B, M e P.

(*l*) *turbarent*] *turbent*, nas ed. B, M e P.

(*m*) *debet ideo*] *igitur debet*, nas ed. B, M e P.

(n) et unanimes», quia, ut ipse dicit (o), ubi supra, ob hoc homines primo civitates instituerunt, ut concorditer viverent et amicabiliter, nocivaque repellerent; unde dicit sic: naturaliter ex hoc sunt constitute civitates una de causa, scilicet «quia homines, sicut habent naturalem impetum ut concordent civitatem constituere, in qua reperiantur sufficientia ad vitam, sic habent naturalem impetum (p) ut pacifice vivant et ut hostibus faciliter resistant, quod fit per amicabilem societatem principatus et regni». Et subdit (q): «Videmus enim civitates non existentes sub uno rege plures guerras et discordias habere ad invicem». Sic ergo ad servandam pacem in principatu Ecclesie datus est nobis princeps et (r) rector et censor qui ut capud membra dissonantia, sic [fl. 74v] ipse discordantes tenetur [ad pacem] (s) revocare, potius quam ad iudicium provocare, ut notatur in Decreto (t), di. 63, c. ultimo (u), et 5. q. 2. (v) Si primates (v'), i. (x), di. 90, c. Studendum (y), quia «pax et unitas civium (z) debet esse intenta a legislatore», dicit Egidius (a), De regimine principum, parte 2.ª libri tertii, c. 3.º (b), aut principe seu rege, «sicut sanitas et equalitas humorum est finaliter intenta a (c) medico», quia in hoc gratia regis extollitur, si in equitate pacis populum dirigat, et in iustitie vigore (d) conservetur (d'), dicit Cassiodorus,

---

(n) *pacifice*] *pacifici*, nas ed. B, M e P.

(o) *dicit*] *dixit*, nas ed. B, M e P. — AEGIDII ROMANI *De regimine principum*, I pars libri tertii, cap. VI, *ed. cit.*, fl. 244v-245: «Secundus autem modus constitutionis regni et civitatis, ut cum ex concordia hominum talis constitutio habet esse, licet non sit adeo naturalis ut prima; attamen naturalis est, quia homines propter vivere habent naturalem impetum, ut concordent civitatem constituere, in qua reperiuntur sufficientia ad vitam. Sic etiam habent naturalem impetum, ut constituant principatum et regnum, quia per talem constitutionem possunt magis pacifice vivere, et magis resistere hostibus volentibus impugnare ipsos. Est enim huius impetus naturalis, nam sicut homines naturalem habent impetum ut vivant et ut sufficiant sibi in vita, quod fit per civilem societatem, sic naturalem habent impetum ut pacifice vivant et ut naturaliter resistant hostibus, quod fit per societatem principatus et regni. Videmus enim civitates non existentes sub uno rege plures guerras et discordias habere ad invicem».

(p) *ut concordent civitatem ... sic habent naturalem impetum*] *om.* nas ed. B, M e P.

(q) *Et subdit*] *et subditorum*, nas ed. B, M e P.

(r) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(s) [*ad pacem*]] *om.* no ms.

(t) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 63, c. 36, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 247.

(u) *Decreto, di. 63, c. ultimo*] *Decretis, distin. Sed ultro*, nas ed. B, M e P.

(v) *5. q. 2*] *5. q. 7*, nas ed.

(v') *Decretum Gratiani*, II pars, Causa V, quaestio II, c. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 546-547.

(x) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 90, c. 1, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 313: «Discordantes clericos episcopus vel ratione, vel potestate ad concordiam trahat; inobedientes sinodus per audientiam dampnet».

(y) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 90, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 314: «Studendum est episcopis, ut dissidentes fratres, sive clericos, sive laicos, ad pacem magis quam ad iudicium cohortentur».

(z) *et unitas civium*] *et unio Ecclesiae*, nas ed. B, M e P.

(a) *dicit Egidius*] *dicit Egidius in libro*, nas ed. B, M e P.

(b) AEGIDII ROMANI *De regimine principum*, II pars lib. III, cap. III, fl. 269v: «Prima via sumitur ex unitate et pace, quae debet intendi in regno et civitate tamquam finis ... Prima via sic patet, nam pax et unitas civium debet esse finaliter intenta a legislatore, sicut sanitas et aequalitas humorum est finaliter intenta a medico; hanc autem unitatem et concordiam magis efficere potest quod est per se unum, magis autem per se unitas reperitur in uno principatu, si dominetur unus princeps, quam si dominentur plures ...».

(c) *a*] *om.* nas ed. B, M e P.

(d) *vigore*] *opere*, nas ed. B, M e P, no ms. a palavra *vigore* foi acrescentada posteriormente no espaço deixado em branco.

(d') *conservetur*] *conservat*, nas ed. B, M e P.

libro 3 Epistularum, epistula 33 (*e*). *Hec enim dicit ipse: «est bonarum artium decora magistra»*, (*f*), *et ad propositum epistula 23* (*g*) *dicit: «Decet regalis apicis curam generalitatis* (*h*) *custodire concordiam, que ad laudem regnantis trahitur, si ab omnibus pax ametur* (*i*); *quid enim est quod principem melius predicet* (*j*) *quam quietus populus, concors senatus et tota res publica morum honestate vestita?»; hec ille; ut dicat quilibet ad suum proximum illud 2. Parali. 16 c.°: «Fedus sit inter me et te* (*k*) *et pater meus et pater tuus* (*l*) *habeant concordiam».*

Secunda conclusio: pax civium Ecclesie etiam usque ad mortem est prosequenda et scismata et discensiones (*m*) *in Dei Ecclesia viis omnibus sunt dirimenda; probatur, nam Christus capud Ecclesie mortem sustinuit pro eius* (*n*) *civium salute; ergo sic nos facere debemus, quia eius filii sumus, si pacem tenemus, secundum Gregorium, in Pastorali* (*o*), *sicut dicit ipse ibidem: «proculdubio sathane sunt filii qui pacem perdunt»; imo in hoc cognoscent* (*p*) *nos omnes esse Christi discipulos* (*q*), *si dilectionem pacis habuerimus ad invicem,* [*fl. 75*] *Jo. 13 c.* (*r*), *super quo verbo dicit glosa: «unitas et concordia efficiunt* (*s*) *nos templum Dei, et tunc Deum veraciter honoramus, quando unanimiter* [*et*] (*t*) *concorditer nos* (*u*) *viverimus, tunc ostendimus quod sumus Christi discipuli, si tenemus unitatem caritatis Christi, quia* (*v*) *ipse Dominus ait: 'in hoc cognoscent omnes quod mei estis discipuli, si dilectionem habueritis ad invicem'» (x).*

Tertia conclusio: Ecclesia reformata et unita paci[*s*] *et unionis vinculo salva erit et* (*x'*) *permanebit secura perpetuo; hoc patet per Senecam, libro 2.°, De ira* (*y*), *ubi inquit:*

(*e*) *libro 3 Epistularum, epistula 33*] *libro i. Epistularum, epistula 30*, no. ms. e nas ed. — M. AURELII CASSIODORI *Variarum libri duodecim*, lib. III, epist. 33, in PL, 69, col. 595: «Curia namque disciplinis veterum patet; nec ei judicari potest extraneus, qui bonarum artium est alumnus».

(*f*) *est bonarum artium decora magistra*] *bonarum artium decora est magistra.* nas ed. B, M e P.

(*g*) *epistula 23*] *epistula 22* nas ed. e no ms. — M. AURELII CASSIODORI *Variarum libri duodecim*, lib. I, epistola XXIII, in PL 69, col. 524: «Decet regalis apicis curam, generalitatis custodire concordiam, quoniam ad laudem regnantis trahitur, si ab omnibus pax ametur. Quid est enim quod nos melius praedicet, quam quietus populus, concors senatus totaque respublica morum nostrorum honestate vestita?».

(*h*) *generalitatis*] *generalitatis*, nas ed. B, M e P; *generaliter* no ms.

(*i*) *ametur*] *amatur*, nas ed. B, M e P.

(*j*) *predicet*] *predicent* no ms. e *predicit* na ed. M.

(*k*) *inter me et te*] *inter me et inter te*, nas ed. B, M e P.

(*l*) *et pater meus et pater tuus*] *et pater tuus et pater meus*, nas ed. B, M e P. — 2 Paral. 16, 3.

(*m*) *et discensiones*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*n*) *eius*] *eiusdem*, nas ed. B, M e P.

(*o*) SANCTI GREGORII PAPAE I, COGNOMENTO MAGNI *Regulae Pastoralis liber*, pars tertia, cap. XXIII (al. 47), in PL, 77, col. 92: «Proculdubio Satanae sunt filii qui confundunt».

(*p*) *cognoscent*] *cognoscunt* nas ed. B, M e P.

(*q*) *omnes esse Christi discipulos*] *omnes Christi esse discipulos*, nas ed. B, M e P.

(*r*) *Jo. 13 c.*] *Joan.* 18, nas ed. B, M e P. — Jo. 13, 35.

(*s*) *efficiunt*] *effecerunt*, nas ed. B, M e P.

(*t*) [*et*]] *om.* no ms.

(*u*) *nos*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*v*) *quia*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*x*) *Jo.* 13, 35.

(*x'*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*y*) L. ANNAEI SENECAE *Dialogorum liber III, Ad Novatum De ira*, lib. II, n. 31, ed. FRIDERICUS HAASE, Lipsiae, 1898, p. 74-75: «... ut omnia inter se membra consentiunt, quia singula servari totius interest, ita homines singulis parcent, quia ad coetum geniti sunt. Salva autem societas nisi custodia et amore partium non potest».

«non enim potest salva esse (z) societas, nisi amore et custodia partium»; nichil enim utilius civitati concordia, ait Commentator 9 ethicorum (a), ubi narrat qualiter (b) et quantum concordia Grecorum cum Xerxe (c) gratissima et conferens toti civitati fuerit; quocirca idem Seneca in libro [i] (d) De clementia, c. 4 (e), dicit: «unum est inexpugnabile munimentum amor civium; quid (f) pulcrius quam vivere cunctis obtantibus (g)?» [Ideo Egidius, De regimine principum, lib. 3, parte] (h) 2.ª, c. 19, (!), dicit quod «pax, virtus et scientia sunt tria maxima bona in regno», ex quibus videtur rempublicam Ecclesie catholice salva[ri] perpetuo, si uno connectamur pacis vinculo, sicut (h') filii Israel uno agmine persequentes debilit[ab]ant omnes, iudicibus (!) inde (!) (i), nam talem rempublicam que commune bonum in concordia respicit, beatam et felicem achademici et cinici vocare voluerunt, ut (j) allegat Augustinus, 19, De civitate Dei, c. 3 (k), ubi sic prosequitur (l): «hanc vitam achademici et cinici beatam etiam (m) socialem perhibent esse, que amicorum (n) bona propter seipsa (o) diligat, sicut sua eisque propter se (p) hoc velit quod sibi, [fl. 75v] sive (q) in domo, sicut sunt

---

(z) *salva esse*] *esse salva*, nas ed. B, M e P.

(a) MICHEL EPHESINUS, *In IX Ethicorum*, [cap. VI], ed. Stinissen, Brussel 1963, p. 130.

(b) *qualiter*] *om.* nas ed. B, M e P.

(c) *Xerxe*] *Sersse* no ms.

(d) [*i*]] *om.* no ms; *3.* nas ed.

(e) L. ANNAEI SENECAE *Ad Neronem Caesarem De Clementia*, lib. I, cap. XIX, ed. CAROLUS HOSIUS, Lipsiae, 1914, p. 236: «Unum est expugnabile munimentum amor civium. Quid pulchrius est quam vivere optantibus cunctis et vita non sub custode nuncupantibus?».

(f) *quid*] *quod* na ed. M.

(g) *obtantibus*] *optantibus*, nas ed. B, M e P; *obstantibus* no ms.

(h) [*Ideo Egidius ... lib. 3, par.*]] *om.* no ms. — AEGIDII ROMANI *De regimine principum*, II pars lib. III, cap. VII, fl. 277v: «Tyrannus enim non solum procurat mala eorum qui sunt in regno, sed etiam satagit impedire eorum maxima bona. Tangit autem Philosophus V. Poli. tria maxima bona, quae satagit impedire tyrannus, videlicet pacem, virtutes et scientias. Tyranni enim nolunt cives habere pacem et concordiam ad invicem».

(h') *sicut*] *et*, nas ed. B, M e P.

(i) *iudicibus* (!) *inde* (!)] *Iudi. 3*, nas ed. B, M e P.

(j) *ut*] *om.* nas ed. B, M e P.

(k) *c. 3*] *c. 9* no ms. e nas ed. — SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. XIX, cap. III, *ed. cit.*, pp. 370-373: «... bona sunt tamen, et secundum istos etiam ipsa propter se ipsam diligit virtus, utiturque illis et fruitur, sicut virtutem decet. Hanc vitam beatam etiam socialem perhibent esse, quae amicorum bona propter se ipsa diligat sicut sua eisque propter ipsos hoc velit quod sibi; sive in domo sint, sicut coniux et liberi et quicumque domestici, sive in loco, ubi domus est eius, sicuti est urbs, ut sunt hi qui cives vocantur, sive in orbe toto, ut sunt gentes quas ei societas humana coniungit, sive in ipso mundo, qui censetur nomine caeli et terrae, sicut esse dicunt deos, quos volunt amicos esse homini sapienti, quos nos familiarius angelos dicimus. De bonorum autem et e contrario malorum finibus negant ullo modo esse dubitandum et hanc inter se et novos Academicos adfirmant esse distantiam, nec eorum interest quidquam sive Cynico sive alio quolibet habitu et victu in his finibus, quos veros putant, quisque philosophetur. Ex tribus porro illis vitae generibus, otioso, actuoso et quod ex utroque conpositum est, hoc tertium sibi placere adseverant. Haec sensisse adque docuisse Academicos veteres Varro adserit, auctore Antiocho, magistro Ciceronis et suo, quem sane Cicero in pluribus fuisse Stoicum quam veterem Academicum vult videri».

(l) *prosequitur*] *persequitur*, nas ed. B, M e P.

(m) *etiam*] *et etiam*, nas ed. B, M e P; *esse* no ms.

(n) *amicorum*] *cunctorum*, nas ed. B, M e P.

(o) *seipsa*] *seipsam*, nas ed. B, M e P.

(p) *propter se*] *om.* nas ed. B, M e P.

(q) *sive*] *om.* nas ed. B, M e P.

coniuncti libere (r) et quicumque domestici, sive in loco ubi domus est, sicut est urbs (s), ut sunt hii qui cives vocantur, sive in toto orbe, ut sunt gentes quas ei (s') societas humana coniunxit (s''), sive in ipso mundo, qui censetur nomine celi et terre». Et ideo Gregorius, libro 1.° Super Ezechi., omelia 8, super illo verbo Canti. 6.°, «terribilis ut castrorum acies ordinata» (t), ostendens quomodo salvatur Ecclesia per bonum concordie, dicit: «ideo (u) contra malignos spiritus ponimus aciem (v) semper per caritatem uniti (x), nunquam per discordiam interrupti (y), quia si (z) quelibet in nobis [bona] fuerint (a), caritas (b) si defuerit, per malum discordie, locus aperitur in acie, unde ad nos fer[i]endos (c) valeat hostis intrare» (c'); si ergo, «supportantes Ecclesiam, invicem in caritate» fuerimus, ad Ephe. 4 ca. (d), sic sustentabimus «tamquam lapides vivi», i. Petri, 2.° (e) quod ipsa manebit perpetuo.

Quarta conclusio: contra naturam videmur gravissime peccare, si unionem [sancte] matris Ecclesie nolumus (f) reformare; patet, quia Augustinus, [lib.] (g) 12, De civitate Dei, c. 21 (h), ostendit quod solum ob hoc tenemur una necti concordia, cum ex una naturali (i) descendamus progenie paterna; ergo non complendo opere videmur in natura peccare; dicit enim sic: «ut vehementius commendaretur societatis unitas humane vinculoque concordie (j) non solum nature similitudine, verum cognationis (k) affectu omnes necte-

---

(r) *coniuncti libere*] *coniux et liberi*, nas ed. B, M e P. e ed. S. Agostinho

(s) *sive in loco ubi domus est, sicut est urbs*] *sive in domo ubi locus est sive in urbe*, na ed. B, M e P.

(s') *ei*] no ms., nas ed. *et*.

(s'') *coniunxit*], *coniungit* na ed. de Santo Agostinho.

(t) Cant. 6, 4.

(u) *ideo*] *igitur*, nas ed. B, M e P.

(v) *malignos spiritus ponimus aciem*] *malignos spiritus aciem*, nas ed. B, M e P.

(x) *uniti*] *muniri et*, nas ed. B, M e P.

(y) *interrupti*] *interrumpi*, nas ed. B e P.

(z) *si*] *se* no ms.

(a) *nobis [bona] fuerint*] *nobis fuerunt* no ms.

(b) *caritas*] no ms. *coreitas*.

(c) *fer[i]endos*] *feriendos* nas ed. B, M e P.

(c') SANCTI GREGORII MAGNI *Homiliarum in Ezechielem prophetam libri duo*, liber I, homilia 8, in PL, 76, col. 857: «Et nos ergo cum contra malignos spiritus spiritalis certaminis aciem ponimus, summopere necesse est ut per charitatem semper uniti atque constricti, et numquam interrupti per discordiam inveniamur, quia quaelibet bona in nobis opera fuerint, si charitas desit, per malum discordiae locus aperitur in acie, unde ad feriendos nos valeat hostis intrare».

(d) Ephe. 4, 3.

(e) 1 Petr. 2, 5.

(f) *nolumus*] *noluerimus*, nas ed. B, M e P.

(g) [*lib.*] *om.* no ms.

(h) SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. XII, cap. XXII, pp. 606-607: «Hominem vero, cuius naturam quodam modo mediam inter angelos bestiasque condebat, ut, si Creatori suo tamquam vero domino subditus praeceptum eius pia oboedientia custodiret, in consortium transiret angelicum, sine morte media beatam immortalitatem absque ullo termino consecutus; si autem Dominum Deum suum libera voluntate superbe adque inoboedienter usus offenderet, morti addictus bestialiter viveret, libidinis servus aeternoque post mortem supplicio destinatus, unum ac singulum creavit, non utique solum sine humana societate deserendum, sed ut eo modo vehementius ei commendaretur ipsius societatis unitas vinculumque concordiae, si non tantum inter se naturae similitudine, verum etiam cognationis affectu homines necterentur; quando ne ipsam quidem feminam copulandam viro sicut ipsum creare illi placuit, sed ex ipso, ut omnino ex homine uno diffunderetur genus humanum».

(i) *naturali*] *generali* nas ed. B, M e P.

(j) *dicit enim sic: «ut vehementius ... vinculoque concordie*] *Dicit enim quia concordia*, nas ed. B, M e P.

(k) *cognationis*] *agnationis*, nas ed. B, M e P.

remur» voluit (l) Deus, «ut ex uno homine diffunderetur genus humanum»; hoc (m) ille. Cum ergo (n) ex uno patre et matre origemur (o) et membra magni corporis simus et natura nos cognatos ediderit, ut ait Seneca, Epistula 79 (p), [fl. 76] ideo contra processum nature videmur peccare, si corpus Ecclesie per scismata et diminutiones (q) et divisiones distractum nolumus concordare et ad unam amicabilem fidelium societatem reducere, quod satis ostendit Crisostomus, Super Jo., omelia 15 (r), ubi ait (s): «omnes in unum corpus baptizati sumus» [ait Paulus, propter quod in unum corpus] (t), ut id non divelamus, sed eam que ad invicem est, convenientiam et amicitiam corporis unius consequentiam observemus; quocirca ita [diligenter] (u) procuremus proximum ut (v) se unusquisque nostrum (x) propterea (y) domum unam, hunc scilicet mundum (z), nobis dedit Deus, unus (!) (a) nobis incendit (b) solem, unum extendit tectum, scilicet celum, unam proposuit (c) mensam, scilicet terram, dedit alteram meliorem, scilicet, altare, unum modum generationis spiritualem, unam omnibus patriam, que in celis est, de calice eodem omnes bibimus», «ut idem sapiamus, eandem (d) caritatem habentes, unanimes ad ipsam sentiamus», 2.°, ad Philipen. (e); ergo conclusio vera.

Quinta conclusio: vitio morali (f) peccare videntur gravissime quicumque nunc directe [vel indirecte] (g) perturbant unionem scienter (h) societatis sancte matris Ecclesie; probatur, nam quicumque taliter (i) agit contra caritatem, que est «societas Spiritus», ut

---

(*l*) *affectu omnes necteremur» voluit*] *affectu constat voluit*, nas ed. B, M e P.

(*m*) *hoc*] *Haec*, nas ed. B, M e P.

(*n*) *ergo*] *igitur*, nas ed. B, M e P.

(*o*) *origemur*] *originem ducamus*, nas ed. B, M e P.

(*p*) Não consegui encontrar esta citação de Séneca.

(*q*) *diminutiones*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*r*) SANCTI JOANNIS CHRYSOSTOMI *In sanctum Johannem Apostolum et Evangelistam*, homilia 15, in PG (*Patrologia Graeca*), 59, col. 101-102: «*Omnes enim*, inquit, *in unum corpus baptizati sumus* (1 Cor. 12, 13). Cur in unum corpus? Ut non segregemur, sed ut ex mutua necessitudine et amicitia unius corporis conditionem servemus. Ne ergo proximum despiciamus, ut ne nos ipsos contemnamus. *Nemo*, inquit, *carnem suam odio habet* (Ephes. 5, 29), sed nutrit et fovet. Ideo domum unam hunc mundum dedit nobis Deus, omnia ex aequo distribuit, unum accendit omnibus solem, unum tectum extendit, coelum, unam paravit mensam, terram. Dedit quoque alteram mensam, hac longe maiorem, sed hanc unam, ut sciunt mysteriorum consortes; unum spiritualem generationis modum omnibus largitus est: una est omnibus patria in caelis: ex eodem calice omnes bibimus. Nihil diviti plus aut pretiosius, nihil pauperi vilius vel minus datur: sed omnes ex aequo vocavit et carnalia et spiritualia aequaliter tradidit».

(*s*) *ait*] *dicit*, nas ed. B, M e P.

(*t*) [*ait Paulus ... corpus*]] *om.* no ms.

(*u*) [*diligenter*]] *om.* no ms.

(*v*) *proximum ut*] *proximos quod* nas ed. B, M e P.

(*x*) *se unusquisque nostrum*] *unicuique nostrum faciendum est*, nas ed. B, M e P.

(*y*) *propterea*] *propterea quod*, nas ed. B, M e P.

(*z*) *hunc scilicet mundum*] na ed. P.: *scilicet mundum hunc.*

(*a*) *unus (!)*] *unum* nas ed. B, M e P.

(*b*) *incendit*] *accendit*, nas ed. B, M e P.

(*c*) *proposuit*] *posuit*, nas ed. B, M e P.

(*d*) *eandem*] *eandemque*, nas ed. B, M e P.

(*e*) *2.° ad Philipen.*] *2.ª ad Philippum*, no ms.; *in 2 epist. ad Philipp*, nas ed. B, M e P. — Phili. 2, 2.

(*f*) *morali*] *mortali*, nas ed. B, M e P.

(*g*) [*vel indirecte*]] *om.* no ms.

(*h*) *scienter*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*i*) *taliter*] *talis* no ms.

dicitur [*ad*] *Philip., 2.°* (*j*) *et* (*k*) *unitatem fidei confundit, servatur natura, enim* (*l*) «*unitas spiritus in vinculo pacis, unum corpus et unus spiritus*», *ad* (*m*) *Ephes. 4.°* (*n*) *et talem unitam societatem, secundum Gregorium, Super Ezechi., libro 2.°, c. 8.°* (*o*), «*caritas accendit, concremat et conflat, id est quasi in unam auri speciem reformat*» (*p*), *etiam in tali societate* «*caritas multos animos unum et multa corda unum facit*», *ait Augustinus, Super Jo., omelia 83* (*q*). *In tali etiam societate est bonum et iocundum habitare fratres in unum* (*q'*); *debebat enim talis vita concors* [*et*] (*r*) *socialis,* «*propter amicitie* [*fl. 76v*] *solatia*», *ut dicit Augustinus,* [*libro*] *19* (*r'*), *De civitate Dei, c. 8* (*s*). *Huic* [*etiam*] (*t*) *unioni concordant verba prophetarum, Act. 15* (*u*), *quod in domo Dei est mutua membrorum sublevatio, ut* «*si unum cadat, ab altero fulciatur*», *Ecclesiastes, 4.° c.* (*v*), *ibi;* «*quilibet fidelis socius omnibus reditur* (*x*) *amabilis, nulli onerosus, omnibus officiosus, inquit Bernardus in Meditationibus* (*y*), *quia ad Deum devotus, ad proximum* (*a*) *benignus, ad mundum sobrius*»; *ergo videtur peccare qui tot bona* (*b*) *pacis Ecclesie vult perturbare.*

Sexta conclusio: libido dominandi, lucrum, ambicio, rapacitas et avaritia sunt cause principales quare tot scisma[*ta*] *et mala fuerunt* (*c*) *et sunt in Dei Ecclesia; probatur, nam ex istis vitiis et similibus causatur omnis partium divisio, ut* (*d*) *patet per philosophum* [*libro*] *5.° Poli.* [*c.*] *3.°* (*e*), *ubi dicit:* «*Quoniam autem consideramus ex quibus seditiones*

(*j*) Phili. 2, 1.

(*k*) *et*] *etiam*, nas ed. B, M e **P**.

(*l*) *enim*] *etiam*, na ed. M.

(*m*) *ad*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*n*) Ephes. 4, 3-4.

(*o*) *libro* 2.°, *c. 8.°*] *libr. 3, c. 8*, nas ed. B. M e **P**. — SANCTI GREGORII MAGNI *Homiliarum in Ezechielem prophetam libri duo*, lib. II, homilia 4, in P, 76, col. 974-975: «Ecce qualis est charitas, quae diversitates mentium accendit, concremat, conflat et quasi in unam auri speciem reformat».

(*p*) *reformat*] *conformat*, nas ed. B, M e P.

(*q*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *In Joannis Evangelium tractatus CXXIV*, tractatus XVIII, in PL, 35, col. 1538: «Si enim charitas quam misit hominibus Deus, de multis hominum cordibus facit cor unum, et multas hominum animas facit animam unam, sicut de credentibus seseque invicem diligentibus, scriptum est in Actibus Apostolorum ...».

(*q'*) Ps. 132, 1.

(*r*) [*et*]] *om.* no ms.

(*r'*) *19*] *18* no ms.; *libro 18* nas ed. B, M e P.

(*s*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. XIX, cap. VIII, *ed. cit.*, p. 385: «Mortuos quippe audire mallemus, quamvis et hoc sine dolore non possimus audire. Quorum enim nos vita propter amicitiae solatia delectabat, unde fieri potest, ut eorum mors nullam nobis ingerat maestitudinem?».

(*t*) [*etiam*]] *om.* no ms.

(*u*) Act. 15, 15.

(*v*) Ec. 4, 10.

(*x*) *omnibus reditur*] *redditur omnibus*, nas ed. B, M e P.

(*y*) SANCTI BERNARDI *Meditationes piissimae*, cap. IV, in PL, 184, col. 494: «Amabilis socius, omnibus est officiosus, et nulli onerosus. Omnibus est officiosus, quia devotus ad Deum, benignus ad proximum, sobrius ad mundum; Domini servus, proximi socius, mundi dominus».

(*a*) *officiosus ... ad proximum*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*b*) *tot bona*] *communia bona*, nas ed. B, M e P.

(*c*) *fuerunt*] *fiunt*, nas ed. B. M e P.

(*d*) *ut*] *et*, nas ed. B, M e P.

(*e*) ARISTOTELIS, *Politica*, lib. V, cap. II, *ed. cit.*, pp. 430-431: «Quoniam autem consideramus ex quibus seditiones fiunt et transmutationes circa politias, sumendum universaliter primo principia ... De quibus autem dissident, sunt lucrum et honor, et contraria eis. Etenim dehonorationem fugientes et damnum vel pro seipsis, vel pro amicis, seditiones faciunt in civitatibus».

fiunt, de quibus autem [homines] discedant (e'), sunt lucrum et honor et contraria hiis scilicet dehonorationem (f) fugientes [et damnum] (g) vel pro seipsis vel amicis seditiones (h) faciunt», ubi ait Albertus Magnus, commentator (i): «cives maxime dissident propter lucrum et honorem et propter contraria horum, scilicet dampnum et dehonorationem que incidere (j) timent vel in se vel in amicis (k), ideo hoc prevenientes (k'), movent aliquando seditiones»; consimiliter loquitur Augustinus, [libro 1]8, De civitate Dei (l), 2 c. (m): «Societas mortalium usquequaque diffusa per terras (n) unius eiusdemque nature quadam communione devincta utilitates et (o) cupidines suas (p) quibusque sectantibus (q) adversum seipsam plerumque dividitur, et pars partem que prevalet opprimit». Ex quibus omnibus notescit palam quod fiende divisiones et scismata que nunc sunt in Dei Ecclesia, si eorum ortus et initium conspiciantur (r), non revera a zelo Christi fidei, sed potius ab avaritia et libidine [fl. 77] dominandi processerunt et originantur (s), quod Crisostomus, Super Mat., notare videtur, omelia 21 (t), ubi (u) sic proloquitur (v): «Unde putas in Ecclesia inimicitias [et] (x) altercationes ad invicem (y), nisi propter avaritiam, propter invidiam, propter superbiam, propter vanos honores (y')? Tolle hec

---

(e') *de quibus autem [homines] discedant] de quibus homines dissident,* nas ed. B, M e P.

(f) *scilicet dehonorationem] dehonorationem,* no ms.

(g) *fugientes [et damnum]]* nas ed. B. M. e P: *et damnum que isti aut aucupantes fugientes.*

(h) *seditiones] seditionem,* nas ed. B, M e P; *sedationes* no ms.

(i) D. ALBERTI MAGNI *Politicorum libri VIII,* lib. V, cap. II, ed. Parisiis 1891, pp. 439-440: «Secundam causam seditionis scilicet, ponit, ibi *De quibus autem dissident,* etc. Et est scientia huius partis, quod maxime dissident propter lucrum, et honorem, et propter contraria eorum, scilicet damnum et inhonorationem, in quae incidere timent, vel in se, vel in amicis: et ideo hoc praevenientes, movent aliquando seditiones».

(j) *dehonorationem que incidere] dehonorationem que incisura,* nas ed. B, M e P, *honorationem* no ms.

(k) *amicis] amicos,* nas ed. B, M e P.

(k') *prevenientes] prevenire cupientes,* nas ed. B, M e P.

(l) *Dei]* no ms. segue: *2.*

(m) *c. 2] c. 8* no ms.; *c. 28* nas ed. — SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei,* lib. XVIII, c. II, *ed. cit.,* pp. 267-268: «Societas igitur usquequaque mortalium diffusa per terras et in locorum quantislibet diversitatibus unius tamen eiusdemque naturae quadam communione devincta utilitates et cupiditates suas quibusque sectantibus, dum id quod adpetitur aut nemini aut non omnibus sufficit, quia non est id ipsum, adversus se ipsam plerumque dividitur, et pars partem, quae praevalet, obprimit, Victrici enim victa subcumbit, dominationi scilicet vel etiam libertati qualemque pacem praeferens ac salutem, ita ut magnae fuerint admirationi, qui perire quam servire maluerunt».

(n) *terras] terram et,* nas ed. B, M e P.

(o) *et] secundum,* nas ed. B, M e P.

(p) *suas]* nas ed. B, M e P. segue: *sequitur.*

(q) *quibusque sectantibus] quibus certantibus,* nas ed. B, M. e P.

(r) *ortus et initium conspiciatur] ortus et initia inspiciantur,* nas ed. B, M e P *ortum* no ms.

(s) *originantur] om.* nas ed. B, M e P.

(t) *omelia 21] omelia 18,* nas ed. B e P. — Não se trata de S. João Crisóstomo, mas de uma obra espúria. Cf. nota (v) imediatamente seguinte.

(u) *ubi] ut* no ms.

(v) *Opus imperfectum in Matthaeum quod Chrysostomi nomine circumfertur,* homilia 40, in PG, 56, col. 857-858: «Unde putas lites in Ecclesia, inimicitias, altercationes invicem, nisi propter avaritiam, propter invidiam, aut propter superbiam, propter vanos honores? Tolle haec, et nulla discordia invenietur in Christianis».

(x) *[et]] om.* no ms.

(y) *ad invicem]* nas ed. segue: *oriri.*

(y') *vanos honores] varios livores* no ms.

et nulla discordia invenitur in christianis», cui (a) dicto alludit Seneca, epistula 2.ª (b), dicens: «inter homines consortium aliquamdiu inviolatum mansit, antequam (c) societatem avaritia distraxit».

Septima conclusio: Omnia (d) mala et peccata et corruptio Ecclesie ac (e) virorum ecclesiasticorum processerunt et nunc procedunt ab hoc detestando scismate, quod directe et experimentaliter descendit a cupidine dominandi, divitiarum et honorum; patet ista conclusio per simile de Romanis qui rem communem, rem populi laudabilem (f) tam longe lateque imperantem [in] (g) universis populis habuerunt, cum se ad libidinem dominandi et avaritiam converterunt, confestim eam malis universis et etiam obprobrio (h) hominum contulerunt (i) iuxta modum loquendi Francisci Petrarche (j) in libro sine nomine, Epistula 3.ª, cum inquit: «ubi alias (k) sponte totus olim orbis cessit, vultus hominum nunc pro pudore insuescant» (l); hanc conclusionem de Romanis declarat Salustius in [historia] (m) De bello Catelinario (n), dicens: «qui labores, pericula, dubias atque asperas res facile tolleraverant (o); hiis otium, divitie obtande (p) aliis, oneri miserieque fuere (q) primo pecunie, deinde imperii cupido crevit, ea quasi materies omnium malorum fuere, namque avaritia fidem, probitatem ceterasque bonas artes subvertit, pro hiis superbiam, crudelitatem, deos negligere, omnia venalia habere edocuit, et ea ambitio multos mortales falsos fieri subegit, aliud clausum in pectore, aliud in lingua promptum habere (r), amicitias et inimicitias [fl. 77v] non ex re (s), sed ex commodo extimare magisque bonum vultum quam bonum ingenium (t) habere; hec primo paulatim cepere crescere, post, ubi contagio

---

(a) *cui*] no ms. *cuius.*

(b) Não encontrei esta citação de Séneca.

(c) *antequam*] *eamque*, nas ed. B, M e P.

(d) *Omnia*] *etiam*, no ms.

(e) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.

(f) *laudabilem*] *laudabilem et*, nas ed. B, M e P.

(g) [*in*]] *om.* no ms.

(h) *obprobrio*] *obprobriis*, nas ed. B, M e P.

(i) *contulerunt*] *compleverunt*, nas ed. B, M e P.

(j) *Petrarche*] no ms. *Patriarche.*

(k) *ubi alias*] *in alias* no ms.

(l) *nunc pro pudore insuescant*»] *proh dolor insultant*, nas ed. B, M e P.

(m) [*historia*]] *om.* no ms.

(n) C. SALLUSTIUS CRISPUS, *Bellum Catilinarium*, ed. Venetiis, 1723, p. 22: «Carthago, aemula imperii Romani ab stirpe interiit; cuncta maria, terraeque patebant; saevire fortuna, ac miscere omnia caepit, qui labores, pericula, dubias atque asperas res facile toleraverant; iis otium, divitiae optandae aliis, oneri, miseriaeque fuere. Igitur primo pecuniae, deinde imperii cupido crevit, ea quasi materies omnium malorum fuere, namque avaritia fidem, probitatem ceterasque artes bonas subvertit; pro hiis superbiam, crudelitatem, deos negligere, omnia venalia habere, edocuit; ambitio multos mortales falsos fieri subegit; aliud clausum in pectore, aliud promptum in lingua habere; amicitias, inimicitiasque non ex re, sed ex commodo aestimare, magisque vultum quam ingenium bonum habere; haec primo paulatim crescere, interdum vindicari; post, ubi contagio, quasi pestilentia, invasit; civitas immutata, imperium ex iustissimo atque optimo, crudele intolerandumque factum».

(o) *tolleraverant*] *toleraverunt*, nas ed. B, M e P.

(p) *obtande*] *optandeque*, nas ed. B, M e P.

(q) *fuere*] *fuerunt*, nas ed. B, M e P.

(r) *habere*] *habentes*, nas ed. B, M e P.

(s) *ex re*] *exire* no ms.

(t) *magisque bonum vultum quam bonum ingenium*] *magisque bonum nullumque hominum ingenium*, nas ed. B, M e P.

quasi (*t'*) *pestilentia invasit; civitas est inmutata, imperium ex iustissimo atque obtimo crudele intolerandumque* (*u*) *factum est». Et idem Salustius in* [*historia*] (*v*) *De bello Iugripano* (*x*) *videtur dicere omnia mala provenire ex dominandi libidine et divitiarum ambitione, dicens: «ante Cartaginem deletam senatus populusque Romanus rem publicam placide modesteque tractabant, neque glorie nec dominationis inter cives certamen erat, metus hostilis in bonis actibus civitatem retinebat, sed ubi illa formido mentibus discessit,* [*et*] (*y*) *ea que res secunde amant, incessere* (*z*) *scilicet superbia atque lascivia, ita quod* (*z'*) *in aversis* (*a*) *rebus obtaverant otium postquam adepti sunt, asperius acerbiusque fuit* (*a'*) *namque cepere nobilitas dominationem* (*b*) *et populus libertatem in libidinem vertere, sibi quisque ducere* (*c*)*, detrahere, rapere* (*d*) *itaque omnia in duas partes abstracta sunt: respublica que media* (*d'*) *fuerat, dilacerata est et plebis vis soluta atque dispersa in multitudine minus poterat, itaque cum potentia et* (*e*) *avaritia sine modo* (*f*) *modestiaque invadere, poluere atque omnia* (*g*) *vastare ceperunt, nil pensi aut sancti habere se quoad semetipsam* (*h*) *precipitavit». Consimiliter loquitur Augustinus, epistula 2.ª* (*i*)*, recitans* (*j*) *verba Salustii, dicens quod «cum nec* (*k*) *hominibus nec ipsis quos deos* (*l*) *putabant, morum corruptorum*

(*t'*) *quasi*] *id est*, nas ed. B, M e P.

(*u*) *intollerandumque*] *et intolerandum*, nas ed. B, M e P.

(*v*) [*historia*]] *om.* no ms.

(*x*) *Iugripano*] *Iugurthino*, nas ed. B, M e P. — C. SALLUSTIUS CRISPUS, *Bellum Iugurthinum*, Venetiis, 1723, p. 93: «Nam ante Carthaginem deletam, populus, et senatus Romanus placide, modesteque inter se rempublicam tractabant; neque gloriae, neque dominationis certament inter cives erat; metus hostilis in bonis actibus civitatem retinebat, sed ubi illa formido mentibus decessit, scilicet, ea, quae secundae res amant, lascivia, atque superbia incessere, ita quod in adversis rebus optaverant ocium, postquam adepti sunt, asperius acerbiusque fuit; namque coepere nobilitas dignitatem in superbiam, plebs libertatem in libidinem vertere; sibi quisque ducere, trahere, rapere. Ita omnia in duas partes abstracta sunt. Respublica quae media fuerat, dilacerata est, caeterum nobilitas factione magis pollebat; plebs vis soluta, atque in multitudine dispersa, minus poterat. Paucorum arbitrio belli, domique respublica agitabatur. Penes eosdem aerarium provinciae, magistratus, gloriae, triunphique erant; populus militia, atque inopia urgebatur; praedas bellicas, imperatores cum paucis diripiebant. Interea parentes, aut parvi liberi militum, uti quisque potentiori confinis erat, sedibus pellebantur. Ita cum potentia avaritia sine modo modestiaque invadere, polluere, et vastare omnia, nihil pensi, neque sancti habere, quoad semetipsam praecipitavit».

(*y*) *discessit*, [*et*]] *discessisset et*, nas ed. B, M e P.

(*z*) *incessere*] *increscere ceperunt* nas ed.

(*z'*) *ita quod*] *itaque quod* no ms.

(*a*) *aversis*] *universis*, nas ed. B, M e P.

(*a'*) *fuit*] *sic* no ms.

(*b*) *dominationem*] *dignitatem* na ed. de Salústio.

(*c*) *ducere*] *diu* no ms.

(*d*) *detrahere, rapere*] *rapere, trahere* nas ed. B, M e P.

(*d'*) *media*] *una* no ms.

(*e*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*f*) *sine modo*] *solummodo* no ms.

(*g*) *omnia*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*h*) *semetipsam*] *seipsum*, nas ed. B, M e P.

(*i*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *Epistola CXXXVIII*, cap. III, in PL, 33, col. 532: «In libro etiam belli Catilinae, ante adventum utique Christi, idem nobilissimus historicus eorum non tacet quando primum insueverit exercitus populi Romani amare, potare, signa, tabulas pictas ... sacra profanaque omnia polluere. Quando ergo nec hominibus, nec ipsis etiam quos Deos putabant, morum corruptorum, et perditorum avaritia rapacitasque parcebat, tunc coepit perire laudabile illud decus salusque reipublicae».

(*j*) *recitans*] *referens*, nas ed. B, M e P.

(*k*) *nec*] *neque* nas ed. B, M e P.

(*l*) *deos*] *dutus* (*!*) no ms.

et perditorum avaritia rapacitasque parcebat (m), tunc cepit perire laudabile (n) illud decus rei publice». Et ideo dicebat Jacobus, 4 c. (o), ne bella et lites que procedunt ex concupiscentiis, militent in membris nostris, quia hec sunt opera carnis, et ideo qui talia agunt, regnum Dei non possidebunt.

[fl. 78] Octava conclusio: discordia scismatica (p) presens (q) principum et (q') prelatorum ac (r) virorum ecclesiasticorum dirimit et confundit totius christianitatis [et] (s) Ecclesie commune bonum; patet conclusio, quia Ecclesia est res communis et publica concordia; ergo instituit (t) communitatem et civitatem, sicut armonia dulcem cantum, dicit Augustinus [libro] 2.°, De civitate Dei, c. 21 (u): «Sicut ergo ibi discrepantibus fidibus atque in ipso cantu discors a vocibus (v) concentus ipsum dissonum aures erudite (v') ferre non possunt (x), sic discordantibus summis et infimis et (y) mediis interiectis ordinibus» sancte Ecclesie necessario ipsa ibit in defectum et inconvalescentiam (z) ruine, prout loquitur Salustius, De bello Iugurtino (a), libro 2.° (b) sic (c): «concordia parve res crescunt (d), discordia maxime res (e) dilabuntur»; et sunt verba Senece, epistula 94 (f); hoc idem excla-

---

(*m*) *parcebat*] *parebant*, nas ed. B, M e P.

(*n*) *laudabile*] *laudabilem* no ms.

(*o*) *4 c.*] 3 *c.*, nas ed. B, M e P. — Jac. 4, 1.

(*p*) *scismatica*] *scismata*, nas ed. B, M e P.

(*q*) *presens*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*q'*) *et*] *ac*, nas ed. B, M e P.

(*r*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.

(*s*) [*et*]] *om.* no ms.

(*t*) *instituit*] *constituit* nas ed. B, M e P.

(*u*) *c. 21*] *c. 19* no ms. e nas ed. — SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. II, cap. XXI, *ed. cit.*, 89-90: «Inducit enim Scipionem, eum ipsum qui Carthaginem extinxerat, de re publica disputantem, quando presentiebatur ea corruptione, quam describit Sallustius, iam iamque peritura. Eo quippe tempore disputatur, quo iam unus Gracchorum occisus fuit, a quo scribit seditiones graves coepisse Sallustius. Nam mortis eius fit in eisdem libris commemoratio. Cum autem Scipio in secundi libri fine dixisset, 'ut in fidibus aut tibiis adque cantu ipso ac vocibus concentus est quidam tenendus ex distintis sonis, quem inmutatum aut discrepantem aures eruditae ferre non possunt, isque concentus ex dissimillimarum vocum moderatione concors tamen efficitur et congruens: sic ex summis et infimis et mediis interiectis ordinibus, ut sonis, moderata ratione civitatem consensu dissimillimorum concinere, et quae harmonia a musicis dicitur in cantu, eam esse in civitate concordiam, artissimum atque optimum omni in re publica vinculum incolumitatis, eamque sine iustitia nullo pacto esse posse', ac deinde cum aliquanto latius et uberius disseruisset, quantum prodesset iustitia civitati quantumque obesset, si afuisset, suscepit deinde Philus, unus eorum qui disputationi aderant, et poposcit, ut haec ipsa quaestio diligentius tractaretur ac de iustitia plura dicerentur, propter illud, quod iam vulgo ferebatur rem publicam regi sine iniuria non posse».

(*v*) *a vocibus*] *a nobis*, nas ed. B, M e P.

(*v'*) *erudite*] *audientie* no ms.

(*x*) *aures erudite ferre non possunt*] *aures sufferre non possunt*, nas ed. B, M e P.

(*y*) *et*] *ac*, nas ed. B, M e P.

(*z*) *et inconvalescentiam*] *et in incovalescentiam*, nas ed. B, M e P.

(*a*) *Iugurtino*] *Ingurtinensi*, nas ed. B, M e P.

(*b*) C. SALLUSTIUS CRISPUS, *Bellum Iugurthinum*, ed. Venetiis, 1723, p. 67: «Nam concordia res parvae crescunt, discordia maximae dilabuntur».

(*c*) *sic*] *sicut*, nas ed. B, M e P.

(*d*) *crescunt*] *crescunt, ita*, nas ed. B, M e P.

(*e*) *res*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*f*) L. ANNAEI SENECAE *Epistolae ad Lucilium*, liber XV, ep. 94, ed. FRANÇOIS PRÉCHAC, *Lettres à Lucilius*, t. IV, Paris 1962, p. 79: «M. Agrippa vir ingentis animi ... dicere solebat multum se huic debere sententiae: 'Nam concordia parvae res crescunt, discordia maximae dilabuntur'».

mat Boetius, 3.º (g) De consolatione [philosophie] (h), dicens discipulo: «Nostine ergo omne tamdiu permanere atque subsistere, quamdiu unum sit, sed interire atque dissolvi pariter, quando unum esse destiterit?)» (i); hoc ille; exemplariter enim loquendo, quid enim (j) indixit (k) bellum Troyanum [et] totius Troie (l) excidium (m), nisi dea discordie (n), inter omnes deos et deas simul cognoscentes (o), proiciens pomum (p) aureum, ut fingit Ovidius, 12 Metamor. (q) [et] sic (r) de aliorum multorum regnorum destractionibus (s) ac confusionibus; ideo Christus dixit Mat. 12: «omne regnum in seipsum (t) divisum, desolabitur» (u); ergo conclusio, etc. (v).

Nona conclusio: metuenda est omnimoda in brevi (v') desolatio totius Ecclesie, nisi universaliter uniatur vinculo pacis et concordie; patet per Jacobum in epistula, c. 3.º, dicentem (x): «ubi zelus et contentio, ibi inconstantia et omne opus pravum», cui concordat Egidius, De regimine [fl. 78v] principum, libro 3.º, parte 2 (y) c. 33 (z), dicens: «nulla societas bene durabilis est, ubi est multa invidia et contentio» (a) et Aristoteles hec sentire videtur 5 Poli. c. 7.º (b) quod propter seditiones corrumpuntur regna et communitates, dicens: «Regnum ab extrinsecis minime corrumpitur, propter quod [et] (c) multi temporis est, ex seipso (d) autem plurime corruptiones (e) accidunt, corrumpitur autem (f)

(*g*) *3.º*] *in*, nas ed. B, M e P.

(*h*) [*Philosophie*] *om.* no ms. — ANICI MANLII SEVERINI BOETHII *Philosophiae Consolatio*, lib. III, ed. LUDOVICUS BIELER, ed. *Corpus Christianorum*, series latina, 94, Turnholti, 1957, p. 57: «Nostine igitur, inquit, omne quod est tam diu manere atque subsistere quamdiu sit unum, sed interire atque dissolvi pariter atque unum esse destiterit?».

(*i*) *destiterit*] *destitit*, nas ed, B, M e P.

(*j*) *enim*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*k*) *indixit*] *induxit*, nas ed. B, M e P.

(*l*) [*et*] *totius Troie*] *totius Troge* no ms.

(*m*) *excidium*] *exitium*, nas ed. B, M e P.

(*n*) *dea discordie*] *discordia*, nas ed. B, M e P.

(*o*) *cognoscentes*] *convescentes*, nas ed. B, M e P.

(*p*) *pomum*] *panum*, no ms.

(*q*) OVIDII NASONIS *Metamorphoseon*, 12, ed. FRIDERICUS POLLE, Lipsiae 1912, pp. 57-66.

(*r*) [*et*] *sic*] no ms. *om. et.*

(*s*) *destractionibus*] *destructionibus*, nas ed. B, M e P.

(*t*) *in seipsum*] *in se*, nas ed. B, M e P.

(*u*) Mat. 12, 25.

(*v*) *ergo conclusio, etc.*] *ergo conclusio vera, etc.*, nas ed. B, M e P.

(*v'*) *in brevi*] *in universum*, nas ed. B, M e P.

(*x*) *c. 3.º dicentem*] *3. c. qui dicit*, nas ed. B, M e P. — Jac. 3, 16.

(*y*) *libro 3.º, parte 2*] *lib. 3, c. 13* na ed. M.

(*z*) *c. 33*] *3. 13*, nas ed. B, M e P. — AEGIDII ROMANI *De regimine principum*, II pars libri III, cap. XXXIII, *ed. cit.*, fl. 323: «... Nam pauperes, ut dicitur IV Politicorum, maxime invident divitibus, et maxime divites contemnunt eos: nulla societas est bene durabilis, ubi est multa invidia et contemptus».

(*a*) *est multa invidia et contentio*»] *multa est invidia et contentio*, nas ed. B, M e P.

(*b*) ARISTOTELIS *Politica*, lib. V, cap. VII, *ed. cit.*, p. 509: «Regnum autem ab extrinsecis equidem minime corrumpitur: propter quod et multi temporis est: ex seipso autem plurimae corruptiones accidunt. Corrumpitur autem secundum duos modos: uno quidem, seditionem facientibus iis qui participant regno: alio autem modo, magis tyrannice tentantibus gubernare, quando exegerunt esse domini plurium et praeter legem».

(*c*) [*et*]] *om.* no ms.

(*d*) *seipso*] *seipsa*, no ms.

(*e*) *plurime corruptiones*] *corruptiones plurime*, nas ed. B, M e P.

(*f*) *autem*] *om.* nas ed. B, M e P.

secundum duos modos, uno quidem (g) seditionem facientibus hiis qui participant in regno, alio modo magis (h) tirannice temptantibus gubernare (i), quando (j) exegerunt (k) domini esse plurimi preter legem», et hoc (l) nec mirum, cum illa maledicta glorie cupiditas cauſet (m) totum hoc malum scismatis (n) Ecclesie et ideo decet (o) ut ea corrumpatur miserrime, quod testatur ille dominus Scipio Emilianus (p) secundum (q) quod eum allegat Vincentius (r), libro (s) 6.º Specul. historialis, c. 13 (t), dicens: «pestem nullam esse maiorem amicis in plerisque quam glorie cupiditatem, cum (u) in ultimis (v) quibusque quam certamen honoribus glorie (x), ex quo inimicitias maximas sepe inter amicisiores (y) extitisse videmus», ideo Paulus zelans firmitate[m] Ecclesie (z) dicebat 1.ª Cor., i. c.º (a): «Obsecro vos fratres per nomen Domini nostri Jhesu Christi ut idipsum (b) dicatis et non sint in vobis scismata». [Ergo conclusio vera] (c).

Decima conclusio: Ecclesia catholica, ne miserabili prostretur (d) ruina, sine peccato non potest preteriri eius concordia et amicitia; probatur per Gregorium in Pastorali (e), ubi dicit: lites et discordie «non (f) boni operis sacrificium Deo permittunt immolari», «quia nichil est desiderabilius diabolo caritatis extinctione», unde ipse (g) Gregorius dicit

---

(*g*) *quidem*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*h*) *magis*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*i*) *temptantibus gubernare*] *temptantibus quibusdam gubernationem*, nas ed. B, M e P.
(*j*) *quando*] *quia*, nas ed. B, M e P.
(*k*) *quando exegerunt*] *quia exigunt*, nas ed. B, M e P.
(*l*) *et hoc*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*m*) *cauſet*] no ms. *caret.*
(*n*) *scismatis*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*o*) *et ideo decet*] nas ed. e ms.
(*p*) *Scipio Emilianus*] *Scipio Guillianus*, nas ed. B, M e P.
(*q*) *secumdum*] no ms. *sed.*
(*r*) *Vincentius*] *Innocentius*, nas ed. B, M e P.
(*s*) *libro*] palavra repetida no ms.
(*t*) *c. 13*] *c. 48* no ms. e nas ed. — VINCENTIUS BURGUNDUS PRAESULIS BELLOVACENSIS, O. P., *Bibliotheca Mundi seu Speculi Maioris t. IV qui Speculum Historiale inscribitur*, liber VI, cap. XIII, Duaci, 1624, p. 178: «Pestem vero nullam esse maiorem amicitiis, quam in plerisque pecuniae cupiditatem. In optimis quibusque, certamen honoris et gloriae, ex quo inimicitias maximas saepe inter amicissimos extitisse videmus».
(*u*) *cum*] *et*, nas ed. B, M e P.
(*v*) *ultimis*] *optimis*, nas ed. B, M e P.
(*x*) *honoribus glorie*] *honoris et glorie*, nas ed. B, M e P.
(*y*) *amicisiores*] *amicissimos*, nas ed. B, M e P.
(*z*) *zelans firmitate*[*m*] *Ecclesie*] *unitatem Ecclesiae zelans*, nas ed. B, M e P.
(*a*) 1 Cor. 1, 10.
(*b*) *idipsum*] *ipsum*, nas ed. B, M e P.
(*c*) [*Ergo conclusio vera*]] *om.* no ms.
(*d*) *prostretur*] *prosternatur*, nas ed. B, M e P.
(*e*) SANCTI GREGORII PAPAE I COGNOMENTO MAGNI *Regulae Pastoralis liber*, pars III, cap. XXII (alias 46), in PL, 77, col. 90: «Admonendi sunt dissidentes, ut noverint quod tandiu nullum boni operis Deo sacrificium immolant, quamdiu a proximorum charitate discordant»; cap. XXIII (alias 47), in PL, 77, col. 92: «Quia autem nihil pretiosius est Deo virtute dilectionis, nil est desiderabilius diabolo extinctione charitatis. Quisquis ergo seminando jurgia dilectionem proximorum perimit, hosti Dei familiarius servit».
(*f*) *non*] *nullum*, nas ed. B, M e P.
(*g*) *ipse*] *idem*, nas ed. B, M e P.

ibidem post (*h*): «*quisque* (*i*) *seminando iurgia, dilectione*[*m*] (*j*) *proximorum perimit, hosti Dei familiarius servit*», *quocirca* «*discensiones* [*fl. 79*] *nunquam debent amari*», [*ut*] (*k*) *ait Augustinus, 157* (!) *epistula* (*l*) *et* (*m*) *presertim propter bonum communitatis, exemplo senatorum Rome, qui cum censores creabantur* (*n*), *discidentes prius inimicitiis* (*o*) *privatis, propter bonum rei publice palam iungebantur, ut narrat Valerius, libro 4.º* (*p*), *c. i*[*i*] *de M. Emilio* (*q*) *Lepido et Fulvio Flaco* (*r*), *unde, ut dicit Salustius, De bello Cathelinario* (*s*), *ipsi Romani* «*magis in dandis quam in accipiendis* [*beneficiis*] *amicitias parabant*», *et* (*t*) *sequitur:* «*ergo domi militieque boni mores colebantur, concordia maxima* (*u*), *minima* (*v*) *avaritia erat*», *nec mirum si ita faciebant, quia secundum Gregorium in Pastorali* (*x*) «*multum nocet si unitas desit bonis*»; *videtur ergo quod si Ecclesie unitas christianis per aliquos* (*y*) *desinat fieri in Ecclesia, quod illud facere non possunt absque grandi crimine et culpa permaxima.*

Ex istis ergo decem conclusionibus satis potest perpendi questionis (*z*) *titulus, saltem quoad questionis supposita* (*a*) *et responderi potest per eas* (*b*) *ad argumenta primo in oppositum* (*c*) *facta. Sed* (*d*) *ad maiorem tituli questionis evidentiam presuppono cum Ambrosio quod peccatum est* «*prevaricatio* (*d'*) *legis et inobedientia mandatorum Dei*» (*e*),

---

(*h*) *post*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*i*) *quisque*] *Quilibet*, nas ed. B, M e P.

(*j*) *dilectione*[*m*]] *dilectione* no ms.

(*k*) [*ut*]] *om.* no ms.

(*l*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *Epistola CCX*, in PL, 33, col. 957: «Dissentiones autem nunquam debent amari; sed aliquando tamen aut charitate nascuntur, aut charitatem probant».

(*m*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*n*) *creabantur*] *creabant*, nas ed. B, M e P.

(*o*) *inimicitiis*] palavra não muito clara no ms.; nas ed. B e M: *in amicitiis.*

(*p*) *4.º*] *10*, nas ed. B, M e P.

(*q*) *M. Emilio*] *Mamilio* nas ed. B, M e P.

(*r*) VALERII MAXIMI *Factorum et dictorum memorabilium libri novem*, lib. IV, cap. II: *Qui inimicitiis iuncti sunt amicitia aut necessitudine*, ed. CAROLUS KEMPF, Lipsiae, 1888, p. 175: «M. Aemilius Lepidus, bis consul et pontifex maximus splendorique honorum pari vitae gravitate, diutinas ac vehementes inimicitias cum Fulvio Flacco eiusdem amplitudinis viro gessit, quas ut simul censores renuntiati sunt, in campo deposuit existimans non oportere eos privatis inimicitiis dissidere, qui publice summa iuncti essent potestate ...».

(*s*) C. SALLUSTIUS CRISPUS, *Bellum Catilinarium*, ed. Venetiis, 1723, p. 20: «... magisque dandis, quam accipiendis beneficiis amicitias parabant ...». *Ibidem*, p. 22: «Igitur domi, militiaeque boni mores colebantur, concordia maxima, minima avaritia erat».

(*t*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*u*) *maxima*] *maximi*, nas ed. B, M e P.

(*v*) *minima*] *minimi*, nas ed. B, M e P.

(*x*) SANCTI GREGORII PAPAE *Regulae Pastoralis liber*, pars III, cap. XXIII (alias 47), in PL, 77, col. 93: «Nam, sicut multum nocet si unitas desit bonis, ita valde est noxium si non desit malis».

(*y*) *videtur ergo quod si Ecclesie unitas christianis per aliquos*] *utinam per aliquos*, nas ed. B, M e P.

(*z*) *questionis*] *conclusionis*, nas ed. B, M e P.

(*a*) *questionis supposita*] *quevis supposita*, nas ed. B, M e P.

(*b*) *per eas*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*c*) *primo in oppositum*] tanto nas ed. como no ms.

(*d*) *Sed*] *Veruntamen*, nas ed. B, M e P.

(*d'*) *prevaricatio*] *privatio*, no ms.

(*e*) SANCTI AMBROSII, *De paradiso liber unus*, cap. VIII, in PL, 14, col. 309: «Quid est enim peccatum, nisi praevaricatio legis divinae, et coelestium inobedientia praeceptorum?».

et loquitur de peccato actuali mortali. Sed (*f*) *cum triplex sit lex, scilicet* (*g*) *lex nature, lex scripture* [*et*] (*h*) *lex gratie, sequitur quod prevaricatio huius* (*i*) *legis tripliciter* [*sit accipienda*] (*j*): *voluntaria est mortalis culpa et digna pena eterna. Nam secundum Augustinum* (*j'*), «*peccatum est dictum vel factum vel concupitum contra legem Dei*».

Istis suppositis (*k*), *pono tres conclusiones. Prima est: pacis Ecclesie reformatio, si pretermittatur, criminose delinquitur, et lex nature vitiatur; patet conclusio quoad crimen per diffinitionem peccati, sed quo*[*d*] *in lege nature peccetur, probatur, nam cum ex superioribus* (*l*) *evidenter ostendatur Ecclesiam catholicam esse rem communem, rem populi, rem publicam, sed cum* (*m*) [*fl. 79v*] *secundum Senecam* (*n*) *in Proverbiis* (*o*), *naturale* (*p*) *est vitium negligi, quod commune est, sequitur quod eiusdem* (*q*) *unionis negligentia est naturale vitium* (*r*), *nam cum communia negligimus et propria curamus, peccamus contra ius* (*s*) *naturale quod omnibus omnia precipit* (*t*) *esse communia, di. i. decretorum* (*u*), *nam per caritatem et concordiam est in Ecclesia vita apostolorum instituta, quibus erant omnia communia* (*u'*), *Actuum 4* (*u''*) *et per maximam ambitionem et avaritiam est in ea introducta sanctuarii Dei proprietaria possessio, unde Clemens sanctus papa, discipulis Jherosolomitanis scribit, 12. q. i.* (*v*): «*Communis vita, inquit, omnibus est necessaria, fratres, maxime hiis qui Deo irreprehensibiliter militare cupiunt, et vitam apostolorum eorumque discipulorum imitari volunt; communis enim usus omnium que sunt in hoc mundo, omnibus esse hominibus debuit* (*v'*), *sed propter iniquitatem, alius dixit hoc esse suum et alius illud, et sic inter mortales facta est divisio*»; [*et*] (*x*) *plura ibidem ponun-*

(*f*) *Sed*] *videlicet*, nas ed. B, M e P.
(*g*) *scilicet*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*h*) [*et*]] *om.* no ms.
(*i*) *huius*] *huiusmodi*, nas ed. B, M e P.
(*j*) [*sit accipienda*]] *om.* no ms.
(*j'*) Não encontrei esta citação de S. Agostinho.
(*k*) *suppositis*] *presuppositis*, nas ed. B, M e P.
(*l*) *superioribus*] *suppositionibus*, nas ed. B, M e P.
(*m*) *sed cum*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*n*) Cf. nota (*c*) da numeração seguinte.
(*o*) *Senecam in proverbiis*] *Senece proverbium*, nas ed. B, M e P.
(*p*) *naturale*] *naturalem* no ms.
(*q*) *eiusdem*] *huiusmodi*, nas ed. B, M e P.
(*r*) *naturale vitium*] *vitium naturale*, nas ed. B, M e P.
(*s*) *ius*] *illius* no ms.
(*t*) *precipit*] *precepit*, no ms.
(*u*) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, c. 7, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 2.
(*u'*) *di. i. decretorum ... erant omnia communia*] om. nas ed. B, M e P.
(*u''*) Act. 4, 33.
(*v*) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, questio I, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 676. SANCTI CLEMENTIS I, PONTIFICIS ROMANI *Opera omnia, Epistolae Decretales*, Epistola V, in PG, I, col. 506-507: «Communis vita, fratres, omnibus necessaria est et maxime his qui Deo irreprehensibiliter militare cupiunt, et vitam apostolorum, eorumque discipulorum imitari volunt. Communis enim usus omnium quae sunt in hoc mundo, omnibus esse hominibus debuit; sed per iniquitatem alius hoc suum esse dixit, et alius aliud, et sic inter mortales facta divisio est. Denique Graecorum quidam sapientissimus, haec ita sciens esse, ait: *Communia debere esse amicorum omnia, et sicut non potest* (inquit) *dividi aer, neque splendor solis, ita nec reliqua quae communiter in hoc mundo omnibus data sunt ad habendum, dividi debere, sed habenda esse communia ...*».
(*v'*) *debuit*] *debuisset*, nas ed. B, M e P.
(*x*) [*et*]] *om.* no ms.

tur, ex quibus perpenditur [*quod*] (*y*), *postquam sanctuarii Dei divina fuerunt usurpata et propria* (*z*) *iniquitas fuit introducta, pace* (*a*) *ac* (*b*) *virtutibus omnibus mansit vacua, nam secundum Senecam in Proverbiis* (*c*), «*principium discordie est ex communi aliquid suum facere*»; *cum ergo dignitas ecclesiastica communis esse debeat* (*d*) *propter bonum et pacem subditorum, si approprietur* (*e*) *tamquam propria, introducitur* (*f*) *scisma et discordia et peccatum in natura, nam status nunc Ecclesie deberet esse ymitatrix status innocentie perfecte, in quo secundum doctores omnia fuissent communia hominibus in terra nascentia, quod probatur per illud Gen. primo* (*g*): «*ecce dedi vobis omnem herbam afferentem semen super terram, universa lignea et universa que moventur in terra, in quibus est anima vivens, ut habeatis ad vescendum*», *et illud idem ostenditur Gen. 9 c.* (*h*) *et Tulius* [*libro*] (*i*) *primo, De officiis* (*j*) *dicit:* [*fl. 80*] «*sunt nulla privata, natura*»; *quocirca Aristoteles summe commendabat vitam communem, ex qua amor contrahitur, dicens 2.° Politice in principio* (*k*): *communio enim* (*l*) *politica* «*obtima est omnium* (*m*) *hiis qui possunt vivere, quam maxime ad votum*», *nec mirum, si optima est communis vita, quia si dignitates ecclesiastice non essent sic appropriate, bona inde provenirent que consurgunt ex vita communi, secundum Egidium, parte 2 libri tertii c. 32* (*n*) *et primo*

(*y*) [*quod*]] *om.* no ms.

(*z*) *et propria*] *propriaque*, nas ed. B, M e P.

(*a*) *fuit introducta, pace*] *introducta fuit et pace*, nas ed. B, M e P.

(*b*) *ac*] *et* nas ed. B, M e P.

(*c*) LUCII ANNAEI SENECAE *Proverbia*, in *Opera omnia*, Basileae 1557, p. 759: «Principium discordiae est, aliquid ex communi proprium facere».

(*d*) *debeat*] *debet*, nas ed. B, M e P.

(*e*) *aproprietur*] *appropriatur*, nas ed. B, M e P.

(*f*) *introducitur*] *introducit*, na ed. M.

(*g*) Gen. 1, 29.

(*h*) Gen. 9, 2-3.

(*i*) [*libro*]] *om.* no ms.

(*j*) M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. I, cap. VII, 21, ed. *Opera Omnia*, t. IV, col. 466: «Sunt autem privata nulla, natura; sed aut veteri occupatione, ut qui quondam in vacua venerunt, aut victoria, ut qui bello positi sunt, aut lege, pactione, condicione, sorte ...».

(*k*) ARISTOTELIS *Politicorum* liber II, cap. I, Antiqua translatio in D. ALBERTI MAGNI *Commentarii in octo libros Politicorum Aristotelis*, *Opera Omnia* t. VIII, Parissis 1891, p. 83: «Quia considerare volumus de communicatione politica quae sit optima omnium, iis qui possunt vivere quam maxime ad votum oportet et alias considerare politias ...»

(*l*) *enim*] *in*, nas ed. B, M e P.

(*m*) *omnium*] *omnibus*, nas ed. B, M e P.

(*n*) *c. 32*] não claro no ms.; *om.* nas ed. B e M. — AEGIDII ROMANI, *De regimine principium*, II pars libri III, cap. XXXII, *ed. cit.*, fl. 320-320v: «Narrat quidem Philosophus III Polit. volens diffinire quid sit civitas, sex bona ad que civitas ordinatur. Est enim civitas constituta populo propter communitatem sive communicationem loci, ut homines simul cohabitent. Consurgit enim ex hoc quaedam iocunditas et delectatio: nam nullius sine socio iocunda est possessio. Si quis enim magna multitudine argenti et auri polleret, et omnibus victualibus abundaret, et si non viveret in societate, ut alii suam magnificentiam perciperent, et ut eis sua bona communicare posset, non multum reputaret illa. Facta est ergo civitas ut homines simul in uno loco viventes, iocunde et delectabiliter conversentur. Secundo civitas est constituta non solum propter iocunde et delectabiliter conversari, sed propter ipsum vivere. Nam homines in eadem civitate existentes deserviunt sibi ad vitam, et unus alteri subvenit in iis quae sunt necessaria vitae: quod sic esse non posset, si homines solitarii morarentur. Tertio facta fuit civitas compugnationis gratia, et propter non iniustum pati. Nam quia homo unus solitariam vitam ducens, non est sufficiens resistere impugnantibus, et vitare iniurias et iniustitias sibi factas, constituta fuit civitas, ut homo qui solitarius se non potest tueri ab hostibus, existens pars multitudinis, tute et absque formidine viveret. Quarto fuit civitas ordinata propter commu-

est (*o*) *communicatio loci seu situs, ex quo «surgit* (*p*) *quedam iocunditas et delectatio», [secundo]* (*q*) *vivitur securius; «unus enim alteri subvenit»; 3.º non patitur quis iniustum* (*r*), *facilius enim resistit iniuriis et contumeliis; quarto contrahitur amicitia et amor; quinto vivitur eligibilius et virtuosius, et ideo lege nature ut melius viveretur et tranquillius in civitatibus, opinio fuit Socratis et Platonis, secundum philosophum 2.º Politice* (*s*), *omnes possessiones debere esse communes* (*t*) *in civitate ceteraque ad vitam pertinentia, et dat ibidem causam Egidius, De regimine principum* (*t'*): «*Videbatur enim, inquit, Socrati et Platoni totam discensionem civium consurgere ex proprietate possessionum* (*u*), *et ex eo quod quilibet utitur dicere hoc est meum, quia, ut arguebat, si possessiones esset communes et cives* (*v*) *nichil haberent proprium, cessarent lites et iurgia et esset civitas optime ordinata», quia dixerunt* (*x*)

---

tationes et contractus. Dicebatur enim supra cum de legibus tractabamus, quod facere commutationes et contractus erat secundum ius gentium, et erat proprium humano generi; quia enim nullus homo habet omnîa sufficientia ad vitam nisi commutet ea quibus abundet in illa a quibus deficit, ideo necessariae fuerunt emptiones, venditiones et contractus, quae omnia quia facilius fiunt hominibus simul conviventibus, constituta fuit civitas, ut homines simul conviverent. Quintum bonum ad quod civitas ordinatur, est communicatio connubiorum. Nam homines simul convenientes ad invicem amicitiam contrahunt, et ut firmius se diligant, vel propter aliquod aliud bonum quod vident inde consurgere, iungunt connubia et fiunt ad invicem affines. Sextum bonum propter quod est civitas constituta, est vivere eligibiliter et virtuose. Nam magis possunt puniri delinquentes et malefici, si homines simul convivunt, quam si morarentur dispersim, et vitam solitariam ducerent ... Quoniam igitur virtutes et opera virtuosa sunt maxima bonorum, licet propter omnia praedicta bona sit aliquo modo civitas constituta, potissime tamen constituta est propter vivere eligibiliter et virtuose. Quare a maiori sine et a maiori bono quod intenditur in re accipienda est eius notitia, bene dictum est quod dicitur III Politicorum, quod unitas loci, communicatio connubiorum, compugnationis gratia, commutatio rerum, et caetera talia sunt ea, sine quibus non habet esse civitas. Principaliter tamen est civitas constituta propter bene et virtuose et feliciter vivere».

(*o*) *est*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*p*) *surgit*] *consurgit*, nas ed. B, M e P.

(*q*) [*secundo*]] *om.* no ms., no espaço deixado em branco.

(*r*) *iniustum*] *iniustitiam*, nas ed. B, M e P.

(*s*) ARISTOTELIS *Politica*, lib. II, cap. I, *ed. cit.*, p. 84: «Contingit enim, et pueris, et mulieribus, et possessionibus communicare cives ad invicem, quemadmodum in politia Platonis. Ibi enim Socrates ait, oportere communes pueros, et mulieres esse, et possessiones».

(*t*) *debere esse communes*] *debere communes esse*, nas ed. B, M e P.

(*t'*) AEGIDII ROMANI *De regimine principum*, I pars libri III, cap. VII, *ed. cit.*, fis. 246-246v: «Socrates autem quandiu philosophatus esset circa naturas rerum, videns circa naturalem scientiam magnam difficultatem esse, ut narrat Philosophus in Metaphysica sua, convertit se ad Moralia, quem Plato suus discipulus in multis secutus est, propter Philosophus Platonem ipsum secundum Socratem appellavit. Determinando autem Socrates et Plato de moralibus, quinque tetigisse videmur circa civitatem et regnum civile. Primum est, quia dixerunt civitatem debere esse maxime unam, quod forte ideo hoc opinati sunt, quia semper multitudo ab unitate procedit, et semper unitas videtur esse potior multitudine, unde prima causa Deus ipse quia est summe unus, arguitur esse summe bonus; videtur ergo civitas esse potissime bona, si sit potissime una; igitur quanto plus ad unitatem procedit, tanto plus appropinquat ad terminum bonitatis. Secundum autem quod circa civitatem statuerunt dicti Philosophi est, quia dixerunt civibus omnia debere esse communia, ut quod haberent communes possessiones, communes uxores, ut quod quilibet accederer ad quamlibet, et per consequens haberent communes filios, nam quia propter communem usum foeminarum patres non certificarentur de propriis filiis, reputarent quemlibet puerorum esse filium proprium. Videbatur enim Socrati et Platoni totam dissensionem civium consurgere ex proprietate possessionum, et ex eo quod quilibet utitur dicere, Hoc est meum. Quare, ut arguebat, si possessiones essent communes, et cives nihil haberent proprium, cessarent eorum propriae lites, et eorum iurgia, et esset civitas optime ordinata».

(*u*) *possessionum*] no ms. repetição das palavras *civium consurgere ex proprietate possessionum.*

(*v*) *et cives*] no ms. *con cives.*

(*x*) *dixerunt*] *dixerat*, nas ed. B, M e P.

civitatem debere esse maxime unam. Si ergo gentiles et cinici (*y*) *tantum dilexerunt rem publicam propter bonum pacis civium, quanto magis* [*viri*] (*a*) *ecclesiastici debent vitare propria, ut curent et conservent in pace membra Ecclesie communia? Nam, cum nichil proprii habeant patrimonii Crucifixi et voverunt sacros canones servare et ad bonum* [*fl. 80v*] *commune intendere* (*b*), *iuramenta sua et vota sub pena peccati debent omnimode* (*c*) *tenere, unde papa Urbanus omnibus orthodoxis 12. q. i.* (*d*) *sic scribit: «quicumque vestrum* (*e*) *communem vitam susceptam habet* (*f*) *et vovit* (*g*) *se nichil proprium habere* (*h*), *videat ne policitationem suam yrritam faciat, sed hoc quod Domino* (*i*) *est policitus* (*j*), *fideliter custodiat, quoniam sancius est non vovere quam votum prout melius potest non perficere»; ergo ad Ephe. iiii°* (*k*): *«Soliciti sitis servare unitatem spiritus* (*l*) *in vinculo pacis», alias huius pretermissio dampnationis eterne erit vobis occasio; ergo vera conclusio quod in lege nature delinquitur, si pax Ecclesie pretereatur, nam naturale desiderium pacis inest omnibus hominibus, secundum Augustinum, xix* (*m*), *De civitate Dei* (*n*), *ubi inquit: «sicut nemo est qui gaudere nolit, sic nemo est qui pacem habere nolit, quando* (*o*) *quidem et ipsi qui* (*p*) *bella volunt* (*q*), *nichil aliud quam vincere volunt, quod cum factum fuerit, pax erit», [et]* (*r*) *infra dicit: «nullum proprie* (*s*) *vitium ita contra naturam est,*

(*y*) *et cinici*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*a*) [*viri*]] *om.* no ms.

(*b*) *intendere*] *tendere*, nas ed. B, M e P.

(*c*) *omnimode*] *omni modo*, nas ed. B, M e P.

(*d*) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, quaestio I, c. 9, ed. FRIEDBERG *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 679.

(*e*) *vestrum*] *nostram* no ms.

(*f*) *vitam susceptam habet*] *vitam habent susceptam*, nas ed. B, M e P.

(*g*) *vovit*] *vovet*, nas ed. B, M e P.

(*h*) *se nichil proprium habere*] *se vel proximum habere*, nas ed. B, M e P.

(*i*) *Domino*] no ms. *dixit* (*!*)

(*j*) *policitus*] *politicus*, no ms.

(*k*) Eph. 4, 3.

(*l*) *unitatem spiritus*] *unionem*, nas ed. B, M e P.

(*m*) *xix*] *nono*, nas ed. B. M e P.

(*n*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. XIX, cap. XII, *ed. cit.*, pp. 390-393: «Quod enim mecum quisquis res humanas naturamque communem utcumque intuetur agnoscit, sicut nemo est qui gaudere nolit, ita nemo est qui pacem habere nolit. Quando quidem et ipsi, qui bella volunt, nihil aliud quam vincere volunt; ad gloriosam ergo pacem bellando cupiunt pervenire. Nam quid est aliud victoria nisi subiectio repugnantium? quod cum factum fuerit, pax erit. Pacis igitur intentione geruntur et bella, ab his etiam, qui virtutem bellicam student exercere imperando adque pugnando. Unde pacem constat belli esse optabilem finem. Omnis enim homo etiam belligerando pacem requirit; nemo autem bellum pacificando ... Quanto magis homo fertur quodam modo naturae suae legibus ad ineundam societatem pacemque cum hominibus, quantum in ipso est, omnibus obtinendam, cum etiam mali pro suorum pace belligerent omnesque, si possint, suos facere velint, ut uni cuncti et cuncta deserviant; quo pacto, nisi in eius pacem vel amando vel timendo consentiant? Sic enim superbia perverse imitatur Deum. Odit namque cum sociis aequalitatem sub illo, sed inponere vult sociis dominationem suam pro illo. Odit ergo iustam pacem Dei et amat iniquam pacem suam. Non amare tamen qualemcumque pacem nullo modo potest. Nullius quippe vitium ita contra naturam est, ut naturae deleat etiam extrema vestigia».

(*o*) *quando*] *quoniam*, nas ed. B, M e P.

(*p*) *qui*] nas ed. B, M e P segue: *huiusmodi.*

(*q*) *volunt*] *habent*, nas ed. B, M e P.

(*r*) [*et*]] *om.* no ms.

(*s*) *proprie*] *quippe*, nas ed. B, M e P.

ut nature deleat extrema vestigia» (*t*), *sicut pacis odium; ergo vera conclusio* (*u*).

Secunda conclusio ad questionis quesitum (*v*): *Gravissime peccatur in lege scripture, si aliquo modo ac* (*x*) *vice pretereantur unitas, concordia seu reformatio Ecclesie; probatur, nam cum viri ecclesiastici spirituales, simplices sunt columbe, ramum olive ut columba debeant portare in ore suo, id est verbum pacis, Gen. viii.º* (*y*), *et non debeant legem solvere, sed adimplere, ergo que Christus fecit et dixit et sancti prophete et Deus in lege precepit et* (*z*) *sancti apostoli et presertim Petrus et Paulus, Ecclesie principes, eis possibilia tenentur facere et dicere, et nullo modo sine peccato preterire, sed talis est virtus; patet* (*a*) *ergo conclusio vera, nam primo pax probatur* [*fl. 81*] *ex dictis et factis* (*a'*) *Christi, quia Filius Dei nasci noluit quousque mundus pacificus extitit annis xii* (*b*) *et ideo in eius nativitate angeli concinerunt: «et in terra pax hominibus»; Filius Dei etiam pacem care emere voluit, ut dicit Crisostomus: pro pace loquimur, pro qua Filius Dei passus est, pro qua crucifixus est, ipso* (*c*) *dicente: «in hoc cognoscent omnes quod* (*d*) *mei estis discipuli, si dilectionem habueritis ad invicem»* (*e*), *et ideo* (*f*) *monuit eos Math. x* (*g*): *«intrantes domum, salutate eam, dicentes: pax huic domui», et Luc. 10* (*h*): *«In quamcumque domum intraveritis, primum dicite: pax huic domui»* (*i*). *Cum ergo Ecclesia sit domus Dei, utinam «eius limen intrantes, abiecta privata caritate, publicam induant», secundum verba Valerii* (*j*) *et iuxta verba Christi: «pax huic domui» dicant, nam ipse Christus ex hoc mundo transiturus ad patrem, ditiorem ac* (*k*) *utiliorem hereditariam possessionem filiis Ecclesie ac patribus reliquit dicens: «pacem meam do vobis, pacem meam relinquo vobis», Jo. 15 (!)* (*l*), *ymo hec sub precepto commendavit* (*m*), *d*[*icens*]: *«Hoc est preceptum meum ut diligatis invicem»* (*m'*); *hoc etiam in lege scripture notatur* (*n*) *Jeremie 29* (*o*), *ubi dicitur: «querite pacem civitatis et orate* (*p*) *pro ea ad Dominum, quia*

(*t*) cf. nota (*n*) imediatamente anterior.

(*u*) *ergo vera conclusio*] *ergo et conclusio vera*, nas ed. B, M e P.

(*v*) *ad questionis quesitum*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*x*) *ac*] *hac* no ms.

(*y*) Gen. 8, 11.

(*z*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*a*) *patet*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*a'*) *dictis et factis*] *actibus et factis*, nas ed. B, M e P.

(*b*) *annis xii*] *annis 22*, nas ed. B e P; *22*, na ed. M.

(*c*) *ipso*] *et Christo*, nas ed. B, M e P.

(*d*) *quod*] *quoniam*, nas ed. B, M e P.

(*e*) Jo 13, 35.

(*f*) *ideo*] *non*, no ms. erroneamente.

(*g*) Mat. 10, 12.

(*h*) *intrantes domum ... huic domui et Luc. 10*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*i*) Luc. 10, 5.

(*j*) VALERII MAXIMI *Factorum et dictorum memorabilium*, lib. II, cap. II, *ed.* CAROLUS KEMPF, p. 62: «fidum erat et altum rei publicae pectus curia silentique salubritate munitum et vallatum undique, cuius limen intrantes abiecta privata caritate publicam induebant».

(*k*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.

(*l*) Jo. 14, 27.

(*m*) *commendavit*] *mandavit*, nas ed. B, M e P.

(*m'*) Jo. 15, 12-13.

(*n*) *notatur*] *vetatur*, nas ed. B, M e P.

(*o*) *Jeremie*] *Jeremias*, nas ed. B, M e P. — Jer. 29, 7.

(*p*) *orate*] *adorate*, nas ed. B, M e P.

in pace illius erit pax vobis», ymmo pro huiusmodi pace Num. (*q*) *vi, in lege Nazarei, sic scribitur: «convertat Deus vultum suum ad te et det tibi pacem»* (*q'*), *et ideo lex scripture* (*r*) *Ps. dicit: «fiat pax in virtute tua»* (*s*), *et 2.º Machabeorum, i.: «adaperiat Dominus cor vestrum et faciat pacem»* (*t*); *lex et* (*u*) *scripture epistularum* (*v*) *Petri et Pauli et aliorum apostolorum scilicet* (*x*), *pacem optat* [*fl. 81v*] *ecclesiis quibus scribit, unde semper in principio dicunt: «Gratia vobis et pax multipliciter», i. Petri, 1.º* (*y*) [*et*] (*y'*) *Paulus ad Romanos, i.* (*z*): *«Gratia vobis et pax a Deo patre* [*nostro*] *et* (*a*) *Domino Jhesu Christo», et Jo., i.º: «mandatum novum scribo vobis; qui diligit fratrem suum, in luce manet et scandalum in eo non est»* (*b*), *et 2.ª Jo. dicit: «sit vobiscum gratia, misericordia et pax a Deo patre et Ihesu Christo»* (*c*) *et Jud., i. c.º* (*d*): *«Misericordia vobis, pax et* (*e*) *caritas adimpleatur»* (*f*); *et* (*f'*) *sic patet conclusio, qualiter in* (*g*) *pluribus scripturis* (*h*) *tam legis antique quam nove pax summo opere commendatur; quocirca peccatum committitur, si ea pretereatur; et hec de conclusione secunda* (*i*).

Tertia conclusio responsiva ad quesitum: si hac vice pax reformativa Ecclesie pretereatur, eius transgressio ad interitum salutis eterne obligat [*et*] (*j*) *in lege gratie mortaliter* (*k*) *peccat*[*ur*] (*l*). *Probatur, nam, cum salus eterna, que est caritas* (*m*) *Dei sive* (*n*) *gratia, formaliter opponatur interitui* (*o*) *sive morti, set* (*p*) *ex directo* (*q*) *oppositum* (*r*) *patet quod* (*s*) *in eodem subiecto duo opposita* (*t*) *simul esse non possunt* (*u*), *sed talis est*

(*q*) *Num.*] *Nam,* na ed. M.
(*q'*) Num. 6, 25-26.
(*r*) *scripture*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*s*) Ps. 121, 7.
(*t*) 2 Mac. 1, 4.
(*u*) *et*] *etiam,* nas ed. B, M e P.
(*v*) *epistularum*] *apostolorum,* nas ed. B, M e P.
(*x*) *scilicet*] *om.* nas ed, B, M e P.
(*y*) 1 Pet. 2.
(*y'*) [*et*]] *om.* no ms.
(*z*) Rom. 1, 7.
(*a*) *a Deo patre* [*nostro*] *et*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*b*) *in eo non est»*] *non est in eo,* nas ed. B, M e P.
(*c*) 2 Jo. 1, 3.
(*d*) Juda 1, 2.
(*e*) *et*] *ac,* nas ed. B, M e P.
(*f*) *adimpleatur»*] *impletur,* nas ed. B, M e P.
(*f'*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*g*) *in*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*h*) *scripturis*] *scripture* no ms.
(*i*) *et hec de conclusione secunda*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*j*) [*et*]] *om.* no ms.
(*k*) *mortaliter*] *primordialiter,* nas ed. B, M e P.
(*l*) *peccat*[*ur*]] *peccat* no ms; *paccatur* na ed. M.
(*m*) *caritas*] *civitas,* nas ed. B, M e P.
(*n*) *sive*] *sine,* nas ed, B, M e P.
(*o*) *opponatur interitui*] *opponatur peccato, interitui,* nas ed. B, M e P.
(*p*) *set*] *sicut,* nas ed. B, M e P.
(*q*) *directo*] *directe* no ms.
(*r*) *oppositum*] *opposita,* nas ed. B, M e P.
(*s*) *quod*] *ita ut,* nas ed. B, M e P.
(*t*) *duo opposita*] na margem do ms.; *om.* nas ed. B, M e P.
(*u*) *possunt*] *possint,* nas ed. B, M e P.

pacis ac (*v*) *caritatis transgressio iurata et firmata pro unione Ecclesie; ergo conclusio stat* (*x*) *in veritate, quod luce clarius panditur diffusius. Cum enim secundum Augustinum in De regula clericorum* (*y*), «*caritas non querit que sua sunt, et sic intelligitur, quia communia propriis, non propria communibus anteponit*», *ergo lege caritatis per conclusiones superius dictas, debet pax Ecclesie reformari, alias videtur mortaliter peccare* (*z*); [*et*] (*z'*) *probatur per Augustinum, De verbis Domini, dicentem* (*a*): «*Pax est vinculum amoris, consortium caritatis, nec potest ad hereditatem Domini pervenire qui testamentum pacis noluerit observare*»; *hoc idem 1.ª Jo., 2.º* (*b*), *dicitur* (*c*): «*qui odit fratrem suum, in tenebris ambulat, et nescit quo vadat*» (*d*); *et ideo apostolus ad Roma. 14* (*e*) *dicit*: «*que pacis sunt sectamini*», *quia* [*fl. 82*] *secundum Augustinum, ubi* (*f*) *supra,* «*non potest concordiam habere cum Christo, qui discors voluerit esse* [*cum*] *christiano*» (*g*); *ergo omnis talis est in mortali peccato* (*h*), *unde beatus Augustinus, ostendens in De regula clericorum* (*i*) *homicidium anime propter discordiam, dicit* (*j*): «*Lites* (*k*) *aut nullas* (*l*) *habeatis aut quam* (*m*) *celerrime finiatis* (*n*), *ne ira crescat in odium et trabem faciat de festuca, et animam faciat homicidam*», *ubi* (*o*) *dicit glosa: si incipimus* (*p*) *inter nos contendere, murmurare aut litigare* (*q*), *statim ab hiis spiritualibus* (*r*) *bonis vacui remanemus, et ideo* «*nichil per contentionem aut inanem gloriam*» *fiat* (*s*), *ad Phili. 2.º* (*t*), «*sed in humilitate gloriantes, sibi invicem*

(*v*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.

(*x*) *stat*] *sequitur*, nas ed. B, M e P.

(*y*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *Regula ad servos Dei*, in PL, 32, col. 1382: «Charitas enim de qua scriptum est, quod non quaerat quae sua sunt (1 *Cor. XIII*, 5), sic intelligitur, quia communia propriis, non propria communibus anteponit».

(*z*) *peccare*] *peccari*, nas ed. B, M e P.

(*z'*) [*et*]] *om.* no ms.

(*a*) *dicentem*] *dicentis* no ms. — SANCTI AURELII AUGUSTINI *Sermo XCVII* (olim *De verbis Domini* 57) et post in Appendice 7), in PL, 39, col. 1931: «Est pax serenitatis mentis, tranquillitas animi, simplicitas cordis, amoris vinculum, consortium charitatis ... Respuit enim munus oblatum, qui datae legis contempserit bonum; nec poterit ad haereditatem Domini pervenire, qui testamentum noluerit observare. Non potest concordiam habere cum Christo, qui discors voluerit esse cum Christiano».

(*b*) 1 Jo. 2, 11.

(*c*) *dicitur*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*d*) *vadat*] *vadit* nas ed. B, M e P.

(*e*) Rom. 14, 19.

(*f*) *ubi*] *ut*, nas ed. B, M e P.

(*g*) *esse* [*cum*] *christiano*] *esse cum proximo*, nas ed. B, M e P.

(*h*) *mortali peccato*] *peccato mortali*, nas ed. B, M e P.

(*i*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *Regula ad servos Dei*, in PL, 32, col. 1383: «Lites aut nullas habeatis, aut quam celerrime finiatis, ne ira crescat in odium, et trabem faciat de festuca, et animam faciat homicidam. Sic enim legetis: *Qui odit fratrem suum, homicida est*».

(*j*) *homicidium anime propter discordiam, dicit*] *homicidium ait propter discordiam anime*, nas ed. B, M e P.

(*k*) *lites*] *licet*, nas ed. B, M e P.

(*l*) *nullas*] *nullas simultates*, nas ed. B, M e P.

(*m*) *aut quam*] *tamen*, nas ed. B, M e P.

(*n*) *finiatis*] no ms. *fingatis*.

(*o*) *ubi*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*p*) *incipimus*] *incepimus*, nas ed. B, M e P.

(*q*) *contendere, murmurare aut litigare*] *contendere aut litigare vel murmurare*, nas ed. B e M.

(*r*) *spiritualibus*] *spiritatibus*, no ms.

(*s*) *fiat*] *fiet*, no ms.

(*t*) Phili. 2, 3.

arbitrantes, omnia que sua sunt (*u*) *singuli consideremus, dicit apostolus, sed quod aliorum», ut* (*v*) *qui sibi vivunt, iam* (*x*) *non sibi vivant, secundum Augustinum* (*y*), [*et*] *ideo* (*y'*) *«preclare scriptum est a Platone, ut refert Tulius,* [*libro*] (*z*) *primo, De officiis, c. 6.º* (*a*), *quod non solum nobis nati sumus ortusque nostri partem patria vindicat, partem amici* (*b*), *atque, ut placet* (*c*) *stoicis, que in terris gignuntur ad usum hominum* [*omnia*] *creari* (*d*), *homines vero hominum causa* (*e*) *generatos esse, ut ipsi inter se alii aliis prodesse possent* (*e'*)», *unde ipse Aristoteles, 6.º Poli.* (*f*), *ut eum alegat Egidius, De regimine principum, parte 2.ª tertii libri, c. 13* (*g*), *«non querentes bonum commune* (*g'*), *sed proprias delectationes corporis, ut plurimum non sunt sobrii, sed gulosi, vel non casti, sed dant opera*[*m*] *venereis», et utinam vinculis, dampnis et* (*h*) *exiliis ac* (*i*) *necibus perimerentur* (*j*) *aut cruciarentur, sicut illi* (*k*) *Sardanapalus* (*l*) *et* (*m*) *Dionisius* (*n*) *tirannus, sunt perenti, quia bonis corporis dediti, bonum commune spernebant, ut ibi narrat philosophus* (*o*)*; non*

(*u*) *omnia que sua sunt*] *nec quae sunt*, nas ed. B, M e P.

(*v*) *ut*] *et* nas ed. B, M e P.

(*x*) *iam*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*y*) Não encontrei esta citação de S. Agostinho.

(*y'*) [*et*] *ideo*] *Et nonne*, nas ed. B, M e P.

(*z*) [*libro*]] *om.* no ms.

(*a*) M. TULLII CICERONIS *De officiis*, lib. I, cap. VII, 22, ed. *Opera omnia*, t. IV, col. 466-467: «Sed quoniam, ut praeclare scriptum est a Platone, *non nobis solum nati sumus, ortusque nostri partem patria vindicat, partem parentes, partem amici;* atque, ut placet stoicis, *quae in terris gignuntur ad usum hominum omnia creari, homines autem hominum causa esse generatos, ut ipsi inter se alius alii prodesse possent:* in hoc *naturam debemus ducem sequi, et communes utilitates in medium afferre, mutatione officiorum, dando, accipiendo, tum artibus, tum opera, tum facultatibus devincire hominum inter homines societatem*».

(*b*) *partem patria vindicat, partem amici*] *partem patria, partem amici vindicant*, nas ed. B, M e P.

(*c*) *placet*] *placent*, no ms.

(*d*) *creari*] *creata*, nas ed. B, M e P.

(*e*) *causa*] *tam*, no ms.

(*e'*) *possent*] *possunt* no ms.

(*f*) ARISTOTELIS *Politica*, lib. V, cap. VII, *ed. cit.*, pp. 502-503: «Vult enim Rex esse custos, ut quidem qui possident substantias, nihil iniustum patiantur, populus autem nullam sustineat iniuriam. Tyrannis autem, sicut dictum est saepius, ad nihil commune respicit nisi propriae utilitatis gratia. Est autem intentio tyrannica, quidem, quod delectabile, regalis autem, quod bonum».

(*g*) AEGIDII ROMANI *De regimine principum*, II pars libri III, cap. XIII, *ed. cit.*, fl. 287v: «Tertio insidiantur aliqui tyranno, et aliquando perimunt ipsum, quia ut plurimum tyranni faciunt ea per quae se contemptibiles reddunt. Nam cum non quaerant bonum commune, sed delectationes corporis, ut plurimum non sunt sobrii sed gulosi, vel non sunt casti sed dant operam venereis, et quia hoc agentes se contemptibiles reddunt, de facili invaduntur. Exemplum horum recitat Philosophus V Poli., ubi habemus de Sardanapalo rege, qui spreto communi bono totum se dedit venereis, quidam vero dux contemnens eum, eo quod vitam pecudum elegisset, invasit, et peremit ipsum».

(*g'*) *commune*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*h*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*i*) *ac*] *et* nas ed. B, M e P.

(*j*) *perimerentur*] *premerentur*, nas ed. B, M e P.

(*k*) *illi*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*l*) *Sardanapalus*] *Sardonapalus*, no ms.

(*m*) *et*] *idest*, no ms.

(*n*) *Dionisius*] leitura não muito clara no ms.

(*o*) ARISTOTELIS *Politica*, lib. V, cap. VII, *ed. cit.*, pp. 905-906: «...Et alii autem multi propter tales causas, ii quidem perempti sunt, ii autem insidias passi sunt ... Hae autem propter contemptum, sicut Sardanapalum videns quidam percutientem secum mulieribus, si vere hoc fabulantes dicunt. Si autem non de illo, sed de alio erit utique hoc verum. Et Dionysius posteriori Dion insurrexit propter despectionem, videns cives sic se habentes, et ipsum semper ebrium».

ergo nos sic, sed diligenter procuremus (*p*) *Ecclesie unitatem* [*fl. 82v*] *et istius rei sacre publice concordiam zelemus* (*q*) *et gloriam, laudem et honorem exemplo antiquorum qui non solum in vita, sed post mortem zelabant pro bono communi, ut patet de Tulio, loquente de se, libro 6.º* (*r*), *De amicitia* (*s*), *ubi inquit: «non minoris cure est michi qualis post mortem meam res publica futura* (*t*) *sit quam qualis hodie», quia secundum Senecam, epistula 82* (*u*), *paucis natus est, qui populum sue etatis cogitat; si ergo isti sine merito sperato* (*v*), *sine virtute privativa* (*x*), *tantum pro bono communi videntur certasse, quantum credis nos qui commune bonum pacis negligimus, peccare? sicut econverso, cum rem communem, tanto amplius videmur proficere, dicente Augustino in* [*libro*] (*y*) *De regula clericorum* (*z*): *«quanto, inquit, amplius rem communem quam propria vestra curaveritis, tanto* (*a*) *amplius vos proficere noveritis, ut in omnibus quibus utitur* (*b*) *transitoria necessitas superemineat que permanet caritas»; ex superioribus ergo perpenditur quod turbans pacem membrorum Ecclesie, que sibi invicem ministrant in corpore, 2.º Cor. 9* (*c*), *videtur peccare gravissime et interitui salutis eterne se submittere* (*d*) *et nullum bonum virtuosum* (*e*) *sacrificium Deo* [*posse offerre, secundum Gregorium in Pastorali* (*f*), *ubi dicit: lites et discordie «nullum boni operis* (*f'*) *Deo sacrificium*] (*g*) *permittunt immolari»* (*h*), *sine enim concordia et animorum paritate* (*i*), *omnia in tantum Deo displicent* (*j*) *quod* (*k*) *nec recipit oblationes discordantium, di. 90, c. Oblationes* (*l*) *et c. sequenti* (*m*) *Neque ad Cain* (*n*); *nec mirum videatur hoc prelatis* (*o*) *Ecclesie* (*p*), *si Deus eorum orationes non dignatur* (*q*) *audire, quia*

(*p*) *procuremus*] *procrevimus* no ms.

(*q*) *zelemus*] *zelantes*, nas ed. B, M e P.

(*r*) *6.to*] *1*, nas ed. B, M e P.

(*s*) M. TULLII CICERONIS *Laelius de Amicitia*, ed. ROBERT COMBÈS, Paris, 1971, p. 29: «Mihi autem non minoris curae est, qualis res publica post mortem meam futura, quam qualis hodie sit».

(*t*) *futura*] *fictatur*, no ms.

(*u*) Não encontrei esta citação de Séneca.

(*v*) *sperato*] *sperata*, nas ed. B, M e P.

(*x*) *virtute privativa*] *primitiva virtute*, nas ed. B, M e P.

(*y*) [*libro*]] *om.* no ms.

(*z*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *Regula ad servos Dei*, in PL, 32, col. 1382: «Et ideo quanto plus rem communem quam propriam vestram curaveritis, tanto vos amplius profecisse noveritis, ut in omnibus, quibus utitur transitura necessitas, superemineat quae permanet charitas».

(*a*) *amplius rem communem quam propria vestra curaveritis tanto*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*b*) *utitur*] *vertitur*, nas ed. B, M e P.

(*c*) 2 Cor. 9, 10-13.

(*d*) *se submittere*] *submittere se*, nas ed. B, M e P.

(*e*) *virtuosum*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*f*) SANCTI GREGORII PAPAE COGNOMENTO MAGNI *Regulae Pastoralis liber*, pars III, cap. XXII (alias 46), in PL, 77, col. 90: «Admonendi sunt dissidentes, ut noverint quod tandiu nullum boni operis sacrificium immolant, quandiu a proximorum charitate discordant».

(*f'*) *operis*] *odoris* nas ed.

(*g*) [*posse offerre ... sacrificium*] *om.* no ms.

(*h*) *immolari*] *immolare*, no ms.

(*i*) *paritate*] *puritate*, nas ed. B, M e P.

(*j*) *in tantum Deo displicent*] *Deo displicent in tantum*, nas ed. B, M e P.

(*k*) *quod*] *que* no ms.

(*l*) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 90. c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 313.

(*m*) *sequenti*] nas ed. B, M e P *om. Neque ad Cain.*

(*n*) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 90, c. 3, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 313-314.

(*o*) *videatur hoc prelatis*] *hoc videatur praelatis*, nas ed. B, M e P.

(*p*) *Ecclesie*] *Ecclesiae esse*, nas ed. B e P.

(*q*) *dignatur*] *dignetur*, nas ed. B, M e P.

secundum Gregorium (*r*), *sicut «nichil est preciosius* [*Deo*] *virtute dilectionis, ita nil est desiderabilius* (*s*) *dyabolo extintione caritatis», que* (*t*) *procedit ex discordia, inducente* (*u*) *tot detestabilia mala. Ideo Gregorius in Pastorali* (*v*) *dicit:* [*fl. 83*] *«Quisquis seminando* (*x*) *iurgia, dilectionem proximorum perimit, hosti Dei familiarius* (*y*) *servit», quod experimentaliter videmus. Cum enim ipsa discordia pullulare* (*z*) *in Ecclesia nititur* (*a*), *mox profecto omnis virtus Ecclesie* (*b*) *cassatur, simonia dominatur, omnis malitia collaudatur, bonus deprimitur, indignus exaltatur, Christi patrimonium in usus perversos expenditur et dissipatur, derisioni ac detractioni plebium templum Dei* (*c*) *datur, fides omnium minuitur* (*d*), *caritas non reperitur, pecunia apreciatur* (*e*), *spiritualis paternitas* (*f*) *interrumpitur, tota christianitas inter se bellis, guerris, tirannidibus, malitiis, rapinis ac fraudibus exponitur et a vera iustitia omne bonum opus elongatur, ut videtur Augustinus notare* (*g*) *in libro De unico baptismo* (*h*), *libro i.°* (*i*) *et in canone, di. 56* (*j*), *de illo Hismael qui* (*k*), *«ut separaretur* (*l*) *a populo Dei, non obfuit mater* (*m*) *ancilla Agar, sed fraterna discordia»*

(*r*) *Gregorium*] *Ysidorum*, no ms. erroneamente. — SANCTI GREGORII PAPAE COGNOMENTO MAGNI *Regulae Pastoralis liber*, pars III, cap. XXIII (alias 47), in PL, 77, col. 92: «Quia autem nihil pretiosius est Deo virtute dilectionis, nil est desiderabilius diabolo extintione charitatis».

(*s*) *desiderabilius*] *Deo terribilius* no ms.

(*t*) *que*] *quia* nas ed. B, M e P.

(*u*) *inducente*] *incidente*, no ms.

(*v*) SANCTI GREGORII PAPAE COGNOMENTO MAGNI *Regulae Pastoralis liber*, pars III, cap. XXIII (alias 47), in PL, 77, col. 92: «Quisquis ergo seminando jurgia dilectionem proximorum perimit, hosti Dei familiarius servit».

(*x*) *seminando*] *sectando*, nas ed. B, M e P.

(*y*) *familiarius*] *salutarius*, nas ed. B, M e P.

(*z*) *pullulare*] *pullularet*, nas ed. B, M e P.

(*a*) *nititur*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*b*) *Ecclesie*] *in Ecclesia*, nas ed. B, M e P.

(*c*) *templum Dei*] *Dei templum*, nas ed. B, M e P.

(*d*) *minuitur*] *imminuitur*, nas ed. B, M e P.

(*e*) *apreciatur*] *appropriatur*, nas ed. B, M e P., enquanto no ms. parece mais exacta a leitura *apreciatur*.

(*f*) *paternitas*] *fraternitas*, nas ed. B, M e P.

(*g*) *notare*] *velle*, nas ed. B, M e P.

(*h*) *baptismo*] o ms. repete aqui *Augustinus*.

(*i*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *De* [*unico*] *baptismo contra Donatistas libri septem*, lib. I, cap. XV, in PL, 43, col. 121-122: «Ecclesia quippe omnes per Baptismum parit, sive apud se, id est, ex utero suo; sive extra se de semine viri sui; sive de se, sive de ancilla. Se et Esau de uxore natus, propter fraternam discordiam separatus est a populo Dei. Et Aser per uxoris quidem potestatem, sed ex ancilla natus, propter fraternam concordiam terram promissionis accepit. Unde et Ismaeli, ut separaretur a populo Dei, non obfuit mater ancilla, sed obfuit fraterna discordia; et non profuit potestas uxoris, cuius magis filius erat, quia per ipsius jura coniugalia et in ancilla seminatus erat, et ex ancilla susceptus. Sicut apud istos Ecclesiae iure quod est in Baptismo, nascuntur quicumque nascuntur; sed si concordent cum fratribus, per unitatem pacis ad terram veniunt promissionis, non de materno utero rursus ejiciendi, sed in paterno semine agnoscendi; si autem in discordia perseverent, ad Ismaelis funiculum pertinebunt ... Ex ipso autem animali sensu, quia *homo animalis non percipit quae sunt Spiritus Dei* (*Id. II*, 14), omnes dissensiones et schismata generantur».

(*j*) *56*] *58* no ms. e nas ed. — *Decretum Gratiani*, I pars, dist. 56, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 222: «Ismael ut separaretur a populo Dei, non obfuit mater ancilla, sed obfuit fraterna discordia».

(*k*) *qui*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*l*) *separaretur*] tanto nas ed. como no ms.

(*m*) *mater*] *matri* no ms.

quam habuit circa Ysaac, ut habetur 32. q. 4, Recurrat (n); ergo ex istis (o) satis insinuatur (p) quod (q) fienda pax Ecclesie iurata et (r) firmata ab utraque parte, preteriri non potest ab aliqua (s) partium, sine interitu salutis eterne [et] (t) per oppositum patet [quod] (u) reformatio in Dei Ecclesia summe erit Deo accepta, cara, grata et placita, quia concordia membrorum Ecclesie placet Deo, 9. qu. 3. Archiepiscopus (v), et «in tribus, ait ille qui concordiam facit in sublimibus Job, beneplacitum est spiritui meo (x), que sunt probata (y) coram Deo et hominibus, concordia fratrum, amor proximorum, vir et mulier sibi (a) consentientes», Ecclesiastico 25 (b). «Omnes ergo unanimiter et concorditer vivite et honorate in vobis Deum (b') invicem, cuius templa facti estis», ait Augustinus (c) in De regula clericorum (d), ideo «si fieri, ymo quod fieri potest quod ex vobis est, cum omnibus hominibus pacem habentes», ad Ro. 12 (e) et ad Heb. 12 (f): «pacem sequimini [fl. 83v] cum omnibus» et Deus pacis et dilectionis erit vobiscum. Amen. Ex istis ergo omnibus satis conclusio tertia deducitur vel deduci potest (g).

Quarta conclusio: iuramenta et vota facta pro sedatione scismatis et reformatione Ecclesie modis omnibus sunt implenda et non possunt preteriri absque mortali crimine; patet ex quo fuerunt honesta, voluntaria [et] (h) expedientia, in interitum salutis eterne non vergentia, per primum argumentum; ergo tenenda et opere implenda; patet consequentia (i) per id Proverbiorum, c. 6.° (j): «fili mi, si spoponderis pro amico tuo, defixisti (k) apud extraneum manum tuam, illaqueatus es verbis oris tui et captus propriis sermonibus, dis-

---

(*n*) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXII' quaestio IV, c. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1126-1127: «Recurrat nunc animus vester ad Abraham, Ysaac et Iacob. In istis tribus invenimus parere liberas, parere ancillas ... Invenimus rem miram in istis generationibus liberarum et ancillarum, quatuor scilicet genera hominum, in quibus quatuor generibus completur figura totius populi Christiani, ut non sit mirum quod in illis tribus dictum est: 'Ego sum Deus Abraham, et Deus Ysaac, et Deus Iacob'...».

(*o*) *ergo ex istis*] *Ex istis ergo*, nas ed. B e P.

(*p*) *insinuatur*] *patet*, nas ed. B, M e P.

(*q*) *quod*] *om.* na ed. M.

(*r*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*s*) *aliqua*] *alia*, nas ed. B, M e P.

(*t*) [*et*]] *om.* no ms.

(*u*) [*quod*]] *om.* no ms.

(*v*) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa IX, quaestio III, c. 5, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 607: «Archiepiscopus nichil de episcoporum causis aut aliis communibus causis iuxta statuta apostolorum absque cunctorum illorum agat consilio ... quoniam tali gaudet concordia Altissimus, et gloriatur in membris suis».

(*x*) *et «in tribus ait ille ... spiritui meo*] *et tria sunt* nas ed. B, M e P, omitindo o resto.

(*y*) *que sunt probata*] *que probantur*, nas ed. B, M e P.

(*a*) *sibi*] *om.* nas ed. B, M e P.

(*b*) Eccles. 25, 1-2.

(b') *Deum*] *Deum patrem* nas ed. B, M e P.

(*c*) SANCTI AURELII AUGUSTINI *Regula ad servos Dei*, in PL, 32, col. 1379: «Omnes ergo unanimiter et concorditer vivite; et honorate in vobis invicem Deum, cuius templa facti estis».

(*d*) *in De regula clericorum*] *om.* no ms.

(*e*) Rom. 12, 18.

(*f*) Hebr. 12, 14.

(*g*) *vobiscum. Amen. Ex istis ergo ... deduci potest*] *vobiscum. Ergo, etc.*, nas ed., B, M e P.

(*h*) [*et*]], *om.* no ms.

(*i*) *consequentia*] *conclusio*, nas ed. B, M e P.

(*j*) Prov. 6, 1.

(*k*) *defixisti*] *dilexisti* no ms.

curre, festina, suscita amicum tuum». Item nisi impleantur, nomen Dei in vanum assumitur, et periuratur contra preceptum [*Dei*] (*k'*), *Exod. xx* (*l*): «*Non assumes nomen Dei tui in vanum*». *Item nisi impleantur, non implens falsarius nominis Dei et sanctorum iudicabitur, quorum nomen* (*m*) *assumpsit ad confirmationem sue veritatis et* (*n*) *ergo quoad Deum excommunicatus, iuxta illud i. Cor. xvi* (*o*): «*si quis non amat Dominum Jhesum Christum, anathema sit*». *Item nisi impleantur, iustus Dominus ad iracundiam provocabitur* (*p*) *et Ecclesia propter hoc maiori scismate et desolatione affligitur, ideo Zacha. viii° consulitur* (*q*): «*Loquimini veritatem unusquisque cum proximo suo, veritatem et iudicium pacis iudicate in portis vestris et unusquisque contra amicum suum malum ne cogitetis in cordibus vestris* [*et*] (*r*) *iuramentum mendax ne diligatis, omnia hec sunt que odit Dominus*» (*s*). *Item nisi impleantur, maledictio Dei super non implentem immiscetur* (*t*) *corporalis et spiritualis, ut dicitur Zacharie* [*quinto*] (*u*) *de illis duabus mulieribus alatis* (*v*); *unde* [*fl. 84*] *subditur ibi: «et* (*x*) *dicit ad me Dominus: hec est maledictio que egreditur* (*y*) *super faciem omnis terre, quia omnis fur, sicut ibi dicitur, iudicabitur et omnis iurans ex hoc similiter iudicabitur. Educam illud* (*z*), *dicit Dominus exercituum, et veniet ad domum furis et ad domum iurantis in nomine meo* (*a*) *mendaciter et commorabitur in medio eius et consumet eam et ligna eius et lapides eius*» (*b*); *ergo ubi talis maledictio imprecatur* (*c*), *maxima culpa mortalis iudicatur. Unde Ecclesiastico 23* (*d*) *dicitur: «vir multum iurans, replebitur iniquitate* (*e*) *et non discedet a domo illius* (*f*) *plaga»; [et]* (*g*) *ideo dicitur Deuter. v.° c.°: «non usurpabis nomen Dei tui frustra, quia non erit impunitus qui super se vane* (*l*) *nomen eius assumpserit*» (*h*); *ex quibus omnibus monstratur* (*i*) *si ista* (*j*) *unio Ecclesie fienda virtute renuntiationis non fiat, quot* (*k*) *mala inde sequentur et quam* (*l*) *gravissime contra Deum peccatur a quacunque parte negligatur, quod absit, ymmo utraque pars iura-*

(*k'*) [*Dei*]] *om.* no ms.
(*l*) Exod. 20, 7.
(*m*) *nomen*] *misericordia* no ms.
(*n*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*o*) 1 Cor. 16, 22.
(*p*) *provocabitur*] *provocatur*, nas ed. B, M e P.
(*q*) *consulitur*] *dicitur: Consulo* nas ed. B, M e P.
(*r*) [*et*]] *om.* no ms.
(*s*) Zach. 8, 16-17.
(*t*) *immiscetur*] *mittetur*, nas ed. B, M e P.
(*u*) [*quinto*]] *v.* no ms.
(*v*) Zach. 5, 9-11.
(*x*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*y*) *egreditur*] *egredietur*, nas ed. B, M e P.
(*z*) *Educam illud*] *Et subiungitur*, nas ed. B, M e P.
(*a*) *in nomine meo*] *et in nomine modo*, no ms.
(*b*) Zach. 5, 3-4.
(*c*) *imprecatur*] *importatur*, nas ed. B, M e P.
(*d*) *Ecclesiastico 23*] *Ecclesiastico decimo tertio*, nas ed. B, M e P. — Eccli. 23, 12.
(*e*) *iniquitate*] *in iniquitate*, no ms.
(*f*) *illius*] *eius*, nas ed. B, M e P.
(*g*) [*et*]] *om.* no ms.
(*h*) Deut. 5, 11.
(*i*) *monstratur*] *demonstratur*, nas ed. B, M e P.
(*j*) *ista*] *ita*, nas ed. B, M e P.
(*k*) *quot*] *quod*, no ms
(*l*) *quam*] *quod*, nas ed. B, M e P.

menta et vota que vovit et promisit (m), secundum verbum Jere. iiii° c. (n): «in veritate, iudicio et iustitia» Deo altissimo et omnibus eius sanctis procuret (o) observare (p) et ad effectum producere, ut ascendat in montem Domini et stet in loco sancto eius (q) et cum nomen Domini (r) invocaverit, ab eo exaudiatur, et cum ad eum confugerit, ab ac protegatur, iuxta illud Prover. xviii: «Turris fortissima nomen Domini, [ad ipsum] (s) currit iustus et exaltabitur» (t). Qualiter autem illa vota ac (u) iuramenta fuerunt (v) licita et sunt (x) honesta et voluntaria et omnino immutabilia quoad effectum, relinquo disputandum ac determinandum dominis meis iuris civilis et canonici doctoribus ac sapientibus, ipsos rogando omnes et singulos ut mee velint (y) parcere imperitie et (z) pro unitate ac concordia [fl. 84v] viriliter sancte matris (a) Ecclesie valeant mecum assistere, dicente Apostolo (b): «pro iustitia agonizare (c) pro anima tua, et usque ad mortem certa pro iustitia» (d). Ex predictis ergo patet quod pars questionis negativa est vera, ut ostenditur per premissa (e).

Ad rationes ergo factas per Ragusiensem (f) magistrum pro parte questionis affirmativa (g), cum omni fundamento rationis et doctorum catholicorum (h) careant (h'), respondetur. Ad primum ergo respondeo per conclusionem scilicet (i): Licet Gregorius papa fuerit electus a Deo et a militante ecclesia, ut eius vita durante esset papa, fuit tamen in eius electione conditio implicita seu explicita (j) ut asseritur, quod omnimode (k) renuntiaret, si hoc saluti ac (l) utilitati omnium fidelsium et totiu Ecclesie catholice paci ac tranquillitati expediens, utile ac necessarium foret; patet conclusio, quia cum Ecclesia sit res communis et publica, per tertiam suppositionem, pro bono rei publice quis tenetur morti se exponere, per sextam suppositionem; ergo multo magis iuri sue dignitatis cedere, etiam patet, quia in detrimentum rei publice nulla privata persona debet eligi, nec honorem assumere, nec

---

(*m*) *promisit*], nas ed. B, M e P. segue: *prestet.*
(*n*) Jer. 4, 2.
(*o*) *procuret*] *procuretur*, nas ed. B, M e P.
(*p*) *observare*] *observari*, nas ed. B, M e P.
(*q*) *loco sancto eius*] *loco eius sancto*, nas ed. B, M e P.
(*r*) *nomen Domini*] *ipsum Deum*, nas ed. B, M e P.
(*s*) [*ad ipsum*]] *om.* no ms; na ed. M: *ac illud;* nas ed. B e P: *ad illud.*
(*t*) Prov. 18, 10.
(*u*) *ac*] *et*, nas ed, B e P.
(*v*) *fuerunt*] *sint*, nas ed. B, M e P.
(*x*) *sunt*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*y*) *velint*] *valeant* no ms.
(*z*) *et*] *ut*, nas ed, B, M, e P.
(*a*) *matris*] *matri*, nas ed, B, M e P.
(*b*) *Apostolo*] *a primo*, no ms.
(*c*) *agonizare*] *agoniza*, nas ed. B, M e P.
(*d*) Eccli. 4, 33.
(*e*) *ut ostenditur per premissa*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*f*) *Ragusiensem*] *Reverendum*, no ms.
(*g*) *affirmativa*] *affirmative*, nas ed. B, M e P.
(*h*) *catholicorum*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*h'*) *careant*] *clare*, nas ed. B, M e P.
(*i*) *Ad primum ergo respondeo per conclusionem scilicet*] *Ad primam conclusionem scilicet*, nas ed. B, M e P.
(*j*) *implicita seu explicita*] *implicata seu explicata*, nas ed. B, M e P.
(*k*) *omnimode*] *omni modo*, nas ed. B, M e P.
(*l*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.

contra eam facere, per superius dicta (*m*), *ymmo tamquam Aaron vocari a Deo ad dignitatem* (*n*) *pro rei publice utilitate, pace ac* (*o*) *tranquillitate; non ergo fideles ex huiusmodi renuntiatione fraudantur a* (*p*) *suo desiderio, ymmo cum fratres habitaverint in unum, sub uno Christi vicario, protegentur in Dei tabernaculo, nec in hoc veritas fidei relinquitur, de qua regula intelligitur, ymmo vincit, regnat et exaltatur; et iste magister de privata veritate loquitur, que pro utilitate et scandalo* [*fl. 85*] *proximi debet et potest pretermitti,* [*ergo*] (*q*) *quanto* (*r*) *magis pro bono communi quilibet etiam voluntarius iuri suo potest cedere, quod dominus noster* (*s*) [*Gregorius*] (*t*) *videtur iam* (*u*) *per iuramenta* (*v*) *velle facere seu fecisse; illaqueatus est ergo verbis oris sui per ultimam conclusionem, non ergo ea* (*x*) *potest preterire absque secundario discrimine* (*y*).

Ad secundum (*z*) *dico quod licet verus apostolicus Gregorius* (*a*) *renuntiaret pro bono pacis totius Ecclesie, non ideo aliquis fidelium sapiens deberet credere esse cum eo parem in veritate papatus illum de Avinione* (*b*). *Patet responsio, quia dominus noster per totum mundum* (*c*), *ut dicitur, fecit declarare* (*d*) *quod pro unione, pace ac* (*e*) *tranquillitate totius Ecclesie volebat veritatem papatus, quam habebat, relinquere et sicut alii iam Romani pontifices fecerant pro Dei amore et sue anime salute, ut liberius Deo vacare*[*n*]*t* (*f*), *volebat* (*g*) *iuri papatus cedere* (*h*). *Non ergo credent christiani multi istos unquam fuisse pares in vicariatu Christi, ymmo dominus noster habet commendari merito quod tantum honoris fastigium voluit relinquere* (*i*) *animo spontaneo et servire Deo altissimo.*

Ad tertium (*j*) *dico quod nunquam propter hoc certitudo papatus Gregorii fiet* (*k*) *dubia, ymmo redditur* (*l*) *commendabilis et gloriosa, cum dominus noster voluerit iuri sui papatus verissimi cedere libere et spontanea voluntate pro Ecclesie sancte unitate, sicut dictum est in secunda responsione.* [*Ergo, etc.*] (*m*).

(*m*) *dicta*] *dictum*, nas ed. B, M e P.
(*n*) *vocari a Deo ad dignitatem*] *vocari ad dignitatem a Deo*, nas ed. B, M e P.
(*o*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.
(*p*) *a*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*q*) [*ergo*]] *om.* no ms.
(*r*) *quanto*] *quando* na ed. M.
(*s*) *noster*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*t*) [*Gregorius*]] *om.* no ms.
(*u*) *iam*] *nunc*, nas ed. B, M e P.
(*v*) *iuramenta*] *sua iuramenta*, nas ed. B, M e P.
(*x*) *ea*] *eam*, nas ed. B, M e P.
(*y*) *secundario discrimine*] *scandalo et discrimine*, nas ed. B, M e P.
(*z*) *secundum*] *secundam*, nas ed. B, M e P.
(*a*) *Gregorius*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*b*) *illum de Avinione*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*c*) *Patet responsio, quia dominus noster per totum mundum*] *Patet responsio quia dominus noster papa de Avinione per totum mundum*, nas ed. B, M e P.
(*d*) *declarare*] *declarari*, nas ed. B, M e P.
(*e*) *ac*] *et*, nas ed. B e M.
(*f*) *vacare*[*n*]*t*] *vacaret*, no ms.
(*g*) *volebat*] *volebant*, nas ed. B, M e P.
(*h*) *cedere*] *concedere*, nas ed. B, M e P.
(*i*) *relinquere*] *delinquere*, nas ed. B, M e P.
(*j*) *tertium*] *tertiam*, nas ed. B, M e P e no ms.
(*k*) *fiet*] *fuit*, nas ed. B, M e P.
(*l*) *redditur*] *reddetur*, nas ed. B, M e P.
(*m*) [*Ergo, etc.*]], *om.* no ms.

Ad quartum (n) dico quod iuxta formam Dei, cum omnium iniquitatum preteritarum, si quas, quod absit, domini anticardinales operati sunt, inchoantes et continuantes tam pertinax scisma, recordari non debeamus (o), [fl. 85v] ymmo remedia caritatis, que opponitur scismati, adhibere (p) et (q) dubia semper in meliorem partem (r) interpretari debeamus, verisimile perinde (s) est quod tales et tanti (s') domini tam ex nostra quam parte illa (t), qui tantum zelant et procurant huiusmodi pacem Ecclesie et (u) tantum a diu (v) iam pro ea laboraverunt (x) et modos ac vias, quibus melius ac citius fieri posset, investigaverunt (y) et invenerunt, omnimode (z) in electione pape unici concordabunt (a), sive gallicus, ytalicus, hyspanus aut alamanus existat, quia cum simus ministri Christi (b) et dispensatores eius mysteriorum (c), non debemus hereditate possidere Dei sanctuarium (d).

Ad quintum (e) respondeo quod Ecclesia militans non violenter, sed sponte et animo grato, suo vero sponso Gregorio viduatur ut (f) potentiori Christi vicario et toti fidelium christianitati magis necessario copuletur et coniungatur; ergo (g) domini de universitate Parisiensi debent commendari, quia iuxta verbum Dei, inquirunt (h) pacem et persequentur (i) eam; pro maiori ergo bono Ecclesie fit huiusmodi renuntiatio.

Ad sextum (j) dico quod non est verisimile (k) quod Deus Ecclesiam suam heretico latenti, sismatico aut ypocrite falso patiatur subici (l), dicente ipso: «ego rogavi pro te (m), Petre, ut non deficiat fides tua», et iste magister loquitur semper in ista materia de possibilibus, que forsan numquam erunt, nec habent potentiam propinquam ad essendum (n), quod non convenit alicui (o) sacre theologie magistro, cum theologia sit (p) existentium, non autem possibilium responsiva (q).

(n) *quartum*] *quartam*, nas ed. B, M e P.
(o) *debeamus*] *deceamus*, na ed. M.
(p) *adhibere*] *adhibentes*, nas ed. B, M e P.
(q) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.
(r) *partem*] *parte*, na ed. M.
(s) *perinde*] *proprium*, no ms.
(s') *et tanti*] *tantique*, nas ed. B, M e P.
(t) *parte illa*] *illa parte*, nas ed. B, M e P.
(u) *et*] *om.* na ed. M.
(v) *a diu*] *a Deo*, nas ed. B, M e P.
(x) *laboraverunt*] *laborarunt*, nas ed. B, M e P.
(y) *investigaverunt*] *investigarunt*, nas ed. B, M e P.
(z) *omnimode*] *omni modo*, nas ed. B, M e P.
(a) *concordabunt*] *concordabant*, nas ed. B, M e P.
(b) *Christi*] *om.* nas ed. B, M e P.
(c) *mysteriorum*] *ministeriorum* no ms.
(d) *Dei sanctuarium*] *Sanctuarium Dei*, nas ed. B e M.
(e) *quintum*] *quintam*, nas ed. B, M e P.
(f) *ut*] *et*, nas ed. B, M e P.
(g) *ergo*] *et ideo*, nas ed. B, M e P.
(h) *quia iuxta verbum Dei, inquirunt*] *iuxta verbum Christi quia inquirunt*, nas ed. B, M e P.
(i) *persequentur*] *prosequuntur*, nas ed. B, M e P.
(j) *sextum*] *sextam*, nas ed. B, M e P.
(k) *verisimile*] *michi simile*, no ms.
(l) *patiatur subici*] *subici patiatur*, nas ed. B, M e P.
(m) *«ego rogavi pro te*] *ego pro te rogavi*, nas ed. B, M e P.
(n) *ad essendum*] *essendi*, nas ed. B, M e P.
(o) *alicui*] *attamen*, nas ed. B. M e P.
(p) *sit*] *sic*, nas ed. B, M e P.
(q) *responsiva*] *ostensiva*, nas ed. B, M e P.

Ad septimum (*r*) *dico: videtur iste magister divinare de futuris, soli Deo reservatis* (*s*), *dicente ipso per prophetam* [*fl. 86*]: «*Priora et novissima anuntiate michi et dicam quia dii estis*» (*t*), *et ideo credendum est quod talis divulgatio* (*u*) *non fiet, ymmo commendabuntur ytalici et presertim cardinales qui licet veritatem haberent, tamen ad faciendam concordiam Ecclesie et oves errantes reducendum, semper fuerunt parati, ut fieret unum ovile et unus pastor.*

Ad octavum (*v*) *dico per idem, tum quia ytalicis laus* (*x*) *permaxima exhibebitur et si per possibile, quod absit, improperium causaretur, ut iste* (*a*) *dicit, merito tunc deberent gaudere, quoniam «digni habiti sunt pro nomine* (*b*) *Jhesu* (*c*) *contumeliam pati»* (*c'*), *etiam tum quia post cessionem utriusque veritas papatus clarius omnibus fidelibus ostendetur* (*d*), *licet verus papa a maiori parte fidelium Gregorius crederetur* (*e*), *tum quia laudabuntur ytalici ut recti corde, quia veritatem papatus a se voluerunt abicere* (*f*) *pro totius mundi christianorum salute et pace, non curantes utrum gallicus, ytalicus, hyspanus aut allamanus* (*g*) *existat, fiendus* (*h*) *futurus Christi vicarius, dummodo sit vir simplex, rectus ac timens Deum, et* (*i*) *ergo non operantur mala, ymo bona, ut eveniant meliora* (*j*), *Deum non temptantes, ymo implorantes pro sue Ecclesie pace, qui pacem mundo dedit et pacem reliquit,* [*etc.*] (*k*).

Ad nonum (*l*) *dico quod falsum assumit quod fideles ex tali renuntiatione contristantur, ymo gaudent et letantur, pacem totius Ecclesie sperantes, dicente Augustino in Enchiridione* (*!*) (*m*), *ideo* (*n*) *tale bonum est «bonum pacis ut in rebus creatis nichil soleat gratiosius audiri, nil* (*o*) *delectabilius concupisci», ymo bonum pacis naturaliter desideratur per conclusionem primam responsivam* (*p*) *ad quesitum,* [*fl. 86v*] *ergo falsum dicit quod*

(*r*) *septimum*] *septimam*, nas ed. B, M e P.
(*s*) *reservatis*] *reservata* no ms.
(*t*) Isai. 41, 23.
(*u*) *divulgatio*] *divinatio*, nas ed. B, M e P.
(*v*) *octavum*] *octavam*, nas ed. B, M e P.
(*x*) *laus*] *licet* no ms.
(*a*) *iste*] *ipse*, nas ed. B, M e P.
(*b*) *nomine*] *nunc* no ms.
(*c*) *Jhesu*] *Jhesu Christi*, nas ed. B, M e P.
(*c'*) Act. 5, 41.
(*d*) *clarius omnibus fidelibus, ostendetur*] *clarius ostendetur fidelibus*, nas ed. B, M e P.
(*e*) *crederetur*] *crederetur* nas ed. B, M e P e no ms., embora não muito claro neste.
(*f*) *abicere*] *abire*, nas ed. B, M e P.
(*g*) *gallicus, ytalicus, hyspanus aut allamanus*] *gallicus, italicus, alemannus aut hyspanus*, nas ed. B, M e P.
(*h*) *fiendus*] nas ed. e ms.
(*i*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*j*) *meliora*] *maior* no ms.
(*k*) [*etc.*]] *om.* no ms.
(*l*) *nonum*] *nonam*, nas ed. B, M e P.
(*m*) O texto de Santo Agostinho não vem no *Enchiridon*, mas sim no *De civitate Dei*, aliás como o próprio autor indicava mais atrás: SANCTI AURELII AUGUSTINI *De civitate Dei*, lib. XIX, cap. XI, *ed. cit.*, p. 389: «... Tantum est enim pacis bonum, ut etiam in rebus terrenis adque mortalibus nihil gratius soleat audiri, nihil desiderabilius concupisci, nihil prostremo possit melius inveniri».
(*n*) *ideo*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*o*) *nil*] *vel*, nas ed. B, M e P.
(*p*) *per conclusionem primam responsivam*] *per responsionem conclusivam*, nas ed. B, M e P.

fideles propter hoc dampnis et periculis ac culpis moralibus (q) exponuntur (r), ymo iste magister maiori culpe et crimini morali (s) exponitur, quia scienter seminat inter fratres discordias, Proverb. vi (t): «sex sunt que odit Dominus et septimum detestatur animam eius qui seminat inter fratres discordias».

Ad decimum (u) videtur accipere obprobrium iste magister adversus proximos suos, cum tamen scriptum sit: [Cavete vobis] (v) «a detractione parcite lingue» (v') [Sapi. 1] (x) et (x') etiam «Custodite vos a murmuratione, que nil prodest», nam revera non prosunt verba ista (y) nec faciunt ad propositum, cum eque bene scientia, potentia, conscientia, vite honestas (z) ac disciplina vigeat in ultramontanis, sicut in ytalicis, et forsan in maiori copia [et] (z') per eos (a) eque bene valeat regi (b) Ecclesia catholica, quocirca non attendatur (c) in ultramontanis (d) aliqualis victoria, sed solum virtus (e) predicantium bona, predicantium pacem, ut sint de illis de quibus dicitur: «beati pacifici, quoniam filii Dei vocabuntur» (f).

Ad undecimum (g) respondetur quod assumit (h) falsum possibile (i), ymo erit Dei gratia oppositum possibile, cum, si huiusmodi fieret renuntiatio, animo ardentiori per dominos cardinales confestim fieret unius pape sapientis ac Deum timentis electio; est enim propter longevum scisma ovis hec, scilicet sancta Ecclesia perdita, que quasi (j) per pacem omnium fidelium et unionem inventa (k) humeris eorum (l) unus Christi vicarius imponetur (m) et a christianorum communione (n) cantabitur: «congratulamini michi, quia inveni ovem que perierat» (n'), ymo gaudium erit angelis Dei, quia inventa est Ecclesie dragma per pacem, que erat perdita per scismaticam discensionem (o), [fl. 87] nec refert

---

(q) *moralibus*] *mortalibus*, nas ed. B, M e P.
(r) *exponuntur*] *exponantur*, nas ed. B, M e P.
(s) *morali*] *mortali*, nas ed. B, M e P.
(t) Prov. 6, 16.
(u) *decimum*] *decimam*, nas ed. B, M e P.
(v) [*Cavete vobis*]] *om.* no ms.
(v') *detractione parcite lingue*] *detractore perditae linguae* nas ed. B, M e P.
(x) [*Sapi.* 1]] *om.* no ms. — Sap. 1, 11.
(x') *et*] *ut* nas ed. B, M e P.
(y) *ista*] *ita* nas ed. B, M e P.
(z) *vite honestas*] *honestas vite*, na ed. B, M e P.
(z') [*et*]] *om.* no ms.
(a) *per eos*] *propter eos* no ms.
(b) *regi*] *regi* nas ed. B, M e P mas não claro no ms.
(c) *attendatur*] *attendetur*, no ms.
(d) *ultramontanis*] *ultramontanos*, na ed. B, M e P.
(e) *virtus*] *verbum*, nas ed. B, M e P.
(f) Mat. 5, 9.
(g) *undecimum*] *undecimam*, nas ed. B, M e P.
(h) *assumit*] *asserit*, nas ed. B, M e P.
(i) *falsum possibile*] *secundum impossibile*, nas ed. B, M e P.
(j) *que quasi*] *quam*, nas ed. B, M e P.
(k) *inventa*] *inventam* nas ed. B, M e P.
(l) *eorum*] *suis*, nas ed.B, M e P.
(m) *imponetur*] *imponit*, nas ed. B, M e P.
(n) *communione*] *cetu*, nas ed. B, M e P.
(n') Luc. 15, 6.
(o) *scismaticam discensionem*] *schismaticas dissentiones*, nas ed. B, M e P.

quod ille papa unicus sit ytalicus, gallicus, hyspanus aut alemanus, quia, apud Deum non est personarum acceptio» (p), dummodo sit «ad Deum devotus, ad mundum (q) iustus et (r) sobrius et ad proximum benignus», secundum verba domini mei sancti Bernardi (s).

Ad duodecimum (t) dicitur per negationem quod nunquam propter huiusmodi renuntiationem regna, principatus, scole, papatus et dignitates ac (u) beneficia devenient in dubium quin (v) sint et fuerint vera et a vero papa confirmata, qui zelo et amore [pietatis et] (x) pacis ac unionis Ecclesie proprio iuri papatus renuntiavit et pro salute sue anime, spretis divitiis (y), pompis ac honoribus huius mundi, secutus est Christum ardentissime.

Ad tertiumdecimum (z) dicitur per idem, quia actus iurisdictionales verissimi Gregorii pape et pontificales, cum sint veri, sicut ipse verus papa existit, nunquam equiparabuntur actibus scismaticorum, cum sint inhabiles, nephandi ac Deo abhominabiles, ymo per talem renuntiationem dominus noster Gregorius laudabitur apud Deum et homines et scismata (a) deprimentur, sapientum (b) conditio meliorabitur, veritas monstrabitur (c), falsitas devincetur [et] (d) iustitia exaltabitur, bonitas illuminabitur, malignitas destruetur, simonia evacuabitur, Ecclesia in omnibus prosperabitur.

Ad decimum quartum (e) dicitur quod non propter hoc impiis prebetur (f) occasio mala iustificandi (g) postea, si papa non compleat sua desideria, ymo credendum est quod unio Ecclesie maleficos non patietur vivere et ut consimile [fl. 87v] in Dei Ecclesia non consurgat scisma, remedia adhibebit omnimode (h) et cantabit alacriter: «et sic in Syon firmata sum (i) et in civitate sanctificata» (j).

Ad quintumdecimum (k) dicitur quod, licet veros credamus fuisse et esse Urbanum (l), Bonifacium, Innocentium, Gregorium Romanos pontifices et eorum actus iuris-

---

(p) *personarum acceptio*] *acceptio personarum*, nas ed. B, M e P. — Col. 3, 25.

(q) *ad mundum*] *ac mundus*, nas ed. B, M e P.

(r) *et*] *ac*, nas ed. B, M e P.

(s) *verba domini mei sancti Bernardi*] *verba beati Bernardi*, nas ed. B, M e P — SANCTI BERNARDI, *Meditationes piissimae*, cap. IV, in PL, 184, col. 494: «Amabilis socius, omnibus est officiosus, et nulli onerosus. Omnibus est officiosus, quia devotus ad Deum, benignus ad proximum, sobrius ad mundum; Domini servus, proximi socius, mundi dominus».

(t) *duodecimum*] *duodecimam*, nas ed. B, M e P.

(u) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.

(v) *quin*] *quando*, nas ed. B, M e P.

(x) [*pietatis et*]] *om.* no ms.

(y) *spretis divitiis*] *spretis divitiis et*, nas ed. B, M e P.

(z) *tertiumdecimum*] *decimam tertiam*, nas ed. B, M e P.

(a) *scismata*] *scismatici*, nas ed. B, M e P.

(b) *sapientum*] *sapientumque*, nas ed. B, M e P.

(c) *monstrabitur*] *mirificabitur*, nas ed. B, M e P.

(d) [*et*]] *om.* no ms.

(e) *decimum quartum*] *decimam quartam*, nas ed. B, M e P.

(f) *prebetur*] *prebebitur*, nas ed. B, M e P.

(g) *iustificandi*] *suspicandi*, nas ed. B, M e P.

(h) *omnimode*] *omnimoda*, nas ed. B, M e P.

(i) *in Syon firmata sum*] *in Zion firmati sumus*, nas ed. B, M e P.

(j) Eccli. 24, 15.

(k) *quintumdecimum*] *decimam quintam*, nas ed. B, M e P.

(l) *Urbanum*] *om.* nas ed. B, M e P.

dictionales ac (m) pontificales, non tamen sequitur quod dominus noster Gregorius (n) non tenetur renuntiare, [cum ipse libero animo in huiusmodi renuntiatione] (o) non procedat iuris vigore (p), sed solum promissorum ac (q) votorum et iuramentorum suorum tenore. Et si post huiusmodi renuntiationem non fiat (r) papa ytalicus, sed alius extraneus, quid miramur? (s), dummodo sit bonus, iustus ac (t) pius; numquid Petrus et alii sancti Christi vicarii fuerunt omnes ytalici? Certe non; ergo, etc. (u).

Ad sextumdecimum (v) dicitur quod talis divulgatio non fiet ut patet per superius dicta, ymo in hoc reddentur commendabiliores dominus Gregorius et sui cardinales, qui sponte et (x) libero animo se obtulerunt scismaticis ad faciendum pacem et unionem Ecclesie, et maiorem apud Deum acquirent coronam glorie.

Ad decimum septimum (y) dicitur quod iste magister non est de illis, de quibus dicitur «Beati qui persecutionem patiuntur propter iustitiam» (z), quam persecutionem non est verisimile posse pati ytalicos a gallicis seu ultramontanis, qui pacem procurant (a) et (b) querunt nunc (c) Ecclesie, ut panditur evidenter, nec aliam utiliorem ac (d) securiorem invenire potuerunt viam unionis quam viam cessionis, ut post (e) copulata Ecclesia cum unico sponso, omnibus reddatur pulcra et sine peccati et (f) ambitionis macula, et vivat pacifica; non fuerunt ergo iuramenta pro [fl. 88] unione Ecclesie facta aliquali modo mala, ymo sancta (f'), iusta ac (g) honesta, ergo tenenda et opere complenda; ergo non potest papa huiusmodi iuramenta (h) solvere, cum sint iure divino commendata, in quibus papa non potest dispensare; ergo rationes istius archiepiscopi, perturbantes (i) pacem Ecclesie, non videntur tenere, nec aliquos vigores (j) habere; et hec sint cum omni reverentia et protestatione dicta» (534).

(*m*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.
(*n*) *dominus noster Gregorius*] *dominus Gregorius noster* no ms.
(*o*) [*cum ipse ... renuntiatione*]] *om.* no ms.
(*p*) *vigore*] *rigore*, nas ed. B, M e P.
(*q*) *ac*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*r*) *fiat*] *fiet*, nas ed. B, M e P.
(*s*) *miramur?*] *mirum*, nas ed. B, M e P.
(*t*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.
(*u*) *ergo, etc.*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*v*) *sextumdecimum*] *decimam sextam*, nas ed. B, M e P.
(*x*) *et*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*y*) *decimum septimum*] *decimam septimam*, nas ed. B, M e P.
(*z*) Mat. 5, 10.
(*a*) *procurant*] *procreant*, no ms.
(*b*) *et*] *seu* nas ed. B, M e P.
(*c*) *nunc*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*d*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.
(*e*) *ut post*] *ut patet ita quod*, nas ed. B, M e P.
(*f*) *et*] *ea* no ms.
(*f'*) *sancta*] *om.* nas ed. B, M e P.
(*g*) *ac*] *et*, nas ed. B, M e P.
(*h*) *iuramenta*] *iuramentum*, nas ed. B, M e P.
(*i*) *perturbantes*] *turbantes*, nas ed. B, M e P.
(*j*) *aliquos vigores*] *aliquid vigoris*, nas ed. B, M e P.

(534) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Vat. lat. 3477, fls. 67-88. ANDREAS DIDACI, *Colles Reflexi*, in THEODORICI A NIEM *Historiae sui temporis libri IIII*, lib. IV: *Nemus Unionis*, Argentorati, 1609, pp. 352-380; Basileae, 1566, pp. 261-283. O ms. da Bibl. Vaticana deve ser do tempo do concílio de Constança.

Era mais ou menos neste sentido que os príncipes tratavam de levar os papas das duas obediências à concórdia, convocando embaixadores de ambas as partes para reuniões, até que, em face da decisão dos papas contendentes de não desistirem das próprias posições, alguns cardeais dos papas de Avinhão e de Roma convocaram os príncipes católicos e os prelados para um concílio, a celebrar em Pisa, onde foi eleito novo papa: Alexandre V, o franciscano Pedro de Candia, famoso professor de teologia, cardeal-arcebispo de Milão (535). *E assim ficava a Igreja a ser governada por três papas, apoiados por diferentes regiões da Cristandade, se bem que Gregório XII viu diminuir sensivelmente os adeptos, após o concílio de Pisa* (536). *É que ao papa de Roma faltou o apoio do Imperador, pelo que não pôde levar para diante o concílio de Cividale, que, entretanto, convocara, a condenar o concílio de Pisa e o papa eleito nele, tendo de fugir, abandonado até dos conciliares, como Mestre André Dias, bispo de Cidade Rodrigo, o qual passará ao concílio de Pisa e, nas suas obras, enaltece a figura religiosa e intelectual de Alexandre V, eleito papa neste concílio* (537). *Gregório XII deve ter procurado cativar D. João I, rei de Portugal, pois enviava, a 13 de Agosto de 1408, o franciscano Frei Fernando de Portugal a todos os patriarcas, arcebispos, bispos, abades e outros prelados, duques, príncipes e outros senhores temporais, com suas determinações relativas à convocação do concílio geral* (538).

Nesta ordem de ideias, D. João I, convidado a contribuir para a solução do cisma, mandou embaixadores ao concílio de Pisa. Bula de Alexandre V, de 7 de Fevereiro de 1410, fala-nos de Johannem Alfonsi de Brito et Alvarum Alfonsi Nogueira, milites, quos nuper carissimus in Christo filius noster Johannes, Portugalie rex illustris, ad generale concilium, in civitate Pisana, noviter celebratum, suos miserat oratores. *O papa passava-lhes salvo-conduto, para eles irem ter com o monarca português tratar de assuntos de interesses da Igreja e do papa, que os enviava a D. João I* (539). *Mas a embaixada portuguesa era mais numerosa e incluía nomes categorizados de bispos, teólogos e juristas: o arcebispo de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, futuro cardeal, o bispo de Lamego, D. Gonçalo, ambos bacharéis em direito, Frei João Xira, franciscano, e Frei Lourenço Afonso, ermita de Santo Agostinho, ambos mestres em teologia, e os doutores em leis, Diogo Martins e Lançarote Esteves, leigos, doutorados em Bolonha. Estavam em Aragão no dia 10 de Junho de 1409, de viagem para o concílio. Sem indicar os seus nomes, com a simples notícia de que el-rei de Portugal enviava o arcebispo de Lisboa, o bispo de Lamego, dois mestres em teologia e dois doutores ao concílio que se devia celebrar em Pisa, para a unidade da Igreja de Deus, com cartas de recomendação a pedir salvo-conduto, o monarca de Aragão recomendava-os a D. Luís, rei de Jerusalém e de Nápoles, seu sobrinho, e também ao marechal de Carcassom, a fim de lhes prestarem assistência e salvo-conduto, se fosse necessário. É na resposta, do mesmo dia, à carta de D. João I, rei de Portugal, que o monarca aragonês indica os nomes dos*

---

(535) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, O. F. M., *Mestre André Dias de Escobar* ... pp. 58-65, 92. Na Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 310-317v há a *littera processus facti per Alexandrum papam V contra adherentes A. Corario et Petro de Luna* e nas fls. 318-324 a *Copia constitutionum, factarum in Concilio Pisano*. Neste mesmo códice há também a *Oratio domini Matei de Canitulo* (fls. 305-308) e *Collatio facta in Bononia coram papa pro parte Universitatis Studii per eumdem dominum Mateum* (fls. 308v-309v).

(536) ANDREAS DIDACI, *De scismatibus:* «Vicesimum quintum scisma habuit prefatus Alexander 5, anno Domini 1409, et eius successor immediate Johannes papa 23 ... Eorum antipape fuerunt simul et semel et nunc sunt duo prefati eiecti et privati, scilicet Angelus de Corario qui et Gregorius et Petrus de Luna qui et Benedictus antea dicebantur, *qui habentes parvas et quasi nullas obedientias se uterque papam in sua obedientia non erubescit vocare* ...». Em SOUSA COSTA, *Mestre André Dias de Escobar* ..., pp. 63-64.

(537) Cf. SOUSA COSTA, *Mestre André Dias de Escobar* ..., pp. 60-64.

(538) AV, Reg. Vat. 336, fl. 259. Publ. em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 135, p. 320.

(539) AV, Reg. Vat. 339, fl. 19. Publ. em *Monumenta Henricina*, I, 140, p. 325.

embaixadores, assegurando a el-rei de Portugal que eles seriam tratados no reino e terras de Aragão, como se fossem naturais aragoneses, e comunicando ter-lhes passado salvo-conduto:

«*Pro certis ambassiatoribus regis Portugalie: Rey molt alt, princep molt car e molt amat nebot, ab fervent cor desiiants saber bones novelles del vestre bon stament e sanitat e dela molt alta princessa, molt cara e molt amada neboda nostra, la Reyna vestra muller, pregamvos afectuosament que tota vegada que avivent vos sera no sen configuers (?) a nostre gran plaer e consolacio. Rey molt alt, princep molt car e molt amat nebot, lo Rey de Portugal tramet de present ses messargers al concili, que se deu celebrar en Pisa sobre la unitat dela esglesia de Deu e tramet hi los Reverend, honrat e amats nostres larchabisbe de Lisbona, lo bisbe de Lamego e dos mestres en theologia e dos doctors, los quals son passats per nos e nos han aportades letres del dit Rey de Portogal, pregants a nos quels hasvessem per recomanats e les manassem donar nostre saul conduyt he no resmenys quen recomendacio de aquells vos desvessem scriver, actenent que deven passar per vestres terres, per que, Rey molt alt, princep molt car e molt amat nebot, pregamvos axi afectuosament com podem que per honor e contemplacio nostra haiats los messargers del dit Rey de Portogal en vestra singular recomendacio, provehints aaquelles, se mester sera, de saul conduyt, ab lo qual segurament puxen passar per vestres terres, he sera cosa la qual molt vos grahirem, he se coses algunes, Rey molt alt, princep molt car e molt amat nebot, vos son plasents de nostres regnos e terres, scrivts nosen, car nos les complirem de bona voluntat; he sia tots temps vestra garda le Sperit Sant. Dada en Barehun, sots nostre segell secret, a x dies de Juny del any dela nat. de nostre Senyor Mccccviiii. Rex Mart., etc. Dirigitur regi Ludovico Jherusalem. et Neapolis. Dominus rex mandavit michi Jo. de Tudela.*

Pro eisdem: Rey muy caro e muy amado coermano. Nos el Rey dAragom vos enviamos muyto asaludar, assin como aquel que muyto amamos e por a quen queriamos que diesse Dios toda honra e buena ventura. Rey muy caro e muy amado coermano, vuestra letra havemos reçebida por los Reverend, honrados e amados nuestros don Johan, arcevispe de Lisbona, e don Gonçallo, bispe de Lamego, e fray Johan Sira e fray Lorence, mestres en Theologia, e Diago Martinz e Lançalot, doctores en leyes, messargeros vuestros, e entendidas las cosas que por los sobreditos son scidas a nos en vigor dela dicta creencia de part vuestra explicadas, respondemos vos que tanto como toqua a dalgunos danyos fectos, segund los dictos vuestros messargeros nos han dito, por algunos vassallos e naturales nuestros e dalgunos de vuestros naturales, que he a nos es fuert desplazier como nos queramos e sea nostra intencion que vuestros naturales e subditos sean tractados en nuestros regnos e tierras, assin propriament como los nuestros, e aquesto por el grant amorio que nos havemos a vos e a cosas vuestras, e certificamos vos que toda hora que los ditos vuestros vassallos vendran devant nos por demandar justicia, nos les faremos aquella brevement, summaria e de plano, todas dilaciones apart pesadas, segund que nos han rogado de vuestra part los dictos vuestros messargeros, a los quales havemos mandado livrar nuestras letras de saul conduyt, assin por mar como por terra, he notesmenos todas otras que de nos hayan havido necessarias a ellos favorables, he a questo por vuestra honra e amor. Se otras cosas algunas, Rey muy caro e muy amado coermano, vos son plazientes de nuestros regnos e tierras, scrivenosen, car nos las compliremos volentorsament. He sea todos tempos vuestra garda la sancta Trinidat. Dada en Barehun, a din nostro siello secreto, a x de Junio del anyo dela nat. de nuestro Senyor Mccccviiii. Rex Mart., etc. Dirigitur regi Portugalie. Dominus rex mandavit michi Jo. de Tudela.

Pro certis ambassiatoribus regis Portugalie. Lo Rey dAragom. Senescal, car amich,

nostre car cosi, lo Rey de Portogal tramet de present ses embaxadors al concili, que sobrel fet dela unio se deu celebrar en Pisa, coes los Reverend, honrat e amats nostres larchabisbe de Lisboa, lo bisbe de Lamego e dos mestres en Theologia e dos doctors he com lo dit Rey haia escrit a nos present molt afectuosament en recomendacio dels dits seus messargers, pregam vos afectuosament que per honor e contemplacio nuestra haiats per recomanats los dits seus messargers, pro vehints aaquelles, se mester sera, de segur passarge e saul conduyt, he sera cosa del qual nos farets gran plaer, lo qual molt vos grahire. Dada en Barehum, sots nostre segell secret, a x de Juny del any dela nat. de nostre Senyor Mccccviiii. Rex Martinus, etc. Dirigitur al nobel amat, car amich nostre, moser Robert de Xalus, Senescal de Carcassona» (540).

No dia 14 de Setembro de 1408, partia da cidade de Pisa para Portugal, como embaixador dos cardeais, D. Nicolau de Perusa, prior geral do Santo Sepulcro, com cartas da convocação do concílio para D. João I, rei de Portugal, para a rainha Dona Filipa, para os arcebispos de Braga e de Lisboa, para os bispos de Coimbra, Évora, Porto, Mondonhedo, Tui, Lamego, Viseu, Lugo, Orense, Guarda e Silves, abades de Alcobaça, Santo Tirso, Salzeda, S. João de Tarouca, prior geral de S. João em Portugal, Infante D. Duarte, filho primogénito do rei, e D. Afonso, conde de Barcelos, para a Universidade de Lisboa, para o colector apostólico, para o conselho régio, existente na cidade de Lisboa, para D. Nuno Álvares Pereira, condestável do rei, e outras cartas dirigidas aos bispos, abades e priores, prelados e senhores do reino de Portugal. A carta da convocação do concílio, dirigida ao rei, era datada de 16 de Julho de 1408:

«Die quartadecima dicti mensis Septembris [1408], venerabilis et religiosus vir dominus Nicolaus de Ballionibus de Perusio, prior generalis sancti Sepulcri dominici Jherosolimitani, tamquam nuntius dictorum dominorum cardinalium [fl. 23v] *missus ab eisdem, recessit a dicta civitate Pisana ad regna Portugalie et Algarbii, etc., ad dominos infrascriptos et secum portavit litteras [infrascriptas convocationis concilii. Et primo portavit litteras] et presentavit domino Johanni, regi Portugalie, etc., ac Philippe, uxori sue regine, in forma dominorum regum, qua supra, continetur mutatis mutandis...*

[(fls. 28-32) Miseratione divina episcopi, presbiteri et diaconi sancte Romane Ecclesie cardinales serenissimo principi et excellentissimo domino domino Johanni, Dei gratia regi Portugalie et Algarbii. Salutem in Domino et in hiis que ad pacem sunt Ierusalem ferventer intendere et sancte matri Ecclesie tam diu languenti et collapse ad resurgendum manus regias porrigere adiutrices. Regium nomen ac genus regum inclitum a Domino scripturis sumpsit exordium quod usque ad hec tempora custoditum longe lateque diffusum per totum orbem culmina regia maiestatis expandit. Et licet omnis potestas a Domino Deo sit, hec tamen regalis dignitas specialiter a Deo ordinata scribitur in Psalmis: Domine iudicium tuum regi da et iustitiam tuam filio regis, cuius dispositioni qui resistit, Dei ordinationi resistit, hinc, scribitur prima Petri: Estote subiecti omni humane crature sive regi tamquam preexcellenti, etc. Quorum regum officium Dominus breviter complectitur prophetam, dicens: Ecce constitui te super gentes et regna ut evellas et dissipes, edifices et plantes, quod postea magis explicite declaratur in canone: Regum inquit est officium proprium facere iudicium ac iustitiam et eripere de manu calumpniantium vi oppressos, pregrino, pupillo et vidue qui facilius opprimuntur a potentibus, prebere auxilium et ut maiorem preceptorum ... Datum Liburnii, sub trium priorum nostrorum sigillis, xvi Julii, prima indictione. Mccccviii° ...]

(540) ACA (*Archivo de la Corona de Aragón*), 2294, fls. 112-112v.

[fl. 36] Item litteras in forma prelatorum et episcoporum suffraganeorum ac abbatum et priorum portavit et presentavit infrascriptis dominis, prout supra continetur, mutatis mutandis, videlicet dominis archiepiscopo Bracharensi, archiepiscopo Ulixbonensi, episcopo Columbriensi, episcopo Alberensi, episcopo Portugalensi, episcopo Mindoniensi, episcopo Tudensi, episcopo Lamacensi, episcopo Visensi, episcopo Lucensi, episcopo Auriensi, episcopo Agitaniensi, episcopo Silvensi, abbati monasterii de Alcabasa, abbati monasterii sancti Tirsi, abbati monasterii de Salzeda, abbati monasterii sancti Johannis de Tarauca, priori generali sancti Johannis de Portugalia. Item litteras in forma principum et ducum, ut supra continetur, mutatis mutandis, portavit et presentavit dominis Aduardo, primogenito dicti regis, et Alfonso, comiti de Barchelles. Item litteram in forma universitatis studiorum portavit et presentavit universitati Studii Ulixbonensis in forma, qua supra, mutatis mutandis, continetur. Item unam litteram in magna forma et aliam in minori forma in genere portavit ad dicta regna directas (cod. 4172: dictans) universis Christifidelibus ut supra continetur. Item portavit litteras et presentavit collectori dictorum regnorum ac [fl. 36v] consilio dicti regis in civitate Ulixbonensi necnon Nuno Alvaro, conestabulo dicti regis ac comiti in forma, qua supra continetur, mutatis mutandis. Item portavit et presentavit plures alias litteras episcopis, abbatibus, prioribus et prelatis ac aliis diversis dominis dicti regni et ad omnes predictos etiam portavit et presentavit litteras credentie in forma, qua supra continetur, mutatis mutandis» ([540a]).

Na carta-resposta ao concílio, D. João I refere ter recebido as cartas dos cardeais, por meio do prior sobredito, e convocado os prelados do reino para os consultar sobre o assunto do concílio. Obtido o conselho e consentimento dos prelados, o monarca tencionava enviar embaixadores ao concílio. Recebera a carta da convocação quase nos fins de Novembro e a assembleia dos prelados só se pôde realizar em meados de Janeiro de 1409, tendo sido tomada a decisão de enviar os embaixadores no dia em que lhes escrevia, ou seja, no dia 11 de Fevereiro de 1409. O monarca aconselhava os cardeais a trabalharem pela paz, com os olhos em Deus, no bem e na unidade da Igreja:

«Sacro venerandoque collegio reverendissimorum in Christo patrum et dominorum sacrosancte Romane Ecclesie cardinalium. Reverendissimi patres et domini ac amici karissimi. Johannes, Dei gratia regnorum Portugalie et Alguarbii rex, seipsum ad vota ac desiderata unionis principia finem prestare optatum. Patres boni, vestras litteras magnifici vestri consilii manibus venerabilis et religiosi viri Nicolai prioris ordinis sancti Sepulchri apud Jherosolimam vestra caritas nos noverit recepisse. Quibus autem alia multa iam nobis alias recensita, que acto sevit scismate, ut pacem impediret Ecclesie, intelleximus ad plenum, ex quibus satis ut Ecclesie filius doluimus cum pudore, quasi eadem matre nostra olim ut Rachel pulcherrima nunc lacrimabili obtecta caligine data est inimicis nostris in obprobrium et derisum. Intuemur tamen hoc meritis accidisse peccatorum, nam et divina ultione percussi effusa est contentio super principes et errare nos fecit iustus iudex in invio et non in via. Apponit namque iniquitatem super iniquitates nostras, ut forte proh dolore non videamus iustitiam eius. Quid vero, precelsi patres, aliud extimetur, nescimus, cum de illo, de cuius vita humili, morum honestate mirabili orbis testabatur universus, celsus fructus, speculator et Moyses populi Christiani, nunc sic, ut fertur, oblitus penitus creatoris sui et, defluentibus ad mentis oculos carnis humoribus, secus factus ut curvus, que carnis sunt, sapit,

([540a]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 4172, fls. 36-36v,/28-32; cód. Ottoboniano lat. 111, fl. 23-24.

non valens in sublime humanos erigere vultus. Hoc nempe est, quod dicitur, quod ex merito subdictorum (!) depravatur vita prelatorum nec semper pastores Ecclesie dantur secundum Dei arbitrium, sed secundum quod nostra merita poscunt. Consideramus preterea, honestissimi domini, ex prefatis vestre excellencie litteris salubre ac laudabile propositum de danda pace Christifidelibus et tanto scandulo (!) sedando viis et modis a iure patribusque approbatis et specialiter via generalis consilii, ad id nos et nostrorum regnorum convocantes prelatos. Quam siquidem viam ac propositum commendantes, prefatos fecimus convocari prelatos, de quorum consilio et assensu mittere intendimus ambasiatores nostros plenius ad consilium super omnibus informatos, per quos super obedientia aliisque omnibus, pro quibus per dictum priorem extitimus requisiti, eidem sacro consilio aperire intendimus intentionem nostram. Quos tamen et si propter termini brevitatem nimiam ad idem accedere non contingat quod verisimiliter speratur, quasi iuxta finem mensis Novembris vestris receptis litteris ac eisdem convocatis, quod prius non potuit quam ad mensis medium Januarii et hodie facta de mittendo extiterit conclusio, merito convenit excusari. Ceterum, [fl. 99] prestantissimi domini, quia scriptum est, quod vix sic in bono peraguantur (!) exitu, que non sunt iusto inchoata initio, idcirco vestras petimus ac requirimus celsitudines, quatenus in tanto negotio, Deum habentes pre oculis, ut ab eo prece humili requirentes consilium, nichil vendicet odium aut preindignatio, sed, quod possit beata unio hoc tantummodo pertinetur. Sic namque Deus principium, quia ipse sua pietate ad finem optatum perducet pium fundamentum. Aliter gesta pro pace discordiam et pro unione multiplicem, quod absit, divisionem ministrabunt. Si autem, ut pacis filii, Christum mittem sequamini et humilem, eo actore, quo duce tranquilitatem (!) habebitis repromissam, quam sua pietate largiatur ipse pacis actor ad laudem et exaltationem fidei et Ecclesie sue sancte. Datum apud nostram Elborensem civitatem sub nostris nomine et sigillo, die undecima mensis Februarii, anno Domini millesimo quadringentesimo octavo. El Rey» ([540b]).

A iniciativa dos cardeais, que se estendia aos príncipes cristãos, era incentivada por muitos teólogos e juristas das universidades, nomeadamente de Paris, Bolonha, Florença, etc. Recordo, por exemplo, o tratado do famoso jurista e cardeal de Florença, Francisco Zabarella, o qual, para salvar a unidade da Igreja, de fronte ao cisma, propugnava a reunião de concílios gerais, mesmo sem a convocação do papa: «Acutissimi iurisconsulti Francisci Zabarellis, cardinalis Florentini, qui vixit circa annum Domini 1406, de eius temporis Schismate tractatus longe appositissimus: ex quo obiter cum de congregandis Synodis, Caesaris ne eae hodie partes esse debeant, tum de plerisque aliis quae a Pontificiis hucusque damnantur pia eius saeculi iudicia, prudens lector deprae-hendet ... Argentorati Sumptibus Lazari Zetzneri Bibliopol. Anno MDCIX» ([540c]). *Lembro também o* consilium *do franciscano Nicolau de Bittonio sobre o cisma, dirigido ao próprio papa Inocêncio VII* ([540d]).

No códice Vat. lat. 3477, onde vem este último consilium, *bem como o tratado de Francisco Zabarella e os* Colles Reflexi *de Mestre André Dias, transcritos atrás, há uma série de documentos, a partir do ano 1406, a provar a obrigação dos cardeais de trabalharem pela extinção do cisma,*

([540b]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 4172, fls. 98v-99, cód. Ottoboniano lat. 111, fls. 97-97v, cód. Vat. lat. 4171, fls. 18v-19, publ. por JOHANNES VINCKE, *Briefe zum Pisaner Konzil*, Bonn, 1940, n. 85, pp. 147-148.

([540c]) Ed. em Bibl. Apost. Vaticana, Mai, F. I. 79, juntamente com a obra de THEODORICI A NIEM *Historiarum sui temporis libri IIII* pp. 535-570. Cf. nota 534.

([540d]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 1-11.

mesmo que fosse necessário desobedecer ao papa legítimo. Nomeadamente, temos a carta enviada pelo papa Gregório XII a Bento XIII, de 11 de Dezembro de 1406 ([540e]), *e o compromisso ou capítulos concordados em Marselha entre os embaixadores dos papas contendentes* ([540f]), *entre os quais se contava o famoso jurista António de Budrio, doutor em ambos os direitos. De relevar inclusivamente a obrigação assumida pelos colégios cardinalícios de ambos os papas e por estes mesmos de se apresentarem pessoalmente em Savona para estabelecer a unidade da Igreja: «Imprimis quod ambo domini supradicti et etiam collegia sua debeant et teneantur convenire personaliter in civitate Saonensi pro unione Ecclesie sancte exequenda ...»* ([540g]).

São ainda para lembrar os pareceres ou consilia *dos juristas da Universidade de Bolonha, existentes nesse códice, quanto à obrigação dos cardeais neste particular. Lembro, por exemplo, que Mateus de Matasselanis, doutor em ambos os direitos, e João de Canítulo, ambos professores da Universidade de Bolonha, defendiam, em Outubro de 1407, a obrigação de os cardeais se reunirem para o intento na cidade de Savona, mesmo que o papa Gregório XII lho proibisse expressamente: «... Videtur, omissis supervacuis quibuscumque, quod domini cardinales teneantur ante Kalendas Nov. ire ad locum Saone absque domino Gregorio papa xii, etiamsi ipse dominus Gregorius hoc expresse prohiberet ... Et ita dico et consulo ego Matheus de Matasselanis, civis Bononiensis, iuris utriusque doctor, prout suprascriptum est, licet alterius manu scribi propter meas occupationes feceram et ad premissorum fidem hic me subscripsi sigilloque meo magno signavi. 1407, die xi Octobris. Sicut superius plenissime scriptum est et consultum est, ego Johannes de Canetulo puto esse de iure et in testimonium me subscripsi et sigillari feci sigillo mei nominis consueto, etc.»* ([540h]). *António de Budrio, embaixador do papa Gregório em Marselha, defendia o mesmo ponto de vista: «... Viso puncto transmisso ac meditatis tribulationibus et angustiis, animarum perditionibus ... ponderatis etiam iuratis a cardinalibus in conclavi, prestitis conventionibus et capitulis in Massilia per oratores domini nostri Gregorii firmatis ac omnibus aliis scripturis hinc et inde confectis, de quibus in puncto transmisso mentio habetur, palpatis etiam excusationibus quas dominus noster allegat de non accedendo Saonam ... Ex quibus patet cardinales accedere debere qui pro Deo advertant quia si res ulterius inducetur, cum peiori plaga in futurum, res est in pendulo perpetuo ... Sic scripsi et subscripsi ego Antonius de Butrio, utriusque iuris doctor, protestans quod, si aliqua dixissem erronea ... volo pro non dictis haberi. Et ex nunc me submitto determinationi Ecclesie sancte ...»* ([540i]).

Pedro de Ancarano no seu consilium, *de 12 de Outubro de 1407, chegava a idêntica conclusão: «Concludo igitur primo propter Deum, secundo propter bonam famam, ne voti iuramenti transgressores apud populum catholicum videantur, quod ad locum Saone conventum accedere tenentur et si cum magno incommodo et difficultate, tanto maiori laude digni ... Ea que plane dixi in dicto tractatu scismatis, vi. membro coacte cessionis. Laus Deo et Salvatori nostro domino Yhesu Christo. 1407, die xii Octobris»* ([540j]).

Bartolomeu de Saliceto, doutor em leis e professor na Universidade de Bolonha, apesar de preocupado com o perigo de se vir a dar um cisma maior, como de facto aconteceu, estava pela obrigação de os papas contendentes renunciarem ao papato: «Consilium domini Bartholomei de

---

([540e]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 17v-18v.

([540f]) *Instrumentum capitulorum et concordatorum in Marsilia per oratores pape:* Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 19-24v.

([540g]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fl. 21.

([540h]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 40v-43.

([540i]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 43v-46.

([540j]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 46v-47v.

Saliceto. Duo sunt sacramenta, et vota, unum facit Gregorius et cardinales, aliud iam assumptus in ppam, quod inde confirmavit in publico consistorio, licet forsan a primo posset peti se absolvi ... ideo petant ab eo quod faciat alterum eorum, videlicet quod vel vadat ad locum vel aliquem eius procuratorem specialem ad renuntiandum papatui vel ipsum resignandum in manibus utriusque collegii, qui accedat cum eis et qui simul renuntiet cum illo vocato Benedicto, etc. ... etiam ipsi incurrerent, si debitum suum non facerent, pro quibus evitandis se excusent. Sed pro Deo timeant ne scisma maius inducatur, quod faciliter mihi videtur induci. Hec Bartholomeus de Saliceto, doctor legum de Bononia» ([540k]).

Merecem especial menção as Conclusiones facte per universitatem Bononiensem, *a incutir a obrigação de se procurar convencer os papas a observarem os juramentos prestados, porquanto todos os súbditos que se tornassem cúmplices pela sua obediência na continuação do cisma, eram responsáveis pelos pecados cometidos e pelo crime de tão pernicioso cisma: «... Quidquid sit de excusationibus pape in eundo Savonam, licet notorium sit iuramentum et fama vigeat contra eum et ingens suspectio ut predecessoris sui vias sequens, dilatet causam, nec accedere velit ad implendum quod promisit, sicut tenet communis opinio, ex non accessu ad Savonam, ex tali tamen non accessu non convincitur incorrigibilis, cum possit moram purgare, unde ad clare convincendum, nova exigitur requisitio et cum effectu realiter et non verbaliter tantum det preparatoria, que potest dare, et quantum est in se impleat quod promisit ... eis non implentibus iuramenta et incorrigibilibus, subditi, presertim si vident ex obedientia scisma magis indurari, peccant mortaliter et tamquam nutrientes nutritores scismatis, participantes in crimine atque iuvantes, sunt participes omnium peccatorum et malorum que ex tam diro scismate sequuntur et animarum que dampnantur...»* ([540l]).

João de Bellantibus, no seu consilium ([540m]), *considerava a cidade de Savona imprópria para o papa de Roma, concluindo pela não obrigação dos cardeais de irem lá, no caso de o papa não estar obrigado ou não querer fazer tal viagem: «... Ex predictis ergo omnibus apparet clare responsio ad quesitum secundum, videlicet, quod si dominus papa non vadit Saonam, quia non teneatur, aut etiam quia nolit, domini cardinales non sunt obligati ad illum locum accedere et posito quod d. Avenionensis. cum suo pretenso collegio intentio sit Saonam facturum que secundum instrumentum conclavis veniunt facienda per eos ...»* ([540n]). *Em carta dirigida ao papa Gregório XII, o bispo de Cambraia e o chanceler da diocese de Paris, em 15 de Setembro, procuravam convencê-lo da obrigação de renunciar* ([540o]).

Várias negociações se seguiram entre as partes contendentes, no intuito de resolver a questão do lugar para a reunião, de fronte à decisão de Gregório XII de não ir a Savona. Os embaixadores do papa de Avinhão que foram a Luca para tratar do assunto, não estavam dispostos a ceder ([540p]). *Entretanto, a 13 de Fevereiro de 1408, faziam suas propostas e respondiam, a 5 de Março do mesmo ano, à proposta dos embaixadores de Veneza* ([540q]).

Também o papa Gregório XII respondeu às propostas dos embaixadores do papa de Avinhão ([540r]) *e impôs aos seus cardeais que não saíssem de Luca, mas estes não obedeceram ao papa que tentou prendê-los* ([540s]). *A 13 de Maio de 1408, os cardeais, reunidos em Pisa, apelaram*

([540k]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 48-48v.
([540l]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 49-49v.
([540m]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 50-61v.
([540n]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fl. 61v.
([540o]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fl. 63-63v.
([540p]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 91-91v.
([540q]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 92-94, 95-97.
([540r]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 97v-99v.
([540s]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 103-103v.

contra essa determinação papal, estando presente ao protesto, além de outras testemunhas, o nosso Lopo Gonçalves, cónego de Lamego. Eis parte do documento:

«*Appelatio facta per cardinales. In Christi nomine. Amen. Anno nativitatis eiusdem millesimo quadringentesimo octavo, indictione prima, die dominico, decima tertia mensis Maii, hora tertiarum vel quasi, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Gregorii, divina providentia pape xii, anno secundo, in civitate Pisarum, in archiepiscopali palatio, videlicet in camera, in qua infrascriptus reverendissimus dominus Antonius, episcopus Penestrinus, personaliter residebat, presentibus ibidem magnifico et egregio viro Johanne quondam domini Francisci de Ursinis, Laurentio Hanibaldi de Stephanessis, Valeriano de Freiapanibus de Urbe Regionis Transtiberim, domino Bartholomeo Johannis de Monteguntio, domino Angelo de Fuscis, canonico Lateranensi, et Lopo Gonsalvi, canonico Lamacensi, et aliis quampluribus testibus, ad hec specialiter convocatis et rogatis, cum hoc sit quod pridie, videlicet die Veneris, quarta presentis mensis Maii, hora tertiarum vel quasi, prefatus sanctissimus pater et dominus noster dominus Gregorius, papa xii., infrascriptis et aliis reverendissimis dominis cardinalibus sancte Romane Ecclesie, tunc residentibus in civitate Lucana, certa mandata fecerit, de quibus infra fit mentio, ipsique infrascripti domini cardinales, quamvis predicta mandata crederent et reputarent, ymmo tenerent, fuisse et esse nulla et omnino invalida de iure et ab eis, in quantum forent aliqua, quod non credunt, vellent et cuperent appellare ac contra ea appellationis remedio se tueri, quod ad sublevationem gravatorum et oppressorum dinoscitur institutum, quia tamen eis* [*fl. 104v*] *facultas appellandi non affuit propter iustissimum metum qui cadere poterat in constantem, ut seriosius infra patet, idcirco prelibati domini cardinales, quorum ut prefertur nomina describuntur inferius, nunc consistentes in civitate Pisana et loco eis tuto ac in quo omnis metus cessare dinoscitur, quamprimum potuerunt, oportunitate captata ad preservationem iuris sui, cum copiam personalem prelati domini nostri pape non haberent nec adhuc possent, personaliter existentes coram Reverendis in Christo patribus dominis Thoma, episcopo Carlionensi, Bartholomeo, episcopo Alariensi, Bernardo sancti Michaelis de Passignano, ordinis Vallis Umbrose, Fesulane diocesis, monasteriorum abbatibus, tanquam coram venerabilibus et honestis personis in dicto loco personaliter existentibus et sedentibus, infrascriptam appellationem infrascriptis legi fecerunt ac ipsam interposuerunt et interponunt ac apostolos petierunt et petunt, omni via, modo et forma, quibus melius et efficacius de iure possunt et debent, cuius quidem appellationis tenor de verbo ad verbum sequitur et est talis: Coram S. V., Sanctissime Pater, cum omni debita reverentia in hiis scriptis appellando, proponunt humiles servitores vestri Angelus Ostiensis, Antonius Penestrinus episcopi, Conradus tituli sancti Crisogoni, Jordanus tituli sancti Martini in Montibus presbyteri et Raynaldus sancti Viti in Macello, Oddo sancti Georgii ad Velum Aureum et Johannes, sanctorum Cosme et Damiani dyaconi sancte Romane Ecclesie cardinales, quod ad notitiam suam pervenit quod eadem V. S. nuper, nondum decem diebus elapsis, dum in civitate Lucana moram traheret, minus* [*fl. 105*] *bene informata, eisdem aliqua precepta fecit, que de iure sunt nulla, et quatenus essent aliqua, cum omni semper reverentia loquendo, sunt iniqua et iniusta. Primi mandati tenor talis est: Precipimus omnibus et singulis cardinalibus, existentibus in Romana Curia, sub pena privationis cardinalatus et omnium beneficiorum suorum, quam quilibet eorum incurrat ipso facto, ne ab ista die, quarta videlicet Maii, in antea aliquis eorum exeat de Luca sine speciali et expressa licentia nostra, per nos oretenus sibi facta. Cuius mandati nullitas et iniquitas manifeste patet. Primo quia non poterant ibi morari cum securitate personarum*

suarum, sine metu carceris et mortis et alia que cadere possunt in constantem virum, maxime quia die Veneris, quarta Maii, cum irent ad palatium, invenerunt domum habitationis vestre, etiam intrinsecis conclavibus, plenam viris et satellitibus armatis, ultra solitum modum custodie et in locis insolitis et ultra armaturam solitam, et dictum fuit eis a fidedignis et veridicis personis quod aliqui ex dictis cardinalibus debebant interfici, quod postea rei declaravit eventus. Nam, cum dominus cardinalis Leodicensis de Luca recessisset, fuerunt, ut notorie patuit, post eum nonnulli ex dictis armatis destinati, quibus etiam mandatum extitit ut eum caperent et si ipsum capere et ducere non possent, eundem dominum cardinalem deberent occidere, qui etiam insequentes post redditum eorum per dominum Lucanum capti fuerunt et in carcerem detrusi. Item quia domus prefati domini Leodiensis cardinalis postea per gentes S. V. ultra omnem modestiam posita [fl. 105v] fuit ad sacinamirum in Luca et familiares eius capti et torti et reliqui omnes dictorum cardinalium carcerati et hoc absque aliqua iusta causa, sed tantum quia solicitabant causam unionis sancte matris Ecclesie, prout de iure et iuramento et voto tenentur, et quia non consentiebant creationi novorum cardinalium, prout de iure non poterant nec debebant, quia nec vos, S. Pater, de iure creare potestis nec debetis, obstante obligatione facta in conclavi et per vos ratificata et iterata post assumptionem vestram ad apicem apostolatus, in qua in domo vestra nocte precedenti fuerunt fabricati cippi et compedes pro carcerandis et detinendis dictis cardinalibus. Item quia non consuevit nec de iure debet aut potest tam gravis pena pro tam levi culpa talibus viris et talis conditionis imponi, cum ex gravissimis tantum culpis et tam magna solempnitate que in tali precepto servata non fuit, possint seu debeant cardinales privari cardinalatu et non aliter. Item quia secundum obligationem factam in conclavi et votum ac iuramentum ipsorum oportet eos convenire cum alio pretenso collegio in loco ydoneo. Cum autem civitas Lucana fuerit iam per aliam partem recusata tamquam locus non ydoneus, necesse erat ipsos exire civitatem Lucanam pro prosequendo negotio unionis et servando iuramento suo. Item quod cum per vos S. V. et per ipsos cardinales de voluntate vestra fuerat oblatum de eundo ad civitatem Pisanam, si altera pars veniret Livornum, que oblatio per aliam partem certo modo fuit acceptata, necesse erat eis se conferre Pisas ut [fl. 106] servarent fidem et oblationem suam, quare dictum mandatum fuit omnino nullum et iniustum ...» (540t).

Omitindo outros documentos de ambos os papas e dos cardeais, inclusive a carta da convocação do concílio de Pisa pelos cardeais (540u), *bem como a de Gregório XII, de 26 de Junho de 1408* (540v), *e a de Bento XIII, de 15 de Junho de 1408* (540x), *cada um deles a convocar concílio próprio, limito-me a transcrever a citação que Bento XIII fez em Julho de 1408 ao cardeal português Pedro da Fonseca, do título de Santo Anjo, a fim de ele tomar parte no concílio, a realizar em Perpinhão, no dia 1 de Novembro de 1408:*

(540t) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 104-109v. Nas fls. 110-111: *Copia litere misse per dominum Gregorium in excusationem suam, licet falsa sit talis excusatio ... Datum Luce, xii Kalendas Junii, pontificatus nostri anno secundo.*

(540u) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 111ss: *Copia littere misse per cardinales regibus, principibus et communitatibus et universitatibus.*

(540v) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 118v-119v: *Littera Gregorii super publicatione sui concilii ... Luce, vi Kalendas Julii, anno secundo.*

(540x) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 128-131v: *Littera domini Benedicti super convocatione sui concilii ... Datum apud Portum Veneris, Januensis diocesis, xvii Kalendas Julii, anno* 14.

«*Citatio facta per dominum B[enedictum] cardinali sancti Angeli. Benedictus, etc. Dilecto filio P. sancti Angeli, etc. Nuper tempore nostri recessus de Portu Veneris, sicut ad tuam devenisset notitiam non ambigimus, de fratrum nostrorum consilio, generale concilium apud Perpigniañ Elnensis diocesis in festo Omnium Sanctorum proxime futuro celebrandum duximus auctoritate apostolica convocandum, nostras super hoc archiepiscopis, episcopis, electis et aliis ecclesiarum prelatis ceterisque qui ad concilium convocari consueverunt, litteras in forma debita sub bulla dirigendo, quare copiam tibi mittimus presentibus interclusam, et licet consuetudo non habeat quod venerabiles fratres nostri cardinales ad concilium per litteras convocentur, cum a latere summi pontificis, cuius sunt honorabilia membra, elongari non debent, sed quod ei assistant continue experientia doceat et necessitas id exposcat, tamen quia tua et aliorum fratrum nostrorum sancte Romane Ecclesie cardinalium adsistentia in tanto negotio carere nolumus nec debemus, pro tanto circunspectioni tue per apostolica scripta in virtute obedientie districte precipiendo mandamus quatenus, omni excusatione seposita, terminum etiam preveniendo prefatum, ut tecum et cum aliis fratribus nostris de agendis in dicto concilio deliberare possimus, te nostro conspectui in dicto loco Perpignani studeas presentare, in hoc taliter te habendo quod cum honore Ecclesie ad bonum unionis prospere cuncta succedant gratumque Deo et nobis occurrat quod egeris in premissis. Datum apud Cocum liberum, Elnensis diocesis, Idus Julii, pontificatus nostri anno xiiii° Jo. Pinchon*» ([540γ]).

Evidentemente que o cardeal não compareceu em Perpinhão e seguiu os colegas de ambos os colégios cardinalícios, que convocaram o concílio para Pisa. É que não faltavam teólogos e juristas que lhes atribuíam tal direito. No já citado códice Vat. lat. 3477, temos o consilium *do ano 1403 de Francisco Zabarella, doutor em ambos os direitos, que antes de defender o direito de o Imperador convocar o concílio dos cardeais, na falta do papa e em caso de discórdia entre aqueles, atribuía a eles esse poder ...* «*Respondeo quod collegium cardinalium, quia cum sit in possessione eligendi papam, de electione, Licet, et eodem titulo, Ubi periculum, lib. vi. et Clem., Ne Romani, eodem titulo, per consequens ad eos spectant omnia que sunt ad electionem ... Si autem contingat quod collegium cardinalium sit divisum et non concordet in tali convocatione vel ex quacumque causa non faciat talem convocationem, ad quem tunc spectet dicitur in sequenti questione ... dixi in ii.ª questione convocatio conciliorum ab initio fiebat per imperatorem, sed postea [fl. 134] reservata est pape. Deficiente igitur ipso papa seu non convocante deficientibusque hiis qui succedunt loco pape, scilicet cardinalibus, seu non convocantibus, revertimur ad ius pristimum ... Cum ergo deficit papa vel cardinales qui surrogantur pape in congregatione concilii ut dictum est in precedenti questione, ad ipsum imperatorem, qui post dictos est pars precipua concilii, spectat talis congregatio... nec aliud remedium, citra Dei manum, ad scisma instans tollendum et ad Ecclesie reformationem video ... 1403, penultima Decembris. Franciscus de Zabarellis, iuris utriusque doctor ...*» ([540ε]). *Defendia também o dever de os papas contendentes renunciarem ao papado e de os cardeais elegerem outro papa:* «*Quartus modus est quod uterque cedat et eligatur alius per utrumque collegium cardinalium et hic modus esset promptissimus ad sedandum [fl. 136v] scisma; quod autem possint cedere, dictum est supra in secundo modo...*» ([541]).

Existem ainda no dito códice as Considerationes alique per quas ostenditur quod

([540γ]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fl. 132.

([540ε]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 132v-135v.

([541]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fl. 136-136v.

collegium unitum potest convocare concilium ([541a]). *Nesta ordem de ideias, deparamos aí com a* Littera convocationis concilii ex parte alterius collegii: Miseratione divina, *de 14 de Julho de 1408* ([541b]); Littera requisitionis Gregorii ad concilium Generale: Dominus et Salvator noster ([541c]); Copia litterarum, per quas vocentur cardinales absentes partis domini Benedicti, *de 14 de Julho de 1408* ([541d]); Copia litterarum directarum domino Benedicto, per quas ad concilium convocatur ([541e]); Littera convocationis concilii ex parte nostra: Miseratione divina ([541f]).

Os cardeais da obediência de Bento XIII, incluindo D. Pedro da Fonseca, escreviam ao papa, desde Pisa, no dia 24 de Setembro de 1408, Littera clausa missa domino Benedicto per cardinales partis sue, per quam ad concilium provocatur ([541g]). *Temos no códice, a seguir àquela carta, a resposta de Bento XIII aos seus cardeais, de Novembro de 1408, na qual, desde Perpinhão, acusava tê-la recebido no dia 20 de Outubro de 1408* ([541h]), *Desde Pisa, a 25 de Janeiro de 1409, os cardeais, entre eles D. Pedro da Fonseca, retorquiam a Bento XIII:* Responsio cardinalium ad litteram domini Benedicti ([541i]).

Gregório XII moveu processo contra os seus cardeais dissidentes, em 19 de Janeiro de 1409 ([541j]), *e o já conhecido dominicano João Domingues, contra o qual André Dias escreveu os* Colles Reflexi, *não se esquecia de o defender por carta de 10 de Outubro de 1408:* Copia littere mendaciorum misse in Angliam per fratrem Johannem Dominici ([541k]). *O certo é que até os italianos começavam já a abandonar Gregório XII. Assim, a cidade de Florença, a 28 de Fevereiro de 1409, retirava-lhe a obediência e comunicava ao rei de França ter rompido com ele:* Littera missa per communitatem Florentie regi Francie de subtractione facta Gregorio ([541l]). *E o jurista Pedro de Ancarano, no seu* consilium *de 20 de Janeiro de 1409, enviado ao cardeal Jordão Orsini, concluía que ambos os papas foram negligentes no dever da renúncia ao papado e que Gregório XII, com vários pretextos, tinha dilacionado muito a via fácil da espontânea renúncia: «Ex quibus omnibus sic difuse dictis concluditur ambos constitutos in negligentia sive mora et dominum Gregorium variis et exquisitis coloribus protraxisse in longum viam facilem spontanee cessionis ... Las Deo et Salvatori nostro Domino Jhesu Christo. 1409, die xx Jan.»* ([541m]).

([541a]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 140-141.

([541b]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 152v-156v. Nas fls. 121-122: *Copia littere misse per collegium universis christifidelibus et misse Lucam quando ibi stabat dominus Gregorius ... Die prima mensis Julii, prima indictione. Anno Domini* 1408.

([541c]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 166-170.

([541d]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 202v-205.

([541e]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 205v-207.

([541f]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 157-161v.

([541g]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 170v-173.

([541h]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 173-175v.

([541i]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 177v-180.

([541j]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 186-195v: *Copia processus facti per Gregorium contra cardinales ... Datum Arimin., quartadecima Kalendas Februarii, anno tertio.*

([541k]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 195v-196v.

([541l]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 196v-197v. Ver fls. 233-235.

([541m]) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 3477, fls. 226v-232v. Outro *Consilium domini Petri de Ancharano* nas fls. 252-270. Mais um *Concilium an subtrahentes se ab obedientia dicantur papam spoliare,* no qual se fala da escolha de Bolonha para lugar da realização do concílio geral e da mudança de lugar: «Ex quibus concludo quod cum ratione capacitatis sacri concilii, ratione fertilitatis, ratione auctoritatis ipsius loci, quia Bononia studiorum mater... electio dominorum cardinalium est censenda iustissima, ultra alia loca, ut dixi ... postponenda sunt...», (fls. 247-250). Nas fls. 250v-251v: *Declaratio cuiusdam dubii an cardinales possint mandare subiectis pape quod ab eius obedientia se subtrahant.* Nas fls. 269-289 há o *Tractatus factus per dominum Robertum de Fronzola.*

Ainda neste ano de 1409 deviam os embaixadores portugueses ter chegado ao concílio, tomando parte na condenação de Gregório XII e Bento XIII, de papatu dampnabiliter contendentes, *como diz João XXIII em bula de 1 de Outubro de 1411, dirigida a* Lanceloto de Portugalia, legum doctori, comiti palatino, *pois fora para isso que D. João I, rei de Portugal, o enviara ao concílio, a ele e aos outros embaixadores, depois de ter consultado os prelados e clero de Portugal, que designaram soma de dinheiro para as despesas da viagem dos embaixadores, até àquela data paga pelo clero e prorrogada pelo papa até ao dia 1 de Junho de 1412, quanto ao Doutor Lançarote, por ele ter de partir como núncio do papa ao reino e monarca portugueses,* pro nonnullis arduis nostris et eiusdem Ecclesie negotiis, *devendo voltar à presença do papa* ([541n]), *conforme dizeres repetidos pelo papa noutra bula, dirigida aos arcebispos de Braga e bispos do Porto e de Évora:* «... *nos volentes sibi ut huiusmodi expensarum onera, que ipsum Lancelotum tam apud sedem apostolicam residendo, quam in eundo presentialiter ad regem et regnum prefatos,* ac etiam ad nostram presentiam redeundo, ipsum subire de necessitate oportuit ac oportet, supportare valeret, *de oportune subventionis auxilio providere, provisionem predictam dicto Lanceloto alias assignatam ... usque ad Kalendas Junii proxime secuturi ... tenore presentium deputavimus, concessimus et etiam assignavimus...*» ([542]).

Conforme se depreende desta bula, o Doutor Lançarote Esteves deve ter voltado a Portugal, na segunda metade de 1411, depois de João XXIII ter compensado seus serviços, nomeando-o conde palatino. Seus colegas de embaixada também deviam ter regressado nessa altura, se é que não voltaram antes, pelo menos o Doutor Diogo Martins, o Mestre Frei João Xira, o Mestre Frei Lourenço Afonso e o bispo de Lamego D. Gonçalo.

O franciscano Frei João Xira estudou no estrangeiro. Para a ajuda de seus estudos, a Câmara do Porto, de onde ele era natural, contribuiu com uma bolsa ([543]). *Aparece já em 1391 como bacharel em teologia, em documento de 28 de Outubro deste ano* ([544]). *No dia 1 de Março de 1396, figura como mestre, em documento do arquivo do mosteiro de Santa Clara do Porto, relativo a certa doação ao mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios, de que era visitador:* Frater Johannes Xira, magister et visitator ([545]). *A volta de 1400, segundo documento citado por Frei Manuel da Esperança, aparece já como confessor de el-rei D. João I, ocupado na reforma do convento de Leiria. Isso está a significar a passagem de Frei João Xira para os Franciscanos Observantes* ([546]). *Vem elencado na lista dos moradores da casa de el-rei D. João I, de cerca de 1405-1406, com alusão*

([541n]) AV, Reg. Lat. 157,fl s. 124-124v, Reg. Vat. 343, fls. 89v-90. Publ. por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *O Doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I - Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao concílio de Pisa,* em *Itinerarium,* 3 (1957) 217-218. Também publicado em *Monumenta Henricina,* II, n. 4, pp. 4-5.

([542]) AV, Reg. 157, fls. 124v-125, Reg. Vat. 343, fls. 90v-91. Publ. por SOUSA COSTA, *O doutoramento em Bolonha ...,* em *Itinerarium,* 3 (1957) 218-220. Também publ. em *Monumenta Henricina,* II, n. 4, pp. 6-7.

([543]) Cf. FREI FERNANDO DA SOLEDADE, *História seráfica cronológica da Ordem de S. Francisco ...,* III, Lisboa, 1705, cap. XXIV, p. 110: «... Mas nos temos outra, que consta dos livros da despesa da Cidade do Porto, a qual diz que elle era natural da mesma Cidade, e que por essa razão lhe derão huma certa quantia de dinheyro, de ajuda de custo para ir estudar fóra do Reyno as letras sagradas».

([544]) Docum. citado por FREI MANUEL DA ESPERANÇA, *História seráfica ...,* II, Lisboa, 1666, cap. XX, p. 567.

([545]) Docum. citado por FREI MANUEL DA ESPERANÇA, *História seráfica ..., ibidem,* p. 567. Posso confirmar a existência destes e doutros documentos de Santa Clara de Entre-os-Rios e do Porto no ANTT, que estão por catalogar.

([546]) Docum. da Ínsua, citado por FREI MANUEL DA ESPERANÇA, *História seráfica ...* I, Lisboa, 1656, cap. XXXVI, p. 371.

ao «azamel de frey Joham Xira» (547). *Como se viu atrás, era testemunha da confirmação pelo arcebispo de Lisboa do escambo entre o bispo do Porto e el-rei de Portugal, em 1406, a 13 de Abril,* «o meestre frey Joham Xira, da Ordem de sam Francisco, seu confessor» (548). *Tinha a seu cargo a direcção espiritual das clarissas de Entre-os-Rios, de que era não só visitador, conforme consta do documento citado acima, mas também governador. Foi nesta qualidade que levou a sua influência junto da rainha Dona Filipa de Lencastre, a obter do papa Inocêncio VII encarregasse, por bula de 12 de Março de 1405, o abade de Santo Tirso de proceder à transferência do mosteiro para a cidade do Porto* (549). *Conforme documentos autênticos, citados por Esperança, a primeira pedra do mosteiro de Santa Clara do Porto foi lançada, no dia 28 de Março de 1416, pelo bispo D. Fernando da Guerra, com grande solenidade, presentes el-rei e os infantes, muitos nobres, o bispo de Marrocos, D. Aimaro, franciscano, que celebrou a missa, D. Lourenço Afonso, eremita de Santo Agostinho, bispo de Mégara, que pregou, e o próprio Frei João Xira, que apresentou a bula ao abade de Santo Tirso, para a execução. A 20 e 22 de Maio do mesmo ano, desde Sintra, el-rei escrevia duas cartas, uma a relatar a cerimónia sobredita, com a notícia de que «estando nos na cidade do Porto,* o Mestre Frey Joham Xira, frade da Ordem de Sam Francisco, nosso confessor, *nos requereo e pedio de merce que edificassemos na dicta cidade o moesteiro de sancta Clara dEntrambos os rios», e outra a garantir a protecção e privilégios das freiras nesse convento* (550). *A 14 de Setembro de 1419, o papa Martinho V aprovava a transferência do mosteiro e encarregava Frei João Xira de continuar com as obras do mosteiro e providenciar por que entre as freiras viessem seis das mais antigas e graves dos outros mosteiros* (551).

Frei João Xira anda muito ligado à empresa de Ceuta. Em Lagos, após viagem da armada, dobrando o cabo de São Vicente, em que ia D. João I, «foy mamdado ao meestre frey Joham Xira que preegasse, por que todo o povoo podesse verdadeiramente saber quall era a emtemçom por que sse el rrey movera a fazer aquelle ajumtamento» (552). *Efectivamente, a 28 de Julho de 1415, «determinou el rrey, com acordo de seu comsselho, de seer alli devulgado, pera a quall coisa mamdou preegar ao meestre frey Joham Xira, o quall, avisado do que avia dizer, sobio ao pullpito, pera aver de preegar amte aquelle povoo»* (553). *Nessa altura, expôs o conteudo de «hũua letera que o Samto Padre outorgou a el rrey nosso senhor, veemdo seu samto deseio.* A quall letera logo alli de presemte o meestre pruvicou, em fim da quall fez a assolliçom a todos» (554). *Conquistada Ceuta em 14 de Agosto de 1415, D. João I deliberou, no dia 23, depois de chamar Frei João Xira, fosse celebrada missa solene com sermão, no domingo seguinte, na mesquita maior da vila. Esta*

---

(547) ANTT, *Colecção de S. Lourenço*, fls. 25-38v, publ. em *Monumenta Henricina*, I, n. 122, p. 288, e por JORGE FARO, *Receitas e despesas da Fazenda real de 1384 a 1481*, Lisboa, 1965, p. 40.

(548) ANTT, Gav. 11, maço 3, n. 15.

(549) Bula citada por FREI MANUEL DA ESPERANÇA, *História seráfica* ..., I, cap. XXV, p. 573. Na súplica régia de 14 de Setembro de 1419 (AV, Reg. Suppl. 131, fls. 53-53v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 298, pp. 204-205), diz-se que o papa Inocêncio VII, a pedido da rainha Dona Filipa de Lencastre, encarregara o abade de Santo Tirso de transferir o mosteiro de Santa Clara de Entre os Rios para a cidade do Porto, o qual abade executara o mandato apostólico. Estando o edifício do mosteiro já adiantado, D. João I pedia ao papa Martinho V desse a confirmação apostólica a quanto fora realizado e encarregasse Frei João Xira, seu confessor, que durante mais de 20 anos fora prelado das sobreditas religiosas, e outras pessoas, a nomear, do acabamento do mosteiro e bem assim de levar religiosas clarissas de outros mosteiros para o recém fundado do Porto.

(550) FREI MANUEL DA ESPERANÇA, *História seráfica* ..., I, cap. XXV, pp. 573-574.

(551) Bula citada por FREI MANUEL DA ESPERANÇA, *História seráfica* ..., I, cap. XXV, p. 575.

(552) GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*, Coimbra, 1915, cap. 51.

(553) GOMES EANES DE ZURARA, *op. cit.*, cap. 52.

(554) GOMES EANES DE ZURARA, *op. cit.*, cap. 53.

foi limpa no dia 24 e no dia 25 foi benzida e nela celebrada missa solene com sermão por Mestre Frei João Xira (555).

Segundo súplica, com data de 25 de Outubro de 1420, Frei João Xira era vigário do Geral dos Franciscanos na província de S. Tiago, que é o mesmo que dizer da província dos franciscanos de Portugal (556). *Mas ele, por incumbências régias, também teve a ver com assuntos de outros religiosos, por exemplo com o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Em fins de 1414 ou princípios de 1415, andavam em litígio os cónegos regrantes depois de terem eleito dois priores que se debatiam pelo priorato, com grande desgosto de el-rei. Este encomendou a Frei João Xira a solução do litígio, que terminou pela nova eleição de D. Gonçalo, antigo prior da igreja do Tojal: «... e mandoulhe El Rey Dom Joham per frey Jam Xira, seu confessor, [a] anbos de dous que El Rey fora e era mui mall contemte de suas inliçooeens, por muitos vituperios que anbos diziam, em muito seu desfazimento, e que logo se partissem e se veesem ao moesteiro e todos em senbra disessem hũa missa aa onrra do Espiritu Santo muito devotamente e logo entrasem juntamente em seu Cabidoo e que lhe apresentaseem huum com todas as vozes dos conigos e que elle lhe daria suas supricaçõoens pera o Santo Padre ... E os sobredictos conigos comprirom com muito booa voontade o que lhe mandou o dicto Rey e dicta a Misa do Espiritu Santo, logo entrarom em seu capitollo todos e todos em huum coraçom e em hũa voz fezerom sua enliçom em o prior dom Gonçalo que aquelle tempo era prior do Tojall»* (557).

A pedido de Frei João Xira, o bispo do Porto, D. Antão Martins, mandava passar traslado em pública-forma da sobredita bula de Martinho V sobre o mosteiro de Santa Clara, a 16 de Outubro de 1425, mas parece que, a 22 de Outubro de 1427, quando as freiras de Entre-os-Rios se transferiram para o mosteiro de Santa Clara do Porto, tinha já falecido (558).

Mestre Frei Lourenço Afonso, eremita de Santo Agostinho, era nomeado bispo de Mégara por João XXIII, em 9 de Julho de 1410, e comendatário do mosteiro de S. João de Alpendorada no dia 10 do dito mês e ano (559). *Em súplica de 20 de Maio de 1425, D. João I e o Infante*

---

(555) GOMES EANES DE ZURARA, *op. cit.*, cap. 95-96. Cf. *Monumenta Henricina*, II, p. 385, nota 5.

(556) AV, Reg. Suppl. 147, fls. 113-113v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 432, pp. 299-300. Cf. FREI MANUEL DA ESPERANÇA, *História seráfica* ..., II, cap. XX, p. 568, onde diz que Frei João Xira foi vigário da Observância, aliás como no cap. XXVIII, p. 590, com referências ao ano de 1424.

(557) Texto em ANTÓNIO CRUZ, *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, Porto, 1964, pp. 342-343, e ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, Lisboa, 1969 (*Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, n. 1), p. 44.

(558) Documentos citados por FREI MANUEL DA ESPERANÇA, *História seráfica* ..., II, cap. XX, pp. 568-569. Nas queixas do cabido do Porto, apresentadas nas Cortes de Santarém de 1427, as referências a Mestre Frei João Xira quanto ao assunto da transferência do mosteiro de Santa Clara, não há alusão alguma à sua morte: «Item contra vontade do cabidoo do Porto foy fundado acerca da sse dicta çidade do M.º de santa Clara na terra da dicta Igreia per [fl. 13] mandado do Senhor Rey contra a forma da letra do papa que pera ello deu pera as donas de santa Clara dantre anbos os Rios. E pero lhe foj rrequerido por parte do dicto cabidoo que o nom fundase no dicto logo, nom curou dello e todavia mandou o fundar e como quer que lhes prometeo pello Mestre frey Joham Xira que lhes daria aquello em que o dicto cabidoo com ell dicto Mestre caisem e depois lhe foy pedido do dicto cabidoo que lhe dese os padroados das jgreias dAvelleeda de Sousa e de Merlles de Riba de Doiro, como quer que nem era igoal extimaçom o bem que a dicta see Reçeberia avendo os dictos padroados aos foturos nojos e dampnos que em cada huũ dia rrecebera do dicto M.º, nom o quis fazer nem lhes fez outra nenhũua rrecompensaçom» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 23, fls. 12v-13).

(559) AV, Reg. Lat. 142, fls. 183-183v: «Johannes, etc. Dilecto filio *Laurentio Alfonsi, electo Megarensi*. Salutem, etc. Divina disponente ... Dudum siquidem bone memorie Johanne, episcopo Megarensi, regimini ecclesie Megarensi presidente ... Postmodum vero dicta ecclesia per obitum ipsius Johannis epis-

D. Duarte solicitavam ao papa Martinho V revogasse a comenda de S. João de Alpendorada, concedida a D. Lourenço, bispo de Mégara, para facilitar a introdução da Observância beneditina neste mosteiro. Esclareciam ter-se já providenciado ao sustento e decoro do bispo por meio da comenda dos proventos da diocese de Badajoz ou Badalhouce em terras portuguesas (560). *Sinal era de que D. Lourenço Afonso, o qual, conforme se viu, pregava na cerimónia do lançamento da primeira pedra do mosteiro de Santa Clara do Porto, em Março de 1416, ainda vivia no ano de 1425.*

Ao conceder-lhe a administração da diocese de Badajoz nos territórios portugueses, por bula de 1 de Fevereiro de 1425, o papa Martinho V di-lo mestre em teologia, capelão-mor de D. João I, comendatário do mosteiro de Alpendorada e bispo Maiorense, *palavra vertida por autores portugueses para* Maiorga *ou* Maiorgas, *mas que está a indicar a diocese titular de Mégara, na Turquia: «... tibi qui etiam* administrator monasterii sancti Johannis de Pendorada, *ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis,* ac magister in theologia necnon carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie regis illustris, maior capellanus existis ...». *Isso fora pretexto para a mencionada súplica régia e respectiva concessão do mosteiro a Frei Estêvão de Aguiar, que em carta a seguir dizia ao abade Gomes Anes: «Sabede que o papa nos deu o mosteiro de sam Johane da Alpendorada e que em elle posamos cada hũu ano fazer hũu abbade; que ha rrenda do bispado de Badalhouce, que nos ala ouvemos, tiinha ia dado o papa ao bispo, que tiinha o moesteiro, e ouvelha aca hũu seu homem, sem ele saber parte, com a ajuda dhũu prioll de Santiago de Beia, por seer vigairo no bispado e por lhe viir a elle dozentas coroas cada ano. E portanto o papa ordenou que nos paguemos ao bispo frey Lourenço cada ano dozentos ducados e despois que esta bula foi fecta, sobre a quall ouve muito grande trabalho o cardeall de Prazença, tanto grande que seeria a mim longo de vollo escrever»* (561). *A resignação à comenda do mosteiro de Alpendorada foi causa*

---

copi ... vacante ... demum *ad te, ordinis fratrum Heremitarum sancti Augustini professorem, in sacra theologia magistrum* ... direximus oculos nostre mentis, quibus omnibus attenta meditatione pensatis, de persona tua ... eidem ecclesie de dictorum fratrum consilio auctoritate apostolica providemus teque illi preficimus in episcopum ... Datum Bononie, septimo Idus Julii, anno primo». AV, Reg. Lat. 142, fls. 188-189: «Johannes, etc. Dilecto filio *Laurentio, electo Megarensi.* Salutem, etc. Regimini universalis Ecclesie ... Nuper siquidem in nostri apostolatus primordiis per nos veris relatibus intellecto quod monasterium sancti Johannis de Ponderata ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis per obitum quondam Stephani, abbatis eiusdem monasterii ... quamvis iniquitatis filius Angelus Corario, olim Gregorius xii.us in sua obedientia nuncupatus, antequam notorius scismaticus et pertinax hereticus in generali concilio Pisano sententialiter declaratus extiterat, de persona dilecti filii Gunsalvi Johannis, monachi dicti monasterii, eidem monasterio tunc ut premittitur vacanti, providerat, qui quidem Gunsalvus, litteras eiusdem Angeli super ipsa provisione infra annum, prout iuxta quandam ordinationem predicti Angeli facere tenebatur, confici non fecit et eidem concilio non adhesit, nos cupientes ipsi monasterio per apostolice sedis providentiam utilem et ydoneam presidere personam, provisionem eiusdem monasterii ordinationi et dispositioni nostre ea vice duximus specialiter reservandam ... Ne itaque dictum monasterium ulterioris vacationis detrimenta subeat, solicitis studiis intendentes ac volentes *tibi qui ordinis fratrum Heremitarum sancti Augustini professor et in sacra theologia magister existis quique ut asseris de fructibus ecclesie tue Megarensis nichil percipis* ... de alicuius subventionis auxilio ... providere ... monasterium predictum ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis tibi per te quoad vixeris cum eadem ecclesia tenendum, regendum et etiam gubernandum, auctoritate apostolica commendamus ... Datum Bononie, sexto Idus Julii, anno primo». Notícia sobre a promoção a bispo: «Die Mercurii. Nona mensis Julii. Dominus noster providit ecclesie Megarensi in Turchia, vacanti per mortem fratris ... ultimi Episcopi, de persona fratris Laurentii de Portugalia ordinis sancti Augustini, sacre theologie professoris» (AV, Arm. XII, t. 121A, fl. 17v).

(560) AV, Reg. Suppl. 185, fl. 188v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 851.

(561) AV, Reg. Vat. 355, fls. 155v-156, publ. em *Monumenta Henricina*, III, Coimbra, 1961, n. 52, pp. 98-100. Erradamente, portanto, FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, I, Barcelos, 1967, p. 484, identifica esta sé com *Mayorgas* ou Malhorca.

de intervenção da câmara apostólica, conforme consta de carta de 1 de Fevereiro de 1426. O bispo de Volterra D. Estêvão tinha ficado por credor de D. Lourenço, bispo de Mégara, quanto à taxa da comenda do mosteiro de Alpendorada e pagara alguns dinheiros por ele que se recusava agora a restituí-los. Ao saber que D. Lourenço se dispunha a renunciar à comenda, ficando com certa pensão sobre os rendimentos da comenda, solicitou providências à câmara apostólica que obrigou o bispo de Mégara a restituir os dinheiros ao bispo de Volterra ou a André Cambini, procurador dele e a morar em Portugal ([561a]). *Ao renovar os privilégios do mosteiro em 25 de Maio de*

([561a]) AV, Arm. 29, t. 9, fls. 195v-196v: «Benedictus, etc. Universis et singulis dominis abbatibus, prioribus, prepositis, decanis ... et tabellionibus publicis quibuscunque per civitatem Portugalensem eiusque districtum atque diocesim aliasque ubilibet constitutis vel locatenentibus eorumdem et cuilibet eorum in solidum, ad quem vel quos presentes pervenerint seu fuerint presentate. Salutem in Domino. Exhibita nobis nuper pro parte Reverendi in Christo patris domini Stephani, Dei gratia episcopi Vulterani, petitio continebat quod olim ipse vice et nomine Reverendi in Christo patris domini fratris Laurentii, eadem gratia episcopi Megarensis, commendatarii monasterii sancti Johannis de Ponderata [fl. 196] ordinis sancti Benedicti, dicte Portugalensis diocesis, se tanquam principalem et privatam personam pro communi et quinque minutis servitiis consuetis, ratione huiusmodi commende debitis camere apostolice ac sacro collegio dominorum cardinalium sancte Romane Ecclesie, sub certis penis ac sententiis atque terminis in camera apostolica iuxta formam et consuetudinem dicte camere efficaciter obligavit, prout in libris et registris eiusdem camere vidimus seriosius contineri. Cuius quidem obligationis vigore ac sub dictarum penarum et sententiarum comminatione compulsus a Reverendissimo in Christo patre et domino domino Francisco, miseratione divina episcopo Sabinensi, sancte Romane Ecclesie cardinale, Venetiarum vulgariter nuncupato, ac dicti sacri collegii camerario, idem dominus episcopus Vulteranus pro parte dictorum communis et minutorum servitiorum dictum sacrum collegium tangentium de suis ipsius domini conquerentis pecuniis propriis, animo tamen rehabendi a domino episcopo et commendatario supradicto, floren. centum decem auri de camera eidem domino cardinali et camerario solvit ac realiter numeravit, prout de solutione huiusmodi in libris et registris dicti collegii clare constat nobisque facta est plena fides. Et licet ipse dominus episcopus Megarensis et commendatarius pro parte ipsius domini conquerentis fuerit sepius requisitus ut sibi restitueret pecunias antedictas, eidem domino conquerenti restituere distulit et neglexit usque in presens atque denegavit et recusavit, prout recusat etiam de presenti, in damnum et preiudicium domini conquerentis prefati quodque idem dominus conquerens ad solvendum residuum communis et minutorum servitiorum huiusmodi pro parte dicti sacri collegii cotidie molestatur et insuper dominus conquerens in sua petitione huiusmodi subiungebat quod ad eiusdem domini conquerentis nuper devenit notitiam quod idem dominus episcopus Megarensis et commendatarius, reservata et retenta sibi certa annua pensione de et super fructibus dicti monasterii, ipsum monasterium dimittet et resignabit. Super quibus a nobis sibi provideri de oportuno remedio imploravit. Nos igitur attendentes petitionem huiusmodi fore iustam et consonam rationi ac volentes eidem domino conquerenti de oportuno remedio salubriter providere, auctoritate camerariatus officii, presentium tenore, committimus et sub excommunicationis pena quam, canonica monitione premissa, in vos et vestrum quemlibet ferimus in his scriptis, nisi feceritis que mandamus, districte precipimus quatinus, receptis presentibus, vos et quicunque vestrum fuerit requisitus, dominum episcopum Megarensem et commendatarium superius nominatum ac etiam in eventum quo ipsum dominum episcopum et commendatarium dictum monasterium dimittere et resignare contingat, ut prefertur, dictum abbatem et conventum ipsius monasterii in eorum et cuiusque eorum personis propriis, si ipsorum presentiam commode habere poteritis, alioquin in domibus ipsius domini episcopi Megarensis et monasterii predictorum, si ad eas tutus patebit accessus, sin autem in duabus parrochialibus sive conventualibus notabilibus ecclesiis, dictis domui et monasterio circumvicinis, infra missarum solemnia, dum ibidem populi multitudo convenerit ad divina, ac aliis ecclesiis [fl. 196v] et locis publicis et ydoneis, ubi, quando et quotiens expediens fuerit et fueritis requisiti seu alter vestrum fuerit requisitus, publice altaque et intelligibili voce ex parte nostra semel, secundo et tertio peremptorie moneatis, quos et quemlibet eorum nos etiam tenore presentium sic monemus eisque nichilominus et cuilibet eorum in virtute sancte obedientie ac sub excommunicationis in singulos et interdicti in ecclesias et conventum predictos penis, quas, canonica monitione premissa, in eos ferimus in his scriptis, nisi fecerint que mandamus, districte precipiatis et mandetis, quibus et eorum cuilibet nos etiam sub penis et tenore predictis precipimus et mandamus quatenus idem dominus episcopus Megarensis et commendatarius ac etiam in eventum predictum dominus abbas et conventus prefati de pensione huiusmodi sic ut

1421, D. João I dizia-o «Meestre Lourenço, bispo de Mayorga, nosso capellam moor e aministrador do moesteiro de san Joham dAlpendorada» ([561b]).

A 5 de Maio de 1428, era nomeado bispo de Mégara e comendatário do mosteiro de Alpendorada D. Frei André Dias de Escobar, precisamente por ter falecido D. Lourenço Afonso ([562]). *Vivia certamente ainda em 17 de Agosto de 1426, porque, neste dia, celebrava o casamento entre D. Pedro de Meneses, conde de Viana, capitão de Ceuta, e Dona Beatriz Coutinho* ([563]). *Parece que morava na diocese do Porto, mas não vivia desligado dos eremitas de Santo Agostinho de Santarém, porque, segundo bula de 10 de Novembro de 1428, dirigida aos arcebispos de Braga e de Lisboa e ao bispo de Porto, o prior e frades eremitas do convento de Santarém e alguns leigos e clérigos da diocese do Porto retinham dinheiros e várias coisas, inclusive cavalos e mulas, pertencentes ao bispo falecido* ([564]).

D. Gonçalo foi nomeado bispo de Lamego, em 26 de Janeiro de 1394, pelo papa Bonifácio IX, que o dizia bacallarium in iure canonico. *O cabido elegera-o, depois da morte de D. Lourenço, a ele que era deão de Lamego e sacerdote* ([565]). *Foi durante o seu pontificado, em Julho de 1403, que o papa Bonifácio IX uniu as terras portuguesas sob jurisdição do bispo de Cidade Rodrigo à diocese de Lamego, a pedido de D. João I e Dona Filipa, reis de Portugal. E o motivo para a união foi o de impedir aos cismáticos de Castela de arremeterem contra o monarca português, a pretexto dos bens pertencentes à diocese de Cidade Rodrigo* ([566]). *Em bula de 25 de Maio de 1410, o papa João XXIII fala-nos desta nomeação de D. Gonçalo para administrador desses bens ou da diocese de Cidade Rodrigo em terras portuguesas, administração anulada pelo papa Gregório XII, quando nomeou bispo de Cidade Rodrigo ao português D. Frei André Dias de Escobar, em 1408* ([567]). *Todavia D. Gonçalo continuou a administrar esses territórios, como decorre de súplica de 5 de Maio de 1418* ([568]). *Ainda em súplica de 22 de Setembro de 1418 há alusões à sua actividade em Portugal como juíz ou comissário apostólico em causas eclesiásticas, figurando como vivo* ([569]), *mas noutra, de 6 de Abril de 1420, vem designado como falecido e como antigo adminis-*

---

prefertur reservata infra sexaginta dierum spacium, a die monitionis huiusmodi, eis per vos facte, in antea computandorum, proxime futurorum, tradant, solvant atque restituant aut tradi, solvi et restitui faciant realiter cum effectu domino Stephano, episcopo supradicto, aut nobili viro Andree Cambini, mercatori Florentino, Portugalie commoranti, ipsius domini conquerentis procuratori, ad hec specialiter constituto, floren. centum decem auri superius expressatos una cum expensis dicta occasione legitime factis ... Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, die prima mensis februarii. Sub anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo vicesimo sexto, indictione quarta, pontificatus, etc., anno nono».

([561b]) ANTT, *Chancel. de D. João I*, liv. 4, fls. 20vb-21a.

([562]) AV, *Acta Miscellanea*, 1: *Liber Provisionum Sacri Collegii*, fl. 184v, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar* ..., doc. n. 78, p. 300.

([563]) *Archivo historico portuguez*, IV, p. 166. Cf. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, I, Coimbra, 1921, p. 126.

([564]) AV, Reg. Lat. 284, fls. 28-28v, publ. por SOUSA COSTA, O. F. M., *Mestre André Dias de Escobar*, docum. n. 92, pp. 91-92.

([565]) AV, Reg. Lat. 34, fls. 61v-63.

([566]) AV, Reg. Lat. 108, fls. 159v-160, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar*, docum. n. 12, pp. 248-250. ANTT, *Cabido da sé de Lamego, Martirológio e Óbitos da sé de Lamego* (1.º livro da remessa dos livros de Lamego), fl. 101, publ. por SOUSA COSTA, O. F. M., *ibidem*, p. 84. Cf. *op. cit.*, pp. 83-84, 95-97, 229, 253, 266, 272-273.

([567]) AV, Reg. Lat. 142, fls. 214-215, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar*, docum. n. 19, pp. 253-254.

([568]) AV, Reg. Suppl. 112, fls. 30v-31, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar*, docum. n. 31, p. 266; *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 113.

([569]) AV, Reg. Suppl. 117, fls. 43v-46v. publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar*, docum. n. 32, pp. 267-270; *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 117.

trador da parte portuguesa da diocese de Cidade Rodrigo: «... per bone memorie dominum Gunsalvum, episcopum Lamacensem, *qui auctoritate apostolica partem diocesis Civitatensis in regno Portugalie existentem possidebat*» (570). *Tinha, de facto, falecido em Fevereiro de 1419 e em Agosto deste ano de 1419 era nomeado bispo de Lamego Álvaro Gonçalves, o qual devia ter sido eleito pelo cabido, alguns meses antes* (571).

Estou a publicar alguns documentos relativos a D. Gonçalo Gonçalves, bispo de Lamego, em trabalho sobre os bispos portugueses do século XV. Aqui dedicarei especial atenção aos que conheço deste bispo de Lamego, sobretudo anteriores ao século XV. Começo por lembrar que ele era membro do cabido lamecense já no terceiro quartel do século XIV.

A 7 de Agosto de 1363, vem entre os clérigos pobres de Portugal em rolo de súplicas, apresentado pelo cardeal-bispo de Frascati ao papa Urbano V, a pedir o canonicato e prebenda de Lamego, vacantes pela promoção do bispo de Lamego D. Lourenço, Gonçalo Gonçalves, reitor da igreja de Santa Maria do Castelo, da diocese de Lamego, e porcionário na igreja paroquial de S. Paio de Caria. Lembrava também que era provecto em direito canónico (571a). *E em súplica de 5 de Abril de 1364, João Lourenço, clérigo pobre da diocese de Évora, ao pedir a porção de S. Paio de Caria, alegava que Gonçalo Gonçalves estava já de posse do canonicato e prebenda de Lamego* (571b). *Segundo documento de 24 de Julho de 1364 (era de 1402)* nos paaços do bispo da dicta cidade *de Lamego, estava presente* Gonçalo Gonçalvez, coonigo e vig.º jeeral da dicta See de Lamego, *à apresentação de carta de 17 de Outubro de 1354 (era de 1392) de* Dom Duram, bispo que foj da dicta Çidade (571c). *Tratar-se-á do futuro deão de Lamego?*

Tudo considerado, fica-se na dúvida, mormente se será ele ou não o Gonçalo Gonçalves que, excepcionalmente, no dia 27 de Fevereiro de 1363, serviu de juiz em causa entre D. Afonso,

---

(570) AV, Reg. Suppl. 145, fl. 15, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar*, docum. n. 35, pp. 272-273; *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III, n. 354.

(571) FORTUNATO DE ALMEIDA, *Histaria da Igreja em Portugal*, I, Barcelos, 1967, p. 510, diz-nos que D. Gonçalves «faleceu a 9 de Fevereiro de 1419» e que «D. Alvaro, eleito nos fins de 1420, governou o bispado até 1429». Ora dos documentos do Vaticano consta que D. Álvaro Gonçalves de Abreu foi nomeado bispo de Lamego em Agosto de 1419. Cf., por exemplo, súplica deste ano em AV, Reg. Suppl. 131, fls. 2-2v, publ. por SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 293. Aliás a eleição em Portugal deve ter-se dado antes de 24 de Julho de 1419, porque, D. Vasco Peres, bispo do Porto, ao apresentar-se na câmara apostólica para se obrigar pela taxa do bispo, mostrou procuração do bispo eleito, com data de 24 de Julho de 1419, para o efeito. Docum. publ. por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, Braga, 1960, docum. n. VII, p. 132.

(571a) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 126, p. 455.

(571b) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 173, p. 475.

(571c) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 1 *de prazos*, n. 15B: «Sabham todos que na Era de mill e quatrocentos e dous anos, vijnte e quatro dias de Julho, em Lamego, nos paaços do bispo da dicta Cidade, sseendo hi Gonçalo Gonçalvez, coonigo e vig.º jeeral da dicta See de Lamego, Pero Lourenço de Canelas, cavaleiro, mostrou e per mjm Affomso Perez, tabelliom dEl rrei na dicta Çidade leer ffez hũa carta denprazamento de dom Duram, bispo que foj da dicta Çidade, e scrita em purgamjnho e seelada do sseelo grande que, foj do dicto dom Duram, posto em cera branca e colgado per hũu cordom vermelho, ssegundo em ela parecia, da qual carta o teor tal he: Duram pela merçee de Deus e da sancta jgreia de Roma bispo de Lamego ... ffazemos saber que nos ffazemos carta denprazamento e de fforo a vos Pero Lourenço, cavaleiro, e a Senhorinha Alvarez, vossa molher ... do nosso logar que nos avemos em Canellas ... Dante em Lamego, xbii dias doutubro. Era de mill e trezentos e noveenta e dous anos. A qual carta era ssuescrita per mãao do dicto dom Duram ... A qual leuda, dom Lourenço, bispo da dicta Çidade de Lamego, pedjo dela o trelado em pubrica forma ... e pedjo ao dicto vig°. que desse a este trelado ssua autoridade ordjnhaira. E o dicto vig.º deu a este trelado ssua autoridade ordjnhaira e mandou que valha come orreginal ...».

bispo do Porto, e Nuno Martins, escudeiro de Resende ([571d]). *Mas quando terá começado a exercer o ofício de deão de Lamego o nosso D. Gonçalo Gonçalves?*

Em 1364, era ainda deão de Lamego Antoninho Esteves, conforme consta de prazo deste ano. Conheço carta de prazo de 5 de Julho de 1363, que o deão Antoninho Esteves fez ao abade de Pindelo de dois casais ([571e]), *mas este deão deve ter morrido em 1364, porque, a 5 de Julho deste ano,* Antonjnho Estevez, dayam, e Cabidoo de Lamego *faziam* carta de emprazamento de fforo *ao abade de S. Martinho de Sardoura de umas casas na Rua da Pereira* ([571f]). *Portanto, D. Gonçalo Gonçalves só depois desta data poderia ter sido nomeado deão de Lamego. Efectivamente, há vários prazos, logo no início de 1365, passados por ele na qualidade de deão de Lamego. Assim, no dia 1 de Fevereiro de 1365,* Gonçallo Gonçalvez, deam, e cabidoo de Lamego *emprazavam umas casas existentes em São Fins a Vasco Anes* ([571g]), *e, a 21 de Fevereiro do mesmo ano, passavam carta de prazo a Paio Mateus e Maria Peres de umas herdades* ([571h]). *A 12 de Setembro de 1365, emprazavam umas casas a Eiria Gonçalves* ([571i]).

Do ano 1366 existem dois prazos que D. Gonçalo Gonçalves, deão de Lamego, fez, em 17 de Junho, de umas casas a Isabel Anes, e a 6 de Julho de dois casais a João Vinhais e a Antónia Domingues ([571l]). *Do ano 1367 existem três, um de 29 de Janeiro a Domingos Bartolomeu, outro*

([571d]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 1 *de testamentos, óbitos e capelas*, n. 28: «Sabham todos que na Era de mil e quatroçentos e hũu anos, vijnte e sete dias de fevereiro, em na cidade de Lamego, hu chamam a Pereira, em presença de mim Viçente Anes, tabeliom del Rej em esa meesma Çidade, e das testemunhas que adeante som scritas, perante Gonçalo Gonçalvez, ouvjdor en logo de juiz em na dicta Çidade, porque hj nom avja outro juiz, pareçerom partes, convem a saber, o honrrado padre e Senhor dom Afonso, bispo do Porto, per sij da hũa parte e Nuno Martinz, escudeiro de Roosende e filho que foj de Martim Anes, escudeiro do dicto logo, e de Luzia Martins, sa molher, per sij da outra ...».

([571e]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 5: «Sabham quantos esta carta virem como nos dom Antonio Stevez, Dayam, e Cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Joham Lourenço, abbade de Pijdelo, de dous casaes que nos avemos em no dicto logo de Pijdelo ... çinque dias de Julho da Era de mil e quatroçentos e hũu anos ...».

([571f]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 2: «Sabham quantos esta carta de enprazamento virem como nos Antonjnho Estevez, dayam, e Cabidoo de Lamego ffazemos carta de enprazamento de fforo a vos Gil Gonçalvez, abbade de Sam Martinho de Sardoira, de hũas nossas cassas com sseu eixido, que nos avemos en a See do dicto logo na Rua Pereira ... Dante em Lamego. Cinque dias do mes de Julho da Era de mjl e quatrocentos e dous anos ...».

([571g]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 19: «Sabham quantos esta carta virem denprazamento que nos Gonçalo Gonçalvez, deam, e cabidoo de Lamego ... ffazemos carta denprazamento e de fforo a vos Vaasque Anes, morador em Alvarenga, e a vossa molher Millia Doĩz ... de hũus nossos casaes que nos avemos no julgado de Sam Fijz ... primeiro dia de fevereyro. Era de mil e quatrocentos e tres anos ...».

([571h]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 18: «Sabham quantos esta carta virem que Nos Gonçalo Gonçalvez, dayam, e Cabidoo de Lamego ffazemos carta denprazamento ... a vos Paay Matheus e a vossa molher Maria Perez, moradores na Erguedeyra, termho de Tharouca ... dũas nossas erdades que nos avemos em Tarouca, que chamam Fontecela ... vijnte e hũu dias de fevereiro. Era de mil e quatroçentos e tres anos ...».

([571i]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 14: «Sabham quantos esta carta virem como Nos Gonçalo Gonçalvez, dayam, e cabidoo de Lamego ffazemos carta denprazamento e de fforo a vos Eirea Gonçalvez, morador em na ssee de Lamego ... dhũa nossa cassa que o dicto cabidoo ha no couto da ssee de Lamego ... doze dias do mes de Setembro. Era de mil e quatrocentos e tres anos ...».

([571j]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 22: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem como nos G.º Gonçalvez, dayam, e Cabidoo de Lamego ffazemos carta denprazamento e de fforo a vos Isabela Anes, morador no couto da see de Lamego ... de hũas nossas cassas com seu jxido, que sam na Rua da Pereyra ... dez e sete dias de Junho da Era de mil quatroçentos e quatro anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 23: «Sabham quantos esta carta virem que Nos Gonçalo Gonçalvez, dayam, e cabidoo de Lamego ffazemos carta denprazamento e de fforo a vos Joham Vinyaaez e a

de 24 de Setembro sobre uma quinta em São Cosmado a Francisco Anes e Domingas Rodrigues, e o terceiro, de 15 de Outubro, sobre uma leira em Medelo a Fernando Gonçalves e a Domingas Esteves ([571k]).

Não conheço prazos seus desde 1368 até 1375. Deste ano há os de 14 de Junho ao clérigo Vasco Domingues sobre uma casa do cabido, existente no couto da sé, e outro de 7 de Julho a Pero Afonso de herdades e bens do cabido em Torres Vedras ([571l]). *Do ano 1376 conheço o prazo que ele passou, a 20 de Agosto, ao clérigo Afonso Gonçalves, coreiro da sé de Lamego, sobre casas no couto da sé, na Rua Sapateira* ([571m]). *De 1377 e 1378 conheço respectivamente o de 4 de Agosto, feito a Vasco Esteves, de uma quinta na Corredoira, e de 18 de Outubro a João Peres* de *huũ* terreo na Rua da Çapataria ([571n]).

Há ainda três cartas de prazos do deão Gonçalo Gonçalves em 1382. A de 1 de Julho é carta, cujo selo do deão caíu. Foi passada a Estêvão Vicente sobre uma casa e leira, e traz a assinatura: Decanus Lamecensis vidit. *As outras duas datam de 22 de Julho e são exemplares do prazo único de uma quinta de Sermenha, feito a João Vinhais, conservando um deles o selo pendente e a assina-*

---

vossa molher Antonya Doĩz ... de dous casaaes que nos avemos em Tavaadelo, que stam na ffreyguesia de sam Pedro de França ... sex dias de Julho. Era de mil e quatrocentos e quatro anos ...».

([571k]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 27: «Sabham quantos esta carta virem, que nos Gonçalo Gonçalvez, dayam, e cabidoo de Lamego fazemos carta demprazamento ... a vos Domingos Bartolameu e a Domjngas Johannes vossa molher ... vijnte e nove dias de Janeyro. Era de mil e quatrocentos e çinquo anos ...». ANTT. *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 26: «Sabham quantos esta carta virem que nos Gonçalo Gonçalvez, dayam, e cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento e de fforo a vos Francisque Anes e a vosa molher Domjngas Rodriguez ... dũa nossa quintaa que nos avemos em Sam Cosmado, que chamam a Crezeda ... vijnte e quatro dias de Setembro. Era de mil e iiii.or centos e cinquo anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 27B: «Sabham quantos esta carta virem que nos Gonçalo Gonçalvez, dayam, e cabidoo de Lamego ffazemos carta demprazamento e de fforo a vos Fernam Gonçalvez e a vossa molher Domingas Stevez, moradores em Ameedelo ... dũa nossa leyra derdade que iaz no dicto logo dAmeedelo asso a torre hu chamam a Varzea ... quinze dias doctubro. Era de mil e iiii.or centos e cinquo anos ...».

([571l]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 39: «Sabham quantos esta carta virem como Nos Gonçalo Gonçalvez, dayam, e Cabidoo de Lamego ffazemos carta denprazamento e de fforo a vos Vasco Doĩz, clerigo, morador no couto da See de Lamego ... hũa nossa casa que o dicto cabidoo ha no couto da See de Lamego ... xiiij.e dias de Junho. Era de mil e quatrocentos e xiii.e anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 37: «Sabham todos como Nos dom Gonçallo Gonçalvez, dayam, e Cabidoo da See de Lamego ... fazemos carta denprazamento e de foro a vos Per Afomso, filho dAfonso Perez, escripvam que foi del Rej em Torres Vedras e de Maria Martins, vossa mulher ... de todalas erdades e beens que nos avemos em o dicto logo de Torres Vedras e em seu termho ... Sete dias de Julho. Era de mil e iiii.c e treze anos ...».

([571m]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 41: «En nome de Deus. Amen. Sabham quantos esta carta denprazamento virem que nos G.º Gonçalvez, dajam, e Cabidoo de Lamego ffazemos carta denprazamento e de foro a vos Afonso Gonçalvez, clerigo, coreiro da dicta See ... de hũas casas que nos avemos no Couto da dicta See, na Rua Çapateira ... vijnte dias dagosto. Era de mil e iiii.c xiiii.e anos ...».

([571n]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 2 *de prazos*, n. 44: «Sabham quantos esta carta virem que nos Gº Gonçalvez, dayam, e Cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento ... a vos Vasco Esteves ... e a vossa molher Antonia Gonçalvez, moradores no Couto da see de Lamego ... de hũa quintaa que nos avemos na Corredoyra, que nos mandou frey Apariço ... Dante em Lamego, na casa do dicto Cabidoo, quatro dias do mes dagosto. Era de mil e quatrocentos e quinze anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 11: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem como nos Dom G.º Gonçalvez e cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Joham Perez, morador no couto da see de Lamego ... de hũu terreo que nos avemos na Rua da Çapataria ... Dante em Lamego, xbiii° dias doctubro. Vasco Brandado notairo a fez. Era de mil e iiii.c e xbj anos ...».

tura: Decanus Lamecensis vidit ([571o]). *De 1383 existe o prazo que o chantre e cabido fizeram no dia 15 de Março a ele Gonçalo Gonçalves, deão de Lamego, de uma quinta em Tarouca* ([571p]). *Além disso, deste ano de 1383 existem os escambos que* Gonçalo Gonçallvez, dayam, e chantre e cabidoo da dicta see *fizeram, a 15 de Maio, com Pero Esteves de Alvelos, provedor e administrador da capela de Santa Maria do Tesouro e, a 6 de Junho, sobre herdades e bens do cabido, existentes no julgado de Penela de Riba de Lima, nas freguesias de Santa Maria de Beiral de Lima, S. Miguel de Gondufe, S. Martinho de Gandra e Santiago de Gemieira* ([571q]).

A 21 de Março de 1384, Gonçalo Gonçalves, deão de Lamego, fazia prazo a Martinho Gonçalves e a Eiria Domingues de um campo que o cabido tinha no couto da sé. Fazia outro prazo a Afonso Anes e a Maria Gonçalves, no dia 26 de Junho de 1385, de uma casa da Rua da Pereira ([571r]). *De 1386 existe o prazo que ele fez no dia 19 de Novembro a Pero Gonçalves*

([571o]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 1: «Sabham quantos esta carta demprazamento virem que nos dom Gonçalo Gonçalvez, dayam, e cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento [e] de foro a vos Stevam Viçente e aa vossa molher Maria Anes, moradores no chaao ... de hũa casa com hũa leira derdade ... primeiro dia de Julho. Era de mil e cccc e vijnte anos ... *Decanus Lamecensis vidit*». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, nn. 2 e 4: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que nos Gonçalo Gonçallvez, dayam, e Cabidoo da See de Lamego ffazemos carta denprazamento e de fforo a voz Joham Vinjaaez, morador no julgado de Penaguyam, e hə Vaasque Anes, vosso filho ... de hũa quintaã que nos avemos em Sermenha, com todas suas perteenças ... vijnte e dous djas de Julho. Era de mill e quatroçentos e vijnte annos ... *Decanus Lamecensis vidit*» (*o n.* 4 *traz o selo pendente*).

([571p]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 5 *de prazos*, n. 8A: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que nos dom Lourenço da Roca, chantre, e cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento a vos dom Gonçalo Gonçalvez, dayam do dicto logo ... dhũa quintãa que nos avemos em hũu logar que chamam Curajaaes, termho de Tarouca ... em Lamego, xb dias de março. Era de mjl e iiii.c e xx e hũu annos ...».

([571q]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 3, *maço* 3 *de compras, vendas e escambos*, n. 5: «Sabham quantos esta carta descambo virem que na Era de mill e quatroçentos e vijnte e hũu anos, quinze dias de Mayo, em na casa do cabidoo da ssee de Lamego, seendo hy dom Gonçalo Gonçallvez, dayam, e chantre e cabidoo da dicta see juntos ... o dicto dayam e cabidoo diserom que elles, consyrando prol da dicta Eigreia de Lamego e como os que a ella servem e servirem ao adiante posam melhor e mais livremente aver mantymento das Rendas e quintaas e posisooes da dicta Eigreia, davam em escanbho a Pero Stevez dAlvellos, que presente stava, o qual he proveedor e amjnistrador dos beens da capella de sancta Maria do tesouro, que esta dentro na dicta ssee, a sua quintaa que he da dicta Eigreia que sta em Alvellos, que chamom de villa de Moynha, da qual agora o dicto Pero Stevez estava em posse, a qual lhe davom com todas suas perteenças e emtradas e saidas ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 3, *maço* 3 *de compras, vendas e escambos*, n. 3: «Sabham quantos este stromento virem que na Era de mil e quatroçentos e vijnte e hũu annos, ssejs dias de Junho, em presença de mjm Airas Eanes, tabelliom del Rey em Lamego ... na See, dentro na Casa que chamam o cabidoo, estando hj Dom Gonçallo Gonçalvez, Daijam, e dom Lourenço da Roca, chantre, e Dom Vaasco Anes, tesoureiro, e peça doutros coonigos da dicta See de Lamego juntos ... e outrosij estando hj Pero Garçia, scudeiro, morador na dicta Çidade, em seu nome e de Tareijia Vaasquez, sa molher ... e os dictos daijam e cabidjoo derom e outorgarom por cambho ... por jur de herdade todallas herdades e beens e possissões, que o dicto Cabidoo ha no julgado de Penella de Riba de Limha, na freijgesia de sancta Maria de Burral de Limha e em a freijgesia de sam Migel de Gundufe e em a ffreijgesia de san Martinho de Gandara e na freijgesia [de] Santiago de Gimeira, que o ajam todo pela guisa que as o dicto Cabidoo ora ha e de direito deve daver ...».

([571r]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 9: «Sabham todos que nos dom Gonçalo Gonçalvez, deam, e Cabidoo de Lamego fazemos carta demprazamento e de foro a vos Martim Gonçalvez ... e a vosa molher Eirea Doíz, moradores no Couto da See de Lamego ... dhũu campo que nos avemos no dicto couto ... vijnte hũu dias de Março. Era de mil e quatroçentos e vijnte e dous anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 16: «Sabham quantos esta carta denprazamento vijrem que nos dom G.º Gonçalvez, deam, e Cabido de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Afomso Anes e a vosa molher Maria Gonçallvez, moradores no chaão ... dhũa casa que nos avemos na Rua da Pereira ... vijnte e seis dias de Junho. Era de Mil e quatroçentos e vijnte e tres anos; testemunhas Lourenço da Roca, chantre ...».

de um pardieiro no couto da sé, e de 1387 temos outro, a 26 de Março, feito a Afonso Gonçalves, tabelião, da quinta da Seara (571s).

Contamos com mais dois prazos de 1388, que datam de 11 de Maio e 25 de Junho e foram feitos respectivamente a Jurio Peres de umas casas em Quintela e a Maria Anes de três casas em Porto Cavalar (571t). *De 1389 temos quatro com datas de 22 de Fevereiro, 5 de Maio, 26 de Julho e 2 de Setembro. O primeiro diz respeito a Comba Martins e a umas casas na Rua da Pereira. O segundo refere-se a João de Pensalvos e a uma quinta em Leomil. O terceiro foi feito a Gonçalo Pais sobre um casal em Quintela e o quarto a Afonso Gonçalves, tabelião, sobre umas casas no couto da sé* (571u).

São cinco os prazos que D. Gonçalo Gonçalves, deão de Lamego, e cabido lamacense fizeram em 1390, a 10 e 23 de Junho, 30 de Agosto, 1 e 19 de Novembro. O de 10 de Junho foi feito a Constança Domingues sobre casas no castelo da cidade. O de 23 de Junho foi feito pelo bispo D. Lourenço, juntamente com ele Gonçalo Gonçalves, deão de Lamego, a João Esteves, abade de Fermedo, da diocese do Porto, sobre casas existentes em Vila Chã, estando presentes ao acto o chantre Mestre Afonso Domingues, o tesoureiro Vasco Anes, e outros cónegos. O de 30 de Agosto diz respeito a João Escolar, clérigo do coro da sé de Lamego, e a uma leira da Corredoira. Os

---

(571s) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 33: «Sabham quantos esta carta virem como Nos dom Gonçalo Gonçallvez, deam, e Cabidoo da See de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Pero Gonçallvez, scançam do bispo do dicto logo de Lamego ... dhũa casa com hũu pardieiro, que nos avemos no Couto da dicta See ... dez nove dias de Novembro. Era de mil quatrocentos e vijnte e quatro anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 43: «Sabham todos como nos dom G.º Gonçallvez, deam, e Cabijdoo da See de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Afomso Gonçallvez, tabaliom, morador no couto da See de Lamego ... da nossa quintaa da Seara, que sta no couto de Sande ... vijnte e seis dias de Março. Era de mil e quatroçentos e vijnte e cimquo anos ...».

(571t) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 12A: «Sabham quantos esta carta virem que nos dom G.º Gonçalvez, deam, e Cabidoo de Lamego, fazemos carta denprazamento e de firmidoe a vos Jurio Perez e a vossa molher Margarida Doĩz, moradores em Quinteella dOleiros, de hũa nossa casaria com sas casas e com todas sas perteenças ... que nos avemos em esse logo de Quinteella ... Dante em Lamego, onze dias de Mayo. Era de mill e iiii.c e xx e seis anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4, n. 12: «Sabham quantos esta carta virem que nos dom Gonçalo Gonçalvez, deam, e Cabidoo de Lamego fazemos carta de enprazamento e de perduravel firmidoẽ a vos Maria Anes, morador no Couto da see de Lamego, de tres casas que nos avemos no porto cavalar com o eixido ... vinte e b dias de Junho. Era de mil e iiii.c xx e seis anos ...».

(571u) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 8: «Sabham quantos esta carta virem que nos dom Gonçallo Gonçalvez, deam, e Cabidoo da see da Cidade de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Coonba Martjnz, manceba que foy de Affomso Martjnz, Abbade de Baldigem ... dhũas casas com seu Eixido, que estam na Rua que chamam da Pereira ... vinte e dous dias de fevereiro. Era de Mil e quatroçentos e vinte e sete annos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 13: «Sabham quantos esta carta virem como nos dom G.º Gonçalvez, deam, e Cabido da see de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Joham de Paynçalvos e Beatriz Martjnz vossa molher, moradores no Castello da Çidade de Lamego, de hũa nossa quintaa com suas perteenças, que nos avemos em Luimil, que foy de Joham de Paynçalvos, cavaleiro ... cinque dias de Mayo. Era de mil e quatroçentos e vinte e sete anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 26: «Sabham quantos esta carta demprazamento virem que nos dom Gonçalo Gonçallvez, deam, e Cabidoo da See de Lamego fazemos carta demprazamento e de foro a vos Gonçalo Paaez e a vosa molher Senhorinha Lourenço, moradores em Quinteella dos Oleiros, termho de Jeestaçoom ... dhũu nosso casal que nos avemos no dicto logo de Quintella ... vijnte e seis dias de Julho. Era de mil e quatroçentos e vijnte e sete anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 17: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que nos dom Gonçalo Gonçallvez, deam, e cabidoo da See de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Afomso Gonçalvez, tabaliom, morador no couto da See de Lamego ... dhũas casas que nos avemos no dicto couto ... dous dias de Setembro. Era de mil e quatrocentos e vijnte e sete anos ...».

de Novembro foram feitos respectivamente a Antão Domingues e Guiomar Martins sobre uma cortinha, estando presentes ao acto ele, deão, o chantre Mestre Afonso e Vasco Anes, tesoureiro, e a Afonso Domingues e Inês Anes sobre um casal de Avões (571v).

Nos anos seguintes de 1391, 1392 e 1393, anteriores à nomeação de D. Gonçalo para bispo de Lamego, não encontrei cartas de prazos, passadas por ele, deão Gonçalo Gonçalves. Ao contrário, geralmente as cartas de prazo são da autoria do chantre, Mestre Afonso Domingues, ou do tesoureiro, Vasco Anes, ou então do chantre, tesoureiro e cabido, sem especificação dos nomes. Assim, de 1392, contamos com vários prazos do chantre Mestre Afonso Domingues, de 11 de Março, 5 de Julho e 26 de Setembro (571x). *A 18 de Agosto de 1392, temos um do chantre, tesou-*

(571v) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 31: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem como nos dom G.º Gonçalvez, deam, e Cabidoo da see de Lamego fazemos carta denprazamento a vos Costança Doĩz, morador no Castello da Çidade de Lamego ... de duas casas que nos avemos no Castello da Çidade, dez dias de Junho. Era Mª iiii.c e vinte e viiiº anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 30: «Sabham quantos esta carta virem como Nos Lourenço, pela merçee de Deus e da sancta Eigreia de Roma bispo de Lamego, em sembra com Gonçalo Gonçalvez, deam, e Cabidoo da nosa see fazemos carta denprazamento e de foro a vos Joham Estevez, Abbade de Fermedo do bispado do Porto ... dhũas nossas casas que nos avemos no logo de Villa Chaã ... vinte e tres dias de Junho. Era de Mil e iiii.c e vinte e oyto anos. Testemunhas: o dicto senhor bispo, dom Gonçalo Gonçalvez, deam, Mestre Affomso, chantre , Vasco Anes, thesoureiro, Stevam Doĩz, R. Airas, Lourenço Doĩz, Bertolameu Anes, Gervas Gonçalvez, conigos da dicta see, e outros ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 37: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem como nos dom Gonçalo Gonçalvez, deam, e Cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Joham Scolar, clerigo do coro da see de Lamego ... de hũa nossa leira de terreeo que nos avemos em na Corredoira ... trinta dias dagosto. Era de Mil e quatroçentos e vinte e oyto anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 39: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem como nos dom G.º Gonçalvez, deam, e Cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Antom Doĩz e Giomar Martjnz, vossa molher, moradores no Seixal dAaveiro ... de hũa nossa casa e de hũu cortinhal e de hũu eido com suas videiras, que nos avemos ... primeiro dia de Novembro. Era de Mil, e quatroçentos e xx oyto anos. Testemunhas o dicto deam, Mestre Afomso, chantre, Vasco Anes, tesoureiro Stevam Doĩz, Pero Doĩz e Martim Gonçalvez, conigos, e outros ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 28: «Sabham quantos esta carta virem que Nos Gonçalo Gonçalvez, dayam, e Cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento ... a vos Affomso Doĩz e a vossa molher Jnes Eanes, moradores em Avoões ... de hũu nosso casal que nos avemos em esse logo dAvoões ... Dante em Lamego, dez e nove dias de novembro. Era de Mil e quatroçentos e vinte e oyto anos ...».

(571x) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 5 *de prazos*, n. 9: «Sabham todos que nos Meestre Afomso, chantre, e cabijdoo da See de Lamego fazemos carta de enprazamento e de foro a vos Joham Afomso, armeiro, e aa vossa molher Maria Gonçallvez, moradores no couto da dicta See ... dhũa leira dalmuinha, que nos mandou Lourenço Martinz, noso porteiro, que foy, e Antoninha Stevez, sua molher ... onze dias de Março. Era de mil e quatroçentos e trijnta anos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 5 *de prazos*, n. 10: «Sabham quantos esta carta virem que nos Affomso Doĩz, chantre, e o Cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Catalina Martinz, morador no Couto da See de Lamego ... dhũa casa que nos avemos na Rua da Corredoira ... cinquo dias de Julho da Era de mil e quatroçentos e trinta anos...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 5 *de prazos*, n. 7: «Sabham todos que nos Mestre Afonso, chantre, e cabidoo da see de Lamego fazemos carta demprazamento e de foro a vos Gil Gonçallvez, ferador, e a vosa molher Çezilia Lourenço, moradores no couto da dicta see ... de hũas casas que nos avemos no dicto couto ... vijnte e seis dias de setenbro. Era de mil e quatroçentos e trijnta annos; testemunhas dom Lourenço, bispo da dicta see, Pero Dominguez, Stevom Doĩz, Alvaro Martinz, Lourenço Dominguez, Gervas Gonçallvez, coonigos, e Luis Martim, abbade de Penude. E eu Vaasco Brandado, publico notairo na dicta see ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 47: «Sabham quantos esta carta virem que nos Afomso Doĩz, chantre, e o cabidoo de Lamego, fazemos carta denprazamento e de foro a vos Catalina Martjnz, morador no Couto da dicta [see] ... dhũa nosa casa que nos avemos na Rua da Corredojra ... cinque dias de Julho da Era de M il e quatroçentos e trinta anos ... *Cantor Lamecensis*».

reiro e cabido, sem especificação de nomes ([571y]). *Em 1393, são mais numerosos os prazos do tesoureiro Vasco Anes. Conheço apenas um do chantre Mestre Afonso Domingues, de 8 de Novembro, enquanto de Vasco Anes conheço quatro, a saber de 10 de Março, 8 de Julho, 14 de Agosto e 9 de Dezembro* ([572]). *São quatro os prazos passados pelo chantre e tesoureiro, sem especificação de nomes, a 7 e 16 de Novembro e 7 de Dezembro* ([572a]).

Do ano 1394, no qual D. Gonçalo Gonçalves era já bispo de Lamego, contamos com um prazo do chantre Mestre Afonso, de 30 de Julho de 1394, e com três de Vasco Anes, tesoureiro, a 20 de Janeiro e a 2 e 20 de Março ([572b]).

([571y]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 8: «Saibham todos que Eu chentre e tesoureyro e cabjdoo da çydade de Lamego ... fazemos carta denprazamento e de foro a vos Vasco Fernandez e aa vossa molher Breatiz Lourenço, moradores em Çamudaães ... de hũu souto com sua herdade, que o dicto cabydoo ham ao Rijbeyro de Çamudaães ... dez oyto dias do mes dagosto. Era do naçymento de Jhesu Christo de mill e quatroçentos e trynta annos ...».

([572]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 12: «Sabham quantos esta carta virem que Nos Meestre Affomso, chantre, e cabidoo de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos D.os Anes e a vossa molher M.ª Perez, moradores em Avoões ... de hũu nosso cassal que esta no dicto logo dAvoões, que chamam o Carvalhar ... Lamego, viii.º dias de novembro. Joham Stevez, sprivom as ffez. Era de mil iiii.c xxx hũu annos. Joham Stevez». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 23: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que Nos Vasco Anes, tesoureiro, e cabidoo da See de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Antonio Gonçallvez e a vossa molher Margarida Stevez, moradores en Lalim ... dhũu casal que nos avemos hu chamam Villa Pouca, termho de Lamego ... a dez dias de março. Era de mil e iiii.c e trinta j annos ... *Thesaurarius vidit*». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 13: «Sabham quantos todos que nos Vaasco Anes, tesoureiro, e cabijdoo da See de Lamego fazemos carta de enprazamento e de foro a vos Martim Anes, aljeloeiro, e aa vosa molher Maria Doĩz, moradores no couto da see de Lamego ... dhũu pardieiro que nos avemos que esta junto com o forno da costa que he do deam do Porto ... oyto dias de Julho. Era de mil e quatroçentos e trijnta e hũu annos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 25: «Sabham todos que nos Vaasco Anes, tesoureiro, e cabijdoo da See de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Maria Anes, morador no couto da See de Lamego, hu chamam o outeiro ... dhũa casa com seu eixido, que nos avemos no dicto couto hu chamam o outeiro ... quatorze dias de agosto. Era de mil quatroçentos e trijnta e hũu annos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 32A: «Sabham todos que nos Dom Vasco Anes, thesoureiro, e cabidoo de Lamego ... fazemos carta denprazamento e de foro a vos Joham Doĩz e a vossa molher Domingas Giraldez, filha de Giral Viegas, moradores na Povoa ... de hũu meyo de casal, que nos avemos no dicto logo da Povoa ... Dante em Lamego, nove dias de Dezembro. Era de mil e quatroçentos e trinta e hũu anos; testemunhas que presentes forom: Gonçalo Gonçalvez, leçençiado, Affonso Vaasquez, Stevom Doĩz, Pero Doĩz, Fernam Mateus ... Gonçalvez, Bertolameu Anes, conigos ...».

([572a]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 21: «Saibham todos que o chentre e cabydoo da ssee da çydade de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Afomso Perez de sam Cosmado e a vossa molher Breatiz Djaz, moradores que ora sodes na dicta çydade ... de hũa cassa dadega que o dicto cabydoo ham no arabalde da See ... sete dias de novembro. Era do naçymento de Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e trynta e hũu annos ...». Cf. ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 30. ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 17: «Saibham todos que o chantre e cabydoo da ssee da çydade de Lamego ... fazemos carta denprazamento e de foro a vos Martim Geraldez, çapateyro, e a vossa molher M.ª Anes, moradores no arabalde da ssee da dicta çydade ... sete dias de dezembro. Era do naçymento de Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e trynta e hũu annos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 24: «Saibham todos que o chentre e cabydoo da ssee da çydade de Lamego ... fazemos carta denprazamento e de foro a vos Afomso Doĩz, barbeyro, e a vossa molher Johana Gonçallvez ... Sete dias de dezembro. Era do naçimento de Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e trynta e hũu annos ...».

([572b]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 43: «Sabham quantos esta carta de enprazamento virem que nos Meestre Afomso, chantre, e Cabido da see de Lamego ... fazemos carta de emprazamento e de foro a vos Martim Anes, clerigo, coreiro da dicta See, morador na dicta Cidade ... dhũa casa que sta na Rua do outeiro com seu exido ... fecto foj na dicta See, xxx dias do mes de Julho. Era de mil e cccc e xxxii annos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 46B: «Sabham todos que nos

A ausência de D. Gonçalo Gonçalves nos documentos do cabido como deão talvez se possa explicar em parte por ele ter sido eleito bispo de Lamego pelo cabido em 1393. Mas tenha o leitor o cuidado de se precaver do perigo de confundir este Gonçalo Gonçalves, bacharel em direito canónico, quando foi nomeado bispo de Lamego, em 1394, com o honónimo que também era cónego lamecense e se tinha licenciado em ambos os direitos, aparecendo na documentação do cabido nessa qualidade, quando aquele era bispo de Lamego.

Publiquei já alguma documentação sobre esse cónego de Lamego, que estudou na Universidade de Avinhão e tinha obtido do papa Gregório XI graça sobre a igreja paroquial de Santa Comba de Chacim, além de ser reitor da igreja paroquial de S. João de Miomães ([572c]). *Em súplicas, com data antecipada, do rol da Universidade de Avinhão, de Novembro de 1378, ele aparece como licenciado em direito canónico, bacharel em leis e clérigo da diocese de Lamego, a pedir o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda, declarando estar na posse da igreja de S. João de Miomães e ter obtido graças sobre a igreja paroquial de Santa Comba de Chacim e canonicato de Coimbra* ([572d]). *Noutra súplica, também antedatada, de 29 de Novembro de 1378, pertencente ao rol de alguns clérigos de Portugal, dizia-se sacerdote da diocese de Lamego, licenciado em decretos e bacharel em leis, com alusões à súplica anterior do rol da Universidade de Avinhão, a qual fora atendida com a data de 22 de Novembro de 1378 e ele pedia fosse outorgada com a data de 19 de Novembro de 1378* ([572e]). *Neste mesmo rol de súplicas do clero de Portugal manifestava a intenção de se doutorar em breve, na Universidade de Avinhão, em direito canónico, solicitando faculdade de fazer também o exame privado e público em direito civil* ([572f]). *De facto, a 9 de Dezembro de 1393 e a 15 e 26 de Maio de 1394, aparece em documentos do cabido de Lamego como cónego desta sé e licenciado* ([572g]). *Aliás, em carta de prazo de 12 de Abril*

Vasco Anes, tesoureiro, e Cabidoo da see de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos D.os Antom e a vossa molher Giomar ... de hũu casal que nos e o bispo de Lamego avemos no dicto logo da Poboa ... fectas na clasta da See de Lamego, xx dias de Janeiro. Era de mil iiii.c trinta e dous annos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 5 *de prazos*, n. 36: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que Nos Vasco Anes, tesoureiro, e cabidoo da See de Lamego fazemos carta demprazamento e de foro a vos Joham Doĩz ... dous dias de Março. Era de mil e iiii.c trinta e dous annos ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 5 *de prazos*, n. 46C: «Saibham todos que nos tesoureyro e cabidoo da ssee da çydade de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Johom de Samijguel e a vossa molher Maria Anes, moradores em Ajuvandes, termo da dicta çydade ... de hũu casall que o dicto cabydoo ham no dicto logo dAjuvandes ... feyta[s] no cralstro da dicta See, vynte dias dº março. Era do naçimento de Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e trynta e dous annos ...».

([572c]) Publ. em *Monum. Portugaliae Vaticana*, II, nn. 205, 311, 337.

([572d]) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 205, p. 40.

([572e]) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 311, pp. 71-72.

([572f]) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 337, p. 75.

([572g]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 5 *de prazos*, n. 32A. Cf. nota 572. ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 45: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que na Era de mill e quatroçentos e trijnta e dous anos, quinze dias de mayo, na cidade de Lamego ... seendo hi os onrrados baroões dom Afonso Martjnz, dayam do Porto, e dom Gonçalo Gonçallvez, leçençiado, e Pero Doĩz e Stevom Doĩz e Gonçalo Pinhel e Fernando Stevez e Lourenço Doĩz e Martim Gonçallvez e Bertolameu Anes, coonigos da dicta see, todos em cabidoo ... os sobredictos ... fezerom carta denprazamento e de foro a Stevom Lourenço de Bretheande, morador na dicta cidade ... de todo o direito e quinhom que o dicto cabidoo avya e de direito devya daver nas casas da morada que forom de Johane Anes, scripvam que foy del Rey no Almoxarifado de Lamego e de Viseu ...». ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 3, *maço* 6 *de compras, vendas, contratos e escambos*, n. 20: «Sabham quantos este stromento de partiçom virem que na Era de mill e quatroçentos e trijnta e dous anos, vijnte e sex dias de Mayo, na Çidade de Lamego, na Casa do Cabidoo da See da dicta Çidade, seendo hij [os honra]dos barooes dom Gonçalo Gonçallvez, lecençiado, e Pero Dominguez e Stevoom Domin-

de 1395, ele declarava-se: Nos Gonçallo Gonçallvez, leçenciado in utroque ([572h]).

Há vários documentos relativos a D. Gonçalo Gonçalves, bispo de Lamego, a maioria deles cartas de prazos ou de escambos ou sentenças de seus vigários gerais, dos anos 1395, 1396, 1397 e 1399. A 12 de Junho de 1395, D. Gonçalo, bispo de Lamego, emprazava a João Domingues e a Joana Lourenço, moradores em Souto Covo, um casal no lugar de Barral ([572i]). *A 28 de Julho de 1395, emprazava outro casal a Afonso de Figueiredo, morador na Ribeira* ([572j]). *A 19 de Setembro de 1395, passava mais uma carta de prazo sobre um casal nas Oliveiras a Vasco Martins e a Beatriz Gonçalves* ([572k]). *Muito mais importante a doação que D. Gonçalo, bispo de Lamego, fez ao cabido, a 4 de Novembro de 1397, de vários livros de direito* ([572l]).

No dia 10 de Janeiro de 1396, o vigário geral de D. Gonçalo, de nome Pero Domingues, proferia sentença em questão entre Lourenço Gonçalves, abade da igreja de Santo Irico e meio-cónego de Lamego, e João Esteves, abade de Penajóia ([572m]). *A 18 de Agosto do mesmo ano,*

---

guez e Afomso Vaasquez e Alvaro Martinz e Fernando Stevez e Lourenço Dominguez e Bertolameu Anes, coonigos da dicta see, todos juntos em cabjdoo ... e outrosy estando hy Lourenço de Bretheande, morador na dicta Çidade, marido que foy de Maria Stevez ia pasada, molher que foy de Johane Anes ...».

([572h]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 58: «Sabham quantos esta carta de enplazamento virem que Nos Gonçallo Gonçallvez, leçenciado in utroque, Affonsso Vaasquez ... Alvaro Martinz, Lourenço Doíz, Martim Gonçallvez, conigos, e cabidoo da See de Lamego ... fazemos carta [denprazamento e de] foro a vos Joham da Leyra, homem e servidor do dicto R.º Airas ... Penela, a qual quintaã ora o dicto Rº Airas tragia e Renunciou della ... fectas forom na casa do cabidoo da dicta see ... xii dias do mes dabril. Era de mil e iiii.º centos e trinta e tres annos ...».

([572i]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 55: «Sabham todos que nos dom Gonçalo, bispo de Lamego, faço carta de emprazamento e de foro a vos Joham Doíz e Johana Lourenço, vosa molher, moradores em Souto Covo, onde chamamos o barral, termo da çidade de Lamego ... dhũu casal que nos avemos no dicto logo do barral, o qual soya de trager Antoninho ... na dicta Çidade, nos paaços do dicto Senhor, doze dias de Junho. Era de mil e quatrocentos e trinta e tres anos ...». Cf. 2.ª *remessa de Lamego*, livro 29, t. I: *Rezumo dos prazos antigos*, fl. 143v.

([572j]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 60: «Sabham todos que nos dom Gonçallo, per merçee de Deus e da sancta Jgreia de Roma bispo de Lamego, ffazemos carta denprazamento e de foro a vos Afomso de Figeiredo, morador na Ribyira (!), termo da dicta cidade, e a duas pesoas depos vos, que nom seiam de menor condiçom que vos, e vos nomjardes ... dhũu casal que nos avemos no dicto logo, que chamam o casal pequeno de Val Mayorinho, que parte com herdades do cabidoo de Lamego e com herdades do dicto bispado e com herdades da capella de santa Luzia. Item na Raposeyra hũa herdade que parte com o dicto cabidoo e com o morgado de Ferreyrim e per a via probica. Item no dicto logo da Ribeyra (!) o canpo do oljval que Pedre Anes trage emprazado do dicto bispado, com todas suas entradas e saydas ... fectos forom nos paços do dicto Senhor bispo da dicta Cidade, vijnte oyto dias de Julho. Era de mil e quatrocentos e trinta tres anos ...». Cf. livro n. 29, t. I: *Rezumo de prazos antigos*, fl. 147v.

([572k]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 5 de prazos*, n. 51: «Sabham quantos esta carta denprazamento e de foro virem como nos Gonçallo, pella merçee de Deus e da santa Eigreia de Roma bispo de Lamego, fazemos carta denprazamento e de foro a vos Vaasco Martjnz, mercador, e a vossa molher Beatriz Gonçallvez, moradores na çerca do castello da çidade de Lamego ... dhũu casal que nos avemos hu chamom as Oliveyras, termo da dicta Çidade de Lamego ... fectas forom na Çidade de Lamego, nos paaços do dicto senhor bispo, dez e nove dias do mes de setembro. Era de mill e quatroçentos e trijnta e tres annos; testemunhas: Martim Delgado, abade do Sarzedo, e Vasco Eanes, clerigo do dicto bispo, e G.º Martinz, seu procurador, e Fernam Gonçallvez e Rodrigo Anes e Joham Roíz, homeens do dicto senhor bispo, e Gill Martinz, Raçoeiro de santa Maria dAalmacave, e outros ...». Cf. livro 29 (2.ª *remessa*): t. I: *Rezumo de prazos antigos*, fl. 141.

([572l]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço 3 de testamentos, óbitos e capelas*, n. 24. Cf. ANTT, *Sé de Lamego*, 2.ª remessa, livro 39, n. 95, fls. 146-149v, livro 28, fls. 160-161.

([572m]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço 2 de sentenças*, n. 9: »Pero Dominguez, coonigo e vigairo geeral do honrrado Padre e senhor dom G.º, per merçee de Deus e da sancta Eigreia de Roma bispo de Lamego. A quantos esta carta de sentença virem faço saber que perante mym pareçerom Lourenço Gon-

outro vigário geral, de nome Estêvão Domingues, proferia sentença na contenda entre o cabido de Lamego, representado por Lourenço Gonçalves, meio-cónego da sé, e Gonçalo Anes, morador em Eiró, freguesia de S. Martinho de Cambres ([572n]). *No dia 29 de Janeiro de 1397, mais uma sentença do último vigário geral na demanda entre o cabido, representado pelo cónego Lourenço Domingues, e Beatriz Martins* ([572o]). *Quanto ao ano de 1399, temos duas sentenças dadas pelo vigário geral Estêvão Domingues, uma de 27 de Janeiro na questão entre o cabido, representado pelo cónego Gervas Gonçalves, e Nuno Esteves, testamenteiro de Gonçalo Eixeto, meio-cónego de Lamego* ([572p]), *e a outra de 10 de Novembro na contenda entre o cabido e Afonso Fernandes, clérigo da sé de Lamego e testamenteiro de um certo Vasco* ([572q]).

Já no século XV, D. Gonçalo, bispo de Lamego, a 8 de Maio de 1400, com o cabido, passava carta de prazo a Afonso Antão e Maria Lourenço sobre um casal de Gosende ([572r]). *No ano seguinte, a 8 de Maio de 1401, dava ao abade de S. Pedro das Águias um casal de Távora em troca de casas, herdades, soutos e outros bens que estes possuíam em Trevões* ([572s]). *Antes, a 14 de Abril de 1401, D. Gonçalo assinava uma carta relativa a demanda entre o cabido de Lamego e Martim Bonafé* ([572t]). *A 27 de Agosto de 1402, o deão de Lamego Afonso Martins,*

çallvez, abbade da Eigreia de Sancto Yriço e meyo coonigo da dicta Cidade, e Johanne Stevez, abbade de Penajoija, do dicto bispado ... Dante em Lamego, dez dias de Janeiro. Era de mjl e quatrocentos e xxxiiii annos. *Petrus Dominici* (*assinat. autógrafa*)».

([572n]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 2 *de sentenças*, n. 10: «Stevam Dominguez, coonigo e vig.º geeral do honrrado padre e Senhor Dom Gonçalo, per mercee de Deus e da sancta Eigreia de Roma bispo de Lamego. A quantos esta carta de sentença virem faço saber que demanda e contenda era perante mym antre o Cabidoo da See da dicta cidade per Lourenço Gonçalvez, meyo coonigo da dicta See, seu procurador, actor, da hũa parte, e Gonçalo Eanes, morador no Eiroo da freiguisia de Sam Martinho de Cambres, per sy, Reo, da outra ... Dante em Lamego, xviii dias do mes dagosto. Era de mil e quatrocentos e xxx e quatro annos».

([572o]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 2 *de sentenças*, n. 11: «Stevam Dominguez, coonigo e vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom G.º, per merçee de Deus e da sancta Eigreia de Roma bispo de Lamego. A quantos esta carta de sentença virem faço saber que demanda e contenda era perante mym antre o Cabidoo da See da dicta Cidade per Lourenço Dominguez outrossy coonigo e seu procurador, autor da hũa parte, e Beatriz Martjnz ... per ssy Rea, da outra ... Dante em Lamego, xxix dias de Janeiro. Era de mil cccc. xxx cinquo annos ... Stevam Dominguez (*assinat. autógrafa*)».

([572p]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 2 *de testamentos, óbitos e capelas*, n. 37: «Sabham quantos este stromento virem como em presença de mim Bras Martinz, publico not. na Eigreia de Lamego, e das testemunhas adiante scriptas, perante Stevom Dominguez, conigo e vig.º geeral do honrrado padre e senhor dom Gonçalo, pela merçee de Deus e da sancta Eigreia de Roma bispo de Lamego, parecerom partes, convem a saber Gervas Gonçalvez, coonigo, come procurador do Cabidoo da dicta see da hũa parte e Nuno Estevez, testamenteiro de G.º Eixeto, meo conigo que foy da dicta see, dizendo o dicto procurador do dicto cabidoo que o dicto Nuno Estevez era testamenteiro do dicto procurador do dicto G.º Eixeto e que tijnha o testamento del, no qual era contheudo que mandava algũas cousas ao dicto Cabidoo ... E que fora fecto vinte e hũu dias de mayo da Era de mil e iiii.c xx e quatro anos... fecto em Lamego, vinte e sete dias de Janeiro. Era de mil e quatroçentos e trinta e sete anos ...».

([572q]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 2 *de testamentos, óbitos e capelas*, n. 38: «Sabham todos que na Era de mil quatroçentos e trinta e sete anos, dez dias do mes de novembro, na crasta da sse da Çidade de Lamego, ssendo hi Stevom Dominguez, vigairo do honrrado padre senhor dom Gonçallo, bispo da dicta Çidade ... pareçeu Affomso Fernandez, clerigo da dicta ssee, testamenteiro de Vasco ...».

([572r]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 6 *de prazos*, n. 35.

([572s]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 3, *maço* 3 *de compras, vendas, contratos e escambos*, n. 11.

([572t]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 2 *de sentenças*, n. 12: «Gonçalo, per merçee de Deus e da sancta Eigreia de Roma bispo de Lamego. A quantos esta carta de sentença virem fazemos saber que demanda era perante nos antre o cabidoo da nossa See per Alvaro Gonçalvez, coonigo, seu procurador, da hũa parte, e Martim Bonafe, por ssi e come procurador de Margarida Martinz, sua molher, moradores na

ao emprazar leiras do cabido, existentes em Sande, a Maria Antão, diz que D. Gonçalo, bispo de Lamego, costumava trazer essas leiras ([572u]). *No dia 25 de Setembro de 1402, Nuno Lopes, escudeiro, e sua mulher faziam doação de dois terços de um casal ao nosso D. Gonçalo,* nom come a bispo, mais come a Gonçallo Gonçalvez ([572v]). *Por sua vez, os franciscanos de Lamego, a 19 de Outubro de 1403, doavam a D. Gonçalo, não como a bispo de Lamego, mas sim como a Gonçalo Gonçalves, os moinhos do Pinto, na forma em que os deixara ao mosteiro de S. Francisco o abade de Magueija, Gonçalo Vasques* ([572x]). *De recordar que D. Gonçalo deixou ao cabido os referidos moinhos do Pinto, com obrigação de celebrar uma missa em honra da Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo e que, a pedido de el-rei D. João I e da rainha Dona Filipa, o papa Bonifácio IX, em Julho de 1403, separou os bens da diocese de Cidade Rodrigo, existentes na parte portuguesa do bispado, e uniu-os perpetuamente ao bispado de Lamego, ao qual presidia D. Gonçalo* ([572y]). *Além disso, temos notícias de processo remetido por D. Gonçalo, bispo de Lamego, em apelação para a sé metropolitana de Lisboa, em 1402* ([572z]). *Deste ano de 1402 existe ainda carta original de 20 de Dezembro, dada* in camara nostra de Aveloso, *com assinatura autógrafa, sobre a instituição canónica do reitor da igreja de S. Miguel de Oliveira* ([573]).

Existe carta, com assinatura autógrafa de D. Gonçalo, de 7 de Junho de 1403, relativa ao testamento de Domingos Anes, sapateiro de Lamego, com disposições relacionadas com o mosteiro de S. Francisco de Lamego ([573a]).

Do ano de 1404, temos prazo que D. Gonçalo outorgou, no dia 17 de Maio de 1404, a Fernando Gonçalves de uma vinha em Cepões ([373b]). *A 5 de Julho de 1404, aparece Vasco Martins, chantre, como seu vigário geral em documento sobre o testamento de João Esteves* ([573c]). *A 28 de Julho de 1404, D. João I, prévia queixa de D. Gonçalo, bispo de Lamego, mandava a seus meirinhos, corregedores e justiças entregassem ao bispo os clérigos de ordens sacras e de missa e beneficiados que porventura prendessem, quando o bispo ou seus vigários lho requeressem* ([573d]). *Além do cabido de Lamego, também o bispo D. Gonçalo deve andar relacionado com a carta régia de 4 de Agosto de 1404, que transcreve capítulos apresentados nas Cortes de Lisboa pelos*

---

dicta Çidade, rreos da outra ... Dante em a dicta Çidade de Lamego, xiiii dias do mes dabril. Lourenço Roŧz a fez. Era de mil e iiii.c e trinta e nove annos. *Episcopus Lamecensis (assinat. autógrafa)*».

([572u]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 7 de prazos*, nn. 1 e 2.

([572v]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço 3 de doações, cartas e mercês régias*, n. 23: «Sabham todos que eu Nuno Lopes, escudeiro [e] eu Clara Dominguez, sua molher, moradores na cidade de Lamego, ffazemos pura doação e de valer antre os vivos deste dia pera todo ssenpre a vos dom Gonçallo, bispo que ora sedes da dicta Cidade, nom come a bispo, mais come a Gonçallo Gonçalvez, aa vosa pesoa de dous terços de hũu casall com todas suas perteenças que nos avemos em o noso couto de Parada ... per muitas merçees e boas obras que senpre de vos rreçebemos ... fecta foij na Cidade de Lamego, nos paços do dicto Senhor bispo, vijnte e cjnquo dias de setembro. Era de mil e quatrocentos e quarenta anos ...».

([572x]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço 5 de doações, cartas e mercês régias*, n. 11.

([572y]) ANTT, *Sé de Lamego*, 1.ª remessa, livro 1: *Martirológio antigo da sé de Lamego*, fl. 101, e livro 4: *Obituário da sé de Lamego*, fl. 15v. Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV* (n. 2 de *Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento*, Porto-Braga, 1967), p. 84.

([572z]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço 2 de sentenças*, n. 14.

([573]) ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 35, fl. 99.

([573a]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 20, *maço 4 de testamentos, óbitos e capelas*, n. 12.

([573b]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço 7 de prazos*, n. 12.

([573c]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço 3 de testamentos, óbitos e capelas*, n. 5.

([573d]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço 8 de doações, cartas e merçês régias*, n. 1.

concelhos e respostas de el-rei sobre agravos que o clero recebia ([573e]). *De facto, foi Gervas Gonçalves, tesoureiro da sé de Lamego, quem pediu ao rei o traslado desses artigos ou capítulos, e por outra carta, de 8 de Dezembro de 1407, sabemos que esse Gervas Gonçalves, tesoureiro, em nome de* dom Gonçallo, bispo da dicta Çidade de Lamego, *apresentou um alvará régio, de 13 de Novembro de 1407, sobre o traslado de cartas de D. Dinis e inquirições relacionadas com a diocese de Lamego* ([573f]).

Temos mais uma carta de sentença de D. Gonçalo, bispo de Lamego, a 8 de Junho de 1406, sobre contenda entre o cabido e vários moradores da freguesia de Magueija quanto ao dízimo de trigo, centeio, cevada, milho, etc. ([573g]). *A 13 de Março de 1408, temos carta com assinatura autógrafa dele, com a reprodução de documentos do pontificado de seus antecessores D. Frei Salvado e D. Lourenço* ([573h]).

Como vimos, em 1409, D. Gonçalo, bispo de Lamego, partia para Itália como membro da embaixada que D. João I mandou ao concílio de Pisa, mas ele estava já de volta em 1410. A 28 de Outubro deste ano, passava carta de prazo a Vasco Gonçalves ([573i]). *Existe outra carta do nosso bispo, do mês de Outubro de 1411, ainda com selo pendente, sobre a comparência de Gil Gonçalves, deão de Lamego, e do procurador do cabido, para tratarem de assuntos relacionados com os bens deixados por Afonso Pais, deão de Lamego, para seu aniversário* ([573i]). *Existe também a carta de partilhas, de 10 de Setembro de 1415, dele e do deão Gil Gonçalves, sobre vários*

([573e]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 4, *maço único de concordatas*, n. 13, com selo pendente: «Dom Joham pella graça de Deus Rey de Portugal e do Alguarve. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos livros da nossa chancelaria som escriptos hũus artigos jeraaes que nos pollos conçelhos dos nossos rregnos forom dados em estas cortes que ora fazemos em esta çidade de Lisboa, antre os quaes som escriptos estes artigos, com nossas rrepostas que se adiante seguem. E estes som os agravos que os prelados dizem que a crerezia rreçebe. Primeiramente que lhes nom guardam as cartas de segurança que guanham de seus prelados nem lhes querem dar na nossa corte carta ... Dos quaes artigos susoscriptos Gervas Gonçalvez, tesoureiro da see de Lamego, nos pidio por merçee que lhe mandasemos deles dar o trellado delles (!) em hũua nossa carta aseelada do nosso seello, que se entendiam per elles dajudar ... Dante na çidade de Lisboa, quatro dias dagosto. El Rey o mandou per Alvaro Gonçalvez, seu vasalo e chanceler moor. Affomso Gonçallvez a ffez. Era de mil e iiii.c e Rij annos. Vascus concertada. A.º Gonçalvez».

([573f]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 5, *maço único de inquirições*, n. 1: «Saibham quantos este stromento virem que na Era de mill quatroçentos quarenta çinco annos, oito dias do mes de dezembro, na Cidade de Lixboa, perante Gonçallo Stevez, contador del Rey, en pressença de mjm Gonçalo Gonçalvez, publico notairo, per mandado do dicto Senhor em dar en publica forma o trallado das escripturas que som na torre do castello do dicto Senhor, que esta na dicta Cidade, das quaees scripturas o dicto contador tem as chaves, e das testemunhas que adeante ssom scriptas, perante o dicto contador e mjm dicto G.º Gonçalvez e testemunhas pareçeo hũu homem que sse dizia per nome Gervas Gonçalvez, conigo e tesoureiro da ssee da Cidade de Lamego, e em nome de dom Gonçallo, bispo da dicta Çidade de Lamego, apresentou ao dicto contador hũu alvara do dicto Senhor Rei, fecto em papell e asijnado per elle, segundo em elle pareçia, do quall alvara o theor de verbo a verbo tal he: Nos El Rey ffazemos ssaber a vos G.º Stevez, nosso contador, que teendes o encargo das escripturas do tonbo que estam em essa torre da nossa Çidade de Lixboa, que o bispo de Lamego nos disse que em essa torre estam algũas scrituras que a elle pertençem. E pidionos por merçee que lhe mandasemos dar o trallado dellas em publica forma, porque vos mandamos que busquedes essas escripturas ... que lhe mandedes dar dellas o trallado en publica forma. Unde all nom façades; fecto em Estremoz, treze dias de novembro. Lopo Stevez o fez. Era de mill quatroçentos quarenta Çinco annos. O quall alvara asi mostrado ao dicto contador e eu dicto Gonçallo Gonçalvez buscamos as escrituras do dicto Senhor que stam na dicta torre, antre as quaees foi achado em hũu livro das sentenças que forom dadas ssobre as onrras en tempo del rrey dom Dinis en purgaminho que se começa no julgado de Penafiell ...».

([573g]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 2 *de sentenças*, n. 16.

([573h]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 7 *de prazos*, n. 37.

([573i]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 8 *de prazos*, n. 19.

([573j]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 18, *maço* 4 *de sentenças*, n. 4.

casais ([573k]). *A 26 de Dezembro de 1415, emprazava um casal de Avões a João Martins* ([573l]). *Nos princípios deste ano de 1415, obtinha, a 2 de Abril, que el-rei ordenasse lhe fosse dado traslado duma lei sobre as herdades e vinhas de Riba de Rio* ([573m]).

Temos mais duas cartas de sentença de D. Gonçalo, com assinatura autógrafa, de 26 de Novembro de 1416, em litígio do cabido com o comendador de Vila Cova-à-Coelheira ([573n]), *e de 1 de Setembro de 1417, relativa a contenda entre o cabido e Afonso Anes do Beiço* ([573o]). *Finalmente, existe outra com assinatura autógrafa dele, como curador da alma de Vasco Gonçalves, de 18 de Abril de 1418, a doar casas ao cabido de Lamego* ([573p]). *Neste ano de 1418, D. Gonçalo remetia processo em apelação para a sé metropolitana de Lisboa, onde, conforme documento de 26 de Abril de 1418, foi julgado litígio entre Vasco Gonçalves, abade da igreja de S. João do Pinheiro, do bispado de Lamego, e o deão e cabido* ([573q]). *Em 27 de Abril do mesmo ano, Vasco Martins, chantre do cabido e vigário geral de D. Gonçalo, escrevia carta a João Álvares, juiz da cidade de Lamego* ([573r]).

Há documentos pontifícios do ano de 1418 que nos falam já da velhice de D. Gonçalo, bispo de Lamego, a fazer adivinhar a morte que se aproximava. Em súplicas de 19 de Abril de 5 de Maio de 1418, de Antão Fernandes, sobre a provisão da igreja de Vilar Torpim e porção a ela unida por D. Gonçalo, fala-se da administração da parte portuguesa da diocese de Cidade Rodrigo, confiada ao bispo de Lamego ([573s]). *A 24 de Maio de 1418, D. Gonçalo, bispo de Lamego, já tão velho e enfermo que não podia, sem graves riscos, visitar a diocese, solicitava indulto de satisfazer a esta obrigação, por meio de procuradores, e de reconciliar as igrejas e lugares sacros da diocese por sacerdotes, bem como de fazer testamento* ([573t]).

D. Gonçalo Gonçalves morreu no mês de Fevereiro de 1419, como se disse ([573u]). *A 22 de Março de 1419, depois da sua morte, era passado documento relacionado com a doação referida, que ele fizera dos livros de direito ao cabido, a 4 de Novembro de 1397. Nesse documento, além da doação, vem incluída carta de Rui Salvado, corregedor da Beira, de 15 de Março de 1419, com alusão à morte do bispo e àquela doação* ([573v]). *Por causa dos bens deixados por D. Gonçalo, bispo de Lamego, houve desinteligências entre os sucessores D. Álvaro Gonçalves de Abreu e D. Garcia Rodrigues de Magalhães e o cavaleiro Vasco Fernandes Coutinho e o colector apostólico em Portugal, Rui Dias, conforme consta de cartas de D. Luís, bispo da câmara apostólica, ao colector apostólico, de 13 e 21 de Outubro de 1419* ([573x]), *e doutra, de 30 de Maio de 1423, dirigida ao arcebispo de Lisboa* ([573y]).

([573k]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 3, *maço* 3 *de compras, vendas, contratos e escambos*, nn. 14 e 15.

([573l]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 11, *maço* 10 *de prazos*, n. 1.

([573m]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço* 8 *de doações, cartas e mercês régias*, n. 2.

([573n]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 2 *de sentenças*, n. 18.

([573o]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 2 *de sentenças*, n. 20.

([573p]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 3 *de testamentos óbitos e capelas*, n. 22. Cf. ANTT, *Sé de Lamego*, 2.ª remessa, livro 39, n. 93, fls. 144v-145v, livro 28, fls. 161-162.

([573q]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 2 *de sentenças*, n. 22.

([573r]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 2 *de sentenças*, n. 13.

([573s]) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, nn. 108, 113.

([573t]) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, nn. 119-121.

([573u]) Cf. nota 571. ANTT, *Sé de Lamego*, 1.ª remessa, livro 1: *Martirológio antigo da sé de Lamego*, fl. 93v, n. 75; livro 4: *Obituário da sé de Lamego*, fl. 8v.

([573v]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 3 *de testamentos, óbitos e capelas*, n. 24. Cf. ANTT, *Sé de Lamego*, 2.ª remessa, livro 39, n. 95, fls. 146-149v, livro 28, fls. 160-161.

([573x]) AV, Arm. 29, t. fls. 218-219v.

([573y]) AV, Arm. 29, t. 7, fls. 242-242v.

Quanto ao arcebispo de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, sobre o qual muito se disse atrás, ele foi criado cardeal do título de S. Pedro ad Vincula, *em Junho de 1411, por João XXIII* ([573z]). *Com muita probabilidade ficou por Itália, depois do concílio de Pisa, na Cúria pontifícia. Continuava como seu vigário na arquidiocese de Lisboa seu sobrinho D. Álvaro Afonso, deão de Coimbra, e outros, conforme consta de vários documentos* ([574]). *Já antes, como arcebispo de Lisboa, para onde fora transferido de Coimbra, a 29 de Maio de 1402, aparece pouco nos documentos relativos à arquidiocese que governava por meio de vigários gerais. Há vários documentos de seus vigários em 1403 e 1404* ([574a]). *Em 1405-1406, temos documentos dos vigários gerais Cristóvão*

([573z]) D. João Afonso de Azambuja foi promovido a cardeal pelo papa João XXIII no dia 6 de Junho de 1411. Cf. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 33. Conforme se pode deduzir da documentação transcrita na nota 574°, a 4 de Julho de 1411 ainda não tinha chegado a Portugal a notícia da promoção cardinalícia.

([574]) Documentos em que figura Álvaro Afonso, sobrinho do arcebispo e cardeal de Lisboa, como vigário deste: a 26 de Novembro de 1409 (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 352), a 7 de Janeiro de 1410, 9 de Março de 1411 e 2 de Outubro de 1412 (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 16, n. 314, maço 3, n. 49, maço 1, n. 12). Neste último, de Outubro de 1412, naturalmente, e noutro de 19 de Junho de 1414, já figura como vigário geral do tio cardeal: *Alvaro Afomso, deam de Coinbra, vigairo geeral e logo teente no spritual e temporal do muito honrado padre e senhor dom Joham per merçee de Deus e da santa egreia de Roma cardeal da noble cidade de Lixboa, administrador perpetuu na egreia metropolitana e arcebispado dessa meesma* (ANTT, *Pergaminhos da colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, n. 379). Cristóvão Anes, bacharel em decretos, era também seu vigário geral, conforme diz o papa João XXIII em bula de 1 de Maio de 1413 (AV, Reg. Lat. 165, fls. 124-124v). Documento comprovativo de 17 de Abril de 1414, dele *Christove Eanes, bacharel em degredos, vigairo geerall por o muito honrado padre e senhor ... cardeall de Lixboa e perpetuũ administrador da egreia cathedrall e arçebispado desa meesma*, em *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Gaveta 1, maço 1, n. 9, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 652, pp. 62-65. O papa João XXIII, em bula de 4 de Março de 1412, afirma que o Doutor Estêvão Afonso fora vigário geral do arcebispo de Lisboa, D. João, que à data da bula era cardeal (AV, Reg. Lat. 152, fls. 61v-62). Documentos anteriores ao cardinalato sobre vigários do arcebispo na nota seguinte. Documentos alusivos a D. Álvaro Afonso, bispo eleito do Porto e de Évora, na nota 578.

([574a]) Há documentos alusivos a vigários de D. João Afonso de Azambuja, arcebispo de Lisboa, ou a ele mesmo, antes de ser promovido a cardeal, depois da sua transferência de Coimbra para Lisboa, efectuada a 29 de Maio de 1402 (cf. nota 355). Naturalmente, a sé aparece como vacante a 16 de Março de 1402: «Sabham todos que na Era de mil e quatrocentos e quoreenta annos, dez e sex dias de Março, na çidade de Lixboa, em nos paaços que fforom de dom João, arcebispo dessa meesma, *perante G.º Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral em na dicta cidade e arcebispado por o cabydoo, aa ssee vagante* ...» ANTT, *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, n. 348). Quanto ao ano de 1403, a 7 de Maio «*Cristove Anes, bacheler em degredos, vig.º geeral do honrrado padre e senhor dom Joham, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma ellecto e confirmado em arcebispo de Lixboa ... seendo em outro tempo vigairo outrosy geeral por dom Joham per essa meesma merçee arcebispo que foy da dicta cidade*. E depois finalmente ouvydo e determinhado per mym *per poder e autoridade suso dicta do dicto senhor ellecto e confirmado* ... (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 4, n. 70). A 15 de Maio de 1403: «*Gonçalo Dominguez, coonigo na eigreia de Lixboa, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma ellecto confirmado em arçebispo dessa meesma* ... Dante na dicta çidade, quinze dias de Mayo ... Era de mil e iiii.c e quareenta e hũu annos. Gunsalvus» (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, pergaminhos, maço 19, n. 372). A 10 e a 11 de Julho de 1403: «*Johane per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma arcebispo de Lixboa* ... fazemos saber que perante nos pareçerom partes, convem a saber, a prioressa e convento do moesteiro de Chelas da pres da dicta çidade ... dentro nos nossos paaços, dez dias de Julho ... Era da encarnaçom do Salvador de mil e quatroçentos e tres annos. *J. archiepiscopus Ulixbonensis*» (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 15, n. 297). «*Gonçalle Anes, coonigo na egreia de Lixboa, bacharel em degredos, vig.º geeral do honrrado padre e senhor dom Johane, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma arçebispo dessa meesma* ... Dante na dicta cidade, onze dias do mes de Julho ... Era da Jncarnaçom de nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij e tres anos. *Gonsalvus*» (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 32, n. 625). A 29 de Setembro de 1403, D. João I, rei de Portugal, refere-se ao arcebispo D. João, *do nosso conselho*, juntamente com o Doutor João das Regras, Álvaro Gonçalves,

Anes, Gonçalo Domingues e Gonçalo Anes ([574b]). *Em 1406 e 1407, além destes, aparece também*

---

chanceler, os Infantes, a rainha e outros, em carta régia passada ao Condestável Nuno Álvares Pereira, depois de contenda entre este e el-rei, perante o Doutor Gomes Martins, doutor em leis: «Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que preito e demanda era e esperava de seer perante Gomez Martinz, doutor em leis, antre nos da hũa parte, como autor, per Alvaro Meendez, nosso procurador, e dom Nuno Alvarez Pereira, nosso condestabre, como reeo, da outra, per Pedro Afomso, seu ouvidor e procurador ... [fl. 193v] ... *com dom Joham, arcebispo de Lixboa, e com o doutor Joham das Regas* e Gonçallo Vaasquez de Merllo e Afomso Anes das leis, Gonçallo Periz, Fernam dAlvarez e Joham Afomso de Santarem, *todos do nosso conselho, e com Alvaro Gonçallvez, nosso chamceller moor*, Gonçallo Lourenço, scprivam da nossa puridade, e Joham A.º dAlanquer, veedor da nossa fazenda, consirando ... [fl. 194] ... E em testemunho desto lhe mandamos dar esta carta assynada per nossa mãao e pella R.ª minha molher e pello Iffante Duarte, primogenito, e pellos Iffantes dom P.º e dom Anrrique, meos filhos, e *pellos sobredictos dom Joham, arçebispo de Lixboa, e doutor Joham das Regas*, Gonçallo Vaasquez de Mello, Afomso Anes das leis, G.º Periz, Fernam dAlvarez, Joham de Santarem, *todos do nosso conselho*, e outrossy os sobredictos *Alvaro Gonçallvez, nosso chançeller moor*, e Gonçallo Lourenço, scprivam da nossa puridade, e Joham A.º d'Alenquer, veedor da nossa fazenda, a qual carta mandamos sellar com nosso seello do chumbo. Dada em a nossa muy nobre leal cidade de Lixboa, xxix dias de Setembro. El rrey o mandou. Anrrique de Lixboa a fez, era de mil iiii.c Ri annos» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 192v-194). No dia 8 de Novembro de 1403, «*Cristove Anes, bachaler em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom João ... arçebispo de Lixboa* ... oito dias de novembro. Joham Fernandez a ffez. Era da encarnaçom de nosso Salvador Jhesu Christo de mil e iiii.c e tres anos. *Cristoforus*» (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 16, n. 318). A 14 de Janeiro de 1404: «*Cristove Anes, bachaler em degredos, vig.º geeral do honrrado padre e senhor dom Joham, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma, arçebispo de Lixboa.* A quantos esta carta de autoridade virem faço saber que perante mim pareçeo Martim Afomso, procurador da prioressa e convento do mosteiro dAchelas ... Dada em a dicta çidade, catorze dias de Janeiro. Joham Fernandez a ffez. Era da encarnaçom do nosso Salvador Jhesu Christo de mil e quatroçentos e tres annos» (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 15, n. 298). A 26 de Abril de 1404: «Sabham quantos este pubryco stormento vyrem que na era de mjl e quatroçentos e quareenta e dous annos, vinte e ssex dias do mes dabril, em cyma da claustra da egreia cathedral da çidade de Lixboa, *perante Christove Anes, bacharel em degredos, vig.º geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arcebispo da dicta çidade de Lixboa* ...» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 10, n. 200). A 5 de Junho de 1404: «*Christove Anes bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa, juiz apostolico dado e deputado per nosso Senhor o papa a todos os feitos do moesteiro de sam Viçente de Fora da dicta cidade* ... dada em a dicta çidade, çinquo dias de Junho ... Era da encarnaçom do nosso Salvador Jhesu Christo de mjl e iiii.c e quatro annos. *Christoforus*» (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 22, n. 34). A 26 de Junho de 1404: «*Cristove Anes, bacharel en degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ...» (AUC, Gav. 1, docum. n. 7, publ. em *Chartularium Univers. Portugalensis*, II, n. 575, p. 298). A 30 de Agosto de 1404: «*Cristove Anes, bacharel en degredos, vygairo geeral do honrado padre ssenhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ... Dante na dicta çidade de Lixboa, trinta dyas dagosto. Stev. Anes a fez. Era da Encarnaçom de Christo Salvador do mundo de mjl e quatroçentos e quatro anos» (ANTT, *Pergam. da igreja de Santa Marinha*, maço 6, n. 240). A 28 de Novembro de 1404: «Johane Anes, Raçoeiro da egreia de sam Pedro de Torres Vedras ... faço saber que *perante o honrrado dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ffoi apresentado hũu processo de fecto que perante el veo per apellaçom dante G.e Martinz, scollar em dereito, vig.º geeral de Denys Eanes, deam da dicta çidade ... Dante na dicta çidade de Lixboa, viinte e oyto dias de Novembro. Antonio Martinz a ffez. Era da emcarnaçom de nosso Senhor Jhesu Christo de mill iiii.c quatro annos» (ANTT, *Pergaminhos da colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, n. 355).

([574b]) A 12 de Janeiro de 1406: «Sabham quantos este pubryco stromento de sentença e transauçom virem que na era de mil e quatroçentos e quareenta e quatro anos, doze dias de Janeyro, sobre a claustra da egreia cathedral da moy nobre çidade de Lixboa *perante Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo da dicta çidade de Lixboa*, em presença de mim Diego Alvarez, pubrico tabaliom del Rey ...» (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 22, n. 36). A 16 de Fevereiro de 1405: «Joham Gomez, quartanario na egreia catedral da cidade de Lixboa, scolar em dereito, vig.º geeral do honrrado Denis Eanes, dayam e coonigo na dicta cidade ... da qual o teor tal he: *Gonçalo Doiz, chantre e coonigo da egreia catedral da cidade de Lixboa, vig.º geeral do honrrado padre senhor dom Johanne ... arçebispo desa meesma* ... Dante na dicta cidade, dez e sex dias de Fevereiro. G.º Roiz a fez, ano da

Estêvão Afonso como ouvidor geral. Em 1406, temos um do próprio arcebispo ([574c]). *Nos anos*

---

emcarnaçom de noso Salvador Jhesu Christo de mil iiii.c quatro annos. A qual carta asy mostrada ... Dante na dicta çidade, nove dias de Mayo. Antonio Martinz a ffez. Era da encarnaçom de nosso Senhor Jhesu Christo de mill iiii.c treze annos. Johannes Gomecii» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, n. 352). A 4 de Junho de 1405: «Sabham quantos este publico stormento vyrem que na era de myl e quatrocentos e quarenta e tres annos, quatro dias do mes de Junho, em cyma da claustra da egreia cathedral da muy nobre çidade de Lixboa, *perante Christove Anes, bacharel em degredos, vig.º geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arcebispo da dicta cidade de Lixboa ...*» (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 38, n. 742). A 28 de Setembro de 1405: «In nomine Domini. Amen. *Gonçale Anes, coonigo na see de Lixboa, bachaler en degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo dessa meesma ...* faço saber que preito e demanda pendeo perante mim per processo ordenado antre Reymondo Anes, vigairo perpetuũ da egreia de santa Cruz ... Dante na dicta çidade de Lixboa, viinte e oito dias de Setembro. Joham Gonçalvez a ffez. No anno da encarnaçom de nosso Salvador Jhesu Christo de mil e quatroçentos e cinquo annos» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, nn. 356, 357). Registo ainda sentença do mesmo vigário geral sobre contenda do mosteiro de S. Domingos de Lisboa de 30 de Janeiro de 1405 (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 14, fl. 239), e outra de 3 de Setembro de 1406 (*ibidem*, livro 40, fl. 4).

([574c]) No dia 12 de Janeiro de 1406: «*Gonçalo Domingues, chantre e coonigo da eigreia cathedral da çidade de Lixboa, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo dessa meesma ...* faço saber que Reymonde Anes, vigairo perpetuu da eigreia de Santa Cruz da dicta çidade ... Dante na dicta çidade, doze dias de Janeiro, G.º Roiz a fez. Anno do naçimento do nosso Salvador Jhesu Christo de mil e quatroçentos e seis annos» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, n. 358). No dia 8 de Junho de 1406: «*Gonçalo Dominguez, chantre e coonigo da egreia cathedral da cidade de Lixboa, vig.º geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo dessa meesma ...* faço saber que Lourenço Gomez, prior da eigreia de Santo Stevom da dicta çidade ... oyto dias de Junho. G.º Roiz a fez. Anno da incarnaçom do nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e seis annos. Gunsalvus» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 11, n. 201). A 10 de Junho de 1406: «*Nos Joham, arcebispo de Lixboa*, ffazemos saber a quantos este alvara virem que como quer que dom Vaasco, prior do most.º de sam Viçente, viesse no anno passado e em este anno da Era deste alvara com o convento aas procissoes das festas do Corpo de Deus ... protestando elles que per sua viinda nom entendiam fazer perjuizo a seus privillegios nem se obrigar ... Lixboa, dez dias de Junho. Era da Encarnaçom do nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiii seys annos. *J. archiepiscopus Ulixbonensis*» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 23, n. 2). A 30 de Agosto de 1406: «*Gonçalle Anes, coonigo na egreia de Lixboa, bachaler em degredos, vigairo geeral do honrrado ... dom Joham ... arçebispo dessa meesma ... per Gonçallo Martinz, scolar em direito canonico, seu procurador ...*» (ANTT, *S. Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, caixa 9, maço 25, n. 53). No dia 15 de Novembro de 1406: «In nomyne Domini. Amen. *Christove Anes, bacharel em degredos, vig.º geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa ...* faço saber que perante mym ffoy ordenado hũu processo de fecto antre o prior e Raçoeiros da egreia de sancto Stevom da dicta cidade per Viçente Lourenço, scolar em dereito ... quinze dias do mes de Novembro. Era de mil e quatrocentos e quareenta e quatro annos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 3, n. 146). No dia 13 de Janeiro de 1407: «*Cristove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa e juiz delegado por letra apostolica a todos os preitos e demandas do moesteiro de sam Vicente de Fora* dos muros antigos dessa meesma ... Dante ma dicta cidade, treze dias do mes de Janeiro. Joham Roiz a ffez. Era da Encarnaçom do nosso Salvador Jhesu Christo de mill e iiii.c e seix anos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 23, n. 38). No dia 9 de Maio de 1407: «*Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham, arçebispo de Lixboa ...* faço ssaber que perante mim em juizo pareçeo Rodrigue Anes, coonigo regrante do moesteiro de sam Viçente de Fora ... dada na dicta çidade, nove dias do mes de Maiio. Pedre Anes a fez, era da encarnaçom do nosso Salvador Jhesu Christo de mil e quatrocentos e ssete anos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora*, maço 23, n. 13). No dia 8 de Junho de 1407: «*Gonçallo Doïz, chantre e coonigo na egreia de Lixboa, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo dessa meesma ...* faço saber que Lourenço Gomez, prior da egreia de sancto Stevam da dicta çidade ... Dada em a dicta çidade, oito dias do mes de Junho. Affonso Gonçallvez a ffez. Era da encarnaçom de nosso Salvador Jhesu Christo de mil e iiii.c e sete annos. *Gunsalvus*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 9, n. 174). No dia 11 de Julho

seguintes, aparece o arcebispo em 1409, bem como seu sobrinho Álvaro Afonso, deão de Coimbra, como vigário, em 1409, além de Cristóvão Anes e Gonçalo Martins no ano de 1408 ([574d]). *Em*

---

de 1407: «... *Gonçallo Doĩz, coonigo e chantre na egreia de Lixboa, vigairo jeerall do honrrado padre senhor dom Joham ... arçebispo desa meesma* ... faço saber que perante mim pareçeram Raphaell Palestrello, prior da egreia de samta Marinha da dicta cidade ... dada na dicta çidade, honze dias do mes de Julho ... Era da emcarnaçom de nosso Salvador Jhesu Christo de mill e quatroçentos e sete anos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 4, 126). No dia 10 de Outubro de 1407: «*Stevam Affonsso, scolar em dereito canonico e ouvidor geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ... faço saber que perante mim foy ordenado hũu processo de feito antre Reymonde Anes, vigairo perpetuũ da egreia de santa Cruz da dicta çidade, e os Raçoeiros da dicta egreia ... per sentenças diffinitivas *per Razom de ofertas e saimentos que se fezerom na dicta egreia cathedral por o Ifante dom Affomso e por dom Joham primeiro arçebispo que foy da dicta cidade e por a madre de Sancho Gomez do Avellaal*, a qual conta e custas forom contadas per meu mandado per esta guisa que se segue ... Dada em a dicta çidade, dez dias do mes doutubro. Affomso Gonçalvez a ffez. Era da encarnaçom do nosso Salvador Jhesu Cristo de mil e iiii.c e sete anos. *Stephanus Alfonsi*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, n. 365). Lembro ainda sentença de *Gonçalo Anes, coonigo na see de Lixboa, bachaler en degredos, vigairo geeral do honrado padre e senhor dom Joham ... arcebispo dessa meesma*, de 28 de Julho de 1407 (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 23, fl. 341).

([574d]) No dia 10 de Fevereiro de 1408: «In nomine Domini, amen. *Cristove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ... faço saber que perante mim pareçerom partes, convem a saber, Lourenço Gomez, prior da eigreia de sancto Stevom da dicta çidade ... dez dias do mes de Fevereiro da dicta Era de mil e quatroçentos e quareenta e seis annos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 8, n. 153). No dia 16 de Julho de 1408: «In nomine Domini, amen. *Christove Anes, bacharell em degredos, vigairo geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ... faço saber que perante mym em juyzo pareçerom ... Lourenço Gomez, prior da egreia de santo Stevom situada na dicta çidade per si e em nome desa egreia e dos Raçoeiros della e *per Viçente Lourenço, scolar em dereito canonico* e procurador do numero da dicta audiencia, seu procurador, da hũa parte, e Catelina Gonçallvez e Lionor Gonçallvez, sua yrmãa, moradores na freguesia da dicta egreia, filhas que forom de Gonçallo Beentez, pescador, per si e *per Gonçallo Martinz, scolar em dereito canonico* e procurador do numero da dicta audiencia ... dez e seis dias do mes de Julho. Era de mill e quatroçentos e quareenta e seis annos ...». (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 5, n. 87). No dia 19 de Agosto de 1408: «*Gonçallo Martinz, scolar em dereito, juiz comissairo dado por dom Joham, arcebispo de Lixboa*, a hũu ffecto ... Dante ... dez e nove dias dagosto. Ant.º Martinz a ffez. Era da emcarnaçom de nosso Senhor Jhesu Christo [de mil] iiii.c oyto annos. *Gonsalvus*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, n. 367). No dia 15 de Janeiro de 1409: «In nomine Domini, amen. Sabham quantos este stormento publico de theor doutro rreduzido em publica forma virem que na era de mill e quatroçentos e quareenta e sete anos, quinze dias do mes de Janeiro, na claustra da egreia cathedral da çidade de Lixboa, *perante Christove Anes, bacharel em degredos, vigayro geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo da dicta cidade ...*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 5, n. 197). No dia 8 de Março de 1409: «*Johane, per merçee de Deus e da sancta igreia de Roma arçebispo de Lixboa.* A quantos esta carta de auctoridade virem, fazemos saber que perdante nos pareçeo Ayras Afomso, scudeyro, e mostrou e pubrycar fez hũa carta ... oyto dias de março ... Era da encarnação de nosso Senhor Jhesu Christo de mill quatroçentos oyto annos. *Jo. archiepiscopus Ulixbonensis*» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de Chelas*, maço 37, n. 729). No dia 16 de Agosto de 1409: «*Christove Anes, bachaller em degredos, vigairo geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ... faço saber que perante mym pareçerom partes convem a saber, Rafael Palastrello, prior da egreia de Santa Marinha da dicta çidade, actor dhũua parte, e Joham de sam Pedro e Vasco Lourenço Raçoeiros na dicta egreia per ssy ... Dante na dicta cidade, dez e seis dias dagosto. Lope Anes a ffez. Era da encarnaçom do nosso Salvador Jhesu Christo de mil e iiii.c e nove annos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 351). No dia 27 de Setembro de 1409: «In nomyne Domini, amen. *Christove Anes, bacharell em degredos, vigairo geerall do honrrado padre senhor dom Joham ... arçebispo da muy nobre leal çidade de Lixboa* ... faço saber que perante mym em juizo foy hordenado hũu fecto per processo antre partes, convem a saber, o moesteiro e convento de sam Vicente de Fora dos muros antigos da dicta cidade *per Gonçallo Martinz, scollar em dereito*, seu procurador ... viinte e sete dias do mes de setenbro. Era de mill e quatroçentos e quareenta e sete annos ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 21, n. 29). No dia 15 de Novembro de 1409: «In nomine Domini,

1410 e 1411, figura sobretudo Cristóvão Anes e também Martim Lourenço, prior da igreja de Santiago de Lisboa ([574e]). *A razão da ausência do arcebispo está no facto de andar ao serviço*

---

amen. *Cristove Anes, bachaller em degredos, vigairo geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ... faço saber que perante mim pareçerom partes, convem a ssaber, Lourenço Gomez, prior da egreia de Santo Estevam ... Dada na dicta çidade, quinze dias de novembro. Lope Anes a fez. Era da Encarnaçom do nosso Salvador Jhesu Christo de mil e quatroçentos e nove annos ... *Christoforus*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 17, n. 329). No dia 26 de Novembro de 1409: «*Alvaro Afomso, dayam de Coinbra, scollar em dereito canonico, vig.º geeral no spiritual e temporal do honrrado padre senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ... faço saber que visitando eu a egreia de sancta Marinha do outeiro da dicta çidade de Lixboa em absençia do prior della ... Dante na dicta çidade de Lixboa, viinte e seis dias de Novembro ... Era da encarnaçom de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiii.c e nove annos, *decanus Colimbriensis*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 352). Do vigário geral Gonçalo Anes registo sentença de 25 de Junho de 1408 (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 11, fl. 149).

([574e]) No dia 31 de Março de 1410: «In nomine Domini, amen. *Christove Anes, bacharell em degredos, vigairo geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... arcebispo de Lixboa* ... faço saber que perante mim em juyzo paresçerom partes, convem a saber, Raphael Palastrello, prior da egreia de sancta Marinha do outeiro, situada na dicta çidade, e Joham de sam Pedro Raçoeiro e prioste da dicta egreia ... trinta e hũu dias do mes de março. Era de mill e quatroçentos e quareenta e oito annos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 1, n. 36). No dia 24 de Abril de 1410: «*Cristove Anes, bachaller em degredos, vig.º geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ... faço saber que perante mim, em juizo pareçerom partes, convem a saber, Joham de sam Pedro, Raçoeiro e prioste na egreia de santa Marinha da dicta çidade ... Dante em a dicta çidade, viinte e quatro dias dabril. Afomso Perez a fez. Era da encarnaçom de noso Salvador e Jhesu Christo de mill e iiii.c e dez annos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 7, n. 263). Nos dias 21 e 23 de Maio de 1410: «*Christove Anes, bachaller em degredos, vig.º geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ... faço saber que Joham de sam Pedro, Raçoeiro da egreia de sancta Marinha da dicta cidade, fez citar perante mim a juizo ... Dante em a dicta çidade, vinte e hũu dias de Mayo. Afomso Perez a fez. Era da encarnaçom de noso Salvador Jhesu Christo de mill e iiii.c e dez annos» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 1, n. 25). «In nomine Domini. Amen. *Christove Anes, bacharell em degredos, vigairo geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa* ... faço saber que perante mym em juyzo paresçerom partes, convem a saber, Raphael Palastrello, prior da egreia de sancta Marinha, situada na dicta çidade, e Vaasco Lourenço, Raçoeiro e prioste da dicta egreia per si ... e Diego Afomso Sardinha, mercador, morador na dicta çidade, per si e *per Johane Anes, escolar em dereito canonico* ... viinte e tres [dias] do mes de Mayo da Era de mill e quatroçentos e quareenta e oito annos ... *Christoforus*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 6, n. 231). No dia 25 de Agosto de 1410: «*Martim Lourenço, prior da igreja de Santiago de Lixboa, escollar en dereito canonico, vig.º geerall do honrrado padre senhor dom Joham* ... faço saber que perante mim pareçerom partes, convem a saber, Vaasco Lourenço, raçoeiro que ora he da igreia de sancta Marinha da dicta cidade, como prioste que em ella foy na era de mil e quatroçentos e xlvi annos ... arçebispo, viinte e çinquo dias do mes dagosto. Fernando Affomso a ffez, era da encarnaçom de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e dez annos. *Martinus*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 3, n. 102). No dia 18 de Novembro de 1410: «In nomine Domini, amen. Sabham quantos este publico stormento de theor doutro rreduzido em publico virem que na era de mill e quatroçentos e quareenta e oyto annos, dezoyto dias do mes Novembro, na claustra da egreia cathedrall da dicta çidade de Lixboa *perante Christove Anes, bacharell em degredos, vigairo geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo da dicta çidade ...*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 6, n. 236). Do vigário geral Gonçalo Anes temos sentença de 14 de Janeiro de 1410 (ANTT *S. Domingos de Lisboa*, livro 23, fl. 309).

No dia 13 de Janeiro de 1411: «Em nome de Deus, amen. *Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... arcebispo da mui lial çidade de Lixboa* ... faço saber que Airas Afomso, morador em Freellas, fez demanda perante mim a Joham de sam Pedro, Raçoeiro e procurador de santa Marinha desta çidade ... fecto treze dias de Janeiro da Era de mil e iiii.c e quorenta e nove annos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 354). No dia 4 de Julho de 1411: «Em nome de Deus, amen. Sabham quantos este stormento fecto em esta publica forma virem que na Era de mil e quatroçentos e quarenta e nove anos, quatro dias do mes de Julho, *dentro na claustra da egreia catedral da ciãade de Lixboa em audiança perante Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre*

de D. João I. Dos embaixadores que foram a Castela para tratar, em Segóvia, «tregua e paz por sempre», na expressão de Fernão Lopes, faziam parte «os honrrados D. João arcebispo, que depois foi cardeal, *e João Vasques dAlmada, cidadão de Lisboa, mui honrrado cavaleiro, e* Martim Docem, doutor em leis ... *os quaes chegaram a Segóvia uma quarta feira, primeiro de Junho ...», depois de terem sido nomeados no dia 23 de Abril de 1402. Conforme se viu, ainda estavam em Segóvia no dia 6 de Outubro de 1402* ([575]). *Segundo sentença régia de 19 de Junho de 1404, D. João I tinha mandado «ao* arçebispo de Lixboa *e a Alvaro Gonçalves e a Vasco Esteves, nossos chançareis, que com os doctores Lourenço Anes e Gil Martins e com outros letrados do nosso dezembargo se enformassem sobre o que a dita Dona Lianor dizia e pedia», os quais chegaram a um acordo, pelo qual «*acorda o arcebispo de Lixboa *com aquelles a que el Rey esto commeteo que visem, que Dona Lianor, mulher que foi do Doutor João das Regras, aya a administração dos morgados das albergarias de Lopo Soares ...»* ([575a]). *Assistia também às cortes de Évora, a 7 de Abril de 1408* ([575b]). *Antes, como se viu, andava ocupado com a aprovação do escambo feito entre D. João I e o bispo do Porto, que ele aprovou, em 13 de Abril de 1406, e, a 21 de Maio de 1408, aprovava o escambo entre o arcebispo de Braga e el-rei.*

Já atrás ficou dito e documentado que D. João Afonso de Azambuja andou pela Cúria Romana ao serviço de D. João I, rei de Portugal, em 1387 e nos anos de 1390-1391, quando foi transferido da sé de Silves para a do Porto. Em 1411, depois de andar ao serviço de D. João I até 1409, como acabamos de ver, partira para a Cúria Romana, a fazer parte do colégio cardinalício, após ter participado no concílio de Pisa em 1409-1410, e era criado cardeal, como se viu. Já me referi às viagens para Itália, como embaixador ao concílio. Antes de lembrar outras que empreendeu como membro do colégio cardinalício pelas várias cidades por onde passou a Cúria papal,

---

senhor dom Joham ... arçebispo desa mesma ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 23, n. 34). No dia 9 de Junho de 1411: «In nomine Domini, amen. *Christove Anes, bacharell em degredos, vigairo geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... arçebispo de Lixboa ...* faço saber que perante mim em juizo parescerom partes, convem a saber, a egreia de sancta Marinha do outeiro, situada na dicta çidade, per Joham de sam Pedro, Raçoeiro e procurador desa egreia, per si e em nome della, auctor da hũua parte, e Antom Afomso, genrro do bispo de Cidade, morador em Sanctarem, per si e per Gonçallo Martinz, escolar em dereito canonico e procurador do numero na audiençia do dicto senhor arcebispo, seu procurador, rreo da outra ... nove dias do mes de Junho da era de mill e quatroçentos e quareenta e nove annos ...» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 3, n. 103). No dia 15 de Junho de 1411: «... na Era de mil e quatroçentos e quarenta e nove annos, quinze dias do mes de Junho, na çidade ... *perante Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geerall do honrrado padre senhor dom [Joham] ... arçebispo dessa meesma ...»* (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 355). No dia 1 de Julho de 1411: «... na Era de mil e quatroçentos e quarenta e nove annos, primeiro dia do mes de Julho, na cidade de Lixboa, dentro na clasta da egreia catedral em audiençia *perante Christove Anes, bacharell em degredos, vigairo geeral de dom Joham, arçebispo dessa meesma ...»* (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 355, costas). No dia 4 de Julho de 1411: «Em nome de Deus, amen. Sabham quantos este stormento fecto em publica forma virem que na Era de mil e quatroçentos e quarenta e nove annos, quatro dias do mes de Julho, *dentro na claustra da egreia catedral da cidade de Lixboa, em audiança perante Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do honrrado padre senhor dom Joham ... arcebispo desa meesma ...»* (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 23, n. 34).

([575]) FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, 2.ª parte, cap. 186-188. Cf. nota 507a.

([575a]) Docum. de 19 de Junho de 1404, em Bibl. Nacional de Lisboa, *Fundo Geral*, cod. 1.106, fls. 178-179, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, VI, I parte, Coimbra, 1954, n. 7, pp. 187-189, e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa, 1968, n. 574, p. 197.

([575b]) Docum. de 7 de Abril de 1408, em *Gabinete de História da Cidade do Porto, Pergaminhos*, livro 3, docum. 61, publ. por A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, I, pp. 381-384, docum. n. 9, pp. 381-384; *Monumenta Henricina*, I, n. 134, pp. 316-319; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 594, p. 322.

nesse tempo, quero recordar alguns documentos portugueses que nos falam daquelas suas anteriores viagens referidas, como embaixador de D. João I ao papa Urbano VI, em 1387, e ao papa Bonifácio IX em 1391. Há documentos régios do tempo, em que ele era bispo do Porto, depois de Coimbra e, finalmente, arcebispo de Lisboa. Alguns deles referem-se directa ou indirectamente a estes acontecimentos. Vou apresentar um ou outro e recordar até alguns já referidos, mais ou menos até à sua partida para a Itália, antes do concílio de Pisa.

Por carta de 24 de Setembro de 1390, el-rei D. João I mandava a Álvaro Gonçalves, vedor da sua fazenda, e aos contadores e juiz dos contos de Lisboa continuassem a dar o mantimento a João Lobato, a quem D. João Afonso, bispo de Silves e conselheiro régio, antes de partir para a Cúria papal, deixava o «encarrego de seus beens e coussas que tem na cidade de Lixboa, em seu termo e na comarca darredor»:

> *«Dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugall e do Algarve. A vos Alvaro Gonçallvez, veedor da nossa fazenda, e a Affonso Martinz e Diegayras, nossos contadores, e ao juiz dos nossos contos da Cidade de Lixboa e outros quaaesquer que esto ouverem de veer, a que esta carta ffor mostrada, ssaude. Sabede que dom Joham bispo de Silve, do nosso consselho, nos disse que,* porquanto ora el vay aa corte per nosso mandado e lexa encarrego de seus beens e coussas que tem na cidade de Lixboa, em seu termo e na comarca darredor a Joham Lobato, nosso contador, *nos pedia por mercee que mandassemos que enquanto ell durasse em esta messagem que ora vay E o dicto Joham Lobato fosse ocupado em algũas coussas ssuas, que ouvesse sseu mantymento que de nos ha daver com esse officio de contador. E nos vendo o que nos pedya e querendolhe ffazer graça e mercee, temos por bem e mandamos que emquanto assy o dicto bispo durar na dicta message e o dicto Joham Lobato ffor ocupado em algũas coussas ssuas que lhe aya de veer e procurar, que ell aja e possa aver o dicto sseu mantymento e vestir, assy como sse cada dia contynuadamente veesse sservir a esses contos. E mandamos a vos que lho façades assy dar e pagar ssem outra nenhũa contenda. Umde all nom ffaçades. Dante em Santarem, xxiiii dyas de Setembro. El Rey o mandou. Gonçallo Caldeyra a ffez. Era de mill e iiii.c vynte oyto anos»* (575c).

No seu regresso de Roma, já como bispo do Porto, el-rei D. João I mostrava-se reconhecido para com ele pelos «muitos e stremados serviços que nos e estes regnos recebemos do dicto bispo, specialmente como duas vezes, poendo seu corpo em aventura, foe por nosso enbaxador a corte de Roma aderençar nossos fectos e negocios que nos muito compriam e enderençou segundo a nos fazia mester». *Por isso, a 1 de Julho de 1391, lhe fez doação do padroado da igreja de S. Salvador de Lisboa, onde jazia seu tio João Esteves de Azambuja, na capela que aí mandara edificar, com o fim de o bispo, seu conselheiro e prelado do Porto, fazer aí uma capela e instituir um morgado de seus bens:*

> *«Doaçam do padroado de sam Salvador de Lixboa a dom Joham, bispo do Porto. Dom Joham, etc., em sembra com a R.ª dona Filipa e com ho Iffante dom Afomso, nosso filho primogenito e herdeiro. A quantos esta carta virem fazemos saber que dom Joham, bispo do Porto, do nosso conselho, nos dise que Joham Stevez, seu tio, jaz sepultado na nossa igreia de sam Salvador que he na nossa mui nobre leal cidade de Lixboa, em hũa capella que edificou na dicta igreia per seus beens. E que por quanto o dicto bispo quer fazer hũa*

(575c) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 11.

capella na dicta igreia e esso meesmo quer hordenar hũu moorgado dos seus beens, nos pedia por mercee que pera a dicta capella e moorgado seer milhor e mais nobre, lhe desemos pera sempre o nosso padroado da dicta igreia de sam Salvador, que o ouvesse elle e os seus herdeiros que depos elle viessem, assy os que fosem seus herdeiros per testamento como abintestado, ou aquel ou aquelles a que o elle der ou leixar expresamente e que os sobredictos ho aiam como ho elle hordenar. E Nos veendo o que nos assy dizia e pedia e veendo e consirando os muitos e stremados serviços, *que nos e estes regnos recebemos do dicto bispo, specialmente como duas vezes, poendo seu corpo em aventura, foe por nosso embaxador a corte de Roma aderençar nossos fectos e negocios, que nos muito* compriam e enderençou segundo a nos fazia mester, e outrossy del entendemos de receber ao diante. *E querendolho nos conhecer e galardoar com mercees, o que cada hũu Rey he theudo de fazer aaquelles que o bem servem, teemos por bem e de nosso proprio movimento e certa scientia e poder absoluto lhe damos e doamos e lhe fazemos livre e pura doaçam antre vivos valledoira deste dia pera todo sempre pera elle e pera todos seus herdeiros e pera aquelles a que o el der ou leixar como suso dicto he, do padroado da dicta igreia de sam Salvador da dicta cidade* [*fl. 45va*] *de Lixboa. E porem mandamos que elle e os dictos seus herdeiros ou aquel ou aquelles a que o el der ou leixar o dicto padroado como dicto he, pera sempre, possam apresentar aa dicta igreia, cada que vagar, qualquer pesoa que a elles prouver, e Rogamos a dom Joham, bispo da dicta cidade de Lixboa que ora he, que a esta doaçam que ora fazemos deste padroado ao dicto dom Joham bispo do Porto e a seus herdeiros ou aaquelles a que o elle der ou leixar, antreponha sua auctoridade e a aprove e aia por boa pera todo sempre ... Com entendimento que o padroado da dicta igreia de sam Salvador nunca possa pasar aa igreia do Porto, de que elle ora he bispo, nem a outra nenhũa igreia ... Dante na nossa villa de Leirea, primeiro dia de Julho, el rrey o mandou. Alvaro Gonçallvez a fez, era de mil iiii.c xxix anos»* ([575d]).

Neste mesmo sentido, a 10 de Julho de 1393, o monarca dava «Licença pera comprar beens ao bispo do Porto. Carta per que o dicto senhor deu lugar a dom Joham, bispo do Porto, per que pudese comprar beens que vallesem mil dobras pera dotar hũa capella que queria fazer, etc. em Lixboa, x dias de Julho de mil iiii.c xxxi annos» ([575e]). *E a 6 de Setembro de 1394, como se viu, D. João I, rei de Portugal, confirmava a doação que* Dom Joham, bispo do Porto, do nosso conselho, *fizera da* quarta parte das rendas da dicta igreia ... aa prioresa e donas do moesteyro novamente por el fundado na igreia de sam Salvador de Lixboa ([575f]).

D. João I refere-se ainda às embaixadas de D. João Afonso de Azambuja ao papa, nos mesmos termos da carta da doação do padroado da igreja de S. Salvador de Lisboa, em carta de 1 de Julho de 1391, ao instituir e determinar a jurisdição da vila de Aveiras, que era pertença do bispo embaixador:

> *«Como Aveiras foe fecta villa e lhe foe dada jurdiçom. Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que dom Joham, bispo do Porto, do nosso conselho, nos disse que o lugar dAveiras de fundo, que he em termo de Santarem, he seu, que ha em elle certas rendas e direitos. E que* [*fl. 92a*] *porquanto o dicto lugar he alongado da dicta villa de Santarem e elles allo som sogeitos, que o pasam mui mal e recebem em ello grandes*

([575d]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 45b-45v.
([575e]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 88b.
([575f]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 26a-26vb.

agravamentos. E que nos pedia por mercee que em emenda dos serviços que nos ha fectos, lhe fizesemos o dicto lugar dAveiras villa apartada sobre ssy e a tirasemos da sugeiçam e termo da dicta villa de Santarem. E nos veendo o que nos pedia e querendolhe fazer graça e mercee, consirando os muitos e stremados serviços que nos e estes regnos recebemos e entendemos de receber do dicto bispo, e especialmente como duas vezes, poendo seu corpo em aventura, foe por noso ambaxador aa corte de Roma aderençar nossos fectos e negocios, que nos muito compriam, e os aderençou segundo a nos fazia mester. *E querendolho nos conhecer e galardoar com mercees, o que cada hũu Rey he theudo de fazer aaquelles que o bem servem, teemos por bem e fazemoslhe o dicto lugar dAveiras villa apartada sobre ssy. E que daqui endiante pera sempre aia jurdiçom sobre ssy e seia isento e fora do termo e sugeiçam da dicta villa de Santarem per esta guisa que se segue, scilicet que aja juizes enlegidos em cada hũu anno pollos moradores do dicto lugar e esse meesmo os outros officiaaes que perteencem a rregimento da villa e que o dicto bispo lhos confirme. E ponha e possa poer alcaide e moordomo e os outros officiaães que forem compridoiros pera comprimento do direito e justiça ... Dante em Leirea, primeiro dia de Julho, el rrey o mandou. Gonçallo Caldeira a fez, era de mil iiii.c xxix anos»* ([575g]).

No dia 16 de Junho de 1393, D. João I, rei de Portugal, fazia Doaçam de Salvaterra ao bispo do Porto, *na forma como a tivera seu pai Afonso Esteves de Azambuja, por* Carta per que o dicto senhor fez doaçam a dom Joham, bispo do Porto, de Salvaterra de Maagos e de Çacara botom e da lizira da Talaya, com todas suas rendas e direitos, assy e pella guisa que os tinha e avia Afonso Stevez dAzambuia, seu padre, com condiçam que depois de sua morte nom os aia igreia de que elle seia beneficiado, etc., em Lixboa, xbi dias de Junho de mil iiii.xxxi annos» ([575h]). *A 26 de Novembro de 1396, o monarca confirmava a* doaçam de Salvaterra de Magoos a Ruy Gomez dAzevedo com sua jurdiçom, *que* dom Joham, bispo do Porto, do nosso conselho, lhe fez ... a el e a Catelina Affomso, sua molher ... com seu termo e com todas suas rendas, direitos e perteenças e com toda sua jurdiçom civel e crime e dos direitos do campo de Çaquarabotom, pera el e pera todos seus herdeiros e descemdemtes ... pella guisa que a avia Afomso Stevez dAzambuia, padre do dicto bispo, e o dicto bispo esso meesmo ... Dante na cidade de Lixboa, xxvi dias de novembro, el rrey o mandou. Alvaro Gonçallvez a fez, era de mil iiii.c xxxiiii annos» ([575i]).

A 8 de Novembro de 1400, quando D. João Afonso de Azambuja era já bispo de Coimbra, para aqui transferido da sé do Porto, continuando como conselheiro régio, o monarca declarava, após instância do bispo, que as freiras do mosteiro de S. Salvador de Lisboa eram isentas de pagarem quaisquer dízimas, conforme letras do Santo Padre, motivo por que ordenava que nenhum de seus recebedores as obrigasse a pagar a dízima e meia que então se arrecadava para el-rei:

«Dom Joham, pella graça de Deus Rej de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem fazemos saber que o bispo de Cojnbra, do nosso consselho, nos disse que a prioressa e donas do seu Moesteiro de Sam Salvador da Cidade de Lixboa tem leteras de nosso Senhor o Padre sancto, per que lhes outorgou graça que nom pagassem nenhũas dizemas que per el nem per seus collectores fossem lançadas aas egreias e clerezia do nosso Senhorio, segundo na dicta letera todo esto mais compridamente he conteudo. E que nom

([575e]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 91va-92b.
([575h]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 87vb.
([575i]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 128va-128vb.

enbargando esto, som costranjudas que paguem nas dizemas que sse pera nos Recadam. E pedionos por merçee que mandassemos que ffossem dello escusadas, pois tal graça teem do Padre Santo. E Nos veendo o que nos pedia e querendolhes ffazer graça e mercee por esmolla, teemos por bem e mandamos que ellas e o dicto seu moesteiro e beens delle nom paguem em esta dizema e mea que se ora per nos Recada nem em outras nenhũas dizemas que daqui endeante se pera nos lançarem e Recadarem, posto que os outros Moesteiros e Egreias dos nossos Rejnos paguem em elo. E porem mandamos aos Sacadores e Reçebedores que ora som e fforem ao deante das dictas dizimas e a outros quaesquer que esto ouverem de veer e Recadar, que as nom costragam nem mandem costranger pera elo em nenhũa maneira do mundo. Ca nossa merçee e voontade he seerem delo jsentas e escusadas e lhes guardem bem conpridamente esta carta nossa sem nenhũu enbargo. Non enbargando quaeesquer cartas e hordinações que em contrairo dello veiam e nom vãao contra ella, senom seiam çeertos que lho estranharemos muj gravemente. Umde al nom ffaçades. Dante na Çidade de Bragaa, oyto dias de Novembro. El Rej o mandou. Gonçallo Caldeira a ffez. Era de mil iiii.c xxxviii.º annos. El Rej» (575i).

Já mencionei alguns documentos relativos à embaixada de D. João Afonso de Azambuja a Castela para as pazes entre os monarcas de Portugal e Castela. Aqui transcrevo a carta régia de quitação, do dia 25 de Setembro de 1404, relativa a empréstimo feito por Luís Esteves ao arcebispo de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, então bispo de Coimbra, quando foy a Castella em nossa embaixada:

«*Carta de quitaçom de don Joham, arcebispo de Lixboa, de cem mil libras que lhe el Rey mandou emprestar per Lujs Estevez, morador em Cojnbra, Recebedor que foj do pedido e meo que ffoy outorgado ao dicto Senhor nas cortes de Bragaa. Dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A vos Lujs Estevez, morador em Cojnbra, Recebedor que fostes do pedido e meo que nos foy outorgado nas cortes que fezemos em Bragaa, saude. Bem ssabedes como per nosso mandado* emprestastes ao arcebispo que ora he de Lixboa, em seendo bispo dessa cidade, çem mill libras, as quaes lhe mandamos enprestar quando foy a Castella, em nossa embaixada. *E por quanto nos quitamos ao dicto arcebispo as dictas çem mill libras e mandamos que o nom demandedes por elas e lhe entregedes algũa obrigaçom, se a por esto tem fecta. E per esta carta mandamos aos nossos contadores que volos Recebam em contos e em despesa, ssem outra contenda nenhũa. Umde al nom façades. Dada em Lixboa, xxb dias de Setembro. El Rey o mandou per Alvaro Gonçallvez de Freitas, seu vasalo e veedor da ssua fezenda. Martim Vasquez a fez. Era de mil e iiii.c R ii anos. Lourenço Vicente. Johane. Alvaro Gonçallvez»* (575k).

A 24 de Abril de 1407, atendendo a queixas do arcebispo de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, de não lhes serem cabalmente respeitadas as atribuições ou jurisdição de Aveiras, o monarca mandava que este lugar continuasse vila independente, mesmo depois da morte do arcebispo, e que lhe sucedessem seus herdeiros na jurisdição sobredita:

«*Da jurdiçam dAveiras, termo de Santarem. Dom Joham, etc. A vos juizes e homens boõs da nossa villa de Santarem e a outros quaaesquer que esta carta virdes, saude;*

(575i) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 27v.
(575k) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 28v.

sabede que dom Joham, arcebispo de Lixboa, do nosso conselho, nos disse que nos a seu requerimento, por lhe fazermos mercee, fizemos o seu lugar dAveiras villa apartada e que ouvese pera sempre jurdiçom sobre ssy e fosse isenta e fora do termo e sugeiçom da dicta villa de Santarem e que ouvese em ella juizes emlegidos em cada hũu anno per os vizinhos do dicto lugar dAveyras e os outros officiaães que pertencerem a rregimento de villa. E que el dicto arcebispo lhes confirmase e pusese alcaides e moordomos e outros officiaães que compridoiros fossem pera comprimento de justiça. E que os dictos juizes assy per el confirmados livrasem todolos fectos criminaães e civeẽs que fossem ataa conthia de quinhentas libras da moeda que ora corre. E que as apellaçooes dos dictos fectos fossem pera os juizes de Santarem e dhi pera a nossa corte. E que quando os da dicta villa fossem chamados [*fl. 162a*] *pera hir a nossa hoste, que os do dicto lugar dAveyras fosem com elles e guardasem a sua bandeira. E que em outra guisa lhes nom fosem sugeitos, segundo todo esto he contheudo e faz mençam em hũa carta nossa que el dicto arcebispo de nos tiinha, dizendo que, porquanto lhe a dicta carta nom era bem guardada e compria de seer em algũas cousas declarada, que porem nos pedia por mercee que lha mandasemos guardar e declarasemos se era nossa mercee seer o dicto lugar villa sobre ssy despois de sua morte e lhe socederem seus herdeyros na dicta jurdiçom e averem como a ele avia ... E nos, veendo o que nos o dicto arcebispo dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, porque nossa entençom foe aver el, per razam de sua pesoa e dos serviços que nos fez, a jurdiçom do dicto lugar e seus herdeiros, porem queremos e mandamos que ele e seus herdeiros, abintestado ou per testamento aiam e tenham pera sempre a dicta jurdiçom e husem della assy e pella guisa que per nos foe dada ao dicto arcebispo e se contem na dicta carta ... Dante em Santarem, xxiiii dias dabril, el rrey o mandou. R.º Afomso a fez, era de mil iiii.c Rb annos»* (575[1]).

Recordo ainda carta régia importante de 12 de Janeiro de 1408, a estabelecer que os mandatos do arcebispo de Lisboa, na qualidade de metropolita, fossem executados nas dioceses sufragâneas de Évora, Silves, Lamego e Guarda:

«*Carta per que os mandados do arcebispo de Lixboa seiam executados nos bispados a elle sofraganhos. Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que dom Joham, arcebispo de Lixboa, do nosso conselho,* [*fl. 73va*] *nos disse que o bispo da cidade de Evora e de Silve e da Guarda e de Lamego eram sofraganhos a sua igreia em o arcebispado de Lixboa e el como seu matrepolitano e que el e seus vigairos por razam da jurdiçom que nos dictos bispados avia como seu matrepolitano que era, per comprimento de direito e justiça mandava aos dictos bispados citar algũas pesoas e pobricar algũas cartas de sentenças e mandados dados por el e por os dictos seus vigairos nos fectos das apelaçoes e nas outras cousas que a el de direito pertenciam. E que pero aquelles que levavam as dictas cartas e sentenças requeriam aos tabaliaães das cidades e villas e lugares dos dictos bispados que as provicassem, que elles recusavam de o fazer. E que vos juizes e justiças das dictas cidades e villas e lugares, a rrequerimento das partes e dos bispos dos dictos lugares, embargando as provicaçõoes das dictas cartas e sentenças e mandados e execuões dellas e ainda algũus dos dictos bispos e seus vigairos queriam prender aquelles que as dictas suas cartas e sentenças e mandados seus e dos seus vigairos allo levavam e provicavam, fazendo esto por embargarem sua jurdiçom e em seu despreçamento e da dicta sua igreia de Lixboa, pella qual razam*

(575[1]) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 161vb-162b.

requerio e pedio por mercee como em ajuda de braço sagral que lhe ouvesemos a esto remedio com direito. E Nos veendo o que nos pedia e porquanto he notorio que os dictos bispados som a el e aa dicta sua igreia sugeitos e sufraganhos e que a justiça sagral deve dajudar a cresiastica pera comprir direito e justiça, quando pera ello for requerido, e visto outrosy o requerimento do dicto arcebispo, por tanto teemos por bem e mandamos ... Dante em Stremoz, xii dias do mes de Janeiro, el rrey o mandou per Fernam Gonçallvez, licenciado em leis, seu vasallo e chanceller moor. Joham Fernandez a fez, era de mi iiii.c Rvi annos» (575m).

Á volta de 1403, tencionava partir para Roma e Terra Santa, de visita aos lugares santos. Isso mesmo declara o papa Bonifácio IX em bula de 9 de Julho de 1403, ao conceder-lhe faculdade, a si e seus familiares e capelães, para comunicarem com cismáticos, no caso de passarem pelas terras deles, sem, contudo, se tornarem cúmplices de cisma, e para arrendar os bens da mesa arquiepiscopal:

«*Bonifacius, etc. Venerabili fratri Johanni, archiepiscopo Ulixbonensi. Salutem, etc. Tue devotionis exigentibus meritis ... Cum itaque, sicut oblate nobis tue petitionis series continebat, tu alias zelo devotionis accensus, voveris quod beatorum Petri et Pauli, apostolorum, limina necnon sepulchrum Dominicum et alia oratoria Terre Sancte velles et adhuc desideres personaliter visitare, nos tuis in hac parte supplicationibus inclinati, quod ab ecclesia tua Ulixbonensi te interim absentare et limina necnon sepulchrum atque alia oratoria supradicta ex causa predicta visitare aliaque nichilominus pro huiusmodi visitatione sepulchri et aliorum oratoriorum predictorum deferre ac etiam exhibere, sine quibus ad eadem et in illis peregrinationem huiusmodi commode adimplere non posses, dummodo ad partes illas nulla alia deferas vel deferri facias, que in profectum vel favorem hostium fidei christiane valeant redundare quodque in locis scismaticorum, ad que declinare seu per que eamdem peregrinationem agendo, tu cum capellanis et familiaribus tuis forsan transire te contigerit, cum eisdem scismaticis et sancte Romane Ecclesie rebellibus tu et dicti capellani et familiares, verbo, cibu, potu et aliis communibus actibus, preterquam in crimine, communicare seu etiam participare necnon in eisdem locis etiam interim commorari libere et licite valeatis, absque quod propterea tam per felicis recordationis Urbanum papam vi., predecessorem nostrum, quam nos etiam successive necnon a iure in eosdem scismaticos latas censuras et penas spirituales et temporales incurrere debeatis, tibique insuper omnes et singulos fructus, redditus et proventus ac bona immobilia ad ecclesiam prefatam necnon mensam tuam archiepiscopalem Ulixbonensem spectantia quibusvis personis tam clericis quam laicis, cum quibus conditionem tuam efficere poteris meliorem, usque ad biennium dumtaxat arrendandi seu ad firmam sive pensionem concedendi aut locandi teque et successores tuos archiepiscopos Ulixbonenses, qui erunt pro tempore, et predictas ecclesiam atque mensam ac tua et earum bona mobilia et immobilia presentia et futura propterea eisdem personis, usuris omnino cessantibus, obligandi et renuntiandi ... plenam et liberam fraternitati tue auctoritate apostolica, tenore presentium, licentiam elargimur ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, septimo Idus Julii, anno quartodecimo. N. xxxx. de Ben.to»* (576).

A presença na Cúria Romana do cardeal Azambuja infere-se de vários documentos dos

(575m) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 73b-73v b.
(576) AV, Reg. Lat. 108, fls. 112v-113.

anos 1412 (577) *e 1413* (578), *em que governava a diocese por meio de vigários gerais. De lá escrevia*

(577) Documentos relativos a vigários gerais de D. João Afonso de Azambuja, cardeal e administrador da igreja de Lisboa, no ano de 1412, depois de ter sido promovido a cardeal: No dia 26 de Maio de 1412: «Sabham quantos este stormento virem de theor doutro Reduzido em publica forma que na Era de mil e quatroçentos e cinquoenta anos, viinte e sex dias do mes de Mayo, perante Christove Anes, bacharel em *degredos, vigairo geeral do honrrado padre e senhor dom Joham ... cardeal de Lixboa e administrador perpetuũ da egreia cathedral e arçebispado dessa meesma*, seendo na claustra da dicta egreia, fazendo audiençia como he de costume, paresçeo Estevom Alvarez, prior da capella do moesteiro de sam Vicente de Fora ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 24, n. 3). No dia 14 de Junho de 1412: «... na era de mill e iiii.c e çinquoenta annos, quatorze dias do mes de Junho, na claustra da egreia cathedrall da çidade de Lixboa, *perante Christove Anes, bacharell em degredos, vigairo geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... cardeall da dicta cidade e administrador perpetuu da dicta egreia cathedral e arcebispado desa meesma ...*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 17, n. 326). No dia 2 de Outubro de 1412: «In nomine Domini, amen. *Alvaro Afonso, deam de Coinbra, vigairo geerall no scprituall e temporall do muito honrrado padre e senhor dom Joham ... cardeall de Lixboa e perpetuũ administrador da egreia cathedral e arçebispado dessa meesma* ... faço saber que perante mym pareçerom partes, convem a ssaber, Joham Gonçallvez, escollar, procurador geerall de Lourenço Gomez, prior da egreia de santo Stevom da dicta cidade ... dada em a dicta çidade, dous dias doutubro. Lope Anes scprivom jurado a fez. Era da encarnaçom de nosso Salvador Jhesu Christo de mil e quatroçentos e doze annos. *Decanus Colimbriensis*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 1, n. 12). Registo também docum. de *Martim Affonso ... vig.º geeral do ... senhor dom Joham ... cardeal de Lixboa e perpetuu administrador da egreia cathedral e arçebispado dessa meesma*, de 27 de Janeiro de 1412 (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 23, fl. 310).

(578) D. João Afonso de Azambuja, cardeal de Lisboa, no dia 27 de Setembro de 1413, participava no consistório, em que Álvaro Afonso, seu sobrinho, foi promovido a bispo do Porto, em Florença, conforme documento sobre a distribuição dos dinheiros entre os cardeais, a 31 de Outubro de 1413, tendo o cardeal renunciado à parte que lhe cabia. Nesse mesmo documento, há referência a ele, no dia 6 de Outubro (AV, Obl. et Sol. 61, fl. 42). Por isso, nos documentos da sé de Lisboa, aparecem os seus vigários gerais a administrar a diocese em seu nome no ano de 1413. A 5 de Maio de 1413: «... na Era de mil e quatrocentos e cynquoenta e hũu annos, cynquo dias do mes de Mayo, em a claustra da egreia cathedral da moy nobre cidade de Lisboa, *perante Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geeral do moyto honrrado padre e senhor dom Joham ... cardeal de Lixboa e perpetuũ administrador da egreia de Roma da dicta çidade e arcebispado dessa meesma ...*» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, maço 24, n. 11). No dia 21 de Setembro de 1413: «In nomine Domini. Amen. *Christove Anes, bacharel em degredos, vigairo geerall do honrrado padre e senhor dom Joham ... cardeall de Lixboa e administrador perpetuũ da egreia cathedral e arcebispado dessa meesma* ... faço saber que perante mim em juyzo parescerom partes, convem a saber, FernandAfomso, coonigo e vestiairo do moesteiro de sam Viçente de Fora ... viinte e hũu dias do mes de setembro, na claustra da dicta egreia cathedral, seendo no dicto logo, fazendo audiençia como he de costume, era de mill e iiii.e e l.ta e hũu anos ...» (ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora*, maço 24, n. 17). — A propósito de Álvaro Afonso, seu sobrinho, recordo que o papa João XXIII, por bula de 12 de Fevereiro de 1412, concedia a Álvaro Afonso, deão de Coimbra e sobrinho do cardeal D. João, a indulgência plenária: «Johannes, etc. Dilecto filio Alvaro Alfonsi, decano ecclesie Colimbriensis. Salutem, etc. Provenit, etc. Hinc est quod nos, tuis, qui, ut asseris, dilecti filii nostri Johannis, tituli sancti Petri ad Vincula presbyteri cardinalis, nepos existis, supplicationibus inclinati, ut confessor tuus, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, secundo Idus Februarii, anno secundo. Stephanus, *pro nepote domini cardinalis*. de Prato (AV, Reg. Lat. 159, fl. 182). Renunciou ao bispado do Porto, por meio de seu tio cardeal, tendo, então, sido transferido da sé de Silves para a do Porto D. Fernando Pires da Guerra, a 18 de Junho de 1414 (docum. publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Doutoramento em leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Álvares, deão de Viseu, depois bispo de Silves*, em *Itinerarium*, 4 (1958) 360-363. Foi nomeado, no mesmo dia 18 de Junho de 1414, para bispo de Silves o Doutor João Álvares, pelo que, vacante ou a vagar o mestre-escolado de Lisboa, o papa concedia-lho por bula dirigida a *Alvaro Alfonsi, canonico Ulixbonensi, notario nostro*, em 18 de Junho de 1414, vindo ele a tomar posse desta dignidade, conforme consta dessa bula (docum. em artigo citado, pp. 357-359, 368-370). A 25 de Fevereiro de 1415, era nomeado bispo de Évora o mesmo D. Álvaro Afonso, cónego de Lisboa e deão de Coimbra, e nesta data o papa concedia o dito mestre-escolado de Lisboa a João de Portugal, mestre em medicina, precisamente por se esperar viesse a vagar essa dignidade pela sagração de D. Álvaro Afonso.

uma carta a 28 de Julho de 1413 ([578a]) *e aí estava em 1414* ([579]), *ano em que assistia, aliás, ao*

Cf. SOUSA COSTA, OFM, *Doutoramento em leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Álvares* ..., p. 350. Não chegou a tomar posse da diocese nem a sagrar-se bispo o nosso D. Álvaro Afonso, protonotário apostólico, porque morreu antes disso (AV, Reg. Suppl. 106, fls. 94-94v — 22 de Nov. de 1417 —, publicada em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 4, pp. 5-6: «... *per promotionem ... quondam domini Alvari Alfonsi, electi Portugalensis, vacaturus* ...; AV, Reg. Suppl. 105, fls. 145v-146 — 29 de Nov. 1417 —, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 12, pp. 12-13: «... *per promotionem quondam Johannis Alvari ad ecclesiam Silvensem ... de illa quondam Alvaro Alfonsi, canonico Ulixbonensi ... extitit provisum ... et deinde, eodem Alvaro ad ecclesiam Elborensem promoto ... sed antequam idem Alvarus possessionem ecclesie Elborensis predicte fuisset assecutus et predictum consecrationis munus sibi impensum fuisset, idem Alvarus, tunc sedis apostolice prothonotarius existens, extra Romanam Curiam extitit vita functus* ...». Por bula de 25 de Fevereiro de 1415, data da nomeação de D. Álvaro Afonso para bispo de Évora, João XXIII concedia a Manuel de Portugal, mestre em medicina e reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Lisboa, o canonicato e prebenda de Lisboa, a pedido de D. João I, rei de Portugal, benefícios esses até ali possuídos por D. Álvaro Afonso: «... Cum itaque, sicut accepimus, canonicatus et prebenda ecclesie Ulixbonensis, *quos dilectus filius Alvarus, electus Elborensis, tempore promotionis sue per nos facte de ipso ad ecclesiam Elborensem, tunc pastore carentem, obtinebat, prout adhuc obtinet, per huiusmodi promotionem et munus consecrationis impendendum eidem electo vacare sperentur*, Nos volentes tibi, premissorum meritorum intuitu necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, pro te dilecto medico suo nobis super hoc humiliter supplicantis, gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam predictos ... conferendos tibi cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ...» (AV, Reg. Lat. 178, fls. 37-38). No mês de Março de 1415, encontrava-se ele, *Alvarus, electus Elborensis*, na Cúria pontifícia, mas no mês de Outubro de 1413 estava fora dela, possivelmente em Portugal, onde se encontrava em Junho de 1414 (cf. nota 574). De facto, a 10 de Outubro de 1413, era *Johannes Roderici, portionarius ecclesie sancti Andree Ulixbonensis, camerarius domini Ulixbonensis*, portanto ao serviço do cardeal, que, por esse motivo, deduzimos estar então na Cúria pontifícia, quem se comprometia pela taxa devida pela promoção de *domini Alvari, electi Portugalensis*, estando presente também *Alvaro Ferrerie, archidiacono Ulixbonensi*, como testemunha (AV, Obl. et Sol. 56, fl. 148). A 4 de Março de 1415, portanto depois da morte de seu tio cardeal, prometia pagar a taxa devida pela promoção a bispo de Évora e, no dia seguinte, a 5 de Março de 1415, ele, *Alvarus, electus Elborensis, ac Johannes Roderici, prepositus ecclesie sancti Martini de Sydofeyta, Portugalensis diocesis*, comprometiam-se, em nome de D. Diogo Álvares, arcebispo de Lisboa, pela taxa da promoção (AV, Obl. et Sol. 56, fls. 170-170v).

([578a]) ACA, D. Fernando I, caja 13, n.º 2378, original em papel: «Senhor. Vosso servidor o cardeal de Lixboa vos envjamos comendar em vossa graça e merçee, como aaquell a que somos desposto de complazer e servir em todallas cousas que boamente fazer possamos. Senhor. Sabede que Gomez Lourenço, scudeiro e criado de nosso senhor El Rey de Portugal, se veeo daquel Regno por hũu crime que lhe foy aposto e andou em nossa conpanhia per hũu ano e mais. E ora, deseiando de vos servir, ouvjo aco dezer como gentes darmas vijnham aa vossa nobreza, por vos servir e fazerem o que lhes mandassedes. E pedionos leçença pera hir a vossos Regnos e vos servjr em o que lhe mandardes. E, porque ell he criado do dicto nosso senhor Rey e tem boa voontade pera vos servjr; porem vollo encomendamos e vos pedimos que lhe dedes lugar de vos servjr e lhe façades merçee, por elle seer scudeiro de boas condiçõoes e que fara o que deve de fazer qualquer boo. E em esto, senhor, faredes a el e a nos merçee, por a qual seeremos theudo e obrigado a vos encomendar a Deus, que acreçente vosso stado de bem em melhor. Senhor, Deus vos mantenha. Scripta em Florença, xxbiij.to dias de Julho. (*as.*) o voso cardeal de Lixboa. *No verso:* Ao muy nobre excelente Senhor don Fernando Rey dAragom». Quanto à data da carta, recordo que a Cúria pontifícia esteve em Florença desde *Junho até 8 de Novembro de 1413.*

([579]) O cardeal estava em Lisboa no mês de Fevereiro de 1414, conforme docum. seu, de 13 de Fevereiro deste ano: «*Dom Joham, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma cardeall de Lixboa e perpetuũ aministrador da egreia cathedrall e arçebispado desa meesma* ... faço saber que perante mim em juizo foy ordenado hũu proceso de fecto, o quall era antre o prior e Raçoeiros da egreia de sancto Estevam da dicta çidade per Joham de sam Pedro, seu procurador, come autores de hũa parte, e Ruy Machado, alcayde pequeno da dicta çidade ... fecto na dicta cidade de Lixboa, na claustra da see da dicta çidade, aos treze dias do mes de Fevereiro da Era de mill e quatroçentos e çinquenta e dous annos» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 8, n. 148). A 7 de Abril de 1414, dividia-se entre os cardeais a parte dos dinheiros per-

doutoramento, na Universidade de Bolonha, do dominicano Frei Manuel Lourenço de Portugal (580),

tencente ao cardeal de Lisboa, devida pela promoção de seu sobrinho D. Álvaro Afonso, segundo vontade do cardeal, que no dia 10 de Maio concluía o pagamento de toda a taxa (AV, Obl. et Sol. 61, fls. 50, 53v). No dia 3 de Junho de 1414, D. João, cardeal de Lisboa, pagava pessoalmente, em nome do sobrinho, parte da taxa devida pela promoção a bispo do Porto: «Franciscus, etc. Quod Reverendus in Christo pater dominus *Alvarus, episcopus Portugalensis*, pro parte partis sui communis servitii, in quo camere dicti collegii sub certis penis et sententiis ac termino nondum elapso, ratione dicte sue ecclesie tenebatur et extitit efficaciter obligatus, ducentos quinquaginta flor. auri de camera, nobis pro ipso collegio recipientibus, *per manus Reverendissimi in Christo patris domini Johannis, cardinalis Ulixbonensis, die date presentium* ac tempore debito, solvi fecit realiter et cum effectu. De quibus, etc. In quorum, etc. Datum Bononie, anno a nativitate Domini millesimo iiii.mo xiiii.º, indictione vii, die tertia mensis Junii, pontificatus domini Johannis xxiii anno v.to» (AV, Obl. et Sol. 55A, fl. 55v). A 18 de Junho de 1414, o cardeal renunciava, nas mãos do papa, em nome do sobrinho, ao bispado do Porto (AV, *Acta Miscellanea, Liber provisionum sacri collegii*, fl. 62v, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Doutoramento em leis na Universidade de Bolonha de D. João Álvares* ..., docum. IV, p. 360). Por esta razão, os documentos da sé de Lisboa que conheço, a partir de Agosto de 1414, são todos do vigário geral Cristóvão Anes. No dia 21 de Agosto de 1414: «*Cristove Anes, bacharel en degredos, vigairo geeral do muyto honrrado padre e senhor dom Joham ... cardeal de Lixboa e perpetuũ administrador da egreia metropolitana e arcebispado dessa meesma ... faço saber que perante mim en juizo pareçerom* partes, convem a saber, Raphael Palastrelo, prior, e Joham de sam Pedro e V.co Lourenço e Martim Afomso, Raçoeiros ... Dante na dicta çidade, viinte e hũu dias dagosto. Joham Gonçalvez a ffez. No anno da encarnaçom do nosso Salvador Jhesu Christo de mil e iiii.c e quatorze annos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 6, n. 233). No dia 3 e 13 de Setembro de 1414: «*Christove Anes, bachaller em degredos, vig.º geerall do muito honrrado padre e senhor dom Joham ... cardeal de Lixboa, perpetuũ aministrador da egreia e arcebispado desa meesma* ... faço saber que Rafaell Palestrello, prior da egreia de santa Marynha da dicta cidade, fez demanda perante mim em juizo a Joham de sam Pedro ... Dada em a dicta çidade, tres dias de setembro ... Era da encarnaçom do noso Salvador Jhesu Christo de mil e iiii.c e quatorze annos. *Christoforus*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 357). «*Cristove Anes, bachaler en degredos, vigairo geeral do muyto honrrado padre e senhor dom Joham ... cardeal de Lixboa e perpetuũ administrador da egreia metropolitana e arcebispado dessa meesma* ... faço saber que perante mim em juizo pareçerom partes, convem a ssaber, Raphael Palestrelo, prior da egreia de sancta Marinha, situada em essa meesma, e Martim Afonso, Raçoeiro e prioste da dicta egreia, como actores da hũua parte ... Dante na dicta çidade, treze dias de Setembro. Joham Gonçalvez a ffez. No anno da encarnaçom do nosso Salvador Jhesu Christo de mil e iiii.c e quatorze annos» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 373). No dia 15 de Janeiro de 1415: «Em nome de Deus, amen. Na Era de mil e quatrocentos e çinquoenta e tres anos, quinze dias do mes de Janeiro, na çidade de Lixboa ... pareçeu no dicto logo Joham Stevez Coreya, escudeiro ... e logo per elle ffoy mostrada hũa carta de autoridade, dada per *Stevom Gonçallvez, conigo de Lixboa e priol de sam Pedro de Torres Vedras, vigairo geeral e logo teente no spritual e temporal do moyto honrrado padre e senhor dom Joham ... cardeal da dicta çidade e perpetuũ admenistrador da eigreia cathedral e arçebispado dessa meesma...*» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santo Estêvão de Alfama*, maço 5, n. 89). A 17 de Agosto de 1415, aparece a sé metropolita de Lisboa como vacante, porque D. João Afonso de Azambuja tinha morrido no mês de Janeiro, em Bruges: «*Christove Anes, bachaler em degredos, vigairo geeral na eigreia cathedral e arcebispado de Lisboa, aa ssee vagante* ... faço saber que Raphael Palastrello, prior da egreia de sancta Marinha da dicta çidade, *fez demanda perante mim em juizo a Joham Lourenço, leçenciado em lex*, morador na dicta çidade, na freeguesia da dicta egreia de sancta Marinha, dizendo que o dicto Joham Lourenço era seu fregues, morador na freeguesia da dicta sua egreia, e que da dicta sua egreia Reçebia e Reçebe os eclesiasticos sacramentos elle e sua molher e sua familia ... e que o dicto Joham Lourenço ha e tem suas herdades proprias de pam, vinho, azeite e outros fruitos em termho da dicta cidade, dos quaaes fruitos o dicto Joham Lourenço, per bem do que dicto he, era theudo pagar a dizima aa dicta egreia, cujo freeguez era, e que ataa o tempo dora nunca pagara a dicta dizima ... Dada em a dicta çidade, xvii dias dagosto. Affonso Gonçallvez a ffez, no ano da encarnaçom do nosso Salvador Jhesu Christo de mil e iiii.c e xb anos» (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Marinha de Lisboa*, maço 9, n. 374). Registo ainda dois docum. de 10 de Julho de 1414 e 30 de Janeiro de 1415 em que aparecem respectivamente Gonçalo Anes e Rafael Perestrelo ou *Parastrelo* como vigários gerais do cardeal do arcebispado de Lisboa (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 4, fl. 146, livro 10, fl. 311).

(580) ASB, *Rogiti di Filippo Formaglini*, busta 4, n. 30, publ. por CELESTINO PIANA, OFM, *Ricerche su le Università di Bologna e di Parma nel secolo XV* (*Specilegium Bonaventurianum*, I), Quaracchi,

embora residisse em Lisboa em Fevereiro de 1414 (580a). *Deixa de figurar em documentos da Cúria pontifícia, no ano de 1415* (581). *El-rei D. João I pensou nele e no bispo do Porto, D. Fernando da Guerra, para o representarem no concílio de Constança, convocado por João XXIII* (582), *mas os emissários do monarca não os encontraram no concílio nem em Bolonha* (583). *Efectivamente, D. João Afonso de Azambuja tinha abandonado o concílio, onde antes tomara parte nas sessões do mesmo* (584). *Temos, aliás, notícia da licença para se ausentar da Cúria pontifícia, durante seis meses, por motivo de saúde, a 6 de Setembro de 1414, antes, portanto, de partir para o concílio:*

> *«Johannes, etc. Dilecto filio Johanni, tituli sancti Petri ad Vincula presbytero cardinali. Salutem, etc. Dum exquisitam tue circumspectionis industriam diligenter attendimus et paterna consideratione pensamus quod tu Romanam Ecclesiam, cuius honorabile membrum existis, tuorum honores magnitudine meritorum, gratie dignum reputamus et debitum ut eam repperies in exhibitione gratie [fl. 224] liberalem, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tibi, qui, ut asseris, certis infirmitatibus gravaris, ut a Romana Curia ac nostra presentia causa sanitatis recuperande, te per nonnulla tempora absentare necnon communia emolumenta, venerabilibus fratribus nostris sancte Romane Ecclesie cardinalibus ratione capelli exhiberi consueta, per sex menses, a die recessus tui ab eadem Curia immediate sequentes computandos, percipere libere et licite valeas, constitutionibus apostolicis necnon camere apostolice et aliis contrariis nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, indulgemus. [Datum] Bononie, octavo Idus Septembris, anno quinto. Franciscus. pro domino cardinali. de Agello»* (585).

Após curta estadia no concílio de Constança, de regresso a Portugal, morria em Bruges, na Bélgica, no dia 23 de Janeiro de 1415: «Die xxiii' Januarii, reverendissimus in Christo pater dominus Johannes, cardinalis Ulixbonensis, recedens ad regnum Portugalie, in villa de Brugis diem suum clausit extremum et hoc relatum fuit domino nostro pape apud Constantiam, die septima

---

Florentiae, 1963, pp. 209-303, e por SOUSA COSTA, OFM, *Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, Lisboa, 1960, pp. 22-24.

(580a) Cf. documento transcrito na nota 579, de 13 de Fevereiro de 1414.

(581) Não existem documentos sobre a presença de D. João Afonso de Azambuja no ano de 1415, na Cúria pontifícia, porque tinha abandonado o concílio de Constança, dirigindo-se a Portugal e morria no caminho, em Bruges, no dia 23 de Janeiro de 1415. Cf. notas 582-586.

(582) Cf. discurso de apresentação da embaixada no dia 5 de Junho de 1416 pelo Doutor Gil Martins (Bibl. Apost. Vaticana, cod. Vat. lat. 4178, fls. 401-403v), por mim transcrito e anotado, em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, Lisboa, 1969, n. 671, p. 93. Sobre a convocação do concílio, cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Canonistarum doctrina de Judaeis et Saracenis*, em *Antonianum*, 40 (1965) 4-7, notas 1 de todas estas páginas.

(583) Cf. nota anterior.

(584) D. João Afonso de Azambuja, cardeal de Lisboa, estava na inauguração do concílio, no dia 5 de Novembro de 1414: «Die lune, quinta mensis Novembris, de mandato prefati domini Jacobi, episcopi Lunensis, camerarii regentis, convenientibus de mane in palatio apostolico *pro initiando sacrum concilium* et pro faciendo processionem et celebrando missam ut est moris, infranscriptis reverendissimis in Christo patribus videlicet ... *Johanne, Ulixbonensi, tituli sancti Petri ad Vincula* ...» (Bibl. Apost. Vaticana, cod. Vat. lat. 4178 fl. 26). A 16 de Novembro, fala-se da primeira sessão geral do concílio, estando presentes o papa e os cardeais, sem indicar o nome deles. A 20 de Novembro, diz-se que participavam 18 cardeais, sem indicação dos nomes. A 1 de Dezembro de 1414 e a 3 de Janeiro de 1415 também se omitem os nomes dos cardeais presentes (*Ibidem*, fls. 27v, 30v-31, 34, 58).

(585) AV, Reg. Lat. 178, fls. 223v-224.

mensis februarii, anno Domini millesimo quadringentesimo quintodecimo, indictione octava, pontificatus domini nostri pape anno quinto» (586).

Deixamos dito atrás que o Doutor Lançarote deve ter regressado a Portugal, depois do concílio de Pisa, nos fins de 1411, embora no desempenho de missão pontifícia, a supor, talvez, nova viagem ao papa João XXIII. Há documento de 31 de Janeiro de 1417, relacionado com o colector apostólico em Portugal, durante o pontificado de João XXIII, Nicolau de Lapis, doutor em leis, a supor a passagem do Doutor Lançarote por Bolonha, pois trata-se de entrega de certas coisas em nome do domino Lanzalotto Stephani de Ulixbona, legum doctore, *mas esta entrega deve estar relacionada com sua estadia em Itália, alguns anos antes, como estudante de direito civil em Bolonha ou, com maior probabilidade, com o período de embaixador de D. João I ao concílio ou ao papa João XXIII. De facto, quem declara ter recebido esses utensílios era Nicolau de Balionibus de Perusa, prior do Santo Sepulcro, o qual tinha sido nomeado embaixador ou núncio do papa ao rei de Portugal, juntamente com o Doutor Lançarote, por bula de 1 de Setembro de 1411, e em Setembro de 1408, era portador de várias cartas da convocação do concílio de Pisa para o rei e outras personalidades e prelados de Portugal* (587). *Julgo útil, por isso, apresentar os principais dados biográficos do nosso Doutor que também estudou na Universidade de Lisboa, onde veio a ser, depois de doutorado em Bolonha, professor de direito civil.*

Lançarote Esteves aparece-nos logo nos princípios do governo do Mestre de Avis como seu escrivão, precisamente no auto da eleição do monarca, a 6 de Abril de 1385, designado como Lançarote escrivam *ou* Lançarote Stephani (588), *e antes, com os dizeres* Lançarote a fez, *em cartas do Mestre, regedor e defensor do reino, por exemplo várias vezes no ano de 1384* (589). *Deve ser ele o Lançarote Esteves de Lisboa, do rol de súplicas do Estudo Geral ou Universidade de Lisboa, antedatado para Novembro de 1378, mas a datar mais ou menos de Maio de 1380. Nele figura como estudante de lógica na Universidade de Lisboa. No rolo de súplicas do embaixador de*

---

(586) AV, Obl. et sol. 56, fls. 168-168v.

(587) Docum. de 31 de Janeiro de 1417 em ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani*, busta 12, protoc. 7, fls. 8-8v. A bula da nomeação, a 1 de Setembro de 1411, de Lançarote de Portugal, doutor em leis e conde palatino, e de Nicolau de Balionibus, prior do Santo Sepulcro, como embaixadores do papa junto de el-rei de Portugal, em AV, Reg. Vat. 343, fl. 66a, publ. em *Monumenta Henricina*, II, n. 2, pp. 2-3. Quanto à embaixada do prior, relativa ao concílio de Pisa, cf. texto correspondente às notas 540a-540b.

(588) «... Frey Lourenço Lampreia, *Lançarote escrivam* ...»; «... *Lançarote Stephani scriptore regis* ...»: Auto da eleição régia do Mestre de Avis, a 5 de Abril de 1385, em ANTT, Gav. 13, maço 10, n. 12, *Livro I de Cortes*, n. 8, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, livro III, Coimbra, 1947, pp. 1-19. Publ. também o primeiro docum. por MARCELO CAETANO, *As Cortes de 1385*, em *Revista Portuguesa de História*, V (1951) 72 (docum. n. 1). Indica este autor a cota de ANTT, Gav. 13, maço 10, n. 9, mas tal indicação não corresponde ao lugar exacto desse documento, com 10 selos pendentes dos prelados, faltando dois. Encontra-se hoje na Casa Forte. Ver *As Gavetas da Torre do Tombo*, III, Lisboa, 1963, n. 2740, p. 252.

(589) Documentos de 1384 ou cartas do Mestre de Avis, regedor do reino, com a indicação *o meestre o mandou. Lançerote a fez*, a 7 de Abril (ACML, *Livro dos Pregos*, fls. 140-140v, publ. por MARCELO CAETANO, *Concelho de Lisboa*, docum. n. 3, p. 227); a 11 de Maio de 1384 — *o meestre o mandou per Joham, Afonso, bacharel em degredos e do seu desembargo. Lançerote a fez* (ACML, *Livro dos Pregos*, fl. 132, publ. por MARCELO CAETANO, *Concelho de Lisboa*, docum. n. 4, p. 228); a 1 de Julho de 1384 — *o Mestre o mandou. Lançarote a fez* (Casa de Bragança, *Doações antigas*, publ. por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. III, 2.ª parte, Coimbra, 1949, n. 34, p. 92). Outros documentos do ano de 1384 no ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1: a 1, 5, 18 e 19 de Março (fls. 1v, 2v, 3), a 16 de Agosto (fl. 51v), a 5 de Setembro (fl. 35), a 16 de Setembro (fl. 30v), a 21 de Setembro (fl. 59v), a 22 de Setembro (fl. 46), a 24 de Setembro (fl. 39v), a 2 e 3 de Outubro (fls. 55v, 56v) e a 9 de Outubro (fl. 53v).

Portugal, de 2 de Junho de 1380, aparece como clérigo de Lisboa (590). *Continuará como escrivão do monarca até cerca de 1390, aparecendo como tal em documentos de 1385, 1386, 1387, 1388, 1389 e 1390, geralmente com a indicação de* Lançarote a fez (591). *Foi* Reitor do Studo e universsidade *de Lisboa, à volta de 1394, segundo creio, certamente depois de 1384-1385, o nosso* Lançarote Stevenz (592).

Publiquei, em 1957, um estudo sobre este jurista, intitulado O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I — Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao concílio de Pisa, *onde afirmava ter ele estudado na Universidade de Bolonha, pois aí se doutorou, mas sem preterir a possibilidade de ter estudado também noutra universidade* (593). *De documento referido atrás, de 12 de Maio de 1399, decorre que, efectivamente, Lançarote Esteves estudava direito civil em Bolonha no ano de 1399* (594). *Em documentos de 27 e 30 de Junho de 1402, figura ainda como estudante de direito civil em Bolonha. No de 27, que é procuração de Afonso Rodri-*

---

(590) AV, Reg. Suppl. 56, fl. 205v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 151, e *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 314, p. 46. AV, Reg. Suppl. 57, fl. 224, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, n. 467, e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 348, p. 86.

(591) Documentos régios escritos por Lançarote Esteves em 1385: a 10 de Abril, em carta sobre a confirmação dos privilégios e liberdades da cidade de Lisboa — *El Rey o mandou. Lançerote a fez* (ACML, *Livro dos Pregos*, fls. 132v-135v, publ. por MARCELO CAETANO, *Concelho de Lisboa na crise de 1383-1385*, em *Anais da Academia de História*, II série, vol. IV, Lisboa, 1953, docum. n. 7, p. 236). Muitos outros do mesmo ano de 1385 em ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1: a 5 de Janeiro (fl. 75a-75b), a 4 de Abril (fl. 117), a 16 de Abril (fl. 126va-127a), a 19 de Maio (fl. 142-142v), a 1 de Junho (fl. 163), a 11 de Junho (fl. 111, 111va-111vb), a 6 de Novembro (fl. 163), a 23 de Novembro (fls. 163-163v), a 30 de Novembro (fl. 164), a 8 de Dezembro (fl. 166). Alguns deste ano de 1385 no ACML, a 10 de Abril (cód. 10, n. 5), a 3 de Novembro (cód. 10, n. 11). Cartas régias de 1386, escritas por Lançarote Esteves: a 6 e 26 de Julho (ACML, cód. 10, nn. 14-16), a 24 de Outubro (ACML, cód. 10, n. 17). Neste ano de 1386, a 15 de Março, fala-se de «Leonor Roiz, molher que foi de Domingos Alvo, *molher que ora he de Lançarote Stevez, scprivam del Rei*» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 2, n. 105). Cartas régias escritas em 1387 por Lançarote Esteves: três alusivas às Cortes de Braga, de 9 de Dezembro de 1387 — *Lançarote a fez* (ACML, *Livro 1 de D. João I*, cód. 10, doc. 16, 21, 22, fls. 26, 35, 36, publ. em *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livros de Reis, II*, Lisboa, 1958, p. 22, e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, nn. 400-402, pp. 153-155). Cartas régias escritas em 1387 por ele, segundo ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1: a 24 de Janeiro (fl. 177), a 20 de Março (fl. 199v), a 10 de Junho (livro 2, fl. 2), a 18 de Julho (fls. 187-187v), a 9 de Dezembro (livro 2, fl. 30). Cartas régias escritas por Lançarote Esteves no ano de 1388: ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1: a 20 de Novembro (fl. 195) e a 7 de Dezembro (fl. 195v). Cartas régias escritas por Lançarote Esteves no ano de 1389: a 23 de Março, 5 de Abril, a 6 de Maio e 5 de Novembro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 10, 15, 22); a 26 de Outubro (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 5, fls. 3, 7, 7v, 59v). Cartas régias escritas por Lançarote Esteves em 1390: a 1 e 2 de Março (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 6va-6vb).

(592) No *Livro Verde* da Universidade de Coimbra, vem o seguinte documento: «Sabham todos que na era de mil e quatroçentos e vinte (!) e dous anos, dezoito dias de dezembro, na mui nobre e leal cidade de Lisboa, no moesteiro de santo Agostinho da dita çidade, dentro no rrefeitorio, seendo hi os discretos barõoes *Lançarote Stevenz, rreitor do studo e universsidade, e Lourenço Anes, doctor em lex e bacharel em degredos, e Pero Dominguez, mestre de Gramatica* ... e ler fez per mim dito tabaliam perante o rreitor e universsidade hũa soma de cartas de nosso senhor dom Joham que ora he, scriptas em purgaminho e papel e seelladas do seelo do dito senhor. Das quaes cartas o theor se adiante segue ...» (ed. ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, *Livro Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV)*, Coimbra, 1940, p. 135). Ora as cartas régias são de anos posteriores, a mais recente de 31 de Outubro de 1393. Por isso, o ano daquela data de 18 de Dezembro de 1384, deve estar errado, além do mais, porque nessa altura D. João I era apenas Mestre de Avis e defensor do reino. Talvez a leitura deva ser *trinta e dous annos* e não *vinte e dous annos*.

(593) SOUSA COSTA, *O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I — Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao concílio de Pisa*, em *Itinerarium*, 3 (1957) 202-220 (especialmente p. 205).

(594) ASB, *Rogiti di Rinaldo Formaglini*, busta 3, protoc. 4. Cf. nota 421.

gues, da cidade de Lisboa, estudante de direito canónico em Bolonha, passada a Garcia Martins, cónego de Lisboa, a João Afonso, arcediago de Lagos e cónego de Silves, e a Lopo Afonso, porcionário na igreja de S. Bartolomeu de Lisboa, para impetrarem, em seu nome, letras apostólicas na Cúria Romana e o representarem noutros actos, figura como Lançarote Esteves de Lisboa, estudante de direito civil: «... Sapiens et egregius vir dominus Alfonsus natus Roderici de civitate Ulixbona, scolaris studens Boñ in iure canonico ... ordinavit venerabiles viros dominos Garsiam Martini ... suos veros et legitimos procuratores ... presentibus ... Lanzaloto Stephani de Ulisbona, scolari studente in iure civili ...» (595). *No de 30 de Junho de 1402, ele, Lançarote Esteves de Lisboa, estudante de direito civil, e o dito Afonso Rodrigues de Lisboa, estudante de direito canónico, serviam de testemunhas na procuração passada por João Alvares de Portugal, clérigo da diocese de Lisboa e prior da igreja de S. Salvador de Lousada, a Luís Piloti da cidade de Lisboa e prior da igreja de S. Salvador de Beja, para resignar, nas mãos do papa Bonifácio IX, ao priorato da igreja de Lousada, em favor de Brásio, Afonso clérigo de Lisboa e porcionário da igreja de S. Jorge de Lisboa, o qual aliás se doutorará em direito canónico, no mesmo dia em que João Alvares se doutorará me direito civil na Universidade de Bolonha* (596)*: «... Venerabilis et circumspectus vir dominus Johannes domini Alvari de Portugalia, clericus Ulixboñ diocesis, abbas prior sive rector ecclesie sancti Salvatoris de Lousada Bracharensis diocesis ... ordinavit egregium et famosum viruu dominum Ludovicum Pilot de civitate Ulisboñ, priorem ecclesie sancti Salvatoris de Begia Elborensis diocesis ... procuratorem ... ad resignandum dictum prioratum ... ex causa permutationis, quam facere intendit de ipso prioratu cum venerabili viro domino Blasio quondam Alfonsi, clerico Ulixboñ, perpetuo portionario ecclesie sancti Georgii de Ulisbona, pro dicta portionaria ... presentibus venerabilibus viris* dominis Lanzalotto Stephani de Ulisbona, studente in iure civili, et domino Alfonso Roderici de Ulisbona, studente in iure canonico, *testibus ...»* (597).

Consta ainda de seus estudos em Bolonha por bula de 9 de Fevereiro de 1403, na qual bula Bonifácio IX, ao conceder-lhe a confirmação da administração da albergaria dos meninos pobres da paróquia de Santa Justa de Lisboa, outorgada pelo arcebispo de Lisboa, afirma que o nosso Lançarote Esteves, cidadão de Lisboa, estudava direito civil em Bolonha: «Bonifacius, etc... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod olim hospitalis pauperum sancte Juste Ulixbonensis ... vacante, bone memorie Johannes, archiepiscopus, tunc episcopus Ulixbonensis, hospitale predictum ... tibi quoad vixeris auctoritate ordinaria duxit committendum ... Cum autem ... tu dubites commissionem predictam ex certis causis viribus non subsistere ... nos volentes tibi qui, ut asseris, Bononie in iure civili studes ... *favoribus prosequi gratiosis ... tibi auctoritate concedimus quod commissio predicta et quecumque inde secuta a data presentium valeant plenamque obtineant roboris firmitatem ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto Idus Februarii, anno quartodecimo». A 26 de Julho do mesmo ano de 1403, assistia como testemunha ao processo, feito por Fernando Gonçalves Beleágua, sobre a colação de benefícios ao estudante de direito em Bolonha, Lopo Martins, o nosso* domino Lanzalotto Stephani de Portugallia, scolari Boñ in iure civili (598).

---

(595) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani*, busta 2, n. 238.

(596) Cf. SOUSA COSTA, *Doutoramento em leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Álvares, deão de Viseu, depois bispo de Silves*, em *Itinerarium*, 4 (1958) 346.

(597) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani*, busta 2, n. 237. Em 1419, o seu colega Brás Afonso, doutor me decretos, e Lopo Martins aparecem como desembargadores: «... xx dias de Julho. El Rey o mandou per o doutor Bras Afonso e per Lopo Martinz, seus vassallos, do seu desembargo, a que esto mandou livrar ... Era de mil iiii.c Lbii annos. Lopus Martini. Blasius, decretorum doctor» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 5, *maço único de inquirições*, n. 9).

(598) AV, Reg. Lat. 113, fl. 189v. ASB, *Rogiti di Rolando Castellani*, busta 4, filza 5, n. 3.

O exame de licenciatura de Lançarote Esteves efectuou-se a 6 de Maio de 1404. Foi apresentado por dois célebres professores de direito civil da Universidade de Bolonha: Bartolomeu de Saliceto e João de Canítulo. Obteve 12 votos de aprovação e dois negativos. Alguns dias depois, conventuatus est et publicam in Sancto Petro suscepit, *isto é, foi doutorado, com toda a solenidade, na catedral de Bolonha* (599).

Possuímos documentos do notário da Universidade de Bolonha, dos anos seguintes, a dizerem-nos que Lançarote Esteves já não estava na universidade. Assim documento de 15 de Setembro de 1405 refere que seus fiadores Lopo Martins e João Álvares, ambos estudantes na Universidade de Bolonha, respectivamente de direito canónico e direito civil, pagaram certa quantia a mercadores de Bolonha, credores do nosso egregius legum doctor, dominus Lanzalotus quondam Stephani de Portugallico. *Na verdade, à volta de 1405-1406, no* Quaderno dos moradores da Casa de el-rei, *vem elencado entre os oficiais da Relação o* doutor Lançarote (600).

Na acta do doutoramento, diz-se que Lançalotus de Portugalia *era* secretarius regis Portugalie, *talvez a significar o seu ofício de escrivão régio. Conforme carta de D. João I, enviada a Bartolomeu Domingues,* rrecebedor das rrendas do noso estudo da cidade de Lixboa, *foi nomeado por D. João I professor de leis na Universidade de Lisboa, a 23 de Agosto de 1406, com o salário anual de 600 libras da moeda antiga* (601). *No ano de 1408, a 21 de Maio, como se viu, aparece como testemunha na confirmação pelo delegado apostólico, D. João Afonso de Azambuja, arcebispo de Lisboa, do escambo entre D. João I, rei de Portugal, e o arcebispo de Braga, D. Martinho Afonso, sobre a jurisdição de Braga e seu couto: «... presentes ... e Gil Martins e Diego Martins, doctores,* e o doctor Lançarote *e Vasco Gil de Pedroso, leçençiado em lex, do desembargo do dicto senhor Rey e outros»* (602).

Poucos meses antes de chegar ao reino de Aragão, a caminho do concílio de Pisa, Lançarote Esteves obtinha, junto de el-rei de Portugal, no dia 4 de Março de 1409, carta de legitimação para seus filhos, havidos, sendo casado, de várias mulheres solteiras. Eram esses filhos Casimira, Heitor e Galaaz, cujo pai, Doutor Lançarote, vem indicado nos documentos como criado e do desembargo de el-rei (603). *Por onde se vê que ele exercia, nesse tempo, o ofício de desembargador, que prosseguia, ainda depois de voltar do concílio de Pisa. Nem isso é de admirar, visto que já na lista da redução do pessoal da casa de D. João I, de à volta de 1405-1406, vários anos antes do concílio, entre os* Oficiaaes da Rolaçom *figurava o* doutor Lançarote (604). *Só tenho, porém, conhecimento de cartas régias por ele desembargadas pouco antes da embaixada, em que tomou parte, em Agosto de 1412, para tratar do casamento da rainha de Sicília, Dona Branca, com um dos filhos de D. João I, a qual rainha, por carta de 22 de Agosto desse ano, afirma ter dado em resposta que*

---

(599) Docum. em SOUSA COSTA, *O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I,* em *Itinerarium,* 3 (1957) 216.

(600) ASB, *Rogiti di Rolando Castellani,* busta 2, filza 3, n. 71. Cf. nota 604.

(601) Docum. em SOUSA COSTA, *O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I,* em *Itinerarium,* 3 (1957) 216.

(602) ADB, *Gaveta de Braga, sua jurisdição,* n. 22, Cf. nota 429.

(603) Documentos em SOUSA COSTA, *O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I,* em *Itinerarium,* 3 (1957) 213, 216-217 (docum. n. II).

(604) *Quaderno dos que ora el Rei hade trager por moradores,* em ANTT, *Colecção S. Lourenço,* fl. 27v, publ. em *Monumenta Henricina,* I, n. 122, p. 285, e JORGE FARO, *Receitas e despesas da Fazenda real de 1384 a 1481,* p. 36, que data o documento de 1405-1406. E na verdade, tendo-se Lançarote Esteves doutorado em Bolonha, no mês de Maio de 1404, e aparecendo também no documento Vasco Gil de Pedroso já como licenciado, o documento só pode ser da segunda metade do ano 1405 ou da primeira metade de 1406. Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis,* II, p. 306, nota 1.

não casaria, sem primeiro consultar o monarca de Navarra, depois de se referir à chegada de dues galeres del rrey de Portugal, ab les quals nos tramet certs missatgers seus, ço es lo prior del Spital de Sant Johan, Dyago Furtado, capita maior del dit rregne, e un doctor en leys, appellat Lanzelot, rrequerint esser fet per nos matrimoni ab un de sos fills (605). *Temos, sim, documentos de 4 de Maio de 1412* (605a), *15 de Novembro de 1414* (606), *27 de Agosto e 6 de Setembro de 1416, 1 e 6 de Fevereiro, 10 de Março e 10 de Agosto de 1417, 16 de Janeiro e 7 de Agosto de 1421, autenticados* per o doutor Lançarote, desembargador dos seus fectos (607).

O Doutor Lançarote continuou a interessar-se por seus filhos, nomeadamente por Heitor, escolar de direito civil e clérigo de Lisboa, já dispensado do impedimento de ilegitimidade. Para este o nosso Lançarote, cavaleiro de Lisboa, seu pai, solicitava, por meio de súplica de 19 de Junho de 1423, faculdade para ascender às Ordens sacras e obter a pluralidade de benefícios. Documento de 8 de Julho de 1429 ainda nos fala de Vasco Gill, ssobrinho e criado do doutor Lançarote (608).

O outro doutor em leis, enviado ao concílio de Pisa, chamado Diogo Martins ou Jacobus Martini, *em latim, também se doutorou na Universidade de Bolonha. É irmão doutro jurista, Gil Martins, igualmente doutorado em Bolonha e figura de relevo na diplomacia portuguesa, durante o reinado de D. João I. O primeiro, designado como* Jacobus de Portogallo, *doutorou-se em Bolonha, no dia 18 de Março de 1402, depois da licenciatura a 30 de Março de 1401. O irmão tinha-se licenciado e doutorado já na dita Universidade de Bolonha, respectivamente em 19 de Setembro e 2 de Outubro de 1388, designado como* Egidius Martini de Portugalia (609). *Fernão Lopes*

---

(605) ACA, *Fernando I*, caja 7, n. 1300. Cf. *Monumenta Henricina*, II, p. 50, nota 1.

(605a) ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, Documen. régios, maço 2, n. 2, docum. com selo pendente: «Dom Joham ... Dante em a çidade de Lixboa, quatro dias de Mayo. El Rey o mandou *per o doctor Lançarote, seu vassallo e desenbargador dos seus fectos*. Joham de Lisboa a fez. Era de mill e iiii.c e çinquoenta annos. *Lancelotus, legum doctor*».

(606) AUC, *Livro Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV)*, ed. de A. G. da Rocha Madahil, p. 153.

(607) A 27 de Agosto de 1416: «Dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugall e do Algarve e senhor de Cepta. A vos Bernalde Anes, juiz dos fectos dos Regengos que per nos foram dados a Gonçalo Vaasquez Coutinho, nosso marichall, saude; sabede que dante nos aa nossa corte veeo hũu fecto per apellaçom, que era antre Briatez Gonçallvez de Moura, autor da hũa parte, e Afomso Anes do baao, clerigo de missa, morador em a çidade de Lamego, Reeo da outra ... Dante em Santarem, xxbii dias dagosto. El Rey o mandou *per o doutor Lançarote, seu vassallo e desenbargador dos seus fectos*. Diogo Anes a fez. Era de mill e iiii.c e Liiii° annos. *Lancelotus legum doctor*» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço 3 de sentenças*, n. 25, com selo pendente). A 6 de Setembro de 1416 (docum. em JOSÉ ANASTÁSIO DE FIGUEIREDO, *Nova História de Malta em Portugal*, Lisboa, 1800, parte I, p. 149). A 1 de Fever. de 1417: «... Dada em Torres Vedras, primeiro dia de Fevereiro. El Rey o mandou per o doutor Lançarote, seu vassallo e desenbargador dos seus ffectos ... Era de mjl e iiii.c e çinquoenta e çinquo annos ...» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 18, *maço 4 de sentenças*, n. 21). A 6 de Fevereiro de 1417: «... *per o doutor Lançarote, seu vassallo e desembargador dos seus fectos*» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 192v). A 10 de Março de 1417 (ANTT, *Pergaminhos da igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, n. 383), fala-se de *briga e contenda ... antre o doutor Lançarote, do desenbargo del Rei, e o vigairo e rraçoeiros da igreja de ssancta Cruz da dicta cidade de Lisboa*. A 10 de Agosto de 1417: «... na Era de mjl e iiii.c e cinquoenta e çinquo annos, dez dias dagosto, no moesteiro dAchelas da çidade de Lixboa ... o dicto convento disse que veendo ... como lhe ora o dayam de Lixboa e o doutor Lançarote do desenbargo del Rej, a que o Ifante dera em carrego de o proveer ...» (ANTT, *Mosteiro de Chelas de Lisboa*, maço 37, n. 739). Em 1421, temos docum. de 16 de Janeiro e de 7 de Agosto (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fls. 43v, 27): «... *per o doutor Lançarote, cavaleiro, desembargador dos seus fectos ...*».

(608) AV, Reg. Suppl. 169, fls. 31-31v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 730. Docum. de 1429 em ANTT, *S. Vicente de Fora*, maço 26, n. 39.

(609) ASB, *Liber secretus Iuris Cesarei ab anno 1378 ad annum 1512*, fls. 30, 30v, 33v, 35, publ. por A. SORBELLI, *Il «Liber secretus Iuris Cesarei» dell'Università di Bologna*, I (1378-1420), Bologna, 1938,

identifica-os com os filhos de Martim Lourenço: «Martim Lourenço é o pay dos Doutores» (610). *Eram da família do bispo do Porto D. Gil Fernandes Alma, que os encarregou de olharem pela execução do seu testamento: «Item rogo...* meus parentes os doutores Gill Martjnz e Diego Martjnz... que lhes plaza dar todo boo consselho...» (610a).

Parece-me que Diogo Martins não seguiu a carreira eclesiástica, embora, segundo o costume, seja provável tenha pertencido ao número dos que, durante certo período de tempo, enfileiraram com os estudantes, ditos clérigos de Ordem menores, durante os estudos, com o fito de usufruírem proventos eclesiásticos, enquanto estudavam. Temos notícias do exercício de seu múnus de desembargador régio, desde Janeiro de 1407, continuando no ano de 1408 (611). *Pertence ao número das testemunhas que assistiram, no dia 21 de Maio de 1408, à confirmação pelo delegado apostólico, D. João Afonso de Azambuja, arcebispo de Lisboa, do escambo feito entre D. João I, rei de Portugal, e o arcebispo de Braga, D. Martinho Afonso: «... presentes: dom frei Fernam Roiz, meestre dAvis da hordem de Calatrava, e Joham Afomso de Santarem e o doctor Martim dOssem, do conselho del Rey, e Gonçallo Vaasquez Coutinho, marichal, e Martim Afomso de Merloo, guarda mayor del Rey, e Vaasco Lourenço, alcayde dOlivença, meirinho moor do dicto senhor Rey,* e Gil Martinz e Diego Martinz, doctores, e o doctor Lançarote e Vaasco Gil Pedroso, leçençiado em lex, do desembargo do dicto senhor Rey *e outros»* (612).

Conheço um documento desembargado por ele em 1409, antes de partir para o concílio de Pisa. Após o regresso do concílio, são numerosos os documentos, em que vem designado como desembargador de el-rei D. João I, a partir de Janeiro de 1410, indicado também, já neste ano de 1410, como cavaleiro, por exemplo a 23 de Janeiro, 18 de Novembro e 6 de Dezembro (613). *Como*

---

pp. 141, 149-150. Cf. NUNO ESPINOSA GOMES DA SILVA, *João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha* (1371-1421), Lisboa, 1960, pp. 19, 22-23.

(610) FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, parte, cap. 156.

(610a) ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 5, fl. 285.

(611) Docum. desembargados *per Diego Martinz, doutor em lex*, no ano de 1407: A 24 de Janeiro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço 5 de doações, cartas e mercês régias*, docum. n. 15): *Dante em Santarem, vinte e quatro dias de Janeiro. El Rey o mandou per Diego Martinz, doutor em lex, e per Fernam Gonçallvez, licenciado em lex, seus vasallos e do seu desenbargo ... era de mil e iiii.c e quareenta e çinque annos ...».* A 31 de Janeiro, 22 de Fevereiro, 6, 13 e 14 de Maio e 27 de Junho (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 92v, 90v, 94, 94v, 101, 101b, 104). No dia 28 de Maio de 1407, estava doente, substituindo-o seu irmão Doutor Gil Martins: «... El Rey o mandou *per Gil Martinz, seu vasallo e ouvidor, a que esto mandou livrar, porquanto Diego Martinz, doutor, era doente»* (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 90v). A 12 de Abril de 1407 (ACML, *Chancelaria da Cidade, Livro* 1.º *do provimento de ofícios*, cód. 474, n. 12, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 589, p. 311, estampa respectiva). A 9 de Dezembro de 1407 (ANTT, *Chancellaria de D. João I*, livro 2, fl. 162v).

Documentos desembargados pelo Doutor Diogo Martins no ano de 1408: A 28 de Março, 9 e 12 de Abril, 9 e 15 de Maio, 28 de Agosto, 4 de Outubro, 22 de Novembro e 7 de Dezembro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 81, 81v, 82, 78v, 85, 76v, 74v, 110v, 79v). A 20 de Abril de 1408, em *Gabinete de História da Cidade do Porto, Pergaminhos*, livro 3, n. 60.

(612) ADB, *Gaveta de Braga, sua jurisdição*, n. 22.

(613) Docum. desembargado pelo Doutor Diogo Martins a 7 de Fevereiro de 1409: «Dom Joham ... Rey de Portugal e do Algarve. A vos juizes da çidade de Lamego ... Dante em a çidade dEvora, vii dias de fevereiro. *El Rei o mandou per Diogo Martinz, doutor em lex, e per Vasco Gil, leçençeado em lex, seus vasalos e do seu desenbargo.* Alvare Anes a fez. Era de mil iiii.c Rbii annos. *Jacobus legum doctor»* (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço 5 de doações, cartas e merçês régias*, docu. n. 4, com selo pendente).

Docum. régios desembargados pelo Doutor Diogo Martins em 1410: A 23 de Janeiro (cavaleiro), 12 de Abril, 20 de Maio, 23, 24 e 28 de Julho, 10 e 19 de Setembro (ausente), 18 de Novembro e 6 de Dezembro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 119v-120, 110, 119, 60b, 123v-124, 59v-60, 123v, 119v, 126v-127). O de 12 de Abril também em ACML, *Livro* 1.º *de emprazamentos*, cód. 32/1, docum. n. 5, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 604, p. 11. O de 28 de Julho em ANTT, *Chancelaria de*

tal, ainda em documentos dos anos de 1411 até 1429 (614). *Em muitos, depois da indicação de que*

D. João I, livro 3, fl. 59v, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 610, p. 16. O de 18 de Novembro em ACML, *Chancelaria da Cidade, livro* 1.º *de provimento de ofícios*, cód. 474, n. 14, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 613, p. 18. A 18 de Setembro de 1410 em *Gabinete de História da Cidade do Porto, Pergaminhos*, livro 3, fl. 70.

(614) Docum. régios desembargados pelo Doutor Diogo Martins no ano de 1411: A 26 de Maio (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 130-130v, publ. por SOUSA COSTA, *Mestre André Dias de Escobar*, p. 131, nota 346). Outros a 27 de Fevereiro, 18 de Março, 25 de Julho, 26 de Setembro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 122v-123, 126v, 129v, 131-131v).

Docum. régios desembargados pelo Doutor Diogo Martins no ano de 1412: A 19 e 26 de Fevereiro, 27 de Março, 20 de Abril, 4 de Junho, 24 de Julho e 13 de Dezembro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 133, 140v, 140b, 133v-134, 141v-142, 143-143v, 142-142v). Outro a 22 de Julho em ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fls. 173-174, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 636, p. 43. A 26 de Novembro, na ausência de Vasco Gil, *per Diego Martinz, cavaleeiro, doutor em lex, seu vassalo e do seu desenbargo*, em ANTT, *Pergaminhos do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, quaderno em pergaminho, depois dos maços de docum. em pergaminho. A 14 de Maio de 1412: «Dante em Lixboa, catorze dias do mes de mayo. *El Rei o mandou per Diogo Martinz, doctor em lex, e per Vaasco Gil de Pedroso, liçençiado em lex, seus vassallos e do seu desenbargo.* Joham Fernandez a fez. Era de mil iiii.c e l.ta annos. *Jacobus, legum doctor. Vallascus, licentiatus legum* (ANTT, *Maço* 1 *de Suplemento de Cortes*, n. 29).

Docum. régios desembargados pelo Doutor Diogo Martins no ano de 1413: A 26 de Maio, em ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 164v-165. A 29 de Maio: «Dom Joham ... A vos juizes da çidade de Lamego ... Dante em Santarem, xxix dias do mes de mayo. *El Rey o mandou per Diego Martinz, doutor em lex, e per Vasco Gil, leçenciado em lex, seus vasallos e do seu desenbargo.* Joham Alvarez a fez. Era de mil e iiii.c l.ta hũu annos. *Vallascus, licentiatus legum. Jacobus legum doctor*» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço* 5 *de doações, cartas e merçês régias*, n. 7, com selo pendente). A 12 de Agosto em *Gabinete de História da cidade do Porto*, livro A, fl. 173v, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 643, p. 54. A 17 de Agosto em *Gabinete de História da cidade do Porto, Pergaminhos*, livro 3, n. 75. A 18 de Agosto, assinando *Jacobus, legum doctor*, em ANTT, *Maço* 1 *de Suplemento de Cortes*, n. 29, *Maço* 1 *de Cortes*, n. 30. A 12 de Setembro em ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 18, fl. 84, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 644, p. 55.

Documentos desembargados pelo Doutor Diogo Martins em 1414: A 24 de Março (ACML, *Livro* 1. *do provimento de pão*, cód. 1, n. 4, ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 168b, publ. em *Descobrimentos portugueses*, I, Lisboa, 1944, p. 233, *Monumenta Henricina*, II, n. 27, p. 77, e *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 651, p. 61). A 4 de Agosto: «El Rey o mandou per Vaasco Gil, licenciado em leis, *porquanto o doutor Diego Martinz entom era ocupado*» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 169).

Documentos desembargados pelo Doutor Diogo Martins em 1415: A 12 de Fevereiro, 19 de Março (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 176a-177a). A 26 de Dezembro estava ausente (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 154v-155).

Estava ausente no dia 24 de Fevereiro de 1416: «Dante em Estremoz, xxiiii dias do mes de Fevereiro. El Rei o mandou per Vaasco Gil de Pedroso, leçençiado em lex, seu vassallo e do seu desenbargo, *nom seendo hi o doctor Diogo Martinz seu companhom.* Joham Fernandez a fez. Era de mil iiii.c liiii.º annos. Vallascus, licentiatus legum» (ANTT, *Maço* 1 *de Suplemento de Cortes*, n. 30, *Maço* 1 *de Cortes*, n. 31; *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 180v).

Documentos régios desembargados pelo Doutor Diogo Martins neste ano de 1416: A 7, 13 e 17 de Abril, 5, 25 e 28 de Junho, 24 de Julho, 11 e 14 de Agosto e 7 de Dezembro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 180v-181, 181b-181v, 191a-191b, 181v-182, 186v, 182v-183, 184, 185v-186, 186v-187, 193). A alusão à sua ausência em cartas de 18 de Fevereiro, 14 e 20 de Setembro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 183vb, 188-189).

Documentos desembargados pelo Doutor Diogo Martins em 1417: A 25 de Janeiro, 31 de Março, 8 de Abril, 5 de Maio, 11 e 15 de Julho e 22 de Setembro (ausente), segundo ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 190, 195a-195va, 196b-196va, 197b; livro 4, fl. 3-3v, livro 3, fl. 199va.

Documentos desembargados em 1418: A 15 de Janeiro, estando ausente a 31 de Julho (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fls. 4vb, 10b).

Documentos desembargados em 1419: A 23 e 27 de Março e 6 de Outubro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fls. 42va, 36, 46). A 1 de Abril de 1419 (ANTT, *S. Vicente de Fora*, maço 25, n. 13).

as cartas eram desembargadas per o doutor Diogo Martinz, seu vassallo e do seu desembargo, *ou* per Diogo Martinz, cavaleiro, doutor em leis, *seu vassallo e do seu desembargo, vem a assinatura* Jacobus legum doctor (615). *Exemplo parecido, mas em documento latino, do arquivo da sé de Braga, de 5 de Março de 1423, dirigido ao arcebispo D. Fernando da Guerra:* signo discreti viri Jacobi Martini, doctoris legum, expeditoris supplicationum in nostro palacio ... Jacobus, legum doctor (616).

O Doutor Diogo Martins serviu de testemunha, juntamente com o Doutor Martim do Sem, na procuração passada por el-rei D. João I a seu filho D. Duarte, para este firmar e concordar quaisquer escrituras e contratos relativos às arras, a dar a sua esposa Dona Leonor. Sucedia isto a 15 de Setembro de 1428: «*...Testemunhas, que presentes forom: o doctor Martim do Sem, do nosso conselho,* e o doctor Diego Martiinz...» (617). *A 2 de Dezembro de 1428, na confirmação do contrato de casamento de D. Duarte com Dona Leonor, aparecem igualmente como testemunhas* os honrrados discreptos doctor Martim do Sem, do conselho do dicto senhor e do ifante sseu chançeler moor, e o doctor Diego Martiinz, cavaleiro, e o doctor Ruy Fernandez, anbos do desenbargo do dicto ssenhor rrey (618). *Assistiu também ao casamento da Infanta*

Documentos desembargados em 1420: A 3 de Abril, 27 de Agosto e 4 de Setembro, estando ausente a 2 de Dezembro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fls. 20v, 15v, 17v). A 7 de Maio de 1420 (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21).

Documentos desembargados em 1421: A 4 e 24 de Fevereiro, 13 e 19 de Março, 10 e 24 de Abril, 25 de Maio, 10 de Junho, 15 e 29 de Julho e 12 de Agosto (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fls. 29v, 20b, 43v, 44, 33v, 19v, 22v, 21, 33b, 17, 39v, 27v). Estava ausente no dia 23 de Dezembro de 1421: «... Dada nas alcaçovas, xx e iii de dezenbro. El Rey o mandou per Joham Lourenço, liçençiado em lex, seu vasallo e do seu desenbargo, *non seendo hi o doctor Diego Martinz, seu companhom.* Joham Lourenço Godinho a ffez. Era de mil iiii.c lix annos. Johannes, legum licentiatus» (ADB, *Gaveta* 2.ª *das propriedades do cabido*, n. 42). Também ausente a 5 de Setembro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fl. 59v).

Em 1422, a 25 de Janeiro, há a indicação da ausência do Doutor Diogo Martins em documento desembargado nesse dia (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 59, n. 2208): «... Dante nas Alcaçovas, xxb dias de Janeiro. El Rey o mandou per Joham Lourenço, licençeado em lex, sseu vassalo e do seu desembargo, *nom ssendo hy o doutor Diego Martins, sseu companhom.* Joham Fernandez a ffez. Era de mill e iiii.c lx anos».

Documentos desembargados pelo Doutor Diogo Martins em 1423: A 5 de Março e 23 de Outubro (*Gabinete de História da Cidade do Porto, Livro Grande*, fls. 50a-50b; ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21; ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fl. 78v). Ausente a 19 de Maio (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fl. 68).

Documentos desembargados pelo Doutor Diogo Martins em 1425: A 31 de Agosto (ANTT, *Sé de Viseu*, incorporação de 1912, maço 4, n. 123, hoje no Arquivo Distrital de Viseu, publ. por A. J. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, I, pp. 396-397, e *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 849, p. 304.

Documentos desembargados pelo Doutor Diogo Martins em 1427: A 18 de Abril (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fl. 102).

No contrato de casamento do duque de Borgonha com a Infanta Dona Isabel, a 23 e 24 de Julho de 1429 figura como desembargador: «... *et Jacobo Martini, expeditore supplicationum in palatio doctoribus* ...» (ANTT, Gaveta 17, maço 1, n. 3, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4074, p. 480). Cf. nota 619.

(615) Docum. das notas anteriores. Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis* III, nn. 604, p. 11, n. 613, p. 18, n. 643, p. 54, n. 651, p. 61, n. 849, p. 304. ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21, docum. de 7 de Maio de 1420: «... Dada em Santarem, sete dias do mês de Mayo. El Rey o mandou *per Diego Martinz, cavalleiro, doutor em lex, e per Joham Lourenço, leçençeado em lex, seus vassallos e do seu desenbargo. Johane Estevez a fez. Era de mil e iiii.c L.ta e oyto annos. Johannes, legum licentiatus. Jacobus, legum doctor*».

(616) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 22.

(617) ANTT, Gav. 17, maço 1, n. 2, publ. em *Monumenta Henricina*, III, n. 124, p. 255, e *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4073, p. 466.

(618) ANTT, Gav. 17, maço 8, n. 4, publ. em *Monumenta Henricina*, III, n. 131, p. 283, e *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4232, p. 528. ANTT, Gav. 17, maço 1, n. 2, publ. em *Monumenta Henricina*,

Dona Isabel com o duque de Borgonha, no dia 23 e 24 de Julho de 1429, o nosso Doctor Diego Martiinz (619). *Parece-me que ainda vivia nos fins de Outubro de 1431, porque, em carta do Infante D. Henrique, de 17 de Outubro de 1431* (620), *ainda se fala dos* filhos do doutor Diego Martiins, *sem alusão alguma a seu falecimento.*

A 19 de Dezembro de 1419, foram publicadas pelo Doutor Diego Martinz, do desembargo de el Rey *série de leis, chamadas jacobinas pelos autores de comentários feitos na Cúria Romana, segundo penso, por serem atribuídas ao nosso jurista Doutor Diogo Martins, cujo nome, em latim, se dizia* Jacobus Martini. *Estas leis, no seu texto português e tradução latina, com os respectivos comentários dos juristas e homens da Cúria Romana, Doutor João Gonçalves, bispo de Cádiz, e D. João de Mela, bispo de Samora e futuro cardeal, ambos ouvidores pontifícios, serão publicadas, com estudo a propósito, logo que se proporcione ocasião.*

Os embaixadores ao concílio de Pisa deviam, naturalmente, levar comitiva que aquelas cartas não referem. No citado documento de 1417, sobre a entrega de utensílios, em nome do Doutor Lançarote Esteves, para o colector apostólico Nicolau de Lapis, doutor em leis, há referências também a coisas do cavaleiro João Vasques, comendador da Ordem de S. João de Jerusalém em Portugal: «... *et in alia parte etiam habuisse a* fratre Johanne Valasci, milite ordinis sancti Johannis Jerosolimitani commendatario in dicto regno Portugalie, *unam valisiam...*» (621). *Claro que não se segue, com certeza, que o comendador tivesse participado no concílio de Pisa, mas vimos já que Alexandre V nos fala de dois cavaleiros, João Afonso de Brito e Álvaro Afonso Nogueira, embaixadores de D. João I no concílio* (622), *os quais não vêm referidos nas sobreditas cartas de el-rei de Aragão. O certo é que, nas actas do concílio de Pisa, se fala da presença de Antão Martins, cónego de Viseu* (623). *E eu creio-me habilitado para o identificar com Antão Martins, futuro participante no concílio de Constança, onde aparece como secretário ou escrivão de el-rei de Portugal, mais tarde deão de Évora, bispo do Porto, curial do papa Martinho V, embaixador de D. Duarte ao concílio de Basileia-Ferrara-Florença e do papa Eugénio IV a Constantinópola,*

III, n. 132, p. 284, e *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4073, p. 468. O contrato de casamento de D. Duarte com a Infante Dona Leonor de Aragão, de 2 de Dezembro de 1428, ainda em ANTT, Gaveta 17, maço 7, n. 19, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4224, p. 479.

(619) Docum. latino com o auto do casamento da Infanta Dona Isabel com o duque de Borgonha, com data de 23 de Julho de 1429: «Noverint universi ... quod anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo vicesimo nono, die vicesima tertia mensis Julii in inclita et fideli civitate Ulisbonensi ... Acta fuerunt ... die, mense, anno, loco predictis. Presentibus ibidem discretis viris dominis Martino de Sensu, dicti domini regis consiliario, ac Egidio Martini, eius cancellario, et *Jacobo Martini, expeditore supplicationum in palatio doctoribus* ...» (ANTT, Gaveta 17, maço 1, n. 3, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4074, p. 480). Auto em português, com data de 24 de Julho de 1429: «... Saibam quantos este stromento de recebimento de casamento virem que no anno do nacimento de noso Senhor Ihesu Christo de myl cccc vinte nove anos, viinte quatro dias de Julho no castello da muy nobre leal cidade de Lixboa ... Testemunhas: o doctor Martim do Sem e o doctor Gil Martinz, chanceler moor, *e o doctor Diego Martinz* ...» (ANTT, Gaveta 17, maço 6, n. 3, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4182, p. 157, e *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 908, p. 377.

(620) ACML, *Místicos de Reis*, livro 1, docum. n. 14, fl. 13, publ. em *Monumenta Henricina*, IV, Coimbra, 1962, n. 5, p. 13. Nos livros da *Chancelaria de D. João I* figura como ausente, mas naturalmente vivo, a 28 de Janeiro, 4 de Maio e 8 de Junho de 1430 (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fls. 117v, 121, 118).

(621) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani*, busta 12, protoc. 7, fls. 8-8v. Cf. nota 587.

(622) AV, Reg. Vat. 339, fl. 19, publ. em *Monumenta Henricina*, I, n. 140, p. 325. Cf. nota 539.

(623) Antão Martins, cónego de Viseu, aparece no concílio de Pisa, a 11 de Maio de 1409: «... Nomine productorum et iuratorum testium huiusmodi ... sequuntur ...: ... Antonius Martini, canonicus Visensis ...» (*Acta Concilii Pisani*, ed. JOHANNES VINCKE, em *Romische Quartalschrift für christliche Altertumskunde und für Kirchengeschichte*, 46 (1938) 152).

para trazer os Gregos ao concílio, e criado, finalmente, cardeal (624). *Vou apresentar os documentos, em que me fundamento para a identificação.*

Em letras de 11 de Fevereiro de 1401, dirigidas a Antão Martins, cónego de Coimbra, Bonifácio IX referia ter incorporado no mosteiro de Santa Clara de Coimbra a igreja paroquial de Santa Maria de Penacova, a pedido de el-rei de Portugal, seu padroeiro, e ter transferido o direito de padroado para as freiras do mosteiro. Estas não tinham apresentado, na devida altura, pessoa idónea para essa igreja, vacante por morte de João Esteves, pelo que D. Martinho Afonso, arcebispo de Braga, nessa altura bispo de Coimbra, achou-se no direito de conferir a paróquia a ele, cónego de Coimbra. As freiras opunham-se à tomada de posse e o interessado duvidava do valor da colação episcopal. Isto levou Antão Martins a recorrer ao papa que lhe permitia a posse corporal da igreja:

> «*Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Anthonio Martini, canonico Colimbriensi ... Dudum siquidem nos, consideratione carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, nobis super hoc humiliter supplicantis, parrochialem ecclesiam beate Marie de Penacova Colimbriensis diocesis, que, ut asserebatur, de iure patronatus ipsius regis existebat, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis monasterio sancte Clare Colimbriensi, ordinis eiusdem, auctoritate apostolica per nostras litteras perpetuo incorporavimus, annexuimus et univimus, ipsumque ius patronatus, de eiusdem regis consensu, in dilectas in Christo filias .. abbatissam et conventum dicti monasterii et in ipsum monasterium transtulimus ... Verum, sicut exhibita nobis nuper pro parte tua petitio continebat, cum prefata ecclesia, quam quondam Johannes Stephani, ultimus ipsius ecclesie rector, dum viveret, obtinebat, antequam prefate littere super incorporatione, annexione, unione et translatione huiusmodi confecte fuissent seu ad ipsarum abbatisse et conventus notitiam pervenissent, per eiusdem Johannis obitum ... vacavisset et vacaret tunc et prefatus rex seu etiam abbatissa et conventus predicte aliquam personam ydoneam infra tempus a iure statutum ad ipsam ecclesiam presentare non curassent, venerabilis frater noster Martinus, archiepiscopus Bracharensis, tunc episcopus Colimbriensis, ... ecclesiam ipsam sic vacantem .. tibi auctoritate ordinaria contulit et de illa etiam providit tuque ... illam ex tunc tenuisti et possedisti, prout tenes et possides de presenti. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, licet prefate littere longe post lapsum temporis quadrimestri prefatis abbatisse et conventui presentate fuerant, eedem tamen abbatissa et conventus se colationi et provisioni huiusmodi opponere nituntur tuque etiam dubites ecclesiam predictam, alias quam ut premittitur, vacavisse et vacare, teque super ea posse imposterum molestari, nos collationem et provisionem predictas et quecumque inde secuta rata habentes et grata ... volumus ... et predicta auctoritate tibi concedimus quod collatio et provisio huiusmodi ab ipsarum data et quecunque inde secuta valeant plenamque obtineant roboris firmitatem ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, iii Idus Februarii, pontificatus nostri anno duodecimo*» (625).

Mais ou menos os mesmos dizeres em bula de 14 de Fevereiro de 1401, em forma Ad futuram rei memoriam, *a confirmar por* motu proprio *a anexação ou incorporação da igreja paro-*

(624) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, Introdução, pp. CXC-CCLXXIII.

(625) AV, Reg. Lat. 90, fls. 9-10. O original com sinais do selo de chumbo pendente e seguintes anotações: *Jo. de Bononia. Registrata gratis de mandato domini nostri pape. Henricus*, em ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, Pontifícios, maço 1, n. 11.

quial de Penacova, concedida às freiras de Santa Clara de Coimbra. É que, segundo a abadessa, tinha havido apresentação, no devido prazo, de Vicente Anes, e o dito clérigo Antão Martins opunha-se, contra a justiça, se efectuasse a incorporação:

«*Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Ad furam rei memoriam. Ad hoc Romanus pontifex... Dedum siqnidem nos consideratione carissimi in Chrito fillii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, nobis super hoc humiliter supplicantis, parrochialem ecclesiam beate Marie de Penacova Colimbriensis diocesis, que, ut asseritur, de iure patronatus ipsius regis existebat, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis monasterio sancte Clare Colimbriensi ordinis eiusdem sancte auctoritate apostolica per nostras litteras perpetuo incorporavimus ... et deinde pro parte dilecti filii Antonii* [*fl. 83*] *Martini, canonici Colimbriensis, nobis exposito quod, cum prefata ecclesia quam quondam Johannes Stephani ... obtinebat, antequam littere prefate super incorporatione ... confecte fuissent seu ad ipsarum abbatisse et conventus notitiam pervenissent, per eiusdem Johannis obitum ... vacasset et vacavisset tunc et prefatus rex seu etiam abbatissa et conventus predicti aliquam personam ydoneam infra tempus quadrimestri ad ipsam ecclesiam presentare non curassent, venerabilis frater noster Martinus, archiepiscopus Bracharensis, tunc episcopus Colimbriensis ... ecclesiam ipsam sic vacantem ... eidem Antonio auctoritate ordinaria contulerat et de illa etiam providerat ipseque Antonius ... illam ex tunc tenuerat et possederat ... eedem tamen abbatissa et conventus se collationi et provisioni huiusmodi opponere nittebantur ... nos per alias nostras litteras voluimus et eidem Antonio auctoritate apostolica concessimus quod collatio et provisio huiusmodi ab ipsarum data et quecunque inde secuta valerent ... Verum, sicut fidedigna relatione nobis innotuit, cum prefata abbatissa et conventus dilectum filium Vincentium Johannis, presbyterum Colimbriensem, ad ipsam ecclesiam ut premittitur vacantem venerabili fratri nostro episcopo Colimbriensi infra tempus legitimum presentassent idemque Vincentius presentationem huiusmodi etiam infra tempus debitum auctoritate apostolica confirmari obtinuisset et propterea inter ipsos abbatissam et conventum ex una parte et prefatum Antonium super eo quod abbatissa et conventus eamdem ecclesiam vigore incorporationis, annexionis, unionis et translationis predictarum ad se de iure spectare dictumque Antonium se incorporationi, annexioni, unioni et translationi huiusmodi* [*fl. 83v*] *contra iustitiam opposuisse et opponere ac fecisse et facere quominus incorporatio, annexio, unio, translatio et presentatio predicte debitum sortirentur effectum, Antonius vero predicti eamdem ecclesiam ad se de iure spectare asserebant, prout asserunt, ex altera orta fuisset materia questionis et causa huiusmodi ad sedem apostolicam legitime introducta, Nos causam huiusmodi ad instantiam dictarum abbatisse et conventus dilecto filio magistro Leonardo de Sulmona, capellano nostro et causarum palatii apostolici auditori, audiendam commisimus ... Nos, ne propterea incorporationis, annexionis, unionis et translationis huiusmodi effectus impediatur, super hoc oportune providere volentes ac incorporationem, annexionem, unionem et translationem easdem ratas habentes et gratas illasque auctoritate apostolica ex certa scientia, tenore presentium, confirmantes, motu proprio ... per presentes decernimus et etiam declaramus incorporationem, annexionem, unionem et translationem predictas per prefati Johannis Stephani obitum suum plenum debuisse et debere sortiri effectum et nullatenus per prefatum Antonium seu quemcunque alium apostolica vel quavis auctoritate impediri ...* [*fl. 84*] *... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xbi Kalendas Martii, pontificatus nostri anno duodecimo. Simili modo venerabilibus fratribus .. archie-*

piscopo Montisregalis et .. episcopo Ferentinat. Ac dilecto filio cantori ecclesie Colimbriensis. Salutem, etc. Dudum consideratione ... Datum ut supra» (626).

(626) AV, Reg. Lat. 89, fls. 82v-84v. O original da bula *Ad futuram rei memoriam* em ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, Pontifícios, maço 1, n. 15. No fim da bula: *Bertoldus. Gratis de mandato domini nostri pape. Je. de Ferentino.* O original da bula, a encarregar da execução o arcebispo de Monreale, o bispo de Ferentino e o chantre de Coimbra, conserva ainda o selo de chumbo pendente e encontra-se em ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, Pontifícios, maço 1, n. 13. Eis o texto: «Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus .. archiepiscopo Montis regalis et .. episcopo Ferentinat. ac dilecto filio Cantori ecclesi Colimbriensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Dudum, consideratione carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, nobis super hoc humiliter supplicantis, parrochialem ecclesiam sancte Marie de Penacova, Colimbriensis diocesis, que, ut asserebatur, de iure patronatus ipsius regis extiterat, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis monasterio sancte Clare, Colimbriensi, ordinis eiusdem sancte, auctoritate apostolica per nostras litteras perpetuo incorporaveramus, annexueramus et univeramus ipsumque ius patronatus de eiusdem regis consensu in dilectas in Christo filias abbatissam et conventum dicti monasterii et in ipsum monasterium transtuleramus, ita quod, cedente vel decedente rectore dicte ecclesie, tunc existente vel eam alias quomodolibet dimittente, liceret eisdem abbatisse et conventui per se vel alium seu alios corporalem possessionem ipsius ecclesie propria auctoritate apprehendere et in usus suos et dicti monasterii perpetuo retinere et ipsius fructus, redditus et proventus huiusmodi in supportatione predictorum onerum et alias in earum et dicti monasterii utilitatem integraliter convertere et etiam deputare, diocesani loci et aliorum quorumcunque licentia seu consensu super hoc minime requisitis, reservata tamen de ipsius fructibus, redditibus et proventibus ipsius ecclesie pro perpetuo vicario, per ipsas abbatissam et conventum ad eandem ecclesiam, quotiens vacaret, loci Ordinarii (!) presentando et per eundem Ordinarium in ea instituendo, congrua portione, de qua ipse vicarius congrue sustentari, episcopalia iura solvere et alia sibi incumbentia onera valeret supportare, et deinde pro parte dilecti filii Antonii Martini, canonici Colimbriensis, nobis exposito quod, cum prefata ecclesia, quam quondam Johannes Stephani, ultimus ipsius ecclesie rector, dum viveret, obtinebat, antequam littere prefate super incorporatione, annexione, unione et translatione huiusmodi confecte forent seu ad ipsarum abbatisse et conventus notitiam pervenisset, per eiusdem Johannis obitum, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacasset et vacaret tunc et prefatus rex seu etiam abbatissa et conventus predicti aliquam personam ydoneam infra tempus quadrimestri ad ipsam ecclesiam presentare non curassent, venerabilis frater noster Martinus, archiepiscopus Bracharensis, tunc episcopus Colimbriensis, volens diuturnam eiusdem ecclesie vacationem evitare, ecclesiam ipsam sic vacantem et que tanto tempore vacarat quod eius collatio iuxta Lateranensis statuta concilii fuerat ad ipsum episcopum legitime devoluta, eidem Antonio auctoritate ordinaria contulerat et de illa etiam providerat ipseque Antonius, huiusmodi collationis et provisionis vigore, eandem ecclesiam assecutus, illam ex tunc tenuerat et possederat, prout tenet et possidet de presenti, quodque licet prefate littere longe post lapsum temporis quadrimestri prefatis abbatisse et conventui presentate fuerant, eedem tamen abbatissa et conventus se collationi et provisioni huiusmodi opponere nitebantur ipseque Antonius dubitabat ecclesiam predictam, alias quam ut premittitur, vacavisse et vacasse seque super ea posse imposterum molestari, Nos per alias nostras litteras voluimus et eidem Antonio auctoritate apostolica concessimus quod collatio et provisio huiusmodi ab ipsarum data et quecunque inde secuta valerent plenamque obtinerent roboris firmitatem, etiam si ecclesia ipsa, alias quam ut premittitur, vel ex alterius cuiuscunque persona vacaret, huiusmodi incorporatione, annexione, translatione et litteris predictis eisdem abbatisse et conventui ut prefertur concessis et aliquibus non obstantibus quibuscunque, prout in eisdem litteris plenius continebatur. Postmodum vero, ad audientiam nostram deducto quod, cum prefate abbatissa et conventus dilectum filium Vincentium Johannis, presbyterum Colimbriensem, [ad ipsam ecclesiam] ut premittitur vacantem, venerabili fratri nostro episcopo Colimbriensi infra tempus legitimum presentassent ipseque Vincentius presentationem huiusmodi de se factam etiam infra tempus debitum auctoritate apostolica confirmari obtinuisset, et [postea] inter ipsos abbatissam et conventum ex una parte et prefatum Antonium super eo quod abbatissa et conventus eandem ecclesiam vigore incorporationis, annexionis et translationis predictarum ad se de iure spectare dictumque Antonium [se] incorporationi, annexioni, unioni et translationi huiusmodi contra iustitiam opposuisse et opponere ac fecisse et facere quominus incorporatio, annexio, unio, translatio et presentatio predicte debitum sortirentur effectum, Antonius vero predicti eandem ecclesiam ad se de iure spectare asserebant, prout asserunt, ex altera, orta fuisset materia questionis et causa huiusmodi ad sedem apostolicam legitime introducta, Nos causam huiusmodi ad instantiam dictarum abbatisse et conventus dilecto filio magistro Leonardo de Sulmona, capel-

Além destas bulas do Arquivo do Vaticano, de que há originais com selo de chumbo em Portugal, pertencentes ao antigo mosteiro de Santa Clara de Coimbra, temos outros documentos pontifícios, também originais, do sobredito mosteiro, que passo a analisar.

---

lano nostro et causarum palatii apostolici auditori, audiendam commisimus et fine debito terminandam, ipseque auditor in causa huiusmodi ad nonnullos actus inter eosdem, cuius statum in eisdem nostris litteris pro sufficienter expressis (!) haberi voluimus, dicebatur processisse, Nos per alias nostras litteras incorporationem, annexionem, unionem et translationem easdem ratas et gratas habentes illasque auctoritate apostolica ex certa scientia, ipsarum litterarum nostrarum tenore, confirmantes, motu proprio, non ad ipsarum abbatisse et conventus vel alterius pro eis nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera liberalitate, ex in ipsis nostris litteris expressis et aliis certis rationabilibus causis, ad id animum nostrum moventibus, auctoritate et scientia predictis, per easdem nostras litteras decrevimus et etiam declaravimus incorporationem, annexionem, unionem et translationem predictas per prefati Johannis Stephani obitum suum plenum debuisse et debere sortiri effectum et nullatenus per prefatum Antonium seu quemcunque alium apostolica vel alia quavis auctoritate impediri ac nichilominus huiusmodi pretensas et quascunque alias litteras in favorem eiusdem Antonii contra ipsas abbatissam et conventum concessas, si que forsan apparerent tunc vel apparere possent in futurum, quarum tenores in eisdem nostris litteris de verbo ad verbum haberi voluimus sufficienter expressis, et quecunque inde secuta auctoritate apostolica et similibus scientia et motu, tenore earumdem litterarum nostrarum revocavimus, cassavimus et irritavimus ac nullius esse decrevimus roboris vel momenti, ac voluimus necnon eisdem abbatisse et conventui motu et scientia similibus, ipsarum litterarum nostrarum auctoritate concessimus quod dicte ecclesie possessionem vigore incorporationis, annexionis, unionis et translationis predictarum, iuxta earundem litterarum nostrarum, eis ut prefertur concessarum, tenorem, perinde apprehendere, etiam dicto Antonio et quocunque alio detentore minime requisitis, ipsamque ecclesiam perpetuo in usus earum retinere valerent in omnibus et per omnia iuxta earumdem litterarum eis concessarum tenorem et formam, ac si predicte littere eidem Antonio, a nobis ut prefertur concesse, minime emanassent seu collatio et provisio predicte de ipsa ecclesia dicto Antonio auctoritate ordinaria ut prefertur facte non extitissent et lis, cuius statum etiam in ipsis nostris litteris haberi voluimus pro sufficienter expresso, et in eodem palatio vel alibi etiam per appellationem vel alias inter eosdem et quoscunque alios minime penderet, eisdem abbatisse et conventui nichilominus concedentes quod huiusmodi possessio [per eas] totaliter adipiscenda per modum attemptatorum vel alias nequiret revocari, premissis ac constitutionibus apostolicis necnon stilo Romane Curie ac aliis contrariis et etiam illis que in prefatis litteris eisdem abbatisse et conventui ut prefertur concessis volueramus non obstare, non obstantibus quibuscunque, decernentes ex tunc irritum et inane quicquid in preiudicium incorporationis, annexionis, unionis et translationis predictarum per nos seu nostra aut alia [quavis] auctoritate attemptarum forsan erat tunc vel imposterum contingeret attemptari. Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios premissa, ubi et quando expedire videatis, solemniter publicantes ac eisdem abbatisse et conventui efficacis oportune defensionis presidio assistentes, non permittatis eas contra huiusmodi confirmationis, declarationis, revocationis, cassationis, [irritationis, voluntatis, decreti] et confirmationis (!) tenorem, pretextu dictarum et quarumcunque aliarum litterarum eidem Antonio et quibusvis aliis quovis modo et sub quacunque forma vel expressione verborum aut alia quacunque temeritate [aut causa] hactenus concessarum vel etiam imposterum concedendarum per ipsum Antonium aut quoscunque alios quovis modo molestari, etiam si in eisdem litteris de presentium toto tenore de verbo ad verbum ac de ipsorum [ordinis et] monasterii nominibus et cognominibus propriis mentio specialis habeatur ipsasque abbatissam et conventum, etiam dicto Antonio aut quocunque alio detentore ad hoc non vocato, ad possessionem dicte ecclesie iuxta [continentiam et formam] litterarum, ipsis abbatisse et conventui concessarum admitti faciatis et in ea donec causa proprietatis terminata fuerit, defendatis, facientes ipsi abbatisse et conventui de eiusdem ecclesie in sequestro iam forsan dep[ositis] fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis, quos in futurum ex dicta parrochiali ecclesia usque ad finalem decisionem cause huiusmodi provenire contigerit, integre responderi, eundem Antonium et alios [contradictores] sub excommunicationis et aliis sententiis atque penis, de quibus vobis videbitur, monitioni vestre non parentes incurrere volumus ipso facto et insuper legitimis per vos super hiis habendis servatis processibus, ipsum Antonium [et alios] supradictos ac etiam quoscunque publice vel occulte sibi contra huiusmodi nostras litteras ac omnia et singula in eis contenta faventes aut auxilium vel consilium seu presidium prestantes, eos quotiens expedierit vel necesse fuerit, [aggra]vare et reaggravare curetis ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xvi Kalendas Martii, pontificatus nostri anno duodecimo. Bertoldus. Gratis de mandato domini nostri. Je. de Ferentino».

Bonifácio IX, por bula de 7 de Julho de 1396, dirigida à abadessa e religiosas de Santa Clara de Coimbra, incorporava no mosteiro a igreja paroquial de Santa Maria de Penacova, da diocese de Coimbra, a pedido de D. João I, o qual doara ao mosteiro o direito de padroado que tinha nessa igreja (626a), *conforme consta aliás de documento régio de 25 de Maio de 1389* (626b), *a confir-*

(626a) Bula, com os fios do selo de chumbo caído, em ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, Pontifícios, maço 1, n. 8: «Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Dilectis in Christo filiabus .. abbatisse et conventui monasterii sancte Clare Colimbriensis, ordinis eiusdem sancte. Salutem et apostolicam benedictionem. Etsi ex debito solicitudinis pastoralis quibuslibet personis, divinis laudibus deditis, nos esse deceat favorabiles et benignos, mulieribus tamen que sub sacra religione virtutum Domino famulantur, tanto propensiori nos convenit auxilio subvenire, quanto pro fragilitate sexus feminei maioribus dinoscuntur auxiliis indigere. Hinc est quod nos vestris et carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, nobis super hoc humiliter supplicantis, in hac parte supplicationibus inclinati, ut incumbentia vobis et monasterio vestro onera commodius supportare valeatis, de alicuius subventionis auxilio vobis providere volentes, parrochialem ecclesiam beate Marie de Penacova, Colimbriensis diocesis, que de iure patronatus ipsius regis, ut asseritur, existit, cuiusque ducentarum, predicto vestro monasterio, cuius mille librarum Turonensium parvorum fructus, redditus et proventus secundum communem extimationem valorem annuum, ut asseritis, non excedunt, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica auctoritate, tenore presentium, incorporamus, annectimus perpetuo et unimus, ipsumque ius patronatus, de ipsius regis consensu, in vos et dictum monasterium transferimus, ita quod, cedente vel decedente rectore dicte ecclesie, ad presens existente, vel eam alias quomodolibet dimittente, liceat vobis per vos vel alium seu alios corporalem possessionem ipsius ecclesie propria auctoritate apprehendere et in usus vestros et dicti monasterii perpetuo retinere ac ipsius fructus, redditus et proventus huiusmodi in supportationem predictorum onerum et alias in vestram et dicti monasterii utilitatem integraliter convertere et etiam deputare, diocesani loci et cuiuscunque alterius licentia seu consensu super hoc minime requisitis, reservata tamen de ipsis fructibus, redditibus et proventibus ipsius ecclesie pro perpetuo vicario, per vos ad eam, quotiens vacaverit, loci Ordinario presentando et per eundem Ordinarium in ea perpetuo instituendo, congrua portione, de qua ipse vicarius commode sustentari, episcopalia iura solvere et alia sibi incumbentia onera valeat supportare. Non obstantibus quibuscunque constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon privilegiis, statutis et consuetudinibus monasterii et ordinis predictorum contrariis ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Nonis Julii, pontificatus nostri anno septimo. P. de Bosco. J. de Ortega».

(626b) ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, Documentos particulares, maço 8, n. 18: «Afomso Lopez, coonigo da See de Coinbra e vigayro geeral do honrrado padre e senhor dom Gil, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo dessa meesma. A quantos esta carta de verdadeyro transumpto em ppublica forma vyrem faço saber que da parte das honrradas Religiosas dona Beatriz Afomso Pymentel, abbadessa, e convento do moesteyro de santa Clara dapres da dicta çidade, per Gil Eanes, seu procurador, perante mjm foy apresentada hũa carta de doaçom e conffyrmaçom da egreia de Santa Maria de Penacova do dicto bispado ao dicto moesteyro de Santa Clara de nosso senhor el rrey dom Joham que ora he, que Deus mantenha, sseellada com o seu sseello pendente em hũa fita preta, a qual carta nom era rrasa ... da qual carta o theor de verbo a verbo tal he como se logo ssegue: Dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta vyrem fazemos saber que a abbadessa e convento do moesteyro de Santa Clara de Coinbra nos mostrou hũa carta del rrey dom Fernando, nosso jrmão, a que Deus perdoe, [que] deu ao dicto moesteyro, na qual he contheudo que el, veendo e conssijrando em como o dicto moesteyro foy feytura da Rainha dona Isabel, a que Deus perdoe, e que ante da sua morte o dicto moesteyro nom fora de todo herdado, assy que as donas que em el vyvem nom podyam aver per as rrendas do dicto moesteyro aquellas cousas que eram neçessarias pera seus mantijmentos e que vyviam em grande mjngua ... deu e outorgou ao dicto moesteyro pera mantijmento das dictas donas que em el vyvem por esmolla todo o direito do padroado e toda propriedade e toda posse de apresentar que el avya em a egreia de Penacova da par da dicta çidade de Coinbra, quanto perteeçe ao padroado da dicta egreia ... segundo esto e outras cousas mays compridamente na dicta carta he contheudo. E envyaromnos pedyr por merçee que lhes quisessemos outorgar e confyrmar a ssobredicta carta per a guysa que lhes foy dada per o dicto nosso jrmão. E nos veendo o que nos pedyr envyarom e querendolhes fazer graça e merçee por esmolla, teemos por bem e outorgamos ao dicto moesteyro e confyrmamos a ssobredicta carta do dicto nosso jrmão ... Dante na çidade de Lixboa, xxb dias de Mayo. El rrey a mandou per Lourenço Anes Fogaça, seu vassallo e chançeller. Diego Alvarez a fez. Era de mil e iiii.c e xxvii annos. A qual carta assy

mar doação anterior de el-rei D. Fernando, de 22 de Agosto de 1374, inserida em pública-forma de 25 de Abril de 1384, do tempo em que o Mestre de Avis era regedor e defensor do reino. Tanto D. Fernando, como D. João I afirmam terem-se decidido a fazer tal doação para ocorrer às necessidades das freiras e para honrar a memória da Rainha Santa, sua avó, fundadora do mosteiro (626c).

Naquela mesma data de 7 de Julho de 1396, o papa encarregava o bispo de Coimbra, o prior de Santa Cruz de Coimbra e o deão de Coimbra de executarem a confirmação papal das doações régias, na forma habitual das praxes pontifícias (626d).

---

perante mjm mostrada ... Dante em Coinbra, vinte e quatro dias dabril. Afomso Antom a fez. Era de mil e iiii.c xlvi annos».

(626c) ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, Docum. particulares, maço 8, n. 1: «Sabham todos como na era de mil e quatroçentos e vijnte e dous anos, vijnte e cinque dias dabril, na çidade de Coinbra, no adro da See, perdante Bertolameu Giraldez, alvazil na dicta çidade, pressente mjm Angello Perez, tabeliom de nosso Senhor o Meestre dAvis, Regedor e deffensor dos Reijnos de Portugal e do Algarve, pareçeo Domingos Eanes, procurador que sse dizija das abadessa e convento do moesteiro de Santa Clara da dicta çidade, e mostrou hũa carta del Reij don Fernando, a que Deus perdoe, escripta en purgaminho, aberta e sseellada do sseu seello longo, colgado per hũa fita de ljnhas amarrellas, segundo en ella e per ella parecija, da qual carta o teor della tal he: Dom Fernando ... Reij de Portugal e do Algarve ... ffazemos saber que nos, veendo e consijrando en como o moesteiro de Santa Clara da par da Çidade de Cojnbra foij feitura de nossa avoo a Raijnha dona Issabel, a que Deus perdoen, e ante que a dicta nossa Avoo morresse, o dicto moesteiro nom foij dotado, erdado, assij que as donas que en el vivem nom poden aver per as Rendas do dicto moesteiro aquellas coussas que som neçessarias pera sseu mantimento, e assij vivem em gram mingua, e por esto nos querendo acorrer ao dicto moesteyro, de nossa livre voontade e nom per outro endidimento, edificamento e erro, mais de nosso proprio movimento, afeiçom e contraiçom e devoçam e aa honrra de Deus e de ssua madre Santa Maria e de Santa Hiresabel, en cuja honrra o dicto moesteiro foij edificado, e aa Reverença da dicta Rainha dona Elissabel nossa avoo e em Remimento de nossos pecados, damos e outorgamos ao dicto moesteiro, pera mantimento das donas que en el vivem por esmola todo direito do padroado e toda propriedade e toda posse de pressentar que nos avemos en na eigreia da nossa villa de Penacova da par da dicta çidade de Coinbra, quanto perteençe ao padroado da dicta eigreia a nos Rey. A qual doaçam lhij fazemos pella maneira e forma que sse mjlhor e mais conpridamente pode e deve fazer ... e queremos e outorgamos e Rogamos a dom Pedro, bispo da dicta çidade de Cojnbra, que hora he, e a qualquer outro bispo da dicta çidade, que depos el for, hunir e aneixar a dicta eigreia ao dicto moesteiro pera [que] as donas que en el viverem possam aver pera ssenpre mantijmento das coussas que lhij foren compridoras. E Rogamos ao cabidoo da See da dicta çidade que den sseu conssentjmento a dicta eneixaçam, poendo hũu vigairo da dicta eigreia que a aia de Reger e mjnjstrar aos freegesses os sagramentos, assinando lhij mantjmento convenhavel dos beens e fruitos da dicta eigreia ... Dante na Atougia, vijnte e dous dias dagosto. El Rey o mandou per Lourençe Anes Fogaça, sseu vassallo e veedor da ssua chançelaria. Affomso Perez a fez. Era de mil e quatrocentos e doze anos. A qual carta per o dicto Dominge Anes assy mostrada e pressentada como dicto he, o dicto Dominge Anes disse que, porquanto as dictas abadessa e convento do dicto moesteiro sse temjam da dicta carta sse perder ...»

(626d) ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, Pontifícios, maço 1, n. 9, com o selo de chumbo pendente, aliás como o n. 7, com a mesma data: «Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri .. episcopo Colimbriensi et dilectis filiis .. priori monasterii sancte Crucis extra muros Colimbrienses, per priorem soliti gubernari ac .. decano ecclesie Colimbriensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Etsi ex debito solicitudinis pastoralis quibuslibet personis, divinis laudibus deditis, nos esse deceat favorabiles et benignos, mulieribus tamen que sub sacra religione virtutum Domino famulantur, tanto propensiori nos convenit auxilio subvenire, quanto pro fragilitate sexus feminei maioribus dinoscuntur auxiliis indigere. Hinc est quod nos dilectarum in Christo filiarum .. abbatisse et conventus monasterii sancte Clare Colimbriensis, ordinis eiusdem sancte, necnon carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, nobis super hoc humiliter supplicantis, in ea parte supplicationibus inclinati, ut incumbentia eisdem abbatisse et conventui ac monasterio earum onera commodius supportare valerent, de alicuius subventionis auxilio providere volentes, parrochialem ecclesiam beate Marie de Penacova Colimbriensis diocesis, que de iure patronatus ipsius regis, ut asseritur, fuerat et nunc ipsius monasterii existit, cuius ducentarum, predicto monasterio, cuius mille librarum Turonensium parvorum fructus, redditus et proventus secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica

Segundo bula de 24 de Julho de 1397, dirigida ao deão de Coimbra, morto João Esteves, último reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Penacova, a abadessa de Santa Clara de Coimbra, valendo-se das concessões régias e confirmação pontifícia, embora antes da execução da bula de Julho de 1396, sobre a união da igreja ao mosteiro, nomeara Vicente Anes, porcionário da igreja colegiada de Santa Justa de Coimbra, para ser apresentado ao bispo de Coimbra, em ordem à instituição canónica. Agora, a pedido de Vicente Anes, o papa encarregava o deão de Coimbra de lhe dar a instituição canónica, após legítima apresentação ([626e]).

---

auctoritate, aliarum litterarum nostrarum tenore, incorporavimus, annexuimus perpetuo et univimus, ipsumque ius patronatus de ipsius regis consensu in dictas abbatissam et conventum transtulimus, ita quod, cedente vel decedente rectore dicte ecclesie tunc existente, vel eam alias quomodolibet dimittente, liceat ipsis abbatisse et conventui per eos vel alium seu alios corporalem possessionem ipsius ecclesie propria auctoritate apprehendere et in usus ipsarum et dicti monasterii perpetuo retinere ac ipsius fructus, redditus et proventus huiusmodi in supportationem predictorum onerum et alias in earumdem abbatisse et conventus et dicti monasterii utilitatem integraliter convertere et etiam deputare, diocesani loci et alterius cuiuscunque licentia seu consensu super hoc minime requisitis, reservata tamen de ipsis fructibus, redditibus et proventibus ipsius ecclesie pro perpetuo vicario, per easdem abbatissam et conventum ad eam, quotiens vacaret, loci Ordinario presentando et per eundem Ordinarium in ea perpetuo instituendo, congrua portione, de qua ipse vicarius commode sustentari, episcopalia iura solvere et alia sibi incumbentia onera valeret supportare. Non obstantibus quibuscunque constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon privilegiis, statutis et consuetudinibus monasterii et ordinis predictorum contrariis ... Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios easdem abbatissam et conventum vel procuratorem earum nomine in corporalem possessionem parrochialis ecclesie, cum, ut prefertur, vacare contigerit, inducatis auctoritate nostra et defendatis inductas, amoto exinde quolibet detentore, ac facientes eisdem abbatisse et conventui de ipsius parrochialis ecclesie fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis integre responderi ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Nonis Julii, pontificatus nostri anno septimo. Jo. de Bononia. pro F. Castellutii Ja. de Bononia».

([626e]) ANTT, *Santa Clara de Coimbra, Docum. pontifícios*, maço 1, n. 10, com os fios do selo de chumbo que caiu: «Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio .. decano ecclesie Colimbriensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus dilectus filius Vincentius Johannis, perpetuus porcionarius in ecclesia sancte Juste Colimbriensi fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Dudum siquidem Nos carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, ac dilectarum in Christo filiarum abbatisse et conventus monasterii sancte Clare Colimbriensis, ordinis eiusdem sancte Clare, super hoc nobis humiliter supplicantium, supplicationibus inclinati, ut incumbentia abbatisse et conventui ac monasterio prefatis onera, dicte abbatissa et conventus commodius supportare valerent, de alicuius subventionis auxilio abbatisse et conventui prefatis providere volentes, parrochialem ecclesiam beate Marie de Penacova Colimbriensis diocesis, que de iure patronatus dicti regis, ut asserebatur, existebat, cuiusque ducentarum, eidem monasterio, cuius mille librarum Turonensium parvorum fructus, redditus et proventus secundum communem extimationem valorem annuum, ut asserebatur, non excedebant, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis auctoritate apostolica incorporavimus, annexuimus perpetuo et univimus, ipsumque ius patronatus de ipsius regis consensu in abbatissam et conventum ac monasterium predicta transtulimus, ita quod, cedente vel decedente rectore dicte parrochialis ecclesie, qui tunc erat, vel ipsam ecclesiam alias quomodolibet dimittente, liceret ipsis abbatisse et conventui per seipsas vel alium seu alios corporalem possessionem ipsius parrochailis ecclesie propria auctoritate apprehendere et in usus suos et dicti monasterii perpetuo retinere ac ipsius fructus, redditus et proventus huiusmodi in supportationem predictorum onerum et alias in abbatisse et conventus ac monasterii predictorum utilitatem integraliter convertere et etiam deputare, diocesani loci vel alterius super hoc licentia seu consensu minime requisitis, reservata tamen de ipsis fructibus, redditibus et proventibus dicte parrochialis ecclesie pro perpetuo vicario, per ipsas abbatissam et conventum, ad eam, quotiens vacaret, loci Ordinario presentando et per eum in dicta parrochiali instituendo, congrua portione, de qua ipse vicarius commode sustentari, episcopalia iura solvere et alia sibi incumbentia onera valeret supportare, prout in nostris litteris inde confectis plenius continetur. Postmodum vero, sicut exhibita nobis nuper pro parte dicti Vincentii petitio continebat, predicta parrochiali ecclesia, quam quondam Johannes Stephani, ipsius parrochialis ecclesie rector, dum viveret obtinebat, per ipsius Johannis obitum,

Em documento de 7 de Março de 1400, D. Afonso Martins, prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, executor das letras apostólicas de 1396, diz-nos que a abadessa Beatriz Afonso Pimentel e as freiras, a 3 de Dezembro de 1399, por meio de seu procurador, que era o dito Vicente Anes, porcionário da colegiada de Santa Justa, de Coimbra, apresentaram a bula que o encarregava a ele, além dos outros comissários conhecidos, de executar as determinações do papa sobre a união da igreja de Penacova ao mosteiro. Tencionavam as religiosas mover causa a Antão Martins que se apresentava como prior dessa igreja, instituído pelo bispo da diocese, D. Martinho Afonso, como se viu pelas bulas transcritas de Fevereiro de 1401, estando na posse da mesma. O prior citou Antão Martins. Na sessão, à qual compareceu também Vicente Anes em nome das freiras que pediam ao prior de Santa Cruz as metesse na posse pacífica da igreja e respectivos direitos e proventos, Antão Martins apresentou apelação em contrário. Esta não foi admitida pelo prior, que lhe mostrou em resposta as concessões de el-rei D. João I e do irmão deste, el-rei D. Fernando, e a bula do papa sobre a união da igreja ao mosteiro. Antão Martins terminava por apelar para Roma ([626f]).

---

qui extra Romanam Curiam decessit, vacante, prefate abbatissa et conventus, huiusmodi litteris super unione, annexione et incorporatione ac translatione predictis tunc nondum confectis, vigore huiusmodi unionis, annexionis, incorporationis ac translationis, eundem Vincentium in perpetuum vicarium dicte parrochialis ecclesie presentandum concorditer nominarunt. Quare pro parte dicti Vincentii nobis fuit humiliter supplicatum ut ipsum in perpetuum vicarium dicte parrochialis ecclesie institui mandare de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur, volentes eidem Vincentio, premissorum meritorum suorum intuitu, gratiam facere specialem, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus, si huiusmodi vicaria in dicta ecclesia parrochiali iam sit, alioquin quam primum fuerit, vigore predictarum litterarum, instituta, et postquam ad illam idem Vincentius fuerit legitime presentatus, ipsum Vincentium, si presentatio ipsa extiterit canonica et de persona ydonea facta, in perpetuum vicarium dicte ecclesie parrochialis, cuiuscunque valoris annui secundum predictam extimationem vicaria ipsa existat, eadem auctoritate instituere procures ... Non obstantibus si venerabili fratri nostro .. episcopo Colimbriensi ac prefatis abbatisse et conventui vel quibusvis aliis communiter vel divisim a sede apostolica specialiter sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, viiii Kalendas Augusti, pontificatus nostri anno octavo. P. de Bosco. Registrata gratis. G. de Pala».

([626f]) ANTT, *Santa Clara de Coimbra, Docum. particulares*, maço 9, n. 3, com os fios do selo que caiu: «Dom Affonso, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma prior do Moesteiro de sancta Cruz da cidade de Coymbra, a dicta egreia de Roma ssem outro nenhũ meo perteçente, executor per autoridade apostolica per leteras do muj sancto padre Boniffacio nono que ora he de Roma e per el deputado spicialmente pera esto que sse adeante ssegue. A quantos esta carta de sentença virem fazemos saber que tres dias do mes de dezembro da Era de mill e quatrocentos e trinta e sete annos, dentro no dicto nosso Mo.º nos ffoy apresentada hũa letera executoria da parte das honrradas Religihossas Senhoras dona Beatriz Affomso Pimjntel, abbadessa, e donas e convento do Moesteiro de santa Crara dapres da dicta cidade de Coynbra per Vicente Anes, rraçoeiro da egreia collegiada de santa Justa dessa meesmha, sseu procurador, a nos ffecta per o muj santo padre Boniffacio nono, papa que ora he em Roma, seellada da sua verdadeira bulla de chunbo ... em rrazom da egreia de sancta Maria de Penacova do bispado de Coynbra, autores, e Antom Martinz, prior que sse dizia da dicta egreia de sancta Maria de Penacova, segundo todo isto mais conpridamente he conthiudo na dicta letera executoria. A qual per nos vista e hisiminada com diligencia, achamos que nom era rassa ... A qual nos come ffilho obediente ao sancto padre e egreia de Roma hobedeçemos humildosamente ... dizendo as dictas autores pello dicto Vicente Anes, sseu procurador, que ellas emtendiam daver demanda com o dicto Antom Martinz per rrazom da dicta egreia de sancta Maria de Penacova, de que o dicto Antom Martinz stava em posse como nom devia. E que nos pidiam que lhe mandassemos dar carta pera citarem o dicto Antom Martinz, e nos veendo que nos pidiam direito, mandamoslhe dar a dicta carta pera citarem o dicto Antom Martinz. O qual dicto Antom Martinz ffoy citado pella dicta carta por pessoa e ao termho que lhe aquella dicta citaçom ffoy asignaado, as dictas autores parecerom pello dicto Vicente Anes, seu procurador, e o dicto Antom Martinz per ssua pessoa pareceo perante nos dentro em no dicto nosso Moesteiro, pidindonos as dictas autores pello dicto sseu procurador que os metessemos logo em posse pacifica da dicta egreia de sancta Maria de Penacova

As bulas transcritas atrás, a de 11 de Fevereiro de 1401, a conceder a Antão Martins a igreja de Penacova, e a de 14 de Fevereiro de 1401, a favor das freiras, são já fruto da demanda que se começou a ventilar em Roma. Foi encarregado da causa pelo papa o ouvidor apostólico Leonardo de Sulmona, do qual temos determinações para o bispo de Coimbra, vigário geral e outros, sobretudo para Antão Martins, que estava na posse da igreja de Penacova. Por carta dele, de 18 de Março de 1401, sabemos que as religiosas eram representadas na Cúria de Roma por mestre Rogério Balhorn e pelo sobredito Vicente Anes. Nessa carta, o ouvidor proibia aos destinatários, principalmente a Antão Martins, durante a pendência da causa, qualquer acto atentatório dos direitos e em prejuízo das religiosas ([626§]).

---

com todas ssuas dizimas e primicias e direitos e Rendas della, ssem outra ordem e strepito de juizo, e as mantevessemos em a dicta posse ... E ffazendo elles e cada hũu delles ... E o dicto Antom Martinz disse que apellava pera a egreia de Roma. E nos nom lhe Recebemos aa dicta appellaçom e demoslhe per Apostolos Reffutatorios aa dicta appellaçam as dicta doações de nosso Senhor El Rey e del Rey dom Fernando e a dicta Emnexaçom e aa dicta Executoria ... foy dada pello dicto Senhor padre santo e toda aa acta e processo que sobre essa razom perante nos ffoy ... E o dicto Antom Martinz disse que appellava ... Dante no dicto nosso Moesteiro. Sete dias do mes de Março ... Era de mill e quatroçentos e trinta e oyto annos. Alffonsus».

([626§]) ANTT, *Santa Clara de Coimbra, Docum. pontifícios*, maço 1, n. 12: «Reverendo in Christo patri ac domino domino Dei gratia episcopo Colimbriensi eiusque in spiritualibus et temporalibus vicario generali et officiali omnibusque aliis et singulis iudicibus, commissariis, officialibus, delegatis, subdelegatis, executoribus, subexecutoribus et eorum locatenentibus ac aliis, quorum interest, communiter vel divisim, ad quem vel ad quos presentes nostre littere pervenerint, per civitatem et diocesim Colimbriensem ac alias ubilibet constitutis et specialiter Antonio Martini, pro priore sive rectore ecclesie sancte Marie de Penacova Colimbriensis diocesis se gerenti, ex adverso principali, in infrascripta commissione principaliter nominato, Leonardus de Sulmona, decretorum doctor, prepositus Valvensis, domini nostri pape capellanus et ipsius sacri palacii apostolici causarum et cause ac partibus infrascriptis ab eodem domino nostro papa auditor specialiter deputatus. Salutem in Domino et presentibus fidem indubiam adhibere. Nuper sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Bonifacius, divina providentia papa nonus, quandam commissionis sive supplicationis cedulam nobis per certum suum cursorem presentari fecit, quam nos cum ea qua decuit reverentia recepisse noveritis, tenorem qui sequitur continentem: Dignetur S. V. causam et causas etiam appellationis et appellationun ac negotii principalis ipsarum, que vertitur vertuntur seu verti et esse sperantur inter devotas oratrices vestras venerabiles et religiosas dominas Beatricem abbatissam, moniales et conventum monasterii sancte Clare Colimbriensis, ordinis eiusdem sancte, ex una parte, et quendam Antonium Martini pro priore sive rectore ecclesie sancte Marie de Penacova Colimbriensis diocesis se gerentem, ca omnes alios et singulos sua interesse putantes coniunctim et divisim de et super dicta ecclesia sancte Marie et ipsius occasione parte ex altera alicui de dominis auditoribus vestri sacri palatii apostolici causarum committere audiendas, cognoscendas, decidendas et fine debito terminandas, cum omnibus suis emergentibus, incidentibus, dependentibus et connexis et cum potestate citandi dominum Antonium ac omnes alios et singulos predictos coniunctim et divisim in Curia et extra et ad partes, quotiens opus erit. Non obstante quod cause huiusmodi non sint de ipsarum natura ad Curiam Romanam legitime devolute neque in ea de iuris necessitate tractande et finiende. In fine vero dicte commissionis sive supplicationis cedule scripta erant de alia manu et littera superiori littere ipsius cedule penitus et omnino dissimili et diversa hec verba, videlicet: De mandato domini nostri pape, audiat magister Leonardus de Sulmona, citet ut petitur et iustitiam faciat. Cuius quidem commissionis vigore, per nos in causa et causis huiusmodi ad nonnullos actus iudiciales, citra tamen conclusionem processo, subsequenter vero fuimus per discretum virum magistrum Rogerum Balhorn, in Romana Curia et per providum virum Vincentium Johannis in eadem Curia et prefatarum religiosarum dominarum abbatisse et conventus monasterii sancte Clare Colimbriensis principalium, in dicta nobis facta et presentata commissionis sive supplicationis cedula principaliter nominatarum, procuratorem principalem in huiusmodi causa substitutum, prout de ipsorum magistorum Vincentii procurationis et Rogerii substitutionis mandatis nobis legitimis constabat, prout constat, documentis, coram nobis constitutum, debita cum instantia requisiti quatenus in causa et causis huiusmodi more solito inhibere ac litteras inhibitorias sibi dicto nomine super hoc extra Romanam Curiam et ad partes in forma solita et consueta decernere et concedere dignaremur. Nos igitur Leonardus auditor prefatus ... vobis Reverendo patri domino episcopo Colimbriensi vestroque in spiritualibus et temporalibus vicario generali et officiali ac omnibus aliis et singulis supradictis ac tibi Antonio Martini, princi-

Entretanto, o procurador do mosteiro de Santa Clara deve ter diligenciado que os executores da bula de 14 de Fevereiro de 1401, pela qual o papa declarava que a união da igreja ao mosteiro de Santa Clara, depois da morte do último prior, João Esteves, tinha obtido pleno efeito, tomassem providências, confirmando-a. Foi assim que, a instâncias de João Lourenço de Abiul, clérigo da diocese de Coimbra e procurador do mosteiro, o arcebispo de Monreale, D. Paulo, em seu nome e dos outros executores, bispo de Ferentino e chantre de Coimbra, dirigia carta a el-rei de Portugal, vários nobres, entre os quais o Condestável, e os senhores de Penacova, bem como ao arcebispo de Braga e bispo de Coimbra e ao próprio ouvidor apostólico Leonardo de Sulmona. Depois de transcrever as bulas da concessão em forma graciosa e a da execução, impunha a Antão Martins ou a quaisquer outros detentores da igreja de Penacova, enquanto a mesma causa da propriedade não fosse terminada, a restituição da igreja e respectivos direitos às freiras, no espaço de seis dias, a contar da recepção da carta, com várias penas e recurso ao braço secular ([626h]).

---

pali in causa et causis huiusmodi, more solito inhibuimus et duximus inhibendum et tenore presentium inhibemus ne vos vel aliquis vestrum per vos vel alium seu alios quovis modo publice vel occulte in vilipendium litis pendentie et iurisdictionis nostre huiusmodi et dictarum dominarum abbatisse, monialium et conventus monasterii sancte Clare principalium preiudicium vel ipse domine abbatissa, moniales et conventus principales viceversa in preiudicium sive detrimentum vestri, quidquam in causa seu causis huiusmodi attemptare seu innovare presumatis vel presumant seu presumat ... Datum et actum Rome, apud Sanctum Petrum, in palatio causarum apostolico, in quo iura reddi solent, nobis inibi mane, hora causarum ad iura reddendum in loco nostro solito pro tribunali sedentibus. Sub anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo primo, indictione nona, die Veneris, decima octava mensis Martii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri Bonifacii divina providentia pape noni predicti anno duodecimo ...»

([626h]) ANTT, *Santa Clara de Coimbra, Docum. pontifícios*, maço 1, n. 14: «Serenissimo principi et domino domino Dei gratia Portugalie et Algarbii regi, vestrorum regnorum felicis prosperitatis augmentum ac nobilibus et magnificis viris Comitistabili et Johanni Gometii necnon Gunsalvo Menendi, militibus, ac Martino et Johanni Alvari, domicellis Colimbriensis diocesis, necnon Reverendis in Christo patribus dominis eadem gratia archiepiscopo Bracharensi et episcopo Colimbriensi vestrisque in spiritualibus et temporalibus vicariis et officialibus necnon venerabili et circunspecto viro domino Leonardo de Sulmona, domini nostri pape capellano et sui sacri palatii auditori, et aliis quibuscunque auditoribus, iudicibus ad infrascripta deputatis universisque et singulis abbatibus, primiceriis ... et presertim Antonio Martini, canonico Colimbriensi, et quibuscunque in parrochiali ecclesia beate Marie de Penacova Colimbriensis diocesis, intrusis et etiam intrudendis, ac eandem ecclesiam seu aliquod ius, ad eam pertinens, occupantibus ... necnon utriusque [sexus] eiusdem parrochialis ecclesie sancte Marie parrochianis et subditis communiter et divisim. Paulus, eadem gratia archiepiscopus Montisregalis, executor ad infrascripta, una cum infrascriptis nostris in hac parte collegis, cum illa clausula quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios, etc., a sede apostolica specialiter deputatus. Salutem in Domino et mandatis nostris huiusmodi, ymo verius apostolicis firmiter obedire. Noveritis quod nuper litteras sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifacii, divina providentia pape noni, unam videlicet gratiosam, in forma Ad futuram rei memoriam, cum filis sericis rubei croceique coloris, aliam vero executoriam, cum cordula canapis, veris bullis plumbeis ipsius domini nostri pape in pendeñ, more Romane Curie bullatas ... nobis per providum virum Johannem Laurentii de Abiul, clericum dicte Colimbriensis diocesis, procuratorem et procuratorio nomine venerabilium et religiosarum dominarum abbatisse et conventus monasterii sancte Clare Colimbriensis coram notario publico et testibus infrascriptis presentatas, cum ea qua decuit reverentia recepimus. Quarum quidem litterarum apostolicarum, unius videlicet gratiose, tenor sequitur de verbo ad verbum et est talis: Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Ad futuram rei memoriam. Ad hoc Romanus pontifex, prout sibi ex debito ... attemptari. Nulli ergo omnino hominum liceat paginam nostre confirmationis, constitutionis, declarationis, revocationis, cassationis, irritationis, voluntatis ac concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis ... Datum Rome, apud Santum Petrum, decimo sexto Kalendas Martii, pontificatus nostri anno duodecimo. Alterius vero littere, scilicet executorie, tenor sic incipit: Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopo Montisregalis et episcopo Ferentinat. ac dilecto filio cantori ecclesie Colimbriensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Dudum consideratione carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris ... auctoritate apostolica per nostras litteras perpetuo incorporaveramus ...

O ouvidor apostólico Leonardo de Sulmona, que, entretanto, fora eleito bispo de Esculano, não levou ao fim a causa. Morto o papa Bonifácio IX no dia 1 de Outubro de 1404, a causa foi reassumida depois da coroação do papa Inocêncio VII, mas o bispo entendeu bem remeter as actas do processo à chancelaria do Pontífice que encarregou da causa a outro ouvidor apostólico, de nome Bertrando. Este também remeteu o processo à chancelaria papal. Confiada a D. Jaime, bispo de Áquila, perante o qual foi ventilada a causa, sendo representadas as religiosas por Vicente Anes e mestre Rotero ou Rogério Balharn, e Antão Martins por Pedro de Mera, este apresentou as suas posições. Nelas afirmava que a Antão Martins, no mês de Agosto de 1397, fora conferida a igreja de Penela que possuíra até ao tempo da espoliação e que, no mês de Julho de 1399, as freiras tinham obtido do papa Bonifácio IX a comissão da presente causa ao ouvidor Leonardo de Sulmona. Entre os dias 28 de Abril e 21 de Maio de 1400, fora ele espoliado da igreja, passando esta à posse das religiosas que recebiam as rendas da mesma. No mês de Abril de 1400, fora excomungado pelo prior de Santa Cruz de Coimbra, D. Afonso Martins. Segundo Pedro de Mera, isso seria contra o direito, pelo que a determinação devia ser revogada, uma vez que se processara depois de introduzida a causa. De fronte às provas aduzidas, o ouvidor, bispo de Esculano, pronunciou sentença, no dia 18 de Dezembro de 1405, a favor de Antão Martins, mandando que este fosse reintegrado na posse da igreja e condenando as religiosas às despesas do processo. Entretanto, também este ouvidor remeteu o processo à chancelaria papal, pelo que o papa designou novo juiz na pessoa do ouvidor apostólico, Luís de Interamne, com a incumbência de publicar a sentença e determinar o custo das despesas, o que ele fez, a instâncias de João Afonso, procurador de Antão Martins na Cúria, mediante sentença de 28 de Abril de 1406:

---

de indulto huiusmodi mentionem. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, decimo sexto Kalendas Martii, pontificatus nostri anno duodecimo. Post quarum quidem litterarum apostolicarum presentationem et receptionem fuimus per dominum Johannem Laurentii, procuratorem, nomine procuratorio, quo supra, cum instantia debita requisiti quatenus ad executionem dictarum litterarum procedere sibique processus monitorum, aggravatorum et reaggravatorum cum invocatione auxilii brachii secularis contra prelibatum Antonium Martini et alios quoscunque, dicte parrochialis ecclesie sancte Marie seu iurium et pertinentiarum eiusdem occupatores et detentores, ac alios, quorum interest et intererit communiter et divisim, decernere et concedere dignaremur iuxta traditam seu datam a sede apostolica nobis formam. Nos igitur Paulus, archiepiscopus et executor prefatus ... idcirco dictas litteras apostolicas et hunc nostrum processum omniaque et singula in eis contenta vobis universis et singulis supradictis et aliis quibuscunque christifidelibus intimamus, insinuamus et notificamus ac ad vestram et cuiuslibet vestrum notitiam deducimus et deduci volumus per presentes, et nichilominus dictum Antonium Martini, principalem in eisdem litteris apostolicis nominatum, omnesque alios et singulos dicte ecclesie parrochialis sancte Marie de Penacova iuriumque et pertinentiarum eiusdem occupatores et detentores et quoscunque alios, quorum interest et intererit quomodolibet in futurum, communiter et divisim, auctoritate apostolica, tenore presentium, requirimus et monemus primo, secundo, tertio et peremptorio eisque nichilominus in virtute sancte obedientie et sub penis infrascriptis districte precipiendo mandamus quatenus infra sex dierum spacium post publicationem presentium ipsis seu earum alicui statim et postquam pro parte dictarum dominarum abbatisse et conventus monasterii sancte Clare super hoc vigore presentium fuerint requisiti seu aliquis eorum fuerit requisitus, immediate sequentes, quorum sex dierum duos pro primo, duos pro secundo et reliquos duos dies ipsis et eorum cuilibet pro tertio et peremptorio termino ac monitione canonica assignamus, dictas dominas abbatissam et conventum seu procuratorem vel vicarium earumdem ad possessionem dicte parrochialis ecclesie de Penacova iuriumque et pertinentiarum eiusdem corporalem, realem et actualem admittatis necnon possessioni huiusmodi ad opus dictarum dominarum abbatisse et conventus cedatis, donec et quousque causa proprietatis, de qua in eisdem litteris apostolicis fit mentio, inter dictas partes fuerit terminata ... Datum et actum Rome in domibus residentie Reverendissimi in Christo patris et domini domini Christofori, miseratione divina tituli sancti Ciriaci sacrosancte Romane Ecclesie presbyteri cardinalis, site in Regione sancti Eustachii. Sub anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo primo, indictione nona, die vero Sabbati, septima mensis Maii, pontificatus domini nostri domini Bonifacii pape noni predicti anno duodecimo ...».

«*In nomine Domini. Amen. Dudum felicis recordationis dominus Bonifacius, divina providentia papa nonus, causam et causas appellationis et appellationum etiam negotii principalis ipsarum, que vertebatur, vertebantur seu verti et esse sperebantur inter religiosas dominas Beatricem, abbatissam, moniales et conventum monasterii sancte Clare Colimbriensis, ordinis eiusdem sancte, ex una, et honorabilem virum dominum Antonium Martini, priorem sive rectorem ecclesie sancte Marie de Penacova, Colimbriensis diocesis, de et super dicta ecclesia beate Marie et eius occasione ex parte altera, Reverendissimo in Christo patri et domino, domino Leonardo, nunc miseratione divina electo Esculano, domini pape camerario, tunc vero capellano suo, et ipsius sacri palatii apostolici causarum auditori, commisit audiendam, cognoscendam, decidendam et fine debito terminandam, cum omnibus et singulis ... et cum potestate citandi dictum Antonium Martini in Curia et extra et ad partes, totiens quotiens opus esset ... Cuius quidem commissionis vigore, citatione legitima extra Romanam Curiam et ad partes in forma solita et consueta contra et adversus dictum dominum Antonium Martini, principalem, iuxta eiusdem commissionis continentiam atque tenorem per prefatum dominum Leonardum, nunc electum et tunc auditorem, decreta et emanata ac contra eundem dominum Antonium principalem in partibus legitime executa et una cum eius executione de partibus reportata et iudicialiter coram eodem domino Leonardo electo, tunc auditore, reproducta, dictus dominus Bonifacius, postquam per eundem dominum Leonardum electum, tunc auditorem, in causa et causis huiusmodi ad nonnullos actus indiciales, citra tamen conclusionem, fuisset processum, de medio, sicut Altissimo creatori placuit, extitit sublatus, et sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Innocentius, divina providentia papa septimus, ad apicem summi apostolatus assumptus causaque et cause huiusmodi in eo statu, in quo tempore obitus dicti domini Bonifacii pape noni coram eodem domino Leonardo, electo, tunc auditore, remanserant, per eundem dominum Leonardum de mandato ipsius domini nostri domini Innocentii, divina providentia pape septimi, sibi super hoc facto debite resumptis, idem dominus Leonardus, electus, tunc auditor, easdem causam et causas ad cancellariam dicti domini nostri pape certis de causis, animum suum ad hoc moventibus, duxit remittendum et remisit tuncque idem dominus noster dominus Innocentius, papa septimus, causam et causas huiusmodi venerabili et circunspecto viro domino Bertrando de Arnassano, decretorum doctori, capellano suo ac dicti palatii apostolici causarum auditori, in eo statu, in quo tempore remissionis huiusmodi coram dicto domino Leonardo electo, tunc auditore, remanserant, primo et deinde, postquam idem dominus Bertrandus auditor easdem causam et causas debite resumpsisset et etiam certis de causis ad eandem cancellariam remisisset, in eo statu, in quo tempore ultime huiusmodi remimissionis coram dicto domino Bertrando, auditore, remanserant, Reverendo patri domino Jacobo, Dei et apostolice sedis gratia episcopo Aquilano, eiusdem palatii apostolici causarum auditori, commisit resumendam et ulterius audiendam, cognoscendam, decidendam et fine debito terminandam, cum omnibus et singulis suis emergentibus, incidentibus, dependentibus et connexis huiusmodi, si quidem commissionis iamdicte vigore, causa et causis huiusmodi per eundem dominum Jacobum, episcopum et auditorem, resumptis et per ipsum aliquali ulteriori in eisdem legitime continuato processu. Subsequenter, comparentibus in iudicio coram eodem discretis viris dominis Petro de Mera, in Romana Curia ac honorabilis viri domini Antonii Martini constituto ex una, et Rothero Balharn, in eadem Curia ac religiosarum dominarum Beatricis, abbatisse, et conventus monasterii sancte Clare principalium predictarum parte ex altera procuratoribus substitutis per discretum virum dominum Vincentium Johannis, earumdem dominarum abbatisse et conventus principalium procuratorem constitutum, prout de ipsorum hinc inde videlicet Petri et Vincentii constitutione*

necnon Rotheri procuratorum substitutione procurationis mandatis, in et ex actis cause huiusmodi legitimis constabat atque constat documentis, idem dominus Petrus de Mera procurator, nomine quo supra procuratorio, certas positiones et articulos, quandam materiam attemptatorum in se continentes, exhibuit in presentia dicti magistri Rotheri, ex adverso procuratoris, et produxit huiusmodi sub tenore: Procurator et procuratorio nomine venerabilis viri domini Antonii Martini, rectoris parrochialis ecclesie de Penacova, Colimbriensis diocesis, dicit et asserit ac ponit et citra probationem superfluam probare intendit ea que sequuntur ad probationem intentionis sue necessariam dumtaxat se astringens, de quo protestatur. In primis namque ponit et probare intendit quod a decem, viginti, triginta, quadraginta, quinquaginta et sexaginta annis proxime preteritis continue, citra et supra, necnon a tanto tempore et per tantum tempus, cuius initii seu contrarii memoria hominum non existit, in diocesi Colimbriensi ac infra fines et limites eiusdem fuit esseque consuevit et est de presenti inter ceteras ecclesias in eadem diocesi existentes, quedam parrochialis ecclesia vocata communiter et appellata ecclesia de Penacova, Colimbriensis diocesis, clero seculari, vacationis temporibus ipsius occurrentibus, conferri et assignari solita et consueta, habens parrochianos multos utriusque sexus homines, fontem baptismalem, campanas, campanile, cimiterium benedictum aliaque iura et insignia, parrochialem ecclesiam facientia; et sic fuit et est verum. Item quod prefatus dominus Antonius fuit et erat de mense Augusti anni Domini millesimi tricentesimi nonagesimi septimi dictam parrochialem ecclesiam de Penacova, tunc de iure et de facto vacantem, auctoritate ordinaria assecutus atque eandem ex tunc continue, citra et usque ad tempus et tempore spoliationis et detentionis infra dicendorum possedit pacifice et quiete. Et sic fuit et est verum. Item quod religiose domine abbatissa et conventus monasterii sancte Clare prope civitatem Colimbriensem, in presenti causa adversarum, se communiter et divisim assecutioni et possessioni huiusmodi necnon iuri eidem domino Antonio in dicta parrochiali ecclesia seu ad eam quomodolibet competenti temere et de facto, cum de iure non potuerunt neque possunt, opposuerunt atque eundem dominum Antonium de mense Julii anni Domini millesimi trecentesimi nonagesimi noni, de et super dicta parrochiali ecclesia et ipsius occasione causam et causas, quam et quas movebant et movere intendebant, contra dictum Antonium per sancte memorie dominum Bonifacium papam nonum obtinuerunt et fecerunt committi Reverendissimo patri domino Leonardo, nunc electo Esculano, et sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Innocentii pape moderni camerario, tunc coauditori vestro, et contra ipsum Antonium decerni citationem per ipsum dominum Leonardum ad partes, et ita fuit et est verum. Item quod eedem domine abbatissa et conventus temere attemptantes, post vicesimam octavam diem mensis Aprilis et ante septimam primam mensis Maii de anno Domini millesimo quadringentesimo predicto et dudum post commissionem et emanatam citationem predictas eundem dominum Antonium commodo possessionis dicte parrochialis ecclesie spoliarunt seque in eadem intruserunt seu intrudi fecerunt et procurarunt dictamque parrochialem ecclesiam ex tunc continue occuparunt et detinuerunt, prout detinent de presenti indebite occupatam, fructus, redditus et proventus ex eadem provenientes percipiendo seu potius usurpando, in prefati domini Leonardi iurisdictionem (!) et sedis apostolice contemptum ac ipsius domini Antonii non modicum preiudicium, dampnum et gravamen temere attemptando. Item quod dicte domine abbatissa et conventus, premissis non contente, sed mala malis accumulando, dictum dominum Antonium de dicto mense Aprilis anni Domini millesimi quatuorcentesimi et dudum post dictam commissionem per quemdam Alfonsum Martini, se priorem monasterii sancte Crucis, ordinis regularis, extra muros Colimbrienses gerentem, licet de factò, excommunicari et ut talem publice nuntiari fecerunt et procura-

runt. Et ita fuit et est verum. Item quod premissa omnia et singula fuerunt, erant et sunt vera ac de eis omnibus et singulis fuit et est publica vox et fama. Quare cum attemptata, lite pendente, ante omnia etiam ex officio iudicis veniant revocanda, petit procurator et procuratorio nomine prefati domini Antonii per vos, Reverendum patrem et dominum auditorem prelibatum vestramque sententiam pronunciari, decerni et declarari spoliationem et intrusionem, excommunicationes et denuntiationes predictas fuisse et esse temerarias, illicitas et iniustas ac attemptatas et ipsas per viam et modum attemptatorum revocandas fore et per vos revocari, ipsasque abbatissam et conventum a possessione seu potius attemptatione et detentione dicte parrochialis ecclesie iuriumque et pertinentiarum eiusdem ammovendas fore et per vos ammoveri, et prefatum dominum Antonium in et ad corporalem et realem possessionem earumdem restituendum, reinducendum et reintegrandum fore et per vos restitui, reinduci, et reintegrari atque easdem dominas abbatissam et conventum in fructibus ex dicta parrociali ecclesia, a tempore spolii huiusmodi citra perceptis, ac etiam qui percipi potuerunt, et in expensis coram predicto domino Leonardo et vobis in hac causa legitime factis condempnandas fore et per vos condempnari, de fructibus percipiendis et expensis fiendis, protestans ac alias in, de et super premissis omnibus coniunctim et divisim sibi fieri iustitie complementum, vestrum super hiis benignum officium implorantes. Salvo sibi iure, etc. Et protestatur ut fuit et est moris atque stili huiusmodi sacri loci audientie causarum. Subsequenter vero huiusmodi positionibus et articulis partis prefati magistri Petri procuratoris ac ipso magistro Petro procuratore et parte sua ad probandum eosdem in Curia infra certum terminum ad hoc prefixum rite et legitime per dictum dominum Jacobum, episcopum et auditorem, admissis ac ad probationem eorumdem nonnullis testibus fidedignis coram eo legitime productis, receptis, admissis, in forma iuris iuratis et diligenter examinatis eorumque dictis et depositionibus in scriptis fideliter redactis, idem dominus Jacobus, episcopus et auditor, in huiusmodi causa ulterius procedens, ad discreti viri magistri Wilhelmi Leo in prefata Curia ac dicti domini Antonii Martini principalis procuratoris constituti, prout de sue procurationis mandato apud acta cause huiusmodi legitime constabat atque constat, instantiam, dictum magistrum Rotherum Balhorn, ex adverso procuratorem, ad videndum et audiendum sententiam in hac materia attemptatorum seu super attemptatis huiusmodi ferri et pronunciari per certum domini nostri pape cursorem citari mandavimus et fecimus ad certum peremptorium terminum competentem, videlicet ad diem et horam inferius annotatas, quos etiam ipsi magistro Wilhermo Leo, procuratori, presenti et id petenti, ac parti sue assignavimus tunc ad idem. Quibus quidem die et hora advenientibus, comparuit in iudicio coram dicto domino Jacobo, episcopo et auditore, magister Wilhermus, procurator predictus, procuratorio nomine quo supra, et dicti magistri Rotheri Balhorn, ex adverso procuratoris citati, non comparentis neque sententiam huiusmodi ferri seu promulgari videre et audire curantis, contumatiam accusavit, ipsumque contumacem reputari et in ipsius contumaciam, sententiam ipsam in huiusmodi causa attemptatorum seu super attemptatis pro parte sua et contra partem sibi in huiusmodi causa adversam iuxta et secundum tenorem conclusionis articulorum suorum superius insertorum ferri et promulgari per dictum dominum Jacobum, episcopum et auditorem, debita cum instantia postulavit. Et cum dictus dominus Jacobus, episcopus et auditor, dictum magistrum Rotherum, procuratorem citatum, non comparentem nec huiusmodi termino satisfacere curantem, licet sufficienter et usque ad horam debitam expectatum, reputavit exigente iustitia, prout erat, merito contumacem et in eius contumaciam, visis primitus per eum et diligenter inspectis omnibus et singulis actis et actitatis, litteris, scripturis, instrumentis et munimentis ac testium depositionibus in hac causa attemptatorum coram eodem habitis et productis eisque cum diligentia

debite recensitis ad suam sententiam super attemptatis huiusmodi promulgandam duxit procedendum, et processit, eamque de dominorum coauditorum suorum et nostrorum consilio et assensu, quibus et nobis de huiusmodi cause meritis relationem plenariam fecit et fidelem ac intra eum, nos et ipsos super premissis omnibus et singulis matura deliberatione prehabita, per ea que vidit et recognovit in scriptis tulit et promulgavit in hunc modum: De dominorum coauditorum nostrorum consilio et assensu, per hanc nostram sententiam, quam ferimus in his scriptis pronuntiamus, decernimus et declaramus spoliationem et intrusionem predictas fuisse et esse temerarias, illicitas et iniustas ac attemptatas ac ipsas per viam et modum attemptatorum revocandas fore et revocamus, ipsasque abbatissam et conventum a possessione seu potius attemptatione et detentione dicte parrochialis ecclesie de Penacova iuriumque et pertinentiarum eiusdem ammovendas fore et ammovemus et prefatum Antonium Martini in et ad corporalem et realem possessionem eorumdem restituendum, reinducendum et reintegrandum fore ac restituimus, reinducimus et reintegramus atque easdem dominas abbatissam et conventum in fructibus ex dicta parrochiali ecclesia a tempore spolii huiusmodi citra perceptis, et in expensis in hac causa legitime factis condemnandum fore et condemnamus. Quarum expensarum taxationem nobis imposterum reservamus. Lecta, lata et in scriptis promulgata fuit hec sententia per dictum dominum Jacobum, episcopum et auditorem, Viterbii, in ecclesia sancti Silvestri pro loco audientie causarum deputata, ipso domino Jacobo inibi mane, hora causarum ad iura reddenda in loco suo solito pro tribunali sedente. Sub anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo quinto, indictione tertia decima, die vero Veneris, decima octava mensis Decembris pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Innocentii, divina providentia pape septimi anno secundo ... Subsequenter vero causa et causis huiusmodi per dictum dominum Jacobum, episcopum et auditorem, certis de causis ad hoc animum suum moventibus, ad cancellariam dicti domini nostri pape remissis, idem dominus noster papa causam et causas huiusmodi in eo statu, in quo tempore remissionis huiusmodi coram dicto domino Jacobo, episcopo et auditore, remanserant, nobis Ludovico de Interamne, decretorum doctori, capellano suo et dicti palatii apostolici causarum auditori, commisit resumendas et ulterius audiendas, cognoscendas, decidendas et fine debito terminandas, cum potestate sententiam huiusmodi latam extrahi et in publicam formam redigi mandandi ac sigillandi et expensas factas taxandi et alia omnia et singula faciendi que idem dominus Jacobus, episcopus et auditor, ante huiusmodi remissionem per eum factam facere poterat et debuerat et si huiusmodi causam non remisisset, facere posset et deberet in eadem, cum omnibus et singulis emergentibus, incidentibus, dependentibus et connexis. Cuius quidem commissionis vigore, causa et causis huiusmodi per nos debite resumptis, Nos subsequenter ad discreti viri domini Johannis Alfonsi, in Romana Curia et dicti domini Antonii Martini, principalis, procuratoris constituti instantiam, discretum virum magistrum Rotherum Balhorn, dictarum abbatisse et conventus principalium ex adverso procuratorem substitutum, prout de ipsorum hinc inde videlicet Johannis et Rotheri procuratorum procurationis et substitutionis mandatis legitimis nobis constabat atque constat documentis, ad videndum et audiendum expensas predictas, in quibus dicte domine abbatissa et conventus ex adverso principales per prefatum dominum Jacobum, episcopum et auditorem, sententialiter existunt condempnati, taxari vel ad dicendum et causam, si quam habebat rationabilem, allegandi quare taxari non debebant, per certum domini nostri pape cursorem citari mandavimus et fecimus ad certum peremptorium terminum competentem, videlicet ad diem et horam inferius annotatas, quas etiam ipsi domino Johanni Alfonsi, procuratori, presenti et id petenti, assignavimus tunc ad idem. Quo adveniente termino, dictus Johannes Alfonsi, procurator,

coram nobis, nomine quo supra procuratorio, in iudicio comparens, prefati magistri Rotheri, procuratoris substituti ex adverso citati, non comparentis nec dictas expensas per nos taxari videre seu aliquam causam quare taxari non debebant, allegare curantis, contumaciam accusavit, ipsumque contumacem reputari et in eius contumaciam expensas ipsas per nos taxari cum instantia postulavit. Et tunc nos Ludovicus, auditor prefatus, dictum magistrum Rotherum, procuratorem substitutum citatum non comparentem nec huiusmodi termino satisfacere curantem, diutius tamen expectatum, reputavimus exigente iustitia contumacem et in eius contumaciam expensas predictas ad viginti florenos de camera boni auri et iusti ponderis dicto domino Antonio Martini vel eius nuntio seu procuratori legitimo per supradictas dominas abbatissam et conventum monasterii sancte Clare Colimbriensis realiter et cum effectu solvendas et restituendas, provida deliberatione prehabita, taxavimus et taxamus per presentes, recepto primitus a dicto domino Johanne, procuratore, nomine quo supra, per eum ad mandatum nostrum et in nostris manibus tactis sacrosanctis scripturis ad sancta Dei evangelia corporali prestito iuramento quod pars sua tantum et ultra in et pro huiusmodi cause attemptatorum prosecutione et expenditione expendisset vel adhuc necessario expendere haberet ... Taxate autem fuerunt huiusmodi expense per nos Ludovicum, auditorem prefatum, Rome, apud Sanctum Petrum, in palatio causarum apostolico, nobis inibi, hora causarum ad iura reddenda, in loco nostro solito pro tribunali sedentibus. Sub anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo sexto, indictione quartadecima, die Mercurii, vicesima octava mensis Aprilis, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Innocentii, divina providentia pape septimi anno secundo ...» ([626i]).

Por bula da segunda quinzena do mês de Maio de 1406, dirigida ao arcebispo de Compostela, bispo de Terminilo e mestre-escola de Coimbra, o papa Inocêncio VII aprovava e mandava executar esta sentença. Refere o papa nessa bula original, baseado na exposição de Antão Martins, os trâmites da causa, desde que ela foi entregue a D. Leonardo, bispo eleito de Fermo, pouco antes da morte do papa Bonifácio IX, com a presença de João Vasques, procurador das religiosas, e de Pedro de Mera, procurador de Antão Martins, até à sentença sobredita do ouvidor Luís de Interamne, com a determinação das despesas, a instâncias de João Afonso, procurador do dito Antão Martins, documento esse autenticado com o selo do bispo de Piacenza, D. Branda. Finalmente, ordenava a execução de quanto os ouvidores haviam determinado e que Antão Martins fosse metido na posse da igreja de Penacova ([626i]). *Temos ainda a sentença de absolvição das*

([626i]) ANTT, *Santa Clara de Coimbra, Docum. pontifícios*, maço 1, n. 16.

([626j]) ANTT, *Santa Clara de Coimbra, Docum. pontifícios*, maço 1, n. 17, com o selo de chumbo: «Innocentius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus .. archiepiscopo Compostellano et .. episcopo Termulano ac dilecto filio .. scolastico ecclesie Colimbriensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Petitio dilecti filii Antonii Martini, asserentis se rectorem, priorem nuncupatum, parrochialis ecclesie beate Marie de Penacova, Colimbriensis diocesis, nobis exhibita continebat quod, licet olim ipse dictam ecclesiam, tunc per obitum quondam Johannis Stephani, ipsius ecclesie rectoris, prioris nuncupati, vacantem, fuisset canonice assecutus, illamque aliquandiu tenuisset, possedisset ac etiam teneret et possideret pacifice et quiete, tamen postea Beatrix, abbatissa et conventus monasterii sancte Clare Colimbriensis, ordinis eiusdem sancte, falso asserentes dictam ecclesiam prefato monasterio canonice fuisse unitam, fecerunt quominus dictus Antonius eandem ecclesiam posset pacifice possidere, ortaque propterea inter Antonium ex una parte necnon abbatissam et conventum predictos super eadem ecclesia et eius occasione ex altera materia questionis, felicis recordationis Bonifacius papa viiii, predecessor noster, causam huiusmodi dilecto filio Leonardo, electo Firmano, tunc capellano sedis apostolice et auditori causarum palacii apostolici, ad instantiam dictarum abbatisse et conventus audiendam commisit et fine debito terminandam, non obstante quod causa ipsa de sui natura ad Romanam Curiam legitime devoluta et apud eam tractanda et finienda non esset et cum potestate

religiosas, durante o pontificado do papa Gregório XII, de 13 de Janeiro de 1408, pelo bispo de Ferentino, D. Nicolau, com a faculdade de elas continuarem a causa. A pedido das religiosas que alegavam as concessões régias sobreditas de el-rei D. Fernando e D. João I e a confirmação do papa Bonifácio IX, bem como a apresentação por elas de Vicente Anes como reitor da igreja, rejeitada sem razão alguma plausível pelo bispo de Coimbra D. Martinho Afonso, além da descrição dos acontecimentos até à publicação da excomunhão delas por não terem pago as despesas do processo, o bispo absolvia-as, à cautela, das penas, por incumbência recebida do papa. Observavam as religiosas que Antão Martins era da família do então bispo de Coimbra D. Martinho Afonso e referem que fora executor da sentença a favor delas o chantre de Coimbra, Pedro Gonçalves, que as meteu na posse da igreja. Contra o executor da sentença, a favor de Antão Martins, que foi dada pelo bispo de Terminilo, D. Estêvão, tinham apelado as religiosas, mas Antão Martins, sob pretexto de elas não terem pago o custo das despesas, fez lançar contra elas as penas por meio de Afonso Esteves, semiprebendário da igreja de Coimbra. À cautela, as freiras pediam a absolvição e a proibição aos executores de levarem avante aquela sentença. O papa atendera ao pedido, encarregando da causa ao citado bispo Ferentino, D. Nicolau, mas contra a comissão papal opusera-se o deão de Silves, em nome de Antão Martins. Pelo lado das religiosas interveio Vasco Domingues, prior da igreja de S. Miguel da Foz de Arouce, e o seu substituto, o qual apresentou as

---

citandi eundem Antonium extra predictam Curiam ad partes, quotiens opus esset, qui ad instantiam magistri Johannis Valasci, procuratoris earundem abbatisse et conventus, coram eo in iudicio comparentis, eundem Antonium per suas certi tenoris litteras citari fecit ad partes ut coram eo vel alio auditore causarum dicti palacii, loco sui interim forsitan surrogando, certo termino peremptorio competenti tunc expresso, cum omnibus actis et munimentis suis, causam huiusmodi contingentibus, in dicto palatio compareret, ad procedendum in causa huiusmodi ad singulos actus necessarios usque ad diffinitivam sententiam inclusive, prout existeret rationis, ac deinde prefato predecessore, sicut Domino placuit, vita functo, Nos, divina favente clementia ad apicem summi apostolatus assumpti, causam huiusmodi dilecto filio magistro Bertrando de Arnassano, capellano nostro et auditori causarum palatii predicti, primo et deinde, postquam per eundem Bernardum auditorem in causa huiusmodi ad nonnullos actus inter partes ipsas processum fuerat, venerabili fratri nostro Jacobo, episcopo Aquilano, qui tunc locum unius ex auditoribus causarum dicti palatii de mandato nostro tenebat, ut tenet, ex certis causis audiendam commisimus et fine debito terminandam, coram quo magister Petrus de Mera, procurator predicti Antonii, in iudicio comparens, nonnullos positiones et articulos pro parte sua in causa huiusmodi dedit, quandam petitionem summariam in eorum fine concludentem, in quibus proposuit quod abbatissa et conventus predicte post easdem commissionem et citationem prefatum Antonium dicta ecclesia et eius possessione contra iustitiam spoliarant et ex tunc eandem ecclesiam occuparant et detinuerant, prout detinent indebite occupatam, fructus recipiendo ex eadem, in preiudicium litis pendentie huiusmodi temere attemptando, et pediit pronunciari, decerni et declarari spoliationem predictam fuisse et esse temerariam, illicitam et iniustam ipsamque per viam et modum lite pendente attemptatorum revocandam fore et per eundem episcopum revocari, ipsasque abbatissam et conventum a detentione predicte ecclesie ammovendum fore et per eundem episcopum ammoveri dictumque Antonium ad possessionem ipsius ecclesie restituendum fore et per ipsum episcopum restitui, coram quo quidem episcopo magister Rotgherus Balhorn, substitutus, per magistrum Vincentium Johannis, procuratorem earumdem abbatisse et conventus, una cum dicto Johanne in solidum constitutum, ita quod non esset melior conditio occupantis, prout ad hoc idem Vincentius ab eisdem abbatissa et conventu sufficiens mandatum habebat, et eidem episcopo apud acta cause huiusmodi legitime constabat, coram eodem episcopo in iudicio comparens, predictum sue substitutionis mandatum in huiusmodi causa produxit, prefatusque episcopus ad instantiam eiusdem Petri, coram eo in iudicio comparentis, prefatum Johannem ad respondendum dictis positionibus et dicendum contra eosdem articulos quicquid vellet per quendam cursorem nostrum citari fecit ad certum terminum premptorium competentem, in quo dictus Petrus coram eodem episcopo in iudicio comparens, prefati Johannis non comparentis contumaciam accusavit, et deinde per prefatum Petrum, coram eodem episcopo in iudicio comparentem, ad probandum huiusmodi attemptata nonnullis instrumentis publicis et aliis munimentis pro parte sua productis, prefatus episcopus ad instantiam magistri Wilhelmi Leo, procuratoris eiusdem Antonii, una cum eodem Petro in solidum constituti, ita quod occupantis conditio melior non existeret, coram eo in iudicio comparentis, eundem Rot-

posições, a pedir a declaração da nulidade daquelas sentenças e a absolvição das religiosas. Dizia ele que, no dia 28 de Julho de 1406, as religiosas tinham apelado, mas que, apesar disso, o executor Afonso Esteves, semiprebendário, com grande turma de gente armada, no mês de Novembro de 1406, sem interpelar as religiosas, metera à força o dito Antão Martins na posse da igreja de Penacova, que o papa Bonifácio IX tinha unido ao mosteiro. As freiras apelaram então para Roma e deram-no a conhecer ao executor por escrito, recusando-se ele a dar-lhes os apóstolos. Não satisfeito com isso, no dia 28 de Janeiro de 1407, juntamente com Antão Martins, fora ao mosteiro de Santa Clara publicar a sentença sobre o custo das despesas. De novo as religiosas apelaram para a Santa Sé e, no dia 5 de Fevereiro de 1407, fizeram-no por escrito. Finalmente, o executor excomungara-as. Por tal motivo, o procurador das religiosas pedia a absolvição das mesmas à cautela, o que foi outorgado pelo ouvidor e bispo de Ferentino:

---

gherum ad suam in huiusmodi attemptatorum causa sententiam audiendam per quendam cursorem nostrum citari fecit ad certam diem peremptoriam competentem, in qua predicto Wilhelmo coram eodem episcopo in iudicio comparente et predicti Rotgheri non comparentis contumatiam accusante et in eius contumaciam predictam sententiam ferri petente, memoratus episcopus, reputans eundem Rotgherum quoad hoc, prout erat, merito contumacem, in eius contumaciam visis et diligenter inspectis omnibus actis et habitis in causa huiusmodi attemptatorum ipsisque cum diligentia recensitis et examinatis, de consilio et assensu omnium auditorum causarum palatii predicti, quibus super hiis relationem fecit fidelem, per suam sententiam pronunciavit, decrevit et declaravit, prout hec omnia in eadem petitione petita fuerant, spoliationem predictam fuisse et esse temerariam, illicitam et iniustam et attemptatam, ipsamque per viam et modum attemptatorum revocandam fore et revocavit, necnon easdem abbatissam et conventum a detentione ecclesie predicte iuriumque pertinentiarum eiusdem ammovendas fore et ammovit, ipumque Antonium ad corporalem et realem possessionem ecclesie iuriumque [et] pertinentiarum predictorum restituendum fore, ac quantum potuit restituit, ipsasque abbatissam et conventum in fructibus ex eadem ecclesia a tempore dicte spoliationis perceptis et in expensis coram eo in huiusmodi causa legitime factis condemnandas fore et condemnavit, ipsarum expensarum taxatione sibi imposterum reservata, et subsequenter dilectus filius magister Ludovicus de Interamne, capellanus noster et auditor causarum palatii predicti, cui ex certis causis commisimus ut easdem expensas taxaret, necnon instrumentum publicum super ipsa sententia confectum sigillaret, ad instantiam magistri Johannis Alfonsi, procuratoris eiusdem Antonii, per eum de novo constituti, coram eo in iudicio comparentis, prefatum Rotgherum ad videndum taxari expensas huiusmodi per quendam cursorem nostrum citari fecit ad certum terminum peremptorium competentem, in quo, predicto Johanne Alfonsi coram eodem Ludovico auditore in iudicio comparente ac predicti Rotgheri non comparentis contumaciam accusante et in eius contumaciam expensas ipsas taxari petente, sepedictus Ludovicus auditor, reputans eundem Rotgherum quoad hoc, prout erat, merito contumacem, in eius contumatiam predictas expensas in viginti florenis auri de camera boni et iusti ponderis provida moderatione taxavit, predicti Johannis Alfonsi super expensis ipsis iuramento secuto, prout in predicto et quodam alio inde confecto publicis instrumentis, venerabilis fratris nostri Brande, episcopi Placentini, qui etiam tunc locum unius ex auditoribus causarum dicti palatii de mandato nostro tenebat, sigillo munito, cum illo, quo ad hec idem Ludovicus auditor, tunc proprio sigillo carens, utebatur, dicitur plenius contineri. Nos itaque huiusmodi supplicationibus inclinati, que super hiis ab eisdem Jacobo episcopo et Ludovico auditore provide facta sunt, rata habentes et grata, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios premissa executioni debite demandantes ipsamque sententiam, ubi et quando expedire videritis, auctoritate nostra solemniter publicantes necnon attemptata huiusmodi in statum pristimum revocantes, eundem Antonium vel procuratorem suum eius nomine ad realem et corporalem possessionem ecclesie iuriumque et pertinentiarum predictorum, prout erat ante attemptata huiusmodi, amotis exinde abbatissa et conventu predictis, auctoritate prefata restituentes ipsumque restitutum iuxta iuris exigentiam defendatis ac faciatis sibi de predictis perceptis fructibus et florenorum summa pro dictis expensis iuxta predictorum instrumentorum earumdem condemnationis te taxationis tenores plenam et debitam satisfactionem impendi. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, (?) x Kalendas Junii, pontificatus nostri anno secundo».

«*Nicolaus, Dei et apostolice sedis gratia episcopus Ferentinus sacrique palatii apostolici causarum et cause ac partibus infrascriptis a domino nostro papa auditor specialiter deputatus, universis et singulis dominis abbatibus ... per civitatem et diocesim Colimbriensem ac alias ubilibet constitutis et eorum cuilibet in solidum ac illi vel illis, ad quem vel ad quos presentes nostre littere pervenerint et quibus fuerint presentate. Salutem in Domino ac mandatis nostris, ymo verius apostolicis, firmiter obedire et presentibus fidem indubiam adhibere. Noveritis quod nuper sanctissimus in Christo papa et dominus noster dominus Gregorius, divina providentia papa duodecimus, quandam commissionis sive supplicationis cedulam nobis per certum suum cursorem presentari fecit, quam reverenter, ut decuit, recepimus tali sub tenore: Beatissime Pater, exponitur S. V. pro parte venerabilium et religiosarum dominarum Beatricis, abbatisse, et conventus monasterii sancte Clare Colimbriensis, ordinis eiusdem sancte, et dicitur quod olim ius patronatus parrochialis ecclesie beate Marie de Penacova, Colimbriensis diocesis, a tanto tempore et per tantum tempus, cuius initii seu contrarii hominum memoria non existit, spectavit et pertinuit ac spectare et pertinere consuevit ad serenissimos principes et dominos Portugalie et Algarbii reges pro tempore ex eius fundatione et dotatione primeva, et bone memorie dominus Fernandus, Portugalie et Algarbii rex, ex pia et sincera devotione et affectu, quos erga dictum monasterium sancte Clare habuit et gerebat et ut divinus cultus in dicto monasterio augmentaretur et devotius perageretur, etiam paupertatem et inopiam dicti monasterii considerando, dictam parrochialem ecclesiam ac ius patronatus eiusdem pure propter Deum ac pro sue et suorum progenitorum salute dicto monasterio contulit et donavit ac eandem ecclesiam dicto monasterio pro sustentatione monialium inibi degentium et Domino famulantium uniri, annecti et incorporari voluit et optavit. Et deinde serenissimus princeps et dominus dominus Johannes, Portugalie et Algarbii rex modernus, dicti bone memorie domini Fernandi regis germanus, etiam piis devotione et affectu ductus, paupertatem et inopiam dicti monasterii et monialium inibi degentium respiciens et considerans, donationem et collationem per dicte bone memorie dominum Fernandum regem, germanum suum, factas, ratas habuit atque gratas, et dictum ius patronatus ac ecclesiam predictam de novo contulit et donavit ut supra. Demum felicis recordationis dominus Bonifacius, papa nonus, ad supplicationem et instantem petitionem prefati serenissimi principis et domini domini Johannis, regis illustris, dictam parrochialem ecclesiam beate Marie de Penacova monasterio et conventui exponentibus predictis univit, annexuit et incorporavit ac ius patronatus eiusdem ecclesie, de prefati serenissimi principis domini Johannis regis voluntate, consensu et supplicatione, in dictum monasterium ac abbatissam et conventum eiusdem pro tempore existentes transtulit, ita quod, cedente vel decedente rectore dicte ecclesie tunc existente, vel eam alias quomodolibet dimittente, liceret abbatisse et conventui predictis corporalem possessionem dicte parrochialis iuriumque et pertinentiarum eiusdem auctoritate propria apprehendere et in usus suos et dicti monasterii perpetuo retinere, ac fructus, redditus et proventus dicte parrochialis ecclesie in utilitatem earum et dicti monasterii convertere, diocesani loci et aliorum quorumcunque licentia seu consensu super hoc minime requisitis, reservata tamen pro perpetuo vicario, per abbatissam et conventum dicti monasterii pro tempore ad dictam parrochialem ecclesiam Ordinario loci presentando et per eundem Ordinarium in ea instituendo, congrua portione, de qua ipse vicarius sustentari, episcopalia iura solvere et alia sibi incumbentia onera valeret supportare, prout in litteris apostolicis desuper confectis plenius continetur, quarum tenorem presentibus pro expresso habentes. Postmodum vero dicta parrochiali ecclesia per quondam Johannis Stephani, ultimi ipsius parrochialis ecclesie beate Marie rectoris et possessoris eiusdem, extra Romanam Curiam defuncti, obitum vacante, abbatissa et con-*

ventus predicte honorabilem virum dominum Vincentium Johannis, presbyterum dicte diocesis, ad dictam parrochialem ecclesiam pro ipsius institutione fienda Reverendo patri domino Martino, tunc episcopo Colimbriensi et nunc archiepiscopo Bracharensi, tamquam Ordinario loci presentarunt. Qui quidem Reverendus pater dominus Martinus, tunc episcopus Colimbriensis, prefatum Vincentium, sic ut premittitur ad dictam parrochialem ecclesiam presentatum, absque alia rationabili causa instituere et investire recusavit. Et lite pendente indecisa coram venerabilibus viris dominis vicariis in spiritualibus ipsius Reverendi patris domini Martini episcopi predicti inter abbatissam et conventum exponentes predictas ex una et quendam Nunium Fernandi, laicum dicte diocesis, de et super iure patronatus dicte ecclesie beate Marie de Penacova et ipsius occasione parte ex altera et coram eisdem vicariis ad nonnullos actus iudiciales, citra tamen conclusionem cause huiusmodi, inter partes predictas processo, cuius cause statum et omnium predictorum in eodem tenore contentum presentibus habentes pro sufficienter expresso, idem Reverendus pater dominus Martinus, tunc Colimbriensis episcopus, nunc vero Bracharensis archiepiscopus, dictam causam ad se advocavit et huiusmodi cause meritis minime per eum cognitis, iuris ordine pretermisso, cuidam Antonio Martini, suo consobrino sive consanguineo, dictam parrochialem ecclesiam, per dicti quondam Johannis Stephani obitum sic ut premittitur vacantem, contulit et providit de eadem, licet nulliter et de facto. Quarum quidem collationis et provisionis vigore, dictus Antonius dictam parrochialem ecclesiam et possessionem eiusdem fuit absque alia iuris sollempnitate assecutus. Deinde vero dicto Vincentio per abbatissam et conventum predictos presentato, prefatus felicis recordationis dominus Bonifacius papa nonus et presentationem et collationem de dicto Vincentio et sibi factas ratas et gratas habens, eidem de dicta parrochiali ecclesia sive vicaria eiusdem providit sive concessit gratiose provideri, ortaque propterea inter prefatas dominam Beatricem, abbatissam, et conventum dicti monasterii exponentes ex una, et dictum Antonium de et super dicta parrochiali ecclesia et ipsius occasione parte ex altera, materia questionis et causa huiusmodi Reverendo patri domino Leonardo de Sulmona, nunc electo Firmano, et tunc vestri sacri apostolici causarum palatii auditori, ad instantiam dictarum exponentium commissa et coram eodem ad nonnullos actus iudiciales, citra tamen conclusionem cause huiusmodi, processo, dictus Anthonius quasdam pretensas litteras ut creditur, dolose et fraudulenter veritate facti et rei geste minime expressa, a prefacto felicis recordationis domino Bonifacio papa viiii.° forsan motu proprio et ex certa scientia extorsit, in quibus idem felicis recordationis dominus Bonifacius papa viiii voluit et decrevit ac declaravit quod dictus Anthonius dictam parrochialem ecclesiam beate Marie, donatione, collatione, translatione, unione, annexione et incorporatione ac voluntate regis et litteris apostolicis desuper confectis, non obstantibus, usque ad vitam suam habere, tenere et possidere, ac fructus, redditus et proventus ex dicta parrochiali ecclesia provenientes percipere deberet. Postea vero per prefatum felicis recordationis dominum Bonifacium papam viiii accepto et ex veredicorum et proborum virorum relatione percepta veritate facti rei geste necnon paupertate et inopia monasterii et monialium inibi degentium et Domino famulantium pensatis et consideratis, etiam quod premissa in maximum dicti monasterii preiudicium, dampnum et destructionem vergerent, ac ipsum monasterium contra iustitiam opprimeretur et rationem et nimium gravaretur et divinus cultus propterea in eodem diminueretur ac etiam abbatissa et moniales inibi degentes et Domino nocte dieque famulantes de exilibus fructibus dicti monasterii commode sustentari et onera ipsis et earum monasterio incumbentia supportare non potuerant necnon de huiusmodi facto, re gesta et veritate facti plenius et melius informatus, idem felicis recordationis Bonifacius papa nonus motu proprio et ex eius certa scientia ... decrevit et decla-

ravit ac voluit donationem, collationem, translationem, unionem, annexionem et incorporationem predictas suum debitum debuisse et debere sortiri effectum, ac etiam litteras per dictum Anthonium, sic ut premittitur fraudulenter et dolose extortas, motu et scientia similibus revocavit, cassavit et annullavit et eas nullius voluit esse roboris vel momenti, necnon certis iudicibus cum clausula quatenus vos vel duo aut unus vestrum, etc., per suas certi tenoris litteras apostolicas declaratorias et indultorias dedit in mandatis quatenus, dictis litteris apostolicis receptis, abbatissam et conventum exponentes predictas in et ad corporalem, realem et actualem possessionem dicte parrochialis ecclesie beate Marie de Penacova iuriumque et pertinentiarum eiusdem, dictarum donationis, collationis et translationis ac unionis, annexionis et incorporationis ac etiam litterarum apostolicarum eisdem exponentibus gratiose concessarum desuper confectarum vigore, inducerent, instituerent et investirent, dicto Anthonio et quolibet alio occupatore sive detentore minime requisitis, et quod abbatissa et conventus exponentes predicte dictam parrochialem ecclesiam in usus ipsarum perpetuo retinere valerent et deberent iuxta predictarum donationis, collationis et translationis, ac ut ante annexionem et incorporationem ac etiam litterarum apostolicarum continentiam, formam et tenorem ac si littere per dictum Anthonium a prefato felicis recordationis domino Bonifacio papa viiii extorte non fuissent neque emanassent seu etiam si collatio et provisio dicto Anthonio de dicta parrochiali ecclesia per prefatum Reverendum patrem dominum tunc Colimbriensem episcopum et Ordinarium facte non fuissent et etiam lis inter ipsas abbatissam et conventum exponentes et dictum Anthonium et quoscunque alios per appellationem vel alias in sacro apostolico causarum palacio vel alibi non penderet indecisa. Voluit etiam idem felicis recordationis dominus Bonifacius papa viiii et ex eius certa scientia etiam motu proprio ... paupertate et inopia dicti monasterii considerata, decrevit, declaravit et dictis exponentibus gratiose indulsit quod possessio per ipsas abbatisam et conventum, dicta lite indecisa pendente, recipienda non valeret neque deberet per modum attemptatorum vel alias quomodolibet revocari, prout in litteris apostolicis desuper confectis et eisdem exponentibus gratiose concessis plenius continetur. Quarum litterarum apostolicarum et aliarum omnium tenores presentibus pro sufficienter expressis habentes. Quarum quidem donationis, collationis et translationis ac unionis, annexionis, incorporationis et litterarum apostolicarum declaratoriarum et indultoriarum predictarum vigore, Beatrix abbatissa et conventus exponentes predicte in et ad corporalem, realem et actualem possessionem dicte parrochialis ecclesie iuriumque et pertinentiarum eiusdem per venerabilem virum dominum Petrum Gonsalvi, cantorem ecclesie Colimbriensis, unum de iudicibus sive executoribus prefatis dominabus exponentibus per sedem apostolicam cum clausula quatenus vos vel duo aut unus vestrum, etc., deputatum, iuducte, institute et investite et possessionem dicte ecclesie sic fuerunt assecute, dicta lite sic coram prefato Reverendo patre domino Leonardo, tunc auditore et nunc electo, indecisa pendente. Demum vero causa huiusmodi propter prefati Reverendi patris domini Leonardi, tunc auditoris, nunc electi, a Romana Curia absentiam, bone memorie domino Bertrando de Arnassano, dicti palatii causarum, dum vixit, auditori, primo et deinde propter ipsius bone memorie domini Bertrandi obitum Reverendo patri domino Jacobo, episcopo Aquilano, dicti palatii causarum auditori, commissa. Qui in huiusmodi causa taliter qualiter procedens, iuribus et munimentis dicti monasterii ex negligentia procuratoris ut creditur in huiusmodi causa minime exhibitis nec productis et ipsis indefensis, sententiam in possessorio et super attemptatis pro dicto Anthonio et contra ipsas exponentes cum condempnatione expensarum tulit diffinitivam, a qua ex negligentia procuratoris dicti monasterii et exponentium non reperitur fuisse appellatum, et postquam dicta pretensa sententia, si sic dici

meretur, lata fuit, dictus Anthonius executoriam et processus in forma solita et consueta super dicta sententia fieri fecit et expediri procuravit et se ad partes transtulit et possessionem dicte parrochialis ecclesie beate Marie de Penacova, dictarum litterarum executoriarum et processuum desuper fulminatorum ut dicitur vigore, abbatissa et conventu exponentibus predictis ad hoc non vocatis, citatis neque requisitis, intravit et apprehendit et se de fructibus eiusdem ecclesie intromisit et intromittit de presenti necnon easdem exponentes ut sibi de fructibus perceptis et expensis, in quibus per prefatum Reverendum patrem dominum Jacobum, episcopum Aquilanum et auditorem, condempnate fuerunt, infra certum terminum tunc expressum satisfacerent sub penis et censuris in certis pretensis processibus per Reverendum patrem dominum Stephanum, episcopum Termilanum, pretensum executorem dicte pretense sententie, ut dicitur, fulminatis, emissis et contentis, moneri fecit et requiri. De quibus quidem pretensis processibus et sententia diffinitiva sic, ut premittitur, lata, statim postquam ad abbatisse et conventus exponentium predictarum notitiam pervenit, eedem exponentes ad sanctam sedem apostolicam appellarunt. Qua appellatione non obstante, idem Anthonius easdem exponentes per quemdam Alphonsum Stephani, semiprebendarium ecclesie Colimbriensis, pretensum subexecutorem dictorum processuum pretensorum, penas et censuras in dictis pretensis processibus contentas ob non satisfactionem fructuum perceptorum et expensarum predictarum incidisse declarari ac ipsas excommunicari et excommunicatas publice nuntiari fecit et procuravit. A quibus quidem declaratione, excommunicatione et denuntiatione ac aliis gravaminibus eisdem exponentibus per dictum Alfonsum, pretensum subexecutorem, illatis iterum fuit pro parte ipsarum abbatisse et conventus exponentium ad sanctam sedem apostolicam appellatum. Ne igitur, Beatissime Pater, dicte exponentes, de quarum potiori iure tam ex iure patronatus quam etiam unione ac confirmatione et indulto predictis clare constare poterit, propter negligentiam dicti procuratoris non exhibentis sive producentis iura et munimenta dicti monasterii in iure suo deficiant sive pereclitentur et ita miserabiliter suppeditentur ac dictum monasterium et moniales inibi degentes et Domino famulantes paupertate et inopia graventur et radicitus destruantur, supplicatur eidem S. V. pro parte ipsarum abbatisse et conventus exponentium humiliter et devote quatenus ipsis pro compatienti affectu causam et causas appellationis seu appellationum predictarum totiusque negotii principalis seu negotiorum principalium earumdem necnon que vertitur, vertuntur seu verti et esse sperantur inter prefatas religiosas dominas abbatissam et conventum exponentes ex una et dictum Anthonium de et super dicta parrochiali ecclesia et ipsius occasione parte ex altera ac etiam causam et causas nullitatis, iniquitatis et iniustitie, dependentibus, annexis et connexis etiam cum potestate citandi dictum Anthonium omnesque alios et singulos sua communiter vel divisim interesse putantes in Romana Curia et extra et ad partes, totiens quotiens opus erit, non obstante quod si forsan causa et cause huiusmodi non fuerint ad dictam Curiam legitime devolute nec in eadem de iuris necessitate tractande seu finiende etiam cum potestate restituendi easdem exponentes de novo ad appellandum seu prosequendum dictam appellationem a dicta pretensa diffinitiva sententia per prefatum Reverendum patrem dominum Jacobum, episcopum Aquilanum et auditorem, lata et processibus, penis, postquam ad ipsarum notitiam pervenit, in partibus interpositam et ipsas prosequendi necnon eidem domino auditori committere dignemini et mandare ut si sibi ex iuribus et munimentis et aliis legitimis documentis [...] *de iure dictarum exponentium ... constiterit ... in utroque ... procedat ... attento ... quod ... felicis recordationis dominus Bonifacius papa nonus voluit et dictis exponentibus ut premissum est gratiose indulsit ac ... per suas apostolicas*

litteras motu proprio et ex eius certa scientia declaravit sue intentionis fuisse quod possessio per ipsas exponentes recipienda per modum et viam attemptatorum aut alias, etiam si lis inter ipsas exponentes et dictum Anthonium et quoscunque alios in sacro apostolico causarum palatio vel alibi super dicta parrochiali ecclesia penderet indecisa, revocari non deberet, necnon cum potestate ipsas exponentes a predictis sententiis et censuris ecclesiasticis per pretensos executores sive subexecutores predictos et quosvis alios in ipsas exponentes, ad dicti Anthonii instantiam, occasione premissorum prolatis, si quas forsan incurrerunt, simpliciter vel ad cautelam absolvendi ac etiam cum potestate inhibendi executoribus et subexecutoribus et aliis quibuscunque, etc., ut hac lite pendente, ad ulteriorem executionem super fructibus et expensis predictis dumtaxat, in quibus dicte exponentes ipsi Anthonio per prefatum Reverendum patrem dominum Jacobum, episcopum Aquilanum et auditorem, condempnate fuerunt, non procedant, premissis omnibus et singulis ac lapsu termini de prosequendis appellationibus a diffinitivis, etc., ac dicta pretensa sententia super possessorio et attemptatis lata ac processibus predictis. Quarum omnium ac litterarum apostolicarum, indultorum ac omnium processuum et aliorum predictorum tenores, quos hic eadem S. dignetur habere pro sufficienter expressis, necnon iuribus et constitutionibus apostolicis stiloque dicti palatii atque aliis in contrarium editis et facientibus non obstantibus quibuscunque. In fine vero dicte commissionis sive supplicationis cedule scripta erant de alterius manus littera superiori littere ipsius cedule penitus et omnino dissimili et diversa hec verba videlicet: De mandato domini nostri pape audiat Reverendus pater dominus episcopus Ferentinus, restituat ad appellandum et appellationem prosequendum, absolvat simpliciter et ad cautelam et inhibeat executoribus et subexecutoribus, etc., ac citet ut petitur et iustitiam faciat. Contra quam quidem commissionem per honorabilem virum dominum Johannem, decanum Silvensem, procuratorem et procuratorio nomine discreti viri domini Anthonii Martini, canonici ecclesie Colimbriensis, principalis in dicta nobis facta commissione principaliter nominati, prout de sue procurationis mandato nobis fuit et est legitima facta fides, certis exceptionibus factis realiter et in scriptis exhibitis atque datis, tandem comparuit in iudicio coram nobis providus vir magister Wilhelmus de Maren, in Romana Curia et ab honorabili viro domino Valasco Dominici, priore ecclesie sancti Michaelis de Foz de Arouce, dicte Colimbriensis diocesis, procuratore principali venerabilium et religiosarum dominarum Beatricis, abbatisse, et conventus monasterii monialium sancte Clare Colimbriensis ex adverso principalium, etiam in dicta nobis facta commissione principaliter nominatarum, procurator substitutus, prout de ipsorum procuratorum procurationis et substitutionis mandatis in actis cause et causarum huiusmodi per legitima constabat, prout constat, documenta, procuratorio nomine earumdem dominarum et ad finem ac effectum quod excommunicationis sententie fulminate atque late per dominum Alfonsum Stephani, medium canonicum seu semiprebendarium ecclesie Colimbriensis, subexecutorem dicte diffinitive sententie, per Reverendum patrem dominum Jacobum, episcopum Aquilanum dictique palatii causarum auditorem, super quibusdam attemptatis in causa que coram ipso vertebatur inter dictas partes de et super parrochiali ecclesia beate Marie de Penacova et eius occasione pro dicto domino Anthonio principali et contra prefatas dominas abbatissam et conventum ex adverso principales late declararentur nulle et invalide et alias ad finem et effectum obtinendi easdem dominas abbatissam et conventum simpliciter et ad cautelam absolvi, nonnullas positiones et articulos facti realiter exhibuit et produxit, inter cetera et in effectu continentes quod prefate domine abbatissa et conventus principales nuper de anno Domini millesimo quadringentesimo sexto et de mense Julii eiusdem anni, die vicesima octava,

a dicta sententia per dominum Jacobum, episcopum Aquilanum et auditorem, lata ut prefertur, tamquam nulla et invalida seu saltem iniqua et iniusta infra decem dies, postquam ad ipsarum dominarum abbatisse et conventus principalium notitiam pervenit ac ab omnibus et singulis gravaminibus et comminationibus per quoscunque iudices ipsis dominabus principalibus et earum monasterio comminatis, illatis vel inferendis, ad sanctam sedem apostolicam in scriptis provocarunt et appellarunt et apostolos petierunt, quodque dictus dominus Alfonsus subexecutor, dicta appellatione non obstante, nuper de anno Domini millesimo quadringentesimo sexto et de mense Novembris eiusdem anni parrochialem ecclesiam predictam dicto monasterio sancte Clare per felicis recordationis dominum Bonifacium papam viiii incorporatam et in eius possessione pacifica et quieta vel quasi predicte domine abbatisse et conventus principales tunc existebant, maxima turba gentium et manu armata accessit et easdem dominas abbatissam et conventum dicta parrochiali ecclesia de Penacova et commodo possessionis eiusdem, ipsis ad hoc minime vocatis vel requisitis, in vim dicte sententie, ut premittitur late, ac litterarum executoriarum desuper confectarum et processuum desuper fulminatorum, mandatum dicte executorie excedendo, spoliavit et dictum dominum Anthonium principalem in possessionem dicte ecclesie de Penacova induxit et investivit et quasdam excommunicationis sententias in ipsas dominas abbatissam et conventum principales, ipsis non monitis, convictis, citatis, vocatis nec testibus superatis, promulgavit quodque ab ipso domino Alfonso, subexecutore, suisque processibus, mandatis, excessibus ac excommunicationum sententiarum promulgatione ac executione predictis, eisdem dominabus abbatisse et conventui principalibus comminatis, ac gravaminibus aliis eisdem illatis vel inferendis, eedem domine abbatissa et conventus, postquam premissa ad ipsarum notitiam pervenerant ac alias infra tempus legitimum ad sedem apostolicam predictam in scriptis provocarunt et appellarunt ac apostolos sibi dari debite petierunt, submittentes se et dictam earum ecclesiam de Penacova ... Item quod dicta appellatio pro parte prefatarum dominarum abbatisse et conventus principalium interposita de anno ac mense Novembris proxime dictis fuit predicto domino Alfonso, subexecutori, debite intimata ac apostoli ab ipso domino Alfonso subexecutore petiti, quodque idem dominus Alfonsus, subexecutor, huiusmodi appellationis sibi intimate copiam in publica forma a quodam notario, tunc ibidem astanti, expensas appellantium petiit et habere voluit et ea habita se respondere super apostolis petitis in termino iuris velle dixit. Qui quidem dominus Alfonsus subexecutor, habita huiusmodi copia et per eum recepta, licet sepe et sepius pro parte ipsarum dominarum abbatisse et conventus principalium ad dandos huiusmodi apostolos et in termino iuris predicto requisitus fuerit, tamen eosdem apostolos in dicto termino dare recusavit, quodque pro parte ipsarum dominarum abbatisse et conventus huiusmodi diligentia pro parte earumdem circa petitionem et receptionem dictorum apostolorum facta, fuit sollempniter protestatum. Item quod premissa omnia et singula fuerunt et erant et sunt vera, publica, notoria et manifesta ac de eis omnibus et singulis fuit, erat et est publica vox et fama in civitate et diocesi Colimbriensi et aliis locis circumvicinis. Item quod dictus dominus Alfonsus, subexecutor, premissis non contentus, dicta appellatione interposita ac sibi ut premittitur insinuata et aliis premissis non obstantibus, nuper de anno Domini millesimo quadringentesimo septimo et de mense Januarii eiusdem anni, die vicesima octava, dictum monasterium sancte Clare una cum dicto Anthonio accessit et quasdam litteras et processus ante portas seu valvas dicti monasterii ut dicitur legit, publicavit et insinuavit ac etiam prefatas dominas abbatissam et conventum ut infra certum terminum tunc elapsum dicto domino Anthonio Martini de quadraginta florenis auri de

camera et fructibus ex dicta parrochiali ecclesia per ipsas perceptis, sub penis et censuris in dictis processibus contentis satisfacerent, ut dicitur monuit, ipsis dominabus tunc in capitulo et loco capitulari dicti monasterii pro suis et eiusdem monasterii certis negotiis tractandis, promovendis et expediendis existentibus. A quibus quidem publicatione, lectura litterarum et processuum predictorum ac monitione supradictis per dictum dominum Alfonsum, subexecutorem, ut premittitur factis, pro parte dictarum dominarum abbatisse et conventus principalium, ipsis ut prefertur in capitulo existentibus, ad sedem predictam verbotenus primo ac vive vocis oraculo et postmodum, videlicet de anno Domini millesimo quadringentesimo septimo predicto et de mense Februarii eiusdem anni, die quinta, ac alias infra tempus legitimum facto, realiter et in scriptis, ad sedem predictam, priori appellationi verbotenus facte non renuntiando, sed eidem firmiter insistendo et inherendo, fuit appellatum. Que etiam appellatio dicto domino Anthonio subexecutori fuit et erat debite insinuata ac apostoli debite petiti fuerunt et recepti. Et quod idem dominus Anthonius subexecutor, post et contra huiusmodi appellationes interpositas, dictas dominas abbatissam et conventum, ad predicti domini Anthonii instantiam, excommunicavit et excommunicatas ut dicitur publice denuntiari mandavit, licet nulliter et de facto. Item quod de premissis fuit, erat et est publica vox et fama. Predicti vero positiones et articuli taliter concludebant et in hunc modum: Cum autem bonarum mentium sit ibi timere culpam, ubi culpa non est, petiit dictus procurator, nomine quo supra, prefatas dominas abbatissam et conventum dicti monasterii sancte Clare et se nomine earumdem a dictis pretensis excommunicationis sententiis ac aliis penis et censuris, in dictis pretensis processibus contentis, iuxta vim, formam et tenorem commissionis vobis Reverendo patri domino Nicolao, episcopo et auditori prelibato, facte et presentate, ad obstruendum ora obloquentium, saltem ad cautelam absolvi ac alias in, de et super premissis omnibus et singulis tam coniunctim quam divisim, sibi nomine quo supra, fieri iustitie complementum, vestrum insuper benignum officium humiliter implorando. Salvo iure addendi, minuendi, mutandi, corrigendi, declarandi, interpretandi. Et protestatur ut fuit et est moris atque stili sacri apostolici causarum palatii et Romane Curie, etc. Quibus quidem positionibus et articulis ut premittitur productis et contra eosdem in termino competenti per discretum virum dominum Stephanum Roderici, archidiaconum in Allabruga, in ecclesia Tudensi, a dicto domino Johanne, decano Silvensi, procuratore, substitutum procuratorem, prout de huiusmodi substitutionis mandato in actis cause et causarum huiusmodi etiam legitime constabat, prout constat, nonnullis exceptionibus articulatis, exhibitis atque datis, contra quas exceptiones articulatas dictus magister Willelmus, procurator substitutus, dicto nomine quasdam replicationes facto realiter exhibuit atque dedit. Et consequenter, dictis positionibus et articulis per nos admissis et nonnullis appellationum instrumentis publicis aliisque iuribus et munimentis ac testibus fidedignis desuper et ad verificandum dictam nobis factam commissionem et in ea contenta productis ipsisque testibus per nos receptis, admissis et coram nobis iuratis ac de mandato nostro examinatis, eorumque dictis et depositionibus in scriptis fideliter redactis et postmodum per nos visis, subsequenter vero, videlicet die et hora inferius annotatis, comparentibus in iudicio coram nobis dictis magistro Wilhelmo de Maren, substituto, ex una, et domino Johanne, decano Silvensi, ex adverso procuratoribus, hinc inde predictis procuratoriis, quibus supra nominibus, parte ex altera, idem magister Wilhelmus, procurator, dicto nomine, se in personam dictarum dominarum abbatisse et conventus principalium et dominarum suarum ac econverso a quibuscunque excommunicationis sententiis et censuris ecclesiasticis, per quoscunque executores seu subexecutores aut alios iudices in ipsas dominas abbatissam et conventum occasione premissorum latis ad cautelam absolvi iuxta et secundum tenorem dicte nobis facte

commissionis, per nos instanter et humiliter postulavit, offerens se paratum iurare de stando iuri ac nostris et sancte matris Ecclesie parendo mandatis. Nos igitur Nicolaus, episcopus et auditor prefatus ... de dominorum coauditorum nostrorum consilio et assensu, ipsum magistrum Wilhelmum procuratorem instanter petentem et genuflectentem in personam dictarum dominarum abbatisse ac conventus, principalium et dominarum suarum, et econverso ipsas dominas abbatissam et conventum principales in personam ipsius magistri Wilhelmi, procuratoris, dicto domino Johanne, decano, ex adverso procuratore presente et audiente et intelligente, a preactis sententiis excommunicationis per executores sive subexecutores predictos et quosvis alios in ipsas dominas abbatissam et conventum, ad dicti Anthonii instantiam, occasione premissorum prolatis, iuxta et secundum tenorem eiusdem nobis facte commissionis, ad cautelam absolvendas duximus et absolvimus ... Datum et actum Senis, in ecclesia sancti Johannis, ad fontem in qua iura reddi solent, nobis inibi mane, hora causarum ad iura reddendi, in loco nostro solito, pro tribunali sedentibus. Sub anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo octavo, indictione prima, die Veneris, tertia decima mensis Januarii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Gregorii, divina providentia pape xii predicti anno secundo» ([626k]).

Deve ter sido para continuar na prosecução da defesa de seus direitos que as religiosas recorreram aos vigários gerais do bispo de Coimbra, que era D. Gil Fernandes Alma, a fim de obterem públicas-formas de alguns documentos. Assim, a 24 de Abril de 1408, Afonso Lopes, cónego de Coimbra e vigário geral da sé coimbrã, dava fé de como a abadessa Beatriz Afonso Pimentel, por meio de Gil Anes, seu procurador, lhe tinha apresentado a sobredita bula executória de Bonifácio IX sobre a união da igreja de Penacova ao mosteiro de Santa Clara de Coimbra, bula essa dirigida ao bispo de Coimbra, ao prior do mosteiro de Santa Cruz e ao deão da mesma diocese ([626l]).

Não tenho absoluta certeza se estas bulas referentes à igreja de Penacova e a Antão Martins, cónego de Coimbra, dizem respeito ao homónimo cónego de Viseu, participante no concílio de Pisa, porque nos documentos pertencentes ao cabido da sé de Coimbra aparecem referências a um cónego com este nome, mais ou menos por essa altura ([627]). *Há até argumentos sérios contra*

([626k]) ANTT, *Santa Clara de Coimbra, Docum. pontifícios*, maço 1, n. 19, com selo pendente.

([626l]) ANTT, *Santa Clara de Coimbra, Docum. particulares*, maço 9, nn. 24 e 25: «Affomso Lopez, coonigo da See de Coinbra e vigayro geeral do honrrado padre e senhor dom Gil, per merçee de Deus e da santa egreia de Roma bispo dessa meesma. A quantos esta carta de transumpto em ppublica forma vyrem faço saber que perante mym da parte das honrradas Religiosas dona Beatriz Afomso Pymentel, abbadessa, e hũa convento do Mosteyro de Santa Clara dapres da dicta çidade, per Gil Eanes, seu procurador, foy apresentada letera executoria, dada per o muy santo padre Bonifacio nono, de boa memoria, papa que foy na egreia de Roma bullada da sua verdadeyra bulla de sseello de chunbo ... a qual non era rrasa ... da qual o theor tal he como se logo aquy ssegue: Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri .. episcopo Colimbriensi et dilectis filiis priori monasterii sancte Crucis extra muros Colimbrienses per priorem soliti gubernari, ac decano ecclesie Colimbriensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Etsi ex debito ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Nonis Julii, pontificatus nostri anno septimo. A qual letera executoria assy apresentada ... Dante em Coinbra, vinte e quatro dias dabril. Afomso Antom a fez. Era de mil iiii^{c}. e xlvi annos. Alfonsus».

([627]) Conheço dois documentos do cabido da sé de Coimbra, nos quais aparece Antão Martins, cónego de Coimbra, no ano de 1399, como procurador do cabido em questão relacionada com a igreja de Cantanhede e com o arcebispo de Braga D. Martinho Afonso e o bispo do Porto D. Gil Fernandes Alma, comissários apostólicos nomeados pelo papa Bonifácio IX: «Seiam çertos os que este stormento virem que no anno da era de mill e quatroçentos e triinta e sete, fferia quinta, quatorze dias do mes dagosto, em a çidade do Porto, aa ora da vespera, *dentro no paaço do honrrado padre e senhor dom Gil, enleito confffirmado na igreia*

a identificação, como se poderá ver pela descrição dos documentos que passo a analisar. Dizem respeito, sem dúvida, ao António Martins, participante no concílio, as bulas que vou referir de Bonifácio IX, Gregório XII e João XXIII.

Segundo bula de Bonifácio IX, datada de 2 de Abril de 1403, Antão Martins de Castelo Bom, cónego de Viseu, tinha sido apresentado ao bispo de Viseu, D. João, para reitor da igreja de Santa Maria de Ventosa, vacante por morte de Gonçalo Peres, pelos padroeiros. Contudo, o bispo recusara-se a dar a instituição canónica, motivo por que ele apelara para a sé apostólica. O papa mandava conferir a dita igreja ao nosso Antão Martins, o qual, havia pouco, tinha sido provido pelo Sumo Pontífice dos canonicatos de Viseu e de Coimbra, na expectativa das prebendas respectivas:

> «*Bonifacius, etc. Venerabilibus fratribus .. archiepiscopo Compostellano et .. episcopo Terraconensi ac Vicentio Johannis, canonico ecclesie Colimbriensis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius* Antonius Martini de Castrobono, canonicus Visensis, *fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte dicti Antonii petitio continebat quod olim parrochiali ecclesia sancte Marie de Ventosa, Visensis diocesis, quam quondam Gunsalvus Petri, ipsius ecclesie rector, dum viveret, obtinebat, per ipsius Gunsalvi obitum, qui extra Romanam Curiam decessit, vacante, nonnulli veri patroni ipsius ecclesie, que de iure patronatus laicorum existit, existentes in pacifica possessione vel quasi iuris presentandi personam ydoneam in rectorem ipsius ecclesie, eundem Antonium venerabili fratri nostro Johanni, episcopo Visensi, in rectorem ipsius ecclesie infra tempus legitimum presentarunt et quia idem episcopus prefatum Antonium in rectorem ipsius ecclesie instituere contra iustitiam denegavit, idem Antonius, sentiens exinde se gravari, ad sedem apostolicam appellavit.*

---

e bispado da dicta çidade, perante o dicto senhor pareçeu Antom Martinz, coonigo de Coinbra e procurador do cabidoo da see do dicto logo per hũa procuraçom que logo mostrou ... Sabham quantos esta procuraçom virem como nos Pero Gonçalvez, chantre, e cabidoo da egreia de Coimbra ... *fazemos e ordinamos por nossos çertos procuradores,* com poder de ssoestabeleçer outro procurador e procuradores, *Antom Martinz, coonigo de Coinbra,* nosso conpanhom, e Joham Lourenço ... que per nos e em nosso nome e da dicta nossa eigreia de Coimbra possam anbos e cada hũu probicar, entimar hũa çedulla dapelaçom a ffuturo gravamine aos onrrados senhores *dom Martinho, arçebispo de Bragaa, e ao bispo do Porto e a cada hũu come executores ou ssoenxicutores ou juizes delegados ou comissairos ou sodelegados, que nos he dicto que som em hũas leteras apostolicas que dizem que Lourenço Affomso que sse chamava vigairo da igreia de sam Pedro de Cantanhede do bispado de Coinbra,* que he nossa e da dicta nossa igreia de Coinbra, que nos ganhou sorreiticiamente ... primeyro dia dagosto. Era de mill e quatroçentos e triinta e sete annos ...» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra,* 2.ª incorporação, maço 90, n. 4306). Outro documento de 31 de Agosto de 1399, sobre o mesmo assunto: «Seiam çertos os que este estromento virem que no anno da Era de mil e quatrocentos e triinta e sete annos, domingo, triinta e hũu dias do mes dagosto, em a villa de Barcelos, a oras de jantar, dentro nas pousadas que ora som de Alvaro de Meira ... estando hi ho honrrado padre e senhor *dom Martinho, arcebispo de Bragaa, perante o dicto senhor arçebispo pareçeu Antom Martinz, coonigo de Coinbra e procurador do cabidoo da see do dicto logo* per hũa procuraçom que logo mostrou ... Sabham quantos esta procuraçom virem como nos Pero Gonçalvez, chantre, e cabidoo da igreia de Coinbra e come cabidoo ... ffazemos e ordinamos por nossos çertos procuradores ... *Antom Martinz, coonigo de Coinbra, noso companhom, e Joham Lourenço* ... ffecta ffoii a dicta procuraçom na dicta çidade de Coinbra dentro na dicta see sobre a pia do bautizar, onde hi siiam pera esta sobrescripta procuraçom, os honrrados senhores Pero Gonçalvez, chantre, e os coonigos e cabidoo ... primeiro dia dagosto era de mil e quatroçentos e triinta e sete annos ...» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra,* 2.ª incorporação, maço 77, n. 3220). Aparece um *Antonius Martini, canonicus Ulixbonensis,* em docum. de 4 de Novembro de 1415 em ANTT, *S. Domingos de Lisboa,* livro 5, fls. 285-286.

Cum autem, sicut accepimus, predicta ecclesia adhuc ut prefertur vacare noscatur, nos volentes eidem Antonio gratiam facere specialem, *discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus ... eandem ecclesiam ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis prefato Antonio auctoritate apostolica conferre et assignare curetis ... Non obstantibus ... seu* quod nuper eidem Antonio, ut asserit, de canonicatibus sub expectationibus prebendarum Visensis et Colimbriensis ecclesiarum per alias nostras litteras gratiose duximus providendum ... *Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto Nonas Aprilis, anno quartodecimo*» (628).

Conta Gregório XII, em bula de 19 de Dezembro de 1406, dirigida a Antonio Martini, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de Ventosa, Visensis diocesis, *que o papa Inocêncio VII, ao promover à sé de Évora D. Diogo Álvares, reservara, a favor do nosso António Martins, o canonicato e prebenda de Viseu, por letras de 27 de Fevereiro de 1406, sem, contudo, terem sido feitas as respectivas letras. A concessão era feita, apesar doutras concessões anteriores sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Ventosa, da diocese de Viseu, da perpétua porção da igreja de Santa Justa de Coimbra, do canonicato e prebenda de Lisboa, bem como dos canonicatos e prebendas de Coimbra e de Viseu. Gregório XII determinava que a concessão do canonicato de Viseu, com reserva da prebenda, começasse a ter valor jurídico a partir da concessão de Inocêncio VII, como se as letras respectivas tivessem sido feitas, e encarregou da execução ao bispo de Marselha, ao deão de Lamego e a João Afonso, cónego de Coimbra:*

«*Gregorius, etc. Dilecto filio* Antonio Martini, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de Ventosa *Visensis diocesis. Salutem, etc. Rationi congruit, etc. Dudum siquidem, cum* canonicatus et prebenda ecclesie Visensis, *quos dilectus filius Didacus, electus Elborensis, tempore promotionis facte de ipso per felicis recordationis Innocentium papam vii., predecessorem nostrum, ad ecclesiam Elborensem, tunc pastore carentem, obtinebat, per huiusmodi promotionem et munus consecrationis eidem electo impendendum vacare sperarentur, prefatus predecessor, volens tibi, apud eum de vita ac morum honestate ... multipliciter commendato, horum intuitu, gratiam facere specialem, videlicet tertio Kalendas Martii pontificatus sui anno secundo, canonicatum et prebendam predictos ... cum illos ... vacare contingeret, conferendos tibi, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus ... iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservavit ... Non obstantibus quibuscunque ... Seu quod, ut asserebas,* parrochialem ecclesiam sancte Marie de Ventosa Visensis diocesis obtinebas *et dudum tibi de quadam perpetua portione sine cura in ecclesia sancte Juste extra muros Colimbrienses, tunc certo modo vacante, ac de canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis, tunc certo modo vacaturis ... apostolica auctoritate concessum fuerat provideri quodque* prefatus predecessor dudum tibi de Colimbriensis et predicte Visensis ecclesiarum canonicatibus sub expectationibus prebendarum per suas litteras providerat ... *Voluit autem idem predecessor quod, quamprimum vigore reservationis huiusmodi canonicatus et prebende predictorum, ut premittitur reservatorum, fores possessionem pacificam assecutus,* prefate [*fl. 232*] littere, per quas tibi de canonicatu sub expectatione prebende eiusdem Visensis ecclesie providerat, ut prefertur, et processus habiti per easdem et quecunque inde secuta quoad canonicatum et prebendam ipsius ecclesie Visensis dumtaxat essent cassa et irrita nulliusque roboris vel momenti. *Ne autem pro eo quod super reservatione huiusmodi, ipsius predecessoris*

(628) AV, Reg. Lat. 114, fls. 119v-120.

superveniente obitu, littere apostolice confecte non fuerunt, tu reservationis predicte frusteris effectu, volumus et apostolica auctoritate decernimus quod reservatio ipsa perinde a dicta die videlicet tertio Kalendas Martii suum sortiatur effectum ac si super eis dicti predecessoris littere sub ipsius diei data confecte fuissent ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quartodecimo Kalendas Januarii anno primo. Simili modo venerabili fratri .. episcopo Massiliensi et dilectis filiis decano Lamecensis ac Johanni Alfonsi, canonico Colimbriensis ecclesiarum. Salutem, etc. Rationi congruit, etc. Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus ... canonicatum et prebendam eiusdem ecclesie Visensis *reservatos, ut prefertur, cum illos ut premittitur vacare contigerit ... prefato Antonio auctoritate apostolica iuxta reservationem antedictam conferre et assignare curetis ... Datum ut supra*» (629).

Atendendo ao sobredito, poder-se-ia identificar Antão Martins, cónego de Viseu, participante no concílio de Pisa, com o destinatário de duas bulas de João XXIII, dirigidas a Dilecto filio Antonio Martini, canonico ecclesie Ulixbonensis (630), *de 10 de Agosto de 1411, a encarregá-lo de examinar o caso de Domingos Afonso, acusado de falta de ciência devida, de excomungado e de certos escândalos, e de conferir a porção da igreja paroquial de Santa Maria de Palmela a Raimundo Anes, cónego de Coimbra. Seja assim ou não, diz-lhe respeito, com certeza, bula de João XXIII, de 10 de Setembro de 1411. A pedido de el-rei D. João I, concedia o papa a António Martins, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Ventosa da diocese de Viseu, apenas com Ordens menores, o indulto, por dez anos, de não ser obrigado a receber Ordens sacras, em razão da dita igreja paroquial ou de quaisquer outros benefícios, inclusive canonicatos e prebendas em igrejas metropolitanas, catedrais e colegiadas. Diz o papa que Antão Martins era familiar do monarca:*

«*Johannes, etc. Dilecto filio Antonio Martini, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de Ventosa, Visensis diocesis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut te, pro quo etiam carissimus in Christo filius Johannes, Portugalie et Algarbii rex illustris, asserens te familiarem suum existere, nobis super hoc humiliter supplicavit, favore specialis gratie prosequamur. Hinc est quod nos ... tecum qui in minoribus, ut asseritur, dumtaxat ordinibus constitutus existis, ut ratione parrochialis ecclesie sancte Marie de Ventosa, Visensis diocesis, quam oblines et quorumcunque aliorum beneficiorum ecclesiasticorum, que nunc obtines vel forsan imposterum obtinebis, etiam si curam habeant animarum aut aliunde sacros requirant ordines, ac canonicatus et prebende, dignitates vel personatus seu officia cum cura in metropolitanis vel cathedralibus aut collegiatis ecclesiis fuerint, ad decennium, a data presentium computandum, ad aliquos sacros ordines promoveri minime tenearis nec ad id a quoquam invitus valeas coartari ... de specialis dono gratie, auctoritate apostolica, tenore presentium, dispensamus, proviso quod parrochialis ecclesia ac beneficia huiusmodi debitis non fraudentur obsequiis et animarum cura in dicta parrochiali ecclesia ac beneficiis huiusmodi, si qua illis immineat, nulllatenus negligatur ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto Idus Septembris, anno secundo*» (631).

(629) AV, Reg. Lat. 132, fls. 231-232.
(630) AV, Reg. Lat. 152, fls. 208-209v.
(631) AV, Reg. Lat. 157, fls. 192-192v.

Logo a seguir, a 18 de Setembro de 1411, João XXIII dirigia-se-lhe como a António Martins, cónego de Viseu e acólito seu, ao dar-lhe faculdade para permutar o canonicato de Viseu e outros benefícios:

«*Johannes, etc. Dilecto filio Antonio Martini, canonico Visensi, acolito nostro. Salutem, etc. Grata tue devotionis obsequia ... Tuis itaque supplicationibus inclinati, tibi canonicatum et prebendam ecclesie Visensis, quos obtines, ex causa permutationis, in qua tamen nulla illicita pactio vel simoniaca pravitas interveniat, in manibus cuiuscunque ecclesiastici prelati, pro quocunque aut quibuscunque alio vel aliis beneficio seu beneficiis ecclesiastico vel ecclesiasticis extra Romanam Curiam resignandi et eidem prelato tam a te canonicatus et prebende quam a persona, cum qua permutare volueris, beneficii seu beneficiorum predictorum resignationes auctoritate apostolica extra dictam Curiam recipiendi et admittendi ac canonicatum et prebendam etiam cum plenitudine iuris canonici eidem persone necnon beneficium aut beneficia huiusmodi tibi cum omnibus iuribus et pertinentiis suis dicta auctoritate conferendi necnon omnia alia circa premissa quomodolibet oportuna faciendi ... plenam et liberam, tenore presentium, auctoritate predicta concedimus facultatem ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quartodecimo Kalendas Octobris, anno secundo*» ([632]).

Outra bula do dia seguinte, 19 de Setembro de 1411, diz-nos que Antão Martins, cónego de Viseu, era familiar de D. João I, rei de Portugal. Precisamente atendendo às preces do monarca, João XXIII concedia-lhe, nesta data, indulto de receber os proventos do canonicato de Viseu e de quaisquer outros benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto estivesse ao serviço de el-rei, frequentasse algum Estudo Geral ou residisse na Cúria papal. A execução foi confiada ao bispo de Soana e aos deãos da Guarda e de S. Severino de Colónia, talvez por o interessado se encontrar em Itália:

«*Johannes, etc. Dilecto filio Antonio Martini, canonico Visensi. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Hinc est quod nos, carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, pro te familiari suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, huiusmodi ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tibi auctoritate apostolica, tenore presentium, indulgemus ut eiusdem regis obsequiis aut litterarum Studio, in loco, ubi illud vigeat generale, insistendo vel in Romana Curia residendo, fructus, redditus et proventus canonicatus et prebende ecclesie Visensis et quorumcunque beneficiorum ecclesiasticorum, que in quibusvis ecclesiis sive locis obtines vel forsan imposterum obtinebis, cum ea integritate percipere, usque ad decennium, a data presentium computandum, libere et licite valeas, quotidianis distributionibus dumtaxat exceptis, cum qua illos perciperes, si in eisdem ecclesiis sive locis personaliter resideres et ad residendum interim in ecclesiis sive locis predictis minime tenearis nec ad id a quoquam invitus valeas coartari ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertiodecimo Kalendas Octobris, anno secundo. Simili modo venerabili fratri episcopo Suanensi et dilectis filiis decanis Egitaniensis et sancti Severini Coloniensis ecclesiarum. Salutem, etc. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis [fl. 80] et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Antonius Martini, canonicus Visensis, fidedigno, etc. Quocirca discretioni vestre per apostolica*

([632]) AV, Reg. Lat. 157, fl. 192v.

scripta mandamus quatenus ... prefato Antonio vel procuratori suo eius nomine fructus, redditus et proventus iuxta huiusmodi nostre concessionis tenorem integre ministrari ... Datum ut supra» (633).

A 23 de Novembro de 1414, desde Constança (o concílio já funcionava), o papa João XXIII dirigia-se a António Martins, cónego de Coimbra, e, a pedido do cardeal de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, de quem era familiar, concedia-lhe faculdade para trocar benefícios, inclusive canonicatos em igrejas metropolitanas e catedrais:

«*Johannes, etc. Dilecto filio Antonio Martini, canonico Colimbriensi. Salutem, etc. Vite ac morum honestas ... Hinc est quod vos volentes te, premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione dilecti filii nostri Johannis, tituli sancti Petri ad Vincula presbyteri cardinalis, pro te dilecto familiari suo nobis super hoc humiliter supplicantis, favoribus prosequi gratiosis, tuis ac eiusdem cardinalis in hac parte supplicationibus inclinati, omnia et singula beneficia ecclesiastica, que nunc in quibusvis ecclesiis sive locis obtines et in futurum te forsan obtinere contigerit ... quotiens tibi placuerit, sedis apostolice licentia super hoc minime requisita, pro similibus vel dissimilibus beneficiis ecclesiasticis simul tamen compatibilibus resignandi ... tibi et eisdem personis, tenore presentium, licentiam elargimur ... Datum Constantie, nono Kalendas Decembris, anno quinto*» (634).

Como se vê, Antão Martins já não aparece como cónego de Viseu, nesta bula. Também não se diz cónego de Viseu em muitas súplicas do pontificado do papa Martinho V, a partir de 21 de Novembro de 1417, em que se declara cónego de Lisboa, familiar pontifício, secretário e embaixador de D. João I, rei de Portugal, no concílio de Constança, ao pedir o deado de Coimbra, com expressa menção dos benefícios que possuía — os canonicatos e prebendas de Lisboa e de Évora e a igreja paroquial de S. João de Beja: «*Antonius Martini, eiusdem ecclesie Ulixbonensis canonicus*, eiusdem S. familiaris necnon ... Johannis Portugalie et Algarbii regis secretarius, quem ad hoc sacrum generale concilium una cum aliis suis ambaxiatoribus destinavit ... *Non obstante quod idem Antonius Ulixbonensis predicte et Elborensis ecclesiarum canonicatus et prebendas ac parrochialem ecclesiam sancti Johannis de Beia Elborensis diocesis obtinet*» (635).

O cabido de Coimbra tinha alcançado do papa João XXIII a redução do número de canonicatos na sé de Coimbra, pelo que, à medida que iam morrendo os cónegos, procedia-se à supressão das prebendas respectivas. até chegar ao número de cónegos estabelecido. Tinha-se assim procedido já à supressão de quatro canonicatos e prebendas. Em súplica de 18 de Dezembro de 1417, de António Martins e outros três clérigos interessados na revogação de tal indulto, de forma a poderem usufruir tais canonicatos, cujas prebendas lhe tinham sido naturalmente reservadas, vem repetido que António Martins possuía a igreja paroquial de S. João de Beja e os canonicatos de Lisboa e de Évora e tinha obtido concessão relativa ao deado de Coimbra, com o esclarecimento que tinha sido enviado ao concílio de Constança por D. João I, rei de Portugal, como secretário: «... *supplicatur igitur S. V. humiliter et devote pro parte devotorum oratorum vestrorum Vallasci Dominici, sancti Michaelis de Foz Arauce et* Antonii Martini, sancti Johannis de Begia, quem devotissimus S. V. Johannes Portugalie et Algarbii rex tanquam secretarium suum ad hoc concilium Constantiense destinavit ... Non obstantibus quod idem Vallascus ecclesiam parro-

(633) AV, Reg. Lat. 159, fls. 79-80.
(634) AV, Reg. Lat. 175, fls. 161v-162.
(635) AV, Reg. Suppl. 106, fl. 23, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 1.

chialem de Foz Arauce ... *et* Antonius parrochialem ecclesiam sancti Johannis de Begia predictam ac canonicatus et prebendas Ulixbonensis et Elborensis ecclesiarum ... ac quod nuper de decanatu ecclesie Colimbriensis predicte *certo modo vacante ... per eandem S. concessum fuit sibi provideri...*» (636).

Na petição de 27 de Dezembro de 1417, sobre a confecção das letras respectivas (637), *não há referências a benefícios. Igualmente em súplica de 29 de Maio de 1418, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentasse algum Estudo Geral ou estivesse ao serviço de el-rei de Portugal ou residisse na Cúria pontifícia, pois aparece apenas como cónego de Lisboa e acólito do papa:* «*Supplicat S. V. devotus vester* Antonius Martini, canonicus Ulixbonensis, acolitus eiusdem S. *quatinus...*» (638), *tal como noutra súplica, de 1 de Outubro de 1418, sobre faculdade de permutar seus benefícios, ajuntando a qualidade de familiar à de acólito do papa:* «*Supplicat S. V. devotus orator vester* Antonius Martini, canonicus Ulixbonensis, eiusdem S. acolitus et familiaris, *quatinus...*» (639).

Na petição de 7 de Novembro de 1418, diz-se cónego de Évora e acólito do papa, ao solicitar provisão sobre a igreja paroquial de S. João de Beja, porque tal benefício exigia a recepção das Ordens sacras, dispensa por ele obtida anteriormente da Santa Sé, que ficara sem efeito em virtude da determinação dada por Martinho V, ao revogar tais dispensas, de forma a terem os interessados de se ordenar de sacerdotes, dentro de seis meses. Ele não se ordenara de sacerdote, pelo que pedia nova provisão, apesar de possuir os canonicatos e prebendas de Évora e de Lisboa e de lhe ter sido feita concessão por autoridade apostólica da provisão do deado, canonicato e prebenda de Coimbra: «... *de dicta parrochiali ecclesia ...* eidem Antonio, acolito vestro, *dignemini misericorditer providere. Non obstante quod canonicatus et prebendas Elborensis et Ulixbonensis ecclesiarum obtinet ... ac quod sibi de decanatu, canonicatu et prebenda ecclesia Colimbriensis ... auctoritate apostolica concessum fuit sibi provideri ...*» (640).

A completa e contínua omissão do canonicato de Viseu nestas súplicas poderia causar certa perplexidade quanto à identificação de António Martins, cónego de Viseu, acólito do papa João XXIII e participante no concílio de Pisa, que aliás usufruía também concessões relativas ao canonicato de Coimbra, desde o pontificado de Bonifácio IX. Será isso motivo suficiente para duvidar da sua identificação com o António Martins, cónego de Lisboa, embaixador de D. João I no concílio de Constança, na qualidade de secretário, atenta ainda a circunstância de aquele ser reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Ventosa e este da igreja de S. João de Beja? A dificuldade é só aparente, como vamos ver.

Repare-se que, nas súplicas mencionadas, há referências a concessões por autoridade apostólica, *relativas ao canonicato de Coimbra, o que está de acordo com a bula de Bonifácio IX, ao mandar conferir a* Antonius Martini de Castrobono, canonicus Visensis, *a igreja paroquial de Santa Maria de Ventosa:* «... *seu quod nuper eidem Antonio, ut asserit,* de canonicatibus sub expectationibus prebendarum Visensis et Colimbriensis ecclesiarum per alias nostras litteras gratiose duximus providendum» (641). *Recorde-se ainda que António Martins, cónego de Viseu e reitor da igreja de Santa Maria de Ventosa, era realmente clérigo de Ordens menores, tendo obtido indulto do papa João XXIII, em Setembro de 1411, por dez anos, para não ser obri-*

---

(636) AV, Reg. Suppl. 106, fls. 198-198v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 31.
(637) AV, Reg. Suppl. 106, fl. 253v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 40.
(638) AV, Reg. Suppl. 118, fls. 10-10v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 126.
(639) AV, Reg. Suppl. 116, fl. 178, publ. em *Monum. Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 180.
(640) AV, Reg. Suppl. 116, fl. 291, publ. em *Monum. Portugal. Vaticana*, III/2, n. 184.
(641) AV, Reg. Lat. 114, fl. 120. Cf. nota 628.

gado a receber Ordens sacras, apesar dos benefícios possuídos ou a obter, que supusessem essa obrigação. E isto está de acordo com os dizeres da última súplica sobre a revogação pelo papa Martinho V dos indultos concedidos a certos clérigos de Ordens menores, com benefícios de cura de almas, para não serem obrigados a recebê-las, graça também concedida, anteriormente, a Antão Martins, secretário de D. João I no concílio de Constança.

Para recordar ainda que António Martins, cónego de Viseu e reitor da igreja de Santa Maria de Ventosa, tinha faculdade, concedida pelo papa João XXIII, para trocar o canonicato de Viseu e demais benefícios por outros. Além disso, António Martins, secretário de D. João I no concílio de Constança, foi, efectivamente, cónego de Viseu. Di-lo ele expressamente em súplica de 11 de Abril de 1419. Andava em litígio com Diogo Gonçalves, consanguíneo do cardeal D. João Afonso de Azambuja, sobre o canonicato de Lisboa e prometera, com medo do cardeal, renunciar ao canonicato e prebenda de Viseu, que possuía, e aos de Évora, se deles fosse provido: «... ipse Antonius quemadmodum id suo proprio ad sancta Dei evangelia prestito vallavit iuramento, Visenses, quos tunc obtinebat, *et pro illis ex causa permutationis Elborenses, si de illis sibi quacunque auctoritate provideretur,* canonicatus et prebende ad opus dicti Didaci resignare et ammittere teneretur. Verum, Pater Sancte, huiusmodi conditiones et pacta, quibus ipse Antonius premissis causis et simplicitate potius suadentibus condescendisse et quorum occasione de facto canonicatum et prebendam dicte ecclesie Visensis ad opus dicti Didaci dimisisse dinoscitur ...» (642). *Fica assim provado que António Martins, secretário de D. João I, rei de Portugal, no concílio de Constança, foi realmente cónego de Viseu, dignidade a que renunciou, antes ou nos princípios do concílio de Constança, porque o cardeal de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, que o obrigou à renúncia, morreu no mês de Janeiro de 1415, como se viu atrás.*

E que António Martins, cónego de Lisboa, reitor da igreja de S. João de Beja e embaixador de D. João I no concílio de Constança, além de participante no concílio de Pisa, seja o bispo do Porto, que irá mais tarde como embaixador de el-rei D. Duarte ao Concílio de Basileia-Ferrara-Florença, consta, com toda a certeza.

Na súplica de 11 de Abril de 1419 citada, António Martins aparece como cónego de Lisboa e familiar do papa Martinho V (643). *Na Cúria pontifícia, consoante exposição de João Lopes, em súplica de 21 de Agosto de 1419* (644), *ventilara-se questão entre o suplicante e Álvaro Gonçalves, promovido à sé de Lamego, sobre o deado de Évora, que o bispo possuíra, favorecido por el-rei D. João I. Por isso, João Lopes pedia ao papa o deado, já que esta dignidade viria a vagar pela sagração do bispo eleito. Mas o Sumo Pontífice outorgava o deado, por* motu proprio, *a António Martins, seu cubiculário:* «Fiat motu proprio pro Antonio Martini, cubiculario, O.». *No mesmo dia, o papa depois de referir ter-lhe concedido o deado, canonicato e prebenda de Évora, a ele* dilecto filio Antonio Martini, cubiculario nostro, *por vagarem ou virem a vagar pela promoção do bispo eleito de Lamego D. Álvaro, outorgava-lhe, também por* motu proprio, *faculdade para permutar esses benefícios com outros* (645). *A seguir, segundo súplica de 23 de Agosto de 1419,* Antonius Martini, V. S. cubicularius, tunc canonicus prebendatus ecclesie Elborensis et rector parrochialis ecclesie sancti Johannis de Begia, *trocava o canonicato de Évora e a igreja de S. João de Beja pela igreja paroquial de S. Salvador de Arraiolos com Pedro Afonso, titular e possuidor desta última* (646), *ressalvando o nosso António Martins expressamente*

(642) AV, Reg. Suppl. 124, fls. 86-86v, publ. em *Monum. Portugal. Vaticana*, III/2, n. 240.
(643) Cf. nota anterior.
(644) AV, Reg. Suppl. 129, fls. 233-233v, publ. em *Monum. Portug. Vaticana*, III/2, n. 288.
(645) AV, Reg. Suppl. 129, fl. 269v, publ. em *Monum. Portug. Vaticana*, III/2, n. 289.
(646) AV, Reg. Suppl. 129, fls. 279v-280, publ. em *Monum. Portug. Vaticana*, III/2, n. 290.

o canonicato e prebenda de Lisboa e os deados, canonicatos e prebendas de Coimbra e de Évora, que lhe haviam sido outorgados. Também como cubiculário aparece em carta de 9 de Janeiro de 1419 do encarregado da câmara apostólica ao colector apostólico Rui Dias, proibindo este de o molestar sobre a anata do canonicato de Évora e igreja paroquial de São João de Beja (646a).

Em súplica de 28 de Agosto de 1419, ao solicitar nova provisão do deado de Évora, possuído por Álvaro Gonçalves de Abreu, bispo eleito de Lamego, pelo facto de João Lopes, em questão com o dito Álvaro, ter obtido certas comissões contra aquele e contra o próprio António Martins, cónego de Lisboa e cubiculário do papa, termina por recordar, além do canonicato e prebenda de Lisboa e deado de Coimbra, também a igreja de S. Salvador de Arraiolos (647). *Renovou o pedido sobre o deado de Coimbra, em Setembro de 1419, pelo facto de, na primeira súplica, não ter referido estar então de posse da igreja paroquial de S. João de Beja, e continuava a dizer-se cónego de Lisboa e familiar do papa* (648). *Na petição sobre a permuta do canonicato e prebenda de Évora e igreja de S. João de Beja pela igreja de S. Salvador de Arraiolos, António Martins omitira a circunstância de ser acólito da sé apostólica, pelo que, noutra de 4 de Setembro, solicitava a expedição das letras apostólicas com essa menção* (649). *De facto, o papa Martinho V, por bula de 21 de Agosto, dirigindo-se-lhe como a* Antonio Martini, canonico Ulixbonensi, familiari nostro, *e dizendo-o seu cubiculário, concedia-lhe o deado e canonicato de Évora, que se esperava viriam a vagar pela sagração do bispo eleito de Lamego D. Álvaro* (649a).

(646a) «Ludovicus, etc. Venerabili viro domino Roderico Didaci, canonico ecclesie Bracharensis, in regnis Portugalie et Algarbii, iurium apostolice camere debitorum collectori vestroque in civitate et diocesi Elborensi dictorum iurium subcollectori. Salutem, etc. Sua nobis venerabilis vir dominus Antonius Martini, sanctissimi domini nostri pape cubicularius, canonicus prebendatus ecclesie Elborensis necnon rector parrochialis ecclesie sancte Johannis de Begia, Elborensis diocesis, petitione monstravit quod, licet idem dictos suos canonicatum et prebendam Elborenses et ecclesiam parrochialem sancti Johannis de Begia predictos, vigore et auctoritate gratie expectative per sedem apostolicam sibi facte, fuerit assecutus, et quod ipse ratione huiusmodi beneficiorum suorum taliter per eum assecutorum ut prefertur, ad solutionem annate seu mediorum fructuum primi anni beneficiorum eorumdem minime teneatur, tamen vos eundem ... ad solutionem annate seu mediorum fructuum huiusmodi compellere et arctare nitentes, fructus canonicatus et prebende Elborensis, apostolice camere nomine et ex causa predicta, ad manus vestras posuistis et insuper fructus dicte sue parrochialis ecclesie iam diu sine aliqua legitima causa ad arrendam aliis concessistis seu verius locastis et arrendastis aliasque eundem super hoc multimode molestastis et molestatis, in non modicum [fl. 208] ipsius domini Antonii preiudicium et gravamen. Quare per eundem nobis extitit humiliter supplicatum ut sibi super hoc de remedio oportuno providere dignaremur. Propterea vobis presentium tenore precipimus et mandamus quatenus si ita est dictusque dominus Antonius huiusmodi sua beneficia vigore gratie expectative fuerit assecutus, ab eodem seu procuratoribus suis predictis nil pro annatis seu mediis fructibus primi anni predictis exigatis vel petatis neque eosdem super premissis quovis ad hoc questio colore molestare vel inquietate presumatis ... Datum Mantue, sub anno Domini millesimo quadringentesimo decimo nono, indictione duodecima, die nona mensis Januarii, pontificatus, etc., anno secundo» (AV, Arm. 29, t. 4, fls. 207v-208).

(647) AV, Reg. Suppl. 130, fls. 250-251, publ. em *Monum. Portugal. Vaticana*, III/2 n. 291.

(648) AV, Reg. Suppl. 131, fls. 190v-191, publ. em *Monum. Portugal. Vaticana*, III/2, n. 292.

(649) AV, Reg. Suppl. 130, fl. 224v, publ. em *Monum. Portugal. Vaticana*, III/2, n. 294.

(649a) «Martinus, etc. Dilecto filio *Antonio Martini, canonico Ulixbonensi, familiari nostro*. Salutem, etc. Grata familiaritatis et devotionis obsequia, que nobis hactenus impendisti et adhuc solicitis studiis impendere non desistis, necnon vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus personam tuam tam familiari experientia, quam etiam fidedignorum testimoniis iuvari percepimus, nos inducunt ut tibi reddamur ad gratiam liberales. Cum itaque *canonicatus et prebenda ac decanatus ecclesie Elborensis, quos dilectus filius Alvarus, electus Lamecensis*, tempore promotionis per nos facte de ipso ad ecclesiam Lamecensem, tunc pastore carentem, obtinebat, prout obtinet, per huiusmodi promotionem et munus consecrationis eidem electo impendendum vacare sperentur, Nos volentes *tibi qui etiam cubicularius noster existis*, premissorum obsequiorum et meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam ac

Como se viu, António Martins tinha alcançado concessões relativas ao deado de Coimbra, dignidade aliás anteriormente possuída por Álvaro Afonso, sobrinho do cardeal D. João Afonso de Azambuja, que sucedera ao célebre desembargador régio, Rui Lourenço. Era contestado, nas suas pretensões, pelo arcediago de Lisboa, Álvaro Ferreira, conforme súplica de António Martins, cónego de Lisboa e cubiculário do papa, o qual António ou Antão Martins continuava a lembrar, em súplica de 6 de Novembro de 1419, que possuía o canonicato e prebenda de Lisboa e a igreja paroquial de S. Salvador de Arraiolos, bem como a graça sobre o canonicato, prebenda e deado de Évora e sobre o canonicato e prebenda de Coimbra (650). *E o papa mandava, no dia 20 de Dezembro de 1419, expedir gratuitamente a bula de 21 de Novembro de 1417, complementar doutra do mesmo dia, sobre a concessão do deado de Coimbra a ele, deão de Coimbra e familiar do papa. Nela afirma Martinho V precisamente que a Antão Martins fora concedido continuar na posse da igreja paroquial de Santa Maria de Ventosa da diocese de Viseu, juntamente com outro qualquer benefício eclesiástico, e refere ainda que ele tinha demitido esta igreja de Santa Maria e a trocara pela igreja paroquial de S. João de Beja* (650a).

---

decanatum qui dignitas maior post pontificalem in dicta Elborensi divinis interessenti existit, antedictos, quorum fructus ... necnon quotidiane distributiones, que illos pro tempore obtinenti et in dicta ecclesia Elborensi cedere possint, sexcentarum librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum, ut asseritur, non excedunt, cum illos, ut prefertur, vel per lapsum temporis de consecrandis episcopis a canonibus diffiniti aut alias quovis modo, preterquam per dicti electi obitum vacare contigerit, etiam si ad dictum decanatum consueverit quis per electionem assumi, conferendos tibi, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis, motu proprio, non ad tuam vel alterius pro te nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera liberalitate, donationi apostolice reservamus, districtius inhibentes venerabili fratri nostro episcopo et dilectis filiis capitulo Elborensi ac illi vel illis ad quem vel ad quos dictorum canonicatus et prebende ac decanatus collatio, provisio, presentatio, electio seu quevis alia dispositio communiter vel divisim pertinet, ne de canonicatu et prebenda ac decanatu contra reservationem nostram huiusmodi disponere quoquo modo presumant ac decernentes ex nunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter contigerit attemptari ... Nulli ergo, etc., nostre reservationis, inhibitionis, constitutionis, voluntatis et dispensationis infringere. Si quis, etc. Datum Florentie, duodecimo Kalendas Septembris, anno secundo. Simili modo venerabilibus fratribus archiepiscopo Ulixbonensi et Tudertino ac Visensi episcopis. Salutem, etc. Grata dilecti filii Antonii Martini, canonici Ulixbonensis, familiaris nostri, etc. Quocirca fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios canonicatum et prebendam ac decanatum predictos per nos reservatos, cum illos vacare contigerit, ut prefertur ... cum dicti iuris plenitudine ac omnibus iuribus et pertinentiis supradictis prefato Antonio eadem auctoritate nostra conferre et assignare curetis ... Datum ut supra. Franciscus. gratis de mandato. Nono Kalendas Ottobris, anno secundo. De Agello» (AV, Reg. Lat. 201, fls. 121-122v).

(650) AV, Reg. Suppl. 134, fis. 4-4v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 317.

(650a) «Martinus, etc. Dilecto filio *Antonio Martini, decano ecclesie Colimbriensis, familiari nostro.* Salutem, etc. Grata familiaritatis et devotionis obsequia que nobis hactenus impendisti et adhuc solicitis studiis impendere non desistis, necnon vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus personam tuam tam familiari experientia quam etiam fidedignorum testimoniis iuvari percepimus, nos inducunt ut te specialibus favoribus et gratiis prosequamur. Hodie siquidem tibi de decanatu ecclesie Colimbriensis, qui dignitas maior post pontificalem in dicta ecclesia Colimbriensi existit cuique cura imminet animarum et ad quem quis per electionem assumitur, tunc certo modo vacante et antea dispositioni apostolice reservato, per alias nostras litteras gratiose providimus, certis tibi super hoc executoribus deputatis, prout in ipsis litteris, *in quibus inter cetera quod dudum tecum ut unacum parrochiali ecclesia beate Marie de Ventosa Visensis diocesis, quam tunc obtinebas, quodcunque aliud beneficium ecclesiasticum curatum seu alias cum ea incompatibile* ... quoad viveres retinere valeres auctoritate apostolica dispensatum fuerat, expressum extitit, plenius continetur. Cum autem in litteris dispensationis prefate non sit expressum etiam si ad huiusmodi dignitatem, personatum vel officium consueverit quis per electionem assumi et ei cura immineat supradicta, Nos, ne propterea littere nostre huiusmodi de surreptione seu alias valeant quomodolibet impugnari aut te occasione dicti decanatus per quemvis molestari contingat, tempore procedente, volentes te premissorum obsequiorum et meritorum tuorum intuitu favore prosequi gratioso, tuis in hac parte supplicatio-

Em súplica de 15 de Novembro de 1419, fala-se da renúncia ao canonicato e prebenda de Coimbra por parte de Antonii Martini, canonici Ulixbonensis, V. S. acoliti et cubicularii, *o qual tinha alcançado, juntamente com mais três clérigos, a revogação do indulto concedido por João XXIII ao cabido de Coimbra sobre a redução do número de canonicatos* (651). *Na petição de 22 de Dezembro de 1419, Antão Martins, cubiculário do papa, ao solicitar a concessão para suceder nos direitos de João Lopes ao canonicato, prebenda e deado de Évora, continua a lembrar a igreja paroquial de S. João de Beja e a graça obtida quanto ao deado de Coimbra e permuta dos benefícios* (652). *Assim conseguiu tomar posse plena do deado de Évora. Por isso, em súplica de 24 de Março de 1423. ele, residente na Cúria, com indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, indulto que lhe fora concedido a ele deão de Évora e cubiculário do papa, a 13 de Maio de 1422, e expedido a 27 de Abril de 1423* (652a), *ao pedir*

---

nibus inclinati, volumus et *eadem tibi, ut asseris, inter cetera, dicta ecclesia beate Marie per te dimissa, parrochialem ecclesiam sancti Johannis de Begia Elborensis diocesis obtinenti, auctoritate* concedimus quod nostre littere predicte et quecunque inde secuta perinde valeant plenamque obtineant roboris firmitatem ac dicti executores ad earum executionem procedere possint et debeant in omnibus et per omnia ac si in nostris litteris eisdem expressio premissa etiam si ad dignitatem, personatum [fl. 83] vel officium huiusmodi consueverit quis per electionem assumi eique cura ipsa immineat antedicta minime [facta] fuisset. Et insuper *tecum ut decanatum et ecclesiam sancti Johannis predictos* insimul quoad vixeris retinere illosque simul vel successive, simpliciter aut ex causa permutationis, dimittere et loco dimissi vel dimissorum aliud vel alia, simile vel dissimile, aut similia vel dissimilia, beneficium seu beneficia, ecclesiasticum vel ecclesiastica, duo tantum invicem incompatibilia, recipere et similiter quoad vixeris insimul retinere libere ac licite valeas auctoritate predicta, tenore presentium, de uberioris dono gratie dispensamus ... Nulli ergo, etc., nostre voluntatis, concessionis et dispensationis infringere, etc. Si quis autem, etc. Datum Constantie, undecimo Kalendas decembris, anno primo. Antonius. gratis de mandato domini nostri pape. Tertiodecimo Kalendas Januarii, anno tertio. de Ponto» (AV, Reg. Lat. 191, fls. 82v-83).

(651) AV, Reg. Suppl. 134, fls. 240v-241v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 323.

(652) AV, Reg. Suppl. 136, fl. 67, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 331.

(652a) «Martinus, etc. Dilecto filio *Antonio Martini, decano ecclesie Elborensis, cubiculario nostro.* Salutem, etc. Grata familiaritatis et devotionis obsequia, que nobis hactenus impendisti et adhuc solicitis studiis impendere non desistis, necnon vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus personam tuam tam familiari experientia quam etiam fidedignorum testimoniis iuvari percepimus, nos inducunt ut ea tibi favorabiliter concedamus, que tuis commoditatibus fore conspicimus oportuna. Tuis itaque supplicationibus inclinati, tibi auctoritate presentium indulgemus ut usque ad quinquennium, a data presentium computandum, litterarum studio in loco, ubi illud vigeat generale, insistento aut in Romana Curia residendo, fructus, redditus et proventus quorumcunque beneficiorum ecclesiasticorum, que nunc in quibusvis ecclesiis sive locis obtines et interim obtinebis, etiam si parrochiales ecclesie aut canonicatus et prebende, dignitates, personatus, administrationes vel officia in metropolitanis vel aliis cathedralibus ... post pontificales maiores [fi. 232] aut in collegiatis ecclesiis huiusmodi principales fuerint eisque cura immineat animarum, cum ea integritate, quotidianis distributionibus duntaxat exceptis, libere percipere valeas, cum qua illos perciperes, si in eisdem ecclesiis sive locis personaliter resideres et ad residendum interim in eisdem minime tenearis, nec ad id a quoquam invitus valeas arctari ... Proviso quod beneficia huiusmodi debitis interim non fraudentur obsequiis et animarum cura in eis, quibus de illa imminet nullatenus negligatur, sed per bonos et sufficentes vicarios, quibus de beneficiorum huiusmodi proventibus necessaria congrue ministrentur diligenter exerceatur et deserviatur inibi laudabiliter in divinis. Nulli ergo etc., nostre concessionis infringere, etc. Si quis, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Idus Maii, anno quinto. Simili modo venerabilibus fratribus [fl. 232v] Electensi et Tudertino episcopis ac dilecto filio Jacobo de Cerretanis, canonico Burdegalensi. Salutem, etc. Grata familiaritatis et devotionis obsequia, que dilectus filius *Antonius Martini, decanus ecclesie Elborensis, cubicularius noster*, etc. Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios faciatis eadem auctoritate nostra Antonio predicto vel procuratori suo eius nomine prefatos fructus, redditus et proventus per idem quinquennium, iuxta huiusmodi nostre concessionis tenorem, integre ministrari, non permittentes eum per ordinarios et capitula huiusmodi seu quoscunque alios ad residendum in dictis ecclesiis sive locis compelli aut alias contra huiusmodi nostre concessionis for-

que as respectivas letras apostólicas sejam expedidas só nessa qualidade de residente na Cúria pontifícia, declara-se deão de Évora (653), *aliás como noutras de 30 de Março de 1423 e de Abril de 1423* (654), *sobre o mesmo assunto, mas sem as cláusulas da residência na Cúria ou no Estudo Geral. Ora, precisamente a 10 de Março de 1423, o papa Martinho V, ao vagar a sé do Porto pela transferência de D. Vasco Peres para Évora, um dos embaixadores portugueses no concílio de Constança, nomeou bispo do Porto a Antão Martins, que, segundo se tira dos documentos referidos sobre a residência nos benefícios, ainda em Abril deste ano de 1423 continuava a dizer-se familiar e cubiculário do papa e deão de Évora* (655).

A 28 de Agosto de 1423, o papa Martinho V concedia-lhe a ele Antonio, episcopo Portugalensi, *o qual era sacerdote e ainda estava dentro do tempo prescrito para receber a sagração episcopal, indulto de a receber dentro do prazo de seis meses, a contar desde o tempo em que tomasse posse pacífica da diocese* (655a). *A 17 de Setembro de 1423, ele* Antonius, Dei gratia electus

---

mam quomodolibet molestari ... Datum ut supra. Ja. xi. xiii. Quinto Kalendas Maii, anno sexto. de Cerretanis» (AV, Reg. Lat. 230, fls. 231v-232v).

(653) AV, Reg. Suppl. 165, fl. 18v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 690.

(654) AV, Reg. Suppl. 165, fls. 32v-33, 212v-213, publ. em *Monum. Portug. Vaticana*, III/2, nn. 693-694.

(655) D. Antão Martins foi nomeado bispo do Porto por bulas do dia 10 de Março de 1423: «Eadem die [Mercurii, vi Idus Martii] translatus est Dominus Petrus, episcopus Elborensis, ad ecclesiam Ulixbonensem, vacantem per mortem, cum dispensatione cum etate propter postulationem cassatam. Eadem die translatus est dominus Valascus, episcopus Portugallensis, ad Ecclesiam Elborensem, vacantem ut supra. Eadem die provisum dicte ecclesie Portugallensi de persona Domini Antonii Martini, Decani ecclesie Elborensis» (AV, Arm. XII, t. 121A, fl. 81v). «Anno Sexto ... Eadem die [Mercurii, quinto (!) Idus Martii], translatus est D. Petrus, Episcopus Elborensis, ad Ecclesiam Ulixbonensem, vacantem per mortem, cum dispensatione in aetate, per prius postulatione cassata. Eadem die translatus est D. Valascus, Episcopus Portugalensis, ad Ecclesiam Elborensem, vacantem ut supra. Eadem die provisum est Ecclesiae supradictae Portugalensi de persona domini Antonii Martini, Decani Ecclesiae Elborensis» (AV, *Acta Miscellanea*, 1, fl. 136). Outros docum. com a data da nomeação na nota 673b. Cf. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 407. Ainda em súplica de 24 de Março de 1423, Antão Martins, deão de Évora, residente na Cúria papal, pedia que o indulto de receber os proventos de benefícios, sem obrigação da residência pessoal, já obtido, fosse referido nas respectivas letras, a expedir como indulto só para os residentes na Cúria (AV, Reg. Suppl. 165, fls. 212v-213, publ. em *Monum. Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 693). Idêntica súplica em Abril de 1423, com a indicação da residência na Cúria papal. (AV, Reg. Suppl. 165, fls. 212v-213, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 694. Cf. nota 654). Em súplica de 2 de Maio de 1423, Pedro Gonçalves, reitor da igreja de Santa Maria de Óbidos, fala da promoção de D. Antão Martins, cubiculário do papa, a bispo do Porto (AV, Reg. Suppl. 167, fl. 79, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 703). Também em súplica de 10 de Setembro de 1423, D. Álvaro Ferreira, protonotário apostólico e embaixador de el-rei de Portugal junto do papa, pedia providências quanto ao deado de Coimbra, sobre o qual litigara com D. Antão Martins, cónego de Lisboa, promovido a bispo do Porto (AV, Reg. Suppl. 170, fls. 123v-124, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 754).

(655a) «Martinus, etc. Dilecto filio *Antonio, electo Portugalensi*. Salutem, etc. Tue devotionis probata sinceritas, quam ad nos et Romanam geris Ecclesiam, promeretur ut in hiis que sunt favoris et gratie nos tibi promptos gaudeas invenisse. Nuper siquidem ecclesie Portugalensi, tunc pastoris solatio destitute, de persona tua nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta, de fratrum eorumdem consilio auctoritate apostolica providimus teque illi prefecimus in episcopum et pastorem, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum autem, sicut exhibita nobis nuper pro parte tua petitio continebat, *tu qui presbyter et adhuc infra tempus de consecrandis episcopis a canonibus deffinitum existis*, ex certis rationabilibus causis non possis tibi infra tempus huiusmodi munus consecrationis commode facere impendi, Nos volentes te premissorum intuitu paterna benivolentia prosequi, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut usque ad sex menses, a tempore quo pacificam possessionem vel quasi regiminis administrationisque bonorum ecclesie predicte sive maioris partis eorumdem pacifice assecutus fueris vel per te steterit quominus illam assequaris, huiusmodi munus tibi impendi facere minime tenearis nec ad id a quoquam invitus coartari valeas, auctoritate predicta, tenore presentium, de specialis dono gratie dispensamus. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ecclesie

Portugalensis, personaliter, *comparecia na câmara apostólica a obrigar-se pela taxa da sua promoção* (655b). *Depois de ter participado no concílio de Basileia como embaixador de D. Duarte e ter ido a Constantinópola como embaixador do papa Eugénio IV, este deu-lhe em comenda o mosteiro de Paço de Sousa e criou-o cardeal em Dezembro de 1439. Continuou na Cúria papal, onde morreu a 6 de Julho de 1447* (655c).

---

predicte, iuramento, confirmatione apostolica vel quavis alia firmitate roboratis ceterisque contrariis quibuscunque. Proviso quod ecclesia ipsa debitis interim non fraudetur obsequibus ac in spiritualibus non ledatur et in temporalibus nulla sustineat detrimenta. Nulli ergo, etc., nostre dispensationis infringere, etc. Si quis, etc. Datum Rome, apud Sanctam Mariam Maiorem, quinto Kalendas Septembris, anno sexto. Pe. xiiii de Casatiis» (AV, Reg. Lat. 236, fl. 198v).

(655b) «Mccccxxiii, pontificatus domini Martini anno vi.º Die Veneris, xvii dicti mensis Septembris, prima indictione, *reverendus in Christo pater dominus Antonius, Dei gratia electus Portugalensis, personaliter promisit camere et collegio* pro suo communi servitio mille florenorum auri de camera, ad quos ecclesia ipsa taxatur et quinque minuta servitia consueta, solvendo medietatem promissi hinc ad octo menses proxime futuros et reliquam medietatem infra alios octo menses, ex tunc proxime secuturos. Submisit se, etc., obligavit, etc., renuntiavit, etc., et iuravit in forma. Et reverendissimus dominus vicecamerarius tulit sententias in scriptis. Actum Rome, in thesauraria, apud Sanctum Marcum, presentibus reverendis patribus dominis Antonio, episcopo Senensi, thesaurario, et Paulo de Pommacio, prothonotario, ac venerabilibus viris dominis Bartholomeo Dellante, Guillelmo de Prato, Gerardo Faydici, Nicolao de Mercatello, Nicolao de Valle, Pantaleone et Dominico de Crapanica, clericis, et me Luphardo, notario camere» (AV, Obl. et sol. 60, fl. 81; Obl. Com. 3, fl. 34v).

(655c) Como se sabe, D. Antão Martins, depois de ter defendido o papa Eugénio IV no concílio de Basileia, foi a Constantinópola como embaixador do papa. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CXCIX, nota 464, p. CCI, nota 467, pp. CCIII-CCVI, notas 477-482, p. CCXXIV, nota 511, pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639. Para o compensar de seus serviços, Eugénio IV, concedeu-lhe em comenda o mosteiro de Paço de Sousa, antes de o criar cardeal. A 23 de Setembro de 1439, apresentava-se ele pessoalmente na câmara apostólica a obrigar-se pela taxa correspondente ao dito mosteiro: «M. iiii.c xxxviiii. Die xxiii Septembris. Reverendus in Christo pater dominus Antonius, episcopus Portugallensis, commendatarius monasterii sancti Salvatoris de Palatiolo, ordinis sancti Benedicti, Portugallensis diocesis, personaliter obtulit camere apostolice et collegio Reverendissimorum cardinalium pro suo communi servitio dicti monasterii flor. auri de camera quadringentos quinquaginta, ad quos dictum monasterium taxatum reperitur, et quinque minuta servitia consueta pro familiaribus et officialibus domini nostri pape. Eorumdem autem communis et minutorum servitiorum medietatem infra octo menses et aliam medietatem infra alios octo menses proxime futuros solvere promisit, pro quibus se submisit, obligavit, iuravit et renuntiavit ut in forma, et dominus A. locum tenens tulit sententias. A. de Perusio» (AV, Obl. et Sol. 70, fl. 264v). No dia em que Eugénio IV o criou cardeal do título presbiteral de S. Crisógono, foi-lhe concedido poder continuar com a administração da diocese do Porto e reter o mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa em comenda. Isso consta da bula respectiva de 19 de Dezembro de 1439 e de cartas de 26 de Janeiro de 1440, a anunciar à rainha e ao Infante D. Henrique a promoção de D. Antão Martins a cardeal. Estas as cartas à rainha e ao Infante: «Leonore, regine Portugalie. Nuper recepimus litteras serenitatis tue, per quas nobis supplicabas ut monasterium sancti Salvatoris de Palatiolo ordinis sancti Benedicti, Portugalensis diocesis, quod, ut asseris, tunc vacabat, dilecto filio R. Gabrieli, rectori parrochialis ecclesie de Sintria, in commendam concedere dignaremur. Verum, cum vacatio dicti monasterii longe ante receptionem litterarum tuarum ad nostram notitiam devenisset, ipsum venerabili fratri nostro Antonio, episcopo Portugalensi, nunc tituli sancti Crisogoni presbytero cardinali, multiplicium suorum intuitu meritorum in commendam concessimus. Cum enim apud nos clare memorie consortis tui ac etiam illustris filii tui regum orator fuisset et existeret ac, prout teste experientia percepimus, statui et honori eorum ac ipsorum regnorum singulari teneretur affectu, ac etiam in olim Basiliensi concilio commemorando, pro defensione iustitie universalis Ecclesie et apostolice sedis non sine magnis laboribus et expensis viriliter propugnasset et postmodum ad civitatem Constantinopolitanam pro ducendis Grecis ad nos, personaliter accedendo, multis se periculis, laboribus et expensis exposuisset, profecto rem ipsi regi tibique valde gratam ac regnis ipsis non minus utilem et accomodam necnon debito nostro congruentem, facere arbitrati sumus, huiusmodi monasterium sibi in tantorum meritorum aliquam recompensationem commendando. Quem postmodum ad honorem et laudem regie serenitatis tueque ac regnorum predictorum amplitudinem necnon propter grandia virtutum merita, quibus personam dicti car-

E quando teria sido nomeado embaixador D. Antão Martins ao concílio de Constança? O papa João XXIII, no dia 1 de Abril de 1412, convocou um concílio geral para completar o de Pisa, e, a 7 de Fevereiro de 1413 dirigindo-se ao cardeal-arcebispo de Lisboa, bispos de Évora, Guarda, Lamego, Silves e outros bispos e prelados portugueses, dá conta de alguma coisa realizada pelo concílio, por exemplo a condenação de João Vicklef. O prosseguimento das assembleias conciliares era dificultado por guerras e outros obstáculos, conforme João XXIII refere ao arcebispo de Lisboa, em bula de 3 de Março de 1413, na qual comunica futura reunião, nos princípios de Dezembro, para deliberar sobre o lugar do concílio. O cardeal de Lisboa deveria participar pessoalmente e comunicar a obrigação aos prelados sujeitos a sua jurisdição. Por bula de 9 de Dezembro de 1413, João XXIII convoca o concílio, a reunir em Constança, para o dia 1 de Novembro de

---

dinalis illarum largitor Dominus insignivit, numero venerabilium fratrum nostrorum sancte Romane Ecclesie cardinalium aggregavimus, prout per alias nostras litteras intimavimus serenitati tue. Quorum consideratione, debet profecto tua excellentia hanc nostram provisionem memorato cardinali de dicto monasterio factam laudare gratamque suscipere, ipsumque cardinalem qui, prout semper fecit, ita presertim deinceps statum et honorem regis et regnorum eorumdem in Romana Curia defensabit, pro nostra et apostolice sedis reverentia, ac per eum regibus et regnis predictis impensorum obsequiorum meritorumque suorum predictorum intuitu, circa provisionem nostram huiusmodi et alia maiora illius statum pro eiusdem sedis regisque et regnorum ipsorum honore, concernentia commendatum suscipere, prout in tua excellentia specialem in Domino fiduciam gerimus. Datum Florentie, vii Kalendas Februarii, anno ix°». Esta a dirigida ao Infante D. Henrique: «Henrico, Duci Visensi. Nuper, etc., usque bone memorie Eduardi fratris tui ac etiam illustris eius filii regum [fl. 143] orator fuisset, etc., usque cardinalium aggregavimus, quod non ambigimus tue excellentie notum esse. Quorum consideratione, profecto tua nobilitas hanc nostram provisionem memorato cardinali, tui amantissimo, de dicto monasterio factam laudare, etc. fiduciam gerimus. Datum Florentie, vii.° Kalendas Februarii, anno ix. Iste due erant expedite per bullas et non in forma brevium et duplicate» (AV, Reg. Vat. 367, fls. 142v-143). É interessante notar que o papa não escreveu neste sentido (ao menos não conheço carta sobre o argumento dirigida a ele) ao Infante D. Pedro, enquanto lhe escrevia outra, no dia 15 de Janeiro de 1440, a recomendar-lhe que na regência do reino nada fizesse de imprudente ou de injusto que pudesse motivar queixas da rainha: «D. filio nostro v. Petro in regno Portugalie infanti ac duci Colimbrie. Dilecte fili. Salutem, etc. Intelleximus ea que nuper nobis per tuas litteras, Colimbrie xv Octobris scriptas, significare curasti: Si quid ergo pro parte carissime in Christo filie nostre .. regine Portugalie illustris nobis sugestum aut intimatum fuerit, ita mature illud animadvertemus ne cui temere fidem adhibuisse videamur. Hortamur tamen excellentiam tuam in Domino quatenus ea iustitia, moderatione et prudentia in regimine te habere velis, ut nihil digne tibi obici possit, ex quo aut regina ipsa iuste conqueri aut quod tuam sinceram et obtimam extimationem perstringere possit, prout de tua sapientia, religione et modestia singulari specialem in Domino fiduciam gerimus. Datum Florentie, xv Januarii, anno ix°» (AV, Reg. Vat. 367, fl. 142), publ. em *Monumenta Henricina*, VII, Coimbra, 1965, n. 33, p. 46). Eis a bula da concessão relativa à administração da diocese do Porto e comenda do mosteiro de Paço de Sousa, apesar da promoção ao cardinalato: «Eugeninius, etc. Venerabili fratri *Antonio, episcopo Portugalensi, in sancte Romane Ecclesie presbyterum cardinalem assumpto*, Salutem, etc. Ad exequendum summi pontificatus officii debitum divina dispositione vocati, circa ecclesiarum quarumlibet statum salubriter et prospere dirigendum, aciem nostre considerationis libenter extendimus et ut earum singule gubernatorum utilium presidio fulciantur ac sancte Romane Ecclesie cardinalium oportunitatibus [fl. 208v] decentius consulatur, opem et operam, quantum cum Deo possumus, impendimus efficaces. *Cum itaque hodie nos in consistorio publico de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine te* propter grandia virtutum merita, quibus personam tuam illarum largitor Dominus insignivit. *ad cardinalatus statum pariter et honorem assumendum ac in eiusdem Ecclesie cardinalem nominandum et publicandum duxerimus* tibique de proximo unam ex ecclesiis de Urbe in titulum presbyteris cardinalibus in eorum primevis assumptionibus assignari solitis in titulum tui cardinalatus huiusmodi assignare intendamus, Nos, ne ab aliquibus in dubium verti possit an propter hoc ac tuum desuper prestandum assensum, te a vinculo quo tenebaris, prout etiam teneris, Portugalensi ecclesie, cui tunc preeras, prout etiam preesse dinosceris, absolvi voluerimus seu volumus, ad huiusmodi summovendum dubium, motu proprio, non ad tuam vel alterius pro te nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera liberalitate declaramus tempore assumptionis ac nominationis et publicationis huiusmodi nostre intentionis fuisse et adhuc esse propter premissa te a vinculo predicto absolvi

1414, o qual teve início só no dia 5 de Novembro de 1414 (656). *Contudo, não me consta positivamente da assistência de algum português no concílio, logo desde o início. Apenas sabemos que Fernando Gonçalves, português residente na Cúria do papa Martinho V, em súplica de 22 de Setembro de 1418, lembrava ter prestado serviços à igreja como mensageiro que fora do papa João XXIII, dos cardeais e do Imperador, com cartas para os reis de Castela, de Aragão e de Navarra, bem como arcebispos e universidades destes reinos, a anunciar a reunião do concílio de Constança, tendo sido encarcerado pela rainha de Castela e corrido perigos de vária ordem: «... attento, Beatissime Pater, quod dictus Fernandus exponens, post ordinationem factam in civitate Laudensi super unione Ecclesie sancte Dei et concilio fiendo in civitate Constantiensi, suis expensis propriis, cum litteris olim Johannis vicesimi tertii sic nuncupati necnon dominorum cardinalium et Imperatoris ad regnorum Castelle, Aragonum et Navarre reges et archiepiscopos ac dictorum regnorum universitates Studiorum pro bono Ecclesie se exposuit et non modicum laboravit...»* (657).

Na carta de 21 de Janeiro de 1416, de el-rei D. João I ao monarca de Aragão, a recomendar os embaixadores, «que nos envyamos ao conçelho e ao enperador», fala-se de dom Fernando de Castro e Alvaro Gonçalvez dAtayde e o doutor Gill Martiinz e o doutor Vasco Peres (658). *Sabemos, contudo, pelo discurso pronunciado no concílio, no dia 5 de Junho de 1406, pelo Doutor Gil Martins, doutor em leis, que el-rei tinha enviado antes procuração para o cardeal de Lisboa e para o bispo do Porto, D. Fernando da Guerra, que julgava encontrarem-se respectivamente em*

---

ipsamque Portugalensem ecclesiam vacavisse seu vacare minime voluisse nec velle. Et nichilominus attendentes multiplicia gratiarum numera, quibus etiam circumfultus existis, quodque tu qui hactenus prefate Portugalensi ecclesie laudabiliter prefuisti, etiam in huiusmodi cardinalatus honore constitutus, illam ulterius scies et poteris, auctore Domino, salubriter regere et feliciter gubernare eiusque iura atque bona protegere et etiam defensare, volumus ac de plenitudine potestatis huiusmodi, tenore presentium, motu simili, tibi concedimus quod tu etiam postquam assumptioni, nominationi et publicationi assensum huiusmodi prebueris ac ecclesiam de Urbe in titulum huiusmodi habueris atque susceperis, etiam cardinalis existens ac ecclesiam de Urbe [fl. 209] in titulum huiusmodi obtinens Portugalensis episcopus remaneas et esse debeas necnon episcopi Portugalensis et pastoris inibi nomine, dignitate et officio fungaris eidemque Portugalensi ecclesie presis ac illi quoad vixeris etiam tali quod ab eo, nisi in hoc expresse consenseris, absolvi non possis, vinculo astrictus existas et etiam censearis quodque, sicut ante assumptionem et nominationem huiusmodi poteras seu debeas prefate Portugalensi ecclesie curam et administrationem in spiritualibus et temporalibus gerere et exercere, necnon monasterium sancti Salvatoris de Palatiolo ordinis sancti Benedicti tue diocesis, quod ut accepimus nuper tibi auctoritate apostolica commendatum obtinere dinosceris, etiam quoad vixeris, in huiusmodi commendam retinere ac illius fructus, redditus et proventus, quorum verum annuum valorem presentibus haberi volumus pro expresso, percipere ac in tuos et dicti monasterii usus et utilitatem convertere et de illis disponere libere et licite possis et valeas ac etiam quod dilecti filii capitulum et universi vasalli et alii subditi prefate Portugalensis ecclesie necnon clerus et populus civitatis Portugalensis et dicte diocesis tibi tanquam vero eorum episcopo et pastori obedientiam et reverentiam debitas et devotas ipsique etiam vasalli et subditi consueta iura et servitia exhibere teneantur et debeant, decernentes ex nunc irritum et inane quicquid in contrarium per quoscunque, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari. Non obstantibus premissis ac felicis recordationis Bonifacii pape viii, predecessoris nostri, et aliis apostolicis constitutionibus necnon prefate Portugalensis ecclesie, iuramento, confirmatione apostolica vel quacunque firmitate alia roboratis, statutis et consuetudinibus ceterisque contrariis quibuscunque. Nulli ergo, etc., nostre declarationis, [fl. 209v] voluntatis, concessionis et constitutionis infringere. ... Datum Florentie. Anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo tricesimo nono, quartodecimo Kalendas Januarii, anno nono. An. Gratis pro persona domini cardinalis. de Adria» (AV, Reg. Lat. 465, fls. 208-209v.

(656) AV, Reg. Lat. 160, fls. 160, 154-155; AV, Reg. Vat. 345, fls. 14v-15v, 16. Cf. Reg. Vat. 345, fls. 19-25, 30-32v. Algumas destas bulas publicadas por SOUSA COSTA, OFM, *Canonistarum doctrina de Judaeis et Saracenis tempore concilii Constantiensis*, em *Antonianum*, 40 (1965) 4-7, notas respectivas.

(657) AV, Reg. Suppl. 117, fls. 43v-46v, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar*, docum. n. 32, p. 270, e *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 177.

(658) ACA, *D. Fernando I*, caja 12, n. 2120, publ. em *Monumenta Henricina*, II, n. 114.

Constança e em Bolonha, o representarem no concílio (659). *De facto, o monarca passou-lhes procuração em carta de 7 de Dezembro de 1414* (660), *mas os emissários régios já não encontraram os embaixadores designados, porque D. Fernando da Guerra tinha partido para Portugal, onde aparece, no ano de 1415, a exercer cargos de responsabilidade em nome de el-rei* (661), *e o cardeal tinha partido, também de regresso a Portugal, para Bruges, onde morria no mês de Janeiro de 1415. Após a nomeação a bispo de Silves, de 2 de Julho de 1409, D. Fernando Pires da Guerra, continuou por Itália a estudar* (661a). *Deve ter começado a pensar no regresso à pátria logo após a*

---

(659) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Vat. lat. 4178, fls. 401-403v, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 671, p. 93.

(660) I. VON DOELLINGER, *Materialin zur Geschichte des Fünfzehnen und Sechszehnten Jahrhunderts*, pp. 299-300. Cf. nota 666.

(661) Seu tio D. João I, rei de Portugal, nomeava-o seu lugar-tenente no «regimento e governança» da «comarca dantre Doiro e Minho», por carta de 12 de Junho de 1415, antes de partir para a conquista de Ceuta (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 21, publ. por SOUSA COSTA, *Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, pp. 25-26). No ano anterior, a 16 de Agosto de 1414, assistia, com o cardeal de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, e outros cardeais e o bispo de Bolonha, ao doutoramento em teologia de Frei Manuel Lourenço de Portugal (ASB, *Rogiti di Filippo Formaglini*, busta 4, n. 30, publ. por SOUSA COSTA, *Estudantes portugueses* ..., pp. 22-24. Conforme consta de documentação por mim publicada (*Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, pp. 26-31), D. Fernando Pires da Guerra, nomeado bispo de Silves, quando estudava direito canónico em Bolonha, no dia 2 de Julho de 1409, foi transferido para a sé do Porto a 18 de Junho de 1414, quando D. Álvaro Afonso renunciou a esta sé, e D. João I nomeava-o, em 1415, administrador da sé de Braga, durante a vacância, como dizia, da Igreja universal, por causa do cisma, nomeação essa confirmada pelo cabido de Braga. Foi transferido para esta sé metropolita pelo papa Martinho V no dia 15 de Dezembro de 1417 (cf. nota 661d). Era D. Rui Dias, futuro colector apostólico, cónego de Braga, quem se apresentava na câmara pontifícia, em Constança, no dia 7 de Janeiro de 1418, a comprometer-se a pagar a taxa respectiva da promoção, em nome do arcebispo (docum. publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, pp. CCL-CCLI, nota 650). Aquando da sua transferência anterior para a sé do Porto, era ele em pessoa que se apresentava na Cúria pontifícia, no dia 13 de Julho de 1414: «Die xiii mensis Julii predicti [1414] *Reverendus in Christo pater dominus Fernandus, episcopus Portugalensis, proprio suo nomine obtulit pro communi servitio camere apostolice et collegio*, etc., ratione ecclesie Portugalensis debito, flore. auri de camera [fl. 161] mille, ad quos ipsa ecclesia taxatur, et quinque minuta servitia consueta pro familiaribus et officiariis domini nostri et dicti collegii. Item recognovit, si et in quantum, etc. Eorumdem autem communis et quinque minutorum servitiorum medietatem infra sex menses proxime futuros et reliquam medietatem infra alios sex menses ex tunc proxime secuturos, solvere promisit et recognita in similibus terminis, anno revoluto. Juravit, submisit, obligavit et renuntiavit, ut in forma. Et dominus episcopus Senensis, thesaurarius, tulit sententias in forma camere. Presentibus Reverendo in Christo patre domino S. episcopo Vulterano, et venerabilibus viris Nicolao et Bartholomeo de Pistorio, clericis Pistorieñ, et me L. Robring, in domo dicti domini thesaurarii» (AV, Obl. et sol. 56, fl. 160v-161).

(661a) Cf. nota anterior 661. No documento de 9 de Agosto de 1409 sobre o compromisso de pagar a taxa devida pela promoção de D. Fernando da Guerra a bispo de Silves (AV, Obl. et Sol. 56, fl. 49v, publ. em *Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, p. 31) fala-se de seus imediatos antecessores, D. Martinho e D. João. Quanto a D. Martinho, cf. nota 334-334e. A 28 de Agosto de 1401, el-rei D. João I concedia a D. Martinho, bispo de Silves, privilégio sobre engenhos que possuía em Alte: «Privillegio do acenheiro dAlte do bispo de Silves ... querendo fazer graça e merçee a dom Martinho, bispo de Silve ... mandamos que aquel acenheiro que ora elle tem ou tever daqui em diante nos engenhos que ha em o seu lugar que chamam Alte, termo desse lugar ... Dante na cidade de Lixboa, xxbiii dias dagosto, el rrey o mandou per Fernam Gonçallvez, licentiado em leis, seu vasallo e do seu desenbargo. Vaasco Gonçallvez a fez, era de mil iiii.c xxxix annos» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 20va). D. Martinho foi transferido para a sé de Évora no dia 6 de Fevereiro de 1404: «Bonifacius, etc. Venerabili fratri Martino, electo Elborensi ... Romani pontificis ... Dudum siquidem bone memorie Johanne, episcopo Elborensi, regimini Elborensis ecclesie presidente, Nos cupientes eidem ecclesie, cum vacaret, per operationis nostre ministerium utilem et ydoneam presidere personam, provisionem eiusdem ecclesie ordinationi et dis-

transferência para a sé do Porto em Junho de 1414, depois da renúncia de Álvaro Afonso, sobrinho do cardeal de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, que apresentou essa renúncia na Cúria Romana ([661b]), *não muitos anos após a morte de D. João Afonso Aranha, nomeado bispo do Porto no último ano do pontificado de Inocêncio VII. Em Portugal continuava, quando o chantre*

---

positioni nostre ea vice duximus specialiter reservandam ... Postmodum vero dicta ecclesia per obitum dicti Johannis episcopi ... pastoris solatio destituta, Nos ... post deliberationem, quam de preficiendo eidem ecclesie personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad [fl. 235v] te, episcopum Silvensem ... direximus oculos nostre mentis ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, octavo Idus Februarii, anno quintodecimo. Simili modo dilectis filiis capitulo ecclesie Elborensis ... [fl. 236] ... Simili modo dilectis filiis clero civitatis diocesis Elborensis ... Simili modo dilectis filiis populo civitatis et diocesis Elborensis ... Simili modo dilectis filiis universis vasallis ecclesie Elborensis ... Simili modo venerabili fratri archiepiscopo Ulixbonensi ... [fl. 236v] Simili modo carissimo in Christo filio Johanni, regi Portugalie illustri ... Datum ut supra» (AV, Reg. Lat. 112, fls. 235-236v). D. João deve ter sido nomeado, na mesma altura, bispo de Silves. Ambos pagavam parte da taxa, respectivamente a 22 e 28 de Fevereiro de 1404: «Indictione xii[a], die xxii[a] mensis Februarii [1404]. Reverendus in Christo pater dominus Martinus, Dei gratia episcopus Elborensis, solvit pro totali solutione sui communis servitii mille flore. auri de camera et pro totali solutione unius et iam sui minuti servitii nonaginta similes flore., sol. quadraginta quinque et den. quinque et obulum monete Romane. Summa flor. M.[e] lxxxx, sol. xlv et den. v; *fuit promotus anno xb.[o] Bonifatii;* fuerunt in eius promotione cardinales xi, videlicet ...». «Indictione xii.ma, die ultima mensis februarii [1404]. *Reverendus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia electus in episcopum Silvensem,* solvit pro parte partis sui communis servitii nonaginta flore. auri de camera, solidos quadraginta quinque et den. sex monete Romane et pro parte partis unius sui minuti servitii novem similes flor., solidos quatuor et den. sex dicte monete. Summa flor. centum; *fuit promotus anno xb.[o] Bonifatii;* fuerunt in eius promotione cardinales xi, videlicet ...» (AV, Obl. et sol. 54, fl. 71v). Já antes, a 16 de Fevereiro de 1404, se apresentava Nuno Gonçalves, escolar do Porto e procurador dele João Afonso, bispo eleito de Silves, a comprometer-se a pagar a taxa respectiva: «M[o]cccciiii, indictione xii.[a] ... Anno, pontificatu et indictione predictis, die xvi[a] mensis februarii. Reverendus in Christo pater dominus Johannes Alfonsi, electus in episcopum Silvensem, per venerabilem virum dominum Nunium Gonsalvi, scolarem Portugalensem, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, promisit camere et collegio pro suo communi servitio quadrigentos flor. auri de camera et quinque servitia consueta. Item recognovit camere tantum pro communi servitio domini Martini, predecessoris sui, [*espaço em branco*] flor. auri de camera, solidos viginti octo et den. octo monete Romane et quinque servitia pro rata. Item recognovit collegio tantum pro communi servitio eiusdem domini Martini duos similes flor., solidos sex et den. quinque et obulum dicte monete et pro uno minuto servitio tres similes flor., solidos tres et den. quatuor eiusdem monete [fl. 110]. Item recognovit camere et collegio pro communi servitio domini Johannis predecessoris sui centum quinquaginta sex flor. auri de camera et pro quinque minutis servitiis consuetis sexaginta unum similes florenos, solidos viginti tres et den. quatuor. Solvendo medietatem promissi usque ad festum Assumptionis beate Marie Virginis proxime futurum et aliam medietatem usque ad festum Purificationis eiusdem beate Marie Virginis ex tunc proxime secuturum et recognitum in similibus terminis, annis revolutis. Alioquin, etc. Juravit, etc.» (AV, Obl. et sol. 57, fl. 109v). Declaração de pagamento de parte da taxa por D. João, bispo de Silves, no último dia de Fevereiro de 1404, por meio de Mendo, prior do priorato de S. Miguel de Soza (AV, Obl. et sol. 59, fl. 169).

([661b]) Cf. nota 661. «Eadem die [Die lune, vii Kalendas Octobris 1413] provisum est ecclesie Portugalensi in Portugalia, vacante per mortem, de persona Alvari Alfonsi, canonici Ulixbonensis» (AV, Arm. XII, t. 121A, fl. 41) «14 Kalendas Julii. Dominus noster transtulit Reverendum patrem dominum Fernandum, episcopum Silvensem, ad ecclesiam Portugalensem, per renuntiationem Alvari Alfonsi, factam eius nomine per Rev. patrem dominum cardinalem Ulixbonensem, patruum suum. Dicta die providit dicte ecclesie Silvensi, vacanti per dictam translationem de persona Domini Johannis Alvari, legum doctoris, decani Visensis» (AV, Arm. XII, t. 121A, fl. 43v). «Die lune, v Kalendas Martii [1415] translatus est [*espaço em branco*] Elborensis ad ecclesiam Ulixbonensem, vacantem per lapsum commende. Eadem die eidem ecclesie Elborensi de persona Alvari Alfonsi» (AV, Arm. XII, t. 121A, fl. 46v). A distribuição dos dinheiros da taxa de D. Álvaro Afonso como bispo do Porto tinha causado questão na câmara apostólica, ainda existente quando D. Fernando foi transferido para a sé de Braga, conforme documentos de 5 e 17 de Fevereiro de 1418: «De mandato domini regentis officium auditoriatus curie camere apostolice, ad instantiam Aldigerii Francisci de Biliottis de Florentia, campsoris in Romana Curia, moneantur dominus Jo. de Reate, decretorum doctor, et Joh. Ponceti, licen-

do Porto foi postulado e a seguir nomeado bispo desta sé ([661c]) *e ele foi transferido para Braga no dia 15 de Dezembro de 1417, apesar dos protestos de seus credores da cidade de Bolonha, que*

---

tiatus in decretis, sacri collegii dominorum cardinalium clerici, quatenus sub excomunicationis pena quamprimum modernus episcopus Portugalensis aut sibi successores commune et minutum servitia ratione promotionis Reverendi patris domini Fernandi, nunc archiepiscopi Bracharensis, ad eandem Portugalensem tunc promoti, integre persolverit vel persolverint ad manus dictorum clericorum quomodolibet [fl. 101v] perventura, dent et solvent eidem Aldigerio florenos ducentos quinquaginta auri de camera, quos idem sacrum collegium restituere tenetur Reverendo patri domino Alvaro Alfonsi, electo Elborensi, occasione solutionis per Reverendissimum patrem dominum Johannem, tituli sancti Petri ad Vincula presbyterum cardinalem Ulixbonensem vulgariter nuncupatum, nomine dicti domini Alvari indebite facte dicto collegio pro episcopatu Portugalensi, cuius ipse non habuit possessionem, et in quibus flore. ducentos quinquaginta auri de camera, cum maiori summa idem dominus Alvarus eidem Aldigerio teneatur ex causa amicabilis mutui per publicum instrumentum coram prefato domino regente exhibitum et productum, vel causam aliquam allegare procurent, cui ad premissa minime teneantur. Alioquin, etc. Datum Constantie, die Sabbati, v mensis Februarii, xi indictionis. Cynus de Lombardis. Per quemcunque cursorem. Quo mandato recepto die [*espaço em branco*] predicti mensis Februarii, comparuimus nos clerici predicti coram prefato domino regente allegavimusque ad predicta ex infrascriptis causis minime obligari. Primo, quia summa soluta per dominum cardinalem Ulixbonensem fuit soluta de suis propriis servitiis, videlicet de introitibus capelli sui. Secundo, quia sine mandato ipsius domini Alvari, cuius nomine soluti fuerunt ducenti et quinquaginta floren. predicti, non debemus solvere creditoribus, suis, si creditores essent, prout de se ipse Aldigerius asserit, quod tamen veritate salva ignorabamus. Quibus exceptionibus reiectis, prefatus dominus regens nobis denuo mandavit ut iuxta mandatum per eum prius factum et supra descriptum dictos ducentos et quinquaginta florenos integre solveremus. De quibus omnibus magister Cynus de Lombardis, eiusdem regentis et in hac causa notarius, rogatus extitit, prout in eius manuali debet plenius apparere. Pos tque omnia volentes prefati regentis obedire mandatis, eidem Aldigerio promisimus, prout sequitur: [fl. 102] Nos Johannes de Reate, doctor, et Johannes Ponceti, licentiatus in decretis, sacri collegii dominorum cardinalium clerici, vigore mandatorum nobis per regentem auditoriatus officium curie camere apostolice factorum, que in libris et registris prefati collegii descripta sunt, et de quibus apud magistrum Cynum de Lombardis, eiusdem regentis notarium, debet plenius apparere, de voluntate Reverendissimi in Christo patris domini Francisci tituli sancte Crucis in Jerusalem presbyteri cardinalis in absentia Reverendissimi patris domini Amedei sancte Marie Nove diaconi cardinalis, de Salutiis vulgariter nuncupati, cameratus officium prefati collegii regentis, promittimus quod quamprimum modernus Portugalensis episcopus seu sibi successores commune et minutum servitia ratione promotionis domini Fernandi, nunc archiepiscopi Bracharensis, ad eandem ecclesiam Portugalensem facte, prefato collegio debita integre solverit seu solverint, que ad manus nostras quomodolibet pervenerint, ducentos et quinquaginta florenos auri de camera alias nomine domini Alvari Alfonsi, electi Portugalensis, ratione non adepte possessionis eiusdem ecclesie ut asseritur indebite solutos, Aldigerio Francisci de Biliottis, mercatori Florentino, Romanam Curiam sequenti et ipsius domini Alvari creditori, restituere et cum integritate persolvere. Et ad ipsius Aldigherii maiorem cautelam, hanc cedulam sibi nostris manibus subscriptam fecimus et tradidimus, in prefati collegii libris primitus registratam. Datum Constantie, die xvii mensis Februarii, pontificatus sanctissimi in Christo patris domini Martini pape v.ti anno primo. Jo. de Reate» (AV, Obl. et Scl. 55A, fls. 101-102). Temos notícias de que João Afonso, licenciado em direito canónico, que se formou em Bolonha, era vigário geral de D. Fernando da Guerra, bispo do Porto, como consta de docum. de 17 de Julho de 1416 (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 35, fl. 297).

([661c]) Vimos atrás (nota 372) que, a 3 de Outubro de 1407, aparece D. João Afonso, bispo eleito confirmado do Porto, quando D. Gil Fernandes Alma foi transferido para a sé de Coimbra em 1407 (cf. notas 358, 465). Penso se trate de D. João Afonso Aranha que, em documentos da câmara do Porto dos meses de Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro de 1401, Maio e Junho de 1402, figura como Joham Afonso Aranha, veedor da fazenda del Rey (*Gabinete de História da Cidade do Porto, Vereações*. n. 2, fls. 1, 4v-5, 7v, 12, 13, 14, 17, 20-20v, 21, 42, 48, 60v, 63, 66v, 69v; na fl. 1, outra mão posterior ajuntou: *despoes B. do Porto*). Em docum. original de 4 de Fevereiro de 1422, D. João I refere-se ao *forall velho e compremisso dennovaçam, que foy fecto com Joham Afonso Aranha, bispo que foii dessa çidade*, e nota que os *cidadãos com Joham Afonso Aranha, a esse tempo bispo da dicta çidade, contrautaram per maneyra de composiçam que o navyo nom pagasse sall* (*Gabinete de História da Cidade do Porto, Pergaminhos*, livro 3.º, n. 85). João Afonso Aranha era reitor da igreja de S. Salvador de Bouças, da diocese do Porto, conforme consta de bula de 11 de Fevereiro de 1403, sobre o morgado de Bouças: «Bonifacius, etc. Dilecto filio *Johanni Alfonsi Aranha, rectori parrochialis ecclesie*

pretendiam arrestar as bulas da promoção ao arcebispado, enquanto ele não satisfizesse pelas dívidas

---

sancti Salvatoris de Bouças, Portugalensis diocesis ... olim bone memorie Gerardus, episcopus Elborensis ... de bonis eisdem tam ratione hereditatis paterne et materne eum contingentibus, quam etiam ex donatione clare memorie Dionisii, Portugalie et Algarbii regis ... certum legatum, quod maioricatus de Moedello alias Moorgado ac fortitudo de Bouças vulgariter nuncupatur, fecerat ...» (AV, Reg. Lat. 108, fls. 131v-132). A 19 de Abril de 1403, este papa dirigia-se-lhe como a João Afonso Aranha, cónego de Lisboa, incumbindo-o a ele e ao arcebispo de Braga e bispo do Porto de concederem o priorato do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia a João Afonso, cónego regrante do mosteiro de Oliveira, da diocese de Braga: «Bonifacius, etc. Venerabilibus fratribus .. archiepiscopo Bracharensi et .. episcopo Portugalensi ac *dilecto filio Johanni Alfonsi Aranha, canonico Ulixbonensi* ...» (AV, Reg. Lat. 109, fls. 109v-110v). Por bula do papa Gregório XII, de 13 de Fevereiro de 1407 (ano primeiro do pontificado) sobre a sagração episcopal, sabemos que João Afonso Aranha tinha sido nomeado bispo do Porto pelo papa Inocêncio VII, o qual morreu antes da confecção das respectivas bulas: «Gregorius, etc. Dilecto filio Johanni, electo Portugalensi ... Cum nuper ... Innocentius papa vii, predecessor noster, ecclesie Portugalensi, tunc pastore carenti, de persona tua ... duxerit providendum, preficiendo te illi in episcopum et pastorem, prout in nostris inde confectis litteris, cum idem predecessor, antequam super provisione huiusmodi eiusdem predecessoris littere confecte fuissent, sicut Domino placuit, debitum nature persolverit, plenius continetur ... Nos ... tibi ut a quocunquem malueris catholico antistite ... munus consecrationis recipere valeas ... plenam et liberam concedimus ... facultatem ...» (AV, Reg. Lat. 128, fl. 216v). Em documento de 3 de Outubro de 1407, aparece como *Johannes, Dey gratia electus confirmatus Portuensis, procurator atque vicarius generalis domini Antonii, episcopi Tudensis* (cf. nota 372). Creio que, à volta de Maio de 1416, era nomeado ou postulado outro bispo do Porto de nome João Afonso, que era chantre desta sé, embora não chegasse a tomar posse da diocese, mesmo depois de o papa Martinho V ter aceitado a postulação e o ter nomeado bispo do Porto em Janeiro de 1418. Nos princípios de 1418, a 26 de Janeiro, nomeava-o bispo do Porto, conforme consta de letras apostólicas com esta data, a conceder a Rui Dias a chantria do Porto, que se esperava viesse a vagar pela futura sagração episcopal de D. João que fora eleito bispo nesse dia: «Martinus, etc. Dilecto filio Roderico Didaci, canonico Bracharensi ... Cum itaque cantoria ecclesie Portugalensis, quam dilectus filius *Johannes, electus Portugalensis, tempore promotionis per nos hodie de eo ad ecclesiam Portugalensem, tunc pastore carentem, facte*, obtinebar, prout obtinet, per huiusmodi promotionem et munus consecrationis impendendum eidem, vacare speretur in brevi ...» (AV, Reg. Lat. 196, fls. 108-109). No mesmo dia e pelo mesmo motivo, outorgava o canonicato e prebenda do Porto a Vasco Martins, clérigo da diocese de Braga (AV, Reg. Lat. 188, fls. 64-65). Nos princípios de 1418, a 16 de Janeiro, apresentava-se na câmara apostólica o seu procurador e cónego do Porto João Rodrigues, com documento datado de 2 de Maio de 1416, a comprometer-se pelo pagamento da taxa respectiva. À margem desta notícia vem a informação de que o acto da paga não teve efeito, o que é de atribuir à falta da tomada de posse, conforme se deduz de outros documentos. Eis o documento: «Die xvi predicta [Jan. 1418]. Johannes Roderici, canonicus Portugalensis, procurator et procuratorio nomine Reverendi patris domini Johannis Alfonsi, electi Portugalensis, prout constabat quodam publico instrumento per discretum virum Johannem Dominici, publicum auctoritate regia notarium, sub data diei secunde mensis Maii M.ccccxvi desuper confecto, obtulit camere et collegio, etc., pro communi servitio debito ratione ecclesie Portugalensis flor. auri de camera Mille, et quinque minuta servitia consueta pro familiaribus, etc. Item recognovit pro suis predecessoribus, si et in quantum, etc. Eorundem autem communis et quinque minutorum servitiorum medietatem infra sex menses proxime futuros et reliquam medietatem infra sex menses proxime secuturos, et recognita in similibus terminis, anno revoluto. Renuntiavit, submisit, se obligavit et iuravit, etc. Et dominus Ludovicus, locum tenens, tulit sententias in scriptis. Presentibus venerabilibus viris dominis Nicolao de Urbeveteri, Francisco de Psicolpassis, Jo. de Reate, dicte camere clericis et collegii, et me L. Robring, cum sociis» (AV, Obl. et Sol. 58, fl. 40v). À margem esquerda do texto: «*Electi Portugalensis; non habuit locum*». Em súplica de 18 de Outubro de 1420, Luís Anes refere que a diocese do Porto estava desprovida de bispo, porque o prelado eleito não pudera obter a posse da diocese (AV, Reg. Suppl. 147, fls. 70-71v, publ. em *Monumenta Portug. Vaticana*, III/2, n. 429, p. 296). Noutra súplica, de Março ou Abril de 1421, em forma de *motu proprio*, Martinho V diz ter promovido a bispo do Porto ao cónego da dita igreja, João Afonso, o qual não tinha conseguido obter a posse da diocese (AV, Reg. Suppl. 151, fls. 123v-124, publ. em *Monumenta Portug. Vaticana*, III/2, n. 464, p. 325). D. João Afonso renunciava ao bispado, e era então nomeado bispo do Porto, no dia 2 de Abril de 1421, Vasco Peres, doutor em ambos ds direitos: «Eadem die [Mercurii, 4 Nonas Aprilis] ecclesie Portugallensi per renuntiationem factam in manibus Domini

contraídas quando estudava na Universidade de Bolonha, durante a sua promoção a bispo de Silves ([661d]).

---

nostri Pape de persona Valasci Petri, doctoris in utroque iure» (AV, Arm. XII, t. 121A, fl. 71). Na bula respectiva da nomeação de D. Vasco, de 2 de Abril de 1421, o papa refere-se à nomeação de D. João Afonso, por ocasião da transferência de D. Fernando Pires da Guerra para o arcebispado de Braga e diz que ele não tomara posse da diocese nem se sagrara bispo, apesar de não ter algum impedimento em contrário, tendo renunciado ao bispado espontaneamente por meio do cónego do Porto João Rodrigues: «Dilecto filio Valascho, electo Portugalensi ... ecclesia Portugalensi ex eo pastoris solatio destituta quod nos ... Fernandum, archiepiscopum Bracharensem, tunc Portugalensem episcopum, licet absentem, a vinculo quo dicte Portugalensi ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur ... absolventes, eum ad ecclesiam Bracharensem, tunc vacantem, duximus ... transferendo ... Nos de persona dilecti filii Johannis Alfonsi, presbyteri, dudum electi Portugalensis, eidem ecclesie Portugalensi sic vacanti ... duximus providendum ... *Cum autem dictus Johannes, tunc electus, regimini et administrationi ipsius ecclesie Portugalensis, illius possessione per eum non habita ac munere consecrationis sibi non impenso, non tamen propter eius persone vitium, sed sponte et libere per dilectum filium Johannem Roderici, dicte ecclesie Portugalensis canonicum, procuratorem suum ... in manibus nostris cesserit* ... demum ad te, decanum ecclesie Visensis, in subdiaconatus ordine ac etate legitima constitutum, iuris utriusque doctorem ... direximus oculos nostre mentis ...» (AV, Reg. Lat. 217, fls. 130v-132). Sabemos que em 1416 e 1417 era bispo do Porto D. Fernando da Guerra, o qual tinha sido postulado arcebispo de Braga pelo cabido que lhe confiou o governo do arcebispado. Conjugando todos estes elementos, é de concluir ou supor que, ao ser confiada a D. Fernando a administração de Braga, durante o concílio de Constança, o cabido do Porto elegeu ou postulou, em 1416, para seu bispo a D. João Afonso, que era chantre do cabido, tendo-o nomeado bispo Martinho V, depois de ter sido eleito papa no concílio de Constanta. Ainda a confirmar afirmações deixadas acima, recordo que em súplica de 26 de Janeiro de 1418 o cardeal Branda pedia para Rui Dias a chantria do Porto, a vagar pela sagração de D. João Afonso, bispo eleito do Porto (AV, Reg. Suppl. 108, fls. 239v-240, publ. em *Monumenta Portug. Vaticana*, III/2, n. 84). Lembro igualmente que em súplicas de 29 de Janeiro de 1418, Garcia Rodrigues de Magalhães, cónego de Braga e bacharel em decretos, pedia o canonicato e prebenda do Porto e a igreja de S. Cristóvão de Refojos, a vagarem pela promoção de João Afonso (AV, Reg. Suppl. 108, fls. 258-258v, publ. em *Monum. Portugal. Vaticana*, III/2, nn. 86, 87, pp. 56-57).

([661d]) Notícia da transferência de D. Fernando para Braga: «Eadem die [Mercurii, xviii Kalendas Januarii 1417] translatus est Ferdinandus, episcopus Portugallensis, ad ecclesiam Bracarensem, vacantem per mortem Martini, ultimi archiepiscopi» (AV, Arm. XII, t. 121A, fl. 48v). Existem ainda alguns originais das bulas da transferência. Dou na íntegra a dirigida aos sufragâneos, que ainda conserva o selo de chumbo (ADB, *Bulas*, caixa 3, n. 71): «Martinus, episcopus, servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus universis suffraganeis ecclesie Bracharensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Romani pontificis ... multimodis efferat incrementis. Nuper siquidem in nostri apostolatus primordiis, per nos fidedignis relatibus intellecto quod ecclesia Bracharensis, cui bone memorie Martinus, archiepiscopus Bracharensis, preerat, per ipsius archiepiscopi obitum, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacaverat et vacabat tunc, Nos cupientes eidem ecclesie per apostolice sedis providentiam utilem presidere personam, provisionem ipsius ecclesie [ordinationi et] dispositioni nostre duximus ea vice specialiter reservandam, decernentes ex tunc irritum et inane si secus super hiis per quoscunque, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari, et ad provisionem ipsius ecclesie celerem et felicem, de qua nullus preter nos ea vice se intromittere potuerat poterat, reservatione et decreto obsistentibus supradictis, ne ecclesia ipsa longe vacationis exponeretur incommodis, paternis et solicitis studiis intendentes, post deliberationem, quam de preficiendo eidem ecclesie personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad venerabilem fratrem nostrum Fernandum, tunc episcopum Portugalensem, in archiepiscopum Bracharensem electum, consideratis grandium virtutum donis, quibus personam suam illarum largitor Altissimus insignivit, et quod dictus Fernandus electus, qui Portugalensi ecclesie hactenus laudabiliter prefuit, eandem Bracharensem ecclesiam sciet et poterit auctore Domino salubriter regere et feliciter gubernare, convertimus oculos nostre mentis. Intendentes igitur tam eidem Bracharensi ecclesie quam eius gregi dominico salubriter providere, prefatum electum a vinculo quo dicte ecclesie Portugalensi, cui tunc preerat, tenebatur, de dictorum fratrum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes, ad eandem ecclesiam Bracharensem auctoritate apostolica transtulimus ipsumque illi prefecimus in archiepiscopum et pastorem, curam et administrationem ipsius Bracharensis ecclesie eidem electo in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo liberamque sibi tribuendo licentiam ad ipsam ecclesiam Bracharensem transeundi, firma spe

Pertenceria Antão Martins, secretário ou escrivão de el-rei no concílio, a esta primeira embaixada? Creio que não, apesar de naquela carta de 1416 se não fazer menção da sua pessoa. A palavra latina secretarius *era designativa do cargo de escrivão, que Antão Martins exercia em Portugal, antes de partir para o concílio, porque foi ele* Antom Martinz, coonigo de Lixboa, escrivam *quem, depois de 1407, ordenou série de cartas de D. Henrique de Inglaterra a D. João I, rei de Portugal, sobre as tréguas com Castela e seus embaixadores João Gomes da Silva e Doutor Martim do Sem* (662). *A presença dele no concílio consta não só das súplicas citadas, posteriores mesmo, mas também das actas do próprio concílio. De facto, no dia da recepção do embaixada, a 5 de Junho de 1416, quando o Doutor Gil Martins fez o famoso discurso, aproveitado para realçar as gestas da tomada de Ceuta pelos portugueses, secundado pelo bispo de Salisbúria, embaixador de el-rei de Inglaterra, a exaltar a figura do nosso monarca, e pelo famoso jurista Francisco Zabarella, cardeal de S. Cosme e Damião, que, em nome do concílio, enalteceu empreendimento tão extraordinário* (663), *foi Antão Martins, secretário de el-rei de Portugal, quem leu o mandato régio da*

---

fiduciaque conceptis quod prefata Bracharensis ecclesia per ipsius electi industrie et circunspectionis studium fructuosius, gratia sibi assistente divina, regetur, utiliter et prospere dirigetur grataque in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa. Quocirca universitatem vestram rogamus, monemus et hortamur attente per apostolica vobis scripta mandamus quatinus eidem electo tamquam membra capiti obsequentes, exibeatis eidem obedientiam et reverentiam debitam et devotam, ita quod mutua inter vos et ipsum gratia gratos sortiatur effectus et nos devotionem vestram possimus propter hoc in Domino commendare. Datum Constantie, xviii Kalendas Januarii, pontificatus nostri anno primo». Da dirigida ao clero da cidade e diocese de Braga, que também conserva o selo de chumbo, mas tem várias partes do texto roto ou diluído, embora se pudesse completar pela bula transcrita acima, dou só a transcrição das passagens próprias e essenciais: «Martinus, episcopus, servus servorum Dei. Dilectis filiis clero civitatis et diocesis Bracharensis ... [Nuper] siquidem in nostri apostolatus primordiis ... cupientes eidem ecclesie per apostolice sedis providentiam utilem et ydoneam presidere personam, [provisionem eiusdem ecclesie ordinationi et dispositioni] nostre duximus ea vice specialiter reservandam ... ne ecclesia ipsa longe vacationis [exponeretur incommodis, paternis et solicitis] studiis intendentes ... ad [venerabilem fratrem nostrum Fernandum, tunc] episcopum Portugalensem, in archiepiscopum Bracharensem electum, consideratis grandium virtutum donis, quibus personam suam illarum largitor Altissimus insignivit, et quod [dictus Fernandus electus, qui Portugalensi ecclesie hactenus] laudabiliter prefuit, eandem Bracharensem ecclesiam sciet et poterit auctore Domino salubriter regere et feliciter gubernare, convertimus oculos nostre mentis. Inten[dentes igitur tam eidem Bracharensi ecclesie quam eius] gregi dominico salubriter providere, prefatum Fernandum electum a vinculo quo prefate ecclesie Portugalensi, cui tunc preerat, tenebatur, de dictorum fratrum consilio [et apostolice potestatis plenitudine absolventes] ad eandem ecclesiam Bracharensem auctoritate apostolica transtulimus, ipsumque illi prefecimus in archiepiscopum et pastorem ... Quocirca discretioni [vestre per apostolica scripta mandamus quatenus] eundem electum tamquam patrem et pastorem animarum vestrarum grato admittentes honore ac exhibentes sibi obedientiam et reverentiam debitam et devotam [...] efficaciter adimplere curetis. Alioquin sententiam quam idem electus rite tulerit in rebelles ratam habebimus et faciemus auctore Domino usque ad satisfactionem [inviolabiliter observari. Datum] Constantie, xviii Kalendas Januarii, pontificatus nostri anno primo» (ADB, *Bulas*, caixa 3, n. 72). Quanto ao documento das autoridades da cidade de Bolonha sobre o arresto das bulas cf. A. D. DE SOUSA COSTA, *Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, p. 32, onde se publica o docum. tirado de ASB, *Magistrati, Ambascerie* ..., I, n. 29 (1417-1420), pp. 47, 54, 64). Sobre a faculdade de arrendar os bens da mesa arquiepiscopal para enfrentar as dívidas com a câmara apostólica por causa da promoção a arcebispo e com os credores de Bolonha existe documento do bispo de Lamego D. Álvaro, executor de letras pontifícias a esse respeito, inclusive de 1 de Maio de 1420 (ADB, *Bulas*, caixa 3, n. 77).

(662) ANTT, Gaveta 18, maço 7, n. 28, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, n. 4501, p. 137.

(663) Bibl. Apost. Vaticana, *Liber gestorum in concilio Constantiensi*, cód. Vat. lat. 4178, fls. 401-405, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Canonistarum doctrina de Judaeis et Saracenis tempore concilii Constantiensis*, em *Antonianum*, 40 (1965) 49-52, notas 3 e 1, respectivamente. Discurso do Doutor Gil Martins, por extenso, transcrito e anotado por mim em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 671, pp. 91-94.

embaixada: «Die Veneris, quinta mensis Junii ... oratores solemnes serenissimi domini regis Portugalie et Algarbii, ascendentes ambonem, suam ambassiatam exposuerunt ut infra sequitur et proposuit egregius legum doctor dominus Egidius Martini, unus ex predictis ambassiatoribus, et deinde per magistrum Antonium Martini, eiusdem domini regis secretarium, mandatum eorum plenissimum legi fecerunt» (664).

Indicação indirecta de que ele e mais alguém fazia parte da embaixada temo-la em notícia dada por outro notário do concílio, o qual, além de dois cavaleiros e dois doutores, fala de mais duas pessoas, componentes da embaixada, que tinham chegado ao concílio no dia 2 de Junho: «Die Veneris, quinta Junii, sedit concilium non solenniter pro audiendis nuntiis regis Portugalie, qui venerant Martis precedente, ii[2] Junii, sex ex numero, quorum duo milites, duo doctores et duo domicelli erant et nullus ecclesiasticus, *et proposuit unus doctor et exibuerunt mandatum missionis, inter alia continens quod rex Portugalie adherebat concilio et legitime gestis in eo, qui nuntii soli pro nunc sunt de Hispanis et postea ad partem petierunt admitti pro una natione scilicet Hispaniarum, sed non fuit responsum» (665). Existe ainda o documento com o mandato régio, de Dezembro de 1414, autenticado por Antão Martins (666).*

---

(664) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 4178, fl. 401v, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 671, p. 91.

(665) Bibl. Apost. Vaticana, cód. Vat. lat. 4173, fls. 89-89v, e Vat. lat. 4175, fl. 162.

(666) Publ. por I. VON DOELLINGER, *Materealin zur Geschichte des Fünfzehnten und Sechszehnten Jahrhunderts*, pp. 299-300: *Acta ad Concilium Constantiense pertinentia ex Codice Monasterii S. Emmeranni*, 1: *Procuratorium Regis Portugaliae ad Concilium missum:* «Joannes, Dei gratia Portugaliae et Algarbii Rex, universis et singulis, as quos presentes literae nostrae pervenerint, notum facimus per easdem, quia cum nos plurimis et arduis nostris et regnorum nostrorum negoriis hactenus impediti, non valuimus, prout etiam non valemus, ad sacrum generale Concilium de presenti anno in civitate Constantiae per Sanctissimum Dominum Papam Joannem XXIII et universalem clerum pro bono orthodoxae fidei et christianae religionis et status sacrosanctae ecclesiae Dei, matris et dominae nostrae, salubri reformatione celebrandum, nostros Ambassiatores solemniter destinare. Confitentes igitur de circunspecta providentia et consilii maturitate Reverendissimi in Christo Patri Joannis, Cardinalis Ulixbonensis, et Reverendi Patris Domini Fernandi, Episcopi Portugalensis, amicorum nostrorum carissimorum, ipsos Cardinalem et Episcopum communiter et divisim et eorum quemlibet in solidum, absentes tamquam praesentes, omnibus melioribus modo, forma et iure, quibus melius, validius et efficacius possumus et debemus, facimus, constituimus, creamus et deputamus, et solemiter ordinamus nostros veros, legitimos, sufficientes et indubitatos Procuratores, Actores, Factores et negotiorum nostrorum Gestores et Nuntios speciales et generales, ita quod non sit melior conditio occupantis, sed quod unus eorum incepetit, alter prosequi valeat et finire, dantes et concedentes sibi plenam et liberam potestatem et mandatum speciale et generale, quod ipsi et eorum alter pro nobis ac vice et nomine nostris compareant, comparere possint et valeant in praedicto generali Concilio in memorata civitate Constantiae, ut premittitur, celebrando vel alibi, ubi ipsum forsitan contigerit celebrari, ibique unacum aliis ibidem convenientibus interesse et assistere ac fideliter deliberare, consulere, persuadere, facere, dicere, tractare et expedire omnia et singula, bonum orthodoxae fidei et christianae religionis ac eiusdem Ecclesiae statum et reformationem nostrumque et regnorum nostrorum honorem concernentia, et generaliter omnia alia et singula circa premissa et praemissorum quodlibet necessaria, utilia et quomodolibet opportuna, et ab eis et eorum aliquo descendentia et dependentia, prout sibi et eorum alteri videbitur expedire, quae nos faceremus, diceremus, consuleremus, tractaremus et expediremus, si praesentialiter interessemus, necnon quod ipsi seu eorum alter in omnibus et singulis, quae per memoratum Concilium in praemissis et praemissorum quolibet fuerint statuta, ordinata, declarata, determinata et expedita, assentire ipsaque approbare, Conciliumque memoratum, ubicunque fuerit celebratum, usque ad ipsius finem et consummationem prosequi valeant et continuare, promittentes nos ratum, gratum, firmum et stabile perpetuo habituros quidquid in praemissis et praemissorum quolibet per praefatos nostros Procuratores seu eorum alterum dictum, actum, tractatum, gestum, consultum, assentitum fuerit et approbatum. In quorum testimonium manu nostra subscriptum nostroque plumbeo sigillo munitum per infrascriptum publicum notarium nostrum fieri iussimus. Datum et actum Sintriae, in palatio nostro solitae residentiae, VII die mensis Decembris de anno Domini

Pelo que dissemos acima, vê-se que o bispo do Porto, D. Antão Martins, residia na Cúria do papa Martinho V, antes da promoção episcopal. Quando, durante o concílio ou logo a seguir, D. João I, rei de Portugal, se interessava, junto dos embaixadores, para que advogassem a causa de Fernando Martins para bispo de Coimbra, era para lá, naturalmente, que o Infante D. Duarte mandava «tres cartas, hũa para Alvaro Gonçalvez e outra pera o doutor Vasco Perez e outra pera Antom Martinz, em rrazom do bispado de Coimbra» (667). *As súplicas citadas, posteriores ao concílio, com as referências à sua qualidade de cubiculário do papa Martinho V, dão a entender que Antão Martins residia na Cúria, em Março de 1423. A 5 e 18 de Março de 1425, apresentava-se pessoalmente na câmara apostólica em nome de outros portugueses. A 14 de Março de 1425, quando era passado documento da dita câmara, a obrigar o bispo de Évora, D. Vasco Peres, à restituição a D. Antão do que aquele recebera depois de ter dado consentimento à transferência da diocese, andava, portanto, por estas paragens. De facto, a 23 de Março de 1425, a câmara apostólica passava-lhe salvo-conduto para ir a Portugal tratar de assuntos relacionados com a colectoria e providenciar mais eficazmente a seus próprios negócios* (667a). *Não muito depois, deve ter empreendido viagem para a diocese, onde estava, à volta de 1425-1426. Naturalmente, ainda lá não estava no dia 31 de Outubro de 1424, data em que era passado documento* in civitate Portugalensi, de licentia vicarii Antonii electi in episcopatu Portugalensi (668). *A 26 de Março de 1425, obtinha indulto de visitar a diocese por meio doutras pessoas eclesiásticas, durante sete anos* (669). *Em Setembro de 1426, reunia o cabido do Porto para, em obediência a ordens do papa Martinho V, através de bula de 28 de Abril de 1426, tomarem parte em reunião com o arcebispo de Braga e outros prelados, na segunda quinzena de Dezembro de 1426, a fim de estudarem medidas de defesa*

MCCCCXIV, praesentibus ibidem nobilibus et egregiis militibus Gometio Martini de Lemos, de consilio nostro, et Nuno Gunsalvi de Maydear, nobili viro Martino Valasci de Cunha, testibus ad praemissa vocatis specialiter et rogatis. J. Ekken.

Et ego Antonius Martini, Canonicus Ulixbonensis, praefati domini Regis secretarius, ipsiusque et eius regia auctoritate Notarius publicus, quia omnibus et singulis praemissis, dum sic, ut praemittitur, fierent et agerentur, una cum praenominatis testibus praesens interfui, eaque sic fieri vidi et audivi; ideoque hoc publicum instrumentum manu mea propria scripsi, confeci, publicavi et in hanc publicam formam redegi, signoque et nomine meo solitis et consuetis signavi rogatus et requisitus in fidem et testimonium omnium et singulorum praemissorum. Vella[s]cus, utriusque iuris doctor».

(667) Bibl. Medicea-Laurenziana de Florença, cód. Ashb. 1792/II, fl. 27, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, p. XX.

(667a) «Eadem die [quinta Martii 1425]. Antonius Martini, tunc decanus Elborensis, nunc episcopus Portugalensis, procuratorio nomine, prout publico constabat instrumento, obligavit se camere nomine Johannis Gunssalvi super annata canonicatus et prebende ecclesie Ulixbonensis, quorum fructus Clxx librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantium per obitum Roderici Luppi in Curia, coll. eidem Gallicani, Penestrine diocesis, vii Idus Julii anno septimo» (AV, Annat. 2, fl. 42v). «Eadem die [xviii Martii 1425]. Reverendus pater dominus Martinus (!), episcopus Portugalensis, tanquam principalis et privata persona, obligavit se camere nomine Antonii Gundissalvi super annata canonicatus et prebende ecclesie Elborensis, quorum fructus lxx librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantium per obitum Roderici Loppi, in Curia, coll. eidem Gallicani, Penestrine diocesis, vii Idus Julii, anno septimo. Item promisit producere mandatum ratificationis infra x menses» (AV, Annat. 2, fl. 47). Os outros documentos ou *Littera pro Episcopo Antonio Portugalensi contra episcopum Elborensem ut Valascus tunc Portugalensis compellatur ad restituendum eidem ea que recepit post consensum prestitum translationi*, de 14 de Março de 1425, e *Littera passus Antonio episcopo Portugalensi versus regnum Portugalie ... ac suis propriis negotiis efficaciter prosequendis*, de 23 de Março de 1425, em AV, Arm. 29, t. 9, fls. 31, 36. Outro docum. sobre a visita, de 17 de Setembro de 1428 em AV, Arm. 29, t. 11, fl. 170v.

(668) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 22.

(669) AV, Reg. Suppl. 181, fl. 256v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 845.

das liberdades eclesiásticas. Deslocou-se do Porto aos paços de Braga, para o efeito (670). *Nas cortes de Santarém de 1427, ele e o cabido apresentaram lista de* agravos que a igreja do Porto recebe em special, *juntamente com outros gerais do clero e os especiais doutras dioceses* (671). *Espero dedicar ao assunto estudo apropriado.*

A 9 de Dezembro de 1428, D. Antão Martins estava no mosteiro de Santo Tirso. Daqui passava procuração a João Gonçalves, bacharel em cânones e cónego da sé do Porto, e a Afonso Fernandes, a fim de, em seu nome, prestarem obediência ao metropolita D. Fernando da Guerra (672). *Indício do alto conceito em que era tido na corte de D. João I poderia ser o facto de o conde de Ourém, no seu conselho, de 4 de Junho de 1423, sobre o auxílio a prestar ao rei de Castela contra o reino mussulmano de Granada, sugerir entre «as mayores pesoas», a enviar a el-rei de Castela, «meu padre e meu irmão* e o bispo do Porto, *pera prepoer», a menos que a referência diga respeito a D. Vasco Peres, como é mais provável, por as bulas da transferência deste para Évora ainda não terem sido executadas* (673). *Estando em Portugal, D. Antão Martins fazia a visita* ad sacra limina *por meio de procurador, a 10 de Maio de 1428* (673a). *Pagava parte da taxa devida pela sua promoção a bispo do Porto nos meses de Abril, Novembro e Dezembro de 1429 e Outubro de 1430. Existe aliás documento-processo da colectoria apostólica do ano 1431, relacionado com o nosso D. Antão Martins, bispo do Porto* (673b). *Como última graça do papa Martinho V,*

---

(670) ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fls. 112-114. Cf. SOUSA COSTA, *As concordatas portuguesas*, em *Itinerarium*, 12 (1966) 36-38; DOMINGOS MAURÍCIO DOS SANTOS, SJ, *O concílio provincial de Braga de 1426*, em *Brotéria*, 84 (1967) 174-182. RODRIGO DA CUNHA, *Segunda parte da História eclesiástica dos arcebispos de Braga*, Braga, 1635, p. 228, confunde D. Antão Martins com um não existente *D. Durom*, bispo do Porto: «He o breve passado em Roma, em 23 de Abril do nono ano do seu Pontificado, que cayo no de Christo 1426. Convocou o Arcebispo e ajuntou seus suffraganeos e algũas outras pessoas eclesiásticas, a que tambem escreveo se achassem presentes, pera conservação da jurdição da Igreja. *Veyo D. Dorom Bispo do Porto* (de que não falamos no Catálogo daquella Igreja, por não alcançarmos naquelle tempo memoria delle e o descubrirmos agora no Cartório desta), D. Garcia Bispo de Lamego, tresladado novamente à Igreja e Bispado de Viseu, D. João Afonso, administrador do Bispado de Tui, na parte de Portugal, D. Fernando, bispo de Coimbra (devo notar que este não assistiu) ... Foi feita esta concórdia e estatutos em Braga nos paços do Arcebispo, aos 22 dias do mês de Dezembro no ano de Christo de 1426». Sobre o assunto cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Leis atentatórias das liberdades eclesiásticas e o papa Martinho V contrário aos Concílios Gerais*, Biblioteca Pontificii Athnaei Antoniani, 19 (1977) 506-592.

(671) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 23. Tenho transcritos estes agravos, para publicação futura.

(672) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 23.

(673) ANTT, *Livraria*, cód. 1928, fl. 73, publ. em *Monumenta Henricina*, IV, Coimbra 1962, n. 26, p. 131.

(673a) AV, Arm. 29, t. 11, fl. 170v: «Universis, etc. Benedictus, etc. Salutem, etc. Universitati, etc. Quod cum Reverendus in Christo pater dominus Antonius, Dei gratia episcopus Portugalensis, Curia Romana citra montes existente, singulis bienniis sedem apostolicam seu limina beatorum apostolorum Petri et Pauli apostolorum visitare sub certis penis et sententiis teneatur, sedem predictam seu ipsa limina per discretum virum Henricum Hamerbeke, procuratorem suum, ad hoc ab eo per suas litteras specialiter constitutum, prout asserit, pro duobus bienniis die decimo septimo mensis Septembris proxime preteriti finitis, die date presentium cum devotione debita visitavit. Nihil tamen idem procurator ratione visitationis huiusmodi camere apostolice obtulit vel servivit, et insuper prefatum dominum episcopum a reatu periurii, si quod, ratione dicte visitationis debito tempore non fecit, forte incurrit, duximus absolvendum et absolvimus per presentes. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, sub anno Domini millesimo quatricentesimo vigesimo octavo, indictione sexta, die decimo mensis Maii, pontificatus, etc., anno undecimo».

(673b) «Rome, dicta die [vicesima nona Aprilis 1429], dominus Antonius, episcopus Portugalensis, solvit flor. C. Fuit promotus Rome, vi Idus Martii, pontificatus domini Martini pape v anno vi ...» (AV, Obl. et Sol. 65, fl. 35). «Rome, dicta die [tertia mensis Novembris 1429], dominus Antonius, episcopus Portugalensis, solvit fl. Cxli, sol. xxxiii, d. iiii; fuit promotus ... Rome, vi° Ydus Martii, pontificatus domini Martii pape v.ti anno vi.to (AV, Obl. et Sol. 65, fl. 84v). «Rome, dicta die [xxiii Decembris 1429], dominus

talvez a obtida no dia 24 de Janeiro de 1431 de qualquer confessor o absolver de todos os pecados e penas ecclesiásticas, inlcusive das porventura incorridas da recepção de Ordens, colação de benefícios e aquisição de dignidades, nomeadamente do episcopado (674). *A 18 de Novembro de 1435, era nomeado embaixador, juntamente com outros de grande nomeada, ao concílio de Basileia por el-rei D. Duarte* (675), *para onde partia no mês de Janeiro de 1436* (676), *mas da sua actividade no concílio, em prol de Portugal e do papa Eugénio IV, de quem foi embaixador aos Gregos, já disse o suficiente na Introdução ao II volume de* Monumenta Portugaliae Vaticana (677).

Oferece-se agora a oportunidade para dizer alguma coisa sobre o Doutor Gil Martins, doutorado em leis na universidade de Bolonha, como disse, no dia 2 de Outubro de 1388 (678), *depois de ter feito o exame de licenciatura no dia 19 de Setembro de 1388* (679). *Figura como ouvidor da corte de el-rei D. João I nas cortes de Coimbra, a 10 de Julho de 1400, e noutros documentos de 1401, assinando, por vezes,* Egidius Martini (680), *e como tal figura no Livro dos moradores*

Antonius, episcopus Portugalensis, solvit flor. xxx; fuit promotus Rome, vi.to Idus Martii, pontificatus domini Martini, divina providentia pape quinti anno sexto ...» (AV, Obl. et Sol. 65, fl. 90v). «Rome, die xiii[a] dicti mensis [Octobris 1430], dominus Antonius, episcopus Portugalensis, solvit fl. lxxx; fuit promotus Rome, vi.to Idus Martii, pontificatus domini Martini pape quinti anno vi.to ...» (AV, Obl. et Sol. 65, fl. 118v). Quanto à colectoria apostólica cf. AV, Arm. 29, t. 16, fls. 55-56 (23-6-1431).

(674) AV, Reg. Suppl. 265, fls. 210-210v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 1638.

(675) *Archivo General de Simancas*, Estado, K. 1711, p. 382, publ. em *Monumenta Henricina*, V, Coimbra, 1963, n. 88, pp. 176-177.

(676) Cf. SOUSA COSTA, OFM, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, Braga 1960, pp. 36--38, nota 103. Além de outros docums. de seus vigários gerais ou dele próprio, anteriores à sua partida para o concílio, lembro carta de 18 de Agosto de 1431 do ouvidor geral Luís Lourenço que se refere a demanda *perante o dicto senhor bispo e depois perante mym*, e carta original sua de 17 de Janeiro de 1435, dada no mosteiro de Paço de Sousa, sobre a instituição canónica do pároco da igreja de Santa Leocádia de Lageia (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 35, fl. 294, livro 27, fl. 372). Em 1427, era seu vigário geral João Vasques, arcediago de Penela, conforme consta de documento de 26 de Setembro de 1427 sobre a igreja de S. Bartolomeu de Baião (ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 18, fl. 454).

(677) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, *Introdução*, p. CXCIX, nota 464, p. CCI, nota 467, pp. CCIII-CCVI, notas 477-482, p. CCXXIV, nota 511, pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639. Eis docum. da câmara apostólica sobre dinheiros que lhe eram devidos, depois do regresso de Constantinópola, com a data do regresso de Constantinópola e da partida para lá desde Bolonha: (Arm. 29, t. 20, fl. 56v (57v) «Franciscus, etc. *Reverendo in Christo patri domino Dei gratia episcopo Portughallensi.* Salutem, etc. Cum alias die octava mensis Junii anni Mccccxxxvii, de mandato sanctissimi domini nostri Eugenii pape quarti de civitate Bononiensi ad civitatem Constantinopolitanam pro unione Grecorum tractanda missus fueritis et deinde die vicesima quinta Februari[i] anni presentis reversus fueritis et de mandato domini nostri pape prefati fuerit assignata Paternitati Vestre provisio quatuor flor. pro quolibet die et pro parte dicte provisionis de pecuniis camere apostolice flor. auri de camera trecentos sexaginta receperitis, nichilominus ultra dictos trecentos sexaginta flor. eundo ad dictam civitatem Constantino politanam et redeundo, de vestris propriis pecuniis flor. auri similes quingentos sexaginta octo exposueritis, in quibus camera apostolica Paternitati Vestre remanet efficaciter obligata, ut apparet manifeste per computa vestra in dicta camera apostolica exibita et approbata manu venerabilis viri domini Jacobi de Recaneto, apostolice camere clerici, idcirco de mandato domini nostri pape super hoc vive vocis oraculo nobis facto ac auctoritate nostri cameratus officii supradicti, tenore presentium, cameram apostolicam in dictis quingentis sexaginta octo florenis similibus Paternitati Vestre recognoscimus debitricem et obligatam esse volumus per presentes. In quorum, etc. Datum Ferrarie, anno Incarnationis Dominice Mccccxxxviii, pontificatus, etc., anno octavo».

(678) ASB, *Liber secretus Iuris Caesarei*, fl. 30. Cf. nota 609.

(679) ASB, *Liber secretus Iuris Caesarei*, fl. 30v. Cf. nota 609.

(680) Docum. de 10 de Julho de 1400, com artigos especiais de Silves, apresentados às Cortes de Coimbra, em *Bibl. da Assembleia Nacional, Cortes do Reyno de Portugal*, II, fl. 117, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, p. 308, nota 1. Carta régia de 23 de Janeiro de 1401, dirigida aos juízes da cidade do Porto, a favor do prior, chantre e cabido da colegiada de Guimarães: (... em Guimaraaes, xxiii dias de Janeiro. El Rei o mandou *per Gil Martinz, seu vassallo e ouvidor, a que esto mandou livrar*. Diogo

da casa de el-rei e lista e quaderno dos moradores entre os Oficiais da Relação, *à volta dos anos 1405-1406 o nosso* Gil Martinz ouvidor (681). *No escambo entre o arcebispo de Braga com el-rei, de 1402, são nomeadas frequentemente as suas casas da Rua Nova em Lisboa* (681a). *Pertencia ao número dos letrados que foram incumbidos pelo monarca de estudarem assunto relacionado com legado do Doutor João das Regras e deram parecer para a sentença régia de 19 de Junho de 1404* (682). *Com seu irmão e outros juristas, assistiu à confirmação do escambo sobre a jurisdição temporal de Braga, entre D. João I e o arcebispo de Braga, no dia 21 de Maio de 1408:* «... e Gil Martinz e Diego Martinz, doctores, *e o doctor Lançarote e Vasco Gil de Pedroso, leçençiado em lex,* do desembargo do dicto senhor Rey» (683). *Em 1411, andava por Castela, com o arcebispo de Lisboa, como embaixadores nas negociações do tratado de paz com Castela* (684).

Foi protector, defensor e conservador da Universidade de Lisboa. Como tal, apresentou, no dia 23 de Julho de 1412, ao prior do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, executor ou juiz delegado pelo papa, a bula de João XXIII sobre a anexação ao Estudo Geral de uma igreja de cada bispado de Portugal: «... *Litteras sanctissimi in Christo patris et domini domini nostri Johannis, divina providentia pape vicesimi tertii ... nobis* per venerabilem et circumspectum virum dominum Egidium Martini, legum doctorem ac Studii predicte civitatis Ulixbonensis protectorem, defensorem seu conservatorem ... *nos cum ea qua decuit reverentia noveritis recepisse ...*» (685). *Di-lo também el-rei na carta de 26 de Janeiro de 1415, ao nomear Lourenço Martins provedor e recebedor das rendas das igrejas pertencentes à universidade:* «... *E porquamto fomos certo per carta do* Doctor Gil Martinz, do nosso desembargo, que tem carrego do dito Studo, que era pera ello idoneo ...» (686).

Como se acaba de ver, D. João I diz que o Doutor Gil Martins era seu desembargador. De facto, há vários documentos ou cartas régias por ele desembargadas nos anos de 1407, 1408, 1409, 1410, 1414, 1416 e 1420 (687). *Não aparece, naturalmente, a desembargar documentos*

Gonçalvez a fez. Era de mil iiii.c xxxix annos. *Egidius Martini* (ANTT, *Colegiada de Guimarães*, docum. régios, n. 17). Carta régia de 4 de Fevereiro de 1401, também a favor do chantre e cabido da colegiada de Guimarães: «... em Guimaraães, quatro dias do mes de Fevereiro. El Rey o mandou *per Gil Martinz, seu vassallo e ouvidor em sua corte, a que esto mandou livrar.* Vaasco Gonçalvez a fez. Era de mil iiii.c xxxix annos. *Egidius Martini*» (ANTT, *Colegiada de Guimarães*, docum. régios, n. 18). Carta régia de 22 de Março de 1401: «... Dante em Leirea, xxii dias de março. El Rey o mandou *per Gill Martinz, seu vassallo e ouvidor em sua corte*, nom seendo hy os do seu desenbargo. Luis Affomso a ffez. Era de mill quatrocentos trijnta nove annos. Egidius Martini» (ANTT, *Maço* 1 *de Suplemento de Cortes*, n. 22, *Maço* 1 *de Cortes*, n. 23). A 30 de Janeiro e 20 de Março de 1401: «... *per Gil Martinz, seu vasallo e ouvidor na sua corte ...* »(ANTT, *Chancel. de D. João I*, fl. 19b-20va).

(681) *Quaderno dos que ora el Rei hade trager por moradores*, em ANTT, *Colecção S. Lourenço*, fl. 27v, publ. em *Monumenta Henricina*, I, n. 122, p. 285, e JORGE FARO, *Receitas e despesas ...*, p. 36. Cf. nota 604.

(681a) ADB, *Gaveta de Braga, sua jurisdição*, n. 22. Cf. nota 429.

(682) Bibl. Nacional de Lisboa, *Fundo Geral*, cód. 1.106, fls. 178-179, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 574, p. 297.

(683) ADB, *Gaveta de Braga, sua jurisdição*, n. 22. Cf. nota 429.

(684) Cf. A. J. DIAS DINIS, *Monumenta Henricina*, I, p. 350, nota 3.

(685) AUC (*Arquivo da Universidade de Coimbra*), Gaveta 1, maço 1, doc. n. 8, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 637, p. 44.

(686) AUC, *Livro Verde*, fls. 88-89, publ. por ROCHA MADAHIL, *Livro Verde ...*, pp. 174-176, e *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 661, p. 79.

(687) Docum. régio desembargado a 28 de Maio de 1407 pelo Doutor Gil Martins: «... El Rey o mandou *per Gil Martinz, seu vasallo e ouvidor, a que esto mandou livrar*, porquanto Diego Martinz, doutor, era doente ...» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 3, fls. 103-103v). Docum. desembargado a 11 de Agosto de 1408: «Coutada em Evora a G.º Roiz da Fonseca ... Dante em Sintra, xi dias dagosto, el rrey o mandou *per Gil Martinz, doutor em lex, seu vasallo e do seu desembargo* ... era de mil iiii.c Rbi annos» (ANTT, *Chan-*

régios desde Fevereiro de 1416 e em grande parte do ano 1417, porque estava no concílio de Constança, onde proferia discurso de apresentação da embaixada portuguesa no dia 5 de Junho, como se viu, e a 15 de Outubro, de parceria com o Doutor Vasco Peres, apresentava solene protesto, que reputo peça jurídica de valor, contra pretensões dos embaixadores de Aragão, lesivas dos direitos de Portugal (688). *A actividade dos embaixadores portugueses e escaramuças nesse sentido foram várias durante este período e o espaço não se compadece com a sua descrição* (689).

O Doutor Gil Martins foi o primeiro embaixador português a regressar do concílio. Súplica endereçada, em seu nome, ao papa Martinho V, com data de 27 de Novembro de 1417, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, a favor do seu filho Pedro Pereira, clérigo de Lisboa, diz-nos que ele tinha já partido para Portugal: «... *Supplicatur igitur S. V. pro parte devoti oratoris vestri* Egidii Martini, legum doctoris, qui ad hoc concilium per dominum regem Portugalie, licet iam ad partes recesserit, extitit destinatus ...» (690). *Nomeado chanceler-mor do reino à volta de 1420* (691), *aparece nessa qualidade, por exemplo a 15 de Novembro de 1425 e a*

---

celaria de D. João I, livro 3, fls. 76a-76b). Documentos desembargados em 1409: A 15 de Fevereiro: «... Dante em a cidade dEvora, xb dias de fevereiro, el rrey o mandou *per Gil Martinz, doutor em leis, seu vasallo e do seu desembargo* ... era de mil iiii.c Rbii annos» (ANTT, *Chancela. de D. João I*, livro 3, fl. 87vb). A 28 de Abril de 1409 em ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 5, fl. 85 v. A 2 de Maio: «... Dante em Alcacer, dous dias do mes de Mayo, el rrey o mandou *per Gil Martinz, doutor em leis, seu vasallo e do seu desembargo* ... era de mil iiii.c Rvii annos» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 3, fl. 112a). A 8 de Agosto: «... cano do most.º de sam Domingos do Porto ... Dante no moesteiro de Sancto Tirso, viii dias dagosto, el rrey o mandou *per o doutor Gil Martinz, seu vasallo e do seu desembargo* ... era de mil iiii.c Rvii annos» (ANTT, *Chancel. de D. João I*, livro 3, fl. 116va-117a); «Privileg. da cidade do Porto ... Dante no moesteiro de Sancto Tiso de Ribadave, viii dias dagosto, el rrey o mandou *per o doutor Gil Martinz, seu vasallo e do seu desembargo* ... era de mil iiii.c Rbii annos» (ANTT, *Chancela. de D. João I*, livro 3, fls. 117va-117vb). A 18 de Agosto: «Privil. do most.º de Fonte Arcada ... Dante em Guimaraães, xbiii dias dagosto, el rrey o mandou *per ho doutor Gil Martinz, seu vasallo e desembargador dos seus fectos*, a que esto mandou livrar ... era de mil iiii.c Rvii annos» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls. 117b-117va). Carta régia desembargada a 19 de Agosto de 1410, em ANTT, *Maço* 1 *de Suplemento de Cortes*, n. 26, e *Maço* 1 *de Cortes*, n. 27: «... Dante em a cidade de Lixboa, dezenove dias dagosto. El Rey o mandou *per Gil Martinz, doctor em lex, seu vasallo e do seu desembargo. Joham Fernandez a fez.* Era de mil e quatroçentos e quareenta e oyto annos. *Egidius doctor legum*». Documentos régios desembargados pelo Doutor Gil Martins em 1414: 1 de Maio de 1414, em CML, *Livro dos Pregos*, n. 123, fl. 128, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 653, p. 66, e a 16 de Maio de 1414, em ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 168v.

Documentos régios desembargados pelo Doutor Gil Martins no ano de 1416, a 23 e 28 de Janeiro (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 99v).

Documento régio desembargado pelo Doutor Gil Martins no dia 15 de Novembro de 1420, em ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 26v.

(688) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Vat. lat. 4178, fls. 401-403v, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 671, pp. 91-94; cod. Vat. lat. 4942, fls. 382-384, e outros cód. da mesma biblioteca, que usei para as anotações das variantes, em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 673, pp. 100-107

(689) Cf. HEIRICH FINKE, *Acta concilii Constantiensis*, 4 (Münster i. W 1928), onde se publicam vários documentos. Cf. também *El Cisma d'Occident a Catalunya, Les illes i el País de Valencia. Repertori Bibliográfic* (Barcelona 1979).

(690) AV, Reg. Suppl. 106, fls. 222v-223, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 10.

(691) Em súplica de 19 de Dezembro de 1429 (Reg. Suppl. 254, fls. 110v-111, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 1501), diz el-rei D. João I que havia dez anos que o Doutor Gil Martins era chanceler-mor: «... *necnon dudum ante decem annis regni Portugalie cancellarius existens* ...». Ainda em 1418 era chanceler-mor o arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra: «... El Rey o mandou per Joham Lourenço, leçenceado em leys, seu vassallo e do dezembargo e *logotente per dom Fernando, arcebispo de Braga, seu chanceler moor* (*Gabinete de História da Cidade do Porto*, Livro B, fls. 270-273, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 711, p. 152. «Dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugall e do Algarve ... Dante em Santarem, xbi dias do mes de Junho. El Rej o mandou per Joham Lourenço, leçençiado em lex,

30 de Janeiro de 1428 em cartas régias, com transcrição de capítulos de cortes (691a), *e nas cortes de Santarém, a que assistiu no dia 5 de Dezembro de 1427, e na carta de 22 de Dezembro de 1427, a transmitir outra do monarca de Castela sobre aditamento ao tratado de paz de 1423:* «... *El Rey o mandou* per o doutor Gil Martiinz, cavaleiro, sseu vassallo e chanceler moor ...» (692). *Como tal, igualmente em 4 de Março de 1429* (692a). *Assim também no contrato do casamento da Infanta Dona Isabel com o duque de Borgonha, no dia 23 e 24 de Julho de 1429:* «... *Presentibus ibidem discretis viris dominis Martino de Sensu, dicti domini regis consiliario,* ac Egidio Martini, eius cancellario, *et Jacobo Martini, expeditore supplicationum in palatio, doctoribus ...*» (693); «*Testemunhas: o doctor Martim do Sem e* o doctor Gil Martinz, chanceler moor, *e o doctor Diego Martinz ...*» (694). *Ainda como chanceler-mor em carta régia de 2 de Junho de 1430 sobre os capítulos das cortes de Santarém:* «... *El Rey o mandou* per o doutor Gill Martinz, seu chanceler moor ...» (695). *Do mesmo modo, noutra carta de 26 de Julho de 1430 sobre o assunto dos capítulos sobreditos:* «... *El Rey o mandou* per o doutor Gil Martins, seu chanceler

---

seu vassallo e do seu desenbargo e *logo tente chançeler em logo de dom Fernando, seu sobrinho, arcebispo de Bragaa, do seu concelho e chanceler moor.* Fernam Gonçalvez a fez, era de mil iiii.c lvi anos. *Johannes, legum licentiatus*» (ANTT, *Sé de Lamego,* caixa 6, *maço* 8 *de doações, cartas e mercês régias,* n. 5, original em papel). A 14 de Agosto de 1420, aparece *Vasco Stevez, bacharel em lex,* seu vassalo e chanceler moor (ACML, *Livro I das Cortes,* cód. 5, docum. n. 19, publ. em *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara municipal de Lisboa,* Lisboa, 1957, pp. 204-205). Note-se, porém, que este Vasco Esteves aparece ainda no ano de 1427, mas como chanceler da casa do cível e crime: «... E nos lha mandamos dar sob nosso seello. Dada em a çidade de Lixboa, xxiii dias dagosto. El Rej o mandou *per Vasco Estevez, bacharell em lex, seu vasallo e chançeller da dicta casa do çivill e crime.* Joham Vicente a fez. Era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill iiii.c xxbii annos. *Valascus, legum bacalarius*» (ANTT, *Sé de Lamego,* caixa 6, *maço* 6 *de doações, cartas e mercês régias,* n. 24, original, pública-forma). Ainda quanto ao arcebispo de Braga, D. Fernando Pires da Guerra, faço notar que já ele se fazia substituir no cargo de chanceler quando era bispo do Porto: «Dom Joham ... Dante em Montemoor o Novo, seys dias dabrill. *El Rej o mandou per Joham Lourenço, licençiado em lex, seu vasallo e do seu desenbargo e logo teente de dom Fernando, bispo do Porto, e chançeler moor.* Joham Martinz a fez. Era de mill e iiii.c L e çinquo annos. *Johannes, legum licentiatus*» (ANTT, *Sé de Lamego,* caixa 6, *maço* 5 *de doações, cartas e mercês régias,* n. 10).

(691a) «... El rei o mandou *per o doutor Gil Martinz, seu vasallo, chanceler moor.* Joham Pires a fez. Era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiii.c xxb annos». «... em Lixboa, xxx dias de Janeiro. El Rey o mandou per o doutor Gil Martinz, cavaleiro, seu vassallo e chanceler moor. Felipe Affonso a fez. Era do nacimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e iiii.c xxbiii.º annos». Cf. *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara de Lisboa,* I, *Livro de Reis,* docum. nn. 21, 22, pp. 209-212.

(692) *Gabinete de História da Cidade do Porto, Pergaminhos,* livro 3, docum. 18, fls. 1-3, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis,* III, n. 892, p. 357: «... *per o dottor Gil Martinz, cavalleiro, sseu vassallo e chamceller moor*». *Gabinete de História da Cidade do Porto, Pergaminhos,* livro 3, doc. 19 (22 de Set. 1427): «... *per o doutor Gill Martinz, cavalleiro, sseu vassallo e chançeler moor ...*».

(692a) «Dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta ... fazemos saber que no livro das hordenaçõees da nossa chancelaria som contheudos hũus capitullos geraees, antre os quaees ssom dous que sse adeante seguem: Item ao que dizem aos xvii capitullos que o Rendero e Reçebedores das sissas çitam os crerigos que se avenham com elles por a sissa de todo aquell anno e sse o nom querem fazer, que os çitam e trazem em demandas. A este capitullo Responde el rrey que ell tall coussa como esta nunca mandou fazer ... Dada em Monte moor o Novo, iiiiº dias de março. *El Rej o mandou per o doctor Gill Martynz, cavaleiro, chançeller moor.* Fernam Doĩjs, escripvam em logo de Phillepe Affomso a fez. Era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiii.c e xxix annos. *Egidius M.*» (ANTT, *Sé de Lamego,* caixa 6, *maço* 6 *de doações, cartas e mercês régias,* n. 13, original, com selo pendente).

(693) ANTT, Gaveta 17, maço 1, n. 3, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo,* VI, n. 4074, p. 480.

(694) ANTT, Gaveta 17, maço 6, n. 3, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo,* VII, n. 4182, p. 157, e *Chartularium Universitatis Portugalensis,* III, n. 908, p. 377.

(695) *Gabinete de História da Cidade do Porto, Pergaminhos,* livro 4, docum. 4, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis,* III, n. 927, p. 397.

moor ...» (696). *A 25 de Setembro de 1431, o Infante D. Duarte dirigia-se ao* «doutor Gil Martiinz, chanceller moor del Rei meu senhor, *e aos desembargadores do dicto Senhor e a outros quaeesquer a que esto pertençer ...*» (697). *Na ratificação do tratado de paz com Castela, celebrado a 30 de Outubro de 1431, pelo conselho e desembargo régios a 27 de Janeiro de 1432, compareceu também* o doutor Gil Martiinz, seu chanceler moor (698).

Parece que ainda vivia nos fins de 1433, embora já não fosse chanceler-mor, porque el-rei D. Duarte, a 16 de Dezembro deste ano, confirmava a nomeação do recebedor e procurador das rendas das igrejas, pertencentes à universidade, ao bacharel em gramática Afonso Anes, que «o dito Reitor e lentes, escollares e universidade ellegeram com consemtimento do doutor Gil Martinz, prometor do dicto Estudo...». *Neste documento, desembargado* per Fernam Fugaça, do seu consselho e seu chanceler mor, *diz D. Duarte que a eleição fora feita no reinado de seu pai, cuja carta sobre o assunto lhe fora apresentada. Provável é, portanto, que a eleição se tivesse dado nos fins do reinado de D. João I. Além disso, o facto de não haver referência ao falecimento do Doutor Gil Martins nem ao exercício do seu cargo de* promotor da universidade, *como facto passado, parece dar a entender que ele vivia ainda na altura da carta de D. Duarte e continuava a exercer esse ofício, embora tivesse deixado o de chanceler-mor, talvez com a morte de el-rei D. João I. Vem causar certa perplexidade carta de el-rei D. Duarte, de 11 de Dezembro de 1433, ao falar de «hũu privillegio do muy viturioso e de grandes virtudes el Rey meu senhor e padre, [que] lhe tiinha dado por o de* Lionor Pereira, molher que foy do doutor Gil Martiinz, seu chanceler moor, que Deus queira perdoar» (699). *Com toda a certeza, tinha falecido antes do dia 1 de Junho de 1434, data em que* Joham Pereira, filho do doutor Gil Martinz, chançeller moor que foy do dicto senhor Rey, e Gonçallo Gill, morador na dicta çidade, criado do dicto doutor, tetor e curador que he do dicto Joham Pereira, *diziam ser verdade* que el dicto Joham Pereira estava prestes pera sse ir ffora desta terra a seu estudo, pera aver de medrar e pera aver daprender sua sciençia ... e que pera esto lhe era compridoiro e neçesario daver de vender hũas casas e huuns pardieiros que ell dicto Joham Pereira tiinha e avia em esta çidade na Rua Nova, de prazo (700).

E tudo isto está a mostrar que os desejos do monarca e do próprio doutor de regressar à vida eclesiástica, com mira em altas prelazias, foram baldados, não sabemos bem por que motivo. Na verdade, conforme súplica de el-rei D. João I, dirigida ao papa Martinho V, com data de 19 de Dezembro de 1429, Gil Martins, doutor em leis e perito em direito canónico, o qual havia dez anos exercia o cargo de chanceler-mor, tinha recebido Ordens menores, sem as exercer, porque, entretanto, abraçara a vida de cavaleiro, casara-se e tomara parte em causas civis e criminais, cujas sentenças subscrevera. Enviuvara e agora desejava o exercício das Ordens recebidas e ascender

---

(696) Bibl. Municipal de Ponte do Lima, ms. n. 16, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 933, p. 404.

(697) ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 9 A, *Ordenações de el-rei D. Afonso V*, fl. 186, publ. em *Monumenta Henricina*, IV, n. 1, p. 1.

(698) *Archivo General de Simancas, Patronato* Real, Legajo 49-21, e ANTT, *Livro das Demarcações e Pazes*, fl. 142, publ. em *Monumenta Henricina*, IV, n. 15, p. 86.

(699) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 19, fl. 31v, publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, Lisboa, 1970, n. 982, pp. 55-56. ANTT. *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 90v, publ. em *Monumenta Henricina*, IV, n. 102, p. 299. Certo é que, embora gramaticalmente a frase *que Deus queira perdoar*, deste último documento, se deva referir ao *Doutor Gil Martinz, seu chanceler moor*, o facto de a referência a D. João I não trazer alusão à morte deste, deixa-nos perplexos. Mas aquela expressão também se pode referir à mulher do chanceler, a qual tinha morrido anos antes.

(700) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 24. Docum. publicado em *Portugueses no Colégio de S. Clemente e na Universidade de Bolonha durante o século XV*, n. 29.

às Ordens sacras. Para isso, el-rei pedia ao papa a necessária dispensa, com possibilidade de receber todos os benefícios, inclusive de poder subir à dignidade de arcebispo ou bispo (701). *Martinho V acedeu ao pedido, com resposta afirmativa aposta na súplica, mas o Doutor Gil Martins deve ter partido para o outro mundo, sem grandes promoções eclesiásticas. Seu filho, João Pereira, seguirá a carreira do pai, como estudante em Bolonha, onde terminará os estudos jurídicos em 1441, depois de ter sido vice-reitor do colégio universitário de S. Bartolomeu dessa cidade. Segui-la-á também ao serviço da corte de Portugal no ofício de desembargador* (702). *E é interessante notar que serão os direitos que seu pai tinha nas casas da Rua Nova, em Lisboa, objecto do tratado do arcebispo de Braga e el-rei de Portugal, que o vão ajudar nas despesas dos estudos em Bolonha, conforme o citado documento do mês de Junho de 1434, não muito posterior à morte do Doutor Gil Martins, explicitado em carta de 28 de Abril do dito ano pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra:* «*... como senhorio que soees de hũas casas en a Rua Nova, de que Joham Pereira he ora posoeiro, e porquanto* o dicto Joham Pereira sse vay ora a Belonha, pera aver daprender e lhe [he] neçesario vender as dictas casas ...» (703).

Não conheço documentos sobre o Doutor Vasco Peres, embaixador ao concílio de Constança, antes da sua nomeação para este fim. Em carta régia de 26 de Janeiro de 1415, que é da nomeação de Lourenço Martins para recebedor das rendas das igrejas, pertencentes à universidade, figura o doctor Vasco Pires, sseu vassallo e do desembarguo e logoteente de seu chançerel; *e Fernão Lopes fala-nos de um* Vasco Peres Docem, doutor em degredos e juiz por el rei de Portugal, *a tratar da paz com Castela* (704). *Tratar-se-á do embaixador ao concílio de Constança? Duvido. A propósito, recordo outro documento régio de 2 de Abril de 1415, desembargado pelo Doutor Vasco Peres, o qual ocupava o lugar do chanceler-mor de el-rei:* «*Dom Joham, pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta* [*carta*] *testemunhavel virem fazemos saber que dom G.º, bispo de Lamego, Nos disse que no livro das leis que amda em a nossa chamçellaria, andava hũa ley, da quall o theor he este que se adeante segue: Estabeleçudo he que todos aquelles que am testadas dherdades ou de vinhas em Riba de Rio, possam fazer quanto lhes prouguer atees a meatade do Ryo. E pedionos per merçee que lhe mandassemos dar o trellado da dicta ley em hũa carta testemunhavel, porquanto se entendia por ella ajudar. E Nos mandamoslha dar. Dante em a çidade de Lixboa, dous dias dabril.* El Rey o mandou per o doutor Vasco Perez, seu vasallo e do seu desembargo, e logo teente de seu chançeler moor. *Alvaro Anes a fez. Era de mil iiii.c L.ta iii*ª *annos.* Valascus» (704ª). *Chegado ao concílio no dia 2 de Junho de 1416 e presente à recepção da embaixada no dia 5 do dito mês e ano, juntamente com o Doutor Gil Martins apresentou o protesto solene, no dia 15 de Outubro de 1416, como se viu. Foi um dos eleitores do papa Martinho V, no dia 11 de Novembro de 1417* (705). *E parece ter acompanhado o papa desde o concílio de Constança em direcção a Itália. Precisamente no dia 16 de Março de 1418, o papa Martinho V atendia súplica sua sobre o canonicato, prebenda e deado de Braga, declarando-se ele Vasco Peres, subdiácono da diocese de Évora,*

(701) AV, Reg. Suppl. 254, fls. 110v-111, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 1501.

(702) Cf. SOUSA COSTA, OFM, *Estudantes portugueses ...*, pp. 104-113. Docum. desembargados por ele em 19 e 20 de Julho de 1446, em ANTT, *Chancel. de D. Afonso V*, livro 5, fls. 59v, 60v, 65.

(703) Docum. existente no ADB, *Colecção cronológica*, caixa 24. Cf. nota 700.

(704) AUC, *Livro Verde*, fls. 88-89, publ. por ROCHA MADAHIL, *Livro Verde ...*, pp. 174-176, e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 661, p. 79. Cf. FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, 2.ª parte, cap. 151.

(704ª) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço* 8 *de doações, cartas e mercês régias*, n. 2, com os fios e parte do selo pendente.

(705) Há referências ao Doutor Vasco Peres como eleitor do papa Martinho V em MANSI, *Sacrorum Conciliorum nova et amplissima collectio*, t. XXVII (Venetiis 1784), col. 1170.

doutor em ambos os direitos, embaixador de el-rei de Portugal e um dos eleitores do papa no conclave: «Supplicat S. V. humilis et devotus vester Valascus Petri, subdiaconus Elborensis diocesis, utriusque iuris doctor, ambaxiator regis Portugalie et unus de electoribus in conclavi assumptionis S. V. *quatinus ...»* (706).

Destes dizeres se infere que ou o notário do concílio errou na notícia dada acima de que entre os componentes da embaixada não havia nenhum clérigo, ou então o Doutor Vasco Peres recebeu as Ordens durante o concílio. Mas também nada custa a crer que, aliás como se viu relativamente ao Doutor Gil Martins, fosse clérigo só tonsurado ou apenas de Ordens menores e recebesse, depois, o subdiaconato. Mais ou menos por esta altura, antes, sem dúvida, de Abril de 1418, devia ter recebido a carta referida, que lhe enviou o Infante D. Duarte em razom do bispado de Coimbra (707). *Martinho V tinha-lhe concedido, no dia 26 de Janeiro de 1418, graça expectativa, mas o Doutor Vasco Peres, doutor em ambos os direitos, não mencionara, no pedido, a chantria de Saint Papoul, que tinha obtido por autoridade ordinária, motivo por que pedia lhe fosse válida a concessão a partir daquela data, apesar da omissão* (708). *A 6 de Maio de 1418, ainda em Constança, a pedido do nosso* Valascus Petri, utriusque iu ris doctor, subdiaconus Elborensis diocesis ac ambaxiator serenissimi principis regis Portugalie (709), *o papa concedia-lhe o deado de Viseu, vacante ou a vagar pela sagração episcopal do bispo de Coimbra, D. Fernando Martins. Tanto no súplica como na respectiva bula* (710) *se faz referência às concessões do deado, canonicato e prebenda de Braga e arcediagado de S. Miguel de Castro Novo de Aire da diocese de Saint Papoul, mas na bula há também alusão a graças sobre canonicatos de Lisboa e Évora. No dia 19 de Janeiro de 1419, estava em Mântua, naturalmente com o papa. Apresentava-se então na câmara do vice-chanceler pontifício* Valascus Petri de Elbis, utriusque iuris doctor, decanus Visensis, ambassiator dicti domini regis Portugalie, *juntamente com Pedro Gonçalves, prior da igreja de Santa Maria de Óbidos, a obrigarem-se, em nome de D. Pedro de Noronha, administrador da diocese de Évora, pela taxa respectiva* (711). *Na tesouraria da câmara papal, seguindo, portanto, o papa, apresentava-se de novo, no dia 9 de Outubro de 1419,* Venerabilis utriusque iuris doctor, dominus Valascus Petri, decanus Visensis, *como João Gil, na qualidade de procuradores de D. Álvaro Gonçalves de Abreu, bispo eleito de Lamego, em virtude de mandato de 24 de Julho de 1419, para se obrigarem pela taxa da promoção* (712). *Precisamente porque seguia ou estava perto da Cúria pontifícia é que João do Casal, cónego do Porto, passava procuração, datada do Porto, 28 de Setembro de 1419, para ele Doutor Vasco Peres e Frei Gomes Anes, natural de Lisboa e prior do mosteiro de Santa Maria de Florença, além de outros, o representarem na Cúria papal, nas questões com Álvaro Afonso, arcediago de Cerveira* (713).

---

(706) AV, Reg. Suppl. 110, fls. 38v-39, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa ...*, docum. n. II, p. 126; *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 92.

(707) *Bibl. Medicea-Laurenziana de Florença*, cod. Asshb. 1792/2, fl. 27, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, p. XX.

(708) AV, Reg. Suppl. 112, fl. 78, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 109.

(709) AV, Reg. Suppl. 112, fl. 89v, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa ...*, docum. IV, pp. 126-127, e em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III, n. 114.

(710) AV, Reg. Lat. 196, fls. 175-176v, publ. em *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa ...*, docum. IV, pp. 127-130.

(711) AV, Obl. et sol. 58, fl. 84, publ. em *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, docum. VI, pp. 131-132.

(712) AV, Obl. et sol. 58, fl. 119v, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, docum. VII, p. 132.

(713) ASF (*Archivio di Stato di Firenze*), Diplomatico, Badia, 28 Set. 1419, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*, Abadia de Montserrate, 1963, separata de *Studia Monastica*, 5 (1963) 72-73, nota 34.

Foi nomeado bispo do Porto no dia 2 de Abril de 1421. Conta o papa na respectiva bula que, ao transferir D. Fernando da Guerra, bispo do Porto, para a sé arquiepiscopal de Braga, nomeara João Afonso, bispo do Porto, o qual, havia tempo, tinha sido eleito para dirigir essa diocese. Mas este resignara o bispado, sem dele tomar posse, nas mãos do papa, por meio do cónego João Rodrigues. Então Martinho V nomeava bispo do Porto a ele decanum ecclesie Visensis, in subdiaconatus ordine et etate legitima constitutum, iuris utriusque doctorem (714).

Ficamos a saber, portanto, que o Doutor Vasco Peres era originário de Elvas e, na altura em que foi nomeado bispo, tinha já mais de vinte e oito anos, idade requerida para o episcopado. Estava então em Roma. De facto, no dia 14 de Abril de 1421, reverendus in Christo pater dominus Valascus, episcopus Portugalensis, personaliter obtulit camere apostolice et collegio dominorum cardinalium *a taxa do costume, apresentando-se na tesouraria da câmara apostólica, em Roma* (715). *D. Rodrigo da Cunha, baseado nas Constituições dos Lóios, põe em relevo a protecção que D. Vasco, bispo do Porto, dispensou aos cónegos azuis, nos princípios da Congregação, quando eles viviam em Santa Maria de Campanhã* (716). *Já antes da nomeação episcopal, Vasco Peres possuíra a administração de Badalhouce em terras portuguesas, que devia cessar pela tomada de posse do bispado, a não ser que o papa lhe fizesse alguma concessão especial, como passamos a ver.*

Ao conflar a administração ao bispo de Mégara, D. Frei Lourenço Afonso, por bula de 1 de Fevereiro de 1425, o papa Martinho V dizia ter concedido essa administração a D. Vasco, bispo de Évora, quando ele era subdiácono da diocese de Évora: «*... venerabilem fratrem nostrum* Valascum, episcopum Elborensem, tunc subdiaconum Elborensis diocesis, administratorem usque ad dicte sedis beneplacitum per alias nostras litteras fecimus et etiam deputavimus ...». *Ajunta, a seguir, que a administração, que ele papa anulava agora, tinha cessado pela promoção episcopal de D. Vasco à sé de Évora:* «*Cum autem* nos postmodum de persona eiusdem Valasci ecclesie Elborensi, tunc vacanti, duxerimus providendum ... et propterea dicta administratio, quam etiam ex nunc, tenore presentium, revocamus ... cessaverit ...» (717). *Ora o clero português da parte portuguesa da diocese de Badajoz, por meio de súplica de 9 de Outubro de 1421, pedia ao papa, o qual atendeu ao pedido, limitando a concessão à vida do bispo português de Badajoz, com cerca de 70 anos, encarregasse da administração dessa parte da diocese, como coadjutor, ao bispo de Évora, D. Pedro de Noronha, sobrinho de el-rei* (718). *As datas, portanto, não se conjugam bem. Poderia tratar-se, no caso do Doutor Vasco Peres, duma nomeação por incapacidade do bispo D. Pedro, e aquela tentativa do clero teria vindo como natural reacção ... A bula, não falando do velho bispo nem na sua morte, bem como doutros administradores, depois da promoção de D. Vasco a bispo, parece supor que este continuou a administrar esses territórios portugueses da diocese de Badajoz, durante o tempo em que esteve à frente da diocese do Porto e de Évora, apesar daquela cessação, até à data em que a administração passou para o bispo de Mégara.*

Nos princípios de 1423, D. Vasco Peres residia na cidade do Porto. A 25 de Fevereiro deste ano, mediante procuração recebida do arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, o abade de S. Martinho do Campo requeria a D. Vasco prestasse juramento de fidelidade ao arcebispo

---

(714) AV, Reg. Lat. 217, fls. 130v-132. Cf. nota 661c.

(715) AV, Obl. et sol. 58, fl. 185v, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa* ..., docum. IX, p. 134.

(716) RODRIGO DA CUNHA, *Catálogo e História dos bispos do Porto*, Porto, 1623, II parte, cap. XXVII, p. 246. Erra o autor quanto ao ano, porque, nessa altura (1425) era já bispo de Évora.

(717) AV, Reg. Vat. 355, fl. 155v, publ. em *Monumenta Henricina*, III/2, n. 52, pp. 98-100.

(718) AV, Reg. Suppl. 155, fls. 188v-189, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III, n. 561, e

como sufragâneo que era, mas o bispo recusou-se a fazê-lo. No dia 27 desse mês de Fevereiro de 1423, no paço episcopal, o procurador do arcebispo pediu uma resposta, que lhe foi dada no dia 1 de Março de 1423. Reconhecia D. Vasco que a igreja do Porto era sufragânea do metropolita de Braga, mas negava tal obrigação do juramento «porque bem ssabe elle, e he rrazom de o ssaber, que nos ffomos proveudo, hordenado e consagrado em corte de Roma *e ffezemos tal juramento a nosso senhor o papa Martinho quinto»* (719).

D. Vasco foi transferido para a sé de Évora, no dia 10 de Março de 1423, data em que D. Pedro de Noronha era transferido para o arcebispado de Lisboa (720). *Há documento original seu, com a assinatura* Valascus episcopus Elborensis, *de 26 de Abril de 1423 ou 1424, sobre a incorporação das herdades dos bacharéis na mesa do cabido* (721). *A 31 de Maio de 1424, era passado instrumento de tabelião* nos paaços de dom Vasco, bispo dEvora, *sobre a fundação de duas capelas por alma dos bispos D. João e D. Diogo, que fora arcebispo de Lisboa* (722). *Existe ainda pública-forma de 3 de Maio de 1426, feita na presença do vigário geral de D. Vasco, de carta do ano de 1416 do vigário geral de D. Diogo* (723).

Fora delegado do bispo de Lamego, D. Garcia Rodrigues, portanto antes de Abril de 1426, mês em que este foi transferido para a sé de Viseu (724), *para executar letras do papa sobre certa soma ou contribuição pelo cabido de Évora, o qual, segundo bula de 7 de Julho de 1427, se queixou de que o bispo aumentara indevidamente a quota, motivo por que o prelado de Silves foi encarregado de chamar a contas o bispo de Évora, D. Vasco* (725). *Morreu a 13 de Dezembro de 1428* (726), *pelo que já em 1429, por exemplo no casamento da Infanta Dona Isabel com o duque de Borgonha, no dia 24 de Julho de 1429, presidia* dom Alvaro, bispo dEvora (727).

Outros portugueses participaram no concílio de Constança, que não pertenciam à embaixada de el-rei D. João I. Começo por Mestre André Dias de Escobar, para terminar com outros eclesiásticos, a maior parte deles estudantes na Universidade de Bolonha.

Já foi dito que Mestre André, bispo de Cidade Rodrigo, tomou parte no concílio de Cividale, convocado pelo papa de Roma, Gregório XII, a 2 de Julho de 1408 (728). *E foi Mestre André Dias, ainda só abade de Rendufe, quem comunicou publicamente a notícia* (729). *A 19 de*

---

antes em *Mestre André Dias de Escobar*, docum. 37, pp. 274-275. Cf. pp. 87-87, nota 223.

(719) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 22.

(720) Cf. documentos na nota 655. Cf. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, pp. 236, 507.

(721) *Arquivo do cabido da sé de Évora*, EE 13A. Não sei se o ano é de 1423 ou 1424. CARLOS DA SILVA TAROUCA *Inventário das cartas* ... Évora, 1946, p. 28, indica o ano 1423, mas depois doutro docum. do ano 1424 e mês de Maio. Será erro tipográfico? Eu não vi o documento.

(722) *Arquivo do cabido da sé de Evora*, EE 13A.

(723) *Arquivo do cabido da sé de Evora*, EE, 13b.

(724) «Eadem die [Mercurii, 4 Idus Aprilis, anno nono; 1426] translatus est Dominus Garzias, episcopus Lamecensis, ad Ecclesiam Visensem, vacantem per mortem» (AV, *Acta miscellanea*, 1, fl. 164). Cf. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 532.

(725) AV, Reg. Lat. 270, fl. 270v, publ. em *Monumenta Henricina*, III/2, n. 79, pp. 161-162.

(726) Segundo carta de João Rodrigues, procurador de el-rei D. João I na Cúria pontifícia, de 5 de Fevereiro de 1429, D. Vasco morreu a 13 de Dezembro de 1428. Também Álvaro Gonçalves de Abreu, bispo de Silves, se refere à morte dele em carta de 18 de Dezembro de 1429. Docum. publicados em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, pp. XXI-XXII em *D. Gomes, reformador da abadia de Florença* ..., pp. 136-137, nota 157. Cf. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, I, p. 236.

(727) ANTT, Gaveta 17, maço 6, n. 3, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4182, p. 157 *e Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, n. 908, p. 377.

(728) Documentos em SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar*, pp. 62, 90.

(729) *Ibidem*, p. 90.

Dezembro de 1409, era indicado o lugar para a reunião: Cividale de Friul (730). *Embora só conste da participação nos trabalhos conciliares da parte de Mestre André na terceira sessão do concílio, a 5 de Setembro de 1409, data em que foi encarregado de citar à porta da igreja Pedro de Luna, ou seja, Bento XIII, e Pedro Candia, o papa Alexandre V, eleito pelo concílio de Pisa* (731), *ele deve ter participado também nas outras, porque foi nomeado capelão pontifício já em Cividale* (732). *Impossibilitado Gregório XII de continuar o concílio e obrigado a fugir, D. André Dias resolveu passar à obediência de Alexandre V, pois estava convencido da validade da deposição feita pelo concílio de Pisa* (733), *aceitando que o papa deste concílio o nomeasse bispo de Cidade Rodrigo no dia 16 de Abril de 1410* (734), *apesar de o ter sido já por Gregório XII em 1408* (735). *Após várias peripécias, em negociações pela Europa, que lhe valeram, por vezes, sofrimentos e até a prisão, com os olhos na suspirada extirpação do cisma, D. Frei Mestre André Dias toma parte activa no concílio de Constança, onde, no dia 6 de Abril de 1415, na quinta sessão, pregava à assembleia conciliar, durante pontifical celebrado pelo cardeal Orsini, e advogava a superioridade do concílio sobre o papa* (736). *Em mais duas circunstâncias pelo menos, pregou o mestre e bispo português aos padres conciliares, uma a 9 de Agosto de 1416, a fustigar os vícios do clero e a realçar a necessidade da reforma da Cúria Romana, e outra, a 17 de Janeiro de 1418, a congratular-se pelo resultado do concílio, com a eleição do papa Martinho V* (737). *Durante o concílio, deve ter recebido incumbências do mesmo fora da área da assembleia conciliar, porque, em 1416, encontrava-se em Saragoça, a publicar na catedral, em solene sermão perante cerca de oito mil pessoas, o decreto conciliar sobre a reforma* (738). *No mesmo concílio compôs Mestre Frei André vários opúsculos de índole pastoral e doutrinária, como* a Confessio generalis minor, *em 1415, e a* Confessio generalis, *em Agosto de 1416, distinta do* Lumen confessorum, *publicado mais tarde, em 1429. Compôs o* De Schismatibus, *escrito à volta de 1411-1412, mas refundido completamente no concílio, nos fins de 1417* (739). *As suas ideias de reforma, expostas no concílio de Constança, quase obsessão, continuará a expô-las através da vida, já perante o papa Martinho V, como é o caso do sermão pronunciado em 1423 na capela do papa, já em numerosas obras como o* Gubernaculum conciliorum *e o* De civitate ecclesiastica *e* Avisamenta *para a reforma da Igreja, escritos na Cúria pontifícia, no tempo do concílio de Basileia* (740). *E a dureza, por vezes exagero, com que descrevia defeitos, e o calor na exposição das ideias talvez tenham sido causa do infortúnio que o obrigou a regressar à sua terra natal, velho, mas sem deixar a fogosidade de batalhador, consoante pude escrever no livro consagrado a seu peregrinar e labores literários sob o título de* Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV (741).

Gil Vasques Lobeira, bacharel em decretos, diz-nos que estivera mais de três anos no concílio de Constança, em súplica de 23 de Julho de 1418, sobre graça expectativa e faculdade de reter

---

(730) *Ibidem*, p. 60.
(731) *Ibidem*, p. 62.
(732) *Ibidem*, p. 62.
(733) *Ibidem*, p. 62-65.
(734) *Ibidem*, p. 65.
(735) *Ibidem*, p. 79 s.
(736) *Ibidem*, pp, 119-120.
(737) *Ibidem*, pp. 121-122.
(738) *Ibidem*, pp. 123-124.
(739) *Ibidem*, pp. 124-126.
(740) *Ibidem*, cap. XIV, *Conciliarismo de D. Frei André Dias*, pp. 201-223.
(741) Cf. sobretudo o cap. XII: *Relações com Frei Gil de Tavira e D. Gomes, prior de Santa Cruz de Coimbra, e últimos dias em Portugal*, pp. 177-187.

a igreja paroquial de Santa Maria de Monte Agraço: «... *devoto oratori vestro* Egidio Vallasci Lobeyra, bacallario in decretis, qui in concilio Constantiensi per tres annos et ultra stetit et nunc stat hic de presenti, *gratiam fecit expectativam* ...» (742). *Destas palavras se infere que ele estava na Cúria pontifícia, em Genebra, depois de o papa ter partido de Constança. O nosso Gil Vasques estudou na Universidade de Bolonha, como passamos a ver.*

Gil Vasques, bacharel em decretos já em 1405, como veremos, estudava direito canónico na Universidade de Bolonha em 1408. Di-lo o papa Gregório XII em bula de 21 de Março deste ano, ao conceder-lhe a colação de um benefício da competência do arcebispo de Lisboa e bispo de Évora e respectivos cabidos. Dirigia-se-lhe como a Egidio Valasci, perpetuo portionario in parrochiali ecclesia sancti Johannis de Begia Elborensis diocesis, bacallario in decretis ... tibi qui, ut asseritur, Bononie in iure canonico per quinquennium studuisti et actu studes ... (743). *Ora, se havia cinco anos, a contar desta data, que ele estudava em Bolonha, segue-se que deve ter começado seus estudos nesta universidade, à volta de 1402-1403. Realmente, Gil Vasques figura como testemunha e estudante de direito canónico em Bolonha, aliás a viver no colégio universitário de S. Clemente de Bolonha, em dois documentos de 3 de Junho de 1402:* «*Datum et actum* Boñ, in collegio domini Sabinensis, in camera residentie nostre, sita in dicto collegio, *presentibus sapientibus viris* domino Egidio Valacii de Portugalia, scolari, studente in iure canonico ...» (744); «Actum Bononie, in palatio collegii domini Sabinensis, *in camera habitationis domini Fernandi de Portugalia, studentis in iure canonico, presentibus* ... Egidio Valacii de Portugalia, studente in iure canonico ...» (745).

Noutro documento de 27 de Setembro de 1402, ele Egidius Valacii de Portugallia, scolaris studens in iure canonico, *ou* Egidius Valacii de Portugalia, quartanarius ecclesie Ulixboñ ac portionarius sancte Marie de Larena Colimbriensis diocesis, *passava procuração, em Bolonha, a João de Abiul, deão e cónego de Braga, a residir na Cúria Romana, para o representar na câmara apostólica sobre composição relativa a seus benefícios* (746). *A 6 de Fevereiro de 1404, era Lopo Martins, arcediago de Évora, quem passava procuração, em Bolonha, a* dominum Egidium Valasci de Elbis, *que estava presente, para o representar na permuta de benefícios* (747). *A 10 de Março de 1404, estava presente, na casa de Brásio Afonso, em Bolonha, como testemunha, na procuração deste a João Álvares, ambos estudantes portugueses na universidade, o nosso* domino Egidio quondam Valacii de Portugallia, portionario in ecclesia sancti Johannis de Bexia Alborensis diocesis (748). *A 4 de Setembro de 1405,* Egidius quondam Valasci de Elbis, clericus Elborensis diocesis et bachalarius in decretis, *nomeava seu procurador ao cavaleiro Martinho Gonçalves de Carvalhal e, a 16 de Janeiro de 1406,* Egidius Valacii de Elbis Elborensis diocesis de Portugallia, studens Boñ in iure canonico, *nomeava Lopo Afonso de Portugal,* procuratorem in audientia contradictarum in Curia apostolica, *seu representante nas contendas sobre a quartanaria de Lisboa* (749).

Nas súplicas dirigidas ao papa Clemente V, Gil Vasques aparece, por via de regra, como

---

(742) AV, Reg. Suppl. 115, fls. 92-92v, publ. em *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa,* docum. V, pp. 130-131, e *Monumenta Portugaliae Vaticana,* III/2, n. 144.

(743) AV, Reg. Lat. 130, fls. 255-256.

(744) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani,* busta 2, n. 242.

(745) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani,* busta 2, n. 245.

(746) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani,* busta 2, nn. 221, 272.

(747) ASB, *Rogiti di Rolando Castellani,* busta 28, protocolo 1, fl. 25,

(748) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani,* busta 1, n. 130.

(749) ASB, *Rogiti di Rolando Castellani,* busta 28, protocolo 2, fl. 106. *Rogiti di Filippo Cristiani,* busta 4, n. 373.

Gil Vasques Lobeira. Assim a 29 de Novembro de 1417, ao referir-se à questão entre Egidium Valasci Lobeira, medium canonicum ecclesie Ulixbonensis, *e Gil Gonçalves, quanto ao meio canonicato e respectiva prebenda* (750). *Da mesma forma, noutra súplica de 5 de Dezembro de 1417:* «... *lite pendente in sacro palatio causarum apostolico* indecisa inter devotum vestrum Egidium Valasci Lobeira, bacallarium in iure canonico, *etc., ex una et quemdam Egidium Gunsalvi, de et super media canonia et prebenda ecclesie Ulixbonensis* ...» (751). *Assim ainda noutra de 8 de Dezembro de 1417, ao designar-se como* Egidium Valasci Loberia, bacallarium in decretis (752).

Garcia Rodrigues de Magalhães, futuro bispo de Silves, também participou no concílio de Constança, onde estava, quando foi nomeado bispo, a 15 de Julho de 1418 (753), *depois da morte de D. João Álvares, que estudara em Bolonha* (754). *A 18 de Junho de 1417, aparecia ali, como cónego de Braga, a defender os direitos da sé bracarense como primaz das Espanhas:* «... *Deinde* dominus Gracias Roderici, bachalarius in decretis et canonicus Bracharensis, *surrexit in medio et dixit quod, cum in procuratorio serenissimi regis Castelle reverendissimus archiepiscopus Tolletanus se nominabat primatem in Hyspania et* quia inter ecclesiam Tolletanam et Bracharensem ecclesiam est contentio super iure primatie in regnis Hyspanie et ne per talem nominationem et acceptationem a concilio factam imposterum fiat preiudicium ipsi Bracharensi ecclesie, cuius procurator et canonicus dictus dominus Gracias est, ipse protestabatur publice quod dicte Bracharensis ecclesie per supradictam nominationem et acceptationem a concilio factam aliquod preiudicium non fieret in predicto iure primatie ...» (755).

Após a eleição do papa Martinho V, deve ter seguido a Cúria pontifícia, durante algum tempo. A 7 de Janeiro de 1418, Garsias Roderici, canonicus Tudensis, *pedia o arciprestado de Valdevez e informava possuir os canonicatos de Braga e de Tui, bem como outros benefícios nas igrejas de S. Salvador de Cabreiro, de Ázere, de Vila Fonche e de Valadares* (756). *Como* Garsias Roderici de Magalhães, canonicus Bracharensis, in decretis bacallarius et de nobili genere procreatus, *impetrava, a 29 de Janeiro de 1418, o canonicato do Porto e a igreja de S. Cristóvão de Refojos, a vagarem pela promoção a bispo do Porto de D. João Afonso* (757). *Mais importante, súplica de 26 de Junho de 1418 sobre o deado do Porto, vacante por morte de Mestre Afonso. Nela, além da indicação de que era nobre e bacharel em direito canónico, afirma ter participado no concílio de Constança, durante três anos, a trabalhar pela união da Igreja:* «... Garsias Roderici de Magalhães, ex nobili genere procreatus, in decretis bacallarius, qui in concilio Constantiensi per triennium fuit et pro unione Ecclesie Dei laboravit ...» (758). *Gomes Lourenço, cónego de Tui, ao pedir o prestimónio de Valdevez, vacante pela consecução do deado do Porto por parte de Garcia Rodrigues de Magalhães, dizia que este era familiar do papa e oficial de algum dos cardeais* (759). *Depois de ser nomeado bispo de Silves, prestou juramento de fideli-*

(750) AV, Reg. Suppl. 105, fl. 93, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 11, pp. 11-12.

(751) AV, Reg. Suppl. 111, fls. 68v-69, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 15, p. 15.

(752) AV, Reg. Suppl. 111, fls. 193-193v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 23, p. 21.

(753) AV, *Miscellanea*, Arm. XII, t. 121A, fl. 106v. Promessa de pagar a taxa, a 6 de Agosto de 1418, em AV, Obl. et sol. 58, fl. 65v, publ. por SOUSA COSTA, OFM, *Doutoramento em leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Álvares* ..., docum. XVI, em *Itinerarium*, 4 (1958) 380.

(754) Cf. SOUSA COSTA, OFM, *Doutoramento em leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Álvares, deão de Viseu, depois bispo de Silves*, em *Itinerarium*, 4 (1958) 344-379.

(755) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Vat. lat. 4178, fls. 570-573.

(756) AV, Reg. Suppl. 107, fl. 216, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 49, p. 42.

(757) AV, Reg. Suppl. 108, fl. 258v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 87, p. 57.

(758) AV, Reg. Suppl. 114, fl. 21, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 136, p. 89.

(759) AV, Reg. Suppl. 114, fls. 5v-6, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 137, p. 90.

dade à Santa Sé nas mãos do cardeal Reinaldo, e o papa Martinho V concedia-lhe, em 27 de Julho de 1418, faculdade para receber a sagração episcopal das mãos de um bispo católico qualquer (759a).

Outras súplicas encontrará o leitor no volume respectivo, relacionadas com D. Garcia Rodrigues de Magalhães. Para lembrar algumas, em que vem indicado como bispo eleito confirmado de Silves, por exemplo a 2 de Abril de 1421 (760). *Em súplicas de 2 e 4 de Junho de 1421, aparece como administrador geral do bispado de Lamego, em nome de D. Álvaro Gonçalves de Abreu* (761). *Está o facto a mostrar que D. Garcia voltou a Portugal, depois da promoção episcopal. De facto, a 3 de Dezembro de 1421, aparece-nos* Vasco Martinz, chantre e ouvidor en logo de dom Garcia, bispo de Silves, aminystrador do bispado de Lamego por dom Alvaro, bispo de Lamego, *e, a 2 de Maio de 1422, como* ouvidor do honrado padre e senhor dom Graçia ... bispo de Sillves, aministrador no sprituall e temporall no bispado de Lamego per dom Allvaro ... bispo do dicto bispado, *em documentos do cabido lamecense* (761a). *No dia 16 de Janeiro de 1421, em carta dirigida a Diogo Vasques, tesoureiro de Lamego, e inserida na deste do dia seguinte 17 de Janeiro de 1421,* dom Garcia ... bispo de Silves, Aministrador en o sprital e temporal do bispado de Lamego por dom Alv.º bispo do dicto bispado de Lamego, *encarregava o tesoureiro de receber a renúncia do abade da igreja de* sam Çibrião do dicto bispado de Lamego (761b).

A 25 de Junho de 1421, o papa Martinho V transferia-o para a sé de Lamego (762) *e a 5 de Dezembro do dito ano encarregava os bispos de Viseu e de Coimbra de receberem o juramento costumado* (763). *Documento de notário bolonhês, de 28 de Março de 1422, dá-nos indirectamente a entender que ele andara por Itália, em tempos recuados. Nesta altura, em 1422, apresentava-se como seu procurador Gonçalo Rodrigues de Magalhães, da diocese de Braga, que julgo ser da família do bispo de Lamego, originário também da actual diocese de Braga* (764). *D. Garcia andava ao serviço de D. João I, rei de Portugal, e seu filho o Infante D. Duarte, que então governava o reino, conforme súplica de 6 de Março de 1422* (765). *Na verdade, sabemos, por carta régia de Novembro de 1422, que D. Garcia, bispo de Lamego, era* regedor per nos em a nossa casa que ora esta em essa cidade, *ou seja, da relação existente em Lisboa* (765a). *Em Julho de 1422, já estava de posse da diocese lamecense, porque ele D. Garcia, bispo de Lamego, desde Lisboa nomeava seu vigário geral, nessa altura, a seu sobrinho Gonçalo Rodrigues de Magalhães, cónego de Tui, juntamente com o chantre Vasco Martins, inclusive com faculdades para fazer sínodos com o clero. Tudo isso consta de documentos passados entre 1425 e 1427 sobre litígios do bispo e cabido de Lamego com o marechal Gonçalo Vasques Coutinho, sendo alguns desses documentos de el-rei D. João I* (765d). *E realmente há notícias, a partir daquela data de Julho de 1422,*

(759a) AV, Reg. Lat. 195, fls. 192-192v.

(760) AV, Reg. Suppl. 151, fls. 154-154v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, 473, pp. 331-332.

(761) AV, Reg. Suppl. 152, fls. 285v-286, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, nn. 515, 518, pp. 360-361, 363.

(761a) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16, *maço* 3 *de sentenças*, n. 1.

(761b) ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, livro 35, fl. 209.

(762) AV, Reg. Lat. 217, fls. 199v-201.

(763) AV, Reg. Lat. 222, fl. 176.

(764) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani*, busta 5, n. 37.

(765) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, nn. 640-641, pp. 457-458.

(765a) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fls. 134v-135.

(765b) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 8, *maço* 2 *de papéis avulsos*, n. 10, docum. roto em algumas partes: «Sabham q[uantos ...] Jhesu Christo de mjl e iiii.c [*roto*] de Lamego, ante a porta de [... al]moxariffe e nos reguengos [*roto*] Affomso, almoxariffe em pubrica audi[encia ...] ell pareçeu o dicto Gonçallo Vaasquez per

sobre sentenças ou prazos de ambos os vigários gerais e também de Afonso Anes, conigo e vig.º geerall do honrrado padre dom Garçia ... bispo de Lamego, *a partir de 1425 ou 1426, além de notícias sobre os seus paços em Lamego e cartas suas, nessa qualidade, ou documentos pontifícios relativos a D. Garcia, bispo de Lamego, a partir de 1422.*

Gill Lourenço, seu procurador [*roto*] da dicta çidade, e Vasco Martjnz, chantre dessa meesma, e Alvaro Gonçallvez [*roto*] meo conjgo, em seus nomes e de todo o cabidoo da dicta See, e [*roto*] foy dada hũa pitiçom contra o dicto dayam e cabidoo, em a qual lhe demandava çertas herdades com [seus] beens que am em a dicta Çidade e seus termhos, em terra reguenga, e da parte do dicto dayam e cabidoo foy dicto que elles nom consentiam nem queriam consentir em o dicto Martim Affomso, almoxariffe, seer seu juiz antre elles e o dicto G.º Vaasquez, por quanto lhes era mujto sospecto e ffora ja julgado e avudo por sospecto per Affomso Anes dAlvellos, morador em esta çidade, per poder e mandado del rey, segundo mais conpridamente he contheudo em hũu pr[oc]esso que eu tabaliam adeante dicto tinha, e que lhe Requeriam come a juiz ordenairo que era da dicta Çidade, que mandasse perante ssy vijr o dicto proçesso. E que achava per ell que ia era avudo e julgado per sospecto. E que portanto nom devja de conhocer de seus fectos. E o dicto juiz e almoxariffe mandou a mjm tabaliam que pera de menha trouvesse o dicto proçesso que os dictos cabidoo alegavam, pera o elle veer. E que nom embargante o dicto proçesso, que manda aos procuradores do dicto G.º Vaasquez viessem dizer o que quissesem pera de menhaa, e os dictos cabidoo protestavom e diziam que nom consentiam em termho nem em asignaçom que o dicto almoxariffe fezesse; testemunhas: Gonçallo Monteiro, escripvam do almoxariffado, e Fernam Martjnz e Affomso Martinz, porteiros do almoxariffado, e eu Gill Gonçallvez, tabaliam por el rey na dicta çidade, que esto screpvj; e depois desto, vinte dias do dicto mes de Mayo, em a dicta Çidade e no alpender da praça, seendo hi o dicto Martim Affomso, juiz na dicta çidade e almoxariffe, pera ouvir os ffectos do dicto G.º Vaasquez Coutinho, de suas terras e Regueengos, pareçerom perante ell os dictos dayam e cabidoo e Requereram a mjm tabaliam que mostrasse ao dicto almoxariffe o dicto proçesso que tinha em como per o dicto Affomso Anes dAlvellos, seendo juiz per comjssom a ell fecta, julgara o dicto almoxariffe seer sospecto ao bispo e cabidoo da dicta çidade. E o dicto almoxariffe disse que ell nom queria veer o dicto proçesso nem sentença em ell contheuda, porquanto el rrey lhe mandava ora per sua carta espiçial que ouvisse os ffectos do dicto G.º Vaasquez de todos seus Reguengos e terras e que, porquanto lhe assy era mandado, que era per força de o fazer, e o dicto dayam e cabidoo pidiram a mjm sobredicto Gill Gonçallvez tabaliam que lhes desse hũu stormento de meu ofiçio com o theor do dicto processo, porquanto o dicto almoxariffe disse que em tal casso lhe nom Reçebia agravo nem apellaçom e se avja por seu juiz. Do qual processo o theor tal he de verbo a verbo: Era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e vinte e çinque annos, doze dias do mes de Junho, na çidade de Lamego, aos Carvalhos do moesteiro de sam Francisco da dicta çidade, stando hi Pero Lourenço, contador del rey e arrendador das suas ssisas nos almoxariffados de Viseu e Lamego, em presença de mjm Pedro Affomso, tabaliam por el rey na dicta Çidade de Lamego e em seus termhos, perante o dicto contador pareçeu Stevom Gonçallvez, coonigo da See da dicta Çidade, come procurador do Cabidoo dessa meesma, e per mim sobredicto tabeliam leer e pubricar ffez ao dicto contador hũa carta de nosso Senhor el rey, scripta em papell e aseellada nas costas e subscripta per Diego Affomso do Paao, segundo per ella pareçia, da qual carta o theor tal he este que sse adeante segue: Dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugual e do Alguarve e senhor de Çepta, a vos Pero Lourenço, nosso contador em os almoxariffados de Lamego e de Viseu. Saude. Sabede que o bispo e cabidoo da dicta çidade de Lamego nos envjarom dizer que G.º Vaasquez Coutinho ouve de nos hũa nossa carta espiçial, per que lhe demos por juiz em todollos ffectos dos Reguengos que elle ha em termho dessa çidade e em outros lugares Martim Affomso, nosso almoxariffe de Lamego, perante o qual os o dicto G.º Vaasquez citou e demandou por jurdições e herdades que lhes perante elle quer demandar e diziam que, por quanto lhes este almoxariffe era muito sospecto e lhes he muj perigosso segujrem perante elle seu direito, porquanto elle dicto almoxariffe he muj chegado ao dicto G.º Vaasquez e seus filhos, seendo seu caseiro e tragendo emprazadas de sua mãao as fiigueiras de Calvilhe e herdades do dicto logo de Calvylhe, e come e beve com elle, assy jantar como cea. E mais que Gill Affomso, jrmãao do dicto almoxariffe, vjve com Alvaro Gonçallvez Coutinho continuadamente por escudeiro em sua cassa e o serve de nocte e de dia e da de sua (?) a hũu filho pequeno do dicto almoxariffe, que chamom Joham Mayo, por a qual Rezom nos envjarom pidir por merçee que por todas estas efeições que elle assy ha e seus filhos com o dicto G.º Vaasquez, que lhes dessemos por juiz antre elles e o dicto G.º Vaasquez, assy em estes fectos movidos como por mover, o contador de Trallosmontes que he comarquaão com o dicto almoxariffado de Lamego, ou ho almoxariffe de Gimarães ou de Ponte de Lima, de gissa que seia fora da terra e comarqua honde o dicto G.º Vaasquez vive, porquanto nom entendiam perante elle perçalçar direito nenhũu. E nos veendo o que nos

Como se viu, ainda a 2 de Maio de 1422 ele figura como bispo de Silves e administrador do bispado de Lamego por D. Álvaro, bispo de Lamego, embora tivesse sido transferido para esta sé em Junho de 1421. Além disso, apesar de ainda não ter tomado posse da diocese,

---

assy dizer e pidir envjarom, em Rellaçom com os desenbargadores dos nossos ffectos acordamos que, vista per vos esta carta, saybades parte destas sospecções do dicto bispo e cabidoo antre elles e o dicto Gonçallo Vaasquez ao contador de Tralosmontes, ao qual mandamos que ouça os sobredictos, cadhũu com seu direito, dando apellaçom e agravo dos dictos ffectos nos caussos que o com direito deve dar. Unde al nom façades. Dante em a çidade de Lixboa, vinte e oyto dias dabril. El rey o mandou per Diego Affomso do Paao, seu vassallo e do seu desenbargo e juiz dos seus ffectos. Diego Gonçallvez a ffez. Era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiii.c e vinte e çinque annos. A qual carta assy apresentada e pubricada ao dicto Pero Lourenço contador per mjm sobredicto tabaliam, como dicto he, e Gill Anes, morador na dicta çidade, Requereo ao dicto contador em nome do dicto G.º Vaasquez que lhe mandasse dar o trellado da dicta carta. E o contador, vista a dicta carta e o dicto Requerimento do dicto Gill Anes, mandou a mjm sobredicto tabelliam que posse a dicta carta em proçesso. E que pera em outro dia, a vespera, que vam todo veer e dar a ello sua Reposta. E eu Pedro Affomso tabaleam esto screpvj. Item depois desto, quatorze dias do sobredicto mes da sobredicta Era, na dicta çidade de Lamego, ante as cassas de Vasco Anes, scripvam das ssisas da dicta çidade, stando o dicto Pero Lourenço, contador, perante elle pareçeram Gonçallo Roíz de Magalhaães, conjgo e vigairo da ssee da dicta Çidade, e Stevom Gonçallvez, conjgo dessa meesma, como procurador do dicto cabidoo, e logo per elles foy dicto e Requerido ao dicto contador que Remetesse os ffectos do bispo e cabidoo ao contador de Trallosmontes, segundo era contheudo na dicta carta do dicto Senhor Rey, que lhe ja elles mostrarom, pois lhe o dicto Martim Affomso, almoxariffe da dicta Çidade, era sospecto, segundo elle contador bem sabia e lhe elles dello fariam çerto, segundo era contheudo na dicta carta do dicto Senhor Rey. E o dicto contador ffez logo perante ssy vijr o dicto Martim Affomso almoxariffe e presente o dicto Gonçallo Roíz e ho dicto Stevom Gonçallvez lhe deu juramento dos sanctos Evangelhos que visse a dicta carta do dicto Senhor Rey, que lhe logo foy mostrada e liuda toda de verbo a verbo. E pello juramento que ffezera lhe dissese sse era sospecto ao dicto bispo e cabidoo nos ffectos que avja com o dicto Gonçallo Vaasquez, segundo na dicta carta do dicto Senhor Rey era contheudo. E o dicto almoxariffe, vista a dicta carta e pello juramento que fezera, disse que era verdade que elle fforava ao dicto Gonçallo Vaasquez çertos fforos de herdade que tinha, que eram suas dell dicto almoxariffe pera senpre, mais que era verdade que mais herdades trazia do dicto bispo e cabidoo que do dicto Gonçallo Vaasquez ... A qual carta e sospeções em ella contheudas, vistas pello dicto almoxariffe, elle disse, pello juramento que ffezera, que os contestava per esta gissa, que elle nunqua fora sospecto ao dicto bispo e cabidoo nem lho entendia de seer, que de boa Razom mais o devia de seer ao dicto G.º Vaasquez, porquanto o dicto Gonçallo Vaasquez lhe tomava suas herdades, e pello dicto G.º Roíz e Stevom Lourenço foy dicto ao dicto contador que, pois per elle dicto almoxariffe eram confessadas as sospecções na dicta carta contheudas, que lhe Requeriam que os envjasse perante o contador de Trallosmontes ... E depois desto, xbiiiº dias do mes de Junho, em Tarouqua, em as pousadas de Johane Anes da Lama, seendo hi o dicto contador, perante ell pareçeo Stevom Gonçallvez, coonjgo de Lamego, e apresentou perante o dicto contador este proçesso susso scripto e lhe Requerio da parte del rey que o visse e desse em elle seu desenbargo como achasse que era direito. E que sse mais prova conprisse em elle, que prestes era pera a dar, se nom abastasse o que dado avja. E o dicto contador disse que lhe mandava que viesse com procuraçom pera esto, pera quarta ffeira. E que veria em tanto esto. E que ffaria o que direito fosse. E eu Affomso Viçente, tabeliam por o Ifante dom Anrique em Tarouqua, que esto screpvj. E depois desto, vinte dias do mes de Junho, em Tarouqua, em as pousadas do dicto Johane Anes, seendo hi o dicto contador, perante elle pareçeo o dicto Stevom Gonçallvez e com elle G.º Roíz, vig.º em a ssee de Lamego como procurador que sse dizia do bispo e cabidoo de Lamego, e disseram ao dicto contador que lhes dese livramento em sseu fecto. E o dicto contador disse e deu hũu desenbargo no dicto fecto, que tal he: Ante que sse mais faça, faço pergunta sse querem mais declarar ou dizer em ajuda de seu ffecto. E que os Reçebam a ello. O qual desenbargo assy dado como dicto he, os dictos Gonçallo Roíz e Stevom Gonçallvez diseram que elles por agora nom queriam mais dizer nem declarar sobre as dictas sospecções, mais que lhe Requeriam que vjsse o depoimento que o dicto almoxariffe fezera aas contradictas contheudas na dicta carta del rey ... E derom e apresentarom mais hũa procuraçom que sse dizia seer ffecta e asignada per Johane Anes, tabaleam de Lamego, que tal he o trellado della este que sse adeante ssegue: Sabham quantos esta presente procuraçom virem que nos dayam e chantre e thesoureiro e cabidoo da ssee da Çidade de Lamego ... fazemos e hordenamos e stabelleçemos per nossos çertos procuradores lijdimos, avondossos e subfiçientes ... Stevom Gonçallvez e Joham Fernandez e Luijs Vaasquez e G.º Gonçallvez, coonigos da dicta See, e Affomso

a 6 de Março de 1422 obtinha faculdade para visitar a diocese por meio de outras pessoas eclesiásticas, alegando o motivo de andar ao serviço de el-rei e do Infante D. Duarte, que tinha o governo do reino ([765c]). *A 23 de Abril de 1423, há carta de sentença de* Gonçallo Roïz de Maga-

---

Doïz e Antom Fernandez, anbos meyos coonigos da dicta See, os portadores desta presente procuraçom ... gerães em todos nossos preitos e demandas que ora nos e o dicto Cabidoo avemos e esperamos aver com quaesquer pessoas que ao dicto cabidoo demandem ... espiçialmente em hũu preito e demanda que ora o dicto cabidoo ha com Affomso dAlvellos, morador na dicta çidade, per Razom dhũa herdade que chamom da Sardinha ... fecta a procuraçom na crasta da dicta See da dicta çidade, dez e sete dias de Fevereiro. Era de mjl e quatroçentos e quarenta e sete annos ... E depois desto, vinte e tres dias do mes de Junho, em Tarouqua, ante as pousadas do dicto Johane Anes, stando hi o dicto contador, perante elle pareçeo o dicto Stevom Gonçallvez e apresentou perante o dicto contador hũa carta de procuraçom de dom Garçia, bispo de Lamego, e sub scripta per ell e seellada do seu seello, da qual carta o theor tal he este que sse adeante segue: Dom Garçia, pella graça de Deus e da sancta Eigreia de Roma bispo de Lamego. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos poemos por nosso Reçebedor e jconjmo e procurador ou procuradores dos nossos direitos e Rendas do nosso bispado de Lamego, com poder de sub estabelleçer outro procurador ou procuradores, G.º Roïz, coonjgo de Tui, portador desta presente carta, que as possa Rendar e Reçeber e Recadar deste sam Joham Bautista, primeiro que vem, da Era desta carta endeante, e dar quitaçom do que Reçeber, e entrar a preito e a demanda com quaesquer persoa ou persoas que seiam por as dictas nossas Rendas e direitos da dicta nossa Eigreia de Lamego ... Item que per nos possa tomar conto ... Outrossy consijrando do (!) dicto G.º Roïz, o poemos por vig.º geeral en a dicta nossa Eigreia e bispado de Lamego, com o chantre da dicta eigreia, que elle com o dicto chantre e em seu cabo possa ouvir ffectos e dar em elles livramento com direito, nom Revogando o dicto chantre de nosso vig.º geeral, mais tambem o poemos por nosso vig.º, assy que ambos os poemos por vig.os geerães e ofiçiaes en o tenporal e spritual, que elles anbos ou cadhũu delles possam por nos e em nosos nomes possam fazer signado com a nossa clerizia e que possam visita[r] e enquerer e coreger per vijr dos ençessos, Reservando a nos as confirmações e collações dos benefiçios quaesquer que seiam da dicta Çidade e bispado de Lamego ... Dante em Lixboa, oyto dias de Julho. Lopo Estevez a ffez, ano do naçimento do nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiii.c e vinte e dous annos. A qual carta assy apresentada como dicto he, o dicto Stevom Gonçallvez disse mais ao dicto contador que visse seu Razoado e isso meesmo a dicta carta del rey, e dizia outras Razõoes que eu tabeliam disse que as nom pudia Reteer e que as desse per scripto ... Item depois desto, vinte e tres dias do dicto mes, em Lamego, em Sam Françisco, estando hi o dicto contador, presente elle pareçeo Stevom Gonçallvez, coonjgo da ssee da dicta çidade ... Item despois desto, vinte e sete dias do dicto mes, em Sam Françisco ... parçerom Lujs Vaasquez, connigo, e Affonso meo coonigo, os sobredictos pidirom ao dicto contador que lhe desse livramento em hũu ffecto que era antre o bispo e cabidoo com Gonçallo Vaasquez Coutinho ... E o dicto juiz disse que pera sexta feira, prestomeiro dia de mayo, veria o dicto ffecto e lhe daria desenbargo. E os sobredictos pidiram assy hũu stormento; testemunhas Joham Doïz, tabeliam, e Gill Teixeira, escudeiro, e Alvaro de Fragouas, alfayate, e Joham ... O qual proçesso assy presentado per mjm tabeliam como dicto he e pidido pellos sobredictos dayam e cabidoo o dicto stormento, o dicto almoxariffe deu ajnda mais e mandou poer a carta que lhe fora presentada del rey pella parte do dicto G.º Vaasquez em Reposta ao dicto dayam e cabidoo. E os sobredictos com todo pidirom o dicto stormento, da qual carta o theor tal he, de verbo a verbo: Dom Joham, pella graça de Deus Rey de Portugual e do Alguarve e senhor de Cepta, a vos Martim Affomso de Calvilhe, nosso almoxariffe em a çidade de Lamego. Saude; sabede que G.º Vaasquez Coutinho, nosso marichal, nos envjou dizer que elle mandou trelladar todollos direitos que nos avjamos daver em as terras que ell de nos tem. E esto dos livros do tonbo que iazem em a torre do nosso castello de Lixboa. E mandou todo aseentar e poer em hũu livro ... teemos por bem e mandamos que todos aquelles que vos achardes per o livro do tonbo que tragem as dictas possissões, vos constrangeos que nos mostrem os titollos per que os tragem, fazendo pera esto hũu edicto geeral a que venham perante nos mostrar seu direito ... Dante em a çidade dEvora, vinte e seis dias de março. El rey o mandou per Diego Affomso, escollar em leis, seu vasallo e do seu desembargo e juiz dos seus ffectos. Joham de Lixboa a ffez. Era do naçimento do nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiii.c e vinte e sete annos. E dada assy a dicta Reposta ao dicto dayam e cabidoo como dicto he, diseram os sobredictos que nom consentiam em desenbargo nem sentença que o dicto almoxariffe sobre seus ffectos e demandas desse, como a qual que de direito nom era juiz delles nem o podia seer pollas cousas sobredictas. E pidirom assy o dicto stormento pera a merçee del rey lhes a ello aver Remedio com direito ...».

([765c]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, nn. 640-641, pp. 457-458.

lhaaes, coonigo e vig.º geerall do honrrado padre senhor dom Garçia ... bispo de Lamego, *em contenda entre o cabido e Martim Afonso de Calvilhe* ([765d]). *No dia 31 de Julho de 1424, o mesmo* Gonçallo Roïz de Magalhaaes, conigo e vigairo geerall do honrrado padre e Senhor dom Garçia ... bispo de Lamego, *proferia outra sentença em demanda ventilada perante ele e perante Vasco Martins,* chantre, em seendo outrosi vig.º ([765e]). *Também a 5 de Março de 1425 o sobredito* Gonçallo Roïz de Magalhaaes, coonigo e vig.ro geerall do honrado padre e Senhor dom Garçia ... bispo de Lamego, *pronunciava outra sentença em litígio entre o cabido e Afonso Aparício de Alvelos* ([765f]). *Por seu turno, depois de ser nomeado pelo papa Martinho V executor de bula de 20 de Dezembro de 1423 sobre a nomeação do prior do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia, cumpria as determinações pontifícias por carta datada de Torres Vedras a 27 de Maio de 1424, declarando-se* Garssias eadem gratia Episcopus Lamecensis, executor unicus ad infrascripta ([765f']).

Conforme se colhe de sentença de Vasco Esteves, ouvidor geral do arcebispo de Lisboa D. Pedro, de 21 de Janeiro de 1426, Afonso Anes, vigário geral de D. Garcia, bispo de Lamego, tinha enviado o processo de apelação da causa que fora ventilada perante ele entre Álvaro Gonçalves, abade de Numão, e Frei Pedro, abade, e convento do mosteiro de S. João de Tarouca ([765g]).

A 4 de Dezembro de 1426, Affomso Anes, conigo e vig.º geerall do honrrado padre dom Garçia ... bispo de Lamego, *dava sentença em contenda entre o cabido e Gonçalo Rodrigues de Carvalho* ([765h]). *Antes, a 11 de Julho de 1426, Afonso Anes, cónego* dessa egreia e vig.º geeral em essa por ho onrado padre Senhor dom Garçia, bispo da dicta Çidade, *apresentava, em nome do bispo, chantre, tesoureiro e cabido de Lamego, apelação contra João Fernandes, reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Morais da diocese de Braga, sub-executor de sentenças e processos contra os sobreditos bispo e cabido* super declaratione et agravatione quorumdam pretensorum processuum occasione decanatus dicte ecclesie et rebus aliis in actis cause designatis et ipsorum occasione et in favorem cuiusdam Lupi Gundisalvi adversarii factis ([765i]). *Noutro documento com a mesma data e com a apelação de D. Garcia e do cabido sobre o assunto, inclusive contra o próprio vigário geral e contra D. Fernando, bispo de Coimbra, diz-se que a apelação fora entregue na presença de* Afomso Anes, vig.º dessa meesma per o bispo dom Garçia ([765j]).

([765d]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 3 *de sentenças*, n. 2.

([765e]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 3 *de sentenças*, n. 3.

([765f]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 3 *de sentenças*, n. 4.

([765f']) ADB, *Bulas*, caixa 3, n. 80.

([765g]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 16-17, *maço* 3 *de sentenças*, n. 5.

([765h]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 3 *de testamentos, óbitos e capelas*, n. 28.

([765i]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 8, *maço* 2 *de papéis avulsos*, n. 12.

([765j]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 8, *maço* 2 *de papéis avulsos*, n. 13: «In nomine Domini. Sabham quantos este estormento de intimaçom dapellaçom virem que no ano do naçimento de nosso Senhor salvador Jhesu Christo de mjl e iiii.c e vinte e seis annos, onze dias do mes de Julho, em a çidade de Lamego, ante a porta da see dessa meesma que he chamada de santo Antom, stando Affomso Anes, vig.º dessa meesma per o bispo dom Garçia, em presença de mjm tabaliam e testemunhas adeante scriptas, pareçerom Lourenço Roïz e G.º Gonçalvez e Alvaro Gonçallvez e Antom Fernandez e Joham Gonçallvez, conjgos da dicta Eigreia, e Affomso Doïz e Joham Perez, meyos conjgos, diseram e pidiram a mjm tabaleam que lhes desse hũu stormento em seu nome e dos outros com o trellado desta çedulla e com a Reposta que a ella desse o dicto vig.º, da qual çedulla o theor de verbo a verbo tal he: Porquanto aos antravados enjustamente e contra direito ou aaquelles que temem de o seer ao deante, a apellaçom he defendimento e he contra aquelles, per que som ou temem de seer agravados, porende nos dom Garçia, bispo da Eigreia de Lamego, e chantre e thesoureiro e cabidoo da dicta Eigreia, sentindonos mujto agravados e temendonos de o seer mujto mais ao deante per dom Fernando,

A 27 de Agosto de 1423, em prazo do cabido sobre um casal de Maçãs fala-se dos paaços de dom Garçia, bispo da cidade de Lamego, *aí existentes* ([765k]). *No dia 17 de Setembro do mesmo ano de 1423, estava presente à promulgação do estatuto do cabido de Lamego «sobre a partilha da prebenda», entre outros cónegos, nomeadamente o chantre, tesoureiro e Gonçalo Rodrigues,* Fernam Gonçallvez, homem do bispo da dicta cidade ([765l]). *Mas o prelado vivia, geralmente, fora da diocese, ao serviço da corte, como se viu. Por isso, a 3 de Março de 1424, ele* Dom Garçia ... bispo de Lamego, *enviava, desde Lisboa, carta sobre os padroeiros da igreja de S. Pedro de Penude, assinando* Episcopus Lamecensis, *depois de ter mandado tirar inquirição ao seu vigário Gonçalo Rodrigues de Magalhães, em relação com documento que lhe fora apresentado, de 17 de Janeiro de 1424* ([765m]). *Segundo carta de 10 de Junho de 1424, dada em Torres*

---

bispo de Coinbra, e Joham Fernandez, abbade de sam Miguel de Moraes do arçebispado de Bragaa, e per Affomso Anes, vig.º em a Eigreia de Lamego, porquanto nos he dicto per algũas persoas dignas e de creer que os dictos bispo e Joham Fernandez proçedem contra nos per sentenças descomunhom, nas quaes sentenças mandou que nos nom dem foguo nem logo nem nos cozam nos ffornos nem nos moam o pam nos moynhos nem participem connosco, nom embargante que aos sobredictos seiam publicadas inhibitorias da corte de Roma que a taaes autos nom proçedesem, e agora nos he dicto que o dicto vig.º quer mais agravar as dictas sentenças do dicto bispo de Coinbra e do dicto Joham Fernandez, sem seendo nos ouvjdos com nosso direito, nem avendo os sobredictos de nosso direito conhoçimento s. ordinis ordine premisso procedem e querem proçeder contra nos, tirandonos da posse de Reçeber nossos froitos e da participaçom das gentes e contra direito e justiça nos querem esbulhar sem conhoçimento, mayormente porquanto sobre estas escomunhões nos apellamos ja pera a corte de Roma e mandamos seguir as dictas apellações, as quaes sentenças descomonhões foram julgadas em corte por nenhũas e teemos ja dello absoluçom, a qual mostraremos perante quem direito for, as quaes cousas o dicto bispo de Coimbra e Joham Fernandez e Affomso Anes, vig.º, nom podem fazer pellas coussas sobredictas, quapropter, rratione predictorum gravaminum, sentimus nos multipliciter fore gravatos ac imposterum peragravare. Porende nos dictos bispo, chantre, thesoureiro, conigos e cabidoo da Eigreia de Lamego, ante dos dez dias do tempo que nos foy dicto e vjerom aas nossas noticias as cousas sobredictas delles dictos bispo de Coimbra e do dicto Joham Fernandez e Affomso Anes, vigairo em a Eigreia de Lamego, e ouvidores e logo tentes e de quaesquer eixacutor ou eixacutores e subeixacutor ou subeixacutores e logo teentes, de todas suas sentenças e mandados e de todos seus proçessos e amoestações, terminações e asignações e subcrestações, jnterdictos apellamos ad dominum nostrum papam et eius sanctam sedem provocamus et appellamus ...».

([765k]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa *9*, *maço* 3 *de prazos*, n. 13.

([765l]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 4, *maço único de estatutos*, n. 4: «Sabham todos quantos este stromento virem como no anno da Era do nasçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e xxiii annos, xbii dias do mes de Setenbro, em o cabijdo da See da çidade de Lamego, seendo hij Vasco Martinz, chantre, e cabijdoo da dicta See, Gonçallo Gonçallvez, conigo da dicta See, ffez leer e publicar per mjm Nuno Estevez, publico notayro da dicta See, ao dicto chantre e cabijdoo hũua çedulla de statutu, scripta em papell, da quall cedula o theor de verbo a verbo se adiante segue: Este he o estatuto que nos chantre e cabijdoo de Lamego fazemos antre nos e por nos e por os que ham de vjr: porque antre nos era discordia sobre a partilha da prebenda, por que nom pudiam esmiunçar os dias nem podiam saber como cada hũu servja, salvo com grande trabalho, porem nos querendo tirar esta discordia e trabalho e por cada hũu saber o que ha daver, hordenamos e stabellecemos que o conigo ou nom conigo que for na çidade per dous messes ajuntados ou per partes do anno, que este aja a quarta parte da prebenda, asy pam come vinho e dinheiro, e se nom servjr os dictos dous messes compridos per todo o anno, contado o mes de trinta dias, que este tall nom aja a prebenda do pam nem do vinho, salvo se aconteçer que o conigo ou nom conigo estevesse na çidade, quando se fezesse allguũa partilha de vinho, que entom lhe dem por companhia hũu odre de çinque ou vj alqueres e em outra guissa nom ... testemunhas que a esto forom pressentes: Joham Fernandez, prebendeiro do dicto cabijdoo, e Fernam Gonçallvez, homem do bispo da dicta cidade, e o dicto chantre e Go. (Diego?) Vasquez, thesoureiro, e Allvaro Gonçallvez e Stevam Gonçalvez e Gonçallo Gonçallvez e R.º Anes e Joham Fernandez e Gonçallo Roiz, todos conigos, que o fezerom e outorgarom, e outros. Eu Nuno Estevez, not. publico da dicta See, que a esto todo pressente foy e aquj meu signall fiz, que tall he. Nunus».

([765m]) ANTT, *Sé de Lamego*, 2.ª remessa, livro 6: *Livro das doações, cartas e merçês régias da cathedral de Lamego*, fls. 147-147v.

Novas por el-rei D. João I, o bispo de Lamego D. Garcia tinha apresentado ao monarca cartas de privilégios de el-rei D. Sancho I e D. Dinis, a favor da sé e couto de Lamego, em relação com o derribamento dos marcos, e, a instâncias do bispo, D. João I impunha ao corregedor o respeito por tais privilégios, conforme concedera ao prelado em «nossa carta per que os oficiaaes e C.° da dicta cidade fossem atados, como o forom ... segundo he contheudo em hũu stormento que nos dello mostrou e o dicto bispo tem» ([765n]).

Quanto a documentos pontifícios, lembro que, em súplica datada de 13 de Março de 1423, o marechal Gonçalo Vaz Coutinho referia ao papa Martinho V haver entre ele e os bispos de Lamego e de Viseu graves contendas quanto ao direito de propriedade de alguns lugares e terras, e respectivas jurisdições, pedindo ao papa juízes imparciais para tratar das suas questões, sem necessidade de recorrer à Santa Sé contra os juízes e oficiais daqueles prelados ([765o]). *Noutra súplica de 25 de Maio de 1423 sobre o direito de padroado em muitas igrejas das dioceses de Lamego, Viseu e do Porto, que o papa Bonifácio IX lhe tinha aprovado e Inocêncio VII anulado, o conde de Marialva solicitava a restituição desse direito, visto os respectivos prelados recusarem a instituição canónica e isso ser ocasião de graves dissenções e escândalos* ([765p]). *A 30 de Maio de 1423, D. Luís, bispo adicto à câmara apostólica, em carta dirigida ao arcebispo de Braga e a seu vigário geral, referia ter recebido queixa do bispo de Lamego D. Garcia, por o cavaleiro Vasco Fernandes Coutinho ter recebido alguns bens móveis do falecido bispo lamecense D. Gonçalo Gonçalves, em ouro, prata, dinheiro em grande quantidade, ornamentos preciosos e outras coisas que, por direito, pertenciam à igreja de Lamego. O colector apostólico em Portugal, Rui Dias, dera ao cavaleiro cartas de quitação, apesar da requisição do bispo para os restituir. Atendendo a pedido do prelado, aquele bispo da câmara apostólica encarregava o arcebispo de Lisboa de se informar sobre a verdade do exposto e de fazer justiça* ([765q]). *Lembro ainda súplica de D. Garcia, bispo de Lamego, com data de 26 de Junho de 1423, a solicitar indulto para dispor de seus bens particulares até à soma de mil e quinhentos florins de ouro* ([765r]). *A 24 de Novembro de 1425, intercedia junto do papa pelo seu familiar e comensal Afonso Gonçalves* ([765s]). *Por bula de 7 de Julho de 1427, dirigida ao bispo de Silves, sabemos que D. Garcia, bispo de Lamego, foi deputado executor de letras apostólicas de Martinho V sobre um subsídio, a tirar dos rendimentos eclesiásticos de Portugal, a favor de el-rei D. João I* ([765t]).

Tomou parte na reunião de 1426, em Braga, para estudar, com o arcebispo primaz, o bispo do Porto e outros prelados do norte, os meios de defesa contra as leis régias, atentatórias das liberdades eclesiásticas ([766]). *Era então bispo de Viseu, para onde fora transferido, a 10 de Abril de 1426* ([767]), *mas ainda não tinha tomado posse. Por isso, nessa reunião, a diocese de Viseu aparece como vacante, sem bispo. Relacionadas com estas circunstâncias, várias súplicas de 14 de Julho de 1428, entre elas a de ser absolvido do juramento que fizera naquela reunião de não se ausentar da respectiva diocese e província bracarense, sem consentimento do arcebispo e dos outros prelados, que tomaram parte na reunião para a defesa das liberdades eclesiásticas. Alegava como*

([765n]) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço* 1 *de doações, cartas e merçês régias*, n. 19.
([765o]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 684, p. 494.
([765p]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 721, pp. 515-516.
([765q]) AV, Arm. 29, t. 7, fls. 242-242v.
([765r]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 756, p. 526.
([765s]) AV, Reg. Lat. 262, fls. 317-318v.
([765t]) AV, Reg. Lat. 270, fl. 270v, publ. em *Monumenta Henricina*, III, n. 79, p. 161.
([766]) ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fls. 112-114.
([767]) AV, Reg. Lat. 264, fls. 213-214v.

pretexto o facto de tal obrigação assumida não se cumprir e ser difícil de observar ([768]). *A 5 de Outubro de 1428, completava súplica feita a 14 de Julho desse ano, a fim de ser dispensado da visita pessoal* ad sacra limina, *de forma a poder fazê-la por meio de outra pessoa* ([769]). *A 20 de Dezembro de 1428, D. Garcia, bispo de Viseu, passava procuração, nesta cidade, para prestar juramento de fidelidade e obediência ao arcebispo de Braga* ([770]).

Como se pode ver pelos documentos citados, D. Garcia levou tempo a tomar posse da diocese de Viseu, pelo que ainda em Dezembro de 1426 figura como bispo de Lamego, embora nos documentos pontifícios já desde Novembro de 1426 apareça como bispo de Viseu. Assim, a 28 de Novembro de 1426, Gonçalo Rodrigues, cónego de Lamego, e Afonso Gonçalves, meio cónego também de Lamego, como procuradores e nomine domini Garsie, episcopi Visensis, *obrigava-se pela taxa da promoção* ([770a]). *No dia 11 de Dezembro de 1426,* dominus Garsias, episcopus Visensis, *pagava parte da taxa por meio do banco de Francisco de Boscolis* ([770b]). *A 1 de Abril de 1427, era-lhe prorrogado o prazo do pagamento total da taxa por três anos, atendendo às dificuldades económicas dele* domini Garsie, episcopi Visensis ([770c]). *A 7 de Abril de 1427,* dominus Garsias ... episcopus Visensis, *pagava parte da taxa por meio de Gonçalo Rodrigues, cónego de Lamego* ([770d]) *de outra parte, no dia 5 de Outubro de 1428, por meio de Diogo Gonçalves, seu familiar* ([770e]). *Além das concessões pontifícias referidas, que lhe foram outorgadas como bispo de Viseu, recordo que, a 4 de Janeiro de 1427, lhe era concedido indulto de visitar a diocese por meio de outrem e que, por bula de 6 de Agosto de 1427, expedida a 16 de Dezembro de 1427 e dirigida a* Venerabili fratri episcopo Visensi, *o papa Martinho V encarregava D. Garcia de executar concessão feita ao bispo eleito de Lamego, D. Luís Gonçalves do Amaral, sobre a erecção do arcediagado de Lamego, com a união de alguns benefícios, conforme aliás também súplicas de 15 de Maio e 6 de Agosto de 1427* ([770f]). *E ele procedeu à erecção do arcediagado, conforme consta de bula do papa Eugénio IV, de 29 de Julho de 1434, e de súplica de 29 de Setembro de 1431* ([770g]). *No dia 19 de Janeiro de 1429, o sobrinho Gonçalo Rodrigues de Magalhães aparecia em Refojos de Basto, a fim de prestar o referido juramento de fidelidade e obediência a D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, em nome dele Garcia Rodrigues de Magalhães, bispo de Viseu* ([770h]). *Deve ter morrido em 1429 ou 1430, porque, segundo documento de 31 de Maio de 1430, a sé de Viseu, nesta altura, estava vacante* ([770i]).

Vasco Domingues, reitor da igreja paroquial de S. Miguel da Foz de Arouce e estudante de direito canónico na Universidade de Bolonha, o qual, como vimos, era procurador da abadessa de Santa Clara de Coimbra, em 1406, na Cúria Romana, foi outro clérigo português a participar no concílio de Constança. Di-lo ele claramente em súplicas de 1418 e 1419. Em súplica de 27 de Outu-

---

([768]) AV, Reg. Suppl. 227, fls. 205v-207v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, nn. 1259--1265, pp. 322-325.

([769]) AV, Reg. Suppl. 229, fl. 112, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 1293, p. 344.

([770]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 23.

([770a]) AV, Obl. et Sol. 60, fl. 178.

([770b]) AV, Obl. et Sol. 63, fl. 69v.

([770c]) AV, Obl. et Sol. 63, fl. 80v. *Obl. Communes*, t. 4, fl. 232v.

([770d]) AV, *Obl. Communes*, t. 4, fl. 216v.

([770e]) AV, Obl. et Sol. 63, fl. 122.

([770f]) AV, Reg. Lat. 269, fls. 317v-318, Reg. Lat. 268, fls. 209-211. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, nn. 1146, 1162.

([770g]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súpl. do pontif. de Eugénio IV, n. 41. AV, Reg. Lat. 328, fls. 114-115v.

([770h]) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 23, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 87v.

([770i]) ADV, *Cabido da Sé de Viseu*, pergam., maço 18, col. 107.

bro de 1418, sobre benefícios incompatíveis, dizia ter estudado direito canónico, durante cinco anos, na Universidade de Bolonha e ter participado no concílio de Constança, a trabalhar pela união da Igreja: «... *idem* Valascus, qui in Studio Generali Bononiensi per quinque annos in iure canonico studuit, in Constantiensi concilio non absque laboribus et expensis per nonnulla tempora stetit et quantum in eo fuit, pro unione Ecclesie Dei laboravit ...» (771). *Noutra sobre a igreja de S. Salvador de Galegos de 13 de Março de 1419, renovada a 21 de Março do mesmo ano* (772), *afirma que o tempo de estudo na Universidade de Bolonha fora de quatro anos e esclarece ter participado no concílio, tanto antes como depois da eleição do papa:* «... *devotus* Valascus Dominici, *rector parrochialis ecclesie sancti Michaelis de Foz dArauce, Colimbriensis diocesis,* qui per quadriennium in Studio Bononiensi in iure canonico studuit et in concilio Constantiensi ante et post creationem S. eiusdem stetit ...» (773).

Vasco Domingues também andou metido no assunto da redução dos canonicatos e prebendas de Coimbra. Juntamente com outros, em súplicas de 18 e 27 de Dezembro de 1417, pedia ao papa Martinho V anulasse a concessão do antecessor João XXIII sobre a dita redução (774). *Fazia o mesmo, noutra súplica de 15 de Novembro de 1419* (775). *De registar ainda súplicas suas de 1 de Maio de 1419, sobre a igreja de S. Salvador de Galegos* (776), *de 20 de Outubro de 1419, quanto a indulgências para os visitantes da igreja de S. Miguel da Foz de Arouce e oratórios a ela sujeitos* (777), *e de 13 de Dezembro de 1419, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra, vacantes por morte de Luís Lourenço* (778).

Vasco Domingues continuou seus estudos na Universidade de Bolonha, depois do concílio de Constança. De facto, a 22 de Novembro de 1419, aparece como bacharel em direito canónico, em Bolonha, onde assistia à privação do Doutror Lourenço Esteves, por parte de João Gonçalves, da porção na igreja de S. Leonardo de Atouguia da Baleia, pelo facto de aquele jurista português ter exercido e exercer ainda, em Génova, ofícios próprios de leigos, proibidos aos clérigos, como era o de juíz em causas de sangue: «... *presentibus* domino Valasco Dominici de Portugallia, bachalario in decretis ...» (779). *Aliás já em 1412 ele aparecia como estudante de direito canónico em Bolonha, conforme documento de 31 de Outubro deste ano, relativo à aceitação de benefícios nas dioceses do Porto e de Lisboa, da parte de Gil Gonçalves, clérigo da diocese de Braga:* «... *presentibus* ... domino Valasco Dominici de Portugalia, studente Boñ in iure canonico ...» (780).

Vimos atrás que, a 13 de Maio de 1408, estava no concílio de Pisa Lopo Gonçalves, cónego de Lamego (781). *Deve ter continuado por Itália e pela Cúria papal, onde procurou defen-*

---

(771) AV, Reg. Suppl. 116, fl. 249, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 182, pp. 121-122.

(772) AV, Reg. Suppl. 122, fl. 244v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 226, p. 151.

(773) AV, Reg. Suppl. 122, fls. 87v-88, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 222, pp. 148-149.

(774) AV, Reg. Suppl. 106, fls. 198-198v, 253v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, nn. 31, 40, pp. 28-30, 35.

(775) AV, Reg. Suppl. 134, fls. 240v-241v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 323, pp. 221-222.

(776) AV, Reg. Suppl. 125, fls. 1-1v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 247, pp. 167-168.

(777) AV, Reg. Suppl. 133, fl. 55v, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 314, p. 216.

(778) AV, Reg. Suppl. 136, fls. 124v-125, publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 329, pp. 227-228.

(779) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani*, busta 12, protoc. 15, fls. 107-107v; busta 5, nn. 169, 170.

(780) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani*, busta 12, protoc. 13, fls. 112v-113.

(781) Cf. texto correspondente à nota 540t.

der-se dos adversários na aquisição de benefícios, como foi o caso do deado de Lamego. E é nesta qualidade que o vamos encontrar, em 1424, no concílio de Sena, convocado e encerrado pelo papa Martinho V.

Lopo Gonçalves estava na Cúria papal em 1415. Segundo documento de 23 de Maio deste ano, ele, cónego de Lamego, era procurador de Fernando Martins de Portugal, futuro bispo de Coimbra, na causa pendente entre este e a Universidade de Lisboa sobre a igreja de S. Tomé desta cidade (782). *Consta também da correspondência do abade de Florença D. Gomes Anes que o próprio Lopo Gonçalves, cónego de Lamego, e Fernando Anes, clérigo da diocese de Braga, andavam em questão na Cúria pontifícia* (783). *A Lopo Gonçalves escrevia, durante o concílio de Constança, o nobre Gonçalo Vasques Coutinho sobre diligências quanto à promoção do filho Fernando Martins a bispo de Coimbra. Desta carta se infere que aquele nobre o tinha já incumbido, por carta, de outros negócios na Cúria do papa* (784). *Naquela missiva há referências também a Álvaro Gonçalves de Ataíde, nobre que fizera parte da embaixada portuguesa ao concílio de Constança e era sobrinho de Gonçalo Vasques Coutinho, pai do futuro bispo de Coimbra. Por súplica posterior ao concílio, relativa à leprosaria de Alfena, sabemos precisamente que D. Álvaro Gonçalves Coutinho fazia parte da embaixada de D. João I ao concílio de Constança* (785).

A 27 de Maio de 1422 e em 1423, vemos ainda Lopo Gonçalves na Cúria papal, na qualidade de procurador do bispo de Coimbra, D. Fernando Martins, em questão entre o prelado e o arcebispo de Braga, D. Fernando Pires da Guerra, sobre o juramento de fidelidade e direitos de visita como sufragâneo do metropolita bracarense (786). *A 23 de Fevereiro de 1423, Lopo Gonçalves, cónego de Lamego, pedia ao papa Martinho V encarregasse o ouvidor apostólico João Gonçalves de lhe conferir o deado de Lamego, visto se ter chegado à conclusão, na causa sobre esta dignidade, que a nenhum dos contendentes pertencia qualquer direito no deado* (787). *Nessa altura, devia estar a dirigir-se para o concílio de Sena, onde se encontrava, com certeza, em Fevereiro de 1424, porque, a 21 deste mês e ano, o embaixador do monarca aragonês, Guilherme Armengol, apresentava protesto ao presidente da nação Hispana, arcebispo de Toledo, na presença de Lopo Gonçalves, deão de Lamego, e outros* (788).

A 21 de Março de 1424, Lopo Gonçalves, deão de Lamego, acompanhava até fora da cidade de Sena o arcebispo de Toledo e o bispo de Astorga, que abandonavam o concílio. No dia 26 de Março de 1424, tomava parte na reunião com o embaixador de el-rei de Aragão, o bispo de Sarno e outros, para deliberarem sobre a continuação do concílio e reforma da Igreja, mandando o embaixador e outros membros das várias nações a Florença, a fim de convencerem as autoridades florentinas a prosseguirem no mesmo intento, muito embora contra a vontade do papa (789). *Este, como se sabe, encerrava o concílio a 26 de Fevereiro de 1424 por meio de seus legados que publicavam o respectivo decreto a 7 de Março de 1424* (790).

---

(782) ASB, *Rogiti di Filippo Cristiani*, busta 7, depois do n. 28, publ. em *Portugueses no Colégio de S. Clemente e na Universidade de Bolonha durante o século XV*, texto correspondente à nota 764.

(783) Bibl. Medicea-Laurenziana de Florença, cód. Ashb. 1792/II, fl. 4.

(784) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, p. XX.

(785) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 399.

(786) Docum. publ. em *Portugueses no Colégio de S. Clemente e na Universidade de Bolonha durante o século XV*, pp. 473ss, 484-485.

(787) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, n. 676, pp. 489-490.

(788) Docum. em WALTER BRANDMÜLLER, *Das Konzil von Pavia-Siena, 1423-1424*, Band II, Münster, 1974, p. 329.

(789) Docum. em BRANDMÜLLER, *Das Konzil von Pavia-Siena*, II, pp. 447-448, 459, 460.

(790) Docum. em BRANDMÜLLER, *Das Konzil von Pavia-Siena*, II, pp. 401-405.

Talvez ainda neste ano de 1424, Lopo Gonçalves voltasse à Cúria pontifícia, para defender seus direitos ao deado de Lamego. Munido de bulas e outros documentos pontifícios, regressou a Portugal, onde o vamos encontrar em 1425. Segundo carta régia de 19 de Janeiro de 1426, a contenda sobre o deado ventilara-se na Cúria pontifícia com Gil Gonçalves, havia largo tempo. Lopo Gonçalves trazia consigo o processo dos ouvidores apostólicos e letras do papa Martinho V contra Gil Gonçalves, com incumbências para o rei, Infante e prelados de o obrigarem à restituição do deado a Lopo Gonçalves, sob pena de prisão. O papa cometera a execução da sentença ao bispo de Coimbra, D. Fernando Martins, e o interessado, depois da apresentação dos documentos pontifícios, conseguia de el-rei D. João I a publicação das letras apostólicas. Finalmente, o bispo de Coimbra requerera ao cabido de Lamego e a Gil Gonçalves a entrega do deado a Lopo Gonçalves. Perante a recusa destes, o bispo lançara a excomunhão e interdito contra eles, com recurso ao braço secular. Em consequência de tudo isto, D. João I mandava pela sobredita carta de Janeiro de 1426 a Rui Fernandes Homem, corregedor, e justiças da comarca de Lamego que expulsassem Gil Gonçalves e outros ocupantes do deadoi, e metessem na posse e direitos do mesmo ao dito Lopo Gonçalves.

O corregedor da Beira, por alvará de 14 de Março de 1426, mandara aos juízes da cidade de Lamego executassem as ordens régias. Nessa altura, Lopo Gonçalves, segundo confissão do próprio interessado, estava já de posse do deado e respectivas rendas, excepto da ração que lhe era devida pelo cabido. Por conseguinte foi requerida a satisfação deste dever ao chantre Vasco Martins e a Rui Peres, procurador do cabido. Finalmente, foi acordado que Lopo Gonçalves prestasse os serviços devidos como deão, enquanto o chantre e procurador do cabido respondiam ter mandato papal em contrário. Por isso lhes foi assinalado prazo até ao dia 16 de Agosto de 1426 para apresentarem tal mandato. Nessa altura, Rui Peres apresentou uma procuração de 2 de Agosto de 1426, pela qual Vasco Martins, chantre, e o cabido nomeavam seus procuradores a Pedro Afonso, Luís Vasques e João Fernandes, cónegos da sé, e a Afonso Domingues e Rui Peres, meios-cónegos, a fim de apelarem para a igreja metropolitana de Lisboa e para a Santa Sé. A seguir, no dia 16 de Agosto de 1426, compareciam o deão Lopo Gonçalves e, em nome do cabido, o chantre e Rui Peres. Ambos acordaram que o feito permanecesse no ponto em que estivera até 1 de Outubro de 1426, e se esperasse resposta de el-rei, continuando, entretanto, o prebendeiro do cabido a arrecadar as rendas do deado, com o consentimento do deão Lopo Gonçalves. Essas rendas seriam entregues, depois, a quem de direito:

> *«Sabham quantos este stormento virem que no anno do naçimento do nosso Senhor salvador Jhesu Christo de mjl e iiii.c e vinte e seis annos, quatorze dias do mes dAgosto, em a çidade de Lamego e no alpendre da praça, seendo hi Martim Affomso de Calvilhe, almoxariffe del rey en a dicta çidade e juiz ordinairo em essa meesma, em pubrica audiençia ouvindo os ffectos, perante ell pareçeu Lopo Gonçallvez, dayam dessa meesma, como autor, e o cabidoo da dicta çidade per Roy Perez, meo conigo, seu procurador, Reeos da outra. E logo pello dicto dayam autor foy mostrada hũa carta de nosso Senhor El rey, seellada do seu seello e subscripta per o corregedor da sua corte, da qual carta o theor tal he:*
>
> *Dom Joham pella graça de Deus, Rey de Portugual e do Alguarve e senhor de Çepta. A vos Roy Fernandez Homem, corregedor por nos na comarqua e coreiçom da Beira, e aos juizes e justiças da Çidade de Lamego, a que esta nossa carta for mostrada, saude. Sabede que Lopo Gonçallvez, coonigo de Lamego, nos envio dizer que, pendendo antre ell dhũa parte e Gill Gonçallvez da outra processo sobre o dayado de Lamego em corte de Roma per longo tempo, ell dicto Lopo Gonçallvez ouve sentenças e proçessos, eixacutorias contra o dicto Gill Gonçallvez, em os quaes o papa mandou que sse a elles nom fosse obedeçido, como em ellas era contheudo, que chamassem ajuda de braço sagral, sendo depois*

desto o dicto Gill Gonçallvez amoestado que obedeçesse. E por que nom quer obedeçer aas dictas letras, foy declarado por escomungado e foram contra ell proçessos agravados e rreagravados e mandado que o prendam. E sobre esto os ouvidores do dicto ffecto escreveram letras pedindo a nossa merçee e a meu filho o Ifante e a todollos prellados e justiças ecresiasticas e sagraes e a todallas outras persoas que lancem o dicto Gill Gonçallvez ffora do dicto dayado e possesem (!) em posse delle e dos froitos o dicto Lopo Gonçallvez ou seu procurador e que prendam o dicto Gill Gonçallvez e lhe tomem o que tem ataa que seia satisfecto ao dicto Lopo Gonçallvez, e que nom partiçipem com ell dicto Gill Gonçallvez, e sobre esto o dicto Gill Gonçallvez ouve tres sentenças contra ell em corte de Roma, em as quaes fforam provadas todallas coussas fectas contra o dicto Gill Gonçallvez e sobre esto o muuj sancto padre Martinho quinto nosso Senhor per sua bulla cometeo a dom Fernando, bispo da Çidade de Coimbra, que ffezesse eixacuçom das sobredictas cousas, segundo todo esto e outras coussas nas dictas letras mais conpridamente he contheudo. E depois desto o dicto Lopo Gonçallvez ouve nossa carta pera pubricar as dictas letras, as quaes o dicto Lopo Gonçallvez com a dicta nossa carta perante o dicto bispo de Coinbra apresentou, rrequerendolhi que ffezesse per ellas eixacuçom como o predicto nosso Senhor papa mandava. E ell obedeçendo aos mandados apostollicos, rrequereo e mandou rrequerer aos coonigos e cabidoo da dicta çidade de Lamego e ao dicto Gill Gonçallvez que obedeçessem aas dictas letras, e desse a posse do dicto dayado ao dicto Lopo Gonçallvez, assy como em as dictas letras he contheudo, sub as penas e sentenças em ellas contheudas. E que os sobredictos nom quiseram a ellas obedeçer. E porque elles com endurado curaçom fforam e som pertinazes, procedeo contra elles e escomungou[o]s e declarouos por escomungados e os condapnou e pos jnterdicto, segundo esto e outras cousas mais conpridamente he contheudo em hũu stormento pubrico ffecto per Joham Dominguez, tabaliam pubrico em a dicta Çidade de Lamego. E porquanto os sobredictos nom querem obedeçer e hũa justiça deve ajudar a outra, e ell pidio e rrequerio ao dicto bispo de Coinbra, eixacutor, que lhe desse pera nos sua carta deprecatoria, per a qual carta nos pidio per merçee que, em ajuda de braço sagral, mandassemos a todallas justiças, corregedores dos nossos Reynos, que façom conprir e comprem e eixacutem as dictas letras, assy como em ellas he contheudo. E que porem nos pidia per merçee que vissemos as dictas letras e obra e sobre ellas ffecta com a dicta deprecatoria e tornassemos a ello com direito, e vistas per nos as dictas sentenças e obra da eiçacuçom ffecta per o bispo de Coimbra e per seu mandado, e como lhe nom quiseram obedeçer, e outrossy visto como lhe he dado poder pera poder chamar em ajuda de braço sagral que o ajudem, e vista sua carta deprecatoria, em Rellaçom com os do nosso desenbargo, acordamos e mandamos a vos sobredicto Coregedor e justiças que cheguedes logo aa dicta Eigreia e lançedes ffora o dicto Gill Gonçallvez, com todolos outros teentes e embargantes a posse do dicto dayado, e metaaes em posse o dicto Lopo Gonçallvez do dicto dayado e lhe façaes acudir com os froitos e novus e rrendas e direitos dell, e o mantenhaes na dicta posse, como nas sentenças e mandado do eixacutor he contheudo. Unde al nom ffaçades. Dada em Monte Mayor o Novo, dez e nove dias de Janeiro; el rrey o mandou per Johane Meendez, C.or na sua corte. Lourenço Anes a ffez, ano do naçimento do nosso Senhor Jhesu Christo de mil e iiii.c e vinte e seis annos. A qual carta assy apresentada pello dicto Lopo Gonçallvez dayam, como dicto he, presentou mais ao dicto juiz hũu alvara do Corregedor Roy Fernandez, do qual o theor tal he de verbo a verbo:

Juizes da çidade de Lamego. Roy Fernandez Homem, corregedor por el rey na coreiçom da Beira, vos mando que logo vista esta carta, a conprades em todo, assy e pella guissa que en ella he contheudo, e metede logo o dicto Lopo Gonçallvez ou seu çerto procurador

em posse do dicto dayado, segundo por o dicto senhor Rey he mandado. E se algũas persoas steverem na See, que a queiram embargar, vos degradaae os logo de todo Portugual, e lhes tomade seus beens pera El rey, porquanto assy he per ell mandado. E per este alvara vos dou todo meu conprido poder que possades fazer todas aquellas coussas e por penas, assy como as eu poria stando a todo presente. E outrossy que posaes rrequerer a todollos scudeiros, piões e beesteiros e outras quaesquer persoas, de qualquer stado e condiçom que seiam, da parte do dicto senhor Rey, que vos ajudem a conprir o que per o dicto Senhor Rey he mandado, assy como a mjm meesmo, sob as penas que lhe per vos fforem postas; honde vos e elles al nom façades; scripto na dicta Çidade de Lamego, quatorze dias do mes de março. Joham Lourenço a ffez. Era do naçimento do nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiii.c e vinte e seis annos. A qual carta e alvara do dicto Coregedor assy apresentada pello dicto Lopo Gonçallvez dayam, como dicto he, o dicto dayam rrequerio ao dicto juiz que lha conprisse e aguardasse como em ella era contheudo. E o dicto juiz disse que lhe prazia. E que sse algũus lhe possesem (!) embargo em seu dayado ou rrendas dell, que lho dissese ou os citasse perante ell, e que ell tornaria a ello e conpriria o mandado del rey e de seu coregedor, e per o dicto Lopo Gonçallvez dayam ffoy dicto que ell ja estava em posse de seu dayado e rrendas de ffora, salvo da rraçom e prebenda que lhe o cabidoo avia de ffazer, que lha nom queria fazer, que pidia em persoa do chantre que presente sia e de Roy Perez, procurador do dicto cabidoo, que lhes mandasse e os constrangesse que lhe fezessem sua rraçom e prebendas come a dayam que era, e o dicto juiz ffez pregunta ao dicto chantre e procurador que rrazom aviam a nom rresponderem ao dicto dayam com as dictas cousas, pois que em posse stava e lhe el rey mandava acodir com as dictas cousas. E o dicto chantre e procurador diseram que elles tinham posto seu prebendeiro que rreçebya os moyos e rrendas e direitos do dicto cabidoo e que o dicto prebendeiro rrepartia as dictas coussas a tenpos çertos ao dayam e chantre e thesoureiro e coonigos, segundo cadhũu servia e mereçia, e que quando ell servisse como devia, que entom lhe dariam aquello que ell ouvesse daver. E o dicto Lopo Gonçallvez disse que ell stava prestes pera hir aa eigreia e servir come dayam e fazer o que devia. E que lhe desembargassem o sseu, e o dicto juiz, visto seus dizeres das dictas partes, mandou ao dicto Lopo Gonçallvez, dayam, que fosse servir e fazer o que era theudo come dayam, e que mandava ao cabidoo que lhe desse seus direitos come a dayam, e os dicto chantre e procurador diseram que ouvesse elle como podesse servir, e que lho nom empachasse outrem, e que entom sse servisse, que lhe dariam seus direitos, e o dicto juiz disse que pera a vespera queria veer a dicta carta del rey, por que ajnda lhe nom ffora mostrada senom ora, e que pera entom mandava ao dicto chantre e procurador do dicto cabidoo, sse ouvessem algũu embargo a sse a dicta carta e alvara nom conprir, e que ell daria seu desembargo como achasse per direito. E eu Gill Gonçallvez, tabaliam por el rey na dicta çidade, que esto screpvi. E depois desto em o dicto dia, em a dicta çidade, aa vespera e no dicto alpendre, stando hi o dicto juiz pera ouvir este ffecto, pareceo perante ell s dicto dayam come autor e o dicto chantre e Roy Perez, procurador, em nome do dicto cabidoo, rreeos. E logo pello dicto juiz ffoy fecta pregunta ao dicto chantre e procurador do dicto cabidoo sse aviam algũa rrezom a ambargar a sse nom conprir a dicta carta del rey e ao dicto Lopo Gonçallvez nom aver as dictas rrações e prebendas e servir como dayam, e elles diseram que ssy, que tinham mandado do papa em contrairo, que lho defendia, e o dicto juiz lhe asignou que pera sesta feira primeira seguinte, que seram dez e seis dias do dicto mes, lhe mostrassem os enbargos que ouvessem. E eu Gil Gonçallvez, tabelliam que esto screpvi, e o dicto Roy Perez, meo coonigo, deu no dicto ffecto hũa procuraçom que tal he:

Sabham quantos esta presente procuraçom virem como nos Vasco Martinz, chantre, e cabidoo da see da çidade de Lamego ... fazemos e stabeleçemos e sollenemente ordenamos çertos procuradores ... Pedro Affomso e Lujz Vaasquez e Joham Fernandez, coonigos da dicta See, e Affomso Dominguez e Roy Perez, meyos coonigos, aos quaes e cadhũu delles damos e outorgamos todo nosso livre conprido poder, que por nos e em nosso nome possam ou cadhũu possa intimar e prosiguir apellações, quaesquer interdictos e escomunhões, sospenções, privações, constituções que som ou fforem e fectas, çelebradas pellos bispos ou bispo desta eigreia de Lamego e per outros quaesquer juizes dellegados ou subdellegados apostollicos pera a eigreia matropollitana de Lixboa e pera a nossa sancta madre Eigreia de Roma ... fecta a procuraçom na cassa do dicto cabidoo, dous dias do mes dagosto, anno do naçimento do nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiii.c e vinte e seis annos. Testemunhas Nuno Stevez, notairo, e Vasco Gonçallvez, clerigo, e outros. E eu Lourenço Affomso, publico tabeliam por el rey na dicta Çidade, que esta procuraçom screpvi e aqui meu signal ffiz, que tal he.

E depois desto, sesta ffeira, dez e seis dias do dicto mes, em a dicta çidade e no alpendre da praça, seendo hi o dicto Martim Affomso, juiz da dicta çidade, em pubrica audiençia ouvindo os ffectos, perante ell pareçeu o dicto dayam como autor e o dicto chantre e Roy Perez, em nome do dicto cabidoo, rreeos, da outra, e logo os sobredictos diseram que elles stavom em avença e lhes prazia destar este ffecto assy sobre a dicta carta (causa?) e no ponto e stado em que stava atem (!) primero dia doutubro seguinte, a que viesse de cassa del rey rrecado e determinaçom sobre esto antre o dicto Lopo Gonçallvez, dayam, e o dicto cabidoo sobre esta demanda, e que pidiam ao dicto juiz que atem (!) o dicto dia o espaçasse assy. E o dicto juiz disse que lhe prazia e que pera o dicto dia o espaçava como as dictas partes pidiam. E mais disse o dicto dayam que lhe prazia e consentia que o prebendeiro do dicto cabidoo apanhasse e rrecadasse os moyos e rrendas do dicto cabidoo e as possese em rrecadaçom atem (!) o dicto tenpo e dia, pera cujos de dereito fossem; testemunhas que presentes stavom Joham de Ferreira, tabeliam, e Gill Teixeira e Joham Alvarez dAlvellos e outros. E eu Gill Gonçallvez que esto screpvi» (791).

Relativamente a esta questão, conheço dois documentos da parte do bispo D. Garcia Rodrigues de Magalhães e do cabido de Lamego. Datam ambos de 11 de Julho de 1426. Neste dia, o bispo e cabido lamecenses apresentavam apelações contra o bispo de Coimbra, D. Fernando Martins, e João Fernandes, abade de S. Miguel de Morais do arcebispado de Braga, porque D. Garcia Rodrigues de Magalhães, bispo de Lamego, e cabido temiam ser molestados com sentenças lançadas contra eles, em razão do deado de Lamego, que Lopo Gonçalves reivindicava. Segundo o primeiro documento, Affomso Anes, coonigo dessa Egreia e vig.º geeral em essa por ho onrado padre Senhor dom Garçia, bispo da dicta Çidade, *apresentou, em nome do bispo, chantre, tesoureiro e cabido de Lamego, uma apelação contra João Fernandes, reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Morais, do arcebispado de Braga, e sub-executor de sentenças e processos contra o bispo, chantre, tesoureiro e cabido de Lamego,* super declaratione et agravatione quorumdam pretensorum processuum occasione decanatus dicte ecclesie et rebus aliis in actis cause designatis et ipsorum occasione et in favorem cuiusdam Lupi Gundisalvi adversarii factis. *A sentença tinha sido «pubricada por parte do dicto Lopo Gonçallvez em a Egreia de Lamego». E o vigário*

(791) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 18, *maço* 4 *de sentenças*, n. 20.

geral apelava e punha «todollos beens do dicto bispo e cabidoo sob guarda e proteiçom e deffensom de nosso [Senhor] o papa e da sancta Madre Eigreia de Roma» (792).

Segundo o outro documento, com a mesma data, na presença de Affomso Anes, vig.º dessa meesma, per o bispo dom Garçia, *foi apresentada uma apelação do prelado e do cabido de Lamego, pela qual «nos dom Garçia, bispo da Eigreia de Lamego, e chantre e thesoureiro e cabidoo da dicta Eigreia, sentindonos mujto agravados e temendonos de o seer mujto mais ao deante per dom Fernando, bispo de Coinbra, e Joham Fernandez, abbade de sam Miguel de Moraes do arçebispado de Bragaa, e per Affomso Anes, vig.º em a Eigreia de Lamego, porquanto ... procedem e querem proçeder contra nos, tirandonos da posse de Reçeber nossos froitos e da participaçom das gentes ... apellamos ad dominum nostrum papam et eius sanctam sedem provocamus et appellamus ...* (793).

Não sei bem qual a razão, por que Gil Gonçalves foi privado da dignidade de deão, à frente da qual esteve pelo menos desde Novembro de 1403, a seguir a Afonso Martins que foi deão até fins de 1402, pelo menos (794). *Gil Gonçalves continuou à frente do cabido como deão*

---

(792) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 8, *maço 2 de papéis avulsos*, n. 12: «In nomine Domini. Sabham quantos este stormento de intimaçom de apellaçom virem que no ano do naçimento do nosso Senhor salvador Jhesu Christo de mjl e quatrocentos e vinte e seis annos, onze dias do mes de Julho, em a çidade de Lamego, ante a porta da See, travessa que he chamada de sancto Antom, junto com o poço, stando hi Affomso Anes, coonjgo dessa Egreia e vig.º geeral em essa por ho onrado padre Senhor dom Garçia, bispo da dicta Çidade, em presença de mjm tabaliam e testemunhas adeante nomeadas, o dicto Affomso Anes, vig.º, presentou a mym e leer e pubricar fez hũa çedulla scripta per latim e per Romanço, da qual o theor de verbo a verbo tal he: Porque nom tan sollamente os agravados jniustamente, mais ajnda aqueles que sse temem de seer ao deante pello Remedio da apellaçom som defessos e enparados em seu direito, ideo, cum ad mei Alfonssi Johannis, canonici ecclesie Lamecensis, procurator dominorum episcopi, cantoris, thesaurarii ac capitulii ecclesie Lamecensis, noviter pervenit notitiam quod vos, Reverende pater Johannes Fernandi, Rector parrochialis ecclesie sancti Michaellis de Moraes, diocesis Bracharensis, subexauctor quorumdam sententiarum ac processuum, contra dictos dominos episcopum, cantcrem, thesaurarium et capitulum, non obstante (!) quibusdam inibitoriis que vobis publicate fuerant, ad vestram notitiam pervenerunt in defensione ipsius episcopi et capituli, in quibus mandatur quod non obediant predictis (!) suis ac processibus, ipsis non vocatis nec convictis, in loco in quo secure stare possint, quandam pretensam sententiam super declaratione et agravatione quorumdam pretensorum processuum occasione decanatus dicte ecclesie et Rebus aliijs in actis cause desi[g]natis et ipsorum occasione et in favorem cuiusdam Lupi Gundisalvi adversarij factis et latis et ipsorum occasione et nomine procuratorio predictorum dominorum episcopi, cantoris, thesaurarii et capituli dicte ecclesie, salvo iure nulitatis pretensorum procesuum et sententie, senciens se ex premissis gravatum quamplurimum, ad dominum nostrum papam et eius sanctam sedem apostolicam in hijs scriptis provocatum et apellatum adque apostollos per vos sibi dari et concedi petit semel, secundo et tertio, sepe sepius et instanter, cum magna, maiori et maxima instantia, quanto potest et debet, et petit jnstrumenti (!) per notarium (!) presente (!) seu tabellione (!). E porquanto a dicta pretensa sentença foy pubricada por parte do dicto Lopo Gonçallvez em a Eigreia de Lamego, e eu dicto Affomso Anes, conjgo, procurador do dicto Senhor bispo e cabido da dicta Eigreia de Lamego, nom posso aver notiçia do dicto Joham Fernandez que a dicta pretenssa sentença deu, pera lhe pidir os appostollos, porende peço os apostollos hũa vez e duas e tres e outra vez e vezes os peço em a dicta Eigreia, onde a dicta sentença foy publicada, com aquella eficaçia e Reverençia que devo e posso, se aquj esta algũu que os possa e deva dar, poendo todollos beens do dicto bispo e cabidoo sub guarda e proteiçom e deffensom de nosso [senhor] o papa e da sancta Madre Eigreia de Roma. E peço assy a este tabaleam hũu stormento. E eu tabaleam ao seu dizer e pidir este stormento screpvj, fecto dia [e] mes sobredicto; testemunhas que presentes stavom: Gomez Lourenço, abbade de Caria, e Alvaro Diaz, escudeiro de G.º Vaasquez Coutinho, e Nuno Stevez e Lourenço Gonçallvez, notairos da dicta See, e outros. E eu Gill Gonçallvez, tabaleam publico por El Rey meu Senhor ha dicta çidade, que, ao dizer e pidir do dicto Affomso Anes, screpvj e aquj meu signal em testemunho de verdade que tal he (*lugar do sinal*)».

(793) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 8, *maço 2 de papéis avulsos*, n. 13. Cf. nota 765j.

(794) O primeiro prazo passado por Afonso Martins, aqui dito deão do Porto, de que tenho conhecimento, data de 15 de Maio de 1394: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que na Era de mill e quatrocentos e trijnta e dous anos, quinze dias de mayo, na cidade de Lamego ... seendo hi os onrrados

até ao desenrolar da questão com Lopo Gonçalves, embora eu só conheça documentos até Abril de

---

baroões dom Afomso Martjnz, dayam do Porto, e dom Gonçalo Gonçallvez, leçençiado, e Pero Doïz e Stevom Doïz e Gonçalo Pinhel e Fernando Stevez e Lourenço Doïz e Martim Gonçallvez e Bertolameu Anes, coonigos da dicta see, todos em cabidoo ... os sobredictos ... fezerom carta denprazamento e de foro a Stevom Lourenço de Bretheande, morador na dicta çidade ... de todo o direito e quinhom que o dicto cabidoo avya e de direito devya daver nas casas da morada que forom de Johane Anes, scripvam que foy del Rey no Almoxarifado de Lamego e de Viseu ...» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 45). Em prazo de 16 de Novembro de 1398, aparece como deão de Lamego: «Sabham todos que nos Afomso Martjnz, dayam, e cabidoo da ssee da Çidade de Lamego fazemos carta de emprazamento e de foro a vos Fernam Gonçallvez ... de duas leiras ... fectas forom na Cidade de Lamego na cassa do dicto cabidoo, dezeseys dias de novembro. Era de mil e quatroçentos e trinta e seys anos ...» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 6 *de prazos*, n. 29). Igualmente noutro de 21 de Setembro de 1399: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que Nos dom Afomso Martinz, dayam, e cabidoo da see da Çidade de Lamego ... ffazemos carta denprazamento e de foro a vos Costança Lourenço, morador na dicta Çidade ... de hũas herdades que o dicto cabidoo ha na vila de Trevoes da Beira, que forom de Lourenço Doïz, coonigo que foi desta see ... fectos forom no dicto cabjdoo, vijnte e hũu dias de setenbro. Era de mil e quatroçentos e trijnta e sete annos ...» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 6 *de prazos*, n. 34). Do ano 1400 registo os prazos de 8 de Maio e 26 de Outubro: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que Nos G.º ... bispo de Lamego, juntamente com Afomso Martinz, dayam, e cabidoo da nossa see ... enprazamos a vos Afomso Antom e a vossa molher Maria Lourenço ... o nosso casal que nos avemos no dicto logo de Gosende ... fectas forom em Lamego, na casa do cabidoo, viiiº dias do mes de Maio. Era de mil e iiii.c e xxx.ta viiiº annos ...». «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que Nos dom Afomso Martjnz, Dayam, e cabidoo da ssee de Lamego, fazemos carta denprazamento e de fforo a vos Stevom Martjnz, morador em Sedeellos, do julgado de Pena Guyam, e a vosa molher Maria Roïz ... dhũa quintaã que nos avemos em Sermenha ... fectas forom dentro na casa do cabidoo da dicta see de Lamego, vijnte e seis dias doytubro. Era de mill e quatroçentos e trijnta e oyto anos ...» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 6 *de prazos*, *n.* 35, 36). Do ano 1401 conheço prazos de 18 de Janeiro, 10 de Junho, 12 de Junho, 1 de Julho, 15 de Novembro, 17 de Novembro, todos passados por ele D. Afonso Martins, deão de Lamego: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que Nos dom Affomso Martjnz, deam, e Cabidoo da see de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Affomso Martjnz e Maria Vicente, vossa molher, moradores em Luymil ... de hũa nossa quintaa ... que nos avemos em Luimil, que foy de Joham Affomso de Payntalyos, cavaleiro, e de Lionor Esteves da Mota, sua molher ... dez e viii dias de Janeiro. Era de mil e iiii.c e trinta e nove anos ...». «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que nos Affomso Martjnz, deam, e cabidoo da see de Lamego, fazemos carta denprazamento e de foro a vos ... e a vossa molher Aldonça ... de hũas nossas cassas que avemos no dicto arravalde ... ffectas forom na clasta da see de Lamego, x dias de Junho. Era Mª iiii.c xxxix anos ...». «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que nos dom Affomso Martjnz, deam, e Cabidoo da see e Çidade de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Joham Francisco e a vossa molher Marinha Martijnz, moradores em Ajuvandes, termo de Lamego ... de hũu casal com sas perteenças, que nos avemos no dicto logar dAjuvandes ... fectas forom na casa do Cabidoo, xii dias de Junho. E.ª M.ª iiii.c xxxix anos ...». «Sabham todos quantos esta carta denprazamento virem como nos dom A.º Martijnz, deam, e Cabidoo da see da Çidade de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Martim Roïz e a vossa molher Giomar Anes, moradores em Pousada, freigesia de sam Martinho de Cambres ... de hũu nosso moinho que nos avemos que esta no Ribeiro que chamam Caralhom ... fectas forom na clasta da see de Lamego, primeiro dia de Julho. E.ª M.ª iiii.c xxxix anos ...». Sabham quantos esta carta virem que Nos Affomso Martjnz, Dayam, e Cabidoo de Lamego ffazemos carta denprazamento e de fforo a vos Joham Viçente e a vossa molher Crara Lourenço ... dhũu souto que jaz em Mendanaja ... quinze dias de Novembro. Era de mjl e iiii.c e trijnta e nove anos ...». «Sabham quantos esta carta demprazamento virem que nos Affomso Martjnz, deam, e Cabidoo da see de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Stevam Anes, armeiro, e a vossa molher Maria Doïz, moradores no arrevalde da see do dicto logo ... de hũa vinha que nos avemos em Alvellos que soija trager Stevam Gonçalvez, porteiro ... xvij dias de novembro. Era de mil e iiii.c xxxix anos ...». «Sabham quantos esta carta virem que Nos Affomso Martjnz, Dayam, e Cabidoo de Lamego ffazemos carta denprazamento e de fforo a vos Joham Viçente e a vossa molher Clara Lourenço ... dhũas nossas casas com seu eixijdo, que nos avemos na praça da See da dicta çidade ... fecta ffoj esta carta na casa do Cabidoo que esta na clasta da dicta See, xbii dias de Novembro. Era de mjl e iiii.c e trijnta e nove anos ...» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 6 *de prazos*, nn. 45, 38, 49, 46, 42, 47). Finalmente, dou notí-

1425, em que ele figura nessa qualidade, a realizar prazos em seu nome e do cabido de Lamego (795),

---

cia de mais quatro prazos de 1402, de 8 de Maio, 27 de Agosto e 5 e 6 de Novembro: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que nos Affomso Martjnz, deam, e Cabidoo da see e Çidade de Lamego fazemos carta denprazamento e de fforo a vos Lourenço Gonçalvez e a vossa molher Maria Estevez, moradores aa ponte de Coira da ssee da Çidade de Lamego ... de hũa nossa Almuynha que jaz nas Almageens que suija trazer Lopo Affomso, alfayate ... oyto dias de mayo. Era de mil e iiii.c e quareenta anos ...». «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que nos dom Affomso Martinz, deam, e Cabidoo da see de Lamego fazemos carta de emprazamento e de fforo a vos Vasco Martinz e a vossa molher Maria Antom, moradores em no Arrevalde da see de Lamego ... de hũas nossas leiras de herdade, que nos avemos em Sande, que soija a trager dom Gonçalo, bispo que ora he de Lamego, convem a saber hũu baçello do foio que parte da hũa parte com Beatriz Gonçalvez ... fectas forom na casa do Cabidoo, vinte e sete dias dagosto. Era de mil e iiii.c e quarenta anos ...». «Sabham todos que Nos dom Afomso Martjnz, dayam, e cabidoo da ssee da Çidade de Lamego, sseendo todos juntos em cabidoo ... ffazemos carta demprazamento e de foro a vos Gonçallo Gonçalvez, abade de Fereyros de Coendas, morador na dicta Cidade ... dhũas cassas com seu hijxido, que o dicto cabidoo ha na dicta Çidade na Rua da Pereira ... cijnquo dias de mes de novembro. Era de mil e quatrocentos e quarenta anos ...». «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que nos Affomso Martjnz, deam, e Cabidoo da see da Çidade de Lamego fazemos carta denprazamento e de fforo a vos G.º Stevez, carniçeiro, e a vossa molher Maria Francisca, moradores na Çidade de Lamego ... de hũu nosso moynho, que nos avemos, que iaz aa ponte de Balsamom com seu conchouso e hũu souto que jaz no dicto logo ... seis dias de novembro. Era de mil e iiii.c e quarenta anos ...» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 7 *de prazos*, nn. 5, 1, 2, 4, 3).

(795) Existem prazos passados por Gil Gonçalves, deão de Lamego, no ano de 1403, a 15 de Novembro, e no de 1404, a 11 de Janeiro e 16 de Abril: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem como nos Gil Gonçalvez, dayam, e o Cabidoo da See de Lamego, seendo juntos speçialmente come em Cabidoo ... fazemos carta denprazamento a vos Johane Anes, cozinheiro do bispo dom Gonçalo, e a vossa molher Maria Martinz ... dhũu campo que foy casa, que nos avemos na dicta Çidade de Lamego, na Rua Çapateira ... fecta foy esta em Cabidoo, quinze dias do mes de novembro. Era de mil e iiii.c e xl hũu annos ...». «Sabham todos que nos Gill Gonçallvez, dayam, e cabido da ssee da Çidade de Lamego, ssendo todos juntos em cabidoo, ffazemos carta de emprazamento e de foro a vos Joham Perez e aa Maria Mendez, vosa molher, moradores em Ajuvandes, termo da dicta Cidade ... onze dias de Janeiro. Era de mil e quatrocentos e quarenta e dous anos ...». «Sabham quantos esta carta denprazamento virem que nos dom Gil Gonçalvez, deam, e Cabidoo da see de Lamego fazemos carta de enprazamento e de foro a vos Joham Martinz, clerigo do coro da see de Lemego ... de hũas nossas casas com seu eixido, que nos avemos na rrua da Pereira, que de nos tragia Estevaynha Affomso ... xbj dias dabril. Era de mil e iiii.c xl e dous annos ...». (ANTT, *Sé de Lamego, caixa* 10, *maço* 7 *de prazos*, n. 8, 16, 13). Temos mais prazos passados por ele em 1408, a 26 de Março, 17 de Abril e 24 de Outubro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 7 *de prazos*, nn. 36, 31, 32, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 22). Em 1409, a 25 de Junho e 4 de Novembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 8 *de prazos*, nn. 4, 1) e noutro documento de 20 de Julho de 1409 (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço* 5 *de doações, cartas e mercês régias*, n. 5). Em 1410, a 13 de Janeiro, 3 e 5 de Fevereiro, 28 de Março, 5 de Abril e 1 de Agosto (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 8 *de prazos*, nn. 21, 17, 12, 18, 14, 16). Em 1411, a 8 de Janeiro, 13 de Maio, 8 de Dezembro, 21 de Dezembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 10, *maço* 8 *de prazos*, nn. 30, 31, 22, 26, 27, 28). Em 1412, a 4 e 23 de Fevereiro, 27 de Outubro e 4 e 16 de Novembro (*Sé de Lamego*, caixa 11, *maço* 9 *de prazos*, nn. 6, 1, 7, 2, 8). Em 1413, a 4 de Maio (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 11, *maço* 9 *de prazos*, n. 12) e noutro documento de 14 de Junho de 1413 (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 6, *maço* 5 *de doações, cartas e mercês régias*, n. 6). Em 1414, a 29 de Dezembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 11, *maço* 9 *de prazos*, n. 17). Em 1415, a 23 de Janeiro, 23 de Fevereiro, 3 e 20 de Maio, 9 e 19 de Agosto, 5 e 29 de Outubro e 27 de Dezembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 11, *maço* 9 *de prazos*, n. 32, *maço* 10 *de prazos*, nn. 15, 9, 13, 10, 16, 3, 7, 14, 2, 12, 5, 6) e noutro docum. de 10 de Setembro de 1415 (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 3, *maço* 3 *de compras, vendas, contratos e escambos*, n. 15). Em 1416, a 10, 17 e 24 de Janeiro, 22 de Abril, 1 e 22 de Maio, 10 de Junho, 22 e 24 de Julho, 22 de Agosto, 18 e 23 de Dezembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 11, *maço* 10 *de prazos*, nn. 24, 21, 29, 33, 19, 28, 22, 30, 18, 25, 32, 26), e noutro docum. de 18 de Setembro de 1416 (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 3, *maço* 3 *de compras, vendas, contratos e escambos*, n. 16). Em 1417, a 8 e 13 de Janeiro, 28 de Maio, 10 de Agosto, 10 e 17 de Dezembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 11, *maço* 10 *de prazos*, nn. 46, 47, 34, 36, 39, 35, 38, 45, 49). Em 1420, a 2 de Fevereiro e 8 de Novembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 11, *maço* 11 *de prazos*, nn. 30, 27). A 7 de Fevereiro de 1421, Gil Gonçalves, deão de Lamego, estava presente, com outros

enquanto, a partir desta data e por todo o ano de 1426 e parte de 1427, os prazos são passados pelo chantre Vasco Martins ou pelo tesoureiro Diogo Vasques (796). *Devo, porém, notar que já em Novembro de 1426 era Lopo Gonçalves quem exercia o ofício de deão, porque a 8 de Novembro de 1426, «Affomso Anes, conigo e vig.º geerall do honrrado padre e Senhor dom Garcia, bispo de Lamego», por mandado deste, apresentou uma bula do papa Martinho V, de 25 de Abril de 1426, dirigida aos cónegos e cabido, sobre a questão das liberdades eclesiásticas com el-rei D. João I, estando presentes, entre outros Lopo Gonçalves, deão, Vasco Martins, chantre, etc.* (797). *Quanto a prazos do deão Lopo Gonçalves, conheço dois, de 14 e 23 de Maio de 1427: «Sabham quantos esta carta denprazamento virem como Nos Lopo Gonçalves, dayam, e cabido da see de Lamego fazemos carta denprazamento e de foro a vos Gonçallo Anes e a vossa molher Maria Affomso, moradores na çerca do castello da Cidade de Lamego ... de duas leiras de souto que o dicto cabidoo ha no Pinto, que parte hũa dellas com o souto do moorgado de Meedello, que traz Vasco Dominguez ... ffectas fforom dentro na dicta see, catorze dias de mayo, anno do nasçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e iiii.c e vijnte e sete annos»* (798). *«Sabham quantos esta*

---

membros do cabido, a certa doação que Lourenço Rodrigues e sua mulher Margarida Peres fizeram ao cabido de umas casas que possuíam na Rua das Cangostas da cidade do Porto, por suas almas: «Sabham todos que na Era de mjl e iiii.c e çinquoenta e nove annos, sete dias de fevereiro, dentro na see da çidade de Lamego, en presença de mjm Lourenço Affomso, publico tabaliom por El Rey na dicta çidade, e testemunhas adiante scriptas, estando hj Gil Gonçalvez, daiam, e Vaasco Martjnz, chantre, e cabidoo da see da dicta çidade, e outrosij estando Lourenço Roiz, notairo da dicta see, e Margarida Periz, sua molher, moradores na dicta çidade, disserom que elles, consijrando prol e saude de suas almas, que davam e faziam pura doaçom e outorgavam em suas vidas e saudes pera senpre ao dicto cabidoo da dicta see de Lamego hũas suas casas, que ham na çidade do Porto, na Rua das Cangostas ...» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 19, *maço* 3 *de testamentos, óbitos e capelas*, n. 10). A 10 de Julho de 1422, mais um prazo passado por ele: «Sabham quantos esta carta de enprazamento e de foro virem que Nos Gil Gonçalvez, dayam, e cabidoo da see de Lamego, seendo todos juntos ... fazemos carta de enprazamento e de foro a vos Afomso Anes da Porta e a M.ª Stevez, vossa molher, moradores no Couto da dicta see ... de hũas casas, que nos avemos no dicto couto, em que ora vos morades ... fecta a carta e outorgada na dicta See de Lamego, dez dias de Julho. Lourenço Roiz, notayro, a fez. Era de mil e iiii.c e lx annos. Laurentius Roderici, notarius» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 11, *maço* 11 *de prazos*, n. 37). Finalmente a 25 de Abril de 1425: «Sabham quantos esta carta virem como Nos Gil Gonçalvez, daiam, e cabidoo da see de Lamego ffazemos carta denprazamento a vos Lourenço Anes de Repolos e a Maria Periz, vossa molher ... dhũa leira que o dicto cabidoo ha em o dicto logo, que parte com o bispo ... vijnte e çinquo dias do mes dabril, anno do nasçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiii.c e vijnte e çinquo annos ...» (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 41).

(796) Eis alguns prazos passados pelo chantre Vasco Martins no ano de 1424, a 14 de Abril e 8 de Dezembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, nn. 24, 25, 28). Em 1424, o tesoureiro Diogo Vasques passava prazos a 7 de Janeiro, 31 de Março, e 10 de Novembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, nn. 29, 30, 34, caixa 10, *maço* 3 *de prazos*, n. 26). Prazos passados em 1425 pelo tesoureiro Diogo Vasques, a 31 de Janeiro, 19 de Julho, 26 de Outubro, 5 e 28 de Novembro, e 7 de Dezembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, nn. 44, 47, caixa 10, *maço* 5 *de prazos*, n. 45, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 40, 42, 36). Em 1426, o chantre Vasco Martins passou um prazo nos dias 4 e 5 de Julho, e o tesoureiro Diogo Vasques no dia 23 de Janeiro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, nn. 7, 6, 1). Em 1427, o chantre Vasco Martins passou prazos a 6 de Janeiro, 5 de Fevereiro, 10 e 17 de Março, 24 de Setembro, 7 de Novembro e 10 e 19 de Dezembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, nn. 16, 19, 25, 18, 24, 23A, 15, 23). Diogo Vasques, tesoureiro, passou prazo a 25 de Março de 1427 (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 3 *de prazos*, n. 14). Em 1428, o chantre Vasco Martins passou prazos a 23 de Janeiro, 16 de Julho e 25 de Agosto (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, nn. 32, 36, 35). Em 1429, o chantre Vasco Martins passou prazos nos dias 4 de Fevereiro, 3 de Outubro e 7 de Dezembro (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, nn. 42, 41B, 45, 43). Em 1429, o tesoureiro Diogo Vasques passou prazos a 7 de Janeiro e a 6 de Abril (ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, nn. 44, 41).

(797) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 4, *maço único de concordatas*, n. 11, nas costas do documento.

(798) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço* 4 *de prazos*, n. 21.

carta denprazamento virem como nos Lopo Gonçalvez, daiam, e cabidoo da see de Lamego, seendo juntos pera esto, fazemos [carta] denprazamento e de foro a vos Gomez Lourenço, abbade de Caria, ... de hũas casas com seu eixido e canpo que o dicto cabidoo ha na Rua da Pereira, que soya de trager Lopo Gil de Rabeello ... vijnte e tres dias de maio, anno do nasçimento de nosso senhor Jhesu Christo de mjl e iiii.c e vjnte e sete annos. Testemunhas: Vasco Lourenço, homem do daiam, e G.º Doiz e Diego Lopes e outros ...» (799).

Lopo Gonçalves não esteve sequer meio ano à frente do cabido, depois deste documento de 23 de Maio de 1427, porque foi morto na sé de Lamego antes de 23 de Novembro de 1427. Efectivamente, segundo súplica de Diogo Pires da Silva, com esta data, Lopo Gonçalves tinha morrido e o cabido elegera deão àquele (800). *Noutra súplica, esta com data de 3 de Janeiro de 1428, João Nunes, clérigo da diocese de Viseu, pedia o canonicato de Lamego e a igreja paroquial de Freigil, de que o possuidor Lourenço Rodrigues devia ser privado, por ser autor do crime de homicídio de Lopo Gonçalves, deão de Lamego* (801). *Em súplica de 19 de Setembro de 1428, o sobredito Diogo Pires da Silva repetia que o deado estava vacante por morte de Lopo Gonçalves, dizendo o mesmo noutra de 11 de Outubro de 1428* (802). *É, porém, na súplica de 21 de Maio de 1429 que nos vêm descritas as circunstâncias da morte de Lopo Gonçalves, deão de Lamego, por João Peres, reitor da igreja de S. Silvestre de Melcões, o qual tomou parte no homicídio e, por isso, pedia ao papa a absolvição da irregularidade contraída com esse crime. Diz ele que entre Lourenço Rodrigues, cónego de Lamego, e o deão se levantara contenda. Este estaria com alguns homens armados e tentara mandar tirar a arma que o suplicante, criado do dito cónego, trazia, repreendendo a este por terem vindo à igreja armados e ferindo-o com uma pedra. Então ofendido, João Peres saíra do coro e foi buscar alguns amigos para defender o cónego Lourenço Rodrigues, os quais entraram na igreja armados, onde se travou luta entre ambos os partidos. Saíram feridos do combate Lourenço Rodrigues e um acólito, criado do deão, que já se tinham restabelecido, enquanto o suplicante e seus colegas matavam o deão na igreja. E o papa mandava absolver do crime ao suplicante, sacerdote João Peres, depois de lhe ser imposta a devida penitência* (803).

(799) ANTT, *Sé de Lamego*, caixa 9, *maço 4 de prazos*, n. 27.
(800) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 1201.
(801) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 1284.
(802) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 1296.
(803) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 1385.